ATA ORDINÁRIA Nº 2880/2021

Aos dois dias do mês de março de dois mil e vinte um, às dezoito horas, reuniram-se para Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, via ZOOM, denominado PLENÁRIA VIRTUAL DO CMDUA, em razão do decreto municipal a fim de combater o coronavírus e a propagação da pandemia entre as pessoas, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: Lisiane Sartori Fioravanço Magni (1ª Suplente), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Artur Ribas (Titular), **Gabinete do Prefeito – GP**; Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN**; Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), **Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS**; Carolina Wallau de Oliveira Kessler (1ª Suplente), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE**; Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM**; e Luciane Martins Pinheiro (1ª Suplente), **Secretaria Municipal de Governança Local**. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS:** Rômulo Krafta (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**; Darci Barnech Campani (Titular), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Claudete Aires Simas (Titular), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH;** Sérgio Saffer (Titular), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA**; Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS**; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS**; Hermes de Assis Puricelli (Titular), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS**; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), **Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS**; Rogério Dal Molin (Titular), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:** Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Tânia Maria dos Santos (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4**; Ricardo Angelini, (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Maristela Maffei (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7**; Dinar Melo de Souza (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8**; e Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP – HOCDUA. SECRETARIA EXECUTIVA:** Camila Maders Fonseca Coelho, **Secretaria Executiva da SMAMUS**; Patrícia C. Ribeiro, **Taquígrafa/Tachys Graphen**. **PAUTA: 1. Abertura; 2. Votação: 2.1 Atas: 2867, 2868, 2869, 2870 e 2871; 3. Comunicações; 4. Ordem do dia**. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h08min. **1. ABERTURA. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Boa noite a todos. Temos *quorum*. Declaro aberta a nossa Reunião Ordinária do Conselho Municipal do Desenvolvimento Urbano e Ambiental. Desejando uma excelente noite de debates, construções, evolução sempre para o bem da nossa cidade. Eu consulto se temos inscritos

para o período de Comunicação? A gente tem uma inscrição do DEMHAB para aproveitar o período de Comunicação e pontuar com relação a um dos processos hoje que está em pauta. A Dra. Cristiane Catarina está aqui presente, Procuradora lá do Departamento Municipal de Habitação. Então, vai trazer no período de Comunicação alguns esclarecimentos. Antes de abrir a palavra para a Dra. Cristiane Catarina, consulto se temos conselheiros inscritos para o período de Comunicação. O Conselheiro Mark, a Conselheira Claudete, Conselheiro Adroaldo, Conselheiro Hermes, Conselheiro Felisberto, Conselheira Tânia e Conselheiro Gomes. Então, externo temos a inscrição da Procuradora do Municipal, Dra. Cristiane Catarina, representando o DEMHAB. Então, temos mais inscrição? Em não havendo mais inscrição encerramos a inscrição para o período de Comunicação e faço só rapidamente a chamada dos presentes, antes de abrir para as comunicações. (Relação dos presentes na inicial). Se porventura, não chamei alguém que esteja presente na reunião pode escrever ali no *chat*, senão ao longo da reunião a gente vai tomando nota da presença. Senhores Conselheiros, passo a palavra para a Dra. Cristiane, que tem 5 minutos para fazer uso do período de Comunicação. **3. COMUNICAÇÕES. Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Boa noite a todos e a todas. Eu gostaria de agradecer muitíssimo o espaço, saudar o Secretário Germano, saudar a todos os conselheiros e demais presentes. Estou aqui em nome do DEMHAB para conversar um pouco e explicar um pouquinho a situação. E dizer que é uma grande honra estar aqui em frente ao Conselho, que não só este, mas os conselhos municipais são muito caros, a missão é muito importante no cenário democrático brasileiro. E já há muitos anos eu faço um estudo sobre os conselhos, só para dizer, minha tese de doutorado na USP foi sobre participação política dos conselhos municipais. Apenas para pontuar a importância que eu, pessoalmente, enquanto Procuradora, dou para este espaço democrático. Em relação, especificamente, a Vila Caddie eu gostaria de pontuar algumas questões relevantes sobre o processo judicial. Então, inicialmente, a ação judicial transitou em julgado, significa que não é possível, não há o cabimento mais de nenhum recurso. Eu acho que a apresentação foi enviada aos conselheiros, mas, de qualquer forma eu fiz um apanhado do número da ação judicial que transitou e o Município de Porto Alegre foi condenado, não foi exatamente o DEMHAB, mas foi o Município de Porto Alegre, enquanto pessoa jurídica, foi condenado ao reassentamento daquelas famílias. Essa foi a condenação, o Tribunal de Justiça da mesma forma, justificando em vista do perigo à saúde dos moradores, da falta de saneamento, enfim, todas as questões, confirmou a decisão no sentido do dever de reassentamento das famílias em outra região, devidamente regularizada e com estrutura básica. O município recorreu da decisão, tanto no STJ, como no STF, mas no ano passado foram todos os recursos perdidos. Algumas vezes se fala na possibilidade de uma ação rescisória, mas nesse caso não é possível, não seria também o DEMHAB, a Procuradoria do DEMHAB a fazer, seria a Procuradoria do Município, mas, de qualquer forma, não parece cabível, porque uma ação rescisória demandaria uma comprovação de algum conluio em juízo ou conluio com o Ministério Público. São situações que estão previstas e os colegas aqui que são da área do direito podem confirmar, no código civil como situações gravíssimas. Ação rescisória não é um recurso, essa decisão não tem mais nenhum recurso cabível. Pois bem, essa é a primeira parte. Diante dessa decisão, diante da situação e aí também explicando um pouquinho a situação hoje do DEMHAB, o DEMHAB não tem empreendimentos imobiliários em aberto para que se pudesse transferir essas famílias e cumprir a decisão judicial, ou seja, um grande problema no cumprimento da decisão. Ainda sobre a decisão judicial, a execução de sentença não iniciou ainda junto ao Ministério Público, porque realmente foi muito recente, foi agora em meados do final de

2020, que o processo transitou em julgado. Então, ainda tem que descer de Brasília, tem que ir para o Primeiro Grau para iniciar o processo de execução, que vai inevitavelmente acontecer, mas ainda não iniciou e por essa razão o município teve esse pequeno tempo para pensar em uma solução. De qualquer forma, em relação aos empreendimentos do DEMHAB, o DEMHAB ainda não conseguiu a abertura de novos financiamentos, que todos sabem que é muito difícil novos empreendimentos acontecerem. Hoje nós temos um empreendimento apenas lá da área do aeroporto para remoção das famílias da Vila Nazaré. E não há ainda iniciado nenhum outro empreendimento que essas famílias pudessem ser realocados. Então, o município e o DEMHAB buscaram uma solução, que seria esse acordo dentro do procedimento de compra assistida. Nesse sentido, então, existe esse expediente que tramita, inclusive,a partir de audiência com o Ministério Público, etc., em que as famílias vão indicar os imóveis do seu interesse, o município abriria um processo para cada um para entregar a documentação. Isso é o procedimento de compra assistida, que poderia ser em qualquer local da cidade. A compra assistida o DEMHAB já tem experiência em conduzir esse processo, a remoção das famílias da Tronco para as obras da Tronco foi realizado basicamente assim, porque os empreendimentos não puderam ser construídos por suspensão da Caixa Federal, que esta em discussão em uma ação judicial. Na Tronco isso aconteceu, esse procedimento de compra assistida, por meio de bônus moradia. No caso da Tronco o bônus moradia é financiado pela Caixa Federal, no bojo de todo financiamento da própria construção da via pública. Neste caso aqui, então, poderia passar a realização dessa compra assistida, não há orçamentariamente nenhuma previsão. Então, essa compra assistida seria financiada pela empresa que está empreendendo no caso. Então, essa seria a apresentação que o DEMHAB trouxe, trouxe também os levantamentos do local. Outro exemplo que aconteceu também, nesse caso é no PISA; Também quero deixar claro que o DEMHAB tem bastante experiência na compra assistida, de forma a proteger da melhor forma possível as famílias. E esse é o objetivo do DEMHAB como condutor da política pública. A Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária foi criada agora, também dando uma importância para esse tema. Então, nesse caso, eu falo do DEMHAB, mas seria a Secretaria também de Habitação e Regularização Fundiária que conduziria esse processo. As competências ainda estão sendo definidas, mas de qualquer forma o Município, pela Secretaria e pelo Departamento fariam essa condução, usando a expertise do DEMHAB. Nós não tivemos nenhuma experiência extremamente negativa no caso da Tronco, as famílias puderam ser realocados em locais próximos de forma bastante proveitosa. As famílias também muitas vezes têm o apoio do DEMHAB não só na escolha do imóvel, mas na área social também e isso é bastante importante de ser colocado. Então, o meu objetivo aqui é basicamente explicar que a situação é uma situação que envolve uma ação judicial, envolve uma condenação, que não há mais recurso, que nós precisamos cumprir essa decisão, o município precisa cumprir essa decisão e a forma de cumprimento da decisão que está colocada é essa. Desculpem se eu entrei muito nessa questão da decisão judicial e, efetivamente, da compra assistida, porque eu acho que até não é o objeto específico da deliberação, o objeto de deliberação é o empreendimento em si, mas eu acho que é importante. Inclusive, estou ingressando aqui para explicar essa situação da compra assistida e das decisões judiciais, dos recursos todos, para explicar como é que vai se solucionar o problema das famílias, que é sempre extremamente relevante, apesar da decisão se tratar de decisão do empreendimento e não das famílias. Essas seriam as observações que eu teria para fazer nesse momento. Quero agradecer, por fim, ao Secretário Germano, agradecer a confiança do Secretário André e dizer que tanto a Secretaria de Habitação, como o DEMHAB, estão aqui para cada vez mais nessa missão realizarem esse trabalho importantíssimo de regularização fundiária. Eu

tenho trabalhado há 10 anos nessa área, apesar de ter quase 25 de Prefeitura, os últimos 10 na Procuradoria tem sido nessa área de regularização fundiária e de habitação, que é um tema muito caro. Eu fico muito feliz que esta gestão está lidando com esse assunto de forma bem importante. Esta apresentação que nós preparamos depois vai ser compartilhada e agradeço a atenção de todos. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Dra. Cristiane, que faz um excelente trabalho na Procuradoria. Eu tive a oportunidade de em alguns momentos conviver. Realmente, é um trabalho exemplar junto com a Dra. Simone, tenho certeza que vão fazer muitas coisas positivas aí com o nosso Secretário André Machado também, junto ao DEMHAB, um sistema prioritário para o governo em relação à habitação de interesse social, regularização fundiária como um todo. A gente aqui da Secretaria quer ser parceiro para achar alternativas, buscar soluções para dar todo esse suporte necessário por meio dos empreendimentos que vão acontecer na cidade, que a gente consiga comportar isso e resolver esses problemas sociais importantes para a cidade. Eu pergunto se temos conselheiros inscritos? Lembrando que depois da comunicação externa a gente sempre tem a oportunidade de conselheiros fazerem algum questionamento antes do período de comunicação ainda. Conselheira Maristela, Conselheiro Rafael, Conselheira Tânia, Conselheiro Mark, Conselheiro Hermes. Então, encerro a inscrição para os questionamentos. O Conselheiro Darci inscrito também. Lembrando que não se trata do debate, a gente regimentalmente tem a oportunidade de alguns questionamentos por 1 minuto, depois vai ter os relatórios de vista, vai ter o debate, a discussão do processo em si. Então, em função do tempo abro a palavra para a Conselheira Maristela fazer os questionamentos. vou liberar para que todos façam seus questionamentos, na medida do possível o que a Dra. Cristiane conseguir responder, dentro do alcance dela responde, senão depois a própria conselheira representante do DEMHAB, no processo de discussão do debate complementa com a apresentação. Conselheira Maristela. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Presidente, só queria uma vênia, porque meu pai acabou de chegar do hospital, saindo do Corona, graças a Deus! Se eu pudesse ficar para o final agradeceria. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem, vamos liberar para o Conselheiro Rafael Passos. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Boa tarde, colegas. Quero cumprimentar a Maristela e o pai pela saúde. Um bom retorno ao lar. Em segundo há duas questões que eu queria trazer à Promotora Cristiane, se ela pudesse esclarecer, ela manifestou que na decisão a justiça determinou o reassentamento em outro lugar, ou seja, não ali. Por exemplo, poderia haver um próprio, seria impraticável um reassentamento na própria área, desde que atendidas, pelo menos o que eu li no parágrafo do processo, diz: em qualquer lugar o reassentamento para um lugar com a devida urbanização. Eu não li em qualquer outro lugar que não seja ali. Ou seja, se promove a urbanização daquele local para reassentá-los ali mesmo, seria possível ou não seria possível? Outra, a determinação judicial definiu a forma desse reassentamento? Ou seja, da compra assistida, ou esta é uma decisão política administrativa do Poder Executivo Municipal? **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Boa tarde a todos. Maristela, fico muito feliz do teu pai já estar em casa, isso é uma vitória. E agora eu gostaria de falar com a Promotora referente a esse processo também, que tenho duas indagações. Uma, eu gostaria de saber sobre os valores. Primeiro o local, o Rafael já falou qual seria o local, que local seria este para urbanização? Seria longe do habitat natural dessas pessoas? Até porque elas já estão lá há muitos anos. Então, tirá-los dali para colocá-los em outro lugar urbanizado, que poderia ser Restinga ou

sabe-se lá Deus aonde. E quais os valores que vão ser dados? Quais seriam os valores que vão ser dados a essas pessoas por indenização? Até porque essa área é muito valorizada, para que no caso comprem outros imóveis, essa venda assistida que vocês vão fazer e qual seria o valor? Isso aí é muito interessante, a gente precisa saber qual é a avaliação que foi feita, em cima de que foi feita essa avaliação para ressarcir essas pessoas de tirá-los do seu habitat natural, porque moram ali há mais de 100 anos, né? Então, eu gostaria de saber. Obrigada. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Boa tarde a todos. Eu também estou cumprimentando a Conselheira Maristela por essa vitória familiar, importante. Hoje ter um pai retornando para casa depois dessa angústia que certamente eles devem ter vivido. Sobre a Promotora Cristiane Catarina, eu acho importante Eça ter comparecido ao Conselho para nos falar, eu fiquei atento escutando, ela menciona que não há mais recursos e que a Prefeitura Municipal de Porto Alegre foi condenada a reassentar as famílias. E um dos motivos que ela mencionou, não sei se aleatoriamente, mencionou por falta de saneamento. Eu acho interessante, a Prefeitura é condenada e os castigados são os moradores. E isso não tem apelação, isso não tem remédio, eu acho isso uma enorme contradição, como que se a Prefeitura é condenada e ela é a única pessoa jurídica com possibilidade de produzir saneamento e providências urbanísticas na área, as famílias da Vila Caddie que serão condenadas por não terem providenciado urbanização e saneamento? É uma tremenda contradição. (Sinalização de tempo esgotado). A pergunta também é importante, a pergunta formulada é: as famílias, então, são castigadas? A Prefeitura é condenada e as famílias são castigadas. E o acordo de compra assistida, que é a pergunta que a Tânia fez, mencionou, nós precisaríamos ter uma noção de quais são os valores considerados no conjunto. Esse projeto importa em qual dimensão, isso não pode ser discutido de forma privada, isso tranquilo ser colocado de forma a ser publicizado... (Sinalização de tempo esgotado). Obrigado. Muito obrigado pela atenção, Presidente. Obrigado. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Boa noite a todos. Para não fugir dos demais, parabenizar a Maristela pelo pai, saúde, é importante que a gente consiga conviver em paz com esta pandemia. Eu quero agradecer, Dra. Cristina pelos esclarecimentos. Eu acho que é uma pena que essa discussão não tenha surgido antes no processo, mas, na verdade, o que eu ia perguntar é exatamente o que o Rafael perguntou, só que eu vou fazer um adendo para aproveitar o meu tempo. Além de não estar expresso no processo que teria que ser um reassentamento em outro local, eu queria perguntar se por algum momento... Eu entendi que participaste das negociações, não sei se entendi isso, mas em algum momento a Prefeitura levantou a hipótese de reassentamento no local durante todo o processo de discussão com o Ministério Público e o processo judicial ou ela foi omissa em relação a isso, sendo que isso é o que prega o nosso Plano Diretor, prioritariamente, o Estatuto da Cidade e etc. Obrigado. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Boa tarde a todos. Parabéns também a Maristela em recepcionar o seu pai, não sei se a Procuradora leu meu parecer de vista, seria bom. O Plano Diretor normalmente é lido só aos pedaços, o corpo técnico normalmente lê a parte técnica e se esquece da parte do controle social. Está lá escrito no Plano Diretor que é obrigatório, não é uma opção, é um dever do município fazer audiência pública. Então, por que não foi feita audiência pública nesse caso, nesse processo? Obrigado. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Eu gostaria de agradecer o carinho, né. Tânia, querida que me acompanha a tanto tempo e todos. Uma vida com 89 anos, como uma vida como um de 18 e 20, como vi aqui na Lomba do Pinheiro esta semana que se foram, é importante. Bom, mas voltando,

acho que nós temos que aproveitar esse momento, André, querido, que está me ouvindo, sabe o carinho e o respeito que eu tenho por ti e sei também no cobertor curto que nós temos, mas assim, é a hora de um salve, é a hora da ousadia. Eu acho que, prezada representante do DEMHAB, nós temos que ousar, eu acho que nós temos que ter ousadia para fazer essa desobediência pela vida. Eu estou vivendo este momento e mais do que nunca tenho certeza disso, né, sem querer confundir as coisas. Eu acho que nós temos que ter uma desobediência à vida e a Prefeitura tem foca em relação a isso. Eu acho que é o momento de ousar e eu sei que o André é uma pessoa excepcional para mostrar um projeto e dizer assim – Nós temos capacidade, nós buscamos, nós vamos buscar financiamento e nós vamos manter elas ali. Não tem esse negócio de dizer que não tem mais como recorrer, isso não existe, se fosse assim nós não ousaríamos em mais nada. Então, quero deixar registrado isso, o meu respeito que tenho pelo DEMHAB, já trabalhei lá, em especial ao André, que eu sei que tem uma capacidade impressionante e civilizatória para reverter os quadros piores que nós temos. Eu acredito. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Maristela. Abro para a Dra. Cristiane, porque foi questionada. Naturalmente, Doutra, fique tranquila com relação ao empreendimento, né, que eu vi que algumas questões foram levantados com relação ao empreendimento. O empreendimento foi avaliado pela Procuradoria no âmbito da comissão, né, quanto à necessidade ou não ter audiência pública, o segmento da aplicação das regras urbanísticas do Plano Diretor, essas questões todas foram enfrentadas, naturalmente dentro do município e quando chega o processo aqui no Conselho já teve essa aprovação e essa validação pela Procuradoria competente. Então, é importante ressaltar que nesse caso o empreendimento é uma alternativa que se criou, o empreendimento não está se colocando onde ali estão as famílias, ele está do lado, as famílias estão colocadas na via pública. E aí a senhora traz o histórico da condenação judicial e da construção do DEMHAB no sentido de achar uma alternativa financeira para se viabilizar a compra assistida, enfim, a remoção com segurança e da melhor forma possível para a gente cumprir a decisão judicial. O empreendimento trouxe essa alternativa financeira, vamos dizer assim, para cumprir essa decisão judicial, para o município não ter que arcar com essa decisão, mas as questões relativas ao empreendimento já foram avaliadas. Então, fique tranquila com relação as respostas, quis antecipar para lhe auxiliar com relação a isso. Eu lhe passo a palavra para na medida do possível prestar os outros esclarecimentos. **Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Obrigada. Eu fiz as anotações, desculpa se eu perder alguma, mas vamos lá. Conselheiro Rafael, em relação ao reassentamento, se não diz exatamente na decisão que é nesse lugar o reassentamento em outra, aí a questão é da linguagem jurídica, porque reassentamento é sempre quando se tira as pessoas de um lugar para outro, quando nós estamos falando da pessoas permanecerem é regularização. Então, a regularização fundiária acontece quando elas ficam no mesmo lugar e o reassentamento, pelo menos essa é linguagem jurídica e aí a decisão do juiz foi nesse sentido, porque essa é uma distinção. Desculpe se existe nas outras áreas de saberes outros significados para essas palavras aí que eu possa, eventualmente, esclarecer, mas na área jurídica quando se fala de uma decisão de reassentamento nós estamos falando de retirada de um local para outro. A remoção é a retirada sem destinação, que não é no caso. O reassentamento é para recolocação em outro local diferente daquele. Em relação à compra assistida é importante colocar que eles terão a opção. E aí já ligando com a perguntar da Conselheira Tânia sobre o local, se vai ser perto, se vai ser longe. Bom, a escolha vai ser da família, na compra assistida a família escolhe o local. Talvez exatamente ali não mas, talvez bem próximo, pensa-se que aquele

local ali é extremamente valorizado, é claro que a poucas quadras dali talvez não haja um imóvel de um valor adequado, mas no bairro próximo existem, a nossa cidade não é tão separada assim. Então, provavelmente, vai existir opção, eles não precisarão escolher, desculpa quando alguns conselheiros falaram na Restinga, não vão escolher a Restinga. Se quiserem podem escolher, daqui a pouco têm familiares e quem escolher lá, mas é livre escolha. Então, isso não vai ter nenhuma ingerência por parte do município. A Conselheira Tânia também, depois o Conselheiro Mark reforçou a pergunta em relação ao valor. O valor não é por avaliação, não se faz avaliação de imóvel, porque senão seria muito injusto algumas famílias ali que nessa ou em outras ocupações, eventualmente, que tem um pequeno imóvel ali construído com papelão não teriam direito praticamente a nenhum valor. Então, certamente, não é em relação ao valor da construção, né, mas é um valor fixo, definido pelas normas legais. Hoje ele está, não tenho aqui os centavos, mas é em torno de R$ 79 mil e alguma coisa, mas é um valor fixo, que é o valor que os moradores da Tronco recebem, ele é eventualmente reajustado para a compra assistida. Então, esse valor é fixo para todos os moradores de todas as regiões da cidade que precisão utilizar. Eles não precisam comprar um imóvel de R$ 79 mil, mas podem parcelar outra parte, eles podem um imóvel de mais valor, mas esse é o valor alcançado por eles. Então, eles têm acesso às vezes de financiamento Caixa Federal, eles podem unir, existe também o bônus duplo, quer dizer, eles podem comprar um imóvel duas pessoas juntas, cada uma com seus R$ 79 mil e aí já são R$ 160 mil, enfim, isso é o que nós vemos, né. Eu estou dizendo o que acontece, efetivamente, são os processos que ocorrem e que eu acompanhei muito de perto a Tronco, assim que nós temos vários casos de famílias que fazem. Então, em relação ao valor é uma questão de igualdade para todas as famílias, para que qualquer família tenha. Na Tronco estão recebendo R$ 79 mil e aqui receberiam R$ 79 mil também. A pergunta do Conselheiro Mark sobre os recursos, o problema também é falta de recurso, mas a questão aqui é recurso orçamentário. Como a decisão foi do final do ano passado e entrou em execução, não houve nem teu tempo hábil de se colocar recursos no orçamento de 2021. Então, quando eu me referi, talvez eu não tenha sido clara o suficiente, quando eu falei que não tem recursos, são recursos orçamentários, com previsão orçamentária. Então, 2021 não há previsão orçamentária para isso, o dinheiro efetivamente é outra questão. Em relação aos motivos do reassentamento, quando eu falei na falta de saneamento, Conselheiro Mark, não foi aleatório, está constando ali na decisão, eles falaram expressamente de falta de saneamento, eles colocaram ali um individual mínimo para assistência, saúde e dignidade da pessoa, falou na sentença em condições que ofereçam o mínimo de infraestrutura básica. Então, a própria decisão: “Tendo em vista o perigo à saúde dos moradores, notadamente em razão da falta de saneamento e a acumulação de lixo em áreas de convivência de adultos e crianças, a indicar o reassentamento das famílias”. Então, eu coloquei, especificamente, ali. Em relação à condenação do município, ele não fez o saneamento, eu queria lembrar o seguinte, evidentemente, que saneamento, coleta de lixo, todos esses problemas são problemas da municipalidade, mas nesse caso específico se trata de leito viário projetado, existe um gravame. Então, por essa razão, mas também porque o processo iniciou em 2013 e em 2013 não havia legislação de regularização fundiária para Imóveis públicos. Então, era absolutamente impossível a realização de uma regularização fundiária e de colocação de saneamento, não se pode fazer saneamento em uma área que é destinada para leito viário. Então, existiam impedimentos de ordem legal e não foi simplesmente falta vontade e nem falta de dinheiro, não foram esses os problemas, foram óbices jurídicos, inclusive, por falta de legislação na época. Em relação às famílias serem castigadas, claro, é uma análise que cada um faz, mas eu queria que todos levassem em conta que elas ganhariam uma moradia regular,

com escritura, matrícula. Então, elas não ficariam em uma área de irregularidade, seja lá o local que fossem poderíamos, porque com esse valor de compra assistida elas não podem comprar em área irregular, é proibido, não é possível, ela não recebe o valor, porque até não é ela que recebe, quem recebe é o vendedor e aí nós examinamos, o DEMHAB faz esse trabalho, examina onde está. Em relação ao Conselheiro Hermes, ele faz o questionamento sobre o reassentamento, se a regularização foi discutida no processo, os processos sim passam, é que esse processo foi mais antigo, mas o município tem como diretrizes, especialmente depois da legislação mais atual da REURB e a lei do Minha Casa Minha Vida, nós sempre procuramos buscar alternativas de não reassentamento das famílias, mas de regularização no próprio local Então, isso foi discutido, mas não houve acolhimento pelo Judiciário, o Judiciário não encaminhou também para conciliação. Hoje nesses processos a gente tem feito conciliações. Nós estamos em 2021, mas o cenário é de 2013/2014, quando houve a sentença. Então, não havia essa legislação, não havia esse momento. Essa é uma das razões da situação ter chegado, mas de qualquer forma o município recorreu, e como eu disse recorreu, à Brasília, recorreu ao STJ, ao STF, na busca de outra solução que não fosse a realocação e reassentamento em outro local das famílias. O Conselheiro Darci fez o questionamento sobre as audiências, eu vou me permitir seguir o que o Secretário Germano disse, não é da minha alçada verificar essa questão das audiências. E em relação às observações da Conselheira Maristela, eu me congratulo, porque também tive um familiar, a minha mãe ficou 5 meses com Covid, internada, saiu faz uns 15 dias. Então, eu posso compreender a alegria e é uma excelente notícia. O problema aqui, Conselheira Maristela, não é só o do financiamento, existem limites jurídicos. Eu creio que o Secretário André teria toda a boa vontade, todas as ideias e tem realmente, em outros casos já se percebe nesses poucos primeiros 60 dias de secretariado em que várias soluções estão sendo buscadas em vários outros casos, mas, realmente, aqui existe esse limite jurídico. Nós não podemos, efetivamente, a regularizar essas pessoas nesse local. É claro que a questão do reassentamento em outro empreendimento, seria uma opção se houvesse, se existisse esse outro empreendimento. A questão toda aqui é judicial. Claro, muitas outras soluções podem ser pensadas, mas desde que cumpra a ordem judicial de que seja em outro local que não naquele ali. Eu espero, conselheiros, neste breve espaço ter esclarecido o que eu podia. Obrigado, Secretário Germano, pelo espaço, sempre à disposição. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Dra. Cristiane Catarina, pela excelente explanação. Sem dúvida, esclareceu bastante aqui pontos que a gente vinha discutindo ao longo das últimas semanas, últimas reuniões com relação ao processo. a gente tinha algumas dúvidas, especialmente os conselheiros, acho que foi muito clara e precisa toda a explanação e contribui muito com o debate que vem logo em seguida. Agradecendo mais uma vez a Dra. Cristiane Catarina. Eu abro, então, para os inscritos para o período de Comunicação. Lembrando que são 18:51, a gente tem no período de Comunicação os inscritos: Mark, Claudete, Adroaldo, Hermes, Felisberto, Tânia e Gomes. Por favor, Senhores Conselheiros, se atentem ao tempo, 3 minutos para o período de Comunicação para a gente poder avançar na pauta, temos os relatos de vista, é importante que a gente avance nesse expediente. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Boa tarde. Eu me inscrevi para esse período de comunicações para compartilhar com o plenário do nosso Conselho, estou vendo agora que estão registrados ali 33 participantes, para compartilhar com eles a importante reunião virtual que nós tivemos na última sexta-feira, dia 26 de fevereiro, com o Ministério Público Estadual, com a presença das promotoras e do promotor que lá estavam escutando a todos aqueles que

compareceram. É um espaço muito importante e eu estou trazendo isso neste momento de Comunicações para incentivar que todos os conselheiros que participam do nosso Conselho busquem participar desses momentos. Eu acho muito importante a possibilidade de nós dialogarmos sobre os temas que nós temos examinado e debatido no CMDUA, sendo eles mediados pelos promotores e promotoras do Ministério Público Estadual. Eu acho que sempre é importante, engrandece o nosso debate, engrandece o nosso trabalho e permite que nós façamos avanços nos nossos entendimentos. Era isso. Obrigado, para me manter no período de tempo das Comunicações. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Boa noite a todos e a todas. Eu queria fazer dois questionamentos, primeiro eu gostaria de saber do Secretário quando que virá ao plenário o Tribunal Regional Eleitoral e a PROCEMPA, que já foi solicitado pelos conselheiros para que a gente possa debater sobre as possibilidades de eleição, para que não se venha com uma decisão tomada, como costuma acontecer. Segunda questão que eu gostaria de saber, quantos processos aguardam na Secretaria para serem distribuídos? Eu já fiz essa solicitação por e-mail, já fiz na sessão, já fiz no chat e até, então, eu não tive retorno dessa questão. É pertinente a gente destacar aqui que o CMDUA se utiliza da distribuição de processos por ordem alfabética e esse tipo de distribuição, como notoriamente se sabe, ele possibilita que seja devidamente utilizada no intuito de direcionamento de distribuição. A gente até tentou lá quando foi feita a alteração de regime, que essa questão fosse revista, até por ser do máximo interesse público, mas nunca foi apreciada tal questão. E eu queria aproveitar a oportunidade de esclarecer para as pessoas que estão nos ouvindo porque a gente tem que retomar algum ponto, porque este foi um ponto que eu trouxe lá na semana passada e estou tendo que retomar hoje, né. Acontece que aqueles que estão ouvindo e não sabem, a gente tem os nossos microfones bloqueados e controlados pelo Secretário. A gente pode falar apena suma vez na sessão e não pode falar mais. Então, caso não tenha vindo um esclarecimento ou não seja respondida a questão, a gente só pode retomar na sessão seguinte, por isso que eu estou retomando esta pergunta aqui, porque o Secretário não me respondeu semana passada. Quantos processos nós temos para serem distribuídos, Secretário? Obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Claudete. Eu acho que para não ficar no ar eu já respondo, não temos processos a serem distribuídos. Talvez a senhora não tenha compreendido o que a gente tenha explicado. E lembrando a todos aqueles que nos assistem, nós temos, como todos os conselhos municipais, estaduais, federais, temos regras de participação, temos momentos de inscrição, temos o período de Comunicação, temos relato feito relator do processo, temos relatos de vista, temos a colocação do processo em diligência, temos os debates, temos as Questões de Ordem, todas previstas com tempo, regimentalmente, aprovadas por este Conselho, por ampla maioria e definindo assim as regras do Conselho. Então, todos os termos, democraticamente, espaço para debater os experientes aqui tratados. Então, é nesse sentido que o controle dos microfones cabe, naturalmente, à presidência, que a partir do término das inscrições a gente vai liberando as falas e todos têm a oportunidade de manifestar os seus posicionamentos, que são os mais diversos pontos de vista, seus olhares de cidade. Então, nesse sentido, faço esse parentes respondendo e oportunizo a fala ao Conselheiro Adroaldo, próximo inscrito. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Boa noite, Presidente. Boa noite, Conselho. Eu quero, primeiramente, saudar a Conselheira Maristela pelo retorno do seu pai a sua casa são e salvo. Presidente, eu quero pedir aqui informações sobre um processo de EVU da Cia. Zaffari, que tem um termo de compromisso datado de 23 de julho de 2009. É o Processo 002.2001420.00.3. Eu gostaria

que o Presidente disponibilizasse para a RGP 2 ou para todo o Conselho. Nesse termo de compromisso a Cia. Zaffari se comprometeu em fazer a abertura na continuação da Av. Grécia até a Av. Do Forte e até hoje não foi concluída essa abertura. Então, eu gostaria de ver esse processo para ver como está, se está parado, o que está acontecendo. A Cia. Zaffari todo mundo sabe que já fez uma parte ali onde era a antiga Wallig, construiu o mercado e hipermercado e a outra que também já foi aprovada pelo Conselho, mas até agora não está honrando o termo de compromisso. Então, gostaria que o Conselho disponibilizasse para a RGP 2 todo o processo para que a gente veja o que está acontecendo, se está encerrado o processo, se a Cia. Zaffari vai realmente cumprir ou não. E só para registrar, Presidente, é rapidinho, mas já para preparar o Conselho, o empreendedor da Vila Caddie não está pagando com recurso dele qualquer tipo de remoção, esse valor ele está tirando da parte dos 20% que a região teria direito para equipamentos comunitários. Depois nós vamos discutir no final do processo, mas vamos já preparando esse debate. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, COP Adroaldo. Vamos oportunizar o acesso ao expediente, mas já antecipo, lembro da situação, depende de desapropriação de um terreno da Taurus. Então, por isso que a obrigação não foi cumprida na totalidade, mas é importante fazer contato com a Procuradoria, a Mara que trabalha lá faz o monitoramento de sistema de compromisso, vai saber explicar exatamente quais as condições desse processo. Na sequência o Conselheiro Hermes. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Secretário, eu queria deixar registrado em ata a minha indignação com o seguinte fato: está viralizando, eu acho que todo mundo deve ter visto um vídeo onde o Prefeito faz um apelo pela sociedade, pela economia e pede que deem a vida. Eu, sinceramente, fiquei, eu e várias pessoas com quem eu falei ficamos chocadas, até porque dar a vida pela economia não vai servir para nada, porque economia sem vida não existe. Eu me lembro do Paulo Jorge, meu querido Paulo Jorge quando fazia apelos e as coisas passavam em branco, ficava ele lá apelando para que a Prefeitura desse atenção a sua comunidade. Então, eu queria deixar mais uma vez registrada aqui a minha indignação e de várias pessoas com quem eu conversei pelo WhatsApp também, sobre esse apelo do Senhor Prefeito. Por que ele não dá a vida dele, então? Ele sabe que tem um hospital reservado mesmo nesta situação atual, ele vai conseguir uma UTI. Era isso. Obrigado. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** (Não está presente, dificuldade na internet). **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Boa tarde. Na verdade, eu gostaria de aproveitar a oportunidade para fazer aquela minha reclamatória, que é contínua e vem desde o início do ano. Aproveitando que a promotora está aí presente ainda, eu gostaria de saber sobre o processo aquele do DMAE, do Mato Sampaio, que até agora o processo foi aprovado em 2009/2010, eu consegui ter acesso, mas só acesso limitado ao processo e até agora ninguém teve a disponibilidade de me conseguir acesso total a esse processo. Até porque o processo do DMAE Mato Sampaio, que é uma regularização fundiária, esse processo já foi aberto para outra pessoa com acesso liberado e irrestrito. No caso, eu conselheira da região foi acesso limitado, só algumas plantas, uns desenhos, nada explicando o que nós gostaríamos de saber. Então, em função da presença da Promotora eu gostaria de saber o que está acontecendo com esse processo que está tão secreto, é um segredo absoluto que ninguém me revela. Eu falo em nome da minha comunidade, nós já estamos ficando incomodados com essa situação. Será que nós teremos que ir ao Ministério Público para pedir o processo que é nosso por direito? E eu como conselheira tenho direito a esse processo! Que dificuldade é essa de consegui? Eu não sei o que está

acontecendo. É isso que eu gostaria de saber. Muito obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira. Lembrando que a lei de acesso à informação garante o acesso, a senhora formalizando nesta modalidade o município é obrigado a disponibilizar as cópias do expediente. A Secretaria, enfim, responsável pelo processo vai poder lhe disponibilizar as copias. O Conselheiro Gomes inscrito na sequência. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Conselheiros, boa noite. Boa noite, Presidente e demais conselheiros. Presidente, eu me inscrevi para registrar, essa reunião que nós tivemos com o Ministério Público na semana passada, sexta-feira, fiquei bastante preocupado com a vulgarização das denúncias que acontecem dentro do nosso Conselho. Nós somos uma representação da sociedade extremamente abrangente e temos, naturalmente, nossas diferenças, nossas disputas, nossos posicionamentos políticos, que a gente tenta trazer para cá de alguma maneira e se traz uma discussão concreta e objetiva de projetos que por aqui tramitam. Eu assisti colegas fazendo denúncia ao Ministério Público onde a pauta da reunião era o processo de revisão Plano Diretor. Fazendo denúncias de um processo que passou pelo Conselho, no caso, sei lá, qualquer um que seja, como se fosse uma reclamação no Ministério Público, como este Conselho pratica ilegalidades e irregularidades, como ele é autoritário e tal. É chocante, é chocante! Eu queria apelar para que os conselheiros tivessem um pouco mais de respeito ao Conselho do Plano Diretor, a nós mesmos e encerrar as discussões aqui dentro, dentro do processo democrático que aqui tem e pensar muito bem quando levar alguma coisa para o Ministério Público. Parece um choro, assim, vou reclamar para o Papa, como o Papa está longe reclama para o MP. Eu achei uma irresponsabilidade absurda, não compactuo, acho que o nosso espaço de debate é aqui dentro. É um desrespeito quando você perde alguma discussão aqui dentro e quer ir para fora para espernear. Fica registrada a minha indignação, fiquei com vergonha, porque eu considero muito sério o que nós discutimos aqui e eu respeito as decisões que aqui são tomadas pelos demais conselheiros. Esse é o meu registro, Presidente. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Gomes. Importante fala, né. Reforçando, aqui é um espaço democrático, de participação da sociedade. Esse é o fórum para a gente produzir todas as discussões com relação à aprovação ou não dos empreendimentos. Todos temos a oportunidade de falar, de manifestar a nossa contrariedade ou não sobre os processos, relatar na vista. Então, este é o fórum adequado. Fica muito complexo de fato o poder executivo ter que fazer o debate, todo o processo aqui, discutir aqui, fazer os relatos, toda a explicação e a gente no paralelo ter que trabalhar no fórum do Ministério Público para esclarecer todos os pontos novamente, sem tirar, naturalmente, a legitimidade do Ministério Público, que tem a partir de alguma questão levantada questionar o município, suscitar alguma dúvida e a gente responder com relação a algum ponto. A gente repassar a nossa pauta diária no Ministério Público fica um pouco complexo, porque é um trabalho dobrado que a gente tem para fazer, porque não há dúvida que estamos dentro do processo legal, formalizado, a gente tem clareza de que todo o processo segue os ritos legais e assim o fazemos aqui. Senhores Conselheiros, vencida esta etapa passamos à pauta **4. ORDEM DO DIA: 4.7. CFL PARTICIPAÇÕES E INCORPORAÇÕES.** EVU na Avenida Marechal Andréa, 350. O projeto já foi no período de Comunicação e questionamentos debatido. Já tivemos na reunião passada a apresentação pela equipe do planejamento. Creio que não haja necessidade de se retomar essa apresentação, porque está claro na mente de todos os conselheiros, o processo vem sendo debatido ao longo das últimas semanas. A gente avançou na última reunião nos relatos de vista. Então, tivemos relato de vista do

Conselheiro Felisberto e o Conselheiro Darci. Então, na sequência, aos relatos de vista eu abro a palavra ao Conselheiro Adroaldo para que possa fazer seu relato de vista, conforme a ordem de inscrição. **RELATOS DE VISTA: Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Boa noite a todos mais uma vez. Presidente, eu vou ler o relatório aqui: Relatório de vista da RGP 2. Expediente Único 002.313524.00.1, interessado: CFL Participações e Incorporações; localização: Avenida Marechal Andréa, 350 – Bairro Boa Vista, RGP 2. Objeto: avaliação de EVU 19.0.000662828-4. Eu vou ler rapidamente esta introdução porque nós já conhecemos bem o processo: "Trata-se de aprovação de EVU – Estudo de Viabilidade Urbanística para o projeto especial de impacto urbano de segundo grau com parcelamento do solo na modalidade desmembramento, conforme previsto no art. 149 da Lei Complementar nº 434/99. Enquadramento como EVU de segundo grau decorre do porte do empreendimento, possui mais de 400 vagas, conforme previsto no Anexo 11.2, fl. 1, da Lei Complementar nº 434/99. Tem como solicitação, tendo em vista que o projeto, conforme proposto, gera necessidade de adequação na estrutura urbana, envolvendo ajustes e gravames de traçado viário. Ajustes em limite de subunidade, bem como estabelecimento de gravame de equipamento público comunitário como praça, envolvendo solução e realocação de famílias em área ocupada, denominada Vila Caddie, configurando-se em um pequeno projeto urbano, que faz limite com o território, com vista a sua implementação. O imóvel está localizado na Avenida Marechal Andréa, 350, no quarteirão formado pela Avenida Marechal Andréa, pela Avenida Doutor Nilo Peçanha e na Rua Osório Tuyuty de Oliveira Freitas no Bairro Boa Vista, localizado na Macrozona 03, na Unidade de Estruturação Urbana 90, conforme DMU e DMI. Imóvel com área de 19.223,26 m². Considerando o tamanho da gleba o imóvel enquadrado como desmembramento, de acordo com o art. 149 da Lei Complementar nº 434/99, PDDUA, sendo o percentual de destinação de áreas públicas estabelecido pelo Anexo 11,2. Para glebas com essa dimensão o percentual corresponde a 20% da área da gleba, ou seja, 3.844,65 m². Este percentual foi estabelecido que a área a ser efetivada, definitivamente doada no local corresponde a 4,7%, totalizando 916,87 m² e a parte restante corresponde a 15,23%, total em metros de 2.927,78 m², que deverá ser convertida em obras de acordo com o estabelecido no inciso II do § 1º do art. 138 do PDDUA, a qual será aplicada na estruturação do entorno, conforme descrito na proposta. A parte da área da matrícula ainda foi convertida em TPC – Transferência do Potencial Construtivo do próprio terreno no valor de 2,596,83 m², exclusivamente para áreas atingidas com traçado viário. Agora vou fazer o meu relato, considerando parte do relatório da Conselheira Patrícia. Esta aqui ainda é a parte do relatório da Conselheira Patrícia: "...projetada no PDDUA para o leito viário do alongamento da Rua Osório Tuyuty de Oliveira Freitas, o qual foi tratado pelo empreendedor diretamente conversa o Departamento Municipal de Habitação de Porto Alegre – DEMHAB. As tratativas deram origem á proposta por parte do empreendedor, que custeará a realização da obra a ser realizada para as famílias em questão. Utilizando em parte o valor da recompra decorrente do parcelamento do solo e parte decorrente da mitigação da contratação de impacto de empreendimentos. Conforme Parecer 11.770522 do GDG-DEMHAB, o DEMHAB irá acompanhar e orientar as orientações dos processos de reassentamento da ocupação irregular, conhecida como Vila Caddie, situada em parte da Rua Frei Caneca, Rua Barão do Rio Branco e Líbero Badaró, leito viário projetado do prolongamento da Rua Osório Tuyuty de Oliveira Freitas até a Rua Frei Caneca, através de compra assistida, Programa Bônus Moradia, que será custeado pelas empresas responsáveis por esse empreendimento". Agora continua a minha parte: "Neste ponto sugiro que os moradores da ocupação sejam ouvidos sobre a proposta para analisar o que é mais favorável, podendo

recusar ou apresentar outras propostas viáveis para todas as famílias envolvidas. Sugiro ainda: 1) Que qualquer negociação do DEMHAB com a comunidade, referente à realocação seja fora deste processo para não causar dano naquelas famílias ao ser aprovada pelo CMDUA; 2) O termo de audiência do dia 12 de março de 2020 na Procuradoria de Justiça, de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística, com a presença de Heriberto Roos Maciel, Promotor de Justiça da Habitação e Defensa da Ordem Urbanística com o Sr. Emerson Correa da Silva, Superintendente de Ação Social e Cooperativismo do DEMHAB, entre outros representantes do Município de Porto Alegre, seja retirado do processo, enquanto não for dada ciência do teor deste documento a cada morador da ocupação"; que até hoje não sabemos disso. (Segue): "3) Considerando que as famílias a serem removidas vão precisar no seu novo endereço de creche para suas crianças, atendimento à saúde, emprego para aqueles que já trabalhar já trabalham na formalidade, transporte público, vão deixar para trás as conquistas já consolidadas ao longo dos anos. Todos nós sabemos que muitos pais de família daquela ocupação encontram trabalho, por exemplo, justamente no Country Club, modalidade de jogo de golfe, que é o seu maior lindeiro, ao mesmo tempo em que as crianças e adolescentes são incentivadas, tanto pelo clube, quanto pelos atletas a seguirem a carreira dessa modalidade de esporte". Então, vejam o estrago que está sendo feito na região. (Segue): "Vimos, no entanto, que o clube e comunidade vivem em perfeita harmonia, sem nenhuma distinção de posição social. Algumas coisas contrariam a posição deste Conselheiro, pois sempre defendi a construção de creches mais próximas das comunidades para que toda a criança tenha acesso à creche em período integral, justamente liberando pais para poderem trabalhar durante o dia". Não é o que estamos vendo neste processo. (Segue): "4) Devo dizer que funciona no entorno daquela comunidade uma escola infantil comunitária construída pela Prefeitura para atender a comunidade da Vila Caddie e Quilombo Silva, atendida durante a gestão do Prefeito Fogaça em 2007, com uma demanda do Orçamento Participativo de 2002, pela Região Noroeste por serem comunidades próximas com grande afinidade familiar." Então, essas duas comunidades fizeram essa proposição no OP da Região Noroeste e conseguiram uma creche, hoje estão tirando dali de qualquer forma. (Segue): "5) Que os moradores da ocupação sejam ouvidos, inclusive, os vizinhos do novo empreendimento, como os moradores do entorno, comércio e escolas existem; 6) Que os representantes da Região de Planejamento 2 possam acompanhar todas as negociações com essa comunidade daqui para frente; 7) Concordo com o empreendedor, conforme documento enviado pela CLF à CAUGE, em 11/02/2019, onde o subtítulo dizia o seguinte – *Avaliação de EVU quanto à edificação*; o qual reproduz parcialmente abaixo. Diz a CFL: *Tendo em vista a complexidade do projeto e a realização de remoção de famílias instaladas sob o leito viário, requer desde já que o Habite-se não fique vinculado à execução total da avenida, haja vista que a remoção das famílias não depende única e exclusivamente do empreendedor, mas sim de um trabalho em conjunto com o poder público. é preciso que possamos definir melhor o valor destinado à qualificação ou reforma da UBS IAPI, conforme refere o parecer da SMS e CAUGE com relação à doação dos 20% da área para equipamentos públicos, o qual a SMS abre mão, sem consultar os representantes da comunidade da região e sim, somente o fizeram através da Gerência Distrital Noroeste Humaitá/Navegantes/Ilhas*. Considero que é possível sim utilizar parte do valor em outras UBS; 9) Quero destacar parte do documento também da CFL Empreendedora para a CAUGE em 11/02/2019, sob o título – *Descrição das propostas urbanísticas arquitetônicas e paisagísticas como segue abaixo: a prioridade de aplicação dos recursos da recompra, conforme já foi ressaltado anteriormente, será para reacomodação das famílias que estão instaladas em cima de leito viário*". Acabou agora a procuradora dizendo que o

empreendedor vai dar alguma coisa, não, é parte daqui. (Segue): “Tal remoção é prioritária e preferencial, haja vista a urbanização da área de lazer. Após a execução da referida remoção, em restando saldo de valores da recompra, este poderá ser remetido para a qualificação, reforma da UBS IAPI”. Eu como conselheiro quero discordar da expressão “se restando saldo de valores”. Não, a comunidade tem direito. (Sinalização de tempo esgotado). É o final agora. Agora, Presidente, eu acho que perdi uma linha aqui, mas já mandei para o Conselho, embora eu vou ler o que está escrito no relatório. Eu coloquei o seguinte, temos duas demandas pelo Orçamento Participativo aprovadas, uma em 99 pela Região Noroeste para o DEMHAB de R$ 79.240,00, outra demanda de 2001, também para o DEMHAB no valor de R$ 100.676,00. A proposta é o seguinte, que esses valores sejam aproveitados para qualificar, se houver a remoção, qualificar esses valores até os dias de hoje, porque lá de 99 nós não podemos considerar um valor justo. (Segue): “11) Eu gostaria que este processo fosse votado somente depois da presença do representante do DEMHAB desta nova administração de Porto Alegre a este Conselho”; que salvou a Dra. Cristiane aqui, mas o DEMHAB não se salvou, ele precisa dizer, nós precisamos saber o que o DEMHAB está oferecendo a esses moradores na condução desse processo de remoção, se houver e como está isso aí, quais os pontos que ainda devem ser construídos juntos entre a Prefeitura e moradores. Gostaria muito de ouvir também representante do Country Club, que é o vizinho mais próximo deles. Eu acho que no atropelo não vai dar. (Segue): “Como Conselheiro da Região de Planejamento 2 o meu desejo é que o desenvolvimento da cidade proporcione oportunidades iguais para todos, para esta Região de Planejamento o CMDUA tem aprovado grandes empreendimentos, sem nenhuma preocupação com as causas sociais pelas comunidades mais pobres. Este é o relato de vista da Região de Planejamento 2, Adroaldo Barbosa – Conselheiro”. Obrigado, Presidente. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Adroaldo, pelo relato de vista. Acho que alguns dos pontos levantados foram esclarecidos pela Procuradora Dra. Cristiane Catarina, mas importante o seu relato para contribuir com a discussão. Na sequência a gente tem inscrito para relato de vista o Conselheiro Hermes. Tem o seu relato? **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Sim. Presidente, eu queria usar um minuto do meu relato de vista para esclarecer ao Conselheiro que comentou sobre a reunião do Ministério Público, tendo em vista que, indiretamente, eu e outros conselheiros fomos citados, não foram citados os nomes, mas... O que eu queria dizer é bem simples, eu queria dizer que não tenho nenhuma vergonha e esclarecer àqueles que não compareceram a essa reunião, que o que foi colocado é dentro do contexto, um exemplo da falta de transparência e do que acontece dentro do Conselho. Eu, particularmente, citei o caso do projeto do Zaffari da Carazinho e o conceito novo de transladação de área. Eu teria vergonha, Arquiteto Gomes e colegas, de ficar calado, pois quem cala consente. Eu teria vergonha de ficar calado. Não tenho nenhum receio, pelo contrário, eu tenho muito orgulho disso e tenho certeza que os meus colegas também. Obrigado. Eu vou ler o parecer... **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** É importante, senão a gente volta para o debate. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu sei, mas é que não podia deixar em branco, porque muita gente não sabe o que aconteceu. Eu vou ler direto, porque é mais rápido, mais enxuto: *Trata-se de aprovação de EVU de imóvel situado na Rua Marechal Andréa, 350, além de resolução com alterações de traçado viário. A proposta consiste em parcelamento do solo com recompra da área para equipamentos públicos, além de construção de conjunto arquitetônico composto por duas torres*

residenciais, uma com salas comerciais e um conjunto de lojas. O imóvel está situado no quarteirão formado pelas duas Marechal Andréa, Quatorze de Julho, Frei Caneca, Barão do Rio Branco, Líbero Badaró e Doutor Nilo Peçanha. O requerente do imóvel solicita os benefícios, a flexibilização de volumetria (do regime urbanístico da subunidade dois para todo o terreno no que tange a volumetria de 9m para 52m). Aumento do porte das atividades comerciais, utilização do solo criado e transferência de potencial construtivo Alteração dos limites das faces do quarteirão pela solicitação de alteração do traçado viário da Rua Osório Tuyuty de Oliveira Freitas. Conversão das áreas de destinação pública em moeda corrente, recompra, com o objetivo de utilização do referido valor no custeio de realocação das famílias instaladas naquele local por mais de 50 anos, conhecido como Vila Caddie. Leito viário projetado para o prolongamento da Rua Osório Tuyuty. Apresenta fato material com desenhos, fotografias plantas, colocação dos imóveis, estudo volumétrico, paisagístico e uma série de ilustrações que simulam a situação futura, imagens gerais do empreendimento. Informa, entretanto, que as imagens são meramente ilustrativas e poderão sofrer alterações, inclusive, com os equipamentos. A análise do material apresentado, assim como a proposta do requerente, ajuda na visualização da volumetria pretendida, mas também pode transmitir uma imagem desvirtuada e aos desavisados entre "vender uma ideia distorcida do produto a ser edificado". Destaco as ilustrações contidas no Documento 12204900 a partir das folhas 24 a 30, em especial as vistas 1, 2, 3, 4, 6, 12 e 15, que apesar dos recursos gráficos tão bem utilizados demonstra de maneira inequívoca o porte e a barreira visual que será edificada junto a Rua Marechal Andréa. Essa face do EVU, como bem comentou Conselheiro Rômulo em suas observações, não apresentam nada em termos de urbanidade, as chamadas fachadas ativas ou vivas dão lugar a um acesso das torres residenciais, outro acesso à torre comercial e, por fim, o terceiro acesso às atividades de serviços. Zero animação e permeabilidade, mesmo considerando-se área verde linear contida dentro de cortina envidraçada. Não acredito que esta volumetria será absorvida pela região já tão conflitada do ponto de vista da paisagem urbana e infraestrutura viária, consequentemente sobre a ótica da circulação e mobilidade urbana se repetiram em obras que obrigarão o poder público a investir no futuro breve, seja em viadutos, túneis, trincheiras, passarelas, entre outros. Outro fato é destacar refere-se a proposta do requerente com a orientação do DEMHAB de remoção das famílias, da denominada Vila Caddie, localizada naquele sítio por mais de 50 anos. Importante relembrarmos que o nome Caddie se deve aos meninos trabalhadores daquela comunidade, que serviam e servem aos praticantes de golfe do Country Club, vizinhos da área, carregando seus apetrechos para a prática do esporte. Essa observação demonstra, inequivocamente, que os moradores da Vila Caddie já habitavam aquele sítio antes mesmo da urbanização daquele retalho da cidade. Constatamos cada vez mais nossa Porto Alegre sendo loteada em grandes bolhas, seja através de condomínios privados, seja através das políticas públicas, que ao invés de proteger as populações mais carentes e, consequentemente, a harmonização e miscigenação tem incentivado a sua segregação e, consequentemente, marginalização. O planejamento da cidade não consegue absorver que o conceito de uma cidade miscigenada não significa apenas a miscigenação das atividades, o conceito de miscigenação é muito mais amplo, significa uma comunidade vivendo em harmonia, independentemente de sua condição social. Significa misturar, misturar o residencial com comercial, o comercial com industrial, desde que compatível obviamente. Significa as populações de maior poder aquisitivo vivendo harmonicamente com as de menor poder. Até porque uns prestam serviços aos outros, isso é plenamente factível na presença situação, onde os moradores da Vila Caddie são os mais antigos habitantes daquela região, construíram suas famílias, as relações sociais e de trabalho e

emprego. Não me resta dúvida que os vilacaddienos, peço licença àquela população para chamá-los assim, tem o legítimo direito real de permanecer em local onde historicamente estiveram, até mesmo de qualquer gravame de traçado viário, loteamento, desmembramento, etc., ocupam aquela área desde o tempo que eram terras com campo de pastagem ou mato espesso, abandonado, criatório de cavalos, córregos ao ar livre, esconderijo de pássaros e outras espécies. A Lei Federal nº 10.257/2001, denominada Estatuto da Cidade, veio consagrar alguns conceitos de desenvolvimento urbano sustentável, que regulamentou o que já era esperado de uma sociedade mais desenvolvida, justa e fraterna. Entre alguns desses conceitos que regem o desenvolvimento urbano que estavam ou foram incorporados ao nosso Plano Diretor, destacou a concessão do direito real de uso para as áreas públicas e o direito consagrado ao usucapião, que se aplica ao presente caso. Consta no presente processo material referente à audiência junto à Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Em despacho o promotor solicita que seja remetido pela Prefeitura cronograma para o cumprimento do julgado, a fins de evitar outras providências judiciais para implementar a execução da decisão transitada em julgado. Pergunto: qual a decisão do MP remover as famílias, conforme era costume ou dar oportunidade digna de morar perto de seus empregos, familiares, relações sociais, conforme consta na nossa lei federal? O MP teve conhecimento desta possibilidade no processo no presente caso? Foi sugerida essa situação ou tentada essa situação? Se realmente queremos uma cidade mais humana e, consequentemente, uma população vivendo em harmonia, com emprego e trabalho próximo, com autoestima e orgulho das suas origens, o que reflete em menos cercas elétricas, grades, arames farpados, onde possamos transitar livremente, o caminho é este. A miscigenação tem que ser integral, de verdade, vale para as atividades, vale para as pessoas. Ao contrário, se querem uma sociedade e, consequentemente, uma cidade cada vez mais segregada, vivendo em bolhas artificiais e/ou em bolsões de pobreza, se querem mais muros, investir cada vez mais em segurança privada, cercas eletrônicas, sistemas de monitoramento à distância, sair com segurança particular em carros blindados com armamentos sofisticados para garantir sua proteção o caminho é esse. Afastem as populações carentes, tirem-nas do local de origem onde moram e têm direito igual de permanecer. Construa um local com praças privadas para servir apenas a uns e valorizar mais ainda as áreas particulares, planejem a exclusão e marginalização das populações mais pobres. Levem para bem longe... (Sinalização de tempo esgotado). Eu estou na metade, Secretário, se não der para ouvir. Todo mundo tem direito, mas eu sei que não vou ter. Então, vou terminar essa parte. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Eu peço que o senhor conclua, eu lhe dou mais tempo. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Estou concluindo. Obrigado. (Segue): *Planejem a exclusão e marginalização das populações mais pobres. Levem para bem longe, tirem as oportunidades de emprego e oportunidades, sucateiem o transporte público. Essa receita já é conhecida, está na panela de pressão urbana, é só esperarmos explodir. Conclusão: discordamos frontalmente deste planejamento que favorece o grande poder econômico, monopolista e predador, cada vez mais expulsando as populações mais pobres para as periferias, para a informalidade, para a marginalidade. Sim, porque os investimentos públicos, assim como a oferta de oportunidades e empregos não estão na nossa periferia. O transporte público de qualidade, as vias bem pavimentadas com ciclovias não chegam ás nossas periferias. Tudo me nome de um falso desenvolvimento, de uma cidade mais limpa, mais bonita, mais humanizada. Isso é falso, a nossa cidade está se*

tornando mais desumanizada, mais feia, mais suja, menos harmônica, mais agressiva, mais vazia e sem graça. Até mesmo para aqueles que vivem em suas bolhas, protegidas diuturnamente por seguranças armadas. A agravante dessa situação são as diversas irregularidades tão bem apontadas nos pareceres de vista apresentados pelo ACESSO, assim como o parecer de vista apresentado pela ABES, quando juntados a este expediente. Entre essas, destaco o descumprimento do que está disposto na Lei Complementar nº 434/99, atualizado e compilado até a Lei nº 667/2011, incluindo a 646/2010, em seu Capítulo III dos mecanismos de participação na gestão de informação e de avaliação. Nomeadamente o art. 44, que assegura a participação comunitária em nível regional e local, assim como seus incisos II, onde consta que para garantir a gestão democrática da cidade deverão ser assegurados a divulgação de informações de empreendimentos e atividades em seu inciso III, onde consta que deverão ser utilizados os debates, consultas e audiências públicas como instrumentos de garantia da gestão democrática da cidade. Face ao exposto, não podemos concordar com esse processo irregular e, acima de tudo, elitista de desenvolvimento da cidade, que contraria frontalmente o Estatuto da Cidade, portanto, nossa constituição federal. Meu voto é CONTRÁRIO À APROVAÇÃO DO EVU, assim como a resolução que acompanha, pois expulsam uma população que vive há mais de 50 anos na região, nasceu na região, trabalha na região, enfim, construiu uma vida naquele local. Entendemos viável o empreendimento, desde que consiga absorver de forma planejada e com qualidade aquela população no local, para que tenha seus direitos constitucionais atendidos, além de uma oportunidade de trabalho, emprego e, consequentemente, uma vida harmônica e digna. Pode-se até pensar no translado, argumento tão defendido pelos técnicos, das famílias para outra parte do terreno, os que estavam de um lado vão para o outro, os que estavam no outro lado vem para cá. Isso aí significa atendimento ao que pede o Ministério Público. Desculpe a última observação, não estava no processo. Porto Alegre, 02 de março. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Hermes, pelo relato de vista, manifestação. Na sequência consulto o Conselheiro Rafael Passos do IAB se vai fazer relato de vista. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Sim. (Leitura): *O Processo em tela traz consigo duas solicitações a este Conselho, a resolução para novo traçado viário e apreciação de EVU de empreendimento com uso comercial/residencial a respeito do projeto arquitetônico cabe apontar que no entendimento deste Conselheiro a intenção propalada de propor uma implantação que promova fachada ativa, entre outros, não passa da mera intenção. A atividade comercial fica restrita à porção do terreno junto a Avenida Nilo Peçanha, enquanto em toda fachada junto a Marechal Andréa é proposto um tratamento paisagístico. A fachada junto a Frei Caneca, por sua vez, tem um tratamento de fundo de quadro, sem qualquer atividade que promova segurança ou urbana apresenta propósito localizado em área espiritual espremido entre o novo traçado da Rua Frei Caneca e os muros do clube direito das famílias ali residentes permanecer no local ignorado conforme parece é manifesta a vontade da Comunidade quanta solução do projeto para Avenida Marechal Andréa paisagístico proposto não trará qualquer animação como afirma também Conselheiro como craftar a solução vá na direção oposta os princípios mais básicos do banco organismo ao propor uma quadra longa inóspita qualquer pessoa que se veja na condição decorreu em texto encaminhado a todos os conselheiros você me deu lá na própria área de que seja promovida a mesma devido organização o haveria ação judicial o que eu ponha isso ou que determine a solução adotada de compra assistida parece-nos importante quando se trata de acatar, para essa proposta localizada em área residual, espremida entre o novo traçado da Frei Caneca e os muros do clube. O*

direito das famílias ali residentes de permanecerem no local é ignorado, conforme parece é manifesta a vontade da comunidade. Quanto à solução do projeto para a Avenida Marechal Andréa, o tratamento paisagístico proposto não trará qualquer animação, como afirma também o Conselheiro Rômulo Krafta: "A solução vai na direção oposta aos princípios mais básicos do bom urbanismo, a propor uma quadra longa e inóspita a qualquer pessoa que se veja na condição de percorrer". Texto encaminhado a todos os conselheiros do CMDUA, texto intitulado - Ponderações sobre a Vila Caddie. A Via Caddie não é uma ocupação recente, pelo contraio, durante décadas gerações vivem e se identificam com aquele lugar da cidade. A determinação do Tribunal de Justiça, a qual consta do processo, exige o reassentamento das famílias em área devidamente urbanizada. E, salvo melhor juízo, não nos parece impedir o reassentamento na própria área, desde que seja promovida ali mesmo a devida urbanização. Ou haveria na determinação judicial algo que se opõe a isso? Ou que determine a solução adotada de compra assistida? Parece-nos, portanto, que não se trata de acatar decisão judicial, mas de levar a cabo mais um episódio de uma política de reassentamentos que tem contribuído em muito para que Porto Alegre figure entre as cidades com maior segregação socioespacial entre todas do país. Em manifestação nesta sessão a Procuradora Cristiane Catarina afirma que é necessária retirada das famílias daquele local para reassentamento em outro local diferente deste, que não está explícita na decisão judicial, mas implícita na definição do teu termo. O termo reassentamento é polissêmico para o seu uso por diferentes campos do conhecimento e da técnica. Afirma ainda a Procuradora que o termos se opõe ao termo de regularização. Discordamos da definição da cara procuradora quanto ao significado implícito do termo, o termo reassentamento opõem-se sim à permanência das famílias naquele assentamento com aquelas características urbanas, devendo, portanto, ser promovida a realização de um novo assentamento, seja ali ou em outro local. Nada impede, portanto, a permanência dos moradores naquele lugar da cidade, desde que se desenhe ali uma nova forma de assentamento, atendido por todos os serviços que qualificam um assentamento como urbano. Se por um lado tempo a demanda de reassentamento das famílias, por outro temos um projeto, cuja implantação propõe a criação de uma praça no terreno, que contradiz todos os preceitos técnicos para tal atividade, o que, objetivamente, impediria que ali onde se propõe forçosamente uma praça, promover uma edificação residencial multifamiliar para reassentar, senão todas, ao menos uma parte das famílias residentes. A retirada de famílias de áreas historicamente ocupadas não só ataca o direito à moradia, mas o próprio direito à cidade democrática e sustentável. Quebra-se o tecido social, as relações econômicas e promove-se muitas vezes uma vida mais cara às famílias, afinal, através da política de compra assistida restam áreas da cidade distantes dos centros urbanos dos locais geradores de oportunidade de trabalho. Enfim, somados todos esses assentamentos, grão a grão, geram novos problemas sociais, talvez toleráveis e até mesmo louvados, pois assim se garante a imagem de cidade que se quer vender. A opção pela compra assistida por sua vez não parece encontrar respaldo na legislação para que seja realizada no âmbito deste processo, uma vez que não se verifica tal possibilidade previsto no art. 138 da LC 434/99 e alterações posteriores. Poderia até mesmo ser considerado ato de improbidade administrativa. Mas não vivemos na cidade de imagem, vivemos na cidade real com todos seus conflitos, mas parece que tal decisão, condizente com os princípios do Plano Diretor, de promoção de uma cidade miscigenada com perfis socioeconômicos, entre outros aspectos, princípios amparados na ideia de direito à cidade, proposta por (Inaudível) e que embasa conceitualmente todo o arcabouço normativo da política urbana brasileira e porto-alegrense. Quanto à área doada nos termos do art. 149 da LC 434/99, alterações posteriores, no PDDUA, consideramos que a área doada para fins

de área pública, praça é inadequada para tal finalidade, por suas características morfológicas que não trazem, portanto, benefícios públicos relevantes. Outrossim, poderá gerar um lugar de insegurança e abandono, como tão bem colocado por Krafta em texto supracitado. Se por um lado pode-se até considerar o questionamento quanto à solução arquitetônica como uma intromissão na autoria, em que pese o fato de que o CMDUA possa ter essa prerrogativa, quando tais soluções afrontem os princípios e objetivos do PDDUA, por outro, não se pode considerar tal intromissão a proposta de alteração da diretriz viária. Em resumo, parece-nos impertinentes a proposta de EVU e de alteração de diretriz viária, por considerarmos diversos aspectos que infringem o interesse público coletivo, no caso das famílias da Vila Caddie e difuso no caso da destinação de área imprópria para implantação de praça. Considerando todo o exposto, manifestamos CONTRÁRIOS À APROVAÇÃO DO PROCESSO INTERNO e propondo a realização de audiência pública para ampla discussão deste processo e seus impactos sociais. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Rafael Passos, pela manifestação, relato de vista representando o IAB. Na sequência a gente tem, consulto o Conselheiro Emerson se vai fazer seu relato de vista? **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Boa noite, Presidente, conselheiros. Vou fazer um breve relato. Acho que já foi bem discutido perante o Conselho, o entendimento da área, o local. Eu quero fazer uma manifestação em relação ao despacho que encontra-se no documento do SEI do processo, que valida o objeto, foi favorável à aprovação do EVU. Trata-se o presente EVU de projeto urbanístico de parcelamento do solo da edificação, na situação prevista pelo art. 149. Alguns pontos aqui já foram apontados pelo próprio Hermes, é um projeto especial de impacto de segundo grau, conforme o art. 61, inciso I, trata-se de um empreendimento de grande porte, conforme Anexo 11.2, fl. 1, modificado pela Lei nº 646/2010-PDDUA. E aqui tem alguns itens relacionados, que diz respeito ao Parecer 084, que é de submissão ao regime urbanístico da subunidade 02 para todo terreno, que tange volumetria de 9m para 52m de altura, que é o ganho de teve o empreendimento. Aumento do porte da atividade comercial, item 1.2; item 1.3 utilização do solo criado e transferência do potencial construtivo; item 1.4 alteração dos limites das faixas de quarteirão pela solicitação de alteração do traçado viário da Rua Osório Tuyuty de Oliveira Freitas; item 1.5 conversão das áreas de destinação pública em moeda corrente, recompra, com o objeto de utilização do referido valor para o custeio da realocação das famílias instaladas sobre o leito viário projetado, para o prolongamento da Rua Osório Tuyuty, ocupação conhecida como Vila Caddie, que vai atender as possíveis contrapartidas decorrentes da implantação do empreendimento e recompor o leito da via ocupada, dando continuidade até o mesmo Rua Frei Caneca. Então, consta nesse despacho sob o SEI 18.0.000113141-5 e as considerações da CAUGE no nº 20.0007203006, como minuta de resolução e ajuste da subunidade. O documento foi datado em 27/11, eletronicamente, pela Sônia Maria dos Santos Castro, gestora da SMDE. O que eu quero colocar em relação a este processo? Entendo que o DEMHAB e demais órgãos estão imbuídos em achar uma solução para este caso, para de melhor forma atender esta comunidade, como se trata também de uma compra assistida, bônus moradia ou atendimento reassentamento, que foi comentado pela Promotora Catarina, que o processo vem sendo discutido desde 2013, já está transitado em julgado. Então, também tem essa intervenção judicial. Quero ressaltar que os processos como este da Vila Caddie e outros que propõe a desapropriação e reassentamento de famílias em leito de rua, diretrizes viárias, devem ser melhor discutidos com a região de planejamento local e interessados. Eu acho que falta ainda essa

participação da região de planejamento na discussão junto à comissão principalmente. Está faltando esse ponto de ligação entre região de planejamento e comissão para não chegarem essas surpresas que a gente vem acompanhando, algumas surpresas de desapropriação ou diretriz viária. Ainda falta uma interlocução de comissão RGB e comunidade. Tudo que é comentado junto ao Plano Diretor da participação popular está faltando isso, está faltando essa interlocução para melhorar esse entendimento e a gente entende que a regularização fundiária é um contexto muito amplo ainda para a Cidade de Porto Alegre, tem muitos locais irregulares, tem muitas comunidades em leito de via e isso deve ser melhor discutido. Em relação às diretrizes viárias são assuntos de extrema importância para o desenvolvimento urbano e ambiental da cidade e por esse motivo deve ser ponto de pauta para o novo e futuro PDDUA. Então, eu gostaria que fosse um ponto de pauta para essa discussão, porque vai haver outros casos, a gente já tem casos em diligência para ser discutido, é um ponto superimportante a questão das diretrizes, porque são situações que vão envolver comunidades e vai dar todo esse contexto social. No meu ponto de vista, entendo que nem as regiões e nem o Orçamento Participativo não querem ser tachados como promotores de desapropriação ou remoção de famílias carentes, temos que deixar bem claro isso. Nós entendemos que é o papel do CMDUA como Conselho, são processos que são aprovados junto às comissões, essas comissões já vêm com resoluções elaboradas, como é o objeto que eu citei antes do despacho, mas que devem ser melhor discutidos com as comunidades e região de planejamento. No meu ponto de vista, como representando o OP, entendo que esse processo poderá abrir uma pauta de discussão ampla no quesito “desapropriação e regularização fundiária”. O meu voto neste processo é FAVORÁVEL, acompanha a relatora, mas com essas ressalvas de melhorar a participação. Entendo que estamos no tempo de pandemia, estamos em bandeira preta em Porto Alegre, com dificuldades de fazer reuniões, aglomerações, mas a partir do princípio deste processo que haja uma melhor discussão com as regiões planejamento. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Emerson, pelo relato de vista, trazendo o seu posicionamento com relação ao processo. Conselheiro Mark, temos relato de vista? **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Sim, temos relato de vista. Eu vou ler o pequeno texto que fiz: *O meu breve relato de vista é no sentido de apoiar os direitos da população residente e que, aparentemente, não foi levado em consideração quando deveria ser o centro desta proposta de melhoria. Não me sinto em condições de debater sobre perspectivas, plantas, recuos, desenho urbano, permeabilidades, enquanto a população moradora é massacrada. Sim, eles importam sim! Como é um processo complexo e difícil não seria possível adotar uma atitude de demolir tudo e lançar essa população da periferia abandonada. O setor público e o setor privado têm responsabilidades sociais. Pergunto, foi estudada a hipótese de melhor urbanizar a área, mantendo a população? Teríamos que discutir publicamente os orçamentos dessas alternativas, conhecer custos e benefícios em um projeto dessa magnitude e com essas ambições. Não se pode decidir sobre um processo com tanto impacto social e econômico e não confrontarmos custos-benefícios, perdas e ganhos. Tomar uma decisão dessa importância no escuro não é possível, precisaríamos saber dos custos das famílias, da Prefeitura, do empreendedor e os eventuais ganhos, tanto das famílias como da Prefeitura, como do empreendedor para podermos avaliar e decidir. Decidir apressado em um processo tão complexo e que envolve muito valor, sem o exame sério das alternativas para a permanência das famílias caracteriza uma temeridade. Nessa nossa decisão aqui pode impelir a retirada das famílias sem que tenham assegurados os seus direitos. Vejo que uma das principais justificativas é o problema do gravame, que eles*

estariam ocupando uma área prevista no Plano Diretor. Como nós já temos bastante hábito no Conselho, sabemos que é possível alterar gravames dentro da cidade, especialmente, em um momento como este e em um tema como este, com a importância que ele tem. Então, nós poderíamos modificar a razão primária dessa ação, que seria a ocupação das famílias no leito de via pública, esse leito poderia ser alterado e ser compatibilizado no Conselho. Essa justificativa seria o enorme interesse social e o impacto social que lhe traria. Dessa forma, voto para que a comunidade seja escutada e que haja consideração de um projeto alternativo para a permanência dos moradores. Não aprovo o relato da relatora e VOTO CONTRÁRIO. Muito obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Mark, pelo relato de vista, as considerações feitas. Conselheiro Claudete, tem uma Questão de Ordem? **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Não, Secretário. sempre que eu peço uma questão, depois ela se encontra preclusa, né. Já venceu, mas parece que o Secretário vai encerrar a sessão agora e nós vamos retomar na sessão seguinte. Aproveito, Secretário, a oportunidade, porque eu fiz um questionamento lá sobre as nossas eleições, lá no período de Comunicação, para eu não ter que retomar na sessão que vem, o senhor poderia nos fazer a colocação. Nós fizemos o pedido da vinda do TRE e da PROCEMPA para a gente poder analisar uma proposta para as eleições do CMDUA. Obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem, Conselheira Claudete. Nós vamos na medida do possível colocar em pauta, em reunião específica para tratar das eleições. Então, talvez se ser na próxima, que a gente avança nesta pauta, na outra a gente consegue colocar na discussão o processo de eleição. Então, está esclarecido, não precisa questionar na próxima. Está bem, Conselheira? Obrigado. Nesse sentido, Senhores Conselheiros, são 20 horas. Nós teríamos mais o relato da Conselheira Claudete, que sem dúvida vai ser extenso, como a gente sabe. Então, eu passo para a próxima reunião a continuidade desta pauta, lembrando que depois do relato de vista a gente ainda tem a discussão do processo em pauta e depois a votação. Lembrando aqueles que nos assistem pelo YouTube, que última reunião, se forem acessar lá, quando esse processo chegou em pauta a Equipe do Planejamento fez uma apresentação da localização do empreendimento, do que se trata para que todos possam se situar. Como já tínhamos avançado isso nas reuniões passadas, nesta reunião de hoje a gente já foi pontualmente nos relatos de vista, que tinha uma série de relatos de vista colocados. Então, a gente avançou nos relatos de vista e deixamos para a próxima reunião a conclusão e a discussão em si, também a votação. Obrigado, Senhores Conselheiros, pela paciência, pela troca, pela compreensão, sigamos o debate das melhores práticas para a cidade. Abraços. **(Encerram-se os trabalhos da plenária às 20h00min).**

_____ _____

Germano Bremm **Secretária Executiva**

Presidente **Relatora**

Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2021, ... retificações:

ATA ORDINÁRIA Nº 2881/2021

Aos nove dias do mês de março de dois mil e vinte um, às dezoito horas, reuniram-se para Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, via ZOOM, denominado PLENÁRIA VIRTUAL DO CMDUA, em razão do decreto municipal a fim de combater o coronavírus e a propagação da pandemia entre as pessoas, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira (Titular), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Artur Ribas (Titular), **Gabinete do Prefeito – GP**; Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN**; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), **Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS**; Carolina Wallau de Oliveira Kessler (1ª Suplente), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE**; Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM**; e Luciane Martins Pinheiro (1ª Suplente), **Secretaria Municipal de Governança Local**. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS:** Rômulo Krafta (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**; Darci Barnech Campani (Titular), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Claudete Aires Simas (Titular), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH;** Sérgio Saffer (Titular), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA**; Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS**; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS**; Hermes de Assis Puricelli (Titular), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS**; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), **Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS**; Rogério Dal Molin (Titular), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:** Felisberto Seabra Luisi (Titular) e Cláucia Faganello (1ª Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Tânia Maria dos Santos (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4**; Ricardo Angelini, (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Dinar Melo de Souza (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8**; e Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP – HOCDUA. SECRETARIA EXECUTIVA:** Camila Maders Fonseca Coelho, **Secretaria Executiva da SMAMUS**; Patrícia C. Ribeiro, **Taquígrafa/Tachys Graphen**. **PAUTA: 1. Abertura; 2. Votação: 2.1 Atas; 3. Comunicações; 4. Ordem do dia**. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h12min. **1. ABERTURA. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Boa noite, Senhores Conselheiros. São 18h12min. A gente estava com um pouquinho de dificuldade de fazer a conexão com o YouTube. Lembrando que a gente está transmitindo ao vivo no nosso canal do YouTube da SMAMS. Então, todos aqueles interessados que quiserem participar, assistir a reunião, podem acessar por meio do nosso canal. Lembrando que aqui a sala é

interna, é a sala para os conselheiros para que a gente possa fazer a discussão pelo *chat*, também fazer as inscrições para o período de Comunicação. No entanto, é aberto na internet, no canal do YouTube da Secretaria a transmissão ao vivo das reuniões ordinárias. Enquanto solicito que os conselheiros interessados em fazer o uso do período de Comunicação façam a inscrição pelo *chat*, eu só vou fazer a leitura aqui dos presentes. Por favor, conselheiros que queiram fazer inscrição para o período de Comunicação, de 3 minutos, lembrando, como prevê a nossa resolução, faço a inscrição no chat. (Listagem dos conselheiros presentes na inicial). Se tiver mais algum conselheiro presente que, porventura, não tenha sido chamado, por favor, se inscreva ali no *chat* ou senão a gente vai tomar nota da presença no decorrer da reunião. Também saudamos a presença da Conselheira Cristiane Catarina, que vem agora representando também o DEMHAB. Veio a sua indicação para representação do DEMHAB. Como ainda não foi formalizada, está hoje presente, mas ainda quem representa é a Conselheira Lisiane na data de hoje, na discussão. Seja bem-vinda, Conselheira Cristiane Catarina. Sem dúvida, para agregar bastante no nosso debate aí. Então, Senhores Conselheiros, a gente tem uma representação externa inscrita para o período de Comunicação, é a Ângela da Silva, lá da Comunidade Vila Caddie, está inscrita, conforme prevê o Regimento, fez a inscrição. Eu consulto antes quem são os conselheiros inscritos para o período de Comunicação? Conselheiro Felisberto, Conselheiro Hermes, mais algum Conselheiro escrito? Conselheira Claudete também inscrita para o período de Comunicação, também a Conselheira Tânia. Então, Senhores Conselheiros, encerramos a inscrição para o período de Comunicação. Eu consulto, não vi presente a Ângela da Silva, da Vila Caddie. Não está presente. Eu acho que entrou outra representante, eu vi aqui da Vila Caddie, a Júlia. Quem fez a inscrição foi a Ângela da Silva. Júlia, está com a Ângela aí contigo? **Júlia da Costa Silva, Vila Caddie**: Olá, boa noite. Eu estive agora a pouco lá na Vila, ela ia entrar agora na reunião, não sei como ela estava de internet, porque eles estavam com alguns problemas lá. Eu tinha passado três nomes, seria o Marcelo Sgarbosa, isso na sexta-feira. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Não, a gente recebeu a inscrição através do Conselheiro Felisberto e da Ângela. Tu queres falar? Então, em substituição a Ângela. Podemos te autorizar a fala. **4. COMUNICAÇÃO. Júlia da Costa Silva, Vila Caddie**: Certo. Inclusive, deixar aqui a minha indignação com o DEMHAB de ter feito o cadastro indevidos e oferecendo cestas básicas em troca desse cadastro, né, enfim, as armadilhas que muitos braços dessas empreiteiras gananciosas usam para que se faça o empreendimento. Vai ser oferecida uma denúncia no Ministério Público, o Marcelo Sgarbosa, que é vereador e advogado dessa ação no momento. Eu estive lá na comunidade no sábado, eles relataram a indignação deles, porque eles não sabiam que se tratava de um cadastro para o DEMHAB com este processo de gentrificação. Oferecendo, inclusive, um auxílio emergencial, algumas pessoas receberam esse cartão, que eles foram pegar o cadastro. Assim, é lamentável e lastimável isso. Com relação à vila eles estão firmes e fortes, porque eles não querem sair de lá, é a casa deles, pessoas investiram muito para ficarem ali, é toda uma vida, isso mexe com muitas coisas do diário deles, porque eles trabalham. Eu tenho crianças ali que eu dou aula que tem deficiência, as escolas de perto que atendem essa comunidade, pessoas com deficiência que necessitam de médicos, fazem 30 anos que esses médicos vão na casa deles e atendem uma vez ao mês. É injusto, agora que o Country Club não precisa mais daquela população, se livrar deles assim tão fácil. E, por sua vez, o Zaffari, que não tem vergonha na cara. Eu não sei se vocês conhecem a história, mas muitas vezes os caddies ali da vila eram tirados de sala de aula, menores de idade sendo tirados de sala de aula para servir aos jogadores do Country Club. Eu tenho alunos da minha primeira turma de 8

anos atrás que ainda trabalhavam ali, hoje essas crianças estão com 20 anos de idade e não vai ser fácil, não vai. É uma luta árdua? É, mas eu confio na letra da lei, o dinheiro manda, eu sei que manda, eu conheço o dinheiro, eu não sou ingênua de acreditar que o dinheiro não manda, mas eu confio na letra da lei. Eu não sei se o Ministério Público está aqui hoje, e tem um promotor que é a favor da causa deles, eu sei que a empreiteira se incomodou e vai se incomodar um pouquinho mais. Eu não estou para brincadeira, são 8 anos indo ali, conhecendo 80 famílias, que eu entro na casa deles, é todo final de semana praticamente, agora com a pandemia não muito, mas é onde eu desenvolvo esse trabalho. Eu sou analista comportamental, durante a semana eu trabalho na VECMA e no final de semana eu faço esse trabalho voluntário. Eu não ganho nada para estar ali, eu não faço para aparecer, eu faço porque eles têm direito de ter conhecimento, porque conhecimento a gente adquire, mas também não é para ficar guardado em uma gaveta atrás de uma mesa. E o meu trabalho na VECMA começou como voluntariado, inclusive, né. Então, desde 2007 eu trabalho na Vara de Execução Criminal. Então, a Caddie merece respeito, o que não estão dando, não estão entendendo qual é a situação da Caddie, não são – Ai, pobrezinhos, para ver que não tem esgoto ali! Mas são coisas que eles já pediram para a Prefeitura, inclusive, tem uma carta de providência lá, com relação a árvores também que precisam ser cortadas. E já que se fala tanto em um sistema humanitário, não estão respeitando o artigo 5º, essas pessoas estão à mercê de uma vontade de uma empreiteira, que simplesmente chegou, que estava tudo certo e todo mundo acreditou. Eu deixo aqui minha indignação e eu paro por aqui, porque senão a conversa vai ficar bem mais feia do que já está. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Júlia, pela manifestação no período de Comunicação Externa, como prevê o Regimento. Questiono se temos alguma observação por parte dos conselheiros ou liberamos para o período de Comunicação? Conselheira Tânia, Conselheiro Rafael Passos. Encerro e depois a gente tem o período de Comunicação. Conselheiro Felisberto. Só esclarecendo, o Dr. Marcelo não se inscreveu para o período de Comunicação previamente, conforme prevê o Regimento Interno. Então, ele pode acessar a nossa reunião, visualizar externamente. Conselheiro Tânia. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Eu gostaria de fazer uma observação sobre essa denúncia que foi feita, que é seriíssima, que foi feita pela companheira aí, a Júlia, da Vila Caddie, falando que os moradores foram enganados através de um “cadastro”, dado em troca de benefícios, em troca de uma série de coisas, eu acho que isso deve ser investigado, porque não é assim que se procede, principalmente um órgão como o DEMHAB. Então, eu acho muito estranho isso tudo estar acontecendo ali como uma barganha, ludibriando os moradores para que eles fizessem um cadastro, sem falar exatamente o motivo do cadastro. É isso. Obrigada. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Eu quero cumprimentar a Júlia, mas de qualquer maneira já estou contemplado pela fala da Tânia. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa tarde. Boa noite a todos e a todas, em especial para a Júlia e a comunidade da Vila Caddie. É interessante a gente ver a consideração que o órgão público estabelece como um (Inaudível/interferência no áudio) o órgão público deve trabalhar em função das comunidades e essa denúncia que a Júlia faz é muito grave. Ludibriar as pessoas ou tentar enganar com um cadastro que oferece cesta básica e auxílio, é muito grave, isso deve ser verificado. Então, isso é estarrecedor. E a gente nota que há um processo de exclusão das comunidades e dos seus territórios, isso não pode passar em brancas nuvens. E nós do Conselho, principalmente os conselheiros de regiões, devemos nos posicionar sobre isso. (Sinalização de tempo esgotado). Porque hoje acontece na Região 2, amanhã pode

acontecer nas outras regiões. E nós temos que tomar um posicionamento. (Sinalização de tempo esgotado). Está bem, obrigado. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Eu gostaria que fosse esclarecido isso, a Júlia disse que mandou um e-mail na sexta-feira solicitando a inscrição de três nomes e agora está sendo negada a participação do Dr. Marcelo Sgarbosa, que tentou entrar e não foi aprovada a entrada dele na sala. Ele está lá esperando, se houve um e-mail, acho que dá para confiar na pessoa que está aí, a Júlia, né, de maneira a confiar na palavra dela, que ela mandou e-mail. Então, liberar a participação do Dr. Marcelo Sgarbosa, pelo menos pelos 3 minutos que ele tem direito. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Darci. A gente verificou aqui, a inscrição foi feita pelo Conselheiro Felisberto, a Júlia trouxe uma série de questões, mas não fez a inscrição para o período de Comunicação. Trouxe um e-mail bastante confuso sobre o tema, e, inclusive, foi respondido pela Secretária Executiva. o Conselheiro Felisberto foi muito assertivo, inscreveu a representante Ângela da região. Como veio do e-mail da Júlia, em dúvida a gente abriu o microfone para a Júlia imaginando que talvez a Ângela estivesse junto com ela. Então, Senhores Conselheiros, as inscrições do período de Comunicação. A gente tem inscrito o Conselheiro Felisberto, Conselheiro Hermes, Conselheira Claudete e Conselheira Tânia. Abro, então, a palavra ao Conselheiro Felisberto para fazer o uso do período de Comunicação pelo período de 3 minutos. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Primeiro, quero reiterar que apenas acrescentei mais um nome, porque sabia que a Júlia e o Marcelo Sgarbosa se inscreveriam. A Ângela eu entendi que era importante vir, até porque no meu parecer de vista faço menção a "Dona A", que é exatamente a Ângela que relata todo aquele histórico que está no meu parecer. Segundo lugar, quero dizer, quando a gente vai no Ministério Público, a gente vai em defesa da lisura e da transparência de um processo. Mesmo quando a gente é derrubado neste Conselho e a gente entende que a maioria vence aqui, mas nós não podemos aprovar projeto onde a gente pode constatar irregularidades e muitas vezes os processos não são fornecidos com todos os documentos. Muitas vezes em um processo fica faltando link com outros processos e a gente acaba descobrindo na leitura dos processos. Isso deve ser fornecido a todos os conselheiros, com total transparência. Então, nós conselheiros temos obrigação de analisar com muito cuidado e também temos compromisso, principalmente das regiões, com as comunidades que estão no nosso território, porque são essas comunidades que nos elegem. Não é o grande capital, em algumas até pode ser o grande capital, mas na maioria das regiões são as comunidades que estão no território que nos elegem. E nós temos compromisso com essas comunidades. Então, é importante que a gente tenha esse cuidado, porque hoje é a comunidade da Vila Caddie, amanhã pode ser em outra região e nós já tivemos exemplo na Tronco, em que se sofreu um processo também da compra assistida, bônus moradia e a gente viu o caos que deu, inclusive, com denúncia. Então, é importante a gente ter cuidado e verificar bem as demandas e a vida das pessoas, os direitos que muitas vezes não são respeitados por quem deveria cuidar disso, principalmente quem é funcionário público, ele não deve estar a serviço do empreendimento e sim das comunidades e da legalidade. Muito obrigado! **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Boa tarde a todos, em especial para a nossa não convidada, mas que se convidou para falar, a Júlia. Eu pedi a palavra inicialmente para falar sobre um assunto, que são as atas, mas eu não vou perder meu tempo com as atas, porque este assunto é bem mais importante. Eu só queria falar o seguinte sobre as atas são, 4.131 linhas, 91 folhas, 91 laudas, é possível aprovar atas assim, Secretário. Mais

uma vez eu já vou deixar claro que eu vou votar, obviamente, pela abstenção, porque isso é para não se discutir, é para votar no escuro. Sobre a questão da Vila Caddie venho aqui reiterar mais uma vez essa política higienista, quando nos acusam que a gente é ideológico, que a gente faz discurso político, eu estou relatando que essa forma de planejamento é uma forma política, é uma forma ideologizada. O mesmo vale para as pessoas que estão... Eu vou parar e fazer outro raciocínio, quando eu tinha 9 anos, eu acho que comecei a estudar a história do Brasil na escola, eu acho que todos aqui fizeram isso. E lá se falava que quando os portugueses chegaram, eles trocavam o nosso ouro e trocavam as nossas riquezas com os índios dando coisinhas, porcarias. Passaram-se mais de 500 anos e a gente consegue fazer igual. Não se criou nada de novo, essas elites hipócritas são imperialistas, querem dominar e querem elitizar a cidade, que é um bem comum de todos e para isso não tem nenhum escrúpulo de fazer o que fazem. E aqui houve uma denúncia muito grave, mas não precisava ser isso, é todo um discurso de higienização, de beleza, etc. e etc., enquanto que a nossa cidade está apodrecendo nas periferias. Eu fiz um relatório contundente sobre isso e todos aqueles que defendem esse tipo de coisa fazem parte dessa elite hipócrita, essa elite podre que o Brasil tem, que perpetua e cada vez aumenta mais a riqueza concentrada em nome de uns poucos e o resto da população pedindo, mendigando, implorando para ter o seu espaço. É isso, eu falo grosso, eu falo dessa forma porque o nível da minha indignação é enorme, eu não consigo entender de outra forma. Se sentirem-se ofendidos, faça, uma releitura da nossa história, façam uma releitura, leiam um pouco sobre sociologia e leiam um pouco sobre a história da humanidade. Obrigado. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Boa noite a todos e a todas. Eu imagino o que tenha acontecido com as pessoas que solicitaram a palavra ou que mandaram um e-mail, porque primeiro não havia sido recebido, mas depois foi recebido, que foi confuso, o mesmo com o meu pedido ali no *chat*, que eu pedi para falar em virtude da palavra externa, mas foi ignorado, né. A gente tem que confiar naquilo que as pessoas nos dizem, infelizmente. A respeito da fala externa, que eu fui suprimida de falar, como sempre né, chamou atenção, claro que me preocupa essa denúncia que vem sendo trazida, mas o fato que na apresentação encaminhada pela Doutora Cristiane, em determinado momento ela coloca assim: “Depois de 2015 a comunidade não nos deixou entrar mais lá”. E depois ela coloca mais abaixo que lá em outubro do ano passado, se não me engano, ela conseguiu realizar. Até fiquei em dúvida com relação a isso e mais ainda preocupada com a questão que vem trazida à tona agora. A segunda questão, Hermes, as atas são importantes sim, eu não sei se nós vamos votar hoje, porque fazem sessões e sessões que as atas, embora estejam na pauta, há um descaso da nossa Secretaria, do nosso Secretário, que sequer a gente vote elas. Existe um convênio, uma licitação, um contrato onde as atas têm que ser entregues a cada 7 dias e a última que nós recebemos atualizada deve fazer no mínimo uns 2 anos, ou seja, não há nenhuma preocupação com que essas atas cumpram realmente uma função a qual elas se destinam. A terceira coisa que eu gostaria de solicitar e eu gostaria que viesse aqui, o Artur trouxe outro dia, mandou um link para nós, ele colocou no site da Prefeitura a relação dos projetos prioritários. Nós tínhamos apenas 78 projetos prioritários naquela lista que constava no site, embora a própria menção ao texto apresentado falasse em 136. Então, tinha uma divergência ali de projetos prioritários. Além disso, cumpre que esses projetos prioritários que foram feitos com base em um decreto que não foi discutido aqui com o sistema de planejamento, que é o CMDUA, em função da Covid. Então, eu gostaria que isso fosse apresentado para nós conselheiros no que se baseiam, quais os critérios e como que funcionam esses projetos prioritários. Seria isso. Obrigada. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro**

– RGP. 4: Bom, na verdade, eu venho novamente falar sobre aquele projeto. Hoje eu estive numa reunião do Ministério Público com o Mato Sampaio, com relação a um gravame que vai ser feito no novo gravame em detrimento daqueles que iriam ser feitos, de botar uma praça e tirar as pessoas dali, foi feito um novo gravame e que vai entrar em votação agora. Foi bastante interessante a reunião, eu vou receber depois os mapas e as fotos e eu vou trazer aqui no Conselho para a gente falar, eu gostaria de falar sobre isso. Outra coisa, voltando a falar um pouco sobre aquele processo que eu não recebi ainda, eu falei justamente sobre isso e várias pessoas ficaram de me dar um retorno, mas até agora não recebi um retorno. Eu sei que é um projeto antigo, mas tem em várias coisas ali que a comunidade quer bater, principalmente os traçados viários dentro da comunidade. Outra coisinha, eu gostaria de pedir, Secretário, uma inversão de pauta, eu sei que tenho um processo que voltou, meu, só que eu tenho um evento, eu faço parte do Conselho de Cultura e eu tenho um evento agora, eu vou fazer a finalização da reunião da cultura cantando. Então, eu gostaria que invertesse essa pauta para que eu não me atrase. Vou ter que sair logo mais, mas eu retorno à reunião. Era só isso. Muito obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Tânia, pelos seus esclarecimentos. Só comentando aqui, de forma geral, a partir das comunicações externas, internas, lembrando que o período de comunicação é a oportunidade que todos os conselheiros têm para manifestar as diversas posições, não necessariamente o governo tem que responder todas as questões, é aberta nessa oportunidade de manifestação. Eu vejo as falas da Conselheira Claudete, que sempre tenta trazer uma linha de raciocínio, defendendo o ponto de vista dela, mas que não se conforma com a realidade por inúmeras vezes e por isso que a gente por muitas vezes não responde os questionamentos levantados pela Conselheira Claudete. É um direito dela fazer as manifestações das mais diversas formas. Lembrando que a inscrição para as respostas, que a senhora se inscreveu para a fala externa foi depois que a gente encerrou a inscrição, por isso que não lhe demos a oportunidade da fala. Em relação às atas a gente atende aos pedidos dos próprios conselheiros, que muitas vezes demandam no sentido de terem mais tempo para avaliar. Olha o exemplo do Conselheiro Hermes, que trouxe toda a quantidade de folhas em relação às atas, por isso a gente sempre dá um tempo mais significativo para que vocês possam avaliar e, principalmente, quando temos pautas mais complexas, a gente avança nas pautas. Outro ponto importante destacar, dizer que aqui foi devidamente esclarecido esse processo relacionado ao empreendimento na Rua Marechal Andréa, a gente teve as reuniões realizadas nas sessões dos dias 23/02 e 02/03. Então, para a correta compreensão do tema, se, porventura, alguém que esteja nos assistindo e não consiga entender aquilo que está se debatendo, pode acessar a reunião lá disponível em nosso canal no YouTube no dia 23/02 e depois do dia 02/03, onde tivemos todos os esclarecimentos jurídicos feitos pela Procuradora Doutora Catarina, representante do DEMHAB, com relação ao processo judicial, ficando bem claro, naturalmente, que não se trata do empreendimento estar retirando as famílias dali. Na verdade, o empreendimento é uma alternativa que o município encontrou para cumprir a determinação judicial com relação à retirada das famílias dali. O empreendimento não se localiza onde estão as famílias ocupando, elas estão hoje ocupando uma área pública, em função disso teve uma demanda judicial, discutida com o município, feitos todos os recursos possíveis e transitado nesse momento em julgado. Então, o empreendimento é uma alternativa, por ser próximo ali a gente fez uma composição de que os recursos decorrentes da contrapartida, do parcelamento do solo ali do empreendimento pudesse ser transformados em compra assistida, dando essa alternativa para os moradores que teriam que ser realocados do

local, poderem comprar um apartamento em outro local, a partir dos critérios definidos, dos decretos, regulamentações, as ações correlatas que tratam dessa modalidade. Então, nesse sentido a gente avança para a nossa pauta. **4. ORDEM DO DIA. ITEM 4.7 – CFL PARTICIPAÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA. (EVU Avenida Marechal Andrea)**, dando continuidade ao expediente que já abrimos na sessão passada. É importante a gente estar dentro de um processo sendo discutindo, a gente interrompeu na reunião passada. É importante a gente concluir o relato de vista da Conselheira Claudete. Nós estamos no momento de relatos de vista. Lembrando que esse processo já teve o relato feito pela relatora. Então, Conselheira Patrícia, representando a Secretaria do Meio Ambiente e da Sustentabilidade. Depois a gente teve alguns relatos de vista, 8 relatos de vista das regiões de planejamento. Então, o nono relato de vista foi solicitado pela Conselheira representante do Acesso, a Conselheira Claudete, que hoje conclui o relato de vista e a gente tem condição de colocar o processo em discussão. Antes de passar a palavra para a Conselheira Claudete poder fazer seu relato, Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, teve um pedido de inversão de pauta da Conselheira Tânia. Não sei se o senhor vai colocar em votação. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. Hoje nós estamos com um processo ainda em aberto, o 4.7. Então, certamente, este processo vai tomar toda a nossa reunião. A senhora não se preocupe, vai ficar para a próxima reunião o seu processo em pauta. Como a gente está ainda no processo de relatos de vista fica ruim se colocarmos outro processo em pauta, pode ter uma discussão própria, enfim, pelo seu tempo. Então, nesta reunião de hoje a gente segue avançando e na próxima agenda avançamos no processo que retornou, não sei se é da relatoria da Conselheira, enfim, do interesse da conselheira. Conselheira Claudete, por favor. Tem uma Questão de Ordem da Conselheira Maristela ou da Vereadora. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Boa noite. Desculpa, Claudete, eu te interromper, é bem rápido, eu já estou saindo também. Eu estou entrando, Secretário, primeiro para cumprimentar a todos e dizer que hoje não estou imbuída hoje de conselheira do Plano Diretor, porque estou vereadora de Porto Alegre, com muito orgulho. Então, eu quero manifestar para que conste em ata, para que seja descontado o dia de hoje. Infelizmente, a nossa suplente não pode participar, mas por uma questão legal estou fazendo da melhor forma possível, por isso estou me manifestando. Então, uma boa reunião e obrigada. Até daqui a pouco mais, que logo estarei voltando com vocês, mas estou orgulhosa, porque entrei bem no dia 08 de março. Então, estou muito feliz. Ah, farei uma manifestação amanhã sobre o Plano Diretor em plenário, quem quiser assistir é só entrar na TV Câmara. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem. Obrigado. Parabéns, Conselheira Maristela, que representa a o nosso Conselho na Câmara de Vereadores. Fica registrada a sua consideração aqui em ata. Conselheira Claudete, por favor, para fazer o uso da palavra. **RELATO DE VISTA. Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Então, esse expediente, na verdade, trata de um EVU de parcelamento com edificação e alteração de diretrizes e gravames. Ou seja, nós temos dois expedientes aqui sendo analisados. Espero que o Secretário tenha a mesma ponderação que teve nas outras apresentações, que o tempo também seja dobrado, já que nós temos dois expedientes. A análise que eu vou fazer vai se defender em especial na legalidade da proposta urbanística e na dita solução que está sendo apresentada para as famílias da Vila Caddie. No que tange a alteração da diretriz viária, objeto da resolução que acompanha o processo EVU, o traçado original passava pelo centro do terreno do empreendedor

proponente, cuja readequação que está sendo feita aparece mais para melhor aproveitamento do uso da gleba do que para atendimento da infraestrutura urbana. Cabe aqui a gente lembrar, por exemplo, as manifestações do Conselheiro Rômulo, do nosso Conselheiro Rafael, que colocaram muito bem as questões quanto à ausência de animação urbana, fachada ativa. Não há também dentro do parecer da CAUGE uma justificativa para que esse quarteirão seja tão grande, muito além daquele limite previsto no PDDUA. Então, nós temos que o caráter de benefício pessoal dessa nova readequação da diretriz viária pode ser perfeitamente visualizado nos pedidos feitos lá em 2015 e reprisados pela CFL e terceiros interessados, na verdade, em 2017. Cumpre destacar que conforme mencionado no processo tem um termo de compromisso firmado pela Savarauto, que ele estaria de acordo com o traçado antes dessa alteração que nós estamos fazendo aqui assim. E que eles se obrigaram também a fazer a execução da divisa no fundo do terreno. A matriz viária, no caso, passava antes também pelo terreno da Savarauto, mas ela foi readequada para não cortar mais aquele terreno, aí eles vão ajudar também na remoção da Vila Caddie, ainda que em contrariedade àquilo que dispõe o Estatuto da Cidade, a Lei da Minha Casa Minha Vida, uma vez que é em detrimento do direito daquelas famílias que há mais de meio século lá residem. É bom lembrar também aqui que o lindeiro Country Club também tinha uma diretriz viária que passava sobre o imóvel dele, a qual foi readequada para respeitar os comprometimentos existentes, bem como para viabilizar o campo de golfe daquela entidade. E aí eu pergunto, meus senhores, por que motivo aos moradores da Vila Caddie a mesma ponderação conferida aos lindeiros não foi utilizada pelo município? Ou seja, para readequar a diretriz viária e passar por cima da comunidade eu posso, mas para readequar, para garantir e efetivar o direito de moradia ali não tem. E outra questão que se coloca, que as famílias ali não poderiam ficar, porque nós temos uma questão de segurança, uma questão de uma diretriz viária que não existia e está sendo colocada dentro da vila, da comunidade, em cima do tracejado da comunidade e não pega toda ela, né; e por uma questão de saneamento. O saneamento, como muito bem apontou o Conselheiro Mark, é responsabilidade do município. Segurança, se nós fossemos considerar esse critério, bom, então, ia ter que remover a Mário Quintana, a Bom Jesus, a Cruzeiro. Não me parece que esse seja de fato o verdadeiro argumento. No que dispõe sobre a conversão de área pública em obras e serviços, a praça, é importante a gente destacar o pronunciamento do técnico da SMAMS, no Parecer nº 142/2018, quando da emissão da diretriz. Lá ele refere a inadequação da praça. A lei diz que não tem o formato favorável, os muros tornam a área insegura e destaca que a área é considerada de caráter residual frente a uma demanda que necessitaria um impacto urbano e se esperava uma praça contornada por vias. Ou seja, em outras palavras o técnico diz que a praça é inadequada em seu formato, em sua localização e na acessibilidade. Quanto ao uso da recompra, cumpre que tais valores tenham fins específicos e taxativos previstos em lei. A destinação para outro fim, tal como bônus moradia ou compra assistida, ela não se encontra dentro das hipóteses legais previstas no nosso Plano Diretor. A gente não desconhece a Nota Técnica 257/2018, firmada pelo Procurador, então, na época assistente técnico da Procuradoria, o Dr. Germano, cujos fundamentos, contudo, não possuem amparo legal. Ainda que se cogitasse interesse da administração pública, como consignado na nota, é vedada à administração agir ao arrepio da lei ou quando ausente previsão legal. Lá o professor Rômulo lembrava o bê-á-bá dos princípios urbanísticos que estavam sendo violados. Aqui eu vou lembrar o bê-á-bá do Direito, no que tange a administração, né. E aí eu vou trazer a lição do Eli Lopes Meirelles, que diz: “Na administração pública não há liberdade nem vontade pessoal, enquanto ao particular é lícito fazer tudo que a lei não proíbe, na administração só é permitido o que a lei autoriza”. Se a lei não autoriza não é

permitido utilizar recompra para tal fim. No mesmo sentido da necessidade de previsão legal não dá para desconsiderar a manifestação do responsável técnico da SMURB, também no Parecer nº 142/2018, advertindo quando há necessidade de deliberação legal para fins de utilização do instituto na forma como sugerido. É inconcebível considerar que uma nota técnica emitida, seja por assessor técnico, ou seja procurador, possa se sobrepor à necessária deliberação Legal. Ou seja, ela dispensa lei porque eu tenho uma nota técnica agora atestando sobre o interesse da administração. Ou seja, os critérios técnicos de motivação para aplicação da conversão da destinação de áreas públicas no parcelamento do solo, cujas razões devem estar no EVU, eles decorrem de uma hipótese sem amparo legal para a solução adotada. Em depoimento, inclusive, daquelas legalmente previstas, que são as obras e serviços da unidade básica de saúde ali do IAPI. Essa é uma previsão legal, mas essa está em detrimento para utilizar para um fim que a lei não prevê. Além disso, veja que está sendo proposta uma solução para o reassentamento da vila com base na recompra sem a gente conhecer os efeitos econômicos daí decorrentes e sem que se tenha uma análise adequada. Inexiste levantamento cadastral ou social completo e atualizado da área, tampouco se tem uma análise sobre eventuais direitos reais incidentes sobre a gleba. Aliás, inexiste no expediente avaliação do imóvel correspondente ao percentual da doação, como é obrigatório, porque além de garantir a correspondência em valores monetários, a gente também tem que verificar se é adequado à solução proposta, coisa que muito bem destacou o Conselheiro Mark no seu relato. Alheio a tudo isso, estranhamente, sem ter qualquer avaliação ou estudo que projetasse os recursos que seriam advindos com a recompra, veja-se que o reassentamento fica condicionado aos valores, aos limites da lei do bônus moradia. Ou seja, eu não conheço nenhum valor, mas eu vou restringir aos limites dos 79, 78 mil lá. Ou seja, parece que há uma segurança jurídica e uma garantia conferida apenas ao empreendedor, em detrimento ao interesse público, né. Não é demais lembrar no passado que já foram instauradas sindicâncias para apurar procedimentos decorrentes de recompras, que apontavam indício de prejuízo ao erário, como bem destacado no próprio site da Prefeitura. E eu acredito que isso deva ser analisado também no presente caso. Não fosse tudo até aqui exposto suficiente, veja que é flagrante renúncia de garantia pelo município. Apenas para exemplificar, cita-se a execução da praça que deve ser efetuada pelo empreendedor, contudo, o Habite-se não está condicionado à dita execução, como normalmente seria o caso. E basta a gente lembrar uma coisa que citou hoje a Tânia, o caso da Bom Jesus, da Mato Sampaio. O Habite-se está condicionado apenas à execução dos passeios do qual o imóvel vai ser a frente, incorrendo grave risco de lesão à administração, quando deveria ter sido adotado, na verdade, os padrões utilizados para o recebimento das áreas públicas, conforme determina o nosso Plano Diretor. Qual o motivo de tal flexibilização que está sendo mencionada? Porque ela contraria também o disposto no artigo 25, do Decreto nº 18.431/2013. Aliás, a gente não encontrou no parecer da CAUGE justificação e nem fundamentação para tal flexibilização, fato de extrema gravidade que a gente deve apurar também. Diz que anexo ao expediente, a gente tem apenas um pedido de reconsideração, cujo firmatário não sei quem é, muito menos em que data foi protocolado. Para não passar *in albis* aqui assim, a gente está fazendo uma proposta de projeto para aplicar com base na lei de bônus moradia, né. Só que elas não são aplicadas como o proposto. O uso do bônus moradia tem que ser uma opção do atingido, diz isso lá na lei, não podendo ser uma posição. Além disso, o custeio do bônus moradia atribuído a um consórcio de empresas; que empresas são essas? Onde que se falou aqui em consórcio de empresas que vão fazer isso? Não foi em nenhum momento apresentado esse consórcio. Ele viola e expressa a disposição legal, uma vez que tais despesas devem vir de dotação própria consignada no orçamento do

Executivo Municipal, conforme dispõe no artigo 10. Veja-se ainda que nem a responsabilidade pelo ônus da demolição, das construções da Vila Caddie, pode ser atribuída ao dito consórcio. Eis que, também é expressamente obrigação do município, conforme artigo 6º, parágrafo único. Assim, toda e qualquer disposição em sentido contrário à legislação aplicável pode ser contestada e questionada, acarretando insegurança jurídica e o ônus para a administração. É um compromisso que já nasce morto, e aí não é por menos que a gente vê muitas vezes aqui compromissos firmados que seis meses depois estão sendo refeitos ou compromissos que estão sendo aditados e não são cumpridos. Eu vejo sérias preocupações nessa proposta que está sendo apresentada. Merece ainda um olhar mais atento o fato que a gleba em análise tem origem em um fracionamento irregular. Aquilo ali tudo era uma área do INSS, onde iniciou a Marechal Andréa. Essa área foi adquirida em 1989, mas o registro dela foi efetuado só em 2015, e ainda sim parece que tem contratos que não estão averbados na matrícula. Bem como existe divergência na área escriturada face à área existente no local. A qualquer proponente junto ao município, conforme determinam os procedimentos padrões, a matrícula atualizada seria um dos documentos iniciais a se instruir no processo, mas parece que aqui o expediente não segue os padrões usuais. Revela-se ainda pertinente destacar que o município recebeu uma doação de área, de 220 m² do imóvel, que era pertencente a Savarauto, sendo a única área de domínio público existente no local. E a gente ouve aqui assim dizer que todas as famílias estão em área pública, né!? E mais estranho ainda, que as plantas de EVU em nenhum momento, pelo menos aquelas que nós tivemos vista, né, eles mostram onde seria essa área do município. Então, não estou entendendo, tem alguma coisa aí que está estranha. Por fim, cumpre destacar que o proponente dispõe que a proposta urbanística, arquitetônica e paisagística apresentada pretende valorizar a paisagem urbana, ela pretende melhorar a mobilidade, dentre vários predicados que estão ali, agregando maior valorização ao bairro. Como se o bairro, na verdade, precisasse de maior valorização. Mas para que referida proposta seja viável para que ela aconteça, a gente tem que mudar o nosso Plano Diretor. Então, assim, eu entendo que as alterações que estão sendo feitas não são regras gerais, elas não são regras abstratas, nem são regras impessoais, elas visam, na verdade, atender e viabilizar o empreendimento sobre análise. Então, ela atende, portanto, a interesse exclusivo do empreendedor. Então, ela parece de ilegalidade, ela fere os mais basilares princípios urbanísticos da administração pública, além de significar uma revisão às avessas do próximo Plano Diretor. Ainda tem lá um considerando, que alterações futuras do Plano Diretor serão necessárias. Que alterações são essas? Talvez para o próximo empreendimento que está ali do lado que não saiu, né. Então, é complicado esse tipo de coisa. Eu vou me deter, vou falar um pouquinho só sobre essa solução apresentada como parte de uma ação social em benefício das famílias. Então, aprofundando-se nessa questão, como parte de uma ação social para retirada e reacomodação das famílias, através da utilização desses recursos da recompra, que não têm previsão legal, além de contrariar o ordenamento vigente eles violam também o direito humano fundamental à moradia. Aparentemente, no caso parece colocar um conflito entre direitos fundamentais, a urbanização de uma área de lazer, que é tida como prioridade, porque tem espaço, na verdade, mas eu vou priorizar a praça, não as famílias e o direito à moradia. Contudo, na composição de antinomias entre direitos fundamentais, a análise efetuada não pode se apresentar desconectada dos preceitos basilares da Constituição, que serve exatamente para regular as relações da sociedade. E embora no exame de um conflito em direito subexista espaço para a subjetividade, ele não significa o emprego da aleatoriedade. E aí eu pergunto: o que é essencial à dignidade humana, a moradia ou o lazer? Qual é o objeto

do direito urbanístico, a ordenação da cidade, dos espaços melhorando as condições de vida do homem ou o melhor aproveitamento econômico das glebas como a gente tem visto tramitarem os processos aqui? É público e notório que as famílias da Vila Caddies residem lá há mais de meio século. Em função exatamente desse transcurso de tempo eles possuem direitos de envergadura constitucional, legal e em especial o direito à moradia, a concessão de uso, a gente tem a lei da REURB, o Estatuto das Cidades. E inexistindo os direitos reais em favor daqueles que ali residem não tem como falar em ocupação irregular, em invasão, o que a gente tem, na verdade, é uma existência de direitos que estão aqui sendo ignorados, estão sendo vilipendiados os direitos desses moradores. Ademais, em qualquer solução que se apresente ele deve garantir à comunidade a manutenção dos seus meios de geração de renda, respeitando a adequação e identificação territorial e cultural da comunidade, cuja preservação das comunidades tradicionais tem envergadura constitucional. E aqui muito bem trouxe o nosso Conselheiro Felisberto, que é uma extensão de um território quilombola e que está sendo ignorado também tal fato na proposta desse expediente. Na mesma senda, cumpre referir que a solução apresentada também não pode configurar um retrocesso social em relação a outros direitos fundamentais, tais como trabalho, saúde, educação, sendo inconteste, como já foi colocado por todos aqui, a importância dessas famílias face o Country Club, de onde elas retiram a sua renda. E essa lei do bônus moradia que está sendo proposta para eles fragrantemente inviabiliza com que eles permaneçam na região ou será que nós vamos conseguir naquele bairro alguma casinha que seja por R$ 78 mil? Mas alguém disse aqui que eles podem financiar. Justifica a Nota Técnica 257, que eu citei lá acima, do Dr. Germano, para a solução encontrada, que é a utilização da recompra, que a interpretação utilizada, ele reconhece que ela não está na lei – *Mas que se alinha aos princípios e diretrizes norteadores da política urbana do município positivadas no Plano Diretor, com vista à promoção da qualidade de vida e redução das desigualdades sociais*. Contudo, estranhamente, veja que ele deixa de desconsiderar todo o arcabouço legal existente, conforme eu referi antes, que contradiz os próprios fundamentos da nota que foi expedida. Talvez seja por isso que o Secretário diz que eu não sei me comportar em sessão e que eu tenho dificuldade em expor meus pensamentos, deve ser por isso. Cabe ainda referir que a posse exercida pela Vila Caddie é conhecida dos entes públicos anterior mesmo ao parcelamento do solo efetuado pelo Country Club. Já naquele expediente, ao que tudo indica, poderia ter sido efetuado o levantamento socioeconômico dos moradores e posseiros, bem como a constatação de que esses são, na verdade, os verdadeiros proprietários da área sobre o qual exercem domínio. No entanto, a par das irregularidades denunciadas naquele expediente, salvo melhor juízo, cumpre que a única medida tomara que se tem conhecimento foi encaminhado pelo, então, Secretário na época, de alteração do Regimento do CMDUA, com vista à limitar a atuação e retirar a autonomia dos conselheiros, repisados depois na Resolução nº 01/2020. Nesta gestão, aliás, eu tenho que registrar aqui, a gente já teve três alterações no Regimento Interno, sem que isso tenha significado melhoria nos procedimentos adotados ou na qualificação do debate. Muito pelo contrário, faz três sessões que a gente está lendo pareceres, momento de fala a gente vai ter dois minutos e apenas uma única vez. Pertinente, oportuno destacar ainda, que o inquérito civil aberto pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul tem por objeto acompanhar o cumprimento da decisão proferida lá na CP, mediante a regularização fundiária e urbanística nos termos do marco regulatório da REURB. Essa lei, na verdade, é superveniente, ela veio depois da sentença condenatória que ordenou o reassentamento da comunidade e cujo um dos seus objetivos é exatamente ampliar o acesso à terra urbanizada e a população de baixa renda, priorizando a permanência dos ocupantes nos

próprios núcleos informais. Existe um inquérito, o inquérito é para isso, é para ver a aplicação da REURB na execução de sentença, que não iniciou ainda, muito bem colocado pela Doutora Cristiane. Ao que parece, contudo, a permanência das famílias no local, a aplicação da REURB nunca foi cotejada pelo município. Dá conta isso, talvez, o fato de que a opção pela recompra data de 15 de dezembro de 2017, antecedendo ao próprio julgamento do Tribunal de Justiça na ACP. Em que pese tenha sido aqui apresentado como a base fundamentação para essa opção, está lá dentro do processo. Aliás, os encaminhamentos e análises a serem direcionados pelo município contrariam todos os princípios e leis existentes exatamente que dispõe sobre a priorização e permanência dos ocupantes no próprio local. Talvez não seja demais lembrar aqui que a proximidade dos pobres acarreta a desvalorização imobiliária ou fundiária. Ao que parece o único e real motivo para não regularização das famílias no local em que se encontram, parte da população ali residente não conheceu os direitos mais universais de emprego, previdência, saúde, educação, mas a comunidade sempre se mobilizou, ela sempre demandou nas esferas de participação em busca dos seus direitos, mas os direitos sempre restaram esquecidos e negados pelo Município. Ou seja, eu posso ajustar tudo no entorno, menos a comunidade. Essa não é a prioridade, não existe uma limitação urbanística para que não fiquem ali, as limitações são outras, né. Outrossim, diga-se de ainda, que a solução apresentada pelo... (Sinalização de tempo esgotado). Eu posso concluir, Secretário? A nossa relatora fez a apresentação em 33 minutos e a Doutora Cristiane em 22, eu estou a recém em 20 minutos, Secretário. Eu já estou concluindo, obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem, conclua. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Outrossim, diga-se ainda que a solução apresentada pelo oferecimento do bônus moradia sequer foi debatido ou acordado com a comunidade, violando as mais basilares normas e diretrizes nacionais e internacionais. E aí eu tenho o Estatuto das Cidades, eu tenho os comentários da ONU, eu tenho dois momentos que impõem uma participação ativa dos ocupantes, seja na questão do reassentamento, seja na questão desse projeto e em nenhum desses projetos foi cumprido. É uma questão obrigatória, não é uma faculdade, não é uma discricionariedade, é uma obrigatoriedade e nós aqui não respeitamos. Então, diante de todo este exposto, assim, cabe dizer da impossibilidade jurídica da proposta, devendo ser indeferido tanto o EVU de parcelamento, quanto a resolução de diretriz viária. Eu tenho que registrar aqui mais uma vez que inexiste controle social, que inexiste informações adequadas, acesso à informação, à transparência necessária. Nesse sentido, a gente vem questionando e o Secretário diz que embora eu exerça um húmus público aqui, ele não é obrigado a responder os meus questionamentos, né, mas a gente não teve acesso aqui a CP, a gente não teve acesso ao processo que tramita no DEMHAB, a gente não teve acesso aos termos de compromissos que incidem sobre essa rua que eu quero alterar, não tivemos acesso também ao expediente que retifica essa matrícula. Ou seja, a área não é definida ainda. Está sendo retificada? Não sei! Não conheço! Mas o Secretário diz que não é obrigado a responder, né. Importa destacar que o licenciamento prioritário conferido a esse projeto foi deferido por um despacho do Diretor Geral Artur, também conselheiro no CMDUA. E, salvo melhor juízo, carece de fundamentação, porque não há nenhum cotejo entre o decreto e o deferimento, ele simplesmente enunciou ali quais são os objetivos do decreto e a gente sabe que todo o ato da administração deve ser motivado. Aliás, eu já referi isso outras vezes, que vêm chegando projetos prioritários sem sequer que se mencione isso nos processos. Ele vem com comentário, mas não sei, a gente tem que adivinhar, bola de cristal, né. No mais, evocamos mais uma vez a inconveniência, a ilegalidade, que afrontam o duplo grau de

jurisdição e a própria moralidade administrativa o fato de que servidores ou detentores de cargo de comissão que atuaram no processo votem também no plenário. Então, eu estou evocando mais uma vez, embora ele não seja respeitado, faço o registro, o impedimento legal de todos aqueles que atuaram no expediente, em qualquer condição de votarem no plenário sob pena de nulidade. Não menos oportuno, cabe-se destacar ainda o fato de que a responsável técnica pela proposta apresentada, a Arquiteta Raquel, exerce também a condição de conselheira suplente neste plenário, assim como foi firmado requerimento também pelo Conselheiro Antônio Carlos Zago. Em qualquer instituição ou órgão, em respeito à administração, essa atuação seria no mínimo vedada perante o órgão que faça parte. O que impõe, se já não existe, uma normatização a respeito disso e isso não tem nada de questão pessoal, quem trabalha com ética administrativa e com descentralização da informação vai entender muito bem o que nós estamos colocando. O que não trabalha com isso vai se sentir ofendido, pessoalmente. Era isso. Obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Claudete, pela manifestação. Conselheira sempre muito diretiva, no sentido articulado de manifestar o seu ponto de vista sobre o processo. Ressaltando, então, a gente abre o período da inscrição para a discussão. Só reforçando, com relação às questões formais levantadas pela conselheira, é do seu direito no relato de vista, de fazer e de manifestar o seu posicionamento. Então, ali ela coloca um direito dela. No entanto, as questões de formalidades, todas foram vistas pelo município, analisado pela comissão de análise urbanística, com representantes da Procuradoria Geral do Município, todas as questões de formalidade, de tramitação do processo de vinda, a construção jurídica, tudo foi verificado e analisado pelo corpo técnico do município. Lembrando mais uma vez que o empreendimento é uma alternativa à condenação do município com relação a retirada das famílias, muito bem explicada pela representante do DEMHAB na reunião da terça-feira passada. Então, importante só deixar claro para que não haja dúvida em relação aos pontos levantados pela Conselheira Claudete, que exerce o seu direito de manifestação, assim com todos os conselheiros têm essa oportunidade prevista regimentalmente. Então, nesse sentido eu colho a inscrição para o debate. Temos interessados em debater o presente expediente. Lembrando que já tivemos enquanto fazem as inscrições para o debate, nesse processo a gente já teve o relato pela Conselheira Patrícia, representando a Secretaria do Meio Ambiente, teve o relato favorável à aprovação do expediente, depois do relato a gente teve a solicitação de vista dos conselheiros, de 9 conselheiros das regiões de planejamento e entidades, que tiveram a oportunidade pelo período de 10 minutos ou mais relatar os seus pedidos de vista. Tivemos o esclarecimento do DEMHAB em inúmeras oportunidades sobre o procedimento, até antes mesmo do processo ser pautado. Então, nesse sentido eu consulto aos conselheiros se temos escritos para debater o presente processo. Conselheiro Mark, Conselheira Claudete, Conselheiro Hermes, Conselheiro Adroaldo, Conselheiro Artur, Conselheiro Dal Molin, Conselheira Lisiane, Conselheira Caroline, Conselheiro Saffer, Conselheiro Rômulo, Conselheira Júlia, Conselheiro Rafael, Conselheiro Emílio e por último a Conselheira Patrícia Relatora. Também o Conselheiro Emerson e o Conselheiro Darci. Temos a Conselheira Cláucia substituindo o Conselheiro Felisberto, que não se faz presente. Então, Senhores Conselheiros, em não havendo mais inscritos encerramos a inscrição para os debates e abro a palavra pelo período de dois minutos, temos muitos conselheiros inscritos. Este processo foi amplamente debatido, vem sendo nas várias oportunidades, todos tendo oportunidade de fala, agora é o momento para encaminhamentos finais antes da gente colocar em votação pelo período de dois minutos. Então, vou ser incisivo em relação à cobrança do tempo. Por favor, se atenham ao tempo. Conselheiro Mark, dois

minutos. **DEBATE DO EXPEDIENTE: Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Boa noite a todos. É um processo dos mais importantes que nós estamos examinando na noite de hoje e nas noites anteriores que nós tivemos as nossas reuniões ordinárias. Esse processo teve com o parecer da Conselheira Claudete hoje, são nove pareceres de vista. E em todos esses pareceres, na maioria dos pareceres há uma série importante de observações dos conselheiros e conselheiras que questionam a realização desse processo e é muito importante que ele seja questionado. Nós somos representantes de vários níveis de representação da sociedade civil Porto Alegrense para o exame destes casos que nos são trazidos. E eu me ressinto, porque nós começamos essa discussão dentro do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental dizendo que a população da Vila Caddie estava condenada e que havia uma decisão do Tribunal de Justiça transitado em julgado e que a principal motivação para essa condenação era a ausência de saneamento público, precariedade de serviços de energia elétrica e hidráulica... (Sinalização de tempo esgotado). Sendo que esses mesmos elementos foram solicitados por essa população ali residente nos últimos 70 anos inúmeras vezes. (Sinalização de tempo esgotado). Então, eu vejo que o processo padece de uma aceleração de interesses privados, particulares, que podem ser muito legítimos, mas nesse caso eles padecem de ilegitimidade pelo afrontamento... (Sinalização de tempo esgotado)... do direito à vida e moradia dessa população. Muito obrigado, Secretário. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Mark. Desculpem a minha insistência, mas são muitos conselheiros, temos 20 conselheiros escritos, 19. Então, tenho que ser incisivo na cobrança do tempo. Na sequência a Conselheira Claudete. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Pois, então, vou ser rápida no tempo á que o reloginho para alguns casos funciona bem, a preocupação é mais com o tempo do que o debate e o interesse público em causa. Primeira coisa que eu pergunto aos conselheiros: qual é o poder de deliberação deste plenário, onde a gente pode apenas fazer pareceres, ler pareceres e aí a gente vota no “sim” e no “não”? Esse é o poder de deliberação, ou seja, não existe a democracia, não raro a gente é acusada aqui no conselho que é contra o desenvolvimento. Realmente, eu sou contra este tipo de desenvolvimento, esse desenvolvimento que viola os direitos humanos e que não respeita a própria cidade, onde a gente coloca as pessoas e aí determinadas pessoas como questão secundária na cidade, né. E cabe aqui só fazer uma menção e lembrar, porque foi dito aqui que não pode ser reassentado no local e aí a gente tem alguns exemplos na cidade de que isso já foi sim possível, basta ter interesse. Aí me preocupa com que olhar essa nova gestão que está entrando na Prefeitura vai querer fazer regularização fundiária. A gente lembrar que a Planetário foi reassentada no local, inclusive, os moradores ficaram no fundo do terreno, enquanto se construía a própria Lupicínio Rodrigues. Era isso. Obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Claudete. Obrigado pelo respeito ao tempo. Na sequência o Conselheiro Hermes. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Mais uma vez boa noite a todos. Eu primeiro queria me desculpar pela forma apaixonada e até agressiva como eu falo, mas a defesa da cidade merece muito mais do que isso. Se eu atinjo alguns, eu acho que é uma forma de mostrar a indignação que nós temos de ver como que se conduz esta sociedade. Eu repito aqui, o relato da Claudete é perfeito, assim como vários relatos, abordando a questão urbanística, abordando a questão social. Eu entendo que se a gente tivesse um mínimo de indignação esse processo seria revertido. Por fim, o que

mais me preocupa, Secretário, não são os termos às vezes agressivos com certa impetuosidade e até com uma voz mais alta, o que me preocupa é o silêncio. Como eu sou o mais velho junto a alguns aqui, eu me lembro de tempos passados e também me preocupa o recente, o atual, esses momentos que a sociedade se cala enquanto as coisas acontecem. O que me agride mais é o silêncio das pessoas que por conveniência terminam aceitando tudo que é tipo de ilegalidade, como tão bem colocado aqui. Para finalizar, Secretário, eu gostaria que o nosso debate se desse não em cima do cronômetro, que se desse em cima de argumentos. Foram levantados argumentos por mim, por várias pessoas, eu não vou citar aqui, mas os argumentos da Claudete, nenhum deles é rebatido sobre as ilegalidades, sobre o árbitro e sobre essa ideologia que está prevalecendo na Prefeitura, que infelizmente ou felizmente, é nova, nem sempre foi assim. Mesmo em governos mais liberais se tinha um comportamento coletivo crítico. (Sinalização de tempo esgotado). Isso me deixa muito triste. Muito obrigado. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Boa noite, Conselheiros. Pessoal, eu estou observando aqui e vejo que quanto mais tu conheces esse processo mais descobre coisas contra a Vila Caddie. Nesta votação será construído tudo que foi construído em 100 anos por esta comunidade. Talvez esta noite, né. Eu quero registrar aqui, dificilmente os relatos de vista, Conselheiro Hermes, serão atendidos e nada modificará no que está definido dentro deste processo. Para a Prefeitura, a Prefeitura não veio aqui nos dizer qual a situação real hoje em relação à negociação com aquela comunidade, não disse nada. Então, eu vejo que o nosso Conselho neste momento está desarticulado e fragilizado para votar, porque não é uma discussão séria, vamos dizer, com tempo necessário para todos. Temos aqui, inclusive, o representante de todas as comunidades, como, por exemplo, o OP de Porto Alegre, que certamente vai votar a favor da remoção dessas famílias. Temos outros conselheiros que representam outras comunidades que também defendem na sua comunidade a regularização de ocupações irregulares, porque aquelas famílias acreditam em um sonho de um lugar próprio para moradia. E neste momento as vozes se calam. Então, realmente, eu estou frustrado sim com esse debate logo dentro da minha região. Apresentamos duas demandas do OP de 1999 e 2002, valores expressos, definidos pela Região Noroeste para colocar em melhorias naquela comunidade. Tudo isso não foi falado aqui, a Prefeitura, o DEMHAB... (Sinalização de tempo esgotado). Algumas coisas o DEMHAB veio inventar aqui dentro, porque o que nós temos, certamente, eles nem conhecem, não deve conhecer o material que a comunidade hoje tem na mão. **Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP:** Boa noite. Boa noite a todos. Bom, Conselheiros, eu acho que o processo já foi exaustivamente analisado, mesmo antes de chegar aqui nesta mesa, foi bastante analisado dentro da Prefeitura, nas suas etapas de diretrizes e EVU é mais ainda pelos relatos que teve. Eu gostaria apenas de trazer o que foi comentado em alguns dos pareceres de vista, que é de como foi a definição para que esse processo passasse a ser classificado como prioritário junto ao município. Os critérios do decreto que dispõem sobre o licenciamento ambiental e urbanístico prioritário são bem claros. Então, ele traz no seu artigo 1º três características para que os empreendimentos possam se enquadrar de forma muito clara e transparente. Então, por isso que a manifestação assinada por mim, onde determinou que tramitasse de forma prioritária, foi bastante simples, porque bastava que esse processo, se fizesse a solicitação de priorização dentro do prazo previsto, dentro do prazo de 30 dias que foi aberto e ele se enquadrasse na metragem de área construída para que tivesse o empreendimento de tal porte. Também esse mesmo decreto trouxe, independente do porte, para trazer os benefícios da priorização, trouxe como prioritário todos os projetos que tenha alguma relação com a área de saúde, que nesse momento tão importante é pela pandemia.

Então, o decreto está disponível para todos, está público, a lista de processos está também pública no site do Escritório de Licenciamento. E todos podem verificar e fazer esse acompanhamento. Era isso, Presidente. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Boa noite. Boa noite a todos. Eu venho acompanhando os relatos, venho acompanhando também as manifestações e vejo também, só para não deixar passar em branco, em respeito ao Professor Rômulo, também avaliei o que ele escreveu sobre a viabilidade, a constituição. Acho que a própria presença do clube prejudica ali no tecido urbano para que a gente consiga fazer uma permeabilidade melhor, uma constituição melhor, mas acho que esses conceitos, que foram muito bem relatados, inserir os nossos debates com relação ao Plano Diretor. Vejo muitas pessoas aqui falando sobre lei, sobre sociologia, alguma coisa como se o Ministério Público não tivesse atuado, porque o Ministério Público a meu ver ele está ali para defender as pessoas, ele não está ali para defender os governos ou defender a Prefeitura. Então, há relatos que eu vejo como se estivessem fazendo tudo ao arrepio da lei e eu não consigo aderir a estas ideias. Vejo também que não é uma questão que parece que a gente está fazendo uma ilegalidade, não estou enxergando nenhuma ilegalidade nas questões para que a gente possa tomar decisão. Olha, eu trabalhei na Vila do Chocolatão como voluntário, o que aconteceu ali? Era uma área federal, que não se podia fazer saneamento em uma área federal, tinha que transferir as pessoas. Então, naquela época eu era presidente de uma ONG... (Sinalização de tempo esgotado). A gente auxiliou até o IBGE fazer um censo e o primeiro censo deu um valor, aí quando as pessoas souberam que a vila ia sair dali e as pessoas iam ganhar moradia, muitas pessoas acabaram aumentando a população da Vila do Chocolatão em função de que iam ganhar alguma coisa. (Sinalização de tempo esgotado). Tanto que se teve que fazer outro censo e depois fazer um terceiro censo. (Sinalização de tempo esgotado). Porque só aumentava gente, porque houve relatos que iam ganhar residências, com saneamento, com tudo bom em outro lugar. (Sinalização de tempo esgotado). Então, a vila foi transferida e hoje é uma realidade ali na Protásio Alves. (Sinalização de tempo esgotado). As pessoas tiveram direito á vida, direito ao saneamento, tudo como vocês estão falando. (Sinalização de tempo esgotado). Eu participei. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro. Desculpa a minha insistência, senão vamos passar mais duas sessões discutindo, tem muito conselheiros inscritos. Tenho este papel chato de cobrar o tempo de todos. Na sequência a Conselheira Lisiane inscrita pelo DEMHAB. **Lisiane Sartori Fioravanço Magni (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Boa noite. Creio que muita coisa já foi respondida, já foi tratada com os demais conselheiros. O que o DEMHAB vem frisar é que nós sempre priorizamos o atendimento à população e o reassentamento no próprio local. Neste caso houve uma decisão judicial. Então, estamos nos adequando a isso. Foi tratada em audiência a questão da recompra no Ministério Público, foi anexada a ata ao processo. Queremos dizer que trata-se de um EVU, processo para compra assistida, serão abertos processos em separado para cada família que apresentar, conforme está na apresentação do DEMHAB. Então, a gente está à disposição, nada está sendo feito ilegal ou por baixo dos panos. Todos os processos estão sendo caros e estão documentados. Estamos à disposição. Era isso. Obrigada. **Carolina Wallau de Oliveira Kessler (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Boa noite a todos. Eu gostaria de trazer algumas questões do histórico da gleba também, alguns pontos levantados pelos conselheiros. Esse terreno onde está inserido esse empreendimento se localiza em uma área onde o entorno teve muitos loteamentos. Do outro lado a gente tem o Country Club, uma área bastante grande, enfim, e ficou uma área

residual. A gente teve, então, o fracionamento administrativo, que em princípio não teve ilegalidade nenhuma no ato para que fosse destacada a Marechal Andréa. Então, resultou em três matrículas, a do INSS, Marechal Andreia e essa outra matrícula. Essa matrícula foi atualizada, ela teve um processo SEI exclusivo para isso, onde foi tratada toda e qualquer necessidade de atualização, onde foi anexada a matrícula e a própria matrícula foi anexada ao processo também. Em relação aos traçados viários, essa previsão de traçado vem desde 1941, no mínimo, que foram os registro que nós encontramos. O Country Club está ali desde 1930 e não encontramos uma data precisa da Vila Caddie, fomos até a década de 70, anterior a isso nós não encontramos, talvez seja mais antiga, mas, enfim, essa previsão viária já vem desde antes. Houve várias alterações nesse traçado, que inicialmente contornava a área do Country, depois foi suprimida, voltou, cortou esse terreno e se entendeu junto com a EPTC que essa proposta seria mais adequada com o que se consolidou no local, a Marechal Andréa já faz esse projeto desde a Plínio até a Nilo Peçanha. E a outra rua, a da UNISINOS, que me foge o nome, ela faz o sentido da Nilo Peçanha para a Plínio, Anita Garibaldi. Então, ali nós temos um sentido duplo. (Sinalização de tempo esgotado). Outra questão que eu gostaria de colocar é que a gente está trabalhando em uma situação consolidada na qual a gente propôs o prolongamento da José Cine Lima, que faz uma conexão. Se a gente cortasse esse quarteirão próximo a Savarauto não faria sentido algum. E, por último, em relação às fachadas ativas, a gente sempre estimula os empreendedores para que se faça a fachada ativa, para que se façam passagens perto de propriedade privada com o público, mas nós não temos amparo legal para obrigar isso. Então, no caso desse empreendimento, metade do empreendimento ficou com bastante acesso público, com alguma animação... (Sinalização de tempo esgotado) ...próxima a Nilo Peçanha e com a interface do interior do quarteirão, que é residencial. Obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Carolina, pelo tempo, representando a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, integrante da CAUGE. Conselheiro Saffer. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Boa noite. Realmente, é um processo bastante debatido e está sendo bastante debatido. Eu acho que houve a apresentação, mas nós estamos tendo algum momento de manifestação, apesar de curto, eu queria comentar o seguinte, que muitas coisas que dizem, estou vendo até alguns técnicos se manifestar, é que realmente deve, como vocês se manifestaram, ter o contraditório, senão parece que as pessoas falam de novo é o que está sendo dito e é o verdadeiro. Nesse sentido, eu vou fazer algumas manifestações, onde eu acho que posso explicar algumas coisas, onde eu não concordo com alguns relatos de vista. Então, o primeiro deles, realmente, a Carolina até acabou de citar sobre a questão das fachadas ativas, esse é um terreno que está do lado, o Country do outro lado, um terreno do INSS. Realmente, as diretrizes foram dadas, mas o projetista tomou uma decisão que na parte mais próxima a Nilo Peçanha ele está todo aberto e tem toda uma questão de trâmite da população. Então, o resto é um terreno de 220, fazer como foram feitos alguns croquis em alguns pareceres, botar lojinhas em todos, isso não vai resolver. Quem é que vai lá? Quem é que vai alugar? Quem é que é que vai fazer isso? Isso não é fachada ativa, o projetista tentou fazer desta forma e fez entre o terreno para a praça, que eu também tenho certo questionamento. Sobre a questão do processo público que está tendo é uma decisão, um pouco do que eu vejo, assim, do município ou talvez condições financeiras de não ter reassentamento neste local. Eu tenho um posicionamento que dentro do possível, como a Claudete comentou, tem alguma situação na cidade que houve o reassentamento. Eu fico com alguns questionamentos meus aqui. Quem entrou no Ministério Público? Isso não foi

comentado. Provavelmente, talvez até os próprios moradores. Por que também não veio nenhum morador falar e sim uma professora? Eu não vi nenhum morador dar o depoimento aqui da região? Eu queria ouvir eles. E por último, tem uma coisa que eu também não consegui entender, que eu queria esclarecer aqui, que a Claudete fala, que em qualquer órgão ou instituição, em respeito a princípios administrativos, tal profissional, que no caso é a suplente da minha entidade, seria no mínimo vedada perante.. Eu acho é em respeito aos princípios administrativos, a Raquel nunca participou de nenhuma sessão, ela está como ouvinte pelo YouTube, ela é autora do projeto. Realmente, como que ela ia fazer? Qual é o erro administrativo que está aqui sendo comentado que fala que é no mínimo? No mínimo ela fez o correto, está assistindo pelo YouTube, não participou de nenhuma sessão e que está gravado, se for o caso olhar. Esse assunto já foi levantado mais de uma vez e também sobre uma crítica dos processos... (Sinalização de tempo esgotado). O autor segue o que está nas diretrizes do município. Vou terminar agora com o seguinte, que a questão do processo ter a vila, se não sair o reassentamento o projeto vai ser construído, aí é uma questão administrativa e o que vão fazer com o dinheiro eu não sei, mas que eles vão depositar vão. Por isso também que a carta de Habite-se foi condicionada depois, porque se a vila não sai o empreendimento vai ter a carta de Habite-se, por essa razão que não foi condicionado o Habite-se. **Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Boa noite. Eu estava ouvindo com muita atenção, não só os pareceres, como as diversas manifestações aqui, eu acho que nós temos basicamente dois tipos de coisas, uma que são manifestações de opinião, baseado em valores individuais, inclusive o meu (Risos). Está aqui o Sérgio Saffer para não me deixar mentir. A gente gosta de pensar que a doutrina urbanística, e tudo isso é matéria de opinião em última análise. E temos as outras coisas que são matérias legais, que aí, vamos dizer assim, também foram opinião lá atrás, mas que viraram lei. Então, consequentemente, elas têm um peso diferente. Em princípio, eu fiquei impressionado com alguns pareceres que levantaram questões legais, aparentemente, substantivas. Eu até ia sugerir, não sei se isso é possível, mas ia sugerir que a que a Patrícia, que foi a relatora, depois que nós terminarmos, que ela tivesse um prazo para pensar sobre essas coisas e fazer a sua manifestação final, que ela não fizesse isso logo em cima das demais, porque isso, vamos dizer assim, daria um respeito maior a tudo que foi dito. Não sei se isso é possível, mas eu vejo assim. Agora, essa minha preocupação, vamos dizer assim, ficou aliviada com as manifestações do pessoal da Prefeitura, do DEMHAB, da Carolina, que nos asseguraram que essas coisas estão cumprindo com as determinações legais. Então, eu acho que as questões ficam mais, o caminho está mais aplainado, digamos assim. **Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Boa noite. Então, vou fazer a minha manifestação para pontuar as questões de mobilidade, respondendo ao questionamento do Conselheiro Emílio, acho que faz umas duas reuniões que ele me perguntou sobre estudo de impacto no tráfego desse processo. Eu fiz um arrazoado, no qual eu aprovei junto com a Comissão de Análise de Impacto da EPTC. Então, eu vou ler aqui, para não pecar por deixar de falar o que foi acordado com os demais. (Leitura): *Então, para o presente EVU não foi solicitado Estudo de Impacto de Tráfego por dois motivos: 1) A situação de saturação na região já é premissa para que a análise de mobilidade que envolva o corredor de centralidade Nilo/Anita foque na viabilização do sistema viário previsto no PDDUA, para possibilitar as conexões necessárias ao desenvolvimento das atividades permitidas no local*. O segundo motivo, e neste eu gostaria que o Emílio corroborasse e nos auxilie nessa fase de transição que a EPTC passa no que diz respeito às diretrizes para o desenvolvimento de estudos de impacto. (Segue): *2) Com a experiência percebe-se que os modelos até, então, consagrados para definir impacto e*

sua respectiva mitigação, necessitam de um repensar, voltado à mobilidade em todas as suas nuances e não somente no volume de automóveis e na relação capacidade e demanda. O objetivo é migrar para uma metodologia que nos apresente não impacto e respectivamente mitigação no tráfego de veículos, mas sim na mobilidade das pessoas, acrescentando a importância do transporte coletivo e dos outros modos ativos. Assim sendo, enquanto se constrói os parâmetros finais para essa nova metodologia, que está em plena construção, a EPTC vai experimentando na prática esse novo pensar, de acordo com as propostas que se apresentam para análise. Falando do processo em pauta, foi solicitada a execução de todo um sistema viário para dar suporte a Nilo Peçanha e melhorar a mobilidade do bairro, com maiores conexões viárias cicloviárias e (Inaudível). *Além disso, através da execução do gravame da Avenida Osório Tuyuty e do prolongamento da Fernando Cirne Lima, viabiliza importante conexão sul/norte, com geometria de via coletora de ligação longa, conforme estabelece o Plano Diretor*. Seriam essas ponderações nas questões de mobilidade. **Cláucia Faganello (1ª Suplente), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa noite a todos. Importante ressaltar que a posição da RGP 1 é na defesa dos direitos dos moradores da Vila Caddie. Os pareceres lidos apontam que existem diversas violações dos direitos dos moradores em detrimento do empreendimento. Somos representantes da sociedade e é muito importante que sejamos escutados. Se existe um mecanismo de participação como o conselho, ele precisa ser no mínimo deliberativo, como bem ressaltou a Conselheira Claudete, pois se ele não for assim vai ser somente uma via de legitimação das decisões que são tomadas pelo poder público. Na mesma linha o Conselheiro Hermes fala sobre o cronômetro, algo que chama muito a atenção, precisamos cuidar, pois não se constrói com restrições, se constrói com debate real, o que não tem ocorrido neste espaço infelizmente. Debate demanda fala, réplica, tréplica e discussão de verdade. Como já citado, eu também gostaria de ouvir os moradores. Por que a gente discute sobre a vida deles como se eles não existissem? A condenação fala por falta de saneamento, luz, demais condições precárias. Isso seria muito fácil de ser resolvido por vontade do poder público, muito mais fácil que uma realocação. Infelizmente, não parece que prevalece o interesse público, parece que prevalecem os interesses hegemônicos. É isso. Muito obrigada. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Eu quero reforçar o que eu coloquei nós parecer de vista sobre o entendimento de que reassentamento, ainda que não signifique a regularização, não significa a remoção para outro lugar da cidade, mas poderia ser resolvido, como eu sugiro com a construção de um empreendimento habitacional para essas famílias na mesma área, mantendo o tecido social e todos os outros aspectos que constituem direito habitacional um direito à cidade, que vai muito além da simples posse de um terreno, de um lote, por mais que eles estejam lá há 40 anos, mas é isso que garante todos os outros direitos que descendem desse. E se poderia muito bem compatibilizar com o empreendimento, mas parece que a tomada de decisão é por um processo de higienização, que esse projeto e esse processo é só mais um exemplar do que a gente tem visto em vários outros processos por parte das últimas administrações. E quero ressaltar que Nova York tem empreendimentos, cotas de habitação de interesse social para empreendimentos de classe média, média alta, etc. Paris estabelece legislação para habitação de interesse social, garantia de habitação de interesse social em áreas centrais das cidades e nós não vamos garantir nem para quem já está ali, como nesse caso está acontecendo. E por mais que diga: ”Lá no Habite-se vai resolver”; mas o CMDUA que está falando carta branca para que se aloque essas pessoas, onde aquele dinheirinho couber. Então, nós não sabemos para onde irão, isso para mim é grave, eu não gostaria de dar essa carta branca. Não estamos ouvindo a comunidade, ouvimos hoje a Júlia, concordo

com Conselheiro que colocou isso e gostaria de contar com ele, com o voto contrário ao parecer inicial e que daqui a pouco vai ao encontro do que eu propus no voto de vista, não só eu, de uma audiência pública e assim estaria atendido. E aí retiram a vila para quê? Para colocar ali uma praça em terreno residual? E vou concluindo, no CMDUA entram aqui pedidos excepcionais, não é o ordinário, do dia a dia da provação de processos, deve ser digno, portanto, da aprovação aqui os projetos que aqui passam, devem ser dignos dessa excepcionalidade. Nem o projeto e menos ainda as decisões pública do novo traçado e do parcelamento dele resultante, parece compensar o impacto sobre a vida dessas pessoas que tem o seu direito habitacional atacado. (Sinalização de tempo esgotado). São indignos de morar naquele bairro? Talvez seja isso que esteja por trás dessa decisão de hoje. **Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Boa noite, Secretário. Em princípio eu não ia participar, mas me veio a obrigação de fazer minha manifestação em função do que foi falado pelo Artur, pela Carolina e pela Júlia. Em princípio para o Artur, eu acho que este projeto ainda não foi muito bem debatido, tem ainda aspectos que a gente passou um pouquinho batido, outros tópicos e outros temas que se realmente foram debatidos com bastante aprofundamento. Um dos temas, Artur, é a mobilidade e o transporte pelo fluxo, a avaliação dos impactos que deveriam ter. Estamos dentro de um processo de viabilidade urbanística e o transporte e o tráfego não foram tratados em sua verdadeira magnitude. Para poder avaliar entre duas propostas de uma diretriz viária, que passe por meio de um terreno que do meu ponto de vista teórico conceitual é a melhor alternativa. A alternativa proposta pelo empreendimento não é a mais adequada. Então, não é que a gente esteja contra ou a favor de determinados tipos de propostas, mas sim, basicamente, as compensações que este projeto deveria ter no ajuste de preço. Se esse projeto escolhido determina uma série de propostas, devemos ter compensações que venham atender diretamente com a parte específica do projeto em menção. Portanto, tal como em outros projetos existia, por exemplo, como o Saffer fez um estudo de tráfego para a aprovação do Zaffari, aqui também deveria haver um estudo de tráfego especificamente para demonstrar aquilo que está se propondo neste tipo de proposta. (Sinalização de tempo esgotado). Então, foi muito bem debatido este tipo de tempo, entretanto, faltaria aprofundar mais esse tema do transporte e mobilidade. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** primeiramente, eu gostaria de propor que a gente respeitasse o teto das 8 horas, eu já avisei há muitas semanas que às 8:30 tenho que dar aula. Em outra reunião tive que pedir para os alunos esperarem para começar a aula, porque tinha que votar aqui. Então, hoje a gente tem a regularidade que está sendo cobrada, não pode ser para uns e não para outros. Gostei da intervenção do Dal Molin. Dal Molin, eu ganhei uns cinco processos de resolução de problemas habitacionais, eu acompanhei o Planetário, acompanhei a Caia Cai, acompanhei a Tripa, acompanhei o Lupicínio. Na época como Diretor do DMLU a gente tinha que acompanhar, até porque boa parte desse pessoal era catador, eles tinham a necessidade de sua fonte de receita ser mantida e procuramos junto com os galpões de reciclagens que foram construídos juntos, também manter a renda deles. É o caso da Chocolatão, que tu relataste. Agora, por exemplo, a Tripa, não sei se alguém se lembra da Vila Tripa, o muro de fundo da casa das pessoas era o muro do aeroporto, ela não tinha condições de ser realocada ali mesmo, porque as pessoas saíam da casa e tinha lá diariamente.um atropelamento por dia, porque elas estavam na calçada do aeroporto. A Vila Cai Cai, que era na beira do rio, em frente onde hoje é o Museu do Iberê, as pessoas estavam morando dentro da água, não tinha como morar ali. Agora, a Planetário sim, no caso do Planetário apareceu o mesmo debate de gentrificação. A mesma proposta da Associação de Moradores do Menino Deus, ali composta por um

vereador do PTB, não lembro o nome, foi o grande líder contra – Não, este povo não pode ficar aqui! Este povo não tem direito de morar no Menino Deus! Este povo tem que ser expulso do Menino Deus! É isso que a gente via lá em 1990. (Sinalização de tempo esgotado). E que a gente vê agora em 2020, a mesma proposta de – Povo não pode ficar onde tem terreno de qualidade. Só para esclarecer, porque eu acho que se esqueceram, a Ângela não conseguiu participar porque não conseguiu internet. E tem isso, às vezes o povo não tem internet, o povo não tem comida, o povo não tem onde morar. Eu acho que todos viram o Fantástico esse final de semana, o que está endo feito em São Paulo. Eu não consigo entender aquilo que o Fantástico mostrou, e o Fantástico não é referência para mim... (Sinalização de tempo esgotado). Não toca o coração dos conselheiros, não toca ver uma pessoa morar 50 anos, nós não estamos falando da Chocolatão, a Chocolatão foi uma fila recente, ela mal se formou e já teve... (Sinalização de tempo esgotado). Nós estamos falando de uma vila de mais de 50 anos, como o nosso conselheiro disse, da época do Getúlio Vargas, já tinha fotografia dela ali, que as pessoas moram lá. É o caso do Planetário, do Lupicínio e várias que foram reassentadas no local. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Boa noite, Conselho, Conselheiros, Esse processo, na verdade, prejudica por um ponto a questão de análise do Conselho, porque é um processo que tem demanda de famílias, desapropriação. Então, é um processo bem dificultoso de ser analisado. Temos um objeto a ser seguido, ou concorda com o objeto, ou é contrário, não tem alternativa. Eu quero dizer assim, esse processo vai ser um exemplo para outras discussões em relação a diretriz viária, nós temos outros processos, como o 4.1, 4.3, se eu não me engano, que estão na pauta também, que são outras situações que vão ocorrer como esta, casos um pouco diferentes, mas no mesmo caminho. Eu lamento por essas famílias, lamento muito, eu sei que falta também essa situação da região de planejamento discutir junto com as comissões, que isso não acontece. Eu venho reclamando disso há muito tempo, é uma necessidade para que não ocorram essas injustiças, como muitos estão alegando aí não junto ao Conselho. Nós temos discutir, botar em pauta as questões das regiões de planejamento abordarem esses assuntos junto às comunidades e junto às comissões. Então, seria esse o meu relato. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro. Conselheira Tânia, uma Questão de Ordem. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Secretário, eu não poderia deixar de me manifestar em relação a esse processo todo. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Mas, Conselheira... **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Eu não estava presente, eu avisei. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Não, Conselheira. Não, só um pouquinho, Conselheira. A senhora não estava presente quando nós inscrevemos, a senhora saiu da reunião e retornou. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Eu voltei e não tem como eu não falar. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Ok. Obrigado, Conselheira. Desculpa, eu sou incisivo em relação ao tempo, a gente tem que respeitar as inscrições. A senhora teve várias oportunidades de poder falar com relação ao processo. Conselheira Patrícia, por favor, para concluir enquanto relatora. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Boa noite a todos. Eu estive ausente alguns dias aí, mas a Vaneska representou muito bem a nossa

Secretaria. O que eu tenho a pontuar assim, eu entendo a preocupação dos conselheiros, mas assim, e essa foi uma preocupação minha no decorrer da análise do meu relato, por isso foi um relato longo, é que assim, a análise da comissão não partiu do pressuposto de escolher entre habitação, ou se teria uma praça, ou coisa do gênero, como foi pontuado. A análise da equipe técnica foi com base no pressuposto que já estava definida essa questão, nós não deliberamos sobre isso, nós não tivemos que escolher sobre isso. Em tendo essa situação posta por decisão judicial, nós fizemos a análise de estruturação do entorno e totalmente com base na legislação do que o Plano Diretor nos permite, que é fazer análise urbanística e fazer sim as transformações do território que decorrem disso. E avaliações também quanto a de repente futuras transformações no território, quando se identifica que tem algum equívoco ali na própria estrutura. Isso independe se é um empreendedor, enfim. Então, eu reitero e ratifico que a análise técnica foi absolutamente legal, legítima nos limites que estavam previstos ali no Conselho. E eu boto toda a fé e todo o apoio a quem fez essas análises desse processo. Então, eu continuo sendo favorável, considerando que a decisão que foi efetuada dentro da comissão não se refere a retirar as famílias, ela se referem a uma possibilidade de subsidiar a garantia de uma compra assistida, mas a remoção não tem a ver com esse processo. Eu entendo essa discussão, por isso que eu me preocupei com isso, mas é só para deixar bem claro e deixar bem claro aqui que a toda a nossa equipe técnica age na maior... Na maior... Eu fico até nervosa de falar assim, quando vêm acusações desse gênero, mas todos são legítimos e fazem o melhor papel possível, sempre pensando no interesse da cidade. Entendeu? Então, assim, eu estou tranquila quanto a minha posição. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Patrícia. Finalizando o período de discussão. A Conselheira Patrícia que foi relatora desse processo e muito bem relatado, representa a posição de todos os técnicos do município que trabalham de forma muito diretiva, no sentido de trazer sempre as melhores propostas para a cidade. Lembrando que esse expediente colocado em pauta foi amplamente debatido, este Conselho que tem tradição em planejamento urbano. Muito antes no Estatuto da Cidade, dos regramentos aqui trazidos aí, dos processos participativos, muito antes disso a gente já tinha em Porto Alegre a tradição em planejamento urbano, promovendo essas discussões com os mais diversos representantes da sociedade. Então, esse processo foi distribuído lá no dia 27/11/2020, ele foi apresentado pela Equipe do Planejamento no dia 15/12, dia 15/12 ainda teve apresentação por parte do empreendedor. Tivemos depois do relato feito pela relatora, a Conselheira Patrícia, acerca do expediente, depois do relato tivemos 9 solicitações de vista. A partir disso também todos os pedidos de vista foram relatados pelo mínimo 10 minutos, o processo ainda foi objeto de discussão no período de Comunicação, representantes do DEMHAB, tanto no ano passado vieram fazer os esclarecimentos, quanto aqui durante este ano. Então, é um processo que foi amplamente debatido e todos aqueles que nos assistem podem acessar as reuniões anteriores no nosso canal no YouTube e vão ver todo o processo de discussão. Então, tem momentos, naturalmente, regimentais para a discussão, para o relato, para a vista, para a diligência, tudo regrado, conforme aprovado por ampla maioria deste Conselho. Então, são essas as regras do debate que a gente tem para colocar em discussão e chegar no momento agora, nessa maturidade e a gente poder deliberar o processo colocado em pauta. Então, eu me sinto muito tranquilo após a análise técnica amplamente feita pelo município e os debates dos mais diversos representantes das entidades e regiões de planejamento, com as suas manifestações, com seus encaminhamentos de voto. Temos condição de abrir o período de votação, consultando a representante do DEMHAB, a primeira a fazer uso da palavra para votar. Lembrando que nós temos o PARECER

FAVORÁVEL da Relatora Conselheira Patrícia. Questiono, Conselheira Lisiane se é favorável ou contrária ao parecer da relatora? **VOTAÇÃO DO EXPEDIENTE: Lisiane Sartori Fioravanço Magni (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Favorável (*chat*). **Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Favorável. **Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP:** Favorável. **Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN:** Favorável. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** RELATORA. **Carolina Wallau de Oliveira Kessler (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Favorável. **Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM:** Favorável. **Luciane Martins Pinheiro (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Governança Local:** Favorável. **Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Favorável. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Por audiência pública, contra o parecer. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Questões legais não se votam, Secretário. Contrária. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Favorável. **Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Contra. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Contrário. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Contrário. **Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Favorável. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Favorável. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Contrário. **Cláucia Faganello (1ª Suplente), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Contrária. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Presidente, tudo que foi construído em 100 anos nós estamos trocando hoje por 78 mil. Então, em protesto eu voto contra. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Favorável (*chat*). **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Contrária. **Ricardo Angelini, (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Favorável. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Favorável. **Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** Favorável. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Favorável. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado. Eu consulto se há algum conselheiro que, porventura, não tenha votado? Pode manifestar no *chat* caso a gente não tenha chamado, enquanto a Secretária Executiva faz a contabilização dos votos. Não havendo nenhuma manifestação no *chat* com relação à votação. Então, contabilizamos os votos, temos 9 votos contrários e nenhuma abstenção, e 17 votos favoráveis. Então, declaramos: **APROVADO O ITEM 4.07, EXPEDIENTE 19.0.00066828-4 - CFL PARTICIPAÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA., EVU DA AVENIDA MARECHAL ANDRÉA**. São 8:14, agradeço a oportunidade do debate com todos vocês, muito construtivo. Peço desculpa sempre pela posição deste Presidente em ter que controlar os horários, de ter as inscrições prévias, naturalmente, né, conselho onde tem várias entidades, vários representantes de

regiões, a gente tem que assegurar a palavra a todos e por isso a gente tem que se atentar aos regramentos, assim como é nos plenários da Câmara de Vereadores, na Assembleia Legislativa e demais conselhos formais espalhados pelo Brasil. Então, é nesse sentido que a gente é muito incisivo na cobrança e peço mais uma vez desculpas, mas esse processo, como eu comentei, foi amplamente debatido em várias oportunidades, a gente teve a possibilidade de discutir, debater o que é o entendimento melhor para a cidade. Eu acho que essas visões diferentes chegam em um denominador comum, que por meio do voto a gente manifesta a posição final deste Conselho. Nesse sentido aprovamos o presente expediente. Desejo uma boa noite a todos e até a próxima terça-feira. Até mais, tchau. **(Encerram-se os trabalhos da plenária às 20h15min).**

Germano Bremm	**Secretária Executiva**
Presidente	**Relatora**

Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2021, ... retificações:

ATA ORDINÁRIA Nº 2882/2021

Aos dezesseis dias do mês de março de dois mil e vinte um, às dezoito horas, reuniram-se para Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, via ZOOM, denominado PLENÁRIA VIRTUAL DO CMDUA, em razão do decreto municipal a fim de combater o coronavírus e a propagação da pandemia entre as pessoas, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira (Titular), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Artur Ribas (Titular), **Gabinete do Prefeito – GP**; Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN**; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), **Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS**; Gisele Coelho Vargas (Titular), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE**; Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM**; e Gustavo Garcia Brock (Titular), **Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV**. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS:** Rômulo Krafta (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**; Darci Barnech Campani (Titular), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Claudete Aires Simas (Titular), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH;** Sérgio Saffer (Titular), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA**; Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS**; Hermes de Assis Puricelli (Titular), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS**; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), **Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS**; Rogério Dal Molin (Titular), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:** Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Tânia Maria dos Santos (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4**; Ricardo Angelini, (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Maristela Maffei (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7**; Dinar Melo de Souza (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8**; e Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP – HOCDUA. SECRETARIA EXECUTIVA:** Camila Maders Fonseca Coelho, **Secretaria Executiva da SMAMUS**; Patrícia C. Ribeiro, **Taquígrafa/Tachys Graphen**. **PAUTA: 1. Abertura; 2. Votação: 2.1 Atas: 2867, 2868, 2869, 2870, 2871, 2872, 2873 e 2874; 3. Comunicações; 4. Ordem do dia**. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h08min. **1. ABERTURA. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Boa noite, Senhores Conselheiros, Senhoras Conselheiras. São 18h08min, temos *quorum*. Declaramos, então, aberta a nossa Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental. Lembrando que nós estamos ao vivo também no nosso canal da SMAMS no YouTube, todos aqueles que tiverem interesse na pauta podem assistir, é só acessar o

nosso canal. Quem quiser compartilhar também o link, só acessar o canal e compartilhar com os demais interessados aí na nossa reunião. Hoje, então, temos alguns processos que retornaram da nossa pauta. Antes de ingressarmos, naturalmente, na pauta, consulto se temos inscritos ao período de Comunicação? Por favor, vamos fazer a inscrição. Temos a Conselheira Maristela inscrita para o período de Comunicação. Mais algum Conselheiro? Só vou repassar enquanto faz a inscrição os presentes (Relação de presentes na inicial). Se, porventura, tem algum conselheiro aqui presente que não tenha sido registrada a presença, por favor, pode fazer um chat, senão ao longo da reunião a gente vai tomando nota das presenças. Pergunto novamente se temos inscritos para o período de Comunicação. A gente fez a leitura aqui no chat, temos inscrita a Conselheira Maristela, Conselheiro Rômulo, Adroaldo, Felisberto e Conselheira Claudete. Então, em não havendo mais inscritos para o período de Comunicação encerro a inscrição e abro de imediato a palavra para a Conselheira Maristela. **3. COMUNICAÇÃO. Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Boa tarde, Secretário. Boa tarde, Conselheiras, Conselheiros. Voltando para casa (Risos). Gostaria de relatar um pouco, rapidamente, como foi lá na Câmara de Vereadores, poder levar as políticas do CMDUA sobre a questão da revisão do Plano Diretor, toda a preocupação que estamos nessa relação do Conselho com a casa. Então, acho que foi bastante positivo nesse sentido, reafirmando as políticas dessa questão mais umbilical, assim, de fazer esse casamento. E a outra questão, Senhor Secretário, é o desastre que nós estamos vivendo, que não é novidade para ninguém. É um desastre tão próximo que eu tenho medo quando eu abro a porta aqui, toda hora a gente fica ouvindo a sirene aqui da UPA da Parada 12 da Lomba do Pinheiro, que eu moro bem próximo. E é estarrecedor, dá medo de abrir o Face, ver o Whats ou uma ligação de celular. E cada vez mais nós vemos aquilo que a gente considera importante, que é a economia, o desenvolvimento e tal, mas no período como esse a irresponsabilidade que nós estamos tendo em relação à questão... Veja bem, Secretário eu estou ao ponto de elogiar, já que fez uma coisa boa tem que ser elogiado, o Governador do Estado do Rio Grande do Sul. Ele está fazendo uma política de Estado e com isso ele tem meu respeito. Eu quero lembrar aqui na figura de todos que morreram esta semana, a figura da Michele Sander, uma jovem de 38 anos, mãe, feminista, uma mulher maravilhosa, cheia de saúde, que em 48 horas foi ceifada de nós, simplesmente desapareceu. E pior, Secretário, ela morreu asfixiada. Primeiro, ela não foi atendida em Porto Alegre, aí ela foi com a irmã dela que é médica para São Jerônimo e morreu ao chegar lá, que nem chegou ir a UTI, na tentativa de salvar a sua vida. Então, eu quero lamentar a irresponsabilidade lá de cima e aqui na ponta de querer manter uma bandeira vermelha. Pela primeira vez eu não vou gostar de uma bandeira vermelha. E querer ignorar a bandeira preta que nós estamos vivendo. Então, é muito triste, nós seguimos na luta contra isso e, infelizmente, toma posse o ministro o médico que há poucos dias... (Sinalização de tempo esgotado). Que era contra todas as políticas da irresponsabilidade desse Presidente e que hoje aceita o cargo e acata suas políticas. Então, fica aqui mais uma vez o sentimento de luto pelo nosso país. Obrigada, Secretário. **Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Boa noite a todos. Nós estamos dentro de um processo de revisão do nosso Plano Diretor, eu queria fazer um pequeno comentário a respeito do EVU que nós examinamos na semana passada, que na minha opinião evidenciou claramente duas deficiências muito grandes e importantes do nosso Plano atual, que deveriam ser endereçadas de alguma forma nessa nossa revisão. A primeira falha que eu considero que haja no Plano é o fato de que ele não protege a cidade de projetos danosos à qualidade espacial e a vida urbana da cidade, a urbanidade. Quer dizer, os processos, os autores podem desde que sigam as regrinhas, nós temos regras para tudo, para todos os aspectos

particulares de um projeto, mas nós não temos nenhum controle sobre o todo, sobre o resultado final. Quer dizer, então, qualquer autor pode seguir todas as entregas e propor um Frankensteinzinho para a cidade. Não estou querendo dizer que aquele era um Frankenstein. Viu, Sérgio? (Risos). Não quero dizer isso, mas, certamente, é um projeto que não está focado na qualidade da cidade, é um projeto voltado para dentro do problema. A segunda falha que o nosso Plano Diretor tem, que ficou evidenciado, é que ele não tem uma instrumentação para resolver problemas de conflitos socioespaciais, vamos dizer assim, mas é um plano que parte de uma lógica que tem regra para tudo e que todo mundo segue as regras e, constantemente, tudo está resolvido, *a priori*, se todo mundo seguir as regras. Só que, eventualmente, o grupo não segue as regras por diversas razões e nós entramos em conflito e esse conflito dá um curto circuito, porque não tem como resolver, não há espaço no Plano Diretor institucional organizado estabelecido para a resolução de problemas, e aí o negócio vai para a justiça, fica judicializado e a judicialização é uma patologia em si, porque ela além de evidenciar a falência do sistema para resolver os seus próprios problemas, ela transfere o problema e a decisão para a mão de pessoas que não têm nada a ver com o problema, que não conhece os antecedentes, não conhece as circunstâncias, enfim, não está por dentro do negócio. Essas duas coisas deveriam ser seriamente consideradas nesse processo de revisão. Era isso, obrigado. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Boa noite, Presidente. Boa noite, Conselheiros. Secretário, eu quero fazer um apelo aqui para o Conselho, considerando o agravamento da pandemia, estando na bandeira preta, que está nos afetando a todos desde fevereiro e com severas restrições para todo o Estado. Hoje a gente vê as UTI's lotadas, hospitais sem leito, com fila de espera, sem tratamento adequado. Então, eu quero fazer esse apelo para que a gente faça a suspensão de algumas reuniões do Conselho dentro desse período, até em respeito às vidas perdidas também. Eu acho que essa pausa daria tempo para os conselheiros refletirem melhor na nossa missão dentro do Conselho. Podemos renovar os nossos contatos que hoje estão muito distantes, sabemos que em outro momento indicamos vice-presidente do Conselho para nos representarem na coordenação e hoje perdemos totalmente o contato com o vice-presidente. Então, eu acho que não está havendo uma discussão justa e equilibrada dentro deste nosso Conselho. Tudo isso vai fazer falta mais adiante para Porto Alegre, quem perde é Porto Alegre e não é isso que nós queremos para a cidade. E ainda, estamos vendo a liberação de mais e mais processos para que sejam apreciados e votados. A impressão é aquela velha frase, vai passar a boiada no momento mais crítico da pandemia. Então, quero deixar esse apelo, Presidente, em consideração às famílias das vítimas dessa pandemia, para que a gente faça uma reflexão, para que pelo menos se suspenda por algumas semanas, até que melhore o clima e a gente possa reorganizar o conjunto do Conselho, que está muito fora do contexto daquele Conselho que a gente se propôs a ter. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa noite a todos e a todas. Eu quero lamentar, primeiro a declaração do Prefeito com relação aos conselhos, que ele tiraria o caráter deliberativo. Então, eu entendo que o Prefeito foi eleito, mas ele não pode ser um ditador, ele tem que encarar a democracia como algo importante nesse momento e ele não é o dono da cidade, ele está Prefeito e a cidade não é feita só de quem votou nele, é também dos que não votaram nele. E me estarrece, porque alguém que tinha uma posição de esquerda e hoje adere a um sistema de contra a vida, o que muito bem a Maristela falou ali. A economia não vive sem as pessoas, o fundamental na economia e em uma cidade não são os empreendimentos, não são os negócios, são as pessoas, fundamentalmente as pessoas. E nessa linha eu recomendo que o Conselho assista a um filme que talvez a ficção imite a realidade, que se

chama *Linha de Ação*, que é um filme sobre um prefeito de Nova York, que está em um período eleitoral e que negocia uma parte da cidade antiga com um empresário para fazer a tal da modernização da cidade e desrespeitando os moradores que lá vivem. Um filme muito interessante para que todos nós conselheiros e conselheiras reflitamos sobre a cidade que queremos e a quem nós servimos, se são as pessoas. E quero dizer, são tantas as coisas que eu gostaria de falar, mas os 3 minutos não nos permite, né, falar algumas coisas, mas para mim é fundamental resgatar a última votação do EVU do empreendimento lá na Nilo Peçanha. Então, aquilo demonstra que cidade nós queremos, para que servem as pessoas, para excluir as pessoas e não para incluir. E quero dizer mais uma vez, servidores públicos têm que defender o interesse público e não o interesse privado. Quero reprisar de novo, tem que defender o interesse público e não o interesse privado, porque quem paga, são de duas formas que os servidores recebem, pelos impostos pagos e pela desigualdade, quando não se imprime projetos que resgatem a vida das pessoas. E está aí a prova de uma pandemia ceifando vidas, a Maristela lembrou a Michele Sander, eu quero lembrar a Sandra do PC do B, companheira que perdeu a vida pela Covid, um amigo meu de Cruz Alta perdeu a vida, o João Hélios. Tenho um amigo que é primo do Bibo Nunes... (Sinalização de tempo esgotado). Já estou finalizando, Secretário, neste momento eu quero que o senhor tenha consideração com as vítimas do Covid, não são 30 segundos que vão fazer a gente perder. Então, quero que o senhor me garanta a palavra, porque quando o senhor usa as palavras não controla o seu tempo. O senhor usa como Secretário... **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** É que eu sou Presidente Conselheiro! **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Que use como conselheiro também! Então, o senhor tem que usar o tempo como conselheiro no mesmo espaço de três... E o senhor pode cassar a minha palavra. Tudo bem, faz parte do seu jogo. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem, terminou? **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Terminei! **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro. Lembrando que eu presido este Conselho, neste sentido faço uso do microfone, conforme orienta o regimento interno. Só ressalto, corrigindo a fala do Conselheiro Felisberto, o trabalho sempre exemplar dos servidores que compõem este Conselho, sempre defendendo o interesse público e são investidos na função pública com essa finalidade, fazem um trabalho brilhante. Então, corrijo, no sentido de mais uma vez parabenizar o excelente trabalho dos servidores públicos, sempre sim na defesa do interesse público. Conselheira Claudete. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Boa noite a todos. Pois, então, Secretário, eu pergunto, essa sua fala era uma coordenação de mesa ou era uma fala enquanto membro do Conselho? Parece-me que o senhor usurpa da função da qual exerce, né. Então, assim, a gente é um Conselho que vem sendo impedido de aconselhar. Até não ia entrar nesse mérito, mas não tem como a gente acabar se omitindo. Uma democracia participativa só existe onde tem efetivo mecanismo de controle da sociedade civil sobre a administração pública, ela não se reduz a um papel já apenas dizer “sim” ou “não”, é participar da política pública, intervir no planejamento, é intervir na gestão, o que devia ser pautado em um debate em condições iguais de participação, o que aqui não ocorre, como a gente bem sabe, né. Aí o colega que me antecedeu, o Conselheiro Rômulo, disse assim – *Ah, o projeto não é focado na cidade!* Adianta nós mudarmos o Plano Diretor se olhar que a gente dá para as interpretações aqui vão ser as mesmas, né? Porque a gente vê em toda sessão que o nosso Plano Diretor vem

sendo ignorado, enquanto a gente devia inibir a especulação imobiliária, inibir os vazios urbanos, distribuir os benefícios e encargos do processo de desenvolvimento da cidade. A gente faz o contrário, né, como o processo da sessão passada, onde a gente agraciou uma área que estava vazia há décadas com uma série de flexibilizações no Plano Diretor. Adianta nós mudarmos o nosso plano? Será que é isso vai resolver? E a gente vê aqui que não tem uma sessão que o Secretário não defenda um projeto emitindo o seu voto antecipadamente. E não que ora a gente vê que às vezes as preliminares que a gente argui, que deveriam até os processos serem retirados de pauta e submetidos à Procuradoria para se verificar, que defende o interesse público, a legalidade, a eficiência, a eficácia, isso são completamente ignorados. Além disso, a gente é orientado, procedimentos aqui não são a nossa competência porque a gente não pode questionar e nem manifestar. Então, eu pergunto que olhar é esse que nós estamos dando? Mas não era sobre isso que eu queria falar, eu ia pedir, na verdade, Secretário, que me fosse disponibilizado uma senha para que eu possa, efetivamente, assinar os processos eletrônicos e os meus pareceres. O Decreto nº 18.916/2015, lá em seu artigo 5º diz assim, que a assinatura eletrônica pode ser identificada tanto para o servidor como agente público, função que a gente exerce. E que a administração pode conceder login e senha, um SEI, para pessoas externas à administração, que devem, não é "podem", "devem" assinar os documentos constantes em processos eletrônicos. Então, eu gostaria, embora o Secretário também, tudo aquilo que a gente impugna pelo interesse público, pela transparência, parece que o Secretário sempre é contra ou vê empecilho, né. Então, eu gostaria, Secretário, que me fosse disponibilizado. Eu vou assinar o termo de compromisso previsto e vou encaminhar para a Secretaria para a gente poder assinar os pareceres que a gente firma, como deveria ser. O que adianta ter regras se a gente não cumpre? Aí a gente muda a lei para descobrir as regras, parece que é isso que está acontecendo. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Muito bem, obrigado, Conselheira Claudete, pela manifestação. Lembrando mais uma vez que este Conselho tem tradição em planejamento urbano, tem amplas possibilidades de participação da sociedade na gestão da política urbana. A intervenção não é só, como menciona a Conselheira Claudete, que sempre faz uso do discurso para distorcer um pouco os procedimentos. No entanto, este Conselho tem a partir da distribuição do processo a oportunidade do relator fazer o relato, o relator antes de fazer o relato pode colocar o processo em diligência para pedir os esclarecimentos. Depois ele tem 10 minutos para fazer o relato, depois do relato cada um dos conselheiros têm a oportunidade de solicitar o relato de vista. Então, é oportunizado mais prazo, mesmo sendo o processo totalmente eletrônico e podendo ser acessado a qualquer tempo pelo conselheiro, desde a distribuição, conforme é pautado o processo, mesmo assim ele tem a oportunidade do relato de vista. Então, todos os conselheiros também, a partir do relato de vista, pode manifestar a sua posição, tem 10 minutos para apresentar esse relato de vista. Depois o processo é colocado em discussão, em paralelo a isso também é garantido sempre a cada início de reunião a oportunidade do período de comunicação, tanto de entidades externas, quanto de conselheiros externos, que podem fazer uso do microfone para discorrer sobre diversos assuntos. Então, existem diversas oportunidades, regimentalmente aprovadas e discutidas com este Conselho, de oportunidades de fala, de manifestação, de posicionamento, de entendimento. Também temos a apresentação por parte da equipe do planejamento, que nivela a tramitação do processo quando faz essa apresentação, junto sempre, relembrando a cada a cada momento que o processo é colocado em discussão, a equipe faz a apresentação. Então, tem diversas oportunidades, regradas regimentalmente de como se dá a participação desses conselheiros na gestão da

política urbana, regrado pelo Plano Diretor, que são, naturalmente, seguidas todas as regras previamente estabelecidas. Naturalmente, a gente entende que é da democracia, assim como nós vemos os debates da Câmara de Vereadores, que há posições muito divergentes, muito contrariadas, mas, naturalmente, a administração segue todas as regras, temos segurança com relação a isso, os servidores fazem um trabalho brilhante para produzir um conteúdo e se colocar em discussão neste Conselho. Então, essas discussões, essas manifestações contrárias são parte de um processo democrático de discussão, assim como acontece na Câmara de Vereadores, sempre tem posições divergentes e essa divergência nos amadurece no processo como um todo. Com relação aos outros pontos eu já expliquei para a Conselheira Claudete em inúmeras oportunidades. Então, peço que ela assista aos vídeos anteriores, onde tem as respostas com relação aqueles pontos que ela levantou da assinatura. Acho que não é necessário a gente trazer novamente a explicação para a conselheira, porque ela toda reunião traz este mesmo assunto. Perfeito, então, Senhores Conselheiros, temos que seguir a nossa pauta, faz parte do processo de discussão, não podemos nos deixar abalar, temos que avançar. Nesse sentido, então, a gente tem a votação das atas: **2. VOTAÇÃO: 2.1 ATAS: 2867, 2868, 2869, 2870, 2871, 2872, 2873 E 2874.** As atas já estão há bastante tempo na pauta aqui para dar mais tempo para que todos os conselheiros avaliem as atas, a gente foi postergando esta deliberação. Então, eu consulto sobre o Item 2.1 da pauta, se há alguma objeção ou abstenção à aprovação das atas? Por favor, pode manifestar no chat para gente ter bastante objetividade aqui e poder avançar na pauta. Temos uma Questão de Ordem da Conselheira Claudete? **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Não, Secretário, é que o senhor diz sempre que tem o direito de fala e nós não podemos falar. O senhor disse que está nas atas e está nas sessões as respostas, eu gostaria que o Secretário, então, formalizasse utilizando o mesmo subterfúgio que o Secretário utiliza, né. Eu estou lhe indicando uma lei, um artigo e um número, dizendo que o senhor disse que não há possibilidade. Eu estou dizendo que a lei determina que deve ser fornecido. Então, eu gostaria que o Secretário formalizasse. Obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado. A Senhora pode assistir aos vídeos das reuniões anteriores, onde eu lhe coloquei a explicação, não há possibilidade de assinatura, nós não vamos fazer a assinatura. A gente tem a reunião aqui, mas eu já expliquei em inúmeras oportunidades, acho que a senhora tem dificuldade de compreender e insiste com o questionamento. Então, pode assistir nos vídeos anteriores. Voltando ao ponto das atas, Conselheiros, temos a abstenção do Conselheiro Adroaldo, da Conselheira Tânia, do Conselheiro Emílio, do Conselheiro Darci, da Conselheira Maristela, do Conselheiro Saffer, do Conselheiro Gustavo, do Conselheiro Jackson, da Conselheira Claudete, do Conselheiro Hermes, do Conselheiro Mark. Questão de Ordem do Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** A minha Questão de Ordem, eu gostaria que a PGM se manifestasse sobre a função de coordenar a reunião com a função de Presidente do CMDUA. Qual é o tempo, que seja definido um tempo para quem coordena e quem é Conselheiro e qual a fala do Presidente? Porque isso não está claro no Regimento. O senhor usa do seu cargo para falar e contrariar todas as nossas falas. Então, nós queremos saber e ter o direito de corresponder as suas falas, aí a gente tem que usar a Questão de Ordem como instrumento para poder se manifestar. Então, é isso e eu me abstenho das atas também. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. Lembrando que eu não coordeno a reunião, eu presido a reunião.

Então, ao Presidente cabe a direção desses trabalhos e neste sentido para o bom andamento da reunião eu faço uso da palavra enquanto Presidente e achar necessário. Lembrando que todos têm oportunidade, regimentalmente, à fala em diversos momentos e ao Presidente cabe conduzir ao bom andamento das reuniões. Então, quando são levantados pontos dos mais diversos e questões que não são de origem da nossa pauta cabe ao Presidente aqui organizar a reunião. Lembrando que essas manifestações contrárias, que geralmente nós temos, são minoria neste Conselho, a maioria do Conselho, a ampla maioria aprova, os expedientes são colocados em pautas e por muitas vezes não se manifesta neste Conselho. Então, nós temos, naturalmente, um grupo que faz uso da palavra que fazem uso da palavra para manifestar contrariedade e é tão, naturalmente, a gente compreende, está no direito desses conselheiros fazerem a sua manifestação. Eu enquanto Presidente tenho que entender isso e conduzir a reunião da melhor forma possível. Nesse sentido nós temos a abstenção de 12 conselheiros e manifestação favorável de 14 Conselheiros, nenhum voto contrário. **APROVADAS AS ATAS 2867, 2868, 2869, 2870, 2871, 2872, 2873 E 2874**. Então, Senhores Conselheiros, neste sentido, Conselheiro Hermes. Está sem conexão de áudio aí. Não está aberto o seu áudio. Sai e conecta, enquanto isso a gente avança na nossa ordem do dia. Então: **4. ORDEM DO DIA: 4.1. EXPEDIENTE 18.0.00094370-01, INTERESSADO: MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE**. É uma inclusão de traçado viário, o relato é da Região de Planejamento 4. Esse processo foi distribuído em 17/06/2020, o prazo para relato em 21/07. A gente teve a apresentação pela Equipe de Planejamento em 20/08 e apresentação do parecer, que foi colocado em diligência 20/08/2020. Teve uma diligência à CAADHAP, retornou esse processo em 04/03/2021. Então, a partir desta diligência a gente teria o relato feito pelo relator da Região de Planejamento 4. Só que antes disso a Equipe do Planejamento nos faz uma apresentação sucinta do que se trata o expediente e depois a gente passa para a Região de Planejamento 4, a Conselheira Tânia, para fazer seu relato. A Natália faz hoje a apresentação. **Natália, Equipe de Projeto/SMAMUS:** Boa noite, Presidente. Boa noite Conselheiros. Boa noite demais participantes. Então, vou compartilhar com vocês a minha tela. Então, esse é o processo 4.01 da pauta, nº 18.0.00094370-01. É uma inclusão de traçado viário no Bairro Lomba do Pinheiro. Então, foi feita uma proposta, em princípio uma proposta conforme esses anexos da minuta de resolução. Ele está localizado no RGP 7. A primeira proposta tinha sido feita conforme aquele tracejado em azul à direita. Aqui na imagem de satélite dá para a gente ter uma melhor resolução. Então, é uma conexão entre a Rua Isidoro Lima e a Rua Dolores Duran, a Diretriz 1036 conecta a Estrada João de Oliveira Remião com a Rua Flor de Lis. Também tem a Diretrizes 1037 que conecta a 1036, com a Rua Dolores Duran. Então, a PGM deu parecer técnico informando que não há óbice de natureza jurídica que impeça o traçado viário e foi encaminhado para o CMDUA conforme o Presidente relatou. A Conselheira Tânia informou que as edificações atingidas pela proposta de traçado viário, pediu informações quanto ás edificações e foi informado pela CAADHAP que não há possibilidade de fazer vistorias e levantamentos durante o período da pandemia. A Conselheira Tânia se manifestou contrária ao gravame proposto, porque ele atinge a uma comunidade consolidada há bastante tempo e com relação a isso foi feita uma nova proposta de traçado viário que desviou aquela conexão entre a Dolores Duran Lima e a Isidoro Lima. Ficando este desvio aqui que está sendo proposto, que, anteriormente, vinha e conectava as duas vias assim. E essa seria a nova proposta de alteração desse traçado viário. Foi encaminhado ao CMDUA para avaliação. É isso. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Natália por nos rememorar o assunto. Nesse sentido, a gente assa a palavra à Conselheira Tânia. Não sei se a

Conselheira consegue fazer o relato. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Boa noite a todos. Já foi feito um relato bem resumido do que se trata e de qual foi a minha preocupação naquele momento com aquela comunidade que estava ali consolidada há bastante tempo. Eles fizeram um novo traçado, que passa por uma rua que já existe, no caso, vai ser só uma adaptação daquela rua, que é óbvio que vai tirar um pedaço da calçada, vai ter que fazer algumas adaptações, mas não passa por cima de uma comunidade, passa por uma rua. Para ver como há possibilidade de fazer diferentes traçados, não precisa passar por cima da casa das pessoas e nem tirar as pessoas das suas comunidades, é só um planejamento urbano. Então, dando uma olhada nesse processo novo que chegou. Eu só não achei os documentos do COMAM, que se manifestam com relação a essas ruas, não consegui achar no processo. Inclusive, a PGM faz uma nota falando sobre esse parecer. O que eu achei sobre a CAADHAP foi de 2013. Então, ela não fez nenhum pronunciamento, não tem nenhum documento aqui que diga que essa rua realmente vai ser, que esse novo traçado viário vai ser efetivado. Então, eu gostaria que fosse inserido nesse processo, porque aqui, inclusive, tem uma notinha da PGM, a CDU e a SMED, que examinou a minuta de resolução e não há óbices de natureza jurídica, estão em harmonia com o q foi especificado nas diretrizes do CAADHAP, que é essa diretriz aqui 49.15031, que é de 2013. Apenas a título de sugestão, considerando que cada vez mais os documentos que integram os expedientes únicos vêm sendo transportados para os processos SEI. Seria salutar incluir o número do documento SEI em que consta o parecer da CAADHAP na justificativa da resolução neste e em outros casos. Quer dizer, não tem aqui a alteração que foi feita e não tem esse documento de justificativa da resolução. Eu gostaria que fosse inserido no processo, para que depois a gente votasse pela aprovação, porque eu acho que é interessante, mas precisa desse documento para garantir que vai haver realmente essa alteração de traçado, não é apenas um desenho. Eu acho que documento é muito importante e ele tem que ser inserido no processo SEI, porque aqui não consta. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Conselheira, regimentalmente, a gente tem a possibilidade da senhora colocar em diligência uma única vez o processo, a senhora colocou em diligência e ele retornou. Eu posso postergar, se a senhora não tem condição hoje de fazer o relato a gente posterga para mais uma semana e se tiver alguma dúvida com relação ao relato que faça anteriormente aqui com a equipe, com a Secretária Executiva. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Ótimo, Secretário. Ótima ideia. Então, depois eu vou falar com a Camila para poder me auxiliar. Inclusive, gostaria de agradecer a Camila por me auxiliar nesses trâmites do processo do Mato Sampaio. Parece que nós vamos conseguir, Camila. Muito obrigada! A Lisiane também por ter me auxiliado nesse processo. Então, eu vou deixar, vou postergar por mais uma semana, aí vou entrar em contato com a Camila para que ela me ajude a adquirir esse documento, que faz parte, para eu fazer o meu relato, muito obrigada, Secretário. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Eu consulto os demais conselheiros sobre a postergação do relato, que é deliberado. Há alguma objeção em relação a gente prorrogar o prazo da Conselheira Tânia para fazer o relato de vista por mais uma semana? Se há alguma objeção, por favor, que se manifeste no *chat*. Conselheiro Saffer. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Eu só queria um esclarecimento. Talvez se alguém puder esclarecer, a Tânia vai entender um pouco mais sobre essa questão, que eu também tenho duvida. O jeito como a Tânia falou é como se fosse executar, acredito que é um gravame e não estar executando imediatamente nada. Normalmente, as resoluções têm uma minuta,

passa pelo Conselho, tem os anexos e eu entendo que isso são as garantias do que vai ser feito. Não é um papel qualquer que está sendo desenhado alguma coisa, o papel que nós estamos aprovando é o que vai ser executado, é assim que eu entendo. Então, mas se não está claro não entendo que outros documentos ou alguém tem que esclarecer que dê essa garantia. Eu entendo, porque vimos outros processos e comentar para a Tânia que o que nós estamos aprovando, uma resolução com minuta, onde todos assinam, tem os anexos, esta é a garantia do que vai ser feito no futuro, pois está gravado. esse é meu entendimento. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Saffer. Foi muito claro. A Conselheira Tânia eu acho que vai buscar mais como orientação, falar com a Conselheira Patrícia, os demais conselheiros sobre os procedimentos para poder orientar o seu relato na próxima semana. Acho, eu vi no chat a Conselheira Patrícia e os demais colocando que são pontos que se tratam de gravames. Eu acho que podem ajudar a conselheira no sentido da orientação. Temos Questão de Ordem da Conselheira Claudete. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Pois, então, Secretário, só retomando o entendimento que nem é meu, é da Procuradoria setorial, que diz ali bem claro – *Para maior clareza e transparência à resolução e para compreensão de quem vier a lê-la, seja incluído o número do documento SEI onde consta essa fundamentação, de modo que quem quiser consultar o processo, poderá ter acesso.* Então, é isso que a gente vem reclamando, Secretário, que a gente não tem clareza e nem transparência. Então, a gente está pedindo que os documentos venham ao processo para que a gente possa também entender a fundamentação. Obrigada. E eu acho que deveria... **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem, obrigado, Conselheira Claudete, pela manifestação. Lembrando que a gente sempre está à disposição, a Secretaria-Executiva dentro dos prazos regimentais, para tentar ajudar, orientar, enfim, importante trocar uma ideia também com os demais conselheiros, porque não as questões na sua maior parte estão inseridas no processo, talvez algum um conselheiro tenha alguma dificuldade de compreensão e a nossa obrigação aqui é sempre tentar esclarecer o máximo possível, orientar o máximo para a gente conseguir que os conselheiros tenham condição de discutir e deliberar os processos colocados em pauta. Perfeito, então, não havendo objeção para... Questão de Ordem da Conselheira Maristela. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Secretário, eu sei que faz tempo que está tramitando, então, queria perguntar: tem tempo ainda para vista? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Sim, depois a gente... **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Está na se de relato, depois? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Exatamente. Depois do relato da Conselheira Tânia. Por isso é importante que a Conselheira fala o relato na próxima semana. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Eu sou favorável que tenha o relato na próxima semana. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** A gente dá a oportunidade dos conselheiros fazerem o relato de vista, depois do relato dela. Então, ela pode prorrogar por uma semana para o relato de vista, que seria na data de hoje. Então, a gente está prorrogando, em não havendo objeção dos demais conselheiros. Perfeito, Conselheiro Felisberto, se fizermos a votação nominal da prorrogação do relato da conselheira, e imagino que não tenha objeção dos demais conselheiros, vai levar uns 10 minutos. Então, nesse sentido a gente prorroga por uma semana, não havendo manifestação contrária no *chat*. Então, Senhores

Conselheiros, passamos para o **ITEM 4.07, EXPEDIENTE 20.0.000053496-0 – ESTUDO DE VIABILIDADE URBANÍSTICA DA VASCOCIVITAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS**. O relator é o representante do CAU. O processo foi distribuído em 10/12/2020, o prazo para relato foi 22/12 e não tinha chego na pauta. E temos a apresentação pela Equipe do Planejamento e o relato do Conselheiro representante do CAU. Conselheiro Emílio, tem condição de fazer o relato? **Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Boa noite a todas e todos. Boa noite, Secretário. Em princípio não tinha me dado conta que era hoje a apresentação. Então, não está preparado o meu parecer em relação a este processo, Vou pedir alguma diligência específica e não sei se terei até a próxima semana para apresentar, a diligência eu posso encaminhar amanhã mesmo para a Secretária, porque são três encaminhamentos, três diligências, para a SMDE, para o DMAE e outro para a EPTC. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem... **Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Está tudo por escrito. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem, a gente prorroga o seu relato de vista, senão há objeção dos Senhores Conselheiros à prorrogação do relato, não de vista, o parecer do relator. Então, o senhor faz na próxima semana, podendo encaminhar junto o pedido de diligência, que, na verdade, é deliberada. Então, o senhor faz na próxima semana o seu relato, traz quais são as diligências e a gente delibera no plenário deste Conselho sobre o encaminhamento de diligência. **Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Ok, agradeço. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Não temos objeção para prorrogar. Temos duas Questões de Ordem, Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, mais uma vez eu acho que a decisão é do Conselho e mesmo que ele se manifeste no chat, quando um conselheiro solicita a votação nominal deve ser respeitado no seu pedido, porque a decisão não é sua, a decisão é do Conselho. E quando um conselheiro eleito e não indicado, conselheiro eleito pela população e por uma região, então, ele tem o direito de solicitar no Conselho a votação nominal, é importante para ficar documentado. Chega de ficar no chat, no chat e no chat. Eu quero que conste na ata para que as pessoas, posteriormente, possam julgar quem são os conselheiros que defenderam a cidade e não o interesse privado. É isso que eu quero deixar bem claro. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro, mas eu não sei se o senhor está compreendendo bem o que estamos discutindo aqui, é a prorrogação do período do relato, o registrado fica a partir da fala de que não há nenhuma objeção, se por ventura houver alguma objeção que faça no chat, vou fazer a leitura aqui do Conselheiro. Se o senhor tem objeção à prorrogação do relato do Conselheiro Emílio no processo em pauta, pode manifestar e eu vou fazer a leitura. É mais no sentido da organização que a gente dá, quando são pequenas deliberações, em que todos os conselheiros concordam com a diligência, com a prorrogação do prazo para relato. Eu não vejo necessário que a gente fique repassando por mais de 10 minutos a votação de cada conselheiro, sendo que é unânime. Então, é nesse sentido, as demais votações, deliberações que nós temos discordâncias, as manifestações são todas nominais. Então, todos têm a oportunidade de manifestação a sua contrariedade ou não com o processo discutido em pauta. Então, essas votações sim são nominais, são pequenas, só com relação onde a gente tem unanimidade. Conselheiro Jackson. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de**

Gestão de Planejamento Três – RGP. 3: Boa noite, Presidente, colegas, eu sinto informar, mas vou pedir licença para me retirar da reunião, porque, infelizmente, nós tivemos na empresa uma vítima de Covid agora e eu vou ter que tomar as providências com relação aos encaminhamentos, família e essas coisas. Então, em cima de ter sido comunicado agora, eu não tenho nem como chamar um dos meus suplentes colegas para poderem tocar a reunião. Eu peço desculpas em nome da região, mas vou ter que me retirar. Uma boa noite e um bom trabalho para vocês. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Tudo bem, Conselheiro Jackson. Nossos sentimentos, enfim à família, amigos, muita séria a situação. Nesse sentido, então, na sequência a gente passa de imediato a palavra para a Conselheira Claudete, tinha uma Questão de Ordem. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Eu tinha uma Questão de Ordem, mas parece que já foi sanada, é que o Conselheiro Hermes havia pedido uma Questão de Ordem e, casualmente, caiu da sessão e não conseguia mais entrar, né, mas agora parece que foi liberado. Aliás, é recorrente, às vezes, quando as pessoas querem falar e elas não conseguem acessar a sessão. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Ok, obrigado. Conselheira Claudete, às vezes eu tenho dúvidas, se a senhora tiver alguma acusação, alguma coisa a fazer, por favor, faça de forma clara, não deixe no ar assim, porque a gente tem dificuldade de compreender. Estamos aqui com um sistema aberto, o conselheiro está entrando, a gente dá oportunidade da fala, às vezes alguns conselheiros têm alguma dificuldade técnica, mas sempre é oportunizada a fala aos conselheiros quando solicitada. Então, Senhores Conselheiros, passamos ao item 4.08, expediente 19.0... Tem Questão de Ordem, Conselheiro Hermes? **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Sim. Eu queria reforçar, eu sinto muito, é que tudo vira uma guerra e uma disputa, Secretário. Mas eu fiquei, praticamente, todo esse tempo esperando ser autorizado a entrar. Inclusive, eu mandei uma foto do vídeo e algumas conselheiras me responderam pelo Whats particular dizendo que estavam fazendo contato. Inclusive, a Conselheira Patrícia. Eu sei, que eu tenho certeza, eu sou capaz de jurar que isso não é por querer, mas é muito estranho. Eu pedi uma Questão de Ordem porque no momento da votação eu coloquei que me abstinha e tinha uma declaração de voto. E como é de costume não foi considerado. E segundo o artigo 23, § 2º: *Durante a votação só será admitido o uso da palavra para...* Até tem uma falha aqui... *ou declaração de voto*. Então, eu queria reornar e fazer a minha declaração de voto, Secretário. Está certo? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Conselheiro, nós lhe oportunizamos a fala. Na verdade, o senhor estava com dificuldade no áudio. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** O senhor não vai autorizar eu fazer a declaração de voto? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Pode fazer. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Então, não precisamos discutir, Secretário. É sobre as atas. A declaração de voto eu vou depois mandar por escrito: *Então, somando os motivos já expostos em reunião passada, referente ao longo espaço de tempo entre a reunião e a apresentação da respectiva ata, cabe ressaltar a falta de transparência e credibilidade, tendo em vista que os pareceres de vista, declaração de votos, entre outros, não tem a mínima segurança quanto a sua autenticidade, pois na maioria são apresentados em arquivos abertos, tipo Word, podendo ser alterados a qualquer momento*. Como não existe nenhum nível de confiabilidade mútuo, já houve um processo que eu fiz

uma observação, antigamente, há muito tempo, que a folha do processo onde foram feitas as minhas observações, ela foi retirada, eu não sei se todos os conselheiros sabem, foi retirada, essa folha não está. Se for ver a ata, que eu posso depois dizer qual é o número da ata, ela foi retirada, aquela folha exatamente onde tinha uma ilegalidade. Eu não vou entrar em maiores detalhes, isso já foi motivo de muita discussão. Então, eu queria dizer que não existe nenhuma credibilidade sobre essas atas, sobre os pareceres. E esse é o motivo que dezenas de conselheiros sistematicamente votam pela abstenção. Tudo é registrado no sistema, mas o nosso voto, parecer, parecer de vista, etc., vai em um arquivo Word. E eu não estou acusando ninguém, eu estou dizendo que pode ser, é uma questão de sistema, qualquer um pode alterar, assim como já foi retirada uma folha de um processo que está publicado no site da Prefeitura. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Hermes. Lembrando que as nossas reuniões são transmitidas ao vivo e estão sempre disponíveis no nosso canal do YouTube. Então, eu acho que com relação às falas dos conselheiros podem ser sempre confirmadas a partir do momento que a gente avançou com o canal, disponibilizando ao vivo, acho que essa transparência está melhor elucidada. Então, senhores conselheiros, está registrada a consignação do Conselheiro Hermes. **ITEM 4.08, EXPEDIENTE 19.0.000129099-4, GRAVAME DE TRAÇADO VIÁRIO DO INSTITUTO DOS ADVOGADOS DO BRASIL**. O processo foi distribuído em 04/03/2021, prazo para relato na data de hoje. Só que o Conselheiro não está presente, o Conselheiro representante do IAB. Nesse sentido a gente posterga o relato, o parecer do Relator do Conselheiro representante do IAB para a próxima reunião. Vamos ao **ITEM 4.09, EXPEDIENTE 19.0.00013085-9, GRAVAME DE TRAÇADO VIÁRIO**. É da relatoria da RGP 5, Conselheiro Ricardo. O processo foi distribuído em 04/03/2021, 16/03 é o prazo para relato. Eu consulto o Conselheiro Ricardo se tem condição de fazer o relato, aí eu peço para a Equipe do Planejamento apresentar. **Ricardo Angelini, (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Sim, eu posso fazer, Secretário, alguma coisa se me permitir. **Ricardo Angelini, (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** A Equipe do Planejamento faz aquela breve apresentação inicial do que se trata, em que situação está e depois eu abro a palavra para fazer o relato. Pode ser? **Ricardo Angelini, (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Sim, segundo eu recebi o e-mail, começaria com o pessoal do IAB e eu dava prosseguimento, mas tudo bem, eu tentei me preparar. Inclusive, se o senhor me permitir só um instantinho, como é um processo do falecido Paulo Jorge, ele deve ter já iniciado alguma coisa, né. Então, eu pedi, atenciosamente a Camila me passou uns e-mails e eu tenho certa dificuldade, porque o meu equipamento estragou e eu estou fazendo por celular. Então, eu tive que fazer uma consulta em uma *lan house,* pedi para um motoboy trazer, porque eu estou em casa há um ano sem sair, mas eu tenho alguma coisa que eu posso, se o senhor me permitir, dar andamento, porque este processo é um processo de uma escritura de um terreno em Belém Novo. Se eu puder falar alguma coisa, não sei se o senhor permite. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Claro, Conselheiro, o senhor tem a oportunidade de fazer o relato. O senhor gostaria de fazer o relato na data de hoje? Senão, se o senhor estiver com dificuldade a gente pode consultar os demais conselheiros aqui, se entendem por prorrogar o seu prazo, a gente pode prorrogar para a próxima semana. Se o senhor vai fazer o relato, ótimo, eu peço para a Natália da Equipe de Planejamento nos trazer o resumo do que se trata. Aí ela compartilha e alinha todo mundo na mesma página e depois eu lhe oportunizo o relato. Tudo bem? **Ricardo Angelini, (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Pode ser,

Presidente. Assim me ajuda bastante também. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem. Acho que fica mais compreensível o processo. Por favor, Natália, da nossa equipe. **Natália, Equipe do Planejamento/SMAMUS:** Esse processo é a inclusão de um traçado viário no bairro Lajeado e alteração é de acordo com o anexo 2 aqui, o anexo 1 é o antes, a situação do local. E aqui é a alteração do traçado, cadastramento de logradouro. Fica localizado na RGP 8 e aqui as imagens do satélite ficam mais claras, aqui é o ponto, a rua onde está sendo solicitada essa alteração de traçado, de gravame de cadastramento, que é a Avenida Lajeado Costa do Cerro, que inicia aqui na Avenida Edgar Pires de Castro. Conforme o parecer técnico da PGM eles não têm nada a opor quanto ao cadastramento solicitado. A Procuradoria Setorial também não se opõe. Então, foi encaminhado a CMDUA à consideração e para deliberação da inclusão do traçado viário da Avenida Lajeado Costa do Cerro em 12,5 m de largura e extensão aproximada de 580 m, com início na Avenida Edgar Pires de Castro e finalizando em *cul-de-sac*. E também o cadastramento posterior da referida avenida, uma largura de 12,5 m e a extensão aproximada de 562 m. Seria isso. Obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Natália. Nesse sentido, passo ao Conselheiro Ricardo, da RGP 5. O senhor tem 10 minutos para fazer o relato. Fique à vontade. **Ricardo Angelini, (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Este traçado, conforme a colega falou, é um pedido, uma liberação de uma certidão de cadastramento do imóvel, conforme citado na Lajeado. E segundo a minha pesquisa, eu peguei a certidão de cadastro do imóvel de nº 060196/2019, que ali diz assim: *Certificamos para os devidos fins que o imóvel acima descrito está cadastrado no Cadastro Imobiliário da Secretaria da Fazenda, na zona urbana do município, sendo que dados informados refletem a situação cadastral do imóvel na data da emissão da presente certidão*. E aí aparece que ele é um traçado que tem registrado no Registro de Imóveis na 3ª Zona de Imóveis, que é um terreno conhecido como Santa Inês no bairro São Pedro, na zona rural de Belém Novo, com a Edgar Pires de Castro, que fica nos dois lados dos dois traçados na situação de escala. Então, eu tenho aqui um parecer da PGM, que encaminhou o processo para manifestação quanto à exigência do processo referente na área da Avenida Lajeado, se há empecilho quanto à continuidade da tramitação do processo de cadastramento como logradouro público. Para fins de instruções verifica-se que o acesso existe desde 2002. Então, segundo aqui, acho que é nada justifica o não cadastramento. Se eu me fiz entender, como eu estava dizendo, as folhas assim pequenas e a letra pequena e os olhos já fracos. Então, eu gostaria de fazer o apelo aos colegas Conselheiros, que eu acho que isso é um traçado de cadastramento de logradouro, que eu acho que os conselheiros vão dar apoio e que a gente pode dar uma liberada. Seria isso. Muito obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro. Pela compreensão, o senhor se manifesta favoravelmente ao processo? **Ricardo Angelini, (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Isso mesmo. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Nesse caso o gravame viário. Então, Senhores Conselheiros, consulto se temos pedido de vista a este processo? Temos vista da Conselheira Claudete, Conselheiro Felisberto. Mais algum Conselheiro? Lembrando, importante o Conselheiro Ricardo nos compartilhar o relato por escrito, para a nossa Secretária Executiva, a Camila anexar ao processo, até para os demais conselheiros fazerem o relato de vista. E ao final sempre a conclusão pela aprovação ou não, para ficar essa clareza ali, eu extraí a sua manifestação que concorda com esse gravando, relatando

positivamente o expediente. Então, temos mais o Conselheiro Mark para relato de vista. Não havendo mais solicitação de relato de vista, então, disponibilizamos para a próxima semana, para que os conselheiros que requereram possam fazer o relato de vista do presente expediente. Então, passamos ao item **4.10, EXPEDIENTE 18.0.000055818-0, MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE, GRAVAME DE TRAÇADO VIÁRIO E CADASTRAMENTO DE LOGRADOURO**. Conselheiro do SAERGS, o Conselheiro Hermes é o relator. O processo foi distribuído em 05/03/2021 e o prazo para relato é 16/03, a data de hoje. Consulto, Conselheiro, como a gente avançou uns quantos processos aqui na pauta, se o Conselheiro Hermes tem condição de fazer o relato? **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Secretário, embora eu tenha recebido não sei o dia que o senhor falou, mas eu só vi que tinha recebido ele, porque a gente recebe um número enorme de emails. E como eu sempre vou ao local, também em função que esse processo era um dos últimos, eu não aprontei para hoje, não fui ao local também. Eu peço que seja adiado para a próxima semana. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem. Eu consulto aos demais conselheiros se há objeção. Eu acho que de fato a gente avançou bastante aqui na pauta, talvez alguns conselheiros não conseguiram alcançar aqui para fazer os relatos. Não vejo objeção, mas se os conselheiros manifestarem contrariedade. Em não havendo contrariedade ao pedido de prorrogação para o relato, fica prorrogado o prazo do Conselheiro Hermes para a próxima semana. Então, o **ITEM 4.11, MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE, VALORES DE SOLO CRIADO**. É atualização do solo criado 2021, é o relator da RGP 6. No dia 08/03, é o Conselheiro Gomes. É um processo complexo, imagino que o Conselheiro não tenha trazido o relato. É um processo, na verdade, de atualização dos valores, por hábito a gente sempre distribui para o Conselheiro Saffer, acho que nas outras oportunidades vi essas reavaliações de solo criado, mas na ordem o Conselheiro Gomes era o próximo. Consulto o Conselheiro Gomes se tem condição de fazer esse relato? **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Boa noite. Conselheiros, esse processo é bastante complexo, a avaliação do solo criado, a reavaliação, na verdade. Inclusive, esse em particular tem origem ainda em 2019, sendo a última revisão que nós fizemos no Conselho, que nós aprovamos, foi em 2018. E daí a gente vai acompanhando todo o desdobramento, inclusive, administrativo ali, a gente já conhece algumas coisas das secretarias envolvidas, fazendo solicitações das mais diversas. Até desfocando um pouco do adjetivo. Então, o que eu ia sugerir, Secretário, Presidente, que ele fosse apresentado de preferência por alguém da Fazenda, pela complexidade que ele tem, o pessoal da Fazenda, Arquiteta Carla Alexandre, por exemplo, seria uma boa ela apresentar para nós, ela tem uma experiência muito grande. Ou o Cláudio, que é da Secretaria. Após isso eu faria, sem problemas o relato. Eu gostaria que fosse introduzido por, ou alguém da Fazenda, ou alguém ali da equipe que trabalha com o Cláudio. É a minha sugestão. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem, Conselheiro Gomes, nós vamos consultar sim a Secretaria da Fazenda, a Camila faz contato. Acho importante vir a apresentação da Carla, da área de avaliação, acho que já fez em outras oportunidades a apresentação. É a reavaliação dos valores, conforme determina a lei, que deve ser feita de 2 em 2 anos. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** E o importante, Presidente, que ele pega a primeira revisão a partir da lei que foi aprovada na Câmara, essa lei de 19 já. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Exatamente, porque a atualização passa a ser automática

e a reavaliação é feita de 2 em 2 anos, com base nos cadastros da Fazenda, na métrica de avaliação. Então, importante ter a apresentação. Acredito que não haja objeção dos conselheiros com relação à prorrogação e na próxima reunião pede para a Secretaria da Fazenda fazer a apresentação. Obrigado, Conselheiro Gomes. Então, Senhores Conselheiros, neste sentido concluímos os processos que estão em discussão. Eu consulto, Conselheiros, a gente pensou em na próxima, talvez na próxima reunião, a gente colocar a discussão da eleição. Nós fizemos aqui uma reunião sem, ser formalmente discutida essa questão em pauta, todos vocês ou a maioria já tem conhecimento desse ponto com relação à eleição. Nós também já conversamos com o Ministério Público, uma conversa informal sobre a possibilidade da gente prorrogar os mandatos, tanto pela situação bandeira preta e tudo que se vive aí com relação ao Covid. A nossa impossibilidade de organizar um processo eleitoral, especialmente um processo que envolve a participação da comunidade e a própria revisão do Plano Diretor em curso, a maturidade destes conselheiros no sentido de contribuir no processo de revisão do Plano Diretor. Então, é papel da administração organizar esse processo de eleição e a gente a partir dos diálogos que tivemos e manifestações dos Senhores Conselheiros já em outras reuniões que a gente debateu o assunto, a gente iria encaminhar no sentido de prorrogar os mandatos. Vamos colocar em pauta, se vocês permitirem, esse ponto de discussão da prorrogação dos mandatos dos conselheiros. Está bem? E a partir disso, após ouvir os senhores conselheiros a administração vai se posicionar com relação a esse ponto de prorrogação. Perfeito, então, Senhores Conselheiros, vamos sim pautar no início da reunião, primeiro esse debate com relação ao conselho, que eu acho que vem a bastante tempo sendo levantado. Lembrando que não é uma eleição organizada pelo TRE, Conselheira Claudete, é uma eleição organizada pelo Município. Então, a gente faz a discussão aqui internamente no Município. Boa noite, Senhores Conselheiros, agradeço a oportunidade. Encerramos um pouco mais cedo, fora do comum hoje, os nossos horários sempre avançam um pouquinho as 20 horas, são 19h28min. Encerrando a reunião, agradecendo a oportunidade, pedindo sempre desculpa se em algum momento a gente eleva um pouco o tom, faz parte, é trabalho do Presidente sempre liderar as reuniões e dar um bom andamento para as atividades. Então, é nesse sentido que a gente está sempre aqui tentando equilibrar as mais diversas visões, posições, às vezes contrárias, às vezes favoráveis, é o nosso trabalho compor e tentar sempre buscar o equilíbrio. Boa noite a todos. Até mais! **(Encerram-se os trabalhos da plenária às 19h29min).**

Germano Bremm	**Secretária Executiva**
Presidente	**Relatora**

Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2021, ... retificações:

ATA ORDINÁRIA Nº 2883/2021

Aos vinte três dias do mês de março de dois mil e vinte um, às dezoito horas, reuniram-se para Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, via ZOOM, denominado PLENÁRIA VIRTUAL DO CMDUA, em razão do decreto municipal a fim de combater o coronavírus e a propagação da pandemia entre as pessoas, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira (Titular), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Artur Ribas (Titular), **Gabinete do Prefeito – GP**; Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN**; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), **Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS**; Gisele Coelho Vargas (Titular), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE**; Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM**; e Gustavo Garcia Brock (Titular), **Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV**. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS:** Rômulo Krafta (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**; Darci Barnech Campani (Titular), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Claudete Aires Simas (Titular), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH;** Sérgio Saffer (Titular), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA**; Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS**; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS**; Hermes de Assis Puricelli (Titular), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS**; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), **Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS**; Rogério Dal Molin (Titular), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:** Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Tânia Maria dos Santos (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4**; Ricardo Angelini, (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Dinar Melo de Souza (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8**; e Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP – HOCDUA. SECRETARIA EXECUTIVA:** Camila Maders Fonseca Coelho, **Secretaria Executiva da SMAMUS**; Patrícia C. Ribeiro, **Taquígrafa/Tachys Graphen**. **PAUTA: 1. Abertura; 2. Votação: 2.1 Atas: 2875, 2876 e 2877; 3. Comunicações; 4. Eleições CMDUA**. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h08min. **1. ABERTURA. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Boa noite. São 18h08min, temos *quorum*. Declaramos oficialmente aberta a nossa Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano ambiental. Eu vou fazer rapidamente a leitura aqui dos presentes para confirmar quem está aqui conosco hoje. (Relação dos presentes na inicial). Se por ventura tiver mais algum conselheiro, conselheira presente, faça o registro no *chat* que a

gente toma nota aqui da presença. Hoje a gente não tem pauta de processos, conforme havíamos combinado, a reunião é para discutir um pouco com relação ao nosso processo de eleitoral. A gente tem a previsão no nosso Plano Diretor de revisão de eleição a cada 2 anos. No entanto, em função da situação da pandemia, desde o não passado, este ano, que persiste, a gente está com uma dificuldade muito grande de mobilizar essa organização, principalmente sendo uma eleição comunitária, promovida nas regiões de planejamento. Embora a gente, inicialmente, começou a tentar criar uma estratégia de fazer uma eleição mais on-line. A gente sabe também das dificuldades de acesso que muitas comunidades vão ter. De qualquer forma nós teríamos que disponibilizar computadores nos Centros Administrativos Regionais ou CRIP, não me lembro da nomenclatura exata, envolveria certa mobilização, reunião de pessoas, que, certamente, não está apropriado ao momento para a gente fazer essa discussão. Então, nesse sentido a gente vem conversando com representantes de regiões, entidades, fizemos uma reunião em outra oportunidade, não ordinária, mas informal, para sentir um pouco o entendimento de cada um sobre esse processo. Também conversamos brevemente com o Ministério Público, colocando essas questões, para ouvir também a opinião deles, enfim, a análise sobre essas possibilidades da gente prorrogar o mandato dos conselheiros que estão aqui hoje, são conselheiros eleitos, em função do momento atípico e também, como eu disse, estamos no processo de revisão do Plano Diretor, que a gente está esperando acalmar esse momento para fazer essa discussão do Plano Diretor como um todo. Então, é nesse sentido que a gente fez esta pauta de hoje, para ouvir um pouco, começando pelos conselheiros das regiões de planejamento. Vou sugerir nesse sentido, que a gente comece ouvindo as regiões de planejamento, porque, afinal de contas, são as que mais teriam a mobilização com a comunidade, diferente talvez das entidades. Então, a gente inicia a conversa com as regiões de planejamento e depois vai para as entidades. E deixo bem à vontade também os conselheiros representantes do Governo, que talvez não tenha tanta relação com a pauta. Hoje a gente vai, especificamente tratar dessa questão para ouvir um pouco os conselheiros sobre a sua opinião, seu ponto de vista. é uma responsabilidade a eleição da administração pública, né, tem essa atribuição do Plano Diretor, nós fazemos esse edital, essa decisão é da administração, mas cabe a gente fazer essa conversa, ouvir para todos estarmos alinhados com relação a essa eleição. Queria só compartilhar com vocês, antes de abrir as inscrições das regiões, enquanto a Camila faz um cálculo dos presentes para a divisão do tempo, vamos dizer assim, para a gente poder distribuir e dar o tempo de todos falarem. Também a gente expediu uma convocação de uma reunião do Conselho no dia 1º/04, na outra quinta-feira, para apresentar e fazer uma discussão inicial sobre uma proposta de revisão de Plano Diretor, especificamente, na área do Centro Histórico, não tanto uma revisão, mas um programa, um projeto que estamos construindo de reabilitação do Centro Histórico. Então, a gente vai ter essa pauta específica para tratar, vamos fazer a apresentação daquele escopo que a gente tem, ouvir algumas contribuições iniciais e marcar outra agenda para a discussão. Aí os conselheiros já mais apropriados um pouco do tema, depois desta reunião do dia 1º, vão ter um pouco mais de tempo para fazer essa análise e aí a gente fazer uma discussão em um segundo momento. Ao mesmo tempo também a gente quer abrir, naquela oportunidade, a partir do 1º, uma consulta pública para colher contribuições da população, enfim, sobre o tema. A gente vive um momento um pouco diferente, não vou antecipar essa pauta, porque hoje é reunião do Plano. Só quis compartilhar com vocês, porque como acabou que a imprensa, a gente liberou a convocação para os conselheiros, logo em seguida acabou vazando para a imprensa sobre essa proposta que a gente tinha para trazer para o Conselho. Enfim, acabou que vamos pautar, só para compartilhar um pouquinho do procedimento. Lá no dia

1º a gente vem, explica, faz uma apresentação, conversa um pouco com vocês e a partir dali a gente faz algumas rodadas, outras com a sociedade também para discutir o tema e todos podem compreender aquilo que a gente está estudando junto com a equipe para tentar melhorar um pouquinho a realidade do nosso Centro que está muito especial. Então, quantos nós temos? Temos 24 conselheiros presentes, dividindo no tempo a gente tem mais ou menos 4 minutos para cada conselheiro. Eu sei que talvez nem todos vão querem fazer uso da palavra, especialmente os do governo, não estão relacionados com a pauta hoje. Óbvio, têm a oportunidade da fala, sempre é aberto. Então, eu pediria para ouvir os conselheiros diretamente interessados das regiões de planejamento, que possam fazer que inscrição ali no chat para a gente fazer uso, quem tiver interesse de usar a palavra em relação a esse ponto da eleição, a viso que tem e como entende essa possibilidade da gente prorrogar os mandatos ou a gente conduzir ela eleição neste momento difícil, mas talvez uma eleição on-line como alternativa, a gente teria para fazer um aplicativo, desenvolver um site, nesse sentido a gente poderia trabalhar, se for este o entendimento. Eu queria ouvi-los antes de firmar uma posição e dar um encaminhamento. Eu acho que tem uma Questão de Ordem do Conselheiro Felisberto. Peço para os demais conselheiros irem se inscrevendo no chat para quem quiser fazer uso da palavra com relação às eleições. Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa tarde a todos e a todas. A minha primeira Questão de Ordem é se a gente vai ter período de Comunicação ou não. E eu vi agora a pouco, a Patrícia colocou que há duas inscrições prévias de fala. Então, eu gostaria de saber se vai ter um período de comunicação ou não, eu teria uma comunicação para fazer, tanto que eu me inscrevi e também me inscrevo para o debate sobre as eleições. Era essa a minha Questão de Ordem. Obrigado, Secretário. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. Eu consulto os conselheiros, a nossa ideia era avançar como ponto específico, aí a gente tem a possibilidade de abrir um pouco mais o tempo de fala para cada um, que eu acho que é um tema importante com relação à eleição, a gente acaba distribuindo. Se não temos objeção com relação a gente entrar diretamente no tema ou abrimos o período de Comunicação. Vou fazer a pergunta para a gente facilitar e não passar, fazer a leitura do voto. Então, se todos concordam em a gente avançar diretamente no tema das eleições, dar a oportunidade para falar de cada conselheiro ou se tem alguma objeção que manifeste no chat, que a gente delibera aqui sobre ter período de Comunicação ou não. Por favor, manifestação contrária a entrarmos diretamente na pauta, façam a inscrição. E também, como alternativa, Conselheiros, certamente todos os conselheiros vão se inscrever para falar, a gente inverte, deixa ao final, sobrando tempo a gente abre para comunicação. Eu acho que fica bem, avançamos no tema e deixamos a final a comunicação. Pode ser? Todo mundo mexendo a cabeça, acho que temos a concordância do pessoal. Então, temos inscrito aqui para a pauta eleição, prorrogação do mandato: Conselheiro Felisberto, Conselheiro Jackson, Conselheira Tânia. O Conselheiro Fernando do SENGE vamos deixar para as entidades depois, para uma segunda rodada. Vamos ouvir primeiro os conselheiros das regiões, Conselheiro Fernando, e na sequência, eu acho que tem esse ponto específico, onde mais afeta a questão da eleição, da mobilização de pessoas, aí na sequência a gente abre para as entidades. Já deixo o primeiro inscrito das entidades o Conselheiro Fernando. Conselheiro Adroaldo e Conselheiro Gomes inscritos. Mais algum conselheiro gostaria de fazer uso da palavra, conselheiro representante das regiões de planejamento? Então, Senhores Conselheiros, vou abrir a palavra ao Conselheiro Felisberto, primeiro escrito Então, fique à vontade pelo período de 4 minutos. **4. ELEIÇÕES CMDUA. Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região**

de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1: Eu quero usar o meu primeiro minuto para colocar duas observações sobre a última reunião, queria colocar que o papel de uma Procuradora do Município é investigar qualquer irregularidade que haja em processos neste Conselho e não decidir sem consultar os seus pares. Essa é a primeira observação que eu queria fazer com relação à última reunião. E não decidir com a sua visão e sim levar aos pares para que eles possam opinar sobre o assunto, porque se o Conselheiro fala, está na ata e vê as irregularidades que acontecem, tanto que hoje foi suspenso pela justiça um processo desses decididos no CMDUA. Então, essa é a primeira observação que eu queria fazer. A segunda, Secretário, eu gostaria que fosse remetido o estudo que existe sobre o Centro Histórico. Eu como Conselheiro acho que isso tem que ser socializado com o Conselho todo, todos os conselheiros, antes da reunião do dia 1º. Inclusive, a RGP 1 tem um Plano Popular de Ação Regional e tem que ouvir os conselheiros que vivem no Centro e não técnicos que não vivem no Centro, não conhecem a realidade do Centro, não vivenciam, não conhecem a história. Então, todo um estudo de quais são as necessidades reais do Centro para os moradores e não para o mercado. Essa é a segunda observação que eu queria fazer. A terceira observação, Secretário, é com relação às eleições. Particularmente, eu sou contra a prorrogação dos mandatos, mas em virtude da pandemia e em virtude de todo esse problema, eu acho que enquanto não houver a vacinação das pessoas, tanto a primeira quanto a segunda dose, eu sou favorável a que haja a prorrogação até outubro. Em outubro se avalia se continua, vê qual é a possibilidade. Essa é a opinião deste Conselheiro da RGP 1, consultando seus pares, nós somos pela eleição, mas em virtude deste quadro de pandemia entendemos que é oportuno e cuidadoso prorrogar até outubro. Era isso, Secretário. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Boa noite a todos e a todas. Eu compactuo com a ideia do Felisberto em partes, também não sou favorável à prorrogação de mandato por muito tempo. Acho que é necessária uma oxigena das cabeças, dos pensamentos, enfim, é saudável para nós todos, mas neste momento, que, inclusive, semana passada aqui, quem estava presente deve lembrar que eu tive que retirar da nossa reunião por conta de ter perdido um colaborador da empresa e isso já bateu na nossa porta pela segunda vez em 30 dias. Eu também sou favorável a que a gente mantenha esse mandato. Eu diria que não até outubro, deixaria até dezembro para fechar um ano de uma vez, porque o risco que a gente teria de uma aglomeração forte e do momento que nós estamos vivendo, que não é o momento lá da eleição do ano passado enquanto prefeito e tal, alguns colegas vão defender isso, eu já vi isso – Ah, mas faremos assim como foi feita a eleição para prefeito e tal. Só que o momento era outro, gente! Só um pouquinho! Olha o que a gente está vivendo, não tem ninguém aqui nesta reunião que não tenha perdido alguém próximo, alguém amigo e até parente por conta do que está acontecendo. Então, eu acho que seria, no mínimo, nós enquanto conselheiros regionais, estou falando pela minha região, mas acredito que a maioria dos regionais devem pensar nisso também, como é que nós vamos promover uma eleição com grandes grupos, com essas comunidades onde a gente está vendo que está acontecendo justamente o alastramento desse vírus na classe mais pobre. E no nosso caso é na minha região, na Região 4 que é a minha vizinha, da colega Tânia ali, também tem um índice de pobreza e miséria muito grande, a 2 não foge muito disso também, a 5, a 6. Quer dizer, a cidade inteira. E seria, no mínimo, irresponsabilidade nossa enquanto lideranças, eu conversei com os meus pares, conversei com o meu fórum também, troquei uma ideia logo que recebi a pauta da reunião. E nós somos totalmente contrários a qualquer tipo de eleição agora. Nós somos completamente contrários, acho que a gente não pode contribuir com esse caos que a gente está vivendo, seja com os hospitais, seja a irresponsabilidade de

alguns que a gente está vendo, que estão participando de festas, de bares e tal. Mas só um pouquinho, né, cadê a nossa responsabilidade enquanto cidadão? E aqui todo mundo é maduro, né! Nós não estamos lidando aqui com jovens, que se diz que os jovens que estão fazendo a proliferação do vírus, mas aqui ninguém tem menos de 30 anos. Então, por favor, né, eu acho que a gente não deve, eu acho que é necessário fazer essa prorrogação, também não sou favorável a isso, como coloquei no início da conversa, mas nós não podemos brincar com isso que está acontecendo. Só para vocês terem ideia, eu tive notícia ontem, até, então, a gente acreditava muito que era o pessoal com mais idade, a faixa etária mais velha, etc. e tal, tem um neto de um empresário nosso do Porto Seco, com 2 anos e meio, que está com Covid, o pai do guri com 29 está entubado. Então, só um pouquinho! Então, a minha fala seria essa, eu acho que é o momento de muita reflexão, não é uma brincadeira, uma eleição de regiões gera aglomerações, tem toda uma infraestrutura que a gente vai ter que montar, que eu acho que não vale a pena fazer isso agora, mas é a minha opinião e a opinião da Região 3. Presidente e demais colegas, era isso. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Boa noite a todos. Eu também concordo com o Felisberto com relação a prorrogação do mandato, mas a situação, como o Jackão falou muito bem, a situação é trágica, é muito terrível, principalmente nas nossas regiões. Está ceifando a vida de jovens, de crianças, inclusive, como ele falou. Tenho um amigo que a criança com um ano e meio está mal, os pais entubados, pais jovens também. Então, esse novo vírus veio com força total. Então, não é uma gripezinha, é uma coisa muito séria e dentro das comunidades não tem como fazer qualquer tipo de eleição, até porque as comunidades em si já têm uma série de problemas, pela logística, por estarem muito próximos uns dos outros, as casas serem muito próximas, muitos não têm a mínima infraestrutura. Então, é bem complicado. Eu sou a favor que enquanto perdurar esta pandemia que a gente prorrogue até o final do ano, eu acho que seria bem aconselhável, porque eu não acredito que mesmo vindo a primeira dose, a segunda dose, que já se sabe que não está imune, esse novo vírus não se sabe se conseguimos ficar imunes a esse vírus, parece que não. Pessoas, inclusive, que já foram vacinadas, eu fiquei sabendo que já tiveram esse novo vírus. Então, a situação é bem complicada e eu acho que nós temos que pensar é na vida e nas pessoas. Então, essa é opinião da minha região, eu conversei com alguns delegados também que estão favoráveis a prorrogar enquanto estiver essa situação catastrófica que a gente está vivendo. Muito obrigada. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Boa tarde, Presidente e Conselho. Bom, Presidente, eu já havia me manifestado em dois momentos, a primeira era da prorrogação pela dificuldade que se tem de organizar a comunidade, principalmente essa nossa região, a Região 2, que é muito extensa, é muito precária, inclusive, para chegar nas comunidade ou tirar a comunidade para participar. Seria uma coisa até impossível entender que alguém faria essa obrigação, vamos dizer, de nos acompanhar para fazer uma votação em outro lugar. Nós somos favoráveis à prorrogação até dezembro, no mínimo, porque mesmo chegando a vacina não deve chegar para todo mundo. Quando se fala em vacina, parece que a vacina parece que a vacina está aí, ela está a conta-gotas. E nós vamos levar muito tempo para imunizar todo mundo. Então, não adianta, enquanto não chegar a vacina e a gente não tiver a segurança que todos estão bem protegidos, não tem como. E outra questão que eu quero já deixar, Presidente, eu acho que tem que se levar em conta, levar em consideração, essa fala nossa, porque nem todas as vezes que a gente passa para a coordenação é acatado. Por exemplo, eu citei na última reunião, pedindo a suspensão por algumas semanas, porque o Conselho está em desvantagem, estão afastados os conselheiros, não conseguem conversar ou se organizarem, trocar ideias para fortalecer,

inclusive, dar amparo a algum conselheiro que precise de alguma orientação. Lembrando que nós temos dois vices para auxiliar na coordenação, para também buscar essas informações nos seus pares, que a gente indicou, mas perdemos o contato. Tá, a suspensão não foi acatada, claro, chegamos hoje a mais de 3 mil mortes, bem mais, a coisa não está para brincadeira, aí continua, sendo liberados mais processos para análise. Então, dá impressão que em Porto Alegre está tudo bem. Não, não está tudo bem, está tudo errado, nós temos que respeitar as pessoas, aqueles que foram embora já foram, os que estão por aqui, a pessoa tem que dar o apoio para segurar um pouco mais até chegar a vacina. Então, na realidade, isso é um conjunto de medidas que não é só a prorrogação da eleição, é a segurança de todos, tanto as vidas como os próprios processos. Vai fazer falta mais adiante em Porto Alegre se nós não conseguirmos trabalhar hoje todos os processos com um mínimo de clareza onde todos podem conversar, debater e juntos, olhando um ao outro. Nessa reunião à distância os processos estão sendo muito mal aprovados e encaminhados, porque não está havendo o contato do conselheiro, a troca. Porto Alegre vai sentir falta mais adiante, tenho certeza disso, inclusive, na revisão do Plano Diretor. Hoje Porto Alegre não tem dado suficiente para falar em uma revisão do Plano Diretor, pelo menos este ano não tem como enquanto estiver deste jeito. O afastamento das pessoas está nos levando a um erro brutal, que vai fazer falta mais adiante para Porto Alegre. Então, sou pela prorrogação até dezembro de 2021. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Adroaldo. Antes de passar a palavra ao Conselheiro Gomes só queria fazer um Aparte, que talvez não tenha sido respondido o seu questionamento levantado na reunião passada com relação ás reuniões, a suspensão. Eu peço encarecidamente o apoio e a compreensão dos conselheiros, assim como a gente está tendo todo o apoio dos servidores públicos que estão com toda a adversidade possível, trabalhando muito no sentido de dar continuidade na aprovação, na análise desses processos. Este Conselho tem um papel importante na análise dos projetos de 2º grau. A gente não está com tantos processos em pauta para serem discutidos, mas é a cadeia da economia também que está girando com essas aprovações, são colegas, muitos responsáveis técnicos que estão recebendo são investimentos realizados a partir dessas aprovações, são corretores de imóveis, empregos direcionados à construção civil, engenheiros, arquitetos, aí gera IPTU, gera ITBI, é a cadeira da economia que dá suporte, especialmente no momento em que está muito delicado, que muitas pessoas estão perdendo seus empregos, que precisam, que essa cadeia da economia gire. Então, a gente está fazendo um esforço muito grande aqui, internamente, e é dificultoso mesmo com as bandeiras, essa dificuldade externa que vocês estão tendo, nós também estamos tendo internamente. É por isso que a gente tenta criar um modelo de tramitação on-line, com o menor risco possível para a gente dar conta para ter essa continuidade. Então, o meu pedido é nesse sentido, que a gente avance, continue dentro do possível discutindo as nossas pautas, deliberando pelo sim, pelo não, mas dando continuidade, que sem dúvida é o efeito positivo para a cidade do ponto de vista de geração de riqueza, de emprego, é muito significativo. Na sequência o Conselheiro Gomes. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Boa noite. Boa noite, Conselheiros. Boa noite, Presidente. Os colegas sintetizaram um sentimento que nós temos em relação a essa necessidade que se impõe de adiar, prorrogar, protelar, colocar mais para frente. É uma questão de saúde pública e todos têm essa compreensão. Eu quero falar para os demais companheiros das regiões, ter um entendimento melhor de porque nós temos essa compreensão, e ela foi muito rápida, ninguém conversou entre nós aqui e todos os que falaram, com todas as diferenças que têm concordam plenamente em

relação a isso. A eleição para conselheiro regional, é uma eleição de voto, tu tens que convencer com a tua proposta, alguém a sair de casa ou do trabalho para passar em certo lugar para votar. é uma promoção de aglomeração. Atrás disso, anterior a isso, tem todos nós, todo um período de campanha, que é o mais difícil convencer as pessoas. Eu trabalho muito em cima de associações de classe, de associações de moradores, de cooperativas, ou seja, são aglomerações, onde se tem várias e várias reuniões. Na minha reunião região na eleição nós tivemos mais de 850 votos, dos quais o meu adversário teve 280 eu tive 560 ou quase isso, 556 para ser mais exato. Imagina a dificuldade de conseguiu organizar, reunir, conversar e fazer com que as pessoas cheguem, vão se aglomerar. Quem passou por lá viu as filas de votação que se estendiam à rua, porque os limites também que o município nos ofereceu, que nos permitiu de número de computadores para votação era bem limitado. Na ocasião eu fui na primeira eleição, que a primeira eleição era da Região 1, do Felisberto, eu fui lá para ver e para cronometrar quanto tempo mais ou menos levavam os votos com número de computadores que tinha lá. E tinha um colégio eleitoral, acho que com 360 pessoas, eu levei a comissão eleitoral lá, quem estava organizando, para pedir mais computadores para a minha região, porque precisava no mínimo do dobro que tinha lá e tal para evitar exatamente aquelas aglomerações que aconteceram de filas nas ruas, filas de 150m ou mais, e não consegui, tanto que aconteceram as filas. Imagina colocar toda essa gente aglomerada, um atrás do outro esperando para fazer a ficha, comprovar isso e aquilo, comprovar endereço e fazer a votação. É um ato muito difícil, é um sacrifício e nós não vamos patrocinar os conselheiros que tiveram essa compreensão imediata, os conselheiros regionais, nós não vamos patrocinar uma oportunidade de disseminação de um vírus aí que todo mundo sabe que está cada vez pior. Então, fico satisfeito com os meus colegas conselheiros das regiões pela imediata, digamos assim, sacação de que o momento é inoportuno para fazer uma eleição. Muito obrigado, era o que eu tinha para colocar neste momento. Obrigado Conselheiro Gomes. Eu consulto os conselheiros Ricardo e Dinar, se tem alguma posição, só para a gente fechar as regiões de planejamento. **Ricardo Angelini, (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Olha, eu estou de pleno acordo com os nossos colegas. Realmente, nós estamos passando por uma dificuldade tremenda, eu acho viável, porque esse sentimento de todos nós pelas pessoas, de entes queridos, amigos que já se foram e pessoas que estão passando por uma dificuldade em hospitais. Eu concordo, eu sou meio suspeito, porque comecei agora a pouco, eu acho que é a minha quinta ou sexta participação de reunião, tendo em vista que o meu colega Paulo Jorge veio a falecer dessa Covid. Então, estou de pleno acordo com os demais e fazermos essa programação para dezembro, realmente se for possível concordo com todos eles. Obrigado. **Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** Boa noite a todos. Eu também sou favorável à prorrogação para dezembro, eu não vou concorrer na próxima eleição, mas também a gente sabe que a situação está muito difícil. Como foi falado aí, é difícil não ter um conselheiro que não conhece ou não tem uma pessoa que já faleceu, que é seu amigo, seu conhecido aí, né. Então, acho que seria uma irresponsabilidade nós fazermos uma eleição nesse período que nós estamos passando aí. Era isso aí. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado pela contribuição. A Conselheira Maristela não está hoje, acho que é a única ausência que a gente teria dos conselheiros das regiões de planejamento, dos demais temos a concordância com relação à prorrogação. Eu consulto se temos manifestações dos representantes das entidades. Inaugurando a fala com o Conselheiro Fernando inscrito. **Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Boa noite, Presidente. Boa noite a

todos. Eu não vou ser repetitivo, eu acho que os que me antecederam, os demais conselheiros falaram, em tese, tudo que se imagina em uma situação como esta. Em plena crise pandêmica não seria outra alternativa que não a prorrogação, é o mais lógico, inclusive, com esta crise sanitária que está se vivendo. Talvez nunca tão próxima da gente, como já disseram, sempre temos algum parente, algum amigo próximo que veio a contrair o vírus. Então, parece que é uma condição óbvia a prorrogação dos mandatos em função de todo o processo e dificuldade de se fazer um processo eletivo neste momento. Então, me parece que essa é a melhor solução mesmo. E eu quero deixar consignado, inclusive, esse tema, nós fizemos um debate interno no SENGE, junto à diretoria e também concordaram plenamente com esse posicionamento. Então, não é só um posicionamento individual, mas é da própria entidade. Então, era isso, Presidente, em me alongar e não ser repetitivo. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Boa noite a todos. Espero que estejam bem. Secretário, eu acho que já foi dito por mais de um conselheiro, em princípio eu sempre defendo a regra, que seja mantida e que as eleições deveriam ter ocorrido já, mas passou o tempo. E seria muita irresponsabilidade nossa entender que se faça eleições presenciais agora. A segunda hipótese de uma eleição não presencial, eu acho também que seria viável, mas entendo que teria problemas de fiscalização, a não ser que fosse uma eleição que contasse com o Tribunal Eleitoral, mesmo fica inviabilizado em função dessa recente pandemia, que está apavorando todo mundo. Só para registrar, eu tenho um filho que trabalha em Santa Catarina e está atendendo em uma tenda uma vez por semana, e para aqueles que não acreditam, eu acho que aqui todos acreditam, mas sempre uma informação a mais é bom, estão chegando 80, 90 pessoas por dia e a maioria são jovens, jovens de 18, 20 anos. Quer dizer, aquela novela que tinha e, realmente, no começo acontecia, que estavam se contaminando e ficando mal os velhos, passou, essas variantes estão realmente pegando todo mundo. Voltando à questão, então, entendo que é razoável, a gente até fica com uma dualidade, porque eticamente eu acho que deveria ter eleições, mas eu entendo que é razoável uma prorrogação, com a concordância da maioria dos conselheiros e proponho que seja por 6 meses, porque até o fim do ano, depois vem fim de ano, janeiro, férias, vai estar todo mundo cada vez mais saturado, estressado, não vai ser um clima bom em janeiro para fazer eleições, depois vem fevereiro. Então, acho que seis meses seriam razoáveis. Em outubro se faria nova avaliação e a possibilidade, ninguém sabe o que vai acontecer, até lá quem sabe, eu não acredito muito, mas quem sabe a maioria esteja vacinada e algumas atividades possam já estarem retornando ao normal. Então, eu seria razoável seis meses, até o fim do ano é uma coisa aleatória, que cria outro problema, que seriam eleições em janeiro e essa é a proposta que eu tenho. Então, prorrogar por mais seis meses, a partir de 1º de maio, que é a data limite dessa gestão. É isso, obrigado. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Boa noite a todos. Também somos favoráveis à prorrogação, porque realmente a situação está meio fora de controle. Não esperávamos que a situação ficasse tão pior do que já tínhamos anteriormente. Eu também acho que a gente poderia fazer uma data de reavaliação de seis meses, como o Hermes disse, para a gente poder ver e não deixar para o final do ano. E se for o caso nesse período a gente vê, porque eu não vejo uma luz no fim do túnel, porque mesmo que esteja todo mundo vacinado os cuidados dizem que têm que ser mantidos, mas isso é uma questão muito de várias opiniões, a gente sabe que tem divergências entre os próprios médicos. Então, é a gente fazer uma avaliação daqui 6 meses e se possível, nesse período, se a gente sentir que está difícil o presencial, sou favorável da gente ver outra para não prorrogar novamente. É isso que eu acho. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul -**

SOCECON/RS: Boa noite a todos. A posição da Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul em relação a esse tema é que nós deveríamos dar preferência para uma eleição presencial, frente à situação a saúde pública agora aguda, isso não pode ser atendido. Então, nós iríamos para outra possibilidade, que era considerar a eleição de forma remota, com o apoio do TRE e do Ministério Público, que seriam importantes no sentido de nos acompanhar e nos dar segurança no processo eleitoral. Se essas alternativas não são possíveis, aí a proposta é que se considere a extensão do mandato até seis meses para que se reavalie a situação. Isso que o Hermes falou antes é uma observação importante, para que se reavalie, porque até lá é muito possível que a cobertura vacinal tenha se estendido e nós já tenhamos segurança maior do que agora. Agora nós estamos em plena crise, uma mortandade absurda. Então, neste momento de crise é impossível pensar nisso, mas puxando uma régua até outubro e imaginando que a cobertura vacinal precise avançar, se não avançar vai ser uma tragédia e nós não estaremos aqui para conversar, possivelmente, mas considerando, seria importante que nós reexaminássemos a situação no mês de outubro para reencaminharmos o processo eleitoral para o nosso conselho. Essa é a posição da nossa entidade. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Boa noite para todos. Primeiramente, acho que não precisamos fazer análise de conjuntura, porque todo mundo sabe dos números e todo mundo sabe porque chegamos aqui, porque nós estamos com esse nível de mortalidade, porque o Brasil vai ser bater recordes, o Brasil vai a poucos dias aí, os Estados Unidos está vacinando 2 milhões de pessoas por dia, o Brasil está vacinando 100 mil pessoas por dia. Então, tranquilamente, o Brasil que hoje está em segundo lugar no número de mortes por Covid, o Brasil vai chegar em primeiro lugar, infelizmente. E aqueles que diziam que era só uma gripezinha, que ia ser só 7 mil mortes, continuam por aí e com seus discursos ainda bem afiados, botando carro na rua, fazendo passeata, fazendo manifestação. Parece que hoje o Supremo Tribunal Federal resolveu se posicionar um pouquinho mais e algumas posições que a gente está ouvindo ali bastante claras e escancaradas, inclusive, porque o Brasil está passando neste período, né. Então, não temos que fazer essa análise de conjuntura,é a realidade. Eu gostaria de salientar uma diferença que existe aqui neste Conselho, está todo mundo preocupado com a questão da legitimidade, todos estão preocupados com a legitimidade, né, não tem quem não tenha essa preocupação e prorrogar mandato sempre é uma coisa questionável do ponto de vista de legitimidade, a realidade hoje não é a mesma realidade de mais de 3 anos atrás quando nós fomos eleitos. Então, as entidades e as regiões, provavelmente, se sofressem um processo eleitoral agora, a composição do Conselho seria outro, não seria exatamente esse, né. Essa é a nossa grande preocupação, a legitimidade, mas a realidade é essa, a realidade é que não temos condições de fazer votação para grandes massas, que é o que a gente gostaria para o Conselho do Plano Diretor, que realmente conseguisse concentrar grandes massas votando nas regiões. Para consideração apenas, não estou falando em nenhuma proposta concreta, as entidades são precisam de reunião de grande massa, as entidades são poucas. Não lembro direito, nas últimas eleições as entidades não chegaram a 25 entidades ao total participando das reuniões. Então, eu não descarto da gente pensar na possibilidade de repente das entidades fazerem a eleição. Vai ser ruim, porque vai ficar a metade eleita e a outra metade não eleita, quer dizer, um terço eleito e outro terço não eleito, mas é uma possibilidade da gente ver a legitimidade sendo mantida. O terço que representa o governo está legitimado, porque houve troca de governo, o novo Prefeito e novo secretariado encaminhou o seu um terço novo. Então, não vejo que não possa também no caso das entidades ter um terço novo. Vários parlamentos no mundo inteiro têm renovações por terços. Então, acho que para somar na discussão, acho que para o

final do ano seria ruim, aí vai estar passando a eleição para janeiro, mesmo dezembro não é um bom mês para votação. Eu acho que adiar por seis meses e daqui seis meses a gente reavaliar acho que seria muito mais interessante. Quando começou a pandemia na universidade lá, a gente estava radical contra dar aula porque tinha que esperar que logo ia passar essa pandemia e a gente está a um ano e pouco e não passou. Então, hoje a gente está fervoroso defendendo o ensino remoto emergencial na UFRGS, porque foi a solução que a gente achou para manter a UFRGS funcionando e prestando o serviço que ela deve para a comunidade. Então, a gente tem que adaptar um pouco, ver, sentir passo a passo para ver se combinam essas conjunturas nacionais, estaduais e municipais aí de chegar a vacina para a população de Porto Alegre, que seria o mais importante, nós estarmos batalhando por vacina para a população de Porto Alegre. Eu acho que a proposta de adiar por 6 meses seria muito mais razoável para gente reavaliar e poder fazer um processo eleitoral, de preferência ainda este ano, antes do período de dezembro, janeiro, que são completamente mais difíceis para se fazer processos eleitorais. E gostaria de me alegrar com este Conselho, porque este Conselho está em uma posição coerente, uma posição que é a posição que eu vejo que aí fora deveriam estar defendendo e não a posição que a gente está vendo por aí, do Prefeito pedindo para que os porto-alegrenses deem suas vidas para salvar a economia de Porto Alegre. Eu acho que a gente tem uma posição aqui neste Conselho muito mais interessante, muito mais coerente, muito mais própria para a realidade de hoje, para a Cidade de Porto Alegre. Então, eu acho que a prorrogação por seis meses seria bem interessante, com essa possibilidade de avaliar da eleição do terço das entidades. Obrigado. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Antes de mais nada, quero expressar aqui a consternação que estamos todos no IAB e os colegas arquitetos de maneira geral, a comunidade cultural de Porto Alegre pela perda do nosso Iran Rosa, ex-Presidente do IAB, Conselheiro do CAU atual, foi Conselheiro do CMDUA e atualmente era servidor da Prefeitura de Canoas. Vítima do Covid, falecido no último domingo com 57 anos. Sobre as eleições, eu acredito que estejamos tratando aqui em grau de consulta, né. Ainda sim eu me sinto um pouco deslegitimado, não considero adequado que a gente se posicione aqui sobre a manutenção, prorrogação do nosso próprio mandato, não me parece, ainda que eu não encontre outro foro adequado, mas me preocupa a gente tomar uma posição qualquer nesse sentido. A não ser pelo fato de reconhecer a gravidade do momento e dizer que no atual momento é muito sensível fazermos uma eleição presidencial. De qualquer maneira não me sinto à vontade para posicionar sobre que decisão fazer nesse sentido, adiar por mais um momento e etc. Talvez, estou aqui conjeturando, talvez apelar ao próprio legislativo, que é quem daria, digamos assim, não só para o CMDUA, mas para vários conselhos uma forma de legitimar e dos próprios conselheiros estarem manifestando sobre a sua própria prorrogação. Quer dizer, é uma instância maior do Conselho trazendo aqui uma posição que nos retire legislar em causa própria. Digo que possa parecer, não quer dizer que estejamos fazendo, mas o que possa parecer. Sobre eleições virtuais, quero coadunar o que trouxe o Mark, quer dizer, poderíamos facilmente ter uma eleição virtual via TRE. Agora, teria que garantir a segurança desse pleito. E me preocupa, contudo, que a gente questione a capacidade de um pleito de algo, um pleito virtual, quando se discute em vários momentos a própria revisão do plano de modo virtual, algo muito mais complexo tomar posição sobre determinados e vários pontos do plano e dizemos que “não, não dá para fazer uma eleição virtual de escolher A ou B para representar no Conselho”. É algo em tese bem mais simples de se tomar posição e se votar. Quero lembrar aqui que no plano das entidades, e aí discordo um pouco do que trouxe o Campani, se a gente fizer uma leitura atenta do que diz o Plano Diretor, a eleição das entidades deveria ocorrer não

da forma como vem ocorrendo há mais de década, infelizmente ao contrário, utiliza o plano, em forma específica, etc. e tal; mas de um foro específico dentro da conferência de avaliação do Plano Diretor. E se a gente faz uma leitura do plano de que essa conferência deveria ocorrer a cada quatro anos, então, a eleição para as entidades não deveria ocorrer a cada dois anos, mas sim a cada quatro. E só das entidades, as das regiões em forma específica a cada dois e isso o plano deixa bem claro. Então, ao mesmo tempo, questionando a prorrogação eu aponto que existe esta consideração. Agora, essa eleição das entidades não foi feita numa conferência. Só lembro alerto que como estão previstas aí algumas conferências se poderia adotar esta prerrogativa e assumir o que está na lei e pela primeira vez fazer... Aliás, pela primeira vez não, porque foi feito em 2003, depois nunca mais foi feito assim. Então, fica aí essa recomendação, mas eu me sinto realmente... Eu entendo, eu não estou criticando aqui as pessoas e seus posicionamentos, eu só me coloco aqui muito, particularmente, bastante desconfortável de tomar posição pela prorrogação do mandato quando é o próprio mandato. Isso em situações normais seria indiscutível. Então, talvez apelar para uma instância maior, que eu acho que não é o Executivo, mas sim o legislativo e quem sabe olhar até para uma impessoalidade maior ainda, não tratar só do CMDUA, mas tratar de outro, de todos os conselhos municipais. **Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Boa noite, Secretário e colegas conselheiros. Realmente, é muito difícil de falar neste momento, como o Conselheiro Rafael Passos do IAB manifestou seu pesar pelo falecimento de um grande colega, conselheiro nosso do CAU Iran Rosa. Grande Iran, nossa homenagem póstuma aqui. É difícil, realmente, porque cada vez mais nós temos notícias de familiares e amigos, que foram afetados por esta pandemia. Então, é bem difícil do ponto de vista de manifestar sobre o Iran Rosa, de ter convivido nos últimos momentos e nas discussões específicas que a gente tinha, inclusive, do CMDUA. Enfim, esta manhã eu falei com o Presidente Thiago Holzmann, Presidente do CAU/RS, no último Conselho Diretivo a gente começou a tocar nesse tema, porque é um tema relevante para nós dentro do que pretendemos aportar como entidade pública ao desenvolvimento do planejamento e gestão, sobretudo, o Plano Diretor. Existe uma tendência específica que nós somos favoráveis pelas eleições, que para nós é a referência máxima da democracia específica que nós temos que tomar em consideração. E, nesse sentido, a opção que tem o próprio Conselho do CAU é que nós temos essa noção de poder realizar estas eleições, mas pelos fatores da pandemia obriga, necessariamente, a repensar esse formato e a gente estava pensando até este momento. Portando, somos solidários e parceiros de todas as entidades e regiões de planejamento quando se manifestam de que devemos prorrogar. Então, pensamos que é bem factível uma prorrogação de mandato até outubro e novembro como máximo para poder avaliar o estado específico do avanço da pandemia, como também do próprio estado de avanço do Plano Diretor. Nesse sentido, eu acredito que não seja necessária essa prorrogação até dezembro, porque significaria que a gente iria até janeiro ou fevereiro do próximo ano e aí estaríamos alongando muito mais esse processo de eleição. Então, existe o manifesto do CAU manifestando que se sentiria muito à vontade se o Ministério Público tomasse parte já na participação e na conformação de todo esse processo de pleito eleitoral. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro. Das entidades inscritas para falar a gente encerrou no Conselheiro Emílio. Eu gostaria de ouvir a Conselheira Maristela, que se agregou na sequência. Então, gostaria de lhe ouvir a respeito da prorrogação. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Boa noite, Secretário. Boa noite, colegas de CMDUA. Em primeiro lugar, não precisaria dizer que é a minha especialidade, especialista na questão da gestão

pública em especial, afastar qualquer questão da impessoalidade, visto o momento que nós estamos vivendo. Então, visto esse problema não teríamos nenhum aspecto, tenho plena tranquilidade em afirmar, fazer essa afirmativa. Ouvi atentamente algumas considerações importantes, as quais eu concordo que nós possamos fazer essa prorrogação com tranquilidade, consultando várias pessoas envolvidas, delegados do nosso grupo, da nossa região, que estão plenamente e mesmo aquilo que antes era considerado oposição, sabendo também que estão continuamente na criação da fiscalização do trabalho que nós executamos. Então, estamos tranquilos na questão da coresponsabilidade, preparando esse ritual de passagem necessário e a nossa ideia é que vá até dezembro, para que depois possamos fazer essa reavaliação indo de encontro com a opinião da maioria deste Conselho. Além do mais, as dores que temos vivido dos grandes amigos, das perdas que estamos tendo, mas firmes, né, na perspectiva de fazer dentro de todas as normativas o nosso papel com a Cidade Porto Alegre. Era isso, Secretário. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Maristela, pela manifestação. Eu consulto se temos mais alguma entidade que gostaria de fazer uso da palavra. Conselheira Claudete, está aqui ainda? Tem alguma posição a respeito? Quem mais faltou? A Conselheira Claudete eu não sei se vai querer contribuir. O Conselheiro Dal Molin também. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Boa noite a todos aí. Eu vou me associar à posição do Felisberto. Vou também deixar meu pesar ao meu colega Iran Rosa, que foi meu colega na Faculdade de Arquitetura, meu colega de aula. O Presidente Thiago também foi meu colega de aula também. Então, fiquei e ainda estou um pouco emocionado com a notícia. Então, eu só queria dizer que sou partidário da posição do Felisberto e fiquei muito triste com a perda do colega. Um abraço a todos. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Dal Molin, meus sentimentos, força aí, nosso sentimento de todo o Conselho pelo momento. Consulto se temos mais algum conselheiro que queira contribuir? Então, a partir dessas manifestações vamos internalizar aqui junto ao Prefeito Municipal essa possibilidade de prorrogação, face essa situação atípica que temos vivido, nesse sentido. Perfeito, Senhores Conselheiros, acho que vencemos, são 19h18min, vencemos a pauta. Consultamos se temos algum conselheiro que queira fazer uso da comunicação. Conselheiro Felisberto. Conselheiro Saffer também está inscrito. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Nos meus 4 minutos iniciais eu fiz duas colocações que seriam feitas no período de comunicação, mas não pude fazer algumas saudações que eu gostaria de fazer, principalmente saudar pelos 73 anos do IAB, aí na pessoa do Rafael saúdo todos os arquitetos. Quero também expressar meus sentimentos pela perda do Iran Rosa, e assim também ao Jackson pela perda de um companheiro lá da entidade. é um momento de muito apesar e muita preocupação quando a gente vê que as pessoas acham que primeiro é importante o mercado ou a economia, esquecendo que primeiro importam as visitas. São muitas pessoas morrendo, principalmente as pessoas que têm menos acesso aos hospitais, a atendimento, ao oxigênio. Então, é um momento de muito cuidado e reflexão, principalmente das autoridades e principalmente de quem é eleito como o Prefeito Melo. Deve ter o cuidado, porque nós sabemos que qualquer autoridade tem preferência, terá um atendimento e as pessoas normais ou comuns terão sempre que entrar na fila. Infelizmente, muitas pessoas não terão acesso ao atendimento. Então, é o momento que a gente deve ponderar essa questão do cuidado, do resguardo, do ficar em casa, sair menos o possível. E é o momento também de que a Prefeitura de Porto Alegre tome uma posição fundamental com relação às vacinas e também disponibilize um auxílio emergencial para

as pessoas que mais precisam, para que não tenha essa lógica de que precisam trabalhar. Se essas pessoas tiverem um auxílio ou tiverem um atendimento pela FASC, pelo CRAS, pela CORAS, terão possibilidade de permanecerem em casa. Muitas dessas pessoas saem às ruas porque não têm condições de se manterem. Então, é esse o momento que o poder público deve entrar em ação. Então, é isso, quero parabenizar a nossa reunião hoje, foi uma reunião muito importante para nós. Eu queria que o Secretário respondesse à minha indagação com relação da possibilidade de remeter a todos os conselheiros a proposta do Centro Histórico. Obrigado e boa noite a todos. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Eu tive dificuldade de entrar na reunião hoje. Então, eu estava um pouco perdido quando as coisas estavam acontecendo, eu não sabia se já tinha tido comunicações, o que estava acontecendo depois. Eu até pensei que tinha perdido a oportunidade de se inscrever para comunicação. Eu também não podia deixar de manifestar o pesar pela perda do nosso colega Iram, colega como arquiteto e durante o período em que pude atuar no IAB, como colega de Conselho e de Plano Diretor. Uma pessoa de alto astral, era propositivo, uma pessoa muito bem relacionada e é uma grande perda. Essa pandemia está terminando com a vida das pessoas que do dia para a noite estão perdendo a sua história, tudo que poderia produzir para todos nós e detonando famílias. Nós tínhamos o nosso saudoso Paulo Jorge, uma perda muito próxima de nós, como o Iran e a situação de outros colegas. Foi uma surpresa, fiquei sabendo em um dia, dois dias depois a gente recebe essa triste notícia. Deixo meu pesar, que Deus o tenha. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Saffer, pelas palavras. Nossa consideração aos colegas, amigos e familiares. Realmente, é muito triste ver todas as perdas que a gente tem vivido. Então, Senhores Conselheiros, foram essas as comunicações. Em relação à fala do Conselheiro Felisberto a Conselheira Patrícia já respondeu no chat que a apresentação no dia 1º é a leitura de dados, uma explicação da Secretaria, da proposta daquilo que está sendo concebido. Então, não vai ser a única discussão naquela data no Conselho do Plano. A ideia é que a gente faça essa primeira reunião, apresente o projeto para todos na sequencia a gente marca a segunda agenda para os conselheiros poderem estar mais apropriados. Estamos trabalhando ainda na apresentação, talvez ela chegue muito próxima da data. O Conselheiro Hermes estava inscrito. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Secretário, conselheiros, talvez eu seja repetitivo sobre esse processo das eleições, até como eu falei a minha posição, que é quase inânime, mas não entendi qual é a dinâmica que o senhor pretende levar, se vai ter uma eleição, se vai levar para o Prefeito uma eleição de dentro do Conselho? O que eu falei representa o pensamento da entidade que eu represento, mas não é uma coisa assim definitiva, em princípio seria essa a proposta, que eu acho que é uma proposta quase que pelo consenso geral, com exceção do Rafael, que fez uma abordagem bem interessante, que eu confesso que fiquei muito inclinado também a levar para outra instância e que decidisse por todos os conselhos pela prorrogação, não ficando a nós essa responsabilidade de prorrogar o próprio mandato. É isso, eu queria mais era saber dessa dinâmica, desculpa se o senhor já falou, mas eu não tive que atender um telefone. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Já esclareço, a ideia era a gente colher essas contribuições, havendo a ampla maioria, temos algumas discordância com relação aos prazos, um ano, seis. Então, a gente vai levar isso para o Prefeito como encaminhamento aqui, posicionamento da Secretaria para a prorrogação do mandato. E como é uma portaria do Prefeito, também vai fazer essa avaliação do ponto de vista jurídico, da possibilidade e a partir disso tomar uma decisão.

Então, ouvido todos os conselheiros, com a concordância da maioria a gente fecha a posição no sentido de prorrogar. Acho complexo nesse momento agora e o cenário que a gente vê para os meses subsequentes, também dependente da questão do aumento da vacinação, mas eu acho que a gente vê uma temporada ainda difícil, que fica complexo falar em mobilizar eleição, qualquer coisa nesse sentido. Conselheiro Mark está inscrito? **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Mais uma vez boa noite. Eu queria manifestar a ponderação feita pelo Conselheiro Adroaldo, porque nós estamos vivendo um momento muito crítico, muito particular e eu acho que também no Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental essa cautela devia existir. Nós não podemos continuar operando, atendendo as instâncias de mercado céleres e as suas urgências, porque nós estamos contribuindo com o infectação, com a contaminação. Eu acho que a ponderação feita pelo Conselheiro Adroaldo em relação a nós diminuirmos um pouco a intensidade do nosso funcionamento remoto, que tem contribuído para o circuito econômico da cidade, neste momento eu acho que não há nenhuma razão para que nós não tenhamos essa cautela e possamos diminuir a intensidade e não continuarmos com esse processo acelerado em que nós estamos envolvidos, porque nós contribuímos com inúmeras situações de contaminação dentro da cadeia. Nós acabamos acionando uma série de circuitos da atividade econômica, que no momento requer uma retenção no seu nível e na sua intensidade. Era essa manifestação que eu queria deixar à consideração, ao registro de todas as conselheiras e conselheiros. Precisamos ter cautela, cuidado e baixar um pouco a nossa intensidade. Obrigado. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Eu gostaria só de lembrar que apesar do momento que nós estamos vivendo, algumas coisas não deixam de acontecer, nós estivemos, Secretário, fazendo um levantamento do Arroio Taquara, que é o maior efluente da Barragem da Lomba do Sabão. Eu estarei enviando para o senhor as fotos do trabalho foi realizado com o DMLU e DMAE, que é algo estarrecedor, antes já estava, mas no momento também não foi feito mais políticas preventivas nas questões ambientais, onde estava tomado de garrafas, enfim, de entulhos no arroio daquela magnitude. Então, já iniciamos esse trabalho na gestão do Arroio Taquara e ali no decorrer do tempo nós queremos sentar com o senhor para discutirmos depois a retomada com as escolas, temos escolas que vão na barragem, são nascentes, 11 km de arroio até a barragem, que hoje além de estar desativada está sem nenhuma intervenção do município. Então, os caminhos estão obstruídos e inundado as casas que ali as pessoas residem. Então, a gente quer dar continuidade ao trabalho, porque tem algumas coisas que apesar do caos, da dor, da morte não pode parar, até mesmo em questão de organização de táticas em relação às políticas públicas. E isso tem que ser uma política pública, independente do governo. Então, eu quero aqui trazer novamente essa discussão para que a gente não esqueça isso, nesse momento e depois na continuidade. Então, era isso que eu queria deixar registrado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado pelas manifestações. Tinha mais algum inscrito? Encerramos, então, as inscrições. Agradeço a oportunidade do debate, da discussão e nos encontramos na próxima terça-feira. **(Encerram-se os trabalhos da plenária às 19h30min).**

_____ _____

Germano Bremm **Secretária Executiva**

Presidente **Relatora**

Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2021, ... retificações:

ATA ORDINÁRIA Nº 2884/2021

Aos trinta dias do mês de março de dois mil e vinte um, às dezoito horas, reuniram-se para Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, via ZOOM, denominado PLENÁRIA VIRTUAL DO CMDUA, em razão do decreto municipal a fim de combater o coronavírus e a propagação da pandemia entre as pessoas, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira (Titular), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Artur Ribas (Titular), **Gabinete do Prefeito – GP**; Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN**; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), **Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS**; Gisele Coelho Vargas (Titular), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE**; Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM**; e Gustavo Garcia Brock (Titular), **Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV**. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS:** Rômulo Krafta (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**; Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Claudete Aires Simas (Titular), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH;** Sérgio Saffer (Titular), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA**; Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS**; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS**; Hermes de Assis Puricelli (Titular), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS**; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), **Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS**; Rogério Dal Molin (Titular), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:** Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Tânia Maria dos Santos (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4**; Ricardo Angelini, (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Dinar Melo de Souza (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8**; e Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP – HOCDUA. SECRETARIA EXECUTIVA:** Camila Maders Fonseca Coelho, **Secretaria Executiva da SMAMUS**; Patrícia C. Ribeiro, **Taquígrafa/Tachys Graphen**. **PAUTA: 1. Abertura; 2. Votação: 2.1 Atas: 2875, 2876, Ata sem quórum, 2877 e 2778; 3. Comunicações; 4. Apresentação: 4.1. Externa: Valores do Solo Criado – Secretaria Municipal da Fazenda; 5. Ordem do Dia**. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h08min. **1. ABERTURA. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Boa noite, Senhores Conselheiros, Senhoras Conselheiras. São 18h08min, temos *quorum*. Então, declaramos aberta a nossa reunião ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental. Lembrando que a gente está ao vivo também pelo nosso canal no YouTube.

Faço aqui a chamada dos presentes enquanto recebemos as inscrições para o período de Comunicação. Por favor, podem fazer a inscrição no *chat* enquanto eu faço a leitura dos conselheiros presentes. (Relação dos presentes na inicial). Então, se porventura não chamei algum conselheiro pode manifestar também no chat. Lembrando que hoje, Senhores Conselheiros, a gente tem uma apresentação marcada pelos colegas da Secretaria da Fazenda e os colegas da UDRE, aqui presentes hoje para fazer a apresentação do item 4.11 da pauta. Eu consulto os conselhos se temos inscritos para o período de Comunicação? Conselheiros Felisberto e Hermes inscritos. Então, encerramos a inscrição para o período de Comunicação e abro a palavra para o Conselheiro Felisberto fazer uso da Comunicação, pelo período de 3 minutos. Boa noite, Conselheiro. **3. COMUNICAÇÃO**. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa noite. Bom, primeiramente, boa noite a todos e todas. Eu queria, Secretário, eu soube que o senhor fez uma apresentação do projeto do Plano Diretor na Câmara de Vereadores e gostaria, se pudesse, passar isso também para os membros do Conselho a quem tiver interesse ou para todos os conselheiros. Então, essa é uma solicitação. A segunda, eu quero lamentar profundamente o nível que a nossa cidade alcançou como matéria internacional do New York Times, que revela o total colapso da saúde em Porto Alegre. Isso para nós porto alegrenses demonstra, claro que há uma responsabilidade também das pessoas, mas demonstra a falta total de responsabilidade das autoridades, tanto a nível federal, estadual e municipal. Amanhã eu terei a oportunidade de ser vacinado, estou louco para que chegue amanhã, tomarei a vacina Coronavac, com meus 67 anos, mas entendo que nós temos que debater profundamente o caos e as mortes que estão ocorrendo em Porto Alegre, porque isso está atingindo realmente as regiões periféricas da cidade. Hoje várias mortes na Restinga, na Lomba do Pinheiro, na Cruzeiro. Então, pessoas que estão morrendo e são pessoas que tiveram os cuidados e se mantiveram em casa. Então, é uma situação muito grave e também um completo descaso com o HPS. Eu acho que o nosso Conselho é um conselho que tem que ter uma visão da cidade e uma visão de responsabilidade com as comunidades. E, por último, eu gostaria que se fosse possível que o Conselho requisitasse uma cópia do plano de metas apresentado hoje na Câmara de Vereadores para a gente ter uma visão do que está englobando neste projeto, no PROMETA, quais são os projetos da Prefeitura na questão do urbanismo, da mobilidade urbana, do planejamento urbano e, fundamentalmente, da regularização fundiária que envolve o nosso Conselho também. Por enquanto era isso. Obrigado. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Boa noite a todas e todos. Eu não combinei com o Felisberto, até vou dispensar qualquer comentário sobre essa questão do New York Times, mas em nome do Sindicato dos Arquitetos eu queria me solidarizar com a família do Eduardo Azambuja, que foi um engenheiro da Prefeitura, que trabalhou durante muitos e muitos anos, um dos mais antigos, todos conhecem ele da CIP URP 2, que faleceu em virtude do coronavírus. E para minha surpresa, fiquei sabendo que, na verdade, ele faleceu, eu era bem próximo ao Azambuja, ele faleceu em função de complicações de ter tomado o tal de Kit Cloroquina. O Azambuja depois que começou a tomar durou 3 dias e teve um óbito. Eu estou falando isso aqui não para retaliações, mas para mostrar a estupidez do momento que a gente vive neste país. As pessoas, inclusive, médicos têm recomendado para satisfazer a loucura de um Presidente da República, um lunático, e as pessoas estão morrendo assim como se fossem moscas. E também queria aqui fazer uma referência, eu tomei conhecimento através de uma rede de funcionários que este fim de semana, sábado e domingo, morreram dois funcionários da ativa, um procurador, até gostaria de confirmar, mas o Procurador Francisco Pinto e uma fiscal da

SMAMUS Paula Letícia, que tinha menos de 40 anos. Eu acho que os nossos colegas estão atendendo aquele apelo do Prefeito e levando a sério, se matem, deem a vida pela economia da cidade. Acho que o Prefeito está conseguindo. Muito obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Hermes, pela colocação. Respondendo aos questionamentos. Conselheiro Felisberto, com relação à apresentação na Câmara, a gente não fez ainda a apresentação aos vereadores, mas sim ao Presidente da Câmara uma apresentação que reflete aquilo que os Senhores Conselheiros têm conhecimento, da metodologia, do tempo, da instrução normativa, que foi aprovada neste Conselho, tudo que a gente já conversou no Ministério Público. A nossa ideia é, na verdade, marcar um comparecimento lá na Câmera para nivelar todos eles do tamanho do projeto, dos momentos, as fases, como está essa divisão, que os senhores já tem amplo conhecimento e vêm construindo junto conosco. Não impede que a gente em seguida traga uma apresentação aqui no Conselho com relação a essa revisão. Com relação ao PROMETA também, está disponível, na verdade, no site da Câmara, eles contabilizam ali toda a proposta de lei, com todos os pontos que cabe a cada Secretaria também, que é público, está disponível e a gente pode tentar localizar o link. Então, Senhores Conselheiros, como nós temos uma apresentação externa, colegas da Fazenda estão aqui, colegas da o UDRI, eu consulto os Senhores Conselheiros se a gente poderia inverter, trazer a pauta do item 4.11 para o ,início para que a gente possa liberar depois os colegas na sequência, que eles fazem apresentação, para eles não ficarem a reunião inteira aqui conosco. O pessoal preparou uma apresentação, a gente tem, necessariamente, a previsão deste Conselho aprovar a reavaliação dos valores do solo criado. Lembrando que tem uma lei que trata do solo criado ou outorga onerosa do direito de construir, um sinônimo dado, e essa lei estabelece a fórmula de cálculo para os valores do solo criado. A Fazenda, então, aplica essa fórmula e vem aqui hoje trazer um pouco da explicação de como que se dá esse cálculo, como é que se chega nesse cálculo, que tem que ser necessariamente reavaliado pelos Senhores Conselheiros de dois em dois anos. Nós não estamos tratando da atualização, que essa é automática a partir dessa nova lei, mas é a reavaliação. Nós tivemos em outras oportunidades o relato feito pelo Conselheiro Saffer e hoje esse relato está com o Conselheiro Gomes, da RGP 6. Então, eu consulto se há objeção, se houver alguma objeção manifeste, por favor, no chat para gente não precisar fazer a leitura do voto a voto, porque são 27 representantes. O que seria a inscrição, Conselheiro? É Questão de Ordem? **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Muito breve, Secretário. Eu realmente hoje estou com um compromisso para logo mais e como relator do processo 4.08, então, eu não poderia ficar até o fim da sessão. E é um gravame, um cadastramento a pedido da comunidade, acredito que não vá haver grandes óbices aí. Se for possível da gente, acredito que não toma muito tempo, espero. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** A sua proposta é no sentido de a gente adiantar também, antes? **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Se fosse possível, porque eu não sei se há outros, mas como ele está antes ainda na pauta, encaminhei hoje de manhã. É o 4.08, um gravame no bairro Jardim Carvalho, RGP 4. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Eu acho, Conselheiro, que se a gente traz esse para os colegas apresentando do solo criado, depois tem outros dois na frente. Certamente, não iria chegar no seu. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Então, está bem, é porque realmente preciso me retirar peço desculpas. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de**

Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS: Se porventura chegar a gente posterga para a próxima. Não tem problema com relação a isso. Então, Senhores Conselheiros, não temos oposição com relação a gente trazer a apresentação dos colegas da Fazenda e da UDRE para o início da nossa pauta hoje. Então, a gente inverte e traz o Item 4.11. **4. APRESENTAÇÃO: 4.1. EXTERNA: Valores do Solo Criado – Secretaria Municipal da Fazenda; 5. ORDEM DO DIA.** Então, de imediato passo a palavra para os integrantes da Secretaria da Fazenda, acho que é a Arquiteta Carla, Maria Alice, Eliana da UDRE, a Adriana, a Caroline Godoy. Eu não se quem vai apresentar. Depois, Conselheiro Gomes, eu lhe dou a palavra. O Conselheiro Relator quer comentar alguma coisa antes? **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Boa noite. Não, Presidente, depois da apresentação a gente faz algum comentário. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem, perfeito. Então, a Eliana. **Eliana, Coordenação da UDRE:** Secretário, boa noite. Boa noite aos Conselheiros. Boa noite aos representantes de entidades. Primeiramente, eu vou apresentar, porque são duas propostas, a UDRE vai apresentar o início, vai ser sobre a metodologia, que isso também é um item que foi alterado. Depois, na sequência, a Fazenda vai apresentar o cálculo, que conforme a Lei nº 850 também foi alterado. Eu sei que tem pessoas que são da área, né, que estão presentes, mas tem pessoas que não são, eu vou tentar uma linguagem que todos possam compreender para que a gente consiga atingir o nosso objetivo, que é as pessoas sabem o que estão votando, o que a gente está propondo. Então, a ideia agora é apresentar a metodologia. A minha equipe da UDRE, sou eu que sou a coordenadora, tem o Arquiteto Leandro, a Marluce a assistente e o João Vítor. Então, a gente trabalha com essa parte de reserva de índices. Vou dar um conceito básico do que é solo criado. O solo criado é uma possibilidade que a gente dá para o empreendimento ou para o proprietário adquirir através de uma contrapartida onerosa. O que é isso? é através da compra mesmo, no caso da UDRE, através de compra de balcão, através de dinheiro e uma área de construção acima do índice base, que é permitido pelo Plano Diretor. Então, a gente pode ver no desenho que a parte de baixo ali, no caso, é uma construção que está dentro do que o plano prevê, que é o índice base. Agora se o empreendedor quer construir acima, então, tem que adquirir esse solo criado através de uma contrapartida, do pagamento, para que ele possa construir acima do que é permitido no Plano Diretor. E qual é o objetivo disso? Por que esse estudo? Então, o solo criado permite que o Plano Diretor através dos índices controle regiões que ele queira densificar mais ou menos. Então, para aquelas regiões que têm uma rede de serviço, como saneamento. Aquela região pode ter um índice de aproveitamento superior a outras que não tenham essas condições. Então, o plano define isso e aí as pessoas podem comprar até o valor máximo e construir dentro do limite do que aquela região tem de rede de serviço para ser atendida, para não ficar deficitária. Então, quais são os critérios para adquirir solo criado? Ele pode ocorrer dentro da área de ocupação intensiva. Então, o que é essa área de ocupação intensiva? É uma área que tem concentração de pessoas, concentração de negócios. A gente pode ver aqui o Centro Histórico, os corredores de centralidade. Então, nessa área é possível que um proprietário, que um empreendedor adquira um solo criado. Nas áreas de interesse ambiental ou nas áreas rarefeitas, que são áreas mais preocupadas com uma baixa densificação e são áreas mais voltadas à preservação ambiental. Então, nessas áreas não pode comprar solo criado. E o que ele tem que respeitar? Quando ele compra até o índice máximo. Então, são os critérios principais. O que é esse índice? Como que ele entra? No Plano Diretor as regiões da área rarefeita, em cada região a gente tem um código e esse código está relacionado ao índice de aproveitamento. Então, o índice básico, que é aquela

construção que qualquer empreendedor e qualquer proprietário pode fazer é o índice dessa área do terreno. Se ele tem índice 1 pode construir uma vez a área do terreno. Se ele tem índice 2 permitido, ele pode construir até duas vezes a área do terreno dele. No caso, esse índice varia de 1 até 2,4, o Plano Diretor no Anexo VI. E o índice máximo é aquele que ele comprando o solo criador ou outro tipo de índice é o máximo, que inclui o índice básico e mais o que ele pode construir além do básico, que seria um solo criado ou transferência de potencial. Então, ela varia de 1,5 até 3. Como que eu consulto esse índice? Ali ficou um pouquinho desformatado, mas a ideia é assim, é informar que esse índice é uma informação que está disponível na internet. Então, eu posso entrar lá na DM, está ali o endereço da DM Web, eu digito o meu endereço e consigo os dados do meu imóvel. Então, para eu saber do imóvel com essa localização, por exemplo, este imóvel tem um índice de aproveitamento 7. O que é o índice de aproveitamento 7? Se a gente foi olhar no Anexo VI do Plano Diretor, ele diz que para meu índice pelo código 7, o meu índice de aproveitamento é 1,3. Então, eu posso construir até 1,3 vezes a área do terreno. Eu tenho direito a adquirir solo criado e TPC, e o índice máximo é 3, eu posso construir até 3 vezes a área do meu terreno adquirindo solo criado. Então, essas são as informações que eu consigo através do Anexo VI. E qual a outra informação que eu tiro dali também? Eu vou adquirir solo criado, qual é o valor do pagar para adquirir esse solo criado? Na DM também tenho a informação que vou colocar o meu endereço, vou ter a informação quanto a macrozona, o UEU e o quarteirão. Ter essa informação, eu vou buscar os dados em uma planilha, que está disponível na internet para todo mundo, qualquer pessoa pode consultar. Essa planilha vai me dar o valor do solo criado. Então, lá na planilha eu vou ter para a macrozona com esse endereço, que é Macrozona 3, UEU 28, Quarteirão 215, o valor de solo criado é de 999 para a área adensável e a metade dele para a área não adensável. Então, esse formato aqui é o formato da planilha hoje, que é a metodologia que a gente utilizou em 2000, foi proposta uma metodologia que resultou neste formato de planilha, para cada quarteirão eu tenho um valor de solo criado adensável e um valor de solo criado não adensável. O que é adensável e não adensável? Adensável é aquela área que a gente utiliza para morar, para trabalhar. E a área não adensável é aquela área de apoio, que seriam garagens, casas de máquinas. Então, essa é a divisão e os valores são em função dessas áreas. Então, é bem simples, a aquisição de solo criado vai ser a metragem que eu quero adquirir para o meu empreendimento multiplicado pelo valor que consta na tabela oficial. Esse valor é feito com base nos cálculos que a Fazenda vai apresentar mais adiante, mas o formato é o mesmo da nossa planilha hoje. O que eu tenho de solo criado? São 3 tipos que a UDRE trabalha, que é o pequeno, o médio e o não adensável. Então, ele tem um diferencial porque esse recurso que a gente capta com a venda dessa área é destinado para um fundo. No caso do pequeno, comprando até 300 m² esse recurso vai para o Fundo Municipal de Habitação, lá do DEMHAB. O médio adensamento, que vai de 300 a 1000 m² vai destinado ao Fundo Municipal de Gestão do território. E o não adensável vai para o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social. Então, essa é a destinação desse solo. Isso movimenta um valor bem alto, a gente pode ver que em 2018 a gente chegou nos R$ 25 milhões arrecadados durante o ano, sendo R$ 15 mil de solo de pequeno adensamento, R$ 10 mil de não adensável. Agora em 2020, que foi o último levantamento que a gente fez, a gente chegou perto dos R$ 17 milhões. Então, assim, é um recurso bem alto e que tem uma aplicabilidade muito boa dentro do município. Então, por isso da importância da gente valorizar essa planilha e a atualização desses valores, porque isso representa recurso para o município e a planilha que nós estamos utilizando o momento está desatualizada, além do valor a forma como foi feita não é uma forma muito clara, como eu vou apresentar na sequência, que é o objeto desta apresentação. Então, a

metodologia, no caso de 2000, os valores são calculados por quarteirão. Então, a gente tem aqui uma tela de um levantamento feito com geoprocessamento dos quarteirões do município. Então, essa metodologia é feita por quarteirão. Os quarteirões são incluídos dentro das unidades de estruturação urbana. Então, para cada face do quarteirão se calcula a cota terrena e esse valor é dividido pelo índice. Como que é isso? A Fazenda vai fazer aquele cálculo do valor do quarteirão, ela vai apresentar os valores das faces dos quarteirões, que nós vamos dividir pelos índices de aproveitamento. Assim, por exemplo, a gente tem o quarteirão e tem um valor que foi determinado para cada face. Esse valor eu vou dividir pelo índice de aproveitamento de cada face. Qual é a diferença? Se eu tenho uma face voltada para esta subunidade aqui (slide) eu vou ter um valor de índice aqui. Essa face de quarteirão está dentro de outra subunidade. Então, ela vai ter outro índice de aproveitamento. Então, o que acontece? Eu vou ter diferentes valores em cada face do quarteirão, porém a metodologia hoje não considera isso. Então, é assim, é a relação do valor do terreno com o índice de aproveitamento. Então, você se o valor de terreno ali, próximo, são R$ 1.000,00 e o meu índice de aproveitamento é 1 naquela face, ela vai valer R$ 1.000,00. Se eu tenho 1,3, porque é outro índice em outra face, ela vai ter outro valor e assim sucessivamente. Então, o quarteirão é composto de vários índices. Então, o valor do terreno é um, mas os índios que vão fazer diferença. Por exemplo, a gente tem um quarteirão, a gente tem quatro faces, essas ruas A, B, C e D são as faces do quarteirão. O valor que a fazenda deu do térreo foi dividido pelo índice de cada face e a gente obteve em três faces R$ 217,00 o valor do solo criado. E aqui na debaixo R$ 246,00. Ok? Só que na planilha eu tenho um valor, eu não tenho esses quatro, eu tenho algum valor. Por quê? Porque o programa que hoje a gente utiliza para calcular, se eu tenho a diferença, o coeficiente de variabilidade entre o menor valor e o maior valor, se esse coeficiente for menor que 15% o programa faz a média, ele soma os quatro valores e dividi por quatro. Ok, eu tenho o valor de solo criado para aquele quarteirão médio, mesmo que cada um seja diferente. Vamos ver outro exemplo. Tenho também três valores iguais e um diferente, porém o coeficiente de variabilidade é maior que 15%. Então, o programa que faz o cálculo me diz que se eu fosse calcular pela média o valor do solo criado para este quarteirão seria R$ 210,00 por metro quadrado, mas essa que é a questão dessa metodologia, que é confusa, porque considera 85% do maior valor. Então, o valor que ele vai atribuir vai ser R$ 197,00 por metro quadrado. Ocorre que assim, quando a gente tem situações práticas do nosso dia a dia e a gente vê, por exemplo, uma rua que é mais próxima, por exemplo, da Carlos Gomes e ela tem um índice de aproveitamento maior. Então, ela vai ter um valor superior naquela face e vai puxar o valor daquele quarteirão para um valor mais alto e na mesma subunidade, na quadra debaixo, por ela não ter essa proximidade com uma rua que puxe esse valor mais para baixo, ela vai ter um valor muito mais baixo. Então, ocorre uma disparidade entre o valor que o programa calcula por quarteirão, por isso essa metodologia não é muito transparente, ela traz uma informação do quarteirão de índices diferentes, de valores diferentes, que utiliza esse método de 85% do valor maior. Qual é a metodologia que a Lei nº 850 propõe? Então, ela propõe que considera macrozona, o UEU onde o imóvel está localizado, porém, ela considera a face do quarteirão. Se vocês forem olhar essa nova proposta, ela tem cento e tantas páginas. Por quê? Porque ela não é um quarteirão, ela está botando face por face do quarteirão. Então, ela multiplicou, pegou o valor do terreno que a Fazenda calculou e dividiu pelo índice de aproveitamento, que é aquele valor do quarteirão. Não existe média, não existe multiplicar por um fator de coeficiente, nada. É direto o valor de mercado, que a fazenda faz o cálculo, que vai ser apresentado na sequência, mas ela tem um favor por face. Então, elimina esses erros que o programa hoje faz, que causa alguns contratempos no nosso cálculo. Então, o valor hoje

vai ser isso, se na rua A tenho o índice tal, eu vou pegar o valor e vou dividir. Não interessa que os valores vão ficar todos diferentes, mas essa é a vantagem dessa metodologia. Então, aqui está a proposta da planilha hoje, como a gente vê. Então, ela continua considerando a macrozona, UEU quarteirão, porém tem, inclusive, ela divide o imóvel, a face do quarteirão do inicial e do final, naquele trecho o índice de aproveitamento é tanto, o valor da base é lá calculado pela Fazenda é tanto. Então, o valor do solo criado, que vai ser o valor da base dividido pelo índice, vai me dar o valor do solo criado daquela face e assim sucessivamente. A área não adensável corresponde a 50%. Então, as únicas diferenças são essas, que a partir do momento que a gente considera as faces a gente vai ter uma planilha mais detalhada, mais clara com relação aos valores que vão ser cobrados, que vão ficar definidos pelas faces dos quarteirões. Então, a gente tem uma quadra que aqui já é interceptada por outra subunidade. Então, com aquela planilha eu vou ter o valor do quarteirão, deste número até esse número vai ter tanto, deste número até esse número tanto, em função do índice de aproveitamento dessa face e o mesmo para as outras faces. Então, essa é a metodologia que a gente está querendo explicar. Espero que tenham compreendido. É isso, gente, muito obrigado. Agora deixo a minha colega Carla falar, explicar a metodologia da Fazenda. Eu fico à disposição se tiverem dúvidas. Obrigada, Secretário. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Eliana, pela apresentação. Acho que foi bem elucidativa e importante saber a metodologia anterior que se tinha e com advento da nova lei agora a gente tem essa nova fórmula de cálculo. A tua apresentação ficou bem clara de se compreender. Na sequência eu passo para a Carla, da Secretaria da Fazenda. **Carla, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Bom a Eliana deu as pinceladas gerais, introduziu a questão da metodologia anterior. Como eu entrei na Fazenda na época em que estávamos implementando essa metodologia, eu tive oportunidade de participar, estava na ocasião também adquirindo conhecimentos, porque era nova, enfim, e no decorrer desses anos todos, em que pese a gente ter aperfeiçoado algumas questões de transmitir esses relatórios e de passar para a PROCEMPA para rodar, a gente tentou resolver problemas de compatibilização que existem entre os dados da Secretaria da Fazenda e os dados das divisões territoriais do Plano Diretor, na época era a Secretaria do Planejamento. Ao longo desses anos a gente até teve bastantes progressos, mas a metodologia anterior, realmente, como prevê valor para o quarteirão. Uma pequena correção, o valor daquele antigo era 85% ou a média se fosse maior. Então, na verdade, tinha sempre uma distorção com relação à valorização daquela face em relação ao seu índice. Então, nós tínhamos, talvez não erros, mas distorções na medida em que aquele imóvel que ia comprar índice naquela face ele comprava pela valorização ou não do quarteirão que ele fazia parte. Com isso eu dou início à apresentação do solo criado, da parte que compete à divisão de avaliação. Inicialmente, quero apresentar um pouco da Divisão de Avaliação de Imóveis, que é da Receita Municipal da Secretaria da Fazenda, que hoje tem uma estrutura grande, que comporta a equipe da planta genérica de valores, que tem todas as atribuições referentes ao IPTU, trabalha especificamente com o IPTU. A equipe de avaliação de imóveis, mais recentemente foi criada a equipe de avaliação dos próprios e de locações e o setor de bancos de dados e suporte. O nosso corpo técnico é composto por auditores-fiscais, administrador, avaliadores e auxiliares técnicos, são engenheiros e arquitetos, assistentes e estagiários. Hoje está aqui conosco nos prestigiando a Diretora da DAI, que é a Caroline Godoy, auditora. A chefe da Equipe de Avaliação de Imóveis, a Adriana. Esse corpo técnico e essas equipes fazem todas as avaliações de imóveis, tanto para fins tributários, questões referentes a IPTU, ITBI, como para os demais casos que a Prefeitura for parte envolvida ou interessada. Então, no rol de

todas essas atribuições, de avaliações para fins fiscais, para as discussões das bases de cálculo para as ações judiciais em que município é envolvidos, regularização fundiária, compras previstas no Plano Diretor, todas as locações do município estão concentradas na DAI atualmente. A DAI faz o cálculo do valor de mercado do metro quadrado dos terrenos para disponibilizar, para compatibilizar essas informações, associando o valor do metro do terreno nas regiões de valorização. Não vamos entrar em todos os índices, o que temos é o cálculo que a Eliana explicou, que é o solo criado relacionado ao valor do metro quadrado de terreno de face de quarteirão e o índice ponderado. Uma coisa muito importante é que o artigo 7º da lei que foi aprovada em 2019 traz a questão da periodicidade da reavaliação. Então, está estabelecido em lei, temos que cumprir a lei nesse sentido de uma atualização automática anual por índice e essa reavaliação periódica no máximo em dois anos, por condições de mercado. Então, precisamos estudar esses preços no período que está estabelecido em lei. Então, hoje a nossa intenção não é nos estendermos em procedimentos técnicos, mas de explicar que existe todo um procedimento de avaliação, visando o valor de mercado dos terrenos para se estabelecer essa base em toda a cidade. O nosso objetivo é o valor de mercado dos terrenos, para isso nós temos uma série de etapas importantes na avaliação. Tem todo um processo avaliatório por trás da estimativa do preço dos valores de terreno. Para se estabelecer esses preços nós precisamos estabelecer também um método de avaliação. Então, nós temos um modelo de avaliação de terreno para toda a cidade. E o método, que a norma de avaliação de móveis recomenda é que se faça através de um método comparativo de dados de mercado preferencialmente essa análise. Esse é no qual o valor do imóvel, no caso os terrenos, os imóveis em toda a cidade são estimados por comparação com outros semelhantes. O propósito inicial é eu ter uma amostra que eu possa captar em toda a cidade para poder trabalhar com esses preços em toda cidade. Como vai ser feita essa estimativa de valores de terreno? Em 2018 a DAI apresentou essa base, que é estabelecida da mesma forma nas duas metodologias. Ela é a mesma metodologia de avaliação que foi feita nas apresentações que nós fizemos em 2018, da base de 2018, que está válida e que foi aprovada. Eu tive a oportunidade de conversar bastante com o Arquiteto Sérgio Saffer na ocasião sobre o que estava ocorrendo em alguns quarteirões em termos de variabilidade. Então, a metodologia é de avaliação da base dos valores para o solo, ela é a mesma na DAI mesmo que nós estejamos sempre atualizando informações e sistemas de informações, sistemas de coletas de dados, de captura de dados, de geocodificação de informações. Então, as ferramentas estão se aperfeiçoando, nós estamos melhorando sempre, mas o método é o comparativo de dados de mercado e essa pesquisa que é feita com sistemas cada vez mais de coletas de informações mais avançados e ferramentas estatísticas que a gente procura sempre melhoria. Então, a nossa pesquisa para estabelecer essa base de valores de 2019 compreendeu terrenos em toda a cidade. Utilizamos uma amostra de 744 informações no período, de janeiro a outubro de 2019. Nós demos início ao trabalho no final de setembro, início de outubro. Então, no início de outubro tínhamos algumas informações referentes a outubro também de terrenos, tanto de oferta como negociações. As ofertas são aqueles imóveis, terrenos que apareceram ofertados em diversas fontes imobiliárias, neste período entre janeiro e outubro que foram coletados periodicamente. As negociações são os acessos às guias de ITBI que nós tivemos, que também vem pelo nosso sistema do banco de dados, de coleta de dados que foram as transações que ocorreram, nas quais os valores declarados são convergentes com os valores que foram estimados no setor de ITBI. Então, tivemos nesses percentuais essas informações áreas entre 125, a partir de 125 metros quadrados que existe em alguns lotes, até 3683, que não houve áreas de doação. Então, alguns imóveis que foram ofertados em

conjunto, algumas esquinas, sendo que a área média da amostra por 519 e 30 m². O nosso sistema de coleta de dados é feito pelo setor de banco de dados e suporte, que tem essa coleta periódica, tanto manual, como automática. Vamos acampar se precisar, que garanta sempre representatividade de qualquer segmento que for avaliado, se é terreno, se é apartamento, que garanta um equilíbrio de informações, o período delas, que nós tenhamos sempre em todas as épocas que a gente precisa avaliar, às vezes até bases anteriores, bases pregressas, que tenha sempre se equilíbrio e uma aleatoriedade das fontes da informação, imobiliárias, várias, diversas fontes para garantir a aleatoriedade e não ter nada de tendenciosidade. A nossa amostra, depois disso, às vezes antes de determinar a amostra se faz uma geocodificação dessas informações para ver, identificar regiões que a gente pode estar tendo que fazer coleta manual, coleta campo, existe ou não existe informação naquelas regiões. Então, nós geocodificamos para fazer uma análise de valores, de escalonamento de valores de como elas estão distribuídas na cidade, como estão os dados, como estão as informações. E aí a gente percebe regiões que têm os menores valores, as regiões onde têm os maiores valores. Aqui temos algumas informações de valores de metro quadrado de terreno bem altas e identificamos alguns vazios, que supostamente possa existir, alguns existem mesmo e não temos informações. Nós partimos para analisar os preços, para estimar com essa amostra. Então, falamos lá naquela etapa de planejamento e pesquisa em variáveis que são importantes para a formação do valor. Então, no caso, nós temos um valor, que é a variável que eu quero explicar, eu quero explicar os valores de terrenos através de variáveis que são as variáveis explicativas, o que importa para valorizar os terrenos. Então, nós precisamos atribuir *a priori* algumas crenças de variáveis que são importantes e que agente também observou que eram importantes para se atribuir valor para os imóveis. O valor unitário é uma variável que eu quero explicar e ela vai ser explicada, que são as hipóteses que nós vamos testar para definir o valor, ela vai ser explicada pela área dos terrenos, pela fonte da informação, porque se for um dado de oferta nós temos uma crença de que ele pode ser mais alto do que aquele seu valor na negociação. E nós temos um conjunto de informações que está misturando ofertas e transações efetivas, aquelas das guias no ITBI. O que em geral os avaliadores de fora, qual é o procedimento? Eles têm só as dados de oferta, muitas vezes acesso só aos dados de ofertas e não têm aquela questão da relação fonte de negociação, quanto eu consigo na transação à vista ou em uma transação efetiva, mesmo que financiado, enfim? O quê que se faz corriqueiramente? É usual, um redutor de 10%, porque eu atribui um valor de oferta, já que eu só trabalhei com o valor de oferta. Então, bibliograficamente, temos aí um fator que gira em torno de 10% e por norma temos um limite máximo de redução, que é o campo de arbítrio do avaliador, que fica sempre restrita uns 15%, até 15%. Então, poderia se trabalhar com valores só de ofertas e dizer – Olha, vou dar um redutor lá no final, para dizer que é um valor para negociação, de 15%; mas não é este o objetivo, o objetivo aqui é se trabalhar com as informações, tanto das ofertas quanto das transações efetivas para se estabelecer qual é a influência dela no valor dos imóveis. Ele é ofertado, se sim eu tenho uma crença *a priori* de que sim, que é mais alto o preço. É negociado, pode ser um pouco mais baixo. Então, nós vamos levar essa hipótese para o programa estatístico e ele vai nos responder com seus coeficientes se isso realmente é importante e se é relevante. E a última variável que nós trabalhamos, porque aqui a gente não tem condições de definir muitas características, testadas, declividades, é uma via arterial, não é, porque nós estamos fazendo uma análise para toda cidade de valores genéricos e nós temos que dar os valores, os valores de terreno têm que depois poderem ser informados pelas regiões, pelas faces de quarteirões que estão associadas às regiões. Então, a nossa variável principal aqui ela é a variável região homogênea, que é

uma variável de localização, ela reflete essa localização diferenciada dos imóveis. Como que ela é feita? Ela é uma variável que foi estudada, a cidade foi uma mapeada desde 1992. Foi um trabalho de dois anos por aí, que em 94 foi apresentado em um seminário, em um congresso de cadastro multifinalitário, a partir dessa apresentação foi dado um feedback favorável e foi cadastrada essa variável no município. Ela está associado às faces de quarteirões com suas tendências e características de crescimento, características da terra e ela está sendo sempre atualizada, na medida em que algum fato novo no mercado surge. Então, a gente faz análises para estar com ela sempre refletindo aquela valorização. Então, essas são as variáveis que nós vamos estudar. O que eu quero dizer é que essas variáveis associadas ao dado coletado, o imóvel tal, na rua tal, o SPBS me forneceu essa informação na data tal de que nesta rua foi negociado. Então, a fonte é zero de negociação, um imóvel de área de tanto, que está associado pelo cadastro na região homogênea de valorização 48 e ele foi vendido por este valor unitário. Esses dados todos que nós coletamos foram planilhados e estudados em planilhas em um procedimento que a gente chama de análise exploratória de dados, dos quartos a gente antes de levar para o programa estatístico, a gente já estabelece algumas relações de bairros, de regiões, algumas regiões que a gente precisa voltar e revisar, porque os valores estão discrepantes ou não. Então, já se faz análises com esses dados tabelados. Explicando um pouquinho melhor a região homogênea, ainda dentro dessas nossas variáveis, sendo a região homogênea uma variável de localização. Nós fizemos aquele mesmo mapa, mas aí o mapa das regiões homogêneas, para estabelecer que ela tanto pode ocorrer no sentido de uma via, de uma via que é mais importante do que aquele miolo daqueles limites desta região, como pode ser em vários quarteirões. Então, nós temos que cada face está associada a sua região homogênea. Por isso é mais fácil agora de até existir essa compatibilidade entre faces da Fazenda com as suas regiões homogêneas e as faces da UDRE com os seus índices de aproveitamento, suas relações ficaram mais fáceis de serem resolvidas. Atualmente nós temos alguns quarteirões que nós fazemos o cálculo manual, justamente porque não havia essa compatibilidade no quarteirão, nas faces agora nós vamos ter um índice de compatibilidade muito maior. E aí ela aparece na cidade até de forma muito similar aqueles dados que a gente coletou, com regiões onde temos maior regiões homogêneas, mais valorizadas. Temos na cidade algumas regiões, mas são mais de condomínios, Alphaville Terraville, são condomínios, nós não estamos trabalhando aqui com terrenos em condomínios, estamos trabalhando com dados de terrenos isolados. Bom, agora chega em uma fase que as pessoas vão bocejar e vão fugir, mas não é o objetivo aqui, o objetivo aqui é dizer que esses dados todos que nós trabalhamos são processados e tratados de forma a termos uma equação, modelo de regressão, que é uma equação matemática através da estatística inferencial. Fazemos isso porque é o processo científico recomendado pela norma, ao invés da gente ficar botando pontuação, fatores de homogeneização, que dá um caráter muito subjetivo à avaliação. O que é o objetivo? Extrair uma equação, que ela vai ser o retrato do mercado estudado com aquela amostra. Então, tivemos uma boa amostra de dados, que são representativos da população que eu quero avaliar, que são os terrenos na cidade e temos uma equação, que ela me diz que o valor depende daquelas variáveis que eu estudei, que foram as áreas dos terrenos. Então, o valor é dependente das áreas das regiões em que estão localizados os imóveis e daquela fonte, que eu acreditava no início e comprovado aqui, a fonte de oferta ou de negociação. Então, temos os indicadores com este modelo de avaliação, tivemos os indicadores estatísticos de que esse modelo está ok para ser usado, porque ele apresentou uma correlação, que é uma significância entre as variáveis consideradas, que é bem alta. Então, comprovando que o que a gente estudou em termos de valorização dos imóveis foi

relevante e com um poder de explicação que fez com que aceitássemos que ele é maior do que 83%, ele é alto, porque algumas variáveis podem estar de fora dessa análise, já que ela é mais genérica. Então, com isso, podemos usar este modelo para estimar os valores em toda a cidade, através da inserção dos nossos parâmetros de cálculo naquele modelo de regressão, nessa equação matemática. Então, como nós queremos aqui um valor para negociação, nós vamos dizer que o valor não é oferta, é zero. A região homogênea vai variar de acordo com a região daquela face do quarteirão e a área que nós fixamos foi a nossa área média do banco de dados. Então, com isso a nossa estimativa dos valores vai ficar variando de acordo com a região homogênea. O que a gente teve aí de resultado que foi significativo? Uma redução para negociação e essa redução na negociação nos fez entender o que nós já tínhamos acreditado no início, que não são os 10% da recomendação bibliográfica e nem os 15 dos limites do campo de arbítrio do avaliador. É importante que tenha sido testado realmente com a colocação de dados, tanto de translação como os dados de oferta, foi testado que a redução para negociação é superior a esses 10 ou esses 15%. Ficou em 25,3%, significa que aquele imóvel que ia ser vendido a R$ 1.338,00 o m², ele pode ser vendido com 25, ele pode ser negociado com 25,3% de desconto a R$ 1 mil. Para nós foi muito significativo isso, muito importante que tenha chegado com esse conjunto de informações a este resultado. Então, na estimativa dos valores de terrenos o mapa da distribuição, depois que a gente planejou todas as estimativas para todas as regiões homogêneas, o mapa da distribuição dos valores ficou parecido com as regiões, algumas diferenças aqui em algumas delas, mas, enfim, acreditamos que estamos no caminho dos valores para as negociações serem os estimados. E se chegou nesses valores aqui, o nosso valor máximo 3.969 nas nossas maiores regiões de valorização, sendo que o que aparece lá no nosso relatório que vocês vão estar apreciando, que foi anexado ao processo SEI o relatório. Então, esse valor que a gente está vendo refletido aqui nas nossas estimativas, é essa base que a Eliana já mostrou na apresentação dela. Então, o nosso valor da base, que ao ser feito o cociente com o índice de aproveitamento vai dar o valor adensável e não adensável a 50%. Finalizando, o que a gente sempre faz quando fecha o modelo de avaliação quando estabelece e quando se define que este é o modelo que melhor representou o mercado naquele período de estudo. Nós fazemos o comparativo com que nós tínhamos antes. Então, nós fizemos o comparativo entre as bases. Veja, é comparativo entre as bases, porque agora o preço do solo criado vai ser divulgado pelas faces de quarteirões e antes nós tínhamos pelos quarteirões. Então, estamos comparando aqui só as bases que nós estabelecemos na DAI. Então, em relação às bases de 2018, que foi estabelecida com relação a essa base que nós calculamos, tivemos um uma pequena variação negativa, diminuiu um pouco o preço nas regiões mais baixas de valorização, tivemos na média valorização quase que um empate técnico de valores e nas regiões de alta valorização um pequeno acréscimo de 2%. Tendo sido essa variação média de 1% a 1,03%. Com isso a gente ficou satisfeito, porque de fato refletiu o que estava acontecendo nesse nosso estudo do mercado imobiliário como um todo na cidade, não é um mercado pontual que foi analisado e foi a cidade inteira. Então, tivemos os resultados aí que a gente considerou que são os resultados que realmente refletiram o mercado de 2019. Lembrando que essa base foi estabelecida em outubro de 2019 e o laudo de avaliação, o relatório dessas bases dos cálculos, das estimativas de todos os valores para cada região homogênea estão disponibilizados também no processo SEI, no mesmo processo que está o relatório. Com isso eu encerro a participação da DAI aqui. Agradeço a oportunidade da gente poder apresentar de novo essa estimativa da base dos valores e coloco à disposição para gente responder a qualquer eventual questionamento que tenha. **Germano Bremm, Presidente**

e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS: Obrigado, Carla, pela brilhante apresentação. Temos questionamentos? Já temos inscritos. Então, encerro as inscrições e abro a palavra ao Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Primeiro, parabenizar pelas apresentações e algumas perguntas fiz no *chat*. Quero dizer assim, o que sempre me preocupou na questão do solo criado é o que esses territórios tiveram de implemento de recursos públicos e que valorizam essas áreas para os empreendimentos. E se seriam cobrados esses investimentos nos novos empreendimentos. Parece, aí é uma opinião, que essa apresentação de hoje incorporou isso e eu como Conselheiro da RGP 1 temos muita preocupação, porque é uma área que está sendo muito cobiçada. E para nós não basta adensar as áreas, para nós a preocupação é atender o que já existe hoje de prédios dentro do Centro, principalmente o Centro Histórico. Nós temos que ter cuidado de levar em consideração o que é viver no Centro Histórico e como é viver no Centro Histórico, não nos dias de semana, mas nos fins de semana, que é outra realidade completamente diferente. Então, parece que os valores do Centro Histórico, eu não estudei a tabela, mas as perguntas, fundamentalmente, eram essas, no sentido de quais as áreas mais valorizadas na cidade? Como é trabalhar os condomínios de alto padrão? Por que se constrói em uma área, ali acaba tendo de certa maneira um solo criado. Era isso. Obrigado, Secretário. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Obrigado, Carla, Eliana e demais colegas servidores, servidoras. Bom, a minha questão é o seguinte, eu tinha questionado a questão da nova metodologia de faces e a Eliana já adiantou que isso é analisado no caso a caso. Qual era o meu questionamento? Se um terreno, um lote está em eventual remembramento, que é muito comum de novos empreendimentos que buscam comprar vários lotes e remembrar. Se por exemplo, o empreendedor coloca o endereço de uma face com menor valor, como se dá esse cálculo, como se dá essa cobrança? Quais são os critérios e se esses critérios estão estabelecidos na lei, em algum decreto, em alguma resolução que busque dar alguma uniformidade a esse tipo de decisão. Ainda sobre remembramentos. Claro, essa avaliação a priori que se dá, mas a questão do valor do solo criado, em função dessa avaliação. Esse mesmo remembramento vai oportunizar um empreendimento maior, não porque há mais índice, mas porque aumenta o gabarito, aumenta a possibilidade de construir mais alto e etc. Então, com essa possibilidade toda vai gerar um empreendimento com maior valor agregado. E de que forma isso é calculado? Se é ou não é, porque o valor já está pré-determinado, mas essas mudanças deveriam ao meu ver serem avaliadas quando o empreendimento é solicitado. Eu gostaria de saber se é ou não é, gostaria de saber. Por fim, gostaria de saber se há alguma questão que traz, envolvendo o cálculo do solo criado, digamos assim, a questão de que nós discutíssemos áreas prioritárias – Bom, aqui quero construir menos. Então, eu vou aumentar o valor do solo criado em função disso, porque os valores estão muito relacionados ali a questões mercadológicas, mas eu não vejo o planejamento urbano da cidade trazer e ser critério, ser variável importante nesse desenho. Se isso é uma ausência da lei, de que forma isso é contemplado ou não e se seria interessante que contemplasse, mas do ponto de vista do quê? Do planejamento urbano e não só de uma análise mercadológica de valor de mercado dos imóveis. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Boa noite. Muito importante, muito boas essas apresentações, tanto da Eliana Bridi, como da Carla Felice, acho muito importante que tenham vindo trazer essas informações. Eu sempre fico prestando atenção aqui, mas cada exposição aí de 20, 35 mais ou menos, a gente acaba perdendo muitos detalhes e isso não faz parte do nosso dia a dia. Então, aumenta em muito as questões. Eu tava escutando a Eliana Bridi falando, ela mencionou a

certa altura ali os fundos municipais e mencionou dois fundos municipais que seriam alimentados por valores advindo de solo criado, eu não sei qual o valor que se destina a cada fundo e como esses fundos são controlados, como eles, eventualmente, revertem em benefício ao interesse da cidade. Então, a questão aí sobre fundos municipais. A Eliana estava fazendo uma exposição de uma tabela, ela mencionou “imóvel inicial”, “imóvel final”, eu não consegui compreender essas diferenças. Eu fiz aqui uma pequena anotação e por isso que eu estou reportando isso agora. Depois sobre a apresentação que a Carla fez, eu fiquei me perguntando, especialmente, porque toda essa avaliação foi feita no período anterior à pandemia. Este momento de pandemia, em que os valores caíram muito, houve uma enorme retração de mercado, e ao contrário, no período anterior à pandemia havia um aquecimento muito grande do mercado, né. Essas avaliações em relação ao momento que hoje a comunidade Porto Alegrense vive, a comunidade não só daqui, mas de todo país, eu vejo que esses valores estariam, hoje não seriam correlacionados à realidade que nós estamos vivendo. Então, a minha pergunta era se essa metodologia faz alguma consideração em que amenize a ponderação desses valores para uma situação de catástrofe, como a que nós estamos vivendo agora ou para os fins da Prefeitura Municipal, catástrofes aí não interessa. Essa é a minha questão para a Carla. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado Conselheiro. Deixa eu abrir, Carla, para não ficar tanta coisa, para vocês contribuírem, fiquem à vontade. **Carla, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** A questão dos investimentos dos fundos, a utilização não é matéria que a gente acabe tomando muita ciência, não teria esses números, porque não é realmente a matéria da competência da DAI, não que a gente seja alheio a essa utilização, mas ficamos restritos ao cálculo, as nossas competências. A questão da valorização dos imóveis, de refletir antes e depois desse incremento dos índices, que o Rafael questionou, bem, quando a gente estudou o mercado de janeiro a outubro de 2019, era aquele mercado com aquele reflexo, o reflexo dos investimentos que tinham sido feitos naquele período e com os valores, as expectativas de ofertas e as negociações daquele período. Se porventura incrementos de índices e empreendimentos forem valorizar os imóveis, as regiões, isso vai ser captado com os dados posteriores aos eventos. Como os estudos ali no entorno do Barra Shopping, por exemplo. Nós tivemos uma imensa valorização, mas ela foi captada um ano de uma forma, no segundo ano de outra. Então, este incremento com relação aos investimentos decorrentes do uso dos índices, isso é de uma de uma absorção pouquinho posterior no mercado, ela vai repetir em alguns preços às vezes posteriormente. A fórmula de cálculo do valor do solo criado atualmente traz o fator de planejamento, que quem pode falar melhor é a Eliana, que realmente aí é um fator que é de estudo técnico, onde eu vou incrementar ou eu vou tentar reatrair o uso do solo. Então, também não é matéria da DAI. O valor do metro quadrado dos terrenos às vezes tem um pouquinho de demora para se refletir nas avaliações. Espero ter atendido a questão das valorizações que o Rafael Passos perguntou. A questão que o Mark falou dos valores da pandemia, não, nós não fizemos previsão, porque estudamos o mercado de janeiro a outubro de 2019. Esse processo do solo criado foi demandado para cálculo na Divisão de Avaliação de Imóveis a partir de maio, se eu não me engano, de 2019, logo da aprovação da Lei 850, que foi em abril de 2019. Então, assim que foi aprovada a lei e foi demandada a análise da avaliação da base territorial, nós fizemos, ainda demoramos alguns meses discutindo ainda algumas questões com relação à alteração da lei, mas por fim desencadeamos um estudo em final de setembro, início de outubro de 2019. De lá para cá este processo passou pela PROCEMPA, por outras análises e só agora veio por outras questões alheias ao meu conhecimento, ao meu entendimento. Ele veio para apreciação somente agora. Então, não,

se nós fizemos análise com a data até ou outubro, o nosso modelo de avaliação, tivemos imóveis e a região de estudo, a cidade não havia pandemia ainda, não refletiu a pandemia. O que tem acontecido de algum tempo para cá, de um ano para cá? Algumas locações do município nós conseguimos redução, porque nós tivemos esse reflexo já no mercado. Então, atualmente, com mais de um ano de pandemia nós temos as avaliações atuais algum reflexo sim, muito embora algumas ofertas ainda estejam com expectativas de mais alto valor. Então, não, não refletiu a pandemia porque o período de análise compreendeu janeiro a outubro de 2019, que foi a solicitação que nós atendemos. **Eliana, Nosso da UDRE:** Assim, Conselheiro Felisberto, a UDRE trabalha com administração, com controle da comercialização do solo. Os fundos, como a Carla falou ali, tem equipes, como esse recurso é aplicado e tudo mais, eu até tenho conhecimento, porque eu participo de algumas reuniões, mas eu não poderia ser muito clara em dizer quanto vai para o Centro Histórico ou em que obras. Eu moro na Cidade Baixa e tenho bastante preocupação, assim como o senhor em valorizar essa área. Então, acredito que esteja contemplado dentro dessa verba que vai para os fundos. Depois o Rafael perguntou sobre um imóvel que tenha várias frentes ou vários índices de aproveitamento. Assim, a gente tem que olhar o projeto em si, se tu tens um empreendimento com vários terrenos e cada um tem um índice diferente, tem que fazer uma proporção entre a área que é atingida por aquele índice. Por exemplo, eu tenho 60% do meu empreendimento dentro de um índice de aproveitamento de 1,3, 30 dentro de outro. Então, eu tenho que fazer uma proporção e o meu solo criado que eu vou poder adquirir vai ser em função dessas áreas. Elas são limitadas à área máxima, ao índice máximo, em todos os casos eu não posso ultrapassar o índice máximo, mas vai depender de como isso é localizado dentro do empreendimento, como esse empreendimento está dentro de cada lote. Então, é proporcional à área que ele ocupa no lote, o índice de aproveitamento vai ser multiplicado por esse valor, pela área. Depois, dentro do que o Rafael perguntou, deixa eu ver se tinha mais alguma coisa que eu lembro. Era isso. Por último, acho que foi o Mark, a questão dos fundos. Não sei se entendi. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Para ajudar. O solo criado tem a outorga onerosa do direito de construir, tem previsão no Estatuto da Cidade. Então, lá tem um rol taxativo das possibilidades de aplicação dos recursos do solo criado. Então, para isso são criados fundos específicos, a partir daquela destinação relacionada ao Estatuto da Cidade tem a possibilidade de pagar. A Eliana colocou cada fundo, a destinação, os recursos dos adensamentos, tem toda a relação do que é vendido, tem todo um acompanhamento em relação à aplicação, naquilo que prevê o estatuto. Só para tentar ajudar um pouquinho. **Eliana, Nosso da UDRE:** O Mark perguntou sobre a numeração dentro da planilha, que assim, os valores são de uma planilha bem extensa, ela tem 187 folhas, porque ela pega todas as faces. Às vezes dentro da mesma face pode ter uma numeração, até determinado número ela vai ter um índice de aproveitamento, a partir daquele número vai ter outro índice. Por isso que ali tem imóvel inicial e imóvel final, porque quando a gente vai fazer a consulta para atribuir o valor que o requerente vai ter que pagar na DAM para fazer a aquisição do solo criado, a gente tem que ver em qual intervalo que se localiza. Acho que consegui responder. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado Eliana e Carla. Na sequência vamos faze rum bloco com o Conselheiro Saffer, Dal Molin, Gomes e Fernando. Conselheiro Saffer. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Eu acho que o que a Eliana falou sobre essa questão dos números, eu acho que vai resolver aquela situação, tipo o que tinha na Carlos, tinha um corredor, ele tinha um índice e depois, para baixo, tinha outro e tinha que fazer uma

proporção, uma média, que aí tornava a obrigação do cálculo manual talvez. Então, aqueles cálculos manuais que vocês tinham que estar fazendo vai diminuir ou vai ser eliminado? Com essa questão da face e do quarteirão também elimina um pouco a questão, de como ele fica quando tem dois índices, como vocês fazem? Também fizeram uma pergunta, aquela questão das ruas, o cálculo pela face ou pelo quarteirão, isso resolve a questão da divisão pelo índice. Então, foi isso que entendi, que até a Carla explicou antes, que era o mais alto, os 85% não, isso não vai existir mais? E um terreno que tem duas faces, já tem um valor do solo. Eu vou na tabela e o meu terreno tem mais de uma face ou está em duas numerações diferentes ali e tem dois valores de solo criado. Como que eu vou saber qual é o valor do solo criado para aquele terreno? Tem de 0 a 100 e de 100 a outro valor, o meu terreno está no meio, qual é o valor do solo? **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Boa noite a todos. Boa noite, Carla, é um prazer falar contigo de novo, minha colega da arquitetura, faz uns 30 anos mais ou menos, né, Carla. Pelo que eu me lembro deve estar de aniversário daqui uns dias. Já deixo meus parabéns, tanto pela palestra quanto pelo aniversário. Eu quero falar um pouco mais sobre a parte conceitual. Quando vocês fazem o estudo do solo criado fazem umas pesquisas de preços, vão nas planilhas, fazem algumas pesquisas e depois vão jogando ali naquela equação para dar o valor do solo criado. Como o solo criado é outorga onerosa do direito de construir, como falou o Secretário, é baseado nos estoques construtivos públicos, por isso que a Prefeitura é que negocia o solo criado, porque é diferente, o direito de construir, do direito da propriedade. Então, quando é feita essa pesquisa, o valor do solo criado geralmente não é o valor do terreno, né, é outro valor. O Felisberto perguntou qual é o lugar mais caro, na verdade, o valor solo criado, do metro quadrado não é igual ao valor do terreno que o cidadão tem lá naquela casa. Então, isso que eu gostei de tu explicasses um pouco, sobre essa diferença que tem. Poderia esclarecer um pouquinho sobre isso? **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Então, boa noite a todos os colegas. Boa noite, Presidente. Boa noite especial para a Eliana e a Carla. Eu queria fazer uma fazer uma abordagenzinha por outro lado que chamou atenção, que é o seguinte, primeiro quero deixar claro para os colegas que a competência desse processo inicia com a UDRE, que faz a abertura do processo, um processo específico para gerar as tabelas do solo criado. É competência da SMAMS hoje o fornecimento dos índices de aproveitamento das faces de quarteirão e é competência da Secretaria Municipal da Fazenda o fornecimento dos valores de mercado do m² de terrenos por face de quarteirão. E é competência da PROCEMPA a coleta e o trabalho com esses dados para gerar as tabelas dos valores de solo criado. O que eu quero deixar claro nesses quatro atores importantes? Eu fiquei muito preocupado quando eu vi a linha do tempo desse processo, que ele começou em 17 de maio em que a UDRE faz a provocação dentro da Secretaria Municipal de Econômica, ainda que era a SMDE. Isso nós estávamos em 17 de maio de 2019, propondo, provocando ao Secretário para que se faça a avaliação do solo criado, atualização e tal dos índices e etc. E ele ficou, digamos assim, que internamente quatro meses e meio, até que chega essa assistência técnica da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e encaminha, dia 3 de outubro chega na Secretaria da Fazenda, no DAI, que exatamente no período de outubro, novembro e dezembro, dois meses, eles elaboram, fazem todos esses processos que a Carla colocou para nós, dois meses. Devolve-se esses elementos à SMDE, tabela de valores territoriais e aí vamos novamente a um processo de conversa com a SMDE tentando mandar para a PROCEMPA, e manda, um período de 13 meses e 13 meses a PROCEMPA fica perguntando: Quer mais horas de trabalho? É competência dessa área? É competência da outra área? Aí nós chegamos, na verdade, em janeiro de 2021, que o

processo volta para a SMAMS, aí se faz alguns ajustes, coisas que se resolvem em dois meses, quando chega para nós em 10 de fevereiro. Aí vai para a homologação do Secretário e é lembrado que tem que mandar para o Conselheiro do CMDUA para fazer também a aprovação, conforme previsto em lei. Então, chegou agora para nós. Eu acho isso uma coisa extremamente grave, quando eu comecei a ler o processo, como a gente conhece um pouco, em 2016, 2017 nós trabalhamos intensamente sobre solo criado, quando nós fizemos uma comissão e ficamos trabalhando e aprendemos muito naquele período. No primeiro momento nós brigando, porque não conseguia entender do que se tratava. Hoje eu acredito que os conselheiros que participaram daquele processo tem muita tranquilidade, porque entenderam o processo, qual é a dinâmica, qual é a metodologia e quais são as partes que estão envolvidas. Houve a evolução dessa Lei nº 850, que, inclusive, contem algumas coisas que tem a participação daquela comissão do CMDUA, que é o fator que a gente chama de planejamento urbano, que é um elemento que se colocou, o Germano participou, acho que foi a pessoa que levou para esse grupo essa ideia de criar um fator de desenvolvimento, que provoque ou iniba o desenvolvimento, se pegar uma área que precise ser contida e ela está dentro da lei e tal. Vou retomar esse assunto na próxima reunião. Agradeço a Carla, aos conselheiros, estamos no adiantado da hora,a gente fica com vontade de se aprofundar, mas muito obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Gomes. Lembrando que o Conselheiro Gomes é o relator do processo. Conselheiro Fernando é a última fala. **Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Boa noite a todos, serem bem breve visto o adiantado da hora. Primeiro, eu gostaria de parabenizar a equipe pela apresentação, foram elucidadas as questões sobre solo criado e toda a metodologia. E dizer que fico muito satisfeito em saber que se utiliza plenamente a norma de avaliações, um procedimento amplamente utilizado no mercado imobiliário, inclusive, em pericias judiciais. A norma hoje não é só prescritiva, é obrigatória em qualquer trabalho científico. Então, isso nos deixa bastante confortável sobre o processo. Eu acho que nós temos dois momentos, acho que está discutindo a aplicação de uma metodologia que me parece que existe uma metodologia científica e uma aplicação direta disso, que contempla todas as peculiaridades de uma cidade da qual quer ter uma planta de valores. E lembrando que este é um processo interativo, quando se busca dados no mercado e o mercado interage com isso, isso retroalimenta. Então, não é um ato normativo de dizer que essa parte vai ser mais valorizada, a outra vai ser, porque quem dita isso é o mercado. Para quem lembra, há 50, 60 anos, o Iguatemi era uma fazenda, ali se passava de bota no meio de vacas ali, não valia quase nada, era um banhado, hoje é uma região supervalorizada da cidade. Então, esse processo de retroalimentação da planta de valores é o que dá, digamos assim, a beleza desse processo todo. Então, na realidade, não é simplesmente dizer vale tanto ou vale tanto. A gente tem uma metodologia científica e o mercado gira em torno disso, como as pessoas, como a cidade interage e age em cima disso. Então, não é uma pergunta, eu queria muito mais agradecer vocês e parabenizar pelo trabalho, que o caminho é este mesmo. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Fernando. Abro para os esclarecimentos finais, está aberto aí. Carla, fique à vontade. **Carla, Secretaria Municipal da Fazenda- SMF:** Bem, quanto à questão das feces de valorização em relação aos índices, tem a questão do índice ponderado. O que ocorre hoje nos imóveis de esquina com relação ao cadastro da Fazenda, podem estar em uma esquina como Carlos Gomes com a Anita, na qual uma é mais valorizada que é outra, é que aquela face de quarteirão da Carlos Gomes vai ter um

preço, pela região que estiver cadastro na frente para a Carlos Gomes e outra na frente para a Anita. Se o imóvel for de esquina cadastrado para a Carlos Gomes aí o tratamento é lá com o índice construtivo referente a ele. Se ele estiver cadastrado pela Anita, a valorização da Anita com o seu índice respectivo. Acho que eu entendi a pergunta e tentei responder conforme eu entendi a pergunta. Quanto à questão conceitual que o Rogério trouxe, o Dal Molin, a pesquisa dos preços refletiu o valor do terreno e o solo criado ser outra coisa, verdade, a nossa pesquisa é no mercado imobiliário de valores de terreno para estimar a base dos valores territoriais. Essa base dos valores territoriais ao ser dividido o valor dela pelo seu índice ponderado, o seu índice de aproveitamento é que vai dar o valor do solo criado. Então, a nossa base é dos valores territoriais de acordo com a lei e como sempre foi base de valores de mercado e de terrenos, tendo como comparativo os dados de terreno que estavam disponíveis no mercado imobiliário. Acho que eu entendi a pergunta. O que o Gomes comentou, agradeço a oportunidade até de comentar, nós já tínhamos trazido há muito mais tempo, que é a questão de quando todas as informações estão disponíveis a PROCEMPA não conseguiu compatibilizá-las. Então, tem dois aspectos, um nós já tínhamos conversado com o Secretário, com o nosso Secretário Adjunto, na última reunião que nos encontramos para tratar sobre a apresentação, que é não demandar uma análise que tem todas as etapas que nós explicamos, tem todo o trabalho das outras Secretarias, da Eliana, o trabalho da SMAMS e tem o trabalho da DAI, que é um processo avaliatório que envolve toda a cidade, se demandar em maio, a gente ficou te outubro, não fizemos porque estávamos tratando ainda de algumas discussões relativas à alteração da lei, para realmente estabelecer a base, mas fato é que estabelecemos em um mês, iniciamos os trabalhos estabelecemos no final de outubro, enviamos a base. Então, esse tempo todo que ficou o processo nas idas e vindas e nas transições lá dentro da PROCEMPA, realmente foge um pouco. Então, o que a gente comentou, que foi o que eu levei para a reunião com o Secretário Germano, comentei com a Eliana, foi de que quando demandasse o início do trabalho, o início do processo, que já tivesse uma conversa inicial, anterior com a PROCEMPA para a gente tratar disso, porque há muitos anos atrás era tratada por uma única pessoa, que em 2015 se aposentou, quando ela se aposentou muita coisa se perdeu, os programas mudaram, as plataformas mudaram. Então, esses dados na PROCEMPA passaram a ter outro tipo de direcionamento lá dentro. Então, acho que é importante é importante que se tenha essa unidade dos trabalhos. Esqueci de alguém? Não sei. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Tranquilo, está ótimo, bem esclarecedor. Maria Alice, quer falar? **Maria Alice, DEMHAB:** Sim. Boa noite a todos, Secretário, conselheiros e colegas. Já foi falado como são misturados os fundos, mas o importante é mencionar que houve uma evolução bastante grande no caminho dos recursos do solo criado. O importante também é esclarecer que cada fundo tem um responsável, tem uma presidência e tem um grupo formado por diversas Secretarias, cada um tem a sua formação. No caso do DEMHAB o recurso é o Conselho do DEMHAB, que é uma estrutura um pouco diferente, não é um comitê gestor, é um conselho que tem representatividade externa, tem a Secretaria da Fazenda, a Secretaria de Gestão e eles têm uma conta. Eu fiz questão de pedir a palavra porque o Tribunal de Contas e a Secretaria da Fazenda vem ajudando e fazendo esses esclarecimentos aos representantes desses comitês e ao conselho, que por orientação do Tribunal de Contas cada recurso tem uma conta bancária. Isso é de extrema importância, porque todos os recursos quando saem, quando é adquirido esse recurso é emitida uma DAN, uma declaração de arrecadação, é uma guia de arrecadação com o código específico, vai diretamente para aquela conta e os gestores desses comitês que fazem

gerenciamento desses recursos. O recurso que praticamente é vendido dos 300 m², até 300 m em balcão, que são os recursos que vão diretamente para o DEMHAB, esse recurso tem toda a vinculação com as competências do DEMHAB, a regularização fundiária, a construção de Habitação de Interesse Social e esse comitê e que faz a gestão, ele que presta contas. No caso do novo fundo, criado pela Lei nº 850, que é o Fundo de Gestão do Território, tem diversas Secretarias na sua composição, a Secretaria da fazenda faz parte e a presidência me parece que está agora com a Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo. O fundo específico que é da Lei nº 703, que é o fundo gerido pela Secretaria da Fazenda, tem um comitê gestor e essa prestação de contas vocês podem acessar diretamente no site do FUNPRONOB. Tem toda a prestação de contas, são as obras da Copa e BRT, tem prestação de conta, inclusive, fechamos a prestação de contas de 2020, de todos os recursos ali arrecadadas e aplicadas por obra. Então, para não me estender, se vocês quiserem ter uma ideia dos recursos que foram vendidos no leilão e onde aplicados, foram obras em toda a cidade. O que é importante ressaltar é que esses comitês tem responsabilidade, inclusive, de fazer análise de viabilidade da aplicação desses recursos, é um trabalho bastante complexo. Só complementando com relação ao prazo, realmente, toda essa questão de prazo do andamento do processo de atualização de valor é o que angústia os servidores. Então, a partir de uma reunião com o Secretário da Fazenda e o Secretário do Germano, nós vamos propor uma instrução normativa conjunta, onde a gente possa estabelecer esses prazos e os servidores, todos os técnicos envolvidos e as Secretarias envolvidas. Então, tem uma margem de tempo, inclusive, para começar a planejar o start do procedimento da atualização futura. Muito obrigada e eu estou à disposição. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, feliz pela contribuição. Já são 20h08min, o nosso prazo é de 20h. **Carla, Coordenação da UDRE:** Só para encerrar, o Conselheiro Saffer perguntou sobre o índice, que o imóvel fica com uma parte em cada índice, qual ele usa. Ele vai usar proporcionalmente, tem que apresentar na planilha de controle, quando ele for aprovar esse projeto, ele vai ter que apresentar que tanto da área está utilizando o índice 1.3, mais 40% está utilizando o índice 1.6. Aí ele vai fazer essa multiplicação pela área e em função desse resultado vai poder calcular quanto de solo criado ele pode adquirir. Então, é uma matemática direta ali, não tem conversa, é só aplicar e multiplicar pela área do empreendimento o índice correspondente. Outra coisa que eu acho que foi o Fernando que perguntou, com relação ao planejamento e com relação ao estoque. Então, assim, tem assuntos ainda que a gente não conseguiu realizar nessa apresentação, que são referentes ao solo criado, que tem a ver com essa questão do planejamento, porque para a gente vender esse solo criado a gente tem que ter um estoque e quando esse estoque acaba não tem mais, não dá mais para comprar. Então, às vezes a gente chega lá, o pessoal pedindo para adquirir e já esgotou, naquela região não dá mais para comprar. Então, isso tem a ver com o planejamento da cidade. Agora sim, com esse novo Plano Diretor e tal, talvez vai haver uma comissão que vai estudar, porque a cidade mudou. Então, talvez vai ter áreas que eles vão querer aumentar ou reduzir. Então, o planejamento é muito importante, porque vai definir esses índices que podem ter seus estoques aumentados ou não, dependendo da região. Então, a gente controla, tem um programa que cada lançamento que a gente faz ele vai lá e abate, quando sai a listagem e muitas vezes não tem mais, paciência, não tem como resolver. É uma situação bem controlada. A gente fica à disposição, no que a gente puder ajudar e esclarecer. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado. É isso aí, o tema não se esgota, é complexo. Então, Senhores Conselheiros, agradeço mais uma vez a Carla, Maria Alice, toda a equipe

da Fazenda, a Eliana, pela UDRE, obrigado pela apresentação. Então, na próxima reunião a gente tem uma agenda de Conselho, temos uma reunião extraordinária nesta quinta-feira, uma reunião importante para apresentar e discutir a proposta de um regime específico, projeto de reabilitação do Centro Histórico, discussão importante. Então, a gente se vê na próxima quinta e depois na próxima reunião ordinária, onde a gente tem o relato do Conselheiro Gomes. Obrigado. **(Encerram-se os trabalhos da plenária às 20h15min).**

Germano Bremm	**Secretária Executiva**
Presidente	**Relatora**

Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2021, ... retificações:

ATA EXTRAORDINÁRIA Nº 2885/2021

Ao primeiro dia do mês de abril de dois mil e vinte um, às dezoito horas, reuniram-se para Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, via ZOOM, denominado PLENÁRIA VIRTUAL DO CMDUA, em razão do decreto municipal a fim de combater o coronavírus e a propagação da pandemia entre as pessoas, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira (Titular) e Lisiane Sartori Fioravanço Magni (Titular), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Júlio César Farias de Miranda (2ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Artur Ribas (Titular), **Gabinete do Prefeito – GP**; Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN**; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular) e Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), **Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS**; Gisele Coelho Vargas (Titular), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE**; Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM**; e Gustavo Garcia Brock (Titular), **Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV**. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS:** Rômulo Krafta (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**; Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Claudete Aires Simas (Titular), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH;** Sérgio Saffer (Titular), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA**; Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS**; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS**; Hermes de Assis Puricelli (Titular), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS**; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), **Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS**; Antônio Carlos Zago (2º Suplente), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:** Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Tânia Maria dos Santos (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4**; Wagner Pereira dos Santos (Titular) e Ricardo Angelini, (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Maristela Maffei (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7**; Dinar Melo de Souza (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8**; e Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP – HOCDUA. SECRETARIA EXECUTIVA:** Camila Maders Fonseca Coelho, **Secretaria Executiva da SMAMUS**; Patrícia C. Ribeiro, **Taquígrafa/Tachys Graphen**. **PAUTA: 1. Abertura; 2. Apresentação sobre o Projeto de Reabilitação do Centro Histórico de Porto Alegre; 3. Debate**. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h10min. **1. ABERTURA. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Boa noite, Senhores Conselheiros, Conselheiras, demais pessoas que nos assistem no nosso canal do YouTube. São 18h10min. A gente declara

aberta a nossa Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental, que tem hoje por pauta a apresentação do Programa de Reabilitação do Centro Histórico de Porto Alegre. Antes de iniciar os trabalhos faço rapidamente o registro dos presentes (Relação de presentes na inicial). Se porventura não chamei alguns dos presentes façam o registro no *chat*. Lembrando que a gente está ao vivo no nosso canal do YouTube. Então, todos aqueles que quiserem assistir podem assistir também no nosso canal do YouTube. Ficando mais restrito esta sala aqui interna do zoom para os conselheiros, conselheiros suplentes para que a gente possa interagir na data de hoje. Então, na nossa pauta hoje temos a apresentação da Equipe de Planejamento por meio da nossa Diretora Patrícia, que vai apresentar o excelente trabalho. Eu também gostaria de aproveitar a oportunidade e saudar o eterno Vereador Pujol, que é assessor especial do Prefeito nos assuntos ao Plano Diretor, que também nos assiste. O Diretor de Relações Internacionais, Ricardo Sondermann, também ligado ao Gabinete do Vice-Prefeito. Enfim, outras pessoas que nos assistem no nosso canal do YouTube da SMAMS Porto Alegre. Também queria aproveitar a audiência hoje para divulgar o nosso canal no Instagram, quem puder localizar, adicionar e nos seguir lá no Instagram, procura por *meioambiente_urbanismo.poa*. Lá a gente tem divulgado uma série de questões da Secretaria, constantemente, o pessoal produz um material bacana de divulgação. E lá nesse canal também tem o link para uma pesquisa que hoje a gente abre, a consulta sobre a proposta que vai ser apresentada na sequência pela Diretoria de Planejamento. Eu acho que é com grande empolgação que a gente vem hoje aqui apresentar o Programa Urbanístico de Reabilitação do Centro Histórico. Esse programa está sendo organizado por meio de uma lei específica para essa região da cidade, com regime urbanístico próprio, uma vez que o atual Plano Diretor prevê essa possibilidade de criação de programas específicos para estimular o desenvolvimento de determinadas áreas da cidade. Não é de hoje que o Centro vem se degradando, perdendo a vitalidade que já teve lá atrás, que começou com declínios, são vários motivos, mas desde o Centro Industrial, depois a definição de um padrão de zoneamento mais comercial, depois a descentralização de investimentos, a construção de vários centros espalhados nos bairros, também o deslocamento dos órgãos administrativos, estaduais e municipais em alguns casos para bairros, regiões mais afastadas do Centro. Enfim, vários motivos que nos levaram a essa constante degradação que foi aumentando ao longo dos anos. E isso é uma realidade posta antes da pandemia. Bom, com a pandemia essa realidade é tudo absurdamente compras online, trabalho remoto, restrições de circulação, tudo tem contribuído para o crescente abandono do comércio e serviço do Centro para a perda da vitalidade desse importante espaço. E sem circulação de pessoas, como consequência a gente aumenta a criminalidade, a gente tem uma sensação de insegurança, as pessoas se afastam mais e se cria um círculo que se retroalimenta e a tendência é cada vez mais se agravar. Por isso a gente entende que é obrigação enquanto gestores a gente tomar medidas rápidas para conter esse problema. E o Prefeito Melo, quando me convidou para permanecer aqui no cargo deu essa diretriz muito clara, de que queria uma medida imediata para o Centro da Cidade. Ele com ampla experiência administrativa, um amplo conhecedor dos temas da cidade, consegue visualizar, assim como e qualquer cidadão que nós estamos com problema com relação ao Centro. Ele designou o Secretário Schirmer, o Secretário de Planejamento e Gestão também para liderar esse processo junto às outras secretarias do governo, porque para a gente salvar e buscar uma solução para o Centro não existe uma fórmula única, uma solução única, é o tema transversal, ele vai exigir o esforço de várias secretarias, vários órgãos de governo. Então, o Secretário Chico está com essa responsabilidade de fazer essa conexão das várias secretarias para ter esse esforço

comum e a gente atingir o objetivo de qualificar o nosso Centro. Eu não tenho dúvida que nada disso acontece, nenhuma revitalização vai acontecer, nenhum investimento vai acontecer e a gente não superar um ponto. O Centro tem que ser mais misto e isso gera vitalidade para o espaço, gera consumo para o comércio local, gera mais segurança, é ciclo virtuoso que se forma a partir de levar essa população para o Centro, mas para isso acontecer a gente tem que superar as amarras do atual Plano Diretor, vocês conhecem, as edificações do Centro foram aprovadas sobre a vigência de outros planos diretores, eram outras regras, outras legislações e isso torna praticamente impossível a revitalização dessas edificações, a realização de novos investimentos, porque o mercado não responde, não se tem uma viabilidade econômica. Eu dou sempre o exemplo do “esqueletão”, o tradicional e conhecido na cidade, tem uma estrutura muito precária lá que já se indicou da necessidade de demolição daquele espaço, mas se outro empreendimento vai ali se instalar, tem que aplicar as regras vigentes do atual Plano Diretor. Ele vai ter que se sujeitar ao estoque de potencial construtivo, que já está zerado. Então, não vai se viabilizar, ele vai ter que atender as questões de recuo, de afastamento. Então, são várias amarrações que impedem, aí tu não geras um valor de mercado para aquele terreno e a iniciativa privada acaba que não investindo naquele local. Claro, não adianta a gente só desapropriar e tentar buscar uma solução, fazer um leilão, uma licitação para vender aquele terreno se nós não tivermos um valor de mercado, não tiver o interesse no mercado em viabilizar alguma solução para que local. Eu também uso como exemplo as inúmeras garagens, espaços ociosos que a gente tem ali no Centro, que poderiam se dar uma destinação mista, residencial, comercial, mas que se inviabilizam. A gente recebeu propostas, vieram projetos apresentados de soluções para as garagens do Centro, para ampliar o uso para residencial, um uso misto, colocar um comercial junto, né, dividir um pouco garagem, um pouco residencial, um pouco comercial. Olha que bacana esse tipo de solução, gerando essa vitalidade, levando população, adensando o Centro, só que, infelizmente, isso se inviabiliza porque o nosso Plano Diretor tem restrições, tem amarrações das mais diversas e que impedem esse tipo de solução. É por isso que a gente entende que tem que mexer de forma urgente nas regras do atual Plano Diretor e rever essas amarras, deixar, possibilitar que o mercado responda produzindo uma transformação ao longo do tempo, dos anos, não é imediata. Então, a ideia em linhas gerais desse projeto, que vai ser apresentado pela competente nossa diretora de planejamento, a patrícia. Resumindo, é estabelecer um regime próprio, envolver a flexibilização de alguns padrões urbanísticos, recuo, estoque de potencial construtivo, afastamento entre as edificações, alguns incentivos, como por exemplo, garantia de que se a edificação precisar ser demolida, aos moldes do que eu disse do esqueletão, se a edificação precisar der demolida fica assegurado o potencial construtivo existente. A gente estabelece também um gabarito a partir dos prédios mais altos, aliás, nós temos que superar, eu acho que esse é o momento da gente superar o tabu da altura em Porto Alegre. Quanto mais alto, mais a possibilidade de adensamento, mais população para os espaços, é mais vitalidade, é mais contrapartida de solo criado que o empreendimento compra e que retorna para a cidade. Então, temos que avançar e é o momento da gente avançar nessa discussão e mudar esses padrões. Então, sobre o programa, a gente delimita o território, estabelece um regime próprio, cria uma série de incentivos urbanísticos para aqueles empreendimentos que se enquadrarem no programa e para se enquadrar no programa esses empreendimentos deverão atender a uma série de critérios, a gente estabelece um número de critérios que deve ser atendido para poder fazer jus ao enquadramento desse benefício, como soluções sustentáveis, produção de habitação de interesse social, preservação do patrimônio histórico, fachada ativa, entre tantos outros instrumentos que a gente pode

manejar para fazer esse enquadramento e induzir determinados tipos de soluções que a gente quer para o Centro Histórico. E como resultado disso certamente a gente vai ter uma grande necessidade de compra do solo criado, porque os empreendimentos vão começar a acontecer no Centro. Então, o programa também prevê o pagamento do solo criado, o diferencial é que ao invés de entrar o recurso para o poder público e a gente ter que fazer as obras, contratar, fazer os projetos, a gente vai delimitar nessa proposta que o próprio empreendedor faz essas obras, a partir de que ele teria que pagar com o solo criado. Então, volta direto para a requalificação dos equipamentos públicos, das praças, de todos os espaços que a gente tem no Centro e com isso a gente acredita que cria um ciclo virtuoso, que os próprios empreendimentos vão pagando as obras de qualificação dos equipamentos públicos, fazendo essas obras, revitalizando o Centro e com esses investimentos, consequentemente, a gente vai cada vez mais trazendo população para residir nesse empreendimento, eles vão se valorizando e a roda do desenvolvimento vai acontecendo. Feito esse resumo do que se trata em linhas gerais, a Patrícia vai poder detalhar bastante, apresentar. Eu gostaria só de lembrar a todos aqueles que nos assistem, reassaltar aqui que hoje no Conselho a gente faz a apresentação e abriremos ao final para questionamentos dos conselheiros. Depois, no dia 13/04, a gente traz novamente o tema na pauta do Conselho e aí sim produz o debate, organiza as contribuições. E lá no dia 18, por exemplo, a Patrícia vai apresentar o calendário, a gente apresenta a compilação dos resultados. Em paralelo a isso a gente organizou um calendário de discussão com a sociedade, que será apresentado pela Patrícia, que se encerrará lá no final com uma audiência pública antes da finalização do projeto de lei. Também, em paralelo, a gente abriu uma consulta pública, pode localizar lá, acho que a gente enviou por e-mail para os conselheiros, todos que puderem acessar aquela pesquisa. Também no nosso canal lá no Instagram está o link, para uma série de perguntas com relação ao Centro. Por fim, antes de passar a palavra para a Patrícia eu gostaria de ressaltar e referendar que este é um Conselho popular, especialmente para aqueles que nos assistem, é um conselho popular, democrático, teve uma representação muito grande, 27 representantes das mais diversas áreas da sociedade, com as mais diversas visões de cidade. E cada um desses representantes defendem com veemência a sua visão, a sua razão, o seu ponto de vista. Então, quem assiste certamente vai assistir aqui profundas divergências, discussões calorosas, diferentes pontos de vista, mas é nessa divergência que a gente fortalece a democracia e que a gente enriquece o debate, até o final a gente converge em um caminho que atenda a maioria dessas diversas visões. Patrícia, é tudo contigo, sucesso, parabéns pelo trabalho que vem desenvolvendo. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Boa noite a todos. Eu acho que está tendo algum problema no *chat*, seria interessante que ele ficasse aberto para o pessoal se manifestar e colocar as perguntas. Só isso antes de iniciar. Pessoal, essa apresentação é um pouco comprida. Então, eu peço para que vocês se preparem, se tiverem que preparar um café, alguma coisa assim. É um momento oportuno. Então, eu vou tentar compartilhar aqui, só um momentinho. Então, é com imenso prazer que vou apresentar a vocês a nossa proposta para o Programa de Reabilitação do Centro Histórico, uma proposta desenvolvida pela equipe da CPU, onde a Arquiteta Vaneska representa também. Temos a representação da Arquiteta Katiane, a Simone, a Maria Paula, enfim, todos os demais representantes, a Renata também, todos os demais representantes da CPU. Eu agradeço, foi um trabalho feito a quatro mãos, muito importante, foi muito legal trabalhar junto a este trabalho, fazer esse trabalho em conjunto. Então, vamos lá. Então, é o Programa de Reabilitação do Centro Histórico de Porto Alegre. Por que a gente pensou em reabilitação? O conceito de reabilitação é consagrado em todo

mundo. Tivemos diversos exemplos aqui no Brasil e também buscamos essa referência aqui do portal de habitação de Portugal, que diz o seguinte: *As nossas cidades vão assistindo a degradação progressiva das suas estruturas urbanas, dos seus edifícios, dos espaços exteriores, por isso torna-se imprescindível o desenvolvimento de processos de reabilitação urbana integrada, racionalizando os recursos, evitando intervenções dispersas que possam revelar-se contraditórios*. Então, a gente pode ver que tanto no nosso Centro Histórico, quanto demais centros históricos, é superimportante que esses espaços passem por um processo de reabilitação. E esse processo de reabilitação, quanto mais organizado é esse processo melhor para o bom desenvolvimento desse projeto. *A verdadeira reabilitação ainda não poderá ser realizada sem a participação ativa e financeira de particulares, em uma perspectiva de sustentabilidade dos processos*. Então, existe em um processo de reabilitação urbana adequado a participação do poder público, mas também para ele se tornar sustentável é importante a participação dos entes privados. Para a gente desenvolver esse projeto usou, como eu encaminhei para vocês o material, como base referencial o programa Viva o Centro. O Programa Viva do Centro foi desenvolvido pela antiga Secretaria de Planejamento Municipal, a saudosa secretaria, em conjunto com outras secretarias. Conforme a nossa pesquisa, os últimos registros desse programa, um fato muito importante em relação a isso é que esse programa se estruturou para ser um programa perene, ele não se estruturou para ser encerrado naquele momento. Então, é bem interessante a gente passar a retomar e ver o que aconteceu e o que a gente pode fazer para retomar isso de maneira que vamos tentar que ela seja perene. Então, dentro desse programa foi desenvolvido um diagnóstico e se estabeleceu uma estratégia para o desenvolvimento do território. Essa estratégia foi montada em conjunto com a sociedade naquele momento e a partir dessa estratégia se propôs um plano conceitual, que nós estamos usando como referência para estruturação da nossa proposta; um plano operacional e também um plano de gerenciamento. Em relação ao diagnóstico do Programa Viva ao Centro, o território foi caracterizado como um território com grande concentração de atividades comerciais, serviços culturais, por apresentar um fluxo intenso de pedestres. E uma questão importante que foi colocada ali, em relação à presença de existência de barreiras físicas ao longo dos seus limites, identificando a necessidade de integração entre os centros históricos e as áreas adjacentes. O diagnóstico do Programa Viva o Centro ainda identificou o território com fatores qualificadores. O que seriam esses fatores qualificadores? Aquelas potencialidades do local. Em relação a essas potencialidades foram identificadas três, a diversidade cultural, onde é identificada uma potencialidade na área de eventos, turismo, cultura, pelos eventos culturais existentes. Um elemento importante identificado em relação esse aspecto é a presença do Lago Guaíba como referência paisagística história. Também é um fator qualificador a diversidade econômica, onde neste território é identificada a concentração e diversidade de polos de comércio e serviços especializados, tendo como referência o Mercado Público e também uma característica importante a concentração de serviços de saúde. Outro aspecto qualificador do território ainda é a diversidade social, onde o território é caracterizado por abrigar pessoas de diferentes grupos sociais que remetem para um ambiente socialmente heterogêneo e economicamente dinâmico. No diagnóstico ainda são apresentados fatores diferenciadores, esses fatores diferenciadores são caracterizados com aqueles que devem ser potencializados ou devem ser corrigidos. É onde deve ser identificada a necessidade de qualificar o espaço público e o patrimônio edificado neste território. Também são identificados problemas em relação à acessibilidade, nesse caso se identifica a necessidade de otimização do sistema de transporte coletivo, das barreiras físicas no espaço público e, por consequência, também a melhoria na mobilidade dos pedestres,

entre outros. Uma questão bem interessante que foi pontuada é uma questão chamada "credibilidade gerencial", nesta credibilidade gerencial é identificado que no âmbito do Centro Histórico a falta de continuidade dos projetos entre uma gestão e outra, também falta de previsão de destinação de recursos específicos para a área central. Isso é um ponto importante. Por fim, um fator diferenciador é a questão da segurança. A gente até já recebeu alguns resultados das pesquisas que nós publicamos para as pessoas responderem e a gente já identificou que realmente esse é um ponto bem significativo no Centro Histórico. A partir desse diagnóstico a estratégia, ou seja, como o Centro se identifica a partir desse estudo, é com uma missão e uma visão do ponto de vista estratégico. Missão: ser referência turística e cultural, polo comercial e de serviços diferenciados. Também como visão: ser reconhecido como polo de atração turística, cultural, comercial e de serviços em âmbito nacional e internacional. Então, vamos dizer, para cumprir os objetivos estratégicos em relação a essa missão e visão que foram pontuados ali, foram estabelecidos: primeiro, a questão que se refere à questão da promoção da imagem, onde identifica a necessidade de qualificar a imagem do Centro Histórico em relação à cidade, enfim, a todo o Estado. A questão da qualificação dos espaços urbanos, que indica a necessidade de recuperar e qualificar tanto os espaços abertos quanto as edificações do patrimônio histórico e também identificado um fortalecimento da dinâmica funcional. Onde ali se identifica a necessidade de fortalecer a sua característica, que seja a questão turística, cultural, comercial e serviços, enfim. De maneira geral é isso que está no componente estratégico do programa. O programa ainda desenvolveu um plano conceitual, que nós estamos usando de referência, onde nesse plano conceitual foi espacializado em três grandes zonas, sendo a zona de comércio e serviços, que apresenta o tema chave de direcionamento humanização. Uma zona estacionário cultural, onde o tema chave para direcionamento é a dinamização. E uma zona residencial, onde o tema chave é a preservação. Dentro desse plano conceitual ainda foram definidas as linhas de atuação em relação ao uso e ocupação solo, a concretização de um sistema de espaços abertos, onde depois vocês vão poder ver as referências ali. E também em relação à mobilidade. Foi desenvolvido ainda um plano operacional, ou seja, ações para serem desenvolvidas ao longo do tempo. São várias marcações que foram criadas, uma delas a gente pode ter como exemplo, eu acho que é a mais conhecida de todas, as visitas ao Viva o Centro a Pé, dentro desse programa. Eu coloquei um exemplo aqui, de uma estratégia mais geral, que pontuava uma marcação de qualificação do meio ambiente urbano e dentro das ações dentro dessa marcação a recuperação de praças, onde algumas foram executadas. Por fim, em relação ao Viva o Centro, ele considerou importante o estabelecimento de um plano de gerenciamento, no sentido de garantir a continuidade desse projeto ao longo do tempo. O que, na verdade, acabou não acontecendo. Então, trouxe a oportunidade de retomar isso e estruturar de uma maneira um pouco diferente o que a gente pensa como um programa de reabilitação do Centro Histórico. Então, vamos nossa proposta. Então, inicialmente, esse material do Viva o Centro foi avaliado pela equipe da CPU, a gente fez uma avaliação de conceitos, agregamos algumas questões que estão mais atuais hoje, mas a gente identifica que estavam contempladas naquele momento, mas a gente potencializou algumas coisas relacionadas à miscigenação, à mobilidade ativa e também a utilização de critérios de sustentabilidade, fazendo com que o projeto contribua positivamente para as mudanças climáticas. A ideia do projeto é dar continuidade ao que já foi efetuado e iniciar outras ações dentro dos objetivos que serão estabelecidos no programa. E aí a ideia que se estruture através de um projeto de lei, que vai ser um marco inicial desse programa, onde no projeto de lei vão ser estabelecidas as diretrizes de desenvolvimento desse território.

Vão ser garantidos usos que oportunizam a participação dos entes privados. E esse marco através de ações estruturadas ainda garante a continuidade do programa ao longo do tempo, independente de mudança de gestão. É isso que nós esperamos. Aqui alguns dados, algumas informações que foram atualizadas pela equipe técnica. Dos dados aqui a gente verifica que são importantes esse dado aqui relacionado ao aumento populacional. Então, a gente identificou que de 2000 para 2010 a população do Centro Histórico teve um aumento de 6,3%. E uma questão importante aqui também é relacionada ao rendimento médio dos responsáveis por domicílios, que foi indicada aqui com 6,46 salários mínimos. Em relação aos diagnósticos efetuados pela equipe, o Projeto Viva o Centro realizou diversos diagnósticos e a avaliação foi que como se trata de uma região bastante consolidada não ocorreram muitas transformações ao longo do tempo. Foram identificadas sim algumas alterações pontuais, desde aquele momento para cá, como, por exemplo, o Parque Moacyr Scliar na orla do Guaíba. E também temos uma ação logo em seguida para ser viabilizada, o Projeto Embarcadero, que está em fase de contratação. Então, mesmo assim, mesmo a gente identificando que não houve algumas transformações, alguns estudos foram efetuados pela equipe no sentido de validar se os estudos que foram desenvolvidos anteriormente continuavam válidos. E a partir daí esses estudos foram efetuados, aqui de maneira geral a ideia é identificar alguns padrões do território, tais como concentração de edificações, espaços abertos degradados, concentração de edificações em espaços abertos subutilizados, área para estímulo da atividade residencial, áreas com concentração de patrimônio histórico cultural e também estruturação temáticas existentes em relação aos usos. Aqui eu faço uma breve análise de alguns estudos que estão sendo efetuados. Aqui a gente tem um mapeamento das edificações existentes. O que indica esse mapeamento? Que a grande parte das edificações existentes no território do Centro Histórico são anteriores a 1979. Isso é um dado muito importante. Outro comparativo em relação à análise das alturas, a gente identifica uma diferença que está estabelecida no Plano Diretor e as alturas existentes efetivamente. Então, a gente entende nesse comparativo que para gente reconhecer e poder reabilitar realmente o Centro Histórico, a gente tem que atuar de maneira mais pontual, permitindo que as pré-existentes sejam reconhecidas de fato como elas estão. E aí fazer sim a efetiva compatibilização. Em relação ao índice de aproveitamento, a gente verifica também que há discrepâncias entre o índice de aproveitamento previsto pelo Plano Diretor e o índice de aproveitamento, vamos dizer, o real e existente aqui no território. Também tem um mapeamento relacionado ao número de economias, que se identificou que tem uma série de locais que são identificados como economias únicas que poderiam passar por uma transformação. Também a gente identificou algumas questões pontuais aqui, no caso os empreendimentos recentes. Eu acredito que vocês não conseguem enxergar, mas a gente pontuou aqui um total de 20 empreendimentos nos últimos tempos. A equipe não passou esse tempo, vamos dizer, a temporalidade, mas eu acho que isso que já é um bom indicativo da estagnação do território. Também nesse mata tem uma identificação de vias que, vamos dizer, uma vitalidade menor. Esse aqui é um mapa, acho que o pessoal do patrimônio conhece bem, né, é um zoneamento do patrimônio histórico existente e também a identificação do Programa Monumento. Aqui temos a identificação dos estacionamentos e também dos imóveis subutilizados. Desses imóveis subutilizados a equipe fez uma análise preliminar de áreas possíveis, onde seria possível algum tipo de renovação em uma análise preliminar. Então, passamos à proposta. Por que a gente estruturou esse projeto em um programa? Porque a ideia é realmente dar um *start*, criar um grande marco onde se consolida esse programa, dentro desse programa se consolidam ações, essas ações a ideia é que a gente desenvolva em conjunto. E essas ações vão sendo monitoradas e transformadas ao longo

do tempo, conforme os resultados que vão sendo obtidos, ou seja, a nossa ideia é que não se trate de um projeto fechado, mas é um projeto que vai evoluindo ao longo do tempo. E quais são os objetivos? Requalificar o Centro Histórico do Município de Porto Alegre através de intervenções múltiplas destinadas a valorizar as suas potencialidades sociais, econômicas, ambientais e funcionais. O projeto ainda conta com objetivos específicos, conforme a nossa proposta. A primeira delas, o primeiro objetivo é assegurar a reabilitação dos edifícios que se encontram degradados ou com funcionamento inadequado, aliado a isso melhorar a condição de habitabilidade e de funcionalidade dos espaços edificados e não edificados no seu entorno. Temos como objetivos ainda recuperar a função residencial do Centro Histórico, incentivando a reciclagem e a miscigenação de uso, e assegurar a integração funcional e a diversidade econômica social e cultural no tecido urbano existente. Temos como objetivos ainda promover o desenvolvimento econômico do Centro Histórico, respeitando suas características, ainda garantir a preservação e promover a valorização e requalificação do patrimônio cultural. Temos como objetivo ainda fomentar a implementação de programa de habitação de interesse social, de maneira a reduzir o déficit habitacional, espraiamento urbano e os deslocamentos moradia/trabalho, além de promover a miscigenação social. Aqui no exemplo nós colocamos uma referência de São Paulo, onde foram locados 120 apartamento. Temos como objetivos ainda específicos esses relacionados a ações e intervenções no território, modernizar as infraestruturas locais, requalificar os espaços abertos e os equipamentos públicos comunitários, além de promover a otimização da mobilidade local e do sistema de transportes. Temos como objetivo ainda, esse é uma boa referência, o nosso Viaduto Otávio Rocha, recuperar os espaços urbanos, promovendo seu potencial para atrair funções urbanas inovadoras e competitivas. Temos como o último objetivo específico, conforme a nossa proposta, promover a adoção de critérios de sustentabilidade nas edificações, contribuindo positivamente para não ter a mudanças operar climáticas. Então, como que nós pensamos, que estruturamos o projeto? Então, primeiro nós temos uma definição de duas áreas específicas, a primeira a gente denominou “perímetro de adesão”. Esse perímetro de adesão já estava identificado como o perímetro operacional no Programa Viva o Centro, a ideia é que nesse perímetro de adesão é o perímetro onde quem estiver interessado em aderir ao programa, fazer a realização da edificação é nesse período que pode fazer. A ideia é que com o objetivo de garantir a integração do perímetro do Centro Histórico com o seu entorno, a ideia é que essa área também seja passível de receber as ações e intervenções. Aqui, com base na referência, como eu coloquei antes, do Programa Viva o Centro, nós estabelecemos um zoneamento para esse território e nesse zoneamento aliamos os objetivos de desenvolvimento. Na área institucional cultural e lazer o objetivo é priorizar a qualificação dos espaços públicos do patrimônio histórico, com vista a dinamizar as características culturais, de lazer e turismos inerentes a esse território. Como estava lá no Programa Viva o Centro o tema chave era dinamização desse território. Em relação à área residencial, que vocês podem ver em amarelo, a ideia é estimular a miscigenação e requalificar os espaços, no entanto, preservando as características existentes no local, conforme está previsto ali no Viva o Centro o tema é preservação. Em relação à área de comércio e serviço, é a área que a gente identificou com maior potencial de transformação pelas suas características, aquela que necessita maior investimento em reabilitação. Portanto, é a área que nós identificamos para estimular a renovação e a reabilitação das edificações e dos espaços públicos, promovendo a miscigenação de atividades, aí sim com a potencialização da atividade residencial, devolvendo a vitalidade. E aí também atende ao objetivo previsto lá pelo Programa Viva o Centro, que colocava o movimento desse território como humanização. Nós temos uma identificação de ações e intervenções, onde

elas foram adaptadas, então, do projeto original Viva o Centro, onde consistia no plano conceitual original. Desse plano conceitual original a gente agregou os estudos elaborados pela EPTC, esses que estão em andamento, e também foram efetuadas algumas atualizações pela equipe da Secretaria. Então, eu vou citando rapidamente aqui, nós temos as áreas a revitalizar aqui junto à orla. Identificamos as áreas de reformulação paisagística, integrando essa área de interesse cultural a essa área comercial. São identificadas áreas que já foram revitalizadas, então, essas revitalizações já ocorreram. Estão identificadas aqui as áreas verdes, projetos completos da EPTC, também a identificação de um projeto de uma rede cicloviária estrutural, que também vem da EPTC. São identificadas aqui ciclovias do Programa Avançar, também da EPTC. O polígono do Projeto Quadrilátero, também da EPTC. Percursos temáticos, esses são do projeto original. Conexões de áreas verdes e também a identificação dos acessos. Todas essas áreas identificadas aqui, então, têm propostas de alguma ação, que são essas ações que eu coloco aqui. Então, potencialização das conexões referenciais do tecido urbano do Centro Histórico. Potencialização dos percursos temáticos, urbanização e restauração das áreas verdes, que vocês podem identificar aqui. A otimização do transporte coletivo de massa, redução do número de terminais e qualificação dos espaços públicos destinados aos terminais a permanecer. Complementação das conexões com as áreas adjacentes, da posição da Primeira Perimetral e demais barreiras. A estruturação da microacessibilidade, a realização de ações de qualificação do espaço público. Então, nós agregamos a esses projetos aqui da EPTC por entender que eles estão plenamente de acordo com os objetivos de desenvolvimento do programa e podem perfeitamente serem trabalhados de maneira conjunta. Então, em relação a essas ações e intervenções, aqui algumas referências como proposta, né, a título de provocação dos conselheiros, no sentido dizer qual é o Centro que queremos. Então, a gente colocou algumas propostas aqui e vou falar tentar falar rapidamente sobre elas. Então, em relação a essas vias que nós pensamos para fazer o tratamento paisagístico e as áreas onde a gente pretende aumentar a vitalidade, a gente pensou em trabalhar algumas situações com vias compartilhadas. A ideia não é barrar o acesso de veículos, mas sim, na medida do possível, em alguns locais, aumentar a largura da calçada, possibilitando que os pedestres possam tanto circular quanto ter um espaço de estar deles. Esse tipo de solução a gente vê em alguns locais, não é uma coisa nova, temos aqui em Madri e Espanha, referência de Buenos Aires e também de Barcelona na Espanha. E aqui existe um levantamento feito pelo Departamento de Transporte da Cidade de Nova York, que a equipe técnica achou importante salientar, acharam importante que constasse aqui na apresentação, que esse estudo indicou um aumento crescente nas vendas do comércio, ano após ano após a adoção desse tipo de solução. Nós temos aqui, então, esse projeto da EPTC, o uso de urbanismo tático, onde a gente tem a referência já em andamento do Ruas Completas João Alfredo, que a gente agregou a essa proposta da EPTC. Aqui nós temos uma referência de vitalidade urbana, nós termos a cidade de Manhattan ou Nova Iorque, que é uma grande referência de vitalidade, que ali há densidade populacional, miscigenação de usos, edificações construídas no alinhamento e com uso de fachadas ativas que garantem que a cidade possa ter uma vitalidade urbana, tanto durante o dia, quanto durante a noite. Outra referência que nós buscamos é essa do próprio Viva o Centro, a inserção de um percurso de bonde. A gente pegou algumas referências no sentido de verificar que esse tipo de solução se integra adequadamente, ela pode se integrar adequadamente na paisagem e uma relação harmônica com os pedestres. Colocamos como referência aqui para projetos a serem desenvolvidos a retomada da revitalização do viaduto Otávio Rocha, onde a gente identificou aqui o projeto apresentado pela SMOV, antiga SMOV. E em 2015 sendo um projeto realizado pela empresa Engeplus

Orçamento, daquela data 33 milhões. Aqui colocamos a título de provocação estudar a remoção de parte do muro da Mauá. E por que essa provocação? No sentido que desde sempre a gente sempre busca formas de ampliar a nossa relação com o rio. Uma questão muito importante aqui pontuada pela equipe técnica é a necessidade de reformulação do transporte coletivo no Centro Histórico, com públicos destinados a terminais de ônibus. Para isso são necessários estudos de viabilidade, projetos de requalificação dos espaços públicos e uso de parcerias público-privadas. Também a título de provocação, uma proposta que foi colocada pela nossa equipe técnica também é a requalificação da Praça Parobé, onde tem uma frase de uma colega que coloca: *Como olhar para o passado pode nos fazer evoluir?* Então, a gente pensa assim, a gente não precisa, necessariamente, trabalhar com uma proposta exatamente igual como era no passado, mas por que não trabalhar esse espaço no sentido de valorizar o patrimônio histórico, né, resgatar esse espaço para a nossa cidade e ao mesmo tempo permitir que seja feita uma compatibilização dos usos existentes? Por que não? Outra proposta que nós colocamos aqui seria o desenvolvimento de ações para a requalificação do patrimônio histórico. Aí a criação de repente de um segundo programa específico, que vai, vamos dizer, desenvolver ações estratégicas para a recuperação do patrimônio histórico no nosso Centro. A gente colocou como referência aqui o Programa Adote um Casarão, que é de São Luís do Maranhão, onde neste programa foram concedidos os imóveis públicos para fins comerciais em troca da reforma desses imóveis. E com isso os interessados teriam a concessão desse espaço por um determinado tempo e o município ganharia, então, requalificação e recuperação das edificações históricas e ainda o fomento ao comércio de rua no Centro Histórico. Então, passadas as intervenções a gente coloca como se pode aderir ao programa. Os interessados podem aderir ao programa através de duas formas diferentes, a primeira é a reabilitação das edificações existentes, envolvendo ações de conservação, alteração, reconstrução ou alteração de uso e também a partir de construções de novas edificações. A ideia é que ambas essas opções devem contribuir para a requalificação da paisagem urbana e para melhoria nas condições de habitabilidade, considerando a situação existente em relação à situação proposta. Para isso, então, quem for aderir ao programa, a ideia é que eles cumpram pelo menos cinco desses itens que nós colocamos aqui, sendo eles: qualificação do espaço público na frente do imóvel; qualificação das fachadas com frente para via pública; qualificação na relação do imóvel com o entorno; uso de fachada ativa; uso misto; atendimento da demanda habitacional prioritária; ações de sustentabilidade nas edificações; a restauração do patrimônio histórico e também cobertura verde com priorização de acesso público para que as pessoas possam a partir do alto das edificações contemplar a paisagem do Centro Histórico. Aqui a gente colocou algumas referências, no sentido de que é perfeitamente possível cumprir os objetivos, os condicionantes do projeto. Aqui nós temos o Hotel Plazinha, com 182 apartamentos, temos como referência o próprio Edifício Guaspari, temos referências aqui de habitações de interesse social, também da cidade de São Paulo, como eu já tinha colocado antes. Também referências em uso de soluções de sustentabilidade. A gente vê que quem adota soluções de sustentabilidade, principalmente para a questão das mudanças climáticas também acaba contribuindo positivamente para a paisagem. Então, o município oferece como incentivos para quem quiser aderir ao programa essas quatro soluções aqui. A primeira são a adoção de gabaritos para os padrões volumétricos e para o estabelecimento de um índice máximo, um regime urbanístico diferenciado. Diferenciado é diferente, não é outro regime urbanístico. O uso de incentivos relativos ao solo criado e também a conversão dos valores que foram arrecadados, automaticamente, nas ações e intervenções propostas para o programa de reabilitação do Centro Histórico de Porto

Alegre. Em relação aos gabaritos, a ideia é que com a consolidação, com a aprovação da minuta da lei os gabaritos não estejam definidos, a ideia é que os gabaritos sejam desenvolvidos ao longo do tempo, mas na minuta a ideia é que a gente estabeleça os critérios para a definição desses gabaritos e que esses critérios sejam bem claros e objetivos para não gerar subjetividades. Por isso, ao estabelecer esses critérios, eles poderão ser propostos de duas formas diferentes, a primeira pela própria equipe da Secretaria, que vai com base nesses critérios trabalhando o gabarito ao longo do tempo. E outra forma, aos interessados, isso aqui não é uma invenção, isso aí também é feito em outras cidades, a gente tem referência de Barcelona, por exemplo. Todos propostos pelos interessados, a ideia é que isso seja avaliado quanto aos critérios e devidamente aprovado pela Secretaria. Ainda não finalizamos a avaliação de todos os critérios que vão ser estabelecidos para a definição dos gabaritos, que a gente precisa estudar os diferentes tipos de situações que existem para não deixar nenhuma parte do território desatendida. Nós temos aqui alguns critérios gerais que a gente entende que são adequados no primeiro momento. E os critérios são: harmonização com as volumetrias existentes no entorno, construção no alinhamento aumentando a relação do imóvel com o espaço público. A preferência de isenção do recuo lateral estabelecendo a continuidade da fachada para garantir a vitalidade. Em relação aos recuos de fundo, a ideia é que ele seja tratado de forma a estar em harmonia com a com as pré-existências. E também uma questão muito importante, a necessidade de harmonização com o patrimônio histórico. Aqui nós temos algumas referências de como pode se comportar esse gabarito. Aqui a gente pegou referências de trabalhos de conclusão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como referência, onde a gente tem aqui uma possibilidade de qualificação da paisagem urbana com o uso de gabarito. Aqui nós também temos outra referência de um trabalho de conclusão da faculdade onde também há outro tipo de sugestão para possibilitar a qualificação da paisagem e a reabilitação da edificação. Esse exemplo é bem interessante, que é o próprio “esqueletão”. O uso de gabaritos também nos permite buscar novas soluções e parâmetros para a renovação do patrimônio histórico. E a gente consegue trabalhar no próprio quarteirão, então, a gente consegue fazer simulações e ter maior controle de como vai se comportar esse objeto em relação ainda aos demais. Em relação ainda ao estabelecimento de critérios para definição dos gabaritos tem uma coisa muito importante que a gente vai pontuar aqui, que a área do gabarito não, necessariamente, a área construída, a área construída deve ser a menor necessariamente, porque uma vez estabelecido o gabarito e a gente tem uma área máxima a construir a menor, a gente consegue permitir que o arquiteto que foi propor o projeto tenha liberdade para ter diversos tipos de solução ao compor a paisagem. Assim a gente consegue, enfim, ao mesmo tempo que a gente tem uma continuidade, a gente tem a possibilidade de criação de arte na nossa paisagem. Uma questão em relação ao regime urbanístico diferenciado, eu digo diferente porque ele não é, vamos dizer, não é outro regime, mas vai ser tratado de maneira diferente no Centro Histórico. É que nesse caso a ideia não ter mais área adensável, não adensável, a ideia é que a gente trabalhe no território do Centro Histórico como área construída total, porque a partir desta área construída total a gente consegue ter o controle da paisagem pelo gabarito. E também, no caso, quando alguém for avaliar a aprovação desse projeto, como temos edificações existentes de várias idades, vamos dizer assim, não é necessário que o técnico que vá avaliar vá buscar como que funciona aquela provação. Ele simplesmente pode considerar a área construída e esse imóvel vai ser tratado a partir dessa área construída total. Então, o índice a ser estabelecido nesse território é um índice existente do plano, ou seja, nós não vamos alterar ele, a única diferença é que nós vamos fazer a conversão para um acréscimo de 30%, o que corresponde às economias únicas,

onde na economia única sempre se adiciona o índice mais 30%. Então, quando nós tivermos, nas poucas situações em que nós tivermos um terreno vazio, a ideia é que se aplique para fins em relação ao regime o índice básico, que seria o índice do plano, esse que nós não vamos alterar, acrescido de 30%, convertido em área total. Será estabelecido o gabarito, a área construída sempre a menor e a partir deste resultado nós temos o índice máximo. Este percentual aqui nós podemos fazer a conversão para as ações e intervenções dentro do território. Importante salientar que dentro do Centro não haverá limite de estoque de potencial construtivo pelo gabarito. Aqui nós temos outro tipo de situação em relação às edificações existentes, para aqueles que querem fazer a reabilitação das suas edificações existentes. A área existente é considerada como área total, não sendo diferenciada entre área isenta, adensável, não adensável, enfim, ela é uma área total. E aí, a partir dessa área total se faz o mesmo calculo, se estabelece o gabarito, a diferença entre o gabarito e a área total existente com essa redução é esse índice máximo, onde esse percentual pode ser aplicado para as ações e intervenções no território. Uma coisa muito importante é que quem optar por trabalhar a área existente não vai poder usar esse critério do índice básico, ou é uma solução, ou é outra, não são cumulativas. Em relação aos incentivos ainda, nós estamos prevendo desses valores que vão ser pagos, enfim, para ações e intervenções, nós temos a proposta de alguns descontos que podem ser feitos, que serão regulamentados, nós não definiremos ele agora nesse momento. Um deles seria um desconto para atendimento a parâmetros de sustentabilidade, o segundo seria o desconto para quem investir em restauro de edificações de interesse cultural, para quem investir no atendimento à demanda habitacional prioritária. E ainda estamos propondo aqui uma isenção de valor para quem se propor a construir demanda habitacional de zero a três salários mínimos. Aqui, como eu já tinha colocado antes, então, em relação a valores, serão convertidos nas ações e intervenções previstas no programa. Quais são as ações e intervenções? Urbanização, reurbanização e requalificação de áreas públicas e equipamentos urbanos e comunitários, requalificação de edificações e áreas de interesse histórico, requalificação de espaços ou construção de edificações destinadas à habitação de demanda habitacional prioritária e também obras de estrutura e infraestrutura de mobilidade. Então, qual é a proposta para o desenvolvimento do programa? Após a instituição do programa a gente, vamos dizer, consagra a pedra fundamental à aprovação da minuta de lei. A partir daí nós fazemos as regulamentações necessárias para que o desenvolvimento das operações sejam os mais afinados possíveis. E a partir daí pensamos em desenvolver dois grandes grupos: ações operacionais, sendo desenvolvidas pela equipe técnica, onde ali vão ser desenvolvidas a modelagem do gabarito, o monitoramento e avaliação do território, onde nesse monitoramento vão ser feitas indicações para o desenvolvimento. Essas indicações serão passadas aqui para as ações estratégicas com a cidade. A partir dessas indicações, junto com a sociedade, serão definidas ações e intervenções, também as priorizações de quais ações e intervenções devem ser realizadas primeiro. Dentro das ações operacionais ainda, a gente tem um ponto aqui, controle do andamento das ações e intervenções, que seria puramente o controle da execução da obra, do início ao fim. Ainda em relação às ações estratégicas, a ideia é que esse grupo faça um monitoramento, avaliação e direcionamento do desenvolvimento do programa ao longo do tempo. Essa é a nossa ideia. E qual é a nossa proposta de discussão com vocês? A ideia, então, hoje nós fizemos a apresentação, a ideia é que a gente faça uma rodada de contribuições, que vocês possam efetivamente trazer contribuições para nós. No mesmo modelo que nós fizemos com os outros trabalhos, no dia 13 de abril, para isso eu já disponibilizei a apresentação para vocês. Também solicito, é muito importante agora que vocês estão instruídos, respondam a pesquisa no sentido de realmente qualificar as

informações que nós recebemos, dar um *feedback* da proposta e do que vocês pensam da cidade, do Centro Histórico, enfim, quais são as dores e quais são as ideias, os potenciais, enfim. Gostaríamos muito que vocês preencherem essa pesquisa. Também, então, em relação, posteriormente, a essa rodada de contribuições no Conselho, a ideia é a gente fazer algumas discussões com a sociedade. A primeira agenda está programada para o dia 16 de abril para conversarmos com os interessados em aderir ao programa. No dia 22 de abril a ideia, então, é conversarmos quantidades e associações, recebendo sempre contribuições. E, por fim, no dia 29 de abril, deixamos por último aqui moradores, porque a ideia é amplificar, vamos dizer, publicizar o máximo para que a gente possa coletar o máximo de informações e ter o máximo de participação possível. E aí, posteriormente, a essas agendas, trazer aqui ao Conselho para fazer a apresentação e compilação desses resultados. Posteriormente, então, a gente não definiu data ainda para a audiência pública, porque ainda temos que fazer essa compilação desses espaços e também as equipes técnicas têm que concluir o detalhamento desses estudos. Para quem está em casa eu peço que acesse o link no YouTube, que tem ali um link para a pesquisa, é muito importante, a gente pede que vocês participem e também quem não se sentir à vontade de responder a pesquisa também pode nos mandar um e-mail para planodiretor@portoalegre.rs.gov.br Todas as contribuições serão compiladas, a gente vai registrar em um DVD o processo e elas vão ser consideradas na conclusão desse processo. A atitude de organização, uma linha do tempo com as ações, as próximas ações em andamento. E aí eu quero fazer um agradecimento e um agradecimento especial a nossa equipe que trabalhou, fervorosamente, com muita vontade para fazer esse trabalho dar certo. Assim, eu fiquei muito orgulhosa do trabalho dessa equipe. Eu faço os meus parabéns para eles. Muito obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Patrícia, nossa Diretora de Planejamento, que orgulho ver essa apresentação. fico muito feliz com o trabalho de toda a equipe e na pessoa da Patrícia. Saúdo a nossa Coordenadora de Planejamento maravilhosa, a Vaneska também, que sei que passou por um momento difícil nesses últimos dias, teve uma perda familiar,mas que tem sido parceira dos temas da cidade, da construção. Então, em nome da Vaneska saúdo todos integrantes da equipe. A Renata também trabalhou muito, todo o time, Tânia. Enfim, como a Patrícia mencionou, é um time realmente dedicado, que estuda, que busca, qualifica o processo e engrandece toda essa discussão. É um tema de fato bem importante, uma mudança de paradigmas do que a gente vem pensando para o Centro Histórico. Então, na data de hoje a gente traz essa apresentação, faz um pouco dessa explicação, e como disse a Patrícia, terão momentos posteriores de debate, discussão, aqui no próprio Conselho. Eu consulto se temos inscrições para questionamentos a cerca da apresentação, por favor, façam a inscrição pelo *chat*. São 19h17min, ainda temos 43 minutos até o término da nossa reunião. Então, quem tiver interesse, por favor, faz a inscrição ali pelo chat para a gente poder registrar para os questionamentos. Eu não estou visualizando questionamentos. Então, entendo que eu acho que está bem explicado. (Risos). Não, está vindo. Professor Rômulo inscrito. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Só importante salientar que os questionamentos não serão respondidos só por mim, mas também pela equipe na medida do possível. Nós queremos que todos participem. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** É isso aí, Patrícia. Ótimo. Vamos ver as inscrições ali. Temos o Professor Rômulo inscrito, temos Conselheiro Hermes, Conselheiro Rafael Passos, Conselheiro Felisberto, Conselheiro Mark. Tá bem, então, abro a palavra, inicialmente, para o Conselheiro

representante da UFRGS, Conselho Professor Rômulo. O Conselheiro Gomes também inscrito. Encerramos as inscrições para os questionamentos e abro a palavra para o Professor Rômulo. Fique à vontade, Professor Rômulo. **Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Obrigado. Boa noite a todos. Eu li o trabalho e assisti a apresentação agora e fiquei surpreendido. Eu acho que tenho algumas reservas em relação ao que foi apresentado, pareceu-me o trabalho, ele me lembra mais uma peça publicitária do que um trabalho técnico. Ele tem uma estratégia, uns marqueteiros bons, que eu não gosto muito de usar, que é semear palavrinhas ao longo da apresentação que capturam a simpatia de tribos, vamos dizer assim, que compõem. Uma palavrinha aqui que agrada o pessoal que quer mesinha na rua com um ombrelone. Tem outra palavrinha ali que captura a simpatia dos que batalham pela habitação de interesse social. Tem outra palavrinha para o pessoal do patrimônio, tem outra palavrinha para o pessoal da construção civil. E me parece que no desenrolar das coisas essas palavras todas estão basicamente vazias, com exceção de uma, que é relativo à parte do mercado imobiliário. Então, o que eu vejo? Esse vazio parece uma proposta meio apressada, vamos dizer assim, faltam elementos importantes para a gente poder ter uma ideia um pouco mais robusta em relação ao que está sendo proposto. Na parte econômica eu reconheço pessoas com mais capacidade do que eu aqui no Conselho para falar sobre, mas eu vejo as coisas mais óbvias, porque não faz uma apresentação do que seja um potencial construtivo adicionável da cidade, nem se refere a padrões possíveis de serem edificados. Quer dizer, o que pode acontecer, não há uma avaliação de demanda. Então, consequentemente, não tenho a menor ideia de quanto e que tipo de recurso, quando esses recursos, para que eles servem, não temos nada, nenhum desses dados. É um cheque em branco, é uma apresentação onde essas coisas básicas em relação à viabilidade econômica não estão mostradas. Do ponto de vista de urbanismo, vamos chamar assim, eu discordo da ideia de que a degradação seja um conceito generalizado para toda a área e não é. Eu não vejo assim, eu não moro no Centro, mas eu moro na borda do Centro e caminho muito por aí, eu conheço com detalhe o centro da cidade e eu vejo o seguinte, a maior parte do Centro não tem problema de degradação, pelo contrário, são áreas legais. A degradação em alguns espaços, alguns lugares, poucos lugares e o degradador é a autoridade pública, é o transporte, é o sistema viário, é a calçada, é a falta de cuidado nas coisas. Então, eu acho assim, acho que essas coisas precisariam ser de alguma forma clareadas a mais. Também nós não temos do ponto de vista urbanístico uma ideia de qual é o volume de estoques a ser adicionado possivelmente e que efeitos isso tem sobre a área e sobre a cidade. O negócio do transporte eu vou deixar para o Emílio (Risos). Vamos dizer assim, foi citado que o transporte é um problema, mas não vi nada em relação ao transporte. Quer dizer, tudo que nós temos de mobilidade, tem lá é um trenzinho, que é um brinquedinho de fim de semana para as pessoas, aquilo não tem nada a ver com transporte ou com mobilidade. Restrição de tráfego de veículos em ruas, quer dizer, são coisas absolutamente locais e episódicas, vamos dizer assim, que não estão situados dentro, que afinal o que nós queremos? É esse pedacinho aqui? Sem um nexo total das coisas, não vejo nada disso. Outra coisa que foi citada, sobre diversificação, eu acho que sim, diversificação é uma coisa superimportante... (Sinalização de tempo esgotado). Desculpa, estou completando aqui. Então, eu acho que essas questões sobre diversificação. Se nós vamos apostar na construção civil nós não vamos ter diversificação, nós vamos ter homogeneização. Quer dizer, isso é uma coisa dada, não tem o que tergiversar sobre isso. Uma palavrinha sobre o questionário, eu achei que o questionário é uma peça de marketing complementar ao programa, porque são perguntas que não admitem outro tipo de resposta. Ou seja, foram feitas para agregar respostas... **Germano**

Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS: Professor, o senhor tem alguma dúvida? Porque hoje é apresentação e questionamentos, depois vai ter a oportunidade do debate para o senhor externar a sua posição. **Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Eu só estou colocando o meu panorama geral a respeito. Quais são as minhas dúvidas? São essas. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem. Obrigado. Lembrando, Senhores Conselheiros, hoje é a apresentação, então, questionamentos. Por favor, direcionem que a equipe está aqui para responder aos questionamentos, depois vai ter a oportunidade, todos poderão manifestar a sua posição, sua visão. Lembrando que hoje isso é uma proposta, não é um projeto detalhado ainda, é uma proposta que veio para o debate, para a gente iniciar esse processo. Não está finalizado ainda. Na sequência a gente tem o Conselheiro Hermes. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Boa noite a todos. Secretário, eu queria colocar primeiro que os prazos propostos para esse tipo de alteração tão significativa, pelo menos como estão sendo propostos, são completamente inviáveis. Hoje, como o Rômulo colocou bem, é impossível. Eu teria um questionamento assim, no mapa tal mal e mal deu para ver a legenda, mas aparece ali “pequenos, médios e grandes”, o que é? Qual o parâmetro, o que é pequeno, o que é médio, o que é grande? Não tem essas referências. Para fazer perguntas tem que ter pelo menos conhecimento. Em uma apresentação muito boa da Patrícia, eu quero parabenizar o grupo, eu sei que ele deu o seu melhor por esse trabalho, mas é impossível que se tenha questionamentos objetivos, porque não deu nem para se perceber a questão total. Eu, particularmente, é um assunto que me apaixono sempre, que é o Centro, muito eu já discuti o Viva o Centro e o Centro em si em todas as administrações. Eu vejo assim, algumas questões que eu pergunto: esse projeto é contínuo, mas qual é o tempo viável para ele acontecer? Um projeto desses é para 30 anos, 40 anos, qual é a viabilidade dele? Se a intenção é contar com a adesão de proprietários, moradores, empresários da construção civil, isso fica dentro de uma relatividade muito grande. Já foi tentado várias vezes, não estou dizendo que não possa ser tentado, mas se sabe que isso tem um atrativo, mesmo com os benefícios, muito tímido. Não estou dizendo com isso que não se deva fazer, mas ele tem que ter essa discussão. Outra questão também, o Rômulo que me antecedeu falou coisas que eu gostaria de ter falado, não tinha pensado, não estou dizendo que eu ia falar, mas assim, com toda honestidade, parece-se mais um processo, um programa para atender alguns setores da construção civil, eu não estou dizendo o trabalho em si das arquitetas que fizeram o esforço e tudo, mas a dinâmica como está colocada parece mais para atender algumas demandas da construção civil e que fecha com o interesse público de revitalizar o Centro, do que propriamente a única ou a intenção maior de revitalizar. É uma discussão que se tem antiga, tem setores do Centro que não precisam de revitalização, eles precisam de qualificação, eles são extremamente densos, com ocupação e com pessoas transeuntes que chegam até maior do que o necessário. O que ele precisa é de requalificação. Então, uma questão que eu coloco, asis, qual é a densidade que existe, qual é a densidade desejada? Isso vai depender do preenchimento dessas volumetrias? Tem algum tipo de parâmetro para que se chegue a algumas dessas questões? Outra que eu tentei rapidamente pegar algumas questões, eu acho que tem que ter um espaço razoável para que se possa fazer uma discussão pública disso, mas uma hora eu vi que a Patrícia falou da diminuição do fluxo de ônibus, menos transporte coletivo no Centro, mais isso está intrinsecamente ligado com uma proposta de reformulação de todo o sistema de transporte, de mobilidade. Simplesmente os ônibus vão deixar de chegar

até o Centro? Como vai ser? Vão voltar as propostas dos terminais, que já foi... (Sinalização de tempo esgotado). Pois é, Secretário, assim, não tem como debater assim. Eu entendo que tem que ter um tempo limite, mas é muito difícil. Eu tinha anotado aqui várias questões, a infraestrutura, água, esgoto, luz, etc. Nisso aí se sabe que o Centro tem problema. Eu sempre ouço, ouvia o DMAE dizer – Não, problema de infraestrutura não é problema, a gente coloca mais. Só que há 2 anos foi o Diretor do DMAE e disse que o DMAE não tem mais condição de distribuição. Então, como ficam essas coisas? Aquilo que ele disse era uma inverdade ou se vai, responsavelmente, tratar de uma área e depois as pessoas ficarem sem água? Ou pior ainda, como o próprio Secretário, o Diretor do DMAE disse em reunião deste Conselho, que para atender algumas zonas tirava água de outras. E é o que está acontecendo em Porto Alegre, onde contam o fornecimento de água para atender a outra, daí quando começam a gritar muito aqui, libera água para aquele setor e cortam de outro. Então, essas questões assim. E eu quero deixar bem claro para encerrar, Secretário, que os meus questionamentos não são contra o trabalho técnico, mas é o que está por trás dele, quais as intenções reais sobre esse projeto de revitalização. E para encerrar mesmo, nós temos uma questão também do Ministério Público, que toda a reformulação do Plano Diretor, e esse é uma reformulação, não é um detalhamento, tem uma orientação, uma ordem do Ministério Público, que eu entendo que não está sendo cumprida, mas isso é outra questão para outro momento. Obrigado. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Primeiro, quero assinar embaixo de tudo que foi falado pelos dois conselheiros que me antecederam e a gente vê pela própria dificuldade em falar no tempo que nos é dado, a necessidade de maior prazo para que a gente possa discutir. Se hoje é só para questionamentos eu fico me perguntado: quantas sessões vamos ter que ter? E aí eu já vou lá para o fim para depois começar por partes. Pergunto se esse prazo será de fato exequível para atendera própria demanda que o CMDUA está trazendo questão? Segundo, a premissa “degradado” me parece uma premissa equivocada, parece uma premissa que não condiz com a realidade do Centro Histórico em Porto Alegre. Teria que talvez revisar essa premissa. Há áreas de degradação, mas o Centro Histórico de Porto Alegre está longe de ser um Centro degradado. Se a gente olhar, inclusive, internacionalmente, não é um centro que foi abandonado, pelo contrário. Segundo, preocupa a ideia de que um esqueleto que ficou lá durante décadas venha se tornar um paradigma de volumetria mesmo depois de demolido para o futuro. Não vou adiante porque e tenho algumas outras questões. A minha pergunta, missão e visão colocadas pelo projeto, no Programa Viva o Centro, de onde vem e se passou por rodadas de debate na RGP 1, porque não consta essa missão e essa visão, por exemplo, no Plano Diretor de Porto Alegre. Então, por que etapa de participação ela passou para que a cidade diga “sim, essa é a missão, esse é o foco que nós queremos dar ao Centro de Porto Alegre”. Altura versus estrutura urbana, eu não tenho críticas ao modelo de definir área construída, mas eu me pergunto, porque a gente olha para Barcelona, olha para Madrid, isso funciona lá, mas se olhou para uma estrutura urbana completamente diferente, que é a nossa estrutura do Centro. Quer dizer, os lotes são completamente diferentes, as quadras são completamente diferentes, e como isso vai se encaixar em um Centro que cujas alturas foram baixas, foram reduzidas? Porque esse Centro é resultado de Plano 60, a maioria deles de alterações do Plano de 59, que deram essas alturas ao Centro e depois na cidade se percebeu que impactava na habitalidade, impactava em outras questões. E aí eu pergunto como é que vai ser analisada a questão de segurança? Porque a maioria desses edifícios tem planos de incêndio adaptados, aí a gente vai aumentar mais ainda a altura para edifícios que não estão comportando essa questão do incêndio. Quer dizer, a gente precisa olhar para ver se isso é realmente factível, ou seja,

tem muito trabalho para ser feito com essa intenção, que eu vejo que essa apresentação tem intenções, posso ser feita. Eu parabenizo pelo acúmulo, quer dizer, se buscou um acúmulo de propostas e me parece que isso é interessante, fazer o novo fazendo acúmulo, mas aí me faltam dados. O próprio Secretário uma vez aqui no CMDUA admitiu que a gente vai ter que fazer essa revisão do plano com poucos dados. Então, como é que a gente vai fazer um trabalho desse com esse nível de detalhamento sem dados, se não faz agora vai fazer depois, mas com que dados. Ainda a questão da estrutura versus o financiamento, o Professor Rômulo colocou, apontou isso, mas qual é o cálculo que se vai fazer de aporte de solo criado. Aliás, eu me pergunto, por que não uma operação urbana? Como vai ser essa necessidade de melhoria de infraestrutura, sobretudo de mobilidade, óbvio, aí transformo no que o Hermes colocou em perguntas: foi feita a análise de infraestrutura de água, de esgoto, da mobilidade? Esses estudos estão prontos para se saber onde chegar para aprovar uma lei e dizer: *Vamos permitir "x" para depois analisar caso a caso*? Mas nós vamos permitir "x"? E como se financia isso? Eu não consigo entender como é que pode caber na conta, porque, na verdade, estão vendendo solo criado para ações pontuais, mas não para um financiamento de uma reestruturação do Centro. E aí eu fico me perguntando "descontos", quer dizer, como é que vai se financiar isso aí dando desconto ainda por cima? Ou seja, está faltando um plano que vai integrar esses projetos, os projetos vão ser feitos, assim, caso a caso, uma coisa. Aí eu vejo duas grandes ausências que precisam ser preenchidas, uma é o plano de mobilidade, que está sendo elaborado, como que ele vai concatenar, vai ser um aditamento para que haja esse trabalho em conjunto com esse plano e o Projeto Cais Mauá? Como nós vamos aprovar isso se nós não vamos olhar para o Projeto Cais Mauá e analisar um projeto que vai ter um impacto tremendo e saber como que esse plano vai tratá-lo? E o *time*? Eu me preocupo muito com esse *time*, nós estamos no meio de uma pandemia, esse projeto, como eu falei, vai impactar o lar de cada um que mora lá, porque é um espaço público. E se hoje eu tenho um problema de habitalidade no 4º, 5º andar desses edifícios, eu vou começar a ter no 9º, no 10º. E problemas de habitalidade geram problemas de saúde, geram problemas de manutenção desses edifícios. Tecnicamente, eu vejo que nem tecnicamente esse prazo me parece viável para que essas agendas todas, técnicas, consigam ser concatenadas e tenham as respostas necessárias para que isso se torne de fato um plano. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa noite a todos e todas. Então, em primeiro lugar quero dizer o seguinte, o Centro não deve ser mais adensável, o Centro deve ser reavaliado o seu patrimônio histórico, porque ao longo dos anos nós escondemos o nosso patrimônio histórico. No *chat* eu coloquei como uma das referências a Igreja das Dores, hoje não se enxerga mais a Igreja das Dores. Outra coisa que eu coloquei, todo o conjunto arquitetônico e histórico que tem na Praça da Alfândega, como que nós vamos esconder isso? Isso deve ser trabalhado. Então, o que eu queria dizer é a questão do questionário, da pesquisa, ela é uma pesquisa que veio fatiada, ela deveria ser mostrada na sua globalidade. Então, peço que seja melhor questionado, que as pessoas possam ver o conjunto das perguntas e não perguntas por etapas. Isso condiciona as respostas e uma série de coisas. Quem fez o questionário? Qual foi a participação das pessoas? Eu acho que cada uma daquelas colocações, aquele exemplo proposto ali tem que ser debatido, tem que ser ampliado. Quarta questão, por exemplo, sempre citam Barcelona, Porto Madero, e eu cito como referência, é a cidade que eu gostaria de ver, a cidade que preserva o seu patrimônio, a sua história e a sua memória como Florença. Esse é o meu exemplo de cidade, em qualquer lugar sempre citam, sempre aparece alguma da Cúpula de Brunelleschi, o Palácio Vecchio, a Ponte Vecchio. Se fosse aqui já teriam destruído a Ponte Vecchio. Então, não é adensar, ou modernizar, ou edificar o Centro, nós

temos que valorizar o que já existe no Centro. Por fim, quero dizer o seguinte, não é verdade que o Projeto do Viaduto Otávio foi apresentado em 2015, não, foi apresentar em um seminário, no memorial do Ministério Público, em agosto de 2014, e o valor na época era dia 17 é milhões. Então, seria bom atualizar esses dados. E neste momento eu quero fazer a homenagem ao Flores, que se encontra entubado, um grande lutador pelo Viaduto Otávio Rocha. A questão não é só econômica, a questão é social, a questão é ouvir os moradores, é construir uma cidade que integre o patrimônio histórico com a realidade do Centro. E eu tenho uma proposta, que eu acho que vai ao encontro do que foi apresentado, é a abertura das ruas, o que degradou o tempo e desqualificou o Centro foram os calçadões. Tiraram a viabilidade de mobilidade do Centro. E aqui é um paradoxo a questão do automóvel. Eu me lembro em volta da Praça da Alfândega, havia toda uma circulação de automóvel, hoje não é permitido mais isso. Então, a Praça da Alfândega se caracterizou. Então, a gente que mora no Centro, qual é o lado que a população mais frequenta? É da Caldas Júnior até a Bento Gonçalves, porque ali tem vida, tem moradores que ficam até um horário e isso dá vida para o centro. Então, era isso. Obrigado. Não, e para finalizar, a RGP 1 tem um plano popular de ação regional que está à disposição e nós apresentaremos, queremos ter um espaço para apresentar neste Conselho. Obrigado, Secretário. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Boa noite a todos. Quero cumprimentar a Patrícia, a e equipe técnica que trabalhou em mais um, para mim surpreendente projeto, porque nós estamos no Conselho atuando desde 2018 e discutindo muitas vezes ponto a ponto. E no ano de 19 e 20 participamos de dezenas de reuniões de grupos de todo o tipo de dentro do CMDUA, e tanto aquele projeto da Rua João Alfredo nós não conhecíamos, fomos surpreendidos, como esse projeto de revitalização do Centro, com tudo que nós participamos já das reuniões do Plano Diretor, eu nunca tinha escutado sobre isso. Fui surpreendido, acho que é uma coisa interessante, mas sempre acho que isso poderia ter sido já apresentado. Ficou um trabalho em equipe meio secreto, reservado aí para apresentar esse conjunto. Ouvindo rapidamente a exposição de 50 minutos que a Patrícia fez, ouvi ali atentamente e uma das primeiras coisas que me chamou atenção é sobre qual é o orçamento desse projeto? Qual é o orçamento público? Qual é o orçamento privado? O início das lâminas apresentadas menciona que precisa haver a participação de particulares, uma referência histórica e tal, chamando a participação do setor privado. E qual é o montante disso? Nós estamos trabalhando com que ideia? Quais são as ideias de recursos e de valores que são mencionados para esse aí? O conjunto dos dados que o projeto traz, existem alguns dados que eu acho que a Secretaria Municipal da Fazenda poderia apresentar, marcando, por exemplo, qual é o número de imóveis registrados? Esse é um dado conhecido. Qual é o valor de IPTU que é arrecadado nesse conjunto? Qual é o valor de IPTU que está lançado em dívida ativa? Que são valores que dão a dimensão econômica da atividade desse núcleo da RGP 1 da cidade. Então, essas informações são sempre importantes para nós economistas de avaliarmos as situações e eu acho que sim, há palavrinhas atraentes distribuídas no conjunto do processo apresentado e que são simpáticas aos diversos núcleos de interesse, que por isso são atrativas. Eu acho importante essa iniciativa. Agradeço a oportunidade. Boa noite e obrigado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Boa noite, Presidente e Conselheiros. Fiquei bastante contente com a apresentação. Primeiramente, até parabenizo a equipe, mas eu quero lembrar um aspecto, que de certa forma engrandece a proposta, que essa discussão da revitalização do Centro, a discussão do Centro propriamente dita vem sendo assim, tema de muitos anos por várias equipes da Secretaria de Planejamento. Eu lembro quando começa a se falar em Centro (Inaudível/interferência

no áudio), que trabalhou profundamente por anos e anos focado nas questões do Centro. E aí vocês agora nesse momento, digamos assim, buscam essa quantidade de dados dessa memória urbana da cidade e fazem uma excelente provocação para o corpo técnico do Conselho, corpo técnico da Prefeitura e para a cidade como um todo, porque a proposta é discutir, primeiramente, com todo o Centro ali, pelo que eu vi na apresentação e uma extensão maior com a cidade, porque o Centro de Porto Alegre é o Centro da Cidade de Porto Alegre, ele não existe de uma maneira separada e tal. Então, até pelas manifestações que ocorreram, extremamente ricas e algumas muito prontas pelo potencial crítico, como foi o caso da intervenção do Professor Rômulo, excelente, Professor, que já tem uma crítica muito avançada e isso só vai trazer grandes contribuições aí para esse debate. Acho que vai ser um excelente debate, a proposta é ousada e as propostas ousadas causam essa, digamos, inquietação nas pessoas. Evidentemente, algumas já têm posição, independente de ter ou não proposta, seja lá qual foi a proposta, mas estou levando fé que nós vamos ter um grande debate pela frente. Eu espero também que o tempo seja suficiente e que se não for suficiente que esse tempo seja expandido, porque a riqueza do debate que vem pela frente é muito grande. Parabéns a turma aí, Patrícia e colegas, mais uma vez eu não sei de onde vocês tiram tanto tempo para fazer tanto trabalho e continuem assim. Parabéns ao Secretário também pelo incentivo a que as suas equipes tenham essa produção toda, que só vai colaborar com o crescimento da cidade. Obrigado. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Boa noite a todos. Eu fico assim, entendo a situação como uma proposta inicial e até uma reivindicação que geralmente nós estamos tendo, o trabalho foi entregue anteriormente, apesar d éter sido ontem, para a gente poder dar uma olhada. Concordo um pouco com o Gomes, está se abrindo uma oportunidade para se conversar. Tem um prazo, tem audiência pública, tem formulários que eu até pergunto, eu não olhei, algumas pessoas olharam, se não tem, se podem refazer a oportunidade de as pessoas poderem contribuir com outras informações que não estejam ali, porque dá a intenção que está direcionando o formulário, alguma coisa assim. Então, eu acho que se não tem de vocês poderem fazer. Então, eu faço essa pergunta eu vi que tem muitas intenções de mobilidade. por exemplo, eu não conheço o trabalho do quadrilátero da EPTC, que eu estava tentando procurar na internet o que significa, mas eu acho que vocês poderiam talvez esclarecer isso um pouco mais adiante também. E eu não vejo nada assim que de repente as coisas acontecem, esse é o papel do planejamento, eles estão procurando e vendo intenções. De repente cai um projeto aqui, não acho que ele cai, apresentaram antes e estão colocando hoje o projeto, porque senão sempre essa é a crítica. Ah, porque o trabalho da mobilidade foi apresentado antes; mas, gente, eu não sou funcionário público e ninguém que está aqui é funcionário público. Esse o papel deles, eles estão fazendo e estão fazendo e estão propondo. Aqui a ideia também é de participação e contribuição, se não querem e eu não vejo nada obscuro, como de novo estou dizendo que tem um mercado imobiliário por trás dessas coisas. Para mim está bem claro e objetivo. Eu li, é requalificar o Centro Histórico Municipal de Porto Alegre através de valorizações múltiplas, destinado a valorizar suas potencialidades sociais, econômicas ambientais e funcionais. Agora, se não querem, se as pessoas são contra, ótimo, não se faz. Agora eu acho que já tinha sido feito está se retomando um trabalho, tanto que a Patrícia disse que a EPTC já havia trabalhado, que é uma crítica, não entendi porque a EPTC trabalha um pouco separado do planejamento, que eu sei que o planejamento está tentando resgatar isso para dentro. Eu acho que a gente tem que tentar usar esse espaço que está sendo dado a todos nós, a não ser que a gente não queira contribuir. eu não vejo como uma densificação e vejo uma requalificação trazendo a população novamente para lá. Nós da ASBEA esses tempos

fizemos uns vídeos, não sei se vocês viram, alguns arquitetos têm comprado apartamentos no centro da cidade, até o Sérgio Marques, até convidei ele para ouvir isso, ele mora na esquina do Teatro São Pedro, a gente vê algumas coisas que foram feitas, o próprio Majestic, foram atividades que revitalizaram muito a cidade por muitos anos, no instante que ele ficou pronto, como mudou a cara daquela região, mas a gente ainda tem medo de caminhar de noite ali, a gente sai direto, ainda bem que botaram um estacionamento lá dentro. Então, esses problemas, e como o Felisberto falou, algumas regiões têm vitalidade e tem segurança, essa é uma das intenções que eu entendo, trazer o comércio e a habitação para essa região. Não vejo nada de obscuro, não vejo nada de surpreendente, porque é hoje que está sendo apresentado e eu acho que temos que estar dispostos a contribuir e debater. **Antônio Carlos Zago (2º Suplente), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Boa noite a todos meus colegas. Boa noite, Secretário. Boa noite, Patrícia. Eu achei bastante interessante a maneira como começou esse debate, começa dizendo que é para privilegiar determinadas instituições, etc. Não, está beneficiando Porto Alegre, todos os projetos que visam a cidade como um todo precisam ter um viés de estado e não de governo. Eu acho que o primeiro atributo desse projeto é que ele vem colhendo dados, vem colhendo ideias de vários governos, de vários governantes e está sendo sintetizado neste momento. Eu acho que nos passa sim uma ideia de estado e não de governo, não vem fatiado como em todos os programas de governo. É de fato alguma coisa que está tentando pinçar a história de Porto Alegre, a história do urbanismo de Porto Alegre, tentar conservar essa história no mesmo local, readaptar o Centro para as pessoas, como de fato para moradia, para lazer, para trabalho, para ensino, para todas as coisas, para que todas as atividades se concentrem ali. E mais do que isso, ele tem ele busca uma coisa muito interessante, que é miscigenar não só atividades humanas, mas atividades sociais e de classes sociais, porque ele tenta pegar de todos, do rico, do pobre, de todas as classes sociais. Eu acho bastante interessante isso aí. E vejo algumas pessoas que me antecederam com bastante prioridade, eles falaram de problemas que podem vir a surgir, se antecipando e colocando um pouco mais à frente ou talvez muito mais à frente de um estudo que está se fazendo agora. O projeto precisa contemplar várias dessas coisas que foram faladas aqui. Eu tenho certeza que a ideia que se implantou aqui, que nós tivemos acesso nesse momento, vai se transformar em um projeto, uma boa ideia se transforma em um bom projeto, mas precisamos entender o momento. Acho que todos esses questionamentos estão se antecipando, estão além daquilo que está sendo proporcionado pela equipe de trabalho. Está além desse tempo. São cabíveis essas preocupações? Sim, mas a resposta virá com o detalhamento do trabalho, virá com os outros questionamentos que surgirão com o tempo. E acho muito importante, extremamente importante, e, Patrícia, em ti eu parabenizo toda a equipe, mas, especialmente, pelas ideias que tiveram, mas especialmente por esse tempero de resgate de alguma coisa de estado, pegando várias ideias, inclusive, de governos, de ideologias distintas, tentado concentrar em alguma coisa inovadora para Porto Alegre, a valorização do Centro de Porto Alegre. Parabéns a todos que estão envolvidos e também parabéns a todos que estão contribuindo desde já com as ideias, mesmo que no primeiro momento contrários, mas vai servir para fortalecer, para fortificar as ideias que estão sendo plantadas. Então, que dê tudo certo, Porto Alegre merece que seja contemplado um centro verdadeiramente urbanizado para que a urbanidade seja privilegiada ali. Obrigado pelo pela oportunidade. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Zago, pela contribuição. Agora passo a palavra para a equipe. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade –**

SMAMUS: Eu vou falar brevemente, porque cada um com as suas opiniões e a gente está aqui para debater. Então, cada um tem opiniões e a gente respeita. A única coisa que eu gostaria e isso vem de tempos, Conselheiros, é que respeitassem a nossa equipe técnica e se atentassem ao que nós estamos propondo. A equipe teve um trabalho enorme, como bem o Zago falou, de faze rum resgate, de buscar as informações. A nossa proposta, a gente fez um resgate histórico e buscamos como proposta as referências que já foram consolidadas e consagradas por outras equipes técnicas, inclusive. Esse é um trabalho, que pela base conceitual que nós pegamos vem sendo desenvolvido há anos. Então, nós não estamos inventando nada do zero. Então, eu gostaria muito, seria muito interessante para nós que esse fosse um debate de ideias para a gente poder fazer uma proposta construtiva em relação essa proposta, Plano Diretor, enfim. E que a gente consiga com esse debate, porque essa é realmente a ideia da equipe técnica colher as informações, as opiniões de vocês e fazer com a gente realmente possa aproveitar e fazer uma análise. O nosso objetivo é exatamente interesse, tanto com a apresentação dessa proposta, quanto com a formulação de uma pesquisa, que a gente entende que é uma pesquisa inicial sim que tem muito espaço para as pessoas fazerem as suas colaborações, nós já recebemos muitas colaborações, são muito interessantes e de diversas opiniões em relação ao Centro da cidade. As contribuições estão sendo muito interessantes e dessa forma eu ratifico, por favor, tentem responder quem quiser contribuir, porque nós vamos considerar os resultados dessa pesquisa sim para o resultado desse projeto. Se vocês têm ideias de outras questões que devam ser questionadas, por favor, proponham, porque vocês são conselheiros, a gente pode agregar e fazer pesquisas complementares sem problema, isso não é problema nenhum. Eu só peço assim, todos os nossos trabalhos, todas as vezes que nós apresentamos trabalho. A nossa ideia sempre foi apresentar, fazer o debate e propor uma construção. A mesma coisa acontece nesse projeto, nós colocamos o lançamento inicial aqui e a gente não tem as conclusões, obviamente que não temos as conclusões, porque que se a gente chegasse com o trabalho concluído, obviamente, vocês iam questionar porque o trabalho está concluído. O trabalho está aqui exatamente para instigar os questionamentos e é isso que eu quero de vocês, que vocês reflitam sobre o Centro Histórico e aí sim a gente possa chegar ao resultado final que vai ser construído conjuntamente. Em relação a isso é isso que eu tenho para pontuar. Um exemplo que eu posso colocar, teve outras situações onde a gente não tinha uma proposta inicial e nós fomos questionados por não elaborar uma proposta para a gente poder discutir, enfim. Então, essa é a metodologia que nós estamos adotando, no sentido de colaborar, de contribuir, instigar ao debate. Mas peço, encarecidamente, por respeito a mim e respeito a minha equipe, que trabalhou com seriedade nesse trabalho, que esse debate seja um debate de ideias. É o que eu gostaria de colocar. Teve algumas perguntas aqui interessante, o Mark tinha colocado em relação ao orçamento. Como eu coloquei, a equipe técnica ainda está estudando paralelo a essa coleta de informações que faz parte dos nossos estudos, esses estudos ainda não foram concluídos e uma das coisas que nós estamos buscando obter é justamente a questão de orçamento, de capacidade de infraestrutura. Em relação aos questionamentos de mobilidade, sim, a gente sabe que tem um projeto de mobilidade em andamento, a gente entende que eles devam ser desenvolvidos de forma casada. Em relação à situação de gabaritos também, que o Rafael colocou, sim, os gabaritos não estão definidos. Como eu coloquei, a gente ainda tem que fazer simulações, a gente tem trabalho ainda a madurecer, mas não custava nada nós no momento que nós estamos desenvolvendo os estudos para esse projeto, apresentar para vocês o que nós estamos pensando, essa é a nossa ideia. Então, eu acho que era o que a gente tinha para pontuar e eu espero que a gente venha no dia 13, realmente, com

contribuições de ideias, o que vocês querem para o nosso Centro Histórico, quais as ideias que vocês têm, o que vocês acham errado, o que vocês acham certo, enfim. Por favor, respondam o questionário, preparem-se para fazer as contribuições no dia 13 que nós vamos receber e sim nós vamos considerar. É isso que eu tenho para pontuar. Obrigada. Eu acho que a Vaneska quer complementar. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Então, boa noite, conselheiros. Uma das questões que eu queria pontuar é que foi um desafio também, né, Patrícia, conseguir fazer uma apresentação que é baseada em uma série de estudos que são mais complexos, que tem uma série de dados. Daí até vou me meter, o Conselheiro Gomes até já citou e é sabido que desde a década de 80 o Centro Histórico, pelo menos, né, tem registros de estudo para se reabilitar, enfim, qualificar o Centro Histórico. Então, é uma região que está sendo estudada, praticamente, para nós é o tempo da nossa existência, que pega uma faixa de uns 40 anos que se estuda, a equipe técnica que desenvolveu projetos no Centro até comentaram também que muito, como o Centro de certa forma não alterou o cenário desde os estudos do Viva o Centro, muito daquele estudo que foi realizado ainda era contemporâneo com relação ao que identificava como problemática. Aí acho que até uns dos conselheiros, agora não me recordo quem citou, se havia existido participação naquele momento. Tem registros de participação, foi realizada participação com a sociedade durante aquele processo em alguns formatos diversos. Houve recursos do Governo Federal também para a realização do projeto. A gente está dando uma continuidade a esse trabalho, eu acho essa era a ideia e entendo que foi bem compreendido, alguns conselheiros também remeteram a essa questão. Então, a ideia foi comunicar conceitualmente quais seriam as ideias e não se detalhou realmente os dados, mas eu entendo que a gente está elaborando um documento que tem esse detalhamento, né, Patrícia? E tão logo a gente tenha ele consolidado a gente vai disponibilizar, porque a gente entende que tem que estar embasado mesmo, os próprios cálculos que estava se falando, bom, qual é o potencial que se tem, o que se tem de ação emergencial no Centro, o que tem que ser iniciado e também colocar esse debate. Eu anotei aqui algumas questões para contribuir. Eu acho que uma questão, e acho que isso também é consolidada de certa forma, que não existe uma compatibilidade de preservar o patrimônio histórico e abandonar essa região da cidade. Então, a gente precisa de certa dinâmica de ocupação desse território para realmente promover, poder sustentar a preservação do patrimônio. Até existe um debate do potencial construtivo, quando não se permite que seja realizado no próprio terreno do patrimônio, que poderia deixar fragilizada a preservação do patrimônio, porque não estaria associado um patrimônio. Enquanto o Centro for sendo, gradativamente, não sendo aproveitado, o seu potencial máximo, não vai existir o modelo de patrimônio que se sustente. Isso é uma questão que eu entendo que é verdadeira. Então, a gente pode debater também o detalhe e ver quais são as estratégias para a gente fazer com que isso seja compatível. E daí até vou entrar em uma questão, eu vi ali que o Felisberto falou que gosta de Florença, eu gosto de Londres, acho que são cidades diferentes, mas isso não tem nada, são questões de preferência, mas Londres tem um modelo que eu entendo que também existe em Floresça e em outras cidades, que é o modelo de ter como discutir tecnicamente essa questão das visuais, porque a gente pode estabelecer – Bom, quais são as visuais que se quer preservar? Quais são as bacias de preservação visual? E, eventualmente, até a substituição de alguns edifícios no Centro podem qualificar ou destacar o patrimônio histórico que ali existe, dependendo da volumetria que se for adotar. E isso acontece nas cidades, a cidade se transforma em uma imagem, que é uma imagem da Borges de Medeiros, a transformação que teve a Borges de Medeiros. Se a gente pensasse que aquele território não poderia ter tido aquela

alteração, bom, a gente não teria aquele espaço na cidade, que eu entendo que todos concordam que é um espaço icônico na Cidade de Porto Alegre, com seus edifícios, com uma volumetria diferenciada. E quando a gente fala de entender essa volumetria do Centro tipologia e a do Centro, é porque essa é uma das características que tornam o bairro do Centro de Porto Alegre diferente das demais áreas de Porto Alegre. Então, ali a gente entende que é compatível de pensar em edifícios de base torre, como se pensa em outros locais da cidade, descofiguraria em certa parte o que a gente está falando, que é uma paisagem histórica também, mesmo sendo uma história mais recente do que alguns edifícios que foram citados, como a Igreja das Dores. Eu entendo que nós devemos pensar em como debater isso através de modelos de simulação e se estabelecer quais são as áreas que não devem ser edificadas, preservar seus visuais de interesse. Foi isso que eu anotei, Patrícia, não sei se tinha alguma outra questão. Acho que já foi citado que tinha um plano de mobilidade que está sendo desenvolvido com a EPTC. A gente está tendo uma aproximação para poder fazer com que esses planos eles sejam complementares e possam de fato qualificar. A gente ficou muito feliz nas conversas que a gente já teve, em que existe um alinhamento desse entendimento de que tem que estar voltado para uma mobilidade mais leve, de mobilidade ativa. Então, através de uma priorização dos pedestres, de outros tipos de formas de deslocamento que não sejam exatamente a forma como a gente cria esse embate ali do espaço público através desse fluxo de veículos que existe hoje no Centro e veículos de transporte coletivo, enfim, muitos que não precisariam estar usando o Centro como esse grande terminal. Eu acho que por enquanto seria isso. Não sei se eu falei muito tempo, fazia tempo que eu não falava no Conselho, acabei falando demais. (Risos). **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem, está ótimo, Vaneska, Patrícia. Já avançamos um pouquinho na hora ali, são 21h11min, já estamos na hora de encerrar a nossa reunião. Agradeço a oportunidade. Eu parabenizo novamente a equipe pelo maravilhoso trabalho, eu sei o quanto se dedica. As críticas são construtivas, a gente tem que compreender e entender que este é um Conselho que tem divergências, tem visões, tem posição. Então, essas posições enriquecem, o debate sempre com respeito, como disse a Patrícia, é importante ter esse respeito à equipe técnica, ao trabalho que se dedica para trazer aqui, para promover essa discussão e a gente está aqui para construir, quer ouvir as contribuições, tem várias formas, ferramentas. Nós vamos discutir no dia 13, novamente vai ter uma rodada com mais tempo, porque não vai ter o tempo da apresentação, vocês já vão ter conhecido um pouco do projeto, ter acesso a ele, vão ter mais tempo para debater e trazer contribuições. Depois ainda tem a apresentação da compilação dos resultados. Em paralelo a isso tem conversas com entidades, associações setoriais, moradores da região e depois a própria audiência pública. Então, a gente previu uma série de possibilidades de participação nesse processo. Um fato que é comum, o Centro Histórico tem uma série de problemas, isso é realidade, é fato, isso já vinha se agravando antes da pandemia, com a situação da pandemia esse problema se maximizou, o trabalho remoto e *e-commerce* tem crescido de forma estrondosa. Então, a gente precisa de uma ação mais imediata. O nosso Plano Diretor tem uma série de amarras, porque naquela realidade, em 99, quando inicialmente foi proposto, trouxe um ideal de cidade, enfim, o que se pensou para essas regiões e isso de transformou ao longo dos anos. Fica difícil de fato a gente falar em revitalização, transformação em novos investimentos se a gente não superar essas problemáticas, essas amarrações. E de fato, parece que a gente aqui está tentando criar uma fórmula que os próprios empreendimentos resolvam esses problemas dos equipamentos, deem esse tratamento das áreas públicas. Eu acho que a gente consegue criar um ciclo virtuoso e deixa que o mercado vai também respondendo. A

gente cria essa viabilidade econômica para os empreendimentos acontecerem ali e mercado no seu tempo vai oferecendo essa transformação. Nós sabemos que são situações complexas, envolve um grande investimento no centro, mas nós não podemos ter amarras que impeçam o desenvolver natural que aconteceria, porque nós temos uma série de obras importantes acontecendo ali. Recentemente, nós revitalizamos o trecho um da Orla do Guaíba, vamos logo e seguida abrir o Cais Embarcadero, ainda no mês de abril ou maio. O próprio cais está sendo discutido, o Governo do Estado está propondo via BNDES um novo formato ali. Então, vão ter grandes atrativos, grandes obras públicas, grandes investimentos ali e nós precisamos levar a população para aquele local. Nós não podemos impedir hoje, nós temos uma série de propostas que nos chegam aqui de tentativas de reciclagem de uso e desuso, tem muitos imóveis sendo entregues para alugar no Centro. Então, a gente se sente muito desconfortável em não poder aprovar essas soluções que estão vindo para as garagens, empreendimentos que trazem solução, que querem tornar mosto, que querem fazer residencial nas garagens ociosas, aqueles prédios maltratados ali no Centro e a gente tem que dizer que não, infelizmente, a gente não consegue aprovar porque não o estoque está zerado, porque não consegue fazer uma reciclagem de uso, quando que se poderia dar outra utilização para aqueles espaços ali, porque a gente tem essas amarrações, infelizmente, do Plano Diretor neste momento. Então, urge a necessidade de a gente fazer essa transformação, hoje a gente fez essa apresentação conceitual aqui para vocês para fomentar esse debate, internalizem, analisem dentro das suas regiões. Vocês representam diversas regiões aqui da Cidade, entidades, façam nos ambientes que vocês têm essa condição e tragam aqui para este Conselho o resultado, o retorno desse debate que vai enriquecer, sem dúvida o projeto como um todo. Agradeço a oportunidade do debate muito significativo hoje, desejo uma boa noite a todos. Até mais! **(Encerram-se os trabalhos da plenária às 20h15min).**

Germano Bremm	**Secretária Executiva**
Presidente	**Relatora**

Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2021, ... retificações:

ATA ORDINÁRIA Nº 2886/2021

Aos seis dias do mês de abril de dois mil e vinte um, às dezoito horas, reuniram-se para Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, via ZOOM, denominado PLENÁRIA VIRTUAL DO CMDUA, em razão do decreto municipal a fim de combater o coronavírus e a propagação da pandemia entre as pessoas, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira (Titular) e Lisiane Sartori Fioravanço Magni (Titular), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN**; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), **Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS**; Gisele Coelho Vargas (Titular), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE**; Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM**; e Gustavo Garcia Brock (Titular), **Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV**. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS:** Rômulo Krafta (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**; Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Claudete Aires Simas (Titular), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH;** Sérgio Saffer (Titular), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA**; Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS**; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS**; Hermes de Assis Puricelli (Titular), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS**; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), **Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS**; Rogério Dal Molin (Titular), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:** Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Tânia Maria dos Santos (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4**; Ricardo Angelini, (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Maristela Maffei (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7**; Dinar Melo de Souza (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8**; e Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP – HOCDUA. SECRETARIA EXECUTIVA:** Camila Maders Fonseca Coelho, **Secretaria Executiva da SMAMUS**; Patrícia C. Ribeiro, **Taquígrafa/Tachys Graphen**. **PAUTA: 1. Abertura; 2. Votação; 2.1 ATAS: 2875, 2876, 2877 e 2878; 3. Comunicações; 3.1 EXTERNA: Sra. Jacqueline Custodio - Cais Mauá Cultural; 4. Ordem do dia**. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h10min. **1. ABERTURA. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Boa noite, Senhores Conselheiros, Senhores Conselheiras. Declaramos Então, aberta nossa Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental. Desejo uma excelente noite de trabalhos, de debates

equilibrados, que a gente possa avançar na nossa pauta, discutir bastante, não há problema quanto a isso e ao final a gente sempre convergir no encaminhamento. Temos uma comunicação externa inscrita e eu consulto. Eu consulto os conselheiros, antes de abrir para a comunicação externa, se temos conselheiros inscritos para o período de Comunicação. Enquanto isso vou fazendo a leitura dos presentes (Relação dos presentes na inicial). São esses os conselheiros presentes, por favor, se eu não fiz a chamada de algum pode se anunciar pelo chat que a gente faz o registro. Lembrando que a gente está ao vivo pelo nosso canal do YouTube, canal da SMAMS no YouTube. Quem quiser compartilhar o link é só acessar lá ao vivo e compartilhar com todos aqueles que quiserem acompanhar nossa reunião. Temos inscrito para o período de Comunicação, só confirmando aqui, Conselheiro Fernando, Conselheiro Felisberto, Conselheira Maristela e Conselheiro Mark, Conselheiro Saffer também inscritos. Então, não havendo mais inscritos para o período de Comunicação encerro a inscrição para as Comunicações e abro pelo período de 5 minutos para Jaqueline Custódio poder fazer o uso da palavra, conforme prevê o nosso Regimento Interno, para a entidade externa fazer uso da tribuna no período de Comunicação. Boa noite, Jaqueline! **3. COMUNICAÇÕES; 3.1 EXTERNA: SRA. JACQUELINE CUSTÓDIO - CAIS MAUÁ CULTURAL. Jacqueline Custódio - Cais Mauá Cultural:** Boa noite a todos e a todas. Então, eu agradeço ao CMDUA, na pessoa do Secretário Germano Bremm, um espaço concedido para essa comunicação. Então, meu nome é Jaqueline Custódio, sou advogada. Eu até me sinto confortável, porque eu venho há anos participando da Região de Planejamento 6 como delegada. Então, nesse sentido, eu gostaria de deixar um registro aqui em ata, se fosse possível, que o Fórum da RGP 6 não se reúne desde 2019 e nesse sentido a gente enviou um ofício em setembro de 2019 relatando esse fato, mas ainda não houve o retorno. Então, só para deixar essa consideração, mas não é o meu ponto. Então, dito isso, venho aqui representando o Movimento Cais Mauá Cultural e o meu pedido de manifestação tem relação à apresentação que foi feita na última semana do Programa de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Porto Alegre, que eu assisti grande parte. Então, há ano eu venho acompanhando os projetos que têm relação com o Cais Mauá, de forma bem direta, especificamente esse último que está em discussão na justiça estadual e na justiça federal. E essa experiência me possibilitou, devido ao grupo do qual pertenço, identificar muitos problemas urbanísticos, que a gente acredita que deve ser considerado para qualquer outra proposta que venha a ser feita. E um dos mais importantes tem a ver com o programa de reabilitação, que foi apresentado, que tem a dimensão que qualquer que seja o projeto que for apresentado para o Cais, deve necessariamente dialogar com o Centro Histórico. Ele precisa ser pensado como parte integrante do bairro, porque, efetivamente, ele é, né. E um dos primeiros impactos da proposta de recuperação do Cais, que a gente sempre pode antecipar, como exemplo, é a questão da mobilidade urbana, ele já havia aparecido anteriormente, quando se falava no acesso local, quantidade de sinaleiras, passarelas, principais pontos de ingresso, por conta da importância da Avenida Mauá no tráfego de chegada da Cidade de Porto Alegre e como uma via de passagem à zona sul da cidade. Então, fica bem evidente que esses dois projetos, o de reabilitação e recuperação do Cais, devem ser pensados em conjunto. E nesse diálogo é importante a presença dos moradores, que vão conviver com esses e impactos decorrentes de ambos os projetos. Eu trago isso porque acompanhei a Associação de Moradores do Centro Histórico em uma audiência no Ministério Público, do período em que a sede foi utilizado para festas e exibições de jogos, no período da Copa de 2014. Então, a reclamação desses moradores era em relação ao excessivo ocorrido, produzido nos eventos e a duração, que era toda a madrugada. Então, tinha o horário de descanso e as pessoas tinham que trabalhar. Então,

a gente vê como as coisas conversam. E o centro tem essa característica de ser múltiplo, residencial, comercial, possuindo grande parte dos imóveis tombados que dizem respeito a nossa identidade como cidade e apresenta diferentes dinâmicas ao longo do dia. Então, são movimentos que acontecem no Centro e que demonstram que ele ainda está, tem uma vitalidade, que existe esse excesso democrático da população a esse território. Então, a gente entende, realmente, que tem muito a fazer em relação à recuperação, manutenção, cuidados, mas que a gente tem que ter uma especial atenção para essas particularidades, que elas devem se preservar. Então, indo ao encontro do que o Prefeito Sebastião Melo já declarou no início deste ano, a gente acha que a solução para fazer o que ele propôs é bem interessante, a ocupação dos armazéns do Cais, um modo viável, dimensionado à nossa realidade. E a gente tem certeza que pode contribuir em muito para a estruturação de um projeto para aquele lugar. É isso que a gente chama da nossa proposta de Cais Cultural. E a base dessa proposta são dados do Departamento de Economia Estatística, que aponta a economia criativa como um setor muito importante para a economia do Estado. Então, conforme os dados de 2013, as atividades diretamente vinculadas à (Inaudível) criativa correspondem a 4.10 do PIB gaúcho. Para a gente ter uma ideia de comparação, a indústria da construção civil é responsável por 5.29. Então, a gente está falando de um setor economicamente viável e que traz consigo a certeza de uma ocupação ativa daquele espaço, podendo se tornar uma referência nacional, nesse sentido. A comunidade cultural vem se organizando para formatar propostas ligadas a cada setor, que além das áreas tradicionais, como cinema, teatro, inclui artesanato, games, inclusive, a economia solidária. É bom lembrar também que a população cultural incentiva a abertura de outros empreendimentos de serviços e produtos, como bares, restaurantes, eventos comerciais e sociais, lojas, entre outros. Além disso, é possível manter os eventos que já fazem parte da nossa história, como a feira do Livro e a (Inaudível) do MERCOSUL. Então, para concluir, eu deixo o pedido para que possamos participar do processo da construção desse programa de recuperação do Centro Histórico, a partir da perspectiva das possibilidades da utilização do Cais, como elemento histórico indispensável na dinâmica desse bairro. E, além disso, a gente entende que o tempo disponibilizado para o debate é pequeno, é reduzido, devendo ser ampliado e que a gente se preocupa com isso por conta da pandemia, senão seria uma participação um pouco mais efetiva. E, por fim, para acabar, senão for pedir muito, que o Secretário possa fazer a interlocução entre o grupo Cais Mauá Cultural e o Prefeito, conforme a gente já pediu em protocolo em 08 de janeiro, que ainda não tivemos retorno. Muito obrigada! **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Jaqueline, pela manifestação, contribuição, sempre bem vinda ao debate. O processo do projeto está em fase de construção, acho que tem vários momentos previstos. É importante, e ali está a Patrícia, nossa Diretora do Planejamento, a gente recolher e ter essa construção conjunta ao longo desse período. Não há dúvida da importância de vocês nesse debate. Eu questiono se tem algum conselheiro que, conforme prece o regimento, pelo período de um minuto, quer responder, fazer alguma observação, questionamento? Conselheiro Rafael Passos está inscrito e a Conselheira Patrícia. Encerro a inscrição e abro a palavra. O Conselheiro Felisberto inscrito por último. Abro a palavra ao Conselheiro Rafael Passos. Um minuto, Conselheiro, lembrado. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Primeiro, obrigado pela presença, Jaqueline. Bom, rapidamente, o mais breve possível, manifestar que esse coletivo que a Jaqueline vem representar aqui é composto por muitos segmentos da cultura, entre os quais o IAB também está compondo. E lembrar da manifestação que fiz semana passada na apresentação do projeto que nos parece fundamental que esse plano considere, trate do

impacto que vá ter esse projeto, embora seria importante saber como ele será para analisar o plano ou propor como ele será no plano, que seria muito melhor, né. E aí eu finalizo lembrando que o EIA RIMA do projeto anterior para o cais, no próprio EIA RIMA, na parte de tráfego reconhecia a incapacidade de resolver no projeto e no entorno o impacto que aquele projeto causaria ao entorno, e, principalmente, na Avenida Mauá e o entorno do ponto de vista do tráfego. Ou seja, demonstrando que o plano precisa tratar disso, porque o projeto em si, por maior que seja vai ter grande dificuldade de resolver o seu próprio impacto, ainda mais adensamento previsto que se pretende com o plano. Então, é fundamental essa reivindicação que a Jaqueline traz aqui desse coletivo para integrar ao plano de reabilitação do Centro. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Na verdade, eu queria só o contato da Jaqueline e já consegui. Então, muito obrigada, a gente vai entrar em contato para conversar. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Bom, primeiro eu queria saudar a Jaqueline pela vinda a este Conselho para trazer a contribuição e o conhecimento de que há pessoas que também pensam esta cidade coletivamente. E parte de uma construção coletiva, nada pronto, construído a partir das ideias das pessoas. E eu acho que esse é um exemplo para que a gente passa adotar para grandes projetos nesta cidade, que seja um projeto assumido coletivamente e não por ilustres ou sumidades nesta cidade. Então, eu quero deixar os parabéns, Jaqueline. Parabéns ao coletivo que tu representas, a tua luta pelo patrimônio histórico, tu és um exemplo nessa luta. Era isso que eu queria dizer. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto, pela contribuição, resposta. Obrigado mais uma vez, Jaqueline pelas manifestações. Muito bem-vinda a entidade, a representação que faz nessa discussão e neste conselho. Então, abrimos para o período de Comunicação. Primeiro inscrito o Conselheiro Fernando, representando o SENGE. Por favor, pode fazer o uso da palavra pelo período de 3 minutos. **Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Boa noite, Presidente. Boa noite demais conselheiros. Na realidade, eu me inscrevi para comunicar e convidar a todos, o Presidente e demais conselheiros aqui do CMDUA, para um workshop que o SENGE em conjunto com o PH e o Comitê Lago Guaíba está promovendo. A discussão será sobre o muro da Mauá, os desafios da integração com a cidade. Nós teremos dois painéis, um painel principal e um segundo painel, que vai ser bem interessante, a discussão vai ser principalmente sobre o combate às cheias e depois, ao final, vai ter uma mesa redonda com o Prefeito Sebastião Melo. Então, esse evento ocorrerá no dia 14 de abril, das 14 às 17 horas, vai ser pelo canal do YouTube ou do Facebook do Sindicato dos Engenheiros. Então, deixo aqui o convite, vai ser bem interessante essa discussão, até porque está em voga a questão do Cais e do muro da Mauá. Então, estão todos convidados. Era isso, Presidente. Obrigado! **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Fernando, importante contribuição, compartilhar com o grupo a participação. Na sequência o Conselheiro Felisberto inscrito para comunicação. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa noite a todos e a todas, conselheiros e conselheiras, e Jaqueline novamente. Primeiramente, eu queria colocar que no momento em que a gente coloca as críticas aqui neste Conselho não é nada pessoal, é uma visão de cidade que tem que ser debatida. E quando a gente apresenta ou a gente está diante de um projeto, a gente não quer ser só conhecedor do projeto, a gente quer construir o projeto junto e não vir com a metodologia pronta, construir a metodologia coletivamente. Nós temos que aprender em um processo

de discussão coletivo e não de iluminados, porque tem muito iluminado nesta cidade que não escuta as pessoas, não se constrói coletivamente. Fala-se muito em sustentabilidade, mas sustentabilidade se dá com a responsabilidade coletiva e não de determinados grupos só. Uma construção que tenha vários atores pensando a cidade. E isso vale para qualquer região da cidade. E eu quero deixar bem claro aqui que o Centro tem várias características, o Centro não é homogêneo e se a gente não tiver bem dimensionado isso não faremos um projeto de integral recuperação ou humanização do Centro, o Centro tem que ser para as pessoas e com as pessoas. Então, envolver as pessoas é importante. Nós temos várias praças no Centro que são de encontro, mas que muitas vezes estão abandonadas pelo poder público que deixa as praças abandonadas. Canalizaram 24 milhões para recuperar as praças, mas que eu saiba não recuperaram nem 10% das praças. Onde foram parar esses 24 milhões? Então, quando a gente faz a crítica ou faz uma observação aqui nós queremos saber respostas. Eu represento uma região, eu represento um coletivo, eu não sou a Região Centro, eu represento as ideias desse coletivo, que foi a plataforma que me trouxe até aqui agora. E eu tenho a minha opinião enquanto morador do Centro, eu moro no Centro há 67 anos, ou seja, desde que eu nasci. Então, eu vivo o Centro, sinto o Centro e sou uma pessoa que o meu trabalho se dá no Centro. Então, precisamos ter essa visão coletiva, desprender-se do seu conhecimento e adquirir novos conhecimentos. Eu sempre me lembro, que me impactou muito de alguns anos para cá, é o livro escrito pela Jane Jacobs – Vida e Morte da Cidade, era uma jornalista, não era arquiteta, nem urbanista. Ela demonstrou uma visão clara do que era importante para a cidadania, não era a visão técnica, era a visão humana. Era isso, boa noite, obrigado! **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado Conselheiro Felisberto, pela contribuição. Na sequência a gente tem a Conselheira Maristela inscrita. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Boa noite a todos, a todas. Quero deixar aqui um abraço para a Jaque. Em 99, quando foi feita uma revisão, eu fui relatora, já disse isso aqui, na revisão do Plano Diretor, na temática, justamente foi a questão do Centro Histórico e o Espelho D'água, que muito me honrou em fazer isso. Segundo, Secretário, já conversei com o senhor essa semana, quero aqui reforçar a solicitação, eu até tinha sugerido para quinta-feira de manhã, às 9 horas, se fosse possível dentro da sua agenda, porque nós temos o tema do Parque Saint' Hilaire e a questão dos pinos, que é uma coisa muito grave, porque tudo que tem, tudo que possa ser feito, se continuar a questão do jeito que está, sem ter controle a questão dos pinos, não vai sobrar nada. Isso nos preocupa muito. Nós temos uma proposta, Secretário, para trazer para o senhor, a gente faz parte dos movimentos sociais, mas também junto com a Via Campesina, nós temos uma visão de sociedade que aquilo que é público, como um parque tem que ser bem tratado, mas também não é uma responsabilidade só do Estado. Então, assim que nós estamos colocando, como cooperação, importantíssima e urgente. Então, a gente quer reforçar para ter um retorno, se for possível, Secretário, essa agenda para quinta-feira, às 9 horas da manhã, para nós estarmos debatendo com o senhor sobre esse tema tão valioso, porque não é possível, eu abro a janela aqui da minha casa, dou de cara não mais com uma floresta, mas com pinos, isso é muito grave. Então, era isso que eu ia falar aqui, Secretário, para que nós tenhamos essa responsabilidade coletiva e que o Estado possa sim ser o gestor dessa luta que nós estamos trazendo e travando junto com o município de Porto Alegre. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Maristela, pela manifestação no período de Comunicação. Vamos tentar compor na medida do possível, as agendas estão complexas, principalmente para as próximas quatro semanas, agenda

lotada de meia em meia hora. A gente tem que ir tentando compor sempre, naturalmente. Na sequência a gente tem o Conselheiro Mark inscrito. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Boa noite a todos. A minha inscrição se deve à aquela importante reunião extraordinária que nós tivemos quinta-feira, dia 1º de abril, eu queria ver, porque nós acabamos não conversando um pouco mais sobre a questão das contribuições. A Patrícia fez uma referência em uma das lâminas ali, a Patrícia deixou anotado o dia 13 de abril, que seria a nossa próxima terça-feira, como uma data para contribuições, aí seriam as contribuições. A minha questão é se são contribuições individuais, contribuições das entidades? Isso só podem ser contribuições formais? Como vai se processar isso? E ali menciona também que os interessados em aderir ao programa têm até o dia 16 de abril para se manifestarem e eu não sei quais são os requisitos, as condições para que os interessados se alistem, se há algum critério elaborado, qual é o tipo de solicitação e de enquadramento que é feito para adesão e as contribuições ao plano? Era isso, obrigado. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Boa noite a todos e a todas. Eu queria reafirmar uma posição nossa, que a gente falou nessa reunião que o Mark falou, de quinta passada, que a nossa entidade vê essa iniciativa da prefeitura como uma iniciativa muito positiva e a gente acha que a forma como está fazendo é uma forma bastante diferente das outras metodologias, tanto que enviou essa documentação para a gente fazer uma avaliação anteriormente. E eu vejo a intenção de ter uma participação bem ampla e da população para ter realmente talvez uma contribuição de forma bastante coletiva de todos. Eu vejo essa participação da Jaqueline hoje aqui, que justamente mostra esse processo e muito interessante a participação dela, a contribuição e a vivencia toda que ela tem dessa região. Nós entendemos que vamos fazer alguns posicionamentos no momento certo. Ou seja, quando a gente começar pelo debate. Então, a questão também do prazo, que eu vejo que a Jaqueline comentou, eu vejo que vocês vão ter acessibilidade, e a Patrícia teve já durante a revisão do plano, em alguns momentos vocês vão ter a oportunidade de ter mais alguns dias sempre debate ou não. Entenderam? Quando nós estávamos nas reuniões passadas da revisão do plano, depois do Ministério Público, que a gente teve aquela oportunidade de debate, vocês fizeram algumas reuniões extras por terem visto a necessidade de mais prazo. Então, o prazo, vocês vão ter a acessibilidade a mais algumas reuniões ou não. A gente só fica preocupado em que momento e onde tem que ser as manifestações das pessoas referente a esse assunto. Eu acho que a recém foi dada a largada, é aqui ou em outros momentos que a gente vai poder fazer essas manifestações. É isso aí. Um abraço a todos. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Saffer, pela contribuição, sem dúvida o processo está aberto. Então, não havendo mais inscritos, peço que a Patrícia me ajude um pouquinho aqui nos esclarecimentos em relação ao processo. De fato, a gente tem um calendário que a gente previu para essa discussão posta em debate, apresentado no Conselho do Plano. Vai ter outras oportunidades, tanto aqui no Conselho, quanto aqui no Conselho, quanto em paralelo às discussões setoriais, justamente para a gente possibilitar ter essa conversa e colher essas contribuições, fazer essa discussão. Então, Mark, esse momento lá no calendário inicial previsto para os interessados, não é que vai terminar o prazo para os interessados se inscreverem no programa, não, é só uma janela de oportunidades talvez para que algum grupo, enfim, alinhado, que vai ser diretamente afetado como a proposta, possa fazer essa conversa com o poder público. É mais uma abertura para o diálogo, para esse grupo de interessados a talvez, futuramente, aderirem ao programa. Naturalmente, depois se aprovado, aí sim vai ter o momento de indicação dos interessados, inscrição dos interessados. Patrícia, quer

ajudar nas respostas? **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** O pessoal está ansioso. Realmente, talvez não tenha ficado claro na questão do calendário, é que a gente fez uma abertura inicial de diálogo direto com os interessados, com associações interessadas, a gente fez um calendário específico e também com a população. Esse calendário é uma primeira coleta de contribuições, a partir daí a gente vai avaliar os resultados, vamos compilar com o que nós já temos e, obviamente, que a gente tem que devolver isso para a sociedade em algum momento. E paralelo a isso também, como a própria Jaqueline entrou em contato, por exemplo, a gente está em contato com outras entidades também, a ideia é a gente conversar com quem tem interesse em se manifestar, em conversar, para a gente poder agregar essas informações, para poder agregar essas preocupações. A ideia é que seja um processo construtivo mesmo. Não é uma coisa imposta, bem pelo contrário. E dando um *feedback* das pesquisas, a gente está recebendo muitas respostas, estão sendo muito interessante das mais diversas opiniões e contribuições sobre o Centro, que eu acho que vão agregar muito para o nosso trabalho. Então, de novo, reitero a necessidade da pesquisa. Possivelmente, depois que fecharmos essa a gente vai ter alguma pesquisa complementar, enfim, mas o que eu quero deixar claro é o seguinte, a gente não colocou e não estabeleceu ainda um prazo – ah, vai ser tal data, exatamente porque tem algumas questões a serem fechadas. Então, a gente tem uma previsão inicial, mas a gente não estabeleceu data para encaminhamento da minuta, que fique claro. Vamos discutir, vamos contribuir com aquilo que vocês acham relevante, porque a gente está considerando e a gente quer considerar, acho que vai ser um diálogo bem interessante para a gente, bem legal. E vamos na semana que vem focar a reunião em realmente perceber a contribuição de vocês nesse projeto, elas vão ser consideradas. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Patrícia, pela contribuição. Então, a gente avança um pouquinho na nossa pauta. Eu acho que tem uma Questão de Ordem da Conselheira Tânia, mas a gente retoma a pauta específica do Plano da agenda do dia 13, depois vamos avançando na pauta. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Boa noite a todos. Eu gostaria só de fazer um adendo sobre o que estava sendo falado. Quando se fala em participação da população em geral, com relação ação esse assunto tão polêmico, a gente tem que pensar que uma grande parte da população não tem rede social, eles não têm internet, eles não têm acesso. Então, como seria feito para poder abranger toda a população, né? Ou grande parte delas, que são as pessoas interessadas pela cidade? Então, uma sugestão, por que não fazer não disponibilizar alguns totens na cidade, em alguns lugares, onde as pessoas pudessem parar em frente deles e dar a sua opinião? Podia passar alguma coisa referente ao plano e a pessoa para ali e dá a sua opinião, ela é filmada, ela é gravada. Isso eu já vi em outros lugares, poderia ser disponibilizado na cidade em alguns locais para fazer com que as pessoas que não tenham acesso também possam se manifestar. Eu acho que seria justo, é isso. Muito obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Tânia, pela contribuição ao debate. Então, Senhores Conselheiros, nós temos as atas: **2. Votação; 2.1 ATAS: 2875, 2876, 2877 e 2878. E**stamos perto aí do mês de abril, da gente colocar em dia nossas atas, nossa taquígrafa, encarecidamente pedimos para ela aproximar aí e a gente ficar com uma diferença de uma ou duas reunião no máximo. O nosso pedido, renovo o pedido para a taquigrafia, para nos acelerar nas atas. Então, consulto, Senhores Conselheiros, se temos objeção ou abstenção às atas, por favor, façam no chat para a gente ter mais celeridade e poder avançar na pauta. Temos abstenção do Conselheiro

Felisberto, Conselheiro Adroaldo, Conselheira Claudete, Conselheiro Rafael Passos, Conselheiro Emílio, Conselheira Tânia e Conselheira Jussara, Conselheiro Mark, Conselheiro Hermes. Temos 09 abstenções, nenhum voto contrário. **APROVADAS AS ATAS**. Senhores Conselheiros, passamos para os nossos processos previstos na **4. ORDEM DO DIA. 4.01 – INCLUSÃO DE TRAÇADO VIÁRIO**, relatoria da Conselheira Tânia, RGP 4. O processo foi distribuído em 17/01 e o prazo para relato foi em 21/07. Teve apresentação da Equipe do Planejamento, teve um pedido de diligência em 28/08 e atendido em 04/04. Eu vou pedir que a Equipe do Planejamento faça um breve resumo do que se trata o expediente e depois a gente ouve o relato da Conselheira Tânia. Arquiteta, Marina, boa noite. **Marina, Equipe de Planejamento – SMAMUS:** Boa noite. Então, é o Processo 18.0.00094370-0, que trata de inclusão de traçado viário. Então, a minuta de resolução passou já pelo Conselho, mas teve um pedido de diligência que acabou fazendo que a minuta fosse alterada. Então, é um gravame de traçado viário no Bairro Lomba do Pinheiro em Porto Alegre. Então, os gravames viários das diretrizes 1036 e 1037 e Rua Flor de Lis, conforme diretrizes viárias da CAADHAP, o traçado está inserido na RGP 7, no Bairro Lomba do Pinheiro e ali na terceira figura a gente consegue ver a implantação do traçado viário. Então, todas essas vias foram projetadas com gabarito de 12,50 m e vieram da CAADHAP de diretrizes viárias de um empreendimento Minha Casa Minha Vida. Então, aqui a gente tem o parecer da PGM dizendo que não há óbices de natureza jurídica para minuta de resolução. Aqui nós temos o pedido de diligência da RGP 4. A coordenadora da CAADHAP, a Arquiteta Selma, em função da solicitação da Conselheira Tânia, sugeriu a realização de um levantamento cadastral por parte da SEGIL, que faz parte da SMAMS, mas a SEGIL informa que não tem como fazer esse levantamento cadastral por falta de pessoal e em função da pandemia. A CPU resolve que vai fazer essa revisão do traçado viário em cima do levantamento aerofotogramétrico de 2010. Então, a Arquiteta Maria Paula faz essa revisão e propõe uma alternativa de traçado viário, o que foi inicialmente proposto e o processo está voltando para apreciação da nova proposta, que é demonstrada no anexo 2. Então, basicamente isso. Obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Marina, pelos esclarecimentos, relembrando a pauta. Então, na sequência já passo a palavra para a Conselheira Tânia, que vai fazer o relato. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Relato de parecer da RGP 4 - Processo 18.0.000094370-0: *Trata o presente expediente, referente ao Processo nº 18.0.00009470-0, para a aprovação de alteração no gravame dos traçados viários das diretrizes: diretriz 01, Rua Flor de Lis, diretriz 02 1036 e diretriz 03 1037, todas com gabarito de 12,50m, localizadas no quarteirão 45 da Macrozona 10 UEA, Bairro Lomba do Pinheiro. Justificativa: Trata-se de gravame viário, conforme diretrizes viárias CAADHAP (Comissão de Análise de Habitação Prioritária) emitidos pela UPV/CPU/SPM em 06/05/13. Parecer: para Minha Casa Minha Vida através do Parecer 535/13, disponível no EU 002.2592.246-00.0, Processo SEI 18.0.000094370-0 e 002.33800100.7 (não encontrado). Em 17/10/18, em anexo, foram incluídas no PDDUA as diretrizes de alinhamento, referentes ao processo 18.0.000094370-0. Em análise ao traçado das diretrizes, pude observar que a diretriz 01, referida Rua Flor de Lis, já existe, mas se trata de uma rua sem saída que a efetivação desse traçado viário irá passar sobre uma comunidade já consolidada a bastante tempo, como pode ser visto na foto em anexo a esse parecer. Tendo em vista, a impossibilidade de contatar a comunidade para esse debate, e fazer um levantamento minucioso de quantas casas teriam de ser removidas para que esse traçado viário se efetivasse. Sendo assim, a Conselheira da RGP, até que se esclareçam as devidas observações, é contra tal traçado de gravame viário, e pede com extrema urgência*

e clareza, uma diligência ao local, através da CAADHAP, a fim de constatar e esclarecer as possíveis eventualidades. Feita a referida diligência ao local pela CAADHAP, foi feito um novo traçado viário, conforme parecer nº 535/13, disponível no eu 002.259246.00.0, com adequações efetuadas pelo UEU/CPU/DGPUS/SMAMS, baseadas em diligência 11281416, solicitada ao CMDUA pela Conselheira da RGP 4, relatora desse processo, onde a mesma se manifesta contrária ao gravame inicialmente proposto, uma vez que este atinge uma comunidade já consolidada a bastante tempo. Considerando a necessidade de planejar a estruturação viária da região, onde se observa um crescente adensamento populacional, inclusive com opções irregulares e empreendimento MCMV. Esta UEU propôs uma alternativa de traçado viário ao que foi inicialmente proposto. Suprimimos a extensão da Rua Flor de Lis e criamos a extensão da Rua Hiroshima, de maneira que esse prolongamento de traçado inicia sobre via já existente na ocupação junto a Rua Izidoro Lima. Em anexo, apresentamos nova minuta de resolução 12777612 e anexos 12777659 e 1277791. Sendo assim, tendo em vista que a nova diretriz de traçado viário, foi alterado, levando em consideração a comunidade já consolidada, a relatora da RGP 4 é favorável a nova minuta de resolução 12777612 e anexos 12777659 e 12777791. Na verdade, nós não fomos até o local, ninguém pode ir, em consideração a essa pandemia, mas o que foi pedido foi feito, a alteração de traçado. Então, tendo em vista essa nova alteração nós não somos contra, somos a favor desse novo traçado viário. Muito obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Tânia, parecer favorável à aprovação de inclusão de traçado viário, proposta pelo Município de Porto Alegre. Temos pedidos de relato de vista ao presente expediente? Senão a gente encaminha para a discussão. Temos um pedido de vista do Conselheiro Felisberto e Questão de Ordem da Conselheira Maristela. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Boa noite. Gostaria de parabenizar o relato da Conselheira Tânia, mas como veio a segunda discussão a comunidade não tomou ciência dessa nova proposta. Então, eu queria perguntar o seguinte, se ainda há tempo hábil para vista? Se sim, porque, na verdade, não tem como, fica muito ruim eu enquanto conselheira não levar isso à comunidade. Isso eu posso fazer, não precisar ser a Prefeitura, mas, no mínimo, dar ciência antes de ter qualquer aprovação. Não acho justo que a comunidade não tenha ciência. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Perfeito, Conselheira. Sim, é a oportunidade do relato de vista, agora pode, fica para a próxima semana. Então, temos solicitação de vista da Conselheira Tânia, Conselheiro Mark e Conselheiro Felisberto. Então, a gente posterga o debate para a próxima semana, a partir do retorno do relato de vista dos conselheiros que aqui colicitaram. Seguindo na pauta: ITEM 4.07 –Estudo de Viabilidade Urbanística, o Relator é o Conselheiro Emílio, do CAU, esse processo foi distribuído em 10/12/2020 e o prazo para relato em 22/12. No entanto, não tínhamos chegado até a presente pauta. Vou pedir para a Equipe de Planejamento fazer um resumo. **Marina, Equipe de Planejamento – SMAMUS:** Então, é uma provação de EVU, Processo 20.0.00053496-0, interessado Vascovitas Empreendimentos Imobiliários, localizado na Rua 5.117, nº 615. Então, o EVU trata de empreendimento residencial na modalidade condomínio, com financiamento pelo Programa Minha Casa Minha Vida na parte de renda entre três e seis salários mínimos e para o projeto foi solicitada a flexibilização de altura para 12,50 m. Quanto à localização, a proposta do empreendimento está localizada na RGP 8, Bairro Hípica. E ali a implantação no quarteirão. Aqui destaca-se a localização do terreno sobre o mapa de satélite e a prancha de implantação do empreendimento. Quanto às análises técnicas foram emitidas pelas seguintes secretarias: Secretaria de Desenvolvimento Econômico na área de uso e

ocupação do solo. A SMAMS na época na área de planejamento, bens ambientais e equipamentos comunitários de praças e parques. A SMIM com as obras viárias, mobilidade, equipamentos públicos de abastecimento de água, esgoto sanitário drenagem pluvial. A SMED e a SMS com equipamentos comunitários. A PGM fazendo o papel de procuradoria. A Secretaria da Cultura e a Secretaria da Fazenda. Então, o DMAE aponta que os projetos de abastecimento de água e esgoto sanitário deverão ser reprovados, adequando-se a nova proposta de ocupação apresentada. Isso fica como um condicionante para aprovação do projeto na próxima fase. A EPTC apresenta condicionante também para etapa de aprovação do projeto arquitetônico e também para emissão do Habite-se. A SMIM na área de drenagem apresenta condicionantes para emissão do Habite-se. Então, também para próximas fases. A SMIM na parte de obras viárias não se manifestou. A SMAMS aprova o EVU com condicionante de apresentação de um plano de resgate e monitoramento de fauna silvestre atualizado para a etapa de aprovação do projeto arquitetônico. A SMDE se manifesta favorável à flexibilização de altura para 12,50m. É isso. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Marina, pelo lembrete. Na sequência passo ao Conselheiro Emílio, que já adianta que vai solicitar diligência. **Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Boa noite a todos e todas. Boa noite, Secretário. Realmente, faço um pedido de diligência para poder embasar meu voto e relato, experiência, especificamente, em relação a esse empreendimento. Então, eu não sei se posso dar leitura a este pedido de diligência? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Sim. Pode fazer, Conselheiro. **Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Em relação ao Processo 20.0.000033209-8, devo solicitar, para embasar, especificamente, meu parecer do respectivo processo, diligência a três organismos da Prefeitura: SMDE, EPTC e DMAE. Especificamente, com respeito à SMDE, parecer que esse é um projeto que já vem de longa data, um projeto que precisaria ao menos ter um relato dos últimos pareceres para poder saber especificamente os pedidos de altura, os pedidos de diversos que fizeram ao empreendimento. Especificamente, o aumento do número de economias consideradas no projeto. Portando, eu precisaria anexar os últimos relatos do processo para ter a certeza daquilo que se estava pedindo, especificamente em relação àquele projeto. Em relação à EPTC, devo parabenizar, especificamente a rápida resposta da arquiteta Júlia, da EPTC, porque fiz algumas consultas preliminares e ela, solicitamente respondeu às minhas solicitações que eu tinha dúvidas em determinados pontos. Para efeitos que constem no processo, dadas as respostas importantes que ela me deu, solicito por escrito e preciso ter por escrito também, que conste no processo esse pedido à EPTC: *Então, sabendo que o licenciamento de unidades habitacionais de grande porte são consideradas como polos geradores de viagens, portanto, existe uma grande possibilidade de que essas impactem sobre infraestrutura viário. Portanto, a mobilidade e acessibilidade da região, solicito para que a EPTC solicite ao empreendimento o Estudo de Impacto de Tráfego na região, assim como estudo necessário de transporte coletivo sobre as necessidades de consultar reforços de linhas de transporte coletivo nos horários de pico. E deve-se considerar que o dimensionamento operacional dessa demanda potencial poderá afetar os cálculos da tarifa do sistema coletivo de Porto Alegre. Para o DMAE acredito que Serpa muito importante, porque praticamente o que define o voto favorável ou não a esse parecer deste conselheiro é que o Parecer 241/2020, transcrevo literalmente o que diz o DMAE com respeito a esse parecer: Informação da Gerência de Planejamento – O abastecimento e água do Condomínio Residencial Villa Pienza, inserido no Programa Minha Casa Minha Vida,*

composto por 616 economias a serem implantadas na Rua 5117, nº 615, para uma população de 1484 habitantes, será feito pelo seu sistema igual do Residencial Boa Vista Residencial, o qual foi uma parte do sistema Belém Novo. A vazão de água demandada para abastecimento desse condomínio não está disponível no sistema atual. Portanto, a oferta de serviço de água potável depende da implantação e operação de um novo sistema de abastecimento de água. Devido ao significativo aumento e novos empreendimentos nesta região, muitos oriundos do Programa Minha Casa Minha Vida, que foram bem superiores ao crescimento previsto para a área e, consequentemente, bem superior à capacidade instalada para o atendimento das necessidades dos serviços de abastecimento de água do sistema Belém Novo, atualmente estamos bem sem condições de atender o abastecimento de água para novos loteamentos e/o grandes empreendimentos situados na área de abrangência desse sistema. Portanto, solicito que o DMAE emita um parecer com data atualizada sobre a possibilidade ou impossibilidade de oferecer água demandada para esse empreendimento do Minha Casa Minha Vida. Atenciosamente, Arquiteto Emílio Merino – Conselheiro CAU. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Emílio. Então, fazendo o relato da sua solicitação de diligência. Como a diligência tem que ser deliberada pelos conselheiros, eu consulto se há oposição dos conselheiros com relação à solicitação de diligência? Por favor, que se manifeste no *chat*, se não houver contrariedade nós encaminharemos a diligência do Conselheiro à CAUGE, onde tem onde tem assento todos esses órgãos e fez a avaliação do Estudo de Viabilidade Urbanística e os pontos levantados que foram tratados terão condição de responder aos questionamentos levantados pelo Conselheiro, porque todos os órgãos ali tem representação. Não havendo contrariedade, aprovamos a diligência à CAUGE, solicitada pelo Conselheiro Emílio. Então, Senhores Conselheiro, avançamos para o **ITEM 4.08 - INTERESSADO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE**, gravame viário no acesso Olavo Domingos de Oliveira. O relator é o Conselheiro Rafael Passos, processo distribuído em 04/3/2021, o prazo para relato em 16/03. Já temos o parecer anexado pelo conselheiro, eu peço à Equipe do Planejamento para faze rum resumo do que se trata o expediente. **Marina, Equipe do Planejamento – SMAMUS:** Então, esse é o Processo 19.0.000129099-4. Então, é uma minuta de resolução para gravame traçado viário do Acesso Olavo Domingos de Oliveira, Vila Grécia, com início no Beco dos Marianos. O Acesso Olavo Domingos de Oliveira, Vila Grécia, está localizado no Bairro Jardim Carvalho, dentro da RGP 4, como a gente pode ver nas imagens. Aqui a localização sobre o mapa de satélite. Então, a solicitação tem origem no Processo SEI referido, onde consta a intenção de cadastrar a via pública existente há mais de 10 anos. Além da sua existência há mais de 10 anos, também podemos constatar a existência de infraestrutura instalada, como rede de água, esgoto e energia. Em consulta à PGM, essa se pronunciou favorável ao cadastramento e o objetivo do cadastramento é permitir que os moradores regularizem suas propriedades e pleiteiem a instalação da infraestrutura faltante junto ao município. Aqui seguem os anexos 1 e 2 da minuta de resolução, onde a gente pode observar a proposta de gravame viário. Esse traçado vermelhinho aqui. A PGM se posicionou favorável ao cadastramento e é isso. Muito obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Marina, pelo resumo do processo colocado em pauta. Passo de imediato a palavra ao Conselheiro Relator Rafael Passos. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Obrigado, Presidente. Obrigado, Marina, pela apresentação. (Leitura do Parecer): *Trata-se de solicitação de gravame e cadastramento viário, da via Acesso Olavo Domingos de Oliveira localizado na Vila Grécia, Bairro Jardim*

Carvalho, na Região de Planejamento 4. A solicitação tem origem junto aos próprios moradores, através da Arquiteta e Urbanista Viviane Von Marées (CAU 17.882-9), em processo iniciado em 29 de outubro de 2019. O acesso em questão existe há mais de 18 anos, conforme comprovado e atestado pela Procuradoria Geral do Município (Parecer nº 101 de 9 de março de 2020). Localizado em área privada ela é produto de ocupação irregular consagrada. O tempo de existência da via consagra-a como área pública, retirando de plano qualquer risco à administração pública pelo reconhecimento de área privada como pública. Deste modo a via está apta ao reconhecimento jurídico da afetação pública por meio do cadastramento. Atualmente a via apresenta infraestrutura instalada, como água, esgoto e rede elétrica. Em sua extensão em torno de cem metros – desde o Beco dos Marianos até seu fim junto a área vegetada – apresenta trechos com calçamento, asfalto e terra, numa largura total de cinco metros. Considerando todo o exposto e manifestação da PGM no sentido de que o reconhecimento da "situação fática", ou seja, da existência do logradouro e portanto apto ao gravame e cadastramento, poderá contribuir positivamente para a futura regularização fundiária e urbana da área, este Parecer vem no sentido de propor a aprovação da solicitação de gravame e cadastramento viário do Acesso Olavo Domingos de Oliveira pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental, CMDUA. A lamentar, contudo, que ao contrário de muitos dos processos que por este Conselho têm tramitado, um simples processo de reconhecimento de logradouro existente há mais de 18 anos, e dotado de adequada infraestrutura, e cujo gravame e cadastramento não implicará em desapropriação onerosa nem ao ente público nem a moradores, ou mesmo ao proprietário, o qual não assumiu por todos esses anos seu dever de cuidar da área, tenha tardado mais de um ano para chegar à deliberação deste Conselho. Porto Alegre, 30 de março de 2021. É isso, colegas. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Rafael. Manifestação favorável ao Item 4.08 da pauta, gravame viário. Nesse sentido consulto os conselheiros se temos alguma solicitação para relato de vista? Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Para o Rafael. Não existe nenhum perigo de atingir casas de moradores, tendo em vista que o pedido foi dos próprios moradores. É isso? **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Não, Felisberto, na verdade, o traçado já está posto, não há qualquer alteração do traçado. A via, como está lá está sendo gravada e cadastrada. Não há qualquer mudança nesse traçado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Rafael Passos. Consulto se temos algum inscrito para debater o assunto? Não havendo pedido de relato de vista e inscrições para o debate, podemos encaminhar à leitura dos votos ao parecer favorável do relator. Então, encerramos a inscrição para debate, faço a abertura da votação. **VOTAÇÃO NOMINAL - PARECER FAVORÁVEL AO GRAVAME VIÁRIO**: **Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** De acordo com o relator. **Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Favorável. **Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN:** Favorável. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Favorável. **Gisele Coelho Vargas (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Favorável. **Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM:** Favorável. **Gustavo Garcia Brock (Titular), Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV:** Favorável. **Rômulo Krafta**

(Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS: Favorável. **Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Favorável. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Acompanho o relator. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Favorável. **Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Favorável. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Favorável. **Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Favorável. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Favorável. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Favorável. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Favorável. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Favorável. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Favorável. **Ricardo Angelini, (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Favorável. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Favorável. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Favorável. **Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** Favorável. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Favorável. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Temos 25 votos favoráveis, nenhum contrário, nenhuma abstenção. **APROVADO O PARECER FAVORÁVEL DO RELATOR**. Só corrigindo, o Item 4.07 da pauta colocado em diligência não é para a CAUGE, é para a CAADHAP, ele é oriundo da Comissão de Habitação Prioritária. Então, será remetido para a CAADHAP. Então, avançamos para o item 4.09, relato pela RGP 5. Uma Questão de Ordem do IAB. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Só para registrar, o Dal Molin informou não ter sido chamado para voto. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Verdade, Conselheiro. A presença não estava registrada. Por favor, como vota, Conselheiro Dal Molin? **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Acompanho o relato. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Então, são 26 votos. Passamos ao **ITEM 4.09, GRAVAME VIÁRIO, MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE**. A RGP 5 tem o relato. Processo distribuído em 04/03, prazo para relato em 16/03. Teve apresentação favorável já em 16/03 pelo relator e tivemos a solicitação de vista da RGP 1 e SOCECON. Eu peço à Equipe de Planejamento nos lembrar do que se trata o processo. **Marina, Equipe de Planejamento – SMAMUS:** Então, trata-se do Processo 19.0.000130385-9. Então, trata-se de uma inclusão de traçado viário da Avenida Lajeado Costa do Cerro, no Bairro Lajeado, RGP 8. Então, é o gravame para fins de cadastramento dessa via aqui, a solicitação tem origem no processo referido, onde consta a intenção de cadastrar a via pública existente há mais de 10 anos, conforme anexo 2. Então, esse aqui seria o gravame para fins de cadastramento. A PGM não se opôs ao cadastramento, diz que não há questões jurídicas ao gravame e a Coordenação de Desenvolvimento Urbano encaminhou ao CMDUA a inclusão de gravame de traçado viário da Avenida Lajeado Costa do Cerro, localizado na Macrozona 8, com 12,50 m de largura e extensão aproximada de 580 m, com início na Avenida Edgar Pires de Castro e finalizando em *cul-*

de-sac. E o cadastramento da referida via com largura de 12,50 m e extensão de aproximadamente 562 m. Obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Marina. Consulto a Conselheira Claudete se vai fazer relato de vista? **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** O ACESSO não teve condições de se deslocar até o local, a ACESSO não vai prestar relato. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem. Obrigado, Conselheira Claudete. Conselheiro Felisberto, consulto se vai fazer relato de vista? **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Pelas mesmas razões de não ter ido na área observar, fiquei prejudicado no meu parecer de vista. Então, eu vou me abster na votação. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Conselheiro Mark, tem relato de vista? **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Presidente e demais conselheiros, eu examinei o processo, examinei ponto a ponto no processo e pelo meu exame fiquei com a convicção, examinando processo os papeis e a documentação disponibilizada, eu fiquei com um parecer de vista positivo e sou favorável à aprovação desse parecer do relator da RGP 5. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Mark, pela contribuição. Então, eu consulto, após o relato de vista, se temos algum inscrito para debater o presente processo antes da gente colocar em votação. Conselheiro Hermes, quer debater ou é Questão de Ordem? **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Não é Questão de Ordem, é sobre o processo. Eu fico com uma dúvida, até no meu processo relato vai aparecer. Esses gravames, não sei se essa área é próxima a minha, na Edgar Pires de Castro, de ela é uma região rarefeita. É uma dúvida, não estou emitindo parecer. Quando são feitos esses gravames de regiões rarefeitas, com lotes abaixo do permitido pelo Plano Diretor, como é feito isso? Só para tirar essa dúvida. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Fica a fala do Conselheiro Hermes no sentido do debate do processo. Consulto se tem mais algum conselheiro inscrito para debater? O Conselheiro Felisberto e a Conselheira Patrícia no sentido de responder. Então, abro a palavra. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** É uma questão técnica, por que sempre tem o *cul-de-sac*? É necessário ou não poderia ser uma rua aberta, fazer com retorno? Apenas isso. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Boa noite a todos. Vou tentar esclarecer as dúvidas. No caso da área rarefeita, a gente tem essa preocupação, na medida do possível tentar não fazer novos gravames na área rarefeita. Nesses casos onde existe uma consolidação das ocupações a gente tenta fazer os gravames limitando especificamente no território onde existem as ocupações. Então, a gente legitima o direito da pessoa em infraestrutura, enfim,, porque sempre que tu vais colocar algum complemento de pavimento ou para luz, sempre é solicitado o cadastramento do logradouro. E o objetivo nesses casos é simplesmente o cadastramento da via para dar, vamos dizer, acesso à cidade para essas pessoas. Justamente nesses casos, quando a gente só grava para dar acesso, está previsto no Plano Diretor que qualquer fim de rua termina em *cul-de-sac*. Para quê? Para que na situação projetada permita que se faça o retorno, o carro faça o retorno. Então, sempre que termina em *cul-de-sac*, a ideia é que ela não tenha continuidade. Se ela não terminar em *cul-de-sac* significa que em algum momento está previsto uma continuidade naquele local. É isso,

espero que eu tenha respondido. O Hermes perguntou se os imóveis poderão ser regularizados fora dos padrões do Plano Diretor. Não, o simples cadastramento não garante que eles possam ser regularizados fora dos padrões do Plano Diretor, eles continuam com o regime, tendo que atender o regime do local. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Patrícia, pela contribuição ao debate. Eu consulto o Conselheiro Relator, não sei se quer fazer a última manifestação, senão a gente já coloca em votação. Conselheiro Ricardo. **Ricardo Angelini, (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Sim, Presidente. Eu estou de acordo com a Patrícia, há muitos anos já tem essas residências naquele local e de difícil acesso até chegarem a essas propriedades. Então, esse acesso seria beneficiado para todos que estão lá, porque é uma área que está há muitos anos feita. Então, realmente, esse retorno seria bem viável, porque não adianta um carro pesado, chegar lá um caminhão, não tem como fazer o retorno. Assim, é justamente para possibilitar essa vantagem para os moradores do local. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Ricardo. Encerrando os debates eu abro para a votação. **VOTAÇÃO NOMINAL - PARECER FAVORÁVEL AO GRAVAME VIÁRIO**: **Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** De acordo com o relator. **Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Favorável. **Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN:** Favorável. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Favorável. **Gisele Coelho Vargas (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Favorável. **Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM:** Favorável. **Gustavo Garcia Brock (Titular), Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV:** Favorável. **Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Favorável. **Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Favorável. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Abstenção. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Favorável. **Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Favorável. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Favorável. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Favorável. **Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Favorável. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Favorável. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Favorável. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Abstenção. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Favorável. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Favorável. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Favorável. **Ricardo Angelini, (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** RELATOR. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Favorável. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Favorável. **Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento**

Oito – RGP. 8: Favorável. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Favorável. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Temos 24 votos favoráveis, 02 abstenções e nenhum contrário. **APROVADO O PARECER FAVORÁVEL DO RELATOR**. Passamos ao ITEM 4.10, Relator Conselheiro Hermes. Vou passar para a Equipe de Planejamento e depois para o relato. **Marina, Equipe de Planejamento – SMAMUS:** Então, esse processo é o 18.0.00055818-0. Também se trata de uma inclusão de traçado viário, inclusive, vizinho do processo anterior. Então, é a Rua José Jaques Bittencourt, também no Bairro Lajeado. A solicitação tem origem no referido processo, onde consta a intenção de cadastrar a via público existente há mais de 10 anos. Então, é essa via marcada em vermelho aqui. A via está localizada na RGP 8, no Bairro Lajeado, e aqui também o traçado dela. A PGM, considerando as informações técnicas, não vislumbra óbice ao cadastramento e encaminhamento da minuta de resolução. É isso, obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Marina. Passo a palavra ao Relator Conselheiro Hermes. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Antes de ler o relato, que não é muito longo, eu gostaria de fazer algumas considerações, porque esse processo é semelhante aos dois anteriores, mas ele tem uma situação particular. Eu acho que mais da metade do processo trata sobre isso. É um beco como os anteriores, que foi ocupado, só que os três imóveis que existem nesse beco são frutos de usucapião urbano, em 82 eles já existiam. Portanto, há 39 anos eles já existiam. Eu visitei o local, fui domingo, tinha muito movimento, eu não quis descer, porque estava com o cachorro, família, etc. Tem, inclusive, um pórtico na entrada. Provavelmente é fruto, não encaminhamento da PGN, mas o questionamento da PGM é uma burla da legislação, só que ele foi feito há 40 anos, se é que foi feito, nós não temos como saber, investigar se foi propositadamente e tem todas as condições para ser cadastrada. Eu vou ler, fica mais claro, esse é o diferencial dos processos anteriores. (Leitura do parecer): *Trata-se de proposta de minuta de resolução de gravame traçado viário e cadastramento de logradouro junto ao Beco* José Jackson Bittencourt, trecho de 244 m, que *inicia na Edgar Pires de Castro e finaliza em cul-de-sac junto o imóvel de nº 182, Bairro Lajeado. O processo foi iniciado a partir de solicitação do requerente que reside no local. A área situada em área de ocupação rarefeita. A iniciativa do cadastramento teve início e solicitação do proprietário do imóvel de nº 182, sendo que existem mais dois imóveis a serem beneficiados com o gravame. Os três Imóveis são frutos de processo de usucapião, todos com escritura pública junto ao Cartório de Registro de Imóveis, sendo que dois desses móveis estão cadastrados junto ao Cadastro Imobiliário, da Secretaria Municipal da Fazenda. Portanto, pagam IPTU. Contém levantamento aerofotogramétrico de 1982, que os imóveis já eram existentes, assim como está comprovado na imagem de satélite de 2003. Segundo esclarecimentos constantes no expediente o beco é servida de rede de água, rede telefônica, iluminação pública energia elétrica, pavimento de saibro, assim como possui coleta de resíduos orgânicos, domiciliares e resíduos recicláveis. O transporte público passa aproximadamente 240 m do final da rua/beco a ser cadastrado. Entretanto, os lotes existentes estão em desacordo com os padrões urbanísticos do PDDUA, pois trata-se de ocupação rarefeita. conforme disposto no Plano Diretor, o regime urbanístico de área de corredor central e área de proteção do ambiente natural, onde os padrões para parcelamento de solo, conforme anexo 81 do PDDUA, são lotes com área mínima de 2 hectares e 20 hectares, respectivamente, testada mínima de 50 m. Após início das tramitações e com vista a dirimir dúvidas, o processo foi encaminhado à PGM para*

esclarecimentos, considerando que os lotes com frente para o beco a ser regularizado não atendem o disposto no Plano Diretor, no que se refere a padrões de desmembramento. Em resposta, através de nota técnica 32/2020, a Procuradoria Municipal Setorial 6 esclarece que os imóveis são frutos de processos de usucapião urbano em área privada. Assim, como que o processo de usucapião pode ser (Texto da PGM): "uma forma oblíqua do proprietário fazer um parcelamento intencionalmente ou não de modo lícito, mas que acaba por ofender as normas urbanísticas. Esclarece ainda que o fato de se transmitir a titularidade de uma área a uma determinada pessoa em decorrência da posse não o exime de atender os ditames do PDDUA". Dando continuidade, sugere que seja iniciado um debate interno a respeito desse item, para que sejam evitadas situações como a do presente caso. No decorrer do processo esse assunto é tratado entre os vários setores envolvidos, particularmente PGM, SMDE, DEMHAB, SMAMUS, com esclarecimentos e sugestões de procedimentos administrativos para evitar a ocorrência de situações semelhantes. Conforme encaminhamento acordado entre PGM, SMDE e os outros órgãos, fica definido que os expedientes de usucapião originais do Poder Judiciário deverão ser encaminhados também a SMDE para verificação pela área técnica sobre eventual gravame no PDDUA, com base nos sistemas de cadastros disponíveis para consulta em suas unidades trabalho, no mesmo despacho que encaminha as demais áreas. E com base nas informações prestadas, em havendo eventual interesse urbanístico, o processo deverá ser encaminhado à equipe responsável para iniciar sua atuação, assim como é feito em alguns casos em que a PARF , da regularização fundiária, tem interesse, áreas privadas que possuem projeto de regularização fundiária ou a PDA, em que já é encaminhada consulta para verificar eventual dívida de IPTU da área. Feitos esclarecimentos necessários, considerando a comprovação de que os imóveis são existentes há mais de 20 anos... Eu botei 20 anos, na verdade, são 39 anos e tem toda a infraestrutura urbana necessária para a habitalidade. A PGM, assim como os demais setores técnicos da PPA consultados, pronunciam-se favoravelmente ao andamento do expediente nos termos do gravame da via proposta. O processo de usucapião tem a função de dar o título de propriedade àqueles mais necessitados que não possuem outra propriedade, que são ocupantes daquele espaço abandonado por um período definido na lei. Entretanto, conforme as informações constantes neste processo, verificamos a possibilidade de burlar a legislação no que se refere ao parcelamento do solo. Percebe-se a preocupação do município para evitar esta burla, fato registrado do presente expediente, através do de acordo de tramitações internas, cujo objetivo é o cumprimento do disposto no Plano Diretor. Conclusão, conforme o estabelecido em legislação federal, que trata de usucapião urbano, assim como encaminhamentos técnicos favoráveis no presente expediente, SOMOS PELA APROVAÇÃO DA PRESENTE PROPOSTA de resolução, no que se refere ao cadastramento do logrador e gravame da via denominada Beco José Jacques Bittencourt. Porto Alegre, 6 de abril. Era isso. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Consulto se temos algum pedido de relato de vista? Senão a gente abre para a discussão. Eu abro a inscrição, consulto se tem algum conselheiro inscrito para debater? Conselheira Patrícia, Conselheiro Gomes, Conselheiro Felisberto. Conselheira Patrícia, se me permite te deixar por último, porque vai ter questionamentos. Só para organizar bem os questionamentos. Conselheiro Gomes. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Boa noite, Conselheiros. Esse tipo de situação que chega no Conselho, na verdade, pipoca muito na cidade hoje e é um problema para a gente vir a discutir na revisão do Plano Diretor, como vai acomodar certas situações que são consagradas e que entram em choque com a legislação edilícia, com a legislação corrente. Lembrando assim,

que eu acho importante, cadastrar um logradouro é superimportante por uma série de coisas, muito mais do que necessariamente uma residência, que hoje tentaria se regularizar e não conseguiria, mas o logradouro pode dar acesso, digamos, a áreas maiores. Eu não sei qual é exatamente o módulo ali, mas parece que são 2.000 m², módulo para ter uma unidade. Então, de repente isso vai acabar acontecendo, mas independente disso acontecer, é fato, tanto pelo tempo que as pessoas estão morando lá, que tem uma necessidade de ser contemplado. Por ter três, quatro residências não quer dizer que não vai ser motivo de REURB. E se for motivo de REURB, o REURB se sobrepõe hoje, pela interpretação que eu tenho, se sobrepõe às questões ambientais, as questões urbanísticas e foca como eixo nos moradores. É uma conversa longa que a gente vai precisar ter e muito importante, porque são vários lugares na cidade que estão passando por isso. As pessoas estão morando e tem um choque com a legislação. E como que nós vamos resolver isso aí? Está no momento de fazer essa opção de aprofundar a discussão agora na revisão do Plano Diretor. Era um primeiro comentário, mas eu queria ter ouvido a Patrícia antes, até para ver se a gente pegava mais alguma coisa. Por enquanto é isso, Presidente. Obrigado. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu também gostaria de ter ouvido a Patrícia um pouco antes, mas isso vem ao encontro daquilo que há muito tempo eu venho dizendo, há muitas áreas na cidade que precisam ser regularizadas e que dependem de um olhar, que muitas vezes são inviabilizadas pelo Plano Diretor, como muito bem falou o Gomes e o Hermes. Então, a gente tem que ter um olhar, porque envolve situações consolidadas e isso na região Sul, a Centro Sul, Extremo Sul, tem muito disso. Então, nós precisamos ter um olhar muito cuidadoso de atender essas comunidades. Eu sempre me lembro da Dorival Castilho Machado, que é uma comunidade que está há mais 20 anos esperando pela regularização e sempre há um óbice. Lá tem comunidade com infraestrutura, água, luz, abertura de ruas, que precisa ser regularizado. Eu acho que a REURB vem um pouco ao encontro disso. Então, era essa a observação que eu queria fazer e o meu voto é favorável, Hermes. Parabéns pelo teu olhar e pelo teu parecer. Obrigado. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Pessoal, é o seguinte, são duas questões diferentes que o Hermes colocou, uma é o cadastramento e outra é a situação daqueles imóveis objetos de usucapião. Então, como bem colocou o Hermes, naquela região o Plano Diretor ele prevê lá um padrão específico, mas como a gente sabe, justamente naquele território existem várias ocupações, várias áreas que a gente precisa considerar ou detalhar elas, é uma das coisas que a gente pretende colocar na revisão do Plano Diretor, porque essas ocupações realmente têm que atender um padrão diferenciado, elas não conseguem atender o padrão existente, a gente tem que ter um olhar diferenciado. Isso, no caso, para fins de cadastramento, vamos dizer, o cadastramento não agrava isso. Sanadas as questões, o cadastramento legal para fins de cadastramento, ele possibilita que essas pessoas tenham acesso aos serviços públicos de maneira adequada. A questão da regularização, das edificações, enfim, aí é outro momento, que a gente também precisa ter um olhar no segundo momento. Eu acho que eu esclareci. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Patrícia, pelos esclarecimentos. Consulto o relator. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu concordo com o que foi dito, só que a preocupação nem é minha, foi levantada no processo, pela PGM, pelos técnicos, a preocupação é que esses processos de regularização, que abriga tanto arruamento, como os imóveis, ele termina incentivando que outros façam o mesmo. Como está bem claro, se eu fosse “chutar”, eu acho que isso é

processo de usucapião negociado há muito tempo. Na verdade, os processos de usucapião são recentes, são de 2015, a ocupação é muito antiga. É qualidade que vendeu e, provavelmente, achou isso como forma, até porque as casas são bem boas, não são ocupações que a gente normalmente vê. A área interna desse é bem legal, não é aquela ocupação padrão, só que há 40 anos, eu acho que não é agora por conveniência ou ideologia que nós vamos não aprovar. Para encerrar, essa preocupação está correta, de antes, quando vem do Poder judiciário para a Prefeitura opinar sobre o processo de usucapião, verificar essas condições. É isso. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Hermes. Então, encerrando o período de discussão eu faço a leitura dos votos a cerca do parecer favorável do Relator Conselheiro Hermes. **VOTAÇÃO NOMINAL - PARECER FAVORÁVEL A INCLUSÃO DE TRAÇADO VIÁRIO**: **Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** De acordo com o relator. **Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Favorável. **Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN:** Favorável. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Favorável. **Gisele Coelho Vargas (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Favorável. **Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM:** Favorável. **Gustavo Garcia Brock (Titular), Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV:** Favorável. **Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Favorável. **Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Favorável. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Abstenção. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Favorável. **Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Favorável. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Favorável. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** RELATOR. **Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Favorável. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Abstenção. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Favorável. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Favorável. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Favorável. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Favorável. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Favorável. **Ricardo Angelini, (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Favorável. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Abstenção. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Favorável. **Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** Favorável. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Favorável. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Temos 23 votos favoráveis, 03 abstenções e nenhum contrário. **APROVADO O PARECER FAVORÁVEL DO RELATOR**. Senhores

Conselheiros, são 19h59min, não haverá tempo para o relato do Expediente 4.11 da pauta, processo complexo, solo criado, ficando para a próxima reunião para dar seguimento na presente pauta. Nesse sentido, agradeço a oportunidade do debate, do convívio com os Senhores Conselheiros e destaco hoje o momento tranquilo de debates maduros, de aprendizados, de trocas neste Conselho. Temos momentos difíceis às vezes, um pouco tenso, fizemos grandes discussões, mas o importante é que ao final a gente tenta sempre convergir, importante levar esse espírito de equilíbrio para as demais reuniões. A gente sempre está tentando construir pontes. Um grande abraço para todos vocês. Uma excelente noite. **(Encerram-se os trabalhos da plenária às 20h00min).**

Germano Bremm	**Secretária Executiva**
Presidente	**Relatora**

Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2021, ... retificações:

ATA ORDINÁRIA Nº 2887/2021

Aos treze dias do mês de abril de dois mil e vinte um, às dezoito horas, reuniram-se para Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, via ZOOM, denominado PLENÁRIA VIRTUAL DO CMDUA, em razão do decreto municipal a fim de combater o coronavírus e a propagação da pandemia entre as pessoas, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira (Titular) e Lisiane Sartori Fioravanço Magni (Titular), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN**; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular) e Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), **Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS**; Gisele Coelho Vargas (Titular), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE**; e Gustavo Garcia Brock (Titular), **Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV**. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS:** Rômulo Krafta (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**; Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Claudete Aires Simas (Titular), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH;** Sérgio Saffer (Titular), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA**; Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS**; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS**; Hermes de Assis Puricelli (Titular), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS**; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), **Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS**; Rogério Dal Molin (Titular) e Antônio Carlos Zago (2º Suplente), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:** Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Ronie Gomes (1º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Tânia Maria dos Santos (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4**; Wagner Pereira dos Santos (Titular) e Ricardo Angelini, (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Maristela Maffei (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7**; Dinar Melo de Souza (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8**; e Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP – HOCDUA. SECRETARIA EXECUTIVA:** Camila Maders Fonseca Coelho, **Secretaria Executiva da SMAMUS**; Patrícia C. Ribeiro, **Taquígrafa/Tachys Graphen**. **PAUTA: 1. Abertura; 2. Contribuições CMDUA para o Programa de Reabilitação do Centro Histórico de Porto Alegre**. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h08min. **1. ABERTURA. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Boa noite, Senhores Conselheiros, Senhores Conselheiras. Declaramos Então, aberta nossa Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental. São 18h08. Temos *quorum*. Então, declaro oficialmente aberta a nossa Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento

Urbano Ambiental. Lembrando que a gente está ao vivo no nosso canal da Secretaria da SMAMS no YouTube. Então, quem quiser acessar, compartilhar esta reunião pode compartilhar a partir do canal da SMAMS no YouTube. Hoje temos uma pauta específica, conforme previamente anunciado na reunião do dia 1º. Então, no dia 13, na data de hoje, a partir da apresentação feita do dia 1º, a gente oportunizaria as contribuições, ao debate sobre a proposta em si. Então, eu vou na sequência passar o comando da reunião para a nossa Diretora de Planejamento, a Patrícia Tschoepke, arquiteta, servidora, muito competente aí da secretaria, que está trabalhando nessa construção junto com o restante da equipe para organizar um pouco o funcionamento de como vai haver essa dinâmica, vai explicar um pouquinho d dinâmica do debate hoje. Depois, no segundo momento, teremos a oportunidade da apresentação da consolidação. Em paralelo a isso, importante ressaltar de novo que a gente tem a consulta aberta à população, acho que a Patrícia vai poder falar um pouquinho depois, nós temos mais de 500, 600, confirma depois, contribuições. Então, que é bem importante e está repetindo, a população está participando, está dando a sua opinião, está respondendo o formulário. É muito bacana a gente ouvir, recepcionar todas essas visões de cidade. Eu vou, rapidamente, fazer a chamada dos presentes (Relação de presentes na inicial). Se, porventura, eu não chamei alguém pode fazer o registro no *chat*, senão a nossa Secretária Executiva no avançar da reunião faz o registro da presença. Vou passar já de imediato a palavra para a nossa Diretora de Planejamento para conduzir os trabalhos hoje da nossa reunião. Lembrando, importante este debate, este encontro, a gente fez a primeira apresentação no dia 1º, temos no transcurso do processo alguns momentos de p popular, tanto para consulta pública, que está aberta, a própria discussão nos conselhos. Também abertas as discussões setoriais e todos aqueles que nos demandarem para fazer reuniões específicas, estão abertos, o nosso canal de comunicação está aberto, a gente vai fazer algumas tentativas de procurar algumas entidades, mas ressalto mais uma vez que estamos à disposição se, porventura, alguma entidade, algum movimento, alguma área afetada ou não se sentir no intuito de contribuir, pode nos procurar que a equipe vai ter o prazer em fazer essa discussão, conversar e tentar convergir no encaminhamento. Tenho uma Questão de Ordem do Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, boa noite a todos e todas. Eu sei que nós temos outra pauta, mas já estamos no mês de abril e o nosso mandato vai até o dia 1º de maio. Então, seria importante a gente ter até quando vai ser prorrogado o nosso mandato, em virtude que o nosso mandado vai até 1º de maio. Então, era apenas isso, era essa a Questão de Ordem. Obrigado, Secretário. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Ok. Obrigado, Conselheiro Felisberto. Importante lembrança, sim, temos internalizado, temos demandado o Prefeito na questão do encaminhamento da portaria do prazo, a partir da discussão que a gente teve aqui. Vamos, com certeza, até a próxima semana, terminando o mês de abril, antes disso, a gente encaminhar a portaria de prorrogação. Então, eu abro o microfone a nossa Diretora de Planejamento, conselheira também neste Conselho, Patrícia Tschoepke, servidora, que tem trabalhado bastante no desenvolvimento junto com a equipe desse projeto. Patrícia, é contigo. **2. CONTRIBUIÇÕES CMDUA PARA O PROGRAMA DE REABILITAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE PORTO ALEGRE. Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Boa noite a todos. Então, nesta noite vamos dar continuidade à reunião que aconteceu no dia 1º de abril, onde nós apresentamos a nossa proposta para o Programa de Reabilitação do Centro Histórico. Eu vou apresentar aqui para a gente começar a discutir. Qual é a ideia hoje? A ideia é utilizar a mesma dinâmica

que nós utilizamos para aprovação da instrução normativa, para a discussão dos termos de referência, onde os conselheiros podem, vamos dizer, discorrerem livremente sobre os temas que eles querem pontual. E aí a ideia é que a gente anote em tempo real o que os forem colocando. A gente vai ter um processo onde as contribuições vão estar devidamente registradas e também a gente vai pegar o registro da reunião também para ficar registrado no processo. Daí a gente tem por completo as contribuições que os conselheiros forem fazer aqui no processo. Da reunião passada para a anterior, o que aconteceu, além do que já estava previsto ali? A gente teve uma reunião com as outras secretarias do governo, né. A gente a Secretaria de gestão, onde foram organizadas todas as ações do governo para serem desenvolvidas de maneira coordenada. Então, é importante salientar que esse programa de reabilitação em relação a todas as ações em desenvolvimento pelo governo, ela vem agregar, ou no sentido de poder organizar e consolidar as diretrizes, vamos dizer, que podem ser dadas a partir deste Conselho, a partir deste fórum, que é planejamento urbano. Além disso, alguns de vocês já sabem também, que está sendo organizado pela Secretaria de Mobilidade também o plano de mobilidade do Centro Histórico. E aí das nossas reuniões, a ideia é que as nossas ações em relação à sociedade sejam feitas com a equipe que está trabalhando também o plano de mobilidade, a empresa contratada, para poder qualificar essa coleta de informações. Considerando isso, nós mudamos um pouquinho a estratégia em relação a semana passada, onde nós tínhamos pensado em fazer a reuniões coletivas para a coleta dessas informações. Então, discutindo e até recebendo as propostas das entidades. Então, temos a ideia de discutir com cada uma delas, com cada associação de bairro, com cada associação que tenha interesse, enfim, a instituição, para a gente poder fazer essa coleta de maneira qualificada. Aí a gente previu aqui um prazo, que é para que essa contribuição ocorra em princípio aqui do dia 16 de abril ao dia 18 de maio, começando no dia 16 de abril, onde a gente vai trabalhar com a associação, que a Jaqueline Custódio tinha comentado da Estação Cais Mauá, nós sexta-feira, às 18 horas. A partir daí vamos trabalhando com cada uma das entidades, alguns de vocês já receberam ligações hoje para a gente poder tentar receber essas contribuições. A ideia é que a gente receba as contribuições e registre devidamente no processo. Ao final desse período a gente vai ter um tempo para fazer essa compilação e vamos sim apresentar a compilação dos resultados para vocês. Então, é isso. E aí para vocês relembrarem, para a gente retomar a discussão, a nossa ideia, com o Programa de Reabilitação do Centro Histórico, não é encerrar as discussões com a instituição do programa. A ideia, inclusive, pelas próprias diretrizes das demais secretarias que estão atuando no território, a ideia é que essas ações tenham continuidade. Então, nós teremos ações nossas, próprias da secretaria, que são ações operacionais, para a gente tentar organizar o andamento das ações no território, através de monitoramento, a trabalhar na questão da modelagem dos gabaritos e também nós vamos ter definições de ações e intervenções, também em conjunto com as outras secretarias, para o desenvolvimento do território a partir da instituição do programa. Aí eu vou passar, rapidamente, a palavra para a Vaneska para passar algumas informações para vocês, a partir das nossas análises. E na sequência a gente abre para as contribuições dos colegas. Vaneska. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Só para falar que todos vão ter a oportunidade, é uma introdução que está sendo feita aqui, depois, na dinâmica, todos terão oportunidade da fala com um tempo significativo. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Boa noite a todos os conselheiros. A gente trouxe aqui, eu trouxe três *slides* e prometo que a ideia não é me alongar, a ideia é escutar hoje mais do que falar por parte da Equipe Técnica do

Planejamento. Então, a gente trouxe apenas três *slides*, assim, para pontuar algumas questões que a gente entende que podem contribuir com o debate, que podem receber também contrapontos a partir da visão dos conselheiros mais, para poder embasar a parte dessas discussões. Então, uma das questões que a gente percebe, que foi objeto de discussão dentro e fora da Prefeitura, a gente tenta na medida do possível acompanhar o debate também que a sociedade está fazendo sobre o tema. É a questão dos estudos já realizados, do contexto de todo o histórico e de todo esse trabalho que está sendo desenvolvido para o Centro Histórico de Porto Alegre. Então, a gente colocou aqui uma divisão, que a gente está entendendo que poderia ser definida em duas fases, uma que vai até o momento em que o Centro Histórico de certa forma chega ao seu desenvolvimento, assim, dentro de um ápice e depois, a partir do momento em que é entendido que existe uma série de desafios que vão se amplificando no Centro, vão se realizando estudos específicos para buscar solucionar essas questões que estão surgindo dentro do Centro. Boa parte, salvo a data a partir de 2010, é um diagrama que vem do trabalho do Programa do Viva o Centro. Então, ele coloca ali a fundação do município, depois a consolidação como capital, uma época de certo glamour, uma renovação do Centro. Até o momento em que ele coloca essa palavra, “ele” não, os técnicos que desenvolvem esse trabalho utilizam a o termo “decadência” para falar sobre a degradação do espaço físico e que isso também foi um ponto de questionamento, que pode ser questionado, quais são as áreas realmente que têm certo nível de degradação do Centro, quais são os níveis, como é entendido, mas aqui a gente está reproduzido. Só para deixar claro, né, senão às vezes a gente fica um pouco em dúvida dos termos utilizados. Então, mais para focar aqui que a partir da década de 80, nessas décadas sequentes, começam a desenvolver planos para a reabilitação do Centro, se fundando até ali no primeiro momento, que fala da fundação de uma equipe específica para tratar do patrimônio histórico e cultural. Então, dando outra visão de preservação sobre esses entes. Em 90 a 2000 o Plano Diretor coloca o Centro como uma área de interesse, fala com uma área bastante edificada e que a renovação tem que se dar especialmente por essa visão dos projetos especiais. Em 2000 a 2010 começa esse movimento do Projeto Viva o Centro, que reconhece a importância, a necessidade de requalificação, tudo isso que a gente está utilizando como premissa para elaboração desse projeto. E se estabelece uma estratégia que é debatida com a sociedade, que é definida através de ações para que se faz simplesmente esse programa. Por um diversos motivos, enfim, ele não foi implementado da maneira como foi concebido, algumas ações não chegaram a ser realizadas, mas a gente lê de 2010 até 2020 uma série do que a gente está chamando de “tendências”, também pode ser que existam palavras que possam ser melhores empregadas, mas imaginando no sentido de que existem ações que estão em desenvolvimento, estão acontecendo para a qualificação no sentido de qualificar o Centro, mesmo elas sejam não estruturadas nesse primeiro momento. Então, a gente busca a estruturação das ações e desenvolver elas no potencial, entendendo elas como um sistema no Centro de Porto Alegre. E em 2021 só a proposta do programa, isso só para dar esses marcos eu entendo que o material já foi disponibilizado para os conselheiros, desses estudos anteriores. Mas é importante entender que a gente está trabalhando mais, tendo esses estudos como ponto de partida e atualizando na medida em que a gente entende que eles devem ser atualizados. Em alguns dados a gente tem um pouco mais de dificuldade, mas na medida do possível atualizando eles. A gente trouxe aqui também dois slides, eu disse que eram só três, o primeiro era aquele do marco dos estudos para a gente colocar um pouco em pauta como é que a gente entende o que já foi desenvolvido de projetos para o Centro. O segundo trata sobre a questão de identidade, sobre a volumetria para dar um pouco da ideia, que eu vou passar rapidamente, porque são estudos que

estão em desenvolvimento, mas o que está sendo abordado, o que está sendo utilizado como embasamento para a gente discutir esses dois fatores, que a gente tem que são muito importantes. Com relação ás densidades, fazendo uma ressalva que no Plano Diretor ele trata de moradores empregados, em um censo só de moradores. O que a gente tem de distribuição espacial considerando as densidades, né. E daí eu até tinha antes compartilhado ali no nosso grupo técnico, que a gente faz a discussão, uma frase da Jane Jacobs, que eu sei que também é literatura para alguns dos conselheiros, que a gente vê com frequência citada, que é a questão de que para a cidade não existe um modelo ideal, ela tem que ser monitorada, mas a gente tem que entender e isso existe de maneira muito frequente na literatura, a ideia de que a densidade residencial, como a densidade que gera uma vitalidade, um período maior do dia é uma densidade que tem que ser buscada como uma densidade de equilíbrio. Aqui no Centro, apesar da gente ver que existe uma densidade planejada e uma densidade inferior, a gente sabe que a população residente de 37.000, mas a gente tem empregos formais mais de 260 mil pessoas que estão acessando o Centro. Então, é uma densidade significativa, mas ao mesmo tempo a gente vê que existe um contrafluxo de algumas estruturas, onde existe muito mais pessoas se deslocando durante o dia para o Centro e saindo do Centro durante o período do final da tarde. Então, isso é algo que tem que ser pensado, tem que ser discutido. Só para colocar que são questões que estão embasando a nossa discussão. E no Programa o Centro existia um levantamento de que circulam no Centro 400 mil pessoas. Qual é o nosso foco? Ver as questões de infraestrutura, de mobilidade, de transporte, de energia e entender o que existe hoje de potencial. A gente já tem uma pré-leitura que nos indica que existe uma capacidade, mas tudo isso está sendo estudado e para ser detalhado. Aqui, só para trazer uma demonstração do cenário do cenário que a gente está construindo em 3D das edificações do Centro. Aqui nesse caso a gente usou o tema que ele identifica em vermelho os imóveis tombados e em laranja os imóveis que são de estruturação no território. E a gente tenta enxergar quais são os espaços que existem para novas construções, que são muito poucos, mas para poder justamente discutir aonde a gente poderia ampliar algumas condições de qualidade do espaço urbano, de visuais de imóveis de interesse histórico, da própria qualidade do espaço construído. Então, a gente fala muito de cenários, né, e acho que a gente não tinha trazido uma ilustração do que a gente quer dizer com isso. Essa ilustração está muito mais aérea, mas a nossa ideia é capturar algumas imagens mais em nível observador e trazer nossa discussão. Quando a gente fala em cenários a gente fala um pouco dessas imagens que ilustram como essas edificações aparecem no espaço da cidade, como que existe. É modificado, mas aqui a gente entende que existe um espaço limitado, a transformação ela é muito mais do uso das edificações que existem do que de novas construções, né. Mas a gente pode aproveitar o potencial em alguns pontos para essas novas construções agregarem qualidade no tecido construído. Eu acho que eram esses dois conceitos que a gente pensou em trazer um pouco para instrumentar o nosso debate e também para ir cada vez mais detalhando esses dois itens que eu entendo que são o principal dessa parte da qualidade do espaço urbano como garantia no desenvolvimento do trabalho. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Eu coloquei aqui a título de provocação, aqui eu coloquei tópicos que do que a gente apresentou na reunião do dia primeiro, né: objetivo do programa, definição dos perímetros, definição de setores, ações necessárias para reabilitação do Centro Histórico, intervenções necessárias para reabilitação do Centro Histórico, questões relacionadas a decisão programas, condicionantes para adesão ao programa, instrumentos, incentivos e um fato específico em relação ao gabaritos, para a gente começar a discussão. Eu vi ali

que o Zago perguntou como será o processo de inscrição. Acho que a gente pode fazer esse processo de inscrição pelo chat, né. E eu já vi que já tem dois inscritos para falar, que é o Wagner e a Tânia. Então, eu solicito a Camila vai fazer a liberação para nós, primeiro o Wagner. Nós vamos a partir daqui começar a trabalhar as contribuições. Pode falar. **Wagner Pereira dos Santos (1o Suplente), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Boa noite, Presidente. Boa noite a todos e a todas aí. Eu estou retornando depois de uma batalha contra o Covid. Então, pandemia, né. Reornando e suplicando também aos demais, pela minha falta de conhecimento e pela questão da região sobre processos, vista de processos das contrapartidas da Multiplan. Eu sei que a pauta não é essa, mas aproveitando o meu retorno gostaria que me esclarecem um pouco mais sobre isso aí, né, porque a região está perguntando e tal. Devido a minha ausência, o seu Ricardo aí, eu estava acompanhando algumas atas e o seu Ricardo colocou na ata que havia desistência da minha parte e o pessoal da Glória nos procurou porque pensou que estava abandonada realmente. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Wagner, eu acho que como hoje a gente está com a pauta do Centro Histórico, essa questão tem que ser avaliada aí da região pela ausência, a gente está avaliando aqui internamente. Teve essas ausências, tem a previsão do regimento. Então, tem que tratar especificamente essa questão em outra oportunidade. **Wagner Pereira dos Santos (1o Suplente), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Tranquilo. Então, só para agilizar, vou voltar assiduamente a acompanhar as reuniões. Teria como liberar para o Renan da Glória? Ele é delegado do planejamento. Como faz para liberar? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Wagner, aqui este fórum interno é para os conselheiros. A população que quiser assistir da região, delegados, podem assistir no canal do YouTube, está rodando ao vivo. **Wagner Pereira dos Santos (1o Suplente), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Obrigado e desculpe alguma coisa aí. Estamos aí novamente na peleia! **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado. A Tânia. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Olá, boa noite a todos. Eu tenho aqui algumas indagações que foram feitas pelo grupo da RGP 4 com relação a esse projeto. Eu vou até ler aqui quais são elas sobre a reestruturação do Centro da cidade. As nossas preocupações com o projeto de revitalização que trata do Centro Histórico: como iremos falar de revitalização do Centro de Porto Alegre sem antes e acima de tudo tratarmos da recuperação do Centro Histórico, que é o patrimônio e a história da cidade? Eu vi aqui que tem alguns itens de intervenção, de reabilitação do Centro, que eu acho que vocês vão explorar depois melhor, mas eu vou continuar. Não podemos nos ater apenas a alguns monumentos tombados, mas ao todo, o conjunto arquitetônico da cidade, como os casarios da Voluntários da Pátria, da Rua Andrade Neves, aos prédios da Rua dos Andradas, Confeitaria Rocco e tantos outros que permeiam a cidade e contam a sua história, história essa que não foi somente açoriana, como todos bem sabemos. Falando em história não podemos deixar de citar o Cais do Porto, que em 1850 deu início a sua construção, juntamente com o Mercado Público. Cais esse por onde já passaram muitas embarcações nacionais e internacionais, cais que tem que ser preservado, pois a história é a memória do povo. Temos que ter um espaço no cais para cultura. Aí sim se tratando do espaço dentro desse projeto que já foi realizado, que está sendo proposto. Temos que ter um espaço no cais para cultura, pois sabemos que a cultura fomenta o turismo, um espaço onde haverá intervenções artísticas, com museu onde serão expostas e contadas as histórias da cidade e do Cais do Porto. Poderia também ser feito um tour saindo do cais,

que passaria pela cidade, contando um pouco da história da cidade, não apenas dos lugares. Não somos contra o desenvolvimento e a expansão da cidade, mas temos que nos ater à importância que a cidade tem aos porto-alegrenses e como se dará essa expansão. A maioria dos porto-alegrenses precisam ser ouvidos, sugestões, chamadas na TV para esses debates, totens espalhados na cidade onde as pessoas deixariam suas sugestões. Como foi falado aqui, 500 pessoas já deram seu parecer, mais 500 para uma população de 1.488.000 porto-alegrenses é muito pouco, não chega nem ser um 1%, porque 1% daria 14.000. Então, é muito pouco, está chegando a muito poucas pessoas, eu acho que teria que pensar numa maneira maior de abrangência para chamar essas pessoas para o debate. A maioria dos porto-alegrenses precisa ser ouvida, precisamos pensar no todo, não apenas nos interesses do mercado imobiliário e das elites. A gente sabe que as elites são organizadas e como são organizadas tem maior acesso ao poder público e entram também com o capital para essas transformações, que acabam se voltando justamente para elas mesmas, elas não pensam no interesse comum. Pois quando transformamos áreas públicas e privadas estamos assinando certo termo de incapacidade de gestão, passando as responsabilidades do setor público para a iniciativa privada. Não podemos nos ater apenas à mobilidade, sabemos que isso é importante, a gente precisa circular na cidade e a quantidade de pessoas que circulam por aqui, principalmente nessas áreas históricas, que é o debate aqui, tem que ser revista sim. Mas eu acho que a gente também tem que se ater a outras coisas que também são importantes, não apenas à mobilidade, os interesses financeiros como o aumento do índice construtivo, a especulação imobiliária que vem se acelerando, né, que está dentro nesse processo, inclusive, fazendo parte desta cidade, porque já não tínhamos mais índice. Então, foi proposta essa criação de novos índices em cima de prédios que vão ser construídos. Eu vi ali aqueles prédios laranjas, provavelmente serão aqueles onde terá a infraestrutura de novas construções. A gente fica pensando também – e o escoamento da água como vai se dar? Porque os prédios são pequenos, comporta poucas pessoas, e como vai mudar isso, vai ser vai ser feita uma instalação nova hidráulica no entorno do Centro da cidade? Porque a gente sabe que o Centro alaga. Então, isso é uma preocupação também nossa. Então, não podemos nos ater apenas à mobilidade e aos interesses financeiros, como o aumento dos índices. Pensamos em primeiro plano na cidade que é dos porto-alegrenses, né. Então, é uma das grandes preocupações e a gente tem muito interesse em saber o que vai ser feito com relação a isso, né. Então, é só isso, muito obrigada. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Boa noite. Olha, na Sociedade e Economia nos ativemos ao Programa de Reabilitação e aí examinamos as lâminas apresentadas e algumas delas dentro da Sociedade Economia nos chamaram mais atenção. Tudo foi feito com muita brevidade, muita rapidez para tentar pelo menos oferecer uma resposta dentro do nosso cronograma. Então, no início do Programa de Reabilitação aparece uma informação que nos pareceu importante, que a verdadeira reabilitação não poderá realizar-se sem a participação ativa dos particulares. Aí nós estamos imaginando a importância da participação da comunidade, a população residente, a população interessada no Centro de Porto Alegre, os empreendedores. Então, nós teríamos aí a contribuição e a participação ativa dessa comunidade que vive no Centro ou que se interessa pelo Centro da cidade. Então, há uma interação aí, um processo de interação importante. Aí nós fomos examinando as várias propostas nas várias lâminas e aparece lá uma referência dentro do Programa de Reabilitação que existe uma concentração de edificações e espaços abertos degradados. E a nossa pergunta imediata é: quantos são os espaços? Isso implica em qual metragem quadrada? Nós temos como quantificar e informar a comunidade sobre essa percepção de concentração de edificações e espaços

abertos degradados? Depois aparece ali: concentração de edificações e espaços subutilizados. Também, a mesma questão: quantos são? Qual é a metragem? Como que nós podemos identificar isso para poder traduzir essa informação para o conjunto das pessoas, para que as pessoas possam entender isso melhor e entendendo poder interagir e fazer suas sugestões? Áreas para estímulo da atividade residencial, um aspecto muito importante para nós, áreas para estímulo da atividade residencial. Então, quais são? Quantas são? Para quem é destinado? Qual é a metragem? Qual é o número de unidades que estão previstas? É importante também essa quantificação para informar toda a comunidade que teria interesse em aderir a um programa de residência no Centro. Na sequência aparece ali: assegurar a reabilitação de edifícios degradados ou inadequados. A pergunta que fazíamos, né, porque não tínhamos visto aquela tela que a Vaneska antes apresentou: quantos são esses prédios que são considerados degradados? Que os reabilitará? Como serão escolhidos os que os reabilitarão? Todas essas questões são importantes e são de interesse da comunidade. Recuperar, então, a função residencial do Centro Histórico. Qual é a previsão do número de economias? Quantas famílias? Quantas pessoas? Essa função residencial do Centro Histórico, que é muito importante, seria muito oportuno oferecer alternativas de moradia para muitas pessoas que vivem em zonas periféricas e que não têm acesso a importante infraestrutura à disposição no Centro da cidade. Fomentar programas de habitação de interesse social. Outra afirmação que aparece lá naquela tela 3076, lá aparece: fomentar programas de habitação de interesse social. Quais são os programas? Para quantas pessoas? Tentar explicitar isso. Recuperar também espaços urbanos funcionalmente obsoletos. O que significa exatamente isso, o que está obsoleto? Quantos são? Onde estão? Qual é a área que eles compreendem? Promover critérios de sustentabilidade nas notificações. Aí a pergunta que vem: mas quais são os critérios que nós vamos dar preferência? Quantos são as edificações objeto dessa atenção? Quais são as edificações? Urbanização e restauração de áreas verdes, também uma questão muito importante que é a mencionada dentro do Programa de Reabilitação. Urbanização e restauração de áreas verdes. Quais são? Qual é o tamanho dessas áreas? Onde elas estão localizadas? Estamos nos referindo exatamente a quê? Nós vamos abrir novas áreas? A otimização do transporte coletivo de massa, qual é a proposta que nós temos para fazer um transporte coletivo de massa no Centro da cidade? Estudar a remoção das partes do muro da Mauá. Eu li isso na lâmina 4976. Isso parece ser uma coisa absurda, que não pareceria possível que dentro do plano de reabilitação se estudasse a remoção de parte do muro da Mauá. Aparentemente, pelo que foi publicado, em relação ao muro e as suas funções, essa seria uma possibilidade inexequível. Então, volto de novo à questão da habitação de interesse social, porque lá pelas tantas aparece um exemplo de São Paulo e que menciona lá o palacete dos artistas, que tem 54 apartamentos e aparece também o edifício Mário de Andrade, lá de São Paulo, onde a 34 apartamentos destinados a moradores de rua. Alguma semelhança dessa proposta vai ser trazida para Porto Alegre? Alguma coisa parecida? Nós vamos oferecer condições de habitabilidade para pessoas que estão morando em zonas periféricas de Porto Alegre? Como que as pessoas poderão se habilitar? Esse é um programa muito importante e que sim traz a possibilidade de recuperação da vida e da atividade econômica. E por último, há uma referência ao desenvolvimento econômico da região e para nós é uma referência muito breve que aparece ali. Então, nós nos perguntaríamos para o desenvolvimento econômico da região do Centro Histórico, muito importante, muito especial, mas como isso se materializará? Vai ser criada uma proposta específica? Nós estamos pensando em um núcleo tecnológico, um núcleo tecnológico de serviços dessa área de informática? Nós estamos pensando em serviços no comércio? Como essa proposta poderá se materializar?

Ela seria importante que fosse detalhada. Eu queria, então, compartilhar com vocês essas anotações e por isso encerro por aqui. Muito obrigado. **Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Bom, eu confesso que não fiz nada programado, mas eu quero só falar de duas inquietações minhas em relação a essa questão. A primeira, não se pode esquecer da relação de Porto Alegre com a região metropolitana. E no caso do Centro em especial tem toda a questão do transporte, né, dos terminais de chegada, que é uma das coisas que realmente complica essa revitalização do Centro, né. Então, acho que isso é algo que tem que ser tratado e não como uma decisão apenas da cidade de Porto Alegre, porque vai ter implicações, inclusive, na questão de tarifas de transporte, modelo e tal, né, que isso tudo está em discussão. Então, acho que é fundamental que Porto Alegre pense essa questão de maneira integrada com os municípios da região metropolitana, com a METROPLAN, com o Conselho Regional Metropolitana, de forma a dar uma solução adequada, né. Eu sei que tem propostas do tipo, de retirar a rodoviária, isso aí vai e volta, não sei como é que está agora, mas são ideias um pouco mais ousadas do que simplesmente fazer um mudança pequena. E acho que tem que ser pensado, pensar o Centro tem que pensar de uma forma bem objetiva de como que pode fazer e em condições que realmente se efetive. Quer dizer, acho que hoje pensar em metrô e coisas do gênero é meio que jogar para uma situação de difícil viabilização, mas nós temos coisas concretas que podem ser já trabalhadas nesse projeto de agora. Essa é uma questão, sem ter pensado mais a fundo em relação. A outra questão que também me preocupa, que o Mark já falou, que a Tânia também referiu, que é a questão das residências e em especial a residência para população de baixa renda, que a gente sabe que hoje já o Centro abriga não só a população de mais alta renda, de média renda, mas também tem vários pontos de população de baixa renda, que não pode ser esquecida. Mas, ao mesmo tempo, talvez tenham que ser requalificados esses próprios espaços e serem montados projetos que permitam essa requalificação dessas áreas. E acho isso fundamental, né, que as propostas venham pensadas como podem ser viabilizadas e a gente sabe que hoje não temos aí grandes programas habitacionais e tal, mas talvez tenha que pensar algum modelo próprio da cidade e que pode ser, inclusive, com parcerias, com os empreendedores. A gente vê sempre parcerias tentando ocupar áreas às vezes em outros locais e tal, mas que acho que dá para trabalhar também com esses espaços internos. Claro, tem que estudar toda uma questão de propriedade de terrenos e de imóveis, são imóveis que são particulares muitas vezes. Então, qual é a possibilidade da Prefeitura de intervir nisso daí, mas acho que tem que ser pensado, objetivamente, em como requalificar esses espaços que hoje estão degradados, respeitando essa questão de ter espaços para a população de baixa renda. Inclusive, essas ocupações, que a gente sabe que tem vários edifícios que tem ocupações antigas e que são ocupadas de uma forma muito precária, mas que, eventualmente, tem que ser reconhecidas e qualificadas e tal, de forma a que de fato sejam espaços adequados para moradia e de revitalização do Centro. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Boa noite a todos. Eu trouxe um pronunciamento, um parecer, sei lá, por escrito, mas é curto, é uma lauda e meia, mas antes eu gostaria de fazer algumas considerações sobre esse trabalho. Primeiro, eu já falei, mais um pouco de ironia é muito bom. Eu queria parabenizar, hoje eu fiquei sabendo que a Prefeitura vai reativar o chafariz em frente ao Mercado e a ironia é que eu acho que talvez, uma das primeiras vezes que os moradores de rua de Porto Alegre, que são milhares ou centenas, terão um lugar que possam tomar banho, pegar água e etc. Eu vi, inclusive, elogios por parte de imprensa. E eu tenho uma crítica muito grande, nós temos, um grupo que trabalhava na Prefeitura, a gente sabe que foi um projeto pessoal de um

funcionário, de um arquiteto e em um lugar onde era tradicionalmente de eventos, de aglomeração. E no momento, inclusive que, que havia esses eventos e muitas aglomerações políticas, foi transformado numa área para contemplação, como a fonte, que é bonitinha, tudo, eu não vou tirar o mérito. Também ironizando, a única vez que ela foi ligada foi uma vez que havia um evento político lá de um partido, de um grupo que não era do Governo, foi ligado no meio do evento. Passando agora ao que interessa, por parte do sindicato eu queria dizer que a gente tem o maior interesse em participar. O Centro realmente é uma das questões, para mim particularmente que trabalhei na Prefeitura, a revitalização do Centro e a questão do 4º Distrito são fundamentais para o desenvolvimento e para a qualificação da cidade, para que ela retome um papel de importância que tinha e que tem e são espaços de um valor inestimável, tanto pela sua história, pelo seu passado, mas também pelas condições do que existe no Centro, as pessoas que moram e todo esse contexto. Isso não é um mérito de Porto Alegre, a maioria das cidades é assim, onde tudo começou. Dito isso, eu também queria dizer, e até vou aproveitar o questionamento do Mark, o Mark fez uma série de questionamentos. Sinceramente, na reunião passada eu cheguei a falar, eu fiquei chocado quando foi apresentado o trabalho no dia primeiro, um trabalho dessa envergadura e solicitado contribuições para o dia 13, ou seja, 12 dias corridos, isso no meio de uma pandemia, um país onde estão morrendo mais de 3 mil pessoas por dia, que as pessoas não podem se locomover, não podem sair na rua, não podem circular. Um projeto dessa natureza não pode ser prioritário nesse momento. Eu não estou dizendo que ele não deva ser discutido, ele deve ser discutido, é importante, inclusive, até talvez seja o melhor momento para se tratar disso, mas não nesses prazos. Esses prazos, eu sei por que eu passei como funcionário público, são prazos dados para fazer comentários pessoais, para fazer... Não é sério, e aqui eu vou apelar ao Professor Rômulo, que fez algumas observações por escrito, não é sério em lugar nenhum do mundo que a participação, se é que é para ter participação, sejam dados 12 dias para fazer comentários sobre um trabalho dessa envergadura. Os comentários podem ser meus, eu posso fazer, o Felisberto pode fazer, o Adroaldo, o Sérgio, qualquer um pode fazer, mas nós representamos entidades, representamos organizações. É impossível, eu duvido que alguma entidade séria tenha juntado um grupo ou alguém para debater isso e poder fazer contribuições. Nisso que eu queria fazer uma observação. A outra observação, a pouco quando se falou em participação, em questionários, também não é da minha área, mas eu vou me vou me arriscar a fazer algumas sugestões. Qualquer vontade de participação popular passa por uma sensibilização inquestionável. Assim, vocês me desculpem, eu tenho o máximo respeito, eu sei que as gurias estão se matando trabalhando, todo mundo diz, é uma unanimidade, mas um questionário desse que é largado na internet sem nenhum processo de sensibilização, quem é que vai responder? Quem sabe? São pessoas que estão designadas a responder ou, eventualmente, ficaram sabendo por alguém conhecido. Não é um processo minimamente aceitável de participação, de ouvidoria do cidadão de Porto Alegre. Isso aí para ser para ser sério devia estar na traseira dos ônibus, tinha que ter propaganda da TV, aliás, como já foi feito nesta cidade: participe disso! É outra consideração. Algumas propostas realmente são boas, eu acho que o Centro tem um potencial para trazer, para ser densificado, principalmente imóveis que estão subtilizados. Na Avenida Mauá, que tem um potencial enorme para ser construída, na parte mais próximo a Usina do Gasômetro, que está subtilizada, que tem muitos prédios, inclusive abandonados. Então, eu acho que dá para dar para miscenar o Centro mais ainda com comércio, com serviço, como população de baixa renda, com população de média renda e etc. E eu queria terminar, depois eu vou ler, de todos os trabalhos que eu participei, e não

foram poucos, modéstia, mas eu estive durante 40 anos na Prefeitura, é a primeira vez que eu vejo um trabalho dessa envergadura ser proposto dessa forma e se começa o trabalho pelo fim, dizendo-se que a proposta de aumentar o índice em 30%, isso aí no meu ponto de vista, inclusive, compromete o trabalho na medida que os participantes vão ter poder de barganha. E é assim que funciona, o Zago está ali, ele sabe, ele já passou por isso. Se a Prefeitura está oferecendo 30 nós queremos 50 para ocupar essas áreas, porque esse é um processo de negociação, é o processo. Eu não sei se até é ingenuidade ou se é para ser assim. Se é para ser assim me desculpe, sempre foi assim. Desculpe, mas como fazer uma licitação dizendo o valor que o que concorrente vai dar. Por fim, eu vou ler, para não me estender. Eu li o material, eu não me ative a fazer uma contribuição objetiva, mas também queria esclarecer que isso não impede que o Sindicado mais tarde, a quem eu represento, possa contribuir efetivamente, porque o assunto realmente é da maior importância para Porto Alegre. Então, pronunciamento Conselheiro Hermes Puricelli – SAERGS: *A degradação dos centros históricos próximos em regiões portuárias e/ou industriais que perderam sua funcionalidade ao longo dos anos é um tema que tem sido tratado há décadas, tanto na academia como nas diversas esferas públicas e privadas, não só no Brasil como em várias cidades do mundo. Esse fenômeno não é novo e caberia aqui uma discussão específica sobre as razões que levaram esse fenômeno acontecer. Entretanto, não é o tema do nosso debate, é um fato consumado. Particularmente, no caso de Porto Alegre, várias razões poderiam ser apontadas a partir dos anos 70, entre elas, a perda sistemática da importância da área portuária, entre outros motivos, frutos de uma decisão equivocada e a opção pelos modais de transporte rodoviário, a construção do muro da Mauá, que embora do ponto de vista técnico tenha a sua justificativa, deixou a cidade virada de "costas para o rio", como é frequentemente dito. A extensão da cidade no sentido oeste sul, inclusive, sobre a região metropolitana, criando maiores e melhores ofertas de moradia, tornando área tentam mais nobre para morar, com o exemplo a Duque de Caxias, a Independência, entre outras, em áreas com menor atratividades, apesar de situação privilegiada, tanto no que se refere à paisagem como a qualidade das edificações. Faço essa breve retrospectiva para dar alguns exemplos de soluções açodadas, que por falta de conhecimento do problema ou pelo pouco tempo de discussão, consequentemente, sem a oportunidade de amadurecimento, mesmo que realizada com as melhores intenções podem resultar em tomadas de decisões equivocadas e, consequentemente, trazer prejuízos, tanto do ponto de vista econômico, mas também e, principalmente, social ambiental e até político. Esses equívocos, na maioria das vezes, se tornam irreversíveis ou com altíssimos custos sociais financeiros, ambiental e político, para serem sanados. A proposta apresentada de reabilitação do Centro Histórico de Porto Alegre sem dúvida tem eco em parcela significativa da população, particularmente os moradores, comerciantes e demais pessoas, que de uma forma ou de outra, tem o Centro da cidade como seu um ponto de referência, onde tudo começou e a partir do Centro tudo aconteceu. A proposta apresentada em reunião deste conselho no dia 1º abril, a partir das 18 horas, para que os conselheiros apresentassem suas contribuições até o dia 13 de abril, exatamente 12 dias corridos, nesses dias em que estamos enfrentando a pior e mais dramática fase de uma pandemia, que tem matado mais de 3 mil brasileiros por dia, só em março matou exatamente 7.176 gaúchos, que já levou um entre os 27 conselheiros deste Conselho. Pandemia que nos impede das ações mais básicas e elementares para minimamente se apropriar de conteúdo para o debate, como caminhar no Centro, circular no Centro, avaliar suas peculiaridades, sentir, viver o Centro. Não podemos planejar a partir de nossos gabinetes. Para mim é humanamente impossível encaminhar contribuições ao debate de forma séria, comprometida e responsável para tema tão importante para nossa cidade sem*

prazos minimamente viáveis para troca de informações, esclarecimentos, debates, exposições de ideias, estudo de caso, sem estudar, pesquisar, ouvir, discutir com meus pares, circular, sentir e viver o Centro, torna-se impossível. Confesso que fiquei extremamente preocupado com as confusões até agora apresentadas, mas principalmente pela metodologia adotada particularmente na busca e atualização de informações e propostas de soluções simplistas. Passo a citar apenas um caso concreto para exemplificar. Há alguns anos, o GT 4º Distrito, vinculado à antiga ESPM, fazia um levantamento, cadastramento de prédios naquela região. Ao visitarem vários prédios, pavilhões, tidos como abandonados com muros e portas enferrujadas, sem conservação, pichados, depararam com uma realidade bem diferente. Na verdade, eram prédios que estavam em plena atividade, como depósitos e indústrias de tempera e dobra de vidro, que, inclusive, exportava para-brisas para tratores e máquinas agrícolas, distribuidoras de mercadorias, guardas de objetos e etc. Surpresos os técnicos e estagiários relataram que os empreendedores se escondiam atrás de fachadas propositadamente abandonadas para não chamarem atenção, com medo de serem assaltados, sequestrados, etc. Pergunto: qual seria o resultado desse cadastramento se fosse feito exclusivamente pelo Google Street View? Que foi relatado na última reunião. Cito esse exemplo para demonstrar que uma proposta dessa dimensão, tal sua importância, merece mais estudo, busca de informações, debates, não somente palestras, é um segmento. É fundamental a participação efetiva de todos envolvidos, não somente de alguns seguimentos. Seria mais oportuno, mais competente, traria maiores resultados e torna-se necessário ter condições para o debate, para análise, para visitação, vivência, retroalimentação, o que é impossível no momento. Sem prejuízo de futuras contribuições da entidade que represento neste momento, em face da precariedade de tempo e espaço, essas são nossas contribuições. É isso. Eu queria só complementar, Secretário, dizendo que realmente o SAERGS tem interesse, e eu particularmente, até como vivenciei essa discussão, desde o tempo do Viva o Centro, é talvez um dos maiores desafios da cidade, é fazer com que as pessoas que saíram do Centro, as lojas, as entidades retornem, embora o Centro a gente saiba que tem uma vitalidade muito grande, mas não é para ser feito da forma como está sendo, no meio de uma pandemia, com prazos. Aí quando eu disse na última reunião que parecia mais uma satisfação para ofertar um plus para algumas empresas que querem construir, que é importante isso, só que é um tiro no escuro, não se sabe qual a densidade que se quer, não se sabe quem são os autores. Primeiro faz contato com os promotores da construção para depois fazer um plano estratégico. Então, é isso, Secretário. Eu peço desculpas pela forma como eu falo sempre, com muita ênfase, muita força, eu repito que tenho o maior respeito pelas profissionais da Prefeitura, mas não dá para entrar nessa, vocês e o Secretário tem que ter filtros. Isso aí é uma promessa de governo que foi dito que ele ia fazer agora. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Hermes. Eu vou sugerir, Patrícia, como nós temos vários conselheiros inscritos aqui e se tem 40 minutos ainda até o final da reunião, faça uma distribuição com tempo e limite, porque a ideia é que todos tenham oportunidade de falar pelo menos nesta reunião. São 40 minutos, são 6 conselheiros inscritos, dá cerca de 6 minutos para cada um. Só para dar uma organizada. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Tá, eu só preciso de ajuda no controle aqui, que eu estou gerenciando a apresentação. Eu entendo que os colegas tenham algumas críticas, mas nós estamos, como equipe técnica, tentando fazer um trabalho sério aqui. A gente não vai entregar um trabalho que a gente não concorde, que a gente não esteja de acordo com aquilo que a gente está entregando. Nós somos técnicos

em primeiro lugar e, realmente, a gente gostaria de aproveitar este espaço para receber as contribuições, nós ainda teremos mais um mês pelo menos de discussões, onde nós vamos nas entidades diretamente, vamos nas associações de bairro, vamos conversar com todos os interessados. Então, eu realmente gostaria de aproveitar o espaço para poder receber as contribuições objetivas, assim, por exemplo, a Jussara pontuou coisas bem importantes ali, a Tânia, o Mark. Então, eu gostaria só de fazer esse pedido a vocês, que daí a gente consegue agregar realmente uma contribuição deste Conselho. Muito obrigada. O próximo é Zago. **Antônio Carlos Zago (2º Suplente), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Boa noite a todos e a todas. Parabéns, Patrícia, pela apresentação, por tudo que vocês estão trabalhando. Eu acho que finalmente, depois de décadas, chegou a hora e a vez do Centro de Porto Alegre, o Centro de toda a cidade, o Centro dos gaúchos, porque é nossa capital. Eu não acredito que ele vai restaurar o glamour que tinha anteriormente, mas vai trazer vida na medida em que se está proporcionando que o porto-alegrense venha habitar, morar ali no Centro de novo. Eu acho muito importante isso, trazer vida, isso é muito importante, muito mais importante, inclusive, que o glamour que existia. Eu não fiz um texto, mas fiz algumas anotações, até para não me estender demais, mas eu considero essa proposta bastante adequada, apropriada às necessidades do Centro, muito embora, aparentemente, tenha sido feito rapidamente, com tanta rapidez. Na verdade, foi uma compilação de várias pesquisas, vários estudos, da ideia, da opinião de vários técnicos, de muitas pessoas que têm participado ao longo do tempo. Eu destaco o aspecto da proposta que trata o incentivo ao uso residencial, trazer a população para morar, habitar o Centro de novo, isso é fundamental para trazer vida para o Centro. E junto com essa população outras questões vão vir junto com o comércio local, muitas outras coisas, a miscigenação vai poder se dar em uma escala muito maior do que tem hoje. Hoje a balança para o lado de comércio e serviço está pendendo e a parte residencial, que é quem traz vida, isso está um pouco deficitário e com esse projeto a gente imagina que vai trazer. O cuidado com as pré-existências, especialmente, com relevância cultural, os nossos prédios que contam a história de Porto Alegre. Isso é outra coisa bastante interessante, porque ele preserva, conta a história e fala da memória de Porto Alegre. Eu vejo com muito bons olhos procurar fazer essa miscigenação, aumentar a densidade do bairro em todos os turnos, mas levando em consideração as relevâncias que temos ali, a história que é contada do Centro de Porto Alegre, que é bastante importante. Eu acho os incentivos propostos, a questão dos 30%, ao que eu sei são 30% a mais desde que se compre solo criado e isso é importante, porque gera recursos para que seja investido no próprio Centro e assim a infraestrutura possa ser adequada, possa ser aprimorada e possa corresponder às pessoas que vão estar habitando ali e também como trabalhadores do Centro. A orla tem trazido grandes benefícios para a cidade como um todo, nesse momento se transforma em um grande atrativo para que as pessoas também se mudem para o Centro, que fixe suas residências ali no Centro. A quantidade de pessoas que poderão vir a morar no Centro, eu acho que pode ser tão expressiva que vai influenciar, inclusive, nos corredores que levam ônibus, que leva a população através da cidade. Pode diminuir o impacto que, por exemplo, a Farrapos causa e que causa um grande impedimento para que o 4º Distrito se realize, essa barreira da Farrapos, eu acho que pode contribuir para que isso diminua. Eu destacaria, além de te dar essa ênfase do que o projeto já traz de benefício e muitos outros serão agregados com as opiniões que a gente está vendo aqui, de todas as opiniões aqui. Estou gostando bastante, acho que todo mundo está participando e convergimos para o Centro da cidade com ótima intenção de revitalizá-lo. Eu acho que isso é interessante, mas eu destaco algumas necessidades, eu acho, assim, que se poderia focar bastante nas questões de atratividades culturais e

artísticas, como casas de espetáculos, sabe? Tentar readquirir querer glamour de antes. Não estou diante ser seletivo, mas para todas as pessoas, eu acho que isso poderia ser incentivado, criar essa possibilidade de espaços físicos para isso, especialmente nos armazéns do cais do porto, acho tão importante, para que de noite também as pessoas circulem. Eu acho que é necessário que a gente pense na alteração do código de edificações para que seja possível o retrofit em vários prédios já existentes. Eu acho que precisamos levar em consideração a lei de incêndio vigente hoje no estado, que talvez a gente precise interagir com ela para possibilitar que muitos prédios que estão sendo ocupados, residenciais ou comerciais, eles possam fazer um retrofit. É interessante, a gente vê que o Centro de Porto Alegre, hoje a gente está fazendo muitos projetos com os estúdios, ali tinha JKs, o Centro de Porto Alegre é recheado desta nova velha ideia dos estúdios, os JKs estão todos ali, mas precisariam que a gente pudesse oferecer áreas de lazer condominiais para essas pessoas. Então, precisamos mexer na lei de incêndios, no código de edificações para viabilizar algumas dessas questões. Eu acho que outra questão seria bastante interessante, Patrícia, e isso tudo estou dizendo sem fazer uma análise do plano regulador que vai acabar surgindo daí, os detalhes daquilo que se pretende conceitualmente, mas óbvio que terá que ter um plano regulador específico ali para o Centro, para a gente entender melhor essa questão de volumetria, afastamentos, índices, etc. Eu acho que depois de tudo isso consolidado, aprovado, também como incentivo que a gente levasse em consideração a possibilidade da tramitação expressa e prioritária dos projetos e empreendimentos que vão ser feitos na região. Eu acho que é isso, nós temos muito mais a contribuir como entidade, mas vamos esperar outras oportunidades. Eu vou procurar transformar essas anotações em um texto e mandar para vocês, Patrícia. Obrigado pela oportunidade. Um abraço e boa noite a todos. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Tem uma Questão de Ordem. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Secretário, boa noite a todos. Qual é a preocupação? Eu perguntei para a Patrícia qual o tempo que teríamos para debater isso, ela disse que um mês, depois ela disse que um mês é sobre todas as entidades, as instituições também fora deste espaço. Então, na próxima reunião vamos continuar debatendo? Porque eu quero para as minhas considerações, eu não tenho aqui porque acabamos de vir de um conflito com mais de 300 pessoas na comunidade. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Secretário, não teria problema ela apresentar na próxima e a gente anota, não tem problema. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Obrigada pela consideração. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Agora é o Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa noite a todos. Eu queria dizer como representante do RGP 1, do Centro, que não concordo que não há vida no Centro. Há muita vida no Centro. O que nós enfrentamos hoje são projetos mal feitos na região central. Isso gerou fechamento de ruas, que inviabilizou a vida dos moradores. Nós temos 40 mil moradores, se a gente fizer um levantamento dos moradores do entorno das praças, que são 27 no Centro, temos pessoas que moram ali. Então, a recuperação, a preservação e a manutenção das praças no Centro é fundamental. E nós tivemos na região Centro grandes feiras, que eram usufruídas pelos moradores do entorno do Gasômetro. A própria orla, como foi citado, parece que deu vida, mas não, o Centro já tinha vida, o Gasômetro era utilizado, mas agora inviabilizaram o Gasômetro, não houve manutenção daquele espaço como um espaço cultural e que era utilizado pela população. Então, as pessoas falam do Centro sem viver no Centro, sem

conhecer o Centro, sem ter qualquer relação. Não basta vir no Centro, não, é viver o Centro, é morar no Centro. Então, tem que ser priorizadas as suas praças, o seu patrimônio cultural, é isso que vai atrair. Nós temos um universo de hotéis, onde está o levantamento dos hotéis e restaurantes, dos bares dos pequenos empreendedores? Onde está a apresentação disso? Como querem viabilizar o projeto, o programa ou um plano se nós não temos detalhamento dos estudos? Precisamos ouvir os moradores, aí eu saúdo a Patrícia, que é importante ouvir quanto mais as pessoas se manifestarem, principalmente levando em conta as características de cada região do Centro, nós não podemos criar um Centro homogêneo. Nós temos o prédio que era a Confeitaria Rocco, como bem falou o Zago, que tinha um glamour, hoje está caindo aos pedaços, porque foi abandonado. Nós tivemos no Centro um Fórum Social Mundial que utilizou todos os armazéns do porto, do Cais Mauá e que tinha vida ali todos os dias. Nós tivemos feiras de artesanato ali, tivemos a Casa Cor, para quem se lembra, recuperaram vários armazéns ali. Qual foi o trabalho de manutenção.. Nenhum. Então, o que falta é uma ação mais ativa do poder público. Eu quero entrar no detalhe, que é muito fácil dizer que a iniciativa privada vai resolver o problema, não vai, ela vai buscar dinheiro nos bancos públicos para implementar os seus projetos, porque nós, a estrutura da Prefeitura, o serviço público está sendo desmontado. Então, quem é que vai viabilizar a gestão desse processo se nós não tivermos servidores públicos? Vai ser o privado? Vai ser a terceirização? Não vai. Ah, parece que a gente é do contra, que a gente é contra o progresso? Não, a gente não é contra o progresso, mas o progresso não pode ser construções modernas, o progresso é priorizar sua história, seu patrimônio arquitetônico, o porto, recuperar toda a beleza que tinha. Há uma sugestão para rebaixar o Trensurb, vamos levar à sério esse projeto, porque aí tu recuperarias a Mauá em toda sua extensão. Olha, uma modernidade fizeram na frente do Mercado Público, que descaracterizou o Mercado, escondeu a frente do Mercado, aquilo ali não é preservar o patrimônio histórico. Ah, deu mobilidade para as pessoas acessaram e saírem do trem, tudo bem, mas descaracterizou. Assim, nós, a ACESSO e a RGP 1 enviou um documento com as nossas avaliações, as nossas críticas e que nós colocamos à disposição e durante esse período vamos acrescentar mais contribuições. Eu acho fundamental incluir uma coisa, a valorização histórica do Centro. Era isso e obrigado. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Boa noite a todos. É o seguinte, eu estou me inscrevendo para entender algumas coisas ainda. Em primeiro lugar eu entendo que este é um projeto para obra nova, projeto novo. Então, ele deveria ser planejado para ser executado por fase, mas por onde iniciaria isso aí? O Centro é muito grande. Espero que não se coloque junto naquela relação dos projetos que estão a passos lentos, como o 4º Distritos, as obras agora em torno da Arena. Então, parece que Porto Alegre não consegue concluir ou avançar em um projeto bom, deixa um pouco de lado e parte para outro. Isso aí eu acho bom, mas não acho que vá dar fruto bom logo em seguida. E eu pergunto: isso aí vai gerar novos empregos? Quantos empregos poderia gerar? Aí vem a questão do prazo de início para ser executado esse projeto e certamente tem que ter um momento que tenha uma conclusão ou fazer um balanço para a gente saber se está tendo realmente um retorno satisfatório. Eu coloquei aqui um título: Como tornar o centro Histórico mais atrativo e mais seguro? Isso eu quero considerar o que já existe, o Centro Histórico hoje, precisamos dar atenção para o que tem hoje, que nós conhecemos de Porto Alegre. E aí me coloco na seguinte questão: primeira coisa que eu acho que a gente tem que fazer é reorganizar o comércio atual, revitalizar prédios antigos que hoje estão sem condições de uso para o comércio, as fachadas. Na verdade, acredito que todo o projeto é bom e acho que a gente vai poder acompanhar aqui pelo Conselho, mas se o centro não for humanizado a partir do que já existe vai ser bem complicado. Vou

ver se tem mais algumas coisas, porque o lado que me interessa mais é o 4º Distrito. Justamente essa é a pergunta: de que lado nós vamos começar primeiro? Eu acho que isso aqui é a primeiro coisa que a gente tem que definir, para atrair as pessoas, novos empreendedores, sem esquecer da cidade. Obrigado. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Boa noite. Primeiro, falar da nota técnico que o IAB enviou a pouco por e-mail. É uma nota técnica desenvolvida a partir da Comissão Cidades do IAB. Quero ressaltar o que falou o Hermes, quer dizer, o exíguo tempo para a gente pode fazer uma análise. Eu não vou ler o documento aqui, porque foi um documento com 10 páginas, em linha simples e fonte pequena, mas mesmo assim é um documento que se restringiu a uma análise do processo e do seu conteúdo e não de propostas em si. Nós achamos que ainda faltam bastantes aspectos a serem levantados para um diagnóstico correto, adequado para um programa dessa magnitude. E por isso demanda mais tempo e mais estudos, sob pena de não se conseguir mensurar os impactos que esse programa pode gerar e, sobretudo, os impactos negativos. E empurrar para o futuro problemas ainda maiores para o Centro que possam vir acontecer, senão houver o programa, senão vier a tratar de questões estruturadoras no Centro, que precisam ser solucionadas. E da forma como está a nossa análise é que ele acaba sendo um plano de embelezamento. Isso aqui não é uma crítica à equipe técnica, muito antes pelo contrário, o nosso documento é bastante solidário, no sentido de apontar a importância de ter um plano para o Centro. Segundo, a importância de se utilizar de tudo que já foi estudado para o Cento, mas sim é uma crítica ao tempo político que está sendo dado à elaboração desse programa. Ele é um tempo que visa atender unicamente uma agenda política, não visa atender uma agenda adequada para os estudos técnicos necessários, muito menos para uma apropriação por parte da população da proposta do programa. Então, por isso, aí vem uma crítica, já lançar de antemão, e antes mesmo que tivesse sido apresentado o programa, um questionário consultando a população nos parece bastante frágil, porque ele oportuniza a participação, mas uma participação desinformada, onde a população não tem a informação para que está sendo usado, nem sequer para que vão ser usadas as informações que eu estou respondendo. Então, além disso, no calendário a gente não vê nenhum momento deliberativo mais expressivo, a não ser esses momentos no CMDUA, todos os demais são momentos consultivos, de consulta geral à população através do questionário e de consulta a entidades empresariais, entidades de classe e a própria região. Então, preocupa essa fragilidade do ponto de vista da participação também. Eu aponto, reforço o que trouxe o Hermes de que a gente vê e também identificou essa descompensação entre uma série de estudos gerais que estão ali muito embrionários em comparação a um detalhamento já maior da finalidade, daquilo que acaba se demonstrando como a finalidade em si do programa. E que nos parece que no fim das contas a humanização, uma série de conceitos que são trazidos acabam por querer justificar algo, que é a finalidade praticamente única do programa, da forma como ele está posto até agora. Com certeza, o que nós pleiteamos é mais tempo para trabalharmos juntos, mas da forma como está posto já começa pelo fim, como falou o Hermes, assim, a nossa intenção é estabelecer esses gabaritos para que se possibilite tais e tais ações do mercado imobiliário, né. E essas ações vão gerar contrapartidas, mas essas contrapartidas propostas até o momento são contrapartidas pontuais expressas para a melhoria do espaço público, adjunto, o contexto, o entorno imediato daquele empreendimento específico, que é muito pouco, e mais, ele não resolve impactos que possam gerar o adensamento que está sendo proposto com esse programa. E se hoje o Centro já sofre um problema de uma densidade importante, ainda que transitória, os usuários são em número muito maior que aqueles que moram ali, por isso tem um estresse do ponto de vista da

estrutura de mobilidade e etc. Essa estrutura não se resolve, não tem solução para isso. Então, estamos empurrando para o futuro e nada mais insustentável do que empurrar problemas para o futuro. Então, de novo, a questão é de tempo. A questão do patrimônio, parece e nos preocupa, sobretudo no contexto em que nós temos uma lei de inventário que fragiliza não só os bens de estruturação, mas acabou com a ideia de paisagem cultural que vinha do Plano Diretor, acabou com isso. Então, nesse programa precisa no campo do patrimônio fazer um levantamento mais apurado e buscar formas de proteger edificações que não estão, por exemplo, tomadas e que outras formas de proteção vão ser estabelecidas para que essas edificações sejam protegidas. Elas são representativas, são importantes, inclusive, elas dialogam muito com a missão proposta pelo programa, o qual nós questionamos, essa missão que está posta, de potencial turístico. E aí dentro do patrimônio cultural ainda levanto outro aspecto, né, que é a questão do Museu de Percurso do Negro. A Tânia tangenciou essa questão do patrimônio cultural do ponto de vista não só do patrimônio branco, o Museu do Percurso do Negro, ele tem um potencial bastante importante de turismo local, senão de turismo maior, pelo menos de local, que possa trazer a população para o Centro para conhecer as raízes, por exemplo, da comunidade negra em Porto Alegre, que é representativa, representada pelo Museu de Percurso do Negro e pelo próprio Mercado Público, que nos parece que precisa ser englobado aí. Eu já tinha falado na outra e está na nossa nota a questão de como esse plano vai levar em consideração o Cais Mauá e o projeto que se aventa. E o plano de mobilidade isso vocês já colocaram hoje que vão de alguma maneira dialogar com o plano. A questão da habitação de interesse social, no nosso documento nós colocamos a questão de identificar as demandas sociais, sobretudo, as ocupações e as demandas de movimentos sociais que vêm pleiteando edificações no Centro para cooperativas habitacionais, por exemplo, elas devem ser garantidas, e a identificação de edifícios públicos que possam servir para uma política de habitação de interesse social no Centro, além de pensar junto dessas estratégias de incentivo, estratégias específicas de incentivo para que nessas reciclagens de uso se possibilite a habitação de interesse social no Centro. Eu acho que com isso eu falei tudo. Eu gostaria só no final de colocar aqui que me preocupou uma fala de um dos conselheiros, em especial o Conselheiro Zago, na manifestação que ele aponta a questão de revisar a lei de incêndio e o Código de Edificações. Ora, eu já tinha manifestado aqui na semana passada a preocupação com a habitalidade do Centro e vi que hoje repercutiu de alguma maneira, porque não fui só eu, mas teve na apresentação de vocês esse olhar. O que me preocupar é a segurança, mais do que isso, preocupa não só para essas pessoas, mas preocupa que se nós agravarmos as condições de habitabilidade dos edifícios existentes, ampliando as alturas, etc. e etc. Em uma estrutura urbana, que é bem diferente das referências que são trazidas aqui, seja pelo formato do lote, seja pela largura das vias, se nós agravarmos essas condições de habitabilidade, o que pode vir acontecer com esse programa é justamente o contrário do que ele pretende, ao invés de trazer mais pessoas para morar ou viver, usar o Centro, elas podem se ver repelidas e irem morar em outros lugares e buscar, sejam apartamentos, sejam casas, em outros locais da cidade, ainda que em área central. Se hoje no quarto andar de um edifício desses eu já não vejo sequer a luz do dia direito, não vou nem falar em sol, ou não tem as condições de ventilação. Então, eu tenho mofo, tenho isso e aquilo, com o aumento da altura do seu entorno imediato, esses edifícios podem passar ao invés de quarto andar, vai ser lá no décimo. Então, o impacto pode ser negativo no sentido do que o próprio programa pretende. Então, são questões, vejam que a gente precisa encarar para o próprio sucesso do programa, a não ser que ele acabe sendo o que esperamos que não seja, uma simples iniciativa de oferecer maior potencial construtivo na área do Centro. Obrigado, Patrícia. **Sérgio Saffer (Titular),**

Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA: Boa noite, pessoal. Eu queria aproveitar alguns itens que falava sobre a questão do potencial turístico e a gente vê que tem outras várias coisas, reivindicações que já foram levantadas em vários momentos. Por exemplo, alguma questão de melhorar a legislação na parte de incentivo a questões de prédios tombados. A gente vê esse momento como um momento de poder se aprofundar em algumas legislações que estão abertas e que sempre houve uma solicitação de esclarecimento ou de incentivo, melhor dizendo. Então, o próprio Cais Mauá, a gente vê como fundamental isso ser tratado paralelo a essa questão da reabilitação do Centro Histórico. A gente vê também de fazer incentivos a atividades culturais. A gente vê um item que funcionou muito bem, que é um passeio a noite nos museus de Porto Alegre. Então, a gente viu que aquilo funcionou muito bem, mas era uma vez por ano, antes da pandemia, mas isso mostra que é possível esse tipo de atividade dentro desse conceito de potencial turístico. Aquela imagem em 3D, se vocês puderem fazer novas e compartilhar com todos, é interessante, porque a gente vê que já existe uma cidade consolidada, é difícil a execução de novas edificações. Então, a questão também da reciclagem de uso, uma coisa que também tem que ser muito bem abordada e desenvolvida, porque eu acho que aí existe um maior potencial em desenvolver algum projeto nessas edificações. A gente sabe que a característica hoje do Centro, como também alguns meios de transporte, a gente abe que existem muitas edificações vazias. Já falaram dos prédios de garagem, mas a gente vê muito prédio comercial que está deixando e a gente tem um projeto, tem dificuldade de reciclagem dos prédios comerciais e residenciais, aí tem uma questão legal. Quando é um prédio único tu consegues resolver isso, quando é o mesmo proprietário, mas digamos que tem um prédio comercial e quer fazer várias habitações, quer individualizar ou vender, isso é um desfio muito grande como resolver essas questões jurídicas junto ao registro de imóveis. Eu sei que o plano regulador é uma coisa tem que ser debatido muito mais para frente, mas nós tivemos algumas dúvidas, Patrícia, que hoje não vai dar, mas se em algum momento se vocês puderem ouvir. Eu vi que algumas pessoas falaram em questões dos índices, que nós até temos outras interpretações que a gente queria alguns esclarecimentos. Por exemplo, eu vi no slide que falava de instrumentos e incentivos utilizados. Quando fala na área total construída, que é igual à área do terreno, mais 30%, vi que algumas pessoas têm interpretação que aqui está botando 30% a mais. A ASBEA tem uma leitura que isso aqui é o índice de aproveitamento que deixaria de usar os 50% e estaria usando os 30. Se for isso está se baixando o potencial construtivo do terreno. Então, isso é uma questão que a gente tem, que eu gostaria de conhecer, a gente acha que não pode, nossa opinião. Então, se for isso a gente entende que vai ter uma diminuição de potencial construtor nos raros terrenos livres que existem lá. Já na mesma lâmina existe uma opinião de cálculo do potencial construtivo que deverá ser calculado pela área total construída. A gente quer entender melhor o que isso significa. A preocupação que a gente tem sobre a questão da insalubridade, a gente entende isso, quando falaram no gabarito, que deve ter alguma ótima avaliação e metodologia de avaliação a questão da insolação e da ventilação das edificações, porque às vezes existe alguma região que existe um prédio mais alto e outro do lado mais baixo. Essa questão é muito discutida, porque eu vejo no Rio de Janeiro que existem vários prédios que estão na divisa e existe alguma solução para esse tipo de solução. No Centro da cidade já existem várias edificações altas ou baixas colados um no outro. Então, não é uma questão da altura, é uma questão de como são encaradas essas questões, ou do código de edificações, ou que eu entendo que na nova abordagem de vocês do gabarito que possa ter outros instrumentos de avaliação da insolação e da ventilação. Por enquanto muito obrigado. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade –**

SMAMUS: Obrigado, Saffer. Bem, eu acho que os teus questionamentos, como os demais, não vai dar tempo de responder hoje, mas a gente vai anotar tudo e vamos pedir a oportunidade de repente para se manifestar na próxima reunião sobre isso, para deixar tudo claro na medida do possível. Vamos para o Rômulo. **Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Boa noite. Eu queria em adição ao que já encaminhei para a administração do Conselho por escrito, queria acrescentar algumas coisas, como está sendo feito aqui pelos demais colegas. Antes, só colocar uma questão, a Patrícia nos apresentou o programa de Reabilitação do Centro, mas o Secretário gala em Plano Diretor do Centro são coisas muito diferentes em uma da outra. Um programa e um plano são coisas completamente diferentes, que tem instrumentos diferentes, tem forma de implementação, que tem envolvimento e tal. Então, eu acho que isso precisaria ser urgentemente esclarecido, para sabermos do que nós estamos tratando, se é um plano ou um programa. Pelo que foi apresentado, eu diria assim, o plano ou programa que a Prefeitura está colocando, e a Patrícia na apresentação apesar de ter colocado que ele está aberto a contribuições, ela não disse que aquele documento está incompleto. Então, eu estou assumindo que aquilo é o que a Prefeitura vai tocar para frente com ajustes. Do que consiste aquele plano? Duas pequenas frases. A primeira frase é: vamos retirar o bode da sala, no caso, é uma regulamentação urbanística que foi instituída pela própria Prefeitura do ano 2000, que restringe, que evita que o Centro seja modificado, tanto na sua forma construída, quanto o uso das suas edificações. E a segunda é: Vamos abrir mais uma janela de oportunidade de transferência de recursos do setor privado para o setor público. Com uma ideia vaga de que poderá ser usado para ações de reabilitação do Centro. Então, eu fico me perguntando se essas duas coisas são suficientes para construir um programa. E a minha resposta, creio que qualquer um dos meus colegas arquitetos vão concordar que não, que essas coisas não são suficientes. Na realidade, tirar o bode da sala, ou seja, suspender a legislação urbanística ou substituir por outra mais liberal, é na realidade uma pré-condição, não faz parte do programa. Isso é uma pré-condição para que um programa possa ser elaborado com chance de ser implementado e com sucesso. E se for um programa de reabilitação tem, como já foi citado por vários colegas, que ele precisa ter o mínimo de clareza em relação a quais são os objetivos, para que eles servem. Acho que essas coisas têm que ser muito melhor esclarecidas, e não vai ser por ações, iniciativas das empresas, iniciativa de coisas isoladas, porque precisa do mínimo de organização e coordenação dessas coisas. Nós temos um exemplo que está acontecendo hoje na cidade, que já dá uma ideia do que pode ser a renovação, o retrofit, sei lá como podemos chamar, que é o Plazinha, que era um hotel nível médio, 3 estrelas, durou décadas na Senhor dos Passos. Quer dizer, o que tem lá agora? São quitnets de altíssimo valor, não é para qualquer um o que fio feito lá e nos andares debaixo é um shopping. Então, esse é um padrão que nós podemos esperar que venha aconteceu no Centro. É isso que nós queremos? Não sei, mas é um exemplo sinalizado pelo *status quo* da nossa economia, da nossa sociedade, do nosso desenvolvimento urbano. A questão de transferência de dinheiro via solo criado, não sei o que vocês pensam, mas essa ideia de transferir recurso do setor privado direito, essa natureza, não necessariamente de empresas riquíssimas, não, de pessoas que vão comprar essas coisas, é uma transferência de dinheiro da classe média. E essa transferência indiscriminada eu sou contra. Os meus princípios de democracia liberal estão se sentindo ofendidos com isso. Não sou contra que isso seja feito, mas toda transferência de dinheiro precisa ser cuidadosamente parametrizada, nós temos que saber quanto vai entrar, quanto se espera, como que essas coisas vão aconteces. Então, esse é o panorama que nós temos. No material que eu enviei, tem tudo lá, mas eu gostaria de destacar cinco questões

indispensáveis. A primeira delas, que haja demonstração sobre onde e quanto, de que tipo de densificação se espera, onde vai ser densificado? Quais são as áreas que têm potencial e que padrão vai acontecer aí? Vai ser vai para que tipo de população, para que tipo de gente afinal de contas? O que se espera que aconteça? A segunda sugestão é que se faça uma demonstração de onde e quanto de grana vai ser investido no programa de reabilitação, porque não pode ter um programa que não tem um mínimo de cenário financeiro. Quer dizer, é um programa sem grana? Não, precisa ser claro. A minha terceira sugestão é que se definam indicadores de desempenho do programa para que nós todos possamos acompanhar, saber se está dando certo, se ele está no tempo direitinho, se está atrasado, está dando errado, se aqueles objetivos estão sendo alcançados e assim por diante. Tem que haver um sistema de controle desse negócio claramente estabelecido. O meu quarto item é sobre recursos próprios. Assim, acho fácil demais inventar um programa de reabilitação do Centro que vai contar com dinheiro que vai ser arrecadado do solo criado. Eu acho que isso não faz nenhum sentido. Quer dizer, a gente tem fontes de recursos possíveis, nós temos vários mecanismos de melhoramento do ambiente urbano, que não são necessariamente envolvidos com transferência de dinheiro do privado para o público. Há a uma série de coisas que são importantes serem feitas, necessárias de serem feitas e deveriam ser consideradas nesse programa. E o quinto item, eu acho que o programa precisa de um horizonte temporal, para saber se é um programa para esta gestão, para um ano, para 10 anos, como é isso? Como que está postado dentro do panorama de planejamento e gestão da Prefeitura? Eu gostaria de ver como que essas coisas vão se projetar daqui para frente. Era isso, pessoal. Esses itens estão descritos de forma mais elaborada naquele documento, mas eu deixo aí para se pensar. Obrigado. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Boa noite a todos. É uma honra falar depois do Conselheiro Rômulo. Primeiramente, eu queria dizer que esse programa Viva o Centro, onde se baseia essa proposta nova da Prefeitura, foi um programa feito em 2005/2006, quando eu era conselheiro da RGP 1, quando o Secretário Magalhães apresentou 21 programas estruturantes para a Cidade. Então, esse era apenas um dos programas. Agora a Prefeitura está tentando implementá-lo já que não conseguiu ir adiante, porque tinha algumas ações estruturantes lá que era o BRT, que se fazia um túnel embaixo da Avenida Borges de Medeiros, uma coisa que acabou inviabilizando até o próprio programa. Não vou afirmar com todas as letras. Esse programa ficou atrelado a uma coisa que o Felisberto fala, que são os planos de ação regional, que quando a gente fez uma consulta interna dos conselheiros, nós achamos que tinha que fazer um plano de ação regional no Centro. No primeiro momento eu achei um pouco estranho, mas quando a gente foi caminhar pelo Centro da cidade para ver qual era o programa íamos implementar estruturante, para minha surpresa a residência no Centro era pujante. E aprendi também que o lugar que tem mais idosos no Brasil era no Centro de Porto Alegre. Então, vi que tinha uma região residencial estruturada da Duque de Caxias para baixo, e outra comercial, e institucional, da Duque em direção à Mauá. E a parte mais desestruturada da cidade era nessa região da Duque e Riachuelo para baixo. Então, o que aconteceu? Depois aprendi que a gente precisa fazer ações estruturantes no Centro e a gente não pode fazer nada sem antes ter uma boa pesquisa de mercado, uma pesquisa de mercado, como diz o Professor Rômulo, para saber o que vai financiar isso aí. A gente precisa saber, quer dizer, ah, vou atrair o pessoal da TI, um medical, um educacional, alimentação, de repente vou até f um centro administrativo novo em Porto Alegre para trazer os funcionários públicos para morar mais perto, que poderia ser em frente a Câmara de Vereadores, por exemplo. Isso é consequência, porque depois que souber todas as ações estruturantes que os próprios

moradores do Centro indicaram, os moradores de fora indicaram o que seria interessante fazer no Centro. Na questão do Plazinha, o que o mercado identificou? O uso misto, que identificaram que trabalhar e morar no mesmo local era bom. Então, quando eu vejo falar sobre o solo criado, eu acho que é apenas um instrumento de vários tantos. Por exemplo, eu te dou um incentivo dentro de uma volumetria estabelecida, não estou nem falando em índice, que o que tu me agregar mais em habitação de interesse social, mais eu te deixo construir o que quiser. Então, ao mesmo tempo que deixa construir está atraindo pessoas que vão miscigenação o Centro, das ações de interesse social, junto com o comercial e outras coisas. Então, eu acho que tem várias ações, eu acho que o poder público tem ter que os vetores, onde que ele quer que aconteça, onde que é interessante que aconteça. Então, a minha contribuição era mais nesse sentido. Não vou nem entrar no mérito da parte volumétrica do Plano Diretor, mas era isso, que eu acho que contribui um pouco. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigada. Agora vamos encerrar com o Fernando. **Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Boa noite a todos. Bom, eu não vou me estender, mas eu me junto ao que o Dal Molin colocou, a discussão é muito mais amplas, nós temos diversas vertentes, de pensar as atividades no centro como sendo sustentável sob as diversas óticas que ali existem e o que acontece? Acho que teria que também apropriar nesses estudos algumas atualizações. Hoje se fala muito, e eu trouxe esse assunto na reunião passada, sobre a questão do muro da Mauá, a questão da rodoviária, vários outros pontos de interesse que se unem a esse programa maior, que deve ser sim acrescentado a esse estudo macro. Hoje é uma discussão quase que inócua, porque a questão de tirar ou colocar o muro da Mauá pressupõe um estudo anterior, que é: será que nós temos ainda problemas com as cheias? Será que nós temos as mesmas condições de 1940 quando isso aconteceu? Então, acho que isso tudo tem que vir atendimento tona e ser discutido. Hoje a questão da rodoviária ali no Centro. Também é um ponto de extremo interesse e que deve ser revisto. Eu acho quando se fala no Centro não se fala só nessas questões de índices construtivos e tudo mais. E lembro da discussão com relação a isso, a orla do Guaíba, foi uma discussão infindável o projeto e a conclusão que poderia se chegar é que seria um projeto inviável. Hoje o que se mostra é uma coisa completamente diferente, hoje os porto-alegrenses aproveitam aquela área de maneira muito salutar e muito saudável o tempo inteiro. Então, claro que todo projeto que muda o *status quo* atual gera determinadas resistências, gera determinadas reações e isso é natural. O importante é que além das críticas que se traga perspectiva, assuntos e temáticas que a gente possa discutir de ma maneira mais técnica também. E quando eu falo “técnica” não é sobre o ponto de vista de urbanismo, mas sobre suas diversas óticas como eu coloquei no início dessa conversa. Na realidade, eu queria trazer em prol dessa discussão, acrescentar outros pontos de interesse junto ao Centro, principalmente na discussão cais, da própria rodoviária e isso tudo vai influenciar conceitualmente nos modais de transporte e de acesso a essa nova área que se pretende. Ratifico meu posicionamento com relação ao projeto, acho que Porto Alegre precisa sim de um projeto desses. Eu saúdo a iniciativa e é natural que tenha determinadas resistências e aportes com algumas ideias, mas eu acho que é assim que se constrói e vamos seguir em frente. Obrigado e parabéns, Patrícia. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigada. Coloco o meu agradecimento em nome da equipe. Vaneska, quer finalizar? **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Eu tomei nota de algumas contribuições. Quero agradecer, porque às vezes eles são um tom que extrapolam a ambição que a gente tem para o

projeto e nos dão ideias de como poder ser até mais audacioso em algumas ações, pela preocupação que é manifestada pelos Conselheiros, do impacto que vai ter. A experimentação do Centro é algo que eu imagino que faz parte da vida de muitos aqui, a gente tem uma percepção do Centro consolidada de diversas épocas, cada um dentro da sua perspectiva, mas é interessante a gente compartilhar. Acho que esse é o intuito de nossas conversas. Eu anotei algumas questões bem específicas. O Conselheiro Mark fez vários questionamentos sobre números e contribuições específicas, que imagino que a gente pode amadurecer para poder fornecer essa informação. Hoje até a questão dos espaços degradados, das áreas degradadas são conceitos que a gente está juntando para realmente poder ser bem específico do que a gente entende que são áreas que a gente entende que tem que ter recuperação no Centro. O pessoal também falou da situação social, a gente tem vários números, a gente entende que se a gente pensar e daí a demanda habitacional entra muito forte, não só de interesse social, mas demanda habitacional, enfim, como ela é conceituada, isso também pode ser um debate a par. E a própria região metropolitana, daí os números realmente precisam de subsídio e a região do Centro é uma região que pode se apresentar como uma alternativa mais adequada sob diversos aspectos, o locacional é um deles, para se instalar atividades de habitação do que a periferia da cidade. Esses são debates que eu até entendo que a gente tem de maneira muito recorrente no Conselho, com novos empreendimentos que vão estendendo a ocupação urbana de certa forma na borda da cidade. A gente também tem alguns números, mas agora eu anotei algumas coisas que pelo adiantado da hora a gente vai produzir relatórios que vão ter mais conteúdo sobre todo esse debate. Sobre a questão do transporte, com certeza a gente tem essa preocupação, que acaba tendo um impacto muito grande nessa distribuição de diversos terminais no Centro, que nem concentram em determinado essa chegada do transporte intermunicipal. A questão dos eventos é superimportante, a gente tem que criar as condições espaciais enquanto programa para que isso realmente possa ocorrer. Acho que todos nós estamos com saudades dos eventos no Centro, né. Uma questão importante para a gente poder ir debatemos durante o percurso do projeto, é que assim, nós temos entendimento, a gente antecipa de repente potencial construtivo, porque o potencial construtivo de certa forma que vai nos ajudar a estabelecer a nossa conta do que precisa ser feito de melhoria dentro do território. Então, existem números que mesmo que sejam de uma forma preliminar e que vão depender de uma negociação, a gente precisa criar cenários com esses números e eu entendo que criar esse cenário não é antecipar algum debate, mas criar subsídios para esse debate. Acho bem importante que a gente consiga até trazer esses cenários, trazer esses números e debater sobre eles para poder qualificar. E a questão do monitoramento, fundamental, a gente estava discutindo essa questão que é a densidade, ela tem que ser acompanhada, tem que ser monitorado, é muito difícil de prescrever uma área da cidade e esperar que a cidade pacificamente vai seguir aquele número de habitantes por hectare que a gente está prevendo. Então, essa questão do monitoramento é algo que eu entendo que se nós criamos mecanismos para embasar bem essa parte do processo, mesmo na revisão do Plano Diretor, em qualquer projeto de planejamento urbano, e daí eu entendo que o Professor Rômulo quando cita pensa nessa dimensão em que a gente pode criar relação de desempenho para poder fazer o desenvolvimento da cidade, não terminar alguns parâmetros estatísticos para algumas dessas áreas. Acho que essa é uma questão que a gente tem que pensar e debater como conselho para poder chegar nesse formato, que é um formato de gestão do espaço da cidade, através do planejamento urbano e que a gente entende pesquisando em outros lugares que é um caminho para a gente conseguir de fato a densidade. Então, a gente monitorar isso para saber que ações a gente realiza para de

fato poder permitir que essa população não seja... A população de idosos é importante, mas a gente não quer também que tenha outro, qual é o cenário que quer se criar? A gente quer pessoas de diferentes classes sociais em um determinado território? Isso tudo pode sempre implementado através do monitoramento que possa retroalimentar ações de incentivo para determinadas dinâmicas no território. Era isso. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Então, a gente vai se organizar para trazer as respostas. A gente está aqui para receber a contribuição de vocês, temos aqui técnicos, não técnicos, enfim, a gente está aqui para receber as contribuições de vocês. Então, a gente vai ter outras oportunidades, enfim, a porta está aberta e nós estamos realmente buscando uma construção conjunta. Não temos nada pronto, a nossa ideia é realmente buscar isso. Quem quiser realmente contribuir, quiser propor, vamos discutir isso, a gente está aberto a isso, sem problema nenhum. Vocês já conhecem o nosso canal, o e-mail é o planodiretor@portoalegre.gov.br e já tem ali, tem no site e no Instagram a pesquisa para quem quiser, tanto responder a pesquisa quanto se quiser colocar algum contato também para a gente entrar, a gente entra em contato. Muito obrigada, gente, eu acho que vai ter mais uma reuniãozinha para a gente discutir um pouco ainda. Então, até mais. Tchau, pessoal. **(Encerram-se os trabalhos da plenária às 20h30min).**

Germano Bremm	**Secretária Executiva**
Presidente	**Relatora**

Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2021, ... retificações:

ATA ORDINÁRIA Nº 2888/2021

Aos vinte dias do mês de abril de dois mil e vinte um, às dezoito horas, reuniram-se para Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, via ZOOM, denominado PLENÁRIA VIRTUAL DO CMDUA, em razão do decreto municipal a fim de combater o coronavírus e a propagação da pandemia entre as pessoas, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira (Titular) e Lisiane Sartori Fioravanço Magni (Titular), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN**; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular) e Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), **Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS**; Gisele Coelho Vargas (Titular), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE**; e Gustavo Garcia Brock (Titular), **Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV**. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS:** Rômulo Krafta (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**; Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Claudete Aires Simas (Titular), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH;** Sérgio Saffer (Titular), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA**; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS**; Hermes de Assis Puricelli (Titular), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS**; Rogério Dal Molin (Titular), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:** Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Ronie Gomes (1º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Tânia Maria dos Santos (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4**; Wagner Pereira dos Santos (Titular) e Ricardo Angelini, (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Maristela Maffei (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7**; Dinar Melo de Souza (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8**; e Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP – HOCDUA. SECRETARIA EXECUTIVA:** Camila Maders Fonseca Coelho, **Secretaria Executiva da SMAMUS**; Patrícia C. Ribeiro, **Taquígrafa/Tachys Graphen**. **PAUTA: 1. Abertura; 2. Votação: 2.1 ATAS: 2879, 2880, 2881, 2882 e 2883; 2.2 NOTIFICAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO (Ofício anexo) – Escolha de 03 representantes do CMDUA para participar de Audiência Virtual em 26/04: 1) Governo, 2) Entidades e 3) Regiões; 3. Comunicações; 4. Ordem do dia**. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h06min. **1. ABERTURA. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Boa noite, Senhores Conselheiros, Senhoras Conselheiras. São 18h06min. Em havendo *quorum* declaramos aberta a nossa Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental, desejo uma excelente noite de trabalho, de discussão, aprofundamento nos temas de importância para a cidade. Lembrando que estamos ao vivo no nosso canal do

YouTube na SMAMS, todos também podem acompanhar de lá. Eu vou fazer a leitura aqui rapidamente dos presentes, quem não for chamado pode indicar no *chat*. (Relação dos presentes na inicial). Consulto se temos conselheiros inscritos para o período de Comunicação? Por favor, façam a inscrição pelo *chat*. Conselheiro Hermes, Conselheiro Felisberto. Então, em não havendo mais inscritos para o período de Comunicação encerro a inscrição para comunicação e passo a palavra para os conselheiros. Na verdade, vamos seguira pauta, antes do período de Comunicação a gente tem a deliberação com relação às atas. **2. VOTAÇÃO: 2.1 ATAS: 2879, 2880, 2881, 2882 E 2883.** Estamos próximo ao mês de abril com as nossas atas. Obrigado à taquigrafia que está se esforçando para botar em dia as atas. Então, eu consulto se temos objeção à aprovação das atas ou abstenção, por favor, manifeste no *chat*. Temos inscritos também, só para registrar, para o período de Comunicação o Conselheiro Adroaldo e a Conselheira Maristela. Então, por favor, manifestem no chat as abstenções, contrariedades. Deixa eu fazer o registro das abstenções: Conselheira Jussara. Conselheira Claudete, Conselheiro Rafael, Conselheiro Hermes, Conselheiro Mark, Conselheiro Felisberto, Conselheiro Adroaldo e Conselheiro Wagner. Temos 08 abstenções, nenhum voto contrário. **APROVADAS AS ATAS 2879, 2880, 2881, 2882 E 2883. 2.2 NOTIFICAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO (Ofício anexo) – Escolha de 03 representantes do CMDUA para participar de Audiência Virtual em 26/04: 1) Governo, 2) Entidades e 3) Regiões.** Nós temos uma notificação do Ministério Público, cujo o ofício foi compartilhado e anexo aos Senhores Conselheiros. O Ministério Público pede a indicação três representantes do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental para participação de uma reunião virtual que trata a respeito da atualização do Cadastro Municipal de interessados em unidades habitacionais. Em sendo três representações, alcança todas as esferas do Conselho, a nossa proposta é que a gente extraia representante da região de planejamento, das entidades não governamentais e das entidades governamentais. Nesse sentido, se for da concordância dos Senhores Conselheiros, a nossa sugestão para tentar equacionar um pouco a discussão. Como as entidades têm um representante, que é o vice-presidente pelas entidades e as regiões têm um representante, que é o vice-presidente pelas regiões. É a nossa sugestão, naturalmente, que os vices se assim entenderem adequado pudessem representar essas duas esferas. E pelo Governo Municipal, pelas entidades governamentais, se não houver objeção, sugerimos a indicação pelo governo, enquanto Presidente do Conselho, sugerir o encaminhamento da representante do DEMHAB, que tem bastante experiência com o tema, a Dra. Cristiane Catarina, representando as entidades governamentais. Temos Questões de Ordem. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Boa noite. Presidente. Boa noite, colegas do Conselho. Presidente, eu estou aqui com o termo de notificação, que foi mandado pela nossa Secretária, onde diz serem três representantes, mas eu acho que pela importância do assunto, que interessa a todos, estou encaminhando se o senhor conseguiria que todos conselheiros, de todas as regiões pelo menos participassem, porque independente de falar ou não o acompanhamento é importante. Quando a gente representa diferentes regiões, muitas vezes temos opiniões diferentes. Então, a minha Questão de Ordem seria esse tipo de encaminhamento, inclusive o nosso conselheiro do Orçamento Participativo. Eu acho que todos eles precisariam neste momento acompanhar, porque é de extrema relevância. Obrigado. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa noite a todos e todas. Eu vou na mesma linha do Adroaldo, acho que o Adroaldo foi muito feliz, acho que esse é um tema muito importante para todas as regiões da cidade. O Governo já estará representado em torno de 6 público 7 secretarias, mais alguém indicado, então, é importante que as regiões que sofrem o impacto desse cadastro

e da relação com o Plano Diretor, seria importante que cada região que tivesse interesse, pode ser que não queiram, mas aquelas que tivesse interesse pudesse ser sugerida a participação nessa audiência. Além disso, a questão do OP é fundamental porque o OP representa as 17 regiões da cidade. Então, seria importante que ele estivesse também nessa audiência. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Boa noite a todos e todas. Eu queria dizer e até agradecer a designação ou o convite, mas entendo que assim como eu fui escolhido pelo grupo de entidades, eu também não me considero a pessoa mais... Eu não tenho a participação efetiva nessa questão, desse assunto que está sendo tratado, eu gostaria que o grupo escolhesse ou eu indicasse alguém com a aceitação do grupo de entidades. Eu indicaria a Claudete, até pelo fato de ser da área jurídica e pelo que eu vi se discute muito a questão jurídica. Mas, independente disso, independente dela, que fosse uma escolha coletiva, se for possível isso. Obrigado. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Boa noite a todos. Eu também, como representante da Região 4 gostaria de me pronunciar com relação a esse evento que vai acontecer no dia 26. Não é um evento, na verdade... É, não deixa de ser. Eu gostaria sim, também estou junto com o Felisberto, gostaria que as regiões fossem representadas, porque cada região tem a sua coisa típica, seus problemas e acho que somente o conselheiro da região pode falar por ela. No caso, se não for possível, e o Conselheiro do OP também, eu acho que seria muito importante a presença dele, porque ele já vêm de demandas de muito tempo e também pode contribuir nessas famílias que vão ser, no caso, contempladas ou não, porque também precisa se fazer uma triagem. Tanto tempo se passou, essas famílias ainda estão aí. Eu acho que seria interessante. Se não for o caso de nós participarmos, as regiões de planejamento, falando por sua região, daí faríamos uma votação para escolher um representante, uma pessoa que pudesse falar por todos nós, que é bem comprometedor. Muito obrigada. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Boa noite. Eu li esse mandado de notificação e vi ali a notificação de representantes do CMDU, até três representantes. Eu acho que nós devíamos neste plenário, se nós nos circunscrevermos a essa limitação, escolher esses três representantes. acho que a proposta feita de um representante do governo, outro das entidades e outro das regiões não é adequado, porque o polo do governo já está representado ali pelo DMAE, pela Secretaria Municipal da Fazenda, pelo representante da Secretaria Municipal do Meio Ambiente. Então, o Governo Municipal já está amplamente representado nessa audiência. E a discussão se refere a uma omissão sobre atualização de Cadastro de Unidades Habitacionais. Então, eu acho que seria importante sim essa proposta que o Adroaldo fez, que o Felisberto fez, talvez de nós termos a presença de todos os conselheiros das regiões que tiverem interesse na temática, mas que pelo menos os três se fossem dois de região e um de uma entidade, que esse critério fosse escolhido pelo plenário das nossas entidades e região, já que o que o governo tem ampla representação já no fórum. **Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Boa noite. Eu gostaria de me manifestar só por uma Questão de Ordem quanto ao teor dessa audiência no Ministério Público. Só para esclarecer, o inquérito tem por objeto a investigação de omissão na atualização do cadastro de interessados em unidades habitacionais. Esse é o mote inicial, é a primeira investigação, essa investigação já foi superada e agora na intimação se diz que a pauta deve girar em torno da aplicação dos recursos no fundo, atuação do Conselho na organização de audiência pública para coleta de elementos, reivindicações sobre políticas públicas. Então, o que eu quero dizer é que o Conselho vai estar sendo representado e tem que ser representado da forma como ele é, tripartite, e o objeto não é

exatamente uma região ou outra, mas é a atuação do o próprio Conselho. Então, na escolha é possível que se pense, ainda dentro de acordo com o que o Secretário Germano propôs, também na Antiguidade do Conselho, para os representantes não governamentais, mas pensar no objeto da audiência, o objeto da audiência é a atuação do Conselho para a organização de uma audiência pública. Esse é o objetivo e me parece importante entender o objetivo da participação, que é do Conselho como um todo, não do governo, não é do governo, é do Conselho, a atuação do Conselho na política pública. Obrigada. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Boa noite a todos conselheiros, conselheiras. A temática vem trabalhando nesse tema habitacional há muitos anos, inclusive, tem uma série de demandas a serem atendidas junto a temáticas, junto ao Orçamento Participativo. Provavelmente passa de 600 demandas que não foram atendidas até o momento e com certeza a participação seria muito importante, mas temos que ver o edital, o que recomenda o edital vindo do Ministério Público, se tem possibilidade de ampliar esse número ou se é realmente esse número limitado. O OP está à disposição para participar, que entende da matéria e quer ter informações em relação a isso. A gente vem cobrando há vários anos a situação do solo criado, a disponibilidade para habitação, esses recursos muitas vezes não são bem frisados. Então, a gente quer se informar desse ponto e somos parceiros para colaborar nessa transformação e atender a esse pedido aí. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Emerson. Já esclareço que cada conselheiro pode fazer contato com o Ministério Público e dispor do seu interesse em participar da reunião, fica a critério da Promotoria, mas a nossa solicitação e o prazo que a gente tem é que a gente extraia os representantes do CMDUA hoje por meio de três representantes. Então, é nesse sentido que a gente propõe a votação. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Boa noite a todos. Eu queria fazer uma consideração sobre a questão dessa reunião. Em princípio quem está determinando o formato é o Ministério Público, que está pedindo, especificamente, um representante de cada segmento, mas eu acho que seria válido a gente fazer dois movimentos, escolhemos um, votamos um conselheiro de cada segmento hoje para ir, mas o Secretário encaminhar essa sugestão de que vão todos os representantes das regiões. Se o Ministério aceitar beleza, se não aceitar daí nós teremos um indicado pela votação. Seria nesse sentido a minha intervenção, Presidente. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Perfeito, Conselheiro. Obrigado. Então, vamos fazer a votação. O Conselheiro Rafael. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** A minha intervenção seria no mesmo sentido do que o Gomes propôs, ou seja, que se solicite ao Conselho a representatividade das regiões ante a demanda solicitada por diversas regiões aqui e junto com o representante do Orçamento Participativo. E o que eu gostaria só de frisar é que, além disso, no que pese tenha sido abertos três espaços, várias secretarias já representadas no Conselho, algumas delas já estão convidadas para essa audiência. Por isso eu também defendo de que pudesse abrir essas representações não para governo, para as três partes que são representadas no Conselho, porque essa proporcionalidade já não está colocada na audiência, ou seja, lá há uma proporção maior de governo do que a gente tem aqui. Então, em que pese haja essa proporcionalidade, essa proporcionalidade não está se refletindo na reunião. Fosse do contrário, claro, o tripartite representado lá eu concordaria em caso, gênero e número. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Rafael. Vamos, então. Conselheiro

Hermes. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Presidente, eu pedi uma Questão de Ordem, mas é rapidinho. Eu estou esperando um técnico para resolver um problema com um forno de cerâmica e como é muito complexo, ele que impôs este horário, eu vou ter que sair quando ele chegar. Eu até estou preocupado com essa votação, com o assunto, mas vou sair à francesa e pretendo voltar antes do término da reunião, assim que ele for embora. Obrigado! **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Ok. Nesse sentido, então, vou fazer a leitura dos votos, pedindo para que cada um dos representantes, entidade vota em entidade, região de planejamento vota em região de planejamento e governo vota em governo, embora compreenda os posicionamentos dos conselheiros que entendem de forma diversa, mas o Conselho tem essa representação, tanto de entidades governamentais, como não governamentais, quanto de regiões de planejamento. Então, como representação do Conselho é nesse sentido que veio o pedido para três, para justamente comportar todas as esferas, independente da questão das secretarias, porque daí não é a posição do Conselho, as secretarias estão oficiadas, vão ter que participar, enfim, todas ali relacionadas, mas este Conselho aqui é tripartite, toda a escolha que deriva dele a gente tenta seguir essa lógica para ter esse critério equânime e isonômico da representação. Então, por isso a gente segue na linha de que o governo também tem que ter a representação, é importante ter a representação do Conselho. Consulto, inauguro com os conselheiros das regiões de planejamento, eu vou fazer a leitura nominal, um a um, peço que indiquem quem será o seu representante para a gente fazer a contagem. Conselheiro Felisberto, em quem vota? **VOTAÇÃO Para REPRESENTAÇÃO RGPs**: **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Na Tânia, RGP 4. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Bom, Presidente, já que não valeu nada do que a gente falou, vou votar na Tânia, depois seguinte tenta outro representante. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro. Lembrando que a gente vai sim sugerir que todos os conselheiros possa, participar, enfim, os próprios conselheiros também podem fazer esse contato com o Ministério Público, muitos tem um contato bem afinado com o Ministério Público. Então, não há problema em relação a isso, de ter essa representação mais ampliada, mas aqui, com prazo, a gente tem que escolher três representantes. Conselheiro Ronie. **Ronie Gomes (1º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Voto no Gomes. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Voto no Felisberto. **Wagner Pereira dos Santos (1o Suplente), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Boa noite. Voto na Tânia. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Voto no Gomes. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** (Sem som). **Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** No Gomes. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Estou na dúvida como vai votar o Conselheiro Emerson. A Maristela vai manifestar o voto no *chat*. Conselheiro Emerson, como vota? **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Voto no Gomes. A Conselheira Maristela manifestou no WhatsApp na própria Conselheira Maristela, que tem interesse em participar, em ser representante. **RESULTADO: Conselheiro Felisberto 01 voto, Conselheira Tânia 03 votos, Conselheiro Gomes 04 votos, Conselheira Maristela 01 voto. Nesse sentido fica como**

representante o Vice-Presidente das regiões, o Conselheiro Gomes. REPRESENTANTE: Luiz Antônio Marques Gomes (Conselheiro Titular da RGP 06). Agora passamos aos votos das entidades. Lembrando que acredito que o Ministério Público oportunize a participação de todos os conselheiros. Certamente, esse não vai ser o problema. Começo pela ABES, Conselheira Jussara, como vota? **VOTAÇÃO PARA REPRESENTAÇÃO ENTIDADES: Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Eu acredito que possa ser o IAB. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** IAB. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Por mim pode ser o vice, o Hermes. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Eu voto na ACESSO, embora a ACESSO tenha votado na gente. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Embora eu tenha sugerido a ACESSO vou votar no IAB, porque entendo que a gente vai acabar dividindo esses votos. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Voto no Conselheiro Saffer. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Voto no IAB. **RESULTADO: Conselheiro Rafael 04 votos, Conselheiro Hermes 01 voto, Conselheiro Saffer 01 voto, Conselheira Claudete 01 voto. Nesse sentido, como representante das entidades não governamentais, o Conselheiro Rafael do IAB. REPRESENTANTE: Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente do IAB/RS)**. E pelo governo a nossa sugestão da representação da Dra. Cristiane Catarina. Eu consulto se há alguma objeção a essa representação do Conselho para que a gente acelerar um pouco na nossa pauta. Por favor, manifeste no *chat*. Então, em não havendo nenhuma manifestação contrária por parte das entidades governamentais, indicamos a Dra. Cristiane Catarina como representante do governo junto ao Ministério Público. **APROVADA A INDICAÇÃO DO GOVERNO: Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira (Titular do DEMHAB)**. Conselheiros, avançamos ao período de Comunicações. Questão de Ordem do Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Como a convocação foi para o Conselho eu proponho que os três que foram indicados se reúnam com os demais conselheiros para levar uma posição do Conselho e não a posição individual de cada um. Então, proponho que haja uma reunião específica para a gente discutir esse assunto, qual vai ser tratado lá no Ministério Público. E também o encaminhamento de demais indicações pelas regiões. Obrigado, era isso. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. Nesse sentido, então, abrimos para o período de Comunicação. conselheiro Hermes, uma Questão de Ordem. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Fica difícil, Secretário. Na verdade, eu pedi a palavra sobre esse assunto, mas a única forma de falar é pedindo Questão de Ordem. Então, queria reforçar, como o convite foi encaminhado ao Conselho e pelo que eu entendi não houve oposição a que todos os conselheiros que quisessem participar participassem, eu entendo que o Conselho deveria, através da sua presidência, encaminhar um ofício fazendo essa sugestão, foi por unanimidade, pelo menos foi o que eu entendi que foi, não sei se tem alguém contrário, que seja aberta a participação a todos os conselheiros. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro. Conforme a gente tinha elencado na oportunidade, sim, nós vamos sugerir que seja aberta a possibilidade a todos os conselheiros, mas seguindo a solicitação do Ministério Público, inicialmente vamos indicar

as representações eleitas e sugerimos que os demais conselheiros possam ter a oportunidade de participa. Perfeito, então, Senhores Conselheiros, a gente avança para o período de Comunicação. Temos inscritos: Conselheiro Felisberto, Conselheiro Hermes, Conselheira Maristela e Conselheiro Adroaldo. **3. COMUNICAÇÕES**. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa noite de todos e a todas. Quero reiterar o que eu falei na última reunião, que o nosso mandato está chegando ao fim, que é até 1º de maio, faltam 10 dias. Então, seria importante ter um decreto ou portaria do Prefeito prorrogando o nosso mandato, não sei se é até outubro ou dezembro. Então, essa é a primeira indagação. A segunda indagação é que eu li em algum jornal da capital de que foi aberto um edital para o muro da Mauá. Eu queria que fossem prestadas informações a este Conselho e a essa região, porque o muro da Mauá está na RGP 1. Então, é importante o conselheiro dessa região e membro de um conselho da cidade ser ouvido sobre essa questão do muro da Mauá. Não pode o Prefeito, com todo o respeito que merece, ser a autoridade máxima. O Conselho tem um caráter deliberativo e tem a ouvir o cidadão, porque isso afronta a Constituição, a lei maior e a Lei Orgânica do Município, que obriga a participação ou pelo menos determina a participação da sociedade na discussão dos seus problemas. E a terceira questão é a questão também da rescisão de contrato com a empresa que estava para recuperar as praças. Então, eu vou gostaria que como Conselheiro que fosse prestado conta de quais as razões da rescisão e o que foi aplicado dos 24 milhões, porque isso é dinheiro público, tem que se responsabilizar quem deixou ou se omitiu no caso das praças. E por último, Secretário, é a questão da Arena do Grêmio, das obras no entorno da Arena do Grêmio, que também houve um acordo, uma audiência pública e não tem nenhuma discussão neste Conselho e nem na RGP 2. Então, é importante que este Conselho também seja informado. Então, eu peço que as informações venham a este Conselho. Se tiver necessidade de requerer isso através de um processo será feito, porque agora parece que o que se pede aqui tem que ser tudo por escrito, mas farei isso e agradeço ao tempo. Obrigado. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Secretaria, eu solicitei naquele momento para justificar que vou ter que me ausentar, já fiz isso. Obrigado. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Secretário, conselheiros, conselheiras. Primeiro, gostaria de dizer que não consegui ouvir os votos aqui, eu estava atrapalhada, certamente votado na Tânia ou no Felisberto, com toda certeza, mas a única coisa que eu ouvi, que achei muito interessante, não sei qual o conselheiro que falou sobre a questão de potencializar que todas as regiões estivessem presentes, por isso que votei em mim, que geralmente não faço isso. O Secretário já encaminhou muito bem de que todos possam participar e representar as suas regiões. Então, acho fundamental. Eu vou lutar para que o entorno da Arena do Grêmio fique na boa, assim como eu lutei que fosse construído lá, porque eu acho que passa por ali também o desenvolvimento da cidade. Assim como eu acho que o que vai ser feio lá no Internacional vai ser uma coisa extraordinária para Porto Alegre. Eu quero reiterar, Secretário, de que tivemos uma reunião, o senhor não pode estar presente, esteve lá o seu Chefe de Gabinete. Foram bons os encaminhamentos sobre o Parque Saint' Hilaire, nós queremos ter uma reunião futura discutindo com o senhor e com o DEMHAB para o fim das madeiras, o fim dos eucaliptos e tanto dos pinos ali, que possa ser feito um projeto social maravilhoso para a cidade, para as casas de emergências do DEMHAB, né. Eu acho que é uma das coisas que nós queremos discutir também com o senhor e com o DEMHAB, eu acho que vai ser de excelência esse projeto, que está ali. E, naturalmente, segundo os técnicos da SMAMS, que são fantásticos, é por isso que sempre serei a favor de novos concursos públicos, de qualidade realmente, é que, naturalmente, vão nascer as árvores

nativas que têm que nascer, segundo eles sem a necessidade de plantio de árvores nativas. Estamos muito empenhados em ajudar, inclusive, Viamão participou junto, algumas pessoas também ligados a Viamão, em relação a essa questão, sobre o Parque Saint' Hilaire, sobre as plantas invasivas. Nós aprendemos muito com os técnicos da SMAMS naquele dia e não é mais SMAMS, é outro homem agora, mas que nos deixou bastante empolgados para continuar contribuindo com a cidade, porque a questão do Parque Saint' Hilaire diz respeito à Cidade de Porto Alegre. Assim como a gente dá pitaco no Centro, a gente também dá pitaco na nossa região e em todas as regiões da mesma forma e procurando dar a máxima qualificação possível. Eu gostaria de saber, Secretário, porque eu tenho outra reunião importante do MAB, que é sobre a questão da barragem também, se a questão do tema vai voltar aqui, porque eu gostaria de apresentar o meu ponto de vista sobre o Centro Histórico e o espelho d'água. Se não for hoje que seja em outra reunião, porque eu tenho, acredito, uma contribuição importante. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Sim, Conselheira Maristela, a nossa ideia ficou pendente da última reunião. A manifestação, tanto da Conselheira Maristela, do Conselheiro Emílio e da Conselheira Virgília, mas o Conselheiro Emílio também não está presente. Então, de repente a gente encaminha para a próxima reunião e pegamos essas falas. Pode ser assim, Diretora Patrícia? Então, na próxima agenda, já que a senhora vai sair, a gente colhe a sua contribuição. Está bem? Então, na sequência a gente tem inscrito para comunicação o Conselheiro Adroaldo. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Presidente, seguindo uma comunicação do Conselheiro Felisberto sobre as obras do entorno da Arena. Eu gostaria de falar algumas coisas, todo mundo acompanha essa retomada da conclusão das obras, que vai levar 58 meses. Então, está previsto para talvez início de outubro. É interessante, é um termo de compromisso que a gente fala tanto aqui em termo de compromisso de 2012, que estava paralisado tudo isso lá por 2015. E a gente fala tanto no espaço democrático, participativo, nosso Conselho, Porto Alegre, e a gente se vê, Conselheiro Felisberto, em uma situação delicada. Parece que está tudo bem, mas não acredito que esteja tudo bem, não é possível que o município consiga fazer esses tipo de reuniões aí, que me parece, não sei por que, mas só traz a público depois que está tudo fechado. Vejam os senhores, um termo de compromisso de 2012, onde contavam diversas obras importantes da região, não quer dizer que hoje sejam as principais, poderia se tivesse a participação da comunidade lá na região, o próprio conselheiro poderia trazer outras informações para acrescentar. Então, é incrível, eu estou lendo aqui algumas coisas, porque a gente acompanhou muito bem naquela época, eu já era Conselheiro, em 2012 eu já participava do Plano Diretor como suplente. Então, as reuniões na região a gente participava ativamente. A Empresa OAS Investimento vai lá fazer o seguinte, a conclusão, a execução das obras da AJ Renner, Avenida Padre Leopoldo Brentano, o término da Rua Pedro Boesel, a construção de um posto de policiamento do 1º Batalhão, a estação de bombeamento de esgoto, outras melhorias na região, todas importantes, mas tenho certeza que se tivesse a participação da comunidade seria melhor, talvez fosse melhor aproveitada a nossa conversa e a região, o entorno do Arena. Os moradores do entorno da Arena vivem muito mal com a questão. Imagine, desde 2015 estão paradas as obras e vai ser concluído em 58 meses, que representa, se não me engano, vai dar 5 anos. (Sinalização de tempo esgotado). Então, é muito tempo, vai levar bem mais de 10 anos, aquelas pessoas sofrendo ali, porque elas têm que ser ouvidas. A gente defende que em qualquer situação a comunidade tem que ser ouvida. A comunidade do entorno da Arena do Grêmio, mais do que nunca, deveria ser ouvida, mas acho que, infelizmente, a prefeitura errou com a comunidade mais uma vez. Obrigado, Presidente.

Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS: Obrigado, Conselheiro Adroaldo, pela manifestação. Vamos dar sequência. Então, vamos para a **4. ORDEM DO DIA, 4.01**. É um relato feito pela RGP 4, pela Conselheira Tânia, que manifestou em 06/04 favorável à aprovação da inclusão do traçado viário proposto pelo município. Naquela oportunidade, após o relato, a gente teve a solicitação de vista do Conselheiro Felisberto, Conselheiro Mark e Conselheira Maristela. A gente já teve a concordância do Conselheiro Mark em não relatar. Eu consulto o Conselheiro Felisberto se vai fazer o relato de vista? **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, a RGP 1 acompanha a decisão da RGP 7 e acompanha o relato da Conselheira da RGP 4. É isso, nada a acrescentar. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. A Conselheira Maristela avisou que ia sair. Então, Senhores Conselheiros, como está bastante presente esse assunto, teve já a manifestação. Consulto a Conselheira Tânia se quer fazer algum encaminhamento, senão eu já abro à oportunidade de colocarmos em votação. Perdão, antes da votação eu consulto se tem conselheiros inscritos para debater o assunto e inscrevo a Conselheira Tânia para falar por último. Tem o Conselheiro Mark inscrito para debater e eu encerro a oportunidade para debater, abrindo a palavra ao Conselheiro Mark. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Eu até enviei uma comunicação ai para a Camila. Eu examinei a documentação desse processo, é uma longa documentação, fui rever as ponderações que a Tânia fez no seu parecer. Eu concordo com ele. O que eu estou me inscrevendo é que há nesse particular, mas houve uma substituição da Rua Flor de Lis pela Rua Hiroshima, por isso que eu me escrevi, só para ver um pouco essa situação, se a Tânia pode fazer algum comentário sobre a adequação que foi feita no projeto original. E a Rua Hiroshima, que seria prolongada, não atingiria a moradia das pessoas naquela área. Então, eu estou apenas registrando isso e solicitando a Tânia, se ela pode fazer, se for o caso, uma observação em torno da solução que foi encontrada. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Mark. Consulto a Conselheira Tânia se quer fazer alguma manifestação? **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Sim, gostaria de responder ao Conselheiro. Sim, Mark, nessa Rua Hiroshima já existe uma rua. O que vai acontecer? Ela vai ser um pouco mais alargada para caber dentro das proporções da rua nova, nas medidas da rua, mas não vai atingir nenhuma residência. Inclusive, a Conselheira Maristela esteve em contato com esse pessoal, ela foi até a comunidade e não tem nenhum problema. Inclusive, eles gostaram, porque vai dar melhor acesso para eles, porque tinha um mato, uma área que não era habitada. Então, vai facilitar o acesso e eu gostei bastante de ser atendida, de sermos atendidos nesse pedido, porque era simples, não tem necessidade muitas vezes de passar em cima várias residências só por causa de um traçado viário. Ele pode ser adaptado como foi no caso. Então, é isso e muito obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigada, Conselheira Tânia, pelos esclarecimentos. Avançamos à votação do Item 4.01 da pauta, onde temos o VOTO FAVORÁVEL DA RELATORA. Então, inauguro a votação consultando a Conselheira Cristiane Catarina, representante do DEMHAB, como vota? **VOTAÇÃO NOMINAL (Parecer favorável à inclusão do traçado viário): Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Favorável. **Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Favorável. **Virgínia Darsie de Oliveira (1ª**

Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN: Favorável. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Favorável. **Gisele Coelho Vargas (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Favorável. **Gustavo Garcia Brock (Titular), Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV:** Favorável. **Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Favorável. **Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Favorável. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Abstenção. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Favorável. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Abstenção. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** (Ausentou-se). **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Favorável. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Favorável. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Favorável. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Favorável. **Ronie Gomes (1º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Favorável. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** RELATORA. **Wagner Pereira dos Santos (1o Suplente), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Favorável. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Favorável. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Favorável. **Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** Favorável. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Favorável. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Consulto se ficou pendente algum voto, pode manifestar no *chat*. Conselheiro Hermes está ausente. Temos 20 votos favoráveis, 02 abstenções. **APROVADO O PARECER FAVORÁVEL À INCLUSÃO DO TRAÇADO VIÁRIO.** Avançando na nossa pauta, a gente passa para um expediente complexo, que é o ITEM 4.08: REAVALIAÇÃO DOS VALORES DE SOLO CRIADO, INTERESSADO: MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE. Esse processo teve a apresentação feita pela UDRE e da Secretaria da Fazenda,o relator é o Conselheiro Gomes. Então, a Equipe de Planejamento não fez a apresentação em função da apresentação da própria equipe da Secretaria da Fazenda e da UDRE. Então, abro a palavra ao Conselheiro Relator, Conselheiro Gomes, para fazer o eu relato. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Bom, é o Expediente : 19.0.000065564-6. Interessado: Prefeitura Municipal de Porto Alegre: *Trata-se de uma atualização dos valores do Solo Criado conforme previsto na LC 850 de 17 de abril de 2019. O Solo Criado é um instrumento urbanístico instituído pela Lei Complementar 315/94, regulamentado no PDDUA. Tem origem na Lei e federal 10257/2012- Estatuto das Cidades. Regula o uso do solo e possibilita a um empreendedor construir acima do coeficiente (índice construtivo privado) que lhe é assegurado por lei, adquirindo-o do Município. A LC 850 de 17 de abril de 2019 alterou a metodologia de cálculo do Valor do Solo Criado disciplinando a abordagem de face de quarteirão e criando o Fator de Planejamento, que é uma possibilidade de colocar a oferta de Solo Criado como elemento regulador do Desenvolvimento Urbano, incentivando ou inibindo a densificação da ocupação do solo. Também foi alterado a periodicidade da aprovação pelo CMDUA da*

*metodologia e valores do solo criado, passando de 6 meses para um período de 2 anos, e a atualização dos valores a cada ano por índice usuais. Hoje não se tem esse índice que precisa ser estabelecido pela Prefeitura o quanto antes. Também foi alterado os critérios de venda do Solo Criado no "balcão", venda direta ao interessado. Antes somente Índices de Pequeno Adensamento (até 300 m²) poderia ser vendido diretamente durante o processo de licenciamento do Projeto, com a nova LC a venda direta foi estendida a Índices de Médio Adensamento (até 1000 m²). Por solicitação deste relator estiveram no CMDUA em reunião de 30 de março deste ano a Arq. Carla Alexandra Godoy Felice da Divisão de Avaliação de Imóveis (DAI) da Secretaria Municipal da Fazenda, Divisão responsável pelo cálculo do **Valor de Mercado de Terrenos** (VMT) e a Eng. Eliana Bridi, Coordenadora da Coordenação de Desapropriação e Reserva de Índices (CDRI/SMAMUS), responsável pelo gerenciamento dos processos de Compra de Índices. Muito produtivo e esclarecedor as apresentações das Técnicas, contribuindo para a compreensão de todo o processo, que inicia na Solicitação da CDRI para que seja Atualizado os Valores do Solo Criado, quando é encaminhado a própria SMAMUS para fornecer os IA das faces de quarteirão, depois esses dados vão para SMF especificamente a DAI para o cálculo do VMT. Com todos esses dados, encaminha-se a PROCEMPA para elaborar a Tabela de Valores do Solo Criado. Percebemos nos trâmites deste expediente a existência de um gargalo temporal que deve ser considera pela Administração, porque aponta direta e objetivamente à demora da PROCEMPA para elaborar as tabelas e os motivos apresentados nas comunicações entre órgãos, departamentos e Secretarias, percebe-se que o tempo demandado não estava na atividade fim, mas sim em questões de ordem absolutamente administrativa com questionamento de competência, priorizações etc. Resumindo, a então UDRI solicita a Atualização dos Valores do Solo Criado em 17 de maio de 2019, encaminha a então SMDE, que por sua vez fica com o processo por quatro meses e meio até encaminhar em 03 de outubro a SMF, que em dois meses devolve a SMDE com o **V**alor de **M**ercado do **T**erreno. Em 6 de dezembro de 2019 a SMDE encaminha a PROCEMPA para elaboração da Tabela do Solo Criado, e esta entre idas e vindas somente um ano e um mês depois, em 07 de janeiro de 2021 encaminha a Tabela Elaborada, já para a SMAMUS que nesta altura absorveu a UDRI, hoje CDRI. Projetei diversas situações para testar a Tabela de Valores do Solo Criado e encontrei alguns pontos que precisaram novos esclarecimentos, então convidei a Arq. Carla Felice e a Arq. da Secretaria Municipal da Fazenda e a Engª Eliana Bridi da CDRI/SMAMUS, assim como também o Conselheiro Sérgio Saffer por seu conhecimento e que também fez algumas simulações com a Tabela de Valores do Solo Criado, para uma discussão sobre os pontos que entendíamos como incongruentes, por repetições etc., participou também a Arq. Maria Alice Rodrigues. Feito os esclarecimentos entendi que tais incongruências não afetavam a essência do mapa de valores de solo criado na Cidade com o entendimento que todos os procedimentos técnicos foram atendidos, na elaboração da planilha de valores de mercado de Terreno pela DAI SMF, aplicado a fórmula já consagrada para chegar a Tabela de Valores do Solo Criado, e considerando a necessidade urgente de termos uma planilha de valores para efetivar a venda/compra de solo criado, porque o mercado precisa para viabilizar seus empreendimentos e essa venda gera valores indispensáveis aos programas a que se destina, como é o caso dos recursos destinados a Habitação de Interesse Prioritário, Sou FAVORÁVEL à APROVAÇÃO DA TABELA DE VALORES DO SOLO CRIADO base 2019. Recomendo também: 1º. Que após a Homologação desta Tabela seja iniciado o processo de reavaliação/atualização do próximo período. 2º. Que se estabeleça via Instrução Normativa prazos razoáveis para cada setor envolvido concluir suas funções na elaboração da Tabela de Valores. 3º. Que seja definido o índice a ser usado para a atualização de*

valores a cada ano como prevê a LC 850/ABRIL2019. Porto Alegre 20 de abril de 2021. Então, Presidente e colegas conselheiros, este é o relato. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Perfeito, Conselheiro Gomes. Então, manifestando o voto favorável à aprovação dos valores do solo criado, conforme prevê a lei complementar que trata da matéria. Eu consulto se temos conselheiros que queiram fazer relato de vista? Por favor, coloque no *chat*. Temos conselheiros inscritos para debater o tema? Temos a Conselheira Claudete. Mais algum inscrito? Conselheiro Mark, Conselheiro Saffer, Conselheiro Felisberto. Temos um pedido de vista do Conselheiro Mark. Nesse sentido, então, a gente abre o processo para vista do Conselheiro Mark e coloca em discussão na próxima reunião. Temos mais algum pedido de vista? E vista ao Conselheiro Rafael Passos, ao Conselheiro Felisberto. E a Conselheira Claudete tem uma Questão de Ordem. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Boa noite a todos. Na verdade, não é uma Questão de Ordem, Secretário. Eu gostaria de fazer um questionamento, até para saber se eu vou me esclarecer ou querer vista ao expediente. O Conselheiro Gomes, na verdade, relatou muito sinteticamente que encontrou algumas incongruências. Eu acho que essas incongruências devem ser explanadas e trazidas para o Conselho. Eu acho que elas fazem parte de um relato e da vista do Conselho. Então, gostaria que ele me esclarecesse e apontasse que incongruências são essas. Obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Claudete. Então, vou abrir a palavra ao Conselheiro Saffer também para o uso da palavra. A gente coloca em discussão e passo por último ao Conselheiro Gomes. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Eu queria um esclarecimento do Gomes, que ele fez, não sei se são sugestões. Que não entendi a segunda, Gomes, se pudesse esclarecer ou reler? **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** É simples, vou ver de novo: *Que se estabeleça via instrução normativa prazos razoáveis para cada setor envolvido concluir suas funções na elaboração da tabela de valores*. Essa sugestão se baseia no que nós atestamos, vimos no processo. Eu fiz um passo a passo bastante detalhado para mim, para o meu estudo, onde se viu ali o tempo que cada setor levava para elaborar suas funções nesse trabalho que é feito, digamos, no mínimo três importantes setores da Prefeitura. A UDRE faz a provocação, lança, hoje a SMAMUS vai fornecer a questão dos índices de aproveitamento, das faces de quarteirão. A Secretaria da Fazenda fornece o valor do território, do terreno, a avaliação, que é a especialidade daquele pessoal da DAE e a PROCEMPA faz a elaboração desses dados para fazer, propriamente dita, a tabela de valores, para apresentar tabela de valores. Como foram prazos absurdos, eu acho um absurdo a PROCEMPA levar um ano e um mês para elaborar esses dados e quem vai ler o processo, e o processo está disponível para todo mundo, vai verificar que a PROCEMPA fica pedindo – Isso não é prioridade; isso é prioridade; eu preciso de mais horas. Umas coisas assim nada a ver – Não é mais com esse setor aqui, é com outro setor ali, manda para lá, manda para cá. Uma coisa absurda do ponto de vista da razoabilidade, enquanto que não se estava trabalhando a questão fim, que é a elaboração da tabela de valores do solo criado. Estava se trabalhando as questões secundárias voltadas para si próprio. Isso eu acho um absurdo e resolvi tornar público, inclusive, coloquei no relatório e peço uma providência para a administração. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Perfeito, Conselheiro Gomes, e já aproveito a oportunidade para dizer que sim, após a reunião a gente está encaminhando uma instrução normativa nesse sentido e combinamos em comum acordo com a Secretaria da Fazenda para o

Prefeito publicar e regular um pouco esses prazos. Na verdade, tinha um pouco de confusão entre a vigência da lei anterior e a nova. Então, esse fluxo ficou um pouco desorganizado, mas com a vigência da nova lei e o prazo legal para a revisão de 2 em 2 anos, enfim, as equipes estão conversando, vão trabalhar para cobrar dos demais órgãos. Então, Senhores Conselheiros, nesse sentido avançamos para a próxima reunião, discutindo o relato de vista e depois a votação do expediente. Hoje é terça-feira, véspera de feriado, não temos mais processos na pauta, vamos encerrando. Então, encerramos a presente reunião, agradecendo a oportunidade aí para o debate e construção. Excelente noite a todos conselheiros. **(Encerram-se os trabalhos da plenária às 19h30min).**

Germano Bremm	**Secretária Executiva**
Presidente	**Relatora**

Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2021, ... retificações:

ATA ORDINÁRIA Nº 2889/2021

Aos vinte sete dias do mês de abril de dois mil e vinte um, às dezoito horas, reuniram-se para Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, via ZOOM, denominado PLENÁRIA VIRTUAL DO CMDUA, em razão do decreto municipal a fim de combater o coronavírus e a propagação da pandemia entre as pessoas, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira (Titular) e Lisiane Sartori Fioravanço Magni (Titular), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Artur Ribas (Titular), **Gabinete do Prefeito – GP**; Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN**; Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), **Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS**; Gisele Coelho Vargas (Titular), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE**; Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM**; e Gustavo Garcia Brock (Titular), **Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV**. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS:** Rômulo Krafta (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**; Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Claudete Aires Simas (Titular), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH**; Raquel Hagen (2ª Suplente), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA**; Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS**; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS**; Hermes de Assis Puricelli (Titular), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS**; Rogério Dal Molin (Titular), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:** Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Tânia Maria dos Santos (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4**; Ricardo Angelini, (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Maristela Maffei (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7**; Dinar Melo de Souza (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8**; e Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP – HOCDUA. SECRETARIA EXECUTIVA:** Camila Maders Fonseca Coelho, **Secretaria Executiva da SMAMUS**; Patrícia C. Ribeiro, **Taquígrafa/Tachys Graphen**. **PAUTA: 1. Abertura; 2. Votação: 2.1. ATAS: 2884 e 2885; 3. Comunicações; 3.1. EXTERNA: Renan da Silva - Inst. Cultural Arraial da Glória (RGP5); 4. Ordem do dia**. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h09min. **1. ABERTURA. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Boa noite, Senhores Conselheiros, Senhoras Conselheiras. Declaramos aberta nossa Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental. Desejo uma excelente noite de trabalhos, para que a gente possa avançar na nossa pauta. Eu consulto os conselheiros se temos conselheiros

inscritos para o período de Comunicação. Enquanto isso vou fazendo a leitura dos presentes (Relação dos presentes na inicial). São esses os conselheiros presentes, por favor, se eu não fiz a chamada de algum pode se anunciar pelo chat que a gente faz o registro. Lembrando que a gente está ao vivo pelo nosso canal do YouTube, canal da SMAMS no YouTube. Quem quiser compartilhar o link é só acessar lá ao vivo e compartilhar. Temos inscrito para o período de Comunicação, só confirmando aqui, nós temos uma inscrição externa, vamos passar. É o Renan. Não estamos localizando o Renan. Então, vamos ir passando aos inscritos do período de Comunicação... (Sem conexão). **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** ... a Vila Nazaré também, por coincidência a FRAPORT, que esteve na pauta deste Conselho, depois foi retirado o processo, hoje no final da obra ele resilve parar lá no final, depois da pista, onde tem a segurança da pista, que vai dar praticamente em cima das famílias da antiga Nazaré, porque hoje só tem 70 famílias. Essas 70 famílias estão com problema de luz, de água, de segurança e estão abandonadas. Então, eu gostaria também de deixar essa proposta para que a gente traga alguém da FRAPORT no Conselho, porque é impossível ficar esperando, só parte foi removida, outro grupo maior de famílias foi, mas não importa enquanto tiver uma nessa situação. Uma família em situação desconfortável ou abandonada ou por falta de apoio da Prefeitura, eu acho que nós temos que sim lutar por isso. Então, são duas propostas que eu trago, trazer representantes da FRAPORT e alguém das famílias para uma comunicação externa aqui no Conselho. Vejam só, Conselheiros, a FRAPORT está oferecendo R$ 17 mil para ajudar no custo de remoção daquelas pessoas. O DENIT oferece R$ 150 e o Município com o Governo Federal não estão encontrando lugar para reassentar as pessoas. Então, está muito desparelho, parece que o município vem abandonando as pessoas de menor condições de vida e nós precisamos acolher essas famílias, que são famílias, são idosos. (Sinalização de tempo esgotado). Então, é isso, Presidente. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Adroaldo, vamos tentar a Conselheira Claudete. A Conselheira Claudete está com dificuldade no áudio. Conselheira Claudete está presente, estamos tentando liberar aqui o áudio dela. Agora tem que liberar o microfone aí. Estamos com uma dificuldade ali no acesso da Conselheira Claudete, a gente vai avançando aqui na pauta. Eu só queria compartilhar aqui com vocês, eu acho que com relação ao ponto levantado pelo Conselheiro Adroaldo, talvez no próximo período de comunicação o DEMHAB faça uma inscrição para esclarecer esses pontos, porque eu acho que o pessoal faz um pouco de conclusão, a informação não chega talvez tanto na ponta, quando que, na verdade, está tudo é muito planejado, muito pensado, muito estruturado, tem um trabalho por trás do DEMHAB muito significativo, no sentido de organizar da melhor forma possível. Então, talvez um esclarecimento se possível, no período de Comunicação da próxima. Eu acho que já fica mais claro para o conselheiro da região. Depois, Conselheiros, queria só destacar a fala do Conselheiro Felisberto, realmente, da importância dos processos, das pautas que a gente vem debatendo e da relevância que este Conselho vem se tornando, cada vez mais a gente consegue. Fico muito feliz em visualizar isso assim, que Conselho tem crescido perante a sociedade, temos uma audiência significativa que nos acompanha, acho que as divergências ocorrem com naturalidade, temos momentos mais tensos, menos tensos, mas o debate é muito salutar, pautas importantes para a cidade. Então, eu acho que agora a gente passa por essa transformação de estar cada vez mais dando transparência para os processos, fazendo as reuniões serem transmitidas no YouTube, as pessoas podendo acessar a qualquer tempo essa informação. O objeto do processo que está em pauta é colocado previamente no próprio canal do YouTube. A gente tem que cada

vez mais agora começar a organizar também essas informações no que se refere aos registros mesmo, dos números, das participações. Claro, é um processo, a gente está saindo de um modelo ainda muito físico, muito manual, que a gente não tem a informação tão organizada e estamos migrando agora para outro modelo. Então, de fato, acho que logo em seguida a gente vai também conseguir organizar melhor essas informações, que não tenho dúvida que este é o Conselho mais atuante na cidade, nas pautas de maior importância que tem na cidade, basta ver o histórico de participações, de pautas das mais diversas que tiveram aqui. Então, acho importante sim, né, Camila, a gente começar a organizar esses números, o Conselho vem se fortalecendo e se tornando cada vez mais importante. A gente conseguiu resgatar eu acho isso que em alguma oportunidade lá atrás se teve, algum tempo teve um decreto e agora a gente está conseguindo novamente dar o devido destaque e a importância para este Conselho. Eu ressalto e reforço as palavras do Conselheiro Felisberto. Com relação às sugestões de pauta, eu acho, importante como a gente fez o ano passado, a gente trazer de novo definições de pautas de importância para os conselheiros, fazer uma deliberação e a gente ir inserindo essas pautas ao longo do ano, a partir das propostas que virem dos conselheiros. De repente façam a reflexão de pautas, a gente faz o mesmo modelo que fizemos no ano passado deliberando e aí organizamos essas pautas, as prioridades, e vamos avançando conforme as sugestões dos Senhores Conselheiros. Nesse sentido, então, avançamos para a nossa pauta, peço desculpa aos conselheiros que se inscreveram após o tempo para inscrição do período de comunicação. Lembrando que como é um Conselho bem representativo, a gente segue, eu tenho esse papel aqui de seguir um pouco, de orientar no sentido da gente seguir as regras, porque se eu abro uma exceção para um conselheiro o outro também quer falar, daqui a pouco a gente volta em outra pauta que não tem. Então, eu sigo a regra da inscrição para o período de Comunicação, é importante que todos entrem no horário para fazer a inscrição, antes de a gente abrir a oportunidade da fala, abrir as falas para as comunicações. Então, nesse sentido, com tranquilidade a gente avança aí para a nossa ordem do dia. Conselheiro Felisberto tem uma Questão de Ordem. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, obrigado pela possibilidade. É que teve uma audiência no Ministério Público, na segunda-feira, sobre o cadastro do DEMHAB e nós tivemos uma delegação que nos representou lá, eu acho que isso seria um pouco a fala do Rafael, que era um dos representantes. Então, eu peço que os nossos representantes possam trazer um relato, que se abra um espaço para que a gente possa saber o que foi discutido, o que foi apresentado e quais foram os encaminhamentos. Então, essa é a minha primeira Questão de Ordem. A segunda Questão de Ordem é a questão do convênio assinado, do protocolo de cooperação técnica internacional. Então, é importante, a gente soube na audiência de sexta-feira que a gente teve um novo, que era um aditivo e está havendo um acordo com a universidade. Então, é importante que socialize essas informações com o Conselho para não ficar a gente só sabendo quando vai ao Ministério Público. Então, eu peço que o senhor tenha esse carinho com os conselheiros de socializar a informação para que a gente possa construir um documento para evitar futuros conflitos, já que a Dra. Débora está nessa fase da conciliação, da mediação. Então, eu acho que a gente pode mediar aqui por dentro e para que as técnicas também não se sintam desrespeitadas no seu trabalho. Então, é uma bandeira branca, vamos dizer assim, simbolicamente, para que a gente possa construir no diálogo com alternativas para o bem da cidade. Divergências vão ter, a gente tem uma posição clara de que cidade a gente quer, mas dentro do possível vamos construir consensos, eu acho que é um ganho para a cidade e para o Conselho. Era isso que eu queria propor, falo em meu nome, não falo nem em nome da minha região, nem em nome

de outros conselheiros, mas queria que a gente refletisse sobre isso, que parece que muitas vezes a gente é contra tudo. Não, nós queremos ter debates, queremos que a sociedade seja informada, que a democracia prevaleça, o diálogo, a construção coletiva. Era isso e obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. Vamos oportunizar após a gente avançar ali na pauta, antes de terminar a reunião, essa comunicação em relação ao Conselheiro Rafael Passos, enfim, que pode dar o relato com relação à audiência no Ministério Público. E também podemos atualizar, a Conselheira Vaneska pode dar um *feedback*. Na verdade, a gente não tem hoje a presença da Conselheira Patrícia, que está fazendo as tratativas com a universidade, mas talvez na próxima reunião a Conselheira Patrícia também já esteja presente e possa nos dar esse *feedback*, mas nada substancial, nada que mude a regra inicialmente apresentada aqui para o Conselho, são detalhamentos da questão dos produtos. Então, muito tranquilo, dentro do escopo da cooperação prevista, nada de diferente que a gente tenha alterado. Só um pouquinho desse relato dessa finalização, como está em construção ainda a equipe não fez a apresentação, está esperando fechar os pontos para ter essa clareza para poder apresentar e compartilhar com os conselheiros. É isso aí, vamos juntos tratando do tema, compartilhando a informação que a cidade ganha com isso. Então, Senhores Conselheiros a gente avança para a nossa Ordem do Dia. **2. Votação: 2.1 ATAS: 2884 e 2885.** As atas vão ficar para a próxima reunião, eu acho que teve algum equívoco ali na questão das atas. Então, a gente não tem. Lembrando que depois que a gente avançar na pauta nós vamos ter a fala da Conselheira Virgínia, da Conselheira Maristela. O Conselheiro Emílio está abrindo mão da fala. É em relação á revisão do Plano Diretor do Centro. O Conselheiro Emílio vai fazer por escrito, conforme manifestou no *chat*. Então, Senhores Conselheiros, a gente passa a 4. ORDEM DO DIA. ITEM 4.07: foi apresentado o relato pelo Conselheiro Gomes na última reunião. Esse processo teve apresentação pela UDRE e pela Secretaria da Fazenda, uma apresentação muito extensa, explicativa de como que se dá a aplicação da fórmula de cálculo prevista na lei, como é que se chega nesses valores, que devem ser reavaliados a cada 2 anos, o solo criado que é adquirido quando da aprovação de novos empreendimentos. Então, a lei determina que seja feita essa reavaliação dos valores do mercado a cada 2 anos. Então, a Secretaria da Fazenda e a UDRE propuseram essa atualização, essa reavaliação, foi distribuído ao Conselheiro Gomes, que, então, fez o relato, manifestou favoravelmente a atualização, apontando algumas questões a serem observadas. E a gente teve solicitação de relato de vista do Conselheiro Mark, Conselheiro Rafael, Conselheiro Felisberto, Conselheira Claudete e Conselheiro Saffer. Consulto o Conselheiro Mark se vai fazer o seu lado relato de vista? **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Sim, vou. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Então, fique à vontade, Conselheiro. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Vou fazer as minhas observações sobre o Expediente 19.0.000065564-6, que trata dos valores do solo criado. Eu me detive a estudar todo esse expediente, esse processo e me fixei nos documentos produzidos pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, SMAMS, Unidade do Sistema de Informações Geográficas. Achei importante essa documentação, muito importante, que fala do relatório do regime urbanístico do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental, datado de 23 de agosto de 2019, que apresenta o conjunto de zonas. Então, comecei a olhar, é um documento extenso, eu vi ali Macrozona 1, 2, 3, 3, 4, 5, aí tem um hiato, que é uma primeira perguntinha que eu faço: a Macrozona 6 não consta, ela não existe, deve haver alguma razão que explique isso, talvez para as

pessoas que manejam isso diariamente seja uma coisa corriqueira, a mim chamou a atenção de que a Macrozona 6 não existe dentro do registro desse relatório de regime urbanístico. Macrozona 7, 8, 9 e 10, são 10 macrozonas e eu fui olhando, comecei a detalhar e fui verificando que cada uma delas tinha um conteúdo específico. definido por esse relatório e chegava a um total de 36.563 observações, registros, distribuídos nessas macrozonas. Eu vi que era uma quantidade apreciável contida nesse relatório do regime urbanístico e aí eu fui examinar a outra tabela, também uma tabela longa, uma tabela do solo criado, a tabela final, com 167 folhas, ali também: Macrozona 1, 2, 3, 4, 5, pula a 6, vai para 7, 8, 9 e 10. Eu verifiquei, fiz uma totalização nessa segunda tabela e vi que a tabela do solo criado, que foi trazida, então, para o exame e eventual aprovação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental, essa tabela é de 11.901 registros. Eu realmente não tenho nenhuma explicação para a diferença entre os 36 mil registros contidos no relatório do regime urbanístico, feito em 23 de agosto de 2019, e a tabela do solo criado, que foi apresentada para nós no ano de 2021, e ela possui 11.927. Então, aqui uma diferença importante, de 25 mil registros, ou 24 mil e alguma coisa de registros, entre uma tabela e outra. Então, isso é uma questão para mim relevante, que no meu parecer eu preciso registrar para o nosso fórum, para o nosso Conselho ter conhecimento dessas diferenças. Eu fui ler o que é o laudo de avaliação, que foi produzido e assinado por uma colega arquiteta lá no dia 30 de outubro de 2019, que ela fala que esse laudo de avaliação para apropriar o valor de mercado do metro quadrado de terreno para base do cálculo do solo criado. Menciona também, que naquele ano de 2019 foi aprovada uma Lei Complementar nº 850 e vai informando que a base de cálculo para o estabelecimento dos valores desse laudo de avaliação se relacionam com bens ofertados ou comercializados entre janeiro e outubro de 2019. Então, essa informação demonstra que os valores que foram considerados levaram em consideração o ano de 2018 e uma fração do ano de 2019. E esses valores são trazidos para que nós os aprovemos e lancemos em relação a 2019. A minha outra questão é: se esses valores são de 2019, eles são cobrados retroativamente? Ou esses valores serão cobrados a partir de 2021, dizendo, então, que a base de cálculo é 2019? Eu vejo que nós estando no ano de 2021, para aprovar valores 2019, do ponto de vista econômico a situação do ano de 2019 era uma, a de 2021 é completamente diversa. Então, os valores econômicos que deveriam ser considerados, e nós temos que ter uma reavaliação em 2021 e levasse em conta a pandemia mundial ou a situação que nós estamos vivendo aqui em Porto Alegre, que é reflexo de toda essa situação. E, evidentemente, que no trabalho do laudo de avaliação assinado pela colega arquiteta não havia nenhuma menção à pandemia, à crise econômica, à paralisação das atividades e à queda nos valores. Possivelmente o campo dos imóveis, a valorização dos imóveis não vigora, não segue, não permanece com o mesmo ímpeto e com o mesmo ritmo que teve no ano de 2019. Então, essa é uma questão também que eu coloco nesse meu parecer, que talvez essa nossa tabela de valores do solo criado necessitasse de uma adequação ao tempo de crise que nós vivemos e estamos vivendo ainda. Também examinando essa tabela de solo criado eu vi que tem 10 colunas e a coluna 9, que é a coluna de valor do solo criado adensável e reais por metro quadrado, diferentemente das outras nove colunas que constam desta tabela, tem inúmeras falhas. Então, há um conjunto grande de registros em cada uma das macrozonas mapeadas. Nessas macrozonas mapeadas há falhas, ha uma série de valores referentes a unidades de estruturação urbana e de quarteirões, em que os valores não constam ali para a coluna 9 do valor de solo criado adensável, deve haver alguma explicação metodológica para esses ocos que aparecem no conjunto da tabela. E tendo lido todo esse material e observado esse conjunto de lançamentos e observações, eu consideraria muito importante que fosse

feita uma apresentação prévia (Sinalização de tempo esgotado) do uso da tabela de solo criado, para que nós examinássemos alguns casos concretos distribuídos ao longo das 10 macrozonas aqui citadas. Então, são essas as minhas observações para o atendimento do nosso tempo e ficam aqui essas observações. E com isso eu solicito esclarecimentos adicionais aos setores responsáveis pela elaboração dessas tabelas, para que elas possam vigorar como tabela de valores do solo criado para Porto Alegre. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Mark, pelo seu relato de vista. Passamos a palavra ao Conselheiro Rafael Passos do IAB. Consulto se vai fazer o relato de vista? **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Não, não vou, Presidente. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Rafael. Na sequência o Conselheiro Felisberto. Consulto se vai fazer relato de vista, Conselheiro? **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, não é bem um relato de vista, são algumas colocações que o Mark muito bem expos no seu parecer de vista, que também me parece que não ficou clara essa questão, que o próprio parecer do Conselheiro Gomes diz que houve incongruências. Em nenhum momento no seu parecer fica demonstrado quais são as incongruências, mas pelo que o Mark relatou no seu parecer de vista, talvez sejam as incongruências que o Conselheiro Gomes tenha notado no seu parecer ou na sua análise do processo e tenha visto. E aí no contato direto com os técnicos da Prefeitura esclareceu essas dúvidas. Então, em nenhum momento no parecer fica demonstrado quais foram as congruências. E me parece também fundamental, e para mim é um esclarecimento pessoal, talvez me falte o conhecimento técnico necessário para entender quais são os critérios para determinar os valores do solo criado. Para mim não fica claro quando que é analisado todo o investimento que é feito pelo Poder Público em determinada área da cidade, que já foi feito e para alguns isso delimita o valor de mercado. E há discrepâncias, às vezes, quando a gente recebe o pagamento de IPTU, o valor venal, e aí tu vais vender, e aparece outro valor. Eu não sei quais os critérios que são usados e se esses critérios são levados em conta para se avaliar a venda de solo criado. Isso é uma dúvida. Então, são mais alguns esclarecimentos para que eu possa ter a capacidade de me posicionar com clareza. Outra coisa, Secretário, para finalizar, nós temos que ver o que esses reajustes do solo criado produziram realmente de recursos, tendo em vista para o solo criado impactar na habitação de interesse social. Eu como sou conselheiro que vem das ocupações, da questão habitacional, da questão do fundo, porque o fundo tinha R$ 100 milhões e na audiência de ontem ficou constatado que de maneira financeira tem só três milhões. Então, onde foram parar os outros 97 milhões? Caiu no caixa único? Então, até que ponto a venda de solo criado repercute ou favorece a habitação de interesse social? Era isso. Obrigado, Secretário. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto, pela manifestação. Na sequência a gente tem a Conselheira Claudete. Tem que liberar o seu microfone aí, Conselheira. A Conselheira continua com algum probleminha no áudio, que agora não aparece nem a sua liberação aqui. Antes aparecia liberado, só que não ouvimos nada. Agora o microfone está bloqueado, como se a senhora não tivesse liberado. Vamos avançando aqui. Temos inscrito o Conselheiro Saffer, a representante é a Conselheira Raquel da ABEA. Vai fazer o relato de vista? **Raquel Hagen (2ª Suplente), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Olá, boa noite. Eu vou fazer, não é bem um relato, como também o Felisberto colocou, mas algumas pontuações importantes que o Sérgio também me passou para colocar aqui na reunião. Um ponto bem

fundamental para nós é a questão da necessidade prévia à publicação de uma instrução normativa com relação a essa tabela. Na verdade, ela é muito diferente da tabela anterior, em termos de consulta, enfim, além disso, gera muitas dúvidas na informação ali colocada. Por exemplo, quando eu tenho um terreno de esquina, quando tem terreno com duas faces de ruas diferentes, enfim. Então, mo nosso ponto de vista sem uma instrução normativa antes da publicação, realmente, vai ser muito complicado de fazer o uso claro da tabela. Então, esse ponto a gente gostaria de pontuar e até gostaria de certo comprometimento da administração no sentido de produzir essa instrução antes dessa publicação. Com relação aos critérios, enfim, até colaborando talvez um pouco com a fala do Felisberto, no sentido de que eu acho que os critérios até estão determinados e mostrados nas apresentações que foram feitas, tanto pela Fazenda, como ali pela UDRE, acho que são bem complexos mesmo, no sentido do entendimento daquelas fórmulas, enfim, mas me pareceu que ali já tinha esse critério e dentro desse critério também estava essa questão das avaliações dos terrenos. Claro que sempre geram dúvidas, porque em geral o venal é diferente do valor do solo criado, mas me pareceu que a fórmula que tem sido adotada, não só pela questão do solo criado, como até para outros cálculos dentro da Prefeitura, foi o que eu entendi da apresentação. Então, só para colaborar nesse sentido. Então, é mais ou menos aí o meu ponto principal, essa questão realmente da instrução normativa que eu queria pontuar. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Raquel, pela contribuição no relato de vista solicitado pelo Conselheiro Saffer. Então, vamos encaminhar o processo para discussão. Sempre importante lembrar que independente da questão da tramitação, do rito, da formalidade dos processos aqui neste Conselho, a equipe sempre fica à disposição para a gente prestar esses esclarecimentos, no sentido de trazer sempre maior clareza. Alguns conselheiros procuraram a coordenadora da UDRE durante esse processo de discussão, foi feita uma reunião específica, onde foram levantados alguns esclarecimentos para subsidiar o momento de chegar aqui na discussão do Conselho, ter condição de deliberar nesse sentido. A partir da distribuição do processo, quando ele é distribuído e todos têm acesso, depois da distribuição a gente tem a oportunidade da apresentação pela equipe. Depois tem o período do relato, tem oportunidade de solicitação de diligência, o relato de vista, para a gente nesse período fomentar essas discussões em paralelo e a gente ter condição de chegar aqui, m quando o processo está pautado, poder deliberar, fazer os devidos encaminhamentos, dentro do nosso rito da formalidade. De fato, é um assunto bem complexo, vocês veem pela apresentação da Secretaria da Fazenda, exige um esforço individual mesmo de cada conselheiro da compreensão. Eu acho que a partir do debate de que a gente teve, alguns resultados positivos surgiram no sentido de encaminhar a instrução normativa, a equipe está trabalhando lá com a UDRE e a Fazenda, de regular um pouquinho melhor essas questões, dar cada vez mais transparência para esse processo. Então, hoje a gente avança um pouco, avança na pauta, após a discussão e o relato favorável do Conselheiro Relator. Coloco, então, em discussão após relatos de vista, questionando se temos conselheiros inscritos para discutir o tema e já inscrevo o Conselheiro Gomes como relator para debater o assunto, depois das manifestações dos demais conselheiros. Então, a gente tem o Conselheiro Hermes inscrito para debater o tema, temos o Conselheiro Dal Molin, temos o Conselheiro Felisberto, temos o Conselheiro Mark. Nesse sentido, não havendo mais inscritos para o debate, consulto se tem mais inscritos. Então, encerro a inscrição para o debate do processo do solo criado hoje pautado e abro a palavra para o primeiro inscrito, o Conselheiro Hermes. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Boa noite a todos. Secretário, eu sei que o Conselheiro Gomes é o relator, ele

se inscreveu antes de mim. Não seria o caso, mesmo sabendo que o relator deve ter a última vez palavra, ele até poderia repetir, mas dele esclarecer, já que foram perguntadas algumas coisas antes? Caso não seja essa condução aí eu falo. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Eu inscrevi o Conselheiro por último, justamente para levantarem as dúvidas e ele consegue consolidar no final. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Tudo bem. A minha fala é exatamente nesse sentido, eu até não me inscrevi, não pedi vista, mas em função das falas, claro que eu entendo da complexidade dos cálculos do solo criado e de todo mecanismo do solo criado, mas foram levantada algumas questões por vários conselheiros, a maioria levantou mais dúvidas, a maioria de quem pediu vista do que propriamente deu seu parecer de vista. O próprio relator também levantou algumas questões que foram aqui já citadas, as incongruências, quais são essas incongruências. Eu discordo do senhor quando diz que cada conselheiro deve procurar individualmente a UDRE, seja lá em quem for. Os esclarecimentos deveriam e devem ser coletivos. Então, eu peço que, independente dos relatos que ainda faltam, se faltam, que se faça uma rodada de esclarecimentos e adie para a próxima reunião, até porque eu acho fundamental também que a Conselheira Claudete possa fazer seu relato de vista. Ela está com problema, isso já aconteceu, já se falou, tem que ser considerado na pandemia uma das questões que o Conselho e outras instituições estão funcionando de forma *online*, tem que serem consideradas essas falhas e simplesmente não pode se passar por cima. É isso e obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Hermes. Na sequência Conselheiro Dal Molin inscrito para debater. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Boa noite a todos. Eu acho cada Conselheiro que se manifestou deixou mais ou menos claro que alguns ajustes precisam ser feitos ainda, porque o que mudou basicamente com a nova determinação, nova lei, é que agora o solo criado é não mais por quarteirão e sim por face de quarteirão. Então, teoricamente, teria que ter quatro valores a mais do que antes. Então, quatro lados esses quarteirões. Então, a planilha apresenta uma quantidade grande de linhas repetidas, como a gente conseguiu ver no trabalho, com as mesmas informações. A gente não sabe se é um erro de formatação da planilha e a planilha não apresenta um valor de solo criado para todas as faces dos quarteirões da cidade. E a gente estima que exista uma grande quantidade de faces sem valor ainda do solo criado na planilha apresentada. E a planilha evidência ao colocar valores diferentes para uma mesma face de quarteirão e não está sendo considerada a fórmula apresentada no art. 5º. As variáveis da fórmula são por face de quarteirão e considera a estipulação do índice de aproveitamento ponderado. Então, no processo a ser aprovado parece que não existe um regramento que determine o valor da compra de solo criado para empreendimentos que possuam duas ou mais faces de quarteirão. Então, são coisas que a gente gostaria de também contribuir para o aperfeiçoamento do processo, porque em última análise nós somos favoráveis a esse trabalho, a essa planilha para que se tenha novamente os leilões de solo criado. Eu vejo que vários conselheiros também apontam alguns ajustes que precisam ser feitos, para que o processo fique mais perfeito e não se precise, como diz a nossa conselheira da ASBEA, que tenha uma instrução normativa. Acho que ter alguma coisa que já precise de um, tipo assim, manual para ver como vai ser seguido, já demonstra que a gente precisa ter certo ajuste. E só para não deixar passar e contribuir com o meu amigo Felisberto, é que o solo criado, Felisberto, e a parte dos impostos de IPTU são diferentes. Tem uma coisa que são as plantas de valores em relação ao IPTU, mas o solo criado, que tem uma fórmula especial nunca vai poder ter os mesmos

valores do IPTU, ele tem que ser um valor diferenciado mesmo. Então, só para ajudar no esclarecimento aí do amigo. Então, eu acho que era isso, vou ficando por aqui, pessoal. Muito obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Dal Molin. Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Agradeço ao Dal Molin pelos esclarecimentos. Eu acho que é importante diferenciar a questão do IPTU do solo criado, tudo bem, mas o que me preocupa são os valores que acabam decidindo no ITBI muitas vezes. Então, já houve um questionamento muitas vezes, que não é o assunto, mas eu vou fazer uma colocação, teve uma pessoa que no valor venal saiu um valor e na cobrança do ITBI o valor cobrado foi muito maior do que o valor venal. Ele recorreu e a Secretaria não aceitou o recurso. Então, são coisas que precisam também serem esclarecidas para que a população saiba bem os valores que são cobrados. Então, esse é o primeiro aspecto. O segundo é a colocação do Hermes. Eu penso que é importante a gente adiar por mais uma semana para que a gente possa refletir. E aí eu quero fazer a colocação da Claudete, que é importante a PROCEMPA também vir, porque foi colocado como se a PROCEMPA fosse o ocupado, inclusive, o Conselheiro Relator pediu punição para os técnicos da PROCEMPA. Isso me parece contraditório, porque o servidor tem o direito de ter dúvidas e não é a opinião de alguém que vai dizer o que eles devem fazer, até porque quem assina se responsabiliza. Então, é fundamental que a PROCEMPA venha esclarecer que não passe batido acusações sobre servidores. Eu sempre tenho defendido que o servidor não é culpado, é questão da gestão administrativa que é um grande problema hoje no setor da Prefeitura. E os servidores muitas vezes são punidos pelas administrações que não são responsabilizados, e aí está o exemplo dos 100 milhões do fundo, que 97 milhões desapareceram. O Secretário de Habitação só pode usar 3 milhões. Então, eu me pergunto: até que ponto o solo criado, aquilo que nós discutimos e direcionamos, aumentamos os valores, são encaminhados para a habitação de interesse social? Então, é importante a gente ter essa visão também, é um Conselho que não só tem que discutir projeto, tem que também discutir como está a estrutura administrativa da Prefeitura. Era isso e obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto, inscrito para debater. Depois a gente tem o Conselheiro Mark inscrito. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Bom, eu gostaria de retomar as observações que eu fiz, porque do ponto de vista do relatório, esse do regime urbanístico, ele é montado por face de quarteirão. O Dal Molin antes mencionou que isso é considerado dentro da estrutura de cálculo. Então, por face de quarteirão nós tínhamos 36.563 elementos dentro de cada uma das macrozonas, todas elas somados chegávamos a isso. Então, quando nós migramos para tabela que foi elaborada pela PROCEMPA e que foi colocada para o exame dos conselheiros, nós chegamos a 11.927 registros. Então, há um enxugamento muito grande, que tem que ter uma raiz metodológica para isso e não há nenhuma explicação dentro do processo que nós lemos, que nos foi disponibilizado, não há nenhuma informação técnica capaz de explicar essa diferença de informação. Então, nós estamos diante de um problema de conteúdo, nós não podemos aprovar uma tabela de solo criado que não tem o seu fundamento explicado. E de outra parte, se nós precisamos de uma instrução normativa explicada, previamente, para o Conselho e para o mercado, eu realmente sugeriria que nós antes de lançarmos à aprovação, através do nosso Conselho, para a tabela do solo criado, nós examinássemos alguns casos concretos e verificássemos, coletivamente, o funcionamento da tabela que nos é oferecida para exame. Então, diante dessa situação, eu não vejo

condições objetivas para que o Conselho neste momento aprove a tabela de solo criado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Ok. Obrigado, Conselheiro Mark. Eu vou passar a palavra ao Conselheiro Gomes, o último inscrito. A Conselheira Raquel tinha uma Questão de Ordem? **Raquel Hagen (2ª Suplente), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Na verdade, é uma Questão de Ordem para contribuir. Eu acho que é muito complexo a gente prorrogar para que nos seja explicada a lógica da fórmula adotada pela Fazenda. Mesmo que nos expliquem durante meses é muito provável que a maioria de nós não consiga acompanhar, porque, enfim, demandam questões técnicas específicas para a gente a gente consiga entender ela com profundidade em todos os mínimos detalhes. É meu ponto de vista, é óbvio que para que este Conselho possa aprovar qualquer ação é necessário que a maioria compreenda, concorde ou discorde, em relação ao que está sendo feito, sem dúvida. Porém, a minúcia, no meu ponto de vista, seria algo infinito, visto que nem mesmo daqui a pouco uma semana seria suficiente para delimitar isso. Eu acho importante é que fique claro no momento dessa publicação que não gere dúvidas na aplicação dela. Claro, a gente tem que entender, como eu disse antes, porém me parece impossível essa colocação. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Raquel. Conselheiro Gomes, Conselheiro Relator. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Boa noite, Presidente. Boa noite, Conselheiros. É extremamente, digamos assim, complexa a matéria e a gente tem que estudar, a gente está estudando há muitos anos essa questão do solo criado. Nós tivemos uma comissão que estudou durante um ano o solo criado, sendo assessorado por pessoa altamente qualificada dentro do mercado e fora da Prefeitura. Então, para contribuir, eu quero fazer a seguinte simplificação do solo criado: você tem uma planta, você tem na cidade uma planta, você tem a cidade toda, seus quarteirões e tal, que é o território. Esse território tem características que são definidas através das suas macrozonas, das unidades estruturadoras e dos quarteirões e que se fecham no quarteirão. Aprofundando mais, para nós que trabalhamos na área, a gente sabe que ainda temos ali outras definições no plano regulador, mas o que interessa é isso, que nós temos uma cidade, nós estamos em quarteirão e nós temos características urbanas em cada quadra. O que é que se faz? A Secretaria da Fazenda é especialista em fazer o cálculo disso que a gente chama “valor de mercado de terreno”. Isso é uma tarefa da Secretaria Municipal da Fazenda na Prefeitura de Porto Alegre. E ela faz isso baseado com os valores de mercado, ela faz isso baseado com metodologia científica, reconhecida e tal. Se tem o valor do mercado, de cada quadra, de cada metro quadrado na cidade. Aí se pega as informações de caráter urbanístico, que a gente sempre identificava pela UDRE, que a UDRE vai organizar, vai pegar do setor de planejamento urbano da cidade e vai elemento ter esse elemento chamado, que dá as características quantitativas, digamos assim, de cada terreno. Qual é o índice de aproveitamento que tem o terreno ali naquele quarteirão e a Fazenda tem o valor do que vale o solo naquele quarteirão que tem aquele índice. O processo tem uma fórmula que foi consagrada, reconhecida no Brasil todo, e essa fórmula vai ser aplicada para a cidade de uma maneira extremamente complexa, e é preciso um sistema muito complexo, que hoje quem aplica é a PROCEMPA, quem gera, quem aciona esse mecanismo para chegar nos valores de cada quarteirão, de acordo com os critérios que foram estabelecidos e que lá na fórmula está. O que é que está ocorrendo? Quando eu falo em incongruências, em alguns lugares, e é são muito poucos, muito poucos, que eu peguei, por exemplo, eu tenho uma lista aqui de mais de 20 clientes. E por que eu peguei clientes? Porque são coisas concretas, é o endereço concreto, é aquele caso ali e entrei

com os valores do solo criado que nós estamos votando. Praticamente todos que eu peguei foram ok, obtive o valor do solo criado. Aí eu fiz uma coisa assim, vamos botar agora no lado, se está no lado ímpar eu vou pegar um número do lado par e vou rodar também. Eu, praticamente, não consegui encontrar nas questões objetivas incongruências, mas eu encontrei em outras linhas quando eu estava lendo ali que não dava resultado, que vai poder acontecer, e acontece, e vem para o Conselho do Plano Diretor, quando não se tem o valor do solo criado por uma falha de processamento, que não vai aparecer lá no percurso que o arquiteto vai fazer quando está precisando comprar solo criado. Uma coisa muito importante que se diga, só vai acionar o solo criado quando tu tiveres um projeto de edificação, o solo criado não é uma peça teórica que tu jogas para lá, para cá, não. Aí quando se fala isso, é importante quando você tem um projeto de edificação, e aí tu precisas comprar área, aí ele resolve uma série de coisas. Por exemplo, se o terreno for de esquina, se teu terreno é de esquina está sobre a influência do quê? Do regime urbanístico. E aí é muito fácil saber o que tu estás botando naquele terreno do índice de aproveitamento, por exemplo, onde o terreno que tu estás fazendo um projeto tem dois índices de aproveitamento, porque subunidades diferentes, a subunidade que te dá esse detalhe no índice de aproveitamento para cada lugar. Isso muda no mesmo quarteirão e, às vezes, no mesmo terreno tu tens isso aí. No Conselho já fizemos discussão de aprovar extensão de regime urbanístico para obter as mesmas vantagens de tal subunidade e esquece aquela outra subunidade que estava mais cerceativa, digamos assim, ao projeto, ao desenvolvimento do projeto. E aí se resolve quase que a grande maioria dos problemas que se apresentaram aqui, de esquina, de não sei o quê. É uma matéria extremamente complexa, mas é uma matéria fundamental e nós arquitetos e quem constrói em Porto Alegre está usando com a tabela que tem e está fazendo o processo de compra de solo criado. Nós precisamos é atualizar, passar esses valores, devolver esses valores para a Fazenda para serem atualizados, porque de certa forma está se perdendo dinheiro para o município, porque nós estamos vendendo um solo a um preço que está defasado. Nós temos que atualizá-lo, trazer para o momento. Quando dá uma falha o que acontece? Dá uma falha grande, ah, tem uma falha no processamento, não é na metodologia, é no processamento, porque a metodologia está muito clara, está correta, inclusive, ela foi aperfeiçoada nesse novo decreto e foi muito bem aperfeiçoada. Nessa metodologia hoje, inclusive, nós vamos poder colocar um índice importante, que pode mexer no seu desenvolvimento da cidade, o fator urbanístico. Se nós queremos que certo setor da cidade tenha um crescimento maior, nós podemos aumentar, reduzir os valores do solo criado para incentivar que ali se construa mais. Do contrário, se nós queremos inibir algum lugar da cidade que cresça, porque ali tem problema de infraestrutura, disso ou daquilo, aí se coloca, determinado pela lei, um índio um pouco maior nesse valor para inibir o crescimento e tal. Então, assim, o instrumento que nós temos é prático, é útil e é necessário, é urgente. O que eu sugiro no meu relato? Parece que pessoas não leram o meu relato. Eu sugiro no meu relato lá no final que após nós aprovarmos esses índices, que são fundamentais para a economia do município, para quem opera com a construção, que se faça o seguinte, que já se inicie o próximo processo, porque esse demorou muito tempo. Segundo, que se estabeleça, via uma instrução normativa, outro instrumento, prazos para que todos os setores envolvidos, que é Fazenda, que é hoje a SMAMUS, que é a PROCEMPA, que essas tenham um compromisso temporal com o desenvolvimento dessas funções para nós chegarmos na tabela de solo criado. E que seja também definido um índice a ser usado para atualização de valores a cada ano, porque a nova Lei Complementar nº 850, essa que a gente está trabalhando em cima dela, hoje exige que a cada ano se faça a correção dos valores por um índice da Prefeitura, por um índice que vai

atualizar a tabela. (Sinalização de tempo esgotado). E entra o Conselho do Plano Diretor a cada 2 anos. E só mais uma coisinha para encerrar e deixar claro, para não ficar no "diz que não disse", em momento nenhum eu acusei servidores ou incriminei servidores. Não faz parte da minha da minha pública privada fazer esse tipo de coisa. Então, eu peço que a pessoa que disse isso que retire ou que pegue nas fitas e tal, nas gravações aqui, que venha trazer aqui para o Conselho. Isso é o tipo de coisa que não se faz, bota na boca das pessoas palavras que elas não disseram, se faz interpretações venenosas, depreciativas. Certo? Então, é isso. Eu sou, Presidente, pela votação com a concordância dessa tabela do solo criado, porque é um instrumento extremamente necessário para o mercado, para nós que atuamos no mercado e muito mais para a economia de Porto Alegre. Se tiver mais algum esclarecimento que eu tenha faltado com alguma coisa, estou à disposição. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Gomes. Acho que foram muito bem esclarecidos os pontos levantados. De fato, o processo foi distribuído no dia 8 de março, a partir do dia 8 disponível para todos os conselheiros para aprofundamento. É um tema complexo, exige uma análise aprofundada. A gente tenta sempre trazer por meio da Secretaria da Fazenda, da própria UDRE as informações necessárias, a tabela, a fórmula que de fato está na lei, a Secretaria da Fazenda faz a aplicação daquela fórmula. É um cálculo matemático complexo e que gera essa tabela aí que é colocada em discussão a cada 2 anos com os Senhores Conselheiros,. Nesse sentido, então, entendo feita toda a discussão no processo, eu abro à votação, consultando os conselheiros como se manifestam em relação ao PARECER FAVORÁVEL feito pelo Relator Conselheiro Gomes à reavaliação dos valores do solo criado. Inauguro com a Conselheira Cristiane Catarina, representante do DEMHAB. Como vota, conselheira? **VOTAÇÃO**: **Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Boa noite. Voto favorável ao relator. **Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Favorável. **Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP:** Favorável. **Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN:** Favorável. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Favorável. **Gisele Coelho Vargas (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Favorável. **Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM:** Favorável. **Gustavo Garcia Brock (Titular), Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV:** Favorável. **Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Boa noite. Eu vou votar contra o relatório, mas eu queria esclarecer, eu achei que o parecer que o Gomes deu, não tenho nenhuma discordância em relação aos detalhes e as circunstâncias desenvolvidas por ele. Acho que o parecer dele está ok, a minha discordância é anterior, é questão de fundo. Eu tenho várias discordâncias como o instrumento. Então, eu não acho que deva aprovar por conta dessas questões mais conceituais, de natureza política, vamos dizer assim, envolvendo o uso desse instrumento de solo criado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Ok, obrigado. Lembrando importante sempre para a discussão fazer a inscrição no período de discussão, poder debater ali, manifestar a sua contrariedade para na hora do voto aqui a gente não comentar novamente o debate, porque cada argumento trazido vai ter um contraponto e no período de votação é importante a gente seguir na manifestação do voto, se é favorável ao contrário. Mas muito bem-vinda a atribuição sempre. Conselheira Jussara, como vota? **Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), Associação Brasileira de**

Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS: Abstenção. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Contrária (manifestou no *chat*). **Raquel Hagen (2ª Suplente), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Favorável. **Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Abstenção. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Contrário. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu gostaria de fazer uma declaração de voto, conforme o art. 23. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Por escrito, Conselheiro. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Sim, por escrito, mas quer que eu leia o parágrafo? É art. 23, § 2º - *Durante a votação só dera admitida o uso da palavra para declaração de voto*. Eu vou mandar por escrito posteriormente. É curto, se o senhor não tivesse me interrompido eu já teria terminado, Secretário. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Então, vai lá, Conselheiro. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** O senhor como sempre, quando é para o seu lado o senhor quer encrencar. De todos os conselheiros que se pronunciaram, todos confirmaram que tinham dúvidas em relação às questões levantadas, com exceção do Conselheiro Relator. Logo, não tem motivos para que não se possa fazer esclarecimentos tal a dimensão do que está se aprovando, dessa forma, Secretário, a única opção que nos resta, um voto responsável, é votar contrário. Obrigado. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Favorável. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Contra. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Contrário por cerceamento de participação de todos no debate hoje. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Abstenção. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Boa noite, eu acompanho o relator. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Boa noite. Tendo em vista todas essas indefinições e essas dúvidas que a maioria dos conselheiros, grande parte deles têm, principalmente das regiões, meu voto é contrário. **Ricardo Angelini, (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Abstenção. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Abstenção. **Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** Favorável. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Favorável. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Temos, então, 13 votos favoráveis, 07 votos contrários e 05 abstenções. **APROVADO O ITEM 4.7 - REAVALIAÇÃO DOS VALORES DO SOLO CRIADO**. Processo relatado pelo Conselheiro da RGP 6, Conselheiro Gomes. Em havendo maioria aprovamos o presente expediente, avançamos na pauta, mas em função do horário, dão 19h34min, sugiro que a gente ouça as manifestações dos conselheiros faltantes, e está qualidade a nossa diretora substituta do Planejamento, a Vaneska, substituindo a Patrícia, para que a gente possa ouvir as estações, se houver interesse dos conselheiros que estavam inscritos no período de contribuição. A Conselheira Virgínia e a Conselheira Maristela. O Conselheiro Emílio abriu mão da fala. Não sei, Conselheiro Virgínia, se gostaria de dar contribuição com relação ao Programa de Reabilitação do Centro, que estava inscrita na última vez. E aí a Vanessa vai

colhendo as contribuições. **Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN:** Boa noite, Presidente. Boa noite a todos os demais conselheiros. A minha contribuição, na verdade, é breve. Eu me escrevi naquela noite para falar porque eu ia aproveitar o colocado pela Conselheira Jussara e ratificar a questão da importância de se pensar também o transporte público coletivo, em especial falo pela METROPLAN, no que diz respeito ao transporte metropolitano, que circula em grande quantidade ali pelo Centro. E a gente tem problemas de estrutura, de logística ali, de circulação. Então, só ratificando a importância de que sejam pensadas e planejadas as integrações com o trem, tudo isso também tenha um olhar atento sobre essa questão. Agradeço, muito obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Virginia. Antes de passar para a Conselheira Vaneska abro a inscrição para a Conselheira Maristela. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Senhor Secretário, nobres pares do Conselho, eu quero retornar um pouquinho a história, que eu sempre acho que na linha histórica a gente não pode se perder no tempo de resgatar algumas coisas que nós fizemos parte em um passado próximo. E aí eu queria falar um pouquinho, como eu fui da sub-relatoria da questão da área central, no Plano Diretor Urbano e Ambiental de Porto Alegre, no PLC nº 008/07, quando foi enviado para a Câmara de Vereadores. Eu fiquei justamente com essa sub-relatoria e não menos importante foi ter ouvido os vários e vários e vários segmentos sobre as questões do Centro, que apesar de eu não ser moradora, Felisberto, não precisa ficar com muito ciúme, tá? (Risos/descontração). Então, a área central, a área que é tratada no Plano Diretor, como o Centro Histórico, fazendo parte da Macrozona 1, que é considerada a área de revitalização, e como tal foi instituída na lei, como objeto de plano específico detalhado para a resolução do CMDUA. Exceto quando houver alteração na capacidade construtiva, que ressalva ali no art. 188, tramitou na Câmara de Vereadores desde 2006. Então, na Câmara de Vereadores, desde 2006, esse projeto de lei para alterar a denominação do Centro para Centro Histórico, o qual foi aprovado em sessão de 20 de dezembro de 2007, a denominação do bairro, denominado Centro, portanto, como Centro Histórico. E dos projetos, alguns já executados, e para nossa alegria alguns muito importantes, que já foram relatados pela Arquiteta Patrícia, a pouco tempo, sobre alterações importantes com a participação da comunidade. Eu queria trazer aqui o Projeto Cais Mau, o projeto do Viva Centro, que nós tínhamos toda essa expectativa, no qual faz parte de um projeto importantíssimo, especial, que é o Monumenta, o projeto de reforma da Estação do Mercado, Trensurb, enfim, que algumas coisas só foram alteradas apesar de não ser exatamente como a comunidade queria, mas que já aconteceram algumas modificações. O projeto de revitalização do Porto Cais Mauá, que desde 1985, passando por várias governos e o governo sendo discutido, inclusive, com o objeto de concurso público. Então, trata-se ou naquela época tratava de reciclar parte de Porto Alegre, denominado cais do porto, transformando em área de lazer e de interesse turístico, revendo os usos diversos, incluindo habitação de lazer, de interesse turístico, prevendo usos diversos... Desculpa, comércios e serviços integrados a à vida da cidade. E de lá para cá formou-se comissões temáticas e sistematicamente temos visto sendo apresentados projetos importantes em relação às modificações, tanto da orla como do Centro Histórico. Eu acho que uma questão que é fundamental, que não tem se trazido com a devida ênfase é a questão do porto, onde o projeto que deveria ter sido coloca em prática voltaram milhões. Depois eu vou me referir a esses milhões, sobre a questão que eu sempre trato aqui, é da questão dos (Inaudível/interferência no áudio) no porto, que não trata com a devida seriedade, no sentido da atração da que econômica, que não é menor para nós

quando vamos tratar de questão de revisão do Plano Diretor, enfim. Eu queria tratar ainda sobre a questão do Projeto Viva o Centro, que fazia parte de 21 programas de gestão lançado na época pelo governo municipal da época, que visa a revitalização da área central, resgatando atividades compatíveis com o patrimônio cultural e ambiental, além de alavancar o potencial econômico, que um deles eu já colocava anteriormente, assim como a segurança da população. É gerenciado, então, pela secretaria, antes da SPM, que depois foi se transformando com o tempo, que envolve vários projetos setoriais, como o Caminho dos antiquários, caminho dos livros, corredor cultural, linha do bonde, recuperação do Mercado, melhoria no espaço público e sabendo-se que alguns já estão implementados, por exemplo, a questão do Caminho dos Antiquários e algumas obras que estão sendo executadas e já citadas, sendo que a maior parte do que está sendo implantado faz parte do Projeto Monumento. E eu gosto muito de frisar isso, porque ele é tão atual quanto naquela época. E a Prefeitura aí com parcerias com o Governo Federal, por meio do Ministério da Cultura, enfim, que agora a gente não sabe mais o que nós temos, que são poucas coisas que nos restaram, mas a nossa Porto Alegre é resistente, independente do governo que está no momento, nós somos resistentes em relação a isso. A questão que foi tratado agora, também pela Virgínia, que trata da questão do transporte, que na época nós tratávamos como os projetos dos portais da cidade, que em algumas coisas já se conseguiu avançar bastante, mas, principalmente, no que diz respeito à questão com as regiões do entorno da nossa cidade, que nós devemos levar em consideração. E a outra questão é a avaliação final do que foi trazido das entidades que nós ouvimos, que recebemos as proposições na época e que hoje ainda sinto muita falta. Apesar de que o processo está em pleno andamento. A formulação desses objetos em relação ao Plano Diretor, levando em consideração o urbanístico, o arquitetônico e ambiental. Isso eu considero fundamental. Eu acho que nós aqui no Plano Diretor trazemos isso como central. Entenda-se como projeto, como a questão do Cais Mauá, por exemplo, que volta à tona a questão do muro ou não, eu tenho uma opinião em relação ao muro, eu não sou totalmente contra a retirada. Eu tenho um pensamento sobre isso desde que as questões de vidas da segurança também estejam à altura da minha expectativa e da expectativa daqueles amigos que são favoráveis. Então, a gente deve levar isso em consideração. Da mesma forma sobre o encaminhamento do Projeto dos Portais da Cidade, que colocava antes, levar em consideração, então, essas questões do Cais Mauá com as suas modificações, levando em consideração a questão do porto, integrando com espelho d'água que ele não é fora do âmbito da nossa cidade; Portanto, não é apenas a construção de prédios, atendendo apenas a determinado segmento, mas pensando a cidade como um todo. Finalmente, dizer que o projeto que nós estamos pensando agora tem que ser levado em consideração aquilo que nós acumulamos até aqui, desde a questão da revitalização, de todos esses projetos especiais dos três que eu citei, para que de fato a gente possa dar uma contribuição para nossa cidade, não apenas para o momento de uma Prefeitura, é respeitando os nossos técnicos, técnicos tão sérios e competentes como nós temos na nossa Prefeitura, mas também ouvindo as suas sugestões, mas também o clamor desta comunidade, que é sedenta nas suas contribuições. Nós temos que levar em consideração a questão das moradias, do que isso pode significar na revitalização do Centro Histórico com as moradias de interesse social, com os prédios que estão abandonados, que era um crescente. De repente caiu muito no esquecimento e isso vem agora com muita força para que seja atendida a área empresarial, que também é importante, porque nós temos que ter parceria, mas nós não podemos abrir mão dessa política de que esses prédios possam ser de interesse social, porque traz uma vida, traz uma oxigenação cotidiana do nosso Centro Histórico de Porto Alegre. Levar em consideração, finalmente, o seu histórico. Hoje eu ouvi

mais uma vez na televisão falar do ano que vem os 250 anos da Cidade de Porto Alegre, levando em consideração que não foram os açorianos que chegaram primeiro em Porto Alegre. Nós tivemos uma população oriunda de africanos, enfim, que chegaram antes que os açorianos aqui. Então, não é um desprezo a quem chegou depois, mas sim o respeito a quem chegou antes. Então, essa integração é fundamental, é de uma forma ampla e democrática, a participação, desde a Câmara de Vereadores, ouvir a sociedade em geral, ouvir os sindicatos de hotelaria, ouvir o Sindicato da Construção Civil, mais ouvir em especial a comunidade. Então, não sou da política que nós temos que ser extremista e acharmos que nós que somos do movimento popular somos as melhores coisas do mundo, mas eu também eu tenho certeza e convicção absoluta que nós somos importantíssimo para contar uma história viva, porque a história tem dois jeitos de ser contada, ou é científica, ou é pela palavra. Então, assim eu termino nesse momento o meu relato, porque tenho que ser breve, senão eu teria tenho 18 páginas, uma redação que foi aprovada e depois saiu na Zero Hora, que eu gostaria de encaminhar ao Conselho que está se debruçando sobre a revisão, para que pudesse ter daquele momento para cá o que evoluiu e o que ainda pode ser aproveitado de todo um acúmulo da discussão que nós tínhamos naquele momento. Muito obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Maristela, pela excelente contribuição sobre o projeto. Eu passo a palavra a Conselheira Vaneska, que está fazendo os registros. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Boa noite. Primeiro, então, agradecer as contribuições, que eu entendo que são muito importantes. A equipe técnica está buscando ser a mais ampla possível nessas contribuições e a gente tem feito uma agenda de reuniões, que a gente está estruturando para também poder ser publicizada e poder ter essa aproximação com esses diferentes agentes que entendem o Centro Histórico de diferentes maneiras. E entendendo que todas elas são complementares e que a nossa função aqui é poder dar uma resposta técnica a essas divisões e anseios, que de certa forma convivem nesse espaço urbano. Eu vou tentar ser breve também nas pontuações. Uma questão que eu gostaria de frisar é que todos que tem alguma contribuição escrita encaminhe para a equipe técnica, que para gente facilita também na questão dos registros. Geralmente é mais completa muitas vezes do que a fala, a gente faz duas formas de registro, mas reforça que quem tiver contribuições escritas possa também estar encaminhando. As questões do transporte coletivo, eu fiz aqui anotação, com certeza é uma das questões principais que a gente tem que trabalhar no Centro. Até andando pelo Centro a gente faz uma aproximação do território, apesar de não estar tendo a movimentação que costuma ter, a gente percebe que tem ruas ali, por exemplo, no entorno da Júlio de Castilhos, um pouco mais adiante do Centro Popular de Compras, onde se tem uma série de paradas de ônibus. Há uma sequência muitas vezes de transporte intermunicipal e que tem que ser repensada nessa lógica, porque acaba criando um espaço urbano que a gente entende de certa forma subutilizada na essência pela localização privilegiada que tem, que está tão próximo de uma estrutura tão qualificada quanto é ali a região do Centro Histórico, mas com certeza a gente também tem que pensar em uma solução para esse transporte. Então, são questões a serem equalizadas dentro do projeto. A questão da área de revitalização, a Conselheira Maristela citou ali a previsão no plano, a gente está trabalhando sobre essa previsão, a gente mudou um pouco esse termo para isso, a gente tem um referencial teórico com relação à revitalização, agora trabalhando com o termo de reabilitação, porque a gente entende que o Centro tem vida e isso foi dito, acredito até pelos conselheiros em determinados momentos em que a gente conversou já sobre o tema. O Projeto Viva o

Centro tem sido a nossa fonte, agora na Coordenação de Planejamento Urbano a gente tem alguns técnicos integraram esse projeto, que estão trabalhando também agora com a Coordenação de Planejamento Urbano na Diretoria de Planejamento Urbano. A gente tem também buscado alguns técnicos que não estão no mesmo setor, atuando no mesmo setor que nós, mas que carregam essa história desse projeto e além dos documentos técnicos que a gente tem utilizado como base de referencial, para poder dar um passo adiante na do que já foi pensado em termos de Centro Histórico para Porto Alegre. Então, muito importante a contribuição, mas também para deixar já dito que essa tem sido a nossa base. A questão do calado do porto que a Conselheira Maristela, eu vi ali que está colocando algumas coisas no *chat*, ao mesmo tempo, talvez eu não consiga dar conta de tudo agora nesse momento, mas de repente a gente vai ter outros momentos, aí daí de uma forma mais estruturada também tentar abordar todos os temas. Também são questões que a gente tem colocado para algumas rodadas técnicas também, internas e externas para discutir o projeto e poder trazer também mais informações para o debate, a questão da moradia é a questão principal que a gente tem pensado como forma de aproveitar o sistema utilizado do Centro, que é utilizado principalmente com relação à questão da habitação. E a questão cultural é imprescindível, a Conselheira Maristela citou e realmente tem acompanhado muito o andamento em função da prévia dos 250 anos de Porto Alegre. E tem alguns reconhecimentos de territórios que carregam uma história de algumas populações que durante algum tempo talvez não tenham tido o destaque que deveriam e com certeza isso tem que ser repensado e entendido como pode ser integrado no plano. A gente entende que é um dos momentos que talvez isso não tenha sido abordado com o destaque que deveria ter e o nosso Centro tem muita história, essa história tem que ser de certa forma trazida à luz nessa proposta na medida do possível. Eu tentei falar um pouco sobre todos os pontos que foram abordados, mas entendo que a discussão não se encerra aqui. Falando sobre moradia de interesse social, a Conselheira Tânia comentou, a gente até trouxe o que estava estudando em relação à habitação de passagem também para pessoas em situação de rua e outros tipos de modelo, mas não esquecendo a habitação como um todo, por isso que eu citei fiquei de uma forma mais genérica, mas isso também está previsto. E acho importante a gente debater para que realmente possa ser incluído dentro do espírito da lei, da maneira mais adequada que a gente entenda que vá conseguir dar essa resposta de trazer, uma população que depende tanto dos serviços de infraestrutura para uma área que é rica na oferta de serviços e infraestrutura, comparado com outras áreas de Porto Alegre. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, pela contribuição, Vaneska. Eu acho importante também mencionar, em paralelo tem o estudo de mobilidade sendo feito aí junto à EPTC, a Secretaria de Planejamento e Gestão. Aí complementando um pouco fala ali da Conselheira Virgínia, pensando essa estratégia, é importante também a questão da mobilidade dos terminais, enfim, toda a conexão com região metropolitana, que são assuntos que estão sendo conduzidos em paralelos. Na verdade, são várias ações para a gente tentar resolver o problema do Centro e ao final tudo se conecta e a gente está afinando cada vez mais com a equipe, no sentido de ter esse trabalho, acompanhado também do estudo de mobilidade para agregar ao nosso programa de reabilitação. Então, Senhores Conselheiros, são já 19h54min. Eu ia abrir para informes com relação à audiência ao Conselheiro representante do IAB e a Conselheira Doutora Cristiane, o Conselheiro Gomes. Eu vou abrir a fala, temos em alguns minutinhos ainda ou propor para a próxima reunião, mas acho que as falas nós vão entender muito o horário. O Conselheiro Rafael Passos queria falar. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Presidente, é dar o retorno da representação

a qual nós fomos delegados. Espero que os demais que estiveram façam relato, mas é um relato breve, não se chegou muito ao tema central, a pauta central da reunião, que era a questão dos cadastros. Teve a presença do Secretário e diretor que acumula os dois cargos, o André Machado, Diretor do DEMHAB e Secretário de Habitação e Regularização, explicando que, inclusive, estava em uma reunião tratando da questão da zona norte e explicando que hoje não tem conseguido produzir novas unidades. Na verdade, que toda a produção de habitação tem sido mais no sentido de resolver essas realocações e etc., do que de fato ter uma solução para novas habitações e reduzir o déficit. Assim não se reduz déficit, estamos empatando sempre o déficit em função dessa política que tem que tampar furo de projetos outros que geram despejos, realocações, etc. O promotor levantou questões a respeito do fundo e dos imóveis com IPTU atrasados, que poderiam ser utilizados, e aí foi informado, eu acho que pela própria Cristiane, senão depois tu me corrijas se não foste tu, em que pese esses imóveis não são tantos quanto o promotor imaginava. Uma questão que eu levantei foi a questão da incompatibilidade apresentada pelo Plano Diretor, pela lei do plano e pela Lei 850, que a gente pela lei do plano tem que ser analisado aqui, aprovado aqui o plano de investimento, o plano de ação para uso dos recursos do solo criado, uma parte dele vai para o fundo de habitação. Na verdade, isso conflita com a Lei 850, que por sua vez diz que... Desculpa, é a 412, que fala que o fundo tem um comitê gestor e que esse comitê gestor é quem define e aprova os recursos. Então, é uma questão, como coloca a Doutora Cristiane, a gente tem que trazer aqui para o CMDUA para discutir, mas é um problema e um conflito criado por pela Lei Complementar nº 850, mais um problema dessa lei, que eu acredito que ela tem diversos problemas, pela forma também como foi elaborada, muito açodada no meu ponto de vista, já manifestei aqui antes. E concluindo, a questão também apontada do próprio Fundo Municipal de Gestão do Território e com isso o promotor manifestou que está sendo levado para mediar, porque a 850, sem retirar a atribuição do CMDUA, na verdade, porque não retirou, não mexeu na lei do plano, ela criou um comitê gestor, cuja composição vai se dar por decreto. Então, o CMDUA perde poderes, em tese, para um comitê cuja composição vai ser feita por decreto. É isso e os colegas podem complementar outros pontos. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Rafael. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Rapidamente, outro ponto que eu levantei lá, eu acho que não tem que discutir aqui, inclusive, com o próprio Secretário apontando a questão da necessidade de habitação de interesse social, com o Secretário de Habitação de Interesse Social no programa para o Centro, como algo Central. Eu apontei a necessidade da gente tratar das áreas urbanas de ocupação prioritária e para mim, no meu ponto de vista, afirmei e quero colocar aqui que as áreas urbanas de ocupação prioritária deveriam ser um instrumento a ser colocado no âmbito do Programa de Reabilitação do Centro, inclusive, como um instrumento para potencializar a habitação de interesse social no Centro, senão a gente vau perder mais uma oportunidade para colocar Esse instrumento, que para mim é um dos fundamentais e não só para mim, para muitos que analisam o Estatuto da Cidade, dos mais fundamentais para a gente fazer o desenvolvimento, promover o desenvolvimento urbano com equidade e etc. e tal. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Rafael Passos. Não sei se o Conselheiro Gomes gostaria de contribuir. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Boa noite, basicamente, eu acho que o Rafael colocou o que aconteceu e a discussão dos fundos até surgiu a partir de uma colocação que eu fiz sobre a necessidade de incrementar esse fundo gerado pelo solo

criado de baixo adensamento. E aí eu descobri por todos que estavam, eu achei que sabia alguma coisa, mas estou vendo que eu não sei de nada, que os fundos são uma baita de uma confusão, tem sobreposição de lei e tal, que vai ter que trazer para a pauta do Conselho essa conversa, trazendo DEMHAB, trazendo a PGM, para nós conversarmos, discutirmos e chegarmos em um acordo, porque os fundos são gerados, mas há sobreposição legal sobre quem vai gerir esses fundos e tal. Acabou consumindo um bom pedaço da reunião. Então, o lado positivo para mim de certa forma foi que nós vamos ter que trazer essa discussão para dentro do Conselho, para estabelecer um ponto comum e desatar alguns nós que foram colocados alguns pelo Rafael, inclusive, a Dra. Cristiane também deu alguma contribuição nesse sentido. Então, é uma pauta que segue em frente e tem que trazer aqui para dentro do Conselho. Obrigado, Presidente. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Gomes. Por último a Dra. Cristiane. **Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Obrigada. Colegas, de forma rápida, o Rafael e o Gomes explicaram algumas questões. Só para entender que a audiência foi muito confuso inicialmente, porque o Ministério Público não tinha planejado um número tão grande de pessoas e algumas pessoas precisaram se retirar para poder permitir a fala. Então, também o objetivo, que era a listagem específica de pretendente à moradia não foi objetivada. Então, o Promotor Eliberto falou de muitos temas, simultaneamente. Inclusive, como o Rafael falou, sobre imóveis abandonados que não dizem respeito diretamente, nem ao Conselho, nem ao DEMHAB, tem uma regulamentação própria administrativa na administração centralizada. É claro que existe o interesse nosso, do Conselho, evidentemente, mas não é um tema administrativo que devesse ser pautado ali naquele momento da audiência. Então, houve muitas falas, muitas pessoas para se manifestarem lá e foi bastante longa a audiência. Em relação aos valores do fundo, nós temos uma diferença do Fundo de Habitação. Nós temos uma diferença entre o valor contábil e o valor financeiro, o valor devido e o valor que efetivamente existe na conta bancária do fundo. Foi trazida essa diferença. Em relação ao Conselho Gestor do Fundo de Habitação, existe uma regulamentação própria na Lei nº 612 e de fato essa lei prevê, tem um decreto que a gestão da política habitacional, as diretrizes, os critérios, os valores ingressam no fundo são geridos por esse Conselho Gestor do Fundo. Isso é o que está na lei, quando a Lei Complementar nº 850 inseriu os valores de solo criado não adensável e de pequeno adensamento, simplesmente incluiu na própria lei do fundo e lá deixou, uma vez que o valor entra como o valor do fundo. Então, esse Conselho Gestor do Fundo que teria que fazer o gerenciamento. Os colegas levantaram lá, há uma aparente sobreposição de competências, isso é uma questão jurídica que precisa ser resolvida. E até a minha sugestão é que conste em ata que nós comecemos a tramitar alguma coisa específica nesse sentido, que vai ser importante. Mas, de qualquer forma, também dizendo que esses valores do solo criado não adensável e de pequeno adensamento, há muito pouco tempo, foi só no finalzinho do ano passado que começaram a ingressar nesse fundo, porque não basta a existência da lei, é preciso uma série de atos administrativos para que a lei possa, efetivamente, entrar em vigor, apesar dela ser de 2019, ainda demorou praticamente todo ano de 2020 para que efetivamente algum valor pudesse ingressar. Então, em relação a esclarecimentos quanto a esses valores, o Conselho Gestor do Fundo ainda não se reuniu. Agora, há pouco tempo, que foram alterados os nomes para constar a nova direção. Então, em breve houve o compromisso de haver desse Conselho Gestor do Fundo fazer uma reunião e aí ficar mais à disposição para os esclarecimentos. Importante essa questão da falta de produção habitacional, principalmente em virtude dos programas federais, o Minha Casa Minha Vida, que não existe mais. E o grande problema que foi

anunciado esta semana de que não há mais verbas no orçamento federal nem para o Casa Verde e Amarela, nem o Minha Casa Minha Vida, que são recursos muito altos no federal. Essas são as questões... (Inaudível/interferência no áudio). **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** A conexão da Doutora deu uma falhadinha, não estamos ouvindo, mas nós conseguimos entender bem. Obrigada, Dra. Cristiane, pelos esclarecimentos, importante, está bem colocado pelos conselheiros que representaram. São 20h07min. Agradeço a oportunidade do debate, da conversa com todos vocês, a troca. Desejo uma excelente noite a todos os Conselheiros e Conselheiras. **(Encerram-se os trabalhos da plenária às 20h07min).**

Germano Bremm	**Secretária Executiva**
Presidente	**Relatora**

Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2021, ... retificações:

ATA ORDINÁRIA Nº 2890/2021

Aos quatro dias do mês de maio de dois mil e vinte um, às dezoito horas, reuniram-se para Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, via ZOOM, denominado PLENÁRIA VIRTUAL DO CMDUA, em razão do decreto municipal a fim de combater o coronavírus e a propagação da pandemia entre as pessoas, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira (Titular) e Lisiane Sartori Fioravanço Magni (Titular), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Júlio César Farias de Miranda (2ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN**; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular) e Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), **Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS**; Patrick Silva (2º Suplente), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE**; Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM**; e Gustavo Garcia Brock (Titular), **Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV**. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS:** Rômulo Krafta (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**; Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Claudete Aires Simas (Titular), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH**; José Rodolfo Fork (1º Suplente), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA**; Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS**; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS**; Hermes de Assis Puricelli (Titular), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS**; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), **Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS**; Rogério Dal Molin (Titular), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:** Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Tânia Maria dos Santos (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4**; Wagner Pereira dos Santos (1º Suplente) e Ricardo Angelini, (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Maristela Maffei (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7**; Dinar Melo de Souza (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8**; e Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP – HOCDUA. SECRETARIA EXECUTIVA:** Camila Maders Fonseca Coelho, **Secretaria Executiva da SMAMUS**; Patrícia C. Ribeiro, **Taquígrafa/Tachys Graphen**. **PAUTA: 1. Abertura; 2. Votação: 2.1. ATAS: 2884, 2885 e 2886; 3. Comunicações; 3.1. EXTERNA: Renan da Silva - Inst. Cultural Arraial da Glória (RGP5); 4. Ordem do dia**. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h09min. **1. ABERTURA. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Boa noite a todos. Em havendo *quorum* declaro oficialmente aberta a nossa Reunião Ordinária do Conselho do Plano Diretor. Estou um pouco sem voz hoje, então, vou

me esforçar para conduzir os trabalhos, falando um pouquinho mais baixo, mas espero que todos ouçam e a gente tenha uma excelente noite de reunião. Eu vou fazer a lista rapidamente dos presentes. Vou pedi para a nossa Secretária fazer a chamada dos presentes para poupar um pouquinho a minha voz. (Relação dos presentes na inicial). Se, porventura, faltou algum presente manifesta no chat que a gente vai fazer o registro. Nós temos duas manifestações externas para o uso do período de Comunicação e consulto se alguém gostaria de fazer uso do período de Comunicação, por favor, faça a inscrição no *chat*. Temos a inscrição da Conselheira Maristela e do Conselheiro Felisberto. Mais algum conselheiro inscrito. Conselheiro Gomes também inscrito e o Conselheiro Jackson também, o Conselheiro Mark também inscrito para o período de Comunicação. O Conselheiro Wagner também inscrito. O Conselheiro Adroaldo também inscrito para o período de Comunicação. Temos 7 conselheiros inscritos para o período de Comunicação. Temos o Renan da Silva pela RGP 5 e a Renata RGP 2 inscritos como Comunicação Externa. Então, encerramos para a inscrição para o período de Comunicação, oportunizo a fala do Renan. Não está presente o Renan. Consulto se está aqui presente a Renata, também não está presente. Os dois inscritos para Comunicação Externa. Passamos, então, à abertura do período de Comunicação Interna dos Senhores Conselheiros, inaugurando a fala com o Conselheiro Felisberto Gostaria do de compartilhar, antes de abrir o período de Comunicação, talvez venha essa dúvida dos conselheiros, que acredito que amanhã, mais tardar na quinta-feira, deve estar sendo publicada a portaria do Prefeito em relação à prorrogação dos prazos dos mandatos dos Senhores Conselheiros. Restou definido que será prorrogado o mandato por um ano, conforme a gente tinha conversado aqui, algumas sugestões nesse sentido vieram. A gente conversou o Prefeito e definiu a prorrogação do prazo dos conselheiros por maus um ano, até que a gente tenha tempo para se reorganizar do ponto de vista da pandemia, enfim, e a gente produzir nova eleição. Então, deve estar saindo no Diário Oficial e a contar desde 1º de maio. Então, só para compartilhar essa comunicação. A gente estava aguardando, talvez saísse a publicação hoje, mas acabou que não saiu deve sair amanhã, mais tardar quinta-feira. Então, Conselheiro Felisberto, passo a palavra. Boa noite, Conselheiro! **3. COMUNICAÇÕES; 3.1. EXTERNA: Renan da Silva - Inst. Cultural Arraial da Glória (RGP5). Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa noite a todas e todos. Primeiro, fazer uma colocação de que a gente tem visto na imprensa várias notícias e vários projetos de lei na Câmara de Vereadores que alteram substancialmente o Plano Diretor. Então, eu queria, como Conselheiro da RGP 1, que o Presidente da Câmara de Vereadores fosse convidado a vir a este Conselho para que a gente pudesse trocar algumas ideias sobre assunto referente à revisão do Plano Diretor. Parece-me, mesmo que os vereadores se digam – Fui eleito, eu tenho poder para fazer as leis; nós somos um Conselho que a maioria aqui foi eleita também. Então, nós temos a mesma representatividade, talvez não a que eles acham que a gente tem, porque aqui a gente é sociedade civil, eu falo em meu nome, em nome dos delegados e delegadas da RGP 1. Nós nos sentimos violentados na nossa legitimidade de discutir a cidade. E nós somos um Conselho do Plano Diretor. Então, ao mínimo, nós deveríamos ser convidados a participar. Hoje mesmo teve uma audiência pública, ou uma reunião na SEFOR, nem ao menos um convite a este Conselho vem. Então, é um total desrespeito aos conselhos que são legítimos, constitucionalmente, pela lei estadual, pela constituição estadual e pela constituição da Lei Orgânica Municipal. Então, não é nenhum favor a gente ser pelo menos convidado ou tirar uma delegação aqui para que nós possamos nos representar lá. Esse é o primeiro aspecto. Segundo, também pela imprensa a gente sabe a notícia, e aí atinge um pouco a região do Wagner, a gente soube notícia que o Grêmio Futebol Porto Alegrense, a Maristela vai adorar essa

intervenção hoje, né, para ver que não é uma questão clubística, mas eu gostaria que fosse explicado a todos nós como que vão negociar uma área já tendo um termo de compromisso firmado com a MULTIPLAN anteriormente para as 18 torres? E agora, pasmem, vão comprar por 20 milhões uma escolinha para transformar em um parque, para beneficiar um empreendimento de um particular, enquanto há demanda que não foram atendidas no primeiro termo de compromisso. Então, é importante que também se esclareça isso. Então, por enquanto era isso, eu acho que me ative aos 3 minutos. Obrigado. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Boa noite, Secretário. Boa noite, conselheiro gremista Felisberto. Boa noite a todos, a todas. Secretário, nosso Presidente do CMDUA. No mês passado nós não recebemos a questão do *jetom*. Neste mês, não sei se foi o caso dos outros, novamente eu não estou recebendo meu jetom, não que o que me moveu a vir a este Conselho, aliás, nem sabia que nós tínhamos jetom, que é um valor simbólico. Só que eu agrego esse valor para fazer três almoços todos os meses na minha comunidade ou em uma comunidade que mais está precisando. É uma forma que eu tenho, já que estou fora do mercado de trabalho há 2 anos, é uma forma que tenho de ajudar a minha comunidade. E no mês passado, Secretário, eu pedi ajuda para alguns conselheiros para me ajudar. Eu volto, reintero, não recebi e me foi informado que por um erro novamente administrativo, no meu caso, acho que só foi o meu, só no mês que vem. Então, eu estou solicitando aos nobres conselheiros que me ajudem, porque eu não gostaria, as pessoas estão contando com esse almoço. Então, o que puderem, eu gosto das coisas públicas, claro, eu não faço assistencialismo, todo trabalho que nós fazemos é nas cooperativas, com as mulheres chefes de família para elas poderem ter mais tranquilidade e ao menos uma vez por semana terem um almoço que nós fazemos. Eu ajudo a descascar as coisas. Então, Secretário, também peço ao senhor, ao SINDUSCON, cada Conselheiro comunitário, cada setor que tem aqui que me ajude. Exatamente naquele valor que eu ia receber agora que a gente ia fazer os três almoços. Então, estou pedindo ajuda novamente, porque não acho justo que por um erro administrativo da Secretaria eu vá onerar a minha comunidade. Então, eu estou pedindo, vou colocar o PIX para receber. Estou pedindo sim, de coração aberto, com a grandeza que tem uma comunidade de ajudá-la com algo que eu quero devolver para a comunidade, que eu quero devolver para a comunidade o que eu recebo do jetom. E para terminar, quero reiterar a fala do Felisberto, eu passei para os conselheiros assim que soube na Câmara de Vereadores, com a pauta que me é passada, mesmo sendo suplente, sobre essa preocupação em especial, um projeto do Vereador Moisés Barboza, que não tenho nada pessoal contra ele e contra nenhum outro, mas que a gente saiba antecipadamente para poder discutir. Eu acho que essa vinda do Presidente da Câmara aqui vai ser muito importante. Muito obrigada. E quem for contribuir, por favor, fale lá no *chat*. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Maristela. Antes de passar a fala para o próximo, nós vamos corrigir sim a questão do jetom, não é, Camila? Enfim, às vezes essas burocracias da administração atrapalham um pouco o processo, enfim, a Camila vai verificar para a gente corrigir o quanto antes essa questão. Parabéns pela iniciativa. Conselheiro Gomes na sequência inscrito para fazer uso da Comunicação. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Boa noite, Conselheiros. Boa noite, Secretário. Quero fazer uma pequena intervenção para fazer um registro de uma ação que está acontecendo, está para acontecer na Tristeza, em especial com alguma coisa na Vila Conceição também, que é a iniciativa de um empresário local, que se propôs a revitalizar sete postais. Os portais são no final das ruas quando chegam ao Lago Guaíba. Então, há uns 2, 3 anos esse empresário já tinha revitalizado um

dos portais e agora ele resolveu fazer mais seis portais. O programa se encaixa dentro de um dos programas dos governos, inclusive, digamos assim, turbinado pelo atual, pelo prefeito atual, pelo Melo, que é a doção de praças, de portais, de rótulas e tal, pela iniciativa privada. E o pessoal aqui da região, em reunião que tivemos, acho que faz três semanas, né, Secretário Germano? Até esteve na reunião, o Prefeito esteve na reunião também. Aí o pessoal pediu para que eu registrasse no Conselho essa atitude e mais ou menos desse uma classificação nela no seguinte sentido, esses portais se tratam se intervenções locais para uso da comunidade local. Não que seja proibido alguém vindo de qualquer lugar de Porto Alegre, do mundo, do Brasil, ir visitar um portal desses, mas a intenção deles é a animação local, onde se sai caminhando, sai de bicicleta, vai em um portal, vai no outro portal e tal. A exemplo do portal que já está pronto. E, Presidente, existe interesse de algumas lideranças aqui virem ao Conselho, principalmente esse empresário que está promovendo, que está patrocinando, que vai fazer os portais, apresentar a ideia e dar os motivos dele de porque está querendo fazendo sete portais, já fez um e quero fazer mais seis. E de minha parte, como conselheiro, eu pediria dentro da Secretaria, Presidente, da SMAMUS, que é onde tramita, que o Conselho tivesse acesso à elaboração dos projetos para promover ao menos em nível local que as comunidades próximas a esses portais pudessem ter conhecimento de como vão ser esses projetos, como esses projetos estão tratando os portais. Foi contratado ou também na parceria de um escritório de arquitetura, que está fazendo todos esses portais, fez o primeiro também. Então, fica o registro dessa atitude e eu acredito que seja válido trazer esse empresário ao Conselho do Plano Diretor para apresentar os motivos que ele está fazendo, porque tomou essa iniciativa e tal. Eu acho que é um belo exemplo à sociedade, na melhoria da questão local mesmo, da qualidade de vida na questão local. Certo, meus prezados conselheiros. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Gomes, sem dúvida, bem-vinda a sugestão. Vamos convidá-lo a apresentar no Conselho o projeto. Muito bacana, importante as empresas com esse senso de pertencimento da cidade, querendo ajudar a construir a nossa realidade. Conselheiro Jackson inscrito. Boa noite, Conselheiro! **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Boa noite a todos, todos colegas aí. Eu me somo ao Felisberto ao convite ao Presidente da nossa Câmara para vir tratar conosco essa situação da revisão dos processos que estão tramitando lá. Parabenizo também ao Secretário com relação a essa questão da prorrogação do mandato, porque está se tornando inviável completamente a gente fazer qualquer tipo de movimento onde aglomere alguém, especialmente nós enquanto conselheiros regionais, seria uma irresponsabilidade a gente promover isso. Penso eu que, inclusive, este ano, como ficou um ano aí a mais. Eu queria registrar também e solicitar que a gente trouxesse aqui para uma conversa o Secretário de Regulação Fundiária, que para nós enquanto conselheiros regionais é uma necessidade tratar desse assunto. Registro também que o Conselheiro Suplente da região, o Ronie Gomes, vulgo Paulista, para quem conhece do movimento comunitário, esteve presente com ele, já analisando algumas situações de algumas das nossas comunidades aqui da região. E também quero aproveitar o ensejo para registrar que nós temos um colega de aniversário hoje aí, o nosso Colega Regional da RGP 6, o Gomes. Parabéns aí, Gomes, o meu abraço, mesmo que virtual. Saúde, sucesso e felicidades. Era isso, Presidente. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Jackson, pela comunicação. Parabenizar, bem lembrado, o aniversário do Conselheiro Gomes, importante figura, nosso Vice-Presidente do Conselho, conselheiro muito experiente e qualificado. Parabéns, Conselheiro, em nome do Conselho

lhe desejamos saúde, sucesso nesse final de dia aí. Espero que tenha tido um dia maravilhoso, um excelente ano com todos os conselheiros aí. Sucesso e alegria sempre! Conselheiro Wagner inscrito na sequência. Boa noite, Conselheiro! **Wagner Pereira dos Santos (1º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Boa noite. Gostaria de informar que protocolamos o pedido de informações, protocolo de dois ofícios, pedindo esclarecimento sobre o empreendimento da MULTIPLAN, que tramita na CAUGE sem o devido debate na nossa região e neste Conselho, Secretário. Queremos transparência e que se respeite as demandas do povo. Fomos hoje pela manhã, protocolamos os dois ofícios, entregamos na Secretaria, porque parece que está sendo tratado como manipulação do governo. Nós não vamos, como povo reivindicante, não devemos aceitar essa posição do governo e queremos saber onde que foi debatido isso aí. É isso. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Boa noite. Boa noite a todos. A minha comunicação hoje é muito breve, só para registrar que na reunião anterior, que foi a reunião do dia 27 de abril, nós tínhamos nos escrito no final da reunião, estava havendo uma exposição sobre os colegas que representaram o CMDUA na reunião do Promotor Eriberto. Nós tínhamos nos inscritos e a reunião acabou encerrando antes. Eu tinha uns rápidos apontamentos e vou aproveitar esse período de comunicação para mencionar. Nós ouvimos o relato dos três representantes que estiveram na reunião, que foi o relato do Gomes, o relato do Rafael e da Conselheira Cristiane. Eu participei da reunião, porque nós tínhamos conversado com o Promotor Eriberto e perguntamos a ele se havia possibilidade de nós ouvirmos, participáramos. E aí foi permitido, só que na hora que nós entramos no ambiente da reunião o sistema do Ministério Público Estadual não comporta a participação de 16 pessoas. Então, o promotor acabou, pela parte técnica solicitando a saída de alguns conselheiros e aí saíram os Conselheiros Felisberto, Claudete, Jackson e a Denise lá da Secretaria Municipal da Fazenda. Inclusive, eu questionei o Promotor Eriberto, porque eu não gostaria de estar participando e colapsando o sistema. Ele disse: “Não, permaneça, porque o número de pessoas, isso agora está permitido”. E achei interessante, porque houve uma exposição do Secretário André Machado, que informou sobre aquela região lá dos irmãos maristas, que está recebendo a população que saiu da Vila Nazaré. Ele mencionou que a FRAPORT estava construindo uma creche lá na região, informou também que estava conduzindo um projeto de emprego e renda e que o próprio DEMHAB e a Secretaria Municipal do Meio Ambiente estavam construindo duas praças dentro deste núcleo de informações importantes. (Sinalização de tempo esgotado). E depois foi perguntado alguma coisa para o Secretário André Machado e ele falou sobre os fundos e ele mencionou que havia 102 milhões desse fundo como registro contábil e 3 milhões que tinham ficado no setor financeiro, realmente, que tinha acontecido várias atualizações e permitiram esses gastos. E nós nos colocamos do ponto de vista do Conselho para que na medida do possível possamos acompanhar esse fundo municipal. Obrigado, Presidente. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Boa noite, Presidente. Boa noite, Conselheiros. Presidente, eu não sei se a liderança lá da Vila Areia vai conseguir entrar aí, mas espero que ela esteja para poder participar dos informes. Enquanto isso eu quero fazer a comunicação para o Conselho tomar conhecimento, dizer que ontem, segunda-feira, dia 3, as escolas infantis retornaram em Porto Alegre com atendimento presencial. Porém, ninguém da educação recebeu a vacina. Então, nós estamos e, um dilema, pode atender, pode trabalhar, mas a vacina não chega para o pessoal da educação. E o segundo ponto, ainda com referencia às creches, hoje entraram os repasses dos convênios, 75% do valor acordado. O que foi subtraído foi justamente o recurso para a alimentação das crianças, onde o Prefeito fala no seu dia a dia

de que a criança tem que estar na escola porque precisa da escola para se alimentar. No entanto, o repasse veio com 25% a menos, justamente o valor da alimentação. Isso é para deixar registrado, porque nós estamos na Cidade de Porto Alegre, todo mundo está tentando tornar uma Porto Alegre melhor para se viver. Tem a questão da Vila Areia, acho que a menina não está aí, é que eu, como Conselheiro da RGP 2 até agora não recebi por parte do DEMHAB pelo menos para dizer que leu a nossa ata, se ficou sabendo que nós tivemos essa intervenção na semana passada. A gente espera alguma resposta, mesmo que não dependa somente do DEMHAB, porque as pessoas que estão lá estai muito mal acomodadas. Era isso, Presidente. Obrigado! **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Adroaldo, pela manifestação. Nesse sentido, não havendo mais inscritos para o período de Comunicação a gente passa para a deliberação das atas. **2. Votação: 2.1. ATAS: 2884, 2885 e 2886.** Peço aos Senhores Conselheiros, que se tivermos abstenção ou voto contrário, por favor, façam a manifestação no *chat*. Temos as abstenções da Conselheira Claudete, do Conselheiro Hermes, do Conselheiro Rodolfo, do Conselheiro Mark, do Conselheiro Felisberto, do Conselheiro Adroaldo, da Conselheira Tânia e do Rafael Passos. Não há votos contrários, com 8 abstenções **APROVADAS AS ATAS 2884, 2885 E 2886**. O Conselheiro Felisberto tem uma Questão de Ordem. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, apenas para não deixar passar em branco as duas solicitações, uma de que fosse feito o convite ao Presidente da Câmara, que venha a este Conselho e ao Secretário também da Habitação. então, gostaria que o senhor providenciasse isso para que a gente o mais cedo possível fosse ter uma conversa com eles. A outra questão, Secretário, é sobre os temas para este Conselho discutir, como já fizemos com a regularização fundiária e com a questão... Se não me falha a memória, Patrícia, ajude-me aí, foram dois grupos de trabalho, que a gente pudesse ter um retorno desses grupos de trabalho também neste Conselho. Era isso. Obrigado. Essa era a Questão de Ordem. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. Sim, iremos convidar o Secretário André Machado para fazer uma manifestação neste Conselho e falar um pouco, enfim, do trabalho que vem desenvolvendo à frente da Secretaria, o Secretário André que vem fazendo um excelente trabalho junto á Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária. Então, avançando na pauta: **4. ORDEM DO DIA. 4.07**: é um gravame de traçado viário e cadastramento de logradouro público na Rua Stela Brum. A Secretaria de Obras é a relatora do processo. O processo foi distribuído em 11/03/2021 e o prazo para relatório foi em 23/03. Antes de apresentarmos o relato peço para a Equipe de planejamento nos trazer aqui, brevemente, do que se trata o assunto, o processo, depois a gente abre ao relato da Conselheira Relatora Gabriela. Vamos ver com a Vaneska quem está pela Equipe de Planejamento. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Oi, hoje seria a Arquiteta Simone, mas se ela estiver com dificuldade de conexão posso apresentar. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** A Simone está, mas acho que a conexão está instável. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Enquanto isso temos uma Questão de Ordem do Conselheiro Wagner. Qual é a sua dúvida? **Wagner Pereira dos Santos (1o Suplente), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Eu gostaria de um encaminhamento do Conselho para uma agenda, um esclarecimento do Prefeito. Gostaria que o Secretário fizesse essa convocação para a gente resolver, porque são milhões de

contrapartida para a nossa região, Secretário. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Wagner. É importante procurar a Secretaria de Governança Local e Articulação Política que faz essa relação com a comunidade para tentar construir, porque eu acho que são só esclarecimento que faltam a cerca de todo esse processo. É a Secretaria que tem, até por conta do CRIP, que é o representante da comunidade, para fazer essa relação e prestar esses esclarecimentos. Conselheira Vaneska, se estiver em condições de apresentar. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Eu vou compartilhar aqui com vocês a tela. É um expediente conhecido dos conselheiros. Então, é o Expediente 18.0.000130607-0, aqui apenas o registro, a gente está tentando também deixar mais objetiva a apresentação para poder permitir um debate mais amplo aos conselheiros. Então, a solicitação registrada, a localização e no caso, aqui, uma minuta de resolução, que é o resultado do gravame viário. O assunto é um agravante de traçado viário que cadastramento de logradouro. O logradouro e o endereço, como eu comentei, é conhecido dos Conselheiros, que é a Rua Stela Brum, com início na Estrada João de Oliveira Remião. E o requerente é a Montaine dos Pinheiros Participações Societárias Empreendimentos Comerciais Ltda. Aqui é a localização da rua dentro da RGP 7, na Lomba do Pinheiro. Então, aqui está destacado em amarelo o trecho que está sendo cadastrado. Ele teve essa alteração, acredito que os conselheiros se recordem, porque existia uma intenção de conectar aqui atrás. Ele foi, então, mantido, evitando a interferência com as ocupações que existem naquele território hoje. Então, a minuta de resolução, a justificativa que eu trouxe, só vou dar uma lida nos pontos principais. Então, é uma solicitação de cadastramento de rua, já falei pela empresa Montaine, com o interesse de realizar o fracionamento da área, resultando em lotes com frente para a referida rua. Esse cadastramento, além de tudo, via solicitação da empresa, ela traz condições para que as pessoas que residem consigam regularizar as áreas e as edificações. Ele já teve tramitação no CMDUA, por isso eu comentei que era um processo conhecido e teve um parecer contrário ao gravame na forma como havia proposto, que fazia essa ligação da Stela Brum com a Alvorada, que agora está apenas focando no trecho da Stela Brum. A intenção era melhorar a mobilidade, mas se achou oportuno neste momento ajustar esse traçado para coincidir com a proposta de cadastramento de logradouro sem propor a ligação dos logradouros existentes e trabalhando no reconhecimento da situação que já existe hoje no território. Então, aqui as duas imagens da minuta de resolução. Aqui vocês veem que não existe esse trecho, aqui está sendo colocado esse trecho. Essa era a opção passada para fazer essa ligação e essa a proposta que coloca essa ligação, só na parte até a rua sem saída como ela está hoje posta dentro do tecido urbano. O parecer da Procuradoria, então, reforça os aspectos que estão colocados ali, reconhecendo essa situação do trecho existente da Stela Brum. E coloca aqui, como se trata de modificação em relação de indeferimento da proposta anterior do CMDUA, sendo que antes a PGM já tinha se manifestado sem óbice jurídico, eles reiteram não existir esse óbice jurídico nesse momento. Acredito que sejam os pontos principais, se os conselheiros precisarem do apoio das imagens para a discussão, mas entendo que é reconhecendo a solicitação que foi feita no parecer do Conselheiro. Então, nesse sentido, atende o que o relator original já tinha pontuado como necessário para adequação da proposta. Obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Vaneska, pelos esclarecimentos muito bem colocados aqui. Então, seguimos para a discussão. Eu passo a palavra para a Conselheira Gabriela, Conselheira Relatora da Secretaria de Obras. **Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), Secretaria**

Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM: Boa noite a todos. Então, esse processo, na verdade, é uma estão bem simples, como já foi tratado ali: *Trata-se de uma solicitação de cadastramento da Rua Stella Brum que foi feita pela Empresa Montaine dos Pinheiros Participações Societárias e Empreendimento Comercias Ltda., com o interesse em realizar o fracionamento de área resultando em lotes com frente para a referida rua. Este processo já teve tramitação no CMDUA em 30/06/2020, recebendo parecer contrário ao gravame viário da forma que havia sido proposto, pois este ligava a Rua Stella Brum a Rua Alvorada, com a intenção de melhorar a mobilidade do local por sugestão da Equipe de Alinhamento Predial. Por esse motivo, retornamos à proposta inicial da Equipe de Regularização Fundiária, que era o gravame para fins de cadastramento apenas do trecho consolidado. Dessa forma, a proposta recebeu ajustes no traçado do gravame viário, de forma que este agora coincide com a proposta de cadastramento de logradouro, sem propor a ligação dos logradouros existentes. A PGM informa que não há óbice jurídico, mantendo o entendimento pela viabilidade jurídica do gravame proposto com as suas adequações. Sendo assim, concluo informando que meu parecer é favorável ao gravame viário*. Obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Gabriela, pelo relato. Manifestação favorável à aprovação do gravame. Consulto se temos solicitação para relatos de vista? Por favor, manifestem-se *chat*. Em não havendo solicitação de relato de vista vamos colocar o projeto em discussão. Consulto se temos inscritos a se manifestarem? Conselheira Maristela, a Conselheira Gabriela fica inscrita por último. Em não havendo mais inscritos. Conselheiro Felisberto não vai se inscrever? Não? Em não havendo mais inscritos, então, eu oportunizo a fala para a Conselheira Maristela. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Senhor Secretário, Conselheiros, Conselheiras. Eu acho que a Conselheira foi feliz no seu relato, a própria técnica também, quando coloca que no primeiro momento foi refutada a primeira proposta, porque não havia conhecimento da comunidade, não havia discussão e não foi a comunidade que solicitou e sim a própria empresa lindeira. Não que isso seja uma questão grave, mas nós não estamos acostumados dessa forma e sim a relação com a comunidade. Foi retornado á comunidade, foi debatido novamente neste Conselho e acho razoável essa proposta de ser um gravame apenas da rua existente e que não haja ligação neste momento, até uma futura discussão. Então, acho que ficou de bom tamanho. Só para informar, Felisberto e nobres conselheiros, que a região está ciente. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Maristela, agregou, parece que estão nem equacionados todos os pontos, o processo está maduro para a gente encaminhar para a deliberação. Nesse sentido, então, passamos à votação do Item 4.07 da pauta, inaugurando a votação com a conselheira representante do DEMHAB, Conselheira Cristiane Catarina. Como vota: favorável ou contrária à MANIFESTAÇÃO FAVORÁVEL DA RELATORA? **VOTAÇÃO: Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Favorável. **Júlio César Farias de Miranda (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Favorável. **Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN:** Favorável. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Favorável. **Patrick Silva (2º Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Favorável. **Gustavo Garcia Brock (Titular), Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV:** Favorável. **Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio**

Grande do Sul – UFRGS: Eu considero a proposta original melhor, voto contra. **Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Favorável. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** (Sem áudio). **José Rodolfo Fork (1º Suplente), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA:** Favorável. **Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Favorável. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Favorável. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Abstenção. Eu não estava acompanhando. **Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Favorável. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Eu me abstenho, Presidente. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Abstenção. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Favorável, tendo em vista a concordância da região. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Favorável. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Eu acompanho diante da manifestação da colega da região. Favorável. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Favorável. **Wagner Pereira dos Santos (1o Suplente), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Só para deixar registrado aqui, Senhor Secretário, o senhor está sendo omisso e este debate passa por este Conselho e pela RGP 5. Se não tivermos o amparo deste Conselho iremos ao Ministério Público. E já o Senhor Prefeito e a Multiplan terão que explicar isso aí, até porque até na Polícia Federal eles ficaram por 2 anos parado. Meu voto é favorável. Só para deixar registrado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem, Conselheiro. Quando estivermos no período de votação é importante a gente manifestar favorável ou contrário. Os debates externos podem ser feitos no período de Comunicação, o senhor sempre pode trazer as questões no período de Comunicação, de ordem de qualquer natureza geral para os conselheiros. Depois, quando a gente entra na pauta dos processos, a gente se atém aqueles processos pautados, podendo ser solicitada Questão de Ordem quando surgir alguma dúvida em relação à interpretação do regimento interno sobre o processo em discussão. Então, só para compor e quando estamos em discussão do processo a gente procura se ater ao sim, ao não, favorável, contrário, para não abrir um novo debate dentro do período de discussão do processo. Obrigado, Conselheiro. Conselheiro Gomes. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Presidente, o projeto anterior, do ponto de vista prático, não acarretaria em desapropriação ou coisa parecida, que o pessoal ficou com medo e eu respeito, mas voltaram no medo. Eu vou votar favorável para destravar o empreendimento que se pretende fazer com o logradouro cadastrado. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Favorável. **Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** Favorável. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Favorável. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Favorável (*chat*). **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Nesse sentido, temos 22 votos favoráveis, 03 abstenções e nenhum voto contrário. **APROVADO O PONTO DE VISTA FAVORÁVEL DA RELATORA: gravame de traçado viário**. Então, avançamos.

Questão de Ordem do Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, em virtude do voto da Maristela, o meu voto é favorável, pelo voto da região. Só para ficar consignado que votei favorável à decisão da comunidade. Obrigado, Secretário. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado. Está consignado sim o seu voto favorável. Passamos ao **ITEM 4.08, MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE** o interessado: inclusão de gravame de traçado viário e ajuste de limite na Estrada Cristiano Kraemer. O Relator é o Conselheiro Fernando do SENGE. O processo foi distribuído em 15/03, prazo para relatório em 23, na data de hoje temos o relato a ser apresentado em seguida. Antes a Equipe de Planejamento nos explica acerca do processo em pauta, para que a gente possa passar na sequência para o relato. **Simone, Equipe de Planejamento – SAMUS:** Boa noite a todos. Desculpe, a minha internet caiu exatamente no momento que eu ia apresentar o primeiro processo. Então, é o processo 19.0.000133260-3. É um gravame de traçado viário na Estrada Cristiano Kraemer, 2021, Rua Derocy Giacomo da Silva, 499, Rua 6523, nº 251 e Rua Santos, 170. Então, aqui está a localização da RGP 6 no mapa da cidade e aqui é um lado no mapa de satélite da região, circulada em amarelo. A justificativa da minuta de resolução: as alterações propostas buscam estruturar a malha Viária das UEUs 24 e 26 da Macrozona 05, território que passa por um grande desenvolvimento urbano com a tramitação diversos empreendimentos. A saber, loteamento na Estrada Cristiano Kraemer, 2021 pela CAADHAP. Loteamento na Rua Derocy Giacomo da Silva, 499 e UEU da CAUGE. Loteamento na Rua 6523, nº 251, também da CAADHAP e regularização fundiária do Loteamento Santos, na Rua Santos, 170, expediente da SETAPS. A justificativa da minuta de resolução: Conforme pareceres da CAUGE 076/19, emissão de diretrizes, reconsideração das diretrizes, aprovação de EVU para desenvolvimento do empreendimento do item 2, loteamento na Rua Derocy Giacomo da Silva, 499, se fez necessário detalhamento dos limites com consequente redução da área de parque natural. O ajuste no gabarito do Beco do Paladino de 30m para 20m se faz necessário pelo fato de atingir área densamente ocupada. Dessa forma, para efetivar o alargamento, seria necessário que o município desapropriasse grande número de imóveis. Além disso, a via possui caráter de via coletora e tem como função receber e distribuir os tráfegos entre as vias locais e arteriais, sendo gabarito de 20m mais adequado para essa função, conforme anexo IX do PDDUA. Outros ajustes de traçado viário e limite de UEU e subunidades são consequências das alterações propostas. Aqui na minuta de resolução tem os mapas, o mapa anterior e aqui no mapa do lado, nessa região onde estão as ruas no interior do bairro. O parecer da Procuradoria: *Trata-se de minuta de resolução para alteração dos seguintes traçados viários: Loteamento da Estrada Cristiano Kraemer, 2021; loteamento na Rua Derocy Giacomo da Silva, 499; loteamento da Rua 6523, nº 251; regularização fundiária do Loteamento Santos na Rua Santos, 170. Conforme justificativa apresentada, as alterações se fazem necessárias pelos seguintes motivos: Loteamento na Rua Derocy Giacomo da Silva, 499, necessário detalhamento dos limites com consequente redução da área de parque natural. Feita consulta a SMAMS, essa de manifestou favorável à alteração proposta através dos despachos 9877202 e 9940992, conforme pareceres da CAUGE e de emissão de pedido de reconsideração de diretrizes e de aprovação de EVU para o desenvolvimento do empreendimento do Item II. O ajuste no gabarito do Beco do Paladino de 30m para 20m faz necessário pelo fato de atingir áreas densamente ocupadas. Dessa forma, para efetivar o alargamento seria necessário que o município desapropriasse grande número de imóveis. Além disso, a via possui caráter de via coletora e tem como função receber e distribuir o tráfego das ruas locais e arteriais, tendo o gabarito de 20m o mais adequado para essa função, conforme anexo IX do PDDUA. Outros ajustes de*

traçado viário e limite de UEU e subunidades são consequências das alterações propostas. A minuta está de acordo com as aprovações que tramitaram. Assim, não vislumbro óbice legal ao encaminhamento da minuta de resolução 10865058 para o CMDUA. Era isso. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Simone, por nos esclarecer em relação ao processo em pauta. Passamos, avançamos para fazer o relato do Conselheiro Relator representante do SENGE, o Conselheiro Fernando, para fazer uso da palavra. **Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Boa noite a todos os conselheiros. Eu vou fazer o relato desse processo com o resumo anteriormente lido. É o Processo SEI 19.0.000133260-3, que trata de um ajuste de gravame viário do PDDUA, inclusão de gravame de traçado viário, reajuste de traçado viário, ajustes nos limites das Unidades de Estruturação Urbana 24 e 26, da Macrozona 5 e ajuste nos limites de subunidades: *Em apertada síntese: O presente parecer versa sobre proposta de estruturação viária da UEU1 26 da Macrozona 5 demonstrada no anexo do evento 9249513, onde se localiza diversos empreendimentos em tramitação, em especial da Comissão de Análise e Aprovação da Demanda Habitacional Prioritária (CAADHAP) e de regularização fundiária do Loteamento Santos, além do loteamento na Rua Derocy Giacomo da Silva, nº 499 da Bolognesi Empreendimentos Imobiliários Ltda., ipsis litteris: ...” 1 - Loteamento na Estr. Cristiano Kraemer, n° 2021 (CAADHAP – EU 002.304857.00.8); 2 - Loteamento na Rua Derocy Giacomo da Silva, n° 499 (CAUGE – EU 002.268967.00.7); 3 - Loteamento na Rua 6523, n° 251 (CAADHAP - 002.339192.00.2); 4 - Regularização Fundiária do Loteamento Santos na Rua Santos, n° 170 (CTARF - EU 002.323702.00.8).” ...Visando à estruturação urbana da região, a adequação dos gabaritos viários e à integração da malha viária com o entorno, é proposto pela CDU/DGEL/SMDE, as seguintes adequações urbanas: - Prolongamento da Av. Ernesto Zeuner até a Rua Rio Grande com gabarito de 26,00m; - Alteração do traçado da Rua Derocy Giacomo da Silva no trecho entre a Diretriz 5053 e o prolongamento da Av. Ernesto Zeuner; 1 UNIDADES DE ESTRUTURAÇÃO URBANA - Redução do gabarito da Rua Derocy Giacomo da Silva para 26,00 m no trecho entre o prolongamento da Av. Ernesto Zeuner e a Rua 6523; - Inclusão de traçado viário conectando o prolongamento da Av. Ernesto Zeuner e a Rua 6523 (continuação da Derocy Giacomo da Silva) com gabarito de 30,00 m; - Inclusão de traçado viário, conectando o prolongamento da Av. Ernesto Zeuner até a Estr. Campo Novo com gabarito de 12,50 m; - Redução do gabarito do Bc. do Paladino para 20,00m em toda a sua extensão; - Redução do gabarito da Rua 6523 para 26,00 m, no trecho compreendido entre o Bc. do Paladino e a Rua Dionélio Machado; - Conexão da Rua Santos até o prolongamento da Av. Ernesto Zeuner próximo ao entroncamento com a Rua Rio Grande, dando continuidade ao gabarito gravado (variável); - Inclusão de traçado viário, com gabarito de 10,50m, conectando a Rua Rio Grande e a Rua Ventos do Sul. Conforme documento anexo 9249513, assim se desenha a proposta: Figura 1 – Proposta inicial do traçado viário. Em adição aos termos, presentes neste SEI o atendimento aos dispositivos legais condicionantes. •Documentos dominiais, técnicos e arrazoados; •Levantamentos e diligências; •Plantas de EVU; •Pareceres CAUGE 076/2014, 163/2014 e 104/2016. Inicialmente, através do arrazoado apresentado, fez-se um histórico dos pareceres que incidiram na área em análise e que são de relevância ao estudo e diretrizes emitidas, conforme excerto abaixo, em especial quanto ao abastecimento e esgotamento sanitário, na qual cabe atenção adicional: Figura 2 – Diretrizes relevantes ao empreendimento, Atendendo as diretrizes, o projeto do empreendimento foi alterado na sua concepção inicial visando manter a Área de Preservação Permanente do Arroio Capivari e a mata secundária em estágio médio. Importante repisar nos pareceres, a visão de manutenção dos imóveis*

*existentes através da mudança de gabarito dos gravames vigentes (regularização). Ainda, conforme USIG/CGIU/DGPUS/SMAMS no evento 10313165, a mesma sugere alterações na minuta de resolução com o intuito de organizar, a partir da posição dos parágrafos, sugerindo numerar a descrição das alterações propostas, identificando-as nos anexos, incluindo na espacialização a identificação desejada para as vias e seus respectivos gabaritos. Tal proposta visa o objetivo de alcançar adequada compreensão e evitar conflitos ou dúvidas de interpretação na redação da minuta de resolução. São as adequações propostas: ..."**Quanto às alterações do Sistema Viário:** 1. Conforme o Cadastro Gráfico de Logradouros, atualmente a **Rua Derocy Giacomo da Silva** inicia na R. ATILIO SUPERTTI e finaliza 24 m após a R. PROF RUBENS GUELLI. De acordo com o **1º** parágrafo, a continuidade de seu traçado será deslocada para oeste, consequentemente o trecho viário entre a Av. Ernesto Zeuner e a Rua 6523 deixará de ter essa denominação, devendo receber novo código de logradouro. Confirmada essa opção, a sua identificação deverá ser **DIR 4557 (quatro mil quinhentos e cinquenta e sete),** informação a ser inserida com o gabarito desejado na espacialização do anexo da minuta; 2. O **3º** parágrafo apresenta conflito com o **5º** parágrafo, pois definem gabaritos distintos para um mesmo trecho: **3º** parágrafo**:** Redução do gabarito da Rua Derocy Giacomo da Silva para **26,00** m no trecho entre o prolongamento da Av. Ernesto Zeuner e a Rua 6523; **5º** parágrafo**:** Inclusão de traçado viário conectando o prolongamento da Av. Ernesto Zeuner e a Rua 6523 (continuação da Derocy Giacomo da Silva) com gabarito de **30,00 m;** 3. O **4º** parágrafo apresenta conflito com o **8º** parágrafo, pois definem gabaritos distintos para um mesmo trecho: **4º** parágrafo**:** Redução do gabarito da **Rua 6523 para 20,00m**, no trecho compreendido entre o Beco do Paladino e a Rua Dionélio Machado; **8º** parágrafo**:** Redução do gabarito da **Rua 6523 para 26,00 m,** no trecho compreendido entre o Beco do Paladino e a Rua Dionélio Machado; 4. O traçado viário a ser incluído conforme o **6º** parágrafo**,** deve receber a identificação de **DIR 4558 (quatro mil quinhentos e cinquenta e oito),** informação a ser inserida com o gabarito desejado na espacialização do anexo da minuta; 5. O traçado viário a ser incluído conforme o **10º** parágrafo**,** deve receber a identificação de **DIR 4559 (quatro mil quinhentos e cinquenta e nove),** informação a ser inserida com o gabarito desejado na espacialização do anexo da minuta; 6. **Quanto à Divisão Territorial:** 6. As novas subUEUs propostas para a **UEU 24 da Macrozona 05** devem ser identificadas como **SubUEU 09 (nove)** e **SubUEU 10 (dez),** salientando que todas as alterações quanto à divisão territorial descritas pela resolução devem ficar claramente representadas em planta anexa correspondente, que deverá ser parte integrante da resolução. 7. Corrigir redação da justificativa quanto à identificação das **UEUs 24 e 26** da Macrozona 05. ..." (grifo de origem) Em continuação a revisão da presente minuta de resolução, acrescenta: ..."Com a análise da Minuta de Resolução apresentada no documento (10759905), solicitamos: 1) No item 3 da Minuta solicitamos substituir onde diz : " Prolongamento da Av. Ernesto Zeuner com gabarito de 26,00 metros até a Diretriz 4557", por: " Prolongamento da Av. Ernesto Zeuner com gabarito de 26,00 metros até a **Rua Derocy Giacomo da Silva**". 2) Excluir no Anexo 2 da Minuta, com relação ao item 1 , "Diretriz 4557", deixando somente Rua Derocy Giacomo da Silva. Após as alterações necessárias, poderá ser dada continuidade a rotina da Minuta de Resolução. ..."Estando assim, em conformidade com os termos iniciais (figura 3) e alterações de traçados e de nomenclaturas da figura 3A posteriormente: Figura 3 – Diretrizes Iniciais; Figura 3 – Diretrizes da minuta de Resolução. Por fim, importante repisar a nota técnica PMS-06 nº 602/2020, na qual não vislumbra óbice legal ao encaminhamento da minuta de resolução 10865058 para este conselho. Este é o relatório... Em adição ao exposto, conforme o encaminhamento da Procuradoria Geral do Município (EV. 12030749) de 3/11/2020, as alterações e fazem necessárias*

conforme exposto abaixo: "Loteamento na Rua Derocy Giacomo da Silva, n° 499 (CAUGE – EU 002.268967.00.7); Necessário o detalhamento dos limites, com consequente redução, da área de Parque Natural. Feita consulta a SMAMS, essa se manifestou favorável a alteração proposta, através dos Despachos 9877202 e 9940992, conforme pareceres da CAUGE 076/2014 de emissão de diretrizes (documento SEI 9862304), 163/2014 de reconsideração de diretrizes (documento SEI 9862464), 104/2016 de aprovação de EVU (documento SEI 9862534), para o desenvolvimento do empreendimento do item 2, Loteamento na Estr. Cristiano Kraemer, n° 2021 (CAADHAP – EU 002.304857.00.8); O ajuste no gabarito do Beco do Paladino de 30,00 m para 20,00 m se faz necessário pelo fato de atingir área densamente ocupada, dessa forma, para efetivar o alargamento seria necessário que o município desapropriasse grande número de imóveis. Além disso, a via possui caráter de Via Coletora e tem por função receber e distribuir os tráfegos entre as vias Locais e Arteriais, sendo o gabarito de 20,00 metros mais adequado para essa função, conforme anexo 9 do PDDUA. Outros ajustes de traçado viário e limite de UEU e Subunidade são consequência das alterações propostas." Nesta melhor forma de direito, pelos fundamentos aqui expostos e corroborado pelo despacho do evento 13423710 e 13431988, encaminho ***VOTO FAVORÁVEL*** *a aprovação conforme minuta de resolução proposta (EV. 10865058) na qual representa uma proposta adequada as questões urbanísticas da área em estudo e, em atendimento aos condicionantes assumidos e pareceres técnicos apresentados, com especial atenção as diretrizes do DMAE. Fernando M Pereira, Eng. Conselheiro do CMDUA - Sindicato do Engenheiros do RS - (SENGE/RS).* **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Fernando, pelo excelente relato. Nesse sentido, havendo a manifestação favorável do Conselheiro Relator, consulto se há interesse de algum conselheiro solicitar relato de vista para a próxima reunião ou se podemos colocar o processo em debate? Temos uma solicitação de vista do Conselheiro Emerson, que representa o OP. Mais alguém? Também do Conselheiro Hermes, Conselheiro Gomes, Conselheiro Felisberto, Conselheira Tânia. Mais alguém? Então, em não havendo mais solicitação de relato de vista encerramos o Item 4.08 da pauta, postergando para a próximo reunião a sua discussão e depois deliberação. Então, avançamos para **o ITEM 4.09: gravame de traçado viário na Rua José Alípio da Silva**. A RGP 7 é a relatora desse expediente. O prazo para relato foi em 23/03 e ficando para a data de hoje o relato. Antes de eu consultar a Equipe de Planejamento para fazer a apresentação, temos uma Questão de Ordem do Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** A minha Questão de Ordem é uma solicitação, Secretário. Eu vi que tem 6 ou 7 processos em diligência, tem processo desde setembro do ano passado. Então, seria importante saber quais as razões desses processos não virem, inclusive, de um deles eu sou relator. Então, eu estou preocupado, porque está há mais de 7 meses eu acho e é importante que esses processos venham. Obrigado. Essa era a Questão de Ordem e o pedido de providência nesse sentido. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. Continuaremos cobrando no sentido de ver esses retornos. A gente tem avançado significativamente, a nossa pauta não está muito extensa, mas de fato, temos alguns mais antigos em diligência para a gente cobrar e dar andamento aqui no Conselho. Então, eu consulto a RGP 7 aqui presente. Conselheira Maristela, se vai fazer o relato. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Não, Secretário. Nós estamos solicitando mais uma semana, porque hoje mesmo foi uma comissão dos delegados aqui no local. Como eu não pude ir eles vão me trazer esse relato e após eu vou

elaborar. Então, eu peço permissão para apresentar na próxima reunião. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Tudo bem, Conselheira. Consulto aos demais conselheiros se há objeção à prorrogação, a pedido da Conselheira Maristela. Para objetivar eu peço que manifestem no chat se houver alguma contrariedade. Em tendo acordo com a totalidade deste Conselho a gente prorroga para a próxima semana o seu relato e a apresentação da própria Equipe de Planejamento. **PRORROGADO O PRAZO DE RELATO**. Avançamos ao **ITEM 4.10, MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE: gravame de traçado vário, Expediente 19.0.000137328-8**. Temos o parecer para ser feio, acho que está no SEI. Antes de passar para a Secretaria de Governança, oportuno a fala da nossa Secretaria de Planejamento para fazer a apresentação do presente expediente, do que se trata. **Simone, Equipe de Planejamento – SMAMUS:** É o Processo 19.0.000137328-8, gravame de traçado viário da Região Macrozona 10, UEU 004, o interessado é o município. Aqui tem a localização da RGP 7 e aqui tracejado em amarelo onde se localiza no mapa do Google. Minuta de resolução, a justificativa: *A presente demanda originou-se no UEU 002.339986.00.9, etapa de aprovação de condomínio, o qual foi remetido a EGD/CDU/SMDE para análise de necessidade de traçado viário por se tratar de terreno com área superior a 3000 m². A partir da análise solicitada foi efetuado um estudo do entorno imediato, visto que nessa região ainda impera a falta de permeabilidade e de conexões viárias, o que prejudica o fluxo de pedestres e veículos, sobrecarrega as vias principais e diminui a vitalidade no interior do bairro. O resultado desse estudo gerou a presente proposta de estruturação urbana*. Então, aqui no mapa, na minuta de resolução, o mapa 1, antes da resolução e o mapa 2 mostrando no interior do bairro, entre as avenidas Adão Preto e Avenida João de Oliveira Remião, as ruas de gravame ali, Rua São Paulo, prolongamento Rua Arco-íris, Rua Porto Rico, Rua São Benedito, Rua Conde de Bom Fim, Rua Do Vale, diretriz 10.024 e Rua Arroio Taquara. O parecer da Procuradoria: *Trata-se de minuta de resolução do CMDUA para instituir gravame de traçado viário na Macrozona 10, UEU 004, Bairro Lomba do Pinheiro. De acordo com a justificativa apresentada a demanda originou-se no UEU 002.339986.00.9, etapa de aprovação de condomínio, o qual foi remetido á EGD/CDU/SMDE para análise da necessidade de traçado viário por se tratar de terreno com área superior a 3000 m². A partir da análise solicitada foi efetuado um estudo no entorno imediato, visto que a falta de permeabilidade e de conexões viárias na região, o que prejudica o fluxo de pedestres e veículos, sobrecarrega as vias principais e diminui a vitalidade no interior do bairro. Assim, não vislumbro óbice jurídico à Minuta 9556519 e o seu encaminhamento ao CMDUA*. Era isso. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado Simone, pela apresentação. A gente passa a palavra ao Conselheiro Gustavo para o seu relato. **Gustavo Garcia Brock (Titular), Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV:** Boa noite Presidente. Boa noite, Conselheiros. É o **Expediente: Processo SEI 19.0.000137328-8.** A presente demanda originou-se no EU 002.339986.00.9, etapa de aprovação de condomínio, o qual foi remetido à EGD/CDU/SMDE para análise de necessidade de traçado viário, por se tratar de terreno com área superior a 3.000m². A partir da análise solicitada, foi efetuado um estudo do entorno imediato, visto que nesta região ainda impera a falta de permeabilidade e de conexões viárias, o que prejudica o fluxo de pedestres e veículos, sobrecarrega as vias principais e diminui a vitalidade no interior do bairro. O resultado desse estudo gerou uma proposta de estruturação urbana, composta pelas vias: Rua São Paulo, Prolongamento da Rua Bezerra de Menezes; Prolongamento da Rua Arco-Íris; Prolongamento da Rua Porto Rico; Prolongamento da Rua São Benedito; Prolongamento da Rua Conde de Bonfim; Rua do Vale; Diretriz 10024;

Rua Arroio Taquara, conforme Gravame de traçado viário inserido na MZ 10, UEU 004, Bairro Lomba do Pinheiro, apresentadas nas Plantas 01 e 02 anexas a este expediente (documentos 9556540 e 9556561). **Do Parecer:** *Acompanho a Nota Técnica 359/2021 da PGM que nada têm a opor quanto ao solicitado. Não tenho nada a opor quanto ao apresentado nesse expediente SEI. O presente parecer é FAVORÁVEL a Resolução proposta, desde que ajustado o nome do Prefeito, bem como as nomenclaturas das secretarias, após reforma Administrativa, conforme Lei complementar nº 897, de 15 de janeiro de 2021. Porto Alegre, 26 de março de 2021. Gustavo Garcia Brock*. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** obrigado, Conselheiro Gustavo, pela manifestação. Voto favorável, então. Consulto se temos pedido de vista? A Conselheira Maristela quer discutir o processo? **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** EU vou solicitar vista, mas preciso fazer alguma considerações. Primeiro, porque eu moro aqui, moro exatamente nessa região está sendo falada. Eu trouxe para cá várias vezes essa discussão sobre o que estava ocorrendo aqui nesse entorno com o desmatamento de mata atlântica, loteamento clandestino, o acesso à área e à luz absolutamente clandestina. É uma devastação total, uma pena! Usurpação de áreas. Não é esse o termo jurídico, mas é ao lado do posto 24 horas, uso da área por esse loteamento clandestino de parte da área do município. Eu fiz várias denúncias, inclusive, neste Conselho mais de 4 vezes. Então, só queria fazer essas considerações e já estou pedindo vista, Senhor Secretário. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Perfeito, Conselheira Maristela. O Conselheiro Felisberto também solicita relato de vista. Em sendo assim avançamos na nossa pauta. Passamos ao **ITEM 4.11. EXPEDIENTE 17.0.000051418-7, MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE: gravame de traçado viário**. Conselheiro relator é o Conselheiro Dal Molin. O processo foi distribuído em 15/03 e o prazo para relatório em 23/03. Conselheiro Dal Molin, está pronto para fazer o relato? **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Não, Senhor Presidente. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Então, o senhor solicita a prorrogação do prazo? **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Sim. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Então, consulto os conselheiros se tem objeção à prorrogação do prazo ao Conselheiro Dal Molin para que na próxima semana possa fazer o relato? Em não havendo objeção está prorrogado e na próxima semana o Conselheiro faz o seu relato e a Equipe de Planejamento apresenta o processo. **PRORROGADO O PRAZO DE RELATO**. ITEM 4.12, município de Porto Alegre: ajuste de traçado viário. A RGP 8 é a relatora. Foi distribuído em 15/04 e em 27/04 foi o prazo para relato. Conselheiro Dinar, tem condição de apresentar? O Conselheiro Gomes pediu uma Questão de Ordem. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Presidente, esse processo eu vou fazer o relato, baseado no... Eu estou tentando achar a lei, não estou encontrando. Ajude-me, Presidente. É de acordo com o Regimento Interno, art. 21, § 2º, eu vou fazer conjuntamente com a Região 8 e eu estou com o relato pronto. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem, Conselheiro. Acho que tem a previsão, né, no regimento. Só vou ver aqui a possibilidade de ter o relato. Está bem, perfeito. Então, abro a palavra para... Desculpa. Antes vou pedir para a Equipe do Planejamento fazer um breve resumo da situação. **Simone, Equipe de Planejamento – SMAMUS:** Então, é o SEI 20.0.00028476-0. É um ajuste... (Inaudível/interferência no áudio). **Germano Bremm,**

Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS: Simone, está falhando. **Simone, Equipe de Planejamento – SMAMUS:** Sim, está instável. É um ajuste de traçado viário na Rua Tamandaré, trecho entre a Avenida Wenceslau Escobar e a Rua Coronel Aristides. Aqui está a localização, é a RGP 5 no mapa da cidade e a rua está engraçado amarelo no mapa do Google. A justificativa: *A presente proposta teve origem o SEI 20.0.000028476-0, onde foi requerido ajuste de traçado viário do trecho projetado da Rua Tamandaré. A requerente argumenta que o referido traçado incide em diversos lotes, muitos em edificações existentes. Como sugestão apresenta uma proposta do deslocamento do traçado no sentido norte, de maneira que esse passe a incidir majoritariamente sobre o terreno sem edificações*. A EGD/CDU procedeu pesquisa junto ao EPO/SMIM, onde foi verificado não haver projeto geométrico aprovado para o trecho em questão. Já na pesquisa de origem foi constatado que o traçado originou-se na extensão do PDDU, o qual objetivou estabelecer conexões em um nível macro. Em consulta à EPTC quanto a possíveis impactos do ajuste do traçado na circulação de pedestres e veículos, a mesma... (Inaudível/interferência no áudio). **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Simone, deu uma falhada. Não estamos te ouvindo. Vaneska, tu tens como continuar? **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Bom, ali a Simone colocou a origem do SEI referido. Então, esse ajuste de traçado, o trecho projetado da Rua Tamandaré e a requerendo argumentou que do referido traçado incidiram diversos lotes. Como sugestão, pela proposta de deslocamento, de maneira que passe a incidir majoritariamente sobre o terreno sem edificações. A EGD/CDU, eu vi que a colega já tinha comentado que procedeu uma pesquisa, onde verificou que não há projeto geométrico aprovado para o trecho em questão. Na pesquisa de origem foi constatado que o traçado originou-se na extensão do PDDU, o qual objetivou estabelecer a conexão no nível macro. Então, a importância dessa conexão em uma escala maior. Em consulta à EPTC sobre os possíveis impactos do ajuste de traçado na circulação de pedestres e veículos a mesma se manifestou através da comissão de avaliação dos impactos e não se opôs à proposta. Considerando a alteração de traçado que poderia diminuir as áreas edificadas atingidas, o que tem relação direta com o custo de desapropriação. Considerando que não impacta nas conexões viárias, essas na escala macro, que tinha comentado, foi elaborada a minuta que trata a alteração. Aqui a gente tem o que está hoje no anexo do plano e aqui o ajuste desse traçado, dessa linha em vermelho, que faz parte da documentação disponível no expediente. Então, com relação ao parecer da Procuradoria, tratando de uma minuta de resolução do Conselho, para ajuste desse traçado que já foi citado, foi apresentado como justificativa, reitera a questão de que incide em diversos lotes, que foi adequado para diminuir esse impacto. E também coloca as informações da SMIM, que informa não haver projeto geométrico aprovado. Então, teria comprometido esse projeto para alteração desse gravame. Coloca-se aqui da parte da Procuradoria que não existe óbice jurídico à minuta que está sendo discutida para ser encaminhada ao CMDUA. Essas eram as informações. Obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Vaneska, pela apresentação. Sendo assim, oportunizo a fala ao Conselheiro Gomes, ao Conselheiro Dinar, para fazer a relatoria conjunta conforme prevê o nosso regimento interno, § 2º do art. 21. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Então, vamos lá. É alteração de traçado projetado. A Rua Tamandaré, ali na confluência com a Diário de Notícias e a Icaraí, sofre a influência do traçado viário projetado, que é a Diretriz 4539, que é lá do Plano Diretor, acho que de 2000, ela pega assim um arrasa-quarteirão,

vai derrubando prédios, edifícios e tal. Ou seja, uma diretriz que dificilmente vai ser implantada pela quantidade de... **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Conselheiro Gomes, desculpa eu lhe interromper, agora eu vi no *chat*, os conselheiros levantaram uma Questão de Ordem, eu imagino que seja sobre essa do Regimento Interno. Então, eu vou oportunizar à Conselheira Maristela, que tem uma Questão de Ordem. Depois a gente retoma. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Senhor Secretário, é a segunda vez, nós já estamos quase com jurisprudência nessa questão, onde um conselheiro que tem o relato, tem relatoria a vai ser substituído na hora para falar, vai assinar outro, de outra região. Não é possível isso, não existe isso no nosso Regimento. Não é nada pessoal, é uma Questão de Ordem mesmo. Não pode um conselheiro juntar o relato do outro e fazer relatoria. É um desrespeito conosco. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira. Eu estou lendo aqui. Levantada a Questão de Ordem pela Conselheira Maristela. O art. 21 do Regimento, § 2º, dá essa abertura. Talvez não esteja tão claro com relação a esse ponto e a gente pode na sequência deliberar com relação a isso, mas de fato, lendo o art. 21, § 2º, estou com ele aqui, ele esclarece, caso o relator necessite de apoio técnico para avaliação do processo poderá solicitar relatoria conjunta de outro conselheiro. Então, parece que tem essa abertura, não sei se há alguma interpretação diferente. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Presidente, é usual, nós já fizemos isso. Eu me lembro de um caso, um dos primeiros que se usou, foi a Conselheira Tânia com aquele processo do aeroporto, senão me engano. Ela pediu e quem auxiliou ela foi a conselheira da UFRGS, depois eu auxiliei outro colega e agora estou novamente. Isso tem previsão. Então, o que me espanta é a Conselheira Maristela não ler o que nós estamos dizendo. O Regimento Interno, art. 21, § 2º. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Pode continuar, Conselheiro, fazendo a leitura. Cabe ao Presidente interpretar as questões suscitadas em relação ao Regimento. Estou com ele aberto aqui, vejo essa possibilidade além do histórico. Conselheira Tânia tem uma Questão de Ordem. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** É uma Questão de Ordem, Presidente. O Conselheiro Gomes acabou de me citar. Nesse evento eu fiz uma relatoria, só disse que não estava apta para fazer uma relatoria total de um empreendimento onde circulariam mais de 40 mil pessoas, mas eu fiz o meu relato. Entendeu? Eu não simplesmente passei e pedi ajuda para que outra pessoa, como no caso, fizesse por um conselheiro depois de quase 3 anos de mandato de Conselheiro neste Conselho. Eu acho realmente um absurdo uma pessoa de uma região diferente da dele fazer um relato. Ele não está apto depois de tanto tempo, tantos anos que nós estamos aqui? Pelo amor de Deus, uma ajuda é uma coisa, agora, fazer um relato pela pessoa e falar por ela é um absurdo! **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado,. Conselheira. Entendo a colocação de todos, mas como cabe ao Presidente interpretar as questões de regimento, vejo que tem essa possibilidade legal, não cabendo a este Presidente desconsiderar aquilo que está no § 2º do art. 21 do Regimento Interno. Conselheiro Gomes, pode continuar. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Então, retomando. **RELATO CONJUNTO DA RGP-8com apoio técnico da RGP-6. ALTERAÇÃO DE TRAÇADO PROJETADO:** Rua Tamandaré confluência Av. Diario de Notícias e Av. Icaraí. EXPEDIENTE 20.0.000028476-0. **RELATÓRIO:** *Trata-se de Alteração em Alargamento Projetado do Início da Rua*

Tamandaré que conecta-se a Diretriz 4539. Demanda tem por objetivo liberar o lado impar o alargamento projetado da Rua Tamandaré onde ele se sobrepõe a diversas edificações existentes, no trecho da Av. Icaraí até a Diretriz 4539. A proposta é concentrar o alargamento na outra margem onde o imóvel atingido não tem nem uma edificação. Em 30 de abril de 2020 a UAIU/SMAMS solicita pesquisa de origem da Diretriz 4539e revela que foi gravado pelo Decreto 5162/1975 (Extensão D) e alteradas, posteriormente, pelas Resoluções 810/80 e 1002/83. (Arqª. Katia Assis da S. Pinheiro UAIU-SMAMS). No escopo do processo temos a informação de que a Diretriz 4539 não tem Projeto Geométrico (EPO/SMIM em 28/04/2020). EPTC consultada (30/06/2020) não apresenta óbice a alteração, assim como a PGM (04/08/2020) nada apresenta em oposição a Demanda. De ACORDO com as manifestações registradas no Processo, somos FAVORÁVEL A RESOLUÇÃO DE AJUSTE DE TRAÇADO VIÁRIO. Objetiva e concretamente, é uma diretriz essa 4539 de difícil implantação. Então, o que se faz neste momento é uma acomodação do traçado, tirando ele do lado ímpar da rua e passando para o lado par, quando passa para o lado par deixa de estar por cima de diversas edificações de longa data que têm ali. Então, está no sentido de fazer uma facilitação para o próprio gestor municipal e para o morador quando vai fazer alguma alteração ou alguma regularização no seu imóvel, já consagrados há muitos e muitos anos. Vocês vejam que a diretriz é de 75. Então, ela caiu há muito tempo de ser alguma coisa prioritária. Nesse sentido a gente é a favor, concorda com essa resolução. Esse é o relatório, Presidente. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Gomes, pelo relato. Então, manifestação favorável. Eu consulto se temos pedido de diligência e face à polêmica posta podemos colocar em votação a respeito dessa interpretação e a maioria deste Conselho delibera se há concordância com a interpretação deste Presidente de que o Regimento Interno prevê essa possibilidade de ter o relato feito com o apoio de outro conselheiro. Em não havendo esse entendimento a gente consagra essa interpretação regimental, conforme prevê o próprio regimento, no sentido de que o relator da região tem que fazer a leitura, enfim, do relato. Questão de Ordem. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, a interpretação que o senhor deu a esse artigo diz “conjunta”. Nada impede que outro conselheiro possa fazer, ajudar o conselheiro, mas como o relato é do Conselheiro da RGP 8, ele pelo menos leia o parecer, que ele vai aprender. Eu acho que o conselheiro quando se candidata, ele se candidata sabendo das responsabilidades de que terá que fazer relato. Eu mesmo aprendi muito e quando eu tenho dúvida da questão técnica, eu não peço para outro relatar ou fazer o relato. Nós fazemos o relato conjunto. Então, essa é a primeira coisa que eu queria colocar. A segunda, Secretário, é que eu vou pedir vista a este processo, porque envolve a região, tem toda uma discussão sobre as contrapartidas da MULTIPLAN, essa é uma região que vai dar problema daqui para frente e os conselheiros da Glória/Cruzeiro/Cristal têm que estarem muito atentos. É isso que eu queria colocar e, Secretário, já que temos recurso do PENUD, que os conselheiros possam ser capacitados para o exercício da sua função. Não é nenhum demérito um conselheiro não saber, a gente aprende e a gente só aprende fazendo. Se houve algum problema consulte, nós temos toda a equipe da Secretaria e que poderia ser solicitado, mas não um conselheiro fazer por outro. Eu acho isso lamentável. Eu acho que pedir auxílio a Vaneska, ao pessoal da Secretaria tudo bem. (Sinalização de tempo esgotado). Não deixar à disposição de alguém para fazer o relato por ele. Os conselheiros de aprimoraram, como eu, a Tânia, que somos de regiões. Era isso e obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. Em havendo

tantas manifestações nesse sentido e para evitar maiores polêmicas vamos colocar em votação essa interpretação. Se há essa possibilidade, eu fiz a leitura do art. 21, § 2º do Regimento Interno e compreendi que há essa possibilidade. No entanto, como é uma interpretação de regimento vamos deliberar se esse é o entendimento que a gente consagra aqui no Conselho e evitamos a polêmica para os próximos. Então, faremos a leitura nominal de cada um dos conselheiros para que se manifestem se favorável ao entendimento dado por este Secretário, para que fique claro, de que é permitido esse relato conjunto, dessa forma apresentada pelo Conselheiro Gomes ou contrário a essa interpretação. Nesse sentido devendo o próprio relator fazer a apresentação quando da reunião. Está bem? Inauguro com a Conselheira representante do DEMHAB, como vota: favorável à interpretação dada pelo Secretário ou contrária? **VOTAÇÃO**: **Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Favorável. **Júlio César Farias de Miranda (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Favorável à interpretação do Secretário diante da sua expertise no assunto. **Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN:** Favorável. Entendo que se é possibilitado o relato conjunto é indiferente quem faz a leitura do relato. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Eu concordo com a manifestação que a Virgínia colocou. Favorável. **Patrick Silva (2º Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Favorável. Eu não vejo prejuízo nessa solicitação. **Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM:** Favorável. **Gustavo Garcia Brock (Titular), Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV:** Favorável. **Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Favorável. **Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** (Não está presente). **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Contrária (*chat*). **José Rodolfo Fork (1º Suplente), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA:** Favorável. **Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Abstenção. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Eu entendo que o que estamos fazendo é interpretando a palavra “apoio” ou interpretando a “conjunta”? Porque o apoio técnico, obviamente. O que esse artigo traz? Ele garante ao relator o direito de consultar outros conselheiros para elaborar sei parecer e não para passar a outro conselheiro, senão acaba que um conselheiro acaba tendo um direito maior do que os outros de fazer relatos. Isso fere a isonomia da distribuição dos processos aqui dentro. Essa é a preocupação que está por trás dessa amplitude que está se dando a esse artigo do Regimento. Então, eu voto contrário a essa interpretação que está sendo dada. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu também quero fazer uma manifestação de voto. Eu sou favorável à aplicação do art. 21, § 2º, mas sou contrário á interpretação do Secretário, que já demonstrou por várias vezes a sua parcialidade. Eu até pedi Questão de Ordem antes do início da votação exatamente para poder discutir. Eu acho que a votação foi colocada em um patamar que não tem saída. Então, eu sou contrário, porque o Senhor Secretário é sabidamente parcial. Obrigado. **Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Eu sou favorável pelos mesmos motivos que a Conselheira Virgínia expos. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Eu acompanho a Conselheira Virgínia e o Conselheiro Patrick, que tem o mesmo entendimento que eu. Favorável. **Mark Ramos**

Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS: Eu voto contrário, Secretário. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, sou contrário e gostaria que fosse encaminhado esse expediente ou essa análise desse artigo à PGM para que esclareça se é apoio a relatoria por outro conselheiro. Isso não está esclarecido, Secretário, pedir apoio é uma coisa, outro conselheiro fazer e apresentar, olha, é lamentável, Secretário. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Presidente, eu queria justificar dizendo o seguinte: como está se repetindo muitas vezes não se trata só de atender o art. 21, está se repetindo muitas vezes. Eu acredito que a região tenha que substituir o seu Conselheiro, seu representante, porque nesse momento são outras regiões que estão representando aquela região lá e isso para nós que queremos representar a comunidade eu acho imoral. Então, eu voto contra. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** O meu voto, eu acompanho, acho que a Virgínia colocou muito bem e o Patrick também e posicionou muito bem. Eu endosso eles e sou favorável, não vejo preciso nenhum, sinceramente, até porque também não sou da área da arquitetura e do urbanismo, da engenharia, por diversas vezes eu acho que esse apoio, e o Rafael colocou bem também, talvez a definição desse apoio tenha que ser um pouco mais esclarecido. E não adianta torcerem o nariz e a cabeça, como eu estou vendo aqui na câmera, porque eu não como na mão de ninguém. Muito obrigado! **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Eu já deixei bem clara a minha opinião. Eu acho que uma coisa é você ajudar a pessoa que não tem capacidade de fazer uma relatoria ou não tem conhecimento para fazer. Outra, nós já estamos aqui há 3 anos, ele no mínimo já está aqui há 2 anos, como que em 2 anos uma pessoa não se institucionaliza de conhecimento para poder defender a sua região e ter voz própria? Ele precisa de outra pessoa, como Gomes, e não é uma vez, são duas, são três vezes, uma vez tudo bem, a pessoa não sabe, duas, três vezes eu já acho que é um absurdo a pessoa não ter conhecimento e deixar que outra região fale por ele. E uma região de planejamento, a 8, que é tão grande e tão expressiva dentro da cidade. Eu acho que é um absurdo isso que está acontecendo e eu sou totalmente contra. **Wagner Pereira dos Santos (1o Suplente), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Eu voto contrário, porque eu acho que a gente deve aprender, né. Em um ano a gente tem que estudar bastante e a gente é capaz de aprender. Eu sou contrário. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Secretário, são duas questões, no meu no meu ponto de vista são duas ilegalidades aqui. Quando a gente tem tripartite, como é o caso aqui e você vê que todos, como o caso do funcionalismo público, causa constrangimento, todos eles foram favoráveis. O senhor tem uma superioridade, um *status quo* de superioridade aqui. Não foi debatido anteriormente esse fato, que seria debatido hoje sobre isso. Eu acho constrangedor. Eu acho um abuso, desculpa, mas chega a ser um autoritarismo. E o Gomes, o Conselheiro Gomes com uma coleira. Isso é o fim da picada! Isso é um desrespeito! Não tenha dúvida, não é apenas uma questão só da PGM, aqui é uma questão de Ministério Público. Eu acho um abuso o que aconteceu aqui. Eu nem vou votar, eu estou constrangida, eu estou com vergonha, com vergonha eu estou! **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Em atendimento ao regimento eu sou favorável. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Emerson. Perfeito. Perfeito, é natural que a gente tenha dúvidas em relação a algum ponto, alguma interpretação no Regimento. Eu não me senti confortável para recusar o encaminhamento

desse relato feito pelo Conselheiro Gomes. Eu fiz a leitura do regimento, entendo dessa forma, mas coloquei para que a maioria deste Conselho pudesse se manifestar e se assim entendesse que votasse contrário a essa interpretação, que seria essa a interpretação adotada a partir de então, impedindo que esse relato pudesse acontecer novamente neste plenário do Conselho. Então, é do processo democrático, nem sempre a gente consegue vencer, as nossas posições, as nossas visões, acredito que não seja um caso de interpretação da procuradoria, porque cabe ao Conselho, o próprio regimento prevê interpretar dispositivos do regimento. Então, essa interpretação a gente colocou aqui em votação e entendemos dessa forma a interpretação dada ao relato feito com o apoio de outro conselheiro. Nesse sentido, nós temos 15 votos favoráveis, 08 votos contrários e 02 abstenções. **APROVADA A INTERPRETAÇÃO**. Voltando ao expediente, já são 21h09min, nós tivemos a apresentação feita pelo relator e temos solicitação de vista do Conselheiro Felisberto, da Conselheira Maristela, do Conselheiro Mark e Conselheira Claudete. O Conselheiro Dinar pediu Questão de Ordem. **Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** Boa noite, pessoal. Presidente, eu acompanhei todos os comentários aqui no *chat* sobre eu não ler o relato. O relato foi feito em conjunto, eu e o Gomes que me auxiliou. Eu acho que está dentro, acho não, está dentro do regimento que ele poderia ler sem problema nenhum, isso não vai alterar nada. O que eu quero dizer a vocês aí, para os conselheiros que estão criticando e falando que é imoral, que eu sou incapaz, quero dizer que eu acho também muito incapazes os conselheiros que falam e quando é para aprovar, porque são os que mais falam, mas quando é para aprovar as atas não aprovam. Quero dizer também que tem um conselheiro que falou sobre o Centro Histórico, que só quem tinha direito de falar sobre o Centro Histórico era quem morava no Centro Histórico. Então, isso é imoral para mim também. Se estão achando que é imoral, que é incapacidade de eu não ler o relato, quero deixar claro que tudo que estão achando de mim eu acho deles, que não aprovam as atas e são eles que falam, a maioria são eles que falam. Quando aprovam os projetos que são bons para eles, eles aprovam e depois quando vem o mesmo projeto, como tem o do Beira Rio, que eu tenho certeza que conselheiros que votaram contra outro projeto antes, vai chegar na hora do projeto do Beira Rio, que é a mesma coisa, vai aprovar. E vocês me cobrem depois. Muito obrigado, era esse o meu desabafo. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem. Obrigado, Conselheiro Dinar, pela manifestação aí, se posicionando, é da democracia, do processo. temos manifestação de um lado, também temos manifestação de outro lado. Nesse sentido. Por isso que a gente encaminhou para deliberarmos a essa interpretação. Então, está deliberada e chancelada pela maioria desse Conselho a interpretação de que o relato conjunto pode acontecer dessa forma, conforme encaminhado aí. Então, obrigado, Senhores Conselheiros, são 20h12min. Avançamos bastante na pauta, não vamos entrar nessa discussão aí, porque a interpretação foi deliberada pela maioria deste Conselho e a gente tem que respeitar, isso é a democracia, que nem sempre a maioria contempla a posição individual ou de um grupo que entende diferente. Obrigado a todos e boa noite. **(Encerram-se os trabalhos da plenária às 20h13min).**

Germano Bremm	**Secretária Executiva**
Presidente	**Relatora**

Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2021, ... retificações:

ATA ORDINÁRIA Nº 2891/2021

Aos onze dias do mês de maio de dois mil e vinte um, às dezoito horas, reuniram-se para Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, via ZOOM, denominado PLENÁRIA VIRTUAL DO CMDUA, em razão do decreto municipal a fim de combater o coronavírus e a propagação da pandemia entre as pessoas, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira (Titular) e Lisiane Sartori Fioravanço Magni (Titular), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN**; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular) e Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), **Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS**; Patrick Silva (2º Suplente), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE**; Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM**; e Gustavo Garcia Brock (Titular), **Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV**. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS:** Rômulo Krafta (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**; Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Claudete Aires Simas (Titular), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH**; Sérgio Saffer (Titular), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA**; Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS**; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS**; Karla Fabrício Moroso dos Santos (1ª Suplente), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS**; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), **Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:** Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Tânia Maria dos Santos (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4**; Wagner Pereira dos Santos (1º Suplente) e Ricardo Angelini, (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Dinar Melo de Souza (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8**; e Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP – HOCDUA. SECRETARIA EXECUTIVA:** Camila Maders Fonseca Coelho, **Secretaria Executiva da SMAMUS**; Patrícia C. Ribeiro, **Taquígrafa/Tachys Graphen**. **PAUTA: 1. Abertura; 2. Votação: 2.1. ATAS: 2887 e 2888; 3. Comunicações; 3.1. EXTERNA: Renan da Silva - Inst. Cultural Arraial da Glória (RGP5); 4. Ordem do dia**. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h08min. **1. ABERTURA. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Boa noite, Senhores Conselheiros, Senhoras Conselheiras. São 18h08min. Temos *quorum*. Damos, então, oficialmente aberta a nossa Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental. Desejo uma excelente noite de trabalhos para vocês, para nós todos, que a gente possa debater,

construir em alto nível. Nesse sentido eu peço para que as inscrições para o período de Comunicação possam ser feitas no chat, enquanto eu faço aqui a leitura dos conselheiros presentes. Então, por favor, faça a inscrição enquanto eu faço a leitura aqui. A Camila, nossa Secretária Executiva vai fazendo os registros para comunicação. Lembrando que temos duas inscrições de representações externas para fazerem uso do período de Comunicação. (Relação dos presentes na inicial). Então, são esses os conselheiros presentes, se faltou algum Conselheiro que eu não tenha chamado e já esteja presente, faça, por favor, o registro no chat. Então, com relação ao período de Comunicação a gente tem inscrito, antes de eu abrir a fala, o Conselheiro Mark. Temos mais algum Conselheiro inscrito para Comunicação? Se não a gente vai encerrar a inscrição e dar início ao período de Comunicação. Temos o Conselheiro Felisberto inscrito para Comunicação. Mais algum conselheiro? Não havendo mais inscritos a gente encerra a inscrição para o período de Comunicação e oportunizamos a fala para Renan da Silva, da RGP 5. Está presente o Renan? Não, não está presente. Depois temos a Michele pela RGP 8. Boa noite, Michele! Tens 5 minutos para fazer uso da palavra em comunicação externa. **3. COMUNICAÇÃO EXTERNA**. **Michele, Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** Boa noite a todos, todas. Bom, Secretário, venho novamente neste espaço para denunciar uma falha gravíssima na RGP 8, gravíssima que vem desde o início, desde à eleição dos atuais conselheiro, que é a ausência de comunicação total entre os conselheiros da RGP 8, os delegados da RGP 6 e os delegados e as comunidades da RGP 8. Eu venho há bastante tempo tentando comunicação aqui, através do Conselho, através do CRIP, que agora virou Prefeitura nos Bairros, mas parece que não tem interesse por parte dos conselheiros de se fazer esses contatos. E lá em 2020 eu conversei na época com a Senhora Gabriele, que eu acredito que era sua secretária junto à Secretaria do Meio Ambiente, que me informou na época, dia 23 de setembro, que teria passado os meus contatos para os conselheiros, que fariam contato comigo. E eu esperava um contato não só comigo, mas que se promovesse o Fórum da RGP 8, mas até o momento seguimos sem nenhum diálogo, porque sequer se sabe quem são essas pessoas. Elas não dialogam com as comunidades, não existe nenhum espaço de troca de informações com relação ao que acontece no Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental, muito menos são colhidas informações aqui com a comunidade para que se leve aí o que são os interesses da população da região. Então, eu reitero ao Senhor Secretário que seja apurada, conforme prevê o Regimento Interno, seja apurada essa falta que é gravíssima, não está tendo a participação popular. O objetivo da função da participação dos conselheiros é exatamente que se tenha essa comunicação entre as comunidades e o conselho, mas isso não está acontecendo. Então, as pessoas que estão participando pela RGP 8 estão falando por si e não pela região. Então, reitero que seja apurado isso, conforme prevê no Regimento Interno, art. 7º, § 3º. Muito obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Michele, pela manifestação, que reiteradamente vem trazendo essas questões. Lembrando que o Conselheiro Dinar é conselheiro eleito, representa a região de planejamento. Então, peço que a senhora leve essas questões para o conselheiro eleito. Regimentalmente, a gente já lhe esclareceu em inúmeras oportunidades a situação. Então, não vou ser repetitivo em trazer as questões já colocadas e respondidas. Na oportunidade de uma nova eleição, quando assim se fizer, a senhora vai ter junto com seu grupo toda a liberdade para propor uma chapa, concorrer e talvez assumir a representação da região de planejamento, no lugar do conselheiro eleito. Enquanto ele estiver democraticamente eleito pela região de planejamento é o responsável por organizar, enfim, e fazer a representação da sua região de planejamento. Nesse sentido, está consignada já nas outras oportunidades que a

senhora trouxe aqui essa questão. Então, a gente compreendeu e já lhe respondeu. Perfeito, Senhores Conselheiros. O Renan não está. Na sequência inscrito o Conselheiro Mark... Ah, temos uma manifestação. Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa noite a todos e todas. Eu gostaria, Secretário, que fosse verificado quais os conselheiros que se reúnem com o seu Fórum. Eu acho que também é uma atribuição do Presidente verificar se está sendo cumprida a função, se há diálogo com o seu Fórum de Delegados, porque eles foram eleitos também com os conselheiros. Não foi só o conselheiro, os delegados também foram eles, a eles devem uma satisfação. Então, eu peço que o senhor verifique isso e oriente, faça um levantamento das regiões que se reúnem com o seu Fórum e debate as questões, porque nós não somos porta-vozes de nós mesmos, nós representamos um coletivo que nos elegeu e nos colocou no Conselho. Então, o mínimo que nós temos que ter é o respeito a quem nos elegeu e conversar com os delegados e delegadas, e com as entidades, porque não são só as pessoas físicas, tem pessoas jurídicas também na região. Então, é fundamental que seja ouvido e haja um diálogo com eles. Nada contra o conselheiro em especial, não é uma questão pessoal. (Sinalização de tempo esgotado). Pode parecer que é uma questão pessoal, para não parecer que é uma questão pessoal, é uma atribuição do Conselheiro fazer um relato e prestar contas a quem o elegeu. E o Fórum de Delegados é o canal competente, porque faz parte de todo um processo de participação cidadã e democrática. Obrigado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Boa noite, Conselheiros. Boa noite, Presidente. Presidente, eu estou observando que é a quarta reunião que se tenta um acesso externo com o Renan da região da Cruzeiro. Então, eu sugiro à Secretaria fazer um contato com o Renan para ver se ele está tendo algum problema técnico e se colocar à disposição de repente para ajudar com que ele consiga entrar na reunião. Pô, são quatro reuniões, não é uma e nem duas, já aconteceu de em uma reunião o convidado externo conseguir entrar e na próxima ele entrou. O Renan está na quarta inscrição e não consegue entrar. E o Renan é um cara, digamos assim, esperto nessa coisa de reuniões. Eu tenho cruzado com ele em alguns lugares, em alguns fóruns, ele é um cara que milita muito nas cooperativas. Então, a gente acaba se encontrando às vezes em Fóruns de cooperativas. Acredito que esteja tendo um problema técnico com o nosso conselho. Então, eu pediria à Secretaria que fizesse o contato com o Renan para auxiliá-lo e ele poder entrar, prestar a sua colaboração, fazer suas colocações, que eu imagino que devem ser muito pertinentes. Era isso, Presidente. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Gomes. Lembrando que sim, a gente acha que, na verdade, a tentativa dele sempre de se inscrever e de participar é após o nosso contato, colocando-se à disposição em auxiliar. Ele sempre se inscreve, mas acho que acaba esquecendo de participar no dia das reuniões, porque, na verdade, a gente tentou inúmeras vezes, enfim. O Conselheiro Rafael Passos tem uma observação para fazer sobre a fala. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Secretário e colegas, boa noite. Sobre a fala da delegada eu queria lembrar aqui o que diz o PDDUA, § 3º do art. 40, e até hoje nunca ocorreu a realização de um Regimento Interno das regiões, de cada região. Então, de fato, se está criado um fórum, se está criado um Fórum de Delegados das regiões, parece que ao contrário do que foi colocado aqui, é dever dos conselheiros organizar o seu fórum, convocar os seus fóruns e definir esses regimentos, estabelecer essas regras do funcionamento dos seus fóruns e a gente não tem visto isso acontecer e aí fica o funcionamento do Conselho, porque o conselho é este pleno dos 28 e mais os fóruns que tem a função de como delegados daqueles que elegeram, tantos

delegados como conselheiros, de trabalhar em conjunto com os conselheiros. Essa é a lógica construída pelo Plano Diretor para o arcabouço de organizar do sistema municipal de cogestão e planejamento deste órgão de congestão da qual nós fazemos parte. Então, ele está funcionando, não funciona a pleno quando os fóruns das regiões não se reúnem e não são convocados pelos conselheiros. Então, isso não é algo assim a se colocar – Olha, participa da próxima eleição e te elege! Não, ela se elegeu delegada e está cobrando, no seu dever de delegada, que o fórum seja organizado. (Sinalização de tempo esgotado). Ou estou equivocado, Presidente? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Naturalmente, os conselhos e as regiões têm discussões políticas, visões das mais diversas. A gente não pode usar este Conselho para resolver as questões internas de eleição, de região de planejamento, que os conselhos têm essa legitimidade, foram eleitos pela comunidade, enfim, organizam o seu Fórum. Agora, nós não podemos ficar aqui tratando das questões internas, políticas das regiões de planejamento. A conselheira tem uma visão, ela não concorda com essa eleição, ela se manifesta em todas as oportunidades que tem a oportunidade de falar. Eu não consigo resolver um problema político da região de planejamento por meio deste Conselho. Nesse sentido, então, avançamos no período de Comunicação. Conselheiro Mark inscrito para fazer o uso da comunicação. Conselheiro Mark, boa noite. **3. COMUNICAÇÕES DA PLENÁRIA. Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Boa noite. Eu quero usar esse período de comunicações para conversar com os conselheiros e conselheiras sobre as participações que eu tive e que me pareceram muito interessantes. No dia 14 de abril eu participei de uma reunião de atualização do inventário de emissões de gases do efeito estufa de Porto Alegre. E nessa reunião foram trazidas importantes informações para todos os conselheiros, para o nosso Conselho sobre o desempenho de Porto Alegre e seria muito importante, se fosse possível, nós trazermos informações específicas deste inventário de emissões para o conhecimento de todos os conselheiros e conselheiras. De fato, é um tema importante e eu me alisto como voluntário, caso o CMDUA tome uma decisão, eu gostaria de acompanhar esse tema em particular. Então, essa reunião foi no dia 14 de abril. Outros conselheiros e conselheiras também tiveram oportunidade, alguns colegas estavam lá também. Eu quero também chamar atenção que participei também da reunião no dia 7 de maio, de um estudo para elaboração do plano de mobilidade do Centro Histórico de Porto Alegre. Também um importante estudo, manifestações e conteúdos relevantes sobre a nossa cidade e, em particular, sobre as questões que dizem respeito ao Plano Diretor e os seus vínculos com a vida e com esses vários aspectos que tem a ver com a vida urbana e que aparecem ali registrados. Também solicitaria que o nosso Conselho recebesse a visita daqueles que têm responsabilidade sobre esse estudo, para que isso fosse compartilhado com os conselheiros e conselheiras. E, por último, só para manifestar, hoje junto com outros colegas participamos de uma reunião da Comissão de Urbanismo Transporte e Habitação da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, que questionava justamente o nosso Conselho. Esteve lá o Presidente Germano falando sobre o Plano Diretor e as nossas colegas Patrícia, Vaneska, que contribuíram com a exposição. Então, é importante e vejo que o nosso Conselho está se envolvendo bastante com a vida da nossa comunidade, da nossa cidade, o que é a sua finalidade principal. Muito obrigado e boa noite. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa noite, Secretário. Também endosso o que o Mark falou nessa questão da participação nesses eventos, é importante porque isso é informação, é conhecimento, é capacitação dos conselheiros. E é importante que isso seja debatido no Conselho, que a gente pudesse debater temas, independente da análise de processos, que é importante no

desenvolvimento urbano da cidade, e econômica, que a gente possa debater assuntos também que são pertinentes à vida de cada um e que impactam principalmente nas regiões. Então, é importante que nós tenhamos essa informação. Eu participei de duas, não pude participar da mobilidade do Centro, porque houve um problema no meu celular, no meu note. Então, não pude participar. Então, seria importante que fosse trazido ao conselho ou fosse oportunizado um contato com o Fórum de Planejamento da Região para informar os delegados e delegadas da região. O segundo aspecto que eu quero focar na minha comunicação é a questão do PNUD. Eu volto a esse assunto porque é importante, ele envolve endividamento da Prefeitura, a busca de dinheiro no BNDES. E o que a gente nota, nenhuma prestação de contas para o Conselho, que é vinculado ao planejamento desta cidade. E a gente soube hoje que foi paga a segunda parcela no valor de 5 milhões e pouco e que não há nenhuma prestação, a gente não sabe o que foi entregue para que seja pago. Então, é importante que a gente possa ter uma discussão mais séria sobre esse assunto. Parece que não basta capacitar os técnicos da Prefeitura em detrimento dos conselheiros. Eu me sinto excluído desse processo e eu sou um conselheiro eleito. Eu não estou aqui eventualmente e não falo só no meu nome, falo nos suplentes também, que seria importante haver uma capacitação para que a gente pudesse aprimorar as nossas discussões, análise de processos, porque poder é conhecimento e quem detém o conhecimento detém o poder e pode fazer o uso para o bem ou para o mal, ou defender interesse de acordo com a ideologia e sua visão política. E dizer que não há ideologia e não há política é balela. Tudo é ideológico e tudo é político, o que não pode ser é partidário, mas isso é outra questão que a gente tem que deixar claro. É isso, Secretário, eu acho importante a gente debater esse assunto, não pode ficar só a cargo da administração, porque as administrações passam e a dívida fica para a cidade, para o cidadão e depois não é verificado se houve improbidade administrativa ou não. E aí é o caso dos fundos, foram alocados ou desapareceram mais de 800 milhões dos fundos e só está retornando a metade, os fundos da cidade que tinham direcionamento, principalmente o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, que é a prioridade da cidade, tanto que foi criada uma Secretaria da Habitação e Regularização Fundiária. E dizer que não tem recurso não é possível. Esse fundo tinha 100 milhões, contabilmente, financeiramente só pode ser usado 3 milhões. Onde foram os outros recursos? Foram para o caixa único? Foi gasto em quê? Então, é importante a gente ter essa visão, os conselheiros, porque nós vamos analisar processos hoje aqui que envolvem regularização fundiária, envolve a comunidade e é importante a gente ter conhecimento de onde está sendo aplicado ou porque não são aplicados os recursos. E alegar que não tem dinheiro é muito fácil, só que esses recursos foram colocados em outras prioridades que não a da cidade. Obrigado, Secretário. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto, pela manifestação. De fato, eu me sinto contemplado na fala do Conselheiro Felisberto, Conselheiro Mark, que o Conselho tem sido muito presente nos temas da cidade, fico bem orgulhoso do nosso nível de maturidade, a importância que o Conselho vem tomando ao longo da nossa gestão, enfim, nossa eu digo dos conselheiros que estão muito maduros. E agora a gente renovando também esse mandato, prorrogando ele por mais um ano, sem dúvida vão ter muitas contribuições aí, cada vez mais vem assumindo um protagonismo na cidade, a transmissão dos projetos. E das reuniões ao vivo no canal do YouTube tem dado uma repercussão também muito positiva, fico muito feliz que a gente tenha cada vez mais conseguido organizar. Naturalmente, temos as nossas dificuldades, os nossos momentos aí de tensão, de entendimentos diferentes, mas ao fim e ao cabo a gente conseguiu evoluir muito, eu vejo uma repercussão muito positiva. Hoje é o Conselho mais forte e mais

atuante na cidade como um todo, melhor estruturado perante todos os outros conselhos, porque de fato tem um alcance, debate, temas importantes. Patrícia, sugiro a gente fazer uma atualização na próxima reunião com relação aos avanços, a discussão com a universidade, enfim, o projeto, a carta acordo, o que foi feito desde o último encontro, a última apresentação, enfim. É importante a gente trazer de vez em quando aqui neste Conselho essa atualização. Embora de fato não tenhamos avançado em nenhum ponto que, necessariamente, a gente tenha que promover a discussão aqui no Conselho, mas eu acho que é importante fazer essa atualização, mesmo das questões internas, aí todo mundo fica nivelado na mesma página e mais tranquilo, né. Perfeito. Então, Senhores Conselheiros, nós temos as atas: **2. VOTAÇÃO: 2.1. ATAS: 2887 E 2888.** Eu consulto se temos objeção ou abstenção à aprovação das atas, por favor, faça no chat para a gente fazer o registro aqui e irmos avançando na nossa pauta. Temos abstenção da Conselheira Tânia, Conselheiro Jackson, Conselheiro Saffer, Conselheiro Emílio, Conselheiro Adroaldo, Conselheiro Felisberto e Conselheiro Wagner, o Conselheiro Mark e Conselheira Claudete se abstém. Em não havendo mais nenhuma abstenção, 9 abstenções, nenhum voto contrário e 14 votos favoráveis. Nesse sentido, **APROVADAS AS ATAS 2887 E 2888**. Senhores Conselheiros, avançamos para: **4. ORDEM DO DIA: ITEM 4.07**. É o que tem o retorno de vista, os outros continuam de diligência, a gente tem cobrado o retorno. Temos este processo que é uma inclusão de gravame de traçado viário. O SENGE fez o relato no dia 04/05, com parecer favorável à aprovação e tivemos a solicitação de vista do Conselheiro Hermes, Emerson, Felisberto, Gomes e Tânia. Eu pediria à Equipe de Planejamento nos relembrar rapidamente do que se trata o processo em pauta, depois a gente disponibiliza a oportunidade do relato de vista, depois colocamos em discussão. Hoje é a Vânia. É o **ITEM 4.07: 19.0.000133260-3**. **Vânia, Equipe de Planejamento – SMAMUS:** Trata-se de um gravame de traçado viário, ajuste de traçado viário e ajuste nos limites de UEU e ajuste nos limites de subunidades. Está localizado na Estrada Cristiano Kraemer, 2021, na Rua Derocy Giacomo da Silva, 499, na Rua 6523, nº 251 e a Rua Santos, 170. O interessado é o município. Esse traçado fica na RGP 6, entre os bairros Vila Nova, Cavalhada, Ipanema e Campo Novo. Então, aqui à direita a gente vê uma imagem de satélite do Google com a demarcação de onde estão essas vias. A justificativa para a minuta de resolução é que as alterações propostas buscam estruturar a malha viária das unidades de estruturação urbana 24 e 26 da Macrozona 5. É um território que passa por grande desenvolvimento urbano, com tramitação de diversos empreendimentos que estão tramitando na CAADHAP, na CAUGE e na CETAPS. Então, é o loteamento da Estrada Cristiano Kraemer, 2021, que está tramitando na CAADHAP, o loteamento da Rua Derocy Giacomo da Silva, 499, que tramita na CAUGE, o loteamento para a Rua 6523, nº 255, na CAADHAP, e a regularização fundiária do Loteamento Santos, na Rua Santo, 170, na CETAPS. Então, conforme os pareceres da CAUGE, de emissão de diretrizes e reconsideração de diretrizes, de aprovação de EVU para o desenvolvimento do empreendimento do loteamento da Rua Derocy Giacomo da Silva, 499, se fez necessário detalhamento dos limites, com consequente redução da área de parque natural. E também o ajuste no gabarito do Beco do Paladino de 30 para 20 metros, que se faz necessário pelo fato de atingir a área densamente ocupada. Dessa forma, para efetivar o alargamento seria necessário que o município desapropriasse grande número de imóveis. Além disso, a via tem caráter de via coletora e tem como função receber e distribuir os tráfegos entre as vias locais e arteriais. Então, o gabarito de 20 metros seria mais adequado para a função, conforme o anexo mostra o Plano Diretor. Os outros ajustes de traçado viário, dos limites das UEUs e das subunidades são consequências das alterações propostas. Essa resolução foi originada no processo SEI que está em tela e dos UEUs, ali estão os números

dos expedientes únicos de cada processo que está tramitando dentro das comissões. Então, aqui a gente tem um mapa da situação atual na esquerda e o mapa 02 com as propostas que estão sendo feitas, os gravames das vias em vermelho. E o parecer da procuradoria que trata da minuta de resolução, eles citam as justificativas já mencionadas e também fala que o loteamento da Rua Derocy Giacomo da Silva, 499, é necessário o detalhamento dos limites. Aqui também eu já tinha mencionado a mesma justificativa. E segundo o parecer da Procuradoria a minuta está de acordo com as aprovações que tramitam nesse SEI e de acordo também com os expedientes únicos, não vislumbra óbice legal ao encaminhamento da Minuta de Resolução 10865058 e encaminha para o CMDUA. Obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Vânia, por nos relembrar do que se trata o tema. Avançando, então. A gente não tem hoje presente o Conselheiro Emerson, que tinha solicitado vista. O Conselheiro Hermes também? A Karla, do SAERGS, consulto se a Karla vai fazer relato de vista desse processo? **Karla Fabrício Moroso dos Santos (1ª Suplente), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Não, não vou fazer. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem. Obrigado, Karla. Consulto, então, o Conselheiro Felisberto, para relato de vista. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, não tinha alguém antes de mim? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Não. Emerson, Hermes, Felisberto, Gomes e Tânia. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Não sei se é um parecer de vista, Secretário, mas algumas preocupações com esse processo, tendo em vista que não deu para ir verificar *in loco*. Nesse processo para que mais me chamou atenção foi a questão de parque natural. Então, há uma diminuição do parque, eu não analisei com maior profundidade... O Emerson está na reunião, Secretário. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Sim, entrou o Emerson agora, a gente identificou aqui. Consulto, Emerson, se vai fazer relato de vista? **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Na verdade, nós fizemos um parecer conjunto, o OP e a RGP 6. Até porque a demanda está inserida da RGP 6. O Gomes vai fazer a apresentação. Nós fizemos uma visita hoje à tarde no local. Toda essa demanda, esse número de diretrizes aí é importante para a região, para o crescimento da região. E entendemos que a RGP 6 vai ser bem atendida com essas diretrizes, mas o Felisberto pode continuar o parecer dele. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Não sei, acho que o Conselheiro Felisberto terminou, era só a observação. Não? **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Não, não terminei ainda. Secretário, então, não pude ir *in loco* ver, mas eu tenho a vaga ideia dessa região, até porque morei na Cristiano Kraemer, ali perto, e fui advogado muitos anos de uma cooperativa na Rio Grande. Então, é uma região que eu conheço bem, mas não estive in loco, porque faz anos, praticamente uns 2 anos que não vou ali. Então, eu não tenho a dimensão do crescimento que houve nesses últimos 2 anos. Então, primeiro é essa questão do impacto no parque natural, o que vai sobrar, o que é necessário para regularizar as comunidades, e são várias comunidades. Eu não tive acesso aos processos, então, eu pediria mais uma semana para que eu pudesse analisar os processos dos loteamentos e da regularização fundiária para que a gente pudesse ter um apanhado mais concreto e mais detalhado do que está sendo pedido. Eu acho importante, porque envolve

a comunidade da Rua Santos, que é uma regularização fundiária, tanto pedido por este conselheiro neste Conselho. Então, pediria mais uma semana para que a gente pudesse analisar mais. Eu vou esperar o que o Conselheiro da região, o Gomes, e eu sempre respeito, desde que seja ouvida a comunidade, a decisão da região. Era isso, Secretário. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. Vamos, então, ouvir o Conselheiro Gomes, o Conselheiro da região, para o seu relato de vista. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Boa noite, Conselheiros. Na verdade, eu fiz duas visitas, fiz uma hoje com o Emerson e visitamos também algumas lideranças pontuais lá, para a gente poder conversar, ter algum diálogo com a comunidade, especialmente a gente foi na regularização fundiária e circulamos por toda a região. O que acontece? Esse apanhado de ajustes no traçado viário e o consequente ajuste dos limites das unidades estruturadoras urbanas, que atinge ali a Macrozona 05, fazendo o reajuste também nos limites das subunidades, na verdade, ele faz uma intervenção de integração daquela região, que é bastante ampla, ajustando o traçado existente respeitando as ocupações que ao longo do tempo vieram. Tanto que se ler os documentos que foram anexados para nós, percebe que se reduz os gabaritos no geral para poder, digamos, atender imediatamente já a legalidade daquelas diretrizes propostas, ou alongadas, ou as que são estendidas para integrar outras ruas que ali existem. É uma zona muito bonita, interesse para se dizer, é uma zona bastante grande. E o projeto é uma intervenção urbana, digamos assim, como se espera do poder público de propor para nós aqui, não apenas fazer um ajuste de uma rua ou outra rua que vá contemplar um empreendimento, que é absolutamente normal, e a gente faz isso todo dia, mas é quando se pega uma área maior que faz essa proposta integrando, respeitando, digamos, as comunidades, como as coisas, os traçados que vão sendo propostos ao longo do tempo, que não é necessariamente aquele retrato que está lá no Plano Diretor, é um projeto superimportante para aquela região. Todas as pessoas que nós conversamos são favoráveis. Por exemplo, a regularização fundiária que tem ali na Rua Santos é superimportante fazer essas integrações, que ela se integra de duas maneiras, a Rio Grande e depois, no outro lado à direita. A Rua santos faz a conexão na Ernesto Zaumer e bem próximo ao entrocamento da Rio Grande, que o Felisberto falou sobre ela, e a proximidade dela também que vai ligar com a Beco Paladino. Bom, o relato é o seguinte: Resolução de inclusão de gravame de traçado viário, ajuste de traçado viário, ajuste dos limites das unidades geradoras urbanas 24 e 26 da Macrozona 5, e ajuste nos limites de subunidades. Em 9 de janeiro de 2020 a Coordenação de Desenvolvimento Urbano – SMDE solicita a SMAMS definição de alinhamento predial para proposta de estruturação viária da Unidade Estruturadora Urbana 26, da Macrozona 5, demonstrando o Anexo 924953, onde estão localizados diversos empreendimentos que estão a tramitar. A saber, um loteamento na Cristiano Kraemer, um loteamento na Derocy Giacomo, um loteamento na Rua 6523, a regularização fundiária do Loteamento Santos na Rua Santos. Esses projetos, esses empreendimentos eu acredito que todos eles, inclusive, a regularização fundiária, provavelmente, por ajuste que possa ter lá dentro, vão voltar para o Conselho, mas voltam experientes, voltam os empreendimentos em si. A nossa atuação agora é sobre o todo, sobre o conjunto, é organizado o espaço urbano nessa área, até para receber esses empreendimentos e outros empreendimentos que poderão vir por aí. Fizemos uma situação semelhante na Monte Cristo, eu acredito que há uns 2 anos, que foi superinteressante, a resolver um problema gerado por um empreendimento o pessoal da Prefeitura sugeriu uma intervenção que pegou toda uma área ali e resolveu toda aquela área, integrou-se ao mapa da cidade toda uma área que fica pronta, esperando se alguém

vai empreender e tal. Não tem, digamos, esse ônus de tempo e tal de ter que fazer reajustes e tal. Quanto à questão de reassentamento que eu leio, que o Felisberto fez uma colocaçãozinha, eu ia comentar aqui mais adiante, um dos méritos desse projeto é que ele respeita, digamos assim, a ocupação que aconteceu durante esse período e reduz quando pede para reduzir os gabaritos de rua, exatamente para não ter que estar retirando moradores, que por circunstâncias estariam no leito de uma rua, por exemplo, de 27m, 25m, se baixar para 17 já não estão mais. Então, essa cultura que a gente está trabalhando muito dentro do Conselho aqui parece que está pegando esse conceito, está sendo aceito dentro da equipe técnica da Prefeitura. E a gente percebe que a maneira de passar a régua passa a ser um pouco diferente. Tem mais respeito, quando possível, à manutenção dessas pessoas nos seus locais onde vivem, onde trabalham, onde moram. Continuando, foram feitos vários ajustes dentro da Prefeitura em vários momentos na análise do processo. Em 11 de fevereiro de 2020 a Equipe de Alinhamento Predial da SMAMS encaminhou uma série de observações que vem nesse sentido, colocando em cada uma dessas ruas, dessas diretrizes, essas observações para que se reduzisse ou até mudasse o traçado, para evitar maior influência ou agressão sobre o meio natural e também o conflito sobre moradores. Toda vez que tu vais estabelecer uma diretriz que vai passar por terrenos ocupados, independente da legalidade, mas se são terrenos legais e tu passaste a diretriz para cima deles, tu geras uma indenização e tu geras uma dificuldade. Então, se tu consegues fazer a acomodação muito melhor e é disso que está recheado esse processo aqui pelas várias internações. Proposições de minutas foram alteradas várias vezes, o Fernando colocou isso no relato dele, até que se chegou ao que nós temos aqui. Então, finalizando, em 12 de março de 2021 o processo foi enviado ao CMDUA, em 15 de março é distribuído ao relatório, o SENGE, que é pautado para relato em 4 de maio, que foi relatado. O relator concorda com a relação proposta. O relator concordou com a resolução proposta. Trata-se de uma série de ajustes visando adequar o PDDUA à realidade local da Macrozona 5 quanto a gabaritos, a limites de unidades estruturadoras urbanas e subunidades, Tendo em vista as diversas propostas de intervenções urbanísticas e regularização fundiária nesse território. Importante salientar que as alterações aqui propostas pautaram-se quando trata-se gabarito de ruas pela mesma intenção de unidades habitacionais no traçado original, dessa maneira preservando os moradores. E na questão das subunidades buscando preservar o máximo do ambiente natural. Esse tipo de abordagem pela equipe técnica da Prefeitura revela uma constante preocupação de adequar o desenho urbano à necessidade concreta, seja do empreendedor, seja do morador. E a deliberação de análise de uma área considerável de território, onde diversas proposições estão ocorrendo, revela uma visão macro do território, prevalecendo a visão urbanística sobre o interesse pontual de um único empreendimento ou um por vez, como percebemos em diversas situações que se passaram por este Conselho. Também nos diz esse comportamento técnico que o PDDUA tem que prever e valorizar essa dinâmica da autocrítica urbanística a qualquer momento, quando é contatada a falência ou o desgaste do sistema existente. Nas datas de 8 e 11 de maio visitamos o local, conversamos com moradores, em especial visita à comunidade do Loteamento Santos, que está em processo de regularização fundiária e é beneficiária das alterações propostas, conforme item 8 da minuta aqui em análise. De acordo com o relator o voto deste Conselho é para aprovar a presente resolução. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Gomes, Conselheiro da região, pelo relato, bem completo. É um relato conjunto com o Orçamento Participativo. Eu consulto a Conselheira Tânia se vai fazer o relato de vista? **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:**

Secretário, eu não tive tempo de fazer o meu parecer. Eu vou aguardar se for estendido o prazo, apedido do Conselheiro Felisberto, eu vou fazer o meu relato, mas pelo que eu vi ali fiquei bem feliz, conforme o Gomes falou, desse novo traçado visando as comunidades, porque deu para perceber ali as alterações que foram feitas que são bem relevantes, bem interessantes, mas eu gostaria de me aprofundar um pouquinho. Se for dado o prazo eu faço para a próxima reunião. Muito obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Tânia. O Conselheiro da região fez o relato, a gente não tem essa previsão da extensão do relato de vista, porque se a gente abrir esse precedente depois vamos ter que abrir para todas as situações. A gente tem a votação, a gente posterga o relato, aí sim, que de fato o conselheiro tem essa obrigação de fazer o relato, mas na vista a gente não tem essa previsão. Então, se a gente abrir, na verdade, vai virar regra para todas as situações. Então, acho que o Conselheiro Gomes prestou os devidos esclarecimentos. O Conselheiro Felisberto tem uma Questão de Ordem. E a gente tem condição de colocar em discussão e deliberação, acho que está bem maduro. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu tenho um minuto, né, Secretário, é isso? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Sim. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu fiquei muito contente com a explanação, o relato do Gomes, a importância que teve a visita na comunidade e é meritória essa análise de toda a região. E é uma região muito adensada. Então, é necessário ter uma visão macro e não só de uma comunidade, como incorporar e viabilizar, porque ali é uma região que tem novos empreendimentos. O Minha Casa Minha Vida teve dois, se não me falha a memória, e agora ali perto, na Jorge Pereira Nunes tem um novo empreendimento também do Minha Casa Minha Vida. Então, é uma região que tem um pensamento, e a Cristiano Kraemer é uma rua que é importante na circulação da Vila Nova e da Zona Sul em relação à Aberta dos Morros. Então, é importante e o meu voto vai ser favorável, Secretário. A única coisa que me pareceu é a questão da APP ou da APAN, a área de preservação do ambiente natural, isso não ficou bem esclarecido aí, mas diante do relato e a concordância da comunidade o meu voto será favorável. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. A gente já inscreveu o Conselheiro Felisberto comoo primeiro do debate, enfim. Então, eu consulto se mais algum conselheiro gostaria de se inscrever para debater o tema? Já inscrevo o Conselheiro Relator. Mais algum conselheiro para debater? Temos o Conselheiro Emerson para debater. Mais algum conselheiro? Não havendo mais inscritos para debater, encerro a inscrição do debate e abro a palavra ao Conselheiro Emerson. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Boa noite, Conselheiros. A regularização na Rua Santos é um REURB. Então, já está tramitando na SETARF, já tem um acompanhamento. É importante a conexão também de algumas vias arteriais daquele local, que é a Cristiano Kraemer, que é uma via superimportante para a região. A própria Monte Cristo e também fazer a ligação com a Juca Batista, Estrada Campo Novo. Então, vai fazer essas conexões, que vai ser um alívio para aquela região, porque ela tem um baixo índice de vascularidade, de circulação. Se nós pegarmos até o final, aquela que vai dar acesso ao empreendimento da Bolognesi, a Derocy Giacomo da Silva, que é a continuação da Atílio Superti, chega lá no fundo terminou, não tem acesso mais, é só á esquerda para dar em direção a Cristiano Kraemer e fica limitado, aquele pessoal ali da vascularidade de circulação. A Rio Grande também atende bem aquele espaço. E essas novas diretrizes que vão estão sendo abordadas e

apontadas aqui nesse processo de resolução vão ajudar em muito com essa circulação, só de não precisar fazer a volta pela Juca Batista para chegar na Cristiano Kraemer, quem está na Juca Batista, né. Então, já é um grande ponto de avanço para a cidade. E parabéns para a Equipe de Planejamento que apontou essas diretrizes, com certeza vai ajudar muito essas comunidades e esses novos empreendimentos. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Emerson, inscrito para debater. Então, temos o Conselheiro Fernando, o Relator. **Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Boa noite a todos. Na realidade, como considerações finais eu gostaria de corroborar o discurso, a narrativa do Conselheiro Gomes, do Conselheiro Felisberto, que o mais importante nesse processo foi uma análise sistêmica do todo e com isso colabora com todas as vias, com todos os fluxos que são necessários em uma região que carece desse tipo de planejamento. Então, de certa forma, eu também repriso a fala de parabenizar o planejamento por um processo tão amplo com relação a essa análise do planejamento urbano. Era isso. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Fernando, pela contribuição. Então, encerrado o período de debate, a gente abre o período de votação para deliberar acerca da manifestação do parecer favorável do Conselheiro Fernando, que apresenta o SENGE, do processo pautado nº 4.07 da nossa pauta. Então, inauguro a nossa pauta consultando a representante do DEMHAB, Conselheiro Dra. Cristiane Catarina, como vota? **VOTAÇÃO: Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** De acordo. **Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Favorável. **Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN:** Favorável. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Favorável e agradeço. Vou passar á equipe os elogios. **Patrick Silva (2º Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Favorável. **Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM:** (Sem áudio). **Gustavo Garcia Brock (Titular), Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV:** Favorável. **Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Favorável. **Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Favorável. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Abstenção. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Favorável. **Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Favorável. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Abstenção. **Karla Fabrício Moroso dos Santos (1ª Suplente), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Abstenção. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Abstenção. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Favorável. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Favorável. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Boa noite. Diante do relato do Conselheiro Fernando, com o endosso do colega Chico eu sou favorável. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Secretário, quando o trabalho técnico e a visão humanista se encontram todos ganham com isso. Sou favorável. **Wagner Pereira dos Santos (1o Suplente), Região de Gestão de**

Planejamento Quatro – RGP. 5: Favorável. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Favorável – Relato de vista. **Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** Favorável. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Favorável – Relato de vista. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Vamos fazer a contagem de votos: temos 18 votos favoráveis, 05 abstenções e nenhum voto contrário. **APROVADO O RELATO FAVORÁVEL DO RELATOR**. Passamos ao **ITEM 4.08: EXPEDIENTE 20.0.00009880-0**, este o relator é a RGP 7, mas não está presente, fica para a **PRÓXIMA REUNIÃO** o relato da Conselheira Maristela. Passamos ao **ITEM 4.09: EXPEDIENTE 19.0.000137328-8, MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE**. Também é um gravame de traçado viário. Secretário de Governo fez o relato, com parecer favorável, foi juntado em 23 de março. Tivemos solicitação de vista da Conselheira Maristela e do Conselheiro Felisberto. Temos uma Questão de Ordem e aí peço para a Equipe do Planejamento apresentar para nós e relembrar do que se trata. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Só para registrar, Presidente e demais colegas, a respeito do processo anterior, que trata-se da minha região, eu já estive visitando lá e combinei com a colega Maristela também, já para a próxima reunião dela apresentar o voto dela eu já apresentar o meu voto de vista que ia pedir na sessão de hoje. Só para que fique registrado em ata. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** De qual processo em pauta? **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Do 4.08, que é da minha região, presidente. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Ótimo. Está bem. Então, eu peço para a Equipe de Planejamento só nos relembrar do que se trata o item 4.09 e depois eu consulto o Conselheiro Felisberto se vai fazer relato de vista e a gente coloca o processo em discussão. **Vânia, Equipe de Planejamento – SMAMUS:** É o Processo 19.0.000137328-8. É sobre o gravame de traçado viário na Macrozona 10, UEU 4, o interessado é o Município. Fica na RGP 7. Aqui a gente tem a imagem de satélite do Google. A justificativa é que a presente demanda originou-se no Expediente Único nº 002.339986-009, etapa de aprovação de condomínio a qual foi remetida a IGD/CDU/SMDE para análise de necessidade de traçado viário. E por se tratar de um terreno com área superior a 3.000 m². A partir da análise solicitada foi efetuado um estudo do entorno imediato, visto que nessa região ainda impera a falta de permeabilidade e de conexões viárias, o que prejudica o fluxo de pedestres e veículos, sobrecarrega as vias principais e diminui a acessibilidade no meio do bairro. O resultado desse estudo gerou a presente proposta de estruturação. Então, aqui a gente tem as imagens do mapa da minuta 01, como é a situação hoje, e a 02 como ficou o traçado. O traçado é entre as vias Deputado Adão Preto e a João de Oliveira Remião. Então, são os traçados da Rua São Paulo, prolongamento da Rua Arco Íris e prolongamento da Rua Porto Rico, Rua São Benedito, Rua Conde de Bom Fim, Rua do Vale, Diretriz 10.024 e Rua Arroio Taquara. Parecer da Procuradoria fala que trata-se de minuta de resolução do CMDUA para instituir gravame de traçado viário da Macrozona 10, UEU 4, no Bairro Lomba do Pinheiro. Então, aqui a justificativa já tinha sido falada, sendo assim não vislumbra óbice jurídico à Minuta 99556519 e o seu encaminhamento ao CMDUA. Obrigada! **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Vânia, por nos trazer o assunto novamente aqui para todos relembrarem. Consulto o Conselheiro

Felisberto que solicitou relato de vista. Pretende fazer? **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, eu estava esperando o relato da Maristela, porque envolve a RGP 7,eu primo sempre em ouvir a Conselheira e a minha ideia era fazer uma visita na região para entende rum pouco melhor o que está sendo proposto. Não foi possível e hoje a Maristela não está. Então, eu me sinto prejudicado em fazer algum relato mais detalhado. Então, eu vou me abster se tiver votação. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. Eu consulto se temos inscritos para debater o presente expediente. Lembrando que a gente teve parecer favorável em 04/05 do Conselheiro representando a Secretaria de Governo, parecer favorável. Temos algum conselheiro inscrito para debater o tema? Em não havendo inscritos para debater o tema a gente avança na votação. Inauguro a votação consultando a Conselheira representante do DEMHAB, Conselheira Dra. Cristiane Catarina, vota favorável ou contrária ao parecer favorável do relator? **VOTAÇÃO: Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** De acordo. **Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Favorável. **Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN:** Favorável. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Favorável. **Patrick Silva (2º Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Favorável. **Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM:** Favorável. **Gustavo Garcia Brock (Titular), Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV:** Favorável – RELATOR. **Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Favorável. **Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Abstenção. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Abstenção. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Favorável. **Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Favorável. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Abstenção. **Karla Fabrício Moroso dos Santos (1ª Suplente), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Abstenção. **Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Favorável. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Abstenção. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Abstenção. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Abstenção. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Abstenção. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Secretário, tendo em vista que esse traçado passa em ima de um monte de residências, para onde vão todas as pessoas deslocadas dali? Eu acho que deveria dentro desse processo todo ter um parecer para onde vai, quem é o responsável por essas famílias. Eu sou totalmente contra. **Wagner Pereira dos Santos (1o Suplente), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Contra. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Relembrando que diretriz não tira ninguém de lugar nenhum, sou favorável. **Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** Favorável. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e**

Ambiental – OP-HOCDUA: Favorável. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Nós temos 14 votos favoráveis, 08 abstenções e 02 votos contrários. **APROVADO O RELATO FAVORÁVEL DO RELATOR**. Passamos ao **ITEM 4.10.** O relato é do conselheiro Dal Molin, que tinha pedido prorrogação para relatar nesta reunião, mas também não está presente. Nesse sentido a gente aguarda o retorno do Conselheiro na **PRÓXIMA REUNIÃO** o processo volta em pauta para que seja feita a discussão. A gente avança para o ITEM 4.11, é do Município de Porto Alegre, também é um ajuste de traçado viário. O relato foi da RGP 8, relato feito pelo Conselheiro Gomes, relato conjunto lido pelo Conselheiro Gomes. O processo foi distribuído em 15/04, o prazo para relatório foi em 27/04, com parecer favorável da região e do Conselheiro Gomes. Nós tivemos solicitação de vista da Conselheira Maristela, Felisberto, Mark, Claudete e Wagner. Consulto o Conselheiro Felisberto se consegue fazer o relato de vista, Conselheiro? **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretaria, eu gostaria de ouvir o Wagner, que é da região. eu gostaria de ouvir primeiro o relato dele, depois eu me manifesto. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem. Então, vamos oportunizar ao Conselheiro Wagner para inaugurar o relato de vista. **Wagner Pereira dos Santos (1o Suplente), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Boa noite a todos e a todas mais uma vez. Como eu falei, estou aprendendo e como se trata da Região 5 a gente está aí para lutar. Então, tenho acompanhado muito o Seu Felisberto, ele vai se manifestar depois da minha fala. Eu peço ajuda a eles que têm mais experiência. Eu estou até trabalhando, mas estou acompanhando a reunião, quem puder, a Tânia, o pessoal aí se manifestar, estamos juntos. Vou pedir ajuda para o Seu Felisberto. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Eu vou pedir para a Equipe do Planejamento, acabei passando direto aos relatos de vista, claro, é muito recente o processo, mas vamos pedir para a Equipe do Planejamento nos relembrar, retomar o assunto e a gente vai para os relatos de vista. Acabei passando direto, de repente fica mais claro. **Vânia, Equipe do Planejamento – SMAMUS:** Então, é o **Processo nº 20.0.000028476-0**. Trata-se de um ajuste de traçado viário na Rua Tamandaré, no trecho entre a Av. Wenceslau Escobar e a Rua Cel. Aristides. O interessado é o Município. Fica na RGP 5, no Bairro Cristal. Aqui a gente tem uma vista área pelo Google da localização do traçado. A justificativa: a presente proposta teve origem no SEI que está em pauta, onde foi requerido o ajuste de traçado viário no trecho projetado da Rua Tamandaré. A requerente argumenta que o referido traçado incide em diversos lotes, muitos com edificações existentes. Como sugestão ela apresentar uma proposta de deslocamento no traçado no sentido norte, de maneira que esse passe a incidir majoritariamente sobre o terreno sem edificações. A Equipe IGD/SMDU procedeu pesquisa junto ao EPO/SMIM, onde foi verificado não haver projeto geométrico aprovado para o trecho em questão. Já na pesquisa de origem foi constatado que o traçado originou-se na extensão do, então, PDDU. O qual objetivou estabelecer conexões no nível macro. Em consulta a EPTC quanto a possíveis impactos no ajuste de traçados na circulação, a mesma manifestou-se através da CEPAIC, onde afirmou que não se opõe à alteração proposta. Portanto, considerando as informações citadas, considera-se que a alteração do traçado diminuiria as áreas edificadas atingidas, o que tem relação direta nos custo das desapropriações, considerando que alteração solicitada não impacta nas conexões urbanas e viárias existentes ou projetadas no entorno. Por isso que e trata apenas de ajuste e não de eliminação ou inclusão do traçado viário. A IGD deferiu o pedido da requerente e elaborou a minuta para ser apreciada pelo Conselho. Aqui a proposta de

alteração do traçado, aqui como está hoje e aqui como ficaria com a diminuição do traçado. O parecer da Procuradoria, foi apresentada a justificativa de que o fato do traçado incide em diversos lotes muitos de edificações existentes, então, foi sugerido o deslocamento do traçado no sentido norte, de maneira que passe a incidir majoritariamente sobre terrenos sem edificações. A CTV/SMIM informou que não há projeto geométrico, que já havia sido citado. A CEIPAC se manifestou de acordo. Assim, considerando que houve concordância da área técnica a Procuradoria não vislumbra óbice jurídico à Minuta nº 11090007 e encaminha ao CMDUA. Obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Vânia, pela apresentação, em nos relembrar o tema. Nós temos duas Questões de Ordem. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Pois bem, Secretário, eu já havia colocado ali no chat, mas parece que o Secretário às vezes tem dificuldade em visualizar as nossas solicitações. A ACESSO fez pedido de vista e requer prorrogação de prazo para manifestação, que é um direito, na verdade, que incumbe a todo conselheiro. Eu não entendo essa nova interpretação que o Secretário está dando hoje de que não cabe prorrogação de vista. Olha, o Secretário agora vai decidir quando e como a gente tem que formar a nossa opinião, o nosso convencimento e a nossa fundamentação. Não me parece viável. Então, eu insisto na prorrogação de prazo. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem. Obrigado, Conselheira Claudete. Sempre tentando tencionar o ambiente do Conselho. E é por óbvio que nunca existiu essa possibilidade da prorrogação de vista. O relato de vista, na verdade, sempre foi dentro do período ali de uma semana, mas a Conselheira desconsidera e sempre tenta trazer para confundir um pouco todas as questões. É importante lembrar que o processo foi distribuído em 15/04, a gente prorroga quando o relator solicita, temos a possibilidade de prorrogação, tanto que prorrogaram bastante o relato de vista, são inúmeros relatores às vezes que solicitam. Se a gente for ficar dando essa possibilidade de se prorrogar o relato de vista. O processo está distribuído, ele é online, todo digital, todo mundo muito acessa de forma paralela. Lá, antigamente, a gente tinha essa coisa sequencial, onde a gente tinha que esperar para poder acessar, para poder analisar, enfim, mas agora ele está digital e não há dúvida em relação a isso. Depois o Conselheiro Gomes tem uma Questão de Ordem. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Presidente, eu acho que tem uma situação que precisa ser esclarecida. Relato de vista é escrito, comentários sobre relatos é comentários sobre relatos, mas tem uma diferença enorme entre o relato de vista, quem vai fazer deve estar com ele escrito, depois que faz passa para a Secretária Executiva. E alguns conselheiros estão confundindo, se escreve como pedindo vista e não apresentam um relato, ficam esperando para fazer um comentário sobre alguém que vai fazer o comentário ou vai fazer o relato de vista. Eu queria que fosse esclarecido isso, porque a gente tem algumas situações, por exemplo, assim, é compreensível que o Wagner não consiga fazer um relato ainda, porque ele está iniciando no processo. E como colaboração eu diria para o Wagner para um próximo pede, e está previsto no nosso regulamento, o apoio para que alguém faça contigo ou até faça junto contigo, conduza e até relate por ti, como eu relatei esse processo pelo Conselheiro da Região 8. E nós deixamos claro e límpido de que pode, tanto que votamos neste colegiado e assim foi feito. Eu insisto para que se tome, que se olhe, que se foque nessa questão. Os conselheiros se inscrevem, relatam, vão fazer relato de vista, relato de vista, relato de vista, chega na hora não – Ah, eu vou esperar o conselheiro da região falar para ver o que ele fala. Ou seja, a pessoa não fez relato de vista, vai fazer um comentário, então. E que seja honesto, não tem problema nenhum quanto a isso, diz – eu vou fazer um

comentário, eu não vou fazer relato de vista, vou fazer um comentário, vou fazer vista depois que o conselheiro da região se manifestar. Perfeito, não há mal nenhum nisso, mas não é relato de vista, é comentário sobre o relato do território, do Conselheiro do território ou coisa parecida. Eu acho importante fazer esse esclarecimento, porque eu tenho uma responsabilidade muito grande com os processos que eu pego e se eu faço o relato eu digo na hora que não fiz o relato. Tem "n" motivos para não fazer um relato de vista, a gente tem muitos, é o trabalho, é a quantidade de compromissos que a gente tem e tal, isso acontece com todo mundo. Agora, ficar – vou fazer o relato depois que ouvir o conselheiro da região; não, eu vou comentar sobre esse processo porque eu não fiz o relato de vista depois que eu ouvir o relato do conselheiro da região. Gostaria muito que isso fosse considerado e coloco os meus comentários sobre a sua observação, Presidente. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem. Obrigado, Conselheiro Gomes. Enquanto o senhor falava eu puxei aqui o regimento interno, de fato, o art. 14, § 2º, a resolução de procedimentos que regulamentou, enfim, os procedimentos do Regimento Interno, prevê que antes da manifestação disciplinada no § 1º, que é o que trata do retorno da vista, deste artigo, o Conselheiro ou a entidade que retirou o expediente para vista ou solicitou, deverá entregar por escrito o relato de vista, o qual integrará o processo. Então, realmente, regimentalmente tem essa previsão aqui, § 2º, art. 14, da resolução que prevê essa necessidade da apresentação da manifestação prévia, a manifestação por escrito, deverá entregar por escrito o relato. A gente acaba que não solicitando ou pedindo para os conselheiros apresentarem posteriormente na prática aqui, mas raros os casos que o pessoal entrega. Então, realmente, importante a gente observar essa norma em atendimento àquilo que foi aprovado pela maioria dos conselheiros no sentido de vir o relato por escrito. Temos uma Questão de Ordem da Conselheira Tânia. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Secretário, eu gostaria de fazer essa Questão de Ordem realmente falando sobre esse assunto do art. 14, § 2º, que para senhor acabou de ler, que fala sobre o processo de vista. O conselheiro da região, como o senhor citou, deveria fazer o relato de vista por escrito, mandar para a Secretária e depois fazer o relato. Isso o senhor acabou de citar uma norma do artigo, isso não está acontecendo, né. Não está acontecendo e não aconteceu na reunião passada e não vem acontecendo, porque o Conselheiro Gomes também falou que o Conselheiro Wagner, é a primeira vez, mas ele deve se instruir com outra pessoa para que ele faça. Não é o caso do Conselheiro da RGP 8, que já é a segunda vez, depois de 2 anos que o Conselheiro Gomes faz por ele e fala para ele. Então, assim, para uns serve, para outros não serve? Então, realmente, eu sei que está dentro das normas, das normativas, que tem que fazer, isso já é claro, mas o senhor acabou de falar justamente sobre um assunto que a gente havia tratado, sobre o que está na lei e está na lei que o conselheiro da região tem que fazer o seu relato escrito e enviar para a Secretária e depois fazê-lo no Conselho. Isso não está acontecendo. Então, está fora das normas. Só isso, Secretário. Obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Tânia. Importante esclarecer, Conselheira, que o ponto tratado na reunião passada justamente tem a previsão expressa com a possibilidade de fazer o relato conjunto. No entanto, com a previsão expressa, havendo dúvidas que poderia se ter de interpretação, a gente submeteu a este plenário e deliberou naquele entendimento que este Presidente fez. É o caso da situação trazida hoje, que tem a previsão expressa ali, relato por escrito deverá ser feito previamente. Não tem uma margem de dúvida ou interpretação com essa necessidade, a gente concorda, enfim, com essa interpretação que eu realmente comentei, que não vem sendo aplicado, a gente

tem deixado de fato para que todos usem o período do relato de vista para mais uma oportunidade de fala, além daquelas previstas regimentalmente, que é o próprio relato, depois a discussão do processo. Então, em vários momentos houve oportunidades para debater e a gente não tem praticado, aí o Conselheiro me chama atenção, eu observei aqui na previsão regimental e estou externando para que todos compreendam, senhores e senhoras, que todos compreendam essa previsão e a gente se esforce para atender tudo que prevê que o regimento. Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, a minha Questão de Ordem é esclarecer que o regimento está *sub judice*, está no Ministério Público para avaliar e para a gente ter uma conversa sobre o regimento interno. Então, o regimento cerceia a atividade do conselheiro, isso é uma questão que muitos dos conselheiros vêm levantando. A questão do cerceamento de participação, tendo em vista de que o senhor controla a fala, controla o tempo e nós muitas vezes não temos oportunidade do debate sobre o processo. Então, a gente solicita vista, que é do conselheiro fazer vista e esperar o parecer do conselheiro da região sim, porque como nós somos conselheiros de regiões nós respeitamos a visão e a discussão nos fóruns e nas comunidades envolvidas. Então, não se trata de uma questão de não fazer o parecer ou não fazer, se precisar por escrito eu mando amanhã o parecer. Não tem problema nenhum, eu sei ler, escrever e fundamentar o que eu escrevo, e não depender de ninguém para me dar pitaco, sugerir o que devo escrever. Eu não preciso que ninguém escreva por mim, certo? E quando a gente faz um parecer conjunto eu assino o parecer conjunto. Então, a gente tem que ter a dimensão do seu papel. Nós somos conselheiros e quando a gente pede vista é para analisar com acuidade o processo e muitas vezes a gente não tem condições de ir no local. Então, a gente fica na dependência do conselheiro da região. Então, é por isso. Agora, eu dou o parecer e tenho o prazo para dar o parecer de vista. é isso. Obrigado, Secretário. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. Conselheiro Emerson, Questão de Ordem. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Bem, a todos do Conselho, eu não vou entrar nos pormenores do regimento, até porque foi aprovado por esse Conselho, independente de qual instância ele vai ser discutido ou vai ser debatido, não vou entrar nesses pormenores, porque foi aprovado por este Conselho, pela maioria, pela democracia deste Conselho. Entendo, Secretário, que pelo o Conselheiro da RGP 5 não ter o conhecimento preciso do funcionamento deste Conselho, no meu entendimento não seria problema dar mais uma semana para ele fazer uma análise do processo e até chegar com uma proposta de relato na próxima reunião, até porque a gente sempre respeitou a manifestação dos conselheiros regionais. Então, não vejo esse problema também, mas aí fica a critério do Conselho em concordaram ou não. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Emerson. O Conselheiro Rafael Passos bem coloca ali (chat), de fato, não é obrigação, pode se solicitar o relato de vista em uma reunião e depois, quando chegar e a gente consultar, não há a obrigação de fazer, necessariamente, o relato, se porventura não tem, enfim. Agora, a questão é que a gente acaba usando mais esse espaço para discussão por muitas vezes, aí tem a oportunidade depois da discussão. A gente tem aqui o Conselheiro Mark para fazer o relato de vista dele. O Conselheiro Mark costuma fazer o relato por escrito, enviar o relato para nós, seguindo regimentalmente aquilo que determina o nosso procedimento. Então, Conselheiro Mark, por favor. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Pois é, eu estou aguardando para poder fazer o relato. Eu fiz uma leitura,

como sempre detalhada desse processo, e vou fazer um breve relato, que me trouxe, Presidente do Conselho, Secretário Germano, muitas dúvidas, porque nenhum documento que consta dentro do processo informa. Então, é um relato de vista que eu quero compartilhar com os conselheiros e conselheiras, que de todo esse material que eu li as dúvidas que ele me suscitou. Então, o requerimento de solicitação de alteração do traçado viário começa referindo que é uma Avenida Tamandaré. Esse é o princípio do relato. Lá no meio do processo a avenida perde o estatuto de avenida e vira rua. E eu começo verificando que esse requerimento de solicitação de alteração do traçado viário da Avenida Tamandaré é assinado pela Arquiteta Urbanista Viviane Von Marées, que é consultora. Eu não sei quem ela representa e nem a quem ela está prestando consultoria, mas esse seria um elemento muito importante de ser informado ao Conselho Municipal. Ela faz o seu requerimento e a documentação já passa a ser, mesmo sendo um requerimento privado, passa a ser lá no dia 11 de março de 2020, registrada como EGD/SMDE. Então, eu vejo que a solicitação que ela faz fica oficializada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico. A petição, conforme alinhamento constante do DMI a incidência do traçado viário nos terrenos dos dois lados, lado impar, lado par, ela diz que esse é o alinhamento constante do DMI. Solicita alteração, então, do traçado viário lá na Rua Tamandaré, pois esse incide na maior parte sobre terrenos e edificações, como os números ímpares. A pergunta que me fiz ao ler isso era: quantos são os terrenos? Quantas são as edificações? Qual é a metragem? É uma informação que como Conselheiro eu gostaria de dispor e fui vasculhando todos os lançamentos que há dentro do processo e não há nenhuma informação sobre isso. Então, trançado atual, conforme o DMI, alguns terrenos do lado impar, quantos? Ela não responde isso, quantos tornam-se edificáveis. Eu me pergunto quantos e quais são esses? Depois, a alteração proposta leva o alinhamento projetado para os imóveis pares, os quais já estão atingidos pelo traçado atual. Quantos são os imóveis atingidos? Quais são? Qual é a metragem desses imóveis? Mas não há informação. O novo traçado viário incidirá na sua maior parte sobre um terreno que possui 48.984,42 m². De quem é esse terreno? De quem é essa propriedade que nós estamos propondo que haja uma modificação do alinhamento? E não incide, então, sobre edificações existentes que estão situadas nesse terreno. Na proposta apresentada, a maior parte dos terrenos e edificações com números impares serão liberados da incidência do recuo viário e serão edificáveis. Então, essa proposta que atinge uma série de terrenos e viárias tornarão possível a edificação, ou seja, eles mudam de estatuto. Qual é a área que está prevista? Quantos são? Eles precisariam ser edificados. Então, às demandas da consultora eu vejo que são assumidas pelo Município de Porto Alegre. E ao ver no final a proposta do desenho urbano da nova Avenida Tamandaré, reposicionada ali, se vê que no registro há uma incidência que atinge 5 imóveis construídos no lado ímpar. Portanto, causarão algum prejuízo a esses proprietários que ali não são ouvidos e durante todo o processo que eu li, todo o material registrado, não há nenhuma informação sobre isso. Então, essa minha vista sobre esse processo que estamos examinando me carrearam uma série de informações que infelizmente o processo sob exame não atende. Por isso eu gostaria de solicitar, nobre Presidente, informações adicionais para que nós pudéssemos examinar a proposta dessa arquiteta e consultora que solicitou o rearranjo da Avenida/Rua Tamandaré. Muito obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** O Conselheiro Mark fez o relato por escrito, só tem que enviar aqui para n. lembrando da previsão regimental da gente receber sempre antes ou durante a reunião o relato de vista por escrito, conforme discutimos aqui. Diante do avançado da hora, Senhores Conselheiros, são 19h53min, em havendo algumas solicitações, ausência da região, enfim, para fazer o relato de vista, a

gente posterga para a próxima reunião e dá essa oportunidade para o Conselheiro Mark fazer os seus esclarecimentos, consultar. Lembrando que é dentro do relato de vista, não é diligência mais, Conselheiro. O relator já teve essa oportunidade, então, o senhor pode para subsidiar a sua análise e voto, sendo que já fez o relato de vista. Então, a gente posterga para a próxima reunião a continuidade desse relato, esse processo em pauta e avançamos. Então, Senhores Conselheiros, obrigado pela oportunidade. Desculpem qualquer coisa, a gente sempre está tentando fazer o melhor pela nossa cidade, construir pautas positivas. Então, vamos construindo ela sempre com serenidade, tranquilidade, aprendendo um com o outro, debatendo, crescendo, amadurecendo sempre. Um grande abraço, boa noite! **(Encerram-se os trabalhos da plenária às 19h56min).**

Germano Bremm	**Secretária Executiva**
Presidente	**Relatora**

Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2021, ... retificações:

ATA ORDINÁRIA Nº 2892/2021

Aos dezoito dias do mês de maio de dois mil e vinte um, às dezoito horas, reuniram-se para Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, via ZOOM, denominado PLENÁRIA VIRTUAL DO CMDUA, em razão do decreto municipal a fim de combater o coronavírus e a propagação da pandemia entre as pessoas, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira (Titular) e Lisiane Sartori Fioravanço Magni (Titular), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN**; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular) e Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), **Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS**; Gisele Coelho Vargas (Titular), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE**; Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM**; e Gustavo Garcia Brock (Titular), **Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV**. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS:** Rômulo Krafta (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**; Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Claudete Aires Simas (Titular), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH**; Sérgio Saffer (Titular), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA**; Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS**; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS**; Hermes de Assis Puricelli (Titular), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS**; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), **Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS**; Rogério Dal Molin (Titular), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:** Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Tânia Maria dos Santos (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4**; Wagner Pereira dos Santos (1º Suplente) e Ricardo Angelini, (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Cinco – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Maristela Maffei (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7**; Dinar Melo de Souza (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8**; e Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP – HOCDUA. SECRETARIA EXECUTIVA:** Camila Maders Fonseca Coelho, **Secretaria Executiva da SMAMUS**; Patrícia C. Ribeiro, **Taquígrafa/Tachys Graphen**. **PAUTA: 1. Abertura; 1.1. Apresentação Projeto Portais da Zona Sul – Hassan Akmed; 2. Votação: 2.1. ATAS: 2889 e 2890 3. Comunicações; 4. Ordem do dia**. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h07min. **1. ABERTURA. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Boa noite, Senhores Conselheiros. São 18h07min, temos *quorum*. Declaramos, então, oficialmente, aberta a nossa Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano

Ambiental. Desejo uma excelente noite de trabalho, debates sempre em alto nível. Eu vou rapidamente aqui fazer a leitura dos presentes e peço que se, porventura, não chamar alguém que faça o registro no *chat*. (Relação dos presentes na inicial). Se, porventura, não chamei alguém registra no *chat*, na sequência, conforme os demais conselheiros vão ingressando na sala a gente vai consignando aqui a presença. Hoje temos, então, uma apresentação externa na nossa pauta: **1.1. APRESENTAÇÃO PROJETO PORTAIS DA ZONA SUL – Hassan Akmed.** Temos aí o Hassan, representando a região, que vai fazer a apresentação. Seja bem-vindo, Hassan. Na sequência a gente te oportuniza aqui a fala. Só antes de disponibilizar a fala para a apresentação do Hassan, temos uma inscrição externa... Ah, mas pode ficar para depois, é o terceiro, comunicações em terceiro. Está bem Então, a gente segue a ordem proposta aqui na pauta. Primeiro é a apresentação, essa externa do Hassan, depois temos a votação da ata, depois o período de Comunicação e depois vamos para os processos da Ordem do Dia. Lembrando que essa proposta de apresentação veio por solicitação do Conselheiro da Região 6, com a concordância dos demais conselheiros, que fosse convidada essa empresa parceira de Porto Alegre, junto com demais empresários da Zona Sul, que têm se esforçado para levar vitalidade para aqueles espaços, por muitas vezes fazendo o papel do poder público, esse senso de pertencimento, de coletividade com a cidade. A gente destaca muito na figura do Hassan, que tem feito um trabalho brilhante por toda a zona sul. Já iniciaram um trabalho no ano passado, ano retrasado, agora estão buscando estender para as demais áreas da cidade, áreas importantes de acesso ao rio e que estão, infelizmente, desconfiguradas ou descuidadas, né, precisando de uma atenção especial. O poder público não consegue ser onipresente em todas as situações. Só para vocês terem uma ideia, só de praças a gente tem 686 praças urbanizadas, quase 300 que não são organizadas, áreas de terrenos que faltam urbanizar. Nós temos 9 parques urbanos, temos unidades de conservação. Então, a gente tem muita terra na cidade, para cuidar dessas áreas é de um esforço gigantesco, não tem recurso, o recurso sempre escasso, acaba se priorizando sempre saúde, educação, as questões mais emergenciais. Faltam recursos, disponibilidade, capital humano para acompanhar, enfim, dar manutenção em todas essas áreas. Então, por isso que é muito importante cada vez mais a gente referendar esse papel das adoções, da iniciativa privada, esse senso de pertencimento da cidade, tanto para a pessoa física como para a pessoa jurídica contribuir, porque é cidade onde vive, faz parte. O poder público não é um ser, eu sempre digo isso, de outro planeta, que vai vir para nos governar e para determinar aquilo que a gente deve fazer ou não. O poder público somos todos nós, a gente só vai conseguir resolver grande parte dos problemas da cidade quando a gente fizer parte desses problemas e buscar soluções. Então, fiz essa fala introdutória para ressaltar mais uma vez, parabenizar o Hassan. Este Conselho, Hassan, tem 26 representantes das mais diversas entidades da sociedade civil organizada, tem representantes do Governo Municipal, secretaria, universidades, associações, sindicatos, também tem as regiões de planejamento, são 8 regiões de planejamento eleitas pela população. A cidade é dividida em 8 regiões de planejamento, a região dos portais é a Região 6, cujo conselheiro é o Conselheiro Gomes, representa lá a região e assim aqui tem assento os demais conselheiros das regiões e com as entidades eleitas vinculadas ao urbanismo, enfim, que tem assento conforme prevê o Plano Diretor. Feita essa introdução, inicial, então, te convido, Hassan, para fazer uso da palavra e nos dar um *briefing* um pouco desse projeto, apresentar para os demais conselheiros a ideia, a iniciativa de vocês. Depois a gente abre para questionamentos. Contigo a palavra, Hassan. **Hassan Akmed, Prontosul – Projeto Portais do Guaíba:** Boa noite a todos, pessoal! Conselheiros, Germano, Camila, muito obrigado por este espaço para poder apresentar um pouco do projeto da rota turística dos

portais aqui do Bairro Tristeza. Eu sou Diretor Geral do Grupo Prontosul Centro Médico, que a gente tem a sede no Bairro Tristeza há 27 anos. A gente presta pronto atendimento de todas as idades, desde os primeiros meses de vida até a melhor idade. A gente tem um vínculo muito forte com toda a comunidade aqui da zona sul. A gente tem uma médica que tem um carinho muito especial por todo mundo da região. Eu nasci aqui, a gente estudou aqui, a gente trabalhar aqui, a gente vive a zona sul e a gente sabe o quão carente é a zona sul. Eu fico muito feliz que poder fazer um pouquinho, um pedacinho da nossa responsabilidade social do nosso município. A gente sabe o quão carente ele é, a gente sabe que tem 690 praças e espaços públicos em Porto Alegre e tem diversos espaços que são enormes, são muito difíceis do poder público poder fazer um investimento e ser o zelador desses espaços. A gente conseguiu em 2018 concretizar a revitalização do Portar Dona Irena, que é na Rua Doutor Armando Barbedo. Aquele espaço era totalmente depredado, tinha usuários de drogas, moradores de rua, não era frequentado por famílias e a gente conseguiu pegar e fazer uma mudança no cenário desse espaço público. E teve uma aceitação tão grande de todas as famílias, de toda a comunidade que frequenta, que a gente pensou – Pô, vamos replicar esse projeto tão legal que deu certo. E daí a gente começou a conversar com a SMAMS, em conversa junto com o Secretário Germano a gente fez um mapeamento de todos os portais e a gente pensou – Pô, vamos engajar a comunidade, vamos conversar com as empresas, vamos ver quem tem interesse em revitalizar esses espaços e vamos revitalizar, vamos cuidar. Vamos ter a zeladoria de ter que ir lá e frequentar esses espaços para que não seja de utilização de drogas, para diminuir a criminalidade também desses espaços. Vamos ocupar os espaços públicos para que eles sejam mais bem aproveitados. E a gente fez agora aqui – Os Portais do Guaíba. Os portais do bairro Tristeza, todo o final de rua da Tristeza acabam no Guaíba, todas para o lado do Guaíba têm um portal, são espaços públicos, são praças que estão abandonadas há muitos anos. Teve duas que foram revitalizadas, uma da Armando Barbedo e a Doutor Mário Totta, mas a da Mário Totta não está adotada hoje. Simplesmente os portais do Bairro Tristeza são esses espaços públicos que estão à margem do Guaíba. A gente fez uma mapinha que mostra de ponta a ponta os portais e as ruas que a gente pegaria e revitalizaria para fazer essa rota, que viria desde a Vicente Faillace, iríamos para a Doutor Barcelos, Otto Niemeyer, Armando Barbedo que é onde já está revitalizado, a Rua Almirante Câmara, a Doutor Mário Totta, João Padre Réus e a Vila Conceição. Todo o projeto é feito pelo Programa Adote uma Praça, que é desenvolvido pela SMAM e daí a gente tem essa parceria com eles. A KS Arquitetos, que está na apresentação é a empresa de arquitetura que também tem a sede aqui na Tristeza e eles fazem todos os projetos sem custo nenhum, é totalmente para a comunidade. No caso do Portal Dona Irena, onde a gente revitalizou e hoje em dia a gente tem uma ocupação ali de famílias, não tem utilização de drogas. A Brigada Militar faz ronda diária ali. Então, a gente consegue fazer a ocupação do espaço público. É um lugar onde tem a contemplação do pôr do sol. A arquitetura da nossa cidade é toda de costas para o Guaíba, ali ela é de frente, ela quer que a gente olhe para o Guaíba, quer que a gente contemple o pôr do sol do Guaíba. Então, é uma virada de chave, né, a gente parar de frequentar espaços, não parar, né, mas também frequentar espaços que tenha a orla. A gente uma das orlas mais bonitas. Aqui como era a Armando Barbedo, era literalmente um terreno baldio. Estas fotos aqui, elas já estavam em obras, ela já estava em obras, ali a gente já tinha feito praticamente todo o salpicado da parede, a gente já tinha limpado tudo isso aqui. A grama vinha até a nossa cintura. E aqui como foi o projeto desde o início, como que a gente fez o estudo. A gente criou todo o projeto, a gente apresentou para a SMAM, a gente viu todas as árvores que a gente deveria manter, quais a gente deveria colocar. A gente teve todo um trabalho

conjunto de aprovação para não ter nenhum dano ambiental, para ser totalmente uma benfeitoria para a comunidade. Aqui o projeto em 3D, como ele ficaria, com algumas alterações. A academia, daí tem os bancos para tomar chimarrão e lá na frente tem a arquibancada para contemplar o pôr do sol e tem mais a prainha que sobrou ali. A gente fez o encanamento do esgoto também e assim como que ficou. A gente pensou, como têm muros de ponta a ponta em todo o terreno, a gente pensou que o pessoal vai vir, vai pichar, vai grafitar. Aí a gente contratou um grafiteiro profissional, que é o Celo Pax, que ele é o melhor de Porto Alegre ou do Rio Grande do Sul. a gente pensou – pô, vamos fazer uma arte desse cara aqui, que as pessoas vão respeitar a arte desse cara. Então, não vai ter pichação. Aí está a prova, faz 3 anos que a gente fez essa praça, os grafites, e não teve nenhuma depedração do espaço público. Aí é a galera frequentando, a família, aquele ali é morador fiel daqui. E aí a galera frequentando. A gente fez um evento de inauguração, onde não tinha custo nenhum para a comunidade, foi tudo arcado pela KS Arquitetos e pela PRONTOSUL. A gente fez um festival de bandas amadoras para que todo mundo pudesse conhecer o espaço e ver o quão legal é a gente ocupar esses espaços públicos. E foi no primeiro evento. Agora o projeto do Portal da Doutor Barcelos, ele é um pouco diferente. Tem que deixar claro que cada portal a gente fez com uma temática. No Armando Barbedo a gente fez para eventos, onde tem eventos, porque a gente conhece toda a rua, toda a comunidade e eles se engajam a participar, eles ajudam a promover os eventos. São eventos totalmente sem fins lucrativos, é para a comunidade. Esse da Doutor Barcelos tem uma geriatria do lado, essa casinha está no projeto para deixar bem explícito que tem uma geriatria aqui. A revitalização desse espaço é totalmente para a contemplação, não é para ter eventos, não é para ter nada cultural ali, é uma revitalização do espaço para que as pessoas possam ir e ver o pôr do sol, simples assim, tomar o chimarrão, ler um livro, fazer atividades de lazer. Agora a da Vicente Faillace, que é um pouquinho menor, ele é bem na frente do Clube Jangadeiros e a gente pensou junto com a comunidade que mora lá da Rua Vicente Fallace, que esse espaço seria o ideal para esportes aquáticos. Aí o projeto em si é uma rampa para as pessoas pegarem o stand up, o caiaque, as pranchas e poderem descer por ali e praticar seus esportes aquáticos, utilizar mais esse cantinho. E um espacinho para contemplação também do pôr do sol. Esse teria muita pouca intervenção, porque o espaço é bem pequeno, seria mais dar uma revitalizada no que já tem lá e fazer uma rampa para acesso dos equipamentos aquáticos. Seria supersimples. Esses são os dois portais que tem projetos e da Armando Barbedo, que já foi consolidado. Porém, cada projeto de cada portal está sendo pensado e estruturado junto com representantes de cada rua. Por exemplo, o da Almirante Câmera a gente vai fazer o projeto direcionado para pescadores, porque tem ali muitos pescadores na região, naquela rua. A da Padre Réus a mesma coisa. A da Vila Conceição, como é um espaço maior e tem frequentadores hoje que fazem balada, aglomeração, fazer diversas coisas, a gente vai revitalizar, iluminar e fazer as famílias frequentarem para que não tenha mais esse problema de segurança pública. São os moradores da Conceição que pediram isso, nós estamos trabalhando junto com os moradores para que sejam projetos que agradem toda a comunidade. Certo? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Show de bola! Parabéns, Hassan, pela iniciativa mais uma vez, realmente, o que tem de mais concreto são esses projetos que ele apresentou e a partir disso a gente vai desenvolvendo, sempre aprovado aqui pelo poder público, a partir dessa composição que eles estão fazendo com a comunidade. Eu acho que é um projeto superconectado com a região, vai dar outra cara para a zona sul, para esses acessos, que muita gente nem conhece. Então, bastante depreciados e acabam afastando a população ou em alguns locais levando algum tipo de

usuário, talvez não permita outros usos. Então, eu acho que está muito conectado com o bairro. Está de parabéns, Hassan, e toda a equipe, porque tem todos os outros parceiros aí também. Eu gostaria que comentasse, são outros parceiros privados, e a gente está com a reunião do Conselho sendo transmitido ao vivo no nosso canal do YouTube. Então, a população aí que assiste ou depois a gente compartilha o vídeo, fica gravado no nosso canal do YouTube. Quem mais está junto contigo aí, Hassan? **Hassan Akmed, PRONTOSUL – Projeto Portais do Guaíba:** A gente está com a KS Arquitetos, que está encabeçando os projetos. A gente está com a Empresa Mínimo. A gente está com o Espaço Maestro, que é aqui da Tristeza. A gente está com o Colégio João Paulo I, que é ali de Ipanema. E a gente está com a Suvinil, que entrou em contato com a gente para pegar e fazer doações de tintas para fazer a revitalização dos espaços, e a gente está com as empresas do Grupo PRONTOSUL, que tem o CT, tem a natação, que é dentro do Clube Tristezense, tem o laboratório e o Prontoescola. E a gente está conversando, a gente está angariando ainda os empresários, já tem alguns outros que não estão consolidados, mas que tem o interesse de participarem do projeto. É isso, basicamente isso, Germano. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Show! Legal, Hassan! Deixa eu questionar os conselheiros, se temos conselheiros inscritos para fazer algum questionamento. Por favor, façam inscrição no chat e a gente abre a palavra para os questionamentos. Vamos ver se vem muitos, aí a gente divide por bloco e depois oportuniza novamente para o Hassan poder responder. Temos inscritos para questionamentos, falas? Conselheiro Gomes, da região, vou oportunizar. Mais algum conselheiro inscrito? Então, vou oportunizar a fala do Conselheiro Gomes, depois para o Conselheiro Mark que se inscreveu aqui. (Obs.: O Conselheiro Mark não se inscreveu). **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Boa noite, Conselheiros. Boa noite, Presidente. Presidente, eu queria lembrar que o Hassan fez uma apresentação da ideia do projeto no local no dia 10 de abril, acho que foi isso, com a presença do Prefeito, com a presença do Secretário Germano e alguns vereadores, algumas autoridades, outros Secretários ali. Digamos assim, estarteando essa fase de implantação de vários portais, são 7 portais. E uma coisa que eu comentei até aqui no Conselho, quando fiz o comentário sobre essa reunião, que são intervenções locais voltadas para a vida local. Ele é muito específico, até comentei que não está proibido ninguém de Porto Alegre ou de qualquer lugar do Estado, do Brasil ou do mundo ir lá visitá-los, mas ele tem um foco na atividade, digamos assim, cotidiana das populações envolvidas, tanto que cada rua, cada portal tem uma característica diferente, que o Hassan e os arquitetos estão procurando fazer essa interpretação, fazer essa discussão e a abordagem que mais atenda aquela comunidade imediata ali. Então, esse é um grande mérito, porque anima a região, que é um lugar absolutamente lindo. É um dos lugares mais bonitos de Porto Alegre, não desprezando os demais, que há muitos anos estava abandonado. Eu sou morador, sou Conselheiro da região, Hassan, e sou morador. Nós conversamos naquele dia lá no portal, eu sou morador da Padre Réus. A Padre Réus tem uma praia fantástica, onde todo dia, de dia e de noite, se vocês vierem à ponta da Padre Réus, tem gente pescando, tem família pescando, família, o pessoal senta, vão pescar com as crianças, faz um foguinho, ficam ali, entre à noite. É uma coisa fantástica de imaginar que isso tem em Porto Alegre. E tem público aqui na frente da minha casa, quando se menos espera estão passando as pessoas com uns canições, vão lá. É uma atividade incrível. Nós também assim salientamos muito nessa reunião que tem um espaço que muito nos incomoda hoje, que a gente chama de Praia do Cachimbo, que é a Praia da Conceição, que o Hassan se referiu. O Cachimbo sempre foi um problema muito grande em Porto Alegre, para nós aqui da região, principalmente para

os moradores imediatos ali do Cachimbo, porque ele foi usado para fazer, em um primeiro momento eram despachos de religião. Em um segundo momento ficou muito ruim, porque era o descarte daquilo que não se usava no despacho. Então, chegavam caminhonetes ali com puxadas de animais, com restos de animais e tal, e ficava muito desagradável. Então, a comunidade criou, assim, um grande medo de qualquer coisa que se promovesse ali, como elemento perturbador. Daí a proposta que o Hassan fala de fazer uma revitalização no local para atrair os moradores, que os moradores ocupem, usem aquele equipamento urbano que tem ali, que é muito lindo também, né, e não tem uma coisa melhor para te garantir o lugar do jeito que tu quer. Tu que és morador, que é próximo, está ali e ocupar. A Praça Paraíso foi isso também aqui na Vila Conceição, havia uso muito típico de qualquer lugar da cidade que fique mais ou menos abandonado, a drogadização, uma série de coisas desagradáveis. Na Praça Paraíso quando se começou a promover reuniões, nós promovíamos reuniões na praça e começou a se ocupar de novo. E esses problemas foram se tornando muito menores, muito menores. Então, eu aproveito para dar os parabéns novamente ao Hassan por essa iniciativa, lembrando sempre que esse programa, muito bem lembrado, esse programa de adotar praças é de 1986, né. E agora, no início do governo, do nosso governo aí que entrou, ele está dando uma importância muito grande, ele está revitalizando de novo isso, está com força e o episódio dos 7 portais aqui da Tristeza e da Vila Conceição de certa forma se encaixaram como uma luva para estimular esse programa da Prefeitura, que é extremamente importante. Muito obrigado e mais uma vez parabéns ao Germano. Parabéns ao empreendedor aí. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Eu permiti a fala um pouquinho mais do Conselheiro Gomes, porque é o conselheiro da região. Tá, pessoal? Chamaram a atenção aqui do tempo, a gente sempre tem 1 minutos depois das falas externas para questionamentos. Enfim, pelo histórico e até a demanda por vir do próprio Conselheiro Gomes, naturalmente, não quis interrompê-lo no tempo. Deixa-me retomar aqui, tinha o Conselheiro Gomes, o Conselheiro Felisberto e Conselheira Tânia. Temos mais algum conselheiro inscrito? Quando eu abro a inscrição para os externos, encerro a inscrição e aí oportunizo a fala individualmente aos inscritos. A Conselheira Maristela também está inscrita. Se não tiver mais inscritos vou encerrar a inscrição e liberar as falas, senão alguém fala uma coisa, o outro não se sente contemplado, fala de novo. Então, encerrei as inscrições para as falas externas, a última é da Conselheira Maristela. O Hassan depois contempla na fala dele o período de implantação, que teve uma pergunta pelo *chat* aqui, depois o Hassan, quando eu oportunizar a fala dele, tenta contemplar a fala dele. Conselheiro Hermes, então. Está bem baixinho o seu som. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu que estou com a voz... Está bom? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Pode falar mais alto, aí a gente escuta bem, ou mais próximo. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Boa noite a todos. Eu queria dizia que eu valorizo e acredito muito no trabalho comunitário. Eu acho que só a comunidade, o cidadão da cidade que faz essa diferença. A gente normalmente pensa que o poder público é quem vai resolver todos os problemas, mas até pela nossa vivência sabemos que não é verdade. Eu queria, objetivamente, fazer uma ou duas perguntas. Antigamente existia uma invenção na prefeitura, no planejamento, não chegou a ser projeto, mas uma intenção que durante muitos anos se falou de fazer o prolongamento da Avenida Guaíba. Ou seja, fazer com que ela circundasse toda essa orla, inclusive, nessa região que eu conheço muito bem. A primeira pergunta é se isso não se fala mais, se não existe mais? E a segunda pergunta é

como que funciona, institucionalmente, isso aí faz parte do Adote uma Praça? Como funciona? É uma associação? Eu pergunto isso para passar essa experiência para outros lugares da cidade. Ou são pessoas físicas? Qual é o responsável? Como é que, institucionalmente, isso funciona? Obrigado e parabéns. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Hermes, pela oportunidade da fala. Essa pergunta eu consigo responder tranquilamente, mas eu vou oportunizar as outras falas e antes de passar a palavra ao Hassan eu contemplo a resposta. Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa noite a todos e todas. A iniciativa é muito importante para a região e para a comunidade. Sempre que há uma experiência em que envolva as comunidades é salutar, mas a minha preocupação é que isso não seja um espaço privado, que seja um espaço público. Então, a minha preocupação também é com a comunidade do entorno, porque a gente sabe que em algum lugar ali, principalmente na entrada da Vila Conceição ali, nós temos uma vila popular e que necessita de regularização fundiária. Então, nós não podemos só ter uma visão de privilegiar, já que quem tem os benefícios do desenvolvimento, mas também ter uma visão de incorporar essa comunidade que há anos está ali e está esperando a regularização fundiária. É meritório, parabéns, Hassan, ao grupo, eu acho que é um trabalho que vai qualificar as regiões, a região, principalmente a região ali. E eu endosso a pergunta do Hermes, também a questão da Avenida Guaíba, a continuidade. A minha preocupação, e aí ressalto a minha preocupação, é que a gente não pode discriminar também as religiões de matriz africana. E o fato de ter despacho ou ter colocações de oferendas, é uma tradição da comunidade e que deve ser respeitada e deve ser incorporada ao projeto. Então, essa é a minha observação. E a grafitagem é uma arte, não é pichação, ela demonstra uma visão de quem faz o grafite. Então, portanto, essas são as duas correções. Então, é isso, obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto, Conselheiro que representa a RGP 1, pela fala. Na sequência a Conselheira Tânia. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Boa noite a todos e a todas. Eu gostaria de parabenizar esse projeto maravilhoso, eu gostei muito, essa iniciativa de unir com a iniciativa privada em prol de um todo. Eu achei muito interessante, mas também venho tocar em dois, que eu achei de um ultrajem, que assim, que foi um falando sobre as religiões africanas, que foi citado por um conselheiro falando dos despachos, dos animais. Isso é uma prática religiosa, há muito tempo exercida pelas religiões de matriz africana. E outra coisa, essa área toda, a área do entorno do Guaíba, essa área foi há muitos anos populada por negros, quilombolas. Então, é uma prática tradicional que existe há muito tempo e que tem que ser respeitada. Cada um com as suas religiões e com os seus gostos, é uma religião, como se diz, tradicional desta cidade, porque se a gente for ver a história de Porto Alegre, a história de Porto Alegre não foi só feita por açorianos, como todo mundo fala. As raízes da Cidade de Porto Alegre foram os negros que fizeram, a gente sabe muito bem que ali em vários lugares da cidade existiam quilombos, principalmente ali na Redenção, lá na Independência, no Bonfim, que depois virou um bairro judeu, era um bairro de quilombos, um bairro de negros. Então, temos que também fazer esse encontro, não só beneficiar e higienizar os locais, né – Ah, não, aqui não pode isso, aqui não pode assim. Não, a cidade é das pessoas, as pessoas têm o direito de ir e vir. Não é porque é feito ali, em determinado ponto, que vai privilegiar, obviamente, as pessoas que moram no entorno, mas vai privilegiar a cidade inteira. Eu acho que essa é a visão do projeto, não é um projeto elitista que tenta higienizar e trazer só ali para o seu entorno os grupinhos de quem mora ali. Então, eu acredito que é um projeto

amplo, por isso a minha aprovação e o parabenizar, mas esse é um ponto que eu achei falta de respeito e talvez até um pouco de desconhecimento desse tipo de abordagem. Então, é isso mesmo que eu gostaria... E outra coisa também, como o Felisberto falou sobre a grafitagem, como o Hassan se referiu – Não, vamos contratar um grafiteiro profissional para evitar que façam pichações e grafites. Não, pichação é uma coisa e grafite é outra, grafite é arte e ela é uma arte no mundo inteiro, aqui no Brasil, aqui no Rio Grande do Sul, porque no restante do Brasil a arte do grafite já está estampada em prédios de várias cidades do Brasil. Então, era isso que eu queria só salientar. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Conselheira Tânia, muito obrigado pela contribuição. Depois, na sequência, a Conselheira Maristela. Não identificamos. Saiu a Conselheira Maristela. Não achamos. Então, antes de passar a palavra... Entrou a Maristela. Só queria esclarecer os pontos levantados pelo Conselheiro Felisberto, para o Conselheiro Hermes. Então, com relação à adoção dos espaços públicos, tem uma lei, que é a lei original, se eu não me engano, de 2007 ou 2009, foi feita uma atualização em 2017, onde prevê essa possibilidade, tanto a iniciativa privada, as empresas, quanto a pessoa física, a comunidade, associação, pode adotar o espaço público, as praças, as áreas verdes. Naturalmente, tem um procedimento para isso, um requerimento, algumas regras ali que a gente segue, especialmente com relação à exploração do espaço, que não pode ser comercial, mais institucional. Então, tem algumas regrinhas também no decreto regulamentador que trata desse tema em relação aos procedimentos. Então, todo aquele que tem o interesse em adotar um espaço público pode pesquisar no site. Hoje até a Secretaria de Parceria Estratégica está liderando uma campanha para a gente trazer novas empresas, novas pessoas para adotar os mais diversos espaços aí, ampliando o rol esse mais conhecido das áreas verdes. O mais tradicional a gente já conhece desses. Na verdade, nós temos várias praças, vários parques adotados nesse modelo e a gente saúda a iniciativa privada, que desonera os cofres públicos com a manutenção e faz ela essa manutenção, o cuidado. E nada mais adequado que a própria comunidade se organizar e fazer a manutenção daqueles espaços. Muito bacana! Com relação ao espaço público, o Conselheiro Felisberto colocando, sim, é um requisito previsto na lei público, um decreto de que o espaço é público, não podemos ter restrição ao uso ou qualquer limitação nesse sentido. Então, é uma das prerrogativas aí para gente viabilizar a adoção. Nesse caso aqui, além da adoção, o Hassan e a turma ali da zona sul, eles estão propõe desenvolver os projetos, aprovar os projetos conosco, executar, né, tem um custo também de execução. E aí depois disso fazer a adoção para manutenção. Então, tem várias formas, várias maneiras que eles estão contribuindo para viabilizar essa entrega que vai ficar o espaço. Vamos passar a palavra para a Conselheira Maristela, que tinha caído, depois te passo de volta, Hassan. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Oi, Secretário! Oi, pessoal! Bom, em primeiro lugar quero cumprimentar o Hassan, toda a equipe com essa compreensão de que nós queremos para todos os lugares lindos da nossa cidade, com características diferentes é claro, que todas as praças, que todos os espaços públicos tenham esse olhar e esse envolvimento da comunidade também. Eu acho que essa iniciativa das pessoas da comunidade de assumirem e também a Prefeitura ir ao encontro com os seus técnicos, com as suas assessorias, isso realmente nos motiva muito a seguir a fazer dos nossos espaços as nossas motivações importantes. Então, eu me inscrevi muito em relação a isso. E quanto aos outros temas eu fico tranquila, porque está segurado que nós vamos falar logo em seguida, porque nós temos uma representação externa também hoje para se manifestar aqui neste espaço. Muito obrigada, Secretário. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:**

Obrigado, Conselheira Maristela, pela contribuição. Sim, depois nós temos uma convidada externa. Então, Hassan, fique à vontade. **Hassan Akmed, PRONTOSUL – Projeto Portais do Guaíba:** Germano, desculpa, eu não escutei a pergunta. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Se quiser fazer uma colocação final sobre as falas gerais. Eu acho que não houve nenhum questionamento específico. Acho que estava em aberta a pergunta com relação ao tempo de implantação. Eu posso responder, mas acho que tu podes dar um panorama para nós. **Hassan Akmed, PRONTOSUL – Projeto Portais do Guaíba:** A ideia, a gente está se organizando para apresentar todos os projetos para a SMAM até o final de junho e esse dois projetos que já existem a gente fazer as devidas manutenções do que deve ser mudado. E começar a implantação de até dois portais no final de julho. E após isso, com todos os projetos aprovados, a gente pegar e fazer um planejamento para pegar e finalizar. A ideia é que finalize até o final de 2021, só que a gente está em tantas incertezas hoje em dia que a gente não consegue prometer isso. Porém, o nosso planejamento é para que sim seja até o final de 2021. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem. Perfeito, então, Hassan. Eu acho que em linhas gerais era isso. Obrigado por reservar um pouquinho do teu tempo e vir esclarecer esse projeto. O Conselho do Plano Diretor é um Conselho importante para a cidade, toda terça-feira nós temos as reuniões, são transmitidas ao vivo no nosso canal no YouTube. E a gente tem a oportunidade de debater as pautas da cidade, os empreendimentos, o Plano Diretor, grandes projetos. E o Conselho demandou aí, a partir da proposta que vocês fizeram e a repercussão na mídia que tu vieste aqui pontuar. Então, em nome do Conselho, da Secretaria, da cidade, eu te agradeço mais uma vez pela parceria, pela iniciativa, pela vontade de desenvolver e fazer essas coisas maravilhosas aí ,que se replique para as outras empresas, que a gente pegue esse case e leve para os demais privados esse senso de pertencimento, de coletividade, que possa se ampliar. Obrigado. **Hassan Akmed, PRONTOSUL – Projeto Portais do Guaíba:** Muito obrigado, Germano. A gente sempre teve uma relação muito boa com a SMAM e você estão revitalizando a cidade, né, estão revolucionando a cidade. Vocês estão de parabéns. Eu estou de olho na mídia, de olho nos meios de comunicação e vejo que trabalho legal que vocês tão fazendo. Então, parabéns para vocês, vocês estão são 90% disso tudo. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, muito feliz com a tua contribuição. e estendo toda a equipe da Secretaria, da Prefeitura, que tem assento aqui no Conselho, que carrega o piano literalmente, faz as coisas acontecerem. O time é muito engajado mesmo e dedicado. Eu consigo sentir isso repercutindo nas coisas da cidade, todo mundo dentro da sua esfera, da sua área, às vezes um mais vinculado à entrega final, outro que é mais intermediário. Então, é um time muito qualificado de servidores que a gente tem aí e tem se esforçado muito, apesar de todas as adversidades, com pandemia com bandeira preta, que é difícil de conduzir todo o processo. O time tem se esforçado muito e aí a gente é muito feliz em conseguir realizar essas entregas aí. Somado agora com vocês, com a iniciativa privada, com essa força de vontade a gente vai longe e vai mudar a cara da nossa cidade. Vamos virar essa chave e fazer Porto Alegre de transformar em referência de qualidade de vida, de qualidade dos espaços públicos. Eu estou muito feliz. Obrigado, um grande abraço, até mais. Pessoal, então, avançando a gente tem depois na pauta a votação das atas e a comunicação externa, depois passamos para a Ordem do Dia. Temos o Conselheiro Felisberto, tem uma Questão de Ordem? **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, eu queria que nós pudéssemos, as cinco regiões que fizeram o Plano Popular de Ação Regional, pudessem

fazer uma apresentação a este Conselho e pudesse demonstrar o que foi o trabalho constituído desde 2019, que também é um trabalho de cunho popular, participativo, uma construção de cinco regiões. E aí espero que os outros conselheiros que participaram desse projeto possam também ter o mesmo espaço e que a gente possa apresentar pelas regiões a visão do Plano Popular de Ação Regional que cada região construiu. E ontem eu estive na apresentação do projeto na RGP 4, da Tânia, que foi muito boa a reunião. Então, que a gente pudesse ter o espaço para apresentar e que as outras regiões que não aderiram a esse processo que pudessem conhecer o trabalho, que não é um trabalho partidário, é um trabalho comunitário e popular de construção coletiva. Então, esse é o pedido como Conselheiro deste Conselho. Obrigado. Essa era a minha Questão de Ordem. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. Sem dúvida a nossa Secretário Executiva vai tentar organizar a pauta, uma pauta muito boa, extensa, né. Eu acho que é bom a gente talvez fazer uma reunião específica para tratar desse tema, porque é uma pauta que várias estender um pouquinho mais do que esta, né, que a gente trouxe hoje. Então, eu acho que é interessante a gente fazer uma reunião. A Camila nos ajuda a organizar junto ao conselheiro e inserir na pauta essa proposta. Conselheiro Maristela, tem uma Questão de Ordem? **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Senhor Secretaria, eu já vou solicitar ao senhor que na semana que vem, para comunicação externa, que o pessoal representante das religiões afros possam ter. A minha filha é mãe-de-santo e delegada das representações afros aqui do Rio Grande do Sul. Eu gostaria de um espaço para que ela respondesse ao Conselheiro da Região 6 o que significa uma oferenda e o trato que ele deu em relação ao que foi falado aqui sobre isso. Então, eu já estou solicitando como Questão de Ordem para que seja encaminhado e reservado esse espaço. Muito obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Maristela. Imagino que a senhora esteja querendo enquadrar no período de Comunicação, né. Lá no período de Comunicação Externa na próxima agenda, conforme prevê a regra ali, pode haver a inscrição sem dúvida. Depois disso, Conselheiros, pergunto, se não há objeção a gente avança na: **2. VOTAÇÃO: 2.1. ATAS: 2889 E 2890.** Então, eu pergunto se há objeção ou abstenção á aprovação das Atas 2889 e 2890, de 27/04 e 04/05. Olha, estamos pertinho de alcançar, uma semana das atas, um avanço aí. Parabéns a nossa taquígrafa, está colocando em dia as atas. Coisa boa! Então, em havendo objeção ou alguma abstenções. São 7 abstenções, nenhum voto contrário. **APROVADAS AS ATAS 2889 E 2890**. Conselheiro Gomes tem uma Questão de Ordem e aí a gente avança na comunicação externa. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Presidente, eu fui citado em uma situação aí que é um equívoco enorme. Eu não emiti nenhuma opinião sobre religião. Eu comentei um fato que foi um atrito que deu entre a comunidade específica de uma rua aqui, não é a minha rua, mas eles se entenderam muito bem. Ninguém está questionando religião nenhuma. Eu denuncio com isso um oportunismo que se estabelece aqui para tentar pegar aqui pontozinho de pauta para querer fazer um caso ou coisa parecida. Vão reler, vão escutar o que eu disse que reconsiderem essa necessidade de trazer este ou aquele aqui para responder. Eu não estou precisando, não estou pedindo resposta nenhuma, não estou emitindo juízo de valor por religião nenhuma. Vamos ser um pouquinho mais sérios e deixarmos de fazer essas disputazinhas desqualificadas. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Gomes. A comunicação externa, a Sheron, por favor, para fazer uso da palavra, 5 minutos. **3. COMUNICAÇÕES.**

COMUNICAÇÃO EXTERNA. Sheron, Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7: Boa noite a todos. Eu vim aqui, sou moradora da Rua Stella Brum, que vocês já ouviram falar várias vezes dessa rua na Lomba do Pinheiro. Aconteceu uma situação muito chata. Eu estou brigando com o DMAE para a colocação de canos na rua ao lado da minha casa. No fim o DMAE disse que não vai fazer e disse que a área é APP. Sábado, dia 15, veio a fiscalização ambiental junto com a Polícia Ambiental e me autuou. Eu tenho, o Felisberto tem uma cópia, a Maristela tem uma cópia desse auto de infração de que a minha casa está construída em cima de uma área APP. Bom, pergunta a vocês, eu vim aqui para pedir ajuda. A Rua Stella Brum está legalizada? Se está onde que eu posso provar para eles que realmente ela já está legalizada? Porque eu tenho 30 dias para defesa. Então, é isso, a gente mora aqui há mais de 30 anos. Então, gostaria de uma resposta do Plano Diretor ou de qualquer um que for responsável se está para ser legalizada, onde que eu posso conseguir esse protocolo. Salientando, eu tenho 30 dias para dar uma resposta. A multa é de R$ 10 a 100 mil. Era essa a minha palavra. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Sheron, pela manifestação. Conselheira Maristela está inscrita para fazer uma observação a respeito da fala. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Secretário, faz tempo que nós estamos discutindo essa questão da Stella Brum, né. Nós tivemos divergências, conseguimos aprovar que fosse agora gravado a Stella Brum no mapa de Porto Alegre, este Conselho foi muito sensível, modificou, atendeu a nossa solicitação. Então, eu acho que deve ter um problema. Claro, siso é um processo diferenciado. O Fiscal Bruno esteve lá por duas vezes. A Sheron tem uma menina especial, ela mora em cima da situação que nós estamos discutindo, resolvendo. Nós em nenhum momento ficamos sabendo disso. Então, como é a sua Secretaria, Secretário, que está envolvida nessa questão da autuação, nós queremos resolver da melhor forma possível. Eu acho que a própria Assessoria Técnica da SMAMUS pode agora ter a sensibilidade de tratar isso conosco, para nós resolvermos isso, porque fica muito chato, ao contrário, é o município que deveria estar ajudando a nos ajudar a responder e resolver um problema. Agora, depois de toda a discussão que nós tivemos, novamente volta a questão da Stella Brum. Então, quero contar com a sensibilidade da sua assessoria entrar em contato conosco para que a gente ache uma saída para que a Sheron, que tem uma menina especial, tenha que estar correndo atrás dessa situação. Nós enquanto conselheiros estamos à disposição para ajudar a resolver de vez esse problema. Obrigada, Secretário. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Maristela. Conselheiro Felisberto, 1 minuto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** É estranho que uma pessoa seja notificada e haja um desconhecimento por parte da própria Secretaria ou de parte de outros departamentos da Prefeitura do que foi gravado neste Conselho e que estendeu a rua até onde está morando a Sheron. Então, eu peço, Secretário, que haja uma sensibilidade e quero aqui propor a este Conselho, e hoje eu e a Claudete fizemos um tour para ver alguns processos deste Conselho, e queria propor, Secretário, e o senhor tem sido sensível, espero que seja sensível a isso, que a gente possa oportunizar os conselheiros a visitar as regiões de planejamento para que possam conhecer antes de votar. Eu, no processo que votei favorável, até agora não entreguei meu parecer, estou mudando o meu parecer para o voto contrário, porque há uma mata atlântica, há toda uma área de preservação permanente. É impressionante. Quando eu fui hoje e vi, eu disse para a Conselheira Claudete, eu fui ludibriado por não ter a oportunidade de olhar a demanda da Derocy, do Belo Paladino e assim vai. É uma região de preservação, Secretário. Assim, a gente fica punindo uma família em uma área de algo que

foi aprovado neste Conselho. Então, essa é a minha observação. Obrigado, Secretário e eu vou encaminhar o parecer contrário ao voto àquela diretriz que foi encaminhada para a Derocy, Beco Paladino e etc. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. O Conselheiro Hermes. Um minuto, Conselheiro. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu queria me solidarizar com a Sheron e dizer o seguinte, primeiro, eu não sei ou contra que se use o poder de polícia, de fiscalização para invasão de áreas públicas, para invasão de áreas de APPs e etc. Entretanto, este Conselho está cansado de aprovar em nome do desenvolvimento invasão de APPs, são dezenas e dezenas, e existem denúncias de uso também de APPs, que, olha, eu não conheço uma vez que a Prefeitura tenha multado um grande proprietário que tenha poder de *lobby*, poder de barganha. É aquela coisa, é a polícia para os inimigos, para quem não interessa e para os amigos vale tudo. E tem uma questão que para mim e simbólica em Porto Alegre, que é aquela área junto ao Clube do Professor Gaúcho, uma área de Mata Atlântica, uma área absurdamente que não deveria ser ocupada e aquilo foi aprovado por este Conselho. Não me lembro se já foi aprovado ou não, com a defesa dos juristas, dos legalistas, que ele fez toda o trâmite legal e conseguiu, é lógico, um grande *lobby* para aprovar o seu empreendimento. Enquanto isso as pessoas que moram há mais de 30 anos, que tem todo o direito pela Constituição Federal, recebem o quê? O poder da polícia, o poder da fiscalização, a fiscalização deveria fiscalizar mais as grandes malfeitorias que se faz nesta cidade. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Hermes, pela contribuição. Nesse sentido, então, avançamos para comunicação geral. Não vamos sair mais de comunicação. (Risos). Temos a Conselheira Maristela inscrita e o Conselheiro Felisberto inscrito para comunicação geral. Mais algum inscrito? Em não havendo mais inscritos a gente oportuniza a fala... Conselheiro Emerson inscrito e a Conselheira Tânia. Encerramos, então, para o período de Comunicação e oportunizo a fala da Conselheira Maristela. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Hoje que bom, estamos podendo falar bastante. Secretário, olha só, eu fiquei bem chateada semana passada, eu tive um problema sério de internet e eu comuniquei anteriormente a sua Secretária de que eu não ia poder participar por esse motivo. O que me surpreendeu, não estou nem entrando no mérito se teve alguma irregularidade, eu não consegui aprofundar o processo. É que foi votado um processo justamente na vila onde eu moro, Secretário. E tantas coisas que demoram, que estão há anos aí paradas, processos que não andam, que estão na PGM, aí essa pauta, porque eu não pude participar uma vez, Secretário, por um problema pessoal da região onde eu moro, por problema de internet e aí eu não pude. Eu tinha vista para apresentar, aí eu não pude votar, eu não pude falar sobre esse processo. Então, eu fico muito chateada, Secretário, porque não é pedir muito que esse processo justamente no dia, eu havia solicitado, eu falei. Desculpa o meu desabafo, Secretário, mas, de fato, são tantas coisas. Onde eu moro, que a comunidade me cobra aqui, nunca é uma coisa de representação apenas, de largar uma carta na minha mão, sempre passa pela comunidade. Então, é nesse sentido que eu quero contar com a sua sensibilidade, que isso não ocorra com mais ninguém. Eu agora vou me deparar com esse processo, mesmo já tendo sido aprovado, porque estou preocupada com o que foi aprovado nesse dia. Por outro lado, Secretário, para não dizer que a gente é contra tudo, que está sempre chateado, eu queria agradecer a EPTC por uma grande conquista aqui onde eu moro, que é a questão do lotação. Sabe-se que não tem mais linha nova, né. Então, a Linha Santa Helena Bonsucesso, que nós havíamos perdido, foi retomado. O

Secretário Záchia foi muito sensível e também o Diretor Ramires, toda a nossa comunidade se empenhou e nós estamos trazendo de volta, no meio de uma pandemia terrível onde falta ônibus, falta tudo, o senhor sabe disso, os conselheiros sabem disso. E agora ela não vai ser mais provisória, ela é nossa. Então, é sim um braço da Linha Pinheiro/Partenon, agora é Santa Helena/Bonsucesso. Então, é um motivo também de alegria. Assim como a gente é fera para as coisas que a gente lamenta, que a gente sente também, é fera para felicitar. Muito obrigado à EPTC. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Muito obrigado, Conselheira Maristela, pela fala. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, é, hoje estamos podendo falar bastante. (Risos). Que bom! É como a Maristela, a gente vem aqui muitas vezes fazer, desfazer o confronto necessário, mas é por uma cidade que a gente quer que seja inclusiva e não excludente. A gente é contra os grandes empreendimentos quando eles passam por cima de comunidades que há muito tempo estão ali e não são respeitadas. Desculpem os técnicos da Prefeitura, que deveriam ter esse olhar, porque eles conhecem a cidade mais do que ninguém, deveriam se ater a isso, conhecem as áreas de preservação, conhecem as APPs e muitas vezes o próprio município cria diretriz sobre comunidade já existente e isso é um absurdo. Isso enfrenta o direito adquirido dessas comunidades que estão lá há anos e muitas vezes com água, luz, toda a infraestrutura e que não são vistas. Há comunidades esperando há mais de 30 anos, para não dizer que é só do Governo depois da Frente Popular, porque algumas vezes dizem que a gente é partidário. Não, a gente é político e é ideológico sim. É uma cidade de inclusão que a gente quer, nós não queremos uma cidade elitista, que beneficie só aquele que tem dinheiro, nós queremos uma cidade que beneficie a comunidade que mais precisa, que é regularização fundiária, que é melhorar as suas casas, é ter o posto de saúde, é ter habitação, é ter escola, é ter a creche, que falta, falta tudo para as comunidades. E aí eu cito o Beco do Buda, na Extremo Sul, que é uma comunidade que padece há anos e nós temos conselheiro, tanto dentro do Orçamento Participativo, como aqui, que em nenhum momento falam da sua comunidade, uma comunidade que tem grande dificuldade. Talvez isso incomode e eu vou incomodar sempre, ainda mais agora que eu tomei a segunda dose, né. (Risos). Então, eu estou com gás, Secretário, e acho que a cidade elitista. E quero dizer que assisti na sexta-feira, não aguentei assistir até o fim, a apresentação do Paulo Pinto, porque eu não aguento aquele programa. Eu vi que é uma cidade que parece só bonita para alguns e a cidade tem necessidade do desenvolvimento para as comunidades que não têm, a periferia. Não basta o Prefeito ir na comunidade dizer que vamos regularizar, não, tem que construir um programa de melhoria da vida dessas pessoas, não é simplesmente dar o título ou dizer que entraram no programa, ou vão fazer a REURB sem ter uma inclusão da comunidade. E não é vender área para comunidade, quando elas têm direito adquirido, e isso está sendo desrespeitado, e isso me preocupa muito. As pessoas falam que ficam brabas quando a gente pede para a PGM analisar. Eu acho que não é só a PGM, é caso de Ministério Público sim, porque estão violentando o direito adquirido e é muito sério, desrespeitado o Estatuto da Cidade, a Constituição Federal e a Lei orgânica Municipal. Então, é importante que a gente tenha esse olhar. Obrigado e desculpa toda essa veemência, mas é característica deste Conselheiro, que espero não perder nunca. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. Vacinado, então, com todo o gás e energia aí para tocar as pautas, né, Conselheiro? Conselheiro Emerson inscrito na sequência. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-**

HOCDUA: Boa noite, Conselheiros. Boa noite, Secretário. Eu também desconheço algum projeto que foi aprovado em cima de APP. Então, quero reforçar o que a Patrícia comentou ali no chat. A gente sabe que APP é desgastoso até para quem trabalha dentro dessa área para fazer alguma aprovação, alguma intervenção dentro de APP. Então, desconheço esse ponto aí. Em relação ao projeto que foi abordado pela representante da região, eu acho que se tiver algum equívoco, Secretário, acho que a Secretaria pode resolver esse assunto, identificar bem o objeto, o que está ocorrendo dessa infração. Eu acho que a comunidade também tem que ser atendida, né, este é o espaço para reivindicar. Não vejo problema nenhum de resolver essa situação. Também quero colocar em relação ao processo que aprovamos na semana passada, esse processo é apenas de diretrizes, ninguém está fazendo nenhum tipo de intervenção dentro do espaço, é uma projeção. Isso pode ocorrer a semana que vem, como pode ocorrer daqui a 50 anos essa intervenção. Vai bastar se vai ter algum empreendimento, alguma proposta futura para dentro daquele espaço. Então, nós temos que ter o cuidado de fazer alguns comentários. Eu também estou vendo aqui em relação às atas do Conselho, que tem uma série de abstenções e são pessoas que fazem bastantes propostas, comentam bastante durante as atas e ao mesmo tempo se abstêm do que comentaram. Então, nós temos que ter o cuidado também. Então, nós temos que ter a coragem de aprovar as e admitir o que foi comentado. Eu sei que é um direito de cada um, cada Conselheiro comentar o que quer aqui dentro da reunião e nós vivemos um processo democrático, mas nós temos que ter o cuidado de garantir a aprovação dessas falas. Eu vejo vários comentários aqui e se abstêm na hora de votar. Está tão errada assim que não pode aprovar? Só esse comentário. Obrigado. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Pegando o gancho da fala do Conselheiro Emerson com relação às atas, eu vou me pronunciar com relação a minha abstenção, eu me abstive porque não tive tempo de ler. Eu não tenho conseguido acompanhar em função de uma série de eventos e de cursos que eu estou fazendo, eu não consegui ler. Então, eu li as antigas, mas que já haviam passado. Então, essas últimas eu não consegui, por isso que eu me abstenho, eu não estou conseguindo acompanhar um monte de atividades que eu tenho que fazer durante a minha semana. Eu pedi a fala para falar sobre a reunião que nós fizemos ontem aqui com a Região 4 de Planejamento, eu chamei uma reunião para que nós pudéssemos fazer uma breve apresentação do Plano de Ação Popular Regional aqui da Região 4 de Planejamento. O plano ficou excelente, né. Então, nós combinamos, inclusive, que vamos nos reunir com todos os planos de ação popular para fazermos um documento em conjunto, viabilizando algumas áreas, já que as nossas regiões são intercaladas, as regiões que fizeram esse plano de ação popular, que foi enxuto, foi maravilhoso, teve o contato da maioria da comunidade, de várias áreas das nossas regiões de planejamento. Então, é um estudo bem minucioso mesmo da região, das suas necessidades, do que falta, do que nós temos e do que nós pretendemos, de como a gente vê daqui alguns anos o que pode ser feito em curto prazo e em longo prazo. Eu acho que essa parceria do que pode ser feito em curto prazo, podemos trabalhar juntos. Eu acho que são pequenas coisas que dá para serem resolvidas e a gente não pode ter esse olhar diferenciado. Então, fizemos essas reuniões, combinamos em fazer isso e entregar também, a RGP 4 quer entregar o documento para o Secretário, para que a gente possa também discutir, viabilizar algumas dessas questões que são básicas, são bem básicas, bem simples e fáceis de serem resolvidas. A gente pode avançar, então, dentro da comunidade. É isso, obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Tânia. Encerrado o período de Comunicação. Lembrando que nós não temos Questão de Ordem no período de Comunicação justamente para evitar o fala, bate, volta, responde, a

gente fica em uma troca, porque período de Comunicação é livre, todos têm a liberdade para manifestar a sua posição, sua visão sobre os processos ou sobre qualquer pauta que entenda como adequada colocar no período de Comunicação. De forma geral, gostaria só de ressaltar, acho que referendar aquilo que a Patrícia já manifestou no chat com relação à construção em APP, que foi levantada. E nós aqui enquanto órgão ambiental temos uma equipe extremamente qualificada que avalia essas questões e, por óbvio, não é admitido qualquer construção em APP, senão aquelas previstas na Legislação Federal, onde tem alguns casos de exceção. Então, tudo isso é muito avaliado por uma equipe muito competente com relação à APP. As outras questões, lembrando, Senhores Conselheiros, o governo é muito grande, as ações de fiscalização atuam por meio de denúncia. Hoje tem o escritório de fiscalização, vinculada à Secretaria de Segurança, é a ação do próprio município, a partir das diversas ações. É natural que a gente não tenha, enquanto Secretário, conhecimento da situação, para isso tem o devido processo administrativo, em havendo incorreção, algum equívoco pode ser alegado, argumentado nesse devido processo administrativo, que vai ser avaliado pela Procuradoria Geral do Município, que nesse caso lidera a comissão judicante, vai poder anular, se assim tem possibilidade de recurso, a partir dessa decisão. Então, não há uma discricionariedade do Secretário em interpretar, em receber e dizer – Não, tira isso, coloca isso, libera aquele, né. Até sob pena de eu ser responsabilizado. Existe para isso um processo administrativo, onde é oportunizada a defesa, a manifestação recurso, o recurso das mais diversas formas de recursos previstos nessa lei, que deve ter conseguido, tanto por parte do gestor, eu não posso ter nenhuma ingerência sobre isso, sob pena de me responsabilizarem. Eu não posso opor, propor, é uma comissão judicante que analisa essas questões. Não sei o caso concreto, se está em área irregular, enfim, mas é oportunizada essa defesa, a partir dessa manifestação o interessado pode fazer a defesa que vai ser avaliada pela Procuradoria e pela comissão judicante, que é a autoridade para avaliar esse tipo de situação. Senhores Conselheiros, então, passamos a nossa pauta: **4. ORDEM DO DIA. ITEM 4.07**. Conselheiro Hermes, qual é a sua dúvida? **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Secretário, Questão de Ordem não é dúvida. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** É com relação ao regimento sim. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Como eu fui citado, eu gostaria de lembrar, o senhor disse que não pode discutir essa etapa... **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Em Comunicação, conforme prevê o nosso regimento. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Mas o senhor faz a defesa, é isso que nos deixa indignados. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** É isso, eu sou o Presidente, Conselheiro. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** O senhor faz a defesa, que foi isso, que foi aquilo. Eu queria... **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Conselheiro, qual é a sua dúvida, Conselheiro, com relação à Questão de Ordem? **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu prefiro que o senhor me corte a palavra. Eu queria dizer e o que eu disse é que as concessões para as comunidades... **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Conselheiro, o senhor pode usar o período de Comunicações. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos**

Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS: São mínimas, as concessões para... **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Conselheiro, o senhor pode usar o período de Comunicação para fazer uma fala mais geral. O senhor quer debater uma pauta ou discutir, enfim. A gente não pode, existe uma regra regimental, a inscrição, a oportunidade, a Questão de Ordem. No período de Comunicação se a gente deixar que cada conselheiro a partir de quando vamos distribuindo as falas. Nós temos 10 conselheiros inscritos e aí o senhor se sente atingido com relação à fala, oportunizo a fala, aí o outro... A gente não consegue organizar, né, o processo. Então, é nesse sentido, Conselheiro, com todo o respeito e carinho que lhe dedico, eu lhe peço atenção ao regimento para a gente ter uma dinamicidade aqui nos nossos trabalhos. Equipe de Planejamento, nós temos o **ITEM 4.07: EXPEDIENTE 20.0.00009880-8. MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE**. É um gravame de traçado viário e eu peço para a nossa equipe de planejamento, o relato é da Conselheira Maristela, da RGP 7, que não estava na reunião passada. Então, em sendo um processo relatado, já tinha sido prorrogado, mas como ela não estava na reunião passada a gente prorrogou. A Conselheira Maristela está aqui presente ainda? Acho que caiu a internet. Então, a gente vai para o Item 4.8. Acho que não tem sentido fazermos a apresentação da Equipe de Planejamento, lembrando que o processo foi distribuído em 15 de março, o prazo para relato foi em 23 de março, ele foi prorrogado para o dia 04/05, a Conselheira Maristela não estava, a gente trouxe para esta reunião de hoje. Então, passamos ao ITEM 4.08 da pauta mais a conselheira não estava na última reunião, a gente trouxe para esta reunião de hoje Então, passamos ao Item 4.8 da pauta, o relator é o SINDUSCON. Já temos uma solicitação de vista do Conselheiro Jackson desse processo, do Item 4.07 da pauta. Passamos para o **ITEM 4.08, EXPEDIENTE 17.0.00-51418-7, MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE** o Interessado. É um gravame de traçado viário. A SINDUSCON está aqui para relatar. Peço para a Equipe de Planejamento fazer a apresentação. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Então, é o Expediente 17.0.000514187. Trata-se de um gravame de traçado viário, cadastramento de logradouro, como já comentou o Secretário. É na Rua Japejú, Bananal e Av. Presidente Vargas e o interessado é o Município. Aqui a localização, ele se trata de vias na região das Ilhas, RGP 2. A solicitação se trata da necessidade de modificação, que foi apontada pela Coordenação de Geoprocessamento e Informações Urbanísticas para adequação de três logradouros localizados na Ilha da Pintada. Então, ali as três vias que eu já comentei. Quanto ás ruas Japejú e Bananal há necessidade de adequar a tipologia, trechos que estão como trecho de passagem. E foi solicitada, então, a alteração da largura do gabarito para 12,5 em toda a sua extensão. Aqui também é colocado que elas estão inseridas em áreas consolidadas e as existências dessas vias já podem ser observadas no aerolevantamento da década de 80, com regime urbanístico definido também pelo Plano Diretor. Com relação à Avenida Presidente Vargas, a solicitação é gravar e cadastrar o trecho entre a Avenida Nossa Senhora de Boa Viagem e Rua dos Marinheiros e continuando assim com o gravame da avenida, que se encontra gravado até o início do trecho solicitado. Destaca-se também que ela se encontra consolidada e é um trajeto de transporte público à Avenida Presidente Vargas. Então, aqui os mapas da situação existente da situação proposta. Como vocês podem ver são vias, conexões que já existem. Então, é uma adequação com relação a esse gabarito. Aqui na Japejú esse 12,5, aqui ela estava na situação anterior um pouco mais, com o gabarito um pouco mais restrito. E aqui a Bananal, também tendo esse gabarito. Aqui a Avenida Presidente Vargas, então, tendo também seu gravame na segunda imagem. Com relação ao parecer da Procuradoria, que descreve primeiro a situação já citando trechos que eu já

coloquei dentro da manifestação técnica. Então, a Procuradoria se manifesta, especificamente, com relação ao GT, fez consulta com relação à unidade de estudos urbanos da SMAMS, que d do ponto de vista urbanístico se manifestou favoravelmente. Então, não vislumbrou óbice com relação a esses gravames. É isso, obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Vaneska, nossa arquiteta. A nossa homenagem a todas as mães servidoras, que se viram nos 30. Eu fico admirado com a capacidade de junto com os filhos apresentar, falando superbem, articulando as palavras (Durante apresentação bebê pedindo o seu "bibi"). Se sou eu já me atrapalho todo, se alguém está fanado eu não consigo fazer nada ao mesmo tempo. Ou eu faço uma coisa, ou eu faço outra. As mães, as mulheres têm essa capacidade, elas estão com o filho, elas apresentam, conversam e se viram, dão conta de tudo ao mesmo tempo. Maravilhosa a nossa homenagem a todas as mães servidoras que se viram nos 30 para dar conta de tudo acontecer que maestria, consegue fazer ainda com maestria. Parabéns, Vaneska. Na sequência o representante do SINDUSCOM, que é o relator, o Conselheiro Dal Molin, que lhe oportunizo a fala. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Boa noite a todos os colegas. Boa noite, Presidente. Primeiramente, vou me justificar e pedir desculpa pela minha falta na sessão passada, onde eu me dirigi até a Ilha da Pintada na terça-feira, esperando que ia conseguir voltar em tempo para fazer o relato e assistir a nossa reunião. Não foi o que aconteceu, eu fui até a Ilha da Pintada, para ver in loco a situação dessas vias e acabei conversando com a comunidade, caminhando pela região e não consegui voltar em tempo para assistir a nossa reunião e fazer o relato. O que eu vi lá me surpreendeu, porque eu esperava encontrar uma região para Cidade pouco desenvolvida, que eu tinha ido até lá no ano 2004, 2005, que eu tinha visto ruas de terra ainda, cheguei lá e vi todas as ruas asfaltadas. Inclusive, essas vias aí que nós estamos aí para confirmar o cadastramento delas e o gravame. Então, caminhei por essas ruas e vi realmente que elas necessitam mesmo de serem confirmadas, conforme os gabaritos do Plano Diretor de 12,5m. A comunidade está extremamente favorável a isso, só tem uma coisa que a comunidade pediu que eu relatasse ao Conselho, que as ruas Japejú e Bananal, elas gostariam que trocassem de nome e que o nome para essas ruas, por exemplo, essas aí que a gente está cadastrando, fossem nomes de pessoas antigas da comunidade, que fizeram muito pela Ilha da Pintada. Então, eles gostariam, aproveitando que a gente está cadastrando, que fossem mudados os nomes da Japeju e Bananal. Inclusive, eles estão fazendo, acho que até já está pronto o abaixo-assinado nesse sentido de mudar o nome dessas ruas. Inclusive, algumas outras ruas, não me lembro, acho que "Mexiana", um nome meio estranho, eles querem botar o nome dos antepassados deles, com toda a razão, que foi um assentamento de açorianos e ta, eles têm uma história toda, eles conhecem a história desde 1700 e alguma coisa, eles param para falar sobre as pessoas que colonizaram aquilo ali. E também me encantei com o visual de Porto Alegre vista pela ótica da Ilha da Pintada. O que eu percebi também, apenas na Rua Presidente Vargas, que no trecho que ainda não está cadastrado, parece que há ocupações, principalmente no lado direito de quem entra na avenida. E essa avenida Presidente Vargas é uma avenida que passa ônibus já e o ônibus quando chega no final dela, o ônibus tem que fazer uma manobra e retornar por ela, porque da Presidente Vargas para lá não há condições, é outro setor que passa pelo Estaleiro que tem ali e que tem rua de terra e também uma ponte extremamente rudimentar. Então, eu vi agora o relato da Vaneska e já estava preparado para fazer o mesmo relato que ela fez. Ela acabou comentando com muita propriedade que o município já fez todos os trâmites, inclusive, mandou para a PGM para ver se tinha algum óbice. A PGM manda, então, o processo para

a equipe de revisão do Plano Diretor. E a equipe de revisão, por que a PGM fez isso? Porque a PGM estava preocupada que não era só cadastrada, queria saber se podia cadastrar e se teria um regime urbanístico, saber também o que a cidade pensa para essa região. E aí a equipe da Prefeitura respondeu que sim, que tinha um regime urbanístico, que era predominantemente residencial, estabelecido, que não tinha nenhum óbice, nada contra. E aí a PGM aceitou fazer esse cadastramento, porque viu que as pessoas iam poder registrar suas casas e ter seus terrenos, teria um regime urbanístico vigente. A PGM entenderia que se não tivesse regime não poderia cadastrar, porque ia ficar praticamente no vazio, que não teria que fazer mais um passo também para dar o direito das pessoas. Então, vi com muito bons olhos, vi que várias e várias famílias que vão poder ter o endereço, mas gostariam que fosse do nome dos seus antepassados. Então, dito isso, se vocês permitirem eu posso fazer o meu relato, ler o meu relato, eu enviei meu relato para o e-mail da nossa Secretária, deve estar lá com ela e eu poderia tentar fazer o meu relato, se a minha imagem sumir vocês não se assustem, mas daqui a pouco eu volto. Então: *RELATO DO PROCESSO 17.0.000051418-7 Ref.: Alteração de Tipologia da Rua Japeju, localizada na Ilha da Pintada na MZ 09 UEU 032, pois está como passagem de pedestres e passa a ser Rua . Solicitação de Gravame de traçado Viário para 12,50m Alteração de Tipologia da Rua Bananal localizada na Ilha da Pintada na MZ 09 UEU 032, pois está como passagem de pedestres e passa a ser Rua. Solicitação de Gravame de traçado Viário para 12,50m. Inclusão de Gravame de Traçado Viário da Av. Presidente Vargas, localizada na Ilha da Pintada na MZ 09 UEU 032, com 12, 50m e extensão aproximada de 696m com inicio na Av. N.S. da Boa Viagem até a Rua dos Marinheiros e cadastramento do referido trecho com largura 10,50m e extensão de aproximadamente 696m. Trata-se de pedido através de um despacho da Secretaria de Urbanismo solicitando em 2017 a alteração de Tipologia de duas ruas na Ilha da Pintada e gravame de Traçado Viário, e Inclusão de gravame de traçado viário de uma Avenida. Através de outro Despacho da SMAMS, já em 2019, pede o cadastramento da Av. Presidente Vargas entre a Av. N.S. dos Navegantes e rua dos Marinheiros assim como cadastrar como Ruas as passagens Japeju e Bananal . Enviado para a PGM já em 2020, esta se manifesta que embora se trate de apenas Cadastramento de via pede Consultar o Grupo de Revisão do PDDUA. Entende que a Regularização deva ser viabilizada levando em conta aspectos Ambientais e situações de risco. A Preocupação era se haveria um REGIME URBANÍSTICO do PDDUA para fazer a regularização. A procuradora chefe perguntava qual o planejamento da cidade para a aquela região. A SMAMUS pela Unidade de Estudos Urbanos nada se opõe sob ponto de vista urbanístico, pois a Avenida possui até uma resolução do CMDUA por Alteração de traçado viário em 2017. Inclusive apontou o regime urbanístico como Predominantemente Residencial para as ruas e a avenida Sendo assim a PGM em novo despacho nada se opõe e não vislumbrou nenhum óbice jurídico . Por ter sido amplamente estudado por todos os setores dos órgãos envolvidos, e por visita ao local para constatação in loco dos relatos no processo sou amplamente* ***FAVORÁVEL*** *ao pleito em epígrafe*. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Isso aí. Obrigado, Conselheiro Dal Molin, relator do presente processo. Consulto se temos inscritos para fazer relato de vista. Por favor, coloca no *chat*, senão a gente coloca em discussão. Temos alguma solicitação de vista? Conselheiro Adroaldo. Mais algum conselheiro para fazer relato de vista? Então, para a próxima reunião o Conselheiro Adroaldo para relato de vista e, então, a gente coloca em discussão o presente expediente, o Item 4.08. Passando para o **ITEM 4.09, EXPEDIENTE 20.0.00028476-0**. Também é um ajuste de traçado viário, na Rua Tamandaré. O relato foi da RGP 8, foi apresentado em 04/05, parecer favorável da RGP 8, apresentado conjuntamente com a

RGP 6. A gente teve pedido de relato de vista da Conselheira Maristela, Conselheiro Felisberto, Mark, Claudete e Wagner. O Conselheiro Mark já apresentou na reunião passada, em 11/05. O Conselheiro Felisberto vai fazer relato de vista? **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, antes do meu parecer eu gostaria de ouvir o Conselheiro da Região, o parecer do Wagner. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Conselheiro Wagner, não sei se vai fazer relato de vista deste expediente, Conselheiro? Não é obrigatório. **Wagner Pereira dos Santos (1o Suplente), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Boa noite. Eu queria agradecer a oportunidade desta semana poder fazer o relato. Volto a falar, é tudo muito novo para mim. Até gostaria de deixar a minha homenagem aí, porque a semana que passou foi o aniversário do nosso saudoso Paulo Jorge, um grande guerreiro que nos deixou um legado. Então, a luta continua. Parecer do pedido de vista: *PARECER DE VISTA/SESSÃO CMDUA 18.05.2021. Trata-se de um requerimento solicitando a alteração do traçado viário da Av. Tamandaré, dirigido à PMPA, Escritório de Licenciamento, Unidade de Gestão do Desenvolvimento Urbano. Assinado pela Arquiteta Viviane Von Marées, Cau 17882.9, Arquitetura e Consultoria, datado de 17 de fevereiro de 2020. Foi lançado no sistema no dia 11.03.2020, e o primeiro andamento foi em 28.03.2020. 1. Em 17.05.2021 Estivemos na Avenida Tamandaré para constituir nosso parecer de vistas sobre o Expediente 20.0.000028476 e surgiram diversos questionamentos que devem ser esclarecidos para nós Conselheiros e Conselheiras deste Fórum e também a questionamentos que surgiram dos Delegados e Delegadas da RP5, lideranças, moradores do entorno e interessados. Os impactos no decorrentes do empreendimento da Multiplan na Avenida Diário de Notícias irá trazer uma série de mudanças viárias no Entorno. Devemos ter acesso e debater todos esses impactos. Qualquer mudança deve levar em consideração medidas que não tragam prejuízos de acessos, especialmente, aos moradores do entorno. Muitos destes idosos e que são os mais vulneráveis em grandes mudanças viárias. Acompanhamos o Colega Conselheiro do Planejamento Mark Ramos nos questionamentos por Ele feito e que trarão a devida transparência sobre o projeto, seus representantes legais e a quem interessa essa mudança que está descolada com contexto de responsabilidade, aparente, do Empreendimento da Multiplan*. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Wagner. Em nome do Conselho parabenizar a passagem do aniversário do Conselheiro Paulo Jorge,mas que era uma pessoa muito querida, tem todo o nosso respeito,admiração. Eu, pessoalmente, gostava muito do conselheiro e sei que é unanime esse pensamento, esse prestígio que o conselheiro tinha, tanto na administração, com secretarias, com o Prefeito atual, com o Prefeito anterior. É uma figura muito querida por todos e parabenizar a família. Obrigado por nos lembrar dessa passagem importante do Conselheiro Paulo Jorge. Então, o Conselheiro Wagner fez o seu relato de vista. Parabéns, Conselheiro, por escrito, excelente, é isso aí. Na sequência o relato de vista do Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, vou ler o parecer. **Parecer de vista da RGP1: Parecer de vista da RGP1:** *Trata-se de um requerimento solicitando a alteração do traçado viário da avenida Tamandaré, dirigido ao Município de Porto Alegre/RS(Escritório de Licenciamento, Unidade de Gestão do Desenvolvimento Urbano) assinado pela Arquiteta Viviane Von Marées, Cau 17882.9, Arquitetura e Consultoria, datado de 17 de fevereiro de 2020. Mas não diz em nome de que proprietário. Foi lançado no sistema no dia 11.03.2020, e o primeiro andamento foi em 28.03.2020. 1. Declara que, conforme alinhamento constante de DMI, há incidência do*

traçado viário nos terrenos dos dois lados, impares e pares. 2. Solicita a alteração do traçado viário da RUA TAMANDARÉ, pois este incide em maior parte sobre terrenos e edificações com números ímpares. PERGUNTO: QUANTOS SÃO OS TERRENOS? QUAL A SUA METRAGEM? 3. Informa que pelo traçado atual, conforme DMI, alguns terrenos do lado ímpar tornam-se não edificáveis. PERGUNTO: QUAIS SÃO? QUANTOS SÃO? E QUAL SUA METRAGEM? 4. Esclarece que a alteração proposta leva o alinhamento projetado para os imóveis pares, que já estão atingidos pelo traçado atual. PERGUNTO: QUAIS SÃO? QUANTOS SÃO? E QUAL A SUA METRAGEM? 5. Esclarece que o novo traçado incidirá, em sua maior parte, sobre um terreno que possui 48.984,42 m², e não atingirá as edificações existentes nesse terreno. PERGUNTO: QUEM É O PROPRIETÁRIO DO TERRENO? HOUVE CONSULTA AO PROPRIETÁRIO? ISSO PROVOCARÁ CUSTOS AO MUNICÍPIO? HÁ ALGUMA AVALIAÇÃO? 6. Informa que na proposta apresentada a maior parte dos terrenos e edificações com números ímpares serão liberados da incidência do recuo viário e serão edificáveis. PERGUNTO: QUANTOS SÃO? E QUAIS SÃO? QUAIS AS METRAGENS LIBERADAS? QUANTOS E QUAIS SERÃO ATINGIDOS PELO NOVO TRAÇADO DO LADO ÍMPAR?PRECISAM SER IDENTIFICADOS. HAVERÁ PREJUÍZO ÀS FAMÍLIAS RESIDENTES? A ARQUITETA VIVIANE VON MARÉES REPRESENTA QUEM? É CONSULTORA DE QUEM? O SEU REQUERIMENTO FOI ASSUMIDO COMO PRÓPRIO DO MUNICÍPIO? Essas são questões do Conselheiro Mark, no seu parecer de vista, que as endosso, pois, depois de ler atentamente todo o expediente e ter estado na Avenida, hoje, com a Conselheira Claudete e o Conselheiro Wagner da RGP% - região da alteração do traçado viário. Nos seus 38(trinta e nove) registros, não há nenhuma referência que as possa explicar. Espero que essas respostas possam ser dadas pelas Secretarias Municipais envolvidas, especialmente, a Secretaria da Fazenda, para o maior esclarecimento das Conselheiras e Conselheiros. É o meu Parecer de Vista FELISBERTO SEABRA LUISI da Região Gestão de Planejamento 1 do CMDUA. Fomos visitar a região, eu, a Conselheira Claudete e o Conselheiro Wagner. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. Devido ao adiantado da hora, são 20h01min. Nós temos ainda relatos da Conselheira Maristela e da Conselheira Claudete, a gente posterga para a próxima reunião. Boa noite a todos, obrigado pela paciência e seguimos em frente. Tchau. **(Encerram-se os trabalhos da plenária às 20h02min).**

Germano Bremm	**Secretária Executiva**
Presidente	**Relatora**

Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2021, ... retificações:

ATA ORDINÁRIA Nº 2893/2021

Aos vinte cinco dias do mês de maio de dois mil e vinte um, às dezoito horas, reuniram-se para Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, via ZOOM, denominado PLENÁRIA VIRTUAL DO CMDUA, em razão do decreto municipal a fim de combater o coronavírus e a propagação da pandemia entre as pessoas, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: Lisiane Sartori Fioravanço Magni (Titular), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Sônia Castro (Titular), **Gabinete do Prefeito – GP**; Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Cláudio Maineri de Ugalde (Titular), **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN**; Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), **Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS**; Gisele Coelho Vargas (Titular), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE**; Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM**; e Gustavo Garcia Brock (Titular), **Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV**. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS:** Rômulo Krafta (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**; Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Claudete Aires Simas (Titular), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH**; Sérgio Saffer (Titular), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA**; Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS**; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS**; Hermes de Assis Puricelli (Titular), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS**; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), **Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS**; Rogério Dal Molin (Titular), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:** Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Tânia Maria dos Santos (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4**; Wagner Pereira dos Santos (1º Suplente) e Ricardo Angelini, (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Cinco – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Maristela Maffei (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7**; Dinar Melo de Souza (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8**; e Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP – HOCDUA. SECRETARIA EXECUTIVA:** Camila Maders Fonseca Coelho, **Secretaria Executiva da SMAMUS**; Patrícia C. Ribeiro, **Taquígrafa/Tachys Graphen**. **PAUTA: 1. Abertura; 1.1. Apresentação Projeto 4PECH Projetos Executivos do Centro Histórico – Arqª Ana Paula Bonini e Arqª Fabiana Kruse – SMMU; 2. Votação: 2.1 ATAS: 2891 e 2892; 3. Comunicações; 4. Ordem do dia**. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h12min. **1. ABERTURA. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Boa noite, Senhores Conselheiros, Senhoras Conselheiras. São 18h12min. Estávamos aguardando o quorum, ajustando a transmissão ao vivo no

nosso canal do YouTube. Então, todos que quiserem assistir, compartilhar também para o público externo pode compartilhar o nosso canal lá, a SMAMUS no YouTube, vai está passando ao vivo a nossa reunião do Conselho do Plano Diretor. Hoje temos apresentação aos representantes da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana. Quem a gente tem presente da Secretaria? Temos o Secretário Adjunto, satisfação, o Matheus Ayres aqui presente. Também a Diretora de Mobilidade Carla Meinecke. Alegria estar aqui conosco. Estou vendo aqui a Fabiana também já presente e a Ana Paula aqui presente. Eu só consultaria, Senhores Conselheiros, se temos... Vamos fazer só a lista de presentes aqui, rapidamente, para ver se estão todos aqui. Fazer a leitura e na sequência a gente já segue para a abertura, para apresentação externa e depois seguimos a nossa pauta com votação das atas e depois Comunicação. (Relação dos presentes na inicial). Então, boa noite novamente a todos Conselheiros, sejam bem-vindos, que tenhamos uma excelente noite de trabalhos. Se, porventura, não chamei alguém dos presentes, por favor, faça o registro no chat que a gente vai formalizar a presença. Avançando, então, passamos de imediato para a apresentação por parte da Secretaria de Mobilidade Urbana. Eu abro a palavra, não sei se o Secretário Matheus quer abrir a fala e depois a gente passa para os demais técnicos fazerem a apresentação, contextualizar um pouco do que se trata esse ponto. Lembrando, Secretário Matheus, o Conselho do Plano é integrado por 27 representantes, sendo eles das regiões de planejamento, 8 regiões de planejamento eleitos pela sociedade. Também temos representantes do Orçamento Participativo, depois das entidades vinculadas ao planejamento urbano, entidades como eu nominei aqui, órgãos governamentais, UFGRGS, METROPLAN e todas as Secretarias que de alguma forma têm alguma vinculação com a gestão da política urbana da cidade, têm assento neste Conselho. Ele aprova os grandes projetos de impacto da cidade e discute, define dentro do processo de revisão do Plano Diretor todas as pautas que envolvem o planejamento urbano da cidade. Então, seja bem-vindo. Com a palavra o Secretário Matheus. **Matheus Cruz Ayres, Secretário Adjunto da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana – SMMU:** Obrigado meu amigo, Secretário Germano. Então, quero saudar aqui a cada um e a todos, senhores e senhoras, neste nosso encontro. É uma alegria muito grande poder participar, é a primeira vez que eu participo, Secretário Germano, no encontro. Então, é uma alegria, sempre é uma alegria poder estar em ambientes democráticos, que se respira a democracia, que se respira a fala e ouvir a construção coletiva. Isso é uma coisa muito boa, muito me agrada. Prazer, como eu disse, gigantesco estar aqui com vocês nesta oportunidade. Espero que a gente possa estar ao longo desta gestão ainda outras vezes, né. Dialogando, construindo, decidido juntos. Então, estou aqui para acompanhar, hoje as nossas colegas aqui e responsáveis Fabiana Cruz e também a Ana, que estão conosco e vão conduzir esse encontro. E ratificar, eu e o Secretário Záchia, também aqui pela Mobilidade Urbana, temos as nossas portas da Secretaria escancaradas para todo e qualquer amigo, amiga, que quiser também conversar sobre as competências e atribuições desta Secretaria, e os projetos que a gente está desenvolvendo. Assim também, então, finalizando, como sempre vai estar a tua disposição, Secretário Germano, para as construções transversais que a gente precisa realizar dentro desta gestão. Uma boa noite a todos, uma boa noite de trabalho, de diálogo e de construção a todos. Prazer! **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Secretário Matheus. Uma honra ter a tua presença neste Conselho, que tem feito junto com o Secretário Záchia um excelente trabalho. Fiquei muito feliz aqui em ver nominada Diretora de Mobilidade a Carla Meinecke, que a gente tem um carinho muito especial pela Carla. A Carla é extremamente competente, fiquei muito feliz em ver que ela está no lugar onde deveria estar. A gente

sempre brigou para ela estar junto lá nas decisões de mobilidade, ela foi por um tempinho para a área da saúde, mas que bom que conseguiram resgatar ela está aí na Diretoria de Mobilidade. Pelo menos me identificaram aqui, fiquei feliz da vida, porque a Carla é supercompetente, conhece muito bem a estrutura, assim como a Fabiana, a Ana, enfim, conheço a todos, mas tenho um especial carinho pela Carla, diretora, que sem dúvida vai conseguir produzir boas entregas para a cidade. Orgulho! Então, passamos, quem vai apresentar? Fabiana e Ana Paula, é isso? **1.1. Apresentação Projeto 4PECH Projetos Executivos do Centro Histórico – Arqª Ana Paula Bonini e Arqª Fabiana Kruse – SMMU. Ana Paula Bonini, Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana – SMMU:** Boa noite a todos. A Fabiana vai compartilhar o vídeo. **Fabiana Kruse, Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana – SMMU:** Primeiro, boa noite a todos. Gostaria de agradecer, então, desta oportunidade da gente estar novamente aqui apresentando um projeto. Este projeto tem muita similaridade com o projeto que a Ana Paula já apresentou também da outra vez, da João Alfredo. E a nossa ideia aqui é poder compartilhar um pouco com vocês esta proposta, ela se diferencia um pouquinho da João Alfredo, porque nós não tivemos algumas etapas que a João Alfredo teve, como, por exemplo, do urbanismo tático implantado. Então, a gente está começando essa jornada desses projetos executivos apresentando para o Conselho e pedindo esse auxílio, essas considerações e contribuições do Conselho para a gente poder fazer desse projeto um projeto que todo mundo quer. Então, de novo, esses são os projetos executivos de requalificação do Centro Histórico, são quatro áreas. Como objetivos principais nós temos: requalificar o espaço público dessa região do Centro. Tem uma região que fica fora do Centro Histórico, propriamente dito, mas entra dentro da área central. Ele visa a reurbanização de trechos que eu vou mostrar para vocês, cruzamentos, para tornar a área mais cômoda, mais segura, mais acessível para pedestres, ciclistas, veículos, com a implantação de acessibilidade, qualificação de passeios. Aí cada área tem as suas peculiaridades. A empresa contratada é a ENCOP Engenharia, que ganhou a licitação, da mesma forma que aconteceu na João Alfredo. O valor de contrato é R$ 587.000,00. A duração do contrato são 12 meses, ele foi assinado em abril e a duração dos serviços são 270 dias a contar da Ordem de Início, que foi assassinada no início deste mês de maio. Então, a primeira área que nós vamos trabalhar é o entorno da Praça Daltro Filho, junto ao Caminho dos Antiquários. Ela prevê pavimentação, alargamento dos passeios, acessibilidade, iluminação para pedestres, paisagismo, o reordenamento viário nos cruzamentos e buscando privilegiar a circulação de ciclistas e pedestres. Abrange quase 6.000m². Tudo o que eu estou colocando aqui nesta apresentação que nós vamos conversar, dessa parte da descrição básica do que se pediu no projeto, ele está contemplado no projeto básico, no termo de referência que foi encaminhado para a empresa. Então, essa é a nossa área de intervenção do entorno da Praça Daltro Filho. Então, são as vias, o passeio, aqui está o Cine Capitólio e toda a questão do reordenamento dos cruzamentos também, está dentro desse projeto. A nossa segunda área é a Avenida Aureliano de Figueiredo Pinto, ela inicia na Praça Isabel a Católica e vai até a Rótula das Cuias, inclui a Rótula das Cuias. Prevê pavimentação de caminho de pedestres ao longo do canteiro central, acessibilidade, paisagismo, iluminação Prevê a criação de ambientes de estar nas áreas mais amplas. A ideia é que a gente consiga interligar a cidade baixa e a orla. Vocês vão ver mais adiante, a gente fez um mapa explicativo disso de se qualificar a rotatória, reordenava a via, avaliar a ciclofaixa que está implantada em função de outras conexões. Prevê faixa preferencial para transporte coletivo, redução de velocidade. E a ideia é criar um ambiente mais propício à permanência e a circulação de ciclistas e pedestres. É uma área grande de mais de 21.000m². Então, aqui nós trazemos algumas imagens da área e aqui o mapa da área de

projeto. Então, vai aqui da Praça Isabel a Católica e inclui toda essa área, pega uma parte do trecho 2 da orla, a parte da Rótula das Cuias. A nossa terceira área de projeto é a Avenida Júlio de Castilhos, o trecho entre a Vigário José Inácio e a Rua Chaves Barcelos. Ela também visa a qualificação Urbana, mas, principalmente, a questão do aumento de segurança viária, redução de atropelamentos, adequação e relocação de terminais de ônibus. A questão de inclusão de ciclovia, a qualificação do ambiente que fica ali embaixo do Pop Center. Então, é uma área que se centra muito na questão da segurança urbana e segurança viária, é uma área de mais de 9.000m². E aqui está o mapa da área de intervenção. Então, aqui tem o Pop Center e esse é o trecho que foi demarcado para projeto. A nossa quarta área de intervenção é composta de vários segmentos de rua, que é a Rua General Câmara, entre a Rua dos Andradas e a Rua 7 de Setembro, a 7 de Setembro entre a General Câmara e a Borges, a Salgado Filho entre a Marechal Floriano e a Borges e inclui também a primeira quadra da Marechal Floriano. Por que são vários pequenos trechos? Porque a ideia é unir os projetos que já foram elaborados, financiados pela CAF, que é o Projeto Andradas, Uruguai e o Projeto Quadrilátero Borges. Então, eles vão ter objetivos similares a esses projetos, requalificação de passeios, ampliação de passeios, remoção de obstáculos, a questão da iluminação, reordenamento viário. Então, é um projeto também, é uma área de quase 9.000m². E aqui tem um mapa explicando: em azul Andradas e Uruguai, é um projeto que já foi desenvolvido; em amarelo Borges, o trecho que já foi desenvolvido e aqui o início do quadrilátero, que também nós já temos. Então, o que está em laranja são as áreas que fazem esse fechamento dessa proposta inicial. Aqui nós trazemos algumas imagens desses projetos, do Quadrilátero Borges, Andradas e Uruguaia. Aqui é uma imagem do projeto da Andrada, próximo à Praça da Alfândega. Aqui, se não me engano, é a Vigário. Essa daqui é a Uruguai com a Andradas ao fundo e aqui um trecho da Borges. Aqui nós temos, então, a relação desses projetos com outras ações na área central. Esse mapa já foi apresentado para o grupo de trabalho, ele foi alterado um pouquinho, nós conversamos, inclusive, com o pessoal da SMAMUS, com o colega Guilherme, a Catiane, eles sentiram a necessidade da gente amarrar um pouco mais, mostrar um pouco mais da situação dos projetos nesse contexto da área central. Então, nós temos aqui a Área 1, que é a Praça Daltro Filho, aqui a Área 2, que é o trecho da Aureliano, a Área 3 da Júlio de Castilhos e a Área 4 esses trechos que complementam o Projeto Quadrilátero. Então, o Projeto Quadrilátero está aqui em vermelho. Aqui nós temos a Praça XV, que já foi requalificada. Aqui tem a Praça da Alfândega, do objeto do Monumenta, também já requalificada. O Cais Mauá, o Gasômetro que está em obra, a Praça Brigadeiro que já foi requalificada, a Orla 1, Orla 2 e Orla 3. Aqui o Harmonia, que vai ser objeto de concessão. Aqui o Largo dos Açorianos já requalificado e aqui a Praça Isabel a Católica, que também foi requalificada. Em laranja nós temos a João Alfredo, que está nessa fase do projeto, como nós apresentamos para vocês. E em rosa está sendo tratado dentro da Secretaria de Planejamento, então, a inclusão desses trechos demarcados em rosa, desse restante da Borges nesses projetos de requalificação. E aqui, pontilhado, a gente apresenta, então, as nossas possíveis conexões futuras que a gente já está estudando para tentar integrar com o sistema de espaços abertos da Prefeitura, que está dentro do Plano Diretor. Então, é mostrar que os nossos projetos estão sendo pensados para o desenvolvimento futuro dentro de outras vias, outros trechos em outras direções. Então, aqui chegando no Parque Farroupilha e depois ela pode ainda seguir em direção a Moinhos, 4º Distrito, enfim, pode se expandir sempre seguindo essa lógica das conexões. Como premissas para esse trabalho nós indicamos, tanto para a empresa contratada, quanto para o grupo de trabalho, para considerar o conteúdo do Plano Popular de Ação da Região de Planejamento 1. Nós temos um processo de trabalho do GT, ele já

foi anexado lá e nós conversamos também com Conselheiro Felisberto para que esse plano fosse apresentado, tanto para o grupo de trabalho, como para a empresa contratada. E o conselheiro até já nos sugeriu uma data para essa apresentação. Então, o plano não traz algumas observações que vieram diretamente da comunidade sobre a questão de poluição, sobre a questão de pontos de insegurança. Então, são informações essenciais para a gente poder formular o nosso projeto, para entrar no nosso estudo preliminar, uma vez que, como eu falei, que para vocês que é um pouquinho diferente do projeto da João Alfredo. No projeto da João Alfredo a gente teve uma etapa anterior para poder elaborar o urbanismo tático. Nesse nós não tivemos. Então, é essencial que a gente tenha essa visão do plano da Região 1 e que a gente consiga fazer essa aproximação com a Região 1 para ter essas diretrizes da comunidade. Outra das premissas, né, então, é considerar o conceito de ruas completas, esse conceito foi trazido pela parceria com a WRI, ele foi incorporado ao trabalho técnico da Secretaria de Mobilidade. Nós estamos trabalhando com ele nesse projeto piloto da João Alfredo e a ideia é, sempre que possível, a gente conseguir chegar no conceito das ruas completas em todos esses trechos, em todas essas áreas que a gente vai ter agora o projeto em andamento. O grupo técnico, então, interno da Prefeitura é composto pela Secretaria de Mobilidade, pela Secretaria de Obras e Infraestrutura, pela Secretaria de Segurança, pela Secretaria de Serviços Urbanos, EPTC, DMAE, PROCEMPA, Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo, DMLU, SMAMUS e SMC. Nós temos também a participação da concessionária de iluminação pública IPSul, que eles também vão fazer parte dos projetos na análise e aprovação. Então, nesse grupo cabe essa análise e aprovação técnica de todas as etapas do projeto. Este projeto é dividido na etapa de levantamentos, depois nós teremos uma etapa de estudo preliminar, uma etapa de projetos executivos e uma etapa de orçamento, planos de gestão e comunicação, obras, o plano de disposição de resíduos e o cronograma para obra. Nós solicitamos, então, diretrizes para o grupo técnico. Então, como nós não temos aquele acompanhamento, aquela etapa anterior, como eu falei, a gente está pedindo, nós orientamos o grupo a emitirem diretrizes que saiam um pouco do que normalmente nós pedimos. Nós pedimos, então, essas leis, decretos, normas, instruções de toda a parte de legislação, a informação quanto aos projetos e estudos que estão em elaboração, em análise nessas áreas, informações sobre cadastros, pesquisas. Então, informações bastantes técnicas e diretrizes específicas para a área, considerando pré-existências, necessidades de alteração e inclusão. Nós solicitamos também que as secretarias tracem um perfil dentro da sua área de competência, o mesmo perfil da região. Então, aqui alguns exemplos do que nós solicitamos, além do que normalmente pedimos, de situações mais focadas, de documentos mais tocados. Então, da EPTC a gente pediu contagens por modal, linha de ônibus, lotação, a questão de tabela e mapa de calor de acidentes, rotas de pedestres. Então, todas essas questões foram solicitadas à EPTC para eles fornecerem e para a gente poder ter um panorama o mais completo possível para encaminhar para a contratada elaborar, primeiramente, estudo preliminar. Então, à SMAMUS pedimos os cadastros de vegetação, nós contamos com as áreas de vegetação e planejamento da SMAMUS. Então, o cadastro de vegetação, as classificações de acordo com o Plano Diretor, estudos urbanísticos para a área, informações sobre níveis de poluição sonora, visual, do ar. E em função do programa de reabilitação, né, se tem já questões de valor de metro quadrado de entorno da área, habitantes de entorno, a participação da região metropolitana na densificação de área. Foram algumas coisas que nós solicitamos, algumas diretrizes que nós solicitamos. E assim vai, DMAE o cadastro de rede de esgoto, o DMLU informação sobre coletas, a PROCEMPA a questão das câmeras existentes do projeto de ampliação do videomonitoramento, a Cultura a questão de todos os bens

tombados e inventariados, a questão das ambiências culturais, influência de áreas para o IPHAN. Então, tudo aquilo que eles puderem nos trazer na área do patrimônio. A Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo nós solicitamos, então, informações sobre o turismo, a questão dos ambulantes, das bancas e de comércio de rua. A Secretaria de Mobilidade, então, as questões de modal, as questões de condição de passeio, a classificação das vias, passeio e espaços públicos de circulação, aspectos de segurança viária, a própria questão do conceito de ruas completas, a questão de plano de mobilidade, a questão da política nacional de mobilidade urbana, tudo entra nas diretrizes da mobilidade. Para a Secretaria de Obras pedimos dados sobre a acessibilidade, estudos, projetos e obras futuras de ampliação de vias, porque nós temos a informação da questão de obras de arte e estrutura. Dentro da SMOI nós temos as áreas, então, de acessibilidade, área de projeto viário, área de projeto estrutural e a área de projeto elétrico. Na Secretaria de Segurança nós temos do SEI que aguarda, solicitando os dados sobre segurança e o cercamento eletrônico. E a Secretaria de Serviços Urbanos, que participa com a parte de iluminação pública e a concessionária, nós pedimos cadastros de iluminação, estudos de ampliação de rede e os condicionantes da própria concessionária. Essas diretrizes que nós solicitamos ao grupo técnico vão ser emitidas e entregues para nós, para a coordenação da SMMU até o dia 31. Então, nós solicitamos aos conselheiros do CMDUA, que entenderem impertinente, que encaminhem as suas considerações, as suas análises ou as suas ideias, as proposições, até o dia 4 de junho para este e-mail que está aqui na tela, para que a gente possa fazer uma compilação e entregar para a empresa contratada, para que eles também façam seu primeiro estudo em cima de todas essas considerações emitidas. **Ana Paula Bonini, Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana – SMMU:** Eu gostaria de complementar, Fabi, antes de encerrar. **Fabiana Kruse, Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana – SMMU:** Só para dizer eu e a Ana Paula, que vai falar agora, que estamos na coordenação desse grupo, a gente também faz a fiscalização do contrato e do serviço. Então, Ana, a palavra é tua. Eu vou tirar o compartilhamento. **Ana Paula Bonini, Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana – SMMU:** Eu queria que tu colocasses naquele mapa de novo. O que eu queria falar, complementando as informações que a Fabiana já passou, é que todos esses projetos estão dentro de uma visão maior de continuidade de todas essas áreas e de ligação de vários pontos de interesse. Não só do Centro Histórico, mas também a gente tem o Parque Farroupilha, que está muito perto, essa grande área verde aqui que vocês conseguem ver na tela. Ele em linha reta até a Orla 2 dá, aproximadamente, 1400m, sendo que a gente tem Área 2, ali da Aureliano. É a entrada do acesso principal ao trecho da Orla 2. Então, essa distância pode ser feita a pé muito bem e as pessoas não tem esse roteiro, assim, esse mapa mental de que as áreas estão próximas uma das outras. Então, assim, esse mapa foi complementado justamente para mostrar como a gente tem cada pedacinho. Tem ali o Largo dos açorianos, tem a Praça Isabel a Católica, cada pedacinho que já teve uma intervenção, já teve uma qualificação. E a partir do João Alfredo também a gente pretende fazer essa união ali, até o parque, para ter realmente uma rota, uma rota conhecida, né, e com pontos de interesse. A gente tem edificações de interesse cultural, histórico, tem o museu que está na João Alfredo. Então, tem essa visão do que a gente pretende daqui para frente, assim como o resto da Andradas, que seria a ligação até o Gasômetro. E uma coisa que é importante ressaltar, nesses quatro projetos que estão em amarelo, são os quatro projetos executivos do Centro Histórico e que a gente tem dois deles que são, vamos dizer assim, mais semelhantes no tipo de abordagem com a João Alfredo, que seria a Área 1, que é a Praça Daltro Filho, ali no Caminho dos Antiquários, e a Área 2, que é a da Aureliano, ali embaixo. Essas duas, vamos dizer assim, como eu já expliquei, né, a gente explicou na outra vez

que a gente fez a apresentação para vocês, ruas completas é um conceito de distribuição mais igualitária de espaço, de buscar segurança viária, mas de qualificação como um todo. Então, essas duas áreas vão mais para essa linha. E ali na Área 3, que é embaixo do Pop Center, a gente tem questões viárias e de transporte coletivo bem importantes, assim como a Área 4, que além de ser um complemento ali do Quadrilátero da Andradas, também tem um pedacinho da Salgado Filho e que a gente também vai ter um pouco dessa parte do transporte. Então, eu estou fazendo essa complementação porque a gente acolheu as sugestões e considerações do Conselho da outra vez. E agora, assim, é importante focar um pouco no que se busca desses projetos para ouvir a participação dos conselheiros da comunidade, assim como a gente vai depois também, o Conselheiro Felisberto já fez o contato para gente ver o plano. Então, basicamente, seria isso. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** É isso, então, pessoal? **Fabiana Kruse, Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana – SMMU:** É isso. Muito obrigada pela oportunidade de apresentar e nós aguardamos as manifestações do Conselho. E quem quiser saber também mais detalhes pode entrar em contato conosco que a gente está à disposição. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Perfeito, obrigado! Parabéns! Muito obrigado pela apresentação, pela iniciativa. Bem feliz em ver tantas coisas legais acontecendo no Centro, muita mobilização, o esforço de todo o município para de fato resgatar o nosso histórico. Temos o projeto de reabilitação para o Centro, está em discussão também, deve ser enviado projeto de lei para a Câmara de Vereadores ainda em junho, com a nova proposta de regime para o Centro, como foi apresentado aqui neste Conselho. Temos o Secretário Schirmer também liderando com as outras Secretarias, intervenções de qualificação, de segurança, mobilidade das mais diversas. Tem estudo também feito pela matricial com relação à mobilidade. Então, eu vejo que tem uma série de coisas acontecendo, aí soma o Cais Embarcadero, o trecho 1 da Orla, o Harmonia. Vai acontecer, o nosso Centro vai se desenvolver, não há dúvida disso. Que bom que temo também o esforço da Secretaria de Mobilidade. E eu abro a inscrição, então. Quem que nós temos inscritos? Deixa eu ver um pouquinho aqui quem nós temos inscrito para falar. Temos o Conselheiro Felisberto inscrito, temos o Conselheiro Mark inscrito para falar, depois o Conselheiro Hermes inscrito, o Conselheiro Saffer e o Emílio inscritos. Mais algum conselheiro gostaria de se inscrever? O Conselheiro Rafael Passos inscrito e a Conselheira Claudete da ACESSO inscrita. Não havendo mais inscritos, encerramos a inscrição. E oportunizo a fala para o Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa noite. Quanto tempo eu tenho, Secretário, são 3 minutos? Porque é na RGP 1, né, Secretário? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Vamos oportunizar 3 minutos para dividir bem. Seria pela lógica 1 minuto, mas é um tema superimportante, enfim, que a gente oportuniza 3 minutos e joga a nossa reunião, posterga um pouquinho a nossa pauta do dia. Então, 3 minutos. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Primeiro, boa noite a todos e todas. Saudar o Secretário Adjunto da Secretaria de Mobilidade, o Matheus, a Fabiana e a Carla, parabéns pelo projeto, pela disponibilidade e pela discussão que estão se propondo em fazer com a RGP 1, levando em conta o nosso Plano Popular de Ação Regional. Isso é muito importante, essa abertura do diálogo e construção coletiva. Eu queria dizer que algumas coisas me parecem fundamentais nesses espaços que são propostas. Vou começar pela Daltro Filho, eu vi que envolve a Cel. Genuíno até a Praça Sévigné. Essa era a primeira pergunta, parece que aquele trecho também é importante, liga com uma praça e liga com a Fernando Machado. Então, parece

que é só o trecho da Marechal Floriano, ali onde estão os antiquários. Então, é importante que também se veja esse trecho da José do Patrocínio em direção a Fernando Machado. Isso é uma primeira colocação. A segunda é com relação à ladeira, a Uruguai também, mas eu vou me ater um pouco à ladeira, onde tem o Largo Medeiros. Então, é importante que a gente tenha também um olhar sobre o trecho que vai da ladeira até a Caldas Júnior, que é onde vai estar o Centro Cultural da Caixa Econômica Federal. Então, é importante que a gente tenha esse olhar também e a possibilidade de abertura desse trecho, que daria mobilidade, que daria acessibilidade para uma parte da população. Então, eu peço que também seja levado em conta isso. E o terceiro é uma área que eu frequento muito, porque eu sou advogado, que é da Aureliano de Figueiredo, no trecho que vai da Borges até a Rótula das Cuias, tanto ali onde tem o Tribunal de Justiça, a Praça Isabel a Católica, que é uma praça que foi recuperada, mas que precisa um olhar também. E aí tem a República, eu não vi se tem um trabalho no trecho da José do Patrocínio até a Praia de Belas, ali na rua, na Igreja O Pão dos Pobres. Então, é importante que a gente também tenha esse olhar, não sei se isso faz parte do entorno. E, por fim, o trecho que envolve a Doutor Flores, onde é o camelódromo. Então, eu não vi qual o trabalho sobre a Voluntários da Pátria e que iria até o Coliseu, que é uma praça que também seria importante, porque tem muitos ônibus que param naquilo ali e aquele trecho que vai do Camelódromo até a Cel. Coronel Vicente é um trecho também importante, não só a questão da Júlio de Castilhos, mas a Avenida Mauá também teria que ter um olhar, não sei como é que vocês estão percebendo isso. Por fim, gostaria que fosse encaminhado ao Conselho a apresentação para que a gente pudesse ter um olhar sobre isso e poder contribuir. A RGP 1, nós indicamos a data de 13 de junho, às 16 horas para a gente apresentar, já conversei com a Clarice do IAB da Faculdade de Arquitetura da UFRGS, que foram os que propuseram o Plano Popular de Ação Regional. E quinta-feira eu tenho reunião com o Fórum de Delegado, onde exporei essa situação. Então, parabéns mais uma vez, Carla e Fabiana. E desculpa se eu me excedi no tempo, Secretário. Muito obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado. É Fabiana, Ana Paula e Carla. Tem a Ana Paula, a Carla é a diretora. Então, temos também a participação da Ana Paula. Tranquilo, na sequência a gente tem inscrito o Conselheiro Mark. Eu vou fazer a passagem aos inscritos e depois, ao final, abro a palavra a vocês. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Boa noite. Muito obrigado pela oportunidade. Agradeço também a presença das arquitetas que nos trazer esse projeto executivo do Centro Histórico de Porto Alegre. Realmente, é muito importante que para o nosso Conselho essas propostas, esses projetos sejam apresentados, porque a qualificação da parte central, do Centro Histórico da nossa cidade é muito importante para toda a coletividade. E os projetos demonstram ter uma série de requisitos, no sentido de trazer um novo espaço para a vida coletiva do Centro Histórico de Porto Alegre e que pode ser, posteriormente, reprisado nos outros bairros. A minha questão que eu dirijo às formuladoras e responsáveis pelo projeto é se acompanha essa proposta um projeto de arborização urbana sistemático, de preferência com espécies nativas, que eu acho que seria muito importante que Porto Alegre tivesse um cuidado com a questão da arborização urbana, que atualmente está muito defasada, está muito descuidada. Seria muito importante nós termos um projeto consistente de recomposição da arborização Urbana para iniciar no Centro de Porto Alegre. Essa era a minha questão. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Mark pela contribuição. Na sequência o Conselheiro Hermes inscrito. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Boa

noite a todos e todas. Mais uma vez é um prazer ver a Ana Paula e a Fabiana, eu já disse a outra vez da importância dos técnicos nesses trabalhos que desenvolvem. Quero cumprimentá-las e a todos que participam indiretamente. Eu tenho duas questões bem breves para serem comentadas. Na apresentação eu vi que é um trabalho que envolve várias secretarias, é um trabalho integrado, mas, primeiro, eu não tenho dúvida que pequenas intervenções, eu mesmo participei de um trabalho, fui fazer uma intervenção pequena na Voluntários, com tratamento de fachadas, não que eu tenha executado, mas um tratamento de fachadas e passeios públicos, que é o mínimo que os proprietários podem fazer e que a Prefeitura também pode fazer, muda completamente o perfil da cidade. Por outro lado, nós os urbanistas sempre entende que essa questão do planejamento fica... Entende não, mas a gente termina aceitando que fique na questão física, como é um projeto de requalificação. Só que me parece que a grande questão do Centro para requalificar é a questão dos moradores de rua, principalmente, e do crescente número de pessoas que circulam pelo Centro e que, eu não vou dizer que desqualifica, o que seria uma agressão a essas pessoas, mas que terminam fazendo com que muitas pessoas até se afastem, porque também eles são trabalhadores, os carroceiros, os catadores de lixo, da maior importância, diga-se de passagem. Eu não sei o que seria do Centro se não tivessem os catadores. Mas a pergunta é essa, eu não vi falarem sobre alguma intervenção nesse sentido das secretarias, se existe algum programa, algum plano, o que se pensa sobre isso? Para encerrar essa pergunta, eu vejo com dificuldade qualquer iniciativa, por melhor que seja, mais correta que seja, que não inclua como uma questão principal. Isso é planejamento também. E a segunda pergunta objetiva, aqueles valores são valores para desenvolvimento de projetos, tem alguma coisa no orçamento para execução depois ou isso fica para depois? Obrigado. Prazer! **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Hermes. Na sequência o Conselheiro Saffer inscrito. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Boa noite a todos e a todas. Eu queria entender, essa primeira etapa, é mais ou menos o que o Hermes perguntou, é a questão de projeto, ainda não tem a aprovação para execução? Isso é uma pergunta. A segunda, essa empresa contratada é que está fazendo o projeto para essas áreas? Ela vai estar integrada, vocês dão orientação? Por exemplo, assim, tipo de pavimentação, se tem algum desenho padrão dos pirulitos que vão usar, porque se cada um faz um jeito qual é a conexão e a uniformidade em todo o projeto, em todas as regiões? Então, isso que eu queria entender um pouco, como é que está sendo esse processo. Eu pensei que a Prefeitura tinha um croqui básico que eles estão se baseando. Há alguma informação de vocês também ou eles vão fazer a análise e vão apresentar para vocês? Porque vocês devem ter um diagnóstico referente à intenção da própria Prefeitura, referente a essas áreas. Então, isso não foi apresentado também. Eu acho ótimo o conceito de unir tudo, a gente vê que estão fazendo muitas coisas no Centro há muito tempo, o próprio Germano citou várias coisas que estão acontecendo, mas eu queria entender come que é essa padronização para não ficar cada trecho de um jeito. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Saffer. Depois o Conselheiro Emílio inscrito. **Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Boa noite a todos e a todas. Realmente, foi uma surpresa e fico muito grato estar vendo uma colega de muito tempo, de longas batalhas, como a Carla Meinecke, que está voltando para a adrenalina, né. Transporte e mobilidade é ter adrenalina e com certeza a Prefeitura ganha muito com a qualificação que tem a Carla em todos esses projetos e, sobretudo, em sua vida profissional e em sua vida como gestora

pública. Então, parabenizo e, Carla, vamos estar trabalhando por aí, incomodando nessas questões da mobilidade. Em relação ao projeto, é muito difícil realmente em 3 minutos poder se manifestar tecnicamente e elencar uma série de situações. Então, eu coloco, basicamente, que posteriormente o CAU fará sua manifestação e entrará em contato com os coordenadores da Secretaria de Mobilidade para poder especificar muito mais os detalhes em relação a isso. Simplesmente, nesses 3 minutos deixem-me perceber aquilo que eu ouvi e reforço o que mencionou o Sérgio Saffer, no sentido de que esses projetos deveriam servir para a Prefeitura de Porto Alegre para estabelecer um padrão especificamente do sistema viário. Sendo de calçadas para pedestres, ou calçada de rolamento de transporte público, ou de todos os veículos, para que se consiga uma unidade e padronizar todo o Centro, minimamente, com sistemas de lata qualidade, senão, sem isso ficarão picotes por todo o Centro, com diferentes tipologias. Nesse sentido, acredito que com projetos específicos se passe para os próximos projetos que se possam realizar. Em relação ao primeiro projeto que foi apresentado, rapidamente, eu percebi algo que poderia ser incoerente ou não ter relação, tanto que esses projetos de ruas completas e que busca apaziguar o transporte, o trânsito, especificamente. No primeiro projeto, sobre a Borges de Medeiros, especificamente, na área da Rua Machado com a rua dos antiquários, que por aí passa fortemente o transporte coletivo, pela Borges de Medeiros. Então, Borges de Medeiro significa maior velocidade para o transporte coletivo. Então, seriam duas coisas diferentes, por um lado um projeto de apaziguar, mas, por outro lado, um projeto que pede que o transporte coletivo tenha prioridade e, sobretudo, velocidade nesse sentido. O grande problema a ser resolvido, acredito, em todos esses projetos que estão tratando, o Prefeito, especificamente, que todas as secretarias estão trabalhando no Centro neste momento, pois, sobretudo, é a realocação dos terminais de transporte que existem tanto na Salgado Filho, na parte da Júlio de Castilhos e etc. Isso é um projeto maior que o Centro, é um projeto de toda a Porto Alegre, especificamente, que tem suas localizações na parte central. Portanto, acredito que é o começo, é o início. Parabéns, Carla Meinecke. Parabéns, Fabiana e Ana Paula, por esses projetos. Com certeza, nós vamos debater mais profundamente e em outros cenários, seguramente, esse tipo de projeto. Obrigado, Secretário. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Emílio, pela manifestação. Conselheiro Rafael Passos. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Muito brevemente, as minhas questões são... Não, primeiro parabenizar, tem um trabalho interessante como diretrizes e tal, como as equipes contratadas vão desenvolver o projeto. Mas a minha questão primeira é uma contribuição no sentido da fase... **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Conselheiro, caiu ou concluiu? **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Porque me parece importante ali naquele trecho a arborização. A minha pergunta vai também um pouco no sentido do que já foi manifestado aqui, a questão dos equipamentos de mobilidade, se há uma relação nesses projetos com os equipamentos e aí também com o plano de mobilidade. Se vai ser contemplado, como está a relação de cada um desses projetos, como o plano de mobilidade? E outra questão, como que se está pensando a questão dos pedestres na Andradas? Para a gente retomar essa vocação, que, infelizmente, parece que há uma falta de compreensão por parte de algumas das entidades do comércio, de compreender a importância que tem para a valorização do próprio comércio a questão da priorização aos pedestres na Andradas. Então, a minha pergunta vai no sentido do porquê, na verdade, e se isso não está sendo contemplado, de que maneira, né, porque isso está lá de alguma maneira expresso nas propostas da RPG 1,

mas que a gente precisa debater a retomada ou não, mas, ou seja, ter espaços de participação para gente debata essa vocação do pedestre ou não para a Andradas. No nosso ponto de vista, do IAB, ela perdeu muito da sua qualidade urbanística em função da decisão de retomada do automóvel por trechos da Andradas. É isso. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Rafael Passos. A Conselheira Claudete abriu mão da fala, em função de ter sido contemplada com os questionamentos dos colegas. Então, devolvo o microfone a Fabiana e Ana Paula para fazerem as considerações a partir dos questionamentos. Se mais alguém, a Carla, quiser falar é só solicitar que eu abro aqui os microfones também. Está bem? **Fabiana Kruse, Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana – SMMU:** Bom, gente, obrigada pelas colocações. Eu vou tentar responder rapidamente. A primeira fala do Conselheiro Rafael eu não peguei, então, quando chegar lá eu vou pedir a ele para repetir, porque ele estava falando sobre arborização, mas travou para mim. Então, as questões colocadas pelo Conselheiro Felisberto. Conselheiro, primeiro, eu acho que nós vamos conseguir aproveitar a nossa reunião que vocês vão nos apresentar, até para a gente entrar mais nas situações específicas desses projetos, para a gente alinhar melhor as áreas. Nós temos algumas questões que, ou já estão em andamento, ou em conversa dentro da Secretaria de Planejamento e Assuntos Estratégicos, que vai criar um grupo que vai tratar sobre o Centro e sobre os espaços de requalificação ou outras ações dentro da área central. Então, nem todas hoje são competências da Secretaria de Mobilidade, algumas ainda estão com a Secretaria de Planejamento Estratégico, que vai delegar determinadas atribuições. Outras dependem de recurso, outras dependem de mais secretarias, o que depende da gente, por exemplo, a questão da ligação lá da República, isso a gente já está pensando. Então, tem algumas conexões que... **Ana Paula Bonini, Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana – SMMU:** Está na nossa pauta futura. **Fabiana Kruse, Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana – SMMU:** Isso, depois desses projetos já em andamento, depois de João Alfredo mais azeitadinha, a gente já está pensando nessa ampliação e nessas conexões. Algumas estão caindo de maduro, outras dependem um pouco mais de articulação, que estão bem no núcleo do Centro Histórico, acho que depende um pouco mais de articulação realmente com a Secretaria de Planejamento, que agora está fazendo esse gerenciamento da área. Em breve, a gente espera muito poder vir apresentar outros projetos para vocês. **Ana Paula Bonini, Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana – SMMU:** Só complementando, Fabi, antes de passar... **Fabiana Kruse, Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana – SMMU:** Não, não vou passar, só vou terminar aqui falando da questão da apresentação. A Secretária do Conselho nos pediu a apresentação com antecedência. Então, já está com ela, poderia passar para vocês sem problemas. Ana! **Ana Paula Bonini, Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana – SMMU:** Lembrando que aquele e-mail que a secretária também tem o nosso contato, que a Fabiana até mostrou, quem tiver mais alguma complementação, sugestão, alguma consideração, pode compilar e mandar ele para a gente. Eu só queria complementar para o Conselheiro Felisberto, já explicando para todo mundo, que essas quatro áreas já estavam identificadas previamente como pontos mais delicados e que necessitariam de uma intervenção. Não que a continuidade não seja importante, ela é, como a gente mostrou no mapa, mas esses pontos se conseguiu encaixar em um financiamento existente da CAF, os projetos, as obras ainda não. Então, por isso que se partiu desses quatro, esses já estavam identificados como pontos mais sensíveis, saídas do Centro, as articulações, as ligações. Como surgiu essa oportunidade de financiamento e tem que se aproveitar o que a gente consegue, além da João Alfredo a gente conseguiu ainda financiamento para esses quatro projetos. Então,

todos esses outros pontos e conexões, com certeza, se a gente puder a gente vai trabalhar. **Fabiana Kruse, Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana – SMMU:** E tem que se destacar também que agora eu tenho um estudo de mobilidade, dentro da área do Centro Histórico. **Ana Paula Bonini, Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana – SMMU:** Do Centro Histórico, não é o plano. **Fabiana Kruse, Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana – SMMU:** Isso. Não o plano de mobilidade, o estudo de mobilidade específico do Centro Histórico tem também como escopo identificar outras áreas de intervenção, fora essas áreas já previamente identificadas. Então, além das que nós já identificamos dentro da Cidade Baixa e dentro do Centro, que nós gostaríamos de trabalhar por "n" razões técnicas, também esse estudo pode nos trazer novas áreas. Acredito que para o Conselheiro Felisberto isso a gente pode complementar depois na nossa conversa lá na apresentação. O Conselheiro Mark falou sobre a questão da arborização, nós temos hoje dois colegas da área de arborização urbana da SMAMUS, que estão trabalhando conosco, eles também estão trabalhando conosco na João Alfredo. Eu posso trazer o exemplo da João Alfredo, eles identificaram espécie por espécie a serem plantadas na João Alfredo. **Ana Paula Bonini, Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana – SMMU:** E deram como diretrizes. **Fabiana Kruse, Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana – SMMU:** Não só de vegetação de grande porte, como forração, vegetação mais baixa, já nem entendo muito bem, porque é uma área específica da SMAMUS. Também posso informar que a nossa colega da acessibilidade está trabalhando também, porque tem algumas espécies de vegetação que atrapalham na questão da acessibilidade para pessoas com baixa visão, enfim. Então, que está se trabalhando e se extrapola até essa área específica da SMAMUS, na questão da arborização. Então, eles estão presentes no grupo e eles vão nos auxiliar nisso. **Ana Paula Bonini, Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana – SMMU:** E também complementando, a questão da drenagem, a questão da permeabilidade, a gente está trabalhando com conceito de canteiros de chuva, que também ajudam na permeabilidade. Então, tem uma área toda que está sendo contemplada, só que a gente já está mais adiante na João Alfredo, agora a gente está começando esse projetos, mas todos eles vão contemplar isso e com certeza a arborização faz muita diferença para as pessoas, para o ambiente não ser tão inóspito, ser mais convidativo. Então, isso já está contemplado. **Fabiana Kruse, Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana – SMMU:** O Conselheiro Hermes, então, questionou sobre os moradores de rua, também entendemos não um problema, mas uma realidade que deve ser enfrentada. Infelizmente, dentro do nosso contrato de requalificação da mobilidade não entra a situação e a questão da política pública para habitação e o morador de rua, mas eu acredito, isso eu vou ter que deixar no ar, acredito que esteja sendo contemplado nesse plano geral para o Centro Histórico, que o Secretário Schirmer está encabeçando lá no Planejamento e Assuntos Estratégicos. No nosso projeto não está sendo contemplado, o que foi uma diretriz para a gente, e que eu acho importante colocar aqui é que a gente vê muito na arquitetura aqueles elementos segregadores de espaço, colocar taxão nos lugares, isso não é algo que vai aparecer nos nossos projetos. A gente não vai negar essa realidade do morador de rua e as necessidades deles no sentido urbanístico de mobiliário urbano, enfim. **Ana Paula Bonini, Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana – SMMU:** Posso complementar? Eu queria falar uma coisa que a gente repete sempre quando temos reuniões nos grupos que são intersecretarias, que é a questão do contexto todo. Não é só um projeto de urbanismo ou de segurança viária que vai resolver o problema de determinada região. Assim como na João Alfredo também. A gente vai precisar de fiscalização. A gente vai precisar de segurança, por exemplo, tu fazes, como ali nos Açorianos apareceu pichado logo. Então, assim, tem um problema social, tem um problema

de segurança e o projeto em si é uma parte disso. A gente também imagina, assumindo as palavras da Fabi, este grupo agora que vai gerenciar todas as intervenções no Centro e o próprio projeto de requalificação da SMAMUS, que todo levem isso em consideração, porque a gente está fazendo a parte de um todo. A pessoa se sentir segura, a pessoa querer transitar, pode ter arborização, iluminação, mobiliário urbano, com passeio e em boas condições, mas a pessoa tem que se sentir segura. Então, e também os moradores de rua serem acolhidos, isso é outra questão social que tem que trabalhar junto, né. Acho que seria isso. **Fabiana Kruse, Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana – SMMU:** Sobre a questão do valor da obra, que o Hermes também questionou, nós já temos estimado, a gente estava trabalhando até pouco tempo na questão do plano plurianual. Então, isso nos foi solicitado, que a gente tivesse uma estimativa de custo para obra nessa região, nós fizemos isso baseado em outros projetos que a gente já teve um orçamento de obra. Ele já está na nossa planilha de captação de recursos, se não é a prioridade um é a prioridade dois, devido à importância dos projetos do Centro. E esta a gestão deixou claro que o quão importante são esses projetos na área central. Então, não temos o recurso, mas já está na planilha para captação de recursos, com o valor já pré-estimado. Acredito que o Hermes sejam essas as colocações. O Conselheiro Saffer, então, de novo, também sobre o custo da obra, que a gente já tem e está nessa planilha de captação de recursos e sobre a questão dos projetos. O que nós temos de histórico? Quando se fez a licitação Andradas, Uruguai e Quadrilátero, a empresa vencedora do projeto foi a ENCOP. Então, eles já fizeram daqueles projetos e daquelas soluções, questão de mobiliário, questão de pavimento, eles já determinaram certos regramentos, não são regramentos, mas já estabeleceram alguns padrões para aquela área, para que aquelas áreas tenham uma unidade. Obviamente, Andradas, Borges e Otávio Rocha receberam alguns tratamentos diferenciados em função de patrimônio, em função de orientações da Cultura, mas o resto teve uma unidade. **Ana Paula Bonini, Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana – SMMU:** Juntamente com o GT, né, Fabi? **Fabiana Kruse, Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana – SMMU:** Isso, juntamente com o GT e aprovação do GT. Eles fizeram com orientação. Quando nós licitamos o Projeto da João Alfredo, também foi a ENCOP a vencedora da licitação. O que acontece? A gente já aproveitou essa oportunidade, vamos dizer assim, e já lançamos para eles – *Olha, vocês têm que seguir nessa mesma linha, não dá para fazer algo completamente diferente!* Então, o que a gente pode ver? A gente pode ver soluções urbanísticas ou arquitetônicas um pouco diferentes, mas se for ver na questão do mobiliário segue uma linha, a questão da pavimentação, porque tu tens unidade, tu tens diversidade dentro de algumas coisas que já foram pré-estabelecidas, porque também essas ruas, esses trechos, as vias, as áreas tem necessidades diferentes. Até como eu disse a Andradas, que tem uma parte tombada e tem uma parte que deve seguir, tem que demonstrar que aquilo ali tem certa importância, certo destaque dentro de um todo maior. Na João Alfredo a gente tem também uma particularidade, mas nos elementos, nos materiais, está se buscando essa unidade sim. Quando se licitou os quatro executivos a ENCOP também foi vencedora. Então, agora essas mesmas diretrizes para eles seguirem com esse padrão, com essa unidade seguem. Então, o que a gente espera e o que a gente vai buscar é que isso acabe formando, dando essa cara, porque a gente quer para esses projetos que consiga identificar que ali se preocupou em fazer uma leitura melhor daquela região. Ana, tu queres complementar? **Ana Paula Bonini, Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana – SMMU:** Só quero complementar que, na verdade, se busca soluções criativas, se dá exemplos e deixa a contratada propor, mas a gente quer que tenha essa unidade na leitura. É como a Fabi disse, é o imobiliário, o piso, o tipo de tratamento. Por quê? Tem que saber que tu está no Centro Histórico de Porto Alegre e não uma concha de

retalhos. Isso não quer dizer não ter solução nenhuma, cada lugar tem a sua particularidade, os próprios quatro projetos executivos, cada um é um pouquinho diferente do outro, mas a gente quer que tenha esse conceito. Isso, independente de ter sido a ENCOP ou não seria passado, porque uma das perguntas aqui foi como é que foi a orientação, se teve um diagnóstico. Então, sim, todos os componentes do GT dessas secretarias que foram citadas dão seus pareceres e seus diagnósticos que são levados em conta. A ENCOP não faz, ou qualquer contratada não faz da sua cabeça. Eles fazem as propostas, mas levando em conta tudo isso e a legislação também. E com base nisso vai se dando o retorno, o GT olha, tem a apresentação, volta, até se chegar a um consenso do que pode ser feito e das soluções inovadoras. Lembrando que a gente tem questões técnicas, questões de manutenção, questões de orçamento. Então, a gente tem que juntar tudo isso e mais as leis, que não nos permitem usar certas coisas. Então, dentro de tudo isso a gente busca o melhor, mas levando tudo isso em consideração. **Fabiana Kruse, Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana – SMMU:** Eu acredito que, então, do Conselheiro Saffer sejam essas as principais questões. Então, o custo que a gente já respondeu antes e a questão de projeto. Essa questão de projeto, acredito que o Conselheiro Merino também tenha entrado na mesma área. Então, vamos aguardar o contato do CAU, professor, para a gente conversar ais detalhadamente sobre cada área. Sobre a questão da velocidade da Borges, sabemos que ali tem também terminal... Não é terminal, tem um ponto de táxi. Uma das questões que a gente aborda na metodologia e no conceito de ruas completas é que a gente tem que respeitar as características da via para fazer intervenção. Então, nós sabemos que em alguns pontos daquele triângulo, daquela área a gente vai conseguir dar aquele destaque ao pedestre, dar destaque ao ciclista, ampliar passeio e em outros lugares a gente vai ter que respeitar o caráter da via, como é o caso daquele trecho da Borges. Mas nesse ponto, uma coisa que o conceito de ruas completas serve para tudo, é a questão da segurança viária, a questão de segurança de quem está na via e serve como forma de deslocamento dela. Então, isso na Borges com certeza vai ser atendido, fora questões de iluminação, de qualificação de passeio, isso aí vai ser contemplado, mas estamos aguardando o CAU. E sobre a questão... Oi, Ana! **Ana Paula Bonini, Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana – SMMU:** Não, só para complementar essa questão da Borges. Na verdade, o transporte coletivo ali também tem que ser contemplado. É como a Fabi falou, cada rua cada perfil tem o seu perfil, mas o que acontece? No momento em que tu tens um transporte coletivo, uma via de trânsito mais rápida, o que tem que prover é uma travessia segura, é um sistema que vai proteger quem não está dentro do carro ou do transporte coletivo. Tu vais proteger o ciclista, vai proteger o pedestre, mas não é sempre trânsito que – Ah, vão baixar a velocidade! Não, depende de onde está fazendo e do propósito que tem. **Fabiana Kruse, Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana – SMMU:** E sobre a questão da realocação dos terminais, isso é extremamente delicado, extremamente importante. Nós já tivemos uma reunião com a matricial, nós falamos da questão do estudo de mobilidade do Centro Histórico e da importância da gente trabalhar junto nessa área. Nós já conversamos com eles que a questão da diminuição de ônibus entre terminais no Centro não é só do Centro. Então, foge, ultrapassa o escopo desse estudo e nós estamos bem cientes, mas eu acho que trabalhar juntos vai fazer com que a gente consiga tentar a melhor solução para aquela região. É um trecho pequeno, tem estudos de outras faixas, mas eu acho fundamental a gente ir lá, e propor, e fazer essa discussão. Eu acho que é uma forma da gente até começar a iniciar essa discussão dentro de uma região tão complicada. Tem toda a questão do transporte metropolitano, a gente tem que retomar, tem que fazer essa conversa dentro da SMMU, dentro da Secretaria de Mobilidade nós já estamos tendo

reuniões sobre o plano de mobilidade. Além da questão do estudo da área central nós estamos falando sobre o plano de mobilidade, nós já temos um colega em contato com a METROPLAN para falar das questões metropolitanas que envolvem a Prefeitura. Dentro da SMAMUS a gente tem que falar sobre a questão da integração metropolitana na revisão do Plano Diretor. Então, eu acho que faz parte de um conjunto, mas entendemos sim a preocupação com a questão dos terminais ali. Acredito que seja isso para o Professor Merino. Por fim, então, o Conselheiro Rafael, eu perdi a primeira parte da arborização, eu não entendi a colocação. **Ana Paula Bonini, Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana – SMMU:** Se ia ter arborização na Aureliano? **Fabiana Kruse, Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana – SMMU:** Pois é, eu não peguei, mas ele falou da questão do plano de mobilidade. Então, sim, dentro da SMMU já estamos fazendo, inclusive, reuniões sobre o diagnóstico do que já foi apresentado, do que é existente e quais são os nossos próximos passos para efetivar o plano de mobilidade para Porto Alegre. A questão dos pedestres na Andradas, então, Andradas não faz parte do escopo desse trabalho, ele foi parte de um trabalho anterior. Então, nós tivemos trechos da Andradas nesses projetos que eu apresentei rapidamente aquelas imagens. Tem a proposta de requalificação e de inclusão de acessibilidade da rota acessível em todos os trechos trabalhados da Andradas. A gente tem questão de pavimento tombado e isso foi objeto de deliberação do COMPAHC e objeto de deliberação da Cultura para o projeto do Quadrilátero. Então, eles deram as diretrizes, elas forem seguidas, é de tirar todo o pavimento, de recompor todo o desenho, de deixar o piso em condições de receber acessibilidade. Enfim, isso já está posto em outro projeto, não entra parte do nosso escopo. E a questão da Andradas bem perto, a solução da Andradas bem perto da Praça da Alfândega também passou pelo IPHAN, que fez as suas considerações a respeito da solução projetual para aquela área. Esse projeto que já está posto, já está pronto, ficou com a Secretaria de Obras e Infraestrutura e ele está sendo atualmente encaminhado, enfim, está em processo para licitação da obra. Então, eu acredito que possa ser um objeto de contato com a Secretaria de Obras sobre essas questões. E, realmente, a questão da arborização eu não entendi. **Ana Paula Bonini, Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana – SMMU:** Era a arborização na Aureliano. Eu já respondi ali para ele no chat. **Fabiana Kruse, Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana – SMMU:** Ah, então, tá! **Ana Paula Bonini, Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana – SMMU:** Era se ia ter arborização. Vai ser contemplado, com certeza. E aí a gente tem mais espaço. Na João Alfredo, por exemplo, é um quebra-cabeças para colocar árvore de médio porte até, mas ali a gente vai ter mais espaço na Aureliano. **Fabiana Kruse, Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana – SMMU:** Então, Presidente, eu acredito que seja isso, que a gente tenha respondido todas as perguntas. Se mais alguém tiver alguma colocação e quem puder nos encaminhar, por favor, por gentileza, por escrito, entrar em contato conosco, vai ser muito bom, vai ser muito útil para o andamento desse trabalho. Muito obrigada! **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado. Nossa Diretora Carla quer falar. **Carla Meinecke, Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana – SMMU:** Bom, boa noite a todos! Primeiro, eu acho que é o nosso primeiro contato em nível de apresentação pública. Então, eu agradeço publicamente o empenho do Secretário Matheus em me trazer de volta. Eu acho que foi um convite irrecusável. Ao carinho do Germano da SMAMUS pela boa acolhida dos conselheiros também. Então, eu estou muito feliz em estar de volta e vou tentar ajudar da melhor forma possível. A gente tem hoje na Prefeitura um momento ímpar com vários projetos financiados com recursos que podem ser captados, patê já captados, né, e outros podem vir a ser, e todos eles a gente está concentrando, digamos, intervenções bem interessantes na área do Centro Histórico. Por quê? Primeiro, pelo valor

do Centro. Todos os projetos que a gente trabalha em qualificação, revitalização, eles agregam o desenvolvimento econômico, e o centro está precisando disso, eu acho que é o modelo, é a porta de largada para outras intervenções em outros locais da cidade. E o maior desafio nosso, na verdade, é compatibilizar todos os projetos interessantes, bons com planos setoriais ou de mobilidade do Centro Histórico. E ficou muito claro desde o início a fundamental necessidade de transversalizar. Então, o apoio de todas as secretarias nessa construção é muito importante, está sendo bem legal. Então, a gente tem esse apoio e o desafio fica mais fácil, porque tudo que for trabalhado, e também órgãos externos, o CAU, o IAB, tudo que for trabalhado vai ter um consenso em nível de qualidade, desenvolvimento e depois de resultado, de entrega para a sociedade. Eu acho que o serviço público só tem valor quando a gente consegue transformar os projetos em ação, botar, devolver para a sociedade. Então, assim, essa missão maior que o Matheus está passando, ele assumiu junto com o Zachia na Secretaria de Modalidades e passou essa missão para a gente também, para os técnicos que vão trabalhar. E os técnicos, os colegas de outras secretarias, temos pessoas com o mesmo espírito, então, eu acho que o desafio vai ser muito bom. E a gente conta com apoio, então, deste Conselho. Sempre, todos os projetos, todos os debates, a gente está de portas abertas, né, sempre estaremos prontos para atender vocês e para responder todas as questões, todas as duas que vocês tiverem. Assim que a gente muda um pouquinho e qualifica a nossa cidade. Então, acho que é isso. Obrigada, gente! **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Carla, mais uma vez. Parabéns aí pelo o time, a formação. Matheus, que bom, participou dessa construção para trazer a Carla de novo aí e agregar com o conhecimento dela. Então, acho que era isso, a gente avança na nossa pauta. Não sei se o Matheus quer concluir aí, fazer uma fala afinal? **Matheus Cruz Ayres, Secretário Adjunto da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana – SMMU:** Quero agradecer, o encontro foi muito bom, superou bastante as minhas expectativas. Acho que sempre quando possível for, e convidado, também quero estar perto, quero estar junto escutando, para que a gente possa, como eu disse lá no início, para essa construção coletiva. E também pedi para falar, porque quando da minha fala, não tinha visto ainda a presença da Carla, já tinha visto aqui a Fabi, a Ana e a Júlia da ETPC, mas não tinha visto a Carla. Então, só para ratificar tudo que já foi dito, desde o primeiro dia em que o Prefeito Melo nos convidou para assumir essa missão, a gente buscou construir a vinda da Carla para a nossa Secretaria como Diretora Técnica, porque realmente a gente acredita que a Carla tem todas as condições de nos conduz, nós secretários queremos caminhar ao lado e nos conduzir junto aos outros servidores também. É nesse processo de transformar, Secretário Germano, a Secretaria de Mobilidade Urbana como uma Secretaria de Estado e não somente de governo, não de gestão. O legado que nós queremos deixar, além de todos os projetos, desenvolvimentos, intervenções, é que Porto Alegre possa ter novamente, ou enfim, daqui para diante, uma estrutura de mobilidade urbana que sirva as pessoas e ao estado como conceito. Então, se nós conseguirmos chegar lá no final assim estaremos fazendo uma das grandes entregas desta gestão. Boa noite a todos e obrigado pela palavra, Secretário Germano. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Matheus, mais uma vez ela manifestação. Carla, colegas, parabéns pelo trabalho. Estamos aqui na Secretaria parceiros na “SMAMS” (som), porque eu vi que o pessoal está falando “SMAMÚS” (som). Eu vou corrigir, é “SMAMS” (som), é que tem o “u”, está junto ali. Por favor, “SMAMÚS” (som) é feio para caramba. Então, na verdade, é “SMAMS” (som). Está ali o “u” baixinho, tipo UFRGS, que não se fala o “f”. E o “SMAMS” (som) já está na cabeça de todo mundo. (Risos). Eu disciplino o

pessoal aqui, porque vira e mexe alguém fala: “SMAMÚS” (som). Não! É “SMAMS” (som)! (Risos). É um processo. É isso aí, pessoal, obrigado mais uma vez. Sucesso aí na caminhada, vamos conversando e seno parceiros nesse projeto. A equipe, está aqui a Vaneska, a nossa Coordenadora de Planejamento, conselheira que está representado a Patrícia, que é a Diretora. Enfim, esse é o nosso time aí também muito qualificado também de servidores, que quer fazer a diferença, quer transformar e está lutando para fazer boas entregas para a cidade toda, mas em especial, agora também, para o Centro Histórico. Eu acho que essa comunhão de esforços aí vai virar a chave do nosso Centro Histórico. Obrigado! Senhores Conselheiros, então, avançamos na nossa pauta. Já são 19h34mi. Nós temos o **ITEM 2. VOTAÇÃO: 2.1 ATAS: 2891 E 2892.** Lembrando que nós temos, então, a ata disponível para votação do dia 11/05, Ata 2891. A 2892 embora tenha constado na pauta não é objeto de votação, porque não foi disponibilizada para isso. Foi identificado que ela vai fazer algumas correções. Então, eu questiono, vejo que a 2891 é de 11/05. Então, na próxima reunião a gente vai estar com as atas em dia. Maravilha aí! Muito bem, parabéns a nossa taquígrafa que se esforçou para colocar as atas em dia. Então, eu consulto, Conselheiros, se temos objeção à aprovação da ata? Alguém é contrário ou alguma abstenção, por favor, faça a manifestação no chat, da Ata 2891. A gente faz o registro e depois avançamos para os outros itens da pauta. Temos alguma abstenção ou voto contrário, por favor, manifeste no *chat*. O Conselheiro Hermes tem uma abstenção. Mais alguma manifestação ou voto contrário? O Conselheiro Adroaldo abstenção. Conselheira Claudete, Questão de Ordem. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Boa noite a todos e todas. Eu gostaria só de fazer uma solicitação. Primeiro, parabenizar a Patrícia, ela sempre foi muito eficiente, na verdade, em tentar traduzir ao máximo as nossas atas. Até quando nós tínhamos as gravações ela traduzia, colocava, transcrevia, na verdade, aquilo até que não era dito no microfone para dar melhor entendimento do que acontecia nas reuniões. Nesse sentido, Secretário, eu acho que não deve haver nenhuma objeção, até porque vem em favor do interesse público, que sejam agregadas às atas os chats das nossas reuniões, porque a reunião não acontece apenas neste plano virtual, né. Muito acontece ali no chat. Se nós formos observar nas atas mesmo, muitas vezes a gente refere alguma manifestação que foi feita no chat, alguma votação que foi feita no chat. Então, eu entendo que a ata para ser completa, na verdade, e o pessoal estava muito preocupado com as abstenções, mas eu me preocupo mais com o conteúdo, então, que seja incluído o chat das nossas reuniões no corpo final do texto das atas. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Claudete, pela manifestação, contribuição. Eu alerto só com relação ao chat que existe uma formalidade do processo, a ata consigna essa formalidade, esses momentos. Se a gente, então, comporta o que está produzido dentro do chat, a gente está incorporando para a formalidade aquele rito que não está regrado, né. não tem momentos de falas e as nossas organizações nos momentos de fala, as inscrições, ela tem regramento, tem período. Então, a gente não consegue organizar o chat simplesmente e trazer para a formalidade a situação. Não tem um controle sobre as manifestações diversas ali no chat. Então, nesse sentido que nós temos dificuldade em incorporar o chat, assim aquele rito formal previsto no decreto, no regimento interno, que a gente segue aqui nos nossos procedimentos, a inscrição, a comunicação, o debate, o pedido de vista, a diligência, o relato, a apresentação externa. Todos têm momentos, o próprio debate, quando se coloca em discussão, as Questões de Ordem, tudo isso são processos formais previstos na regulamentação e que a partir dessas oportunidades são registradas na ata. Então, temos 02 abstenções, nenhum voto contrário. Então, **APROVADA A ATA 2891, DE 11/05**. **3.**

COMUNICAÇÃO. Na sequência, Conselheiros, a gente tem o Conselheiro Saffer inscrito para o período de Comunicação. Temos mais algum inscrito? O Conselheiro Felisberto. O Conselheiro Hermes inscrito. Então, encerramos a inscrição para o período de Comunicação e abro a oportunidade para o Conselheiro Saffer. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Eu queria dois itens, até não sei se vai conseguir compartilhar aí. Eu mandei uma foto e também queria fazer uma pergunta mais para a EPTC. É uma situação que eu verifiquei lá na rua... **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Pode compartilhar, Conselheiro. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Então, só um instantinho. Esta situação aqui que eu queria comentar, não sei como que a gente procede, se a gente verifica uma situação como esta. Isto aqui é na Gomes de Freitas com a Baltazar de Oliveira Garcia. Isto é uma calçada, onde tem uma parada de ônibus no meio da calçada, ela não está na borda da calçada. Olha a distância que está. E além da EPTC, ainda este lixo aqui. Isto aqui que fica lá do outro lado é o Strip Center. Então, se fizer, e eu tenho feito alguns projetos de acessibilidade, eu não tenho como fazer aqui, botar o piso podotátil, porque existe dentro do nosso regramento uma zona que é junto ao meio-fio para colocar esse tipo de mobiliário urbano. Então, eu queria perguntar para a EPTC, para a Júlia ou como que a gente encaminha isso, até uma sugestão, se a EPTC não pode fazer uma vistoria de forma geral em várias paradas e arrumar essa situação. Ou como que eu formalizo esta situação que eu estou mostrando para vocês? Isto aqui é horrível. Então, essa era a minha manifestação. A segunda é que foi publicada a tabela do solo criado aprovado. Então, que queria propor, Secretário, eu olhei rapidamente essa planilha, que foram feitas aquelas correções onde iam as informações em duplicidade. Então, de 164 páginas que foram apresentadas para nós, viraram, se eu não me engano, 111 páginas que estão publicadas. Mas, infelizmente, nas duas primeiras páginas que eu olhei, alguns valores e quadras que estavam naquele documento que nós aprovamos aqui, eu não encontrei nesta nova listagem. Então, eu queria fazer uma sugestão para o Secretário, posso até mostrar ou exemplificar mais adiante, onde eu já verifiquei, eu acho que eles têm que revisar novamente essa lista. E a segunda, que o senhor não precisa me responder agora, é que tinha sido acordado que para a publicação teria que vir uma instrução normativa de como fazer a utilização do solo criado com essa nova tabela, onde nós temos por face de quarteirão. Eu não estava na sessão, mas eu lembro que o representante da ASBEA quando foi votado pediu que fosse feita essa anotação, porque existem situações de lotes com mais de uma testada em duas frentes, em esquina, em duas quadras opostas e isso não está claro. Então, o senhor não precisa me responder nesta sessão, mas na sessão seguinte eu vou perguntar qual a previsão dessa instrução normativa. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem. Obrigado, Conselheiros Saffer. Eu vou lhe disponibilizar o telefone da Arquiteta Eliana Bridi, que também coordena a UDRE e pode conversar com ela, trocar ideia, enfim, que é a responsável por essas questões, as publicações aí. Então, acho que para amadurecer aí. Eu não sei como que está a questão da instrução normativa, enfim, o procedimento. A Eliana está cuidando disso para nós. A Camila pode disponibilizar e trocar ideia com a Eliana. Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Bom, boa noite de novo. São três questões, Secretário. Eu não sei se o Adroaldo vai falar, mas eu gostaria de falar sobre a reunião hoje que foi realizada nas comissões da Câmara de Vereadores para avaliar a questão da Vila Caddie. Nesse sentido, quero lamentar a ausência da Secretaria, porque seria importante a participação da Secretaria, tendo em

vista que há um projeto aprovado e que inviabiliza a permanência dessa comunidade no local. Então, seria importante a gente ter debatido isso na comissão. Então, quero dizer que foi uma reunião muito proveitosa, há todo um sentido de incorporar a comunidade no local, mas que precisa ser levado em conta, e aí precisamos da Secretaria para que nos auxilie na melhora alternativa ou construir uma alternativa conjunta. Então, é importante que a gente possa ter essa construção, é fundamental, porque a gente notou tanto a disponibilidade do Ministério Público, como da Secretaria de Habitação na avaliação da permanência dessa comunidade no local. Levando em conta toda a história, a importância dessa comunidade, a sua identificação como quilombo. Isso é muito importante, porque será um marco, é uma comunidade centenária, não é uma comunidade qualquer que está naquele local. É uma é uma comunidade que tem todo um histórico de vinculação com o Country Club, antes o Clube Americano, as pessoas ajudaram a construir, muitos foram empregados, tanto por isso Vila Caddie. Então, é importante que a gente tenha esse olhar conjunto e possa solucionar esse problema que aflige mais de 100 famílias. E uma das coisas que o Secretário deixou bem claro é que o cadastro que foi feito pela administração anterior, ele não será revalidado. Então, será feito um novo cadastro, uma nova e a importância de que houve uma diretriz que gravou uma rua em cima da comunidade. Então, é importante que haja esse encontro entre a Secretaria, entre o Ministério Público, e entre a comunidade para se achar uma melhor solução. E lamentar, a Claudete colocou ali (chat), eu lamento que o Conselho, principalmente os conselheiros de região, não tenham dado a importância daquela comunidade quando o projeto do empreendimento foi apresentado. Então, depois de muita luta, tanto do MP como junto ao DEMHAB, nós conseguimos viabilizar uma porta de negociação e que tem que ser construída por todos, Secretário. Então, apelo para a sua sensibilidade para que o senhor reveja isso, para a sua equipe técnica, a Patrícia. Não é nada contra a questão técnica, a gente entende isso, mas é importante também olhar o que a comunidade hoje sofre e está angustiada nessa luta, na permanência e na identificação da sua identidade. E para nós brancos temos que começaram a ter outro olhar, não de segregação, não te descriminar, é importante que a gente tenha um olhar de inclusão. E essa comunidade tem uma importância fundamental como Quilombo. Era isso e obrigado, Secretário. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. Inscrito no período de Comunicação o Conselheiro Hermes. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Boa noite a todos mais uma vez. Secretário, na verdade, a minha comunicação é uma declaração em relação ao ocorrido na reunião passada. E para não me perder no tempo e nem nas considerações eu resolvi escrever. Eu fiquei muito incomodado com a cassação da palavra quando eu pedi Questão de Ordem. DECLARAÇÃO: *Senhor Presidente Germano, Conselheiros e Conselheiras. Considerando o que está disposto no Regimento Interno deste Conselho, particularmente o Capítulo IV- Funcionamento do Conselho, em seu artigo 14º, inciso IV- comunicações; Considerando que em nenhum momento é referido no Regimento Interno que no período de comunicações dos Conselheiros, é vedado o uso da palavra de outros conselheiros que desejam comentar alguma matéria mencionada, mesmo que devidamente solicitado e por motivos justos, situação que discordo, mas que respeitamos desde que seja validada para todos os Conselheiros; Considerando que esta proibição de comentários às comunicações, desde que previamente solicitadas e por motivos justos é decisão única e exclusiva desta presidência, pois nunca foi debatida em plenário, assim como regulamentada etc. Considerando que na sessão passada deste Conselho, sessão de número 2892, ocorrida no dia18 de maio passado, solicitei "questão de ordem", exatamente para fazer estas*

observações, tendo em vista que a proibição da fala só é observada para alguns Conselheiros e que esta presidência se acha no direito de traçar comentários, contestações e ou observações no momento que lhe convier, inclusive no espaço de comunicações, descumprindo assim suas próprias determinações, autoritárias diga-se de passagem; Considerando-se que foi dificultado meu pronunciamento ao solicitar "palavra de ordem" com falas paralelas desta presidência, ameaças de silenciar meu microfone, antes mesmo de ouvir o que tinha a dizer, venho registrar meu profundo descontentamento com a condução dos trabalhos deste Conselho pelo seu Presidente, renunciando a sua condição de condutor dos trabalhos, dos debates e de mediador e não assegurando assim o tranquilo funcionamento deste Conselho; Por fim, gostaria de registrar que ao longo de minha vida e militância estudantil, sindical e profissional, sempre que o presidente, coordenador ou responsável pela condução dos trabalhos de uma Comissão, Grupo de Trabalho, Seminário, Congresso, etc. desejasse fazer uso da palavra para defender seus pensamentos, suas ideias, teses, enfim falar como um integrante do grupo, o recomendado e razoável era solicitar que seu suplente assumisse a mesa da coordenação dos trabalhas, abrisse mão da sua condição diferenciada, se inscrevesse e fizesse suas manifestações como um integrante do grupo, e o não recomendado e não razoável era usar sua condição de coordenador para inibir o debate... (Sinalização de tempo esgotado) *...usufruir dos privilégios do "botão liga e desliga dos microfones", quando isto lhe convém. Obrigado*. A sua observação fechou exatamente como é, para os amigos quando lhe interessa o tempo é infinito. O Colega Sérgio, nada contra ele, até foi muito interessante, mas eu marquei aqui, falou durante vários minutos. Agora, quando não lhe interessa o senhor é um ditador, o senhor faz o que bem entender. O senhor não entendeu que ser presidente é coordenar. (Sinalização de tempo esgotado). E na observação que o senhor fez na reunião passada, para quem quiser ouvir, o senhor diz: "Eu sou o Presidente". Assim, tipo, *a la Bolsonaro* – Eu sou o Presidente! Eu bato e arrebento! Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** obrigado, Conselheiro Hermes. São 19h54min. Então, não vamos conseguir avançar hoje na pauta. Nós tivemos uma apresentação importante hoje para a cidade, com debates aqui. A gente segue com a pauta na semana que vem, lembrando que a gente está sempre aqui na condução dos trabalhos, tentando construir o melhor para a cidade, o melhor processo para este Conselho. Vamos ter momentos de mais dificuldade, nem todos os conselheiros concordam com a condução e isso é natural, é da democracia, do processo. A gente enxerga isso na Câmara de Vereadores, a gente enxerga na Assembleia Legislativa, são os debates inconformados das partes e cabe ao presidente tentar fazer essa condução da melhor forma possível, representar aquilo que a maioria entende como adequada, mas, naturalmente, que vão ter algumas minorias que vão manifestar contrariedade, a posição, que vão entender de forma diferente. A gente respeita, eu respeito as diversas posições aqui do Conselheiro, mas estamos seguros de que seguimos o Regimento Interno, as resoluções de procedimento, daquilo que foi aprovado pela maioria dos conselheiros, respeitando este espaço democrático que é o Conselho do Plano. Peço desculpa se, porventura, alguma vez me excedo no calor do debate, enquanto ser humano que sou tenho meus momentos de oscilação, de irritação, de tensão, é natural do processo. E a gente está sempre aí para construir o melhor, aprendendo com os erros, com os desafios, tentando amadurecer e melhorar o processo como todos. Eu acho que a gente conseguiu bastante melhorar o nosso processo, o nosso procedimento, porque tinha muitas dúvidas. Então, organizamos, fizemos reunião, debatemos e votamos os tempos, os momentos, as falas, agora a gente tem um fluxo organizado e debates e graça a isso temos conseguindo avançar em importantes pautas para a cidade. Então, é um processo de amadurecimento,

de construção sempre, mas respeito a sua fala, está consignado, está registrada, Conselheiro Hermes e está sempre aberto aí o microfone para a sua contribuição, a sua opinião. Um grande abraço a todos, uma excelente noite! **(Encerram-se os trabalhos da plenária às 20h00min).**

Germano Bremm	**Secretária Executiva**
Presidente	**Relatora**

Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2021, ... retificações:

ATA ORDINÁRIA Nº 2894/2021

Ao primeiro dia do mês de junho de dois mil e vinte um, às dezoito horas, reuniram-se para Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, via ZOOM, denominado PLENÁRIA VIRTUAL DO CMDUA, em razão do decreto municipal a fim de combater o coronavírus e a propagação da pandemia entre as pessoas, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: Lisiane Sartori Fioravanço Magni (Titular), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Sônia Castro (Titular), **Gabinete do Prefeito – GP**; Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN**; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular) e Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), **Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS**; Gisele Coelho Vargas (Titular), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE**; Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM**; e Gustavo Garcia Brock (Titular), **Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV**. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS:** Rômulo Krafta (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**; Cláudia Laydner (2ª Suplente), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Claudete Aires Simas (Titular), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH**; Sérgio Saffer (Titular), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA**; Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS**; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS**; Hermes de Assis Puricelli (Titular), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS**; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), **Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS**; Rogério Dal Molin (Titular), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:** Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Wagner Pereira dos Santos (1º Suplente) e Ricardo Angelini, (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Cinco – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Maristela Maffei (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7**; Dinar Melo de Souza (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8**; e Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP – HOCDUA. SECRETARIA EXECUTIVA:** Camila Maders Fonseca Coelho, **Secretaria Executiva da SMAMUS**; Patrícia C. Ribeiro, **Taquígrafa/Tachys Graphen**. **PAUTA: 1. Abertura; 1.1. Apresentação Projeto Urbanístico do Arado; 2. Votação: 2.1 ATAS: 2892 e 2893 3. Comunicações 4. Ordem do Dia**. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h07min. **1. ABERTURA. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Boa noite, Senhores Conselheiros, Senhoras Conselheiras. São 18h07min. Temos quorum. Então, declaramos aberta a nossa Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental. Rapidamente, vou fazer a chamada dos presentes. Peço que se, porventura,

não chamar alguns presentes faça o registro no chat para a gente apontar aqui na chamada. (Relação dos presentes na inicial). Então, porventura, se não chamei alguém faça o registro no chat. Lembrando que a gente está ao vivo no nosso canal do YouTube. Então, todos aqueles que tiverem interesse em assistir a pauta de hoje também pode compartilhar o nosso link ali, com acesso no canal das SMAMUS no YouTube ou pode acessar diretamente o YouTube com o canal e vai estar rodando ali. Então, se tem algum representante da comunidade, como a pauta hoje também é importante, quem quiser compartilhar, enfim, com demais representantes da comunidade pode fazer. De qualquer forma, também fica disponível ali no nosso canal para quem quiser assistir a qualquer tempo. Então, hoje a gente tem uma apresentação do Projeto Urbanístico do Arado na pauta. Temos aqui a presença da Secretaria do Meio Ambiente Urbanismo e Sustentabilidade, na figura da Arquiteta Gisele, que vai apresentar um pouco do projeto, explicar um pouco dessa proposta também. Temos aqui o representante do empreendedor, o Rodolfo, que vai fazer a apresentação do Projeto do Arado. Por quê? Como se trata de uma alteração de Plano Diretor, aquela região da cidade necessita de uma alteração de Plano Diretor e o Plano Diretor de 2010 discutido, debatido com a comunidade previu que nas hipóteses de alteração de regime de determinados territórios, que se forem necessários ocorrer ao longo dos anos se previu o envio de lei específica para a Câmara de Vereadores para fazer essa alteração. Então, a partir desse projeto, que teve lá atrás estudo de impacto ambiental, teve uma lei específica que foi para a Câmara de Vereadores, mas que foi declarada inconstitucional ou não seguia o rito necessário da participação popular, acabaram que suspensos os efitos dessa lei. Então, esse processo foi retomado, conforme prevê a nossa legislação. Há uma possibilidade, o empreendedor, sempre por meio do estudo de viabilidade urbanística pode requerer análise quanto à instalação de determinado empreendimento no território. Ele fez esse requerimento, o Município avaliou, então, esses impactos e esse empreendimento. E antes, naturalmente, de remeter o projeto de lei para a Câmara de Vereadores, a gente está fazendo esta apresentação aqui no Conselho. No dia 4 vamos ter com as regiões de planejamento, a Região 8, para os moradores da região poderem participar. Depois disso, também teremos uma audiência pública para ouvir, debater e após isso, então, enviar para a Câmara de Vereadores, que também tem seu rito participativo de discussão para, se entender adequado, aprovar essa proposta de lei. Então, de imediato, eu vou pedir para que o Rodolfo inicie com a apresentação do projeto em si e depois eu oportunizo a fala para a Gisele, arquiteta da Secretaria, para explicar um pouco as nuances, as análises do Poder Público para com relação àquela área. O Conselheiro Felisberto tem uma Questão de Ordem. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa noite a todos e todas. É um esclarecimento e ao mesmo tempo uma Questão de Ordem. O meu pedido de esclarecimento é que esse caso do Projeto do Arado está *sub judice*. Tem processo na justiça federal que trata da questão dos indígenas. Então, eu gostaria de saber se não ha um impedimento de apresentar esse projeto. Parece-me que sim. E a outra questão também com relação a que qualquer adulteração do Plano Diretor está suspensa por aquele encaminhamento do Ministério Público Estadual, que não poderá haver alteração do Plano Diretor no momento de pandemia. Terceiro questionamento, Secretário, é com relação à pauta, que muitas vezes o RGP 5 vem pedindo a pauta sobre as contrapartidas no Barra Shopping e não tem nenhum atendimento dessa demanda, desse pedido. Já na época do Paulo Jorge, o Paulo Jorge insistia com isso e em nenhum momento foi atendido. E de repente é atendido o projeto de um empreendedor e o projeto de comunidade, que há necessidade da contrapartida em nenhum momento é propiciado o debate neste Conselho. Então, eu quero ponderar isso com o Presidente do Conselho, que

a gente seja mais democrático e propicie o debate de todos os problemas da cidade e não só aquilo que interessa aos grandes empreendedores. E há uma resistência da comunidade sim, uma época de pandemia fazer uma audiência na quarta-feira, em um espaço em que abriga só 180 pessoas, no mínimo... No máximo, melhor dito, e só pode ser atendido 50%, pelo que diz o decreto. Se tiver 300 pessoas, essas pessoas que comparecerão lá serão prejudicadas, não terão acesso, como que vai ser discutindo isso? Então, queria q ponderasse isso e gostaria que fosse submetido ao Conselho essa questão. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. Eu vou oportunizar a fala para o Rodolfo fazer a apresentação, mas, rapidamente, respondo com relação às questões judiciais, que não há nenhuma objeção com relação à tramitação, o encaminhamento. É uma prerrogativa do Poder Executivo, inclusive, o assunto também foi tratado junto ao próprio Ministério Público no encaminhamento de se fazer um acordo na própria ação judicial. Independente da questão judicial, para aquela lei, aquela lei está suspensa, enfim, nós não estamos discutindo. Agora, aqui a gente está discutindo uma nova proposta, um novo projeto de lei, que vai ser enviado, pretende-se enviar para a Câmara de Vereadores. E a gente está iniciando o rito da participação aí, da discussão, depois com a região de planejamento, que vai ser na sexta-feira. Claro, com os limites e isso é direcionado, especificamente, para os moradores da região, mas também vai ser oportunizado, além da presença física, quem quiser assistir de forma remota também vai poder assistir, sendo morador da região. Depois também a própria audiência pública, que aí é em um canal mais abertos, toda a população da cidade vai poder, vai ser oportunizada a fala, manifestação, enfim, opinião a respeito da proposta. Rodolfo, por favor, apresente e depois a gente abre para questionamentos, observações, contribuições. **1.1. APRESENTAÇÃO PROJETO URBANÍSTICO DO ARADO. José Rodolfo Fork, representante do empreendedor:** Boa noite, pessoal. Boa noite, Conselheiros, Conselheiras. Boa noite, Secretário e comunidade que nos assiste no YouTube também. Vou falar um pouco, na real eu trouxe um vídeo que apresenta um pouco do empreendimento da fazenda do Arado, bairro planejado que está se prevendo lá, mas queria colocar três pontos antes de fazer a transmissão do vídeo. O primeiro, que a gente está na fase agora de aprovação do projeto de lei do Plano Diretor, depois dessa aprovação o projeto volta para a CAUGE para fazer as análises e o item pertinentes às adequações. Após a aprovação da CAUGE o empreendimento vem para o Conselho para ser analisado e aprovado, depois disso, por se tratar de um bairro planejado é um projeto que vai ter vários futuros empreendimentos que vão acontecer ao longo dos próximos anos. E os grandes empreendimentos que têm lá, que ocupam a área rarefeita vão ser pauta de CAUGE de novo, de EVU e passar novamente pelo Conselho. Então, esse empreendimento vai passar pelo menos três vezes, esta, a aprovação do loteamento e depois a aprovação de cada um dos futuros empreendimentos que está se estimando em torno de quatro empreendimentos. Então, o Conselho participará desse projeto em pelo menos cinco momentos distintos. Então, dito isso eu queria transmitir, passar para vocês o vídeo do empreendimento. É um vídeo de mais ou menos uns 10 minutos, aí depois se sobrar tempo eu mostro o projeto implantado em cima do Google para facilitar o entendimento da região, da área. (Projeção do vídeo). Então, a apresentação do empreendimento é de um vídeo que foram atualizados os dados técnicos, que se iniciou em 2017 em uma das conversas com a comunidade. E a gente agora, para essa edição, a gente atualizou todos os dados técnicos, todos os mapas, mais os questionamentos que a comunidade havia feito já em 2017 e tem dois ali que responderam, que são mais atuais, são os mesmos, as perguntas continuam sendo as mesmas. Então, só para pegar, este

(*slide*) é um zoneamento do Plano Diretor, da data do protocolo do projeto, onde a gente tinha ocupação rarefeita na parte amarelo mais claro, em verde uma ocupação rarefeita em área de APAN e ocupação intensiva no azul e no roxo. E a proposta de zoneamento, a gente mantém toda a área de APAN, a área azul continua sendo uma área rarefeita, ela muda de produção primária para diversificado, para uso diversificado. E a área intensiva que se estende é para propiciar esses elementos do bairro planejado para a comunidade. O polo tecnológico, a área da ETA, a doação das praças, um centro urbano que pudesse captar comércio e serviço para a comunidade local e o bairro não poder atender e melhorar a demanda do Bairro Belém Novo. Então, a expansão da zona intensiva é para atender os interesses da comunidade e do município para as doações de áreas públicas. As demais áreas continuam como área de ocupação rarefeita de baixa densidade. E aí eu aproveitei a implantação para conseguir enxergar melhor como que fica no bairro hoje. Então, aproximando, nós temos o Bairro Belém Novo aqui em cima, a área do empreendimento é praticamente a área de todo o bairro, mas a gente tem toda essa parte aqui debaixo, onde está marcado com verde a RPPN, que é o parque, uma reserva, um patrimônio com acesso público de mais ou menos 95 hectares, que é quase um milhão metros quadrados. A área da sede da fazenda, que está no morro, também é uma área de preservação ambiental, que vai ter um uso muito restrito, que são mais 50 hectares. Essas duas áreas formam 140 hectares, praticamente, metade da reserva do Lami, que nós estamos mantendo como área de reserva ambiental para o bairro e vai ter acesso público controlado, porém público, em função das questões ambientais e não poder ser o acesso liberado. E os empreendimentos, que são em cinza, como pode se ver, estão ocupando toda a zona da área, que é a plantação de arroz e de pastoreio de gado. Então, a gente não está ocupando as zonas ambientais e cada um desses empreendimentos vai ser alvo de uma aprovação específica, que vai passar pela CAUGE, Secretaria do Meio Ambiente e pelo próprio Conselho. Então, essas matas que acontecem dentro desse grande empreendimento aqui serão preservadas conforme o projeto específico desse empreendimento, que vai ser discutido daqui 5, 6, 2 ou 10 anos, só o mercado pode nos dizer isso. E o que a gente está discutindo agora é o loteamento, que é: a criação da chegada da Avenida Heitor, conectando com a Avenida do Lami e propiciando a criação do polo tecnológico. Um núcleo intensivo próximo ao Lami, com as praças em frente ao mesmo. O núcleo intensivo na chegada da Avenida Heitor, que vai dar acesso ao parque com a sua respectiva praça. A aprovação do prédio histórico. Então, esse grande empreendimento tem que preservar as edificações históricas e dar acesso ao público. Por isso ele foi tensionado no condomínio, provavelmente condomínio de apartamentos ou de casas, que vai ser no momento oportuno discutido ele, porque os moradores têm que bancar a preservação das edificações históricas. E esses quatro empreendimentos aqui, foi pedido uma ampliação da densidade deles, da zona rarefeita, mesmo assim a gente está com uma ocupação de um terreno para cada 2.000 m², mais ou menos nessa região, com uma densidade 15 vezes menor que a densidade do Bairro Belém Novo. Eles servem como empreendimentos, pois nessas áreas é possível a gente cobrar uma taxa, porque esses moradores que vão fazer toda a preservação e o custeio da manutenção da reserva do patrimônio. E essa reserva está estimada a um custo mensal em torno de R$ 100.000,00 a manutenção dela. Então, esses empreendimentos, que nós estamos falando de uma área de 200 hectares para 1.700 terrenos, esses 1.700 terrenos, cada um vai absorver uma cota em tono de R$ 50,00 a 60,00 por mês para a manutenção da reserva natural e poder com isso fazer o acesso do público. Sem isso a gente não conseguiria fazer a manutenção, garantir a preservação do meio ambiente e não poder transformar isso em acesso público. Então, esses são os principais pontos que eu queria levantar do empreendimento, que se

torna, não é um empreendimento, é um bairro planejado, onde ocorrerão novos empreendimentos ao longo dos anos. Então, a gente vê aqui que esses dois juntos somam em torno de 1.100 unidades e esses dois juntos somam 600. Então, mostra que a gente vem de uma ocupação um pouco mais densa próximo ao Lami, ele veio ficando cada vez mais rarefeita, chegando aqui a 28 vezes menos denso que a região dos bairros centrais de Porto Alegre, 15 vezes menos denso que a região do próprio Belém Novo. É uma zona rarefeita, com baixa ocupação e muita preservação. A taxa de ocupação desse empreendimento para terrenos é 15%. Então, para vocês terem uma ideia, fica em uma condição rarefeita, de baixíssima intensidade. Então, é mais ou menos isso, se vocês quiserem dar uma navegada no empreendimento para ver. Então, do Lami se acessaria por uma grande avenida parque, uma praça e retornaria ao centro de Belém Novo. Então, fecharia esse grande anel para o bairro e dando essas duas chegadas nos núcleos que possam promover comércios, serviços, trabalho para moradores e um crescimento para o bairro. É isso, Germano. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado. Apresentação bem elucidativa. Então, agora convido a Gisele, nossa arquiteta aí, que há bastante tempo tem acompanhado o assunto, representantes da SMAMUS no âmbito da comissão, que vem liderando esse processo aqui internamente nas questões técnicas, organizando as questões técnicas para a gente garantir de fato que o projeto atinja as diretrizes do Plano Diretor, daquela região da cidade como um todo. Gisele, é contigo aí. **Gisele Coelho Vargas (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Primeiramente, boa noite a todos, Senhor Presidente, Secretário Germano, Senhores Conselheiros. A Diretoria do Planejamento Urbano vai apresentar a proposta do projeto de lei complementar para alteração do regime urbanístico da área da Fazenda do Arado. Então, eu vou frisar, mesmo que o Rodolfo já comentou, que o projeto urbanístico tramita na CAUGE, no Expediente Único 23.30742.00.5 e está na etapa de EVU ainda. Então, o local pertence à Região de Planejamento 8, no Bairro Belém Novo. Ali na parte da direita a gente tem a área da fazenda em verde, onde vai ser o empreendimento. Então, uma breve linha do tempo: o processo entrou na CAUGE em 2011 e começou com uma emissão de diretrizes para termo de referência de estudo de impacto ambiental. Em 2012 esse termo de referência foi aprovado no CMDUA e iniciou-se, então, a elaboração do estudo de impacto. Em 2013 o relatório de impacto foi apresentado na CAUGE. Em 2015 teve aprovação na Câmara do Projeto de Lei nº 780 com as alterações no regime para a área. Em 2017 a Lei nº 780/2015 é considerada ilegal e seus efeitos estão suspensos, bem como, a análise do empreendimento na CAUGE. Em 2019 se retoma a análise do empreendimento, que daí já está na revisão 15. Em 2020 a Câmara encaminhou um projeto de lei novamente com alteração de regime, mas aí foi vetado pelo executivo e agora o projeto se encontra na revisão 17. Então, para que o EVU possa ser aprovado após as análises é necessária a aprovação desse projeto de lei. A nossa apresentação vai ter quatro tópicos, nós vamos falar um pouquinho da evolução urbana do Belém, as estratégias do Plano Diretor, fazer uma síntese dos regimes com aquilo que o Rodolfo estava falando, número de unidades, densidade e as propostas do poder público para o local. Então, inicia a história do Belém no Século XIX, que foi a retirada da freguesia do Belém Velho mais para o sul, então, surgiu Belém Novo, que era conhecido como o Arado Velho. Nas décadas de 20 e 30 ele começa a ter uma característica de balneário, complexo turístico, tem um hotel cassino e a população procura muito o bairro para lazer. Em 1976 o município cria o distrito turístico do Belém Novo e só em 91 é que ele se torna bairro. Então, aqui a gente resgatou algumas imagens da época daquela vida bucólica do passado do bairro, que era muito concorrido, muito procurado na época do verão, era

impressionante. Então, se resgatou ali também as imagens do hotel cassino à esquerda e à direita o famoso Restaurante Leblon, que hoje só tem ruínas ali. E agora a gente vai olhar o Belém sob o prisma das estratégias do Plano Diretor, porque esse bairro sempre esteve em evidência, digamos assim, na visão do planejador. Então, são sete estratégias do Plano Diretor. Então, a primeira que se chama estratégia de estruturação urbana, que tem um programa de espaços abertos e ela destaca o bairro como bairro de interesse histórico, patrimônio cultural, a orla, percurso paisagístico, o ponto de emergência visual. Então, só isso para o Belém. Isso pode ser visto no próprio texto do plano, nos anexos, na figura 1 aparece bem. Depois ele se encaixa também nas estratégias de qualificação ambiental, que aí também entra a orla novamente, o percurso paisagístico, pontos de emergência visual ali na ponta do Arado e espaços para práticas sociais significativas. Agora ele está também alinhado com a estratégia de produção da cidade. Então, vocês podem ver que está destacado em vermelho, ali no cantinho inferior esquerdo, o próprio Belém como o potencial candidato a receber um projeto de revitalização da orla. E o que é a estratégia de produção? É o município através dos seus instrumentos de gerenciamento, promovendo o desenvolvimento urbano, oportunizado pelas atividades empresariais. Aqui eu só fiz um apanhado dessas estratégias, o que cada uma delas obtém por objetivo, uma síntese do que eu falei. E o grande elo entre elas seria o espaço da orla do Belém. E a gente vai trazer o projeto de lei complementar, que agora em seguida vocês vão ver. Aqui nós temos, então, exatamente a mesma imagem que o Rodolfo mostrou antes, os regimes originais do território. Então, a área de ocupação intensiva está pintada com as cores azul e lilás, e a rarefeita é a grande área verde e área laranja. Então, a verde é APAN e a laranja área de produção primária. Agora o regime proposto na parte intensiva. Então, a área de ocupação intensiva é ampliada e configura a ocupação de transição, como foi falado, entre os padrões intensivos, e rarefeitos e faz uma integração com a área urbana já consolidada do bairro, e o crescimento urbano estrutura ao longo da Avenida do Lami, como foi visto na apresentação do Rodolfo. Essa área, então, azul, verde, azul claro, é que são as áreas que vão ficar com regime de intensiva, com, aproximadamente, o número de unidades ou de economias possíveis, de 542, considerando que na mista 3 a gente vai deixar isento de cota ideal, possibilitando a habitação de interesse social, estimulando isso. E o lote 13, que é a área institucional, que é a ETA, que são 9,5 hectares. Então, tudo isso ao longo dessa parte intensiva. Então, aqui voltamos à questão da rarefeita, que permanecesse toda essa área verde em quatro subunidades. A subunidade 10, respondendo às perguntas de alguns conselheiros, é onde está localizado o sítio arqueológico Guarani. Então, ela vai ser uma RPPN e vai ter um regime próprio, enfim, tudo aquilo que já foi explicado. Na área laranja, onde tínhamos a produção primária, agora nós vamos ter a área de desenvolvimento diversificado. Então, toda essa parte da grande extensão de terra que tem ali a gente vai mantendo uma baixa densidade populacional e vai ter em torno de 1800 unidades, mais ou menos, estimado. Então, vai variar depois conforme os projetos forem acontecendo. Aqui a gente faz uma comparação do número total de unidades antes, possível com regime que existia no local, que eram só quatro subunidades e o possível agora. Então, teve um aumento aí de 77% de número de unidades. Aqui a questão da população. Então, atualmente, estima-se, porque a gente não tem os dados de censo, a gente só tem os dados do censo de 2010. Então, no Observatório POA a gente tem esse valor de, aproximadamente, 10.630 e poucos habitantes e para 10 anos se planeja um incremento em torno de quase 8 mil habitantes, mas para 10 anos. Então, seria um aumento de 70% da população do bairro. Essas estratégias que eu mostrei para vocês vão se desdobrar em projetos urbanísticos que vão constar no projeto de lei complementar. Então, quais são? Seria um projeto urbanístico de revitalização dos espaços da orla. Depois também temos a

doação antecipada do lote destinado à estação de tratamento e qualificação de equipamentos públicos comunitários, previamente identificados. Isso vai ser viabilizado a título de contrapartida. Então, o que é contrapartida? Vocês já estão familiarizados com essas terminologias, a gente tem falado tanto aqui, né. Vão ser as obrigações do empreendedor em função dos benefícios que essa lei vai conceder para o empreendimento. Então, ela não se confunde com medidas mitigatórias e compensatórias, que são decorrentes de impacto, que isso é outra coisa, ela está sendo tratada no EVU. E também não tem nada a ver com a doação das áreas por parcelamento de solo. É outra figura, digamos assim. O que está se propondo? É o programa de urbanização dos espaços abertos na orla, o sistema de paisagismo e urbanização geral das áreas verdes, ciclovias. Possibilitando a melhor integração da população e aproveitamento dessa orla tão interessante que é e tão linda. Depois temos a doação antecipada. Por que doação antecipada? Porque ela vai acontecer agora, mesmo antes de empreendimentos estar sendo feito, né, ela já vai ser. Se, porventura, esse empreendimento não acontecer o município terá que ressarcir o proprietário. E aí nos indicaram pelo menos o equipamento candidato a receber melhorias, que é a Unidade de Saúde de Belém Novo. Existem outros ainda a serem identificados. Como é que a gente trabalhou esse método? A gente definiu perímetros para o empreendimento. Então, tem o perímetro de intervenção, que é o próprio empreendimento, ali em verde. E o perímetro de interface, que é a parte B ali, que corresponde ao bairro. Esse é o programa de espaços abertos, que eu estava comentando. Ali a doação. A unidade de saúde e aí os perímetros. Então, a gente chama esse projeto urbanístico de uma requalificação do bairro. A gente usa o termo “requalificação”, porque revitalização, essas coisas remetem a coisas cenográficas e não é isso. Ela vai manter a característica original do espaço, da paisagem, só que ela vai ser melhorada, propiciando maior utilização pela população, tanto do bairro como da cidade, como era no início do bairro. Então, aqui, só resgatando aquilo que eu já comentei antes que o bairro era realmente um bairro muito procurado. Então, era o aprazível subúrbio, ele recebeu projetos urbanísticos de loteamentos no modelo Cidade Jardim, onde a gente tem, por exemplo, o primeiro é Vila Balneária Nova Belém, que foi o primeiro. Ele faz todo o acompanhamento viário das curvas de nível do Morro da Cuíca e os terrenos eram amplos, as casas eram no centro do lote, todo aquele conceito de Cidade Jardim. Depois surgiu o Belém Novo Balneário, onde hoje estaria o Hotel Cassino e o Balneário Arado Velho. Existem outros loteamentos implantados dessa época, mas eu não encontrei as plantas para poder ilustrar. Então, teria que ter feito uma pesquisa mais aprofundada. E nessa época também surgiram outros bairros na cidade com esse mesmo conceito, porque é Vila Assunção, Conceição, Guarujá, Espírito Santo. E somado, então, a essa riqueza arquitetônica urbanística a gente tem os pontos de interesse histórico e paisagístico da igreja, da Escola Evaristo, as ruínas do restaurante, o antigo hotel e os próprios núcleos que têm dentro da fazenda, que é o núcleo do leite, do arroz, o aras e a marina. Ali o “f” é o Sítio Arqueológico Guarani. Então, o que a gente está propondo? Junto com esse projeto de urbanização e reurbanização da orla, dois percursos que poderão ser feitos a pé ou ciclísticos, que um a gente chamaria de Belém Novo Pitoresco, que faz essa parte em torno do Morro da Cuíca, tem o mirante, passa pelo restaurante, em algumas praças e terminaria no local onde seria o hotel cassino. E depois temos o percurso do Caminho do Arado, que é aquele ali onde pega os núcleos da fazenda e vai até a RPPN, que terminaria no sítio. Isso é uma proposição, mas que a gente entende que poderia trazer uma diferenciação para o bairro. Então, aqui a gente fez só um resumo, o projeto urbanístico aliado com as estratégias do plano e o poder público gerenciando, digamos, que geram ações de projetos de qualificação e melhorias para o entorno. Então, vamos nos aproximando da conclusão. Então, assim, a gente

entende que isso está conciliando a ocupação da Fazenda com essa transição da ocupação intensiva e ocupação rarefeita, valorizando os elementos do patrimônio ambiental e paisagístico. Novamente frisando que as contrapartida não se confundem com as medidas mitigadoras de impacto, que são obrigações do EVU. Ali o Rodolfo já tinha comentado, que cada empreendimento que surgir dentro do bairro planejado ou do loteamento, vai ter um EVU próprio e assegurado acesso público a RPPN. Próximos passos, então, hoje foi a nossa apresentação, no dia 4 a gente vai ter apresentação na Região 8, ali está o endereço e o horário, às 19 horas e dia 25 de junho está prevista a audiência pública. É isso, gente. Muito obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Muito bem. Parabéns, Gisele, pela apresentação, bem elucidativa, organizadas as informações, com bastante clareza e tecnicamente demonstrando e esclarecendo todos os pontos do projeto. Fico bem orgulhoso de ver o teu trabalho refletindo na cidade. Então, eu oportunizo, não sei se temos questionamentos, inscrito para questionamentos. Aí façam a inscrição no chat, que a gente oportuniza as falas. Nos processos normais em pauta é 1 minuto, mas vamos 3 minutos, acho que temos a oportunidade de todos e manifestarem aí. Temos a Conselheira Claudete, Conselheiro Mark, Conselheiro Hermes, Conselheiro Felisberto, Conselheiro Rafael Passos. Então, não havendo mais inscritos, encerro a inscrição... E Conselheiro Gomes, está inscrito. Então, em não havendo mais inscritos encerro as inscrições para questionamentos e falas iniciais, oportunizo a fala para a Conselheira Claudete. São 3 minutos, Conselheira. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Boa noite a todos e todas. Eu havia feito até um pedido de ordem na questão inicial, porque eu não conseguia entender se era uma proposta do executivo ou uma proposta do empreendedor que se misturavam. Eu até pergunto se as alterações sugeridas não ferem o caráter da impessoalidade, visto que desde 2015 se pretende atender o que parece, única e exclusivamente, a necessidade e interesse de um empreendedor. A norma urbanística não deveria ser uma regra geral e abstrata, e aqui a gente está fazendo toda uma alteração de um ponto da cidade apenas para atender o empreendedor. A segunda pergunta que eu gostaria que me fosse respondida, que eu não vi ser mencionado em nenhum momento, as comunidades tradicionais afetadas envolvidas, de acordo com o art. 231 da Constituição, de acordo com a convenção da OIT 169, que determina que antes de serem tomadas decisões, seja de natureza administrativa ou legislativa, que possam afetar bens ou direitos de comunidades tradicionais, sejam elas ouvidas através de uma consulta livre, prévia e informada. Isso foi efetuado? Elas foram ouvidas? Elas já se manifestaram sobre o projeto, em que momento elas vão ser ouvidas e quando que a gente vai ter conhecimento dessa consulta? A gente não quer repetir aqui, por exemplo, o que recentemente foi feito lá na Vila Caddie, onde se ignorou a existência de um território tradicional, violando o direito de comunidades tradicionais em prol e dar mais valia de uma gleba em detrimento dos próprios princípios que devem reger o Plano Diretor. Outra questão que eu gostaria de saber, se existem estudos técnicos atuais que disponham que a cidade necessita se expandir para a zona rural, retrocedendo naquilo que o grupo de trabalho lá da antiga SMURB fundamentou quando restituiu a área rural no município com vista a garantir a sustentabilidade, os valores históricos, culturais, econômicos. Onde já era previsto também o turismo ecológico e rural, onde já era previsto também a geração de empregos e renda a partir de atividades primárias, que agora se coloca aqui como se fosse através desse projeto que estaríamos implementando isso. Se existem tais estudos, não deveriam também compor esta apresentação e serem disponibilizados e trazidos ao conhecimento do plenário? Até porque participação popular e controle social não é compatível com o rito da simples apresentação

que a gente está vendo aqui. E até porque ser transparente não basta trazer e disponibilizar, e nem é projeto, porque nós não tivemos ainda vista do projeto, tivemos um esboço, assim, feito por pelo privado e pela Gisele. E para que a gente tenha, efetivamente, uma transparência a informação tem que ser completa, ela precisa ser também disponibilizadas ferramentas e capacitação para que a gente possa entender e interpretar aquilo que está sendo proposto, o que não é o caso e nem nessa formatação que ela acontece. E eu gostaria de fazer uma pergunta, já que foi falado em muitas estratégias ali pela Gisele, né. Como a garantia dos benefícios e encargos do processo de desenvolvimento da cidade e a inibição da especulação imobiliária dialoga com esse projeto? De que forma? Gostaria também de fazer mais uma questão, tendo em vista que a promoção do desenvolvimento do município é necessário que haja uma integração entre órgãos e conselhos, eu gostaria de saber em que momento o CMDUA vai analisar esse projeto conjuntamente com o COMAM. Por fim, não é de hoje que a sociedade reivindica a efetivação de um plebiscito ou um referendo que permita a população opinar sobre essa situação, agora um novo projeto, né. Não sendo o CMDUA substitutivo da participação popular, qual é a previsão nesse sentido com vista a atender os anseios da sociedade? Nós vamos ter plebiscito? Nós vamos ter um referendo ou vamos simplesmente renovar uma audiência pública em tempos de pandemia? Então, seriam essas no momento as minhas questões. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem. Obrigado, Conselheira Claudete, pelas contribuições, discussões. Já antecipo a resposta com relação ao rito, porque cabe ao município essa organização e repito aquilo que disse no início, o Plano Diretor discutido e debatido amplamente no processo participativo com toda a sociedade, em 99, no ano de 2010, previu este próprio plano, autorizado pela sociedade previu algumas hipóteses de alteração de determinados territórios de uso, porque a cidade é dinâmica, ela se transforma. Não necessariamente de 10 em 10 anos, com a mudança do Plano Diretor, mas ele previu a figura do projeto especial de impacto urbano, que é o estudo de viabilidade para que, tecnicamente, sejam feitas essas avaliações. E se entender como adequadas essas alterações, submetido, então, à Câmara de Vereadores para que se proceda a alteração. Então, o instrumento está previsto, em sendo uma alteração de Plano Diretor, mesmo que já autorizado pelo próprio plano, cidadãos da época, mesmo que autorizado já naquela oportunidade, em sendo uma alteração segue o rito do processo democrático de alteração de Plano Diretor. A apresentação e discussão aqui no Conselho da cidade, Conselho mais importante da nossa cidade, que é o Conselho do Plano Diretor, que discute os grandes projetos, projetos de grande impacto, a região de planejamento que tem assento aqui neste Conselho, a RGP 8 também vai ter a oportunidade na sexta-feira, às 19 horas, de discutir lá com os moradores da região de planejamento. E depois o debate também é ampliado para toda a cidade através de uma audiência pública, onde todas as entidades e interessados vão ter a oportunidade de entender, assistir a apresentação do projeto e propor a sua visão, sua discussão, seu questionamento, que vai, consequentemente, ser feito e realizado pelo município. Então, toda essa formalidade, esse rito, está previsto na nossa legislação, estamos muitos seguros com relação a isso e por isso viemos aqui apresentar para colocar esse projeto em debate na cidade. E vislumbrando a apresentação tanto por parte do próprio empreendedor, quanto do poder público por meio da Diretoria de Planejamento, a arquiteta Gisele, a gente tem essa clareza de que se trata de um bom projeto para a cidade. Gisele, eu não sei se tem algum ponto, eu acho que o diálogo da Conselheira Claudete foi mais na questão da formalidade, não imagino que tu tenhas que responder, mas não sei se ficou algum ponto que tu aches necessário. **Gisele Coelho Vargas (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento**

Econômico – SMDE: Não. Justamente quanto a isso dos ritos, eu acho que estão adequados, vai ter audiência, vai ter a reunião na comunidade. E também eu acho que tem que frisar bastante essa questão das contrapartidas, que não é uma coisa que a gente vê toda hora. Então, tem a mitigação pelo impacto, tem a doação por parcelamento do solo e a fim de ter essa retribuição pela flexibilização de regime à xa´p. isso tudo vai constar no projeto de lei. É isso. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Gisele. Conselheiro Mark inscrito. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Boa noite a todos. Bom, eu escutei a exposição do Rodolfo, escutei a exposição da Gisele. Eu como Conselheiro do CMDUA nesses últimos anos, este ano eu tenho me sentido particularmente surpreendido pela erupção de projetos e de estudos que chegam com grande volume de informação. Eu, ouvindo a exposição do Rodolfo, não vi uma referência, eu não vivo na área, não estou lá desde 2008/2010, não tenho esse interesse em particular, nunca vivi na região, mas eu lembro muito a questão dessa palavra Arado, Sítio do Arado, Fazenda do Arado, a uma referência grande na Cidade de Porto Alegre e sobre os Guaranis. E eu não vi nenhuma menção à comunidade. Claro que há uma referência específica ali há um núcleo arqueológico, que tenha uma área em que cientistas fizeram um levantamento ali e que tenha um núcleo arqueológico das comunidades tradicionais que ali viveram. Eu não sei se essa área em si abarca ou tem convivência com a comunidade Guarani ou essa fica mais apartada. Eu me surpreendo assim, porque tem aí uma proposta de crescimento de 80% da população do Bairro e esse é um bairro, pela informação, que é uma área bucólica da cidade e que teria pelo censo 10 mil habitantes e terá pela implantação do projeto, as estimativas reveladas ali pela Gisele, chegaria a 18 mil. Então, isso vai requerer realmente muita infraestrutura. Vejo que é uma grande massa de informações, eu penso que quem tem todo esse manancial acumulado de dados e informações, a população de uma maneira geral, e nós não somos a população de uma maneira geral, somos conselheiros de um conselho, diante dessa massa de informações temos dificuldade de analisar tudo isso. E se vê que o cronograma de aplicação ou de aprovação, caminho, é muito acelerado, porque já no dia 4 se prevê uma reunião com o bairro. Eu não sei se o bairro da RGP 8 estará preparado para fazer uma discussão. É evidente que as pessoas vão ser surpreendidas por esse aluvião de novidades e de situações aí que são propostas, mas isso um pouco que causa um ofuscamento social. E a intenção da atividade pública não é ofuscar a população, é informar a população, é poder lhe dar condições de examinar e empoderar. Se há carências na região, e isso é comprovado, é uma região que tem muitas carências, com certeza. Não é apenas um conjunto de melhorias no Centro de Saúde que poderiam ser uma compensação satisfatória, mas, realmente, teríamos que ver dentre as compensações as que poderiam oferecer melhor retorno à população. Eu vejo, então, isso me preocupa, uma grande aceleração no processo de aprovação, que não condiz com a necessária atitude de esclarecimento mais amplo da população. Eram esses os comentários que eu queria fazer, Secretário Presidente. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Mark, pelas manifestações. Eu não sei se a Gisele queria complementar com alguma informação. **Gisele Coelho Vargas (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Eu queria voltar a frisar o que eu comentei anteriormente. A melhoria nos equipamentos públicos, seja em uma unidade de saúde, ou uma escola, ou outros equipamentos, é contrapartida. Mitigação por impacto do aumento da população é tratado no EVU. Então, a Secretaria de Saúde, a Secretaria de Educação avaliam esse incremento de população, qual vai ser o impacto no atendimento da sua rede,

assim como EPTC, DEP, enfim, todos. Isso é mitigação de impacto. Então, a gente não deve confundir e quando se levar esse processo à comunidade na sexta-feira poderão surgir também outras questões, porque às vezes o poder público entende que é uma unidade que precisa de melhoria e os moradores da região podem ser que tenham outra visão. E eu não sei se a Patrícia ou a Vaneska querem completar alguma coisa também. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Gisele. Show de bola! Conselheiro Hermes inscrito na sequência. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Boa noite a todos e todas. Eu também gostaria, assim como o Mark comentou, fazer um pequeno comentário sobre essas aparições assim, do estilo “passa boi passa boiada”. Há um tempo foi o projeto do Centro com prazos exíguos, que, inclusive, estão se encerrando já para se opinar, este também do Arado, embora o assunto seja muito, muito antigo, que eu acho que todos conhecem, mas esses prazos no meio de uma pandemia eu acho que não são compatíveis para uma discussão saudável dentro do Conselho. Eu vou fazer algumas considerações, vou tentar falar rápido, porque eu anotei uma série de coisas. Primeiro, em relação à apresentação do colega conselheiro Rodolfo, suplente, né. Essas apresentações, até como uma dica, um conselho, embora conselho não se dê, eu acho que fica muito ruim, falando honestamente, parece campanha eleitoral, que vai lá e pergunta para as pessoas. Todo mundo sabe que aquelas pessoas, ou são amigos, ou são pró, foram selecionados. Então, essa coisa eu acho que é tiro pela culatra, sinceramente. E tem algumas questões que eu entendo, não são inverdades, mas elas não são corretas, dizer que tem poucas alternativas de expansão em Porto Alegre não é correto. Existem estudos que Porto Alegre tem uma baixíssima densidade. Talvez tenha poucas alternativas à disposição para grandes empreendimentos, onde os investidores sejam investidores internacionais ou grandes empresas, que querem áreas enormes e que não estão preocupados com o que vai acontecer no local. Não é o caso, não estou falando do caso. Não é uma verdade dizer que existem poucas alternativas de expansão. A cidade toda, os bairros, todos eles estão em expansão e tem estudos feitos para esse plano de 2010, que comprovam a baixa densidade dessas regiões, da maioria delas. E me preocupou quando falou em acesso público controlado, eu sei que não é o momento, nós estamos ouvindo pela primeira vez a apresentação, mas é muito difícil de fazer, de traçar uma análise séria e competente, eu estou fazendo algumas observações. E também eu acho, não me lembro quem disse, que só o mercado vai dizer o que é isso. Quer dizer, eu vejo, fazendo um parêntese do planejamento urbano e por ter trabalhado durante a minha vida inteira, eu vejo que, realmente, quando se falava que algumas gestões ou várias gestões vêm destruindo o planejamento, acabou o planejamento, o planejamento é vinculado ao mercado. O mercado hoje quer ir para Belém? Então, vamos para Belém, de repente surge uma intenção de fazer algo em Belém. Se o mercado quer ir para o Centro, porque a orla valorizou, vamos para o Centro, vamos planejar no Centro. Não existe, na verdade, quais das áreas devem ser densificadas ou não. Existe um estudo de densidades e de qualidade da edilícia e etc.? Não, o planejamento é assim, se amanhã alguém quiser fazer outro bairro planejado lá perto do aeroporto, vamos planejar lá o bairro planejado. Então, não é planejamento, é atendimento de mercado. É até uma posição, uma posição ideológica. Eu acho que tem que ser honesto em entender isso. Eu queria fazer algumas considerações sobre o que a Gisele disse. E eu estava aqui, Gisele, para não parecer mentira, eu estava com o plano aqui e tinha anotado antes de tu falares, exatamente as estratégias de estruturação urbana, estratégia de qualificação ambiental, estratégia de promoção econômica, estratégia de produção da Cidade, todas elas me dão argumento para não fazer isso. Quer dizer, a técnica, o discurso, é muito fácil. Eu até vou

fazer um parêntese, hoje como depoimento na CPI tinha uma médica megaqualificada, que falou, falou e disseram que tudo é justificável quando se pega no plano da teoria, mas o Plano Diretor e as intenções dessas estruturações deste plano que está em vigor, são exatamente ao contrário, no meu ponto de vista, e isso pode ser uma discussão mais profunda, desqualificam a intenção de fazer um bairro em Belém Novo. Por outro lado, também ali quando o Rodolfo fala que é um terreno para 2.000 m², isso é o padrão de área rarefeita. Sabe essa venda? Porque isso vai para a população, isso está no YouTube, parece que está se dando 2 mil. Não, isso é obrigação, é o mínimo 2 mil. Se for 3 mil, 4 mil, aí até pode dizer – Bah, estamos fazendo lotes de 54 mil! Porque 2 mil é o mínimo na área rarefeita. E tenta se vender para a população algo como se fosse benéfico. Na verdade, essa população devia saber que ela vai ser expulsa, essa população que mora em Belém Novo, que, diga-se de passagem, eu conheço muito bem. Um dos meus primeiros trabalhos na Prefeitura como desenhista ainda, foi fazer um levantamento presencial de todas as unidades de Belém Novo. Depois, durante anos, um grupo de arquitetos da década de 70/80... (Sinalização de tempo esgotado). Como? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Seis minutos já. Pode concluir. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** É muito difícil. Eu queria só deixar uma última questão, eu tinha várias aqui. É complicado falar assim, mas eu respeito. Não tem nenhuma justificativa, a não ser o fator econômico que justifique a implantação desse grande empreendimento aí. Ele é grande não no sentido do número de pessoas, mas ele é polarizador, ele vai densificar. E só para encerrar, em um processo que eu relatei há alguns dias, algumas semanas, eu disse que tinha ido até o Lami em um fim de semana para olhar a área, até não achei a área. Era em plena pandemia as pessoas não estão saindo tanto, não era verão, estava completamente lotado, completamente engarrafado. Isso aí vai ser mais um problema para a cidade, que só tem um eixo para a zona sul, sem nenhum estudo alternativo. Então, concluindo mesmo, assim se cria um bairro de 40 mil pessoas lá no aeroporto, se cria um bairro, vocês que estão dizendo que é um bairro, de 8 mil, de 18 mil, de 20 mil, que vai polarizar, vai ter 30 mil, 40 mi. E as zonas que deveriam ser mais densificadas ficam cada vez mais esvaziadas, porque nós estamos expandindo a cidade e depois a Prefeitura não tem dinheiro para fazer infraestrutura, para arrumar as praças, para arrumar as coisas. Aí o que faz? Aumenta a contribuição previdenciária dos funcionários. E os nossos técnicos contribuem para isso. É isso que me deixa muito chocado! Obrigado, Secretário. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Hermes, pelas contribuições, pelas observações. Não sei se vou dar a oportunidade para a Conselheira Gisele. Só queria ressaltar em nome da Secretaria aí o respeito ao trabalho técnico do time, que desconsiderem as falas desrespeitosas do conselheiro com relação à equipe de planejamento ou qualquer coisa nesse sentido que tenha havido no chat. A gente tem muito orgulho do trabalho que a equipe do planejamento vem fazendo, revolucionando esta cidade, de dando uma virada de chave muito significativa sob a liderança desse time, que se dedica muito para trazer, para chegar nesse momento e fazer uma apresentação dos projetos, fazer análise criteriosa do que é melhor para a cidade e vir aqui fazer a defesa dessas propostas. Então, nós temos muito orgulho, vocês fazem um trabalho excelente, técnico e só tem a contribuir com o desenvolvimento sustentável da nossa cidade. Então, estão de parabéns. Este é um Conselho político, naturalmente, e têm posições ideológicas, visões das mais diversas de território e a gente tem que respeitar essas visões, é do processo democrático. Por isso são 27 membros neste Conselho, naturalmente, que algum outro vai ter uma visão diferente de cidade e são essas visões

que fazem o todo, aprimoram o processo. Então, é muito bem vinda a sua contribuição naquilo, na parte respeitosa que cabe para a equipe aí. Eu não sei, Gisele, acho que foi mais uma observação mesmo do conselheiro, não levantou dúvida, né? conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Novamente, boa noite. Eu quero fazer algumas colocações, em um primeiro momento farei algumas colocações de fundo político, que não posso deixar de ver a minha cidade em que eu nasci e que eu vivo há 68 anos sendo entregue ao mercado. Enquanto comunidades continuam em completo abandono. E se vendem os grandes empreendimentos como solução dos problemas das comunidades e incluem o ingrediente da sedução de que vai gerar trabalho, vai gerar emprego. A gente vê que os empregos em determinadas áreas são empregos de segunda categoria ou outros serão empregos que exigem qualificação. Então, eu vejo que há uma posição política sim, Secretário, há uma visão de caráter privatista na cidade de atender o interesse privado. Eu quero saber, e aí é uma investigação que o Ministério Público já deve fazer, de onde está vindo tanto dinheiro para tantos grandes empreendimentos em Porto Alegre. É importante isso, ver de onde está vindo, quem financia isso, quem propicia os grandes empreendimentos, como é aquele das 17 torres no Cristal, que violenta um bairro, que descaracteriza uma comunidade. E esse projeto de Belém descaracteriza o bairro. E aí não vou permitir que alguém diga que eu não conheço o bairro, eu conheço o bairro desde quando eu tinha 4 anos de idade, que a minha mãe levava eu, meu irmão e a minha irmã para tomar banho em Belém Novo. Então, conheço muito bem esse bairro. As minhas duas filhas foram batizadas na igreja e frequentam esse bairro, eu frequentei por muitos anos esse bairro, ainda quando existia o Restaurante Poletto. Então, conheço muito bem o bairro e conheço as comunidades que estão desassistidas nesse bairro, como o Beco do Buda. Eu queria saber se a maioria dos conselheiros aqui conhece o Beco do Buda, mesmo os técnicos da Prefeitura, se eles conhecem o Beco do Buda. Quantas estão lá sem água, sem esgoto, sem moradias, sem escola, sem assistência, passando sacrifico. Então, imagina nessa época de pandemia como está o Beco do Buda. Isso é para dar um exemplo. Por outro lado, a cidade, o poder público, a administração está privatizada por dentro. Eu não vou cansar de dizer isso, eu talvez receba um processo, mas eu não estou preocupado. A cidade está sendo privatizada por dentro e isso me estarrece, porque no momento em que nós temos que ver o interesse público, em uma época de pandemia em que se aumenta as desigualdades, em que as pessoas não têm o que comer e há projetos para qualificar para quem? Agora fizeram uma confusão ou eu me confundi, é ETA ou ETI? Para mim tem uma diferença entre ETA e ETI. ETA é Estação de Tratamento de Água e ETI é de tratamento de esgoto. Então, não tem tratamento de esgoto da ETA, posso estar equivocado, quero que me corrijam. Quanto ao sítio arqueológico foi as duras penas, os indígenas sofreram violência por parte do empreendedor, existe um processo avaliando o que aquela comunidade indígena sofrera de violência e de pressão para sair dali. Então, só agora o empreendedor deu o braço a torcer, admitiu a existência do sítio arqueológico. Então, assim, é um projeto que não qualifica o bairro, vai mudar as características do bairro, vai aumentar a população, vai criar mais problemas para a região, vai violentar a natureza e é isso. É um projeto que não qualifica, como outros que estão pipocando pela cidade, não qualifica, qualifica para quem tem um capital, a população vai continuar sendo marginalizada, servindo de mão de obra barata para a especulação imobiliária. É isso que está acontecendo em Porto Alegre, lamentavelmente. Era isso e obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto, pela sua observação, a sua visão acerca do projeto. Não sei se a Gisele quer complementar alguma informação,

mas eu acho que a apresentação em si foi muito elucidativa em relação a todos os pontos, esclarecimentos e da importância dos benefícios do projeto. É a visão do conselheiro e a gente tem que, naturalmente, apresentação esta posição e acolher. Eu acho que a apresentação em si, que ETA disponível aí, ela responde a todos esses questionamentos, essas questões levantadas. Conselheiro Rafael Passos inscrito, do IAB. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Tenho alguns questionamentos e quem sabe alguma contribuição. Primeiro, quero cumprimentar no sentido de que conheci esse projeto há algum tempo, o IAB foi procurado por grupos que questionavam o projeto há tempos. Projeto cujo o EIA RIMA apontava, foram identificados problemas no EIA RIMA, inclusive, na questão de cotas, etc. e tal. Foram erradas, para assim dizer. E eu vejo que o projeto se adequou de alguma maneira, porque pelo que eu não entendi recuou, não está mais na área de APAN. Então, parece que nesse sentindo se adequou pelo menos a atender na plenitude a manutenção da APAN. Eu pergunto ao Conselho, até quando a gente vai ampliar a área urbana da cidade, a despeito de um discurso, que parece ser só discurso de uma cidade compacta? O discurso da cidade compacta veste bem e serve bem quando ele ajuda a criar um significado ou um falso significado de adensamento ou de uma excessiva concentração. Que, aliás, o Plano Diretor diz que não deve ter, que não é o caso aqui, justamente aqui é outro caso que o Plano Diretor também questiona, que é a questão da expansão. E aí independente de zona rural ou zona rururbana, a cidade disse há um tempo que ela quer ter uma área rural, uma área de produção. Aí eu estou falando do uso, a gente não está mudando densidade, a gente não está mudando. Quer dizer, até tem uma proposta, vai passar a unidade de 5.000 para o lote, para 2.000, mas a gente muda o uso. Então, são hectares e hectares que vão deixar de ter um potencial para a atividade rural dentro da Cidade de Porto Alegre. E essa diversificação da atividade econômica se perde, vamos ter mais de outras, que podem estar em qualquer outro lugar da cidade. E também não vejo ali, eu me preocupo com a relação desse projeto, por exemplo, com a centralidade, tem o (Inaudível) que está proposta ali, mas com a centralidade do Belém Novo, etc. e tal. E se pensar nessa multicentralidade, que parece ali não criar, porque, por exemplo, boa parte do tecnológico e tal está ali na estrada. Onde bem colocou o Hermes, quer dizer, nós temos uma dificuldade arterial, de estruturação, de escala maior do tráfego naquela região. Então, assim, outra questão, por mais que o Plano Diretor estabeleça sim que ali é uma área para um projeto especial, com parceria privada, projetos especiais, eles não necessariamente demandam um projeto de lei, a alteração da lei. Especiais é aquilo que o EVU vai estabelecer e o CMDUA vai dizer, tem flexibilizações dentro do que a lei atual permite. Então, diferente do que foi colocado, e não pela Gisele, no caso, nem pelo Rodolfo, pelo Secretário, não, o projeto especial que nós estamos vendo aqui não é nada – Ah, o Plano Diretor! Não, o Plano Diretor diz – Projeto especial para flexibilizações que vão ser feitas dentro do que o Plano Diretor já determina. E não uma nova alteração caso a caso dali. Então, senão para que planejamento? Para que Plano Diretor se quando não cabe no plano a gente altera o plano? Para que planejamento? Mas, de qualquer maneira, assim, eu reforço a questão, está reconhecido sítio arqueológico, mas de que maneira a Prefeitura vai tratar a questão de receber e manter o direito a terra indígena? Porque será um sítio arqueológico Guarani, ele é terra indígena, aí tem as leis federais. Quer dizer, de que forma vai se estimular essa presença Guarani dentro do sítio? E outra questão, Gisele, quando tu falaste, acho que é quadra 12, que não teve ali a questão de cota ideal ou não tem a cota ideal. Então, eu pergunto: por que não grava se grava... E aí é uma proposta, uma sugestão, que grave ali uma AEIS naquele trecho. Em vez de “pode ser”, mas pode ser, mas não vai ser. Aí sim o poder público está deixando assim... Eu entendo que o papel do poder público é mediar

interesses e o empreendedor está no seu direito do seu interesse. Agora, o poder público deve dizer assim: Olha, nós temos que mediante assim outros, sendo que tem os guaranis; precisamos resolver a questão de habitação de interesse social, a que tem a estação de tratamento. Ok, mas por que não ali ter uma AEIS? Ou porque a gente não pode nesta cidade misturar pobre e rico? Tenho ouvido que isso circula, inclusive, em certas falas políticas nesta administração. Para concluir a minha pergunta é: quando foi enviado convite ou convocação para essa região aos delegados e delegadas da RGP 8? Com que antecedência da reunião? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Rafael Passos, pelas suas contribuições. Lembrando só que a gente no dia 04/06 vamos ter a reunião para a região de planejamento, para os moradores. Aqui tem assento o conselheiro representante da Região 8, que está organizando uma reunião com a região de planejamento, onde todos os delegados e interessados vão ter, enfim, acesso e oportunidade de apresentação específica do projeto. Além, naturalmente, que esta nossa reunião é pública, está disponível no YouTube, mas vai ter na região de planejamento e depois, dia 25, também uma audiência pública. Então, terão essas oportunidades de fala e manifestação. Com relação ao projeto especial, sendo alterado por lei específica, o Plano Diretor, então, prevê a regra para toda a alteração de regime, volumetria, por meio de projeto especial. No entanto, padrões para índice de aproveitamento para cota ideal, necessariamente, se dará por lei específica. Então, art. 58 do Plano Diretor tem essa previsão e por isso a gente tem que enviar uma lei específica, visto que o plano autorizou por meio de projeto especial, para a gente avaliar determinado território e se entender como adequado fazer essa alteração, para o dinamismo da cidade como um todo. Então, só para esclarecer esse ponto. Eu não sei, Gisele, se há algum questionamento técnico que tu aches que tenha relação ao projeto, que tenha que esclarecer? **Gisele Coelho Vargas (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Não, era exatamente isso que eu ia comentar, que tem essa previsão já. E, na verdade, a gente trata sempre em projetos especiais das exceções e a gente tem, quando chega para nós, no poder público uma proposta, a gente não tem uma prerrogativa de proibir o empreendimento se ele está dentro da lei, não existe isso. Então, a gente trata de trazer o máximo possível de benefícios para a cidade, dentro dessa implantação, mitigando impactos, tendo a doação de parcelamento do solo e ainda estão botando contrapartidas, que isso é uma coisa que a gente está evoluindo e sempre queremos aperfeiçoar os processos. Dentro do que se tem na lei não existe essa prerrogativa de barrar. É isso. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Gisele, pelos esclarecimentos. Na sequência o Conselheiro Gomes inscrito. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Presidente, boa noite. Conselheiros, colegas, boa noite. Eu quero agradecer à disponibilidade do Rodolfo, nosso colega de vez em quando, e da Gisele por apresentar da maneira competente que apresentaram esse projeto, um projeto que há muitos anos a gente ouve falar em Porto Alegre, um projeto de uma dimensão que é bom ressaltar. Trata-se, na verdade, de um bairro planejado, um bairro que está sendo estruturado, considerando todas as questão urbanas importantes, antes de realmente liberar alguma coisa, como se fosse uma AEIS. Uma AEIS é liberar alguma coisa em um trecho menor, ele é um pouco mais abrangente, bem mais abrangente, ele tem essa característica. Ao menos eu tenho conhecimento que deve ter no mínimo duas intervenções grandes a serem propostas em Porto Alegre, que tem essa intenção, que abrange áreas de 270, 250 hectares e que trabalha daí como núcleos de articulação da cidade. Eu conheço muito bem Belém Novo, porque na década de 80, de 82

até o início dos anos 90 eu era um frequente e semanal da AJURIS. Eu tinha um parente juiz e a gente frequentava praticamente todo fim de semana aquilo ali e pegamos alguma intimidade. E tinha uma relação, a AJURIS fica 300m do portão da porteira que dá acesso à Fazenda do Arado. Então, a gente sempre vivia naquela curiosidade e na época eu tive a oportunidade de conhecer a Fazenda do Arado, de ir à sede e visitar lá, baseado nas pessoas ali com quem eu frequentava ali na AJURIS. Recentemente eu andei por lá, tem uma marina ali perto, além da Fazenda, e tive a curiosidade de ir para ver como é que estava a antiga AJURIS, que fazia bastante tempo que eu não aparecia lá e me surpreendi, porque aquela relação que se tinha na década de 80, entre a estrada que vai ao Lami, que a gente largava a estrada e ia para a AJURIS se transformou, naturalmente, em uma área extremamente densificada. E a AJURIS, que parecia um campo aberto, uma sede com todas aquelas coisas, ela praticamente hoje tu não consegues enxergar pela ocupação que se deu, ocupação intensa e tal. Eu quero dizer isso pelo seguinte, se o Plano Diretor não consegue prever certas atividades porque a sociedade se organiza de maneira diferente daquilo que está planejado muitas vezes, esse Plano Diretor é muito importante se não atrapalhar as adequações que poderão surgir e que vão ser propostas. E quem propõe geralmente, são quem? São os empreendedores que vão propor grandes empreendimentos e tal. É o poder público que vai regular, aprovar, condicionar, encaminhar e o rito que tem em Porto Alegre é esse que a gente está vendo aí. Tem momento que agente se entrelaça com a Câmera de Vereadores e é o que está acontecendo. E não vejo problema nisso, são etapas diferentes. O que nós vimos hoje, o projeto está sendo formatado, o projeto está criando, está tendo todas as suas características de condicionamentos, de condicionantes e tal, e depois vai à Câmara de Vereadores, e depois vai retornar para o Conselho. Diga-se de passagem, Germano, muito boa, muito interessante essa atitude de trazer a Fazenda do Arado e apresentar para o Conselho do Plano Diretor neste momento, que acabou despertando também o interesse do Conselheiro de levar também à região. Isso em outros momentos não acontecia, ele ia, provavelmente, depois que se resolvesse na Câmara de Vereadores, aí sim retomava o rito do licenciamento normal e depois do EVU aprovado... Aprovado não, formatado pela CAUGE, aí que viria para nós tomarmos conhecimento e aí sim tomar uma posição votando contra, a favor e etc. e tal. Então, parabéns mais uma vez à equipe da Prefeitura e a quem tomou essa iniciativa de trazer para nós. Eu me sinto muito contemplado, a discussão só está começando, não vou entrar no mérito, no desmérito e tal, mas dou os parabéns e agradeço por trazerem um projeto tão importante para a gente tomar conhecimento, que breve nós vamos analisar com decisões nos nossos votos. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Gomes. A última inscrita é a Conselheira Patrícia. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Boa noite a todos. Eu queria falar mais na questão do Conselho em si, a nossa relação com o próprio Conselho do que propriamente ao projeto em si, mas tem a ver com aquilo que o Conselheiro Gomes muito bem falou. Desde que eu trabalho na Prefeitura e as relações, vamos dizer, tudo que eu tenho acompanhado, eu nunca vi esse tipo de projeto sendo acompanhado de tão perto pelo Conselho, eu nunca vi. Vamos dizer, a nossa primeira rodada, a nossa primeira apresentação para a sociedade está sendo diretamente com o Conselho. eu já vi muitos outros projetos sendo encaminhados diretamente para a Câmara de Vereadores e vocês sabem disso, todos sabem disso. Então, a gente está fazendo diferente aqui, a gente está buscando o debate, a gente está buscando, vamos dizer, receber as contribuições na medida do possível. O histórico que a gente pega dessa pouca relação que tinha, a gente

recebe as críticas, muitas das críticas que vocês fazem eu quero dizer que nos fazem melhorar, fazem a nossa equipe trabalhar cada vez mais. A minha equipe, vocês acham que tem uma produção muito grande, mas a equipe é incansável. Eu nunca vi uma equipe desta tão engajada trabalhar tanto pelo planejamento. Sinceramente, no planejamento desde que eu estava eu nunca vi. Então, assim, eu dou meus parabéns para a Gisele e dando os parabéns para a Gisele eu dou os parabéns a toda equipe, a Vaneska em todos os outros projetos também. Sim, a gente recebe as críticas, aquilo que a gente entende que a gente pode melhorar, considerando as limitações, nós sabemos que temos limitações, mas a gente busca melhorar, a gente agradece, como a Claudete colocou a questão do controle social, a gente agradece ao controle social para a gente poder avançar na medida do possível. A gente só pede um pouco de respeito e que reconheçam que a gente está fazendo um esforço em todas as nossas ações para valorizar o papel deste Conselho em todos esses projetos. Então, a nossa ideia é sempre ter uma interlocução com vocês primeiro, porque muitas vezes se fala, como perguntaram ali no começo: Ah, isso vai ser assim? Vai ser assado? Como se a coisa já tivesse que vir pronta para cá e muitas vezes a gente vai apresentar, depois vai ter uma discussão com a sociedade. Pode ter os ajustes decorrentes do que a sociedade contribuir, o contato tem sido prévio aqui no Conselho. Então, a gente está fazendo, a gente está buscando fazer a diferença naquilo que a gente pode. Entendeu? E a equipe se esmera muito, eu nunca vi pessoas tão engajadas trabalhando pelo bem da nossa cidade. Era só isso. Muito obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Diretora de Planejamento, tenho muito orgulho do teu trabalho, da equipe. Realmente, a gente tem um time muito qualificado, muito dedicado e imbuído em resolver os problemas, construir soluções. A gente tem tanta coisa legal aí acontecendo na cidade, fruto do trabalho de vocês. Então, tenho muito orgulho desse time e faz parte, o debate é salutar, é da democracia, temos discussões, tem aqui, vai ter na Câmara de Vereadores, vai ter na Assembleia, vai ter na Câmara Federal. Afinal, é um Conselho e tem a participação na sociedade e isso só nos fortalece, enriquece, faz a gente amadurecer e crescer. Então, sempre bem-vindas as visões diversas de cidade. Rodolfo, tu fizeste a apresentação, não sei se quer fazer alguma fala final. Aí a Gisele e a gente já encaminha para o fim, já que recebemos todas as discussões. **José Rodolfo Fork, representante do empreendedor:** Só foi fazer uma palavra final. É só para dizer que nós estamos fazendo o projeto de lei. Então, os conselheiros, no momento de aprovação do projeto urbanístico, vão receber todos os projetos e analisar previamente o projeto em si. Agora, a discussão cabe sobre a lei, sobre o zoneamento proposto. Então, a gente procurou demonstrar essas questões do projeto, o que a lei propicia que seja feito no bairro. E como eu falei, a comunidade, o mercado vai definir, é porque vai acontecer após a aprovar da lei são os estudos e aí vai entrar a discussão junto ao Conselho, o Conselho faz parte da comunidade do que seria de interesse. O importante é a gente entender as densidades, as regras que a lei está propondo para a região. Eu vi que o Rafael comentou dos Guaranis. Hoje os Guaranis estão lá na ponta da RPPN, isso entra em uma esfera federal, porque é FUNAI. Então, essa decisão da terra indígena ou não cabe à federal, não ao município em si. Isso vai se discutir, segue a discussão, tem toda a questão ajuizada dos índios e guaranis junto à FUNAI, junto ao Ministério Público Federal e não municipal e nem estadual. Está sendo debatido isso que saiba, já tem um parecer do Ministério Público, mas é uma área jurídica que eu não entro muito nesse mérito da incorporadora. Eu não sei te dizer em que pé está, mas hoje eles estão lá dentro do parque da RPPN, que vão ser preservados 90 hectares de parque e ele vai ser integrado conforme essa decisão do Ministério Público e do entendimento que seja do melhor para a comunidade de Porto Alegre. Pois essa área é

uma área que vai ser liberado o acesso para toda a comunidade poder curtir aquele visual, que é uma área muito bonita de Porto Alegre. Quem não teve a oportunidade de ir espero que em breve a gente consiga transformar essa RPPN em um parque público para que todos possam conhecer o local. Era isso, Germano. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Rodolfo. Gisele, para fazer uma conclusão. **Gisele Coelho Vargas (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Está ok, ele respondeu a questão indígena, que está ok. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Conselheiro Felisberto tem uma Questão de Ordem. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, a minha Questão de Ordem é com relação às contrapartidas do empreendimento ali do Barra Shopping, Multiplan, que tanto o Paulo Jorge, como o Conselheiro Wagner vem pedindo. Eu entendo que é importante o Conselho avaliar o que está acontecendo ali, para não sermos pegos de surpresa. E aí quero dar um elogio, Patrícia. Não é só pedrada, é elogio também, quando o elogio é merecido. E de tanto a gente falar que aprenderam algumas coisas, trazer para este Conselho não é nenhum favor e sim uma obrigação. Certo? Transparência, discussão e nós queremos construir uma cidade para todos e não só para alguns. Então, Secretário, eu queria que a gente pudesse trazer essa questão das contrapartidas, porque havia todo um documento de mais de 500 páginas, um termo de referência e que foi alterado sem a participação da comunidade. Então, peço que tenha esse esclarecimento para que a comunidade ali da RGP 5 seja incluída nessa discussão, porque como o Wagner... E aí eu estou fazendo o papel me atravessando, mas como eu estou Conselheiro do CMDUA me sinto no direito e no dever de pedir isso como Conselheiro, que envolve regiões da cidade e nós temos obrigação de sermos conselheiros da cidade não só da nossa região. Então, era isso e obrigado, Secretário. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. Vamos marcar uma pauta específica para tratar desse assunto, não há problema, podemos convidar a Procuradoria do Município que faz o controle dos termos de compromisso, para fazer um esclarecimento sobre as obrigações ali, porque foge da alçada depois de fixada a obrigação do controle da nossa secretaria. Então, envolve outras secretarias que fazem os controles da execução de termos de compromisso, o que está obrigado, o que não está. A gente pode, sem dúvida, e também a própria região, existe a Secretaria Municipal de Governança que faz essa articulação com a comunidade, com as definições. Aqui a gente participou quando da fixação, da obrigação, lá no início da aprovação do empreendimento, aí depois tem outras instâncias na cidade que fazem esse controle e essa relação com a comunidade. Eu não tenho todas as respostas, a cidade é dividida entre várias pastas, são várias secretarias com responsabilidades específicas. Então, a Secretaria de Governo ali tem essa ponte, essa relação com a comunidade e tem toda a legitimidade para liderar esse processo de esclarecimento com relação ao termo de compromisso junto á Procuradoria. Não há dúvida que podemos propor, como várias outras pautas que tivemos aqui proposta pelos conselheiros de discutir, enfim, esse tema. Conselheira Maristela, tinha uma questão? **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Secretário, boa noite. Boa noite a todos e a todas. Eu não poderia me furtar, já que estamos ainda discutindo, acho que não vamos avançar na pauta hoje, eu não tinha me manifestado ainda. Primeiro, parabenizar a apresentação, não há nenhuma novidade em apresentação, tanto neste Conselho como na Câmera com os movimentos sociais. O que falta é aprofundamento, mas é só uma opinião. Eu queria falar só uma questão, se é o Governo Federal que define as questões indígenas, como se a

Prefeitura não tivesse absolutamente nada a ver com isso e quando a gente houve um técnico se referir a um tema que ele diz não ter domínio, também eu me sinto um pouco ofendida nesse sentido, não ofendida pejorativamente, mas a falta de conhecimento de que um ente da Prefeitura municipal jamais pode tirar dentro de uma urbanidade como nós vivemos, ter o seu posicionamento e a sua intervenção. Então, era isso que eu queria deixar, para que ficasse gravado na nossa ata, porque não é de menor importância. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem. Obrigado, Conselheiro Maristela, pela contribuição, pela fala. Então, Senhores Conselheiros, agradecemos a oportunidade do debate. São 20h04min, uma excelente noite a todos. O debate sempre enriquece o processo, amadurece no tema. Dia 4, então, a região de planejamento, delegados e a região de planejamento lá na própria região, a apresentação do projeto, tanto pelo empreendedor, quanto pela Gisele, pela nossa Secretaria, a Patrícia. Vão estar lá apresentando a proposta para a comunidade, ouvindo contribuições, críticas, elogios, é do processo. E depois, no dia 25, então, eu peço a ajuda de todos para divulgarem a audiência pública, que vai ser transmitida no nosso canal da SMAMUS. As inscrições também prévias, aí a gente vai fazer devida divulgação nos jornais ao longo da próxima semana, mas é importante que os Conselheiros já fixem a data, dia 25 para toda a sociedade que quiser participar, entender esse tema e opinar. Uma excelente noite a todos. Muito obrigado por tudo. **(Encerram-se os trabalhos da plenária às 20h05min).**

Germano Bremm	**Secretária Executiva**
Presidente	**Relatora**

Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2021, ... retificações:

ATA ORDINÁRIA Nº 2895/2021

Aos oito dias do mês de junho de dois mil e vinte um, às dezoito horas, reuniram-se para Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, via ZOOM, denominado PLENÁRIA VIRTUAL DO CMDUA, em razão do decreto municipal a fim de combater o coronavírus e a propagação da pandemia entre as pessoas, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: Lisiane Sartori Fioravanço Magni (Titular), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Sônia Castro (Titular), **Gabinete do Prefeito – GP**; Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN**; Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), **Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS**; Gisele Coelho Vargas (Titular) e Patrick Silva (2º Suplente), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE**; Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM**; e Gustavo Garcia Brock (Titular), **Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV**. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS:** Rômulo Krafta (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**; Cláudia Laydner (2ª Suplente), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Claudete Aires Simas (Titular), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH**; Sérgio Saffer (Titular), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA**; Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS**; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS**; Hermes de Assis Puricelli (Titular), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS**; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), **Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:** Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Tânia Maria dos Santos (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4**; Wagner Pereira dos Santos (1º Suplente) e Ricardo Angelini, (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Cinco – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Maristela Maffei (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7**; Dinar Melo de Souza (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8**; e Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP – HOCDUA. SECRETARIA EXECUTIVA:** Camila Maders Fonseca Coelho, **Secretaria Executiva da SMAMUS**; Patrícia C. Ribeiro, **Taquígrafa/Tachys Graphen**. **PAUTA: 1. Abertura; 2. Votação: 2.1. Atas 2892 (18/05), 2893 (25/05) e 2894 (01/06); 3. Comunicações; 4. Ordem do Dia**. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h07min. **1. ABERTURA. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Boa noite, Conselheiros, Conselheiras. Sejam bem-vindos. Em havendo *quorum* declaramos aberta nossa Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental. Desejo uma excelente noite de trabalho, de debates a todos. Vou fazer a leitura rapidamente dos presentes. Peço que todos aqueles

que não forem chamados fazer o registro no chat. (Relação dos presentes na inicial). Esses são os conselheiros presentes, se não chamei alguém, por favor, faça o registro no site que a gente consigna a presença. Lembrando que a gente está no nosso canal ao vivo no YouTube. Então, Senhores Conselheiros, nós temos hoje, antes de iniciar na nossa Ordem do Dia, temos três comunicações externas solicitadas. Temos, inicialmente, a Michele Rian, pela RGP 8, depois, na sequência, mais outros dois inscritos. Consulto se a Michele já está presente? Vou oportunizar a fala para ela e depois para os demais inscritos. Depois deliberamos as atas, abrimos o nosso período de comunicação interna e na sequência vamos para a Ordem do Dia. Michele, seja bem-vinda, por favor, pelo período de 5 minutos pode fazer uso da palavra. **3. COMUNICAÇÕES. Michele Rian, RGP 8:** Boa noite a todos. Eu gostaria de deixar registrado a minha indignação, enquanto cidadã de Porto Alegre, da forma como a Prefeitura de Porto Alegre está tratado o debate... (Inaudível/interferência no áudio). **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Michele, o teu áudio está bem ruim, viu? Está dando uns apitos, está falhando um pouquinho e nós não estamos te vendo. Fala um pouquinho mais alto. **Michele Rian, RGP 8:** Melhorou? Será que melhorou agora? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Agora sim! **Michele Rian, RGP 8:** Então, vamos lá. Eu estou um pouco atrapalhada, estou chegando de viagem, dei uma parada aqui para poder fazer esta fala, que eu solicitei na semana passada. Eu gostaria de deixar registrada a minha indignação pelo modo como a Prefeitura está conduzindo o debate, que é de extrema importância para a Cidade Porto Alegre em relação à Região Extremo Sul. Eu venho me manifestando aqui no Conselho, denunciando a ausência de reuniões no Fórum da Região 8, desde a última eleição para conselheiros, delegados. Infelizmente, o Secretário não tem dado ouvidos a essa questão, como se isso fosse normal e a gente sabe que não pode ser tratado de forma normal. E aí sou surpreendida na semana passada com a primeira ligação do Conselheiro, o Senhor Dinar, que pela primeira vez entrou em contato comigo enquanto delegada para fazer um convite vergonhoso, uma reunião marcada para sexta-feira, após um feriado, para atender a demanda de um empreendedor que já vem há anos tentando emplacar a alteração do regime urbanístico da fazenda Arado Velho. Quem está neste Conselho deve estar bem a par de todo esse embate que a população da região tem travado para que seja escutada, para que sejam atendidas as demandas lá da região, para que se possa sim ter uma discussão franca, uma discussão de quais são os interesses públicos na alteração desse regime urbanístico, coisa que nunca aconteceu. Então, nós tivemos uma reunião realizada no Bairro Belém Novo, sexta-feira, às 19 horas, após um feriado, onde se tem conhecimento que muita gente foi "convidada" para ir lá apoiar o empreendedor. O convite era para apoiar o empreendedor em troca de patrocínios, apoios, sei lá o nome que se dê para isso. E não foi feito um convite antecipado para toda a população de Porto Alegre estar podendo participar dessa discussão. Então, eu não gostaria de deixar registrada a minha profunda indignação pela forma como a atual gestão está tentando novamente, vai ser a terceira vez que estão tentando mudar o regime urbanístico da Fazenda o Arado. E, novamente, atropelando um trâmite que deveria ser transparente, deveria ser amplo e aberto para toda a população de Porto Alegre. Outra questão, fizeram uma reunião exclusiva no Bairro Belém Novo, só que nós temos um tema que é de relevância para toda a cidade, alterar o regime urbanístico da Fazenda do Arado diz respeito ao interesse de toda a cidade, não apenas de Belém Novo. Então, Belém Novo vai ser diretamente impactada, mas a população de toda a cidade tem o direito de receber informação qualificada sobre o que aquela área oferece para a cidade e quais são os motivos que levam a gestão de ter interesse de alterar esse regime

urbanístico. Isso nós não estamos recebendo, essas informações, nós estamos recebendo as informações que são do interesse do empreendedor, onde estão as informações levantadas pela Prefeitura com relação à necessidade dessa alteração de regime urbanístico. Isso não foi apresentado, nem na reunião de sexta-feira. Então, gostaria de deixar registrado que o Conselheiro da RGP 8 não representa a região, o Conselheiro da RGP 8 fala por ele, porque ele nunca consultou sequer os delegados, muito menos oportuniza a participação da população da região. E a gestão está se colocando como defensora do interesse privado e não do interesse público. Nós precisamos botar os pingos nos "is" nisto aqui e o Senhor Secretário está se omitindo diante das denúncias que eu venho trazendo faz muito tempo. (Sinalização de tempo esgotado). Então, por favor! Por favor, Secretário, não se omita. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem. Obrigado, Michele, pela participação. Está registrada a tua contribuição. Santiago na sequência inscrito. Cinco minutos, Santiago. Seja bem-vindo! **Santiago Costa e Silva, Coletivo Ambiente Crítico:** Boa noite. Boa noite, Secretário. Boa noite, Conselheiros, todos os presentes nesta reunião ordinária do CMDUA. Então, eu sou estudante de engenharia ambiental da UFRGS e faço parte do Coletivo Ambiente Crítico, uma das organização que vem junto com os moradores, desde 2017, debruçando-se sobre essa questão e todo o conflito que há ao redor do empreendimento que vai acontecer no Arado. Dentre muitas coisas que já foram argumentadas descritas aqui na reunião passada, inclusive, eu quero levantar algumas que, porventura, a população ou até mesmo os conselheiros talvez não estejam tão informados sobre. Então, uma das coisas que eu acho que é importante falar, e que eu queria iniciar falando é sobre as questões ambientais, né. Primeiro, assinalar que esse projeto urbanístico que vem sendo tratado e apresentado pelo empreendedor, desde 2017, como eu falei que nós acompanhamos, vem sofrendo sucessivas mudanças, inclusive, dito pelos próprios técnicos do empreendimento, que já estão na 17ª versão. E eu lembro lá das primeiras versões, que de fato foi alterado e grande parte essas alterações, coincidentemente, acabaram contemplando muitas das nossas exigências e apontamentos desde aquela época. Então, não avançar sobre a APAN foi uma delas e que de alguma forma apareceu agora nessa nova versão. Então, isso é só para manifestar e apontar, destacar como é importante essa interação, esse embate para no mínimo fazer esse aperfeiçoamento. E por conta disso que me somo ao que a Michele acabou de falar, que é importantíssimo a gente assegurar e qualificar da melhor forma possível a participação da população, principalmente dos moradores de Belém. Existem muitas questões técnicas, a questão que envolve o empreendimento é complexa, como, inclusive, outros conselheiros aqui manifestaram na última reunião e eles precisam ser informados dessas questões mesmo. Uma delas, que é necessário dizer, sobre a questão ambiental, que tem muitos problemas, mas eu vou apontar apenas dois deles. Primeiro que existe um inquérito na polícia, que está investigando uma possível fraude, que já foi apontado no EIA RIMA por nós há muitos anos, pelo menos 2018/2017, que se trata de uma alteração em um dos mapas que foi apresentado no EIA. A segunda coisa, que é extremamente importante, é de que é inegável que vai ser necessário, por mais que tenha sido alterado o projeto, vai ser necessário o aterramento de pelo menos, segundo o que nós conseguimos calcular aqui, através de método, a gente elencou que são 119 hectares para serem atendidos por esse aterramento, tendo que usar 1,5 milhão metros cúbicos de material. Então, isso porque o DEP naquela época estipulou que é necessário fazer construções a partir de uma cota de 3,23 m. E, nesse sentido, vai ser necessário fazer esse aterramento. Isso vai fazer com que aquela área, sobre a qual a gente tanto aponta o valor ambiental, vai ser totalmente descaracterizado dentro dos seus aspectos ecológicos e zoológicos. E isso tem que ser

levado em conta, estamos abrindo mão dessa descaracterização ambiental no município. E sabe-se lá quais impactos e consequências isso possa ter no futuro, mediante que a gente está caminhando para o acirramento das questões ambientais dentro de uma perspectiva de crise ambiental em um futuro próximo. Então, isso é só para pontuar a questão ambiental, dentro do pouco tempo que eu tenho de fala. A segunda questão que eu quero colocar aqui é a questão urbanística. Em Porto Alegre, em 2017, teve o menor índice de crescimento populacional em todas as capitais, com 0,26% de crescimento. (Sinalização de tempo esgotado). O que está sendo colocado aqui é uma alteração que vai aumentar em mil economias, a possibilidade de ser feito no território. Dentro desse contexto de Porto Alegre, de crescimento populacional, qual é a necessidade que tem de se atender uma demanda que nem sequer existe nesse sentido? Ou ainda mais, não sequer tem uma importância na questão do déficit habitacional. E a última questão que eu preciso colocar aqui é que não tem como os moradores e moradoras da região confiar nas intenções do empreendedor se desde aquela época em que se tinha, desde 2017, nunca se teve um esforço significativo do empreendedor para se comunicar com a comunidade. Isso só foi começar a ser feito em 2018, quando a comunidade já estava se mobilizando e já estava em uma situação de... de... Então, nesse sentido, é só olhar na página do Facebook do empreendedor, lá existem *fake news* sobre a questão indígena, está colocada lá. Isso é preciso ser apontado. Como que a gente vai querer construir dentro de um debate cidadão com o empreendedor, que o próprio o empreendedor faz uma narrativa e entra em uma narrativa de disputa usando mentiras. E para encerrar mesmo, Secretário, peço que os conselheiros visitem a página do Facebook do empreendedor e constatem isso que estou falando. Muito obrigado pelo tempo. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Santiago pela contribuição, é sempre bem-vinda, agrega, amadurece aí o projeto que está em fase de construção. Na sequência a moradora lá da Região 8 também, a Vera Pereira, que se inscreveu para o período de comunicação externa. Vera, 5 minutos com o uso da palavra. À vontade, boa noite e seja bem-vinda. **Vera Pereira, RGP 8:** Boa noite. Boa noite a todos. Boa noite ao Secretário Germano. Eu me fiz presente na reunião de sexta-feira, enquanto comunidade, sou liderança da comunidade. Eu só tenho a elogiar o trabalho do Dinar dentro da nossa comunidade como liderança, ele não faz nada às escuras. Eu moro em um condomínio irregular, em um loteamento irregular, que foi vendido, um a fazenda e estou na luta para regularizar. E o Dinar é um apoiador dessa gente toda, ele é um apoiador, ele não faz nada sem comunicar, sem convidar. Ele se dirige às lideranças, deixando o convite para aquela entidade. Essa reunião foi bastante divulgada, bastante conversada, tanto é que o pessoal “do contra” se fez presente. Eles não sabiam, mas se fizeram presentes, não foram convidados, mas se fizeram presentes. E nessa reunião, Secretário Germano, não houve nada de aprovação. Eu me senti orgulhosa de ver uma Prefeitura trabalhando às claras, deixando bem claro que nada estava aprovado, que nada estava decidido, que estava sendo feito uma construção de tudo. Tanto é que esse menino que falou antes de mim, ele mesmo disse que já viu coisas que ele reivindicou sendo contempladas no projeto. Então, assim, nós estamos, toda a comunidade, inclusive, o senhor e todos os nossos conselheiros que estão aí, eu não sei como chamá-los. Inclusive, o Felisberto, que eu conheço de muito tempo das cooperativas, estamos construindo uma nova lei que vai beneficiar não só o empreendimento, mas vai beneficiar a cidade para não ter mais esses loteamentos irregulares em áreas rurais. Querendo ou não querendo a Extremo Sul é uma área rural, a Extremo Sul vive de invasões de loteamentos irregulares por ser uma área rural, aí a Prefeitura se vê em uma sinuca de bico para ter que regularizar ou tirar toda aquela gente de lá. Então, essa lei está sendo estudada, está sendo

trabalhada, eu estou vendo o interesse de vocês para que seja uma lei muito justa e que contemple não só os grandes empreendimentos, como nós os pequenos empreendimentos que estamos em áreas rurais, que queremos ser regularizados, que queremos pagar IPTU urbano, que queremos ser vistos como uma lei justa. E eu acho assim, que o empreendimento em nenhum momento naquela reunião disse que a Prefeitura tinha aprovado, em nenhum momento. Eles divulgaram todas as modificações que fizeram, eles falaram claramente que há 10 anos estão construindo, eles falaram que há 10 anos estão conversando com “os a favor” e com “os contra”. Eles estão construindo uma melhoria, não só para o bairro de Belém Novo, mas uma melhoria para Porto Alegre. Só estão vendo o lado de coisas erradas, de coisas que não estão sendo aprovadas, mas em nenhum momento estão vendo o lado de construir juntos, porque a crítica bem feita é construtiva, o diálogo bem feito é construtivo. E é isso que o projeto está fazendo com a comunidade, com um diálogo bem feito, com um diálogo de clareza. Eu não vi nada escondido naquela reunião, eu não vi a Prefeitura se escondendo atrás de nada, a Prefeitura estava bem clara lá mostrando o seu trabalho, explicando a parte da Prefeitura, em nenhum momento dizendo que estava aprovado. Então, assim, ó, Secretário Germano, a comunidade de Belém Novo não está sendo enganada, nem pelo seu Dinar e nem pelo projeto. Está vendo uma discussão sim, uma discussão a favor, uma discussão contra, mas uma discussão honesta, com clareza. E é isso que eu quero deixar claro aqui, que todos me escutem e entendam que a nossa comunidade não está sendo enganada, nem por vocês, que querem aprovar uma lei, nem pelo Senhor Dinar, que é um líder comunitário muito respeitado na comunidade, e nem pelo projeto. Se o pessoal “do contra” quer construir, quer melhorias, quer modificações, que sentem, e conversem, e não levantem a bandeira de não fazer nada, porque vai ser mais uma área de terra invadida, vai ser mais um loteamento irregular em uma área de terra que é rural. Então, assim, vamos olhar pelos dois lados. (Sinalização de tempo esgotado). Obrigada, eu vou concluir, é isso que eu quero dizer, a comunidade está conversando com o empreendedor, está conversando com a Prefeitura e o seu Dinar não fez nada às escuras, tem tão pouco a Prefeitura ou o projeto. É isso que eu quero deixar claro para vocês. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem, obrigado, Vera, pela contribuição. Sem dúvida agrega muito ao debate a esse processo, de fato, de construção dessa proposta de lei, que beneficie melhor o bairro. Nós temos inscritos, um minuto para os conselheiros que tiverem interesse em complementar ou responder a algum questionamento levantado na sala. Temos a Conselheira Maristela, Felisberto e Tânia. Mais algum conselheiro? Claudete, Hermes e o Conselheiro Jackson. Mais algum inscrito para as falas? Lembrando que depois vai ter o período de comunicação, né. O Conselheiro Gomes e o Professor Rômulo. Então, deixa eu abrir a fala para a Conselheira Maristela. Um minuto, vou ser bem criterioso em relação ao tempo, tá, conselheiros? Porque a gente tem oito, depois mais período de Comunicação. Nova, mais o Emerson também. Então, encerramos a inscrição para as falas um minuto aqui em relação à comunicação. Está bem? Conselheira Maristela, um minuto. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Boa noite, Secretário. Boa noite a todos. Eu só gostaria de esclarecer alguns *insights*, assim, que eu não consigo compreender. Não há contras e nem a favores, há o obscurantismo, há uma uniformidade de um discurso dos bons e dos maus, daqueles que querem o desenvolvimento e daqueles que não querem. Eu tenho vários posicionamentos em relação ao desenvolvimento, que muitas vezes é contraditório aos meus pares. Então, não venha ninguém de fora dizer os conselheiros eleitos com estigmas, que eu não vou aceitar. Eu acho que, no mínimo, um pedido de desculpa. Por quê? Porque nós não estamos tendo um debate ali que nós possamos ter o mesmo tempo para a gente

poder fazer afirmativas. Não para mim, eu não vou aceitar. Eu já ouvi aqui preconceitos com a questão das religiões afros, agora estou vendo “aquela gente”. Aquela gente quem? Os índios? Foram os índios que invadiram as terras do país? (Sinalização de tempo esgotado). Foram os índios que invadiram aquela terra? Então, acho que as pessoas deveriam ter mais respeito e pesquisar mais, estudar mais sobre todos os aspectos e não só o aspecto daqueles que vêm como papagaio fazer discurso no fórum do Conselho do Plano Diretor. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Maristela. Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa noite. Eu quero fazer das palavras da Michele e do Santiago as minhas palavras. E é muito estranho que em uma época de pandemia, em que nós estamos todos tendo que tomar cuidados, em uma época que a maioria da população de Porto Alegre não está vacinada, nós temos um projeto de lei encabeçado pelo Município. Isso me parece muito grave, muito grave! O município favorecer um empreendimento privado em detrimento de uma zona de preservação, que tem uma importância o sistema da cidade para aquela região. Tem uma área que é necessária preservar, vão pôr 3 mil pessoas ou 2500 pessoas, que serão quase 10 mil novos habitantes. (Sinalização de tempo esgotado). Quase dobrando a região. Então, o impacto descaracterizando toda aquela região que deve ser preservada e fazer uma estação de tratamento de água para dizer que estão beneficiando toda a cidade não dá para aceitar. (Sinalização de tempo esgotado). E mais, Secretário, tem uma discussão que está *sub judice* e neste momento o Ministério Público deve tomar providência no sentido de verificar qual a importância desse projeto e qual o interesse público que está sendo objeto dessa preocupação. (Sinalização de tempo esgotado). E a apresentar... Eu já estou finalizando, Secretário. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Dois minutos já, Conselheiro! **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Já estou finalizando, desculpe me estender um pouco, mas peço que o senhor tenha paciência. E eu assisti toda a apresentação, e, lastimavelmente, nós temos pessoas do poder público defendendo o projeto do empreendedor. Né? Isso é lamentável. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro. O senhor pode usar o período de Comunicação, depois vai ter mais tempo, mas vamos manter aqui um minuto, pessoal. Por favor, peço nossa a ajuda de vocês, eu vou insistir aqui, senão a gente fica só na comunicação, passamos a noite aqui discutindo a comunicação. Conselheira Tânia. Não estou vendo a Conselheira Tânia, acho que saiu. Conselheira Claudete. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Boa noite a todos e a todas. Eu queria entender qual é a preocupação do Secretário em a gente estender a comunicação, que é exatamente uma das pautas trazida pela cidade, né. Ou seja, ou será que as pautas da cidade são só aqueles empreendimentos privados que a gente aponta, né, Secretário? E aí nós temos três falas externas e não temos tempo sequer para poder deliberar sobre um assunto tão importante que vem sendo trazido não só pela cidade agora, pelos conselheiros que se manifestaram, mas pela própria Secretaria que trouxe na outra semana. Eu fiquei muito surpresa que a gente tomou conhecimento dessa reunião na terça-feira e nos foi colocado que a gente poderia participar e tirar nossas dúvidas, até porque na terça-feira os questionamentos que eu fiz, eu não tive resposta de nenhum, infelizmente, mas para minha surpresa a gente não recebeu nem comunicação, nem link, nem e-mail, nem nada de como a gente poderia acessar essa reunião que foi realizada na sexta-feira. Ainda bem que o Conselheiro Felisberto, sempre atento, passou o

link, aí eu tomei conhecimento, mesmo sendo conselheira, só assim eu tomei conhecimento que estava no site do próprio CMDUA. Para surpresa também, a gente acessou esse canal do YouTube para poder daqui a pouco deliberar um pouco mais sobre esse projeto, que a gente não teve ainda nenhum conhecimento, mas lá no site a gente não tem nenhum canal de interação, né. A gente não pode perguntar. (Sinalização de tempo esgotado). Embora o Secretário tenha dito que a gente ia poder fazer os questionamentos, não havia espaço para tanto. Eu fico aguardando, tenho muito interesse em conhecer, na verdade, os estudos, que até a Conselheira Patrícia disse que os antigos eram muito precários, né, a respeito daquela consolidação de uma área rural. Então, eu imagino, se eles já eram precários, mais ainda a gente retirar o gravame de área rural daquela área... (Sinalização de tempo esgotado)... sem nenhuma discussão, sem nenhum estudo, sem nenhum aprofundamento. Eu aguardo ansiosamente que esse assunto, efetivamente, entre na pauta com elementos suficientes para que a gente possa debater. Até, então, eles ainda não chegaram aqui no Conselho. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira, pela sua contribuição. Na sequência o Conselheiro Hermes. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Boa noite a todos e todas. Eu gostaria de fazer um comentário em relação ao que a Dona Vera falou. Eu não a conheço e respeito muito a opinião das comunidades, embora tenha duas opiniões, dois pareceres bem antagônicos. Eu queria esclarecer algumas coisas para ela. Primeiro, que há 15 anos se fala nesse espaço na Ponta do Arado e há 15 anos que os projetos, que as propostas apresentadas estão cheias de irregularidade. Inclusive, já foi mencionado que tem uma ação judicial. A segunda questão, eu vejo certa contradição quando a senhora diz que é rural, que estamos mexendo na zona rural, mas quer ocupar. Então, não entendi, parece uma contradição. E, por fim, é uma avaliação minha, mas com base em toda a ciência do urbanismo e não precisa ser um estudioso para saber o que acontece na cidade. Eu fico com pena das pessoas, dos moradores mais humildes de Belém Novo, eu conheço bem Belém Novo, eu já disse isso na reunião anterior, achando que com esse projeto que, sem dúvida, vai valorizar, é um projeto de qualidade para a ocupação daquela área... (Sinalização de tempo esgotado)... que vão permanecer lá. Sim, mas terminou o tempo? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Sim, um minuto e quarenta. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Tá. Então, para terminar. Os primeiros a serem expulsos daquela região vão ser exatamente essas pessoas humildes, a área vai se valorizar, vai se expandir, vai ter uma polarização muito grande. E assim como na Vila Caddie, em outras dezenas, centenas de áreas da cidade, do Bairro Assunção, na Tristeza, em outras, as comunidades mais pobres vão terminar sendo expulsas e vão ocupar outra área lá no Lami ou para lá do Lami, quem sabe. Então, é uma ilusão, a senhora está sendo iludida achando que a área vai ser... Vai melhorar, não tenho dúvida que vai melhorar para alguns, mas a população local vai sofrer com isso. (Sinalização de tempo esgotado). Por fim, para finalizar mesmo, Secretário, que eu já me expressei em uma reunião anterior, essa polarização, esse espraiamento da cidade é extremamente prejudicial para a cidade, a cidade tem uma densidade muito baixa e isso fere frontalmente a economia da cidade. Quando eu disse na reunião passada que termina sendo uma cidade cara... (Sinalização de tempo esgotado). É isso que eu gostaria de tentar explicar, encerrando, Secretário, que quanto mais a cidade se espalhar menos serviços nós teremos ou serviços de pior qualidade. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade –**

SMAMUS: Obrigado, Conselheiro Hermes. Conselheira Tânia, que não falou, ela voltou. Conselheira Tânia, ouve? **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Agora deu. Eu tive um probleminha com a internet. Assim, uma questão que eu quero levantar com relação a tempo, nós conselheiros temos muitas coisas para falar com relação a determinados projetos, como esse agora, né, e nós somos interpelados pelo tempo de um minuto, essa senhora que veio aqui falou um tempo enorme. Entendeu? Eu acho que deveria ser um tempo justo para que todo mundo falasse igual. Os conselheiros são excluídos da sua fala, a gente tem que falar a metade do que deveria falar, enquanto outras pessoas que estão batendo palmas para algumas ações, principalmente, da Prefeitura, eles têm um tempo hábil de falar sem serem cronometrados. Isso é uma questão. A outra questão, eu vou falar a mesma coisa que o Hermes falou, que meus colegas falaram aqui, é uma área natural, é uma área de preservação. Com certeza essa senhora está muito equivocada, porque os pobres vão ser os primeiros a serem enxotados, né. Ali com certeza vão ter outros condomínios de luxo, porque esse é o interesse, eles querem fugir da agitação, é um local próximo, né, com uma natureza maravilhosa, que vai ser simplesmente devastada com o passar do tempo. E os pobres, para avaliar, vão ser excluídos, que nem os negros foram, que nem os índios foram massacrados, os pobres vão ser excluídos para outras áreas. Então, é uma visão muito, ou inocente, ou realmente muito equivocada dessa senhora achar que vai ser uma coisa maravilhosa, a não ser que ela seja uma grande fazendeira e tenha muitas poses, porque do contrário vai ser enxotada como todos os outros. Só isso. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Tânia. Só corrigindo uma inverdade que a senhora está colocando, os prazos, previamente, foram aprovados pelo plenário deste Conselho. Naturalmente, a senhora tem direito de não concordar, a senhora é voto vencido nesse caso. Nós definimos os tempos, as entidades externas podem falar pelo período de 5 minutos, abre-se para questionamentos diversos pelo período de 1 minuto, assim como está previsto. Então, sugiro que a senhora leia um pouquinho a regra e aí volta para o plenário para poder ter condição de falar, porque é importante a gente fazer essa correção. E peço respeito às falas externas, e, naturalmente, têm divergências, são posições antagônicas, nem sempre a gente concorda, mas nós temos que respeitar as falas, que são muito bem vindas, seja de um lado do projeto, seja do outro lado do projeto, seja concordando ou não concordando. Então, sempre são bem vindas as falas externas e respeitam as regras previamente aprovadas pelo plenário deste Conselho. Conselheiro Jackson na sequência. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Boa noite, Presidente, os demais colegas. Eu começo a minha fala justamente em um ponto que a minha colega Maristela Maffei bateu muito bem, que é o respeito. Não está havendo respeito, é vergonhoso para nós enquanto conselheiros regionais, os demais que foram eleitos, uma falta de respeito, o deboche quando a gente assiste a este chat, para um Conselho como o nosso, deliberativo. E mesmo que se tenha votos contrários, posições contrárias, é do jogo, é da democracia. Citando uma fala do Hermes também, a questão de densidade é uma coisa que me preocupa nesse projeto também, temos que analisar com mais profundidade esse assunto. A palavra do nosso convidado ali, o Santiago, eu acho que ele colocou muito bem, tem algumas questões que nós temos que analisar melhor. Enfim, a minha fala era essa, eu acho que está faltando um pouco de respeito entre nós colegas aqui. Então, vamos tentar respeitar, nós não precisamos disso. Eu acho que nós somos grandiosos aqui, enquanto todos querem contribuir com a cidade de uma maneira ou de outra, independente da posição que se tem. Era isso e obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário**

Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS: Obrigado, Conselheiro Jackson, pela contribuição e observação, na sequência o Conselheiro Gomes. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Boa noite, Conselheiros. Boa noite, Presidente. O que se vê o que se viu na reunião... Primeiro os parabéns aí pelo Conselheiro da região pela bela organização que fez, foi superbem convocado, ao menos em Belém, na região mais imediata ao projeto, eu achei até que alguém ia falar sobre isso, porque a convocação, além de ter sido emitida para todos os delegados, ela foi dirigida a várias lideranças e tal, colocados cartazes no comércio de Belém Novo. O comércio Belém Novo estava colorido com cartazes convocando para a reunião. A reunião não teve problema, parece que foi sob medida, porque o pessoal que estava lá dentro, respeitando o distanciamento, álcool gel, temperatura medida na entrada. Eu não vi ninguém reclamar que ficou fora, foi muito ajustada e era uma preocupação que a gente tinha, que fosse mais gente do que tivesse lugar lá. O que se viu reflete bem esse debate das três pessoas que vieram aqui, os dois primeiros, a primeira pessoa que falou e o segundo, o Santiago, exatamente como são de fora de Belém Novo, contra o projeto. A pessoa de lá, a Dona Vera e as outras pessoas que falaram a favor, moradoras do local. Então, é um contraste bastante objetivo e concreto. Uma coisa, esse projeto está em discussão, é um processo de discussão, estava lá a Prefeitura para apresentar para a comunidade o projeto que estava sendo desenvolvido, os critérios que a Prefeitura estava estabelecendo. E o arquiteto dos empreendedores também colocando o projeto como que estava trabalhando com isso. Quando o arquiteto coloca que é a 18ª, nem é a 17ª versão do projeto, isso se chama em arquitetura de evolução do desenvolvimento de uma proposta, aperfeiçoamento. (Sinalização de tempo esgotado). É uma coisa que deveria ser elogiado e isso está em fase de processo de discussão. A gente continua depois a discussão na próxima etapa da reunião. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem. Obrigado, Conselheiro Gomes. Professor Rômulo. Lembrando que temos o período de Comunicação, quem quiser se inscrever. Professor Rômulo, um minuto. **Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Boa noite. Obrigado pela oportunidade. Eu estou acompanhando com atenção esse debate. Pelo menos com base no que foi apresentado, tanto pelo empreendedor, quanto pela Prefeitura na semana passada, são passos iniciais e são as primeiras alternativas de ocupação, enfim, de desenvolvimento da área, a partir das quais não se pode, eu acho, retirar conclusões definitivas, nem quanto benefícios ou eventuais prejuízos que possam acontecer na área. Essa fala do Gomes, eu estava muito curioso e justamente esperando que isso acontecesse, que a população do bairro fosse apoiar o projeto, pelo menos nessa fase, justamente porque os benefícios aos proprietários de terra, aos prestadores de serviços, aos pequenos comerciantes, aos usuários de serviços sob demanda, que todas essas coisas vão melhorar. Quer dizer, vai haver valorização imobiliária, vai haver melhoria dos serviços, não apenas em quantidade, porque a demanda dobra, mas também qualitativamente. Quer dizer, novos serviços serão oportunizados e ainda temos serviços difusos, tipo, por exemplo, o sinal de celular vai melhorar, o transporte público vai melhorar, que são serviços sob demanda e acabam sendo incrementados pelos provedores à medida que a demanda aumenta. (Sinalização de tempo esgotado). Então, há um conjunto de coisas que não foram consideradas ainda, eu acho e que podem vir a ser decisivo nesse processo. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Professor Rômulo. Desculpe sempre ter que insistir aqui com o tempo, meu difícil papel aqui, mas na sequência vai ter a comunicação também. Então, eu

estimulo a todos que quiserem falar pelo período de 3 minutos, um pouco mais, fiquem à vontade. Conselheiro Emerson inscrito. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Boa noite a todo o Conselho, convidados. Fui contemplado com algumas questões aí, tratando-se também do cumprimento do rito, né, passando pelo CMDUA, passando pela região de planejamento e após o seguinte passo. Eu quero me deter em relação a esse projeto na estação de tratamento de água, que eu acho que é o grande ponto. E tenho certeza que o grande apoio do próprio governo municipal em relação a esse projeto aí é também atender esse grande problema, que é de um sistema, um sistema que atende vários bairros. Se a gente colocar aqui Belém Novo, Lami, Extrema, São Caetano, Lajeado, Restinga, Chapéu do Sol, Hípica, Pitinga, Lomba do Pinheiro, olhem quantos bairros vai atender essa estação de tratamento. Então, é todo um sistema que hoje o empreendedor que está dentro dessas regiões aí não consegue hoje tirar uma diretriz para aplicar em um empreendimento, porque o DMAE não dá diretriz de água para os novos empreendimentos. Então, além do crescimento, além da infraestrutura, além do atendimento ao comércio, da ampliação, da estrutura local, vai atender também toda essa região do planejamento, porque o empreendimento foi discutido na região de planejamento, não foi discutido basicamente no Bairro Belém Novo. Está dentro do Bairro Belém Novo, mas vai atender a cidade nesse ponto principal, que eu entendo desse projeto, que é o sistema de abastecimento de água, que hoje falta em toda cidade quase. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Emerson. Bem lembrada a questão do DMAE ali na região. Senhores Conselheiros, então, passamos para o período de Comunicação. Acho que a gente delibera as atas na sequência, para não interromper essa linha de raciocínio, já que estão todos comentando e falando sobre o tema. Consulto se temos inscritos para o período de Comunicação? já temos inscrita a Conselheira Maristela, Conselheiro Felisberto. Temos mais algum conselheiro inscrito? Conselheiro Hermes, a Conselheira Claudete, Conselheiro Mark, Conselheiro Adroaldo. Mais algum Conselheiro inscrito? O Conselheiro Gomes e o Conselheiro Professor Rômulo inscrito. O Conselheiro Saffer inscrito também. Por último, após as falas dos demais conselheiros, o Conselheiro Dinar e a Conselheira Gisele, que esteve na região apresentando o projeto. Também o Conselheiro Dinar da região, é importante o Conselheiro Dinar fazer uma fala após as falas dos demais conselheiros, eu inscrevo o Conselheiro Dinar, que liderou o processo lá na apresentação da região. Está bem? Então, passamos a palavra para o período de Comunicação aí pelo período de 3 minutos, iniciando com a Conselheira Maristela. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Bom, o tema ainda é o local? Porque o Secretário está inscrevendo duas pessoas para responder sobre esse tema ou é comunicação e nós podemos abordar o tema que nós quisermos? Não tinha visto isso ainda, Secretário. Desculpa a minha sinceridade. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** O tema que quiser. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Obrigada. Então, vamos ficar no mesmo tema. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está me perguntando ou está respondendo já? Poe falar, a comunicação é livre. Pode falar à vontade, Conselheira. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Obrigada. Bom, eu me senti à vontade para continuar no mesmo tema, só quero mais minutinhos. Secretário, assim, primeiro lugar, a questão da Estação Belém, é uma luta muito antiga, eu lembro quando nós passamos de Viamão para Porto Alegre, aprendemos no OP, aprendemos no Plano Diretor com a

Engenheira Rosana lá do DMAE e outros técnicos brilhantes, né, não como uma benesse, como um dever do ente do estado, como uma política de estado, não de favor, não de favorecimento. O OP é assim, com pessoas que tinham esse pensamento para todos que ali moravam, como aqui o caso que foi citado da Lomba do Pinheiro. Não agraciar, porque nós temos vários empreendimentos que estão vindo para cá ou para lá. Não tirando a legitimidade, como o cemitério de povos tradicionais, que está lá com pessoas que vivem lá, vivos e mortos, um desrespeito total à cultura, com a total volta da invasão, novamente, tipo a Europeia quando esteve aqui com os Bandeirantes. E a gente vê um monte de Capitão do Mato também, infelizmente, né. Então, eu fico triste com esse ponto de vista de que vai beneficiar, vai beneficiar pela nossa luta, pela nossa capacidade de intervenção, pela nossa persistência de acreditar em um estado de direito e não o estado imposto para servir alguns quando querem e ocupar as massas também quando querem. Então, acho que como é aberto para falarmos o que queremos, né, fica nesse sentido o meu registro, da falta de respeito, quero dizer, porque se o tema era livre, o tema tinha que se abordado por quem quisesse se inscrever, né. E lá no tema anterior é que o coordenador da região deveria ter se inscrito para falar e não o Secretário. Desculpe, Secretário, o senhor pode discordar de mim por botar no final para que ele fale, como se estivesse prevendo que nós iríamos o ofender. Então, eu queria deixar registrado isso. Muito obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Maristela, pela contribuição no período de Comunicação. Na sequência a gente tem inscrito o Conselheiro Felisberto. Três minutos, Conselheiro, à vontade! **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Bom, Secretário, avise quando faltar um minuto, por favor, porque eu não quero extrapolar os 3 minutos. Primeiro quero dizer assim, esse tema da Fazenda do Arado ou do Projeto do Arado, tem algumas coisas que não estão explicadas e que devem ser explicadas. Primeiro, por que o executivo vai mandar um projeto d lei alterando o regime urbanístico? Vai alterar para quê? Para beneficiar o interesse público? Não! Para beneficiar o interesse privado em detrimento do interesse público. A história da estação de tratamento de água é para não ter que pagar depois, porque isso foi muito bem dito lá na reunião para não pagar indenização ao proprietário se não houver aprovação do projeto. Então, aí tem coisas obscuras para dizer o mínimo. Segunda coisa, Secretário, não há nenhum esboço, nenhuma apresentação para o Conselho do projeto de lei. Falta transparência, vai se alterar um regime urbanístico. Qual a alteração? Vai afetar o quê? Vai beneficiar o proprietário que poderá construir mais mil unidades? Então, são quatro projetos? Vai ficar muito simples para o proprietário apresentar o projeto sobre algo que já lhe é permitido. Só vão discutir os impactos, ou as compensações, ou contrapartida. O proprietário doou para o município uma área antes de ter o seu projeto ou foi desapropriado pelo município? Quero esse esclarecimento, Secretário. E, por fim, quero lamentar e quero me solidarizar com a Manoela D'Ávila à agressão canalha, para dizer o mínimo, de alguns que ameaçam a filha de uma cidadã de Porto Alegre por discriminação, por ideologia e não respeitando a tal democracia que pregam. E parte da mulher do Vice-Prefeito, o que é mais estarrecedor. Isso é público e notório, é caso de investigação, ameaçar uma criança de 5 anos e propagar isso na internet, isso é crime. Lamentavelmente, nós vivemos em uma cidade que foi o berço da democracia participativa, que hoje é o berço da escuridão, de favorecimento, de empreendimentos em detrimento dos cidadãos que fazem esta cidade. E pasmem, colocaram na reunião lá que vai haver emprego para faxineira. Pô, pelo amor de Deus! Jardineiro! Nada contra essas profissões, mas dizer que isso é um benefício e todo o centro comercial que vai haver dentro do projeto? (Sinalização de tempo esgotado). Isso também tem que ser dito, o que vai beneficiar. Qual o benefício que o Terra Ville trouxe

para Belém Novo? Nenhum! Nenhum! Então, é isso, agradeço o espaço e desculpe se me estendi, mas quero dizer qual o benefício para a cidade, enquanto há mais de 700 áreas irregulares, isso sim uma preocupação de governo, de estado, que não está havendo. Não basta criar uma Secretaria de Habitação ou de regularização fundiária, é muito mais do que isso, é ter política habitacional para o município, com projetos, valorizando as áreas que o DEMHAB já tem para os empreendimentos. (Sinalização de tempo esgotado). Desviaram mais de R$ 100 milhões do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social. não vejo nenhum dos conselheiros aqui falar sobre isso. (Sinalização de tempo esgotado). Desviaram mais de R$ 100 milhões do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, onde foi esse dinheiro? Nenhuma investigação, nenhuma abertura de sindicância. Por quê? Porque os mesmos políticos que hoje ocupam os cargos são os mesmos que se utilizaram desse recurso. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. Na sequência o Conselheiro Hermes inscrito. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Secretário, eu vou ter que sair. Como eu participei, fui relator do primeiro processo... **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Um pouquinho mais alto, Conselheiro. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Como eu fui relator do primeiro processo, o processo da pauta um, embora ele esteja com o Conselheiro Gomes, que o meu parecer foi contrário, mas eu vou ter que sair lá pelas 19h30min, 19h25min, que eu tenho outra reunião. Os meus dois suplentes também vão participar. Então, eu já estou vou avisando que vou sair à francesa. O senhor fique avisado, não sei se vai dar tempo de chegar nesse processo. O que eu queria dizer também, eu tenho tentado analisar, fazer uma reflexão sobre o clima que tem este Conselho, que não foi, ou melhor, não lembro de situação e várias vezes eu participei. E eu vejo que talvez tenha certa... Eu estou falando para reflexão, bem rapidinho... Certo exagero de todas as partes, mas por outro lado, a gente, embora minoria, este grupo aqui sempre gosta de dizer que foi aprovado o nosso regimento, eu vejo com clareza um excesso do uso do poder e uma manipulação das pessoas. Este Conselho está se parecendo muito com a nossa Câmara dos Deputados, uma maioria circunstancial que se beneficia, direta ou indiretamente, através de cargos, de CCs, etc. e etc. e que, invariavelmente, não discute, mas sempre concorda. Isso me deixa muito preocupado, porque são coisas que estão acontecendo em todos os níveis. E a nossa ética, a verdade, todas essas questões vão para o espaço, né. As pessoas ficam quietas, ouvem barbaridades, assim como a gente tem ouvido no nosso dia a dia dos nossos políticos. E por questão de oportunidade, de benefícios próprios, ficam quietas, embora a gente saiba que muitas vezes nem concordam. Era isso que eu queria falar para a reflexão dos nossos conselheiros, para quem está nos ouvindo e etc. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Hermes. Na sequência a Conselheira Claudete. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Novamente, boa noite. Eu queria dizer da minha preocupação, a gente está em processo de revisão do Plano Diretor, está suspenso em virtude da pandemia. E a par disso, a gente ficar apresentando projetos e programas de forma picotada do planejamento. Que planejamento é esse que é tratado de forma picotada e conforme o interesse dos empreendedores? Nesse sentido e falando ainda em revisão do Plano Diretor, não faz muito que a gente tomou conhecimento que o acordo de cooperação técnica foi pago em sua integralidade, em R$ 10 milhões, embora o processo esteja suspenso, embora o próprio escopo do

projeto desse acordo de cooperação esteja sendo submetido a uma revisão substancial. Eu gostaria de saber, né, Secretário, quais as atividades internas, quais os produtos foram até, então, produzidos, entregues? Quem sabe nesses produtos tenha a justificativa para essa expansão da cidade que a gente não está tendo conhecimento, são propostas sem estudos, né. Eu imagino que os relatórios mensais previstos no acordo de cooperação técnica estejam sendo produzidos, eles deveriam ser trazidos para os conselheiros para que a gente tenha conhecimento. É isso que a gente fala da transparência, a transparência não pode acontecer só de forma pontual quando a gente vai no Ministério Público. E o Secretário louva aqui dizer que o regimento foi aprovado. Então, ele poderia, ou a nossa Procuradora, poderia também nos atualizar a respeito de qual é a situação do inquérito civil que tramita no Ministério Público, que dispõe exatamente sobre a nossa formatação, sobre o nosso Regimento, sobre os abusos de autoridade que aqui acontecem. Talvez o Professor Rômulo possa também nos atualizar no momento, qual é a situação da carta de acordo com a UFRGS? E o Secretário, como diretor nacional de projeto também nos atualize daqui a pouco sobre essas atividades que estão sendo feitas internamente, que nos traga os relatórios, para que a gente possa, efetivamente, ter uma transparência de acordo com o que demanda a participação social. O que nós temos aqui não é uma participação, não é uma democracia, todos bem sabem. Lembrando que a EPTC, lá no início do nosso mandato, disponibilizou-se e eu gostaria que o Secretário trouxesse isso para a sessão, a fazer uma apresentação onde tinha uma demonstração que a cidade estava com o seu crescimento estável em termos de mobilidade e em termos de habitante. Então, a gente não vê porque a justificativa, a gente alterar o Plano Diretor para aumentar a expansão territorial da cidade para onde, efetivamente, não precisa. Gostaria muito que as nossas respostas viessem, mas que não ficassem apenas como mero registro em ata, como tem sido. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Claudete. Na sequência o Conselheiro Mark inscrito. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Boa noite a todos. Eu estou impressionado como esse projeto urbanístico do Arado está nos tomando tempo e a importância que ele tem para a cidade e para a comunidade, né. Acho importante nós investirmos o nosso tempo não conhecimento desse projeto e dedicarmos, realmente, algumas sessões do nosso Conselho ao projeto urbanístico do Arado. E eu sinto falta, já que o projeto se insere em uma região especial, eu sinto falta da presença dos representantes da cultura Guarani. Eu acho que seria muito importante que houvesse a manifestação dessa comunidade originária presente nessa área e que deveria ser contemplada em um espaço de difusão pública, como no nosso conselho eles terem a oportunidade de dar o seu ponto de vista sobre esse possível projeto urbanístico do Arado. E a outra preocupação que eu tenho, que eu quero manifestar neste período de comunicações, é a preocupação com a audiência pública prevista para o dia 25 de junho. Esta audiência pública faz parte da na estrutura de consolidação desse projeto, conforme nos foi apresentado na reunião do Conselho anterior, lá do dia 1º de junho. E eu me pergunto onde que essa audiência pública para ocorrer? Ela vai ser virtual? Ela vai ser física? Ela tem local e qual é o tempo destinado? Qual é o tempo previsto para a realização dessa audiência pública? E como ela vai permitir a participação da cidadania porto-alegrense? Como é que se vai viabilizar essa audiência pública desse projeto tão importante? Por isso eu dedico esses minutos da comunicação para esse tema: audiência pública. Por favor, que nos sejam oferecidos elementos de entendimento e esclarecimento. Muito obrigado, Secretário Presidente. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado,

Conselheiro Mark, pela contribuição. Na sequência o Conselheiro Adroaldo inscrito. Boa noite, Conselheiro! **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Boa noite, Secretário. Boa noite, Conselheiros. Secretário, eu quero fazer um relato da semana passada, que não foi possível. Na terça-feira, dia 1º de junho, estiveram duas comissões em visita ao quilombo da Vila Caddie, a CUTHAB e a Comissão de Direitos Humanos. Então, estiveram presentes os presidentes das comissões, o Vereador Cassiá e o Vereador Bobadra, também o Vereador Hamilton, a Vereadora Reginete, o Vereador Mateus, um representante do Gabinete do Vereador Alvoni Medina, o Secretário da Habitação, o Secretário André Machado, e lideranças. Então, eles caminharam em toda a extensão do quilombo para conhecer. Muitos desses integrantes não conheciam, confessaram que não conheciam, nunca estiveram lá dentro do Quilombo Caddie. Eles ouviram os moradores que estavam ali, que acompanharam a visita. Eu saí com o sentimento de apoio, inclusive, do próprio Secretário da Habitação. Eles estão estudando uma forma de encontrar uma solução para que aquelas famílias permaneçam no local. Então, eu acho importante trazer essa informação para dentro do Conselho, porque é uma luta que a gente abraçou junto lá com o quilombo e, certamente, ela vai trazer resultados e um aprendizado importante para todos nós. Sempre que eu tiver alguma coisa sobre essa comunidade vou trazer para o Conselho, porque nem sempre tudo está perdido. Então, ainda há possibilidade sim nessa luta para a permanência daquelas famílias naquele local, próximo da Nilo Peçanha. Obrigado, Presidente. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Adroaldo, pela contribuição e relato da situação ali com relação à comunidade da Vila Caddie. Na sequência o Conselheiro Gomes inscrito. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Presidente, Conselheiros, eu queria fazer um registro de um ato que aconteceu sábado, aqui na minha região, Região 6, precisamente, em Ipanema. O Prefeito e o Secretário do Meio Ambiente estiveram dando início às obras de recuperação e melhorias nessa orla aqui de Ipanema, a orla mais tradicional. É uma obra que a comunidade aqui reclamava há muitos e muitos anos. Eu acho que das últimas intervenções que nós tivemos ali, Germano, foi naquele local onde a gente estava, que tem aquele pergolado e na mesma época também se fez os arcos lá em cima, subindo ali para a Espírito Santo. Foi o projeto de uma arquitetada SMAMUS à época, e foi tocada a obra pela SMOV. Eu tive a honra, o orgulho, naquele momento ser o diretor de obras e ter tocado aquelas duas obras muito importantes. Isso se soma a um projeto que nós aprovamos a pouco tempo aqui no Conselho, que a contrapartida é a recuperação do restante do calçadão, que a gente chama, que vai aumentar um cento e poucos metros. Ou seja, vai qualificar em muito e muito aquele espaço importantíssimo para quem mora ali, para quem visita ali e tal. Então, eu quero dar meus parabéns à administração, através do Secretário Germano. E muitas coisas a gente espera que aconteça ainda neste governo para qualificar a cidade, qualificar a minha região, qualificar a região de todo mundo. Obrigado, Presidente. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Gomes, pela manifestação, contribuição. Realmente, a orla de Ipanema, temos que melhor aquela região. Conselheiro Professor Rômulo. **Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Bom, se me permitissem, eu queria me estender ainda um pouquinho sobre a questão do Arado, justamente em face do que foi apresentado aqui, com essa perspectiva de haver uma audiência pública na sequência, em pouco tempo. Basicamente, na semana passada nós ouvimos duas apresentações, uma do responsável técnico, que eu digo, que foi muito tímida, porque ela apresentou o projeto em termos muito sumários, reduzidos, eu

diria. A apresentação da Prefeitura foi um pouco mais desenvolvida e trouxe alguns aspectos relativos, digamos, ao que eles chamam, enfim, usualmente conhecido por contrapartida, que é uma espécie de recompensa, vamos dizer assim, pelo menos é o que está dito ali, é uma recompensa feita pela aplicação da lei. Como se a lei precisasse ser recompensada, é uma coisa meio difícil de ter entendida, mas, de qualquer forma, há uma contrapartida que está focada basicamente em melhoria de infraestrutura viária em áreas verdes e mais, parece, um centro de saúde, alguma coisa desse tipo. Na sequência da discussão foram apresentados alguns argumentos contra, basicamente contra o projeto, que, se não me falha a memória, foram três, que é a questão da perda de identidade, a perda de compacidade e a possibilidade ou probabilidade de haver deslocamento de pessoas ou expulsão de pessoas. Também não foram argumentos que foram apresentados aqui com algum tipo de substância, quer dizer, nem eles têm substância. A questão, por exemplo, da compacidade é um tema longe de ser majoritário. Quer dizer, a ideia de uma cidade compacta é uma ideia meio infantil, como se fosse um monumento, um casco, uma coisa que não muda, que não se altera. Quer dizer, não existe isso, a cidade não é compacta toda, ela é compacta em partes e em certos momentos, ela tem uma dinâmica própria que faz com que essa compacidade se altere com o tempo. Inclusive, está demonstrado, economicamente, que vazios urbanos nem sempre são negativos, pelo contrário, vazios urbanos podem ser positivos para a cidade no médio e no longo prazo. Essa questão da identidade, também é um assunto que não tem fundamento. Quer dizer, são coisas ditas, repetidas, que se baseiam em coisas meio etéreas, meio assistemáticas, que são muito difíceis de serem quantificados ou qualificados como, realmente, coisas relevantes. São relevantes para quem olha, para quem está de fora. Eu aposto que os moradores do bairro têm pouco apreço por essa questão. E o último argumento, que é a respeito da expulsão das pessoas, é uma coisa muito tratada na bibliografia. Acho que a Vera colocou uma coisa muito importante aqui, que Porto Alegre é uma testemunha disso, é uma testemunha viva disso, é que a degradação do meio ambiente se dá justamente nas áreas mal regulamentadas, nas áreas de borda. Quer dizer, no plano de 79, enfim, que a Prefeitura desenvolveu, em 1979, era um plano que tinha muitas áreas de preservação, muitas áreas, muitos trechos do ambiente natural da cidade foram reservados, como reservas, como áreas de proteção e manutenção do ambiente natural. Foram e hoje são as principais favelas que a cidade tem, muitas das principais favelas que a cidade tem resultaram, basicamente, desse processo de indefinição. (Sinalização de tempo esgotado). E, por incrível que pareça, a urbanização, o processo de urbanização, com a regulamentação, com o estabelecimento de regras claras, ainda é o método mais eficaz de evitar isso. (Sinalização de tempo esgotado). Então, não sei se ela pensou o suficiente sobre isso, mas acho que ela colocou um ponto que é realmente importante. E eu acho que há uma série de outras coisas junto com as contrapartidas, nós podemos citar outras, que talvez o Mark pudesse nos ajudara. E são as chamada externalidades, quer dizer, é sabido que todas as ações que se fazem... (Sinalização de tempo esgotado). Resultam e provocam a efeitos não pensados, não desejados ou não pretendidos. E dentro desse largo leque de externalidades há muitos que são relevantes, alguns que são registrados na bibliografia, como é o caso da valorização imobiliária, como o caso casa da melhoria dos serviços, são coisas que já foram verificadas, mas haveria outras... (Sinalização de tempo esgotado)... outros *spillover*, vamos dizer assim, outras externalidades do processo que poderiam ser trazidas para melhor esclarecer, não apenas o Conselho, mas esclarecer a população, fundamentalmente, a quem interessa. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado! **Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul –**

UFRGS: Só uma frasesinha para terminar. O que está se fazendo é planejamento sim, talvez não seja o planejamento que alguns queiram, vamos dizer assim, essa ideia de ter um planejamento tipo unitário. Isso é uma herança do Stalinismo, que não existe mais. Quer dizer, o planejamento hoje é uma coisa multifacetada e que tem diversos aspectos. Então, uma coisa não impede a outra. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Professor pela contribuição ao debate, muito rica. Conselheiro Saffer. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Boa noite, pessoal. Também sobre o Arado, eu escrevi no chat, mas como o que se escreve não fica gravado, eu só queria comentar que nós estamos em um processo de discussão que eu acho que é muito importante a gente ver que as alterações do projeto, muitos foram feitos pelas importantes participações e manifestação da comunidade e da sociedade civil organizada. Então, eu acho que é importantíssimo, ainda mais essa pluralidade que é a formação do nosso Conselho. E eu acho isso muito construtivo. A outra coisa é sobre a audiência pública, eu não sei se vai ser presencial ou não, mas se for presencial, eu achava legal também de alguma forma, ou que ela seja transmitida, ou que possa dar a oportunidade de algumas pessoas participarem talvez virtualmente. E por último eu queria pedir ao Secretário, com o Presidente aqui, que se pudesse botar na pauta de alguma próxima reunião o seguinte: várias vezes foi comentado aqui a questão de autores de projetos que tramitam aqui serem também representantes do Conselho. Na verdade, eu entendo e eu queria propor aqui para todos os colegas que a gente debatesse isso, porque, na verdade, eu entendo que vai resolver uma questão de todos os representantes. Eu estava analisando aqui, por exemplo, se a pessoa não é, ou aposentada, ou um funcionário com dedicação, ou professor... Calma, Rômulo, eu vou explicar o que eu quis dizer com “professor” que tenha dedicação exclusiva. Ele não poderia ser representante, por exemplo, representar no IAB ou do Sindicato, porque ele não poderia praticar a sua atividade. O próprio Fernando, é da Sociedade de Engenharia, como engenheiro e ele pratica alguma atividade que possa tramitar aqui no Conselho, ele também não poderia. O Felisberto como advogado e que tramita questões de regularização fundiária, ele também não poderia estar aqui no Conselho, se é esse o questionamento. Assim como a Claudete, o Emílio se fizesse algum estudo viário também não poderia estar aqui como representante do CAU. Então, o que eu estou propondo é que em uma próxima reunião a gente deixe bem claro que não está no Regimento Interno, mas qual é o *modus operandi* de todos nós, que a meu ver pode e deve estar aqui, senão todas pessoas que eu citei, nenhum de nós desses profissionais poderiam estar aqui participando do Conselho. Então, eu queria propor que em uma próxima reunião deixar bem claro qual é o *modus operandi*, que não está claro, o *modus operandi* que hoje nós estamos seguindo, que eu vejo, várias pessoas se colocaram como impedidas e eu já coloquei, a Claudete já se colocou uma outra vez também, eu me lembro, que quando a gente se sente impedido de um processo que está tramitando, ou porque é seu processo, ou teve algum envolvimento, ou conscientemente sabe disso, pede para se afastar e pede para chamar um suplente ou tu és o titular já não participa, mas que ele possa ficar ouvindo. Eu queria propor interesse, que em uma próxima reunião a gente possa deixar essas coisas bem mais claras. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem. Obrigado, Conselheiro Saffer, pela contribuição. Conselheira Gisele, então, na comunicação, que fez a explanação lá com a comunidade, antes de passar para o Conselheiro Dinar. A Conselheira Gisele quer dar um relato um pouco como foi na região? **Gisele Coelho Vargas (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Sim. Boa noite a todos, Conselheiros,

Conselheira e demais presentes. Eu gostaria de relatar, então, que na sexta-feira, dia 4, tivemos na região do Belém apresentando a mesma, a repetir, a mesma apresentação que eu fiz aos senhores na terça-feira. E tivemos uma recepção muito boa por parte da comunidade, estava bem cheio o salão, dentro do que poderia, com a capacidade reduzida, bastantes pessoas se manifestaram. A gente coletou sugestões. É como sempre digo, o EVU está tramitando ainda, então, as contrapartidas não se confundem com mitigações que são tratadas no EVU. Então, isso ficou eu acho que claro para os participantes, porque a gente está tentando fazer da forma mais transparente e clara para as pessoas entenderem, tanto é que eu fiz aquele quantitativo, era isso, vai ficar aquilo. Então, as pessoas têm condição de formarem o seu próprio juízo em cima de informações claras. Essa que é a intenção. A gente não está omitindo nenhum dado a respeito do empreendimento, pelo contrário, estamos até colocando dados ali que para alguns são negativos, para outros não, mas cada um tem que fazer a sua conclusão, usar a sua capacidade crítica, que eu acho que as pessoas têm e muitas vezes não são consideradas. Mas eu acho que nesse momento é isso que está acontecendo, está sendo bastante rico esse contato e agora, dia 7 de julho, haverá a audiência pública. Está sendo elaborado o edital com todas as orientações, ela será virtual. Então, peço só que aguardem que isso aí está saindo já para ir para a rua. Obrigada e boa noite. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Gisele, pela contribuição e relato do tema. Fizeste um excelente trabalho de apresentação, muitos elogios pelo teu empenho e dedicação para levar os esclarecimentos para a comunidade. Conselheiro Dinar, da região, que conduziu a reunião lá na região de planejamento, apresentou para a comunidade. Quer dar um relato, conselheiro? **Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** Boa noite, Secretário. Boa noite a todos, o pessoal que está na nossa reunião, os conselheiros e as conselheiras. Eu quero parabenizar a Gisele pela excelente apresentação dela, o pessoal, a comunidade ficou contente com a apresentação, gostaram da apresentação. Sobre o pessoal que fala de véspera de feriado, não sei o que mais, que não foi divulgado. Eu acho que se eu tivesse divulgado mais do que divulguei, se tivesse um espaço maior a gente tinha colocado mais gente, a gente colocou dentro do que era possível, dentro do salão ali. Foi com todas as medidas tomadas de segurança, até medindo a temperatura das pessoas que chegavam. E quem não foi, no caso da senhora que seguidamente vem aí reclamar de mim, isso já estou acostumado, eu nem respondo, porque não vou perder o meu tempo em estar respondendo para certas pessoas que não contribuem com nada. Eu quero dizer para vocês aí que a comunidade aqui, quando foi lançado esse projeto lá no começo, a gente se reuniu, eu converso com as pessoas, fizemos reuniões e eu estou do lado da maioria. A maioria da comunidade do Extremo Sul quer esse empreendimento aqui, não sou eu que quero, eu sou um representante da comunidade e a maioria quer. Eu ouço falar muito que o Terra Ville não trouxe contribuição nenhuma para a região, mas trouxe sim, tem muita gente trabalhando no Terra Ville, emprego dá. O Terra Ville patrocina um núcleo aqui que dá assistência para muitas crianças, que dá cursos, dá reforço escolar tudo patrocinado pelo Terra Ville. Sobre os índios, quando eu cheguei na reunião aí pela primeira vez, uma conselheira que sentava ao meu lado, e ela está presente hoje, sempre sentamos juntos, era ela, eu de um lado, ela na minha esquerda e o Paulo Jorge na direita. Ela chegou e se apresentou para mim, eu disse: “Eu sou de Belém Novo, do Extremo Sul, da RGP 8”. Aí ela disse: “Ah, tu és de lá, de onde querem tirar os índios?” Eu só olhei para ela e dei risada. Eu quero dizer para quem não sabe, esse local que está sendo discutido do projeto, a família da minha esposa se criou trabalhando lá, do tempo do Breno Caldas, conhece como a palma da mão deles

toda aquela região e eu conheço também. E quero dizer para vocês que anoiteceu sem índio e amanheceu com índio um dia. Eu estive lá na véspera, andei por toda essa área lá e não tinha índio, o outro dia tinha índio morando lá. Inclusive, eu fico ali próximo da fazenda, tem uma área onde eu fico, que é cercado com tela na base de 2,5 m de altura. Um dia, uns três ou quatro dias depois que os índios foram para lá, apareceram três jovens na base de 18, 19 anos, pularam essa cerca de 2,5 m, pessoal, e entraram onde eu estava com cachorros ferozes. A sorte que eu tinha prendido, porque o pessoal da telefonia, estava dando problema de internet lá, aí a gente chamou o pessoal, aí eles foram lá... (Sinalização de tempo esgotado)... e os cachorros estavam presos, senão esses jovens índios Guaranis, não sei o que teria acontecido com eles. Eles saíram de lá sem saber para onde iam, porque não sabiam nem como tinham chegado, eles chegaram na noite lá. Então, é essa situação e mais uma vez, eu não falo muito aqui para não atrapalhar, para não perder muito tempo, para nós andarmos mais com os projetos. Eu sou Conselheiro para discutir os problemas da cidade, para ver o que é bom para a cidade, eu não venho aqui para falar de conselheiro, de delegado de região. Eu escutei também, só para concluir, Presidente, que teve um conselheiro que disse que na região dele só quem podia falar, opinar, era ele que conhecia a região. Agora, na minha região todo mundo quer opinar e eu tenho que dar espaço para todo mundo? Sem problema, tem espaço, mas tem pessoas que falam uma coisa aí e no outro dia estão falando diferente. Muito obrigado. Desculpa o meu desabafo aí. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Dinar. Parabenizar aí pela reunião na região, realmente, foi exemplar, teve uma ampla participação da comunidade, cerca de 80 pessoas. Era um espaço e se fizeram presentes. Lembrando que estava também disponível e está para todos aqueles que quiserem assistir no canal da SMAMUS, foi transmitido ao vivo no canal da SMAMUS, no YouTube. Então, quem não assistiu naquela oportunidade pode assistir hoje ou qualquer outro momento, está lá disponível. Então, a gente teve uma ampla participação, foi divulgado nos comércios locais, indicada a reunião, o horário, o local, enfim, todos os cuidados necessários tomados, com a apresentação pela Gisele, pelo próprio empreendedor, tiveram uma excelente noite de debate com a comunidade, ouvindo ambos os lados, visões, diversas posições contrárias, favoráveis, natural do processo de construção de um processo democrático. Também, Senhores Conselheiros, gostaria de ressaltar que a gente tem a audiência pública, conforme foi dito pela Gisele, no dia 7 de julho, às 19 horas. O processo, o edital vai ser publicado ainda, seguindo o prazo legal previsto na lei própria que trata das audiências públicas. Então, divulgado, além do Diário Oficial, nos jornais de grande circulação, onde todos vão ter oportunidade aí de também contribuir, fazer a fala nos moldes e nas regras legais previstas para as audiências públicas. É uma audiência pública online, onde se tem um acesso mais ampliado, vai ser transmitido ao vivo no nosso canal da Secretaria, neste mesmo canal que são transmitidas as reuniões do Conselho, vai ser transmitida esta audiência pública. Então, eram esses os informes gerais que eu gostaria de compartilhar com vocês. Eu acho que os pontos levantados são os mais diversos, mas é importante que todos aqueles que queiram entender o projeto, que esteja nos assistindo, pode assistir a apresentação, que está disponível no canal, tanto da reunião de terça-feira passada, onde foi apresentado aqui pelos senhores conselheiros debatido com os demais, foi no dia primeiro que a gente teve a apresentação. Então, está disponível lá no canal e depois no dia 4, que foi a sexta-feira passada, também disponível a reunião e as contribuições, as falas, vocês vão ver, muito interessantes dos representantes da comunidade da região, organizado pelo Conselheiro Dinar, da RGP 8. Senhores Conselheiros, eu não sei se temos alguma Questão de Ordem? O Conselheiro Hermes.

Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS: Primeiro eu já lhe avisou que vou ter que me retirar. A minha Questão de Ordem, Secretário, é porque alguém tem a fiscalizar o fiscal, né. eu gostaria muito, muito, eu acho que todos os conselheiros gostariam muito de debater essa questão e as questões que o Colega Rômulo colocou, eu acho importantes, porque vem da universidade. Eu gostaria muito de poder fazer a réplica, mas eu vou dizer para o Rômulo e para os outros, não existe essa possibilidade de debate, existe a possibilidade de frases, de um minuto, três minutos. Mas a minha Questão de Ordem agora, falando do regimento interno, que é o motivo das Questões de Ordem. E, Rômulo, eu peço para não entenderes mal, não tem nada a ver contigo, mas eu queria mais uma vez alertar o Secretário que o senhor descumpre aquele regimento interno que o senhor tanto fala que foi aprovado pela maioria. Quando a conversa lhe interessa, eu quero e vou falar bem tranquilo assim, para não tencionar. Quando a conversa lhe interessa o senhor dá o tempo possível, faz... **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Qual é a sua dúvida? **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Não, não é dúvida. Eu estou falando que o senhor não está cumprindo o nosso regimento interno. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Em que ponto? Qual é o artigo que eu estou descumprindo, Conselheiro? **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** No momento que para os seus aliados, ou nem aliados, o Rômulo não é aliado, eu não estou falando isso. Quando a conversa lhe interessa, o assunto lhe interessa... **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Conselheiro, palavras... **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** ...aí não tem limite de tempo! **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Palavras ao vento... O senhor pode não tencionar, mas... **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu sei que o senhor não respeita! Eu sei que o senhor não respeita, vai continuar não respeitando, o senhor é o dono do microfone... **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Não! Muito pelo contrário. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Mas eu queria deixar registrado em ata que o senhor só cumpre a cobrança do tempo e insiste, como está fazendo comigo, quando não lhe interessa. Quando lhe interessa o tempo é disponível. Muito obrigado, tá? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Hermes, que traz palavras ao vendo aqui, mas não corresponde com o artigo legal, qual é a disposição do que está sendo descumprido. O tempo é seguido estritamente, eu chamo a atenção sempre que termina. Alguns conselheiros avançam um pouco mais e descumprem o tempo, infelizmente. Eu tento direcionar, eu aponto quando chegam os horários, alguns conselheiros avançam um pouco mais, eu acabo que aceitando isso, mas eu gostaria que fosse respeitado por todos os conselheiros o tempo. O meu papel eu cumpro de avisar, de cumprir. E quando se estende demais, eu chamo, naturalmente, começo a chamar um pouco mais atenção e cobrar o estrito seguimento do nosso regimento interno. Mas a sua oposição é bem-vinda, este é um espaço democrático e a sua contribuição sempre fortalece o debate, amadurece o nosso aprendizado aqui. Então, muita luz! Na sequência temos uma Questão de Ordem do Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de**

Planejamento Um – RGP. 1: Secretário, a minha Questão de Ordem é sobre dois aspectos, a fala do Sérgio, eu concordo que deve haver um debate e isso nós já tínhamos pautado há muito tempo como que pessoas que ocupam cargos na administração dão o parecer e votam. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Conselheiro, vamos fazer essa discussão... **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Mas deixa eu terminar, Secretário! **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Vamos fazer essa discussão, aí o senhor está trazendo outra pauta. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Não! Deixa eu colocar a outra questão. A de notório saber também, Secretário. Eu não vou aceitar, mesmo que seja professor da universidade, que venha diminuir as intervenções de conselheiros. Eu sei ler, sou alfabetizado, sei a hermenêutica, sei muito bem interpretar os interesses que há por trás do notório saber, que exclui as comunidades pelo notório saber. Eu não vou aceitar isso, Secretário, de quem quer que seja! **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem. Obrigado, Conselheiro. Desculpa, Conselheiro. Se a gente deixa, desculpem, mas eu tenho que respeitar, porque se eu deixar o senhor falar vou ter que deixar o Professor Rômulo falar também. Entendeu? Aí vai, daqui a pouco outro se sente ferido com o debate e assim a gente fica todo o tempo. Então, ainda temos uma pauta ali, as Questões de Ordem são vinculadas ao debate em pauta, com dúvida com relação ao regimento. Então, não podemos ficar voltando, senão a gente fica em um *looping* aqui e dando oportunidades só para esse grupo que usa bastante do microfone, e a gente respeito dentro dos espaços, mas a gente fica só dando essa oportunidade de se debater. Então, avançamos aqui. Conselheiros, votação das atas. Conselheira Claudete inscrita. Qual é a sua dúvida, Conselheira? **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Eu tenho uma dúvida sim, Secretário. Eu gostaria que o senhor esclarecesse para em que nós somos opositores, como o senhor coloca sempre? Porque aqui todos defendemos o interesse público e o bem coletivo. Então, o senhor nos coloca sempre como adversários ideológicos. Então, eu estou me sentindo muito desrespeitada e isso não é só uma questão de desrespeito, é um assédio moral que o Secretário vem fazendo com os conselheiros aqui. Eu gostaria que o senhor esclarecesse seu posicionamento. E depois, eu fiz questionamento sobre o PNUD, eu gostaria que o Secretário, que falou deliberadamente, sem nenhum controle, sobre pontos essenciais o Secretário não se manifesta. Por exemplo, por que foi pago antecipadamente ao PNUD antes de receber as atividades? Isso o Secretário não nos esclarece. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Conselheira, qual a sua dúvida com relação ao regimento interno? **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Essas são as minhas dúvidas. Eu fiz questionamentos e o senhor não respondeu! **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Não é sobre o regimento, não é o que está sendo pautado! **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Respeitosamente... **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira. Não é o que está sendo pautado aqui, a senhora já foi esclarecida inúmeras vezes no Ministério Público, seja onde for. Quando a questão estiver em pauta aqui os esclarecimentos serão, naturalmente, feitos. A gente tenta na medida do possível seguir a regra e respeitar o espaço democrático aqui de discussão, mas temos que avançar nas nossas pautas, seguir

em frente. Passamos à deliberação das atas: **2. VOTAÇÃO: 2.1. ATAS 2892 (18/05), 2893 (25/05) E 2894 (01/06).** Então, estamos atualizados nas atas. Poxa vida, parabéns aí para a taquigrafia, colocou finalmente em dia as nossas atas, demanda antiga dos conselheiros aí, que estava com dificuldade de colocar em dia as atas. Então, Conselheira Claudete, que sempre cobrou bastante aí, Conselheira, estamos em dia com as atas agora. Está bem? Consulto os Conselheiros se temos objeção à aprovação da ata ou abstenção? Por favor, faça a manifestação no chat. Conselheira, uma abstenção? O Conselheiro Felisberto, a Conselheira Tânia. A Conselheira Claudete tem uma Questão de Ordem com relação ao regimento? **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Não, Secretário, eu tenho uma consideração com relação às atas, se o senhor me permitir falar, né, se isso for possível aqui no nosso plenário, onde o senhor controla tudo. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Claro, o espaço está sempre liberado para a senhora. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Ah, que bom! Então, assim, eu já havia questionado anteriormente, eu louvo o trabalho da Patrícia, né, eu já havia questionado a questão da gente consignar nas atas, ao final, a transcrição do chat, para que, efetivamente, a gente tenha a completude da sessão. Dizia o Secretário na outra sessão que ele não tem como controlar as manifestações e por causa disso não caberia dentro da forma das atas. E eu pergunto, Secretário, pretende controlar as manifestações ou fazer a defesa da transparência em prol do interesse público? Frequentemente, a gente é instado a se manifestar e até votar pelo chat. Então, o registro do chat aqui não pode ser desconsiderado. Quanto ao controle a gente tem que dizer que, de fato, a sessão é toda controlada. Para eu acessar a sessão, embora a gente se reúna toda a semana, a só pode entrar na sessão se a gente for autorizado e a gente fica ali esperando e muitas vezes tem dificuldade de acesso. As falas dos microfones também são controladas, a gente só fala se o Secretário autorizar e para nos autorizar a gente tem que se manifestar no chat, mas o chat não faz parte da sessão, ele não é transmitido, ele não é vinculado e não é transcrito nas atas. Então, para que as atas sejam, efetivamente, uma completude da transparência do interesse público e daquilo que a gente passada na sessão, Secretário, eu acredito que elas devam sim ser transcritas ao final da ata. E não só os chats das nossas sessões deveriam ser veiculados, embora muitos colegas aqui digam ter vergonha de ser veiculado isso, mas isso é o nosso Conselho, né. A gente tem que mostrar o chat do YouTube também, para que a gente possa ouvir a sociedade. Como que a gente vai ouvir a sociedade se o chat é controlado, não tem acesso. Então, o meu registro é que as atas tenham que ser transcritas ao final com o chat das sessões, porque Secretário mesmo a todo momento aqui diz: “Registrem aí no chat a sua manifestação”. Bom, mas essa manifestação não é transparente e não fica em lugar nenhum. E se o Secretário não nos der a fala ninguém sabe se a gente pediu fala ou não, né. Então, eu gostaria... **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Claudete. Recebo o seu pedido, nego como já neguei na outra oportunidade, pelos motivos esclarecidos já na outra reunião. As votações que são consultadas no chat não lidas, eu, nominalmente, faço a leitura de cada voto. Então, é nesse sentido que a gente não comporta o chat dentro, pela informalidade, pela impossibilidade de controle das falas, das regras, dos momentos, da inscrição mínima que a gente tem prevista no nosso regulamento. Então, é com muita tranquilidade, muita transparência, Conselheira Claudete, que lhe respondo novamente que não vamos consignar o chat no registro aqui da nossa reunião, porque ele é informal. Deixa eu só retomar aqui, nós temos três abstenções, do Conselheiro Felisberto, da Conselheira Tânia e do Conselheiro Wagner, o Conselheiro

Adroaldo também se abstém. A Claudete vota contra as atas. Mais algum conselheiro? Eu vou encerrar e já lhe oportunizo. O Conselheiro Gomes tem uma Questão de Ordem. Então, quatro abstenções e um voto contrário à aprovação das atas. Nesse sentido **APROVADAS AS ATAS 2892, 2893 E 2894**. Conselheiro Gomes. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Presidente, era sobre as atas, mas a sua manifestação me contemplou. Sobre as atas não, sobre o chat, a sua manifestação me contemplou. Só uma observaçãozinha assim, em muitas ocasiões a manifestação no chat atrapalha a apresentação de quem está fazendo. Parece que é intencional, desviar a atenção, tu estás escutando alguém colocar as coisas com seriedade, sendo didático e etc., vem os questionamentos tipo besta assim – "Opa, que é isso?" Coisas que se façam depois. Ou seja, o chat atrapalha. Não estou aqui para estar lendo chat, estou aqui para prestar atenção no que colegas conselheiros estão falando nos seus tempos regimentais. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Gomes. São 19h54min. Senhores Conselheiros, agradeço pela oportunidade do convívio, o aprendizado, a discussão faz parte do processo e enriquece o debate, a gente fica cada vez mais qualificado. Eu agradeço a oportunidade de liderar este Conselho. Todos esses desafios me fortalecem e nos fortalecem cada vez mais, fortalece a equipe, estamos com um aprendizado muito significativo. Então, eu sou muito grato às contribuições, mesmo que contrárias às vezes, as posições divergentes, as respostas que temos aqui, mas a nossa tentativa é de sempre melhorar a nossa cidade, contribuir. Temos convicção do trabalho que estamos fazendo, certeza que estamos no caminho certo sim e não nos abalaremos por situações que não sejam contributivas para a cidade. Um grande abraço a todos. Até mais. **(Encerram-se os trabalhos da plenária às 19h056min).**

Germano Bremm	**Secretária Executiva**
Presidente	**Relatora**

Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2021, ... retificações:

ATA ORDINÁRIA Nº 2896/2021

(Virtual nº 61)

Aos quinze dias do mês de junho de dois mil e vinte um, às dezoito horas, reuniram-se para Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, via ZOOM, denominado PLENÁRIA VIRTUAL DO CMDUA, em razão do decreto municipal a fim de combater o coronavírus e a propagação da pandemia entre as pessoas, sob a coordenação de GERMANO BREMM, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos:

CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS: Lisiane Sartori Fioravanço Magni (Titular), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Sônia Castro (Titular), **Gabinete do Prefeito – GP**; Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN**; Patrícia da Silva Tschoepke e Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), **Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS**; Gisele Coelho Vargas (Titular), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE**; Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM**; e Gustavo Garcia Brock (Titular), **Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV**.

CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS: Rômulo Krafta (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**; Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Claudete Aires Simas (Titular), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH**; Sérgio Saffer (Titular), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA**; Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS**; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS**; Hermes de Assis Puricelli (Titular), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS**; Sérgio Koren (1º Suplente), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), **Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**.

CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL: Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Tânia Maria dos Santos (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4**; Wagner Pereira dos Santos (1º Suplente) e Ricardo Angelini, (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Cinco – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Maristela Maffei (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7**; Dinar Melo de Souza (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8**; e Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP – HOCDUA.**

DEMAIS PARTICIPANTES: Carlos André Bulhões Mendes, **Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS;** Geraldo Pereira Jotz, **Pró-Reitor de Inovação e Relações Institucionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS;** André Machado, Secretário Municipal de Habitação e Regularização Fundiária; Caio Alberto de Oliveira Paixão, **Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP 8**; e Beatriz Pereira, **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**.

SECRETARIA EXECUTIVA: Camila Maders Fonseca Coelho, **Secretaria Executiva da SMAMUS**; Patrícia C. Ribeiro, **Taquígrafa/Tachys Graphen**.

PAUTA:

1. Abertura; 1.1. Apresentação da Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária – Secretário André Machado;

2. Votação: 2.1. Atas: 2895 (08/06);

3. Comunicações;

4. Ordem do Dia.

Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h07min.

1. ABERTURA.

Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS: Boa noite, Senhores Conselheiros, Senhoras Conselheiras. São 18h07min, temos quorum, declaramos oficialmente aberta a nossa Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental. Lembrando que nós estamos ao vivo no nosso canal da SMAMUS no YouTube. Então, quem quiser acompanhar, compartilhar, participar da reunião, pode acessar ali no canal da Secretaria no YouTube. Com alegria que eu compartilho aqui com vocês, estamos recebendo uma visita ilustre aqui na Secretaria, estamos com o Pró-Reitor da Universidade Rio Grande do Sul, o Professor Geraldo aqui presente com o Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o Professor Bulhões. Conselheiro ilustre deste Conselho ainda, ex-Conselheiro do Conselho do Plano, mas é Conselheiro de honra do Conselho do Plano. Estávamos aqui conversando um pouco sobre o Plano Diretor, sobre o futuro da cidade. Estivemos eu e a Patrícia, nossa diretora, que agora também está presente, tivemos uma aula sobre os arroios da cidade, os rios, o sistema de enchente. Muito proveitoso este encontro aqui que tivemos com o Reitor e, sem dúvida, esse aprendizado a gente vai tentar refletir aí no nosso Plano Diretor, na revisão do nosso Plano Diretor. Então, é com muita alegria que recebemos aqui os professores e vou oportunizar. Ele estava de saída já e eu anunciei que teríamos a reunião do Conselho do Plano, eu o convidei para fazer uma fala iniciar aqui, de saudação, o professor prontamente se disponibilizou a fazer essa fala, conversar um pouco com vocês. Então, Professor, seja bem-vindo neste Conselho de tamanha importância na cidade. **Reitor Carlos André Bulhões Mendes, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Não tenha dúvida da importância. Eu quero primeiro cumprimentar a todos, meu boa noite. Estou vendo o Secretário André Machado e o meu colega da UFRGS, o Professor Rômulo Krafta e ao nomeá-los estou cumprimentando a todos e todas. No ano de 1996, representando a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a gente participou do processo de revisão do primeiro PDDUA – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Porto Alegre, no ano de 1996. Era a minha pessoa, a Professora Wrana Panizzi e uma professora, que não está mais

entre nós, a Eva Sanhos. Então, foram experiências muito interessantes, principalmente com a Secretaria de Planejamento. E agora também, através do SENGE, do Sindicato dos Engenheiros, em determinado momento tivemos a representação e muita atividade vinculada com o Ministério Público. Então, de todos os entes políticos a cidade é a que tem o maior significado, pois aqui nós, eu e vocês, nos vemos, nos encontramos e estamos diretamente interagindo. Então, é uma importância muito grande e o processo de revisão do Plano Diretor e de toda a atividade do Conselho do Plano Diretor é muito importante. Por acaso, na tarde de hoje, eu vim colocar algumas preocupações com questões de saneamento ambiental, água, esgoto, drenagem urbana e resíduos sólidos aqui para o Secretário. E eu tive também a grata surpresa de ser convidado pelo menos para tecer aqui algum comentário na abertura do evento. Eu já estou de saída, não quero atrapalhar ninguém, prometo que na próxima eu vou me preparar melhor e a gente pode sim contribuir com vários temas aí, tem todo o histórico, entendendo que desde o primeiro Plano Diretor de Porto Alegre, de 1914, João Moreira Maciel que tinha como mote higienização e embelezamento da cidade. Higienização quer dizer saneamento, continua sendo um tema atual e um tema a ser enfrentado. Então, são temas recorrentes e que precisam ser enfrentados ao longo do tempo. Então, Colegas conselheiros, colegas conselheiras, meu boa noite e desejo bons trabalhos nesta noite fria de Porto Alegre. Meu muito obrigado e com isso eu vou sair aqui da cena me despedindo do Secretário e agradecendo esse minuto aqui de palavras. Bons trabalhos para todos e todas. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado. Conselheiros, enquanto eu faço as despedidas aqui do Professor, agradeço mais uma vez a oportunidade de conversar, compartilhar um pouco seu conhecimento. A gente tem entidades externas para fazer manifestação, né, Camila. Então, vamos oportunizar a fala da Beatriz Pereira, representando o Orçamento das Ilhas. Então, Beatriz, por favor, pelo período de 5 minutos tem a fala disponível. Eu acho que a Beatriz está com dificuldade, ela não está com o áudio habilitado. Então, vamos oportunizara fala, temos outra inscrição externa. Hoje temos na pauta aqui também uma apresentação da Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária, o Secretário André Machado, que preparou uma apresentação para a fala aqui hoje. Seja bem-vindo, Secretário André. É uma honra tê-lo aqui neste Conselho. Nós temos também a fala externa do Caio, morador da RGP 8. Está aqui presente? Caio, vamos ver enquanto a Beatriz... É o Caio Paixão. Vamos oportunizar a fala, então, para o Caio. Caio, é pelo período de 5 minutos. Pode fazer uso da palavra, do período de Comunicação aqui deste Conselho. Depois a gente tenta a fala da Beatriz, depois vamos para a apresentação da Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária com o Secretário André Machado.

3. COMUNICAÇÕES.

Caio Alberto de Oliveira Paixão, Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP 8: Em primeiro lugar eu quero dar uma boa noite ao Secretário Germano e parabenizá-los pelo excelente serviço que presta. O que eu quero falar aqui hoje é sobre a semana que passou, que nós tivemos uma reunião aqui em Belém Novo, do Loteamento Arado. Então, o que acontece? Tem gente que é contra e tem gente que é a favor. O que acontece aqui nessa região? A maioria é a favor. Por quê? Esse empreendimento vai trazer um desenvolvimento econômico e social para a nossa região. Dentro da própria área eles vão restaurar os galpões onde eram as cocheiras e vão fazer um comércio, onde eram os tambos de vaca, eles vão fazer um comércio ali dentro. Faz parte do patrimônio histórico desta cidade. Isso vai trazer também emprego para a construção civil com mais de 2 mil pessoas, direta e indiretamente. Vai ter desenvolvimento geral da nossa região aqui,

pegando Belém Novo, Lami, Boa Vista, Extrema, Varejão, Restinga, Ponta Grossa, Pitinga e a Lomba do Pinheiro. O que acontece? Esses bairros que eu citei, hoje grande problema nessa região é falta de água, inclusive, hoje está faltando água aqui em Belém Novo, e esse projeto já beneficiou, está levando água, vão fazer uma obra que vai beneficiar 12 bairros de Porto Alegre, para não ter mais esse problema. Inclusive, eles doaram uma área para agroecologia para a região e 40.000 m2 para indústria da Empresa Tecnologia que vai ter aqui. Dentro desse empreendimento vai ter mercado, padaria, enfim, vários comércios dentro. Fora isso, a estrada que hoje é considerada Estrada do Lami, vai ter uma duplicação, vai se tornar uma avenida. Então, isso está trazendo muito benefício para nossa região, que está esquecida. Se vocês notarem o Extremo Sul tem 87% da área de Porto Alegre, que a Prefeitura não tem perna para isso. E esse projeto, esse empreendimento, nas contrapartidas vai ajudar muito esta região, vai beneficiar muito esta região, direta e indiretamente. O turismo aqui, vai se ampliar o turismo. E nós temos um grande defensor, que é o nosso Conselheiro Dinar, que esse homem, o que ele batalha e é criticado, mas ele é criticado por quem? Pelas pessoas que não querem o empreendimento, ele é julgado pelas pessoas que querem o progresso, tanto do Extremo Sul como de Porto Alegre. Esse homem, o Dinar, nós tínhamos que construir uma estátua para ele, porque o cara é batalhador, o homem não para. E as críticas em cima dele, em cima dele, em cima dele, que ele não comunica, querem que ele faça reuniões. Nós também não queremos reuniões, porque com essa crise do Covid, ora, como que vai se fazer reuniões em cima disso? É contraproducente. Ah, e outro negócio, eles querem as reuniões nossa na região presencial. É brincadeira! Então, é isso que eu tinha que expor para o pessoal, para os conselheiros, como é que está hoje a nossa região, que poderia estar bem melhor. Precisamos sim desse projeto e lutamos para que esse projeto venha o quanto antes. E desde já o meu muito obrigado e uma boa noite para todos. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Boa noite, Caio. Obrigado pela palavra, manifestação, muito bem-vinda a voz da comunidade neste Conselho, que é um Conselho democrático, de visões de futuro de cidade, as mais diversas, é sempre bem vindo e agrega muito ao debate, também a sua visão, sua opinião sobre o futuro da região. Depois, na sequência, então, temos a Beatriz. Vamos ver se a Beatriz conseguiu, acho que sim. A Beatriz é das Ilhas, da RGP 2. Também vai fazer uso do período de Comunicação. Pelo período de 5 minutos, Beatriz. Agora sim. Não estamos lhe ouvindo, Beatriz. Embora esteja liberado o microfone não estou ouvindo o seu áudio. Não ouvimos, embora esteja desbloqueado ali, nós lhe enxergamos, visualizamos, mas não ouvimos. Vamos tentar oportunizar. A gente vai avançar um pouquinho aqui na pauta, na apresentação do Secretário André Machado, do DEMHAB, podemos fazer a tentativa na próxima reunião novamente, de repente faz um testezinho ali e a gente tenta viabilizar a sua fala, porque de fato aparece o microfone aqui, ele está desbloqueado, mas não sai o áudio, não sei porque não está vindo o áudio aqui. Aí a gente tenta na próxima reunião fazer a sua fala, porque como a gente vai oportunizar a fala agora para o senhor, vai se estender um pouquinho essa fala, vai demorar um pouco, não quero lhe deixar também esperando até o final da reunião para olhe oportunizar a fala. Está bem, Senhores Conselheiros? Então, havendo as falas externas, vamos só fazer o registro, que eu acabei não fazendo a chamada no início, em função da presença do Reitor da Universidade do Rio Grande do Sul, Professor Bulhões, do Pró-Reitor, muito feliz com a visita deles, mostra o nosso alinhamento com relação ao futuro da revisão do nosso Plano Diretor. Estamos na finalização, então, da carta acordo com a universidade, estamos fazendo essa construção. Tão logo a gente tenha bem delimitada essa participação da universidade a gente vai apresentar aqui no Conselho, tem umas discussões um pouco

internas ainda, mas acho que bem avançadas, precisamos agora só a formalização disso, desse ok da universidade para a gente poder, então, vir aqui também no Conselho compartilhar com todos e aí de fato startar o nosso processo de revisão do Plano Diretor, compor os grupos de trabalho, promover todo aquele cronograma que a gente apresentou para os senhores, tanto pelo Conselho ou aqueles que tiveram acesso via Ministério Público. Então, nós temos presentes (Relação dos presentes na inicial). Então, são esses os conselheiros presentes na reunião. Nesse sentido, então, avançamos para o Item:

1.1. APRESENTAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA – SECRETÁRIO ANDRÉ MACHADO.

Hoje temos uma apresentação externa, em relação à disponibilização do tempo do Secretário da Secretaria de Regularização Fundiária, que aqui está presente. Vamos oportunizar a fala para ele. O Conselheiro Felisberto tem uma Questão de Ordem.

Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1: Boa tarde, boa noite a todos e todas. Pedindo desculpa ao André, mas eu não podia deixar de fazer essa Questão de Ordem, Secretário, tendo em vista que nós tivemos um reitor da Universidade Federal e era o momento da gente pautar o assunto do acordo com a universidade. Era importante ele ouvir também a opinião dos conselheiros. Então, solicito, Secretaria, que em uma próxima oportunidade paute a conversa com o reitor da universidade. Muito obrigado. Era essa a minha questão. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. Sem dúvida, contributiva a sua fala. Sim, convidei ele para, oportunamente, vir fazer essa conversa que a gente teve aqui. A agenda, para ver, foi às 4 horas, nós começamos a conversa às 4 horas, que era para uma conversa e fomos terminar às 18 horas, no horário do início da reunião do Conselho. E aí eu convidei ele para fazer a fala, não era programado para o Conselho. Mais alinhamos dele vir sim fazer uma fala, fazer uma apresentação com relação ao conhecimento dele, de todos os arroios da cidade, o sistema de proteção das cheias, muito rica a fala do reitor da universidade. Eu combinei com ele de fazer uma apresentação, um encontro neste Conselho. Na sequência a gente alinhou, a gente realmente estava muito no sentido de fechara carta acordo, cobrando que tem um trabalho técnico que está sendo desenvolvido, com a Patrícia, com o Professor Benami e demais atores para fechar, escrever essa carta acordo. E tão logo a gente tenha Essa finalização, esse ok, a gente traz aqui, compartilha e faz uma agenda também com o reitor, que está muito alinhado no sentido de contribuir para a gente fazer uma excelente revisão de Plano Diretor, fazer boas entregas para a nossa cidade que tanto precisa. Meu amigo e ilustre colega Secretário André Machado, seja muito bem-vindo a este Conselho. O senhor tem a oportunidade da fala aí para nos relatar um pouco do trabalho frente à secretaria, os desafios, enfim, estamos à disposição aqui para lhe ouvir. Por favor, fique à vontade. **Secretário André Machado, Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária:** Obrigado, Secretário Germano, pelo convite ao CMDUA para participar desta reunião. Uma boa noite a todas Conselheiras, a todos os Conselheiros, demais convidados, as pessoas que nos assistem também nesta transmissão via YouTube. Quero que os conselheiros saibam que o DEMHAB, com representação neste Conselho, pela Dra. Cristiane Catarina, pela Arquiteta Lisiane Sartori, tem em mim também como frequente expectador das reuniões do Conselho. Aproveito, justamente, o fato dos debates que ocorrem aqui serem transmitidos também pelo YouTube, para que eu possa me interar de boa parte da pauta que está sendo discutida na cidade. Muitos daqueles assuntos que são trazidos aqui ao Conselho, frequentemente, vem

depois ao Departamento Municipal de Habitação, a Secretaria de Habitação. E eu me valho muito das discussões que são feitas aqui para que eu possa formar minha opinião e tocar os projetos adiante. Eu vou fazer aos senhores uma breve apresentação sobre o trabalho da nossa Secretaria. Eu vou traçar um breve panorama da Secretaria e alguns dos principais desafios que a gente tem neste começo, que não são poucos. Eu como Secretário de Habitação, e os senhores sabem que eu tenho uma trajetória profissional construída no jornalismo. Sou um jornalista de formação e o meu trabalho com a habitação nunca se deu de maneira direta como se dá neste momento e eu decidi que quando ingressasse aqui eu poderia falhar ao longo deste processo por incompetência minha, pessoal, mas jamais por falta de diálogo. Então, uma das principais marcas que a gente traz neste departamento, um diálogo interno, um diálogo com a comunidade, diálogo com os conselhos e dessa maneira também me e coloco à disposição dos senhores. Na Secretaria, a SMHARF foi criada pelo Prefeito Sebastião Melo através da reforma administrativa, que foi aprovado na Câmara em janeiro, regulamentada no final do mês de janeiro, quando, efetivamente, ela passa a existir. A diferença de atribuições dela para DEMHAB é que ela é a gestora da política, ou seja, a gente concebe a política e o DEMHAB é o órgão executor dessas políticas. E a própria estrutura da Procuradoria de Assistência e Regularização Fundiária, que era comandada hoje pela Secretária adjunta de Habitação, a Dra. Simone Somensi, hoje é comandada pela Dra. Jaqueline. Ela passa a ser um braço da SMHARF para as políticas de regularização fundiária e muito em breve, inclusive, fisicamente, quando a Secretaria de Desenvolvimento Social deixar aquele prédio onde nós estamos nós estamos, a PARF deve vir para cá, ser trazida para o nosso prédio na Princesa Isabel. Nós vamos passar por alguns dos principais desafios que nós enfrentamos neste momento. O primeiro deles é a finalização da desocupação da Nazaré, que todos os senhores acompanharam esse processo, foi muito debatido na sociedade. Nós ingressamos aqui no mês de janeiro já com o processo na reta final. Vocês têm uma imagem aí de 2020, ainda do local, com 1.298 famílias cadastradas pelo DEMHAB na Vila Nazaré, 1.083 na área do chamado sítio aeroportuário, justamente a área que envolve a ampliação da pista. Neste momento nós temos ainda 12 famílias no sítio aeroportuário, ou seja, quando nós assumimos havia 111 famílias, 4 têm mudanças agendadas nas próximas semanas. Estão ocorrendo audiência de mediação na Justiça Federal, não é o DEMHAB, não é a Prefeitura que ingressa com as ações em relação à retirada dessas famílias, mas a FRAPORT, que é a titular daquela área em razão da concessão do Aeroporto Salgado Filho e falta apenas uma decisão judicial. Então, a gente entende que nos próximos meses, no máximo essa área deve estar completamente desafetada para a instalação no local, a ampliação da pista e, obviamente, com as famílias, ou nos condomínios que eu vou mostrar para vocês como eles estão, ou em outro local, de acordo com indenização paga por determinação judicial. É uma foto de como era a Nazaré e como estava em dezembro do ano passado, hoje ela já tem muito menos unidades habitacionais em pé do que vocês veem nessa fotografia. Essa é a primeira visita que fiz ao local no mês de janeiro, retrato da Nazaré, e houve a opção do DEMHAB, também da FRAPORT de não retirada dos entulhos do local para que pudesse também facilitar as obras e tentar evitar uma reocupação, o que, felizmente, não aconteceu. E essa última foto é de maio, eu estive a questão de poucas semanas lá no local, como tenho ido em todos os lugares onde sou convidado, e a gente viu do trabalho bastante avançado. Esses reassentamentos foram feitos em dois condomínios, no Senhor do Bonfim ali no Sarandi e nos Maristas, que está ainda em andamento. No Senhor do Bonfim são 364 unidades habitacionais, as mudanças começaram em junho. O condomínio está consolidado, uma parceria com a Caixa Econômica Federal no Minha Casa Minha Vida, e a gente tem programado ações, tanto

para o Bonfim, quanto para os Maristas, no sentido de buscar dar uma melhor qualidade de vida para as famílias no local. Temos dado mais atenção para os Maristas e precisamos nos voltar um pouco mais para o Bonfim estou fazendo aqui o *mea culpa*. Vocês vejam que há uma razoável proximidade da Bonfim com a Nazaré, por isso também ele era o codomínio preferido das famílias que estavam na Nazaré. As casas de 54 m², apartamentos com um pouco menos de 52 m², todos eles de dois dormitórios, padrão Minha Casa Minha Vida. E as famílias, de uma maneira geral, quando se abriu a possibilidade preferiram ficar ali pela possibilidade de estarem mais próximos dos seus ambientes de trabalho. Aí o loteamento novo dos Maristas, na Zona Norte. São 1.298 unidades habitacionais, cerca de 60%, 70% entregue, são 1.200 apartamentos, 98 casas. Houve uma mudança no projeto ao longo do tempo, no início eram casas sem prédios, depois houve a ampliação para apartamentos, que acabou levando mais famílias para lá e nos causa um desafio imenso, que é de permitir que essas famílias se adaptem a uma vida em condomínio, famílias que moravam em casas a gente imagina que ao final vamos ter em torno de 5 mil pessoas. Uma vista área do empreendimento, essa área verde maior que vocês veem ao centro é uma área de proteção. Bem abaixo dela tem a localização de uma praça, a outra área verde, um mais a esquerda na tela, é área programada para escola e para o posto de saúde. Aqui são detalhes breves do imóvel dos Maristas. Essa é a situação que a gente tem no local, unidades de 40 m², as casas são um pouquinho menores, em torno de 37, mas são casas adequadas, bem acabadas e para a qual nós temos a maior parte delas ocupadas neste momento. E a curiosidade é que elas têm aquecimento solar para água do chuveiro. Nós levamos o Prefeito Sebastião Melo no mês de fevereiro, porque uma das grandes preocupações que nós tivemos quando nós assumimos, é que nós fomos ao local onde as famílias já estavam, algumas delas há um ano e nós não tínhamos naquele local creche sendo construída, nós não tínhamos posto de saúde, não tínhamos uma linha de ônibus passando por lá. Em conversa com a comunidade começamos a encaminhar, primeiro a creche que havia sido construída antes do loteamento, foi totalmente vandalizada depois, vocês veem na foto como estava a foto da creche. Assinamos com o Prefeito e com a FRAPORT um termos de compromisso para construção daquela creche, que era inicialmente para 70 crianças, ampliamos para 120. As obras começaram no mês de abril e há uma previsão de entrega dessa creche àquela comunidade no mês de outubro. E nas visitas que fizemos levamos a Secretária Municipal da Educação para conhecer, a Secretária Janaína Audino. E a foto vocês veem, é do dia 5 de abril, quando começou a ser feita a limpeza de terreno e a obra nesse momento está avançada. O posto de saúde foi anunciado pela Secretaria Municipal da Saúde, são recursos públicos, R$ 2 milhões, não haverá construção da FRAPORT, a FRAPORT apenas entregou um projeto arquitetônico. Hoje essas comunidades estão sendo atendidas em UBSs próximas e claro que tem problema de superlotação. Então, sobretudo, um problema que me salta aqui é que nós entregamos, nós o Município de Porto Alegre, àquelas famílias um empreendimento que não estava pronto, que não tinha todos os seus serviços pensados sobre geração de renda, questões que envolvem reciclagem, a preparação da vida das famílias naquele condomínio, não estava preparado. Não foi preparado, não foi pensado e a gente assumiu o desafio de fazer daquele lugar o melhor lugar possível para a vida dessas famílias. E o discurso que eu sempre uso quando trato com eles lá, que é uma questão de reassentamento e que nenhuma daquelas pessoas escolheu viver naquele lugar, a Prefeitura os colocou lá. E cabe à Prefeitura uma vez que cumpriu esse papel, as pessoas concordaram, fazer daquele lugar um lugar melhor para essas pessoas viverem. E esse é o compromisso que nós temos nesse processo. Não passava nenhuma linha de ônibus lá dentro, hoje passa uma linha aqui alimentadora. Há

uma demanda da comunidade por uma linha direta ao Centro, que com toda a crise no transporte tem sido difícil, mas nós estamos conversando com a EPTC, com a Secretaria de Mobilidade essa comunidade. Em fevereiros a linha já estava atendendo o local, com paradas dento dos Irmãos Maristas, que hoje a gente tem essa possibilidade. E ainda estamos aguardando a possibilidade da construção da escola de ensino fundamental naquele local, que é a mesma área reservada para o posto de saúde. Área mais à esquerda para escola, à direita para o posto de saúde. Tem duas áreas destinadas a praças, que estão sendo executadas em uma parceria com a Secretaria do Meio Ambiente, as duas praças estão em construção nesse momento lá no loteamento e em breve devem ser entregues à comunidade. Havia de nossa parte uma grande preocupação com a falta de empregos e em contato com as pessoas levamos para lá em uma tarde de sábado os serviços do SINE, serviços da FASC, juntamente para poder atender essas famílias no local e estamos colocando também, temporariamente, dentro dos Maristas um CRAS Timbaúva. Um desafio imenso que estamos enfrentando agora diz repeito a essas famílias da Ilha do Pavão, que seguem acampados na frente da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Os senhores sabem, essas famílias foram retiradas de casa violentamente no ano de 2017, houve fogo no local, depois as casas acabaram sendo destruídas, o que gerou uma controvérsia, uma ação judicial da qual o Município de Porto Alegre, o Estado e a União são réus, a CONCEPA, o DENIT e a ANTT foram retiradas do processo. Em maio nós começamos a ser procurados por vereadores, pela imprensa, para questionar sobre a situação das famílias. Já no dia 18 recebemos as famílias no Paço Municipal, orientamos ao direito que elas têm ao aluguel social, porque o Município de Porto Alegre está condenado ao pagamento do aluguel social. E na primeira reunião com essas famílias orientamos que buscassem o DEMHAB, mas as famílias queriam mais, queriam uma solução definitiva. Eu tenho uma inconformidade muito grande com o longo período de duração de muitos aluguéis sociais aqui dentro, pessoas que estão há muitos anos recebendo apenas aluguel social. Elas passaram a ocupar aquela área na frente da Prefeitura no dia 24, só sairiam dali com uma solução definitiva. Aí algumas imagens das famílias naquele momento. No dia 31 recebemos junto com o Prefeito, fiz reunião com o Secretário do Estado, com o Secretário Stédile, para que a gente também pudesse encaminhar soluções. O Prefeito Melo se comprometeu em arcar com 1/3 dos valores dos bônus moradias, mesmo que a Prefeitura de Porto Alegre não tivesse condenada a isso e sim o Estado e a União, e nós começamos a buscar soluções. Aí tem uma foto nossa em Brasília, vocês veem na foto junto comigo a Deputada Fernanda Melchiona, a Deputada Sophia Cavedon. Ou seja, a gente tem um diálogo muito aberto com a oposição nesse processo de discussão daquilo que realmente interessa ao município, que é a solução habitacional desse problema. Conseguimos do Ministro João Roma o compromisso da participação da União e conseguimos, recentemente, com o Estado um compromisso do Estado, agora falta que, efetivamente, esses recursos ingressem para nós. Fui conversar com as famílias no dia que retornei de Brasília, fazendo a eles uma proposta de desocupação pelo atendimento do bônus moradia. Ontem fizemos ainda uma reunião na Câmara Municipal, também com o apoio das famílias, mais uma vez que a presença das deputadas também, dos Senhores Vereadores de diferentes partidos que conosco estiveram e o nosso apelo continua sendo para que as famílias deixem aquele local. Essa situação está encaminhada, se depois quiserem qualquer esclarecimento eu estou à disposição, tanto aqui na reunião como em caráter privado. Os nossos principais desafios no DEMHAB, nós temos um cadastro imenso, de 61 mil pessoas aguardando uma moradia em Porto Alegre. E eu não tenho certeza para dizer aos senhores se hoje, efetivamente, esse cadastro está 100% correto, quantas pessoas desse cadastro seguem vivas, quantas

pessoas não conseguiam a solução habitacional. Então, essa é uma discussão que eu pretendo fazer uma maneira muito profunda com a sociedade no ano que vem a gente para que a gente discuta esse cadastro do DEMHAB. Nós vamos discutir se vamos mantê-lo, se nós vamos atualizá-lo, se nós vamos refazê-lo, mas acho que é uma discussão que a gente precisa chamar a sociedade para fazer. Estamos tentando liberar alguns conjuntos habitacionais ainda da época da Copa, isso envolve uma ação judicial entre a Porto Alegre de Porto Alegre e a Caixa Econômica Federal. Ou seja, aquelas famílias da Tronco, que seguem até hoje, estão aí os condomínios aguardado obras do Minha Casa Minha Vida, do PAC, na verdade, isso é relativo ao PAC. O PAC Dona Zaida e o Banco da Província, e no Jacuí, esse é outro problema sobre o qual estamos nos debruçando agora. Fizemos o trabalho junto com Prefeito Municipal, que são as construções dos condomínios relativos ao Pró-Moradia. Vocês veem ali o Arroio Cavalhada. Então, tem toda uma área, aquela área em verde é onde vai ter a nossa intervenção para construção desses locais, de recuperação daquela área. É uma obra que se origina no PISA e que agora segue, com final o do PISA, com o Pró-Moradia, que é cerca de quase 600 unidades que a gente tem a realizar por aí. Vamos precisar de um grande trabalho de intervenção, um grande do trabalho junto àquela comunidade que está no local. Essa é a situação que a gente tem, com acesso precário, sem estrutura adequada. Esses são os projetos que estão ali e estão em aprovação dentro do Programa Casa Verde e Amarela do Governo Federal. A gente tem uma intenção de montar um projeto de PPP de habitação. Isso é uma discussão, é uma tese e o que nos interessa é poder dar habitação às pessoas, mas o município não tem recursos. Nós estamos tentando encontrar outros caminhos, que, devem ser, basicamente, a manutenção do empreendimento, a sustentação de condomínios com valores baixos. A gente entende que a PPP pode melhorar a segurança no local e essa questão do envolvimento do tráfico nos conjuntos habitacionais é um enorme desafio e a gente quer também chamar a sociedade para discutir, ter um comércio autossustentável por ali, enfim, vai surgir uma proposta de manifestação de interesse. É um assunto que está se encaminhando e ele não substitui nenhum outro programa, seria só um modelo para que a gente pudesse ampliar a nossa faixa de participação, a nossa possibilidade de entrega, na verdade, de produtos, sempre tendo a realização das unidades habitacionais como desafio. Regularização fundiária é um tema fundamental, a Secretaria foi criada para isso, a Dra. Simone tem comandado essa área, a gente tem quase 800 áreas irregulares em Porto Alegre, com muito lotes em processo de situação e a gente espera em 4 anos fazer a regularização de pelo menos 6 mil lotes aqui em Porto Alegre. E a gente tem dado como prioridade aqueles lotes habitacionais que foram originados aqui no DEMHAB, mas estamos regularizando várias áreas da cidade. Aí a Quinta do Portal no início do ano, um trabalho que começou na gestão passada, neste final de semana mesmo a gente deve fazer a entrega em mais uma unidade, que é na Vila dos Ferroviários, com 95 matrículas que nós vamos entregar por lá e fazer outras conversas também ali na região. Outro desafio que a gente tem, a questão que envolve as áreas de risco em Porto Alegre, tem 118 áreas mapeadas, tem um programa estruturante que existia dentro da Secretaria e que não avançou, a gente quer tirar ele do papel para poder diminuir o risco dessas famílias, 44 mil pessoas vivendo dessa maneira e a gente quer, obviamente, retirar aquelas em um risco imediato, estamos fazendo isso neste instante com 5, 6 famílias ali na Rua da Represa, que tem o risco de uma árvore. Na Vila Laranjeiras tem uma curiosidade, fui com a Vereadora Bruna e a Vereadora Naiana, no dia que nós fomos lá, no momento que eu cheguei lá, foi o momento que caiu um temporal, que era para justamente nos falarem sobre as questões dos alagamentos das casas. Era uma situação de altíssimo risco que vivem essas famílias. Inclusive no último final de semana a Vereadora Naiana estava em

uma visita conosco, tivemos a oportunidade de conversar com o Diretor do DMAE para que a gente possa, conjuntamente, tomar uma atitude lá. Eu falei para vocês sobre a questão da SMHARF, do DEMHAB e da importância do diálogo para nós nesta gestão. Para fazer uma reestruturação do DEMHAB, diante da realidade da existência de uma Secretaria, foi montado um grupo de servidores do quadro, com servidores de fora do DEMHAB, eles se reuniram no início do ano, estudaram a estrutura do departamento, produziram um documento, uma estrutura nova. Esse documento foi apresentado no dia 31 de março aos servidores como uma proposta da Direção. Eu como diretor assumi aquela proposta e entreguei aos servidores. Em abril nós mostramos e pedimos para os servidores que eles durante um mês pegassem a nossa proposta, estudassem a nossa proposta, debatessem a nossa proposta e apresentassem a sua posição. Nós tínhamos uma proposta inicial que concentrava na SMHARF toda a atuação social e produção habitacional, mas na proposta dos servidores não tem tudo isso pelo DEMHAB. Nós já encaminhamos esse processo para o Gabinete do Prefeito para ser encaminhado à Câmara Municipal. O que nós tínhamos no DEMHAB? 78 unidades administrativas com pouquíssima gente, 7 unidades não tinham sequer um servidor, 18 unidades tinham um servidor apenas, eram chamadas de “euquipes”. Ou seja, ninguém do DEMHAB era capaz de ter esse organograma na cabeça, que, obviamente, nos impede e nos atrapalha nos processos aqui dentro. Essa é a proposta que os servidores nos apresentaram e é essa proposta que está indo para a Câmara Municipal. Reúne o DEMHAB em 56 unidades administrativas e a Superintendências passam a ser diretorias, não são coordenadorias, elas passam a ser diretorias daqui para frente. Então, esse é um processo importante, que é um processo de discussão democrática. Nós tínhamos uma proposta como direção, nós submetemos aos servidores e quem decidiu como o DEMHAB mantém a sua relação com a SMHARF, foram os próprios servidores. Nós visitamos nesse período 38 comunidades, acho que 39, porque uma não estava computada, do dia de hoje, onde encontrei, inclusive, a Conselheira Maristela. Também 27 reuniões com as comunidades de maneira presencial na Secretaria ou de forma virtual, ou seja, sempre que solicitado. Já fizemos agendas com 22 vereadores aqui na SMHARF ou em comunidade, sempre que chamado. Ou seja, essa questão que envolve o diálogo é a nossa principal meta, nosso principal desafio, jamais deixar alguém sem resposta e poder trabalhar nessa questão. Enfim, estou à disposição de vocês. Repito, a gente não pretende errar por falta de diálogo, se houve erro será por falta de competência, mas jamais por falta de diálogo e tem sido uma marca desta gestão. Aliás, marca que nos foi delegada pelo Prefeito, que sempre nos pediu que dialogássemos com todo o segmento da sociedade. Eu não coloquei aqui, mas já participei acho que de três FROPs diferentes, amanhã participo de mais um, ou seja, a gente está à disposição de conversar com as comunidades. O Emerson eu já encontrei no FROP da Restinga, o Felisberto também já esteve comigo em várias situações, enfim. Estou à disposição, Secretário Germano. Muito obrigado pela disponibilidade. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Secretário André. Parabéns pela apresentação, muito esclarecedora. Sem dúvida agrega muito à cidade a sua contribuição, a sua experiência à liderança na regularização fundiária, tema tão importante para a cidade e que demandava essa liderança, esse processo. Acho que muito acertou o Prefeito Melo em criar a Secretaria, colocar sob a sua responsabilidade, que eu acho que tem um universo muito grande de trabalho pela frente e a gente é parceiro da Secretaria, junto agora no processo de revisão do Plano Diretor, de pensar estrategicamente, pensar a política, pensar em como viabilizar. Eu acho que tem ferramentas, tem instrumentos disponíveis para a gente construir isso, a gente só com inteligência, esforço e dedicação, acho que tem condição de construir boas

melhorias na política habitacional de regularização do município. Nós inscritos aqui para questionamentos o Conselheiro Felisberto, Conselheiro Mark, Conselheiro Adroaldo e a Conselheiro Maristela. Antes de encerrar a inscrição consulto se tem mais algum Conselheiro inscrito para fazer algum questionamento? Temos o Conselheiro Jackson, o Conselheiro Emílio, também inscrito o Conselheiro Emerson. Conselheira Claudete, inscrita? Só confirme se foi uma inscrição ali ou só uma fala. O Conselheiro Gomes inscrito. Então, Senhores Conselheiros, encerro a inscrição para questionamentos e abro a oportunidade da fala, na regra seria pelo período de 1 minuto, mas vamos oportunizar, temos bastante inscritos, acho que é um tema importante, os conselheiros querem falar. A gente tende a colocar, Camila, fazer uma reunião extraordinária para discutir os processos de pauta. A gente vem discutindo outros importantes assuntos no Conselho e eu acho que para a gente não prejudicar, pensando aqui na estratégia de desenvolvimento dos processos que estão pautados, acho que tem algumas coisas que a gente precisa avançar, a gente fazer uma reunião extraordinária. Aí a gente tem essa oportunidade da ordinária para agregar justamente essas pautas importantes, como regularização fundiária, outros assuntos, Plano Diretor, a gente ir colocando essas pautas de importância do Conselho. Então, vamos oportunizar 3 minutos para cada um, são 9 conselheiros inscritos, a gente vai na reunião discutindo e conversando sobre esse assunto. Conselheiro Felisberto, primeiro inscrito, 3 minutos. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Primeiro, parabenizar o Secretário André Machado pela sua capacidade de diálogo e pela sua capacidade de organizar e reorganizar o DEMHAB e a secretaria ouvindo os servidores. É muito importante construir um órgão com a participação dos servidores, é valorizar aquele corpo técnico que é a espinha dorsal de qualquer Secretaria. Então, primeiro isso, quero parabenizar os senhor por isso, Secretário. A outra questão que me parece fundamental é que são 6 mil lotes, que é um processo de regularização, e seriam nos loteamentos do DEMHAB. Então, eu queria solicitar, Secretário, que o senhor pudesse enviar a este Conselho quais os conjuntos habitacionais por região, para que a gente pudesse ter um conhecimento, até porque está marcada uma reunião na próxima terça-feira no Conselho do Orçamento Participativo e um dos assuntos que vai ser tratado vai ser exatamente a questão da regularização fundiária por região e os problemas que já estão elencados como demandas. A outra questão, e vai ter que ser rápido, quero que o Secretário me avise quando faltar 1 minuto para que eu oportunize os outros e não ultrapasse meu tempo. A outra que são as áreas da cooperativa habitacional, aquelas que são compradas pelas comunidades, que estão adquiridas. E aqui eu cito algumas que já estão com a área paga e que depende simplesmente da regularização fundiária. Eu cito três ou quatro exemplos, teria mais, mas eu vou citar quatro. Jardim das Estrelas, cooperativa pioneira, (Sinalização de tempo: 1 minuto)... de 1991, este ano estará fazendo 30 anos, necessita ser regularizada, ter infraestrutura, água e luz, precisa simplesmente ser regularizada. União Social, no Partenon, outra que está com área adquirida. No Humaitá/Navegantes a Santo Antônio, área comprada, também precisa de urbanização, precisa também transferir a parte que é do DEMHAB para a comunidade, não onerando mais uma vez aquela comunidade em uma compra desnecessária, podendo ser cedida para a cooperativa ou para as pessoas que ali moram, habitam há 30 anos. A outra questão é a Dolores Duran, a cooperativa Manchester na Agronomia também, uma área comprada pela comunidade, paga, que necessita regularização. E por fim, não vou deixar de furtar, mais duas agora, Secretário, que é a Vila Maria, área do INSS, não poderia deixar de passar e aproveitar esse momento e sei da sua preocupação e da visita que o senhor tem feito lá. E também a questão da Vila Caddie, que eu acho que o Adroaldo vai tocar nisso, que é fundamental a permanência daquele quilombo. E a Mocambo, no Centro,

que é uma área ali na Loureiro da Silva. Era isso, obrigado se eu me excedi um pouco. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto, pela fala, contribuição. Na sequência a gente tem o Conselheiro Mark inscrito. Três minutos, Conselheiro. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Boa noite, Secretário, Jornalista André Machado. Muito obrigado pelas suas informações, é muito importante que um Conselho Municipal como o nosso receba informações qualificadas sobre o município. O seu trabalho de nos informar sobre a Vila Nazaré e as providências em torno da Ilha do Pavão são muito importantes para que nós possamos discutir esses pontos, assim como todas as outras informações que o senhor trouxe são essenciais, para que se possa dialogar dentro da Cidade de Porto Alegre e informar a população e os setores para poder conversar. Eu queria somente ver, vi que o senhor fez uma listagem importante de iniciativas, projetos, expectativas, todas elas são essenciais para uma cidade como Porto Alegre. Quero mencionar que nessa listagem que o senhor apresentou, o senhor acabou não passando, por alguma razão, mas eu sei que o senhor tem preocupação também com a questão da Vila Caddie. A Vila Caddie nós tivemos um grande debate no nosso Conselho este ano, sobre a situação daquele pessoal que vive ali. É muito importante que uma Secretaria recém-criada, como essa do Senhor, possa colocar a sua atenção também neste ponto. Então, muito obrigado e boa noite. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Mark, pela contribuição. Conselheiro Adroaldo inscrito na sequência, 3 minutos. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Boa noite, Presidente. Boa noite, Conselheiro Presidente. Boa noite, Conselheiros. Boa noite, Secretário André Machado. Quero agradecer já a sua visita no Quilombo da Vila Caddie no dia 1º de junho. O senhor demonstrou bastante interesse por uma solução justa naquela comunidade. Tenho visto na sua preocupação na área da habitação. E eu sei que o senhor traz no seu DNA o interesse pelas causas sociais, não podia ser diferente essa oportunidade que o senhor está tendo, mas eu só queria fazer alguns registros rapidamente. Eu não sei se já foi resolvido, mas nós tínhamos 70 famílias lá na Nazaré que estavam com problema de entendimento do DEMHAB. E também, só se o senhor falou eu não percebi, o pessoal ali, os moradores da Vila Areia, que eu sei que são referentes às obras da ponte, mas está no Município de Porto Alegre e tem que ter atenção para aquele moradores dali que precisam tanto. Eu quero aproveitar esta oportunidade rara, que a gente sempre vem falando e eu sempre defendo a questão das contrapartidas, principalmente nos equipamentos comunitários, e a gente sempre teve essa ideia de contrapartida ou o recurso da contrapartida ficar na região do empreendimento. Então, quero deixar ao senhor que antes de conversar com a CAUGE, antes da CAUGE fazer o seu parecer, consultar as secretarias ou as secretarias entrarem em contato com as regiões do OP ou do planejamento para ver a real necessidade desses equipamentos. Nós sempre tivemos o entendimento, coordenação lideranças counitárias em Porto Alegre, de não tirar daquela região o recurso e levar para outra região da cidade, mesmo que seja importante e necessário. E no caso da creche, que eu me refiro A FRAPORT com a Nazaré, aquela comunidade precisa sim, mas o certo seria que tivesse consultado as lideranças, a FRAPORT fazia uma creche lá no Loteamento Marista e deixasse outra na região se fosse consultado. Por isso a gente sempre diz que o Conselho deveria ter assento na CAUGE para fazer esse contraponto sempre que necessário. E a última questão, eu sei que o senhor está a recém no posto, digamos assim, no cargo, mas o senhor sabe que nós temos pelo Orçamento Participativo, em toda a cidade, demandas represadas a muito tempo na área do DEMHAB. E eu, da região do Orçamento

Participativo e da Região Noroeste, especificamente, neste momento nós temos mais de R$ 5.600.000,00 gravados nos livros do OP, compromisso na cidade e tal. Então, eu gostaria que o senhor desse uma olhada nisso, uma olhada em toda a cidade, porque nós temos muita demanda da habitação parada há muitos anos. Nós precisamos limpar esses livros, essas demandas. Por último, o terreno da Rua Sotero dos Reis, que também era destinado para habitação da região... (Sinalização de tempo esgotado). E já mudou em mais de dois governos ou três e ninguém dá uma solução para esse terreno lá da Rua Sotero dos Reis. Obrigado, Secretário. Tudo de bom para o senhor aí. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Adroaldo, pela fala e contribuição neste Conselho. Conselheira Maristela inscrita na sequência. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Boa noite, Secretário Germano. Boa noite, Conselheiras, Conselheiros. Boa noite, Secretário André Machado. Há pouco estivemos juntos e acho que isso é a boa nova, né, quando a gente consegue ter dentro de um governo, de uma Prefeitura pessoas que têm a capacidade de seguir políticas de estado. É claro que tem a política de gestão, é da natureza jurídica e da democracia, mas nessa sequência me honra muito dizer que o André simboliza muito isso. Desculpa te chamar de André, mas, Secretário, dizer que eu tenho muita honra nesse sentido. Sabes que a gente faz uma oposição sempre que necessário, mas tenho a grandeza de elogiar aqueles que um caráter definido e segue uma política de estado. Então, a minha primeira fala refere-se a isso. A construção da agenda de hoje, por exemplo, foi uma construção que foi dada por uma conselheira do Conselho do Plano Diretor, isso me honra muito, porque a gente tem a capacidade de chamar todos os envolvidos daquela comunidade, desde o Deputado Thiago, lá da Câmara de Vereadores dois vereadores também, vários segmentos da comunidade estavam ali buscando uma solução. Nós tivemos lá também, esteve junto também lá da COOPCOL, que quero chamar atenção aqui novamente da Patrícia, porque eu sei que ela está se esforçando em relação a isso. Nós não temos dificuldade nenhuma de dialogar com empreendedores, quando é construído com a comunidade. Por isso que derruba qualquer tese quando dizem que é contra ou a favor. Não, é uma construção que às vezes ela pode ser um pouco mais demorada, mas com certeza o acerto também é maior. E ali junto com a FEE, Felisberto, resolvendo três situações, era uma agenda e o Secretário teve a tolerância de ouvir todas as lideranças, porque é uma demanda tão reprimida, de tanto tempo, que poderia tão fácil ser resolvida, que, pacienciosamente, o Secretário ouviu a todos e de uma forma didática nós estamos ajudando a resolver. Os gravames, as regularizações, área privada, área de cooperativa, área do DEMHAB, elas estão dentro da luta nossa na comunidade. Então, são situações que com a adjunta, que tem uma expertise toda na área jurídica tem contribuído muito também no sentido de nós resolvermos todas as situações. Na verdade, acho que foram levantadas aqui demandas, que a gente atua em muitas delas também, mas é fazer esse casamento necessário de que sempre que, Secretário, e estou fazendo uma reivindicação, sempre que vindo nas regiões, onde todas as regiões compõem áreas que tem regularização, seja colocado na sua pauta, na sua agenda que a gente esteja junto. Quando nós estamos aqui, que nós estamos fazendo pensando a totalidade da cidade, que não é apenas o empreendedorismo, mas a questão ambiental, enfim, todas essas questões da história da cidade, que não é apenas do plano imobiliário, né, mas que diz respeito à vida da diversidade da cidade. Então, que a gente esteja junto, porque a gente tem que estar respondendo, tem que estar buscando soluções e nos sentindo cada vez mais agregados às soluções das políticas, independente de quem está na Prefeitura de Porto Alegre. Então, nesse momento é a reivindicação que acredito que todos nossos conselheiros têm como anseio. (Sinalização de tempo

esgotado). Ah, foram na Quatro de Junho? Nós queremos estar juntos. Foram na Santo Antônio Colinas, seja onde for, eu acho que essa agenda deve ser passada para os conselheiros, porque nós votamos a cidade também. Então, é uma solicitação e eu sei que na grandeza do seu olhar de democracia isso se estabelece com tranquilidade. Essa é a minha demanda principal hoje. Obrigada por estar aqui comosco. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Maristela, pela sua contribuição, fala conselho neste Conselho. Na sequência a gente tem inscrito o Conselheiro Jackson. Boa noite, Conselheiro, 3 minutos, com apalavra. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Boa noite, a todos colegas, os dois Secretários presentes na reunião. Um prazer te rever aqui, Secretário André. Trabalhei, na verdade, eu não trabalhei, né, o meu avô trabalhou com o teu pai. Então, temos um histórico em comum. Como todo Conselheiro regional este tema é de uma importância muito grande para nós que somos cobrados diretamente das comunidades, especialmente as que nos elegeram. A minha Região Norte/Eixo Baltazar é uma região que sofre muito com essa situação. Nós temos necessidade, eu tenho um exemplo prático ali, que é a Vila Amazonas, que é uma comunidade que não consegue receber nenhum tipo de incentivo e com poucos recursos que a Prefeitura consegue disponibilizar é por conta da falta de regularização há mais de 20 anos. Então, eu sugeriria que o Secretário fizesse algumas agendas em nossas regiões e surgiram aos meus colegas regionais que façamos uma discussão mais ampla em cada região, porque a cidade sofre, como tu mesmo colocaste ali, André, de diversas áreas irregulares. E essa questão da relação fundiária, desde o meu primeiro mandato, quando assumiu em 2016, a gente vem trabalhando no grupo de conselhos regionais para poder avançar nesse tema. É um tema de suma importância, é dignidade para quem ocupa uma área há muito tempo. É um CEP, como a gente costuma dizer, é muito necessário para qualquer um de nós. Então, muito obrigado, parabéns pela tua fala, pela tua explanação. Eu já tinha tido a oportunidade de assistir essa apresentação da Nazaré lá no Conselho de Infraestrutura da FIERGS, as qual também faço parte. E como registrou a colega Maristela, pelo conhecimento que está no teu DNA, de fato, laranjeira não dá pêssego, não podia ser diferente. Um abraço a todos aí e um bom trabalho para nós. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Jackson, pela contribuição. Na sequência temos o Conselheiro Emílio inscrito. **Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Obrigado, Secretário Germano. Boa noite a todos e a todas. É realmente um prazer poder estar falando com alguém que a gente já estima de muito tempo e, sobretudo, aquele que tem uma luta muito particular com a nossa luta do CAU. Neste momento, Secretário André Machado, trago os parabéns e o saúdo em nome do nosso Presidente Tiago Holzmann, arquiteto, que já deve ter falado com o senhor em diversas reuniões e diversas atuações que a gente tem. Devo mencionar, dos projetos que o CAU tem muito interesse e tem muita força, que está levando neste momento em relação à produção de habitação, sobretudo, a assistência técnica da habitação de interesse social. É importante poder pôr em prática e poder levar a profundidade essa assistência técnica. Sobretudo, que seja nosso parceiro do CAU na implementação cada vez mais assertiva desse projeto que a gente tem de Nenhuma Casa Sem Banheiro, algo que acredito que seja de interesse. Parabéns, Secretário, por essa apresentação e eu remarco duas coisinhas que acredito que foi muito importante e que remeteu em algum momento aos debates que se tinha no Conselhão do Tarso, do Governador Tarso. Em determinados momentos da sua apresentação você falou na intensidade e, sobretudo, é um olhar crítico sobre tudo e na produção de equipamentos,

as creches, as escolas, o mercado, a mobilidade, o transporte para todas essas áreas que são importantes para a nossa cidade. Normalmente, isso é um problema já discutido no Conselhão do Tarso, especificamente, e nos conselhos da cidade, que se dizia que esses modelos de Minha Casa Minha Vida teriam que ser reformulados contemplando todo esse tipo de prerrogativas. Portanto, pelo olhar de vocês, sensível a essas demandas da população, acredito que sejam de importância para a produção de um novo modelo de cidade que a gente está querendo conseguir. Obrigado, Secretário. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Emílio, representando o CAU. Na sequência a gente têm o Conselheiro Emerson inscrito pelo Orçamento Participativo. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Boa noite, Secretário Germano. Boa noite, Secretário André. Conselheiros e Conselheiras. Eu quero parabenizar também pela condução dos trabalhos, que respeita a opinião das comunidades, principalmente por esse ponto, por fazer uma política de estado. Eu quero perguntar também sobre o formato de atendimento das demandas do OP, como que se dará a viabilidade técnica para atendimento, que a gente sabe tem muitas demandas, mas muitas não têm viabilidade técnica de atendimento, precisa de uma recondução. E os programas também que vão atender essas demandas do Orçamento Participativo. Como senão os processos da regularização fundiária que encontram-se na CTARF e se essa comissão não poderia ser conduzida pelo DEMHAB, porque o DEMHAB conhece o problema da regularização fundiária e convive com essa situação. Também quero perguntar em relação à Lei nº 636/2010, que é do Programa Minha Casa Minha Vida Porto Alegre, se ela vai ter uma readequação para o Minha Casa Verde e Amarela, porque ela já está bem desatualizada. Então, se vai ter uma atualização. Também quero perguntar em relação aos recursos do solo criado, que, em princípio, seriam de responsabilidade do COMATHAB, que o Presidente era o Diretor do DEMHAB, no caso, e se o COMATHAB vai sofrer uma reformulação, porque a gente não tem conhecimento de como anda o COMATHAB. Então, a gente que acompanha a habitação sabe que é de extrema importância deste Conselho, até para o uso do solo criado. Também o uso das contrapartidas para construção de habitação de interesse social. A gente vê dentro da CAADHAP que muitas vezes o DEMHAB não solicita contrapartidas para a construção de habitação de interesse social, que é um direito, como a SMED pede área, como a Saúde pede, o DEMHAB eu acho que tem que começar a pedir também alguma coisa para poder atender um pouco mais a construção de unidades habitacionais. E também a questão de atender melhor a demanda habitacional prioritária. Então, dentro dos escritos que foram apontados mais de 60 mil, como que vai ser feita essa seleção dessas famílias? A gente tem um número grande de aluguéis sociais, de pessoas que muitas vezes não são aquelas que estão na área de risco, que seriam as prioritárias para atendimento, não estão despejadas e tem muitas pessoas que ocuparam uma área particular e que estão sendo atendidas hoje pelo DEMHAB. E isso é uma demanda de atendimento paliativo, não é uma solução para habitação. Seriam essas as minhas perguntas. Muito obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Emerson, pela manifestação. Na sequência a Conselheira Claudete inscrita. À vontade, conselheira, 3 minutos. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Boa noite a todos e a todas. Eu queria parabenizar, como todos aqui, na verdade, esta vinda do Secretário. Na outra oportunidade nós tivemos também outro secretário que veio aqui trazer a este Conselho da Mobilidade, as duas secretarias que eu considero mais importantes, que é a

SMAMUS e a Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária. Elas precisam trabalhar de uma forma mais interligada, a gente muito pensa que é assim e trás os problemas conectados à regularização fundiária. A regularização fundiária apenas é o poder curativo daquilo que nós vemos aqui enquanto planejamento, da forma que nós damos para a cidade, se nós vamos tratar a terra como que de uso e qualidade de vida ou se nós vamos tratar a terra como extração de renda. E o Secretário muito bem identificou que quando a gente aborda a regularização fundiária e não aborda ela em todas as suas dimensões, na verdade, se não aborda a questão ambiental, a questão socioeconômica, a gente não vai conseguir solucionar os problemas. Então, o senhor identificou ali na questão dos Maristas que tinha apenas uma das dimensões que estava contemplada e não estava contemplada e não estava contemplada a renda as famílias. Então, é importante pensar a regularização em todas as suas dimensões, mas precisamos pensar também nessa questão de uso da terra, na questão da habitação, não só da regularização fundiária. Nesse sentido, eu gostaria de perguntar se existe algum estudo, algum planejamento de uso pela Secretaria dos próprios municipais para a área de habitação. E também gostaria de verificar de que forma nós podemos trabalhar entre CMDUA e Secretaria de uma forma mais interligada, porque o que nós temos, na verdade, da regularização fundiária é muitas vezes o reflexo de quando a gente não tem um planejamento. A gente não tem um local para que a população de baixa renda se disponha na cidade. Se eu não tenho um local onde essa população vai se colocar dentro da cidade, se eu não tenho um zoneamento, essa população vai ir para a área d risco, ela vai ir para a periferia e aí nós vamos estar só enxugando gelo e reproduzindo essa irregularidade. Então, de que forma nós poderíamos fazer ou se a Secretaria tem, acho que seria importante trazer para nós uma apresentação, os dados da situação fundiária e nós fazermos uma reflexão de que forma isso afeta no planejamento e de que forma o planejamento pode se colocar como preventivo, como prevenção. A gente está sempre aqui tratando os problemas, a Amazonas, a Conceição, esses são os problemas que já tem, mas como é que nós conseguimos ter uma atuação mais preventiva, que entenda a terra como seu uso e não como meio de extração de renda? Seriam essas as minhas colocações, por enquanto. Obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Claudete, que representa o Acesso e Cidadania, Direitos Humanos, uma matéria atinente à causa, enfim, a bandeira da ONG. Importante a contribuição da Conselheira Claudete ao tema. Na sequência a gente tem o Conselheiro Gomes inscrito. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Boa noite, Secretário Germano. Boa noite, Secretário André. Boa noite, Conselheiros. Em primeiro lugar eu quero agradecer ao André pela disposição dele, o Secretário pela disposição de vir nos colocar como que está vendo a Secretaria, como está organizando a Secretaria para atender toda a demanda habitacional que a gente tem nos mais diversos, digamos assim, níveis de intervenção. Eu acho que os colegas aqui fizeram excelentes abordagens, em que me resta fazer um questionamento, Secretário. A gente está preocupado, eu estou preocupado com uma boa notícia de financiamento de políticas habitacionais, porque nós tivemos uma paralisação este ano, ano passado também foi muito tímido e é um programa extremamente interessante que a gente teve, que era o Minha Casa Minha Vida, e ele não teve a continuidade. É extremamente necessário, porque ele entra exatamente naquilo que eu acho que a Claudete falou ou algum outro colega falou aí, de fazer a prevenção e prevenção se faz com projetos grandes de atendimento às populações. Eu não me lembro, se os colegas lembrarem aqui no próprio Conselho, eu acho que o último projeto que nós tivemos aqui, que passou de grande abrangência e abrangia, são 600 unidades que eu me lembro, é o da Granja Bela

Vista. Eu acho que foi esse, ou seja, esse projeto nós votamos no início de 2020. Não tem aparecido projetos grandes de atendimento à população de baixa renda ou de interesse prioritário. Então, Secretário, o que eu lhe pergunto é isso, o senhor traz para nós uma boa notícia da retomada do financiamento para habitação de interesse social. Muito obrigado, colegas. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Gomes. Conselheiro Rafael também queria fazer uso da palavra, do IAB. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Boa noite, colegas noite. Boa noite Secretário André Machado. Bom, a minha contribuição vai um pouco no sentido de que nós estamos em um o momento que em que pese o Secretário estar tentando buscar recursos para a produção habitacional, nós precisamos ser criativos e sermos criativos significa que nós precisamos olhar para a política urbana como um todo, tendo a habitação de interesse social como um foco, uma política transversal dentro da política urbana. E isso vale para a produção habitacional e, sobretudo, produção habitacional em áreas centrais. Como bem frisou a Claudete, dois aspectos importantes que ela traz é a questão que a regularização fundiária é um tipo de política curativa, até nessa analogia que também faz o Cláudio Acióli, dentro daquilo que se a regularização é curativa há outros tipos de políticas que são preventivas do ponto de vista dessa analogia que se faz com a saúde. E nesse sentido, parece fundamental que nesses programas e projetos que estão aparecendo em grande volume em Porto Alegre, e eu digo de iniciativa do poder público, que se dê a devida ênfase à Secretaria de Habitação e ao seu papel dentro desse processo. Eu já fiz aqui em alguns momentos aqui do CMDUA, também na reunião que tivemos do IAB com a equipe do programa do Centro, frisando que me parece ainda bastante insuficientes os instrumentos que estão sendo pensados no Programa de Reabilitação do Centro para atender a questão da habitação de interesse social na área central. Por quê? Porque se nós estamos hoje regularizando é porque, muito provavelmente, a grande maioria dessas famílias ocupou porque não tinham alternativas. Então, o município precisa criar essas alternativas, porque a regularização fundiária onera o município, onera as famílias e nós temos a má sorte de próprios públicos, municipais, estaduais, inclusive, até da União, que podem ser disponibilizados na área central para habitação de interesse social. É uma população que precisa também trabalhar também nas áreas centrais e precisa estar próximo das áreas centrais, porque longe das áreas centrais elas têm mais custo de vida e também geram mais custos ao município, que tem que buscar resolver problemas de infraestrutura, etc., etc., etc., né? Sendo que a gente tem um grande potencial de atendimento da habitação de interesse social na área central. Então, o que eu queria enfatizar, claro, estou me dirigindo ao Secretário, mas também a todos nós aqui e ao outro Secretário, nosso Presidente, que enfatize e dê realmente prioridade, já que se nós queremos atender aquilo que fala o nosso próprio Plano Diretor, uma cidade miscigenada sobre todos os aspectos dos usos e também das classes sociais, porque é essa cidade que vai ser mais inclusiva, inclusive, mais sustentável. A população que mora longe e que tem que fazer grandes deslocamentos é insustentável para a cidade, para o ambiente e para as famílias. Então, estou sendo enfático, estou sendo redundante, porque me parece que a questão de habitação de interesse social em áreas centrais exige essa redundância. E também aspectos, como foram colocados aqui, agora a gente soube que recentemente está sendo questionada a nova lei do solo criado, que estava dando outros usos, inclusive, além do habitacional, para os recursos do solo criado e que do nosso ponto de vista do IAB, todas as contrapartida, etc., (Sinalização de tempo esgotado). Já vou concluir, Secretário. Elas devem estar dirigidas não a projetos e propostas que acabam agregando valor, simplesmente agregando valor aos empreendimentos, mas as contrapartidas têm um

papel fundamental de redistribuir o bônus da urbanização. E da forma como as contrapartidas vêm sendo feitas não estão atendendo esse princípio básico. Então, as contrapartidas e os recursos de solo criado devem ser, prioritariamente, destinados à habitação de interesse social, à regularização, à urbanização e, principalmente, a áreas centrais. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Rafael Passos, pela fala, pela contribuição. Oportunizo a fala ao Secretário André, se quiser fazer uma fala final, na medida do possível alguns pontos que queira responder. Nem todos, naturalmente, Secretário, a gente tem resposta para tudo, para todos os pontos, porque é de uma complexidade. Acho que muitas coisas foram levantadas aqui, mas com relação à revisão do Plano Diretor temos convicção de que temos que introduzir a política habitacional prioritária, como uma das pautas da revisão do Plano Diretor, que está inserido dentro dos estudos. E que a gente possa reaproveitar essa infraestrutura urbana existente, onde nós temos equipamentos públicos disponíveis, que a gente possa produzir habitação de interesse social, criar por meio de instrumentos urbanísticos formas, ferramentas de a gente de fato viabilizar, ampliar a política habitacional do município. Então, isso está previsto dentro do nosso projeto, temos um recurso significativo reservado para desenvolver ao longo dos próximos dois anos. Seremos parceiros nessa construção, junto com a Secretaria de Habitação e Regularização, liderada pelo Secretário André. Então, Secretário, fique à vontade para fazer a sua fala final e depois a gente avança na pauta aqui. **Secretário André Machado, Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária:** Primeiro, agradeço a todos os conselheiros e conselheiras pelas manifestações, muito positivas ao trabalho que a gente a recém começa a fazer. Eu me preparo para daqui a frente, quando muitas coisas a gente não estiver conseguindo alcançar, também poder vir aqui recolher críticas, mas quero, sobretudo, ao longo dessa caminhada recolher as sugestões de todos vocês. Por isso me coloquei aqui à disposição de todos para que a gente possa conversar. Quero dizer, Secretário Germano, que fico muito feliz com essa sua fala final, porque ela vem ao encontro de uma necessidade desta Secretaria, algumas mudanças que possam favorecer o entendimento muito próximo aí, eu não vou começar do fim para o começo, mas o que disse o Presidente do IAB, o Rafa, de que nós possamos colocar as pessoas, que nós possamos permitir as pessoas que tenham no desenvolvimento das suas vidas e em regiões consolidadas da Cidade de Porto Alegre. Eu repito aqui, e alguma pessoa referiu aí no meio do caminho, não lembro quem foi, mas quando eu citei o que nós localizamos lá nos Maristas, mas quando nós começamos os Maristas já estavam lá. Não cabia a mim neste momento, na gestão, repensar aquele processo, retirar aquelas pessoas de lá, fazer outro encaminhamento. A nós cabíamos permitir que aquelas pessoas tivessem lá a sua melhor qualidade de vida, mas talvez não fosse aquela a construção habitacional, a solução habitacional de interesse construído se nós tivéssemos a capacidade ou a possibilidade de discutir esse projeto com as comunidades desde o começo. Eu anotei aqui uma série de coisas, quero destacar o Conselheiro Felisberto, que destacou alguns empreendimentos e coisas relativas a cooperativas. A REURB do Manchester, Felisberto, já foi instaurada e assim como tantas outras, Chácara dos Bombeiros, Beco do Artur, Jardim da Costa, Jardim das Palmeiras, Jardim Protásio Alves, Timbaúva III, Monte Cristo, Vila do Salso, Hípicas do Cristal. Na próxima reunião do COP, na semana que vem, nós vamos trabalhar sobre esse assunto. Nós estivemos ontem no Mocambo, atendendo o pedido da Elaine, atendendo o pedido do Conselho Municipal do Negro também, para que nós possamos atender com habitações de melhor qualidade aquele local, dialogando com aquela comunidade. Tanto o Mark quanto o Adroaldo falaram sobre a questão da Vila Caddie, eu quero destacar que eu tive contato

com o tema da Vila Caddie acompanhando as reuniões do CMDUA. O compromisso que eu tenho, já assumido na CUTHAB e assumo aqui no CMDU para que fique claro a todos que o levantamento, o cadastramento das famílias que foi feito na gestão passada, no local, ele não tem validade para nós. Nós vamos refazer todo esse cadastramento e discutir junto com as famílias o encaminhamento daquele local. Só lembro, como eu lembrei a comunidade naquele dia, o Conselheiro Adroaldo estava junto conosco, que existe uma decisão judicial que enquanto ela não for refeita determina um caminho para a Prefeitura Municipal de Porto Alegre. O que nós não compreendemos, e isso realmente não compreendo, e é o que a comunidade nos diz, é que a comunidade nunca tenha sido ouvida dentro do processo judicial. Então, tem uma demanda judicial em parte que tem que ser tratada e outro na questão do município e ao município caberá implementar aquilo que for decidido. Mas algo que está sendo feito agora, que não foi feito no passado é que nós estamos conversando com a comunidade, discutindo com a comunidade qual a melhor solução. E se a solução for a permanência no local, se isso for discutido e debatido com todas as instâncias e nós vamos trabalhar para construir ali a melhor solução possível para aquelas famílias. As questões da Nazaré, Adroaldo, hoje nós temos só 12 famílias lá, tinha mais de 70. As questões, quase todas foram debatidas no âmbito do poder judiciário, com audiências de conciliação na maioria das vezes. Um pagamento de indenizações ou ajudas de custo da FRAPORT, as empresas sempre procuraram a decisão judicial e hoje o que nós temos no local são 12 famílias, só uma ainda sem decisão. Sobre a Vila Areia é responsabilidade do DNIT a questão daquelas famílias, mas, óbvio, diz respeito ao Município de Porto Alegre. Nós procuramos o DNIT, nós estamos muito preocupados com aquela situação, porque houve o rompimento do contrato do DNIT com a empresa que estava construindo a ponte. Nós corremos o risco daquela ponte ficar inacabada, como um monumento na entrada da Cidade e as famílias que tem expectativa de atendimento habitacional ali, por parte de compra assistida do Governo Federal e uma parcela em construção em outros negócios, em outras unidades habitacionais, elas se vejam frustradas nesse caminho. Nós estamos encaminhando junto ao DNIT, eu estive em Brasília semana passada, discutido junto com o Governo Federal, a possibilidade, talvez aí venha atender um pouco o pedido do bônus da construção de uma atividade conjunta, de um empreendimento conjunto entre o Governo Federal e o município para atender aquelas famílias e também atender centenas de famílias ali daquela região que aguardam uma solução, como no Frederico 303, a casa de passagem que está lá há 15 anos aguardando uma questão, a liberdade e por aí vai. E sobre o terreno da Sotero dos Reis, ele está dentro de um projeto que nós termos de negócio com as cooperativas. Então, esse terreno é um dos 6 terrenos está no projeto de lei que deve ir para a Câmara para ser aprovado em uma parceria nossa com a Caixa Econômica Federal e cooperativas. Ou seja, a gente abre para ver as cooperativas interessadas na construção de alguma coisa ali naquele local. Conselheira Maristela, agradeço as palavras, a Conselheira lembrou muito da questão da qualidade técnica da minha Secretária adjunta, a Secretário Simone, nós temos uma boa parceria e acho que o Prefeito Sebastião Melo conseguiu acertar muito bem no trabalho, é difícil que eu fale aqui, mas conseguiu acertar muito bem nesse processo de que nós aqui na Secretaria tenhamos um técnico e um quadro político no comando das principais secretarias. Então, a gente tem trabalhado dessa forma. Jackão, Vila Amazônia, Império, Vitória da Conquista, enfim, toda aquela região tem sofrido muito, precisa de uma grande intervenção do município, eu não tenho dúvida. A gente já esteve umas duas ou três vezes ali, foi muita gente para o porto novo. E ali naquela região, no Jenor Jarros, por exemplo, ali despertou um interesse muito grande que nós busquemos construir um programa de revitalização de prédios que já foram entregues pelo município há muito tempo. Espero,

amanhã eu vou ter o prazer de receber o Rafa na DEMHAB, espero que a gente possa falar um pouco sobre isso. Ao Emílio eu quero destacar a relação que a gente teve com o CAU, a lei da ATHIS foi uma das primeiras coisas que nós tratamos quando entramos aqui no DEMHAB, em uma conversa com o Tiago, que era Nenhuma Casa Sem Banheiro seja uma realidade aqui no município, com outras parcerias. O Casa Saudável também, que a gente possa trazer. Eu aprendi muito este ano vendo a máquina, o Secretário Germano que está há mais tempo no comando de uma pasta sabe disso melhor do que eu, nem sempre o tempo que a gente quer que as coisas se realizem de fato acontecem no setor público, mas teremos que trabalhar sobre isso. O Emerson me questionou sobre as pautas do Orçamento Participativo. Nós temos que avançar nesse trabalho aqui, Emerson, não tenho uma resposta definitiva para te dar, mas há uma intenção do Prefeito Sebastião Melo para a reativação do Orçamento Participativo. Não teremos ele na sua integridade este ano, mas há uma demanda reprimida muito grande e a gente precisa acessar os recursos para isso. A discussão da vinda da CTARF para o DEMHAB não chegou a ser debatida, não há um consenso dentro do governo sobre esse tema. O COMATHAB nós vamos nos reunir pela primeira vez amanhã, porque o COMATHAB não é presidido por mim, é presidido pela Angélica, e a gente não estava sequer localizando a Angélica, conseguimos organizar e mobilizar. Deveria ter sido na semana passada a reunião, acabamos não marcando em razão da necessidade de eu ir a Brasília tratar a questão das famílias da Nazaré. Sobre a questão da gente possibilitar a utilização como contrapartida de habitação de interesse social na CAADHAP, a nossa representante, a Arquiteta Lisiane, sempre me colocou e a gente precisa avisar que o Plano Diretor não permite a pedida dessas contrapartidas habitacionais e por isso fico feliz que a pouco o Secretário Germano falou nesse sentido. A Claudete lembrou da necessidade da parceria do meio ambiente com a habitação, e é um fato, a gente tem trabalhado muito próximo, porque o nosso trabalho não pode parar o trabalho da SMAMUS e da mesma maneira. Esse planejamento do uso dos próprios municipais para a área da habitação está em construção pela nossa área que trata dessas questões. E, infelizmente, nós temos a dificuldade de dados atualizados em relação à questão fundiária e vamos ter mais dificuldade ainda com o adiamento do censo do país, que nos ajuda sempre a ter dados melhores da cidade. Mas posso trazer aqui uma notícia para vocês, a Paula Vasques, que assumiu agora como Diretora de Habitação da Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária, uma das pautas que tem a Paula é nós preparemos para o ano que vem os trabalhos para que nós possamos atualizar o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social. Obviamente, com grande participação da sociedade. Então, esse é um dos trabalhos da Paula, ela já trabalhou no último plano que foi realizado e está tocando esse processo. O Gomes falou sobre a questão do financiamento das políticas habitacionais, o Casa Verde e Amarela está engatinhando, nós temos um compromisso da União e estamos negociando isso, eu estive com o Secretário Alfredo na semana passada para que se tenha aqui em Porto Alegre um projeto-piloto do Casa Verde e Amarela. Então, são 200 unidades habitacionais, possivelmente um daqueles nomes condomínios da Tronco venha a ser executado nessa modalidade. A gente vai ter em breve esse projeto de dupla moradia. O Governo do Estado deve lançar um projeto, há tempos que o Governo do Estado não tinha um projeto e eu recebo o Diretor de Habitação do Governo do Estado na próxima semana aqui para a apresentação do pró-moradia, que é lá para aquele Edgar 5060, na Edgar Pires de Castro, 5060. É um grande empreendimento, onde estão aguardando famílias da Eduardo Prado, que estão há muito tempo aguardando para serem colocados para lá. Vai ser um volume bem grande de casas. Então, é até um condomínio grande demais, na minha opinião, quase o mesmo tamanho do Maristas. Eu gosto de unidades menores, mas, enfim, é uma possibilidade que

tem, a demanda que tem em Porto Alegre é gigantesca. Então, não vamos nos opor. E para encerrar, o Rafa, sempre converso com o IAB, eu tenho batalhado muito, eu defendo para que a gente consiga também atrair para a região central de Porto Alegre habitação de interesse social. Eu acho que ela vai ser muito importante na revitalização dessas áreas para que a gente possa ter diversidade, sobretudo no Centro. Não há nenhuma ideia em elitizar o Centro de Porto Alegre, temos feito isso aí. E quero que a gente possa avançar nesse debate. E eu percebo que quando a gente fala em regularização fundiária para as comunidades têm sido muito importante a possibilidade delas de permanecia nos locais onde estão. O que eu gostaria sempre é de fazer o que nos cobram os moradores da Lomba do Sabão, quando eu recebi uma pauta do MAB, o MAB nos pedia que nós déssemos um leque de opções para as pessoas, elas queriam ser reassentadas, regularização fundiária, ser colocado ali o bônus moradia e tal. Seria ótimo que a gente tivesse todas essas condições, mas, infelizmente, nós não temos e por vezes a opção única que nós temos é a regularização fundiária. E, claro, a gente quer poder atender as pessoas. Muito obrigado a todos os conselheiros, as conselheiras. Muito obrigado, Secretário Germano. Eu coloquei à disposição de todos o meu telefone celular peço que na medida do possível, de acordo com as necessidades, podem me encaminhar demandas via WhatsApp, que a gente tem conversado com as comunidade. Por óbvio, estou à disposição para sugestões dos senhores, das senhoras a respeito dos programas que a gente venha a desenvolver e sugestões de outros caminhos que a gente possa tomar. Muito obrigado pela oportunidade, uma boa noite a todos. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Secretário André. Mais uma vez parabéns pela apresentação, pela liderança, pelo trabalho que vem fazendo junto à Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária. Seremos, sem dúvida, parceiros nesses próximos anos para construir de fato uma política de planejamento, para a gente organizar isso dentro do nosso território. Eu acho que tem muitas oportunidades, muitas ferramentas disponíveis e o desafio é sempre a gente organizar esse trabalho para de fato viabilizar aquilo que a nossa cidade tanto precisa. Senhores conselheiros, são já 19h46min. A Beatriz ainda está aqui, é uma inscrição externa para o período de Comunicação, que tivemos dificuldade na fala, com o microfone dela. Eu vou tentar, Beatriz, para fazer o uso da fala no período de Comunicação. Então, na próxima reunião a gente fica com a pauta dos processos, que estão se acumulando aí e a gente precisa. Peço que a Camila também organize uma reunião extraordinária para a gente poder avançar um pouco mais nas pautas e deixar um pouquinho mais livre, às vezes, para essas falas das mais diversas de assuntos importantes que surgem e que devem ser tratados por este Conselho. Beatriz, nos ouve? Consegue liberar o microfone? Beatriz, tem que liberar o microfone aí. Agora sim. **Beatriz Pereira, Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Boa noite a todos e todas. Muito obrigada por permitir que eu esteja e participe aqui com vocês. A minha questão é que nós por anos lutamos aqui muito na Região das Ilhas pelo Plano Diretor da cidade, que é maravilhoso e nós precisamos nos incluir. Bom, fomos pegos um pouco de surpresa, porque chegou até nós uma informação sobre três ruas aqui na Ilha da Pintada, especificamente. Nós somos cinco ilhas: Ilha do Pavão, Ilha Grande dos Marinheiros, Ilha das Flores, Ilha da Pintada e Ilha Mauá. Então, nós recebemos uma informação sobre Rua Japeju, a Bananal e a Oscar Schmidt, que dentro dos trâmites estaria sendo trabalhada uma questão de alargamento dessas ruas, enquanto vias. E eu consegui acompanhar a reunião anterior, onde houve uma manifestação do Senhor Ricardo, se não me falha a memória, sobre um abaixo-assinado constituído na região e isso nos preocupou um pouco. Por quê? Primeiro que, surpreendentemente, essa questão não chegou até o Orçamento Participativo e não

chegou nas inúmeras entidades que são participativas no processo da cidade, que nós não pensamos só na região das Ilhas, sabemos que a região é enorme. E a gente gostaria de saber principalmente com quem foi conversado e o que está acontecendo. E quando eu coloquei lá no chat a questão da nossa participação, é de nós e qualquer região que tenha essa necessidade. As pessoas têm conhecerem realmente o território. Nós tivemos exaustivas oficinas trabalhando a questão de toda a região, especificamente, a região das ilhas. Então, nos causou um pouco de espanto e nós gostaríamos de ter retorno, de poder estar participando das questões referentes a nossa região. Quero agradecer ao Conselheiro Adroaldo, mas nós precisamos ficar um pouco mais perto, mais próximos, porque a população aqui está um pouco assustada quando fala em alargamento de rua, uma rua que nem sequer tem um movimento. Então, a gente tem quer entender que processo é esse, como ele se deu e como nós podemos sentar para conversar a respeito. Seria essa a minha reivindicação, a comunicação tem que se dar de um lado e de outro, para que a gente possa construir realmente juntos. Obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Beatriz, pela contribuição, a fala. Temos aqui a Diretoria de Planejamento também, acho que a Patrícia pode colocar o e-mail da Diretoria, o contato ali para estabelecer com relação ao fluxo. Eu não sei exatamente o que foi pautado, né, Patrícia, ali da questão do gravame. Enfim, a gente coloca à disposição a equipe, enfim, para prestar qualquer esclarecimento, é importante. E as reuniões aqui são públicas, tem o representante da região de planejamento. Importante fazer se esse link com o Conselheiro representante da região, que possa levar os assuntos na região quando for pautado e, previamente, se organizar para fazer o seu voto, a sua manifestação, oposição, em contrariedade, em concordância com os projetos que estão sendo discutidos aqui neste Conselho. Então, parabéns, obrigado pela fala. Senhores Conselheiros, a gente tem o período de Comunicação ainda. Eu consulto quem nós temos inscrito, são 19h52min. Consulto se tem mais algum conselho para fazer uso da comunicação até às 20 horas. Conselheiro Rafael e aí a gente consegue encerar. Não vamos botar processos em pauta, vamos ouvir o Conselheiro Rafael, Conselheira Maristela e Conselheiro Felisberto. É a Conselheira Maristela primeiro. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Bastante oportuno, Secretário, este momento e a vinda da Beatriz e a sua fala, que nos traz uma profunda reflexão do que nós temos, muitas vezes não somos muito bem entendidos quando a gente diz que tem que ir ao local, tem que consultar a comunidade e tem que ver. Não é a questão às vezes de uma rua, dito uma simples rua. Não, é uma vivência, é o estado de estar, um estado de quem está lá, é um respeito que nós temos que ter melhor. Por melhor que seja, às vezes, uma visão técnica, que tem toda uma vontade e também não estou aqui para degradar uma opinião, mas reforçar aquilo que nós colocamos sempre quando há um gravame, há qualquer questão que vá mexer, não importa. Eu moro aqui na Lomba do Pinheiro, a Beatriz mora nas Ilhas, eu vou ter o mesmo respeito, é lá na Ponta do Arado, ou seja no Centro, ou em uma zona mais nobre da cidade, todas no meu ponto de vista são nobres. Então, essa hombridade a gente tem que ter no sentido de perguntar. Eu estava lendo, na semana que vem eu sou relatora de um projeto que vai de encontro, que é justamente isso, além de nós ouvirmos o Conselheiro local nós temos que ir no local, quando a gente é relator em especial, porque a gente está mexendo com a vida das pessoas. E cada vez mais eu tenho certeza, Beatriz, dessa convicção, pelo que tu trazes aqui e tenho certeza que a arquiteta Patrícia vai nos ajudar a elucidar essa situação e ajudar a responder e buscar alternativas para ajudar a resolver esses detalhes que chocam muitas vezes a comunidade. Então, Secretário, eu tinha outras coisas para falar, mas fiz questão de valorizar para os demais essa fala da

Beatriz, esse sentimento que ela nos traz aqui, porque dela vem o pertencimento, esse pertencimento chama-se direito e direito nós temos que aprender que é sagrada. Então, era essa a minha fala e conta com a gente, Beatriz. Parabéns. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Maristela, pela fala, contribuição a este Conselho. Na sequência o Conselheiro Rafael Passos. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Eu queria relatar que hoje participei, apesar de um convite que chegou a nós ontem pela manhã, de uma reunião, a convite da Secretaria Municipal de Mobilidade, para tratar do Plano de Mobilidade Urbana para áreas do Centro, com a empresa encarregada, matricial, e o acompanhamento de um servidor, o João... Não vou me lembrar todo o nome dele, peço desculpa. Mas eu queria falar isso, né, que apesar do convite muito em cima da hora, foram apresentadas as diretrizes, é uma primeira etapa, foram apresentadas as diretrizes do que está sendo proposto nesse plano, as diretrizes que estão sendo propostas para o plano, né. E fizemos algumas observações, e também indagamos sobre a relação desse plano de mobilidade com o programa do Centro e etc., e alguns outros aspectos, inclusive, alguns que nos pegaram assim... De alguma maneira que nos preocupa, que é a intenção veiculada ontem no Jornal do Comércio. Então, na verdade, duas veiculadas pelo Jornal do Comércio, uma é a respeito de uma intenção de eliminar o corredor de ônibus da Farrapos, o que me parece... Inclusive, na reunião isso chegou mais ou menos como uma ideia de que não parece vir ao encontro do que propõe o próprio plano de mobilidade, acabar com esse corredor de ônibus na Farrapos. A não ser que a gente elimine alguma faixa de rolamento exclusiva para veículos. Se pensar em uma faixa exclusiva para ônibus, por exemplo, na Farrapos, com a largura que tem as calçadas ali, não faz sentido. Quer dizer, são paradas de 15, talvez algumas até com quase 30 metros, que precisam atender a demanda de região metropolitana. Até talvez a Beatriz das Ilhas, tudo passa por ali, né. Quer dizer, é um corredor de escoamento muito importante para simplesmente dizer assim, e parece até à revelia do próprio projeto que foi encaminhado como intenção, e aprovado na Espanha para que haja a extinção do corredor. Já vou concluir, mas antes preciso colocar outro assunto que nos preocupou bastante, que é a intenção aí, que parece que houve um aceno, pelo menos foi assim informado em um dos workshops que está acontecendo agora em relação ao Cais Mauá, organizado pelo consórcio contratado pelo BNDES, que é a intenção de ter residência no Cais Mauá. E mais do que isso, pelo menos foi informado no shopping que haveria um aceno positivo da Prefeitura Municipal de Porto Alegre para que houvesse residência no Cais Mauá. Isso é algo que deve ser debatido aqui, inclusive, no próprio CMDUA. Então, eu queria recomendar que assim que possível a gente pudesse agendar duas visitas e duas apresentações... Três eu diria. Uma do projeto que foi encaminhado para Madri, da Farrapos. Segundo, o Plano de Mobilidade Urbana para o Centro, para a gente conhecer ainda nessa etapa de diretrizes, haverá outras etapas de participação, como foi informado hoje, e também... (Sinalização de tempo esgotado) o consórcio, trazer esse consórcio para a gente conhecer as propostas que vêm sendo feitas para o Cais, trazer aqui para a pauta do CMDUA. Essas três sugestões de pautas que eu queria deixar aqui, além do informe da reunião de hoje. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Rafael Passos, pela fala. O Conselheiro Felisberto. Por favor, Conselheiros, como já são 20 horas peço para serem objetivos na fala para a gente dar oportunidade para os demais conselheiros que se inscreveram falarem e depois podermos encerrar a nossa reunião. Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** O Rafael já tirou uma parte da minha

fala, que era em relação ao workshop hoje de manhã, eu participei das 9 ao meio-dia. Eu concordo que deve ser convidado a vir a este Conselho, para que os Conselheiros possam ter conhecimento do que está se pretendendo, o Governo do Estado junto com esse consórcio e o BNDES. Também rapidamente, não vou me ater muito isso. A segunda colocação é sobre a questão desse projeto ou de pedido de financiamento para o projeto da Farrapos. Eu também fui surpreendido pela notícia do jornal, coloquei isso e as pessoas parecem que entendem mal essa colocação. O que nós colocamos é que nós não queremos mais ser surpreendidos por notícias de jornal. Nós fazemos parte de um Conselho de Planejamento, é o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental. Nós queremos construir junto soluções para a Cidade e não se surpreendido com soluções técnicas meramente técnicas sem ouvir os envolvidos ou as pessoas que vão sofrer o impacto. Parece que isso magoa algumas pessoas e eu não quero magoar ninguém, mas também não quero ser atingido e não ser ouvido como cidadão desta cidade, eleito para este Conselho. Então, essa era a segunda colocação. A terceira colocação é com relação à apresentação do Secretário, eu solicito que o Secretário Germano, Presidente deste Conselho, solicite ao Secretário a apresentação e que seja remarcada uma nova reunião com o Secretário, para que a gente possa se debruçar sobre a questão de um Plano Municipal de Habitação de Interesse Social, que não pode ser uma questão meramente técnica e que tem que serem ouvidas as comunidades, principalmente, os dois conselhos, que é o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e o COMAM. Principalmente, as comunidades, os conselheiros as regiões que sofrem pelos pedidos das suas comunidades. E, por fim, também fui surpreendido pelo jornal, mais uma notícia pelo jornal, o financiamento para o projeto da concretização daquilo que o Rafael falou do plano de mobilidade para a região central, inclusive, com recursos alocados. Se não me falha a memória, R$ 12 milhões, posso estar enganado no valor. Então, e vi que não são só 3 ou 4 ruas, parece-me que são mais ruas no Centro. Eu vi que incluíram a Vigário José Inácio, a Dr. Flores. (Sinalização de tempo esgotado). Então, parece-me que isso deve voltar a este Conselho para que a gente possa ser esclarecido sobre isso. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto, pela manifestação. Conselheiro Adroaldo e depois encerramos com o Conselheiro Professor Rômulo. Eu queria compartilhar com vocês, temos a presença aqui também do nosso novo Diretor do Escritório de Licenciamento, O Cássio, eu acho que é conhecido todos ou da maioria de vocês. Agora o escritório de licenciamento está localizado aqui na sede, da SMAMUS, na Luiz Voelcker com a Carlos Gomes, fizemos a mudança ao longo da semana que passou. De fato fazendo essa integração entre urbanismo, licenciamento e meio ambiente. Então, fisicamente, também está localizado aqui na Secretaria o Escritório de Licenciamento. Houve a troca, a saída do Diretor Artur, na saída do Diretor Artur entrou o Cássio, que esteve á frete do Edifica POA, na Sete de Setembro. Ele tem bastante conhecimento e vem agregar o time. Seja bem-vindo, Cássio. **Cássio Weber, Escritório de Licenciamentos – SMAMUS:** Obrigado. Boa noite, pessoal! Um bom trabalho para vocês também. Contem comigo no que precisar, fico à disposição. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Show de bola! Obrigado, Cássio. Conselheiro Adroaldo inscrito. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Presidente, só para fazer um esclarecimento, que era para ter sido feito em Comunicação antes. Primeira coisa é a Beatriz, realmente, ela soube por nós, estivemos na região com a Conselheira Claudete e ficaram surpresos os moradores de lá, que não sabiam de nada. Estamos já providenciando para que a comunidade tenha a oportunidade de saber antes que os outros

falem coisas que não precisam. Então, agradeço sim a presença da Beatriz e a oportunidade que ela recebeu pela nossa região. O que eu quero registrar, eu já falei com o Secretário André, mas eu fazer que é bom registrar para todo o Conselho, é essa questão de contrapartida. Em março foi assinado esse acordo, o início de uma creche de contrapartida da FRAPORT, que tinha o seu processo aqui dentro deste CMDUA, que foi retirado, tiraram a oportunidade da gente discutir as questões da FRAPORT, as melhorias que ela poderia trazer para a região, mas, também, o que ela deixa para a região além do próprio aeroporto. Então, foi feito como contrapartida, foi alocado lá para o Loteamento Irmãos Maristas uma creche para 120 crianças, isso é justo para o atendimento daquelas famílias. Nós sempre primamos, qualquer contrapartida que vá sair da região, o empreendimento tem que deixar outra compensação aqui para nós, para a região, mas parece que a gente não é ouvido. Então, quero deixar essa região para todo o Conselho, inclusive, para a CAUGE. A gente sempre fala muito que a CAUGE tem que consultar as regiões do OP, consultar os representantes das regiões de planejamento. E eu quero debater mais ainda sobre isso, a FRAPORT não é um empreendimento isolado, é um empreendimento muito grande, que veio e deve ficar por muitos anos na região e nós estamos perdendo a oportunidade de trazer melhorias para esta região que circunda o aeroporto aqui. Não precisa ser na Região Noroeste do OP, na Humaitá/Navegantes, no Bairro Anchieta, mas tem que ser na Região de Planejamento 2. Então, acredito que a FRAPORT neste momento, e quem fez essas intervenções errou com a região. (Sinalização de tempo esgotado). Então, que fique gravado aí, Presidente. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem. Obrigado, Conselheiro Adroaldo, pela manifestação. A gente tem o Conselheiro Professor Rômulo e o Conselheiro Dinar, que chamou atenção que e inscreveu aqui e a gente não tinha inscrito ele. Professor Rômulo com a palavra. **Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Boa noite. Obrigado pela oportunidade. Senhor Presidente, na reunião passada eu acabei sendo envolvido por duas pequenas polêmicas, nada importante, mas que acabaram sendo transcritas na ata. Então, eu não gostaria de deixar passar sem o meu ponto de vista, igualmente registrado. Primeiro deles é sobre o uso do tempo, eu queria dizer que no atacado eu sou um conselheiro extremamente econômico no tempo. Eu jamais pedi a palavra para levantar Questão de Ordem, ou para reclamar de procedimentos supostamente arbitrário do Presidente, ou para fazer discurso político, ou para denunciar maracutaia, ou para denunciar conspirações contra a democracia. Absolutamente nada disso. Eu só peço a palavra neste plenário quando eu julgo ter alguma coisa relevante para dizer sobre o tema que está sendo discutido. E faço isso... *Bueno*, aí entra o varejo, que realmente eu reconheço que eu, frequentemente, ultrapasso o tempo determinado, o tempo regulamentar. Isso em parte é por causa de vício de profissão, 43 anos dando aula, causa algum tipo de comportamento padrão, vamos dizer assim. E parte porque os temas, normalmente, são muito densos e realmente, enfim, eles exigem explanações mais extensas. Como esses dois condicionantes vão continuar, são permanentes, provavelmente, vai acontecer de novo de eu passar do tempo. Então, eu já quero dizer que não tem nenhum problema, nenhum “mimimi”, o Presidente pode me avisar do vencimento do tempo, contar até 15 e cortar o meu som, que não vai ter nenhum problema. Eu não vou ficar melindrado de forma nenhuma. O segundo ponto é o conteúdo das minhas falas, eu queria lembrar mais uma vez que cada vez que eu abro a boca aqui, ou é para expor, ou para comentar, ou para discutir, ou para criticar ideias e conceitos, jamais fiz críticas a pessoas. Não faz parte da minha maneira de ser. Por exemplo, essas coisas relativas a conceito de identidade, como foi discutido na semana passada aqui, esse é um conceito

que tem décadas, o que anda rolando aí não tem dono, esse conceito ninguém tem o direito de se arvorar em defensor, em sensor ou guardião desses conceitos. Eles pertencem ao mundo e podem ser usados das formas mais variadas possíveis. Eu também gostaria de dizer que eu sempre me esforço aqui para fazer as minhas colocações, não com opiniões pessoais, como conversa de botequim, vamos assim, mas eu procuro fazer na medida da minha possibilidade pontos de vista baseados em evidência, baseados em referências. Então, é isso, basicamente. A reclamação do Conselheiro Felisberto não procede. Então, quero que esse assunto seja encerrado e eu vou continuar fazendo as minhas críticas da maneira que eu as considero adequadas. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem. Obrigado, Conselheiro Professor Rômulo. Este é um Conselho democrático, sempre é muito bem-vindo a sua manifestação, seja de oposição, de concordância, de questionamento. Então, tem toda a liberdade, assim como todos os conselheiros, para manifestar sim a sua posição e não se intimide, às vezes, com as posições que questionam por muitas vezes as manifestações, mas faz parte do processo democrático. Temos que, naturalmente, nos respeitar, sempre é importante a gente consignar isso, porque, às vezes, a gente sai um pouco da linha, do limite do respeito com os colegas, com a opinião diversa, com a manifestação contrária. É do processo e gente tem que saber respeitar isso e superar, um dia depois do outro a gente tem que avançar nas nossas pautas, não podemos nos deixar influenciar por questões menores ou por momentos, às vezes, mais tensos, mais acalorados que vão acontecer e vão continuar acontecendo. O Conselheiro Dinar por último e vamos encerrando, que já está bastante tarde e o pessoal está reclamando aqui para também poder encerrar a reunião. **Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** Boa noite, Secretário. Boa noite, Conselheiros e Conselheiras. Eu vou tentar ser rapidinho aqui. A crítica é bem mais fácil, né, pessoal, do que elogiar. Eu tenho recebido muitas críticas, mas de uma minoria que faz parte do Conselho, porque eu acredito que o resto dos conselheiros conhece o meu trabalho, sabem o trabalho que eu faço. Então, porque eu falo pouco, aí as pessoas se prevalecem e começam a criticar e escrever no chat besteiras ali. Eu quero dizer para vocês aí que as reuniões que eu não faço aqui na RGP 8, eu não faço e não vou fazer, porque se for para encher linguiça, como lá em São Luiz Gonzaga a gente costumava dizer, eu não faço. Eu faço reuniões para lotar, quando são feitas as reuniões aqui. Eu quero dizer para o Secretário que já ouvi gente, conselheiros pedindo a lista das reuniões que teve em suas regiões. Eu quero solicitar para o nosso Secretário, que solicite também, quando pedirem essa lista, a lista de presença dos participantes dessas reuniões que são feitas nas regiões. E eu quero também falar que eu não preciso pedir para os Secretários, quando tem evento na minha região aqui, eles me convidam, mandam convite para participar e eu nunca participei. Será que é porque sou tão incompetente como eu tenho ouvido aí no chat? Eu quero dizer para vocês que eu comecei essa luta como líder comunitário no final do Governo Fogaça. Então, as obras aqui no Extremo Sul foram feitas durante o Governo Fortunati. Eu quero dizer para vocês que nem os fundadores do Orçamento Participativo não conseguiram fazer tantas obras como no meu no período que eu fui Conselheiro do Orçamento Participativo e coordenador do Orçamento Participativo, Presidente da Associação de Moradores do Arado Velho, aqui em Belém Novo, que a gente conseguiu realizar aqui. São três creches... São quatro, eu tinha esquecido da mais próxima de mim aqui. São 8 ruas pavimentadas. Aqui no Bairro Arado Velho, antigamente, tinha mosquito do tamanho de um passarinho e ratos do tamanho de um cachorro, pessoal. E hoje é um dos bairros mais bonitos de Belém Novo. Eu convido vocês para virem conhecer o Arado Velho em Belém Novo. As casas enchiam de água, dentro, de pegar no

colchão das pessoas. Foram feitas galerias de 2 m x 80 de largura e 1,80 de altura, são 15 mil famílias beneficiadas diretamente e 30 mil indiretamente. (Sinalização de tempo esgotado). Acabou meu tempo, Secretário? Acho que não, né! **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Sim. **Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** Só para concluir, então. Tem o trabalho que eu faço aqui também, que é para os meus críticos, que são só três aí no Conselho, e eu não me abalo, comoo Professor Rômulo também não deve se abalar, porque é a minoria, que estão aí não para o desenvolvimento da cidade, são para criticar o trabalho. Desde março de 2020, até março de 2021, eu entregava 100 cestas básicas para as famílias por semana. Hoje, a partir de março de 2021, eu passei a entregar 100 por mês. Então, quero dizer que eu faço um trabalho, a comunidade me conhece, por isso que o Caio falou que tem que colocar uma estátua para mim, porque eu trabalho para a comunidade e não fico ofendendo ninguém em chat nenhum. E para concluir, tem só um textinho que eu escrevi aqui: Aprenda que não falar mal dos outros é a melhor forma de você falar bem de si mesmo. Uma boa noite e desculpa ter passado um pouquinho do tempo. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Dinar, pela sua contribuição representando a Região de Planejamento 8, conselheiro lá da região. Muito obrigado, Senhores Conselheiros, que consigamos absorver essas falas aí no nosso dia a dia, cada vez nos melhorarmos um pouco mais, nos aprimorarmos nos processos, nos respeitarmos enquanto seres humanos que somos. Participamos de um conselho político com visões diversas, nem sempre vamos convergir, por muitas vezes vamos divergir, mas é dessa divergência que a cidade ganha um denominador comum, a maioria deliberando, votando, a gente consegue aprovar os processos que são aqui pautados e encaminhar os assuntos para as melhorias da nossa cidade, que a nossa Porto Alegre tanto precisa. Um grande abraço a todos e uma excelente noite. Até mais!

Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental – CMDUA, às 20h26min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia Costa Ribeiro, sob o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.

Germano Bremm	**Secretária Executiva**
Presidente	**Relatora**

Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2021, ... retificações:

ATA ORDINÁRIA Nº 2897/2021

(Virtual nº 62)

Aos vinte dois dias do mês de junho de dois mil e vinte um, às dezoito horas, reuniram-se para Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, via ZOOM, denominado PLENÁRIA VIRTUAL DO CMDUA, em razão do decreto municipal a fim de combater o coronavírus e a propagação da pandemia entre as pessoas, sob a coordenação de GERMANO BREMM, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos:

CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS: Lisiane Sartori Fioravanço Magni (Titular), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Sônia Castro (Titular), **Gabinete do Prefeito – GP**; Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN**; Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), **Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS**; Gisele Coelho Vargas (Titular), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE**; Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM**; e Gustavo Garcia Brock (Titular), **Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV**.

CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS: Rômulo Krafta (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**; Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Claudete Aires Simas (Titular), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH**; Sérgio Saffer (Titular) e José Rodolfo Fork (1º Suplente), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA**; Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS**; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS**; Hermes de Assis Puricelli (Titular), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS**; Rogério Dal Molin (Titular), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), **Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**.

CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL: Cláucia Piccoli Faganello (2ª Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular) e Ronie Gomes (1º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Tânia Maria dos Santos (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4**; Wagner Pereira dos Santos (1º Suplente) e Ricardo Angelini, (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Cinco – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Dinar Melo de Souza (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8**; e Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP – HOCDUA.**

DEMAIS PARTICIPANTES: Michele Rian, Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8 (*Fala externa*).

SECRETARIA EXECUTIVA: Camila Maders Fonseca Coelho, **Secretaria Executiva da SMAMUS**; Patrícia C. Ribeiro, **Taquígrafa/Tachys Graphen**.

PAUTA:

1. Abertura;

2. Votação: 2.1. Atas: 2895 (08/06) e 2896 (15/06);

3. Comunicações;

4. Ordem do Dia.

Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h07min.

1. ABERTURA.

Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS: Boa noite, Senhores Conselheiros, Senhoras Conselheiras. São 18h07min, temos *quorum*. Declaramos, então, aberta a nossa Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental. Desejo uma excelente noite de trabalho, discussões, aprimoramento, aprendizado, maturidade, evolução, que tenhamos um debate em alto nível sempre. Nós temos aqui, antes de fazer rapidamente aqui a chamada, temos uma inscrição externa da Região 8, a Michele, que nos dá o prazer da sua visita. Vai fazer o uso do período de Comunicação, mas antes disso eu faço aqui a leitura dos presentes (Relação dos presentes na inicial). Se eu não chamei alguém, por favor, faça o registro no chat, que a gente registra aqui a presença. Então, Senhores Conselheiros, consulto se temos inscrição para o período de Comunicação? Só vamos abrir, temos uma inscrição externa para abrir a palavra, mas antes eu consulto os conselheiros na sequência. Consulto se temos inscritos? Temos a Tânia inscrita para o período de Comunicação. Mais alguém além da Conselheira Tânia? Só a Conselheira Tânia, então, hoje inscrita para o período de Comunicação. Então, encerro a inscrição para o período de Comunicação e oportunizo a fala para a Michele, da Região de Planejamento 8. Michele, boa noite. São 5 minutos.

3. COMUNICAÇÕES.

Michele Rian, Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8: Boa noite a todos. Bom, venho usar este espaço, Secretário, porque nós aqui no bairro temos um problema crônico, crônico, crônico, faz anos isso, com o extravasamento de esgoto nas vias públicas, que deságuam na orla do Guaíba. Para quem não conhece Belém Novo, Belém novo tem uma área que foi loteada há muitos anos, dentro da ideia dos bairros jardins, balneários que foram criados na cidade, lá da década de 1910, 1920. E aí surgiu a ocupação de Belém Novo a partir daí. E nesse espaço “planejado”, vamos colocar assim, porque o planejamento ficou lá atrás, mas não foi feita a estruturação, a gente vê há anos o extravasamento de esgoto na via pública e na orla. Isso é o que tem acontecido agora. Eu trago aqui o protocolo que eu registrei agora no final de tarde, encaminhei para o responsável aqui da Prefeitura do Bairro. É o Protocolo nº 185.733-21-48. São vários pontos identificados com extravasamento, visivelmente, e esse problema já está há mais... Sem dar trégua, há mais de mês que vem acontecendo. E aí eu coloco isso, que é problema grave, um problema ambiental, que está caindo esgoto sem tratamento nenhum diretamente na orla do Bairro Belém Novo, faz anos quando, chove a situação piora, é sempre ruim. Então, são problemas nas redes, tanto da rede cloacal como da rede pluvial.

Nós estamos em uma região que pouquíssima área é coberta por rede separadora, grande parte da região nem rede separadora tem. E aí nós estamos vivenciando isso, e aí a gente vê a iniciativa da gestão de estar pautando a alteração do regime urbanístico da Fazenda do Arado, que fica dentro do Bairro Belém Novo, que prevê um incremento de 8, 10 mil pessoas na região. E aí eu coloco um problema que nós estamos vivenciando faz anos, que não é solucionado, nem foi solucionado pela gestão anterior, nem está sendo solucionada por esta, faz mais de mês que extravasa esgoto na entrada do bairro. A Prefeitura não dá conta de solucionar isso, mas a Prefeitura dá conta de propor alteração do regime urbanístico para trazer mais pessoas para esta região! Secretário, por favor, é uma incoerência! Outra questão, esse assunto que está sendo colocado goela abaixo da população aqui, como se estivesse tendo um debate público, não está tendo. Teve uma reunião após o feriado de Corpus Christi no bairro, uma reunião presencial que foi marcada às pressas, como eu já coloquei. A audiência pública que foi divulgada agora, o edital, audiência pública convoca para uma audiência virtual para apresentação da proposta urbanística do Arado, em caráter antecedente à remessa do projeto de lei ao poder legislativo. Quer dizer, nós vamos participar de uma audiência pública sem sequer tem conhecimento do teor desse projeto que o Executivo está apresentando. O executivo está apresentando um projeto com base em quê? Em que dados? Em que elementos? Se a nossa realidade é ter que pular o esgoto na rua. Nós para atravessarmos para usar o único banco do bairro, o Banco Banrisul, nós temos que botar os pés no esgoto, para não dizer outra palavra feia aqui. Então, por favor, Secretário, é um absurdo! Esse senhor que está aí representando a RGP 8, como eu lhe falei já, ele nunca propôs nenhuma reunião do Fórum da RGP8 na região. Dizer que o assunto aqui, que qualquer assunto da região está sendo debatido, é mentir! É mentir! Eu venho pautando isso, colocando isso aqui diretamente para o senhor, nós não estamos tendo um debate dentro das comunidades da Região Extremo Sul/Restinga, nós estamos com os problemas, está borbulhando esgoto nos nossos pés, o cheiro de esgoto na região central do bairro, onde tem todo o comércio é visível, os problemas são conhecidos, mas não são solucionados. (Sinalização de tempo esgotado). E aí a gente é surpreendido por um roldão, assim, um rolo compressor que quer dizer que é necessário crescer esta região! Nós, eu quero desenvolvimento para o bairro, eu quero que a taxa de esgoto que eu pago tenha lógica de ser cobrada. Eu não estou me opondo a pagar a taxa de esgoto; agora, eu quero que meu esgoto chegue na estação de tratamento e não deságue no Guaíba como tem acontecido aqui. (Sinalização de tempo esgotado). Então, Secretário, é um atropelo o que está acontecendo, um atropelo! **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Michele, pela manifestação. Consulto se temos algum Conselheiro que quer fazer alguma observação sobre a fala? Por favor, que se inscreva no chat. Claudete. Um minuto, Conselheira. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Boa noite, Conselheiros. Eu gostaria que o Secretário nos colocasse um posicionamento, qual é o entendimento dele sobre essa questão que vem sido trazida, recorrentemente, não só sobre a delegada da Região 8, mas por outros delegados de outras regiões, com relação aos fóruns regionais, porque ele é uma previsão do nosso Plano Diretor. Então, ele é uma previsão legal, ela não é incumbência específica apenas do conselheiro eleito, mas sim do nosso Presidente, que tem que fazer encaminhamentos, né. Nós temos, inclusive, se nós formos olhar lá na nossa proposta orçamentária, tem verba destinada para os fóruns regionais. Então, eu quero saber, que tipos de ações estão sendo tomadas e adotados pelo Presidente do CMDUA a esse respeito? Obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira

Claudete. Então, depois a gente tem inscritos para o período de Conselheira Tânia. Só pontuando a fala da representante da região. É sempre muito bem-vinda a sua fala, este é um Conselho comunitário, a gente dá voz e espaço para todas as representações da sociedade, lembrando que a sua comunidade, inclusive, está disponível no nosso canal, convido a todos que não assistiram, podem assistir no nosso canal da SMAMUS no YouTube a reunião da região de planejamento, onde foi discutido o projeto de lei, a proposta que traz a contrariedade da representante da região, da delegada da região, que entende de forma diversa. É importante que todos assistam e vejam de fato qual é a posição da comunidade, representação da comunidade, que difere esse entendimento dela. Natural, é do processo, faz parte, cada um tem visões diferentes, mas imagino, Michele, que a tua voz não apresenta a voz da maioria da região, como a gente pode... Quem teve a oportunidade de assistir à reunião da região, vimos posições diversas ali, mas no grande posicionamento a comunidade quer a realização de empreendimento, quer a viabilização da lei. Então, a nós poder público cumpre esse difícil papel de trazer um equilíbrio sempre nas forças e a partir das visões mais diversas a gente tentar propor melhorias na cidade. Então, é nesse espírito que a gente sempre tenta trabalhar. E se tem alguma situação com relação ao bairro, corretamente, procure o Centro Regional, indique a deficiência que a Secretaria responsável pelo serviço, dentro da sua prioridade, orçamento, enfim, tem que realizar as obras de correção de algum equívoco, alguma situação que, porventura, esteja ocorrendo na região. Então, a partir desse pedido junto ao CAR, ao Centro Administrativo, vai ser demandada à secretaria competente. Com relação às participações, Conselheira Claudete, está disposto no Plano Diretor qual é a obrigatoriedade deste Conselho ou desta Secretaria com relação aos fóruns regionais de planejamento. Então, a gente tem bastante clareza que é de competência sim de cada conselheiro, democraticamente eleito na sua região, organizar o seu procedimento, a sua dinâmica de trabalho, como vai fazer, como vai extrair a sua decisão. E a cada eleição todos pela democracia têm o direito de trocar o representante, escolher um novo, se organizar, propor uma candidatura, enfim, e aí trazer, se porventura eleito, seu representante da região, que vai ser a voz daquela região neste Conselho, representando toda a comunidade. Então, é nesse sentido que a democracia tem que sempre prevalecer e temos que respeitar, nem sempre a gente tem a nossa representação à frente aí, são as dinâmicas da sociedade. Na sequência a Conselheira Tânia inscrita para o período de Comunicação. Boa noite, Conselheira! **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Boa noite, Secretário. Boa noite a todos. Eu estou aqui representando a minha região de planejamento, que é a 4ª Região, Leste e Nordeste, uma região que consta com mais de 150 mil habitantes da Cidade de Porto Alegre. Esses são os habitantes da região Leste e Nordeste da Cidade de Porto Alegre. E eu como representante venho falar sobre o Fazenda do Arado. Então, tivemos uma reunião aqui na região, conversamos com várias lideranças, nós somos totalmente contra o extermínio da fauna, da flora. Nós somos a favor da preservação da Fazenda do Arado. Pois lá existe um corredor ecológico, com biomas da Mata Atlântica e dos pampas. Somos a favor da preservação de várias espécies em extinção que lá habitam, inclusive, vários pássaros que lá depositam seus ovos. O Arado é um patrimônio ambiental, arqueológico, inclusive, existe um sítio arqueológico cadastrado pelo IPHAN. É um patrimônio histórico, pois lá é terra Guarani, não é que os índios pularam cerca, eles estão lá há muito tempo. A população indígena nas Américas era predominante antes do domínio português, isso todo mundo sabe, né, tanto nas Américas em geral. Então, a população indígena já morava lá há muito e muito tempo, não é de agora. Inclusive, existe um cemitério indígena naquela região. Então, é a terra Guarani. Além de tudo, é uma área permeável, que absorve todo

aquele impacto das águas, das elevações das águas do nosso Rio ou Lago Guaíba, a gente sabe muito bem disso também. Então, é uma área onde tem uma fauna e uma flora enorme. Então, nós somos, nós, quando falo "nós" estou representando esses mais de 150 mil habitantes da cidade, porque a Fazenda do Arado não é só da região, ela não é só do Belém Novo, do Belém Velho, daquela região ali, ela é de Porto Alegre, porque é um patrimônio histórico e é nosso. É o que nós queremos deixar para os nossos filhos. Então, nós achamos que não é justo a aprovação para ali naquela área maravilhosa, uma área ambiental, uma área histórica, uma área de preservação, existirem condomínios de luxo, três condomínios de luxo. Então, meia dúzia de pessoas são a favor de um extermínio da mata, da fauna, da flora e a violação de um cemitério indígena por conta de um condomínio, três condomínios de luxo! Isso é um absurdo e nós somos totalmente contra isso. Outra coisinha que eu gostaria de deixar claro, que me perguntaram, né – Por que o Secretário se referiu a você como voto vencido? E aí eu quero explicar aqui para as pessoas que estão me assistindo, e são várias, porque voto vencido. Voto vencido porque nós somos região de planejamento, enquanto somos oito representando as nossas regiões grandes, da grande população da Cidade de Porto Alegre. E os outros representantes da mesa são os muitos deles, a grande maioria, diga-se de passagem, que são funcionários da Prefeitura e são técnicos da Prefeitura. (Sinalização de tempo esgotado). São os mesmos que aprovam os projetos quando entram na Prefeitura, que aprovam novamente os projetos quando estão aqui na mesa. Por isso nós, as entidades representantes da maior parte da população da Cidade de Porto Alegre, somos voto vencido. É só isso, muito obrigada! **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigada, Conselheira Tânia, pela manifestação, sempre bem-vinda a sua contribuição. Aproveitamos a oportunidade para convidar a todos que tiverem interesse em participar da audiência pública, vai ser no dia 7 de julho, conforme divulgado pelos jornais de grande circulação. Então, onde o projeto novamente vai ser apresentado, vamos ter as oportunidades das falas, das mais diversas. Então, todos aqueles que têm a contratilidade, manifestação favorável, tenham a oportunidade de fazer também a fala, fazer a manifestação para registrar, é do processo democrático e lá vai ser apresentado. No próprio edital de audiência pública também tem todos os dados ali disponíveis com relação à proposta de lei, do que se trata, as informações de regime, enfim, todas as questões estão ali colocadas. Então, tem mais essa oportunidade e, claro, temos também a apresentação que teve aqui no próprio Conselho, tivemos na região de planejamento tudo disponível no nosso canal ali da SMAMUS, onde pode ser absorvida e muitas das questões levantadas podem ser ali visualizadas e respondidas, a partir das explicações técnicas feitas por um quadro extremamente qualificado do município, de servidores, que está aí lutando pelo melhor para a nossa cidade. Senhores Conselheiros, então, nós estamos a algum tempo, precisamos avançar na nossa pauta, na ordem do dia.

2. VOTAÇÃO: 2.1. ATAS: 2895 (08/06) E 2896 (15/06) – *Próxima sessão*.

Nós tivemos alguma situação, algum equívoco com relação às atas, vamos fazer a correção. Então, não vamos deliberar com relação as nossas atas.

4. ORDEM DO DIA.

Então, avançamos na nossa Ordem do Dia. É importante a gente avançar, porque tivermos muitas discussões importantes ao longo dessas últimas semanas e acabou postergando um pouquinho a nossa pauta. Então, Senhores Conselheiros, nós paramos na reunião no Item 4.08 da pauta, ficou em aberto para que nós tínhamos um relato de vista do 4.08 e

finalização dos relatos do 4.09. Então, no 4.09 estava em aberto a apresentação dos relatos de vista. Só para a gente concluir aquele processo que ficou em aberto na última reunião. A gente acabou encerrando em função do tempo, mas para que todos tenham a memória do que se trata, enfim, eu vou pedir hoje para a Vanessa que está aqui, nossa arquiteta, Coordenadora do Planejamento fazer um breve relatou, um pouquinho, Vaneska, do Item 4.09 da pauta. E aí a gente segue nos relatos de vista. Temos dois relatos em aberto, da Conselheira Maristela e Conselheira Claudete. E uma Questão de Ordem da Conselheira Claudete. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** É que o Secretário sempre delibera soinho, nunca consulta o plenário, por que estamos começando o 4.08 e não do 4.01 da pauta? Até porque o processo está em pauta, né. Então, seria a ordem normal nós seguirmos uma pauta, ou ela existe, ou ela não existe. E queria aproveitar a questão das atas, né, elas foram encaminhadas, a retificação até fui eu que encaminhei, elas são pequenas. E aí eu não posso deixar de referir, a gente começa a sessão sempre referindo ao chat, nessa ata tem 11 referências ao chat. E eu queria que o Secretário me explicasse qual é a ordem cronológica necessária quando a gente vai transcrever um chat ao final, o que isso depõe contra o interesse público? Porque a gente fala muito do desrespeito do chat, das coisas que são ditas, mas a gente não coloca, na verdade, para a sociedade que nos assiste exatamente o que acontece nas nossas atas. Então, a Questão de Ordem. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Claudete. Como nós esclarecemos em relação ao chat em inúmeras oportunidades. Então, quem quiser assistir a explicação pode acessar os vídeos anteriores, onde em inúmeras oportunidades eu já lhe externei a posição com relação ao chat. O Item 4.09 da pauta, nós estamos dando segmento porque foi o processo, como pode ser verificado na reunião acessada no canal do YouTube, é o processo que estava em aberto. Nós estávamos fazendo relato de vista e não conseguimos concluir os relatos de vista, por isso que a gente segue neste item da pauta, avançando, senão, naturalmente, teríamos que passar por toda a pauta para dar continuidade naquilo que já tínhamos avançado. Então, é nesse sentido que a gente segue ao Item 4.09 da pauta. Vamos ao 4.10 e depois retornamos para o início da pauta novamente. Por favor, Vaneska, nos apresente.

ITEM 4.09: EXPEDIENTE: 20.0.000028476-0

Interessado: Município; Assunto: Ajuste de traçado viário; Local: Rua Tamandaré (Trecho compreendido entre a Av. Wenceslau Escobar e a Rua Cel. Aristides – RGP. 5/Cristal); Relator: RGP 8 em conjunto com RGP 6; Distribuído em: 15/04/2021; Prazo para relatório: 24/04/2021 – Favorável; Apresentação Planejamento em: 04/05/2021; Apresentação parecer em: 04/05/2021 – Favorável; Apresentação Relatos de vista: 1) Maristela – RGP7; 2) Felisberto – RGP1 (em 18/05/2021); 3) Mark – SOCECON – (em 11/05/2021); 4) Claudete – ACESSO; 5) Wagner – RGP5 (em 18/05/2021).

Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS: Boa noite a todos. Eu vou compartilhar a tela. Entendo que é um processo que já foi apresentado. Então, vou ser bem sucinta, mais relembrando a localização. É um logradouro na Rua Tamandaré, um trecho entre a Wenceslau Escobar e a Rua Cel. Aristide e o interessado é o Município. É um ajuste de traçado viário. Então, apenas para relembrar os conselheiros, está localizado na RGP. 5, no amarelo sobre o mapa. Existe na minuta de resolução, costa a justificativa, que coloca as questões de origem e porque a alteração foi proposta. Coloca que não teve oposição,

nem da comissão de impacto na circulação, considerando que a alteração do traçado diminui as áreas edificadas atingidas. Então, é proposta essa retificação. Então, o mapa com as duas situações, a situação hoje como está posta e a situação proposta pela minuta de resolução. Então, o parecer da Procuradoria, que também coloca que existe a concordância técnicas, cita as avaliações técnicas que foram feitas sobre a matéria e coloca que não existe óbice, que foi citado na apresentação original. Entendo que seria isso, até para deixar mais tempo para que os conselheiros possam relatar vista. Obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Vaneska, pela apresentação, lembrança do expediente. Então, nós temos pendentes a Conselheira Maristela e a Conselheira Claudete. A Conselheira Maristela não está presente. Então, Conselheira Claudete vai fazer relato de vista? **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Desculpa, Secretário, mas eu não fiz solicitação de vista sobre... Ah, fiz sim, da Tamandaré. Tenho aqui, vou fazer agora. Só um minuto. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Estou localizando aqui meu arquivo, só um momento. Mas eu não posso deixar de registrar a falta de respeito de Secretário, que me cortou o microfone anteriormente, né. Então, eu vou dizer à sociedade como é que a gente pode tratar dos problemas da sociedade quando a gente tem essa falta de respeito por parte do Presidente da mesa com os conselheiros. Não posso deixar de registrar isso. Alguns parecem que se sentem incomodados, mas essa é a verdade, uma falta de respeito, senão falar em um falar e, um assédio moral, né, Secretário. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Pensei que a senhora tivesse concluído a sua fala, Conselheira, pelo menos no tempo já tinha passado um minuto. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** É, deve ter sido um equívoco meu, como nós vamos ver alguns equívocos agora, né, Secretário! Sempre a gente tem algum equívoco, só o Secretário é o que tem a razão. Me desculpe, Secretário! **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** A senhora consegue fazer o relato de vista, Conselheira? **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Sim, farei, Secretário, se for possível, né! **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Tudo bem, estamos aguardando. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Relato: *Como aos conselheiros cabe a função precípua de controle social, fiscalização e monitoramento das ações da Administração Pública como um importante mecanismo de prevenção da corrupção e de fortalecimento da cidadania, sendo esse nosso papel*... Que alguns parecem que desconhecem aqui... (Segue): *Cumpre fazer inicialmente algumas considerações com vista a contribuir para a transparência e observância dos princípios que devem reger a administração pública. O presente expediente foi recebido pela Secretaria Executiva do CMDUA em dezembro de 2020, sendo submetido para o "de acordo" da diretoria e posterior distribuição. Não se sabe a qual diretoria teria sido submetida (CMDUA tem uma diretoria?)*... Até eu desconheço, o CMDUA tem alguma diretoria? Pelo menos no PDDUA não aparece nenhuma diretoria da nossa estrutura. (Segue): *Nem tampouco a anuência que seria necessária. Contudo, passados 4 meses, sem manifestação da dita diretoria, o referido processo foi distribuído pela Secretaria Executiva para relatoria no CMDUA. Os conselheiros, por sua vez, não têm qualquer acompanhamento do fluxo dos processos, seja daqueles que dão entrada na secretaria, seja dos que aguardem algum*

juízo de admissibilidade ou distribuição. Só vem a nosso conhecimento quando já designados para o relator. Quantos processos foram distribuídos no período, vencendo a ordem alfabética prevista regimentalmente enquanto este ficou de certa forma retido? Eu recordo até que nesse período eu perguntei à Secretaria se havia algum processo para ser distribuído ou pendente e a resposta, consta nas atas, que não haveria nenhum processo pendente. (Segue): *A distribuição de processos por ordem alfabética é um sistema em desuso, exatamente por sua falta de confiabilidade, onde processos podem ser distribuídos, por exemplo, por hábito como já manifestado aqui neste plenário*. *Em que pese tenha sido apresentada proposta de alteração do regimento e questionado o método de distribuição de modo que fossem distribuídos por sorteio, em sessão ou eletronicamente - o que melhor atenderia aos princípios da administração pública - tal assunto, contudo, sequer foi submetido a discussão*. Parece que não há interesse em fazer uma transparência e adotar legalismos, que o Secretário tanto gosta, e, efetivamente, deem transparência. (Segue): *Assim, roga-se, mais uma vez, seja efetivada a alteração da forma de distribuição dos processos de forma a assegurar sua adequação, impessoalidade e transparência. No que pertine a proposta de ajuste de traçado viário da Rua Tamandaré consoante proposta de Resolução, muito bem destacou o Conselheiro Mark a falta de informações a fundamentar o expediente. Aliás, como inferir o impacto nos custos de desapropriação, senão há qualquer laudo, parecer ou avaliação técnica contábil a fundamentar o entendimento adotado? Outrossim, veja-se ainda que por se tratar de alteração de traçado viário a manifestação da EPCT através da Comissão Permanente de Avaliação de Impactos na Circulação ao afirmar, simplesmente, que não tem oposição à referida proposta não é hábil o suficiente, pois carece de motivação e fundamentação obrigatórios. Não ter oposição, não é fundamento técnico, nem motivação.* Mas parece que é o que mais se faz aqui em todas as comissões, não tem óbice, como se isso fosse alguma fundamentação. (Segue): *Por fim, não podemos deixar de manifestar nosso absoluto repúdio ao encaminhamento dado pela presidência aos conselheiros/as para que estes procurem sanar eventuais dúvidas por si mesmos, sob a alegação de não caber pedido de diligência. S.m.j. tal entendimento depõe contra o interesse público, além de cercear e limitar o múnus ao qual foi conferido aos Conselheiros como participes do controle social*. *Diante das considerações supra expostas, face a insuficiência de informações, principalmente, no que tange ao reflexo de custos desta alteração nas desapropriações para o município, PRINCIPAL JUSTIFICATIVA PARA A ALTERAÇÃO apresentada, o parecer de vista desta Conselheira, em não sendo efetivadas as diligências requeridas pelos Conselheiros em seus relatos, é CONTRÁRIO a Resolução apresentada*. Mas há quem vá dizer aqui que há um equívoco de entendimento da minha parte, não é mesmo, Secretário? Obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Claudete, pelo seu relato de vista. Lembrando que, regimentalmente, nós prevemos essa possibilidade, além do relato que é feito pelo relator, da apresentação, da discussão, também temos a oportunidade do relato de vista para o conselheiro manifestar a sua posição em relação ao processo. A Conselheira Claudete sempre trazendo questões com relação à formalidade do processo. Lembrando que a gente segue estritamente aquilo que está previsto no Regimento Interno, aquilo que foi deliberado pela maioria dos conselheiros, né, e a administração pública segue todos os ritos legais, necessários e que nos dão a tranquilidade de que todos os processos aqui pautados estão contemplados, estão abrangidos por todas as regras que determinam como funcionam os procedimentos da administração pública. Nesse sentido, então, Senhores Conselheiros,, terminados os relatos de vista, eu consulto se temos conselheiros inscritos para debater o presente

processo? Lembrando que nós temos nesse expediente o parecer favorável feito pela RGP 8, foi um parecer feito em conjunto com a RGP 6, Conselheiro Gomes e Conselheiro de Dinar, com relato favorável a esse ajuste de traçado viário. Consulto, então, se temos inscritos para debater, senão vamos colocar o processo em votação. Alguém gostaria de debater o presente processo, se inscrever para discutir antes de votarmos? Por favor, faça a inscrição no chat. Nós temos o Conselheiro Mark inscrito, a Conselheira Lisiane. Mais algum conselheiro inscrito para debater? Conselheira Claudete, se inscreveu para o debate ou não? Acho que não, fez o relato de vista, né. Conselheiro Gomes inscrito. O Conselheiro Dal Molin também está inscrito. Em não havendo mais inscritos, então, encerramos a inscrição para o debate e oportunizo a fala para o Conselheiro Mark. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Boa noite. Nós tratamos já desse tema lá no dia 11 de maio, na ocasião eu fiz o relato de vista sobre esse expediente e nós tínhamos levantado uma série de observações, Secretário, que buscavam trazer maiores esclarecimentos para o plenário do Conselho. Nós tínhamos examinado todo o processo, todo o segmento que ele recebeu dentro da estrutura da Prefeitura Municipal de Porto Alegre e havia uma série de questões. Nós queremos verificar se está havendo o atendimento do interesse dos moradores, tanto do lado par como do lado ímpar. Nós víamos que havia do lado ímpar, que é o lado que vai ser afetado por esse redesenho proposto pela Arquiteta Viviane, né, que atinge ali desde o número 227 até o 335. São muitos terrenos em que essa modificação incide e ela avançava sobre o lado par. E essas observações no terreno, já que nós estivemos lá olhando, elas não são mencionadas em nenhum dos aportes das contribuições técnicas feitas pelos departamentos especializados da Prefeitura Municipal. Não se detém sobre a situação concreta ali e que nós estávamos examinando e achávamos relevante considerar. Então, em virtude dessas questões, da falta de maiores elementos, nós não estamos pedindo nada demais, nós estamos pedindo que os órgãos técnicos da Prefeitura envolvidos no processo, estimulados pelas questões que os conselheiros formularam, a menos que aquilo que os conselheiros formulem não tenha nenhum significado e não tenha nenhum eco dentro do corpo técnico da Prefeitura Municipal, o que eu não acredito. Então, em virtude das observações que fizemos, dentro do espírito do atendimento do bem comum, do interesse público, é que eu estou aqui debatendo... (Sinalização de tempo esgotado) sobre a necessidade de nós, eventualmente, oferecemos maior tempo para que se aporte novos elementos, Senhor Secretário e Presidente. Muito obrigado! **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Mark, pela contribuição ao debate. Conselheira a Lisiane na sequência inscrita pelo DEMHAB. **Lisiane Sartori Fioravanço Magni (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Boa noite a todos. No sentido de contribuir com esse processo, o Secretário André e o DEMHAB vem anunciar que como esse novo traçado modifica menos a vida das pessoas, das famílias, então, nós somos favoráveis. E a gente quer se colocar à disposição das famílias com as nossas assistentes sociais, caso precisem algum acompanhamento nessa fase de transição de mudanças, né. Nós temos um empreendimento no final dessa rua, na metade dessa rua, que é a Tamandaré, que é interessante para nós esse aumento de mobilidade, mas nos colocamos à disposição. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Lisiane, pela contribuição ao debate. Na sequência, então, o Conselheiro Dal Molin. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Presidente, eu só queria dar a minha contribuição, no sentido que eu acho muito interessante essa obra, esse acesso, como falou a Lisiane, vejo que é uma solução

que foi pensada e que impacta um pouco menos a questão ali. E vejo que essa parte bem junto a essa rótula da Icaraí propicia que essa via Tamandaré possa ser uma possibilidade até de ligação com a terceira III Perimetral no futuro, se for melhorado o outro lado, né. Então, acho que é bem importante essa questão aí e apoio a parte que foi apresentada pela Vaneska. Acho bastante importante, só isso que eu queria deixar claro. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Dal Molin. Conselheiro Gomes, então. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Boa noite, Conselheiros. Esse processo, eu não sei se as pessoas não entenderam ou se querem se fazer que não entenderam, porque ele é muito simples, ele é um processo que sana um problema que foi causado quando no traçado lá em 1975, quando se projetou esse traçado e se forçou esse traçado em função de outra diretriz maior, a 4539, que é uma diretriz que eu acho que nem com Napoleão se conseguiria executá-la em Porto Alegre. Então, acabou causando de fato um problema para diversas unidades territoriais, diversos terrenos, diversos moradores dali, porque quando avança, digamos assim, pelo lado direito em diversos terrenos e deixa liberado o outro lado, que tem um potencial realmente de ocupação, de abertura, sem prejuízo a vários moradores, evidente, é lógico que vamos tocar para o outro lado, primeira coisa. Segunda coisa, as análises técnicas que foram feitas, não existe projeto geométrico, ou seja, não existe o projeto da rua, ela foi apontada como a diretriz lá atrás, não se fez o projeto da rua, desde 1975. Então, essa proposta da arquiteta, que foi absorvido pelo corpo técnico da Prefeitura, de fazer esse saneamento, digamos assim, urbano, de interesse público e muito público, que vai afetar diversas e diversas famílias, vai livrar diversas e diversas famílias que moram ali de possibilitarem a regularização dos seus imóveis. Poxa, então, ele é muito simples, as pessoas realmente, ou não entenderam, ou não quiseram entender, porque é um dos processos mais simples que eu já vi passar por esta casa e com uma turbulência que parece que nós estamos fazendo o pecado dos pecados, a discriminação da discriminação. Certo? Então, reafirmando a nossa posição, absolutamente favorável a essa medida saneadora uma questão mínima, urbanística nessa localização. É isso aí, Presidente. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem. Obrigado, Conselheiro Gomes. Então, encerrando o debate. Nesse sentido, passamos à votação do Item 4.09 da pauta, Expediente 20.0.000028476-0, um ajuste de traçado viário proposto pelo Município de Porto Alegre, na Rua Tamandaré, no trecho entre a Avenida Wenceslau Escobar e Rua Coronel Aristides. Tivemos o relato favorável da região de planejamento em conjunto com a Região de Planejamento 6. O processo foi distribuído em 15/04 e o prazo para relato em 27/04, apresentado em 04/05/2021. Tivemos os relatos de vista, hoje concluímos os relatos de vista e agora encerrando os debates, conforme prevê o nosso regimento, iniciamos o processo de votação. Nesse sentido, consulto a Conselheira Lisiane, que representa o DEMHAB. Como vota, favorável ou contrário ao PARECER FAVORÁVEL dos relatores? **VOTAÇÃO NOMINAL: Lisiane Sartori Fioravanço Magni (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Acompanho o parecer, favorável. **Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Favorável. **Sônia Castro (Titular), Gabinete do Prefeito – GP:** Favorável. **Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN:** Acompanho o relator, favorável. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Favorável. **Gisele Coelho Vargas (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:**

Favorável. **Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM:** Favorável. **Gustavo Garcia Brock (Titular), Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV:** Favorável, Presidente. **Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Favorável. **Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Contrária. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Vou fazer uma declaração de voto. Primeiro eu tenho que registrar que no momento de debate, embora lá no chat eu me inscrevi, o Secretário, por isso ele não gosta que o chat seja publicado, foi simplesmente ignorado. Segundo, eu não posso deixar de registrar também a contrariedade aos procedimentos do Regimento Interno, que o Secretário tanto defende, uma vez que o Conselheiro da região, o Conselheiro Wagner, fez pedido de... **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Conselheira, qual o seu voto? Vai querer rediscutir? **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** É uma declaração de voto, Secretário. Eu sei que o senhor não está gostando do que eu estou dizendo, mas é a minha declaração de voto e eu quero registrar, se é que é possível. Senão é possível, então, a gente continua no faz de contas... **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** A senhora já fez o relato de vista, Conselheira. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Mas é a minha declaração de voto, Secretário. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Então, por favor, faça, mas não traga um debate. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Estou fazendo, estou fazendo! O senhor desrespeitou o art. 9, § 2º do Regimento Interno, que delibera que todo o pedido de diligência efetuado pelo conselheiro da região deveria ser apreciado, mas nem isso o senhor quis colocar em apreciação. O senhor simplesmente ultrapassou. Então, todas as questões que nós estamos fazendo aqui são um faz de conta... **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Conselheira, a declaração de voto tem que ser, inclusive, por escrito. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Desculpe, Secretário, então, não vou me manifestar. O senhor decide como eu voto. Obrigada! **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Claudete. Conforme relato de vista manifestou contrariedade à proposta. Lembrando que, equivocada a fala da Conselheira, quando se inscreveu para debater, eu perguntei se a Conselheira estava inscrita, a Conselheira não manifestou nada no chat. Nesse sentido, a gente avançou, propositalmente, naturalmente, não fez inscrição para poder, posteriormente, tentar tumultuar o processo, criar uma situação, como de hábito sempre da conselheira. Faz parte do processo, é da democracia, a gente respeita. Seja muito bem-vinda sempre! Depois, na sequência, o Conselheiro Saffer, como vota? **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** É o Rodolfo, eu só estou como assistente. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Conselheiro Rodolfo, então. **José Rodolfo Fork (1º Suplente), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA:** Favorável ao relator. **Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Abstenção. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Uma pergunta. Houve pedido de diligência? É só para eu fundamentar meu voto aqui.

Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS: Não. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Eu ia me abster, mas gostaria de compreender essa questão, porque se há esse erro formal, senão foi votado pedido de diligência por parte do representante da região, aí meu voto será contrário. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Não, não houve pedido de diligência, o relato do conselheiro foi em aberto, trouxe considerações. E conforme prevê o Regimento Interno, a solicitação de diligência tem que vir objetiva, direcionada, clara, conforme prevê o artigo do regimento. Então, ele trouxe algumas observações diversas e não esclareceu o pedido de diligências. Nesse sentido, como o senhor vota? **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Eu vou votar contrário. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Boa noite a todos. Eu tenho uma declaração de voto, Secretário, que eu vou mandar por escrito. Mas o Regimento Interno, eu queria esclarecer, não foi feito para reuniões virtuais. Então, é impossível fazer na hora e mandar por escrito, como o senhor pediu para a Conselheira Claudete. Se eu pudesse mandar pelo computador eu mandaria, mas vou mandar, posteriormente, por e-mail. E antes disso, Secretário, eu queria só corrigir uma informação que o senhor deu, às 18h43min a Conselheira Claudete se inscreveu, antes de vários conselheiros. Então, não é verdade que ela não tenha se inscrito. É só pesquisar no chat. Declaração de voto: Considerando os vários pareceres de vista, respectivos pedidos de informações; considerando que as informações solicitadas, como é de costume neste Conselho, foram ignoradas; considerando ainda que a desinformação leva ao obscurantismo e a possíveis erros, meu voto é contrário à aprovação do ajuste de traçado viário. Obrigado. **Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Boa noite. Favorável. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Sem nenhuma dúvida, acompanho o relator. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Voto contra, Secretário. **Cláucia Piccoli Faganello (2ª Suplente), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Voto contrária. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Boa noite, Presidente. Só para dizer que está tudo muito fácil, está tudo muito simples. Eu acho que a cidade está perdendo muito com estas reuniões nossas não presenciais. Então, por isso eu voto contra. **Ronie Gomes (1º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Boa noite, Secretário. Boa noite a todos. Secretário, só deixa eu dar um adendo aí, como comunitário, também daqui a pouco vou fazer o relato de um processo aí. Eu estou muito indignado com o pessoal que diz que é a favor do povo, que está aí, que é conselheiro, que diz que pisa nas vilas, mas nunca pisou, votando contra a uma coisa que é para nós comunitários. Esse traçado viário, eu conheço esse lugar aí. Esses conselheiros aí, nenhum conhece, nunca foram, mas vêm falar: “Ah, porque eu entendo”. Não é não, a verdade tem que ser dita! **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Conselheiro... **Ronie Gomes (1º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Só um adendo. Eu te peço perdão, mas é que eu fiquei indignado, porque eles não vão lá e ficam criticando o que a Prefeitura está querendo fazer. Muitas vezes já bati de frente com a Prefeitura, quando tenho razão para bater. Agora, bater com ideologia política não, né, Secretário! E o conselheiro que estiver achando ruim aí vem debater no particular comigo, mas vem na minha vila debater, vem conhecer. Eu voto a favor. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade –**

SMAMUS: Obrigado, Conselheiro. Desculpa a minha insistência, vamos manter a votação aqui para a gente não abrir a discussão. A minha insistência é voto contrário, favorável, senão a gente torna a debater o processo no período de votação. Conselheira Tânia? **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Primeiro, eu gostaria de falar, Secretário, que realmente a Conselheira Claudete se inscreveu às 18h43min. Ela se inscreveu antes de todo mundo para fazer o debate. E segundo, eu sou contrária. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Tânia. Registrado o seu voto contrário. Lembrando que nós questionamos a Conselheira Claudete sobre a inscrição e ela não se manifestou, conforme tem registrado em vídeo e falado aqui por este Presidente. Conselheiro Wagner? **Wagner Pereira dos Santos (1º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Cinco – RGP. 5:** Boa noite, Secretário. Se eu não me engano, no meu relato eu havia pedido análise de diligência sim, mas agora, como eu falei, é tudo u novo. Na próxima vez eu vou procurar me informar melhor, acho que tem que ser claro nesse pedido. O meu voto é contrário. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** RELATOR. **Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** RELATOR. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Favorável. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Temos 16 votos favoráveis, 09 contrários e 02 abstenções. Nesse sentido aprovado o Item 4.09 da pauta, ajuste de traçado viário. **APROVADO O PARECER FAVORÁVEL DOS RELATORES PELO AJUSTE DE TRAÇADO VIÁRIO**.

ITEM 4.10: EXPEDIENTE: 20.0.000074966-5

Interessado: AEL Sistemas S/A; Assunto: EVU; Local: Av. Sertório, 4.400; Relator: UFRGS; Distribuído em: 14/05/2021; Prazo para relatório: 25/05/2021 – Favorável; Apresentação Planejamento: A apresentar; Apresentação parecer: A apresentar.

Avançando no Item 4.10 da pauta. Eu peço para a Vaneska fazer um briefing um pouquinho do que está sendo debatido e depois oportunizo a fala para o Professor Rômulo poder fazer o relato do expediente. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Então, o processo se trata de um estudo de viabilidade urbanística para regularização de edificações a Empresa AEL Sistemas S/A. É na Avenida Sertório, 4.400, fica localizado na Região de Planejamento 2. Aqui a localização aproximada dele nesse polígono em amarelo ao longo da avenida. O objeto do EVU, está localizado na Avenida Sertório, Bairro Jardim Floresta, sobre uma área de ocupação intensiva. Ali a localização, a macrozona, UEU, quarteirão sobre o UEU, de acordo com a estrutura do plano. O terreno possui uma área com matrícula superior a 3.000 m², com origem e parcelamento do solo. Trata-se de uma empresa de componentes eletrônicos, aqui é grifado que é localizado há mais de 20 anos no endereço e a atividade enquadrada como indústria, com interferência ambiental, conforme Anexo V do plano. O projeto totaliza uma área construída de 11.588 m², com 11.140 adensável e 438 de área não adensável. O requerente solicita regularização de anexos, quiosque, passagem coberta e marquise, que soma uma área construída de 867 m². E aqui a especificação, 738 delas adensáveis e 129 não adensáveis. A proposta é dividida em quatro volumes existentes, aqui referidos como Prédios 1, 2, 3 e 4. O Prédio 1 possui carta de habitação, ali a área referida de 1.244 m² e a data de emissão. O Prédio 2

com carta de habitação de 636 m² e a área remanescente de 581. O Prédio 3 com carta de habitação de 738, ali também a data de emissão. E o Prédio 4, que teve projeto licenciado e uma carta de habilitação parcial com área vistoriada de 5.582 m². Todos são prédios regulares e cadastrados na Fazenda, conforme certidão anexada ao processo. Aqui a identificação dos prédios referidos, aqui a Avenida Sertório, ele está na horizontal com relação à Avenida Sertório, um pouco deslocado ao norte, para destacar e deixar mais visível os prédios que estão sendo objetos desse EVU. Então, as edificações existentes são essas que estão em cinza, não são objeto dessa análise. As edificações a regularizar aqui em verde e a edificação a regularizar com projeto aprovado aqui, essa hachura na diagonal aqui no Prédio 4. Parecer técnico, então, referencia já as informações que foram colocadas, identifica o enquadramento dele com relação ao Plano Diretor e especifica que por se tratar de economia única é permitido um acréscimo de 30%, conforme artigo 105, § 5º do PDDUA. Aqui referencia conforme a legislação vigente, faz referência à legislação. Não há restrição quanto ao porte e instalação de referência ambiental. A altura das edificações atende ao cone do aeroporto e ao gabarito da área de transição, conforme projeto aprovado em 2013, que é uma questão importante ali na região, tem a influência da região, do plano básico de zona de proteção de aeródromos. Não há edificação sobre o recuo de ajardinamento, contempla bicicletário, conforme o decreto referido na análise e a proposta apresenta passeios públicos em nível, segmentado pela empresa e estacionamento externo. As portarias foram alocadas de forma a permitir o acúmulo de veículos, conforme justificativa para o tamanho do rebaixo do passeio. Então, ali com relação aos condicionantes estabelecidos, foi estabelecido para drenagem o Habite-se condicionado à liberação da bacia de amortecimento do empreendimento em sua nova configuração. A EPTC e CPAITC para aprovação do projeto arquitetônico envolve aprovar junto á EPTC projeto de travessia segura para os pedestres na Avenida Sertório. E para emissão do Habite-se do empreendimento a travessia segura de pedestres implantada, conforme projeto aprovado pela EPTC. Com relação à Secretaria de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade, as áreas e projetos da demanda, após regularizadas, serão contemplados por ocasião da renovação da licença ambiental. Então, o EVU foi aprovado ali pela CAUGE em 2021. Obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Vaneska, pela apresentação, de nos trazer o tema em debate. Eu já passo de imediato a palavra ao Conselheiro Relator, o Conselheiro Professor Rômulo, para que possa fazer o seu relator. Fique à vontade, Conselheiro, 10 minutos. **Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** OK. Obrigado, Presidente. Boa noite a todos. Eu tenho algumas imagens que gostaria de compartilhar aqui. É esse processo, como foi mostrado pela Vaneska. Eu tenho algumas imagens que estão mais bonitinhas que as que estão no processo, fica mais claro para entender aqui. Nós temos a Sertório, aqui é a instalação do Correio, que fica visinha à rua a oeste. Aqui está o site dessa empresa. Tem um terreno subocupada aqui ao lado, ele tem frente para a Av. Sertório e fundos para o terreno do aeroporto. Inclusive, recentemente, aqui um pedaço da área foi desapropriada para permitir as modificações no aeroporto. Aqui tem uma imagem um pouco maior. Aqui está o imóvel dentro do bairro. Esta criar é a frente que pode ser vista. Então, basicamente, é uma regularização de prédios, dada a escala e dado pelo fato de ser uma indústria, é que envolveu a execução de um EVU, mas são, na realidade, regularização de pequenos acréscimos. Esses terrenos que estão marcados em cinza, esse três principalmente, são prédios que já foram aprovados, tiveram seus projetos aprovados e licenciados. Quer dizer, tem carta de habilitação e funcionamento já há muito tempo. Esse grandão aqui e mais esse acréscimo aqui tiveram o seu projeto aprovado pela

Prefeitura, e depois, se eu entendi direito, foi implantado em etapas. Então, a primeira etapa, que eu não sei se é essa parte aqui, já tem um Habite-se da Prefeitura e a segunda parte ainda não. Fora isso, que são as coisas de maior impacto, houve pequenas modificações, tinha um prédio que foi demolido aqui, foi construída aqui uma portaria, que eu mostrei ali na fachada. Isso aqui foi construído, esse pequeno pavilhão de madeira foi construído, que é esse aqui. E depois foi feita uma passarela coberta, outra de ligação, pequenos acréscimos e é isso que está sendo licenciado. Todos os prédios atendem a todas às questões ligadas à legislação de ocupação, função, área, índice de aproveitamento, alturas, inclusive, como a Vaneska salientou, aqui dá para ver, aqui está o cone do aeroporto e aqui o prédio que tangencia, todos os demais prédios de baixa altura. Isso tramitou na Prefeitura, nos diversos órgãos, foi identificado que ele já tinha estacionamento para visitante aqui externo, já tinha bicicletário implantado aqui dentro, estacionamento, enfim. E a EPTC acabou recomendando que fosse feito em algum ponto uma passagem segura aqui, segundo os critérios mais atuais e técnicas. Tinha uma questão atrás sobre essa bacia aqui, que depois acabou sendo superada pela desapropriação. Então, basicamente, é esse o caso. Eu vou ler aqui rapidamente o meu o meu parecer, que é muito simples, para que fique gravado o parecer: *PARECER CMDUA. Processo: 20.0.000074966-5. Interessado: AEL Sistemas. Objeto: Regularização Predial. Endereço: Av. Sertório 4.400. Este é um processo de regularização predial. É a situação de um lote de grandes dimensões, na av. Sertório, cuja área excede o tamanho máximo para regularizações simples, de acordo com a legislação, sobre o qual há várias edificações, algumas aprovadas e licenciadas, uma aprovada, porém apenas parcialmente licenciada e alguns acréscimos mais recentes (portaria, uma edificação de madeira e passarelas cobertas ligando prédios). A atividade está listada como obrigatória de EVU, projeto especial urbano de impacto de 1º grau. O imóvel tem frente para a avenida Sertório e fundos para o aeroporto Salgado Filho (para cuja ampliação contribuiu, recentemente, com uma faixa da parte posterior do terreno. O EVU circulou, como de costume, nos vários órgãos da Prefeitura, dos quais recebeu 'de-acordos' sem exceção. Também teve que se haver com regulamentações do sistema aeroviário federal, visto estar à margem de um aeroporto internacional. Pequenas observações e dúvidas foram feitas e esclarecidas no processo de análise do pedido para finalmente, visto não haver sido identificada nenhuma ocorrência de desrespeito à legislação, receber um parecer favorável da CAUGE.* ***Análise:*** *O sítio tem ocupação esparsa, sobre o qual várias edificações, provavelmente abrigando diferentes setores da empresa, que desenvolve, fabrica e dá manutenção de sistemas eletrônicos militares e espaciais. Todo o layout, quer dizer, a posição relativa dos diversos prédios, foi aprovado pela autoridade de planejamento urbano da Prefeitura, mesmo que isso tenha ocorrido por etapas, assim não há qualquer irregularidade física a ser corrigida ou minimizada. No processo de análise do requerimento, apenas foram acrescentadas pequenas exigências, provavelmente decorrentes de legislação mais recente, como a previsão de cruzamento seguro na Sertório, ou inclusão de bicicletário (que, de qualquer forma, já havia sido provido pela empresa). Ademais, a referida empresa está pacificamente instalada entre um vizinho igualmente corporativo (ECT) e um terreno aparentemente desocupado, bem como não produz efeitos inconvenientes ou nocivos à vizinhança mais ampla. Atende às demandas usuais para empreendimentos desse tipo, tais como bainha de desaceleração, espaço para estacionamento externo, acesso sinalizado. Ainda atende aos requerimentos da autoridade aeroportuária quanto a posição e altura das edificações. Assim, a meu ver, tudo se resumiu a procedimentos administrativos de rotina voltados a regularizar a documentação. Qualquer inclusão de emoção e polêmica somente poderá ocorrer no futuro, se e quando eventualmente a*

empresa decida levar um passo adiante o desenvolvimento do sítio. ***PARECER:*** *Para um processo de regularização predial de um conjunto edificado em sítio de grandes dimensões, como é o caso, exige-se EVU; o processo tramitou no âmbito do executivo, foi examinado em todas as instâncias devidas e recebeu aprovação. Além disso, considerando que todas as edificações principais – aquelas que abrigam atividades fixas, haviam já sido aprovadas pela Prefeitura, com base na legislação em vigor, restando apenas exarar carta de habitação de parte de um pavilhão já anteriormente aprovado e parcialmente construído, e aprovar elementos complementares construídos mais recentemente, a análise de impacto restou reduzida a recomendar uma pequena contribuição ao sistema urbano, a já referida travessia segura da Avenida Sertório na altura do sítio em análise. Assim sendo manifesto-me A FAVOR DA APROVAÇÃO e submeto esta recomendação ao plenário*. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Professor Rômulo, que fez o seu relato favorável ao Expediente 4.10 da pauta. Consulto, Senhores Conselheiros, se temos solicitação de vista para o presente expediente? Se não podemos colocar ele em discussão. Alguma solicitação de vista? Conselheiro Mark solicita relato de vista. Conselheira Claudete e Conselheiro Adroaldo também solicitam para fazer o relato de vista do presente expediente. **RELATOS DE VISTA CONCEDIDOS: SOCECON/RS, ACESSO E RGP. 2**.

ITEM 4.01: EXPEDIENTE: 19.0.000094615-2 e 18.0.000064055-3

Interessado: Município; Assunto: Desgravame de área verde; Local: Av. Cavalhada, próxima ao imóvel nº 3893, inserido na MZ 5, UEU 008, Bairro Cavalhada – RGP. 6/Cavalhada); Relator: SAERGS; Distribuído em: 17/06/2020 e 28/08/2021; Prazo para relatório: 21/07 – Parecer desfavorável anexado ao SEI em 08/09/2020; Apresentação Planejamento em: 08/09/2020; Apresentação parecer em: 08/09/2020 – Desfavorável; Apresentação Relatos de vista: 1) RGP6 – Cons. Gomes – solicitou diligência; 2) RGP1 – Cons. Felisberto – Favorável ao parecer; 3) ABES – Cons. Darci – FAVORÁVEL AO PARECER; 4) IAB – Cons. Rafael – AUSENTE; 5) RGP4 – Cons. Tânia – favorável ao parecer; 6) SENGE – Cons. Fernando – contrário ao parecer: 7) SMAMS – Cons. Patrícia – CONTRÁRIO AO PARECER; 8) RGP5 – Cons. Paulo Jorge – favorável ao parecer. Pedido de diligência: em 18/09/2020 – solicitada pela região relacionada ao processo RGP6 à SMAMUS - atendida em 21/05/2021.

Nesse sentido, Senhores Conselheiros, voltamos para o Item 4.01 da pauta. É um desgravame de área verde, relato pelo SAERGS. Teve o parecer desfavorável do SAERGS, teve relato de vista e em sendo da região foi solicitado diligência e retornou. Então, o Conselheiro Gomes, como era da região, apresenta o relato de diligência. Vaneska, por favor, só nos relembre do que se trata o presente expediente e depois a gente oportuniza. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Vou tentar ser breve. Também é um expediente que já foi apresentado. Aqui é a localização aproximada RGP 6, ali a posição dele na Cavalhada e aqui o polígono de demarcação do objeto da análise. Na imagem de satélite a localização, ali na Vila Maria, Avenida Cavalhada e em laranja a localização do objeto. A minuta de resolução, que desgravar a área demarcada em verde, aqui aparece sem demarcação, também já apresentado. A justificativa em que a SMAMUS se posicionou favoravelmente ao desgravame, visto que foi considerado totalmente inadequada para implantação de praça, devido a sua forma, com pequena dimensão de alinhamento, com grande profundidade. Com relação, então, a PGM também fez ali um contexto da análise técnica que foi realizada e destacou que não vislumbra óbice com

relação a esse encaminhamento, dada a incompatibilidade para utilização como praça, já referida pela SMAMUS. A diligência que foi solicitada, até vou colocar ela de forma bem parece que o conselheiro provavelmente vai aprofundar, mas ela tinha solicitado a localização precisa do imóvel, as dimensões básicas de testada, profundidade e fundos, e a existência de edificações no imóvel e a quem pertenceriam essas edificações. Então, essas questões foram esclarecidas no processo, que apresentou a delimitação da área, com suas respectivas dimensões de testada, profundidade com relação à Av. Cavalhada. A descrição precisa desses limites e a localização com relação ao quarteirão e ao bairro. Isso tudo informado pela Fazenda. Colocou o atendimento das diligências, o endereço do imóvel, as dimensões e destacou também que o endereço frente está ocupado pelo Clube de Mães Santa Bárbara, destacando o CNPJ, estatuto social e a lei referida a essa propriedade. Obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Vaneska, pelos esclarecimentos e apresentação. Então, devolvemos para o Conselheiro Gomes, que é conselheiro da região. Lembrando que sendo conselheiro da região, o conselheiro solicitou diligências. Então, devolvemos a ele para poder terminar e fazer o seu relato de vista. Lembrando que a gente teve pareceres já nesse expediente, relatos de vista do Conselheiro Felisberto, que foi favorável ao parecer contrário do SAERGS. O Conselheiro Darci, que foi favorável ao parecer contrário. Conselheiro Rafael Passos estava ausente. E até consulto se o conselheiro quer fazer o relato de vista. A Conselheira Tânia favorável ao parecer também, contrário da SAERGS. Tivemos o relato de vista do Conselheiro Fernando, que foi contrário ao parecer do Conselheiro Hermes. E da Conselheira Patrícia, que foi contrária também ao parecer do Conselheiro do SAERGS. Também o Conselheiro Paulo Jorge, da Região de Planejamento 5, favorável ao parecer contrário do SAERGS. Então, esses foram os relatos de vista que a gente tinha e tinha ficado em aberto o relato do Conselheiro Gomes, que tinha solicitado diligência. Conselheiro Gomes, não sei se vai fazer o relato. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Sim, Presidente. Surgiram fatos novos em função da diligência e informações importantes. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Desculpa, Conselheiro. Eu não vi uma Questão de Ordem aqui. Deixa eu abrir para o Conselheiro Hermes. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Obrigado, Presidente. A Questão de Ordem é que o nosso regulamento é omisso, eu não sei quando que eu posso falar, porque o meu parecer, na verdade, é de 06 de setembro de 2020. Quer dizer, vai fazer quase um ano. Eu gostaria de esclarecer os motivos pelo qual eu fui contra. Assim, parecer que a gente é contra por contra, como foi dito já várias vezes. Ah, é contra porque gosta de ser contra! Eu gostaria de esclarecer. Só isso. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Está escrito, está no processo. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Então, não precisa ninguém falar, Gomes, se está no processo! **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Não, eu vou lembrá-lo também, Hermes. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu gostaria de falar também. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** O senhor pode, Conselheiro, relembrar sim, tem essa previsão regimental. Então, antes de eu oportunizar a vista, depois da apresentação da Equipe do Planejamento o senhor tem a oportunidade de relembrar o assunto relatador. São 2 minutos, Conselheiro fique à vontade. **Hermes de Assis Puricelli (Titular),**

Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS: Eu só queria saber quando. Dois minutos, é... Tudo bem! Eu gostaria de explicar que o meu parecer foi contrário, porque desde 1979, a lei de parcelamento de solo, quando ela previa que uma área fosse parcelada e fosse doada... Não é doada, é transferida para uma reserva pública, para o poder público, para escola, praça, etc., essa lei previa, prevê e assim foi a prática na Prefeitura durante toda a vida. Essas pequenas doações, quando essa área é resultado da doação, é um lote, como no presente caso e em outros, isso é uma reserva pública com destinação específica para praça. Não quer dizer que a praça vai ser localizada naquele local. Realmente, o local é inadequado para praça, mas a política ambiental prevê que depois, através dessas várias pequenas transferências, fruto da lei de parcelamento do solo, sejam juntadas, vendidas, permutadas para que se compre uma área maior e se estabeleça uma praça, um parque. E assim foi feito durante toda a vida. No momento que a gente começa a liberar essas áreas, não existe uma política de construção de novas praças. Quando é que a Prefeitura vai ter dinheiro para comprar uma área para fazer uma praça? Nunca. Então, isso aí, por força da lei, é exatamente para que possa se oportunizar de fazer novas praças a partir da junção de várias pequenas áreas. É por isso que o meu parecer é contrário. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Hermes. Como prevê o Regimento, art. 14, da resolução de procedimentos, depois do retorno de vista o relator do processo pode apresentar um breve relato, retomando o seu parecer pelo tempo de 2 minutos. Então, está regimentalmente prevista essa participação. Conselheiro Gomes, então, fazendo o relato de vista após às diligências solicitadas. Dez minutos, Conselheiro. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Então, retomando, Presidente. Quando eu fiz o estudo do processo, fiz uma visita na área e identifiquei que a área estava confusa, ela não tinha identidade, inclusive, o próprio processo não falava no número tal na Avenida Cavalhada. O processo falava que era próximo do número tal na Avenida Cavalhada. Chegando ao local, existe uma igreja ao lado, um terreno amplo e depois existia uma ocupação, que é uma escola infantil ou coisa parecida. E aí ficava na dúvida se era esse terreno que estava sendo foco da nossa análise, se estava dentro do pátio da igreja ou se estava ocupado pela edificação que estava ali. Então, isso gerou o nosso questionamento. Esse expediente tem origem na Secretaria de Planejamento e Gestão, que examinou 12 áreas gravadas no PDDUA como áreas verdes não urbanizadas. E a SMAMUS se pronunciou sobre todas as áreas para chegar no final, à conclusão que a única que teria possibilidade de ser desgravada, porque não estava comprometida, seria essa área, que é a área 11 de 12. Depois feita a análise pertinente se concluiu que não existia nenhum, digamos, óbice a que fosse desgravada essa área. Do pacote de 12 a única que poderia ser desgravada. Certo? As outras já estavam em algum programa, em algum comprometimento. Eu achei um pouco estranho quando fui ao local, primeiro por ser uma área pequena, uma área que não tem condição de fazer praça e não tem condição de desapropriar em volta para fazer praça. Tu vais desapropriar uma igreja, vai desapropriar edifícios que tem ali na rua ao lado? Ou seja, coloca esse argumento do conselheiro-relator bastante prejudicado. Mas eu fiz a diligência para colocar as seguintes questões, a precisa localização do imóvel, identificando de forma precisa as dimensões de testada, profundidade, fundos e a exigência de edificação no imóvel. E se positivo a quem pertence, qual é o registro que tinha na Prefeitura. E essa foi a grande alteração, a grande novidade do processo. O que se descobre? Se fornece as medidas precisamente, o número preciso nos foi fornecido e o relato de que nesse móvel, na época... Não está escrito, na época do governo, na pesquisa que eu fiz, eu complementei isso, a Secretaria da Fazenda dá essa informação. Na época

do Governo Colares foi feita uma doação precária para o Clube de Mães Santa Bárbara, que ocupa a parte da frente do imóvel. Isso em 1974. E que nos fundos o imóvel é ocupado, com acesso pela rua da estrada Vila Maria, 54, o imóvel é ocupado pela residência particular do Senhor Luiz Carlos da Costa. E a Fazenda, inclusive, informa que o Senhor Luiz Carlos da Costa paga o IPTU sobre a parte que ele ocupa. Ou seja, nós temos um caso que muda totalmente o objetivo do que veio para o Conselho. Para começar, veio para o Conselho, o processo tem origem em 12 áreas, que, provavelmente, era um programa de vendas de imóveis, por isso estavam sendo desgravadas as áreas verdes e existia a intenção desse programa no governo anterior. E não vai aqui nenhum juízo de valores, porque, na verdade, eu acho que tem que vender um monte de terreno que está perdido na cidade, que acaba acontecendo isso para o seu Luiz Carlos 'das tantas' ocupar de forma particular para ele. Mas cria uma nova situação, porque tem ali também um caso de interesse público, que é esse clube de mães que tem uma ocupação precária. Então, considerando essas questões que eu estou levantando, da ocupação do clube de mães, que ocupa precariamente e de uma pessoa individual que ocupa como parte da sua residência, eu opino da seguinte forma: *Houve aqui uma mudança de propósitos pelos fatos que chegaram ao processo, do objetivo desta análise, nesse sentido voto pelo indeferimento para dar ao Poder Público a oportunidade de sanar as irregularidades que ocorrem no imóvel em análise*. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Aqui houve uma falha na conclusão. Como que o senhor vota? **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Eu acompanho o relator,não pelo motivos que ele alega, mas eu acompanho no sentido de indeferir o processo. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Então, relato de vista do Conselheiro Gomes. Então, não havendo mais relato de vista, consulto, como estava pendente aqui o Conselheiro Rafael Passos, não sei. Conselheiro, quer fazer relato de vista? Estava ausente na reunião que foi repassado. Conselheiro Rafael, nos ouve? Não se manifestou. Então, avançamos, colocamos o processo em discussão. Consulto se temos conselheiros inscritos para discutir o presente processo? Por favor, faça a inscrição no chat e a gente coloca em discussão, depois deliberamos. Conselheiro Professor Rômulo, Conselheiro Hermes, Conselheiro Saffer. Tem uma Questão de Ordem do Conselheiro Saffer, enquanto os demais se inscrevem para debater. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Eu queria colocar que o Rodolfo estava e faltou luz, ele não estava voltando. Então, eu vou continuar como representante na reunião, porque era ele que estava, aí eu me inscrevi para debater. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem. Mais algum conselheiro inscrito para debater? A Conselheira Jussara. O Conselheiro Mark inscrito e o Conselheiro Hermes. Então, Conselheiro Professor Rômulo, com a palavra. **Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Eu ouvi o relato do Conselheiro Gomes, eu acho que ele foi cirúrgico em relação à questão específica deste caso. Eu li o parecer do relator, embora eu possa concordar com a ideia de que possa haver uma aglomeração de pequenas áreas, não é a área em si que vai ser urbanizada, mas passa a ser um recurso a ser usado para construir outras áreas maiores em outros lugares. Embora eu possa até concordar com isso, é evidente para que isso possa ser feito a área precisa ser desafetada. Quer dizer, é exatamente o que o projeto está propondo, é uma desafetação da área. Ou seja, ela não pode ser vendida, nem trocada, nem feito qualquer outra coisa se ela não for desafetada. Então, se nós tivéssemos só essa informação, só isso, o parecer do relator não seria, na minha opinião,

adequado. Entretanto, eu também concordo com o Gomes de que essas questões envolvendo o uso indevido da área por um por um particular, um terceiro, e uma concessão precária, não sei exatamente que figura é essa, precisariam necessariamente ser resolvidas antes de que o processo de desafetação pudesse ser feito, para que área uma vez desafetada pudesse estar posta à disposição para quem quiser comprar, para o recurso de integrar um fundo isso ou daquilo. Então, parece-me que a questão que o Gomes colocou é muito precisa. É isso, obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Professor Rômulo. Conselheira Jussara. **Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Eu só queria um esclarecimento, que agora com essa manifestação do Gomes eu me atrapalhei, porque pelo que eu percebi era o Campani que estava na reunião quando foi feito o relato. Então, eu queria entender se o relato era favorável à desafetação ou contrário, porque eu, pessoalmente, sou contrária a essa desafetação, até pelo o que o Rômulo estava colocando. As coisas têm que ficar claras para o que estaria sendo feita a desafetação, se é para vender no futuro outras áreas ou se é para regularizar a situação de que está morando ou qualquer que seja a coisa. Então, eu só queria entender qual é o parecer do relator. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** É desfavorável ao desgravame. Obrigado, Conselheira Jussara. Conselheiro Saffer. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Boa noite, pessoal. Eu também fiquei um pouquinho confuso, mas eu acho que agora o Rômulo esclareceu um pouquinho também. Eu queria fazer uma pergunta, se tiver alguém da própria Prefeitura que encaminhou, que se o objetivo, como o Rômulo comentou, era o desgravame para alguma coisa, eu não sei se tem uma sequência ou já estava nesse processo essa sequência. Eu vi no processo, no SEI, que em algum momento alguém pergunta o porquê. Ou o próprio relator perguntou por que foi feito esse desgravame. E tem um relatório das praças, como o Gomes comenta. Então, se tem esse objetivo de desgravame, qual era a sequência? Se alguém tem condições, senão, parece que não está muito bem instruído, porque se vai desgravar e tem isso que o Gomes apresentou. E outra coisa a efeito de colaboração, que na hora que o Hermes ficou em dúvida, presidente, de como se manifestar, eu sempre sou favorável que o relator seja o último a se manifestar, ainda mais tendo os relatos de vista das outras pessoas, o próprio relator pode querer alterar o seu relato. Então, fica aqui uma sugestão, que eu acho que talvez depois de todos se manifestarem o relator se manifesta, até porque não sei, apesar estar ali no processo, mas isso é uma novidade muito importante das diligências do Gomes. Era isso. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Saffer. Conselheiro Mark, inscrito. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** É justamente, como nós estávamos tratando de desgravame de área verde, de Avenida Cavalhada próximo ao imóvel 3893, eu achei importante que a diligência que o Gomes pediu definisse o terreno. E pelo que eu compreendi uma fração desse terreno é ocupada pelo Senhor Luiz Carlos, que ocupa, então, uma parte dessa área verde, do lago posto, pelo que eu compreendi no relato dele, oposto à Avenida Cavalhada, e paga IPTU. Então, ele já é um proprietário urbano de uma área verde, que está solicitando desgravame. É uma situação complicada, eu acho que a petição que o Gomes fez é adequada, nós estamos aqui no âmbito de Conselho tentando deixar todos os expediente da forma mais clara possível. E no momento em que se verifica isso é uma inadequação e que deveria ser saneado, justamente esse processo, para que eventualmente ele voltasse para o exame do plenário do Conselho.

Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro. Conselheiro Hermes. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Secretário, eu saí, estava aguardando para voltar. É a minha vez de falar? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** A última fala sim é sua, Conselheiro. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Caiu a conexão e eu fiquei todo esse tempo aguardando para entrar, mas tudo bem. Eu queria esclarecer rapidamente, inclusive, mandei fotografias para o grupo. Eu queria esclarecer novamente, e o Rômulo foi feliz quando ele diz que concordara se houvesse uma destinação específica. Pois era essa a política da antiga SMAMUS e da Prefeitura, era fazer a desafetação, eu não sou contra desafetação, mas com um fim específico para uma política de elaboração, execução de novas praças. Até porque naquela região faltam praças. Inclusive, tem um estudo feito, juntado ao processo, que, na verdade, é a aplicação do software que demonstra isso. O fundamental é isso, nós não somos contra por ser contra, é que não existe outra forma da Prefeitura, pelo que se sabe, e isso é conhecido por todos, adquirir terrenos. Esses terrenos são oriundos de loteamento exatamente para construção de praças. Então, é muito simples, é isso. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Hermes, pela manifestação. Nesse sentido, então, Senhores Conselheiros, a gente coloca em votação o presente expediente. Eu acho que os pontos estão ali disponibilizados no processo SEI, foram muito bem trazidos, tanto pelo relator, quanto pelos conselheiros que fizeram os relatos de diligência. Então, acredito que esteja maduro para a gente colocar em votação. Nesse sentido, consulto a conselheira representante do DEMHAB para iniciar a votação. É favorável ou contrária ao PARECER CONTRÁRIO do relator ao desgravame? **VOTAÇÃO NOMINAL: Lisiane Sartori Fioravanço Magni (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Contrária ao parecer, favorável ao desgravame. **Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Contrária ao parecer do relator. **Sônia Castro (Titular), Gabinete do Prefeito – GP:** Contrária ao parecer e favorável ao desgravame. **Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN:** Contrária ao parecer do relator. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Contrária. **Gisele Coelho Vargas (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Contrária. **Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM:** Contrária ao parecer do relator. **Gustavo Garcia Brock (Titular), Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV:** Contrário ao relator. **Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** A favor do relator. **Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Favorável. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Acompanha o relator (Registro o chat). **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Eu vou enviar o meu voto depois por escrito. Eu sou favorável ao relator, mas não pela justificativa dele, mas sim pela do Gomes. E também acho que está mal instruído, deveria ter a razão para esse desgravame com essa situação de uma pessoa utilizando, pagando IPTU. Não a instituição que está ali, mas sim por essa pessoa. **Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** (Não se encontra na reunião). **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente),**

Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS: Abstenção. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** RELATOR. **Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Contrário ao relator. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** (Não se encontra na reunião). **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Favorável ao relator. **Cláucia Piccoli Faganello (2ª Suplente), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Acompanho o parecer do relator, desfavorável ao desgravame. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Acompanho o relator. **Ronie Gomes (1º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Favorável em relação às diligências. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Acompanho o relator, favorável. **Wagner Pereira dos Santos (1º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Cinco – RGP. 5:** Favorável. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Favorável. **Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** Favorável. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Em razão das diligências sou favorável. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Emerson. Temos 14 votos favoráveis ao relator, 09 contrários ao relato e 01 abstenção. Nesse sentido, foi **APROVADO DO RELATO DESFAVORÁVEL DO CONSELHEIRO RELATOR EM RELAÇÃO AO DESGRAVAME DA ÁREA VERDE**. Então, Senhores Conselheiros, são 20 horas em ponto, vamos encerrando a nossa reunião. Lembrando que este é um espaço democrático, em algumas vezes nós conseguimos ter os votos favoráveis para aquilo que entendemos como adequado, por outras vezes não, é preciso a gente respeitar a maioria, a maioria se posiciona. Então, é nesse sentido que o governo tem que internalizar também as questões aqui colocadas e propor de forma diferente, enfim, temos que respeitar, é da democracia. Um grande abraço a todos, uma excelente noite para vocês. Até mais, tchau!

Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental – CMDUA, às 20h00min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia Costa Ribeiro, sob o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.

_____	_____
Germano Bremm	**Secretária Executiva**
Presidente	**Relatora**

Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2021, ... retificações:

ATA ORDINÁRIA Nº 2898/2021

(Virtual nº 63)

Aos vinte nove dias do mês de junho de dois mil e vinte um, às dezoito horas, reuniram-se para Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, via ZOOM, denominado PLENÁRIA VIRTUAL DO CMDUA, em razão do decreto municipal a fim de combater o coronavírus e a propagação da pandemia entre as pessoas, sob a coordenação de GERMANO BREMM, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos:

CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS: Lisiane Sartori Fioravanço Magni (Titular), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Sônia Castro (Titular), **Gabinete do Prefeito – GP**; Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN**; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), **Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS**; Carolina Wallau de Oliveira Kessler (1ª Suplente), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE**; Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM**; e Gustavo Garcia Brock (Titular), **Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV**.

CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS: Rômulo Krafta (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**; Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Claudete Aires Simas (Titular), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH**; Sérgio Saffer (Titular), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA**; Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS**; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS**; Hermes de Assis Puricelli (Titular), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS**; Rogério Dal Molin (Titular), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), **Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**.

CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL: Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Tânia Maria dos Santos (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4**; Wagner Pereira dos Santos (1º Suplente) e Ricardo Angelini, (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Cinco – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Dinar Melo de Souza (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8**; e Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP – HOCDUA.**

DEMAIS PARTICIPANTES: Cezar Augusto Schirmer, Secretário Municipal de Planejamento e Assuntos Estratégicos – SMPAE.

SECRETARIA EXECUTIVA: Camila Maders Fonseca Coelho, **Secretaria Executiva da SMAMUS**; Patrícia C. Ribeiro, **Taquígrafa/Tachys Graphen**.

PAUTA:

1. Abertura;

1.1. Apresentação Projeto da Revitalização do Centro Histórico – Secretaria Municipal de Planejamento e Assuntos Estratégicos – Sec. Cezar Augusto Schirmer;

2. Votação: 2.1. Atas: 2895 (08/06), 2896 (15/06) e 2897 (22/06);

3. Comunicações;

4. Ordem do Dia.

Após a conferência de *quórum* o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h05min.

1. ABERTURA.

Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS: Boa noite, Senhores Conselheiros, Senhores Conselheiras. São 18h05min, temos quorum. Então, declaramos aberta a nossa Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental. Convido os Senhores Conselheiros a ligarem as câmeras. Lembrando que estamos sendo transmitidos ao vivo pelo nosso canal da SMAMUS no YouTube. Então, desejo uma excelente noite de trabalho a todos, que possamos debater, discutir, aprender, trocar, evoluir nos temas de importância para a Cidade de Porto Alegre. Rapidamente, aqui faço a leitura dos presentes (Relação dos presentes na inicial). Se porventura eu não chamei alguém, por favor, faça o registro no chat ou na sequência, conforme vai ingressando na reunião a gente vai registrando aqui, a nossa Secretária Executiva vai fazendo o registro das presenças. Então, Senhores Conselheiros, hoje temos uma apresentação aqui na nossa pauta, apresentação do Projeto de Revitalização do Centro Histórico. Temos a presença do Secretário Schirmer, da Secretaria de Planejamento e Assuntos Estratégicos. O Schirmer, que por designação do Prefeito está coordenando junto às secretarias de governo as diversas ações no sentido de transformar o Centro Histórico. A gente sabe que é um assunto complexo, envolve o esforço de diversas pastas no governo, de todas as secretarias aí. Estão em algum momento atuando, realizando ações para a gente viabilizar a transformação do Centro Histórico. E nesse sentido também que a Secretaria de Meio Ambiente Urbanismo, e aí vocês já conhecem, né, apresentou o Programa Urbanístico de Reabilitação do Centro Histórico, que está em discussão, foi apresentado aqui neste Conselho. Agora estamos nas finalizações das rodadas com as entidades. Eu acho que mais de 10, 12 entidades foram visitadas, as reuniões foram feitas, depois vai ter na sequência, no início do mês de julho, a apresentação do retorno no Conselho do Plano, depois a própria audiência pública com a minuta da lei, consulta, enfim, todo o processo participativo de uma alteração, como se trata de uma alteração de plano diretor, né. Então, tem um procedimento previsto em lei necessário, prévio e que a gente está fazendo; mas, em paralelo a este programa urbanístico, em relação à transformação das edificações, também tem as diversas ações e está sob o guarda-chuva do Secretário Schirmer, que vai hoje então, que pediu a oportunidade desta reunião para fazer a apresentação aqui para todos os conselheiros. Enfim, para 'brifar'(*briefing*) um pouco o assunto, nivelar todos na página do que está acontecendo, dos diversos projetos e todo mundo tentar entender essa dinâmica. Então, eu oportunizo, como temos a fala externa do Secretário Schirmer, oportunizo desde já o

microfone para ele, para que possa fazer a apresentação aqui para os conselheiros e na sequência a gente abre para questionamentos e posições dos demais conselheiros. Secretário Schirmer, boa noite. Seja muito bem-vindo, a palavra é sua. Fiquei muito à vontade aqui neste Conselho.

1.1. APRESENTAÇÃO PROJETO DA REVITALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO – Secretaria Municipal de Planejamento e Assuntos Estratégicos – Sec. Cezar Augusto Schirmer.

Cezar Augusto Schirmer, Secretário Municipal de Planejamento e Assuntos Estratégicos – SMPAE: Boa noite a todos os presentes. Um abraço, Germano. Obrigado pela acolhida. Queria cumprimentá-los, agradecer à presença e atenção de cada um e de todos. Bem, nós sabemos que em geral o Centro Histórico das grandes e médias cidades do mundo já há algumas décadas enfrentam problemas e dificuldades. Muitas cidades, inclusive, no Brasil, houve processo de revitalização, de recuperação do seu Centro Histórico. E Porto Alegre, apesar do esforço feito de outros governos, não foi viabilizado. E agora o Prefeito Melo assumiu, preocupado com esse assunto, pela relevância, importância, pediu que nós coordenássemos o processo de recuperação do Centro Histórico. Esse processo passa por muitas questões. Eu queria rapidamente apresentar aos senhores e as senhoras uma breve exposição que reflete um pouco uma avaliação que temos sobre o Centro e algumas ações que se quer fazer a curto, médio e longo prazo. E, obviamente, esse não é um projeto acabado, está dando uma concepção e ninguém melhor do que quem tem conhecimento histórico, tradição, enfim, expertise na área para sugerir, propor, corrigir, criticar, enfim, fazer com que um programa desses seja resultado de uma construção coletiva. Está comigo aqui a Isabel, que é arquiteta da Secretaria. Também o Glênio Moura, arquiteto urbanista, também servidor da Prefeitura Municipal. E o João Pedro, que é servidor aqui da nossa Secretaria, que nos ajuda a coordenar essas ações. Então, eu queria começar, primeiro queria mostrar algumas fotos do Centro de Porto Alegre, porque, infelizmente, a gente vai se acostumando com o feio e isso faz com que a gente não perceba mais e perca o sentido da beleza e perca o sentido do potencial que tem uma área em um espaço urbano, especialmente no caso do Centro Histórico de Porto Alegre. Então, eu queria mostrar a Avenida Mauá, o principal acesso de Porto Alegre, um Centro Histórico totalmente degradado. Aqui o Centro Histórico, a visão do outro lado do Trensurb. Aqui é ainda na Mauá, esse é um prédio da Prefeitura, o DMAE, antigo DEP, se nem a própria Prefeitura cuida dos seus bens, como vamos exigir dos particulares um tratamento diferenciado, né? Aqui é na Avenida Júlio Castilhos, a questão da poluição visual. Aqui um casario muito bonito que tem na Coronel Vicente e que, infelizmente, está se degradando pela utilização inadequada. Aqui esse prédio da Previdência Social, quase na frente da Prefeitura, na Mauá ainda. São prédios de muitos andares, mais de 20 andares eu acho, totalmente abandonado e totalmente sendo, ou pichado, ou vandalizado. Aqui é a Avenida Borges de Medeiros e a Rua da Praia. Aqui é o Largo Glênio Peres, ao lado da Prefeitura, 50 metros do Paço Municipal. Aqui é um comércio irregular na Borges esquina com a Salgado Filho. A pessoa transformou esse espaço aí (slide). Todas essas fotos não têm 60 dias, nenhuma delas tem mais de 60 dias. Aqui é a Praça Otávio Rocha, que é um espaço muito bonito, ali tinha um bar, alguma coisa semelhante, um banheiro também. Aqui a Rua da Ladeira. Esse prédio à direita é um prédio do Estado, infelizmente, abandonado, não é o único, têm mais de 100 prédios semelhantes a esse, parcialmente ou totalmente abandonados, privados ou públicos no Centro Histórico de Porto Alegre. Aqui está mostrando a ladeira e tem esses News Jersey (concreto), que a Prefeitura colocou, muito feio, interrompeu o trânsito na ladeira da Andrade Neves, para baixo, que se colocou

esse monstrengo ali. E aqui embaixo nós começamos a recuperar a Praça Montevidéu, a Rua da Ladeira. E quando ainda estava sendo recuperada, aquilo ali é um tapume preto da obra, a EPTC foi lá e começou a colocar isso aí, não falou com ninguém. Então, um dos problemas do Centro, historicamente, é que cada um faz o que quer, não há uma ação centralizada, nem planejamento com as ações do governo. O Prefeito viu isso aí e mandou tirar, porque nós estávamos arrumando a praça. Ninguém consulta ninguém sobre o que fazer nessa praça. Aqui a fiação também no Centro de Porto Alegre, aqui é na Rua Riachuelo, que caíram ali os fios e ficaram ali dois dias em cima desse carro. Aqui a pedra portuguesa, atrás da Prefeitura. Infelizmente, quem consertou aqui não viu que era uma linha azul e botou vermelho, na branca botou vermelha. E pedra portuguesa, se uma cai as outras em um efeito dominó vão caindo, aí algum servidor foi lá, recolheu as pedras, colocou ali no lado. Aqui as calçadas no Centro, aqui na frente da Brigada Militar, outra ao lado da Prefeitura, aqui outra rua também central. São passeios muito mal cuidados, mal controlados e mal fiscalizados. Aqui também são ruas centrais, aqui a Caldas Júnior, aqui a Sete de Setembro, a Prefeitura, ali tem uma rua de paralelepípedo, foi colocar o asfalto, aí degradou mais ainda, porque colocou asfalto em um pedaço, colocou sem nenhum cuidado e nessa outra rua debaixo a fiação caindo, pichação, postes, guard rail estragado, faixa branca mal cuidado, asfalto deteriorado e o passeio também. Aqui na praça em frente à Prefeitura, Praça Montevidéu, isso são postes de sinalização, tem cinco nesse espaço e se observar o quarto, simplesmente está o poste sem ter nada, nem sinalização, nenhuma destinação. E na quadra seguinte a essa da praça tem mais de 25 sinalizadores desse aí, de diferentes naturezas, todos na calçada, sem nenhuma coerência, sem nenhum cuidado, sem nenhum zelo, simplesmente cada um se acha no direito de colocar um sinalizador ali e pronto. E quando colocam, aqui também à esquerda, é na esquina da Prefeitura, tem 6 postes de diferentes tipos de destinação. Isso aí uma quadra, é um espaço que tem no máximo 12 metros. Aliás, isso é em toda Porto Alegre, Porto Alegre tem um desejo ardente de furar suas calçadas e colocar esses sinalizadores. E aqui é do prédio da Assembleia Legislativa, esse postezinho é para sinalizar alguma coisa e os demais são iguais. À direita quando vai colocar o poste já começa a destruição do passeio. É o próprio poder público fazendo isso. Aqui são abrigos de ônibus colocados, são os últimos colocados pela Prefeitura, já parcialmente destruídos. Aqui o próprio prédio da Prefeitura, é um prédio antigo, mas destruído, caindo, enfim, sem recuperação adequada. E aqui atrás da Prefeitura também, o espaço, o quadro da dor, né. Aqui pichação no próprio da Prefeitura. Aqui esse viaduto da Duque, esse viaduto maravilhoso, pichado, sujo, mal cuidado, mal iluminado, em processo de destruição. Aqui moradores de rua, 50 metros da Prefeitura, as pessoas sem os cuidados devidos, né, sem o mínimo de dignidade. Aqui também a mesma coisa, aqui nessa fotografia da direita é um morador, ele dorme aí, de manhã ele tira os seus produtos, coloca ali na Rua da Praia para vender. No da esquerda é uma carrocinha, aqui na Borges, a Praça Daltro Filho. Aqui é a mesma coisa, também é na Praça Brigadeiro Sampaio. Aqui o “esqueletão”, que tem 50, 60 anos. Isso aqui é uma questão de mobilidade urbana nessas duas fotos. Ali é uma praça que se transformou em um terminal de ônibus, um espaço também degradado e aqui embaixo a Salgado Filho que se transformando em uma grande rodoviária ao longo do tempo. E aqui também falta de cuidados, uma plantação de milho, de girassol na frente do viaduto e na praça aqui, ao lado da Prefeitura. Eu estou mostrando isso para a gente ver que o problema do Centro Histórico não é só nas grandes questões, mas também nas pequenas questões do dia a dia. Aqui são algumas informações sobre o Centro, as edificações desocupadas, terrenos baldios. E apesar de tudo ainda é um polo comercial bancado pelo Rio Grande do Sul, temos o bairor, mas também é o espaço que tem o maior número de reclamações no 156.

Embora seja um Centro potencialmente muito bonito, comparado aos centros mais bonitos do mundo, das médias e grandes cidades, mas fica aos maus cuidados pela falta de políticas adequadas, pela falta de condução nas questões que são relevantes, sejam os moradores, que é um processo de redução de moradores no Centro e também de redução de atividades econômicas. Isso fez com que a população moradora do Centro fossem saindo das atividades econômicas também, os atrativos também e o Centro vem se projetando como uma área de cada vez mais degradada, se não sofrer as intervenções necessárias para a sua recuperação. Mesmo agora na pandemia a área de Porto Alegre que mais sofreu, que mais fechou restaurantes, hotéis e atividades econômicas é o Centro Histórico de Porto Alegre, na proporção da sua dimensão. A mobilidade urbana eu diria que é talvez, senão o mais, um dos mais graves problemas no Centro Histórico de Porto Alegre. O Centro Histórico coincide com o Centro Administrativo da cidade, da Prefeitura e também com o Centro Administrativo do Estado. Portando, o Centro Histórico de Porto Alegre não é apenas um Centro Histórico, ele é um Centro Administrativo relevante da Prefeitura e do Estado. Isso é um diferencial que pode ser positivo ou pode ser negativo, dependendo da avaliação que se faz. Eu, pessoalmente, acho que é positivo, na medida em que tem atividades obrigatórias e que resultam na presença de pessoas de todo o Estado. Então, o Centro Histórico de Porto Alegre não é o Centro Histórico de Porto Alegre, é o Centro Administrativo do Rio Grande do Sul e isso é um diferencial, porque para o Centro Histórico de Porto Alegre tem repercussão não só para a Grande Porto Alegre, mas para todo o Rio Grande do Sul. E voltando à mobilidade urbana, tem 51 pontos de táxi no Centro, tem 2,3 km², é um Centro muito pequeno comparado a outros centros de cidades do mesmo porte no Brasil e no mundo. E, obviamente, mesmo sendo um espaço pequeno, territorialmente pequeno, tem todas as dificuldades de um Centro Histórico grande. Então, tem 51 pontos de táxi, 2 praças transformadas em terminais de transporte coletivo, 19 terminais de ônibus, sendo 2 urbanos de Porto Alegre e 7 metropolitanos. O Centro Histórico de Porto Alegre em alguns lugares parece uma grande rodoviária. É impressionante essa subordinação, historicamente, tanto do Governo Estadual quanto do Governo Municipal no interesse privado das empresas de ônibus, tanto de Porto Alegre, quanto da região metropolitana. O absurdo é um ônibus que vem de Novo Hamburgo ou Viamão, de qualquer município da grande Porto Alegre, entre na capital e não possa pegar nenhum passageiro. Quer dizer, as empresas, por razões que eu desconheço, não querem a integração e isso penaliza a população de Porto Alegre e penaliza também os usuários do transporte coletivo de toda a região. Então, tem 203 paradas de ônibus nesse espaço exíguo, com 143 abrigos, tem 9 terminais de lotação, 2 terminais de Trensurb, 1 terminal hidroviário, estações de bicicleta e esse dado último de 33 mil viagens por dia ao Centro Histórico. Isso é um dado de 2018, anterior à pandemia. No enfrentamento dessas questões nós identificamos que outros prefeitos, que outras administrações fizeram esforços nessa direção, mas analisando as razões porque não teve o êxito desejado, chegamos a duas conclusões: primeiro, não havia uma governança adequada, porque todos faziam tudo que queriam fazer sem que houvesse um planejamento, uma coordenação adequada, enfim, que coordenasse todas as ações de tal forma que não houvesse superposição, de tal forma que não houvesse planejamento adequado, de tal forma que não houvesse um trabalho em conjunto, uma ação da administração e, obviamente, também da iniciativa privada em uma mesma direção e com os cuidados devidos. Então, nós definimos aqui uma governança centralizada, que significa planejamento e coordenação centralizados e operação descentralizada, para evitar exatamente que... Tem problema na Rua Júlio de Castilhos, bom, vai um dia ali uma secretaria asfaltar a rua, mas no outro dia vai lá o DMAE e fura a rua, porque tinha que arrumar o esgoto, aí se esquece de ver a sinalização nas calçadas,

esquece-se de ver que tem problema de iluminação pública, esquece-se de ver que tem problema de segurança. Enfim, não há uma ação integrada e um esforço conjugado da administração no enfrentamento das questões do dia a dia. E a segunda razão que também identificamos como preocupante é que muitas administrações se preocuparam com questões muito relevantes, questões grandes e esqueceram as pequenas do dia a dia. E isso eu quero mostrar à frente como estamos querendo trabalhar. Enfim, por outro lado também estamos abrindo o espaço de participação comunitária, tantos quantos queiram oferecer as suas sugestões, as suas ideias, as suas críticas. Nós vamos ter um espaço virtual para sugestão, não só para os moradores do Centro de Porto Alegre, a quem queira, qualquer lugar do planeta, um porto-alegrense que more em Londres ou em Uruguaiana, que queira dar uma boa ideia para nós, entra aqui nesse espaço virtual de comunicação e sugestão. Na visão de que quem participa, colabora, se compromete, enfim, ajuda a melhorar. Estamos organizando para as próximas semanas um hackathon com técnicos e universidades, enfim, pessoas que tem um conhecimento específico, que possam nos sugerir ações para o Centro Histórico de Porto Alegre. Aliás, é o que estamos fazendo agora também, ouvindo e abrindo a participação. Já temos feito várias e várias reuniões com várias áreas que tem algum envolvimento com o Centro Histórico de Porto Alegre. Algumas ações estão em andamento, há um Plano Diretor para o Centro Histórico, que vem sendo conduzido pelo Germano, que brevemente imagino que vai para a Câmara de Vereadores. Tem também o Plano Diretor de Mobilidade Urbana, contratado pelo governo anterior, que está em fase de elaboração. E também algumas atividades do dia a dia da Secretaria de Serviços Urbanos, que já estão também em ação, como aqui no Viaduto da Conceição, que está sendo pintado, recuperado, enfim, também aquela praça no seu entorno está sendo melhor cuidada, adotada. Então, muitas das ações que estamos imaginando já vêm sendo trabalhadas, mas, na verdade, trabalho efetivo, tal qual desejamos que seja não começou na sua plenitude. Então, eu estava dizendo das atividades iniciais, a governança centralizada, a operação descentralizada, o mapeamento da memória dos projetos. O Glênio aqui ao meu lado e a Isabel, embora jovens, tem a memória das últimas décadas, até para ver onde se acertou, onde se errou, o que dá para corrigir, o que dá para continuar, o que dá para melhorar. A questão da memória é muito relevante e também a identificação das demandas e potenciais do Centro, o que tem previsto, o que foi feito lá atrás, o que pode ser refeito, o que pode ser feito de novo, enfim. E também o levantamento de toda a legislação pertinente ao Centro de Porto Alegre, o Centro Histórico e a ideia é fazer uma legislação específica para o Centro, não só do Plano Diretor, mas em outras áreas da administração. O Centro Histórico tem peculiaridades muito específicas que o diferencia de qualquer outro bairro de Porto Alegre. Então, nós dividimos esse trabalho entre cinco eixos, infraestrutura e serviços, regime urbanístico e legislação, mobilidade urbana, desenvolvimento do turismo e cultura, segurança e fiscalização. Então, vou abrir um pouquinho cada um, mesmo rapidamente. Então, vamos trabalhar qualificação e padronização das calçadas, a questão de acessibilidade, meios-fios, manutenção e pavimentação de ruas e avenidas, o mobiliário urbano diferenciado, eu falo o Centro padronizado e diferenciado, enfim, algo próprio para o Centro, que envolvem lixeiras, bancos, luminárias, placas, abrigos de ônibus. E também teremos... Eu sei que não é fácil, mas a questão da fiação elétrica e cabos de telefonia. Percebo na Rua do Andradas, andei ali, a fiação ali é subterrânea, mas está cheio de fio ali, de um lado e do outro. Exatamente não sei quais, nem sei do que, mas se a fiação tem a ser subterrânea, mas se acham no direito de puxar fio para cá, fio para lá sem uma coordenação. A questão do paisagismo e da arborização Viária, revitalização de praças, parques e áreas verdes do Centro, iluminação pública, a iluminação cênica, a questão dos tapumes de obras, poluição

visual, empresa urbana, recuperação dos viadutos e outras áreas, marquise, enfim. Nós estamos elencando outras ações nessa área. E por último a questão do muro da Mauá, do Cais e do Trensurb. Por óbvio, quem entra aqui na Mauá e percebe a sua direita, quem entra à sua esquerda, aquela degradação entre a rodoviária e a Borges, é um horror aqueles prédios todos abandonados, todos aos pedaços. À direita tem o trem e mais à frente o muro. Bom, o muro quando foi construído, foi há 70 anos atrás, provavelmente fosse a melhor solução tecnológica para proteger a cidade de qualquer enchente. Então, nós estamos trabalhando com a proteção sim, queremos proteger, mas, eventualmente, a possibilidade de buscar alternativas tecnológicas mais adequadas e que façam com que o rio, o Cais e o muro, espero que sem o muro, e o Centro Histórico sejam uma unidade, seja um complexo nessa compreensão do rio, o Cais, do Centro Histórico, que são fundamentais a todo um esforço de recuperação desse espaço. Lógico que esse assunto não depende só da Prefeitura, mas a Prefeitura é participe desse processo. A outra versão do regime urbanístico já falei, o Germano com muita competência, há um Plano Diretor específico para o Centro Histórico, que está sendo discutido com a comunidade , enfim, com as pessoas que tem que estar discutido e, obviamente, isso vai à Câmara em algum momento. Também nesse Plano Diretor, paralelo a isso, estamos vendo os alternativos, os prédios públicos e privados. Por exemplo, esse prédio do INSS ao lado da Prefeitura é um absurdo, é um edifício de 20 andares desocupado, como outros tantos. Tem aquele prédio estadual na Rua da Ladeira, e como esses dois têm tantos outros aqui no Centro Histórico de Porto Alegre desocupados que poderiam ter um destino mais confortável, mais amigável para a população de Porto Alegre. E a questão dos anúncios, tem gente que acha que um anúncio gigantesco é a solução para atrair clientes nas suas lojas. Um pouco falta fiscalização, outro pouco falta legislação. Então, nós estamos também examinando a questão da legislação, que estimule ações, atividades e atrativos para o Centro Histórico. Por fim, a consolidação da legislação de posturas, legislações fiscais, infraestrutura, o regime urbanístico que está sendo tratado pelo Plano Diretor e sinalização do Centro Histórico. A questão da mobilidade, nós tínhamos a convicção de que o novo acesso a Porto Alegre, a nova ponte no Jacuí, lá no 4º Distrito, a rodoviária, que é aqui no Centro Histórico, na porta do Centro Histórico. Ela deveria mudar de lugar, porque todo o movimento de ônibus do sul do Estado, da fronteira sudoeste, da fronteira oeste, do centro, das Missões, vem pela 290, com novo acesso, quem não precisa vir ao Centro Histórico ou à zona sul de Porto Alegre poderia ficar lá pelo 4º Distrito, perto da linha do Trensurb, perto do aeroporto, enfim, se quisesse ir para a grande Porto Alegre, zona norte de Porto Alegre, já estaria mais próximo. Agora, infelizmente, foi lançado o edital da licitação da rodoviária, nós achávamos que talvez a atual rodoviária poderia ser o terminal dos ônibus da Grande Porto Alegre, enfim, dar uma destinação mais adequada para uma nova rodoviária. Nessa linha de mobilidade urbana estamos discutindo, conversando, vendo possibilidades, apostando nos estacionamentos em via pública, estacionamentos subterrâneos, ciclovias, que esse é um assunto que se fala muito. A revisão da questão das cargas e descargas. A sinalização viária eu já mostrei. As linhas e ônibus, os pontos de táxi, recuperação em padronização de abrigos, paradas, terminais, incentivo à mobilidade ativa. As calçadas são muito estreitas, infelizmente o Centro Histórico de Porto Alegre não é amigável às pessoas que pessoas que queiram caminhar. A padronização do passeio público e depois a questão do desenvolvimento, o turismo e a cultura. O turismo e a cultura eu acho que são grandes instrumentos de dar vida ao espaço urbano, seja qual for o espaço urbano, quem dá vida são as pessoas, pessoas durante o dia, pessoas à noite, pessoas no fim de semana. No fim de semana o Centro morre, à noite também morre e não era assim. Quando eu vim para Porto Alegre a primeira vez, de 1970 e poucos, na década de 70, o Centro tinha muito

mais vida do que tem hoje e ao longo do tempo o Centro foi de degradando, foi diminuindo o seu significado e foi afugentando turistas, moradores, afugentando atividades econômicas e atrativos. E também a questão da realização da manutenção do patrimônio histórico-cultural e arquitetônico, esses dias eu estava falando com o Secretário da Cultura, tem 31 equipamentos culturais no Centro Histórico, quase todos eles em processo de abandono, Infelizmente. E também a iluminação é ruim, é muito ineficiente e nós estamos preparando incentivos para a revitalização e manutenção de prédios de valor histórico cultural e arquitetônico. E depois a questão das paredes cegas e implantação de projeto de incentivo ao turismo cultural e gastronômico, que tem ali a Coronel Genuíno e Fernando Machado ali. Tem antiquários e tem um conjunto de bares, bistrôs ali, enfim, que pode se transformar aquele espaço em um boulevard, outra atratividade. Também aqui na Rua da Praia, próximo a Casa Mário Quintana, também tem um lugar bem significativo, se tivesse um cuidado especial poderia ter uma relevância maior. Aqui ao lado do mercado teve um chafariz, em algum momento foi determinado que ele fosse desativado, nós vamos reativar. Não há nenhuma razão para não termos um chafariz boto ali. Aliás, na Praça da Alfândega tem dois chafarizes que estão totalmente degradados. A Praça Marquesa do Sevigne, uma pracinha bem pequeninha, que tem uma fonte também desativada, é na Fernando Machado. Enfim, tem vamos ações que podem ser feitas no sentido de ir recuperando os espaços, tem várias escadarias da parte alta de Porto Alegre, em direção a Fernando Machado ou mesmo em direção a outras ruas, tem ali do lado do Viaduto da Conceição, tem um espaço muito bonito, também degradado e mal iluminado. É um espaço que poderia ser um espaço cultural, gastronômico, um espaço de lazer muito bonito, um caminho cultural, mas, infelizmente, está totalmente abandonado. Enfim, vamos trabalhar assim também em algumas áreas, por exemplo, a Praça da Matriz está sendo recuperada. O entorno da Praça da Matriz é muito rico, porque tem o Palácio Piratini, tem a igreja, tem algum o Museu Júlio de Castilhos, tem a o Forte Apache, tem o Teatro São Pedro, tem o Solar dos Câmaras, enfim, tem vários equipamentos culturais e artísticos ali, que podem ser atrativos além da praça. E tem também a biblioteca, tem a escada que desce em direção ao Teatro São Pedro e a Assembleia, em direção ao Arquivo Público. Aí tem a ladeira, que liga a parte alta a parte baixa, muito feia, mal cuidada, enfim, mal iluminada. E tem a Praça da Alfândega que é belíssima, é excepcional de qualquer ponto de vista que se queira analisar, embora mal cuidada. Ainda hoje fui ali, a Sulgás resolveu encher de placa, não placa no chão, placa sinalizadora, com postos. Por exemplo, os chafarizes estão abandonados, as fontes, também a pedra portuguesa está mal cuidado, enfim, mal iluminada, mais o prédio da Prefeitura que desde 2004 a Caixa Econômica Federal ia restaurar, ali onde era o Cine Imperial, faz quase 20 anos que está aí e não fez nada até agora. E já investiu ali um valor significativo, o contrato vai vencer em agosto deste ano. Enfim, se pegar a Praça da Alfândega à direita, tem ali o Paço Municipal, que é muito bonito, tem também o Mercado Público, que precisa pintar todo o Mercado, dentro, fora, dar uma qualificação especial ao Mercado Público, que é a alma do Centro de Porto Alegre, o coração de Porto Alegre. E para o lado da Praça da Alfândega, à esquerda, tem ali a Rua da Praia, com todo aquele casario ali, tem o Museu Hipólito da Costa, tem o Mário Quintana, tem a Igreja Anglicana, tem o Museu do Exército, enfim, tem várias atividades ali e mais todo aquele espaço gastronômico, o Museu do Trabalho também, enfim, tem mil alternativas. E também na Praça da Alfândega, em direção ao rio, tem a Avenida Sepúlveda, que dá na boca do Cais e daquele portal muito bonito que tem ali. Então, imaginem um passeio que comece lá em cima na Praça da Matriz e desça pela ladeira chegue até a Praça da Alfândega. Uma maravilha, mas totalmente inviável pela falta de cuidados mais elementares que se deveria ter com uma cidade tão bonita como Porto

Alegre, um Centro tão bonito como o nosso Centro Histórico. Bem, a questão do desenvolvimento turismo e cultura, continuando, estimular evento no Centro Histórico e também o fomento às atividades econômicas especializadas em, tem vários espaços de atividades econômicas especializadas. Eu já falei ali do antiquaro, onde tem os sebos na ladeira. Tem instrumentos musicais na Alberto Bins, tem tecidos na Senhor dos Passos, enfim, tem um conjunto de bares alternativos ali na volta do Gasômetro. Tem várias alternativas possíveis de utilizar esses espaços que já tenham uma atividade econômica específica, dando uma comunicação visual diferenciada, enfim, um trato nas calçadas, uma sinalização adequada, uma iluminação própria para estimular aquilo que é potencialmente... Que já existe e que pode ser muito melhor aproveitado do ponto de vista da ocupação espacial e atrativa do Centro. E por último a questão da segurança, não é o último, é um dos primeiros que nós já estamos trabalhando, a criação de uma zona segura no Centro e também um tratamento adequado para comércio irregular, moradores de rua, ações de vandalismo e as calçadas também. Nós estamos começando aqui no Centro muito em cima dessa questão da segurança, também porque é fundamental, é uma cidade com um espaço com esse potencial, mas feio, mal cuidado, mal iluminado, inseguro, sem atrativos ou com poucos atrativos, obviamente, está espantando cada vez mais moradores e também está impedindo que as pessoas venham ao Centro à noite ou no fim de semana. E para não dizer que eu estou mostrando só coisa ruim, eu colecionei algumas fotos no Centro Histórico e que dão dimensão da beleza desse Centro, da sua imensa potencialidade. Aqui são algumas fotos que mostram o quanto esse Centro se fosse bem cuidado poderia... Olha que foto maravilhosa, essas duas. O Centro Histórico de Porto Alegre é potencialmente de uma beleza que muitos de nós não temos ideia, menos a população de Porto Alegre. Aqui também eu queria fazer uma referência a uma experiência das últimas décadas, de Bilbao. Eu conheci Bilbao em 1977, que vinha de uma crise econômica grave, tinha 40% da sua população desempregada, a economia de Bilbao estava baseada na indústria pesada, metalurgia, estava absolutamente decadente. E esse rio aí encheu, teve uma grande enchente, a cidade estava na situação de absoluta calamidade. O Prefeito a época consultou a população e 80% da população aceitou que o prefeito buscasse alternativas para a economia, mas mantendo a economia tradicional. E 20% queria que o prefeito investisse em cultura e turismo. O prefeito, ao contrário da maioria dos políticos optou pela minoria e resolveu investir em cultura e turismo. O exemplo foi que conseguiram atrair para Bilbao, essa foi uma obra icônica (slide), mas tem outras tantas, tem algumas fotos que eu posso mostrar, que hoje Bilbao é uma cidade totalmente diferente, muito mais bonita e uma referência para o turismo e para a economia criativa da Europa. Nos Estados Unidos a ponte de Nova York, era um lugar feio e esquecido, abandonado, foi repintado, ficou um atrativo relevante. Em Londres, não estou defendendo a roda gigante, mas ao lado do Big Ben tem uma roda gigante e deu uma feição diferenciada àquela região. Aqui é a rua do Distrito, uma rua tradicional, antiga, para quem conhece a Rua Voluntários da Pátria, entre ao lado do Glênio Peres e a rodoviária, para quem caminhar olhando não para baixo, nem para frente, mas para os lados, vai ver a maravilhosa riqueza arquitetônica que tem essa rua de Porto Alegre, mas, infelizmente, se degradando e prédios aos pedaços. Então, é inaceitável que uma cidade como a nossa deixe isso acontecer e não faça nada. Esses dias caiu um reboco de um desses prédios que quase feriu uma pessoa, sei que chamaram o SAMU. Então, não dá para continuar assim, tem que ter uma ação efetiva do poder público e da comunidade. Aqui é a High Line em Nova York, que era um viaduto antigo abandonado, que foi transformado em um parque. Esse parque me faz lembrar bem essa linha do Trensurb, que só não dá para botar embaixo da terra, que é inviável financeiramente, mas por que não encaixotar o Trensurb e

fazer um espaço de lazer como esse aqui em cima da linha, permitindo, eventualmente, edifícios que construam ali na Avenida Mauá, fazer uma passarela sobre ela e chegando aqui nessa High Line . E em Nova York é ao lado do rio, aqui também é do lado do rio. Então, tem alternativas de obras e icônicas feitas do mundo inteiro, como essa em São Francisco, eu olho para isso e lembro da Rua da Ladeira. Por que não algo semelhante? Então, eu mostro essas coisas porque nós temos que começar a pensar também e quando se fala em revitalizar é embelezar, ter criatividade, imaginação. Aí os urbanistas, os artistas plásticos, os arquitetos, as pessoas que têm o belo como razão de ser, que têm a compreensão do quanto um atrativo pode significar para a vida de uma cidade, pode pensar nisso para o Centro Histórico Porto Alegre. Esse eu gosto de mostrar, transformaram o dilúvio de Seul em uma área belíssima. E aqui no Centro, já estamos trabalhando com videomonitoramento, vamos colocar no Centro o conhecimento facial, no Centro Histórico, que nós teremos logo o Centro Histórico, a região mais segura do país. Não tenho dúvida que isso é ser perfeitamente possível, já estamos trabalhando, fazendo convênio com a Brigada Militar, para dar um trato especial ao Centro. Enfim, tem várias ações que estamos fazendo. Esses são totens que queremos colocar no Centro, são semelhantes, enfim, para dar mais segurança. Não tem como revitalizar o Centro sem dar segurança. Ninguém vem para o Centro com medo de ser assaltado ou sofrer alguma violência. E por último um projeto que está pronto, já está com autorização do Prefeito, vamos mandar para a Câmara, com a criação de um polo histórico, cultural, gastronômico e de lazer ao Centro Histórico. Aqui as fotos de alguns prédios que estão abandonados, mas que eu acho que são belíssimos. Aqui a Confeitaria Rocco, que estão merecendo uma atenção no poder público, né? Isso aqui é na Salgado Filho, na Independência, aqui na Cel. Vicente. Qual a ideia? É isentar todos os impostos e taxas do município para quem em um desses prédios que tem um valor histórico e arquitetônico, voltar a qualquer dessas atividades, que nós estamos elencando ainda, primeiro se comprometendo a preservar o prédio, mantendo de forma adequada e também colocar alguma atividade que possa representar um diferencial para o Centro Histórico. Quero mais um minutinho dos senhores, porque eu queria apresentar outra... Eu falei antes que as preocupações anteriores eram com as questões do dia a dia, questões do Centro, de espaços urbanos, revitalização de áreas degradadas, revitalização de prédios abandonados, mal cuidados ou com uma iluminação ineficiente, como os caminhos... Como é o nome? Caminho dos Antiquários. Vários eventos que eram organizados aqui, que era aos sábados, uma maravilha, mas que foram abandonados, conseguimos reativá-los, mas paralelo a isso nós achamos que tem que cuidar das questões elementares do dia a dia de cada um dos cidadãos de Porto Alegre. Então, nós dividimos a nossa ação em duas etapas, uma a médio e longo prazo, que são projetos de grande relevância para o Centro Histórico, mas vamos começar, já começamos em pequenas ações que queremos... Vocês estão vendo? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Não, esta a tela antiga da Avenida Mauá ainda. **Cezar Augusto Schirmer, Secretário Municipal de Planejamento e Assuntos Estratégicos – SMPAE:** Então, estava falando que dividimos em duas etapas, uma de grandes e médios projetos, enfim, de maior relevância, de maior custo, que nós queremos a médio e longo prazo, mas nós já estamos conversando com pequenas ações do dia a dia e queremos vê-las fortificando em até 120 dias e ter continuidade. Então, nós faremos um gabinete de gestão integrada, com as secretarias e órgãos da administração indireta que tenha qualquer interface com o Centro Histórico, para que nós nos reunamos uma vez por mês para discutir ações no Centro de forma integrada. Cada secretaria ou órgão da administração indica uma pessoa que é o ponto focal em cada um desses órgãos para nos reunir de forma mais amiúde.

Estamos trabalhando nas seguintes questões, segurança pública, porque segurança é essencial, eu acho que é o que mais rapidamente pode nos dar uma resposta. Também limpeza de paredes e pichações, pintura de viadutos e já começou, retirada de cartazes. Atenção ao vandalismo, porque tem muitas obras de arte no Centro que foram vandalizadas e estão sendo vandalizadas. E não é só no Centro, é um problema do Brasil. A reestruturação dessas placas de sinalização, a iluminação pública e a iluminação cênica. Também as podas e elevações das copas das árvores, o problema da iluminação e que às vezes a copa da árvore está embaixo de uma lâmpada e ela filtra. Portanto, a iluminação é inadequada. Então, tem que discutir a copa e a iluminação de tal forma que elas sejam compatíveis, iluminando e a árvore sendo protegida e protegendo. A questão do calçamento, nós queremos fazer uma operação nas calçadas, ao menos para eliminar muitos problemas do dia a dia, até que se tenha uma política definitiva para as calçadas do Centro Histórico, padronizando-os. Tapumes de obra, limpeza urbana e recolhimento de lixo. E criamos um grupo de intervenção rápida, se tem um lixo em uma rua “x” e não foi recolhido e tal, esse grupo fica de prontidão. Então, ele pode agir imediatamente, se tem uma lâmpada com problema, ao invés de entrar no 156, ficar esperando que leve 10 dias, 48 horas para resolver, nós vamos resolver. Então, isso vai criando um ambiente no Centro de efetiva mudança, de atenção nas questões do dia a dia. Por fim, claro, é um assunto que tem que Sr tratado com muito cuidado, que são os moradores de rua e comércio ilegal. Morador de rua, houve um crescimento muito relevante em função da pandemia e da situação econômica do país nos últimos anos, mas, obviamente, que essas pessoas têm que ser tratadas com respeito e dignidade. Então, tem que envolver outras secretarias, sobretudo, Desenvolvimento Social e de Desenvolvimento Econômico. E junto o comércio ilegal, também um problema grave, não tem como arrumar o Centro de forma adequada convivendo com aquelas fotos que eu mostrei aí. Claro, são problemas sócias e de diferentes naturezas, tem que ter um tratamento adequado e é isso que estamos pensando de como conduzir, de tal forma a buscar dar condições de vida digna a essas pessoas, mas não da forma como está acontecendo hoje no Centro de Porto Alegre. Enfim, aqui está a programação dessas pessoas que fiz referência, já estão em operação algumas delas, aqui também já estamos trabalhando essa limpeza de pichação. Não sei se vocês sabem, esses tênis ou sapatos que penduram ali, isso aí tem um significado, isso aí é sinalizador de que o ponto é de alguém, ou traficante, ou comércio irregular. Nisso também vamos ter que dar um jeito. Aqui a questão da poda inadequada no Centro, as calçadas que nós queremos rapidamente minimizar esse problema. Aqui já falei... Enfim, são ações que vão logo começar. As obras do quadrilátero que também já estão em processo de licitação, as do DMAE já foram licitadas, também o esqueletão, que já estamos assinando para a UFRGS um acordo no sentido de uma perícia, um laudo conclusivo sobre a estrutura daquele prédio. Vamos dar um destino a ele. Estamos com a pintura do Mercado Público, que já saiu o edital para a empresa para pintar o Mercado por dentro e por fora, vamos revitalizar todo o Mercado. A recuperação da Praça Montevidéu e da Rua da Ladeira, que já aconteceu e mais o muro da Mauá, que não depende só de nós. O chafariz do Mercado, que nós vamos conseguir recuperá-lo, também o mobiliário urbano que nós já estamos trabalhando nessa direção, embora não de forma conclusiva. E no médio prazo, isso nós vamos ter tempo para trabalhar o que fazer. Enfim, era isso que eu queria apresentar a senhoras e senhores, abstraindo a questão do Plano Diretor, que não é da minha competência, é da competência do Germano e vem sendo conduzida com muita propriedade por ele. As demais questões envolvem o dia a dia do Centro, envolve questões relevantes, não se muda uma cidade só mudando o Plano Diretor, mas se muda por um processo que tem diferentes naturezas e esse não pode ser um processo de cima para

baixo, não pode ser só da Prefeitura, porque se fosse só da Prefeitura estaria condenado ao fracasso, ele tem que ser o despertar de um sentimento de pertencimento coletivo e um desejo efetivo de transformação. O Centro Histórico de Porto Alegre é potencialmente muito bonito. Olha, eu tenho andado muito no Centro a pé e a cada dia olhando para cima e para os lados me surpreendo com coisas belíssimas que eu não conhecia ou que eu não lembrava, e certamente como eu outras tantas milhares de porto-alegrense não pessoas que não identificam tanta beleza potencial e tantas possibilidades. Eu fico pensando no Centro Porto Alegre também do ponto de vista do turismo, 85 a 90% dos turistas que chegam no Aeroporto Salgado Filho em direção à Gramado e a serra não têm a curiosidade de entrar no Centro Porto Alegre. Por que razão isso aí? Imagina você ir Rio de Janeiro, dede no Galeão e quer ir a Búzios, mas mesmo não conhecendo o Rio não tem nenhum interesse de ficar um dia no Rio de Janeiro. Então, também essa é uma questão relevante, um componente econômico no sentido de revitalizar não só a economia, mas para pessoas que se sintam atraídas, ou em viver no Centro, ou trabalhar no Centro, ou ter alguma atividade econômica, gastronômica, cultural no Centro e que dê vida a esses espaços tão bonitos, que, infelizmente, Porto Alegre está perdendo de dar uma dimensão muito maior do que tem hoje e que já teve até no passado. Então, muito obrigado a todos. Obrigado, Germano, pela atenção e me permitir este contato. Obviamente que a nossa querida não se conclui hoje. Eu estou aberto aqui a conversar com quem quer que seja, a hora que quiser, como quiser, para recolher sugestões. Eu tenho me encontrado muito com diferentes instituições que têm algum envolvimento direto e indireto com o Centro. Muitas pessoas aqui que eu estou avistando já tive ocasião de encontrar em outras circunstâncias, mas, obviamente, que eu gostaria muito de ouvi-los, não precisa ser necessariamente agora, mas em qualquer momento que os senhores e as senhoras acharam que podem dar uma contribuição, fazer alguma sugestão, uma crítica, enfim. Essa questões não pertencem só ao governo, pertence a todos nós, porque estamos tratando de uma área que pode significar a melhoria da qualidade de vida de toda a população, não só do Centro, mas de Porto Alegre, da Grande Porto Alegre, do Rio Grande do Sul. Então, muito obrigado a todos. Obrigado, Germano. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Secretário Schirmer, pela apresentação. Parabenizar pela iniciativa, a gente sabe que é desafiador mesmo, Secretário, tem muitos problemas trazidos aqui, muitos desafios, mas eu vejo muita a sua experiência e muita habilidade em construir, conduzir junto com as secretarias, né? Eu acho que se a gente conseguir, e o Secretário tem toda essa habilidade em fazer essas pontes entre as diversas secretarias, a gente conectar em um objetivo comum aí, nós vamos ter grande êxito na qualificação do Centro. Então, era preciso essa liderança, essa liderança política para fazer esse direcionamento de ações em prol desse objetivo comum, que é transformar o nosso Centro. Tem potencialidades gigantescas, é só a gente trabalhar de forma conjunta e assertiva que nós vamos, sem dúvida, transformar o nosso Centro e a nossa Secretaria é parceira. Estou bem feliz com a vinda do Glênio, queria salvar, que eu acho que está aí por perto. A Isabel também, que são técnicos muito qualificados e que vão agregar muito ao time, que conhecem a estrutura. Então, seja bem-vindo, Glênio, que está retornando para a administração, que já foi um grande ator protagonista de processos transformadores da cidade, participou e qualificou em diversas oportunidades o Centro Histórico. Então, a Isabel também, queridona. Vamos juntos trabalhar para melhorarmos o nosso Centro Histórico. Este Conselho também, sem dúvida, vai fazer inúmeros esforços no sentido de contribuir. Eu vou oportunizar a fala, se me permite, Secretário, para os conselheiros que quiserem fazer algum questionamento. A gente tem aqui uma ordem de inscrição e consulto se tem mais algum Conselheiro inscrito

que gostaria de fazer algum questionamento, uma fala. Temos o Conselheiro Felisberto, a Conselheira Tânia e o Conselheiro Mark. Mais o Conselheiro Rafael Passos, o Conselheiro Adroaldo, Conselheiro Emerson. Mais alguém? Isso? Então, nesse sentido encerro a inscrição para as falas e oportunizo ao Conselheiro Felisberto pelo período de 3 minutos para fazer uso da palavra. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa noite, Secretário. Boa noite, Secretário Cezar Schirmer. Nós já nos encontramos em várias oportunidades e eu entendo que é importante a gente ter uma visão do centro de inclusão e não de exclusão. O que eu quero dizer com inclusão? Incluir todos os atores que fazer a dinâmica do Centro, desde os ambulantes que são tratados como comércio ilegal. Mas, no meu ponto de vista, não é ilegal, é uma luta pela sobrevivência em virtude de várias razões e agora muito mais pela razão da pandemia. Então, deve ser tratado com outro olhar, não é levar para um camelódromo que vai resolver a questão dos ambulantes, a questão é econômica e de sobrevivência muitas vezes, que não é avaliada, pensam que é botar no espaço e está resolvido o problema. Não é isso, um ambulante deve ter outro olhar e deve ser chamado e eles terem a sai própria ideia de como querem construir uma alternativa, viabilizado com o comércio, vamos dizer, legal, que depois das 8 horas é completamente morto no centro. Não há vida no Centro depois das 8 horas, principalmente da Caldas Júnior em direção a Senhor dos Passos, que é um lugar praticamente sem vida, a não ser as pessoas que transitam saindo do seu trabalho para pegar o ônibus, para se deslocar. Outro aspecto é a habitação de interesse social. O senhor levantou muito bem, os prédios abandonados, mas é impressionante, porque os prédios são públicos e não têm nenhuma destinação. Então, poderia ser muito bem viabilizado para habitação de interesse social, poderia ser através de cooperativa, através de outras buscas de parceria com o privado, aí eu incluo que as cooperativas são de cidadãos e é uma iniciativa privada, não é uma iniciativa publica. Então, eu vejo isso como um trabalho que deve ser feito. A questão do alargamento das calçadas eu acho importantíssimo, eu acho que abrir a rua com o alargamento da calçada, principalmente naquele trajeto que vai da Caldas Júnior até a Marechal Floriano. Não é admissível que aquilo fique fechado, tem que ter um controle durante o dia, com o alargamento das calçadas, mas propiciar a possibilidade de caros transitarem ali, como tem na Borges de Medeiros em direção da Salgado Filho, em direção ao Mercado Público. Em determinado horário são permitidos os carros transitarem. Então, eu acho que isso é um processo de melhoria do Centro. Outra questão que me parece importante é a questão das praças. Eu como morador do Centro há mais de 60 anos, a maioria dos habitantes moram em torno das praças. E aí cito duas que me vieram agora à cabeça, a Praça Argentina ou a Conde de Porto Alegre, que são próximas uma da outra, tem muitos moradores ali, e aí eu agrego o pessoal que mora na Salgado Filho e a Brigadeiro Sampaio. Ali começa o trajeto do povo negro. Em nenhum momento, Secretário, houve menção a toda essa etnia e toda a arqueologia que deve ser pesquisada com a passagem dos povos indígenas bem no Centro da nossa cidade. Nós não podemos esquecer disso, eles estão esquecidos. (Sinalização de tempo esgotado). Já estou concluindo, Secretário. E quero dizer que a RGP 1 tem um plano popular de ação e nós colocamos à disposição para apresentar uma oportunidade assim que for possível. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto, pela fala. Na sequência a Conselheira Tânia inscrita. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Boa noite a todos. Boa noite, Secretário Cezar Schirmer. Eu Sou representante da Região 4 de Planejamento e gostaria de fazer umas três indagações aqui ao senhor. O senhor falou diversas vezes e mostrou o descaso da Prefeitura de Porto Alegre com relação ao

patrimônio arquitetônico, cultural e humano da Cidade de Porto Alegre. O Felisberto, inclusive, citou também alguns atores do Centro, o senhor também citou alguns atores, os carroceiros que moram nas ruas do Centro e trabalham ali no Centro. Então, nós gostaríamos de fazer uma pergunta ao senhor com relação a essas pessoas que moram no Centro da cidade e que circulam, que trabalham por ali, a gente sabe que muitos deles por conta de dificuldades financeiras, falta de emprego, eles perderam suas residências e moram no Centro, trabalham por ali mesmo. Então, a gente gostaria de saber o que vai ser feito com relação a esses moradores, né? Se já foi pensado um plano, quando se fala em plano de revitalização, se fala muito em arquitetônico, estrutural, cultural da cidade, embelezamento da cidade, e essas pessoas que moram ali, que habitam ali no Centro, isso é bem importante. A gente gostaria de saber o que vai ser feito com essas pessoas. E também outra coisa que é bem importante, os trabalhadores, a gente sabe que os trabalhadores de Porto Alegre são os que movimentam a máquina do Estado. A gente sabe que eles moram muito distantes, a maioria mora nos confins da Cidade de Porto Alegre. O que vai ser feito com relação a essa classe de trabalhadores C e D que precisam se locomover a grandes distâncias, né? Gerando, como bem se sabe, um grave problema viário da Cidade de Porto Alegre. Então, a gente gostaria de saber o que vai ser feito com relação à moradia dessas pessoas, porque até, então, se falou em moradia, mas e pensando normalmente classe A. Esses moradores que trabalham precisam se locomover, seria interessante que também fosse disponibilizado moradia para essas pessoas que trabalham na cidade. Outra coisa são os moradores de rua, que a gente sabe que eles trabalham e moram nas ruas da cidade. O Secretário mesmo citou que existem várias dessas pessoas que moram na cidade e nas ruas da cidade, né? Então, o que vai ser feito com relação a essas pessoas. Outra pergunta é sobre os prédios abandonados da Prefeitura, que a gente bem sabe que na gestão passada teve uma listagem com mais de 3.500 imóveis que estavam abandonados e sucateados que fazem parte da Prefeitura, que na época o Prefeito estava negociando com as grandes construtoras esses prédios abandonados. E a gente gostaria de saber se já existe tem um projeto para transformar algum desses prédios, como o Felisberto bem falou, em habitação de interesse social, que a gente sabe que tem um prédio desses que está abandonado há mais de 20 anos, que foi trabalhado por uma cooperativa, a Vinte de Novembro, para transformar aquele prédio em habitação de interesse social. Ele foi para o Governo Federal e ele parou as negociações, conseguiram financiamento da Caixa e está tudo muito parado. Então, a gente gostaria de saber se tem o projeto com relação a isso, falando de revitalização do Centro da cidade. É isso, muito obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Tânia, pela contribuição. Na sequência a gente tem o Conselheiro Mark inscrito. Secretário, eu vou fazer a rodada dos conselheiros e depois eu lhe oportunizo para uma fala final, porque aqui é um espaço também de contribuições, de falas diversas. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Boa noite, Secretário Schirmer, Secretário Germano, os colegas que nos acompanham nesta noite. É importante, este ano nós temos aqui no CMDUA escutado muitas apresentações sistematizadas sobre o Centro de Porto Alegre. E essa também é uma importante contribuição para o nosso conhecimento como conselheiros da cidade, do CMDUA. O senhor menciona a certa altura um plano diretor para o Centro Histórico. Então, seria uma segmentação do que nós temos discutido para a cidade como um todo, né? Um plano diretor específico para o Centro Histórico, o que para nós também como conselheiros é uma novidade, é uma questão interessante de se tratar, o Centro Histórico de Porto Alegre com algumas medidas especiais, com alguns cuidados, mas é importante que isso

seja trazido para este fórum do CMDUA. Eu vi o início da sua apresentação em forma de uma cidade abandonada, espaços destruídos degradados. É realmente assistir isso de Porto Alegre, o senhor mencionou que nós nos acostumamos ao feio, né? E de fato todo este conjunto de fotos, que são muito conhecidas do nosso cotidiano, a gente passa por ali, como a gente não fotografa, a nossa mente registra aquilo e é um quadro muito aterrador, um quadro muito feio pelo que o senhor apresenta, que é do conhecimento geral de nós todos, né? Mas que é um início que não dá perspectivas, aparentemente não há perspectivas de solução, Secretário. Aí o senhor mencionou, o que eu acho importante, um projeto de revitalização para o Centro de Porto Alegre, eu vejo que ele seria intensivo em trabalho, ele poderia empregar muita gente. Isso seria uma coisa muito importante se nós pudéssemos casar a necessidade de recuperação do Centro Histórico de Porto Alegre e casar isso com um programa de emprego intensivo, de força de trabalho que pudesse ajudar nessa missão, porque a listagem de coisas a fazer é impressionante. Poderia se gerar um grande programa de emprego, o que é muito necessário para a população porto-alegrense e dos arredores. E o senhor mencionou um chamamento público, porque, aparentemente, essa é uma missão ciclópica que a Prefeitura Municipal de Porto Alegre e algumas secretarias, mesmo irmanadas, mesmo com a potência de toda a modernização, é um grande programa de trabalho que precisa ser feito. Então, a minha questão é como o senhor nesse sentido convocaria, além das secretarias, a própria população interessada dos bairros, as associações que pudessem colaborar nesse projeto, além do empresariado que se somaria a isso, suponho eu, para que se pudesse ter um programa de revitalização que começasse por algum ponto... (Sinalização de tempo esgotado)... que nós pudéssemos ver que ele poderia avançar pouco a pouco a partir de alguns feitos relevantes, mesmo que pequenos, mas que mostrassem a revitalização da cidade para toda a comunidade. Obrigado e boa noite. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Mark, pela contribuição. Na sequência o Conselheiro Rafael Passos do IAB. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Boa noite. Boa noite, Secretários. Boa noite, colegas de conselho! Bom, primeiro uma pergunta, nas apresentações que nós temos visto por parte da equipe se fala em programa, na sua apresentação, Secretário, se fala em plano diretor para o Centro. Então, a pergunta: é um programa ou é um plano diretor? Além disso, pelo menos com base, tanto na sua apresentação, e uma das manifestações que nós fizemos inclusive em nota técnica do IAB sobre o programa ou plano, enfim, ele carece ainda de tratar das questões fundamentais estruturadoras do Centro. Ele está ainda bastante no plano que visa o embelezamento e o embelezamento de uma maneira, digamos assim por melhor que se faça um projeto se exige sempre manutenção, etc. e tal. E a troca de manutenção por mais adensamento não nos parece proporcional entre o que se oferece e as contrapartidas que virão. Ou seja, as contrapartidas precisam tratar das questões estruturadoras do Centro. De alguma maneira o senhor trouxe algumas questões relativas ao transporte, Secretário, e eu me coloco aqui e coloco o IAB solidário a isso. O que nós precisamos é mudar a mentalidade dos empresários do transporte público da capital, eles têm que compreender que mundialmente o transbordo e etc., são ações fundamentais para a melhoria do nosso transporte. Vamos ver o que a Prefeitura vai apresentar, de repente vem nesse mesmo caminho, nessa mudança de mentalidade desse setor que me parece que precisa urgentemente dessa mudança. A questão da habitação de interesse social, eu gostaria de saber se nesse projeto que estaria pronto, dirigido ao patrimônio, habitação de interesse social estaria incluída, porque para nós do IAB a questão da habitação de interesse social em áreas centrais é fundamental. Eu diria que assim, entre todos esses exemplos

internacionais que o senhor traz também há muitos exemplos internacionais de promoção de habitação de interesse social em centros urbanos, em áreas centrais urbanas, inclusive. Inclusive, aproveitando edifícios do patrimônio público, mas não só, que tenha interesse histórico, né? Isso seria muito importante. E também cotas, Nova Iorque usa isso, as cidades da Europa têm usado isso, cotas nas edificações novas, por exemplo, ou nessas que vão ser, digamos, dentro do programa, vão ser objetos de incentivo para a sua mudança de uso. Poderia envolver aí uma cota para habitação de interesse social, por que isso contribuiria em muito para resolver um problema da cidade, que é o custo de vida da população mais pobre que mora muito longe dos locais de serviço, dos locais de trabalho, dos locais de atratividade da cidade. Eles são os que mais sofrem com o preço da tarifa urbana, do transporte público. A questão das pessoas em situação de rua, eu estou me dirigindo mais ao que o senhor trouxe, porque tudo que já foi apresentado pela a equipe a gente já se manifestou. Pessoa em situação de rua, acho que são importantes soluções que reconheçam essa realidade e busquem soluções, como já foi trazido aqui, para renda, etc., porque não basta tratarmos com respeito, muito menos – com licença, retirem-se! Porque se ele se retira daqui para algum lugar ele vai, esse problema não some, precisa de uma solução real. E o comércio que o senhor chama de ilegal, porque nem todo comércio de rua é ilegal, a não ser que estejamos tratando somente do comércio ilegal, parece que o Centro Popular de Compras não atingiu o seu objetivo. Então, a gente precisa tratar nesse programa do Centro de soluções que reconheçam que o comércio de rua existe e que não vai para uma edificação e se ele for outro vai ocupar o seu lugar. Então, nós precisamos para as ruas do Centro e organizar o comércio de rua nas ruas, porque esse é o lugar dele. E há espaço, democraticamente, para todos, eu acredito muito nisso, que esse comércio possa contribuir. Por último, Secretário, eu como arquiteto fico me perguntando assim, uma coisa é a gente aproveitar uma infraestrutura já existente, como o High Line Park, para ao invés de demoli-lo nós vamos fazer um parque linear. Outra coisa é nós pensarmos em construir um parque elevado, eu considero um pouco inusitado e não sei se seria o mais adequado de termos ali naquela região, inclusive, a gente tem debatido nos workshops, nas oficinas que tivemos aí do Cais, algumas soluções talvez mais interessantes que possam ser integradas aí. Era isso. Uma boa noite. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Rafael Passos, pela contribuição. Na sequência inscrito o Conselheiro Adroaldo. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Boa noite a todos. Boa noite, Secretário. Bom, eu me inscrevi para dizer que eu achei interessante sim essa proposta para a cidade e já espero que o resto da cidade mais adiante também seja pensada. Nós aqui da RGP 2, principalmente ali no Humaitá e outros pontos da cidade, nós temos muitos prédios no 4º Distrito, temos muitos prédios carentes de cuidados, quase abandonados. Então, a gente está sempre na espera que surja algum projeto para essa área de recuperação e embelezamento da região, que faz parte da cidade como um todo. Então, eu queria colocar aqui o que eu achei interessante essa questão da questão do cuidado da cidade, que são os prédios que são mal cuidados. Realmente, o que o senhor mostrou aí, são coisas incríveis, quando a gente começa a olhar a gente imagina que não é Porto Alegre, que a gente está sempre preocupado com Porto Alegre. Poxa, eu moro em uma cidade dessas quase abandonadas aqui, né? A questão das obras, isso realmente é incrível, e o cuidado das calçadas. As calçadas, além do Centro da cidade, eu apoio, acho interessante, mas a cidade toda está precisando de um cuidado especial e a gente sabe que também tem que ser cuidadas pelo próprio morador. Quero frisar a questão da Voluntários, que é uma rua que todo mundo conhece, todo mundo vai lá no mercado da Voluntários da Pátria, que por

incrível que pareça talvez seja a rua mais mal cuidada da cidade, os prédios que estão ali estão muito ruins, precisando de reparo, a gente sabe disso. E acho interessante a gente criar um nome em algum momento aí, o coredor cultural da cidade, ali do centro. Ele é extenso, então, alguns corredores culturais onde levem à visitação de alguns pontos considerados turísticos. A questão da segurança para o centro, que realmente as pessoas não dirigem tanto ao Centro, principalmente famílias, porque não se sente seguras. Então, acho importante e ficou bem contemplada essa questão. E o que me interessa também, o senhor falou da rodoviária, o 4º Distrito, que a gente se preocupa bastante. Eu gostaria que quando tiver que discutir essa questão da rodoviária que a gente seja chamado, não só o conselheiro da região, mas toda aquela comunidade para contribuir para essa discussão. E por último, em relação ao embelezamento e do centro, tem que ser chamados, além dos moradores os comerciantes, porque é dali que eles tiram as oportunidades de negócios e apostam em colocar seus negócios no Centro. É necessário que eles ajudem a fazer a recuperação dos prédios. Então, essas ações integradas, o cuidado do Centro, o cuidado da cidade também deveria buscar o apoio das entidades culturais. É uma coisa interessante, eu seu que o senhor falou, mas também não é demais a parceria com as entidades culturais, que nós temos bastante, que ajudassem a fazer esse mutirão de recuperação e já fosse oportunizado para que eles ocupem as (Inaudível). Eu quero falar dois aqui, o Viaduto Otávio Rocha, é um filho para Porto Alegre e acaba sendo mal cuidado, tanto para quem frequenta, passa por ali, mas também para quem utiliza aquelas lojas ali do viaduto Otávio Rocha. Não sei se há falta de interesse ou falta de conversa com eles. (Sinalização de tempo esgotado). E aquela Praça Otávio Rocha, que eu sei que foi feita uma recuperação, que tem um coreto em cima, os banheiros ali embaixo, foi recuperado. Ali acabou quase que se perdendo porque não houve uma utilização para aquele espaço ali. A última sugestão, que eu sei que o senhor tem muitas já, é faze rum material de campanha para divulgação para toda a cidade de todo esse projeto que o senhor tem aí, que vai fazer ou pretende fazer, qual o objetivo de toda essa iniciativa e que todos desde agora colaborem, tanto no cuidado como ajudar em fazer. realmente, se não tem uma colaboração de todos não podemos levar essa experiência do centro para os nossos bairros mais adiante. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Adroaldo. Conselheiro Emerson inscrito. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Boa noite, Secretário Schirmer. Boa noite, Presidente, conselheiros e conselheiras. Vou sintetizar em algumas perguntas aqui a questão da revitalização do Centro Histórico, que pela apresentação nós visualizamos uma série de esforços coletivos que vão ter que se dar nesse tempo aí, envolvendo o poder público, muitas vezes até o poder público estadual, parlamentos. Tem algumas situações que vão depender também do parlamento, seja municipal ou estadual, iniciativa privada e comunidade. Então, várias comunidades, porque a gente sabe que o Centro tem uma série de associações que compõem o Centro, ações e outras entidades que defendem o bem-estar do Centro Histórico. Quero perguntar também em relação à garantia de recursos para o atendimento dessas ações. A gente sabe que vai partir de muitas contrapartidas, mas qual vai ser a iniciativa de recursos que o município que vai prever para atender essas ações. A gente sabe que é uma série de serviços e demandas que vão ser atendidas dentro desse levantamento e esse planejamento estratégico. A estimativa de tempo, como é que nós vamos trabalhar com essa revitalização na estimativa de tempo, sabendo que um processo desse não termina em quatro anos, né? nós temos que prever que seja uma política de estado, onde outras gestões, independente de quem vir a governar Porto Alegre

possa dar o andamento disso, senão nós vamos engessar o processo, vai se basear em 3, 4, 8, 10 anos. A gente sabe que esse processo vai ter uma duração grande. Então, essa política de estado é importante e se tem algum recurso também previsto no PPA – Plano Plurianual para atender essa revitalização? E para concluir, a participação da Região Centro do Orçamento Participativo, seria importante também abrir uma discussão, porque tem várias demandas que poderiam ser apresentadas e inseridas junto a essa sistemática que está sendo apresentada pelo Secretário. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Emerson, do Orçamento Participativo. Conselheiro Professor Rômulo da UFRGS, último inscrito. **Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Boa noite, Secretários. Boa noite, colegas do Conselho. Eu gostaria também de colocar algumas palavrinhas a respeito do que foi mostrado, também do que a gente já sabia em relação a apresentações anteriores e iniciativas. Assim o problema do Centro como problema da cidade é um problema de grande magnitude, não é pelo fato de ser menor geograficamente, que o problema é menor que o resto da cidade. São problemas de grande complexidade e basicamente sistêmicos, ou seja, são causas de outras e são consequências de outras. Então, há um processo circular muito difícil de ser manejado. Nesse sentido, eu gostei da estratégia que o Secretário está delineando, que é começar pelas coisas mais simples, porque é aquela história do Giuliane lá, das janelas quebradas. Quer dizer, o Centro está degradado pela passagem do tempo, pelo uso intenso que todas as coisas têm, mas também pelo desleixo, porque as pessoas não cuidam do Centro da cidade, os usuários não tem... Então, há um conjunto de coisas que umas reforçam as outras. E essa ideia, provavelmente não é a única, mas eu acho que é uma estratégia boa de começar pela correção das coisas mais ao alcance da mão, de mais curto prazo e de maior visibilidade. Então, essas coisas podem, como aconteceu em Nova Iorque, não são *ad aeternum*, mas podem ser duradouras de fazer com que o astral geral das coisas mude e a atitude das pessoas mudem, que isso possa trazer aos poucos uma ação mais substantiva, não apenas das autoridades e entidades, mas das pessoas mesmo, com que deixem de jogar o papel no chão, que deixem de pichar, de sujar. Então, acho que esse é um caminho possível, não elimina outros, evidentemente, mas depende de uma continuidade. Então, eu fiquei muito interessado em saber das coisas de médio prazo. Então, essa ideia de ter um encadeamento, de ter um horizonte de mais curto prazo, focado em coisas possíveis, realizáveis pelo protagonismo da própria Prefeitura e ter coisas de mais longo prazo que possam e que dependam de outras articulações, de um tempo maior, de recursos maiores, inclusive, que venham nessa sequência. Outra coisa que eu julguei ter visto na apresentação do Secretário é essa ideia que me parece muito apropriada, que também é sistêmica, digamos assim, depende de outras coisas, que é o fato de que a cidade não é a única e a última e a principal responsável pelos grandes problemas, tipo pobreza, degradação ambiental, essas coisas todas transcendem de certa forma a cidade, se manifestam na cidade, mas não são, necessariamente, solúveis apenas no âmbito da cidade. Então, assim, no sentido de realismo do que pode ser feito, aquilo que é viável e aquilo que é alcançável na composição de um programa desse, que, necessariamente, vai ultrapassar provavelmente o período do atual governo, mas que tem que se enraizar de alguma forma e fazer com que essas coisas se prolonguem e se multipliquem, que se ramifiquem. Então, assim, eu acho que é um bom começo, é uma forma sensata e manejável, vamos dizer assim. Há um protagonismo da Prefeitura, isso é uma coisa importante, não vão ficar esperando que – Ah, vamos fazer uma assembleia, vamos chamar a população, vamos chamar todos. Não, nós temos uma proposta, essa proposta pode ser eventualmente modificada ou ampliada pelo acoplamento de novos

agentes e novos participes, mas há um rumo, há um elenco de coisas que eu acho que isso é uma iniciativa muito boa. Obrigado, era isso. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Professor Rômulo pela contribuição. Acho muito bem, a fala do professor sintetizou um pouco e até aproveitando a fala do Professor Rômulo, antes de passar o microfone ao Secretário Schirmer para fazer a sua fala final, respondendo na medida do possível aos questionamentos levantados, eu uso a fala do Professor Rômulo um pouco para responder ao que o Conselheiro Rafael Passos, o Conselheiro Mark questionaram sobre essa confusão talvez que pode haver de nomenclatura sobre o plano diretor específico para Centro ou programa, né? O que nós temos aqui, Professor Rômulo? Existem as ações, existe a liderança do Secretário Schirmer, o Prefeito designou ele o Prefeito do Centro Histórico para liderar essa integração entre as diversas secretarias e fazer de fato essas ações mais emergenciais, assertivas, no sentido de transformar o nosso Centro Histórico. E existe o programa, o que foi apresentado neste Conselho, que foi feita uma consulta pública, que vai ser novamente apresentado ainda no início, no mês de julho aqui, a consolidação da proposta, que é o programa de fato de reabilitação do Centro Histórico. Esse é o nome técnico adequado para aquilo que popularmente se tem chamado na imprensa e o pessoal tem usado como plano diretor específico do Centro, porque ele vai dar um regime específico para o Centro. Então, ele é chamado, mais conhecido popularmente como o plano diretor específico para o Centro Histórico, mas dentro do nosso enquadramento legal, dentro do nosso Plano Diretor, que é o instrumento básico da política urbana do município, o Plano Diretor previu que para determinados territórios, para regiões da cidade, a administração pública, a gestão, o executivo pode propor criar um programa específico para aquele território, para desenvolver aquele território e nesse sentido, então, pode flexibilizar algumas regras, trazer uma política de incentivos, de instrumentos que viabilizem isso. Então, urbanisticamente, tecnicamente, seguindo os ditames do Plano Diretor, nós criamos esse programa urbanístico de reabilitação do Centro Histórico. E ali a gente criou um modelo que vai se desenvolver ao longo dos anos, não vai imediatamente se transformar, porque depende muito também da iniciativa privada, por responder por esse programa. Ali a gente criou, então, um modelo urbanístico, econômico e jurídico que viabilize a transformação ao longo dos anos pela via da própria iniciativa privada. É nesse programa, Rafael Passos, que a gente pensa na produção de habitação, de como nós vamos estimular o desenvolvimento e habitação, de produzir, de levar a população para o Centro, que a gente recicla aquela área mais comercial, que hoje a gente tem ali e que está sofrendo vários problemas em função do e-commerce, o trabalho remoto, mas que a gente possa transformar isso e levar a população para o Centro. E isso tem que acontecer por meio de um programa específico, um programa urbanístico, as questões urbanísticas de Plano Diretor têm que ser revistas para a gente poder estimular e desenvolver aquilo ali. Então, só para ficar bem claro um pouquinho dessa distinção daquilo que vocês conhecem, da apresentação inicial que foi feita aqui, do Programa de Reabilitação do Centro Histórico, com o programa apresentado pelo Secretário Schirmer, liderando essas ações mais emergenciais e que está com essa responsabilidade de coordenar as diversas secretarias. Nesse sentido a transformação. Então, a nossa Secretaria aqui de Urbanismo Meio Ambiente e Sustentabilidade está propondo esse programa de reabilitação para atingir aos objetivos urbanísticos, criar um modelo de financiamento dessas futuras intervenções e que vai se conectar, vai se casar com o trabalho aí do Secretário Schirmer com essas ações mais pontuais de fato de transformação do território, de todos os equipamentos públicos que a gente tem no Centro. Secretário Schirmer, eu lhe oportunizo a fala para complementar o que foi colocado pelos conselheiros, as dúvidas. Eu sei que foi colocada

muita coisa aqui, daqui a pouco não consegue responder tudo, mas fique à vontade para sintetizar na medida do possível o que foi levantado aqui, Secretário. **Cezar Augusto Schirmer, Secretário Municipal de Planejamento e Assuntos Estratégicos – SMPAE:** Obrigado, Germano, pela orientação e a precisão da resposta. Primeiro queria agradecer muito às contribuições que foram dadas. Em tese não há nenhuma divergência, aliás, acho que quase tudo é convergente aqui entre as manifestações que foram colocadas e aquilo que estamos pensando. Eu só queria falar pela primeira manifestação, o Felisberto eu já tive o prazer de encontrar em duas ou três reuniões para tratar dessa questão. Eu recebi contribuições bem significativas nas reuniões que tivemos juntos. Eu apenas queria fazer um pequeno registro, que permeou muitas das contribuições que foram feitas, relativamente ao comércio ilegal. É claro que essa é uma questão grave, não é só de Porto Alegre, é um problema de médias e grandes cidades do Brasil, isso tem um componente social que tem que ser considerado e é claro que o nosso governo está considerando sim. Vamos considerar e vamos tratar com respeito que a dignidade das pessoas merecem, mas eu queria agregar aqui uma questão que é relevante, e eu fui Secretário de Segurança do Estado, portanto, posso dar um depoimento nessa área. Muitas dessas pessoas que trabalham aqui no Centro Histórico de Porto Alegre, que são camelôs, que ocupam o espaço urbano para sobreviverem, essas pessoas são também vítimas, elas não são vítimas de uma sociedade desigual como é a sociedade civil brasileira, elas são vítimas também de atravessadores. São gangues organizadas de contrabandistas, de comércio ilícito e que partem com mais valia para cima dessas pessoas, porque eles trabalham de dia para comer à noite. E quem ganha realmente são os que fornecem os produtos que eles vendem na rua. Então, eu sei que tem que ter uma visão benevolente e atenta a essa realidade, porque afinal essas pessoas estão ali fazendo um esforço de sobrevivência, mas elas não são só vítimas de uma sociedade desigual, são também vítimas de exploradores que ganham muito em cima delas. Então, queria fazer essa ponderação, porque tem que considerar também esse aspecto, essas pessoas realmente precisam ter um ganho, mas elas são vítimas e vítimas de gente que ganha muito dinheiro colocando essas pessoas na rua, dando um troquinho para sobreviverem e ganhando muito pela omissão do poder público, também no que diz respeito à segurança pública. São atravessadores, são exploradores, são sonegadores e eu não me refiro aos que vendem, são os que fornecem o produto. Então, eu só queria fazer essa ponderação, porque tem que considerar também esse lado. É claro que nós estamos preocupados com a vida das pessoas, com a dignidade das pessoas, isso é muito relevante, tem todo um passado de longa vida pública atento a desigualdades, enfim, mas também tem um olhar do que muitas vezes está atrás da desigualdade, que não é só fruto da sociedade desigual, mas é de vigaristas. Também o Felisberto falou outras questões, sobre os prédios desocupados. Nós estamos concluindo o levantamento de todos os prédios públicos municipais, estaduais e federais desocupados ou abandonados no Centro Histórico. Surpreendentemente, é muito mais do que parece, eu citei dois ou três, tem esse federal aqui ao lado da Prefeitura, da Previdência, tem mais ali na Ladeira um prédio que é do Estado, mas como esses têm outros tantos aqui no Centro Histórico abandonados e se degradando, degradando também o Centro, que podem ter uma destinação social adequada, né? Inclusive, de moradia. A Tânia também fez alguma manifestação sobre os moradores de rua e trabalhadores. Por óbvio, quanto mais próximo ao trabalho essas pessoas morarem melhor, mas tem que envolver o 4º Distrito, que é pouco adensável e que está muito próximo ao Centro, que o governo tem também uma ação destinada a essa área. Muitas das questões que foram colocadas aqui não estão na minha área de atenção e competência. O Prefeito me designou, como o Germano já disse, a uma coordenação das ações no Centro Histórico, mas muitas das questões aqui

formuladas não envolvem o Centro Histórico, envolve outras áreas da Prefeitura e eu não tenho habilitação, nem conhecimento específico para responder. Mas na questão da moradia, claro que tem que examinar o entorno do Centro Histórico também e eu me refiro especificamente ao 4º Distrito, que tem ali um potencial imenso e está próximo ao Centro, que poderia ter um tratamento relativamente à moradia mais adequada. O Mark falou do plano diretor específico do Centro Histórico, o Germano já falou sobre isso. É claro que o plano diretor é um regime urbanístico, não muda o Centro Histórico do dia para a noite, mas é um instrumento que o poder público utiliza para que o centro tenha uma destinação melhor. Hoje em dia, além dos terrenos baldios que tem no Centro, tem prédio que não tem valor arquitetônico, nem valor histórico, que estão abandonados, não exatamente abandonados, estão se degradando porque os proprietários não se sentem estimulados a dar uma destinação adequada a esses prédios, parece que estão esperando que caia mais um pouco para virar um terreno. E considerando que tem um regime construtivo no Centro, recuo frontal, recuo lateral, bom, o terreno se transforma em uma nesga, ninguém vai construir nada. Então, o plano diretor para o Centro Histórico, muito melhor do que eu, o Germano já falou, já expos aos senhores, não me cabe falar sobre esse assunto e nem quero falar, nem me sinto apto a entreter o diálogo aí com gente que conhece muito mais do que eu sobre esse assunto. O Mark também falou das fotos, que parece que não tem solução. Tem sim, eu mostrei as fotos para dizer que se tem foto feia, se tem coisas que nos desagradam, também mostrei lá no meio da minha exposição fotos muito bonitas que revelam. Eu quando ando no Centro não fico olhando o feio, eu fico olhando aquilo que pode se transformar em algo realmente muito bonito. E eu confesso aos senhores e senhoras aqui que eu sou um entusiasmado com o Centro Histórico de Porto Alegre, este Centro aqui uma vez revitalizado pode ser um notável instrumento de melhoria, de aqui de vida, não só das pessoas que vivem no Centro, mas de Porto Alegre, do Centro de Porto Alegre. Só vou dar um exemplo bem específico, bem próximo, nós falamos de desemprego, quantos empregos o Embarcadero gerou? No mínimo uns 250, 300. Então, imagina um Centro Histórico revitalizado o que pode significar em emprego, em renda? E eu sou daqueles que acha que quem tiver renda, trabalho, tiver a possibilidade de se sustentar com o seu trabalho e tiver moradia, tem metade dos seus problemas resolvidos. Eu não falo em educação e saúde, mas no dia a dia das pessoas é renda e moradia, o resto a gente vai levando, enquanto não se resolve definitivamente a estrutura que tanto constrange o nosso país. E a questão do Mark ainda, a questão do emprego, o governo tem um projeto de lei, já encaminhado à Câmara, um programa bem significativo de microcrédito, exatamente para estimular atividades nessa área. Também há uma ação no sentido da liberdade econômica para evitar essa burocracia brutal que impede as pessoas de desenvolver a sua criatividade, o seu microempreendedorismo. E também nós estamos examinando a possibilidade de frentes de trabalho, estamos vendo isso, porque não tem muita tradição nessa área, isso é uma possibilidade de estamos examinando na emergência, porque, realmente, uma sociedade com o 14 milhões de desempregados é uma sociedade condenada. Isso é de uma gravidade que a gente talvez não tem a dimensão. Trabalho, moradia e renda são essenciais se nós realmente quisermos ignorar as angústias porque passa a população, sobretudo a população mais carente no nosso país. O Rafael perguntou sobre programa e plano, o Germano já responder. O programa tem uma dimensão mais ampla que o Plano Diretor, o Plano Diretor é mais específico, mais regime urbanístico. Obviamente, podar uma árvore nós não vamos tratar isso no Plano Diretor ou a iluminação pública mais adequada, enfim, essas questões do dia a dia, que são mais políticas de ação específica, que são de diferentes áreas do governo. É fazê-las de forma integradas, não superpostas ou desarticuladas, não planejadas e não

coordenadas. Falou também de mudar a mentalidade das empresas de transporte, eu concordo plenamente com isso, não só as de Porto Alegre, mas as da Grande Porto Alegre. Infelizmente, o poder público historicamente se submete a esta ótica privada nessa área e não é de hoje, faz muito tempo. Eu me lembro do custo tarifário, que foi uma submissão do poder público a uma pressão das empresas de transporte coletivo. Então, faz muito tempo que esse é um problema que nos desafia. Bom, o Adroaldo falou de outros prédios abandonados, não só no Centro, ele falou da questão da segurança também, uma questão muito relevante. Concordo plenamente com a questão dos corredores culturais, já temos falado muito com o Secretário Gunter. E ainda ontem eu fui lá no Museu do Trabalho fazer uma visita, encontrei lá um rapaz, o Hugo, que é o presidente de uma associação, que cuida, que administra o Museu do Trabalho. Nós estamos tentando viabilizar uma reforma no museu, são problemas de um teatro antigo que tinha ali e que fica condenado, está fechado. O viaduto da Duque, nós já estamos com um projeto de engenharia pronto, faz muito tempo, é um projeto antigo. Nós estamos atualizando o orçamento e estamos em negociação com a companhia de fomento, um órgão que financia com a Prefeitura de Porto Alegre, para incluir um recurso pela desvalorização do real, poderia ficar disponível. Então, nós estamos trabalhando e é um objetivo do atual governo, quanto antes iniciar a recuperação desse viaduto, que é algo único no planeta, pela sua dimensão, pelo seu significado, pelo o que ele representa também. O Emerson falou sobre recursos, bem, estamos trabalhando em parceria. Por exemplo, a Fonte Talavera e a praça aqui na frente do Paço foram recuperados com recursos da iniciativa privada. Saiu um edital recente aqui da Prefeitura para ver uma empresa de tinta que queira nos doar tinta para pintar externa e internamente o Mercado. Já sabemos que tem empresas interessadas. E também aqui o muro da Mauá, em quando não se tem uma solução definitiva, que também foi lançado chamamento público para uma requalificação daquele espaço em troca de publicidade ali, até foi escolhida uma empresa que venceu o chamamento público. Enfim, tudo isso em parceria. O quadrilátero já está em processo licitatório, em andamento, mais para o viaduto, mais a Andradas. E também a Prefeitura adquiriu recentemente o CAPAFI, que é a capacidade de financiamento internacional, com aval do Governo Federal. Isso abre todas as possibilidades de financiamentos, nacionais e internacionais, para a Prefeitura de Porto Alegre, no limite muito significativo, um total de R$ 1 bilhão por ano. Portanto, bons projetos, eu possa assegurar, sobretudo para o Centro Histórico Porto Alegre, que é uma das metas do Prefeito. Claro que não é só isso, tem recurso já em andamento, estamos trabalhando para a drenagem, para a Voluntários da Pátria, para a Farrapos, para o 4º Distrito, para educação, também na ligação do Porto Seco. Enfim, eu não tenho tudo de cabeça, é uma área também da minha Secretaria, que é captação de recursos, mas até o dia 15 de julho nós temos que apresentar ao Banco Mundial uma nova proposta de financiamento. Estamos trabalhando naquilo que é possível para, imediatamente, no curto espaço de tempo de tempo apresentar. Então, eu queria repetir essa questão, bons projetos eu asseguro que não faltarão os recursos necessários, de uma forma ou de outra. Também o Emerson falou a questão de um programa de estado. Eu estou fazendo muitas dessas reuniões com a comunidade, o projeto de revitalização do Centro, programa, seja o nome que dê, não pode ser do Prefeito ou do Secretário, nem deste governo, ele tem que ser da população inteira, tem que ter um sentimento de pertencimento. Eu me lembro, logo que fui Prefeito de Santa Maria, fui falar com o (Inaudível) lá em Curitiba e Curituba é a cidade que mais separa o lixo no Brasil e no mundo. Eu perguntei – Como que você conseguiu isso aqui em Curitiba? E ele me disse uma coisa que eu não me esqueci – Tudo que tu quiseres que tenha êxito na tua cidade convença as crianças. Então, para concluir o que eu estou aqui falando e na linha do que formulou o Rômulo, são coisas mais simples.

Nós queremos fazer no Centro Histórico, que tem uma dimensão bem maior que o Centro Histórico, infelizmente a relação da população brasileira com as suas a cidades já foi muito melhor, acho que no passado as pessoas cuidavam mais do espaço público, o espaço urbano das cidades, cuidava da frente da sua casa com mais atenção e mais cuidado do que cuida hoje. É uma impressão que eu tenho. Então, a questão do Centro Histórico é um processo educativo, um processo de cidadania, é uma compreensão de que a cidade não é o que o Prefeito quer que ela seja. Claro que tem muita relevância o papel da administração, mas a cidade será o que nós quisermos que ela seja, cada qual dando a sua contribuição, a começar pelas questões menores, no jogar o lixo na rua, não largar o papel do picolé no chão, não deixar o pichador indevidamente pichar em espaços que não lhe pertence ou transformar o pichador em um grafiteiro e dando a ele o espaço para revelar a sua arte. Nós vamos começar isso nos próximos dias com os contêineres de lixo aqui no Centro. Nós vamos oferecer a grafiteiros, já fiz isso em Santa Maria e transformar aquilo que é uma coisa depreciada, que é o container do lixo em uma obra de arte. Por que não? Isso é criatividade, estimula também a participação comunitária. Então, essa visão de pertencimento, de cidadania, esse processo é educativo, de compreensão da relevância de cada cidadão no dia a dia da sua cidade, seja nas pequenas coisas, seja até uma empresa para dar um tratamento adequado à frente do seu espaço, pintar a sua loja, não botar uma propaganda de uma dimensão gigantesca que significa um mau uso da paisagem urbana em proveito próprio, enfim, das pequenas e grandes coisas. Então, este é um processo educativo relevante e na minha avaliação, do Prefeito Melo, vamos começar pelo Centro Histórico como um exemplo e isso vai espraiando aqui para as outras áreas de Porto Alegre, para outras áreas da região metropolitana. E como o Centro Histórico é o Centro Administrativo do Estado, vem um prefeito aqui e vê que melhorou aqui, melhorou e tal, vai levar para a sua cidade. Então, gostaria muito agradecer a cada um e a todos que manifestaram as suas opiniões e sugestões. Estou disponível sempre para receber sugestões e críticas, o nosso encontro não se esgota aqui, os senhores são muito bem-vindos. Eu acho que a participação significa compromisso, comprometimento. Nós estamos juntos, o Centro Histórico não pertence ao Prefeito e nem a mim, nem a ninguém, pertence a todos nós gaúchos e queremos um centro à altura da expressão que o nosso Estado teve e deve ter como pioneiro e vanguarda em tantas questões que dizem respeito ao Rio Grande do Sul e a Porto Alegre também. Então, muito obrigado a todos. Obrigado, Germano, pela acolhida. Eu estou inteiramente à disposição dos senhores. Quem quiser falar comigo pessoalmente ou virtualmente, pelo telefone, pelo WhatsApp, eu estou inteiramente à disposição. Meu WhatsApp... Olha a temeridade (Risos). Mas, por favor, não se constranjam, é o 98594-7790. Às vezes eu demoro um pouquinho, porque é tanto WhatsApp que às vezes eu vou até às 3 horas da madrugada respondendo, mas eu respondo, pode levar dois dias, às vezes um pouco mais de tempo mesmo, mas eu respondo. Então, muito obrigado a todos. Obrigado, Germano. Obrigado pelas colaborações e contribuições que foram oferecidas. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Secretário Schirmer, mais uma vez parabéns pela liderança, estamos apostando muito na iniciativa, na sua habilidade para conduzir um processo de transformação do Centro Histórico. A nossa Secretaria aqui é parceira, assim como estes conselheiros, todos temos o intuito de melhorar, de transformar a nossa cidade, especialmente aquela que é o início de tudo, o nosso Centro Histórico é referência, tem várias iniciativas nesse caminho. Então, seremos parceiros. São 20h14min, nós passamos um pouquinho no horário aqui. Agradeço a oportunidade do debate, do aprendizado, da troca. Saúdo a todos e desejo uma excelente noite. Até mais!

Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental – CMDUA, às 20h15min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia Costa Ribeiro, sob o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.

Germano Bremm	**Secretária Executiva**
Presidente	**Relatora**

Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2021, ... retificações:

ATA ORDINÁRIA Nº 2899/2021

(Virtual nº 64)

Aos seis dias do mês de julho de dois mil e vinte um, às dezoito horas, reuniram-se para Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, via ZOOM, denominado PLENÁRIA VIRTUAL DO CMDUA, em razão do decreto municipal a fim de combater o coronavírus e a propagação da pandemia entre as pessoas, sob a coordenação de GERMANO BREMM, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos:

CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS: Lisiane Sartori Fioravanço Magni (Suplente), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Sônia Castro (Titular) e Dario (Suplente), **Gabinete do Prefeito – GP**; Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN**; Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), **Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS**; Gisele Coelho Vargas (Titular), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE**; Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM**; e Gustavo Garcia Brock (Titular), **Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV**.

CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS: Rômulo Krafta (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**; Cláudia Laydner (2ª Suplente), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Claudete Aires Simas (Titular), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH**; José Rodolfo Fork (1º Suplente), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA**; Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS**; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS**; Hermes de Assis Puricelli (Titular), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS**; Rogério Dal Molin (Titular), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), **Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**.

CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL: Felisberto Seabra Luisi (Titular) e Cláucia Faganello (1ª Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Tânia Maria dos Santos (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4**; Wagner Pereira dos Santos (1º Suplente) e Ricardo Angelini, (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Cinco – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7**; Dinar Melo de Souza (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8**; e Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP – HOCDUA.**

SECRETARIA EXECUTIVA: Camila Maders Fonseca Coelho, **Secretaria Executiva da SMAMUS**; Patrícia C. Ribeiro, **Taquígrafa/Tachys Graphen**.

PAUTA:

1. Abertura;

2. Votação: 2.1. ATAS: 2895 (08/06), 2896 (15/06), 2897 (22/06) e 2898 (29/06);

3. Comunicações: 3.1) Comunicação Externa: Delegado Ibirá Santos Lucas – RGP1;

4. Ordem do Dia.

Após a conferência de *quórum* o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h12min.

1. ABERTURA.

Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS: Boa noite, Senhores Conselheiros, Senhoras Conselheiras. São 18h12min, temos *quorum*. Então, declaramos aberta a nossa Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental. Desejo uma excelente noite de trabalho, debates, discussões, aprendizado sempre. Eu consulto aqui rapidamente, faço a leitura dos presentes para na sequência a gente passar para o período de Comunicação. Temos uma inscrição externa do Delegado Ibirá Santos, da Região de Planejamento 1, que fez a inscrição para fazer uso da palavra. (Relação de presente na inicial). São esses os presentes. Por favor, se faltou alguém faça o registro no chat para a gente fazer aqui anotação na chamada. Consulta, então, antes de abrir a fala do Delegado da Região 1, se temos conselheiros inscritos para o período de Comunicação? Por favor, façam a inscrição. O Conselheiro Felisberto já está inscrito. Temos mais alguma inscrição para o período de Comunicação? Conselheira Maristela também. Então, não havendo mais conselheiros inscritos para o período de Comunicação... Conselheiro Dinar inscrito. Então, encerro a inscrição para o período de Comunicação e oportunismo a fala para o Ibirá, da Região de Planejamento 1. Pelo período de 5 minutos. Ibirá. Boa noite, fique à vontade. **Ibirá Santos Lucas, Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa noite. Então... Muitos me conhecem do CMDUA, né? Pelos tempos em que atuei bastante. Hoje eu venho aqui pedir uma autorização. Só contando um breve histórico, eu faço parte de um grupo de amigos que em 2016, quando teve a grande tempestade que derrubou muitas árvores em Porto Alegre, nós atuamos de forma pró-ativa ajudando a levantar as árvores. Então, nós levantamos árvores na Redenção e fizemos também um plantio na Praça Estado de Israel. Então, nós tivemos na época apoio da SMAM para nossas ações e hoje eu tenho uma sequência de ações daquele período. Ali entre o Viaduto Leopoldina, a faculdade de medicina e a Redenção tem um triângulo, um canteiro ali, nesse triângulo havia um pinheiro muito grande e esse pinheiro tombou na época, uma das maiores árvores que tinha ali. E nós juntamos sementes, é um pinheiro chileno, e plantamos, criamos mudas, filhotes dessa árvore. Então, a solicitação que eu venho apresentar, e falei com o Felisberto da RGP 1, pedindo essa autorização, que nos permitam plantar o filhote dessa árvore. É uma árvore que hoje nós temos quatro mudas, a muda está com 1,20 de altura, é uma muda forte, sadia e é do maior pinheiro que tinha naquela região ali. Então, é um filhote da mesma árvore e nós gostaríamos de plantar ela em torno de setembro, mais ou menos nessa época, e fazer um plantio simbólico ali naquele triângulo. Eu tenho aqui algumas imagens do local. São imagens do Google, não estão muito nítidas, não sei se vai dar para observar, mas aqui tem a faculdade de medicina, o Viaduto Leopoldina, aqui a Redenção e a árvore é esta aqui. Como é um pinheiro muito alto, mas dava para ver a sombra que fazia

na região. Então, pelo tamanho aqui a sombra ia lá no pé do viaduto. É uma árvore muito grande e ela fica nesse canteiro aqui. Então, esse resto de tronco aqui é o pinheiro que existia no local. Então, nós estamos querendo plantar aqui ao lado, no meio desse espaço de grama o filhote desse pinheiro, isso em torno de setembro. Ela era uma árvore, não sei se vai aparecer, mas em termos de volume de geometria era a árvore maior que tinha ali na região. Bom, em princípio era essa a apresentação que eu tinha. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, então, Ibirá, pela manifestação. Eu vou, inclusive, oportunizar, se algum Conselheiro quiser fazer alguma observação sobre a fala. E já vou de qualquer forma disponibilizar o contato da equipe que faz o planejamento da arborização viária no município para tu trocares com eles um e-mail, enfim, conversar ou uma visita lá, de repente, que é a equipe que está cada vez aprimorando seus processos no sentido de ter organização com relação ao plantio. É uma equipe muito dedicada, a gente ter um contrato permanente de plantio na cidade, tem que ter certa organização para não dar os conflitos às vezes com as infraestruturas, as questões, o tipo de vegetação para determinado local, né. Então, a equipe está trabalhando e eu sugiro tu mandares esse contato aqui para a equipe e vai falar lá com a chefia da equipe e eles combinam contigo esse retorno. Acho que o Felisberto queria fazer uma fala a respeito. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa noite. Saudar os Conselheiros e as Conselheiras. Eu pedi a palavra para ressaltar a importância do plantio desse pinheiro, até porque já havia esse pinheiro ali naquele local. Quando o Ibirá me procurou eu disse: “Não, Ibirá, eu penso que é melhor levar no Conselho e que seja uma atividade da região com o Conselho do CMDUA, com a Secretaria”. Então, esse foi o objetivo, Secretário, para que a gente pudesse atuar em conjunto, porque eu entendo que é importante o plantio desse pinheiro, por todos os argumentos que o Ibirá colocou aí. Então, era isso, Secretário, espero que a Secretaria adore essa ideia, que é meritória por parte do Ibirá, um conselheiro e delegado sempre atento aos problemas da cidade. Também um emérito professor do Parobé. Um abraço, Ibirá!. Obrigado, Secretário. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. Já botei ali o contato, aos cuidados da Verônica, que é a chefe da equipe, vai ser com certeza muito prestativa no sentido de auxiliar e de orienta. Então, Senhores Conselheiros, avançando aqui na nossa pauta a gente tem o Conselheiro Felisberto, a Conselheira Maristela e Conselheiro Dinar inscritos para o período de Comunicação. É isso? Então, Conselheiro Felisberto, eu lhe oportunizo a fala. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa noite a todos e a todas. Hoje a minha faça no período de Comunicação é sobre o que o fórum da Região Planejamento entendeu como oportuno na discussão do plano ou programa do Centro Histórico. É um documento longo, eu não vou ler todo, apenas vou pontuar aquilo que nós entendemos importante nesse documento, vai ser encaminhado para a Secretaria. Nós nos reunimos e decidimos, coletivamente, que não é o momento oportuno para a gente discutir o centro histórico, tendo em vista que a cidade apresenta muitos problemas de regularização fundiária, de desigualdade, a pandemia. E um projeto que poderá alterar substancialmente a região do Centro Histórico. Nós entendemos que neste momento não é oportuno, o documento está aqui, há todo um detalhamento. Nós apresentamos, a RGP 1 já tem um plano popular de ação Regional, que foi disponibilizar e que poderá ser novamente disponibilizado. Nós entendemos que há assuntos mais pertinentes na cidade para discutir e aí temos a regularização fundiária, temos várias comunidades que estão com problemas de permanência na sua área. O próprio Centro tem várias comunidades que necessitam da regularização fundiária, uma delas é o condomínio, o loteamento no

Planetário, os loteamentos do condomínio dos Anjos, a Vila dos Papeleiros, Santa Teresinha, a Princesa Isabel. São vários empreendimentos da região central que precisam de um olhar para a sua permanência. E também a questão da habitação de interesse social, os prédios desocupados na região. Então, antes de alterar a volumetria do Centro, permitir construções ou alterações de uso, é importante a gente ver o que já tem no Centro para que a gente possa trabalhar conjuntamente em um processo de construção e de olhar presencial. Pisar no território, andar pela Região Centro para detectar e vivenciar esses problemas. Então, em resumo, é um documento de seis folhas, tem o anexo, será remetido. Então, a RGP 1 não se sente neste momento, e teremos como não oportuna a discussão de qualquer programa para a região do Centro Histórico. (Sinalização de tempo esgotado). Então, em resumo é isso. Espero que entendam a posição da RGP 1, não é uma posição do Conselheiro, foi o coletivo de delegados e conselheiros titulares e suplentes, entendemos que este não é o momento oportuno para que a gente de debata esses temas e termos o plano de revisão do Plano Diretor, o momento da revisão que está suspenso. Nós entendemos também que até agora não veio a resposta do PNUD, nós estamos aguardando. Então, tem outros temas que nós entendemos mais importantes do que atender alguns interesses que até agora nós não compreendemos a urgência desse olhar para o Centro. Até entendemos, não vamos ser ingênuos, nós até entendemos que há os interesses que estão rondando. Há todo um investimento, o próprio Secretário deu uma entrevista no Jornal do Comércio, colocou a sua posição, nós respeitamos a posição, mas também queremos que a nossa posição seja respeitada no sentido de que não é o momento. (Sinalização de tempo esgotado). Não é uma necessidade. Já estou finalizando, Secretário. Só mais 30 segundos. Entendemos que não é o momento oportuno, nós deveríamos aguardar para que a gente pudesse fazer um olhar para o Centro andando pelo Centro, transitando pelo Centro, vendo os espaços de construção coletiva, como a Casa Rosa, o assentamento Vinte de Novembro, o Utopia e Luta, que são marcos de resistência da moradia e da visão social que queremos para o Centro Histórico. (Sinalização de tempo esgotado). Era isso e obrigado, Secretário. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem. Obrigado, Conselheiro Felisberto. É um espaço democrático, sempre muito bem-vinda a sua contribuição e manifestação. Conselheira Maristela. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Boa noite. Boa noite a todas, a todos. Depois de duas reuniões com problemas aqui na nossa região de internet, volto para matar a saudade de vocês e tentar contribuir um pouco com as discussões que nós estamos tendo. Primeiro, eu quero agradecer a Secretária Camila, secretária aqui do Conselho pela sua sensibilidade e agilidade em alguns detalhes aí, né. Então, queria fazer esse... Já que nós apelamos às vezes individualmente, agora também cumprimentá-la publicamente pela sua capacidade e agilidade nas ações. Segundo, Secretário e Presidente do Conselho, nós gostaríamos, a nossa região, de neste momento tão rico da cidade fazer um aprofundamento em um seminário sobre a questão dos nossos traçados urbanos aqui na nossa região. Nós temos uma derradeira avenida principal, né, a gente sabe que foi aprovado outro traçado pela Adão Preto, saindo lá na Dolores Duran, temos outras alternativas que queremos apresentar como a ligação pela rua da comunidade até o Hospital da Restinga, bem como lá na Parada 6 com aquela onde foi aprovado o Minha Casa Minha Vida, que tem uma via com uma parte asfaltada e outra não, que sai lá na Oscar Pereira. Então, nós queremos discutir no Plano Diretor, com a presença do senhor no nosso seminário, com a EPTC e com toda a equipe técnica para que a gente possa aprofundar. Então, nós vamos encaminhar isso por escrito, mas já queria externar essa nossa preocupação em um ano tão importante e são detalhes apenas de praticamente

regulamentação, porque muitos dos traçados como alternativas já existem. Então, era isso por enquanto, Secretário. Muito obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Maristela, importante contribuição. Conselheiro Dinar inscrito na sequência. **Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** Boa noite, Secretário. Boa noite, Conselheiros e Conselheiras. É bem rapidinha a minha fala hoje aqui. É só para dar mais um esclarecimento sobre os problemas que foram citados na penúltima que nós tivemos aqui no Extremo Sul, a fala de uma conselheira quando fala que a minoria do pessoal, da comunidade do Extremo Sul é contra o empreendimento aqui. Eu quero dizer para vocês conselheiros, para o Secretário aí, para quem conhece Porto Alegre e que conhece qualquer cidade do nosso país aí sabe que em todos os bairros tem problemas, como nós temos no Centro Histórico, como o Felisberto falou, como a gente conhece. Então, em todos os bairros nós temos problemas e aqui em Belém Novo não é diferente desses outros barros. Nós temos sim e aqui é um bairro que parou no tempo. Se vocês sabem, a Hípica cresceu, evoluiu, a Restinga evoluiu, os bairros todos na volta, só aqui que nós estamos parados no tempo e ninguém investe nada aqui, está tudo parado. Então, com esse empreendimento que está para sair eu acredito que vai ser muito bom para nós, a comunidade quer. Como eu falei para vocês em uma reunião, eu sempre apoio, eu sou um representante da comunidade. Então, eu apoio o que a maioria decide. Sobre os esgotos, como foi falado na penúltima reunião, que tinha esgoto aqui. No momento que estava falando aqui eu já liguei para o pessoal da Prefeitura, para o nosso CLIP aqui responsável para saber se já tinham consertado, mandaram foto, tudo prontinho, não tinha nada mais de esgoto na rua. Claro, tem outro probleminha aí que o DMAE está tentando resolver, que não resolveu ainda, mas está tentando. Para a conselheira que falou que era minoria, eu acho que ela se equivocou, aqui não é a minoria, é a maioria que está torcendo que saia esse empreendimento aqui. A prova está que na nossa reunião que a gente teve aqui foi apresentado o projeto, de 86 pessoas tinha 9 contra. E para finalizar eu quero dizer que o Secretário César Schirmer falou que vão transformar o Centro Histórico para melhor, porque do jeito que está não tem como, está horrível, eu já vou até abrir meu voto, eu sou favorável por essa transformação. E quero dizer para o Secretário que vamos transformar o Centro Histórico e Belém Novo também para a melhoria das comunidades, para Porto Alegre, quando for realizada essa transformação que está para sair do Centro Histórico. Muito obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Dinar, pela manifestação e contribuição. Nesse sentido, então, Senhores Conselheiros, avançamos na nossa pauta, temos bastante processos em pauta. É importante e eu tenho destacado sempre, o nosso Conselho tem ficado cada vez mais conhecido, eu vejo que temos uma série de demandas, de apresentações aqui no Conselho, outros Secretários que querem vir aqui trazer as questões. Bacana de ver isso, o nosso momento, evolução, enfim, a importância que tem se dado para este Conselho. Eu tento até organizar a questão das pautas, porque como a gente tem os processos pautados, enfim, a gente tem que avançar e eu vejo que tem muitos pedidos de colegas e pessoas que querem vir apresentar, querem vir trazer a discussão aqui. Então, queria compartilhar com vocês que eu vejo realmente essa mudança, assim, né, que a gente vem implementando nos processos e essa facilidade de ter a reunião on-line, de estar disponível, de poder participar pelo link. Isso amplia o processo participativo, dá mais transparência, como um todo fortalece o Conselho, que quando tinha as reuniões físicas ficava mais concentrado e se tinha uma série de dificuldades para chegar, muitas vezes não se sabia o que estava discutindo, enfim, eram muitas barreiras para a participação. E agora, nesse formato, a

gente ampliou e tem dado um destaque significativo para o trabalho do Conselho. Então, muito bacana isso. A Conselheira Tânia tem uma Questão de Ordem e passamos para a nossa pauta. Qual é a sua dúvida, Conselheira? **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Boa noite a todos e todas. A minha Questão de Ordem é se referindo justamente a esse assunto que estava sendo tratado agora, com relação ao Conselheiro da RGP 8, que falou que a conselheira, uma conselheira, ele tem que dar nomes. Entendeu? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Conselheira, não é o período... **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** ... Só um minutinho! **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Conselheira Tânia... **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** É uma Questão de Ordem e eu preciso falar. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Não, isso não é.. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** O senhor não vai me... **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Não. Conselheira Tânia, a senhora me desculpe, a senhora tem toda a legitimidade para falar neste Conselho, mas eu tenho que prezar pela fala, pelo respeito ao regimento, Conselheira. Se a senhora trazer um debate que foi inscrito no período de Comunicação, a senhora queria responder aquilo que é livrem o período de Comunicação é livre, todos podem falar os assuntos mais diversos, a senhora pode se inscrever para próxima reunião, para o próximo período de Comunicação e vai ser dada a oportunidade da fala para a senhora, Conselheira. Então, assim, a gente fica nesse processo do bate-volta, bate-volta, cada um fala o que quiser e a gente não consegue avançar na pauta. Está bem? Então, avançamos, Senhores Conselheiros, para a pauta.

2. VOTAÇÃO: 2.1. ATAS: 2895 (08/06), 2896 (15/06), 2897 (22/06) E 2898 (29/06).

Temos a votação das Atas 2895, 2896 e 2897, atas de 08/06, 15/06 e 22/06, todas as atas. Olha que bacana, estamos bem atualizados com relação às atas. Então, nesse sentido, eu consulto se há alguma objeção aprovação à aprovação da ata ou abstenção, por favor, faça a manifestação no chat para eu fazer a leitura aqui. Temos abstenção do Conselheiro Jackson. Enfim, vamos fazer a leitura só das abstenções ou contrariedades à aprovação da ata. Mais alguma? Felisberto uma abstenção também. Mais alguma abstenção? Conselheiro Mark abstenção. Conselheira Claudete contrária. Conselheiro Rafael Passos abstenções e Conselheiro Wagner contrário. Conselheiro Emílio abstenção. Então, temos 5 abstenções, 2 votos contrários. **APROVADAS AS ATAS 2895, 2896 E 2897**.

4. ORDEM DO DIA.

Passamos, então, Senhores Conselheiros, a nossa Ordem do Dia. Nesse sentido, avançamos para o Item 4.02 da pauta. Houve uma solicitação, o processo foi distribuído no dia 17/06 e o prazo para relatório seria em 01/06/2021. O Conselheiro da Secretaria de Obras pediu prorrogação por mais uma semana do prazo. Então, é um EVU. Consulto se tem alguma objeção à prorrogação do prazo. Lembrando que, regimentalmente, há essa possibilidade da prorrogação do prazo por uma semana, desde que não haja contrariedade da maioria dos conselheiros. Então, consulto se há alguma contrariedade, se não há contrariedade prorrogamos por mais uma semana o Item 4.02 da pauta. Então, avançamos para o Item 4.05, pois os demais 4.03 e 4.04 estão em diligência. Passamos ao Item 4.05: Processo 20.0.00053496-0, Estudo de Viabilidade Urbanística. Temos uma Questão de

Ordem do Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, tendo em vista a colocação da Maristela sobre a questão dos traçados viários da Lomba do Pinheiro e é exatamente um processo que eu sou relator, a RGP 1, já está há mais de 5 meses e seria importante a gente agilizar esse processo e ir ao encontro do desejo que a Conselheira da RGP 7 tem de que a gente tenha uma visão harmônica do Bairro Lomba do Pinheiro. Então, nesse sentido é a minha Questão de Ordem, que a gente pudesse agilizar esse projeto e que a gente pudesse trabalhar nesse sentido da questão da melhoria da mobilidade urbana da Lomba do Pinheiro. Então, era isso, Secretário. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. Sem dúvida importante o assunto trazido na pauta pela Conselheira Maristela. Eu acho que o objeto tem que ser das oficinas de discussão, inclusive, do Plano Diretor, processo prévio aí, a questão dos traçados, procedimentos, enfim, gravames. E a equipe, imagino que esteja preparando, vamos cobrar da equipe para ter esse momento de discussão dentro do processo logo em seguida e a gente levar para as comunidades e começar talvez lá na comunidade, sugerido pela Conselheira Maristela. Conselheiro Jackson tem uma Questão de Ordem. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Boa noite, Presidente. Boa noite, demais colegas. Eu me sinto constrangido ao ler o nosso chat, onde a gente vê algumas faltas de respeito com os demais colegas. Eu só queria relembrar que o nosso regimento interno, em seu art. 7º § 3º, prevê esse tipo de situação, onde: ...*em havendo infração de postura e ética aos princípios contidos no caput deste artigo, bem como os princípios da administração pública*... Enfim, eu só quero atentar a isso, porque eu acho que a gente ofender pessoalmente os colegas, como eu acabei de ler por parte da colega Maristela, chamando o colega de boçal. Maristela, tu me perdoes, mas eu acho que tu passaste um pouquinho do limite do aceitável, e que a gente tenha que rever um pouco mais, e manter um pouquinho mais de educação e respeito com os demais colegas. Está ok? Era só essa a minha Questão de Ordem. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Bem lembrado, Conselheiro Jackson. É importante manter o respeito, eu vejo ma manifestação do chat, por exemplo, transcrevo aqui, a Conselheira Tânia chamando o Secretário de fascista e mal educado que não deixa os conselheiros falarem. Conselheira, eu peço que a senhora leia o regimento, que se discipline para vir para a reunião deste Conselho, porque como bem disse o Conselheiro Jackson, há infração disciplinar que pode ensejar inclusive, na sua expulsão deste Conselho em função da sua falta de respeito com os demais conselheiros. E assim como a senhora, replico para todos aqueles que faltaram com o respeito. Este é um fórum democrático, a gente tem que respeitar as posições diversas, temos que entender, mas existem momentos, horas para falas e oportunidade. Nem sempre a nossa posição vai ser a predominante, né? Eu vejo que se tem alguma dificuldade de entender os posicionamentos diversos, é parte do processo, às vezes eu vou me posicionar, às vezes eu vou falar por último, às vezes eu vou falar primeiro, vai ficar a minha fala. E a gente tem que compreender isso, e superar, e ir para frente. Bom, tem momentos tensos? Tem de debates, de discussões, mas a gente tem que manter isso em alto nível do debate, é um conselho onde tem as suas reuniões transmitidas ao vivo e fica registrado para toda a população. Então, a gente tem que ter respeito com a população que assiste, respeito às regras, que é deliberado por maioria deste Conselho. Então, a gente tem que respeitar as regras acima de tudo, vivemos em sociedade. Então, Senhores Conselheiros, passando ao Item 4.05 da pauta:

4.05. EXPEDIENTE: 20.0.000053496-0; Interessado: Vascocivitas Empreendimentos Imobiliários Ltda.; Assunto: EVU; Local: Rua Cindo Mil Centro e Dezessete, 615 (RGP 6 – Hípica); Relator: CAU/RS.

O relator é o CAU. A gente teria uma apresentação hoje do Conselheiro Emílio, que já tem um encaminhamento no sentido de diligência. Já teve o retorno de diligência. Então, vamos pedir só para quem vai apresentar aqui pelo planejamento e na sequência a gente oportuniza a fala do relator. Conselheiro Felisberto tem uma Questão de Ordem. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Antes de mim tinha a Conselheira Claudete que pediu Questão de Ordem. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Eu acho que tu estavas primeiro aqui na ordem, depois oportunizo a ela. Pode falar, Conselheiro. Tem alguma dúvida? **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Não, a minha Questão de Ordem é no sentido de que há um plano de mobilidade para a cidade e a gente vê que há uma discussão sobre a mobilidade do Centro. Então, seria oportuno a gente ter esse debate no Conselho. Apelo à Secretaria, a SMOI, se eu não me engano, a do Záchia. Então, é importante que este Conselho tenha conhecimento de mobilidade humana. Então, há uma série de projetos que não passam por este Conselho e nós ficamos sabendo pela mídia. Então, é importante e a gente discute tanto, é um Conselho que se reúne semanalmente, temos a vanguarda... (Sinalização de tempo esgotado). Só para finalizar, Secretário. Um Conselho de vanguarda no sentido de que vamos... O primeiro Conselho que conseguiu fazer as reuniões virtuais com certa qualidade, com as nossas ressalvas do seu controle, não vou dizer fascista, mais autoritário às vezes e a gente tenta através da Questão de Ordem obter assim alguma argumentação, como a gente deve fazer. Então, eu lhe agradeço o espaço e acho que a Claudete tem uma Questão de Ordem. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto, pela manifestação. Lembrando, Senhores Conselheiros, quando a gente tem os processos em pauta, acho que nós temos tantos debates importantes, estamos discutindo pautas importantes da cidade. A gente manter, quando há processos, estamos em discussão e a gente está avançando na pauta, que a gente mantenha aquilo que prevê o regimento com relação às questões de ordem, com relação a dúvidas da matéria em pauta e dúvidas com relação à interpretação do regimento. Se a gente trouxer assuntos dos mais diversos, aqui durante a discussão do processo, naturalmente que a gente tem dificuldade de dar o andamento daquilo que está pautado. Conselheira Claudete, tem alguma dúvida, alguma questão sobre os processos pautados? **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Boa noite a todos e a todas. Pois, então, eu acho que o respeito é primordial e ele tem que começar pela mesa, né, Secretário? Não é a primeira vez que a gente pede a palavra e o Secretário cerceia, como foi o caso que eu havia solicitado. A minha Questão de Ordem, Secretário, eu gostaria de saber exatamente sobre o regimento, né, se a gente tem que fazer inscrições. Então, em que momento? O Secretário, na verdade, fala a todo momento e não se inscreve e ele poderia nos atualizar como é que está a situação do nosso regimento, porque nós temos um inquérito civil do Ministério Público que dispõe exatamente sobre as arbitrariedades que são e foram cometidas durante a alteração deste regimento. Então, nós temos que ter respeito a isso e eu gostaria que o Secretário nos atualizasse qual é a situação desse inquérito civil, né? Em que momento o Secretário deixa de exercer a função de Secretário e passa a exercer a função de membro deste Conselho se inscrevendo e delegando a sua fala quando é o momento para outro, né? Porque ele fala a todo

momento, ele tem o microfone aberto, nós somos os únicos que temos os microfones cerceados. A minha filha na escola infantil consegue controlar o microfone, mas aqui é o único espaço que a gente não pode, né, porque o Secretário não tem autonomia, ele não tem a capacidade de controlar a reunião se ele não controlar e fechar os microfones sem nos permitir a fala e acha que isso se chama democracia, né? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira, pela sempre grandiosa contribuição. Eu sugiro a senhora que assista um pouquinho às sessões plenárias da Câmara de Vereadores, da Assembleia Legislativa, as reuniões da Câmara dos Deputados. A senhora vai ver, naturalmente, que quem Preside tem o controle dos microfones, assim como é em qualquer casa legislativa, em qualquer processo democrático. Existem regras a serem seguidas. Se a senhora tem alguma dificuldade com o segmento das regras, a senhora pode propor alguma alteração nessas regras, vai ser deliberado e se a maioria assim entender vai ser alterado o regramento. Mas enquanto a gente tem um regramento a seguir este Presidente tem a obrigatoriedade de fazer com que a sessão ocorra da melhor forma possível, que a discussão e debates sejam construtivos e que se tenha um bom andamento dos trabalhos. Então, quanto a inquéritos abertos, enfim, eu sugiro a senhora perguntar para o órgão que, porventura, a senhora tenha encaminhado, essas questões, que talvez eles possam lhe esclarecer sobre o andamento de alguma situação que a senhora tenha trazido aqui, que não tenho conhecimento. Nesse sentido, então, avançamos. A Vaneska vai fazer a apresentação hoje para nós. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Boa noite. É o Item 4.05 da pauta. Processo 20.0.000053496-0. Ele já foi apresentado, o interessado é a Vascocivitas Empreendimentos Imobiliários Ltda. O assunto é um EVU e o local é na Rua Cinco mil Centro e Dezessete, 615. O empreendimento é um residencial a ser financiado pelo Programa Minha Casa Minha Vida para famílias com renda de 3 a 6 salários mínimos. O condomínio compreende 26 blocos com térreo + 4 pavimentos, com tipologia composta por 600 desses apartamento JK, 1 e 2 dormitórios, dos quais 20 serão destinados a pessoas portadoras de necessidades especiais, e 496 vagas de estacionamento. Também é solicitada a flexibilização de altura nas torres 1 a 7, e 22 a 26 para 12,50m. A localização do empreendimento, então, ele está na Região de Planejamento 8, no Bairro Hípica e aqui a localização na rua. Com relação à imagem de satélite, aqui em azul a localização e o sistema viário do entorno destacado em laranja. Uma imagem do empreendimento, como está na implantação dele, em planta, ele colocado aqui nesse sentido, está no quarteirão onde ele se localiza. As análises técnica no processo, como de praxe envolveram as secretarias responsáveis pela análise do uso e ocupação do solo, planejamento, bens ambientais, equipamentos comunitários, praças e parques, as obras viárias, equipamentos comunitários de educação e saúde. A Procuradoria do Município, a Cultura e a Fazenda. A SMDE coloca uma síntese do processo, ele solicita a flexibilização de altura de 9 para 12,5, o requerente adotou a cota de 10m com referência de nível para determinação da altura máxima. E se colocou aqui também em relação à paisagem urbana, por análise do entorno imediato há a existência de um empreendimento lindeiro com 4 pavimentos, localizado aqui, aqui é a localização da rua próxima. O condomínio com 3 pavimentos e outro condomínio com habitações unifamiliares térreas. Se coloca na análise técnica que o empreendimento é parado por programa habitacional federal e que a proposta do projeto não atinge o limite de seu potencial construtivo básico, respeitando, então, o adensamento previsto para o quarteirão e para a unidade. Então, colocando todas as considerações, foi exposto o parecer favorável de flexibilização de altura máxima para 12,50m, mais acomodação de cobertura, tendo em vista a configuração da paisagem, a densificação

proposta e a plena utilização da infraestrutura como é colocado aqui na análise do uso de ocupação do solo. Isso seria só para relembrar os Conselheiros do processo. Obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Vaneska, pela apresentação, ficou muito clara, produtiva. Então, o Conselheiro Emílio vai fazer a partir da diligência o relato. **Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Obrigado, Secretário. Boa noite a todas e todos. Agradeço a Vaneska por este resumo tão sintético e executivo do parecer técnico, um relato técnico do processo. PARECER TÉCNICO: *Trata-se o presente expediente administrativo digital – SEI 20.0.000053496-0, de Aprovação de EVU de impacto de 2º Grau de Loteamento Vila Florenza – Condomínio Residencial Vila Pienza, Quadra B, sito na Rua 5117/135, na MZ 05 da UEU 030 Subunidade 14, localizado no bairro Hípica. Observações: agradeço a colaboração da Conselheira Claudete pela parceria para a realização da vistoria no local. 1. Histórico Relevante do Processo: 1.1.O requerente identificado como Vascovitas Empreendimentos Imobiliários LTDA, protocola na Prefeitura de Porto Alegre/Secretaria Municipal de Gestão solicita abertura de expediente único na data de 05/05/2020 para análise de EVU de Impacto de 2º Grau do projeto em menção. 1.2. O 1º arrazoado apresentado pelo empreendedor em 11/05/2020 descreve que o empreendimento (loteamento Florenza, aprovado pela LC 434/99) está composto de 26 blocos e edificações de uso comum que totaliza 19.762,23 m2, correspondendo a Quadra B do referido loteamento. Empreendimento residencial a ser financiado pelo Programa Minha Casa Minha Vida, para famílias com renda entre 3 e 6 salários mínimos. O condomínio compreende 26 blocos com térreo + 4 pavimentos tipos, cuja tipologia é composta por 616 apartamentos JK, 1 e 2 dormitórios, dos quais 20 serão destinados a pessoas portadoras de necessidades especiais. Além dos blocos, integram o empreendimento as edificações de uso condominial (2 espaços gourmet, 6 quiosques, guarita) e playground. Com relação às vagas veiculares, o empreendimento prevê 496 vagas, das quais 20 são para PPNE. Junto ao acesso do condomínio, foi prevista uma vaga de acumulação. Foi prevista uma vaga interna para carga e descarga. Com relação ao número de vagas obrigatórias, de acordo com o Anexo 10 da LC 434/99, há necessidade de 204 vagas. A população beneficiada será de 1.540 hab., sendo estimado um consumo de água de 308.000 litros/dia. O empreendedor solicita acréscimo de mais um pavimento, cuja variação de altura, em função da RN adotada (8,00m), oscila entre 3,05m a 5,09m. 1.3. A Caixa Econômica Federal em 16/03/2020 atesta que o empreendimento de 616 unidades habitacionais se enquadram no Programa Minha Casa Minha Vida na faixa 1,5 e 2. A Caixa também manifesta que o empreendedor não tem a autorização para a comercialização ou veiculação de propaganda com a marca da "Caixa" ou "Programa minha casa minha vida", tampouco pressupõe que todas as análises foram concluídas. 1.4. O DEMHAB com data 16/04/2020 declara e referenda o já manifestado pela Caixa Econômica Federal. 1.5. Projeto de Loteamento é aprovado pela SMURB em 04/09/2017 sendo a empresa Bolognesi a responsável técnica pelo loteamento Villa Florenza. 1.6. Apresenta-se o Plano do levantamento topográfico em julho de 2017. 1.7. Em dezembro de 2017 apresenta-se o estudo de atualização de dados dos estudos e projetos da cobertura vegetal, levantamento de fauna e manejo e resgate de fauna e manejo de transplante de vegetação. O estudo detecta a riqueza faunística de 31 espécies. 1.8. Apresenta-se em abril de 2018 a planta geral de vegetação. Documento detalhado para o manejo existente na área do projeto. Conclui-se na preservação de preservação de 3 árvores. 1.9. Apresenta-se planta 1/250 do loteamento Florenza Quadra B compreendido no Estudo de Viabilidade Urbanística. 1.10. A SMAM em 24/09/2018 expede a licencia de instalação com validade até 24/09/2022 e será*

válida para as condições técnicas contidas na presenta licencia. 1.11. Depois de diversos despachos entre unidades administrativas da Prefeitura de Porto Alegre, a CAADHAP em 16/07/2020 emite Parecer 135/2020 manifestando o seguinte: "Em relação ao meio biótico recomenda o cumprimento em relação aos vegetais transplantados e recomendações e especificações de melhorias nos gráficos apresentados (vegetação a remover, preservar e transplantar). Importante salientar a divergência que se tem com respeito às cartas do DEMHAB e CEF com respeito ao enquadramento à classificação do empreendimento". "De acordo ao anexo 7 da LC 434/99 (Regime volumétrico) se solicita a justificativa porque se eleva a volumetria do projeto para 12.5 m. (segundo consta no projeto edificação de 5 andares + telhado), sendo que o PD permite um limite de 9.00 m. de altura". O documento, também, recomenda seguir as especificações do Plano Diretor de Acessibilidade e as seguintes LC 678/2011 e LC 284/92. 1.12. Em 06/08/2020 o empreendedor apresentar um novo documento de arrazoado levantando os questionamentos da CAADHAP: A. CEF e enquadramento do empreendimento: manifesta que o empreendimento se enquadra no Programa de Minha Casa Minha Vida, faixa 2. Ressaltasse, ainda que este documento não autoriza ao empreendedor a comercializar nem usar o nome da CEF ou Programa de Minha Casa minha Vida, tampouco pressupõe que todas as análises envolvidas foram concluídas. B. O empreendedor ainda não justifica o incremento de altura permitida de 9.00 m. para 13,53m. A vistoria feita por este conselheiro na área de projeto não identifica alturas superiores às estabelecidas no PPDUA de 9.00 m. C. Com relação às vagas veiculares, o empreendimento prevê 496 vagas, das quais 20 são para PPNE. Junto ao acesso do condomínio, foi prevista uma vaga de acumulação. Foi prevista uma vaga interna para carga e descarga. Com relação ao número de vagas obrigatórias, de acordo com o Anexo 10 da LC 434/99, há necessidade de 204 vagas. Este incremento de 292 vagas de estacionamento terá um significativo impacto negativo sobre a infraestrutura urbana e na mobilidade da zona. 1.13. Em 11/08/2020 a SMAMS- Unidade de Análise de Licenciamento Ambiental aprova o EVU e encaminha para a CAADHAP para apreciação com as seguintes condicionantes (entre elas se lista as mais importantes): A. Em relação ao meio biótico alerta sobre os vegetais a preservar B. Em relação ao meio físico: "Informamos que analisamos o SEI 20.0.000053496-0, sito lote "01", Quadra "B" do Loteamento Villa Florenza, e emitimos parecer favorável a Aprovação do Estudo de Viabilidade Urbanística - EVU, com relação a avaliação ambiental e movimentação de terra. Para o presente caso, entendemos dispensar de avaliação ambiental preliminar conforme NBR 15.515-1, considerando o histórico da área. Com relação a movimentação de terra, os quesitos necessários, caso haja necessidade, serão tratados na etapa de Licença de Instalação (LI) do empreendimento". 1.14. Em 03/12/2020 e 15/10/2020 a CAADHAB emite Parecer 241/2020 apresenta considerações ao empreendimento, as quais podem ser resumidas nas seguintes: A. SMIM: a carta de habitação condicionada ao Recebimento por parte da SMIM das obras de drenagem do Loteamento, incluindo da bacia de amortecimento. B. EPTC: condiciona para a aprovação do projeto arquitetônico: ajuste das vagas condominiais; demonstrar os movimentos dos veículos de entrada e saída e a vaga de carga e descarga. Para o habite-se do empreendimento o empreendedor deverá haver executado: as obras de infraestrutura viária e de acessibilidade; semáforo de pedestres na interseção da Juca Batista e rua 5.117. C. SMIM: para o licenciamento arquitetônico fica condicionado ao licenciamento do lote; e para o habite-se o recebimento das obras de drenagem e bacia de amortecimento. D. DMAE: o parecer emitido pela DMAE é de importante para a sustentação técnica do relatório do conselheiro relator que transcreve o texto emitido pelo DMAE no presente processo: "Em atendimento à solicitação do Escritório Geral de Licenciamento e Regularização Fundiária, no requerimento de Vascovitas

Empreendimentos Imobiliários LTDA., protocolado na CAADHAP sob o nº 002.342162.00.7.05861, que de acordo com o que requer consta a seguinte informação da Gerência de Planejamento: O abastecimento de água do Condomínio Residencial Vila Pienza, inserido no Programa Minha Casa Minha Vida, composto por 616 economias, a ser implantado na Rua Cinco Mil Cento e Dezessete nº 615, para uma população de 1484 habitantes, será feito pelo subsistema EBAT Boa Vista / Res. Boa Vista, o qual faz parte do sistema Belém Novo. A vazão de água demandada para abastecimento desse condomínio não está disponível no Sistema atual, portanto a oferta de serviço de água potável depende da implantação e operação de um novo sistema de abastecimento de água. Devido ao significativo aumento de novos empreendimentos nesta região, muitos oriundos do Programa Minha Casa Minha Vida, que foram bem superior ao crescimento previsto para a área e consequentemente bem superior à capacidade instalada para atendimento das necessidades por serviços de abastecimento de água do Sistema Belém Novo, atualmente estamos sem condições de atender o abastecimento de água para novos loteamentos e/ou grandes empreendimentos situados na área de abrangência deste sistema. Considerando que esta necessidade de ampliação da infraestrutura de abastecimento nesta região já foi detectada há alguns anos, diversas providências já foram encaminhadas pelo DMAE, com vários investimentos a partir de recursos próprios para melhoria de eficiência do sistema existente e inclusive com elaboração de projetos de engenharia para implantação de um novo Sistema de Abastecimento de Água, denominado SAA Ponta do Arado, com capacidade duplicada em relação ao atual. Esse novo SAA é composto de diversas obras, como captação, estação de bombeamento de água bruta, adutoras de água bruta e água tratada, estação de tratamento de água, reservatórios e estações de bombeamento de água tratada. Para a execução da totalidade destas obras, o DMAE está em tramitação de financiamento através da Caixa Econômica Federal via Programa Avançar Cidades do Ministério das Cidades. Desta forma, informamos que considerando o aumento do número de economias previsto para Quadra B, o projeto de abastecimento de água do Loteamento Villa Florenza aprovado em 2011, deverá ser reaprovado adequando-se a nova proposta de ocupação apresentada. Esta diretriz possui dois anos de validade a contar desta data e poderá ser modificada pelo DMAE sempre que as condições técnicas do local forem alteradas". Parecer similar é emitido para o projeto de esgoto sanitário. E. EPTC / CPAIC 1307/20: A CPAIC – Comissão Permanente de Avaliação de Impactos na Circulação – EPTC, em reunião de 01/12/2020, manifesta-se favoravelmente à aprovação do EVU proposto, com condicionantes para as próximas etapas referente à aprovação do Projeto Arquitetônico (mencionado no item do presente relatório). F. SMAM: A SMAM é favorável à aprovação da etapa de Projeto Arquitetônico do empreendimento localizado no Loteamento Jardim Florenza na rua 5.117, n° 615, Expediente SEI 20.0.000053496-0 (EU 002.342162.00.7.05869). H. SMDE: A SMDE se posiciona em dois tema importantes para a análise do EVU: "O número de vagas obrigatórias está de acordo com o regramento dado pelo Anexo 10.1 da LC 434/99 modificada pela LC 646/10, anteriormente à alteração efetuada através do Decreto 20.385/2019 (vagas de estacionamento em terrenos de testada superior aos 12m estão isento), e que estipulava a necessidade de 204 vagas" Em relação à flexibilização de altura o requerente solicita, "com base no Artigo 61, Inciso II, alínea "a", a flexibilização da altura de 9,00m prevista no PDDUA com a proposta de edificação com altura de 12,50 metros da Referência de nível ao nível correspondente a parte inferior da laje de cobertura". "O requerente adotou a cota de 10,00 metros como RN (referência de nível) para a determinação a altura máxima de 12,50 metros do empreendimento, conforme apresentado na Prancha 01/000 (Corte AA). No entanto cabe salientar que face o desnível do PNT (perfil natural do terreno) e o greide da Diretriz 5117

uma parte da área construída fica abaixo na RN". "Outrossim, pelo acima exposto, somos favoráveis à flexibilização de altura máxima para 12,50 metros (mais acomodação da cobertura), tendo em vista a configuração da paisagem urbana, a densificação proposta e a plena utilização da infraestrutura" 1.15. Em 06/04/2021 este conselheiro relator solicitou diligencias ao processo, solicitando à SMDE que anexe os documentos e pareceres anteriores a este processo para entender o que aconteceu desde 2011 até a presente data; quais foram os motivos pelos quais o empreendedor protocolou novamente este processo com alteração de altura e número de economias? A diligência para a EPTC era para que esta encaminhe para o empreendedor um estudo dos impactos de tráfego. A diligência encaminhada para o DMAE era para atualizar seu parecer sobre a impossibilidade de dar vazão de água para este projeto. 1.16. Em 26/05/2021 este relator recebeu respostas dos órgãos municipais mencionados anteriormente as diligências solicitadas. Sendo assim e tendo todas as informações necessárias, este conselheiro manifesta o seguinte parecer: PARECER TÉCNICO Considerando a Lei Federal 11.977/2009, Seção II, Art 4º, que regulamenta o Programa Nacional de Habitação Urbana e define como objetivo principal a promoção, produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou a requalificação de imóveis urbanos, a partir de abril de 2009 e a Lei Complementar 636/2010 que institui o Programa Municipal Minha Casa Minha Vida – Porto Alegre que em seu Art. 1º define como objetivo principal, viabilizar, no município de Porto Alegre, a construção de um amplo número de habitações populares inseridas no Programa de MCMV do governo Federal. Considerando a necessidade dos municípios de produzir habitação de interesse social, de tal forma, que se minimize o seu déficit e tendo em consideração os seguintes pareceres técnicos dos organismos municipais: A. SMDE: no Parecer 241/2020, é "favorável à flexibilização de altura máxima para 12,50 metros (mais acomodação da cobertura), tendo em vista a configuração da paisagem urbana, a densificação proposta e a plena utilização da infraestrutura (este relator se pergunta se esta plena utilização da infraestrutura significa passar de ter no lote- B: 228 unidades residenciais no 2011, para 616 unidades residenciais no 2020, segundo o Memorial Descritivo - 13997382 SEI 20.0.000053496-0) . B. EPTC: Em PARECER EPTC_CPAITC - Nº 1341/21e respondendo os questionamentos do relator do presente processo, a EPTC manifesta: considerando o caráter social do empreendimento e que os IMPACTOS foram analisados pela EPTC no momento do loteamento, FREQUENTEMENTE a EPTC solicita APENAS o acesso protegido a ser implantado pelo empreendedor. Em relação aos impactos produzidos pela geração de viagens e seu correto dimensionamento na programação das tabelas horárias do transporte coletivo que oferta serviço na zona sul de Porto Alegre, a CPAITC se manifesta nos seguintes termos: "sendo o empreendimento voltado à demanda habitacional prioritária, se solicitou melhorias na acessibilidade e segurança para os pedestres na interseção da Av. Juca Batista com a Rua 5.117". Por outro lado, em relação ao transporte coletivo, se manifesta o seguinte: "sabemos que a necessidade virá, como sempre, mas se evidenciará ao longo do tempo, com as implantações dos empreendimentos, o que não possibilita ao município estabelecer alterações desde já, no momento de projeto". C. DMAE: Considerando o relato da GPLA/DMAE em resposta aos questionamentos deste relator, o DMAE informa: "atualmente o DMAE possui condições de abastecer o condomínio, mas permanece a necessidade de reaprovação do projeto de abastecimento de água, contemplando a nova proposta de ocupação", isto é com as 616 unidades habitacionais para o Lote B. CONSIDERANDO as respostas recebidas por parte dos organismos da Prefeitura de Porto Alegre e pelas análises realizadas anteriormente, este relator manifesta VOTO FAVORÁVEL ao empreendimento. Secretário, termino meu relato. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e**

Sustentabilidade – SMAMUS: Obrigado, Conselheiro Emílio, pela manifestação, o relato bem elucidativo do Item 4.05 da pauta. Então, Senhores Conselheiros, após o relato feito pelo Conselheiro Emílio, eu consulto se temos alguma solicitação para relato de vista na próxima reunião. a RGP 6 pediu relato de vista. Então, o Conselheiro Gomes vai na próxima região poder fazer o relato de vista. Não vamos poro processo em discussão. Mais algum conselheiro? A RGP 1 também. Obrigado mais uma vez, Conselheiro Emílio, pela apresentação. Passamos, então, ao Item 4.06 da pauta, que eu peço para a nossa equipe do planejamento fazer a apresentação para nós, um resumo do que se trata o expediente, depois eu oportunizo, é a Conselheira Maristela que tem que apresentar hoje o relato. Conselheira, vai apresentar? **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Estou aqui. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Eu posso pedir para a equipe apresentar, Conselheira, e depois lhe passo a palavra, é isso? **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Pode ser, não tem problema. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Então, a Vaneska faz a apresentação e depois a gente lhe oportuniza para o relato.

4.06. EXPEDIENTE 20.0.000009880-0; Interessado; Município de Porto Alegre; Assunto: Gravame de traçado viário; Local: Rua José Alípio da Silva até a Rua João Paris (RGP. 3 Santa Rosa de Lima); Relator: RGP. 7.

Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS: Então, é o item 4.06 da pauta, é um gravame de traçado viário, o endereço é a extensão da Rua José Alípio da Silva até a Rua João Paris. O interessado é o Município de Porto Alegre. Ele está localizado na RGP3. Aqui tem a conexão que está sendo colocada, na imagem de satélite, a extensão da rua até a José Alípio da Silva. A justificativa para a solicitação tem origem no empreendimento habitacional prioritário que está tramitando na CAADHAP, na etapa de diretrizes de parcelamento do solo. O gravame proposto é a extensão da Rua José Alípio da Silva até conectar-se com a Rua João Paris, visa uma maior permeabilidade de todas as unidades de estruturação urbana, uma vez que conecta esses trechos das vias existentes, dessas diretrizes do PDDUA, de modo a criar uma conexão leste-oeste no eixo central da unidade de estruturação urbana. A proposta busca a racionalidade do traçado viário, aumento da mobilidade e estabelecimento de um eixo que proporcione melhor dinamização de fluxos no território. Dessa maneira também é possível amarrar com a área do empreendimento tratado na CAADHAP, mas também a região da Vila Santo Agostinho à malha da cidade, restando assim proporcionar mais oportunidades de desenvolvimento e autossuficiência da região. A gente já demonstrou em outros momentos que os eixos viários quando se conectam acabam ampliando também a acessibilidade de equipamentos, comércio e serviços na região. Aqui tem também o processo SEI que gerou a resolução. Aqui o mapa da situação como está hoje e aqui destacado em pontilhado vermelho onde a conexão está sendo adicionada. O parecer da Procuradoria resgata os pontos ali e coloca que não há óbice dada essa justificativa técnica. É isso. Obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Vaneska, por elucidar o tema a todos. Então, na sequência passo para o relato da Conselheira Relatora, a Conselheira Maristela da RGP 7. Fique à vontade, Conselheira. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Na verdade, Senhor Secretário, eu vou solicitar diligência, tanto para o DEMHAB, quanto para a Procuradoria, porque tendo em vista o parecer do Conselheiro Jackson, onde ele diz

que em cima dessa área moram pessoas, já que é um conselheiro muito atento às regras e da seriedade das questões jurídicas, enfim, das normas. Então, eu estou solicitando diligência para a Procuradoria e para o DEMHAB, para a averiguação real, porque existem pessoas morando em cima. A informação que eu tenho é que a área é do DEMHAB. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Nesse sentido, então, vamos remeter o processo ao pedido de diligência, mas como temos que deliberar consulto aos conselheiros. Só para ficar claro, o questionamento é no sentido de? **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** No processo de vista do conselheiro da região, ele sinaliza que existem pessoas que moram em cima e essa área é pública, não só porque é pública, mas existem pessoas que moram em cima. Então, nós temos que ter a certeza disso, porque, na verdade, essas pessoas tem que ser ouvidas também, tem que ter tempo hábil para isso. Por isso que eu preciso de um posicionamento da Prefeitura. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Então, consultando se há existência de pessoas residindo em cima da área do traçado. Consulto os conselheiros se há objeção em relação à diligência da Conselheira Maristela? Se há alguma objeção, por favor, que se manifeste no chat. Então, a gente aprova a solicitação de diligência, conforme prevê o regimento, à Conselheira Relatora. Passamos, Senhores Conselheiros, ao Item 4.07, do Município de Porto Alegre, SINDUSCON é o Conselheiro Relator, Conselheiro Dal Molin. Eu peço, então, para a nossa equipe de planejamento nos relembrar. Hoje é o relato de vista do Conselheiro Adroaldo. Só nos relembre aí, Conselheira Vaneska.

4.07. EXPEDIENTE: 17.0.000051417-7; Interessado: Município de Porto Alegre; Assunto: Gravame de traçado viário e cadastramento de logradouro; Local: Rua Japeju, Rua Bananal e Av. Presidente Vargas (RGP 2 Ilha da Pintada).

Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS: Então, o número do Processo é 17.000051418-7, ele é um gravame de traçado viário, já foi apresentado pela Equipe do Planejamento, que se trata da Rua Japeju, Rua Bananal e Av. Presidente Vargas. O interessado é o Município de Porto Alegre, localizado na RGP 2, nas Ilhas e se trata da necessidade de modificação apontada pela Coordenação de Geoprocessamento e Informações Urbanísticas para adequação desses três logradouros na Ilha da Pintada. Com relação à Rua Japeju e Bananal há necessidade adequada de tipologia, que os eixos estão como passagem e a solicitação, então, de alteração de largura do gabarito para 12,5 em toda a sua extensão. São ruas inseridas em áreas já consolidadas e a existência delas já apareceu nos aerolevantamentos da década de 80, também com regime urbanístico definido no PDDUA. Com relação à Av. Presidente Vargas, gravar e cadastrar o trecho entre a Av. Nossa Senhora da Boa Viagem e a Rua dos Marinheiros, continuando o gravame dessa avenida que se encontra gravada até o início do eixo solicitado. Destacando, então, que esse trecho da Av. Presidente Vargas também se encontra consolidado, inclusive, sendo trajeto de transporte público na região. Então, resumidamente, essas solicitações são para atender a realidade atual aos critérios do plano. Então, na minuta de resolução os mapas, à esquerda o mapa da situação atual, como estão esses gravames, e à direita o mapa ali, um alargamento das primeiras, da Japeju e Bananal, e com relação a Presidente Vargas aqui, como ela está e como ela fica. No parecer da Procuradoria, como de costume, ela resgata esses pareceres técnicos que foram colocados e também destaca que a Unidade de Estudos Urbanos da Coordenação de Planejamento Urbano se manifestou favorável às alterações do ponto de vista

urbanístico. Então, não vislumbra óbice jurídico à minutos encaminhada ao Conselho. Obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Vaneska, pela apresentação. Então, passo a palavra para o relato de vista do Conselheiro Adroaldo. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Boa noite, Presidente. Boa noite, conselheiros. Presidente, nós anexamos aí o relato de vista dia lá no dia 8 de junho. Eu vou ler algumas coisas, porque o iniciado a Vaneska já lei. Lá naquela data, próximo do dia 8 de junho, nós visitamos a região, o local lá, com a Conselheira Claudete. Então, eu coloco o seguinte: *Processo 17.0.000051418-7. Interessado: Município de Porto Alegre. Objeto: Gravame de Traçado Viário e Cadastramento de Logradouro. Localização: Ilha da Pintada – MZ 09 UEU 032 – RGP2. Ruas Japeju, rua Bananal e Av. Presidente Vargas. - Alteração da Tipologia da rua Japeju, parte está como passagem de Pedestre para rua em toda sua extensão, passando o gravame de traçado viário para 12,50m de largura. - Alteração da Tipologia da rua Bananal, parte está como passagem de Pedestre para rua em toda sua extensão, passando o gravame de traçado viário para 12,50m de largura. - Inclusão de gravame de traçado viário da av. Presidente Vargas a partir do trecho da av. Nossa Senhora da Boa Viagem até a rua dos Marinheiros e com a largura de 10,50m para 12,50m, extensão de aproximadamente 696m, já que esta avenida possui seu traçado gravado até o trecho solicitado, sendo inclusive trajeto de transporte público. Em visita ao local, constatei o seguinte: 01 - Que a Rua Tapeju, entre av. Presidente Vargas e Rua Garruchos está gravada como rua e que a partir dali até a rua N.Senhora da Boa Viagem como passagem até o seu final onde está localizada uma Marina. Porém, já está consolidada como rua, com pavimentação e passeio em toda sua extensão. Os moradores disseram que a mesma alaga em período de grandes chuvas, sendo que água inunda suas casas. Não tem fluxo de veículos que exija alargamento maior do que existente. 02 – Rua Bananal, entre a Rua Tapeju e rua Oscar Schmitt também consolidada com pavimentação e passeio, sem fluxo de veículos que justifique alargamento maior do que o já existente. 03 – A Rua Presidente Vargas, no trecho sugerido, existe o Quilombo Resistência, Unidade Territorial Tradicional Povo Bantu localizado no nº 530. Conversei com o Conselheiro do Orçamento Participativo da Região Sr. Indiosmar Alves Nunes, as Delegadas do Orçamento Participativo Sra. Carla Rosane Cabral, a Sra. Beatriz Gonçalves Pereira e Coordenadora e moradora do Quilombo Resistência, Unidade Territorial Tradicional Povo Bantu. Estas lideranças demonstraram-se surpresas com a proposta apresentada por não terem sido comunicadas do assunto e nem ter sido discutido no Fórum da Região. Ressaltando parecer não dialogar com as prioridades e necessidades da comunidade. Questionaram ainda vários apontamentos que haveriam sido feitos quando das oficinas realizadas pelo município junto à comunidade, mas que não estariam sendo consideradas na presente proposta. Destaca-se que as vias se encontram pavimentadas em função de obras demandadas pela comunidade via Orçamento Participativo.* ***DO PARECER****: A par da justificativa dispor sobre adequação situação e a realidade atual e aos critérios do PDDUA, veja-se que a situação se mostra controvertida, posto que a presente proposta de resolução altera a realidade existente ampliando o gabarito dos logradouros Bananal e Japeju de forma inclusive a atingir algumas residências, bem como em nenhum momento são enumerados quais critérios seriam estes. As ilhas além de comporem o patrimônio do Estado impõe relevante proteção jurídica ambiental, em especial, diante dos riscos e episódios recorrentes de inundações, situação relatada pelos moradores ouvidos, em especial, aqueles residentes nos logradouros que se pretende alterar o gabarito. Diante da diversidade e das diversas competências que legais que incidem, que envolvem a área em questão, não há como se deliberar sem antes ouvir a comunidade, verdadeira*

beneficiária da ação que se propõe, bem como os órgãos ambientais envolvidos. Até porque para se construir soluções e compreender a realidade, e necessária regularização, é preciso ouvir a comunidade previamente, bem como compreender a natureza de eventuais riscos existentes, assim como questões ambientais implícitas, não havendo que se falar em situação consolidada face ao patrimônio Ambiental. Ademais, por força dos princípios que regem a administração toda e qualquer manifestação deve ser motivada e fundamentada sendo insuficiente, portanto, a mera alegação de inexistência de oposição. Nesse sentido, a par de não ter havido oposição do ponto de vista urbanístico, ou jurídico, quanto ao cadastramento dos logradouros, é necessária uma análise motivada e fundamentada do ponto de vista ambiental. Pela diversidade de competências e de acordo com o PPDUA (art.1º § VIII) e Lei Orgânica do Município, além de oitiva prévia da comunidade, deve também a presente proposta ser analisada pelo viés ambiental através do Conselho Municipal do Meio Ambiente – COMAM (Diligência). Presidente, neste momento eu gostaria de encaminhar diligência ao COMAM e, posteriormente, convite à comunidade, porque para eles não está claro esse encaminhamento sem consulta prévia à comunidade. É esse para meu relato. Não existe contrariedade naquela parte que fala da nomenclatura, que a gente está buscando entender nesse momento, quer aprofundar, é essa questão de alargamento da rua, porque pela tipologia não tem problema, haja vista que a comunidade não participou disso. A delegada lá, a Sra. Beatriz, demonstrou quando esteve no Conselho e a gente gostaria de ter uma avaliação do COMAM. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Conselheiro, obrigado pela sua manifestação, sempre contributiva, mas é importante destacar, Conselheiro, que este é o Conselho de representação da sociedade. E as diligências são restritas aos órgãos da administração pública e não a outro conselho municipal, senão a gente substitui o poder de deliberação destes conselheiros aqui eleitos pela comunidade, que representam, são a voz da comunidade. O senhor é a voz da sua região de planejamento, assim coordenação os demais conselheiros eleitos das regiões são as vozes das regiões de planejamento. Então, não é viável a gente fazer um encaminhamento para outro conselho debater, porque as regras daquele conselho, aquilo que é objeto de análise daquele conselho estão previstos nos regulamentos do regimento daquele conselho. Então, o COMAM tem um regramento previsto em lei, em decreto, tem processos que obrigatoriamente a legislação prevê que são submetidos ao COMAM. Aqui é regrado pelo Plano Diretor e a regra para o processo chegar aqui neste Conselho decorre daqueles ditames legais previstos na legislação municipal. A competência de análise é deste Conselho, não existe essa possibilidade de nós remetermos o processo e criarmos uma competência de análise do Conselho do Meio Ambiente. Então, Senhores Conselheiros, parece uma coisa fora do comum, mas eu coloco em votação, como o pleno deste conselho tem legitimidade para deliberar algo nesse sentido, acho que não tem respaldo legal para aquilo ali. Então, se chegar no conselho, eu como Presidente do Conselho do Meio Ambiente vou devolver o processo dizendo que não é competência do conselho deliberar sobre essa matéria. Mas consulto os Senhores Conselheiros, vamos fazer a votação em relação a essa solicitação de diligência do Conselheiro Adroaldo. Tem uma Questão de Ordem da Conselheira Claudete, depois da Vaneska e depois do Felisberto. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Boa noite a todos. Bom, o Secretário gosta tanto de cumprir o regimento, mas acabou de explanar a sua votação a respeito da diligência requerida. Ele deu a sua opinião quando ele nem poderia votar. Mas nós vamos lembrar que o nosso PDDUA, lá no art. 1º, inciso VIII, ele fala da integração entre os conselhos, porque a gente faz parte de um sistema de gestão de planejamento. Vamos lembrar

também que a nossa nota técnica da Procuradoria, nº 31/2020, ela fala sim que tem que ser feita uma análise de aspectos ambientais em questões de risco. E segundo o nosso regimento, que o Secretário tanto respeita, ele diz que as diligências têm que ser encaminhadas, embora o Secretário aqui acabou de emitir a sua opinião, mesmo sem ter o direito a voto, né? Utilizando esse poder opressor que ele utiliza comumente, dizendo que não é cabível tal diligência. Ou seja, ele votou antecipadamente. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem, Conselheira. Obrigado pela sua contribuição. Naturalmente, as questões de formalidade do processo e interpretação do regimento no da reunião são avaliados pelo Secretário, eu nós vejo uma situação diferente trazida por outro conselho. Não há essa previsão legal, as diligências são para órgãos municipais, até a análise ambiental é vista dentro do processo, existe representação dos órgãos ambientais dentro da comissão, da secretaria. Então, essas questões são vistas e seguem estritamente o processo legal, aquilo que disciplina todo o nosso regimento e a legislação. Vaneska, uma Questão de Ordem? **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Eu até peço desculpas se não for exatamente uma Questão de Ordem, só queria esclarecer, como esse processo também passou pela análise do planejamento, passou pela regularização fundiária, são ruas que elas têm um uso consagrado como ruas e é para reconhecer uma situação que de fato existe nas Ilhas. No planejamento a gente sempre enfrenta essa questão assim, que é complicado reconhecer a situação das Ilhas e existem poucos espaços onde a gente pode de fato torná-los adequados de acordo com o Plano Diretor. Então, eu não entendi também qual lado a dúvida que resta. Eu até estava olhando no processo, está documentado, queria do chamar atenção para esse aspecto do processo, porque me parece que está se discutindo como se fosse uma proposta de algo que alteraria o que existe hoje lá na ocupação dessa região. A alteração do gabarito é para ficar de acordo com o que vai ficar mais adequado com o território, não é uma proposta de algo que transforme, vai deixar mais adequado no sentido de regulamentar. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Vaneska. Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** A minha Questão de Ordem é no sentido assim, Secretário, como a Ilha representa um território que é emblemático e é único, é necessário ter uma avaliação do conselho que trata da questão ambiental com as comissões que existem no Conselho, mas isso não impede de que seja colocado ao conselho. E solicitar uma diligência a outro conselho não vejo porque não seja possível, porque eles fazem parte da gestão da cidade. E a segunda colocação é com relação à comunidade, o Adroaldo esteve lá e agora essa questão do quilombo me pareceu também, aquilo que eu volto a retomar, a questão da regularização fundiária e que não respeita o território e não leva em conta a questão dos quilombos. Isso já aconteceu com a Vila Caddie, acontece com vários quilombos na cidade pelo próprio desconhecimento dos brancos, ao qual eu me incluo. Então, é necessário que a gente tenha o conhecimento, vá ao território e discuta com a comunidade. Então, quero dizer, parabéns ao Adroaldo pedido de diligência e o voto da RGP 1 é de acordo com o que o Adroaldo solicita. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. Rafael Passos. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Secretário, eu gostaria só de um esclarecimento sobre o entendimento de que não há previsão para o envio a outro conselho, mesmo que para consulta. O regimento fala em órgãos municipais... Deixa eu até ver o artigo direitinho. O art. 10: *Somente serão aceitos pedidos de diligência a órgãos*

municipais que estão vinculados às pautas ora tratadas. Primeiro, o Conselho é um órgão municipal. Correto? É um órgão de cogestão, o conselho é um órgão assim como secretaria, mas ele é um órgão de cogestão. Então, não vejo nenhuma contrariedade ao disposto no regimento nesse sentido. Se nós formos ler a lei geral dos conselhos, lá fala que há órgãos de participação direta da sociedade dentro da municipalidade. Então, nesse sentido me parece equivocada a análise do Secretário, além de que já está antecipando o seu posicionamento e induzindo o entendimento dos demais conselheiros. O que eu coloco aqui é que no meu ponto de vista, por isso pedi Questão de Ordem, porque é uma questão regimental e me parece uma interpretação equivocada do que está no regimento. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem, obrigado, Conselheiro Rafael Passos. Respeitamos o seu posicionamento e a visão divergente do entendimento deste Presidente. Como se trata de uma questão formal, na nossa compreensão não haveria, mas de qualquer forma submetemos à votação dos conselheiros. Então, conselheiros, vamos consultar aqui em relação à votação. Vamos fazer uma votação nominal para ficar registrado, para não haver nenhuma polêmica em relação a isso. Como vota a Conselheira Lisiane, favorável ou contrária ao pedido de diligência do Conselheiro Adroaldo? **VOTAÇÃO NOMINAL: Lisiane Sartori Fioravanço Magni (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Contra (Voto no chat). **Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Contrária. **Sônia Castro (Titular), Gabinete do Prefeito – GP:** Contrária. **Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN:** Favorável. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Eu voto contrária principalmente porque estão sendo ignoradas as informações que foram prestadas aqui, buscando esclarecer para que não fosse necessária esta diligência. Obrigada. **Gisele Coelho Vargas (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Contrária. **Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM:** (Não se encontra presente). **Gustavo Garcia Brock (Titular), Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV:** Voto contrário, Presidente. **Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Voto contrário, Presidente. Cláudia Laydner (2ª Suplente), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Favorável. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Voto favorável e os votos devem ser fundamentados, porque todo o voto, toda a motivação da administração deve ser fundamentada, né? Até porque a gente já foi vítima aqui da manifestação antecipada do Secretário. **José Rodolfo Fork (1º Suplente), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA:** Contrário, Presidente. **Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Favorável, Presidente. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Eu voto favorável, considerando que em que pese possa haver todas as questões técnicas elucidadas, está pedindo a diligência a um conselho e não a uma comissão técnica. Então, não se sobrepõe à análise técnica, mesmo que se considerasse ela atendida. É isso. **Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Sou contrário, Presidente. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Presidente, boa noite. Eu acho que o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental é que tem a competência para essas determinações e o outro conselho tem competências diferentes. Então, eu sou contrário.

Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS: Presidente, sou favorável à consulta proposta pelo Conselheiro Adroaldo. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Quero lembrar a este Conselho e deixar que conste na ata de que a própria comunidade esteve neste Conselho e se mostrou contrária à questão do alargamento na via. Então, meu voto é favorável a que seja ouvido tanto o conselho, como a própria comunidade. E levando em conta que é uma proposta do conselheiro da região e não tem que se sobrepor à vontade da região. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** O Conselheiro Adroaldo é naturalmente favorável. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Eu voto favorável ao parecer do colega. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Eu gostaria de deixar registrado em ata que o conselheiro da região, pelo que me consta e já foi falado neste Conselho, ele tem o direito de pedir, ele tem que ser ouvido, né. Ele está falando sobre a região dele, ele conhece a região e conhece as pessoas. É um absurdo, mas como o Secretário mesmo disse que nós somos voto vencido, quando a maioria de vocês todos votam iguais, o meu voto é favorável com toda certeza. **Wagner Pereira dos Santos (1º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Cinco – RGP. 5:** Boa noite a todos e todas aí. Eu acho que este Conselho é um pouco do governo, talvez até esteja falando bobagem, mas eu acho que acho está representando a comunidade aí e muitas vezes eu me sinto sem voz, a comunidade está sem voz. Eu pouco me manifesto e só para deixar registrado que isso aí, nós somos pela comunidade. Então, é favorável. E como a conselheira ali mesmo falou, os votos têm que ser fundamentados. Obrigado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Boa noite. Presidente, as duas questões principais levantadas estão resolvidas dentro do processo. Primeiro a competência de quem tem formatou, aos olhos do município, veio ao Conselho do CMDUA. Ou seja, está resolvido do ponto de vista técnico. Do ponto de vista político, que é a questão da mobilidade, da informação e de levar à comunidade, isso é uma responsabilidade do conselheiro, que se não fez até agora não sei porque, porque o tempo passou. Então, eu sou contrário. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Eu quero que fique registrado, consignado em ata, que quando interessa os argumentos da burocracia servem, da jurisprudência, ou seja o que for necessário, até porque eu não sou *data vênia*, né? Mas acho lamentável a postura da indução e acho lamentável a postura da técnica concursada Vaneska, que é uma pessoa que eu tenho a maior consideração e que não está levando em consideração a questão de ouvir a comunidade. E dizer que não tem competência o outro conselho? Isso não existe! Isso é uma larga discussão. Lamento, Vaneska, eu te ouvir com esse posicionamento arbitrário em relação às comunidades. Lamento por uma questão de ego, de ego de um corpo. Quero deixar registrado isso. **Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** Contrário. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Boa noite, conselheiros e conselheiras. Eu entendo que a proposta de diligência se tornou um pouco passando a responsabilidade para outro conselho, quem define é este Conselho. Então, como a proposta ficou um pouco dúbia, porque tem essa questão de transferir a responsabilidade e também a opinião da região, como bem falado ali pelo Conselheiro Gomes, já teve a oportunidade de fazer essa reunião e de solicitar essa opinião, o meu voto vai ser contrário. Eu ia até me abster dessa situação, porque eu entendo que a região de planejamento é superimportante, essas discussões, mas em razão de passar, transferir a responsabilidade, eu sou contrário.

Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS: A Conselheira Gabriela não foi ouvida. **Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM:** Contrária à diligência. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Gabriela. São 14 votos contrários, 12 votos favoráveis, nenhuma abstenção. Nesse sentido, então, este Conselho manifesta **CONTRARIEDADE AO PEDIDO DE DILIGÊNCIA** do Conselheiro Adroaldo. Nesse sentido, a gente avança. Como são 20 horas em ponto vamos passar para a próxima reunião a discussão e deliberação do presente processo pautado. Só queria ressaltar novamente, parabenizar o trabalho da Conselheira Vaneska, que muito bem nos representa na parte técnica e com um trabalho excelente. Então, Conselheira Vaneska, eu lhe peço desculpas por qualquer questão que tenha trazido aqui algum conselheiro em direção ao seu trabalho, que eu sei que é de extrema lisura e pelo bem da nossa cidade. Nesse sentido, então... Só um pouquinho. O Conselheiro Hermes, não foi feita a chamada. Então, vamos só fazer o registro do voto do Conselheiro Hermes nesse processo. Conselheiro Hermes, como vota? **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Boa noite a todos. Eu peço desculpas pelo atraso na reunião, Secretário. Em função disso eu tive dificuldades, estou participando com o telefone. Eu gostaria de fazer uma declaração de voto também, que não existe em nenhum momento no nosso regimento interno, e como já foi dito pelos conselheiros que me sucederam, não existe nenhum impedimento que se consulte outro conselho. E para quem diz que está se transferindo, não, nós estamos fazendo uma consulta, um pedido de esclarecimento. Não é transferindo a responsabilidade, a responsabilidade é no final de quem vota, aprova ou não aprova após os devidos esclarecimentos. Então, o meu voto é favorável e eu fico muito, assim... Muito bravo, na verdade, quando falam que os nossos votos são políticos e tem mais voto político do que foi hoje, né? Uns votos de cabresto, eu poderia dizer. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem. Obrigado, Conselheiro Hermes. Então, registrando 14 votos contrários, 13 votos favoráveis, mantemos a contrariedade da manifestação do parecer de diligência do Conselheiro Adroaldo. Este é um conselho democrático, nem sempre as nossas posições são as vencedoras, então, a gente tem que respeitar esse processo, entender o debate como evolução, com amadurecimento, conhecimento, faz parte do processo de construção da nossa cidade. E que a gente chegue na próxima reunião renovado com os novos processos em pauta. Não vamos deixar as brigas, as posições divergentes aí contaminarem o clima deste Conselho, faz parte, é do processo de discussão às vezes ter algumas polêmicas, alguns pontos de conflito. A gente tem que avançar na pauta, é desse debate, é dessa discussão que frutificam os melhores resultados para a Cidade de Porto Alegre. Um grande abraço a todos e uma excelente noite.

Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental – CMDUA, às 20h00min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia Costa Ribeiro, sob o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.

Germano Bremm	**Secretária Executiva**
Presidente	**Relatora**

Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2021, ... retificações:

ATA ORDINÁRIA Nº 2900/2021

(Virtual nº 65)

Aos treze dias do mês de julho de dois mil e vinte um, às dezoito horas, reuniram-se para Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, via ZOOM, denominado PLENÁRIA VIRTUAL DO CMDUA, em razão do decreto municipal a fim de combater o coronavírus e a propagação da pandemia entre as pessoas, sob a coordenação de GERMANO BREMM, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos:

CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS: Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira (Titular) e Lisiane Sartori Fioravanço Magni (Suplente), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Sônia Castro (Titular), **Gabinete do Prefeito – GP**; Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN**; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), **Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS**; Gisele Coelho Vargas (Titular), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE**; Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM**; e Gustavo Garcia Brock (Titular), **Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV**.

CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS: Rômulo Krafta (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**; Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Claudete Aires Simas (Titular), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH**; Sérgio Saffer (Titular), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA**; Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS**; Rodrigo Adanis Barbieri (2º Suplente), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS**; Rogério Dal Molin (Titular), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), **Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**.

CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL: Felisberto Seabra Luisi (Titular) e Cláucia Faganello (1ª Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular) e Ronie Gomes (1º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Wagner Pereira dos Santos (1º Suplente) e Ricardo Angelini, (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Cinco – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7**; Dinar Melo de Souza (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8**; e Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP – HOCDUA.**

SECRETARIA EXECUTIVA: Camila Maders Fonseca Coelho, **Secretaria Executiva da SMAMUS**; Patrícia C. Ribeiro, **Taquígrafa/Tachys Graphen**.

PAUTA:

1. Abertura;

2. Votação: 2.1. Ata 2898 (29/06);

3. Comunicações;

4. Ordem do Dia.

Após a conferência de *quórum* o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h07min.

1. ABERTURA.

Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS: Boa noite, Senhores Conselheiros, Senhoras Conselheiras. São 18h07min, temos *quorum*. Declaro, então, oficialmente aberta a nossa Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental. Desejando uma excelente noite de trabalhos, de debates, trocas, aprendizados, construção pelo melhor pela nossa cidade. Registro aqui rapidamente as presenças (Relação de presentes na inicial). Então, Senhores Conselheiros, se porventura não chamei alguém, faça o registro, por favor, no chat. Nós temos uma inscrito externa para falar, lá da Região de Planejamento 2, da região das Ilhas, a Beatriz Gonçalves Pereira. Está inscrito para fazer uso do período de Comunicação. Eu peço, Senhores Conselheiros também, quem gostaria de fazer depois, na sequência uso da comunicação interna, por favor, faça a inscrito no *chat*. E aí depois a gente faz o registro e oportuniza as comunicações internas. Nesse sentido, então, abro a palavra para a Beatriz, que o período de 5 minutos, para uso do nosso microfone aqui deste Conselho para fazer a sua manifestação. Boa noite!

3. COMUNICAÇÃO.

Beatriz Gonçalves Pereira, Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2: Boa noite, Conselheiros e Conselheiras. Obrigada pela oportunidade. Eu estou aqui junto com os conselheiros da região e mais uma delegada. O Indiosmar, que é conselheiro, a Carla que é delegada, eu que sou delega e o Anecyr Domingues, que é conselheiro. Venho recorrer a este Conselho porque nós precisamos de ajuda. Eu tive acesso, consegui assistir à reunião anterior, onde foi feita a fala da questão dos gravames das nossas ruas. Eu quero com todo carinho e respeito dizer que é muito importante o conselheiro se embasar bem das informações e passar elas com mais clareza para nós, para que nós possamos entender. Quando eu fiz a minha fala em uma reunião anterior a essa, eu pedi que se tivesse um olhar para a comunidade. Pois bem, ao ver a reunião passada nós ficamos entendendo que o que nós havíamos entendido não era bem o que nós queríamos. Isto é, houve informações desencontradas. Assim, nós lutamos há muitos anos pelo gravame dessas ruas e o que nós ouvimos é que nós teríamos destruição de muros, alargamento de ruas, que nós teríamos até uma questão hidroviária. Isso causou uma confusão muito grande na população. Então, nós nos reunimos e fomos conversar e nos embasar dos documentos que haviam sido enviados há muito tempo. Descobrimos, então, que seria apenas uma atualização. Olhamos, conversamos e entendemos, passamos a entender que, na realidade, nós precisamos do apoio e do voto de todos os senhores para que nós possamos dar um passo à frente na questão das Ilhas. Nós não podemos perder esta oportunidade. Bom, se não várias ter quebra de muros, se não vai ter que derrubar casas, se não vai ter hidroviário, bom, para nós é tranquilo, porque nós lutamos há muitos anos para que a gente possa ter o gravame das nossas ruas e as ruas citadas, a Japeju e a Av. Presidente Vargas, no seu todo. Olhamos o mapa também e aí, então, compreendemos o que vai acontecer. Por isso nós estamos aqui, nós que conversamos

com o Conselheiro Adroaldo na época, e dizer não, gente, nós temos que votar sim, nós precisamos desse gravame, nós precisamos da sensibilização e o entendimento de vocês, porque nós enquanto conselheiros e delegados conversamos com a comunidade e nos debruçamos em cima de documentos, nós nos debruçamos em cima dos mapas, aí sim nós entendemos o que estava sendo dito para nós, aí nós conseguimos entender, depois dessa busca de documentos e mapas que conseguimos estudar em cima deles. E sim, nós precisamos do voto de todos os senhores no dia de hoje para que nossas vidas possam avançar. E também quero dizer aos senhores que já é um projeto nosso para que possamos separar, para que possamos ter uma RGP 2 diferenciada, porque nós entendemos que a nossa região é a mais diferenciada da Cidade de Porto Alegre. E algumas coisas se confundem, porque nós temos área de ilhota, nós temos áreas federais, nós temos áreas de APP e isso causa uma confusão muito grande para quem não é do território. Existe uma necessidade de se fazer um estudo profundo para poder compreender e poder chegar a um denominador comum de avanço e de qualidade de vida para a nossa comunidade. Então, estou pedindo para todos os senhores e senhoras que votem sim, se essa votação for feita hoje, né? Porque do contrário também nós gostaríamos, dentro da possibilidade, se não for votado hoje, nós temos mais reunião a fazer para dar conta também dessa mudança que nós queremos fazer, pela peculiaridade que tem a nossa região das Ilhas. Era isso que eu tinha para falar, nós estamos aqui todos juntos e agradecer à oportunidade que foi dada a nós. Todos nós sim e todas as Ilhas sim, principalmente a Ilha da Pintada, a gente diz sim para o gravame proposto. Era isso. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Beatriz pela fala, explanação no período de Comunicação. Muito bem-vinda, estenda o nosso agradecimento a toda a comunidade, que tem se mobilizado para entender os processos que estão em pauta ainda. E usando oportunamente a tribuna para manifestar a sua visão, o seu entendimento. Então, é muito bem-vinda e contributiva a fala de vocês. A Beatriz se refere ao Item 4.07 da pauta, que foi objeto de discussão na reunião da semana passada, onde a gente teve uma solicitação, um pedido de diligência, após o relato do conselheiro da região, o Conselheiro Adroaldo, que foi negado pela maioria deste Conselho. E hoje na sequência, quando a gente avançar na pauta, a gente coloca o processo em debate e na sequência em votação. Tem alguém inscrito para fazer uma manifestação sobre a fala da região, da representação externa? Tem mais alguém? Só o Conselheiro Gomes? Conselheiro Gomes, um minuto. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Boa noite. Boa noite, Conselheiros. Boa noite, Presidente. Presidente, eu fiquei com muita estranheza quando eu vi a mudança do voto do Conselheiro Adroaldo, que no dia 25 de maio o Conselheiro Adroaldo anexou o documento do seu relato de vista. Eu tenho a mania de quando eu recebo esses processos, eu copio todos eles, transformo em PDF e fica como uma fonte de consulta. O Conselheiro Adroaldo naquele momento, em um breve relato dizia que a iniciativa possibilitaria aos moradores regularizar suas construções em terrenos consolidados. Muito bem, a comunidade quer. Após conhecer o relatório tão bem fundamentado pelo relator, de acordo com a vontade dos moradores do local, elogiando inclusive o relator do processo, onde a Região de Planejamento 2 acompanha o voto do relator. Aí depois o Conselheiro Adroaldo muda de posição, aparece um relatório bastante sofisticado do ponto de vista da elaboração... **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Conselheiro Gomes, o senhor de repente quer usar o período? Como só teve a sua fala, continuar no período de Comunicação de 3 minutos, aí eu lhe oportunizo a fala. O senhor continua enquanto os outros se inscrevem aqui. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região**

de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6: Perfeito, então. Aí me causou bastante estranheza, quando compara os dois relatórios, o que o Adroaldo retirou que concordava com o relator do processo, concordava, dizendo que os moradores seriam beneficiados e elogia o relator do processo. Aí de repente muda, aparece essa peça que ele leu na última reunião, altamente sofisticada para quem conhece o que estamos falando aqui. A elaboração, o raciocínio, um raciocínio de no mínimo, na boa, de um arquiteto que domine o mínimo aí da questão urbana. Eu achei muito estranho e com uma posição mirabolante de querer levar um processo que teve todos os trâmites corretos dentro dessa fase, queria levar para outro conselho. Uma criatividade assim, daquelas que a gente fica desconfiado. E aí talvez eu dê razão para o Conselheiro do Sindicato dos Arquitetos, que na sua manifestação disse que este Conselho tem manipulação de votos. Será que ele se referia a alguma coisa que eu também possa lembrar que possa estar acontecendo? Porque como eu não conheço, na minha área, nas minhas relações com as pessoas com quem eu falo, com as pessoas com quem eu converso e a respeito muito, aí de repente surge essa troca de parecer, uma troca radical, mas muito radical e com toda essa concepção mais, digamos assim, intelectualizada do ponto de vista urbanístico, né? E aí vem o Hermes e fala em manipulação. Fiquei com uma pulga atrás da orelha. Presidente, em princípio era isso que eu queria deixar colocado. Parabéns, Beatriz pela coragem de vocês de trazer uma posição concreta, clara dos moradores aí da Ilha. Meus parabéns. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Gomes, pelo período de Comunicação inscrito. Ainda temos o Conselheiro Felisberto, o Conselheiro Emerson e o Conselheiro Dinar. Conselheiro Adroaldo está inscrito para comunicação. Então, encerramos a inscrição para o período de Comunicação e oportunizamos as falas dos demais conselheiros. Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu penso que é importante ouvir o Adroaldo antes, eu acho que ele vai tratar desse assunto. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Então, vamos inaugurar com a fala do Conselheiro Adroaldo, depois a gente oportuniza as demais falas. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Boa noite, Presidente. Boa noite, Conselheiros. Na verdade, o que eu vou falar, eu não quero rebater a fala do Conselheiro Gomes, porque não vale a pena perder tempo, Presidente. Na verdade, eu quero registrar que naquele dia, naquela reunião anterior, o meu chat ficou bloqueado e eu não consegui pedir a fala para continuar conversando sobre aquele processo, naquele momento da votação com relação à diligência. Então, eu quero registrar, Presidente, que o próprio Presidente coordenando a reunião declarou o seu voto contrário à diligência, né? Aí impediu a continuação do debate. Certo? O meu chat ficou bloqueado, a mãozinha que eu levantei não funcionou para o Presidente e é um espaço que o Presidente sempre fala em democracia, mas a democracia não aconteceu naquele momento ali. É isso que eu quero deixar muito claro, não fiz o meu voto, porque o Presidente votou por mim, disse que o Adroaldo era contra, se lá, contra ou a favor lá, que queria a diligência. E acho sim que nós perdemos uma grande oportunidade de fazer uma diligência, independente de ser outro conselho, porque há um pedido daquela comunidade em outro momento, que foi de que tivesse um tempo maior para discutir essa questão. Se existe alguma dificuldade dentro da região, a região tem que se entender com o seu conselheiro, ela pode trocar, indicar outra forma de discutir. Nós já passamos aqui dentro do Conselho por outros momentos delicados, mas acredito que ninguém trocou o voto, Conselheiro Gomes. O que tem que ter é a oportunidade de espaço igual para todos, meu chat ficou bloqueado. Era isso, Presidente. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio**

Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS: Obrigado, Conselheiro Adroaldo, pela manifestação. Conselheiro, só corrigindo os equívocos que o senhor falou com relação a esta presidência, está disponível, está disponível no YouTube, tanto que foi assim que a própria comunidade pode assistir e tirar suas conclusões, veio fazer a manifestação com relação ao seu relato. Lembrando que, regimentalmente, a gente tem a previsão do relato de vista e é muito claro o seu pedido de diligência ao conselho, toda a sua manifestação está posta, está ali para todos que quiserem assistir. E assim como prevê o regimento foi deliberado, como é para todo e qualquer pedido de diligência. E em se tratando de ser uma diligência para outro conselho, com relação à formalidade e este Presidente, naturalmente, tem que se manifestar, não há essa previsão de ser ouvido e já coloquei isso na outra reunião. No entanto, mesmo assim colocamos em votação e a maioria deste Conselho entendeu no sentido de não deliberar, não aprovar uma diligência para ouvir a comunidade, sendo que o conselheiro tem a representação e tem essa prerrogativa de ouvir previamente, antes de manifestar o seu posicionamento. Então, muito tranquilos estamos, porque está disponível aí e a própria comunidade dessa forma entendeu, por isso que veio aqui manifestar o seu posicionamento. E lembrando que todos têm a oportunidade sim de votar, de deliberar e ainda faço os questionamentos ao final das votações, se faltou algum, se alguém não foi contemplado, por favor, pode fazer a manifestação no chat, que a gente abre o microfone. Então, eu lhe corrijo, embora respeite a sua posição, enfim, é representante político da região, pode ter uma posição diversa, mas que fique em ata registrado equivocada essa interpretação. Na sequência o Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa noite. Eu não ia me manifestar sobre esse tema, mas o que a gente sempre pede aqui, vários conselheiros regionais, é que sejam ouvidas sempre as comunidades. E para esclarecer, e para que as comunidades saibam o que está acontecendo aqui no Conselho. O que nós muitas vezes não somos atendido é que antes de qualquer planejamento de determinada região, que se discuta com o foro de delegados da região para que a gente possa debater um planejamento com a região. Então, eu vejo que é um momento que este Conselho tem de pedir, e eu falei com a Patrícia para que cada região possa ter o que é definido no planejamento. Por exemplo, para a RGP 1 o que a Secretaria tem? Segundo, a RGP 2, a RGP 3, a RGP 4, para que a gente possa saber quais são os gravames, qual a diretriz para aquela região para que a gente possa entender a dinâmica do planejamento urbano. Muitas vezes a gente é surpreendido por um projeto e hoje eu vou ter a oportunidade no meu relatório de visita de exatamente tratar desse assunto, que é um projeto na RGP 6, que eu tentei me comunicar com o Gomes para que a gente pudesse conversar sobre isso. É importante que a gente tenha um acompanhamento de quais os projetos que estão sendo direcionados para aquela região para que a gente possa também contrapor com a regularização fundiária. No sentido de que várias comunidades podem ser prejudicadas. Então, mudaram o voto faz parte da democracia, conversando, indo na comunidade e pedir assessoramento técnico não é nenhum prejuízo ou uma vergonha para o conselheiro. Detalhar o voto com mais capacidade também faz parte e aqui neste Conselho nós já tivemos exemplo disso. Conselheiros com capacidade técnica ajudando um conselheiro que não tem a mesma capacidade técnica, né. Então, faz parte da democracia. Agora, nós temos que ter a capacidade de dialogar com as comunidades através dos fóruns, através do Orçamento Participativo para que a gente possa ter uma melhor qualidade de vida para as comunidades, não só para os empreendimentos. Nós temos que ter qualidade de vida para a população que habita nas regiões, principalmente nas Ilhas, que tem que ter um planejamento diferenciado. (Sinalização de tempo esgotado). Já estou finalizando. E é o momento e ter um Plano Diretor específico para as Ilhas, com

uma visão a partir das Ilhas. Claro que terá que haver a integração com a Cidade de Porto Alegre e com a região metropolitana, mas o fundamental é isso. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto, pela contribuição ao debate, de fato que este é um Conselho democrático. Que bom, fico feliz da oportunidade das reuniões serem online, né? Agora mais transparente. Tem esses tipos de ajustes da comunidade identificar, porque está muito interativo, é em tempo real, a comunidade pode participar, pode acompanhar e pode manifestar também a sua posição, pode fazer uso do período de Comunicação, isso enriquece o debate e nos possibilita corrigir qualquer equívoco de encaminhamento que, porventura, tenha a nos dar. Conselheiro Emerson inscrito. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Boa noite, Conselho do CMDUA. Boa noite representantes da Região Ilhas, a Beatriz, o Índio, o Anecyr, a outra delegada também, que é companheiro do Conselho do OP, conselheiro da Região Ilhas. O que eu entendo em relação à Região Ilhas? Ela sempre sofreu com a falta de infraestrutura e atendimento de serviços à comunidade, isso também se dá em razão do seu regime urbanístico, em razão do meio ambiente local, em razão de várias legislações, não só municipal, mas também estadual e federal. Então, o que dá para fazer em relação ás Ilhas? Falando sobre o OP, em anos atrás foi separada Ilhas da Região Humaitá/Navegantes, por ser uma região específica. E entendo também, já colocando ao Conselho como proposta de alteração ao novo Plano Diretor, a criação da Região Ilhas para trabalhar o desenvolvimento dessa região, porque quem mora lá é quem entende a região, é que pode trabalhar melhor as dificuldades e encontrar soluções. Então, eu coloco à disposição do OP, sou representante do OP enquanto Temática HOCDUA, para abrir essa discussão e discutir junto com as Ilhas a criação da região de planejamento. Eu acho que esse é o caminho para que essa comunidade chegue a alcançar os seus objetivos. Sejam bem-vindos, parabéns, Ilhas! **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Ok. Obrigado, Conselheiro Emerson, pela contribuição. Conselheiro Dinar, inscrito. **Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** A minha fala não é sobre esse tema. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** É livre, no período de Comunicação é livre a fala. **Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** Boa noite, Secretário, Conselheiros e Conselheiras. Secretário, eu estou meio preocupado com a maneira como alguns conselheiros estão se comportando dentro do Conselho. É muita ofensa para o senhor e para alguns conselheiros, inclusive eu. Queria saber se não há possibilidade de alguma advertência por falta de ética e postura de alguns conselheiros, porque se continuar assim a coisa vai começar a piorar. E eu estou aqui no Conselho não para brigar com conselheiros e ser ofendido por conselheiros. Eu sou um missioneiro que meu pai me deu educação para eu respeitar a opinião dos outros e eu respeito. Agora, se eu for agredido eu respondo com educação e quero deixar bem claro se eu ofendi alguém, como foi colocado na última reunião, que eu ofendi, que é a segunda vez que eu ofendo os conselheiros, eu gostaria de receber uma advertência por parte deste Conselho, se eu algum dia ofendi alguém, algum conselheiro aí ou o senhor, como eu tenho visto muita falta de educação com o senhor. Então, eu gostaria de saber se há possibilidade de ter uma avaliação do comportamento de alguns conselheiros, inclusive eu, como foi colocado, se eu ofendi na última fala ou quando eu falei, eu gostaria de ser advertido. Se eu ofendi alguém como foi colocado aí no chat e nas falas aí, que eu ofendo os conselheiros. Eu me criei com o meu pai sempre cobrando respeitar os outros. Então,

eu não ofendo, agora, também não vou ficar quieto, aguentando xingamento e eu estou preocupado com o xingamento que o senhor recebe, as ofensas que o senhor recebe também. Vou repetir, se nós continuarmos da maneira como está indo o processo aí... Antes era o senhor e o Gomes, agora deram uma largadinha no Gomes e pegaram no meu pé. Então, sempre é o senhor e mais um, depois que eu entrei no Conselho, que eu tenho acompanhado. Como foi dito que eu só tirava *selfie* aí, eu sou um bom observador, eu cheguei e fui observando aí primeiro para ver como é que era, porque estou chegando, né? Como é que eu vou chegar? Agora, não estou aí para bater boca com ninguém, ofender ninguém, eu estou preocupado com a nossa Cidade de Porto Alegre, com os problemas que nós temos na nossa cidade, não para votar contra *x* ou *y*, porque eu não gosto do fulano ou sicrano, eu me preocupo com a cidade. Está bom? Muito obrigado pelo espaço. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Dinar, pela reflexão. O Conselheiro Dinar foi o último inscrito no período de Comunicação. E da fala do Conselheiro Dinar tento extrair essa reflexão a todos os conselheiros. Tem previsão, Conselheiro Dinar, no nosso regimento interno, art. 7º, § 3º, prevê a possibilidade da criação de uma comissão especial para averiguar a inflação com relação à postura ética dos conselheiros e que pode ensejar tanto em advertência, quanto à própria expulsão deste Conselho. Logicamente, a gente nunca chegou a esse ponto de criar uma comissão para fazer essa avaliação, porque temos que nos respeitar. É um espaço democrático, temos discussões, temos visões diversas por muitas vezes de cidade, cabe sim o papel do Presidente coordenar esses trabalhos, tentar fazer essa moderação. E a gente está aqui no dia a dia tentando responder, tentando fazer o melhor para a nossa cidade. Eu sou um entusiasta, eu amo a matéria do planejamento urbano, do meio ambiente, do licenciamento. Estou há muitos anos dentro da estrutura da administração, estudando, aprofundando e me especializando para tentar contribuir com a minha cidade. Então, quero aproveitar esta oportunidade que estou no cargo de Secretário e contribuir, dar o meu melhor, fazer a diferença naquele espaço que eu ocupo neste momento. Então, eu peço, encarecidamente, para que a gente não precise fazer uso do regimento interno para abrir uma comissão especial para averiguar a falta grave e a gente ensejar com advertência, com punição, com expulsão dos conselheiros. Então, que todos respeitem os procedimentos, as regras, elas estão dispostas no regimento interno, na resolução que a gente deliberou sobre os procedimentos. Está tudo regrado e este Presidente tenta fazer cumprir aquilo que está disciplinado no nosso regimento interno. Pode haver sim algumas questões com interpretações dúbias, distintas, enfim, é parte do processo, mas é a nossa tentativa sempre de acertar, né, no melhor caminho. Então, temos que aproveitar essa oportunidade, fazer a reflexão e tentar encaminhar no sentido de ter uma boa convergência, de superar. Bom, teve momentos tensos em um dia de reunião, brigamos, discutimos, mas que seja no debate do mérito, na construção da melhoria para a cidade. Passou, outra reunião, vamos lá, bola para frente, esquecemos as nossas desavenças, temos outras pautas para discutir, para debater em alto nível. Então, é isso que eu peço a compreensão dos senhores conselheiros, que a gente possa passar uma borracha naquilo que aconteceu e daqui para frente construir cada vez mais e melhorar a nossa relação para que a gente não precise chegar nesse ponto de abrir comissão especial para apurar falta grave, enfim, infração de postura ética, conforme prevê o regimento interno. Senhores Conselheiros, nesse sentido, vamos avançando na nossa pauta. A gente tem uma Questão de Ordem do Conselho Felisberto e depois vamos para a sequência dos nossos debates na pauta. Já são 18h40min. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Bom, Secretário, a minha Questão de Ordem são duas, reiterar o pedido, já que

alguns conselheiros e conselheiras estão sendo acusados, ou pelo menos estão insinuando que faltamos com ética, que prejudicamos alguns conselheiros, né? Então, que a gente pudesse fazer com que o chat fizesse parte da ata, que já vem sendo solicitado pela Conselheira Claudete, porque seria um documento fundamental para defesa ou acusação. E a segunda colocação que eu gostaria de fazer é que da mesma forma de que nós somos tratados, e quando a gente leva a questão ao Ministério Público, a gente é acusado de querer prejudicar o andamento deste Conselho. Não, nada mais de que haja retorno dos processos que estão tramitando no Ministério Público para que os conselheiros saibam o que está sendo relacionado e, principalmente, com processos do solo criado, que até agora não houve retorno. Então, eu quero a mesma transparência, a mesma força que alguns conselheiros fazem para defender o Secretário, tenham a mesma cobrança no sentido de que haja transparência do que está sendo pedido ao Secretário através do MP. Era isso e obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. Por favor, eu peço para que façam uso do período de Comunicação para questões diversas. Vamos concentrar as Questões de Ordem para as dúvidas com relação ao regimento, porque eu oportunizo a fala, o senhor traz novamente a questão, aí eu vou ter que devolver para outro conselheiro. Todos têm direito a se manifestar e a gente tem que ter o cuidado, porque nem sempre a nossa voz tem que ser a fala por último. Então, por isso a minha insistência sempre em cobrar a questão do período de Comunicação para as falas diversas, críticas, posicionamentos, mas na Questão de Ordem a gente se ater às questões das dúvidas em relação ao regimento, conforme prevê o nosso regramento, senão os outros conselheiros também me cobram porque eu lhe deixei falar. Daqui a pouco outro quer falar sobre as situações diversas aí. Senhores Conselheiros, avançamos ao nosso item:

2. VOTAÇÃO: 2.1. ATA 2898 (29/06).

A votação das Ata 2898, de 29/06. Temos alguma objeção à aprovação da ata? Para não perdermos tempo e não fazermos a leitura um a um, nominal, consulto aos conselheiros e há alguma objeção à aprovação da ata ou abstenção, por favor, faça no chat, que a gente a gente faz a leitura aqui. Abstenção do Conselheiro Adroaldo, Conselheiro Mark, Conselheiro Felisberto. Mais alguma abstenção ou contrário? A Conselheira Claudete. Então, temos 03 abstenções, 01 voto contrário. **APROVADA A ATA 2898**.

4. ORDEM DO DIA.

4.07. EXPEDIENTE: 17.0.000051417-7; Interessado: Município de Porto Alegre; Assunto: Gravame de traçado viário e cadastramento de logradouro; Local: Rua Japeju, Rua Bananal e Av. Presidente Vargas (RGP 2 Ilha da Pintada).

Então, avançamos para a nossa Ordem do Dia. Estamos no Item 4.07 da pauta, objeto da manifestação externa hoje da Beatriz, lá da região das Ilhas. Dentro do nosso procedimento a gente teve o relato favorável do SINDUSCON, tivemos um pedido, um relato de vista do Conselho da região com pedido de diligência. Foi deliberado e recusado pela maioria destes conselheiros. Então, a partir disso, em função do adiantado da hora na reunião passada a gente postergou a continuidade da reunião para a data de hoje. Antes de iniciar o debate, a gente entraria no debate, eu peço para a Equipe do Planejamento, então, fazer rapidamente um relato do que se trata o processo em pauta. E aí depois a gente faz o debate. Quem que hoje está aqui... A Patrícia vai apresentar. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e**

Sustentabilidade – SMAMUS: Boa noite a todos e todas. Então, esse foi um pedido efetuado pela Coordenação de Geoprocessamento de Informações Urbanísticas, essa equipe faz... Na verdade, a responsabilidade dela é cuidar ao lado do Plano Diretor e a partir da consagração ou reconhecendo aquilo que existe no local, eles solicitam para a Equipe do Planejamento ou para a Equipe de Regularização Fundiária fazer alguns ajustes. Então, o pedido foi nesse sentido da nossa equipe técnica lá da Coordenação de Geoprocessamento e Informações Urbanísticas. Então, a solicitação foi referente a Rua Japeju, Rua Bananal e Avenida Presidente Vargas. O pedido se localiza na RGP 2, na Ilha da Pintada. Então, a presente solicitação se trata da necessidade de modificações. Então, como eu falei anteriormente, apontadas para adequações, ou seja, para adequações com vias ao reconhecimento das situações existentes de três logradouros: Rua Japeju, Rua Bananal e Ave. Presidente Vargas. Quanto às ruas Japeju e Bananal a necessidade de adequar a sua tipologia, pois os trechos estão como passagem de pedestres. Também está sendo solicitada a alteração da largura do gabarito, ou seja, o gabarito projetado fica com 12,5m em toda a sua extensão, cabendo destacar que as ruas estão inseridas em áreas consolidadas, sendo possível verificar sua existência nos aerolevantamentos da década de 80. Ou seja, há muitos e muitos anos. Em área com regime urbanístico já definido pelo Plano Diretor. Já em relação à Av. Presidente Vargas, uma via importante ali naquele local, a solicitação é de gravar e cadastrar o trecho entre a Av. Nossa Senhora da Boa Viagem e a Rua dos Marinheiros, continuando assim o gravame dessa avenida que se encontra gravada até o início do trecho solicitado. Importante também destacar que esse trecho da Av. Presidente Vargas encontra-se consolidado, sendo inclusive o trajeto do transporte público. Ou seja, é um reconhecimento da situação existente no local com vias a permitir a regularização, tanto da estrutura urbana, quanto dos imóveis que fazem frente para esse local. Aqui vocês podem ver os gravames, a consolidação dos gravames existentes e a minuta de resolução. Então, foi avaliada em relação à Procuradoria e quanto as ruas Japeju e Bananal, a necessidade de adequar a sua tipologia, pois os três estão com passagem, também sendo solicitada a alteração da largura em toda a sua extensão. Cabe destacar que essas ruas estão inseridas... Isso aqui já foi dito. A Procuradoria dizendo em relação à manifestação, ao questionamento que foi efetuado: *Opino, portanto, pela oitiva prévia da SMAMUS, especificamente do GP que está revisando o Plano Diretor. No entanto, submeto a sua consideração*. A UEU – Unidade de Estudos Urbanos manifestou favorável às alterações do ponto de vista urbanístico, não vislumbrando óbice. E era isso. Então, só para deixar claro, é uma consolidação o objetivo, tendo em vista o requerimento inicial da Coordenação de Geoprocessamento e Formação de Informações Urbanísticas, é simplesmente uma consagração do que está existente no local, adaptado ao padrão do Plano Diretor. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Ok. Obrigado, Patrícia, pelo esclarecimento, manifestação. Consulto, Senhores Conselheiros, avançando para o período de discussão. Então, pergunto se temos os inscritos para debater o assunto? A Conselheira Jussara da ABES inscrita. Conselheira Maristela inscrita para debater. Conselheiro Mark. Mais algum Conselheiro inscrito para debater o assunto. Não? Conselheiro Dal Molin, mas coordenação é o relator a gente já inscreve ele por último para fazer as manifestações. Então, Senhores Conselheiros, em não havendo mais inscritos encerramos a inscrição para os debates e oportunizo a fala da Conselheira Jussara. Dois minutos, Conselheira, para debater o assunto. **Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Boa noite a todos. Na verdade, eu fiquei em dúvida aqui, ficou que era uma questão de ajuste em função da realidade, colocou ali no parecer, estava expresso que tinha trechos em que era

só uma passagem de pedestre. Depois, ao mesmo tempo, algumas vezes, não sei se são todas as três, né? Ficar com largura de 12,5, que imagino que esteja previsto no plano, mas ao que me parece isso é um alargamento em função da realidade, fazendo o gravame de entender, em se fazendo isso existe... Isso afeta? Essa é a minha dúvida, porque no momento em que faz esse gravame dessa forma, as pessoas que tiverem seus terrenos afetados vão ter um tipo de repercussão. Então, eu queria entender isso, que medida é a realidade e em que medida é o alargamento da via, não só do que está projetado para ficar previsto no pleno. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Jussara pela contribuição. Na sequência a Conselheira Maristela inscrita. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Boa noite a todos. A minha fala vai muito ao encontro da fala da Conselheira Jussara, essas dúvidas em relação à questão da realidade. Eu discordo, até porque a jurisprudência aponta para isso, de achar que um conselheiro quando eleito pode tomar a atitude que lhe vier na cabeça. Eu acho que nós sempre temos que ter a maior segurança possível em relação à questão... Mas isso é uma opinião minha, pessoal, ela sai um pouquinho da questão técnica, Conselheira Jussara. Eu estou lhe acompanhando. Mas quero dizer no sentido da preocupação que existe em relação à comunidade, à situação real daquilo que nós temos e da situação real daquilo que nós queremos. Então, na questão que eu questiono e sempre a grande preocupação é de combinar com todas as partes, é que de fato aquilo que envolve a outra parte. E muitas vezes a Prefeitura por ter uma lógica técnica, que é respeitável, mas ao mesmo tempo, nesse tempo que nós vivemos, vai chegar o tempo em que vai ter que se tomar as decisões na prática e essas pessoas têm que ser ouvidas. Portanto, eu sempre levo em consideração o fato de eu ter sido eleita não é o valor mais importante, mas sim aqueles que me elegeram e para que servem os delegados de uma região. Isso não está sendo levado em consideração neste fórum. Então, é esse sentido que eu reitero que nessa questão, quero acompanhar muito, talvez, um conselheiro mais técnico não entenda esse sentimento, por isso que é tripartite, porque tem todas as facetas para serem ouvidos. Obrigado, Senhor Secretário. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Maristela, pela compreensão ao debate. Na sequência o Conselheiro Mark inscrito. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Boa noite a todos. Eu quero me manifestar sobre este processo, porque na nossa reunião anterior houve uma discussão importante e a posição defendida era no sentido de que se escutasse a comunidade e, eventualmente, se consultar outro conselho, que também teria opinião sobre esta região, né? E todo o nosso encaminhamento é de respeito à comunidade, é de respeito aos conselheiros. Nós estamos aqui no Conselho Municipal, onde o respeito mútuo é fundamental. E por isso que nós muitas vezes reclamamos das regras abruptas se não consensuadas que são praticadas, eventualmente, pelo Presidente do Conselho. Sem que o desrespeitemos, nós estamos discutindo em um fórum coletivo. Então, esse entendimento de que se discute politicamente entre os cidadãos e cidadãs, com respeito mútuo. E a proposta que o Conselheiro Adroaldo fez era do sentido de ampliar o diálogo, não havia nenhuma proposta de interdição, não havia nenhuma proposta de cancelamento e não havia nenhuma proposta de ataque à comunidade. Eu não vi em nenhum momento alguém falar que nós quebraríamos os muros, que nós invadiremos as ruas. Esse processo de alargamento que é aqui proposto, que foi comentado agora pela Patrícia, não implica em avanços sobre a área residencial das pessoas. Então, não se está aqui a fazer nenhum terrorismo contra a comunidade, contra o conselho comunitário das Ilhas, em hipóteses alguma. Este é um Conselho de

diálogo e que sempre procura colocar as questões na forma mais equilibrada possível, tanto é que a nossa votação, se não me engano, foi 14 a 13, houve entre os conselheiros presentes naquela reunião uma clara divisão sobre o encaminhamento desse procedimento. Então, há claramente uma dúvida, eu acho que o Conselheiro Adroaldo em momento algum procurou ofender os interesses da sua própria comunidade, em momento algum isso foi colocado. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Mark pela contribuição. Conselheira Patrícia e depois o COP Dal Molin, que é o relator, para fazer a última fala. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** O que eu é o seguinte, quando o pessoal que faz o cadastro solicita alguma alteração, eles solicitam com base no reconhecimento da realidade existente, eles analisa, o que se chama “comprometimentos”. Então, se verificou que era possível, como ela tem características para ter esse tipo de tipologia, então, se solicitou que se fizesse dessa forma, se tivesse um comprometimento isso seria um comprometimento, entendeu? Não é o caso. Inclusive, fiz questão de poder revisar e vejo que não existe o comprometimento efetivo das casas que incidem sobre o local. Não existe! Então, eu estou bem tranquila em relação a esse caminhamento que vai ser bom para a comunidade, nenhuma casa vai ser demolida, não vai acontecer isso, é simplesmente um reconhecimento da situação que está cadastrada como uma via de pedestres e se mudou a tipologia para uma via para passar carros, ou seja, na rua. Inclusive possibilita, por exemplo... Eu vejo ali que tem um comércio no local, o Mercado São José, que pode ter frente para a Avenida Presidente Vargas, ele pode ter frente para a Rua Japeju, se tiver algum outro comerciozinho, vai poder passar a ter ali. Entendeu? Na Rua Bananal também, se é com via de pedestre é mais complicado. Então, eu acho que isso tende a ser muito melhor para a população do que como estava anteriormente. Então, é um reconhecimento daquilo que existe no local. É só isso que eu tinha para pontuar. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Patrícia pela contribuição. Conselheiro Dal Molin encerrar o debate e depois colocar em votação. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Boa noite, Conselheiros. Eu venho acompanhando o debate dos colegas e eu vejo que é um assunto que até não deveria se alongar tanto, porque, na verdade, o que a Prefeitura está querendo? Cadastrar umas vias para que pessoas possam ter seu endereço, porque como existia antigamente, que era um pedaço de rua, depois da rua afinava e virava uma passagem para depois continuar como rua e mesmo assim as pessoas tinham a frente das suas casas viradas para essa passagem. Então, no momento que a Prefeitura entra para organizar o espaço urbano, ela tem que colocar a cidade de acordo com os padrões do Plano Diretor e lá no Plano Diretor é muito claro, tem a hierarquia das vias e a Prefeitura precisa adequar o que está lá ao Plano Diretor. Tanto é que durante o processo foi perguntado, não me lembro agora por qual entidade, se era PGM ou Ministério Público, que perguntou para a Prefeitura: Mas o que submeteu a equipe que está estudando o Plano Diretor para saber qual é a política, qual seria a política da a Prefeitura para aquele local? A Prefeitura prontamente atendeu, organizando uma coisa, porque a gente tem que levar em consideração que aquelas Ilhas que começaram a sua ocupação desde os açorianos, elas vêm sendo ocupadas de uma forma não muito organizada. E agora quando a Prefeitura chega para cadastrar para que as pessoas possam ter seus endereços, que possam... Inclusive, eu caminhando por essas ruas junto com as pessoas representantes da comunidade, disseram que, inclusive, queriam, viam com bons olhos o cadastramento daquilo ali e que me pediram para falar ao Conselho que eles queriam que alterassem o

nome dessas ruas Japeju e Bananal para o nome das pessoas que foram os primeiros habitantes que deram origem àquele assentamento de açorianos. Eles me levaram ao museu das Ilhas para eu ver como começou tudo, desse assentamento, porque os açorianos que vieram para Porto Alegre também foram para o outro lado do rio, só que um lado se desenvolveu mais. E aí não vamos ajudar essas pessoas a ter seis endereços e se cadastrarem? Eu gosto muito do Conselheiro Adroaldo, é meu amigo, mas, infelizmente, ele pedir mais tempo para ouvir a comunidade, eu circulei lá e conversei com a comunidade, embora não pudesse reunir as pessoas numa sala, todo mundo com máscara, visitei o museu, conversei com pessoas lá para fazer o meu relato. Tanto é que eu falhei em uma reunião do Conselho, não consegui chegar a tempo porque eu estava na Ilha. Eu fiz questão de ir para ver *in loco*. E é uma questão de organização, ali na própria Presidente Vargas é uma rua que no futuro vai ser uma rua importante, onde a Prefeitura está querendo fazer um cadastramento, que passa ônibus e o ônibus quando chega no final da rua ele tem que fazer uma manobra difícil para retornar, porque tem outras ruas que também ainda são passagens e não permite. (Sinalização de tempo esgotado). Mas as pessoas precisam de locomoção e precisam de organização mínima possível. Então, eu peço o bom do Conselho, que deixe de lado algumas coisas que talvez não sejam tão relevantes, porque eu acho mais importante a gente organizar e propiciar que as pessoas humildes que moram na Ilha e são pessoas de origem de pescadores, que elas possam ter seus endereços e cadastrarem suas casas. E não vai ter essa questão de botar para 12,5, como muita gente dia que vão alargar as ruas. Não vão alargar as ruas! É uma questão só que vai ficar um gravame, como a Protásio Alves que tem o gravame de 30 metros aqui em Porto Alegre, mas em alguns lugares não chega a 18h, com carro estacionado em cima, que tem canteiro muito largos, que vocês podem ver, mas no futuro vai ser alargada, a gente não sabe quando, mas vai ser alargada um dia. Lá também vai acontecer a mesma coisa, daqui a uns 20, 30 anos as Ilhas podem ter o dobro da população de hoje e nós vamos deixar que continue sendo passagem? (Sinalização de tempo esgotado). Então, obrigado a todos. Desculpe, a minha ênfase, mas eu acho que as pessoas merecem ter seus endereços, ter o cadastro das suas ruas. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Dal Molin, conselho relator deste processo. Então, Senhores Conselheiros, uma vez relatados o expedientes, temos o relato favorável à instituição dos gravames, relato feito pelo Conselheiro Dal Molin, do SIDUSCON, que fez a fala final no período de debate. Esse relato teve a apresentação no dia 18/05 com parecer favorável. Então, sequência a gente teve o relato de vista do Conselheiro Adroaldo, hoje colocamos o processo em debate e agora podemos abrir para o período de votação. Nesse sentido, então, abrimos para o período de votação, consultando a representante Doutora Cristiane Catarina, representando o DEMHAB, se manifesta favorável ou contrária ao parecer favorável do representante dos SINDUSCON, o Conselheiro Dal Molin? **VOTAÇÃO NOMINAL: Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Favorável. **Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Favorável. **Sônia Castro (Titular), Gabinete do Prefeito – GP:** Favorável. **Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN:** Favorável. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Favorável. **Gisele Coelho Vargas (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Favorável. **Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM:** Favorável. **Germano Bremm, Presidente e**

Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS: Conselheiro Gustavo, como vota? Não está liberando microfone. Depois a gente volta. **Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Favorável também. **Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Abstenção. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Conselheira Claudete, como vota? Liberar seu microfone. Depois a gente volta, a Conselheira Claudete não está manifestando. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Favorável. **Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Favorável. **Rodrigo Adanis Barbieri (2º Suplente), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Abstenção, por favor. **Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Favorável, Presidente. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** RELATOR. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Contrário. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Favorável, tendo que vista a presença dos conselheiro do OP. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Presidente, a Claudete votou pelo chat, é a abstenção. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** perfeito, registrado. Então, a abstenção da Conselheira Claudete. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** E eu vu votar pela abstenção também, Presidente. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Boa noite, Presidente. Boa noite, colegas. Boa noite especial os conselheiros do OP da Região Ilhas. Eu acompanhar o relator, vot favorável. **Wagner Pereira dos Santos (1º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Cinco – RGP. 5:** Boa noite. Meu voto é favorável. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Favorável. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Senhor Secretário, Conselheiros, representantes da comunidade, parabéns pela vitória, mas voto Plano Diretor abstenção. **Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** Acompanho o relator. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Atendendo à comunidade, aos conselheiros do OP, a Beatriz, sou favorável. Parabéns. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Faltou o Conselheiro Gustavo, da Secretaria de Governança. Conselheiro Gustavo, algum problema? Pode registrar no chat. Bom, não temos o voto do Conselheiro Gustavo. Temos 18 votos favoráveis, 05 abstenções e 01 voto contrário. **APROVADO O PARECER FAVORÁVEL.** Obrigado pela presença dos representantes da região que acompanharam com atenção o debate, que participaram e se manifestaram, enriquecendo com a sua participação aqui neste Conselho. Muito grato, saudação a todos os moradores da região. O Conselheiro Dal Molin tem uma Questão de Ordem. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Eu só queria deixar o meu abraço e saudar o pessoal do Orçamento Participativo, das Ilhas, a Beatriz. Um abraço a vocês e que sejam felizes lá nada vez mais, vamos desenvolver a Ilha, pessoal! **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Dal Molin, bem lembrado, sem dúvida, está contemplado dentro do projeto de revisão do Plano Diretor. A gente conhece a

realidade das Ilhas. Nós tivemos a oportunidade de permanecer no governo para tocar esse projeto e não começar de novo do zero, como às vezes acontece. Então, está contemplado, está dentro das nossas prioridades gente fazer um Plano Diretor de fato para as Ilhas, que sempre ficou de fora dentro das prioridades do governo, mas a gente leva os conhecimentos, organizou o projeto buscou recurso em função da pandemia, tivemos que atrasar tudo, mas agora em seguida estamos retomando essa discussão e vamos, não há dúvida, organizar aquele território tão importante para os moradores da região, mas também para toda a idade. Passamos ao 4.08 da pauta. Vamos pedir para a Patrícia os relembrar.

4.08. EXPEDIENTE: 20.0.000074966-5; Interessado: AEL Sistema A/A; Assunto: EVU; Local: Av. Sertório (RPG 2 – Jardim Floresta); Relator: UFRGS.

Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS: É um EVU para regularização das edificações da empresa AEL Sistemas S/A. O projeto foi encaminhado à CAUGE para emissão de diretrizes, mas conforme suas características foi enquadrado como projeto especial de impacto urbano de segundo grau, com análise para aprovação direta do Estudo de Viabilidade Urbanística, de conforme com o Decreto 19.843/2017, no seu art. 10, § 5º e o anexo 11.2, fl. 2 do Plano Diretor. Então, ele está localizado na Avenida Sertório, próximo ao aeroporto, na Região de Planejamento 2, ali onde está indicado, na Avenida Sertório, 4400, no bairro Jardim Floresta, na área de ocupação intensiva, Macrozona 2, UEU 44, quarteirão 19, subunidades 1 e 2. O terreno constitui-se de uma matrícula com área superior a 3000 m² com origem em parcelamento do solo consolidado, conforme matrícula e plano planialtimétrico constante do presente expediente único. Trata-se de uma empresa de componentes eletrônicos, localizada a mais de 20 anos nesse endereço e cuja atividade enquadrada como indústria, com interferência ambiental, conforme anexo 5 do Plano Diretor. O projeto totaliza uma área construída de 11.588 m², desses sendo 11.149 de área adensável e 438 m² de área não adensável. O requerente solicita a regularização dos anexos, quiosque, pórtico, passagem coberta e marquise, que soma uma área construída de 867 m, desses sendo 738 adensáveis e 129 não adensável. Praticamente uma regularização. O imóvel possui cadastrados 4 prédios, sendo o Prédio 1 com área de 1.244 m², com carta de Habite-se emitida em 29 de maio de 2018. O Prédio 2 possui carta de quitação com área total de 636,91, com carta de quitação emitida em 28 de maio de 1999. Em 28 de julho de 2020 foi expedida a Certidão de Demolição nº 66/2020 para uma loja com área de 55 m² e área remanescente do Prédio 2 ficou com 581 m². O Prédio 3 possui carta de habitação com área de 778 m², emitida em 28 de maio de 2004. E finalmente o Projeto 4, o Prédio 4, teve o projeto licenciado em 12 de julho de 2003 e carta de habitação parcial, com área vistoriada de 5.582 m². Todos os prédios estão regulares e cadastrados na Secretaria da Fazenda, conforme certidão anexa. Então, por possuir matrícula para o módulo de fracionamento, foi realizada a consulta à unidade de estudos urbanos, que se manifestou quanto à previsão de traçado viário. Então, não houve a previsão de novas vias no quarteirão e permanecendo a Diretriz 701, que já estava prevista no Plano Diretor. O imóvel é atingido por duas subunidades, ambas as subunidades possuem o mesmo regime urbanístico, com densidade de 280 habitantes por hectare e 80 economias por hectares, na área predominantemente produtiva, ou seja, adequada para esse tipo de atividade. Possui aproveitamento 1,3, volumetria com altura máxima de 18 m na divisa 18 m, taxa de ocupação 75. Conforme o Decreto nº 20.628, que altera os anexos 5.2, 5.3 e 5.4, não há restrições quanto ao porte e a instalação de indústrias com interferência ambiental nesse local. A altura das edificações atende o cone do aeroporto e o gabarito da área de

transição, conforme projeto aprovado em 2003. Nós há edificações sobre recuos de jardim e contempla bicicletário no lote e apresenta informações do projeto de acordo com o Decreto 18.623/2014. A proposta apresenta passeios públicos em nível, segmentado pelo acesso à empresa, há estacionamento externo. As portarias foram locadas de forma a permitir o acúmulo de veículos, conforme a justificativa para o tamanho do rebaixe do passeio. Aí foram emitidos de drenagem, condicionantes da EPTC e da própria secretaria para aprovação do EVU, sendo o EVU aprovado em 5 de maio de 2021. É isso que eu tenho para dizer. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Patrícia, por nos trazer o tema objeto da discussão. Na sequência passo para o Conselheiro Relator, o Conselheiro Professor Rômulo, para fazer a apresentação do relato. **Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Senhor Presidente, eu já tive a oportunidade de ler o meu relatório em uma sessão anterior, que o andamento do processo foi suspenso por pedidos de vista. Então, não sei se neste momento não seria o caso de ler os relatos de vista e em seguida colocar em debate. Não é? Eu posso ler de novo, mas seria uma redundância. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Desculpe, Conselheiro, eu acho que a gente se perdeu um pouquinho aqui nas anotações e não consignamos que já houve o relato desse processo, por isso que eu estava novamente chamando. Só não sei se teve alguma solicitação de vista. **Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** O Conselheiro Adroaldo e parece que teve mais um. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Conselheiro Mark, Conselheira Claudete e Com Adroaldo. Então, oportunizo ao Conselheiro Mark. Questiono se vai fazer o relator de vista, depois aos demais. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Sim, vou fazer o relato. E tem o Conselheiro Adroaldo ali também. Eu vou ler o meu relato de vista. Eu mandei esse relato para a Camila hoje no final da tarde, mas agora vou ler para o conjunto do plenário do nosso Conselho. Nós fizemos ontem, no dia 12 de julho de 2021, às 10 horas, uma visita às instalações da Empresa AEL Sistemas S.A., localizada na Avenida Sertório, 4.400. Presentes o Conselheiro Adroaldo Venturini Barbosa, representante da RGP 2, e o Conselheiro Economista Mark Ramos Kuschick, representante da Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul. Essa empresa tem 37 anos de atividades, é em parte sucessora da antiga Aeromot, que os porto-alegrenses mais veteranos devem recordar a existência dessa empresa de manutenção aérea que havia. Essa empresa que nós estamos ontem, a AEL Sistemas S.A., é uma empresa que trabalha com sistemas eletrônicos, militares, espaciais e de desenvolvimento de aviônicos, sistemas para segurança pública, programas da indústria espacial e executa contratos para as forças armadas. Nós verificamos que se trata de uma empresa estrangeira, é uma empresa israelense com um presidente diretor israelense, tem diretores dessa nacionalidade presentes em Porto Alegre. Nós fomos recebidos pelo Engenheiro Lourival Vinha Rodrigues, 65 anos, que tem 25 anos empresa e que nos conduziu e respondeu a todas as nossas perguntas por toda a área da empresa que foi descrita ali pela Patrícia. Eles praticam muitas medidas de segurança, a empresa tem inúmeros procedimentos e nos solicitaram, particularmente, que não fossem feitas fotografias no seu interior, em virtude do sigilo dos procedimentos e pediram para que as nossas câmeras dos nossos celulares ficassem lacradas. A decisão dessa empresa estrangeira, que se situa aqui em Porto Alegre, eles decidiram regularizar as várias construções existentes na sua área e por isso foi gerado esse processo. A responsável é Arquiteta Ana Paula Austrowski, que informa que a área regularizável é de 2.604 m². Informou ainda, nós viemos pelas

edificações, que a disponível para aquele reservatório de detenção que está observado no relatório, nos documentos, nós fomos lá conferir, existe a área e existe previsão por parte da empresa se esse procedimento for requerido. A empresa também registra a presença daquela Diretriz nº 701, que incide sobre o terreno e essa área que é área de detecção. Eu considerei os procedimentos adequados e APROVO A REGULARIZAÇÃO das áreas construídas. Esse é o meu relato, Presidente. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Mark, pela contribuição. Na sequência, então, eu consulto a Conselheira Claudete se vai fazer relato de vistas. A Conselheira Claudete manifesta (chat) que não vai fazer o relato de vista. Consulto o Conselheiro Adroaldo se vai fazer relato de vista? **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Presidente, eu não concluí ainda, por isso que eu não mandei para a Secretária, mas amanhã eu envio para arquivo. Realmente, tudo isso que o Conselheiro Mark falou, nós estivemos lá e eu vou votar pela APROVAÇÃO DO RELATÓRIO. A gente concorda com todo o relatório do Professor Rômulo e a apresentação que foi feita lá pelo Engenheiro Lourival. Era isso que eu tinha para dizer hoje. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Adroaldo, pela contribuição. Na sequência, tendo concluído os relatos de vista, eu coloco o processo em discussão. Consulto se temos inscritos para a discussão? Escrevem o Conselheiro Rômulo por último para debater. Se tiver mais algum conselheiro, por favor, faça a inscrição no chat para a gente abrir o período de discussão. Temos algum inscrito? Em não havendo inscritos eu consulto o Professor Rômulo se quer fazer alguma fala de encaminhamento, depois a gente faz a leitura dos votos. **Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Só me resta agradecer a contribuição dos Conselheiros Adroaldo e Mark, que tiveram esse trabalho todo de ir lá e etc., e confirmar a correção do parecer original feito pelo executivo. Não temo mais nada a acrescentar e acho que podemos fazer a votação. Considero que todo mundo esteja perfeitamente esclarecido. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Professor Rômulo. Então, encerrando a discussão abro para o período de votação. Inaugurando com o voto da representante do DEMHAB, Doutora Cristiane. Como voto, favorável ou contrária ao PARECER FAVORÁVEL DO RELATOR? **VOTAÇÃO NOMINAL**: **Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Favorável. **Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Favorável. **Sônia Castro (Titular), Gabinete do Prefeito – GP:** Favorável. **Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN:** Favorável. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Favorável. **Gisele Coelho Vargas (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Favorável. **Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM:** Favorável. **Gustavo Garcia Brock (Titular), Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV:** (Sem áudio). **Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** RELATOR. **Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Favorável. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Favorável (Chat). **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Favorável. **Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:**

Favorável. **Rodrigo Adanis Barbieri (2º Suplente), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Favorável. **Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Favorável. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Favorável. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Favorável. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Favorável. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Favorável. **Ronie Gomes (1º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Favorável. **Wagner Pereira dos Santos (1º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Cinco – RGP. 5:** Favorável. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Favorável. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Favorável e quero parabenizar a excelência do dois conselheiros que foram relatores de vista. **Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** Favorável. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Favorável. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Conselheiro Gustavo, está? O Conselheiro Gustavo manifestou favorável no chat. Então, temos 25 votos favoráveis, nenhum voto contrário, nenhuma abstenção. Eu acho que este é o primeiro por unanimidade olha, é motivo de comemoração, não me recordo, pelo menos este ano da gente ter uma manifestação favorável. Então, parabéns ao Relator também, que conseguiu explicitar muito bem, também com os relatos de vista, que buscou essa unanimidade no Conselho, de um Estudo de Viabilidade Urbanística. É um caso complexo. Então, parabéns, que bom que chegamos todos ao mesmo entendimento, que a gente consiga replicar esses entendimentos para os próximos, sempre tentando construir o melhor. **APROVADO O PARECER FAVORÁVEL**. Nesse sentido, avançamos para o Item 4.09 da pauta:

4.09. EXPEDIENTE: 20.0.000102964-0; Interessado: MRV Engenharia e Participações; Assunto: EVU; Local: Rua José Aloísio Filho, 105/155/205 (RPG 2 – Humaitá); Relator: SOCECON.

O processo foi distribuído em 21/06, prazo para relatório foi em 29/06 e na data de hoje vai ser feito o relato pelo Conselheiro. Antes eu peço que a nossa Diretora de Planejamento nos faça um resumo do que se trata o expediente. Depois eu oportunizo o relato do Conselheiro Mark. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Vamos lá novamente. Então, é um Estudo de Viabilidade Urbanística destinado ao atendimento da demanda habitacional prioritária, o empreendimento enquadrado por ter mais de 400 vagas de estacionamento enquadrado como projeto de impacto urbano de 2º grau, com base no art. 61, inciso I, art. 100, § 2º e Anexo 11.2, fl. 1 do Plano Diretor. Localizado na Rua José Aloísio Filho, 105, 155 e 205. Ele fica localizado na Região de Planejamento 2, no Bairro Humaitá. Então, aqui vocês podem ver a planta de localização do imóvel. Trata-se de um EVU, como eu comentei, de 2º grau. O imóvel está localizado na José Aloísio Filho, 105, 155 e 205, tendo em origem nos lotes 3, 4 e 5 da Quadra K, do Loteamento Parque Industrial Benópolis. Aprovado no município em 15 de julho de 1977, conforme Lei nº 1.233/54. Os referidos lotes estão registrados sob as Matrículas 7573, 62.793 e 62.794, no Registro de Imóveis da 4ª Zona de Porto Alegre, com área total titulada da menor poligonal de 16.050. Denominado Porto Gramado, o empreendimento conta com 480 unidades

habitacionais de interesse social, enquadrado na Faixa 2 do Programa Minha Casa Minha Vida, conforme as declarações da Caixa e do DEMHAB. Ele está inserido na área de ocupação intensiva, na Macrozona 2, Unidade de Estruturação Urbana 18, na Subunidades 1, no Quarteirão 57, apresentando o seguinte regime urbanístico: densidade de 280 habitantes por hectare e 80 economias por hectare. A atividade está (Inaudível/interferência no áudio) índice de aproveitamento em 1,3, cota ideal 75, volumetria 11, que corresponde à altura máxima de 52 m, altura da divisa de 18 m, altura da base 9, taxa de ocupação 90% e base 75, com recuo de ajardinamento padrão 4 m. Quanto à aplicação do regime urbanístico, esse se dará sobre a totalidade das matrículas por se tratar de empreendimento residencial que teve origem em parcelamento do solo, conforme o art. 155, inciso II, alínea *b* do Plano Diretor. Quanto à estruturação urbana e viária consideramos que não há necessidade de novo traçado, tendo em vista que ele tem origem em parcelamento do solo. Sendo assim, permanecem os gravame viários estabelecidos. O responsável técnico não solicita a flexibilização do regime urbanístico, por se tratar de demanda habitacional prioritária ele está isento da cota ideal, conforme o art. 28 da Lei nº 636/06. O empreendimento é composto por quatro torres residenciais, 15 pavimentos e volume superior e altura 40 m, com previsão de 480 economias, 491 vagas de estacionamento e 17.823 m² de área adensável e 26.245 de área construída total, conforme demonstrado na prancha. A proposta atende integralmente os termos de comparecimento, que foram emitidos em 21 de dezembro de 2020, em 17 de fevereiro de 2021 e 24 de maio de 2021, bem como o regime urbanístico do Plano Diretor. Então, esse é aquele que teve um relacionamento anteriormente, efetuada em relação à referência de nível e que foi identificada como incompatível com o perfil natural do terreno. Nesse momento o empreendedor informa que conforme o arrazoado de 16 de novembro de 2020 o atual projeto protocolado junto a esse arrazoado, considera o perfil natural do terreno original, antes das apresentações e remediações. Ou seja, foi feita a retificação da proposta e ainda se pede desculpa pelo equívoco no ocorrido e como demonstração de que não houve má-fé ressaltamos que a correção não alterou em nada o número de unidades ao todo no empreendimento. As duas propostas são muito semelhantes, sendo que os principais pontos que a diferem são a locação das edificações, tanto dos prédios condominiais como das torres, onde os recuos de frentes laterais dessas, as últimas aumentaram e o recuo de fundo diminuiu. Recurso previsto no Plano Diretor e código de edificações atendidos. A quantidade e o posicionamento das vagas de estacionamento, o número de vagas foi alterada de 485 para 491 vagas no total, de 14 para 15 para portadores de necessidades especiais, de uma vaga de carga e descarga para 5, sendo 1 para caminhão e 4 para veículos de passeio, de 4 para 6 vagas de visitantes, na proposição de 1 vaga privativa para 1 economia residencial, incluindo o PNE. A utilização da RN 4,5 em correção a RN anterior de 7,75 e consequente ajuste da altura máxima das torres de 37,76 para 40, na curva de 4 m passa no terreno e a altura máxima permitida é de 52. A redução de área permeável de 5.357 para 4.240, atendendo a LP mínima de 3.210 ou redução de áreas adensável e não adensável construída no empreendimento. Área construída de 27.125 para 26.245, área adensável de 20.589 para 17.823. Área não adensável de 6.534 para 8.421. Isso posto, não vemos óbice ao deferimento do EVU, esse é o parecer técnico. Então, a CAADHAP na reunião realizada no dia 10 de junho de 2021 aprovou o EVU para empreendimento de grande porte, destinada à demanda (Inaudível/interferência no áudio) com mais de 400 vagas. Então, o enquadramento é basicamente por ele possuir mais de 400 vagas. Tendo em vista isso apresenta condicionante a EPTC, devendo doar e implantar dois modos de parada segura para qualificar o quarteirão e para facilitar o acesso ao transporte público pelos moradores.

Ainda apresenta condicionante DMAE, fica condicionada a aprovação do projeto executivo do reservatório de amortecimento pluvial. O Habite-se fica condicionado à vistoria e liberação do reservatório. Era isso. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Patrícia, por nos trazer o tema e elucidar a questão. Tem uma Questão de Ordem do Conselheiro Felisberto e depois passo ao relato do Conselheiro Mark. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, é apenas uma dúvida e um pedido de um minuto de silêncio em vista do falecimento do Hélio Corbellini, que foi Secretário do Município, que faleceu no domingo, que foi importante para o cooperativismo habitacional de Porto Alegre. Ele desempenhou função pública municipal e estadual. A minha Questão de Ordem é uma dúvida, esse processo foi analisado da outra vez pelo conselheiro do IAB, o Rafael. Não estaria prevendo ao Rafael esse processo? É essa a minha Questão de Ordem e a minha dúvida. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. Bem lembrado o registro de falecimento do ex-Secretário do Meio Ambiente e vereador Hélio Corbellini. A nossa homenagem ao Secretário, enfim, líder político representante da comunidade, que fez um belo trabalho à frente da Secretaria enquanto titular. Com relação à prevenção... Esse é um novo Estudo de Viabilidade Urbanística, tiveram algumas modificações. Então, por mais que tenha sido objeto da pauta houve uma nova proposta. É uma nova proposta, então, nesse sentido que houve um entendimento de redistribuição natural, na ordem de entrada. Então, Senhores Conselheiros, o Conselheiro Relator Mark, eu lhe oportunizo a fala. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Mais uma vez, boa noite a todos. Eu vou ler rapidamente o meu parecer aqui. Eu procurei me deter com muita atenção em toda a documentação. Então, começo meu relato pelo seguinte: A MRV Engenharia e Participações S.A., sediada em Porto Alegre, solicita no dia 17 de novembro de 2020 à Comissão de Análise e Aprovação da Demanda Habitacional Prioritária a reaprovação do EVU do Residencial Porto Gramado, com mais de 400 vagas. Nesse ato a empresa é representada por sua procuradora, a Advogada Cíntia Dorneles de Souza, que se apresenta como procuradora e representante da empresa. O documento inicial que foi entregue à CAADHAP acaba sendo assinado pela Arquiteta Natália Vinhatti Dini, fato que não é questionado pela CAADHAP. E para mim parece um erro formal, mas que necessitaria ser corrigido, se a empresa define uma procuradora que a represente, o documento inicial desse processo devia ser firmado por ela e não pela arquiteta que é representante técnica e que acompanha o processo. Mas esse é um detalhe formal que eu quero deixar registrado, porque na leitura da documentação isso aparece como uma falha. Esse empreendimento já teve o seu EVU aprovado pela CAADHAP, mas requer a reaprovação para corrigir o equívoco na referência de nível. E informa que a área passava por remediação, com autorização da SMAMUS, sem que isso conste nos autos oferecidos à consulta e que gerou aquela movimentação de terra. Por uma falha foi adotada a referência de nível modificada não pertencente ao perfil natural. Agora isso foi corrigido, pedem desculpas pelo ocorrido. A adoção da referência de nível não alterou o número de unidades no projeto. A empresa declara que não houve má-fé, com os ajustes a altura máxima das torres passou para 40 m. Esse é um processo, e me ocorria na ocasião, é um processo que necessitaria conversar com o parecer anterior em virtude das observações feitas pelo Conselheiro Rafael Passos. Solicitei à Secretária Camila acesso ao Processo 02.309.797.008 para recordar os registros feitos no ano passado. Para a minha surpresa o parecer do IAB e o anexo ao parecer do IAB, que tinham sido feitos no dia 25 de agosto de 2020, que foi a data do relato do Conselheiro Rafael Passos, esses documentos tinham

sido cancelados no processo. Eu não sei qual é a justificativa para essa mutilação e não constam também os registros de vista. Esse texto eu tinha escrito na semana passada e tinha enviado para a nossa Secretária Camila. Ela, poucos minutos antes do início da nossa reunião, tinha me escrito que confirmava o recebimento do meu parecer. Apenas para esclarecer os documentos, ela escreve que foram cancelados neste processo, pois lhe tinham alertado que não deveriam constar nesse SEI, mas sim no SEI da Etapa 19. E esse processo foi distribuído ao CMDUA, e ela dizia que tinha sido um erro dela na época, continuava à disposição para esclarecimentos para que pudesse me auxiliar. “E não hesite em me contatar”, o que ela me dizia. E encaminhou também o processo que eu precisava. Agradeço, digo isso e registro aqui, agradeço muito a atenção da Camila, foi muito importante e por isso voltei a examinar a documentação que foi apresentada. De fato, lá estão o parecer do IAB e o seu anexo de fotos feito pelo Conselheiro Rafael Passos, assim como os relatos de vista do Conselheiro Adroaldo Venturini Barbosa, da Conselheira Patrícia da Silva Tschoepke e do Conselheiro Sérgio Saffer, mais o registro na votação, que teve 25 votos favoráveis na ocasião e 1 abstenção. Então, foi importante, hoje nós tivemos outra votação expressiva e naquela também isso aconteceu. Com as leituras feitas registro que eu não compreendi a razão regimental ou legal desses documentos não integrarem o processo, o que me parecia que seria o normal. Concluí que ocorrem ações posteriores, portanto, envolvendo os processos que nós examinamos, decidimos e votamos e sobre os quais não somos informados. Acontecem fatos posteriores, como esse, que me espantou. Voltando ao exame da nova solicitação da MRV, verifica-se que a altura máxima registrada é de 52 m, a referência de nível é 4,5 e não mais os 7,75. Tudo fica consolidado, e eu fui fazer as leituras dos pareceres da CAADHAP 62/2020, 09/2021, 49/2021 e 109/2021. Aparentemente, todas as incorreções foram sanadas e o processo pode ser aprovado. Por precaução, no entanto, eu creio importante o exame das nossas representações técnicas em construção civil, arquitetura e urbanismo. Economista Mark Ramos Kuschick, representante da Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul no CMDUA. É um relato que eu fiz, datado de 06/07 e 13/07. Esse é o meu relato, prezados conselheiros e conselheiras. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Mark, pela manifestação. Em relação aos documentos acho que é importante a nossa Secretária Executiva fazer os esclarecimentos do contexto, porque existe essa possibilidade no processo SEI de às vezes ter sido juntada errada alguma documentação, especialmente no momento de transição ainda que se tinha, do modelo físico para o digital. Então, há essa possibilidade da anulação, é documento, é colocado o motivo, a justificativa, isso é bem comum nos processos administrativos, enquanto está aberto ali para aquela unidade há essa possibilidade de anulação para ser juntada a documentação correta. **Camila Coelho, Secretária Executiva do CMDUA:** Como ele era um processo físico, eles pedem que no SEI do expediente único a gente não inclua nenhum documento. Então, por isso que eu fiz aquela anulação, até esclareci para o Conselheiro Mark. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** E a manifestação do conselheiro é favorável? É isso, conselheiro? **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Foi o que eu disse. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem. Perfeito. O Conselheiro Felisberto pediu vista. Temos pedido de vista do conselheiro Felisberto e do Conselheiro Gomes. É isso? Mais alguma solicitação de vista? O Conselheiro Adroaldo. É isso? Nesse sentido, Senhores Conselheiros, em havendo solicitação de vista postergamos para a próxima reunião a continuidade dos processos em

pauta. Desejando uma excelente noite, agradecendo a oportunidade e o debate maduro, salutar que a gente teve na data de hoje. Um grande abraço. Até mais!

Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental – CMDUA, às 20h00min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia Costa Ribeiro, sob o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.

Germano Bremm	**Secretária Executiva**
Presidente	**Relatora**

Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2021, ... retificações:

ATA ORDINÁRIA Nº 2901/2021

(Virtual nº 66)

Aos vinte dias do mês de julho de dois mil e vinte um, às dezoito horas, reuniram-se para Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, via ZOOM, denominado PLENÁRIA VIRTUAL DO CMDUA, em razão do decreto municipal a fim de combater o coronavírus e a propagação da pandemia entre as pessoas, sob a coordenação de GERMANO BREMM, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos:

CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS: Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira (Titular) e Lisiane Sartori Fioravanço Magni (Suplente), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Sônia Castro (Titular), **Gabinete do Prefeito – GP**; Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Cláudio Maineri de Ugalde (Titular), **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN**; Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), **Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS**; Gisele Coelho Vargas (Titular), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE**; Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM**; e Gustavo Garcia Brock (Titular), **Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV**.

CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS: Rômulo Krafta (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**; Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Claudete Aires Simas (Titular), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH**; Sérgio Saffer (Titular), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA**; Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS**; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS**; Hermes de Assis Puricelli (Titular), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS**; Rogério Dal Molin (Titular), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), **Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**.

CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL: Felisberto Seabra Luisi (Titular) e Cláucia Faganello (1ª Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Tânia Maria dos Santos (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4**; Wagner Pereira dos Santos (1º Suplente) e Ricardo Angelini, (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Cinco – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Maristela Maffei (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7**; Dinar Melo de Souza (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8**; e Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP – HOCDUA.**

SECRETARIA EXECUTIVA: Camila Maders Fonseca Coelho, **Secretaria Executiva da SMAMUS**; Patrícia C. Ribeiro, **Taquígrafa/Tachys Graphen**.

DEMAIS PRESENTES: Régis Rafael Ribeiro Lisboa, **Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7**.

PAUTA:

1. Abertura;

1.1. Apresentação Minuta do Projeto de Lei Complementar Solo Criado;

1.2. Contribuições;

2. Votação:

2.1 ATAS: 2899 (06/07) e 2900 (13/07);

3. Comunicações;

4. Ordem do dia.

Após a conferência de *quórum* o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h08min.

1. ABERTURA.

Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS: Boa noite, Senhores Conselheiros, Senhoras Conselheiras. São 18h08min, temos *quorum*, estamos ao vivo no nosso canal da SMAMUS no YouTube. Desejo uma excelente noite de trabalho, de debates, construções, amadurecimento em benefício da nossa cidade. Hoje, então, tempos na pauta apresentação da minuta do Projeto de Lei Complementar do Solo Criado, Na sequência avanço um pouco aqui na contextualização, o porquê de a gente estar fazendo essa discussão. Mas antes faço, rapidamente, aqui a leitura dos conselheiros que estão presentes, vamos fazer a chamada e se não chamar alguém, por favor, faça o registro no chat. (Relação dos conselheiros presentes na inicial).

3. COMUNICAÇÕES.

Na sequência a gente tem o período de Comunicação externa antes de avançarmos na nossa pauta. Então, eu vou oportunizar ao Régis, da Região de Planejamento 7, para fazer uso da palavra no período de Comunicação. São 5 minutos, Régis. E depois a gente avança aqui na nossa pauta de hoje. O Régis não está presente aqui, não localizamos, a gente achou que estivesse, mas não está presente aqui.

1.1. Apresentação Minuta do Projeto de Lei Complementar Solo Criado;

1.2. Contribuições;

Nesse sentido, então, Senhores Conselheiros, passamos à pauta. Então, hoje a pauta é praticamente exclusiva, embora a gente tenha previsto ali a possibilidade de continuidade da reunião, mas imagino que o debate e a discussão avancem nesse tema, que traz a proposta que foi enviada aos conselheiros na sexta-feira, a minuta do Projeto de Lei Complementar do Solo Criado. Só para contextualizar um pouquinho, nós temos em Porto Alegre a Lei nº 850, que trata, então, da outorga onerosa do direito de construir com essa nomenclatura, que antes do Estatuto da Cidade. Já se tinha previsão na legislação de Porto Alegre com a nomenclatura de solo criado e com o advento da Legislação Federal, então, se trouxe essa nova nomenclatura de outorga onerosa do direito de construir. E com

a legislação atualizada em 2019 a 850, então, a gente já atualizou essa nomenclatura, mas, popularmente, está muito ainda conhecida aqui dentro do Município como solo criado, né? Como a maioria dos conselheiros conhece a expressão. Acontece que essa legislação aprovada em 2019 foi fruto de uma ação, uma ação civil pública, recentemente proposta pelo Ministério Público, que alegou um vício na formação do processo de elaboração da lei, onde não se teve participação popular. Embora a gente, enquanto administração pública, tenha uma compreensão diferente, porque, afinal de contas, a lei regulamenta, ela não inova nada daquilo que é previsto no Plano Diretor, né? Especialmente a competência de Plano Diretor, que é né o estoque do potencial construtivo, que é meu índice de aproveitamento, onde pode ser aplicado, onde não pode, o monitoramento que tem o conceito de solo criado em si, o que é o solo criado de pequeno adensamento, o que é de médio, o que é de grande. A lei não fez alterações no Plano Diretor, ela somente regulamentou no nosso entendimento, compreensão, aquilo que o Plano Diretor previu. Como a legislação era muito antiga, a que se tinha, a 315/94, com o Estatuto da Cidade em 2001 trouxe alguns outros comandos normativos de ordem federal, a nossa legislação municipal carecia de uma atualização. Então, o Município fez essa atualização ainda em 2019, também fruto de algumas discussões ainda, inclusive neste Conselho, no ano de 2016. Eu estava, então, na Secretaria de Urbanismo e alguns conselheiros aqui integraram uma comissão especial, eu me recordo do Conselheiro Saffer, do Conselheiro Gomes, que integraram uma comissão especial lá no ano de 2016 para discutir as questões, a fórmula de cálculo do solo criado. Era uma demanda do próprio Conselho se fazer uma atualização, porque a gente tinha uma lei realmente desatualizada, que foi proposta em 94 para uma realidade de inflação, ela previa uma reavaliação mensal. Então, era uma realidade diferente e que com o passar dos anos, com a atualização do próprio Plano Diretor, essa legislação estava desatualizada. Então, carecia essa atualização. Foi feita essa alteração legislativa lá no ano de 2019, no entanto o Ministério Público entendeu que mesmo em se tratando de uma regulamentação, como se trata de questões vinculadas ao uso e ocupação do solo deveria ter o processo participativo prévio. Embora a gente tivesse a compreensão distinta e argumentos sólidos para sustentar esse entendimento, a gente achou pelo bem da cidade, é mais adequado que a gente promovesse essa discussão e enviasse novamente para a Câmara de Vereadores fazendo esse processo participativo, tanto da audiência pública e iniciando o debate aqui neste próprio Conselho para colher críticas, sugestões e contribuições ao processo como um todo. Então, foi nessa perspectiva que a gente fez um acordo com o Ministério Público. Como não teve decisão judicial nenhuma, só o Ministério Público que entrou com a ação, pediu liminarmente os efeitos da lei atual, mas como não teve decisão judicial nós Município entendemos por bem fazer um acordo com o Ministério Público e extinguir a ação em curso, encaminhando o nosso compromisso de realizar o processo de discussão participativo prévio ao envio da proposta à Câmara de Vereadores. Então, é nesse cenário que a gente traz hoje aqui a proposta legislativa e eu vou passar, conforme foi enviado para vocês, a minuta como um todo, mas eu vou passar alguns pontos, tentando contextualizar, explicar um pouquinho o cenário, especialmente aquilo que mudou com relação à legislação, a 315/94, e o que a gente propôs, tanto na Lei nº 350/2019 quanto nesta proposta agora que estamos organizando para remeter novamente à Câmara de Vereadores. Então, peço ao Hudson para compartilhar a tela, é uma apresentação, como a gente enviou a minuta, é muito simples e objetiva, especialmente trazendo os pontos previstos na legislação para que todos possam ter uma compreensão geral do que se trata essa proposta. Ao final a gente abre para a discussão e contribuição. A ideia é de que a gente tenha esta reunião de apresentação na data de hoje, com os conselheiros, para tomarem conhecimento do assunto, a minuta já foi

enviada, para que possam opinar, manifestar já a sua posição de contribuição ao final da reunião. E uma segunda agenda, então, na quinta-feira que vem, já que na terça nós teremos a apresentação da minuta do Plano Diretor em si, a minuta consolidada do Programa de Reabilitação do Centro Histórico. Então, a gente faria uma reunião na quinta-feira que vem, dando um pouco mais de tempo também para todos assimilarem e talvez na outra agenda trazer alguma contribuição, enfim, amadurecer o processo de discussão. Então, Senhores Conselheiros, passo aqui rapidamente à apresentação do projeto de lei que trata da outorga onerosa do direito de construir em Porto Alegre. Bom, aqui é um pouquinho na linha do tempo, em linhas gerais, os conselheiros aqui já têm bastante conhecimento, aprovam os valores do solo criado. Então, a discussão eu acho que não cabe tanto em explicar o conceito do solo criado em si, porque é do conhecimento de todos os conselheiros, é aplicado se tem na história de Porto Alegre, até muito antes ao Estatuto da Cidade já se tinha previsão na legislação de Porto Alegre. Então, nós temos desde a instituição formal lá na Lei Orgânica de Porto Alegre, no artigo 213 da Lei Orgânica Municipal, que já tinha esse conceito de solo criado, entendido como o excedente do índice de aproveitamento básico dos terrenos. Então, a partir da instituição da lei orgânica em Porto Alegre temos a previsão na Lei Complementar nº 315/94, essa que era a lei vigente até o ano de 2019. Então, quando a gente fez essa atualização legislativa e ma 315 a gente tinha a instituição dos estoques de potencial construtivo por região, tinha a figura do certificado de permissão para construir. O cálculo do preço público cobrado tinha previsão que seria feito por decreto do Poder Executivo Municipal, só que com o advento dos planos diretores, especialmente em 99, os conceitos foram se atualizando do solo criado, foi-se trazendo uma metodologia um pouquinho diferente de aplicação e aquela legislação de 94 não foi atualizada, ela ficou vigente. Então, era muito difícil de aplicar a legislação lá de 94, em alguns pontos ela não estava revogada e outros pontos com a nova conceituação do Plano Diretor, trazendo a figura do solo criado de pequeno adensamento, o solo criado de médio adensamento, o solo criado de grande adensamento. Nesses pontos houve a revogação tácita da lei lá de 94, mas tinham outros pontos, como, por exemplo, questões relativas à reavaliação, atualização que trazia a figura mensal ou semestral de reavaliação, elas continuavam sendo aplicadas. Então, era muito complexo e motivo de muitas dúvidas – Ah, mas o que aplica? É o Plano Diretor? Tem a Lei nº 315/94, com a figura do certificado. Então, era complexo fazer essas interpretações e por isso que carecia que carece de uma atualização a Lei nº 315. Então, o Plano Diretor de fato trouxe os conceitos, esclareceu muito dos pontos relativamente ao solo criado também na legislação, na 499/99. Depois disso a gente teve em 2001 o Estatuto da Cidade, uma norma dando diretrizes e parâmetros gerais da política urbana dos municípios. O próprio solo criado, o próprio Estatuto da Cidade incorporou esse conceito de solo criado, denominando, como eu comentei antes, como outorga onerosa do direito de construir. E aí ele trouxe diversos regramentos gerais a serem aplicados pelos municípios, trouxe, por exemplo, um rol taxativo de aplicação dos recursos do solo criado. Ele trouxe que na legislação municipal deveria constar a fórmula de cálculo do solo criado, havendo a necessidade da edição específica de lei. Por exemplo, na lei municipal deveria prever os casos passiveis de isenção. Ele trouxe a figura da contrapartida, que deveria ser estabelecida também em lei específica, a qual seria a contrapartida. E aí um termo importante, que na legislação municipal a gente trouxe essa figura da contrapartida, porque ela é oriunda do próprio Estatuto da Cidade, onde ele previu essa possibilidade da transformação do solo criado em contrapartida; ou seja, não só em recurso para o Município. Então, lá em 2001, além do Plano Diretor de 99, que já tinha feito algumas atualizações, o próprio Estatuto da Cidade trouxe novos comandos e ficou desatualizada a legislação que a gente tinha no ano de 94,

que era a 315. A partir disso, então, como eu comentei, a gente fez a edição da Lei Complementar nº 850/2019. Então, a gente adequou essa figura do solo criado, a nomenclatura outorga onerosa do direito de construir, adequamos as disposições do Estatuto da Cidade, criando aqueles regramentos, dando o rol taxativo de aplicação, botando a fórmula de cálculo, conforme determina a Legislação Federal. E trouxemos algumas figuras que são aplicadas em outros municípios, isso também fruto um pouco de discussão neste próprio Conselho, pela comissão especial que a gente teve para discutir naquela oportunidade de solo criado. A gente trouxe, então, a figura do fator de planejamento na fórmula de cálculo, embora não tenha sido regulamentado esse ponto a partir da edição da Lei Complementar nº 850, agente trouxe a figura do fator de planejamento para compor o cálculo do valor final do solo criado. A ideia do fator de planejamento, que deveria ser estabelecido por lei ou por decreto, dependendo do caso, era de que a gente pudesse alterar esse valor para determinado território da cidade, no intuito de querer estimular ou não o desenvolvimento de determinada área, o interesse da administração, motivando e justificando por meio de uma lei específica que se tem determinado interesse em desenvolver em determinada região, com aplicação do fator de planejamento poderia se baixar o valor do solo criado. Se é uma região mais adensada, enfim, que nós queremos desestimular o desenvolvimento daquela determinada região, a gente aumentaria o valor do solo criado, isso muito vinculado às questões de planejamento. Também trouxemos de diferente na Lei Complementar nº 850, diferente à lei anterior, a atualização anual e avaliação bienal do preço do solo criado. Como eu comentei, a lei lá de 94 era uma lei fruto também de uma realidade de inflação, tinha previsão de atualização mensal e semestral, reavaliação. Então, a gente trouxe essa figura de uma atualização automática anual e uma reavaliação de 2 em 2 anos, que é esse procedimento que vocês conhecem das tabelas que são apresentadas aqui para o Conselho do Plano e o Conselho do Plano avalia aquilo que a Secretaria da Fazenda apresenta, a UDRE vem e faz uma apresentação, avalia a cada 2 anos esses valores, aprovando ou não essa tabela, que é publicada e depois aplicada ali na aprovação dos projetos do dia a dia da cidade. Então, isso que, especialmente, que a gente trouxe um pouco de novo na figura da Lei Complementar nº 850, além da criação do fundo de gestão de território, que eu vou replicar e vou comentar, explicar um pouquinho agora na proposta legislativa. Então, aqui a gente traz um pouquinho ponto a ponto do que seria o novo projeto de lei, muito semelhante àquilo que a gente estabeleceu na lei complementar 850. Naturalmente, agora, prevendo esse rito da participação popular, do debate com o CMDCA, a realização de audiência pública. Então, revogando a lei atual vigente, a 850, decorrente desse acordo que a gente fez com o Ministério Público. Nessa nova proposta de lei a gente fez algumas pequenas alterações e melhorias na legislação, identificando ali algumas possibilidades. Especialmente, de novidade a gente está trazendo nessa proposta a possibilidade de alienação direta do solo criado em todos os casos do artigo 53, com o intuito de evitar a especulação imobiliária, porque lembrem que a gente tem a previsão de que há o solo criado de pequeno adensamento, pode ser vendido de forma direta, e o solo criado de médio adensamento, também de forma direta que foi estabelecido na Lei nº 850/2019. Nessa nova proposta legislativa, então, a gente está estendendo para também o solo criado de grande adensamento ficar vinculado ao projeto. Parece-me que não tem sentido, isso evita a especulação imobiliária. Tem que comprar antecipadamente um título para quando for aprovar o projeto poder usar esse título no projeto, quanto que deveria ser, assim como todas as grandes cidades brasileiras são ou a maioria delas, as capitais que a gente tem pesquisado, muito vinculado ao projeto. Se eu tenho interesse, se eu vou empreender e eu vou precisar comprar solo criado, eu identifico qual a necessidade dentro

dos limites e do estoque praticado e avaliado, disciplinado no Plano Diretor, eu compro isso, pago esse solo criado no momento da aprovação e vinculado ao projeto. Então, a gente também aprimorou aqui e melhor esclareceu os pontos com relação às possibilidades de contrapartida, especialmente a possibilidade de produção também de habitação de interesse social, que era um ponto que estava um pouco dúbio na legislação anterior. A gente, então, previu essa possibilidade na nova proposta legislativa. Aqui, e aí vocês podem acompanhar um pouquinho quem está com a proposta que a gente enviou ao projeto de lei. No artigo primeiro, então, ali a gente tem os objetivos de uma forma geral. Isso muito semelhante àquilo que estabelece a Legislação Federal, o Estatuto da Cidade, e isso se repete tanto na Lei nº 315/94, onde já tinha esses objetivos, quanto na lei que a gente já atualizou em 2019. Então, aqui não tem de uma forma geral quais são os objetivos, o conceito do solo criado, de forma geral tem previsto ali no artigo 1º da proposta. Ainda, quanto aos objetivos, a criação de espaços públicos de lazer. Só rapidamente passando, quais são os objetivos? A utilização plena da infraestrutura urbana disponível, permitindo a densificação populacional em região da cidade melhor atendida com rede de serviços, saneamento e equipamentos públicos. O objetivo, evitar o adensamento populacional incompatível com a estrutura urbana existente. O objetivo de implementar e melhorar a infraestrutura urbana existente de modo a permitir o adensamento compatível com a necessidade da cidade, buscar o ordenamento e direcionamento da expansão urbana, constituição de reserva fundiária visando a regularização fundiária, a execução de programas e projetos habitacionais de interesse social. A criação de espaços públicos de lazer, áreas verdes, criação de unidades de conservação ou proteção de áreas de interesse ambiental, implantação de equipamentos públicos urbanos comunitários, desenvolvimento e implantação de planos, programas e ações previstos no Estatuto da Cidade, naquele rol taxativo previsto no artigo 26 do Estatuto da Cidade. E de uma forma geral a auxiliar e incentivar as políticas públicas voltadas ao planejamento, desenvolvimento da política urbana do Município de Porto Alegre. Essa é a ideia, o conceito do solo criado, que tem aí nas demais legislações também municipais espalhados pelo Brasil. Nos artigos 2º, 3º e 4º a gente tem um pouco dos conceitos e definição, a previsão das espécies, não adensável e adensável, repetindo aquilo que está previsto no próprio Plano Diretor, no artigo 53-A. Então, não tem uma inovação, nada nesse sentido, a gente só tem ali repetido para ter uma lógica na própria proposta de lei, daquilo que está previsto no Plano Diretor, né? O que é o solo criado não adensável, o que é para as áreas comuns, explicando um pouquinho do que se trata. Depois o solo criado de pequeno adensamento, que são as áreas adensáveis de 0 a 300 m². Depois a figura do solo criado de médio adensamento. Então, que é aquele solo criado de 300 a 1000 m². E aqui, então, as formas gerais de aquisição e o regramento para cada um deles. Depois o solo criado, então, de grande adensamento e aqui é importante mencionar que a gente traz um pouquinho de inovação, no sentido de possibilitar a vinculação de compra desse solo criado diretamente, estando vinculado diretamente ao projeto, quando da aprovação do projeto. Então, isso é um pouquinho do que a gente está aproveitando a alteração legislativa, essa atualização para trazer um pouco esse conceito. O restante, a aplicação, onde, o cálculo, nada disso está se mexendo, isso é figura prevista lá no Plano Diretor. Aqui a gente só diz a forma de aquisição, enfim, o procedimento, né? Então, no artigo 5º nós temos a fórmula de cálculo do solo criado. Importante destacar que essa fórmula de cálculo vem de uma resolução do Conselho do Plano lá do ano de 2001. Essa fórmula de cálculo que vem sendo aplicada, tanto com a lei que se tinha vigente, a 315/94, e a gente, então, só transportou para a legislação, porque o Estatuto da Cidade determina que a fórmula de cálculo deve constar em lei específica, né? Tem previsão no

estatuto da legislação federal de 2001. Então, a gente migrou essa fórmula que estava aprovada no Conselho, com a resolução que é aplicada ao longo dos anos, da história do solo criado em Porto Alegre, migrou ela para a lei. A única coisa que se trouxe de diferente é essa média do que seria o metro quadrado do terreno de face de quarteirão. Então, a gente só estabeleceu uma média do que seria exatamente o valor do metro quadrado do terreno, a gente estabeleceu que seria extraída essa média do quarteirão. Então, só para entender o que seria a fórmula de cálculo, nós temos inicialmente o valor do solo criado a ser adquirido. Como que ele se dá? Ele é igual ao valor do mercado do metro quadrado do terreno de face de quarteirão, dividido pelo índice de aproveitamento de face de quarteirão, vezes a área construída adensável adicional pretendida no empreendimento. Ou seja, o que eu preciso comprar de solo criado? Preciso de “x”, 10 mil, 20 mil. Então, é esse valor que se refere à área construída adensável adicional e aí chega, a partir disso, em um valor. A gente já teve apresentações da Secretaria da Fazenda falando inclusive da fórmula de cálculo, não convém aqui eu entrar novamente nesse detalhamento técnico de como que se chega à fórmula de cálculo, mas, inclusive, quando os valores foram apresentados aqui. A Fazenda sempre traz um pouquinho da explicação de como é que se chega e se agregou à figura do fator de planejamento, fator de planejamento, que embora não regulamentado é uma possibilidade, aí tem a previsão por lei específica ou por decreto, determinado território da cidade, a equipe do planejamento. Se ela entender que ela quer estimular ou ela quer desestimular o desenvolvimento de determinada região, ela aplica no fator de planejamento variável em algumas condições, conforme estabelecido e isso naturalmente vai resultar em um valor diferente para determinada região do solo criado. Então, aqui é uma possibilidade de aplicação do fator de planejamento, para de fato ter essa figura mais urbanística no valor final do solo criado. Aqui é um pouquinho... Daí no artigo 6º da minuta a gente tem quais as hipóteses aos moldes do que está na Lei nº 850, quais as hipóteses que seriam objeto de lei para aplicar o fator de planejamento e quais as hipóteses que seriam por decreto. Então, tem essa distinção, especialmente, necessitaria de lei, isso foi até uma emenda da própria Câmara de Vereadores, quando se enviou a proposta lá em 2019. A própria Câmara de Vereadores que fez essa emenda disse que o coeficiente variável entre 0 e 05, de 1 a 1.3, necessariamente precisa de lei. Por que isso? Porque de 0 a 05 vai baixar mais o valor, de 1 a 1.3 vai subir mais o valor final do solo criado. Então, nesses casos mais extremos, tanto de redução quanto de aumento, necessitaria de lei e nos demais casos um decreto do Poder Executivo. Naturalmente, esse envolveria uma discussão com a sociedade como um todo, um debate, inclusive, neste Conselho, porque seria para determinado território da cidade, previamente deveria delimitar, teria um estudo comprovando essa necessidade. E aí fazer um processo também dele de discussão com a cidade como um todo, porque iria mexer no valor final de solo criado. Então, na lei, de uma forma geral, a gente só tem essa figura do fator de planejamento, que pode ser aplicado nos casos trazidos e comentados aqui por mim. Outro ponto de diferente que a gente traz lá da Lei nº 315 é essa atualização, como eu comentei ali. A gente fez uma atualização automática anual, está previsto no artigo 7º, e a cada 2 anos, que é a reavaliação feita pelo CMDUA, conforme a competência estabelecida lá pelo Conselho do Plano, que diz que o Conselho é competente para reavaliar o valor do solo criado. Então, essa reavaliação é feita de 2 em 2 anos, diferente dos 6 meses, que era a previsão daquela lei lá de 94, uma realidade de inflação. E, anualmente, de forma automática, uma atualização pelo índice de mercado correspondente. Aqui era um ponto também que a gente trouxe, criando essa figura do termo de alienação do solo criado por contrapartida. Na Lei nº 850/2019, então, a gente trouxe e deixou muito clara essa figura da possibilidade do pagamento do solo criado em contrapartida, para de fato voltar esse recurso para o ordenamento e direcionamento da

expansão urbana, para a produção de habitação de interesse social. Infelizmente, a gente vê que a aplicação no ingresso desses recursos em fundos não tem sido exitosa, não tem voltado para o real objetivo do conceito de solo criado, não tem voltado para a cidade. Então, com o advento do Estatuto da Cidade em 2001, que trouxe essa figura, essa possibilidade, a nomenclatura de contrapartida, a gente na legislação municipal pretende regulamentar esse ponto para ter clareza e a gente conseguir, ao invés de entrar o recurso para o poder público, em alguns casos, algumas situações, a gente transformar isso em obra, né? Em retornar para a própria cidade. É muito interessante esse formato mais célere, o retorno, não há dúvida que o conceito de solo criado se alinha muito mais com a realização da contrapartida, que volta diretamente para a cidade, porque, infelizmente, o histórico dos nossos fundos é de não se conseguir aplicar, não se conseguir gastar os valores. Então, aqui a gente cria essa possibilidade com o intuito de tentar melhorar o instrumento como um todo. O recebimento dos bens e serviços, obras e imóveis, inclusive, permuta de área construída. Isso já estava previsto na lei de 94, esse ponto. Embora não tenha sido regulamentado, mas há essa possibilidade também, talvez em se reavaliar em alguma situação de habitação de interesse social, enfim, que a gente use essa possibilidade da contrapartida. Então, isso é um ponto novo que a gente trouxe na legislação municipal. Então, nos artigos 8º, 9º, 10 e 11 da minuta, a gente traz a finalidade da aplicação com contrapartida, que é produção de habitação de interesse social, a criação e revitalização, conservação de espaços públicos de lazer, áreas verdes, unidades de conservação, áreas de interesse ambiental, histórico, cultural e paisagístico. O sistema de informação para gestão do planejamento urbano e automação dos processos de plataforma de planejamento urbano, ambiental. Então, a gente previu com clareza essas possibilidades, alinhado com aquilo que determina a legislação federal, o artigo 26 do Estatuto da Cidade, no rol taxativo que possibilidades de aplicação. Então, ali nos artigos 12, 13 e 15 a gente tem nos casos de isenção e incentivo, mas é que a possibilidade de enviar uma lei específica para esses casos, se porventura o poder público, enfim, na discussão entender que teria algum caso de isenção, teria que enviar, fazer o processo de discussão, enviar para Câmara de Vereadores e também isso repete um pouco esses três artigos aqui, aquilo que já tinha previsto na Lei nº 315, a possibilidade do potencial construtivo superior aos parâmetros do PDDUA por lei especifica. Envia para a lei, faz a discussão, aí altera nesses pontos e isso segue aquilo que já estava previsto na legislação lá de 94. Não tem novidade com relação a isso. Aqui também, no artigo 16, então, a gente tem um ponto que a gente esclarece, isso nós previmos na Lei nº 850, é uma coisa que não estava na Lei nº 315/94, prazos decadenciais a gente já alinhou um pouco, a questão dos 10 anos para utilização com relação à aprovação e licenciamento, criamos alguns marcos para garantir que de fato se não for utilizado esse valor, que isso é um pouco de dúvida jurídica que se tinha no processo, alguns casos que comprou, não usou e aí como é que faz, devolve ao poder público, não devolve. Então, a gente regrou essas situações, aí também garantidos esses marcos de que em não utilizando dentro desse prazo retorna isso para o poder público. Aqui também é importante esclarecer essa distinção de para onde que vão os recursos do solo criado, é um ponto importante de comentar, eu acho que deu um pouquinho de discussão e polêmica, importante a gente destacar que na lei de 94, na 315, ela tinha previsão já de que os recursos do solo criado não adensáveis e de solo criado de pequeno adensamento seriam destinados para o Fundo de Habitação de Interesse Social. Eles foram desde a concepção destinados para esse fundo específico. Na Lei 850/2019 a gente deixou esse mesmo comando legal, continuou sendo destinado para o Fundo de Habitação de Interesse Social aquilo que sempre foi destinado para o Fundo de Habitação de interesse Social. Esses dois, não adensável e de pequeno adensamento. O

que se trouxe e na apresentação a gente coloca? Quais são as possibilidades de aplicação do Fundo de Habitação de Interesse Social? Regularização fundiária, programas de projetos habitacionais de interesse social e reserva fundiária. Então, esses dois tipos de solo criado, não adensável e de pequeno adensamento, eles vão para esses fundos, na lei de 2019 continuaram indo que esses fundos e na nossa proposta agora, no artigo 17, continua indo para o Fundo de Habitação de Interesse Social. O que se trouxe de diferente é o Fundo Municipal de Gestão de Território. Por quê? Com o advento do Estatuto da Cidade prevendo um rol mais amplo de aplicação, não só os pontos com relação à habitação, a regularização fundiária, mas a gestão do território como um todo. Então, com o advento do Estatuto da Cidade, que trouxe esse rol taxativo, a gente na lei de 2019 já atualizou e criou o Fundo de Gestão de Território, que está recebendo os recursos oriundos do solo criado de médio adensamento, que é de 300 a 1000, e de grande adensamento, que hoje a gente na legislação atual nem aplica, porque, na verdade, o grande adensamento é vendido no leilão lá, outra metodologia da Secretaria da Fazenda, do Fundo Pró-Mobilidade. Então, nesse fundo de gestão de território, que a gente criou na lei de 2019, está repetindo agora nessa proposta legislativa, a gente tem um rol indicado lá pelo Estatuto da Cidade, que prevê dentre outros que o recurso pode ser utilizado no ordenamento e direcionamento da expansão urbana, nos equipamentos urbanos e comunitários, espaços públicos de lazer e áreas verdes, unidades de conservação ou proteção dessas áreas, a área de interesse histórico-cultural e paisagístico. Então, a própria produção de habitação de interesse social, também é uma possibilidade que está prevista no artigo 26 do Estatuto da Cidade. Então, ele é um fundo um pouco mais amplo, naturalmente, que respeita os ditames da legislação federal e volta de e fato à ideia de voltar o recurso para o objetivo, o conceito do solo criado, que tem aplicado por todo o Brasil. Então, foi nesse sentido, Senhores Conselheiros, Senhoras Conselheiras, que a gente fez essa apresentação para tentar contextualizar um pouquinho de uma forma geral porque a gente está fazendo essa proposta legislativa agora. Eu sei que o assunto é às vezes mais complexo, uns tem mais clareza sobre o processo como um todo, entendimento da questão do solo criado, outros nem tanto, mas é fato que é um instrumento muito positivo, se bem trabalhado para os municípios, para quem conhece isso. Porto Alegre tem um histórico na concepção do instrumento, até que daqui de Porto Alegre saiu um grupo, um comitê que embasou a criação do Estatuto da Cidade. Então, esse conceito do solo criado, que virou outorga onerosa do direito de construir, foi concebido, tem a sua concepção também em Porto Alegre, assim como Curitiba, foram as capitais pioneiras do país com a utilização de instrumentos e tem bastante experiência nisso. Mas, naturalmente, precisa do regramento legislativo, as relações ao longo do tempo foram se atualizando, especialmente a norma federal, trouxe alguns novos conceitos, algumas obrigatoriedades. Então, há necessidade de a gente fazer essa atualização. E nessa linha, então, que a gente fez rapidamente essa apresentação aqui para vocês e dou a oportunidade agora de todos levantarem alguns questionamentos que porventura tenham, fazerem críticas, sugestões neste primeiro momento. E aí, na próxima reunião da próxima quinta-feira a gente mais apropriado avança um pouquinho na discussão como um todo. Eu consulto, então, se temos conselheiros inscritos. Temos o Conselheiro Mark, o Conselheiro Felisberto para debate ou é uma questão? Pode falar! **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** É uma Questão de Ordem. Como eu vi a Maristela e o Régis ali, seria oportuno a gente ver, escutá-lo, né? Eu peço essa compreensão ao Secretário e aos membros deste Conselho para que a gente possa ouvir a manifestação do Régis, tá? Obrigado. E me inscrevo também. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade –**

SMAMUS: Está bem. Então, vamos ouvir, se o Régis ingressou na sala, a gente suspende um pouco aqui a apresentação, a pauta. Ouvimos a manifestação da região de planejamento, na figura do Régis, depois eu peço, enquanto o Régis fala, que façam a inscrição para tirar dúvida, debater, sugestões, críticas sobre a proposta e o debate da pauta aqui. Régis, fica à vontade por 5 minutos. **Régis Rafael Ribeiro Lisboa, Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Boa noite a todas e todos. Antes de mais nada, eu me desculpo pelo atraso inicial, tive uma dificuldade aqui com a plataforma, mas eu vou passar o tema com bastante objetividade e cumprimentando a todas e todos. Eu falo em nome da Região 7 de Planejamento, mas eu tenho certeza absoluta, ouso dizer que faço, na verdade, em nome de todas as regiões de planejamento e falo referente ao acontecido agora na semana passada, no final da semana passada, que é a dita, uma suposta eleição do COMATHAB, né? Que é um conselho de suma importância, que é um conselho irmão, gêmeo deste Conselho do CMDCA, este egrégio Conselho, que é o Conselho mai importante do planejamento urbanístico da cidade. E trago aqui algumas pontuações, na verdade, apontamentos e uma grande preocupação. E na certeza de que o que eu trarei aqui não pode ser aceito com normalidade pelo conjunto do planejamento de política pública urbanística da cidade e também pelas autoridades que estão colocadas. O que acontece é o seguinte, nós tivemos uma eleição... Vou começar de outra forma. É sabido que o mínimo exigido para que um pleito, uma eleição possa ser considerada minimamente regular e concretamente democrática se sustenta e alguns itens. Vejam tais quais: publicidade, ampla divulgação e antecedência. Nenhum desses itens consta, nenhum foi obedecido como itens fundamentais para a realização de um pleito. O que nós tivemos foi um pleito que foi convocado no dia 12 para que pudesse ser realizado no dia 15, onde o edital e o regimento não são conhecidos, a publicidade em meios de comunicação foi pura e tão somente no site da Prefeitura. Praticamente não houve a possibilidade de acesso à população, nós estamos falando e falando da Região 7, a gente está falando da Região do Partenon em Lomba do Pinheiro, nós estamos falando de mais de centenas de milhares de pessoas que sequer tiveram a possibilidade de tomar ciência, de saber da realização da eleição. Então, nós estamos falando de um pleito que não pode ser considerado. Eu isso a este Conselho, com essa gravidade, porque penso que se a gente entende e não é pacífico que não entendamos que participação social é o pilar fundamental do planejamento de política urbana de uma cidade, nós cientes disso não podemos admitir que a eleição do COMATHAB tenha se dado da forma como se deu, sem ampla divulgação, sem antecedência, sem publicidade, sem divulgação em meios de comunicação devidos, sem a difusão do edital, do regimento eleitoral. E ainda foi realizado em plataforma, onde falo mais uma vez e ouso dizer que falo por todas as regiões, em plataforma que impossibilitou se que as pessoas se ouvissem, as pessoas não conseguiam se ouvir, as pessoas não conseguiam se pronunciar em reunião. A reunião, e agora falo pela Região 7, foi uma reunião que sequer pode ser configurada como reunião. Este espaço de fala, este momento que eu estou tendo aqui, que é o momento de escuta, agora estou no momento em que estou ocupando a fala e os demais escutam, isso não era possível. As pessoas não tinham essa possibilidade. As inscrições eram inviáveis. E foi nesses termos, de forma açodada, de forma atropelada, de forma violadora de princípios fundamentais, de forma antidemocrática. Tenho certeza que o poder público, uma Prefeitura que é... E eu estou ciente do tempo aqui... Que é dirigido por um Prefeito que se diz “o homem do diálogo”, não quer que isso aconteça, né? Não admite que isso ocorra. Então, se é verdade que o atual Prefeito é o homem do diálogo, que participação social é um item fundamental, eu trago a este Conselho para que a gente possa daqui tirar sim... Este Conselho mesmo é um exemplo, já realizou eleições de maneira muito qualificada, muito mais qualificada, não

dá para dizer que houve qualificação. Por fim, quero dizer que a forma como se deu e falo pelo método, se é que assim pode ser nominado, que o método utilizado na Região 7 foi ainda atropelado. Veja bem, isso abre margem para que a população não ciente que havia essa eleição, e mesmo aqueles que tiveram oportunidade de ver o que aconteceu partam do princípio de que a Prefeitura livre e conscientemente realizou um pleito com o intuito de não possibilitar uma ampla participação e tendo lá pelas tantas a eleição... (Sinalização de tempo esgotado). Eu já vou concluir, por favor. Concluído, né. Eu entendo lá pelas tantas que escola é de pessoas que talvez eu estejam tão interadas da realidade urbanística da cidade. Então, trago esse tema aqui, eu vou fazer aqui a leitura breve do pronunciamento da Região 7 de Planejamento que versa sobre essa questão, por gentileza. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Régis, tu estás já com 6 minutos. Tu vais ler? **Régis Rafael Ribeiro Lisboa, Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Me foi passado que eram 10. Eu peço escusas, então. Eu estava contando 10 minutos. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem, tranquilo, mas ficou registrado. **Régis Rafael Ribeiro Lisboa, Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Eu faço a leitura de uma forma bem breve, Secretário. Bem breve! Porque a leitura é importante, porque ela é conjunto do que a coletividade pensa. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Régis, vamos fazer assim, tu disponibilizas, tu estás aí no grupo já. Eu acho que ficou bem consignada a tua irresignação, está registrado, está ao vivo no YouTube. E aí tu mandas para nós, porque como o tempo... A gente sempre segue em relação às outras entidades, eu cobro bastante isso, o tempo, eu não tenho essa possibilidade por líber, enfim, ou não. Então, eu peço que tu compartilhes aí, porque ficou bem clara a tua irresignação e será levado aí o conhecimento do Secretário de Habitação e Regularização, que junto com a equipe organizou a eleição. Certamente, também vai ter a oportunidade de manifestação a sua posição, o seu entendimento. Obrigado aí pela palavra e pela contribuição. Senhores Conselheiros, então, passamos aqui para o período de inscrição, para a gente debater a proposta em pauta apresentada. A gente tem o Conselheiro Rafael Passos, Conselheiro Felisberto, Conselheiro Hermes. Temos mais algum Conselheiro? A Conselheira Doutora Cristiane está inscrita, a Conselheira Claudete, o Conselheiro Gomes. Mais algum Conselheiro? Aí faz o registro no chat. Perdão, eu tenho a oportunidade da fala, se alguém tem algum questionamento com relação à Região 7. Deu um pouquinho de confusão aqui, porque eu não me recordei na oportunidade, eu peço que novamente se inscrevam para a resposta externa prevista no nosso regimento, a fala por 1 minuto com relação à fala do Régis. Por favor, novamente peço a gentileza, desculpa, porque acho que alguns se inscreveram aqui... Temos a Conselheira Tânia, Conselheira Maristela, Conselheiro Felisberto, Conselheiro Hermes. Já lhe dou a Questão de Ordem, Conselheiro. A Doutora Cristiane. Mais alguém? Conselheiro Rafael também, Conselheira Claudete também. Então, vamos oportunizar aqui a fala. Conselheira Maristela pela Região de planejamento. Lembrando, não sei, acho que tinha alguma Questão de Ordem. Acho que é o Hermes. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Boa noite a todos. Secretário, a minha Questão de Ordem é referente ao nosso visitante e está no nosso Regimento Interno o tempo de fala, mas várias vezes foram abertas exceções, dando mais 2, 3 minutos, para nós mesmos. Isso é normal que aconteça e em função da importância do tema eu acho que seria uma falta de gentileza cortar a palavra, sendo que só faltou ler um texto que representa o posicionamento da região. Sinceramente, a gente às vezes fica horas discutindo uma

bobagem e trata-se a nossa comunidade... Eu pediria uma reconsideração em relação à fala do nosso visitante. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem, Conselheiro Hermes. Recebo a sua Questão de Ordem e oportunizo a conclusão da fala do Regis, então. Se é entendimento da maioria dos conselheiros. Régis, por favor, conclua. **Régis Rafael Ribeiro Lisboa, Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Vou fazer a leitura: *Nós, moradoras e moradores pertencentes ao Fórum da Região de Planejamento nº 7, viemos por meio deste manifestar nossa inconformidade da maneira atropelada, açodada e violadora de princípios fundamentais, democráticos e de acesso ao processo de eleição para o COMATHAB, conforme ocorrido na data do dia 15 de julho deste ano. Apesar das inúmeras reclamações durante a referida sessão. Cumpre informar que o regimento eleitoral foi publicado no Diário Oficial no dia 12 de julho, com o prazo para eleição e inscrição no dia 15 de julho, mostrando ser prazo extremamente exíguo. Não possibilitando efetiva participação social, impossibilitando qualquer organização mínima para a escolha de conselho tão relevante para a cidade. Devido à forma e o meio utilizado para a realização desse processo, nossa região não conseguiu se fazer devidamente representada. Temos a convicção de que não se trata de fenômeno relativo somente a nossa região. Salientamos que na eleição de outros conselhos tão importantes para a cidade, como o CMDUA, a região teve centenas de votos em uma eleição presidencial, democrática e transparente. Acreditando que aquele formato de eleição seria um bom modelo para uma escolha de representantes legitimados pela região e para representá-la devidamente com a devida chancela popular. Além do prazo exíguo, verifica-se que o meio virtual utilizado com inscrição prévia, envio de documentos pelo correio eletrônico, limita a participação social. A par de muitos terem acesso à internet, leia-se WhatsApp, grande parte da sociedade não dispõe de endereço eletrônico ou uma conexão hábil ao acesso de computador. Acesso ao chat para votação também mostra uma limitação, visto que a maior parte utiliza o celular para acesso, além de manifestações de diversas regiões nesse sentido quanto às dificuldades encontradas. Não obstante, o sistema utilizado não era confiável, podendo o mesmo usuário...* E aqui eu abro parêntese, há relato de pessoas de diferentes regiões entrando em escrutínios de região da qual nem morador é. *O sistema utilizado não era confiável, podendo mesmo usuário logar-se mais de uma vez. Também inexistiu confiabilidade quanto aos presentes e votantes, vez que são identificados quanto a serem ou não de fato moradores da região. Tivemos relato, inclusive, de moradores de uma região votarem duas vezes, o que é gravíssimo. Em outra trazendo ainda mais de insegurança e dúvidas sobre a escolha. Assim, solicitamos esclarecimentos por parte dos órgãos públicos com o intuito de aprimorar a gestão municipal e rever essa tomada de decisão para obtermos o melhor caminho no horizonte apontado pela constituição federal: a democracia participativa; ou seja, realização de nova eleição para o COMATHAB, respeitando os princípios, os valores de uma eleição verdadeiramente democrática. Com estima o Fórum da Região & de Planejamento Partenon e Lomba do Pinheiro*. Encerro dizendo que esse tema já foi levado ao Ministério Público, nós contamos com a sensibilidade da Prefeitura para que se possa, efetivamente, fazer um processo democrático à convocação de uma eleição efetiva concreta para o COMATHAB. E dizemos que caso isso não ocorra, lamentavelmente, nós buscaremos com todos os recursos disponíveis, inclusive, os judiciais. Gostaria de inclusive dizer que a participação da representação jurídica da Prefeitura do escrutínio foi fora de qualquer padrão dentro do que se espera da representação de uma Procuradoria do Município. Então, portanto, eu gostaria, nós apontamos que isso seja revisto para que a gente possa tomar um caminho que seja legal, democrático e também jurídico. Agradeço a todas e todos. **Germano**

Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS: Obrigado, Régis, pela sua manifestação e posição. Acho que, oportunamente, também a gente pode... Se for, naturalmente, interesse como o assunto está trazido aqui, convidar o Secretário em uma próxima reunião. Mas, regimentalmente, a gente tem a previsão de que cada conselheiro pode pelo período de um minuto fazer observações sobre a fala do período de comunicação externa. Então, como nós temos muitos conselheiros inscritos para essas falas eu vou pedir atenção ao tempo. Eu sei que os senhores gostariam de debater o assunto, enfim, trazer algumas questões, mas aqui, regimentalmente, é um minuto. Depois tem a previsão do período de comunicação, podemos debater o tema em pauta e depois da comunicação a gente continuar discutindo o assunto, se for do interesse dos Senhores Conselheiros. Então, vou começar com o Conselheiro Rafael Passos, um minuto. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Serei breve. Só quero reforçar, quer dizer, um edital que foi aberto dia 12, a publicação foi para dia 12, o edital é do dia 9, deixando 3 dias para divulgação do processo eleitoral. No caso das entidades... Três dias para o início, a primeira região, a primeira, a RGP 1 foi no dia 15 e aí começa a cada dia uma das regiões, culminando ontem com a eleição das entidades. O IAB participou, está eleito e por isso mesmo também se vê mais legítimo para questionar de fato a pouca publicidade. Participamos, nós consideramos que, por exemplo, não houve no caso das entidades de classe, profissionais e de trabalhadores não houve sequer uma concorrência, né? Todos que participaram entraram, o que demonstra, parece que não é o caso de pouco interesse na participação no Conselho. Pelo contrário, parece que está mais atrelado ao fato brevíssimo de prazo de divulgação dessa eleição. Além dos fatos mencionados pelo Sérgio, de outras questões, mas eu queria só reforçar dando o relato da sessão de ontem, na qual participou a Cláudia Fávaro, que vai ser a nossa representante, nossa conselheira federal, superior, vai ser a nossa representante titular no COMATHAB. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Rafael pela manifestação. Na sequência o Conselheiro Felisberto. Peço novamente que os conselheiros se atentem ao tempo de um minuto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa noite. Quero primeiro parabenizar a sua atitude em abrir o espaço para que o Régis pudesse ler o manifesto. Segundo, parabenizar o Régis, mas a RGP 1 logo que tomou consciência do edital e que haveria eleição no dia 15, entramos com uma representação no Ministério Público. Direcionamos ao Doutor Eriberto, que prontamente acolheu e pediu explicações ao DEMHAB. Entendo importantes as manifestações de outras regiões e ontem mesmo eu tive dificuldade e não consegui acessar na reunião das entidades. E me estranhou a pouca participação das cooperativas, já que Porto Alegre é um exemplo do cooperativismo habitacional e me parece que não tinha cinco cooperativas. Posse estar enganado. Então, eu acho que essa manifestação deve, e pela fala do Régis já foi direcionado, eu acho que a RGP 1... Não sei se a Tânia vai se manifestar, mas também teve problemas. Houve problemas em todas as regiões. A RGP 1... (Sinalização de tempo esgotado)... participamos, conseguimos colocar a nossa representação, mas entendemos que esse processo mereceria uma avaliação profunda para estimular a verdadeira participação em um tema e em um conselho que é de extrema importância para a gestão dos recursos públicos. Obrigado, Secretário. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. Na sequência o Conselheiro Hermes. Por favor, Conselheiro, um minuto. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Secretário, também quero lhe agradecer pela sensibilidade e

eu vou poupar o meu tempo, eu acho que tudo já foi colocado, de certa forma muito bem colocado pelo Régis, que eu não conheço, também pelo Rafael. Então, eu vou economizar o tempo, já que o senhor foi sensível, mas eu faço as minhas palavras as do Conselheiro Régis e também do Conselheiro que me antecedeu, o Rafael. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Hermes. Conselheira Claudete na sequência. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Boa noite a todos e a todas. Eu vou ser breve também. Eu gostaria de colocar que eu participei do pleito da eleição do COMATHAB, realmente não houve publicidade. Eu fiquei muito preocupada com a confiabilidade do pleito, porque eu não me inscrevi, eu não me identifiquei, eu não enviei documentos e mesmo assim eu votei. Então, preocupa não só a publicidade que foi dada para essa eleição tão importante, mas com a confiabilidade. Fora isso, na nossa região a gente pode verificar que tinha pessoas votando mais de uma vez. Na verdade, não havia verificação, nem confirmação se aquelas pessoas, quem eram, assim como eu não me identifiquei, outras pessoas estavam também... Eu acho que poderiam não ser. Recordo de ter algum outro conselheiro também, o Emerson que foi muito honesto em dizer estou só assistindo, mas se ele quisesse votar poderia eu acho, porque não houve nenhuma objeção e nenhuma manifestação da mesa. Foi até instigado a votar. E me preocupa também que algumas entidades parecem que tiveram um convite do DEMHAB, uma ligação da Secretaria para que participassem do pleito, parecendo mais que era uma eleição também direcionada, né? Vez que foi direcionada apenas algumas entidades, nem todas as entidades foram convidadas... (Sinalização de tempo esgotado)... ou tinham conhecimento desse pelito. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem. Obrigado, Conselheira Claudete, pela contribuição. Conselheiro Gomes, um minuto. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Presidente, eu não me inscrevi para este debate. A inscrição que eu fiz é lá para o solo criado. Um bom debate para os conselheiros. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Ah, tá! Conselheira Tânia. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Boa noite a todos. Eu até ia dizer que eu já havia me inscrito, eu me inscrevi desde o início. Eu gostaria realmente de me solidarizar com a Região de Planejamento 7 e com as outras regiões. Eu vou só ser breve também, porque o Rafael já disse tudo, nós tivemos sérios problemas para poder entrar na reunião, porque o aplicativo era horrível, não tinha como. Eu mesma tentei várias vezes, eu fui muito relutante para conseguir entrar. Também como a Conselheira Claudete falou, não apresentei documento nenhum e lá existiam algumas pessoas que eu não reconhecia. Uma região de planejamento como a Leste e a Nordeste, que tem mais de 150 mil pessoas que habitam essa região, existiam apenas 14 pessoas e pessoas que eu desconhecia. Tinha um ex-conselheiro ali, que não se candidatou, mas que apoiou outra pessoa e que era totalmente desconhecida na região. Então, isso eu achei de um descaso, entendeu? Com a população em geral, que nem sabia, não tinha a mínima ideia. Eu mesma fui informada pelos conselheiros que participaram. (Sinalização de tempo esgotado). Então, eu deixo o meu repúdio e nós também vamos enviar um documento para o Ministério. Muito obrigada! **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Tânia. Conselheiro Emerson, se inscreveu para esta fala ou era a outra? **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Sim, eu me inscrevi. **Germano Bremm, Presidente e**

Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS: Tudo bem, um minuto. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Bem, em relação ao COMATHAB eu participei tanto da temática quanto de algumas regiões, como foi comentado aí. Participei de algumas regiões só como visitante, não votei, até porque a gente tem que ter um pouquinho de ética, né? Mas assim, a questão do edital, a competência, a legitimidade, isso tudo foi constituído no tempo da proposta apresentada ao DOPA. A gestão do COMATHAB estava em vacância, isso tem que lembrar. Há vários anos estava em vacância e por isso que foi feita essa eleição, mas em relação aos prazos, a divulgação, o conjunto da plataforma, o formato, isso sim prejudicou a eleição. Isso, inclusive, a gente comentou pessoalmente ao diretor do prazo, que foi um prazo muito curto para uma eleição tão importante, que é a do COMATHAB. Mas as pessoas participaram do processo, do pleito, se elegeram, estão legitimadas e agora se o pessoal vai entrar no Ministério Público, vai fazer qualquer outra ação, aí fica a critério de cada um, mas as pessoas estão legitimadas, participaram e foram eleitas. Valeu, obrigado! **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Emerson. Conselheira Maristela. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Primeiro quero fazer um recorte aqui, parabenizar o nosso Secretário, né? Foi esplêndido. Parabéns, Secretário! Fico muito feliz pela sua postura. Segundo, o Régis, ele não falou, mas também faz parte dos advogados populares, né? Então, temos muito orgulho de ser nosso delegado em uma eleição tão representativa como foi de RGP 7. Inclusive, lembro do Secretário no pátio (Risos), enquanto PGM, né? E nós tivemos uma participação maravilhosa, digna como uma cidade como Porto Alegre. O que aconteceu em relação ao COMATHAB, é verdade, havia vacância, só que eu sempre fui delegada do OP, eu não fui chamada para estar como delegada do OP e não fomos comunicados. Existe o estritamento de participação e só foi avisado no OP. Ainda mais com a pandemia, nessa sistemática de estarmos pesquisando o que a Prefeitura está fazendo, isso foi uma desconsideração. E só para terminar, Secretário, por que vir aqui? Olha o tema que o Senhor nos trouxe agora aqui no primeiro momento, do solo criado. Nós sabemos que vai ter verba, que vai ter indicações de verbas justamente para esta área da questão da regularização, da questão do solo criado, indicações e que nós somos quem fizemos toda a arquitetura do traçado urbano das políticas que vão ser indicadas. Então, essa ressalva é importante a ser feita e eu tenho certeza que a justiça vai levar isso em consideração. Tenho certeza da sensibilidade do Secretário André Machado, que também vai levar em consideração e dizer, só para terminar, Secretário, que a fala do Doutor Régis foi a fala de reuniões extensas no nosso grupo de discussão política dos delegados aqui da nossa região Lomba do Pinheiro e Partenon. E esperamos estarmos trazendo também... Obrigada, Felisberto, Tânia e tantos outros que se manifestaram, algo produtivo e positivo para a Cidade de Porto Alegre. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Maristela, pela contribuição. E Conselheira Doutora Cristiane Catarina, representando o DEMHAB. **Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Boa noite, colegas conselheiros. Primeiro dizer que é bem importante nós estarmos aqui discutindo, eu fico bem feliz que vários conselheiros aí falaram sobre a eleição do COMATHAB e participaram ativamente e isso é importante para a democracia, essa participação, alguns eleitos, inclusive. O COMATHAB de fato não existia antes. Então, a busca do DEMHAB é para que ele passa a existir, né? Em relação à publicidade, a questão da convocação, a previsão legal é de que o COMATHAB está ligado

ao OP. E a coordenação do FROP já tinha ciência das suas reuniões desde o dia 6 de julho. Houve uma reunião formal e se não foram avisados os delegados, realmente, eu não tive conhecimento, o DEMHAB não teve conhecimento disso, porque a Secretaria que fez esse contato e fez essa reunião com os coordenadores do FROP para avisar a todos os conselheiros e delegados, isso desde o dia 6 de julho. Saiu na imprensa também a convocação, tanto é que os senhores estiveram lá. Em relação às questões específicas de impugnações das eleições, a discussão vai ser jurídica nos fóruns jurídicos que foram levados e nós não vamos aqui trazer explicações ou, enfim, analisar, na verdade, todas as questões que estiverem colocadas. Então, em relação à publicidade, dia 6 de julho é que foi feita a primeira divulgação, além de imprensa e etc. Em relação a isso, então, realmente o Ministério Público já está sabendo e já pediu para o DEMHAB levar as informações. Nós temos todas as eleições, todas as sessões foram gravadas. Então, o Mistério Público, o Judiciário, qualquer órgão jurídico vai receber a gravação e vai poder verificar se houve e a correção de tudo que aconteceu. Também o chat foi integralmente salvo e, então, essas comprovações do ocorrido vão para a instância jurídica e lá vai se tomar a decisão com quanto à regularidade das eleições. Eram essas as informações, Secretário. Obrigado! **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Doutora Cristiane, representante do DEMHAB, esclarecendo alguns pontos levantados. Lembrando, eu sei que o tempo foi exíguo, todos gostariam de falar um pouco mais, mas temos depois o período de comunicação, enfim. Imagino que se der tempo a gente pode continuar aqui com o debate. Senhores Conselheiros, então, eu peço que a gente avance, afinal de contas, temos uma pauta importante aqui no debate da reunião de hoje. Só retomando as inscrições para debater o assunto, temos inscrito o Conselheiro Mark, a Conselheira Tânia, o Conselheiro Felisberto, a Conselheira Maristela, o Conselheiro Emerson, o Conselheiro Rafael Passos, o Conselheiro Hermes e Conselheiro Gomes. Consulto se temos mais algum conselheiro inscrito? A Conselheira Claudete, o Conselheiro Saffer e Conselheira Vaneska. São 11 inscritos. Só para a gente organizar o tempo hoje, mas de qualquer a gente avança na próxima quinta-feira. Vamos deixar, são 2 minutos e não vai dar nem 3 minutos, é pouco tempo, de repente vamos fazer 3 minutos as impressões iniciais aqui, conselheiros, aí a gente avança na reunião, sem ser esta quinta-feira na outra, com um debate mais apropriado, enfim, um pouco do tema e a gente avança com um tempo mais significativo. Então, Conselheiro Mark, 3 minutos. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Boa noite. Sobre essa minuta eu fiz várias anotações, sobre o teor ela é extensa, em 3 minutos vai ser difícil de abarcar, mas eu começo, então... Eu não sou um especialista na temática, apesar de nós estarmos escutando isso, eu vou ali para o artigo 1º - *Utilizar uma plena infraestrutura disponível, permitindo assim a densificação populacional*. a minha pergunta é quais são as medidas de densidade que se trabalha para fazer essa utilização da plena infraestrutura urbana disponível? É bem importante esse termo, mas como nós estamos medindo, quais são as medidas e quais são as regiões da cidade melhor atendidas? A Prefeitura fez esse mapeamento? Tem essa orientação? *Evitar o adensamento populacional* - no segundo ponto. *Incompatível com a estrutura urbana*. Existe um registro sobre um adensamento populacional limite? É uma observação que eu considero importante. E depois, no 3º - *Implementar e melhorar a infraestrutura, permitindo um adensamento compatível*. Então, a Prefeitura está trabalhando com medidas de adensamento compatível. *Evitar adensamento* – Isso são questões bem importantes. Os incisos IV e V que aparecem ali, são importantes, são questões que nós temos discutido dentro do Conselho: *Buscar ordenamento e direcionamento da expansão urbana, propiciar a criação de espaços públicos, lazer, áreas*

verdes, criação de unidades de conservação – são sempre elementos muito importantes. Sobre o artigo 4º, ali aparece a outorga onerosa, no § 1º, inciso I, solo criado não adensável. Ali eles dizem: *Não causam impacto*; seriam: *Não causem impacto*. E a minha questão aqui seria se é possível aos criadores dessa minuta de lei complementar, para que exemplificassem o solo criado não adensável, solo criado de pequeno adensamento, para dar não só uma questão de metragem quadrada. No § 2º, que aparece na sequência: *O solo criado será adquirido de forma direta pelo interessado, até que haja o esgotamento da unidade de estruturação urbana*. Então, tem uma medida de esgotamento, que ainda estamos considerando. § 3º - *as vendas do solo criado são imediatamente suspensas, constata impacto negativo na infraestrutura*. Qual é o exemplo com que a Prefeitura que escreve essa minuta está operando? (Sinalização de tempo esgotado). § 1º do artigo 6º fala ali de uma lei ordinária, que possivelmente está em gestação. Lá no artigo 7º fala em índice monetário vigente, eu não sei o que está sendo considerado ali. E através do termo de aquisição do solo criado por contrapartida, a minha questão seria quais são os exemplos que são possíveis de oferecer ao Conselho? E mediante manifestação expressa, aparece ali no parágrafo único do artigo 8º, quem examinará essa manifestação expressa do gestor público? Eu me pergunto ali no artigo 11, sobre a questão ali do software, como se pode explicar o desenvolvimento de software através da TASC, né? É vedada a aquisição. Pedi uma explicação adicional ali e vi que o solo criado, o fundo já foi criado... (Sinalização de tempo esgotado). A última observação, Artigo 21 - *Foi criado o Fundo Municipal de Gestão de Território*. Ali faz referência à aplicação de valores decorrentes da alienação, recebimento de recursos do orçamento próprio, transferências estaduais. Precisaria ter um melhor esclarecimento sobre a definição dos valores componentes desse fundo. Obrigado, Secretário. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Mark, pelas contribuições ao tema. Na sequência a Conselheira Tânia inscrita. Conselheira, antes, só para a dinâmica, eu vou dar a oportunidade de todos falarem e a gente na próxima reunião faz as explicações mais detalhadas a cerca dos questionamentos levantados, retomo o assunto, para eu não ficar respondendo, enfim, e todos têm a oportunidade de falar. Está bem? Fique à vontade, Conselheira. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Secretário, eu gostaria de também... O Mark fez uma boa representação, algumas coisas que eu tenho dúvidas. Ele explanou, eu vou ser bem breve. Eu gostaria de saber sobre o recebimento dos bens e serviços, do novo projeto de lei, o aprimoramento da conversão do solo criado em contrapartida. Ali fala do recebimento de bens, serviços, obras e imóveis, inclusive permuta de área construída. Eu fiquei em dúvida com relação a isso. Eu não entendi muito bem do que se trata. E aqui também quando fala da conversão do aprimoramento do solo, na contrapartida, que fala também do sistema de gestão à informação do planejamento urbano, racionalização e automação do licenciamento urbano ambiental. A criação, revitalização, conservação e implementação dos espaços públicos, isso aí é a contrapartida referente ao solo criado, porque ele é dividido, né? Na verdade, em quatro partes, né? Do pequeno impacto, médio e aqui: *solo criado não adensável, solo criado de pequeno adensamento*. Isso aí é revertido, no caso, em aplicação para regularização fundiária, programas e projetos habitacionais de interesse social e reserva fundiária. Então, isso já existe, já existia, como ele bem falou, um fundo criado há muito tempo. E esse fundo a gente sabe que foi criado, que tinha verba nele e que desapareceram, que foram destinados para outros fins que não foram os projetos habitacionais de interesse social. E eu vi que durante esse novo projeto de lei se fixa bastante esse projeto de interesse social, os programas. Vocês já têm algum projeto com relação a isso? Porque é só falado, não é

muito apresentado, a gente não tem um conhecimento mais profundo do que seria. Então, isso aí é bem interessante e a gente precisa ficar a par do que se trata, se já existe esse... Porque a gente sabe que existem vários projetos de comunidades para a regularização fundiária que estão esperando há muitos anos, questão de 10, até 20 anos. Então, você já tem um planejamento deste andamento, isso seria interessante. E quem vai regularizar, quem vai cuidar disso? Quem vai ser o gestor desse capital e direcionamento desse capital? É isso, pelo menos por enquanto, o restante e Mark já falou. Muito obrigada, Secretário. Eu gostaria, inclusive, de lhe parabenizar pelo seu gesto tão honroso de dar um pouco a mais para o nosso convidado. Muito obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Tânia. Imagina, não tem que agradecer, fiz a minha obrigação aqui enquanto coordenador dos trabalhos. Conselheiro Felisberto na sequência. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, reiterar os parabéns pela sua atitude e pelo seu caráter democrático hoje, que surpreendeu a todos nós. Não poderia esperar outra coisa, né? Mas não poderia deixar de saudar isso. Foi uma surpresa para muitos. Bom, assim, espero que este seu olhar também se estabeleça na metodologia da elaboração do projeto de lei, no sentido de que nós possamos participar na elaboração do projeto. e não vir com o projeto pronto e aí nós vamos contribuir, mas nós construirmos o projeto juntos. Eu acho que isso é avanço ao processo democrático, ajuda as pessoas se qualificarem na elaboração de um projeto de lei, ajuda na compreensão da outorga onerosa do direito de construir o solo criado, populariza o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, o Fundo Municipal da Gestão do Território e isso ampliaria o conhecimento e qualificação dos conselheiros. Então, eu pediria que a gente pudesse constituir uma comissão para trabalhar sobre a minuta e que a gente pudesse até quinta-feira que vem trazer mais contribuições e análises, porque o Mark e a Tânia já trabalharam em cima, depois os outros que vão vir depois da minha fala poderão contribuir também. Então, a minha proposta é que a gente constitua uma comissão com os técnicos da Prefeitura e conselheiros do CMDUA. Obrigado, era isso. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem, obrigado, Conselheiro Felisberto. Conselheira Maristela. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Secretário, eu gostaria de endossar principalmente a fala da Tânia e do Felisberto, e eu gostaria de complementar essa questão da formação dessa proposta que o Felisberto nos traz de membros deste Conselho com os conselhos afins dessa questão, principalmente do Fundo Municipal de Interesse Social, porque eu acredito que o COMATHAB seja uma das rubricas. Então, acho que é importantíssimo que esteja imbuído do nosso Conselho e de todos os conselhos afins desse tema para análise e complementaridade da questão dessa minuta de projeto. Eu tenho algumas preocupações assim, no que diminui, se vai ampliar, vai ampliar a verba ou vai diminuir para a questão dos interesses sociais e vai abrir mais para outros? Então, são dúvidas recorrentes, que não vem aqui uma crítica pejorativa nem nada, mas no sentido de contribuição. Então, essa questão dessa comissão com o nosso Conselho e os conselhos afins é fundamental. Eu acho que o senhor tem a ligação direta com o centro nervoso do governo para colocar em prática essa nossa preocupação de fazermos parte dessa comissão, junto com os técnicos da nossa Prefeitura. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Maristela, pela contribuição. Vamos registrando aqui os questionamentos e dado a oportunidade que todos falem. Conselheiro Emerson. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e**

Ambiental – OP-HOCDUA: Boa noite, Conselheiros. Boa noite, Secretário e espectadores que estão online. Bem, a lei é uma lei complementar de competência do executivo, para deixar bem claro isso, até porque se trata de recursos, sempre é de competência do executivo. Quero ir lá no artigo 6º que fala da questão dos índices de aproveitamento de 1.0 a 1.3, onde vai atender, com certeza, grandes empreendimentos e que isso também é um avanço para a cidade, porque vai poder contar com o grande adensamento, principalmente para atender o fundo de gestão de território. E também quero me ater no artigo 8º, onde fala da aquisição de solo criado por contrapartida, aquele grande problema que nós temos, principalmente na área de habitação, o qual o OP busca muito a questão de contrapartidas para atender a demanda habitacional prioritária. Eu acho que através do artigo 8º tem a possibilidade sim de garantir através dos estudos, junto às comissões, tanto da CAADHAP, quanto para outras comissões, para deixar já garantido ou através de permuta em área construída ou outros em serviços. Então, isso também já é um avanço na legislação, hoje as cooperativas habitacionais já trocam, principalmente as questões de doação, quando tem dificuldade de doar áreas, já trocam por unidades habitacionais. Então, já tem essa perspectiva. Em questão no artigo 17 do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, que é o pequeno adensamento, também o Fundo Municipal de Gestão de Território, grande e médio adensamento. O pequeno adensamento, então, o que hoje é estipulado, o que atende hoje o percentual de 100%, o que vai para o pequeno adensamento? É nosso a gente saber qual é esse percentual, até para nós entendermos o quanto vai ser alimentado o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social. E também na outra legislação, na 850/2019, existia um capítulo que falava sobre o comitê gestor. Como é que vão ser gestados esses recursos, tanto do Fundo Municipal, quanto do Fundo Municipal de Gestão de Território? Nós sabemos que o Fundo Municipal provavelmente quem vai discutir e quem vai trabalhar com esses recursos vai ser o COMATHAB, que tem uma nova gestão agora. Então, é quem vai discutir o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social. Mas quem vai discutir o Fundo Municipal de Gestão de Território? E também nós não podemos deixar que a Fazenda utilize esses recursos, senão não tem cabimento, como foi utilizado agora em anos anteriores, o fundo era específico para atender habitação de interesse social e foi utilizado para outros fins, para pagar a folha, pagar isso e aquilo. Então, nós temos que ter esse cuidado para que não ocorra isso e tenha uma garantia que esse recurso realmente vai ser investido dentro desses propósitos. Então, seriam essas as minhas colocações. Está de parabéns, Secretário, pela iniciativa e tenho o entendimento que o Executivo vai ter sucesso aí na aprovação desses recursos. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Emerson, pela contribuição. Na sequência o Conselheiro Rafael Passos. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Bom, primeiro quero colocar que a gente já tinha... Perdia conta de quantas vezes na época, em 2019, eu coloquei sobre a necessidade do devido processo participativo para aprovação daquele projeto de lei. Então, eu só queria destacar isso, porque parece que quando a gente faz as críticas, a gente faz de forma infundada e querendo não construir, mas se houvesse sido feito isso adequadamente no passado, talvez nós tivéssemos contribuído para construir e não ter que esperar ais 2 anos para ter que aprovar uma nova lei. Bom, aí eu vou às novas considerações, no sentido também de construir uma lei um pouco mais participativa, um pouco mais democrática, no sentido da democratização que deve representar nos recursos do solo criado, no sentido da distribuição dos ônus do desenvolvimento urbano. Inclusive, indico o livro que está sendo lançado da Ex-Procuradora Andréa Vizzotto, que é justamente sobre o tema. Então, assim, alguns aspectos, preocupa-me o artigo 11 nos aspectos, nas

permissões que ele dá de uso para o sistema, etc. e tal, porque, salvo melhor juízo, não encontro essa permissão para uso desses recursos dessa forma ou mesmo para troca, porque é pelo termo de permuta, enfim, no artigo 26 do Estatuto da Cidade. Então, sugiro, inclusive, uma atenção da própria Procuradoria Geral do Município, lembrando que qualquer uso que não esteja previsto no artigo 26 vai levar o Prefeito e todos os gestores envolvidos, servidores, inclusive, a responder por improbidade. Então, não é qualquer coisa. A questão das contrapartidas me preocupam, as permutas e contrapartidas. Primeiro, porque as permutas deixam de ser recursos que podem ser investidos diretamente pelo poder público, segundo porque podem confundir as contrapartidas com as contrapartidas que já devem ser atendidas não pelo solo criado, mas pelo impacto do empreendimentos. E aí vem o problema de Porto Alegre jamais ter regulamentado o estudo de impacto de vizinhança, que agrava esse problema. Não entendo porque não se faz isso, isso me incomoda muito. E a questão também no caso das cocheiras, quer dizer, que eu já enviei e-mail, já solicitei aqui e não obtive resposta se estavam previstos, quais eram as contrapartidas que estavam previstas na aprovação do EVU pelo CMDUA e se essa alteração das contrapartidas passou pelo CMDUA. Então, preocupa a gestão disso. E já foi colocada aqui a questão pelo Emerson, inclusive a questão de quem vai gerir de forma democrática esse fundo, foi retirado o comitê gestor e lembro o artigo 39, que fala do papel do CMDUA para a gestão dos recursos oriundos do solo criado e um plano para uso desses recursos. Então, preocupa inclusive assim, essas contrapartidas deverão ser de permuta e etc., devem todas passarem pelo CMDUA também e o Fórum para decisão do fundo municipal de gestão de território deve ser o CMDUA, que está no Plano Diretor. Então, não seria assim como o Secretário colocou, outros temas que estão no plano ou estão em outros, que foram recolocados na lei, não veria como redundância inserir isso em um artigo da lei, essa questão da gestão participativa dentro do CMDUA. A questão da forma, eu quero reforçar aqui o que foi proposto pelo Felisberto, que haja uma comissão para a gente analisar essa lei... (Sinalização de tempo esgotado). E fazer também um debate amplo, levar as regiões e levar a uma audiência pública ainda no âmbito do executivo, para que não reste qualquer questionamento posterior. Haveria outros aspectos, mas acredito que outros eu posso fazer por escrito, mas são os aspectos fundamentais que nos preocupam. E outro, o artigo 13, eu pergunto: ...*outros casos de utilização da outorga onerosa do direito de construir, como forma de incentivo ou isenção serão indisciplinados por lei ordinária*. Por que por lei ordinária se tudo que envolve o planejamento está subordinado ao Plano Diretor e, portanto, deveria ser lei complementar e não lei ordinária? Então, pergunto por que lei ordinária? Ainda a questão do artigo 8º, que depois o parágrafo único reforça a questão dos artigos 26 e 31 do Estatuto, porém, no caput está colocado inclusive serviços de engenharia. Além de não estar arquitetura me preocupa, até melhor talvez que não esteja, porque um arquiteto pode estar envolvido em algo que me parece que vai de encontro justamente ao que está bem lembrado no artigo, no parágrafo, que não se pode pagar serviços com os recursos da outorga onerosa e porque não está previsto no Estatuto da Cidade. Então, pergunto se não há aí um erro, uma falha, uma incongruência entre o caput e o próprio parágrafo que está previsto no artigo 8º? Só esse aspecto para a gente começar o debate. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem. Obrigado, Conselheiro, pela contribuição. O Conselheiro Hermes. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Mais uma vez, boa noite a todos. Secretário, quando o senhor fez a apresentação inicial justificando, eu fiquei com algumas questões, como também é muito rápido fica difícil absorver todo o conteúdo que é colocado, né? Mas eu pediria que fosse encaminhado para

os conselheiros juntamente... A lei já tem, com a justificativa, porque a justificativa dessa lei. Além da questão do Ministério Público, uma exigência, mas também quais os motivos, a lei anterior não satisfazia, o senhor falou em inadequada, ultrapassada pelo tempo etc. e etc. E também pediria que fosse encaminhada aquela apresentação que o senhor fez, porque a gente vendo a apresentação lembra da sua fala e facilita o entendimento das questões. Terceiro, eu acho uma boa proposta de se criar uma comissão, até para que a gente pudesse, as dúvidas que vão ter agora, que não vai ser possível nessa primeira passada a gente remeter para a Secretaria, que a gente pudesse encaminhar durante a semana e até para as próximas reuniões já ter um produto pronto, senão a coisa fica muito enrolada para discutir assim. Eu trouxe algumas questões aqui, que vou tentar ser bem rápido, que também em relação ao artigo 1º, que eu não vou repetir, mas o Mark colocou muito bem a questão dos adensamentos. Eu mesmo trabalhei em um grupo sobre as densidades que subsidiou a última revisão do plano e eu gostaria de entender quais os parâmetros que a Prefeitura usa. Isso era uma discussão muito polêmica. Então, quando se fala em limites de adensamento ou necessidade de adensar, mas quais os parâmetros, onde está publicado isso? Tem alguma coisa? Onde que a gente pode pesquisar isso? Em relação ao artigo 4º, também fala no sistema de monitoramento da densificação. Eu gostaria também de entender isso na próxima reunião, se possível, onde que está esse sistema, se é o próprio o grupo técnico do FMDU, aonde que fisicamente, quem são, quem compõe esse sistema de monitoramento das densificações? O artigo 6º, fiquei com uma dúvida, que fala de fator de planejamento. O senhor falou que de 0 até 0,5 necessitaria de lei, assim como de 1 a 1,3, porque teria tanto uma desvalorização, como uma valorização do solo. Mas nesse intervalo entre 0,5 e 1, também, não entendi porque ele fica fora de qualquer necessidade de formulação de lei específica. A outra questão, o artigo 12 também, eu fiquei em dúvida sobre a isenção de edificações já existentes, cuja necessidade construtiva... Deixa eu até dar uma olhada aqui no 12 rapidinho. Ele fala que é óbvio que as edificações já existentes, cuja capacidade construtiva que esteja em conformidade com a legislação urbanística vigente na época da construção, fica isento de ônus do solo criado. Mas na época da construção, um prédio que foi construído lá no Centro, por exemplo, que na Rua da Praia foi construído, a capacidade de edificação era índice 10. Isso vale? E qual é limite também de temporal, vamos dizer, se é que eu me faço entender. E o artigo 17 também, isso já foi dito, eu vou ser bem rápido, mas o Fundo Municipal de Gestão de Território, como vai ser a gestão, vai ter quem vai ser o grupo gestor. E um conselheiro anteriormente relatou da importância desses fundos gestores e os próprios conselhos, o COMATHAB, aí eu já fiz uma ligação com essa eleição... Eu não vou usar nenhuma expressão para não criar um conflito, mas essa eleição do COMATHAB, quer dizer, esses fundos gestores e os conselhos têm uma importância muito grande. No momento em que um conselho é eleito da forma como foi a gente começa a ficar preocupado. Teria outras questões do sistema de adensamento, mas eu vou ficar por aqui, porque fica muito difícil até para fazer as perguntas. Então, por isso eu acho importante, para complementar, Secretário, que houvesse uma comissão onde a gente pudesse se referir até por e-mail, para esclarecer nesse período anterior à próxima reunião. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Hermes, pela contribuição. Na sequência o Conselheiro Gomes. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Boa noite, Conselheiros. O aspecto que me chama atenção do ponto de vista geral dessa lei, desse projeto de lei, a inclusão do grande adensamento, que para quem opera o processo de licenciamento e si, a construção, o projeto e tal, é um avanço que a gente não imaginava. Tu colocas dentro dos limites, dentro

do universo do processo de licenciamento, e é ali que se gera o solo criado, a necessidade do criado. Fora isso se dava muita margens nos leilões, a exploração, digamos assim, imobiliária dos índices, a exploração da venda de índice depois no mercado que se estabelecia nesse caso do grande adensamento ali. Então, parece que evolui bastante nesse sentido. Fora esses aspectos, que eu acho que na quinta-feira a gente vai discutir melhor, esse detalhamento que os colegas conselheiros estão levantando, eu quero lembrar que a gente vem de um histórico bastante interessante dentro do solo criado. Nós tivemos uma comissão criada em 2016, essa comissão trabalhou mais de ano. Então, eu não compacto com essa ideia de criar uma comissão rapidamente para discutir rapidamente um assunto, como se fosse dar uma resposta, uma contra resposta, algo que nós vamos ter que discutir ainda no conjunto aqui. Nós quando fizemos a comissão, lá nós trabalhamos mais de ano, pedimos e foi contratado, inclusive, apoio externo de um profissional da área. Essa comissão gerou, entre outras coisas, uma grande coisa, que percebo que os colegas aqui não compreenderam, que é o fator de planejamento. O fator de planejamento foi sugerido pela comissão, na época essa comissão que trabalhou em cima e tinha um sentido de estimular ou inibir o desenvolvimento urbano em algumas regiões da cidade, de acordo com uma visão de planejamento urbano. E essa visão de desenvolvimento urbano, claro que necessariamente gerida, digamos assim, dentro do executivo, dentro dos técnicos do planejamento urbano, passaria necessariamente pelo Conselho do Plano Diretor. O Conselho, que é o nosso papel, faria a discussão, tiraria uma posição para levar, aconselhar o Prefeito que tomasse a posição a qual a gente estava indicando. Então, nesse sentido, acho que a discussão vai para quinta-feira mesmo, já estamos no limite aqui. E eu vou lembrar uma coisa, fazer um link com o assunto anterior, que interrompeu essa nossa discussão. Essa eleição do COMATHAB foi um atropelo e eu comentei isso com alguns membros do governo, quando tive a oportunidade. Inclusive com o André Machado, que ela carecia de um processo mais discutido de processo eleitoral, principalmente em uma cidade como Porto Alegre, onde uma grande característica é a participação ampla e democrática. O Conselho do Plano Diretor, inclusive, é o grande exemplo nesse sentido. Mas o que eu quero dizer sou positivo nesse sentido é de que desses limões se fez grandes e gostosas limonadas. Então, pega a questão do solo criado lá atrás, em 2017, no dia 22 de julho, eu estava recomendando que este Conselho não aprovasse a tabela de reajuste que o executivo estava propondo para nós e elencava uma série de motivos e não foi aprovado. O que evoluiu de lá para cá... Olha o que nós temos hoje, nós liberamos o médio adensamento, agora estamos liberando o grande adensamento, que para quem opera no serviço de projetos, na questão do licenciamento, é uma mão na roda que vocês não imaginam. Nós estamos evoluindo. O caminho é difícil? É difícil. Tem muita coisa para discutir? Temos muita coisa para discutir, para arredondar, para polir essa pedra. Não é, Fernando? Temos que polir muito bem essa pedra para chegar em uma coisa perfeita e a gente vai chegar nisso aí. Sou muito otimista nesse sentido, Presidente. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Gomes, por resgatar a lembrança da comissão, enfim, discutida, onde foi a origem da proposta de revisão da lei e trazendo todos esses conceitos. Conselheira Claudete inscrita. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Mais uma vez, boa noite a todos. Pois, então, hoje nós vimos o quanto é importante, na verdade, a participação social e o que acontece quando essa participação social não é efetiva. Então, é louvável, mesmo que não tenha sido voluntariamente a decisão do governo, que tenha sido provocada pelo Ministério Público, que venha trazer esse assunto para a discussão aqui no Conselho. E, nesse sentido, a gente espera que a gente tenha

minimamente um prazo hábil para que a gente possa efetivamente entender. A gente tem já vários questionamentos que pendem, na verdade, de respostas, desde o ano passado quando a Carla esteve aqui e se propôs de f um estudo de caso nos mostrando como era o cálculo, quando o Cláudio veio aqui e apresentou o cálculo que não é mais aquele ponderado, é outro cálculo, né? Então, a gente precisa retomar todas essas questões. E verificando na memória deste Conselho, sempre que se teve alguma lei ou uma minuta de lei colocada para apreciação, ela sempre foi designada a uma relatoria. Então, além de uma comissão de um tempo hábil, acho que nós temos também que colocar ele na pauta para fazer uma relatoria, porque senão a gente está fazendo uma mera formalidade. Imaginem, nós tivemos mais de um ano como relatado aqui assim, um assessoramento pago por fora para fazer e aí nós vamos ter sete dias para fazer a manifestação sobre essa lei? Com alterações profundas, com alteração na fórmula da metodologia de cálculo sem a gente entender exatamente o que está sendo alterado? Não me parece que seja a fórmula mais adequada, né? A gente recebeu apenas uma minuta, a gente não tem a justificativa, a gente não sabe qual é a realidade. Como é que está a situação do nosso monitoramento? Quais os efeitos que vão ter essa lei que vai ser revogada e teve parece que um leilão aí no meio? Então, a gente precisa conhecer essa realidade, saber esses efeitos, ter um posicionamento jurídico também. Ele é muito importante, para que a gente não venha só protelar um problema ali para frente, né? Porque já temos colocado pelos colegas várias inconstitucionalidades que foram levantadas. Então, a gente precisa ter muita clareza e não se só um mero formalizador de sim ou não. Então, nesse sentido, seria muito oportuno que a gente designe um relator, conforme a nossa pauta e que crie uma comissão sim, como todos os outros órgãos. O Secretário outro dia me orientava lá a ver como é que funciona na Câmara. Não é assim que funciona na Câmara, Secretário! As comissões avaliam antes de colocar no julgamento, lá a mesa não delibera o que vai para a pauta. Aqui a gente não consegue liberar, infelizmente. Eu não sei se essa pauta está sendo construída conjuntamente com os nossos vice-presidentes. Parece-me um atropelo assuntos tão importantes como o solo criado entrar hoje, na terça-feira, a gente vai ter o Centro Histórico e quinta-feira a gente vota tudo. Parece um faz de conta! Eu imagino que não seja a real intenção do governo, né? Imagino que nós vamos estabelecer uma metodologia de análise para a gente poder tirar várias dúvidas que já se encontram pendentes e que estão registradas em nossas atas. Por enquanto seria isso, até pelo adiantar da hora. Obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Claudete, pela contribuição, muito bem-vinda sempre. Conselheiro Saffer. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Boa noite a todos. Eu acho interessante a lei, a minuta, na verdade, que já havia anteriormente uma solicitação de alguns itens que estavam no Plano Diretor, assim como o médio, o grande e há muitos anos não estava regulamentado, que foi regulamentado nessa lei hoje, que é 850/2019, pelo menos do médio, que pode viabilizar alguns trabalhos e itens que estão já estabelecidos, tanto no plano como no próprio Estatuto da Cidade, era uma questão de regulamentação. Mas agora estamos novamente discutindo esse assunto, onde também trouxe essa inovação, como o Gomes comentou ali, da questão do grande adensamento. Acho também interessante para poder viabilizar e a gente quem sabe, o dia a dia de lidar com essas tarefas de compras de índice, vai facilitar muito. Eu vejo que também levantaram algumas dúvidas, que eu acho que vai ser muito bom aqui para o debate, para a gente poder tirar, principalmente para onde estão sendo destinadas as verbas desses dois novos... Do novo conselho que foi criado, que o antigo sempre foi dessa forma, com o pequeno e o médio. Eu fico com uma dúvida, depois se tiver uma oportunidade, Secretário,

no artigo 12, eu não entendo, se depois puder esclarecer melhor, pode ser na quinta, a intenção desse. Eu sei que já existia antes, mas eu nunca tive um entendimento muito claro disso, mas eu entendo que isso vem exatamente assim, independe se é em uma região, tipo no Centro da cidade, que já tem um índice bem maior, eu entendo que é bem nessa situação da reciclagem de uso. Isso tem muito a ver com algumas coisas que vão vir agora na discussão do projeto da revitalização do Centro da cidade. Mas a metodologia da gente ter uma minuta, eu acho que sempre tem que ter alguma coisa para a gente ter em cima e poder discutir. Não tem como a gente pegar e alguém escrever, tem que ter um trabalho básico, como foi esse apresentado, aí as pessoas fazem sugestões, adendos ou tiram dúvidas, como foram apresentados. E alguns já têm até algumas sugestões e questionamentos, se tem inconstitucionalidade ou não, mas o Secretário hoje, anotando essas observações aí que foram feitas, pode esclarecer isso. Mas é isso aí, obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Saffer. O Conselheiro Saffer, estudioso do tema, participou da comissão, tem bastante conhecimento, até para compartilhar com todos os conselheiros que tiverem dúvidas. Acho importante o Conselheiro Saffer emprestar o seu conhecimento. E por último a Conselheira Vaneska. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Boa noite, Conselheiros. Eu anotei alguns pontos, eu entendo que tiveram muitas contribuições, né? Então, eu entendo assim, só para contribuir com a discussão, a questão do fator de planejamento, colocar que ele não é algo que não exista em outros municípios. Enfim, geralmente a (Inaudível) tem feito parte dos planos diretores, enquanto elemento previsto tanto para estimular quanto para desestimular o adensamento urbano em áreas estratégicas. Entendo que daí sim, como foi falado, tem que estar baseado em indicadores. Eu compreendo que a lei deixa algumas regulamentações para posterior e também no sentido de obter contrapartida financeira compatível em caso de valorização imobiliária. Então, ele é previsto, é amplamente utilizado dentro do planejamento urbano para que possa cumprir essa função. Inclusive, incentivar no caso de habitação de interesse social, aí a gente pode também detalhar alguns outros exemplos. A previsão no artigo 11, de aplicação de recursos na qualificação da gestão, e daí a palavra “gestão do planejamento” é muito importante, que a gente precisa realmente investir em estruturas capazes de dar o suporte técnico para que a gente possa de uma maneira associada ao monitoramento tomar essas decisões e essas ações de planejamento, é algo que está previsto na lei. Para nós, principalmente na parte do setor de planejamento é algo muito caro nessa lei que está sendo proposta. Então, eu quis pontuar essas questões que eu entendo que são estratégicas do ponto de vista de planejamento urbano. Seriam essas as contribuições que tinha anotado nesse momento, que seriam os pontos principais, mas também fico à disposição para debater sobre alguns outros aspectos que eu anotei aqui algumas questões que foram pontuadas pelos conselheiros, mas que eu entendo que estenderia muito se for citar uma a uma. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Muito bem. Obrigado, Conselheira Vaneska. Realmente, o adiantado da hora nos impossibilita avançar um pouquinho mais no tema. Mas como sugestão aqui dos conselheiros, é um tema muito rico, há muitas questões a serem respondidas, debatidas e na nossa programação e acordo também que fizemos com o Ministério Público, a gente estabeleceu um prazo de dois meses para realizar o debate do processo participativo com este Conselho e depois ainda, em um prazo, em uma convocação de 20 dias de antecedência, em uma audiência pública para a cidade como um todo. Então, tem realmente um prazo aí que a gente estabeleceu de 2 meses para enviar a

proposta à Câmara de Vereadores, mas eu oportunismo e eu peço para a Camila agendar conosco uma janela de dúvidas antes da reunião, a gente fazer uma reunião específica na quinta-feira ou na sexta-feira, durante o dia, Camila. Compatibiliza com a agenda e passa aos conselheiros para quem quiser se aprofundar de repente mais no tema antes da reunião de terça-feira, tirar algumas dúvidas, alguns pontos, participar dessa reunião mais minuciosa, enfim. Aí fica um ambiente mais reduzido talvez para os conselheiros que realmente tiverem mais interesse no tema e a gente, então, retoma na próxima quinta-feira e trazendo as contribuições. Também fica disponível o e-mail e eu vejo que o Conselheiro Rafael Passos do IAB já se propôs a trazer por escrito algumas considerações, é importante. Então, a nossa Secretaria Executiva está com o e-mail à disposição. Quem quiser trazer alguma contribuição formal ao processo pode remeter o e-mail que a gente incorpora, que vamos também preparar para a próxima reunião as dúvidas, responder os pontos levantados, se porventura ficar alguma coisa remanescente ou se porventura alguém não puder participar dessa reunião. Ainda essa semana, Camila, tenta compatibilizar uma data e aí põe a nossa equipe do planejamento, da UDRE junto, chama a Eliana, porque eu vejo que o pessoal às vezes dá uma confundida com o que está previsto no Plano Diretor, o que é matéria de Plano Diretor, o que é matéria da lei específica. Especialmente essas questões, eu vejo o que o Conselheiro Mark falou lá no início com relação ao monitoramento, ao estoque, à fórmula de cálculo, tudo isso que enseja estudos para a revisão e isso é objeto de Plano Diretor. Isso está previsto no Plano Diretor e não está se alterando ou se modificando, criando nada novo com relação ao estoque, ao índice construtivo, onde pode construir, onde não pode. O sistema de monitoramento, a fórmula de cálculo do estoque está prevista lá no Plano Diretor e vai continuar lá no Plano Diretor. Então, é importante não misturar um pouquinho aquilo que ensejaria algum estudo mais qualificado e que seria objeto alteração do Plano Diretor com essa lei que trata mais das formalidades, o procedimento, a fórmula de cálculo, que foi uma resolução do Conselho, que é o que vem sendo aplicado ao longo dos anos. A gente só está transportando para a lei, conforme determinou a Legislação Federal. Mas em linhas gerais, eu sei que tem muitos pontos levantados, a gente poderia levantar cada um deles. Vamos oportunizar, a gente acrescenta ou faz as considerações aqui dos conselheiros, trazendo a sua importância, a gente instrumentaliza mais uma reunião e na próxima quinta-feira retomamos o assunto e ficamos a noite inteira também para ter uma oportunidade mais de debate, de ida e volta, enfim, a gente poder fazer os esclarecimentos e gerar a maturidade necessária para depois proceder com a audiência pública e após isso a Câmara de Vereadores também vai fazer audiência pública, também vai fazer o processo de discussão e se assim entender aprovar essa proposta de alteração. Boa noite, Senhores Conselheiros, obrigado pela oportunidade do debate e o convívio com todos aí. Até mais!

Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental – CMDUA, às 20h15min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia Costa Ribeiro, sob o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.

Germano Bremm — **Secretária Executiva**

Presidente **Relatora**

Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2021, ... retificações:

ATA ORDINÁRIA Nº 2902/2021

(Virtual nº 67)

Aos vinte sete dias do mês de julho de dois mil e vinte um, às dezoito horas, reuniram-se para Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, via ZOOM, denominado PLENÁRIA VIRTUAL DO CMDUA, em razão do decreto municipal a fim de combater o coronavírus e a propagação da pandemia entre as pessoas, sob a coordenação de GERMANO BREMM, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos:

CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS: Lisiane Sartori Fioravanço Magni (Suplente), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Júlio César Farias de Miranda (2ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; **Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN**; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular) e Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), **Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS**; Carolina Wallau de Oliveira Kessler (1ª Suplente), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE**; Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM**; e Gustavo Garcia Brock (Titular), **Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV**.

CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS: Rômulo Krafta (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**; Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Claudete Aires Simas (Titular), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH**; Sérgio Saffer (Titular), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA**; Hermes de Assis Puricelli (Titular), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS**; Rogério Dal Molin (Titular), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), **Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**.

CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL: Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Airtom Merel (1º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Wagner Pereira dos Santos (1º Suplente) e Ricardo Angelini, (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Cinco – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Maristela Maffei (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7**; **e** Dinar Melo de Souza (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8**.

SECRETARIA EXECUTIVA: Camila Maders Fonseca Coelho, **Secretaria Executiva da SMAMUS**; Patrícia C. Ribeiro, **Taquígrafa/Tachys Graphen**.

DEMAIS PRESENTES: Régis Rafael Ribeiro Lisboa, **Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7**.

PAUTA:

1. Abertura;

2. Apresentação do Programa de Reabilitação do Centro Histórico.

Após a conferência de *quórum* o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h10min.

1. ABERTURA.

Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS: Boa noite, Senhores Conselheiros, Senhoras Conselheiras. São 18h10min, temos *quorum*. Então, declaramos aberta a nossa Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental. Lembrando que a nossa reunião está sendo transmitida ao vivo no canal da SMAMUS no YouTube. Então, todos aqueles que quiserem compartilhar para demais interessados em participar da reunião, assistir, pode compartilhar o link do canal do YouTube. Lembrando que a sala interna aqui do Zoom é para os integrantes do Conselho Municipal e àqueles que forem fazer o uso da palavra durante a nossa pauta. Hoje, então, temos uma apresentação importante, o Programa de Reabilitação do Centro Histórico, mas antes de entrar na pauta eu queria rapidamente fazer a chamada dos presentes e se porventura não chamar alguém, eu peço que indique no chat para que eu registre aqui a presença (Relação dos presentes na inicial). Então, por favor, se não chamei alguém pode fazer a consignação no chat que a gente registra a presença. O Conselheiro Felisberto tem uma Questão de Ordem. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa noite a todos e todas. Secretário, a minha Questão de Ordem é a seguinte, no primeiro momento nós fomos convidados a contribuir com o Programa de Reabilitação do Centro Histórico. Agora estão voltando as contribuições que foram acrescidas ao programa, essa pelo menos é a ideia que eu tenho. Eu gostaria de saber se nós vamos ter acesso às contribuições que não foram incorporados ao texto. Então, gostaria que isso fosse disponibilizado para que a gente também pudesse ter conhecimento dessas contribuições. Era essa a Questão de Ordem, Secretário. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. Depois no transcurso da apresentação a equipe eu acho que vai elucidar os pontos e trazer todas as questões tratadas, levantadas, como se deu todo o histórico. Lembrando do histórico da tramitação do Programa de Reabilitação do Centro Histórico, existe a previsão no Plano Diretor, o porquê do Programa de Reabilitação do Centro Histórico, existe a previsão no Plano Diretor, o nosso plano de 99, atualizado em 2010, a possibilidade de criação de programas específicos para determinados territórios da cidade. Então, é nesse sentido, face todas as questões de conhecimento geral com relação ao Centro, as problemáticas envolvidas, as dificuldades com relação à renovação, a transformação natural do Centro, especialmente na área urbanística. A equipe junto com o governo identificou a necessidade de se criar um programa específico para trabalhar essas questões e a gente tentar viabilizar, levar a população e a transformação natural desse espaço tão importante para a cidade. Então, se criou o Programa de Reabilitação do Centro Histórico aos moldes do que determina no o nosso Plano Diretor. A partir disso, se iniciou com uma apresentação aqui no Conselho, que está disponível no canal da SMAMUS, essa apresentação foi no dia 1º/04/2021, quando se trouxe a proposta inicial do que se buscava com o programa, no intuito de colher contribuições, apresentar para a sociedade. A partir disso também, dia 1º/04 se abriu uma consulta pública disponível, informada nos veículos de comunicação, inclusive, em jornais, com forte audiência na cidade. Nesse período de consulta pública ficou aberto do dia 1º/04 até o dia 10/05. Então, essas consultas geraram 746 respostas, um questionário colocado pela equipe do planejamento urbano, que depois vai ser melhor detalhado pela nossa equipe ao longo da apresentação, essas respostas organizadas. Também a partir do dia 1º/04 se abriu a agenda para discussões com entidades, interessados diretos e indiretos no processo de

transformação do Centro Histórico. Foram realizadas 20 agendas com comunidade, com a sociedade civil organizada, conselhos, secretarias que de uma forma geral envolveram 267 pessoas. Isso de 1º/04 até 28/06, além de todo o trabalho técnico que vem sendo desenvolvido nesse período, na consolidação, na proposta, as oitivas que vão ser detalhadas aqui pela nossa equipe do planejamento urbano. Então, sem delongas, porque eu seu que a apresentação é extensa, o trabalho é bastante técnico, bastante sólido e eu queria passar a palavra para a nossa Diretora de Planejamento, estendendo a ela a nossa Coordenadora de Planejamento, que vai poder organizar a dinâmica da apresentação com os demais integrantes da equipe. Gostaria desde já, como já tive uma prévia dessa apresentação, de lhe parabenizar pelo excelente trabalho da equipe, que tem se dedicado muito nesses últimos dias, inclusive, finais de semana, à noite, para fazer essa entrega de fato acontecer, esse projeto tão importante para a transformação dessa região da cidade. A gente sabe da dinâmica, do trabalho que todos tem o dia a dia, das inúmeras coisas que surgem, da nossa dinâmica do trabalho, que são da rotina. E aí tu desenvolveres um projeto tão grandioso, tão complexo, tão profundo, tocando em paralelo a sua rotina, o seu dia a dia, é de se parabenizar e de se destacar. Então, queria referendar em nome especial da nossa Diretora de Planejamento, conhecida de todos, a Patrícia, que é uma excelente figura. Também a nossa Coordenadora de Planejamento Urbano, a Vaneska, arquiteta, também dedicada conhecida de todos vocês, que tem de forma exemplar. Então, meu muito obrigado em nome da Secretariam em nome da cidade pelo trabalho que vocês vêm fazendo. E em nome delas estendo o agradecimento a toda equipe técnica, toda a Diretoria de Planejamento Urbano, mas especialmente à Equipe da Unidade de Estudos Urbanos, daí na figura da Catiane, da Maria Paula, da Simone, que foram excelentes no subsídio, no suporte para fazer esse projeto acontecer e ter essa condição de hoje chegar aqui com uma base técnica, com solidez e apresentar essa proposta aos moldes do que determina o nosso Plano Diretor. Então, por favor, Patrícia, fique à vontade de conduzir junto com a Vaneska e todo time a apresentação.

2. APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA DE REABILITAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO.

Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS: Boa noite a todos. Eu gostaria de agradecer, então, ao espaço e o reconhecimento pela equipe. Eu estendo o reconhecimento também a Renata, que esteve perto durante boa parte do processo, agora está de licença gestante, cuidando dessa nova missão, mas também quero estender a ela o agradecimento do trabalho. Eu vou compartilhar aqui. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Importante a tua lembrança, Patrícia, na figura também da Renata, que se afastou nesses últimos dias, mas foi figura muito presente e importante em toda essa construção. Extremamente dedicada e vai a nossa saudação e agradecimento a ela. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Então, vamos lá. Então, desde que nos foi colocado esse desafio para desenvolver em um tempo bem enxuto o Programa de Reabilitação do Centro Histórico, quero colocar aqui que a equipe teve uma dedicação praticamente integral a esse projeto. Foi espetacular a equipe, foi fenomenal no desenvolvimento dessa proposta, é muito trabalho, muita dedicação, que eu quero colocar aqui. Então, a partir dessa rodada de participação, dessa rodada com a sociedade que nós fizemos, como o próprio Germano já comentou. Então, a gente passa a apresentar que a consolidação, a avaliação de todos os diagnósticos que nós fizemos em relação ao território, atualização desses diagnósticos. E também a compilação a partir da proposta inicialmente apresentada, que era com base

essencialmente no programa do Centro, dessa proposta consolidada para o Programa de Reabilitação do Centro Histórico. Como já foi pontuado, então, a primeira apresentação ocorrida aqui no CMDUA foi no dia 1º/04/2021 e desde, então, foram realizadas 20 agendas com comunidades, sociedade organizada, conselhos e secretarias, envolvendo ao todo da participação dessas agendas 267 pessoas, entre 1º/04 e dia 28/06. Ainda em relação ao questionário, que foi amplamente divulgado nos jornais, foram obtidas 746 respostas dentro desse período, entre 1º/04 e 10/05. A consolidação das propostas ficou consolidada em três grandes relatórios. É Relatório de Diagnósticos, Relatório de Participação da Sociedade e o Relatório de Consolidação e Propostas. Esses três relatórios vão ficar disponíveis a partir de amanhã, vocês vão poder ter acesso, sendo que esses relatórios são os que vão justificar todo o encaminhamento e toda a nossa proposta. No dia de hoje a gente tentou ser o mais sucinto possível, mas como é um trabalho muito longo a gente vai tomar um pouquinho do tempo de vocês para tentar apresentar um pouco do que nós desenvolvimento durante esse período. Então, neste primeiro momento, vou passar a palavra para a colega Catiane, para apresentar os diagnósticos. **Catiane Burghausen Cardoso, Equipe de Planejamento Urbano – SMAMUS:** Boa noite, Conselheiros e Conselheiras. Boa noite, Secretário e colegas que estão nos assistindo. Eu vou falar brevemente da parte dos diagnósticos. Retomando um pouco o que a gente apresentou lá no dia 1º/04, a gente se baseou no projeto Viva o Centro para dar início ao nosso trabalho, que a gente entende que já foi um trabalho desenvolvido pelo Município antes, a gente não quis inventar a roda, a gente partiu já de um material bastante qualificado. A nossa ideia era principalmente fazer uma leitura do Viva o Centro, fazendo uma comparação com o momento atual do Município, para ver se as propostas continuavam adequadas, o que havia mudado. Então, em função disso, o Viva o Centro foi dividido em eixos, na promoção da imagem, qualificação dos espaços urbanos, o fortalecimento da dinâmica funcional. E teve um plano estratégico dividido em um método, diagnóstico, estratégia, plano conceitual, plano operacional e o plano de gerenciamento. Então, nós avaliamos todo material e fizemos os contrapontos e adequação para os dias atuais. Aqui a gente tem uma linha do tempo do Centro, desde a fundação em 1770, em 1900 a consolidação como Capital, entre 1930 e 1960 foi a época de glamour do Centro, né? Entre 60 e 70 passou por uma renovação, 70 e 80 começou com período de decadência e já em 1980 começaram novos planos de estudos para a região do Centro. Em 1990, então, tivemos no final do década o PDDUA, que já indicava o Centro como área de revitalização e desenvolvido ali entre 2000 e 2010 o Programa Viva o Centro. E agora, em 2021, essa releitura para o programa de reabilitação urbana. Aqui, então, a gente tem algumas imagens de como foi se criando o Centro de Porto Alegre. Desde o início, em 1839, que a gente tem algumas vias que até hoje são importantes e a presença dos muros que limitavam a região. Em 1937 a gente tem um crescimento na expansão maior. Em 1952 também já com relação às ligações com outra parte do território do Município e a partir da década de 70 que a gente tem uma mudança de configuração com os aterros que geraram o Centro de Administrativo. Aqui a gente trouxe algumas imagens do Atlas Ambiental de Porto Alegre para mostrar essa evolução urbana, como em 1845 a gente tinha uma situação de praticamente uma vila, que a gente tinha lá no alto, na Duque de Caxias, a Igreja da Matriz e um Casarão que até hoje está lá. Em 1900 já começa um crescimento, que a gente consegue ver uma densificação maior. Em 1945 já começam a surgir os prédios, a gente tem o Cais do Porto, os armazéns, o Gasômetro. Em 1990, já com bastante massa edificada, bastantes prédios altos e uma configuração que praticamente é a que se mantém até os dias de hoje. A gente vai falar um pouco também sobre a caracterização geral do Centro com alguns dados sócio-demográficos. Com

relação à população, o Projeto Viva o Centro na época, em 2006, apontava 36.862 habitantes para o Centro. E o censo de 2010, que é o último dado oficial que nós temos, aponta para 39.154. Então, a gente teve uma variação populacional de cerca de 6,22% para a área do Centro, que foi um pouco acima do crescimento para o Município de Porto Alegre, que foi de 3,58. A gente tem a maioria mulheres, uma proporção de idosos que se manteve similar a 2000, cerca de 15%, mas é uma proporção grande. O aumento da densidade habitacional, 184 para 195 habitantes por hectare. A gente tem perfil etário que mostra uma população majoritariamente ativa, adulta e economicamente ativa. Com relação ao trabalho são 254.770 postos de emprego em 2007, em 2010 a gente tem 250.000, em 2012 263.000. A gente teve de 2007 para 2010 uma redução, depois um aumento maior. E a remuneração média também teve um aumento no Município. Aqui a gente tem um índice de desenvolvimento humano, que é baseado em outros valores, a educação, longevidade e renda. Ele teve um aumento de 3,39%, que chegou a 0,914 em 2010, que é considerado um índice muito alto. A gente tem o índice de Porto Alegre a 0,805, que também é um índice alto, mas o Centro é um pouco maior que a média. Com relação à saúde e educação os indicadores de saúde indicam que os índices de longevidade e mortalidade possuem um bom desempenho. Com relação à educação também, a taxa de analfabetismo do bairro gira em torno de 0%, abaixo da taxa média do Município, que é de (Inaudível/interferência no áudio). Em 2010, o dado que temos aqui, 0% dos habitantes do Centro, com idade entre 6 a 14 anos estavam fora da escola. A gente tem também informação de renda, que teve um aumento de 5,07% de 2000 a 2010. A situação ocupacional da população de 18 anos, a maioria tem ocupação, seja ocupação formal ou informal. Agora come aos tipos de domicílio, conforme os dados do censo, são 20.017 domicílios em 2010, quase a totalidade era do tipo apartamento. A condição de ocupação 57% em imóvel próprio, 46% quitados e 11% em aquisição, 37% imóveis alugados. Quase a totalidade dos domicílios possui abastecimento de água encanada, de energia elétrica e coleta de lixo. E aqui a gente também tem a informação dos domicílios particulares permanentes, a quantidade de moradores, a gente tem os domicílios com um morador com maior quantidade, 8.700 domicílios, com dois moradores 6.600 domicílios e por aí vai. Com relação a lares e urbanística, como eu falei anteriormente, a gente pegou os dados do Viva o Centro e começou a ver se houve alguma transformação no território significativa nesse meio tempo. E a gente conseguiu fazer isso através da análise dos usos atuais, a gente se baseou em dados do DMAE para ter uma ideia das macrozonas de uso, onde se identifica em amarelo uma parte predominantemente residencial; em azul uma área institucional e com predominância de patrimônio histórico; em vermelho uma área com predominância comercial. No mapa da direita a gente tem os alvarás existentes para o Centro Histórico, esses dados são atuais, de julho, e a gente tem no total de 30.446 alvarás, sendo 20.515 para serviço, 9.000 para comércio varejista, 525 comércio atacadista e 400 para ambulantes. Então, o mapa da direita confirma, o da esquerda quando a gente vê em vermelho a área que é mais predominantemente comercial, porque neste mapa aqui não entre atividade residencial. Aqui a gente tem um mapa do patrimônio cultural, onde a gente tem a identificação dos bens tombados, inventariados de estruturação e compatibilização. Com relação ao Viva o Centro a gente teve o acréscimo de dois bens tombados, de 5 bens inventariados de estruturação. E na época a gente não tinha informação de imóveis de compra de compatibilização, mas agora a gente tem de 577. A gente tem, além dos bens tombados, a gente tem um sítio histórico tombado pelo IPHAN e também a área do Programa Monumenta. Com relação aos imóveis subutilizados nós fizemos um levantamento também com base no Google Street View e cruzamos com os dados do Município também, conseguimos encontrar diversos imóveis subtilizados que nós

agrupamos nas seguintes caracterizações: má conservação, desocupado, com o térreo desocupado, estacionamentos, áreas públicas, ocupações, vazios urbanos e locais de obra. Com relação à mobilidade, o Plano de Mobilidade Urbana fez uma leitura da sociedade também, foi realizado, a gente tem informação de 2019, onde na região Centro identificaram que o maior problema seria com relação ao transporte coletivo e seletivo. E outras questões que foram apontadas quanto à mobilidade foi a questão da malha cicloviária, que é pequena e desconexa; a redução do número de passageiros do transporte coletivo; o aumento do número de deslocamentos por transporte individual e oferta de serviços de transporte por aplicativo; a má conservação do espaço público na área central; a ineficiência operacional das linhas circulares e o Trecho I do parque urbano da mova Orla, que se consolidou com o espaço de convivência e trouxe bastante volume de tráfego, que demanda transporte para essa região. Com relação aos planos diretores a gente identifica no mapa à esquerda que a maioria das áreas edificadas no seu histórico são anteriores a 1959, que começaram a ser construídas antes disso e foram concluídas até 1979. Então, a gente identifica que houve poucas construções com relação ao Plano Diretor vigente desde que ele foi criado em 99. E com relação às atividades previstas no atual Plano Diretor a maior parte do Centro está em área de interesse cultural e a gente percebe que é uma região predominantemente residencial e áreas mistas. Então, a característica, que é um retrato do que existe atualmente, é uma área bastante miscigenada. Com relação ao índice de aproveitamento a gente tem os índices previstos para a região, conforme o Plano Diretor, em torno de 1,3 a 2,4 em grande parte do território, além de outras áreas que possuem o regime urbanístico próprio. No mapa a direita a gente consegue ver, a gente utilizou sempre a mesma escala de cores para poder fazer uma comparação visual. A gente identifica que os índices reais, índice de aproveitamento real construído atualmente no Centro são bem superiores ao que o Plano Diretor atualmente prevê. Aqui também a gente fez a mesma análise em relação às alturas. O que está previsto dentro do censo são alturas variáveis de acordo com o alinhamento, com regime urbanístico próprio e alturas que vão de 12,5 a 33 metros. Na parte construída atualmente do Centro a gente tem alturas, dá para dizer que uma grande parte já ultrapassa esses 30 metros, que seria o teto do Plano Diretor e a gente encontra outras edificações acima de 50 metros, algumas acima de 90 e 100. Com relação às densidades também, a gente tem as previstas no plano, bem menores que as densidades existentes atualmente, indo de 80 a 150 economias por hectare. E com relação ao que existe atualmente, a gente tem essas áreas em vermelho, que são densidades que nem poderiam ser possíveis atualmente, conforme o Plano Diretor, chegando a uma proporção sete vezes maior do que o previsto. Aqui a gente tem também uma análise do regime compatível com a forma urbana local consolidada. Então, a gente identificou que algumas zonas com regimes urbanísticos distintos necessitam de algumas regras específicas de ocupação. A gente identificou algumas disparidades entre os regimes urbanísticos, entre os índices, seja densidade ou índice de aproveitamento. Nós fizemos também uma análise com relação à morfologia urbana, que se trata do estudo da forma urbana das relações entre os elementos construídos e vazios, e as transformações ao longo do tempo. Nós abordamos os seguintes aspectos funcionais: uso do solo e atividades; qualitativo; conforto e qualidade ambiental; quantitativa com relação aos volumes, densidades e coeficientes; e figurativo com relação à paisagem, imagem e estética urbana. E fizemos essa análise para três escalas de leitura: a escala da cidade que abrange grandes estruturas; a escala do bairro que abrange os traçados, praças e lotes; e a escada da rua que abrange a fachada e os planos marginais dos edifícios. Aqui nós temos uma imagem do perímetro do Centro, com sua localização privilegiada, que é praticamente uma península onde se encontra o Rio

Jacuí e o Lago Guaíba. E a gente tem em amarelo as linhas de relevo indicando a parte mais alta do Centro, que é ao longo da Rua Duque de Caxias. Então, aqui a gente fez uma análise também dos traçados e praças, o Centro Histórico atualmente possui 28 praças. Aí, de acordo com a Lei Orgânica do Município, a proporção mínima de áreas verdes por habitantes deveria ser 12 m². De acordo com a área das praças existentes atualmente esse índice é um pouco inferior, de 4,03, mas considerando, se a gente for considerar a Orla, a Redenção, esse índice de aumento é para 25,89 m². Então, a gente tem uma análise dos lotes e quarteirões também, a gente identifica aqui na parte mais plana, ao norte, onde é uma parte mais baixa também no nível do rio, a gente tem um tecido mais regular. E na área de uso predominante residencial os quarteirões são mais irregulares, também em função da topografia. Agora com relação já à escala do bairro, os monumentos que representam marcos na paisagem, podem ser estátuas, obeliscos ou até mesmo edificações que tenham um valor social e cultural importante para a cidade. Então, a gente identificou diversos marcos no Centro histórico. Com relação à escala da rua, edifício, a gente identifica nesse mapa de figura e fundo, o preto são as edificações, o branco são os vazios, a gente identifica que na área mais residencial existe uma proporção maior entre a área edificada e os vazios, mas na área que tem predomínio mais comercial a massa edificada seria maior no caso. E a gente tem aqui também com relação à área construída e altura do número de edificações, a gente identifica que predominam na região as construções de médio porte, que vai de 10.000 a 30.000 m², de 6 a 10 pavimentos. Aqui a gente tem também um mapeamento das árvores, da vegetação e do mobiliário Urbano. A gente identifica que o nosso Centro é bastante arborizado, não em todos os locais, mas em alguns locais ele é bastante arborizado. A gente até tem uma imagem da Avenida Alberto Bins, que é u local que não tem arborização e que demonstra ser bem árido, desconfortável principalmente no verão, enfim, porque a árvore e a vegetação tem um papel importante na ambiência. E a gente tem locai onde a vegetação é o mais importante do local. Com relação ao mobiliário urbano. Nós temos uma imagem da parada de ônibus que é a padrão para toda Porto Alegre. Nós não temos um tratamento de mobiliário específico para o Centro, como existem em algumas cidades, para identificar que aquela é uma área especial da cidade. Nós temos aqui a imagem de um totem na Praça General Daltro Filho, indicando uma feira de antiguidades do Caminho dos Antiquários, que foi iniciativa do Projeto Viva o Centro, e algumas placas também que indicam os locais importantes de acordo com a rota de pedestres. Com relação aos equipamentos urbanos nós também mapeamos todos os equipamentos públicos, equipamentos de administração e de serviço público. Porto Alegre por ter a sua importância como Capital do Estado do Rio Grande do Sul também tem muitos equipamentos de administração, municipais, estaduais e alguns até em nível federal. Com relação a equipamentos comunitários, nós mapeamos também os equipamentos de assistência social, que nós temos diversos equipamentos que são subsidiados. E com relação ao Centro, o Centro não possui o centro de referência de assistência social, o CRAS, mas a população do Centro é atendida no Bairro Menino Deus. Aqui a gente tem alguns dados com relação ao número de pessoas atendidas pela assistência social, nós temos os dados com referência ao CRAS, que atende a região do Orçamento Participativo, que não atende só o Bairro Centro. E nós temos aqui à direita uma planilha com dados específicos do Centro, inclusive das pessoas em situação de rua, de acordo com uma pesquisa feita pela UFRGS, que indicou 698 pessoas nessa situação. O que a FASC nos indicou é que necessita, tem alguma demanda para alguns serviços de assistência social e principalmente para atender os idosos, que é uma população que vem crescendo bastante no Centro. Com relação ao serviço público de educação o Centro possui muitas escolas da rede pública, da rede particular e tem bastantes instituições de

ensino superior. E de acordo com a Secretaria de Educação atualmente existem 83 vagas de demanda para educação infantil na área central. Essa questão da demanda da educação infantil a gente identificou em algumas reuniões de participação também. Equipamento de saúde pública, atualmente o Centro é atendido pela Unidade Básica de Saúde Santa Marta e a Secretaria de Saúde indica que teria demanda por alguns outros equipamentos, como uma base da SAMU, uma UPA, ampliação da Clínica da Família Comunidade, da Unidade de Saúde Santa Marta também ampliação em outro estabelecimento e alguns outros serviços específicos. Com relação ao esporte, lazer e cultura o Centro é conhecido pela quantidade de equipamentos culturais, né? Muito rica a região culturalmente. E com relação a áreas de lazer, as praças que existem no Centro atualmente, a maioria delas não possui áreas de lazer, existem algumas instituições, clubes esportivos que possuem algumas áreas, quadras de esportes dentro da região. E depois dentro dos parques também, na Orla, na Redenção. Com relação à segurança pública nós temos alguns postos de segurança público da Brigada Militar, uma delegacia no Centro Histórico, além de toda a região militar na Rua dos Andradas, perto o Gasômetro. E com relação aos equipamentos de transporte, o bairro praticamente é um terminal urbano a céu aberto, né? Que possui muitos terminais de ônibus, de lotação, terminal do TRENSURB e terminais de ônibus metropolitanos. Com relação aos equipamentos de infraestrutura o Centro é praticamente 100% atendido pela coleta de lixo e possui a coleta automatizada, energia elétrica e iluminação também atendida quase a 100%, a pavimentação também. Aqui a gente tem uma questão do índice, percentual de rapa para cadeirante, em torno dos domicílios, era de 53,61%, de acordo com os dados do censo. Com relação a abastecimento de gás natural, uma parte do Centro é abastecida pela SULGÁS, de acordo com a informação que eles nos passaram, por tubulação subterrânea e o abastecimento de água é de 99,72% dos domicílios. Com relação à drenagem pluvial também, 93,62% do bairro é atendido pela drenagem. Aqui a gente tem no ponto mais alto, ao longo da Rua Duque de Caxias, não tem a presença da rede de drenagem, mas por ser a zona mais alta acaba funcionando por gravidade e na Mauá existem duas estações de bombeamento. Com relação ao esgoto sanitário também é quase 100% atendido. Com relação à habitação, o DEMHAB nos passou a informação de que tem o conhecimento de três ocupações para fins de moradia na região do Centro atualmente, que são a Ocupação do Saraí, que é em edifício particular em vermelho. Em verde a Ocupação Dois de Junho, que é um prédio de propriedade do Ipê. Em amarelo a Ocupação do Quilombo Mocambo, que é sede da Associação Comunitária Amigos e Moradores do Bairro Cidade Baixa e Arredores. Agora a gente vai falar um pouco dos processos participativos para a região, que nós também analisamos com relação às demandas para a região. Então, aqui nós temos a oficina de revisão do Plano Diretor da Região de Planejamento 1, que foi realizado no dia 31 de outubro de 2019 na Câmara de Vereadores e teve a participação de 101 pessoas. Aqui nós temos o bairro, que tem a Região de Planejamento 1, que foi vetorizado com todas as demandas e informações. E foi pedido, foi solicitado para cada grupo definir a região em três palavras-chaves, e os grupos definiram: heterogênea; estratégica elitizada para a Região de Planejamento 1; problemas de mobilidade; infraestrutura defasada e habitação; gentrificação; infraestrutura obsoleta; serviços, comércio e moradia; e turística diversidade, invisibilidade. Aqui nós temos um recorte para o Centro, para a região do Centro e o que a gente considerou como área de interface do projeto também. Foi questionado quanto aos pontos de atração e referência da região, que foram identificados 35 locais, de acordo com esse mapa e a tabela. Também foi questionado quanto à carência de equipamentos de educação, saúde e lazer, que foram identificados oito locais com as suas problemáticas, referente aos equipamentos comunitários. E aqui a gente tem uma

planilha destacando quais seriam os problemas de cada um: espaços ociosos de lazer, Cais Mauá, carência de área de lazer, por exemplo. Aqui a gente tem um mapa da mobilidade, que são os caminhos mais utilizados e os problemas encontrados. Foram identificados 34 locais pela população. Os locais de interesse cultural que foram identificados também muitos, 32 locais no Centro Histórico, entre: local de interesse cultural; local histórico e local de reunião de pessoas. Os locais de interesse ambiental também, foram identificados 12 locais e daí a população falou com relação a áreas de preservação permanente, locais de preservação identificando praças, bens naturais e interesse ambiental. Também foi questionado em relação à carência de infraestrutura, como água, esgoto, alagamento, onde foram identificados 6 locais com reclamações relacionadas a foco de lixo e alguns pontos de problema de drenagem e alagamento. Foram identificados também projetos que impactaram a região e na ocasião da oficina foi solicitado para as pessoas dizerem por que os projetos impactaram, se foi negativamente, se foi positivo. Foram identificados 14 locais na região do Centro na área de interface e com alguns impactos, alguns apresentam aumento populacional, outros criação de emprego e renda, que tem os fatores positivos ou negativos, enfim, várias outras caracterizações. Com relação aos problemas habitacionais foram identificados 19 locais classificados como falta de moradia, habitação irregular, habitação precária, local de risco e gentrificação. Também nós levantamos as demandas do Orçamento Participativo para o Bairro Centro entre os anos de 2000 e 2017, que foi por temática e plano de investimentos. Essas demandas foram tiradas do Observatório da Cidade, que fez esse levantamento e o mapeamento das demandas. Aqui a gente tem identificado por ano e o número da demanda, existem diversas demandas, desde habitação, equipamentos sociais, em relação a trabalho, emprego. Também a gente traz o Plano Popular de Ação Regional da RGP 1, que foi desenvolvido entre 2018 e 2020 pelo IAB em parceria com a UFRGS. Esse plano se baseia em uma leitura comunitária do território, com base em três enfoques, o presente, que se procura estabelecer a leitura das dinâmicas atuais do território; o passado com o objetivo de resgatar a memória da região e o futuro no qual se estabelecem ações propositivas. Então, a gente tem um mapa da oficina do presente, também foi uma oficina realizada para a região de gestão do planejamento, não foi só para o Centro, pega os outros bairros também. Então, identificamos várias estratégias e vários desejos propostos para o futuro, que vai ao encontro do que a gente tem como objetivo no Programa Vivo o Centro também. Era isso da minha parte e agradeço pela paciência. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Catiane, pela apresentação. Muito bem, elucidativa, trouxe bastante referência e mostra o trabalho empenhado da equipe. Está excelente. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Então, eu vou passar a palavra agora para a nossa colega Maria Paula, que vai fazer um relato da metodologia de trabalho que a gente utilizou para a participação da sociedade. **Maria Paula Ludke Regal, Equipe de Planejamento – SMAMUS:** Boa noite a todos. Bom, nessa etapa da apresentação o nosso objetivo principal é demonstrar a metodologia adotada para coleta, para classificação e base dos dados oriundos da fase de participação. A participação ocorreu concomitantemente à etapa de diagnóstico, ao mesmo tempo fomos fazendo as reuniões com a população. Na primeira reunião com o Conselho do Plano Diretor a gente fez a divulgação do questionário, que também foi divulgado amplamente nos sites, nas mídias. E também no Jornal do Almoço até saiu o QRCode as pessoas podiam apontar o telefone e responder. Então, as duas vias principais dessa participação foram as reuniões e o questionário, que todos os dado coletados foram convertidos e a gente conseguiu medir, fazer uma análise e toda essa

análise está constando no nosso relatório de participação. Então, as reuniões como espaço de diálogo, a gente usava as reuniões para apresentar a proposta preliminar da equipe, a gente apresentava o diagnóstico que a gente tinha, as ideias iniciais de propostas. Esse espaço era utilizado para o debate, para as pessoas puderem colocar as suas dúvidas também, críticas. O questionário foi divulgado, como eu disse, aqui são os dados e tem o link. Ele ficou disponível do dia 1º de abril até o dia 10/05 para ser respondido. Aqui é a nossa agenda de participação nas regiões, vou tentar ser bem sucinta. Nós tivemos as duas reuniões iniciais com o CMDUA, depois com a Ama Cais, ASBEA, SINDUSCON, Associação Comunitária do Centro Histórico, COMAM, Associação Comercial de Porto Alegre, CAU, Secretaria Municipal da Cultura, COMPAHC, IAB, Coletivo Inquieto. Nós tínhamos agendado com a RGP 1, mas pela ausência do representantes essas reuniões não ocorreram. Tivemos com o FECOMÉRCIO, DMAE, DEMHAB e Desenvolvimento Social. Totalizou 267 participantes em reuniões. A metodologia, nas reuniões a gente sempre tinha espaço para apresentar a nossa proposta, a gente abriu espaço para todos tirarem dúvidas, críticas, sugestões, isso poderia ser feito via chat para quem não quisesse falar, para a manifestação oral e também a diretoria estava à disposição através de um e-mail para receber as contribuições. Em todas as reuniões tínhamos de duas a três técnicas dedicadas ao registro do conteúdo da participação. A gente tem o registro de todas as reuniões. Esse material era compilado, a gente fazia uma classificação dos resultados e em cima disso uma análise técnica. Tudo isso está no relatório. A gente fazia uma separação por temas e uma classificação dessa contribuição, a partir disso a gente conseguia fazer uma medição por assuntos. Então, cada reunião tinha uma característica diferente, algumas reuniões abordavam mais a parte social, outras mais o regime urbanístico. Tudo isso está no nosso relatório. O questionamento era dividido em perguntas objetivas, com múltiplas escolhas ou escolhas únicas, também respostas discursivas, ou seja, um campo aberto para escrever. As respostas objetivas, dessas a gente gera automaticamente um gráfico, já as discursivas, por exemplo... Deixa eu ver aqui. A gente tinha as respostas de múltiplas repostas a gente tinha a porcentagem, a indicação de cada marcação. Por exemplo, a resposta 10 – requalificar os espaços públicos; foi a resposta mais marcada. Já a questão 11, que é de única resposta, a gente tem a medição. Aqui 68% das pessoas que responderam disseram que sim, que considerava viável substituir os ônibus e lotações na nossa área de intervenção. Nas repostas discursivas a gente adotou uma metodologia diferente, todas as respostas foram lidas e classificadas por temáticas, a partir disso podendo gerar gráficos. Por exemplo, o que caracteriza o Centro Histórico de Porto Alegre? Mais da metadedas respostas tinha o patrimônio histórico cultural como uma presença no seu contexto. Então, a gente conseguiu fazer essa medição, a gente conseguiu extrair dessa resposta discursiva o que tem nesse patrimônio histórico, que o mais citado foi o Mercado Público, Orla, museus, Andradas, Cais, Gasômetro, Praça da Alfândega, Viaduto da Borges. Geramos gráficos, número de palavras e demais análise possíveis de fazer. A gente tem todas elas tabeladas. Respondendo ao Felisberto, todas as respostas estão no relatório, inclusive, as que não puderam ser levadas em conta no programa. Eu acho que é isso, pessoal. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Maria Paula, pela tua contribuição, muito boa, baita trabalho pela cidade. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Vamos passar ao último tópico da proposta. o trabalho é extenso mesmo, a gente vai tentar a partir de agora apresentar das nossas avaliações os resultados que nós chegamos para apresentar a nossa proposta. Então, a proposta está dividida essencialmente em quatro tópicos, o primeiro desses tópicos são os objetivos a serem

atingidos com o desenvolvimento do programa. Os objetivos são os principais tópicos, porque eles refletem os anseios da própria sociedade em relação ao que se espera do Centro Histórico. Em relação à implementação do programa é dito como que ele deve ser feito, são detalhados os instrumentos, incentivos que possibilitam o desenvolvimento do programa. E, por fim, um tópico muito importante que agregamos aqui, a questão da gestão e monitoramento, porque um programa para ser efetivo, para acontecer de fato não adianta só colocar uma minuta de lei complementar e largar no mundo real, a gente tem que realmente efetivar uma gestão e monitoramento. Em relação aos objetivos, então, o que nós fizemos? Nós consolidamos a nossa ideia do programa, que é o programa que tem o objetivo de requalificar o Centro Histórico através de internações múltiplas destinadas a valorizar as potencialidades do território, sociais, econômicas, ambientais e funcionários. E a partir aqueles objetivos que nós apresentamos lá no início, que apareceu nos questionários, todos eles foram validados ou não pela população, aí eles foram ratificados, ou retificados, ou foram sugeridas pelo resultado da participação complementações em relação ao atendimento de alguns objetivos. Em cada objetivo também nós fizemos aqui uma descrição rápida de quais as ações que nós propusemos em relação ao atendimento desse objetivo. Então, eu vou passar cada um deles. O primeiro deles: assegurar a reabilitação dos edifícios que se encontram degradados ou funcionamento inadequado, contribuindo com a paisagem e o dinamismo urbano no território. Bom, esse seria o primeiro objetivo, um dos que inicialmente inspirou o desenvolvimento do programa. E aí esse objetivo teve uma aceitação por parte da população de 94,8%. Então, ele é considerado realmente importante. Entre as ações que a gente propôs para garantir o atendimento desse objetivo são adoção de instrumentos incentivos e urbanísticos específicos para permitir a transformação das edificações, independente de uso e da legislação que regeu essa construção. Um dos maiores problemas que nós temos hoje é a restrição legal dessas edificações para elas poderem ser transformadas. E plus também, identificamos a necessidade de melhoria no próprio espaço público, no entorno dessas edificações. Uma questão aliada, que também está relacionada, a questão das condições de habitabilidade. Então, está relacionada dos objetivos melhorar as condições de habitabilidade, de funcionalidade dos espaços edificados e não edificados, de maneira a qualificar ambiência urbana. Esse objetivo teve uma aceitação de 86,2% e as ações relacionadas são as mesmas do Objetivo nº 1. Em relação à recuperação da recuperação residencial do Centro Histórico a gente identificou uma aceitação aqui de 65%, mas é uma questão importante, porque embora ele não seja consagrado, no sentido, essa transformação para o uso residencial não seja uma questão consagrada, muitos dos tópicos relacionados à própria função do uso residencial no espaço público, estavam presentes nas demandas. Uma delas, por exemplo, é a questão do da vitalidade do espaço 24 horas por dia. A gente sabe que um espaço que apresenta essa vitalidade 24 horas por dia, necessariamente, precisa dessa função residencial, ela acaba contribuindo de maneira indireta para a própria segurança, para a própria humanização dos espaços, a presença da função residencial. Em relação a assegurar a integração funcional e a diversidade econômica, social e cultural em tecido urbano existente no Centro Histórico, um tópico bem importante relacionado à questão da integração funcional que pode ser pontuada é a questão do Cais Mauá, por exemplo. Ele foi pontuado com 80% de aceitação essa questão de buscar a integração funcional, tanto, por exemplo, a questão do Muro Cais Mauá, a questão das barreiras pela própria Perimetral, Viaduto da Conceição, elas são ações que nós vamos ter que desenvolver no desenvolvimento do programa para buscar essa integração entre os diversos espaços. Em relação à questão do patrimônio histórico, está garantir a preservação e promover a valorização e a requalificação do patrimônio histórico.

Esse objetivo é muito importante, como as próprias gurias comentaram, que o patrimônio é altamente representativo da imagem do próprio Centro Histórico. Então, ele é de extrema relevância no desenvolvimento do projeto, tendo aceitação de 93,6%. Em relação ao desenvolvimento do programa, as ações relacionadas à questão do patrimônio histórico são: adoção de instrumentos e incentivos urbanísticos específicos, com vista a estimular a preservação do patrimônio, a própria utilização dos recursos do programa para investimentos em patrimônio histórico e o próprio trabalho a ser desenvolvido em relação aos gabaritos, que vai levar em consideração ambiência dessas edificações a consolidar com o patrimônio histórico. Um objetivo que eu coloco não relacionado com o gráfico, mas com uma seta, indicando que isso aqui foi uma demanda pontuada pela própria comunidade. Ela não vai estar relacionada diretamente às ações urbanísticas, mas é são ações que devem ser promovidas pelo próprio poder público. Foi indicado como um potencializador das questões econômicas, políticas sociais, por exemplo, o desenvolvimento de projetos e ações culturais no território. Então, fica aqui consolidada uma demanda da população nesse processo de consulta. Em relação à habitação de interesse social, ficou aqui uma questão interessante, que embora entendemos habitação de interesse social uma questão importante a ser atendida, ela consta no programa, mas ela não ficou consagrada aqui na participação da população, ela teve uma aceitação de 48,7%. Então, é um assunto que a gente deve amadurecer e debater no desenvolvimento do programa. Em relação às ações relacionadas que nós inserimos é própria adoção de instrumentos e incentivos urbanísticos específicos, com vista a estimular a produção de habitação de interesse social, assim como no patrimônio histórico também a utilização de recursos humanos para o programa para investimentos em habitação de interesse social. E também em relação a ações relacionadas à indicação da SMARF de avaliar a possibilidade de manutenção das áreas atualmente ocupadas. Por outro lado, em relação à questão social, ficou consagrado também em relação à participação da sociedade, e aí uma indicação para o governo também, a necessidade de promover projetos e ações de atendimento às demandas sociais, visando solucionar situações de vulnerabilidade do território. Aí em vulnerabilidades a questão dos moradores de rua, a questão do conflito dos ambulantes, são questões que têm que ser apontadas e solucionadas do ponto de vista social. Uma questão relacionada ao urbanismo, que pode ser resolvida em relação à promoção de atendimento às demandas sociais é a própria utilização de recursos para qualificar a estrutura de atendimento às demandas sociais. Em relação à promoção do desenvolvimento econômico, esse tópico tem uma aceitação de 83,6% da população e entre as ações relacionadas estão a própria indicação pela população de potencialização das características culturais, turísticas e sociais do território. Em paralelo a esse objetivo nós fizemos consultas com as diversas redes de infraestrutura existentes no local e elas identificaram que a gente desenvolver um projeto ali é compatível e adequado. A única questão apontada é que existe a necessidade de receber qualificação da infraestrutura em alguns lugares. Foi pontuado, e a gente separou e pontuamos especificamente, a necessidade de requalificar os espaços abertos, equipamentos públicos comunitários, de modo a atender as demandas sociais e propiciar ambientes mais agradáveis, acessíveis e funcionais que atraiam a população. Aqui eu pontuo três questões relativas ao resultado do processo de participação. Primeiro, que eu já pontuei, é a necessidade de complementação de equipamentos para as demandas sociais, as carências que foram identificadas aos equipamentos existentes, buscando a necessidade de fazer essa requalificação e complementação. E uma questão importante, também pontuada em relação a esses equipamentos, é a solução da acessibilidade universal. Esse foi um tópico muito pontuado, que vai indicar o desenvolvimento de ações não só nos equipamentos, mas no território

como um todo. Em relação à recuperação dos espaços urbanos funcionalmente obsoletos, promovendo seu potencial para atrair funções urbanas, inovadoras e competitivas, buscando sua revitalização e utilização plena. Por exemplo, o Viaduto Otávio Rocha para gente atuar nesse tipo de espaço, teve uma citação de 81,9%. Então, esse tipo de ação está relacionado ao projeto de requalificação de espaços abertos, com foco na potencialização do desenvolvimento das atividades. E também a previsão de utilização de recursos públicos para recuperar os espaços. E por último aqui em relação às respostas que vieram diretamente da sociedade, um ponto muito importante que foi comentado como significativo é a questão da segurança pública. Então, muitos até comentaram que não existe promover um programa de reabilitação sem resolver o problema da segurança pública. A segurança pública a gente sabe que não consegue resolver essencialmente pelo poder municipal. Então, devem ser desenvolvidas as ações, devem ter indicações para o desenvolvimento de ações em paralelo, mas do que compete aqui à questão de planejamento urbano podem ser desenvolvidas ações diretas com a utilização de recursos para desenvolvimento de projetos, ações e intervenções relacionadas aos espaços abertos. E também por ações indiretas, como eu comentei anteriormente, o aumento da miscigenação, com atividade residencial e a promoção de atividades que busquem a vitalidade desses espaços nas 24 horas do dia, é um dos itens que podem ser pontuados. Em relação à questão da vitalidade dos espaços 24 horas a gente identifica que até no próprio Plano Diretor já existe indicativo, ou seja, essa preocupação do Centro Histórico ser um espaço com vitalidade nas 24 horas do dia. Em relação às questões de mobilidade, a gente identifica que são várias questões que foram pontuadas em relação aos resultados da participação. A gente entende que os resultados consistentes devem vir do Plano de Mobilidade do Centro Histórico, que está em andamento e tem previsão de conclusão em 2021, mas foram ações relacionadas que estão indicadas, que é a otimização da presença do transporte coletivo no território, o trabalho de humanização de todas as vias do Centro Histórico, priorizando os modais ativos, a revisão e requalificação de espaços destinados a terminais de ônibus, em especial a Praça Parobé, como nós indicamos anteriormente. E a Salgado Filho no sentido de trabalhar realmente a humanização dos espaços. E uma questão que pode ser polêmica, enfim, que veio da própria participação da comunidade, é que se indicou por diversos agentes a avaliação do aumento da permeabilidade de veículos em determinada vias. Por último um objetivo muito importante, que é no desenvolvimento do programa estabelecer um modelo de gestão dedicado, integrando os componentes de planejamento, gestão territorial, articulação de entidades públicas e privadas. Por isso são previstas ações relacionadas o estabelecimento de uma estrutura específico de monitoramento e gestão para fins de garantir o efetivo controle do desenvolvimento do território, com a participação da comunidade. Concluímos o capítulo dos objetivos vamos para a implementação do programa. O programa é composto por dois grandes perímetros, o perímetro de adesão, onde os interessados podem participar do programa, a partir da transformação das edificações e na realização de obras e serviços, atendendo aos objetivos do programa. No perímetro de adesão, a partir dos resultados, da participação e das próprias ações desenvolvidas pelo Cais Mauá, a gente agregou ali o Setor Docas dentro desse perímetro. Em relação ao perímetro de interface, identificada como área passível de receber melhorias decorrentes dos recursos do projeto e desenvolvimento de ações com o objetivo de garantir a integração do espaço do Centro Histórico em relação ao seu entorno, a gente fez um aumento também ali no perímetro de interface. Principalmente ali junto ao setor 4º Distrito e a Avenida Independência, Farrapos, Voluntários da Pátria. Como a gente já tinha pontuado, o projeto está dividido em três grandes setores: institucional, cultural, lazer e turismo. O setor residencial em um setor essencialmente de

comércio e serviço pelas suas características. A divisão de setores está relacionada a diferentes estratégias de implementação. Vamos na sequência, a área institucional, cultural, lazer e turismo é caracterizada pela presença significativa de bens integrantes do patrimônio histórico e também pela presença de elementos característicos de atividades culturais, tais como museus e bibliotecas, enfim. As principais ações relacionadas nesse território são a potencializar a dinamização das características culturais, lazer e turismo. Foi identificada a necessidade de ampliar a conexão com a orla e o próprio Cais Mauá. Eu só vou citar aqui que todas essas ações foram buscadas essencialmente do processo da participação da sociedade, daquilo da nossa análise que a gente identificou que era importante ser desenvolvido nesse território. E uma dessas questões que foram pontuadas, apesar da gente ter visto no objetivo que, por exemplo, a atividade residencial não estava tão consagrada, nesse território sim se pontuou pela participação da sociedade o estímulo à miscigenação de atividades, potencializando a atividade residencial e garantir uma vitalidade dos espaços 24 horas. Em relação às principais ações e intervenções previstas, no sentido de dar apoio ao desenvolvimento dessa proposta, a primeira delas em relação à Avenida Mauá, de trabalhar uma proposta de reurbanização da Avenida Mauá e essa relação com o próprio Muro da Mauá, buscando minimizar a barreira Cais Mauá e Orla, humanizar o espaço e ampliar a relação dessa via com os imóveis, estimulando a reabilitação e a renovação das edificações subutilizadas. Em relação ao Cais Mauá veio da resposta da população uma indicação de reduzir o regime urbanístico ali junto a usina, porque tinha uma previsão de instalação de um shopping ali e foi identificado que não se tivesse esse shopping, que se mantivesse a característica que temos hoje. Então, foi indicado que a gente efetuasse a redução do regime urbanístico nessa porção aqui do Cais Mauá. Em relação a esse território estão previstas ainda o desenvolvimento de estudos, buscando ações e intervenções na Sete de Setembro, Avenida dos Andradas, com estímulo à vitalidade e advindo da população estudar a possibilidade de acesso veicular ou de uso de vias compartilhadas, garantindo acessibilidade universal e segurança pública. Também são elementos importantes que estão previstos ali, que a gente indica o desenvolvimento de ações contínuas de preservação e manutenção a Praça Brigadeiro Sampaio, Alfândega e Matriz. Aqui são identificadas também as conexões com a própria Avenida Mauá e a indicação de conexão com a orla, que é a Praça Padre Tome e a Avenida Sepúlveda. As principais ações relacionadas, são ampliar a conexão com a Orla e Cais Mauá, minimizar o impacto dos complexos, túneis e elevadas, ali da Rua Conceição, o estímulo à miscigenação de atividades e potencialização da atividade residencial nesse território, a humanização dos espaços públicos, a valorização da presença do Mercado Público e também a melhoria na circulação de veículos. Como a gente pode colocar de novo a inserção da Avenida Mauá, proposta de reorganização e integração dos espaços. Em relação ao Cais Mauá veio uma questão em relação a área das docas, que se propõe um regime diferenciado. Na verdade, esse regime diferenciado que está se propondo é o que temos vigente hoje no Plano Diretor. Então, por demanda do Estado a gente está consolidando o que temos no Plano Diretor hoje. Em relação à Rua da Conceição a questão do impacto negativo do complexo túneis e elevadas, a indicação de estudar esse território de maneira a minimizar essa barreira. Aqui de novo a questão da Borges para esse território. E aqui uma questão importante que a gente coloca em relação a essa Avenida Júlio de Castilhos, Voluntários da Pátria, Parobé, Mercado Público, é tratar de uma maneira diferenciada esse território, efetuando estudos para a reorganização da área, melhorias do entorno das edificações inventariadas, incentivando a miscigenarão de usos e otimização da presença do transporte coletivo, buscando a humanização do espaço e garantindo maior potencial para a transformação das edificações. A gente se repete,

entendo repetitivo, mas essas ações elas passam por diversas áreas do território e elas estão relacionadas com o garantimento ao atendimento dos objetivos. Em relação ainda nós temos a Avenida dos Andradas e Praça Dom Feliciano, aqui nós temos aquela questão relacionada à vitalidade, que já foi pontuada na área institucional. Mas também aqui, em relação à Avenida dos Andradas e Praça Dom Feliciano, elas são eixos marcadores da entrada de ingresso e saída do Centro Histórico, assim como o eixo Salgado Filho e João Pessoa. Assim, nós indicamos as ações prioritárias relacionadas a conexões referenciais de tecido urbano, espaços públicos e ingressos significativos do Centro Histórico e também relacionamos a questão de otimização do transporte coletivo e redução de terminais. Aqui está o resultado das ações e intervenções prioritárias. Então, depois vocês vão poder consultar mais calmamente nos relatórios e aqui, a título de conhecimento, existem diversas outras ações que estão sendo desenvolvidas pela própria Prefeitura e que nós já tínhamos apresentado no início do processo. Ainda nós temos ações prioritárias, a questão da requalificação do patrimônio histórico, como vocês já tinham pontuado, a grande presença aqui dos bens do patrimônio histórico local. Aqui nós temos a indicação de várias ações que podem ser contempladas pelo programa, indicadas pela Secretaria da Cultura, a Casa Godoy, Cada Torelli, Cine Imperial, Pinacoteca Rubem Berta, Prédio Andradas 1780, Antiga Casa dos Leões e Confeitaria Rocco. Ainda são indicadas as restaurações de monumentos e também indicações da própria cultura, reforma do Mercado Público e Paço Municipal, melhorias no entorno das edificações inventariadas da Voluntários, na área do entorno do Mercado Público até o viaduto da Conceição. Ou seja, da mesma forma como nós pontuamos e também a indicação de revitalização das Praças da Alfândega, Praça Conde de Porto Alegre, Osvaldo Cruz, Otávio Rocha e Edgar Schneider. Em relação ao atendimento da demanda habitacional prioritária nós consultamos a SMARF e foram indicadas a necessidade de ações relacionadas á identificação de áreas potenciais para demanda habitacional prioritária, a promoção da regularização das áreas ocupadas, o desenvolvimento do instrumento do aluguel social no território, também a recuperação de prédios degradados para a função social. Eu vou passar a palavra para a colega Vaneska. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Vamos fazer assim, em função do avançado da hora, a gente avança e deixamos para quinta-feira, que a gente tem agenda em pauta, a gente oportunista para a questão das falas. Estendemos um pouquinho mais para dar tranquilidade e dar continuidade à apresentação, que está muito bacana e bem consolidada. E na quinta-feira a gente dá continuidade para os conselheiros poderem falar. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Vai ser adequado, porque os conselheiros vão poder olhar os documentos que a Patrícia referiu. Então, pode ser uma boa estratégia. Obrigada, então. Boa noite! Não tem como não elogiar as falas das colegas que encaminharam o trabalho até esse ponto, no que dá para perceber que é um trabalho que a gente buscou fazer todas essas correlações, desde o diagnóstico da participação social e da parte das propostas. Então, eu vou falar um pouco sobre um recorte desse trabalho, que é com relação ao uso e ocupação do solo. E sobre esse tema, então, colocando aqui como o nosso Plano Diretor trata, a gente tem a parte das atividades em que é previsto a miscigenação de uso, a proteção ao patrimônio cultural. Com relação às densidades, a questão de avaliar os índices de aproveitamento com relação ao aproveitamento das ofertas de serviços, infraestruturas e urbanos da área central. E com relação à volumetria a questão de paisagem e habitabilidade, aqui nós colocamos como questões relacionadas à insolação, iluminância e ventilação, principalmente, referente principalmente à questão do regime volumétrico. Com relação à densidade, que acaba sendo um ponto bastante

relevante, inclusive, com relação às atividades e as volumetrias que vão ser propostas, nós trazemos aqui 9 critérios que são propostos pelo autor para trabalhar densidades vistas e voltadas para a qualidade de vida local. Então, com relação a sua forma construída e os espaços abertos a questão da promoção de uma diversidade, que se possa ser espaços e construções com certa diversidade na sua forma. Com relação aos usos das edificações, a flexibilidade, que é algo que a Patrícia também já mencionou, permitindo o uso das edificações, a flexibilidade, onde de transforma e pode incorporar novas dinâmicas no território. Pode se reinventar em relação à dinâmica da ocupação urbana, de forma associada à escala urbana e a caminhabilidade, que são dois critérios que nós entendemos que o Centro é totalmente vocacionado para isso. E hoje já tem ali em algumas ruas muitos casos de sucesso nesse setor, apesar da gente saber que é necessária uma qualificação dos passeios e uma série de outras contribuições que foram trazidas também através da participação. Com relação ao senso de controle e identidade, nós vamos falar um pouco em relação à paisagem e como a gente pode pensar em construção que dialoguem com o tecido existente. Na parte do microclima agradável voltando às questões de habitabilidade, em relação à iluminação e ventilação, criando um ambiente confortável para a habitação. Na parte da redução da pegada de carbono a gente coloca que é essencialmente o que está se buscando no programa, que é uma busca por uma ocupação mais qualificada, no sentido de aproveitamento da infraestrutura da rede existente no Centro Histórico. Então, aproximando o local de residência dos locais de trabalho, tendo uma componente de uma miscigenação mais equilibrada. Em relação à biodiversidade a gente entende que o Centro, ao contrário de novas expansões da ocupação urbana, ele já era consolidado no sentido de já ter esses elementos da paisagem natural delimitados pela massa construída, mas se pensa em estratégias como as coberturas verdes para poder trazer uma contribuição sobre esse tema. Então, tratando primeiro deste tópico das atividades das edificações, a importância da gente tratar densidade, diversidade e essas relações de proximidade. Ali só resgatando uma das informações que veio no diagnóstico, que a motivação de circulação do Centro é predominantemente em razão de trabalho. Esse diagnóstico em alguns momentos nós já trouxemos para ilustrar, a questão de que o nosso Plano Diretor hoje, se a gente pensa nas densidades máximas que estão previstas por subunidade, por subunidade de estruturação urbana, que é a maneira como ele divide esse território e estabelece as metas para sua ocupação, nós teríamos ali um plano para um pouco mais de 4 milhões de habitantes, né? Ao lado do censo de 2010, apesar de ter essa defasagem, apesar de serem dados de 2010, onde a gente tem cerca de 1.5 milhão de habitantes, em que a gente sabe que não existiu até esse momento um crescimento que realmente tenha impactado em uma mudança desse cenário. E quando a gente planeja uma cidade que não está compatível com o número de seus residentes, muitas vezes a gente está gerando deseconomias e é sobre isso a gente está tratando em termos de densidade também. Resgatando aqui, nós temos levantamentos com relação à literatura que traz quais seriam os impactos possíveis, positivos e negativos das densidades. Então, entendemos que existe uma consolidação com relação à parte de provimento de infraestruturas dos serviços urbanos, da própria economia e do transporte que se ganha na escala de densidade e dos pontos de atenção que devem ser aqueles inferiores do gráfico, onde se fala sobre questões de ecologia e muito voltado para novas ocupações, o que não é o caso. Um ambiente urbano, que a gente vai estar discutindo essa questão da paisagem e a questão da habitalidade também vinculada às questões de saúde e a questão do tecido social. Trazendo um comparativo no sentido de nos dar uma ideia dos números que estão sendo falados, da escala que a gente tem em outros lugares do mundo, então, a gente tem ali pensando em habitantes por quilômetro, a exemplos de Barcelona, de Nova York, com

densidade bastante similar de cerca de 36, 32, 35 mil habitantes por km² . No Leblon nós já temos 24.000, em Porto Alegre hoje nós temos na parte residencial 16.000. Além disso, entendendo que a densidade é algo que deve ser monitorado muito mais do que regulamentado, porque muitas vezes existe o limite do controle que a gente pode ter através dos parâmetros urbanísticos, mas que a gente tem que prever alguns números para poder estar estabelecendo um quadro comparativo e poder construir cenários que possam nos ajudar na tomada de decisão. Então, aqui pegando os exemplos de habitantes por hectare e de economias por hectare, uma referente ao número de pessoas que se tem por hectare, o outro o número de economias residenciais que se tem por hectare, pode se colocar também as economias comerciais nessa conta como o nosso Plano Diretor faz. Então, pegando essas densidades brutas e considerando o que estaria abaixo do sustentável e o que estaria acima do sustentável e insustentável, ali no intervalo de sustentabilidade os critérios que são mencionados tanto pela ONU quanto pela OPAS, que é a Organização Panamericana de Saúde. A gente vê que tanto no solo privado como no solo criado, que seria o máximo índice que a gente atinge previsto no Plano Diretor, a gente teria índices abaixo desses parâmetros. Também vai estar mais detalhado nos relatórios, mas a questão que a gente estava comentando, que conforme a gente vai aumentando o número de economias por hectare para diversas infraestruturas isso pode gerar uma melhor distribuição de recursos. E ali na parte da direita, em A, B e C imagens que demonstram que uma mesma densidade pode assumir diferentes formas no território. Então, por isso a gente vai estar discutindo não a densidade de forma isolada, mas a relação da densidade com a forma urbana para pensar como podem ser esses cenários de ocupação dos espaços que ainda existem para serem ocupados e da recuperação das edificações no Centro Histórico. Então, esse cenário foi criado como estimativa para ser confrontado com um processo de monitoramento. Como nós entendemos que o monitoramento é mais facilmente adaptado para a medida de número de economias que vão sendo aprovadas e vão sendo vistoriadas no território, nós estamos utilizando esse valor do número de economias ao invés número de habitantes. Seria algo mais difícil de acompanhar no nosso monitoramento e também porque está prevista no nosso Plano Diretor. Nós temos dados do DMAE, um total de 46.982 economias nesse território, que está como perímetro de adesão, que a Patrícia mostrou na imagem. Então, nós colocamos um cenário com cerca de 54.600 economias, um cenário dois de 66.234 economias e um cenário três de 85.556 economias. Esses cenários são importantes para além da gente prever qual impacto que essas populações poderiam trazer para o território e também poder dialogar com as secretarias e os órgãos responsáveis pelo projeto de infraestrutura, também pela parte dos equipamentos de educação, saúde, lazer, para poder criar uma base para discussão e poder avaliar como eles poderiam ser atendidos com infraestrutura atual. E aqui só colocando porque eles foram criados sobre esses números para poder posicionar eles dentro daqueles parâmetros do limite sustentável, que a gente mencionou no início como referência. Aqui só pontuando, o que também vai compor o anexo do nosso relatório, que são as manifestações desses órgãos que nós consideramos estratégicos no provimento de infraestrutura e serviços na parte de equipamentos urbanos. Então, o DMAE, a CEEE e a SULGÁS, a SMS, a SMED e a FASC. Então, eles colocam melhorias que devem ser efetuadas no sistema de acordo com o monitoramento e a ampliação dessa população residente no Centro, que vão estar vinculadas às ações do programa. A estratégia para esse cenário de densidade pode ser dividida em dois pontos principais e aqui a gente até remete também ao Programa Viva o Centro, que também tratava dessas duas possibilidades. A reconversão das edificações existentes em que se prevê a reciclagem de uso, alteração do uso original das edificações, nesse caso sem incremento

de área construtiva significativa em relação ao que existe. No cenário de renovação das edificações, em que se substituem as edificações existentes, daí sim com um acréscimo significativo de área construída. Com relação à reconversão a gente traz aqui também uma referência da literatura e que a gente pontua o que seria passível de conversão. Isso já foi abordado pela colega Catiane, que seriam os imóveis totalmente desocupados, imóveis utilizados exclusivamente por estacionamentos, os imóveis ocupados por invasão organizada, obras em andamento, obras interrompidas, imóveis onde a maioria dos andares está desocupado, também onde apenas o térreo está ocupado. Aqui a gente pegou duas fontes principais de informação para poder ter uma ideia do quantitativo desses imóveis e imóveis que estariam nessa situação. Nos dados do DMAE nós temos aquelas 46.982 economias no território, mas hoje 13% das economias na situação cancelada ou desligada. E nas concentrações que estão demonstrados naquele mapa à direita, que é um mapa de calor, onde está com maior intensidade da cor quente, do vermelho no caso, ele tem uma concentração de ocorrências de economias canceladas, cortadas, desligadas. A gente até pontua duas ruas que aparecem nessa situação, a Caldas Júnior e a General João Manoel, outras ali também que podem ser consultadas no mapa. E outra fonte de dados é o SECOV, o Sindicato da Habitação do Rio Grande do Sul, a partir dos imóveis disponíveis para locação e para venda. Então, aqui nas locações a gente destaca a grande quantidade de oferta de sala conjunto, que são 45% das ocorrências no Centro. E na parte de vendas há um equilíbrio maior, 25% sala conjunto, 18% apartamento dois dormitórios (Inaudível/interferência no áudio). Então, um pouco mais dividido. Então, é importante pensar também estratégias para renovação do conjunto edificado. Nesse sentido voltar a nossa discussão para essa relação entre as duas faces do regime urbanístico, a densidade e a forma urbana. Aqui a gente pontua três fatores principais, a parte das tipologias, que nada mais é como a gente chama a forma das edificações que elas assumem no território. A correlação entre forma e densidade, existe uma proposta, dentro dos parâmetros que são previstos e que a gente pode medir de maneira muito rápida no território, através das ocupações que existem, correlacionando o índice de aproveitamento, que é quantas vezes a área do terreno é possível de construir sobre esse terreno. A taxa de ocupação que é o percentual que essa edificação representa com relação a cobertura do terreno e a altura média das edificações. O que é evidenciado através dessa consolidação do que existe de tendência morfológica no quarteirão, a gente consegue ter parâmetros mais adequados de desempenho com relação principalmente pelos autores, foi com relação a insolação e iluminância. Então, a gente testa esse modelo para o Centro, 13 quarteirões onde a gente entende, excluindo aqueles quarteirões onde existem equipamentos que não serão substituídos por edificações residenciais, comerciais, enfim, onde está o nosso foco na questão dos índices urbanísticos, que são os de adensamento. A gente fez a leitura com relação a esses quarteirões para esse tecido de Porto Alegre, a área como um todo a gente analisou de forma agregada, ela cai sobre a tipologia que a gente chama, que seria de média altura, não seria uma altura de torre, que está destacado naquele diagrama. Coloca que ali a medida seria de 350 a 600 economias por hectare, compatível com as densidades que a gente está apontando nos nossos cenários e que sendo a tendência nós temos todos os quarteirões que estão destacados em vermelho, onde essa tendência foi identificada, deveriam se consolidar esse tipo de ocupação. Então, nos padrões das novas construções deveria estar adequado a essa tipologia. Naqueles que estão em azul ali, muitos deles a gente percebe que são quarteirões que estão com alturas maiores, por isso aparecem com uma densidade um pouco maior e caem um pouco no gráfico acima. E os que estão destacados em amarelo não existe uma consolidação tão forte morfológica dessa forma e avaliando os quarteirões de forma isolada a gente vê que tem um nível de consolidação

menor. A gente fez um filtro de quais as edificações que estariam contidas nos pontos de maior observação. A gente identifica quais os bens tombados e que nos parece bastante adequado que se preserve as bacias visuais desses bens em especial e também os bens de estruturação, que são edifícios de interesse histórico, que muitos deles tem essa presença na paisagem urbana. Um dos elementos isolados em que a gente fez a avaliação, a Catedral Metropolitana. Então, isolando-se objeto a gente vê qual o alcance visual, a partir de que pontos ela pode ser vista. Dizem que até do Guaíba ela pode ser observada. E dentro do espaço do consolidado do Centro a gente destacou duas para exemplificação, a Caldas Júnior e a General Câmara. Então, importante, além da parte das tipologias, da paisagem, de abordar a questão da habitabilidade, também desconstruindo talvez algumas afirmações que por vezes são feitas, em que altura muitas vezes é vista como algo negativo. A gente entende que ela tem que ser analisada, combinada com outros elementos da volumetria, porque de forma isolada não consegue representar o impacto que realmente aquele edifício tem. Esse é um quarteirão na Washington Luiz, a gente pegou três lotes e fez a simulação com relação às regras do plano existente, que existem duas formas para se chegar no potencial construtivo do que existe hoje, do índice, que para essa área é 2.4, a maior parte do Centro é 3, mas 2.4 é o que se realiza em função do estoques zerados. Ou edifício isolado, ou base torre. Aqui só as simulações, nesse primeiro é aquele edifício que fica sem base, no segundo tem a base e o terceiro uma alternativa construtiva superior e com altura superior. Daí a gente observa que nesses casos existe assim uma redução do número de horas de sol que incide sobre as fachadas principais dessas indicações quando elas são reproduzidas no modelo do nosso plano atual, que a distância que existe entre as edificações acaba não conseguindo garantir um bom desempenho. Aquelas regiões que vocês veem destacadas em vermelho, entre as edificações, são áreas críticas que recebem menos de 2 horas de sol no solstício de inverno, que é a situação com menor horas de sol e numa condição em que o sol é bem-vindo. Então, criando fachadas de frente, de fundos, com maior extensão, subindo em altura e colocando a eduficação na divisa, muitas vezes aqui a gente conseguiu criar mais área para uma insolação mais adequada. A partir desses três pontos que nós entendemos que tem que ser abordados na construção das volumetrias máximas para os quarteirões, a gente estabeleceu uma metodologia para verificar quais os quarteirões que seriam renovados e conforme o potencial de renovação dos quarteirões. Então, aqui a gente tem um nível de consolidação como um dos fatores que vai ser avaliado para estabelecer essa escala. Aqui para ilustrar uma situação de muito baixo potencial de renovação, ali entre a Mauá e a Uruguaia, onde tem edifícios que ocupam de forma muito intensa o quarteirão. E no médio ali é uma situação, como, por exemplo, aquela da General Manoel, da Siqueira Campos, que até hoje ela tem ali naquela parte do estacionamento um edifício de funcionamento, mas que também subutiliza o potencial existente e que poderia estar sendo ocupado de uma forma mais adequada com relação à densidade sustentável. A partir disso, para poder ter os nossos cálculos de previsão, aliado à parte das densidades, a gente fez uma um detalhamento com relação ao potencial de renovação dos lotes na região da área. Então, a gente dividiu em três categorias com alto potencial, com médio e com baixo potencial. Alto e médio estão aparecendo ali em vermelho e amarelo. Então, a gente vai fazendo um cálculo, o potencial construtivo onde existe um baixo potencial de renovação, ou seja, as edificações tendem a permanecer. Fica em uma média de 5.85, que seria equivalente a um compatível com o índice de aproveitamento 4, considerando a divisão que a gente tem entre áreas adensadas e não adensáveis. Então, considerando a possibilidade de renovação desses lotes com alto e médio, isso excluindo as edificações de interesse histórico também, a gente calculou sobre o máximo o quanto de estoque poderia

se prever para essas situações. Então, a gente chegou a nesse número de 868.000 m², podendo chegar, aplicando os valores que hoje estão previstos, de acordo com a identificação das ruas, da numeração predial, nos que não tinham previsão do valor do estoque, a gente fez uma média da região. A gente calculou ali a possibilidade de 1.2 Bi. Só para ter uma ideia de escala, a gente tem no Centro uma escala de 4.7 milhões, a gente teoricamente no plano teria esse 809.000 m², mas com estoque zerado atualmente e no programa de reabilitação a gente construindo parte e substituindo o existente, parte disso realmente incrementando o potencial construtivo do Centro, 1.9 milhões. Para poder ter uma ideia com relação às intervenções prioritárias e esse valor de previsão de arrecadação que poderia existir a partir da venda desses índices, a gente fez uma avaliação baseada em dados que a SMOI utiliza como padrão para cálculo de valores, tanto para projetos e projetos envolvendo estudos técnicos, projeto básico e projeto executivo, quanto para realização da execução de vias urbanas, quanto que a gente poderia ter. Esses valores podem ser maiores do que índices extrapolados, no sentido da gente poder qualificar e ter maior detalhamento para contribuir com desenhos mais adequados de paisagens. A gente teria aí uma estimativa de vias a revitalizar, a gente tem 12 km nessas áreas demarcadas no mapa que a Patrícia apresentou. Esses 12 km a gente poderia ter estimado para o projeto de 3.6 milhões e 540 milhões para execução. Nas áreas verdes a gente considerou só o valor dos projetos. Foi difícil fazer uma estimativa para os valores de execução, porque existe muito variação com relação aos projetos que podem ser realizados para qualificação dos espaços. Então, aqui a gente destacou apenas esse valor dos projetos. A gente vê que existe uma compatibilidade entre a precisão que a gente está fazendo de venda de solo criado e os valores previstos para fazer as intervenções prioritárias previstas no programa. Com relação aos valores, criando essa relação, esse é o cenário para anos que a gente estima de longo prazo, mas colocando que a gente tem espaço para poder abrigar esse cenário através da reconversão de economia estimada em 9.000. As economias por renovação estimadas em 30 mil e 7 mil economias, podendo acontecer dentro do ambiente de estruturação. Tudo isso são cenários, são números que são utilizados para a gente poder ter parâmetros compatíveis com a ocupação do Centro, mas a gente entende que é imprescindível um monitoramento para de fato acompanhar essa evolução da ocupação do território a partir dessas medidas. O estoque total, então, em área de adesão de 1.180.000 m² é o que foi estimado, considerando tanto os benefícios para o patrimônio, quanto a venda de solo criado. Sobre esse tema e subtema da volumetria a gente entende que não existe uma altura pré-definida que pode extrapolar os limites do PDDUA em áreas de interesse também, justamente para poder compatibilizar com as edificações existentes do quarteirão. Então, a gente aqui, novamente usando o software que permite fazer essas simulações através dos parâmetros de índice de aproveitamento, taxa de ocupação, enfim, ele consegue a partir do cenário que foi gerado existente de Porto Alegre, prevendo outras volumetrias para esses quarteirões intermediários. Aqui a gente pegou uma parte ali no setor residencial, que é uma parte de cada um dos setores que a gente está testando. No setor residencial, onde a gente falou que já existe um cenário de certa forma mais consolidado com relação à volumetria existente, a gente fez testes, hoje o índice de aproveitamento da Washington Luiz é de 2.4, com uma altura máxima de 27 m. A gente faz alguns testes ali justamente visualizando as edificações que a Catiane comentou que extrapolam os limites em algumas regiões e que a gente consegue ter em alguns locais sem comprometer as condições do ambiente, índice de aproveitamento de 3 a 4.5 e alturas que variam de 30 a 45. Aqui é um teste próximo da Mauá, Siqueira, demonstrou com médio potencial de renovação, que a gente consegue completar eles, enfim, mas a gente vê que pode ali no índice atual de 2.4, uma altura de

33, a gente poderia estar chegando a 39 ou até 60 m, compatibilizando com as edificações lindeiras. E chegando, então, a um índice de aproveitamento que pode variar em 6 e no outro tem 10. A gente tem na região próxima da rodoviária um índice de aproveitamento 2.4, como é o comum de Centro, um teto, quase todo o território tem esse preço. Então, que a gente poderia chegar, a gente faz uma simulação com uma construção de uma altura de 200 m, um índice de aproveitamento de 20, que é um índice que hoje já existe no Centro. E no caso não está na posição de destaque, ele até está dentro do consolidado, que a gente estaria tratando em áreas onde poderiam ter edificações de destaque, esse regime diferenciado. Então, só esclarecendo um dos pontos dos gabaritos, uma volumetria máxima edificável, mas estaria sendo proposta até 80% de gabarito, justamente para permitir... Tem aqui uma ilustração que deixa mais claro, para permitir que a edificação que fica contida nesse envelope dado pelo gabarito ela possa ter uma liberdade formal através da regulamentação desse gabarito. Então, daí eu acho que já dá para entrar, Patrícia na finalização. Eu tentei sintetizar as questões, mas é complicado. Obrigada. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Pessoal, só um pouquinho de paciência para a gente finalizar a apresentação, realmente, ela é muito extensa. E a partir de agora eu explico como é a parte da implementação do programa. Então, as edificações vão poder aderir ao programa de duas formas, os interessados vão poder fazer a reabilitação das suas edificações, podemos fazer as transformações das edificações existentes. A ideia do gabarito permite a flexibilização, a livre transformação das atividades e considerando as edificações existentes. Então, isso permite uma flexibilidade, considerando, estimulando até o próprio desenvolvimento econômico do território. E também, como foi demonstrado, existe a possibilidade de construir novas edificações. E para cada edificação que aderir ao programa a gente fez um ajuste nos condicionantes, para nós reduzimos o número de condicionantes e agregamos outros decorrentes dos resultados da participação na sociedade e aí chegamos num total de oito condicionantes a serem atendidos por aqueles que tiverem interesse a aderir ao programa. Aí eles ficam obrigados a atender pelo menos quatro dessas ações, sendo a primeira delas a qualificação do passeio na frente do imóvel. A segunda, a qualificação das fachadas com frente para via pública, adoção do uso misto das edificações, e isso significa misto entre residencial e não residencial. O atendimento da demanda habitacional prioritária. O desenvolvimento de ações sustentáveis em edificações, envolvendo ao menos três dessas ações abaixo identificadas: utilização de energias renováveis, a utilização de materiais ecológicos, captação e aproveitamento de águas pluviais, sistema de reuso de águas servidas, aquecimento solar de água em placas solares e o uso de placas voltaicas. Também é um condicionante a requalificação, restauração do patrimônio histórico, a utilização de cobertura verde, tipo rooftop, com priorização de acesso público. E, por fim, o desenvolvimento de ações em segurança pública, tais como utilização de câmeras de monitoramento nos espaços públicos. Então, passamos ao tópico de instrumentos de incentivos, como que se darão o desenvolvimento desses instrumentos no território. Para possibilitar esse trabalho com os gabaritos a gente precisa trabalhar com o que a gente chama de área construída total. Então, a ideia é que na área do Centro histórico a gente não tenha mais a diferenciação entre áreas adensáveis, não adensáveis e isentas. Essa não diferenciação vai permitir a flexibilidade na transformação das edificações. Para fazer essa conversão a gente está propondo o uso da área construída total, que vai equivaler à área adensável e mais 50% não adensável. É o mesmo critério que se adota no caso do solo criado, quando se compra um criado adensável leva os 50% não adensável. Então, ele segue essa mesma regra. E isso que eu comentei é em relação à área construída, vamos dizer, é o índice básico, que a gente

chama. E o índice básico vai ser constituído de duas formas no território, a primeira delas é em relação... Quando uma pessoa tem uma edificação existente, então, quando ela tem uma edificação existente, ela tem direito aquela área construída total. A partir daquela área construída ela pode livremente transformar a atividade dentro daquele envelope. A partir do estabelecimento do gabarito pode acontecer de ter uma diferença entre o que a pessoa tem e aquilo que o gabarito permite. Essa diferença é o que a pessoa pode adquirir a título de solo criado. Em relação ao território do Centro Histórico, a ideia é que o limite do solo criado seja estabelecido pelo gabarito. Não temos nos quarteirões o estabelecimento de outras limitações de estoque. No caso de terrenos que estejam subutilizados ou que estejam vazio, que de repente tenham uma edificação muito pequena, o interessado pode adotar o próprio regime básico, que a gente considera que é o regime básico do Plano Diretor ou uso existente, convertido em área construída total. A gente não vai dar nenhum índice, a gente estabelece, a gente só faz essa conversão da área adensável para a área máxima convertida em área construída total. A partir disso se faz a mesma conta das áreas existentes, a partir do estabelecimento do gabarito pode-se chegar a um máximo, onde ele pode ser convertido a título de solo criado. Em relação ao solo criado, como a própria Vaneska comentou, a gente considerou um estoque, a gente fez uma proposta de liberação de estoque para o território como um todo, em relação a esse estoque, com a folga nos valores a gente identificou que é possível estabelecer alguns descontos e incentivos. Um dos incentivos que ela já computou ali, por exemplo, é a questão das edificações de interesse cultural. Então, a gente pode estabelecer que as edificações que tenham interesse cultural não precisem pagar por esse valor ou pagar um valor reduzido. A mesma coisa a gente aplica em relação ao atendimento da demanda habitacional prioritária. Então, a gente prevê que a demanda habitacional prioritária até seis salários mínimos, que é o padrão do Plano Diretor, ele também possa receber um desconto em relação no valor do solo criado adquirido. E também temos a proposta para aqueles que quiserem empreender até 0 a 3 salários mínimos, que tenham a isenção desse valor para atender a demanda principal prioritária. Também são previstos descontos para quem adotar critérios de sustentabilidade, além daqueles que a gente pontuou, que já está em desenvolvimento uma regulamentação específica pela diretoria de sustentabilidade, de projetos e políticas de sustentabilidade em relação a, por exemplo, lide, essas certificações que podem também ser aplicadas no Centro Histórico. E também a gente propôs aqui em relação a quem empreender nos três primeiros anos na área identificada como prioritária junto à Avenida Mauá, Júlio de Castilhos e Voluntários, ali junto a Orla, que a gente está propondo uma isenção de valor nesses primeiros anos para estimular a adesão ao programa. Observando que a própria transformação das edificações já atende uma série dos objetivos que estão previstos no programa. Em relação aos valores arrecadados, eles vão necessariamente ser convertidos nas ações e intervenções previstas no programa. Eu já descrevi uma série de ações e intervenções ali no começo da apresentação e essa conversão dos valores deve atender a integralidade da demanda. Então, por exemplo, tu vais fazer a abertura de uma via, envolve todas as ações relacionadas, desapropriações, execução, acompanhamento de obra, execução dos projetos diversos, levantamentos, tudo necessário para o atendimento daquele objetivo. E a estimativa inicial de 1,2 bilhões. Essa estimativa inicial é com os valores que nós temos hoje, no momento que tem alguma valorização esses valores podem ser alterados. E aí, por fim, vamos à parte da gestão e monitoramento, é a parte final, estou concluindo, que significa que este programa não tem como ter sucesso sem ter uma efetiva gestão e monitoramento. Então, a partir da aprovação da lei complementar, vamos dizer, a implementação do programa não se encerra em si, são necessárias algumas ações a se desenvolverem a partir disso. Então, a

partir da aprovação da lei complementar são definidos os perímetros, definidos projetos e ações prioritárias, as formas de adesão ao programa, estabelecimento dos instrumentos, incentivos e a forma de gestão e monitoramento. Então, a partir da aprovação da lei complementar é necessário o desenvolvimento de regulamentações. Que regulamentações são essas? O trabalho em relação ao detalhamento dos critérios dos gabaritos e o desenvolvimento de um manual gráfico de apoio. Ou seja, o território de Centro histórico precisa ser detalhado aos poucos, considerando o desenvolvimento do projeto. O detalhamento dos incentivos, por exemplo, essa questão das políticas de sustentabilidade, elas vão se transformar em uma regulamentação específica, os próprios procedimentos de conversão de solo criado, que a gente já tem parâmetros aplicáveis em outros critérios. Por exemplo, o próprio TASC e TCAPS da recompra de parcelamento do solo. O próprio procedimento de licenciamento, que deve ter um tratamento diferenciado, a gente vê que por essa forma de trabalhar os gabaritos, a gente pode ter um licenciamento bem mais expedido dessas edificações. Então, só que a gente tem que regulamentar esse rito. E também o estabelecimento de indicadores de desempenho. A Vaneska fez uma breve demonstração do que seriam esses indicadores, mas a gente precisa relacionar esses indicadores com o atendimento dos objetivos do programa, para garantir, verificar de fato que os objetivos estão sendo atingidos no decorrer do desenvolvimento do programa. E aí, a partir da aprovação da lei e do desenvolvimento das regulamentações, é necessário também o desenvolvimento de uma estrutura, ou seja, não adianta criar uma lei e ela ficar sendo atendida pelo padrão, ela tem que ter uma estrutura específica. Por isso é necessário o desenvolvimento de uma estrutura de operação, de trabalho mesmo, o desenvolvimento de um plano de comunicação, uma ação atuante na captação de recursos e a constituição dos comitês. E para isso nós temos a efetiva operação do programa. Durante a operação do programa nós temos o desenvolvimento do monitoramento, operação dos comitês, a consolidação dos gabaritos, quarteirão por quarteirão, o desenvolvimento dos processos de licenciamento e o desenvolvimento das ações e intervenções. Como eu já falei anteriormente, estou sendo repetitiva, é para ser mesmo, muito importante junto à implementação do programa é o monitoramento para garantir o atendimento dos objetivos. E para fazer esse monitoramento são previstos dois comitês, um comitê de gestão do programa, que é composto, inicialmente a gente está propondo essas secretarias, que vão atuar na parte operacional, da efetiva implementação do programa. E também um comitê que para garantir, ter o controle da sociedade no desenvolvimento do programa, a ideia é ter esse comitê que vai acompanhar o desenvolvimento das ações, acompanhar o direcionamento do desenvolvimento do programa. E cada um desses comitês vão ter funções específicas, em relação ao comitê de gestão do programa, dentre as funções estão implementar o programa, desenvolver e monitorar indicadores de desempenho, indicar a realização de ações necessárias para garantir o atendimento dos objetivos do programa, atuar na captação de recursos, estabelecer diretrizes para o desenvolvimento, estabelecer parcerias com a sociedade, estabelecer meios de consolidar a participação da sociedade e também publicizar as informações. Em relação ao comitê de monitoramento do programa, tem como atribuição monitorar o desenvolvimento do programa, monitorar os resultados dos indicadores de desempenho, deliberar sobre as indicações de ações necessárias para garantir o atendimento dos objetivos do programa. Por fim, estabelecer as prioridades de gestão no decorrer do desenvolvimento do programa com vista ao atendimento dos objetivos. E assim concluo a apresentação da nossa proposta. Em relação ao calendário, nós desenvolvemos diversas ações, nós estamos nesse tópico de apresentação ao CMDUA do dia 27/07. A ideia é termos uma audiência pública para o dia 19/08 e após a audiência pública o

acompanhar ao CMPA. O que vai acontecer de hoje até lá? A ideia é vocês terem a disponibilidade desses relatórios, esses relatórios vão ficar públicos. Então, a população vai ter condições de ler esses relatórios, a população também vai ter condições de avaliar a minuta e fazer contribuições sobre essa minuta. Nós vamos disponibilizar como canal de comunicação o nosso e-mail do Plano Diretor: planodiretor@portoalegre.rs.gov.br E a gente está recebendo essas contribuições até a data da audiência pública, dia 19/08, que está agendada para às 19 horas, depois vai ser divulgado direitinho os procedimentos no Diário Oficial. A audiência pública também vai ter um caráter consultivo. Então, após esse período nós vamos também fazer as compilações desses resultados finais. E a partir dessa compilação que nós vamos encaminhar a minuta final para a Câmara de Vereadores. É isso, nós agradecemos o tempo de vocês até quase 21 horas. Desculpe o tempo, mas o projeto era complexo mesmo e a gente precisava compartilhar com vocês um pouco do trabalho que a gente teve. Obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Muito bem. Obrigado, Patrícia, Vaneska. Que orgulho de ver esse trabalho tão consistente, tão qualificado, tão esforçado em prol da nossa cidade. Como comentei no início, apesar de toda a rotina que tem de trabalho do dia a dia, deram conta de estruturar toda essa informação, mostrando quão qualificado é o nosso time de servidores e o qual capaz de poder desenvolver grandes projetos aí. Então, fico muito orgulhoso de ver essa apresentação e sem dúvida os benefícios serão sentidos em toda a cidade, especialmente o nosso Centro Histórico. Então, a ideia aqui é após à apresentação, e a gente estendeu para concluir em uma única apresentação. E por sugestão dos conselheiros, então, a gente tinha proposta quinta-feira, porque a gente tem uma discussão quinta-feira para tratar da proposta de lei do solo criado. Mas, então, deixamos para terça, a gente posterga para terça-feira e tem mais tempo os conselheiros para absorver essa informação toda trazida e na terça a gente abre para a discussão, dúvidas, questionamentos, deixa um pouco mais aberto o espaço. Então, agradeço, Senhores Conselheiros, a oportunidade, agradeço aqueles que nos assistem pelo nosso canal no YouTube. Lembrando que vai estar disponível toda a apresentação, tão logo a gente encerra aqui está o link no canal das SMAMUS no YouTube. Pode ser compartilhado, repassado para todos aqueles que tiverem interesse no tema e quiserem contribuir com esse processo. E como disse a Patrícia, no dia 19/08 gente tem programado também, ainda no mês de agosto a audiência pública, a discussão com toda a sociedade que vai ter oportunidade também de falar e manifestar sobre o projeto. Uma boa noite a todos e o brigado mais uma vez.

Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental – CMDUA, às 20h45min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia Costa Ribeiro, sob o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.

_____ _____

Germano Bremm **Secretária Executiva**

Presidente

Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2021, ... retificações:

ATA EXTRAORDINÁRIA Nº 2903/2021

(Virtual nº 68)

Aos vinte nove dias do mês de julho de dois mil e vinte um, às dezoito horas, reuniram-se para Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, via ZOOM, denominado PLENÁRIA VIRTUAL DO CMDUA, em razão do decreto municipal a fim de combater o coronavírus e a propagação da pandemia entre as pessoas, sob a coordenação de GERMANO BREMM, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos:

CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS: Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira (Titular) e Lisiane Sartori Fioravanço Magni (Suplente), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Sônia Castro (Titular), **Gabinete do Prefeito – GP**; **Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN**; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), **Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS**; Carolina Wallau de Oliveira Kessler (1ª Suplente), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE**; Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM**; e Gustavo Garcia Brock (Titular), **Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV**.

CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS: Rômulo Krafta (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**; Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Claudete Aires Simas (Titular), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH**; Sérgio Saffer (Titular), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA**; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS**; Hermes de Assis Puricelli (Titular), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS**; Antônio Carlos Zago (2º Suplente), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), **Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**.

CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL: Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Wagner Pereira dos Santos (1º Suplente) e Ricardo Angelini, (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Cinco – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Maristela Maffei (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7**; **e Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA**.

SECRETARIA EXECUTIVA: Camila Maders Fonseca Coelho, **Secretaria Executiva da SMAMUS**; Patrícia C. Ribeiro, **Taquígrafa/Tachys Graphen**.

PAUTA:

1. Abertura;

2. Contribuições para a Minuta do Projeto de Lei Complementar Solo Criado Apresentação do Programa de Reabilitação do Centro Histórico.

Após a conferência de *quórum* o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h10min.

1. ABERTURA.

Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS: Boa noite, Senhores Conselheiros, Senhoras Conselheiras. Declaramos, então, oficialmente aberta a nossa Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental. Lembrando que nós estamos ao vivo no nosso canal no YouTube da SMAMUS. Eu vou antes de iniciar a nossa pauta a leitura dos presentes e peço que aqueles que porventura eu não tenha chamado indique no chat para a gente consignar e, ata. (Relação dos presentes na inicial). Se porventura faltou alguém, por favor, indique no chat.

2. CONTRIBUIÇÕES PARA A MINUTA DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR SOLO CRIADO APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA DE REABILITAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO.

Então, é uma reunião extraordinária para a gente dar continuidade no debate do processo prévio à remessa à Câmara de Vereadores da alteração da lei que trata da outorga onerosa do direito de construir ou Lei do Solo Criado, como é chamada. Eu contextualizei na reunião passada o porquê desse encaminhamento, na reunião de terça-feira, do dia 20, o porquê desse encaminhamento da alteração legislativa, face o acordo que fizemos com o Ministério Público, no sentido de promover os processos participativos prévios a essa alteração legislativa, porque houve o entendimento de que se tratava de uma lei de alteração de uso do solo. Então, haveria necessidade do processo participativo. Então, é nesse sentido que a gente fez a apresentação na reunião do Conselho da proposta de lei, enviamos a minuta a todos os conselheiros da reunião do dia 20, né? Então, convocamos esta reunião, como no dia 27 a gente teve a apresentação da minuta do Programa de Reabilitação do Centro Histórico, a gente está fazendo esta reunião para dar continuidade. Na verdade, não conseguimos vencer todos os questionamentos levantados na reunião de apresentação no dia 20. Então, também a partir daquela reunião e por sugestão dos conselheiros, que tinham muitas dúvidas sobre o tema, a gente fez uma agenda especial, na segunda-feira, dia 26 de julho, na parte da manhã, onde oportunizamos o link de acesso para todos os conselheiros que tivessem interesse em esclarecer algumas dúvidas ou adentrar um pouco mais no tema. Essa reunião foi também disponibilizada no YouTube, no nosso canal, está lá no YouTube, dúvidas com relação à lei do solo criado e foi também disponibilizada para todos os conselheiros. A gente vê que muitas dúvidas são comuns, nessa reunião tivemos a presença do Conselheiro Mark e naquela oportunidade foram respondidos os questionamentos levantados pelo Conselheiro Mark, que a gente vislumbra que são repetidos os outros questionamentos. Também tivemos o Conselheiro Saffer, que levantou alguns questionamentos e a gente respondeu. O Professor Rômulo também pela UFRGS esteve presente nessa reunião, a gente respondeu. Também o Conselheiro Zago representando a SINDUSCON, esteve na reunião, onde também levantou alguns questionamentos e a gente respondeu. Então, quem não assistiu se quiser entrar um pouquinho, tem um farto material no nosso canal no YouTube com os questionamentos. De qualquer forma, na reunião extraordinária aqui do Conselho a gente novamente abre para debate o tema e de uma forma muito tranquila vamos tentar responder todos os pontos levantados. Então, eu abriria as inscrições, Camila, para falas e questionamentos. A gente

vai respondendo oportunamente conselheiro por conselheiros, eu acho que é mais objetivo, fica mais próxima a resposta, se vocês me permitem, porque às vezes acumular muitos questionamentos ficam muitas dispersas as respostas e complexo da gente conseguir responder. Então, eu perguntaria aos conselheiros que não tiveram as suas dúvidas sanadas na reunião de segunda-feira que eu comentei, que não participaram, se tenham alguma outra dúvida que façam a inscrição novamente no chat que a gente vai abrindo a fala para que cada um possa fazer a sua fala e questionamento. Temos algum conselheiro? Conselheiro Felisberto, ficou contemplado na apresentação? Professor Rômulo está inscrito, Conselheiro Zago, Conselheiro Felisberto também inscrito. O Conselheiro Saffer também. Não havendo mais inscrito inicio a fala com o Professor Rômulo. **Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Boa noite a todos. Como foi reportado aí, eu estive na reunião, essa mais informal sobre os esclarecimentos, que trouxe algumas questões sobre as quais eu tinha dúvidas. Eu louvo o esforço, não apenas do Secretário, como da Patrícia e do próprio Zago que ajudou bastante na discussão daqueles temas. Na verdade, eu não tenho mais dúvidas, mas tenho uma espécie de, sei lá, declaração de voto por antecipação, que eu gostaria de fazer. Apesar daquelas questões terem sido respondidas, eu ainda tenho uma série de problemas com esse instrumento. Vamos dizer, se nós tivéssemos discutindo a criação desse instrumento, certamente, eu seria contra, porque eu vejo os fundamentos que baseia, instrumentos de natureza filosófica e econômica também, urbanística também, que sustentam, ou foram usados lá atrás no Estatuto da Cidade para criar um instrumento, na minha visão, equivocados, são falaciosos e não correspondem àquilo que nós poderíamos esperar uma ação pública sobre a cidade, questões relativas a essa tese da apropriação privada de bens públicos, que na minha maneira de ver é totalmente furada, essa questão de que seria um instrumento de planejamento. Inclusive, na reunião informal acho que nós discutimos isso, mas o próprio Secretário concordou que ele não é um instrumento de planejamento, é um instrumento fiscal simplesmente, basicamente ele é um mecanismo de transferência de renda da classe média para o Estado. Também tem questões ligadas ao problema... Já que o instrumento já existe e tem sido aplicado na cidade, seria ilícito a gente esperar receber um algum tipo de informação a respeito do desempenho desse negócio ao longo desse tempo que foi aplicado. Quer dizer, se ele deu certo, se ele não deu, que tipo de resultado ele produziu na cidade e nas finanças, nos mecanismos de coordenação territorial, as questões ligadas, o que aconteceu nas áreas que foram beneficiadas, o efeito que isso tem sobre o custo geral da cidade, mais especificamente os custos da construção civil. Eu ouvi o Zago, mas não comprei a tese do Zago de que esses custos são irrelevantes. Já que nós não contamos com dados, que nós temos que nos basear basicamente em teorias, para dizer que não, ele tem esse comportamento ou tem aquele comportamento. Ninguém sabe qual é o comportamento real que o instrumento tem tido. Eu prefiro manter a minha tese que sim, que o solo criado aumenta os custos da construção civil, aumenta os custos de produção para o consumidor final, em última análise. Então, é isso, quer dizer, se nós tivéssemos votando isso para se implantado na cidade, no momento eu seria contra, totalmente contra por essas questões. Já que ele já existe, eu entendo que... *Bueno*, eu não vou me opor, quando chegar a hora eu vou me abster de votar essa matéria. Era isso, obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Professor Rômulo, pela contribuição, sempre muito bem-vinda, de fato o tema é bastante discutido no Brasil, enfim, muitas cidades historicamente aplicam o instrumento, mas tem vertentes correntes doutrinárias que se posicionam contra. Internamente mesmo, aqui na Secretaria a gente tem visões de alguns que criticam o instrumento, mas de fato

ele é muito aplicado há muitos anos antes, aqui em Porto Alegre até antes do Estatuto da Cidade. Embora eu na reunião, inclusive, tenha comentado com relação a ser um instrumento urbanístico, de planejamento urbano, fiscal, eu fiz, na verdade, uma crítica ao desvirtuamento que aconteceu em Porto Alegre com o instrumento. Eu entendo, compreendo e defendo que é um instrumento de planejamento urbano, urbanístico e que o órgão de planejamento, a estrutura de planejamento deveria se apropriar, que a ideia da concepção foi de ter um instrumento indutor ou não do desenvolvimento da cidade em determinados territórios. Mas em função de se ter essa questão da arrecadação, infelizmente, o planejamento urbano, o urbanismo foi perdendo um pouquinho de força e ele foi virando e se configurando como um instrumento mais fiscal, arrecadatório, que na minha compreensão, com a Lei nº 850, a gente firmou mais alguma posição no sentido de devolver esse protagonismo de fato como um instrumento urbanístico previstos no seu conceito, na sua concepção. Os pontos que o professor levanta a gente entende que são importantes, especialmente quando devem ser trazidos quando da revisão do Plano Diretor, porque ali sim tem os estudos contratados para a gente discutir sobre aplicação, se funcionou, não funcionou, os desafios. Nessa questão vinculada sempre há o estoque, há o índice de aproveitamento, a fórmula de cálculo e o estoque são matérias do Plano Diretor, a lei regulamenta o procedimento de alienação, ela traz os objetivos gerais, enfim, algumas coisas repetem do que tem previsto no Plano Diretor. Mas essa discussão de fato mais profunda está dentro do escopo do projeto de revisão do Plano Diretor como um todo e vai ter sim que ser feita uma discussão sobre o instrumento, sobre a aplicação, se funcionou, se não funcionou, se é correta essa fórmula de cálculo de estoque vinculado ao número de economias, se tem que ser vinculado à infraestrutura, como a gente entende que é a mais adequada, que deveria estar vinculado à infraestrutura. Sem dúvida isso vai vi nos estudos, mais nessa discussão mais de Plano Diretor. É muito bem vinda sempre a contribuição e a crítica à proposta. Na sequência o Conselheiro Zago. **Antônio Carlos Zago (2º Suplente), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Boa noite a todos. É um prazer estar participando deste debate de novo, um assunto bastante interessante, que me empolga bastante. Primeiro, com relação ao Professor Rômulo, eu me esforcei bastante, Professor, não para te convencer, mas para passar a ideia do que eu penso a respeito do solo criado. E acho sim que ele tem dois aspectos do ponto de vista público, do ponto de vista privado, do ponto de vista privado ele dá ganho de escala em um terreno e dando ganho de escala diminui custo sim. Se é repassado para o consumidor final é outra história, é a questão de política de cada empresa. Então, do ponto de vista privado isso aí. Do ponto de vista público é um instrumento muito interessante, muito inteligente, que financia o projeto e o desenvolvimento urbano, pelo menos é isso que o Estatuto da Cidade, é isso também que essa minuta de lei quer resgatar, o financiamento dos processos de planejamento urbano da Cidade. Enfim, na verdade, eu estou ocupando este espaço apenas para repetir alguma coisa que falei na segunda-feira, sobre essa questão de outorga onerosa, Porto Alegre foi precursora lá nos anos 90, se eu não me engano era 94. O Vereador Lauro Hagemann criou a Lei do Solo Criado, foi instituído com o objetivo de bancar o desenvolvimento de habitação de interesse social na Cidade, alguma coisa bastante interessante. Foi aplicado algumas vezes, talvez tenha outras pessoas da Prefeitura, o próprio Hermes talvez possa dizer mais, mas em alguns momentos foi até desviado do objetivo principal. Depois o Estatuto da Cidade, em 2001, tornou isso uma lei federal, a outorga onerosa passou a ser um instrumento, aí sim de desenvolvimento urbanístico, de financiamento e desenvolvimento urbanístico do planejamento urbano para toda a cidade do Brasil. Nesse momento, com esse projeto de lei, o instrumento do solo criado, outorga onerosa em Porto Alegre, está sendo levado para os trilhos do que

preconiza o Estatuto da Cidade, ou seja, aplicar no desenvolvimento urbano da Cidade, financiamento políticas. Então, acho que é bastante louvável também desse ponto de vista e continuamos ainda como precursores e atualizados nessa questão. Também tem outro aspecto da minha sala, que são algumas contribuições que eu vou deixar para o Conselheiro Saffer. A gente discutiu internamente com o Saffer e tal e o Saffer vai expor algumas contribuições que a gente tem para esse projeto de lei. No mais, um abraço a todos e uma boa reunião. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Zago, pela contribuição ao tema. Na sequência, então, o Conselheiro Felisberto. Fique à vontade, Conselheiro. Boa noite! **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa noite. No chat eu já fiz alguns questionamentos, mas vou reiterá-los. E quero dizer que esse instrumento é importantíssimo para financiar a habitação de interesse social. É importante para que os recursos que foram alocados ao longo desse período sejam devolvidos ao Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social. São mais de 200 milhões, só no ano passado foram mais de R$ 100 milhões. O próprio Secretário naquele dia falou e quero louvar a sua defesa do instrumento, ao contrário do que o Professor Rômulo falou, como instrumento urbanístico. Eu não estava na reunião, mas assisti toda a reunião e vi a sua posição. O fato de ele ter sido arrecadatório foi no momento a política da Prefeitura e os conselhos que devem gerir esses fundos não tiveram o devido cuidado para exigir a aplicação e ao fim ao que se destinava o instrumento. Foram omissões que ocorreram dos conselhos gestores, que eu estou propondo que tenha um comitê gestor para o fundo de gestão do território. É fundamental que haja um controle social. É muito fácil dizer que a classe média vai pagar. E a classe pobre que paga há muitos anos a falta de urbanização, a falta de regularização fundiária? A classe média é bem aquinhoada, ela tem todo o atendimento das suas demandas de água, luz, saneamento básico. A população mais humilde desta Cidade não tem às vezes o mínimo. E lembro ao Professor que visite o Beco do Buda para conhecer a realidade de uma comunidade que não tem água, não tem saneamento básico. Então, é obrigação de uma sociedade igualitária, humana, olha para os que mais precisam. E louvo a atitude de pessoas que arrecadaram mais de mil cobertores para dar para os moradores em situação de rua. A cidade está dando exemplo de solidariedade humana. Quem tem os benefícios do desenvolvimento deve de certa maneira, na minha opinião, e não é falacioso dizer que quem tem mais deve pagar mais sim, porque recebe os benefícios do desenvolvimento. Isso não é um conceito marxista ou que seja de comunista, como gostam de taxas, é humanismo antes de tudo, é olhar para o outro e ver que eles precisam do nosso olhar, principalmente aquele que tem o conhecimento de desenvolver o seu conhecimento. Aí louvo o Zago por resgatar a memória do Lauro Hagemann, que foi o vereador que criou o instrumento e o instrumento tinha exatamente uma função social, que era olhar para os que mais precisam, financiar habitação. Na época que o instrumento foi criado não havia nenhum recurso em nível federal para fomentar habitação. O Lauro Hagemann, comunista, criou o instrumento exatamente com a visão humana de financiar. Então, é importante que este instrumento seja muito bem estudado, eu propus na reunião passa e reitero que a gente tenha o grupo de estudo para avaliar, nesse período em que houve a aplicação desse instrumento em Porto Alegre, quais foram os valores arrecadados e para onde foram. Não dá para deixar passar batido a responsabilidade de quem deveria ter gerido melhor esses recursos, que foram desviados, desvirtuados ou mal usados. E eu como conselheiro do CMDUA não vou me omitir da cobrança contínua. Quero saber onde foram aplicados, nos últimos 8 anos mais de 200 milhões foram arrecadados e onde foram aplicados? Então, era isso, obrigado, Secretário. Essa é a minha contribuição, eu já pus no

chat, gostaria que se o senhor pudesse ler, para que pudesse responder também. Obrigado e era isso. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto, pela contribuição, que especialmente observou a necessidade que não constou do comitê gestor. Então, vamos corrigir na proposta e inserir a criação do comitê gestor, conforme a sua sugestão. Com relação, Felisberto, à questão dos estudos, de fato, essa discussão junto com o Plano Diretor tem que ser feita e tem previsão, porque é ali no Plano Diretor que traz o instrumento, o que é o solo criado de pequeno adensamento, traz a fórmula e cálculo do estoque, enfim, toda a metodologia está ali. Então, na revisão de cidade, com relação ao Plano Diretor, necessariamente, vai ter que ser feita essa discussão. Claro, essa lei se propõe a regulamentar o Plano Diretor, mas no procedimento de alienação, os princípios gerais, enfim, não muda o estoque, ou a fórmula de cálculo do estoque, ou o que é o pequeno adensamento, de médio ou grande, isso está repetido nessa legislação. Mas muito pertinente a sua contribuição. Na sequência a gente tem inscrito o Conselheiro Saffer. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Boa noite. Eu tenho algumas considerações também sobre o debate, mas também a gente, como o Zago comentou, temos umas contribuições específicas sobre a minuta. Eu até enviei a vocês, eu não sabia como proceder, nós enviamos por e-mail, como tinham comentado que a gente podia enviar algumas sugestões. Então, eu pergunto se neste momento eu também posso falar ou mostrar sugestões que nós estamos propondo a esta minuta? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Pode, pode sim, Conselheiro. Recebemos ela, mas acho pertinente o senhor trazer para ficar consignado em ata também. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Se quiser pode compartilhar com todos os colegas as nossas sugestões também. Eu só queria fazer uma consideração, são várias falas, que o próprio Felisberto ou o Secretário Germano falou, tem itens aqui que estão cópias do que estão no plano, como quando cita no artigo 4º quais são as formas de outorga onerosa, isso é praticamente cópia do que está no Plano Diretor. Então, uma das coisas que eu vejo sempre quando a gente traz alguma discussão sobre solo criado, como nas outras vezes veio o estudo dos quarteirões, que eu fui relator em alguns momentos e o Gomes foi na outra vez, veio esse assunto sobre a questão da gestão e prestação de contas. Às vezes a gente está confundindo, porque não é o mérito hoje desta minuta, mas não podemos esquecer essas considerações. Eu acho que até de outra forma, em algum outro momento, tipo, se ficar específico isso, mas a gente não confundir, por exemplo, aqui de novo ficar... Tem nova fórmula, mas a fórmula já foi aprovada, está sendo, como a Patrícia comentou aqui no chat, não acho que seja uma questão de reapresentação. Eu acho que é uma lei que já está vigorando, que é o plano e nós estamos tentando regulamentar e aplicar alguns itens que não estavam bem claros ou regulamentados. Entendeu? Até sendo melhorados. Então, eu não sei se eu posso compartilhar a minha tela, que aí eu mostro as nossas contribuições. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Pode sim! **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Então, assim, aqui é uma questão mais técnica, que são coisas que nós estamos propondo, mas na emenda tem que aparecer, que aqui fala em alteração do inciso III, do artigo 53-A. Nós estamos propondo a alteração do parágrafo único e também o § 5º do artigo 111 da Lei Complementar nº 434. Então, a primeira consideração que a gente está fazendo daqui é referente ao artigo 4º, ao lado esquerdo, que é exatamente sobre o inciso IV, que está escrito da seguinte forma: *O solo criado de grande adensamento é aquele com área de*

mais de 1.000 m², correspondendo a áreas adensáveis que podem causar impacto nos equipamentos e paisagem urbana disponíveis da UEUs e dos quarteirões liberados para adensamento e pelo sistema de monitoramento e densificação, adquirido mediante estudo de viabilidade e EVU. Nós estamos propondo a eliminação dessa parte pela seguinte razão e justificativa que a gente está colocando aqui, hoje existe um anexo 11 onde define os projetos que são de primeiro e segundo grau, se é CVA, se é CAUGE. Então, se o projeto em questão de compra de grande adensamento não se enquadra nessas classificações, não tem porque fazer um EVU. Não sei se estão entendendo a lógica. Por quê? Porque pode ser um projeto menor, que é classificado, porque está nesses 1.000 m, mas não tem o impacto porque não está classificado como primeiro e segundo grau. A gente entende que ele deve ser encaminhado ainda a UDRE uma consulta da viabilidade da aquisição do solo criado e respeitando se tem estoque, essas coisas todas. Então, essa é uma sugestão da eliminação de fazer EVU. Depois, esse assunto de EVU aparece em outros três artigos, se a gente propõe a retirada no § 1º do artigo 4º, que isso aconteça também nos outros próximos artigos. Né! Aqui é sobre o artigo 9º, que fala das contrapartidas: *Para fins de conversão da outorga onerosa do direito de construir em contrapartida, poderá ser compatibilizada a soma dos valores emergência espécies de solos criados previstos no inciso, a minuta do 1º ao 4º dessa lei, de acordo com o projeto arquitetônico a ser aprovado e licenciado pelo Município*. A gente viu que o um e o dois, que são o pequeno... Deixa eu voltar aqui, que é o não adensável e o pequeno adensamento, era para o fundo de interesse social, o ter e o quatro foram para esse outro fundo que está sendo criado aqui nessa lei, a gente acha que seja uma contrariedade colocar um e dois, no sentido que está realmente tirando a finalidade que seria do um e dois, que é para o Fundo de Interesse Social. Então, se for a contrapartida a gente está sugerindo que o um e o dois mantém lá para o fundo... Eu estou procurando aqui o nome específico do fundo, que eu não tenho de cabeça, né! Um e dois continuam no outro fundo, o três e quatro aí sim podem ser para o Fundo Municipal de Gestão e Território. Aqui tem uma sugestão também no artigo 12, à direita, que na minuta diz assim: *Ficam isentas do ônus do solo criado as edificações já existentes, cuja capacidade construtiva esteja em conformidade com a legislação urbanística vigente na época, construção inclusive para o caso em que houve a reciclagem de uso*. O que acontece? Eu vou explicar primeiro e dizer o que está em vermelho. Hoje existem várias situações que para regularizar pequenos aumentos em edificações antigas e aprovado em legislações anteriores, não tem mais, está no limite máximo do especificado no anexo VI. Então, não se consegue regularizar por isso, não que não atenda a ligação, atende a legislação, só que não tem índice. Então, ajustes para atender a legislação de PPCI, por exemplo, ou transformar um apartamento de zelador às vezes em uma unidade privativa, que não tem mais finalidade hoje por causa das razões de portaria virtual e mudou em alguma razão. O fechamento de uma cobertura de um apartamento, esses exemplos aqui não se consegue hoje fazer a regularização, porque não tem essa condição. Então, a gente está sugerindo aqui um parágrafo único no artigo 12, que não se aplica o limite do índice de aproveitamento máximo do anexo VI da Lei Complementar nº 434, alterada pela 646. As restrições de utilização do solo criado para os grupos de atividades 1, 3 e 19, para o caso de ajuste de projetos com aumentos ou reciclagem de uso em edificações existentes, conforme artigo 159-B ou edificações regulares que sejam adquiridos solo criado, somente de pequeno adensamento. Ou seja, aqueles do artigo 4º, § 1º, inciso II. Então, a gente está dizendo que são pequenas metragens e que se consiga regularizar várias edificações que estão irregulares. A gente vê que isso é bom tanto para o proprietário, como para o Município que tem muitas edificações que estão irregulares, geral IPTU e regularização de uma maneira geral. Aí tem uma sugestão no artigo 20, inciso III da

minuta, que é esse aqui, que fica alterado o inciso III do artigo 153 da Lei Complementar nº 434, de dezembro de 1999, que fala exatamente... Eu copiei aqui à direita, exatamente ele fala de novo do solo criado de grande adensamento, que poderia na sugestão que vem nessa minuta de poder comprar direto sem licitação, com específico, mas que a gente de novo retira aqui, conforme a gente justificou lá na primeira sugestão, mediante aprovação de EVU. Então, aqui a razão é a mesma, se o projeto não está de acordo com o anexo VI, não é considerado primeiro e segundo grau, não tem porque ele ter que fazer novamente um EVU. E aqui, dentro do próprio artigo 153 da Lei Complementar nº 434, a gente ficou em dúvida, a gente não sabe, mas é uma sugestão para o Município nos ajudar nesse sentido, que teria que criar uma redação nova nesse parágrafo único, senão vai ficar um contraditório. Se o Município aceitar a sugestão de tirar o EVU, esse parágrafo único no Plano Diretor diz que deveria respeitar o anexo XI e o anexo VI disse que tem limite. Então, não teria lógica, está um artigo conectado com os outros e não um dizendo que é possível e o outro negando e ficando difícil a interpretação depois quando quiser aplicar a legislação. Então, aqui é uma sugestão e um pedido de ajuda de vocês. Depois, também no artigo 111, § 5º da Lei Complementar nº 434, a gente está fazendo a sugestão aqui que é a mesma coisa, onde tem a definição do solo criado, do índice de potencial construtivo maior de 1.000 m², até o limite estabelecido pelo anexo VI da lei complementar, mediante apresentação de EVU. Então, é igual, eu só quis dizer aquela coerência de todos os artigos que falam, no instante que a gente está sugerindo a eliminação da apresentação de EVU, que esses três artigos, o 111, o 53-A e aquele primeiro que eu comentei aqui, que é o artigo 4º, parágrafo 1º da minuta, devam ser todos organizados e retirados, porque não adianta tirar de um e deixar no outro. Então, basicamente, são essas as sugestões que a gente está fazendo, que se resume praticamente a essa questão do EVU, das contrapartidas no artigo 9, da gente manter os critérios da verba, como o próprio Felisberto comentou aí, que um vai para os seus fundos específicos. E é isso aí, são essas sugestões que a gente desenvolveu junto, conversando alguns itens junto com o SINDUSCON, como o Zago comentou. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem. Obrigado, Conselheiro Saffer, está consignado aqui as suas contribuições. De fato, na concepção inicial haveria essa necessidade de estudo de viabilidade, mas a gente também constata que não necessariamente vai precisar, vai se comprar grande adensamento aquele que é oriundo do Estudo de Viabilidade Urbanística. Em muitas situações não há necessidade, pelo anexo do próprio plano, enfim, que prevê quais as hipóteses de Estudo de Viabilidade Urbanística. Em algumas situações há necessidade de comprar mais do que 1.000 m², o que seria de grande adensamento, mas não teria EVU. Então, ficaria prejudicado se a gente mantivesse a necessidade de EVU, porque, afinal de contas, tu podes usar mais do que 1.000 m², só que pode trazer de transferência de potencial construtivo esse solo criado, ao invés de trazer de transferência de potencial construtivo, do mercado, a gente possibilita que seja pago para o próprio Município comprando solo criado. Então, nesse sentido, a gente entende de fato que tem que ser reavaliado esse ponto com o EVU e retirado para não dar essa implicação prática de problema. Grande parte dos projetos que é aprovado demanda a compra de solo criado no dia a dia. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Só um comentário, é isso que a Claudete está comentando (chat), eu acho que tu já esclareceste, mas só reforçando, por exemplo, só para ficar mais claro ainda. Se a pessoa fez a compra e pega alguma categoria, por exemplo, começa a ter mais de 400 vagas, que é um projeto que leva EVU, aí, óbvio, que ele vai ter que ter EVU. Então, se ele se classifica ou está na categoria das necessidades de projetos que têm que ter EVU, ele vai ter EVU. Se ele tem a

compra dessa forma que o Germano comentou, ele não tem necessidade de EVU. Não sei se é isso, né, Germano? Só para contribuir um pouquinho mais sobre esse assunto. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Isso aí, Saffer, bem nessa linha, não mexe na tabela o que é EVU, o que é de EVU vai ter EVU, o que é projeto vai ter projeto. Então, tem essas duas figuras. Na sequência o Conselheiro Hermes inscrito. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Boa noite a todos e todas. Bom, eu queria primeiro dizer, Secretário, que eu não consegui participar da reunião extraordinária, essa de segunda-feira, e para mim é muito difícil essa dinâmica de discussão assim. Não sei os outros conselheiros o que pensam, mas agora esses dados ovos que o Sérgio trouxe, teria que ter um tempo para fazer uma avaliação e discutir eu tenho uma série de dúvidas, mas não estou trazendo porque não entendo essa dinâmica, aí as dúvidas são apresentadas, são esclarecidas e depois fica... Daí alguém decide, quem decide? Na verdade, a participação nossa é muito como ouvintes, né! Então, eu queria falar também na linha dos colegas Rômulo, do Felisberto e falar um pouco sobre a origem do solo criado. Até fazer uma correção, o Zago citou, na verdade, o primeiro evento de solo criado na Prefeitura foi no Governo Colares. Eu não me lembro exatamente o ano da lei, mas entre 86 e 89 foi criado um grupo de trabalho, o Secretário do Planejamento era o Secretário Brochado da Rocha, do PDT na época. O coordenador do grupo era o Moacyr Moojen Marques, que participava eu, o outro Hermes, o Moojen. Eu não consigo lembrar mais quem, mas era uma procuradora, a Maria Helena Fischer, Procuradora do Município, e não me lembro mais quem eram os outros participantes, mas não eram muitos mais, mais uma ou duas pessoas. Essa lei criou o FMDU, que foi a primeira instância do que viria a ser o solo criado, ela foi regulamentada posteriormente. Mas o que eu queria falar é que a origem da ideia é que ele fosse um instrumento realmente urbanístico, mas também um instrumento de arrecadação, para tanto induzir o crescimento em regiões que se pretendia induzir o crescimento, mas também e principalmente para dar um reforço nas habitações de interesse social, criar um fundo extra. E ao longo do tempo foi uma questão de gestão, eu sempre digo, aí eu não estou falando deste governo, nem do passado. Também queria fazer outra constatação, no tempo do Governo Colares, que foi muito complicado na Prefeitura, teve greves homéricas por falta de pagamento, etc. Nós éramos oposição, eu estava no Sindicato dos Arquitetos, nós éramos oposição assim como hoje somos oposição a esse governo. E naquela época nós fomos chamados para participar de grupos de trabalho, ao contrário do que acontece hoje, que vários técnicos são escanteados, como a gente tem recebido denúncias constantes, são mudados de setores, etc. e etc. Mas isso é só... Fecha aspas! Mas o que eu queria falar é que esse instrumento ao longo ao longo do tempo foi sendo desvirtuado, daí como eu sempre digo, assim como a energia atômica pode ser usada para o bem, o melhor que existe de tratamentos, etc., de saúde, e pode ser usada para destruição. Eu sou um defensor do solo criado, mas eu tenho certa desilusão, porque ao longo dos anos ele serviu... Primeiro, é uma caixa-preta isso aí, todo mundo sabe, não é deste governo, não é do passado, não é do retrasado, é uma caixa-preta, ele arrecadou muito dinheiro e ninguém sabe o que foi feito ou pouco se sabe, nunca foi feita uma prestação de contas. A segunda questão é que o solo criado, a ideia inicial era que ele reforçasse aquela parte do orçamento que a Prefeitura destinava à habitação de interesse social e as questões dessa ordem. Aconteceu que esse dinheiro nas prestações de contas, esse dinheiro aparecia como aquele dinheiro que era destinado à habitação de interesse social. Eu não sei se estou me fazendo entender, mas vamos dizer que 5% do orçamento é para habitação de interesse social. Não aumentou isso ao longo dos anos, continua essa mesma verba, em algum momento pode ter aumentado, outro não, mas aconteceu que

essa verba substituiu a verba que a Prefeitura deveria destinar à habitação de interesse social. Então, ele não foi um plus, ele tapou um buraco, então, é outra disposição, daí ele vira um instrumento arrecadatório mesmo. Assim como disse o Rômulo, apesar de eu ser um defensor do solo criado, esse instrumento virou um instrumento arrecadatório, houve várias situações em que isso ficou evidente e algumas distorções, porque ele também era para melhorar as condições de projetos etc., e etc. Ele terminou virando um instrumento para basicamente aumentar a altura. Eu não estou aqui fazendo uma contestação de que altura é ruim ou boa, eu gosto de altura, eu subo em escadas, subo em edifícios, eu gosto de altura. Mas o que eu quero dizer é que ele virou um mero instrumento para aumentar a altura dos prédios. Daí tem o discurso do Zago, que aumenta o custo benefício e etc., que é uma questão correta, mas não virou instrumento para qualificar também. Por fim, são essas as observações, eu queria só depois que o senhor pudesse esclarecer como que é a dinâmica desta discussão. De novo eu vou insistir, eu não sei... De novo vou dizer, como pensam e como agem os outros conselheiros, mas essas discussões no meio de uma pandemia que faz uma reunião assim, daí faz outra em seguida, dois dias antes convoca, as pessoas têm suas atividades também, vem um monte de assunto, de repente tu tens dois dias, em uma semana dar uma resposta. Isso aqui é matéria que precisa se estudar para poder se fazer observações, eu tenho várias observações pequenas que eu vou deixar para outro momento se houver. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Hermes, pela contribuição. Lembrando que a discussão segue o rito que a gente indicou quando da apresentação, foi remitido o processo, a minuta aos conselheiros na convocação de sexta-feira, dia 16, né! Nós debatemos o assunto na reunião de terça, no dia 2º, e programamos a continuidade da reunião nesta do dia 29. Antes disso ainda promovemos no dia 26 uma reunião ilustrativa, especial, que está disponível no YouTube para esclarecimento de todos os pontos. A ideia, a concepção é que a proposta seja trazida ao Conselho, debatida, criticada, que seja sugerida modificações e que a gente possa, então, na audiência pública, que vai ser realizada no dia... A gente tem audiência pública previamente marcada, dia 2 de setembro. Só vamos confirmar depois o dia 2 de setembro, que a gente possa fazer também a discussão junto à comunidade como um todo, depois enviar a proposta para a Câmara de Vereadores. Lembrando que no processo do Conselho não é um processo distribuído para ser deliberado por este Conselho. Naturalmente, é uma prerrogativa do chefe do Poder Executivo enviar projeto de lei à Câmara de Vereadores, mas antes do chefe do Poder Executivo enviar o projeto de lei à Câmara de Vereadores, é importante que se faça. Em havendo o entendimento, como foi consagrado o acordo que fizemos no Ministério Público, de que se trata de uma lei que tem a necessidade de discussão prévia antes da formação, do envio para a proposta para a Câmara de Vereadores. Na sequência o Conselheiro Gomes. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Boa noite, Presidente. Boa noite, colegas conselheiros. São vários aspectos em que está sendo feita a discussão. Eu queria fazer algum comentário, primeiro comentário, a prática da compra, digamos assim, de índice, ela tem uma previsão no planejamento geral, tanto que quando você tira uma DM de qualquer endereço da Cidade você vai ter lá, por exemplo: índice da Avenida Princesa Isabel, 795; índice de aproveitamento 1.9; índice máximo 3.0. Ou seja, está determinado, está dado o espaço para eu comprar mais direito de construir. Vou ter que submeter a uma série de questões, se o meu imóvel comporta, se o meu imóvel tem testada para isso, tem largura para isso, para obedecer os recuos, que os recuos é uma legislação determinada, criteriosa e tal. Essas condições do imóvel vão estabelecer. Então, existe essa previsão, isso está

colocado no nosso Plano Diretor. Outro aspecto interessante, quando nós fizemos a discussão em 2017, que nós criamos a comissão e discutimos longamente a questão do solo criado, nós saímos caçando fantasmas, nós queríamos saber por que a Prefeitura tinha um valor para cobrar e outro valor para pagar. Acabamos desmistificando isso e descobrimos que tinha um grupo muito sério dentro da Secretaria de Planejamento, que fazia, na verdade, fazia e faz a avaliação do m² de área na Cidade, em qualquer lugar, em qualquer terreno. Isso é um dos elementos que vão compor a fórmula que vai dar o valor do solo criado e os outros elementos que foram se criando. Na época, então, nós sugerimos no grupo que estava faltando, nós concluímos que estava faltando um elemento de planejamento nessa manutenção desses valores e sugerimos alguma coisa, que apareceu na lei agora, que é o instrumento de planejamento, esse fator de planejamento. O fator de planejamento não foi usado ainda. O fator de planejamento quando for usado e acredito que deve ser regido, inclusive, como instância de aprovação o Conselho do Plano Diretor proposto pelos técnicos da Prefeitura, elaborado pelos técnicos. O grande campo de discussão vai ser dentro do Conselho do Plano Diretor. O fator de planejamento vai nos colocar aquela situação, digamos assim, de incentivo à construção a determinada área para uma otimização, digamos assim, de infraestrutura por interesse estratégico do ponto de vista urbanístico ou o contrário, como fator de inibição dentro daquelas margens que poderão subir o valor, além do preço que normalmente seria feito pela metodologia existente hoje do valo do m² e a fórmula tal, tal e tal que entraria mais nesse elemento. Então, essas coisas assim, que ao longo dos anos foram sendo alteradas, a principal alteração e o maior desvio que eu acredito que houve, quando se teve a origem e que se começou a criar a estrutura, e Porto Alegre pioneira com a questão do solo criado, ele era tutelado, digamos assim, produzidos, dominado pela Secretaria Municipal do Planejamento. Isso era muito importante. O Hermes, nosso colega que está aí participou, outra figura que teve, digamos assim, uma grande participação, que foi referência inclusive em governos, o outro Hermes, que não está mais nem no nosso meio, faleceu ano passado, foram pessoas que determinaram, mais ou menos delinearam o que seria o solo criado e as coisas foram se transformando. Qual foi o primeiro baque que se deu? Quando se tira o poder do solo criado da Secretaria de Planejamento e passa para a Fazenda, porque aí tu passas para essa coisa que vários colegas aí conversaram de transformar em um instrumento de aumento do caixa da Prefeitura, que é o sonho de qualquer Secretário da Fazenda. Era, não sei se o governo atual vai mudar, tenho dúvidas, mas essas coisas foram deformando. Eu acho importante nesta discussão que essas coisas estão na mesa do Conselho do Plano Diretor de Porto Alegre. Bem ou mal nós estamos na primeira, segunda discussão, vamos para uma terceira discussão ainda dentro de um processo que vai lá para uma audiência pública. Isso é uma novidade de certa forma para incrementar todas essas discussões e a gente chegar a um ponto realmente que vá qualificar e que vá definir. Essas outras questões, para onde vai o dinheiro, que é um fundo daqui e dali, também nunca foi tão discutido abertamente. Agora, com certeza, vai ter e vai ficar claro, até porque está sendo discutido dentro do Conselho e o Conselho é amplo, são todas as áreas envolvidas e me parece que tem um governo mais sensível hoje no sentido de respeitar o fundo da finalidade desses recursos. Uma última coisa que eu quero dizer da vida prática da construção em Porto Alegre, vocês não tem ideia, quem não é da área, do quanto foi e é maravilhoso para um arquiteto poder ir lá na Prefeitura e comprar 38 m², ou que sejam 90, ou que sejam 120. Imagina, a maioria da produção em Porto Alegre, não de m², mas de escritórios, é de pequenas construções que precisam daquele pedacinho mais de área, que não vai botar um pavimento de um edifício, não está precisando de 780.000 m², mas está precisando de 62, aí pode chegar na mesa, propor o seu projeto e vai ter isso aí. É um

instrumento fantástico para todo mundo de certa forma. Se fizer a justiça dos valores, para onde vai, deixar muito claro, com transparência para onde vai esse fundo, maravilhoso. A gente sair lá dos 100 m, que era 80, se eu não me engano, o máximo e chegar hoje sem limite para comprar no balcão, sem jogar esse valor maior de compra, essa quantidade maior de compra para outro mercado especulativo, ficando conosco mesmo, negociando direto com a Prefeitura pelo valor determinado pela metodologia que está se trabalhando hoje ou outro que vier, isso é fantástico. Nós eliminamos de certa forma estamos eliminando, estamos a eliminar mais um explorador do campo imobiliário para fazer uso direto na aquisição. E uma última provocação, o Rômulo vai gostar. A pergunta é a seguinte: é mais caro ou é mais barato comprar solo criado ou comprar o terreno do vizinho? Nós na comissão chegamos a um valor sobre isso aí, mas em outra ocasião eu respondo com mais tempo. Está bom? Obrigado! **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Gomes, pela contribuição, o histórico ao debate, muito bem vindo. Na sequência a Conselheira Maristela está inscrita. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Boa noite, Secretário. Boa noite, conselheiros e conselheiras. Observando as falas, com certeza não tenho uma contribuição técnica a altura dos conhecimentos, que independente da visão que se tem de planejamento oportuniza esse espaço de aprendizagem. Eu digo que enquanto vereadora de Porto Alegre, que participei em 99, depois na próxima revisão também, este momento aqui está sendo muito rico. Apesar de que na pandemia, apesar de não termos um espaço como gostaríamos de aprofundar, mas ouvindo os entendimentos fica muito claro que esse divisor de diferenças de ideias, de opiniões que congregam na questão da construção dos instrumentos como o solo criado. Eu lembro, quero trazer à tona aqui dois vereadores que foram importantes nessa discussão na Câmera de Vereadores, que é o Vereador Lauro Hagemann e o Vereador (Inaudível), que tiveram um papel fundamental, por sinal o Vereador (Inaudível) era aqui da região onde eu estou representando neste momento. E também da UFRGS, ele era funcionário da Unidade Federal, que aliás a Universidade Federal, é importante que se diga, além dessa questão, teve sempre relevante importância em todas essas discussões que nós temos, tanto na questão da revisão do Plano Diretor, quanto da própria questão do solo criado, a questão do Estatuto da Cidade, esse instrumento tão importante, que muitas vezes viajamos para Brasília, para São Paulo, onde tínhamos longas e longas discussões sobre esse projeto. Eu lembro muito bem do projeto construído em São Paulo, que originou muito, não deixando de levar em consideração quais são as realidades locais, mas que Porto Alegre, entre aspas, faz (Inaudível/interferência no áudio) um pouco da expertise do centro do país para trazer aqui para nós. Foi muito importante nesse sentido, né! E o que posso contribuir é muito mais no sentido de, primeiro, não existe neutralidade em uma visão de gestão, a gente sabe disso. E também a diferença que existe hoje na questão da representação, com todo respeito, é claro, da Universidade Federal em relação àquela época e a contribuição que ela nos trouxe para a Cidade. Independente do ponto de vista todos são contribuições importantes, não é porque não é o meu ponto de vista que não tem importância para a nossa cidade ou para a atual gestão da Prefeitura, né! Preocupa-me muito... Aliás, Secretário, estou fazendo aqui um dicionário para os próximos conselheiros que virão ao menos da nossa região, com as siglas das palavras, do conteúdo, do que significa para ajudar, para que as pessoas não entrem cruas. Mesmo com toda a expertise que eu trago da minha experiência estando quase quatro mandatos de vereadora, tive muitas dificuldades, né! E até porque às vezes nesse ambiente que nós estamos vivendo, essas belas retóricas fundamentais nos distanciando cada vez mais da realidade, até mesmo pela falta de participação. E aí não

é... A gente não considera uma participação rebaixada, eu estou dizendo da participação mesmo popular, do aprendizado que o técnico pode ter e o técnico-político também pode ter, assim como as pessoas que vêm das suas bases de origem também tem que ter a grandeza de ouvir e aprender. Então, encerrando a minha fala, gostaria de deixar claro que essa questão desse grupo de estudo é fundamental, essa comissão que está sendo proposta é fundamental, porque quando vai para a Câmara de Vereadores nós sabemos que os interesses são muito maiores, né. Então, eu acho que nós temos um papel fundamental nesse momento de podermos cumprir um papel que a cidade deixa por visões de gestão de Prefeitura, em relação àquilo que vai ser benefício, tanto para as questões chamadas menores, que é o investimento social, né! Que para alguns é apenas para inglês ver, mas também para a própria questão imobiliária da nossa Cidade. Então, era isso e obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Maristela, pela sua contribuição ao tema. Sem dúvida, o debate, a discussão, as visões distintas amadurecem a nossa convicção acerca do assunto, que às vezes não conhecemos, às vezes conhecemos um pouco, temos uma visão, mas é sempre muito salutar o debate, as críticas, contribuições. Isso nos amadurece sempre em relação aos temas. Eu acho que o Conselho tem sido um foro muito rico, com debates importantes que a gente tem trazido. Eu sempre comento isso, a oportunidade da gente fazer também as reuniões online, de estar ao vivo e disponíveis no YouTube. Quanta coisa a gente tem conseguido esclarecer e demonstrar, dar mais transparência ao processo, que a gente conseguiu dar grandes passos aí, no sentido da participação, da transparência de uma forma geral. Este Conselho está muito forte, atuante e muito bem falado, objeto de muitos comentários positivos em todo o governo, porque de fato é um governo atuante na Cidade. Na sequência a gente tem o Conselheiro Rafael Passos. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Boa noite. Eu cheguei um pouquinho do adiantado da hora e no decorrer da reunião. Então, talvez haja alguns aspectos que eu não pude escutar de outros conselheiros, colegas, mas eu queria fazer antes de alguns comentários e algumas considerações, além daquelas que já fiz, um preâmbulo assim. Pelo que eu entendi, desculpa, Professor Rômulo, se eu estou justamente talvez fazendo o contrário ou manifestando o contrário, mas pelo que entendi o Professor Rômulo fez uma manifestação quanto à própria natureza do solo criado como instrumento urbanístico e talvez questionando o uso desse instrumento, né! De alguma maneira eu não sou, necessariamente, contrário, eu acho que, por exemplo, o Gomes traz um aspecto, mas também a gente não pode pegar pela questão do ajuste, de pequenos ajustes e fazer – Não, já que pode nós vamos usar para qualquer! É um instrumento criado na França, nos anos 70, se eu não me engano, e o município onde tudo nasceu não já não utiliza mais. O nosso Ex-Presidente Nacional do IAB, o Sérgio Magalhães, urbanista reconhecido, Professor da UFRJ e foi Secretário de Desenvolvimento Urbano do Rio de Janeiro, coordenador de Favela Bairro, um dos projetos importantes nos anos 90, ele é um crítico e extremamente contrário ao uso desse instrumento. Eu não chego a tanto, mas eu acho que a gente precisa sim discipliná-lo de uma maneira um pouco mais adequada do que essa lei traz. Além disso, assim como o contexto e aí chegando ao rincão, a gente tem um histórico que ainda não está adequado de não termos o devido monitoramento que capacite o próprio município para tomar as decisões. E aí eu vou a um aspecto primeiro, que é a questão da retirada da licitação, como foi manifestado aqui pelo Secretário, sobretudo, de que isso impediria ou evitaria a especulação através do instrumento. Eu diria que sim, isso é o lado positivo, mas há dois aspectos negativos, um é a redução do potencial de arrecadação, que esse para mim não é o aspecto mais importante, mas o segundo aspecto

para mim é muito mais importante, para o IAB. Nós não tivemos ainda a possibilidade de fazer um debate ampliado, porque esse projeto de lei tem diferenças em relação a 850, mas, de qualquer maneira, a gente questiona a lei e a questão da isenção da licitação por um aspecto. Assim como é um dos incisos, ele está lá nos incisos do fator de planejamento, que é o papel do poder público de induzir ou restringir a expansão. Queremos induzir para cá, para lá queremos restringir, mas ao criar o fator, isso é muito importante, mas ele não necessariamente restringe, ele só diz ao mercado – Se vocês quiserem fazer vão ter que pagar mais. Ninguém está dizendo que não pode. Então, qual é a natureza e o conceito geral desse projeto de lei? Diz assim, o poder público não vai mais através de um leilão vender solo criado lá, aqui ou acolá, comprem como quiserem. E com isso o poder público abre mão do papel de indutor do desenvolver da Cidade e de coordenar esse desenvolvimento da cidade. E quando a gente abre mão e diz assim – Fica livre ao mercado... Eu não estou aqui fazendo crítica ao mercado, não é isso. Só que o mercado dessa fora fica imprevisível ao próprio poder público. E ao ficar imprevisível ao próprio poder público ele onera o poder público e onera a cidade. Por quê? Porque o poder público já é incapaz de dizer assim – Olha, nós vamos investir aqui! Ah, não, mas nós não sabemos se o mercado... Mas o mercado resolve investir lá e não aqui. E aí como é que se coordena esse desenvolvimento? Então, na verdade, está se abrindo mão de um instrumento que tem essa capacidade de induzir para transformá-lo em um mero instrumento complementar ao geral da lei de uso e ocupação. Olha, pode fazer onde quiser, mas não tem nenhuma capacidade de induzir esse desenvolvimento. Isso é grave. Outro aspecto que para mim é central nessa lei, que é a questão das contrapartidas. A questão das contrapartidas e não mais aquisição, ela também retira a capacidade de investimento do Município. A não ser que o Município estabeleça e na lei nada diz que haverá uma matriz de contrapartidas, as contrapartidas têm levado o Município, impreterivelmente, a termos uma cidade, que a gente tem visto uma cidade que é uma colcha de retalhos, de fragmentos. Então, por exemplo, o empreendimento tal vai construir tantos metros de ciclovia, aí constrói aqueles tantos metros de ciclovia e depois tem um IAC de ciclovia até que outro empreendimento desconstrua, porque o poder público abriu mão desse papel de investidor. Ele disse – Não, nós vamos investir conforme as contrapartidas. Essa forma que essa lei está estabelecendo vai agravar esse problema de fragmentação desse investimento na urbanização da cidade. E, sobretudo, eu já manifestei aqui que o que temos visto são casos em que as contrapartidas têm se tornado menos contrapartidas aos impactos daquele empreendimento e subverte a própria ideia, que é a justa distribuição dos ônus e dos bônus da urbanização, para fomentar investimentos próximos aos empreendimentos que vão qualificar o investimento. Ou seja, é um ganha-ganha, mas não é um ganha-ganha para a Cidade, é um ganha-ganha para o empreendimento. É o caso, por exemplo, das alterações que foram feitas em relação ao Golden Lake, as contrapartidas do Golden Lake. E tem outro aspecto, quando entramos em EVU, essa forma das contrapartidas... E aí é mais uma pergunta que eu gostaria e que talvez pudesse ser respondida, como serão diferenciadas as contrapartidas que advêm do próprio impacto do empreendimento, aqueles que vêm quando se aprova um EVU – Olha, segundo os impactos nós precisamos de tais e tais contrapartidas. Nas contrapartidas que advirão da compra do solo criado. Como se diferenciar isso? Cria aí uma zona gris onde a gente não sabe o que é contrapartida de A ou B e daqui a pouco está se favorecendo o empreendimento em detrimento de um favorecimento do interesse público. Por último, gostaria de comentar dois aspectos que foram as propostas trazidas pelo Conselheiro Saffer. Eu entendo que ao se retirar a necessidade de EVU do grande adensamento, ele retira o próprio grande adensamento como um critério, ou seja, uma condição para que

haja um EVU, ou seja, a própria compra de um grande adensamento, ele se agrega aos demais para que se adquira 1.000 m². É completamente diferente de m² de ajuste. Tranquilo, isso aí não tem grandes impactos. Agora, 1.000 m² em um empreendimento qualquer que seja do dia a dia, a não ser que seja algo muito excepcional, no somatório ele várias agregar e precisa de um estudo mais detalhado, sobre tudo no contexto que eu coloquei lá no início de que nós não temos o devido monitoramento. A questão das áreas a mais, do já existente, eu entendo, Saffer, e como arquiteto eu entendo a preocupação que tu trazes, a gente se depara de fato com isso, mas o que diz ali não é que não se possa resolver essas questões quando haja essa reciclagem, mas se houver esse acréscimo ele precisa adquirir mais solo criado. Não é que vai impossibilitar, não, não impossibilita, mas precisa comprar mais área. Ou seja, quando nós modificarmos um apartamento de um zelador, que é a área não adensável, queremos transformar em área adensável e não é só o problema de transformar de não adensável para adensável, mas nós estamos pegando uma unidade que já está ociosa, porque concordo, o zelador já é uma atividade em extinção, para transformá-los em famílias e essas famílias moradoras ali usam da infraestrutura. Então, elas têm um impacto e esse impacto deve ter seu valor retornado ao Município. Então, eu entendo e acho que a gente pode debater melhor, mas a gente precisa definir muito claramente quais desses aspectos que poderiam ser também objeto dessa isenção. Para concluir, eu me preocupo e reitero aqui o conteúdo do artigo que traz a questão da possibilidade de adquirir sistema para expansão urbana. Eu entendo e reforço, já conversei, até gostaria de ouvir a própria Procuradoria do Município, de que não se enquadra uma atividade meio, porque declara ali o inciso da expansão, o inciso do Estatuto da Cidade, que trata da expansão e etc. Não entendo que uma atividade meio, que é o software, possa ser financiada... Uma atividade meio para a coordenação dessa expansão, possa ser financiada pelos recursos da outorga onerosa, não é siso que o Estatuto da Cidade prevê. Se nós entendermos que pode uma atividade meio, que é esse sistema de gestão, daqui a pouco nós podemos dizer assim – Não, veja bem, nós podemos pagar o pessoal, os recursos humanos que vêm trabalhando em relação à expansão urbana da Cidade. Daqui a pouco nós estamos pagando salário de servidores que trabalham com o desenvolvimento urbano e com o dinheiro da outorga onerosa. Vejam bem, é a atividade meio para resolver o problema da expansão, para tratar da expansão urbana da Cidade. Então, parece que é uma questão, gostaria de um melhor esclarecimento, talvez até de uma nota técnica por escrito para compreender se de fato há esse enquadramento no artigo 26. Aí até ressalto, não tenho nem que me preocupar, estou alertando aqui, eu me preocuparia muito mais se eu fosse um gestor público, porque isso pode levar, se me ocorrer, não só a lei, mas se for aplicada a lei, pode levar a um questionamento que vai ás vias de uma improbidade administrativa. Então, é um alerta e uma preocupação. É isso que eu teria a contribuir, em tempo hábil nós vamos levar ainda por escrito essas e outras contribuições, porque ainda não pudemos fazer um debate mais amplo junto aos conselheiros do IAB. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem! Obrigado, Conselheiro Rafael Passos, pelas contribuições. De uma forma geral, tentando responder alguns pontos levantados pelo conselheiro, especialmente com relação á retirada do procedimento licitatório, previsto no Plano Diretor. Na nossa compreensão ele se choca com um dos objetivos previstos na própria lei, no artigo 1º da própria lei, que traz... Vou localizar aqui. Artigo 1º, inciso I da própria lei, quando ele trata como objetivo geral utilizar a plena infraestrutura urbana disponível, permitindo assim a densificação populacional em regiões da cidade melhor atendidas com rede se serviço, saneamento e equipamento público. Uma vez que esteja vinculado ao projeto, parece-me, naturalmente,

essa discussão da outorga onerosa provoca vários debates e visões diferentes. Aí a gente vai pesquisar na doutrina também, tem várias posições e entendimentos diversos, a gente tem que respeitar todos os entendimentos e estamos aqui fazendo uma proposta para tentar positivar em lei, porque a partir da positivação em lei, naturalmente, o que está previsto em lei não vai o gestor sofrer ou responder por improbidade administrativa, porque a lei prevê esse dispositivo. Então, por mais que tenha alguma discussão diversa, ali já respondendo um pouquinho lá do enquadramento com relação à questão da improbidade administrativa. Voltando na questão da licitação, na nossa proposta, em sendo vinculado ao projeto arquitetônico da edificação, ele atende e se vincula muito ao objetivo que é melhor distribuível, vamos dizer assim, à ocupação, onde tem infraestrutura existente. Tem um custo público com equipamentos, com serviços que são de manutenção, de iluminação pública, de lixo, enfim, o poder público tem um custo a partir daqueles equipamentos que são adotados no local. Esse custo, a partir desse adensamento que se tem naquele local, é melhor distribuído, essa é a lógica. E se existe uma possibilidade de compra de solo criado vinculado ao projeto, existe um critério isonômico de compra, a ideia, né! E o próprio objetivo é que a gente utilize todo o potencial construtivo daquela região pensada de apoio com a infraestrutura existente. O conceito é que se use todo aquele potencial construtivo. Então, tu crias uma regra vinculada ao projeto conforme a Cidade vai acontecer, os empreendimentos vão acontecer naquele território por um critério isonômico, de ordem cronológica de requerimentos, que vão utilizando aquele potencial construtivo até o seu esgotamento. Esgotou, tem o monitoramento feito pelo sistema, o MPC, que é publicado semestralmente o estoque, a partir do esgotamento sempre é atualizado o valor. Então, tu tens uma regra isonômica a partir de uma ordem de que a cidade vai acontecendo, vai se comprando até zerar esse estoque. Na minha humilde compreensão, parece que lógica que mais atende esse objetivo. Infelizmente, por haver diversas compreensões e entendimentos de forças diferentes, quando se configurou em algum momento e se positivou em legislação lá atrás se tinha esse conceito um pouco mais financeiro do solo criado, que a gente tenta devolver como instrumento urbanístico, de planejamento, que me parece ser o conceito lá da concepção. E em função disso, lá atrás, por decisões tomadas se configurou um formato de que deveria esse solo criado ser vendido e comprado antecipadamente, né! Em um leilão para ser usado oportunamente, quando tiver um projeto a ser desenvolvido. Na minha compreensão, tenho clareza que é equivocado isso de ter que comprar antecipadamente, em um leilão tu guardares, vender para terceiros. Tu geras o mercado corrigido. Parece que está mais vinculado, é mais urbanístico quando ele está relacionado a um projeto. Bom, eu tenho um “x” que eu preciso comprar. Então, eu vou lá e pago ao poder público. E entrando um pouquinho no tema da questão das contrapartidas, mais pela experiência que tenho aqui dentro da administração, infelizmente, ver a gestão equivocada pela complexidade, imagino que seja da gestão desses fundos, infelizmente, todo o recurso que foi colocado, por exemplo, no Fundo da Habitação de Interesse Social, não se gastou. Ao longo desses anos foi entrando esse recurso e o poder público teve dificuldade de gastar e desenvolver projetos para o objetivo de produção de habitação de interesse social, por exemplo. Então, se tem muita dificuldade com a gerência e com o gasto da questão dos fundos. E nos pareceu mais adequado que a gente utilizasse aquele... E aí fazendo a leitura do próprio Estatuto da Cidade, aquilo que prevê o próprio Estatuto da Cidade, que ele fala na possibilidade de contrapartidas. E pela nossa experiência é mais adequado, mais célere o retorno, mais positivo para a administração, para a Cidade, que a gente transforme isso em contrapartida, que daí tu criarias uma lógica que os próprios empreendimentos que tem que comprar, o valor é tabelado, é fixo, é publicado. Então, ao invés de pagar para o poder público, que os próprios

empreendimentos vão equacionando e vão transformando a Cidade, vão resolvendo os problemas da Cidade por meio da contrapartida e, por exemplo, produção de habitação de interesse social, né! Ao invés de entrar para o fundo, para o poder público fazer a licitação e fazer a obra para habitação, que possa talvez alguns empreendimentos produzirem habitação, fazer a construção, entregar apartamentos para habitação de interesse social. E no parece uma lógica, a gente vem debatendo aqui internamente muito isso, é uma lógica muito mais assertiva para retornar ao real objetivo do solo criado. Então, foi nesse sentido que a gente crie positivo na lei essa possibilidade de transformar, naturalmente, respeitando, as contrapartidas, toda aquela regra taxativa prevista no Estatuto da Cidade. E uma dessas regras prevista no Estatuto da Cidade é o ordenamento e direcionamento da expansão urbana. Então, é nesse sentido, e falando em ordenamento e direcionamento da expansão urbana que a gente positiva na lei, para não ter questionamento em relação à interpretação, vai para a lei a possibilidade de tu investires em tecnologias e inteligência que viabilizem isso, porque, infelizmente, vocês vivem isso. A nossa dificuldade às vezes de dar transparência, de fortalecer as questões de planejamento urbano da cidade, de organizar as questões de contrapartida, a gente sabe o quão dificultoso isso é, porque, infelizmente, o orçamento público acaba que sempre priorizando na definição da lei orçamentária a saúde, a educação, às vezes o planejamento urbano nunca tem vez. Naturalmente, é prioridade a saúde, a educação, a segurança, mas com o pensamento estratégico da Cidade não se consegue viabilizar nos orçamentos públicos. Os órgãos, as secretarias responsáveis até colocam, mas chegam nos momentos de definição, o orçamento é sempre apertado, pequeno, são retirados esses valores que seriam para a estratégia do futuro da cidade. Investindo em tecnologia, que hoje nos dá... Como é bom, como é positivo para o planejamento urbano a gente ter dados para gerar indicadores, para discutir as propostas, revisar o Plano Diretor. Como seria bom se a gente soubesse exatamente a área construída, o que aconteceu, para onde cresceu a cidade, qual é a tipologia do comércio, do serviço, se é residencial, é Minha Casa Minha Vida. Isso são dados básicos que a gente deveria ter organizado para chegar a um debate de revisão de Plano Diretor e a gente com transparência colocar essas informações e até, previamente, à discussão do Plano Diretor, a gente ter e não precisar contratar isso, como a gente está fazendo agora, como a gente tem alguma dificuldade com dados, a gente contrata empresas, consultorias para buscarem, captarem esses dados e aí trazer para apresentar. Então, é nesse escopo, com a maior da boa vontade, eu peço muito isso, este é um ponto muito importante assim, de alguém que acredita no planejamento urbano, que tem estudado há alguns anos essa matéria. Eu sou um apaixonado, assim com o nosso time. E esse é um ponto, Conselheiro Rafael, que é bem estratégico mesmo, para a gente deixar, permitir que esses empreendimentos que compram solo criado de forma rotineira, tem muitos valores que entram, que possa voltar para a tecnologia, para a gente estruturar, por exemplo, uma plataforma de planejamento urbano, que organize o dados da cidade como um todo, os dados de infraestrutura, os dados de contrapartidas para compartilhar, os dados de estoque, os dados fazendários. Enfim, são diversos dados e georeferenciados para produzir uma decisão mais acertada, mais rápida, com conteúdo, com informações, para que consiga, por exemplo, uma plataforma de planejamento urbano fazer a verificação com relação à insolação. Quando tem um projeto especial de impacto urbano, que é trazido aqui para o Conselho, que a gente consiga modelar isso, questões e critérios de insolação, de ventilação, que são importantes para as tomadas de decisão. Então, é nesse cenário que a gente propõe a criação desse modelo e pontua na lei realmente essa possibilidade, para ter clareza de que estamos na fazendo a coisa certa, porque vai estar positivado em lei, para que a gente depois não seja responsabilizado. Se tiver algum questionamento nós

vamos apontar, nós vamos defender com clareza, tem a previsto da lei e a gente está investindo de fato um pouquinho mais no Penso. A gente trabalha muito na ponta, no sentido de enxugar gelo e não conseguimos terminar, porque sempre é maior a demanda, a deficiência da estrutura de equipamentos, é muito grande e a gente não consegue. A gente deixa talvez de investir um pouquinho no Penso, no planejamento, que resolveria esses problemas, talvez na ponta, no dia a dia, na aplicação. Então, foi nesse escopo que a gente criou essa possibilidade da Lei nº 850, estamos repetindo na nova proposta e esclarecendo melhor um pouco esse ponto para que não haja dúvida da nossa iniciativa, da nossa boa vontade de tentar construir melhorias que voltem para o Penso, para a estratégia de planejamento urbano, para o futuro da Cidade. Planejamento urbano atinge e beneficia todas as contas do desenvolvimento social, o econômico, com estratégia, com planejamento urbano a gente consegue resolver muitas coisas e muitas deficiências da nossa Cidade. Então, é nesse sentido que eu também esclareço um ponto que o senhor traz com relação à mitigação, que poderia haver uma confusão entre mitigação e o solo criado. Naturalmente, a mitigação tem um conceito definido em decreto e regulamento do próprio Município, que está vinculado ao impacto negativo que o empreendimento causa ao meio ambiente. Tem bastante doutrina explicitando do que se trata a questão da mitigação e não sendo mitigável entra a possibilidade de compensação e isso vem nos estudos que por muitas vezes são solicitados ou às vezes pode vir do estudo de impacto ambiental, no estudo de mobilidade ou até identificado pelo poder público. Isso é diferente e é uma obrigação que é imposta ao empreendimento a partir desse impacto negativo que ele causa, diferente do solo criado, que é um valor fixo, determinado em tabela, de valores previamente aprovados por este Conselho, que são publicados e a partir da quantidade de potencial construtivo que o empreendimento vai utilizar. Então, calcula-se um valor fixo e a partir desse valor fixo se transformaria em contrapartida, em obras, mas no rol taxativo previsto no Estatuto da Cidade. Então, a gente tem essa clareza conceitual e até tem regramentos diferentes para esses casos e que a gente tem tranquilidade de que não vai haver essa mistura entre conceitos. Então, de forma geral eu tentei trazer aqui os pontos que o senhor levantou, para tentar ajudar um pouquinho a contribuir na discussão, mas compreendo que o debate às vezes tem visões distintas na doutrina, nós vamos ver várias visões e debates acerca do tema. Depois o Conselheiro Emerson e por último a Conselheira Patrícia. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Boa noite, Secretário. Boa noite, conselheiros. Em relação às sugestões e discussões, até que ponto elas vão se tornar propostas de emenda na minuta, no projeto de lei do executivo? Essa discussão é superimportante, o debate está enriquecendo a legislação e todos estão de parabéns por esse ponto. Pelo que eu entendi o Conselho é consultivo nesse assunto, que já é um avanço. Em anos atrás não havia essa prerrogativa de discutir, não tinha uma transparência também dos objetos. A própria Lei nº 850/2019 não foi discutida no CDMUA. Na questão também das sugestões, elas vão ser votadas pelo Conselho? Serão aprovadas pelo Conselho? Como vai se dar isso? São sugestões que vão servir somente para a discussão ou vão ser aproveitadas na minuta? E quero também enfatizar aqui a questão dos recursos que vão para os fundos. A Fazenda tem um respeito de dirigir esses recursos especificamente para os fundos, para atender habitação de interesse social, a infraestrutura da cidade, que daí não tem graça a gente pegar e fazer todo um trabalho, principalmente o pessoal que trabalha na habitação de interesse social, o DEMHAB, e a Fazenda utilizar para outros fins. Parabéns a todos pelas contribuições e debate. Valeu! **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Emerson, pela contribuição.

Lembrando que nós temos ainda a oportunidade de audiência pública, a ideia de fato é a gente trazer para debate aqui no Conselho, ouvir as contribuições para que na audiência pública a gente possa apresentar a minuta final com as contribuições deste Conselho e apontando ali, se porventura entendemos de forma diferente de alguma contribuição, mas no momento da audiência pública mesmo. A Conselheira Patrícia para encerrar. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Eu acho que o Professor Rômulo também queria se manifestar em relação a alguma coisa. Não, eu que tu já, Secretário, pontuaste o que eu tinha para falar, que eu fiquei um pouco incomodado com a fala do Rafael, porque ele misturou algumas coisas. Então, assim, parece que o instrumento deixa de ser aplicado para aquilo que ele realmente é feito. E querendo deixar claro que para cada instrumento nós temos regramentos específicos. Então, não existe essa história de misturar uma coisa com a outra. Inclusive, nós estamos trabalhando e os conselheiros sabem, na melhoria dos nossos procedimentos, como eu coloquei ali da questão do GT Mitigações, a gente está buscando fazer essas melhorias exatamente para deixar claro para os conselheiros que os instrumentos não se misturam, eles são diferentes, eles são aplicados de maneira diferente, tem regramentos diferentes. O que a gente precisa agora em relação às mitigações e compensações é realmente fazer esse regramento, que a gente fez algumas discussões, acho que seria um momento oportuno da gente retomar as discussões em relação às mitigações e compensações. Até para deixar claro que uma coisa não tem nada haver com a outra no sentido da sua operação. E também assim, muito importante, talvez o grupo de trabalho seja importante para os conselheiros entenderem o quão importante pode ser essa plataforma, a utilização desses recursos para o próprio uso deles no decorrer do processo, para a gente poder fazer o monitoramento das suas demandas e o monitoramento das demandas do Orçamento Participativo. Eles podem atuar de maneira ativa na proposta da plataforma, a própria universidade tem uma série de questões que a gente quer fazer Porto Alegre entrar no Século XXI, que até agora não conseguimos. E sempre foi uma luta de todos os colegas, que o pessoal que trabalha nas DMs, tivemos sérias discussões de fazer. Nós temos um corpo técnico altamente capacitado aqui para pegar e fazer a coisa acontecer, a gente só precisa de suporte. Aí a gente encontrou uma forma dentro da lei direitinho para poder fazer o planejamento ter uma autonomia para trabalhar. Esse serviço vai servir aos conselheiros, depois que isso estiver implementado, e se Deus quiser esteja, os próprios conselheiros vão ser os defensores dessa plataforma, porque todos os dados vão estar ali, as próprias cobranças que temos do Ministério Público de dados, os conselheiros de dados, o 156 de dados. Vamos ter os dados, vamos ter! E isso é o ordenamento da Cidade, isso faz parte, o próprio monitoramento faz parte. Então, me desculpem, mas eu sou uma defensora dessa proposta. Não existe uma Porto Alegre do Século XXI sem uma estrutura adequada e a gente precisaria do apoio de vocês, porque vocês também vão ser beneficiados como agentes preocupados com a nossa Cidade. Muito obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem, obrigado, Patrícia, pela fala. Realmente, a Patrícia também é uma apaixonada pelo planejamento urbano, eu vejo e fico muito orgulhoso da servidora que é, é dedicada, não tem final de semana, não tem noite, não tem dia que ela não está pensando em como melhorar a realidade, independente da questão de governo. Eu que já vi a Patrícia viver vários governos e vários momentos, independente disso e é muito dedicada, muito preocupada. Naturalmente, às vezes a gente tem um pouco de dificuldade de passar toda essa nossa paixão, a gente tem um time de apaixonados mesmo. Eu tenho muito orgulho disso pela cidade e entendemos a oportunidade da revisão do Plano Diretor, a oportunidade que

temos, a experiência que temos e estar à frente da gestão do planejamento urbano, de conseguir fazer coisas transformadoras, de melhorar a realidade da cidade, que, infelizmente, ao longo dos anos o planejamento foi perdendo um pouco de força, com uma sucessão de equívocos dos mais diversos, foi se compartimentando, foi se dividindo e agora a gente tem essa oportunidade, temos dentro da nossa gestão a revisão do Plano Diretor. Então, a gente realmente quer fazer a diferença, quer melhorar a vida das pessoas. E o que a Patrícia traz, o exemplo de um dos projetos que a gente gostaria de fazer com o solo criado, é transformar de fato, ao invés de entrar o recurso a gente transformar em contrapartida em uma plataforma de planejamento urbano. É como expliquei um pouquinho ali, que vai reunir todos esses dados da Cidade, produzir mais informação, dar mais transparência, responder os próprios órgãos de controle. A gente precisa, porque a nossa informação não é organizada, antes a gente tinha, vocês conhecem os processos físicos. Então, muitos estudos chegando nesses processos eram colocados, analisados no caso a caso, vai para a prateleira, depois vem o projeto, tudo é solicitado novamente. A gente não tem cruzamento de informações, às vezes, por exemplo, as universidades fazem estudos muito profundo sobre determinadas regiões da Cidade e a gente não consegue organizar, espacializar, georeferenciar essas informações. Então, nós precisamos de uma ferramenta, de uma plataforma que organize, que recepcione essas informações em diversas camadas para nos subsidiar para as decisões estratégicas com relação ao crescimento da cidade, para as decisões estratégicas, com as aprovações dos projetos especiais de impacto urbano, para fazer discussões das mais diversas. A cidade demanda essas tecnologias que estão aí, tem disponível, a gente tem visto coisas do mundo muito boas nesse sentido e a gente gostaria de avançar nisso, possibilitar essa entrega. Então, no escopo da possibilidade de contrapartida está muito direcionado a isso, como uma das possibilidades, naturalmente que todas as demais podem ser trabalhadas, podem ser desenvolvidas, como, por exemplo, sempre a questão que eu vejo que seria muito positiva, que a gente usasse o modelo também nessa linha de produção de habitação de interesse social. Seria muito interessante para o poder público que o próprio empreendimento conseguisse entregar. Eu não tenho dúvida que são passos, caminhos que a gente tem que ir avançando, Poe na lei, depois trabalha em uma regulamentação e vamos aprimorando os processos para a gente de fato conseguir atingir aquilo que é o objetivo do instrumento. Eu acho que todos tiveram a oportunidade de fala, né, Senhores Conselheiros? Com o avançado da hora, são 20 horas, eu imagino que gostaria de fazer uma nova rodada. Vamos deixar o período para a próxima reunião, tem o período de Comunicação ainda para os conselheiros poderem esclarecer, depois vai ter o momento da audiência pública, para não avançar aqui. Acho que várias pessoas queriam falar se eu for rodar, aí todos vão querer falar novamente. Então, a gente pode utilizar também o período de Comunicação da próxima reunião para trazer alguma contribuição a mais, alguma crítica, alguma resposta os pontos que foram levantados aqui. Está bem, Senhores Conselheiros? Obrigado pela oportunidade, pela troca, pelo aprendizado. Muito boa a reunião, visões das mais diversas, mas a gente sempre amadurece com o debate. Boa noite a todos.

Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental – CMDUA, às 20h00min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia Costa Ribeiro, sob o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.

Germano Bremm	**Secretária Executiva**
Presidente	

Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2021, ... retificações:

ATA ORDINÁRIA Nº 2904/2021

(Virtual nº 69)

Aos três dias do mês de agosto de dois mil e vinte um, às dezoito horas, reuniram-se para Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, via ZOOM, denominado PLENÁRIA VIRTUAL DO CMDUA, em razão do decreto municipal a fim de combater o coronavírus e a propagação da pandemia entre as pessoas, sob a coordenação inicial de LUIZ ANTÔNIO MARQUES GOMES, Vice-Presidente e Titular da Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6; na sequência de GERMANO BREMM, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos:

CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS: Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira (Titular) e Lisiane Sartori Fioravanço Magni (Suplente), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Júlio César Farias de Miranda (2ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Sônia Castro (Titular), **Gabinete do Prefeito – GP**; Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN**; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular) e Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), **Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS**; Gisele Coelho Vargas (Titular), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE**; Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM**; e Gustavo Garcia Brock (Titular), **Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV**.

CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS: Rômulo Krafta (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**; Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Claudete Aires Simas (Titular), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH**; Sérgio Saffer (Titular), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA**; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS**; Hermes de Assis Puricelli (Titular), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS**; Rogério Dal Molin (Titular), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), **Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**.

CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL: Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Wagner Pereira dos Santos (1º Suplente) e Ricardo Angelini, (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Cinco – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Maristela Maffei (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7**; e Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA**.

SECRETARIA EXECUTIVA: Camila Maders Fonseca Coelho, **Secretaria Executiva da SMAMUS**; Patrícia C. Ribeiro, **Taquígrafa/Tachys Graphen**.

PAUTA:

1. Abertura;

2. Contribuições para o Programa de Reabilitação do Centro Histórico.

Após a conferência de *quórum* o Senhor Vice-Presidente deu início aos trabalhos às 18h10min.

1. ABERTURA.

Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6: Boa noite a todos. Espero que tenhamos uma boa reunião, uma reunião produtiva. E vamos iniciar pelo seguinte, houve um pequeno equívoco da Secretária, devidamente assumido, e a pauta hoje é a continuação das contribuições para o Programa de Reabilitação do Centro Histórico, que nós tínhamos combinado naquela região do dia 27. Então, eu coloco aos Senhores Conselheiros a ideia de fazer essa discussão, ao menos por um período da reunião. Aí eu liberaria o microfone da Patrícia para conduzir essa discussão, pode ser como parte das próprias comunicações. O que os Senhores Conselheiros acham? Podemos trocar assim e depois liberamos para comunicação geral? E depois vamos para a Ordem do Dia. Alguém quer se manifestar? Camila, controla daí? Outra coisa, Camila, tu conseguiria fazer para nós a verificação de *quórum*? O Felisberto está inscrito para falar sobre esse assunto? **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa noite. Gomes, como o assunto esse do Programa de Reabilitação do Centro, a gente recebeu a minuta e a minuta de lei é uma minuta com muitos artigos e o próprio relatório exige uma análise mais profunda, tanto por parte de quem tem um conhecimento técnico e muito mais por aqueles que não têm todo o conhecimento e embasamento teórico na discutir um assunto de tal complexidade. Então, eu proponho que a gente tente esgotar esse assunto do Centro Histórico hoje, porque diz respeito à região que eu sou Conselheiro, é um assunto muito importante para a região. Então, eu proponho que a gente possa discutir mais profundamente, ter esclarecimento. Eu tenho muitas dúvidas ainda, tentei ler tudo, mas não é fácil, é um assunto que envolve uma complexidade e a questão de recurso para implementar o programa. Então, é um assunto que a gente deve ter um olhar cuidadoso. Era isso, Conselheiro Gomes. Obrigado! **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Obrigado, Conselheiro. Eu acho que a tua preocupação vai no sentido que a gente está pensando, aliás, assim, diga-se de passagem, é impressionante a produção da equipe liderada pela Patrícia. Eu realmente fiquei impressionado de uma maneira inimaginável, por tudo que está acontecendo na Prefeitura, como que vocês conseguiram produzir tanta coisa? É uma maravilha isso! Eu até incentivei a Patrícia, Conselheiros, de não perder essas oportunidades, formatar esses trabalhos, formalizar esse trabalho e apresentar em encontros, seminários, promover, de repente até seminários entre outras prefeituras, entre capitais de repente, para fazer esse tipo de discussão. Independente da gente concordar ou não concordar com alguma outra coisa que tenha ali, tem um baita de um trabalho de crítica, de análise da questão de uma cidade superimportante, que é Porto Alegre e pelo momento que ela está vivendo. Então, assim, se os conselheiros concordam, eu passaria para a Patrícia fazer a coordenação. Patrícia, trabalharíamos assim, com um tempo mais ou menos livre, sem abuso, digamos assim, mas também não limitar para as pessoas poderem desenvolver o raciocínio de uma maneira mais ampla, mais completa. Pode ser? Se todos concordarem eu pediria à Secretária para liberar o microfone da Patrícia e talvez mais algumas colegas ali, aí a Patrícia define e vamos para a discussão. Não sei, Patrícia, se tu pensaste em fazer uma introdução para a gente retomar a discussão daí.

2. CONTRIBUIÇÕES PARA O PROGRAMA DE REABILITAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO.

Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS: Boa noite a todos os conselheiros. Eu agradeço a gente ter a oportunidade de fazer essa discussão. A nossa ideia era fazer a mesma dinâmica que fizemos com os outros trabalhos. Então, eu vou compartilhar a tela e a gente vai passar a receber as contribuições de vocês, eu vou anotando, as dúvidas as gurias vão anotar em conjunto e a gente na medida do possível vai respondendo, enfim, tirando as dúvidas e recebendo as contribuições que vocês acham pertinentes. Levando em consideração que em relação a esse trabalho nós vamos planilhar, nós vamos fazer da mesma forma que nós fizemos no trabalho da instrução normativa, considerar para elaboração da minuta, enfim, os relatórios para a conclusão daquilo que for necessário. Então, muito obrigada por receberem a nossa equipe, a nossa equipe estava ansiosa para apresentar esse trabalho. E bom, este é o momento de ouvirmos vocês. Então, se me permitem eu vou compartilhar a tela. Então, como vocês podem chegar na tela, eu trabalhei ela da mesma maneira. Então, eu vou deixar aberto aqui para na medida do possível que vocês vão contribuindo, eu vou anotando as contribuições. Eu também deixei aqui encima, qualquer consulta ou quando alguém quiser fazer alguma referência no relatório, na minuta, querer tirar uma dúvida, eu deixei aqui as abas para todos poderem visualizar na medida do possível. Então, vamos começando com os registros dos questionamentos. Quem se inscreve para falar? Felisberto. Gurias, podem me ajudar anotando as inscrições? Vamos passar ao Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Q quantos minutos eu tenho.. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Pode falar, Felisberto. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Felisberto, em princípio vamos deixar o tempo livre. Claro, evitando o abuso, ninguém vai ficar 10 minutos falando, né! **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Tá, só me avisem quando eu estiver em 4 minutos. Primeiro, eu lamento não ter podido olhar com mais profundidade, até pela questão do meu trabalho como advogado, mas mesmo assim, durante a apresentação feita pela equipe da Secretaria, pela equipe comandada por ti, Patrícia, a Vaneska. Eu prestei muita atenção, fiquei as 3 horas, revi alguns trechos. E assim, primeiro eu vou ficar em uma manifestação mais característica do Centro, que eu penso importante a gente falar um pouco sobre isso, né! Nesses anos que eu vivo no Centro, caracterizo o Centro por quatro espaços bem distintos ou talvez tenha até mais, mas na minha visão do Centro. primeiro é a questão do entorno da Rodoviária em direção ao Mercado Público, pela Voluntários da Pátria, pela Alberto Bins, pela Otávio Rocha, que é um centro com características peculiares, com lojas, com comércio, restaurante, bares. Principalmente a Voluntários, que tem o Camelódromo e todo aquele trabalho que tem ali de mobilidade que tem o projeto a ser implementado exatamente naquele quadrilátero ali da Doutor Flores, da Vigário José Inácio. Então, me preocupa muito esse setor, porque ele tem uma dinâmica própria de um centro comercial, de um centro que ti atende, por exemplo, uma parte de hotéis, têm cortiços, tem uma população que mora ali em torno da Praça do Coliseu e a própria Júlio de Castilhos. Então, me parece que esse é um lugar característico do Centro. O outro que me parece, aí eu vou para o extremo, para o outro lá, que é o Gasômetro com a Praça Brigadeiro Sampaio, que também vai até a Caldas Júnior, como eu denomino um Centro que tem as ruas abertas. Então, propicia uma melhor dinâmica de convivência dos moradores com o Centro. E temos a Mário Quintana, que é a Casa de Cultura Mário Quintana, a Igreja das Dores, o próprio Gasômetro. Então, nós temos vários patrimônios históricos e cultural, que é usufruindo pela população. E agora a própria revitalização da orla, que traz um público e a própria praça que fica em frente ao

Gasômetro. Então, me parece que ali é outra dinâmica, envolve a Riachuelo, Duque de Caxias, Demétrio Ribeiro, Fernando Machado e a própria Washington Luiz. E aí eu já vou a uma pergunta: por que eu me baseei em uma primeira análise? Foi exatamente onde eu vi o olhar de projetos de caráter habitacional. Então, eu queria que vocês me detalhassem qual a ideia que vocês têm pisos, para não expulsar os moradores e não elitizar principalmente a Voluntários da Pátria pela sua própria dinâmica de moradia e de comércio, que é característica da Voluntários. Então, eu acho que é importante a gente ter essa coisa. Depois, exatamente outro centro que para mim é importante, que caracteriza o Centro, é a Praça da Alfândega até o Pórtico do Cais do Porto ou o Cais Mauá. Então, ali tem vários prédios históricos. Eu vi que houve uma preocupação da equipe em manter aquilo intacto, apesar de ter moradores, né. Nós temos moradores na Siqueira Campos, aquele prédio que é da GBOEX e no próprio edifício do Santa Cruz, que é o maior edifício do Centro, também tem moradores, né! Então, eu vi que teve uma preocupação também com a questão dos armazéns do Cais para não ofuscar a importância dos armazéns para a Cidade e para o próprio visual do Centro Histórico. Por fim, não me estendendo, depois eu me reinscrevo de novo, que é a parte que vai da Borges de Medeiro em direção a Praça Dom Feliciano, que é outra característica também, que ali tem uma parte que é aberta, mas tem uma parte que é fechado, as ruas. E isso é completamente morto, sem nenhum atrativo à noite. E nós temos na esquina da Dr. Flores com a Riachuelo, um prédio histórico importante, que é a Confeitaria Rocco, né! Que tem toda uma importância histórica e cultural para o Centro. Por fim, era isso, eu acho que já esgotei um pouco, mas depois eu voltarei. Obrigado, Gomes. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Só comentando, Felisberto, a ideia, eu fiz as anotações principais, como esta é uma reunião do CMDUA, então, vai ter a transcrição completa, a gente vai poder depois melhorar os comentários. Eu coloquei aqui, só para a gente lembrar, vamos dizer, os principais pontos que foram tocados. Pelo que eu entendi se propõe fazer uma descrição por setores e algumas questões que são importantes em relação a isso. E tendo o questionamento principal, em relação à situação das moradias, eu não entendi muito bem qual seria muito bem o foco, eu não entendi qual seria a pergunta em relação a isso... **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** É que na Voluntários tem uma população já que mora ali que são moradores, na Pinto Bandeira, na Coronel Vicente. Então, é essa a minha preocupação, para não haver uma expulsão desses moradores, uma sofisticação, sem discutir a questão de habitação de interesse social. Depois eu volto porque tem outros assuntos, porque tem outros aspectos que eu quero tocar também, mas quero deixar os outros falarem. Tá? Obrigado. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Só comentando, depois está escrito ali no relatório, que a gente teve uma conversa com o DEMHAB, com a SMARF, teve uma manifestação deles de procurar se manter as ocupações que existem. Então, vai ter um trabalho relativo a garantia de manutenção daqueles que estão lá. Não sei se respondi a tua pergunta, mas a gente pode evoluir ao longo do processo. Vamos ver quem é o próximo. É o Saffer. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Boa noite, pessoal. Não é bem uma contribuição, mas também é um pouco de dúvida quando eu li a minuta. Uma das áreas, a primeira área que o Felisberto descreve, ela está dentro do anexo, eu acho que aquelas áreas de setores de prioritária, de incentivos. Eu acho que fecha bem aquela imagem da direita ali. Eu queria entender uma coisa assim, dentro do anexo VI, que tem essas áreas prioritárias, que vocês definem que tem aquele 1.5, se eu não me engano, para a questão do índice total, alguma coisa nesse sentido, né.

As outras regiões ficariam no 1.5? É uma pergunta. Eu tinha entendi, qual é a diferença? Eu fui ver onde está citado na lei esse anexo VI, porque têm outros incentivos, como habitação de interesse social, o prioritário, esses também tinham a questão da isenção do valor do solo. Tem várias formas de incentivo e de atrair as pessoas para essa proposta do Centro. Então, cada situação é uma situação. Essa é uma primeira pergunta, Patrícia. E a segunda, quando vocês falam nos gabaritos, vai ter anexos que vão definir e já vão vir os gabaritos, que não são muitos quarteirões, nós parávamos para ver, tem uma imagem muito boa aí na apresentação. Não são muitos quarteirões, então, poderia já vir um estudo de todos os gabaritos e todos os quarteirões. Então, é isso que eu queria saber, se vai vir essa apresentação como anexo de cada quarteirão? É uma segunda pergunta. E depois é um detalhe, se vocês puderem na minuta, tem um lugar que está escritos “Cinco” e é “três”, são “três anos”. É só um detalhe. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** São três anos. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** É uma correção só na minuta. Poderia me responder essas perguntas? **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Sim. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** A pergunta também é a seguinte, nós não vamos ter que ficar fazendo consultas? Eu consigo para fazer uma avaliação, não ter que fazer consulta, que se eu entrasse na DM ou na minuta, que tenha as informações para eu fazer um estudo de determinado terreno, de alguma edificação. É essa a minha pergunta. Está entendendo? Como vai ser essa sistemática? Por isso que eu acho importante já vir a definição dos gabaritos. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** A gente tem os critérios gerais a Vaneska pode explicar depois isso aí. Então, eu vou tentar explicar, qualquer coisa tu rebates, porque o importante é ficar bem claro. Em relação á questão do 1.5, a gente, na verdade... Esse 1.5 não é um benefício, é uma conversão de áreas adensável, não adensável e isenta em área total ou construída, porque a gente entende que é mais adequado fazer o controle volumétrico ou o desenho, controlar o desenho da cidade, quando a gente tem uma área total. E aí o monitoramento da densidade que seria relacionado à área adensável, ele ficaria, a gente monitoria pela própria construção do território. Então, cada vez que se entrar com um processo a gente vai coletar os dados e vamos monitorar essa densidade ao longo do tempo. Não vai ser por diferença entre área adensável, não adensável ou isento. Então, na teoria nós não teremos mais essas não adensáveis e isentas, teremos uma só. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Patrícia, algo semelhante como o 30% da atividade única? **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Isso, mas aí após conversas, algumas reuniões que nós tivemos, inclusive, com a ASBEA, a gente resolveu adotar o parâmetro, ao invés de 30% os 50%, porque todas as edificações têm direito aos 50% não adensável. Inclusive, a compra do não adensável, tu compras adensável e tem direito a 50% não adensável. Então, a gente adotou, a gente aumentou um pouquinho o que seria o 30% e fizemos essa equiparação. E naquele perímetro... **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** É que tem ali no anexo, tem um item ali que fala só dessa situação, deu entender que está em toda a região, mas tudo bem. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Em todo o perímetro de adesão que está incluído. E naquela área prioritária, na verdade, vai ser uma área que a gente propôs, vamos dizer, a título de incentivo ao

desenvolvimento do programa, uma isenção no valor do solo criado naquela área definida ali nos primeiros três anos. É uma área a menor, onde a gente viu que a gente teria mais interesse em transformar aquele território para dinamizar as características do Centro. Em relação aos gabaritos, na minuta de lei a gente estabeleceu os critérios, que eu acho que estão bem claros, eles ficaram bem claros através da apresentação da Vaneska, mas a gente acha prematuro detalhar um gabarito ou consolidar em pedra uma volumetria que, eventualmente, tu podes ter uma situação dependendo do tipo de atividade, ter determinado comportamento ou outro. Então, a ideia é a gente na regulamentação definir esses gabaritos ao longo do tempo. Acho que a Vaneska vai explicar direitinho como funciona em Barcelona, que em Barcelona os gabaritos são definidos ao longo do tempo, ou pela própria equipe técnica, ou o próprio requerente, atendendo os critérios que vão estar bem regulamentados, ele vai conseguir ter uma liberdade para trabalhar o seu projeto. Quer completar essa resposta, Vaneska? **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** É, eu ia comentar que a gente chegou ao ponto de ter o questionamento do quanto esse gabarito precisa estar em uma volumetria definitiva. A gente entende que mesmo ele deve ter certa flexibilidade, aí também acompanhado pelo monitoramento. A gente está mirando justamente os critérios que a Patrícia comentou, para garantir que o desempenho de certa forma desse gabarito seja adequado. Então, por isso a gente está trabalhando mais com a aferição de que se aqueles parâmetros estão sendo cumpridos, a proposta pode estar sendo tanto do executivo, de ter esse desenho desses gabaritos, que é algo que a gente vai detalhando, né, Patrícia? Que está na nossa rotina trabalhar nisso, mas que também possam ser construídos de forma alternativa pela proposição, pela proposta, através de requerentes, enfim, arquietos que possam estar apontando soluções, desde que atendam aqueles critérios que estão colocados ali para a formulação dos gabaritos. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** E a forma disso acontecer, a gente pode trabalhar depois em conjunto nas regulamentações. Se vocês verem no capítulo final, a questão da gestão, como é que a gente está pensando, está especificado o momento que isso pode acontecer. Mais alguma pergunta, Saffer? Foi compreendido, ou discorda de alguma coisa, ou tem um contraponto? **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Eu acho que uma questão importante que eu vi que o Saffer apontou, algumas coisas que não ficaram muito claras na minuta, acho importante depois a gente destacar exatamente a posição desses artigos para eventualmente a gente fazer uma adequação, né, Patrícia? Para ficar mais claro mesmo. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Mas eu acho que é uma coisa muito técnica, que está faltando uma contribuição, não sei se é de debate aqui, está entendendo? Exatamente vai nessa linha, é exatamente isso, porque quando eu fiz a primeira leitura dá entender que nesse 1.5 era bem ali que fala sobre o anexo VI. A gente tem que ver que essa era a fórmula de calcular, mas tudo bem, eu posso trazer isso de outra forma questionando ou mandando perguntas para vocês, até porque nós estamos fazendo um debate interno sobre esse assunto. Posso só dizer o que está ali, no artigo 15 fala da letra *a*, essa área que o falou ali. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Vamos ver ali. Pode ir dizendo o que está no artigo 15, Saffer? **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Posso. É o inciso II, letra *a*, eu fico perguntando por que anexar isso, se isso é um padrão, é uma redundância, porque na UEU Subunidade 2 ou UEU 02: ... *adota-se um padrão potencial construtivo, que*

corresponde ao índice de aproveitamento básico constante na tabela anexo VI, modificado pelo 1.5... **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Para equivaler a área construída total. Ele vai multiplicar por 1,5 dentro desse perímetro de adesão se adote o critério da área construída total e não a diferenciação entre área adensável, não adensável e isenta. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Mas isso em toda a área... **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** É que eu preciso fazer essa descrição na minuta para diferenciar ela de todo o território. Vamos dizer, de todo o território, eu preciso descrever o que o programa de computador vai escrever ali, é só uma operação que vai dizer o que vai acontecer ali. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** É que o anexo VI fala de tudo, não só do setor de prioritários como o de adesão. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Ele fala de tudo. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Achei que fosse dos setores mais prioritários. Não, ele fala de tudo. Entendi. Está bom! Obrigado! **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está só isso? Então, muito obrigado, Saffer! **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** O próximo eu acho que é o Professor Rômulo. Por favor, Professor. **Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Olá! Então, boa noite a todos. Eu queria antes de tudo me somar ao Gomes com relação ao que ele falou sobre o trabalho que a equipe apresentou. Isso não é um elogio, é uma simples constatação de que realmente o trabalho evoluiu muito desde aquela primeira apresentação que nós tivemos lá, sei lá, há três meses, provavelmente. Eu vi lá muito das coisas que foram referidas naquele primeiro debate, que essas coisas tiveram repercussão. Quando a gente fala alguma coisa, não quer que ela seja imediatamente aceita, mas a gente está colocando uma coisa como uma nova referência para ser tomada em consideração e eu vejo isso com satisfação que a equipe foi permeável a muitas dessas sugestões. *Bueno*, apesar disso, à medida que eu trabalho foi sendo apresentado, há duas semanas, e depois, a reunião terminou e eu continuei estudando, enfim, examinando com o máximo cuidado possível o projeto de lei, a minuta, aí anotei uma série de coisas. Não me foquei nas questões que foram colocadas no projeto de lei, na minuta, mas nas coisas que na minha opinião não constam ali e que por alguma razão deveriam ou pelo menos, enfim, estarem presentes ou subjacentes, algumas coisas não precisa evidentemente constar no projeto de lei, mas o projeto de lei deve como arcabouço, ou deveria considerar essas coisas. Foi um texto que eu enviei, eu tenho esse costume de anotar as coisas, desenvolver por escrito e me dei conta que seria impossível apresentar aquilo em um período de tempo reduzido que a gente conta nas reuniões. Então, eu preferi enviar para vocês e vou tentar destacar uma ou duas dessas coisas que eu julgo, particularmente, importante. *Bueno*, como vocês vão verificar, as anotações que eu fiz vão desde as coisas que são mais imediatas, ou seja, que fazem parte do próprio projeto de lei, mas que de alguma forma deveriam ou poderiam serem ampliadas ou serem reformuladas de alguma maneira para privilegiar as técnicas, como, por exemplo, a continuidade. Ainda tem coisas relativas, que esses projetos costumam sofrer, fazer um recorte temporal, relativamente curto, em coisas que não são tão curtas, que tem dinâmicas muito mais lentas, muito mais longas e que envolvem medidas que são tomadas agora, mas que vão ficar lá adiante ou não vão, vão ficar lá dentro. Eu até cheguei a destacar, particularmente, a questão dos transportes, né! Se a gente for olhar como os

transportes estão sendo tratados no projeto de lei... *Bueno*, são questões imediatas, são questões relativamente triviais em relação ao sistema todo e de resolução imediata. Mas, evidentemente, o transporte é uma coisa que tem uma amplitude e representa um fio condutor, vamos dizer assim, da cidade. Quer dizer, qualquer coisa que seja feita agora precisaria de alguma forma estar situado dentro de uma coisa maior. Então, eu comecei por essas questões que são mais óbvias e derivadas do próprio arcabouço do projeto de lei e depois evolui, vamos dizer assim, acrescentei algumas coisas que poderiam ser pensadas. Não são parte da lógica estrita do Plano Diretor e do plano do programa de revitalização do Centro, que pertence de alguma forma ao mesmo arcabouço teórico, metodológico e tal, mas que poderiam ser coisas que poderiam enriquecer de alguma forma o plano. Uma delas, por exemplo, que eu destaco é a questão da parte de financiamento do programa associado à participação, ou seja, quando a gente pensa – Como que esse negócio vai se financiar? *Bueno*, aparentemente, o programa apresentado para nós se baseia em um financiamento privado, que são coisas decorrentes do próprio desenvolvimento da cidade, construção, venda de solo criado, contrapartidas, etc. e etc., que são coisas que estariam, que obviamente fazem parte da coisa. Mas esse tipo participação é uma das possíveis, que envolve um tipo de agente, que são basicamente agentes ligados ao desenvolvimento urbano, incorporação imobiliária e tal, que são participantes legítimos do processo, mas são uma parte deles. Existem, por exemplo, muitas pessoas que gostariam de alguma forma, que nem são do Centro, que são de outros lugares da Cidade, mas que veem no Centro, ou alguma coisa interessante, ou uma coisa que vale a pena tratar, ou que pode ter resultado de investimentos, mas são pequenos investimentos. Como que um cara que tem R$ 10 mil vai participar do programa, né? Então, acho que isso é uma coisa que o programa poderia ter, ou seja, como é que se possibilita, como é que se viabiliza a participação de pequenos investidores, de pessoas individuais, que têm recursos limitados, mas que não obstante tem interesse tão legítimo, tão importante, tão válido quanto das grandes incorporações, das empresas, enfim, desse tipo de coisa. E outras, que ficam para a consideração de vocês. Então, acho que isso... Outra coisa que eu lembrei agora, que eu acho que é importante, que se refere, inclusive, ao que foi muito bem colocado pelo Felisberto, que é o seguinte, o Centro da Cidade é a área, o pedaço de Porto Alegre que reúne a maior quantidade de particularidades, porque é uma área mais antiga, é a que mais interessou, há muito mais gente durante muito mais tempo. Então, toda essa concentração faz com que cada esquina, cada cantinho do Centro da Cidade que tem lá a sua particularidade e o tratamento disso, mediante uma regulamentação urbanística genérica, eu acho que é basicamente inviável. Embora nós tenhamos esses recursos de EVU, esses recursos de avaliação de impacto, não é? Eu acho que essa questão da avaliação de impacto deveria ser pensada como uma variante da que nós temos hoje em dia, uma variante para o Centro da Cidade, ou seja, que ela seja tão capaz de capturar e de tratar de forma adequada cada particularidade que o Centro da Cidade apresenta. Então, isso é uma coisa que evidente, não formulei isso, mesmo não é uma coisa muito difícil de ser formulada. Quer dizer, nós precisamos estabelecer critérios de qualidade da Cidade, qualidade ambiental, qualidade de vida, qualidade urbanística, enfim, qualidade paisagística, essas coisas todas. E a partir desses critérios ver o que é preciso que o nosso sistema de avaliação de impacto para essa situação deva ter. Basicamente é isso, eu não tenho muito mais o que acrescentar em relação àquilo que eu escrevi, que já não é pouca coisa, são 12 itens que eu sugiro em relação ao que poderia ser de alguma forma articulado ou combinado com o que foi já apresentado. Obrigado, era isso! **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Perfeito, Rômulo! Queres comentar, Patrícia? **Patrícia da Silva Tschoepke**

(Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS: Sim, sim, rapidamente. Obrigado, Professor. Realmente, nesse período, como eu já tinha comentado, a equipe se esforços bastante para, vamos dizer, entregar um trabalho que teve a dedicação plena de cada um dos integrantes, cada um deu o seu melhor na medida do possível. Nós recebemos as contribuições, agradecemos, nós vamos avaliar. Assim que recebermos as contribuições dos demais conselheiros a gente também vai fazer as avaliações. Só uma questão em relação ao ser genérico, na verdade, a nossa ideia é justamente ao contrário disso, a gente vai tomar o cuidado de não consagrar as coisas nesse primeiro momento e sim focar. Por isso tem um capítulo específico em trabalhar a gestão e o monitoramento, acompanhando o monitoramento do desenvolvimento do território e o nosso trabalho de detalhamento desse território, que é tão especial, que é o Centro Histórico, vai acontecer quarteirão por quarteirão. Então, cada quarteirão por quarteirão a ideia é que seja detalhado, considerando, vamos dizer, os parâmetros que nós colocamos, que não foram consagrados, mas da forma como estão pontuados consideram as características de cada local. Não sei se me fiz entender, mas essa é a visão que nós tivemos quando desenvolvemos a proposta. Era isso, Gomes. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Perfeito, Patrícia. Então, o próximo inscrito é o Conselheiro Hermes. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Boa noite a todos. Eu peço desculpas, mas por problemas técnicos entrei já começando a reunião. Fiquei meio perplexo, porque não sabia que tinha sido alterada a pauta e não me preparei também. De qualquer forma, algumas questões eu queria levantar, mais como contribuições, alertas também. Eu reconheço o trabalho técnico realizado, o esforço e parabenizar o grupo. Entre as questões que eu levanto, eu continuo a minha grande crítica a esse trabalho. Não é do ponto de vista técnico e sim político, porque eu entendo que ele continua sendo uma proposta açodada do governo, ou seja, um trabalho desses, dessa dimensão, e eu entendo que tenho uma noção exata da dimensão que ele abrange, chegando a detalhamento de quarteirões, etc., no sentido de trabalhar, que era uma das ideias do plano de 99, de trabalhar, de ter uma flexibilidade e não empacotar os projetos, através do Plano Diretor, como era a grande crítica do plano de 79. Então, nessa linha, esses prazos, esse açodamento, que é um açodamento político... Eu não estou fazendo nenhuma crítica aos técnicos da Prefeitura, mas termina fazendo que a gente perca, assim como o Rômulo me antecedeu, a possibilidade de aumentar o leque de visões, de preocupações e de soluções. Eu vejo que sempre que o grupo técnico fala que tem feito contato com o pessoal da construção civil, os investidores, os incorporadores, os construtores, o grupo que participa de projetos e etc., da arquitetura e urbanismo, mas isso é apenas um aspecto de toda essa gama de interessados e de atores que têm interferência direta nessa área, que vão viver essa área. Dentro disso, uma das preocupações que eu tenho... Não é preocupação, é alerta, na verdade. Eu lembro que no plano de 79, uma das grandes críticas era que os projetos tinham que virar uma caixinha, tinha que obedecer a lei, fechar uma caixinha. E que a questão de ter uma área construída ali máxima fazia com que a qualidade dos projetos fosse muito ruim e com isso se criou, a partir de certo momento, as áreas não computáveis ou áreas isentas, que eram as sacadas, outras áreas que foram agregadas e não contavam no potencial construtivo máximo para dar qualidade a esses projetos. O que aconteceu em Porto Alegre é que não houve uma qualificação, houve sim, em um primeiro momento se criou essas sacadas, irregular, mas fecharam as sacadas. Depois foram alterando a legislação e virou um plus, mas isso é um processo constante. Eu entendo que quem defende isso está defendendo as suas posições, mas é uma preocupação que traz, na medida em que essa área, essa nova proposta de ocupação

do terreno, que eu acho bem interessante, era uma das questões que se discutia muito na década de 90, sobre essa maior flexibilidade. Mas é uma preocupação no sentido de que no momento que for... Me parece que vai acontecer isso, novamente, daqui a pouco, estão fazendo um lobby, já mudou o prefeito, mudou todo mundo, um lobby para criar mais – Mas toda essa área é área computável, vamos quem sabe criar outra área... E assim vai indo! É uma preocupação que eu trago. Outra questão que para mim é importante também, saí vem ao encontro do que eu disse do açodamento da proposta, que eu entendo como uma proposta mais política, o Prefeito decidiu que se faria alguma coisa no Centro, que não há nenhuma crítica, o Centro precisa, não tenho dúvida, mas não existe nenhuma projeção econômica que trabalhe com a questão econômica da Cidade. Então, o que eu vejo é que a gente está aprovando, o Conselho, está cada vez mais se aprovando loteamentos para 40 mil pessoas no aeroporto, outro para não sei o quê... E alguém sabe se tem esse público, qual é o público alvo dessa ocupação nova no Centro? Na verdade, nós não temos nenhum crescimento populacional e nem um crescimento de renda. Então, eu vejo algumas hipóteses, provavelmente, se for uma situação que for muito positiva no sentido de agregar qualidade nos prédios e etc., vai haver uma migração de camadas que tem maior poder aquisitivo para o Centro, expulsando a população do Centro. Tudo bem, eu não estou nem fazendo uma crítica, mas é uma ideia. A outra é mais uma dúvida de onde que vai sair essa população, se tem algum estudo, alguma projeção sobre isso. E também queria comentar uma questão que a Vaneska falou sobre Barcelona, que a gente sempre tenta tentar fazer essas experiências melhores e isso me incomodava muito. Eu lembro que uma época se trabalhava com o plano de 99, a questão das densidades e alturas, e o pessoal que defendia dizia – Mas por que não imita lá não sei onde? Em Nova York, que a densidade é muito alta em relação a Porto Alegre e altura também. Eu acho que são questões muito delicadas, eu acho que a gente tem que tentar entender mais a nossa realidade da população de Porto Alegre, dos costumes, da economia, é lógico, sem desconhecer essas outras experiências que tem, que são excelentes do ponto de vista do urbanismo. E, por fim, a minha outra questão, isso já foi falado de que se pense não só na questão da construção, da ocupação do Centro, mas volto a afirmar, mas atendendo do meu ponto de vista o interesse de setores da construção, setores do empresariado. É que todo esse trabalho contemple, para mim um planejamento completo deve considerar algumas questões dos agentes que vivem no Centro; ou seja, camelôs, guardadores, papeleiros, moradores de rua, toda essa população que é considerável no Centro, não podemos dizer que isso não é um problema do planejamento urbano. (Sinalização de tempo esgotado). Terminando. Mas é uma questão que tem que ser considerada, se não mais uma vez eu acho que é um trabalho que termina ficando prejudicado. Obrigado. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Eu só quero fazer um comentário, assim, o nosso trabalho do planejamento urbano, nós somos pagos para isso, nós somos pagos e ficamos muito felizes de ter oportunidade de ter essa dedicação e conseguir fazer um trabalho que pode fazer a diferença na nossa Cidade. Uma proposta, claro, ela pode ter as suas críticas, pode não ter, mas esse é o nosso trabalho e o nosso trabalho é para a Cidade, para todas as pessoas. Está ali bem claro nos relatórios que a gente fez uma pesquisa com os grupos da sociedade, nós consultamos diversas secretarias, consideramos diversos aspectos. Então, não acho adequado a gente dizer “não, nós trabalhamos com o mercado imobiliário”; não, o nosso trabalho é de planejamento urbano, desenvolver projetos territoriais e a gente pretende continuar fazendo isso. E mais, as ideia que nós temos, que estamos pesquisando, que a gente vai ter a ideia de considerar os territórios como sua característica especial e a gente vai ter sim o nosso Plano Diretor, que

vai considerar a Cidade como um todo, mas cada bairro, cada porção de território deve e merece ter o seu olhar. O primeiro deles é o Centro e a nossa ideia sim é na medida do possível, conforme a demanda da população e conforme os próprios resultados do Plano Diretor a gente ir trabalhando sim os diversos territórios da Cidade considerando suas características. Eu não sei se a Vaneska queria complementar alguma coisa. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Acho que sim, patrícia. Eu anotei alguns pontos para a gente contemplar, eu queria só deixar também registrado, sem tirar o mérito do que é citado como questões importantes para o planejamento urbano. Eu acho que hoje a gente tem modelos e ações que muitas dessas ações podem ser retiradas desse caráter mais especulativo, a gente pode fazer medições e poder ser mais objetivo para avaliar esses cenários que estão sendo contrapostos. Eu fiz algumas anotações aqui, acho que desde os planos de melhoramentos, que Porto Alegre investiu. A gente vê que o plano de 79 que foi citado, foram citados os planos, a gente vê que de certa forma o desenho urbano acabou perdendo espaço nessas figuras de planejamento, nessas peças de planejamento. Então, é muito no sentido de resgatar e também poder de certa forma oferecer uma alternativa, porque hoje a gente já tem envelopes para os nossos lotes, né! Só que esses envelopes estão baseados no modelo de base, torre e configurado ali através de recursos. A gente sabe que para atingir o potencial construtivo existe uma forma de ocupar esses lotes, que aproveita melhor o potencial construtivo. Então, de certa forma a gente tem esse controle, só que a gente está colocando um contraponto a esse controle da paisagem, que como fica vinculado muito à geometria do lote, ele acaba gerando um controle e descontrole, né! Porque a aleatoriedade do formato muitas vezes do nosso parcelamento acaba resultando numa variação muito grande enquanto solução de recuos, alinhamentos. Eu tinha também anotado aqui sobre a questão do crescimento populacional, é uma questão que a gente vê muitas vezes ser pontuada nas discussões, nos debates de planejamento para Porto Alegre e aqui eu vou colocar, então, outra questão, né! Como Porto Alegre se enxerga dentro da região metropolitana? Hoje nós somos a capital do Estado, a gente sabe que isso muda, historicamente, em muitos locais isso mudou. Os municípios da região metropolitana, muitos deles continuam crescendo. Então, é um pensamento que tem que existir. Bom, Porto Alegre não está crescendo. Então, não vamos mais pensar em novas ações, talvez tenha que se pensar por que Porto Alegre não está crescendo, né? Porto Alegre deve cresceram? A gente está com uma população que está envelhecendo e não está crescendo na taxa de mortalidade na mesma proporção em que ela envelhece? Então, como a gente enxerga isso? Como a gente pensa o futuro da Cidade dentro desse contexto e desse cenário? São perguntas que a gente tem, muitas delas eu entendo que têm que serem feitas também à luz da revisão do plano. Nem tudo se concentra no Centro, no Centro a gente fez um cálculo muito baseado na sustentabilidade do que hoje existe de infraestrutura e de equipamentos e serviços no território, mas para o próprio crescimento da Cidade a gente tem que pensar nessas questões. Então, querendo contribuir mais para o debate, né, Patrícia? Eu entendo que tu já pontuaste ali, fez alguns contrapontos e no restante agradecer às contribuições. A gente está tomando nota e vamos pensando em como deixar talvez até algumas questões de forma mais clara. Eu ia colocar também, antes eu comentei que as contribuições que nós recebemos de forma escrita, entendo que a gente pode fazer também uma manifestação por escrito para daí também contemplar todos esses pontos, ver como a gente enxerga eles dentro do projeto de lei e, eventualmente, também fazer os ajustes que se façam necessários. Obrigado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Obrigado, Vaneska. O Conselheiro Fernando. **Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato**

dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS: Boa noite! Boa noite, Presidente Gomes, Conselheiros. A minha intervenção no sistema de revitalização do programa do Centro é bem pontual. Como eu já tinha comentado em outras oportunidades me preocupa muito a questão da infraestrutura. Em se tratando do Centro nós temos uma estrutura bastante defasada. E por se tratar de um programa e não de um projeto, entendo que deva ter alguma diretriz com relação a isso. Onde eu quero chegar no aspecto pontual desta minha fala? Todo programa se eu tenho as diretrizes é muito melhor até para eu poder fazer um planejamento quanto a essa infraestrutura e não simplesmente analisar. E quando eu falo "simplesmente" não tem demérito nenhum, é a forma como se dão as coisas, de que quando eu faço o empreendimento avalio a necessidade de infraestrutura e começo a pedir algumas coisas pontuais. Vou dar um exemplo típico que em Porto Alegre acontece muito, são as famosas bacias de detenção, né! Enquanto eu poderia ter pensado num programa de drenagem superficial, muito mais eficiente, muito mais extensivo a todo o bairro e que realmente traria uma solução técnica adequada e não soluções pontuais em função do tamanho ou do empreendimento. Ou seja, se eu faço um empreendimento aqui, outro há duas ou três quadras não resolve o meu problema, é um paliativo muito frágil sob o ponto de vista de planejamento, associado à infraestrutura. Com isso eu também trago de novo, o mesmo tema, em se tratando do Centro o que a gente fala que aqui é muito simples, porque esse trabalho desenvolvido pela equipe... E de novo eu vou reiterar meus parabéns, porque todo o trabalho em planejamento urbano é um trabalho hercúleo, que tem diversos caminhos e nem todos têm aquela certeza que se espera, mesmo sendo técnico e também nem os erros também que muitos podem apontar. De certa forma é um trabalho que vai se tateando e vai se pensando ao longo do tempo na própria dinamicidade da Cidade. Tendo em vista isso, fica como uma sugestão, né! E de novo vou dizer que é muito fácil a gente em cima de um trabalho sem saber todo o volume que dá. Se houvesse estudos preliminares da infraestrutura, que pudesse ter uma diretriz por se tratar de um programa das questões de infraestrutura. E aí através das contrapartidas ou das mitigações que isso pudesse fazer parte dentro desse programa maior também e não ficar tão pontual assim. Então, fica isso como uma sugestão a ser considerada. Era isso e quero parabenizar pelo trabalho, todo trabalho é muito bem-vindo. E quero lembrar uma coisa, a questão do Centro se fala muito e, na realidade, é muito difícil começar. E aí é que vem o grande mérito, finalmente nós vamos fazer alguma coisa pelo Centro. Desde já agradeço aí, uma boa noite. Obrigado, Conselheiro Gomes. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Obrigado, Conselheiro Fernando. Patrícia, comentando? **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Eu gostaria de comentar, eu não, Fernando, se chegaste nessa parte do relatório. **Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Eu acho que sim. Eu não estou vendo aqui no relatório. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Assim, os estudos que nós fizemos em relação à questão da entidade, enfim, diversos órgãos relacionados à questão da infraestrutura, a situação da infraestrutura, que impossibilitou a gente tomar as decisões que tomamos. Eu entendo, por isso coloquei ali, acho que uma das questões que foram pontuadas, sim, que a infraestrutura é suficiente, enfim, mas que precisa de melhorias. Têm infraestruturas muito antigas, então, a gente precisa fazer algumas trocas. Então, eu pontuei, se me permite, da gente colocar aqui no desenvolvimento do programa, que a gente passe a detalhar, focar nesse detalhamento do que especificamente precisa ser complementado por setor ali, porque se identificou muito que tem alguns setores específicos que precisam de alguma complementação, outros não.

Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS: Ok, obrigado, Patrícia. Fico grato pela receptividade. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Eu tenho como próximo inscrito o Felisberto. Felisberto, vou te fazer uma sugestão, vamos ver se tu aceitas. Tem a Tânia inscrita e o Rafael, quem sabe fala a Tânia, fala o Rafael e aí tu falas, como tu és no repique. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu ia propor isso. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Beleza! Então, Conselheira Tânia, com a palavra. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Boa noite a todos. Em primeiro lugar gostaria de parabenizar a equipe técnica pelo excelente trabalho, extremamente descritivo, mas eu gostaria de fazer algumas considerações, porque eu tenho algumas dúvidas. Quando se faz a comparação, isso aqui sempre me deixa um pouco aflita, quando se faz as comparações com países europeus e países desenvolvidos, são ótimos exemplos de planejamento urbano. Isso a gente sabe, mas nós vivemos em outra realidade completamente diferente, uma realidade, cultural, cultural muito forte e social. Então, a estrutura é completamente diferente. Então, existem algumas coisas que seriam mais fáceis e mais adequadas, com certeza, em outros países do que aqui para nós. Nós temos outras necessidades que são muito mais emergentes do que essas considerações. Eu gostaria também de saber, Patrícia, como se dará essa fase de planejamento, tá? Em quanto tempo, como vai ser feito isso. Vocês tem o planejamento de em quanto tempo vão começar essas obras? Inclusive, as obras ali da João Alfredo, que eu tenho algumas pessoas que já me perguntaram e eu não soube informar, quando vão começar aquelas obras, que já foram aprovadas, inclusive, né? Outra coisa, se vai haver a reestruturação dos prédios antigos da Cidade, tendo em vista essa consideração das características e dos territórios. Na Cidade existem bolsões que existem em vários prédios antigos e eles estão caracterizados. Isso sim é interessante, porque quando o europeu vem para o Brasil ou quando as pessoas viajam para outros países, o que elas gostam de visitar são as histórias dos países, né! A gente visita castelos, locais bonitos, históricos, preservada, natureza preservada, espaços históricos preservados. Isso conta a história da cidade, conta a história das pessoas e a gente não vê isso aqui, a gente sabe que sim, o Centro está sucateado, ele foi abandonado com outros intuitos, mas e agora, o que vai ser feito? Estou com problema aqui... **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Oi, Tânia! Tudo bem? Perdesse o microfone? Está sem sono. Deixa eu ver. Patrícia, tu queres fazer algum comentário sobre o que a Tânia falou até agora? Alô, retomando... Patrícia, tu está me ouvindo? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Eu acho o sistema... Oi, Gomes, tudo bem? Estou por aqui, viu? Estou acompanhando vocês pelo celular. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Oi, boa noite. Seja bem-vindo, Presidente! **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Tranquilo. Eu estava vindo no carro, ouvi desde a fala do Felisberto, vim acompanhando mais quietinho e agora estou na Secretaria. Eu estou vendo que o sistema está meio que travando, também meio lento aqui, a Patrícia travou. Não sei se é o Zoom. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Travou o meu, de vários. Eu sugiro, não sei, de repente assim... **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Acho que agora liberou. Patrícia? **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Afora estou te ouvindo, eu só não

consegui ouvir nada da Tânia. Não vou conseguir responder ela, não sei se as gurias quiserem. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Assim, sem prejuízo, eu acho que a gente passa a palavra para o Rafael e depois retomamos com a Tânia, damos a oportunidade para ela entrar de novo. Eu me despeço, Presidente, deixo contigo. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Show de bola! Obrigado, Gomes, pela condução! Rafael. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Obrigado, Secretário. Boa noite. Algumas considerações e alguns questionamentos. Primeiro, é inegável a evolução, ainda que eu considere que muitas delas ainda se debruçaram sobre premissas sobre as quais a gente vem questionando e vai seguir questionando, algumas eu vou colocar. A primeira delas eu diria que a despeito de que haja alguns elementos de programa, há diversos elementos de uma revisão do Plano Diretor, de uma revisão de gabaritos, etc., que talvez não esteja apropriado à questão de se fazer tal revisão, de ter esses elementos fundamentais do regime urbanístico da área, conforme o plano. A questão do tratamento dos dados, houve um tratamento estatístico em relação aos dados levantados pela consulta dos questionários ou não houve? A questão daquilo que agente apontou sobre investimento em ações estruturadoras, o único elemento que eu vi que parece atender de alguma maneira é a questão da redução do número de terminais. Quer dizer, questão o transporte é colocado entre as ações a serem financiadas pelo programa, pela venda do solo criado, não estão aí grandes ações estruturadoras, como, por exemplo, a questão do transporte, que está ali só a redução, ou seja, ela está mais ligada à questão do espaço público em si do que resolver o problema da mobilidade, que já é uma realidade com a atual densidade e não há dúvidas, nós não vamos ser o único lugar onde isso não vai acontecer. Ou seja, onde o maior adensamento sem soluções de transporte e de mobilidade que reduzam a quantidade de carros, e provoque, e fomente o transporte público não aconteça, se não acontecer nós vamos ter o agravamento dessa situação. Além do que, por exemplo, a sugestão trazida aqui pelo Conselheiro Fernando, das questões da grande infraestrutura, do ponto de vista de drenagem, também não constam e elas deveriam constar nas ações. Isso eu concordo com o Conselheiro Fernando. A questão, quando se fala do adensamento, além da questão trazida aqui pelo Hermes, e aí vem a pergunta, a gente quer, vamos trabalhar com adensamento muito maiores. De onde virão essas pessoas? Quer dizer, não é Porto Alegre que não está crescendo, todas as cidades do país, todas as grandes cidades do país estão com crescimento demográfico estacionado. As cidades que crescem no país, em outros países, são cidades médias e pequenas, isso se dá por uma nova dinâmica demográfica nacional. Porto Alegre não vai querer se arvorar e com essa tendência, há duas tendências, né! A primeira é um crescimento demográfico global estacionado, estamos na segunda metade do Século XX, ao contrário, não há boom populacional, ele já está estabilizado. Quer dizer, aí vem uma questão, de onde virão essas pessoas? Ou se virão de algum lugar, pelo menos elas deveriam deixar de ir a outros. Eu quero dizer com isso é que para que a gente possa aumentar essa densidade no Centro nós vamos ter que dizer assim, nós queremos estimular e priorizar o crescimento no Centro, o adensamento no Centro. Então, não dá para adensar em outros lugares. Então, isso redunda em um debate posterior, que não deveria ser posterior, ou seja, aí mais uma questão da oportunidade de que esse programa deveria estar redebatido junto com a revisão do plano e não antecipando. E um parêntese, parece até que ele traz aqui algum tubo de ensaio para algumas propostas de revisão. E aí eu vou a uma questão, a questão da nova proposta de gabaritos. Eu não vou ficar defendendo modelo de base e torre, até porque em boa parte do Centro ele não é o modelo utilizado, ou seja, boa parte do Centro ainda se guardou o

modelo de recuos conforme a altura e conforme a relação com o espaço público, como havia. E aí volto um pouco à questão de adensamento, que quando se fez esse estudo, aí é mais uma pergunta, quando se fez esse estudo das densidades comparativas... E a gente diz que tem que aumentar a densidade daqui, porque a gente não está muito aquém de densidades de outras cidades. Se fez um estudo também do espaço público da relação em espaço aberto, público e espaço privado, e da relação com o grão... Quer dizer, aí eu vou à questão das volumetrias. Quando eu vejo os estudos apontados, sobretudo, com os modelos em 3D que se apresentam, eu vejo muito mais nada inovador, mas um retorno aos padrões do Plano Diretor e das alterações dos anos 60, dos anos 70, que trouxeram de fato uma situação, considerando o grão, considerando as configurações da estrutura urbana do Centro, trouxeram edificações com graves problemas de habitabilidade. E esses edifícios, esses lotes que serão objetos de reconversão, eles estarão reproduzindo um modelo que lá no plano de 99, com uma participação muito maior do que essa que se propõe aqui para esse programa, foi dito “não”, é um modelo ao qual foi dito “não”. Não estou defendendo aqui um modelo de base torre, eu acho que pode ser discutido, considero até que ele também não é apropriado para o Centro. Mas porque, por exemplo, não está sendo considerado aqui a questão das volumetrias consagradas ali, que trazem essa ideia da relação com a rua, e para isso com isolação e etc.. Outra questão é a participação social na aplicação dos recursos. Existe um comitê do Poder Executivo, não há qualquer previsão de controle social através de uma instância colegiada, pode ser até mesmo o próprio CMDUA, que determine a prioridade no investimento, na aplicação dos recursos do programa. A questão... Eu não entendi direito, se puder explicar um pouco melhor, nessa questão dos 50% que seriam incorporados, vem uma questão importante. Quer dizer, eu acho grave isso, porque nós não estamos lidando com uma área da Cidade em que os edifícios terão grandes áreas condominiais, a não ser o trivial. E com isso esse 50% a mais geraram ainda maior número de unidades, etc. Isso não parece ter tido os estudos ainda apropriados para considerar essa questão desse adensamento. E aí vem, o que eu não entendi é o artigo da lei ou da apresentação, e faz parte da apresentação também, como vai se dar essa questão da venda do solo criado, que já absorve 50% e esses 50% passa a ser área adensável também. Quer dizer, eu estou comprando área não adensável, mas vou poder torná-la adensável. Então, é um benefício ao privado em detrimento do poder público, que me parece que pode estar perdendo recursos, apesar de ter ali uma proposta que tenta balancear isso, mas não ficou muito claro para mim. A questão do patrimônio, existe um mapa que mostra os bens de estruturação, mas, sobretudo, mostra um potencial de edificações em toda a área sul do morro do Centro, toda aquela fase sul do morro, onde a gente tem muitos imóveis históricos que, infelizmente, não tem a proteção de que podem ter interesse que não tem a proteção devida. E com a atual lei de inventário, que deixa muito fragilizado o próprio inventário e com outro trabalho que não foi feito, e o Ministério Público tem cobrado de sucessivas gestões, é a questão de fazer esse inventário e aí me parece que pode haver uma grave ameaça ao nosso patrimônio na área central, sobretudo, naquela área. Eu nem vou falar de Praça da Alfândega e etc., porque ali nós temos o perímetro de influência dos bens tombados em nível estadual, municipal e federal. Com isso eu acho que concluo, seriam as questões que eu teria mais entre outras que eu vou deixar para outro momento. Era isso, Presidente e colegas. Não sei quem está presidindo agora, Vice-Presidente ou Presidente. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Eu acho que essas questões, acho que a Vaneska pode responder pelo belo trabalho que ela fez, enfim, tomou todos os cuidados possíveis. Acho que ela pode responder tranquilamente as questões que foram abordadas. **Vaneska Paiva**

Henrique (1ª Suplente), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS: Eu acho que novamente falar que os colegas ficam preocupados, porque algumas questões, não sei se foi pelo tempo, muitas delas estão abordadas dentro dos relatórios. Eu me sinto repetindo o que já foi falado na apresentação e talvez falando de coisas que estão bem descritas no corpo dos relatórios. Com relação aos gabaritos, em relação ao que foi questionado, justamente os aspectos que foram colocados, que deveriam ser considerados os gabaritos, nós entendemos e colocamos como parte da abordagem de construção desas volumetrias. E daí até me causa certo espanto ser comparado com o regramento do plano anterior, que tratava as edificações escalonadas. Inclusive, a gente fez simulações também com essas volumetrias e não são as simulações que foram apresentadas, não foi o modelo que foi proposto, né! Então, talvez tenha ficado algum problema para ter a interpretação dessa forma sobre essa solução. A questão do patrimônio também ali, foi detalhado pelas colegas, também contemplado na parte em que nós fizemos as simulações, mas detalhar na sessão do diagnóstico. E essa parte do diagnóstico do patrimônio eu entendo que ela ilustra muito bem algo que foi uma preocupação e que teve um peso bastante grande na simulação da ocupação do território, que boa parte dele é protegido e possui proteção. Então, não sei onde estariam localizadas essas edificações de interesse que não estejam sob proteção, porque nos parece que o patrimônio histórico tem um peso muito grande no Centro, ele está bem documentado, bem escrito em mais de uma forma de proteção no sítio, nos imóveis tombados de estruturação. Agora não recordo de todos os números, eu teria que recorrer à parte escrita do relatório para poder citar. Eles foram bem documentados. A questão das densidades, eu vi que teve algumas questões no chat, né, Patrícia? Nós também colocamos ali, fizemos os cenários, construirmos e entramos em contato com relação aos provedores de infraestrutura para entender quais as áreas deveriam ser qualificadas, quais as qualificações que precisariam estar previstas no programa de acordo com a execução do adensamento. E isso a gente vincula ali com o monitoramento para poder estar casando essas ações de acordo com a evolução da ocupação do território. Não sei se faltou alguma coisa, algum tema que eu tenho tenha anotado. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Sim. Duas questões aqui, uma em relação à questão do transporte. Então, nós referimos, tanto na apresentação, quanto nos relatórios, que a questão do transporte está em desenvolvimento, em conjunto com plano de mobilidade em desenvolvimento para o Centro Histórico. Então, vamos dizer, os trabalhos estão sendo desenvolvidos em paralelo. A gente tem na consolidação do programa uma minuta de lei complementar, que vai consolidar e constituir o programa, mas o desenvolvimento do programa e o detalhamento desse programa e das ações não se encerram aqui. Tem todo um trabalho a ser desenvolvido ao longo do período, que também vai considerar as questões do plano de mobilidade. Isso aí está nos relatórios. Também consta nos relatórios e na própria minuta a questão da própria gestão de um comitê. A gente previu um comitê que é realmente para fazer essa questão do controle, enfim, do direcionamento das ações do território, essa destinação de recursos. Isso aí está tudo previsto para ser desenvolvido nesse comitê. Então, está tanto na minuta, quanto no próprio relatório como é que vai funcionar todas as etapas de implementação do programa, todas as ações que são necessárias para que ele funcione adequadamente. Não existe só uma minuta para ele funcionar, precisa ter uma estrutura operando adequado, uma estrutura operacional para fazer a coisa acontecer. Então, isso está tudo lá, consta lá. E complementando na questão do patrimônio histórico, nós tivemos reuniões na Secretaria da Cultura, foi uma das secretarias que fez contribuições mais significativas com o nosso trabalho. A gente entende

que a própria Secretaria da Cultura deve acompanhar o andamento desses projetos, o desenvolvimento dos gabaritos. Então, eles vão fazer parte disso tudo. Então, continuando o que eu estava comentando, esse programa tem uma série de ações que vai ter essa continuidade e que no decorrer do desenvolvimento desse programa, provavelmente vocês ou os agentes que vão estar envolvidos no próprio território do Centro, vão fazer parte de todo esse desenvolvimento. Eu acho que eu tentei responder as questões de maneira geral. Em relação ao patrimônio... Eu me perdi ali porque trocou a tela. Em relação ao patrimônio histórico, que eu estava comentando da Secretaria da Cultura, a ideia é que dentro do próprio programa se tenha uma ideia da própria Secretaria de Cultura desenvolver programas específicos, bem como nós sugerimos, para desenvolver programas de potencializar a preservação do patrimônio histórico, estimular que o patrimônio histórico seja preservado. Enfim, eles vão trabalhar em paralelo conosco. É isso. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Isso aí, Patrícia. Na sequência a gente tem o Emerson inscrito, que não tinha falado. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Boa noite, conselheiros, conselheiras. Boa noite, Secretário. Eu quero colocar aqui, tanto para o Centro, quanto para a Cidade de Porto Alegre, ela necessita de mudanças, né! E dentro dos últimos anos tem se criado uma transformação dessas mudanças. Em relação ao Centro eu também concordo com a questão de infraestrutura, ela vai ter que se readequar, porque a demanda vai aumentar. Se nós tivermos todo esse investimento e também já com a demanda existente dos próprios moradores do Centro, com certeza a infraestrutura é um ponto essencial, trabalhar a questão do esgotamento sanitário, pluvial, a própria questão de energia elétrica. Então, vai ter sim um aumento dessa infraestrutura, sistema viário, transporte público. Então, nós vamos ter que fazer uma série de melhorias. Também temos as áreas de interesse cultural, prédios históricos, tombados e outros, que é uma preocupação também do Centro em preservar esses espaços. O que é história de Porto Alegre muitos desses prédios aí. Eu quero colocar também a complexidade entre o novo modelo a ser constituído e a história do Centro. Então, tem que ter esse comparativo e fazer que tenha o equilíbrio desse novo modelo a ser constituído e a preservação do que já está constituído e o que está funcionando. Também quero colocar a observação, o comparativo de Porto Alegre, os modelos de urbanismo, Barcelona, Nova York, entre outras, que se nós analisarmos a fundo tem um abismo para ser comparado com isso, começando pelo interesse econômico, turismo, negócios, entre outros. Então, tem uma grande diferença, mas temos que entender também que as pessoas buscam sempre novas habitações. Então, isso vai depender da oferta que o Centro Histórico vai promover, que as pessoas vão se mudar para o Centro se tiver um atrativo. E a demanda habitacional eu não vejo problema em atender toda essa nova proposta, que com certeza ela migrará de outras regiões da Cidade. Então, não vejo problema em questão à demanda habitacional. Então, seria essa a minha contribuição. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Patrícia, quer conduzir? **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Eu acho que foram contribuições, está tranquilo. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Eu ia aproveitar, Patrícia, que eu acho que na fala da Tânia e talvez de alguns outros conselheiros teve questão dos exemplos internacionais. Eu ia só pontuar que mesmo os exemplos que a gente vê tem também referências, da América Latina e outros, São Paulo também, enfim, de outros locais que são um pouco talvez mais

próximos da nossa realidade. Não sei se essa é a melhor frase para descrever essa situação, também são investigados, mas que a gente não deve se abster de consultar referências internacionais, porque a gente as entende como modelos, pode encaixar à nossa realidade, ver a nossa realidade, confrontar, estabelecer um paralelo, ver onde a gente pode entender que se aplica ou que como modelo pode ser aplicado e qualificar também os nossos procedimentos. Óbvio que isso tudo remontando a nossa realidade, a nossa dinâmica local de ocupação do território e que eu entendo que foi bem também expressa no diagnóstico amplo que foi feito do Centro para esse projeto. Só porque foi citado algumas vezes e eu também estou aqui me desdobrando em casa com as tarefas, mas só para não deixar sem resposta essa questão, que acho que já foi citado por mais de um conselheiro. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Vaneska. Eu acho que na sequência o Dal Molin. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Boa noite a todos. Primeiramente, eu não consegui ainda me apoderar de todo o estudo do Centro, não estou tendo muito tempo de ler tudo. Também, quando eu entrei na reunião hoje ainda peguei pela metade a fala do Professor Rômulo, que eu aprecio muito as suas colocações, mas eu tenho uma ideia, eu acompanhei bastante as falas e a manifestação do Rafael sobre as densidades. Eu vi agora mesmo a Vaneska falando sobre exemplos internacionais. E eu teria uma sugestão para dar, não sei se pode ser uma sugestão muito boa, mas, enfim, pegando um pouco o que a gente vê também, como diz a Vaneska, fora daqui, eu sempre entendi o Centro como um caso a parte. O próprio Plano Diretor da Cidade tem umas regras diferenciadas e eu sempre me preocupo também de como vão ser financiadas as coisas dentro de uma cidade, quais são as novas estratégias de financiamento das coisas dentro da Cidade, das coisas que eu digo é de como essas coisas vão se financiar, o seu crescimento, a sua infraestrutura. Então, uma sugestão que eu já vi em outros lugares, é que para mim eu acho que não se aplica o solo criado no Centro da Cidade, assim como a gente conhece ele fora do Centro da Cidade. Como que o solo criado, essa permissão onerosa do direito de construir fora do Centro da Cidade é de uma forma que a gente conhece, a gente sabe que até a Secretaria da Fazenda faz aqueles cálculos baseados naquelas fórmulas, mas eu acho que para esse programa do Centro da Cidade tinha que ser uma coisa bem mais simples, que é a criação do bônus de densidade para o Centro da Cidade, baseado em uma volumetria até pré-estabelecida, que o estudo já demonstrou, e baseado nos estudos de densidade que o próprio estudo que a Vaneska e a Patrícia demonstraram, que no próprio Centro tem algumas diferenças de densidades. A gente poderia usar o bônus de densidade, por exemplo, baseado em algum valor que se aferisse de mercado. Por exemplo, R$ 1 mil. É só como exemplo, não se apeguem ao número, é só para eu conseguir exemplificar a ideia. Então, R$ 1 mil seria um bônus, R$ 1 mil reais por m² de construção, não interessa se é adensável ou não, para o uso residencial, por exemplo. Para o uso comercial seria R$ 500,00 o bônus de densidade. E isso iria variando conforme onde a gente quer que a densidade seja um pouco maior ou um pouco melhor. Então, em algum lugar o residencial pagaria R$ 1 mil o m², em outro lugar do Centro poderia pagar R$ 800,00 o m². E ainda por cima, nesse bônus de densidade se ganharia, o empreendedor ganharia um desconto ou ganharia mais ainda se ele aplicar em algum lugar do Centro moradia de interesse social. Então, a gente poderia, o empreendedor ganharia mais bônus para construir mais se ele também tivesse o interesse de construir alguma coisa, algumas unidades, ou no mesmo local, ou fora daquele local, de interesse social. Eu não enxergo o Centro como uma coisa de elite, eu enxergo o Centro como diversidade, como a gente vê. O Centro da Cidade é a amálgama de toda a Cidade. Então, tem pessoas de todas as

classes sociais e tem pessoas, por exemplo, uma época atrás o DEMHAB estava dando um valor de R$ 500,00 de aluguel social para as pessoas procurarem onde morar dentro da Cidade e tal. Se tivesse algum empreendedor que ganhasse um bônus, que ele construiu mais dentro daquela volumetria proposta, que ganhasse o bônus do interesse social, ele poderia fazer algumas habitações para que o próprio usuário do DEMHAB, das obras do DEMHAB, que ganhou o bônus para pagar o aluguel, poderia pagar o aluguel ali, viu, Felisberto? Então, assim ó, fica a minha sugestão, porque o bônus de densidade é uma coisa diferente do que a gente conhece do solo criado dentro da Cidade, com aquelas formas que tem que ver qual é o quarteirão. Então, qual é a frente do quarteirão que vai mandar? Vai ser a frente para a Protásio Alves ou vai ser a frente para a Barão do Amazonas? Qual é a frente? Isso é bastante complicado para a gente usar no Centro da Cidade, por isso que eu acho que essa permissão onerosa no Centro da Cidade tinha que ser uma coisa diferente, baseado em um bônus de densidade. Aí a gente consegue com muito mais propriedade usar esse bônus de uma forma urbanística, de desenvolvimento urbanístico para a Cidade, de uma forma inteligente e não ficar sempre atrelado a qual é o cálculo agora? Onde que é? Ah, é em tal lugar, quanto é? Qual o número que deu lá da Secretaria da Fazenda para a Rua dos Andradas, por exemplo? Não, é bônus, é um valor para que uma região da Cidade onde tenha a densidade “x” que deu no programa vai ser o valor de R$ 1 mil o m². Outro canto da Cidade, que a densidade é diferente, vai ser outro valor. A gente consegue ter muito mais mobilidade, como é que se diz assim... Um instrumento muito mais rigoroso para o Centro da Cidade do que a gente ficar sempre pensando dentro da caixa do solo criado, de como funciona fora e dentro da Cidade, como que ele é vendido, por leilão, por médio adensamento, grande, pequeno, não tem. E ainda por cima, eu acho que dentro dessa volumetria proposta para o Centro, também tinha que ter, já que eu também concordo que não tenha que ter nem área adensável e nem não adensável, mas deveria ter sim um fator ambiental, que é onde o arquiteto pode propor, por exemplo, o andar inteiro, que é uma praça. E isso não vai contar se é área adensável, se é não adensável, é uma praça, tem que ter áreas de descompressão quando tem muita densidade. No Centro da Cidade, por exemplo, vai fazer um prédio lá que seja um prédio que tenha muita densidade, já que a palavra é “densidade”, vou usar essa mesma palavra. Esse projeto, o arquiteto tem que ter ali uma facilidade, alguma coisa de propor não só no rooftop, em um canto do prédio, onde for, praças elevadas, mas não vai ter as praças no chão, tu não consegues ter área permeável mais no Centro da Cidade, não vai conseguir ter um jardim lá nesse prédio com a densidade que é o Centro, mas pode o arquiteto propor dentro do prédio, no meio do prédio, do lado do prédio, onde for, uma questão ambiental, que é trazer o verde para esses prédios no Centro da Cidade. O Centro da Cidade também precisa humanizá-lo, não só a gente ficar pensando em adensável. Então, fica a minha sugestão mais como arquiteto do que representante da entidade que eu represento, que é criar o bônus da densidade e se criar o fator ambiental, que é trazer algum fator de vegetação, uma coisa parecida. Então, obrigado e desculpa, eu ainda não consegui ler toda a proposta, só sei que o trabalho está maravilhoso, Vaneska. Assim que eu puder eu vou continuar lendo para conseguir contribuir um pouco melhor. Muito obrigado. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Dal Molin. Excelentes contribuições, até gerou um debate ali no chat, que eu fiz questão de anotar dos caros professores. Eu acho que é uma coisa interessante para a gente trabalhar. Eu acho que seria interessante, se vocês puderem, se quiserem escrever mais um pouso sobre o que vocês pensam, para a gente poder agregar na proposta, seria interessante. A gente fica à disposição se quiserem depois conversar mais um pouco sobre isso. Obrigada. **Vaneska**

Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS: Sobre o solo criado, o índice, enquanto instrumento de desenvolvimento urbano é uma questão que a gente tem discutido, debatido bastante também para perder esse caráter arrecadatório, que muitas vezes acaba adquirindo nos municípios. Achei bem interessante também as contribuições. A gente estava em paralelo também no nosso grupo do planejamento pensando um pouco em como instrumentar essa discussão. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Efetivar como um instrumento urbanístico de fato, que é o que a gente acredita. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Exatamente, Patrícia. Então, acho que teve alguns termos que surgiram em algumas ideias que com certeza contribuem para o nosso pensamento. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Muito obrigada. Vamos para o próximo, então. O Felisberto por último. Estou tocando aqui, Secretário. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu queria cumprimentar a minha primeira intervenção e ouvindo o debate das questões técnicas. Como morador do Centro e como vivencio o Centro diariamente na minha vida cotidiana, eu noto e sempre volto a frisar isso, que o Centro tem vários locais que têm a sua dinâmica. E eu quero voltar a relatar mais quatro que me vieram agora no decorrer das falas. O entorno da Praça da Matriz em direção a Washington Luiz, que vai acrescentando ali a Daltro Filho, o Capitólio. E eu posso estar errado, eu não sei se na apresentação da Vaneska aquele dia ela falou que tem um olhar para fazer adensamento naquela parte ali da Washington Luiz. Depois me corrija se eu estou equivocado, eu entendi isso. E naquele entorno da Praça Daltro Filho também tem uma dinâmica na Coronel Genuíno, na André da Rocha, as transversais, o próprio Hotel Intercity que foi construído em um espaço pequeno, com escritórios e hotel. Ao longo da Borges de Medeiros também nós temos um potencial residencial hoje, são moradores que com alguns atrativos, agora na época da pandemia um pouco menos, o Justos e o Armazém Porto Alegre dão certa dinâmica de convivência à população que mora no Centro e é atrativo para as pessoas também. Então, eu acho que o Centro tem um potencial. E eu sempre digo assim, o Centro merece um olhar a partir da sua realidade. Eu gostei muito da observação do Hermes. Não adianta a gente querer potenciar o Centro sem olhar o que o Centro é hoje. Quais são as características do Centro? O que fez as pessoas continuarem a morar no Centro? Por que as pessoas moram no Centro? A própria dinâmica de mobilidade urbana mudou muito hoje no Centro em virtude da pandemia, não há mais aquela movimentação de carros, de ônibus na região central. Na Salgado Filho, na Borges de Medeiro, diminuiu esse fluxo. O próprio engarrafamento que havia na Júlio de Castilhos também não existe mais, nem na Siqueira Campos, diminuiu todo esse universo de veículos que vinham ao Centro, porque muitas pessoas passaram a trabalhar em casa. Então, houve uma mudança nessa mobilidade humana e urbana, houve uma mudança substancial. Eu acho que isso tem que sofrer uma nova avaliação. Não é uma área que eu atuo, eu estou pelo meu olhar de morador e hoje mesmo, andando pela Rua dos Andrades, eu vi o potencial que tem... Eu volto a frisar, que é um trecho importante de vivência, que está relacionado com a praça, o Centro de caracteriza por vida em torno das praças. Quem mora no Centro, os grandes prédios residenciais aqui na região central estão em torno das praças. E agora tem uma obra que me chamou muita atenção, eu não tinha visto, que é na Santa Casa, que estão construindo um prédio, que para mim avançou. Eu até gostaria que fosse olhado isso, adentrou a Praça Argentina. É u grave aquela situação ali, eu acho que aquele prédio está descaracterizando um pouco aquela região ali. Então, seria até de ser

avaliado. Por fim, eu queria trabalhar com as interfaces, não quero deixar passar isso. A interface com o 4º Distrito, a interface com o Parque Harmonia e o Maurício Sirotsky, que nós temos uma questão que está me preocupando, porque essa imitação da roda gigante parece que é uma praga mundial e parece que Porto Alegre vai ter essa maldita roda gigante. Eu acho isso lamentável, descaracteriza toda a nossa história, a nossa identidade. Então, para mim isso não é sinal de modernidade e o cuidado com os prédios históricos, o Monumenta era um projeto fundamental. Houve obras no Centro, por exemplo, no entorno do Mercado Público, que descaracterizou todo o entorno. Então, é preciso a gente avaliar até que ponto as transformações urbanísticas em determinado local beneficia. A própria José Montaury foi descaracterizado, mesmo que tenham posto aquele banco, aquilo descaracteriza, não tem nenhum sentido. Então, esse olhar do Centro a partir dos prédios que são fechados também, é impressionante. Hoje eu entrei no Shopping Rua da Praia, o que tem de lojas fechadas ali e na própria Rua da Praia muitas lojas estão fechadas. Então, o próprio City Hotel não sei se fechou, para mim é lamentar, um hotel histórico, o Everest já fechou. Então, essa troca de uso também é uma questão que me atrai bastante, porque nós temos muitas garagens ao longo da Avenida Mauá, como nós vamos olhar para isso, até que altura vai ser permitido para que não violente, principalmente do Mercado em direção ao Gasômetro, a relação com o Cais do Porto. Como que isso se interliga? Isso me preocupa muito, porque é um projeto do BNDES com o Governo do Estado. Como vocês pensam essa relação com esse Projeto do Cais do Porto? Então, era isso, obrigado. Eram essas as contribuições. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Felisberto, eu só fiquei com uma dúvida aqui. Estava pontuando as características dos territórios, algumas características eu pontuei ali, algumas questões que estão acontecendo, mas tu tinhas citado em relação à Praça da Matriz, em torno da Praça Daltro Filho. Eu não entendi o que tu querias vincular. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** São habitações residenciais. A Praça da Matriz, mesmo com o Palácio Piratini, a Assembleia Legislativa com o tribunal. O entrono, do lado ali, mais próximo da Duque, indo em direção à Marechal Floriano, indo ao viaduto, ali são muitas residências. Então, tem muita relação com a Praça da Matriz, as pessoas transitam. A praça está fechada hoje porque está passando por um processo de reforma. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Sim. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Patrícia, só para a gente dinamizar um pouco, nós temos ainda o Rafael, são 20 horas. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Eu só tinha uma dúvida em relação ao que ele tinha pontuado, é só isso. Obrigado, Felisberto. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** O Rafael para finalizar. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Sobre a questão, até foi colocado no chat a questão da habitação. Eu quero reforçar que me parece que está bem colocada a questão da habitação, eu ainda não consegui analisar com pormenor a minuta, mas me preocupa o fato de ela só ser contemplada com desconto e não com isenção eventual do solo criado. Parece que isso pode inviabilizar... **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Tem isenção. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Ah, foi colocado? É que na apresentação anterior ficou como desconto e não isenção. Então, se ficou como isenção ótimo, porque isso pode inviabilizar as proposta que me pareceram boas. Sobre a

questão do fundo, eu sugeriria a criação de um novo fundo e não envolver o Fundo Municipal de Gestão do Território, até por uma questão de sobreposição de comitês gestores na gestão desse recurso. Só para esclarecer sobre os gabaritos, talvez eu tenha causado confusão na minha fala, o que eu falei é que o agente tem consagrado em áreas da cidade, não o modelo torre base, mas o modelo de escalonamento. E me parece que talvez fosse um modelo a ser estudado em detrimento desse, aí é o que eu quis dizer, assim como tinha áreas do Centro que se previu o escalonamento, em outras não. Pelo menos nas figuras que foram demonstradas na apresentação, a gente vê essas novas edificações, tal qual a mais alta, da quadra que são essas edificações anos 60. Por isso que eu digo, na verdade, ela está consolidando. Nós regredimos ao modelo anos 60 e aí me preocupa a questão, eu não tive resposta, a gente pode continuar em outro momento, que é a questão do estudo da estrutura urbana, da estrutura fundiária, vamos dizer assim, do Centro. Não eram esses os itens que eu queria colocar, mas, fundamentalmente, a questão do fundo me chamou atenção, porque eu acho que não cabe colocar no mesmo fundo geral de recursos do solo criado, tem que ter um próprio. Depois, naquele texto do comitê de monitoramento, talvez fosse melhor chamar de comitê gestor para ele realmente ter essa posição deliberativa e talvez naquele inciso em que fala de deliberar sobre ações além, porque no início do texto ele fala desse artigo... Eu tinha separado ele aqui, é a alínea *d*: ...*além das ações e intervenções previstas, estabelecer as prioridades de ação a serem implementadas de acordo*... Eu não sei, eu tiraria tudo que está antes da vírgula, ou seja, esse "além das ações". Aí cabe a esse comitê de monitoramento estabelecer as prioridades de ação. Isso seria importante constar da lei de que forma será composta, mais do que está posto ali de forma muito abrangente e pouco objetiva. Eu acho que tem que detalhar. É isso. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem. Obrigado. Patrícia, quer complementar? **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Boas colocações. Eu acho que era isso, Secretário. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Eu acho que essa contribuição, especialmente com relação ao fundo, né, Rafael? A gente, enfim, discutiu essa questão de criar um fundo específico. Sempre tem uma complexidade de operacionalizar o funcionamento do fundo, os gastos em relação aos fundos. Como tem esse específico para receber os recursos do pequeno, do médio e do grande adensamento, e com essa prerrogativa de voltar, ele está com um rol amplo de possibilidades de aplicação, respeitando as diretrizes do Estatuto da Cidade. A gente no primeiro momento entendeu de botar nesse fundo, que estariam contempladas, mas, claro, entendo a lógica, especialmente de operação urbana consorciada, que tu crias no território um fundo específico para gerir e poder financiar aquela operação urbana consorciada. Também há possibilidade de criar vínculos específicos decorrentes do solo, para separar dentro do fundo de gestão de território do vínculo "x", que é decorrente da venda de solo criado no Centro, talvez para separar dentro do próprio fundo, por essa dificuldade de gestão, porque cada fundo tem que criar comitê gestor, operacionalizar ele, contas. Mas é uma observação importante, que a gente refletiu bastante, será que seria mais adequado criar um fundo específico? A gente gostaria de viabilizar tudo e tentar por contrapartida, o conceito, a concepção que a gente está propondo para essa proposta é de que a partir de calcular o valor, a gente transformar isso em obra. Nós não gostaríamos de receber esse recurso e fazer esse gasto, pela complexidade que se tem de fazer, mas, enfim, gostaríamos que o Centro fosse revitalizado, os equipamentos pelos próprios empreendimentos. Tem valor "x", é 1 milhão 2 milhões, tem que comprar, a gente transforma esse 1 milhão, 2 milhões em

obras. Logicamente para transformar em obra tem que fazer um projeto, o orçamento com base nas tabelas oficiais, esses valores tem que bater. A nossa ideia é tentar transformar tudo, mas, eventualmente, não vamos conseguir, através vai ter algumas diferenças, a gente tem que destinar para um fundo, mas é um ponto importante de reflexão. Então, Senhores Conselheiros, agradeço a oportunidade do debate, do aprendizado, da troca, das contribuições. Parabenizar novamente, Patrícia, Vaneska, pelo trabalho fantástico vem fazendo aí, um presente mesmo para a Cidade, um processo de debate, de visões distintas. Ele faz parte, ele amadurece o processo como um todo, a gente cada vez mais está tentando melhorar os nossos procedimentos para produzir uma entrega importante. É fato que o Centro precisa de uma atenção, precisa de um carinho e a gente, como órgão urbanístico também e de meio ambiente está tentando entregar uma proposta que desenvolva o Centro, sempre preocupado com as questões da sustentabilidade, na produção de habitação de interesse social, enfim, as questões sociais envolvidas. O nosso intuito é viabilizar um projeto positivo e bom para a nossa Cidade que tanto precisa. Boa noite a todos. Obrigado, até mais!

Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental – CMDUA, às 20h15min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia Costa Ribeiro, sob o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.

Germano Bremm	**Secretária Executiva**
Presidente	

Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2021, ... retificações:

ATA ORDINÁRIA Nº 2905/2021

(Virtual nº 70)

Aos dez dias do mês de agosto de dois mil e vinte um, às dezoito horas, reuniram-se para Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, via ZOOM, denominado PLENÁRIA VIRTUAL DO CMDUA, em razão do decreto municipal a fim de combater o coronavírus e a propagação da pandemia entre as pessoas, sob a coordenação de LUIZ ANTÔNIO MARQUES GOMES, Vice-Presidente e Titular da Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6, e na presença dos:

CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS: Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira (Titular) e Lisiane Sartori Fioravanço Magni (Suplente), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Sônia Castro (Titular), **Gabinete do Prefeito – GP**; Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN**; Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), **Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS**; Gisele Coelho Vargas (Titular), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE**; Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), **Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOI**; e Gustavo Garcia Brock (Titular), **Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV**.

CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS: Rômulo Krafta (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**; Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Claudete Aires Simas (Titular), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH**; Sérgio Saffer (Titular), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA**; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS**; Hermes de Assis Puricelli (Titular), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS**; Rogério Dal Molin (Titular), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**.

CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL: Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular) e Ronie Gomes (1º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Wagner Pereira dos Santos (1º Suplente) e Ricardo Angelini, (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Cinco – RGP. 5**; Gilberto da Costa (1º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Maristela Maffei (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7**; Dinar Melo de Souza (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** e Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA**.

SECRETARIA EXECUTIVA: Camila Maders Fonseca Coelho, **Secretaria Executiva da SMAMUS**; Patrícia C. Ribeiro, **Taquígrafa/Tachys Graphen**.

PAUTA:

1. Abertura;

2. Votação:

2.1 Atas: 2899 (06/07), 2900 (13/07), 2901 (20/07) e 2902 (27/07);

3. Comunicações;

4. Ordem do dia.

Após a conferência de *quórum* o Senhor Vice-Presidente deu início aos trabalhos às 18h10min.

1. ABERTURA;

Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6: Conselheiros, boa noite. **O** nosso Presidente titular está em uma atividade fora de Porto Alegre hoje. Então, pediu para gente tocar a reunião. Espero que a gente tenha uma boa reunião. Então, assim, o Germano está no Rio fazendo uma visita ao Projeto da Revitalização do Centro do Rio. Está ele, o Prefeito e mais o Secretário César Schirmer. Eu comento isso com vocês, porque foi muito oportuno, durante a semana passada o Professor Rômulo nos colocou um acesso a uma matéria sobre o projeto do Rio ali no nosso e-mail comum. E de certa forma foi interessante, porque existem muitas semelhanças do projeto do Rio com o que se pretende aqui em Porto Alegre, com diversas preocupações assim como os próprios companheiros têm levantado. O Felisberto em especial, com a questão da originalidade da ocupação através das comunidades consagradas e tal, adequada ao ambiente, a paisagem e o que pode vir acontecer. Conselheiros, eu colocaria em votação para iniciar os trabalhos as Atas 2899 e 2900. Porém, antes outra questão, a presença. Eu vou verificar e peço para a Camila me ajudar. (Relação dos presentes na inicial). Feita a lista de presenças podemos fazer a votação das atas que estão disponíveis:

2. VOTAÇÃO:

2.1 ATAS: 2899 (06/07), 2900 (13/07), 2901 (20/07) E 2902 (27/07);

Nós temos as Atas 2899 e 2900. Quem se manifesta contrário, por favor, que se manifeste no chat. Abstenção se manifeste também. Abstenção: Saffer, Wagner, ACESSO, Rafael. Ok, acho que fechou o primeiro ciclo. Vamos para abstenção ou contrário á Ata 2900, por favor. Abstenções: Emílio, Mark, Hermes. Questão de Ordem da Claudete. Só deixe eu concluir, Claudete, as abstenções e já te passo para a Questão de Ordem. Claudete também abstenção. Era isso, colegas? **APROVADAS AS ATAS 2899 E 2900**. Questão de Ordem da Claudete. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Boa noite a todos e a todas. Eu já coloquei ali no chat, Gomes. Por qual motivo nós não conseguimos ter atas atualizadas que nos sirvam exatamente para nos orientar nas sessões anteriores, para pegar exatamente a continuidade dos trabalhos. Há mais de mês que as atas estão atrasadas. Elas constam na pauta para votação e não chegam até nós. Por qual motivo e por quais motivos nós temos que receber elas sempre de forma fragmentadas? **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Perfeito, Claudete. Eu vou me informar, eu vou me atualizar e te respondo ainda hoje, se não for hoje na próxima reunião eu me encarrego de solicitar ao Secretário que faça esse esclarecimento. Eu te agradeço. Então, conselheiros, nós temos o período de Comunicação e Ordem do Dia. Vamos às comunicações, abrir inscrição.

3. COMUNICAÇÕES.

Bom, abrimos com o Felisberto e conforme vocês forem se inscrevendo a gente vai anotando aqui. Então, Conselheiro Felisberto, com a palavra. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa noite a todos e todas. Primeiramente, queria reiterar que na quinta-feira, dia 12, nós teremos duas audiências públicas importantes nesta Cidade. Uma é na Câmara de Vereadores com relação ao projeto de privatização da Carris, uma empresa com 150 anos. Eu espero que não receba como presente a sua privatização, a venda de uma empresa centenária, que já foi exemplo de empresa de transporte público no Brasil por vários anos. É uma empresa que merece toda a nossa consideração, respeito e que deveria ser melhor avaliada quanto a sua importância no controle do transporte público. Imagine se não fosse a Carris, quando as empresas se negam de cumprir o contrato de várias linhas, quem a substitui as substituem? O ônibus da Carris. Então, é importante a gente ter um olhar muito cuidadoso sobre a empresa pública, quando ela deve ter o controle público e melhor efetividade nas suas funções e não culpar os seus funcionários. A segunda audiência é a audiência pública sobre a Fazenda do Arado, que também é um momento singular para aquela região, a importância que aquele ecossistema tem para a Cidade, para a região. Então, é importante que tenha a nossa participação, eu já estou inscrito, presencialmente, espero que a Camila me confirme. Estarei lá na CEFAL e entendo que é importante a gente ter um olhar sobre isso. E, por fim, queria também, e não recebemos esse convite, que vai ter a apresentação, eu acho que dia 12, no Salão Nobre da Prefeitura, a apresentação do estudo dos gases do efeito estufa. Então, como o nosso Conselho também tem característica ambiental, nós em nenhum momento fomos comunicados ou convidados para fazer parte dessa discussão. Não sei se o Conselho Municipal do Meio Ambiente tenha sido convidado. Então, são momentos importantes para a Cidade. Ah, e ontem, às 16 horas, foi apresentado um programa do Secretário de Planejamento e Apoio Estratégico Cezar Schirmer sobre o Centro Histórico. Eu não pude estar presente. Então, eu gostaria, se fosse possível, disponibilizar a este Conselheiro e aos demais Conselheiros do CMDUA a apresentação de ontem. Obrigado, Gomes. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Conselheiro, eu acho que essa apresentação da questão dos gases, eu recebi individualmente. Então, eu vou pedir para que a Secretária faça isso para todo o coletivo do grupo, que faça o convite. É muito simples, é só providenciar e colocar no e-mail. Tranquilo! Eu tenho como próxima inscrita a Conselheira Maristela. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Boa noite, Presidente em exercício. Boa noite a todos e a todas. Eu gostaria de registrar um grande avanço que nós tivemos nesse mês que estamos comemorando o “aniversário” da Lei Maria da Penha, mas o avanço em relação à questão da tipificação de crime, também da questão da agressão psíquica, desse assédio maldito que nós sofremos diariamente. Quando às vezes nós estamos em uma reunião e não somos desrespeitadas enquanto mulheres, né! Quando levamos aquelas cantadas baratas no ouvido e que temos que às vezes sorrir para manter a reunião andando ou mesmo dentro de casa, quando para fora nós somos tratadas como queridas e em quatro paredes somos tratadas e maltratadas psicologicamente, fazendo a mulher... Em percentuais no mundo a gente perde no mínimo dois meses por ano. Isso é através de levantamentos de pesquisas, de falta ao trabalho da forma que a mulher se sente quando a sua autoestima, quando a sua cabeça é torturada psicologicamente. Então, faço esse registro, porque aquilo que já era crime agora está tipificado. Então, o respeito tem que se dar, o trato tem que se dar principalmente nas relações políticas, reuniões associativas, seja como for, no debate político, no respeito e não naquilo que tenta diminuir o processo da participação em especial das mulheres. Então, aprendamos todos com esse momento que nós estamos vivendo, prestamos mais

atenção, porque é crime e nós não vamos abrir mão do processo. Eu acredito firmemente que todos os homens que estão aqui são nossos parceiros, e vão estar observando, e cada vez mais não tendo a cumplicidade de um machismo estrutural que tanto nos machuca a pessoa, mas também ao estado. Era isso neste momento. Muito obrigada. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Obrigado, conselheira. Conselheira Claudete. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Novamente boa noite a todos e a todas. Eu queria, na verdade, solicitar informações, não faz u o Felisberto estava falando de diversas audiências públicas que vão mexer em zoneamento, regime urbanístico. Estava comentando também sobre a apresentação dos gases de efeito estufa. Se não me engano, era um dos projetos, atividades previstas lá na revisão do Plano Diretor, só que o Conselho, infelizmente, não sabe e não tem conhecimento de qual é a situação da nossa revisão do Plano Diretor. Embora ela esteja externamente suspensa, internamente parece que as coisas estão acontecendo e o Plano Diretor, o Conselho, nós não estamos sabendo, não estamos sendo informados e não participamos dessas atividades. Então, a primeira pergunta seria isso: como é que estão as atividades? Já foi feita a carta acordo? Ia ser feita uma alteração, na verdade, na proposta junto com o PNUD, como que está essa situação? E queria aproveitar também o ensejo para solicitar que sejam apresentados aos conselheiros os relatórios de metas do ano passado. Obrigada. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Ok, obrigado. Claudete, eu repasso a tua sugestão, acho justa, à Secretaria para que os colegas da Secretaria que estão trabalhando com a questão dos gases venham apresentar para nós no Conselho. Eu acho que aí acabamos democratizando as informações e seguindo o debate necessário e salutar. A palavra com o Conselheiro Dinar. **Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** Boa noite, Presidente. Boa noite a todos e a todas. Eu vou falar sobre a audiência pública, o Felisberto já falou, mas é muito importante nós comunicarmos o pessoal, lembrar o pessoal dessa audiência pública do Projeto Arado. Eu quero dizer para vocês e para quem está assistindo aí que é muito importante participarem ou assistirem, porque a gente está vendo e ouvindo, sendo publicados vídeos aí com coisas diferentes do que realmente é esse projeto. Agora, se o projeto é bom ou não é nós temos que discutir o projeto e não as coisas que estão sendo apresentadas, tipo *fake news* aí, que não é a realidade do projeto. A gente pode não concordar com o projeto, achar que não é assim ou que não pode ser, mas nós temos que discutir o projeto, não as inverdades que estão sendo lançadas por aí. E eu continuo dizendo que eu estou do lado da maioria, e a maioria no Extremo Sul apoia esse projeto. Quero dizer ao Felisberto que é uma honra tê-lo na nossa audiência pública aqui na CEFAL. Eu vou receber ele na quinta-feira. Um abraço a todos. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Obrigado, Conselheiro. Ressaltando a importância da tua região em que está sendo discutido e vai ser um ato importante em todo esse instituto que tem para se fazer a nova votação da questão do Projeto do Arado. Não temos mais inscritos. Então, vamos para a Ordem do Dia.

4. ORDEM DO DIA.

Conselheiros, nós temos o primeiro Expediente, o Item 4.02. O relator é da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura. Eu tenho uma observação a apresentar. Confirma, Vaneska? **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Sim, eu vou apresentar. Eu acredito que esse processo teve um pedido de diligência, de esclarecimento. **Luiz Antônio**

Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6: Teve e retornou.

ITEM 4.02: Expediente 20.0.000033483-0.

Interessado: Neide Pirillo Silva e outros, Lyx Participações e Empreendimentos S/A.

Assunto: Inclusão de Traçado Viário – EVU.

Local: Macrozona 05, UEUs 30, bairro Ponta Grossa: - Prolongamento da Rua Ilton Moreira de Souza até a Av. Juca Batista; - Prolongamento da Rua Eli Goraieb até a Av. Juca Batista; - Prolongamento da Dir. Cinco Mil Cento Oitenta até a Av. Principal da Ponta Grossa EVU: Estrada Retiro da Ponta Grossa, 117 – RGP 8.

Relator: SMOI – Distribuído em 17/06/2020.

Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS: Resumo mesmo, só para dar o início, então, para os conselheiros. Então, trata-se do Processo SEI 20.0.000033483-0, que trata de um gravame, desgravando e alteração de traçado viário em equipamento urbano. Ele trata especificamente da inclusão de um traçado viário no Bairro Ponta Grossa, Macrozona 05, UEU 30. O endereço é o prolongamento da Rua Ilton Moreira de Souza até a Juca Batista, que se localiza na Região de Planejamento 8, o requerente é Neide Pirillo Silva e outros, o relator é da SMIM. Então, só para colocar a localização do expediente aos conselheiros, ali a localização na RGP 8, aqui na imagem de satélite o traçado das vias que fazem parte dessa proposta. Aqui é a Juca Batista, é bem à direita da imagem de satélite. Aqui a localização com relação ao Bairro Ponta Grossa, bem próximo ao limite do bairro na Juca Batista. E a continuação das duas vias ali e outra via transversal aqui destacadas nessa linha azul tracejada. Então, solicitou o alinhamento e ali se destacam as três propostas, o prolongamento da Rua Ilton Moreira de Souza até a Juca Batista, com gabarito de 12,5, o prolongamento da Rua Eli Goraieb até a Rua Juca Batista, com gabarito de 12,5 e prolongamento dessa diretriz, que é aquela via transversal que eu comentei, 5.180, até a avenida principal da Ponta Grossa com gabarito de 12,5. Então, todas com o gabarito no padrão do plano. Aqui a imagem da solicitação, uma distância um pouco maior e uma mais aproximada, com uma definição das cotas de gabarito dessas vias que estão sendo propostas. No parecer da CAADHAP consta o gravame das diretrizes viárias propostas e se coloca que a área de padrão de desenvolvimento sendo destinada para equipamento público e/ou sistema viário. E que parte da doação seja para o sistema viário, precisamente para o trecho de prolongamento da Ilton Moreira de Souza incidente sobre a gleba. É um processo antigo de 2015 que está vinculado. Aqui, referente ao objeto que está sendo discutido na minuta de resolução referida, que trata daquelas duas imagens que eu mostrei antes, a inclusão desses traçados viários, também referidos nas plantas em anexo, aquelas duas imagens também já referidas e os três prolongamentos já citados. A justificativa, então, ela coloca que o traçado viário proposto tem origem nesse processo da referida ali, a tramitação da CAADHAP, localizada na Estrada Retiro Ponta Grossa, 117 e busca estrutural quarteirão onde o empreendimento está inserido, conforme os pareceres referidos da CAADHAP. A PGM faz referência ao que já foi citado no processo e coloca ali, que está justificado, a inclusão de traçado viário. Em função desses pareceres, também referindo os pareceres da CAADHAP e colocando não haver óbice para a assinatura dessa resolução. Aqui a proposta da resolução sobre a imagem de satélite, hoje não existem gravames viários nessa área e aqui na imagem da direita os gravames viários em vermelho, estruturando essa grande gleba aqui à direita. Obrigada. **Luiz Antônio Marques**

Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6: Obrigado, Vaneska. Vamos ver a situação que nós estamos. Foi apresentado o projeto, sintetizando. Houve solicitação, a SMOI solicitou diligência, a diligência foi atendida pela PGM e a SMAMUS. Então, em condição de apresentar o parecer. Eu consulto a SMOI se vai apresentar o parecer da relatoria? **Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOI:** Sim, vamos apresentar o parecer. Boa noite a todos. O processo a ser relatado trata-se de projeto de desmembramento e estudo de viabilidade urbanística, localizado na região do Bairro Ponta Grossa. A minuta de resolução de inclusão de traçado viário no prolongamento da Rua Ilton Moreira de Souza até a Avenida Juca Batista, prolongamento da Rua Eli Goraieb até a Avenida Juca Batista e prolongamento da Diretriz 5180 até a avenida principal da Ponta Grossa, foi devidamente homologada, tendo em vista que o traçado viário proposto tem origem no Processo 002.334006.006. Empreendimentos que tramita na CAADHAP, localizado na Estrada Retiro Ponta Grossa, 117 e busca estruturar o quarteirão onde o empreendimento está inserido. No Lote nº 65 as áreas destinadas ao alargamento da avenida principal da Ponta Grossa e ao prolongamento da Rua 27 de agosto, com área total de 893,85 m² estão computados no cálculo de destinação pública. O prolongamento da Rua Ilton Moreira de Souza será executado pelo empreendedor devido ao Lote nº 1 não possui frente para a via pública. O EVU de parcelamento do solo está em condições de aprovação e aguardava somente a validação da resolução objeto do SEI 20.0.000033483-0, que conforme relatado foi homologado. Dessa forma, a SMOI se manifesta de forma FAVORÁVEL. Obrigada. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Obrigado. Parecer favorável. Alguma observação dos conselheiros? Algum questionamento? Algum conselheiro pretende pedir vista? Felisberto vista, Tânia vista. O Hermes quer um esclarecimento. Tu podes começar, Hermes, enquanto isso nós vamos lendo as outras manifestações. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Boa noite a todos. Eu entendo que se tiver vista não vai ter discussão, né? Fica para quando tiver apresentação. Então, eu acho que o meu pedido de esclarecimento perde o efeito, porque não vai ter discussão se tiver vista. Não é esse o nosso regimento? **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Tranquilo, mas tu podes, Hermes, se achar que pode fazer uma provocação, até para o pessoal pensar, quem vai pedir vista. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Mas eu acho que vou deixar para depois da vista... **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Então, tá... **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Não, mas eu faço. A minha dúvida, eu não entendi se o proprietário da área, ou melhor, esse empreendimento, esse desmembramento da área, se estava contribuindo conforme a nossa legislação ou se o fato de ter sido proposta essa minuta de resolução, ele vai perder, vai deixar de contribuir para equipamentos. É isso. Obrigado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Perfeito. Eu acho que é um bom questionamento para quem for se manifestar nos pareceres de vista e tal, que coloque. Inclusive, o próprio relator. O Emerson pediu inscrição. Pode falar! **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Boa noite, Presidente. Boa noite, conselheiros e conselheiras. Eu acho superimportantes essas guias, esse local aí, até porque vai dar uma vascularidade para aquela região ali. Fica nem em frente ao empreendimento, que está o Floriano também, que é da RGP 6, na Juca Batista, 6788, uma coisa assim. Então, eu entendo que

para aquele local, que tem uma dificuldade de acessibilidade, de vascularidade, eu acho que é superimportante garantir essas diretrizes, independente de vista, mas para a região é um desafogo, principalmente no trânsito que sobrecarrega a Avenida Juca Batista. É importante também o Dinar dar a posição dele, é da região, para entender também como que a região vai atuar em relação a essa diretriz. Obrigado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Obrigado. O Conselheiro Saffer queria se manifestar também? Por favor! **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Boa noite. Eu acho interessante isso, mesmo que tenha vista, se alguém tem alguma dúvida a gente já está suscitando essas dúvidas para debate. E se a relatora puder tirar alguma dúvida antes, as pessoas que pediram vista que já venham com esse esclarecimento. Então, por exemplo, a minha dúvida é que está dito ali na pauta que foram pedidas duas diligências, uma para a PGM e outra para a SMAMUS. Eu não consigo lembrar por que foi pedido, se foi a própria SMIM que solicitou e quais os esclarecimentos que ela pediu, o que foi dado como esclarecimentos para ela, se foi eles que pediram e quais foram os esclarecimentos. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Perfeito, Conselheiro, porque eu também não lembro, acredito que a maioria ou talvez todo o Conselho não lembre o que foi solicitado à PGM e à SMAMUS. Foi atendido, mas qual foi a resposta e tal. Então, seria importante esse esclarecimento pela relatora agora ou na próxima oportunidade, já que vamos ter continuidade com os relatos de vista. Eu estou vendo também que o Felisberto fez um pedido de esclarecimento. É isso, Felisberto? **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** O meu pedido de esclarecimento até fiz no início, durante a apresentação da Vaneska. Eu conselheiro que no final da rua, no limite com a Juca Batista tem residências e não há nenhuma menção, pelo menos até agora que eu tenha visto, se vai atingir, quantas famílias são, se há algum pedido de desapropriação, indenização para essas pessoas.E é um lugar que eu conheço bem, porque ali é limite com a Cooperativa Porto dos Casais. Então, é uma via importante, sem dúvida, mas nós temos que ter cuidado também com a característica dos bairros, para não violentar, não tornar uma cidade homogênea, né! A Cidade tem que ter a sua diversidade, não pode ter as mesmas vias, o mesmo tipo de via em toda a cidade. Então, é apenas isso, no meu parecer de vista eu vou indagar outras questões. Obrigado, Presidente! **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Tranquilo! Emílio, tu não queres pegar vista também para colocar melhor as tuas observações ou fazer um comentário agora porque quer que coloque o mapa neste momento? **Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Presidente Gomes, boa noite. Boa noite a todos. Basicamente, a consulta que eu estava pedindo é porque o processo é antigo, a gente vai esquecendo as coisas. Acredito que os impactos podem ser realmente nesse sistema viário, como todo ponto de vista, como fala o Emerson, de oferecer maior acessibilidade a toda essa zona e que realmente é uma grande gleba e que precisa de melhoramentos internos. A minha preocupação é com os impactos que têm sobre a Juca Batista, sabendo que existem projetos de transporte da EPTC, em função de ampliação de corredores nessa área. Então, simplesmente ver se elas levam em consideração essas inserções dentro do sistema viário da Juca Batista. E quais seriam as soluções? Essas áreas vão receber empreendimento, logicamente, residenciais e essa quantidade de densidade que se coloca que vai impactar em maior ou menor proporção o sistema viário da Juca. Era basicamente tirar essa dúvida, Gomes. Obrigado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Perfeito. Está bom. Então, vamos dar o encaminhamento de vista e sugiro que na próxima reunião,

que vai se apresentar os pedidos de vista e tal, que se abra novamente espaço para alguma complementação da relatoria e da Secretaria, Vaneska, no sentido de responder algumas questões que são importantes, que foram levantadas e eu acho que tem essas respostas no projeto ali. Alguma coisa ei até sei, mas não vou me adiantar, porque não cabe a mim aqui fazer agora e tal. São muito interessantes as colocações que os colegas fizeram. Agradeço muito. Então, confere depois, Secretária Camila, que eu não tenho aqui, eu perdi a lista, dos pedidos de vista que foram pedidos. Põe no chat. Então, foi o Felisberto, Tânia, Maristela e Mark, os colegas conselheiros que pediram. Então, podemos ir para o próximo item.

ITEM 4.05: Expediente 20.0.000053496-0.

Interessado: Vascocivitas Empreendimentos Imobiliários Ltda.

Assunto: EVU.

Local: Rua Cinco Mil Cento e Dezessete, 615 – RGP 6 (Hípica).

Relator: CAU/RS – Distribuído em 10/12/2020.

Concretamente, faltam dois relatos, do Gomes da 6 e o Felisberto da 1. Como eu ia presidir a sessão, peguei e coloquei o meu relato de vista no sistema. Como ele é convergente ao relator, acredito que eu não tenha a necessidade de fazer a leitura dele e todos os colegas poderão fazer, dos documentos anexados ali. Então, eu pergunto ao Conselheiro Felisberto se ele vai fazer o seu relato de vista? Vaneska, acha necessário fazer um resumo? Eu acho que não, mas eu pergunto para ti que é mais da área mesmo. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Eu ia comentar que nós já apresentamos duas vezes esse expediente. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Pois é, por isso que eu estou achando... **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Mas se acharem necessário não tem problema. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Tranquilo, Felisberto, pode fazer teu relato? Então, tá! Passamos a palavra ao Felisberto. Obrigado, Vaneska. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu gostaria que a Vaneska pudesse colocar a foto da área para que os colegas possam observar o impacto que esse empreendimento tem na região. E procure centralizar bem no empreendimento, para que os colegas observem. **PARECER DE VISTAS RGP1: PROCESSO: SEI 20.0.000053496-0.** Trata-se o presente expediente administrativo digital – SEI 20.0.000053496-0, de Aprovação de EVU de impacto de 2º Grau de Loteamento Vila Florenza – Condomínio Residencial Vila Florenza, Quadra B, sito na Rua 5117/135, na MZ 05 da UEU 030 Subunidade 14, localizado no Bairro Hípica. Primeiramente, quero parabenizar a acuidade do conselheiro relator na análise do presente expediente. Tanto é verdade, que solicitou diligências, bem como foi na área com a conselheira Claudete conhecer, observar a área e verificar o possível impacto deste empreendimento na região, quer no sentido urbanístico, quer no sentido viário. Todavia, algumas dúvidas ficaram para este conselheiro. Uma delas: Se há na região projeto similar com tal impacto de construção de 26(vinte e seis) blocos e qual a sua implicação na paisagem urbana e natural. *Terceiro: Quantos dos 26(vinte e seis) blocos terão a altura flexibilizada para 12,50m. Tendo em vista a descrição: "O empreendimento (loteamento Florenza, aprovado pela LC 434/99) está composto de 26 blocos e edificações de uso comum que totaliza 19.762,23 m2, correspondendo a Quadra B do referido loteamento.*

Empreendimento residencial a ser financiado pelo Programa Minha Casa Minha Vida, para famílias com renda entre 3 e 6 salários mínimos. O condomínio compreende 26 blocos com térreo + 4 pavimentos tipos, cuja tipologia é composta por 616 apartamentos JK, 1 e 2 dormitórios, dos quais 20 serão destinados a pessoas portadoras de necessidades especiais. Além dos blocos, integram o empreendimento as edificações de uso condominial (2 espaços gourmet, 6 quiosques, guarita) e playground. Com relação às vagas veiculares, o empreendimento prevê 496 vagas, das quais 20 são para PPNE. Junto ao acesso do condomínio, foi prevista uma vaga de acumulação. Foi prevista uma vaga interna para carga e descarga. Com relação ao número de vagas obrigatórias, de acordo com o Anexo 10 da LC 434/99, há necessidade de 204 vagas. A população beneficiada será de 1.540 hab., sendo estimado um consumo de água de 308.000 litros/dia. O empreendedor solicita acréscimo de mais um pavimento, cuja variação de altura, em função da RN adotada (8,00m), oscila entre 3,05m a 5,09m." Quarta: A quadra A já foi construída, pois menciona Quadra B. Quinta: A questão do abastecimento de água do empreendimento, quer parecer contraditório a análise do DMAE. Fica ainda a dúvida se haverá condições de abastecimento. Sexto: Também, não fica esclarecido a questão da demanda do transporte publico para a população deste empreendimento. Então, são seis questionamentos que para mim não ficara claros, é importante que este processo seja melhor debatido, que seja escutada a vizinhança que sofrerá o impacto desse empreendimento. E eu acho que ele tem que ser analisado no conjunto da região, porque a característica do bairro e a Urubatã está ali perto, é residencial. E me preocupa muito como Conselheiro a transformação dos bairros sem o mínimo de respeito à estrutura que as pessoas compraram e foram morar nesse bairro exatamente por essas condições. Então, para mim é fundamental isso, que a gente escute, porque não basta propiciar a moradia, mas já existem pessoas morando lá e que não estão regularizadas. E a Dorival está sendo muito utilizada como via para grandes empreendimentos. E isso vai ao encontro do processo anterior, que a Dorival tem que ter prolongada. Nós temos que fazer um estudo de prolongamento da Dorival Castilhos Machado até a Ponta Grossa para ser uma via paralela. Eu já estou entrando em um ceara que não é a minha, mas que virtude de morar muito tempo ali e conhecer aquela região, a Dorival Castilhos seria uma via paralela com a Juca Bastita. Então, finalizando o meu parecer, obrigado pelo espaço, Presidente: *Sendo assim, o conselheiro signatário deste parecer de vista entende oportunos os esclarecimentos dessas dúvidas para que possa emitir o seu voto*. Porto Alegre, 13 de julho de 2020, Conselheiro Felisberto Seabra Luisi, Conselheiro da RGP. 1. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. O questionamento no chat da Conselheira Claudete, pela necessidade de fazer o meu relato, eu faria uma síntese do relato, então, bem onde pega um aspecto, que de certa forma o Conselheiro Felisberto levanta. Então, se vocês me permitem, sendo um pouquinho abusivo como Presidente que estou nesta sessão, também faria apenas um comentário, é bem rápido, na parte do meu comentário. Ele diz respeito à flexibilização, foi solicitada a flexibilização de altura de 9 para 12. Olhem só, conforme previsto para empreendimentos de impacto de segundo grau, artigo 61, inciso II, alínea *a*. Então, importante observar o quanto é solicitada a aplicação da flexibilidade de altura, principalmente de 9 para 12 m em empreendimentos habitacionais em zonas absolutamente residenciais, onde o índice de aproveitamento básico é o básico do básico, é 1.0. Nesse caso que a gente está falando poderia ser construído até 19.762 m² de área adensável, mais 50% como área não adensável. O que bateria em um empreendimento até de 30.000 m², o empreendimentos ali tem 19.000 m², sem contar se eu quisesse colocar estacionamento coberto, ele é completamente isento. Por baixo, bota mais 5.000 m, ou seja, poderia chegar a 35.000 m o empreendimento que

está usando aí 19, 20 mil m². O que eu quero dizer com isso? A gente vai aprendendo aqui no Conselho com os exemplos concretos, práticos que são colocados, a prática, digamos assim, do uso do solo. O que a gente começa a bater sempre, bater sempre? Ah, vamos flexibilizar a altura de 9 para 12. E qual é o resultado? O resultado é um aproveitamento muito melhor das áreas comuns desses empreendimentos, das áreas de lazer, das áreas de esporte, né! Quando tu consegues fazer, quando tu permites que levante mais dois pavimentos, que não é grande coisa e os impactos não existem, praticamente quando a gente vê lugares em que as coisas acontecem mutuamente e tu consegues botar uma qualidade muito maior do espaço coletivo, da ventilação, da iluminação, do sombreamento, etc. e etc. Eu digo isso porque como nós estamos em um processo de revisão do projeto... Eu digo e está no meu relato. Como nós estamos no processo de revisão do Plano Diretor é uma oportunidade que nós vamos ter de fazer essas reconsiderações desses limitantes urbanísticos que a gente tem, esses índices, que aquilo vai definir altura, ocupação, uma série de coisas que a gente tem. Então, eu acho muito importante ressaltar isso aí nesse processo, porque ele dá essa medida exata. O que está sendo feito ali estava previsto, está sendo feita uma área muito menor do que poderia ser feito, né! Portanto, o planejador lá quando liberou que naquela área podia ter 1.0 de ocupação e tal, já sabe que poderia ter essa população. E essa população que poderia se colocar a morar ali poderia ser muito mais até do que está sendo feito nesse projeto, vai precisar do sistema viário e todas essas outras coisas que vão causar algum Impacto normal e que a administração pública tem que encarar o aumento de demanda no transporte público, etc. e etc. Então, eu fiz essas observações, está no relato e está dentro do processo, dentro do meu parecer, que eu, evidentemente FAVORÁVEL, acompanhando o Conselheiro Emílio. Fim dos comentários, o comentário de encaminhamento. Não temos mais como fazer considerações das observações que o Conselheiro Felisberto fez, que nós estamos em um processo definitivo. O Emílio fez o que o relato, eu fiz o relato de vista, como os colegas poderiam ter feito também e nós precisamos, vencidas as etapas... (Sem conexão). Estão me ouvindo? Eu caí da reunião. Eu comentava que nós entraríamos em votação, porque todos os procedimentos já foram feitos. Então, eu inicio a votação perguntando ao DEMHAB como vota. É votação do parecer favorável do Conselheiro Relator do CAU. **Camila Maders Fonseca Coelho, Secretaria Executiva da SMAMUS:** Oi! Boa noite! Presidente, eu acho que nós temos que debate antes da votação. Quem sabe vamos abrir para a inscrição, para o debate? **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Perdão! Vamos debater. Então, vamos abrir no chat para ver se temos inscrições. Todo mundo reclamando e eu aqui pisando na bola, poxa! Emílio, tu queres falar antes ou durante o debate? **Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Presidente, sim, eu pediria o favor de falar na parte final, para escutar os esclarecimentos, as dúvidas e perguntas de todos. Eu na parte final fecho para não ficar indo e voltando. Agradeceria. (Presidente sem conexão). **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Desculpa, gente, mas está difícil aqui e foi a minha internet que caiu de um jeito. Eu vou dar uma sugestão... Estão me ouvindo? Vou dar uma sugestão... Hermes, tu estás com a internet boa? Quando cair a minha tu segues, depois eu retorno, tá? Fica acompanhando para ver como está a ordem das conversas, para nós não perdemos tudo. Pode ser, Hermes? Perfeito, então. Eu parei, eu acho que estava dando a palavra para o Felisberto se manifestar. É isso, Felisberto? **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** No meu parecer de vista, entendo que além dos esclarecimentos eu solicitei alguma diligência. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** É, mas não é possível neste

momento mais, Felisberto. O tempo da diligência já passou. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Calma, deixa eu só finalizar a minha observação. Eu entendo que ela pode ser reiterada pelo relator, o Emílio, se ele entender oportunas as minhas observações e o meu pedido de diligência. Eu entendo ainda, apesar de todas as considerações feitas, ela tem um impacto na vivência ali impressionante. Então, é importante a questão do atendimento da água, do transporte, da circulação, da mobilidade urbana, porque vai impactar, são 26 blocos, não é pouca coisa, mas fico a critério do Emílio, se o Emílio entender oportuno. E também a movimentação de terra que pode ter havido ali, isso não está claro em nenhum momento e o desmatamento que pode ter havido também. Então, isso me preocupa. Então, é apenas isso. Obrigado Presidente. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Tranquilo! Eu estou verificando aqui, nós estamos definindo um Estudo de Viabilidade Urbanística, ele tem os seus limites e tal, eu acho que ele foram atingidos. E dentro da processualística que nós temos praticado no Conselho, baseado no regimento interno, o momento das diligências já passou. Não está, não é o Relator Emílio ou outro que fosse, que vai nos dizer como é que se trata isso, se pode ou não pode, se ele quer ou não diligência. Ele até pode querer, mas é regimental e já conversamos várias vezes aqui sobre essa situação. Certo? Então, o debate pode continuar aqui para ver mais algumas questões que estão sendo levantadas, mas é isso, nós não temos mais esse poder de colocar em diligência, para as coisas não se transformarem intermináveis e tal. Conhecemos bem essa parte do script aqui. Mais alguém para se manifestar sobre o processo, pedir esclarecimento antes da votação? Ou esclarecer alguma coisa antes da votação? Certo? Eu não estou vendo mais ninguém se inscrevendo e eu não vou fazer debate pelo chat, Dona Claudete. Então, vamos... Declaração de voto é por escrito, Felisberto, pode fazer depois, mas primeiro vamos fazer a votação, depois tu faças a tua declaração de voto. Agora sim vamos entrar, já que ninguém mais quer debater, vamos entrar em votação. Em processo de votação, como voto ao DEMHAB? (Parecer favorável do Relator ao EVU) **VOTAÇÃO NOMINAL**: **Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Votamos favorável. **Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Favorável ao Relator. **Sônia Castro (Titular), Gabinete do Prefeito – GP:** Favorável ao parecer do Relator. **Camila Maders Fonseca Coelho, Secretaria Executiva da SMAMUS:** A Conselheira Virginia está ausente. Ela estava e não está mais. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Favorável. **Gisele Coelho Vargas (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Favorável (Chat). **Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOI:** Favorável. **Gustavo Garcia Brock (Titular), Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV:** Favorável, Presidente. **Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Boa noite, eu voto favorável. Eu queria louvar o parecer muito bem executado pelo colega Emílio, o qual eu concordo. **Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Abstenção. **Camila Maders Fonseca Coelho, Secretaria Executiva da SMAMUS:** A Conselheira Claudete não se encontra no momento, depois a gente volta nela, Presidente. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Presidente, só comentar que estou vendo o esforço que o senhor está fazendo, porque está um pouco difícil, mas eu vou votar favorável, porque eu conheço o parecer do Emílio, eu sei que já estamos mas processo de votação, mas o Emílio ia fazer uma manifestação antes da votação, ao final. O senhor se atrapalhou. **Luiz Antônio Marques Gomes**

(Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6: Eu atrapalhei o Emílio, na verdade. Tu tens razão! **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Tu me desculpes, não sei como proceder, mas estou vendo o seu esforço e está muito difícil olhar o chat e resolver. Só estou querendo colaborar. Eu conheço o parecer, como o Professor Rômulo falou, só isso. Favorável. **Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** (Relator). **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Favorável. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu me abstenho, Presidente. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Acompanho o Relator. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Voto contra. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Declaração de voto Meu voto é contrário. Esse é um projeto que vai impactar de tal forma aquela região, descaracterizando todas as suas características locais. Houve movimentação de terra, desmatamento. Além disso, toda a questão técnica de abastecimento d'água e no processo só tem uma entrada para os 26 blocos. Então, os meus esclarecimentos, eu já tinha algumas respostas, conheço bem a região, acho que não favorece a mobilidade urbana, pelo contrário, vai ser o caos naquela região. O meu voto é contrário e o meu parecer, tendo em vista que vai descaracterizar a região. É isso, obrigado. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Abstenção, Presidente. **Ronie Gomes (1º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Eu acompanha o Relator. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Eu gostaria de fazer uma declaração de voto, Presidente. Em razão de uma ressalva que o DMAE fez nesse projeto, dizendo que o DMAE não tem condições de fazer o abastecimento desse condomínio, em virtude da implantação de grandes condomínios nessa área. Então, que vai ter que ser feito um novo sistema de abastecimento de água. Então, tendo em vista essa ressalva do DMAE, que é extremamente importante, já falta água na Cidade, vai faltar água, já está faltando e o DMAE não se responsabiliza por esse empreendimento. A RGP 4. É contrária. **Wagner Pereira dos Santos (1º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Cinco – RGP. 5:** Voto contrário. **Gilberto da Costa (1º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Sigo o Relator. **Camila Maders Fonseca Coelho, Secretaria Executiva da SMAMUS:** A Conselheira Maristela não se encontra, Presidente. **Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** Antes do meu voto quero dizer que aqui no Extremo Sul vai sair uma ETA, que vai beneficiar a nossa região toda, quase toda, a sul aqui até a Lomba do Pinheiro. Então, nós estamos de parabéns, está sendo contemplados com essa ETA. O meu voto, acompanho o Relator, favorável. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Acompanho o Relator, favorável. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Secretário Camila, podes me passar o score, por favor? **Camila Maders Fonseca Coelho, Secretaria Executiva da SMAMUS:** Presidente, a Conselheira Maristela está ingressando agora na reunião. Conselheira Virginia e a Conselheira Claudete ainda não retornaram. A Conselheira Maristela ingressou, mas está sem áudio. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Pode se manifestar no chat, conselheira. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Posso me manifestar. Caiu a minha internet. Sabe como é, né! **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de**

Planejamento Seis – RGP. 6: Sim, sofri desse mal agora a pouco, caí duas vezes. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Tudo bem, obrigada pela oportunidade. Assim, voto contrário, Presidente. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Mais algum conselheiro que não votou está na reunião agora? **Camila Maders Fonseca Coelho, Secretaria Executiva da SMAMUS: a** Conselheira Claudete e a Conselheira Virginia não retornaram. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** São 16 favoráveis, 05 contrários e 03 abstenções. Muito obrigado, Conselheiros. **APROVADO O PARECER FAVORÁVEL AO EVU**. Vamos para o item:

ITEM 4.06: Expediente 20.0.000009880-0.

Interessado: Município.

Assunto: Gravame de Traçado Viário.

Local: Rua José Alípio da Silva até a Rua João Paris – RGP 3 (Santa Rosa de Lima) (Hípica).

Relator: RGP 7 – Distribuído em 15/03/2021.

Há situação a apresentar. É isso, Vaneska? Eu achei que ele já tinha sido apresentado. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Nós apresentamos, pelo menos consta na pauta. Acho que foi no dia 06/07. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Seria o caso de fazer um resumo, poderia fazer, Vaneska? Tu achas necessário, Maristela? **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Na verdade, se é o que eu estou pensando, eu solicitei averiguação do DEMHAB e da PGM, é isso? **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Foi atendido em 14/07. Foi atendida a tua diligência. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** E seria possível ser apresentado um resumo, como o Presidente sugeriu? **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Posso apresentar. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Mas tu farias o relato, Maristela? **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Eu vou ouvir primeiro. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Porque assim, como ela já apresentou o relato, a Vaneska já apresentou o resumo, as diligências já vieram. Então, caberia fazer um... **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** A questão é que eu não ouvi, eu estava sem internet. Então, estou pedindo uma reconsideração para ouvir. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** sugestão, se tu não vais fazer o relato hoje, não tem problema. Eu sugeriria mais uma semana, aí tu tomas pé da manifestação de diligência. Fica melhor assim para todo mundo. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Tranquilo! Obrigada pela consideração, Presidente. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Então, vamos para o próximo item.

ITEM 4.07: Expediente 20.0.000102964-0.

Interessado: MRV Engenharia e Participações S.A.

Assunto: EVU.

Local: Rua José Aloísio Filho, 105/155/205 – RGP 2 (Humaitá).

Relator: SOSECON – Distribuído em 21/06/2021.

Foi apresentado parecer favorável. Pediram vista o Felisberto da RGP 1, Gomes da RGP 6 e o Adroaldo da RGP 2. Eu pergunto ao Felisberto e ao Adroaldo se vão apresentar relatos de vista. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Primeiro, não está por escrito, mas eu vou anexar, são duas considerações sobre esse processo. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** E, Conselheiro Adroaldo, vai fazer o relato? **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Sim, já está anexado com a Secretária. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** O Gomes não vai fazer relato. Não existe a necessidade de reapresentar o projeto ou vocês acham interessante que se apresente uma síntese? **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Por mim não tem problema. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Por mim também não. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Então, eu passo a palavra de imediato para o Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Este é um processo que já foi analisado neste Conselho e quem deu o parecer, inclusive, se não me falha a memória, o parecer foi do Rafael e foi aprovado por unanimidade. Ficou constatado que houve por parte da empresa que apresentou o projeto alteração do espaço físico. Então, salvo melhor juízo, parece que ainda continua essa dúvida. Não dá para simplesmente entender que houve um “erro”, e esse erro eu boto entre aspas, e que foi um erro, e que teria sido sanável. Essa área está cercada, eu tive com o Adroaldo visitando em um sábado, não pude adentrar a área. Entendo que é o caso de se verificar a questão muito séria, que é o “erro”, entre aspas de novo, de alteração e de uma fraude que fica caracterizada, que na minha modesta opinião deveria ser encaminhado à PGM para analisar essa irregularidade. E essa região se caracteriza também por ter sido um lixão, tanto que tem uma área próxima a essa que precisa ser limpa, que é a área que foi cedida para os moradores daquela região. E a Cristiane do DEMHAB pode também complementar isso, sabe que existe isso lá. Essa área precisa ser limpa, que é próxima essa área. Então, é isso, meu Presidente, eu entendo que deva ser encaminhado sim para a PGM para se analisar todo esse aspecto do “erro”. Amanhã o parecer está entrando. Então, eu peço que leve em consideração meus pares, essa questão. E que estaria para análise, nada contra a análise do Mark, eu conversei com ele, eu acho que esse processo deveria voltar ao relator inicial, se mantém a análise e o número anterior do processo. Então, era isso, obrigado! Meu voto é CONTRÁRIO. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Eu passo a palavra de imediato para o Conselheiro Adroaldo. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Presidente, o meu relato já está anexado aí na Secretaria desde o dia 20 de julho. Realmente, a gente fez uma visita em conjunto, mas como eu fiz talvez um pouco antes que o Conselheiro Felisberto, vai haver uma divergência na votação. Eu vi que a empresa já havia corrigido esse erro, pediu desculpas. A gente sabe que só um pedido de desculpas não justifica o erro, mas de qualquer forma eu vou acompanhar o relator. é isso que eu tenho para o momento. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Obrigado, Conselheiro Adroaldo. Agora eu não

vou pisar na bola com vocês, eu vou abrir para discussão. Certo? Alguém se habilita a iniciar os debates? Saffer... Conselheiro Saffer, com a palavra. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Eu só queria lembrar, aquele processo que o Rafael foi o relator e levantou um erro, acompanhei o voto para aprovação daquele. Foi um erro, levantando alguns problemas principalmente sobre a cota do terreno que a pessoa considerou aterro e não do perfil natural do terreno. Eu entendo, a pessoa não pode entrar com o mesmo número, porque aquele processo foi indeferido. Então, ele teve que protocolar com outro número de processo, não pode acompanhar o mesmo número. Talvez a SMAMUS possa esclarecer melhor, porque pelo que eu sei, se o processo é indeferido eu tenho que protocolocar novamente. Então, ele protocolou novamente e entrou com outro projeto e esse outro projeto, pelo que eu estou entendendo, considerou aquilo que o Rafael tinha alertado sobre a questão das cotas. Com isso que ele fez outro EVU e fez outro afastamento, mudou algumas coisas do projeto, que aí o Mark fez o relato. Então, eu não vejo que agora persista o erro, não tem erro porque ele entrou com outro projeto. O fato dele ter pedido desculpa ou não, aquilo ficou muito ruim para todos nós, inclusive, para o próprio profissional que na época executou aquilo, mas não dá para a gente pré-julgar, na minha opinião, se me entregam o levantamento topográfico, que eu vou fazer um projeto com aquele, eu vou fazer o projeto com aquece. Agora, não vou entrar, não é um médico. Eu estou analisando o processo atual, que eu vejo que a pessoa ou a empresa entrou com um novo projeto, considerando os níveis alertados pelo Rafael naquele processo indeferido. E fez algumas modificações, com novos afastamentos, que mudou o RM, essas coisas. Esse é o meu entendimento. Obrigado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Ok, obrigado, Conselheiro. O Mark inscrito. Mark, deixa eu te fazer uma pergunta, como tu foste o relator, não quer ficar por último para comentar? Aí eu passo a palavra para o Emerson. Pode ser? Perfeito! Então, o Emerson. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Bem, recordando agora esse processo, até acompanhei o voto contrário, eu desconheço essa situação de mudar expediente, porque o endereço é o mesmo. E o levantamento que a gente tem de outros processos nunca se muda o número do processo, tem sempre um histórico. Essas questões levantadas pelo Felisberto têm fundamento, porque qual é o parecer da PGM? Eu não estou acompanhando o processo, não pedi vista, mas o que a PGM comenta em relação a esse novo processo, essa nova configuração? Não estou dizendo que sou contrário ao processo, mas tem algumas coisas que ficaram meio nubladas em a esse processo. Foi bem colocada também ali a situação do Barcelona, que é na Região Humaitá também, que foram solicitadas várias situações de análise de solo, disso e daquilo, em razão dos lixos que tem naquela região. Esse processo, é importante saber sim essa situação da PGM, como é que ela vê essa nova configuração. Obrigado! **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Obrigado, Conselheiro. Não tendo outros inscritos, com a palavra o Conselheiro Relator Mark. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Bom, nós examinamos esse material todo e a referência que nós tínhamos era retornar ao ponto que o Rafael encerrou o seu relatório e por isso acabou recebendo aquela votação e de fato esse processo foi encerrado. Ele chegou para mim com outro número, eu inclusive solicitei à Secretária que nos retornasse materiais relativos ao parecer do Rafael, porque lendo a documentação, o proponente ou o investidor, o responsável mencionava que havia cometido um erro, que solicitava escusas à comunidade, que isso tinha ocorrido e que submetia outra vez a documentação para o exame. Eu verifiquei, vi que houve uma extensa trajetória dentro da

Prefeitura pelos seus vários órgãos técnicos. Pedi também no meu parecer que os colegas, especialmente das áreas técnicas do nosso Conselho solicitassem vista para referendar o exame. E, aparentemente, todos aqueles itens que o Rafael observou e que foram acatados pelo nosso Conselho, o empreendedor neste momento retomou. Por isso que nessa situação, vendo que houve um processo de modificação, correção e adequação às observações registradas pela plenária do CMDUA que eu considerei que o processo estava em condições de ser examinado e aprovado, caso assim considerassem os conselheiros. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Está certo, obrigado, Conselheiro Mark. Eu lembro bem desse processo, ele foi chocante para nós trabalhamos que trabalhamos na área. Ele foi caracterizado e nós entendemos, nós tivemos o entendimento na época e reprovamos o processo, que se criou um morrinho. Simples! Se inventou o morrinho e a partir daquele morrinho, para obter uma cota mais favorável ao desenvolvimento do projeto, em altura e tal, ele foi detectado e nós detectado e nós barramos esse processo aqui dentro do Conselho. Eu fiquei bastante chocado com aquilo e as minhas manifestações na época foram nesse sentido. Bastante chocado com o comportamento profissional da empresa, que teve o desplante de apresentar aquele tipo de processo para nós. Aquilo foi um engordo, ainda bem que um conselheiro em primeiro momento alertou, se comprou e essas coisas de cotas é muito fácil de se comprovar, geralmente se comprova a favor da gente, porque tu pegas os levantamentos planialtimétricos mais antigos, da década de 50 e tal, eles dão uma situação muito boa para a gente trabalhar em projeto. Geralmente resolve alguns problemas, mas o rapaz não, ele pegou um terreno plano, absolutamente plano, enfim, criou um morrinho. Eu fiquei envergonhado pelos profissionais, é a vergonha alheia, pelos profissionais que trabalharam em cima daquele projeto, mas tudo bem. Conselheiros, mais alguém para se manifestar em cima desse processo? Alguém da Secretaria talvez fazer alguma observação? Eu acho que o Emerson matou a questão, o expediente único é dado pelo endereço da obra. E é muito importante, inclusive, que se mantenha o mesmo, porque se tu tens algum vício anterior, quando vai reprovar de novo está lá na memória, está arquivado e esse terreno teve um morrinho. Agora não é mais aquele, é outro e aí vai se fazer a análise baseado na legislação, evidentemente, assim que os técnicos que fazem a análise e tal tem segurança para tocar para frente e deferir ou indeferir esse processo. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Eu estava por último. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Tranquilo, Vaneska. É contigo a palavra. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Talvez seja importante seja importante colocar uma questão, que foi feita essa correção da diferença de nível, o RM foi corrigido de 4,5 para 7,75, mas também seja importante destacar que isso alterou a altura máxima das torres, mas que, na verdade, acabou não tendo um impacto grande na proposta. Até tem os itens que deferiram da proposta anterior para essa proposta, que foram esclarecidas pela técnica que fez a análise e equipe de projetos especiais. Então, com relação à localização das edificações em que os recuos de frente e laterais aumentaram e de fundos diminuiu. A quantidade de vagas se alterou de 485 para 491. A referência de nível, ela coloca ali o ajuste que foi realizado, a altura máxima permitida do plano naquela área é 52 m, a redução da área impermeável e a redução das áreas adensável e não adensável construída do empreendimento. É destacado esse comparativo em uma das análises foi feita pela equipe. Então, só para esclarecer que essa questão da referência de nível foi ajustada e acompanhada pela equipe técnica que fez a análise do empreendimento. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão**

de Planejamento Seis – RGP. 6: Perfeito e obrigado pelo esclarecimento. Se nada mais temos à análise, acho que podemos entrar em processo de votação dessa expediente. Tranquilo? Como vota o DEMHAB? (Parecer favorável ao EVU) **VOTAÇÃO NOMINAL: Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Favorável. **Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Favorável. **Sônia Castro (Titular), Gabinete do Prefeito – GP:** Favorável. **Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN:** (Não retornou). **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Favorável. **Gisele Coelho Vargas (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Favorável. **Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOI:** Favorável. **Gustavo Garcia Brock (Titular), Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV:** Favorável. **Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Favorável. **Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Eu me abstenho. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** (Não retornou). **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Favorável. **Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Favorável. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Abstenção. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Abstenção. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Favorável, acho que esse projeto já está adequado. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** RELATOR. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Voto contrário, tendo em vista o pseudoerro. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Acompanho o Relator, sou favorável. **Ronie Gomes (1º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Eu voto favorável, só não entendo, porque se na primeira vez foi unânime por que ia ser diferente agora? Mas tudo bem, voto favorável, com o Relator. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Acompanho o Relator. Favorável. **Wagner Pereira dos Santos (1º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Cinco – RGP. 5:** Contrário. **Gilberto da Costa (1º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Favorável. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** (Não está na sala virtual). **Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** Acompanho o Relator, favorável. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Eu vou me abster. **Camila Maders Fonseca Coelho, Secretaria Executiva da SMAMUS:** Presidente, a Conselheira Virgínia da METROPLAN retornou. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Conselheira Virgínia, como vota? **Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN:** Boa noite, Presidente. Eu fiquei creio que 20 minutos fora da reunião. Só queria saber qual é o processo. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** É o 4.07, MRV Engenharia, EVU na José Aloísio Filho, que foi relatado pelo SESECON, teve dois relatos de vista do Conselheiro Felisberto e do Conselheiro Adroaldo. **Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação**

Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN: Sim, tá! Eu ouvi. Então, favorável. Obrigada! **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** O resultado, 17 favoráveis, 2 contrários e 4 abstenções. Aprovado o item 4.07 da pauta. **APROVADO O PARECER FAVORÁVEL AO EVU**. Então, pelo adiantado da hora, conselheiros, faltam 8 minutos para as 20 horas, eu acho que nós poderíamos encerrar por aqui. **Camila Maders Fonseca Coelho, Secretaria Executiva da SMAMUS:** Presidente, só uma correção, são 18 favoráveis, 2 contrários e 4 abstenções. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Corrigindo, então. Conselheiros, agradeço a compreensão de vocês. Eu um pouco atrapalhado hoje por este sistema, mas eu acho que entre mortos e feridos chegamos todos com vida, saúde e uma boa noite a todos. Obrigado!

Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental – CMDUA, às 20h00min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia Costa Ribeiro, sob o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.

Germano Bremm	**Secretária Executiva**
Presidente	

Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2021, ... retificações:

ATA ORDINÁRIA Nº 2906/2021

(Virtual nº 71)

Aos dezessete dias do mês de agosto de dois mil e vinte um, às dezoito horas, reuniram-se para Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, através da plataforma virtual *Zoom*, nos termos do Decreto nº 20.611/2020, sob a presidência de GERMANO BREMM, Secretário Municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS, e na presença dos:

CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS: Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira (Titular) e Lisiane Sartori Fioravanço Magni (Suplente), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Sônia Castro (Titular), **Gabinete do Prefeito – GP**; Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN**; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), **Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS**; Gisele Coelho Vargas (Titular), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE**; Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), **Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOI**; Gustavo Garcia Brock (Titular), **Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV**; e Rômulo Krafta (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**.

CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS: Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Claudete Aires Simas (Titular), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH**; Sérgio Saffer (Titular), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA**; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS**; Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS**; Hermes de Assis Puricelli (Titular), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS**; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), **Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS**; Rogério Dal Molin (Titular), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**.

CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL: Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Tânia Maria dos Santos (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4**; Wagner Pereira dos Santos (1º Suplente) e Ricardo Angelini, (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Cinco – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Dinar Melo de Souza (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** e Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA**.

SECRETARIA EXECUTIVA: Camila Maders Fonseca Coelho, **Secretaria Executiva da SMAMUS**; Patrícia C. Ribeiro, **Taquígrafa/Tachys Graphen**.

PAUTA:

1. Abertura;

2. Votação:

2.1. Atas: 2901 (20/07) e 2902 (27/07);

3. Comunicações;

4. Ordem do dia.

Após a leitura dos presentes e conferência de *quorum* o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h09min.

1. ABERTURA;

Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS: Boa noite, Senhores Conselheiros, Senhoras Conselheiras. São 18h09min, temos quorum. Então, declaramos aberta a nossa reunião ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental. Desejo uma excelente noite de trabalhos. Estive ausente na reunião passada, fui substituído pelo nosso Vice-Presidente, ao qual agradeço pela condução dos trabalhos. Retomando, então, na data de hoje. Eu estive com o Prefeito no Rio de Janeiro, fomos olhar alguns exemplos de projetos de revitalização do Centro Histórico do Rio de Janeiro que está em curso. Também é uma proposta urbanística de transformação aos moldes, muito semelhantes àquilo que estamos fazendo e propondo aqui em Porto Alegre. Lembrando que na quinta-feira a gente tem a audiência pública para debater o projeto de lei, esse que vocês conhecem e que foi discutido aqui neste Conselho. Rapidamente vou fazer a leitura dos presentes e peço que quem tem interesse em fazer uso do período de Comunicação, por favor, faça a inscrição no chat. (Relação dos presentes na inicial). Por favor, se não chamei alguém consigne no chat. A gente tem inscrição externa, a Michele está aí, da Região de Planejamento 8, delegada, para fazer uso da palavra. Então, vamos oportunizar, vamos ver quem está inscrito para a nossa Comunicação. Temos aqui alguns inscritos para Comunicação. Antes de eu abrir a palavra externa peço que os conselheiros se manifestem. Temos inscritos? Se não há a gente vai encerrar a inscrição. Felisberto, Gomes e Saffer inscritos para Comunicação. O Conselheiro Dinar também inscrito para o período de Comunicação. Então, Senhores Conselheiros, encerramos a inscrição para o período de Comunicação. Lembrando que também na sequência a gente tem o empreendedor aqui presente para um dos processos em pauta, é o Item 4.06 da pauta. Vamos ouvir a Michele e depois passamos para o período de Comunicação dos Conselheiros. São 5 minutos, Michele. Boa noite!

3. COMUNICAÇÕES;

Michele Rian, (Delegada), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8: Boa noite. Bom, eu venho me manifestar hoje, Secretário, com uma profunda tristeza de ver a forma como eu fui tratada durante a audiência pública por uma servidora do Município, né! Eu fui ofendida durante a audiência pública, fui alertada por diversas pessoas que ouviram a ofensa, seguida do seu sorriso, né, confirmando a ofensa que eu recebi. E esse fato ocorrido na audiência pública agora do dia 12 de agosto, referente à Fazenda do Arado não é um fato isolado, né, Secretário? Só para pontuar aqui, no momento da inscrição para participar da audiência pública eu tive que enviar 13 emails para receber a resposta de confirmação da minha inscrição. Então, a ofensa contra a minha pessoa em audiência pública foi vista por diversas pessoas, ela só confirma como o executivo municipal está sendo parcial e está dificultando o acesso da cidadania ao processo, a todos os processos que envolvem o licenciamento de empreendimentos na Cidade, esse é um caso. Agora, é

lastimável, é deplorável ver que nós temos representantes do poder público que tratam a cidadania de forma degradante e esse ato não é por acaso, esse ato tem um objetivo claro, que é passar um recado para as demais pessoas da comunidade, demais cidadãos, que quem ousar questionar algo será atacado, ofendido de todas as formas possíveis e imagináveis. Faltam palavras para eu descrever o que sinto e faltam palavras para descrever a forma também desrespeitosa pelo qual o poder público se omite e não oportuniza que as populações tradicionais que estão envolvidas nesse caso da Fazenda do Arado também se manifestem. Eu, inclusive, sou acusada pelo empreendedor de ter plantado índios na Fazenda do Arado e de estar mantendo eles lá. Só que o empreendedor não apresenta qualquer prova com relação a isso e o poder público ainda se acha no direito de me ofender publicamente. Portanto, é degradante ver pessoas como as que eu vejo hoje representando o executivo municipal. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem. Obrigado, Michele, pela tua contribuição. Naturalmente, é a tua visão, a gente tem que respeitar. A audiência pública é um espaço democrático das mais diversas falas, aqui na coordenação da mesa e em qualquer momento não temos o objetivo de fazer qualquer ofensa com relação a tua pessoa. Houve diversas falas, dos maiores absurdos às vezes falados, especialmente contra a minha pessoa, contra os servidores, pessoas usando o chat para nos chamar de genocida, de fascista, de racista, de todos os “istas” possíveis, entendeu? Atacando, extremamente desrespeitosos e certamente todos aqueles que participaram viram, entenderam o chat ou mesmo em algumas falas, mas mesmo assim a gente tentando compreender o momento, o calor da emoção das falas exaltados, tentando comportar e trazer um equilíbrio para o processo como um todo. O e-mail, como a senhora sabe, os esclarecimentos que a senhora levantou foram feitos. Acho que não haveria necessidade de expor aqui, mas a servidora quando fez aquela fala fez não direcionada para a senhora, mas sim se direcionando a ela mesma por ter se equivocado e falado durante quando o microfone estava aberto, porque ela lhe nominou na primeira fala e depois, como foi corrigida pelos colegas que estavam próximos aqui de que estava com o microfone aberto, de que não deveria falar, ela se intitulou popularmente chamado: “Eu estou louca!” E o microfone captou uma parte. Então, vejo com muita tranquilidade, não houve nenhum insulto ou qualquer coisa nesse sentido. Se porventura tenha compreendido qualquer coisa nessa linha eu lhe peço desculpa, porque é extremamente qualificado o trabalho técnico da servidora, dedicada, estava aqui para contribuir ao debate aos temas da Cidade, conhecida dos Senhores Conselheiros. E o meu riso, naturalmente, foi por ela estar usando, ao mesmo tempo em que falando quando eu estava com o uso do microfone. Então, isso foi respondido, já esclarecido no e-mail que lhe devolvemos dos questionamentos. Então, é nesse sentido que a gente dá continuidade. Não sei se temos algum questionamento à fala? Rafael Passos, um minuto. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Primeiro, eu quero dizer, não sei se o Emílio já conseguiu entrar, ele estava com dificuldade de acesso. Ele me informou pelo WhatsApp. Segundo, além daquilo que eu já coloquei na audiência pública, quero lamentar e gostaria que houvesse até algum esclarecimento quanto à manifestação do Prefeito em relação aos Guaranis, dizendo que alguém teria os trazido de Santa Catarina de avião, entre outras falas dele, que eu acho que foi uma fala bastante fora do lugar, para não dizer outra palavra. Sobre os Guaranis, mais vez, e eu me lembro, eu há uns 3 anos, recebi uma ligação de alguém que alegava ser o proprietário da área e vinha com o mesmo discurso de que os Guaranis teriam sido colocados lá. Então, eu acho que deveria ter o devido esclarecimento, porque é algo que está tramitando da justiça e esse tipo de fala parece não condizer com a verdade dos fatos, deveria ser melhor colocado pelo Prefeito,

que também é o Prefeito de Porto Alegre, também é Prefeito dos territórios dos Guaranis que estão aqui. (Sinalização de tempo esgotado). Inclusive, com respeito aos próprios Guaranis de Porto Alegre. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro. Desculpa corrigir pelo tempo ali. Realmente, a fala inicial ali é de um minuto, depois tem o período de Comunicação. Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Primeiro, boa noite a todos e todas. Eu já vou aproveitar meus 3 minutos de comunicação, **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Então, já iniciamos o período de Comunicação. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Com um minuto a mais pela questão. Então, serão 4 minutos. Agradeço, Secretário. Primeiro, dizer que eu participei presencialmente do primeiro dia na audiência pública e num primeiro momento tudo corria normal e o espaço estava com certo número de pessoas, que permitiria a entrada de outras pessoas. Depois de muito bate-boca, chamada da Guarda Municipal, da Brigada, eu acho que o senhor autorizou a entrada, se não me falha a memória, né, Secretário? Que as pessoas que estivessem pudessem acessar, tendo em vista que o espaço estava vazio. A segunda observação é a fala infeliz, para dizer com boa educação, do Prefeito. O Prefeito esquece que ele também não é de Porto Alegre, ele é de Goiás e nós aqui no Rio Grande do Sul, e principalmente em Porto Alegre, nós recebemos bem qualquer pessoa de qualquer lugar do país. É uma cidade acolhedora por natureza, respeita as diferenças. Então, é importante que o Prefeito não esqueça que ele não é Prefeito só de uma classe, ele é Prefeito de uma Cidade que é diversificada, tem diferenças e essas diferenças devem ser respeitadas. E a história deve ser respeitada por todos, ainda mais por um prefeito. Com relação aos Guaranis, esse é um território Guarani, se alguém não sabe, há um estudo na Universidade Federal que fez um levantamento na região metropolitana de mais de 100 espaços ocupados pelos povos Guaranis na região metropolitana. Então, é importante que quem esteja ocupando um cargo público, de análise de processos, tenha no mínimo o conhecimento dessa nossa estrutura territorial de Porto Alegre. Além dos quilombos, que é outra marca da nossa cidade e da nossa miscigenação, da nossa etnia, formação étnica de Porto Alegre. Por fim, quero lamentar também a fala com relação à Michele, porque criticar, debater faz parte da nossa índole. Agora, nunca a ofensa. Secretário, quando a gente diz que o senhor às vezes e muitas vezes é autoritário, o senhor tem se disciplinado. Eu acho que o senhor melhorou muito perto do que o senhor era, o senhor tem sempre nos batido com a questão do regimento interno e eu acho que está correto, o regimento é a nossa regra, mas esse mesmo regimento está sendo questionado.e, por incrível que pareça, até agora nós não tivemos nenhum retorno do MP com a isso. Então, é importante dizer que esse regimento está *sub judice*. (Sinalização de tempo esgotado).E nós apresentamos uma minuta que a gente pudesse democratizar as relações. Eu acho... Acho não, tenho certeza que nós temos que dialogar. Nós podemos divergir e vamos divergir muito. E convocar todos para a audiência pública sobre o Centro Histórico. Espero que a gente não seja impedido, como foram os Guaranis impedidos de se manifestarem na audiência pública. Era isso, obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto, pela sua contribuição. A gente tem antes a Conselheira Maristela na fala de um minuto, né, Conselheira? É referente à fala da Delegada Michele. É isso? **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Eu queria... Poxa, como eu entrei um pouquinho atrasada, esse tema pode ser falado, sobre a questão dos Guaranis ou não, entro na Comunicação? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de**

Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS: Eu vi que a senhora se inscreveu para a fala de um minuto após a fala da Delegada Michele. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Eu só queria chamar atenção para não parecer uma coisa no sentido de oposição, mas muito com a responsabilidade científica, né! Porque tenho certeza que o senhor, assim como eu, acredita que a Terra não é plana, né! Então, assim, o que eu penso? Com a questão da responsabilidade de ser professora, não de estar, de ter estudado tanto nas questões principalmente de antropologia. Então, vou solicitar que na próxima reunião, no início, gostaria que o senhor permitisse a fala de um antropólogo, um cientista que pudesse... Para todos nós aprendermos um pouco, porque o Prefeito... Uma vez um grande líder disse assim: “Se eu não sei vou dizer que não sei, agora, inventar é chato”. Principalmente quando é um tema tão sério. Então, só queria em cima de toda essa questão já preservar em nome da verdade. Então, era isso que eu queria falar, mas eu quero falar na Comunicação também. Eu entro depois ou já posso falar? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem, Conselheira. A gente não recebeu a sua inscrição para Comunicação. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Eu coloquei primeiro. Está lá, depois que vi o tema me inscrevi. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Então, continue, Conselheira, por mais 3 minutos. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Obrigada. Então, Presidente, eu acho que tem as coisas que a gente tem que preservar e tem as coisas que a gente tem que valorar muito. E quando a gente está feliz é tão raro, né, a gente também tem que trazer aqui ao Conselho e a todos os lugares que a gente participa. Nós participamos de uma luta, a qual a sua Secretaria participou muito na época, porque envolvia uma área com uma parte de APP, de uma ocupação aqui na Parada 5 da Lomba do Pinheiro, uma comunidade chamada Morada das Pedras, há 12 anos. E como diz uma parte dos advogados, o Doutor Jacques Távora Alfonsín, respeitadíssimo, e a Doutora Claudete, que ficaram durante todo esse tempo, a gente ganhou na justiça. E é raro ganhar na justiça quando é área privada e preservar a área de APP, que é tão cara para o senhor que é Secretário e para nós que somos da comunidade, que não é fácil. Então, estamos muito felizes, ontem tivemos uma reunião brilhante com a Doutora Tami e com a Doutora Simone Somense no DEMHAB. Estamos agora com ganho na justiça, entrando nos projetos que a Prefeitura de regularização e não tinha como não partilhar aqui, porque uma das discussões que nós temos muito cara para todos nós no Plano Diretor é a questão da regularização fundiária. Não é mesmo, Doutor Felisberto? Então, trazer para alentar, para dizer que ainda há esperança numa área que é tão nobre para nós aqui na região, que nós estamos atentos a todas as movimentações, inclusive da Parada 6, da capatazia, com os movimentos que estão havendo. Então, estamos muito atentos a tudo isso. Muito obrigada pelo espaço, Secretário, e que bom poder partilhar com os nobres conselheiros e conselheiras do Plano Diretor essa boa-nova. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira. Parabéns pelo trabalho, pela liderança, pela contribuição ao debate. Fico feliz e orgulhoso. Na sequência, então, a gente tem o Conselheiro Gomes, depois Saffer e Dinar. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Boa noite, Presidente. Boa noite, Conselheiros, colegas. Eu quero me manifestar, registrar a minha satisfação em assistir o que foi a audiência pública lá da Fazenda do Arado. A primeira reunião no primeiro dia eu não assisti ao vivo, aí peguei pelo YouTube depois, eu tinha compromisso naquele momento. A segunda eu assisti de cabo a rabo. Uma

experiência muito interessante, porque realmente foi aberto a todo mundo, foram 2 dias, acho que deu mais de 40 participações das mais variadas matizes de conhecimento, ideológicos, técnicos, científicos e tal. Onde eu ressalto uma coisa que eu já tinha percebido na reunião da Região 8 quando eu estive, naquela reunião que o Conselheiro Dinar promoveu, que fazia parte dessa sequência de reuniões. O que ficou muito claro, mas muito claro mesmo, não tenho a menor sombra de dúvida, a diferença de posicionamento em relação ao empreendimento das pessoas locais, dos moradores locais, da comunidade local próxima, junto ao Belém Novo, em relação à opinião de uma turma toda que tem todo o direito, a audiência era pública para todo mundo que se manifestou. Então, esse pessoal que foi contra, que fez argumentações mais variadas possíveis, acredito que alguns nem conheciam onde era Belém Novo, porque teve um que falou que era o Belém Velho. Fazendo até erros desse tipo assim. Uma abordagem muito acadêmica, uma abordagem ideológica na maioria das vezes, inclusive, mas respeitável, nós somos um país livre, a audiência era uma questão realmente livre e tal. Tinha pessoas alegando alguma vinculação com Belém Novo, porque lá tiveram um período de praias e tal, um período de férias e tal. Maravilha quem teve essa oportunidade, também tive essa oportunidade, eu frequentei Belém Novo durante a década de 80, frequentava muito a AJURIS, que tem um espaço muito bacana, meu sogro na época era desembargador e a gente usava muito as cabanas da AJURIS, que era uma coisa maravilhosa e tal. Naquela oportunidade, naqueles anos, eu tive a oportunidade de conhecer um pouco da história da Fazenda do Arado. A AJURIS fica do lado de onde hoje tem a ocupação indígena, que tem gente que disse com todas as palavras na audiência que aqueles índios foram colocados de barco lá, entraram de barco e depois inclusive queimaram o barco para eliminar a prova, que foi feito esse tipo de coisa. Com todo respeito aos índios e tal, é a população original nossa e tudo mais, mas o uso que fizeram com eles é um absurdo e é uma vergonha. E eu quero lembrar também que no primeiro dia estava inscrito o cacique e não apareceu. Então, não teve índio... (Sinalização de tempo esgotado)... Respeitando o tempo, Secretário, ficamos para continuar essa conversa numa próxima oportunidade. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Saffer, pela contribuição. Conselheiro Saffer. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Boa noite a todos. É uma inscrição no sentido de pedido de esclarecimento, Secretário. Na quinta-feira sobre a audiência pública, ela vai ser totalmente virtual, a inscrição tem que fazer antecipada ou não tem limite? Ou pode ser só na hora de entrar no link? Eu queria algumas orientações nesse sentido. E a participação quando a gente quiser vai ser via chat para se inscrever? Queria algumas orientações. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Saffer, já aproveito para responder rapidamente aos pontos. A regra da audiência pública segue a lei municipal que trata do tema, é uma hora após iniciada a apresentação, o poder público, o empreendedor tem uma hora para fazer a apresentação. A lei complementar que trata é a 382/96, alterada agora em 2021. Uma hora de apresentação e durante o período de apresentação a inscrição para falas, que deve durar no máximo 5 minutos. Então, todas as inscrições devem ser feitas durante a apresentação no chat, na sala interna, disponibilizado o link a todos que tem interesse em participar. Vai ser transmitida ao vivo pelo YouTube, quem não quiser entrar no chat, mas quem quiser acompanhar na sala interna pode fazer a inscrição, participar e falar pelo período de 5 minutos. Então, todo o regramento está previsto, está no edital, publicado previamente. A gente vai oportunizar todas as falas, conforme a inscrição ao longo da apresentação. Depois a gente tem inscrito o Conselheiro Dinar. **Dinar Melo de**

Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8: Boa noite, Secretário. Boa noite a todos os conselheiros e conselheiras. Eu acho lamentável as manifestações que tivemos contra o pessoal que estava falando no dia da audiência pública, que era favorável. Nós fomos vaiados o tempo todo, eu fui chamado o tempo todo de mentiroso pessoalmente. Mas eu quero deixar claro para o Secretário, para o pessoal que assistiu pelo YouTube que esse pessoal não era de Belém, o pessoal de Belém Novo tem respeito, respeitaram a fala do primeiro dia do pessoal, que a maioria que falou era contrário. Então, ninguém vaiou, todo mundo assistiu bem tranquilo e no segundo dia tinha algumas pessoas que participar. Inclusive, a Dona Michele estava lá, onde eu fui vaiado o tempo todo na minha fala, tentando me tirar fora do foco da minha fala. E mais uma vez eu quero dizer, aquele pessoal que vaiou o Prefeito, a maioria não conhecia o Belém Novo. Teve uma fala também que foi acusada a Guarda Municipal. Depois, na saída, essa mesma pessoa que acusou na fala a Guarda Municipal, com todo o pessoal, com câmeras ali, com celulares ligados, inventou que é um dos guardas tinha agredido verbalmente eles, sendo que ninguém viu, só ele viu. Esse tipo é lamentável, as pessoas porque tu não estás do lado deles, porque não é a posição deles é vaiado, não tem respeito. Mais uma vez digo, a maioria do pessoal de Belém Novo é a favor e eu estou com eles desde o começo, porque eles são a maioria, estão a favor e querem esse empreendimento na região. Outra coisa sobre os índios, é lamentável, é triste ver onde colocaram esses índios. Dizem que eles vieram, como vieram não sei, a justiça vai provar o que aconteceu que apareceram. Mas o dia que o senhor tiver a oportunidade, Secretário, quero lhe levar lá para ver onde estão esses índios hoje. Não tem a mínima condição de sobrevirem lá no meio do mato, onde eles estão. Eu acho que em Belém Novo nós tempos muitos lugares bons que a gente poderia ter trazido eles, ao invés de botar no meio do mato lá. Tem áreas que foram ocupadas, que estão sendo desmatadas aqui dentro, próximo de Belém Novo, que a gente poderia colocar eles, que tivesse mais estrutura para aquelas famílias. Como eu falei também de quando eu estava na minha cerca, tela de 2,5 metros, mais ou menos... (Sinalização de tempo esgotado). Três jovens índios chegaram e pulara a cerca, os cachorros só não mataram eles, cachorros de raça que tinham onde eu estava, porque eu tinha prendido os cachorros. E mais uma vez, eu fui muito vaiado e foi falta de respeito comigo e na minha fala das pessoas que estavam me chamando de mentiroso. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado**,** Conselheiro Dinar, pela fala. Enfim, realmente, eu vi pelo chat também, em inúmeras oportunidades a gente ouviu algumas oportunidades de falta de respeito com os colegas. A gente tem que sempre respeitar, é um espaço democrático, eu fiquei muito feliz e orgulhoso de ver a grande audiência, e na fala do Conselheiro Gomes ali que falou da participação, da gente oportunizar 2 dias de audiência pública, são 6 horas, toda a equipe à disposição e esforçada para prestar os esclarecimentos na medida do possível, colher as contribuições que foram muito bem vindas no que é possível. Mas a gente tem que se respeitar esse espaço democrático, são visões distintas, a audiência pública é o momento do debate, de a gente se posicionar a favor ou contra, né! É da democracia. Eu fico feliz que a gente teve uma grande participação. Acho que cada vez mais nós estamos nos melhorando, né, Conselheiro Felisberto? No sentido das dinâmicas, dos processos como um todo, aprendendo com a aplicação e como conduzir os processos. É exaustivo, é tenso por muitas vezes, eu estou aqui sofrendo a pressão, tentando segurar as pontas e o pessoal reclamando dali e de cá. Mas eu não tenho dúvida que ao final de tudo isso é contributivo, amadurecemos o debate, tivemos os vereadores assistindo, isso tudo enriquece essas visões de cidade. Para ressaltar, a gente deu sim a oportunidade para as inscrições, para todas as manifestações,

inclusive o cacique que estava no local se inscreveu para fala, a gente oportunizou e garantiu a fala dele no outro dia, só que ele não compareceu no outro dia. Então, em função disso não falou, mas estava garantida a fala, tanto que eu fiz a leitura, foram 42 inscritos para as falas na audiência pública, a gente fez e ouviu essas 42 pessoas ou 41, porque faltaram algumas que não compareceram no outro dia. Também queria lembrar que o espaço físico no local era para 80 pessoas, seguindo as regras, os protocolos de segurança, a gente permitiu essas inscrições prévias e chegando lá no local, após alguns minutos, algum tempo de audiência, que a gente identificou que algumas pessoas inscritas não compareceram. Então, tinha um espaço livre, cerca de 20 espaços disponíveis, a gente aí sim oportunizou para que essas pessoas que estavam externamente lá e que não tinham se inscrito, a gente oportunizou que ingressassem à sala e se acomodassem, participassem e acompanhassem a audiência internamente lá no salão da comunidade local. Então, dando continuidade ao processo, também vamos ter audiência pública agora na quinta-feira. A gente mais organizados, nessa mesma dinâmica, seguindo os ditames legais, conforme previsto no edital, vamos oportunizar calorosos, mas bons debates, que a Cidade saia ganhando um tudo isso. Senhores Conselheiros, já se passaram 44 minutos, vamos dar sequência a nossa pauta.

2. Votação:

2.1. Atas: 2901 (20/07) e 2902 (27/07);

Antes disso, só questiono se temos objeção à aprovação ao item 2, que são as atas. Por favor, manifestem se temos alguma objeção à aprovação das atas ou abstenção. Questão de Ordem da Conselheira Claudete. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Boa tarde a todos e todas. Como a gente não tem um espaço de fala, né, eu tenho que pedir uma Questão de Ordem. Semana passada, Secretaria, eu fiz uma solicitação, várias, aliás, e nós temos nem a ata da semana anterior para a gente poder se guiar. Seria a respeito da situação da revisão do Plano Diretor, do acordo do PNUD, da revisão do próprio contrato do PNUD. Teve a apresentação dos relatórios dos gases de efeitos estufa e nós não tivemos nenhuma informação ou apresentação, ou participação do Conselho. Então, eu reforço aquele questionamento da semana passada, qual é a situação que nós estamos ou esclarecimentos. Quando nós vamos descobrir quais são as atividades que estão sendo realizadas internamente e aquelas que vão ser realizadas no âmbito da revisão do Plano Diretor? Obrigada! **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Claudete. Lembrando que a Conselheira pode sim fazer a inscrição, tem um período de Comunicação, Conselheira. Não queremos de maneira alguma lhe inviabilizar a fala, tem a oportunidade de falar no período inicial, tem as regras dos processos em pauta. Com relação a sua Questão de Ordem, a gente sim pretende organizar, agora tão logo remetamos para a Câmara de Vereadores a proposta de lei com relação ao Centro Histórico, a gente retomar o processo. Como eu já esclareci nas outras reuniões, o que estava faltando para a gente de fato fazer um relatório, fazer uma apresentação e estabelecer um cronograma do processo de revisão era essa definição da universidade, da participação de parceria quais seriam os produtos. Isso a gente conseguiu concluir, estamos esperando só o ok da Agência Brasileira de Cooperação com relação ao projeto para apresentar aqui aos conselheiros, a Patrícia e a equipe, a retomada da nossa revisão do Plano Diretor. Inventário de gases de efeito estufa, conforme explicitado anteriormente, era uma contratação específica que foi a primeira que nós fizemos, isso foi amplamente debatido, inclusive em reuniões com o

Ministério Público. Então, foi entregue esse inventário, foi transmitido, todos convidados, foi transmitido ao vivo e está disponível no canal da Prefeitura, nas redes sociais da Prefeitura. Mas também podemos oportunamente convidar a consultoria, enfim, contratada para também apresentar neste Conselho, que é bastante importante o inventário para pautar o nosso plano de ação climática. Só com relação à ata, quem é que nós temos? Temos 6 abstenções, nenhum voto contrário. Nesse sentido aprovamos as Atas 2901 e 2902, uma de 20/07 e outra de 27/07. **APROVADAS AS ATAS 2901 E 2902**. Na sequência o Conselheiro Felisberto com uma Questão de Ordem. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, três observações, uma foi a questão que a Claudete levantou, eu me senti contemplado pela fala dela. A segunda, eu peço que retire a Michele da reunião para que ela possa acompanhar, né! Eu acho que o processo não pode ser de exclusão. E a outra questão que me parece fundamental, que na segunda noite nós pedimos, a comunidade indígena e várias pessoas pediram para que o Hélio falasse em nome do Cacique Timóteo e não foi permitido. Então, isso várias vezes foi questionado por várias pessoas e os indígenas não puderam falar na segunda noite. Na primeira noite o Timóteo estava lá desde o início, acompanhou a reunião até o fim, só que não deu tempo para ele falar na primeira noite. Na segunda, por algum motivo, ele não pode comparecer, mas o Hélio estava lá, que representava a comunidade e não foi permitida a fala dele. Obrigado e era isso. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem. Obrigado, Conselheiro Felisberto. Lembrando que a gente sim oportunizou a fala do Cacique em substituição a uma pessoa que, inclusive, tinha cedido a fala, o Cacique não tinha se inscrito, mas a gente oportunizou essa fala. No entanto, ele não compareceu, aí, naturalmente, as regras postas em uma reunião, se eu abro uma flexibilização para as falas, desrespeitando as regras que a gente previamente colocou, ficaria muito fragilizado para todas as outras, né! Teria que abrir, porque todo mundo, naturalmente, tem a sua razão, o seu direito. Chegou também a demanda de pessoas que não participaram, que estavam inscritas, não participaram da reunião, que se inscreveram e queriam falar na noite posterior. Então, como é que eu explico a regra flexibilizando para um e para outro. A regra a gente põe previamente e temos que cumpri-la sob pena de fragilizar o processo como um todo. Então, nesse sentido que a gente tenta ser duro no segmento da regra. O Conselheiro Dinar tem uma Questão de Ordem? **Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** Sim. Secretário, só para esclarecer, pelo que sei, se não me engano, o Timóteo entrou depois daquelas 20 pessoas que foram liberadas para entrarem e na lista parece que não estava. Eu quero dizer também, ali no *chat* eu acho que nós vamos ter que começar a responder a Questão de Ordem aí também, as ofensas e os preconceitos que a gente está recebendo no *chat*. A Claudete falou aquilo ali, que eu era caseiro e cuidava dos cachorros lá onde que eu prendi os cachorros para não pegarem os índios. Eu quero dizer para a Claudete aí, já respondi e não sou caseiro, mas se tiver que trabalhar de caseiro, de qualquer, de faxineiro, jardineiro, para mim não tem problema nenhum. Eu seu respeitar, eu tenho pouco estudo, mas eu sei respeitar as pessoas. Então, a Claudete... Eu vou citar bem o nome dela, porque ela é uma das que mais me ofende aí, Secretário. Então, uma pessoa dessas que achar, querer saber se eu sou caseiro, porque eu não deixei os cachorros pegarem os índios, então, para mim é um preconceito pela parte dela. Mas não tem problema, eu não sou caseiro, mas se tiver que trabalhar, eu sou aposentado... (Sinalização de tempo esgotado). Mas se eu tiver que trabalhar de caseiro eu trabalho sem problema nenhum. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem. Obrigado, Conselheiro Dinar. É importante ressaltar o respeito ao *chat* para

evitar que a gente tenha que abrir um processo especial de apuração e responsabilidade, falta com relação a respeito e ao decoro que tem que haver dos Senhores Conselheiros. Nós temos só um pedido de antecipação... Pessoal, qual é a dúvida com relação ao regimento? Se nós ficarmos nessa discussão, a Questão de Ordem é para dúvidas com relação à interpretação do regimento. Já são 18h53min, a gente fica só no debate aqui e não avançamos. A conselheira se inscreveu, mas não está presente. Então, conselheiros, cabe-me esse difícil papel aqui de dar segmento à pauta. Temos uma apresentação externa para fazer, um pedido do conselheiro para antecipar, o Conselheiro Emerson. É o Item 4.06 da pauta. Conselheiro Emerson, que é conselheiro-relator, convidou os empreendedores e responsável técnico para que fizesse a apresentação da proposta. Então, o conselheiro nos pediu que antecipasse aqui, em respeito à visita externa. É isso, Conselheiro Emerson? Consulto se há objeção a invertermos e oportunizarmos a fala externa do Item 4.06 da pauta, a pedido do Conselheiro Emerson. Em não havendo oposição, então, a gente inverte e passar ao item 4.06 da pauta, convidando aos representantes e responsáveis técnicos pelo empreendedor. Está o Guilherme Correa. Então, na data de hoje temos essa apresentação do empreendedor por solicitação do relator. Por favor, Guilherme e Evandro.

4. ORDEM DO DIA:

4.06. EXPEDIENTE: 20.0.0000007038-7.

Interessado: R Correa Engenharia Ltda.

Assunto: EVU.

Local: Av. Ceará, 1549 (RGP 2 – São João).

Relator: OP (Distribuído em 15/07/2021).

Evandro, R Correa Engenharia Ltda.: Boa noite, Secretário. Boa noite, Patrícia. Boa noite, Sônia. Boa noite aos demais conselheiros. Eu fiz um cumprimento especial à Patrícia e a Sônia, porque elas conhecem bem este projeto, que o Guilherme vai apresentar aqui. É um projeto que são três escritórios de arquitetura que fizeram parte e negociamos isso com a EPACH, enfim, com todo o planejamento, com todos os profissionais responsáveis aí pela Prefeitura na área desses processos. E um projeto ficou agora bem interessante, e acho que a Cidade vai ganhar uma obra bem bacana. **Guilherme Correa, R Correa Engenharia Ltda.:** Eu vou compartilhar a minha teça, então. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Tudo bem, fique à vontade, 10 minutos. **Guilherme Correa, R Correa Engenharia Ltda.:** Ok. É um projeto, então, que fica localizado no 4º Distrito, é o antigo Hospital Santo Antônio da Criança. É o quarteirão inteiro, que está entre essas ruas aqui. Ele estava abandonado, estava em uma situação bem complicada. Atualmente teve a Casa Cor, no ano passado lá, este ano vai ter a edição da Casa Cor no mesmo local. Então, ele sofreu alguns reparos, não está tão caído. Desse complexo inteiro a gente vai manter três edifícios que são preservados, a capela, que fica nessa esquina aqui, a fachada principal aqui do edifício principal e esse prediozinho aqui da esquina. São esses três aqui, o resto vai ser demolido. **Evandro, R Correa Engenharia Ltda.:** Esse prédio transversal, maior, é importante falar que hoje a fachada próxima do prédio da quina, com outro prédio, essa fachada está invisível hoje para quem passa por ali. Ela foi encoberta justamente por aquele anexo cinza ali, que foi feito ao longo do tempo. Então, nesse processo de restauro esse prédio vai voltar a ter a feição original completa. Ou seja, ele vai ficar exatamente como era quando foi construído lá na década de 40, 50, 53. A capela da mesma forma, ela

vai ficar preservada, não vai funcionar mais como capela, vai funcionar com outra atividade aberta ao público, mas não vai ser mais capela. **Guilherme Correa, R Correa Engenharia Ltda.:** E o hospital foi tendo ampliações e prédios ao longo do tempo, por isso que aconteceram essas adições que esconderam o predo, né! O que sobrou para a gente trabalhar em uma construção nova foi aqui. O que a gente conversou com a CAUGE, através de reuniões para definir o projeto, foi que aqui na frente nós teríamos uma grande praça pública. Lá nos fundos também teria uma praça mais vinculada à capela. E a gente afastaria qualquer condição nova dos edifícios preservados. Então, a gente passou 7 metros da capela, 8 metros desse prédio da frente da Ceará. **Everton, R Correa Engenharia Ltda.:** E outro aspecto importante também desse projeto é que toda essa área aí, todo esse quarteirão vai ser permeável. As quatro vias públicas, Ceará, Maranhão, todas elas, pelo projeto inteiro vão ser permeáveis. As pessoas vão cruzar de rua a rua, os dois sentidos por dentro. Como o empreendimento novo é residencial, os acessos ao prédio, obviamente, vão estar vedados aos moradores, mas de resto as pessoas vão poder circular em todos os sentidos, não vai haver um cercamento com portões. Essa praça atrás da capela foi o último acréscimo, vamos dizer assim, paisagístico que se fez ao projeto, foi um pedido praticamente assim, posso falar, do pessoal da EPACH, que a gente criasse uma área de ambiente ali e isso foi feito. Então, a própria capela que tem uma antena cega, que hoje está tapada por esses aditivos que foram feitos ao longo do tempo aí nessas setas, essa parede vai ser totalmente permeável, as pessoas vão circular aí como se fosse uma alameda interna, totalmente aberta e de acesso contínuo, sem restrições. **Guilherme Correa, R Correa Engenharia Ltda.:** É, esse quarteirão ficou uma grande praça, basicamente. Isso aqui também chegou a espaços de estar, mesinhas e bancos, um térreo todo com lojas, né! Então, vai ficar um espaço bem movimentado, um estacionamento no subsolo, um estacionamento interno aqui. Então, isso aqui a gente fez para mostrar também, tudo que está preto é o que vai ter, vai estar construído, o resto tudo é área pública. Aqui a gente tem umas imagens do projeto, a fachada do edifício novo a gente tentou incorporar algumas linhas do preservado, conversar de alguma maneira. Essa praça central aqui é uma praça bem de estar mesmo, vão ter ciclovias, vão ter bancos, o térreo todo com lojas, movimentando essas áreas. Aqui a distância do prédio preservado, aqui a Av. Ceará para o novo, aqui a gente vai ter uma galeria aberta também, com lojas voltadas para cá. Aqui o acesso desse prédio, que se dá aqui no meio, com estacionamento no subsolo. Então, uma área com um fluxo grande de pessoas, né! Aqui que eu falei, nas laterais também a gente vai ter um espaço de praça, que aqui nessas fachadas vão ter lojas, restaurantes, tudo para isso aqui ter grande movimento. Aqui é a capela, que o Evandro estava citando, depois vai ter uma imagem melhor desse rasgo. Aqui também são tudo lojas, restaurantes. Então, a gente quer que tenha essa conexão entre a capela. É lógico, é uma coisa que eu acho até que o EPACH pediu, que o EPACH estava bem preocupado com a capela. Aqui a gente fez um estudo o que poderia ser esse ponto, na verdade, vai ser um ponto comercial, não foi vendido ainda, mas pode ser um café, uma livraria, um ponto bem interessante para a Cidade. Aqui é o rasgo que o Evandro estava citando. Então, vai ter um espacinho ali para o pessoal sair, um deck para o pessoal sentar, aqui loja dos dois lados, aqui o fundo da capela, com essa praça no fundo, a mesma coisa, lojas, árvores, bancos, bastante movimento, mesas na rua. **Evandro, R Correa Engenharia Ltda.:** A quantidade de apartamentos que é gerada ali gera um fluxo para o local constante, o que morador circula de 1º de janeiro a 31 de dezembro, no primeiro minuto ao último do dia. E durante o dia, no horário comercial, ainda tem a noite, boa parte da noite ainda se tem toda a movimentação comercial das lojas. Ou seja, essa região aí vai ficar com alto fluxo de pessoas, que é tudo que se quer para que o empreendimento seja

valorizado no sentido urbanístico da coisa. E como ele não tem barreiras físicas, ou seja, é possível fluxonar tanto no sentido transversal, quanto no longitudinal, acho que isso... Tenho certeza, aliás, que isso vai enriquecer muito esse aspecto humanista do planejamento do empreendimento. **Guilherme Correa, R Correa Engenharia Ltda.:** A gente tem o modelo, se vocês quiserem que a gente olhe algum ponto especial, a gente pode andar por ele aqui, ele está todo modelado, ele está bem maduro. É uma coisa que foi bem conversada e a gente chegou nesse resultado que a gente acha que vai ajudar bastante na região. **Evandro, R Correa Engenharia Ltda.:** Essa linha de árvores aí entre a capela e o prédio, também foi uma solução que a gente encontrou de comum acordo com o EPACH de fazer uma linha que dividisse as duas edificações, a pré-existência e o novo prédio, de forma mais natural, né! Então, a capela é como se ela estivesse protegida pelas árvores, porque as outras três fachadas são praças e vias públicas. Então, ela está praticamente autônoma e da mesma forma sem perder o poder de estruturação que ela tem ali com a região. **Guilherme Correa, R Correa Engenharia Ltda.:** E aqui só pega a fachada, que é uma coisa que também a gente procurou respeitar bastante a fachada do prédio preservado, as linhas vêm retas aqui. **Evandro, R Correa Engenharia Ltda.:** É predominância das linhas horizontais, né! A marcação do prédio da pré-existência tem uma marcação horizontal bem forte e isso a gente levou para o prédio novo. **Guilherme Correa, R Correa Engenharia Ltda.:** É, mas para a fachada frontal, né! Depois, quando vai para a fachada lateral, essas linhas são quebradas para dar um efeito, para mostrar que aqui é um prédio novo. Então, conversa com o prédio preservado, mas, ao mesmo tempo, é um prédio moderno. Tem a sua própria personalidade, elas têm formas diferentes e tamanhos diferentes, né! Eu acho que é isso aí. **Evandro, R Correa Engenharia Ltda.:** Existe um debate internacional hoje em dia nesses projetos onde envolvem uma compatibilização com as pré-existências e dentro desse processo a gente convidou o Professor Pelog da UFRGS a se pronunciar, assim como o Professor Benami, que é autor do plano do 4º Distrito. E esse debate está muito centrado entre essas compatibilizações por oclusão ou por contraste, né! Existem pensadores, arquitetos de todo o mundo, que se posiciona em relação ao assunto. Na verdade, não existe uma linha que seja máster para guiar o que for. Cada terreno, cada local, cada polígono onde se vai implantar o empreendimento, ele tem a sua verdade, ele tem o seu entorno característico e nenhum terreno é igual ao outro, por todas essas razões do entrono, as volumetrias, pela ambiência, pelo tipo de comércio e atividade que existem ali, pela posição solar que os prédios do entorno movimentam, promovem, aliás. Então, a orientação que nós tivemos, o aconselhamento que nós tivemos dos professores era sempre que essa compatibilização deveria sim ser feita por contraste e não por oclusão. Não se deveria de forma alguma tentar minimizar ou esconder aquela edificação nova e sim valorizar a pré-existência através do contraste, do bom contraste. Então, foram muitas reuniões, foram muitas propostas que se fez de fachadas, de tonalidades, de texturas e até de atividades nos primeiros pavimentos, se eram estacionamentos, se eram máscaras que a gente ia utilizar para fazer essa melhor compatibilização. Em todo o momento o que a gente sempre compatibilizou com os colegas era isso, a oclusão era a melhor saída e era a forma que melhor valorizaria a pré-existência ali do antigo Hospital da Criança Santo Antônio. **Guilherme Correa, R Correa Engenharia Ltda.:** Eu acho importante mostrar essa área que vai ser toda aberta, porque hoje em dia quando se passa lá, antes da Casa Cor, mas mesmo agora com a Casa Cor segue assim, são tapumes aqui que o pessoal às vezes joga lixo para dentro. Então, essas ruas têm um aspecto bem perigoso. Então, estão lá os moradores, eles pedem, eles querem que saia logo isso, porque vai ser um ganho grande para a região, porque do jeito que está, o quarteirão inteiro é muito inóspito para quem caminha lá. O pessoal não

caminha lá de noite, um negócio meio complicado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Perfeito, então. Obrigado, Guilherme. **Evandro, R Correa Engenharia Ltda.:** Estamos à disposição se quiserem fazer alguma pergunta aí. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Evandro, Guilherme, excelente apresentação, bem elucidativa sobre o tema. O projeto mesmo está muito bonito, preservando o patrimônio histórico. Eu tive a oportunidade de ver algumas imagens e fotos do projeto, bacana essa coisa de compatibilizar com o existente, que tem que preservar, proteger dar a sustentabilidade econômica, trazer novos alinhamentos. Assim, pessoalmente, achei muito bonita a apresentação e a proposta, o projeto como um todo. A gente tem algum questionamento? Por favor, façam a inscrição para questionamentos. Quem nós temos inscrito? O Mark. Mais algum conselheiro inscrito para questionar? Felisberto, Hermes e Emílio inscritos. Antes disso o Saffer está inscrito antes do Mark. Então, oportunizo a fala começando pelo Saffer. O Adroaldo também está inscrito. Então, encerramos a inscrição para as perguntas. O Gomes também inscrito. Encerramos a inscrição para perguntas e oportunizo a fala para o Conselheiro Saffer. Um minuto, conselheiro. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Boa noite, pessoal. Eu não sei se ficou claro ou eu não ouvi, aqueles dois prédios pré-existentes, os maiores, não a capela, que vão ter lojas embaixo, quais vão ser as atividades na parte superior? Eu acho que não esclareceram. E também nesses prédios residenciais, quantas unidades, por curiosidade, vão ter e que tipos de apartamentos? Por curiosidade. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Eu vou fazer por bloco, Guilherme e Evandro. Anotem e na sequência a gente oportuniza. Mark. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Boa noite. Eu queria perguntar para os arquitetos que apresentaram agora esse projeto, interessante e importante, porque ficou a questão, qual é a metragem comercial que vocês estão trabalhando? Qual é a metragem residencial que vocês estão computando? E como vocês estão destinando estacionamento para moradores e para os clientes desse núcleo? Como que essa previsão está feita? Com certeza vocês trabalharam esses aspectos, né! Então, eu queria na medida do possível que vocês mencionassem para o Conselho qual é a dimensão, essas dimensões que eu perguntei agora. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Mark. Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa noite. Saudar os arquitetos, Guilherme e o outro que eu não me lembro o nome, desculpe. Mas saudar os dois arquitetos. Primeira pergunta, eu não entendi bem se vai ser do prédio que era o antigo Hospital Santo Antônio, se vai ser mantida só a fachada ou vai ter alguma utilização do espaço. Ouvi na fala que tem uma Casa Cor que está sendo feita lá, né! Ela está nesse prédio que era o antigo Hospital Santo Antônio? Essa é a primeira pergunta. Algumas das perguntas foram feitas pelo Mark e pelo Saffer, mas eu queria saber, vai ter garagens subterrâneas do prédio, qual o número de estacionamento e se vai ter estacionamento nos primeiros andares do prédio? Isso não ficou claro para mim. E terceiro, que me chamou atenção e que é um aspecto, é a possibilidade das pessoas passarem sobre toda a área, isso é interessante, né! Eu acho que isso é um ganho para a região, eu acho que essa questão da segurança das comunidades é importante e qual a relação que tem com a Presidente Roosevelt, que fica ali no limite, né! Então, tem uma integração com o 4º Distrito e com a Farrapos também. Então, é importante ter essa integração com o bairro, com as características do bairro.

Então, era isso e obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto, pelas questões, contribuição. Na sequência o Conselheiro Hermes. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Boa noite a todos e todas, em especial o meu boa noite ao Evandro, que eu conheço já há bastante e tenho o maior respeito. As perguntas que eu queria fazer se referem à questão do índice construtivo. A nossa legislação prevê alguns incentivos, eu queria como foi resolvido, se tem alguma transferência, etc., o que eu acho bom, né! E também queria fazer um comentário sobre o estacionamento subterrâneo. Eu durante muito tempo trabalhei em um grupo do 4º Distrito da Secretaria do Planejamento e quando a gente propunha para os empreendimentos que fizessem estacionamentos subterrâneos sempre era dito que era inviável, por questões técnicas e etc. O que a gente sabe que não é verdade. Então, na verdade, eu quero até elogiar, porque a gente sabe que tem um custo adicional, mas é uma solução interessante para a Cidade. É isso. Eu peço desculpas, eu estou acompanhando também outra audiência da Frente Parlamentar do Cais Mauá. Então, eu estou meio que me dividido, mas era referente a isso. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Hermes. Conselheiro Emílio. **Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Boa noite a todos e todas. Obrigado, Secretário. Obrigado, Presidente, pela palavra. Eu quero parabenizar os colegas arquitetos pela proposta, né! Realmente, é um projeto interessante, que revitalizará essa zona em questão urbana tão degradada, especificamente. Obrigado pelo conceito de deixar abertos esses espaços livres, como praça, para permitir uma acessibilidade e fluidez, especificamente dos pedestres que não podem se deslocar por lá. A minha questão não é arquitetônica e nem urbanística, especificamente, é se teria algum tipo de restrição de uso em relação à capela. Se vamos guardar a imagem cultural e religiosa desse uso que se dará a essa zona. Olha, eu acho que dificilmente a população poderia aceitar que nesse espaço de capela, que antes foi de oração pelos doentes, especificamente, que se possa colocar algum tipo, como uma boate, que se possa colocar por que não um sexshop, imagina onde podemos chegar com esses extremos em relação aos usos comerciais que deveria ter essa capela, né? Então, eu queria saber se teria ou não algum tipo de restrição de uso específico para essa capela. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Emílio. Por favor, vão anotando aí. Depois o Conselheiro Adroaldo inscrito. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Boa noite, Presidente. Boa noite ao Senhor Evandro e Guilherme. Eu sendo o conselheiro daquela região de planejamento me cabem algumas considerações e realmente reconhecer que esse projeto é importante para a região. Fazia falta um empreendimento desse porte. Gostaria de lamentar o fim do uso da capela. Aquela capela tem história ali na região, como capela é claro. Então, ao mesmo tempo quero trazer alguns pontos, considerando que ali foi um hospital de grande importância para a região e de um tempo para cá acabou e ficou aquele espaço esquecido. Agora a gente trocar, substituir um espaço de atendimento a crianças, em uma região tão importante para a Cidade, como é o 4º Distrito como um todo, trocar por um empreendimento simplesmente comercial, residencial. É inovador, ao mesmo tempo a região perde aquele atendimento sem nenhuma perspectiva de retorno de atendimento a crianças naquela região e que faz falta realmente. Eu gostaria de colocar e acho interessante que isso fosse debatido talvez com algumas lideranças, se for possível, arquiteto, para a gente poder levar para aquela região e apresentar esse projeto.

(Sinalização de tempo esgotado). Colocar que aquela é uma região de alagamento, sempre foi. Então, os cuidados ali são muito grandes e agora chama atenção esse estacionamento subterrâneo. A outra pergunta seria o seguinte, considerando toda essa importância do projeto para a região, eu não vi grandes compensações sociais, parece que só consertar uma sala no posto de saúde, mas só. (Sinalização de tempo esgotado). E me surpreendeu a SMED... Eu encerro, porque temática é importante isto aqui e instiga a gente a falar mais. É isso que eu queria colocar para os representantes do empreendedor. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Adroaldo, pela contribuição. Conselheiro Gomes. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Presidente, o questionamento do Conselheiro Hermes me contempla. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem. Obrigado. O Conselheiro Emerson, que é o relator e devolvo a palavra para o Evandro e o Guilherme. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Boa noite, Conselheiros. Boa noite, Evandro e Guilherme. Dentro do contexto desse projeto que vocês viram, que tem várias questões positivas para o impacto da região, tem o levantamento do estudo de tráfico, preservação do patrimônio histórico, interação do empreendimento com o entorno, também vai ter alguns benefícios em relação à preservação do patrimônio, que irá atender todos os condicionantes do que estão sendo apontados pelo processo. Eu não vou fazer a apresentação hoje do meu relato, até porque tem alguns pontos que eu obtive hoje com base nessa apresentação. Eu vou fazer a apresentação na próxima reunião. Entendo que é um empreendimento superimportante para a região e para Porto Alegre, porque é desenvolvimento econômico, melhorar a paisagem urbanística do local. Isso eu acredito que é importante sim para nós termos alguns avanços dentro do nosso Município. Estão de parabéns e na próxima reunião eu vou fazer o relato. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem, obrigado, Conselheiro Emerson. Eu devolvo a palavra ao Evandro e ao Guilherme para prestarem os esclarecimentos levantados. **Evandro, R Correa Engenharia Ltda.:** Bom, vamos começar, o prédio do hospital vai ser totalmente mantido na sua íntegra. Na parte superior, os andares superiores do prédio vão ter atividades comerciais com salas comerciais, no térreo são lojas. No total do empreendimento nós temos 373 apartamentos para 32 lojas. Existe uma proporção bem superior para atividade residencial em relação à comercial. Em termos de áreas são 17.600, são quase 18.000 m² de área construída para apartamentos. Isso é área privativa e 2.030 m para as lojas. De novo aqui uma diferença bem grande entre a parte residencial e a parte comercial. O que fica caracterizado aqui é que a área comercial é basicamente de apoio à área residencial e uma atividade de animação diária para essa região. **Guilherme Correa, R Correa Engenharia Ltda.:** Na verdade, o prédio da esquina, menor, os andares superiores vão ser salas comerciais, mas o prédio principal, ficou posteriormente acertado que vão ser unidades residenciais. A gente vai preservar tal qual como está lá agora e vão ficar apartamentos estilos *lofts*, com o pé direto mais alto. Outra coisa, a gente falou em 32 lojas, só que, claro, é como a gente está entrando agora, mas muito provavelmente vai acontecer dessas lojas talvez fiarem menores. O tamanho das lojas ainda é... **Evandro, R Correa Engenharia Ltda.:** Sim, vai variar de acordo com a demanda de locatários em função das atividades que vão ser desenvolvida ali. E é natural que em um empreendimento desses alguém compre ou loque para juntar lojas ou dividir lojas para operações maiores ou menores, obviamente. Isso é muito dinâmico, a amplitude muda, ainda mais hoje, a cada ano que

passa, a nossa geração é testemunha de uma mudança bem radical de comportamentos, de vida, de tudo mais. E a pandemia está aí ainda para colocar mais um ponto de interrogação na frente de todo mundo. Mas ali, continuando, então, o Felisberto questionou, são 370 vagas de automóveis no empreendimento, entre vagas de subsolo e vagas nos pavimentos superiores, que serão só as vagas residenciais. **Guilherme Correa, R Correa Engenharia Ltda.:** São 302 residenciais e 68 comerciais, com estacionamentos rotativos para atender os pontos do empreendimento. **Evandro, R Correa Engenharia Ltda.:** Isso. a gente pensou dessa forma para que não houvessem vagas engessadas, ou seja, alguém é proprietário de uma vaga e muitas vezes essa vaga fica vazia, sem ocupação, porque o cara não está ali ou foi viajar, enfim, ou deixou o carro estacionado ali impossibilitando que outra pessoa pudesse colocar o veículo nesse local. A ideia do rotativo é justamente porque as pessoas no comércio, no entra e sai do comércio, para que elas justamente tenham essa dinâmica do ocupar e desocupar. Se a gente tivesse vagas fixas no comercial acarretaria um problema de ter vagas vazias ou ocupadas durante um tempo desproporcional, desigual. Só aproveitando do número de vagas de subsolo, o Seu Adroaldo questionou a questão dos alagamentos. Na questão dos alagamentos isso já foi debatido em reuniões da CAUGE, o DEP solicitou algumas obras, algumas adaptações ali de redes de absorção de água e fluxos. Isso vai ser feito, isso está dentro de algumas contrapartidas que o processo exige, o projeto exige na sua tramitação de aprovação no Conselho. Na verdade, as compensações são várias, a primeira delas é intrínseca ao próprio negócio, ou seja, os prédios vão ser restaurados, isso envolve um investimento importante, que a população, a sociedade inteira vai usufruir. E esse compromisso, esse restauro é feito com um termo de compromisso. Em seguida já entrou na questão que o Hermes perguntou do índice construtivo. Esse restauro envolve um termo de compromisso que a empresa vai fazer, onde ela vai ser eternamente responsável pela manutenção desses prédios restaurados. Isso é um compromisso muito sério, importante e bacana. A outra compensação que também é intrínseca ao projeto é o fluxo aberto, é um empreendimento privado que poderia, perfeitamente, como vários outros empreendimentos, ter um cercamento metálico, não vai ter nada disso. O empreendimento vai ser literalmente aberto, 100% aberto. As únicas restrições de acesso vão ser, obviamente, ao prédio residencial, que vai ficar de uso excluso, obviamente dos seus moradores, de seus proprietários. E também tem outra compensação, que é fruto, resultado dessa negociação que a CAUGE coloca, diretrizes para que o processo seja aprovado, que são obras viárias. Aí são obras de sinalização viária, placas, ciclovias, pavimentação de ruas, tem uma série de obras viárias que foram exigências das secretarias. Todas essas contrapartidas são exigências de cada secretaria específica que foram exigindo isso aí. O número de vagas, Hermes, o índice construtivo que está se utilizando aí, além daquele natural do Plano Diretor, a gente está usando uma TPC de 25%, que a Lei nº 12.585 oferece para empreendimentos que utilizem o índice no próprio local. Então, esse é o acréscimo de índice que está sendo feito, os 25% previstos na 12.585/19. A capela, o Emilio questionou a questão da religiosidade, tudo mais, isso é uma questão, em Nova York, há muito tempo, algumas décadas, na verdade, nos anos 90, existia uma casa noturna que se chamava, se não me engano, Studio 84, que causava naquela época. E o Studio 84 foi feito em uma igreja bem maior do que essa capela, no centro de Manhattan e levava multidões ali aos finais de semana. Era um local de frequência de artistas e celebridades, tudo mais, e aquilo ali deu uma confusão no início, foi uma polêmica bem grande, porque a igreja tinha aberto o prédio, vendeu o prédio para fazer outras obras, enfim, e o empreendedor que comprou transformou aquilo em um estúdio, em uma casa de entretenimento noturno. Houve uma polemica forte na época, eu

acompanhei bem isso, depois ao natural isso caiu dentro da normalidade. No nosso caso aqui da Capela do Hospital da Criança Santo Antônio, antigo Hospital da Criança Santo Antônio, esse hospital foi reconstruído ou foi construído um novo hospital ali no sítio da Santa Casa de Misericórdia, na Independência, foi feito um hospital moderno, bem mais amplo e com muito mais condições do que esse tinha. E ali também tem mais de uma capela na Santa Casa da área central. Então, essa capela, de novo, a igreja abriu mão dela, obviamente, ela ficou dentro de um contexto, de um complexo de prédios ali, onde ela fazia parte, mas ela não vai ser conspurcada, não vai haver ali uma atividade noturna. A ideia é que se busque ali atividades predominantemente culturais e provavelmente vai ser um espaço... Claro, ele vai ser aberto como comercial, mas provavelmente ali vai ser um espaço de *coworking*, de leitura, de estudo, de trabalho, de compartilhamento social. Não deverá ser uma loja específica de um item de vestuário, seja lá o que for. É muito provável que ali seja um espaço mais universal, mais dinâmico para vários públicos frequentarem. E oração é uma coisa que hoje o mais importante é que tu tenhas a crença em que tu acredite, porque ali era um templo da igreja católica e agora ela vai ser vai ser um local ecumênico. E essa é também a grande tendência desses espaços públicos, que eles sejam ecumênicos na medida em que se prega o respeito a todas as crenças, credos, raças, gêneros, etc. Então, para orar, para rezar, basta que a pessoa se concentre naquilo que ela imagine e queira, que esteja ali em espaço confortável, climatizado e ela vai elevar o seu pensamento para cima, para o lado, para direita, para esquerda, como ela bem quiser. Mas ela vai ter ali o acolhimento e toda a energia que aquele local ali representou, não mais agora como um espaço de orações pelos seus doentes, pelos seus parentes e queridos que estavam ali sofrendo por alguma enfermidade, crianças, mas agora um espaço ecumênico e com uma energia diferente. Isso é importante. **Guilherme Correa, R Correa Engenharia Ltda.:** Eu vou falar sobre o estacionamento, algumas coisas que eu anotei, que o pessoal estava em dúvida. Ali a gente sabe que alaga mesmo, mas a gente estudou com o pessoal responsável e um andar de subsolo era tranquilo de fazer. Então, a gente vai fazer um andar de subsolo ali no empreendimento. Esse andar de subsolo vai ter todas as vagas comerciais. Então, o acesso nesse estacionamento é subsolo para acesso e acesso as 68 vagas comerciais. Se vocês repararam ali no prédio da nossa apresentação, não tinha nada de... Por isso que vocês perguntaram, né! Eu esqueci de comentar que são apartamentos ao redor de todo o empreendimento. Isso aí foi uma coisa que a gente conversou bastante ao longo desse processo com o EPACH, com a CAUGE. O que se faz? Geralmente é uma base de estacionamento com 4 pavimentos e se ergue as torres em cima, só que a fachada do edifício ficaria muito inóspita, ficaria uma fachada cega. A gente tentou fazer alguma coisa, colocar vegetação, colocar uma arte, mas mesmo assim não estava tendo o resultado que agradasse a todo mundo. Então, a gente colocou apartamentos ao redor de toda a borda do edifício e as vagas de estacionamentos estão enclausuradas ali dentro. Então, é uma área interessante, com 6, 7 pavimentos de estacionamentos, são bastantes andares. **Evandro, R Correa Engenharia Ltda.:** Mas esses pavimentos são interno, eles não têm fachada para a rua. **Guilherme Correa, R Correa Engenharia Ltda.:** O empresa é térreo, lojas, 2º andar, loja, 3º já o apartamento, no 3º já vai estar a janela do cara ali. Isso também deixa a zona mais segura, que ao os olhos da rua ali, ajudam nessa questão. E o estacionamento é interno, são diversos pavimentos internos, enclausurados, ventilados, obviamente, que são as vaga sempre atender o edifício residencial. O subsolo é um, que vai entender toda a área comercial. **Evandro, R Correa Engenharia Ltda.:** Emílio, nós não te respondemos outra coisa aqui, a capela não tem restrição de uso. O Município, enfim, não existe uma restrição para que a capela seja usada, ele é um prédio como qualquer outro, sob o ponto de vista da

legislação, enfim, da municipalidade aquilo é um prédio como qualquer outro. Não há nenhuma restrição. **Guilherme Correa, R Correa Engenharia Ltda.:** A gente se dispôs e pretende buscar algum comprador, algum ponto que se instale ali e que tenha um vínculo cultural para a Cidade. Isso a gente conversou bastante, claro que é uma situação que não tem como prever o futuro, mas não vai ser uma unidade comercial que vai estar à venda. Até para ter uma coisa para valorizar o empreendimento inteiro a gente vai em busca de um ponto cultural. A gente falou muito em café, livraria, alguma coisa que não seja... Vai ter uma loja de colchão ali, não é a ideia. Tem que ser um ponto cultural que vai ajudar, que o pessoal vai se sentir bem. **Evandro, R Correa Engenharia Ltda.:** Esse aspecto que o Guilherme está falando de livraria, antigamente na Livraria do Globo, último andar do prédio que dá para a Rua da Praia, isso lá no anos 30, 40, 50, aquilo ali funcionou por muito tempo como um ambiente onde os escritores, porque imprimir um livro era muito mais caro do que é hoje, era muito mais complicado. Então, os poetas, os escritores, enfim, uma vez ou duas por semana iam lá nesse espaço. Tinham cadeiras ali e o pessoal ia lá assistir isso e os poetas iam lá ler a sua obra, enfim, fonetizar a sua obra. Os escritores de livros, a cada semana falava um ou dois capítulos de um livro, ele também fonetizava isso para as pessoas que estavam ali. Isso tinha uma frequência muito grande. Isso foi um espaço na Cidade que acabou se perdendo, mas que era muito importante naquela época. Hoje em dia a gente já está vendo aí, ali o Instituto Caldeira no DC, alguns cafés na Cidade, ali no Moinhos de Vento, colocando 2, 3 degraus de arquibancada, onde as pessoas vão ali, tomam o seu café, fazem o seu lanche, conversam, compartilham as suas experiências sociais, pessoais. E ali na igreja também se chegou a pensar nisso de se fazer algum espaço onde se pudesse ter uma pequena palestra, um pequeno workshop ali com um o número reduzido de pessoas, compatível com o espaço. Isso está dentro da linha de pensamento do empreendedor, do incorporador em buscar um comerciante que utilize esse local da forma mais inteligente possível e universal. Por isso que eu coloquei naquele hora, não vai ser uma atividade fechada e isolada, tipo vestuário, colchão como o Guilherme falou (Risos), uma loja de pneus, não é isso. A ideia é exatamente que seja um espaço bem universal, bem dinâmico de utilização. **Guilherme Correa, R Correa Engenharia Ltda.:** Até a Casa Cor, ano passado foi um espaço para o evento, na capela tinha palestras, workshops, era bem interessante. Só uma coisa que não ficou respondida, o prédio vai ser preservado e vai ser utilizado como está hoje, não é só a fachada que vai ser preservada, são os andares. As paredes que têm hoje em dia no local vão ser mantidas todas. Algumas a gente vai abrir vãos para viabilizar alguns espaços, sejam de lojas ou apartamentos, mas o que der para manter a gente vai manter. **Evandro, R Correa Engenharia Ltda.:** A gente não fez esse cálculo, até poderia ser feito, porque é aritmético, mas se eu fosse dizer um número eu diria assim, essas paredes que o Guilherme está referindo aí, essas paredes internas do hospital, elas ficam preservadas alguma coisa como 90, 82% de paredes vão ficar. As alterações de paredes internas ali são muito pequenas. O prédio já está dividido nessas salas de acordo com a modulação de janelas na fachada. Então, o que se fez ali foi abrir um ou outro vão transversal para viabilizar a unidade residencial. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** A gente tem que avançar um pouquinho nas pautas, eu acho que está bem no tempo. **Evandro, R Correa Engenharia Ltda.:** Era isso aí, Germano. Era só para dizer, assim, nesse nível, mais de 90% dessas paredes vão ficar. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Show de bola! Obrigado, Guilherme e Evandro pela participação de vocês aí. Eu acho que está bem claro, bem elucidado, posto para o debate. O relator é o Conselheiro Emerson, que pede mais uma

semana para apresentar o relato. Eu consulto se tem oposição dos conselheiros ao pedido do Conselheiro Emerson em postergar por uma semana para apresentação do relato? Se tivermos oposição, por favor, manifestem no chat. Em não havendo oposição a gente delibera no sentido de autorizar por mais uma semana para o relato do conselheiro. Agradecendo mais uma vez ao Guilherme e ao Evandro pela explanação. A gente avança na nossa pauta. Voltamos para o Item 4.02 da pauta.

4.02. EXPEDIENTE: 20.0.000033483-0.

Interessado: Neide Pirillo Silva e Lyx Participações e Empreendimentos S/A.

Assunto: Inclusão de traçado viário e EVU.

Local: Macrozona 05, UEUs 30, Bairro Ponta Grossa, prolongamento da Rua Ilton Moreira de Souza até a Av. Juca Batista, prolongamento da Rua Eli Goraieb até a Av. Juca Batista e prolongamento da Dir. Cinco Mil Cento Oitenta até a Av. Principal da Ponta Grossa EVU: Estrada Retiro da Ponta Grossa, 117 (TGP 8 – Ponta Grossa)

Relator: SMOI (Distribuído em 17/06/2020).

Nós já tivemos o relato, com diligências e depois a apresentação favorável do relato favorável em 10/08. A partir desse relato tivemos solicitação de vista do Conselheiro Felisberto, Tânia, Maristela e Mark. Não sei quem está aí do Planejamento. Desculpa, Evandro, queria concluiu alguma questão? **Evandro, R Correa Engenharia Ltda.:** É bem rapidinho. Só para agradecer e estamos à disposição para fazer uma apresentação quando vocês quiserem, se precisarem a gente apresenta isso novamente com imagens, fotos, sem problema. Obrigado, pessoal. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Evandro e Guilherme mais uma vez. Quem vai aqui, é a Patrícia? **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** A gente está fazendo revezamento na representação da Secretaria, eu e a Vaneska. Esse eu acho que já tinha apresentado da outra vez. Então, ele é uma solução de inclusão de traçado viário, que se caracteriza como prolongamento da Rua Ilton Moreira de Souza até a Juca Batista. Está se pretendendo incluir no traçado viário o prolongamento da Rua Eli Goraieb na Região de Planejamento 8. A Rua Ilton Moreira, é o prolongamento da Rua Ilton Moreira, da Eli Goraieb e dessa diretriz aqui que está passando da Rua Santa Mônica até a Avenida Ponta Grossa. Então, durante a tramitação do processo foi solicitada a consulta de alinhamento predial para a definição da estruturação viária na Unidade de Estruturação Urbana 30 da Macrozona 5. E se trata do prolongamento da Ilton Moreira de Souza até a Juca Batista com gabarito d 12,5. O prolongamento da Rua Eli Goraieb até a Juca Batista com gabarito de 12,5 e da diretriz 5780 até avenida a principal da Ponta Grossa, com gabarito de 12,5. Todas as três com gabarito básico do Plano Diretor. Aqui aparece a demonstração em relação ao alinhamento predial preciso e que foi solicitado. E aí teve uma diretriz ali emitida de 2015. Ele passou pelas diretrizes da CAADHAP, que geraram essas diretrizes e aí gerou essa resolução que vocês estão consultando agora, que teve uma consulta da PGM que está de acordo, não há óbice à inclusão desse traçado viário conforme proposto. E aqui o gravame passou por uma diligência, porque tinha comprometimento, uma avaliação de comprometimento. E aí segue a diretriz retificada, a proposta 01, como vocês podem ver na situação existente e a situação proposta constando os gabaritos, atendendo os alinhamentos direitinho, conforme foi consultado nos órgãos técnicos. É bem simples e é isso. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Patrícia por

nos lembrar o tema. Consulto se temos relatos de vista do Conselheiro Felisberto? **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa noite novamente. Eu u pedi vista e vou me manifestar. Eu pediria que pudesse botar aquela imagem do prolongamento das ruas para que eu pudesse trabalhar em cima com o meu parecer. A gente nota que todas as vias têm um impacto em alguns espaços de casas e residências. Não há qualquer menção se há um processo de desapropriação, de indenização dessas moradias e se a comunidade sabe desse projeto, se houve uma consulta na região e com os moradores. Então, é importante a gente ver que há um impacto e também fica próximo do Porto dos Casais. E a gente nota que há um prolongamento... Da Santa Mônica, não é? Posso estar enganado. Na Santa Mônica eu vejo que o traçado está perfeito, não sei se há necessidade de desapropriação, acho que não, porque o alargamento é condizente com o que já existe no Porto dos Casais. As outras vias é que eu fico em dúvida. Então, o meu parecer é no sentido de que eu gostaria desse esclarecimento para emitir meu voto. Por enquanto são dúvidas que eu tenho e gostaria desses esclarecimentos. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. É importante, conselheiro, usar a oportunidade para depois no debate mesmo. Até para as dúvidas, o relator vai ter oportunidade de ao final do processo fazer a fala, a Patrícia, enfim, também pode se inscrever para contribuir ao debate. É para a gente usar de fato a questão do relato de vista, conforme prevê o nosso regimento, que é por escrito. Eu sei que os senhores querem debater o tema, mas aí tem a oportunidade do debate mesmo, porque aí fica a vista para a formalidade do nosso Regimento, sendo por escrito. Conselheira Tânia está presente? Conselheira Tânia fazer o relato? Lembrando que é por escrito sempre a vista, enviado previamente ao Conselho. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** As minhas preocupações, Secretário, são as mesmas preocupações do Conselheiro Felisberto, é com relação aquela área ali de alargamento e aquele traçado viário que passa ali, justamente em cima de algumas casas. Eu não estive no local para ver qual é a situação e realmente eu gostaria de saber se essa comunidade está a par do que está acontecendo, se vai haver indenizações, né! As mesmas questionamentos do conselheiro são os da Conselheira aqui, para que eu possa dar o meu voto. Então, essa é uma preocupação muito séria do que vem acontecendo em outros processos, que inclusive eu fui relatora e que foram trocadas essas vias, porque ali a gente vê que onde passa perto de algumas casas tem um espaço que é vazio, tem um terreno que não tem casas. Então, quem sabe não seria o caso de adequar melhor essa situação. Eu não sei, eu gostaria de ter alguns esclarecimentos. O meu relato já está escrito e eu vou enviar depois. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Tânia. Conselheira Maristela não está presente. O Conselheiro Mark, consulto se vai fazer o relato de vista ou se inscrever para debater o assunto, Conselheiro? **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Eu vou falar sim. Para mim ficou um pouco difícil escrever isso, Presidente, conselheiros e conselheiras. Eu li os dois processos, as centenas de registros que há aqui acumulados, com vários pareceres do CAADHAP que atravessam os anos. A minha dúvida principal é que o prolongamento dessas ruas Ilton Moreira, Eli Goraieb e o prolongamento da Diretriz 5180, especialmente nas ruas, pela foto que a Patrícia voltou a apresentar antes o prolongamento se dá, pelo que a gente vê, sobre mata nativa. E eu não vejo dentro do processo, especificamente, uma manifestação dos órgãos especializados da Prefeitura sobre esse prolongamento atingindo o que poderia ser, desde o meu olhar à distância pela foto de altura, uma mata Nativa. Então, seria importante haver algum

apontamento sobre essa questão. Eu vi que ali o processo, esse que nós estamos examinando, ele menciona ali nos procedimentos que essas ruas darão permeabilidade da circulação no bairro. E o outro processo que está referido ali, o 19.0.00005293-3, tem vários pareceres da CAADHAP, e ali menciona que é a Estrada Ponta Grossa, 117, onde havia um projeto de Minha Casa Minha Vida, que falava lá numa série de construções, de adequações. A minha dúvida também fica, esses processos, como é a vinculação deles? Um está contribuindo com o outro? Como isso é explicado através do nosso Conselho Municipal para a comunidade, para que ela entenda a função do nosso Conselho em aprovar esses prolongamentos dessas ruas que são citadas? Então, essas são as questões. Eu queria mais era justamente que nós conversássemos um pouco sobre isso para aumentar o volume de informações para nós conselheiros, porque as informações contidas e registradas pelos órgãos técnicos da Prefeitura, a mim como Conselheiro me deixa muito em dúvida sobre como proceder em relação a esse processo. Obrigado, Presidente. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Mark. Eu consulto, já estamos avançados na hora, eu também tenho agenda ainda depois desta, de a gente avançar na próxima reunião, dar um pouco mais de tempo também para vocês internalizarem o assunto e a gente continua nesse processo na próxima agenda, já vamos direto para discussão e deliberação. Lembrando que é importante encaminharem os relatos escritos para a nossa Secretária Executiva. Está bem, Senhores Conselheiros? Obrigado por tudo, agradeço a oportunidade do debate, do enriquecimento aí. Um grande abraço, até mais!

Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental – CMDUA, às 20h00min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia Costa Ribeiro, sob o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.

ATA ORDINÁRIA Nº 2907/2021

(Virtual nº 72)

Aos vinte quatro dias do mês de agosto de dois mil e vinte um, às dezoito horas, reuniram-se para Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, através da plataforma virtual *Zoom*, nos termos do Decreto nº 20.611/2020, sob a presidência de GERMANO BREMM, Secretário Municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS, e na presença dos:

CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS: Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira (Titular) e Lisiane Sartori Fioravanço Magni (Suplente), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Sônia Castro (Titular), **Gabinete do Prefeito – GP**; Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN**; Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), **Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS**; Carolina Wallau de Oliveira Kessler (1ª Suplente), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE**; Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), **Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOI**; Gustavo Garcia Brock (Titular), **Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV**; e Rômulo Krafta (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**.

CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS: Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Claudete Aires Simas (Titular), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH**; Sérgio Saffer (Titular), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA**; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS**; Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS**; Hermes de Assis Puricelli (Titular), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS**; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), **Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS**; Rogério Dal Molin (Titular), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**.

CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL: Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Tânia Maria dos Santos (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4**: Wagner Pereira dos Santos (1º Suplente) e Ricardo Angelini, (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Cinco – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Dinar Melo de Souza (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** e Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA**.

SECRETARIA EXECUTIVA: Camila Maders Fonseca Coelho, **Secretaria Executiva da SMAMUS**; Patrícia C. Ribeiro, **Taquígrafa/Tachys Graphen**.

PAUTA:

1. Abertura;

2. Votação:

2.1. Atas: 2903 (29/07) e 2904 (03/08);

3. Comunicações;

4. Ordem do dia.

Após a leitura dos presentes e conferência de *quorum* o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h10min.

1. ABERTURA;

Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS: Boa noite, Senhores Conselheiros, Senhoras Conselheiras. São 18h10min, temos *quorum*. Então, declarados oficialmente aberta a nossa Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental. Desejo uma excelente noite de trabalho, de debates, construções em prol da nossa Cidade. Feliz com o resultado dos processos participativos que tivemos nas audiências públicas recentemente. Ampla participação dos nossos conselheiros, o que tem mostrado cada vez mais a importância deste Conselho para a Cidade, o protagonismo. A gente tem assistido muito nas mídias muita repercussão, muita audiência com esses formatos de a gente disponibilizar nos canais ao vivo do YouTube. Acho que fortaleceu, tem fortalecido bastante cada vez mais o papel do Conselho, a nossa dimensão nas tomadas de decisões na Cidade. Eu fico muito feliz por ser parte, também assim como vocês desse processo de empoderamento do Conselho como um todo. Temos as nossas divergências, naturalmente, os nossos debates, as visões diferentes, às vezes nos estressamos no dia a dia e na condução, mas a democracia é isso, né! Se em casa a gente com família tem nossos problemas, nossas brigas e continuamos aqui também nesse espaço, assim como qualquer outro espaço de discussão, seja a Câmera, seja a Assembleia, vão ter momentos mais difíceis, mas a gente consegue amadurecer e sempre conseguimos extrair um aprendizado disso, aprender um pouco mais com o debate, com a discussão, acho que a gente evolui aí enquanto ser humano, enquanto profissional. Eu mesmo cresci muito ao longo desse tempo que estou à frente aqui da Secretaria, tenho crescido a cada dia, tenho prendido cada vez um pouco mais, né! Então, todos esses momentos aí que a gente teve de audiência pública também foi um aprendizado para mim, um aprendizado para a equipe. Então, temos que continuar aí cada vez mais fortalecendo o trabalho deste Conselho, dando transparência sempre aos processos para que todos tenham a oportunidade de manifestar a sua visão, a sua posição com dados, com informações. Acho que esse sempre é o desafio, a administração pública como um todo tem às vezes dificuldade. Eu tinha dificuldade, porque os processos eram físicos, as informações trincadas para a gente poder passar isso. Então, estamos tentando mudar, é um processo, não tem nenhuma uma fórmula mágica. Não é de uma só vez que nós vamos conseguir resolver todos os problemas. Eu acho que a gente está em um caminho assim, é um grande avanço essa possibilidade da gente fazer audiências públicas, está disponível para quem quer assistir a qualquer momento, de fazer uma apresentação, né! Aqui mesmo neste Conselho da gente trazer as informações, compartilhar a tela, explicar o caso concreto, todos terem oportunidade de falar. Isso eu acho que é fantástico para a melhoria dos processos como um todo, para os órgãos de controle que têm condição de acompanhar esse debate, porque antes tinha muita informação desencontrada, níveis diferentes de informação, aí tu sentias aquilo muitas vezes, cada um tinha uma parte da informação e não se conseguia visualizar o todo. Então, acho que agora com esses processos, com o canal no YouTube,

com esses novos modelos que a tecnologia nos possibilita, acho que a gente facilita muito essa virada aí tecnológica e de melhoria no urbanismo da Cidade como um todo. Então, feito esse relato eu faço aqui rapidamente a leitura dos presentes para que a gente possa depois avançar e peço que todos aqueles tenham interesse em fazer o uso do período de Comunicação faça inscrição no chat. (Relação dos presentes na inicial). Se faltou alguém consigna no chat para que eu faça a leitura. Senhores Conselheiros, inscritos para o período de Comunicação: Felisberto, Tânia, Mark, Emerson e Gomes. Então, vamos encerrar a inscrição, em não havendo mais inscritos para o período de Comunicação encerro a inscrição e oportunizo a fala para o Conselheiro Felisberto.

3. COMUNICAÇÕES;

Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1: Boa noite, Secretário. Boa noite a todos de todos. Boa noite, Camila. É um prazer estar mais uma vez neste Conselho cumprindo a função a qual fui designado pela eleição lá atrás, em 2018. Eu queria colocar três coisas que me parecem importantes neste momento, é a socialização das informações. O que eu noto e o que eu tenho sentido, que parece que a Cidade só é a técnica, que não há seres humanos na Cidade. E o nível de conhecimento e distanciamento por uma discussão que discuta o planejamento e que envolva igualdade de condições, as pessoas não existem. Eu sei, os demais não sabem. Então, eu tenho um nível de informação e as outras pessoas não têm, principalmente na área técnica. Isso me lembra lá em 99 quando havia a discussão entre o saber técnico e o saber popular. E nós estamos no momento. Eu quero colocar, nós não avançamos desde 99, nós retrocedemos na revisão do plano. As revisões do plano retrocederam na dinâmica que se propôs o plano em 99. Retrocedeu porque nós não fiemos o nosso dever de casa, que eram os planos regionais das oito regiões de planejamento. Nós não potencializamos os fóruns de planejamento e essa é uma discussão que este Conselho tem que fazer. Qual é o compromisso do conselheiro com a sua região e com o eu fórum? Propiciar o nivelamento de informações aos seus conselheiros. Claro que hoje com a tecnologia nós conseguimos um alcance maior, mas nem todas as pessoas têm condições de ter o acesso e muitas vezes, mesmo tendo o acesso, tem dificuldade na utilização do meio. Então, há um cerceamento da expressão, da manifestação e ninguém pode ser descriminado pela sua falta de embasamento, muitas vezes que não o tem, não porque não queira conhecer, é porque não tenha a informação necessária para formar sua opinião. E nesses três anos que eu estou no Conselho aprendi muito, porque fui atrás da informação e eu acho que isso potencializa os conselheiros das regiões, que são os que se ressentem mais. Tem conselheiro aqui que têm dificuldade de falar, de se expressar, de analisar processo porque não detém o conhecimento. Então, eu acho importante a gente ter o olhar e a capacitação. Por fim, Secretário, nós temos que ter o retorno do protocolo com o PNUD. Para mim como conselheiro e que tenho debatido muitas vezes essa questão, isso não está claro, foram pagos 10 milhões e qual foi o retorno desse acordo? Qual a capacitação? Não falo de capacitação para os técnicos da Prefeitura, mas para os conselheiros e delegados desse processo. Era isso e obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto, pela fala. Na sequência a Conselheira Tânia inscrita. boa noite, Conselheira! **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Boa noite, Secretário. Boa noite, Camila. Boa noite a todos os conselheiros e as pessoas que estão nos assistindo. Eu venho aqui fazer uma denúncia, na verdade. Nós aqui da Região Leste estamos muitíssimo preocupados com duas grandes obras, uma grande obra que já está iniciando aqui na Avenida Protásio Alves, quase esquina Antônio de Carvalho,

fica em frente à Pizzaria Barão, em um terreno grande ali e que há muito tempo estava à venda. É uma obra da Havan e pelo que me consta grandes empreendimentos, de grandes impacto, eles precisam passar aqui pelo Conselho. E nesses 3 anos que estou aqui em nenhum momento passou um pedido de uma obra da Havan aqui para a Protásio Alves. Então, ela já está iniciando. E outra estava com tapumes, um posto de gasolina quase na frente desse mesmo empreendimento, na Avenida Antônio de Carvalho com a Protásio Alves, antigo posto de gasolina. Esse posto ficou fechado durante muito tempo. No decorrer eles colocaram grandes tapumes em volta e não dava para se ver o que estava acontecendo. A ideia era que estavam tirando aquele posto dali, porque se sabe que aquilo ali é uma área de risco e de contaminação de solo. Mas não é o que aconteceu, surpresa nossa, quando os tapumes foram retirados, o que vai sair ali na esquina? Um McDonald's em cima do antigo posto de combustível. E não é só um, ali sempre teve posto de combustível e não passou aqui pelo Conselho. E aí eu me pergunto: Mas como foi aprovado assim sem que passasse por aqui? Como que a região vai engolir goela abaixo a Havan e mais o McDonald's ainda mais em uma área de risco? Sem passar pelo Conselho para aprovação dos conselheiros, né? E para estudo da comunidade, a comunidade tem que ser avisada com relação a isso, enquanto eu conselheira também desconheço totalmente. Acredito que os conselheiros também desconheçam esses empreendimentos. Eu gostaria de fazer essa denúncia e pedir ao Secretário alguma informação, né! Se é que o Secretário tem, porque afinal de contas ultimamente as notícias chegam a nós conselheiros, uma grande parte dos conselheiros, através dos jornais. Então, agora a minha surpresa e a surpresa da comunidade, que está muito revoltada, foi a obra da Havan, que inclusive conta no Google. Se vocês abrirem ali no Google vai constar “futura loja Havan”. Em uma comunidade é bem estranho, né, Secretário? O senhor há de convir comigo. Então, nós gostaríamos de fazer essa denúncia, eu representando a Religião de Planejamento Leste e Nordeste, fazer essa denúncia e pedir explicações para alguns dos conselheiros, que talvez possam nos explicar o que está acontecendo. É isso, Secretário. Muito obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Tânia. Já vou responder os questionamentos. com relação a essas situações, é importante lembrar que o Plano Diretor da Cidade, discutido com a comunidade e aprovado pela Câmara de Vereadores em 2010 previu quais as situações, os licenciamentos que seriam objeto de análise do Conselho do Plano. Então, os estudos de impacto de segundo grau oriundos da CAUGE, necessariamente, passam por este Conselho no Plano. Então, tem um regramento previsto no Anexo XI, a questão das metragens, enfim, a sociedade entendeu que esse era o caminho quando fosse passar pelo Conselho. Os outros ensinamentos fora a esse enquadramento não precisam necessariamente passar. Então, eu sei, naturalmente, um pouco do histórico ali naquela região do posto da Protásio, foi aprovado o empreendimento, mas que não é objeto de análise do Conselho do Plano e que para ser aprovado, naturalmente, todas as questões ambientais são vistas, questão de contaminação. Existe uma responsabilidade técnica de avaliação feita naquilo ali e por isso que foi aprovado o empreendimento ali no local. Imagino que estejam construindo porque foi aprovado, mas não passa neste Conselho porque não é matéria objeto do Anexo XI, que trata das matérias que são discutidas no Conselho do Plano. Com relação a Protásio Alves não se teve aprovação dessa loja que indicou, eles até estavam tramitando o processo de aprovação, mas que eu me recordo não foi finalizado, mas também não seria objeto de análise de segundo grau pelo tamanho, pela metragem da área. Então, o processo de licenciamento segue estritamente aquilo que determina a lei, a análise técnica competente é feita a partir da proposta do empreendedor, dentro do território da Cidade,

que é o Plano Diretor, que prevê uma área de ocupação intensiva para comércio, serviços, residências, enfim, dentro daquilo que o plano prevê. Não há uma restrição que a gente tenha condição de colocar. Avançando, então, na pauta, o Conselheiro Mark. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Boa noite a todos. Presidente, Camila. Eu queria utilizar esse período de comunicações para mencionar que eu acho que hoje... Eu vejo aqui que nós estamos na nossa 35ª reunião anual, nós estamos trabalhando muito no Conselho, há muito material e o ritmo é muito acelerado. Eu tenho percebido isso pelas questões que, particularmente, tenho assumido e nós não debatemos um cronograma de conhecimento compartilhado de todas as conselheiras e conselheiros sobre algum ponto que nós tenhamos que atingir. E como há muito material para ler para e para conhecer, apesar de fazer um esforço grande é difícil vencer esse material todo. E eu queria deixar registrado que além de nós termos tantas reuniões, termos tanto material, termos feito inúmeras reuniões, especialmente, sobre a questão do Centro Histórico, que culminou com essa última audiência pública, que teve ainda duas datas, né! O que ainda mais me surpreende, por isso eu também queria deixar registrado nas nossas comunicações hoje, que nós somos diariamente surpreendidos por novos dados, por novas informações, por revelações sobre, especialmente o plano de revitalização do Centro Histórico por mais metas, mais objetivos e mais detalhes, mais construções que não foram abordadas dentro do Conselho em nenhuma das intervenções. Então, muitas vezes eu como Conselheiro atuante, Conselheiro participante, Conselheiro interessado, Conselheiro que quer dialogar, que quer propor, que quer conhecer, eu fico espantado pelas coisas que saem pela imprensa, derivadas inclusive de entrevistas concedidas pelo Senhor Secretário. Então, eu estou registrando isso, porque eu achava que seria bem importante na nossa parceria, entre todos os conselheiros e conselheiras, que nós tivéssemos um cronograma, uma pauta. Essa urgência que nós estamos enfrentando se deve a alguma coisa? Há alguma justificativa ou é simplesmente o clamor do mercado que nos agita, que nos açoita e que exige alguma resposta pronta? Isso que eu queria deixar registrado nas comunicações, Secretário. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Mark. Conselheiro Emerson na sequência inscrito. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Boa tarde. Secretário. Eu quero comentar sobre o COMATHAB, a gestão do COMATHAB, que nós temos hoje representante da temática e também da Restinga 7, do Partenon, a Conselheira Marília, que hoje é a atual presidente do COMATHAB. Então, quero parabenizar a Conselheira Marília e também a todos que compõem o COMATHAB, entidades, governo e regiões. Eu quero colocar aqui uma situação da participação de conselheiros do CMDUA em outros conselhos municipais. Depois eu quero perguntar para o Secretário se tem essa viabilidade ou possibilidade de participar do CMDUA e fazer parte de outro conselho municipal. Quero também parabenizar o sistema de digitalização dos processos, que é muito importante a gente ter acesso às informações e até em decorrência de não precisar também estar copiando texto e digitando o texto. Então, fica muito mais fácil nesse novo sistema que está sendo apresentado agora dentro da digitalização dos processos para a gente compilar as informações e achar uma melhor redação para os próprios pareceres de processos que venham a ser relatados. Então, seriam essas as minhas colocações. E entendo também que as pautas se tornam às vezes cansativas porque a gente sabe que se o conselheiro pedir vista em tudo que é processo com certeza não vai ter tempo para fazer mais nada na vida, né! Então, também a gente vê aí que alguns conselheiros fazem solicitação de vista em quase todos os processos que aparecem. Obrigado! **Germano Bremm, Presidente e**

Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS: Obrigado, Conselheiro Emerson, pela contribuição. Na sequência temos o Conselheiro Gomes inscrito. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Boa noite, Presidente, conselheiros, colegas. Presidente, eu queria abordar um assunto que me preocupou na última reunião que nós tivemos reunião de expediente, que é uma categoria nova que está se implantando no Conselho, que eu acho que não está correto. Quando um conselheiro pede vista ao processo que foi relatado, na vez de apresentar, no dia que está marcado para apresentar vista é dia de apresentar vista, não é dia de fazer comentários para depois apresentar a vista. Esse é o entendimento que eu tenho. Vista é vista por escrito, qualquer outra coisa pode ser comentário do processo que tem espaço para se fazer, não tem problema nenhum e deve-se fazer. Agora, quando o conselheiro pede vista tem que apresentar vista sim, documento assinado, documento entregue. Ao menos sempre foi assim. E alguns conselheiros estão com a prática, começam a discutir o processo, já tiveram 15, 20, 30 ou 3, 4 semanas para ver o processo que já tinha sido relatado. E aí vem questionando, feito uma conversa mansa e tal. Eu não concordo com isso, gostaria que o Presidente revisse essa situação e esclarecesse para nós. Segundo ponto que me preocupa e de vez em quando volta a este Conselho, os questionamentos da Conselheira Tânia. O que ocorrem? E não é a Tânia só que faz esse tipo de comentário, fora do Conselho, da reunião oficial do Conselho também já fui consultado sobre exatamente a mesma coisa e respondi, que é o seguinte: o Conselho, o CMDUA tem uma previsão muito clara no Plano Diretor de quais são as suas competências, quais são os seus limites, onde nós realmente atuamos, qual é o tipo de empreendimento, o porte do empreendimento, a matéria que vai se discutir aqui dentro do Conselho. Casualmente, essa questão da Havan, moradores lá da região tinham me perguntado, por outros interesses até, se tinha passado no Conselho. Eu disse que não, provavelmente não passou no Conselho e não vai passar no Conselho, porque não é porte para o Conselho. É uma construção, se vocês abrirem o olho, na Cidade está cheio de construções ou tem várias construções naquele porte, com comércio proposto e não tem absolutamente nada a ver com os critérios para análise aqui dentro do Conselho do Plano Diretor. Presidente, já foram feitos seminários neste Conselho explicando essas questões. O pessoal da Secretaria veio aqui, apresentou muitas vezes, eu estou há muito tempo no Conselho, vi várias e várias vezes. Eu acho que novamente talvez a tua equipe precise novamente apresentar claramente o que nós temos competência e somos chamados para trabalhar. Só lembrando, isso aí está descrito lá no Plano Diretor, no art. 39 e depois complementado nos anexos, mas no art. 39 está bem claro lá o que é a nossa competência aqui. Não podemos nos entusiasmar, de repente tem gente que está se achando o vereador da Cidade porque está no Conselho do Plano Diretor. Uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa, não que a gente não possa ter opinião sobre tudo, ter opinião sobre tudo é uma coisa, é o exercício da democracia, que é dado espaço exatamente neste momento. Agora, interferir, Prefeitura pedir licença para implantação um projeto em algum lugar porque lá tem conselheiro? Aí dizem que eu sou o “dono da região”, mas tem gente que está se achando o dono da Cidade. O Prefeito tem que pedir licença agora porque o Prefeito quer apresentar um projeto para ser discutido por toda a Cidade e inclusive no Conselho. E talvez muitas vezes tem que passar por este Conselho aqui e passar para os outros conselhos, pelas outras instâncias democráticas. (Sinalização de tempo esgotado). A mais difícil de todas, Câmara de Vereadores, por exemplo. Então, a minha observação era nesse sentido, espero que eu tenha contribuído e considere, Presidente, de apresentar novamente qual é a competência deste Conselho, porque tem gente dentro deste Conselho que não sabe o que está fazendo aqui ou quais são seus limites. Obrigado. **Germano**

Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS: Obrigado, Conselheiro Gomes, pela contribuição. Bem elucidadas as questões trazidas aqui, especialmente já respondo, Conselheiro, que é um ponto também que acaba que previamente a gente não limitando isso, aí no transcurso do período de vista a gente acaba cedendo e oportunizando as falas mesmo sem ter por escrito a apresentação da vista. Aí o pessoal se compromete a apresentar na sequência e não apresenta. Aí usa a oportunidade para falas mais diversas. É importante a gente ressaltar que no art. 14 da Resolução nº 001/2020, em complementação àquilo que prevê o Regimento Interno, existe clareza, art. 14, § 2º, que antes da manifestação disciplinada que trata da vista, conselheiro ou entidade que retirou o expediente para vista deverá entregar por escrito o relato de vista, o qual integrará o processo. Então, foi discutida a questão regimental com este Conselho, a maioria entendeu de colocar essa disciplina com relação à vista no artigo. Nesse sentido, enquanto Presidente e provocado pelo Conselheiro Gomes vou cumprir fielmente aquilo que determina, que foi aprovado pela maioria absoluta dos conselheiros. Então, Senhores Conselheiros, as próximas reuniões, pauta de processos pautados é direito do conselheiro solicitar a vista, em função disso o processo não vai ser votado. No entanto, no dia da apresentação da vista, se não tivermos por escrito previamente, conforme determina o artigo, entregue para a secretaria executiva, nós não vamos oportunizar a fala, conforme deliberado por maioria absoluta e prevista ali no nosso Regimento e nossa resolução de procedimentos. Então, é o meu papel aqui cobrar e seguir a aplicação do regimento que foi aprovado por todos os conselheiros. Então, só queria compartilhar isso com vocês para a gente na dinâmica do processo, todos tendo clareza disso a gente vai se adequando e respeitando o processo administrativo como um todo. Conselheiro Dinar, deixa eu oportunizar a fala e depois dou Questão de Ordem. **Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** Boa noite, Secretário, Conselheiros e Conselheiras. Primeiro, quero parabenizar pelo o que eu assisti, foi uma excelente audiência essa do Centro Histórico. Eu não consegui assistir toda ela, acompanhar toda na quinta, mas na sexta eu assisti e achei muito bom o debate. E na parte que o Felisberto fala, eu vou concordar com ele hoje, na parte que ele disse que às vezes algum conselheiro tem dificuldade de se expressar. Eu quando entrei também, como até já foi comentado pelos nossos companheiros que eu quase não falava, né! Aí eu comecei a ser provocado por eles mesmos e agradeço por terem me provocado para começar a falar. Eu fui Conselheiro do Orçamento Participativo, da Coordenação por vários anos, mas quando eu cheguei no Plano Diretor eu não conhecia nada, eu era, como eu digo lá em São Luiz Gonzaga, a gente diz que é “cru na coisa”, né! É a gíria de lá. Então, eu ficava observando, eu fui provocado pelos colegas aí, repito, agradeço a eles que eu estou começando a me soltar e falar. Eu me preocupo muito, observei, que eu estou vendo nas audiências públicas, que eu estou acompanhando agora as outras, não só na região, Secretário, que cada região a gente vê um questionamento. No caso, vamos citar a região “y”teve uma audiência pública, estão reclamando porque foi muito em cima da hora ou porque... Sempre tem uma para reclamar, né! Para reclamar não, para discutir. Outra, eu prestei atenção em uma audiência também, não vou criticar a pessoa que falou, é uma aprendizagem, eu estou aprendendo aqui que foi muito técnico, só gente técnico que falou. Então, na outra é outro tipo de ocasião. Então, se está dentro do regimento interno, é assim? O que a gente pode fazer? Eu acho que a gente tinha que deixar um pouco essas questões de saber quem está discutindo, o que não é, porque se é divulgado para todo mundo falar, se as pessoas não foram falar, não estão discutindo, o que o pessoal da audiência vai fazer? Não pode buscar o pessoal em casa ou fazer alguma coisa para aquelas pessoas se expressarem, né! Eu me preocupo mais com o problema da Cidade,

para a gente tentar resolver os problemas da Cidade e não a gente fica sempre debatendo, porque lá eu não gosto do Conselheiro tal, “x” ou “y”, a gente fica perdendo muito tempo nisso aí. Uma coisa que me preocupa é saber das contrapartidas, o que a gente tem para a região. Eu até já solicitei com o Secretário da Governança, o adjunto, para marcar uma audiência com a engenheira, que eu esqueci o nome, não anotei aqui, para saber quais as contrapartidas que existem para o Extremo Sul, aqui para a minha Restinga... (Sinalização de tempo esgotado). Então, a gente tem que focar mais nessas coisas que são boas para a nossa região, para a nossa Cidade de Porto Alegre, do que ficar discutindo. Não é uma crítica ao pessoal, é o meu pensamento, que a gente tem que se preocupar mais na parte técnica das coisas que a gente tem que decidir aí para andar, porque nós ficamos muito tempo parados discutindo as coisasinhas que no meu modo de pensar não contribui muita coisa no Conselho. Meu muito obrigado! **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Dinar, pela contribuição ao debate, pontos importantes tratados aqui. De fato, o importante é que a gente faça discussões de mérito aí para projetos para a Cidade. Esses são os conselheiros eleitos, representantes das regiões, que tragam suas visões se posicione no mérito dos processos, que isso sem dúvida contribui e enriquece o debate. Nós temos Questão de Ordem do Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, a minha Questão de Ordem é no seguinte assim: muitas vezes a gente pede vista porque não tem o esclarecimento e não tem o debate sobre o projeto. Então, eu peço que em uma próxima o senhor avalie com a sua equipe, antes de ser pedido vista que haja o debate sobre o projeto, porque isso oportuniza conselheiro a ter os seus esclarecimentos, senão ele passa a analisar o processo e vê que não foram esclarecidos ou não foram trabalhados determinados requisitos do processo. Então, por isso que se pede esclarecimento. E quanto a falar, fazer oral, é porque muitas vezes não dá tempo, é de uma semana para a outra, mas a gente tenta. Então, verbalizando ele não saiu da verbalização, a própria ata é o documento que prova que houve um pedido de vista que foi feita a vista. E ali estão os assuntos tratados na vista. Então, é isso, Secretário, obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto, registrada a sua inconformidade e vamos ajustar sim o procedimento, se tem essa oportunidade e isso foi uma coisa que a gente corrigiu. Eu acho que foi até o Conselheiro do IAB que nos corrigiu que há essa possibilidade de solicitar vista no transcurso do debate. Então, não tem essa vedação. Eu, naturalmente, dou segmento, sempre pergunto, daqui a pouco alguém já tem a convicção que quer vista antes do debate. Mas em não havendo essa solicitação antes eu coloco um debate e pode haver a solicitação durante o debate da vista. Então, tranquilamente, podemos trabalhar isso para a gente aprimorar o processo como um todo, porque tem cobertura no regimento para essa solicitação de vista no transcurso do debate. Só não tem de fato a questão, ali de ser por escrito e ser prévio. Então, eu vou insistir para no segmento da regra, conforme prevê o art. 14, § 2º, peço que transcreva ali no chat para o pessoal. Aí eu vou passar a exigir que venha previamente por escrito para seguir fielmente aquilo que determina o que foi aprovado pela maioria dos conselheiros. Mas no momento do debate, a qualquer tempo pode ser solicitada a vista. A Conselheira Tânia tem Questão de Ordem. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Bom, Secretário, eu pedi uma Questão de Ordem justamente para tocar naquele ponto mesmo das lojas, porque assim, não é uma questão como o Conselheiro Gomes falou e citou que todo mundo quer de certa forma interferir nas demandas da Prefeitura. Não é isso, é que a minha região me questionou com relação a isso porque saiu

uma notícia no jornal, uma reportagem dizendo que eram duas megalojas que foram licenciadas pela Prefeitura em 2020. Então, isso aí foi próximo. Então, foi um termo firmado com a Prefeitura para fazer essas duas megalojas, é o que está escrito ali. E eu fui questionada em relação a isso, por isso vim trazer essa demanda aqui para o Conselho. E outra coisa, Secretário, assim, o nosso colega Dinar pediu, na verdade, a mesma coisa que eu, né! Ele não se inscreveu para falar e ele ficou falando durante muito tempo, já aconteceu comigo e o senhor cortou meu microfone. Só para salientar isso. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** As Questões de Ordem seguem estritamente aquilo que prevê o regimento, são para dúvidas com relação ao regimento. Eu acabei cortando o seu microfone em outras oportunidades porque a senhora acaba usando às vezes a Questão de Ordem para responder no período de Comunicação, porque na ordem algumas pessoas falaram em algum ponto e o período de Comunicação é livre para manifestação das mais diversas. A senhora usa a Questão de Ordem para responder e eu fico numa situação, numa saia justa, porque também tem que cobrança do conselheiro que quer responder a sua resposta e assim a gente vai, quando vê passamos a noite toda respondendo um o outro. Então, é com atenção e respeito que eu peço que a gente siga aquilo que disciplina o regimento e cumpra esse papel um pouco duro aí, que eu sei, vocês muitas vezes não gostam, mas faz parte do processo, é o ônus do papel do Presidente. Está bem, Senhores Conselheiros. Eu acho que a Vaneska tinha um convite para fazer. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Vou ser bem breve para não tomar o tempo do Conselho, mas só colocando, porque tem sido bastante questionado com relação à capacitação. A gente tem agora uma iniciativa, que foi uma das primeiras que a gente conseguiu organizar, mas que a ideia é dar continuidade a esse formato, que é o tema da regularização fundiária em debate, uma parceria que foi entre a Secretaria do Meio Ambiente Urbanismo e Sustentabilidade e a Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária. Vão ser 8 encontros nos meses de setembro e outubro, encontros virtuais. Eu vou encaminhar maiores informações. Essa iniciativa foi capitaneada pela nossa equipe, pela Arquiteta Simone madeira, que se dedicou a convidar especialistas de outras prefeituras, de Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Florianópolis e Cubatão, além de também algumas instituições que lidam com o tema, como o Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico, o Ministério Público do Meio Ambiente, o Instituto Avançado São Paulo, o Ministério Público e outros. Eu vou encaminhar o link e vocês podem olhar a programação, ver quais os palestrantes que estão previstos, quais os temas que vão ser abordados, ali maior detalhamento. A gente vai pedir também que se manifestem os conselheiros que tiverem interesse de se inscreverem, até sexta-feira com nome, instituição e e-mail, mas aí eu encaminho para a Camila, que pode disparar para todos os conselheiros poderem dar esse retorno e a gente fazer o cadastro nesse sistema da Prefeitura. Obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Vaneska, pelo convite. Realmente, é um trabalho muito bacana que vem sendo feito aí pela equipe, esse evento eu acho que vai ser de muito bom aproveitamento para o Município, a qualificação para o debate, um trabalho feito também em conjunto e a parceria da Secretaria de Regularização Fundiária, do DEMHAB, a Dra. Simone Somense está se envolvendo diretamente no auxílio da equipe para fazer um excelente evento. Estão todos convidados. Eu queria só esclarecer, antes da gente ir para a pauta, de uma questão realmente importante, também trazida pelo Conselheiro Emerson com relação à participação em outros conselhos. É importante frisar que a lei geral dos conselhos prevê

que não é possível a participação em mais um conselho, dos conselheiros relacionados lá no art. 5º, onde fala da composição dos conselhos, art. 5º, inciso II, da lei geral dos conselhos, o Município prevê as entidades com atuação no Município de Porto Alegre, entidade de classe, instituições públicas, outras organizações. Enfim, existe toda uma nominata ali de possibilidades que não devem exercer mandato em mais de um conselho. Além do que o nosso edital prevê também, ele previu lá no edital da eleição essa impossibilidade, a participação em mais de um conselho. Então, se tiver registro disso e for encaminhado, naturalmente, um processo de apuração, certamente vai ter responsabilização, porque tem esses pontos. Então, peço atenção com relação às participações em outros conselhos, se porventura esteja ocorrendo aqui no nosso. Senhores Conselheiros, então, avançamos para nossa a nossa pauta.

2. VOTAÇÃO:

2.1. ATAS: 2903 (29/07) E 2904 (03/08);

As atas, acho que tivemos alguns equívocos, foram disponibilizadas, mas não tem condição, a nossa Secretária Executiva colocou, de serem votadas, porque constou alguns equívocos. A nossa taquígrafa nos lembrou. Então, a gente retira as atas, deixamos para votar elas na próxima.

4. ORDEM DO DIA:

4.02. EXPEDIENTE: 20.0.000033483-0.

Interessado: Neide Pirillo Silva e Lyx Participações e Empreendimentos S/A.

Assunto: Inclusão de traçado viário e EVU.

Local: Macrozona 05, UEUs 30, Bairro Ponta Grossa, prolongamento da Rua Ilton Moreira de Souza até a Av. Juca Batista, prolongamento da Rua Eli Goraieb até a Av. Juca Batista e prolongamento da Dir. Cinco Mil Cento Oitenta até a Av. Principal da Ponta Grossa EVU: Estrada Retiro da Ponta Grossa, 117 (RGP 8 – Ponta Grossa)

Relator: SMOI (Distribuído em 17/06/2020).

Passamos ao item 4.02 da pauta, que seria um relato da Secretaria de Obras, teve diligências, foram atendidas pela Procuradoria. Teve um parecer favorável em 18, mas a Conselheira Vaneska queria fazer uma observação eu acho sobre esse projeto. Conselheiro Jackson, estou vendo no chat, compartilhou sobre o falecimento do ex-conselheiro da OAB, o Conselheiro Domingues, foi nosso conselheiro por alguns quantos anos. Nós tivemos a oportunidade do convívio, né, Conselheiro Jackson, Conselheiro Gomes, com o Conselheiro Domingues. Acho que alguns outros conselheiros tiveram a oportunidade de conviver com ele, né, Jackson? Tu querias fazer uma manifestação? **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Eu peço desculpas aí por acabar pedindo a palavra fora do período de Comunicação, enfim. Boa noite a todos os colegas. O Domingues foi para mim, quando entrei no Conselho, o Domingos foi um professor, ele me ajudou muito, principalmente nas questões técnicas jurídicas, que era a área dele. E infelizmente fiquei sabendo do falecimento dele e pela atuação dele aqui junto com alguns conselheiros eu queria registrar uma homenagem para ele, né, porque fez parte do nosso dia a dia durante o período que eu fiquei, quando eu entrei, em 2016, né! Então, eu queria registrar isso. Alguns colegas participaram junto com ele também e era isso, Presidente. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e**

Sustentabilidade – SMAMUS: Obrigado, Conselheiro Jackson. Bem lembrado, nossa homenagem à família do Conselheiro Domingues, que fez um excelente trabalho aí. Eu acho que foi um exemplo para todos nós aí, representava a Ordem dos Advogados do Brasil. Então, fica o nosso registro, a nossa homenagem a ele e a toda família. Avançamos, então, senhores, para o item 4.02. A Vaneska queria fazer uma consideração. O Conselheiro Felisberto tem uma Questão de Ordem. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Não, era isso, era a questão do Jackson sobre o Domingues. E queria acrescentar que ele também foi responsável pela Casa dos Conselhos ali na João Pessoa. Meus sentimentos à família e a todos que conviveram com ele. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado a sua homenagem. Vaneska, sobre o processo. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Sobre esse processo do Item 4.02 da pauta, a gente percebeu, como a gente está implementando os nossos controles para também observar em conjunto essa sobreposição dos processos que tramitam. Tem um processo de habitação de interesse social ali que acaba entrando em conflito com uma parte do desenho originalmente proposto. Então, a gente solicitou que fosse retirado de pauta para a gente poder fazer essa compatibilização e que acaba alterando, porque uma das vias acaba finalizando antes. É um projeto que já está aprovado, né, porque como ele não era um projeto que se enquadrava na categoria para passar pelos projetos especiais, ele acabou não sendo acompanhado nesse sentido. A gente percebeu tardiamente talvez essa correção, mas para a gente já fazer e esse gravame sair já ajustado para esses casos. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem, Vaneska. Obrigado aí pela lembrança e observação. Consulto os conselheiros, ele era um processo que tinha já parecer favorável, tinha relato de vista para a data de hoje. Então, se há objeção com a retirada de pauta do presente processo e a compatibilização trazida aqui pela Conselheira Vaneska. Alguma objeção? Em não havendo a gente retira ele de pauta e encaminha para a equipe de planejamento, para as comissões fazerem essa compatibilização. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Só esclarecendo, eu entendo que esse processo sendo retirado de pauta a gente vai fundamentar porque teve que ser feita essa compatibilização, que é um processo que já existia em 2017 e que acaba tendo uma influência ali no desenho da via. Não teria porque fazer o gravame de via que precisaria ser ajustada depois novamente para algo que já tem aprovação da Prefeitura. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem. Então, retiramos o Processo 4.02 da pauta. Avançando, o 4.03 e 4.04 em diligência. Vamos para o 4.05:

4.05. EXPEDIENTE: 20.0.000009880-0.

Interessado: Município.

Assunto: Gravame de traçado viário.

Local: Rua José Alípio da Silva até a Rua João Paris (RGP 3 – Santa Rosa de Lima)

Relator: RGP 7 (Distribuído em 15/03/2021).

Então, teve diligência e retorno, para a data de hoje temos a apresentação do relato após as diligências, Região de Planejamento 7. A Conselheira Maristela não está presente.

Então, vamos aguardar até a próxima semana. Em a conselheira não estando presente a gente redistribui, conforme prevê o nosso regimento. Depois passamos ao Item 4.06 da pauta:

4.06. EXPEDIENTE: 20.0.000007038-7.

Interessado: R Correa Engenharia Ltda.

Assunto: EVU.

Local: Av. Ceará, 1549 (RGP 2 – São José)

Relator: OP (Distribuído em 15/07/2021).

Nós tivemos a apresentação na semana passada, foi bem elucidativo. Tivemos o momento de dúvidas que foram levantadas e discutidas com o responsável técnico. Então, Conselheiro Emerson, tem condição de relatar? Eu acho que como está muito presente na nossa apresentação, que foi na semana passada, enfim, não vejo necessária equipe do planejamento retomar o assunto. É aquele EVU no 4º Distrito. Foi muito bem apresentado já na reunião passada. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Sim, Presidente, tenho condições, já passei o relato para a Secretária. **TEMATICA DE HABITAÇÃO ORGANIZAÇÃO DA CIDADE, DESENVOLVIMENTO URBANO E AMBIENTAL. HOCDUA/ORÇAMENTO PARTICIPATIVO. Para:** CMDUA - Conselho Municipal do Desenvolvimento Urbano e Ambiental. **Endereço:** Nesta Capital. Prezados senhores, a **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental - HOCDUA/Orçamento Participativo**, Gestão 2021, vem por meio deste, encaminhar relato do **Expediente Único nº 002.203863.00.3 e SEI nº 20.0.000007038-**7, atendendo ao **ESTUDO DE VIABILIDADE URBANISTICA**, o imóvel localizado na Av. Ceará nº 1549, no Bairro São Geraldo, Área de Ocupação Intensiva, MZ 1, UEU 12, Subunidade 01, com Área Escriturada de 7.627,51m² conforme Matrícula nº 163.510 do RI da 1ª zona de Porto Alegre e Área da Menor Poligonal de 7.606,91m² conforme e Levantamento Planialtimétrico apresentado pelo requerente. O processo teve início nesta fase em **19 de novembro 2019** pela **R. CORREA ENGENHARIA LTDA**, requerente da proposta objeto. Segue no anexo o relato e informações conexas. **DO OBJETO: Empreendimento:** CEARA – Comércio, Serviços e Residencial. **Requerente:** R. Correa Engenharia Ltda. **EU:** 002.203863.00.3. **SEI:** 20.0.000007038-7. **Endereço:** Av. Ceará, 1549. **Etapa:** EVU de Edificação com Normas próprias de Regime Urbanístico. **Comissão:** CAUGE, deferimento da etapa. **2 – DA EQUIPE TECNICA. Da execução e Responsabilidade Técnica:** R. Correa Engenharia – Guilherme Correa – Arquiteto - CAU A nº 113.691-7. Arquitetura Integrada. Carlos Peixoto Arquitetos. Eifler – Studio de Arquitetura – Evandro Eifler Jr – Arquiteto e Urbanista - CAU A nº 10931-2. **3 – HISTORICO DO EXPEDIENTE.** Segundo os registros na intranet da antiga Secretaria do Planejamento Municipal (SPM), o imóvel faz parte do **"Loteamento São João 1"** - de propriedade de **Jorge Júlio Schilling** - para o qual foi adotada a data de aprovação 02/06/1930, e teve sua conclusão em 01/02/1957. Consta, ainda, no Processo 14998/44, registro de que a Firma Júlio Schilling Ltda doou à Prefeitura uma área de praça compreendida entre a Av. Ceará, Rua Ernesto Fontoura, Av. Paraná e Av. Maranhão (onde localizou-se o antigo Hospital da Criança Santo Antônio), quarteirão onde está inserido o empreendimento em análise. Conforme pesquisa de origem efetuada pelo requerente junto ao Registro de Imóveis da 1ª zona de Porto Alegre e anexada ao processo, por força da

doação da área para a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, foram abertas as Matrículas nºs 127.412, 127.413, 127.418, 127.419 e 127.421 e nelas consta a informação de origem em Loteamento. Por fim, de acordo com a Ficha Espelho do Cadastro Imobiliário - SMF, o imóvel possui 7.383m² de área existente, construída entre os anos de 1946 e 1983: 1946 - 5.428,00m² 1968 - 937,00m² 1983 - 742,00m² 1983 - 276,00m². **3.1 - ANÁLISE URBANISTICA.** O terreno é formado pela **matrícula única, nº 163.510, do RI da 1ª zona de Porto Alegre**, resultante da unificação das Matrículas nºs 127.412, 127.413, 127.418, 127.419 e 127.421 (RI da 1ª zona de Porto Alegre) e configura a totalidade do quarteirão formado pelas Avenidas Ceará, Ernesto da Fontoura, Paraná e Maranhão, para o qual está previsto o Regime Urbanístico descrito abaixo: SUBUNIDADE 01; Densidade (9): Corredor de Centralidade e de Urbanidade; Atividade (7): Mista 03; Aproveitamento (9): 1,3 (com possibilidade de Aquisição de Solo Criado e Transferência de Potencial Construtivo e IA máximo de 3,0); Volumetria (11): Altura Máxima: 52m Altura; na Divisa: 12,5m Altura; da Base: 4m; Taxa de Ocupação: 75%. **Altitude máxima permitida para o imóvel**: é 49,0m, conforme Portaria 260/ICA-DECEA. Diretoria-Geral de Planejamento Urbano Coordenação de Planejamento Urbano Unidade de Projetos Especiais. **Da estruturação urbana**: segundo manifestação da UPSD/SMURB, não há necessidade de implantação de novo traçado viário uma vez que o quarteirão atende os padrões do Anexo 8.1 da LC 434/99 modificada pela LC 646/10 e está localizado em tecido urbano consolidado. **3.2 - REGIME URBANÍSTICO, ÍNDICE DE APROVEITAMENTO E A TAXA DE OCUPAÇÃO.** Poderão ser aplicados sobre a totalidade do terreno nos termos do **Artigo 155, Inciso II, alínea "b"- item 2, do PDDUA** uma vez que, através da documentação apresentada pelo requerente, foi comprovada a origem do imóvel em parcelamento do solo conforme o Parecer CAUGE nº 201/2018. **Atividades propostas para o empreendimento conforme informadas na planilha de Controle e Registro:** Habitação, Centro Comercial e Escritórios Profissionais, classificadas no Anexo 5.2 do PDDUA; Habitação Multifamiliar, Comércio Varejista de Interferência Ambiental 2 e Serviços Inócuos e não possuem restrições quanto à implantação e nem quanto ao limite de porte conforme os Anexos 5.3 e 5.4 do PDDUA, respectivamente; Conforme disposto no Anexo 10.1 - folha 2 do PDDUA, considera-se centro comercial o conjunto de lojas com área adensável superior a 5.000m² e galeria comercial o conjunto de 15 ou mais lojas com área adensável igualou superior a 750m² e menor que 5.000m². De acordo com a manifestação da Coordenação de Planejamento Urbano (CPU/DGPUS/SMAMS), que ratificou as diretrizes emitidas pela Arq. Natércia Munari Domingos (SMURB, atualmente SMAMS) no Parecer CAUGE Nº 089/2017, por integrar a área do Projeto do 4º Distrito, a proposta de EVU atende as diretrizes emitidas: **Previsão espaços abertos:** de uso público, junto à Av. Ceará em frente ao prédio do antigo hospital, e outra junto à Av. Paraná, ao lado da antiga Capela, com tratamento paisagístico e áreas de permanência; **O projeto não apresenta qualquer tipo de cercamento**: garantindo a permeabilidade total do terreno; **A edificação proposta obedece**: aos recuos das edificações preexistentes e constitui, no conjunto, linha contínua que configura o espaço público; **Os estacionamentos:** foram posicionados no interior do imóvel, que possui planta em forma de "O", ocupando o subsolo, térreo e do 2º ao 10º pavimento, sendo os mesmos enclausurados a partir do 3º pavimento; **Pavimento térreo:** está composto, predominantemente, por uso comercial, principalmente nas fachadas voltadas para as edificações de Estruturação (Capela e prédio do antigo hospital) promovendo maior animação às áreas públicas de permanência. Está sendo proposta uma galeria comercial, de uso público, que conecta a Av. Maranhão à Rua Ernesto da Fontoura, junto ao prédio principal do antigo hospital, e na qual estão os acessos de pedestres ao estacionamento

comercial localizado no subsolo e às unidades residenciais localizadas no bem inventariado. **Acesso residencial de pedestres**, na edificação nova, se dá tanto pela Avenida Maranhão quanto pela Rua Ernesto da Fontoura. **Acesso ao estacionamento de uso comercial (subsolo)**: está localizado junto à Rua Ernesto da Fontoura e o acesso ao estacionamento de uso residencial (térreo – 10º pavto.), junto à Av. Maranhão. **Densificação da área:** com a intenção de reverter processos de degradação preexistentes é um dos princípios norteadores do Projeto do 4º Distrito. Com base no Art. 58 do PDDUA, considerando se tratar de imóvel que configura a totalidade do quarteirão, sem causar prejuízo a imóveis lindeiros, e considerando as diretrizes emitidas conforme o **Projeto do 4º Distrito**, os recuos de altura junto à Av. Maranhão e à Rua Ernesto da Fontoura foram flexibilizados para 18%. Os demais dispositivos de controle estão atendidos. **Altura total da edificação**: 49,79m (altitude no topo = 53,95m), foi autorizada pelo V COMAR através da Notificação nº 25103 referente ao Protocolo COMAER Nº67613.900625/2020-98. **Incremento de área construída referente a potencial construtivo adicional:** equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do índice de aproveitamento básico constante no Anexo 6 do PDDUA, está amparado na Lei 12.585/19, nos termos do Parágrafo único do Art. 58 da LC 434/99 modificada pela LC 646/10. **Da Área atingida por recuo viário:** demonstrada na planta de localização (Planta Baixa do Pavimento Térreo) e informada na Planilha de Controle e Registro da prancha EV 01, de 18/03/2021, a mesma não poderá ser objeto de TPC uma vez que está incorporada à via pública há mais de 15 anos, conforme manifestação da UDRI nos Pareceres CAUGE nºs 045/2015 e 089/2017, ratificada em 10/12 /2020. **3.3 - DO ARRAZOADO.** A proposta apresentada prevê a revitalização da área com demolição das edificações que não têm valor histórico-cultural e a restauração, revitalização e reciclagem de uso do conjunto de edificações inventariadas como de Estruturação (Capela, Prédio principal do antigo hospital e Prédio junto à av. Ceará) onde originalmente funcionava o Hospital da Criança Santo Antônio, com adequações e adaptações para residência, comércio e serviços; e a construção de uma edificação de uso misto, em volume único, localizada na parte central do terreno, com térreo de atividades comerciais e demais pavimentos de uso residencial. **Edificações existentes**: somam 3.232,67m² e a edificação "a construir" corresponde a 29.027m2, totalizando 32.259,67m² de área construída. **O conjunto contempla**: 416 economias e 369 vagas para estacionamento: 374 economias residenciais, das quais 25 estão localizadas no prédio principal do antigo hospital; 42 economias comerciais, das quais 24 estão distribuídas entre as edificações inventariadas; 302 vagas para estacionamento residencial; 67 vagas para estacionamento comercial. **O projeto prevê:** a implantação de duas praças, uma junto à Av. Ceará onde fica o acesso principal ao prédio do antigo hospital, e outra junto à Av. Paraná configurando o entorno do prédio da antiga Capela além da permeabilidade total do terreno uma vez que o empreendimento não apresenta muros ou gradis de fechamento. **4 - OS INCENTIVOS CONCEDIDOS.** Solicita o requerente, por se tratar de intervenção em terreno que possui edificações inventariadas como de Estruturação, os incentivos concedidos pela **Lei 12.585/19, no seu Capítulo V, Artigo 21, Incisos I a VII: Lei nº 12.585/19 "Art.21.** Nos projetos de edificação destinados a ocupar parte de um terreno no qual exista alguma edificação inventariada como de Estruturação, e desde que o novo projeto viabilize a preservação do bem imóvel inventariado existente, serão concedidos os seguintes incentivos construtivos: ***I -*** *potencial construtivo adicional equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do índice de aproveitamento básico constante no Anexo 6 da Lei Complementar nº 434, de 1999, e alterações posteriores;* ***II -*** *o Regime Volumétrico referido no Anexo 7.1 da Lei Complementar nº 434, de 1999, e alterações posteriores, poderá ser acrescido em até 9m (nove metros), ressalvado o regime volumétrico do Código 01 e*

limitando-se à altura máxima prevista no PDDUA; ***III -*** *nos locais em que o código do Regime Volumétrico possuir a observação (2) no PDDUA, mesmo não possuindo frente para as vias do Anexo 7.2 ou localizado na Área Central, o Executivo Municipal poderá autorizar altura na divisa de 18m (dezoito metros) e na base de 9m (nove metros) e taxa de ocupação de 90% (noventa por cento) na base e 75% (setenta e cinco por cento) no corpo;* ***IV -*** *isenção de atendimento da Área Livre Permeável (ALP);* ***V - isenção da obrigatoriedade de serem construídos reservatórios de retenção de águas pluviais;*** ***VI -*** *isenção do atendimento ao número mínimo de vagas de estacionamento; e* ***VII -*** *não será exigido que o projeto de edificação contemple edificação que não possa ser visualizada por transeuntes."* **4.1 - DOS INCENTIVOS CONCEDIDOS PELA LEI 12.585/19 E PLEITEADOS PELO REQUERENTE. Da manifestação da PMS-06/PGM, de 13/11/2020:** em resposta a questionamento efetuado pela EPAHC acerca da aplicação dos dispositivos legais da Lei nº 12.585/2019 e do Decreto nº 20.437/2019 (que regulamenta a referida Lei), ainda que os dispositivos concedam os incentivos ***"O EVU terá análise multidisciplinar, no âmbito da Comissão, devendo ser apontadas todas as necessidades, por cada órgão competente, no que se refere à necessidade de mitigação de impactos."*** Isto posto a PGM, nada tem a opor quanto à aprovação do EVU. Thais Astarita Soirefmann Procuradora Municipal Procuradoria Setorial 06 – SMAMS e EL. **5 - CONDICIONANTES PARA A APROVAÇÃO DO PROJETO ARQUITETÔNICO. Manter a Área Livre Permeável**: apresentada na proposta (Prancha EV01), mesmo estando isenta de atendimento conforme Inciso IV do Artigo 21 da Lei nº 12.585/2019, em proporção o mais próximo possível ao exigido no Artigo 96, Parágrafo 8º, da LC 434/99 modificada pela LC 646/10 considerando que a região onde se localiza o empreendimento é crítica sob o ponto de vista da drenagem, além de qualificar o espaço urbano. **Manter o passeio com largura mínima de 2,50m:** junto ao taper da Av. Paraná proporcionando maior conforto aos pedestres. Para a etapa de Projetos Complementares e Arquitetônico: **Estudar a redução do comprimento do taper da Av. Paraná**: sob a orientação da CPU-SMAMUS e da EPTC, a fim de configurar um largo em frente à Capela para valorizar do bem inventariado. Em 16/04/2021. Arq. Daniela Vieira da Silva Matrícula 687380 SMAMUS/DPU/CPU/UPE. **6 – DOS DESPACHOS. UNIDADE DE PROJETOS ESPECIAIS - CPU/DPU/SMAMUS. DESPACHO - À CDRI-DEL.** Segue Certidão fornecida pela EPAHC (13422466) nos termos da Lei Municipal nº 12.585, de 9 de agosto de 2019. Documento assinado eletronicamente por **Daniela Vieira da Silva**, **Chefe de Unidade**, em 12/03/2021, às 14:11, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015. A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.procempa.com.br/autenticidade/seipmpa informando o código verificador **13422369** e o código CRC **3D638395**. **"SMC - EQUIPE DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL - CMC/SMC CERTIDÃO - Nº 10914840/2020. EPAHC - CERTIDÃO DE IMÓVEL INVENTARIADO IMÓVEL INVENTARIADO DE ESTRUTURAÇÃO COM OBRIGATORIEDADE DE PRESERVAÇÃO.** Nos termos do disposto nos arts. 8º e 9º da Lei Municipal nº 12.585, de 9 de agosto de 2019, esta Equipe do Patrimônio Histórico e Cultural (EPAHC) certifica o interessado abaixo nominado que: O IMÓVEL DEVE SER PRESERVADO POR SE ENCONTRAR RELACIONADO COMO DE ESTRUTURAÇÃO NO INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE BENS IMÓVEIS DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE (RS). **Endereço:** Avenida Ceará, 1549, bairro São Geraldo. **Inscrição municipal:** 500836. **Interessado:** R. Correa Engenharia Ltda. **Data de emissão desta certidão:** 15/07/2020. **Esta certidão é válida até:** Indeterminado 10/03/2021. Documento assinado eletronicamente por Fabio Frota Espindola, Servidor Público, em 16/07/2020, às 11:34, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.

Documento assinado eletronicamente por Débora Regina Magalhães da Costa, Chefe de Unidade, em 17/07/2020, às 11:05, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015. A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.procempa.com.br/autenticidade/seipmpa informando o código verificador 10914840 e o código CRC B06CA0AB. 20.0.000038471-3 10914840v4. **CAUGE - DEL/SMAMUS. DESPACHO - E.U. 002.203863.00.3.00000 -** À UPE/SMAMUS. Estudo de Impacto de Tráfego 13760634 e Plano Funcional Viário 13760693, apresentados pelo responsável técnico. Documento assinado eletronicamente por **Graciele Andrea da Silva Antunes Viana**, **Servidor Público**, em 14/04/2021, às 11:47, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015. A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.procempa.com.br/autenticidade/seipmpa informando o código verificador **13760795** e o código CRC **C11E95C7**. Em 13/04/2021 – Foi encaminhado SMDE - EL - CAUGE o Estudo de impacto de tráfego e o plano funcional viário do empreendimento da R. Correa (processo 002.203863.00.3). Autoria Matricial Engenharia Consultiva: ART Nº 10181711 Equipe técnica Eng. André Bresolin Pinto – CREA RS 70.790. Eng. Gabriela Fernandes Dalprá – CREA RS 180.645. Eng. Renata Onzi Campeol – CREA RS 205.341. Eng. Alexandra Benetti Riffel – CREA RS 229.253. Contratante: R CORREA ENGENHARIA LTDA. **Descrição Estudo de Impacto de Tráfego para empreendimento de uso misto:** Versão 01 25/11/2019. Versão 02 01/03/2021. **a)** Apresentação; **b)** Síntese do Estudo; **c)** Diagnóstico; **d)** Caracterização do Empreendimento; **e)** Área de Estudo e Sistema Viário; **f)** Coleta de Dados; **g)** Pedestres; **h)** Ciclistas; **i)** Transporte Coletivo; j) Táxis; **k)** Avaliação das Condições de Circulação; **l)** Prognóstico; **m)** Modelo de Simulação; **n)** Polos Geradores de Tráfego Previstos na Área de Estudo; **o)** Modificações Previstas no Sistema Viário do Entorno; **p)** Redes e Cenários; **q)** Estimativa do Crescimento do Tráfego de Passagem; **r)** Estimativa da Demanda Gerada pelo Empreendimento; **s)** Automóveis; **t)** Avaliação das Condições de Acesso e Estacionamento do Projeto; **u)** Propostas; **v)** Revitalização da sinalização viária na área de entorno do empreendimento; **w)** Reservar Vagas para Idosos e Gestantes; **x)** Implantar Travessias de Pedestres nas Interseções da Quadra do Empreendimento. Atender o Plano Diretor Cicloviário Integrado; **Análise Parecer CPAIC n° 655/15:** Apêndice I - Situação Atual da Área de Estudo; Apêndice II – Contagem Classificada de Veículos; Apêndice III – Plano Funcional Viário. O impacto do empreendimento foi avaliado comparando as condições de circulação com e sem projeto no ano de 2019 (ano previsto de início da operação do empreendimento) e 2029 (10 anos após a implantação do empreendimento). Para a determinação do tráfego em cada situação foi usado um modelo de simulação de tráfego, uma vez que a alteração de sentido das vias poderia alterar as rotas usadas pelos veículos que trafegam na região. Para todos os anos, períodos e redes avaliadas, o acréscimo de viagens devido a implantação do empreendimento não irá causar impactos significativos. Para a elaboração do estudo de impacto de tráfego foi utilizada a metodologia do DENATRAN e as diretrizes da SMT/EPTC que constam no Parecer n° 655/15 emitido pela CPAIC, no dia 02 de março de 2015. **7 – DAS CONDICIONATES. SMAMUS - CAUGE - DEL/SMAMUS. PARECER N° 037/2021. PROCESSO:** 002.203863.00.3.00000. **INTERESSADO:** R CORREA ENGENHARIA LTDA. **LOCAL:** Av. Ceará, 1549. **ASSUNTO:** Aprovação de EVU. A CAUGE, em reunião realizada em 14/04/2021, aprovação EVU. Em anexo: CPU/SMAMUS. **Condicionantes EPTC (Mobilidade Urbana):** Atender as 8 (oito) condicionantes do respectivo parecer. **Condicionantes SMAMUS: 1.** Condicionante para o licenciamento do projeto arquitetônico do empreendimento: assinatura do Termo de Compromisso no qual constará a obrigação de executar as obras/serviços de revitalização da Praça São João, cadastrada pelo n°

063/05. **2.** Condicionante para a emissão da Carta de Habitação do empreendimento: Termo de Recebimento das obras/serviços de revitalização da Praça São João, cadastrada pelo n° 063/05. Nos alargamentos de vias, bem para outras situações de alteração do viário, deverão ser apresentados projeto com o levantamento completo das redes pluviais do entorno, com as propostas de ajustes dos trechos atingidos pelas alterações geométricas, bem como as captações pluviais devem ser readequadas à nova geometria de meio-fio e compatíveis com os pontos baixos do sistema viário. **DMAE** - Nada temos a opor quanto a aprovação deste EVU. Permanecem as Diretrizes já emitidas. **EPTC – Empresa Pública de Transporte e Circulação CPAIC – Comissão Permanente de Avaliação de Impactos na Circulação. PARECER Nº 1323/21 A CPAICT** – Comissão Permanente de Avaliação de Impactos na Circulação e Transporte/EPTC, em reunião de 15/03/2021, manifesta-se favorável à proposta de EVU do empreendimento multiuso, com base no Estudo de Mobilidade Urbana apresentado pela Matricial Engenharia Consultiva e na proposta de circulação que equaciona os impactos à Mobilidade Urbana conforme listadas no estudo no capítulo 4. “Proposta” e no Plano funcional de circulação apresentado na prancha única anexa ao estudo, além do atendimento de outros itens decorrentes de Lei, conforme segue: Atender as 8 (oito) condicionantes do respectivo parecer. **SMAMUS** - Nada a opor quanto à aprovação do EVU. **QUANTO AOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE LAZER:** Trata-se de proposta de EVU que contempla atividades de centro comercial, escritórios profissionais e atividade residencial com uma população estimada em 1064 novos moradores. Considerando que se trata de um projeto especial com flexibilização de regimes urbanísticos, com consequente aumento de população na região, devido às atividades elencadas acima, foi realizada uma análise quanto à estruturação urbana, em relação às demandas nas áreas verdes do entorno. Nesta análise da UPC/SMAMS quanto ao impacto nas áreas verdes do entorno, considerando o aumento da demanda direta e indireta, o índice de área verde na região e a análise qualitativa das praças do entorno, concluímos que, de fato, deverão existir medidas compensatórias quanto aos equipamentos públicos de lazer. Desta forma, como medida compensatória solicitamos a revitalização da Praça São João, cadastrada pelo n° 063/05, que se localiza bem próxima ao empreendimento. Descrevemos a seguir o escopo definido pela UPC/SMAMS da intervenção que contempla: Academia com 12 equipamentos; Pavimentação passeio externo (com podotátil); Nova quadra poliesportiva (substitui a quadra oeste); Pavimentação passeios internos; Recanto infantil (playground) 01: estrutura avião, gangorra e recuperação do saibro; Recanto infantil : Estrutura Y, gangorra, balanço misto, escorregador e recuperação do saibro; Repinturas; Gramados; 4 rampas NBR; 15 bancos e 8 lixeiras. As especificações técnicas e demais orientações para a execução dos serviços serão fornecidas pela UPC (EP e EO) com o projeto. O projeto bem como as especificações técnicas referentes à revitalização da praça e prazos serão anexados ao TC bem como à Licença Ambiental. **Condicionantes SMAMS.** Para o licenciamento do projeto arquitetônico do empreendimento: assinatura do Termo de Compromisso no qual constará a obrigação de executar as obras/serviços de revitalização da Praça São João, cadastrada pelo n° 063/05. Para a emissão da Carta de Habitação do empreendimento: Termo de Recebimento das obras/serviços de revitalização da Praça São João, cadastrada pelo n° 063/05. Deverão ser preservados e protegidos durantes as obras, conforme Laudo de Cobertura Vegetal, também, poderá ser emitida AERV (Autorização Especial de Remoção Vegetal) para remoção dos vegetais isolados. A compensação vegetal de árvores nativas, atendera à Lei Municipal n° 757/15, conforme proposta de arborização apresentada, de maio de 2019. Quanto à contaminação de solo e água, o Relatório de Avaliação Ambiental Preliminar Complementar apresentado por **TERRAGUA GEOLOGIA E MEIO AMBIENTE**

informa que "não se observam situações associadas à potencialidade de contaminação ambiental no local, não demandando avaliação ambiental confirmatória. Recomenda-se unicamente a correta gestão dos resíduos inertes, ainda existentes no local." Parecer CAUGE-DEL 13765705 SEI 21.0.000004028-0 / pg. 5. Para a etapa de aprovação do projeto arquitetônico: Atender as 8 (oito) condicionantes do respectivo parecer. **SMC:** Entendemos que o EVU, no que diz respeito as edificações inventariadas pelo patrimônio histórico, encontra-se em condições de aprovação conforme material anexado em 26/02/2021 e ainda, não existe a necessidade de encaminhamento ao COMPAHC uma vez que já foi dado ciência em análises anteriores. Arq. Ronice Giacomet Borges- matr. 164140-02 - DPM/EPAHC/SMC. **SMED:** Não emitiu diretrizes em dezembro de 2018 (Parecer 201/2018), portanto nada temos a opor quanto à aprovação deste EVU. **SMF:** Não se opõe à aprovação do presente EVU. Permanecem as diretrizes emitidas, atualizadas Parecer CAUGE-DEL 13765705 SEI 21.0.000004028-0 / pg. 6 pela Resolução 025/2021-CGOF, em anexo. **SMOV:** A SMIM/EPO não se opõe a aprovação do EVU proposto para o empreendimento, devendo ser observado o seguinte: Atender as 6 (seis) condicionantes do respectivo parecer. **SMS:** De acordo com consulta ao mapa do GeoSaúde, o empreendimento será implantado no território atual da Unidade de Saúde (US) Navegantes, situada na área de atuação da Gerência Distrital Noroeste-Humaitá-Navegantes-Ilhas (GD NHNI). Embora ainda haja demanda por reforma no 2° pavimento dessa Unidade, considerando a reforma que está sendo realizada no pavimento térreo da US Navegantes, a previsão de atendimento no local por 5 Equipes de Saúde da Família (ESF) e a provável baixa vulnerabilidade da população que passará a residir no empreendimento, a GD NHNI verificou que essa US teria condições de absorver a nova demanda a ser gerada pelo empreendimento, conforme informado em consulta realizada em 17/02/2020. Diante disto, nada temos a opor quanto à aprovação deste EVU. Em 03/04/2020 Arq. Luciana V. Gaiesky CIM/DGA/SMS SMURB À CAUGE. **Do Deferimento do EVU:** conforme análise em 14/04/2021 - Arq. Daniela Vieira da Silva e Matr. 687380 UPE/ CPU/ SMAMUS. Documento assinado eletronicamente, em 14/04/2021, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015. A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.procempa.com.br/autenticidade/seipmpa informando o código verificador 13765705 e o código CRC 53DAD5FF. 21.0.000004028-0 13765705v2 Parecer CAUGE-DEL 13765705 SEI 21.0.000004028-0 / pg. 9. **8 - DO VOTO AO CMDUA:** Considerando a manifestação da PMS 6 quanto à aplicação dos dispositivos legais da Lei 12.585/2019. Considerando a manifestação da CPU-SMAMUS quanto ao atendimento das diretrizes emitidas em relação ao projeto do 4 Distrito. E considerando as demais manifestações dos órgãos municipais que compõe a CAUGE, no Parecer nº 037/2021 (13840473), emitido em 14/04/2021, favorável à aprovação de Estudo de Viabilidade Urbanística, que trata o presente EVU de Empreendimento de Grande Porte (edificação com mais de 400 vagas de estacionamento) com solicitação de regime urbanístico específico, enquadrado como Projeto Especial de Impacto Urbano de 2° Grau, nos termos do Art. 61 incisos I e II "a" da LC 434/99 modificada pela LC 646/10 e conforme Anexo 11.2 - folha 3 da mesma Lei. Neste contexto e analise do Processo eu **EMERSON SANTOS – T. HOCDUA/OP**, relator do **Expediente Único nº 002.203863.00.3 e SEI nº 20.0.000007038-**7, sou **FAVORÁVEL à** aprovação do **ESTUDO DE VIABILIDADE URBANISTICA**, do imóvel objeto, localizado na Av. Ceará nº 1549, no Bairro São Geraldo, Porto Alegre, RS. Fiz um esforço aí, é bem complexo o processo, por isso que demorou um tempo para fazer o relato. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Sem dúvida. É um projeto muito estruturante para a região do 4º Distrito. É bonito, eu assisti a apresentação. Acho

que qualifica bastante a região. Obrigado pelo relato. Nesse sentido, então, consulto se temos algum pedido de vista ou se podemos avançar no debate? A RGP 2 pediu vista,mais algum pedido de vista? o Conselheiro Mark. Conselheiro Felisberto é para questionamento. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu vi que o Emerson relatou que terão duas praças. Isso é contrapartida ou faz parte do projeto? E qual a metragem dessas praças? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. Não sei se o Conselheiro tem essa clareza ou a Vaneska, alguém da equipe que tem a informação? **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Sim, Secretário. Isso faz parte da mitigação do empreendimento. Já está previsto há muito tempo. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Certo, então. Mai algum pedido de vista? Então, do Conselheiro Adroaldo e do Conselheiro Mark. Então, vamos oportunizar o relato de vista e avançamos na próxima reunião. Lembrando que para de proceder a leitura do relato de vista na próxima reunião que se traga, que se encaminhe conforme prevê o regimento, e a gente colocou no chat, previamente esse relato. Então, avançamos para o Item 4.07 da pauta:

4.07. EXPEDIENTE: 20.0.000095872-8.

Interessado: SESC – Administração Regional do Estado do Rio Grande do Sul.

Assunto: EVU.

Local: Av. Protásio Alves, 6220 (RGP 4 – Petrópolis).

Relator: DEMHAB (Distribuído em 15/07/2021).

A equipe quer fazer um resumo? Depois a gente oportuniza o relato do processo para o DEMHAB. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Então, um relato bem breve. É um Estudo de Viabilidade Urbanística na Avenida Protásio Alves, 6220. O empreendimento é de grande porte, enquadrado como empreendimento de segundo grau, regime urbanístico próprio. Ali cita qual a subunidade, a 4 da UEU 3116, com enquadramento pelo Anexo 11.2 do Plano Diretor. Segundo o art. 61, tanto o inciso I, como clube com área adensável superior a 5.000 m² ou pelo inciso II para edificação em terreno em área de ocupação intensiva, com área mínima de 10.000 m² para se configure no mínimo uma testada contígua e integral de quarteirão e que não envolta alteração de padrões de altura. Então, a localização do processo é na Região de Planejamento 4, ele está ali na Protásio, é o terreno do SESC, delimitado aqui em amarelo. E aqui é a planta que é apresentada dentro do processo, com a área existente, áreas a regularizar e a área a construir, que é uma área específica de cobertura de piscina bem localizada no empreendimento. Então, o DMAE se manifestou sem oposições para todas as diretrizes emitidas. Com relação à drenagem também, especialmente considerando se tratar somente de implantação de cobertura sobre a área de piscina existente. E a SMAMUS colocou também que não teria uma manifestação e coloca a referência com relação ao requerimento com a intervenção da vegetação. E coloca ali também a questão do protocolo referido no processo. Com relação à cultura, também como não se enquadra em relação ao patrimônio arquitetônico ou arqueológico de interesse. A SMED também por não se tratar de residencial não gera impactos na rede de educação local. A Fazenda também com as suas considerações padrão. A Saúde também pela questão de não ser um parcelamento

com destinação de área de equipamento público, assim como a educação também não coloca nenhuma contraposição. A SMAMUS coloca a questão da cobertura de piscina olímpica da sede campestre do SESC e coloca ali algumas considerações com relação ao projeto, que poderia ser colocado como estruturação, mas na condução de existência desse elemento, que é o clube. Então, a questão de tramitação sem objeção para essa intervenção prevista. O parecer da CAUGE é referido em reunião realizada em 14/07, não colocou óbice e aprovou o EVU. E o condicionante da EPTC específico para etapa de aprovação do projeto arquitetônico, as vagas de carga e descarga ajustadas por tamanho de 3,5 por 10 onde for possível. Eram essas as informações do processo, um processo bem simples, bem localizado da infraestrutura da cobertura em torno da piscina do clube. Obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Vaneska, por nos trazer o assunto em pauta. Nesse sentido, então, avançamos para o relato da Dra Cristiane, Catarina, representante do DEMHAB. **Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Boa noite, Presidente. Boa noite, Conselheiros. Os dados mais técnicos a Vaneska já apresentou, é um caso bem simples realmente, é apenas a cobertura da piscina. Eu fiz um relato aqui, mas vou deixar o relato já que a Vaneska já colocou. Nós fomos até o local, a arquiteta Lisiane tirou as fotos da piscina, essa é a piscina onde vai se fazer a cobertura. Já colocamos a planta e os documentos, que foram já examinados pela CAUGE. Essa parte marcada em vermelho, rosa, onde se localiza a piscina e onde ela será coberta. O objeto do exame é apenas a cobertura da piscina, conforme o requerimento. Consta no processo algumas diligências sobre o entorno, existe uma manifestação isolada na CAUGE. Aqui é importante colocar que diz assim: “É bem verdade de que gostaríamos de reavaliar todo o impacto à Cidade, toda havia, restam direitos adquiridos em aprovações anteriores”. E ao final também: “Gostaria de ressaltar a informação de que essa Secretaria não emitiu diretrizes pelo parecer por se tratar de EVU para ampliação de clube situado em área de interesse especial 2, não havendo previsão de parcelamento do solo com destinação de área para equipamentos públicos comunitários, considerando que é atividade não residencial, não haverá incremento de população na região proveniente da implantação da ampliação proposta. Isso posto, nada temos a opor quanto à aprovação do EVU”. Houve alguma observação também em relação à vegetação, mas isso está tramitando em procedimentos separados. A CAUGE, então, aprova a cobertura da piscina sem qualquer restrição. Cito aqui a competência do CMDUA no art. 11 do nosso decreto. E ressalvada a competência da CAUGE fresta ao nosso CMDUA análise de mérito do projeto, que no âmbito aqui do Conselho eu me manifesto no sentido de que entendo que deve-se levar em conta que o EC é uma entidade de prestação de serviços públicos, mantidas com recursos da natureza pública, ainda que tenha natureza mista privada. E tendo em vista que a execução da cobertura da piscina terá por finalidade melhorar a qualidade dos seus serviços, ainda considerando que pelo tamanho da sua sede não haverá destacado impacto além do já existente na região, não vejo nenhum óbice no mérito do pedido. Isso posto, a manifestação é FAVORÁVEL à aprovação. Submetendo, então, aos colegas conselheiros. Esse é o meu relato, Presidente. Fico à disposição. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Doutora Cristiane, pela apresentação, o relato. Consulto se temos solicitação para relato de vista ou podemos avançar na discussão? Temos algum pedido de relato de vista? Temos algum inscrito para discutir o processo em pauta? Então, a Conselheira Tânia, é para discutir ou vista? **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Não, Secretário, apenas para tirar algumas dúvidas. Na

verdade, eu inclusive frequento SESC há bastante tempo, porque trabalhei anos no comércio. Na verdade, eu não tenho nenhum tipo de restrição. Eu só gostaria de saber com relação a essa área que vão fazer da piscina, tem uma área verde bem grande ali no entorno. Não deu para ver direito qual é a localização. Eu sei onde ficam as piscinas, seria a partir dessa área verde em direção à piscina? E qual o tipo de construção? Isso não ficou muito claro. É só isso essa a minha dúvida, porque não tem análise com relação à parte ambiental, né! Eu não vi. Essas seriam as minhas dúvidas, mas eu acho que vai trazer melhorias com certeza, é um espaço que a comunidade frequenta há bastante tempo, inclusive não é só para os comerciários, ele é aberto à comunidade pagando uma taxa ínfima. Então, com certeza vai trazer bastantes benefícios, mas essa é a minha dúvida. Será que a doutora poderia me esclarecer? Obrigada! **Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Sim, Conselheira Tânia. A questão da vegetação, vai haver um movimento de vegetação, mas não está sendo tratado nesse processo, está sendo tratado em um processo a parte, que nós não temos acesso. Aqui é só a cobertura, que vai incluir a piscina e vai incluir aquela arquibancada ali ao lado, aquele local onde está aquela espécie de arquibancada, conforme a foto. Mas não vai mexer em mais nada. Existe alguma questão de vegetação, mas não está sendo tratado nesse processo. E aproveito para esclarecer também que ali no chat a Conselheira Tânia e o Conselheiro Felisberto falaram da questão do direito adquirido. Foi só uma divagação que uma das pessoas ali no processo fez, que gostaria de rever o todo do projeto do SESC, mas me parece que inclusive é inadequada aquela linguagem. Eu citei aqui apenas para que conste como um relato do que está no processo. Mas essa manifestação isolada que aconteceu na CAUGE, inclusive é imprecisa, porque não se trata de direito adquirido no sentido jurídico, mas eu quis trazer absolutamente todos os detalhes do que apareceu no processo. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Perfeito. É i ressaltar que a questão da remoção de vegetação, sempre no âmbito do Estudo de Viabilidade Urbanística o órgão ambiental tem representação, manifesta o posicionamento, se tem a opor ou não tem a opor, isso está integrando o processo. Depois, como disse a Dra. Cristiane, tem o processo da autorização para remoção vegetal, que é feito o cálculo da compensação, é aplicada a regra da Lei nº 757, que regra essas questões de compensação vegetal, remoção. E tem que a partir disso fazer o depósito para o Fundo do Meio Ambiente ou o plantio, aí é o regramento conforme prevê o licenciamento ambiental, na regra do licenciamento ambiental próprio da proposta. A Conselheira Tânia pediu vista. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Sim, eu peço vista para dar uma olhadinha melhor para sanar todos os esclarecimentos, porque com certeza algumas pessoas vão querer saber dessa obra e eu gostaria de estar mais a par de tudo. Com certeza, acredito que não vai ter problema nenhum, mas gostaria de ter vista a esse processo. Obrigada! **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem. Relato de vista concedido. Então, Senhores Conselheiros, a nossa pauta de processos está pequena. Só ressaltar, o Item 4.05 da pauta é um processo que já vem do dia 15 de março de 2021, quando foi distribuído. Nós estamos em 24/08, já teve duas prorrogações, em 04 e 18 de maio. O regimento prevê uma prorrogação, que é deliberada por todos os conselheiros. Então, hoje não está presente a Conselheira Maristela, mas eu queria só ressaltar, a gente oportuniza até a próxima reunião que se tenha o relato desse processo, porque a gente precisa dar andamento, senão teremos que redistribuir. Por favor, se alguém falar com a Conselheira Maristela ressaltar na necessidade na próxima reunião. O Conselheiro Felisberto tem uma Questão de Ordem.

Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1: Eu quero propor uma reunião extraordinária do Conselho para a gente discutir essas questões que foram colocadas hoje, para que a gente possa fazer uma avaliação do nosso papel e a gente ter oportunidade de conversar entre nós. Então, eu entendo oportuno isso, até porque há previsão de que a partir do mês de setembro haverá aberturas dos espaços e talvez a gente volte a ter reuniões presenciais, não sei se isso está sendo levado em conta e que a gente pudesse fazer uma reunião para avaliar o nosso trabalho. Então, essa é uma proposição que eu faço como Questão de Ordem. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. Recebido o seu registro. E vamos sim organizar uma agenda para discutir o Conselho em si, o processo, procedimento, também vamos retomar no mês de setembro, queremos marcar a retomada. É uma pauta importante que a gente traga, Vaneska, Patrícia, a retomada da revisão do Plano Diretor no mês de setembro. Então, a gente estava com ele suspenso, o Prefeito sinalizou que quer nos próximos dias dar o start para a gente retomar. Nós estamos conversando com a Agência Brasileira de Cooperação para fazer esse ajuste, que era o que estava faltando para a gente também retomar a cooperação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que era uma carta acordo que a gente tinha sinalizado lá no início da cooperação. Só que, enfim, a universidade tem as suas burocracias, procedimentos, demorou um pouco para nos sinalizar isso. Agora sinalizaram, mas a gente precisa ter essa concordância ali da Agência Brasileira de Cooperação, que é com o PNUD, o Programa das Nações Unidas. Então, envolve questões do Governo Federal. E a gente pretende retomar o processo, acho que é importante a gente fazer uma agenda com o Conselho de retomada, calendário, cronograma. Alguns estão mais por dentro, outros não, já esqueceram daquelas questões que a gente tinha colocado. Então, vamos sim, está no nosso escopo a gente retomar essa discussão com todos vocês, nos moldes daquilo que a gente já apresentou com os grupos de trabalho, com aqueles fluxos que a gente definiu conjuntamente. Conselheira Claudete, uma Questão de Ordem. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Boa noite a todos e a todas. Eu já havia colocado ali no chat, mas às vezes o Secretário, tem tanta gente, tanta fala, tem uma dificuldade, né, Secretário? Eu fiz uma Questão de Ordem lá atrás no Item 4.02 da pauta, que dispõe sobre a fundamentação da retirada do processo de pauta. Parece-me que é um contrassenso onde eu retiro de pauta para depois fundamentar e na mesma sessão eu fico enfatizando a obrigatoriedade do parecer de vista vir antes da própria sessão, né! Então, parece que tem dois posicionamentos bem contraditórios. Então, eu acho que antes da retirada de pauta tem que vir a fundamentação. A segunda Questão de Ordem que eu gostaria de colocar, Secretário, é um pedido de parecer a nossa Procuradora, eu acho que ela estava aí, pelo menos continuava, a Doutora Andressa. É a respeito do questionamento trazido pelo Conselheiro Emerson, que é a respeito da ocupação por conselheiros em mais de um conselho. Então, nessa analogia eu gostaria de saber também um parecer da Procuradoria, analisando a questão da presença dos membros de outras comissões aqui no Conselho, bem como, da apresentação de processos por conselheiros titulares ou suplentes aqui do Conselho. Eu gostaria de um parecer a respeito disso para verificar uma simetria de atuação. Obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Ok, obrigado, Conselheira Claudete. Está registrada a sua inconformação. Eu acho que esses pontos todos já foram esclarecidos. Naturalmente, a procuradoria jurídica não está a sua disposição para prestar informações que a senhora solicitar. A senhora pode consultar a sua assessoria jurídica, de repende algo nesse sentido, vão lhe esclarecer esses pontos. A Procuradoria Geral do

Município tem um papel institucional e, naturalmente, não fica à disposição para qualquer consulta de qualquer informação que algum conselheiro tenha de dúvida, principalmente daquilo que a gente já tratou, já esclareceu esses pontos com relação à representação. Inclusive, a senhora levou esse assunto também ao Ministério Público, já no Ministério Público já prestamos esses esclarecimentos, já foi discutido. Então, tenho bastante clareza que são situações diferentes. Com relação aos conselhos existe legislação que dispõe do assunto, edital das eleições do Conselho foi nesse sentido, a gente tem clareza da questão da representação das comissões, que, historicamente, foi assim no Município. A equipe técnica, isso qualificada o processo, porque são pessoas que entendem e compreendem o processo, tem condição de trazer a discussão aqui para este Conselho com qualidade. Então, desde à criação da formulação do Conselho, a equipe de planejamento urbano integra o Conselho, que vem das comissões. Não há nesse caso segunda instância, o Conselho não é segunda instância desses processos que são inicialmente avaliados no âmbito da comissão e depois no Conselho são discutidos e deliberados. Mas já foi em outras oportunidades explicado isso para a senhora. Então, desejo boa noite a todos. Agradeço a oportunidade do convívio, do debate, do aprendizado sempre muito rico. Um grande abraço e até mais.

Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental – CMDUA, às 19h45min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia Costa Ribeiro, sob o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.

ATA ORDINÁRIA Nº 2908/2021

(Virtual nº 73)

Aos trinta e um dias do mês de agosto de dois mil e vinte um, às dezoito horas, reuniram-se para Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, através da plataforma virtual *Zoom*, nos termos do Decreto nº 20.611/2020, sob a presidência de GERMANO BREMM, Secretário Municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS, e na presença dos:

CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS: Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira (Titular) e Lisiane Sartori Fioravanço Magni (Suplente), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Sônia Castro (Titular), **Gabinete do Prefeito – GP**; Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN**; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), **Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS**; Patrick Silva (2º Suplente), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE**; Gustavo Garcia Brock (Titular), **Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV**; e Rômulo Krafta (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**.

CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS: Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Claudete Aires Simas (Titular), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH**; Sérgio Saffer (Titular), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA**; Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS**; Hermes de Assis Puricelli (Titular), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS**; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), **Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS**; Rogério Dal Molin (Titular), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**.

CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL: Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Wagner Pereira dos Santos (1º Suplente) e Ricardo Angelini, (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Cinco – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Dinar Melo de Souza (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** e Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA**.

SECRETARIA EXECUTIVA: Camila Maders Fonseca Coelho, **Secretaria Executiva da SMAMUS**; Patrícia C. Ribeiro, **Taquígrafa/Tachys Graphen**.

PAUTA:

1. Abertura;

2. Votação:

2.1. Atas: 2903 (29/07), 2904 (03/08) e 2905 (10/08);

3. Comunicações;

4. Ordem do dia.

Após a leitura dos presentes e conferência de *quorum* o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h08min.

1. ABERTURA;

Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS: Boa noite, Senhores Conselheiros, Senhoras Conselheiras. São 18h08min, neste dia quente damos início, então, à Reunião Ordinária do nosso Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental. Desejo uma excelente noite de trabalhos, debates enriquecedores para a Cidade. Enquanto peço para que os conselheiros façam as inscrições para o período de Comunicação eu vou fazer rapidamente a leitura dos presentes e aí peço que todos aqueles que têm interesse em fazer o uso das Comunicações, por favor, faça a inscrição no chat. Lembrando que estamos ao vivo no nosso canal no YouTube. (Relação dos presentes na inicial). Se faltou alguém, por favor, que nos indique aqui no chat que a gente faz o registro da presença. Então, Senhores Conselheiros, passamos para o nosso período de Comunicação. Temos inscrito o Conselheiro Felisberto e o Conselheiro Jackson. Mais algum inscrito? Então, não havendo mais inscritos encerramos a inscrição para o período de Comunicação e passamos ao ouvir o nosso ilustre Conselheiro Felisberto. Boa noite, Conselheiro!

3. COMUNICAÇÃO;

Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1: Boa noite, Secretário. Boa noite a todos e todas. Mais uma reunião deste egrégio Conselho para debater políticas para a Cidade. Eu ao longo desses anos venho adotando uma posição crítica a alguns projetos e tenho procurado obter literatura sobre a questão de urbanização das grandes cidades e principalmente no Centro Histórico. E o último livro que eu tive a oportunidade de ter acesso e acabei de encaderna-lo, eu vou mostrar, está aqui – *Intervenções nos Centros de Históricos*, do Nabil Bonduki. É arquiteto, urbanista, ex-secretário em São Paulo, autor do Plano Diretor e da revisão do Plano Diretor, é um trabalho de mais de 400 páginas e que trabalha exatamente sobre as intervenções urbanas nos centros históricos. Então, quem puder ter acesso a isso, não sei se as meninas, as arquitetas da Secretaria tiveram acesso, eu recomendo essa leitura, porque é um livro muito importante. E não é um trabalho de um desconhecido e sim de uma pessoa que tem todo o embasamento teórico, já exerceu cargos de secretário e de vereador do Estado de São Paulo. É um arquiteto e urbanista de renome nacional. Então, eu queria recomendar, vou me familiarizar para que possa me apropriar e pena que a gente não possa ter um curso de formação para todos os conselheiros, para que a gente pudesse, não digo em igualdade de condições, mas com o mínimo de conhecimento para debater os projetos e não ficar sempre sendo discriminado ou muitas vezes desvalorizado porque diz que é só retórica. Não é retórica, isso exige uma leitura, exige um aprofundamento. E quem tem o conhecimento deve socializar com demais para que a gente possa ter um mínimo de condições de fazer um debate sério, producente para a Cidade, com várias visões e que a gente pudesse ter tempo para aprofundar as discussões e não só uma visão predominar sobre os centros históricos, principalmente o nosso Centro Histórico. Era isso e obrigado, Secretário. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto, pela contribuição, pelo respeito ao tempo. Na sequência, então, o Conselheiro Jackson inscrito.

Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3: Boa noite, Presidente, demais colegas. Eu não sei quem é que está representando o nosso Conselho atualmente, a SMDET, do Desenvolvimento Econômico e Turismo, mas eu registro que estive visitando hoje o Secretário com alguns assuntos lá do complexo logístico do Porto Seco. E eu queria que levasse o nosso parabéns para essa moderna estrutura administrativa que se criou lá, física eu digo, né! Porque era um transtorno aquele prédio locado lá na Júlio de Castilho, aquelas salas para qualquer pessoa. E onde eles estão, no 4º Distrito, Secretário e demais colegas, ficou muito melhor a infraestrutura. E pelo que fui informado lá o Município está economizando em torno de 2 milhões nessa diferença de locação dos imóveis. Então, parabéns ao Secretário Lorenzoni, à equipe e ao governo. Era só isso. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Jackson. Sem dúvida, muito bonita lá a estrutura do 4º Distrito, o Instituto Caldeira. Realmente, bem convidativa a área lá. Então, Senhores Conselheiros, queria só compartilhar, antes de a gente passar para a nossa pauta aqui, dizer que a gente está estruturando, junto com a equipe aqui, uma apresentação para retomarmos no mês de setembro o processo de revisão do Plano Diretor nos moldes da instrução normativa que aprovamos aqui neste Conselho. Estamos fazendo só alguns pequenos ajustes e não compartilhamos isso ainda, naturalmente, porque como a gente tem que finalizar isso com o PNUD e a Agência Brasileira de Cooperação, que são coisas formais do processo formal, que envolvem esses entes, Município, Estado e União. Então, a partir disso a gente vai trazer aqui na sequência uma proposta de funcionamento dos trabalhos, de retomada do processo como um todo. Então, eu sei que vocês têm essa demanda, enfim, e a gente também está muito querendo fazer, desenvolver esse projeto. Estamos só fazendo esses pequenos ajustes e compartilharemos logo na sequência com vocês. Acho que mais umas duas reuniões, né, Patrícia? Umas duas semanas aí a gente traz aqui para o grupo uma proposta de estruturação do trabalho de retomada da nossa importante revisão do Plano Diretor. Todos terão a oportunidade de contribuir.

2. VOTAÇÃO:

2.1. ATAS: 2903 (29/07), 2904 (03/08) E 2905 (10/08);

Passamos, então, à votação das Atas 2903 (29/07), 2904 (03/08) E 2905 (10/08). Eu consulto aos conselheiros se temos objeção para aprovação das atas ou abstenção para a gente consignar aqui e poder avançar na ordem do dia. Temos o Conselheiro Felisberto com atenção, Conselheiro Hermes abstenção, Conselheiro Emílio se abstém, Conselheiro Mark se abstém, Conselheira Claudete se abstém, o Conselheiro Wagner se abstém. Então, temos 6 abstenções. Conselheiro Adroaldo também se absteve depois. Então, 7 abstenções. **APROVADAS AS ATAS 2903, 2904 E 2905.**

4. ORDEM DO DIA:

Então, avançamos para a nossa ordem do dia, o Item 4.02 da pauta. Então, a partir da reunião passada discutimos e o governo orientou no sentido de retirar a proposta com relação à resolução que se tinha, acho que tinha uns dois casos de Estudo de Viabilidade Urbanística e uma proposta de resolução com relação ao gravame. Então, conforme orientado pela Vaneska, que até eu acho que trouxe essa orientação, a gente retirou essa resolução e agora temos a apresentação do relato pela Secretaria de Obras. Vou pedir para a equipe apresentar. Gabriela, está presente, da Secretaria de Obras? Acho que não está presente. De repente vai entrar e a gente pode voltar na pauta. Então, não temos aqui

presente a Conselheira Gabriela, do Item 4.02 da pauta. Ela está tentando entrar? Depois a gente retorna para a pauta, mas há o indicativo de que ela irá entrar. Passamos ao Item 4.05 da pauta, uma apresentação do parecer após o retorno da diligência, a RGP 7 solicitou diligência a PGM e ao DEMHAB em 06/07. Foi atendida essa diligência e foi postergado. Esse é aquele que vem sendo postergado, né? A Conselheira Maristela não está presente. Então, conforme a gente havia orientado na reunião passada, já vem se postergando ao longo do tempo a apresentação desse relato. Em não se fazendo a apresentação na data de hoje a gente faz a redistribuição, então, para a RGP 1. O próximo da lista é o Conselheiro Felisberto. Então, estamos redistribuindo esse processo, ele já tem uma caminhada, solicitação de diligência, algumas informações. Então, peço que o senhor se aproprie para poder dentro do nosso regimento fazer o relato na medida do possível, que eu acho que a Conselheira Maristela tem se aumentado. Enfim, não sei, por questões particulares não está com condição de fazer o relato. Então, passamos para o Item 4.06 da pauta.

4.06. EXPEDIENTE: 20.0.0000007038-7.

Interessado: R Correa Engenharia Ltda.

Assunto: EVU.

Local: Av. Ceará, 1549 (RGP 2 – São João).

Relator: OP (Distribuído em 15/07/2021).

Esse processo teve apresentação da Equipe do Planejamento, foi também apresentado pelo empreendedor a pedido do relator e tivemos a manifestação favorável ao final do parecer do relator, em 24/08/2021. Mesmo assim tivemos a solicitação para relato de vista do Conselheiro Adroaldo e do Conselheiro Mark. Consulto se veio para o processo previamente, conforme a gente pactuou na última reunião, em função de demanda que os pareceres de relatos de vista devem vir previamente, conforme prevê o regimento, para que a gente tenha a oportunidade de na reunião apresentar. Não tem, Conselheiro Mark, Conselheiro Adroaldo? Não veio o seu relato de vista, Conselheiro Adroaldo. Então, vamos oportunizar a sua fala no debate, pode fazer uso da palavra quando fizermos inscrição para debater o processo. Está bem? **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Tá em, depois eu explico porque não veio ainda. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem. Da mesma forma o Conselheiro Mark. Está bem, Conselheiro Mark? A gente vai abrir para o debate, Conselheiro Mark e aí se o senhor quiser fazer uso da palavra também ali para trazer algum ponto da sua visão. Ok? **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Ok. Sim, nós fizemos uma visita ainda ontem lá. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Ah, ótimo! Está bem! Então, já vamos, só deixa eu encerrar aqui e abrir a inscrição para o debate. Temos uma Questão de Ordem do Conselheiro Felisberto, aí já abro a fala para o Mark e para o Adroaldo. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Não, não é bem uma Questão de Ordem. Eu terei para fazer o parecer 15 dias, é isso, Secretário? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Isso aí. são 7 e prorrogável por mais 7. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Obrigado! **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:**

Então, consulto, Conselheiros, se temos inscritos para debater o presente expediente? Eu acho que não é necessário a gente retornar, né? Está bem claro ainda, foi feita a apresentação, bem elucidativa do relator, acho que não é necessário a Equipe do planejamento retomar o assunto, né? Está presente, imagino, na cabeça de todos ainda esse processo. Então, temos inscrito para debater o Conselheiro Adroaldo e o Conselheiro Mark. Mais alguém gostaria de escrever para debater esse processo? E já inscrevo o Conselheiro Emerson para falar por último. Então, temos inscrito Adroaldo, Mark e Emerson. Mais alguém para debater? Conselheiro Felisberto também está inscrito. Está bem. Então, temos esses três inscritos e encerramos com o conselheiro... A Conselheira Claudete também está inscrita. Encerramos com o OP. Conselheiro Adroaldo, 2 minutos para debater o assunto. Fique à vontade. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Boa noite, Presidente. Boa noite, conselheiros. Sim, nós fizemos na sexta-feira uma reunião virtual com o empreendedor, o Sr. Guilherme, com representantes, lideranças do 4º Distrito, foi muito bom, foi bastante produtivo. Nessa segunda fizemos uma visita, o Conselheiro Mark também esteve presente. Eu acredito, Presidente, que a essas alturas esse processo está bem adiantado, mas é muito complexo para se entender ele. Acredito que não vai ter problema para aprovação. Mas o que eu gostaria de apresentar o meu relato pelo menos na semana que vem para que fique registrado. Então, eu não tenho um debate, porque a contestação que a gente tem para fazer no relatório não chega a ser uma contestação, são mais anotações que a gente faz sempre de praxe no relatório de vista. Seria essa minha participação agora. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Adroaldo. Eu sugiro que o senhor pode usar o período de Comunicação na próxima reunião. Como o prazo do relato de vista é na data de hoje, aí temos a regra regimental de ser antecipado, antes de fazer o relato nos trazer o relato de vista. E não tendo hoje não há problema do senhor fazer, deixar consignado e fazer o uso do período de Comunicação pelo período de 5 minutos para consignar o seu posicionamento, enfim, seu entendimento. Aí não interfere no fluxo aqui regimental dos processos. Conselheiro Mark, gostaria de contribuir ao debate? **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Boa noite a todos. Nós fomos realmente visitar esse canteiro de obras lá, junto com a Casa Cor que está rolando ali o empreendimento. Foi cedido pela Correia Engenharia aquele espaço. O Conselheiro Adroaldo e eu estivemos lá olhando a área que nos foi permitido acessar e na sexta-feira à noite fizemos uma reunião, onde a comunidade do 4º Distrito foi convidada a participar. Nós ouvimos ali a participação, a comunidade está muito... A comunidade que esteve presente demonstra muito interesse, mas nós tínhamos combinado, o Conselheiro Adroaldo e eu, que nós concluiríamos o nosso registro de vista até a próxima reunião para consolidar. O relatório apresentado pelo colega Conselheiro Emerson é um relato bem denso, bem minudente, um conjunto de informações bem importantes que ele registrou ali. E tem que se levar em consideração as observações que o Conselheiro Emerson fez, mas nós queríamos também descrever um pouco mais dos nossos pontos de vista. Não esperávamos estar aqui ofendendo o regimento interno do nosso Conselho postergando o relato de vista mais uma semana, mas à sua consideração, Presidente. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Mark. De fato, nós não temos regimentalmente essa possibilidade de prorrogar o relato de vista, especialmente porque o processo nesse formato digital está disponível na para todos, desde a sua distribuição. Então, naturalmente, sempre que é pautado o conselheiro tem essa prerrogativa de se antecipar ao relator, enfim, ir trabalhando na convicção do voto ao longo

do processo, para não necessariamente esperar o relato do relator. Então, ainda após esse relato tem essa possibilidade de haver o relato de vista pelo conselheiro. Então, nesse sentido, que a gente já as nossas regras regimentais e, infelizmente, cabe a este Presidente aí segui-las. Na sequência temo o Conselheiro Felisberto para debater. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa noite novamente. É prejudicial uma discussão de um projeto quando a gente não pode oportunizar quem tem vista a elaborar melhor o seu parecer, não é? Porque para apresentar as indagações, as preocupações sobre o impacto de tal projeto na região é necessário ter cuidado um cuidado. Mas para mim ficou alguma dúvida, eu não entendi até agora se as praças serão sobre o território das obras ou serão nas praças vizinhas. E eu coloquei no chat da última reunião que se essas praças do entorno, se elas já não estavam no projeto, aquele das 600 praças em que a administração do Marchezan teria destinado 24 milhões para recuperar. Essa resposta não veio e me parece um dado importante para se ter um voto mais qualificado e mais justo possível. Tendo em vista que não terei a resposta o meu voto será contra. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. Conselheira Claudete na sequência inscrita. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Boa noite todos e a todas. Pois, então, eu fico me perguntando como é que a sociedade civil, que nós representamos, pode fazer o exercício do controle social quando a gente tem um processo que os documentos que compõem esse processo são escolhidos pela Secretaria. Eu gostaria que o Secretário, a nossa Diretora de Planejamento nos esclarecesse, porque são referidos diversos pareceres e esses pareceres não se encontram nos autos. Por exemplo, eu não localizei o parecer do COMPAHC, a manifestação dele a respeito desse empreendimento. E a gente tem uma questão, é uma área de interesse cultural muito relevante e esse parecer não consta do processo. Como que a gente exerce esse controle social sem ter vista? Porque o processo para o CMDUA é montado. Eu até gostaria de saber por que o processo para o CMDUA é montado. A segunda questão que eu também gostaria de entender, na verdade, é com relação ao posicionamento da Secretaria de Saúde, que coloca que como empreendimento não é direcionado para vulneráveis seria desnecessário. E aí eu pergunto se o sistema de saúde não é universal, né? Até ia perguntar assim, onde é que a gente está se vacinando se não é através do SUS, né? Então, eu queria entender um pouco melhor esse critério para essa dispensa baseada principalmente nesse critério de vulnerabilidade. Obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Claudete. Na sequência a gente tem, então, inscrito o Conselheiro Emerson, que é o conselheiro relator para prestar alguns esclarecimentos sobre o processo em debate. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Boa noite, Conselheiros. Boa noite, Presidente. Em relação à Praça São João, que o Felisberto questionou, sim, ela está naquela listagem está, ela é o nº 106 e atinge a Avenida Cairú e França. Então, ela está na listagem sim e ela é uma contrapartida do empreendimento. Na verdade, é uma medida mitigatória, é um serviço que vai ser prestado lá para atender a reforma das praças, como equipamentos e outros. Em relação ao COMPAHC, a certidão de patrimônio histórico deu garantias para que esse processo tramitasse e fosse aprovado o EVU. Então, foi solicitado em 2020 a certidão e garantiu o andamento do EVU. Essa questão do COMPAHC possivelmente vai ser em outra fase do processo, não é o objeto agora do EVU. Então, como foi comentado pelos conselheiros anteriores, tanto Adroaldo, como o Mark, é um processo complexo, é um espaço que vai ser multiuso, onde vai haver

habitação, vai haver comércio, entre outras atividades. Então, ele é bem complexo e com certeza se não se ater a todos os pontos, a todos os condicionantes apontados aqui fica bem difícil mesmo de entender a totalidade das situações aqui. Eu entendo que o processo está a ponto de ser colocado em votação, até porque a gente tem que seguir o Regimento Interno. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Emerson, pela contribuição. E já esclareço, Felisberto, que a empresa contratada, essa para as melhorias das praças, eles recebem por serviço prestado, né! Então, se, eventualmente, em uma listagem geral constou isso como objeto de revitalização, se porventura isso foi executado por outra medida alternativa, que é esse caso que seria da contrapartida de empreendimento, naturalmente que o Município não vai pagar, porque é a partir do serviço prestado. Então, essa contratação ali, mesmo que estando nessa listagem não há problema com relação a isso, porque aquilo lá era indicativo só. Muito se mudou, nem se atendeu, se eu não me engano, o percentual atingido daquele contrato, é muito inferior daquilo que foi inicialmente anunciado por essa capacidade de execução, naturalmente, ao longo do tempo. E lembro nos esclarecimentos, também tentando colocar um pouco o que a Conselheira Claudete trouxe, que sempre fica à disposição a Secretaria Executiva, os conselheiros quando estão formando suas posições, se identificou que falta algum documento, alguma informação complementar, que pode se socorrer à Secretaria Executiva, buscar essa informação que a gente tenta complementar, tenta buscar as informações. É fato que o que é apresentado tem uma importância histórica e muito significativa, preserva todo o patrimônio histórico. Então, realmente, é o projeto muito preocupado com a parte histórica e esse tipo de esclarecimento de dúvidas que a Conselheira levantou poderia ter sido esclarecido no transcurso aqui entre a distribuição e a data hoje do debate. Conselheiro Felisberto, tem uma Questão de Ordem? **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Não, Secretário. Eu entendo as suas observações com relação a estar na listagem. Então, seria importante ser disponibilizado a este Conselho quais são as praças que foram atendidas pelo contrato e quais não foram, para que a gente pudesse ter o conhecimento e não ser exclusivo dos técnicos. A gente fica privado da informação. Então, é importante que ela seja pública, pelo menos aos conselheiros, senão a todos, o conselheiro de cada região quais são as praças que foram envolvidas nesse contrato de R$ 24 milhões. Era isso e obrigado, Secretário. Meu voto é contrário. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem, obrigado, Conselheiro Felisberto. Se eu não me engano, isso está disponível no site da Secretaria de Serviços Urbanos, que não é um contrato que a gente conduza por aqui, né! É uma contratação de manutenção, foi via Secretaria de Serviços Urbanos. Tem que verificar, se eu não me engano, acho que eles têm uma listagem com relação às obras, quais seriam as praças, mas, enfim, teria que dar uma pesquisada. Conselheiro Emerson, tem uma Questão de Ordem? **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Não, só para complementar em relação à praça. Vai ser assinado um termo de compromisso de fazer a manutenção dessas praças, independente da listagem. Está cadastrado ali na 06305, que é o nº 106 da lista de áreas verdes. E em relação também ao COMPAHC, a Secretaria Municipal de Cultura também anexou documentos, material em 26/02/2021, inclusive, assinado pela Arquiteta Ronice Giacomi Borges, do departamento do EPACH da Secretaria de Cultura. Então, tem documentos e tem comprovação dentro do processo de toda essa movimentação. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:**

Obrigado, Conselheiro Emerson, pela contribuição. Então, debatido o tema, passamos ao período de votação do Item 4.06 da pauta, que teve o parecer do representante do Orçamento Participativo, PARECER FAVORÁVEL apresentado em 24/08/2021. Iniciamos, então, o período de votação e consulto inicialmente a Doutora Cristiane Catarina, representante do DEMHAB, como vota, se favorável ou contrária ao parecer favorável do relator? **VOTAÇÃO**: **Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Favorável. **Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Favorável. **Sônia Castro (Titular), Gabinete do Prefeito – GP:** Favorável. **Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN:** Favorável. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Favorável. **Patrick Silva (2º Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Favorável. **Gustavo Garcia Brock (Titular), Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV:** Favorável. **Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Favorável. **Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Favorável. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Tendo em vista que a gente não recebe a integralidade dos documentos a ACESSO é contrária. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Favorável. **Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Abstenção. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Secretário, também pela falta de transparência eu sou voto contrário. **Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Favorável. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Abstenção. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Sou contrário pela falta de informação e esclarecimentos necessários para um voto condizente com o projeto. Obrigado. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** (Não encontra-se na sala). **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Favorável. **Wagner Pereira dos Santos (1º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Cinco – RGP. 5:** Abstenção. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Favorável. **Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** Favorável. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Naturalmente, o Conselheiro Emerson, favorável sendo o relator. Nós temos 15 votos favoráveis, 3 votos contrários e 3 abstenções. Então, nesse sentido aprovado o Item 4.06 da pauta, Estudo de Viabilidade Urbanística para a R Correia Engenharia, na Avenida Ceará, 1549. **APROVADO O PARECER FAVORÁVEL AO EVU**. Perfeito, Senhores Conselheiros. Passamos ao Item 4.07.

4.07. EXPEDIENTE: 20.0.000095872-8.

Interessado: SESC – Administração Regional do Estado do Rio Grande do Sul.

Assunto: EVU.

Local: Av. Protásio Alves, 6220 (RGP 4 – Petrópolis).

Relator: DEMHAB (Distribuído em 15/07/2021).

Já tivemos a apresentação da equipe do planejamento, tivemos parecer favorável da relatora do DEMHAB em 24/05/2021. Tivemos uma solicitação de relato de vista da Conselheira Tânia, que não está presente, não enviou o relato aqui para nós. Eu peço só que a equipe doe planejamento nos retome. A Patrícia vai relembrar do que se trata o expediente e a gente coloca. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Então, ele trata de um empreendimento de grande porte, enquadrado como de segundo grau com regime urbanístico próprio, localizado na subunidade 04 da na Macrozona 4. É na zona Leste, o SESC. Enquadramento pelo Anexo 11.2, artigo 100, § 3º do Plano Diretor, que é a 434/99. Segundo o artigo 61, tanto no inciso I, como clube com área adensável superior a 5.000 m² e também pelo inciso II, alínea *b* para edificação em terreno com área de ocupação intensiva com área mínima maior do que 10.000 m² nas demais macrozonas, a Macrozona 1, que configura no mínimo uma testada contínua integral de quarteirão, que é o caso. Aqui vocês podem ver o clube com uma área bem significativa. Então, a ideia do EVU, como condicionante da Secretaria, nada teve a opor quanto à aprovação, considerando as manifestações técnicas exaradas no expediente, esse que eu citei, relativas à etapa do licenciamento ambiental, consta licença de operação vigente até 06/07/2022. E a atividade foi enquadrada com base na Resolução CONSEMA nº 372/2018 e alterações posteriores, como centro esportivo, recreativo no convênio de delegação de competências, em licenciamento e fiscalização ambiental da FEPAM. Na Lei Complementar nº 755/2014, na Instrução Normativa SMAMUS 4/2020, consta requerimento para intervenção vegetal protocolado no Expediente 002.263257.008, filhote 7869, cujas autorizações são emitidas pelas SMAMUS pela ocasião do licenciamento ambiental. Em relação à cultura não há diretrizes a serem emitidas. Quanto ao patrimônio arqueológico também não. Quanto à questão da Secretaria da Educação também não foram emitidas diretrizes por não se tratar de um empreendimento residencial. Em relação a SMF, ela colocou os condicionantes gerais ali, em caso de haver desapropriações, enfim. Em relação à Secretaria da Saúde, o presente parecer se refere a equipamentos públicos comunitários, de rede estabelecimentos assistenciais de saúde e AS da SMS. Essa secretaria não emitiu diretrizes através do parecer CAUGE também por se tratar de EVU de ampliação de clube, situado em área especial de interesse institucional, onde não há previsão de parcelamento do solo e nem destinação de equipamentos comunitários. E também o empreendimento como não é residencial, ele também não gera incremento de população residencial no local. Em relação ao parecer urbanístico, então: “Frente à edificação da cobertura existente, piscina olímpica da sede campestre do SESC, essa imensa área transponível no tecido urbano de Porto Alegre, expõe-se uma nova regularização plena não apenas do aumento de área construída, que gerou esse protocolo. É bem verdade que gostaríamos de reavaliar os impactos em relação a toda a Cidade, toda via, restam direitos adquiridos em aprovações anteriores. Como é um clube, então, das características de todos os clubes, eles são considerados como uma estrutura diferenciada no território. Em resumo, por parte da nossa conferência, conforme a reconsideração do proponente, item 2 do parecer CAUGE, colhemos as dificuldades relativas a plena regularidade do passeio público, no que compete ao Decreto 17.302/11, frente a ocupações em parte da testada da Rua Ernesto Pellanda, na lateral li. Todavia, resta em priorizar o pedestre, a promenade desanimada da Avenida Protásio Alves”. Este parecer é do Patrick, só pela característica. “Sinalizando e mantendo o nível do passeio na travessia, as pistas de desaceleração e aceleração. Pontuando a palavra ‘desanimada’, apontamos

mais um dos impactos levantados em análise, como esclarecemos no início deste parecer, onde o ideal seria que cada testada tivesse no mínimo metade de sua interface com esse tipo de animação. Entretanto, o propósito é apenas cobrir a piscina e incidir a fragilidade dessa contrapartida". Então, a CAUGE aprovou em 14/07/2021 o Projeto Especial de Impacto Urbano e tem condicionante para a EPTC, aprovação de projeto arquitetônico: "Solicitamos que as vagas de carga e descarga sejam ajustadas para o tamanho 3,5 por 10, onde for possível". Então, na verdade, o que temos aqui é uma regularização de um clube existente, onde é simples de uma cobertura da piscina e toda a outra parte da estrutura em relação à sua pré-existência permanece a mesma. É uma área grande, mas ela tem as suas características, como os demais clubes da Cidade, enfim, têm características e nada se teve a opor à aprovação desse estudo de viabilidade. É isso. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Patrícia, por nos retomar o assunto. Agora lembrei que a gente teve essa apresentação na última reunião com o relato do DEMHAB. Consulto se temos conselheiros inscritos para debater o assunto em pauta? Conselheira Claudete inscrita para debater. Mais alguém inscrito? O Conselheiro Felisberto. Então, Conselheira Claudete e Conselheiro Felisberto para debater, e a Doutora Cristiane a gente inscreve se, porventura, surgir alguma dúvida, enfim, algum ponto. Conselheira Claudete com a palavra por 2 minutos **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Eu tenho um questionamento, uma proposta a fazer aos conselheiros, considerando que no direito administrativo a legalidade não é o que deve prevalecer, o que deve prevalecer, na verdade, é o interesse público, né! E considerando que a gente está efetivamente em um ambiente democrático, como tem parecer de vista da Conselheira da região e ela não se encontra, que esse processo seja postergado para a semana que vem. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Claudete. Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** A minha primeira indagação é a mesma da Claudete, tendo em vista que há um pedido de vista da Conselheira da região. Eu acho que este Conselho deve respeitar a vista pela Conselheira da região ou qualquer outro conselheiro. E a segunda indagação, se ela não for atendida, é se haverá corte de árvores, porque uma das colocações que a Tânia fez na reunião passada é que haveria corte de árvores. E qual será a contrapartida, ou a mitigação, ou compensação por esse corte de árvores? Isso para mim não ficou claro e essa é uma dúvida que eu tenho. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto, Conselheira Claudete, pela contribuição. Vou passar para a Doutora Cristiane, mas, assim, só do ponto de vista da formalidade, é importante ressaltar que as questões vinculadas, aqui se trata do Estudo de Viabilidade Urbanística. Então, é uma etapa prévia à aprovação do projeto, quando da etapa da aprovação do projeto, necessariamente vai ter que ter a análise com relação à remoção de vegetação. Aí tem um processo próprio, uma responsabilidade técnica própria, uma análise com relação à compensação, se porventura tiver que remover tem uma regra da Lei 757 que trata da compensação, é aplicado um valor que é depositado ao fundo para voltar para plantio. Então, essa lógica está nas etapas subsequentes do processo, mas aqui a gente trata da viabilidade urbanística do empreendimento. Em relação à formalidade ao pedido de vista da Conselheira Tânia, como necessariamente tem que ser prévio o envio do relato de vista, conforme a gente pactuou na última reunião, e tem previsão no regimento interno, nossa resolução de procedimentos, a conselheira não enviou. Então, mesmo que ela estivesse presente não poderia fazer o relato de vista, porque não enviou previamente,

conforme a gente pactuou e é previsão no Regimento Interno. Então, eu oportunizo a fala para a Doutora Cristiane, que fez o relato. E lembrando que se trata de quadras para a melhoria da comunidade, no entrono, é uma situação pequena, que eu entendo que seja muito importante para a comunidade que a gente faça essa aprovação na forma mais célere para eles poderem ainda no verão fazer uso dessa estrutura. **Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Então, Conselheiros, reitero que se trata tão somente da cobertura da piscina e que essa questão, como o Secretário Germano falou da remoção de árvores, não faz parte do processo, não tem nenhum dado, porque não integra o objeto de exame do Conselho. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Doutora Cristiane, nossa relatora. Então, passamos ao período de votação. lembrando que nós temos o PARECER FAVORÁVEL feito pela Doutora Cristiane, representante do DEMHAB, em 24/08. Então, naturalmente, com voto favorável, passo aos votos iniciando pela Conselheira Júlia, representando a EPTC. Conselheira Júlia, como vota, favorável ou contrário ao parecer favorável da relatora? **VOTAÇÃO**: **Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Favorável. **Sônia Castro (Titular), Gabinete do Prefeito – GP:** Favorável. **Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN:** Favorável. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Favorável. **Patrick Silva (2º Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Favorável. **Gustavo Simionovshi (Suplente), Associação dos Transportadores de Passageiros – ATP:** (Coisa encontra-se na sala). **Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Favorável. **Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Favorável. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Considerando que a legalidade estrita não pode se sobrepor ao interesse público e nem à participação social eu sou contrária. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Favorável. **Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Favorável. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu me abstenho.. **Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Favorável. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Acompanho a relatora do DEMHAB. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Eu me abstenho, Presidente. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Tendo em vista que não se ouviu a região meu voto é contrário. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Presidente, estou com problema na internet, caiu várias vezes, não consegui acompanhar a votação, que eu achei sem a menor consideração com a Região de Projeto 2. Eu não consegui fazer o relato de vista e neste como não pude acompanhar vou me abster também. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Contrário. **Wagner Pereira dos Santos (1º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Cinco – RGP. 5:** Meu voto é contrário. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Considerando que a legalidade pública é assegurada no processo, da transparência, da discussão na disponibilização de todas as informações há muitos dias e considerando a ausência deliberada da Conselheira da região, eu voto favorável

acompanhando a relatora. **Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** Eu me abstenho, Presidente. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Acompanho a relatora, Presidente. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro. Temos 14 votos favoráveis, 4 votos contrários e 4 abstenções. Nesse sentido, aprovado o Item 4.07 da pauta, um Estudo de Viabilidade Urbanística na Avenida Protásio Alves, 6220. **APROVADO O PARECER FAVORÁVEL AO EVU**. Senhores Conselheiros, o Item 4.08 da pauta é um gravame de equipamento comunitário, referente às unidades de triagem. Esse é um trabalho que vem sendo feito pela equipe técnica aqui do planejamento no sentido de encaminhar uma solução para a regularização dessas unidades de triagem. E para que se chegue nessa regularização existem várias barreiras legais, enfim, urbanísticas e que se tem certa dificuldade de se aprovar isso em um enquadramento legal previsto no Plano Diretor. Então, por isso que o encaminhamento para desgravar como equipamento público da Cidade, pela importância que tem no contexto do resíduo, enfim, da logística do resíduo na Cidade, as unidades de triagem. Mas a equipe do planejamento, especialmente a Vaneska, pretende fazer uma apresentação. Tem dois processos nesse sentido, um foi distribuído, que é esse 4.08 da pauta, o outro vai ser provavelmente na semana que vem, que ainda está sendo concluído. Então, eu consultaria a relatora, que é a ABES, e a pedido da equipe do planejamento, que a gente postergasse para a próxima reunião a apresentação pela equipe do planejamento desse contexto do que está se propondo para as unidades de triagem. Então, não sei se pode ser Conselheira Jussara. Depois, dentro do contexto, fica melhor de fazer o relato, enfim. **Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Tranquilo! Inclusive, eu ia pedir realmente mais uma semana, eu imaginei que fosse isso mesmo a propósito, mas eu só dei uma olhada muito rápida só para saber do que se tratava. Então, realmente, eu ia pedir uma semana a mais. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Então, acho que está tranquilo. Aí a gente na próxima agenda faz essa apresentação. Patrícia, quer falar, contribuir? **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Vai ser uma apresentação da Arquiteta Natália, que está organizando, tem uma série de unidades de triagem que elas estão trabalhando para regularizar todo um bloco de unidades de triagem. É um trabalho bem legal que elas estão desenvolvendo. E aí ela vai apresentar esse trabalho como um todo, assim, para você entenderem o contexto do que está sendo elaborado pela equipe. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem, perfeito. Patrícia, obrigado pela contribuição. Conselheiros, lembrem que na quinta-feira temos audiência pública para tratar da proposta de lei do solo criado, que foi apresentado aqui em três oportunidades. Então, colocaremos em discussão, em audiência pública nesta quinta-feira, conforme edital previamente publicado em jornal de grande circulação. Então, convido a todos a participarem e também amanhã teremos uma capacitação, evento de regularização fundiária às 10 horas. É bem importante esse evento organizado pela Secretaria aqui, em conjunto com a Secretaria de Regularização Fundiária e o DEMHAB. É *Chimarrão com Regularização*, um evento bem importante para debater o tema, a gente aprimorar, nivelar o nosso conhecimento, saber um pouco do que está acontecendo lá fora, o que está dando certo, o que não está e a gente se apropriar desse conhecimento aí para propor melhorias, tanto no nosso processo de revisão do Plano Diretor, que está em curso, quanto das políticas públicas do dia a dia.

É isso, né, Patrícia? Tu tens o link para o pessoal, mandou. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Eu vou botar ali no chat o link, já passo para vocês, para quem não teve oportunidade de se inscrever ainda. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem, perfeito. Então, estão todos convidados a participar e vai ser transmitido ao vivo no nosso canal da SMAMUS, para quem quiser assistir ou quem quiser entrar no chat tem que disponibilizar o link a Camila também pode enviar para os conselheiros por e-mail. Então, Conselheiros, são 19h11min, a nossa pauta está mais curtinha, vamos encerrando a nossa noite de debates. Lembrando que na próxima terça-feira, então, vai ser feriado, a gente vai ter agenda só na outra terça-feira. Pauta mais curta, por vezes a gente tem uma agenda mais complexa, mas hoje conseguimos encolher a pauta um pouquinho. Questão de Ordem para o Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Obrigado, Secretário, pela oportunidade. Nada contra o evento que vai ser trabalha a regularização fundiária, mas não poderia deixar passar em branco que nós fizemos todo um grupo de trabalho nós CMDUA e não tivemos nenhum retorno. Então, agora ver organizado um seminário e que não há a mínima participação deste Conselho, das contribuições que foram aportadas, apresentar um trabalho como se fosse só um trabalho de técnicos, deixar a sociedade que passou 4 ou 5 reuniões debatendo sobre regularização fundiária, não tivemos o retorno, não sei o que foi produzido. Então, gostaria muito bem de apresentar a contrariedade deste Conselheiro, que sempre defendeu neste Conselho a regularização fundiária, sempre foi defensor intransigente da regularização fundiária. Então, não é nada contra os técnicos, mas simplesmente o desrespeito aos conselheiros que trabalharam com relação à questão da regularização fundiária e que têm experiência na prática, não só teórica e que pisam no barro a mais de 30 anos, que conhecem muito do que é necessário regularizar em Porto Alegre. Obrigado e não é desrespeito, viu, Patrícia? É desrespeito conosco. Certo? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem. Obrigado, Conselheiro Felisberto. Vai ser muito bem-vindo ao debate, Conselheiro. Lembrando que é um trabalho muito qualificado da equipe, que está buscando o conhecimento externo, justamente para trazer essa informação. É uma oportunidade de construção, todos são bem-vindos. Eu acho que a gente ouvir um pouco as experiências que estão dando certo, o que não está, eu acho que é muito rico. Eu fico um pouco triste com a desqualificação do trabalho, porque eu sei, é de muito esforço, o time é muito qualificado e está buscando aprimorar o seu conhecimento da Cidade como um todo para a gente avançar mais nas políticas públicas com relação à regularização fundiária. Né, Patrícia? **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Sim, eu queria deixar... Eu fico até chocada com esse tipo de manifestação, porque nós temos uma equipe, enfim, trabalhando em diversas frentes para fazer o bem para esta Cidade. Nós temos a Arquiteta Simone, que se dedicou incansavelmente, ela trabalhar exclusivamente com isso. Ela se dedicou incansavelmente para organizar esse trabalho para convidar vocês. Todos os trabalhos que são feitos dentro da Secretaria, não necessariamente eles vão acontecendo em paralelo, não necessidade tem que acontecer com os conselheiros, enfim, a vida acontece. Então, eu repudio essa manifestação do Felisberto. Repudio, porque assim, a nossa equipe trabalha, ela merece respeito, ela merece ser respeitada no desenvolvimento das suas atividades, tanto desenvolvido em conjunto quanto sem. Eu vi aqui neste Conselho às vezes uma falta de respeito que eu fico chocada e nem sei o que dizer. Desculpe, Secretário, interferir assim no fim, mas eu quero convidar aqueles que

querem realmente, que respeitam o trabalho da nossa equipe técnica, que são servidores concursados, que assistam e prestigiem o trabalho da nossa colega, que está muito bem feito. E era isso aí, eu estarei lá. Muito obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Isso aí, um excelente trabalho, muito rico, sem dúvida vai agregar bastante aqui na nossa Cidade. Aqui, naturalmente, é um Conselho político, com representação da comunidade, a gente tem visões, discussões, debates, mas eu tenho a certeza, Patrícia, e o nosso respeito pelo trabalho de toda a equipe, e que isso representa o pensamento da maioria dos Conselheiros. Então, não tenho dúvida que vamos ter amanhã um excelente evento, um excelente debate aí de ideia. Uma boa noite a todos e obrigado!

Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental – CMDUA, às 19h15min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia Costa Ribeiro, sob o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.

ATA ORDINÁRIA Nº 2909/2021

(Virtual nº 74)

Aos quatorze dias do mês de setembro de dois mil e vinte um, às dezoito horas, reuniram-se para Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, através da plataforma virtual *Zoom*, nos termos do Decreto nº 20.611/2020, sob a presidência de GERMANO BREMM, Secretário Municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS, e na presença dos:

CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS: Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira (Titular) e Lisiane Sartori Fioravanço Magni (Suplente), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Sônia Castro (Titular), **Gabinete do Prefeito – GP**; Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN**; Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), **Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS**; Gisele Coelho Vargas (Titular), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE**; Gustavo Garcia Brock (Titular), **Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV**; e Rômulo Krafta (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**.

CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS: Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Claudete Aires Simas (Titular), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH**; Sérgio Saffer (Titular), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA**; Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS**; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS**; Hermes de Assis Puricelli (Titular), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS**; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), **Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS**; Rogério Dal Molin (Titular), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**.

CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL: Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Wagner Pereira dos Santos (1º Suplente) e Ricardo Angelini, (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Cinco – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Maristela Maffei (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7**; Dinar Melo de Souza (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** e Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA**.

SECRETARIA EXECUTIVA: Camila Maders Fonseca Coelho, **Secretaria Executiva da SMAMUS**; Patrícia C. Ribeiro, **Taquígrafa/Tachys Graphen**.

Convidados: Tânia Quintana e Natália Oriola, **Coordenadora de Gestão e Monitoramento Urbano – SMAMUS.**

PAUTA:

1. Abertura;

2. Comunicações:

2.1. Comunicação Externa: Ricardo Angelini;

3. Votação:

3.1. Atas: 2906 (17/08), 2907 (24/08) e 2908 (31/08);

4. Ordem do dia.

Após a leitura dos presentes e conferência de *quorum* o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h07min.

1. ABERTURA

Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS: Boa noite, Senhores Conselheiros, Senhoras Conselheiras. São 18h07min. Declaramos, então, aberta a nossa Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental. Desejo uma excelente noite de trabalho a todos. Rapidamente aqui vou fazer a leitura dos presentes e peço que se faltar alguém, por favor, indique no chat para a gente consignar aqui a presença. (Relação dos presentes na inicial). Temos uma forte presença aqui, participação da nossa reunião de hoje, que está sendo transmitida ao vivo no nosso canal do YouTube da SMAMUS. E nós temos aqui, senhores, hoje... Na nossa lógica seria Abertura, o período de Comunicações, temos uma comunicação externa, depois a ata e depois a gente iria para a Ordem do Dia. Nós temos uma solicitação de inversão de pauta para a Equipe do Planejamento. Hoje nós temos os itens 4.07 e 4.06 da pauta, que são processos importantes vinculados à regularização das unidades de triagem. Lembram que foram distribuídos e na outra reunião a gente combinou que nessa teríamos uma apresentação da Equipe do Planejamento. A inversão vem do pedido especialmente da EPTC, da conselheira Júlia, que é a relatora do Item 4.07, que vai ter que se ausentar. Então, ela pediu a inversão dessa pauta ao período de Comunicação, para poder fazer esse relato. Só que antes do relato da EPTC, do Item 4,07, a gente previu a apresentação da Equipe do Planejamento sobre esse universo que a gente está trabalhando na regularização das unidades de triagem. Como deve ser o conhecimento vocês, a maioria dos conselheiros, as unidades de triagem, que são equipamentos importantes na Cidade, que têm dificuldade de se regularizarem por que muitas delas estão implantadas em locais proibidos pelo Plano Diretor ou que tem a necessidade de Estudo de Viabilidade Urbanística. Então, o Município identificando essa necessidade de agente auxiliar eles nos processos de regulamentação, eles têm bastante dificuldade de assim fazer. Então, o Município está propondo um gravame como equipamento público delas, a equipe está identificando onde são, juto com o DMLU, quais são as conveniadas com o Município para fazer esse gravame como equipamento público para a partir disso, então, ter também certa flexibilização nas normativas e a gente poder regularizar essas unidades na Cidade. Então, eu consulto, né, como a inversão de pauta, necessariamente, a gente tem que deliberar, se há oposição dos Senhores Conselheiros com relação à inversão proposta pela Conselheira Júlia. Por favor, se houver alguma oposição manifeste no chat, porque, então, aí a gente delibera a respeito dessa inversão. Se tiver oposição pode falar. O Conselheiro Felisberto, deixa eu liberar ele aqui para Questão de Ordem. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Não, primeiro a Maristela tem uma Questão de Ordem, Secretário. Depois eu faço a minha. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade –**

SMAMUS: Está bem! Maristela... **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa noite, né! Desculpe! Boa noite! **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Maristela! **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Boa noite, Secretário. Boa noite, Conselheiros, Conselheiras! Eu fiz a Questão de Ordem, na verdade, como não vai para a pauta aquilo que está no chat, então, eu preciso me pronunciar, oficialmente, sobre a questão das minhas faltas. Nós tivemos um problema grave aqui na região, com toda a região, durante um mês, que nós estamos vivendo um drama aqui. Só hoje que a gente está conseguindo se restabelecer. Então, eu estou justificando as minhas faltas. E também quero depois falar sobre a questão da redistribuição de um processo que eu era relatora e que concordo, né! Foi redistribuído e ficou com a RGP 1, que eu acho muito justo. Então, essas eram as minhas considerações sobre a Questão de Ordem. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem! Perfeito! Obrigado, Conselheira. Está bem, está justificado. Conselheiro Felisberto, então. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa noite a todos e todas. Boa noite, Secretário. Em virtude da fala da Maristela, ela antecipou aquilo que eu falaria. Eu vou declinar de fazer o parecer, tendo em vista o que a Maristela falou, né! Eu acho que nada mais junto que voltar à Conselheira, que em virtude de problema na sua comunicação não pode ter acesso e poder fazer o parecer. Essa é a primeira questão que eu queria falar. A segunda é se nós antes da inversão de pauta a gente vai ouvir a comunicação externa. Eu acho a importante a gente ouvir a comunicação externa em respeito a quem vem a este Conselho. Era isso e obrigado, Secretário. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem! Obrigado, Conselheiro Felisberto. Entendo razoável a gente acatar, então, a sugestão do Conselheiro, e ouvir a comunicação externa, e depois, né, em não havendo oposição, então, a gente inicia com a discussão das unidades de triagem e aí enviamos o período de Comunicação dos conselheiros para depois da pauta. Perfeito, então, vamos ouvir inscrito o Senhor Ricardo Angelini, que é suplente da Região de Planejamento 5, que se inscreveu para fazer, para falar pelo período de 5 minutos. Boa noite, Seu Ricardo!

2. COMUNICAÇÕES:

2.1. COMUNICAÇÃO EXTERNA: RICARDO ANGELINI

Ricardo Angelini, (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5: Boa noite, Secretário! Boa noite, Secretária! A minha fala é o seguinte, é mais uma dúvida, Secretário. Em 2013, quando eu fui Conselheiro, eu tinha, nós tínhamos uma série de contrapartidas da época da MULTIPLAN e adjacências que tem aqui, o Portal, o Murano. E nós tivemos em 2014 uma audiência pública, onde ali estão escritas todas as contrapartidas que nós teríamos aqui para o Bairro Glória/Cruzeiro/Cristal. E eu queria saber, desculpe, eu queria saber se porventura alguma coisa na época do nosso falecido Conselheiro Paulo Jorge, se já foi dada alguma contrapartida para ambas essas regiões, porque nós aqui da nossa região do Cristal não estamos sabendo de nada. Então, a minha importância de saber é porque as pessoas estão me cobrando, porque estão saindo vários prédios, já estão uns prontos. Agora o Golden Lake maravilhoso aqui do Cristal que está saindo e nós não temos, assim, nenhuma justificativa se já está, se já entrou ou não entrou algum processo de contrapartida. Eu tenho o número do processo, que é um gravame de audiência pública, uma apresentação que é do impacto ambiental do Condomínio Residencial do Jockey Club. Esse processo é o 00.325860.00.2.07869. E ali tem uma série

de coisas que dizem... Eu até separei para não me alongar muito. Desculpe, eu não perguntei o tempo, Secretário, mas é bem rapidinho. Ali tem uns itenzinhos, que são de contrapartida para o Bairro Cristal, que seria uma reforma da nossa Praça Alexandre Záchia, que já está desde essa época, nós temos um projeto pronto para ser executado. Segundo eu fiquei sabendo era uma falta de verba. A implantação do estabelecimento de ensino médio e da capacidade de alunos, qualificação de escolas, implantação do atendimento ambiental. Uma série de coisas, eu tenho aqui vários, vários e vários. Então, a minha pergunta só é, Secretário, se há... Eu sei que hoje não vai ter tempo, mas a Camila poderia depois me passar por e-mail se alguma coisa já foi encaminhada para as nossas três regiões, eu ficaria muito grato. Seria isso, uma boa noite e obrigado. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselho Ricardo, pela manifestação externa. Eu vou pedir para a Camila lhe disponibilizar o contato da Lia Mara, lá da Procuradoria Geral do Município, que faz esse monitoramento dos termos de compromisso que a gente aqui da Secretaria faz aprovação, o EVU e depois gera esse termo de compromisso. E o monitoramento, o acompanhamento sobre o cumprimento das etapas é de controle da procuradoria. Então, a gente não tem assim essa informação, porque envolvem as contrapartidas colocadas no termo de compromisso, que envolve várias secretarias, tem a Educação, a Saúde, a EPTC, enfim. Então, não é um controle que a gente tenha, especificamente, na nossa Secretaria. Ela vai poder lhe esclarecer esses pontos e, especialmente, mas dá para relatar aqui, no termo de compromisso tem a vinculação. E é importante que se coloque assim, a vinculação das obrigações às etapas. Por exemplo, aquele empreendimento tem uma série de torres previstas ali e as contrapartidas estão lincadas para carta de habilitação de cada um daqueles empreendimentos. Entendeu? Então, por isso que talvez alguns deles estão sendo executados e as obrigações não foram cumpridas, porque houve essa pactuação que ele vai ter que de fato estar... Ele vai ter que adimplir com aquela obrigação, né, cumprir quando ele impactar lá. E quando que ele impacta lá? Quando ele leva a população, que é depois da carta de habilitação. Então, isso por hábito se coloca esse faseamento no termo compromisso, aí na torre “x”, a “y”, ou da primeira torre, ou da última torre. Então, sempre tem a vinculação da obrigação à carta de habitação dos empreendimentos. Agora eles estão no momento de execução deles ainda, enfim. Então, é na sequência aí, mas eu acho que a Procuradoria vai poder esclarecer todos os pontos. Está bem, então. Alguém queria falar sobre a manifestação? O Conselheiro Felisberto, né? **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, eu posso aproveitar juntamente com os três minutos do informe. Eu já posso abrir os informes. Pode ser? **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Conselheiro, lembra que a gente tinha combinado de invertermos a pauta, né? **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Então, eu vou usar rapidamente. Secretário, eu acho que o tema das contrapartidas eu acho que é um tema que este Conselho deve debater, né? Até houve propostas várias vezes do Paulo Jorge para que a gente trouxesse a este CMDUA a discussão sobre a contrapartida, até constituir um grupo de trabalho. Eu penso, acho não, tenho certeza que isso é uma das atribuições deste Conselho, para que a gente possa ter o conhecimento do que são as contrapartidas e o que a gente pode discutir com relação a elas. Até porque há várias leis, principalmente a do solo criado, que está envolvendo a contrapartida. Então, é importante que os conselheiros regionais possam se apoderar desse conhecimento. Então, eu proponho, Secretário, que a gente tenha uma sessão especial com a procuradora responsável, para que a gente possa ter um conhecimento e que este Conselho tenha uma sessão extraordinária exatamente sobre

essa matéria. E gostaria que o senhor submetesse ao colegiado para ver se aprovamos isso. Obrigado. Era isso. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro. Sem dúvida, vou consultar os colegas da gente propor uma pauta, Camila, que seja específica para tratar desse ponto e aí chamamos de forma online aí a representação da procuradoria, que também pode nos fazer um relato sobre esse caso. Seguindo, então, Senhores Conselheiros... A Conselheira Jussara tinha uma Questão de Ordem? Jussara, nos ouve? **Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Eu me atrapalhei aqui. Eu queria fazer uma fala exatamente sobre essa questão das contrapartidas, porque isso o Paulo Jorge sempre falava e vários outros conselheiros também. Ele levantava essa questão de acompanhamento do que é a contrapartida, do que já foi implantado ou o que é para cada. Eu acredito que o Município tenha algum sistema de monitoramento desse tipo de coisa, quer dizer, quais foram as contrapartidas, para que empreendimento e em que estágio esta essa implantação, porque é muito difícil, vai trocando o secretário e tal. Então, imagino que tem alguma coisa para fazer esse monitoramento e eu acho que isso, talvez na linha do que o Felisberto falou de ter uma reunião específica para isso, que nos fosse apresentado para que a gente tivesse conhecimento do que foi pedido, como exemplo para alguns empreendimentos, em que estágio está. Essa explicação que o senhor deu em relação à questão de que está junto à carta de Habite-se, mas é que são cartas, cada uma tem a sua casa separada. Então, imagino que tenha um sistema de monitoramento do conjunto de contrapartidas que já foram cedidas, o que está sendo implantado, o que eventualmente teve que trocar por uma questão qualquer. Eu imagino que na implantação das obras, ah, não aconteceu no tempo previsto, mas a Cidade precisa em determinado tempo. Então, troca, fica, vai dar esse outro empreendimento. Sei lá! Então, assim, eu gostaria que esse assunto nos trazido: como é que o Município está monitorando a implantação efetiva das contrapartidas colocadas para cada empreendimento? E para que a gente tenha acesso, inclusive, principalmente os representantes das regiões possam avaliar o que foi feito e tal. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem. Obrigado, Conselheira Jussara. Acho que o Conselheiro Rafael, então. Lembrando que a gente encerrou a inscrição para falas de Comunicação, mas temo o Conselheiro Rafael passos para contribuir sobre esse tema. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Sobre a questão das contrapartidas, né, no caso do Golden Lake, a minha pergunta é: as contrapartidas, essa alteração de contrapartidas, que foi procedida depois da aprovação do EVU, elas foram reaprovadas no CMDUA posteriormente, porque quando a gente aprova o EVU tem as contrapartidas. Eu gostaria de confirmar se elas foram alteradas, se essas alterações passaram pelo CMDUA. Era essa a pergunta. Obrigado, Secretário. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Rafael Passos. Enfim, tem que levar esse tema para a procuradoria, eu acho que nem foi substituída, nem sei se teve substituição de contrapartida, se eles ainda estão com aquelas... Enfim, não está no termo de compromisso ali da procuradoria. Enfim, vamos tentar organizar uma reunião com a procuradoria para tratar desse tema. Senhores Conselheiros, avançamos e não havendo objeção a gente avança para a pauta. Pensando que temos o pedido da Conselheira Júlia para inversão da pauta. Conselheira, antes a gente tem uma apresentação, é isso? Da Equipe de Planejamento sobre as unidades de triagem. Conselheira Vaneska que vai apresentar? É a equipe. Eu acho que é a nossa arquiteta e Coordenadora de Planejamento Urbano. Então, a Vaneska faz a

apresentação para passar para a equipe poder, então, brifar sobre o tema das unidades de triagem.

4. ORDEM DO DIA

Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS: Boa noite a todos. É só para fazer uma breve introdução mesmo, para a gente já poder passar para a equipe técnica poder fazer a apresentação mais detalhada do projeto. E começar agradecendo na figura do Secretário, a nossa Diretora de Planejamento, a Patrícia Tschoepke, pela oportunidade de desenvolver esse trabalho, né! Que quando a gente tomou conhecimento de como eram as questões das unidades de triagem que enfrentavam, além de todos os desafios que nós sabemos que enfrentam, né, e apesar de estarem contribuindo para a economia local, de terem toda uma dinâmica também comunitária local, não existia esse aporte do poder público provendo uma solução para que eles pudessem atuar de forma irregular no território. Então, esse projeto envolveu em um primeiro estágio, ele envolve também o acompanhamento dessa regularização, o suporte da Equipe de Planejamento. Ele começou na Coordenação de Planejamento Urbano e agora está sendo desenvolvido na Coordenação de Gestão e Monitoramento do Território. A ideia é que essas unidades possam ser espaços enxergados como equipamentos comunitários, como são outros do plano, parte integrante, então, dessa dinâmica econômica da escala local desses bairros, né! Então, a gente vai mostrar de forma detalhada como foi a abordagem para poder trazer, então, uma solução para esses equipamentos e depois também para poder se configurar em oportunidades para a preservação de equipamentos comunitários que possam vir sofrendo processos de qualificação ao longo do tempo e oferecendo uma melhor solução para as comunidades. Eu vou passar a palavra para a Coordenadora de Gestão e Monitoramento Urbano, então, a Engenheira a Tânia Quintana, que está encabeçando esse trabalho ali junto com a Equipe de Gestão e Monitoramento, para que ela possa referir também a equipe e fazer o uso da palavra, se os conselheiros permitem. Obrigada. **Tânia Quintana, Coordenadora de Gestão e Monitoramento Urbano – SMAMUS:** Boa noite, então, a todos. É com muita satisfação que hoje faço parte deste Conselho, tenho acompanhado muito às quietas, mas desde 92 estou na Prefeitura Municipal de Porto Alegre e tenho orgulho de aqui estar e ser uma servidora pública. Então, neste momento, quando eu trago para a lembrança de todos, foi uma das primeiras reuniões, né, remotas que teve, que foi nos apresentado essa necessidade de regularização dessa atividade quão importante, onde ela vai ficar lincar, vai ser a subexistência de tantas famílias em Porto Alegre. Então, foi nos trazido pela diretora na época, e como bem falou a Vaneska, na época nós éramos uma coordenação só. E diante dessa necessidade que os próprios conselheiros apontam, e também os técnicos veem essa necessidade de ter um monitoramento da Cidade, criando indicadores, como foi bem lembrado também, o Paulo Jorge, né? É isso, né? E nos traz essa recordação. Então, as coisas foram se construindo e hoje nós fomos trabalhando com o aval do Secretário, da diretora, da Coordenadora Vaneska, com essa atividade. Com a regularização das UTs, quem vai nos trazer o detalhe, que tem acompanhado junto com outros colegas do DMLU, é a Natália Oriola, que é a nossa arquiteta que trabalha junto com a nossa equipe da Coordenação de Gestão e Monitoramento Urbano. Então, eu paço a palavra a ela e muito obrigada. **Natália Oriola, Coordenadora de Gestão e Monitoramento Urbano – SMAMUS:** Olá! Boa noite! Boa noite, Presidente! Boa noite, Conselheiros, Conselheiras, colegas. Antes de mais nada, eu gostaria de falar que eu estou representando o GT, né, das unidades de triagem, que é composto pela Lígia, que está nos acompanhando aqui também. Oi, Lígia! Que é arquiteta.

E pela Arquiteta Juliana, do DMLU, que não pode participar, eu acho que ela não está aí, né! Mas igual ela faz parte da equipe, né. Então, esse é um trabalho conjunto. Vou apresentar aqui, vamos ver como vai ficar. Então, vamos falar um pouquinho das Unidades de Triagem de Resíduos Sólidos de Porto Alegre. Vou começar só com uma breve conceituação, né, que as unidades de triagem são os locais onde se realizam a separação dos resíduos, que são provenientes da coleta seletiva, né! Então, é lá onde trabalham os catadores, que eles triam os resíduos e depois comercializam. É dessa comercialização desses resíduos que provém uma parte da renda, né! Outra parte também é a própria Prefeitura que distribui os valores. Então, eles exercem uma atividade que é uma atividade básica, né, para o processo de reciclagem. Então, gerando trabalho, renda, cidadania e desenvolvimento sustentável. Então, falando um pouquinho assim sobre a questão da legislação, o primeiro Código Municipal de Limpeza Urbana, né, de 1990, ele determinou que a coleta de resíduos seria competência exclusiva do DMLU. Então, com essa definição aconteceu que veio a lei das carroças, né, logo em seguida... Quer dizer, logo em seguida não, mais para frente, para que se consiga eliminar os veículos de tração humana e tração animal. Então, esse Projeto Todos Somos Porto Alegre, ele vem para resolver, digamos assim, essas questões, né. Ele tem como objetivo a emancipação dos carrinheiros e a capacitação deles, né, gerando outras oportunidades de trabalho. Também visa a reestruturação do sistema de triagem e também tem um cunho de educação ambiental. Então, esse projeto foi bem importante assim, porque ele trouxe muita verba, até hoje tem ainda um valor dessa verba que veio. Começou em 2015 esse projeto e deu uma parada, mas a gente quer que ele seja retomado, né. Então, aqui é um breve histórico. Em 1990 Porto Alegre foi a precursora da coleta seletiva. Em 91 se criou a primeira unidade de triagem, que é a Aterro Norte. Em 2005 se começou a tentar licenciar por parte do DMLU as unidades de triagem, porém sem sucesso. Em 2017 se criou um grupo de trabalho para tratar do licenciamento das unidades de triagem. Em 2018, então, veio a aprovação da resolução do COMAM, que veio tentar facilitar esse trâmite assim, da questão das unidades de triagem. Em 2020, logo no início da pandemia, se iniciou essa parceria que a Vaneska comentou, entre o DMLU e a SMAMUS, para conseguir viabilizar o licenciamento dessas unidades de triagem, porque hoje a situação... Aliás, em 2020 a situação era que todas as unidades de triagem estavam irregulares, todas. Então, o que aconteceu assim? A primeira etapa desse trabalho de parceria com o DMLU foi identificar quais eram os impasses, né! Então, se percebeu que o regime urbanístico se dividiu, são 16 unidades de triagem. Então, se dividiu essas unidades de triagem em quais que o regime urbanístico permitia atividade reciclagem e quais as que estavam implantadas em locais onde o regime urbanístico proibia essas atividades. Então, essas que o regime estava ok se poderia, teoricamente, passar para a aprovação e licenciamento. E essas unidades de triagem que estavam implantadas em locais proibidos pelo Plano Diretor de exercer a atividade, então, a estratégia da Secretaria, na pessoa da Patrícia, ela teve a estratégia de alteração, então, do regime urbanístico para que a gente consiga viabilizar essas aprovações, né! Porque da maneira como estavam não seria possível. Então, vamos dizer assim, a origem de todo o nosso trabalho foi a ideia de corrigir um erro histórico, porque essas unidades de triagem, a maioria foi implantada sob orientação da própria Prefeitura, que não verificou que, ou elas foram implantadas antes mesmo do Plano Diretor, e posterior, como o plano é posterior. Então, quando elas foram implantadas, algumas, né, foram implantadas onde era permitida a atividade, porém passou a ser proibida. Outras não, outras já foram implantadas em locais proibidos. Então, para corrigir esse erro histórico, para a gente conseguir viabilizar se procedeu essa alteração de regime. Então, é através também dos gravames de equipamentos comunitários. Então, todos esses lotes, digamos assim, foram gravados,

estão em processo de gravame para que se consiga viabilizar a aprovação e licenciamento. Então, hoje a situação é a seguinte, dessas 16 unidades de triagem, a Unidade de Triagem Padre Cacique foi aprovada, então, em 13/04/2021. E a Frederico Mentz e a Santíssima Trindade estão em tramitação, porque a gente conseguia sem ter que fazer essa alteração de regime, foram as que a gente conseguiu. As demais a gente não teve condições de passar para aprovação e licenciamento por “n” motivos que ao longo da apresentação eu vou explicando para vocês. Então, tem essas três que estão em processo de licenciamento. E agora que vocês vão analisar, que o Conselho vai analisar, né, esse processo de gravame, que a gente dividiu em dois processos. Por quê? Porque três unidades de triagem estavam em áreas de interesse cultural. Então, a gente colocou, agrupou, vamos dizer assim, por similaridade. Então, essas três unidades de triagem implantadas em áreas de interesse cultural, como elas tinham que tramitar pelo EPAHC, pelo IFAI, a gente separou esse processo. E as outras, que a gente chama de “Gerais”, a gente colocou, são outras dez, a gente colocou nesse outro processo. Eu agora quero fazer a *mea culpa* aqui, porque quando a gente fez toda a análise dos processos, a gente tinha identificado que três unidades de triagem já tinham sido gravadas no plano, porém foi erro meu, peço desculpas já de antemão para todo mundo. Duas dessas três unidades de triagem, que na DM Web, quando eu fui consultar estavam ali identificadas com manchas e com a legenda, digamos assim, de resíduos sólidos do DMLU, no entanto, não era um gravame. Então, já quero esclarecer, porque a gente já está montando esse outro processo de gravame dessas duas unidades de triagem aí que ficaram para trás. Então, vocês quando chegarem, vocês já vão entender que ficaram para trás porque eu tive, eu me confundi e acreditei que já estivessem gravadas, mas não. Então, apenas uma dessas três que a gente tinha dado por gravada... E eu descobri faz uns 15 dias mais ou menos, e não tive tempo hábil ainda de montar, né, a gente está ainda montando processo, mas em breve vai chegar no Conselho. Então, tem a Vila Pinto, a Vila Pinto sim, que está localizada ali no loteamento... Ai, me esqueci o nome do loteamento. Mas, enfim, depois a gente vai ver no mapa juntos. E só a Vila Pinto estava gravada no plano. E ao longo desse processo a gente está encontrando inúmeros desafios, porque está tudo muito descompassado, enfim, não é à toa que faz 30 anos que a Prefeitura tenta regularizar essas unidades e não consegue, né! Não é fácil. Então, aqui eu vou colocar alguns dos nossos desafios para vocês entenderem, assim, o nosso dilema, né, que a gente necessita de levantamentos topográficos, muitas das unidades de triagem estão inseridas dentro de loteamentos. Então, para aprovar o lote a gente precisa individualizar essa matrícula. Então, isso aí também está bem complicado. E para a gente conseguir identificar bem quais são os limites desses lotes a gente precisa desses levantamentos topográficos. Então, tem umas que não têm termo de cessão de uso, tem algumas áreas que a gente não consegue nem identificar quem é o proprietário. Muitas delas não estão atendendo as normas da construção civil, né, não tem acessibilidade, não tem os recuos necessários, não tem a taxa de ocupação, enfim. Muitas delas necessitam de obras, tem problemas de telhado, tem problema de infraestrutura bem sério. Então, é um caminho bem longo esse. Então, aqui eu coloquei um fluxograma básico de aprovação e licenciamento, né, de como seria a situação ideal, né! Quais são os trâmites. Então, primeiro a gente começa o projeto, depois a gente aprova e licencia, depois vem a licença ambiental, depois se constrói a edificação, né! Depois tem a vistoria, e é emitido o Habite-se, e depois vem a licença de operação, né! E as implantações das unidades de triagem não conseguiram esses trâmites, né. Então, isso é decorrência dos desafios que a gente está enfrentando hoje, esse caminho é bem importante, assim, porque o que aconteceu? As unidades de triagem foram implantadas, aí depois se deram conta que o plano não permitia a implantação dela naquele local, que não

tinha sido respeitado, sei lá, questão de recuo de jardim, estou dando exemplos. Recuos de jardim, recuo dos materiais, taxas de ocupação, enfim. Então, é basicamente isso. Então, a gente está fazendo a coisa inversa, né. Então, aqui estão elas, as 16 unidade de triagem que são contratadas pelo DMLU, né! Então, é da Anita, da Cavalhada, a Chocolatão, Frederico Mentz, COOPERTINGA, Paraíba, Anjos da Ecologia, Reciclando pela Vida, Rubem Berta, São Pedro, a Vila Pinto, Estação Transbordo, Padre Cacique, Santíssima Trindade, Aterro Norte e campo da Tuca. E aqui tem mais três unidades de triagem que recebem resíduos sólidos, porém, não possuem contrato com o DMLU, que é a CODESC, a Irmão Ceschin e a AMAC, da região das Ilhas. Então, mais ou menos para vocês terem uma noção aqui, eu dividi por regiões de planejamento, né, para a gente ter uma noção de como elas estão distribuídas pela Cidade, né. Aqui eu fiz, nós fizemos, né, um levantamento dos problemas. Eu não vou me deter assim, porque vocês vão ver que os problemas vão se repetindo, né, porque a gente dividiu em questões urbanísticas e ambientais, em questões de aprovação e nas demais questões. Por quê? Porque, na verdade, as questões não se encerram, o licenciamento não se encerra na aprovação, né, tanto do urbanístico quanto do ambiental. Depois, para se receber o Habite-se é necessário fazer obras, né, muitas obras de melhorias nas unidades de triagem. Então, vamos dizer assim, que a aprovação e licenciamento são a metade do trabalho, depois que o projeto é aprovado ainda tem todo um trabalho de melhorias que têm que ser feito e tem que ser investido dinheiro para isso, né, para que se consiga a carta de habilitação. E para que se dê condições para essas pessoas trabalharem, né, porque também não adianta estar tudo bonitinho no papel e as pessoas não terem condições de trabalho, de habitabilidade. Então, só para vocês terem uma ideia, eu vou passar rapidamente assim, a gente fez esse, vamos dizer assim, esse raio-x em cada uma dessas 16 unidades de triagem, para ver o que era necessário, quais eram os problemas, os desafios, melhor dizendo. O que falta em cada uma delas. Então, a gente já mapeou, já identificou, algumas delas a gente já teve alguns avanços. Nós estamos falando a Dra. Ângela. Então, solicitamos para ela, e ela está providenciando aqui no nosso jurídico da SMAMUS, ela também participa do Conselho Ambiental, e ela está providenciando já o topográfico e também está providenciando essas articulações internas aqui da Prefeitura, que são bem necessárias para que a gente consiga desenvolver o nosso trabalho. Então, aqui tem as fotos que a gente tirou, vou passar rapidamente assim, para não tomar muito tempo. É basicamente isso que eu relatei, falta o topográfico, faltam as individualizações das matrículas, faltam questões de obras civis mesmo, né, para que se dê condições. Então, é basicamente isso. Aqui eu fiz um gráfico mais ou menos dos órgãos que estão envolvidos, que são parceiros ou deveriam ser, digamos assim. Então, o DMLU fortemente junto com a SMAMUS, somos nós que estamos encabeçando, né, mas também tem a participação do DEMHAB, a SMPAE, a PGM, Secretaria da Fazenda, a SMAP que trata dos próprios. E o Ministério Público, que está nos ajudando muito na pessoa da Dra, Annelise Steigleder. Então, tem sido fundamental, eles que têm conseguido as matrículas para nós, tem feito toda uma pesquisa nesse sentido. Então, estamos muito assessorados com eles assim, está sendo um trabalho bem bom essa parceria. E aqui eu trouxe algumas questões para a gente refletir sobre esse tema, né. São mais perguntas do que respostas, né. Então, eu trouxe assim, é satisfatório o modo como tratamos os resíduos em Porto Alegre? Existe uma responsabilidade ambiental e a responsabilidade social, como é que a gente percebe, né? E de que forma que o Plano Diretor, o planejamento urbano, pode contribuir para a melhoria dessas questões ambientais, né, de resíduos? Então, eu trouxe aqui também os desafios que a gente tem a médio e longo prazo. Esse aqui é um gráfico, é um ciclo de políticas públicas, não em termos de políticas públicas que eu trouxe, é meramente

ilustrativo esse ciclo, não sei se é o ideal, não sei se realmente é isso aí, mas, enfim, eu trouxe para a gente conversar, né. Imaginando que sejam as políticas públicas, que elas se desenvolvam por um ciclo, né, a gente tem ali iniciando na identificação do problema. Então, e depois a definição da agenda, identificação das alternativas, a avaliação, a implantação, enfim. Então, a gente entende que o planejamento urbano estaria vinculado a esse início, a esse start da identificação do problema. Claro, em todos os outros ciclos, mas se a gente pensar que a questão das UTs necessita de uma política pública, porque não adiantam só ações pontuais, a gente vê que isso não está resolvendo as questões, não estão resolvendo. Então, precisa de uma política pública voltada para a solução de todas essas questões, né, não só essas, porque essas a gente está fazendo um recorte de toda a complexidade que tem esse tema, né! Então, a gente entende que pode levantar esses dados, coletar informações, fazer análise, fazer o diagnóstico da situação, fazer um mapeamento, porque hoje a gente tem muito mais perguntas do que respostas, né! Eu apresentei para vocês os dados oficiais. Então, os dados sociais são: temos 16 unidades de triagem contratadas e temos três unidades que são privadas, porém estão recebendo resíduos da Prefeitura, sem contrato. Então, nós temos hoje mapeadas 20 unidades de triagem e a gente sabe que não existem só 20 unidades de triagem. Então, para a gente fazer alguma ação, para a gente fazer um planejamento, para a gente ter uma política pública voltada a isso a gente precisa conhecer efetivamente o problema, coisa que infelizmente não conhecemos, precisamos conhecer. Então, algumas perguntas que eu lanço assim, e tem muitas outras, né: quantas unidades de triagem existem em Porto Alegre? Onde que elas estão localizadas? Quantas estão implantadas em locais que o Plano Diretor proíbe a atividade, né? Em locais proibidos. Quantas pessoas trabalham? Qual é a renda gerada? Quantas pessoas dependem dessa renda? Quantos catadores são homens e quantas mulheres? Qual a idade desses catadores, o grau de escolaridade, a raça, o volume de resíduos triados por mês? Então, eu lacei algumas perguntas, mas é óbvio que daí surgem muitas outras mais, infinitas. Então, a gente ter o controle e poder gerar uma política pública, a gente tem que ter o domínio, os dados das unidades de triagem, né! E eu fui atrás um pouquinho de como o Brasil e o mundo estão tratando os seus resíduos. Então, este ano, em 2021, a ABNT lançou uma norma de ecoparques e eles fizeram um webinar que é muito interessante assim, até sugiro que assistam, posso mandar o link para quem quiser. Aí eles relatam a implantação de alguns ecoparques no Brasil e também no mundo, sobre essas questões da importância da reciclagem, a logística reversa. Então, trouxe só para a gente pensar que isso é o que está acontecendo hoje, a implantação de ecoparques, é isso que está sendo falado hoje em termos de resíduos, né! E aí eu trouxe também uma curiosidade, que nessa minha pesquisa eu achei que em 2003 a Prefeitura de Porto Alegre, mais precisamente o DMLU, desenvolveram esse estudo de viabilidade para implantação de um ecoparque em Porto Alegre. Eu ainda não tive oportunidade, porque agora com a pandemia não dá para puxar uma cadeira, tomar um café com os colegas e perguntar o que aconteceu, porque parou em 2003? Por que não foi para frente? Porque eu realmente estou bem curiosa, porque nesses quase 20 anos aí a gente já poderia ter evoluído bastante nesse sentido, né! Eu também trouxe para você o ecoparque de Pernambuco, que é um dos maiores ecoparques que a gente tem no Brasil. E como curiosidade também ele faz parte dos cinco ecoparques onde a proprietária é a Orizon, que é essa empresa de valorização de resíduos, né! Então, hoje a gente já sabe que os resíduos valem muito dinheiro, né! Então, a Orizon abriu seu capital, está na bolsa de valores e eles estão ganhando muito dinheiro com resíduos, eles transformam em biogás, eles vendem combustível, enfim, vendem os materiais recicláveis e eles estão investindo em vários ecoparques pelo Brasil, né, inclusive, aqui no Rio Grande do Sul, em

Santa Catarina, eles estão investindo. Eu não sei onde, não sei em que cidade, não tenho mais informações, mas eles estão vindo para cá e implantando essa empresa de valorização de resíduos, né! Então, hoje se sabe que isso é o futuro, que dá dinheiro, economicamente sustentável e ambientalmente sustentável. Eu trouxe um exemplo da planta de tratamento de resíduos Los Nichos, na Espanha, em Valência, eu trouxe esse exemplo porque achei interessante que a população de Valência, mais a região metropolitana, ela tem 1.500.000 habitantes. Então, ela é semelhante à população de Porto Alegre. Então, a gente consegue fazer uma comparação, assim, em temos de usuários, que fica bem semelhante e a gente tem noção do tamanho. E é um projeto especificamente feito para isso, né. Aqui em Porto Alegre a gente vê muito assim, uma casa que está abandonada, aí pegou, não foi nada construindo e pensado para ser uma unidade de triagem, né! A gente vê que, enfim, a gente tem que inverter um pouco essa lógica, né! Então, aqui mais algumas imagens desse prédio, ou seja, é um investimento, não só em termos de arquitetura, mas em termos de tecnologia, né! A gente não está falando só aqui da parte... Claro que é muito lindo, maravilhoso esse prédio, mas a gente está falando em questões de tecnologia. Aqui também, a gente tem outro exemplo, que eu sei que é bem fora da nossa realidade, né, que aqui é na Dinamarca, em Copenhagen e realmente Copenhagen é bem fora da curva. A Dinamarca vai ser o primeiro país a eliminar a emissão de carbono. Vocês estão vendo ali aquela chaminé? Parece que é uma fumaça tóxica, mas não é, é só vapor. Eles estão com essa meta de até 2025 eliminar totalmente a emissão de carbono. Então, essa imagem é da estação de tratamento lá de recuperação de energia e também é uma... Ai, me fugiu! Desculpa, me fugiu o nome, é uma pista de esqui. Então, aqui tem sido essa dupla função, né, tem toda uma parte de tratamento de resíduos, aqui tem uma parede de escalada, tem essa pista de esqui, além de ser um prédio legal, enfim, tem uma arquitetura bem interessante. Então, são várias funções no mesmo prédio, né. E aqui mais uma imagem de cima de como é essa estação. E aqui eu não fiz essa montagem para a gente ter um choque de realidade, Valência, Copenhagen e Porto Alegre, né. Eu acho que a gente tem muito ainda assim a trabalhar, tem muito a ser feito, né, tem muito a contribuir na questão de planejamento urbano. Eu acho que a gente tem muito a contribuir, a gente fazendo um pouquinho de cada vez, a gente sabe que às vezes no nosso trabalho a gente trabalha e ele não vai muito para frente, mas pelo menos a gente está envolvido, está indo aos pouquinhos. A gente tem expectativa de que agora que o Prefeito está olhando para essa questão, está bem envolvido, também a Secretaria de Desenvolvimento Social que está bem engajada nessas questões das unidades de triagem, tem recebido uma verba também bem grande. As próprias empresas, né, hoje em dia eles querem investir. Então, se a gente conseguisse organizar, montar projeto, a gente fazer as parcerias com as próprias empresas que usufruem dessa matéria-prima, né! Então, eu acho que a gente consegue ter bons resultados, assim, e falo por mim e pela nossa equipe, nós estamos muito engajados, a gente está fazendo de tudo para que a gente avance. Eu sei que é pouquinho o que a gente tem feito, mas a gente está dando o nosso melhor. É isso, obrigada. Ficamos à disposição para se tiverem dúvidas, nós nos colocamos totalmente à disposição, aqui tem os nossos contatos também. E é isso aí. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Eu tinha solicitado para poder falar depois que a Natália também concluísse, para fazer essa referência na figura da Arquiteta Natália Oriola, da Arquiteta Lígia Saraiva Soares, que tem sido da equipe, duas técnicas que tem se dedicado muito, porque realmente vem a importância desse tema, né. Não é só uma dedicação para cumprir com uma agenda. Eu acho isso bem importante, até como tu disseste, Natália, que cometeu ali um equívoco, enfim, a questão da organização das

informações, a gente tem, reiteradamente a gente fala que precisa investir na questão do monitoramento, da gente ter a nossa base de dados e sistemas, que de fato possa nos dar uma garantia e uma segurança melhor, né! Então, isso muitas vezes acaba acarretando em alguns equívocos, que eu entendo que nada compromete a qualidade do trabalho que foi desenvolvido. Acho que essa questão, a gente está dando um passo aqui, que é um passo pequeno no sentido de poder oferecer uma solução para esse problema, mas que, realmente, por não ter essa possibilidade de regularização, não tem esse gravame no plano, muitas vezes muitas unidades já perderam a possibilidade de acessar alguns recursos que poderiam estar disponíveis se isso estivesse já sendo reconhecido. O Município de fato, como não tem esse reconhecimento, no início do nosso plano ele falhou, ele não conseguiu reconhecer essas dinâmicas, a gente não evoluiu no reconhecimento desse tipo de equipamento, desse tipo de espaço na Cidade, também não ofereceu uma solução. Então, o que a gente está colocando aqui hoje é um passo para poder trabalhar, no sentido de oferecer uma solução. Bom, nesse primeiro momento a gente não vai conseguir atingir os níveis de qualidade, de equipamentos que possam estar numa referência que é para um horizonte de um segundo momento. Mas já se consegue de repente poder evoluir para poder trazer uma qualidade melhor desses espaços e uma dignidade melhor para as pessoas que estão trabalhando. Acho que a gente não chegou a comentar nesse processo, quando teve apresentação no COMAM, que agora não me recordo que data foi a apresentação no COMAM, estiveram pessoas da comunidade que também se manifestaram. Então, elas também têm acompanhado esse processo, né, Natália? Eu acho que isso também é importante para os conselheiros saberem como informação. E acho que é isso, é um tema que com certeza para a gente é muito caro. Acho que a gente pode passar aí para o andamento, eu não quis tomar muito o tempo, mas achava importante fazer essas considerações também, que talvez no início, às vezes a gente não fala, não consegue esgotar o tema, mas só para trazer uma contribuição para o debate, a gente também pode responder às perguntas que aparecerem. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Vaneska, Natália, parabéns pela apresentação. Realmente, muito boa, traz o tema para o debate. Acho que é uma excelente oportunidade que a gente tem, as estruturas, especialmente com relação ao licenciamento ambiental, urbanístico e de planejamento estão unificadas. Então, é a oportunidade que a gente tem de tratar esse ponto, tanto pontualmente, nesses casos postos de regularização, que envolve em algum cenário a questão ambiental, a questão urbanística. A gente, a partir disso, acho que está conseguindo achar um caminho. Importante ressaltar que também no COMAM a gente aprovou uma resolução, na última reunião, né, Camila? De procedimentos, simplificando o processo de licenciamento ambiental para permitir que, inclusive, se trate em paralelo uma simplificação, uma licença de adesão e compromisso para as atividades das unidades de triagem, no sentido de simplificar. Além disso, essa oportunidade de a gente pensar estrategicamente, né, do ponto de vista de cidade, de planejamento urbano, como é que a gente comporta esses equipamentos dentro da estruturação, do crescimento da nossa cidade. Acho que a gente teve ao longo dos anos um pouco de dificuldade em compreensão, talvez priorização, pautas, por estarem distintas as estruturas. A gente tinha o planejamento urbano, o licenciamento em outro, o ambiental em outro, aí se fazia os planos diretores e não se pensava essa estrutura dentro da cidade. Então, acho que a gente tem uma excelente oportunidade, eu não tenho dúvida que o futuro da Cidade está muito vinculado à gestão inteligente do seu resíduo. Eu acho que é um potencial econômico também muito grande nisso, né, de inclusão, é toda uma cadeia envolvida. Então, eu fico muito feliz aí com a apresentação da Natália, a dedicação da equipe, que

está trazendo para o debate o tema e pontualmente já atuando no sentido de a gente equacionar essas nossas unidades que estão irregulares e que precisam desses processos de licenciamento para poderem conseguir um financiamento, enfim, para prestar serviço, contratadas. Enfim, o processo de regularização é muito importante para a gente dar essa condição tão importante para essa população que precisa disso para sobreviver. Então, eu vou oportunizar as falas, é importante a gente ter inscritos. Eu consulto se temos mais inscritos? Conselheiro Felisberto, Conselheira Maristela e Conselheira Jussara. Temos mais algum inscrito? Conselheiro Hermes, Conselheiro Rafael Passos, Conselheiro Sérgio Saffer antes. Mais alguém? Não? Então, encerro a inscrição e oportunizo a fala dos conselheiros, iniciando pelo Conselheiro Felisberto pelo período de dois minutos. Conselheiro, fique á vontade. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, primeiro a Maristela, que se inscreveu antes de mim. Então, novamente, a Maristela em primeiro lugar, depois eu em segundo. Obrigado, Secretário. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Conselheira Maristela. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Mas não tinha problema, tranquilo! Secretário, primeiro quero cumprimentar as meninas, “meninas” com todo o respeito, pelo belo trabalho, é um tema que eu sou apaixonada, sempre estive muito dentro dessa tema, a questão dos resíduos, né! O primeiro projeto na Câmara que quando eu saí ele foi absolutamente mascarado por emendas, foi a questão das sacolas plásticas. Mexi muito com a Universidade Federal no Rio de Janeiro, discutindo a questão da usina verde, né, com a própria Braskem, enfim, e outras instituições afins dessa área debatendo. E, então, é um tema que é muito caro. Eu lembro muito bem, que há 20 anos, quando foi fundada a unidade de triagem e compostagem da Lomba do Pinheiro, nós fundamos a associação. Hoje nós temos duas associações ali, uma que trabalha com todo o lixo dos hospitais de Porto Alegre, o outro também, mais a parte direto com o próprio DMLU. E temos debatido muito, estamos aí há dois anos praticamente sustentando as unidades pelo problema da falta de um olhar mais sério em relação à questão. Porto Alegre ficou órfão durante os quatro anos em relação a isso, isso é muito grave, né! Então, a gente ficou arrecadando alimentação, fazendo a horta orgânica junto com o pessoal lá, para poder, então, fazer a sustentação dessas famílias, porque diminuiu o número, inclusive, de cento e poucas famílias, reduziu para 93 e agora está se restabelecendo novamente aos poucos. E sempre que vem esse tema, às vezes saem aquelas loucuras assim, ah, porque vai ser trocada a área, porque vão tirar dali, porque não está dentro do Plano Diretor, enfim. Eu acho que, então, Secretário, primeiro nos dispor desse material, porque nós tratamos no mínimo duas vezes por mês com a UTC em relação a esse tema e uma vez por mês a gente discute com todas elas, E muito assim, alentada nesse sentido de saber da prioridade que os técnicos da Prefeitura continuam preocupados com esse tema, que vai de encontro as nossas ansiedades também. Então, acho que termos esse material é fundamental para levarmos também ao conhecimento empírico, científico e empírico, lá para as nossas relações, né! E fazermos disso uma política de ponta realmente, e fico muito feliz de ter esse acúmulo, esse capital social, e também saber que a Prefeitura está se preocupando com esse tema. Eu vou estar muito próxima, muito junto como sempre para ajudar a trazermos as alternativas necessárias para a nossa Cidade. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Maristela, pela fala, contribuição importante ao debate. Não há dúvida que vamos compartilhar as informações para a gente agregar forças nesse processo. Conselheiro Felisberto na sequência inscrito. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, esse é um tema importantíssimo, que

lida com a vida das pessoas que trabalham com resíduo sólido ou com os resíduos da sociedade. É importante esse tema ser discutido e quanto mais pessoas participarem dessa discussão melhor. Esse é um tema que eu tenho proximidade, porque eu fui chefe de gabinete da Vereadora Maristela Maffei, fui incumbido de tratar desse assunto da Unidade de Triagem da Lomba do Pinheiro. E também Conselheiro do Orçamento Participativo, pela Temática de Desenvolvimento Econômico e Tributação. E nós na época éramos chamamos nos galpões de reciclagem. E eu fui em um dos implementados durante o meu trabalho como Conselheiro do OP, que foi na Restinga, Então, que até hoje está lá, com o Sérgio na época, eu não me lembro o nome dos demais que trabalhavam na época com isso. Quero saudar o trabalho da Natália e da equipe da Secretaria, um trabalho de supraimportância, é um tema que deve ser tratado com cuidado. Nós temos também a ONG Solidariedade, que faz um trabalho também no Cristal, é um trabalho que vem sendo desenvolvido há anos. Então, é um tema que este Conselho, junto com o COMAM, com as unidades de triagem, com o Fórum de Catadores, fazer um debate amplo para que a gente tenha uma solução coletiva. E, por fim, não posso me esquecer da Unidade de Triagem da Vila dos Papeleiros, que começou como algo diferencial e hoje me parece que está incompleto, fechado ou abandonado, que era uma forma de trabalhar com a comunidade, com a autogestão, com autonomia, uma visão de cooperativismo. Nós temos a cooperativa dos catadores. Então, é um tema muito importante para qualificar e viabilizar economicamente, com sustentabilidade. E quero agregar a vários diretores do DMLU que poderiam também participar disso, e vou citar alguns para que fique em ata, o Campani, Arnaldo Dutra, Rosalino Mello, o Garipô que foi o primeiro logo após, a Frente Popular saiu do governo e o Garipô assumiu como diretor do DMLU, também o Dieter, que faleceram, infelizmente, não pode estar, mas também foi Secretário do Meio Ambiente. Era isso e obrigado, Secretário. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto, pela contribuição ao tema. Realmente, importante. Na sequência a gente tem a Conselheira Jussara. **Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Oi! Eu quis falar aqui, porque gostei de ver a Natália, uma jovem, então, ela trouxe aí muito do entusiasmo, mas eu que trabalhei muitos anos, desde o início da coleta seletiva em Porto Alegre e junto com o pessoal do DMLU e acompanhei todo esse esforço. Então, eu quero dizer aqui que nós estamos com esses processos, que me parece que é uma ação muito mais burocrática para regularizar o que já acontece nos galpões de reciclagem. A maioria deles foi construído com esforço das próprias associações ou de parceiros, alguns foram construídos pela Prefeitura, alguns tiveram um cuidado um pouco maior. Então, imagino que seja um trabalho bastante difícil a regularização disso. Acho que não nos cabe complicar nesse processo, nós temos que... Até estou com um dos processos para relatar, mas me parece que o papel deste Conselho é facilitar o máximo, que aquilo que já está implantado fique de acordo com o que é o regulamento. Só o que eu acho importante que se faça é nessa revisão do Plano Diretor e o próprio trabalho que a Natália colocou ali naquelas perguntas, qual seria o papel do planejamento urbano? Eu acho importante que se faça a revisão dos espaços que nós temos que deixar na Cidade para um sistema integrado de gestão de resíduos. Então, aqui perto de casa, por exemplo, eu moro perto do Barra Shopping e está sendo feito aquele empreendimento, nós tínhamos ali uma unidade de destinação de podas e outros materiais. Isso foi retirado, eu como moradora da região não sei para onde foi, eu sei que foi recolocado em outro lugar, mas esses espaços têm que ser pensados na Cidade, né! E não podem depois abrir mão, ah, porque não é muito bonito, era só terem feito uma cortina vegetal, ter investido. Então, assim, esse investimento do Município como um todo, que

não é um investimento do DMLU, teria que ser o Município como um todo, reconhecendo que a Cidade precisa de espaços para o gerenciamento de resíduos e são variados. Porto Alegre é referência ainda hoje em um sistema de gerenciamento integrado, mas, lamentavelmente, as coisas perderam um pouco o brilho que tiveram. Então, a Natália trouxe o projeto do ecoparque, que foi feito, o Engenheiro Geraldo Raicher, que continua no DMLU, foi o coordenador desse projeto. Então, é a pessoa certa para conversar sobre isso. Mas o que acontece? Essas coisas perdem a sua prioridade em função de mudanças políticas e tal. Mas, de qualquer forma, independente de qual é a solução a ser dada a Cidade precisa reservar espaços, que é isso que este Conselho tem que estar preocupado, com os espaços que a Cidade está reservando para implantar essas unidades de gerenciamento, que não são só as unidades de triagem. É uma série de outras ainda que eu não vou falar aqui senão a gente perde tempo, né! Mas era isso que eu queria chamar atenção. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Jussara, pela contribuição ao tema aqui. Na sequência a gente tem inscrito o Conselheiro Hermes. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Boa noite a todos, todas. Eu também queria cumprimentar o GT, em especial na pessoa da Natália, que eu gostei muito da apresentação e de uma visão crítica que ela colocou sobre esse tema, sem um ufanismo exacerbado sobre a condição de Porto Alegre. E também queria comentar, eu coloquei no site, o Colega Conselheiro Darci Campani, que está licenciado, ele implantou a primeira coleta seletiva em Porto Alegre, enquanto Presidente do DMLU, ele e a equipe dele. Eu falo ele como Presidente do DMLU, que naquela época era ridicularizado, eu coloquei aqui, mas é importante se ter esses dados da história. Muitos colegas ridicularizavam o fato de ter duas lixeiras nas salas, que era um absurdo aquilo, no momento em que era uma novidade. Realmente, também não estou criticando. Gostaria de comentar também sobre outra atividade que eu tenho visto cada vez mais em Porto Alegre, que não são exatamente as unidades de reciclagens de lixo, de resíduos, mas são espaços principalmente, são grandes terrenos baldios. E eu moro na Glória, na parte da Glória que o que eu moro eram antigos sítios. Então, a maioria dos terrenos são muito grandes, contém terrenos com cento e poucos metros de profundidade e que tem aparecido um tipo de serviço que são esses que, na verdade, recompra esse lixo seco que a gente chama, desses carrinheiros, e revende latinhas, compram. E isso tem se proliferado, eu acho, sugiro até que esse trabalho se aproprie também desses dados, porque eu acredito que na maioria das situações são irregulares, mas não é o fato de ser irregular que eu quero destacar. É uma atividade fundamental, mas que merece certo ordenamento, né! A primeira reação vizinhança é ser contra, até porque trabalham de forma muito precária, a mão de obra é muito precária, as pessoas terminam se incomodando. Eu acho que poderia ser outro foco na atenção desse trabalho. Por fim, eu queria destacar a visão, a importância desse assunto na Cidade, né! A gente sempre destaca a importância do pessoal que trabalha com lixo, dos carroceiros, carrinheiros, das associações. Mas eu gostaria de fazer uma referência, porque nós da sociedade mais depende desse trabalho do que eles dependem da gente, embora sempre se ache que nós, nós as pessoas que acumulam, que dispõe do lixo sustentam essas pessoas, eles fazem um trabalho fundamental. Só para encerrar, eu vou lembrar, na época do Prefeito Colares, isso foi em 86, 89, teve uma grande greve na Prefeitura de Porto Alegre, acho que foi a maior greve da história de Porto Alegre, dos servidores públicos, e o DMLU parou completamente. Foi um momento que a Cidade em uma semana, 10, 15 dias, ela virou um caos, que eu acho que foi, no meu ponto de vista, na minha experiência de vida, a história mais caótica da Cidade pela quantidade de lixo acumulado, tanto lixo orgânico como seco.

Claro, em uma situação dessas o orgânico principalmente, mas é fundamental. Para tudo que se fala em preservação do meio ambiente, em dispensa de materiais e excesso de plástico, etc. e etc. Obrigado. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem, obrigado, Conselheiro Hermes, pelo tema trazido ao debate, pela contribuição. Conselheiro Rafael Passos. Não, o Conselheiro Saffer antes. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Boa noite. Eu queria mais era entender, visto que não sou um expert sobre o assunto, não conheço e até estou bastante curioso sobre vários itens colocados aqui. Eu queria entender, essas unidades de tratamento como são implantadas. A Jussara mais ou menos explicou ali quem é que tem a iniciativa da implantação, às vezes o Município, a comunidade, mas como que é a grande maioria da implantação, se é efetivamente e onde, como é que se escolhe o local? E se hoje a Prefeitura está mais à frente dessas novas unidades ou se continua sendo de forma mais espontânea? Eu lembro que quando foi feito, perto de um conjunto habitacional ai perto da Arena do Grêmio, aí eu me lembro que lá fizeram, não era a questão da vila dos Papeleiros, mas fizeram a unidade de tratamento ali exatamente para poder dar como forma de trabalho para as pessoas naquela região que estava sendo realocada ou colocaram... Mas eu queria entender, porque eu vi em uma que a Natália colocou ali, saber quem é o proprietário da área. Então, isso que eu queria entender, como é que essas coisas acontecem, quando a comunidade é uma ocupação por que isso acontece? Então, como é esse processo de criação dessas unidades dentro da Cidade. Eu queria era um entendimento depois, se a Natália ou alguém pode me explicar como é que isso funciona. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Saffer, pela fala. Na sequência, então, temos o Conselheiro Rafael. Rafael, nos ouve? Não estamos te ouvindo. Não, não ouvimos, Rafael. Acho que estamos com algum probleminha no microfone. Aí, Rafael, está liberado o teu áudio, mas não lhe ouvimos. Tranquilo, está bem! Então, Lígia, Natália e Vaneska... Não sei se libero para a Lígia. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Não sei, de repente também a parte da equipe se gostaria de dar alguma resposta mais técnica sobre algumas das questões. Eu anotei alguns apontamentos e entendo que a fala da Conselheira Jussara. Essas questões têm que ser pensadas enquanto um sistema. Aí eu entendo que envolve muito mais ações do que... Concordo totalmente com as colocações que foram feitas, são bem importantes e a gente vai ter que desenvolver esse tema na revisão à luz da revisão do Plano Diretor com certeza. Eu ia colocar sobre a questão que o Saffer expressou. Realmente, muitas delas são iniciativas da comunidade, elas se formaram dessa forma, né! A gente até coloca dentro do gravame a possibilidade de gravame de equipamento comunitário, pensando que algumas delas talvez tenham que sofrer transformações durante o tempo e por isso a gente entende esse como um primeiro passo, né! Mas com certeza precisa e deve existir, deve ser alinhado com uma série de iniciativas, que a Natália também pontuou, para que de fato a gente possa qualificar esses equipamentos em alguns casos repensar a forma como eles estão dispostos no território. Tem questões de acessibilidade, tem questões de segurança, enfim, que tem que evoluir no sentido de trazer espaços mais qualificados para essa atividade. Eu não sei se a equipe, se a Natália ou a Lígia querem complementar alguma outra questão que foi pontuada. Eu anotei muitas contribuições, né, que eu entendo que são mais contribuições para a gente discutir nesse nosso momento de pensar esse tema. **Natália Oriola, Coordenadora de Gestão e Monitoramento Urbano – SMAMUS:** Sim, só respondendo ao questionamento do Saffer, essas unidades de triagem muitas delas são prédios da Prefeitura, né! Algumas

estão cedidas para as contratadas. E uma coisa que eu não falei aqui, mas que está acontecendo muito, é que a fiscalização da Prefeitura está fazendo algumas ações e está fechando as unidades, estão impedindo o funcionamento, porque são todas irregulares, né! Então, a fiscalização chega e fecha essas unidades de triagem, porque eles não têm autorização de funcionamento. Então, está acontecendo muito isso, a gente participou de algumas audiências no Ministério Público em relação a isso. E o nosso trabalho pode contribuir diretamente, porque essas pessoas não podem deixar de trabalhar, elas já ganham tão pouco e, enfim... Então, têm algumas que são contratadas, que recebem uma verba da Prefeitura e tem muitas que são privadas assim, que eles trabalham por conta, que eles recolhem os resíduos também por conta e vendem. Então, tem diversas situações assim, é caso a caso, não tem uma situação padrão. Não sei se eu respondi, fico à disposição. Agradeço também às contribuições, que são bem importantes da gente continuar conversando sobre isso. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Isso aí. Obrigado, Natália, Vaneska e equipe. Rafael, está aqui conosco? Vamos tentar? Agora sim ouvimos. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Primeiro parabenizar pelo trabalho, acho que traz uma análise importante e algumas contribuições. Assim, a primeira para não esquecer, que talvez seja a mais importante, talvez já esteja sendo atendida, é que esses processos sejam os que tramitam no CMDUA, que eles ganhem a priorização, aquela mesma prevista nos decretos, pela utilidade pública que tem esses projetos, esses processos, né! E aí, bom, a questão do Plano Diretor, eu não vejo que o Plano Diretor tenha necessariamente falhado. Eu acho que as revisões que vieram depois não têm integrado os diversos planos setoriais, né! Eu acho que um grande desafio para essa revisão é integrar e olhar para todos os planos setoriais que foram sendo elaborados a partir do regramento federal, principalmente, né, a mobilidade, o saneamento. Deveria estar o resíduo, inclusive, no meio. Então, tem uma questão também de gestão desse processo. Agora, acho que a gente tem que partir de uma pergunta, assim, eu acho que é provocado um pouco pelos slides finais da Natália. Que modelo nós vamos assumir para a nossa gestão de resíduos sólidos em Porto Alegre? Quer dizer, nós temos um potencial enorme por associações, que nessas condições elas conseguem fazer o que fazem, imagina com algum investimento, como um inclusive que se faz para outras áreas. Por exemplo, buscar recurso em BNDES, em instituições internacionais, mas não para que se entregue a um ente privado que também vai buscar um financiamento. Ninguém consegue fazer um investimento dessa monta sem investimento, sem um financiamento. Então, primeiro eu faço essa pergunta, eu acho que essa é a pergunta que tem que ser feita para todos, mas dou a minha resposta a essa pergunta, que eu entendo que tem que se estimular essas associações e buscar um financiamento e a Prefeitura ser o ente que vai amarrar isso para que melhore essas condições e esse modelo descentralizado de triagem. Quer dizer, é superimportante isso, isso tem uma questão até energética envolvida, ao invés de mandar para uma única triagem, quer dizer, tu tens essas unidades de triagem espalhadas pela Cidade com um bom zoneamento ambiental, toda a questão de onde ela vai estar localizada em função de vizinhanças e etc. Apesar de estarmos falando de resíduo, não é uma atividade de tanto impacto ambiental assim se bem contida, que com boa arquitetura e engenharia resolvem esses problemas de impacto. Sobre tudo assim, a participação das associações, desde o processo que está sendo feito até a construção das políticas, a gente tem aqui uma grande figura, é uma liderança nacional dos catadores no Brasil inteiro que tem muito para contribuir conosco. E colocar desde já, no que puder, o IAB à disposição também para a gente discutir. O ano passado a gente elaborou uma proposta para aquele edital do ICLEI, que era justamente colocar a

instalação de painéis fotovoltaicos, de sistema fotovoltaico nessas usinas e trabalhar com valor agregado. Era uma ideia de fóruns para derreter vidros, por exemplo, e fazer artesanato a partir disso. Claro, vai vender um monte de vidro para a indústria e etc. e tal, mas tu agregas valor ao próprio trabalho, diversifica o trabalho dessas pessoas. É uma atividade cada vez mais relevante, a triagem, o trabalho com resíduo diretamente, a catação e etc., mas tu envolver e diversificar, agregar valor aos processos e deixar de ser simplesmente um intermediário entre resíduo e indústria, é algo que tem um potencial muito grande de uma economia criativa, envolver economia criativa com gestão de resíduos sólidos. Então, tem um campo vasto assim. E eu, finalizando, reitero que a questão é a pergunta: que modelo nós vamos seguir? E me parece fundamental a gente integrar o que já temos, o potencial que já temos. É isso. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Rafael Passos, pela fala, contribuição ao debate. Com a fala do Conselheiro Passos a gente encerra as inscrições para manifestação. São 19h34min. Então, passamos ao processo que a gente tinha solicitado a inversão de pauta. Eu não sei se a Conselheira Júlia... O 4.07. A Conselheira Júlia, se ela está disponível, eu sei que ela está em duas reuniões ao mesmo tempo. Está aqui conosco, Júlia? Conseguiria fazer o relato, então, desse processo ou podemos... **Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Sim, posso fazer. Estou aqui, firme e forte. (Risos). **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Perfeito, então. Passo a palavra para a Conselheira Júlia para poder fazer o relato do processo em pauta.

4.07. Expediente 20.0.000058578-6.

Interessados: Município

Assunto: Gravame de equipamento comunitário, gravame e alteração de traçado viário e gravame de subunidades.

Local: Rua Monsenhor Ruben Neis, 740 – Bairro Cavalhada; Av. Protásio Alves, 9115 – Bairro Morro Santana; Estrada João Antônio da Silveira, 3526 – Bairro Restinga; Rua Frederico Mentz, 1167 – Bairro Navegantes; Rua Doutor Júlio Olszewski, 02 – Bairro Floresta; Estrada Antônio Severino, 1317 – Bairro Rubem Berta; Estrada do Rincão, 6795/6821 – Bairro Restinga; Av. Bernardino Silveira de Amorim, 2405 - Bairro Santa Rosa de Lima; Rua Campo da Tuca, 364– Bairro Vila São José.

Relator: EPTC (Distribuído em 1º/09/2021)

Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC: Este processo não vai ter a apresentação específica da Equipe de Planejamento? **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Eu não sei se as gurias fizeram, como teve essa mais geral, vocês pretendem ou tem alguma participação, Vaneska, sobre isso, específica? **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Na verdade, como a gente fez essa apresentação geral a gente não fez essa apresentação específica no caso desse processo. talvez tenha que referir quais são as áreas específicas dentro do conjunto que todos eles tratam. É o 4.07 e o 408 da pauta que tratam das unidades de triagem, daí vou precisar saber qual deles que a gente está discutindo neste 4.07, vou dar uma olhada. São três gravames nesse. **Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Esse não, esse que eu tenho são nove. Então, eu

passo o detalhe de quais a gente está tratando. Posso compartilhar a tela? **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Pode, fique à vontade. Então, o que está em pauta de aprovação é essa minuta de resolução, que pretende aprovar o gravame de equipamentos comunitários, criação e alteração de limites de subunidades, subtração e alteração de traçado viário e alteração de limites de gravame de praça em diversos bairros da Cidade, conforme especificado. Empreendimento cada ponta acontece uma ou outra, ou mais de uma dessas situações, conforme aqui eu grifei. Então, Unidade de Triagem Cavalhada (Endereço: Rua Monsenhor Ruben Neis, 740 – Bairro Cavalhada), é apenas a inclusão de gravame de equipamento comunitário. Unidade de Triagem Chocolatão (Endereço: Av. Protásio Alves, 9115 – Bairro Morro Santana), é inclusão de gravame comunitário e alteração delimites de subUEU e criação de subUEU. Unidade de Triagem Restinga (COOPERTINGA), é apenas a inclusão de gravame de equipamento comunitário. Unidade de Triagem Frederico Mentz (Sepé Tiarajú), também apenas a inclusão de gravame de equipamento comunitário. Unidade de Triagem Anjos da Ecologia e Unidade de Triagem Reciclando pela Vida, é inclusão de gravame de equipamento comunitário e alteração dos limites da subUEU 2 e criação da subUEU 35. Unidade de Triagem Rubem Berta, apenas inclusão de gravame de equipamento comunitário. Unidade de Triagem Padre Cacique, apenas inclusão de gravame de equipamento comunitário. Unidade de Triagem Santíssima Trindade, apenas inclusão de gravame de equipamento comunitário. Unidade de Triagem Campo da Tuca, que além do gravame de equipamento comunitário tem inclusão, alteração e subtração de traçado viário e ajuste na área de praça. Como eu achei que ia ter a apresentação da equipe, eu não botei aqui junto as imagens, mas eu posso buscar aqui agora. Só um pouquinho. Então, aqui são as imagens aéreas que constam no processo para ilustrar quais são as alterações. Então, na Unidade 1 a inclusão de gravame de equipamento comunitário. Na 2, aqui como está hoje e a inclusão de gravame de equipamento comunitário. A 3 como está hoje e a inclusão de gravame de equipamento comunitário. A 4 a inclusão de gravame de equipamento comunitário. A 5, aqui essa inclusão, que eu acho que é em uma área de praça, né! A 6. A 7, outra área verde. A 8 dentro do lote. E a 9 é a deste processo que tem maior ajuste, aqui está o equipamento comunitário e o traçado viário existente hoje. Eu não sei se vocês conseguem enxergar, mas está inclusive passando por cima do campo. E a proposta é adequar a situação que hoje está lá consolidada, incluindo a interface com equipamento comunitário. Vou partir para o muito relato, então: *Relato do Processo 20.0.000058578-6, o assunto é o gravame de equipamento comunitário, gravame, alteração de traçado viário e gravame de subunidades. Trata-se de Minuta de Resolução para, em diversos bairros da cidade, efetuar ajustes no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental visando o gravame como Equipamento Comunitário de 9 Unidades de Triagem de Resíduos Sólidos abaixo listadas: 1. Unidade de Triagem Cavalhada, Endereço: Rua Monsenhor Ruben Neis, 740 – Bairro Cavalhada; 2. Unidade de Triagem Chocolatão, Endereço: Av. Protásio Alves, 9115 – Bairro Morro Santana; 3. Unidade de Triagem Restinga (COOPERTINGA), Endereço: Estrada João Antônio da Silveira, 3526 – Bairro Restinga; 4. Unidade de Triagem Frederico Mentz (Sepé Tiarajú), Endereço: Rua Frederico Mentz, 1167 – Bairro Navegantes; 5. Unidade de Triagem Anjos da Ecologia e Unidade de Triagem Reciclando pela Vida, Endereço: Rua Doutor Júlio Olszewski, 02 – Bairro Floresta; 6. Unidade de Triagem Rubem Berta, Endereço: Estrada Antônio Severino, 1317 – Bairro Rubem Berta; 7. Unidade de Triagem Padre Cacique, Endereço: Estrada do Rincão, 6795/6821 – Bairro Restinga; 8. Unidade de Triagem Santíssima Trindade, Endereço: Av. Bernardino Silveira de Amorim, 2405 - Bairro Santa Rosa de Lima; 9. Unidade de Triagem Campo da Tuca, Endereço: Rua*

Campo da Tuca, 364– Bairro Vila São José. A solicitação está justificada na inviabilidade de regularização das Unidades de Triagem considerando o atual regime urbanístico, impedindo assim a emissão de licenças ambientais e urbanísticas que, conforme despacho da UNIDADE DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO URBANO da SMAMUS, "circunstância que reforça o modelo de exclusão social, fragilizando o próprio sistema de coleta seletiva." HISTÓRICO E REGISTROS: O processo SEI 20.0.000058578-6 inicia em julho de 2020 com despacho do Gabinete do Secretário da SMAMUS com encaminhamento à sua Diretoria Geral de Planejamento Urbano e Sustentável da 'listagem de Unidades de Triagem conveniadas com o DMLU, para realização de estudo dos casos, considerando o histórico de cada uma delas, a fim de mapear soluções com objetivo de superar as questões que envolvem a regularidade urbanística'. O processo tramita por diversos setores da SMAMUS, quais sejam, DPU, CPU, CGMU, UAIU, EAP, CGMU, UEU, ESBD, UPU através dos quais são encaminhadas as consultas e análises referentes aos ajustes de cadastro, alinhamento predial e traçado viário dos locais em avaliação. Após a realização de todas as considerações e ajustes necessários, em março de 2021, a Unidade de Avaliação de Desempenho Urbano (UADU/GCMU/DPU/SMAMUS) registra a versão final da Minuta de Resolução (documento SEI 13606610) e seu anexo (documento SEI 13615445) com a seguinte justificativa: *O gravame de equipamento comunitário está previsto no Plano Diretor de Porto Alegre para instalação de áreas vinculadas ao lazer, cultura, educação e de caráter local, transporte, saúde, segurança e espaço para a associação de moradores. Nas áreas objeto da presente proposta, estão localizadas atualmente Unidades de Triagem, vinculadas a comunidades locais e parte integrante da dinâmica econômica nesta escala. Dentro do Gerenciamento Integrado de Resíduos da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, destaca-se a coleta seletiva dos resíduos sólidos urbanos recicláveis. Esses resíduos, separados pela população, são capazes de gerar trabalho, renda, cidadania e desenvolvimento sustentável. O Código Municipal de Limpeza Urbana determina que a coleta de resíduos é de competência exclusiva do DMLU e a Lei Municipal 10.531/08, conhecida como "Lei das Carroças", proibiu a circulação de veículos de tração animal e humana. Diante disso, o Município implantou um programa intitulado "Todos Somos Porto Alegre", o qual adotou por modelo o trabalho de triagem de resíduos sólidos em galpões operados por associações/cooperativas de catadores, propondo-se a oferecer alternativas de trabalho e cursos de capacitação para os catadores autônomos. No entanto, em alguns casos, o atual regime urbanístico inviabiliza a regularização das Unidades de Triagem, impedindo assim a emissão de licenças ambientais e urbanísticas para estes espaços, circunstância que reforça o modelo de exclusão social, fragilizando o próprio sistema de coleta seletiva. Dado o exposto, solicitamos o gravame destas áreas como equipamento comunitário, reconhecendo estas áreas como importantes equipamentos da cidade e viabilizando, assim, a possível regularização da atividade existente no cenário atual e permanecendo como áreas estratégicas para a implantação de equipamentos comunitários em cenário futuro. Quanto à alteração e à inclusão de gravame viário, informamos que tais ações são necessárias para possibilitar o gravame de equipamento comunitário sobre a Unidade de Triagem Campo da Tuca. Desta maneira, as equipes técnicas da UADU/CGMU e da UEU/CPU revisaram e validaram a Proposta de Reconsideração de Diretrizes do DEMHAB (12774244) processo SEI 20.0.000096256-3, que leva em consideração a situação consolidada da Vila Campo da Tuca e mantém o gabarito existente das vias, adequando alguns pontos e qualificando os passeios públicos, a fim de garantir as melhores condições de uso. Na sequência, em abril de 2021, a Coordenação de Planejamento Urbano (CPU/SMAMUS) encaminha a Minuta de Resolução à consideração da Procuradoria Geral do Município, Na Nota Técnica PMS-06 número*

250/2021 (documento SEI 15386888), a Procuradora-Chefe Andreza Saballa manifesta-se por não vislumbrar óbice jurídico à minuta apresentada a qual encaminha ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental em agosto de 2021. É o relatório. PARECER. Ao analisar a Minuta de Resolução (documento SEI 15411833) e seu Anexo (documento SEI 13615445), afere-se que o único ponto em que, além do gravame de equipamento comunitário, propõe-se também reestruturação viária é o da Unidade de Triagem Campo da Tuca. Do ponto de vista da mobilidade, avalia-se que tal reestruturação não denota impacto, convertendo na consolidação da condição viária existente no local, corroborada pela validação do DEMHAB. Do ponto de vista da comunidade já implantada, a alteração de traçado viário também se mostra uma opção mais adequada do que o gravame vigente, considerando, ainda, que inclui a qualificação dos passeios públicos. Diante dessa análise e concordando com o necessário reconhecimento das Unidades de Triagem como importantes equipamentos da cidade, a EPTC é ***FAVORÁVEL*** *à aprovação da Minuta de Resolução para gravame de equipamentos comunitários; criação e alteração de limites de subunidades; subtração e alteração de traçado viário, e alteração de limites de gravame de praça, em diversos Bairros da cidade. Porto Alegre, 14 de setembro de 2021*. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem, obrigado, Júlia, pelo relato importante aqui para o debate. Eu consulto os conselheiros se temos pedido de vista? Então, um do Conselheiro Felisberto, Conselheiro Gomes e o Conselheiro Hermes, Conselheira Claudete também para relato de vista. Então, lembrando, conselheiros, a gente posterga a deliberação para a próxima reunião, pedindo que conforme prevê o regimento que seja enviado, quem for fazer no dia o relato de vista, naturalmente não é obrigatório, mas quem for fazer previamente disponibilize aqui para a Camila para na reunião a gente poder disponibilizar a fala para fazer o relato de vista. E a gente na sequência para deliberar esse processo importante para a regularização das unidades de triagem, um excelente trabalho feito pela equipe. A partir disso, com o gravame, com equipamento ele viabiliza algumas excepcionalizações no processo licenciamento, especialmente com relação à matrícula e o tratamento também no processo, que acaba que sendo diferente, possibilita nos dar mais margem para a gente proceder com a regularização dessas edificações. Está bem, Senhores Conselheiros? Só retomando, então, o Felisberto, Conselheiro Gomes, Hermes, Claudete, Adroaldo, Mark e Maristela solicitaram vista ao presente processo. Conselheiro Hermes, tem uma questão para levantar aqui? **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Obrigado, Secretário. Não, só para agilizar o pedido de vista, eu vi que no processo do Campo da Tuca tem um processo que faz referência. Eu peço que disponibilizem esse processo já para que não haja mais intercorrências de atrasar ainda. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem, Hermes. A nossa Secretária já vai organizar. Está bem, então, Senhores Conselheiros, são 19h51min, eu acho um pouco tarde para a gente avançar nos demais, iniciar outro processo aqui. Nesse sentido, a gente retoma a nossa reunião, na próxima terça-feira... Na verdade, a gente não fez o período de Comunicação, né? A gente deixou o externo na Comunicação. Então, acho que temos alguns minutos. Temos dois inscritos para Comunicação, que seria o Conselheiro Felisberto e a Conselheira Maristela. Conselheiro Felisberto, vai querer fazer uso do período de Comunicação? Acho que o Conselheiro Felisberto já saiu. Conselheira Maristela, então, eu consulto.

3. COMUNICAÇÃO

Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7: Sim, Secretário, gostaria. Então, Secretário, eu sugeri um encaminhamento há um tempo atrás sobre a questão da discussão na RGP 7, sobre a questão do desenvolvimento urbano e mais especificamente os traçados viários, né! Esse é um dos encaminhamentos que nós temos que encaminhar, porque nós queremos fazer junto com a coordenação do nosso CMDUA. E a outra questão é que nós estamos fazendo um trabalho com o Arroio Taquara, que é o maior poluidor da barragem da Lomba de Sabão, que tanto o senhor como eu sabemos bem o que nós estamos enfrentando, né! E a nossa instituição aqui, que é o Instituto Esperançar, juntamente com o DMLU e nós queremos agregar a SMAMUS e outras afins, o DMAE, DEP, para nós discutirmos esse tema, bem como discutirmos também um projeto para o próprio (Inaudível/interferência no áudio), nós queremos discutir sobre a questão do Parque Saint' Hilaire. Então, temos bastantes temas aí, que nós queremos marcaram uma reunião com o Secretário para que a gente possa apresentar as ideias iniciais sobre esses projetos, que são muito caros para nós e para a Cidade. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Maristela. Ficamos à disposição aí para marcar uma agenda. Não há dúvida, vamos conversar sim. Conselheiro Saffer. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Boa noite a todos. Eu queria só agradecer a alguns colegas o carinho e mensagens que eu recebi pelo falecimento do meu pai na sexta-feira passada. Agradecer à Secretaria também por ter feito, eu solicitei que avisasse os colegas do Conselho, porque eu queria compartilhar com vocês a razão e a importância da minha participação no Conselho. Eu sinto que a minha participação é uma forma de educação que o meu pai deu para mim, para a minha família como pessoa e como cidadão. Meu pai era uma pessoa que tinha 96 anos de idade e participou sempre em várias entidades, participou bastante na sociedade, ele participou no CRQ, que hoje equivale como se fosse o CAU. Depois participou da ABQ, que foi a Associação Brasileira de Química, ele era químico industrial e foi assim, teve uma referência como imortal dentro da academia. Ele também participou do Sindicato da Indústria Química. Então, era uma pessoa que era bastante ativa e isso eu e minha família aprendemos dessa forma de participação. Então, de alguma forma eu queria estar homenageando ele comentando esses princípios que ele ensinou para mim e para os meus irmãos, que eu sinto que todos nossos colegas aqui do Conselho temos essa forma de a gente estar aqui neste mundo não só de forma passageira, mas de uma forma que a gente está sendo participativo, crítico. E o objetivo, assim, independente das nossas diferenças, que a gente tem opinião aqui, mas eu tenho certeza que a intenção de todos nós aqui é de uma forma que a gente vê para uma sociedade que seja mais justa e humanitária. Então, eu só queria de novo agradecer e que com certeza essa forma minha de participação tem muito do legado que o meu pai deixou para mim e para minha família. Muito obrigado a todos e ao carinho de todos. Muito obrigado. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Saffer. Os nossos sentimentos à família aí. A Camila compartilhou com o grupo, a gente fica muito sentido e orgulhoso aí de ver a criação que teu pai te deu, enfim, ao restante da família Saffer, que tem um trabalho muito importante na Cidade e realmente de participação. Enfim, né, que os anjos tenham ele lá em cima protegendo. Conselheiro Adroaldo a gente tem inscrito para finalizar. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Boa noite, Presidente. Boa noite a todos. Presidente, eu só quero fazer um registro aqui, né! Está no final da reunião, mas ficou por último a Comunicação. Na última reunião, do dia 31 de agosto, eu não consegui, caiu a minha conexão e não consegui acompanhar a votação daquele processo da RGP 2. E

também não sei por que o nosso Presidente não quis ouvir o relato ou nos dar mais um prazo para a gente poder apresentar um relato talvez melhor sobre aquele processo. Então, eu fiquei chateado, achei que foi uma falta de consideração, porque mesmo sendo um relato simples de qualquer conselheiro, nós como conselheiros integramos este grupo de pessoas aqui que se doam para Porto Alegre. Então, quero deixar esse registro sim, porque se o Conselho, o CMDUA, é um Conselho qualificado e importante para a Cidade, todos que fazem parte deste Conselho também são importantes. O senhor sabe que nós temos um artigo lá no Regimento Interno que diz isso, que é possível sim pedir mais um período para que a gente possa fazer o relato. Então, o meu registro é esse. Por mais simples que seja a fala de um conselheiro neste Conselho, ele deve ser ouvido e não ser desprezado. Se for desprezado ouvi o relato de um conselheiro, também fui prezado, acredito eu, também foi desprezada a minha representação da região. Então, eu quero que isso fique muito bem registrado no Conselho, eu nunca tinha feito esse tipo de manifestação, mas acho importante dizer isso, afinal de contas nós somos pessoas, cidadãos que querem fazer o melhor para a Cidade, se a gente não faz é porque não dá. Certo? E acho bom que a gente volte a fazer reuniões presenciais, porque quando a gente perde a voz, perde a oportunidade de fala, tenho a impressão que a gente concorda e nós não concordamos, em, não concordo. O direito de fala a gente não pode perder. Obrigado, Presidente. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Adroaldo. Está consignada a sua manifestação. De fato, o papel às vezes do Presidente, é minha obrigação tentar seguir aquilo que prevê o Regimento Interno, eu sei que os conselheiros em algumas oportunidades ficam chateadas, porque tem a contribuir, tem a manifestar, enfim, sobre aquele determinado tema, mas a gente tenta sempre trazer o regramento, o Regimento Interno nos fluxos. E naquela oportunidade, de fato, não se tinha previsão com relação à prorrogação da vista, a gente tem a possibilidade de prorrogação por parte do relator do processo, se não é feito em uma semana pode ser prorrogado. Então, ali é o relato de vista e ele tem que vir antecipado. E aí, naturalmente, tem conselheiros que cobram, e a gente na reunião passada ou na outra, teve no sentido de a gente seguir o regimento. Então, a gente, infelizmente, cumpre às vezes esse papel e aí causa esse dissabor nos demais conselheiros. Mas peço desculpas, não é nunca a nossa intenção, a nossa intenção é sempre garantir dentro do regramento existente dos processos e das oportunidades que se tem no regramento para a fala dos conselheiros, tanto no relato, quanto na possibilidade de diligência pelo relator, quanto o período de Comunicação, quanto o relato de vista. Depois a discussão e votação. Então, tem todas essas esferas garantidas no processo participativo aí essa atuação e voz dos conselheiros. Sendo assim, agradeço a oportunidade do debate, desejo uma excelente noite a todos. Até mais!

Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental – CMDUA, às 20h00min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia Costa Ribeiro, sob o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.

ATA ORDINÁRIA Nº 2910/2021

(Virtual nº 75)

Aos vinte um dias do mês de setembro de dois mil e vinte um, às dezoito horas, reuniram-se para Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, através da plataforma virtual *Zoom*, nos termos do Decreto nº 20.611/2020, sob a presidência de GERMANO BREMM, Secretário Municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS, e na presença dos:

CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS: Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira (Titular), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Sônia Castro (Titular), **Gabinete do Prefeito – GP**; Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN**; Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), **Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS**; Patrick Silva (2º Suplente), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE**; Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), **Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOI**; Gustavo Garcia Brock (Titular), **Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV**; e Rômulo Krafta (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**.

CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS: Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Claudete Aires Simas (Titular), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH**; Sérgio Saffer (Titular), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA**; Jeanice Dias Ramos (1ª Suplente), **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS**; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS**; Hermes de Assis Puricelli (Titular), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS**; Rogério Dal Molin (Titular), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**.

CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL: Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Wagner Pereira dos Santos (1º Suplente) e Ricardo Angelini, (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Cinco – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Maristela Maffei (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7**; Dinar Melo de Souza (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** e Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA**.

SECRETARIA EXECUTIVA: Camila Maders Fonseca Coelho, **Secretaria Executiva da SMAMUS**; Patrícia C. Ribeiro, **Taquígrafa/Tachys Graphen**.

PAUTA:

1. Abertura;

2. Comunicações:

2.1. Comunicação Externa: Michele Hian Rodrigues, Delegada da Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8.

3. Votação:

3.1. Atas: 2906 (17/08), 2907 (24/08), 2908 (31/08) de 2909 (14/09);

4. Ordem do dia.

Após a leitura dos presentes e conferência de *quorum* o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h08min.

1. ABERTURA

Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS: Boa noite, Senhores Conselheiros, Senhoras Conselheiras. São 18h08min, temos *quorum*. Então, declaramos aberta a nossa Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental. Desejo uma excelente noite de trabalho e debates para todos conselheiros e conselheiras. Rapidamente vamos fazer a leitura aqui dos presentes, enquanto peço que os conselheiros que tiverem interesse de fazer uso do período de comunicação, por favor, façam a inscrição no chat para a gente consignar aqui e eu fazer o registro. (Relação dos presentes na inicial). Se porventura eu não chamei alguém pode nos lembrar ali no chat. Todos foram registrados, mas que faltou alguém, por favor, faça a consignação ali para a gente registrar. São esses os presentes e inscrições para Comunicação, temos alguma? Temos uma inscrição externa. Mais alguém inscrito para o período de Comunicação? Conselheiro Hermes, Conselheiro Felisberto. Mais alguém? Conselheiro Gomes, Conselheiro Adroaldo. Mais algum conselheiro? Em não havendo mais inscritos, então, consignamos, encerradas as inscrições para o período de Comunicação. Na sequência a gente oportuniza a fala externa da Michele lá da Região de Planejamento 8. Michele, eu vou te oportunizar a fala, mas lembrando que aqueles teus questionamentos que tu trazeres com relação ao conselheiro da região, eles já foram consignados. Então, não é necessário tu trazes isso de novo. Tu, inclusive, levaste esse ponto para o Ministério Público e todos os órgãos de controle. Então, a gente já deu a resposta. Então, seria gentil da tua parte não trazer esse assunto, porque se novamente vir esse mesmo assunto eu vou consultar os conselheiros quanto as tuas participações no período de Comunicação. Está bem? Sempre são bem-vindas as comunicações, né! A gente recepciona com a maior atenção, como assim é necessário da nossa responsabilidade, no entanto, aqueles assuntos que já foram trazidos, eles reiteradamente são comunicados aqui, né! Eu vejo como desnecessário, porque a mensagem foi passada. Boa noite, Michele? Boa noite, Michele.

2. COMUNICAÇÕES:

2.1. COMUNICAÇÃO EXTERNA: Michele Hian Rodrigues, Delegada da Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8.

Michele Hian Rodrigues, Delegada da Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8: Boa noite a todas, todos. Infelizmente são várias as questões que eu tenho para trazer para o CMDUA, já que o conselheiro não o faz, né! Gostaria de mencionar uma denúncia que foi levantada pela ONG Ingá, com relação ao loteamento irregular no Lami, algo muito grave, que demonstra a ausência de controle total da Prefeitura sobre o desenvolvimento da Cidade, o planejamento, o que acontece. Agora após as chuvas na Ponta Grossa, e como sempre o bairro fica em grande parte debaixo da água, porque não tem estrutura nos locais, já demonstra a necessidade de organizar melhor a Cidade ao invés de expandi-la,

como a Prefeitura vem tentando fazer. Em Belém Novo nós estamos vendo o esgoto transbordando em diversos pontos, dias, dias, dias, protocolos registrados e nada resolve, nada faz com que esses problemas tenham um encaminhamento, uma solução. E aí para coroar essa questão toda que eu estou trazendo, nós tivemos agora na semana passada uma reunião muito pouco divulgada pelo de DMAE, inclusive, com ajuda do Conselheiro, o Seu Dinar, que não divulgou nos grupos de bairro, né, inclusive nos grupos de WhatsApp, que ajudam muito na divulgação, ele não divulgou essa reunião, não falou nada sobre essa reunião. Muito estranho que um Conselheiro da Região de Planejamento vá contra os interesses da comunidade, inclusive, impedindo a participação da comunidade por não divulgar reuniões do interesse popular. E essa reunião tratou não só de problemas que a obra da nova estação de tratamento de água vai gerar, o novo sistema de abastecimento de água, mas também trouxe uma notícia de espanto aqui, que a comunidade ficou sabendo pelo de DMAE agora, no dia 16, poucas pessoas puderam estar nesse local, souberam que o bairro e a Cidade vai perder acesso público a uma praia historicamente utilizada para trabalho, para a distribuição de material, comércio, antigamente quando não tinham guias. Então, a população de Belém Novo está perdendo uma praia e fica sabendo através de uma reunião pouquíssimo divulgada no bairro. A maioria da população não teve chance de ir nessa reunião, de ouvir esse do DMAE, porque foi uma reunião feita quase às escondidas, direcionada só para moradores de uma rua, mas, inclusive, moradores daquela rua não foram convidados também para reunião. Então, mostra como o Executivo cerceia a participação popular em temas de interesse da população, né! Enquanto que quando o assunto é outro, a Secretaria e o Executivo lida de outra forma, mas para avisar que nós vamos perder o acesso a uma praia aí é feita uma reuniãozinha bem singela, escondida para que a população nem vá lá, nem saiba, nem vá se inteirar do que está acontecendo. É um absurdo, né! É um absurdo completo isso, é inadmissível que a Prefeitura não tenha debatido isso antes com a população, já que essa obra está prevista desde 2012/2013, o Executivo já sabia que teria que ampliar o abastecimento de água, por que isso não foi tratado antes com a população? Quer dizer, esperam iniciar as obras, porque as obras já começaram desde outubro do ano passado e a Prefeitura vem agora informar que a população vai perder acesso a uma praia! Uma praia! Uma praia onde todas as pessoas que nasceram aqui se criaram naquele local, utilizam, tem uma relação afetiva com aquele local muito mais forte do que nós podemos imaginar. Então, é inadmissível que o Executivo siga lidando com a população de Belém Novo dessa forma. Nós estamos pagando por um custo exatamente da falta de planejamento da Cidade, estão tendo ampliar a estação de tratamento de água aqui do bairro para atender a demanda do crescimento da Cidade nos últimos anos. E nós moradores do bairro vamos ser diretamente afetados, perder o acesso a uma área pública, a uma praia... (Sinalização de tempo esgotado). Por conta do descontrole no planejamento da Cidade. Portanto, Secretário, o que está sendo feito hoje vai impactar amanhã também. Bom lembrar com relação ao Arado e outros tantos empreendimentos para a zona sul da capital e de toda a Cidade, essa forma que o Executivo está simulando um diálogo com a população não vale, não vale! Nós precisamos falar, dialogar de forma clara e respeitosa. O Executivo não está respeitando a lei, isso é preciso ter dito! (Sinalização de tempo esgotado). E terão que conversar diferente com a população de Belém Novo. Não com reuniões escondidas com a chancela do Conselheiro da RGP 8, que trabalha com... **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Michele, pela tua participação aqui neste Conselho. Teu tempo esgotou, mas está registrado, consignada a tua manifestação, a tua visão com relação à Cidade, especialmente a região do Belém Novo. Tenho certeza que o nosso Prefeito Melo, eleito

democraticamente pela população, vai nos guiar na liderança de transformar e resolver, não sei se todos os problemas, mas grande parte dos problemas da Cidade. É uma pessoa legitimada recentemente pela população para trabalhar nesse sentido, nesse caminho. Temos o Conselheiro Felisberto e Conselheira Maristela. Alguém mais inscrito em relação à fala da Michele? O Hermes também. Então, encerramos e oportunizamos a fala ao Felisberto. Um minuto, Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa noite a todos e todas. A Claudete também se inscreveu, viu, Secretário, para esse assunto. Tá bom? **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está consignado. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** A primeira questão é que essa obra da estação de tratamento em Belém Novo implica em viabilizar uma área que também deve ser delimitada no território indígena. Inclusive, tem uma liminar na Justiça Federal, se não falha a memória, de que estará suspenso tudo até a delimitação do território indígena. Então, gostaria de saber, perguntar ao Secretário, se já foi cientificado a isso. Então, estou me atendo ao um minuto. Obrigado. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto, pela fala. Na sequência a Conselheira Maristela. Eu vi ela na imagem. Caiu a Conselheira Maristela. Conselheira Claudete, então. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Boa noite a todos e a todas. Estão me ouvindo? **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Estamos lhe ouvindo, só não visualizando. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Já havia colocado no chat o meu questionamento, eu acho que quando a sociedade representada por uma delegada da região, democraticamente eleita, né, traz um questionamento do interesse da região, né! Então, acho que a gente tem que dar sim o encaminhamento, né, Secretário? E o Felisberto fez uma complementação muito importante, porque ali é uma área de interesse cultural, né! Então, acho que cabe a gente solicitar que venha a secretaria competente prestar os esclarecimentos para que a sociedade inteira fique a par exatamente do que está acontecendo, como vai ser essa obra. Porque, até então, a gente sempre ouviu aqui, quando estava correlacionado ao projeto do Arado, de que não haveria nenhum cerceamento à praia. Agora a informação que vem me parece diferente. Então, se há algum poder deliberativo neste Conselho, que seja, então, solicitada a presença do secretário correspondente para a gente ter mais informações a esse respeito. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Claudete. A Maristela retornou. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Boa noite a todas, a todos. Boa noite, Secretário. É sobre o tema, né, Secretário? Então, assim, olha só, nós vivemos aqui na Lomba do Pinheiro na expectativa desse projeto da questão da água, que vai vir lá do Arado, com todo o investimento que nós ajudamos a construir, nós fizemos muitas mobilizações pelo caos que a gente vive aqui, por falta de planejamento, que não é de agora, mas agora todos nós temos noção e faz tempo. O senhor já não é desta gestão, estava na outra, sabe a nossa angústia, né! As carreatas, enfim, as barricadas no meio da rua, o povo apanhando por lutar por água, por um direito. Imagina só! E agora por que eu estou argumentando isso? (Sinalização de tempo esgotado). O contraditório nos ajuda a pensar melhor. E agora? Não teve o planejamento aqui, vai ser tirado o acesso à praia de todos nós porto-alegrense, como é que vai ficar a questão da água para nós mesmo, se lá vai beneficiar aquele belo e ricaço condomínio? Fica no ar, tá, Secretário? Obrigada! **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Maristela. Conselheiro

Hermes. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Boa noite a todos e todas. Secretário, eu solicitei a palavra para fazer um comentário sobre a sua fala em relação à Delegada Michele, porque eu com a minha experiência de ter participado e dirigido este Conselho por anos. e na condição de vice-presidente eleito deste Conselho eu não posso aceitar que o senhor faça, porque que não é sua competência, uma censura pública e antecipada das falas das pessoas, que legitimamente se inscreveram para falar. O senhor não tem esse direito, eu lhe falo isso... Eu não quero mais tencionar, este Conselho já teve um período de muita tensão, eu tenho feito um esforço para que não aconteça mais, mas o senhor não faz nenhum esforço para não exorbitar o seu arroubo de autoritarismo. O senhor não tem esse direito, se a conselheira Michele, a delegada ou qualquer pessoa que se inscreva dentro das condições do Regimento Interno quiser falar sobre uma questão da Cidade, do Plano Diretor e repetir durante todas as reuniões, nós conselheiros temos que ouvir. Não é o senhor que vai fazer uma censura prévia. Eu falo isso tentando lhe mostrar para que o senhor tenha um pouco de humildade... (Sinalização de tempo esgotado). E volte ao bom senso. Obrigado. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Hermes, pela contribuição. Lembrando que sempre são bem-vindas as falas externas neste Conselho, a gente dá todas as oportunidades, só que tem assuntos reiterados pela conselheira, que ela levou para fora, inclusive, deste Conselho, para os órgãos de controle que estão apurando. Lá a gente está respondendo, inclusive, essa questão vinculada à participação, senão a gente poderia talvez agregar a toda reunião a conselheira vir... Eu chamo “conselheira”, talvez ela se candidate nas próximas eleições como conselheira e entre como conselheira, né! Representando e sendo a voz da região. Acho justo e é do processo democrático, mas, agora, para aquele assunto pautado com relação a um ponto que já foi respondido, né! Da participação das reuniões, dos fóruns, em inúmeras oportunidades. Naturalmente, se novamente vir essa questão vou submeter não a minha posição pessoal, mas ao plenário, a maioria deste Conselho para deliberar quanto às falas da delegada, enfim, lá da região de planejamento. Eu consultoria a todos os conselheiros que assim deliberasse nesse sentido, não eu individualmente. Perfeito! Então, temos inscrições para o período de Comunicação. Agradeço a Michelle, então, pela participação, pela contribuição e sem dúvida o DMAE, por meio de seus órgãos, está fazendo a comunicação de todos os atos com relação à região. Oportunamente, podemos questionar até se tem alguma comunicação que eles queiram fazer. Aproveitar o fórum deste Conselho talvez para externar, a movimentação a gente pode fazer isso, sem dúvida. Eu peço para que nossa Secretária Executiva consultar a partir da fala da Michele e a gente traz para o plenário essa comunicação aqui no Conselho. Na sequência, então, o período de Comunicação, temos o Conselheiro Hermes inscrito. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Difícil, Secretário! É difícil com o senhor! Mas o que eu gostaria de falar é que o processo das unidades de triagem, que conta como Item 4.07 da reunião anterior, embora conste na ata, não foi encaminhado na convocação o acesso aquele processo, na convocação da semana passada isso, do dia 14. A convocação no Item 4.07 trata de outro processo. E eu só tive acesso a esse processo ontem, só recebi o e-mail ontem. Eu até pergunto se foi só comigo, se foi com todos os conselheiros, porque eu só tive acesso ontem. Então, eu peço já a transferência desse processo. obrigado! **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Hermes. Conselheiro Felisberto. Vou abrir aqui, aí depois a gente responde esse ponto também. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Não, primeiro

assim, com todo o respeito que me merece o Prefeito Sebastião Melo, mas não lhe dá o direito de contrariar a lei. Ele foi eleito e ele tem que obedecer a lei sob pena de ser responsabilizado pelos seus atos. E pasmem os senhores, que na última semana, durante os feriados aí, foram pintar o Viaduto Otávio Rocha, um bem tombado, um patrimônio que tem um projeto que foi aprovado neste CMDUA, o primeiro projeto aprovado aqui. Foi feita uma análise estrutural em 2014, se fez todo um projeto de restauração do viaduto, tem um arquiteto responsável, tem uma associação dos permissionários que estão procurando ajudar a Prefeitura. Mas há uma vaidade em algumas pessoas deste governo que se acham acima do bem e do mal, só que às vezes do outro lado também tem pessoas eleitas que se submeteram ao crivo da votação, foram muito bem eleitos que defendem a região com uma visão de participação e de inclusão. E não uma cidade seletiva para alguns em detrimento da grande maioria. E qualquer coisa que se disser a respeito Para a Região Centro não passará impune ou imune à RGP 1 e a este Conselheiro. Goste ou não goste, os doutos do saber urbanístico desta Cidade. A gente tem aprendido ao longo desses 3 anos a dialogar, a construir alternativas, a procurar o melhor para a Cidade, não o melhor para alguns. E ouvir quem conhece a Cidade, quem transita na Cidade, quem vive a Cidade e não de meros gabinetes fazendo planejamento. Nada contra as arquitetas da Secretaria, porque até fomos acusados de fazer assédio moral a servidores, né? Uma pérola! Uma pérola! Nós não fazemos assédio moral a ninguém, nós temos o direito de nos posicionar, a questionar... (Sinalização de tempo esgotado). Goste ou não goste da nossa fala. Isso faz parte da democracia. Se nós cometemos algumas coisas que nos processem. Nós como sempre somos contrariados, mesmo que o senhor não goste ou outras pessoas não gostem, nós levamos ao Ministério Público, porque é o único meio de ter as nossas ponderações ouvidas. Eu não quero lhe faltar com o respeito, Secretário, eu tenho procurado lhe tratar com a maior urbanidade, mas o senhor tem uns arroubos de autoritarismo. Às vezes o senhor consegue conter os seus arroubos, mas é mais forte do que o senhor. Então, quando o senhor é contrariado não gosta. Então, eu acho assim, a democracia é isso, é ouvir críticas e ouvir elogios, faz parte... (Sinalização de tempo esgotado). Quem está no cargo público... Já estou terminando, Secretário, só me dá 30 segundos, não querendo exorbitar do meu tempo. Sempre tenho tido o cuidado de me manter no tempo. Então, me conceda 30 segundos. Eu lhe agradeço. Então, Secretário, nós, os do contra, uma minoria, que somos considerados a minoria, nós não somos a minoria, nós somos a maioria dos eleitos. Nós não somos indicados, nisso não vai nenhuma ofensa. Nós, a maioria dos eleitos, temos nos posicionado. Era isso e obrigado pela concessão dos 30 segundos, Secretário. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto, pela manifestação, sempre bem vinda. Conselheiro Gomes na sequência inscrito. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Boa noite, Conselheiros. Boa noite, Presidente. Presidente, eu quero me manifestar sobre a Região 8, que eu era vice-presidente e nós tivemos uma eleição extraordinária em função da desistência da chapa vencedora original. Ela desistiu, a conselheira desistiu, cometeu aí algumas faltas regimentalmente previstas, como desistência do Conselho, e nós promovemos nova eleição na Região 8. Aberto o processo eleitoral, tem todas as formalidades, duas chapas de inscreveram e nós tivemos a chapa vencedora, que se manteve como chapa. Ela acabou concorrendo como chapa única por um motivo, a outra chapa, de outro campo apresentou uma regularidade absurda. A outra chapa apresentou um dos conselheiros com atestado de residência absolutamente falsificado, uma conta de luz copiada com número de inscrição de outra, com datas absurdas. E foi facilmente desmascarado na CEEE. Como estava no tempo ainda de

desistência, a chapa, então, no outro campo, diga-se de passagem, a chapa do outro campo pediu através de uma advogada a retirada da chapa. Aí esse concorreu com a chapa única, essa que hoje o Conselheiro da região é o Dinar. Eu quero lembrar isso, Presidente, para não parecer que foi um processo que o Dinar desceu de paraquedas em uma bela tarde de setembro e se tornou Conselheiro da Região 8. Foi uma disputa que houve e a oposição que se colocava ao campo que o Dinar está representando hoje, falsificou, estava tentando falsificar a condição fundamental e essencial, peremptória, digamos assim, que é essa do endereço, falsificando com uma cópia barata o endereço da CEEE. Então, para deixar claro que nós não estamos o meio de anjos ou sei lá de algum convento beneditino, coisa parecida. Tá, meus Conselheiros? Uma boa reunião para todo mundo. Boa análise dos processos que vêm pela frente aí. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Gomes pela contribuição e lembrança dos fatos. Conselheiro Adroaldo inscrito. Boa noite, Conselheiro. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Boa noite, Presidente. Boa noite, Conselheiros. Presidente, eu quero trazer aqui para o Conselho um alerta, vamos dizer assim, que apresentaram, fizeram uma proposta na Câmara de Vereadores de revogar a Lei nº 1180, de 16 de dezembro de 1953, que estabelecia a obrigatoriedade das empresas construtoras construírem recantos infantis dentro dos edifícios de apartamentos residenciais. E agora essa proposta vem desobrigando o empreendedor, o construtor civil. Não precisa mais se for aprovado, não precisa mais construir recanto infantil dentro dos condomínios. Então, a pergunta que fica, para onde vão as crianças dos condomínios? Se vão brincar no meio da rua, se vão para lugares onde não tem segurança? Infelizmente, isso é para favorecer hoje as empresas construtoras da construção civil. Então, quero deixar esse alerta para todos os conselheiros, que é um dever nosso, quando a gente souber de coisas dessa natureza, denunciar, é denunciar! Eu não concordo, trabalho com crianças, nós atendemos lá 226 crianças, só no período normal nas creches, mas a gente sabe que na Cidade são muito mais, né! Tem outras instituições que cuidam de criança e moram também em condomínios, apartamentos. Então, a gente sabe a necessidade, a importância de um espaço especial para criança para brincar com segurança e próximo da família. Então, quero deixar esse alerta, porque eu acho interessante que todos os conselheiros vejam essa proposta, que eu acho que não foi votada ainda, e se for é uma coisa impossível de se acreditar. Certo? Agradeço, obrigado! **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Adroaldo, pela comunicação, contribuição ao debate. Então, senhores, encerrando o período de Comunicação, a gente avança para a pauta. Lembrando, naturalmente, após as falas, que são muito bem-vindas, as comunicações externas sempre neste Conselho, há previsão regimental para tanto. No entanto, a gente não deve permitir que sejamos, que haja uma tentativa de ser usado... **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Questão de Ordem. Eu estava inscrita, Secretário. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Ah, sim, senhora, Conselheira Maristela. Estava inscrita? **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Em Comunicação. Comunicação! Eu coloque ali no chat. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Só um pouquinho, Conselheira. A gente não tem a sua inscrição para o período de Comunicação, Conselheira. Já tinha sido encerrado, conforme registro ali. A gente pode subir a conversa no chat, não temos a sua inscrição. Vamos lhe oportunizar, Conselheira, mas tenha clareza aqui que não estava inscrita. Está bem? Então, vamos, excepcionalmente, já que a

senhora teve um problema de conexão aí, vamos lhe oportunizar a fala. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Obrigada! São duas questões, é rapidinho, Secretário. Obrigado pela tolerância. Primeiro, gostaria de sair desta reunião hoje já com o nosso seminário marcado sobre a questão que eu venho já solicitando faz tempo. Aí entra um tema, entra outro e a gente se passa, sobre a questão do seminário com a presença do Plano Diretor aqui na nossa região sobre a questão estrutural das vias, já que nós estamos tratando da questão da revisão do Plano Diretor. A questão da acessibilidade, a que de transporte, já que nós temos só uma radial. Então, eu gostaria, Secretário, que nos fosse enviada uma proposta e fazemos questão absoluta que o senhor esteja na nossa reunião, bem como os técnicos pertinentes. A segunda questão é assim, saiu agora essa semana que terminou antes de feriado, o levantamento da Saúde, onde a Restinga em primeiro lugar e depois da Lomba ela, são consideradas regiões, segundo levantamento da Secretaria Municipal de Saúde, com o menor índice de vacinação. Então, a gente critica, mas também elogia quando necessário, imediatamente entrei em contato com o contato com o Prefeito, que colocou todos os secretários da Saúde, como o diretor sanitário, que é o Ritter, fizemos uma bela reunião hoje de manhã, apesar do tema ser tão triste, mas aqui no posto 24 horas, com uma comissão representativa. Nós tivemos vários encaminhamentos muito interessantes, onde ficou acertado que tudo que diz respeito à nossa região não vai apenas para o Fórum do OP, como tem acontecido, mas sim todas as lideranças representativas. Então, elogiar pelo pronto atendimento, mas ao mesmo tempo lutando para que de fato a gente consiga sensibilizar. Inclusive, o formato de como chamar vai ter participação de jovens com hip-hop, enfim, para atingir onde a Prefeitura vai colocar sua estrutura e nós da coordenação da região como um todo estaremos à frente disso. Muito obrigada. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Maristela, pela inscrição no período de Comunicação. Lembrando sim que é um tema extremamente importante, a sua pauta trazida aqui, mas a nossa carga de trabalho é gigantesca e para a gente estruturar e organizar isso, especialmente com o foco da nossa equipe de Planejamento. É um pouco complexa, então, a gente tenta organizar essa discussão dentro do processo de revisão do Plano Diretor. Então, essas rodadas vão haver com apoios externos. Nós estamos aqui nos esforçando para retomar o processo de revisão do Plano Diretor, compatibilizando com a Agência Brasileira de Cooperação, o Programa das Nações Unidas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para gente ter essa força de equipe e qualificar o nosso time para a gente fazer essas rodadas com a comunidade. Então, logo em breve, em seguida aí, quando a gente retomar o processo a gente vai ter condição, Conselheira, de organizar essa dinâmica, seja de oficina, enfim, vamos ver como vamos fazer esse processo aí de forma conjunta com a senhora na região. Está no nosso cenário, está nas nossas prioridades. Encerrando, indo para o período de pauta, a minha fala ali, em relação a gente ter um pouco de cuidado, naturalmente, de não se usar a plataforma deste Conselho, o período de Comunicação, às vezes, para uma disputa eleitoral, né! Que se teve lá na região, uma briga calorosa, uma discussão do momento da eleição e que teve uma escolha da população o vencedor por meios legais. Então, é isso que eu fico um pouco triste e, naturalmente, tento chamar atenção, porque eu vejo às vezes uma tentativa de se trazer o processo eleitoral para o microfone aqui deste Conselho. Hoje há um representante eleito pela região de planejamento, que é o Conselheiro Dinar e ele é a voz da região, ele e o microfone aqui deste Conselho. Então, é esse cuidado que a gente tem que ter e eu, enquanto no papel de Presidente tenho que fazer essa moderação, tem que chamar a atenção para conduzir da melhor forma possível. É essa sempre a nossa tentativa, de trazer o equilíbrio e ser a voz

de todos os conselheiros e não individualmente de uma posição ou outra. É nesse sentido a nossa contribuição. Na sequência... Só não vamos ficar debatendo aqui a questão. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Não, Secretário. a minha questão é na pauta mesmo, é aquilo que eu lhe mandei no WhatsApp, é que no Item 4.07 tivéssemos mais uma semana para que a gente pudesse trabalhar melhor os pareceres de vista. Além disso, eu queria, se for possível, que fossem convidados os três secretários, ou o Diretor do DMLU e dos serviços urbanos, para que a gente pudesse fazer uma discussão mais apurada desse tema que envolve várias regiões, várias comunidades. O impacto nas regiões será significativo. Então, eu peço a sua sensibilidade e dos conselheiros e conselheiras, que a gente possa avaliar, esperar mais uma semana para que a gente possa fazer com o devido cuidado o que esse processo merece. Era isso e obrigado. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. Face os relatos, embora não tem essa previsão, mas os relatos de dificuldade técnica com relação ao acesso, enfim, e como envolve vários gravames em vários endereços distintos, não vislumbramos problema em a gente postergar uma semana a votação desse processo. Até porque a gente tem ainda na pauta, até chegarmos nele temos alguns a serem vencidos. Imagino que vamos chegar nele mais no final da noite. Então, a gente na próxima reunião retoma ele. É importante a gente só distinguir assim, aqui nesses processos com relação aos gravames de equipamentos, eles são só uma base para nos dar essa possibilidade de simplificar os procedimentos nas análises de licenciamento. Eu acho importante ter essa discussão, Conselheiro, com relação às unidades como um todo, organizar uma pauta mais geral, entender de outros órgãos, mas é uma pauta que envolveria uma dinâmica de organização e seria muito positiva, mas acaba que quanto mais a gente postergar esses processos é mais tempo para esse pessoal que está sofrendo tanto e que precisa dessas regularizações. Então, tudo que a gente inserir na pauta, de outras discussões, outras pessoas, outros atores no processo, vai postergar ainda mais e eu tenho convicção do trabalho da Equipe do Planejamento para chegar nesse momento e fazer essa proposição de gravame que foi muito estudada aqui e a gente gostaria muito que isso fosse o quanto antes aprovado para poder liberar esses processos de licenciamento que estão em curso a essa população que tanto precisa. Vamos deliberar quanto às atas:

3. VOTAÇÃO:

3.1. ATAS: 2906 (17/08), 2907 (24/08), 2908 (31/08) E 2909 (14/09)

Eu consulto, então, os conselheiros para a gente ser bem objetivo e poder avançar na pauta, se há objeção ou abstenção às atas. Temos só uma Questão de Ordem do Conselheiro Gomes. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Presidente e conselheiros, questão a respeito da manifestação do Conselheiro Felisberto. Primeiro, eu concordo, uma semana a mais acho bem razoável, só que eu quero deixar claro, Presidente, que o senhor tornasse público diante os conselheiros, entre todos que se inscreveram quem apresentou relato nessa primeira semana. Eu apresentei o relato nessa primeira semana e apresentei o relato nessa primeira semana porque eu entendo exatamente essa importância de fazer essa possibilidade de regularizar esses locais. Isso não interfere em absolutamente nada nas comunidades do que já está acontecendo, pelo contrário, dá um suporte legal para que aconteça todo o processo de licenciamento ambiental dessas localizações, esses locais, desses territórios. Mas com essa, digamos assim, a minha compreensão, não preciso

buscar mais 18 processos lá dentro para entender o que nós estamos discutindo e o que nós estamos votando dentro dos limites daquilo que colocado realmente. Concordo com mais uma semana, não tem problema nenhum, mas gostaria de deixar claro para aquele monte de gente que se inscreveu para fazer relato de vista, quem apresentou e quem não apresentou até, então, os relatos de vista. Obrigado, Presidente. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Gomes. Acatada a sua posição, podemos oportunizar o relato daqueles que já fizeram a entrega dessa vista, que é o Conselheiro Gomes, o Conselheiro Mark, foi juntado ao processo. Então, a gente oportuniza a fala para os conselheiros aqui na reunião seguinte da continuidade aos demais relatos de vista. Com relação às atas, mais alguma abstenção? Temos 47 abstenções, da Conselheira Claudete, do Conselheiro Mark, do Conselheiro Felisberto e Conselheiro Adroaldo. Mais alguma abstenção? Conselheiro Hermes. Temos 5 abstenções, nenhum voto contrário. Nesse sentido, então, aprovamos as atas. Conselheiro Wagner também uma abstenção. Consignado, Conselheiro. **APROVADAS AS ATAS 2906, 2907, 2908 E 2909**. Então, Senhores Conselheiros, seguindo a sugestão trazida na Questão de Ordem pelo Conselheiro Gomes, como nós estávamos na última reunião do Item 4.07 da pauta, estava em aberto, a gente teve a solicitação de vista e tivemos o retorno de dois conselheiros. Eu vou oportunizar, então, o seu relato de vista, depois o Conselheiro Mark, que está na ordem. Na próxima reunião a gente dá continuidade aos relatos de vista, face os problemas técnicos indicados, depois voltamos para o início da pauta, se ainda tivermos tempo, acredito que tenhamos. Então, o Item 4.07 da pauta.

4. ORDEM DO DIA

Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6: Presidente, a intenção na minha colocação não é para fazer o relato hoje, é para ressaltar quais foram os conselheiros que pediram vista e apresentaram, a minha vista já está no sistema. Não vejo a necessidade de fazer o relato hoje. Até acho melhor fazer junto aos demais. O meu relato já está disponível a todos os conselheiros, vou fazer o relato junto com todo mundo na próxima reunião. Se o senhor concordar com esse entendimento eu prefiro. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem, eu vou consultar o Conselheiro Mark, que também entregou. Então, teria esse direito de fazer o relato na data de hoje. Gostaria de fazer, Conselheiro Mark? Já está anexado também ao processo. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Não, eu aguardo para que nós nos manifestemos em conjunto. Não tem problema nenhum. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Então, concordamos com os dois que entregaram relato antecipadamente. Passamos, então, ao item:

4.02. EXPEDIENTE: 19.0.000005293-3

INTERESSADO: Neide Pirillo Silva e outros/Lyx Participações e Empreendimentos S/A

ASSUNTO: EVU

LOCAL: Estrada da Ponta Grossa, 117 (RGP 8 – Ponta Grossa)

RELATOR: SMOI (Distribuído em 17/06/2021)

Esse processo foi retirado, foi relatado pela Secretaria de Obras, aí se identificou, está aqui a Conselheira Patrícia para nos ajudar nos esclarecimentos, a necessidade ou se identificou algum equívoco com relação à resolução, ou uma situação nova com relação à resolução das alterações de gravame. E a gente fez essa separação do processo, que seria a aprovação do Estudo de Viabilidade Urbanística, que não envolve alteração de gravame, mas sim a aprovação lá do empreendimento e se separou do processo o que seria alteração de gravame viário. Para isso ser oportunamente discutindo, redistribuído, considerando a necessidade de correção. Então, a orientação foi de que se mantivesse o estudo de viabilidade urbanística, que é relativo ao empreendimento, que está atendendo todos os critérios ali e se separasse essa resolução. Então, o que foi objeto de relato da Secretaria de Obras é o Estudo de Viabilidade Urbanística. É isso, Patrícia. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** É isso. Eu posso compartilhar a tela? Eu vou fazer a apresentação. É Processo 19.0.00005293-3, ele se refere ao Estudo de Viabilidade Urbanística localizado na Estrada Retiro da Ponta Grossa, 117, localizada na Região de Planejamento 8, sendo requerente Neide Pirillo Silva e outras, o relator é a SMOI. Ele está localizado entre aqui, praticamente na esquina entre a Avenida Juca Batista e a Estrada Retiro da Ponta Grossa, com frente para a Estrada Retiro da Ponta Grossa e duas vias que em seguida vou explicar a questão do traçado viário. O imóvel objeto desse estudo de viabilidade está localizado na Macrozona 5, na área de ocupação intensiva, Macrozona 8... Aqui está equivocado. UEU 30, quarteirão 413, subunidades 16 e 17. O lote que compõem o empreendimento está registrado sobre as matrículas 166.737 e 116738 do Registro de Imóveis da 3ª Zona e possui área total titulada de aproximadamente 26.000 m2. A gleba é atingida, então, por traçado viário em 709 m² pelo prolongamento da Rua 27 de Agosto e área de 184,73 pelo alargamento da avenida principal da Ponta Grossa. O empreendimento não utiliza transferência de potencial construtivo. Então, o que aconteceu? O gravame que se tratava seria o prolongamento dessa via que passa incidente sobre a gleba, incidente sobre a gleba não tem nenhum problema. A questão que está sendo verificada é o ajuste e a continuidade dela, que passa o limite da gleba. Dentro da gleba não há nenhum problema. Então, devido a esse prolongamento da Rua Ilton Moreira de Souza a gleba foi dividida em dois condomínios, as duas áreas denominadas como condomínio 1 e condomínio 2, os dois juntos. Então, 448 unidades habitacionais que se enquadram no Programa Minha Casa Minha Vida, destinada à faixa salarial de 1,5, conforme as declarações do DEMHAB e Caixa Econômica Federal. O condomínio 1, este aqui como vocês podem verificar em rosa, ele é composto de 23 blocos com 4 pavimentos, apresentando 357 economias residenciais e também apresenta 11 economias residenciais destinadas a portadores de necessidades especiais. Ele ainda apresenta dois blocos com 8 economias não residenciais, com frente aqui para a Estrada Retiro da Ponta Grossa. Em relação às vagas veiculares, então, ele prevê 391 vagas para esse empreendimento, das quais 12 são destinadas a portadores de necessidades especiais. Área adensável prevista de 14.000 m² e área total construída de 17.000 m², conforme a prancha que vocês podem ver aqui. O condomínio 2, então, consiste em cinco blocos com 4 pavimentos, apresentando 78 economias residenciais e 2 economias destinadas a portadores de necessidades especiais. Apresenta 84 vagas de garagem, sendo 2 para portadores de necessidades especiais e apresenta área adensável de 3.187 m² e total construído de 3.832 m². Dentro do Estudo de Viabilidade Urbanística foi solicitado a flexibilização de altura, que ali é de 9 m para a 10,23 a 10,49, essa altura variável conforme a referência de nível do terreno. E aí essa flexibilização foi permitida, sendo a comissão favorável à flexibilização de altura, conforme solicitado, tendo em vista a configuração da paisagem

urbana e densificação proposta e a plena utilização da infraestrutura prevista. Além da questão da edificação, também foi aprovado o desmembramento com edificação, conforme eu tinha referido antes, art. 61, inciso II, alínea *a* e artigo 103, § 6º, inciso III, que se refere à edificação e o desmembramento se refere a 2.930 m². A área de destinação pública será efetivada no local para (Inaudível/interferência no áudio), correspondendo a 2.930 m², ou seja, ele é atingido, e o saldo remanescente, além dessa área atingida ela vai ser convertida em obras, conforme o inciso II do artigo 138. O total previsto de parcelamento de solo é 4.095 m², que corresponde a 18% da área de matrícula. A aprovação do projeto de desmembramento está condicionado à assinatura do termo de conversão de áreas públicas e tem aqui nesse condicionante do EVU a homologação da resolução do traçado viário. O licenciamento das edificações está condicionada à apresentação da matrícula com área de destinação pública em nome do Município, conforme prevê o disposto no Plano Diretor. A CAADHAP deverá solicitar à SMS autorização do laudo de avaliação para definição dos serviços e elaboração do TCAP, e também providenciar a instituição do gravame de AEIS 3. Todos os projetos inseridos na CAADHAP têm essa definição de gravame de AEIS 3. Após aprovação do EVU deverá ser dado o andamento do processo do gravame viário na região. Em relação aos condicionantes do DEP, a aprovação do desmembramento e licenciamento estão condicionados a CPOD/SMIM. E o habite-se condicionado ao recebimento das redes de drenagem pública e liberação das bacias de amortecimento de cada lote. Em relação a condicionantes EPTC para a etapa do projeto arquitetônico, deverá detalhar no projeto a forma de demonstrar o passeio, a faixa remanescente entre a borda do asfalto existente e o meio fio projetado, por se tratar de uma estrada. Para etapa de aprovação do projeto geométrico e complementares, deverá elaborar e aprovar junto à EPTC, SMIM e demais secretarias envolvidas, projeto executivo, incluindo o projeto de sinalização viária do prolongamento da Rua Ilton Moreira de Souza no trecho que incide no lote. Para o Habite-se do empreendimento deverá executar o prolongamento da Rua Ilton Moreira de Souza, no trecho da via que incide do lote, devendo executar o passeio na testada do empreendimento e o seu prolongamento até o terminal de ônibus existente próximo ao empreendimento. Deverá ainda pavimentar a área entre a borda do asfalto existente e o meio fio projetado na testada do empreendimento e o seu prolongamento até o terminal de ônibus. Deve doar ainda área de recuo viário incidente sobre a gleba. Esses são os condicionantes que estão. Espero ter esclarecido os conselheiros. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Patrícia, pela tua explanação, esclarecimento ao tema. Então, a gente tem o relato, como houve essa reorganização da proposta, a gente novamente vai ter a oportunidade do relato da Conselheira Relatora, da Secretaria de Obras, depois temos também a oportunidade de novo de vista dos conselheiros para fazer relato de vista, depois discussão e depois votação. Então, nesse sentido que a gente ouviria na sequência a Conselheira Relatora. Nós temos uma Questão de Ordem do Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, o senhor já esclareceu na sua fala, a minha Questão de Ordem era exatamente nesse sentido. Como eu fui questionado na outra por não ter apresentado o parecer de vista, então, eu vou reiterar o pedido de vista, porque como vai haver novo relato e todas essas explicações que a Patrícia trouxe também deram outra visão sobre o projeto apresentado. Então, era isso. Obrigado, Secretário. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem, obrigado, Conselheiro Felisberto. Então, Conselheira Gabriela, para o relato. **Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOI:** Boa noite a todos. Os processos a serem relatados tratam-se de

projeto de desmembramento de Estudo de Viabilidade Urbanística, localizado na região do Bairro Ponta Grossa. A minuta de resolução vinculada a este expediente que conta no SEI 20.0.000033483-0, anteriormente relatado por mim, foi retirado da pauta de discussão por solicitação da Coordenação de Planejamento da SMAMUS para a verificação de possíveis inconsistências na proposta. Sendo assim, o que será tratado hoje é somente o EVU de prolongamento das vias citadas abaixo, prolongamento da Rua Ilton Moreira de Souza até a Avenida Juca Batista, prolongamento da Rua Eli Gorayeb até a Avenida Juca Batista, prolongamento da Diretriz 5180 até a avenida principal da Ponta Grossa. No Lote 165 as áreas destinadas ao alargamento da avenida principal da Ponta Grossa e ao prolongamento da Rua 27 de Agosto com área total de 893 m2 estão computados no cálculo de destinação pública. O prolongamento da Rua Ilton Moreira de Souza será executado pela empreendedor devido ao lote nº 1 não possuir frente para a via pública. O EVU de parcelamento do solo está em condições de aprovação. Dessa forma me manifesto FAVORÁVEL. Obrigada! **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Gabriela, pelo relato. Então, consulto os conselheiros se há alguma solicitação de relato de vista? Conselheiro Felisberto houve a solicitação. Mais algum Conselheiro vai querer fazer vista do processo na próxima reunião? Conselheiro Mark. E Conselheiro Gomes também. Então, temos três relatos de vista no Item 4.02 da pauta apresentada hoje pela Conselheira Gabriela. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu não entendi bem, gostaria de perguntar a Gabriela, o que não tem frente para logradouro público da Juca ou da Estrada Retiro da Ponta Grossa? Não entendi, ficou em dúvida para mim, se puder esclarecer ou a Patrícia. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Eu posso explicar. O que acontece? Ele tem duas matrículas, uma matrícula que é aqui do fundo e essa matrícula que tem frente para o Retiro da Ponta Grossa. Tem a Rua Ilton, ela chega de topo aqui, aí está se pedindo o prolongamento dela incidente sobre a gleba, isso não tem problema nenhum, independe do gravame, porque incide sobre a gleba, só que essa configuração vai ter nova frente. Então, do jeito que está ele não vai ter frente, ele vai passar a ter frente com a via executada. Aí esse lote vai passar a ter frente para essa via que vai ser executada pelo empreendimento. E também a continuidade dela no loteamento lindeiro. E essa daqui vai ficar com frente pela Estrada Retiro da Ponta Grossa. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Então, os fundos desse loteamento é essa rua que terá o prolongamento até a Juca Batista? É isso? **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Por isso que separou, existe uma previsão de gravame da continuidade dessa rua até a Juca Batista, mas tem que se rever a localização, a incidência dela, se ela vai ser um pouquinho mais cá ou mais lá. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Porque tem habitações no prolongamento dela. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** É, então, a gente vai ter que ajustar. Mas independente desse prolongamento, se vai ser um pouquinho mais para cá ou um pouquinho mais lá, esse pode ser feito sem problemas. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Então, nós só vamos aprovar a primeira etapa? **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** É, só esse pedacinho aqui. Até porque vocês podem ver que está finalizando em cul-de-sac. Então, teoricamente, se vocês não aprovarem a continuidade, igual ela está funcionando tranquilo do jeito que está. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP.**

1: Ela começa no Loteamento Porto dos Casais. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Isso, essa rua é do Porto dos Casais, exatamente. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu conheço bem, porque eu conheço o Porto dos Casais, que é a cooperativa. Obrigado, Patrícia. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** O Conselheiro Gomes eu acho que também tem um esclarecimento. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Patrícia, abusando do teu saber aí, como se trata de desmembramento, a própria unificação da matrícula também resolveria esse problema do acesso, né? Aí poderia ter o acesso pela rua que já existe. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Sim, poderia se fosse único. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Seria uma alternativa do empreendedor e vocês fizeram a opção de fazer esse prolongamento, essa rua ali embaixo, né? **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** É, ficou mais como uma necessidade de estruturação urbana do que necessariamente a questão de configurar a frente pela necessidade dele. Ele poderia ficar como uma matrícula única. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Tranquilo, só para esclarecer. Obrigado, Patrícia! **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, então, conselheiros. Temos relatos de vista para a próxima reunião. avançando na pauta, passamos para o Item 4.04, retornou o processo de diligência e a Conselheira Tânia, que é a conselheira relatora não está presente. Então, vamos postergar para a próxima reunião. Por favor, comuniquem a conselheira, já que ela não está presente, senão, conforme prevê o regimento, a gente vai ter que fazer a redistribuição. Passamos ao Item 4.05 da pauta, esse processo foi redistribuído para a RGP 1, em função das reiteradas tentativas de relato e ausência da conselheira relatora. O Conselheiro Felisberto, então. A Equipe do Planejamento vai fazer a apresentação. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, na reunião passada eu tinha declinado, mas se insistir para o meu relato eu peço para que seja apresentado na próxima sessão, se for possível. Eu tinha declinado de fazer o parecer, tendo em vista todas as explicações que a Maristela deu em virtude do problema de estar nas reuniões. Então, eu me senti no dever de declinar, mas se houver insistência eu farei na próxima. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Sim, Conselheiro, temos a previsão prorrogação do relato. De fato, como houve já a redistribuição, constou em ata, a gente com muita tranquilidade, faz parte, a Conselheira Maristela teve as situações na deliberação dela, mas a gente tem essa previsão regimental da redistribuição. Então, com muita naturalidade, dentro das regras regimentais, redistribuímos e o relato da sua responsabilidade, agora com essa previsão de postergar o relato em uma semana. Eu só consulto os conselheiros se há objeção com relação ao pedido de prorrogação do Conselheiro Felisberto, senão a gente posterga para a próxima reunião. Não havendo objeção, porque é uma deliberação da maioria dos conselheiros. Não havendo, então, objeção, a gente posterga o relato para a próxima reunião. Passamos ao Item 4.06 da pauta.

4.06. EXPEDIENTE 20.0.000073520-6

INTERESSADO: Município

ASSUNTO: Gravame de equipamento comunitário e gravame de subunidades

LOCAL: Rua Voluntários da Pátria, 4201 – Bairro Navegantes, Rua Paraíba, 177 – Bairro Floresta e Av. Bento Gonçalves, 2440 – Bairro Partenon (RGP 1, 2 e 7)

RELATOR: ABES (Distribuído em 24/08/2021)

Houve apresentação em 14/09 do planejamento, na data de hoje seria o relato pela ABES, a Conselheira Jussara. Acho que não é necessário a gente fazer a apresentação da Equipe do Planejamento, que foi apresentado de forma geral na última reunião, mas lhe consulto se a senhora vai fazer o relato e lhe oportunizo a fala. **Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Posso fazer, não tem problema. Então, é um segundo processo sobre unidades de triagem, só que essas estão em áreas de interesse cultural e por isso ficaram desmembrados no outro processo, mas é situação semelhante. Então, eu coloquei: Trata o presente processo de alteração de gravame de áreas ocupadas por unidades de triagem de resíduos domiciliares recicláveis e segundo informado em reunião do CMDUA do dia 14/09, as alterações são solicitadas pelo grupo de trabalho da Prefeitura que busca a regularização das Uts. São objeto, então, as seguintes unidades de triagem: Unidade de Triagem Anita, na Voluntários da Pátria. Pelo que eu vi é embaixo da ponte do Guaíba. A Unidade de Triagem Paraíba, na Rua Paraíba, 177. Pelo que eu estava agora conversando com a Claudete, fiquei agora em dúvida, mas me parece que tem duas unidades de triagem no mesmo espaço, nesse mesmo endereço, porque aqui só tem os endereços, tem esse nome, que eu não sabia que existia uma unidade de triagem com o nome dar Paraíba. Unidade de Triagem São Pedro, que é na Bento Gonçalves, 2440. As referidas Uts estão localizadas em área de interesse cultural. A SMAMUS solicitou seu gravame como equipamento comunitário, com vista à viabilizar a regularização das áreas em questão. A Equipe do Patrimônio Histórico e Cultural da Secretaria de Cultura manifestou-se favorável ao pleito e solicitou manifestação do Instituto do Patrimônio Histórico do Estado em função da área ocupada pela Unidade de Triagem São Pedro, localizada no Complexo do Hospital Psiquiátrico São Pedro. O Ofício nº 8/2021 do IFAE encaminha informação de que não tem óbice em relação ao solicitado. A minuta de resolução foi encaminhada à Procuradoria Setorial, que também se manifestou favorável, considerando a importância do serviço prestado pelas Uts para o Sistema de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos do Município de Porto Alegre. Considerando que as unidades de triagem de recicláveis são operadas por associações de recicladores que trabalham de forma cooperativada. Considerando o interesse do Município na regularização solicitada e considerando que as unidades competentes manifestaram-se favoráveis ao pleito, as unidades do planejamento municipal. Considerando que a regularização pretendida permitirá a qualificação das Uts, integrando-as de forma mais adequada ao sistema de gestão urbana e ambiental do Município, esta Conselheira manifesta-se FAVORÁVEL ao proposto. Então, assim, a única dúvida que agora me surgiu foi em função do que a Claudete colocou, que uma das Uts não estaria nesse endereço aí da Paraíba. Eu entendo que essa situação tem que ser regularizada para as duas Uts, é uma área só que estaria sendo dividida por duas Uts. Eu fiquei na dúvida e peço esclarecimento ao pessoal da Prefeitura se é isso mesmo. Eu olhei e acredito que estejam as duas Uts ali nessa área da Paraíba, 177. Se estão acho que está resolvida a questão, se não eu acho que deveriam estar as duas, a área das duas Uts já incluídas para ficar tudo resolvido. Aí eu pediria que o pessoal do planejamento me esclareça esse detalhe. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Perfeito, Jussara. Obrigado pela apresentação e pelo

relato. Eu vou abrir ao debate e ao mesmo tempo abrir para vista, aí a gente tem a oportunidade de falas aqui. Patrícia pelo Planejamento, eu já inscrevo para elucidar o ponto trazido. Tem mais alguém que gostaria de debater o processo ou solicitar vista? O Hermes gostaria de debater. Mais alguém gostaria de debater? "Gostaria de pedir vista, mas quero ouvir o Planejamento", a Claudete. Vou abrir ao debate e depois libero. Temos vista do Conselheiro Adroaldo e o Conselheiro Felisberto. Vista ou o debate, Conselheiro? Vista? Está bem. Patrícia, quer nos esclarecer? Tem clareza desses pontos? **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Boa noite. Na verdade, são três áreas, esse processo se refere a três áreas, uma na Voluntários, outra na Paraíba e a outra na Avenida Bento Gonçalves. Eu não sei se vocês conseguem ver a resolução, eu posso mostrar o que está no processo direitinho. Eu vou compartilhar aqui a tela. Esta é a 01-A, onde mostra a situação existente, a situação proposta mostra a localização do gravame, esse da Voluntários. Esse 2-A a inserção onde vai ficar colocada a segunda UT. Aqui está previsto o perímetro do gravame da Avenida da Paraíba e a terceira que corresponde à área dentro do São Pedro. Aqui a área incidente também gravada. Então, são três áreas destinadas a esse gravame comunitário, que estão previstas nesta resolução. Não sei se eu consegui esclarecer. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Patrícia. Vamos ouvir o Conselheiro Hermes também. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** eu gostaria de pedir vista, mas não vou participar da próxima reunião, eu tenho um compromisso que é inadiável. Então, não vou pedir, mas o meu comentário é o seguinte, Secretário. Eu conheço bem as três áreas e me surpreende que tenha passado pelo EPAHC, não estou duvidando disso, eu sei que são decisões às vezes complicadas que tem que se tomar enquanto servidor público, né! Porque ninguém discute a importância dessas usinas de triagem, mas tanto a área da Igreja dos Navegantes, lá da Voluntários, próxima à ponte, como a área junto ao São Pedro, são bens listados pelo Município e de interesse cultural. E de novo eu entendo a precariedade da Cidade dessas situações que têm que ser resolvidas de usinas de triagem, mas do ponto de vista da Cidade como um todo é um crime o que está se fazendo. Deveria se procurar outras áreas, porque elas são áreas públicas, a da Bento não é, é do Estado lá, junto à ponte eu acho que é uma área do Governo Federal, junto ao Trensurb, próximo ao Trensurb. Eu não sei se é uma área da própria comunidade da Igreja dos Navegantes, mas do ponto de vista do planejamento, e eu não estou criticando quem fez, quem está propondo isso, porque eu sei que são decisões difíceis, mas não deveriam ser indicadas essas áreas. Se eu estiver na próxima reunião, provavelmente não vou estar, mas vou votar contrário por isso, apesar de entender a necessidade e importância das usinas de triagem. Obrigado. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Hermes. Conselheiro Felisberto para debater e aí eu encerro com a Conselheira Relatora Jussara. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** A minha dúvida é essa da Paraíba, que é na RGP 1. Então, preocupou também saber se a Associação Arevipa, se essa unidade não é da Arevipa. Então, havia um problema em abrir essa unidade, eu não sei se ela está funcionando, né! Então, eu entendo que é importante a gente equacionar esse problema lá. E eu conheço bem a unidade da área da Paraíba, da Arevipa, porque na época ela foi construída junto com o Projeto Habitacional da Vila dos papeleiros Santa Terezinha, era uma forma de gerar renda. Inclusive, eles receberam uma prensa da França, o Seu Antônio que era o Presidente da Associação, foi a Paris, no lançamento do um livro Caminhando para um Novo Mundo, sobre o OP, e recebeu essa

prensa da França, em 2007 por aí, se não me falha a memória. E o segundo esclarecimento, que me parece importante é verificar essa questão que o Hermes levantou muito bem, de junto ao patrimônio tombado, que é o Hospital São Pedro, que é um patrimônio do Estado ou tombado. Então, é adequar a situação real a essas questões culturais e urbanísticas que são importantes. Com relação o da Voluntários da Pátria eu não conheço. Então, eu me reservo ao direito de não me manifestar, mas vou fazer de uma maneira de conhecê-la também. Obrigado e era isso. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. Conselheira Jussara para encerrar os debates e na semana que vem a gente continua com os relatos de vista e, eventualmente, com algum esclarecimento. **Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Assim, a questão ali agora a Patrícia entendeu a dúvida em relação á área da Paraíba. É isso, tem duas unidades de triagem ali. E ficou a dúvida se a área era referente as duas, eu entendo que tem que ser a área referente as duas, independente da outra questão que a associação tenha com o Muito. Acho que as duas Uts estão servindo a mesma função. Então, do ponto de vista aqui do Plano Diretor eu acho que a gente tinha que colocar essa situação definida desde já. Eu queria falar em relação à questão da São Pedro, para esclarecer ao Hermes. É o seguinte, Hermes, essa associação que opera ali, ela opera num projeto do próprio Hospital São Pedro. Quando houve aquela reforma manicomial e tal, que tinham que tirar as pessoas do hospital e tal, é um projeto especial que está localizado ali junto a essa unidade de triagem de ex-pacientes do São Pedro, que hoje moram nas casas que foram construídas, não sei se foi o Estado, quem é que fez aquelas casas, estão inseridas dentro de uma vila, que é a Vila São Pedro ali. Então, é dentro do próprio hospital, é do próprio hospital aquilo ali, faz parte do processo. Então, para mim essa questão de referenciar com o patrimônio histórico, isso já foi construído ali em determinado momento foi permitida a construção das casas e junto com as casas tinha essa UT, que tinha a função de gerar trabalho para os egressos do São Pedro. Então, junto com os egressos do São Pedro tinha outras pessoas trabalhando. A UT, pelo menos em um determinado momento, não sei se continua sendo, só recebia resíduos que os egressos do São Pedro poderiam trabalhar, que não tinha algum problema de risco com o trabalho deles. Então, assim, parece que aí não se aplica essa tua consideração, porque essa área em relação ao patrimônio histórico já foi naquele momento diferenciada, porque já foi feita essa obra, não interfere em nada no que é do patrimônio histórico mesmo, já tem outra utilidade pelo próprio São Pedro. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Perfeito, Jussara. Ficaram bem esclarecidos aqui os pontos levantados. Retomando, temos relato de vista da Conselheira Claudete, Conselheiro Adroaldo, Conselheiro Felisberto, o Conselheiro Hermes disse que não, porque não vai estar na próxima reunião. Mais alguém que gostaria de fazer o relato de vista na próxima reunião? Aí manifesta no chat, senão a gente, então, leva para a outra reunião a continuidade. Então, Senhores Conselheiros, em se definindo que o Item 4.07 da pauta foi postergado para a próxima reunião, avançamos na próxima terça-feira com a continuidade na nossa reunião. Agradeço a oportunidade do convívio, do aprendizado sempre, das trocas sempre democráticas, respeitando os processos, os procedimentos previamente aprovados pela maioria deste Conselho. Sigamos em paz e até a próxima reunião. Boa noite!

Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental – CMDUA, às 19h37min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia Costa Ribeiro, sob o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.

ATA ORDINÁRIA Nº 2911/2021

(Virtual nº 76)

Aos vinte oito dias do mês de setembro de dois mil e vinte um, às dezoito horas, reuniram-se para Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, através da plataforma virtual *Zoom*, nos termos do Decreto nº 20.611/2020, sob a presidência de GERMANO BREMM, Secretário Municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS, e na presença dos:

CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS: Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira (Titular), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Sônia Castro (Titular), **Gabinete do Prefeito – GP**; Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN**; Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), **Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS**; Carolina Wallau de Oliveira Kessler (1ª Suplente), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE**; Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), **Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOI**; Gustavo Garcia Brock (Titular), **Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV**; e Rômulo Krafta (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**.

CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS: Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Júlio Picon Alt (1º Suplente), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH**; José Rodolfo Fork (1º Suplente), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA**; Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS**; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS**; Rodrigo Adanis Barbieri (2º Suplente), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS**; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), **Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS**; Rogério Dal Molin (Titular), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**.

CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL: Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular) e Ronie Gomes (1º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Tânia Maria dos Santos (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4**; Wagner Pereira dos Santos (1º Suplente) e Ricardo Angelini, (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Cinco – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Maristela Maffei (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7**; Dinar Melo de Souza (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** e Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA**.

SECRETARIA EXECUTIVA: Camila Maders Fonseca Coelho, **Secretaria Executiva da SMAMUS**; Patrícia C. Ribeiro, **Taquígrafa/Tachys Graphen**.

PAUTA:

1. Abertura;

2. Comunicações:

2.1. Comunicação Externa: Marinês dos Santos, Cooperativa Anita; Daniel Mesquita e Antônio da Silva Matos, Fórum de Catadores;

3. Votação:

3.1. Atas: 2910 (21/09);

4. Ordem do dia.

Após a leitura dos presentes e conferência de *quorum* o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h06min.

1. ABERTURA

Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS: Boa noite, Senhores Conselheiros, Senhoras Conselheiras. São 18h06min, temos *quorum*. Declaro oficialmente aberta a nossa Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental. Uma alegria estar aqui com vocês novamente, que tenhamos uma noite de proveitosas discussões, de trocas, aprendizado sempre enriquecendo as pautas urbanísticas da nossa Cidade. Eu vou fazer a leitura aqui dos presentes e peço que aqueles que têm interesse em fazer uso ao período de Comunicação, por favor, faça a inscrição enquanto eu faço a leitura. Lembrando que a gente tem hoje solicitação de duas entidades externas, Marinês dos Santos da Cooperativa Anita para falar no período de Comunicação, e Daniel Mesquita e Antônio da Silva pelo Fórum das UTs, cada um deles pelo período um 5 minutos. (Relação dos presentes na inicial). Se faltou alguém pode se identificar no chat que a gente faz o registro da presença. Então, antes de abrir o período de Comunicação externa vamos encerrar as inscrições das Comunicações internas de conselheiros, por favor. Eu tenho a Conselheira Maristela e o Conselheiro Felisberto inscritos para o período de Comunicação. Temos mais algum inscrito? Do contrário a gente vai encerrar a inscrição para o período de Comunicação e vai abrir para fala da entidade externa, as duas entidades que estão inscritas. O Adroaldo também inscrito comunicação e Tânia inscrita para o período de Comunicação. Vou registrar aqui no chat que fica a partir de agora encerrado. Encerrada a Comunicação, está registrado ali no chat. Desejando uma boa noite, saúdo a presença da Marinês dos Santos, que é da Cooperativa Anita. Marinês, pode fazer uso da palavra. Bem-vinda a este Conselho pelo período de cinco minutos. Fique à vontade.

2. COMUNICAÇÕES:

2.1. COMUNICAÇÃO EXTERNA: Marinês dos Santos, Cooperativa Anita; Daniel Mesquita e Antônio da Silva Matos, Fórum das UTs

Marinês dos Santos, Cooperativa Anita: Boa noite. Boa noite para todos aí. Meu nome é Marinês e a fala que eu vou fazer é bem rápida, é sobre a questão das unidades que estão pedindo licenciamento, para um olhar bem profundo para todas as unidades, que têm unidades que são bem ampliadas e com toda a estrutura, no caso ampliada pela Prefeitura, e tem unidades que não. Tem unidades que são cedidas por outros setores, galpão que a gente utiliza. Tem a COADESC, que é uma invasão. Tem a Irmão Cechin, que é uma área que também fica em uma invasão. Então, essas unidades, por mais que elas não estejam entregues em um convênio, recebendo como nós do DMLU, elas recebem os seus resíduos. Então, tem que ter um olhar mais profundo como para outras que estão bem ampliadas, como a Frederico Mentz, que são áreas feitas pela Prefeitura, pela Padre

Cacique, pela Vila Pinto. Entendeu? Se vocês forem dar uma olhada, uma visitada nessas unidades, elas são bem ampliadas, é capaz de ser favorável para elas sim uma licença ambiental, mas para as outras, como não são estruturadas e não são áreas como as nossas mesmo, nem feita pela Prefeitura, é difícil. Então, peço esse olhar para vocês. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Marinês, pela tua fala, contribuição aqui ao debate, sempre muito bem vinda. Na sequência a gente tem o Daniel Mesquita e o Antônio. Daniel Mesquita, da Associação Padre Cacique. Daniel, cinco minutos. **Daniel Mesquita, Associação de Catadores da Padre Cacique/Fórum de Catadores:** Então, vamos lá. Eu gostaria de falar sobre... (Inaudível/interferência no áudio). **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Não estamos te ouvindo, Daniel. Problema na conexão. A tua conexão está bem ruim, Daniel. Não te ouvimos direito, tem um chiado no fundo e há falhas na tua falha. Não sei bem o que pode ser. **Daniel Mesquita, Associação de Catadores da Padre Cacique/Fórum de Catadores:** Agora melhorou? **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** É, tenta falar, tem um chiado no fundo, tentar dar continuidade, vamos vendo. **Daniel Mesquita, Associação de Catadores da Padre Cacique/Fórum de Catadores:** Está muito confuso o diálogo com relação ao processo de licenciamento. A gente tem um retorno da SMAMUS e do DMLU com relação à necessidade do desgravame para o procedimento do processo de licenciamento. Então, a gente tem essa ânsia desse licenciamento, que pudesse licenciar e tem muitos questionamentos com isso. A falta de participação, até por uma questão de informação, poder ter essa informação, né, como, por exemplo, a questão do gravame de equipamento comunitário, por ter sido escolhido esse gravame, esse é o melhor, depois como essa questão da resolução do COMAM, a Resolução nº 005... (Inaudível/interferência no áudio)... dá um norte, dá um auxílio, lá no final ela revoga, essa Resolução nº 003/2021. Então, nós estamos descobertos, nós não temos mais uma resolução. Essa resolução revoga inclusive as declarações... (Inaudível/interferência no áudio). Prorroga automaticamente a licença operacional em fase de não manifestação definitiva do órgão ambiental competente ou de não findar o processo de licenciamento, né! Então, a gente está nessa dúvida, essa declaração, essa licença normativa está revogada também. Por último, eu gostaria, são muitos termos técnicos nessa Resolução nº 003, no artigo 3º, § 17º, fala sobre regularização urbanística. (Inaudível/interferência no áudio). Então, essa resolução nos retorna aos gravames. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado pela fala do Daniel, agradecemos a tua manifestação. Eu não sei se o Antônio... Antônio, era essa a fala? Eu vi que entrou durante a fala do Daniel. Está liberado o teu microfone. **Antônio da Silva Matos, Fórum das UTs**: Boa noite a todos, todas. Boa noite a meus colegas companheiro, Marinês e Daniel. Nós somos do Fórum de Unidades de Triagem de Porto Alegre, todos somos participantes ativos, somos da coordenação do Fórum. Temos o prazer de estar participando do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental, aliás, um Conselho que eu reputo como talvez o Conselho para efeito de sociedade porto-alegrense o mais importante, porque ele mexe com o poder da Cidade. É por isso que os empresários têm tanto apreço e participação por este Conselho, sempre marcam posição. No ano que vem, quando tiver eleição, a gente deve participar, a cidade participa pouco. Então, se a Prefeitura fizesse um processo aí de qualificação, incentivo da participação popular. Eu quero, na nossa função a gente pode falar muitas coisas, o nosso tempo é pouco, mas mesmo que o nosso tempo fosse muito nós temos que ter o foco naquilo que atrapalha o nosso trabalho aqui, como é que uma Cidade como Porto Alegre

não prevê no seu planejamento urbano um lugar para unidades de triagem, para galpões de reciclagem? Como pode? Por exemplo, eu sou Presidente da Cooperativa do Campo da Tuca e não tem nem praça aqui, nem presta tem, imagina ter lugar para galpão. Então, nós estamos em um lugar muito ruim, mas estou aqui, não falo só em nome do Campo da Tuca, e a Marinês, mas o Daniel falou um pouco sobre a Resolução do COMAM 003/2021, que começa dizendo que dispõe sobre documentos para licença ambiental, estabelece fluxo de tramitação. Ótimo, tranquilo, né! Depois fala nos consideramos, fala que as nossas áreas podem ser potencialmente poluidoras. Bem no início aí, gente. Não estou propondo ler agora, eu acho que qualquer coisa que nós propormos aqui nós temos que dar continuidade para isso. Então, não vai ser uma intervenção de alguns minutos aqui que vocês vão entender o que nós estamos falando. E no artigo 3º dessa resolução do COMAM diz que o ideal seria que cada unidade de triagem ficasse há 20 km de raio, no aeroporto teria uma dificuldade, né! Alguém viajou na maionese e foi aprovado. A nossa Cidade é pequena, a área urbana, imagina, né! Nem a que fica mais longe do Centro, que é justamente a do Daniel, lá da Padre Cacique, na Restinga, tem menos de 20 km de um raio. Mas eu estou só chamando atenção para que talvez se preste atenção. Eu sou da unidade mais antiga, junto com o aterro lá da Sertório, nós estamos com uma dificuldade imensa de licença ambiental, muita dificuldade. Não dá para criar uma lei que impossibilite da gente superar a dificuldade. Nós estamos em uma área que moram milhares de pessoas, que tem prédios enormes, que tem mercados, muitos mercados. Qual é a dificuldade? A gente tem que olhar o problema e tentar resolver o problema e não contornar o problema. Eu estou colocando aqui, sou militante antigo dessa causa, leva a sério isso, acho que nós temos que junto com o governo, junto com os técnicos, junto com os conselhos que ficam junto a este conselho do Plano Diretor, a gente sentar junto e resolver isso. No último caso, se não der, vamos fazer o que nós já fizemos um tempo atrás, nós vamos para a Promotoria Pública, a Doutora Anelise, vamos pedir... (Sinalização de tempo esgotado). Vamos pedir uma licença guarda-chuva. Nós não vamos aceitar que algum tipo de protocolo aí nos impeça de trabalhar. Nós queremos ajudar todo mundo e queremos chamar os conselheiros todos, aqui da minha região é a Maristela, de outras regiões são outros, nós podemos sentar e conversar para tentar resolver isso, não para apenas constar em uma ata a nossa presença aqui. Uma boa noite a todos, muito obrigado pela atenção aí. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem. Obrigado, Antônio, pela fala. Eu vou abrir para os questionamentos, os conselheiros têm direito de falar por um minuto, temos o Rafael inscrito, Felisberto, Maristela e Vaneska. Eu queria só distinguiu um pouquinho os assuntos, eu vejo que talvez houve um pouquinho de incompreensão nas tratativas. Na resolução do COMAM 003/2021, que foi aprovado pelos conselheiros do COMAM em 13/09/2021, ela justamente atende uma demanda, inclusive, construída em conjunto com o Ministério Público, com a Doutora Anelise, enfim, com todos os atores desse processo para criar um procedimento mais célere, a gente simplificar os procedimentos, porque no licenciamento como um todo existe a etapa urbanística e existe o licenciamento ambiental, que se chama licença de operação. Então, para a gente emitir a licença de operação a legislação exige que nós tenhamos a regularidade do licenciamento urbanístico. Então, isso sempre foi um ponto de dificuldade, porque o urbanístico tem uma complexidade, em muitos casos essas unidades de triagem estão instaladas em locais proibidos pelo Plano Diretor, embora estejam há tantos anos, e eu vejo na fala do Antônio, talvez isso nós tenha sido pensado, incorporado dentro da estrutura da Cidade, mas a gente está no próximo Plano Diretor já pensando isso, qual é a unificação das estruturas. Isso facilitou bastante, porque a gente está conseguindo pegar essa expertise e esse conhecimento todo

licenciamento para trazer para o planejamento urbano. Mas independente daquilo que estamos pensando para o próximo Plano Diretor, a gente entendeu, especialmente, aquelas que estão conveniadas com o Município, que tem uma série de unidades nesse sentido. Em uma conversa, em um diálogo com o Ministério Público, mapeou-se como primeiro passo lá atrás, identificamos quais eram elas. A Equipe do Planejamento, então, começou a se dedicar a mapear qual a problemática, qual o impedimento legal de cada uma delas, porque cada uma vai ter um nível diferente. Uma está dentro talvez de uma APP, outra está dentro de uma área proibida, outra poderia ser superada com um Estudo de Viabilidade Urbanística, a outra não tem matrícula. Cada uma tem uma situação diversa e a gente sabe que essa população, enfim, essa comunidade tem dificuldade às vezes econômica de contratar um profissional para organizar essas informações. Eu vejo que os processos às vezes ficam de um lado para o outro, porque tem uma complexidade de aplicação de legislação, o pessoal não tem condições de contratar os profissionais para uma etapa, mas tem uma etapa posterior, não conseguiu identificar todas as etapas. Então, nós, por decisão nossa, optamos por tentar ajudar a organizar isso internamente, não esperar desse interessado, dessa unidade de triagem, porque isso a gente viu ao longo dos anos que não estamos conseguindo regularizar. Então, a gente designou a Empresa do Planejamento para fazer esse mapeamento e a partir disso, desse mapeamento da necessidade, da problemática de cada um, a gente começou a tratar as estratégias de ação. Uma das estratégias de ação é que a gente precisa regularizar urbanisticamente essas unidades. Então, algumas não vão ter matrícula, enfim, uma série de problemas. Como é que a gente consegue superar alguns dos pontos de Plano Diretor? Vamos gravar como equipamento público, essa foi a estratégia, a gente grava como equipamento público. Então, em função disso teria alguns benefícios, teriam algumas flexibilizações que a gente conseguiria fazer, não exigia matrícula, superar alguns planos diretores. Então, é por isso que veio para este Conselho aqui do Plano Diretor, que é responsável por aprovar os gravames, traçados da Cidade, conforme prevê a competência no Plano Diretor. Então, é isso que veio para cá, a partir desse gravame como equipamento público seguem os processos de licenciamento do Estudo de Viabilidade Urbanística, da aprovação de projetos, depende de cada uma delas, e a gente consegue superar alguns pontos nesse processo. Independente disso, em outra frente a gente atuou no sentido de tentar emitir, enfim, tramitar o licenciamento ambiental, que é licença de operação dessas unidades. Por isso foi feita essa resolução, assim como vocês aqui do Conselho do Plano estão trabalhando na resolução dos gravames, em paralelo a gente já conseguiu aprovar no Conselho do Meio Ambiente a parte ambiental, que era para a licença de operação. E nessa resolução emitida pelo Conselho do Meio Ambiente, em setembro agora, a 003/2021, a gente também superou alguns pontos, a gente liberou, inclusive da regularidade urbanística alguns casos, para as coisas poderem ir avançando, porque dependendo, em alguns casos vai ser necessário a licença de operação, mas talvez para financiamento vai ter que ter regularidade urbanística. Então, a gente optou por separar e encaminhar nesses dois eixos, tanto ambiental, quanto urbanístico. Então, essa resolução trazia daqui, talvez tenha sido mal compreendida, foi debatida no Conselho do Meio Ambiente em inúmeras oportunidades, passou pelas câmaras técnicas do COMAM, ontem assentos as entidades e se entendeu que era possível simplificar o processo de procedimento nessa resolução. Tanto que se criou a licença de adesão e compromisso para as unidades, tudo no sentido de facilitar o procedimento, ter mais simplificado para viabilizar essa licença de operação, o que não está impedindo o que está agora em discussão no Conselho, que é o gravame como equipamento público para a regularidade urbanística, que também é necessária. Independente da gente conseguir tirar a licença

ambiental de operação é importante que tenha a regularidade urbanística, porque depois da aprovação do projeto consegue tirar carta de habitação, consegue financiamento, consegue contratos, enfim, fica registrado, fica na matrícula. Então, só compartilhar um pouquinho com vocês para que talvez fique um pouquinho mais claro essas frentes adotadas e agora eu abr para as falas dos inscritos. Para as resposta e comentários. Rafael, Felisberto, Maristela e por último a Vaneska. Rafael, um minuto. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Quero primeiro cumprimentar o Antônio Matos. Ele não ressaltou, mas eu vou ressaltar aqui, foi conselheiro ainda do Conselho Plano Diretor, ele foi conselheiro nos anos 80, durante todos os anos 90, né, Antônio Matos? Pela zona comunitária 3. Então, cumprimentar esse representante nosso durante muito tempo. Bom, sobre a questão em si, quero reforçar, apesar de toda a explicação, Secretário, acho que tem uma pergunta que é importante, quero reforçar uma pergunta que foi colocada pelo representante da Associação Padre Cacique, é questão desse hiato entre aquilo que consta na Declaração 24/2018 e as novas licenças que vão ser expedidas a partir dessa reorganização que está sendo feita. Se há esse hiato ou não há? Acho que essa é uma preocupação que foi explanada aqui. E por fim quero dizer que parece importante, Secretário, que reúna no Fórum as associações, porque ao que parece, pelas falas que ouvimos aqui, que não estão a par direito do que está acontecendo. É importante que eles participem e tivessem participado da construção disso, mas principalmente agora para esclarecer e até para arredondar a bola. Então, nem todos os atores foram envolvidos, porque se nós estamos aqui vendo três associações pedindo esclarecimentos ainda, né, parece que não houve o envolvimento delas. Então, quero recomendar, sugerir, propor, daqui a pouco um fórum, estou chamando de “fórum”, mas uma figura que reúna essas associações pelo menos para esclarecimento e participação, para contribuição deles no processo daqui por diante. Mas o importante, Secretário, é esse hiato, o pessoal está preocupado, porque esse hiato está entre a declaração d e218 e as novas licenças que vão ser expedidas. Se eles vão ficar resguardadas ou não. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem. Obrigado, Rafael. Na sequência o Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Bom, boa noite a todos e todas, conselheiros e conselheiras. Saudar o Antônio Matos, esse guerreiro do Partenon, com longa história nesta Cidade. Eu queria propor que a gente fizesse o GT de trabalho para trabalhar a realidade de cada uma dessas unidades. Há uma confusão e um desconhecimento do início desses galpões de reciclagem. Muitos desses galpões surgiram na Temática de Desenvolvimento Econômico e Tributário no Orçamento Participativo, cito algumas delas, a da 5ª Unidade no Parque Industrial da Restinga, foi construída para englobar a mão de obra da 5ª Unidade. A unidade ali da Cavalhada. Se alguma coisa estive errada que me corrijam. Também um galpão de reciclagem para incorporar junto com o reassentamento das famílias. A AREVIPA, que é na Paraíba, também, agora totalmente desvirtuada. Já estou finalizando, Secretário. É importante essa lembrança. Então, eu proponho um grupo de trabalho, porque algumas dessas unidades têm em características diferentes e surgiram de maneiras diferentes, junto com o projeto habitacional. Então, a gente não pode desassociar isso e muitas delas estão em áreas de propriedade de governo estadual, federal e municipal. Então, nós temos que limpar esse meio de campo. Então, eu proponho um grupo de trabalho e que a gente tenha o cuidado envolvendo todos os interessados. Obrigado e era isso. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. Conselheira Maristela na sequência inscrita. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete –**

RGP. 7: Boa noite, Secretário. Boa noite, conselheiros, conselheiras. É uma honra ter aqui hoje participando esse público tão seleto, tão nobre, como o caso do Daniel lá da Restinga. Desculpa, é a Ivani? E o Matos. Matos, tenho muito orgulho de tu teres sido uma das pessoas que me convidou e no caso hoje estou aqui como Conselheira. Mas o que eu queria tratar, Secretário, e colaborar, que é isso que nós estamos fazendo com a nossa Cidade, é que, na verdade, eu acho que o Felisberto aqui e o Rafael, trataram muito bem quando se fala da questão da diferenciação de execução e elaboração dessa política para a Cidade. Por exemplo, aqui ao lado do UTC, onde eu moro aqui na Lomba do Pinheiro, nós temos uma longa história da UTC, bem como nós temos três clandestinos com praticamente escravo, destruindo com o meio ambiente com mata nativa, mata atlântica nativa e nada foi feito. É um trabalho de patrão, de escravização, não tem um trabalho de cooperativismo, associativo em prol da sociedade. Então, bem como diz o Felisberto, nós temos que limpar essas questões todas. Louvo sim a preocupação da Prefeitura, do COMAM, enfim, de todos os órgãos, mas louvo também a nossa intervenção no sentido de participarmos, de esclarecermos e ter esse montante da sociedade, esse montante tão nobre para nós, essa linhagem tão profunda da nossa sociedade, que se faz presente neste momento aqui. E que bom que pude estar aqui neste momento para ajudar a ser uma interlocutora de um momento tão rico para nós, Secretário. Muito obrigada. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Maristela, também pela fala. Depois inscrita a Conselheira Vaneska. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Boa noite a todos os conselheiros. Eu ia mais esclarecer a parte técnica, que eu entendo que foi bem esclarecida pelo Secretário. Então, até não sei se ficou alguma lacuna ainda de entendimento da parte do licenciamento urbanístico, que é justamente essa questão desse primeiro reconhecimento que era necessário ali, em alguns casos até para poder permitir que a atividade se realize. A gente entende que a gente está alinhado com o tema de revisão do plano, que essas estruturas têm que estarem previstas no Plano Diretor, serem pensadas enquanto sistema e esse é um desafio que a gente vai ter na nossa revisão do plano, reconhecer essa atividade. Só mencionar que a comunidade tem acompanhado através das reuniões do Ministério Público, que o Secretário mencionou, bem como as reuniões muitas vezes do COMAM. Isso também os responsáveis técnicos estão trabalhando para a regularização dessas unidades de triagem. Depois a gente pode também resgatar essas informações e disponibilizar para ver quem eram os presentes, todas as reuniões têm ata. Então, é bem fácil de poder resgatar para saber quais os agentes que participaram dessa comunicação, para poder iniciar esse processo que visa poder regularizar essas unidades no território. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Vaneska. De repente até compartilhar, é a Catiane, né? Quem é o contato ou a responsável técnica lá do DMLU que está conduzindo? **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Posso depois passar, dentro da nossa diretoria é a Arquiteta Natália e tem uma do DMLU, que tem acompanhado essas atividades. Até estava pegando algumas informações com ela aqui, enquanto a gente está na reunião, para que a gente possa construir, a gente quer ter cada vez mais um trabalho mais eficiente de comunicação também. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Vaneska. Então, perfeito, podemos inserir na próxima pauta da próxima reunião a deliberação com relação à criação de um grupo de trabalho, enfim, aos conselheiros que estão dispostos a contribuir com relação ao tema. Por favor, eu peço que façam a inscrição

prévia com a Camila, aqueles que estariam dispostos, aí a gente delibera na próxima reunião para formatar esse grupo de trabalho, enfim, aí fica esse grupo também no sentido de se organizar com a pauta de reuniões. Enfim, a equipe e o governo, eu não tenho dúvida que a Natália, a representante do DMLU lá que é responsável técnica, vai oportunamente fazer a apresentação, enfim, explicar os pontos que foram tratados. A Doutora Ângela também pode falar com relação ao licenciamento ambiental. O fato é que a gente está em um esforço de construir algumas soluções, tanto a resolução essa que saiu do COMAM, quanto essa que está em pauta aqui no Conselho para a gente simplificar os procedimentos das unidades de triagem, tentar dar essa regularidade que a gente sabe que é tão importante para essa população aí. E também inserir no nosso Plano Diretor, a partir dessa experiência, essa vivência que a gente está tendo inserir isso dentro do Plano Diretor, que a gente sabe que é importante a gestão do resíduo dentro do território, que às vezes acho que mais por desconhecimento ou o próprio amadurecimento mesmo do tema e da pauta, eu acho que está muito maduro da gente inserir dentro desse processo de revisão e comportar essas estruturas dentro do espaço urbano. Senhores e senhoras, passamos à deliberação... Não, temos Comunicação. As comunicações dos conselheiros, temos a Conselheira Maristela, Conselheiro Felisberto, Conselheiro Adroaldo, Conselheira Tânia e Conselheiro Gomes. Então, eu oportunizo a fala para a Conselheira Maristela, no período de Comunicação. Três minutos, Conselheira, fique à vontade. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Obrigada, Secretário. Eu quero aproveitar este momento para divulgar o processo que nós estamos iniciando, muito tempo já de luta sobre a primavera da democracia, no sentido das não privatizações dos serviços essenciais à nossa sociedade. Nós temos visto aí o problema gravíssimo, a questão do aumento da nossa energia, do gás, a privatização da água, enfim, Carris e tantos os outros órgãos que nós consideramos equilíbrio, essência de equilíbrio da nossa sociedade. Então, eu quero trazer aqui o lançamento do Brasil de Fato, do plebiscito que nós estamos vivenciando, estou aqui com jornal e o abaixo-assinado que nós queremos chegar a um milhão aqui em Porto Alegre, né! E oito milhões no Brasil de assinaturas. Estamos aqui com o livrinho didático e explicativo sobre todo o processo que nós estamos vivenciando de privatização, para envolvermos a nossa sociedade. Nós vivemos, ainda bem, com muita resistência na democracia, apesar dos pesares resistência sempre, trazendo esse tema tão profundo para nós, que é a questão das não privatizações. Nós estamos vendo na e em tantos outros lugares, no Piauí, por exemplo, vendendo a preço de banana a área lá e vendendo por pouco ou nada, porque botam fogo para proporcionar essa postura. Já na época da ditadura militar era feito aqui, onde os estancieiros do Rio Grande do Sul levavam para o Paraná, depois chegou no Mato Grosso do Sul e hoje é em todo o Brasil, acabando com o nosso equilíbrio. Eu não chamo de pulmão, porque a gente sabe que não é, mas a importância da biodiversidade, o que significa para a nossa autonomia enquanto país, enquanto autonomia dos povos. Então, viva a essa iniciativa, nós estaremos em todos os lugares para colher e com certeza, Secretário, estarei aí visitando o senhor para também ter o seu aval nessa prestação de serviço para a sociedade. Muito obrigada. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira, Maristela, pela fala, seremos parceiros, sem dúvida. Na sequência, então, a gente tem o Conselheiro Felisberto inscrito. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Bom, boa noite novamente, né! É importante esse debate sobre as unidades de triagem para que a gente possa construir, incorporar essas pessoas às cooperativas que trabalham em um trabalho que engrandece esta Cidade e faz com que ela seja um exemplo para o país. Então, parabéns aos recicladores, a esses heróis da ecologia. Então,

na semana passada eu, o Adroaldo e a Claudete visitamos das que estavam no processo, mais de 5 unidades e isso fez com que a gente tomasse conhecimento das diferenças de cada unidade dessas. Então, é importante que a gente saia um pouco dos nossos locais para visitar essas unidades e conversar com as pessoas. Quero saudar a Marinês, todas as pessoas que não receberam, a Núbia, todas as pessoas que nos receberam bem e naquele um minuto não deu. Então, neste momento de informe eu quero colocar isso. Ao Antônio Matos, então, agradecer as palavras da Marinês, mas é importante que a gente tenha esse olhar para a Cidade, nós somos conselheiros da Cidade, nós somos conselheiros regionais eleitos pelas comunidades. Então, é importante que a gente dê retorno para quem nos elege e mesmo àqueles que não participaram. Por fim, eu quero dizer da minha estranheza da reunião que teve no Paço Municipal, na sexta-feira, para tratar do projeto ou do reassentamento das famílias do Quilombo Caddie. Estranho essa atitude, participação do Prefeito, Secretário André Machado, Conselheiros do OP e a comunidade não é convidada para se manifestar. Estranho muito isso, isso me parece muito sério em que não envolva e se violente direitos, depois se queixam quando a gente leva ao MP, não tem outra forma! Não tem outra forma! E tem mais um agravante, que é muito sério, que aconteceu ontem, alguém representando o Zaffari esteve na área tentando fazer com que as pessoas vendessem ou aceitasse o pagamento da compra assistida. Isso é muito grave, é muito sério! É muito sério! Já foi sério quando não ouviram a comunidade, agora pressionar? Não vai ser assim! Desculpe, não vai ser assim! Podem ser os poderosos desta Cidade, mas não é assim. (Sinalização de tempo esgotado). Eu estou finalizando, Secretário. Isso é muito sério e tem ser levado ao MP para que se aprove as responsabilidades sim. É muito sério isso! Obrigado, era isso que eu tinha para colocar. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto, pela fala, sempre contundente na defesa, na sua visão. Na sequência, então, o Conselheiro Adroaldo inscrito. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Boa noite, Presidente. Boa noite, Conselheiros. Quero inicialmente cumprimentado a Marinês, o Daniel e o Antônio Matos pelas fala, por essa luta. Eu já me proponho a fazer parte desse grupo aí para continuar discutindo as unidades de triagem. Presidente, eu quero continuar na fala aqui do Conselheiro Felisberto, porque me surpreendeu bastante, uma reunião ontem não foi comunicada a comunidade, este Conselheiro também em princípio não teria acesso. Não foi chamado, não foi convidado para ser tratado de um tema que a gente vem todos os dias conversando, que é a questão do Quilombo Caddie. Então, a gente estranha a forma como está sendo tratado do governo para dentro da sociedade e a gente fala tanto em um governo democrático. Se isso for democrático, eu acho que eu estou no país errado aqui, na cidade errada. E eu gostaria e deixar muito claro que eu continuo representando essa comunidade, essa região essa questão do Zaffari também é surpreendente, por que agora o Zaffari se interessou em conversar com a comunidade? Eles estão lá há mais de 100 anos, nunca ninguém procurou aquelas pessoas para levar algo que pudesse melhorar o meio de vida das pessoas. Agora está nos preocupando em reassentar, não estão preocupados em reassentamento, só queriam saber quanto eles queriam para sair de lá. Então, parece que está invertida a fala na Cidade. E estranho que o Prefeito Melo ofereceu o seu gabinete para ser discutido, mais ainda o Secretário André Machado e pede a reunião para conversa ente as secretarias, vice-prefeito, o nosso próprio Presidente aqui, o Secretário, lá bonito só olhando e nós da comunidade, os que estão acompanhando, não conseguem participar. Os conselheiros do Orçamento Participativo, que nós sabemos que neste momento está enfraquecido, não seriam legítimos representantes para defender a região, como eles nem

conhecem a região, nunca entraram naquela comunidade. Então, quero deixar essa minha estranheza aqui e espero que mais adiante a gente possa sentar para conversar sobre o Quilombo Caddie. Obrigado, Presidente. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Adroaldo, pela fala. Na sequência, então, a gente tem a Conselheira Tânia. Boa noite, Conselheira! **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Boa noite. Boa noite, Secretário, boa noite a todos. Boa noite, Seu Matos, prazer em vê-lo aqui, Marinês, sejam bem-vindos. Eu gostaria de também fazer uma ressalva aqui da importância da construção desse GT, para que a gente possa debater com muito cuidado, com um olhar bem atento a esses processos referente às reciclagens da Cidade. As reciclagem além de ajudarem a manter a cidade limpa, organizada, elas alimentam famílias e são muitas famílias que dependem da reciclagem. E além de tudo elas ajudam na vida do planeta. Então, a importância é muito maior do que se tem noção, é muito mais profundo, eu acho que a gente precisa conversar sobre isso, Felisberto. Vai ser muito bem empregado aqui esse GT, vamos fazer e vamos participar, porque é uma longa e não é coisa pouca não. Outra coisa que eu gostaria de falar, o Adroaldo falou, o Felisberto comentou, estiveram aqui na minha região de planejamento, na Região 4, e a conselheira não foi convidada e nem os moradores da região para esse debate. Então, eu não consigo entender, eu pedi algumas explicações, a responsável me falou alguma coisa, mas não deixou nada claro. Então, a gente gostaria de saber quando vem na nossa região, nada mais justo que convidar os conselheiros e a comunidade para esse debate, não ficarem debatendo entre si, a comunidade não sabe nada e muito menos o conselheiro representante das regiões. Outra coisa que eu quero falar também é uma reclamação e um apelo à Prefeitura de Porto Alegre e aos seus representantes aqui deste Conselho, referente à pista de skate do IAPI. Estão falando em construir uma nova pista de skate, mas a pista de skate, que inclusive nos finais de semana reúne várias famílias no seu entorno, a pista de skate do IAPI é a única pista da América do Sul com esse formato, que inclui várias modalidades do skate dentro dessa pista, uma das pistas mais importantes do Brasil e da América Latina. É conhecida mundialmente, aparece em vários vídeos internacionais essa pista do IAPI. Inclusive, skatistas campeões, como o Marlon Silva, Dwayne Fagundes saíram dessa pista do IAPI. Hoje tem várias apostas do skate que estão lá, são crianças que estão treinando, que inclusive tem que varrer a pista, fazer a manutenção, estão lá treinando, que são apostas do nosso Brasil no skate, que hoje o skate é um esporte olímpico, né! Então, a pista está quebrada, a pista está suja, abandonada, sem luz, inclusive os funcionários que trabalham lá têm que trabalhar sem luz, não tem luz nem para carregar a bateria do seu celular. Então, é um pelo que é feito, porque o que adianta fazer uma pista nova e uma das pistas mais importantes da América Latina está sucateada, como todos os nossos bens históricos e públicos. Então, é só isso. Muito obrigada. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Tânia, pela contribuição. Na sequência o Conselheiro Gomes. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Boa noite, conselheiros. Boa noite, Presidente. Eu queria repercutir um pouco sobre a audiência pública que aconteceu na semana sobre as torres do Beira Rio. Até pensei que ia ter mais conselheiros repercutindo também, mas não vou deixar de fazer alguns comentários e alguns registros. O projeto, o EVU foi muito bem apresentado pelo Patrick, o Arquiteto Patrick, da Secretaria, e digamos assim, que das apresentações técnicas ficou faltando muito uma apresentação técnica do grupo de arquitetos no Inter, que foram substituídos por dirigentes, os famosos aí capas pretas, para tentar colocar para nós o projeto que a gente bem conhece. E, consequentemente, eu

fiquei muito chateado pela quantidade de mentiras que se falou sobre como repercutiu, como passou, como foi discutido o projeto dentro do Conselho do Plano Diretor. Para eles lá, para os capas pretas do Inter, passou batido aqui, que aqui já passou, coisa que não aconteceu. Veio o EVU para cá, nós apresentamos uma série de óbices em relação a fazer a discussão naquele momento, em função de não haver a previsão de uso residencial no local. O Presidente teve uma posição firme, que foi referendada, diga-se de passagem, pela resposta que a PGM deu ao documento, que quem formalizou foi o Felisberto pela região de Planejamento 1. O Felisberto sintetizou a nossa discussão, fez uma moção à PGM, o Presidente encaminhou à PGM, e eu estou com ela inclusive aberta aqui. A PGM acaba dando também, sintetizando, dizendo que a gente poderia discutir o EVU, porque EVU não gera direitos de construção, de aprovação de projeto, sempre estaria dependendo. Eu acho que nós encaminhamos muito bem encaminhado e paralisar o processo naquele momento. Nós estamos falando de um projeto que tramitou aqui em 2019, nós estamos em 2021, no final do ano de 2021. Bom, o projeto, eu não vou discutir o mérito dele aqui, nós vamos ter a oportunidade de discutir, se é que vamos estar aqui neste Conselho quando voltar para cá, porque os próprios dirigentes do Inter acham que não volta este ano, por exemplo, que não é aprovado, que não é discutido, que não é debatido, que não é votado na Câmara de Vereadores, talvez seja votado bem mais tarde. O que eu levanto pela complexidade que tem esse projeto e cada vez fica mais claro para mim, que para dar esse prêmio ao Inter de ser um grande promotor imobiliário de Porto Alegre, esse presente que a legislação daria para ele se transformar, porque o Inter não é um imobiliário, não é uma empresa de construção, mas ganharia o direito de colocar no mercado um bem para vender, devidamente com uma contrapartida financeira... (Sinalização de tempo esgotado)...de 20%, 25%, sei lá, conforme o negócio, conforme se faz esses negócios no mercado imobiliário. Nunca vi em campo de futebol, mas aí nós estaríamos dando esse salvo-conduto para o Inter. Então, se isso pode vir acontecer? Isso pode vir acontecer, não depende de nós, está lá na Câmara de Vereadores. Mas eu digo o seguinte, se vão ganhar esse premi, eles vão ter que dar um premio muito maior para a Cidade, não são aquelas contrapartidazinhas que estão apontadas ali no EVU, teria que ser realmente alguma coisa de impacto para dizer: Pô, fomos premiados por Porto Alegre para fazer esse grande empreendimento, para dar uma repercussão enorme, financeira... Financeira para o Inter! Ok? Então, esse é o bem que nós vamos deixar para a Cidade, um bem muito grande, muito interessante, emblemático também, como seriam as torres, se é que serão aprovadas. Presidente, muito obrigado pelo espaço. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Gomes pelas falas trazidas aqui, lembranças com relação ao processo do Internacional. Acho que ficou bem esclarecido também da audiência pública, foram muito ricas as falas hoje aqui. Passamos, então, Senhores Conselheiros, à votação das atas:

3. VOTAÇÃO:

3.1. ATAS: 2910 (21/09)

Estamos em dia, a ata de 21/09. Que alegria, estamos com as atas em dia. Se temos objeção, Senhores Conselheiros, para aprovação das ata ou alguma abstenção, por favor, manifeste-se no chat. A Conselheira Maristela tem uma Questão de Ordem. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Secretário, vou ser bem rápida, bem breve. Só quero dizer para esse senhor que representa o Conselho, conselheiro de uma reunião, que mentira é uma coisa muito... **Germano Bremm,**

Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS: Conselheira, desculpa! Não vamos fazer... Desculpa, eu lhe cortei. Conselheira, a Questão de Ordem é para as dúvidas, eu sei que a senhora quer voltar no tema do Internacional e não tem Questão de Ordem nas Comunicações. Eu imaginei que fosse com relação à ata, Conselheira. Então, por isso que tive que lhe silenciar, tá, Conselheira? Não tem Questão de Ordem no período de Comunicação justamente para não voltarem todos os temas. Todos tem a oportunidade de falar dentro do seu tempo, a senhora teve a sua oportunidade. Passamos, então, Senhores Conselheiros, à votação da ata. Depois se temos objeção à aprovação da ata ou alguma abstenção, por favor, faça a manifestação no chat. Naturalmente, seguimos o nosso regimento, por favor, sem ofensas no chat. Lembrando que este é um Conselho, existe apuração em processo de ética com relação a faltas ao regimento. Então, vamos manter a nossa elegância, o nível do debate que estava nas unidades de triagem, muito bom o amadurecimento do tema. Nós temos que na sequência aprovar esses processos importantes para a Cidade como um todo. Conselheiro Mark, tem uma Questão de Ordem? **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** É uma Questão de Ordem porque antes de participar da reunião eu fiz a leitura da ata, porque eu costumo aprovar a ata após a sua leitura. Não aprovo a ata sem conhecê-la. Então, aqui na página 10 eu queria fazer uma correção, na linha 449, ali diz que as atas que foram aprovadas são 2926, 2927, 2828 e 2929. Essas atas com esses números não existem. Então, eu estou sugerindo á redatora da ata a correção para que se aproprie aqui os números corretos. Na página 17, eu estava lendo ali entender uma manifestação que o Felisberto fez ali, na linha 772 ele está se referindo a uma prensa da França e ali saiu uma palavra com outra grafia. Eu estou sugerindo a correção nessa linha 772, usando a palavra prensa ali, porque há uma incorreção no texto da ata. Era isso, Conselheiro Presidente. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Mark. Consignamos a sua manifestação, que vai ser inserida à observação ao final da ata com as suas contribuições. Temos 6 abstenções, nenhum voto contrário. Aprovada a ata com as consignações trazidas pelo Conselheiro Mark. **APROVADA A ATA 2910**. São 19h06min, passamos ao item:

4. ORDEM DO DIA:

4.02. EXPEDIENTE: 19.0.000005293-3

INTERESSADO: Neide Pirillo Silva e Outros/Lyx Participações e Empreendimentos S/A

ASSUNTO: EVU

LOCAL: Estrada Retiro da Ponta Grossa, 117

RELATOR: SMOI (Distribuído em 17/06/2021)

Nós tivemos o parecer do relator após a diligência, parecer favorável em 10/08. E temos a apresentação do relato de vista. Tínhamos inscrito para o relato de vista o Conselheiro Felisberto, que apresentou em 17/08. A gente fez a alteração e oportunizou novo relato de vista. É aquele expediente que a gente retirou a resolução de gravame e mantemos só o EVU, a partir disso a relatora corrigiu o relato em 21/09 e tivemos solicitação de relato de vista o Conselheiro Felisberto, o Conselheiro Mark e o Conselheiro Gomes. Recebemos do Conselheiro Felisberto o relato de vista, o qual oportunizo para fazer a fala. Eu vou pedir para a Equipe do Planejamento nos relembrar do que se trata o tema, a Vaneska que vai nos apresentar? **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria de Municipal de**

Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS: Sim. Então, é o Item 4.02 da pauta, Expediente 19.0.000005293-3. Já foi apresentado pelo Planejamento em outra oportunidade, mas entendo que faz algum tempo. Então, para relembrar que se trata de um Estudo de Viabilidade Urbanística no Retiro da Ponta Grossa, 117, RGP 8. O Requerente é Neide Pirillo Silva e outros, o relator é a Secretaria de Obras. Aqui é a localização do expediente, próximo ao entroncamento da Juca Batista com o Retiro da Retiro da Ponta Grossa. A análise urbanística descreve que o objeto do estudo está localizado na avenida principal, Bairro Ponta Grossa, área de ocupação intensiva, Macrozona 5, UEU 30, Quarteirão 413, Subunidades 16 e 17. O lote do empreendimento está registrado sobre as matrículas 166.737.638, do Registro de Imóveis da 3ª Zona de Porto Alegre. A gleba possui área de 709 m² atingida por traçado viário, que é uma das vias e uma área de 184 m² atingida por um traçado viário de alargamento da Avenida Principal da Ponta Grossa. O empreendimento não utiliza transferência de potencial construtivo no local. Então, aqui a localização, prolongamentos, prolongamento é esse aqui que vai terminar nessa rua, oportunamente na saída de outro empreendimento, essa via terá continuidade. E aqui em relação à Estrada Retiro da Ponta Grossa a previsão é um alargamento viário. Devido a um prolongamento dessa via a gleba foi dividida em dois condomínios. As áreas denominadas de condomínio 1 e 2, porque juntas possuem 448 unidades habitacionais e enquadradas no Programa Minha Casa Minha Vida, faixa 1,5, destinada à demanda habitacional prioritária nos termos da Caixa Econômica Federal e do DEMHAB. Aqui só para identificar, então, o condomínio que está sendo chamado de condomínio, essa área delimitada por esse limite em vermelho aqui, no lado direito do prolongamento viário e que consiste em 23 blocos, 4 pavimentos, térreo mais 3, 357 economias residenciais e 11 economias residenciais destinadas para pessoas portadoras de necessidades especiais. O condomínio 1 tem dois blocos economias não residenciais. Em relação ás vagas de estacionamento estão previstas 391 vagas, 12 para portadores de necessidades especiais. Aqui a área de cerca de 1800 m² e uma área total construída de 17.5 mil m². O condomínio 2, que é essa outra parte do outro lado da via, que consiste em cinco blocos, aqui estão dispostos 5 blocos com 4 pavimentos no formato do outro lado da via. Aqui com 78 economias, uma área menor e duas economias residenciais destinadas a pessoas portadoras de necessidades especiais. Em relação às vagas, 84 vagas, 2 para portadores de necessidades especiais, área adensável de 3.187 m², uma área construída de 3832 m². Eles solicitam a flexibilização de altura de lobby para a proposta de edificação com 10,23 a 10,49m. O planejamento foi favorável à flexibilização de altura máxima, tendo em vista a configuração da paisagem urbana e a plena utilização da infraestrutura. Há um impacto pequeno medido com relação à diferença do que está previsto, o que é possível e o que está sendo proposta pelo empreendimento. A CAADHAP aprovou esse EVU de desmembramento com edificações, que é justamente esse desenho que estava demonstrando dos dois condôminos e coloca a destinação de área pública para vias projetadas que foram também identificados no território, compreendendo 2.930 m² remanescentes e o saldo remanescente de 1.765 m², vai ser convertido, então, fazendo o total de 4.695 m², correspondendo a 18% da área da matrícula, conforme previsto na legislação. Os condicionantes que foram colocados para esse projeto, então, é a assinatura de um DECAP ali, como a gente demonstrou, que tem uma parte dessa destinação de área pública que não acontece no território, na área do projeto, como é de praxe. Então, é um termo de conversão de área pública. O licenciamento das edificações está condicionada à apresentação da matrícula da área de destinação pública em nome do Município, fica essa condição. A CAADHAP deverá solicitar à Fazenda atualização da elaboração do DECAP. E tem uma observação da Coordenação de Planejamento Urbano, que esclarece também

essa que da tramitação do processo de gravame viário. Então, coloca aqui a aprovação do EVU e saindo essa continuidade ao andamento do processo que foi retirado de pauta, mas que não é um ajuste na área desse projeto, a área desse processo já tem a consolidação desses eixos viários que estão propostos. Também o condicionante do DEP, que coloca que a aprovação do projeto e o desmembramento do licenciamento vai estar condicionado a CPOD da SMIM. O Habite-se condicionado ao recebimento das redes de drenagem pública e a liberação das bacias de amortecimento de cada lote. A EPTC coloca dois grupos de condicionante, um para a etapa de aprovação de projeto geométrico complementar, que tem que aprovar junto à EPTC, projeto executivo, sinalização viária desse prolongamento da via que ficou em uma parte do lote que separa os dois condomínios. E para o Habite-se do empreendimento é a execução desse prolongamento de via. Um passeio também até o terminal de ônibus existente próximo ao empreendimento. Pavimentação da área entre a borda do asfalto existente e o meio fio projetado na atestada do empreendimento, prolongamento para o terminal de ônibus e a doação de área de recuo viário incidente sobre a gleba. Então, completando ali esse conjunto. Obrigada. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Vaneska, pela apresentação. Então, eu passo a palavra para o Conselheiro Felisberto fazer o seu relato de vista. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa noite a todos e todas. Agora conselheiro relato da Vaneska fiquei com algumas dúvidas, mas eu vou ler o meu parecer de vista e depois no debate... Então, onde eu digo “favorável”, eu ainda não sou favorável, tá? Então, quero ver no debate, porque me surgiram algumas dúvidas na apresentação da Vaneska, porque me parece que houve alguma diferença do que houve da outra vez o relato da Patrícia. Posso estar enganado, né. Então, se estiver enganado me desculpe. *Parecer de vista: Processo: SEI 19.0.000005293-3. Trata-se o presente expediente SEI 19. 0.000005293-3, de prolongamento de três ruas que são: Prolongamento da Rua Ilton Moreira de Souza até a Av. Juca Batista, com gabarito de 12,50m; - Prolongamento da Rua Eli Goraieb até a Av. Juca Batista, com gabarito de 12,50m; - Prolongamento da Dir. Cinco Mil Cento Oitenta até a Av. Principal da Ponta Grossa, com gabarito de 12,50m. Segundo diz o parecer da relatora. No lote Nº165 as áreas destinadas ao alargamento da Av. Principal da Ponta Grossa e ao prolongamento da Rua Vinte e Sete de Agosto, com área total de 893,85m², estão computadas no cálculo de destinação pública. O prolongamento da Rua Ilton Moreira de Souza será executado pelo empreendedor devido ao lote Nº1 não possuir frente para via pública. Face a isto e tratando-se de uma projeto habitacional este conselheiro acompanha a relatora, sendo favorável a aprovação do EVU, apesar de não temos a manifestação do conselheiro da RGP8 sobre este processo. Felisberto Seabra Luisi – Conselheiro da RGP1***.** Então, fica em aberto a questão do meu voto ainda, eu quero debater mais esse assunto e esclarecer. Era isso, Secretário. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. Eu consulto se temos conselheiros inscritos para debater. Por favo, faça a inscrição e já inscrevo a Vaneska para poder falar, fazer os esclarecimentos. Temos o Conselheiro Rafael Passos. Mais algum conselheiro gostaria de debater? Lembrando que a gente está no momento de retorno de relato de vista. A gente iniciou o debate. Temos o Conselheiro Gomes, Professor Rômulo, Conselheira Jussara também. Mais algum Conselheiro para debater? Conselheira Carolina também inscrita. Lembrando que hoje foi o relato de vista, já teve na semana passada o momento de solicitação de vista. Conselheiro Felisberto. Nesse sentido encerramos as inscrições para debate e oportunizo a fala para o primeiro conselheiro inscrito, o Conselheiro Rafael. O Conselheiro Mark gostaria de fazer relato de vista. O senhor não

remeteu para nós, Conselheiro. Não havíamos recebido até o início da reunião o seu relato de vista. Seguindo a conversa que tivemos, até por demanda de conselheiros de que previamente deveriam ser remetidos. Eu estou lhe liberando o microfone. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Presidente, na reunião passada nós tínhamos pedido vista, porque foi apresentado novo relatório e eu queria fazer a minha vista. Eu apenas estou repetindo a vista que fiz no momento anterior, por isso que eu queria agora referir, eu não ia enviar, decidir não enviar novo texto, porque o texto que eu enviei no dia 24 de agosto me parece que continua presente, ele não foi elucidado. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Então, vamos resgatar a vista feita na outra vez e eu lhe oportunizo a fala para fazer o relato. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Eu vou ler brevemente o que escrevi naquele momento, já que o segundo relatório apresentado pela relatora da SMOI não me elucidou as informações que naquela ocasião eu pedia. Escrevia naquele momento: *VISTAS AO EXPEDIENTE 20.0.00003483-0 e 19.0.000005293-3 Após o exame da documentação, restou uma dúvida sobre os prolongamentos das ruas Eli Goraieb, Ilton Moreira de Souza, e a Diretriz 5180, ao observar a fotografia aérea apresentada, constatou-se que podem ocorrer sobre área de mata nativa. Não encontrei nenhuma manifestação sobre isto. Seria importante esclarecer se essa situação ocorre, e se positivo, quais os procedimentos para a sua preservação, ou se serão previstas compensações. Cons. Econ. Mark Ramos Kuschick, representante da Sociedade de Economia do RS no CMDUA***.*** É nesse sentido, porque está havendo o prolongamento dessas ruas e eles poderiam estar incidindo sobre essa área, porque não há nenhum elemento melhor dentro do processo para esclarecer. Esse era meu relato de vista, Senhores e Senhoras Colegas Conselheiros e Conselheiras. Obrigado, Presidente. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Mark, pelo relato de vista. Então, feito o relato, retomamos para o debate, conforme os inscritos previamente, iniciando pelo Rafael. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Serei muito breve. São duas questões que eu queria perguntar, que, na verdade, são muito pertinentes à arquitetura, mas que impactam no EVU,ainda que isso venha ser analisado posteriormente na aprovação do processo, ele pode redundar em algumas significativas se for o caso. A minha pergunta é, quer dizer, nós temos ali TR+3 com 10,23. Eu estou tentando lembrar agora da lei específica do Minha Casa Minha Vida qual é o pé direito mínimo permitido para que se atenda esse TR+3 com essa altura. Então, se isso está adequado. E mais uma questão, para essa faixa, faz um tempo que eu não trabalho, estou por fora, a memória não está me ajudando hoje, a questão como foi apresentado nas plantas, eu acho que é importante analisar nessa etapa e não necessariamente na aprovação, porque como eu falei pode impactar, porque pode impactar a altura na questão volumétrica e também o que eu vou colocar agora na questão volumétrica de cada edifício, de cada bloco, que é a necessidade de unidades com acessibilidades, para essa faixa elas são obrigatórias. Até onde eu lembro, o Minha Casa Minha Vida para algumas faixas, e as mais baixas principalmente, elas têm que ter o térreo totalmente acessível e acima passíveis com uma face de intervenção delas se tornarem acessíveis. E conforme as plantas que constam da prancha única do EVU, o banheiro e outros não estão compatíveis na dimensão com a questão acessibilidade. Como eu falei, vai impactar, porque está tudo tão encaixadinho não só na altura, mas também na implantação, que se o bloco ganhar dimensão pode trazer problemas ali incontornáveis na fase seguinte. Eu acho que eles cabem sim, e já que apareceu, está nos autos, queria saber se isso foi analisado. Provavelmente a nossa

representante do DEMHAB possa ter as respostas que eu estou perguntando aqui, porque elas me parecem importantes mesmo que não se trate necessariamente de objeto específico da fase de EVU, mas foi apresentado. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Rafael Passos. Na sequência a Conselheira Jussara. **Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Boa noite a todos. Eu quero dizer que da primeira vez que foi relatado eu não tive muita dúvida, mas acho que eu entendi errado, eu estava fofocando mais nas vias mesmo. Agora, pelo que eu entendi, tem a ver com o EVU do todo, que inclui além das vias os próprios condomínios, né! E me parece que em sendo a área uma área única de um proprietário e aí passam as guias ali, deveria ter sido um loteamento e não um desmembramento com dois condomínios E com isso faz diferença a quantidade de área pública. Então, eu gostaria de um esclarecimento em relação a isso, porque pelo que foi descrito ali a área era um todo. Então, parece que a área das vias estava embutida dentro da área do proprietário ou essa área das vias já era área pública? Essa é minha dúvida. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Jussara. Na sequência o Conselheiro Gomes. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Boa noite novamente, presidente. Eu ia fazer um relato de vista, eu estudei o projeto, mas não tive tempo de fazer o relato de vista. eu queria fazer um comentário, que é o que cabe, né, sobre o projeto no geral. Lembrando que o projeto edificação não está em licenciamento, está em licenciamento o Estudo de Viabilidade Urbanística, que, inclusive, vai dar as bases para o projeto de edificação. E ele trabalhou, o projeto foi muito bem trabalhado, assim, pelo o que a gente tem visto aqui no aqui no Conselho, eu peguei o projeto por curiosidade quando eu vi a primeira vez que foi apresentado. Estava muito bem trabalhado, é um projeto que, digamos assim, não tem apelos que a gente usa em arquitetura, às vezes, para tentar viabilizar alguma coisa. Em várias quadras ali, em várias situações o arquiteto conseguiu concentrar quatro prédios, são prédios pequenos, prédios de quatro pavimentos com 16 apartamentos. Então, fica um modo de morar interessante. Alguns conselheiros têm colocado aqui, já vi colocarem essa preocupação da gente fazer grandes ajuntamentos às vezes, com grandes alturas e colocando a população de interesse social. Evidentemente, quando tu consegues fazer esse tipo de proposta e colocar esse tipo de proposta, com certeza tu tens um projeto permitindo que se desenvolva uma boa qualidade de morar, e aí nós estamos falando de qualidade de vida. Nesse sentido, eu quero dar os parabéns para o arquiteto, os dois que fizeram o projeto. Não há óbice, meu voto vai ser favorável. Obrigado. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Gomes, pela manifestação. Conselheiro Professor Rômulo. **Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Boa noite a todos. A questão que eu trago é bem familiar, é vizinha, vamos dizer ao que o Rafael e o Gomes colocaram aqui. Eu vejo que ele foi submetido à Prefeitura, ele foi minuciosamente analisado, avaliado pelos técnicos lá da Prefeitura e, como com todos acontece, chega aqui em condições de serem aprovados, cumpriram todos os requerimentos, exigências, tanto quantitativas, quanto qualitativas, que a nossa legislação impõe. Não obstante, o projeto não é satisfatório. Eu discordo um pouco do Gomes, eu não acho que seja um bom projeto, acho que é um projeto que o que nós vemos ali, na realidade, é uma coleção 28 torretas espalhadas ali numa área cercada de estacionamentos por todos os lados, é uma área fragmentada, uma área que não tem a criação de um espaço condominial. Existe um monte de resíduo espacial ali, uma coleção enorme de resíduos que fora, ocupados por estacionamentos. Mas o problema maior, aí eu

queria colocar isso, porque neste momento eu não estou mirando na questão do projeto propriamente dito, mas estou mirando no Plano Diretor, com vista à reavaliação. É o seguinte, é que nós não temos como interferir nisso, o nossa Plano Diretor tem uma determinação de densidades, que embora seja coente com as leis gerais da Cidade, no sentido de haver uma decrescente de densidade, desde o Centro até as bordas, ele traz consigo outra determinação, que é colada no índice de aproveitamento, que é a expressão da densidade, colada aos demais controles urbanísticos, que são relativos à forma construída, também são compatíveis. Ou seja, achatam os edifícios todos e gera uma situação dessa, quer dizer, isso é uma imposição do Plano Diretor. Quer dizer, o Plano Diretor não podia ter uma coisa ligada na outra, uma coisa é o índice de aproveitamento, que deve ser cumprido, outra coisa é o dispositivo, a organização interna dos espaços. Quer dizer, se nós pudéssemos ter mais altura certamente teríamos muito mais qualidade, tanto interna no condomínio, em termos qualidade espacial de convivência dos moradores, quanto da Cidade. Então, embora a gente não possa fazer nada hoje em relação a isso, porque a legislação é essa que nós temos... (Sinalização de tempo esgotado). Eu vejo como necessário repensar, agora que nós estamos no limiar de estudar Plano Diretor, estudar essa questão de desligar o índice de aproveitamento dos demais. (Sinalização de tempo esgotado). Quer dizer, teria que ser permitido construir com mais altura, mesmo observando a densidade, porque a densidade não é ocupação do espaço, a densidade é a quantidade de gente, é a quantidade de espaço construído. Então, essas duas questões é que são, na minha maneira de ver, as grandes responsáveis pela pobre solução arquitetônica interna do condomínio. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Professor Rômulo, muito rica a sua fala. Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu ainda continuo com aquelas dúvidas que eu falei no meu relato, a questão do prolongamento da rua até a Juca Batista, que eu pensei no primeiro momento que ela não seria discutida nesse processo. E me parece, pela exposição da Vaneska, que se trata da possibilidade disso. Quanto ao impacto dessas construções na região, não há qualquer manifestação no sentido dos moradores do entorno e nem mesmo do representante da região. Então, a gente não tem uma avaliação. Eu conheço a região, acho que ela propicia uma moradia. Não concordo que vão ser moradias de péssima qualidade para os habitantes, eu acho que ela está dentro de um padrão dali, mas ficam as minhas dúvidas com relação à segunda etapa. E aí a Jussara me socorreu com a questão do loteamento, né! Então, me parece que são duas fases, aí diminui uma série de exigências. E ainda continuo em dúvida, o meu voto seria favorável dentro daquilo que foi apresentado pela Patrícia na outra sessão. Então, o meu voto por enquanto é abstenção. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. Na sequência a gente tem a Conselheira Carolina e a Conselheira Vaneska. **Carolina Wallau de Oliveira Kessler (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Boa noite, Conselheiros. Eu vou tentar responder algumas questões. O Conselheiro Rafael comentou sobre o pé direito, que são aprovados nas habitações de interesse social. O pé direito é de 2,50. Em relação à acessibilidade, ela é um requisito para a Caixa Econômica. Todos os programas, todos os empreendimentos que anteriormente eram o Minha Casa Minha Vida, atualmente o Minha casa Verde e Amarela, eles tem que ter todas as áreas comuns acessíveis e tem que ter um porcentagem, que se eu não me engano é de 3% de unidades acessíveis e adaptadas para as pessoas com deficiência. Então, em princípio esse empreendimento atende. Em relação ao que o Rômulo colocou em relação ao PDDUA, realmente, são questões que a gente tem que

revisar para o Plano Diretor, o vigente é o que a gente está seguindo, a gente não tem como fugir. Eu tive uma dificuldade de acesso ao sistema, em relação ao questionamento da Jussara, de parcelamento de solo, em relação a ser loteamento ou desmembramento. Eu vou fazer uma colocação que eu não sei se ela se aplica, mas quando uma gleba é atingida por área de preservação ou por outros quesitos ambientais, eles podem ser descontados da área da matrícula não só para... Deixa eu até ver aqui, o artigo 138 do Plano Diretor, §8º - *poderão ser descontados da matrícula para fins de cálculo de áreas de destinação pública as áreas de preservação permanente, desde que essas não computem como área de equipamentos urbanos ou comunitários*. Então, pode ser que ele se enquadre nesse quesito, por isso entrou como desmembramento, nessa diferença de área. O que eu anotei foi isso, se ficou alguma questão em aberto eu posso olhar o chat ou ajudar a Vaneska também nas respostas. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Carolina, pela contribuição ao debate também. Por último a Conselheira Vaneska. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Boa noite novamente. Vou tentar esclarecer. Tem uma questão que eu acho que talvez tenha criado alguma confusão sobre a tramitação desses processos. A gente tem um processo tramitando no Conselho, que é um Estudo de Viabilidade Urbanística, que é este que a gente está debatendo, que compõem ele essas metades residenciais e esses blocos de edifícios. E existe outro processo, que é com relação ao gravame viário da estruturação urbana dessa região. Então, por isso teve uma apresentação de processo que não continha todo esse detalhamento do EVU, porque ele era com relação à estruturação urbana. E nesse sentido, nesse projeto que trata, ele traz a Eli Goraieb, que não vai mais haver esse prolongamento, que foi a questão que no fez retirar o processo de pauta. Então, o que vai ser de fato realizado é esse prolongamento da Ilton Moreira de Souza, que está nesse expediente. Entendo que essa seja a questão com relação ao gravame das vias. E como a gente olhou, já estava referindo no parecer de que esse projeto aprovado de estruturação urbana, o gravame vai estar compatível, ele está compatível com esse projeto que está sendo apresentado aqui. Então, acho que essa é a questão desses dois processos, por isso tenha notado essa diferença de alguma informação que a Diretora Patrícia trouxe em outro momento, que talvez ela estivesse apresentando o gravame. As apresentações são as mesmas, a gente acessa os mesmos arquivos. Então, se fosse sobre esse processo ela cairia nesse mesmo link, a gente tem um sistema que a gente está implementando de controle das informações que são colocadas aqui. Com relação à questão de loteamento, desmembramento, a questão importante que foi trazida pela Conselheira Jussara é essa questão da destinação de área pública. Então, ela está de acordo com o que está previsto para essa faixa, esse tipo de empreendimento, que soma ali os 18% que está colocado ali como parte do lado no terreno e parte como termo de convenção de área pública por alguma condição de análise e de colocação em outro território. Com relação às questões de qualidade do espaço construído, que foi colocado pelo Conselheiro professor Rômulo, com certeza a gente vê também várias questões, vários desafios a serem enfrentados no processo da revisão do plano para trazer mais qualidade para todos esses empreendimentos, enfim, de uma maneira geral. Independente da faixa e da classe esses terrenos e projetos têm que ser qualificados, melhor integrados na Cidade. Acho que é um desafio mesmo para a gente pensar como isso pode ser estruturado para que a gente possa ter a forma mais adequada de ocupação do solo. Mesmo entendendo que existem econômicas, outras soluções, também existem qualidades que poderiam ser agregadas espaciais dentro da implantação do projeto. Mas hoje a gente trabalha com as regras que nós temos aí, é bem importante a gente ter em

mente e trabalhar essas questões de outra forma, desvinculando mesmo que densidade pode acontecer de diferentes formas. Eu entendo que as outras questões a Arquiteta Carolina já pontuou, Então, são esses os esclarecimentos que eu teria neste momento com relação a esse processo. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Vaneska. Nesse sentido, Senhores Conselheiros, acho que estamos maduro, passado o período de debates a gente coloca o presente expediente em deliberação. Então, tivemos o relato favorável da Secretaria de Obras, hoje ouvimos o relato de vista, após a gente colocou em debate com as falas aqui registradas. Então, colocamos e, votação, consultando a conselheira representante do DEMHAB, se vota favorável ao contra o PARECER FAVORÁVEL da relatora. **VOTAÇÃO NOMINAL: Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Favorável. **Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Favorável. **Sônia Castro (Titular), Gabinete do Prefeito – GP:** Favorável. **Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN:** Favorável. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Favorável. **Carolina Wallau de Oliveira Kessler (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Favorável. **Gustavo Garcia Brock (Titular), Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV:** Favorável. **Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Face ao dado que a proposta atende a todas as requisições legais eu sou favorável. **Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Abstenção. **Júlio Picon Alt (1º Suplente), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** A gente vai se abster também, porque seria a Claudete que votaria neste momento e ela teve um imprevisto médico. **José Rodolfo Fork (1º Suplente), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA:** Favorável. **Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Abstenção. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Considerando que a altura máxima de 9m tem uma intenção, que é a intenção de dizer que essa é uma área que se pretende... **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Seu voto! **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Estou só explanando e justificando meu voto. De residências unifamiliares, essa é a intenção quando se dá um limite de altura de 9m, eu voto contrário. **Rodrigo Adanis Barbieri (2º Suplente), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** (Sem áudio). **Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Acompanho o relator, corroborando com os argumentos do Professor Rômulo. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Boa noite a todos. Eu sou favorável e apoio também algumas observações do Professor Rômulo, que possa ajudar no novo Plano Diretor. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Eu peço que fiquem atentos ao “sim” ou contrário, para a gente não retomar no período de votação o debate, que é sempre bem vindo, mas na votação vamos tentar o favorável ou contrário. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Abstenção. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Vou manter o meu parecer de vista, sou f, em virtude de todas as explicações e o alcance social que o projeto tem. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Abstenção. **Ronie Gomes**

(1º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3: Favorável. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Abstenção. **Wagner Pereira dos Santos (1º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Cinco – RGP. 5:** Abstenção. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Favorável. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Considerando que não se está levando em consideração o aspecto da vizinhança e da boa convivência, do convívio da elaboração e muito mais preocupados... **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Seu voto, Conselheira! **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Eu estou justificando. Algum problema, Secretário? Eu estou justificando o meu voto. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Favorável, contrária ou abstenção? Senão a gente reabre o debate, né! Lembra que a gente tenta fazer... **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Então, o senhor vote por mim, por gentileza. Eu sou contra! **Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** Favorável. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Favorável. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Consignamos a abstenção registrada no chat do Conselheiro Barbieri, representando o SAERGS. Temos 17 votos favoráveis, 2 votos contrários e 8 abstenções. Então, **APROVADO** o Item 4.02 da pauta: Estudo de Viabilidade Urbanística na Estrada Retiro da Ponta Grossa, 117. Perfeito, Senhores Conselheiros, são 19h54min. Dificilmente avançaríamos para o 4.04 da pauta, porque temos um relato, apresentação de parecer. Então, a gente posterga para a próxima reunião. Agradeço a oportunidade do convívio com todos os conselheiros pedindo novamente desculpas pela minha rigidez na tentativa de seguir o regimento. Eu sei que muitos conselheiros gostariam de falar em mais oportunidades, mas é natural em um conselho onde se tem vários representantes, várias visões, que a gente tente enquanto comandante desse processo tentar seguir a regra, o espaço para as manifestações, em respeito também aos demais conselheiros. Então, agradeço novamente a oportunidade, desejo uma excelente noite a todos vocês. Até mais, tchau, tchau!

Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental – CMDUA, às 19h54min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia Costa Ribeiro, sob o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.

ATA ORDINÁRIA Nº 2912/2021

(Virtual nº 77)

Aos cinco dias do mês de outubro de dois mil e vinte um, às dezoito horas, reuniram-se para Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, através da plataforma virtual *Zoom*, nos termos do Decreto nº 20.611/2020, sob a presidência de GERMANO BREMM, Secretário Municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS, e na presença dos:

CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS: Lisiane Sartori Fioravanço Magni (Suplente), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Sônia Castro (Titular), **Gabinete do Prefeito – GP**; Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN**; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), **Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS**; Gisele Coelho Vargas (Titular), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE**; Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), **Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOI**; Gustavo Garcia Brock (Titular), **Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV**; e Rômulo Krafta (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**.

CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS: Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Sérgio Saffer (Titular), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA**; Hermes de Assis Puricelli (Titular), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS**; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), **Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS**; Rogério Dal Molin (Titular), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**.

CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL: Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular) e Ronie Gomes (1º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Tânia Maria dos Santos (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4**; Wagner Pereira dos Santos (1º Suplente) e Ricardo Angelini, (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Cinco – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Maristela Maffei (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7**; Dinar Melo de Souza (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** e Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA**.

SECRETARIA EXECUTIVA: Camila Maders Fonseca Coelho, **Secretaria Executiva da SMAMUS**; Patrícia C. Ribeiro, **Taquígrafa/Tachys Graphen**.

PAUTA:

1. Abertura;

2. Comunicações:

2.1. Comunicação Externa: Juliana Motta, Movimento de Trabalhadores Sem Teto – MTST;

3. Votação:

3.1. Atas: 2911 (28/09);

4. Ordem do dia.

Após a leitura dos presentes e conferência de *quorum* o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h11min.

1. ABERTURA

Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS: Boa noite, Senhores Conselheiros, Senhoras Conselheiras. São 18h11min. Temos *quorum*, declaramos oficialmente aberta, então, nossa Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental. Desejo uma excelente noite de trabalhos, discussões, debates, sempre proveitosos em prol da nossa Cidade. Que a harmonia prevaleça na nossa reunião para que a gente consiga sempre amadurecer aqui nas discussões. Eu vou fazer rapidamente a lista dos presentes, peço que se faltou alguém, por favor, registre no chat e que os conselheiros possam fazer as inscrições já para o período de Comunicações. Nós temos três inscrições externas para falas. Enquanto eu faço a chamada, por favor, indiquem no chat os conselheiros presentes. (Relação dos presentes na inicial). São esses os presentes, se faltou alguém, por favor, registre no chat. E consulto se temos conselheiros inscritos para o período de Comunicação, antes de nós abrirmos para as falas externas. Lembrando que a gente tem três entidades para falar. Temos inscrito o Conselheiro Jackson, Conselheira Maristela, Conselheiro Felisberto, Conselheiro Dal Molin e Conselheiro Gomes. Isso? Mais algum conselheiro inscrito? Em não havendo mais inscritos, então, encerramos a inscrição para o período de Comunicação, com registro ali no chat, e de imediato oportunizo a fala, então, para as entidades externas, a Juliana Motta aqui presente, a Carolina Bitelo e Isaura, do Movimento MTST. Então, Juliana, boa noite! Fica à vontade, tem o uso da palavra pelo período de cinco minutos. Está liberado teu microfone.

2. COMUNICAÇÕES:

2.1. COMUNICAÇÃO EXTERNA: Juliana Motta, Movimento de Trabalhadores Sem Teto – MTST;

Juliana Motta, Movimento de Trabalhadores Sem Teto – MTST: Oi! Boa noite! Pessoal, eu sou a Juliana, do Movimento de Trabalhadores Sem Teto. Eu estou participando aqui desta audiência, eu vim falar um conhecimento da situação do Centro, que nós estamos com a Cozinha Solidária da Azenha, instalada na Azenha, em um espaço no centro da Cidade, que a gente ocupou e ocupou com o intuito de pautar mesmo o Centro como um espaço ocioso, que não cumpria essa função social e para tentar começar esse diálogo de que o Centro sim precisa de políticas públicas, que essa região sim precisa ser olhada. A gente tem aí diversas pessoas em situação de rua nesta região, trabalhadores informais, que através da nossa Cozinha Solidária aqui da Azenha estão conseguindo se alimentar. É um espaço para a população aqui da Azenha. Hoje a gente acabou recebendo a negativa por enquanto de uma não conciliação com esse espaço. Tivemos na semana a visita de alguns Secretários aqui, o Secretário Léo Voigt, a Secretária Regina Becker, estiveram aqui, viram, prestaram a solidariedade aqui para a gente, viram o que a gente está fazendo nesse espaço e o que a gente deseja fazer nesse espaço, né! Que é levar comida para

quem não tem, que é quer levar o debate mesmo sobre esse espaço que não tinha, não existia nada aqui, apenas lixo, descarte de assaltos, insegurança para a população no entorno da Azenha. Então, acho importante este momento, acho importante falar sobre a cozinha, porque é um espaço no Centro de Porto Alegre que precisa ser debatido e precisa ser visto. Então, minha fala é voltada para a Cozinha solidária da Azenha, é voltada para discutir esses espaços ociosos que a gente tem na Cidade de Porto Alegre e que a gente não pode ter sem estarem cumprindo a função social deles, que seja por moradia digna para a população que mais precisa, seja por um restaurante popular. Projetos existem diversos e a gente precisa conversar sobre isso. Então, não vou utilizar toda a minha fala, mas gostaria de reforçar que a Cozinha Solidária da Azenha está resistindo e serve alimentação de segunda a sexta-feira, cerca de mil alimentações, marmitas, já foram entregues no Centro de Porto Alegre. Estamos aí para conversar com o Estado, com a Prefeitura, com a União. Obrigada. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Juliana! Obrigado pela manifestação. Parabéns pelo trabalho, pela liderança, muito importante, que a gente consiga se inspirar com esses exemplos aí para levar para o restante da Cidade. É muito bonito o trabalho de vocês mesmo. Na sequência a gente tem inscrita a Isaura. A Caroline não está, né? **Camila Maders Fonseca Coelho, Secretaria Executiva da SMAMUS:** E nem a Isaura. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Na verdade, a Juliana falou por eles, pelo movimento como um todo. Questiono se tem algum conselheiro que queira fazer pelo período de um minuto alguma observação sobre a fala da comunicação externa? Conselheiro Felisberto. Mais alguém? E Conselheiro Hermes. Mais algum conselheiro? E a Conselheira Maristela. Perfeito! Então, encerramos aqui e abro a fala para o Conselheiro Felisberto por um minuto. Fique à vontade. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa noite a todos e todas. Boa noite aos conselheiros e conselheiras, Juliana e todo o pessoal do movimento. Belo exemplo que estão dando para a Cidade de Porto Alegre, ocupando um espaço abandonado e que o Governo Federal ao invés de trabalhar no processo de destinação social para o espaço quer vender. Isso demonstra que nós precisamos, nós conselheiros, nós do CMDUA, precisamos estar atentos a esses eventos. E essa atitude é na RGP 1 e eu parabenizo mais uma vez o pessoal do MTST pela coragem, pela ousadia, pelo exemplo que estão dando servindo alimentação. E peço, Secretário, que o senhor gestione junto ao Prefeito, junto aos demais secretários do governo que tenham um olhar para o Município fazer uma permuta ou negociar com a União para que esse espaço sirva para esse movimento. Então, eu peço ao senhor como Presidente deste Conselho, como Secretário do Município, que tenha esse olhar. Obrigado e eu acho que me ative a um minuto. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. Boa a sua contribuição. Conselheiro Hermes na sequência. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Boa noite a todos e todas. Em nome do Sindicato dos Arquitetos do Estado do Rio Grande do Sul eu queria me solidarizar, o sindicato já emitiu uma nota sobre esse assunto. As Cozinhas Solidárias, esse movimento que para muitos parece uma ilegalidade ocupar uma área que não é sua, mas no nosso ponto de vista é um ato de heroísmo, é um ato de cidadania, é um ato de solidariedade que não tem não tem comparação com o que a gente possa no dia a dia tentar fazer para melhorar a situação dessas pessoas em estado de vulnerabilidade. A gente sabe que essas pessoas que são ativistas, que participam desses atos, elas poderiam também estar numa zona de conforto, mas não, elas vão à frente e fazem com que essas ações pequenas ou grandes ações

tirem a fome de muita gente. E isso é fundamental para uma cidade que quer se dizer humana e sustentável. Obrigado. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Hermes, pela fala. Conselheira Maristela na sequência inscrita. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Boa noite, Secretário. Boa noite a todos, a todas. Juliana, um abraço solidário. Temos aí a representação da Associação Instituto Esperançar aqui da Lomba do Pinheiro, o (Inaudível), que é artista, professor da rede municipal, está aí nos representando, solidário com vocês. Bem como também a Juliana do CONSEC, também está aí. Estamos juntos, irmanados. Estou feliz de ouvir que a própria Secretária Regina e o próprio Secretário de Desenvolvimento Social estiveram juntos com vocês. Eu acho que isso é um aceno muito importante, né! Nós estamos aqui na nossa região com 18 cozinhas desde março do ano passado, dividido em dois comitês, uma população de mais de 100 mil pessoas, porque nós não somos a favor do assistencialismo, mas quando não há peixe no outro lado a gente tem que fazer alguma coisa. Então, estamos juntos, é muito importante que esse espaço prevaleceu e a sensibilidade de todos aflora. Sintam-se abraçados. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Maristela. Realmente, muito bonito o trabalho. Novamente parabenizar a Juliana, enfim, e todos os demais que se envolvem nesse trabalho brilhante. Perfeito, então, Senhores Conselheiros, agradecendo a presença da Juliana, abro de imediato para as comunicações. Lembrando que nós temos inscritos a Conselheira Maristela, o Conselheiro Felisberto, Conselheiro Dal Molin, Conselheiro Jackson, Gomes e Emerson. Conselheira Maristela, então, inaugurando o período de Comunicação. Fique à vontade pelo período de três minutos. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Secretário, nós tivemos na última reunião um acirramento de discussão, e tem algumas coisas que às vezes a gente fica chateado, mas nem por isso justifica também nos igualarmos àquilo que nos ofende, né! Então, mas primeiro lugar, quero retirar a minha palavra que está no texto de “canalha”, né! E dizer que quando a gente vê, por exemplo, um instituto, como o Padre Cacique, que entrou como o Quilombo Lemos, que é ao lado ali, em frente ao Beira Rio, nós nunca ouvimos nenhuma manifestação de alguns conselheiros em relação a isso, com o repúdio cotidiano que fazem em relação a isso. E se eu tivesse, eu enquanto sócia do Sport Club Internacional, se eu tivesse um pingo de certeza que o Internacional faria uma sombra para o seu prédio, que vão ser aprovadas as duas torres, se fossem prejudicar e não fosse para a sustentação do Sport Club Internacional, enquanto independência financeira, eu botaria a minha vida para isso. Então, eu posso concordar com as pessoas pensarem diferente, eu posso concordar que as pessoas pensam diferente de mim, como eu vou votar. Eu não posso aceitar é que um conselheiro fale e chame do que a instituição Sport Club Internacional foi chamada aqui por um conselheiro. E eu espero que ele tenha grandeza, assim como eu também estou tendo, de retirar e me desculpar com os demais que estavam nos assistindo, com o Senhor Secretário, com os demais conselheiros e conselheiras, pela forma, porque eu fiquei muito irritada, mas estou tendo a grandeza também de vir a público também e nesse sentido me desculpar. Mas acho que seria muito, de muita grandeza se o conselheiro viesse e retirasse da forma deselegante, desrespeitosa com a instituição do tamanho do Sport Club Internacional. Então, muito obrigada, Secretário, pelo espaço. Eu cheguei a ligar para o senhor, mas certamente o senhor estava muito ocupado para eu externar este meu sentimento, mas estou fazendo agora em público para que todos saibam. Muito obrigada. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Maristela. Sempre bem vinda a fala no sentido de trazer harmonia para este Conselho. O

equilibro tem que preponderar nas nossas discussões. Vão ter momentos difíceis, complexos, mas a gente sempre tem que ter o respeito, são colegas, todo mundo buscando trabalhar pelo bem a nossa Cidade, cada um sob a sua perspectiva, sob seu olhar, sob sua experiência. E quem somos nós para julgarmos, para criticarmos o outro? São visões diferentes e a gente tem que sempre aprender a respeita-las. Então, eu fico muito feliz aí na fala de desculpas ao grupo, porque é muito importante que a gente traga sempre esse equilíbrio nas nossas discussões aqui que são transmitidas ao vivo, a sociedade tem uma expectativa, espera de nós um posicionamento e a gente tem que honrar com essa representatividade que todos tem aqui neste Conselho. Na sequência, então, o Conselheiro Felisberto inscrito. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Mais uma vez boa noite a todos e a todas. A minha fala, inicialmente, seria e será sobre a questão da área desmatada atrás do Asilo Padre Cacique. Não sei a metragem, não sei quem autorizou e usar o argumento de que vai fazer uma horta comunitária sem ao mínimo ter uma discussão ou pelo menos apresentar isso, mas não. Já desmataram ali, quem passa ali perto do Beira Rio, eu recebi a foto, infelizmente eu não pude ir lá ver. Como está na RGP 1 e este Conselheiro é atento a tudo que diz respeito a esta região, podem alguns não concordarem, mas faz parte do jogo democrático. Então, eu queria uma atenção do Secretário, mais uma vez da sua Secretaria, para que visse, porque pode haver erosão, pode haver uma chuvarada e deslizamento de terra. Posso estar errado, mas gostaria que tivesse olhado sobre aquilo que aconteceu ali no Asilo Padre Cacique. Dizer que não precisa porque é uma horta comunitária é muito simples. Eu acho que tem que ter cuidado. Então, essa era a minha primeira observação. A segunda é um problema que aconteceu há uns 20, 30 dias, que foi a desocupação do Esqueletão. E pasmem, conselheiros e conselheiras do CMDUA, a Prefeitura de Porto Alegre não deu nenhuma atenção para os lojistas que estavam e locavam o espaço no Esqueletão. E muitos deles foram jogados na rua. Foi oferecido o Camelódromo ou o Centro Popular de Compras, só que foi oferecido com o seguinte argumento, de que eles teriam que entrar no edital. Pô, eles estão sendo despejados, reintegrados, tendo um contrato de locação de um espaço comercial e a Prefeitura disse que “não” – Nós vamos ceder e vamos usar um microcrédito. Até agora não deram o espaço, não deram o microcrédito e eles estão se virando por si. Então, eu peço que a Prefeitura tenha um olhar mais cuidadoso quando se tratar de desocupação, que quando ofereçam as alternativas que cumpram. E quero alertar a Prefeitura que tem o espaço de várias lojas... (Sinalização de tempo esgotado)... disponíveis na Salgado Filho, do Ipê, que poderiam ser negociadas com o Governo do Estado para assentar essas pessoas, esses comerciantes. Em nenhum momento foram feitas essas tratativas. Eu fui chamado... Já estou finalizando, Secretário. Só mais 30 segundos, porque é importante o que eu vou falar agora. Fui chamado por uma dessas pessoas e me desloquei até o local que essa pessoa locou na Salgado Filho. Hoje ela foi pressionada pela Brigada Militar e pelo Governo do Estado. Então, eu estou pedindo uma sensibilidade para que chamem aquelas pessoas e tenham um olhar. E aquele espaço ali está disponível e é do Governo do Estado. Nós temos que ter competência, um olhar diferenciado para atender essa demanda, que são pessoas que estão lutando pela sobrevivência. Obrigado e era isso. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto, pela contribuição. Na sequência inscrito o Conselheiro Dal Molin. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Boa noite a todos. Eu ia até falar sobre outro assunto, mas me sensibilizei pela fala da Conselheira Maristela, porque eu participo do Conselho do Plano Diretor, mais ou menos, desde 2005, talvez seja uma das pessoas que mais participou do Conselho do

Plano Diretor. E na última sessão, quando a conselheira usou um termo deselegante com o colega, eu fui no chat e pedi que ela se retratasse. E eu sei, pela história da Conselheira, que a Conselheira é uma pessoa que preza pelas suas relações, ela naquele momento foi muito mais torcedora do que qualquer outra coisa. Por isso eu pedi que ela retirasse e hoje com muita grandeza veio aqui e se manifestou. Eu quero lhe parabenizar, Conselheira Maristela, pela sua postura, porque o nosso Conselho é um espaço maravilhoso que a gente tem para defender a Cidade, debater processos. Existe o contraditório, sempre vai existir, mas a gente tem que imaginar sempre que a gente está aqui defendendo o interesse da Cidade. A gente está representando um coletivo, seja em um sindicato, seja uma região de planejamento e a gente não deve nunca deixar ir para o lado pessoal das coisas. Então, parabéns, Maristela, pela tua maravilhosa postura aqui, porque a gente que te conhece há mais tempo, eu estranhei muito que tu saíste um pouco do teu eixo. Então, assim, já deixo esta mensagem para todos os conselheiros, que a gente sempre vai debater pelo contrário, ter as ideias diferentes, mas não ir para o lado pessoal, seja em direção ao Presidente, seja em direção a qualquer conselheiro, a gente tem que ter sempre certo respeito, muito mais pelo Conselho, pela Cidade, pelas pessoas que nos ouvem e entre nós mesmos. Um abraço, Maristela, carinhoso. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Dal Molin, pela fala. Conselheiro Jackson na sequência inscrito. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Boa noite, colegas. Boa noite à população que nos assistir. Presidente e aos demais. Bom, eu primeiro parabenizo o pessoal da cozinha aí, acho que é uma ação importante, válida, muito válida para a Cidade. Sirva como exemplo para outras coisas também. Mas eu venho ressaltando há muito tempo essa questão da falta de respeito entre nós conselheiros aqui, que chegamos neste ponto, que eu acho que foi um ponto de limite. E eu penso que a gente tem que rever, eu acho que realmente o equilíbrio nós temos que manter mesmo tendo posições contrárias, mesmo tendo motivos diferentes, independente ser região, sindicatos, organizações. Muito boa a fala do Colega Dal Molin, que me antecedeu. Mas nós precisamos rever isso, está ficando um pouco pesado demais, são reuniões onde a gente deveria justamente planejar o futuro, melhorar a Cidade e está se levando muitas coisas para o lado pessoal. Essa falta de respeito se dá no chat ali quando um colega fala ou até quando a população fala. Se vê nas imagens, como a gente vê agora, que alguns a gente consegue enxergar o ar de deboche, outras coisas e tal, mas, infelizmente, ou felizmente, nós temos uma democracia e a gente tem que manter no mínimo o respeito. Para isso nós temos um regulamento, nós temos um regimento interno, que nos permite a qualquer tempo, que se resolva em uma situação dessa, se houve falta de respeito, mas a Maristela colocou muito bem, acha que se exacerbou na situação. Ok, mas a gente tem que pensar um pouquinho melhor. Então, isso não dignifica em momento nenhum o nosso Conselho e nós como representantes da Cidade. Era essa a minha fala. Obrigado. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Jackson, pela fala de equilíbrio, assim como o Conselheiro Dal Molin. Muito importante para a gente trazer ao plenário do nosso Conselho a sua fala. Conselheiro Gomes na sequência. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Boa noite, Conselheiros. Boa noite, Presidente. Eu queria comentar rapidamente, na linha aí do que o Dal Molin falou na linha do que o Jackão falou, nós temos que ter muito cuidado aqui dentro do Conselho com a história do respeito às pessoas, aos conselheiros. Eu já tenho por prática, não dou bola para o que se escreve no chat. As pessoas comentam, escrevem, eu não perco tempo com o chat, eu fico escutando os conselheiros dentro dessa coisa e

tal. Nós não podemos fazer uma confusão entre as paixões, seja por futebol, seja por uma empresa, seja por um empreendimento, fazer com que elas atravessem essa barreira do desrespeito pelos colegas. Eu tenho certeza que eu nunca agredi nenhum colega aqui dentro, não vou agredir nenhum colega aqui dentro. Se um dia eu agredir vou ser o primeiro a pedir desculpa. Esses tempos eu tive uma discussão, fora daqui, com o Felisberto, com o tempo eu fui conversar com ele de novo, hoje nós trocamos opiniões e tal, a gente mantém o respeito, né, Felisberto? É necessário entre pessoas aqui que têm um compromisso superimportante com a Cidade de Porto Alegre. Então, assim, mantenho a crítica que eu disse, que não é a pessoa nenhuma, é uma crítica a um processo, é um procedimento e é só o início de toda a discussão, a discussão talvez venha para cá ainda. Este ano é um pouco difícil, mas o ano que vem com certeza deve vir essa discussão das torres e tal. Não justifica agredir ninguém, tá bom? Eu fico contente pelo reconhecimento da Maristela, que isso ajude e incentive que a gente tenha um pouco mais de cuidado aí ao fazer os comentários envolvendo as pessoas. Então, era isso que eu queria deixar registrado, Presidente e meus queridos conselheiros. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado Conselheiro Gomes, pela fala também de equilíbrio, importante a gente restaurar aqui neste Conselho. Conselheiro Emerson na sequência inscrito. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Boa noite, Presidente. Boa noite, Conselheiros. também quero comentar em relação ao imprevisto que houve na reunião passada. Eu acho que o CMDUA sempre teve uma discussão sadia e a partir do momento que começa a ofensa, aí começa a sair fora do nosso raio, porque nós somos representantes da sociedade. Nós temos que ter esse entendimento aqui dentro deste Conselho. Também quero colocar aqui, Presidente, o pedido que foi feito em relação à revisão dos nomes que pertencem a outros conselhos, de conselheiros do CMDUA, que eu fiz em reuniões passadas, para ver isso como que vai ficar, porque não podemos ter conselheiro que participe de dois conselhos. Eu vou citar o exemplo aí o exemplo do Conselheiro Adroaldo, que hoje está no COMATHAB, nós temo que rever essa situação aí. Também quero colocar aqui que o COMATHAB vai dar posse ao novo Conselho Gestor agora na quinta-feira, onde vai ser legitimado o novo Conselho Gestor do COMATHAB, com representações do governo, de entidades de classe e também das regiões da Cidade. Obrigado. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Emerson, pela fala. Registradas aqui as questões trazidas com representação dos demais conselheiros. Surgiram, como a gente não tem Questão de Ordem no período de Comunicação, o Conselheiro Adroaldo se quiser fazer alguma fala nesse sentido, oportunamente, vai ser dada na próxima reunião. O senhor pode fazer inscrição, justamente para evitar, a gente fez essa lógica do período de Comunicação de deixar as falas mais abertas, senão todos teriam que responder aos pontos levantados e a gente fica daí a noite inteira aqui discutindo todos os pontos trazidos, que são, naturalmente, importantes, mas que nós temos um cronograma também de processos, de pautas para avançar. Perfeito, então, encerrado o período de Comunicações. Passamos à deliberação da ata:

3. VOTAÇÃO:

3.1. ATAS: 2911 (28/09);

Nós temos a Ata 2911, de 28/09. Pergunto se temos conselheiros contrários à aprovação da ata ou com abstenção à aprovação da ata, por favor, registre no chat que a gente na

sequência oportuniza as questões de ordem, se porventura existir. É Questão de Ordem, Conselheiro Felisberto, com relação à ata? Não? Lembrando que em período de Comunicação não temos Questão de Ordem. Se for com relação à ata registre, por favor, no chat. Temos o Conselheiro Hermes Conselheiro e o Conselheiro Felisberto, que se abstiveram com relação à aprovação da ata. Mais alguma abstenção? Conselheiro Wagner. Mais alguma abstenção ou contrariedade à aprovação da ata? Em não havendo mais nenhuma abstenção e nem voto contrário, temos três abstenções, nenhum voto contrário, **APROVADA A ATA 2911, DE 28/09/2021**. Passamos, então, Senhores Conselheiros, à Ordem do Dia.

4. ORDEM DO DIA:

4.03. EXPEDIENTE: 20.0000056182-8.

INTERESSADO: Município de Porto Alegre.

ASSUNTO: Alteração e inclusão de traçado viário.

LOCAL: Alteração do traçado viário da Diretriz Nove Mil Cento Cinco, e extensão desta via até a nova Diretriz Oito Mil Novecentos Noventa Nove; Inclusão de traçado viário, identificado como Diretriz Oito Mil Novecentos Noventa Nove, conectando o prolongamento proposto para a Diretriz Nove Mil Cento Cinco (DIR 9105), a Av. Juca Batista e a Estrada Francisca de Oliveira Vieira (RGP. 8 – Belém Novo).

Relator: RGP 4 (Distribuído em 27/11/2020).

O prazo de relatório foi em 03/12, a gente teve apresentação pela Equipe de Planejamento em 15/12, tivemos um pedido de diligência à SETAPS em 15/12 e houve a devolução no dia 10/09/2021 pela Coordenação de Planejamento Urbano. Então, eu peço para a nossa Equipamento de Planejamento nos briefar novamente do que se trata o processo, fazer um resumo, na sequência a gente tem o parecer da relatora. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Boa noite a todos. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Patrícia, antes de apresentar, tem uma Questão de Ordem do Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu agradeço, Secretário. A minha Questão de Ordem é sobre o que nós decidimos na reunião passada sobre o grupo de trabalho, sobre a questão das unidades de triagem. Então, seria importante seguinte compor já esse grupo e iniciar os trabalhos junto com o grupo de trabalho que existe da Secretaria com o MP. Eu hoje estive conversando com a Doutora Anelise, ela se colocou à disposição da região, da Acesso, do Adroaldo também, depois eu passo para as pessoas. Então, seria importante a gente elencar e não votar hoje os processos que trabalham nisso. É fundamental isso, porque nós temos dois processos. Eu já mandei os meus pareceres de vista, não é uma questão de não ter feito, mas eu gostaria que o senhor levasse isso em consideração. Obrigado. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. Sim, a gente tem uma proposta aqui, ao final da reunião a gente encaminha pela deliberação da formação desse grupo de trabalho. Eu só fico preocupado com relação aos processos, né, que eu acho que estão maduros esses que estão em pauta. Independente da formação do grupo de trabalho existe uma demanda no sentido de a gente encaminhar para regularizar essas unidades, enfim, o trabalho apresentado pela equipe. Então, também estamos sendo muito pressionados para a gente dar andamento nesses processos. Naturalmente o grupo de trabalho vai ser formado. Então, enfim, talvez a gente avance um pouquinho na pauta,

deixa para a próxima reunião, vamos refletir, vamos ver como que nós vamos avançando aqui na pauta. E se chegar neles a gente tenta organizar uma dinâmica. Está bem? Patrícia, desculpa, eu te interrompi. Fique à vontade aí para fazer. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Não tem problema. No momento oportuno eu gostaria de fazer um comentário sobre isso, para não atrasar a demanda daquelas pessoas. Nessa demanda foi feita uma força-tarefa da equipe para atender a demanda daquela população. Então, não faz sentido a gente atrasar o atendimento das necessidades daquela população. Fica o meu registro. Então, vamos ao processo, ele é uma minuta de resolução para alteração então, inclusão de gravame de traçado viário. Então, o objetivo é a inclusão dessas diretrizes aqui, conforme demonstrado nas plantas 1 e 2, que se trata da Diretrizes 89.999, que liga a Av. Juca Batista à Estrada Francisca de Oliveira e o prolongamento da Diretriz 9015, localizados ali na região do Belém Novo, RGP 8. Aqui vocês podem ver no mapa do Google a inserção dessas diretrizes no contexto. A ideia da inclusão da diretriz é ambas com gabarito de 17,5 para dar suporte à infraestrutura do entorno. O processo, como a gente já referiu nas outras reuniões, seguiu as devidas tramitações, tem condições de ser encaminhado ao CMDUA neste momento. É isso, muito obrigada. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Patrícia, por nos trazer o tema novamente. Na sequência a gente passaria para a relatora, a Conselheira Tânia, mas a Conselheira está em deslocamento, pediu uns minutos a mais para que possa falar da sua residência. Então, Conselheiros, a gente avança para o item 4.04 quatro e depois voltamos ao relato da Conselheira Tânia, da RGP 4. Conselheiro Relator Felisberto, o Item 4.04 da pauta, podemos avançar para a Empresa de Planejamento, depois lembrando que o senhor tem um relato. É um processo redistribuído, não é, Conselheiro? Então, está em condições de fazer o relato hoje? **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, eu teria algumas diligências, tá? Pela informação do DEMHAB, porque há casos de desapropriação e retirada de famílias. Então, eu queria saber se há algum custo, qual o custo, se as famílias que estão sabendo, né? Então, é isso. Então, eu gostaria que houvesse essas diligências. Eu vou encaminhar por escrito, não tem nenhum problema, mas já estou colocando o meu pedido. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Então, o senhor vai fazer um relato, concluindo com o pedido de diligência. Então, eu vou de qualquer forma pedir para a Equipe de Planejamento trazer a apresentação e de repente até esses pontos, se conseguir contemplar, porque eu imagino que a Patrícia, a nossa equipe, tenha um pouco de clareza com relação a esse gravame, em relação à desapropriação e daqui a pouco fica contemplado já no parecer do Conselheiro Felisberto.

4.04. EXPEDIENTE: 20.0.000009880-0.

INTERESSADO: Município de Porto Alegre.

ASSUNTO: Gravame de traçado viário.

LOCAL: Rua José Alípio da Silva até a Rua João Paris (RGP 3 – Santa Rosa de Lima)

RELATOR: RGP 1 (Distribuído em 31/08/2021)

Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS: Então, esse é um gravame de inclusão de gravame de traçado viário na Região de Planejamento 3, como vocês podem ver no mapa. Conforme a minuta de resolução, então, ele pretende fazer a conexão ali da Vila Santo

Agostinho às demais áreas do Bairro Sarandi. Então, é um gravame bem simples, de estruturação, que visa facilitar as conexões entre um lado e o outro. Só retomando o que foi pontuado nas outras reuniões, basicamente é isso. Ele também seguiu as tramitações, as que são necessárias para chegar a este Conselho. Então, encaminhamos aqui um gravame com um Gabarito de 12,5m. O prolongamento da Rua José Alípio até a Rua João Paris. É isso. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Patrícia, por trazer o tema em pauta. Na sequência oportunizo a fala para o nosso Relator. Lembrando que este processo foi distribuído em 15 de março de 2021 e depois foi redistribuído em 31 de agosto, em função da Conselheira Relatora não ter apresentado o relato. Conselheiro Felisberto, fique à vontade. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Bom, Secretário, boa noite mais uma vez. Trata o presente Expediente 20.0.000009880-0 de um gravame de traçado viário com prolongamento da João Alípio. Quanto aos aspectos legais de análise pelos órgãos da Prefeitura nenhum problema. A minha única dúvida, é por isso que eu solicito diligência, no sentido de quantas famílias e qual o custo da desapropriação. Apesar de que já foram consultados, há uma concordância por parte da região, mas eu tenho a preocupação com o assentamento dessas famílias, onde serão assentados e como serão assentados. Então, É nesse sentido o meu parecer de pedido de diligência para verificar isso. É isso, Secretário. Já estou enviando por escrito o parecer. Obrigado! **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto, pela fala. O Conselheiro solicita diligência ao DEMHAB. Nesse sentido, consulto aos conselheiros se há objeção a esse pedido de diligência? Conselheiro Jackson. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Sobre esse processo, nós fizemos uma visita, eu e o colega suplente da região, o Ronie Gomes, o Paulista, e nós localizamos um terreno bem no centro desse gravame que está sendo proposto, com duas residências. Conversamos com o morador, que está ali há mais de 40 anos e concordamos também, neste momento, com essa diligência, já manifesto o apoio para saber como vão ficar essas famílias. Afinal de contas, já estão ali há muitos anos, né! E foi só realmente esses dois sobrados que nós encontramos nesse terreno. Era isso. A região é favorável, desde que veja a questão da diligência proposta pelo Conselheiro Felisberto. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Perfeito! Conselheira Patrícia, acho que tinha uma questão. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Eu acho que o Jackão me esclareceu, eu estava em dúvida, porque o anterior também estava com a mesma questão, tinha essa questão. Então, eu fiquei em dúvida se eu tinha que esclarecer quanto ao procedimento de gravame, né, porque o gravame efetivamente não define que vai ser nesse momento, a pessoa vai ser desapropriada. E mesmo que lá no futuro, quando esse gravame for efetivamente implementado, a pessoa vai ter todos os direitos de um processo de desapropriação normal, como qualquer outro gravando incidente no território. A pessoa é paga por isso, a pessoa é proprietária daquele imóvel. Então, a gente não pode confundir o que é feito neste Conselho com a efetiva desapropriação, aqui é um planejamento para o futuro, vai ser, sei lá, daqui a 10, 20, 30 anos, 50 anos, enfim, tem coisas de mais de 50 anos gravadas hoje no Plano Diretor efetivamente não são implementados. Então, só para deixar claro. O importante é garantir que novas edificações tentem respeitar esses gravames, o objetivo não é tirar aquelas que estão ali, mas tentar respeitar ou tentar garantir uma estruturação urbana adequada, inclusive para os demais integrantes desse território, para garantir permeabilidade no local, é uma questão de planejamento futuro.

Bom, é isso que eu tinha para comentar. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Importante lembrar que seguidamente eu acho que vem esse tema e eu vejo também um pouquinho de confusão na interpretação, enfim, natural do processo que há. Aqui neste conselho é competência, por meio de resolução, aprovar a estruturação urbana, os gravames para a estruturação urbana da Cidade, que tem um processo dinâmico de crescimento, de desenvolvimento para que esses novos empreendimentos que porventura vierem a se instalares naquele território, eles respeitem essa limitação administrativa imposta por meio desse gravame feito e aprovado aqui pelo Conselho. Na hipótese de futuramente, daqui a 50, 60 anos, o Município identificar que aquela região cresceu e que demanda a ampliação da infraestrutura, das vias públicas, boas, então, se entra com o processo para executar essas vias. E aí sim, antes de qualquer obra se inicia o processo de desapropriação, naturalmente sendo paga, indenizada, sendo proprietário ou não, no caso de quem está ocupando aquele espaço ali. Então, só para esclarecer que às vezes é um pouco complexo, mas compreendo que é papel dos conselheiros que representam as comunidades, né, que tem voz e se manifestam, é do processo democrático nessas análises, mas, naturalmente, a responsabilidade é do planejamento urbano e deste Conselho pensar o crescimento, organizar a cidade do futuro. E é por isso que se faz esses gravames de forma bem antecipada para que depois haja o mínimo de interferência possível. Imagina que se a gente vai fazer um gravame em uma cidade, uma região que já esteja totalmente consolidada, né! Então, vai ser mais complexo, mais ônus para o poder público que vai ter que fazer a desapropriação de inúmeras edificações que porventura se instalaram naquele local, naquele gravame. Então, essa complexidade, esses momentos que é importante que a gente tenha clareza para se posicionar. Independente disso, trouxe aqui só uma observação, mas é da natureza da representatividade desses conselheiros entenderem a dinâmica e se posicionarem favorável ou contra com essas propostas de gravame. Então, não temos objeção ao pedido de diligência? Não? Em não havendo objeção a gente manifesta favoravelmente. O Conselheiro Hermes tem uma Questão de Ordem. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Não é Questão de Ordem, é um comentário sobre isso, mas tem uma segunda situação, que é importante o gravame, eu concordo com a Patrícia, mas também tem que esclarecer que uma pessoa que tem seu imóvel gravado tem um prejuízo iminente. Se alguém tentar vender um imóvel que está gravado, o valor é completamente diferente de um imóvel liberado, vamos dizer assim. Então, também não é tão simples assim. Nós temos que ter uma responsabilidade sobre o gravame. Secretário, mas para finalizar, o que me fez pedir a palavra, eu fiquei muito preocupado, muito contrariado com a informação do chat. Eu não duvido de forma nenhuma que o Jackão tenha ido lá e até parabenizo pela posição dele, mas tem uma informação no chat da nossa supervisora de que não existem imóveis gravados, não existem imóveis no gravame. Isso é muito sério, passa despercebido, daí quando a gente levanta as questões e desconfia, os técnicos ficam bravos, mas olha a responsabilidade, a supervisora dá uma informação que no mínimo se enganou. E agora como é que vai tratar de um gravame sem saber se existe alguma coisa? Eu acho muito sério, essas coisas passam despercebidas, depois nós que somos os que ficamos complicando a reunião. É muito, muito sério, Secretário. Obrigado **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Hermes. Lembrando, só esclarecendo que o processo é distribuído a todos os conselheiros, ele está no formato online, existe o momento da distribuição, existe o aumento da relatoria, existe o momento dos esclarecimentos, do debate, das diligências, justamente para oportunizar todos esses

momentos e essas deve análises. Não deve naturalmente recair na conselheira, enfim, que aqui representa a Secretaria, o histórico e todo o detalhamento do processo. Naturalmente, ela é a nossa Diretora de Planejamento Urbano, não vai ter a profundidade, mas por isso temos este plenário com uma diversidade gigantesca de representantes da comunidade, de profissionais, representantes de entidades, para fazer essas análises e fomentarem essas discussões. Então, só para pontuar aqui. Nós temos o Professor Rômulo. Como os colegas se inscreveram para debater, vamos debater o assunto e depois a gente delibera com relação á diligência do Conselheiro. Aí a gente oportuniza aqui as falas. **Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Boa noite. Eu acho que quando eu me inscrevi várias pessoas ainda não tinham se manifestado sobre o gravame, os fundamentos desse negócio e boa parte do que eu ia dizer já foi esclarecido. Eu só queria lembrar e dar dois exemplos, lembrar uma questão que talvez seja de fundo, que é o problema do interesse público. Quer dizer, quando se faz um gravame, quando se define esse negócio, o que há por trás disso é a busca do interesse público. E uma das coisas mais fundamentais é justamente o sistema viário, que o sistema viário é um recurso coletivo que atende a todos, que é de benefício universal e ele se sobrepõe a qualquer interesse particular, é por definição isso. Então, não há como comparar interesses eventuais de proprietários com o interesse público, focado naquela questão. Evidente que todo o qualquer gravame incide sobre propriedades, né, Hermes. Não é uma coisa que cai do céu, o gravame sempre vai ser sobre propriedades privadas e essa definição acaba sendo o elemento que caracteriza a verificação do interesse público. Eu tenho dois exemplos bem interessantes sobre isso, porque são coisas que a Cidade viveu, um é a Avenida Aureliano de Figueiredo Pinto e Érico Veríssimo, que foi uma cirurgia que foi feita na Cidade, na década de 70, que teve mais de mil desapropriações. Quer dizer, era um projeto recente na época, que foi desenhado, definido sobre uma área já urbanizada, a antiga a Rua Arlindo, que foi totalmente destruída, teve mais de mil desapropriações, onde todos foram remunerados, ressarcidos, relocados. Eu trabalhei nesse projeto, o Projeto Cura, no Menino Deus, que foi um projeto que ninguém ficou desatendido, ninguém foi prejudicado. E o outro exemplo, que é da Avenida Dom Pedro II, que é a Terceira Perimetral, onde já havia o gravame, desde a década de 50 havia o gravame e lá não foi preciso demolir um único prédio. Quer dizer, foi feito todo através de... Quer dizer, a utilidade para o instrumento fica completamente demonstrada nesses dois exemplos. Era isso, obrigado. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Professor Rômulo, pela contribuição ao debate. Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu queria complementar e no meu parecer, quando eu juntar o meu pedido de diligência, porque a informação veio do próprio órgão do Governo, o DEMHAB informou e o Jackão confirmou que existe um sobrado e esse empreendimento era do DEMHAB, se não me falha a memória. O Jackão até pode me corrigir. Então, as pessoas foram colocadas lá. Então, elas foram colocadas lá. E eu queria fazer uma pequena correção, todo o interesse público não pode violentar direitos de território, o que eu chamo de direito de território é a questão dos quilombos. E a Érico Veríssimo passou sobre uma comunidade quilombola, que foi retirada do seu território por desconhecimento, ou por interesses, ou porque ali moravam pessoas que não tinham poder de decisão na época. Então, apenas para fazer uma recuperação histórica e se chamava Ilhota. A mesma coisa está acontecendo hoje, aconteceu na Nilo Peçanha com a colônia africana. Então, há um total desconhecimento, um total desrespeito, uma total afronta a direitos adquiridos. E vou citar outro exemplo, que é do Governo Federal, que é mais trágico ainda, passam alças de pontes sobre comunidades que estão há mais de 30 anos. Então, eu me admiro dos

técnicos sem ver o local onde vão passar a sua visão técnica, deslocasse a ponte para outro lugar e não movimentar mais de mil famílias, como é na RGP 2. Então, a técnica não pode se sobrepor ao direito humano, ao direito das pessoas e isso é inatacável. A Ilhota foi um caso, a colônia africana é outro caso. Para em nome de que desenvolvimento? Excluindo as pessoas ao invés de incluí-las, da sua conquista de cidadania, a melhoria da sua qualidade de vida e de identificação do terroria, melhoria por dentro da próprio comunidade. Então, o meu pedido é que tenham cuiddao, a técnica não pode sobrepor o direito humano e a função social. Isso para mim é fundamental, é básico. Obrigado. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. Na sequência, então, a Conselheira Patrícia. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Bom, primeiro eu queria registrar que foi desrespeitosa a fala do colega Hermes, né, como sempre, ele sempre tem uma fala desrespeitosa comigo e com os colegas, mesmo sendo do Sindicato dos Arquitetos, acho engraçado isso. Mas eu queria comentar o seguinte, o que se fala no chat é uma conversa, não existe uma formalidade, o que é formal é o que está sendo falado aqui, sendo representado aqui e nesta representação aqui eu ouvi o que o Jackão estava comentando sobre o processo e compreendi muito bem a situação do território. Eu como diretora não tenho como ter o pleno conhecimento como todos os colegas que encaminharam tem. Então, nesse sentido, vamos dizer, eu me retifico, mas não é necessário uma palavra desrespeitosa de um colega nesse sentido. Em outro sentido, em outra questão que eu queria me manifestar, eu acho que o Professor Rômulo colocou muito bem, é que existe a camada da Cidade que é a camada do coletivo, que envolve a questão da estruturação urbana, as pessoas não vivem sem, a Cidade não existe sem a estruturação urbana e necessariamente ela passa por alguns territórios e isso é previsto dentro do próprio Plano Diretor, que prevê inclusive a possibilidade dessas edificações se manterem e serem aprovadas, terem a sua aprovação com o pleno direito ao seu índice urbanístico, conforme regra do artigo 122. Então, o artigo 122 é justamente para contemplar esse tipo de situação, que não tem como a gente construir e estender a Cidade sem atingir algumas pessoas. Mas essa estruturação urbana é para o bem de um coletivo maior. É isso que eu queria comentar. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Patrícia. Conselheiro Felisberto, como foi trazido pelo senhor, nós ficou clara a sua solicitação de diligência, até para que os conselheiros possam votar. Parece que esses pontos, aí nos lembrou a Conselheira Representante do DEMHAB, que esses pontos trazidos já foram respondidos no processo pelo DEMHAB. Eu acho que ouvi até na sua fala isso. Não sei se entendi bem. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Não, ficou explicado que tem as famílias lá, não ficou explicado o que vai acontecer com as faz, não há nenhuma previsão. E aquele empreendimento é do DEMHAB, não é um empreendimento construído pela iniciativa privada, foi o DEMHAB. Então, tem uma responsabilidade sim com as famílias, as pessoas foram morar lá dentro de uma lógica e agora estão sendo retiradas ou serão retiradas no futuro. E o Hermes colocou bem a questão do gravame sobre uma casa. Eles estão sendo violentados nos seus direitos de propriedade. Eu me adiro ouvir aqui quem defende o direito de propriedade ser contrário ao direito de propriedade. E mais, o empreendimento foi construído pelo poder público. Eu não vou deixar passar em branco, Secretário, se o Secretário me permite, porque falam em marco temporal, não, o direito natural vem antes de qualquer marco temporal. O direito das pessoas de habitarem ali vem antes. Agora se fala em estruturação urbana, isso é um longo debate que nós vamos fazer na discussão do

Plano Diretor, a quem interessa determinada estruturação urbana, mudança de regime. Nós vamos discutir isso! Nós queremos discutir, não é contra ao progresso, mas não por que a mesma visão com as comunidade que esperam há mais de 30 anos a regularização fundiária e que vão ser violentadas do seu direito adquirido? Eu quero ver como é que vão sair dessa! (Sinalização de tempo esgotado). Aí falam que a gente é polêmico, que a gente desrespeita, mas existe o desrespeito com as famílias. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. Já de antemão, então, considerando a sua dúvida, já posso eu esclarecer, porque se trata de uma questão de direito, que foi justamente a explicação da Conselheira Patrícia, acho que o Professor Rômulo também bem fez essa explicação. O DEMHAB não vai ter essa resposta, porque aqui nós estamos tratando de inserir um gravame viário, uma limitação administrativa que vai incidir para toda e qualquer edificação. Lá existe uma propriedade, embora o parcelamento, enfim, o loteamento foi feito pelo DEMHAB, mas nós temos a informação, inclusive já foi quitado, já tem a propriedade no privado. Então, se o Município vier a executar e não existe nenhuma programação de execução viária neste momento, já posso esclarecer que não existe nenhum projeto de execução de via pública em andamento. Se em alguma hipótese, no futuro, vier a se desenvolver um projeto, a Cidade crescer e demandar essa necessidade da ampliação viária ali, vai se aplicar tudo naquela mesma forma que é aplicado para qualquer região da Cidade. Vai ter que ser feito um decreto de desapropriação do Prefeito, ser feita uma avaliação daquele terreno, essa avaliação a partir dela o Município tem condição de pagar para esse proprietário e existem todos os canais ali também de oferecer resistência com relação ao valor da desapropriação. É um processo normal de crescimento da Cidade. Então, o DEMHAB não vai ter essa condição de responder se vai fazer, porque aqui no Plano nós estamos gravando, é um traçado viário, ele não vai saber o que vai ser feito com aquela família, porque não existe esse projeto de obra em curso. Só para esclarecer que essa é uma questão do direito urbanístico, direito administrativo, público, como um tanto. Eu consulto, então, aos conselheiros, especialmente ao Conselheiro Felisberto, antes de abrir para votação, se reitera essa necessidade de diligência ou se prefere optar pelo posicionamento contrário à aprovação daquele gravame ali também. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, o meu voto era de tentar conversar e harmonizar os interesses, mas o meu voto não era nem contrário e nem favorável, era oportunizar a discussão. Mas em virtude disso eu terei que refazer o meu voto, aí será contrário. Eu não queria dar o voto contrário, eu queria que já tivesse a garantia daquelas famílias, mas se o Conselho entender diferente o que eu posso fazer? Eu me curvo à decisão do coletivo. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** O senhor quer que eu coloque em votação esse pedido de diligência? Eu estou me antecipando que sei que eles não vão ter essa resposta, não vai vir, porque é uma questão do direito urbanístico, vai vir uma resposta nessa linha que a gente está comentando aqui, mas eu posso colocar em votação a sua diligência, ou senão, a partir desse amadurecimento... **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Pode colocar em votação. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Então, vamos colocar em votação a diligência solicitada pelo Conselheiro Felisberto. Consulta a Conselheira Lisiane do DEMHAB, como vota, favorável ou contrária? Eu vou fazer a leitura porque eu vejo que tem posições dissonantes com relação à diligência. Então, é melhor que a gente deixe consignado. **VOTAÇÃO NOMINAL**: **Lisiane Sartori Fioravanço Magni (Suplente), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Creio que o DEMHAB já respondeu, Secretário, como o senhor

informou, os contratos estão quitados, as famílias, se houver uma desapropriação serão consultadas no devido momento. Então, creio que o DEMHAB já respondeu, achamos desnecessária a diligência. Somos contrários. **Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Contrária à diligência. **Sônia Castro (Titular), Gabinete do Prefeito – GP:** Contrária à diligência. **Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN:** Pelas mesmas razões já expostas, também contrária à diligência. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Contrária. **Gisele Coelho Vargas (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Contrária, Presidente. **Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOI:** (Sem áudio). **Gustavo Garcia Brock (Titular), Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV:** (Sem áudio). **Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Contrária à diligência. **Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Eu acredito que tenha que ter a diligência no sentido, inclusive, de saber se existe alternativa para esse traçado. Então, por isso eu sou favorável. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Sou contra, devido os esclarecimentos, como o Professor Rômulo comentou e a própria Patrícia **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Secretário, independente de quem solicita eu sempre me coloquei a favor das diligências. Eu acho que o Conselheiro, mesmo que esteja equivocado, tem o direito de esclarecer melhor para ele e para os outros. Então, favorável. **Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Pelos motivos expostos sou contrário. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Presidente, eu sou contrário à diligência, até porque existe um artigo no Plano Diretor que permite até uma construção de 9m de altura ou de um pavimento sobre gravame. Então, até esse gravame acontecer, de virar um projeto executivo de via, muita coisa pode mudar, pode até, inclusive, mudar um pouco mais para o lado. Então, eu sou contra a diligência, porque o próprio Plano Diretor já abriga. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Presidente, favorável. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Sou favorável, Presidente. **Ronie Gomes (1º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Boa noite, Secretário. Secretário, eu pedi o direito à manifestação por três vezes, desde às 7 horas. Eu gostaria de esclarecer, porque eu estava nessa visita com o Jackson e o que estão falando aí, desculpe quem está pedindo a vista, está equivocada com relação a Patrícia. Os moradores que estão ali, as duas casas ali, eles estão cientes que ali é um traçado viário, que em 1985 a SMURB, então, na época, já tinha feito um parecer de traçado naquela via. Nós conversamos com os dois moradores, nós estávamos ali, eles têm a preferência sim de ficarem para não terem sem ter para onde ir, mas é uma coisa do DEMHAB. Agora, que não foi o DEMHAB que botou eles ali, não, eles fizeram ocupação ali, das duas casas, eles conversaram conosco e nos avisaram, desde 1985 eles acham que não vai acontecer, porque falam que está desde 85 o traçado viário e nunca acontece. É como o Dal Molin falou, pode ser que demore, daqui a 10, 20 anos, não sei, só fazendo a via. Mas em 85, se procurarem nos autos aí, vão ver que já existia um parecer de tacado viário naquela mesma via onde a Patrícia está relatando. Existem a duas moradias, os dois sobrados, mas não foi o DEMHAB que colocou, vamos colocar o que é certo. Entendeu? Tem coisas que a gente tem que lutar quando é comunidade, eu sou muito comunitário, eu

sou sobrevivente de comunidade, mas ali os dois moradores nos relataram em alto e bom som que eles ali estão desde 1977, que em 85 já tinha passado o pessoal da SMURB dizendo que ali seria um traçado viário. Então, só para esclarecer. Por isso que sou contra fazer essa vista aí. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Paulista. Desculpa, eu não tinha lhe oportunizado a fala, como o Conselheiro Jackson tinha se inscrito, ele estava de titular, por isso, sempre em havendo dois conselheiros, o titular, a gente acaba dando a oportunidade de um conselheiro falar. A Conselheira Tânia, favorável ou contrária? **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Eu sou favorável ao relator. **Wagner Pereira dos Santos (1º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Cinco – RGP. 5:** Boa noite. Eu sou favorável. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Presidente, eu sou contrário por um motivo, já foi pedida essa diligências pela Região 7 em 22 de junho, foi respondido pelo DEMHAB, pela Arquiteta Lisiane em 13 de julho. Então, não tem necessidade de repetir uma diligência que já foi dada. Sou contrário. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Secretário, as pessoas que moram em cima são pessoas simples, elas não têm noção da força técnica de um técnico quando dão seu parecer. Por isso eu sou favorável ao pedido do Felisberto, até para que se tenha a oportunidade do contraditório. **Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** Sou contrário, Presidente. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Boa noite Presidente. Já foi bem explicada essa situação, mas eu vou dar um voto de confiança para o Felisberto, favorável. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Vamos voltar aqui rapidamente para a Conselheira Gabriela. Nos ouve, Gabriela? Está presente, mas não teve manifestação nem no chat. E o Conselheiro Gustavo? Gustavo, nos ouve? Não estou ouvindo o Gustavo e nem a Gabriela. Façam o registro no chat se estão com dificuldade. Gustavo e Gabriela, por favor, estão nos ouvindo? Está bem, conselheiros. Então, não havendo manifestação da Gabriela e do Gustavo no chat Enem no microfone, a gente encerra a votação, temos 13 votos contrários e 9 votos favoráveis, nenhuma abstenção. Nesse sentido, então, não está aprovada a diligência ao Conselheiro Felisberto, pelos motivos trazidos aqui pelos Senhores Conselheiros. Nesse sentido, então, Conselheiro Felisberto, pedimos para o senhor rever o seu parecer, se favorável ou contrário à proposta de alteração de gravame viário para apresentação na próxima reunião. **REPROVADO O PEDIDO DE DILIGÊNCIA**. Passamos, então, ao item 4.03, da Conselheira Tânia, que está aqui já conosco. Podemos, então, voltar para o item 4.03. A Equipe do Planejamento já fez de qualquer forma a apresentação e neste momento temos o seu relato. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Sim, Secretário. Eu vou ler o meu relato. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Fique à vontade, dez minutos. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Na verdade, ele é referente a um relato que já foi feito anteriormente e eu pedi uma diligência. *RELATO DE PARECER DA RPG4 - PROCESSO SEI 200.000056182-8, DE 15/12/2020. TRATA O PRESENTE EXPEDIENTE, REFERENTE AO PROCESSO NÚMERO 20.0.000056182-8, DE 1. ALTERAÇÃO DO TRAÇADO VIÁRIO DA DIRETRIZ NOVE MIL CENTO E CINCO COM REDUÇÃO DO GABARITO DE 20,00M PARA 17,50M E EXTENÇÃO DA VIA ATÉ A DIRETRIZ (8999)NA MACROZONA 08, UEU 078. 2. INCLUSÃO DE GRAVAME DE TRAÇADO VIÁRIO DA DIRETRIZ 8999, CONECTANDO O PROLONGAMENTO*

PROPOSTO, DA ESTRADA FRANCISCA DE OLIVEIRA VIEIRA ATÉ A AVENIDA JUCA BATISTA, CONECTANDO-SE COM O PROLONGAMENTO DA DIRETRIZ 9105,AS ALTERAÇÕES VIÁRIAS PROPOSTAS RESULTAM NA SUBDIVISÃO DO QUARTEIRÃO 17 UEU 78 MZ 08, GERANDO DOIS NOVOS QUARTEIRÓES. JUSTIFICATIVA: A DEMANDA DEU ORIGEM AO PROCESSO LOCALIZADO NA AVENIDA JUCA BATISTA 10.340, QUE TRAMITA NA COMISSÃO TÉCNICA DE ANÁLISE E APROVAÇÃIO DE PARCELAMENTO DO SOLO (CTAAPS), COM NECESSIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE ESTRUTURA VIÁRIA. AS VIAS PROPOSTAS, VISAM Á ESTRUTURAÇÃO URBANA DE UEU 078, NA MACROZONA 08, COM A INTEGRAÇÃO DA MALHA VIÁRIA DO ENTORNO, POSSIBILITANDO OS DESLOCAMENTOS INTERNOS COM MENORES DISTÂNCIAS PARA PEDESTRES E AUTOMÓVEIS E MELHORANDO A PERMEABILIDADE VIÁRIA DA REGIÃO. TANTO O ANEXO 1, PROLONGAMENTO DO TRAÇADO VIÁRIO DIRETRIZ (9150), E O GRAVAME DO ANEXO 2 DIRETRIZ (8999)TRATA-SE DE GRAVAMES QUE IRÃO PASSAR SOBRE UMA COMUNIDADE, JÁ CONSOLIDADA A BASTANTE TEMPO NAQUELA REGIÃO, COMO PODE SER VISTO NA FOTO EM ANEXO A ESSE PARECER.TENDO EM VISTA , A IMPOSSIBILIDADE DE CONTATAR A COMUNIDADE PARA ESSE DEBATE, E FAZER UM LEVANTAMENTO MINUCIOSO DE QUANTAS CASAS TERIAM DE SER REMOVIDAS PARA QUE ESSES TRAÇADOS VIÁRIOS SE EFETIVASSE. SENDO ASSIM A CONSELHEIRA DA RP4, ATÉ QUE SE ESCLAREÇAM AS DEVIDAS OBSERVAÇÕES, É CONTRA TAIS PROLONGAMENTOS E TRAÇADO DE GRAVAME VIÁRIO, E PEDE COM EXTREMA URGÊNCIA E CLAREZA, UMA DILIGÊNCIA AO LOCAL A FIM DE CONSTATAR TAIS EVENTUALIDADES. Bom, daí retornou esse processo: *A análise da estruturação viária, para parcelamento do solo, em imóvel objeto da matrícula n° 106.800 do Registro de Imóveis da 3ª zona, com área superficial de 35.491,05m², localizado na Avenida Juca Batista, n° 10.340, Bairro Belém Novo, inserido na Área de Ocupação Intensiva (MZ 8 UEU 78). A proposta é a Inclusão de Diretriz, com gabarito de 17,50 m, junto à divisa sul do imóvel, interligando a Av. Juca Batista à Estrada Francisca de Oliveira Silveira (sentido leste-oeste); Prolongamento da Diretriz 9105, com gabarito de 17,50m, junto à divisa leste do terreno, interligando a Diretriz 9100 à Diretriz proposta nesta análise (sentido norte-sul). As diretrizes viárias propostas visam à estruturação urbana da UEU e à integração da malha viária com o entorno e estão representadas no anexo "Proposta de Estruturação Viária". Na etapa de EVU deverá representar a estruturação viária conforme descrito acima e os gravames viários previstos no PDDUA. A conselheira da RP4 fez um parecer de vistas em 15/12/2020 e solicitou esclarecimentos referentes: TANTO AO ANEXO 1, PROLONGAMENTO DO TRAÇADO VIÁRIO DIRETRIZ (9150), E O GRAVAME DO ANEXO 2 DIRETRIZ (8999). TRATA-SE DE GRAVAMES QUE IRÃO PASSAR SOBRE UMA COMUNIDADE JÁ CONSOLIDADA A BASTANTE TEMPO NAQUELA REGIÃO, COMO PODE SER VISTO NA FOTO EM ANEXO A ESSE PARECER. TENDO EM VISTA O RETORNO DO PROCESSO APÓS 9 MESES DO PEDIDO DE DILIGÊNCIA, APENAS CONSTAM (Despacho UEU-SMAMUS ANEXO 15511805 /Com vista ao CMDUA: Em resposta ao pedido de diligência da RGP4 12569539, anexamos o mapa com o levantamento do impacto do gravame sobre edificações existentes. ANEXO 15512268/mapa do novo aerolevantamento, baseado em Ortofoto, são atingidos dois terrenos e suas respectivas construções, as quais foram hachuradas em laranja. A CONSELHEIRA DA RP4, NÃO ENCONTROU NO MESMO, AS JUSTIFICATIVAS QUE EMBASEM A RETIRADA DAS 8 RESIDÊNCIAS, APROXIMADAMENTE UM TOTAL DE 45 /50 PESSOAS , QUE PERDERÃO SUAS CASA E O HABITAT DE SUA CONVIVÊNCIA A DÉCADAS. TAMBÉM NÃO FORAM ESPECIFICADOS, QUAIS OS PROCEDIMENTOS E*

ENCAMINHAMENTOS , QUE SARÃO FEITOS A ESSAS FAMÍLIAS. E AÍ EU PERGUNTO AOS SENHORES CONSELHEIROS, QUE IRÃO DAR O SEU VOTO NESSE CONSELHO, SE APENAS UM ALUGUEL SOCIAL NO VALOR ÍNFIMO DE R$ 500,00, SERIAM SUFICIENTES O PARA QUE OS SENHORES, COM SEUS FILHOS E FAMÍLIA ABANDONASSEM SUAS CASA CONSTRUIDAS COM MUITO SACRIFÍCIO, DURANTE ANOS, PARA DAR LUGAR A UM GRAVAME DE TRAÇADO VIÁRIO!!??? ESSA CONSELHEIRA REPRESENTANTE DA REGIÃO DE PLANEJAMENTO 4, LESTE E NORDESTE DA CIDADE QUE JÁ FOI UM PORTO ALEGRE, DIZ QUE É TOTALMENTE CONTRA TAL DESUMANIDADE E CONTRA O INCLUSÃO DE GRAVAME DE TRAÇADO VIÁRIO DA DIRETRIZ 8999, CONECTANDO O PROLONGAMENTO PROPOSTO, DA ESTRADA FRANCISCA DE OLIVEIRA VIEIRA, ATÉ A AVENIDA JUCA BATISTA. Eu quero fazer uma ressalva, existiria uma maneira, claro, não deixaria de atingir outras tantas casas, mas poderia ser feito através desse desenho que foi exposto aqui outro prolongamento. Ela deixaria de passar em cima de quatro residências. Isso aí já seria alguma coisa, já que pelo visto nós temos o voto vencido aqui no Conselho. Mas isso aí é de extrema importância e é muito relevante. Tudo bem, a gente sabe que ta seja daqui a 50, 60, até que eu acho que o prazo é muito grande, nem estaremos vivos e talvez tudo mude daqui a 50, 60 anos, não vamos prolongar tanto o prazo, mas quem sabe daqui a 1, 2 anos, a gente sabe que a Cidade está crescendo, a gente sabe do avanço dos empreendimentos imobiliários e a gente sabe sim dessa visão técnica. Eu não vou contra os técnicos, eu sei que cada um tem a sua visão. Nós somos da comunidade, nós temos a nossa visão humanitária, nós pensamos nas pessoas. eu não vou desmerecer os técnicos, porque eles estão fazendo o seu trabalho, eles têm uma visão técnica daquela área, do crescimento da Cidade. Então, é uma visão técnica, mas nós temos uma visão humanista e a gente não pode se deixar levar apenas pelo técnico. Então, tem que ter também uma visão humana das coisas. É impossível retirar as pessoas. Ah, não, não vão ser retirados agora, sabe-se lá! A gente não tem esse comprometimento. Eu enquanto conselheira de uma região pobre de planejamento da Cidade, eu tenho esse comprometimento de votar contra e de fazer com que as pessoas também pense um pouco nos outros, no outro como um todo, não só na visão técnica, mas sim na visão humana, que são vidas que estão em jogo e a nossa situação está cada vez pior neste país, a gente sabe bem disso. Não quero me estender muito, mas a RGP 4 é totalmente contra e a gente pede que os conselheiros tenham uma sensibilidade também no olhar, não tenham somente a visão a visão técnica. É isso, Secretário. Muito obrigada. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Tânia. Então, com o parecer desfavorável à proposta de alteração de traçado de gravame viário. Nesse sentido, então, consulto se temos conselheiros inscritos para debater antes de colocar em votação ou se temos algum pedido de relato de vista para a próxima reunião, por favor, faça a inscrição no chat. Já temos a Conselheira Maristela, que solicitou vista ao processo. Mais algum Conselheiro? E temos inscritos para discussão, antes a Conselheira Patrícia. Mais algum Conselheiro gostaria de discutir hoje, antes da vista da Conselheira Maristela? Em não havendo mais inscritos para discussão, só oportunismo para discutir a Conselheira Patrícia e depois a gente oportuniza a vista para relato de vista da Conselheira Maristela. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Eu queria mostrar para deixar bem clara a imagem do trabalho que a nossa equipe desenvolveu. Posso mostrar? **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Pode! **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Então,

esse é o processo do SEI, se não tiveram a oportunidade de olhar. Então, aqui está previsto dentro deste quarteirão como um todo a inserção das diretrizes. Como prevê o Plano Diretor, a gente tem dentro da área de ocupação intensiva tamanhos, padrões de quarteirão, que a gente tem que tentar manter. Ou seja, está escrito na lei que nós temos que cumprir esse padrão, que é o tamanho 200m e o tamanho de quarteirão 22.500. O que a equipe técnica tentou fazer aqui, então, foi estruturar de maneira mais adequada esse quarteirão. E como vocês podem ver, até pelos comprometimentos que tem no entorno, esse território é justamente onde tem o menor número de edificações atingidas possível. Se vocês puderem ver, de repente poderemos atingir esse território aqui, mas esse aqui é o mínimo possível que se buscou para atender os padrões que estão previstos no próprio Plano Diretor, né. Então, eu queria também pontuar que a posição da equipe, muito humana a nossa equipe, ela sempre tem a ideia de respeitar as comunidades, são todas atentas a todas essas questões, toda a minha equipe por sinal tem especializações em regularização fundiária, duas delas. Então, só queria pontuar isso. Então, vocês podem ver que estão atingidas aqui, se a gente colocasse em sistema viário em outros locais, talvez a gente tivesse mais edificações atingidas, e a gente buscou atingir o mínimo possível e atendendo os padrões de Plano Diretor. Era isso que eu queria pontuar. Obrigada. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Patrícia, por nos esclarecer o tema. Nesse sentido, então, como a gente tem a solicitação de vista da Conselheira Maristela a gente oportuniza. Deixa eu ver... A Conselheira Maristela se inscreveu para discutir. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Secretário, eu argumentei ali que eu me equivoquei, porque, na verdade, não tem mais tempo para vista pelo jeito. Então, na verdade, vou fazer a discussão. Primeiro, eu quero parabenizar a Conselheira Tânia pela lucidez brilhante que ela teve em relação a esse parecer. Isso não desconstitui o parecer da Equipe Técnica, mas no meu ponto de vista há um equívoco profundo em relação ao olhar que tem da cidade ideal e a cidade real. Então, é nesse sentido, não há um olhar humanitário ou um total desconhecimento do que é um olhar comunitário de quem vive essa realidade constante, né. E tem sido isso uma lógica dessa equipe de um corpo fechado, de uma insensibilidade profunda, o que me deixa muito entristecida, mas como tristeza não cabe nessas questões, nem a dor alheia. Então, fazer o quê? Nós vamos ter sempre uma minoria e vamos sempre perder. Era essa a minha posição, Secretário. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Maristela. Só lembrando que a senhora tem ainda, está no prazo de vista, justamente relato de vista. Depois do relato da conselheira relatora sempre tem a oportunidade do conselheiro solicitar o relato de vista para a próxima reunião. Lembrando que tem que ser por escrito. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Então, eu vou manter, Secretário, o meu relato de vista para a próxima reunião. Obrigado, Secretário. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** A Conselheira Jussara não estava inscrita, mas vamos oportunizar aqui a fala. **Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Não, é só uma fala curtinha. Em cima do que a Tânia colocou de preocupação com as famílias, que eventualmente poderia ser atingidas, a gente não sabe, é um gravame que pode não se efetivar. Mas é importante também ter presente que quando não se abre uma via, muitas famílias podem estar sendo atingidas no sentido de que para se deslocar de um ponto a outro, às vezes tem que fazer um deslocamento muito grande. Isso pode impedir até que se leve uma criança para uma creche, por exemplo, que o caminho fica muito longo. Pode fazer com que a pessoa para

ter acesso ao transporte coletivo tenha que fazer um caminho muito longo. Então, é sempre bom ter presente, eu de uma maneira geral costumo votar favorável aos gravames, porque eu confio que a equipe técnica faz o melhor estudo possível. O que eu acho que a gente tem que ter clareza é se foi buscada alternativa, por isso que no outro processo até votei favorável à diligência no sentido de entender quais foram as tentativas de não passar onde já tem pessoas habitando, né! Porque sempre vai atingir o direito de propriedade de alguém, de uma maneira geral é muita sorte que passe onde é terra pública, né! Então, só nesse sentido assim, a gente tem que ter presente que às vezes a não abertura de uma via pode prejudicar muito mais gente do que o direito de propriedade de 4, 5, 10 famílias. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Jussara, pela contribuição ao debate. Então, temos a solicitação de vista da Conselheira Maristela e postergamos para a próxima reunião. Senhores Conselheiros, então, como são 19h48min, para não ingressarmos na próxima pauta, no próximo processo, eu gostaria só de formar rapidamente, trazer dois assuntos aqui, para que a gente forme a comissão, do GT, o grupo de trabalho das unidades de triagem. Nós tivemos inscritos o Conselheiro Felisberto, a Conselheira Jussara, o Conselheiro Mark e Conselheira Maristela. Isso? Então, esses conselheiros inscritos, vamos propor a formação desse grupo, que vai se reunir com os técnicos do Município, que tem três técnicos da SMAMUS, um responsável técnico de cada unidade de triagem e um representante de cada UT. Então, eu acho que esse é o grupo do trabalho, então, pelo Conselheiro Felisberto, Conselheira Jussara, Conselheiro Mark e Conselheira Maristela. Consulto se há objeção dos conselheiros à formação desse GT? O Conselheiro Adroaldo também gostaria de participar. E a Conselheira Tânia também. E ficando pela parte da Secretaria quem de ponto focal? É a Arquiteta Natália. A nossa Secretária Executiva vai mandar um e-mail para os contatos da Natália, da nossa equipe ali da Diretoria de Planejamento, que se organizou no sentido de produzir esse trabalho. Não é, Patrícia? **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Isso. Eu só queria relatar rapidamente que esse trabalho é um trabalho que vai envolver todo o processo de regularização de várias unidades de triagem, é uma força tarefa que a equipe da DPU está fazendo junto com o DMLU. E esse trabalho envolve diversas etapas dentro desse processo de licenciamento. E o gravame de algumas dessas áreas aqui no CMDUA é uma parte dessas etapas. Então, entendo os conselheiros que vão fazer parte desse GT, eu acho que é super interessante, vamos dizer, eles estarem dentro dessa força tarefa, que vai possibilitar a regularização dessas unidades, porque precisam de apoio, inclusive na formulação de documentos técnicos que a gente está buscando. Mas eu não gostaria, bom, o GT vai ter continuidade, mas que na medida do possível que a gente desse andamento aos gravames, para que a gente possa efetivamente dar continuidade às demais etapas, que é um processo longo aí, que eu acho que os conselheiros podem participar sem problema. Então, é o meu pedido para não atrasar os gravames. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Perfeito! Dando também mais um tempinho, no fim a gente não avançou, na próxima reunião a gente avança já nesses processos e os conselheiros também tem condição de conversar com a Natália, enfim, eventualmente fazer alguma reunião para na próxima reunião a gente já colocar eles em votação. Perfeito, então, consulto novamente se há objeção à proposta de criação do grupo de trabalho? Conselheiro Felisberto, Jussara, Mark, Maristela, Adroaldo e Tânia. Em não havendo objeção, aprovamos, então, a formação do grupo de trabalho com a responsabilidade de acompanhar os processos de licenciamento urbano das unidades de triagem em Porto Alegre. O ponto focal pela

Secretaria vai ser disponibilizado pela nossa Secretária executiva e nessa primeira reunião vocês em conjunto com a Secretaria definam um cronograma de reuniões, enfim, e dinâmica de trabalho. Outro ponto, Senhores Conselheiros, antes da gente encerrar a nossa reunião de hoje, gostaria de trazer para vocês, nós discutimos em reuniões passadas e tivemos a audiência pública com relação à nova lei do solo criado. Lembrando que nós temos uma lei de 2019, que em função de questionamentos do Ministério Público em relação à participação popular nesse processo de formação da lei deveriam ser feitas audiência públicas, enfim, discutido com o Conselho, embora a gente entendesse de forma diferente, no sentido de dar mais celeridade e não prejudicar o desenvolvimento da Cidade como um todo. A gente acordou com o Ministério Público e produziu o processo de discussão, tanto neste Conselho quanto em audiência pública, estávamos em condição de enviar para a Câmara de Vereadores a proposta de lei. No entanto, fomos surpreendidos, porque não tínhamos essa informação, não foi objeto do o acordo quanto a dois artigos da proposta de lei, que o Ministério Público entendeu que deveriam ser aprovados, submetidos à votação no Conselho, dois artigos, o artigo 5º e o artigo 18 da nossa proposta discutida e apresentada em audiência pública. Especialmente o artigo que trata da fórmula de cálculo do solo criado e o artigo que distribui os recursos para os fundos municipais. Nada diferente daquilo que a gente já aprovou neste Conselho, em resolução a fórmula, em resolução do Conselho lá de 2001 e a distribuição dos recursos, aquela que já era da lei. A única inovação que se teve é com relação ao médio adensamento, que foi para o Fundo de Gestão de Território, que antes não tinha esse recurso, mas o restante, o pequeno adensamento e o não adensável, continua indo para o Fundo de Habitação de Interesse Social Então, novamente, mesmo que a gente tenha a clareza e compreensão de forma diferente, que não tinha sido objeto do acordo, mas como não há problema e nenhuma objeção em a gente fazer essa discussão, e para não postergar novamente, não criar alguma argumentação jurídica em contrário, a sociedade sofrer os efeitos dessa discussão, a gente novamente se propôs a trazer esses dois artigos, que compreende o Ministério Público de que deveriam ser aprovados pelo Conselho, para trazer aqui e deliberar esses dois pontos. Então, eu só queria compartilhar com vocês para ter conhecimento de na próxima reunião vai estar pautado para a discussão e votação esses dois pontos. E aí todos vão ter oportunidade de debater, discutir e depois deliberar se concordam ou não por esses pontos, especialmente a fórmula de cálculo, que é matemática e que a gente está replicando aquilo que é aplicado já desde a formação do solo criado em Porto Alegre e a distribuição com relação aos valores. Eu vou rapidamente aqui só compartilhar, lembrando que é o artigo 5º e 18 da proposta. Eu vou compartilhar criar com vocês para que todos tenham clareza aqui do que se trata, para na próxima reunião a gente ter um pouquinho já de maturidade no tema. Esta é a nossa proposta consolidada, depois da audiência pública, que entendeu o Ministério Público deveria ser discutido no Conselho. Então, artigo 5º, que traz a fórmula de cálculo para os valores e o artigo 18, que é o que desdobra a distribuição dos recursos, solo não adensável e de pequeno adensamento vai para o Fundo de Habitação de Interesse Social, como era, desde a lei de 94 sendo aplicada. Em 2019 foi repetida. Então, o do médio e do grande adensamento, que até, então, não se tinha esses recursos, porque era outra forma. Então, a gente está botando no Fundo de Gestão de território, criado aqui também pelos artigos seguintes. Então, Senhores Conselheiros, esses dois artigos, o 5º e o 18, nós vamos colocar em discussão e deliberar na próxima reunião. Por isso eu peço aos conselheiros que embora a gente já tenha feito essa discussão da proposta como um todo, a gente não deliberou esses pontos, porque seguimos a competência do CMDUA, que é propor e discutir os assuntos, mas como tem uma dúvida que esse ponto diz “aprovar, deliberar”, e para que não haja uma discussão

jurídica que se estenda ao longo dos anos a gente optou por fazer essa discussão e deliberação na próxima reunião também. São 19h58min. Agradeço a oportunidade do convívio, do debate, sempre do aprendizado aqui com todos vocês e desejo uma excelente noite a todos. Boa noite.

Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental – CMDUA, às 19h58min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia Costa Ribeiro, sob o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.

ATA ORDINÁRIA Nº 2913/2021

(Virtual nº 78)

Aos dezenove dias do mês de outubro de dois mil e vinte um, às dezoito horas, reuniram-se para Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, através da plataforma virtual *Zoom*, nos termos do Decreto nº 20.611/2020, sob a presidência de GERMANO BREMM, Secretário Municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS, e na presença dos:

CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS: Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira (Titular) e Lisiane Sartori Fioravanço Magni (Suplente), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Sônia Castro (Titular), **Gabinete do Prefeito – GP**; Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN**; Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), **Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS**; Patrick Silva (2º Suplente) **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE**; Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), **Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOI**; Gustavo Garcia Brock (Titular), **Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV**; e Rômulo Krafta (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**.

CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS: Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Claudete Aires Simas (Titular), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH**; Sérgio Saffer (Titular), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA**; Jeanice Dias Ramos (1ª Suplente), **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS**; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS**; Hermes de Assis Puricelli (Titular), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS**; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), **Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS**; Antônio Carlos Zago (2º Suplente), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**.

CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL: Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Tânia Maria dos Santos (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4**; Wagner Pereira dos Santos (1º Suplente) e Ricardo Angelini, (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Cinco – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Maristela Maffei (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7**; Dinar Melo de Souza (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** e Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA**.

SECRETARIA EXECUTIVA: Camila Maders Fonseca Coelho, **Secretaria Executiva da SMAMUS**; Patrícia C. Ribeiro, **Taquígrafa/Tachys Graphen**.

PAUTA:

1. Abertura;

2. Comunicações: Comunicação Externa: Michael Santos dos Santos, Região de Gestão de Planejamento Cinco – RGP. 5;

3. Votação:

3.1. Atas: 2912 (05/10);

4. Discussão e deliberação: Conforme acordado em audiência com o MPRS, de que a discussão e a deliberação quanto à fórmula de cálculo do preço público e a destinação dos recursos oriundos da outorga onerosa do direito de construir fossem pautadas no CMDUA, encaminho para discussão e deliberação dos arts. 5º e 18 da minuta já discutida nesse Conselho:

"Art. 5º O preço público do Solo Criado, publicado na imprensa oficial, será calculado em tabela elaborada pelo Executivo Municipal, de acordo com a fórmula:

VSC = VMT/IA x AC x FP, na qual:

I – VSC = valor do Solo Criado a ser adquirido;

II – VMT = valor de mercado do metro quadrado de terreno de face de quarteirão;

III – IA = índice de aproveitamento de face de quarteirão;

IV – AC = área construída adensável adicional pretendida no empreendimento; e

V – FP = fator de planejamento."

"Art. 18. Os recursos auferidos com a outorga onerosa do direito de construir serão depositados em fundos específicos relacionados com a política urbana do Município de Porto Alegre, distribuídos da seguinte forma:

I – Os recursos auferidos com o Solo Criado Não Adensável e Solo Criado de Pequeno Adensamento, no Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS), criado por meio da Lei Complementar nº 612, de 19 de fevereiro de 2009; e

II – Os recursos auferidos com o Solo Criado de Médio Adensamento e Solo Criado de Grande Adensamento, no Fundo Municipal de Gestão de Território (FMGT), criado por meio do art. 21 desta Lei Complementar."

5. Ordem do dia.

Após a leitura dos presentes e conferência de *quorum* o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h17min.

1. ABERTURA

Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS: Boa noite, Senhores Conselheiros, Senhoras Conselheiras. São 18h17min. Peço desculpa um pouquinho pelo atraso, estávamos com um probleminha aqui na transmissão, estávamos tentando corrigir. Então, declaramos oficialmente aberta na nossa Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental. Desejo uma excelente noite de debates, trabalhos em benefício e construção da nossa Cidade. Muita harmonia, equilíbrio no nosso elevado debate que a gente tem hoje. Vou rapidamente aqui fazer a lista das presenças e peço que os conselheiros se inscrevam para o período de Comunicação. Nós temos uma externa inscrita, o Michael. E peço que os conselheiros façam a inscrição no chat enquanto a gente faz rapidamente a leitura aqui (relação dos presentes na inicial). São esses os presentes e se não chamei alguém, por

favor, que se identifique no chat que a gente faz o registro. Deixa eu só antes de abrir o período de Comunicação pedir para antes da gente encerrar as inscrições, pedir para que os conselheiros interessados em falar no período de Comunicação, por favor, faça a inscrição que a gente vai encerrar na sequência. Temos inscrito, então, o Conselheiro Felisberto e o Conselheiro Hermes. O Michael é pela Região de Planejamento 5. Não tivemos reunião na semana passada, então, já senti falta da reunião, dos conselheiros, um tempinho aí significativo. A gente que tem o hábito de se reunir toda terça-feira, quando não se reúne parece uma eternidade. Temos também o Wagner inscrito. Então, vamos encerrar a inscrição, pode consignar ali encerrando a inscrição. Iniciando com o Michael Santos dos Santos, lá da Região de Planejamento 5, pediu para fazer o uso da nossa tribuna aqui de comunicação externa. Cinco minutos, Michael. Boa noite e fique à vontade.

2. Comunicações

Michael Santos dos Santos, Região de Gestão de Planejamento Cinco – RGP. 5: Boa tarde ou boa noite. Nós estamos mais uma vez aqui pedindo para falar sobre um tema tão importante, dada a gravidade da saúde aqui na nossa Cidade. Eu vou explicar para vocês o que está acontecendo efetivamente. Nós aqui no Postão de Saúde da Cruzeiro, onde está gravado desde 31 de maio de 2016, quando foi assinado o termo de correção de área e termo de compromisso do empreendimento da Multiplan, recursos para a saúde, o Postão também, além de alguns postos de saúde que depois eu vou citar. Desde lá não foi colocado um centavo e a gente que utiliza os serviços aqui, tem parentes que utilizam o serviço também, vive um drama cada vez que necessita de algo mais complexo caso, que é o vaso da minha tia. A minha tia foi diagnosticada com câncer no cérebro, ela está com três nódulos. Ela teve que pagar esse exame particular para agilizar o serviço no Hospital Mãe de Deus, a família se virou nos 30, foi lá e pagou esse exame para fazer. Infelizmente não temos condições de fazer o tratamento no hospital particular e aí encaminhado aqui para o SUS, foi encaminhado para o Hospital de Clínicas e ela vai ter que fazer essa cirurgia de forma urgente, só que não tem leito e a situação dela se agravou. Ontem a família levou para o Postão de Saúde, entrando pela emergência do Postão de Saúde e aconteceu o seguinte, ela ficou 16 horas sentada numa cadeira de PVC com fortes dores na cabeça, internada assim lá dentro, acolhida, mais de 16 horas aguardando uma maca para poder se acomodar. Isso é um absurdo! O Postão de Saúde não tem vocação para ser e nós precisamos que este Conselho não seja omisso, que o Conselho de Planejamento, que é a origem de toda essa discussão da Multiplan. E aí não é uma responsabilidade da RGP 5 e sim de todos os conselheiros de forma coletiva, porque nós não podemos abrir mão de um centavo destinado para a saúde, ou seja, para o equipamento público que for para a cidade, desse empreendimento que lá atrás falava-se em R$ 84.200.000,00, mais ou menos, a contrapartida. E hoje já se fala em R$ 170.000.000,00 a contrapartida total, valor atualizado. E desses R$ 170.000.000,00 divulgados no site pela Multiplan e a toda a imprensa se fala somente em obras em escolas municipais. Ok, 3, 4 escolas. Obras da Unidade de Saúde Nossa Senhora das Graças, doação de equipamento para segurança, melhorias da biblioteca do Cristal, aí vai... Educação da Wenceslau Escobar, da Castro de Menezes até a Copacabana. Meus amigos, a Multiplan está organizada, está tencionando e a Prefeitura vai deixar com que se faça investimento no seu quintal para fazer a ampliação de uma orla que é para bacana, que é para os bacanas que vão ter dinheiro para comprar esses apartamentos que vão custar mais de R$ 10.000.000,00 para botar os seus barquinhos, para fazer seus passeios de Jet-ski. Nós queremos, e nada contra que tem dinheiro, eles têm direito e a Prefeitura tem que liberar que se faça. Agora, a Multiplan não pode investir no seu terreno, na sua

quadra para valorizar o seu imóvel, para valorizar mais o seu empreendimento e a saúde do povo na vila que está morrendo, que está como a minha tia esperando um leito de hospital, as escolas sucateadas caindo, os demais equipamentos que foram demandados foram para onde? Este Conselho vai permanecer omisso? Este Conselho não vai se organizar, não vai cobrar? Secretário Germano, o senhor eu conheço desde 2013, se eu não me engano, talvez o senhor possa ter entrado anteriormente, mas o senhor tem acompanhado isso desde lá. E tu sabes do drama, Secretário, quanta luta, quanta reunião, quanta cobrança, quanta diferença nós tivemos que tratar entre nós aqui nas regiões para fazer com que esse empreendimento passasse nas audiências públicas e agora a Prefeitura está criar, ó, está de lixando! As pessoas estão morrendo, está passando o Covid, mas as pessoas continuam agonizando em hospital e esse recurso desses 170 milhões de contrapartidas tem que ter a destinação que está gravada aqui, ó! Não preciso nem ler os termos, porque é público e notório, vai desde ambulância, iluminação, construção de novos postos de saúde, reforma de posto de saúde. Então, pelo amor de Deus, eu povo! Vamos acordar, conselheiros! Essa demanda não é da região do Cristal, não é da RGP 5, é da Cidade, é nossa, é de vocês! É um novo bairro que está se criando para bacana e nós vamos ficar o quê? Assistindo a oportunidade passar, de melhorar? (Sinalização de tempo esgotado). Vamos lá! Que Deus abençoe a todos e a todas, eu conto com todos os conselheiros para que a gente possa fazer esse movimento e discutir isso com a Prefeitura, a execução do que está gravado aqui e garantido em audiência pública. Deus abençoe a todos! **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Michael, pela fala, sempre muito bem-vinda, representando a comunidade. Este Conselho tem espaço para ouvir as manifestações da comunidade. O nosso período de Comunicação é justamente para isso, para que externe e traga para o conhecimento de todos os conselheiros, todos os anseios da sociedade como um todo. Sempre muito bem-vinda a tua manifestação. O Conselheiro Felisberto, então, está inscrito para fazer a fala de um minuto. Temos mais algum conselheiro? Então, encerro e abro a fala para o Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa noite a todos. Saudar o Michael por essa resistência heroica dessa região da Cruzeiro, Cristal e Glória. O que a gente nota é que as contrapartidas nunca são executadas no mesmo período das obras. Tem o termo de referência, mas as contrapartidas vão ser executada como? Elas devem ser executadas antes, no momento da obra e o que está se fazendo ali é um empreendimento para um nível de pessoas que têm um nível de poder aquisitivo alto e ao contrário, pessoas que necessitam não tem o atendimento. E a Prefeitura é omissa! O Prefeito fala tanto em governar para os que mais precisam, mas nota-se que destinou 10 milhões para o OP, para o Orçamento Participativo para o ano de 2022. (Sinalização de tempo esgotado). Isso demonstra a preocupação. A questão não é partidária, a questão é política, é preciso ter uma política de atendimento à política que mais precisa e são as populações que mais precisam que elegeram o prefeito atual. (Sinalização de tempo esgotado). Então, é necessário ter uma cobrança importante disso. Então, Secretário, eu proponho que a gente tenha uma reunião específica para tratarmos das contrapartidas do empreendimento da Multiplan, que já era pedido pelo Conselheiro Paulo Jorge há muito tempo. Então, peço, Senhor Secretário, que marque uma reunião específica para esse assunto. Obrigado. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. Acolhida a sua sugestão, peço para a nossa Secretária Executiva marcar uma reunião específica para tratar desse tema trazido tanto pelo Michael, quanto pelo Conselheiro Felisberto, para que todos possam se debruçar um pouquinho mais sobre esse tema e entender os

compromissos assumidos que continuam obrigados. A Multiplan entendeu um pouquinho essa dimensão do tempo, que, naturalmente, é importante a gente ter essa informação com clareza, o porquê o valor decorre de uma atualização, porque ele está alterando, né? Porque existe uma obrigação avaliada lá atrás e essa avaliação se atualiza ao longo do tempo, até eles cumprirem a obrigação. E há essa pactuação ali no termo de compromisso vinculado à carta de habilitação, né! Essas medidas têm que ser executadas quando impactada aquela população que ali se instalar, impacta e a partir disso tem que estar cumpridas as medidas. Enfim, existe a legislação que dispo essa regra, pode ser discutido, mas eu acho que é importante todo mundo até para se posicionar ter clareza dessas coisas. É bem importante, vamos fazer a reunião sim. Temos a Conselheira Claudete, o Conselho Rafael. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Boa noite a todos e a todas. Eu gostaria de reforçar a questão trazida pela Michael, que até quando nós vamos ser omissos, né? Esse ponto, já foi feito um grupo de trabalho, ele vem sendo colocado desde o nosso falecido Conselheiro Paulo Jorge a mesa sempre diz – Ah, vamos colocar, vamos fazer um ponto de pauta. E esse debate nunca chega, né! Então, até que ponto a gente pode crer que agora essa manifestação do Secretário, que vamos incluir na pauta e vamos fazer uma discussão. E não basta incluir na pauta, né, Secretário, a informação tem que vir. Para a gente poder fazer uma discussão a gente tem que ter os subsídios. Então, eu espero que, definitivamente, então, a gente faça e que seja previamente combinado com os conselheiros, para poder também possibilitar que a população esteja presente, sendo fornecidos todos os subsídios a respeito desses empreendimentos que vêm sendo há muito questionados a respeito das contrapartidas que estão sendo feitas e as que deixaram de ser cumpridas. Obrigada. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem. Obrigado, Conselheiro Claudete. A senhora com o conhecimento, como relatora mais técnica aí, eu lhe sugiro até que organize previamente para essa reunião, porque as informações estão disponíveis, naturalmente. E a senhora como é do ramo do direito vai poder nos ajudar muito a esclarecer os pontos que estão lá no termo de compromisso, para os demais conselheiros. Seria bem interessante que a senhora como conselheira, representante da comunidade, enfim, do acesso à terra, tenha essa informação organizada para trazer para os demais colegas. É bem importante. Eu lhe sugiro se debruçar um pouquinho no tema para explicar, ajudar a todos a compreenderem esse tema que é um pouquinho complexo. Conselheiro Rafael Passos. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Eu até ia retirar, frente à manifestação já do Secretário de acatar a proposta do Felisberto. Mas queria só realmente reforçar a importância, nem sei numerar a quantidade de manifestações nesse sentido. Eu mesmo solicitei já informações também. Então, é um importante a gente ter essa sessão específica para esclarecer para a própria comunidade e para nós todos entendermos os termos e por que está causando toda essa preocupação por parte da comunidade. É isso. Obrigado! **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado Conselheiro Rafael Passos. Sem dúvida importante, vamos fazer essa agenda, com a Procuradoria, organizar uma reunião específica desse tema aí, que vai ser bem interessante, importante para superar essa discussão que possa haver aí. Perfeito! Então, obrigado mais uma vez aí, Michael, por trazer o tema, dando voz à representação da comunidade, as conselheiros que contribuem também. Passamos de imediato ao período de Comunicação, inaugurando com o Conselheiro Felisberto, inscrito pelo período de três minutos. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, é recorrente esse tema da questão do PNUD, do Protocolo de

Cooperação Técnica Internacional. É um tema que a gente já vem tratando há muito tempo e a gente do Conselho não tem informação. E o Conselho não pode ficar fora de qualquer pactuação, até porque já se pagaram 11 milhões, né! E um dos, vamos dizer, dos trabalhos que o PNUD deveria fazer, era a qualificação dos funcionários. Parece que isso foi feito. Mas não basta fazer qualificação dos servidores, é necessário fazer qualificação também dos conselheiros, porque é importante que a sociedade também seja capacitada, qualificada e que possa entender, para que a gente não seja muitas vezes, não ofendido, mas ridicularizado, porque a gente fala só teórico, teórico e teórico, a retórica, por exemplo. E é importante a gente adquirir conhecimentos para que a gente possa se capacitar para o debate e não ficar um debate apenas técnico e excluindo a participação da população. Então, é fundamental isso, Secretário. Essa é a primeira coisa que eu gostaria de falar. Também eu acho que não é obrigação dos conselheiros trazerem informações a este Conselho, é o oposto, é obrigação do governo e da Secretaria propiciar aos conselheiros o acesso ao material, toda a disposição dos estudos que porventura existam. A transparência é necessária, muitos conselheiros têm dificuldades de acessar, mesmo eu muitas vezes tenho dificuldade de participar de reuniões. Então, peço, Secretário, que seja disponibilizado. E para finalizar, a terceira coisa que eu queria, é que houve um grupo que trabalhou especificamente sobre as contrapartidas. Então, tem um material e esse material poderia ser agregado nessa reunião. Por fim, gostaria de informar que vou ter que sair em torno das 19h15min, 19h20min, porque tenho uma reunião do OP hoje só conselheiros e eu não gostaria de não estar nessa reunião, depois da “enorme fortuna” que o que o Prefeito destinou de 10 milhões, eu gostaria de estar lá presente no debate entre os meus pares. Obrigado, uma boa noite a todos. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Boa noite. Obrigado, Conselheiro Felisberto, pela manifestação. Conselheiro Hermes na sequência. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Boa noite a todos. Secretário, na reunião passada deste Conselho, no dia 5 passado me ocorreu o fato que me deixou bastante incomodado, eu fui acusado pela colega Patrícia de ter sido desrespeitoso e como nós não temos direito de resposta, então, eu gostaria de esclarecer o que ocorreu, até porque essas reuniões são gravadas, são públicas. Eu vou ler a minha fala exatamente como está registrada na Ata 2912, na folha 12: “Secretário, mas para finalizar, o que me fez pedir a palavra, eu fiquei muito preocupado, muito contrariado com a informação do chat. Eu não duvido de forma nenhuma que o Jackão tenha ido lá e até parabenizo pela posição dele, mas tem uma informação no chat da nossa supervisora de que não existem imóveis gravados, não existem imóveis no gravame. Isso é muito sério, passa despercebido, daí quando a gente levanta as questões e desconfia os técnicos ficam bravos, mas olhem a responsabilidade, a supervisora dá uma informação que no mínimo se enganou". Essas foram as minhas palavras. Entretanto, como a melhor defesa é o ataque, foi dito pela colega Patrícia o que segue, é página 13 da ata, a partir da linha 586: "Bom, primeiro eu queria registrar que foi desrespeitosa a fala do colega Hermes, né!” E daí ela continua. Na sequência ela continua: “Mas eu queria comentar o seguinte, o que de fato se fala no chat é uma conversa, não existe uma formalidade, o que é formal é o está sendo falado aqui, sendo representado aqui”. Eu acho que ela disse “apresentado” e a gravação ficou ruim: “...e nessa apresentação aqui eu ouvi o que o Jackão estava comentando sobre o processo e compreendi muito bem a situação do território. Eu como diretora não tenho como ter o pleno conhecimento, como todos os colegas que encaminham bem têm”. Primeiro, eu gostaria de entender, pena que ela, não sei se está, porque a minha observação foi desrespeitosa. Onde faltei com o respeito aos colegas? Se o que se fala no chat é apenas

uma conversa informal, por que nós votamos no chat, nós solicitamos a palavra, nós trocamos informações oficiais pelo chat? Terceiro, mesmo que o chat seja informal, informalidade é uma coisa, informação falsa é outra, é completamente diferente. Quarto, eu tenho de concordar com a Supervisora Patrícia que é impossível ela ter pleno conhecimento de tudo, mas esse fato não justifica dar informações falsas no chat, tentando induzir os conselheiros. Seria mais prudente não informar, fica calada. Para finalizar, destaque-se que só foi corrigida essa desinformação dela depois de eu ter feito as observações consideradas desrespeitosas. Obrigado. Eu queria esclarecer para todo mundo. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Hermes, pela fala. Temos por último o Conselheiro Wagner. **Wagner Pereira dos Santos (1º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Cinco – RGP. 5:** Boa noite mais uma vez a todos aí. Obrigado pela oportunidade de fala. Mais é para reforçar o pedido dessa reunião com essa pauta tão importante para a nossa região. Acho que se tratou da Micro 5, eu não poderia ficar calado diante de tudo isso que está acontecendo e que a Prefeitura divulgar as demandinhas aí, que isso é um absurdo. Eles ficam divulgando isso aí para mostrar para o resto do mundo que estão sendo cumpridas as contrapartidas. Então, como são anos de luta, como eu sempre repito, estou aprendendo o que foi deixado pelo saudoso Paulo Jorge. Então, estou extremamente revoltado, foi bem colocado pelo Michael nas suas palavras do grande anseio, porque realmente tudo que ele falou é verdade, gente. Então, pedir para o Senhor Secretário dar uma atenção especial a essa pauta aí. Obrigado. Não vou tomar todo o tempo, mas temos que realmente reforçar e dar atenção a essa pauta aí. Obrigado. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem, Conselheiro Wagner, está acolhida a sua sugestão. Vamos fazer uma pauta sim para discutir e a gente se debruçar sobre o tema, nivelar o nosso conhecimento nessa matéria. Antes de a gente avançaram na nossa pauta, o Conselheiro Felisberto sobre a fala, estamos muito ansiosos para de fato retomar o processo de revisão do Plano Diretor. A equipe está ansiosa para fazer uma apresentação aqui no Conselho, de cronograma, para seguir aquilo que a gente aprovou aqui, que é a instrução normativa de procedimentos, aprovamos neste Conselho por quase todos os conselheiros. No entanto, a gente só não está detalhando, não apresentou, porque estamos naquele mesmo ponto que a gente explicou, estamos aguardando a revisão substantiva da Agência Brasileira de Cooperação, o mesmo status, não teve um avanço de tramitação. Entendeu? A não ser questões burocráticas internas, que não cabem, não é adequado a gente trazer esse tipo de discussão. Mas, assim, de fato, todo o processo participativo à revisão do Plano Diretor em si, de acordo com que a gente aprovou lá na instrução normativa, no início do ano de procedimentos, eu peço um pouquinho mais de paciência para a gente finalizar, ter essa concordância, né, Vaneska, da ABC com a universidade. Aí a gente vem e apresenta esse calendário, esse programa, esse indicativo que vai se desenvolver ao longo do ano de 2022 e todos vão ter a participação, o protagonismo nesse processo, de acordo com aquilo que a gente aprovou lá na instrução normativa. Então, é só por isso que a gente de fato não trouxe aqui, mas a equipe está já preparada com uma apresentação para trazer aqui. Não adianta a gente marcar uma reunião para dizer aquilo o que a gente já disse, que estamos aguardando a liberação do PNUD. O processo, a forma, a metodologia, isso foi apresentado para os senhores, a gente só não executou ela ainda, está naquela fase inicial ali. Então, aguardando, estamos trabalhando bastante aqui para acelerar esse retorno deles e a gente ter condição de apresentar aqui para vocês. E com relação à fala do Conselheiro Hermes, né, reitero a importância de a gente manter o equilíbrio sempre na discussão deste Conselho, respeito a

nossa Diretora de Planejamento Urbano, a Patrícia, que é uma arquiteta exemplar, faz a diferença na vida da Cidade. E, porventura, conforme ela pontuou na última reunião, a resposta que ela tenha dado, era uma visão parcial, ela não tem, naturalmente, a obrigatoriedade de dominar todos os assuntos que estão postos aqui, assim como todos os conselheiros, tem acesso aos processos, eventualmente ela vai ter analisado um ou outro, vai ter conhecimento um pouco mais de um. Então, as respostas às vezes, a fala dela no mesmo vai ser com aquela parcela de conhecimento que ela tem sobre aquele determinado processo. Ela já corrigiu aqui no chat mesmo, ela tinha colocado na mesma reunião. Com relação ao chat, enfim, a gente tem um rito formal de falas e participações, que são consignadas em ata, de acordo com o nosso regimento, de acordo com a nossa resolução de procedimentos. Ficaria muito complexo como eu já externei, a gente trazer para essa formalidade às falas do chat, porque senão a gente teria que organizar e instrumentalizar esse procedimento de palas no chat também, a gente deixar livre é muito complexo. Então, as nossas regras que vão para a ata são as falas que são regulamentares, que têm procedimento, que foram aprovadas pelos conselheiros e todos têm direito nesse amplo processo de participação, a contribuírem na relatoria, em vista, nas indigências, no debate, na Questão de Ordem, no período de Comunicação. Então, existem inúmeros formados e instrumentos de participação e de falas que são consignadas nas atas. Feito isso, Senhores Conselheiros, já são 18h45min. Eu peço se temos alguma objeção pela dinamicidade, a gente não repassar um a um, o voto nominal, como dificilmente não aprovaríamos a ata, porque a ata é simplesmente as notas taquigráficas de tudo que foi falado na reunião anterior. Por isso eu faço essa excepcionalidade de consultar se há objeção ou abstenção à aprovação da ata pelo chat e se alguém se manifestar de forma contrária eu faço a leitura da abstenção aqui para ficar consignado. Alguma objeção? Alguma contrariedade à aprovação da Ata 2912, de 05/10?

3. VOTAÇÃO:

3.1. ATAS: 2912 (05/10);

Temos abstenções do Conselheiro Felisberto, contrário da Conselheira Claudete, abstenção da Conselheira Tânia, abstenção do Conselheiro Adroaldo, abstenção do Conselheiro Wagner, abstenção da Conselheira Jeanice. Mais algum? Então, consignando aqui, temos 5 abstenções, 1 voto contrário... Rafael Passos também. Então, 6 abstenções, 1 voto contrário e os demais conselheiros, 20 votos favoráveis. **APROVADA A ATA 2912, DE 05/10/2021**. Passamos ao item 4 da pauta:

4. DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO: Conforme acordado em audiência com o MPRS, de que a discussão e a deliberação quanto à fórmula de cálculo do preço público e a destinação dos recursos oriundos da outorga onerosa do direito de construir fossem pautadas no CMDUA, encaminho para discussão e deliberação dos arts. 5º e 18 da minuta já discutida nesse Conselho:

"Art. 5º O preço público do Solo Criado, publicado na imprensa oficial, será calculado em tabela elaborada pelo Executivo Municipal, de acordo com a fórmula:

VSC = VMT/IA x AC x FP, na qual:

I – VSC = valor do Solo Criado a ser adquirido;

II – VMT = valor de mercado do metro quadrado de terreno de face de quarteirão;

III – IA = índice de aproveitamento de face de quarteirão;

IV – AC = área construída adensável adicional pretendida no empreendimento; e

V – FP = fator de planejamento."

"Art. 18. Os recursos auferidos com a outorga onerosa do direito de construir serão depositados em fundos específicos relacionados com a política urbana do Município de Porto Alegre, distribuídos da seguinte forma:

I – Os recursos auferidos com o Solo Criado Não Adensável e Solo Criado de Pequeno Adensamento, no Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS), criado por meio da Lei Complementar nº 612, de 19 de fevereiro de 2009; e

II – Os recursos auferidos com o Solo Criado de Médio Adensamento e Solo Criado de Grande Adensamento, no Fundo Municipal de Gestão de Território (FMGT), criado por meio do art. 21 desta Lei Complementar."

Conforme eu havia comentado na reunião anterior, na sequência a gente iria novamente disponibilizar, embora já tivéssemos feito a discussão neste Conselho, a audiência pública para tratar do projeto de lei mais conhecido como o Projeto de Lei do Solo Criado. Então, Omo é de conhecimento de todos, o Ministério Público ingressou com uma ação a cerca... O senhor tem uma Questão de Ordem, Conselheiro Hermes? Pode falar. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu havia pedido antes da votação da ata, mas tudo bem. Eu até votei contra, como sempre sou criticado, mas eu queria fazer uma observação, Secretário. Eu li esta ata. Eu tenho visto que na parte da votação, do registro de votos de atas anteriores e outras, sempre consta assim, vou pegar essa anterior só como exemplo: temos três abstenções, nenhum voto contrário. É correto que se ponha os votos favoráveis, até porque muitas pessoas que embora estejam na reunião às vezes se ausentam. Isso é o correto, juridicamente correto. Então, eu peço que seja corrigido nas próximas atas. Só isso, obrigado! **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro. Nesta reunião a gente já fez essa contagem, corrigindo, então, qualquer equívoco que, por ventura, tenha sido cometido sobre o resultado dos votos. Está bem? Avançando, então, conforme estava falando, houve uma arguição do Ministério Público, uma ação civil pública por se tratar de uma alteração de Plano Diretor ou de legislação que trade de uso e ocupação do solo, haveria a necessidade de fazer uma discussão mais aprofundada sobre a lei. A gente então, concordou com o Ministério Público, embora tivéssemos alguma posição divergente, mas a gente entendeu adequado produzir esse debate. Fizemos, então, a partir do acordo com o Ministério Público essa discussão no Conselho do Plano, depois tivemos uma reunião específica para esclarecer dúvidas, que está disponível no nosso canal da SMAMUS no YouTube, depois da própria audiência pública. E agora e identificou, o Ministério Público, que dois pontos, dois artigos dessa proposta de lei seriam de competência do Conselho deliberar. E como não havíamos enviado a proposta de lei ainda para a Câmara de Vereadores, e para que não haja uma discussão acerca disso que possa estender e trazer dúvida para essa lei que a gente tem intenção de aprovar junto à Câmara de Vereadores, a gente, então, se propôs a fazer a discussão desses dois pontos, né! Discussão até já teve, especialmente a deliberação sobre esses dois pontos. Então, conforme comentei na outra reunião, disponibilizamos esses dois artigos para que todos se apropriassem, embora a gente já tinha feito a discussão anteriormente, e hoje vamos abrir para a discussão desses pontos e na sequência iremos deliberar se há concordância deste Conselho sobre os dois pontos enviados na proposta de lei. Então, eu abro a inscrição para os conselheiros

discutirem. Temos o Conselheiro Felisberto... Ah, é uma Questão de Ordem. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu já me inscrevo também na minha fala. A minha primeira observação, Secretário, é que me parece que a discussão de aprovação não é só de dois artigos. Eu não sei qual é o conteúdo da determinação do Ministério Público, porque nós não temos essa informação, só se nós aceitássemos o processo. Então, peço que o senhor esclareça, porque tem alguns artigos que me parecem que também dependem de aprovação deste Conselho. Então, eu fico na dúvida se são só esses dois artigos, se é só a fórmula ou outro artigo, que agora não me recordo o nome, até vou ver na pauta aqui, mas me parece que não são só dois artigos, é o conjunto de uma lei que está sendo encaminhada e que foi contestada pelo Ministério Público na ação civil pública. Então, é esse questionamento, depois eu entro no debate especificamente. Obrigado, Secretário. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. Está aberta a inscrição para quem quiser debater o tema. Novamente esclareço que sim, que se trata desses dois artigos, um que é com relação à fórmula de cálculo e o outro é com relação à destinação dos recursos, que são esses dois pontos, porque naturalmente o envio de uma proposta de lei para Câmara de Vereadores é uma prerrogativa do Prefeito. No entanto, alguns pontos estão previstos no art. 39 e compreendeu o Ministério Público de que embora haja essa prerrogativa do Prefeito de enviar a proposta, pelo Plano Diretor prever a necessidade de deliberação, esses dois pontos, que tem lá no art. 39 a competência do CMDUA para deliberar acerca da fórmula, da metodologia para a definição dos valores de solo criado. É o inciso XII. E também sobre a destinação dos recursos. Então, como dentro desse projeto de lei a gente traz esses dois pontos, entendeu o órgão que deveria ser antes de enviado liberado, para não haver qualquer dúvida. E aí eu trago, só à título de explicação, um pouquinho antes de abrir o debate, enquanto os conselheiros se inscrevem para debater, que essa necessidade da fórmula de cálculo que está lá nos artigos, ela decorre especialmente daquilo que determina o Estatuto da Cidade. Por que a gente está trazendo para a lei? Porque na legislação anterior, lá de 93, nós não tínhamos a fórmula de cálculo na lei, o Plano Diretor de 99 não trouxe a fórmula de cálculo, no Estatuto da Cidade de 2001 ele determinou. E aí vocês podem achar lá no art. 30 do Estatuto da Cidade, ali diz o seguinte: “Lei municipal específica estabelecerá as condições a serem observadas para outorga onerosa do direito de construir, determinando...” Aí tem o inciso I, que diz: “A fórmula de cálculo para cobrança”. Então, nós estamos trazendo para a lei municipal aquilo que a legislação federal nos determinou. Então, nós não poderíamos enviar agora uma lei para a Câmara sem botar na lei essa fórmula de cálculo. E qual é essa fórmula de cálculo? Nós estamos replicando a fórmula de cálculo que é praticada para apurar os valores de solo criado. A única diferença que tem nessa fórmula de cálculo é a possibilidade de aplicação de um fator de planejamento, a gente só trouxe a figura do fator de planejamento, mas, assim, quando que aplica o fator de planejamento? Aí vai ter que ser delimitado um território da Cidade, discutida a aplicação desse fator. Até determinado parâmetro ali a gente botou, inclusive, que vai ter que ser lei específica para isso, to para mais quanto para menos, e no meio termo a gente teria que fazer por decreto, mas isso é uma discussão a ser feita. Se porventura entender lá na frente, e certamente vai ter que ser discutido aqui inclusive neste Conselho, que vai ser por território, então, a gente na hipótese de aplicar o fator de planejamento a gente faria essa discussão. E o fator de planejamento é uma coisa que a gente viu que é aplicado nos outros municípios, São Paulo tem isso, Fortaleza tem isso, essa figura do fator de planejamento. Enquanto não figurar o fator de planejamento, ele é a regra para ficar o mesmo valor que é apurado por aquela fórmula de cálculo que a

Secretaria da Fazenda faz com o valor do metro quadrado, enfim, a gente teve que trazer necessariamente para a lei aquilo que é praticado pelo Município. Então, o art. 5º da nossa proposta de lei, que a gente hoje pretende deliberar, nada mais é do que aquilo que inclusive já foi aprovado, é uma metodologia de cálculo lá de 2001, de uma resolução do CMDUA que a gente trouxe para a lei. Outro ponto que é objeto de deliberação hoje é a destinação dos recursos que estão previstos no art. 18, porque também lá no art. 39 tem uma competência do CMDUA, que é aprovar a destinação, o plano dos recursos da distribuição do solo criado. Então, como a gente distribui na figura de cada um dos fundos, no art. 18 a gente tem, por exemplo, os recursos do solo criado não adensável, do solo criado de pequeno adensamento, eles são para o Fundo de Habitação de Interesse Social. Esses valores já eram aplicados, são aplicados até a data de hoje. Então, a gente não está alterando, a gente está mantendo aquilo que é aplicado lá no Fundo de Habilitação de Interesse Social, não adensável e pequeno adensamento. O que a gente está criando de novo ou trazendo para a discussão é a aplicação dos valores de médio adensamento e do grande adensamento para o Fundo de Gestão de Território. Lembrando que o Fundo de Gestão do Território, que todo o fundo que receba recurso de valor de solo criado tem um rol taxativo de aplicação previsto na legislação federal, não tem quais as opções. O gestor que não aplicar os recursos dentro daquele rol taxativo está sujeito à improbidade administrativa, previsto lá no art. 20, relacionado lá no art. 26 do Estatuto da Cidade, e 31, tem que fazer a leitura conjunta porque um remete ao outro. Então, nessa lei de 2001, encaminhando novamente para a Câmera após agora a discussão e a participação democrática, a gente só trouxe essa figura de poder entrar recurso de médio densamente e de grande adensamento para o Fundo de Gestão do Território, que pode aplicar em equipamento público, no ordenamento e direcionamento da expansão urbana, em habitação de interesse social. Ele tem esse rol taxativo de possibilidades para a aplicação previsto no Estatuto da Cidade. Então, são esses os dois pontos, para que não haja dúvida que a gente delibere, se assim entender o Conselho, no sentido de ter a concordância desses dois artigos aqui. Está bem, Conselheiros? Não sei se eu fui claro, mas eu vou oportunizar. Quem temos inscrito para debater esse assunto? Temos o Conselheiro Felisberto, o Conselheiro Mark, Conselheiro Zago, Conselheiro Hermes, Conselheira Vaneska, Conselheiro Saffer, Conselheira Claudete, Conselheiro Rafael Passos e Conselheiro Gomes. Está bem, conselheiros, então? Encerradas as inscrições, vamos registrar aqui. Abrimos para discussão. Como entendo um tema diferente do nosso fluxo de processos, que têm outras oportunidades de relato, comunicação, enfim, vista, diligência, vamos distribuir um pouco esse tempo, cinco minutos para cada conselheiro fazer a sua manifestação e eventualmente a gente poder esclarecer os pontos trazidos. Está bem? Conselheiro Felisberto, inaugurando por cinco minutos. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Bom, Secretário, o art. 5º, esse da fórmula de cálculo, é uma fórmula aritmética que leva em conta alguns critérios, como muito bem foi explicado pela Secretaria da Fazenda, uma reunião aqui neste Conselho. Mas me parece que ainda existem algumas dúvidas por parte de conselheiros, inclusive por mim. Eu gostaria de um primeiro esclarecimento: em qual índice ou qual daquelas siglas está a avaliação da região? Onde aparece, vamos dizer, aqui nesta região o índice tem que ser tal. Se leva em consideração todos os investimentos públicos que foram feitos ali ou que, porventura, terão que ser feitos. Então, não sei se me entenderam. Muitas regiões melhoram porque a Prefeitura ou a Cidade fez investimentos de infraestrutura à melhoria. O próprio Centro vai sofrer com isso, com a questão das ruas que vão ser melhoradas através da busca do financiamento internacional. Então, até que ponto isso está nessa fórmula? Então, isso é uma dúvida, eu confesso que não sou bom em matemática, minha

área é humana. Então, eu continuo ainda tendo dúvidas. Depois, já envolvo outro, a destinação desse recurso, porque me parece que é fundamental que esses recursos sejam para habitação de interesse social e a lei própria diz isso, mas muitas vezes, lá na gestão do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, esses recursos não chegam a essa população que mais necessita. E a gente sabe que os fundos sofreram uma limpeza, e aí eu uso a "limpeza" no sentido irônico de que mais de 100 milhões que tinha o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social até hoje não foram explicados onde foram e só podiam ser usados 3 milhões. Então, quer dizer, além da fórmula ser complicada para o entendimento da maioria da população, ainda os recursos que são oriundos dessa venda do solo criado ou da outorga onerosa do direito de construir, ainda não são aplicados no fim a que se destina. Então, Secretário, e me parece também que no Fundo Municipal de Gestão de Território faltou na lei, e continuo dizendo que falta na lei, quem vai gerir esse recurso, como será composto o conselho gestor. Era isso, eu terei que me retirar, mas vou ouvir até onde for possível, Secretário. e qualquer que seja a explicação no primeiro momento, meu voto ainda não está definido. Obrigado. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. E me permita tentar lhe ajudar para não acumular muitos pontos, já que o senhor vai sair também em seguida, neste debate das dúvidas levantadas. Com relação ao ponto, se compreendi bem a sua dúvida, especialmente a base de onde se extrai o valor de fato do solo criado, ela é feita com laudo e análise da Secretaria Municipal da Fazenda. É um cálculo matemático, técnico e está aqui, eu vejo que está inscrito o Zago, está aqui o Saffer também inscrito, talvez possa auxiliar de como se chega nesse valor do metro quadrado, que são pessoas que compreendem, estudaram já a matéria. Mas, assim, o poder público, os servidores da Secretaria da Fazenda fazem uma análise matemática, assim como eles fazem para calcular o valor do IPTU, tem uma base matemática que eles apuram, técnica com referência. E eles respondem, naturalmente, por aquela análise que é feita para se chegar de fato no valor de metro quadrado do terreno, conforme determina a fórmula de cálculo. Então, inclusive, foram muitos debates dentro deste Conselho, até me acordo em 2016/2015, outros anos em que se pensou, em que se sugeriu em algum momento trocar isso, mas nunca se conseguiu achar uma alternativa técnica à proposta da Secretaria da Fazenda. É fato que eles usam base, referências oficiais para chegar nesse valor do metro quadrado do terreno, assim como para o cálculo do IPTU. Então, esse valor de metro quadrado do terreno que é a base para calcular o valor do solo criado, conforme a fórmula de cálculo. Com relação à destinação dos recursos, que é o ponto que o Conselheiro trás, eu acho importante, eu vejo o processo de reestruturação do DEMHAB no sentido de estruturar o conselho, o COMATHAB, da habitação, e nesse sentido organizar a distribuição da questão dos gastos dos recursos adquiridos com o valor do solo criado. Então, eu vejo um bom encaminhamento no sentido de organizar e poder produzir projetos a partir desse recurso que é destinado, sempre foi destinado, vai continuar sendo destinado, com valores do pequeno adensamento e do não adensável, que é a maior parte do recurso que entra de solo criado. Então, eu acho que o DEMHAB tem se organizado bastante para fazer essa organização e seguir esses ditames. De qualquer forma o Fundo de Gestão de Território também prevê que pode ser aplicado na medida do possível, a gente está tentando estruturar esse formato das contrapartidas. Eu acredito muito que é o futuro, a gente mais para frente organizar, ao invés de receber o recurso, organizar, por exemplo, para a produção de habitação de interesse social, a gente receber a habitação, a produção mesmo, o imóvel em área construída, mas é um desafio, tem que organizar. A gente já conseguiu organizar para equipamentos públicos, o que é positivo. Claro, aí tem uma tabela oficial que a gente segue, tem que fazer um orçamento,

tem um nível de profundidade, mas é uma caminhada que vai ao longo do tempo a gente se organizando para melhorar o processo e seguir aqueles ditames que estabelecem o estatuto da Cidade. Então, só para contribuir aí, queria deixar claro antes que o senhor se ausentasse. Na sequência, então, temos o Conselheiro Mark. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Boa noite. Boa noite a todos. Bom, a nossa discussão, então, se restringe aqui ao art. 5º, o preço público do solo criado publicado na imprensa oficial será calculado em tabela elaborada pelo executivo, de acordo com a fórmula, né! Então, isso já está determinado pela legislação. O Ministério Público pediu que o nosso Conselho se pronunciasse por esse art. 5º, restringe um pouco a nossa conversa, mas, então, o valor do solo criado a ser adquirido em de um valor de mercado do metro quadrado de face do quarteirão. Então, para isso nós precisamos nos valer de uma tabela, que deverá estar anexa à lei, o valor de mercado é fixado por uma tabela atualizada. Aí nós temos que ver a periodicidade em que essa tabela estará. Eu não sei quando a lei for aprovada, qual a tabela que será incluída e atualizada até que ponto do tempo, né! O índice de aproveitamento de face do quarteirão também, eu acredito que isso se origine de uma tabela para que se possa fazer a razão aqui do VMT e esse índice de aproveitamento. A área construída adensável é a variável, que vem lá do interessado. E o fator de planejamento? O fator de planejamento, pelo que nós ouvimos variaria de região para região e ele seria um elemento variável destinado a estimular ou a desestimular a construção naquela área. Então, vai haver uma avaliação por zona desse fator de planejamento. E aí a questão, isso também nós variaremos de zero vírgula alguma coisa a 1,8, ou 1,9, ou 2, Esse fator já está definido no âmbito da legislação municipal para o esclarecimento da comunidade? Então, essa é a conversa em torno da Fórmula propriamente dita, eu vejo que está toda vinculada a tabelas, que nós na ocasião desse debate vimos que havia tabelas elaboradas pela Secretaria Municipal da Fazenda, por critérios próprios que eles lá articulavam e nos informavam os números. Então, aí tem toda uma discussão da metodologia da organização dessas tabelas, se for assim encaminhado. E o fruto dessa arrecadação, desse preço público do solo criado, arrecadado, então, os recursos auferidos por essa outorga onerosa, destinados a esses dois fundos que foram mencionados. Aí eu achava interessante haver maior esclarecimento possível sobre os limites entre o solo não adensável ou solo de pequeno adensamento, porque nem todos os leitores da legislação municipal trabalham na Secretaria do Planejamento, trabalham na Secretaria da Fazenda. Então, a população precisaria ter uma informação sobre o que significa solo criado de médio adensamento, claramente definido na própria lei, e solo criado de grande adensamento, claramente definido no texto da lei, assim como não adensável e de pequeno adensamento. Era isso e obrigado. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Mark, pela contribuição ao debate. Queria aqui rapidamente esclarecer para tentar contribuir, não deixar em aberto os pontos levantados. Acho que conforme até o que a Conselheira Jussara colocou ali no chat, essa tabela dos valores é atualizada periodicamente, conforme na própria lei nós estamos estabelecendo, vai ser objeto de aprovação pelo Conselho de dois em dois anos, há uma atualização anual e uma reavaliação por este Conselho de dois em dois anos. Então, quando dessa oportunidade, que aí sim vem o processo, vocês já deliberaram em outras oportunidades, aí sim vem a tabela com os valores, com o cálculo feito do metro quadrado do terreno, da Secretaria da Fazenda, o índice de aproveitamento, aí é feita a discussão, a deliberação e após isso a publicação dos valores do solo criado. Aqui na lei a gente está trazendo só a fórmula, a maneira, enfim, a regra de como se chega naquele valor que vai ser aplicado a cada vez que for aprovado aqui neste Conselho. Com relação ao fator de planejamento, também de

fato nós estamos trazendo ele para podermos aplicar lá na frente, a gente inseriu na fórmula de cálculo como uma possibilidade, por enquanto ele não é aplicado, com a aprovação da lei por si só não aplicado, está prevendo lá que até a aplicação ele continua um, ou seja, o mesmo valor. Na hipótese de a gente aplicar o fator, de querer aplicar o fator de planejamento, nós vamos ter que delimitar qual o território que a gente quer aplicar, discutidas as razões, o porquê a gente quer estimular ou não aquele determinado território, aí tem que ser objeto de uma regulamentação específica, conforme a gente previu na lei. Na sequência o Conselheiro Zago, que está inscrito também pela SINDUSCON. **Antônio Carlos Zago (2º Suplente), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Boa noite a todos. Esse tema foi bastante discutido já por ocasião da passagem desse projeto de lei pelo Conselho do Plano Diretor e audiências públicas, tudo mais, mas o Ministério Público achou interessante discutir esses dois pontos destacadamente. Eu acho louvável a atitude do Secretário Germano de trazer, então, essa discussão, na minha opinião só para cumprir tabela, porque já está tudo explicado e acho que bastante bem compreendido de todos. Eu imagino que algumas pessoas que não trabalhem no meio tenham alguma dificuldade nas definições de tipos de áreas, adensável, não adensável, mas eu acho que a lei explica bem essas questões. Com relação à questão da fórmula de cálculo, desde que o solo criado foi instituído em Porto Alegre, outorga onerosa, o Conselho do Plano Diretor tem essa incumbência de definir os novos preços, conforme tabela estabelecida. Há pouco tempo, tenho impressão que foi ano passado, foi amplamente discutida uma nova modalidade de qual. É bastante complexa, eu acho que nós leigos ficamos às vezes um pouco boiando em alguns pontos, mas dá para entender que algumas variáveis têm uma procedência lógica. Por exemplo, para a gente detectar valor de mercado, o valor que os terrenos são vendidos são consultados. As ofertas de terrenos, as ofertas podem ser por meio de jornal, por meio de imobiliárias e etc., e depois também é consultado através da Secretaria da fazenda o ITBI, que daí são efetivamente vendidos. Então, tem como auferir esses valores. A questão do índice de adensável, não adensável, atribuído a cada face, isso já vem como atribuição do Plano Diretor que quer ou não incentivar mais ou menos determinada fase de quarteirão, onde tem um índice maior, vê-se que o valor do solo criado acaba sendo menor, porque a lei do Plano Diretor já trás esse índice maior como incentivo para que aconteçam mais obras ali. Então, está bem a lei proposta esses artigos propostos também são coerentes com o Plano Diretor. A questão do fator de planejamento eu acho que é uma coisa bastante interessante e inteligente, isso aí gera uma dinâmica muito maior das políticas, da aplicação de políticas de desenvolvimento urbano. Se entende-se que a Cidade tem... Até mesmo nós os conselheiros, se entendemos que a Cidade precisa ser incentivada, desenvolvida mais em determinado local, é bom ter um instrumento desses para facilitar com que os investimentos ocorram, para que a gente possa direcionar os investimentos da cidade para aquele local. É um instrumento inteligente e muito importante e eficaz para a aplicação de políticas urbanas. Então, eu acho que estão bem defendidos já no corpo da lei, são duas questões bastante interessantes e que vale a pena para a Cidade, vale a pena para nós que somos conselheiros e que defendemos o principalmente urbano efetivo e que não fique engessado. Essa lei dá uma amplitude maior para que e possa aplicar recursos, para que se possa aplicar recursos onde a Cidade está precisando. Então, a questão do pequeno adensamento e do solo criado não adensável, ele continua sendo destinado à aplicação em áreas de interesse social e habitação de interesse social, como já vinha sendo desde que foi criado o solo criado, lá na década de 70. E a questão do médio e grande adensamento está exatamente de acordo com o que preceitua o Estatuto da Cidade. Então, está cumprindo também com a legislação federal. Eu acho que nós de fato nesse aspecto

adequamos que tinha já no Plano Diretor, nós adequamos através dessa nova lei. Então, acho assim, nós estamos cumprindo com aquilo que o preciosismo que o Ministério Público determinou para esta questão. É bom que se deixe tudo bem às claras porque se possa aplicar. A Cidade tem nas diversas versos do solo criado um potencial enorme de recursos financeiros que poderão ser aplicados em prol das comunidades carentes, em prol de toda a Cidade. Nós estamos vendo muitos projetos dando andamento no Centro da Cidade, alguma coisa sobre a Avenida farrapos. (Sinalização de tempo esgotado). Concluindo! Tem também o 4º Distrito. E para que tudo isso de fato redunde em projetos executáveis e executados precisamos de recursos e estão aí os recursos disponíveis para nós. Obrigado a todos e uma boa noite. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Zago, pela contribuição ao debate, trazer um pouquinho do histórico do tema. Na sequência temos o Conselheiro Hermes inscrito. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Secretário, eu entendo, contrariando o que foi dito, a riqueza deste Conselho e a sua composição diversificada. Não se trata de um Conselho técnico, nem político, trata-se de um Conselho diversificado e pluralista, tanto no conhecimento, nas expectativas de vida, nos princípios éticos e ideológicos. Aqui as faces de um todo estão juntas, como deve ocorrer. Portanto, eu também entendo equivocada a proposta, a discussão apenas dos artigos 5º e 18. Na verdade, em toda a minha vida pública e participando de entidades, eu nunca vi discutir uma lei retalhada assim, mesmo que ela tenha sido apresentada antes, discutir separada do corpo da minuta da lei. O nosso papel não é de mero carimbador para validar as propostas e ações do governo. Se o Ministério Público entendeu que deveria ser pautada para discussão apenas dos artigos citados, o que duvido, não devemos concordar, simplesmente isso. Nós deveríamos fazer uma extensa discussão. O art. 2º que aborda a metodologia do cálculo, do preço público, o art. 18 que trata da gestão dos recursos com outorga onerosa, assim como sua aplicação, não pode ser descontextualizado do resto da lei. Até porque nesses casos a aplicação dos recursos está intrinsecamente vinculada aos objetivos da proposta. Como exemplo eu vou citar as incongruências ente o art. 23, § 1º dessa minuta de lei, que dispõe sobre a gestão e aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Gestão em Território, e os artigos 26 e 31, principalmente o 26 do Estatuto da Cidade, da Lei nº 10.257, se eu não me engano, nos seus incisos de I a IX. Eles não são incongruentes. A votação a ser proposta deve ser presidida agora, a votação que está se pretendendo, deve ser precedida de ampla discussão, com se aprende desde o diretório acadêmico, lá na faculdade, nas várias entidades e vários setores que a gente passa. E o mesmo acontece para defender outras ideias, argumentações, tem que ter réplicas, tréplicas, palavras necessárias em um debate. E acontece desde os tempos da Antiga Grécia, o que vivemos foi uma apresentação formal antes, teve uma apresentação formal sem debates, como agora, é uma apresentação sem debates, não tem espaço para debater nesse estatuto, no Regimento Interno. Por fim, a discussão que deve ser proposta realmente interessa e a que interessa é o desenvolvimento urbano e ambiental da Cidade para a totalidade da população de Porto Alegre, considerando-se a utilização dos recursos oriundos da outorga onerosa. Para finalizar, Secretário, eu entendo... E a fala do Zago foi bem expressiva nisso, se pretende e aí tem setores interessados, se pretende que o solo criado, esse bem que saiu do nada assim, ele resolva os problemas da cidade. Então, a nossa discussão passou a ser uma discussão economicista, financistas, quanto vai render. O Projeto do Centro está claro isso para mim, quanto vai render, um bilhão? Ninguém está pensando que esse solo criado vai causar outros problemas, vai gerar densidade e outras questões, problemas de infraestrutura, de serviços, etc. e etc.. Essa era a discussão que tinha que se fazer. Então,

eu entendo que ficou prejudicada essa discussão. Obrigado. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Hermes, pela contribuição ao debate. Na sequência a gente tem a Conselheira Vaneska inscrita. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Boa noite. Eu anotei aqui algumas coisas, acho que o secretário já esclareceu ali uma das dúvidas do Conselheiro Felisberto, que era a questão do valor de mercado, como está previsto na fórmula. O colega Zago também colocou algumas explicações. Também o Conselheiro Felisberto falou da questão da diferenciação do não adensável, do pequeno, médio e grande adensamento, né. Eu ia pontuar que durante mesmo das audiências públicas a gente conceituou essas três modalidades de solo criado. E até na apresentação que foi realizada na audiência nós mostramos em alguns gráficos dos valores que são arrecadados em cada um desses tipos de solo criado o não adensável e o pequeno adensamento, são valores muito expressivos, porque eles ocorrem com maior frequência do que essas outras modalidades que nós estamos colocando e seguem como parte do fundo para a habitação de interesse social. Eu acho que isso é uma questão bem importante de pontuar. Com relação à última fala, como eu falei logo em seguida com relação à fala do Conselheiro Hermes, queria pontuar que justamente a gente traz o fator de planejamento e traz essa questão da utilização dos recursos de solo criado para a qualificação urbana e para o seu funcionamento como instrumento urbanístico e de qualificação do território, para desvincular dessa imagem que muitas vezes é vista como algo para arrecadação. Por isso muitas vezes a gente entende que esses valores do solo criado podem ser dados como incentivo em algumas áreas, não tem que ser pensados enquanto uma arrecadação, um instrumento meramente financeiro para financiar. Até porque a gente entende que assim como altas densidades, locais que não estão adequados para recebê-las podem causar impacto? Com certeza a subutilização de territórios urbanos com disponibilidade de infraestrutura e de equipamentos também é algo que gera custo ao Município. Então, a gente vai estendendo a nossa urbanização e de certa forma subaproveitando e deixando de concentrar os nossos esforços para qualificar áreas que podem com densidades adequadas, e daí a densidade adequada é outro debate que a gente pode ter e que envolve uma série de variáveis. Entendo com a revisão do Plano Diretor ser uma oportunidade muito vasta de poder estar discutindo esses conceitos e pensando em que termos a gente está aproveitando de fato a infraestrutura instalada no Município. E até existe na literatura alguns artigos que demonstram que esse investimento em áreas centrais, esse crescimento das áreas centrais para aproveitamento de infraestrutura acaba gerando uma economia muito grande para os municípios e por isso vários municípios que estenderam a sua malha urbana acabam agora se voltando também para os centros urbanos, até tentando entender porque eles foram de certa forma subaproveitados em alguns momentos da história. Acho que tem muito debate para a gente ter, a gente já fez a apresentação e na audiência pública toda a contribuição de qualificação que essa proposta de lei traz, justamente para a gente poder estar aplicando de maneira mais inteligente esse instrumento no nosso Município. Isso muitas vezes estava desvinculado do próprio EVU, dos próprios projetos e isso muitas vezes gerava uma série de inseguranças com relação à aplicação efetiva e eficaz desse instrumento no território de Porto Alegre. A ideia era mais contribuir com alguns pontos do debate e se for interessante também voltar a falar depois da fala dos próximos colegas conselheiros, a gente fica à disposição. Obrigada. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Vaneska, pela contribuição. Na sequência temos o Conselheiro Saffer inscrito. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Boa noite a todos.

Eu queria dar uma posição nossa aqui da AREA, que a gente entende que houve ou está tendo um debate sim referente a essa minuta, porque eu me lembro que foi apresentada essa minuta. Nós da AREA já fizemos algumas sugestões. Eu vou talvez repetir algumas manifestações nossas, tanto nas primeiras discussões, como na própria audiência pública, onde alguns itens onde a gente fez algumas sugestões inclusive foram aceitas e outras não incluídas nessa minuta que agora está sendo novamente apreciada. Então, uma coisa que nós achamos um pouco confusa é porque debater novamente esses dois itens que o Ministério Público? Porque nós entendemos que de alguma forma tinha sido debatido isso. De qualquer forma, sobre a fórmula, eu acho que é como o Hermes disse, o conhecimento é muito genérico de todos aqui. Eu entendo que a maior variável aqui é o DNT, que é o valor de mercado, valor do metro quadrado do terreno por face de quarteirão, porque o resto tudo são variáveis já estabelecidas. O índice é uma tabela que existe no Plano Diretor. Agora, esse valor, eu me lembro que fui relator uma vez da própria tabela, acho que em 2020, e veio a Arquiteta Carla da DAE, da Fazenda, e apresentou para nós como calcula-se esse valor de mercado, que é a maior discussão. Ela disse que a base era por amostra de dados, de oferta de mercado, o valor negociado como o Zago disse, do TBI. E existia uma variável que eles chamam de região homogênea, que essa indica as mais diversas características do terreno existente no solo urbano e cada região tem um valor. Essa questão é muito complicada, eu não entendo também de estatística, até temos um colega aí que trabalha, que é o Fernando do SENGE, já se manifestam outra vez, existe uma fórmula pegando essas variáveis e mais essa região homogênea, que vai definir esse DNT por face de quarteirão. Então, a fórmula que está ali apresentada é uma fórmula simples, mas o que mais importa aqui é o valor do mercado e isso é feito pela Secretaria da Fazenda. Então, o que eu acho interessante nessa fórmula, eu não vou perder muito tempo, mas basicamente é o que a Vaneska disse a recém, ele resgata um pouco um instrumento, tira esse caráter só monetário e financeiro que todo mundo fala do solo, mas ele resgate uma batalha que nesse novo governo até se conseguiu, que era voltar a Secretaria de Planejamento ser uma secretaria efetiva, que planeja a Cidade. Esse fator vai propiciar isso como um instrumento urbanístico de planejamento. As questões que são apontadas sobre dois fundos, o que eu vejo é que a lei está bem clara para onde vai ser destinado, não muda como era anteriormente, solo criado não adensável e de pequeno adensamento. O que eu vejo que algumas pessoas comentam e debatem aqui, questionam e volta, eu sempre bato nessa tecla, é uma prestação de contas onde estão sendo... Volta e meia seria interessante vir fazer uma prestação de contas de como estão sendo esses fundos, durante um período de seis em seis meses, de ano em ano uma prestação de contas. Mas para mim, de novo, a lei como não existia o médio adensamento e o solo, ela vem esclarecer para onde essa lei estava regrando, ou melhor, esclarecendo como é que seria a aplicação do médio adensamento e do grande, afinal para onde iam, porque os outros já estavam definidos, que era o não adensável e o solo de pequeno adensamento. Então, eu vejo assim, é um assunto bastante complexo, difícil às vezes da gente poder avaliar a questão da variação. Eu entendo que essa avaliação está sendo feita sempre pela Secretaria da Fazenda, como o Secretário disse, de tantos em tantos tempos ela vai ter um reajuste automático, às vezes sobe, às vezes desce, porque é uma questão de mercado. Durante a pandemia o valor do solo diminuiu em várias regiões e porque o valor de mercado diminuiu. Provavelmente o centro da Cidade com tudo isso, o valor de mercado vai fazer uma alteração dos valores para aquela região, principalmente porque está tendo alguma destinação de valores do Município para aquela região. (Sinalização de tempo esgotado). Então, é assim, é uma coisa bastante dinâmica, eu entendo, e eu acho que se está de bom tom, não entendi muito bem porque novamente a discussão. A gente está

tendo esse debate sim e essa é a posição da ÁREA, mais conhecida como ASBEA. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Saffer, pela contribuição ao debate, nessa linha com relação às prestações de contas. É importante agora com essa estruturação junto ao DEMHAB, porque especialmente se tinha dificuldade de prestar conta do que foi aplicado, porque não se gastava até, então. Não havia uma distribuição, mas eu vejo agora, com a formação do COMATHAB, que todo o recurso que até, então, entrava foi para o Fundo de habitação de Interesse Social. Mas em função das suas discussão internas não conseguiu gastar esse recurso e, naturalmente, não tinha nem como demonstrar. E por isso, naturalmente, seguindo regra constitucional, a Secretaria da Fazenda em função de emenda, amparados pelos dispositivos legais, recentemente retirou aquele recurso que estava disponível lá, que foi objeto de discussão, foi enviada a lei para a Câmara de Vereadores e aprovado, e aquele recurso que estava lá destinado, não lembro o valor, mas foi retirado. Mas eu acho que agora, com essa reestruturação, certamente, como também é um conselho participativo, tem os processos de participação lá previstos, o própria relatório desses gastos, certamente essa prestação de contas vai ocorrer. Na sequência a Conselheira Claudete inscrita. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Boa noite a todos. Eu vou ser breve e rápida, porque como disse o Conselheiro Zago, aqui nós estamos apenas cumprindo tabela, né! E aí eu me pergunto até quando a gente vai fazer de conta que a gente está deliberando e participando? A gente para deliberar e participar precisa de informação, a gente precisa de transparência, né? A gente precisa entender, a gente não está deliberando dois artigos, planejamento não se faz fragmentado, uma lei não se estuda por artigos. A gente está estudando aqui um instituto, mas não está de fato. Bem lembrou o Saffer, quando a Carla veio aqui se propôs, ela ou outra técnica da Fazenda, que estranhamente hoje a gente não tem nenhum responsável pela Fazenda para nos apresentar e para nos esclarecer as dúvidas. As únicas pessoas que estão aqui nos dando a informação são os próprios que votam no CMDUA para aprovação dessa minuta. Uma daquelas técnicas se propôs a apresentar cálculos de forma concreta para a gente poder entender. Até hoje nós não vimos a apresentação desses cálculos, dessas fórmulas em momento algum. A par do nosso Secretário insistir que não tem nenhuma alteração e que é apenas uma fórmula, ela está linda, então, eu tenho que votar porque ela está ali, e ela é muito clara, mas ao mesmo tempo é muito complexa. Eu vejo, por exemplo, que o índice de aproveitamento, quando vieram os técnicos da Fazenda nos apresentar, eles eram feitos através de uma medi ponderada, do qual foi retirada dessa lei. Agora, mas não é a mesma fórmula? Foi retirada a média ponderada. Ah, é a mesma fórmula, mas agora tem um fator de planejamento do qual a gente não discutiu, do qual a gente não deliberou. Acho que é a primeira vez neste Conselho, e aí pode se pegar todo o histórico de atas e de votações que uma minuta de lei é votada, como nós estamos pretendendo fazer aqui apenas para cumprir tabela, tem que se ter uma relatoria, tem que ter uma metodologia. Então, diante desse fato não me resta muito que dizer. Se a intenção do governo é simplesmente votar para cumprir a formalidade a pedido, nós estamos fingindo que estamos participando, porque nós não temos aqui nem condições de fazer um debate, nem condições de informação e nem de análise nos casos concretos. Era só isso que u gostaria de colocar. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Claudete. Sempre bem-vinda a sua contribuição. Este é um Conselho democrático e ouvimos atentamente as posições das mais diversas que temos. No entanto, é importante a gente ressaltar que fizemos todo o processo participativo, demos ampla oportunidade de debate, já tratando a minuta de uma

forma geral, antes de deliberar ela, produzimos uma audiência pública, abrimos um espaço para esclarecimento de todos os pontos, disponibilizamos previamente aos conselheiros a minuta. E agora, pontualmente, em função dessa interpretação de que deveria se deliberar esses outros artigos, também avisamos, disponibilizamos e nos colocamos à disposição para prestar todos os esclarecimentos. Na audiência pública tivemos uma excelente apresentação da Conselheira Vaneska, enfim, representando aqui a Diretoria de Planejamento, pontuando todas as questões trazidas. Então, este Conselho teve e está tendo toda a oportunidade de debater o assunto, aprofundar o conhecimento da matéria para formar a sua posição e deliberar pelo sim, pelo não. A tentativa é sempre de construir melhorias para a nossa Cidade. Na sequência o Conselheiro Rafael Passos. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Bom, vamos lá, mas primeiro eu quero lembrar que foram inúmeras as vezes que eu manifestei da necessidade de se deliberar essa lei, sobretudo porque ela tratava das metodologias de destinação e isso era de competência expressa na lei do Plano Diretor, competência do CMDUA. Mais uma vez eu venho aqui recomendar. E me parece que há outros artigos... Parece não, há outros artigos da lei que tratam da metodologia e tratam da destinação, os quais nós não estamos analisando aqui. Como, por exemplo, o art. 6º, art. 10, porque o art. 10 trata das contrapartidas, ou seja, ele substitui recursos em pecúnia para contrapartidas em obras. Então, eles também deveriam ser discutidos e deliberados aqui, porque eles também estão tratando da destinação. Sobre a metodologia, eu quero manifestar, eu apoio a ideia de um fator de planejamento, mas entendo que, sobretudo, esse aspecto e a sua regulamentação deve partir, deve ser objeto de deliberação do CMDUA. Sobretudo, o que trata o inciso I, o primeiro e o segundo, I e II, porque senão de que forma vai restar aí... Deixa eu pegar aqui o art. 6º. Quer dizer, quando estive motivado o interesse do executivo municipal em articular desenvolvimento em determinada área da Cidade. Isso é no inciso II. Então, é o II e III. Desculpa! E o III: Quando houver motivado o (Inaudível/interferência no áudio) de interesse social em determinada área da Cidade. Quer dizer, considerando os preceitos da gestão democrática, a definição sobre esses critérios que determinam fator de planejamento devem ser objeto, é muito mais do que o cálculo, etc. e etc. É dizer assim, que área da Cidade que se pretende fomentar isso, que área da Cidade... Isso vai redundar no número do fator. Isso é fundamental que haja uma gestão democrática, que passe pelo CMDUA, que passe pelos fóruns regionais de planejamento. Isso é uma recomendação que eu gostaria de colocar. Sobre a destinação, aí eu sou contrário á criação de um Fundo Municipal de Gestão de Território, porque a nossa Cidade carece muito de habitação de interesse social. E ao contrário do que foi manifestado na audiência pública e até aqui, os recursos do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social não são exclusivamente utilizados para produção de nova habitação. Então, me parece que a criação de um novo fundo não se justifica por dizer assim: Não, nós temos que produzir cidade, não habitação de interesse social. Conceito com o qual estou completamente de acordo. Agora, quando se fala de um Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social onde há, além da produção da habitação em si, a urbanização, o caráter redistributivo das políticas de habitação de interesse social do ponto de vista urbanístico, então, não vejo qualquer justificativa para criar outro fundo. Além disso, quero reforçar aqui a nossa preocupação com o que diz o art. 23, § 1º, que fala em aquisição de tecnologias e etc., além do artigo, que eu não sei se eu vou me lembrar agora aqui, mas é aquele que fala do sistema, como eu já manifestei que para mim é estranho, algo que está previsto no Estatuto da Cidade, ou seja, a minha preocupação é a seguinte, daqui a pouco nós estamos pagando um servidor, salário de servidor: Não, esse servidor aqui trabalha com expansão urbana, então, a gente vai pagar um servidor que trabalha com expansão urbana. Não faz sentido, não é isso que

está no espírito da lei do Estatuto da Cidade quando ele fala em expansão urbana. Então, nesse sentido, me preocupa inclusive, porque isso pode levar os gestores daqui para frente a acabar respondendo por improbidade. Então, essa preocupação. E por fim, eu gostaria, frente até à manifestação recente do Secretário, desse esvaziamento dessa utilização dos recursos do fundo para outra destinação, gostaria que a gente recebesse aqui para que outro destino foram destinados os recursos do solo criado, porque me parece que se eles saíram do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social e foram para um caixa único, por exemplo, quem fez isso me parece que incorreu aí em improbidade administrativa na forma da lei do Estatuto da Cidade. Então, gostaria de requisitar aqui que a gente tivesse acesso a esse ponto. Por fim, eu quero reforçar, estamos avaliando apenas dois artigos, mas não são só esses artigos que estão tratando daquilo que fala o art. 39 nos seus últimos incisos lá, que é questão de metodologia e destinação, que deve ser tratado aqui. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Rafael Passos, pela sua contribuição. Gostaria de elucidar que sim, com relação à aplicação do fator de planejamento, naturalmente não porque está ali na lei qual a hipótese de aplicação do fator que nos desonerada da obrigação de fazer a discussão, quando oportunamente assim o for definido, por se tratar de alteração de uso e ocupação de terra. A gente necessariamente teria que fazer essa discussão, entendemos dessa mesma forma de submeter isso para discussão e aí sim, após isso aplicar o fator de planejamento. Então, estamos de acordo com relação a isso. Com relação à destinação, é importante dizer que quando o advento do Estatuto da Cidade, necessariamente ele trouxe um rol mais ampliado do que aquilo que define o Fundo de Habitação de Interesse Social. Então, o Estatuto da Cidade quis abrir um pouco o rol de possibilidades de aplicação. E me arriscaria a compreender de que se não aplicado dentro daquele rol ali também poderia o gestor incorrer em improbidade se ficasse restrito a um só daqueles instrumentos, senão ele teria colocado só um, mas ele colocou todos aqueles outros a mais. Então, me parece correto e adequado que a gente tenha um fundo onde tenha todas essas possibilidades, inclusive habitação de interesse social. Então, por isso que a gente tentou organizar uma distribuição justa, aí o papel da gestão de tentar distribuir isso sim, garantir um recurso significativo para a habitação de interesse social, mas também destinar um recurso para o ordenamento e direcionamento da expansão urbana. O senhor que é profissional, que representa os arquitetos aqui, sabe da importância do planejamento urbano para a gente organizar a regularização fundiária, habitação de interesse social, o crescimento, a justa distribuição da Cidade como um todo. Nós precisamos sim investir em planejamento urbano e que bom que o Estatuto da Cidade previu como uma das possibilidades o ordenamento e direcionamento da expansão urbana. E quando a gente fala, e eu peço muito o seu apoio, Conselheiro, especialmente nesse artigo, porque a gente compreende com clareza que hoje em dia o ordenamento e direcionamento da expansão urbana passa necessariamente por investimento em tecnologias, em inteligência. Planejamento urbano são dados, é monitoramento da Cidade e que bom que a gente tivesse tudo organizado com dados, com informação para produzir as discussões de revisão do Plano Diretor e não tivesse que contratar como estamos fazendo, para cada revisão contratar estudos e a gente trazer eles para o debate. Então, acho bastante importante e aqui como defensor do planejamento urbano entendo que a gente tem que sim trazer essa figura do ordenamento e direcionamento da expansão urbana para retornar para o planejamento urbano. Não para pagar servidor, que por óbvio que se houvesse uma interpretação desse sentido seria abusiva e o gestor incorreria em improbidade administrativa. Mas de fato na organização, tudo aquilo que envolve a organização do território, a estratégia, isso sim, a gente tem que se atualizar com a era da

internet, da tecnologia, o planejamento urbano foi se aprimorando e hoje é muito isso, tem muita inteligência envolvida, que, infelizmente, os governos acabam priorizando. O senhor bem sabe isso, Conselheiro. Na lei orçamentária, no recurso do Tesouro ele para a saúde, vai para a educação e às vezes falta para o planejamento urbano. Então, que bom que o Estatuto da Cidade, que os urbanistas que trabalharam na elaboração desses previram essa possibilidade para ter essa condição de hoje a gente aprofundar esse artigo e prever na lei essa possibilidade com clareza, para termos depois a segurança de que estamos retornando para aquilo que determinou o Estatuto da Cidade. Então, é nesse sentido que eu peço a sua compreensão. Entendeu? Já que levou o tema ao Ministério Público para trazer esses dois pontos para debate aqui, a gente está fazendo esse debate. Agora é a ideia da gente avançar, ir para outros temas, conseguir construir o modelo das contrapartidas para que talvez lá na frente a gente conseguir produzir habitação de interesse social, assim como os equipamentos públicos e isso é tão bom para a qualidade de vida, para a melhoria da Cidade como um todo. Feito esses esclarecimentos, oportunizo a fala do Conselheiro Gomes. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Boa noite, Conselheiros. Boa noite, Secretário. Assim, uma discussão sem nenhuma novidade, né! Nós fizemos uma ampla discussão em abril, quando fizemos as atualizações dos valores do solo criado. Nós aprofundamos, eu fui o relator, aprofundamos a discussão da fórmula de cálculo com a participação da Fazenda, uma participação bastante intensa e nenhuma novidade. Depois a discussão da minuta, as outras questões que são abordadas. O Ministério Público fazendo, digamos assim, passado a limpo a coisa, não deixando nenhuma firula para trás, solicitou que se fizesse essa votação e tal. Aí estamos fazendo e não há nenhuma novidade. Então, não vou me alongar mais, eu não tenho nada mais a colocar, os colegas já colocaram, eu estaria repetindo uma série de coisas. Devolvo a palavra ao Secretário para ver se a gente vota ainda isso para passar essa página aí. Obrigado. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Gomes, pelos esclarecimentos. Então, eu acho que a gente tem condição, após essas falas de produzir a votação, se há concordância dos conselheiros ou não. É importante, né, Conselheira Claudete, a gente trazer sim a tecnologia com investimento em planejamento urbano, com tecnologia a gente vai conseguir sim organizar melhor essa justa distribuição da riqueza, especialmente o tema das contrapartidas. Vejam como às vezes é importante a gente ter mapeado, georreferenciadas essas informações, as necessidades dos equipamentos que se tem nos territórios. Então, nós precisamos e eu peço encarecidamente o apoio de vocês. Essa organização, Conselheiros, especialmente no ponto da tecnologia, eu entendo como de extrema importância, independente da minha passagem por aqui, que vai ser por um período, em algum momento que eu vou sair, mas eu gostaria de deixar essa contribuição para o planejamento urbano da Cidade. Eventualmente, que esses recursos de origem do solo criado possam retornar para o planejamento urbano, que isso vai gerar mais transparência para os processos, a tecnologia nos possibilita isso, mais inteligência para produzir dados para debater aqui. A gente pensou em organizar uma plataforma de planejamento urbano, com a organização dos territórios, das regiões. Existe um universo de coisas positivas que a gente pode trabalhar e que vai facilitar a organização do território, a organização para fins de regularização fundiária, para fins de produção, de proteção do patrimônio histórico, enfim, todo aquele rol previsto no Estatuto da Cidade. Então, eu peço do fundo do coração que vocês compreendam essa possibilidade que a gente está prevendo aqui na lei e na tecnologia para de fato retornar em benefício da Cidade como um todo, destes conselheiros, mas especialmente da Cidade, todos serão beneficiados se a gente investir

em tecnologia, porque com dados, com informações a gente consegue produzir melhores resultados para a Cidade como um todo. Feito esse relato, Senhores Conselheiros, abro à votação para deliberarmos a cerca da aprovação da minuta de proposta de lei do solo criado enviado para todos os conselheiros, especialmente de dois artigos, o art. 5º que trata da metodologia de cálculo do preço do solo criado, e do art. 18 que trata da destinação dos recursos auferidos com outorga onerosa do direito de construir, ambos da minuta do projeto de lei complementar encaminhado para os senhores e senhoras conselheiras, que será encaminhado para a Câmara de Vereadores se assim aprovado. Nesse sentido, então, inauguro o período de votação com a manifestação, consultando a Conselheira Cristiane, que representa o DEMHAB, a Doutora Cristiane Catarina, se vota favorável ou contrária aos artigos 5º e 18 apresentados. **VOTAÇÃO NOMINAL**: **Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Favorável. **Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Favorável. **Sônia Castro (Titular), Gabinete do Prefeito – GP:** Favorável. **Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN:** Favorável. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Favorável. **Patrick Silva (2º Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Favorável. **Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOI:** (Não está na sala virtual). **Gustavo Garcia Brock (Titular), Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV:** Favorável. **Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Eu vou me abster, Secretário. **Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Abstenção. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Os motivos que fizeram retornar ao Conselho continuam pré-existindo, sendo ampla falta de participação e deliberação de debate neste Conselho. Então, eu voto contra, porque isto aqui não é só para a gente fazer de conta. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Voto novamente favorável. **Jeanice Dias Ramos (1ª Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Favorável. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Secretário, desta vez não fui eu a denúncia no Ministério Público. Por tudo dito voto contrário. Só um Aparte, jamais serei contra um sistema de gestão informatizado e tudo. A minha questão é a fórmula. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Secretário, de acordo com o que eu havia falado vou mandar uma declaração de voto, que já está escrita. Se querem que eu leia é praticamente o que eu já disse. Eu sou contrário e eu acho que não tem que fazer essa chantagem de dizer que a gente não está permitindo o desenvolvimento tecnológico. Não é com o solo criado que nós vamos comprar computador. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem, Conselheiro. Desculpa, vamos manter o voto para a gente não retomar a discussão no horário da votação. **Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Boa noite. Eu voto favorável, conforme eu já havia me pronunciado referente à minuta. **Antônio Carlos Zago (2º Suplente), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Favorável. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Contrário. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Contrário. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Secretário, eu só

gostaria de justificar o meu voto, em função do não esclarecimento dessas demandas que foram trazidas aqui. A gente não conseguiu discutir e continua a mesma incógnita. Então, por isso o meu voto é contrário. **Wagner Pereira dos Santos (1º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Cinco – RGP. 5:** Contrário. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Presidente, deve ser a terceira votação sobre a mesma matéria, que alguns colegas não entenderam ainda. Voto favorável. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Secretário, em homenagem a minha inteligência voto contrário. **Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** Favorável. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Favorável. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Conselheira Gabriela? **Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOI:** Favorável. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Se faltou algum conselheiro, por favor, consigne no chat. Lembrando que estamos aprovando ou não, deliberando os artigos 5º e 18 da minuta enviada. Temos 14 votos favoráveis, 2 abstenções e 8 votos contrários. Nesse sentido, então, **APROVADOS OS ARTIGOS 5º E 18 QUE TRATAM DA METODOLOGIA DE CÁLCULO DO PREÇO DO SOLO CRIADO** e da destinação dos recursos auferidos com outorga onerosa do direito de construir ou do solo criado na minuta enviada aos senhores conselheiros e que na sequência será enviada à Câmara de Vereadores. São 20h10min. Agradeço a oportunidade do debate, do aprendizado, da troca sempre muito enriquecedora. Uma excelente noite a todos, tchau, tchau!

Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental – CMDUA, às 20h10min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia Costa Ribeiro, sob o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.

ATA ORDINÁRIA Nº 2914/2021

(Virtual nº 79)

Aos vinte seis dias do mês de outubro de dois mil e vinte um, às dezoito horas, reuniram-se para Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, através da plataforma virtual *Zoom*, nos termos do Decreto nº 20.611/2020, sob a presidência de LUIZ ANTÔNIO MARQUES GOMES, Representante Titular da Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6, e na presença dos:

CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS: Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira (Titular), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Sônia Castro (Titular), **Gabinete do Prefeito – GP**; Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN**; Álvaro Debom Steiw (2º Suplente), **Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS**; Carolina Wallau de Oliveira Kessler (1ª Suplente), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE**; Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), **Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOI**; Gustavo Garcia Brock (Titular), **Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV**; e Rômulo Krafta (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**.

CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS: Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Claudete Aires Simas (Titular), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH**; Sérgio Saffer (Titular), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA**; Jeanice Dias Ramos (1ª Suplente), **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS**; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS**; Hermes de Assis Puricelli (Titular), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS**; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), **Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS**; Rogério Dal Molin (Titular), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**.

CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL: Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular) e Ronie Gomes (1º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Tânia Maria dos Santos (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4**; Wagner Pereira dos Santos (1º Suplente) e Ricardo Angelini, (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Cinco – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Maristela Maffei (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7**; Dinar Melo de Souza (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** e Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA**.

SECRETARIA EXECUTIVA: Camila Maders Fonseca Coelho, **Secretaria Executiva da SMAMUS**; Patrícia C. Ribeiro, **Taquígrafa/Tachys Graphen**.

PAUTA:

1. Abertura;

2. Comunicações: Comunicação Externa: Michele Rihan Rodrigues, Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8;

3. Votação:

3.1. Atas: 2913 (19/10);

4. Ordem do dia.

Após a leitura dos presentes e conferência de *quorum* o Senhor Vice-Presidente deu início aos trabalhos às 18h07min.

1. ABERTURA

Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6: Boa noite, Conselheiros. Vamos iniciar nossa reunião ordinária. Vou presidir hoje a pedido do Presidente, que está em viagens do município. Então, hoje nós vamos ter uma participação externa. E deixa eu ver uma coisa, temos quorum? Vamos confirmar o quorum aqui. (Relação dos presentes na inicial). No momento em que as pessoas vão chegando eu peço para a Camila me atualizar. Bom, como nós temos comunicação externa, é a Michele, delegada da Região de Planejamento 8, está disponível para ela cinco minutos. A Michele já está em condição de falar? Libera o microfone. À vontade, Michele, cinco minutos.

2. COMUNICAÇÕES: Comunicação Externa: Michele Rihan Rodrigues, Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8

Michele Rihan Rodrigues, Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8: Obrigada. Bom, sou delegada da RGP 8. Eu trago um tema que vou tratar de forma sucinta, que diz respeito a maior obra da Prefeitura em andamento, com relação ao novo sistema de abastecimento de água de Porto Alegre e está sendo uma forma aí de violência com a população de Belém Novo. São obras que já estavam de certa forma previstas desde 2013 no Plano Municipal de Saneamento Básico e só hoje que o DMAE vem dialogando com a comunidade, por isso uma violência tratar em meio ao andamento das obras, as intervenções já na orla, tudo sem realização de estudo de impacto ambiental, a parte da população de Belém Novo sobre risco de ser removida, o risco de se perder uma praia, que o DMAE já informou que nós vamos perder uma praia. É uma vergonha que a Prefeitura use a orla do Guaíba para se promover e retira uma praia histórica, tradicional da população de Belém Novo. Uma vergonha, um absurdo, algo que vai ter que ser muito bem avaliado e gostaria de saber se foi tratado pelo CMDUA sobre essas obras do novo sistema de abastecimento de água. Bom, aproveito para ler uma carta de denúncias gravíssimas que foram encaminhadas ao Ministério Público por conta da forma ilegal, inadequada, que a Prefeitura está tentando alterar o Plano Diretor alheio à revisão do Plano Diretor que deveria estar acontecendo. Leitura: *Conforme já denunciado em outras oportunidades e através de outros documentos, bem como na reunião ocorrida em 24 de agosto de 2021, o Atua POA Todos Nós vem por meio deste denunciar irregularidades na forma com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre vem promovendo a revisão e alteração do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental através de diversas iniciativas, decretos, projetos de leis fragmentados sem relação entre si, com a totalidade do plano ou do território municipal. Encontram-se em tramitação na Câmara Municipal pelo menos os seguintes projetos que alteram parcialmente, de forma isolada e fragmentada o Plano Diretor do Município. O PLC 04/2019 permite a construção das torres do Internacional; PLC 023/21 institui o Programa de Reabilitação do Centro Histórico e o PLC 024/21 altera o*

regime urbanístico da Fazenda do Arado. Além desses, recentemente foi aprovado o PLCL 024/18, que previa o aproveitamento do potencial hidroviário do Lago Guaíba com impacto na orla, tornando-se a Lei Complementar nº 907. A lei complementar aprovada em 1º/07/2021 promoveu alterações em diversos artigos da Lei Complementar nº 434/99, que instituiu o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Porto Alegre. Sua apreciação e aprovação se deu de forma isolada e desconectada de uma análise mais ampla e completa da Cidade e do Plano Diretor e no momento em que o processo de revisão do plano já foi iniciado, mas encontrava-se suspenso em virtude da pandemia do Covid-19. Todos os projetos e iniciativas citados propõe alterações de maior ou menor impacto no Plano Diretor, mas se apresentam de forma isolada e desconectada, sem que seja possível dimensionar os seus impactos na totalidade do plano e do território municipal. Tudo isso no momento em que o Município deveria estar promovendo a revisão integral do plano. As iniciativas têm como traço comum a fragilidade na participação e no controle social, a falta de estudos e de embasamento técnico consistente e o conflito com as regras e princípios do planejamento urbano vigente, todas elas conduzidas de forma apressada e no contexto da pandemia do Covid, quando o processo de revisão do Plano Diretor encontra-se iniciado, mas oficialmente suspenso. Da mesma forma as iniciativas são marcadas por forte contraste e conflito com os princípios do Plano Diretor, com todo o marco conceitual do plano existente, bem como com as diretrizes da política urbana fixadas no Estatuto da Cidade. A título de exemplo, o PLC 023/21, que pretende instituir o Programa de Reabilitação do Centro Histórico, supostamente se baseia no artigo 83 do PDDUA, que prevê que o Centro Histórico deverá ser objeto de plano específico... (Sinalização de tempo esgotado)... *envolvendo a multiplicidade de situações que o caracterizam. Eu estou lendo! O artigo 88 encontra-se na seção II, que as áreas especiais de interesse urbanístico e na subseção IV das áreas de revitalização. O plano específico a que se refere o artigo teria por objetivo detalhar e aprofundar as análises e propostas do PDDUA para aquele território específico. Esse nível de detalhamento e aprofundamento do planejamento urbano em alguns territórios de especial importância, como é o caso do Centro Histórico, é benéfico e necessário, mas deve-se dar dentro dos marcos do plano geral, respeitando seus princípios e estratégias, porém o PLC 023/21 subverte completamente o regulamento urbanístico vigente, promovendo na realidade*... **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Ok. O seu tempo foi totalmente, digamos assim, alongado em mais de dois minutos. Vamos, para repercutir a manifestação da delegada, abrir inscrição para os conselheiros que quiserem se manifestar. Temos inscrito... Existe uma Questão de Ordem da Conselheira Claudete, mas só quero conferir aqui, encerramos as inscrições com Maristela, Claudete, Hermes, Felisberto e Tânia. Mais alguém? Então, encerramos. Questão de Ordem para a Claudete. Conselheira a sua disposição a palavra. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Boa noite a todos e todas. Eu queria questionar a mesa, né, o que atende as diretrizes do Plano Diretor e ao interesse público, se a gente tem no regimento previsto que três pessoas possam falar por até cinco minutos, ou seja, seriam quinze minutos de fala. Nós não temos nenhuma outra fala externa inscrita e estamos cerceando a palavra de uma denúncia muito importante que vem sendo trazida pela sociedade. Então, o que atende efetivamente as diretrizes de participação ou cumprimento legalista e tacanho de um regimento que se encontra *sub judice* e que visa exclusivamente cercear a palavra. Ao que a gente deve primar, por ouvir... **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Obrigado pela sua manifestação, estamos dentro do Regimento Interno, seja ele tacanho ou não, conforme a sua opinião. Eu abro a palavra, então, um minuto, a

Conselheira Maristela. Mark, está garantida a tua palavra. Eu não tinha visto, coloquei aqui. Conselheira Maristela, está com dificuldade? De repente eu passo para alguém e depois para ti. Claudete, um minuto. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Pois, então, como a gente vê a participação social é garantida dessa forma, quando um microfone é cortado e a gente não pode concluir a questão que a gente estava levantando, né. Então, assim, a delegada vem trazendo uma denúncia extremamente importante, que diz sobre o planejamento, a ausência de planejamento na cidade e sobre isso que nós vivenciamos no dia a dia a respeito da falta de participação da sociedade, né? Um planejamento só pode ser efetivo se existirem leis efetivas, onde a vontade do gestor fique vinculada à lei e não aos interesses. A lei não pode ser resultado em um discurso fácil para atender os anseios de uma gestão que quer embelezara cidade u quer simplesmente contemplar e favorecer alguns amigos, né. Para que uma política efetivamente acontecesse no Município, seria necessário a gente tivesse ter metas, instrumentos, que fosse previsto, na verdade, um local para todos na Cidade. Nós não temos! Estranhamente, um governo que se elegeu dizendo que vai fazer a regularização fundiária, mas o que mais está promovendo no momento, um momento que ele não prevê o lugar de todos nesta Cidade, é que a Cidade regular se amplie. A gente só pode dizer que tem planejamento quando existe um lugar para todos na Cidade, o que nós não temos aqui. A mera execução de obras isoladas, de programas de reabilitação, eles não resultam de um Plano Diretor, muito menos o que se possa configurar no Plano Diretor... **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Muito obrigado, Conselheira. O seu tempo esgotou. Pela minha lista o Conselheiro Hermes, depois eu tenho o Conselheiro Felisberto, Conselheira Tânia e Conselheiro Mark. Conselheiro Hermes com a palavra. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Boa noite a todos. Eu queria fazer uma colocação no mesmo sentido que a Claudete, é uma questão de bom senso, nós temos tempo, nós temos e as coisas importantes são deixadas de lado. É uma pena que tu enquanto, tu eu posso dizer, né, Gomes, colega, enquanto assumiu a presidência se incorpora do mesmo papel do nosso Secretário, de autoritário, de cortar a palavra. Eu vou ceder o meu tempo restante para que a Michele possa concluir o seu relato. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Não existe essa previsão Conselheiro de cedência de tempo. Ok? O tempo é seu, se quiser continuar tem mais 30 segundos. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Então, tá. Para uns é sempre assim, é uma pena que Porto Alegre esteja vivendo este momento tão triste da sua história, quando interessa o Regimento serve, quando não interessa ele desrespeitado, mas eu queria parabenizar a Michelle pela leitura desse documento, né. E o resto nós vamos ver depois com o Ministério Público, com outras instâncias, porque com a Prefeitura não tem conversa, já deu para se ver que não tem conversa, é um discurso vazio que faz com que amanse todo mundo, né. Na reunião passada foi lida aquela questão da RGP 5, eu estava lendo a ata, o Secretário sempre conclui com – Ah, que legal, parabéns por ter colaborado; e fica nisso, e não toma nenhuma providência. É um governo para alguns, não tenho dúvida. Obrigado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Obrigado, Conselheiro. Vamos ver se a Maristela já está em condições. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Na verdade, eu pedi a comunicação e não neste momento. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Vamos o seguinte, então, já vamos abrir para Comunicação. Depois quando concluir essa primeira parte já temos a listagem da comunicação. Então, Conselheiro

Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** É lamentável o momento que esta Cidade vive. Eu queria primeiro dar boa noite, saudar a manifestação da Michele. É uma delegada vigilante pela RGP 8, em que a gente vê o caráter voraz dos empreendedores se apoderando dos territórios, não respeitando os territórios de quilombos, território indígena. Então, se nota a voracidade e dos que estão trabalhando para eles, inclusive, servidores públicos, que ficam brabos quando a gente diz isso. Agora, é estarrecedor ver servidores e tentando viabilizar projetos dos empreendedores. É uma lógica do mercado, a gente entende, é um governo que trabalha para os amigos, vamos ter o Gold Lake. O Elision, Tupiniquim, eu recomendo ver esse filme, que é sobre uma estação espacial e que os ricos vão para fora do planeta e a miséria e a barbárie tomam conta da Terra. Então, mais ou menos o que vai acontecer, ou nós temos um olhar de inclusão, ou vai haver revolta, vai ser inevitável, a fome está batendo, a desigualdade está crescendo e as pessoas não vão ficar caladas. Então, é um momento muito sério e nós não somos a minoria, porque nós somos a maioria neste Conselho, minoria se nós não fossemos governo, nós somos a maioria eleita, estamos neste Conselho eleitos pelas pessoas... (Sinalização de tempo esgotado)... pela sociedade. Já estou finalizando, só cinco segundos. Então, nós somos eleitos, temos o direito de reivindicar e defender as nossas condições. Eu já me inscrevo para Comunicação. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Obrigado. Pela minha lista a Conselheira Tânia. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Boa tarde a todos os conselheiros e às pessoas que estão nos assistindo. Eu gostaria de falar, de prestar essa denúncia também da Delegada Michele, que veio aqui denunciar todos esses abusos que acontecem com a comunidade através da Prefeitura de Porto Alegre, né! Uma prefeitura que foi eleita na época se dizendo participativa, que ia escutar os interesses do povo E não é só da Michele, é de todos os movimentos populares da Cidade, como o Felisberto falou, enquanto representantes da comunidade, eu enquanto representante da Região 4 de Planejamento Leste e Nordeste, são mais 156 mil pessoas só aqui na Leste e Nordeste, imaginem o restante. Então, assim, nós somos a minoria aí como Secretário falou – Ah, vocês são voto vencido! Voto vencido, claro, porque a gente sabe que a maioria dos funcionários da Prefeitura está aqui neste Conselho. Eu gostaria de fazer mais uma conversa sobre os desmontes também dos conselhos, que isso a gente já sabe que vem lá de cima. E como o nosso Prefeito também faz parte deste desgoverno federal acontece isso. A comunidade de Belém Novo está sendo violentada e cerceada, enquanto a Prefeitura defende os interesses de empreendedores. Belém Novo não pode perder a Praia de Copacabana. (Sinalização de tempo esgotado). Claro, eles querem simplesmente elitizar todas essas estruturas e eles não têm contato direto com as pessoas. Também vamos falar... **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Está cortando. Concluindo, Conselheira Tânia. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** ... realmente desastroso, mas estamos todos atentos ao que está acontecendo. Muito obrigada. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Obrigado, Conselheira. Então, agora temos o Conselheiro Mark. Um minuto, Conselheiro. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Olá! Boa noite a todos. Nesta breve possibilidade de intervenção eu apenas me inscrevi para saudar e cumprimentar a Conselheira Michele da RGP 8 por se manifestar sobre a questão da importante obra de fornecimento de água no Bairro Belém Novo. É um projeto superimportante, que vai beneficiar, inclusive, pelos relatos que nós ouvimos, não só o Belém Novo, mas toda a Região Leste da Cidade, chegando inclusive na área da

Conselheira Maristela, Lomba do Pinheiro, que é muito importante. E ela estava fazendo a leitura de um documento endereçado ao Ministério Público, onde levanta uma série de processos e projetos de lei que estão em exame na Câmara de Vereadores e que dizem respeito a nossa Cidade e que são muito importantes, inclusive, que nós estivemos trabalhando. Esse sobre o Centro Histórico, que são projetos de lei e que nós também examinamos da Fazenda do Arado, que também atinge a região da RGP 8. (Sinalização de tempo esgotado). Então, era isso. Concluindo. Valeu! Obrigado pela oportunidade. Parabéns aí a Michele por ter feito essa intervenção. Muito obrigada! **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Obrigado, Conselheiro. Michele, muito obrigado pela tua participação sempre bastante ativa. Vamos, então, agora para as Comunicações. Eu estou com os seguintes inscritos: Maristela, Tânia, Felisberto e o Emerson. O Hermes, o Wagner. Conselheira Maristela, três minutos. Comunicações. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Boa tarde a todas e a todos. Quero cumprimentar a Delegada Michele, quero cumprimentar a todos que estão nos assistindo no YouTube. Eu estou aqui tomando chimarrão e prestando serviço para a nossa Cidade. Então, dizer o seguinte, que nós temos um momento muito feliz aqui na Lomba do Pinheiro com a questão do Conselho Tutelar, aqui na Parada 2, nós vivíamos precariamente, a área ainda não é do Município, mas nós estamos trabalhando para que seja, já temos o contato do proprietário. A gente sabe exatamente como é que funciona para ser da Prefeitura, ou é por troca, ou tem outra questão que tem que ser pública, tipo licitação. É um espaço maravilhoso para o acolhimento das famílias, das mulheres, das crianças, isso para nós foi uma luta muito grande, a gente espera que todas as regiões tenham esse espaço. Pena que eu não posso publicar o espaço, mas quem sabe organizar para uma próxima para o nosso pessoal dos conselhos vir aqui e colocar. Então, temos essa vitória que é importante, acho que uma vitória importante também é essa questão da orla sim, no sentido de que ficou muito... Também é uma conquista nossa, que é da micro, ali do nosso companheiro Felisberto, que é a questão daquele espaço público maravilhoso, principalmente a questão do skate, que agora é também um momento para Olimpíadas e também não só para Olimpíadas, para medalhas, para que todos sejamos vencedores no sentido da apropriação. Acho lamentável, comparando com isso, o que aconteceu, por exemplo, perto do Shopping Barra, com aquele caixão que tem lá, que tira toda a visão da Cidade ficou horrível. Vocês sabem a minha opinião sobre a altura de edifícios, ela sempre foi favorável. Eu sou muito mais favorável que casos, por exemplo, que possam ter muito mais espaço, a questão de vizinhança, enfim, é um debate amplo na questão do Plano Diretor que nós temos que ter. Mas quero sim, Michele, concordar inteiramente contigo, com a questão que nós temos sobre a questão da água, chega o verão e começa a nosso pânico novamente. Eu me lembro muito BM quando lá estavam muitos de vocês, quando a Presidente Dilma veio para assegurar que aquele projeto fosse estabelecido, aguardando a questão e o compromisso do Governo Federal, depois com a continuidade dos governos, continuar trabalhando. Eu acho isso importante, para que fosse garantido, porque água para nós aqui sempre é um drama, aí quero reiterar com a sua demanda, em especial a questão lá do Arado, que é uma preocupação de que isso se torne apenas um suplemento para aquela população. Então, tem o meu acordo, o meu apoio ao sentimento de estar aqui colaborando, mas também analisando aquilo que nós vimos esta semana ser bom para todos nós em Porto Alegre. Somos guerreiros naquilo que acreditamos, mas também temos a grandeza de elogiar as poucas coisas que nós temos, mas que são importantes. Muito obrigada. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Obrigado, Conselheira. Pela minha lista é a Conselheira

Tânia. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Reiterando o que a Colega Maristela falou, também parabenizar por aquele espaço lindíssimo que ficou da pista de skate. E também quero relembrar a minha última reclamação que eu fiz um alerta do pessoal do skate lá do IAPI, aquela pista de skate é a primeira delas, era uma das maiores da América Latina e está abandonada ao descaso. Lá, inclusive, não são só os skatistas que frequentam, as famílias que moram ali no entorno levam seus filhos, suas crianças para lá e até agora não... A gente faz a denúncia, mas não recebe resposta, ninguém fala nada. Entendeu? Isso que todos os órgãos responsáveis estão aqui na mesa, né! Então, gostaria que fizesse um pronunciamento com relação a essa demanda que eu pedi. E hoje eu vim falar sobre a cultura, os fundos de cultura, que até o final de setembro de 2021 o FUNCULTURA, o FUMPROART e o FUNPACH, arrecadaram mais de R$ 17.300.159,94. Esse dinheiro é um dinheiro que embora o setor da cultura seja o mais atingido com essa pandemia, esse dinheiro está lá no fundo e não chegou aos artistas que estão em situação deplorável, muitos deles em situação de miséria, porque não tem como se apresentar, não tem o retorno de tinham. Então, a situação é bem triste e esse dinheiro está lá, né. E daí eu me pergunto, eu me lembro do dinheiro também do fundo do DEMHAB, que a gente pergunta o que aconteceu com aquele dinheiro, ninguém sabe, ninguém viu, o dinheiro sumiu. E esse dinheiro que está lá, vai se fazer alguma coisa? Eu acho que, na verdade, esse valor chegou até nós através do Tribunal de Contas do Estado, só para variar a Prefeitura não fez nenhuma ressalva com relação a isso, nem a Prefeitura, nem a Secretaria de Cultura. Eles não falaram nada com relação a esse dinheiro. Então, se não fosse a fonte do Tribunal a gente não saberia que esse dinheiro está lá e é um dinheiro da cultura que deveria ser aplicado para os fazedores de cultura. Então, são milhões que estão aguardados nos cofres e vamos ver o que vai acontecer, né. (Sinalização de tempo esgotado). Então, são milhões que poderíamos estar alimentando a cultura e seus fazedores de cultura, por Conta do descaso e da falta de gestão e de outros interesses, sabe-se lá escusos, né, a Prefeitura e o Estado não se mobilizaram com relação a isso. E eu enquanto representante de um replanejamento artista e ativista cultural, venho fazer essa participação aqui no Conselho, onde a maioria dos representantes faz parte da Prefeitura, eu quero saber, eu quero uma resposta. Não adianta a gente vir falando e ninguém falar nada... **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Obrigado, Conselheira. Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Me avisa quando faltar um minuto, tá, Conselheiro? Para que eu possa terminar o raciocínio, senão a gente é interrompido e não consegue verbalizar tudo. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Eu estou avisando nos três minutos e estou dando mais um minuto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Agradeço. Primeiro reiterar as minhas palavras, que esta Cidade tem uma visão muito de exclusão. Não adianta fazer a orla, dizer que a orla é para todos. Não! A orla neste primeiro momento pode parecer para todos, mas não o será, viu, Maristela e Tânia? Porque é uma voracidade do mercado em adensar a Região Centro. E aí imagina que tipo de pessoas que virão morar no Centro, se respeitar a habitação de interesse social, aqueles que menos têm poderão utilizar a orla, senão será mais uma área elitizada da Cidade para alguns em detrimento de outros. É isso, nós vivemos um momento muito difícil, em que há uma lógica de mercado predominando sobre a lógica do bem viver das pessoas. Parece que tudo se resume no mercado, o mercado vai resolver. E quando a gente vê que a Cidade, as periferias, as comunidades, elas constroem alternativas para viver. A gente vê cozinhas comunitárias sendo feitas, áreas sendo ocupadas para viabilizar comida para quem não

tem o que comer. E o governo não tem nenhuma medida de auxílio emergencial, nem o microcrédito tão prometido, tão falado pelo nosso Prefeito, Prefeito desta Cidade, gloriosa e valorosa Porto Alegre. Passa para o Banco SICREDI ou Santander, mas não chegará a quem mais precisa, porque a gente sabe as exigências de um banco. E quem não tiver o seu nome limpo terá dificuldade para viabilizar. E hoje as pessoas precisam do microcrédito, precisam ser atendidas nas suas necessidades. E pasmem vocês, que havia uma lei criada que não poderia ser construído mais de 2.500m², há uma lei na Câmara de Vereadores para aprovar, pasmem, 10.000 m². Vocês imaginem que megaempreendimento nós poderemos ter na nossa Cidade para atender mais uma vez a pressão do capital estrangeiro dos financiadores, de quem está na Prefeitura hoje. (Sinalização de tempo esgotado). Já estou concluindo, só quinze segundos para não ficar sem entendimento a minha fala. A gente sabe muito bem a quem os eleitos estão defendendo, o desrespeito. E quero lamentar a atitude que houve na Câmara de Vereadores, uma cidade que foi exemplo de democracia participativa não pode compactuar com aqueles atos. E eu queria um pronunciamento deste Conselho a respeito daqueles atos na Câmara de Vereadores. Obrigado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Obrigado, Conselheiro. Conselheiro Emerson. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Boa noite, Conselheiros do CMDUA, Conselheiras. Eu quero iniciar aqui em relação aos PLs, principalmente os relacionados às alterações de regime urbanístico. Entendemos que é de competência da câmara através da proposição do executivo fazer essas alterações, até porque todos esses projetos passam por comissões, inclusive, tem uma discussão na CCJ, no dia 16/11, às 10 horas, sobre o Plano Diretor do Centro Histórico, com a participação do nosso Secretário Germano Bremm. Então, já tem uma previsão também de discussão e ampliar a discussão é muito importante. Eu acho que nós como conselheiros devemos ser comunicados sim através da Câmara de Vereadores, através do próprio Município, dessas eventualidades que ocorrem em relação a alguns projetos que tramitaram junto ao CMDUA e que estão sendo acompanhados pelo CMDUA. O projeto do Internacional que teve uma inversão, ele veio primeiramente para o CMDUA, como não tinha atividade teve que voltar para a Câmera, mas em um momento ou outro ele vai ter que voltar ao CMDUA, porque nós temos que dar esse aval para o que for decidido junto à Câmara. Em relação a Ponta do Arado está previsto para a LOA, a Lei Orçamentária Anual 2022, R$ 6.300.000,00 para a estação de bombeamento e tratamento de água do Arado, futura estação. Então, são investimentos que já estão previstos para atender. Por um lado tem uma comunidade que está se sentindo prejudicada com a implantação do empreendimento, mas, por outro lado, vai ter famílias que estão dentro do sistema de Belém Novo, que hoje tem uma precariedade no atendimento da água e que vão poder ser atendidos. Então, o sistema Belém Novo, como foi comentado, ele vai desde o Lami até a Lomba do Pinheiro, e outras comunidades do entorno. Então, temos que estar atentos a todas essas alterações junto a esses PLs e a tudo que acontece dentro da nossa Cidade. Obrigado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Obrigado, Conselheiro. O próximo conselheiro inscrito é o Conselheiro Hermes. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu tenho duas questões que queria comentar, Presidente. Primeiro é relembrar sobre o que foi aprovado na última reunião de se fazer uma reunião específica sobre as contrapartidas que envolvem a Vila Cruzeiro e a RGP 5. Eu até sugiro que se marque já essa reunião para a próxima terça, ou seja, daqui a duas terças, porque a próxima é feriado. Então, teríamos tempo para que o governo pudesse organizar, convocar as pessoas, foi sugerido convocar a Arquiteta

Lia Mara, que trata dessa questão lá na Fazenda. A segunda questão que eu gostaria de levantar é lembrar os conselheiros que essa questão do fatiamento do Plano Diretor que vem sendo sistematicamente denunciada é uma questão, além de ser ilegal, eu sei que muitos colegas podem defender. Existe a possibilidade durante a execução do Plano Diretor, naquele período, naquele interstício de 10 anos, onde deve ser renovado, de fazer planos ou programas especiais, setoriais e etc., mas não é o que está acontecendo, que fique bem claro isso. E o maior prejuízo disso é que depois os próprios colegas reclamam que Porto Alegre, e a população como um todo, que Porto Alegre não tem planejamento. Se verdade for que mais um detalhamento, um fatiamento vai ser feito em relação ao 4º Distrito, é claro que não existe nenhum estudo sobre o potencial da população usuária dessas regiões. Se fala em densificar, mas densificar de onde com a população crescendo a 0,5% em Porto Alegre e no Brasil, nas capitais brasileiras como um todo? Onde que nós vamos colocar ou quem vão ser os usuários dessa densificação do 4º Distrito, densificação de Belém? Então, isso só interessa a alguns. Isso tem várias matérias hoje publicadas e técnicas sobre esse interesse da construção civil, do grande capital, nem estou falando dessas empresas, do capital internacional que termina fazendo grandes obras, grandes edifícios icônicos que são comprados ou são de propriedade e de fundos de investimento e que não é para a população local, porque a população local aqui não tem nem capital para adquirir esses imóveis. Isso fica na propriedade desse grande capital internacional e nós enquanto cidadãos de Porto Alegre ficamos... Eu gostaria que adensasse o Centro até o limite possível, o 4º Distrito, mas me digam o que vai ser desadensado. Obrigado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Obrigado, Conselheiro. Hermes, uma questão que eu vou deixar para o Germano no retorno é essa marcação da conversa sobre as obras ali relacionadas ao empreendimento da Multiplan, até porque ele tem como articular melhor para trazer essas pessoas ao Conselho, que é fundamental. Como tu citaste mesmo, a Arquiteta Lia Mara. Por que a Arquiteta Lia Mara? Porque a Arquiteta Lia Mara é que trabalha dentro da PGM com a questão aí dos termos de compromisso. Então, ela tem condição e ela avaliza, ela mantém, digamos, um gerenciamento sobre isso. Então, vamos esperar mais uma, duas semanas, acredito que, otimistamente, duas semanas é a próxima reunião, talvez vai ter umas três semanas, mas aí fazer uma coisa bem feita com as pessoas. Bem feita que eu digo é no sentido assim, de estarem conosco as pessoas que realmente trabalham com esses assuntos e consigam dar a resposta que comunidade da Vila Cruzeiro, da Região 5 e tal precisam. Bom, continuando. Wagner, eu não entendi se tu queres se inscrever ou está com algum problema para a manifestação. Se tu quiseres eu te inscrevi aqui e pode se manifestar. Tens como nos responder? **Wagner Pereira dos Santos (1º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Cinco – RGP. 5:** Boa noite, Presidente. Só queria reforçar aqui que a gente tirasse uma comissão dentro deste Conselho para tratar, para ouvir o Secretário, o pessoal da PGM sobre as questões da contrapartida da Multiplan. Eu vou até ficar meio repetitivo aí, mas o senhor sabe que é pelo bem da nossa região e agora eu vou bater na tecla aí, até a gente conseguir um diálogo com a PGM e o pessoal. Eu sei que já está no sistema, mas a gente quer saber, porque como Conselheiro nós somos apertados pela comunidade. Obrigado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Está bom, Wagner. Obrigado. Nós estávamos falando em cima da manifestação do Hermes da questão de fazer essa reunião com as pessoas que realmente estão inteiradas disso, que podem nos dar a informação precisa que nós estamos pedindo aqui, diversos conselheiros, em especial a região aí de vocês. Bom, conselheiros, encerrado essa primeira etapa de comunicação interna, comunicação externa.

3. VOTAÇÃO:

3.1. ATAS: 2913 (19/10)

Votação da Ata 2913. Quem se opor de alguma maneira, quem não concordar, como sempre, de praxe, que se manifeste no chat, por favor. Muito bem, a Secretária está acompanhando e fazendo a contagem. Então, temos abstenções. Quantas abstenções? Três abstenções e 22 favoráveis. **APROVADA A ATA 2913 DE 19/10/2021**.

4. ORDEM DO DIA

Meus Conselheiros, então, vamos a Ordem do Dia. Vamos para o 4.03, que é o SEI 20.0.000056182-8, o interessado é o Município, é uma alteração e inclusão de gravame viário, que teve parecer desfavorável apresentado pela Região do Planejamento 4, em 05/10. Solicitada a apresentação de relato de vista pela Região de Planejamento 7. Maristela, para a tua manifestação sobre o relato ou relato de vista. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Tem mais alguma outra vista, Senhor Presidente? **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Não. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Só minha? **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Só tua. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** E eu posso pedir prorrogação para a próximo? **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Novamente? **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Sim. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Eu vou ter que submeter ao plenário, porque já são... **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** É a segunda que eu estou pedindo. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Segunda manifestação e bastante demorado. Nós tivemos... Bom, nós tivemos um parecer desfavorável no dia 05/10, nós estamos hoje no dia 26. Submeto ao conjunto dos conselheiros manifestação sobre o pedido de prorrogação de mais uma semana para relato de vista da Conselheira Maristela. Por favor, DEMHAB, como se manifesta, favorável ou contrário à prorrogação de mais uma semana para a Conselheira Maristela, segundo pedido. **VOTAÇÃO NOMINAL**: **Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Favorável. **Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** O parecer inicial é desfavorável? **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** O parecer foi desfavorável da RGP 4. **Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Ele iria automaticamente para nós para outro parecer? **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Aí vai para votação, se não dermos mais prazo para a Maristela se manifestar, fazer o relato de vista dela, segundo pedido, vamos insistir nisso, aí nós iríamos para votação. **Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Então, ou desfavorável. **Sônia Castro (Titular), Gabinete do Prefeito – GP:** Favorável. **Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN:** Favorável. **Carolina Wallau de Oliveira Kessler (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Favorável. **Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOI:** Favorável. **Gustavo Garcia Brock (Titular), Secretaria Municipal de Governança Local**

– SMGOV: Desfavorável à prorrogação do prazo por mais uma semana. **Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Favorável. **Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Favorável. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Sou favorável, só gostaria de entender porque algumas vezes a mesa coloca o parecer de vista à votação, a prorrogação. E, estranhamente, sempre quando eu peço ele sempre é delegado, ele é... **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Conselheira Claudete, a manifestação não é para este momento. Conselheiro da ÁREA, o Sérgio, por favor. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Favorável. **Jeanice Dias Ramos (1ª Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Favorável. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Favorável. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Favorável. Não tem nenhuma urgência, não vejo porque esse controle, mas tudo bem, favorável. **Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Favorável. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Presidente, sou contrário também. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Favorável. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Favorável. Eu peço uma Questão de Ordem depois. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Favorável. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** (Fora da sala virtual). **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** (Fora da sala virtual). **Wagner Pereira dos Santos (1º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Cinco – RGP. 5:** Favorável. **Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** Presidente, eu entrei atrasado, não consegui, a minha internet está muito ruim hoje, não estou nem conseguindo acompanhar aqui. Mas eu sou contrário. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Sou contrário em razão da Conselheira pedir outras solicitações e não atender. Então, sou contrário. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Obrigado, Conselheiro. Eu peço auxílio a minha Secretária para fazer a contagem de votos e me passar pelo Whats. Temos 18 favoráveis, 5 contrários. Tem que liberar a Tânia e o Álvaro. Conselheira Tânia, por favor. Não escuto a Tânia. **Álvaro Debom Steiw (2º Suplente), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS**: Favorável. Independente de um voto que não conseguiu votar o placar é bem substancioso. São 19 favorável e 5 contrários. Então, está adiado para a próxima reunião o parecer de vista da Conselheira Maristela desse processo 4.03 na nossa lista. **APROVADA A PRORROGAÇÃO**. Vamos para 4.04.

4.04. EXPEDIENTE: 20.0.000009880-0.

INTERESSADO: Município de Porto Alegre.

ASSUNTO: Gravame de traçado viário.

LOCAL: Rua José Alípio da Silva até a Rua João Paris (RGP 3 – Santa Rosa de Lima)

RELATOR: RGP 1 (Distribuído em 31/08/2021)

O Felisberto vai ler o relato, é isso? **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu tinha uma Questão de Ordem antes. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** É verdade. Perfeito! E a Claudete também pediu uma Questão de Ordem. a minha Questão de Ordem é sobre a minha fala, eu pedi que o Conselho se manifestasse sobre aqueles atos contra a democracia que foram feitos na Câmara de Vereadores e que atinge de certa maneira a todos nós, fere a democracia fere, fere os princípios e respeito a etnia negra, as minorias ou as maiorias, conforme o ponto de vista que a gente tem. Então, eu gostaria que este Conselho pudesse se manifestar a respeito disso, ouvir qual é a nossa posição. Então, eu entendo oportuno, já que a também, daqui a pouco poderemos ser nós atingidos por atos desse tipo, quando alguns tiverem seus interesses não atendidos nesta Cidade. Então, é uma preocupação deste Conselheiro e eu gostaria de submeter aos meus pares. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Ok, Felisberto. Vamos pensar como introduzir alguma coisa, mesmo sendo na tua interpretação do interesse de todos. De repente é estabelecer uma pauta para isso. É uma questão de organizar melhor. A Questão de Ordem da Conselheira Claudete. Liberada a palavra para a Conselheira Claudete. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Presidente, quando eu estava fazendo a Questão de Ordem, democraticamente, o senhor cortou a palavra, né. Então, ela resta preclusa como a democracia neste espaço. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** É isso? Ok. Então, retomando o parecer, vamos votar o expediente. O Conselheiro Felisberto para obter o parecer. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Então, o parecer: Processo: SEI 20.0.000009880-0. Trata-se o presente Expediente SEI 20.0.000009880-0 de um gravame de traçado viário com prolongamento João Alípio da Silva até a rua João Paris, com 12,50m de largura, inserido na MZ3, UEU008, Bairro Santa Rosa de Lima. Como se constata, há necessidade de assentamento das famílias, valor da indenização das benfeitorias, assim como esclarecimento ou custo da desapropriação, se for o caso. Tais diligências foram solicitadas no parecer de vista e que não foram atendidas. Assim, apesar do parecer de vista do conselheiro da região, da análise técnica feita neste expediente, este Conselheiro é contrário ao gravame. Este é o relatório e o voto do parecer. Porto Alegre, 26 de outubro de 2021. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Então, nós temos inscrito com parecer de vista o Conselheiro da Região Planejamento 3. Como o Conselheiro Relator fez o relato agora nós também vamos abrir para nova vista, se for o entendimento. Então, Conselheiros, nós temos a opção, se houver novas inscrições para vista, porque pode, está dentro do regimento, porque agora que o Conselheiro Relator fez o relato, tendo outros inscritos o relato do Conselheiro da RGP 3, poderá ser em outro momento, a não ser que ele faça questão que seja agora também. Isso também vai depender se há interesse, e eu abro agora para novas inscrições para relatos de vista. Não havendo interesse. **Carolina Wallau de Oliveira Kessler (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Presidente, desculpa. Ali no chat está sendo solicitado que a gente apresente novamente o processo para que os conselheiros relembrem da proposta. Pode ser? **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Sim, sim. Isso só vem a esclarecer o processo. **Carolina Wallau de Oliveira Kessler (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Está bem. O número do processo o Conselheiro Felisberto já colocou. Vamos adiante. É um gravame de traçado viário da extensão da Rua José Alípio da Silva até a Rua João Paris, é um prolongamento. Então, uma inclusão de traçado viário na Região de

Planejamento 3. Ela teve origem no processo de habitação prioritária, tramitado na CAADHAP, a comissão específica para isso, onde houve a necessidade de uma estruturação da malha viária da região para qualificar e melhorar as conexões, tanto dessa região leste como da Vila Santo Agostinho. Ela passou por toda a tramitação, enfim, eu não vou repetir aqui, acredito que importante seja a gente visualizar os mapas onde a gente vê a dimensão bastante grande desse quarteirão, onde o atendimento se insere e a inclusão aqui em vermelho com gravame de 12,5m, conforme o Plano Diretor, ao norte do centro social urbano, a leste da Vila Santo Agostinho. Obrigada. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Obrigado, Carolina. Eu vou fazer o seguinte, algum esclarceimento? Aproveitar que a Carolina fez a reapresentação. Então, poderia ser um momento. O Paulista quer se manifestar. Neste momento o Jackson não está na reunião, quem está representando é o Paulista. **Ronie Gomes (1º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Sou eu mesmo. Só deixa eu botar de novo isso aí. Eu não sei porque está vindo à pauta de vista de novo. Parece que os conselheiros aí duvidam da nossa palavra aqui da região ou estão querendo fazer politicagem. Vou dizer, papo bem reto aí! Eu estive lá com o Jackson, nós conversamos com os moradores, como já falei, procura nos autos do processo aí, esses caras não foram colocados pelo DEMHAB, eles mesmo assumiram que entraram ali, que invadiram aquela área, que eles não queriam ficar sem casa. Bom, aí é um parecer do DEMHAB que tem que dar ou não, o DEMHAB tem que se manifestar a respeito disso. Eu acho assim, aquela rua é importante por dois aspectos, primeiro para desafogar o trânsito ali de manhã. Eu pego ônibus tanto dia de manhã, eu sei como a gente sofre ali na Região Santo Agostinho, na Santa Rosa de Lima, até chegar ali na Assis Brasil. Esse traçado aí viria de certa forma desafogar a gente. Eu não entendo alguns conselheiros aí duvidarem da palavra de dois conselheiros que moram e trabalham na região. Eu estou começando a ficar indignado com esse papinho, sabe? É meio político. Não é a favor de comunidade, nós! Porque são só duas casas e eles assumiram que em 78 eles entraram naqueles terrenos, em 85 eles sabiam que iam sair, eles sabiam que era um traçado viário. Está desde 85 essa brincadeira. Agora eu vejo discurso aí e não vejo ninguém defender essa pauta. Ali vão ser atingidas quase 170 famílias e ninguém fala! E está para entrar aí esse traçado viário. (Sinalização de tempo esgotado). Ali na minha comunidade ninguém invadiu à toa, nós negociamos com a Prefeitura, ali sim temos um porto novo que está ali, mais de mil famílias ali e vai afetar pelo menos 35 delas, onde foram gastos 230milhoes. Desculpa, Vice-Presidente aí, mas eu quero deixar que esta pauta entrou duas vezes aí e eu não vi ninguém se manifestar. Assim, só para lembrar, a vista que foi pedida foi negada já, eu não entendo de querer vista de novo. Foi votado na semana retrasada e que eu saiba perderam no voto. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Conselheiro Paulista, esse processo não foi votado. Existe um parecer do teu colega, que é favorável, apresentação do relato de vista da RGP 3, que está no SEI favorável. E agora nós temos um parecer, a manifestação. Como o parecer é escrito ele vale, mesmo não estando aí o conselheiro. E temos agora o parecer da RGP 1, Conselheiro Relator, contrário. Eu pergunto, eu insisto se existe mais interessados, porque está aberto para manifestação de vista ainda, porque hoje foi feito o parecer do relator. Não tendo mais interesse nós podemos entrar em processo de votação. Ok? Eu entendo, então, não houve interesse em vista, nós podemos entrar em processo de votação. Certo, conselheiros? Tu queres fazer uma manifestação de encaminhamento, Felisberto? **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Não, só para esclarecer que eu me baseei também na visita que o Conselheiro Jackson fez lá e ele relator, no próprio relato dos Jackson diz bem claramente que as pessoas que

estavam lá falaram e não quiseram apresentar o documento. Então, não me baseei no contrário. A minha preocupação é com as pessoas que vão ser desalojadas,tudo bem que... **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Conselheiro, tranquilo! **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Só deixa eu finalizar, para não parecer, e as pessoas falam que a gente não se manifesta. Qualquer comunidade que estiver ameaçada de uma diretriz o meu parecer sempre será contrário, tem que garantir o assentamento das famílias, viu, Paulista? E pode ter certeza que com relação a tua comunidade será favorável. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Obrigado, Felisberto. Foi importante a tua colocação. Nós estamos em condições, então, de entrar em processo de votação. Perfeito? Então, estamos em processo de votação. Nós temos um PARECER CONTRÁRIO do relator, que é o Conselheiro Felisberto. Então, conselheiros, vamos lá. Como vota a Conselheira do DEMHAB? **Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Presidente, só um esclarecimento, o voto do relator foi desfavorável? **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Contrário à proposta de interesse do Município, do gravame de traçado viário. **VOTAÇÃO NOMINAL: Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Então, eu voto contrário ao relator que votou contrário. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Foi bom o teu esclarecimento, porque eu também passei e será que ficou bem colocado? Quem não achar que está bem colocado faça como a conselheira, pergunte novamente e a gente reafirma. Da EPTC, Conselheira Júlia. **Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Contrária ao parecer do relator. **Sônia Castro (Titular), Gabinete do Prefeito – GP:** Contrária ao parecer do relator. **Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN:** Contrária ao parecer do relator. **Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOI:** Contrária ao parecer. **Álvaro Debom Steiw (2º Suplente), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS**: Contrário. **Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOI:** Contrária ao parecer do relator. **Gustavo Garcia Brock (Titular), Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV:** Contrário ao parecer do relator. **Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Voto contra o relatório. **Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Contrária. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Pois, então, Presidente, eu tinha colocado ali, como a gente não tem direito à fala, né, o microfone é bloqueado, eu gostaria de ter feito questionamentos, mas não foi nem aberto o espaço de discussão, né. Então, só demonstra que este espaço aqui é só para cumprir uma formalidade. Como eu não esclareci eu só posso acompanhar o relator, né. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Contrário. **Jeanice Dias Ramos (1ª Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** A favor do relator. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** A diretriz é importante, mas se não tem a definição sobre a destinação das famílias, que é algo que eu entendi, eu voto favorável. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Presidente, assim como a Claudete, eu inclusive pedi a palavra no chat, quando estava ainda em tempo, está registrado lá às 7:15. Então, eu fiquei com várias dúvidas e nesse sentido, até porque

houve uma polêmica, a Conselheira Patrícia afirmou que não tinha nenhum imóvel no local, depois foi desmentido, eu fui inclusive advertido por ela. Então, eu vou acompanhar o relator. Obrigado. **Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Voto contrário ao relator. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Eu sou contra o relato, Presidente. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Favorável, Presidente. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2: Presidente, eu voto favorável. Ronie Gomes (1º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Voto contrário. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Voto favorável ao parecer do relator. **Wagner Pereira dos Santos (1º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Cinco – RGP. 5:** (Sem áudio). **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Acompanho o relator. **Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** Eu voto contrário ao relator. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Voto contrário em razão da própria região ser favorável. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Temos 9 votos favoráveis ao relator, 16 votos contrários. Então, como foi derrubado o voto do relator, na lista de próximo relator, na condição que tenha sido contrário, vai ser nomeado outro relator para fazer o relato na próxima reunião do Conselho. **REPROVADO O PARECER CONTRÁRIO DO RELATOR**.

4.05. EXPEDIENTE: 20.0.000073520-6.

INTERESSADO: Município de Porto Alegre.

ASSUNTO: Gravame de equipamento comunitário e gravame de subunidades.

LOCAL: Rua Voluntários da Pátria, 4201 – Bairro Navegantes; Rua Paraíba, 177 – Bairro Floresta; Av. Bento Gonçalves, 2440 – Bairro Partenon (RGP 2 – Navegantes; RGP 1 (Floresta) e RGP 7 (Partenon)

RELATOR: ABES (Distribuído em 24/08/2021)

Muito bem, conselheiros. Então, agora o 4.05, que tem parecer favorável da ABES em 21/09. Solicita apresentação de relato de vista. Foi solicitado pela ACESSO, pela RGP2 e pela RGP 1. É o Processo 20.0.00073520-6, interessado é o município de Porto Alegre, gravame de equipamentos comunitários e gravame de subunidades, Rua Voluntário da Pátria, Bairro Navegantes; Rua Paraíba no Bairro Floresta, Bento Gonçalves e Partenon. A ABES apresentou o relatório favorável em 21/09. Solicitado vista pela Conselheira Claudete, o Adroaldo já enviou e o Conselheiro Felisberto também já enviou. Pergunto se a Conselheira Claudete vai fazer o relato de vista. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Vou fazer o relato. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Por favor, Conselheira, pode fazer. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Tem uma Questão de Ordem antes, que eu acho que deveria ser considerada e ponderada. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Vamos ver. Questão de Ordem do Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu peço que este processo e preocupação vênia a Jussara, para que a gente possa esperar a reunião do dia 04, da comissão que vai tratar desses assuntos com

relação às unidades de triagem. São dois processos de suma importância. Então, como nós temos uma reunião proposta pela Natália, eu peço que a gente possa protelar isso até essa reunião de quarta-feira. Então, peço a Jussara, como relatora, que possa atender essa Questão de Ordem e os meus pares também. Obrigado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Conselheiro, eu acho assim, até para não pressionar a Conselheira que não teria nada a ver com isso de uma maneira direta, é aos pares. Realmente, tem essa reunião que está agendada. E de certa forma eu até estranhei por ele ter entrado, eu achava que ia ter que esperar essa reunião e esperar essa reunião, porque já discutimos isso aqui no Conselho. Então, eu acho que seria mais fácil assim, uma manifestação de quem é contrário que se prorrogue até essa r que se manifeste ali no chat. Quem é contrário que se manifeste no chat, aí nós passamos para o próximo processo, depois voltamos a discutir a questão desse expediente. Certo? Então, vamos fazer o seguinte, aqui o 4.06, que é a mesma situação. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Isso, é a mesma situação sim**. Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** A mesma situação, ali também nós tínhamos os processos de vista. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu acho que seria prudente, Presidente, mas submeto ao voto dos meus pares. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** O outro, o Felisberto já enviou, eu já enviei, tem inscrito o Hermes, Claudete, Adroaldo já enviou, Mark já enviou e Maristela. Da mesma maneira, eu deixaria, passaria para a próxima. Quando vai ser a reunião, Felisberto? **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Dia 4 de novembro, das 14 às 15 horas, se não me falha a memória. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Vai ser depois do dia 4 a nossa próxima reunião, dia 9, terça-feira. Eu acho mais prudente e não há prejuízo nenhum ao desenvolvimento do assunto. Já que ele foi tão discutido e tal, vários conselheiros visitaram várias regiões. E quem está falando aqui é quem já fez o relato, não estou pedindo mais prazo, já tenho uma posição. Vamos aguardar. Os conselheiros não se manifestaram ali no chat em contrário. Então, acho que nós podemos considerar um consenso a esse adiamento. Tranquilo? Então, conselheiros, concluída a nossa pauta de hoje, dentro do horário ainda, faltando 20 minutos, só tenho a agradecer a compreensão de todos. Tenham uma boa noite e até a próxima reunião.

Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental – CMDUA, às 19h40min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia Costa Ribeiro, sob o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.

ATA ORDINÁRIA Nº 2915/2021

(Virtual nº 80)

Aos nove dias do mês de novembro de dois mil e vinte um, às dezoito horas, reuniram-se para Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, através da plataforma virtual *Zoom*, nos termos do Decreto nº 20.611/2020, sob a presidência de LUIZ ANTÔNIO MARQUES GOMES, Representante Titular da Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6, e na presença dos:

CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS: Lisiane Sartori Fioravanço Magni (Suplente), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Sônia Castro (Titular), **Gabinete do Prefeito – GP**; Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN**; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), **Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS**; Gisele Coelho Vargas (Titular), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE**; Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), **Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOI**; Gustavo Garcia Brock (Titular), **Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV**; e Rômulo Krafta (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**.

CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS: Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Claudete Aires Simas (Titular), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH**; Sérgio Saffer (Titular), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA**; Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS**; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS**; Hermes de Assis Puricelli (Titular), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS**; Rogério Dal Molin (Titular), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**.

CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL: Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular) e Ronie Gomes (1º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Tânia Maria dos Santos (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4**; Wagner Pereira dos Santos (1º Suplente) e Ricardo Angelini, (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Cinco – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular) e Gilberto da Costa (1º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Maristela Maffei (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7**; Dinar Melo de Souza (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** e Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA**.

SECRETARIA EXECUTIVA: Camila Maders Fonseca Coelho, **Secretaria Executiva da SMAMUS**; Patrícia C. Ribeiro, **Taquígrafa/Tachys Graphen**.

PAUTA:

1. Abertura;

2. Comunicações: Comunicação Externa: Miguel Rossetto, sociólogo, sindicalista e político brasileiro; Ana Paula, Fórum de Catadores; Arceu Bandeira, **Departamento Municipal de Limpeza Urbana – DMLU.**

3. Votação:

3.1. Atas: 2914 (26/10);

4. Ordem do dia.

Após a leitura dos presentes e conferência de *quorum* o Senhor Vice-Presidente deu início aos trabalhos às 18h04min.

1. ABERTURA

Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6: O nosso Presidente Germano, que todos sabem, está participando da COP 26, neste momento deve estar retornando. Pediu, então, para que eu conduzisse esta reunião de hoje, mais tarde a gente até fala mais um pouco da COP. Vamos, então, hoje nós temos importantes participações de comunicação externa, temos o Miguel Rossetto, temos a Ana Paula, do Fórum dos Catadores de Porto Alegre e temos o Engenheiro Arceu do DMLU. Então eu acho que nós podemos iniciar, estou vendo que o Miguel Rossetto está aí. Miguel Rossetto é uma figura pública, com longo histórico de serviços prestados ao Rio Grande do Sul. é um homem público, que iniciou a sua carreira como sindicalista, um dos fundadores da CUT, deputado federal, vice-governador, ministro por duas vezes. Então, é uma pessoa que muito nos orgulha de ter a presença neste Conselho hoje. Então, passo a palavra para o Miguel. São cinco minutos, Miguel, eu aviso para a conclusões. Depois teremos manifestação do Conselho sobre a tua fala, cada um poderá falar em torno de um minuto, a gente vai vendo pelo número de inscrições. Então, com a palavra o Miguel Rossetto.

2. COMUNICAÇÕES: COMUNICAÇÃO EXTERNA

Miguel Rossetto, sociólogo, sindicalista e político brasileiro: Muito obrigado! Então, te cumprimentar, Conselheiro Gomes, que preside a sessão deste encontro do CMDUA. Cumprimentar a todos os conselheiros e conselheiras. Estimulado pelo Conselheiro Felisberto eu faço uma apresentação muito sucinta, muito objetiva sobre um tema de grande importância para a nossa Cidade, que é a continuidade operacional da Empresa CEITEC. Conselheiro Gomes e presentes, penso que todos os senhores e senhoras conhecem de alguma forma essa empresa localizada na Lomba do Pinheiro, ali no Bairro Agronomia, na Remião, na Avenida do Trabalhador, nº 777. A CEITEC é uma empresa pública, uma empresa criada em 2008 num ambiente de um projeto iniciado já no ano 2000, quando o governo era o governo do Olívio Dutra. E esse projeto foi disputado para a nossa Cidade a partir de uma estratégia muito forte, de fazer da nossa Cidade um polo da atividade de tecnologia avançada. Com os governos municipais, penso que deram de alguma forma continuidade a este projeto, que, originalmente, teve uma marca muito forte chamada Porto Alegre TECNOP. Estamos falando, portanto, de um projeto de uma empresa pública articulada com o conceito de cidade muito forte. Os nossos parques tecnológicos, o TECNOPUC, agora o Zenit da UFRGS, né! Mesmo TECNOSINOS nessa grande região metropolitana. Eles sempre estimularam esse projeto de transformar Porto Alegre nesse polo tecnológico, de tecnologia avançada. Muito bem, a Empresa CEITEC é uma empresa de projeto e fabricação de circuitos integrados, semicondutores e fazia parte de uma grande política nacional para desenvolvimento da indústria eletrônica no nosso Brasil. Ela ocupa, é uma empresa vinculada ao Ministério de Ciência e Tecnologia e ocupa

o papel estratégico, portanto, no desenvolvimento da indústria de microeletrônica para o Brasil, que todos os senhores e senhoras sabem é uma atividade essencial para a economia do Século XXI. Ela é uma grande infraestrutura para toda a atividade econômica do Século XXI. A CEITEC é uma empresa, eu acho que esse é o tema central, a CEITEC, a nossa Cidade, vamos lá, Porto Alegre é a única Cidade no Brasil e na América Latina que dispõe de uma fábrica de circuitos integrados, de semicondutores e sensores microeletrônicos. Isso é uma conquista muito importante da nossa Cidade, porque ela faz parte desse projeto que buscar caracterizar a nossa Cidade como essa cidade tecnológica. Qual é o fato, o que me leva a compartilhar com vocês a partir da liderança de todos os senhores e senhoras que dispõe na Cidade de Porto Alegre? O fato que é grave aqui, em dezembro de 2020 o governo federal editou um decreto para liquidação dessa empresa a partir de argumentos de natureza fiscal. Portanto, neste momento a CEITEC está em fase de liquidação, não se trata de privatização, se trata de liquidação dessa experiência, dessa empresa extraordinária do ponto de vista de dotar o nosso país de uma capacidade tecnológica, de desenho, de projeto e de fabricação de circuitos integrados. E não é pouca coisa a gente falar aqui, Conselheiro Gomes, que Porto Alegre é a única cidade da América Latina que dispõe de um empreendimento dessa natureza, porque é muito difícil entrar na atividade de microeletrônicos. Todos sabem que faz parte de uma grande disputa pela hegemonia econômica e política em escala global, China, Coreia, Taiwan, Estados Unidos, Alemanha, são países que investem pesadamente para disporem dessa infraestrutura. O Brasil já foi a sexta economia global, tem uma responsabilidade enorme de se preparar para disputar e dispor de soberania tecnológica, científica e produtiva nessa área. Pois muito bem, nós estamos lutando, eu faço parte de um grande movimento amplo, de resistência ao projeto de liquidação, de adequação do ponto de vista institucional e financeiro dessa empresa, pela natureza estratégica e de importância para o Brasil, para o Rio Grande do Sul e para Porto Alegre, especialmente. Neste momento, senhores e senhoras, o Tribunal de Contas da União, e chamo atenção disso, neste momento o Tribunal de Contas da União a partir de uma decisão de plenário em setembro suspendeu a liquidação da CEITEC por não encontrar razoabilidade econômica, e ao contrário, por encontrar grandes prejuízos econômicos para o nosso país. Portanto, esse processo está suspenso neste momento. O Senado da República se movimenta para reverter o decreto de liquidação e há um conjunto importante de manifestações preocupadas no sentido de viabilizar esse empreendimento e enfrentar a sua liquidação. Na semana passada, e encerro aqui, eu estive em reunião com o Prefeito Sebastião Melo e com o Secretário de Inovação Luiz Carlos atualizando esse assunto, esse tema. O Prefeito assumiu a tarefa de contatar os senadores, o Senado, o Poder Executivo e buscar também se tomar a esse esforço juntamente com o Secretário Luiz Carlos de bloquear, de barrar, de suspender essa liquidação dessa empresa, que ser um desastre para a nossa Cidade de Porto Alegre. Esse Centro, senhoras e senhores, é uma empresa com reconhecimento internacional, faz parte dessa agenda internacional, onde poucos países e poucas empresas participam da produção dessa tecnologia de fabricação de circuitos integrais e dos chips. A destruição desse ativo seria verdadeiramente um desastre, um prejuízo enorme para a Cidade de Porto Alegre. O que nós queremos, ao contrário, é atualizar essa empresa, integrar essa empresa no esforço dos nossos parques tecnológicos, universidades, empresas e fazer da nossa Cidade uma grande referência produtiva, com empregos de alta tecnologia, empregos remunerados de alta tecnologia. Na verdade, oferecemos uma alternativa aos nossos profissionais de alta qualidade formados pelas nossas universidades, interrompendo de alguma forma esse circuito de fuga dos cérebros de Porto Alegre, do Rio Grande do Sul e do Brasil. Portanto, Conselheiro Gomes, é um informe que busca

sensibilizar os senhores pelas suas lideranças, e um convite que pela autoridade que vocês dispõem junto a nossa Cidade pudessem visitar a CEITEC ali na Lomba do Pinheiro e conhecer o resultado de investimentos tão importantes para a nossa Cidade. Muito obrigado preocupação espaço, Conselheiro Gomes e demais conselheiros e conselheiras. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Obrigado, Miguel Rossetto. O breve currículo que eu falei do amigo, eu esqueci de falar a coisa mais importante, é de vice-governador no Governo Olívio Dutra, quando se infestou das articulações para a implantação da CEITEC. Eu abro espaço, então, para a manifestação dos conselheiros sobre a fala do Miguel Rossetto. Eu tenho aqui como primeiro inscrito o Felisberto. Felisberto, com a palavra. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa noite a todos e todas. Ao Conselheiro Gomes na Presidência deste Conselho. Ao Miguel Rossetto, esta figura política importante da nossa República, em trazer um assunto de tal magnitude e de tal importância para esta Cidade. E no momento em que a gente passa uma grave crise econômica e não podemos abrir mão de qualquer empreendimento que possa trazer recursos e colocar a nossa Cidade num patamar de tecnologia elevada, como o Miguel relatou na sua fala. Então, quero dizer que este Conselho tem que ter uma posição a favor da permanência dessa empresa em Porto Alegre, que não permita a liquidação, porque isso será um prejuízo não só para a Cidade de Porto Alegre, mas para o Estado e do Rio Grande do Sul e o país. Parabéns, Miguel. Parabéns a todos. E peço, Gomes, se for possível, que este Conselho se manifeste em uma moção de apoio à permanência da CEITEC em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Obrigado. Era isso. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Conselheiro Felisberto, eu sugiro que o conselheiro elabore um pequeno texto nesse sentido e colocamos à apreciação do Conselho. Concordo plenamente. Próximo inscrito é o Conselheiro Mark. Por favor, Mark. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Boa noite a todos, boa noite ao nosso visitante Miguel Rossetto, importante vinda ao CMDUA, uma conversa sobre essa empresa tão importante para Porto Alegre e que era dada como falecida, como morta, como extinta, estando essa empresa num processo de liquidação inapelável. Eu achei muito importante a notícia de que o plenário do Tribunal de Contas da União tenha suspendido essa ação predatória de liquidação e acho muito importante que o Município de Porto Alegre, o Prefeito, sua Câmara de Vereadores, seu secretariado e seus conselhos, façamos aí um esforço para a manutenção dessa empresa, que pelo histórico produtivo que ela tem, pelo seu papel estratégico, tanto do ponto de vista global como do ponto de vista estadual, municipal e nacional, é essencial. Seria muito importante que Porto Alegre não perdesse mais essa sua qualidade, né, que foi implantada lá nos anos de 2008. Agradeço a vinda e nos somamos, creio que os conselheiros e as conselheiras, nós nos somamos ao esforço de manutenção dessa empresa para que ela mantenha os seus vínculos produtivos na comunidade. Obrigado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Obrigado, Mark. O próximo inscrito é o conselheiro Hermes. Por favor, conselheiro. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Boa noite a todos. Em especial ao Miguel Rossetto. Eu queria agradeceu ao Rossetto por trazer essa questão tão importante para nós, porque é uma questão de fundamental importância não só para o Brasil, para os cidadãos brasileiros, mas é uma questão importante para este Conselho, particularmente, também, que trata de desenvolvimento urbano, desenvolvimento não é só aprovação de prédios, como normalmente a gente tem tratado. Eu queria dizer que essas questões desse desmonte do Brasil, do Estado, da Prefeitura da Cidade de Porto Alegre, das suas

estruturas que vêm sendo feito ao longo desses últimos anos, quando nós denunciamos. Aqui neste Conselho não tem o mesmo respaldo que traz um alerta, uma denúncia do Miguel Rossetto. Então, mais uma vez agradecer e quando eu pedi a palavra a minha ideia era exatamente o que o Felisberto se antecedeu, de que a gente fizesse um documento do Conselho, assinado. Eu acredito que ninguém de sã consciência seja a favor do desmonte e do fim da CEITEC. Então, que a gente fizesse um documento e encaminhasse, aí tem que ver os passos de discussão e todas as instâncias que podem ser encaminhadas. Obrigado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Obrigado pela manifestação, Conselheiro. Não tendo mais conselheiros inscritos, eu agradeço ao Miguel Rossetto pela oportuna lembrança e essa possibilidade que tu nos coloca de nós nos articularmos dentro desse movimento. Até pela tua proximidade eu vou pedir para o Conselheiro Felisberto nos manter, fazer essas pontes e trazer as pautas que tem a respeito da CEITEC para a gente participar. E vamos fazer uma divisão nossa aqui no Conselho se posicionando, se não for abuso, Felisberto. A gente pode abrir o microfone o Felisberto. Se não é abuso, Felisberto, tu elaborares uma minuta de uma manifestação favorável. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Gomes, eu elaborei uma minuta simples, mas pode ser aperfeiçoada. É uma sugestão, eu já mandei no chat. Espero a contribuição dos demais conselheiros, para não ser uma minuta só da minha autoria, mas da autoria do Conselho, tá? **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Tranquilo. E de repente na próxima reunião a gente fecha a questão. Usamos o e-mail conjunto também e tal. Então, mais uma vez, Miguel, muito obrigado pela tua participação, pela oportunidade da gente se engajar nessa luta, que é mais que justa e necessária à manutenção da CEITEC aqui em Porto Alegre. Muito obrigado. Bom, conselheiros, nós vamos, então, para a próxima manifestação externa, comunicação externa, que é da Ana Paula do Fórum dos Catadores de Porto Alegre. A Ana Paula está na reunião? Ok, tranquilo, Ana Paula. Peço que abram o microfone da Ana Paula. Então, cinco minutos, Ana Paula, para a tua manifestação, depois o Conselho se manifesta em cima da tua fala. **Ana Paula, Fórum de Catadores:** Eu vou pedir desculpas por tirar a imagem, porque eu estou no celular e estou com um pouquinho de bateria. Então, eu vou ter que ficar sem imagem para poder manter a fala aí. Então, boa noite, meu nome é Ana Paula, eu estou presidente de uma unidade de triagem na Região Leste de Porto Alegre, na comunidade da Bom Jesus, sou catadora há 25 anos e cofundadora do Centro de Educação Ambiental junto com a Marli Medeiros. A Marli Medeiros foi uma representação muito importante na construção das unidades de triagem para a Cidade. Venho aqui hoje também como secretária do Fórum de Catadores na esperança de enriquecer o debate hoje, porque tem hoje como pauta de votação os gravames como equipamento comunitário das unidades de triagem. Então, venho hoje aqui, na verdade, para tentar demonstrar o quão importante é hoje esta pauta para os catadores de Porto Alegre, que há muitos anos tenta esse avanço na questão dos licenciamentos urbanísticos e ambiental. A gente trabalhou até 2016 com uma licença guarda-chuva mantida pelo Departamento Municipal de Limpeza Urbana e até o ano de 2018 ela foi mantida ainda, autorizada pela agora SMAMUS devido ao fato do processo de licenciamento ainda não ter sido findado. Agora em 2021 uma nova resolução, a 003, de licenciamento ambiental, onde uma das exigências é o protocolo ou o avanço do licenciamento urbanístico estar ok para as unidades de triagem. Então, a gente iniciou uma conversa junto a alguns Conselheiros do CMDUA, para alguns conselheiros visitarem, inclusive, algumas unidades de triagem. E a gente precisou de uma ajuda do GT de trabalho de licenciamento urbanístico, composto pelas meninas do DMLU e da SMAMUS, que a gente esclareceu o processo importante

que o CMDUA tem hoje nessa questão do voto favorável para esse gravame de equipamento comunitário para as unidades de triagem. Então, é o início, o pontapé inicial para que a gente possa, nós catadores, cada UT de forma individual possa seguir avançando no licenciamento e na regularização dessas unidades de triagem. Hoje nós somos 16 grupos, 16 coletivos dentro da Cidade e ofertamos para a sociedade porto-alegrense essa prestação de serviço em relação à destinação correta dos resíduos sólidos, através do recebimento da coleta seletiva feita pelo DMLU. E temos também três grupos, três coletivos que são conveniados com DMLU, que também entram nesse processo de licenciamento urbanístico, dando o pontapé inicial hoje aqui, então, com o voto favorável dos conselheiros. Eu queria aproveitar aqui, além de enriquecer esse debate e demonstrar a importância hoje dessas unidades de triagem e desses quase 500 trabalhadores que estão dentro dessas unidades de triagens. Também enriquecer este Conselho de uma informação importante que a pouco tempo a gente teve acesso, que é o fato das contrapartidas aos empreendimentos de Porto Alegre. Passa por este Conselho a autorização, a aprovação ou votação quanto a entendimentos para vai poder liberar ou não esse empreendimento, de seguir os seus licenciamentos e liberações de algumas licenças. Então, eu gostaria hoje de trazer uma pauta importante para esses conselheiros e dizer que as unidades de triagem necessitam muito contar com uma contrapartida desses novos empreendimentos que estão sendo instalados na Cidade, com o fato da entrega desses resíduos sólidos para essas unidades de triagem. São 20 unidades de triagem espalhadas na Cidade e que de uma forma muito justa, cada empreendimento que for criado na Cidade, direcionar os seus resíduos sólidos para uma unidade de triagem vai manter aí esses 500 trabalhadores, que dependem única e exclusivamente da comercialização desses resíduos sólidos. Então, hoje venho agradecer muito a este espaço que está sendo muito importante para nós enquanto categoria, poder expor e poder ter esse reconhecimento enquanto trabalhador, prestador de serviço para os porto-alegrenses. Muito obrigada. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Obrigado, Ana Paula. Eu abro espaço para a manifestação dos conselheiros sobre a fala da Ana Paula do Fórum dos Catadores. Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu fiz questão de me inscrever, porque eu participei da reunião na última quinta-feira, dia 4, do grupo de trabalho junto com a Jussara, o Adroaldo e o Mark, em que a gente teve... E a Natália, e o pessoal do Fórum dos Catadores, e a gente teve esclarecimento sobre as nossas dúvidas. E a gente entende importante é continuação, e isso foi um dos encaminhamentos também, de que nós votaríamos a favor, mas a continuidade do grupo de trabalho, porque essa é uma primeira etapa só, tem outras etapas que precisam ser vencido. E é importante o CMDUA estar presente junto com o Fórum e com o DMLU para que a gente possa aprimorar as unidades de triagem, que não é só a questão da regularidade urbanística, mas sim envolve também outras questões. Era isso, obrigado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Obrigado, Conselheiro. Inscrito o Conselheiro Mark. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Boa noite. Só para conversar com a Ana Paula. Superimportante nós termos conhecido um grupo de senhoras e senhores que são catadores e que se apresentaram nesse grupo de trabalho que nós formamos e tivemos a oportunidade de conversar na semana passada, conhecendo um pouco a realidade de cada um desses núcleos que existem em Porto Alegre e que precisam muito do apoio para que se feche esse ciclo de entrega de resíduos sólidos urbanos, para que eles tenham esse destino produtivo, que é chegar a essas unidades dos centros das unidades de triagem de Porto Alegre. Foi muito importante o

contato na semana passada e foi muito importante também escutar hoje aqui a Ana Paula, porque isso ajuda a afiançar a argumentação necessária para que nós, dentro do CMDUA, aprovemos esses dois processos que hoje estão para exame e debate do nosso Conselho. Muito obrigado e boa noite. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Muito obrigado, Mark. Agora a Conselheira Tânia. Acabei passando o Mark na tua frente, Tânia, não percebi ali. Beleza! A vontade, por favor. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Boa noite a todos. Não tem problema, Gomes. Primeiro, parabenizar a Ana Paula, dizer que ela é sempre muito bem-vinda aqui ao Conselho e dizer que é de extrema importância a presença dela aqui neste momento em que todos temos que nos sensibilizar com este problema que está acontecendo e trazer a solução necessária. Os catadores são de extrema importância, não só no desenvolvimento das nossas comunidades, tanto quanto levar o alimento para as pessoas que trabalham nessas reciclagens. Então, são várias trabalhadoras que estão ali, são mães de família, são “pães” como se diz, porque são mães e pais, que são responsáveis por famílias grandes e que necessitam muito desses resíduos para poder fazer a diferença da sua família, levar o alimento, levar a saúde e também para nós como um todo, né, da cidade, porque a cidade fica mais limpa, fica muito mais organizada e é a cidade do futuro. Então, o que a Ana Paula falou também, que é muito importante, com relação às contrapartidas, que a gente sabe que tem é um problema sério que a gente vem debatendo e lutando há muito tempo aqui com o Conselho, com relação aos empreendimentos, mas isso aí tem que ser discutido agora na reformulação do Plano Diretor, eu acho. Ana Paula, com certeza é uma ótima ideia fazer esse link dos empreendimentos de resíduos, dos descartes dos resíduos diretamente para as triagens, para os pontos de triagem de coleta. Então, muito obrigada, Ana Paula, pela tua presença. Tu podes contar conosco aqui, foi ótimo tu teres vindo aqui também para sensibilizar a todos os conselheiros com relação a esse assunto, que é muito importante para a comunidade para as pessoas que vivem nas comunidades como um todo. É só isso. Muito obrigada! **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Obrigado, Conselheira Tânia. Conselheira Jussara. **Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Oi, boa noite a todo mundo! Só para reforçar um pouco a importância desse GT e dessa articulação com as unidades de triagem para a inclusão desse tipo de equipamento nas atividades urbanísticas. Mas eu queria também reforçar essa colocação em relação às contrapartidas. É uma coisa importante que se tenha, é um instrumento muito simples, tem que ver com os diferentes órgãos da Prefeitura como faz isso para colocar de fato, às vezes não é neste canal, mas acho que sim, pode, porque a gente tem um problema sério em Porto Alegre, que é a coleta clandestina ou irregular que acontece com esses caminhões. E muitas vezes esses empreendimentos, não shoppings e tal, mas empreendimentos um pouco menores e que se utilizam desse tipo de coletador, né, às vezes até vendendo seu resíduo, recebendo alguma coisa. Esse resíduo vai para local incerto e não sabido e, obviamente, o que é rejeitado vai parar em custo da d’água ou em terreno baldio, coisas do gênero. Então, para o município é muito interessante que se faça esse tipo de parceria, porque não seria tanto na contrapartida, até porque seria uma coisa para longo tempo, né. Então, só reforçar que isso seja estudado realmente entre os diferentes órgãos da Prefeitura, como fazer que no licenciamento, na liberação já tem isso atrelado, à medida que o empreendimento se coloca ele fica com essa responsabilidade de se atrelar ao sistema oficial de coleta seletiva, que é vinculada às unidades de triagem. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Obrigado, Conselheira. Inscrita para Comunicação a Conselheira Patrícia. **Patrícia**

da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS: Boa noite a todos. Eu gostaria de aproveitar a oportunidade, então, e agradecer a fala da Ana Paula. E no sentido de apoiar essa questão das unidades de triagem, de pedir aos conselheiros que deem o efetivo andamento aos dois processos que estão tramitando, que o objetivo deles é justamente reconhecer essas áreas na nossa cidade, reconhecer elas no Plano Diretor. E esse reconhecimento, então, vai fazer parte do processo de licenciamento como um todo, que como bem o Felisberto pontuou, vai seguir diversas etapas, mas o reconhecimento dessas áreas é um ponto importante. E eu aqui, em nome da minha equipe, né, conto com vocês para ajudar a dar andamento nesses dois processos. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Obrigado, Conselheira Patrícia. Conselheira Maristela. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Boa noite a todos. Presidente em exercício, conselheiros e conselheiras. Paula, prazer em vê-la aqui conosco, sabe muito bem que nós temos também aqui na região, tanto as gurias lá na Herdeiros, como lá na Parada 6, na UTC, um processo duríssimo, de resistência, de construção, mas nós estamos levando isso com muito carinho e com muito respeito, né. Então, dizer que pode contar conosco no sentido dessa construção. Observei, analisei bastante projeto do executivo, eu acho que a Patrícia também agora, a Prefeitura está bastante sensível, a gente tem que reconhecer isso neste momento, mas, claro, né, nós estamos em cima na fiscalização, né, Felisberto, Tânia? Enfim, todos, né. Para que de fato seja algo que reorganize todo o sistema, mas também prestamos muita atenção nessa clandestinidade, que não é absolutamente nada para esse padrão que nós queremos para nossa cidade, de desenvolvimento, de integração e da seriedade que esses verdadeiros ecologistas são para a Cidade de Porto Alegre. Era isso. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Obrigado, Maristela. Com a manifestação da Maristela encerramos as inscrições. Não tem mais ninguém escrito. Agradecer a Paula pela participação e vamos, então, dando continuidade, eu acredito que é o mesmo tema, nós temos agora a manifestação por 5 minutos do Engenheiro Arceu Bandeira, do DMLU. Então, Arceu, com a palavra. **Arceu Bandeira, Departamento Municipal de Limpeza Urbana – DMLU:** Em primeiro lugar, eu venho aqui como membro da Diretoria do DMLU, ratificar os posicionamentos apresentados pela Paula, parabeniza-la também, né, pela fala. E dizer que o projeto da coleta seletiva é um projeto que tem quase 30 anos na Cidade. Então, muitas das unidades de triagem são unidades que já estão incorporadas aos locais onde estão operando, que são comunidades que neste projeto podem auferir renda com esses resíduos que são descarados e que tem muito valor. A gente acredita que a regularização ou a aprovação do gravame vai permitir que a gente possa dar encaminhamento aos licenciamentos urbanísticos desses locais. O Gomes eu acho que já participou de reuniões, a gente vem há muito tempo fala desse assunto na Cidade e um dos grandes problemas que nós temos nesses licenciamentos é que alguma dessas unidades estão em locais que o Plano Diretor não reconhece o tipo de atividade e a gente precisa poder contar com diretrizes específicas para essas unidades, para que se possa fazer a aprovação de projetos. Por isso é muito importante que a gente tenha a aprovação de fixação desse gravame dessas áreas de interesse social para esse projeto, que é muito importante para a coleta seletiva e dos galpões das unidades de triagem, né, que estão fazendo essa seletividade. É importante destacar o reconhecimento dessa atividade, inclusive, está em lei federal, a Lei nº 12.305. Então, as associações todas participam inclusive da política nacional de resíduos sólidos por meio de encaminhamento à reciclagem de embalagens. Então, fazem parte do processo de logística reversa, inclusive, há um projeto de lei na Câmara Municipal de Vereadores que trata desse assunto

também sobre a logística reversa de embalagens, tanto de plástico, de vidro, de papelão e todas mais, que tem valores e potencial de reciclagem. A gente está muito atrás, os países da Europa conseguem atingir padrões muito maiores de reciclagem e a gente acredita que, em primeiro lugar, conseguindo estabelecer essas unidades e reconhecê-las dentro da Cidade, o Plano Diretor é um dos pontos principais de fazer esse reconhecimento de que essas atividades existem e são regulares no funcionamento da Cidade. É para que a gente possa com essa incorporação qualificá-las, porque a partir do licenciamento urbanístico ambiental é que se pode fazer os investimentos em qualificação também nessas unidades. Então, a gente espera dos conselheiros que tenham votos favoráveis aos projetos. Muito obrigado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Obrigado, Arceu. Aberto para a inscrição. Eu verifico que o Conselheiro Hermes está inscrito. Com a palavra, Conselheiro. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** parece que hoje vai ser o dia dos consensos, ao contrário do que normalmente acontece neste Conselho. mas eu queria também parabenizar o Arceu, inclusive, que eu fui contemporâneo e todo o pessoal que trabalha nessa corrente de reciclagem, sejam funcionários da Prefeitura, sejam as pessoas que trabalham como catadores e articuladores dessa área. Eu acho que todo mundo está de parabéns, parece que vai ter um consenso sobre isso. E eu queria aqui fazer uma homenagem especial ao nosso Colega Darci Campani, que por motivos de saúde está afastado. Na época que foi implantado na Prefeitura a coleta seletiva, dentro de seus prédios colocava duas lixeiras em todas as salas. Nessa época eu era supervisor e muito nós fomos ridicularizados, assim como nós somos hoje no Conselho, que era coisa de comunista, de esquerda, disso, daquilo, porque imagina, dois lixos dentro de uma sala, separar garrafa de água, de papel toalha, que coisa, que ideia mais louca desses caras! Então, eu vejo isso aí, reforça mais a nossa luta por outras questões que a gente também termina sendo ridicularizado, para ver que nada como o tempo. Hoje o mundo inteiro está gritando pela questão do meio ambiente. Muito obrigado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Obrigado, Conselheiro. Tem mais o Felisberto, mas antes vou abrir para as inscrições internas. Ao final da fala do Felisberto encerramos as inscrições. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Quero reiterar o que falei no momento em que tratei do assunto do grupo de trabalho, a IPC do esclarecimento, o quanto isso é importante para este Conselho e os conselheiros. E agradecer toda a disposição da Ana Paula, do pessoal dos catadores, que conseguiu junto conosco esclarecer vários pontos. E essa é uma decisão que se toma em conjunto, não é uma decisão só do governo ou só dos catadores, é de todos nós. Então, é um momento muito importante para este Conselho, que será uma decisão construída, uma decisão coletiva e isso é fundamental neste momento de tanta discussão. E como o Hermes disse, é um momento importante da gente ver o quanto a nossa cidade luta pela melhoria e pela permanência de verdadeiros empregos e geração de trabalho e renda para a comunidade, a partir de trabalhos comunitários, construindo com as pessoas e para as pessoas. Então, quero parabenizar aos catadores, a todos, a equipe da Secretaria, que muitas vezes a gente é crítico, mas a crítica não é pessoal, é nesse processo de esclarecimento e que a gente possa se sentir parte desse processo. e eu me inscrevo para Comunicação. Obrigado, Gomes. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Obrigado, Conselheiro. Maristela, tu queres falar na comunicação externa? **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Na verdade, eu quero complementar o Arceu, sei da alegria de vê-lo aqui conosco. É um representante competente, um negro de raiz aqui conosco, tenho muito orgulho disso, pela sua competência profissional e sensibilidade.

Também dizer o seguinte, quero depois na Comunicação dizer que junto com o DMLU aqui nós temos a questão do Parque Saint' Hilaire e nós temos os arroios, nós temos o Arroio Taquara, que é o maior poluente dessa extinta barragem da Lomba do Sabão, que nós ainda Não desistimos dela. E junto com o DMLU a gente tirou oito caçambas de lixo, porque fazia exatos 14 anos que não era feita uma limpeza. Então, também a gente tem que saber reconhecer, né, Presidente, quando as coisas vêm. Esse lixo, com certeza a maioria garrafas e tal, também serviu lá para reciclagem, né. E a sensibilidade daqueles funcionários, nós procurando agregar a comunidade, porque não adianta fazer um trabalho, é como enxugar gelo se não houver um trabalho constante onde o DMLU, o DMAE, enfim, com todos esses órgãos, ter uma política de continuidade, de estado, no sentido da prevenção junto às escolas, reforçar a luta das associações, que é uma coisa que não adianta, o vereador tem que ser valorizado. Eu já fui vereadora, quantos mandatos, mas o vereador tem que saber respeitar as organizações locais, chamá-las. Não é o problema de cercear a liberdade, mas um secretário acompanhar, porque apenas um vereador vai a uma comunidade que tem uma associação, às vezes dispersa e destrói todo um trabalho apenas por uma questão de voto. Isso não é mais possível nos nossos tempos. Então, eu quero parabenizar o esforço que o DMLU tem e queremos marcar essa agenda, quero dar continuidade na comunicação ali para falar exatamente sobre isso. Não sei se tu vais permanecer, mas de qualquer sorte, meu abraço. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Obrigado, Conselheira. Quero agradecer também ao Arceu Bandeira pelas informações, pela comunicação toda, que contribui em cima desse processo, que só tem méritos. A resposta que a Prefeitura, que os técnicos da Prefeitura deram para que haja essa condição das regularizações desses espaços, do ponto de vista das leis do Município, da questão urbana e tal. Pelas manifestações de todo mundo, dos conselheiros que foram atrás, o Felisberto me pediu na última reunião que não votássemos porque tínhamos essa reunião, né, Felisberto, do Fórum. Foi uma medida altamente positiva, a gente está vendo agora o resultado nesta reunião que a gente está tendo hoje. Em breve a gente vai votar os dois processos que tem, com certeza aprovando aí o pleito que foi formatado aí pela Prefeitura. Bom, nós vamos, então, para o período de Comunicação interna. Nós temos inscritos Hermes, Maristela, Felisberto e Dinar. Então, iniciando as comunicações, a palavra com o Conselheiro Hermes. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Presidente, eu pedi a palavra nas comunicações, mas como o nosso regimento interno não permite ou não possibilita discussões durante o período da ata de votação, eu queria registrar que na Linha 55, onde consta o nome, a titulação do Germano, a ata que vai ser submetida à aprovação hoje, na linha 55, onde consta o nome, a titulação do Germano, deve constar o nome na reunião, o teu nome, a titulação de Luiz Gomes. E na linha 389, onde se lê: "Além de ser legal"; deve constar: "Além de ser ilegal". Isso é uma fala minha. Então, ficou, é só uma letrinha, mas muda completamente o sentido do que eu falei. É isso e obrigado. Obrigado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Eu que agradeço, Conselheiro Hermes. Na sequência a Conselheira Maristela. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Eu quero dar sequência ao que vinha trazendo aqui sobre a questão, não sei se dá para vocês verem, dá para ver aqui, isto aqui é o Arroio Taquara, o Arroio Taquara é um dos que formam a bacia da barragem da Lomba do Sabão. Então, estão vendo isso aí? É lixo. Então, dentro do Parque Saint' Hilaire nós temos os quatro braços e mais este aqui, que é o principal que passa aqui onde eu moro, agora nós instituímos um instituto, passa ali o arroio. Era um prédio de um antigo CTG, que estava completamente abandonado, que nós fomos reconstituindo aí,

buscando, passando a cadernetinha aí para todo mundo ajudar, porque toda semana é dinheiro e tal e a gente vai deixando exatamente os 15 metros do arroio e ali desenvolvemos esse projeto que queremos desenvolver, Arceu, com o DMLU, que eu sei que tem um lindo projeto em relação a isso. E também em relação a do parque, com isso nós vamos aprofundar a questão da barragem, nós acreditamos que nós fazendo esse trabalho de saneamento no Arroio Taquara, com essa conscientização dos moradores, nós queremos chegar até a Barragem da Lomba do Sabão. Nós estamos querendo discutir também com o DEMHAB, elaboramos um projeto já para apresentar, que é a questão dos pinos, essa árvore, que não é árvore, mas eu considero uma invasiva, que é um horror aquilo ali, qualquer vento distribui e cresce de maneira assustadora, o que dá para fazer são as casas de emergência do DEMHAB, para toda a cidade com o que tem ali. Nós temos também dentro do nosso projeto restabelecer as relações da sustentabilidade dos indígenas, que antes eles usavam aquele material ali dentro para fazer o seu artesanato, a sua subsistência. Nós também estamos desenvolvendo o trabalho dos Caminhos do Parque, que pega a Prefeitura de Viamão e Porto Alegre para como estabelecer esses caminhos também ali dentro, onde nós temos várias escolas lindeiras a essa questão. E uma coisa que nos preocupa muito, que nós queremos trazer aqui, que a Prefeitura cobra com razão a questão dos passeios públicos, que a parte, desde aqui do Saint' Hilaire, na área três, onde tem o Campo da Santa Helena, até o Colégio Municipal São Pedro, onde passam mais de 2 mil crianças por dia. Não tem um caminho, não tem calçada para passar! Hoje em frente ao Colégio São Pedro tem um muro sendo construído por um funcionário da Prefeitura, da SMAMUS, um muro construído. E aí o que acontece? Ao invés de avançar para trás e cuidar da segurança, da questão do estupro e vários abusos que a gente enfrenta aqui com os nossos jovens. Nós queremos sensibilizar a Prefeitura para fazer conosco esse trabalho de arredar... Vou usar um termo bem chulo, de arredar essa cerca que tem ali, podar, fazer plantio com as próprias escolas ali para conseguir repor novamente. Quer dizer, nós temos vários projetos maravilhosos, simples de fazer e executar e que nós estamos dispostos, porque a vida é um sopro. Nós vimos os 600 mil, mas também vimos uma jovem esta semana morrer, que também a dor é tão profunda. Nós temos que deixar essa semente boa e tirarmos essas plantas evasivas que não trazem nada para nós, ao contrário, que tomou conta do Parque Saint' Hilaire, tomou conta, está destruindo com o pouco que nós temos ainda, fora tudo que nós perdemos. (Sinalização de tempo esgotado). Estou terminando. A não revitalização ainda do viveiro, enfim, que eu sei que eu sei que há um encaminhamento. Esse trabalho que nós queremos fazer com o DMAE, com o DEP, com o DMLU, ele é fundamental. É uma sementinha, Arceu, que nós queremos trazer toda essa vibração e o compromisso de todos vocês conosco para que a gente possa tocar esse sonho, porque a gente passa, daqui a pouco a gente não está mais. Meu Deus, esses dias nós tínhamos conselheiros aqui que não estão mais com a gente. Salve Jorge! (Sinalização de tempo esgotado). E aí passa, o que nós vamos deixar realmente? Nós vamos ficar só esperando? Não, né! Então, fica aqui qualidade o registro de um trabalho que nós queremos a colaboração de todos vocês que estão aqui. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Obrigada. Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Parabenizar a Maristela pela fala, tendo em vista que o Parque Saint' Hilaire tem que ter um olhar e isso que ela traz é fundamental, não pode ter uma visão só centralizada, não adianta termos uma orla aqui toda urbanizada, com equipamentos e os parques da periferia completamente abandonados. Então, acho que tem que ter um olhar da periferia para o Centro. E o exemplo de Medellín na Colômbia é emblemático para isso, eles conseguiram combater a violência a partir desse olhar, a partir

da periferia para o centro, a partir das regiões periféricas de Medellín eles conseguiram reverter e incluir as pessoas. E esse é o momento em que nós temos tanta desigualdade e Porto Alegre não pode ser um exemplo dessa desigualdade. Nós temos que dar o exemplo de inclusão, incluir as pessoas, ter uma política que inclua as pessoas. é o momento que a cidade, em que a pandemia trouxe tanta dor para as pessoas, para famílias, eu perdi vários amigos e continua, pessoas adoecendo, alguns reagiram, como meu amigo Flores, o meu amigo Walter, que conseguiram superar. Então, é o momento de muita solidariedade. E como a Maristela disse, isso não é piegas, a nossa vida é tão efêmera que a gente esquece da solidariedade, do olhar para os olhos e nesse momento a cidade tem que ter um olhar de inclusão e não de exclusão. E aí entramos na questão dos quilombos, na questão dos indígenas. E também neste domingo eu estive lá na região do Dinar, na Praia Copacabana, e a gente vê como que uma política errada, uma visão técnica equivocada pode prejudicar toda uma região. Então, nós temos que ter cuidado quando a gente diz assim – Isso vai beneficiar a cidade; mas a que preço vai ser esse benefício? Não pode uma parte da cidade ser beneficiada e outra prejudicada. Então, eu sugiro aos conselheiros que a gente possa ter um tour pela cidade para que a gente possa olhar os problemas das regiões. Eu acho que isso é fundamental para este Conselho, a gente conseguir conversar com as comunidades, ver quais são os problemas, o que um grande empreendimento impacta na região. Eu estive na Restinga também, que eu passei no domingo, e vi um grande empreendimento, um shopping na Restinga. Então, a gente vê que também na Restinga terá um grande empreendimento e o impacto que isso, não que eu seja contra, não, isso é uma decisão que pode ser tomada, pode ser construída, mas tem que ter o cuidado com a comunidade. Qual o impacto que esse grande empreendimento tem nas comunidades? O Golden Lake, por exemplo, qual o impacto que isso vai causar? Não basta dar contrapartida, porque muitas vezes a contrapartida é o valor agregado ao empreendimento e que não rever em função da comunidade. Então, nós temos que ter aquele grupo para estudar as contrapartidas, espero que o Germano volte, espero que traga boas notícias da COP 26, que para mim é surpresa, nós não ficamos sabendo. Então, é o momento da gente refletir sobre a importância da nossa cidade, das condições de vida. (Sinalização de tempo esgotado). Então, parabéns, Maristela, por trazer essa questão do Parque Saint' Hilaire, porque não pode só a região. E o próximo dia 16, na próxima terça-feira, nós teremos audiência pública na Câmara de Vereadores sobre a revitalização do Centro. e me parece que tem uma recomendação do MP que não se vote. (Sinalização de tempo esgotado). Então, quero sugerir que a gente possa suspender um pouco antes a reunião de terça-feira que vem para que a gente possa participa dessa audiência pública. Obrigado, Gomes. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Obrigado, Conselheiro. Inscrito o Conselheiro Dinar. **Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** Boa noite a todos e a todas. Eu tinha me inscrito para falar sobre a fala da Ana Paula. Eu quero parabenizar pela excelente fala dela e quer que nós precisamos de mais incentivo para essa esse pessoal que trabalha com reciclagem, valorizar mais, porque é uma profissão importante para a cidade, como foi falado aí, ajuda a limpeza na cidade, né. E muitos desses materiais são jogados no rio. Eu moro aqui próximo do Guaíba, antigamente, seguido, uma vez por mês eu estava fotografando e colocando nas redes sociais a quantidade de plástico e garrafa, caixa de descarga de banheiro, essas coisas que o pessoal joga no rio. Se fosse mais valorizado a gente reciclava. E nós vivemos em um país que os nossos governantes dão mais incentivo para os fabricantes, para as indústrias de plástico e para os recicladores não tem incentivo nenhum. Então, acho que nós tínhamos que ter uma política para valorizar mais o trabalho desse pessoal aí. E já vou falar sobre o

saneamento básico, que tem país que a cada US$ 1 que gasta em saneamento básico economiza US$ 3 na saúde. Isso aí os nossos governantes não veem, porque a gente vê como está a nossa Cidade de Porto Alegre, não só a nossa. Então, a minha fala era essa e dizer que acabei de chegar do um aniversário do meu afilhado, que hoje foi um bolinho só para os avós e o padrinho, por causa dessa pandemia, a gente não pode se reunir. Quando eu chego lá, para a minha surpresa ele pegou uma sacola e colocou no lado do bolo para colocar o lixo que é reciclável, separando. Para vocês verem, uma criança com 5 anos fazendo isso aí, eu não imaginei e cheguei aqui, cheguei um pouquinho atrasada e a pauta estava sendo sobre reciclagem. Era isso. Uma boa noite para nós todos. Felisberto, se eu soubesse que tu andavas na minha região aqui tinha te convidado para tomar um café, uma pena que nessa tua reunião que participou eu não participo. Um abraço para vocês. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Obrigado, Dinar. Encerramos as comunicações internas. Vamos à votação da ata:

3. VOTAÇÃO:

3.1. ATAS: 2914 (26/10)

Como de praxe, quem não é favorável ou se abstém, por favor, que se manifeste no chat. O Mark está fazendo um sinal. Vamos abrir para o Mark. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Obrigado, Gomes. Eu fiz um sinal só para fazer uma contribuição com a Patrícia, que é a taquígrafa, o Hermes fez uma observação em relação aos créditos da linha 55. Eu só vou fazer uma observação em relação à linha 47, 64 e 66, porque eu vi que teve uma convidada nossa, que é a Michele Rihan, que falou nesse dia, que consta aqui a comunicação dela, só que a Patrícia grafou o nome dela como Michele Hian e o nome dela é Rihan. Então, era só isso, uma pequena contribuição para corrigir o nome próprio da pessoa que esteve aqui participando da comunicação. Para ajudar a Patrícia, nossa taquígrafa. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Certo, Mark! Obrigado! Então, feito, temos 5 abstenções e a **ATA ESTÁ APROVADA**. Então, vamos à Ordem do dia:

4. ORDEM DO DIA: (4.01 e 4.02 em diligência)

4.03. EXPEDIENTE 20.0.000056182-8

INTERESSADO: Município de Porto Alegre

ASSUNTO: Alteração e inclusão de gravame de traçado viário

LOCAL: 1. Alteração do traçado viário da Diretriz Nove Mil Cento Cinco, e extensão desta via até a nova Diretriz Oito Mil Novecentos Noventa Nove; 2. Inclusão de traçado viário, identificado como Diretriz Oito Mil Novecentos Noventa Nove, conectando o prolongamento proposto para a Diretriz Nove Mil Cento Cinco (DIR 9105), a Av. Juca Batista e a Estrada Francisca de Oliveira Vieira (RGP 8 – Belém Novo)

RELATOR: RGP 4 (Distribuído em 27/11/2020)

Teve pedido de diligência à CETAPS em 15/12, foi atendido. Parecer desfavorável da RGP 4. Solicitação de relato de vista pela Conselheira Maristela, da RGP. 7. Pergunto, só para confirmar, Secretário, se foi apresentado o relato de vista da Conselheira, se está no sistema. Conselheira Maristela, apresentaste por escrito? **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Eu havia solicitado que eles me

reencaminhassem o processo, eu li bastante todo esse processo. Eu não encaminhei, mas tenho já o parecer do meu pedido de vista. Não sei se eu posso fazer agora, se o senhor permitir. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Tu tens ele por escrito? **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Eu não tenho por escrito, mas gostaria de verbalizar. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Não. Então, Maristela, a combinação é o seguinte, é por escrito e essa é a regra. Então, não podemos aceitar e quebrar a regra, já demos prazo. Obrigado, Conselheira. Vamos a situação que temos no processo. Retomamos o assunto pela equipe para podermos. Arquiteta Patrícia. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Vou compartilhar, só um momentinho. Essa informação eu acho que já relatei aqui no CMDUA. A resolução é uma alteração e inclusão de gravame de traçado viário, que se propõe a incluir para melhorar a questão de estruturação urbana dessa Diretriz 8999, aqui entre a Juca Batista e a Estrada Francisca de Oliveira. E fazer um prolongamento desta Diretriz 909105, a partir desta diretriz que também estrutura o território na 90.100. Aqui vocês podem ver o contexto das diretrizes inseridas aqui na imagem do Google Earth, está localizado na Região de Planejamento 8. E aqui nós temos os mapas que são anexos da resolução, onde vocês podem perceber a inclusão desse traçado que busca atender os parâmetros estabelecidos pelo Plano Diretor, de um tamanho de quarteirão. Aqui em vermelho. Era isso. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Perfeito, Conselheira. Obrigado! Então, nós temos o parecer desfavorável da relatora, da RGP 4. Então, nós estamos em condição de votação o parecer da relatora que foi desfavorável. Então, conselheiros, eu vou pedir para a Secretária, que está com a lista de presenças, fazer a chamada para mim da votação. Por favor, em votação o parecer que foi desfavorável da RGP 4. Ok? Alguém se inscreve em debater o processo? Há interesse em debater o processo? Eu estou com uma dificuldade técnica com a Secretária, então, vou fazer diferente, eu vou chamando pelo o que tenho aqui, quem não estiver presente, por favor, que me entenda. Vou chamar, em processo de votação, o que nós estamos votando é o relato contrário da Conselheira da Região de Planejamento 4. **VOTAÇÃO**: **Lisiane Sartori Fioravanço Magni (Suplente), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Contrária ao parecer da relatora. **Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Contrária ao parecer da relatora. **Sônia Castro (Titular), Gabinete do Prefeito – GP:** Contrária ao parecer da relatora. **Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN:** Contrária ao parecer da relatora. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Desculpa, eu não acompanhei toda as reuniões. Ela não teria que ler o relato dela para a gente se manifestar? **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Repetir? **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** É. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Como é contrário nós passamos batido. Estamos em votação, Patrícia. O parecer dela foi contrário à indicação. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Bom, eu achava que era melhor ouvir, mas tudo bem. Se é contrário, como foi a minha equipe que encaminhou, vou ser contrária ao parecer. **Gisele Coelho Vargas (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Contrária. **Gustavo Garcia Brock (Titular), Secretaria Municipal de Governança**

Local – SMGOV: Voto contrário à relatora, Presidente. **Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOI:** Contrária à relatora. **Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Voto contra o parecer. **Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Como no fim o relato não foi refeito, digamos assim, eu vou me abster. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Relido, não é questão de ser refeito e sim ser relido, Jussara. Deveria ter sido relido, nesta altura do campeonato eu concordo. Alguns atos falhos aqui, vocês entendam pela inabilidade do substituto aqui. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Bom, como nós não tivemos um novo relato eu só posso acompanhar a relatora. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Não existe novo relato, existe a leitura do relato antigo, que já foi lido. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Eu sou contrário ao relato. **Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Abstenção. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Abstenção (Chat). **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu acompanho o relator. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Boa noite. Eu mais uma vez vou acompanhar a Conselheira Júlia da EPTC e sou contrário ao relato. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Voto com a relatora, Presidente. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Acompanho a relatora. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Presidente, eu acompanho o voto da relatora. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Conselheiro Gomes, eu acho que deveria ter sido lido o meu relato do processo, porque eu fiz o reato em 31/08. Não sei como que todo mundo tem uma memória excelente para lembrar o que foi discutido no processo e votar sem saber do que se trata. Bom, sendo assim o meu voto é claro. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Sim, eu nem precisaria pedir teu voto. Obrigado, Conselheira. **Wagner Pereira dos Santos (1º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Cinco – RGP. 5:** Bono. Eu vou me abster. **Gilberto da Costa (1º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Eu me abstenho. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Presidente, eu estive no local, eu queria ter feito a relatoria, porque todos nós podemos ser falhos, o senhor falhou agora e reconheceu, parabéns. Eu queria respeitar a decisão anterior que foi a meu favor e poder ter feito o relato. O senhor ia até se surpreender com o meu relato, mas tudo bem. Tânia querida, parabéns pelo teu relato. Eu não vou te acompanhar, eu vou me abster, até era diferente um pouco o meu relato, mas, enfim, eu vou me abster, mas quero te parabenizar pela tua desenvoltura na redação. Eu fui lá analisar, enfim, parabéns. **Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** Eu sou contrário. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Boa noite, Presidente. Apesar de não ter entrado na discussão, né, também não ter acompanhado novamente o relato da relatora, eu voto contrário. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Algum conselheiro que eu chamei e não pode votar agora está presente? A Secretária Camila tem o score para nos passar? Então, 13 votos contrários à relatora, 6

votos favoráveis e 6 abstenções. **REPROVADO O PARECER CONTRÁRIO DA RELATORA**. Vamos ao próximo:

4.04. EXPEDIENTE 20.0.000009880-0

INTERESSADO: Município de Porto Alegre

ASSUNTO: Gravame de traçado viário

LOCAL: Rua José Alípio da Silva até a Rua João Paris (RGP 3 – Santa Rosa de Lima)

RELATOR: GP (Redistribuído em 26/10/2021)

Apresentação do parecer da Conselheira Sônia. Parecer desfavorável, não aprovado na última sessão, foi redistribuído ao Gabinete do Prefeito. Então, foi redistribuído esse processo e a Relatora Sônia está em condição de apresentar, pelo que eu tenho aqui. Não sei se vai ser necessário, a própria relatora faz ou a Secretaria também vai querer apresentar uma síntese do processo ou não é necessário na tua apresentação Sônia, se seria suficiente. **Sônia Castro (Titular), Gabinete do Prefeito – GP:** Eu posso fazer a apresentação, eu acho que foi apresentado bem recentemente. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Então, vamos direto a tua relatoria. **Sônia Castro (Titular), Gabinete do Prefeito – GP:** Eu tinha solicitado para a Gisele, para ela compartilhar uma planta, que aí eu vou lendo o meu relato, no momento que eu tiver menção a essa planta eu exponho para vocês, que é uma aprovação que foi feita na CAADHAP, de uma viabilidade, que tem a ver com essa proposta de traçado. Eu não sei se a Gisele pode compartilhar já o EVU aprovado na CAADHAP e eu vou fazendo a leitura. **Gisele Coelho Vargas (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Sim, eu vou entrar no computador agora. **Sônia Castro (Titular), Gabinete do Prefeito – GP:** Eu vou fazer a leitura do meu relato: *Processo SEI 20.0.000009880-0. Relato sobre proposta de Gravame de Traçado Viário do prolongamento da Rua José Alípio da Silva até a Rua João Paris*. Como recentemente já foi discutido, já se teve votações, eu fiz um breve relato com algumas considerações que eu achei importante: *Considerando a justificativa apresentada na minuta de resolução que visa conectar trechos de vias já existentes à diretrizes do PDDUA, proporcionando conexão , estruturação e racionalidade do traçado viário, com aumento da mobilidade e dinâmica dos fluxos na Unidade de Estruturação Urbana (UEU) em que estão inseridos, visando desenvolvimento e auto suficiência da região; Considerando o Estudo de Viabilidade Urbanística (EVU) aprovado na CAADHAP através do EU 002.339212.00.0, Parecer 048/2020 de 23/04/2020, cujos pareceres estão em anexo a este documento, bem como um breve relato do andamento ocorrido em decorrência desta viabilidade de Desmembramento aprovada na CAADHAP, tais como: Aprovação do Projeto de Desmembramento, TCAP e Termo de Compromisso referentes à desapropriação de parte da área atingida para execução da citada via. Conforme definido no EVU aprovado, a Carta de Habitação do empreendimento ficará condicionada à execução do trecho da diretriz viária, conforme planta aprovada no EVU. A execução propiciará frente ao lote 02 do empreendimento, sendo que o lote 01 possui frente para a rua João Paris. O trecho incidente sobre o loteamento Vila Santo Agostinho, dois lotes identificados pelo DEMHAB, conforme documentos anexos ao SEI, serão objeto de execução futura, não fazendo parte do compromisso deste empreendimento; Considerando Nota Técnica da PMS-06, nº 360/2020 de 17/06/2020 que não vislumbrou óbice jurídico à minuta proposta; Considerando o Relato de vistas da RGP 03 favorável ao traçado proposto; Nosso relato é FAVORÁVEL ao traçado proposto na presente minuta de resolução apresentada.* Eu queria

só demonstrar para vocês como foi definido na CAADHAP, que eu acho que foi o que faltou no nosso entendimento e na nossa conversa na reunião passada de como isso ficou definido na viabilidade do empreendimento, que foi o que gerou a necessidade desse traçado. A Gisele não conseguiu compartilhar. Eu passei para a Camila. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Eu vou compartilhar a planta da resolução. **Sônia Castro (Titular), Gabinete do Prefeito – GP:** Então, o que acontece? No primeiro trecho, o mais da direita que liga na Rua João Paris, vocês podem ver que tem uma linha inclinada, que é a área da matrícula, esse primeiro trechinho da direita é fora da área da matrícula do empreendimento. Depois a gente tem o trecho que faz frente com entendimento e aí liga aquela parte pequenininha que são os dois terrenos que estão atingidos no Loteamento Santo Agostinho. Então, o que acontece? Esse trecho que faz frente para o empreendimento e aquele outro trecho que está sendo desapropriado, tudo isso vai ser executado pela empresa, para dar frente ao empreendimento. A Gisele conseguiu compartilhar. Aqui aparece assim, ó, o terreno é esse que forma esse bico para cima, esse triangular para cima. Então, esse trechinho que faz parte da área vai ser, claro, ele está dentro da área do empreendimento, ele vai ser executado e a rua deixada em condições para acesso dos empreendimentos que são da CAADHAP, o Minha Casa Minha Vida, hoje Casa Verde e Amarela. Aquele pequeno trecho da direita, ele vai ser desapropriado porque é outro terreno lindeiro, já tem inclusive projeto de desapropriação em andamento, tudo foi tendo andamento nessa tramitação da CAADHAP e o trechinho aquele nós ficou como responsabilidade desse empreendimento, a ligação, justamente ficou para um futuro porque ele atinge essas duas casas. Na verdade, é um terreno e meio que ele atinge do loteamento do DEMHAB e futuramente fica como previsão essa ligação, porque a Cidade, e priori, tem que acontecer, né. As áreas tem que ser parceladas e acontecendo a estruturação viária para justificar a mobilidade e a estruturação das áreas que ainda não têm a previsão de Plano Diretor. Então, por isso eu sou favorável, porque vai dar frente para esses empreendimentos, que são Minha Casa Minha Vida, essa é uma área de AEIS 3. Então, ela também atende a questão social, ela é um empreendimento de caráter social, que justifica plenamente que se faça esse trecho pelo menos para dar acesso a essa área, que o lote 2, que aquele de cima estaria sem frente. Por isso a empresa ficou obrigada a desapropriar e executar. Eu acho que é isso aí. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Bom, obrigado, Conselheira! Conselheiros, aberto o espaço para esclarecimentos. Se entendi, Claudete, tu queres esclarecimento? **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Boa noite a todos e todas. Pois, então, como a nova relatora trás documentos novos, parece que não contavam do expediente, né. Eu gostaria inclusive de vista, porque assim como não há previsão de nova vista também não haveria previsão de inclusão de novos documentos. Até, então, por exemplo, não havia visto nesse processo nenhuma manifestação sobre um empreendimento, um EVU, tínhamos apenas a resolução. Então, como a Sônia... Gostei muito do relato dela, ela traz novas informações, mas para poder apreciar, na verdade, eu gostaria de visualizar esses documentos que ela disse que vai disponibilizar e que a gente não teve acesso ainda, né! **Sônia Castro (Titular), Gabinete do Prefeito – GP:** Claudete, na verdade, eu fui em busca dessa documentação porque na apresentação, inclusive, no próprio texto da minuta ele diz que é a origem de um projeto, de um EVU aprovado na CAADHAP. Ali já remete, inclusive, dá até o número do processo, por isso que eu busquei, porque, na verdade, já havia a informação: por que a gente está propondo esse traçado? É em função desse empreendimento CAADHAP, que consta na própria minuta da resolução. O que não havia de repente era

uma documentação desse EVU aprovado, mas a resolução já estava embasado nisso aí, né. Já era base, que aí me levou a pesquisar o parecer que emitiu e aprovou o EVU na CAADHAP. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Sim, na verdade, não tem nenhuma novidade. **Sônia Castro (Titular), Gabinete do Prefeito – GP:** Não, não, ali já falava. Como havia essa dúvida antes de eu buscar, a aprovação é com base nisso, fui só buscar uma informação mais detalhada e qualificada para apresentar a vocês, na justificativa de se propor esse traçado, que ela não é por nada, ela vem de uma viabilidade da CAADHAP, por isso que eu busquei esses elementos. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Perfeito, não há novidade. Então, não procede a demanda da Conselheira Claudete. Mais algum esclarecimento? Mais algum conselheiro quer fazer esclarecimento? Não havendo interesse nós podemos entrar em processo de votação. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu tinha pedido esclarecimento, mas eu acho que é justa e impertinente a colocação da Claudete. A gente sempre reclama que tem poucas informações, que são insuficientes. Eu acho que a Conselheira Sônia se preocupou em buscar mais informações, exatamente porque ela mesma disse que tinha dúvida. Eu entendi a dúvida, é uma dúvida que não é, vamos dizer... Me falta o termo. Mas eu acho que se a conselheira que está fazendo o relato teve dúvida, buscou mais informações, nada mais justo que essas informações sejam repassadas e que seja adiado esse processo. Eu não vejo nenhum problema nisso. Obrigado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** É regimental mesmo. Então, nós obedecemos o regimental, porque o nosso regimental é longe de ser uma perfeição, tem algumas coisas que eu acho que poderão ser alteradas e haver nova discussão, se assim for o entendimento em algum momento dos conselheiros para encaminhar ao próprio Conselho e tal. Essas situações de relato pela segunda vez ou terceira vez, eu acredito que sempre pode haver novidade na própria argumentação. Nem digo no próprio processo. O processo é mesmo, os elementos são os mesmos, mas ter uma argumentação que suscita outras dúvidas, outras coisas e pode suscitar necessariamente novo posicionamento dos conselheiros. Eu não vejo porque não ter pedido de vista no segundo relator, no terceiro relator, no quarto relator, mas hoje o que o regimento manda é isso, não tem e assim nós vamos proceder. Então, conselheiros, em processo de votação. **VOTAÇÃO**: **Lisiane Sartori Fioravanço Magni (Suplente), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Favorável ao relato da Conselheira Sônia. **Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Favorável. **Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN:** Favorável ao relato da Conselheira Sônia. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Favorável. **Gisele Coelho Vargas (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Favorável. **Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOI:** (Sem áudio). **Gustavo Garcia Brock (Titular), Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV:** Favorável à relatora. **Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Voto favorável, Presidente. **Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Favorável. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** A exemplo de que o nosso espaço aqui não é um espaço de construção coletiva, pouco importa, na verdade, a necessidade de participação e de esclarecimentos. Eu parabenizo a Sônia por ter trazido novos elementos, né, que nos auxiliariam muito, mas, infelizmente, o nosso regimento é interpretado de

forma restritiva e de forma unilateral. Em nenhum momento diz que não pode ter mais vista, mas assim foi entendido. Eu só posso me abster nesta votação. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Favorável à relatora. **Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Abstenção, Presidente. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Abstenção (Chat). **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Pelos mesmos motivos explanados pela Conselheira Claudete eu me abstenho. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Sou mais favorável ainda depois desta bela ilustração que a Sônia nos trouxe. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Eu voto contra, Presidente. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Tendo em vista que não foi me propiciado o debate, tendo em vista o meu voto, o meu parecer anterior, tendo em vista também a questão de desapropriação que não ficou esclarecida, não pude perguntar, meu voto é contrário ao parecer. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Abstenção, Presidente. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** O Conselheiro Jackson ou o Conselheiro Ronie parece que nós estão, mas depois a gente volta. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Presidente, pelos mesmos motivos que a Conselheira Claudete expos aqui eu também me abstenho. **Wagner Pereira dos Santos (1º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Cinco – RGP. 5:** Voto contrário. **Gilberto da Costa (1º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Eu me abstenho. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Sônia, parabéns. Creio que se todos nós tivéssemos acesso, que nem sempre é possível a busca das coisas. Eu voto favorável. **Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** Favorável. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Favorável. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Alguém não votou? Tinha a RGP 3 e também tinha... Deixa eu ver. Acredito que os conselheiros da região não estão ou não estão conseguindo se comunicar de alguma maneira. Então, o score ficou o seguinte: 14 votos favoráveis, 3 votos contrários e 7 abstenções. **APROVADO O PARECER FAVORÁVEL**. Conselheiros, são 19h59min, agradeço a participação de todos, a compreensão de alguns atos falhos deste Presidente substituto. Tenham uma boa noite e até a próxima reunião, se Deus quiser. Obrigado!

Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental – CMDUA, às 20h00min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia Costa Ribeiro, sob o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.

ATA ORDINÁRIA Nº 2916/2021

(Virtual nº 81)

Aos dezesseis dias do mês de novembro de dois mil e vinte um, às dezoito horas, reuniram-se para Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, através da plataforma virtual *Zoom*, nos termos do Decreto nº 20.611/2020, sob a presidência de GERMANO BREMM, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS, e na presença dos:

CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS: Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira (Titular), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Sônia Castro (Titular), **Gabinete do Prefeito – GP**; Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN**; Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), **Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS**; Gisele Coelho Vargas (Titular), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE**; Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), **Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOI**; Gustavo Garcia Brock (Titular), **Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV**; e Rômulo Krafta (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**.

CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS: Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Claudete Aires Simas (Titular), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH**; Sérgio Saffer (Titular), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA**; Jeanice Dias Ramos (1ª Suplente), **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS**; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS**; Hermes de Assis Puricelli (Titular), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS**; Rogério Dal Molin (Titular), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**.

CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL: Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular) e Ronie Gomes (1º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Tânia Maria dos Santos (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4**; Wagner Pereira dos Santos (1º Suplente) e Ricardo Angelini, (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Cinco – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Maristela Maffei (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7**; Dinar Melo de Souza (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** e Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA**.

SECRETARIA EXECUTIVA: Camila Maders Fonseca Coelho, **Secretaria Executiva da SMAMUS**; Patrícia C. Ribeiro, **Taquígrafa/Tachys Graphen**.

PAUTA:

1. Abertura;

2. Comunicações;

2.1. Externa: Michele Rihan, Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8; Liane Antonia Farias, Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2.

3. Votação:

3.1. Atas: 2915 (09/11);

4. Ordem do dia.

Após a leitura dos presentes e conferência de *quorum* o Senhor Vice-Presidente deu início aos trabalhos às 18h08min.

1. ABERTURA

Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS: Boa noite, Senhores Conselheiros, Senhoras Conselheiras. São 18h08min, temos *quorum*. Declaro, então, oficialmente aberta a nossa Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental, desejando uma excelente noite de trabalho, de debate. Retornando a este Conselho após um período ausente. Eu estive nesse período representando o Prefeito a COP 26 em Glasgow, assumindo um compromisso importante pela cidade, no sentido de a gente zerar as emissões de gases de efeito estufa até 2050 e reduzir elas em 50% até 2030. Enfim, como a maioria sabe ou quem não sabe, né, Porto Alegre fez recentemente seu inventário de gases de efeito estufa, mapeando quais são as fontes emissoras, como que ela se distribui. Então, a partir disso a gente está organizando os projetos para atacar essas emissões como resultado do inventário. Grande parte das emissões advém do transporte, cerca de 67%, depois 23 de fontes estacionárias ou dos centros dos resíduos. A gente conseguiu, Porto Alegre já conseguiu reduzir as emissões em 5%, o que é motivo positivo de comemoração, porque mostra de fato algumas ações já em andamento em função, especialmente, do plantio, que a gente tem uma vasta arborização urbana e o plantio faz essa função de captar esse gás carbônico emitido, com isso não vai para o planeta, para o meio ambiente, acaba que fazendo essa captação. A gente, então, que tem um projeto aí de ao longo do próximo ano também ter um contrato muito forte, permanente de plantio com a lógica da copa, tende a melhorar e nos ajudar mais na redução, enfim, na captação desse gás carbônico. Assim como projetos dos terrários urbanos, criando novas áreas verdes em sobras de terrenos, áreas ociosas, os rooftops sustentáveis também, projetos nas áreas de cobertura, permitindo novos espaços verdes essas áreas até, então, ocupadas pelo concreto. No sentido da energia alternativa, painel fotovoltaico. Vamos lançar em seguida a certificação ambiental também, que é outro projeto com certificação sustentável para dar desconto no IPTU e em instrumentos urbanísticos para quem adotar nas edificações soluções sustentáveis. Então, existe uma série de coisas, que fui para Glasgow, então, representar a Prefeitura, que me autorizou o Prefeito a posicionar e assumir esse compromisso para a Cidade, ir lá apresentar um pouco dos nossos projetos, daquilo que a gente tem, da caminhada que a gente já fez, buscando parceiros internacionais, entidades para apoiar em nossos projetos aos moldes daquilo que a gente conseguiu já, fruto de uma COP anterior. Uma parceria, por exemplo, com o Google que financiou dois projetos, destino recursos para dois projetos. Então, a gente fez aqui, organizou o processo seletivo junto ao ICLEI e selecionou entidades com projetos na área da sustentabilidade. Para vocês terem ideia, um dos projetos vencedores que está em execução, em prática, já foi a instalação de painéis fotovoltaicos e biodigestores em duas escolas municipais e em um CTG lá no Morro da Cruz. Esse é um projeto muito legal,

porque foi implementado, eu recebi, quando eu estava lá na COP recebi a conta de luz das escolas, que era cerca de R$ 2.800,00 por mês e com a implantação desses painéis a conta veio duzentos e poucos reais, menos de R$ 280,00, que é o mínimo ali a questão da taxa que tem que pagar. Então, o quão rica é essa possibilidade na escola, em uma comunidade carente as crianças poderem ver esse processo da economia circular. Também os biodigestores, instalamos em duas escolas municipais, que tudo aquilo que é o resíduo orgânico da merenda da escola, da escola, destina, coloca nesse biodigestor que produz o gás da própria merenda e ainda esse processo de formatação desse gás produz um líquido que é usado na horta, também um orgânico, um adubo orgânico para a produção da merenda das escolas. Então, realmente é um ciclo muito legal de ver acontecer e na escola, né, na educação infantil, as crianças poderem ver e participar disso. Então, em duas escolas e em um CTG, é um dos projetos, esse cerca de 600 mil. E o outro projeto que a gente conseguiu com recurso do Google é financiar o estudo, e esse está em curso ainda para a substituição da matriz energética do transporte público, dados, indicadores, para ver o quanto economiza, quais são as problemáticas, os desafios, enfim, todo um consolidado que ajuda o poder público depois de um processo licitatório, porque para a gente pensar em trocar tem que ter dados, ter informações. Então, esse é outro projeto que por meio de uma entidade que venceu esse processo seletivo está desenvolvendo em parceria com o poder público. Então, só trazendo esses dois exemplos muito legais, que a gente conseguiu nessa busca de parcerias mais internacionais e fomos para a COP também apresentar um pouco da nossa caminhada e buscar parceiros para esses projetos. Ficamos muito felizes, tivemos uma oportunidade muito rica de mostrar a nossa Cidade, eu acho que a gente tem um diferencial muito grande de arborização urbana, somos a primeira Secretaria do Meio Ambiente do país, isso nos deu essa margem de se organizar na reserva de parques, de praças, nós temos unidade de conservação muito rica, a nossa vegetação. E temos políticas públicas, por mais que tenhamos dificuldades aqui, estamos internamente falando, né, temos os nossos problemas, assim como todos os municípios, mas sentir nessa comparação com outros municípios do mundo todo que estamos bem evoluídos nesse processo, que a partir desse compromisso o próximo passo é a gente desenvolver o nosso plano de ação climática, como as metas mais específicas, como a gente alcança, né, alinhado com a lei municipal que a gente tem de mudanças climáticas, para a gente fazer de fato o plano de ação climática que estamos apresentados. Então, quis só fazer, tomar um pouco a reunião do nosso Conselho para dar um pouquinho desse panorama da caminhada. Agradeço ao meu Vice-Presidente Gomes, que conduziu as reuniões na minha ausência, muito bem conduzido. Obrigado, Gomes, pela parceria, por tocar o trabalho, a gente não parar, continuar com as reuniões, acho que foi positivo. Estou de volta, então, retomando a nossa pauta, as nossas discussões. Sinto saudade de vocês, dos nossos momentos às vezes mais tensos, mas é um aprendizado aqui que a gente está, uma troca que enriquece muito com o debate. E quando está no calor da emoção aqui a gente às vezes reclama, mas daí quando sai e fica longe assim, não adianta, sinto falta. (Risos). Passamos, então, rapidamente aqui, antes de abrir o período de Comunicação, fazendo a leitura dos presentes. (Relação dos presentes na inicial). Se faltou alguém, por favor, faça a consignação no chat. Então, nós temos aqui, vamos só abrir a inscrição para o período de Comunicação. Temos inscritos? Temos o Conselheiro Felisberto para inaugurar o período de Comunicação. Mais algum Conselheiro inscrito? Mais alguém gostaria de fazer o uso da comunicação? Conselheiro Gomes inscrito. O Conselheiro Saffer. Em não havendo mais inscritos vou encerrar o período de Comunicação para oportunizar a fala externa. O Conselheiro Rafael Passos também está inscrito. Então, consigno ali encerrada a inscrição para o período de Comunicação. E aí eu

oportunizo a fala, temos externos a falar, temos a Michele da RGP 8 e a Liane das Ilhas, mas a Liane não está presente. Então, Michele, pela Região de Planejamento 8. Seja bem-vinda a este Conselho, com a palavra, cinco minutos.

2. COMUNICAÇÕES

2.1. EXTERNA: Michele Rihan, Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8; Liane Antonia Farias, Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2.

Michele Rihan, Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8: Boa noite a todos. Bom, tenho uma lista grande aqui, Secretário, de temas importantes, que dizem respeito a ilegalidades e arbitrariedades que o Executivo tem perpetrado, principalmente aqui na Região Extremo Sul, no Bairro Belém Novo. Espero que eu tenha tempo para falar tudo, se eu não tiver que me seja concedido, porque são questões extremamente graves. A primeira questão é com relação às obras do DMAE que já iniciaram em outubro do ano passado, que estão acontecendo, inclusive, em áreas de preservação permanente, da qual a Secretaria do Meio Ambiente tem o dever de proteger e é um verdadeiro absurdo, um festival de absurdos. O DMAE nunca dialogou previamente para a população de Belém Novo sobre isso, nunca diálogo com a população de Porto Alegre sobre esse projeto, muito menos com a população de Belém Novo, que está sendo diretamente impactada, afetada de forma negativa. Vou trazer algumas questões aqui: para as obras do DMAE, inclusive, estão acontecendo em área de APP e a SMAMUS não pode se omitir disso. Estão usando como base o Estudo de Impacto Ambiental do Projeto de Urbanização da Fazenda do Arado, elaborada por um empreendedor privado e que foi comprovadamente falso, é um documento comprovadamente falso, porque analisado pelo IGP e uma obra pública está usando como base esse estudo. Isso é um escândalo, um verdadeiro escândalo. Essa é uma questão. Nós estamos com um caso de aumento de atendimentos nas Unidades de Saúde da Região, com vômito e diarreia, especialmente em crianças. E aí eu lhe pergunto: não existem exames de balneabilidade no bairro e as crianças tomam banho aqui todos os dias quentes. E nós não sabemos o impacto dessas obras que estão acontecendo, inclusive, em APP. Eu gostaria de resposta para isso, já demandei pessoalmente que o exame de balneabilidade seja feito durante todo o ano. O pessoal usa as praias durante todo o ano e só se faz exame de balneabilidade de dezembro a março. Ano passado só foram começar a fazer exame de balneabilidade, Secretário... Não precisa olhar no celular! O senhor, por favor, dê atenção para a população! Só fizeram exame de balneabilidade a partir do meio de janeiro e a população tomando banho sem saber a condição da água. Isso é um absurdo, é uma ilegalidade! É um desrespeito com a população e com a saúde pública, isso estoura lá nos postos de saúde, né! Além disso, nós não sabemos, então, a condição da balneabilidade, não é informado, é feito obra na orla com um Estudo de Impacto Ambiental considerado falso e nada a Prefeitura sabe. A Prefeitura acha que está tudo ok! Nunca fez uma reunião prévia aqui na região para dialogar com a população sobre isso, para dialogar alternativas locacionais. Agora ainda nós estamos no risco de perder uma praia em Belém Novo, uma praia histórica, onde tem pessoas que dependem disso para viver, são pescadores, são barqueiros, são pessoas pobres. Aí a Prefeitura gasta milhões na orla central para encher de cimento, levar uma população rica a usar esse espaço e a população mais carente de Porto Alegre está sob o risco de perder uma praia da qual depende para viver, o qual é o único espaço de lazer dessa população. E a Secretaria do Meio Ambiente está ignorando isso, está ignorando isso! Absurdo! Inadmissível! Então, nós não admitimos perder a praia, nós queremos alternativas, nós queremos saber a condição da água, nós não estamos sendo informados da condição da

água. Uma Secretaria do Meio Ambiente que não vê a condição da água para banho serve para quê? Se não serve para isso, se não serve para ver a qualidade do ar. Sejamos coerentes, Secretário, é um absurdo o que está acontecendo em Porto Alegre e o senhor me vem falar de ir para COP! Fazer o que na COP se não cuidam da condição da água para as pessoas tomarem banho! Então, eu vou lhe dizer mais uma coisa aqui, o DMAE vem e joga as informações no colo das pessoas, vão perder praia, a obra vai acontecer, não adianta, está tudo certo, é isso que tem para vocês e aí dizem que vai ter um valor "x" para contrapartida, para aplicar aqui na orla de Belém Novo. Quando é que a Secretaria do Meio Ambiente veio para dialogar com a população de Belém Novo sobre isso? Nunca! Quem é que definiu esse valor? (Sinalização de tempo esgotado). Quem disse que esse é o valor correto, Secretário? Secretário, eu exijo respostas! É inadmissível... **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem! Obrigado, Michele. Agradeço a recepção pelo meu retorno, sempre positivo ouvir palavras tão carinhosas da tua consideração com o nosso trabalho da Secretaria. Ainda bem que a tua voz não representa a voz da maioria da população. Naturalmente, é o teu posicionamento, este é um espaço democrático e a gente acolhe a tua manifestação, consigna nas nossas atas, está sendo transmitido ao vivo. Então, está registrada a tua consignação com relação ao teu ponto de vista sobre a cidade, sobre o Prefeito, sobre a Secretaria. E eu tenho convicção que o trabalho que a gente vem fazendo sem dúvida é em benefício da Cidade como um todo e a tua voz não representa aquilo que entende a maioria da população de Porto Alegre. No entanto, muito obrigado, tu és sempre bem-vinda aqui neste Conselho. Passamos, então... A Liane está aqui presente? Não temos inscrição? Sobre o externo, temos alguma fala com relação? A Conselheira Maristela, Conselheira Claudete. Lembrando que não tem Questão de Ordem no período de Comunicação, conforme prevê no Regimento. Conselheira Maristela e Conselheiro Felisberto, isso? E Mark. Conselheira Maristela, à vontade. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Boa noite a todos. Dizer que essas discussões climáticas em nível internacional, participei no período ainda do Governo da Presidente Dilma, do encontro internacional, que foi superimportante, né. Apesar de que nós ainda somos grandes emissores, tanto na questão do avião, como a questão bovina, como tantos outros aspectos. Nós temos sim que aprofundarmos, espero que o Governo Federal tome algumas atitudes e não interrompa o avanço que nós não queremos. Mas quero falar sobre essa questão do DMAE, eu gostaria de separar esse tema. Primeiro, participei de toda a discussão sobre a questão do DMAE, a água do Lago Guaíba é de Porto Alegre, por isso que eu quero separar da questão do projeto que lá está pensando ser desenvolvido. Eu lembro da primeira parte que foi desenvolvida lá e a segunda que ficou o projeto... (Sinalização de tempo esgotado) Então, só para dizer o seguinte, vamos separar a água do DMAE, que falta aqui na Lomba do Pinheiro e no resto da Cidade, nós vamos brigar por ela, porque a água é de todos nós, diferente da questão da obra, que aí nós podemos entrar no mérito e aprofundarmos. Só para separarmos os temas, mas de qualquer sorte eu respeito a palavra que aqui foi trazida, mas quero mais tempo para continuar depois na Comunicação. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Perfeito! Obrigado, Conselheira Maristela, pela contribuição. Conselheira Claudete. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Boa noite a todos e a todas. Pois, então, o Secretário agora decidiu que não tem Questão de Ordem, né! Eu gostaria de fazer uma ponderação, porque qualquer questão pode ser trazido ao plenário, porque assim dispõe o Regimento e deve ser submetido ao plenário. Como nós tínhamos duas falas externas e uma não se fez presente, o nosso Estatuto da Cidade diz que a gente

deve priorizar, na verdade, a participação social. Então, a primeira ponderação seria no sentido que fosse permitido que a delegada da região, que foi eleita, que ela pudesse concluir a sua fala. A segunda questão, eu gostaria que o Secretário se retratasse, porque é um abuso, na verdade, eu não tenho outra palavra, quando ele se refere, e eu gostaria que ele explicasse com que base ele diz que a delegada da região eleita não tem representatividade. Eu gostaria que ele pedisse desculpas, que eu acho que é uma questão muito grave esse tipo de manifestação que está sendo feita, que cerceia a participação social aqui presente. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem. Obrigado, Conselheira. Lembrando que a previsão com relação à vedação à Questão de Ordem no período de Comunicação está previsto no artigo 3º da Resolução nº 01/2020, aprovada por ampla maioria neste Conselho, assim como o período de 5 minutos para comunicação externa, não havendo a possibilidade de não tendo a presença de um passar para o outro. É a regra geral que a gente aplica já aqui e está prevista no nosso regimento interno. Na sequência o Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa noite a todos e todas. A sua ausência... Mas o senhor voltou com a mesma impetuosidade de sempre, Secretário. não perdeu a sua áurea de autoridade, né. Pena que este Conselho é dominado por uma visão de cidade excludente. Em nenhum momento esta cidade trabalha com a participação da cidadania. É uma cidade que se diz que o saber popular não tem vez. As pessoas não são ouvidas, é a ditadura da técnica. Pena que eu sou advogado só, eu só posso entrar nas questões legais, mas tem muitas pessoas... E Porto Alegre já foi exemplo disso que o senhor se gabou hoje do biodigestor e isso é uma desinformação. Na Lomba do Pinheiro, no Triângulo Esmeralda tem um biodigestor... (Sinalização de tempo esgotado)... há muito tempo. Porto Alegre tem um Atlas Ambiental que foi exemplo para o mundo, do Roaldo Menegat. Então, Porto Alegre sempre foi referência, independente de COP 26, 36 ou 50, não é? (Sinalização de tempo esgotado). Então, o que eu quero dizer é que a técnica não está acima do saber popular e tem que se respeitar qualquer manifestação para ser respeitado. Obrigado e depois eu... **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem. Obrigado, Conselheiro Felisberto, pela sua contribuição, sempre muito boa. Conselheiro Mark. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Boa noite! Boa noite a todos. O meu desejo aqui, o meu objetivo é fortalecer a manifestação da Delegada Michele Rihan da RGP 8, que consultando a população da região se manifesta em favor da proteção da população, porque é inaceitável, Secretário, Colegas Conselheiros e Conselheiras deste Conselheiro, é inaceitável que o DMAE não tenha capacidade de conversar com as pessoas, realizando uma obra desse vulto e dessa importância. Eu acredito que a delegada da região tem amplo contato com a população e é muito importante o testemunho dela no Conselho Municipal. É a área própria, é onde ela deve se expressar e é muito importante, as suas ponderações são muito importantes e devem ser levadas em conta pelas autoridades. Obrigado, Secretário. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Mark, pela sua contribuição no debate. Sem dúvida, este é um espaço democrático de colher contribuições, assim como a delegada, temos um representante eleito democraticamente pelo voto, que é a voz da região, o Conselheiro Dinar, que tem assento aqui também, sem dúvida pode trazer a sua contribuição, se a comunidade assim entende de forma diferente. Este é um espaço democrático, assim como temos o conselheiro, tem a delegada também que tem uma representação, um posicionamento, talvez não da maioria, mas tem uma representação, e a gente respeita, e consigna, que é o

nosso papel aqui, na ata a sua manifestação. Passamos, então, para o período de Comunicação, inaugurando ele pelo Conselheiro Felisberto da RGP 1. Conselheiro Felisberto, três minutos. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu quero voltar a esse tema da ditadura da técnica, né. Nós vivemos um momento em que esta cidade visa a técnica, que está acima da participação popular, do respeito às minorias, não se respeita a visão de maioria, se violenta preceitos legais, e violenta o Estatuto da Cidade, não se tem laudo ou estudo sobre qualquer projeto, são contratados ou pessoas que já fizeram parte do governo. E a própria Secretaria acabou de contratar uma empresa, que é a PROFIL, que está sendo indiciada por falsificar laudo, que muito bem lembrou a delegada. Então, peço que o Secretário tome providências, isso foi aprovado no Pregão Eletrônico do dia 4 de novembro. Então, várias ilegalidades são cometidas e aí vão fazer pressão junto ao MP para evitar a manifestação. O Prefeito não nos intimida! O Prefeito não nos intimida! Nós temos respeito pelo voto democrático, mas ele também tem que ter respeito à vontade popular. Esta Cidade é um processo de construção coletiva, quer ele, queira ou não queira, o debate será feito na política e se não resolver na política nós vamos para a justiça, nós vamos procurar mostrar os crimes que estão se comentando contra a Cidade de Porto Alegre, sobre a falsidade de quem está se fazendo uma cidade desenvolvida. Não, estão violentando pessoas, estão violentando características dos bairros, estão preparando uma cidade que vai se arrepender amargamente. Ao contrário do que se diz, do que se apregoa aqui, que a Cidade está voltada para o desenvolvimento, não mesmo, não há desenvolvimento sem as pessoas. E Porto Alegre tem a capacidade de resolver o teu problema com a sua riqueza e com as suas pessoas. Nós já fomos exemplos para o mundo e espero que os exemplos do passado retomem algum dia, voltem algum dia. Pode custar, mas eles estão enraizados nos corações e mentes. Pode ter certeza, Secretário, o tempo dirá quem tem razão. Certo? Porto Alegre não será uma Dubai tupiniquim, apesar de que algumas pessoas da classe dominante pensam que a cidade é deles, a cidade não é deles, é uma cidade que exclui, que passa fome, Secretário. mais de 50 mil pessoas não tem o que comer diariamente em Porto Alegre e não há nenhum projeto deste governo. (Sinalização de tempo esgotado). Só se preocupam em obras faraônicas para enriquecer sempre os mesmos. Era isso. Obrigado. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto, pela sua contribuição. E na sequência o Conselheiro Gomes. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Boa noite, Conselheiros. Presidente, eu quero me manifestar neste espaço agora para primeiro dar os parabéns ao governo do Prefeito Melo, por retomar uma posição superimportante para Porto Alegre, uma posição que Porto Alegre sempre teve no mundo, Porto Alegre é a capital da democracia, é a capital da participação democrática popular através aí do Fórum Social Mundial, através do Orçamento Participativo que distribuiu para todo. E agora o Prefeito Melo coloca também Porto Alegre na vitrine do mundo com a questão ambiental. A participação do senhor e da Rovana na COP 26 é motivo de muito orgulho para quem pensa Porto Alegre de uma maneira positiva, despreconceituosa, olhando para frente, vendo o que está acontecendo nesta Cidade. Nós temos hoje, graças a vários governos, um dos melhores, uma das mais bonitas, uma das mais agradáveis orla de rio ou de lago que se conhece, comparando com o que se tem de bom e bonito no mundo. Eu não tenho a menor sombra de dúvida de dizer que a nossa orla está muito mais bonita que as configurações, por exemplo, de Barcelona, que são lindas, muito bacanas, tal e tal. Isso é uma... Entrou uma página estranha aqui. Isso é motivo de muito orgulho... **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Vou pedir para ficar consignado na ata

que a Conselheira Claudete compartilha uma tela atacando o nosso processo organizado e tentando prejudicar o bom andamento dos trabalhos. Então, por favor, deixo consignado à ata sob pena de responsabilidade. Obrigado! Pode continuar, Conselheiro Gomes. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Obrigado. Pois é, Presidente, então, essa participação que houve de vocês na COP com uma discussão com todas as autoridades mundiais que estavam discutindo a questão do clima, vocês se posicionando com autoridade, inclusive, que o Prefeito atribuiu a vocês, né, só tem a orgulhar a gente, como a gente tem orgulho do OP, como a gente tem orgulho do Fórum Social Mundial, que um dia eu também espero que retorne novamente à capital de Porto Alegre e tal. Claro, este Conselho é um Conselho de 28 participantes, tem manifestação aqui de pouca gente e manifesta-se quem realmente acha que tem que ocupar esse espaço e se manifestar, mas quem olha de longe e não conhece pensa que Porto Alegre é um caos, que isto aqui é um horror, é a capital da injustiça, é a cidade das autoridades mais ignorantes que se tem no mundo, né! Mas é bom que as pessoas saibam que não é isso a visão de todos os conselheiros. Não e não é mesmo! Eu sou crítico há muitos e muitos anos, participei de governos, tive cargos em governos, sempre procurando construir, não sou do quanto pior melhor, muito antes pelo contrário, estou muito satisfeito com a participação promovida pela Prefeitura na COP 26. Olha que diferença em relação ao governo anterior, que aliás o Secretário Germano participava. A diferença de promover a qualificação de funcionários, de equipe, tanto que o Germano tem uma equipe hoje extremamente afinada, entusiasmada, gente que trabalha na parte de liberação de licenciamento de projetos e tal vê com entusiasmo quando tu apresentas um projeto interessante para a cidade, que não é necessariamente a tecnologia sobre outras coisas. Há quantos anos não se via um empenho tão grande na questão da regularização fundiária, através da Simone... (Sinalização de tempo esgotado). Pelo amor de Deus, onde nós estamos? Meus parabéns mais uma vez, Germano, e vamos para frente que é para frente que se anda! **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem. Obrigado, Conselheiro Gomes. Lembrando que a gente ajustou um pouquinho o tempo em função da entrada surpresa da aí da Conselheira Claudete compartilhando a tela. Obrigado, Conselheiro Gomes, pelas palavras, que nos motivam e a gente tem a convicção de que estamos no caminho certo. Apesar das visões às vezes um pouco distintas, mas é parte do processo democrático a, gente tem que seguir em frente sempre tentando alcançar aquilo que a gente tem convicção do que é o adequado. Conselheiro Saffer na sequência inscrito. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Boa noite a todos. Eu queria só cumprimentar, Germano e equipe, por terem participado desse evento, retomando isso que há muitos anos algumas prefeituras já tinham feito, mas isso mostra a sintonia que vocês estão, tanto a questão de planejamento, com sustentabilidade, ter indicado a Rovana para ter um cargo específico para isso dentro da Secretaria, né, o que antes não tinha. Então, basicamente eu só queria cumprimentar e achei muito válida essa volta de participação, seja não só para demonstrar o que tem que ser feito, mas ir atrás de informação, ver o que os outros também estão tão fazendo. Se a gente fica no nosso casulo a gente não consegue saber, ali era um fórum não só para demonstrar, mas ir atrás de outras práticas de outras cidades no mundo inteiro. Então, é que nem nós quando a gente quer participar de um congresso para se qualificar. Eu vi que a cidade estava lá em um evento importantíssimo, procurando informação e dentro do possível divulgando e se comprometendo, inclusive, com algumas ações futuras perante ao mundo de alguma forma bem ampla. Então, só queria parabenizar e muito legal essa participação. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade –**

SMAMUS: Obrigado, Conselheiro Saffer, pelo carinho, pelo prestígio, isso nos motiva. O Conselheiro Rafael Passos na sequência inscrito. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Boa tarde. Primeiro, sobre essa questão, né, eu quero reiterar o que eu já tenho dito aqui algumas vezes e reforçar o que está no próprio plano. Certo? Eu vou ler até aqui, é o art. 25: *Compõe estratégia do sistema de planejamento*; o inc. II desse artigo fala: *Programa de regionalização e participação da comunidade que busca a concretização de canais de participação, assegurando às regiões de gestão do planejamento espaços de deliberação sobre política de desenvolvimento regional*. E no art. 45, quando vai falar dos mecanismos de ajuste do PDDUA, na alínea *b* do inciso I, que a proposta, ou seja, o ajuste por unidade de estruturação urbana, como, por exemplo, no caso da Ponta do Arado: *Que proposta após a deliberação na região de planejamento seja encaminhada pelo respectivo representante ao CMDUA para exame de manifestação*. Esses dois dispositivos confirmam aquilo que eu venho dizendo, que as representações dos conselheiros das regiões não são autorizativas, do tipo, como é um vereador, por exemplo, ou seja, tem que responder aos seus delegados, ele precisa reunir os seus delegados. E quando isso não acontece a sua representação frente ao próprio plano não está atendendo aquilo que o plano prevê. Então, fica fragilizado o arcabouço de gestão democrática previsto no plano, que justamente é com base nele, que embasa essas flexibilidades possíveis no plano. E quando não se atende essas prerrogativas, essas flexibilizações ficam fragilizadas. Mas eu me inscrevi para outra manifestação, já mandei ali no grupo, mandei ao Secretário, vu encaminhar à Secretária Executiva do CMDUA, solicitando que encaminhe a todos os conselheiros e conselheiras um relatório técnico elaborado pelo IAB sobre o plano no Centro, o Programa de Reabilitação do Centro, com diversas considerações, uma análise mais ampla, inclusive, uma análise sobre os estudos de densidade, entre vários outros aspectos que são apresentados e relatados nesse relatório. Eu gostaria de solicitar, Presidente, se possível, considerando que está agendado para o próximo dia 23, que é uma terça-feira, em um horário semelhante, ou seja, a partir das 19 horas, uma audiência pública da CCJ para tratar do Programa de Reabilitação do Centro. Se fosse possível recomendar, me parece recomendável que não houvesse sessão na terça ou que ela ocorresse só até às 19 horas somente para que a gente possa participar dessa audiência. É isso, boa noite! **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Rafael Passos, pela sua contribuição, sem dúvida vamos tentar ajustar a nossa reunião para poder participar da audiência pública marcada pela Câmara de Vereadores. Eu acho bem possível e adequado sim. Obrigado mais uma vez pela sua contribuição. Conselheira Maristela, está inscritas. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Quero agradecer a sensibilidade, eu pensei que tinha externado, enfim, parece que eu anotei e me inscrevi depois. Assim, secretário, eu quero continuar naquela mesma fala sobre essa questão do DMAE. Primeiro, esse projeto do DMAE é um projeto de estado, nós é um projeto de um governo, isso tem que ficar claro. Eu não tenho problema nenhum, eu acho que este é um espaço do contraditório. E às vezes discorrer, inclusive, de pessoas que geralmente nós convergimos, mas esse projeto de estado vem desde o projeto da Presidente Dilma, quando nós fomos lá na inauguração, no lançamento da primeira parte dele, depois ele ficou, e ainda bem que tem sequência, e diz respeito à vida da cidade. A nossa Lomba do Pinheiro depende da sobrevivência da nossa cidade, assim como eu critico que foi abandonada a questão da Barragem do Sabão ser a única alternativa para a cidade caso haja um problema no Lago Guaíba, um acidente, alguma coisa assim, foi abandonado. É uma briga, é uma luta que nós vamos continuar. Isso é uma consideração que eu quero colocar aqui. Nós dependemos da água, que vem de baixo

para cima, tecnicamente falando, nunca é de cima para baixo quando a gente constrói um projeto. Está falando alguém que não é técnica, mas que aprendeu nas discussões que nós tivemos democraticamente durante todo o processo. A outra questão é a questão do que vai ser construído lá e que eu tenho um posicionamento, mas eu não tenho esse tempo para entrar no mérito, que eu concordo com os moradores, com as suas aflições, enfim. E por último, Secretário, eu queria dizer o seguinte, nós teremos um debate com a EPTC na segunda-feira, às 19 horas, aqui da RGP 7, sobre a questão da segurança viária e a questão inclusive do Plano Diretor. A EPTC entrou em contato conosco, achei estranho que não há uma articulação entre o CMDUA e gostaríamos muito que estivesse nessa reunião... Lembra que eu externava aqui sempre a solicitação de ter essa reunião, né, sobre a questão da reformulação do Plano Diretor? Que estivesse, então, o grupo técnico do CMDUA participando dessa reunião conosco. Não pode ter uma agora segunda-feira e depois nós marcarmos novamente outro com o mesmo tema. Então, estamos solicitando que estivesse esse grupo técnico participando conosco, que daí nós já poderíamos ir tratando das coisas conjuntamente. Então, era isso, Secretário, eu peço que o senhor defira essa nossa solicitação e que esse corpo técnico participe e enviaremos o link ou a própria Prefeitura que deveria fazer isso, envie para os técnicos, e então, que forem deliberados para participar junto conosco. Muito obrigada e boa noite. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado! Boa noite, Conselheira Maristela. Eu transmitirei o recado para a equipe, naturalmente, em função das dinâmicas, dos trabalhos aí com uma demanda muito grande, às vezes fica difícil pontuar e participar de todos os processos, que são extremamente importantes. Gostaríamos de estar presentes com a equipe em tudo, especialmente em função da revisão do Plano Diretor, como tem uma metodologia, gravação, enfim, uma dinâmica que depois seguinte tem que prestar contas aos órgãos de controle, esse processo, a participação da revisão acaba que acontecendo, mesmo que tenha uma eventual reunião com a EPTC ou outro órgão, a gente depois na dinâmica da revisão, no planejamento, a gente tem que fazer esse processo participação com convocação e aí tem um rito e uma formalidade a ser seguida. Mas vou transmitir o convite a nossa equipe, que oportunidade pode participar. Obrigado, então, pelo período de Comunicação, muito bem vindo, calorosa recepção a este Secretário, que esteve um tempo fora, participando, representando o município. Não vamos nos abalar nos momentos de crise e as visões, é do processo democrático, cada um tem a sua visão de cidade, o entendimento, né! Temos e eu sempre vejo nas falas, acho que do Conselheiro Felisberto e demais, que bom que a gente tem sempre a eleição, a oportunidade de exercer o nosso voto, escolher os nossos representantes, ano que vem temos eleição, daqui a 2 anos, enfim, daqui 3 anos temos novamente a eleição, a oportunidade talvez, como o Conselheiro Felisberto traz de resgatar esse projeto que tem de como adequar o futuro da cidade. A gente respeita, o voto nos dá essa prerrogativa de escolher a nossa representação, a maioria da população por meio do voto exerce esse direito garantido constitucionalmente. Então, é muito rico o nosso processo que nos possibilita eleger os nossos representantes. Passado o período de Comunicação, já são 19h53min, vamos avançar na nossa pauta. Temos processos importantes:

4. ORDEM DO DIA:

4.03. EXPEDIENTE 20.0.000056182-8

INTERESSADO: Município de Porto Alegre

ASSUNTO: Alteração e inclusão de gravame de traçado viário

LOCAL: 1. Alteração do traçado viário da Diretriz Nove Mil Cento Cinco, e extensão desta via até a nova Diretriz Oito Mil Novecentos Noventa Nove; 2. Inclusão de traçado viário, identificado como Diretriz Oito Mil Novecentos Noventa Nove, conectando o prolongamento proposto para a Diretriz Nove Mil Cento Cinco (DIR 9105), a Av. Juca Batista e a Estrada Francisca de Oliveira Vieira (RGP 8 – Belém Novo)

RELATOR: AREA (Distribuído em 09/11/2021)

É um processo que foi distribuído em 27/11/2020 para a RGP 4, foi apresentado um pedido de diligência para a CTAAPS. Ele foi atendido em 10/09 pela coordenação de Planejamento Urbano e em 05/10 apresentado o parecer desfavorável em 09/11. Este parecer desfavorável foi redistribuído para a ÁREA em 09/11. Hoje é dia de apresentação do relator, que toou essa redistribuição. A equipe vai retomar e depois passamos para o Conselheiro Saffer. Tem uma Questão de Ordem do Conselheiro Felisberto aqui. Em relação á ata a taquígrafa não encaminhou, embora conte ali, fica para a próxima reunião a deliberação da ata. Conselheiro Felisberto, uma Questão de Ordem? **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Presidente, eu fiz uma colocação sobre a questão da firma que está sendo processada indiciada por falsificar o EIA-RIMA, foi selecionada em um pregão eletrônico. Então, eu gostaria de ouvir a sua manifestação ou em uma próxima ouvir porque essa firma foi reconhecida e foi admitida para fazer sobre a mata atlântica. Isso me parece uma grave ocorrência e peço a sua devida atenção para este fato, sob pena de responsabilidades. Obrigado e era isso. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. Naturalmente, não tenho esse alcance dos processos licitatórios, qualificação, mas o senhor como advogado certamente sabe que a conclusão de inquérito não gera uma condenação, né. Por isso existe o processo judicial, enfim, para avaliar. Certamente vai haver a desabilitação, enfim, a impossibilidade de participação, se houver alguma condenação. E aí para isso o processo judicial, a defesa, enfim, todo o regramento constitucional para garantir a ampla defesa e em função disso, enquanto isso não acontecer não há uma conclusão. Todos os processos seletivos estão abertos, enfim, é um processo licitatório, poderá essa empresa como qualquer outra idônea participar. Conselheira Vaneska, então. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Boa noite. Só pedindo para compartilhar a tela, que não está para mim. Então, se trata do Expediente SEI 20.0.000056182-0. É uma alteração e inclusão de gravame de traçado viário, no bairro Belém Novo, o requerente é o Município de Porto Alegre, através da Comissão Técnica de Análise e aprovação de Parcelamento do Solo, a CTAAPS. A demanda tem origem em um processo localizado na Juca Batista, 10.340, que tramita na comissão referida, com necessidade de estruturação viária. As propostas visam a estruturação da UEU 078, na Macrozona 8, com a integração da malha viária do entorno, possibilitando deslocamentos internos, com menores distancias para pedestres, automóveis e melhorando a permeabilidade e de áreas da região. É no Bairro Belém Novo e ela coloca essas duas diretrizes, a 9105 e a e a 8999, dividido esse quarteirão aqui entre a Juca, a Estrada Francisca de Oliveira Vieira, que realmente é um quarteirão que extrapola os limites para se considerar uma área (Inaudível/interferência no áudio) com permeabilidade de mobilidade necessária. Aqui sobre a imagem de satélites, essas duas diretrizes que estão sendo propostas. Aqui também o que é hoje, sem gravame da diretriz e aqui em pontilhado vermelho as diretrizes que nós estamos tratando hoje. Então, com relação à estruturação viária, com inclusão de diretriz com gabarito de 17,5

junto à divisa sul do imóvel, interligando a Juca Batista à Estrada Francisca da Silveira. E o prolongamento da Diretriz 9105, com gabarito de 17,5, junto à divisa leste do terreno, interligando a Diretriz 9100 a diretrizes propostas nessas análises. Então, aquela conexão norte e sul ali que está sendo proposta. Com relação à PGM, como é de costume, como tem todo esse embasamento técnico, eles fazem uma última análise para ver se existe óbice jurídico, nesse caso não foi identificado e se coloca ali novamente a necessidade da previsão dessa articulação para de fato garantir a mobilidade urbana local. Então, aqui já sendo encaminhado ao CMDUA. Entendo que são esses os pontos principais, se tiver alguma dúvida, acho que é apenas para relembrar a localização dessa diretriz. Obrigada. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Vaneska, pela apresentação do tema. Então, a gente passa o relato ou Conselheiro da ÁREA. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Boa noite. Este processo já teve um relato, que não era favorável ao gravame. Então, foi escolhido entre aquelas pessoas que foram contrárias para fazer novo relato. Então, o meu relato aqui é muito simples, porque a Vaneska já apresentou vários itens. Eu vou ler o meu relato, apesar de ser um pouco redundante com algumas coisas que ela coloco, porque este é o meu relato. Então, se possível talvez, aquelas pessoas que votaram tanto a favor ou contra, se tiver novo debate para poder rever seus votos no sentido, como no meu caso que sou favorável ao gravame, para as pessoas que tiverem alguma dúvida e entenderem nesse nosso debate que poderá votar a favor, esse seria o meu objetivo de tentar trazer alguns esclarecimentos. Então, (leitura): *Trata-se de minuta de Resolução do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental - CMDUA para a inclusão e a alteração de traçado viário no quarteirão 17 da Macrozona 08 UEU 78, bairro Belém Novo. As alterações propostas são as seguintes: 1. Alteração do traçado viário da Diretriz Nove Mil Cento Cinco (DIR 9105), com redução do gabarito de 20,00 m para 17,50 m e extensão desta via até a nova Diretriz Oito Mil Novecentos Noventa Nove (DIR 8999), na Macrozona 08, UEU 078, conforme planta 2 da minuta de resolução. 2. Inclusão de traçado viário com gabarito de 17,50 m, identificado como Diretriz Oito Mil Novecentos Noventa Nove (DIR 8999), conectando o prolongamento proposto para a Diretriz Nove Mil Cento Cinco (DIR 9105), a Av. Juca Batista e a Estrada Francisca de Oliveira Vieira, conforme planta 2 anexa. 3. As alterações viárias propostas resultam na subdivisão do quarteirão 17 UEU 78 MZ 08, gerando dois novos quarteirões. Conforme justificativa apresentada, ainda, "as vias propostas visam à estruturação urbana da UEU 078, na Macrozona 08, com a integração da malha viária do entorno, possibilitando deslocamentos internos com menores distâncias para pedestres e automóveis e melhorando a permeabilidade viária da região". O fato de estarmos aprovando a alteração do traçado viário como a inclusão do gravame, não significa que serão executados neste momento. Mas sim é um instrumento de planejamento para não haver novas ocupações em locais que futuramente terão o gravame e o número de desapropriações seriam maiores. Acreditamos que o setor de planejamento procura não atingir ou atingir o mínimo de residências ao fazer os gravames de traçado viários. Este é o caso onde o ônus do interesse público ser maior que o interesse privado. Foi anexada planta mostrando que neste momento o município caso executasse este o traçado viário teria que fazer os tramites de desapropriação ou procura de terrenos próximos para serem relocados para dois terrenos com suas construções. Somos favoráveis à minuta de resolução.* A minuta, quando era presencial, era uma folha que a gente assinava na minuta. Dessa forma a gente está fazendo um parecer e indiretamente a minuta é assinada. Então, é esse o nosso parecer. Eu vou ter que enviar depois de novo para corrigir essa primeira frase, Camila, mas envio depois, até o final da sessão. **Germano Bremm, Secretário Municipal de**

Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS: Está bem, obrigado, Conselheiro Saffer, pelo relato, muito bem elucidado. Lembrando, conforme prevê o nosso Regimento, artigo 23, parágrafo 7º, em havendo a redistribuição por voto da maioria dos conselheiros, não há o direito de vista, porque já teve a oportunidade anterior. Então, já teve o relato de vista. Então, nesse sentido, após o relato e manifestação favorável do Conselheiro Saffer a gente abre inscrição para discussão e após discussão colocamos em votação. Consulto os conselheiros se temos inscritos para discutir o presente ora relatado pelo Conselheiro Saffer. Temos inscrição para discussão? Nenhuma inscrição? Não? Então, vamos consignar encerrado para inscrição e vamos colocar em votação. Então, colocamos de mediato em votação o presente processo do Item 4.03 da pauta, com PARECER FAVORÁVEL do Relator Sérgio Saffer da ÁREA. **VOTAÇÃO**: **Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Favorável. **Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Favorável. **Sônia Castro (Titular), Gabinete do Prefeito – GP:** Favorável. **Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN:** Favorável. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Favorável. **Gisele Coelho Vargas (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Favorável. **Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOI:** (Sem áudio). **Gustavo Garcia Brock (Titular), Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV:** Favorável. **Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Favorável. **Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Favorável. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Contrária. **Jeanice Dias Ramos (1ª Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Favorável. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Abstenção. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Contrário. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Nessa questão de traçado eu acompanho o voto da Conselheira Júlia da EPTC, favorável. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Contrário. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Contrário. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Abstenção. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Contrário. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Contrária. **Wagner Pereira dos Santos (1º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Cinco – RGP. 5:** Contrário. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Favorável. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Abstenção. **Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** Favorável. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Acompanho o relator. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Conselheira Gabriela, nos ouve? Pode registrar no chat. Não estamos lhe ouvindo. Então, temo 15 votos favoráveis, 7 votos contrários e 3 abstenções. **APROVADO O PARECER FAVORÁVEL DO RELATOR**. Então, avançamos para o Item 4.04:

4.04. EXPEDIENTE 20.0.000073520-6

INTERESSADO: Município de Porto Alegre

ASSUNTO: Gravame de equipamento comunitário e gravame de subunidades

LOCAL: Rua Voluntários da Pátria, 4201 – Bairro Navegantes Rua Paraíba, 177 – Bairro Floresta Av. Bento Gonçalves, 2440 – Bairro Partenon

RELATOR: ABES (Distribuído em 24/08/2021)

É um processo extremamente importante, já apresentado, enfim, discutido, do conhecimento de todos. Não sinto a necessidade da equipe retomar a apresentação, porque já foi exaustivamente trazido. Só avançamos para os relatos de vista. Então, temos relatos de vista enviados e que poderão, oportunamente, serem apresentados, do Conselheiro Adroaldo e do Conselheiro Felisberto, conforme prevê a regra regimental. A Conselheira Claudete não enviou o relato de vista, nesse sentido, então, fica prejudicada a apresentação do seu relato. Passo de imediato, então, para o Conselheiro Adroaldo fazer uso da palavra e poder fazer o seu relato de vista. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Boa noite a todos Conselheiros. Eu vou ler, porque foi feito, inclusive, um grupo aí para discutir sobre as unidades e ainda não está concluída a discussão. Eu achava que tinha que ficar para o final, depois a discussão, mas eu vou ler, né, porque as pessoas também precisam de alguma resposta. Na verdade, Presidente, eu coloquei o seguinte, repeti algumas coisas: *Tem como objetivo de atender a inclusão de gravame de equipamentos comunitários e* (Inaudível/interferência no áudio) *em diversas unidades de triagem*. Então, coloquei aqui que vai tornar possível a regularização da atividade existente, permanecendo como áreas estratégicas para implantação de equipamentos comunitários, possibilitando a regularização das unidades de triagem, assim a emissão de licenças ambientais e urbanísticas para esses espaços. Aqui são três unidades, uma delas é a Unidade de Triagem Anitas, que fica na Voluntários da Pátria, 4201 – Navegantes. Tem outra na Paraíba, a Mãos Unidas e a EVITA, na Avenida Paraíba, 177 do Bairro Floresta. E o terceiro na São Pedro, na Avenida Bento Gonçalves, Bairro Partenon. Eu coloquei o seguinte: Considerando que o gravame de equipamento está previsto no Plano Diretor de Porto Alegre (Inaudível/interferência no áudio), de áreas vinculadas ao lazer, cultura, educação de caráter local, transporte, saúde, segurança, espaço de lazer para os moradores. Considero importante e relevante o trabalho dessa comunidade de triagem em relação ao meio ambiente e a saúde da população de Porto Alegre. Em visita, há vários pontos, observei as estruturas internas precárias do imóvel das unidades, principalmente na Rua Paraíba, na Unidade Mãos Unidas, havendo a necessidade de manutenção e reparos, assim como instalações elétricas no ambiente insalubre para os trabalhadores no local. E acho, minha opinião, que é preciso a presença do Município estar mais próximo dessas unidades para superar essas dificuldades. Eu vou ficar com este relato aqui, porque realmente o grupo nós chegou a um consenso, a recém teve uma reunião. Eu vou votar FAVORÁVEL, mas eu gostaria muito de apelar que esses dois não fossem votados pela grande importância deles, porque a gente pode ainda acrescentar por esse grupo de trabalho, podendo acrescentar mais coisas. Eu sei que outros trabalhadores das unidades estão aflitos e precisando de mais ajuda do Município. Então, eu encerro aqui o nosso relatório, Presidente. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Adroaldo, pela sua manifestação, relato de vista. Temos só uma Questão de Ordem da Conselheira Claudete e depois relato do Conselheiro Felisberto. **Claudete Aires**

Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH: Boa noite a todos novamente. Pois, então, Secretário, é difícil, depois o Secretário diz que eu tumultuo a reunião, né, só porque eu cobro, na verdade, que a gente tenha minimanete uma democracia e que a gente não tenha o chat bloqueado, que a gente não tenha o microfone bloqueado e possa falar. a minha Questão de Ordem, Secretário, assim, o senhor disse que eu não vou apresentar o relato porque eu não apresentei o meu parecer antecipadamente. Secretário,eu tenho dois emails que eu encaminhei à Secretaria. O senhor sempre disponibiliza a Camila para nos responder as questões. Eu mandei um no dia 17 de março e o outro ali em setembro, exatamente questionando e pedindo um parecer da nossa Procuradora da PGM que dispõe sobre a juntada desses pareceres, até porque existe uma lei que se sobrepõe a qualquer regimento, não decreto, que diz que a gente deve juntar no sistema. Eu fiz um questionamento lá e até hoje não fui respondida. Será que o Secretário consegue me responder? Obrigada. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem, obrigado, Conselheira Claudete. Já foi objeto de deliberação deste Conselho, conforme previsto, que necessariamente o regimento interno tem a previsão que tem que antecipadamente ser apresentado o relato de vista. Um dos conselheiros trouxe esse questionamento e a gente colocou ao grupo. Então, ponto superado, a gente vem aplicando desde, então, quando houve a reclamação por parte de um Conselheiro, com todo o direito, respaldado pelo artigo do regimento. Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa noite, Secretário. Eu vou ler o meu relato de vista e ele já foi anterior à reunião do grupo de trabalho e nesse grupo de trabalho eu fui esclarecido de várias dúvidas que tinha e que algumas delas permanecem. Eu vou ler: *Processo SEI 20.0.000073520-6. Trata-se o presente expediente de três unidades de triagem de resíduos domiciliares recicláveis que buscam a regularidade urbanística*. Disso eu não tenho a menor dúvida, da importância dessa regularidade urbanística. Ficaram algumas dúvidas que ainda permanecem, né. Mas como a maioria das unidades quer e deseja essa regularidade o meu voto será favorável. Mas eu vou continuar lendo: *As unidades são as seguintes: primeiro, Unidade de Triagem de Anitas, cito Rua Voluntários da Pátria, 4201 - Bairro Navegantes, nesta capital. Segunda unidade de triagem, cito Rua Paraíba, 177 - Bairro Floresta, nesta capital*. Também muito bem tratada pelo Conselheiro Adroaldo, porque nós visitamos essas unidades, a Claudete, eu e o Adroaldo. E a terceira unidade de triagem, a São Pedro, cito Avenida Bento Gonçalves, 2440 - Bairro Partenon, nesta capital. Esta foi a única dessas unidades que nós não visitamos, mas durante o grupo de trabalho nos explicaram a importância dessa unidade. E eu fiquei convencido de que realmente é importante, porque é uma unidade baseada há muito tempo e um trabalho dos funcionários públicos. Então, é uma unidade muito interessante. Eu não conheço, mas gostaria de conhecer. *Quer nos parecer, apesar de meritória a sua necessidade de regularidade urbanística e o parecer da Conselheira Jussara, algumas diligências seriam necessárias para o maior esclarecimento deste Conselheiro para que possa emitir o seu voto*. *A Unidade de Triagem da Rua Paraíba, 177 necessita que seja informado de quem é a área que continua* (apesar da gente saber de quem era), *bem como sua metragem. Além do que, não há denominação da unidade e segundo informações colhidas no local não possui contrato com o DMLU, porque também está localizada na RGP 1, dessa forma podendo ser solicitadas as diligências*. Poderia, no caso continuam as dúvidas, isso ao longo do trabalho desse grupo de trabalho poderão ser esclarecidas e trabalhadas em cima. *A Unidade de Triagem Anitas está na RGP 2, que também foi visitado por este Conselheiro, juntamente com o Conselheiro Adroaldo da região e a Conselheira Claudete da ACESSO. Também padece das mesmas diligências,*

com exceção de que tem contrato com o DMLU, além de não ter cadastramento no PDDUA, quando se solicita a DMI. O gravame resolve isso? Com relação à Unidade de Triagem São Pedro, está na RGP 7, não se não se tem maiores informações, não se tinha quando eu emiti o parecer no processo sobre a metragem da área e não foi visitado pelos conselheiros acima nominados, e a Conselheira nominada. Face a necessidade dessa diligência, naquela oportunidade, em 28/09, quando eu coloquei o parecer no sistema, eu ia me abster, mas em virtude da reunião o meu voto é FAVORÁVEL à aprovação e voto com a Relatora Jussara. Muito obrigado. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto, pelo relato de vista, trazendo os pontos analisados. Perfeito, então, Senhores Conselheiros, avançamos para a discussão, em havendo a apresentação da equipe do planejamento, amplamente discutido, a formação do grupo de trabalho que já fez uma reunião, vai ter continuidade. E após o relato de vista passamos a inscrição para a discussão. Temos Conselheiro inscrito para discutir? Conselheira Claudete inscrita. Automaticamente já inscrevemos a Conselheira Jussara. Mais alguém inscrito? Então, encerramos a discussão para o debate. O Conselheiro Felisberto também inscrito. Antes vamos sim colocar para a retomada pela relatora. De repente antes da gente colocar em discussão, então, Relatora, após o relato de vista, a senhora faz uma retomado relato. Pode ser, Conselheira Jussara? **Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Só para retomar, é muito simples, acho que o parecer de vista do Felisberto já trouxe várias lembranças, né, porque é importante dizer isso, o processo diz referência a três unidades, a área de três unidades de triagem de recicláveis, que é, então, da Anitas, a Paraíba e a São Pedro. A Anitas é no Navegantes, embaixo da ponte, na verdade. As referidas UTs estão localizadas em áreas de interesse cultural. A SMAMUS solicitou seu gravame como equipamento comunitário, com vista a viabilizar a regularização das áreas em questão. A Equipe de Patrimônio Histórico e Cultural da Secretaria Municipal de Cultura manifestou-se favorável ao pleito e solicitou manifestação do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado acerca da área ocupada pela Unidade de Triagem São Pedro, localizado no Complexo do Hospital Psiquiátrico São Pedro. O Ofício 8/2021 do IPHAE encaminha a Informação 25, que manifesta ausência de óbices em relação ao solicitado. A minuta de resolução encaminhada à Procuradoria Municipal, que se manifestou favorável ao proposto, em despacho de 18 de agosto. Então: *Considerando a importância dos serviços prestados pelas unidades de triagem de recicláveis para o sistema de gerenciamento integrado de resíduos sólidos do Município de Porto Alegre. Considerando que as unidades de triagem de recicláveis são operadas por associações de recicladores que trabalham de forma cooperativa. Considerando o interesse do Município na regularização solicitada. Considerando que as unidades competentes manifestaram-se favoráveis ao pleito e considerando que a regularização pretendida permitirá a qualificação das unidades de triagem, integrando-as de forma mais adequada ao sistema de gestão urbana e ambiental do Município, esta Conselheira manifesta-se favorável ao proposto.* **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Jussara, por nos relembrar o relato. Muito claro e elucidativo sobre o tema em debate. Voltamos, então, para as inscrições. Temos a Conselheira Claudete inscrita, Conselheiro Felisberto e Conselheiro Adroaldo também, e a Conselheira Jussara para, porventura, elucidar algum ponto do relato. Conselheira Claudete, fique à vontade, dois minutos. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Eu vou ser rápida, vou ser breve. Na verdade, uma das questões era pedir a manifestação da relatora, que já houve, mas lembrando que quando foi feita a

apresentação desse processo a nossa Diretora de Planejamento ficou de nos dar um retorno sobre as unidades de triagem que ficavam ali na Paraíba, vez que existem duas unidades ali e esse retorno nós não tivemos. A segunda questão é reforçando a fala do Adroaldo. Eu gostaria de perguntar por que esse processo não pode ser deliberado posteriormente? Até porque vamos lembrar que esse processo ficou no CMDUA dormindo nos escaninhos do CMDUA, né, de abril até agosto sem nenhuma manifestação. Ele entrou no CMDUA, daí foi para a Procuradoria, ficou quatro meses e depois a gente fica com presa aqui para poder fazer os encaminhamentos. Além disso, assim, é perguntar, na verdade, um esclarecimento, porque esse gravame também não está sendo discutido junto com a revisão do Plano Diretor? Até porque o gravame por si só não vai resolver os problemas urbanísticos que tem, né! Eu lembro aqui que na semana passada a Paula, de uma das unidades de catadores, ela trouxe umas ideias muito interessantes para serem debatidas e que poderiam ser agregadas. Por isso que eu pergunto, qual é a pressa? Por que nós não podemos esperar os andamentos do grupo de trabalho para fazer isso, principalmente porque já ficou tanto tempo aqui parado esperando? Seriam essas as questões. Obrigada! **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Claudete, pela sua rica contribuição ao debate. Na sequência o Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu me inscrevi só para reiterar as colocações que eu fiz no meu parecer, as dúvidas e que é importante esse grupo de trabalho que poderá agregar novos participantes, porque é um tema importante para essas comunidades, principalmente a gente poder discutir não só a separação, mas também agregar valor a essa separação. Então, esse é um tema importante que trabalha com as comunidades a partir das comunidades. E essa questão que a Claudete traz, e eu acho oportuno, por que não se discutir isso no Plano Diretor, a questão da denominação a mim não me parece mais apropriada, mas respeito as colocações que fizeram às pessoas que trabalham nessas unidades e que desejam essa regularidade. Então, por isso meu voto favorável ao relato da Conselheira Jussara. Parabéns, Jussara, pela tua sensibilidade. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. E passamos a palavra ao Conselheiro Adroaldo. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Presidente, na verdade, eu me inscrevi porque tem algumas coisas que não estão fechando. O que acontece? Isso que a Conselheira Claudete falou e que é a pergunta maior, passou tanto tempo e nunca ninguém se preocupou em regularizar essas unidades, de uma hora para a outra agora estão com uma pressa maior. E tenho uma pergunta, mais de uma, mas que o grupo mesmo não está conseguindo responder, é o seguinte, esse grupo que hoje trabalha ou que já trabalhou, que já tinha e tiveram lá 30, 40 pessoas trabalhando em algumas unidades, acabou o fornecimento de matéria-prima para eles e foram se dispersando, foi praticamente acabando. Quem tinha 40 hoje está com 18, 15 pessoas trabalhando e baixaram a sua renda, baixaram, tiveram que baixar a renda. A própria Prefeitura que fornece, que abastece essas unidades, ela não está conseguindo fazer. Então, a pergunta é isso: como é que faz para garantir uma renda para esse grupo que trabalha nessas unidades, garantir que eles possam levar o sustento para a família? Mais outra garantia, depois de regularizadas essas unidades não vão ser repassadas para terceiros? A gente vai votar favorável, mas já temos uma visão disos. Nós estamos assinando, como se diz, um cheque em branco, porque a Prefeitura não diz exatamente o que ela pretende fazer, inclusive, tem alguns terrenos que ainda não se tem certeza quem é o proprietário. Quer dizer, ainda não tenho certeza, mas como é que a Prefeitura propõe uma regularização de uma coisa no terreno de outra pessoa. Qual é a

garantia que dá? Então, nós queremos ser parceiros, Presidente, mas eu acho que tem coisas que têm que ser esclarecidas e é um compromisso que a gente está fazendo. (Sinalização de tempo esgotado). A Secretaria, o grupo de estudo da unidade de triagem com a sociedade, que somos nós que representamos o Conselho. É isso. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem, obrigado, Conselheiro, pela sua contribuição ao debate. Não sei se a Conselheira Jussara quer fazer alguma complementação. **Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Não, eu só queria fazer uma consideração para os conselheiros que têm essa dúvida, né. Eu acho importante ter sempre a lembrança que essas unidades, algumas estão nessa região, nessas áreas há quase 30 anos. Essas três não são as do início, a coleta seletiva começou em 89. Então, 30 anos seria mais ou menos isso, né. Então, não chega a tanto, mas quase, sei lá, 20 anos nessas localidades. Então, esse é o primeiro passo para o reconhecimento de que essas áreas, elas têm essa utilidade, elas estão abertas aí para o Município para que ele seja usado com essa finalidade. Quer dizer, isso dá um pouco mais de segurança para as unidades de triagem, ao mesmo tempo reconhece uma situação de fato no uso do solo no Município. Então, assim, não tem motivo para que não se faça isso e se faça com urgência sim, porque se passou muitos anos sem reconhecer isso, não foi de abril a agosto. Uma coisa é o tempo que está tramitando aqui no CMDUA, mas essas unidades estão aí funcionando há muito tempo sem o reconhecimento. Então, é importante que se faça esse reconhecimento e sem esquecer que o Município tem várias instâncias de participação e instâncias administrativas, a regularização ela passa por várias coisas. Então, essa questão que nos afeta é a regularização urbanística. O GT que foi criado vai até trabalhar em outros temas que vão além do CMDUA, inclusive, foi proposto que tenha outras participações, mas tem coisas que vão ser levadas aí para o Conselho talvez de Meio Ambiente, que tem uma série de outras questões que estão envolvidas e que tem a ver com a participação popular também, além das unidades de triagem, das associações. Então, eu acho assim, essa é a parte que nos cabe nessa regularização. E é simplesmente o reconhecimento de uma coisa que já é uma situação de fato. E nós estamos aí fortalecendo essas unidades de triagem, essas cooperativas, associações que hoje já operam. Claro que não é a regularização total da atividade, da relação de cada associação com o Município, isso tudo é caso a caso. Tem situações que tem que ser resolvidas também, mas nós estamos falando em relação ao uso do solo. Então, estão reconhecendo porque é que essa a finalidade dessas áreas. Só isso, só para relembrar essa questão. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Jussara. Muito boa a sua colocação, retomando o assunto e fazendo essa distinção. Realmente, aqui a gente tenta, é uma tentativa de avançar e simplificar o procedimento nas questões urbanísticas. Bom, de fato, esse problema vem há bastante tempo, são situações que estão colocadas nesses locais há bastante tempo. E que bom que a gente está conseguindo avançar e propor, regularizar e a equipe lá se dispondo a tentar encontrar uma solução. Que bom que a gente está sendo parte desse processo, fazendo esse trabalho importante aí para configurar esses equipamentos dentro da Cidade. Feito, então, encerrados os debates passamos para a deliberação, iniciando com a Conselheira Doutora Cristiane Catarina, representado o DEMHAB, se vota favorável ou contrária ao PARECER FAVORÁVEL da Conselheira Relatora Jussara. **VOTAÇÃO**: **Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Favorável. **Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Favorável. **Sônia Castro (Titular), Gabinete do Prefeito – GP:** Favorável. **Virgínia Darsie de**

Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN: Favorável. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Favorável. **Gisele Coelho Vargas (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Favorável. **Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOI:** Favorável. **Gustavo Garcia Brock (Titular), Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV:** Favorável. **Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Eu não me considero suficientemente informado para votar, eu vou me abster. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Eu gostaria só de lamentar que este Conselho não tem autonomia, né, Secretário? Porque a gente só homologa aqui. O Conselheiro Adroaldo fez uma proposta que não foi colocada ao plenário para deliberação e os meus questionamentos não foram respondidos, embora fossem simples, né! **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Seu voto! **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Eu estou fazendo as minhas ponderações, declaração de voto existe, né. E se ela não é escrita é porque estamos no mundo virtual, Secretário. Eu entendo todas as ponderações da Conselheira... **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Seu voto, Conselheira! Neste caso é a votação e por escrito a declaração de voto, tem que vir por escrito, a senhora já conhece. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Pois é, como nós estamos em um sistema virtual a declaração também é virtual e ficará escrita na ata, mas depois eu mando se o Secretário tem uma dificuldade. Eu lhe mando por escrito, não se preocupe, tá! Eu lhe mando. Então, posso continuar? Posso continuar a fazer a minha declaração de voto? **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Sim! **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Porque não tem como ter previamente, porque a discussão foi agora, né! A não ser que o Secretário não quer que eu vote, aí o senhor vota por mim! **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Conselheira, por favor, o seu voto. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Então, posso continuar? Obrigada, agradeço muito a sua parcimônia, que não existe, mas é claro! **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Seu voto, Conselheira! **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Considerando as manifestações da comunidade e considerando o relatório da nossa relatora, eu vou acompanhar a relatora, embora eu tenha que fazer essas manifestações de nossa ausência de autonomia neste plenário. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem, muito obrigado pelo seu voto, Conselheira! **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Favorável. **Jeanice Dias Ramos (1ª Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Favorável. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Favorável. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Favorável. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** (Não está presente). **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Favorável. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Com as minhas considerações do parecer de vista voto favorável, acompanho a

relatora. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Favorável. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** (Não está presente). **Ronie Gomes (1º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** (Sem áudio). **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Favorável. **Wagner Pereira dos Santos (1º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Cinco – RGP. 5:** Favorável. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Favorável. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Acompanho a relatora e também o relato de vista do Conselheiro Felisberto. **Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** Favorável. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Favorável. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Conselheiro Paulista, nos ouve? Então, temos 23 votos favoráveis, 1 abstenção e nenhum voto contrário. **APROVADO O PARECER FAVORÁVEL DA RELATORA**. **Ronie Gomes (1º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Secretário, voto favorável. Desculpa, demorei para entrar. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem, registrado o seu voto, são 24 votos favorável, 1 abstenção e nenhum voto contrário. Aprovado o Item 4.04 da pauta. Muito bem, passamos, então, são 19h47min, vamos... É um processo complexo, o 4.05, que tem uma série de relatos, para não introduzir e ter que retomar novamente na próxima reunião. Então, a gente transfere para a próxima reunião a continuidade desse processo. E aí ouvindo os relatos de vista, temos já relatos, vista enviada do Conselheiro Felisberto, do Conselheiro Gomes, do Conselheiro Gomes e do Conselheiro Mark. Então, lembro, Senhores Conselheiros, os conselheiros faltantes aqui: Conselheiro Hermes, Conselheira Claudete e Conselheira Maristela, que tem solicitação de relato de vista. Se tiver interesse em fazer o relato de vista enviem previamente que a gente vai oportunizar o relato de vista. Está bem? Só para combinar e pactuar com vocês, que na semana que vem, chega na hora quer fazer o relato, não tem o relato e depois enviar em contrariedade daquilo que prevê o Regimento e que a gente tem aplicado aqui. Então, só reforço a importância de ser previamente enviado. Obrigado, Senhores Conselheiros, uma excelente noite a todos. Agradeço a oportunidade, a recepção, o retorno. Tenho convicção, apesar às vezes das visões distintas, estamos fazendo um bom trabalho no sentido de qualificar. Hoje aprovamos um projeto importante aqui de qualificação desses equipamentos, as unidades de triagem que estavam há bastante tempo com problemas de regularização. Tomara que a gente consiga avançar, tanto na questão ambiental quanto na urbanística, replicar para as demais. Parabenizar novamente o trabalho da Equipe da Diretoria de Planejamento, na pessoa da Vaneska que está aqui presente, que tem se dedicado incrivelmente a tentar sempre construir soluções de forma a melhorar a vida de toda a população da nossa cidade. Uma excelente noite a todos. Até mais!

Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental – CMDUA, às 20h00min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia Costa Ribeiro, sob o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.

ATA ORDINÁRIA Nº 2917/2021

(Virtual nº 82)

Aos trinta dias do mês de novembro de dois mil e vinte um, às dezoito horas, reuniram-se para Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, através da plataforma virtual *Zoom*, nos termos do Decreto nº 20.611/2020, sob a presidência de GERMANO BREMM, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS, e na presença dos:

CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS: Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira (Titular), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Sônia Castro (Titular), **Gabinete do Prefeito – GP**; Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN**; Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), **Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS**; Gisele Coelho Vargas (Titular), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE**; Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), **Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOI**; Gustavo Garcia Brock (Titular), **Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV**; e Rômulo Krafta (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**.

CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS: Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Claudete Aires Simas (Titular), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH**; Sérgio Saffer (Titular), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA**; Jeanice Dias Ramos (1ª Suplente), **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS**; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS**; Hermes de Assis Puricelli (Titular), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS**; Rogério Dal Molin (Titular), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**.

CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL: Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular) e Ronie Gomes (1º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Tânia Maria dos Santos (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4**; Wagner Pereira dos Santos (1º Suplente) e Ricardo Angelini, (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Cinco – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Maristela Maffei (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7**; Dinar Melo de Souza (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** e Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA**.

SECRETARIA EXECUTIVA: Camila Maders Fonseca Coelho, **Secretaria Executiva da SMAMUS**; Patrícia C. Ribeiro, **Taquígrafa/Tachys Graphen**.

DEMAIS PRESENTES: Eleonora Braz Serralta, **Procuradora-Geral Adjunta de Meio Ambiente, Urbanismo e Domínio Público**, e Liamara Nique Liberman, **Arquiteta e Urbanista da Procuradoria de Urbanismo e Meio Ambiente**.

PAUTA:

1. Abertura;

2. Comunicações;

2.1. Externa: Michele Rihan – Del. RGP 8, Adeli Sell (sobre o Plano Diretor), e Jorge Luiz Mendes, RGP 8.

3. Votação:

3.1. Ata 2915 (09/11) e 2916 (16/11);

4. Apresentação da Procuradoria-Geral Adjunta de Domínio Público, Urbanismo e Meio-Ambiente sobre a formalização e monitoramento dos Termos de Compromisso e Termos de Conversão em Área Pública.

Após a leitura dos presentes e conferência de *quorum* o Senhor Vice-Presidente deu início aos trabalhos às 18h09min.

1. ABERTURA

Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS: Boa noite, Senhores Conselheiros, Senhoras Conselheiras. São 18h09min, temos quorum. Declaramos, Então,, oficialmente aberta a nossa Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental. Desejo uma excelente noite de trabalho, de aprendizado, de trocas. Hoje temos apresentação na pauta externa, uma demanda antiga, especialmente da Região de Planejamento 5, com relação aos esclarecimentos do termo de compromisso da Multiplan. Então,, a gente convidou a Procuradoria Geral do Município para que fizesse um relato. A gente tem comunicações externas temos a Michele novamente, lá da Região 8. O sempre Vereador Adeli Sell para falar sobre o Plano Diretor. E lá da Região de Planejamento o Jorge Mendes também inscrito. A Michele é a primeira inscrita. Cinco minutos, Michele. Seja bem vinda.

2. COMUNICAÇÕES;

2.1. EXTERNA: Michele Rihan – Del. RGP8, Adeli Sell (sobre o Plano Diretor), e Jorge Luiz Mendes.

Michele Rihan, Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8: Boa tarde, Secretário. Boa tarde, conselheiros. Secretário, retomo este espaço para trazer algumas questões que não foram respondidas. Primeiro, gostaria de colocar aqui dentro do CMDUA que apesar das suas tentativas de deslegitimar as minhas participações e as minhas manifestações aqui dentro do espaço do Conselho Municipal, eu vou lhe lembrar que eu fui eleita Conselheira da Saúde, conselheira local na Unidade de Saúde Belém Novo, fui eleita delegada da RGP 8 e os questionamentos que eu trago aqui no espaço do CMDUA, trouxe no espaço do COMAM, são dúvidas que devem ser respondidas pelo Senhor enquanto representantes da Secretaria do Meio Ambiente. Então, coloco novamente um problema grave que nós temos na Região Extremo Sul, em especial nos Balneários Belém Novo e Lami, que são áreas intensamente frequentadas ao longo de todo o ano, utilizadas para banho, para lazer, para esportes, por pescadores que utilizam esses espaços durante todo ano e inclusive para lazer também as pessoas utilizam ao longo de todo ano, para esportes. As pessoas usam a água, usam as praias e nós não temos exames das condições da água. Eu vou fazer uma breve retrospectiva das tentativas que eu fiz, para esclarecer essas questões e até hoje sigo com dúvidas. Em 2019 eu registrei um protocolo

no 156 com o número 20.66581949. Esse protocolo questionava sobre os exames de balneabilidade, só que ele não teve nenhuma resposta, o canal oficial da Prefeitura não deu resposta. Diante disso, dia 04/10/2019 eu registrei o pedido de informação 0016191910, questionando, então, se o teste de balneabilidade era feito ao longo de todo ano, onde que eu poderia encontrar os resultados dos testes e reforcei que caso os testes não fossem feitos ao longo de todo o ano que era necessário isso por conta do uso continuo das praias. Como resposta eu recebi, então, que o teste não é feito durante todo o ano. Então, as praias são usadas durante todo o ano, mas os testes de condição de balneabilidade não são feitos durante todo o ano, são feitos apenas no período de dezembro a março. E me informaram ainda que a solicitação de realização de análise de balneabilidade durante todo o ano deverá ser avaliada pela SMAMUS e DMAE, uma vez que implicará em recursos financeiros, humanos e operacionais. Não bastasse o fato de não termos nenhum tipo de controle sobre as condições de balneabilidade nas praias, nos balneários de Porto Alegre, Belém Novo e Lami, no ano passado não encontrei os exames de balneabilidade no mês de dezembro e registrei um novo pedido de informação, o 0032672003, solicitando os exames. No que recebi a resposta de que por questões de ajustes operacionais entre SMAMUS e DMAE não tinha sido feitos os testes no mês de dezembro e seriam feitos no mês de janeiro, sendo que iniciaram as coletas para analisar as condições de balneabilidade somente no meio do mês de janeiro. Ou seja, Secretário, o que falta para que a Secretaria do Meio Ambiente e o DMAE em conjunto forneçam informações claras para a população com relação às condições de balneabilidade? Eu coloco essa questão. Nós precisamos urgentemente disso, as praias são usadas sempre pela população. Outra questão que eu gostaria de esclarecimento, com relação às obras que o DMAE tem feito no Bairro Belém Novo, que ele indicou que a Secretaria do Meio Ambiente definiu um valor de contrapartida que o DMAE vai ofertar para que o bairro aplique aqui na região... (Sinalização de tempo esgotado). Já estou encerrando, por favor. Então, eu gostaria de saber de que forma a Secretaria do Meio Ambiente definiu esse valor, pois a população de Belém Novo nunca foi consultada. Então, são essas duas questões, os testes de balneabilidade e como foi definido o valor de contrapartida para as obras do DMAE. Muito obrigada. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Michele, pela tua fala. Com relação à balneabilidade eu acho que na tua própria resposta, na tua fala tu trazes a resposta oficial da Secretaria, né. A balneabilidade é feita de dezembro a março, é feita pelo DMAE, o DMAE tem um laboratório e acredito que o Diretor do DMAE nos próximos dias vai indicar novamente a balneabilidade para este verão, como é feito historicamente ao longo dos anos. Eu acho que não tem, os teus questionamentos foram elencados pela Secretaria, enfim, por quem respondeu aos questionamentos que tu levantaste ali. Não vejo dúvida com relação a isso, de fato não tem estrutura o município para fazer e que bom se a gente conseguisse ao longo de todo ano fazer isso, não é uma estrutura, nós não temos Engenharia Química, não é uma coisa que a gente faz aqui dentro da Secretaria, é o DMAE que faz para o período de verão e a partir disso se tem orientação com relação à balneabilidade. Eu acredito que o Diretor do DMAE em seguida vai estar anunciando os relatórios deste ano. Com relação aos outros pontos de contrapartida, houve a indicação com relação à qualificação de uma praça da região, eu acho que aí o DMAE tem essa clareza de qual seria a medida indicada ali no local, a qualificação ali em benefício da população. Eu também não tenho conhecimento de qual seria a medida. E, Michele, este é um espaço democrático, não necessariamente vamos ter todas as respostas, não temos obrigação de responder a todos os pontos, a administração pública é muito grande, as dinâmicas de várias secretarias, atuações, naturalmente que não passam todas por aqui,

não são aprovadas, não são do conhecimento da Secretaria. Então, a gente sempre oportuniza o espaço para fala, mas não temos a necessariamente, a obrigatoriedade de pontuar ou responder, porque a demanda da cidade é muito maior do que a capacidade de atender. Isso é uma realidade do poder público como um todo. Embora tu entendas como importante, e eu acredito que seja, né, tem importância, mas o poder público não tem a condição de fazer e por isso faz durante o período de verão, essa questão da balneabilidade. Na sequência, então, temos o Adeli? Acho que não se encontra, ele tinha se inscrito para falar no período de Comunicação. E o Jorge Luiz Mendes, também da Região 8. **Jorge Luiz Mendes, Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** Boa tarde a todos e a todas. Eu gostaria de começar a minha a minha fala saudando o início das obras do DMAE em Belém Novo, porque desde o processo de urbanização com aglomerados urbanos a água passou a ser sinônimo de vida, água tratada é imprescindível para uma vida saudável. Portanto, eu vejo como inconcebível ver pessoas ou grupos se opondo a obras cuja finalidade é levar água potável para a população. Correto? A importância dessa obra é tamanha que 16 bairros serão atendidos. Correto? Diretamente beneficiados quando ela estiver concluída. Cabe ressaltar o aspecto de urgência também dessa obra, tendo em vista o desabastecimento que ocorre no verão, principalmente nos bairros Lomba do Pinheiro, Pitinga, partes da Restinga. Então, atitudes e discursos no sentido de embargar, paralisar, retardar o andamento desta obra, tendo em vista o alcance social dela, pode ser vista como um ato cruel, é um ato cruel. E eu diria mais, hein, isso é um ato com requintes de crueldade. Imagina uma mãe sem água para lavar a mamadeira de um filho, do seu bebê, a mamadeira, imagina isso, mas não é assim que a gente esteja numa situação hipotética, não, isso está acontecendo, isso acontece lá na Lomba do Pinheiro, acontece na Pitinga. Pensa numa dona de casa sem água para lavar uma louça, sem água para lavar a roupa da família. Pensa num trabalhador chegando em casa, uma trabalhadora chegando em casa e não tendo água para tomar banho. Então, água potável é pressuposto básico de uma vida com dignidade. O poder público, aí vai uma nota, já deveria ter iniciado essa obra no mínimo há 2 anos, mas saudamos que tenha começado. A falta d'água no verão nesses bairros é fato concreto, né. E eu vejo alegações contrárias a essa obra que chegam a beiram o absurdo, coisas que chegam a beirar o absurdo. Eu posso, por exemplo, elencar aqui – Ah, vão utilizar o trecho da orla. Ora, o DMAE precisa para chegar, para captar água, vai ocupar sim um pequeno trecho da orla, né, vai ocupar. Como vai captar água sem chegar na beira do rio? Não tem como! Não tem como! Por exemplo, o fechamento temporário da orla junto às ruínas do antigo Poletto, mas não tem como fazer omelete sem quebrar ovos. Ah, porque o trânsito no bairro, porque poeira! Olha, são alegações que dado ao alcance da obra são coisas assim que, olha, chegam a dar impressão que é político, é coisa política, é para inviabilizar o aumento da capacidade de fornecimento de água. Isso é impossível, uma coisa anti-humana, em primeiro lugar anti-humana. Bom, outra alegação que eu vi na outra reunião foi tentando fazer um link da água do DMAE com o surto de diarreia na região do Extremo Sul. Eu fui atrás dessa informação, eu fui atrás e encontrei um alerta emitido pela Secretaria Estadual da Saúde em 08/10/2021 dando conta de um surto de diarreia aguda em 25 cidades gaúchas. Eu pergunto, o DMAE atende 25 cidades gaúchas? Acho que não, né! Então, a pessoa pode ter... Pode não, deve ter posições políticas, deve ter, todos devemos nos posicionar politicamente, mas não podemos abrir mão da responsabilidade, principalmente quando se ocupa um cargo público comunitário. Eu fui ex-coordenador do controle social do SUS. A minha gestão antecedeu a gestão da senhora... (Sinalização de tempo esgotado). Já vou concluir. Da senhora Michele. E todas as informações que eu tentei levar, que eu levei, eu levei ao poder público, todas elas foram revestidas de um caráter de seriedade. Agora

chegar e tentar lincar um surto em 25 cidades gaúchas, a obra do DMAE, essa obra que está sendo executada ou coisa do tipo, convenhamos, é no mínimo falta de responsabilidade. Bom, para concluir, o laudo de balneabilidade no verão. Olha, nós não estamos falando da cidade do Rio de Janeiro, não estamos falando nem de Florianópolis, aqui o nosso inverno na beira do Guaíba a sensação térmica chega a beirar a zero grau, ninguém consegue botar o pé dentro d'água. Ora, a administração pública com parcos recursos vai estar em nome de que colocando balneabilidade? Correto? (Sinalização de tempo esgotado). Está ótimo, então. Eu agradeço o espaço e me coloco à disposição, inclusive, para lhe dar ou para quem quiser a cópia do alerta do surto de diarreia. Correto? **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem. Obrigado pelas informações, Seu Jorge, muito elucidativa, trazendo a visão também da comunidade, representação, que às vezes essa visão parcial que não chega aqui faz a gente chegar em conclusões equivocadas. Que bom que a gente tem posições e visões de representantes de outros moradores da comunidade que entendem da mesma forma, mas aqui é um espaço democrático e a gente está habituado a ouvir essas exposições, esses posicionamentos muitas vezes em contrário, especialmente ao governo, enfim, as representações democraticamente eleitas. Na sequência, então... Algum comentário sobre a fala ao período de Comunicação? Então, Maristela, Tânia, Felisberto e Hermes. Só vamos abrir a inscrição aqui para o período de Comunicação. Façam o registro da comunicação. Vou liberar a fala da Maristela, em relação ás falas aqui, enquanto isso peço para os conselheiros fazerem a inscrição da Comunicação. Maristela, um minuto. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Boa noite! Boa noite a todos e a todas. Hoje estive em Belém Novo, eu estive lá no Colégio Glicério Alves, estavam em eleição, o processo, faz muito tempo que eu participo ali daquela comunidade. E já aproveitei, Secretário,para passar ali nas obras, que aliás não é nenhuma novidade, eu estive lá no lançamento quando do PAC, enfim, quando a Presidente Dilma esteve aqui fazendo o lançamento. E fico muito feliz que se tornou uma política de Estado e que deram continuidade. Eu queria só separar uma questão, eu ficaria muito triste se essas obras fossem voltadas apenas para os empreendimentos que estão sendo aprovados lá e não com aquele teor que foi trabalhado desde o início para atender sim essas nossas comunidades, em especial da Lomba do Pinheiro. Muitos de nós, muitos aqui da Lomba estiveram lá no Plano Diretor, quando está o outro Secretário ainda... (Sinalização de tempo esgotado). Fizemos uma grande caminhada em toda a cidade, até o DMAE e a Prefeitura. E em relação às obras do DMAE nós não vamos abrir mão, nem que para isso nós tenhamos que fazer outra caminhada para apoiar, porque não é possível nós estarmos vivendo o que nós vivenciamos aqui na região da Lomba do Pinheiro. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Maristela. Conselheira Tânia, um minuto. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Boa noite a todos os colegas. Eu só gostaria de realmente fazer uma pergunta com relação a essas obras mesmo, porque como a colega Maristela falou, muito bem lembrado sobre essa problemática toda que sempre tem durante o verão e agora já com os tempos de calor e seca, que é a falta d'água. A Lomba do Pinheiro sofre muito com a falta d'água e nós aqui também já estamos sendo atingidos na Zona Leste com a falta de água. Então, eu gostaria, é uma pergunta, o alcance dessas obras do DMAE vão suprir essa necessidade tão emergente dessa população toda aqui da RGP 4, da RGP 7 e de outras regiões menos favorecidas? Essa é a pergunta, porque nós já viemos nessa demanda há muito tempo e não obtivemos resposta. Então, agora com essa grande obra eu gostaria de saber se vai ter esse alcance

aqui, Secretário. Eu gostaria dessa informação e gostaria que me respondesse, porque às vezes a gente traz as demandas aqui para o Conselho e não é respondido. (Sinalização de tempo esgotado). Então, fica tudo jogado ao vento. O Secretário nem sempre tem as respostas, né, mas talvez alguns colegas que fazem parte da Prefeitura poderiam buscar essas respostas e nos trazer. É só isso, muito obrigada. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Tânia, pelo esclarecimento. Acho importante, o DMAE tem feito apresentações na comunidade sobre o alcance da obra, explicado. Eu até convidei o diretor, ele foi no COMAM e apresentou um pouco ali do alcance, deu toda a explicação. Sugiro até assistir a explicação dele, está no nosso canal, ele explica um pouco da obra, do alcance. Eu acho bacana, pode ser esclarecedor aí nos pontos trazidos pela Conselheira Tânia. Na reunião do COMAM, na última tem uma fala do diretor explicando um pouquinho, aí podemos também convidar ele para este Conselho apresentar também. Felisberto, um minuto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa noite, Secretário. Boa noite a todos conselheiros e conselheiras. Eu acho muito engraçado as pessoas falarem que não se deve fazer análise de balneabilidade de um bairro que é conhecido exatamente por ser um balneário. Então, tem que ser feito anualmente, não tem como, essa explicação de que não tem responsável, vão atrás de recursos, não pode prejudicar uma população, a balneabilidade. É necessário, então, é obrigação do poder público ir atrás dos recursos para viabilizar a análise da água. Com relação a essa polêmica da água, eu acho muito piegas usar exemplos da falta d'água, caracterizando para definir que falta para lavar a mamadeira de uma pessoa, mas e um empreendimentos que estão sendo feitos? (Sinalização de tempo esgotado). Já estou finalizando, Secretário. Só me dá 30 segundos. É muito engraçado quando se fala da falta d'água, mas se viabiliza o maior número de unidades para serem abastecidas na própria região, são 2600 unidades. Olha o impacto que isso vai ter. Então, não me venham com isso, vamos ser sérios. Obrigado! **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. Lembrando que depois nós temos a comunicação, aqui fico adstrito a um minuto das falas. Hermes, eu acho que é o último. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Boa noite a todos e todas. Eu queria só esclarecer a fala do Senhor Jorge, que me deixou preocupado... Não é que preocupado, mas é um jogo de palavras. Eu não acredito que seja de consenso alguém ser contra colocar água para lavar as mamadeiras, etc. e etc. É óbvio que não. O que se faz uma crítica é sobre a opção feita pelo DMAE. Tecnicamente, como todos sabem aqui, não precisa ser um técnico dessa área, existem centenas de alternativas, sempre existe uma alternativa. A nossa orla é enorme, o que se critica é que exatamente uma das poucas praias que historicamente foram balneários da Cidade de Porto Alegre, assim como Ipanema era um balneário, o Belém até hoje também é considerado um balneário, embora tenham moradores permanentes lá, é que exatamente se escolha... (Sinalização de tempo esgotado)... o filé de Belém Novo para fazer uma coleta de água. Só para complementar, Secretário, é óbvio que ninguém é contra tirar água das mamadeiras das criancinhas, mas não somos contra viabilizar a única e a melhor praia de Belém Novo. Só para esclarecer isso. Obrigado. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Hermes. Conselheiros, temos visitas ilustres aqui hoje presentes. Agradeço às comunicações externas, às falas e saúdo a presença da Doutora Eleonora, nossa Procuradora-Geral Adjunta de Meio Ambiente, Urbanismo e Domínio Público, a Arquiteta e Urbanista Liamara lá da Procuradoria de Urbanismo e Meio Ambiente, da Puma, que trabalha com os termos de compromisso.

Servidoras extremamente qualificadas, empenhadas, dedicadas com a cidade. Muito obrigado pela presença aqui neste Conselho, que gentilmente vieram dar a sua contribuição. É uma demanda antiga dos conselheiros, para ouvirem e entenderem um pouquinho mais como que está se dando a gestão ali do termo de compromisso e o termo de conversão de área pública, o TCAP das obras do empreendimento da Multiplan. Especialmente o representante da Região de Planejamento 5, nos traz e vários conselheiros trouxeram dúvidas com relação – Poxa, como está acontecendo o empreendimento lá? E eles não fizeram as medidas, né! Por que liberaram as torres se tem obrigações pendentes? Ou dúvidas com relação de que estão tirando obrigações em relação à comunidade que tinham sido indicadas sem conversar com a comunidade. Então, seguidamente vem alguma informação um pouco desencontrada dessa questão desse termo de compromisso e desse termo de conversão de área pública. E foi nesse sentido que a gente, a pedido dos conselheiros convidou a Procuradoria-Geral do Município, que faz a gestão nesses contratos, desses termos, enfim, para nos dar um pouquinho desse feedback do que está acontecendo com relação ao termo, porque as medidas não foram executadas ainda, estão vinculadas à carta. Eu já fiz em alguns momentos algumas explicações, mas acho importante vocês trazerem um pouquinho desse histórico, desse entendimento. Então, conselheiros, eu pediria e vou propor aos senhores, em respeito aos nossos convidados, como nós temos uma lista extensa aqui do período de comunicações para falas, de a gente inverter a pauta das Comunicações e trazer a nossa pauta de fato, a ordem do dia para agora o início da reunião. Se houver objeção a nossa inversão de pauta eu peço para a gente ser bem objetivo e não precisar fazer no voto a voto, que manifestem no chat, que imagino que não seja de oposição dos conselheiros que a gente faça essa inversão. E na sequência são feitos os esclarecimentos, tiradas as dúvidas com relação à fala da Procuradoria, a gente volta para o nosso período de Comunicação. Pode ser? Por favor, se tiverem objeção que manifestem no chat, senão na sequência já abro o microfone para a Doutora Eleonora e a Liamara para poder conduzir um pouquinho dessa fala com relação aos termos de compromisso, ao TCAP. Fica aberta a fala e vocês nos conduzem. Boa noite, Doutora!

4. Apresentação da Procuradoria-Geral Adjunta de Domínio Público, Urbanismo e Meio-Ambiente sobre a formalização e monitoramento dos Termos de Compromisso e Termos de Conversão em Área Pública.

Eleonora Braz Serralta, Procuradora-Geral Adjunta de Meio Ambiente, Urbanismo e Domínio Público: Boa noite. Eu vou, inicialmente, me apresentar, né, e também fazer um *mea culpa*. Acho que já deveria ter vindo aqui no Conselho este ano. Meu nome é Eleonora Serralta, eu sou Procuradora do Município de carreira, estou na Procuradoria há 22 anos e atualmente ocupo o cargo de Procuradora Geral Adjunta de Patrimônio: domínio público, urbanismo, meio ambiente, regularização fundiária, indenizações. Então, é uma matéria bastante abrangente e pega muita coisa relacionada às matérias que passam aqui pelo Conselho. Faço a *mea culpa*, porque acho que é obrigação nossa de servidores prestarmos as informações, mesmo quando não perguntados, acho importante esse diálogo, acho que todos vocês têm o direito de saber o que nós fazemos, porque vocês são as pessoas que levam para as comunidades as informações. Então, é muito importante esta vinda aqui. Eu não vim antes porque eu fui atropelada pelo trabalho, né. A sensação que eu tenho é que estou em volta de um tsunami, é muita coisa que a gente tem realmente e a gente acaba deixando coisas importantes de lado. Assim como as mulheres que trabalham e às vezes deixam os seus filhos em casa e dão valor só para o trabalho. Eu acho que da mesma maneira às vezes a gente peca em não fazer determinadas coisas que

eu julgo muito importantes, que é essa comunicação com vocês aqui. Mas eu leio o que vocês fazem, porque as decisões do Conselho passam ali por mim antes de irem para o Prefeito. Eu tenho visto o empenho nas atividades, vejo que são pessoas atuantes, vejo que tem votos contrários, motivados. Eu acho que isso é muito importante, toda vez que vocês forem se manifestar motivem, vocês registrem as irresignações de vocês para que essas coisas fiquem bem documentadas. Então, eu tenho estado com vocês de outra maneira. Eu não sabia exatamente quais eram os questionamentos, o que vocês queriam de nós, quais eram as perguntas. Então, a proposta hoje é muito livre, tem até um material que eu preparei para um webinar que dei recentemente sobre operações concertadas, posso até apresentar esse material se quiserem. A Arquiteta Liamara também trouxe um material que a gente pode apresentar, mas eu pensei em deixar primeiro livre para entender exatamente quais são as dúvidas. E dizer que estou a total disposição para vir quantas vezes for necessário, porque como eu disse, é nossa obrigação, a minha como Procuradora-Geral Adjunta, a obrigação é de esclarecer esse controle de legalidade que a gente faz, esse filtro que a gente faz, é o nosso papel. Então, a gente tem que vir aqui sempre que formos demandados. Então, eu trato esse primeiro de tantos outros e vou colocar a posição. A minha convidada, quando eu fui convidada para vir eu convidei, é a Arquiteta Liamara, que faz um trabalho conosco na Procuradoria de monitoramento dos termos de compromisso. A Arquiteta Liamara tem uma ampla experiência, uma grande experiência na antiga Secretaria de Planejamento e lá em 2012 nós tínhamos um cenário muito crítico de descontrole das obrigações que eram impostas nos termos de compromisso. Então, a gente pactuavam com o empreendedor as obrigações, eles não faziam e ficava por isso mesmo, porque não havia uma cobrança. Então, desde que a Arquiteta Liamara ingressou na PGM e ela como técnica tem outro olhar, ela faz o acompanhamento das obrigações. Então, depois ela vai explicar para vocês, ela tem o controle dessas obrigações, a data que tem que ser feito, quando tem que ser feito. Então, ela literalmente incomoda os empreendedores para que eles cumpram com as obrigações que foram pactuadas durante o processo de licenciamento urbano ambiental. Então, eu inicio a fala dessa forma e me coloco totalmente à disposição. Eu não sei exatamente o que os senhores esperam desse encontro. Então, aguardo pelos questionamentos e passo a palavra á arquiteta Liamara. **Liamara Nique Liberman, Arquiteta e Urbanista da Procuradoria de Urbanismo e Meio Ambiente:** Boa noite! Boa noite a todos. Vou me apresentar, como a Doutora Eleonora se apresentou, já falou do meu trabalho. Eu sou arquiteta concursada do Município, eu estou há 37 anos no Município, trabalhei 28 anos na Secretaria de Planejamento e depois fui para a Procuradoria para fazer exatamente esse trabalho que ela relatou aqui, que é o controle do cumprimento das obrigações dos termos de compromissos. Estou à disposição também para qualquer esclarecimento que os senhores queiram, para ouvir e se pudermos esclarecer sobre esse trabalho. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Liamara e Eleonora, pela apresentação inicial. Eu acho, Conselheiros, então, eu vou abrir para questionamentos com relação especialmente ao termo de compromisso da Multiplan para que vocês façam os questionamentos e a Procuradoria está aqui, a Doutora Eleonora, a Doutora Liamara, que têm em essa condição de irem respondendo. De repente lá com a Região 5, o Wagner. Inaugura tirando as tuas dúvidas, Wagner, sobre aquele termo, quais são, o que tu ouviste falar na comunidade, enfim, tudo aquilo que tu trouxeste em outras oportunidades de fala aqui. De repente fala, traz isso e aí a Doutora Eleonora e a Doutora Liamara têm condições de responder. E pergunto se tem, escrevam no chat, se tiver mais conselheiros que queiram fazer o uso da palavra, eu vou abrir para a Eleonora e aí a gente oportuniza essas falas. Oi, Elonora.

Eleonora Braz Serralta, Procuradora-Geral Adjunta de Meio Ambiente, Urbanismo e Domínio Público: Eu vou só perguntar se existe interesse que a gente apresente, eu conheço alguns dos conselheiros, mas eu não sei exatamente qual o grau de entendimento do que a gente faz, os termos compromisso, os termos de convenção em área pública. Se houver interesse a gente pode fazer uma passada geral para nivelar conhecimento, senão a gente passa a receber pergunta e na medida do possível eu apresento. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Eu acho, Eleonora, que tu podes dar uma repassada. Eu faria esse entendimento geral novamente, embora alguns vão ter mais, outros menos, mas eu acho que seria interessante fazer uma repassada geral no assunto, do papel de cada um. Depois vai para questionamentos. **Eleonora Braz Serralta, Procuradora-Geral Adjunta de Meio Ambiente, Urbanismo e Domínio Público:** Eu vou tentar ser rápida. Esse material eu preparei para um webinar sobre o Estatuto da Cidade, tem algumas coisas interessantes, pode ser aproveitado. A gente fala em administração concertada, né. Essa primeira imagem é superimportante para que todos entendam o que a gente quer dizer e o que a gente faz, o que a gente trabalha é com conceito de administração concertada com “c” e não com “s”. Por que é com “c” e não com “s”? É concertar de concerto de uma orquestra, é quando a gente tenta harmonizar vários entendimentos, para a gente não tem que consertar depois. Como aparece ali a imagem da máquina de lavar. Então, a primeira noção que eu acho importante que a gente dê é quando a gente trabalha com esses termos de compromisso, tentando concertar, a gente está tentando harmonizar o antes, porque toda vez que se faz um empreendimento na cidade há impactos. Então, isso já está pré-estabelecido na lei, isso já é compreendido no sistema. Então, o que a gente faz é uma orquestração, uma concertação para que a gente consiga o resultado positivo. Aqui é a nossa Promotora de Justiça, a Doutora Anelise Steigleder da Promotoria de Meio Ambiente fez um trabalho muito bonito sobre isso. Então, ela diz que a concertação é o instrumento em que o próprio direito se torna mais flexível para se compatibilizar com demandas oriundas do sistema social e econômico. É uma ideia de consenso, de atuação em redes, a gente precisa conciliar vários entendimentos, para gente ter a cidade construída que tem que compartilhar com o meio ambiente. Isso é muito complicado, é um processo muito complicado e é nisso que a gente tenta trabalhar. Então, no nosso Plano Diretor a gente tem os projetos de impacto urbano e que nos permite a intervenção a partir da concertação. Então, eu trouxe para os senhores entenderem onde que a gente tira esses termos de compromisso, a legislação prevê. Aquele segundo item ali, o art. 26 da Lei de Introdução já revê a possibilidade para eliminar uma incerteza jurídica, a possibilidade dos operadores de direito celebrarem compromisso com os interessados. E a atual lei da REURB, que é a Lei nº 1475, por exemplo, também prevê a celebração dos termos de compromisso. Então, a gente tem a celebração desses termos em vários âmbitos. O Conselheiro Felisberto já está perguntando. Sim, esta é a lei da regularização fundiária, que dá essa possibilidade de termos de compromisso. A gente faz essa concertação lá na CTARF, que é exatamente tentar assentar as pessoas que ali estão, permanecendo no seu local de moradia e colocar da melhor maneira possível, que essas pessoas tenham as melhores condições possíveis. Esse é o objetivo dessa concertação. A gente tem comissões vinculadas à estrutura do sistema municipal com características diferenciadas, segundo o seu objeto, que hoje são aquelas que os senhores conhecem, que é no âmbito dessas comissões que as obrigações são concertadas e desde 2000 já vem essa noção de operações consorciadas, lá em 2000 a CAUGE tinha coordenação atribuição a análise técnica de estudo de viabilidade urbanística, nós somos precursores nesse estudo de viabilidade urbanística que envolvessem operações concertadas. Então, isso é um conceito que vem lá de trás há

muitos anos. Então, aqui são as comissões que nós temos, que os senhores devem conhecer bem, a CAUGE, a CTAPS, a CTARF que é a Comissão Técnica de Análise de Regularização Fundiária, a CAADHAP que é a comissão na área de demanda habitacional. E o fundamento do termo de compromisso está lá no 54-A, que diz ali no item 2 - *Projetos especiais de impacto urbano é proposta de empreendimento que tem os seguintes objetivos: promoção do desenvolvimento urbano a partir do interesse público de forma concertada com o interesse privado*. Isso aparece no nosso Plano Diretor. Então, a gente tem que tentar fazer com que o interesse privado atenda concertadamente o interesse público. E lá no § 1º a gente tem a avaliação dos impactos gerados pela proposta de empreendimentos ou atividades resultarem em soluções que visem a superação de conflitos, devendo estabelecer condições, compromissos específicos que quando necessário serão firmados em termos de compromissos. Então, aqui estão os fundamentos do termo de compromisso urbano ambiental. Eu trouxe esse decreto, porque esse decreto de 2016 tem ali o que as nossas normas municipais hoje especificam como medidas mitigatórias e compensatórias, e diz o que é o termo de compromisso urbano ambiental. É muito importante que os senhores tenham a noção de que nós trabalhamos com base nesse arcabouço jurídico. Então, a gente tem ali as medidas mitigatórias, as compensatórias, que são colocadas nos termos de compromisso urbano ambiental. As mitigatórias, ações, projetos, obras e serviços a serem executados pelo empreendedor para eliminar, o que é muito difícil, ou reduzir os impactos negativos pelo empreendimento no terreno ou em sua área de influência apontados nos estudos urbano ambientais. Isso é o que está na nossa norma. Medidas compensatórias são as ações dos projetos, as obras e serviços a compensar os impactos negativos não mitigáveis decorrentes de empreendimentos e atividades apontados nos estudos urbanos ambientais. Então, o termo de compromisso urbano ambiental é um documento firmado pelo empreendedor perante o Município de Porto Alegre, assumindo as obrigações relativas às medidas mitigadoras e compensatórias. Todo mundo fala em contrapartida, contrapartida, contrapartida, mistura um pouco os conceitos. Então, eu acho bem importante que os senhores entendam, até porque vocês querem falar de Multiplan, pelo que eu entendi. Então, para falar de Multiplan é importante que entendam que para o Empreendimento Multiplan nós temos termo de compromisso firmado com medidas mitigatórias e temo o TCAP, que depois eu vou explicar o que é, que são dois documentos diferentes. No termo de compromisso todas aquelas mitigatórias, compensatórias que foram estabelecidas no âmbito da comissão, que passaram pelo Conselho Municipal do Plano Diretor, todas aquelas medidas que passa por aqui elas são inseridas no termo de compromisso, eles assumem as obrigações e elas estão vinculadas à emissão, normalmente, se criou a praxe, né, estão vinculadas à emissão da carta de habilitação. Então, quando for dada a carta de habitação eles têm que ter cumprido essas medidas, são as obras viárias e todas as outras que os senhores conhecem muito melhor do que eu. Então, são obras com entregas de médio e longo prazo, dependendo do porte do empreendimento. Então, aqui a gente teria várias para falar, depois até a gente pode exemplificar. Eu queria falar sobre os termos de compromissos, e depois eu vou pedir para a Liamara debulhar isso mais, mas atualmente nós temos 117 termos de compromisso em monitoramento, 26% totalmente concluídos e os demais em andamento. Esse é um dos trabalhos que nós fazemos lá na Procuradoria de Urbanismo e Meio Ambiente, na pessoa da Liamara, e considera-se obrigação do termo de compromisso concluída quando é emitido o termo de recebimento pela secretaria responsável pela vistoria da obra. Essas obrigações não são monitorizadas, elas servem para resolver os impactos causados pelo empreendimento, independentemente do valor. Então, se eu tenho que fazer para mitigar a cobertura que está sendo feita em um terreno,

eu tenho que fazer uma obra de drenagem, eu tenho que construir uma bacia de contenção, não interessa quanto o empreendedor vai gastar, ele tem que fazer aquelas obras de drenagem, ele vai ter que fazer aquela bacia de contenção, pode custar 1 milhão, pode custar 200 mil, para nós não interessa, o que nós queremos aqui é mitigar. Então, se ele vai ter que fazer obra viária não vai interessar quanto vai custar. Então, essas obras do termo de compromisso são obras que a gente chama de “obrigações de fazer”, eles têm que fazer aquelas obras independentemente do valor. Agora nós temos diferente, o TCAP, esse é o empreendimento da Multiplan, nós temos TCAP. O TCAP está relacionado com o parcelamento do solo, ele é completamente diferente de termo de compromisso. O TCAP é o seguinte, em determinado terreno o proprietário para parcelar o solo, não é para fazer empreendimento, é para parcelar o solo, ele precisa doar para o município 20% da sua área. O percentual que está na lei, no Minha Casa Minha Vida é um pouco diferente, mas, enfim, ele precisa doar. Portanto, essa área passa a ser do município. O que acontece em alguns empreendimentos? Por uma série de razões, se a destinação pública for considerada inadequada, em função das razões que estão ali na lei. Se converte essa área pública, então, o proprietário recompra e, portanto, ele paga para o município por essa compra. Esse valor, aí está a grande diferença do TCAP para o muito, esse valor do TCAP é um valor em dinheiro, a avaliação é feita pela Secretaria da Fazenda de uma maneira muito rigorosa e que se chega ao valor da terra, não é nem mais e nem menos do que a Fazenda diz, não tem negociação nisso. A Fazenda avalia aquele bem pelos critérios deles, tem uma equipe só para isso e se chega no valor do TCAP. Esse valor do TCAP pode ser transformado em obras, essas sim são fixadas em valores, porque eles devem para o município dinheiro, um valor. Então, digamos que eu quero fazer uma bacia de contenção, que não é uma mitigação de uma obra que eu preciso, não para esse empreendimento, mas eu preciso porque eu quero, porque o município acha que é importante, aí nós vamos avaliar esta obra e vai ser... Claro pode até converter em obrigação de fazer, mas a gente vai avaliar essa obra e vai se abater do todo do valor, porque a gente está falando em dinheiro que é do município, é diferente. Então, nos TCAPS a gente normalmente tem prazos de entrega mais imediatos por serem obrigações que substituem aquelas áreas que tinham que ser doadas para o município. Então, normalmente esses pagamentos são realizados à vista ou em prazo muito curto. Qual é a exceção para isso? Empreendimentos muito grandes, que tem obras faseadas, isso se trabalhou, e aqui a gente está falando já expressamente da Multiplan. Eu não trabalhei na época, não posso contar toda a história, mas como é um valor muito expressivo, o TCAP da Multiplan tem valores muito expressivos. Então, ele tem e o próprio empreendimento é faseado, se combinou, se construiu com a comunidade quais seriam as obrigações que seriam feitas utilizando esse dinheiro pela Multiplan, e se estabeleceu, e depois a Liam vai poder explicar melhor, um faseamento, quando ele tiver feito isso tem que ter concluído aquela obra. Vejam bem, não é mitigação e não são 180 milhões, eram 84 milhões e é atualizado pela Fazenda, está em 114 milhões, por aí. Isso tudo é público, todos esses TCAPS estão publicados, a Procuradoria publica no seu site esses termos, nada do que é feito é deixado de ser publicado. Tem apenas um detalhezinho que eu confirmei agora, fui pegar o aditamento que a gente fez recentemente do termo de compromisso da Multiplan, que eu já vou explicar qual é, que é bem bacana. E eu vi que não estava complicado, é por um problema do site da PGM que está sendo reformulado, tem que pedir autorização para a PROCEMPA. Então, a gente não conseguiu publicar, mas tudo que a gente modifica é publicado, é público, tem que ser público, tem que ser transparente, não pode ter papo com relação a isso. É muito dinheiro, pode ser disponibilizado sim. Ele está no site, eu vou botar aqui o link, senão a gente manda por e-mail sem problema nenhum. E eu vou publicar ele

aqui depois também, vocês vão ver. Então, assim, os valores do TCAP assinados variam de 277.500, um que foi firmado em 2014, que foi o mais baixo, até 84 milhões, esse é do TCAP da Multiplan. Então, o valor da terra é 84 milhões em maio de 2016. A atualização desse valor, para que todos entendam, ela é feita com os critérios do decreto municipal e não pode ser nem um centavo a mais e nenhum centavo a menos. É a Fazenda que faz essa correção, não tem, como eu digo para as minhas filhas, elas não gostam, "não tem GG para dizer Gregório", é esse valor e ponto final. Esse valor é nosso. Então, o que acontece? A gente precisa, já falando em Multiplan um pouquinho, é dividir o que são as medidas mitigatórias e compensatórias da Multiplan, depois a gente pode projetar aqui o termo de compromisso, são termos complicados, a gente vai trabalhar para tentar facilitar essa linguagem, para todo mundo entender melhor. A gente está conversando com o Secretário Germano, tem que ficar muito claro para que todos entendam essa redação. Então, lá no termo de compromisso da Multiplan tem medida compensatória e mitigatória, nessas, desde que eu assumir, nós já mexemos e eu vou contar para os senhores o que nós mexemos, tem dois aditamentos, se não me engano, no termo de compromisso, que é uma das medidas mitigatórias e compensatórias. Nós tínhamos uma unidade de Destino Certo que eles ficaram de fazer. Vocês lembram que ali na curva do Cristal tinha uma unidade de Destino Certo, que colocava o lixo ali, óleo de cozinha, sofá, essas coisas que a gente não tem onde colocar, esses ecopontos, que era bem ali na curva. Aquela área ali era de propriedade da Multiplan, não era do município. Então, estava ali temporariamente e eles tinham no termo de compromisso uma obrigação de fazer a transferência daquilo ali e colocar uma unidade de Destino Certo. Nós fizemos uma intervenção, provocada por uma... Ela era cargo de confiança, mas vocês devem conhecer a Alessandra Nogueira, eu acho que é, que ela é especialista em resíduos. Então, nós propomos alterar pela primeira unidade de Destino Certo com uma noção totalmente sustentável. Então, vai ser projetado, eu não sei nem se o Secretário Germano, ela está sendo projetado, a gente exigiu que a Multiplan ao invés de fazer só uma unidade de Destino Certo fizesse uma unidade de Destino Certo totalmente sustentável. Então, vai ser um local de educação ambiental. Então, a ideia é que as pessoas visitem esse local, que seja um local agradável, que as pessoas possam entrar, que as crianças possam entrar, aprender e estudar sobre sustentabilidade. Para quem não sabe, eu sou mestre em sustentabilidade, sou apaixonada pela matéria, fiz mestrado na Espanha e aqui em Itajaí. Então, é algo que nos atrai muito, a arquiteta Liamara também. Então, como eles tinham muita pressa para sair dali a gente alterou essa obrigação, melhorou essa obrigação. Essa unidade de Destino Certo vai ser feita na esquina da Wenceslau Escobar com a Marechal Rondon, esse é o termo de compromisso, não está ainda publicado no nosso site. Posso disponibilizar para todos os senhores. Está em fase de projeto, depois a Liamara pode dizer como foi. Na coluna da direita é mais genérico, sai um pouco da Multiplan, falando sobre os TCAPS, temos 32 TCAPS assinados, 27 TCAPS no período do monitoramento da Arquiteta Liamara, 22 totalmente concluídos, um solicitou suspensão temporária por não ter iniciado o empreendimento, um está pagando multa por não ter cumprido as obrigações, porque sim, a Arquiteta Liamara está na Procuradoria porque se eles não cumprem a gente ajuíza a ação e cobra. Duas coisas diferentes, a gente cobra a obrigação, é uma obrigação de fazer, tem que fazer unidade de Destino Certo e por não ter feito no dia vai pagar uma multa, essa multa é inscrita em dívida ativa e é cobrada como se fosse um imposto. Então, hoje o empreendedor que não cumprir a obrigação pode sim negociar, porque não se esqueçam que a gente está fazendo uma operação concertada no sentido de harmonizar, mas se ele passar um dia a gente passa a cobrar. Exceções nós tivemos agora na pandemia, que eles pediram prazos, houve uma suspensão dos prazos. Essa obra que os

senhores estão enxergando aqui é a orla da Assunção, ela foi feita com o TCAP da RCorrea e foi suspensa por uns meses, depois ela foi feita, todos esses equipamentos que foram feitos ali são de um TCAP. E três que estão em execução por serem entregas faseadas, de acordo com as etapas do empreendimento, e aqui eu acho que se inclui, se não me engano, o TCAP da Multiplan. Então, o TCAP da Multiplan não tem ainda uma obrigação, eles têm obrigações de fazer. Depois eu vou explicar direitinho o que tem no TCAP da Multiplan, mas ainda nós procuradores não podemos cobrar, porque eles têm prazo para fazer isso, estabelecido no contrato lá atrás, que é quando for feita a torre "x" vão ser feitas aquelas obras. Então, eu como procuradora só poderei cobrar da Multiplan se eles não cumprirem o momento em que terminar o prazo que eles têm para fazer. Então, essa é o cenário inicial que eu posso dizer do TCAP da Multiplan. Esse aqui eu vou deixar para a Liamara depois aprofundar porque, aqui é como que ela faz esse monitoramento, esse trabalho que eu estava apresentando, mas já que eu estou falando desses dois instrumentos, o trabalho de monitoramento que nós fazemos é do termo de compromisso. Então, fez a medida mitigatória "x", não fez, a Liamara liga, vai atrás, se não faz a gente cobra multa e se for o caso ajuizar ação. E termo de conversão de áreas públicas, que aí lembrem, é aquele dinheiro do município que vai ser utilizado, aí a empresa faz, para fazer obras de interesse do município. Aí também são as dificuldades da Liamara, ali do monitoramento, são coisas que a gente precisa fazer aqui de compatibilização com o trabalho da SMAMUS, que eu vou pular, porque não vem ao caso para isso que a gente está falando. Isto é o que mais me agrada, isto aqui não é projeto de Porto Alegre, eu puxei da internet. Então, é para os senhores entenderem coisas que estão sendo discutidas no âmbito dessas questões de TCAPS em geral, estou saindo da Multiplan um pouquinho, depois eu volto para ele. Tem situações que a gente tem necessidade de reassentamento para cumprimento de decisão judicial e que a gente resolve a questão da moradia, da habitação, de uma maneira ainda muito incipiente. Hoje a gente tem a regularização fundiária em Porto Alegre, é muito forte, que veio com a lei da REURB, veio com mais força ainda, mas a gente continua naquela necessidade de reconhecimento, as pessoas têm que morar ali mais ou menos onde elas foram, invadiram do jeito que elas estão, né. E na nossa ótica a gente tem que se aproveitar desse dinheiro que é nosso para tentar fazer... Eu nem estou dizendo que esse projeto é bonito, eu só puxei da internet, para fazer, por exemplo, habitação de interesse social, sustentável. Então, a gente utilizar recursos do TCAP para fazer coisas diferentes, que não apenas aquelas coisas que estão sendo sempre convencionados e utilizadas. Então, a provocação que a gente está fazendo é exatamente para utilizar agora nos próximos e ao longo do tempo esses recursos do TCAP para intervenções urbanísticas mai atuais, que beneficiam toda a população. Esse caso que eu trouxe aqui de habitação de interesse social sustentável, os arquitetos podem fazer projetos lindos que não são caros, mas que tenham eficiência energética, tenham economia de água, porque as pessoas que não têm condições de adquirir essas moradias não vão ter condições de pagar contas de luz extremamente caras, né. Então, a gente está tentando ver se a gente muda um pouco esse olhar. O Secretário da Habitação... Sim, Claudete, também não gosto da palavra "invasão", eu acho uma palavra muito chata, mas a gente fala porque é a constatação que a gente tem, mas não quero entrar nesse mérito que não é aqui a matéria. Estou conversando com o Secretário para ver se a gente consegue utilizar esses recursos para fazer o primeiro empreendimento de interesse social sustentável, porque as pessoas quando forem para essas novas casas gostem das casas onde elas estão e tenha condições de morar com mais qualidade. Esse assunto, a questão da terminologia eu não vou entrar no mérito, porque eu acho que não é o caso. Em relação ao TCAP da Multiplan, ele está

preconcebido, ele está preconcebido, ele é como foi dito aí, é um contrato, eles têm prazos para fazer as coisas que estão todas escritas ali. Em diretrizes gerais eu não sei o TCAP da Multiplan de cor, eu nem sabia que era sobre ele que a gente ia falar especificamente assim, ele está dividido basicamente em quatro grandes grupos. Parte do valor vai ser investido na orla, para melhoria da orla do Guaíba. Parte do valor vai para o patrimônio histórico cultural. Parte do valor vai para duas obras específicas ali, que depois a Liamara fala quais são, e parte do valor para as obras sociais, Vila Cruzeiro e Cristal. Então, essas obras sociais já têm um valor específico que foi dividido. Lembram o que eu falei lá no início que o TCAp tem um valor, que esse valo é imutável? Ele é corrigido, mas ele é preestabelecido. Então, tem um valor que vai para cada categoria. Então, estão falando por aí que se mexeu no TCAP. Então, a primeira coisa que eu quero dizer, não se mexeu no TCAP ainda. Eu não mexerei no TCAP, porque no caso que mexe no TCAP é a Procuradoria, até que esteja tudo muito claro com relação às obrigações e que a gente tenha certeza que o dinheiro público não vai ir para o lugar errado. Então, a primeira alteração que está sendo proposta para o TCAP diz respeito ao patrimônio histórico, porque no TCAP foi pactuado que o valor destinado para o patrimônio histórico ia para reforma e recuperação da Casa Godoy, que é um prédio tombado do Patrimônio Histórico de Porto Alegre. O Prefeito Melo quando assumiu trouxe consigo uma grande preocupação pelo Mercado Público, porque ele era vice-prefeito quando teve o incêndio do Mercado Público e ele não se conforma que até a presente data o Mercado Público não tenha sido devolvido à população na sua integralidade. Então, desde do primeiro dia, nós tivemos uma reunião acho que foi dia 4 de fevereiro, né, Liamara? Ele disse o seguinte: “Eu quero reabrir o segundo piso do Mercado Público, eu quero dar ao Mercado vida nova, porque a população passa pelo Mercado”. Então, é a intenção do gestor e ele nos consultou: “Posso utilizar o dinheiro do TCAP?” E nós respondemos que sim, naquela parte que está destinada, principalmente naquela parte que está destinada para o patrimônio cultural, a gente pode abrir mão de um pelo outro, é uma decisão do gestor. Então, é isso que está sendo feito para que todos saibam. O dinheiro destinado para Casa Godoy é o dinheiro que vai ser utilizado para a recuperação do Mercado Público, vai ter mais coisas que vêm de outras fontes, se não me engano o IPHAN vai trazer mais recursos, eu não estou acompanhando bem isso, mas esse dinheiro que vai está sendo utilizado para a recuperação do Mercado Público é o dinheiro separado no TCAP para o patrimônio. É um valor que foi separado, ele vai ser atualizado e é esse valor que vai ser utilizado. Como é que a gente faz isso? A gente faz o orçamento, os orçamentos tem que ser ratificados pelas secretarias, senão eu vou falar que vou gastar 800 milhões para fazer tal coisa. Não, são orçamentos muito específicos que passam por uma triagem, está se discutindo, quando estiver tudo certinho a gente vai ter o dinheiro liberado. Aí a Multiplan vai lá e vai fazer, vai pagar essas obras. Então, esse é o primeiro grupo de obras do TCAP da Multiplan. A orla ainda não tem a definição, mas eles têm a obrigação de fazer a orla, não tem uma especificação do que é, se não me engano não tem especificação, eles podem fazer quando eles quiserem, porque a obra está ali. Existe um projeto, um conceito de Jaime Lerner, que está por vários trechos. Então, eles podem desenvolver e executar esse ou aquele, não tem problema, desde que tenha os orçamentos, tudo isso passa pela SMAMUS, vai passar pelos senhores certamente. Então, é isso, a orla tem, aí o Secretário Germano pode dizer melhor se tem ou não, não tem alteração de obrigação. As obras sociais da Cruzeiro e do Cristal, eu já fui procurada por setores da comunidade, por intermédio de um secretário de governo e também por políticos que querem fazer a alteração das obras, porque aí dizem que essa obra já não serve mais. Então, estão sendo trazidas demandas da comunidade que só serão mexidas quando nós tivermos certeza de

quais são essas obras, da viabilidade dessas obras. Então, não foi mexido nada. O valor que está reservado para as obras sociais é aquele, vai ser corrigido da mesma maneira que os outros, ninguém mexe nesses valores. A comunidade já me perguntou outras vezes, não mexe! O que está acontecendo é que as comunidades estão dizendo que tal nós não queremos mais, vai modificar. Isso vai ser analisado, já chegaram, mas está um pouco nebuloso, mas não foi mexido no TCAP. Isso é uma informação que eu gostaria de trazer, não sei se é essa a dúvida de vocês, porque eu tenho sido muito perguntada a respeito disso e a Procuradoria tem o dever de informar, só vai mexer quando estiver seguro, não é qualquer obra que a gente pode fazer com esse dinheiro, tem que ser uma obra com características específicas, tem que ter interesse público, enfim. Essas obras na época foram uma concertação administrativa e política, que envolveu vereadores, que envolveu representantes do poder executivo, não sei exatamente em que bases, mas estão ali escritas, são aquelas obras. A Multiplan talvez já comece a fazer antes do necessário, já acenou com a possibilidade, não temos ainda o cenário porque não está bem definido. Então, é isso. Passa a palavra a Liamara, se quiser complementar com alguma coisa. Peço desculpa se acabei falando muito, mas achei importante fazer esse nivelamento e agora estou à disposição. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Eleonora, pela apresentação didática, bem elucidativa, foi boa a compreensão aqui. Estava acompanhando também, tenho certeza que os conselheiros todos adoraram. Então, vou passar a palavra a Liamara antes de abrir para questionamentos. **Liamara Nique Liberman, Arquiteta e Urbanista da Procuradoria de Urbanismo e Meio Ambiente:** Eu acredito que a Doutora Eleonora fez uma bela explanação de toda a situação, focando principalmente no interesse que tem a reunião de hoje, como vocês disseram que era o TCAP da Multiplan. Ela já reafirmou a vocês que não houve alterações ainda. Eu só queria esclarecer que ele é um empreendimento faseado, como ela explicou, as obrigações vão ter vinculadas aos Habite-se de cada fase e nessa proposta assinada lá em 2016 o empreendimento está faseado em 8 fases, cada fase é de três torres, quatro torres, tem uma fase de uma torre, cada obrigação do TCAP está vinculada ao Habite-se daquela determinada face, tem uma planilha, o anexo 3 do TCAP que estabelece essa vinculação da obrigação com a liberação do Habite-se. Nesse trabalho de monitoramento vocês podem ficar bastante tranquilos porque a SMAMUS nunca emite uma carta de habilitação sem enviar o processo à Procuradoria perguntando se o termo de compromisso está cumprido ou se as obrigações do TCAP estão cumpridas para poder ser emitida a carta. Então, a carta só é emitida depois que é atestado o cumprimento dessas obrigações. Eu vi ali no chat que um conselheiro perguntou se o TCAP é um imposto. Não, o TCAP é uma área pública que deveria ser doada para o município para equipamentos públicos comunitários e que em vez da doação, por um interesse público maior, ele é avaliado quanto custaria essa área e esse valor é transformado em obras e serviços de equipamentos públicos comunitários. Então, não é um imposto. Eu acho que seria melhor ver as perguntas, as dúvidas, para poder tornar mais objetivo o que a gente possa esclarecer. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem. Obrigado, Liamara, a gente abre para questionamentos, aí os conselheiros trazem as dúvidas e vamos respondendo. Eu tenho aqui inscrito o Wagner, Conselheiro Gomes, Conselheiro Hermes, Felisberto, Tânia, Adroaldo, Maristela, e Emerson. E aí vou oportunizar as falas. Então, como nós temos 30 minutos vamos dividir por dois minutos para cada um para a gente se organizar e dar tempo também delas responderem. Pode ser? Daí fica mais dinâmico aqui para a gente encerrar a noite. Wagner, começando. O Conselheiro Rômulo é o último inscrito. **Wagner Pereira dos Santos (1º Suplente),**

Região de Gestão de Planejamento Cinco – RGP. 5: Boa noite. Prazer estar recebendo as duas doutoras da PGM. O meu questionamento é sobre o que a senhora quis dizer com "nebuloso" há mais de 30 dias foram encaminhadas as demandas, foi tirada uma comissão aqui da região e todas as demandas já foram ou vão ser encaminhadas para o SEI. E tem mais uma coisinha também que deixou assim, parece que a PGM advogada para o pessoal da Multiplan, que já vai fazer 15 anos mais ou menos essas demandas e a gente tem que começar sempre por cima. Em princípio, a orla é bem no quintal da Multiplan. Então, a gente tem extrema urgência, como já foi aclamado neste Conselho. Então, a gente precisa realmente urgente dessas demandas. Então, eu gostaria de saber o que a senhora tem como nebuloso e a gente já enviou, vai fazer 30 dias já que a gente se reuniu para encaminhar essas demandas e até para escrever no SEI. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Wagner. Como o Wagner é da região já vou oportunizar e depois a gente fala em blocos para vocês terem mais liberdade para falar, mas vamos esclarecer com relação ao ponto do Wagner. Ele é da Região de Planejamento 5, da comunidade do Cristal. Eu acho que teria que esclarecer, Wagner, já adianto, com relação a esses questionamentos, isso da região. **Eleonora Braz Serralta, Procuradora-Geral Adjunta de Meio Ambiente, Urbanismo e Domínio Público:** Não, (Inaudível/interferência no áudio), o Prefeito Fortunati esteve lá com a gente. Assim como eu estou falando que a gente não mexe nem para um lado e nem para o outro, essas obrigações tem que ficar em fases em todos os sentidos. A gente tem que ter a possibilidade de fazer. Por exemplo, às vezes vocês falam que tem uma demanda de uma sede de um imóvel "x", aquele imóvel "x" não é de propriedade do município. Então, tem uma limitação legal para isso, são pequenos detalhes que estão sendo examinados para poder ver e aí isso vai ser levado para o prefeito para compatibilizar com as obras e vai ser feito. De maneira alguma vai deixar de ser ouvida a comunidade, só que às vezes determinada obrigação não tem redondinha com precisa estar no ponto de vista jurídico. Tu te lembras, Wagner, que eu disse que nós da PGM a gente cobra quando o empreendedor não faz? Então, eu não posso cobrar do empreendedor... Eu estou tentando pensar num exemplo esdrúxulo para não dar um específico, né. Se eu disser para o empreendedor que ele tem que construir, colocar uma caixa d'água em cima de uma casa que não suporta isso, não posso cobrar dele isso. As obrigações para que eu cobre do empreendedor têm que estar bem claras e esse clara não é de vocês para nós, ela é do ponto de vista da definição das obrigações, da documentação. Tudo isso tem que ser feito de uma maneira muito clara para dar a garantia de que vocês vão ter o que vocês querem, se não eu escrevo e eles não conseguem fazer. Então, tem várias coisas que não dependem de mim, que está sendo analisado por quem de direito para que a gente consiga escrever todas essas obrigações, compartilhar com o Prefeito. Para tu saberes uma coisa, hoje eu tive uma reunião com o Prefeito em que eu tentei tratar exatamente dessas obrigações. A Liamara e o Júlio ficaram ainda lá, entrou uma demanda urgente e a gente não conseguiu terminar isso com o Prefeito, mas está sendo compatibilizado sim, a PGM está cuidando sim desse interesse, porque é muito importante que essas obras sejam feitas. Assim como é importante a orla, assim como é importante o Mercado, para nós não tem diferença, para nós da PGM não tem diferença, obrigação é obrigação. Agora, é importante dizer que como é faseado eles não têm obrigação de fazer já, inclusive, já falamos com a Multiplan para ver se eles fazem antes, mas eles não têm a obrigação de fazer já. Não sei se eu me fiz clara. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, doutora. Acho que foi sim bem elucidativa, sem dúvida contribuiu para o debate. Conselheiro Gomes na sequência inscrito. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular),**

Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6: Boa noite, conselheiros. Boa noite, Presidente. Boa noite, convidados, Liamara, Doutora Eleonora. Só para registrar, Presidente Germano, e o senhor deve lembrar, o Conselheiro Paulo Jorge me procurou, eu era Vice-Presidente do Conselho, para que nós buscássemos juntos ao Governo informações sobre o processo da Multiplan. Na época e recorri ao Doutor Germano, que estava na Procuradoria, que marcou uma reunião, o Doutor Marisco era o Procurador e começou a ter algumas informações e as informações que se pegou nessa reunião nos deixou bastante preocupados. Evidentemente, eu fiz o meu papel, que era colocar o Paulo Jorge, que era o líder da região e depois o Paulo Jorge continuou fazendo as reuniões sequentes. O que deixava o Paulo Jorge preocupado na época? Que haveria uma alteração por inviabilidade técnica dos compromissos em relação às obras de comunidade. E aí o Doutor (Inaudível/interferência no áudio) sugeriu, que foi lá que as coisas estão acontecendo, que seria a Secretaria de Relações Institucionais ou coisa parecida, teria feito um estudo de viabilidade e tal. O que eu quero dizer? A complexidade que é o tamanho desse processo, a demora. Nesse período me foi fornecido os processos em si. Por exemplo, o termo de compromisso do 61.803 de 31/05/2016, logo eu passei para os outros conselheiros que começaram a participar do grupo de discussão. Só esse processo do termo de compromisso tem 520 páginas e estão detalhados todos os termos de compromisso. Agora eu fico satisfeito de certa forma que são essas demandas, elas poderão ser alteradas por desejo das comunidades e tal, e meio que as coisas vão batendo, porque de 2016 para cá muita coisa alterou. Imagina nas questões de comunidade, a própria AMAVTRON, que eu tenho uma excelente relação, estive reunido semana passada, e a Jéssica, filha do Paulo Jorge, pediu que eu desse um auxílio técnico para eles no sentido de que se existia uma próxima reunião onde vai se discutir as coisas mais técnicas e convidando, por eu ser arquiteto, para auxilia-los na interpretação, porque é uma realmente difícil. Então, só para registro dessa complexidade, que a gente compreende que é para entender esse procedimento. Eu fico muito satisfeito, eu acho que a região vai ficar satisfeita, a região 5, que não é a minha, de saber que essas demandas se mantêm e as questões de adequações são normais em decorrência do tempo e que estão de pé. Então, seria essa a intervenção. Obrigado. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Gomes. Eu vou fazer blocos de três para a gente poder ouvir todos. Conselheiro Hermes, inscrito. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Boa noite aos conselheiros. Eu queria cumprimentar especialmente a Procuradora Eleonora e a nossa colega Liamara, com quem eu trabalhei por mais de 20 anos no planejamento, né, Liamara? Eu queria dizer que entendo perfeitamente as limitações da PGM e compartilho isso para os demais conselheiros, que, na verdade, a PGM tem um papel de acompanhar e fiscalizar, mas, na verdade, acompanhamento do que foi acertado. Eu tenho uma preocupação, algumas preocupações, eu não venho aqui fazer perguntas, eu acho que foi muito boa essa apresentação, mas eu não posso deixar de registrar aqui, na verdade, e a fala do Conselheiro Gomes anterior confirma o que eu disse, este Conselho desde 2018 vem solicitando uma reunião como esta. Eu acho, eu acho não, eu tenho certeza, que foi o assunto mais solicitado, o nosso Conselheiro Paulo Jorge, que faleceu de Covid, que representava a Região 5, deve ter pedido algumas dezenas de vezes. Então, me surpreende até que a PGM venha depois de tanto tempo, mas isso foi muito bom, esse tempo passado morreu, não temos o que fazer, mas é mais uma cobrança do nosso governo, isso é do tempo do Governo Marchezan. Mas o que eu queria colocar são algumas questões rápidas assim, que eu acho que não é propriamente a PGM, mas é o

que nos preocupa, eu acredito que quando entra na ceara da PGM e da Liamara, que eu conheço há muito tempo, a nossa preocupação diminui, mas tem sido cobrados os critérios para esses acertos e quais os critérios, em que base são feitos. E outra preocupação maior, que também coloco talvez como uma revisão futura de todos esses termos de compromissos, quando a Eleonora nos falou que essas alterações, pelo que entendi, são feitas em um viés de gestores com políticos e que termina virando um mecanismo de toma lá, dá cá, o vereador vai lá e diz que está fazendo isso em troca de alguma coisa, que não se sabe bem e que isso, na verdade, é um compromisso, é uma questão legal que os empreendedores devem realizar e que acaba virando na conta dos “benefícios” que alguns políticos terminam oferecendo para a comunidade. Então, isso me preocupa, talvez fosse matéria de reavaliação, que eu sei que isso também é matéria de lei, é mais complicado porque entra esse viés político. O que eu gostaria para complementar, Secretário, porque, na verdade, o nosso tempo, tanto o de vocês como o nosso, é muito curto para fazer um debate desse tema tão complexo, como já foi dito. É que nos encaminhassem essas apresentações, o que tiver, principalmente os caminhos, os links para que a gente possa se apropriar mais dessas informações. E para encerrar, eu confesso que trabalhei 40 anos na Prefeitura, acompanhei todos esses processos no início, mas hoje como aposentado da Prefeitura eu tenho muita dificuldade de achar qualquer coisa no site, até porque tu vais para um site e manda para o outro site, o outro site manda para outro, aí cita nomes que a gente não conhece mais. Então, sem querer ter qualquer tipo de pretensão, mas eu imagino para quem nunca conviveu com esse ambiente, os sites antigos ainda conhecia, os novos a gente tem maior dificuldade. Então, era isso. E mais uma vez agradecer, embora com 4 anos de atraso foi muito bom o esclarecimento. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Hermes. Felisberto na sequência. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa noite. Primeiro queria saudar a Eleonora e a Liamara, parabenizar pela apresentação, momento importante para este Conselho, em que a gente tem a oportunidade de discutir os termos de compromisso e os TCAPS. Por outro lado, além da apresentação, eu entendo que deve ser um trabalho contínuo com o Conselho, não pode ser um trabalho eventual. Eu vi a Conselheira Claudete propor um GT de trabalho e eu queria reinterar essa proposta, queria que a Doutora Eleonora se manifestasse sobre isso. E foi proposto pelo Paulo Jorge. Muito bem, Claudete! Então, isso é um resgate à memória de um guerreiro neste Conselho preocupado com a sua comunidade e com o descaso do termo de referência, a não cobrança do que foi ajustado, anos esperando, infelizmente não pode ver, mas antes tarde do que nunca. O meu único senão é que não pode o Prefeito, com todo o respeito que me merece o Prefeito, é propor uma mudança de algo sem consultar a região, sem consultar os permissionários do Mercado e sem consultar a região do Orçamento Participativo. E me causa espécie sabendo que o FUNMERCADO é um fundo muito substancioso e se não há mais de recursos é porque foi descapitalizado, esvaziado, e até agora não foi reposso o dinheiro que foi para o caixa único. Então, proponho que a PGM também ficasse atento a isso para que exigisse do Prefeito a reposição desses valores nos fundos, não só o FUNMERCADO, mas como o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, que também foi descapitalizado sem nenhuma atitude de quem quer que seja, a não ser de alguns conselheiros que muitas vezes são tratados como atraso... (Sinalização de tempo esgotado). Na última audiência pública este Conselheiro foi desrespeitado por um vereador, chamando de “atrasado”. Não, eu sou um conselheiro eleito pela região e 30anos militante do Orçamento Participativo. Exijo no mínimo respeito. Não a mim, pessoalmente, mas a região a qual eu represento, aos delegados que me elegeram. Então, não é um

vereador qualquer que vai ofender o trabalho de um conselheiro que se preocupa não só com a sua região, mas com a cidade. Era isso e obrigada. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. Conselheira Tânia. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Boa noite. Eu gostaria de em primeiro lugar parabenizar a Doutora Eleonora e a Arquiteta Liamara pelos esclarecimentos e nos foram dados, porque às vezes são tão assim, é muito difícil da gente conseguir algum tipo de informação. O Felisberto falou muito bem, nós já estávamos esperando isso há muito tempo, gostaríamos desse esclarecimento, porque todo conhecimento é válido, principalmente quando nós temos a responsabilidade de sermos os representantes de uma região. Eu sou a representante da Região Leste e Nordeste, que habitam mais de 150 mil pessoas. Então, é um compromisso e as pessoas te cobram, né. E a gente também gostaria de saber um pouco mais para poder passar para as pessoas. Eu gostaria de fazer uma pergunta, já foi bem esclarecido o que foi falado pela Doutora Eleonora e pela Liamara, mas eu gostaria de saber quem faz as escolhas da destinação dos valores dos TCAPS, como é feito isso? Quem faz a escolha? Porque aqui a gente viu que foram escolhidos alguns pontos relevantes, as comunidades, o outro do patrimônio histórico, que diga-se de passagem está sucateado na Cidade de Porto Alegre. inclusive, nós estávamos conversando com o Conselheiro Felisberto, a cidade é linda, tem vários pontos históricos, casas maravilhosas e estão sendo destruídas e deixando ir à ruína para que ali se construa um novo empreendimento. E eu acho que quando se viaja para o exterior, como é sempre citado aqui no Conselho, viagens para a Europa, são povos que valorizam a sua cultura. Eu acho que um ponto povo que apaga a sua cultura é um povo que, na verdade, não tem muito interesse no turismo, porque quando se viaja para fora, eu que morei lá fora, a gente vê a preservação dos monumentos históricos, da sua cidade, que conta a história da sua cidade. Então, é o fortalecimento também das pessoas e da sua origem. Então, era isso que eu gostaria de saber, Doutora Eleonora, eu acho que a senhora poderia me explicar sobre isso, sobre a destinação, quem escolhe para onde vão esses valores dos TCAPS e se vai ser feita mais alguma destinação. Porque ali perto desse grande empreendimento tem uma vilinha, próximo, bem na frente do antigo Jockey Club, tem uma vila ali bem precária, não sei se vai ter algum benefício ali em volta, no torno. Era isso. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Tânia. Vou oportunizar para que por bloco consigam responder um pouco desses pontos. **Liamara Nique Liberman, Arquiteta e Urbanista da Procuradoria de Urbanismo e Meio Ambiente:** Eu até gostaria de responder a Tânia e ao Felisberto, especificamente, o termo da Multiplan, os valores do TCAP, as obras sociais vieram de uma audiência pública. Eu participei em 2016 da elaboração desse termo, onde o Prefeito Melo na época era vice-prefeito, ele coordenou toda essa questão. Então, eles relataram que houve uma audiência pública na região da Cruzeiro e da Cristal, onde dessa audiência pública foram feitas várias demandas. Esse termo está dividido em etapas, 70% do valor obrigatoriamente é para a orla, os outros 30% foram divididos entre a Casa Godoy, algumas obras de pronto-atendimento e os 16 milhões na época de 2016 para as obras sociais. E essas obras sociais que fazem parte desse anexo 3 do termo vieram dessa audiência pública que ocorreu em 1º de abril de 2013. Tem o relato dentro do processo, uma ata de audiência pública onde a comunidade demandou essas obrigações. Então, esses, especificamente, esse TCAP da Multiplan, as obrigações sociais vieram dessa audiência pública. E essa urgência que a gente entende das comunidades, mas o que vocês tem que entender é que não é que a gente defenda a Multiplan, a gente defende um documento assinado pelo Procurador Geral do Município, porque há um acordo entre as

partes baseado em lei e que diz que as obras vão ser feitas nesses grandes empreendimentos, de acordo com as fases do empreendimento. Imaginem que esse empreendimento é para acontecer em 15 anos, senão 20, depois de todo esse atraso que a pandemia deu. E eles nem iniciaram nenhuma das torres as quais estão vinculadas. Começam a fazer os acessos, o lugar onde vão ser os lagos, mas não iniciou ainda a edificação de torres. E as obrigações sociais estão vinculadas ao momento de quando forem solicitar o Habite-se, 60 dias antes da solicitação do Habite-se a obra tem que estar entregue e recebida pelo município, não é só fazer, tem que ir lá e receber, dizer que é exatamente isso que estava pactuado. Então, em relação ao TCAP da Multiplan as obras sociais vieram dessa audiência pública. Em relação aos demais termos eu não sei se daria tempo, eu tenho uma apresentação. Eu vou pular algumas coisas que definem o que é TCAP, porque a Doutora Eleonora já fez uma explicação sobre essas questões. Eu vou para a parte que fala especificamente do que o Hermes, o Felisberto e a Tânia falaram. Vamos ver de onde vêm as obrigações. A comissão técnica que avalia define as medidas mitigadoras ou compensatórias que aquele empreendimento gera. Então, as mitigadoras, que são os impactos gerados por eles, que tem que estar pronto para o Habite-se, porque o empreendimento gera o impacto a partir do momento em que vai operar. E a comissão define essas obrigações e vai para um setor novo da SMAMUS, que é a Coordenação de Gestão e Monitoramento Urbano, que tem determinados critérios, porque todas as secretarias pedem, a SMED pede escolas, a Saúde pede posto, a SMAMUS pede praça. Então, todos que estão representados, as secretarias representadas trazem as suas demandas. A comissão faz um parecer, elenca todas essas demandas e vai para essa Coordenação de Gestão e Monitoramento Urbano da SMAMUS. Aí eles têm um critério de localização, eles fazem todo o trabalho de pontuação, é um trabalho bastante criterioso e de evolução bastante significativa na definição da obrigação, porque antes, no início das comissões, era quem gritasse mais alto, quem gritasse mais e fizesse mais empenho na comissão ganhava verba para levar para a sua obra da sua secretaria. Bom, através dessa coordenação eles têm o critério da localização, que eles dão preferência às demandas enquadradas na área de influência do empreendimento, na área de influência direta. Em segundo lugar vai para a área de influência indireta. Depois tem o critério da abrangência, que selecionadas as de maior impactos, vai ver a relevância da abrangência, o maior impacto da abrangência, a região atendida, o critério de implementação, o amadurecimento dos projetos existentes na obra apontada pela comissão. E aqui eu vou fazer um link com a fala de, não me lembro quem, foi talvez do Wagner: por que muitas vezes demora e dá problema na seleção das demandas da comunidade voltando para o termo da Multiplan? Tem no SEI, como ele disse, várias outras demandas elencadas. As demandas vêm assim, a reforma da ONG, alguma coisa. O que é essa reforma? Então, depois de ter sido fechado esse TCAP a empresa foi buscar essas informações, o que precisam. Chagou lá tinha obrigações com pedidos para fazer a pavimentação de um pátio, aí já estavam fazendo. Então, não precisava mais daquilo, precisava de outra coisa. Teve outra que pediu para construir o segundo andar em uma edificação que os dois lindeiros usavam as mesmas paredes. No momento que fosse desmanchar aquilo para fazer uma estrutura para fazer o segundo andar iam cair as edificações lindeiras. Então, muitas vezes as obras indicadas têm problemas técnicos de implementação delas. Então, isso é uma coisa que demora na avaliação e entendimento se aquela obra vai ser possível ou não vai ser possível. Eu li todas as obras sociais que foram informadas agora, através do Secretário Marcoantônio, que estão lá no SEI, a maioria não faz uma especificação do que precisa. Vem com uma identificação muito genérica. Então, isso também dificulta a definição se a obra está ou não. E no caso dessas que passam pela comissão, então, o que esse critério de

implementação faz? Vê se a secretaria que está demandando a escola ou o posto de saúde já tem projeto, orçamento da obra, se já tem o local para acho essa obra. então, todos esses critérios vão sendo pontuados para compatibilizar as demandas encaminhadas pelas secretarias com as demandas dos projetos prioritários d governo através da Secretaria de Planejamento Estratégico. Então, vai bater, teve várias situações onde a Secretaria de Planejamento Estratégico nos mandou, não da Multiplan, outra – Vamos trocar essa obra porque a SMED não precisa mais dessa. Mas na proposta da troca não havia projeto e nem orçamento. Então, fica difícil ser vinculada a um TCAP, onde o empreendimento tem um ritmo para acontecer, não esse de 15 ou 20 anos, como essa da Multiplan para acontecer, mas um então, normal, que leva 3, 4 anos, você vai ter que fazer projeto, orçamento, aprovar e no tempo do Habite-se dele essa vai ter que estar implementado estar implementada, dificulta que o empreendimento se viabilize. Então, todos os critérios têm que ser vistos para conseguir definir se essa é uma demanda passível de ser colocada em um termo de conversão de área pública, em um TCAP, ou não. Já os TCs são diferentes, os TCs impactam, então, é fácil, causou impacto os próprios estudos de circulação, de EIA RIMA apontam, para mitigar o impacto tem que fazer essa obra, mas nos TCAPS, especificamente, agora passa pelas avaliações de critérios para chegar ir compor ou não aquela demanda da secretaria. É o que queria explicar, que é diferente do TCAP da Multiplan, esse eu expliquei que vieram de uma audiência pública. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Eu vou oportunidade ao bloco do Adroaldo, Maristela, Emerson e Professor Rômulo. Adroaldo, então. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Então, boa noite a todos. Obrigado, Doutora Eleonora pela sua presença, a Arquiteta Liamara. Esse tema, Secretário, pode avançar porque é bom, assim dá mais tempo de falar. Bom, talvez eu seja repetitivo, mas é necessário. Primeira coisa, a gente sempre quer entender isso aí, por que demora tanto o atendimento desse termo de compromisso. A gente entende que o empreendimento demora a ser executado, mas trago uma pergunta: qualquer empreendimento tem que ter prazo para importante e término. Então, não podemos levar 10, 15, 20 anos para depois atender uma demanda que está dentro do termo de compromisso que é tão necessário. Aí eu vejo o seguinte, me pareceu na apresentação sobre a Multiplan a questão que deixa claro, parece que a Prefeitura se utiliza sempre de um maior valor nas compensações, mitigações, os próprios TCAPS, para utilizar nas suas demandas para depois dizer o que seria importante para atender obras sociais, para atender as comunidades. Aí que a gente sempre fala, poxa, uma necessidade que tenha na comunidade, citando a Região 5, precisa de uma creche, no tempo de 10, 15 anos a criança já está quaseno serviço militar. Então, nós temos que ter critérios do atendimento de obras sociais, pelo menos atender no início da obra, eu acho que isso não é pedir demais. Hoje em dia se fala muito que o município está comprando vagas em creche particulares e não amplia creches novas. O posto de saúde é a mesma coisa, bibliotecas comunitárias, uma coisa que seria bem fácil de atender, parece uma coisa muito difícil. Aí colocando o que já foi dito, sempre consultar a comunidade da região, principalmente nós do Plano Diretor que somos representantes das regiões de Porto Alegre, parece que somos estranhos do município. Então, eu vejo assim, por que se perdem as demandas depois de não atendida por muito tempo? É o caso do térreo do terrero do (Inaudível/interferência no áudio), até hoje eu não consegui ter acesso e parece que não foi atendido nada até agora. Mais ainda, por exemplo, as contrapartidas da Arena do Grêmio, faz mais de 10 anos, a comunidade não sabe e pode ser que neste momento nem precise mais, já levou tanto tempo. O coitado do Grêmio não consegue atender as demandas nem da Arena e nem do campeonato, mas, na verdade, a

comunidade continua precisando e nós precisamos levar essa resposta para a região, porque a gente não consegue ter acesso. É importante, Secretário, que se faça um encontro com essas colegas, porque é muito esclarecedor e nos dão oportunidade de trazermos questões importantes. Obrigado. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro. O tema realmente demandaria muitas e muitas reuniões de conversa, mas vamos ajustando. Conselheira Maristela, dois minutos. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Boa noite a todos e todas. Boa noite às representantes da Procuradoria. Quero dizer que de longe se percebe a mudança, aliás, o Procurador é um *gentleman*, encontramos com eles aqui na Parada 10 da Lomba, uma pessoa bem acessível, bem como as nossas gurias aí que estão externando toda essa informação muito boa, qualificada, que nos ajuda muito. Viu, Secretário, e nem dói, dá para trazer mais seguido! Secretário, uma só que tema maravilhoso, essas coisas nos empoderam. Parabéns, estou muito feliz com isso, acho que todos nós amadurecemos. Então, queria dizer o seguinte, não é bem assim, aquela questão ali da questão dos cumprimentos que às vezes demoram 10, 15, 20 anos e chega lá e os cara fazem um TAC. Vamos pegar, por exemplo, o caso do Bourbon, o Iguatemi, até hoje não foi cumprido, como é que tu vais ter a garantia que a Multiplan, logo a Multiplan vai cumprir com essas questões que são legais, que já é uma lei que... Não vou questionar as doutoras, mas sim a formatação da lei, elas não ajudam nem na questão social, quiçá nas outras, né. Então, o que vai garantir que de fato se cumpram essas questões desse retorno social, que é a angústia que o Paulo Jorge trazia, o conselheiro também traz? Nós não somos um gueto de onde nós moramos, nós temos assento no Conselho do Plano Diretor de Porto Alegre. Então, a vinda dessa qualificação técnica e jurídica é superimportante, mas há uma brecha jurídica seriíssima em relação à questão dos cumprimentos. É isso que nos angustia muito de como garantir e inverter a pirâmide de prestação de contas, inverter essa pirâmide que o Adroaldo colocou muito bem, de garantir que primeiro sejam colocadas em prática essas questões sociais. Mais um detalhe, aqui no Plano Diretor é uma sabiência, nós aprendemos tudo, quanto se quer mudar alguma coisa no sentido de que tem um problema de estrutura legal ou estrutural de uma obra, ou seja, inclusive uma APP, tudo se resolve. Aí quando chega na comunidade, que é uma ONG, porque tem uma não sei o que germinada, aí é um problema técnico. Ah, por favor, né, gente, nós todos os aparatos legais que nós temos dá para avançar. Então, não é um diálogo de guerra, é um diálogo de cooperação, o que eu trago aqui eu considero superimportante, porque esses instrumentos também nos esclarecem. Eu acho que não precisa ser agora, mas essas questões dessas reivindicações desse retorno lá do Iguatemi, que até hoje quando chegou na hora fizeram TAC, aí não cumpriram ainda a legislação nos angustia para um futuro breve. Por outro lado, terminando a minha falta, dizer que de fato em termos de retorno, Secretário, em termos de abertura de diálogo não há dúvida que melhorou muito, mas ficam essas angústias, que sejam encaminhadas e levadas muito a sério em relação ao pronunciamento que eu estou fazendo agora. Muito obrigada. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Maristela, pela contribuição. Conselheiro Emerson, por favor. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Boa noite, Secretário. Boa noite, Conselheiros. Boa noite também para as representantes da PGM. Quero colocar aqui um ponto da origem dessa discussão, que eu acho que são as comissões, CAUGE, CAADHAP, CTAPS e CTARF, onde são protocolados os processos e tem todo um encaminhamento. Atualmente elas não contam com a contribuição das regiões de planejamento, que é quem vive o planejamento

das regiões da cidade, que conhecem a cidade, conhecem as demandas sociais, conhecem os problemas. Então, esse trabalho para ser realizado, incorporado, como é que nós podemos trabalhar em conjunto com o município nessa construção? Eu acho que isso é um ponto muito importante de fazer uma reformulação desse sistema, para não ocorrer o que está ocorrendo hoje. Hoje nós temos uma situação de um empreendimento de segundo grau, que é da Multiplan, que a própria região do planejamento está desinformada. A prova disso é esse próprio empreendimento que está em discussão hoje. Também quero perguntar sobre o levantamento dos termos de compromisso por região de planejamento, se está sendo trabalhado isso, o que esses termos, tanto de compromisso, quanto TCAPS, estão atendendo as regiões de planejamento, desde a um até a oito? E essas dúvidas que hoje estão sendo sanadas tem que ter uma melhor participação popular aí, principalmente das regiões de planejamento, que eu acho que é esse o caminho para a gente não ter mais essas dúvidas, para acompanhar os processos, para acompanhar as mudanças dentro desses processos e para chegar lá na ponta, que eu entendo que a PGM é a ponta do processo, que é o que vai dar a garantia que essas demandas sejam atendidas, não chegam distorcidas e com grandes enfrentamentos aí com as comunidades. Então, seria essa a minha colaboração. Obrigado. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado Conselheiro Emerson. O Conselheiro Professor Rômulo para encerrar. Ah, acho que o professor já saiu pelo adiantado da hora. Devolvo a palavra para fazerem os esclarecimentos finais. Lembrando um pouco da fala do Conselheiro Emerson, eu acho que muito se conecta um pouco com a apresentação que a Patrícia fez aqui já neste Conselho, em outra oportunidade dessa proposta da dinâmica de funcionamento das contrapartidas, das exigências quando advêm lá das medidas mitigatórias, das compensatórias. A gente organizou, Eleonora e Liamara, até está propondo um fluxo de funcionamento com critérios, aí eu vejo na fala da Liamara que já incorpora um pouco disso, da questão do raio de abrangência, para a gente ter uma dinâmica um pouquinho melhor de trabalho. A gente fez uma apresentação, já tem algum tempo aqui no Conselho, estamos trabalhando aqui, amadurecendo do ponto de vista de sistema, planejamento urbano, georreferenciamento para a gente chegar em um momento mais a frente e conseguir organizar um pouco essa dinâmica para atender melhor a demandas que vem das comunidades, a demanda do gestor, do prefeito, a gente compartilhar naturalmente dentro de um critério isonômico e que a gente consiga disciplinar bem essa matéria. Então, tem uma apresentação bem boa, bem elucidativa disso que a gente pode retomar, só não conseguimos de fato implementar ela ainda, porque as demandas são enormes, a gente tem que ir escolhendo, de acordo com as prioridades definidas do prefeito. Mas vamos avançar nesse tema sem dúvida. **Eleonora Braz Serralta, Procuradora-Geral Adjunta de Meio Ambiente, Urbanismo e Domínio Público:** Estava pensando aqui, Secretário Germano, que o pessoal falou que ficou feliz com a nossa vinda, eu também estou feliz em estar aqui. Eu não sabia que podia ser tão útil. Teve uma ou duas falas que deixaram claro uma coisa que para mim é muito importante, a gente tem que saber qual é o nosso papel ali na PGM. Vocês são os agentes políticos, vocês que tem que fazer essas contribuições, vocês que tem que mexer, fazer todo esse trabalho, trazendo as propostas e a gente tem que fazer essa outra parte, que é essa parte do controle. Então, eu me coloco muito na minha posição, se eu avançar muito vou estar interferindo em outras áreas e não vou poder dar essa segurança que esperam da gente. Então, eu agradeço muito, acho que foi o Hermes que falou isso, fiquei muito grata. Gostei muito de ter vindo aqui, de ter visto que posso contribuir. Então, eu voltarei sempre me convidarem, dentro agenda, a nossa agenda é horrível, a gente tem trabalhado muito. Eu queria responder muitas coisas que eu ouvi aqui, mas eu acho que não vai dar

tempo para a gente abordar todos aspectos. Uma coisa que me chamou atenção, Felisberto, os mercadeiros sim foram consultados a respeito disso, eles estão participando ativamente de tudo. Inclusive, essa preocupação lá no Mercado, a gente tem ido lá, porque para fazer algumas coisas a gente tem que acompanhar os gestores e tem dialogado com os mercadeiros. Talvez possa ter falhado na consulta à região de planejamento e isso foi uma coisa que eu ouvi aqui, que o pessoal das regiões está se sentindo pouco escutados em algumas tomadas de decisões. Então, talvez a gente possa aprimorar isso dentro do sistema, eu acho que é uma coisa importante. E me senti ouvida aqui também. Então, agradeço pelas oitivas de todos. Germano, me convida de novo, na medida do possível estarei aqui. Muito obrigada. **Liamara Nique Liberman, Arquiteta e Urbanista da Procuradoria de Urbanismo e Meio Ambiente:** Eu só queria agradecer a vocês,a atenção que nos deram. Também fiquei feliz de ver que todos entenderam a grandeza e colocação do nosso trabalho. Nós somos a ponta final. E garantir, porque ouvi algumas falas que imagina que vão fazer, mas vão fazer sim, o termo é um contrato que tem cláusulas que se não fizerem nós vamos judicializar a questão e eles vão cumprir sim o termo. Vocês podem ficar tranquilos quanto a isso. E dar uma boa notícia, acho que foi a Maristela que é da região perto do Iguatemi, o Iguatemi sim começou a agora dia 12 a obra de ligação da Anita Garibaldi, que vai beneficiar muito a região. O Bourbon Country ainda não fechou o termo de compromisso, estão discutindo com a EPTC ainda as mitigações, ainda não está fechado. Daqui 6 meses nós vamos ter esse trecho de ligação da Anita, da área dentro do Country, do muro até a ligação com a João Wallig. Então, as coisas às vezes demoram um pouco, mas por prazos que são até contratuais, mas acontece e vão continuar acontecendo, pode ficar tranquilos. Estou sempre à disposição. **Eleonora Braz Serralta, Procuradora-Geral Adjunta de Meio Ambiente, Urbanismo e Domínio Público:** Alguém mencionou a Arena, mas foi o seguinte, eles não fizeram e se cobrou judicialmente,aí tem problemas, a gente não consegue. Então, a gente está fazendo de tudo para que não chegue no judicial. Isso é um trabalho muito intenso para a gente conseguir sempre no diálogo e na cobrança, essa cobrança é um trabalho silencioso, é um trabalho diário de tentativa de fazer com que as coisas aconteçam. E é muito difícil, tem muitas dificuldades. Então, a gente está trabalhando com vocês todos para tentar fazer com que as coisas aconteçam. Às vezes o formato que chega nos termos não é o que as pessoas desejam,mas o que chega para nós e o que chega para nós estamos tentando fazer com que dê certo. Agradeço de novo, muito obrigada. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado mais uma vez pela apresentação. A gente tem essa dinâmica de reuniões, são todas as terças-feiras, elas ficam disponíveis, a gente transmite ao vivo no canal da SMAMUS, o que também é muito positivo, porque todos os processo que são debatidos, para qualquer representação, alguém da comunidade que queira assistir, a gente vem sempre caminhando no sentido de dar mais transparência para o processo. E a dinâmica facilita também esses momentos, talvez de vocês de forma remota poderem participar. De fato, sou testemunha do trabalho da Liamara, da Eleonora, que são incansáveis no sentido de construir melhorias para a cidade. É complexa questão que envolve as contrapartidas, as dinâmicas envolvem vários atores dentro do processo como um todo e elas estão ali tentando trazer esse equilíbrio para as relações, orientando as tomadas de decisões dos gestores, fazendo esse monitoramento dos termos de compromisso. Eu não tenho dúvida que é um trabalho muito positivo, a gente agradece em nome da cidade, do Conselho a parceria de terem vindo aqui nos apresentar e compartilhar um pouco do conhecimento. O tema é muito rico, a gente poderia ficar por inúmeras reuniões aí discutindo, aprimorando.

Não tenho dúvida que de pouquinho em pouquinho a gente vai construindo melhorias para o nosso processo. Obrigado a todos, uma excelente noite e até mais.

Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental – CMDUA, às 20h15min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia Costa Ribeiro, sob o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.

ATA ORDINÁRIA Nº 2918/2021

(Virtual nº 83)

Aos sete dias do mês de dezembro de dois mil e vinte um, às dezoito horas, reuniram-se para Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, através da plataforma virtual *Zoom*, nos termos do Decreto nº 20.611/2020, sob a presidência de GERMANO BREMM, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS, e na presença dos:

CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS: Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira (Titular), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Sônia Castro (Titular), **Gabinete do Prefeito – GP**; Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN**; Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), **Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS**; Carolina Wallau de Oliveira Kessler (1ª Suplente), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), **Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOI**; Gustavo Garcia Brock (Titular), **Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV**; e Rômulo Krafta (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**.

CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS: Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Claudete Aires Simas (Titular), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH**; Sérgio Saffer (Titular), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA**; Jeanice Dias Ramos (1ª Suplente), **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS**; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS**; Hermes de Assis Puricelli (Titular), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS**; Rogério Dal Molin (Titular), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**.

CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL: Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular) e Ronie Gomes (1º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Tânia Maria dos Santos (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4**; Wagner Pereira dos Santos (1º Suplente) e Ricardo Angelini, (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Cinco – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Maristela Maffei (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7**; Dinar Melo de Souza (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** e Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA**.

SECRETARIA EXECUTIVA: Camila Maders Fonseca Coelho, **Secretaria Executiva da SMAMUS**; Patrícia C. Ribeiro, **Taquígrafa/Tachys Graphen**.

DEMAIS PRESENTES: Osmar Lima, **BNDES**; João Lauro da Matta, **Consórcio Revitaliza;** Renato e a Lilian Dal Pian, **Dauper Arquitetos.**

PAUTA:

1. Abertura;

2. Comunicações;

3. Votação:

3.1. Ata 2915 (09/11), 2916 (16/11) e 2917 (30/11);

4. Apresentação do Masterplan do Projeto de Revitalização do Cais Mauá

Após a leitura dos presentes e conferência de *quorum* o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h10min.

1. ABERTURA

Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS: Boa noite, Senhores Conselheiros, Senhoras Conselheiras. São 18h10min, temos *quorum*. Declaramos, oficialmente aberta a nossa Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental. Desejo uma excelente noite de trabalho. Vou fazer a leitura dos presentes (Relação dos presentes na inicial). Se por ventura não consignei alguém que esteja presente pode fazer o registro no chat. Hoje, então, Senhores Conselheiros, nós temos na pauta a apresentação do Projeto Masterplan, da revitalização do Cais Mauá, um projeto que vem sendo estruturado pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, que contratou o BNDES, que contratou o consórcio para fazer a modelagem desse projeto e isso vem sendo construído, discutido junto com o Executivo Municipal, com o Município Porto Alegre. E por sugestão, inclusive, em uma dessas oficinas devolutivas, enfim, que o consórcio tem feito e fez o nosso Vice-Presidente, o Conselheiro Gomes, eu acho que esteve junto com eles e sugeriu que o consorcio fizesse após essa apresentação oficial, esse retorno que teve na semana passada ou retrasada, não me recordo. Então, foi sugerido que trouxesse a este Conselho, porque afinal de contas o Estudo de Viabilidade Urbanística, quando aprovado no âmbito das comissões pelo Município, após ser aprovado pelo Município vem a este Conselho para ser aprovado pelos representantes da comunidade, pelos órgãos de classe, as entidades que tem representação e são feitas para manifestar sobre as questões urbanísticas da Cidade. Está aqui, então, toda a representação e gostaria de saudar, vejo aqui o Osmar, na figura do BNDES. Em nome do Osmar saúdo a todos os demais que estão aqui conosco, vão fazer essa apresentação. Eu sugiro, Senhores Conselheiros, como a gente tem uma apresentação aqui extensa e acredito que tenha muitas dúvidas dos conselheiros sobre os projetos, o entendimento um pouquinho do todo, que a gente inverta a pauta, deixe o período de Comunicação para o final, para que a gente possa... Em respeito também a esse time aí que está aqui presente, diversos convidados que se prepararam para a apresentação. Saudar também o Dr. Carlos Eduardo, nosso Procurador do Município de Porto Alegre, está afastado, licenciado para trabalhar no Estado, envolvido nesse projeto, o Dr. Carlos, que já foi Procurador-Geral do Município aqui também. E todos os demais aí parceiros, o João Lauro, enfim, toda a equipe que está aqui. Conselheiros, se tem oposição para a gente passar esse projeto para o início da pauta, eu peço que manifestem no chat, senão a gente inverte a pauta, já inicia com a apresentação, depois abrimos para, enfim, questionamentos, debates a respeito do projeto. Conselheiro Felisberto, tem uma Questão de Ordem? **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Primeiro, boa noite a todos e todas, Conselheiros, Secretário Presidente deste Conselho, ao pessoal do BNDES, o consórcio, né. A minha Questão de Ordem, Secretário, é no sentido de que eu estive presente, eu e o Conselheiro Gomes, na apresentação desse projeto na devolutiva. Então, uma das sugestões, eu não tinha visto o Gomes e eu fui o

conselheiro que propus que o consórcio apresentasse o projeto no CMDUA. Então, eu queria colocar isso como uma preliminar. A segunda questão, e aí o Gomes como Presidente do Conselho, né, colocou que levaria a seu conhecimento para apresentação a este Conselho. A segunda preliminar e aí eu gostaria que o Conselho também, e o senhor como Secretário do Conselho, oportunizasse também a apresentação de uma contraproposta também de ocupação do Cais Mauá. Então, queria que tivesse a mesma agilidade para que o grupo de professores da Universidade Federal e o Cais Cultural já pudesse ter um espaço numa próxima oportunidade. Essa é minha a minha Questão de Ordem, nada contra a inversão de pauta, mas gostaria de deixar isso e colocaria sob a sua avaliação e que tivesse a mesma agilidade para que o pessoal do grupo de professores da UFRGS e o Cais Cultural pudesse apresentar a este Conselho. Obrigado e era isso. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. Sem dúvida, toda a proposta de pauta sugerida aqui para nós a gente na medida do possível insere e é pautado para discussão aqui dentro deste Conselho. Assim que eles nos propuserem a gente avalia e tenta compor aqui dentro das agendas. Então, não havendo objeção a gente inverte a nossa pauta e iniciamos com a apresentação do Masterplan, o Projeto de Revitalização do Cais Mauá. Certamente os conselheiros devem ter lido na imprensa ou eventualmente foram convidados a participar das oficinas, ainda no momento de modelagem desse projeto. E agora, chegando no estágio um pouquinho mais avançado, onde se tem uma ideia mais consolidada de como evoluir, o consórcio, o BNDES, enfim, tem apresentado para a comunidade esse retorno, fez essa apresentação lá junto ao Governo do Estado e agora realmente o Conselheiro Felisberto também com a sua interferência lá, no momento da oficina, junto com o Vice-Presidente Conselheiro Gomes sugeriram que viessem aqui e fizesse essa apresentação. Então, é de muito bom tom que todos os conselheiros possam visualizar, enfim, entender um pouquinho mais desse projeto, que naturalmente, logo em seguida, quando chegar a etapa lá de Estudo de Viabilidade Urbanística, especialmente com relação ao setor docas aí, estejam nivelados na mesma página e com a compreensão de que de fato é um projeto bom para a cidade, vai qualificar toda aquela região, especialmente do Centro Histórico. É um marco tanto para o Estado do Rio Grande do Sul, mas especialmente para a nossa Cidade de Porto Alegre. De imediato, então, convido, iniciando com o Osmar, pelo BNDES, na sequência o João Lauro, depois do Renato, enfim, aí, Osmar, pode nos fazer uma introdução um pouco dos demais integrantes, quem vai falar aqui. Nos conduza aqui, Osmar. Seja bem-vindo, a palavra é tua.

4. APRESENTAÇÃO DO MASTERPLAN DO PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DO CAIS MAUÁ.

Osmar Lima, BNDES: Primeiramente, boa noite a todos e a todas. É um prazer estar aqui, poder falar um pouquinho do projeto. Eu vou dar oportunidade, o consórcio vai tocar aqui a apresentação, na pessoa de João Lauro e na sequência depois o Renato e a Lilian Dal Pian. Enfim, estão representados aqui pelo BNDES, então, eu sou chefe de departamento no BNDES, responsável por todos os projetos de ativos e imobiliários públicos, dos quais o Cais Mauá é um dos principais. Aqui a gente também tem presente o Maurício Geleletti, que é o gerente da minha equipe, responsável pelo projeto, bem como a Daniela Grisa, a nossa arquiteta urbanista, também membro do projeto, que vem participando aqui com a gente, junto com todo o consórcio aqui representado. Então, antes de mais nada, é um prazer, a gente entende que a melhor forma de construir um bom projeto é dialogando e ouvindo diferentes opiniões, tentando explicar aquilo que estava na nossa cabeça quando a

gente colocou no papel, fazendo os ajustes necessários, críticas, sugestões e elogios para que a gente possa tornar o processo cada vez mais robusto e transparente. Então, sem mais delongas eu vou passar a palavra aqui para o João Lauro, que vai iniciar a apresentação e aí depois vai dar a sequência com os nossos arquitetos. Obrigado a todos e que a gente tenha uma boa reunião. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Osmar, por esta introdução. Então, convido o João Lauro aí para fazer o uso da palavra. **João Lauro da Matta, Consórcio Revitaliza:** Obrigado, Germano. Senhores, muito boa noite, é um prazer estarmos aqui juntos com vocês nesta noite, agradecemos pelo convite. Meu nome é João Lauro da Matta, eu sou gerente do projeto pelo Consórcio Revitaliza, represento aqui a consorciante. O Consórcio Revitaliza é formado por 8 empresas de diferentes disciplinas aí envolvidos na confecção desse produto para a cidade. Aqui presentes nós temos representantes da consorciante de arquitetura, o Renato e a Lilian Dal Pian, da Dauper Arquitetos aqui de São Paulo. Temos também aqui o Hugo Peroni, nosso gerente do consórcio a Juliana Bernardi que é a advogada aqui da Machado Meyer Advogados Associados. Temos também o Eduardo Fayer aqui, nosso coordenador técnico de comunicação. Eu gostaria de saudar todos vocês presentes, das diferentes Secretarias do Estado, do Município, também representantes aí da comunidade e também das entidades não governamentais que estão presentes. Fico feliz de ver alguns rostos conhecidos, que pude ter o prazer de conhecer no último workshop que realizamos. O Felisberto, o Gomes também, que se não me falha a memória estava presente na semana passada. Sem mais delongas aqui eu vou passar a apresentação para a apresentação do Masterplan com mais detalhes, pelos próximos 20 a 30 minutos para o Renato Dal Pian. Na sequência a gente abre aí para vocês, fiquem à vontade para se posicionar, críticas, sugestões e dúvidas estamos aqui à disposição dos senhores. Muito obrigado e boa noite a todos. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, João Lauro, pela introdução. Vou passar a palavra para o Renato. Lembrando, só para esclarecer um pouco talvez a cerca do projeto. A área é do Estado do Rio Grande do Sul, o Estado dono da área contratou o BNDES para fazer uma modelagem para ocupação daquele espaço. O município faz o licenciamento daquela área. Então, a gente avalia, vocês bem lembram que aquele processo de concessão anterior teve um Estudo de Viabilidade Urbanística aprovado anteriormente, se avançou nas etapas, especialmente com relação aos armazéns, né. Teve projeto aprovado, inclusive, licença ambiental com relação aos armazéns. O EVU, o Estudo de Viabilidade Urbanística aprovado era do todo, mas se avançou na etapa com relação aos armazéns, a qualificação ali dos armazéns, segue aquele Estudo de Viabilidade Urbanística aprovado e o próprio projeto também. Agora, ao longo da apresentação o Renato vai trazer um pouco as explicações de como vai se dar, especialmente com relação aos outros setores e com relação à intervenção ali no muro, que a gente vai ter que dar um tratamento diferenciado. Então, só para fazer essa introdução, talvez para diferenciar um pouquinho para os conselheiros do que é a competência, Estado, o dono da área que está modelando contratou o BNDES, que contratou esse consórcio, que envolve a equipe jurídica, arquitetos, urbanistas, comunicação, economista, para tornar viável a ocupação daquele espaço. Não adianta a gente pensar e um uso ideal daquilo que a gente imagina, como adequado, se a gente não tiver naturalmente a sustentabilidade financeira do negócio. A conta tem que fechar, porque o poder público não tem recurso para investir, por isso aquele espaço está degradado ao longo dos anos e a gente precisa em parceria com a iniciativa privada de fato ocupar aquela região e transformar o centro, o nosso cartão postal da nossa Cidade. Renato, contigo aí. **Renato Dal Pian, Dauper Arquitetos:** Olá, boa noite a

todos. Eu sou o Renato Dal Pian, arquiteto responsável, juntamente com a Lilian, nós somos responsáveis pelo Masterplan. Eu agradeço a presença de todos e dizer que nós estamos muito honrados em poder participar desse projeto pela importância que ele tem para Porto Alegre, para o Rio Grande do Sul. De certa forma é um projeto que do ponto de vista nacional é bastante significativo. Eu devo dizer que nós trabalhamos bastante o nosso Masterplan em função dos *imputs* que recebemos do ponto de vista do trabalho e de todos os outros participantes para que nós pudéssemos dentro daquilo que chamamos de arquitetura de programa sabermos o quanto nós podemos atuar dentro das áreas que nos são oferecidas, de modo a viabilizar, como bem disse o Germano, esse projeto. Como nós estivemos em Porto Alegre, até levantamos quatro entraves urbanos e aqui nós apresentamos três. Na primeira leitura é que a atual barreira de proteção contra as enchentes, que isola e fragmenta as instalações da cidade. Outro entrave que nós vimos é que a estação terminal do Trensurb contribui para essa fragmentação e esse isolamento. A terceira delas é que a existência dela e o fluxo de veículos na Mauá não estimula ou justifica a sua travessia de pedestre, porque, obviamente, o muro é uma barreira que não convida o pedestre a atravessar a Mauá, o que só fortalece a avenida como uma via de trânsito rápido e intenso que também tem, mas não existe nenhum estímulo para atravessá-la. E o que nós achamos mais importante ressaltar é que todo esse patrimônio representado pelo Cais, pelos seus armazéns, pelos seus edifícios tombados, seus edifícios significativos, que representam a própria história da Cidade de Porto Alegre, eles estão isolados dessa área central. O quarto entrave que nós colocamos aqui, esse nos parece ser bastante importante de ressaltar é que a atual barreira contra as enchentes em todo o município de Porto Alegre, ela procura garantir a proteção da Cidade, mas ela não garante a proteção do Cais. O que eu estou dizendo é aquilo que todos abemos, é que em caso de sinistro, como aquele de 41, esse muro foi construído nos anos 70, caso a água suba e invada o cais, ela não chegaria na cidade, mas comprometeria todas as edificações do cais. Ou seja, qualquer proposta de ocupação das áreas e dos armazéns nós estaremos sempre diante da possibilidade desse sinistro. E aqui nós colocamos naquele momento, quando estivemos no workshop, aquilo que acreditamos ser algumas mitigações. Primeiro é a proteção da orla do cais entre a doca e o Gasômetro. Essa linha azul nessa grande faixa, a remoção do muro entre o Gasômetro e a Estação Terminal Trensurb, é onde a gente pode ver essa linha pontilhada. Isso faz com o cais se conecte física e visualmente com o Centro Histórico, ou seja, na nossa leitura a ideia de que acidada passa a conviver com esse seu patrimônio histórico e seu patrimônio de memória muito forte e também se insere dentro da área central da cidade. A cidade tem o retorno daquilo que já lhe pertenceu. Rapidamente mostrando o novo sistema de proteção em azul, o sistema atual que está em laranja. Essa área verde de pouco mais de 1 km que estamos propondo a sua retirada. Obviamente que para isso acontecer, buscando informações, para isso precisaríamos criar uma situação que desse o mesmo grau de proteção que hoje o muro apresenta. O que nós estamos sugerindo aqui? Erguer ligeiramente o passeio do cais, de modo a criar um passeio elevado até 1,26m, de modo a fortalecer a proteção das águas em caso de enchente e permitir que dos armazéns se tenha as perspectivas visuais do Guaíba, do Guaíba se tenha as perspectiva visuais dos armazéns, oferecendo essa proteção mais, criando um grande passeio, que é um pouco mesclada com bancos, com floreiras, com jardins, de modo a criar um novo espaço de uso público, um novo espaço urbano, ampliar a dimensão pública dos espaços do cais. Essa é uma imagem mostrando essa situação que nós estamos propondo, mas para poder garantira mesma proteção que o muro hoje representa, até aproximadamente 3 metros de altura, nós propomos aqui neste passeio trabalhar com o sistema de proteção removível, que poderá ser instalado se necessário

caso o Guaíba suba. Como sabemos, o Guaíba sobe muito lentamente e permite que qualquer sistema possa ter o tempo da sua montagem e da sua instalação para garantir a eficiência. Estudamos nesse tempo alguns sistemas também, como alguns dispositivos removíveis, autoportantes, alguns sistemas de encaixe, sistemas infláveis, sistemas com preenchimento de água do próprio Guaíba, que poderiam auxiliar nessa proteção. Levantamos alguns custos de sistemas e todos eles são dentro daquilo que nós podermos num primeiro momento levantar, eles são muito razoáveis, uma vez que eles estariam garantindo a proteção de todo o bem, representado pelo seu patrimônio, pela sua história e por qualquer intervenção que vá ser executada dentro desse perímetro. E aí eu queria entrar o nosso Masterplan, queria fazer algumas considerações. Uma vez estabelecida a continuidade espacial entre o cais e o Centro Histórico é possível se resgatar a presença urbana e a memória construída dos antigos armazéns tombados pelos órgãos de patrimônio, municipal e federal. Assim como desenvolver as nossas novas atividades nas zonas das docas e nas zonas que se confinam com a Usina do Gasômetro. Por meio de um tratamento urbanístico e arquitetônico que ofereça novos rumos aos edifícios existentes de tombados, como também pela inserção de novos edifícios, principalmente no setor das docas será possível construir e friso aqui um rico espaço urbano de fusão e interação pública que altere as atividades destinadas à cultura, educação, serviços, comércio, habitação, lazer e entretenimento. Na nossa opinião esse rico espaço urbano de interação que altere todas essas atividades, nós podemos traduzir como cidade. E é importante que a cidade tenha essas atividades todas se complementando para garantir o seu uso dentro do maior tempo das 24 horas do dia. A cidade o que é senão o espaço onde todos vivemos, onde todos convivemos e moramos, esse é o princípio dela. E o grande palco dessas nossas relações urbanas é o próprio chão público. Então, a gente partiu dessa ideia e a ideia também de que oferecer novos usos aos edifícios existentes e tombados, isso é fundamental, porque também acreditamos que o que garante a arquitetura é o uso. A partir disso, essa nova condição urbana também oferece novas áreas livres de uso público, como uma grande promenade junto a toda a orla do cais, um contínuo boulevard ao longo da Av. Mauá e uma diversidade de espaços e percursos públicos, com praças, passeios e jardins. Aqui são exemplos de espaços públicos, espaços de cidade, para espaço aberto, uso livre, uso urbano. Aproximadamente 21 campos de futebol como área. Setor Gasômetro, essas três áreas divididas. Essa é uma área de muito apreço, esse é um setor de muito apreço pela população de Porto Alegre, pelo gaúcho. De fato, a antiga zona do gasômetro que está sendo restaurada é um edifício de relevância e importância dentro da cidade e a nossa ideia é justamente aquela de destacá-lo e obviamente não fazer uma ocupação, que podemos perceber nas nossas conversas que o consórcio anterior propunha uma ocupação muito maciça através de um shopping center nessa área. Nós exatamente estamos trazendo, nós estamos oferecendo essa área para uso da cidade, como setor e lazer, de deleite e de contemplação. A antiga Praça da cadeira, a ideia é transformar em uma praça de contemplação e lazer. Uma vez retirado o muro toda essa área Tuma interação direta com os contínuos da cidade. O lazer e recreação náutica que hoje já existe seria reforçado. Propomos uma grande praça das águas, uma praça de espelhos d'água, de fontes lúdicas, justamente para essa ideia de se usar como um lazer. Um edifício de serviços, de educação, como uma escola náutica, bares e gastronomia e um pequeno comércio náutico local que manteria o uso que já se deu recentemente de gastronomia, criando um grande espaço para a população ou para a cidade. Essa é uma imagem, uma foto destacando essa grande praça. Todo esse deck que colocamos aqui, um deck de contemplação e a praça das águas, com esse edifício de uma dimensão e de uma altura que não ultrapassa a altura dos próprios armazéns. E esse edifício também, a ideia é fazer

como espaço cruzado de circulação que vem aqui da Praça Brigadeiro Sampaio. Quando tiramos o muro criamos outra situação de travessia de pedestres. O setor do gasômetro, o setor de lazer e esse setor de deleite e contemplação, só queria colocar aqui a ideia de essas são as áreas de travessia. Qual é a ideia? Fazer com que a Praça Brigadeiro Sampaio se coloque na sequência desses novos espaços criados. Nessa faixa, qual é a nossa ideia? É aquela de criar travessias de pedestres, subir a rua para o mesmo nível dos passeios, usando uma pavimentação diferenciada, que a própria pavimentação hoje existente aqui dos paralelepípedos do cais e criada uma interação que ofereça toda essa circulação e essas aberturas para esse novo setor. Na sequência, essa é uma visão dessa praça das águas, essa ideia de criarmos espaços de bar, gastronomia, uma gastronomia pequena, que, na verdade, pode ser usada durante o dia por famílias, uma área de lazer para todo o tipo de ocupação. E à noite ela vai se transformando em espaços de bar, espaços que vão garantindo um uso bastante constante. Nessa leitura dessa vista a partir desse acesso pela Praça brigadeiro Sampaio, eu gostaria de enfatizar essa ideia de que o Guaíba é sempre presente nessa circulação aberta, pública e essa é o transpasse nesse edifício que eu coloquei esse edifício da escola náutica e desses bares e dessas áreas dedicadas ao lazer. O segundo setor é dos armazéns, essa é a situação atual dos armazéns. Na verdade, são ocupações muito abertas, mas que procuram privilegiar todo tipo de uso diversificado de modo a garantir o funcionamento desses espaços na maior parte das horas do dia. O A5 e o A6 como centro gastronômico, entretenimento e também cultura local. O A3 e o A4 para eventos e feiras do MERCOSUL, Bienal do Livro, que nós estamos propondo também uma ligação aérea entre os armazéns, de modo a poder potencializar dois armazéns desses em caso de um evento de grande monta, com bienais de artes visuais, livro. Esses armazéns estão todos sendo preservados na sua estrutura, na sua volumetria, nas suas estruturas de cobertura metálica. A ideia é que sejam todas restauradas, as portas e os portões sejam restaurados e mantidos todos como originalmente foram projetados. Entre o A2 e o A3, nesse espaço maior de perspectiva e leitura, propomos que os quatro guindastes hoje remanescentes sejam deslocados para essa praça que chamamos de Praça dos Guindastes e ela está entre o A2 e o A3, sendo que o A2 e o A1, propomos para a economia criativa um centro tecnológico ou oficinas criativas. O pórtico central, que é o grande espaço de recebimento hoje do cais, o A e o B também, dedicados à arte, cultura, comércio, gastronomia e turismo. Eu acho que é o grande espaço de recebimento do cais. A administração, então, estão propondo um (Inaudível/interferência no áudio) para dar suporte a essa rotatividade que sempre um centro tecnológico, oficinas criativas solicitam dentro da nova dinâmica urbana. O B1, o B2 e o B3, alimentação e conveniência no B1, a sede da capitania dos portos e os bombeiros estariam sendo colocados no B2 e o B3 manteria as suas atividades como terminal hidroviário e dos operadores náuticos. Essa é a visão do Guaíba numa foto inserção também e dos armazéns já com esse piso que estamos propondo ligeiramente elevado e essa promenade aqui, que é um grande passeio público, ou seja, se preserva essa visão que é muito rica e muito forte dos armazéns hoje e daquilo que representa para a Cidade de Porto Alegre, mas, porém, eles são inseridos na grande estrutura urbana. Essa é uma leitura um pouco a partir do A5, A4, com uma travessia superior, a Praça dos Guindastes, onde também tem essas áreas, essas travessias que estamos estabelecendo também aqui nesses eixos e percursos e vamos ver mais para frente o setor aqui na frente do pórtico, que é onde se tem o acesso de veículos a toda a outra área das docas. Eu friso também que ao longo de todos esses espaços dos armazéns nós não temos carro entrando, essa é a proposta dentro dessa área dos armazéns. Eles estariam parados a 45 graus, criando-se bolsões para carga e descarga, bolsões para embarque e desembarque, todo esse tipo de

situação. Essa é uma leitura da Praça dos Guindastes, a Av. Mauá passa a ser uma via que do seu outro lado recebe todo esse acervo do cais. A praça ligeiramente elevada dentro daquele mesmo nível de todas as suas periferias, as suas bordas e os quatro guindastes como memória resgatada nessa praça. Essa é mais uma leitura que a gente pode ver claramente que tanto a cidade quanto Guaíba estão muito diretamente relacionadas, as perspectivas visuais e as inter-relações são muito favorecidas. A ideia é de se trabalhar com as grandes áreas, como esse grande boulevard, uma área de atividades de acesso aos armazéns, as ciclovias que percorre toda essa área do cais. E essa seria a ligação que pode se notar que propomos entre os armazéns, de modo a poder potencializar e aumentar os seus usos e atividades. Aqui é o grande acesso, na Sepúlveda, pegando esse grande eixo visual e mantendo o mesmo tipo de pavimentação. Na verdade, veículo a partir daqui que entra para essa área que conduz até o cais. Uma visão daquilo que estamos propondo, dessas travessias, isso é muito claro quando a gente procura mudar o tipo de pavimentação asfaltica para o mesmo piso em paralelepípedo. Deixando muito claro para quem está no carro que essa é uma área de prioridade dos pedestres. O pórtico e essa leitura que é fluída aqui, as perspectivas aqui, como dá para se notar, elas acontecem de modo muito direto. E só pequenas isométricas para a gente compreender um pouco, na praça de convivência dos armazéns, como a gente podia fazer essas faixas de travessia na Praça dos Bispos e nessa área do pórtico central também. Aqui só uma ideia de como os armazéns poderia ser ocupados, preservadas as suas estruturas, destacando as estruturas originais, toda estrutura e mezanino que pudesse ser executado, ela estaria desvinculada dessa estrutura principal, de modo a garantir sua integridade e obviamente não carregar qualquer sobrecarga nelas. Então, o armazém seria preservado em todos seus componentes e poderíamos oferecer novos espaços, inclusive criando coberturas ou telhar, ele vai ter que ser todo refeito, não as estruturas, obviamente, mas o telhado de modo a oferecer uma nova dinâmica nesses espaços internos. No setor das docas, esse é um setor que chamamos de “nova urbanidade”, é aquele setor que propomos um adensamento maior, de modo a viabilizar todo esse projeto ao longo da orla de Porto Alegre ou do cais. Na doca 1, 2 e 3 propomos dois edifícios residenciais com comércio local. A nossa ideia de habitação aqui, e eu fortemente defendo habitação dentro dos cenários urbanos, eu devo dizer que ela é parte fundamental das atividades urbanas. Então, do ponto de vista da ocupação nós não estamos retirando nada para substituir por outro tipo de atividade, nós estamos agregando atividades a essa área subocupada das docas. Estamos também trabalhando com a ideia de nos térreos o comércio local, fugindo dessa ideia de habitação como um condomínio fechado, que todas as atividades acontecem intramuros, todo lazer acontece dentro desses espaços, nós estamos propondo que o lazer seja a própria cidade, o espaço de encontro seja a própria cidade. As pessoas moram, elas têm o seu comércio embaixo, aquele comércio quase de subsistência e aqueles essenciais, que são a padaria, o açougue, são essas atividades todas de suporte à vida da cidade, a vida das pessoas. Essa é uma leitura um pouco daquilo que propomos, uma grande praça e com grandes espaços, são absolutamente livres de espaços de função pública, que resalto mais uma vez. E aqui no térreo todo ocupado por esse comércio e os edifícios de ocupação. Essas são obviamente, esse é um projeto referencial que nós estamos trabalhando dentro desse momento com o Masterplan e com os projetos conceituais todos que estamos propondo aqui. O nosso trabalho, a nossa dimensão e o nosso escopo se formaliza dentro desses dois momentos do projeto. Essa é mais uma leitura, estamos propondo também que entre as docas possamos criar não espaços de atracação de barcos, criar atracadouros aqui, que não é exatamente uma marina, mas de modo a potencializar um pouco esse uso. Na doca 2, dois edifícios corporativos e dois

edifícios de habitação. Eu ressalto que também nos foi passada a necessidade de determinado número de áreas para que e possa viabilizar todo o projeto. Como eu disse, nós trabalhamos sob demanda, sob programa, a partir disso nós procuramos, e cada um procura da sua melhor maneira, viabilizar aquilo que nos é solicitado. O que nós temos são esses grandes espaços, como edifício residencial e comércio também no térreo, tratamento paisagístico e essa integração. Esse foi um trabalho feito e que a vocação da ocupação dessa área nos foi solicitado que ficássemos na habitação, no comércio, no serviço e também nós vamos ver na doca 3 um espaço também de cultura. E dando uma sequência, a partir da doca 1, do edifício residencial e do edifício de serviços, nós procuramos criar momentos, que também nos solicitaram para que isso pudesse ser em função da própria dinâmica da Cidade de Porto Alegre, pudesse ser desenvolvido em fases e não em um único espaço que não se teria esse fôlego, a própria da cidade de absorver esses projetos todos em um único momento. Então, procuramos também criar condições para que pudesse ser faseado. Eu faço notar aqui que é praticamente um veículo dentro dessas áreas, ele acontece de modo muito controlado e o nosso trabalho, nosso projeto tentou trabalhar dentro do limite mínimo aceitável para se colocar automóveis dentro dessa área. Faço só uma ressalva para todos, que de modo geral vocês vão ver que nas três docas nós estamos propondo uma ocupação de aproximadamente 1.600 vagas de carro. Isso significa metade do que hoje, se pegarmos um volume de carros, o Shopping Iguatemi na Cidade de Porto Alegre o que ele concentra de vagas de carro. Então, é um número bastante controlado no nosso modo de entender, para ser distribuído ao longo dessas três docas. Na doca dois, essa grande praça e esses espaços de inteirações, sempre ressalto isso, que são espaços de uso público, espaços abertos, espaços de consequência da própria cidade. Na doca três, dois edifícios comerciais com uma base de comércio. A Praça Edgar Schneider restaurada, a restauração e tratamento paisagístico sendo oferecida também como lazer e contemplação. Uma torre corporativa e de hotéis também e o edifício do frigorífico, que, na verdade, ele é inventariado, a nossa proposta é de mantê-lo na sua volumetria internamente, obviamente, retrabalhar o seu uso. Então, é um edifício muito rígido nas suas estruturas, ele internamente tem uma malha 5 por 5 de pilares em função das suas necessidades de uso que teve. Nós estamos propondo ali retrabalhar esses espaços internos e colocar alguns elementos construídos de apoio, justamente para fazer as circulações verticais e para poder também oferecer um pouco mais de possibilidades dedicadas à cultura, a museus e espaços culturais de uso múltiplo. Essa daqui é a leitura com a praça em primeiro plano. O frigorífico, que a nossa ideia é fazer com que na sua cobertura se tenha uma Green House, podendo chamar assim, para eventos e para atividades diversas. E isso à noite funcionaria quase como uma grande lanterna iluminada, como uma grande referência de quem vê do Guaíba, tenha a leitura desse espaço. Uma visão nessa sequência, que é a ideia aquela de se trabalhar sempre com os terraços verdes, com os espaços potencializados nas suas coberturas como um uso diversificado. Essa daqui, no primeiro plano os serviços com hotel a partir dessa transição, o hotel nos planos superiores. Logo na sequência, nessa primeira sequência, a área aqui do frigorífico com essa cobertura, onde nós estamos propondo um auditório aqui, destacado e aberto para a praça. Na sequência dos planos o edifico de habitação com as suas lages verdes também, os espaços da praça. Esses espaços entre as docas uma ocupação de uma marina. Aqui a leitura logo ao fundo da doca dois, edifício de habitação. Essa é a rua interna em que a gente pode claramente observar que o Guaíba é uma presença sempre constante nas perspectivas e nas fugas de visão. E aqui esse auditório, que ele se abre para essa grande praça. Uma elevação a partir da cidade, da doca um, doca dois e doca três, e essa vista geral a partir do Guaíba. O edifício mais alto que estamos propondo neste

momento para ocupação, que é esse edifício do hotel e dos serviços, ele não passa de 40m de altura. Uma ocupação bastante controlada, que está nesse nosso projeto bastante aquém daquela que a legislação nos permite. Então, é isso, essa é uma nova leitura, a cidade recebendo esses novos edifícios e a leitura aqui do Guaíba se pode ter dessa área toda. Aqui no setor das docas uma foto inserção também, numa foto que nós colocamos esses novos edifícios, essas novas ocupações e também, rapidamente mostrando que é uma área em que o verde está muito presente. Nós trabalhamos aqui com o Paulo Pellegrino, da Universidade de São Paulo, arquiteto e paisagista, juntamente com duas arquitetas também da universidade, a Regina de Matos de Porto Alegre e a Joana Paradeda também, que nos auxiliaram muito e foi muito importante a visão local, a visão de toda essa leitura possível do paisagismo, de modo a criar biovaletas, criar canteiros pluviais, jardins pluviais e fazer com que a gente tivesse um sistema de coleta das águas bastante eficiente, como um verde fosse uma presença muito destacada dentro desse projeto todo. E aqui a leitura de todo o Masterplan. A elevação a partir do Guaíba, aqui no superior, e a elevação a partir da cidade. Então, eu acho que é isso. Desculpa se ficou um pouco truncada a minha exposição. Então, é isso que nós estamos propondo para essa área de grande importância, para essa área de Porto Alegre. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem. Obrigado, Renato, pela excelente explanação. Parabenizo novamente aí pelo projeto, pela construção. A gente sabe da complexidade que é tentar trazer as diversas visões, entendimentos que se tem de cidade, tentar compatibilizar com uma viabilidade econômica também do projeto, há uma complexidade naturalmente envolvida. Muitas paixões, é o nosso cetro, o cartão postal da nossa cidade. Então, eu sei que tem sido desafiador fazer essa compatibilização e fico muito feliz em ver o resultado desse projeto, enfim, a Masterplan é uma ideia inicial. Eu sei que ainda estão sendo algumas coisas compatibilizadas, especialmente com relação à modelagem para se viabilizar, mas fico muito feliz onde que se chegou com o projeto. E eu não tenho dúvida que com a implantação dele, então, depois do processo licitatório, de escolha, vai ser uma virada de chave para a nossa cidade, para a Cidade de Porto Alegre, sem precedentes, de fato vamos ter uma nova Porto Alegre. Feliz aí por tudo que tem acontecido nesse projeto e pelo trabalho de todos vocês. Eu abro, Senhores Conselheiros, então, para questionamentos. Eu não sei, João, se alguém quer fazer uma conclusão, mais alguém em cima da apresentação do Renato ou posso abrir para dúvidas e manifestações dos conselheiros? **João Lauro da Matta, Consórcio Revitaliza:** Pode ficar à vontade, Germano, para abrir para dúvidas. Tá? **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem! Perfeito. Então, conselheiros, eu peço que se manifestem ali no chat com relação às inscrições para a gente poder abrir aqui para as falas. Temos inscrita a Conselheira Maristela, a Conselheira Jussara da ABES, o Conselheiro Gomes tem uma Questão de Ordem. Vou abrir aqui a fala enquanto os demais conselheiros vão se inscrevendo para poder fazer uso aqui da fala. Conselheiro Gomes, nos ouve? **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Sim. Boa noite, conselheiros. Boa noite, Presidente. A minha colocação é mais no sentido de dar uma explicação para o conjunto dos colegas do Conselho, o que me levou a convidar a equipe, por ocasião da apresentação deles. Como esse tema vem para nós no final do processo de licenciamento e nós já tivemos uma experiência bastante, digamos assim, enriquecedora para quem participou das discussões do primeiro projeto do Cais, onde nós fizemos diversas oficinas, oficinas técnicas, com o pessoal da Prefeitura, depois com a comunidade, que a Região 1 foi na época modelo de um excelente debate, né. Então, eu achei, pela discussão que

estava se colocando, seria superimportante já o Conselho tomar pé do que está se discutindo para aquela área da cidade que nós vamos futuramente nos posicionarmos, né, para encaminhar para homologação ou não do Prefeito. Então, nesse sentido. E o Conselho à época teve uma participação muito grande, inclusive, com sugestões de algum tipo de intervenção. Então, conselheiro, colegas, foi nesse sentido que eu fiz o convite para o grupo, né. Pedi depois que o Presidente referendasse e ele referendou, aproveito a real oportunidade para agradecer a disposição da empresa, do consórcio e tal, de vir e colocar para nós e para a gente fazer essa discussão inicial, tomar pé do projeto que está se colocando para a Cidade de Porto Alegre. Era isso, Presidente. Obrigado. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Gomes. O Conselheiro Gomes que é da Região de Planejamento 6, nosso Vice-Presidente aqui no Conselho. Então, temos inscritos para falas a Conselheira Maristela, Conselheira Jussara, Conselheiro Professor Rômulo, Conselheiro Emerson, Hermes, Conselheiro Felisberto e Conselheiro Mark. Consulto se temos mais? O Conselheiro Rafael Passos, do IAB, também inscrito. Temos mais o Conselheiro Gomes inscrito, então, também para fazer o uso da palavra. Conselheiro Dal Molin também inscrito e temos antes do Conselheiro Mark o Conselheiro Sérgio Saffer. Conselheiros, mais alguém inscrito? Então, oportunizo a fala à Conselheira Maristela. Conselheira, um período de 4 minutos. Vamos distribuir para dar tempos que todos possam falar. A Conselheira Maristela se inscreveu, mas acho que caiu a conexão dela, não está presente. Então, passo à segunda inscrita, a Conselheira Jussara, pelo período de 4 minutos, conselheira, para fazer uso da palavra, para a gente poder distribuir bem o tempo e depois dar a devolutiva para eles também terem a oportunidade de responder aos questionamentos levantados. Eu peço aos integrantes do consórcio, que se puderem ser mais objetivos e dinâmicos aqui, para todos puderem falar, que os questionamentos levantados tomem nota para depois ao final a gente oportunizar a devolutiva do consórcio. Está bem? Conselheira Jussara, da ABES. **Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Então, boa noite a todos. Bom, eu quero dizer como ABES que logo que começou a apresentação eu já me senti obrigada a me inscrever, porque independente, acho que o projeto tem muitos méritos do ponto de vista arquitetônico, de olhar, de sonhar muito lindo, né. Especialmente aquela área mais próxima da usina e tal. Depois ali nas docas eu me arrepiei, mas nem vou entrar no mérito dessas questões. Eu acho que como ABES é importante fazer a manifestação em relação à premissa básica do projeto, que é uma premissa da qual a ABES discorda, que é a questão de pensar na alteração do muro da Mauá. É sempre bom lembrar que esse muro faz parte de um sistema de proteção contra cheias, que não é de Porto Alegre, é da região metropolitana, foi um investimento público de muita monta e que não está completo até hoje. Então, o próprio Município de Porto Alegre no seu sistema de proteção contra cheias tem uma série de obras e de ações para realizar para que esse sistema funcione adequadamente, questão de manutenção e operação do sistema, quer dizer, além das obras que hoje eventualmente ainda tem que ser feitas e que são obras de altíssimo custo, tem toda a questão da manutenção do que hoje já tem. Então, é importante lembrar o vulto desse tipo de coisa. Além da questão de custo, a gente tem, qualquer alteração que está sendo prevista coloca outro sistema em outra localização. Isso vai depender não só de dinheiro para fazer o que for definido, mas tempo e dinheiro para fazer estudos prévios para a elaboração de projetos. Isso é um tempo bastante longo, até porque alguns estudos demandam tempo, além de dinheiro. Então, assim, eu acho que essa premissa da retirada do muro que está errada, nós não podemos partir de um novo uso para essa área partindo dessa premissa. Essa é a principal colocação da ABES em relação a isso. Se tivermos que,

enquanto município, investir nesse trabalho e mesmo a iniciativa privada, se tivesse ela condição... Não tem, não acredito. Podem até estar fazendo estudo, mas certamente não estão mensurando o tamanho do investimento necessário para tal. E se tivesse o município recurso para isso teria que investir nas outras coisas que estão faltando na própria questão da proteção contra cheias e mais todas as outras prioridades do município. Então, era esta a colocação que eu queria deixar, independente de todas as outras. Eu vi que pediram que isso fosse remetido para os conselheiros, eu endosso esse pedido também, até para que possa ser feita uma manifestação mais completa em relação a outros pontos, mas eu queria deixar esse ponto frisado. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Jussara. A Conselheira Jussara que representa a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, a ABES. Até para os colegas que estão assistindo entenderem as representações. Eu peço que os conselheiros se identifiquem para os demais integrantes do consórcio terem a clareza da representação aqui dentro. Na sequência o Conselheiro Professor Rômulo, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Peço ao consórcio a apresentação, acho que dá para anexar no chat ou senão me compartilhem. Aí a gente repassa também para os conselheiros. Está bem? Conselheiro Professor Rômulo. **Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Ok. Boa noite! Boa noite a todos! Eu gostaria de inicialmente cumprimentar o consórcio, pelo esforço apresentado até agora. Neste momento nós temos apenas impressões superficiais e provavelmente incompletas a respeito do que representa o investimento, o projeto como um todo. Não obstante, eu gostaria de comentar um ou dois aspectos relativos à proposta. Primeiro parabenizar os arquitetos, eu acho que a solução é bastante razoável, sensata, adequada, digamos assim, às características urbanas e históricas do sítio todo. Eu acho que houve assim, uma sensibilidade de tratar cada um dos pedaços de acordo com a sua especificidade. E tanto que eu consigo ver as propostas sugeridas para cada um desses trechos, que são compatíveis com a inserção urbana e as características de cada uma tem. Essa praça do Gasômetro é um esquema tipo Marina da Glória, acho uma boa ideia, que tende a funcionar muito bem. Já há hoje o embrião lá chamado Embarcadero, que eu acho que é uma coisa que pode justificar frutificar, vamos dizer assim, a relação. E assim vão todos os demais trechos. Eu só queria lembrar uma questão que envolve o tempo, como disse a Jussara, que colocou aqui numa perspectiva mais temporal do que espacial. Eu queria lembrar o seguinte, que a gente tem esse trem metropolitano, que foi feito, todo mundo conhece a história, mas ele foi feito em cima de uma linha férrea que já existia. Na realidade, ele não foi ele não teve um traçado propriamente urbano, ele não foi um traçado para servir a cidade, mas se servir de uma área, de um espaço pré-existente e dessa forma ele tem um trecho que, vamos dizer assim, contribui pouco para o funcionamento da cidade, que é desde aquela situação Farrapos. Então, já se fez estudos anteriormente, na época em que nós ainda imaginávamos, esperávamos que pudesse haver metro em Porto Alegre algum dia, não de que essa linha pudesse ser interrompida lá na Estação Farrapos, todo esse trecho em direção ao Centro, até às duas estações, a São Pedro e a estação... Três estações, na verdade, a São Pedro, Rodoviária e a Central, poderiam ser simplesmente removidas com as linhas, evidentemente, o que mudaria, radicalmente eu acho, em termos de adaptação aquele trecho desde o portão do Cais do Porto, até o fim da praça, cujo nome não me lembro mais. Outras alternativas que já foram pensadas, era de interromper a linha do Trensurb na Estação Rodoviária e ter um sistema alternativo de conexão entre os terminais de ônibus que vêm todos do norte e do leste, que passam pela rodoviária, que poderiam parar. E outro terminal no sul, na extremidade sul da península, que pegaria todas as linhas de ônibus que vêm do sul e do sudeste da cidade. E esse

trecho entre os dois grandes terminais poderia ser preenchido por ser suprido por um sistema alternativo, tipo trens leves, que é o que acontece lá no Rio de Janeiro e outras cidades que a gente conhece no mundo. Então, hoje isso pode parecer inatingível e inviável, mas eu gostaria de imaginar minha, agrada-me imaginar que essas coisas possam mudar com o tempo e que daqui a 10 anos ou daqui a 20 anos nós possamos fazer isso, ou seja, levar adiante esse negócio. E nessa situação de ter perspectiva de mais longo prazo, não sei se o projeto poderia responder no jeito que ele está, responder adequadamente a esse novo quadro. Particularmente, na área da Estação Central, que, digamos assim, é o ponto nevrálgico da cidade, tem o Mercado, já tem um lugar adorado por todo mundo, talvez o lugar mais importante da Cidade em termos urbanos. Todo aquele complexo da Prefeitura, o Mercado, a Praça XV, a Praça Montevidéu, com vários elementos, que poderia ter uma continuação natural, vamos dizer assim, em direção ao rio. Não sei que consequências poderão ter sobre a proposta atual. Era basicamente isso, Secretário. Eu queria lembrar esse negócio, a não ser que possa ser uma virtualidade a ser considerada quando o projeto for apresentado de forma definitiva. Obrigado. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Professor Rômulo, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pela manifestação. Com a ausência da Conselheira Maristela, para dar mais tempo, eu ampliei para 5 minutos as falas, porque imagino que 4 fica pouco tempo. Então, a Conselheira Maristela não está presente, a gente remodelou o tempo aqui para 5 minutos. Na sequência o Conselheiro Emerson, representando o Orçamento Participativo. Conselheiro Emerson, por favor. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Boa noite, Presidente. Boa noite, Conselheiros. Boa noite aos representantes do consórcio. Pela análise de primeira visão em relação ao projeto, é um processo bem audacioso, né, tem uma concepção de um grande investimento. E na atual situação também temos uma questão de regime de atividade ali, que o residencial hoje não é permitido pelo Plano Diretor que nós temos hoje na atualidade. Também quero colocar aqui uma grande preocupação, que é em relação ao trânsito, que nesse ponto aí, principalmente da Mauá e Centro é bem massivo hoje atualmente. O que vai mudar em relação a isso? Porque querendo ou não vai aumentar a população naquele espaço, vai ter a área residencial, também vai ter o número de carros ou de carros parando naquele espaço. Quero também perguntar a questão da previsão de tempo e o número de fases desses empreendimentos que vão ser propostas nesse local. Também sabe um pouquinho mais de como que está sendo trabalhado o saneamento e o esgotamento sanitário. Isso é muito importante, porque a gente está na beira do Guaíba. Então, ter esse cuidado é essencial para projetar futuramente essas instalações. E também, já de antemão, perguntar em relação a como vão ser tratadas as contrapartidas sociais, como vai ser trabalhado com as comunidades locais, o próprio Orçamento Participativo da Região Centro, a Região de Planejamento 1, é importante a gente ter essa visão e trabalhar também com essas contrapartidas. Obrigado. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Emerson, do Orçamento Participativo, pela contribuição. Na sequência a gente tem o Conselheiro Hermes Puricelli, que é do Sindicato dos Arquitetos do Rio Grande do Sul, inscrito. Fique à vontade, Conselheiro. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Boa noite a todos e todas. Boa noite especial e parabenizo o Escritório Dal Pian, do Renato e a Lilian. Realmente, é um projeto bastante arrojado, como já foi dito. Nós, como todo mundo sabe, em Porto Alegre temos um verdadeiro trauma em relação às possíveis soluções para o nosso Cais do Porto. Eu como

sou um dos mais antigos ainda vivi o tempo que os meus pais, junto com os filhos, a gente ia no Cais do Porto, na doca, onde tinha uma feira de frutas e verduras e também se passeava ali. Então, é uma coisa que tem uma memória afetiva muito importante, não só para os mais velhos, mas acredito que para toda Porto Alegre, mesmo aqueles que pouco conheceram o interior do cais. Então, eu queria dizer que é uma questão muito polêmica, a gente sabe, Porto Alegre e os gaúchos têm uma característica muito grande dos extremismos, é o azul e o vermelho. Então, vai ter gente que vai defender com unhas e dentes, vai ter gente contra com unhas e dentes, mas me pareceu assim no geral uma solução bastante razoável. A gente tem a atual linha do sindicato, algumas restrições a essas edificações residenciais e as torres em relação às questões que vão conflagrar com a área Central, sombreamento e etc., ventos e etc., mas isso é uma questão, como foi dito, é um Masterplan, é uma ideia inicial, né. Também gostaria de falar que nós temos uma frustração muito grande com as ideias iniciais. E aí não vem nenhuma questão dos projetistas, né, e o produto final. Nós temos algumas experiências aqui, eu me lembro, e eu trabalhei durante 40 anos na Secretaria do Planejamento. Então, a gente vê coisas que nesse nível foram de uma excelência e o produto final, lá na hora do projeto, que passa por centenas de mãos, empresas e governos diferentes, termina sendo uma frustração. Mas uma questão que eu queria levantar, durante esse período, lá no início, na época, década de 70, ainda no fim da década de 70, na Secretaria do Planejamento, que já se discutia essa questão do cais. Isso é recorrente, da universidade também, bem antes disso o meu trabalho de formação foi exatamente a viabilidade de recuperação do cais. E uma das questões que me vem muito forte daquela época e alguns colegas desenvolveram trabalhos, era em relação á Praça Brigadeiro Sampaio, a Usina do Gasômetro, embora tenha custos que a gente sabe que podem alterar a viabilidade de um projeto, de um estudo desses, mas de se enterrar o trecho. E foi feito, inclusive, viabilidade do ponto de vista técnico, não tinha nenhuma questão impossível, eram mais custos financeiros de enterrar um trecho significativo da Mauá, até como foi dito pelo Conselheiro Emerson, se eu não me engano, nós temos um tráfego intenso ali. Então, eu achei excelente aquela solução dos carros passando ali, mas pensem naquilo ali passando dezenas de ônibus e centenas de carros por minuto, não saberia dizer exatamente, né. Em horas de pico aquilo ali é um horror, é uma das zonas talvez mais conflitadas também em termos de mobilidade. Então, seria uma sugestão de enterrar uma parte e integrar a Praça Sampaio com todo aquele ponto, aquela grande praça que é a área da usina e proximidades. Uma segunda questão também que eu levanto, embora eu ache, tenho quase certeza, não foi arrolado nesse trabalho, nesse desafio que vocês estão enfrentando, a questão do nosso aeromóvel, até porque tem notícias que o Governo do Estado está tentando fazer alguma coisa no aeromóvel, mas seria um desafio também integrar linha pré-existente àquela linha que foi uma linha experimental do aeromóvel a alguma atividade ou talvez ser até uma linha turística que continuasse junto a esse setor de todo o cais. E a terceira questão, a última questão que eu traria é a possibilidade, porque uma das grandes questões, e isso são as nossas desavenças, vamos dizer, diárias no Conselho do Plano Diretor, é que os projetos... E aí não é culpa nossa, dos arquitetos, as nossas propostas terminam, até porque os nossos demandadores, terminam sendo elitistas pela cidade. Eu não tenho dúvida que uma solução dessas é tudo de bom, que a cidade quer integração, ficar de frente para o rio, etc. e etc., assim como foi feito em vários lugares do mundo, em Barcelona, em não sei mais onde, aqui mesmo na América Latina. Mas uma proposta, alguma coisa que tentasse de alguma forma trazer e aproveitando aqueles pavilhões que são enormes e tem vários, alguma aproximação com as populações economicamente menos favorecidas. Alguma coisa numa linha mais popular, assim, de feiras populares, até

voltando a nossa história de feiras de agro, de hortifrutigranjeiras, né. É lógico, eu também entendo que nesse momento, não é agora o momento que vá se viabilizar isso, mas que já ficasse amarrada alguma coisa para que essa nossa população menos favorecida não ficasse afastada de qualquer tipo de atividade, como tem acontecido em geral. Obrigado e mais uma vez parabéns pelo trabalho. Obrigado, Conselheiro Hermes, pela explanação. Na sequência a gente tem o Conselheiro Felisberto inscrito. Conselheiro Felisberto, que é da Região de Planejamento Um. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Bom, primeiro dar um boa noite ao Renato, né, que eu já o conheço dos workshops e a apresentação nós já tínhamos visto. O que me parece importante é que com projeto para a Região Centro, e é uma das coisas que eu venho dizendo a horas, não se pode adensar uma região sem estudar efetivamente a questão da drenagem, do saneamento, porque a Região Centro, quando chove em alguma parte da cidade, ela alaga. Não digo do muro para dentro, não do muro para o cais. Então, eu vejo que isso tem que ser avaliado com muito cuidado para a questão do adensamento da região central. Segundo, levar muito em conta a história do cais, a relação do cais com a cidade. Isso é fundamental na memória de uma cidade. Eu queria que pensasse a mudança, ao invés de Cais Mauá, Cais do Porto, fazendo referência ao porto, que tem muito a ver com o nome da nossa Cidade Porto Alegre, que agora anda meio triste. Esperamos que consigamos alegrar a cidade. A terceira coisa é a questão da mobilidade como muito bem foi levantado, muitas vezes se faz plano de mobilidade sem conversar com as pessoas que moram no Centro, é uma visão tecnocrata. Desculpem, às vezes as pessoas ficam ofendidas quando a gente diz isso, mas quem sofre a consequência de um mau planejamento, de uma solução errada, é a população. E agora eu vou citar outro exemplo, que com a ocupação da orla, todos os ônibus estão sendo desviados pelo Centro, pelas ruas que têm um cuidado, são paralelepípedos que têm toda uma história e uma manutenção na região central. Então, tem que ter muito cuidado com isso, né! É importante! O Hermes levantou duas questões que para mim são fundamentais. Houve todo um planejamento de rebaixar ali na Brigadeiro Sampaio, junto com o cais, com a Usina do Gasômetro. Então, é importante que a gente tenha um olhar ao que já foi proposto e que a gente pudesse debater. A quinta colocação que me faz importante é a questão da relação com o projeto alternativo que tem sido construído pela universidade, por um grupo de professores junto com o Cais Cultural Já. É um projeto que valoriza a identidade da cidade, valoriza os grupos culturais e é importante que a gente tenha um olhar e a oportunidade de conhecer. Por fim, eu fico muito, e as pessoas às vezes não entendem, e eu quero ressaltar isso, é quem vai financiar isso. Não me venham dizer que é a iniciativa privada, porque muitos empreendimentos construídos na Cidade de Porto Alegre são financiados por bancos públicos, com pedido da iniciativa privada, mas quem os financia é o banco privado, BRDE, Banrisul. Então, isso eu pergunto, o BNDES nesse empreendimento, qual é a inserção e a possibilidade de financiamento para recuperar os armazéns, independente das docas? Porto Alegre tem a capacidade de endividamento e poderia fazer um projeto para recuperação dos armazéns. E eu quero solicitar, Secretário, que sejam remetidos os estudos de análise estrutural dos armazéns para este Conselho. Esta é uma solicitação da RGP 1. Certo? Eu quero ter acesso a esses documentos, ver quais são os problemas e saber quais os custos reais para recuperá-lo. E, por fim, quero parabenizar a ideia de levantar, a partir do cais lá da beira do rio, eu acho uma alternativa ousada, só pergunto se vão ter cuidado com o piso que é tombado, junto com os armazéns? Então, era isso, obrigado pela oportunidade. Parabéns pelo projeto e pela apresentação de hoje. Obrigado! **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto, da

Região de Planejamento Um. A Conselheira Maristela ingressou novamente na reunião. Sim, está garantida a sua fala, Conselheira. Já lhe oportunizamos o uso da palavra. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Boa noite, Secretário. Boa noite, conselheiros e conselheiras. Há muito eu lembro da reformulação que participei mais ativamente, no final de 99, depois em 2002, uma revisão constante que tem do Plano Diretor e dessa discussão da questão do Cais do Porto. E fico profundamente, impactadamente feliz com o que estou vendo. Eu não quero aqui desconsiderar nenhuma preocupação e nenhuma motivação especial da Universidade Federal, que eu acho que sempre tem um brilhantismo para crescer e tenho certeza que depois do que nós passamos nos últimos 4 anos agora se abre um novo momento para que a gente aprofunde. Acho que até o Secretário fica mais à vontade. Desculpa, Secretário, a minha sinceridade, mas se o senhor não fosse uma pessoa que estivesse interagindo com a gente, o senhor não teria voltado novamente. Então, ficamos de bem todo mundo, graças aos orixás, a Deus, nós vamos tocando a vida. Bom, mas voltando. Uma coisa que me chamou atenção, fora as questões que foram colocadas aqui, eu perdi parte. Portanto, quero endossar a solicitação que a gente receba esse material. Muito discutimos, muito dinheiro perdemos do Governo Estadual, dinheiros federais sobre a questão dos investimentos, dos calados em especial, com a questão dos navios comerciais e também do turismo, né. Então, se houve essa preocupação da questão do aprofundamento dos calados em toda essa extensão para que a gente possa ter esse aporte, porque a cidade está se abrindo para esse momento em especial do turismo. E ela não pode ser só via aérea, que é um dos maiores poluidores que existe no mundo, ela tem que ser também térrea. Também na questão produtiva e na questão de turismo também para o aporte dos navios. Então, acho que esse é o momento de contribuição e a gente começa a sonhar novamente, isso é superimportante, resgata a linha histórica de planejamento da nossa cidade, desde a época do saneamento lá na Serraria e agora com essas novas obras do DMAE, agora o que vem acontecendo na orla. Então, Secretário, eu sei que está terminando meu tempo, né. Então, eu tenho um pouco essa preocupação, porque o restante, muitos têm melhor dimensão técnica para opinar, mas essas duas questões aqui, da questão dos calados, enfim, se vai haver esse investimento ou se isso faz parte de um planejamento médio e futuro. Muito obrigada e parabéns pela apresentação. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Maristela, conselheiro que representa a Região de Planejamento Cinco, pela contribuição ao debate, os questionamentos serão oportunamente respondidos ao final da apresentação. Na sequência, então, a gente tem o Conselheiro Saffer inscrito, da Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura, ASBEA. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Boa noite, Secretário, conselheiros, colegas que estão fazendo a apresentação. Primeiro eu queria parabenizar pela iniciativa e pelo projeto, acho que tem muita coisa ainda para vocês receberem como contribuições, debate. As minhas manifestações são mais algumas dúvidas de entendimento em si do próprio projeto que eu queria depois, como vocês vão ter a oportunidade de esclarecer. Naquelas regiões que vocês fazem para minimizar e facilitar a travessia dos pedestres, para ligar a cidade com o cais propriamente dito, vocês disseram que vai ter a parte dos paralelepípedos ali. Eu queria entender se aquilo continua no mesmo nível ou é uma grande lombada, que quando chega naquela região dos paralelepípedos ele sobe e fica um longo período mais alto e depois rebaixa. Isso que eu queria entender, porque ali vocês só falaram no sentido do paralelepípedo, mas eu entendo... Vocês sabem, né? Ali é um lugar que com muito movimento, com muita velocidade, teria que ter alguma forma de garantir essa fácil

travessia dos pedestres para unir os dois lados. Essa é uma das perguntas. A segunda, eu queria entender qual é o compromisso do consórcio sobre os próprios galpões ali, porque quando tu mostraste, não sei se é uma forma de falar, isso eu não entendi, tu mostraste as perspectivas internas dos galpões. Assim, aqui são sugestões com mezanino. Então, queria saber se também bem dentro dos galpões é um máximo por diretriz ou além da recuperação de todo telhado, pintura, alvenaria, se vocês teriam intervenções já na parte interna, o consórcio já propondo, ou aquilo é alguma ideia? Ou como é cada galpão que está destinado com alguma atividade ali, seria essa arquitetura interna dos galpões ou todas vão ter a mesma linguagem interna? Porque eu vi ali que tem a questão que torna alguns telhados translúcidos. Então, é que eu queria entender, qual o compromisso e o que é proposta mais genérica. E eu acho que basicamente eram essas as minhas dúvidas, eu queria mais dúvidas referentes ao projeto, é isso aí. Obrigado, Secretário. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Saffer, pela contribuição ao debate. Na sequência a gente tem o Conselheiro Mark da Sociedade de Economia. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Boa noite. Boa noite a todos conselheiros, conselheiras e a todos os convidados, a todos os que são de fora do nosso Conselho e que estão trazendo esta contribuição importante aí sobre o Cais do Porto de Porto Alegre. Realmente, eu que vi e escutei a formulação do Arquiteto Renato Dal Pian sobre o seu projeto, é a primeira vez que eu ouço isso e vejo as imagens projetadas, né, elas realmente para uma cidade hoje semiadormecida e nessa área da Porto Alegre é uma cidade muito ferida, né, uma cidade ferida pelo projeto do Trensurb, uma cidade ferida pelo projeto do muro, porque essas decisões foram tomadas com uma autoridade contumaz daquela época, sem nenhuma consulta à cidadania, como ela costuma fazer. Então, hoje vendo esta proposta de revitalização é muito importante, ela chega no momento para uma região que recentemente aprovou o projeto de revitalização do Centro Histórico de Porto Alegre. Então, esta é uma questão superimportante, como o projeto apresentado pelo Arquiteto Renato Dal Pian conversa com o projeto de revitalização do Centro Histórico de Porto Alegre, que precisa haver uma concatenação importante, como conversa com a referência ao projeto dos professores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que são representantes da nossa aldeia, são representantes do saber local, da informação local, que podem nutrir, informar este consórcio de 8 empresas voluntariosas que trazem à Porto Alegre este projeto. A primeira questão que me coloca frente este cenário é em que medida a comunidade porto-alegrense será consultada ou tem espaço para a sua expressão. Há condições de que a comunidade porto-alegrense se expresse em relação a este projeto? Há uma previsão dentro da estrutura desse consórcio para que a população seja consultada e eventualmente possa contribuir? Então, essa é uma questão. E a outra, há muitas referências às questões de moradia, de oferta de moradia, e nós discutimos sobre a questão da moradia, um plano de revitalização do Centro Histórico de Porto Alegre, a função da moradia popular, que foi mencionado várias vezes que o Centro de Porto Alegre precisaria recuperar em maior grau a sua função de moradia popular. Então, a função de moradia popular no Centro Histórico de Porto Alegre recuperada, seria bom que dentro do projeto do Arquiteto Renato Dal Pian, se esse tema poderia ser também aí acolhido para nós termos uma conversação entre esses dois núcleos importantes de Porto Alegre, sendo tanto o setor histórico, né, o Centro Histórico, como esse projeto do porto de Porto Alegre. Era isso, obrigado! **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Mark, pela contribuição ao debate. Na sequência a gente tem o Conselheiro Rafael Passos, do Instituto dos Arquitetos, IAB. **Rafael Pavan dos Passos (2º**

Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS: Boa noite, Lilian. Boa noite, Renato. Boa noite, colegas. Algumas considerações e algumas questões assim. E começo pela parte bastante positiva do meu ponto de vista, que é essa transição que acabou se criando, essa harmonia entre aquilo que vem do Gasômetro, quer dizer, a gente vem de uma orla que é predominantemente um ambiente natural, vai chegando no Gasômetro, esse ambiente natural passa para o outro lado do Gasômetro com o projeto de vocês, essa praça, esse parque bem arborizado... Não é um parque, é uma praça, mas uma praça com esse caráter de uma boa massa arborizada, né. A preservação só A7 é uma decisão acertada, não é tombado, mas é como eu digo, não é tombado por critérios técnicos, que, não foi construído junto, ele foi construído posterior, com diversas características, mas por lei, para aquele que reconhece o cais como o seu patrimônio, o A7 é tal qual os outros armazéns. Então, parece que isso é muito importante. E o edifício que se coloca atrás está um pouquinho mais alto, mas não é nada que impacte. Eu acho que nisso houve uma grande evolução em relação ao projeto anterior. Dali eu vou para o outro lado para chegar depois no miolo, que são os armazéns. Eu vou para outro lado, aí eu faço uma consideração, é muito difícil, por melhor que seja o arquiteto, quando a demanda do cliente é ruim não tem arquiteto que faça milagre. Então, ali é uma questão de uma massa. Eu não estou falando de altura, estou falando da massa, a quantidade de edifícios que acabam construindo uma massa edificada no lugar da cidade. Ainda é no lugar menos impactante, do meu ponto de vista, porque é um lugar onde a velocidade é outra, de circulação, etc. e tal; mas é uma massa diante de toda aquela edificação que fica atrás. Então, de alguma maneira essas edificações que ficam atrás dessa massa toda, está perdendo boa parte da sua relação com o rio, de alguma maneira se cria aí outro muro, senão é nosso muro do espaço público, é um muro que não proporciona para quem está atrás também ter esse acesso ao rio. É mais essa questão da massa do que necessariamente da altura, é uma crítica, não é algo assim. Aí eu vou para os armazéns, mas antes dos armazéns a questão da travessia, aí uma questão, do outro projeto ficou uma questão no EIA RIMA muito gritante, de que o próprio EIA RIMA admite a possibilidade de resolver alguns problemas de trânsito. E aí vai um pouco até no que o Saffer questionou, independente o nível, o que eu entendi, entendi da apresentação o paralelepípedo do mesmo nível do passeio. Mas ainda assim, quer dizer, tem uma questão, por mais que tenha sinalização, a velocidade da avenida é outra. O Professor Rômulo também trouxe considerações do que é possível, se eu não me engano a Júlia, que é da EPTC, colocou aqui algumas questões do Plano de Mobilidade. Quer dizer, esse é um pouco dos problemas trazidos por muitas frentes atuando descoordenadamente sobre o mesmo local. Então, isso eu acho que precisa ser visto, porque é uma grande ideias, mas se que haja esse grande olhar, que talvez não seja o mesmo do projeto de vocês ou o projeto do cais, o consórcio a resolver isso sozinho, com certeza não é, parece que essa ideia para se implantar na prática vai precisar de uma série de outros dispositivos de mobilidade, pelo menos funcionando, que a gente está longe de alcançar. Então, teria algum cuidado nisso. Eu não vou entrar nas questões do muro, eu vou deixar para a ABES, vou deixar se vocês trataram com o IPH, aí deve estar bem tratado. Sobre a questão dos armazéns, eu acho que é menos um problema de arquitetura, mas pode ter nas diretrizes de vocês esse atendimento ou essa flexibilidade, porque assim, o que está proposto agora pela universidade, essa sistematização que a universidade fez, de uma série de demandas de coletivos, de grupos culturais que buscam um espaço não relegado, um espaço de destaque na cidade para que a cultura porto-alegrense possa se destacar e ser de fato um mercado cultural, constituir ai uma indústria cultural relevante na cidade, não ficar relegado aí a espaços, tipo, fazendo favor. Eu acho que essa é a grande contribuição que traz esse trabalho do grupo da universidade. Eu acho que existe tentar

deixar o mais aberto, se é que vai haver, é a pergunta do Saffer, esse Masterplan das intervenções internas dos armazéns para que eles possam absorver essa diversidade de possibilidades, que me parece que é esse debate que espero do consórcio. E quando falo "consorcio", vocês são uma parte, vocês ao do projeto, eu estou falando de todos esses agentes do consórcio, e também, e fundamentalmente o agente público, que é quem deve ter essa sensibilidade, o dever, na verdade, de entender que há uma demanda de um setor significativo da sociedade porto-alegrense por espaço e não por um espaço nessa oportunidade. É a oportunidade de estar também ocupando esse espaço, não é um favor, se nós queremos falar de economia criativa de fato e não ficar no discurso da boca para fora, né, a economia criativa, a base dela é quem faz cultura há décadas nesta cidade, que agora nós se veiculou uma grande proposta através da sistematização feita por três institutos da Universidade Federal. Mas eu parabenizo o trabalho, eu sei, como arquiteto eu sei que as demandas são grandes e muitas vezes a gente tem que fazer uma limonada de limão amargo. Grande abraço! **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Rafael Passos, que representa o IAB. Na sequência a gente tem inscrito o Conselheiro Gomes, da Região de Planejamento Seis, vice-presidente deste Conselho. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Boa noite, Presidente. Boa noite, conselheiros, novamente. Muito feliz pelo nível de intervenção dos colegas, com profundas contribuições. Eu gostaria de colocar os problemas que o grupo de arquitetos vai enfrentar, está enfrentando, acho que já valeu a atitude, Presidente, de convidar o consórcio para fazer a apresentação do Masterplan. Eu queria fazer alguma consideração muito rápida sobre o muro, lembrando que o muro da Mauá é um grande mito para Porto Alegre, todos os governos, alguns com mais coragem, outros menos, pensaram em fazer alguma alteração nele. E eu lembro da colega Eleonora, quando foi diretora do DEP, ela propôs um concurso para eliminar o muro, ou dar alternativa ao muro, ou dar alternativa da integração do muro com a cidade, do muro com conselheiro cais e tal. O concurso não deu praticamente em nada, mas os arquitetos de Porto Alegre tiveram oportunidade naquela época de se manifestar e de propor alguma coisa concretamente. E se não me engano a ideia que ganhou à época eram escadarias que subiam o muro e desciam o muro, o muro ficava lá e tu criavas situações que subia o muro e descia o muro, uma das alternativas. Depois, mais uma alternativa, mas o que eu quero resgatar é que a alternativa que está sendo proposta não altera o sistema de proteção de cheias, ele cria, na verdade, um sistema dinâmico de recuperação da barreira que existe ali, não se elimina a barreira. E a grande sacada que eu achei foi a história de fazer essa elevação de 1,20m da superfície diretamente junto ao cais, que já cria um bom entendimento. Nós lembramos que a última ameaça de cheia que nós tivemos, acho que foi em 2015, não tenho certeza, chegou a bater água embaixo do portão, chegou a ter que acionar os portões, acionar os sacos de areia, que é uma alternativa se der uma enchente. Nós tivemos que recorrer a muitos e muitos sacos de areia para colocar nos vãos normais que ficam no portão e tal, nessas comportas. Bom, outro ponto que eu quero deixar registrado aqui é que o Hermes levantou, no projeto anterior o Conselho do Plano Diretor, depois de diversas reuniões técnicas que nós promovemos discutindo o projeto, nós propusemos o rebaixo da Mauá, que não estava no projeto, na altura da Praça Brigadeiro Sampaio... Estou vendo o Dal Molin, que é um dos proponentes dessa ideia, a praça já está mais ou menos a 1,20m acima da cota da Mauá. Então, seria mais ou menos ali uma grande passarela, seria praticamente uma praça, um largo em cima da Mauá e um bom trecho rebaixaria. Por que não rebaixa toda a Mauá? Poderia rebaixar toda a Mauá, tecnicamente pode fazer isso sem problema nenhum, só falta grana, mas se conseguisse viabilizar isso, tudo bem! Mas de repente se

colocar uma situação intermediária como esta que a gente propôs, que o Conselho propôs na aprovação anterior, já humanizava, integrava e colocava outra situação de relação de Porto Alegre com o cais, além do muro tem a Mauá que divide, que separa. Bom, eu quero dar os parabéns à equipe que veio apresentar o projeto mais uma vez e fico feliz de certa forma ter ajudado a proporcionar este debate aos colegas do Conselho do Plano Diretor. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Gomes, pela contribuição. Na sequência o último inscrito, o Conselheiro Dal Molin, que representa o Sindicato da Indústria da Construção Civil. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Boa noite a todos. Eu gostaria de parabenizar a equipe do Arquiteto Dal Pian. Também fui citado pelo colega Gomes, gostaria de esclarecer que eu quando fui conselheiro da Região Um de Planejamento, em 2005/2006, a gente fez um trabalho junto com os delegados da Região Um de Planejamento e elencamos que um local principal de ação para os planos de ação regional daquela época que o Prefeito Fogaça estava proporcionando o diálogo com a comunidade, a Região Um de Planejamento elencou aquela região da Usina do Gasômetro. Então, a gente fez um estudo que acabou sendo denominado Corredor Parque do Gasômetro. E isso a gente conseguiu colocar no Plano Diretor de Porto Alegre, lá em 2010, quando o plano foi aprovado, está lá o Corredor Parque do Gasômetro. E depois disso o Prefeito Fortunati, que o vice era o Melo, foi homologado o Corredor Parque do Gasômetro, que foi proposta da RGP 1. E o que consistia esse Corredor Parque? Era realmente o rebaixamento da Avenida João Goulart, que é a Avenida Mauá, depois na frente do gasômetro se chama João Goulart. A gente ia rebaixar uns 2,5m e como bem falou o Conselheiro Gomes a Praça Brigadeiro já tem uma topografia que tu podes levar ela um pouco e fazer uma grande esplanada passando por cima da João Goulart, chegando até aquela religião ali que o arquiteto muito bem colocou uma área mais verde, uma escola náutica, uma parte de educação. Mas o que eu queria falar também, o que mais me preocupa nesse projeto nem é a concepção dele mais arquitetônico, se o prédio é mais alto, mais baixo, se é ou não é. O que a gente sempre se preocupou, desde aquela época do outro projeto que a gente estudou, como bem falou o Conselheiro Gomes em várias reuniões, o que a gente estudou era como que o cais ia se comunicar com o resto da cidade, por causa de uma via muito rápida, que a gente tem ali vários fatores de segregação espacial, que é uma via rápida, uma linha de trem e o muro. Então, são três coisas que segregam. Então, no momento quando a gente começa a colocar o uso residencial, uso comercial um pouco mais ali, a gente sabe que vai ter mais mobilidade e a gente também sabe, estou tentando vou falar um pouco rápido, aí no Centro de Porto Alegre, que é onde tem a taxa de idosos mais alta do Brasil. Então, os idosos, naquela época a gente tentou contemplar alguma passagem, alguma coisa que os idosos pudessem fazer essa travessia e poder chegar até a beira do rio. Então, assim, isso é uma das coisas principais, essa questão de fazer, como que as pessoas do Centro, as pessoas que moram no Centro vão chegar até lá para a gente não ter uma coisa como um porta-aviões estacionado na beira do Guaíba, várias coisas acontecendo, mas ninguém consegue chegar. Com isso eu gostaria de deixar essa contribuição para o Escritório Dal Pian, de fazer essa oxigenação, eu vi que dentro do projeto até tem uns vetores que fazem o diálogo com a conexão e visual do cais com a cidade, mas isso é fundamental, inclusive a parte de baixo dos prédios, na área residencial e corporativa, ter fachadas ativas. Isso é que vai fazer com que o cais definitivamente fique agregado à cidade e não seja uma coisa separada, né. Essa questão muito bem falada pelo Professor Rômulo, que a Estação Farrapos, onde chega o Trensurb, dali já deveria fazer uma inflexão para dentro da Perimetral, ir até a zona sul e a gente ter um metrô já a partir da Estação Farrapos. O que

eu sei, várias pessoas que eu conheço pegam o trem, vão até o mercado para depois vir para os bairros. Então, parece que não faz sentido. Então, isso também é outra coisa que tem que ser muito pensada, são os modais de transporte. Tem o fluvial, tem o transporte via férrea, tem o transporte via ônibus, isso também é uma coisa fundamental, não sei se dentro do BNDES mesmo se possa incluir esse estudo do transporte. Por quê? Porque eu tenho certeza que o projeto como está é muito bom, mas ele vai ficar melhor ainda se a gente conseguir fazer essa oxigenação desse cais com o resto da cidade. Quanto mais a gente conseguir fazer essas conexões, inclusive, como foi muito bem falado, o Plano Diretor agora do Centro foi aprovado e tal, como fica a fachada do outro lado do muro para dentro da cidade. Tem o muro para fora da cidade, tem os armazéns e o próprio rio, mas tem uma fachada que está degradada. Por que não estudar junto essas fachadas, esses prédios garagens? Esses prédios garagens não podem ter uma passarela que passe para o outro lado, tentando já fazer alguma conexão? Precisa a Prefeitura junto, a própria equipe do arquiteto, pensar muito mais fortemente nessas conexões. O projeto eu já vi que está maravilhoso, não precisa a gente ficar muito apegado a ele, mas isso que é fundamental que eu vejo, tá? Então, essa é a contribuição que eu queria dar, que já vem desde lá, quando eu fui Conselheiro da Região Um, quando a gente conseguiu fazer esse Corredor Parque Gasômetro. O Conselheiro Mark falou muito bem de fazer essa interligação. Então, a minha contribuição é essa, vai ser um projeto de muito sucesso, quanto mais a gente conseguir fazer essa ligação do cai com o resto da cidade, tirando essa segregação natural que já existe hoje de uma via rápida, um muro e mais uma linha de trem. Então, muito obrigado, muito sucesso, arquiteto Dal Pian. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Dal Molin, representante do SINDUSCON, último inscrito. Oportunizo a palavra novamente ao João Lauro e ao Renato, á equipe, para poderem fazer os esclarecimentos na medida do possível. Eu sei que muitas foram as questões levantadas, algumas contribuições, alguns posicionamentos e algumas dúvidas. Então, naturalmente, talvez não se tenha a resposta para todos os questionamentos, mas alguns deles que vocês tenham condição de responder, por favor, estão com o uso da palavra, está com vocês o microfone. **João Lauro da Matta, Consórcio Revitaliza:** Perfeito, Germano. Muito obrigado. Eu anotei aqui as colocações de todos os conselheiros. Queria agradecer pelas impressões, pelas contribuições e acho que você pode falar alguns pontos que você se lembre, eu só me certifico aqui que todos os pontos vão ser abordados na sequência. Fica à vontade, Renato. **Renato Dal Pian, Dauper Arquitetos:** Obrigado. Eu agradeço pela oportunidade, pela conversa, achei muito positivo a gente poder estar aqui trocando impressões e recebendo de vocês também uma série de olhares mesmo, de quem que o conhecimento específico da cidade dentro das suas diversas questões e problemas. Rapidamente, eu queria só colocar todos os pontos que foram lançados aqui. Primeiro que de fato, o sistema de proteção que nós estamos propondo, a gente sabe que faz parte de um grande sistema e a ideia é exatamente isso, não rompê-lo. É daí que esse estudo que estamos fazendo não é um estudo apenas. Eu quero só me expressar do ponto de vista da engenharia e do ponto de vista do urbanismo. Do ponto de vista da engenharia nós queremos de fato preservar essa proteção, estamos avançando, discutindo com o próprio IPH. Vamos avançar agora um pouco de como é o melhor modo de se viabilizar isso tecnicamente, do ponto de vista das questões hídricas e daquilo que representa mesmo todo esse sistema hopje estabelecido em Porto Alegre. Então, devo dizer que a gente já levantou algumas questões de proteção, o custo não é exagerado, não é alto, muito pelo contrário, nos custos de proteção eles partem, se nós imaginarmos como fizemos. Nós fizemos contato com empresas no exterior que poderiam nos auxiliar nos seus diversos sistemas e nós

chegamos a um valor que parte próximo de 12 milhões para 13 milhões, cotando com um sistema de proteção ao dólar de 5,10, como foi tirado na época, colocado por Porto Alegre a retirada do muro. Esses valores estão contidos, esse valor é muito baixo se formos pensar o que se ganha com o patrimônio da cidade, porque eu faço notar de novo, que o muro não resolve o problema dos armazéns, que tanto se preze. Eu nas discussões que pude ter com a sociedade, todo mundo fala dos armazéns e de toda essa orla do porto como um patrimônio da cidade, né. E quando nós falamos da retirada do muro e inseri-lo primeiro na cidade e depois protegê-lo, isso me parece fundamental base. Então, nós estamos justamente procurando viabilizar a partir disso. Do ponto de vista urbano, o que para mim representa o muro, para que existe o muro? Por que são criados muros? Os muros são criados para dividir, para isolar, para segregar, para se proteger e essa é uma situação que do ponto de vista urbano eles são... Bom, basta a gente ver, extrapolando um pouco mais o que representa a Cidade de Berlim, porque foi a divisão de duas áreas e mais recentemente o que quiseram fazer aqui, da América do Norte, e mais recentemente o que quiseram fazer agora aqui na América do Norte, segregando países. É uma proposta de se fazer um grande muro que divide, que separa. Então, do ponto de vista urbano, os muros para mim são a própria negação da convivência humana, por vezes são necessários como proteção, obviamente, mas eles são a negação do povo. Se colocar muros é muito triste, na minha leitura. É óbvio que nós precisamos proteger patrimônio e assim vai. Então, este início está sendo muito bem trabalhado, pelo menos, não é só essa ideia do sonho da nossa cidade, eu acho que isso é fundamental para proteger o patrimônio, para inserir para a cidade ter de volta a sua memória. Outros pontos foram colocados, é o que a gente sempre procurou dizer, que o cais faz parte do Centro, não é o Centro necessariamente, mas faz parte de um sistema todo, ele é uma parte significativa do Centro. Então, essa ideia mesmo, que seria a ideia, que seria o ideal imaginar se pudéssemos, não existe essa simplicidade, porque nós já avançamos um pouco nessa conversa, se pudesse só retirar a estação terminal do Mercado, abrir o Mercado, que é a sua praça, que é o seu grande espaço central e inseri-lo dentro das áreas do porto, fazendo com que ele voltasse a ser parte integrante da cidade. Seria ideal se parar a estação ali na Rodoviária e trabalhar com outro tipo de transporte, como um VLT, que poderia não só servir essa zona do cais, mas toda a cidade. Então, só que não é uma empreitada, primeiro que ela não nos pertence, agora como intervenção na área do cais, depois ela exige uma leitura, é muito mais amplo, porque são ideias nossas e de possibilidades. Nós conversamos também com a matricial que está fazendo o sistema de

mobilidade do Centro de Porto Alegre, eles mesmos nos passaram que existe, a intenção é reduz o fluxo de veículos na cidade, que isso daí é histórico. Hoje as cidades europeias principalmente estão abolindo o veículo com o transporte principal dentro das estruturas urbanas. Eu acho que esse é o encaminhamento que estamos todos trabalhando com ele. Quanto a outras ideias de se trabalhar a Mauá, na medida em que a Mauá passa a ser uma via que tem dois lados, na medida em que existe uma proposta de redução da circulação de veículos lá na área central, a passagem no mesmo plano é absolutamente possível. Do mesmo modo que acreditávamos há anos que a bicicleta não seria possível dentro dos ambientes urbanos, dentro das metrópoles, a gente está percebendo nas cidades brasileiras, essa cidade que São Paulo era um exemplo claro disso, de que é possível se trabalhar outros modais. Então, a cidade é dinâmica e vai absorvendo esse tipo de situações. Eu só noto às vezes, quero deixar uma colocação, que essa é minha, que as experiências urbanas com sobreposição de planos, elas sempre foram um pouco frustrantes. Ou seja, se trabalhar com planos, com passagens, com tuneis, com sobreposição, ela sempre cria alguma situação que eu chamo um pouco de

possível é possível trabalhar com alguma situação Pudesse fazer com que todos tivesse uma convivência mais próxima seria bastante de gente pode ir só se remeter a cidade que conhecemos que percebemos primeiro que tu tira todos esses elementos sobreposição e depois estão se tirando veículo como elemento de transporte no outro modelo de velocidade dos 15 minutos desde todo tipo de situação que tava pensando hoje daí que eu acho importante a gente só colocar rapidamente também colocando quantos pontos é essa da mobilidade que deve ser nós dois vamos pela alguma coisa que deixa um pouco para ela se de fato ele não fazem parte do nosso projeto desenvolvidos E daí que criança algumas diretrizes para depois isto possa ser desenvolvido do nosso projeto consórcio neste momento e os projetos conceituais que são processos que vão ajudar estrutural poucas possibilidades de ocupação dessa essas esses três setores Quanto é a ideia também o que é só fazendo consideração que mais popular da minha parte eu faço contigo familiares Então, nós vamos aí contemplar que são habitações que parte de 1824 20m quadrados até 150 metros quadrados respeito na minha leitura a necessidade individual de uma pessoa ou de um núcleo familiar 16 pessoas as idades elas são diretas Então, sabemos que muitas vezes o que resta é o custo do lugar aumenta o custo do curso da terra é que faz contigo custo da Habitação 2 vezes

mas é só para deixar colocar aqui aí eu falei mas eu não acredito todos e para todas as faixas fundamentalmente ligada a necessidade dos núcleos familiares minha cidade das pessoas da cidade e a cidade é o palco do Grande Encontro coletivo da cidade algumas colocações Deixa eu ver se eu consigo mas alguns pontos as passagens de pato a ideia de que isso experiência que já foram implementadas há décadas em outros países essa ideia de faixas no mesmo nível nas calçadas o mesmo tipo de pavimentação das Calçadas com controle celular em algum momento claro que tudo isso tem que existir mas para fazer com que ela seja amigável nessas suas nessas suas interfaces Então, é um pouco isso aqui eu não sei se eu consegui responder um pouco da cartões eu consigo colocar o ajudar a esclarecer alguns pontos que foram que foram levantados Eu acho que o João vai saber um pouco mais do que eu que tivesse segmentos da sociedade ao longo desse período Então, é essa turma é uma fazer procurando ter Essa noite 11 contribuições antes de conselheiros diferentes essas anotações A gente vai trazer internamente aqui o consórcio para discutir elas acho que você comentou bastante apropriado para poder colocar essas visões da eu só queria dar algumas posições assim em relação a cada um em breve em relação as colocações aqui pelo menos até o nível onde a gente consegue responder a essa altura do projeto né que a gente está aqui é recém a recém finalizado aqui a fase mais tempo no projeto Está Então, vamos lá fazendo pouco de liminar mas a gente consegue responder algumas coisas por exemplo a Jussara Conselheiro a Jussara Pires da Biz aquele presente ela colocou a respeito da questão do tempo e recursos financeiros aí ia ser empregados para projeto do sistema de proteção né E essa questão aí De onde vêm os recursos né Então, de uma forma geral Jussara só respondendo à sua pergunta todas em projeto ele foi concebido para se tornar do ponto de vista econômico financeiro Então, recursos para o desenvolvimento de sistema alternativo de proteção Em substituição parcial ao muro da Mauá virar realmente de recursos oriundos aí dá voltas né Então, é esse é um custo que do ponto de vista de potencial das Docas ele tende a não ser muito significativo em relação ao montante que será eventualmente alcançado aí para lidar com esse setor obviamente que depende aí da solução que vai ser indicada para ele pegar a gente tem quatro soluções hoje na mesa né Mas as soluções de uma forma geral para atender esses 12 ou 13 milhões aí que foram foi essa Light vinicial passada que o Renato está em relação a colocação do Rômulo Krafta né o reitor da UFRGS Conselheiro foi feito uma sugestão em relação a remoção da linha do Trensurb O que seria uma solução mais efetiva pensando no longo prazo para a mitigação dessa barreira física que está ali na Mauá né É de fato como a gente não tem uma solução a curto prazo para

essa situação realmente desde o início do projeto A gente buscou discutir uma solução alternativa principalmente levando em consideração essa esse time que existe entre o processo de privatização da Trensurb enfim conversamos com a equipe técnica também com Diretoria da prisão de sobre essa possibilidade e infelizmente do ponto de vista econômico financeiro de viabilidade nesse momento não é possível só que eu acho que um dos grandes pontos positivos desse projeto é justamente essa flexibilidade descer no momento futuro viesse ter trazido uma solução efetiva para a questão dessa barreira deceptacon Lu a gente conseguir é o Projeto ele pensa que cidade de poder absorver essa solução Então, acho que isso é positivo também até respondendo aí eu teu comentário assim muito bem colocado aí eu queria até elogiar o comentário de vocês que realmente 30 minutos de apresentação é muito pouco é um completo é um projeto bem complexo mas vocês conseguiram realmente enquanto os policiais assim que eu acho que são bastante pertinentes para gente na sequência o Emerson Santos responsável pela parte lançamento participativa ele perguntou a respeito da questão do da solução em relação ao projeto quanto o trânsito mas se Vale da Via Rápida com grande fluxo de veículos né é bem importante frisar que essa solução de mobilidade e ela está sendo analisada dentro de um contexto é Então, gente não enxerga realmente nem pode considerar a questão de acessibilidade de forma isolada Então, a gente está muito alinhado aí com o novo plano de mobilidade urbana que está sendo desenvolvido pela gestão municipal na cozinha em contato com a empresa que foi contratada pela Prefeitura para desenvolver esse plano Então, a gente tem que ter tido remédio frequentes para que o projeto fosse tão mais variado possível a essas diretrizes que eles têm estabelecido para o plano está ouvir a mente também esse projeto do cais ele vai exigir um estudo de impacto de tráfico específico é esse é um projeto que a gente também a subir contratando com a matricial que a mesma empresa que faz contato com a Prefeitura Então, acho que a gente divide mobilidade Você realmente é um projeto bastante engajado aí com o que foi desenvolvido para o centro em relação ao número de fases do empreendimento das Docas a gente está falando ali de Novo empreendimentos no total né só que a gente está propondo o casamento em sete fases porque a gente está mentindo ponto de vista Elevação de piso passando proposta ela está sendo aí cuidadosamente alinhada com a equipe de patrimônio tanto do âmbito Federal quanto a verdade do Tombador de Federal né mas a gente tem tido muito contato também que o pessoal do pátio da Prefeitura não tenho certeza questões lei de patrimônio está sendo olhada realmente com muita estima muito cuidado e acho que

essa também é percepção aí pelas equipes de patrimônio que já se passaram Encontros com a gente a Maristela falou a respeito de investimentos relacionados aumento de calado é para que o turismo possa encontrar acessos à área do caixa também pelo Rio né Essa é uma questão que realmente assim a gente desse momento não tem Como avaliar realmente estou relacionadas a intervenções no Rio Guaíba especificamente fora da área do cais na parte aquática eles o nosso corpo também bem restrito em relação a isso no entanto existe uma preocupação muito Evidente em relação a ampliação e o fortalecimento do uso Náutico ali da região do cardio exames Então, a gente tem ali alguma locação específica na verdade mantém a localização dos operadores de Náuticos e uma possibilidade inclusive de ampliação desta presença de operadores em que com certeza é o que vai ser muito potencializado aí pelo príncipe projeto que tem sido feito em que locais o conselho falou a respeito de das áreas de medicação de tráfego Então, só esclarecendo que essas áreas elas representam uma elevação do piso dele está Mauá para ficar mesmo patamar ida na calçada está Então, Além da questão do piso de paralelepípedo a gente também uma elevação de cota sobre compromisso do consórcio em relação aos galpões está Então, foi mostrado algumas sugestões relacionadas a mesa de iluminação natural através de elementos essenciais na cobertura né obviamente que o projeto e o edital ele vai propor diretrizes em relação ao uso desses espaços existem diretrizes que já estão muito bem definidas pela questão do pela secretaria de patrimônio daí que os concessionários aí ou concessionário vai ter que abrir a mente se atentar para que o projeto dele para ocupação desses dessas áreas seja aprovado Então, com certeza porque senão de patrimônio é continua bastante presente em relação à ocupação deles né Conselheiro Mark Ramos Dá sossego falou um pouquinho sobre a questão de população a população vai ter oportunidade de ser consultada a respeito da proposta do Masterplan Com certeza na verdade a gente tem tido essa preocupação e de abrir ao público fazer convite direcionadas a diferentes grupos da sociedade civil desde o início aí do nosso contato com a sociedade adinan eu desligo Shop 1 a gente finalizou no dia 25 Shopping 18 Muito provavelmente teremos ainda o shopping Topshop temos contatos também com a cobertura dos nossos trabalhos aí pela equipe de imprensa para poder realmente estar na público tudo que tem sido feito essa apresentação que foi feita tanto pelo Governador como pelo consórcio para a sociedade civil já está disponível ao público através do site do estado é muitas pessoas inclusive já tiveram acesso e já viram Apresentação mas a gente coloca isso aqui como um ponto fundamental é a questão da moradia popular de fato ali não existe uma proposta de implantação na própria planta de

implantação de habitação de interesse social uso Popular né de fato a gente está falando ali de existe uma questão muito em princípio esse projeto que a questão de viabilidade econômico-financeira é óbvio que do Porto vista de habitação Popular esse novo plano de reabilitação do Centro Histórico Porto Alegre e traz muitas possibilidades especificamente para as drogas representa uma área realmente muito pequena de todos Centro Histórico nessa ocupado com o restante a gente está propondo realmente alguns tipos de empreendimentos que possam agregar valor em inclusive do ponto de vista comercial da mente para que a conta feche realmente não são poucos os que seria associado a revitalização do patrimônio histórico e cultural na figura dos armazéns a urbanização e infraestrutura da área o novo sistema de proteção contra a partir dos principais acessos viários a gente está falando de estômago aí bastante importantes Então, existe esse 3dof essa questão de Equilíbrio que a gente busca para esse projeto especificamente mas obviamente a gente entende que a questão de oferta de moradia acessível popular é uma questão que precisa ser A gente feliz bastante positivos com a pessoa que o dia 15 chamamento muito forte em relação dos propósitos entre os dois projetos sobre a possibilidade também de alienação das Docas foi bem foi abordado também pela proposta do dos três apartamento da Universidade Federal da gente vê que existe um alinhamento das propostas é como se a gente tivesse falando a língua bem parecida na verdade mas é importante frisar também Conselheiro Gomes da rp6 nem fala um pouquinho ali da proposta rebaixamento da Mauá até a univali da praça Brigadeiro Sampaio ia ser uma situação que foi para inclusive pelo conselho da Moranguinho que se expressou logo em seguida e a maior preocupação ali que o conselheiro dá um bolinho expressou que é em relação a como está e se comunicar com o resto da cidade né que a gente tem realmente ele três Barreiras físicas muito importantes e uso Residencial vai potencializar essa questão do tráfego Ltda. Mauá Então, é isso é algo que a gente repete né A questão da mobilidade e acessibilidade o cara está sendo vista sob uma ótica aí de integração concentro como um todo né Então, como a gente já comentou a nossa proposta de mobilidade de acesso ao cais ali ela não tem sido visto de forma isolada mas sim em consonância com que vem sendo desenvolvido pelo novo programa de mobilidade aí voltado para o centro de Porto Alegre e o fim ele mencionou a questão da desse dessa revitalização dos prédios do outro lado da Mauá São prédios o edifício-garagem muito dele muito desocupado depreciados Sem dúvida é algo que está fora do escopo do da nossa proposta de projeto a gente vê como Natura uma consequência natural é a revitalização e o interesse dos locais em realizar isso a gente já enxerga alguns

movimentos nesse sentido e sobre essa possibilidade do cruzamento do Assaré Ltda. Mauá conectando os prédios a área do cais é interessante notar que essa possibilidade de estar realmente.

Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental – CMDUA, às 20h45min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia Costa Ribeiro, sob o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.

ATA ORDINÁRIA Nº 2919/2021

(Virtual nº 84)

Aos quatorze dias do mês de dezembro de dois mil e vinte um, às dezoito horas, reuniram-se para Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, através da plataforma virtual *Zoom*, nos termos do Decreto nº 20.611/2020, sob a presidência de GERMANO BREMM, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS, e na presença dos:

CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS: Lisiane Sartori Fioravanço Magni (Suplente), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Sônia Castro (Titular), **Gabinete do Prefeito – GP**; Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN**; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), **Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS**; Gisele Coelho Vargas (Titular), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), **Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOI**; Gustavo Garcia Brock (Titular), **Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV**; e Rômulo Krafta (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**.

CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS: Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Claudete Aires Simas (Titular), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH**; Sérgio Saffer (Titular), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA**; Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS**; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS**; Hermes de Assis Puricelli (Titular), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS**; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), **Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS**; Rogério Dal Molin (Titular), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**.

CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL: Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Tânia Maria dos Santos (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4**; Wagner Pereira dos Santos (1º Suplente) e Ricardo Angelini, (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Cinco – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Maristela Maffei (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7**; Dinar Melo de Souza (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** e Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA**.

SECRETARIA EXECUTIVA: Camila Maders Fonseca Coelho, **Secretaria Executiva da SMAMUS**; Patrícia C. Ribeiro, **Taquígrafa/Tachys Graphen**.

DEMAIS PRESENTES: Luciano Joel Fedozzi, Pedro de Almeida Costa, Eber Pires Marzulo e Inês Martina Lersch, **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**; Jacqueline Custódio, **Coletivo Cais Cultural Já**.

PAUTA:

1. Abertura;

2. Comunicações;

3. Votação:

3.1. Ata 2915 (09/11), 2916 (16/11) e 2917 (30/11);

4. Apresentação Proposta de Ocupação do Cais do Porto de Porto Alegre – UFRGS;

5. Ordem do dia.

Após a leitura dos presentes e conferência de *quorum* o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h11min.

1. ABERTURA

Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:

Boa noite, Senhores Conselheiros, Senhoras Conselheiras. São 18h11min, temo quorum, declaramos, então, oficialmente aberta a nossa Reunião Ordinária do Conselho Municipal Urbano Ambiental. Lembrando que estamos sendo transmitidos ao vivo no nosso canal da SMAMUS no YouTube. Desejo uma excelente noite de trabalho e debates aprofundados, temas importantes para a nossa cidade. Hoje a gente tem, então, por requerimento, uma apresentação de uma proposta de ocupação do cais de Porto Alegre. Nesse sentido, considerando convidados externos que estão aqui, consulto se há objeção dos conselheiros em a gente trazer para o início da pauta já esta apresentação. Só antes eu queria fazer, enquanto os conselheiros se manifestam, se tiver alguma oposição, por favor, no chat, vou fazer a leitura aqui dos presentes, rapidamente. (Relação dos presentes na inicial). Então, são estes, se houver mais algum presente, por favor, faça a inscrição no chat. Então, Senhores Conselheiros,, na semana passada a gente assistiu aqui a apresentação do consórcio contratado pelo BNDES, que foi contratado pelo Estado do Rio Grande do Sul, proprietário da área ali do cais, naturalmente legitimado para propor medidas sobre a sua área. Nesse sentido eles estão fazendo a modelagem lá e alternativamente, né, houve divulgação na imprensa, uma proposta de ocupação, e por sugestão dos conselheiros, e por requerimento dos próprios interessados, eles pediram para apresentar aqui para estes conselheiros. E a gente, então, está oportunizando este espaço e desde já passamos, então, para as apresentações. O Luciano inicia, o Luciano, o Joel, o Eber Pires e o Pedro Costa, Inês, Martina e Jaqueline Custódio. Eu não sei quem é que vai fazer a apresentação, é o Luciano, né? E aí, Luciano, eu já te questiono, só porque constou na nossa pauta aqui a Apresentação da Proposta de Ocupação do cais de Porto Alegre da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Eu questiono, vocês representam a Universidade Federal do Rio Grande do Sul? Esta proposta é da Universidade Federal do Rio Grande do Sul? Eu fiquei com um pouquinho de dúvida de ler na imprensa, aí os conselheiros às vezes trazem que é da Universidade Federal, eu queria confirmar só para ver, porque foi no convite como da universidade. Também para quem está nos assistindo ter a informação correta. Está bem? Fique à vontade.

4. APRESENTAÇÃO PROPOSTA DE OCUPAÇÃO DO CAIS DO PORTO DE PORTO ALEGRE - UFRGS

Luciano Joel Fedozzi, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS: Boa noite, Secretário e demais membros conselheiros e conselheiras do importante espaço de participação da sociedade nas definições sobre as questões da cidade. Agradecemos a oportunidade desta apresentação, não só apresentação, mas pelo diálogo, enfim, a troca de opiniões. Nós somos um grupo de professores da UFRGS de três departamentos e quatro grupos de pesquisas, incluindo dois projetos de extensão que no início deste ano, até por respondermos a uma demanda social de setores culturais da cidade, passamos a desenvolver esta proposta. Nós não representamos oficialmente UFRGS, assim como outros projetos também não representam, mas somos bastante convictos da relevância que tem como servidores públicos, técnicos, profissionais especializados, em prestar um serviço público que julgamos de interesse para a cidade, em especial para aqueles que querem espaços públicos acessíveis para todos, como deve ser a política de bem-estar urbano. Então, é isso, nós temos uma previsão aí em torno de 30 minutos. Pergunto se pode ser assim? E se for, ok, eu passaria para o Professor Pedro Costa. Aliás, é bom nos apresentarmos para o conjunto dos integrantes, para a Secretaria. Meu nome é Luciano Fedozzi, eu sou Professor do Departamento de Sociologia e pesquisador do Observatório das Metrópoles da Rede Nacional de Pesquisadores, sobre a questão urbana brasileira. E tenho uma trajetória longa, inclusive, nessa questão do Cais Mauá, não só, mas também há quase 10 anos. Temos aqui também outros colegas e professores, que juntamente com o Coletivo Cultural Cais Cultural está apresentando esta proposta, que é um ponto de partida, como ficará claro aqui, não é um projeto acabado, mas são diretrizes gerais à semelhança do que seria o Masterplan, uma ideia nesse sentido. Então, eu passo para os colegas para se apresentarem e em seguida o Pedro coloca, vai colocar a nossa apresentação em Power Point para que a gente possa falar um pouco melhor sobre isso. **Pedro de Almeida Costa, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Boa tarde a todos e todas. Obrigado pelo espaço do Conselho para fazer a apresentação deste projeto gestado para a cidade. Eu me chamo Pedro de Almeida Costa, professor na Escola de Administração da UFRGS, no Departamento de Ciências Administrativas. **Eber Pires Marzulo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Bem, meu nome é Eber Pires Marzulo. Na realidade, eu faço parte deste Conselho como suplente do Professor Rômulo, como representante da UFRGS, embora nunca tenha tido a oportunidade de participar dada a assiduidade do meu colega. Sou Professor da Faculdade de Arquitetura da UFRGS, do departamento de Urbanismo, sou Doutor em Planejamento Urbano e Regional e Professor do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. Eu coordeno um dos projetos de extensão Ocupação Cais do Porto Cultural. Acho importante deixar claro para o Secretário Germano que sim se trata, na medida em que há registro, de um projeto da UFRGS. A UFRGS tem projetos, é uma entidade plural, com uma quantidade imensa de professores, pesquisadores e todos os projetos que passam por suas instâncias de aprovação são considerados projetos da própria universidade, a não ser em casos em que haja processos internos de definição, a partir de convite à universidade de realização de algum trabalho. Acho que há alguma querela envolvendo neste momento inclusive a Prefeitura Municipal a respeito de um assunto semelhante. Este não é o caso, é o caso de um projeto desenvolvido no interior das instâncias da universidade e com esse conjunto que o Professor Luciano Fedozzi apresentou, incluindo aí também estudantes de pós-graduação, de doutorado, mestrado e estudantes de graduação. Como os conselheiros podem ver, e os demais, né, então, se

tratam de dois projetos de extensão que atuam articuladamente. O núcleo de Porto Alegre do Observatório das metrópoles, que é a mais importante rede acadêmica de investigação da questão metropolitana do país e o núcleo de estudos em gestão alternativa da escola de administração. A proposta surge, então, dessa relação que os projetos de extensão por princípio têm de estabelecer uma conexão com a sociedade, através do oferecimento de cursos, através de ações, através de exercícios com estudantes, professores e pesquisadores desde uma demanda do Coletivo Cais Cultural, retomando essa antiga pendenga a respeito dos armazéns do cais. Nós, enquanto professores, pesquisadores e a equipe desses dois projetos e dos dois grupos de pesquisa, concordamos com a abordagem que os armazéns do Cais do Porto, e é assim que nós chamamos ele pelo nome que acabou sendo consagrado por um projeto que não deu certo, quem sabe este pode dar certo aí, pelo menos a alteração da utilização do nome Mauá. Nós chamamos de Cais do Porto para os armazéns. Então, assim, ela é uma proposta de diretrizes específicas para um tipo de ocupação, que é o tipo de ocupação que se consagrou nos armazéns do Cais do Porto de Porto Alegre, desde que as atividades portuárias foram extintas. Desde, então, são atividades de caráter cultural, gravações, shows, feiras, Bienal, Feira do Livro e outras ações do tipo, que se realizaram nos armazéns do Cais do Porto, que, infelizmente, independente da instância do nível do poder público que era responsável pela gestão do cais está fechado há mais de 10 anos. Está fechado ao acesso público a mais de 10 anos, tendo sido agora aberto recentemente aquela ponta próxima da usina, a área próxima à usina pela implementação do Embarcadero. Nós apresentamos, então, aqui uma proposta de diretrizes para a ocupação a partir de um levantamento junto a diferentes grupos culturais da cidade, coletivos, associações, incluindo aí coletivos ligados à economia solidária, à economia criativa, grupos culturais, teatro, dança, literatura, cinema, artes visuais, enfim, uma infinidade de grupos que nos nutriram com informações sobre suas demandas e assim nós podemos apresentar de modo organizado a ideia de um conjunto de possibilidades de ocupação para os armazéns. Acho importante também deixarmos claro que, além disso, o projeto apresenta possibilidades de gestão, de gestão social com participação também dos diferentes níveis do Estado e apresenta também uma ideia de financiamento para a adaptação e no caso, dado os 20 anos de abandono da área... E aí o Secretário me desculpe, mas é recentemente que ele passa para as mãos do Estado. Então, aí existe um problema de uma incapacidade do poder público municipal em manter aquela área, que tem diferentes níveis de patrimonialização, desde o patrimônio nacional até área de níveis de patrimonialização como edifícios históricos importantes para a Cidade de Porto Alegre. Então, a proposta apresenta, a partir de um levantamento com grupos ligados à cultura, diretrizes para a ocupação dos armazéns, apresenta propostas de gestão e apresenta propostas para o financiamento da manutenção, da adaptação, da recuperação do estado de degradação dos armazéns e também projeta os valores possíveis de serem alocados a partir das atividades culturais. Isso aparece aqui com os itens ‘diretrizes gerais para a refuncionalização’, é o estudo de viabilidade do uso, e ocupação, e o financiamento, e gestão do Projeto Cais do Porto Cultural. Além de nós três aqui presentes, a Professora Martina tinha um problema pessoal às 18 horas, mas deve estar chegando. A Professora Martina Lersch também é colega da Faculdade de Arquitetura, Professora do Departamento de Urbanismo e também do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano Regional e que coordenou essas atividades que projetam a implantação das atividades culturais nos armazéns do cais. Gostaria de apenas, antes de passar a palavra para o Luciano, o Pedro, lembrar que na apresentação dessa proposta, através do consórcio, que nós temos tido interlocução, participando dos workshops, tivemos reuniões. Tivemos um ótimo contato inclusive com o escritório, que é

um escritório... Muito importante a história do Dal Pian, um escritório de arquitetura que faz uma proposta muito interessante, de uma espécie de alamedas, de bulevares e de ocupação pública do espaço na área dos armazéns. Mas que, no entanto, está muito vaga a proposta de ocupação para os armazéns do Cais do Porto de Porto Alegre. Nesse sentido, nós apresentamos um avanço em relação ao que está sendo apresentado nessas duas últimas semanas com o consórcio, no sentido de estabelecermos atividades e mostrarmos a viabilidade da implantação de paisatividade nos armazéns do Cais do Porto. Passo a palavra, então. Em termos introdutórios, de apresentar em linhas gerais era isso que eu teria. **Luciano Joel Fedozzi, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Eu queria sugerir que tu fales um pouquinho, pelo menos rapidamente, das questões do Programa de Necessidades, já que a Professora Martina não pode estar neste momento aqui. **Eber Pires Marzulo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Ok. Então, o Programa de Necessidade, como chamamos na arquitetura, as demandas de quem vai utilizar o espaço foram feitas a partir de um questionário que nós aplicamos para 30 organizações diferentes. Era um questionário composto por 18 questões abertas e alguma medida foi inclusive construída junto com os próprios agrupamentos. Nós entendemos todas as demandas e aí fizemos os itens serem levantados e de saída podemos colocar que pelas respostas haveria uma estimativa de um conjunto total de usuários sistemáticos das áreas para as atividades de 1.500 colaboradores atuando diretamente no Cais Cultural a partir desse levantamento. E que haveria uma estimativa de aproximadamente 8.000 usuários nas atividades do Cais Cultural, fora atividades de grandes eventos, uma atividade sistemática que movimentaria, então, ali 1.500 pessoas permanentemente trabalhando nos armazéns com atividades culturais e por volta de 8.000 usuários. Dá para entender, a gente perguntou para cada um que respondia quantas pessoas estavam envolvidas nas atividades, fizemos a soma, quantas pessoas tendem a participar das atividades propostas por coletivos, por grupo, pelas associações e chegamos, então, a esse número. Eu acho que poderia passar aí, Pedro. Aqui a gente tem uma ideia, né, um gráfico em pizza que apresenta rapidamente o perfil das associações. Existem correspondentes que indicaram participar de mais de um tipo de organização, temos a interfundações, movimento social, um percentual pequeno ali que não especificou, ONGs, aqueles que se autodeterminam grupos, companhias, coletivos, associações, escolas e federação, são os colegiados que participaram dessa enquete. Aqui os segmentos culturais, artes cênicas, literatura, artes visuais, teatro, teatro de rua, artesanato, música, alimentação, economia solidária, dança, memória e patrimônio, povos originários. Eu queria fazer um breve comentário só, porque um representante do campo das artes cênicas esses dias estava explicando, porque é um engajamento tão grande nessa discussão do setor das artes cênicas, do teatro, da dança, é porque no momento, segundo levantamentos apresentados por eles, ou seja, estou repassando uma informação, não se tem nenhum teatro para atividade teatral. Eles estão todos com problemas de reabertura, reformas, enfim, fechados por falta de condições. Então, eu explicaria, digamos assim, a grande participação do setor das artes cênicas, envolvendo as diferentes formas de teatro e também a dança. Aqui a área que já está prevista, este mapa está baseado no Diário Oficial da União, que determina o grau de patrimonialização da área. Isso, particularmente, avançou dentro do Projeto Monumenta, de recuperação da Praça da Alfândega. E ali nós temos as demarcações das áreas com seus diferentes graus de preservação do ponto de vista patrimonial, da relevância enquanto patrimônio arquitetônico urbanístico e histórico na cidade. Isso é só para dar uma ideia de como é pensado em termos patrimoniais, que aquele slide anterior apresenta isso. Aqui um desenho inicial, a partir das respostas dos questionários se estabeleceu uma distribuição

das atividades no conjunto dos armazéns. As áreas abertas seriam para possíveis intervenções, atividades públicas, área aberta de aproximadamente... Ali tem o dado, mas o que é importante são os 4 hectares de área coberta. A proposta que nós vamos agora apresentar só ocupa o (Inaudível) dos armazéns, além dessas áreas propostas para a ocupação aberta, são 12 hectares de áreas abertas, perfazendo um total de 16,6 hectares da área dos armazéns. Aqui é uma ideia, porque é isso, as últimas atividades realizadas nos armazéns do cais foram ligadas à cultura. Então, aqui uma ideia de algo que pode voltar a existir, que já existiu, enquanto uma referência, por exemplo, de ocupação de uma área aberta. Aqui uma estrutura de um prédio organograma, de um dos exemplos que nós trazemos do armazém, da cultura e memória, que ficaria ao lado do acesso do pórtico central, os acessos A e B, mostrando o conjunto de atividades possíveis de colocar em um armazém, no caso que tivesse caráter de memória cultural, recepção loja, guichê, sanitários, área de exposição, auditório, sanitários ligados a essas entidades, administração e sala de reuniões. Seria a proposta inicial dessa distribuição e aqui como é que poderia ficar no primeiro desenho, demonstrando a viabilidade da distribuição no interior de cada um dos armazéns, aí no caso dos armazéns A e B. Teria ali um espaço de exposição, o item 3 aqui seria um memorial do Cais do Porto, enfim, espaços coletivos, espaços públicos, espaço privativo de atividades internas, atendimento a turista, guichê de vendas, chapelaria, sala administrativa, diferentes ambientes que se projetaria para um espaço de instrução de exposição de memória e cultura no pórtico central, nos dois armazéns, que seriam a grande recepção para esse passeio possível de atividades culturais a se desenvolverem nos armazéns. Antes de passar para o Luciano seria importante só dizer, este esquema que dá uma ideia dos elementos que foram abordados, conforme atividade a ocupar, enquanto uma proposta de diretrizes de cada armazém. Então, isso aqui é um exemplo, vocês têm aí em PDF este material pormenorizado, armazém por armazém, essa distribuição das atividades no interior de cada armazém, conforme o seu tipo de uso cultural. Eu acho que em termos introdutórios, em relação às possibilidades era isso. Agradeço muito a oportunidade e também faço aqui, em nome do Professor Luciano, uma saudação a este importante Conselho, histórico Conselho e que é fundamental ao bom destino da nossa cidade. Obrigado! **Luciano Joel Fedozzi, Pedro de Almeida Costa, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Certo. Eu prossigo, rapidamente, dizendo que o centro dessas diretrizes está acertado em uma preocupação e no prosseguimento daquilo que estabelece a política urbana aprovada desde 1988, na Constituição Federal, que depois foi regulamentada por meio do Estatuto da Cidade em 2001. Ou seja, a ideia é que a reintegração territorial, que são mais de 180.000 m², quase 3,5 km meio de frente d'água, quer dizer, a reintegração desse território também seja uma reintegração que permita a toda a população da cidade, da região metropolitana, enfim, do turismo usufruir deste espaço. Então, a ideia está sentada fundamentalmente nos princípios do Estatuto da Cidade e daquilo que dá guarida ao Estatuto da Cidade, que é a noção geral do direito à cidade. Por isso é uma preocupação central no sentido de fazer com que os armazéns e o Gasômetro, que são dois setores, todos nós sabemos que o antigo Cais Mauá está, digamos, dividido por escritura em três setores, o Gasômetro, os armazéns que são tombados e as docas. Então, nesse sentido de fazer valer uma reintegração não só territorial ao Centro Histórico ou com a cidade, mas uma Integração social de maneira a não promover mais segregação sociourbana, mais exclusão, ou seja, uma ideia principalmente nos armazéns e no Gasômetro de ir além de uma ocupação ou uso exclusivamente comercial. Quer dizer, é nesse sentido que a gente pensa e trabalhou em conjunto com os setores culturais da cidade exatamente. Exatamente porque a cultura tem esse potencial, talvez como nenhum outro setor da

atividade humana, enfim, da atividade urbana, fundamentalmente, tenha este potencial inclusivo, este potencial pluralista, diversificado, ao mesmo tempo vinculado a setores contemporâneos da economia criativa, ou seja, de uma economia diversificada. E foi nesse sentido, então, que a proposta de diretrizes gerais está centrada nesses dois pés, direito a cidade e ao mesmo tempo cultura como uma forma de promover esse processo de reintegração do antigo Cais do Porto da cidade. E para isso também nós enfrentamos, por estimativa, a ideia de que tem sido bastante veiculada, debatida essa questão das condições do contexto em termos de possibilidades de financiamento. E aí utilizando-se de uma estimativa, de um exemplo hipotético, nós entendemos que se essa for a questão, é possível contorná-la a fim de viabilizar o tipo de ocupação pública nos armazéns e no Gasômetro, por exemplo, utilizando-se o setor das docas, no sentido de gerar recursos suficientes para fazer com que este tipo de uso de ocupação, que tem esse caráter público, universalista, de acesso para todos, centrado na cultura, não exclusivamente, obviamente ninguém pode imaginar armazéns e o Gasômetro sem alternativas de gastronomia, enfim, de outras coisas que são importantes e necessárias para a convivência urbana. Sobretudo, para fazer com que essa área seja viva, que promova essa vivacidade diversificada, que é importante na construção de espaços públicos e espaços urbanos. Então, a título de estimativa, de exemplo hipotético, é possível demonstrar que se, por exemplo, houver um projeto nesse sentido, utilizando-se a área das docas é possível gerar recursos capazes de promover esta autossustentabilidade da ocupação e o uso preferencialmente cultural nos armazéns e no Gasômetro. Ou seja, a preocupação fundamental é que a ocupação e o uso dos armazéns seja a mais adequada possível, ela esteja a serviço de toda a população, da cidade, da região metropolitana. Inclusive, por exemplo, um estudo de índice de potencial de consumo demonstra que se a ocupação dos armazéns for uma extensão do atual Cais Embarcadero, nós estamos falando no uso daquele setor para no máximo 30% da região metropolitana de Porto Alegre. Sabemos, por exemplo, que a orla atualmente, com as benfeitorias que foram feitas, ela já é um polo de atração da população da região metropolitana de Porto Alegre, além de turismo, enfim, né, esse uso público, esse uso de todos, que não necessariamente constrange pela necessidade de um consumo de alta renda, como demonstram algumas experiências internacionais. Inclusive, a sempre citada Buenos Aires, do Porto Madero, que é um antiexemplo no nosso entendimento, porque é altamente elitizado no sentido de ser em um território que oferece uma possibilidade de consumo de alta renda, sequer a maioria da população de Bueno Aires, da região metropolitana, frequentam aquele lugar. Então, essa foi a ideia, com isso nós pensamos, por exemplo, que se essa for a questão, isso não leva necessariamente a pensar de uma forma única, ou seja, que a única alternativa para viabilizar um projeto deste tipo para o cais seria tornando todo ele algo, digamos, mercantilizado, enfim, de uso praticamente como algo a serviço do comércio, principalmente imobiliário, nesse sentido. Então, a nossa estimativa mostra, a título de exemplo, projetando e até utilizando uma referência do projeto anterior, malfadado projeto anterior, mas a título de referência de referência nós fizemos uma estimativa demonstrando que, por exemplo, três edificações nas bordas, limitadas a 52 m de altura, de verticalização destinada para escritórios, para hotelaria e alguma medida para estacionamento, não só nos armazéns naquela região, seria possível a geração de recursos para financiar este projeto para fundamentalmente os armazéns e o Gasômetro. Ou seja, essa simples estimativa demonstra essa viabilidade, o que nos coloca a ideia de que não existe um único caminho, não existe um pensamento único capaz de viabilizar um projeto inovador, criativo, inclusivo, que uma a cidade e não que divida a cidade. Essa é a ideia fundamental e que como nós dissemos é um ponto de partida. Inclusive, temos tido uma razoável oportunidade de discutir com o consórcio que foi

contratado pelo BNDES, pelo Governo do Estado e há alguns pontos aí que podem ser semelhantes, outros nem tanto, mas o fato é que este projeto, ou pelo menos as diretrizes gerais mostram a possibilidade nesse sentido. E também, como vai agora falar o Pedro Costa, da Escola de Administração, numa forma de manutenção, ou seja, de uma autossustentabilidade na manutenção dos armazéns e do setor do Gasômetro. Então, por favor, Pedro. **Pedro de Almeida Costa, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Obrigado, Fedozzi. Aqui é o gráfico, que a gente sinalizava essa a ideia do próprio projeto poder conferir, a partir desse sistema de compensações uma possibilidade de financiamento do restauro, dos armazéns, a partir do resultado do processo de eventual alienação do espaço das docas para construções, com essas estimativas que a gente fez baseado em um valor aproximado. Na verdade, não é uma proposta de ocupação para aquele espaço, mas estimando o que o empreendedorismo imobiliário poderia construir dentro dessa perspectiva. Seria possível arrecadar em torno de 64 a 94 milhões e a gente a partir da estimativa média de 10 anos atrás, quando se discutia ainda o projeto anterior, de uma necessidade de R$ 45 milhões para restauro. Esses números talvez tenham mudado, hoje na reunião que a gente teve com o consórcio na parte da manhã, eles estão estimando alguma coisa bem diferente disso em termos de restauro, em função de outras demandas, porque o restauro deles também está se somando à mudança no sistema de contenção e de segurança das cheias, que eles fazem uma proposta que todo mundo já conheceu também, pela apresentação pública. A nossa ideia de desenho, que a gente construiu no projeto de extensão, este que estamos trabalhando desde o início do ano, ele trabalha com essa perspectiva de uma possibilidade de balanceamento entre o uso público e privado. É tanto do ponto de vista dessa ocupação inicial, que implica na possibilidade de geração de receita vinda do setor privado, para fazer essa alteração de restauro e preparar os armazéns para as ocupações culturais. Não são só culturais, mas também comerciais, como a gente está propondo. Nós estamos pensando e a partir dos estudos e do material feito se chega também a uma possibilidade de uso nisso, em que todo esse espaço de todos os armazéns e as áreas abertas possam ser balanceadas de alguma maneira entre usos privados, com locação de espaços para atrações culturais, para serviços de alimentação e conveniência, que tem uma viabilidade comercial e que possam pagar taxas de aluguel, taxas de permissão, taxas de uso, enfim. Esse desenho a gente não está fechando com a proposição, mas identificando que existe na atividade privada capacidades de oferecer serviços culturais, atrações culturais, serviços de gastronomia, alimentação, conveniência, etc., com viabilidade comercial e outras atividades culturais que não têm essa viabilidade comercial, necessariamente, e que podem ser balanceadas em termos de receitas e despesas para que a sustentabilidade econômica de manutenção, de funcionamento do cais ocupado pela cultura possa se dar através desse balanceamento. Então, a gente está estimando e apresentamos o documento, algumas ideias de fontes de receitas, que são essas de locações simples ou subsidiadas pelo próprio fundo. Esse subsídio seria feito pelo fundo gerado pelas diferentes formas de arrecadações, além das taxas de locação ou taxas de transmissão, etc. A possibilidade de locação de espaços para coletivos para as áreas abertas, para eventos, eventos públicos, para eventos dentro dos próprios armazéns. As propostas de ocupação inicialmente apresentadas estimam que há possibilidades de diferentes formatos de auditório, de espaços para atividades culturais, para atividades da indústria criativa, como moda, como games, como o cinema, enfim, uma série de indústrias da chamada ‘economia criativa’, que pode ter lugar naquele espaço, dialogando com as práticas de cultura da cidade. Há uma estimativa da própria captação de recursos de leis de incentivo à cultura, tanto pelos empreendimentos culturais isoladamente, quanto eventualmente associações de permissionários que podem vir a ser

formadas, por exemplo, entre os diferentes setores culturais que venham ocupar esses espaços e que possam coletivamente também fazer capacitações, na medida em que essas pessoas jurídicas de direito privado sem fins de lucro tenham acesso a essas leis de incentivo e a outras formas de captação de recursos públicos e privados, como a qualificação, como OSCIP, OS, que pode também abrir essa possibilidade. Além disso, se imagina também a possibilidade de exploração de espaços publicitários, dentro do espaço a gente vai ter uma circulação fantástica de pessoas ou pode ter, potencialmente. Pode ter um atrativo bem interessante e os espaços publicitários são usualmente para esse tipo de espaço uma renda bastante importante, além das vocações, né, e locações de eventos. E a exploração de outros serviços públicos, como bicicletários, outras formas de utilidade pública feitas por agentes privados mediante taxas também que podem levar a isso. E ainda a possibilidade de aporte de recursos, tanto dos agentes privados que foram empreender no espaço das docas, por exemplo, né, no sentido de também fazer uma contribuição para esse espaço cultural que valoriza aquele empreendimento e ao mesmo tempo cria um espaço de diálogo, de atratividade nessa relação entre um espaço cultural e o espaço de uso que eventualmente se instale ali. Eventualmente, o próprio Estado, a partir também ou diretamente como carreamento de recursos de forma subsidiária para compor de uma maneira subsidiária esses fundos, que devam ser formados com as receitas, mas também a possibilidade de contratação. Por exemplo, serviços de manutenção, limpeza, conservação, etc., que pode ser uma forma de contrapartida indireta também. A gente imagina que essas receitas todas venham a compor fundos no mínimo de três tipos, fundos para despesas correntes, despesas de médio e longo prazo, como manutenção predial, preventiva, investimentos e fundos para despesas eventuais, fundos de reserva, etc. E que esses fundos venham a ser geridos de maneira compartilhada entre o Estado, entre setores privados que venham atuar e, especialmente, também entre os setores da cultura e da indústria criativa, aí de diferentes formas e desenhos participativos, em modelos de governança que podem ser construídos. No nosso documento a gente apresenta algumas ideias, algumas diretrizes de novo, assim como para ocupação dos espaços a gente está apresentando unicamente diretrizes, né. Também do ponto de vista da gestão econômico-financeira e da governança, dos recursos econômico-financeiros e da governança, o próprio espaço da ocupação e etc., a gente está prevendo essa ênfase forte na participação social, conforme preconizado pela Constituição Federal, dialogando também com a tradição da Cidade de Porto Alegre, que tem uma tradição participativa forte, que não pode ser perdida. E a gente imagina uma estrutura de governança que, efetivamente, possa não ser só governança dos espaços, mas ser também uma governança da própria gestão financeira e organizativa desses espaços em um prazo longo, defendendo, tentando trazer de volta esse espaço, que como os colegas já falara está fechado a mais de uma década, que a cidade tem direto de construir um diálogo. Então, essa proposta que a gente faz não é uma proposta de ponto de partida, ela nasce provocada pelos movimentos da cultura, que procuram a universidade e a gente sensibilizados organiza esse projeto de extensão, dialogando várias unidades da universidade para tentar construir uma proposta que está na mesa, né. Hoje na reunião que a gente teve com consórcio foi bastante produtiva. Isso a gente fez questão de sublinhar, ela não é uma proposta concorrente, de maneira nenhuma, até porque nós não fomos contratados por ninguém para fazer nenhum tipo de estudo, né. O que está colocado é um trabalho de responsabilidade social da universidade, nossa, pessoal, como militância quase, né, no direito à cidade que a gente está fazendo. Mas, casualmente, calhou a nossa entrevista coletiva para publicizar, quando estava suficientemente maduro nessa primeira versão do projeto, calhou de ser na mesma semana, mas não foi uma provocação, não foi nada disso. Não se trata de duas propostas

concorrentes ou adversárias e isso a gente viu hoje, pelo menos do consórcio, a gente não conseguiu dialogar ainda com o Governo do Estado, apesar de já ter pedido audiência para apresentar o projeto, etc., mas com o consórcio e via a teleconferência também estava o escritório de arquitetura contratado de São Paulo. A gente fez uma interação bastante produtiva hoje, a tendência é que continue e para nós é muito importante vir apresentar para os conselheiros e conselheiras da cidade a ideia de que existe pensamento plural. A gente está aqui, não com procuração da universidade, mas sim, nós temos legitimidade, porque fazemos isso a partir dos nossos trabalhos de pesquisa, de extensão, reconhecidos pela universidade com estudantes também, com horas de trabalho reconhecidas dentro do projeto. Então, colocamos isso para a cidade e para o Conselho, que representa essa discussão neste momento. Agradeço de novo a atenção de todos e todas, a gente fica à disposição para responder perguntas, etc. Eu acho que depois, na sequência da pauta do Conselho, a reunião segue com vocês. **Eber Pires Marzulo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Pedro, eu acho importante, dentro da nossa parte, nós ouvirmos a Jacqueline Custódio, que está aqui como representante do Coletivo Cais Cultural Já. **Jacqueline Custódio, Coletivo Cais Cultural Já:** Então, boa noite a todos e a todas. Eu tinha pedido ali para me apresentar, porque eu vim aqui também para esta apresentação, até representando o Cais Cultural Já, porque foi a partir dessa conversa das nossas necessidades, das necessidades dos segmentos da cultura que a gente começou a notar essas diretrizes para a ocupação, então, especificamente, ali dos armazéns. A gente entende que ali é um local que tem a vocação para a cultura e que pode ser fomentado sim, economicamente, até melhor do que a construção civil se a gente for olhar, por exemplo, o PIB do Rio Grande do Sul. Então, é bastante grande a economia criativa. Então, gostei muito da finalização do Pedro, porque é bem isso, a gente não colocou nada contrário, não é alternativo, mas é para construir juntos, né, porque eu acho importante que isso fique bem claro, que a gente a gente tem uma ideia de ocupação para o diálogo com a cidade. Então, eu não consigo imaginar que isso seja contrário às linhas gerais desse projeto que o Governo do Estado está propondo. Então, é isso, a gente está aqui para contribuir, para poder construir juntos e a reunião que a gente teve hoje de manhã foi também nesse sentido. Infelizmente a Secretária Beatriz, logo depois que a gente saiu dessa reunião ela cancelou uma reunião que a gente tinha com ela, uma audiência justamente para pedir essa interlocução com o Governador. E aqui eu já deixo o meu pedido de novo para que, quem sabe através do Secretário Germano Bremm aí, que a gente consiga falar com o Prefeito, que também é uma das demandas que o coletivo já vem há mais de um ano pedindo. Então, é isso, muito obrigada por receberem a gente e estamos aqui para responder as questões de vocês. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Jacqueline, Luciano, Pedro, pela apresentação, e o Eber também, que representam os demais, eu vejo que tem outros atores aí também. Importante contribuição nesse debate da cidade. A gente viu na semana passada a proposta sendo modelada, não tenho dúvida que também com esta apresentação no Conselho traz um pouquinho mais de esclarecimento para aquilo que vocês vêm apresentando e defendendo a pauta. Eu acho que traz o tema ao debate. Então, parabenizo pela iniciativa. Eu consulto se temos conselheiros inscritos, então, para fazer o uso da palavra? A gente tem inscrito o Conselheiro Felisberto, a Conselheira Jussara e o Conselheiro Hermes para fazer questionamentos, que por ventura tenham. A gente ouve os conselheiros e depois devolve a palavra aí para os representantes da proposta responderem. Temos o Conselheiro Rafael Passos. Mais algum Conselheiro inscrito? Se não houver mais inscritos, então, eu vou encerrar a inscrição e vou oportunizar a fala para o Conselheiro Felisberto iniciar. O Conselheiro Mark

também está inscrito. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** A Professora Inês Martina entrou, poderia se apresentar Secretário. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Ela pediu a apresentação? Ela está assistindo só. A professora é da equipe, quer falar? **Inês Martina Lersch, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**: não, não pedi a inscrição, eu cumprimentei a todos no chat. Boa noite a todos e todas. Eu tinha uma teleconsulta às 18 horas já marcada, por isso que eu só entro agora, mas confiei aos colega a apresentação. Eu me coloco à disposição também para o debate. Agradeço a presença da Jacque, que tem contribuído muito para esse diálogo com os produtores de cultura, os trabalhadores da cultura e me coloco à disposição. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Professora Martina, seja bem-vinda a estado Conselho. Então, Conselheiro Felisberto, inicia. Vamos dividir, são cinco minutos para cada conselheiro, aí a gente dá um tempinho significativo para os retornos depois dos questionamentos levantados. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa noite a todos e todas. Eu queria parabenizar os professores da UFRGS, Eber, Luciano, Pedro, Martina, por esse projeto de ocupação do Cais do Porto ousado e partindo de ouvir a cidadania e os produtores culturais para que tenha um projeto de inclusão e de participação cidadã no Cais do Porto. Então, é um projeto que tem uma visão de inclusão, que é importante, no sentido de que seja um espaço que possa ser usufruído pela cidadania para que possa ter as expressões culturais no cais. E é importante também, que é um projeto que tem uma modelagem de sustentabilidade a partir de um espaço de ocupação das docas. Eu tenho algum questionamento e tenho colocado isso, para mim é importante, primeiro, que haja uma avaliação estrutural dos armazéns. Até agora não foi apresentado nenhum estudo que demonstre qual é a situação real dos armazéns, eu não vi, isso não foi apresentado nem aqui no Conselho, nem nos workshops, por ninguém. Então, é importante que a gente tenha uma apresentação ou estudo do custo, que se fala em 45 milhões lá no passado, agora se fala em 90 milhões, mas não se tem uma definição concreta do estado dos armazéns e qual seria a importância para recuperar os armazéns. Com relação à apresentação, eu digo que é uma proposta ousada, criativa, que demonstra a qualidade da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, dos professores que apresentam, da cidadania que construiu essa proposta, que só qualifica mais uma vez a Cidade de Porto Alegre como uma cidade que não mede esforços para se ver representada nos espaços públicos. É importante ter a cara de Porto Alegre, o olhar da sua população para que fique caracterizado o nosso olhar sobre o Cais do Porto. Então, mais uma vez queria parabenizar o Eber, Luciano, Pedro, Martina e a incansável Jacqueline Custódio pela sua coragem, pela sua disponibilidade, pela premiação que recebeu do CAU, merecido. E é uma pessoa que merece todo nosso respeito e a nossa admiração pela luta coletiva. Agradecer também ao Cais Cultural, que é um grupo plural, participativo e que discute as questões, fez uma cortejo este ano e que foi muito importante para divulgar todo esse projeto de construção coletiva. Obrigado e me ative a este exato tempo. Obrigado. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto, que representa a Região de Planejamento Um neste Conselho. Na sequência temos a Conselheira Jussara da ABES. **Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Boa noite. Eu queria dizer, até fiz questão de falar, porque da outra vez também me manifestei em relação aquele projeto, que a minha preocupação maior como ABES foi a questão do muro, né, que tem essa interferência no sistema de drenagem. E vejo que este projeto não parte

do princípio de mexer no sistema e isso já me agrada, mas principalmente eu gostei porque tem a ver com o que o Felisberto colocou, que é toda essa questão que o Felisberto colocou, não quer dizer que o outro não pudesse acontecer, mas de inclusão e um olhar de recepção à cidade da forma como ela é, o centro. O que eu percebi daquele outra ideia de projeto é uma transformação extremamente grande, que na minha visão levaria à exclusão certamente. E eu acho que sempre que o projeto parte desse olhar muito mais de transformar aquela área como uma área de negócios, digamos assim, e com isso viabilizar a recuperação dos armazéns, ele parte do princípio de exclusão, né. A iniciativa privada precisa gerar recursos, ao mesmo tempo existem vários formatos de PPPs que podem ser feitas e que entendo que podem os dois projetos conversarem entre si, desde que se mudasse a modelagem de como seria feito esse atendimento dos interesses da iniciativa privado, porque da forma como está... E até a ABES está agora montando um curso justamente discutindo esses vários modelos de PPPs, o foco é no saneamento, mas do ponto de vista legal não faz diferença qual o objeto, né. E acho importante isso, porque às vezes quando se tem esse acerto com o BNDES, as coisas começam com um olhar diferenciado. É como o BNDES vem tratando e existem várias formas e a gente pode atender esse objetivo de inclusão, de dar muito mais força para essas atividades culturais, como foi colocado ali pela Jaqueline e outros, que a indústria criativa tem muitas frentes, muita forma de trazer recurso para a cidade. E o outro olhar, que é esse também que apareceu, que eu não posso deixar de falar, da questão da atração ou da prestação de serviços à região metropolitana, que toda essa região do porto tem esse potencial importante que vai para além dos moradores da própria cidade. Então, eu me senti, digamos assim, mais confortável com essa proposta, é uma proposta e tem como serem feitos ajustes e tal. Mas acho que a gente como cidade, como município, deveria trazer essa proposta para o Centro, para que a gente pudesse realmente discutir e buscar o famoso caminho do make, que se fala tanto hoje e que é possível sim com um olhar que já vem sendo dado na outra proposta, mais com esta e a gente alcançar alguma coisa que atenda os interesses da população como um todo e que atenda também esses interesses de eventuais parceiros privados que viessem ajudar a viabilizar, mas esta proposta trouxe várias outras alternativas também de viabilidade e isso me parece bastante interessante. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Jussara, pela contribuição ao debate. Na sequência, então, a gente tem o Conselheiro Hermes. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Boa noite a todos e todas. Eu vou tentar não ser repetitivo, né, ao que o Conselheiro Felisberto e a Conselheira Jussara falaram, mas eu fiz questão de me manifestar também, agradecer e parabenizar a equipe, que eu não vou nominar, depois que foi colocado ali pela Martina uma lista enorme, até para não fazer injustiça com todos os participantes. Eu sei que um trabalho desses é multidisciplinar e envolve dezenas de pessoas. Mais uma vez parabéns. Eu gostaria de dizer que eu vejo claramente quando é apresentada essa proposta de ocupação, não chega a ser um projeto, uma proposta de ocupação para que se reflita e para que se faça o debate na cidade, dois caminhos, um caminho, que é o que a gente, o município através da sua Prefeitura e dos seus poderes econômicos têm seguido, que é de fazer propostas lindas, maravilhosas, ótimas, mas que cada vez mais segregam a cidade, elitizam a cidade e transformam esta cidade em uma grande maioria de marginalizados e uma pequena minoria de beneficiados. Todos esses projetos que a gente tem visto que envolve a questão urbanística, eu não estou falando do projeto de uma edificação isolada, eles caminham nesse sentido. O próprio início da proposta da orla, do Embarcadero, vai nesse sentido. Já é sabido de pessoas que tentaram

entrar lá e simplesmente foram barrados na porteira. Para reforçar isto que eu estou dizendo eu cito uma lei, que fiquei sabendo hoje que foi aprovada ontem na Câmara de Vereadores, que possibilita a colocação de cancelas em loteamentos. Eu não estou falando de condomínios habitacionais, estou falando de loteamentos, onde as ruas são públicas, de uso público e foi aprovado, depende da Prefeitura fazer uma regulamentação. Eu me lembro que há muitos anos isso já foi discutido em São Paulo, a justiça derrubou, mas está voltando parece que no Brasil inteiro. Quer dizer, as nossas elites cada vez mais querem se segregar e deixar para baixo do tapete aquela parcela da população que não ocupa "espaços de qualidade", digamos. Voltando, eu acho muito interessante a proposta pela sua viabilidade. Eu sei que vários os setores provavelmente vão, e isso já foi em outros trabalhos semelhante, já foi refutado, vão tentar provar que é inviável, que as entidades propostas não se sustentam, que vai terminar ficando à custa do Município, etc. e etc., né. Eu já estou preparando uma possível conversa no futuro debate, mas mais uma vez eu acho que o caminho para as nossas cidades é esse. Quando a gente viaja aqui pela América Latina, pela Europa, a gente vê aquele povo visitando todos os lugares públicos, sem restrições e que não segregam, mesmo que não tenham portas ou porteiras, não segregam só pelo seu grau de elitismo. A gente sabe que a nossa classe média, média baixa, pobre, ela termina não participando de lugares que são muito elitistas, somente a classe média alta e muito alta. Então, eu acho que é um bom caminho para ser debatido, eu achei interessante que ele não se contrapõe com as propostas atuais, até porque as propostas atuais, salvo melhor juízo, não estão ainda bem definidas que tipo de ocupação. Mas eu acho importante que o poder público tenha uma atuação no sentido de tornar esse espaço o mais democrático possível, mesmo que isso fira ou traga menos lucro para os investidores locais. Eu acho muito importante isso. Então, eu mais uma vez agradeço e agradeço pela apresentação, parabenizo. E queria fazer do Felisberto as palavras minhas em relação a Jacqueline, já que eu fui Conselheiro do CAU e sou, não é associado, mas sou vinculado ao CAU. Eu fico orgulhoso que o nosso Conselho homenageie pessoas locais, lideranças locais que têm um trabalho importante nesse sentido, ao contrário de algumas instituições e conselhos de outras profissões, etc., que terminam fazendo o reconhecimento de pessoas que vêm aqui, faz um projeto, faz um trabalho em qualquer área e terminam sendo reconhecidas sem aquele mérito justo do que tenham feito. Muito obrigado. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Hermes, pela contribuição ao debate. Na sequência o Conselheiro Rafael Passos do IAB. Boa noite! **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Boa noite. Boa noite, Secretário. Boa noite, colegas. Cumprimentar a Professora Martina, Professor Fedozzi, Professor Eber e o Professor Pedro Costa. Eu quero manifestar aqui, já tivemos algumas oportunidades de conhecer o trabalho, nós recebemos uma das apresentações no IAB para a imprensa. Mas o que eu gostaria de colocar, primeiro, né, como eu já manifestei no dia da apresentação, que o atual projeto já avançou muito em alguns sentidos, em outros ele ainda deve algumas questões. Mas esses avanços aos quais eu me refiro, vejam, eles são oriundos de questionamentos, de uma postura crítica da sociedade civil que questionava não só o modelo de porteira fechada, que é diferente do modelo de negócio que está proposto agora, de gestão também, isso também vai redundar em um modelo de gestão também, que isso também vai redundar em um modelo de gestão futuramente, mas também no projeto urbano paisagístico. E agora precisa sim incorporar algumas outras questões e que esse trabalho que a universidade faz, sim, é um a universidade através de três institutos e projetos de extensão, com um elenco de estudiosos envolvidos, mas que não só isso, não é um trabalho técnico estritamente. Ele trabalha a partir de demandas de

uma vasta gama de um segmento cultural. E se uma cidade como Porto Alegre gosta de falar que tem que tratar da economia criativa, dentro dentre os quais a economia da cultura é um aspecto fundamental, nós precisamos debater a centralidade desses espaços, porque hoje esses grupos culturais estão alijados dos espaços de referência na cidade. Então, os armazéns quando estavam lá a Deus dará, ah não, abre o espaço ali para os grupos, etc. e tal; agora não, agora não precisa. Então, depois dos últimos anos de vandalismo, porque é o que se pode dizer, foi um vandalizado, porque nunca os armazéns foram tão vandalizados durante a gestão desse consórcio anterior. Está lá sem portas, sem nada, é quase aquela musiquinha, não tinha porta, não tinha nada. quer dizer, é a oportunidade que ainda temos, que este grupo nos traz, por essa sistematização desenvolvida, olhando para os aspectos sociais, olhando para os aspectos urbanísticos arquitetônicos, mas também olhando para os aspectos de gestão através da participação da Escola de Administração. Então, parece que a gente precisa, e aí eu apelo à Prefeitura Municipal, ainda que não seja a responsável, está na mão do Governo do Estado, junto com BNDES, mas ela é importante articuladora nesse processo para que a gente tenha sim, abra esse espaço para que Porto Alegre realmente possa dizer e não da boca para fora, mas demonstrar com ações que sim a sua produção cultural local tem um espaço de excelência, um espaço de destaque na cidade para se tornar, para trazer essa dinâmica da visibilidade trazer dinâmica econômica. Parece que Porto Alegre está muito, o que é importante, mas não é o único e muitas vezes em detrimento de outros setores que muitas vezes empregam e tem uma dinâmica, um potencial econômico muito maior de distribuição de renda e de riqueza, como é a cultura, a terceira indústria da Coreia é a indústria cultural. Aqui não, parece assim, se não atender a um setor específico que eu não vou nem dizer qual, os outros setores que fiquem aí disputando migalhas. Então, nós queremos, esses grupos culturais trazem essa questão de que a cultura de Porto Alegre deve estar lá também nos armazéns e é isso que a gente precisa discutir e reforço o apelo aqui á Prefeitura, através desta Secretaria e de outras, Secretário, que promova uma reunião com as secretarias mais envolvidas nas questões do Centro para tratar disso. A partir daí é um foco que a cultura pode retomar, ser um espaço nas áreas mais centrais, na área central da cidade como um destaque. Não é por uma questão de ter um simples espaço, é a questão de que um espaço deste pode sim e não está se inventando, são os dados que vocês trazem. Então, pode ser um gerador para a cultura de Porto Alegre, que, aliás, precisa muito, porque nos últimos anos ficou aquém. Então, eu parabenizo de novo e colocar o IAB sempre à disposição da universidade para trabalhos conosco. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Rafael Passos, que representa o IAB, pela contribuição. Na sequência o Conselheiro Mark. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Boa noite a todos. Eu quero começar agradecendo, cumprimentando os Professores Fedozzi, Eber, Pedro, Martina e Jacqueline, por apresentarem este importante conjunto de ideias que traz um ar, traz uma lufada de vento importante, de estímulo ao setor cultural e a própria atividade econômica de Porto Alegre. Eu acho que começar como eles começaram esta proposta, fazendo uma pesquisa junto ao campo cultural, mapeando e depois fazendo uma proposta, né, de divisão de todo esse espaço enorme que Porto Alegre tem, que estar completamente à deriva há tanto tempo, mais de 10 anos abandonado, é uma responsabilidade para toda comunidade porto-alegrense e da própria região metropolitana a recuperação de um espaço urbano deste porte que está jogado às traças sem nenhuma proposta de gestores inteligente e relevante. Então, esta proposição que é feita à comunidade tem um papel construtor e articulador, porque propõe aí uma somatória de esforços de toda essa comunidade cultural,

que teve a preocupação de incluir, Inclusive, a literatura. Eu acho que é uma coisa fantástica, grupos de dança, teatro de rua, teatro, artes cênicas. Então, esse conjunto enorme e de pessoas de talentos que Porto Alegre e o sul tem, que poderiam ter um espaço gigantesco para o seu exercício, é uma coisa muito importante. E vê que esse chamado à comunidade, com certeza a comunidade poderá sim colaborar e eu acho que de maneira decisiva, juntando os próprios recursos das famílias que poderão, por um projeto tão bom e tão bonito como este, colocar os seus recursos aí também. Mas eu acho que as esferas públicas, o Governo Federal, o Governo do Estado, o Governo Municipal, eles têm obrigação de aportar recursos para revitalizar essa região com esta finalidade, com a finalidade de oferecer atividade permanente do campo cultural para toda a região metropolitana. É uma questão importante, fundamental e eu vejo com muita alegria que esta possibilidade está sendo trazida pelo menos à discussão. Então, por isso a importância de vocês terem vindo a este Conselho para que nós pudéssemos ouvir e conversar um pouco com vocês e aplaudir esta proposta aberta de convivência e construção. Muito obrigado. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Mark, pela contribuição ao tema. Antes de devolver a palavra para os componentes, muitos conselheiros terminaram antes do tempo, se tem mais algum Conselheiro que gostaria de falar, senão devolvo a palavra para encerramento do Pedro, Eber, enfim, de todos. Não? Perfeito, então. Vou abrir o microfone do Pedro, do Eber e do Luciano. **Luciano Joel Fedozzi, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Martina, quem sabe, como tu pode participar só posteriormente, poderia fazer esse encerramento para nós. **Eber Pires Marzulo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Só para introduzir, a Professora Martina, além de colaborar na parte do organograma e na orientação do exercício da distribuição das atividades nos armazéns, é uma especialista, trabalha com o patrimônio histórico, arquitetônico, urbanístico. Então, tem esse olhar a mais na fala da Professora Martina. **Inês Martina Lersch, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Muito obrigada, Professor Eber. Obrigada colegas. Agradeço a todos os conselheiros que se manifestaram apoiando a proposta. Então, com a deixa do Professor Eber eu vou ressaltar a importância do pilar patrimônio, a preservação desse patrimônio. E faço isso não com palavras minhas, mas com da querida Briane Bicca, que coordenou o Projeto Monumenta na nossa cidade. A gente não pode esquecer que muitas das ações que o Monumenta fez aqui com recursos, enfim, dos bancos de apoio, permitiram que, por exemplo, as estruturas do cais central, do portão central permanecessem aí revitalizados. E a própria Briane nos diz que a linha dos armazéns, o pórtico central, são elementos essenciais no perfil da cidade, com a Usina do Gasômetro compõe um quadro harmonioso, incorporado à imagem de Porto Alegre enquanto localidade portuária, ao mesmo tempo são testemunhas da história na construção da capital. Então, eu acho que no documento a gente faz uma explanação sobre isso, né, a importância da preservação, não só da imagem dessa paisagem constituída pelos armazéns. Alguns vão dizer, ah, mas ela só é vista de quem está no rio, do rio para com a cidade. De fato, mas não é só isso, né, eu acho que hoje muito a gente está discutindo a relação do Cais do Porto com a cidade, essa permeabilidade que a gente também vem demandando, seja ela agora mantendo ou não o muro, mas com as atividades que a gente propõe por meio da presença da cultura. Os meus colegas sempre riem quando eu digo isso, porque eu já vejo o Carnaval saindo ali da Cidade Baixa, onde é tão conflituoso, essa que é uma festa popular, por que não sair ali a partir dos armazéns do cais central Centro adentro? Rua da Praia adentro, enfim, assim como foi uma belíssima atividade que os produtores de cultura fizeram na comemoração dos 100 anos há algumas semanas atrás

do Cais do Porto. Então, acho que patrimônio cultural, é daí que a gente precisar partir, né. Os meus colegas mostraram na apresentação aquele mapa do Centro da cidade, onde tem os dois principais eixos preservados pelo IPHAN, tombados pelo IPHAN, além da conjunção, essa que foi já uma praça, como a Praça da Alfândega, que lá em 1909 já foi chamada de hall de entrada da cidade e a sua composição com os demais armazéns. Eu vou ressaltar, eu acho que um aspecto que o Rafael, se eu nós me engano comentou, é uma preocupação que a gente tem desse cais estar há mais de 10 anos agora sem que a população, que os turistas... Eu como professora sempre acostumei fazer os percursos urbanos e há mais de 10 anos a gente não consegue levar os alunos para fazer esse percurso no Cais do Porto. E sem dúvida há um processo muito rápido, muito extenso e profundo de degradação desse patrimônio. Então, a gente está chamando atenção para isso. Qualquer que seja a proposta a ser implementada no cais, ela não pode deixar mais um tanto de tempo o cais fechado, ela tem que em curto, médio ou longo prazo prever que algumas atividades já possam voltar acontecer para a cidade poder voltar a utilizar o cais. E que os recursos voltados para a restauração, e aí a gente também aponta a necessidade de levantamento métrico, cadastral e de danos, para a gente conseguir entender inclusive o quanto que precisa, qual o montante que se precisa para a restauração de tudo, mas que não fique mais um tanto de tempo o cais fechado para a cidade. É o conhecido modus operandi, isso não é Porto Alegre, nem Rio Grande do Sul, é o Brasil inteiro, o patrimônio cultural tem ficado às vezes à míngua, a ponto de estar tão deteriorado que daqui a pouco a solução é demolir mesmo, né, que é a melhor saída. A gente espera que não aconteça isso no Cais do Porto. Eu vou também aproveitar a profícua conversa que nós tivemos hoje de manhã com o consórcio, que nos apresentou a preocupação deles com isso também e apontando que o investidor que assumir, aliás, docas, que o investimento é como um todo, teria o compromisso de em primeiro lugar restaurar os armazéns e depois poder investir e construir o que tivesse dentro do contrato. Então, acho que é uma premissa bem importante, que o modus operandi qual tem sido? Esse é um exemplo, primeiro se faz investimento, se constrói o que é novo e depois não sobra dinheiro para fazer a recuperação do que é considerado patrimônio. Segundo a nossa conversa hoje de manhã, ficou bastante claro o interesse do consórcio em inverter essa lógica. Porém, a gente lembrou a eles que o Cais Embarcadero, que lá se encontra hoje, não usou essa lógica, o Cais Embarcadero foi instalado e o armazém não foi recuperado. Então, eu acho que é um ponto importante da nossa conversa de hoje de manhã com consórcio, que eu gostaria que os conselheiros e a população em geral, a sociedade em geral atentasse que não fossem feitos os investimentos nas docas e de repente o cais fica para depois. Ou mesmo os fundos que foram previstos para a recuperação do cais não sejam realocados para outras atividades. Então, não vou mais me estender muito. Queria agradecer muito a oportunidade de vocês nos ouvirem. Essa nossa proposta não é uma resposta á proposta do consórcio, muito pelo contrário, também tivemos que esclarecer isso hoje de manhã, ela vem acontecendo desde maio e junho, a partir do momento que o processo anterior do Cais Mauá foi resolvido com o Governo do Estado os produtores da cultura se sentiram aí instigados a nos procurar e a gente desenvolveu essa proposta. Ela não é uma resposta ao que o consórcio apresentou, mas ela é outra possibilidade e que, inclusive, uma não exclui a outra, a nossa proposta é muito possível de ser colhida e o cais pode com todas as condições acolher a cultura de Porto Alegre e do Estado do Rio Grande do Sul. Então, muito obrigada mais uma vez, devolvo a palavra. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Martina, pelos esclarecimentos, sem dúvida contributiva. Não sei se mais alguém tinha alguma observação. **Luciano Joel Fedozzi, Universidade Federal do Rio Grande do Sul –**

UFRGS: Eu gostaria, Secretário Germano, só de dizer que hoje foi a primeira oportunidade que nós tivemos, depois de muitas tentativas. de pelo menos apresentar ideias gerais, de dialogarmos, agradecendo aos conselheiros que falaram sobre isso, mas a primeira oportunidade de um contato mínimo com uma Instância do Governo Municipal, por meio da sua Secretaria. Nós realmente reafirmamos a importância do Município de Porto Alegre ser o protagonista nesse processo, a Cidade Porto Alegre, todos nós sabemos, será beneficiada, é a cidade que tem mais interesse que esse projeto seja bem sucedido. Realmente, fica aqui mais uma vez a ideia de que gostaríamos muito de termos a oportunidade, quem sabe pela Secretaria, de conversarmos, dialogarmos de forma muito tranquila, madura, não só a Secretaria, mas também o Gabinete Prefeito. Eu até coloquei aqui no bate papo que no meio do ano, quando participamos dos workshops que foram promovidos pelo BNDES e pelo consórcio, ali conversando pessoalmente com Secretário Schirmer, ele se empenhou pessoalmente em efetivar um pedido que nós já tínhamos feito a um bom tempo atrás. Lamentavelmente, isso não aconteceu e acho que seria muito produtivo, muito saudável promovermos um diálogo em torno de questões que acho que todos nós temos interesse que seja produtivo para o projeto, para a cidade. Então, fica aqui esse registro da primeira vez, mas também, ao mesmo tempo, uma solicitação nossa de quem sabe podemos promover um diálogo um pouco mais direto com a administração municipal, que eu acho que a administração municipal, não importando qual gestão seja, ela pode se beneficiar muito do empenho de profissionais, como nós estamos fazendo em torno dessa questão tão importante. **Eber Pires Marzulo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Gostaria só de fazer um pequeno adendo, Secretário, dadas algumas manifestações dos conselheiros, e dizer que esta equipe está apta não só a continuar a desenvolver o projeto, as diretrizes numa dimensão de projeto, inclusive, para discutir eventualmente a relação com as outras áreas, mas como também se encontra capacitada, caso haja interesse da Secretaria, da Prefeitura, em fazer um levantamento sobre as condições de cada armazém e cruzando com os dados das demandas dos grupos culturais propor uma ocupação imediata dos armazéns em melhores condições a partir da recuperação mínima necessária para uma ocupação cultural. Então, a equipe se encontra em condições, com profissionais no seu interior capazes de fazer avaliação das condições dos armazéns, de definir quais armazéns estão em melhores condições, ou seja, com um custo mias baixo de recuperação para uma ocupação imediata da área através de atividades culturais. Fica aqui a minha proposta, a minha provocação e, quiçá, possamos antes do investimento global devolvermos à cidade os armazéns através de atividades culturais, quiçá, com uma participação efetiva na Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Obrigado! **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado a todos. Não tenho dúvida, este é um projeto bastante transversal, envolve diversas secretarias e um esforço da cidade como um todo. E, naturalmente, por ser uma área do Governo do Estado, especialmente a liderança do Governo do Estado, como dono da área, para propor e no sentido de qualificar toda a região, contratou o BNDES, contratou um consórcio. Então, eu fico feliz em ver a apresentação, o debate sendo comentado na cidade. Eu acho que isso enriquece aí a proposta que está sendo construída e modelada para quem vier a ganhar, né. Se eu não me engano, eles têm expectativa de em maio fazer o procedimento licitatório. Então, a partir dessa licitação vão constar as regras do edital, eu acho que vem muito a calhar aí a contribuição de vocês. Eu acho interessante e vejo que vocês já avançaram na conversa com o pessoal do consórcio, que está fazendo a modelagem, que são pessoas chaves, porque, afinal de contas, é o que vai para este edital depois de licitação, vai ter que ser seguido quem, porventura, vier a ser vencedor nesse certame. A gente é parceiro aqui,

este Conselho deu a oportunidade por sugestão, o Conselheiro Felisberto, enfim, demais, da gente assistir. Fica gravado no nosso canal da SMAMUS no YouTube. Então, também a sociedade em si que porventura tiver alguma dúvida, às vezes ouve sobre o projeto e quer assistir, vai poder acessar o nosso canal, vai estar disponível a apresentação com todos os questionamentos dos conselheiros. Então, agradeço mais uma vez a oportunidade. Eu acho interessante também, eu lembro, agora recordando, a gente tem o nosso Secretário de Inovação do Município, que também tem uma transversalidade com o projeto, que foi diretor da Escola de Engenharia da Universidade Federal, acho que é uma pessoa importante também aí para concatenar, para conversar, para a gente agregar aí, alinhando o máximo possível os objetivos da cidade, a gente tentar conciliar essas diversas visões. Naturalmente, com um modelo, isso é da natureza, que tenha sustentabilidade, consiga de viabilizar, porque a gente sabe das dificuldades às vezes do investimento público. Por isso que está parado a tantos anos, acaba que o recurso, o orçamento, sendo direcionado para educação, para saúde, para a segurança, é para onde vai praticamente todo o orçamento, né. Então, também tem que se pensar, naturalmente, no modelo que a iniciativa privada consiga financiar, eu acho que é esse o desafio do consórcio, trazer essas diversas visões para uma proposta que contemple os interesses da cidade, que naturalmente seja paga, que tenha condição de se financiar, fechar esse cálculo para a gente fazer uma licitação e após isso uma grande obra, mudar, virar a chave da nossa cidade. Não tenho dúvida que essa transformação vai realmente ser transformadora para a nossa cidade, a gente tem muita expectativa e torce muito pelo projeto para que de fato aconteça. A gente tem uma oportunidade única aí de fazer essa transformação, estou confiante. Pelo pouco da minha experiência, de fato houve uma contratação com especialistas nas matérias, a gente tem comunicação, tem economista, tem arquiteto urbanista, tem engenheiro, são vários atores, é importante, porque são várias visões que precisam ser trazidas, eles vão ter que fazer uma compatibilização com a sociedade. Então, a proposta de vocês vem muito a contribuir para este debate e aprimorar o projeto como um todo. Obrigado mais uma vez pela apresentação. Conselheiros, são 19h46min, hoje o nosso único assunto da pauta era a apresentação, acho que a gente pode encaminhar para o encerramento. Só antes eu gostaria de deliberar... Tem uma Questão de Ordem do Conselheiro... Deliberar a cerca das atas:

3. VOTAÇÃO:

3.1. ATA 2915 (09/11), 2916 (16/11) E 2917 (30/11).

Temos a 2915 e a 2916. Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, a minha Questão de Ordem é no sentido de que na sexta-feira o Vereador Ramiro Rosário vai fazer uma audiência pública sobre a Revitalização do 4º Distrito. Então, eu gostaria de propor que a gente pudesse no Conselho retomar esse assunto, porque a maioria dos conselheiros não participou quando foi apresentado no Conselho e se foi apresentado alguma vez. Para que a gente pudesse ter subsídios para discutir o 4º Distrito, porque é um projeto também que envolve toda a região da cidade, envolve a RGP 1 e a RGP 2. Então, é importante, este conselheiro não tem conhecimento, porque não estava no Conselho. Então, é importante que a gente possa discutir isso, Secretário. Então, queria mais uma vez parabenizar a todos pela apresentação. Obrigado, boa noite. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto, sem dúvida, na programação, inclusive com relação ao Projeto 4º Distrito, a gente tem a expectativa, assim como foi feito o Programa de Reabilitação do Centro

Histórico, de apresentar no Conselho em seguida, logo no início de janeiro, o primeiro escopo do programa, o que se pretende desenvolver ali, a partir desses estudos, daquilo que já se tem contratado com a Universidade Federal, que fez o Masterplan, a nossa equipe está preparando a apresentação. O Prefeito pretende comunicar aos vereadores, dar um *start* junto aos vereadores. Eu acredito, se eu não me engano, acho que na sexta-feira vai ter uma apresentação para os vereadores e na sequência vem a apresentação mais urbanística, que lá na Câmara de Vereadores é com um escopo mais geral de todas as áreas e aqui a Patrícia, a nossa diretoria de planejamento, vai na sequência fazer a apresentação para estartar esse processo de discussão com relação ao 4º Distrito. Então, acolhida a sua sugestão. Eu consulto a repeito das atas se temos objeção à aprovação de ambas as atas. Se houver alguma objeção, por favor, manifeste no chat. Temos abstenção do Conselheiro Merino, da Conselheira Tânia, Conselheiro Hermes, Conselheiro Adroaldo. Sim, Conselheiro Hermes, seria o nosso período de Comunicação, mas faltam poucos para que todos possam falar e passaria um pouco o tempo. Eu queria até combinar, conselheiros, para que na próxima reunião, a nossa última do ano, a gente tem que fechar, a gente tem um processo importante ali, que em função das apresentações, das solicitações, que é das unidades de triagem, que teve o relato de vista de vários conselheiros, seria importante a gente fechar com aquela conclusão e deliberação do processo. Conselheiro Wagner também abstenção. Temos 07 abstenções, nenhum voto contrário. **APROVADAS AS ATAS 2915 E 2916**. O Conselheiro Mark tem uma correção. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Presidente, eu queria deixar registrado que lendo a Ata 2915, ela menciona no início, é importante corrigir isso, dizendo que a reunião nossa aconteceu no dia 11/11, não foi, a reunião aconteceu no dia 09/11. Isso precisa ser corrigido, porque a reunião de fato ocorreu no dia 09/11/2021. A outra correção é na Ata 2916, fl. 6, importante corrigir, porque é mencionado como autor, na linha 261, pág. 6, como autor do Atlas Ambiental um senhor chamado Ronaldo, o nome dele é Rualdo Menegat. Só para deixarmos o Conselho do CMDUA citando corretamente a nominação desse cientista que tanto tem cooperado com a cidade e com o Rio Grande do Sul. Obrigado. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Mark. Senhores conselheiros, então, encerrando e na próxima reunião vamos tentar superar a pauta, especialmente sobre aquele processo das unidades de triagem, que é importante a gente finalizar o nosso ano encerrando com esse projeto importante que dá regularidade para aquela unidade que tanto precisa e tem dificuldade de se regularizar. Boa noite a todos. Agradeço mais uma vez esta oportunidade do debate, do aprendizado sempre. Um grande abraço.

Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental – CMDUA, às 20h00min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia Costa Ribeiro, sob o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.

ATA ORDINÁRIA Nº 2920/2021

(Virtual nº 85)

Aos vinte um dias do mês de dezembro de dois mil e vinte um, às dezoito horas, reuniram-se para Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, através da plataforma virtual *Zoom*, nos termos do Decreto nº 20.611/2020, sob a presidência de GERMANO BREMM, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS, e na presença dos:

CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS: Lisiane Sartori Fioravanço Magni (Suplente), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Sônia Castro (Titular), **Gabinete do Prefeito – GP**; Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN**; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), **Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS**; Gisele Coelho Vargas (Titular), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), **Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOI**; Gustavo Garcia Brock (Titular), **Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV**; e Rômulo Krafta (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**.

CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS: Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Claudete Aires Simas (Titular), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH**; José Rodolfo Fork (1º Suplente) e Raquel Hagen (2ª Suplente), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA**; Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS**; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS**; Karla Fabrício Moroso dos Santos (1ª Suplente), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**.

CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL: Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Tânia Maria dos Santos (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4**; Wagner Pereira dos Santos (1º Suplente) e Ricardo Angelini, (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Cinco – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Maristela Maffei (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7**; Dinar Melo de Souza (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** e Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA**.

SECRETARIA EXECUTIVA: Camila Maders Fonseca Coelho, **Secretaria Executiva da SMAMUS**; Patrícia C. Ribeiro, **Taquígrafa/Tachys Graphen**.

DEMAIS PRESENTES: Michele Rihan (Delegada), **Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8**; Simone, **Representante das UTs**.

PAUTA:

1. Abertura;

2. Comunicações;

3. Votação:
3.1. Atas 2917 (30/11), 2918 (07/12) e 2919 (14/12)

4. Ordem do dia.

Após a leitura dos presentes e conferência de *quorum* o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h18min.

1. ABERTURA

Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS: Boa noite, Conselheiras, Conselheiros. São 18h18min, temos quorum. Então, declaramos aberta a nossa Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental. A nossa última reunião do ano, próximo ao Natal. Espero que a gente tenha um encontro em harmonia, no espírito natalino, do final de ano. Eu acho que já durante o ano brigamos o suficiente. Brigamos não, discutimos, né, pautas importantes para a cidade aí, as mais diversas visões, que é do espaço, naturalmente, de um Conselho, assim como é na Câmara de Vereadores. Os debates só fortalecem o processo como um todo, eu aprendo muito com vocês no exercício às vezes de manter o equilíbrio, como todos somos no nosso dia a dia, nas nossas famílias. Na nossa vida às vezes tem momentos de tensão, que a gente fica um pouco mais estressado, outros dias estamos mais calmos, mas é do processo, o desafio é sempre a gente saber superar esses momentos, saber enfrentá-los. Não vamos e não conseguimos resolver todos os problemas, isso eu sempre digo, infelizmente a administração pública sempre tem uma demanda maior, a nossa capacidade de entregar é menor, mas a gente está aqui para tentar dentro do possível contribuir um pouco com o nosso conhecimento, com a nossa experiência. Então, hoje a gente tem um processo importante, especialmente a gente tem a pauta ali, vamos ver se a gente consegue superar a questão, né, que está pautada ali das unidades de triagens, uma em especial, que eu acho que não foi votada. Se a gente tiver essa condição hoje de ter os relatos de vista solicitados e avançar na discussão e votação. Aí fechamos o nosso ano eu acho que em alta produtividade. Rapidamente, então, faço a leitura dos presentes. (Relação dos presentes na inicial). São esses os presentes e se não chamei alguém, por favor, faça a indicação no chat. Conselheiro Felisberto no período de Comunicação. Já consulto, peço que todos os conselheiros que tem interesse em fazer o uso do período de Comunicação, antes da gente abrir para as inscrições externas, por favor, façam a inscrição no período de Comunicação já para a gente abrir as falas externas. Conselheiro Felisberto.

2. COMUNICAÇÕES

Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1: Boa noite a todos e todas. Eu gostaria de fazer uma solicitação em que a gente pudesse, secretário, fazer uma reunião de avaliação desses três anos do Conselho e principalmente desses dois anos de pandemia. Seria importante que a gente pudesse ter antes do final do ano mais uma reunião e que a gente pudesse trabalhar sobre essa questão. Então, pondero ao Secretário que avalie essa possibilidade, porque é importante até da gente programar o ano que vem para que não aconteçam fatos que aconteceram este ano, para que a gente possa ter uma harmonia dentro da sua fala inicial, né, Secretário. Mas a gente é surpreendido cada dia mais por surpresas desagradáveis, mas é o momento em que a

gente vai passar e teremos enfrentamento, quer aqui, quer no judiciário sobre temas que impactam a vida das pessoas, das regiões, que é importante que haja uma participação maior da cidadania e que não seja uma mera predominância de uma maioria eventual na Câmara de Vereadores, que violentam muitas regiões e principalmente comunidades, que muitas vezes não são ouvidas. Então, pondero que a gente possa ter um momento de avaliação antes do fim do ano dos nossos principalmente esses dois últimos anos. Então, era isso e obrigado, Secretário. Já me inscrevo para o período de Comunicação. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Perfeito. Obrigado, Conselheiro Felisberto. Então, temos inscrito para o período de Comunicação o Conselheiro Felisberto, Conselheira Maristela, Conselheiro Adroaldo e Conselheira Tânia. Temos duas externas para fazer uso da comunicação e depois a comunicação dos conselheiros. Acho bastante interessante, Conselheiro Felisberto sim a gente fazer a reflexão, o balanço. Eu acredito só que a gente consiga jogar, em função da agenda atribulada de todos, é complexo de fechar neste período de final de ano. Eu mesmo tenho agendas preenchidas, até o final do ano é aquela correria, fica difícil da gente compatibilizar, mas eu acho que na sequência ali, virando o ano, nós vamos ter um pouco mais de calma para organizar um pouco melhor esses processos. Já adianto, está aqui a Patrícia, nossa diretora, teremos, então, em 2022 a nossa revisão do Plano Diretor. Então, queria compartilhar isso também com vocês, que a gente entendeu que agora estamos maduros para no ano de 2022 retomar o processo de revisão do Plano Diretor aos moldes da instrução normativa aprovada para este Conselho, do fluxo de funcionamento, com toda a temática de participação em debate com os estudos subsequentes. A gente tem a expectativa de anunciar, especialmente o Prefeito fazer esse anúncio da retomada do processo de revisão do Plano Diretor. Então, eu queria tranquilizar vocês se na imprensa forem comunicados, enfim, se for divulgado na imprensa para os próximos dias essa retomada, o município vai se posicionar, acho que na quinta-feira ou sexta-feira, não sei direito, uma fala do Prefeito, uma comunicação do Prefeito no sentido de revisar. E segue, a partir desse start da Prefeitura, a gente ainda no mês de janeiro conversa com vocês aqui, do calendário, da definição, as oficinas, enfim, da metodologia do funcionamento do trabalho aos moldes do que foi aprovado na instrução normativa no início deste ano, em março. Então, só para nivelar a informação. Consulto se temos inscritos? Conselheiro Felisberto, Maristela, Adroaldo, Tânia e Conselheiro Gomes. Então, registramos aqui o encerramento das inscrições e oportunizo a fala para a Michele. Michele, seja bem-vinda, quase nossa conselheira aqui, assento ativo neste Conselho. **Michele Rihan (Delegada), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** Boa tarde, Secretário! Que bom que sente falta de mim. Secretário, infelizmente tenho que deixar aqui o meu repúdio, né, ao projeto de lei do Executivo que fatiou o Plano Diretor, né, e já antecipou a revisão com relação à área da Fazenda do arado, que foi aprovada ontem numa celeridade impressionante, né, pela Câmara de Vereadores. Muita mentira, né! Muitos fatos absurdos colocados tribuna, um festival de absurdos, literalmente. E chama minha atenção, né, que no dia 20 de agosto eu encaminhei um e-mail para a Secretaria do Meio Ambiente, conforme foi indicado lá no edital, quando foi feita, promovida a audiência pública, enviei um e-mail com questões que eu fiquei com dúvidas, várias dúvidas. E esse e-mail enviado no dia 20 de agosto até o momento sequer recebeu resposta. Portanto, fica evidente, Secretário que não existe nenhum intuito por parte da gestão, por parte da Secretaria do Meio Ambiente de esclarecer as dúvidas da cidadania, esclarecer dúvidas postas dentro de um processo que deveria ser democrático, né! Então, é importante deixar isso frisado, eu não recebi nenhuma resposta com relação aos questionamentos encaminhados dentro do prazo que a Secretaria do Meio Ambiente divulgou como sendo o prazo adequado para

encaminhamento de dúvidas. Essa prática da Secretaria do Meio Ambiente de se omitir diante de questões, diante de questionamentos colocados, né, parece ser algo recorrente, pelo menos com relação às questões que eu encaminho, né. No dia 1º ou 2 de novembro enviei um e-mail para o senhor, enviei e-mail para os e-mails da fiscalização que me foram indicados e também outro e-mail que demandava, por exemplo, sinalização das áreas de preservação permanente da orla de Belém Novo. Quer dizer, algo banal, sinalizar as áreas de preservação permanente. Até o momento estou sendo ignorada pelo senhor, pela Secretaria do Meio Ambiente. Portanto, essa prática é recorrente, né, recorrente e demonstra o desprezo da Secretaria do Meio Ambiente ao cidadão, né! Portanto, esse seu discurso inicial também é vazio! É vazio, Secretário! Vamos e venhamos, né, é uma Secretaria que sequer responde os e-mails que recebe, sequer confirma o recebimento dos e-mails demonstra que não tem a mínima intenção de ouvir a cidadania. Certo? Bom, essa é uma questão, mas nós temos outras aí bem animadas para colocar, né! Por exemplo, é o segundo ano consecutivo que a Prefeitura atrasa a divulgação dos exames de balneabilidade na região Extremo Sul, após cobranças surgiram os resultados dos exames só lá pelo dia 14 de dezembro. Certo? Dia 14 de dezembro indicou um ponto impróprio para banho em Belém Novo. A segunda divulgação de relatórios coloca que também o Posto 1 de Belém Novo estava impróprio para banho. Para minha surpresa, ontem pela manhã eu passei pelo local e me deparo com uma placa de que a praia estava própria para banho. Ora, o DMAE divulga com atraso os resultados, divulga que a praia está imprópria, em duas divulgações coloca que a praia está imprópria para banho e a população está sendo enganada pela Prefeitura com uma placa que diz que está própria? Secretário, eu não estou conseguindo entender. Ora, a Secretaria do Meio Ambiente não sinaliza as áreas de preservação permanente, a Secretaria do Meio Ambiente se omite sobre as condições de balneabilidade e a Secretaria do Meio Ambiente e a Prefeitura enganam a população dizendo que a água está própria, sendo que o próprio DMAE divulgou dois relatórios onde as águas daquele ponto estão impróprias para banho. Aí eu me pergunto: para que serve uma Secretaria de Meio Ambiente que não se importa com as suas áreas de preservação permanente e não se importa com as condições de balneabilidade e saúde da população? Ora, se as questões estão sendo colocadas, estão sendo enviadas por e-mail, pedindo sinalização de áreas de preservação, fiscalização ambiental, educação ambiental... Domingo tivemos um Bugio que apareceu morto no bairro, nós temos a Febre Amarela. As questões ambientais e as questões de saúde estão intrinsecamente relacionados e a Secretaria do Meio Ambiente está se omitindo diante de questões que são levadas pela cidadania... (Sinalização de tempo esgotado). E está se omitindo diante de questões de saúde. Secretário, por favor, é uma questão urgente, são questões urgentes, não se omita! **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem! Obrigado! **Michele Rihan (Delegada), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** Eu solicito, por favor, respostas... **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem, então, Michele. Obrigado pela tua participação neste Conselho. Naturalmente, é um espaço democrático, a gente sempre garante o acesso, mas é importante ressaltar que a gente vive numa democracia representativa, onde elegemos nossos representantes, né, nossos conselheiros que aqui têm assento representando as regiões de planejamento e por meio destes representantes a gente têm as visões dessas regiões, a voz. Naturalmente, a nossa estrutura pública não dá conta de responder a todos os questionamentos da sociedade em geral, a gente tenta e atende os órgãos de representação, a Câmara de Vereadores, os assuntos que a Michele traz aqui também foram levados ao Ministério Público, que ingressou com ação judicial. O município,

naturalmente, responde a todos os questionamentos, assim seria infindável, impossível o nosso trabalho se a gente tivesse que ficar respondendo, né, a todos os questionamentos. Vocês imaginem a disponibilidade que a Michele tem para estar aqui presente neste Conselho, a disponibilidade dela para fazer quesitos, questionamentos a cerca do funcionamento da cidade como um todo. Então, é importante que tu leves, né, essas questões, como já tem levado, ao Ministério Público, né, que representa a sociedade como um todo e como tem nos cobrado e a gente tem respondido, assim como os vereadores, enfim. Então, é nesse sentido, Michele, que nós não conseguimos parar a nossa atividade para responder a todos os questionamentos. É por isso que a gente faz audiência pública, por isso que a gente discute aqui no Conselho, tem a oportunidade das falas, as falas são registradas, né, e conta na ata. Então, existe dentro da democracia momentos de participação, de discussão, formalidades exigidas pela lei e nós seguimos, naturalmente, esses processos. Então, são nessas oportunidades, é na audiência pública, né, quando tem o direito à fala aqui nesta tribuna, pode usar, tem todo direito de fazer essa tua manifestação. Eu só queria esclarecer esses pontos. Enfim, eu acho que já está superada a questão da balneabilidade, o DMAE já está fazendo, embora a gente já tenha respondido inúmeras vezes, a Michele insiste em trazer o assunto novamente, ser repetitiva aqui, mas acho que os esclarecimentos todos, na medida do possível a gente sempre tentar responder e esclarecer. Com relação à ocupação, o que ela traz da questão da fazenda, basta consultar os vídeos que estão disponíveis no canal do YouTube, né, onde a gente tem ali a explicação da questão da ocupação da área, toda a explicação técnica ali colocada. Temos na sequência a Simone inscrita, representante das UTs. **Simone, Representante das UTs:** Boa noite, Secretário. Boa noite aos conselheiros. Agradecer a oportunidade de participação nesta reunião e solicitar a este Conselho a aprovação que esta prevista para esta noite da alteração de gravame do regime urbanístico das outras 10 unidades de triagem aqui de Porto Alegre. A gente reforça o quão importante é essa alteração para que a gente finalmente possa ter nesses espaços as documentações de licenciamento ambiental, a LO, a licença de operação, porque são espaços de geração de emprego e renda. São quase esse montante aqui de 300 pessoas que tiram seu sustento da triagem de resíduos aqui em Porto Alegre. Pessoas tão sofridas, tão excluídas, com pouco ou nenhuma visibilidade e procuram espaços de pertencimento e de voz. Então, a gente apela pela aprovação dessa alteração. Muito obrigada, boa noite. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Simone, pela tua fala bastante oportuna. Na sequência aí a gente vai entrar na Ordem do Dia e fazer a discussão, tomara que seja o entendimento da maioria dos conselheiros, que a gente consiga aprovar e dar mais esse passo no sentido de regularizar essas unidades de triagem tão importantes no sistema de resíduo de Porto Alegre. Nós temos o Conselheiro Felisberto inscrito por um minuto para fazer uma consideração sobre as falas. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, eu já podia emendar nos meus três minutos. Pode ser? **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Pode ser, é o primeiro. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Sim, eu sou o primeiro. Primeiro, saudar a participação da Michele neste Conselho, uma delegada que honra a sua designação pela sua votação na sua comunidade, Secretário. Então, primeiro dizer que lutar por uma região não é compactuar com determinados empreendimentos que descaracterizam não só a região como o bairro. E a gente vê projetos em um viés contrário à modernidade. Se fala tanto em modernidade, mas modernidade não é construir prédios altos, não é descaracterizar a região, não é impactar o meio ambiente e sim conservar a Cidade com as suas

características de paisagem urbana, de morfologia, como muito bem o Professor Rômulo fala. Morfologia que identifique as regiões, os bairros, as características e como foi constituída a cidade. A cidade é feita de memória, é feita dos bairros, das histórias dos bairros. Se a maioria das pessoas conhecesse as histórias do bairro, que a Secretaria da Cultura tem um acervo de livros sobre a maioria dos bairros de Porto Alegre, se veria a importância de preservação da sua identidade cultura, histórico e arquitetônico. Modernidade é conservar a sua história, não é construir prédios altos que impactam a infraestrutura. Hoje mesmo no Bairro Belém Novo tem esgotos vazando porque não há condições de manter a própria estrutura das pessoas que habitam lá. Imagina por um público muito maior ou dobrar a população. No Centro também. Então, é o momento, eu apelo que a Secretaria passe a refletir e discutir com o fórum de planejamento. Ninguém é contra a melhoria dos bairros, ninguém é contra, mas melhorias a que preço? Muitos de nós aqui talvez não sintamos o impacto a curto prazo, mas a longo prazo sentiremos o impacto dessa expansão urbana, desse adensamento, da saturação da infraestrutura. O tempo dirá com quem está a razão, pelo menos ficará a nossa fala neste conselho, as nossas colocações. E quem ver esses vídeos no futuro verá quem tem razão e quem não tem, não quero ter razão, não gostaria de ter razão, né, mas acredito que sentiremos o impacto na mobilidade urbana, na questão do patrimônio histórico, na questão do sombreamento, na questão da ventilação, do aumento da temperatura, uma série de fatos. E o mais surpreendente é que a Câmara de Vereadores, daí vai o meu recado para a Câmara, na calada da noite aprovaram dois projetos sem um mínimo de consulta, mesmo com as audiências públicas tendo cerceado o direito da participação, cinco pessoas contrárias, cinco a favor, dez pessoas de uma cidade de uma população de 1,5 milhão, sem ouvir os quilombos, o impacto que terá sobre as escolas de samba. Então, há uma série de coisas que precisariam ser melhores trabalhadas. (Sinalização de tempo esgotado). Então, para finalizar, Secretário, também há um projeto que foi aprovado na Câmara de Vereadores, que cria bairros ou ruas particulares, é aprovado como loteamento e depois vira condomínio. Eu gostaria de uma explicação, com pode um bairro aprovado se tornar um condomínio? Se fecha as ruas no pretexto de ter a segurança. Pô, e a periferia, a regularização fundiária como é que fica? As comunidades do Centro, que também tem vilas no Centro? Então, nós temos vários problemas que precisam ser trabalhados. Obrigado e essa era a minha fala. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto, pela contribuição ao debate. Na sequência a gente tem a Conselheira Maristela no período da Comunicação. Boa noite! **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Boa noite a todos. Recebi a pouco, Secretário, a comunicação que o senhor vai estar aqui na Lomba do Pinheiro amanhã de manhã, que estará sendo reativado o nosso viveiro aqui do Parque Saint' Hilaire. Ao menos uma notícia maravilhosa, né, porque é uma coisa muito almejada por nós. Nós queremos enquanto instituto aqui da região termos o assento depois para discutirmos outros projetos para o viveiro, que com a rearticulação nos anima muito em ver a nossa cidade ambientalmente reconhecida novamente, no seu florestamento, no seu ajardinamento, o que significa para nós aqui na nossa região, o que eleva a nossa autoestima trazer... E essa é uma discussão que nós queremos fazer com o senhor, trazer os indígenas novamente para poder ter a sua produção ali de dentro, a sua autossustentação de dentro do parque, como já tínhamos antigamente. Não foi no governo do senhor que isso terminou, mas é um assunto que nós vamos abordar e que nós queremos trazer. Então, quero dizer que nós estaremos lá amanhã, né. E também dizer para o Adroaldo, né, que foi maravilhosa a nossa visita ontem na Dolores Duran, ele é relator de um projeto de gravame aqui região, que dá bem de

fundos para o Atmosfera, que é o um dos maiores empreendimentos que nós já tivemos aqui na nossa região, que nós vamos começar a discutir agora. Nós vamos discutir a questão viária também, a aprovação de que a Linha Bonsucesso, vindo de volta da lotação, que é uma luta nossa, passe pela Dolores Duran, passe próximo da Universidade Federal. Então, são projetos que nos anima muito e que estão vindo aqui. Por último, Adroaldo, finalmente daqui uns dias volta a tua relatoria lá do Sport Club Internacional, depois de muitos debates, enfim, passado pela Câmara de Vereadores, vai passar pela regulamentação e volta aqui para nós no Plano Diretor. Sem querer entrar no mérito, né, mas mais do que na hora de trazermos essa discussão aqui para o Plano Diretor. Quero desejar um Natal maravilhoso para todos, né, um ano novo cheio de inspiração. Nós estamos aí com o nosso instituto, que estamos muito felizes com a AYE, que significa na língua afro “Mãe Terra”. Então, nós estamos muito empenhados em ajudar a melhorar o Arroio Taquara, que é o maior poluidor da Barragem da Lomba do Sabão. Estamos firmando este compromisso, queremos firmar um compromisso internacional com a UFRGS e com a Prefeitura. Então, apesar dos pesares muita coisa boa também, ainda bem. Então, um beijo e vamos aprovar o projeto de reciclagem. Borá! **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Maristela, pela sua contribuição. Bem lembrado, realmente, amanhã estaremos dando a ordem de início, então, de recuperação das obras lá do viveiro, uma demanda antiga da cidade, que vinha se depreciando ao longo dos anos, né. A estrutura estava muito precária e a gente trabalhou muito ao longo deste ano no sentido de organizar projeto, orçamento e fazer as alterações necessárias para viabilizar o recurso de solo criado, inclusive, para recuperação do viveiro. Inclusive, teve a contribuição deste Conselho aqui aprovando a proposta de lei enviada à Câmara de Vereadores. Então, também a gente está viabilizando as obras de recuperação do Viveiro Municipal, pauta antiga na cidade. Estão todos convidados, a gente a gente vai dar a ordem de início amanhã. Na sequência, então, temos o Conselheiro Adroaldo inscrito. Boa noite, Conselheiro. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Boa noite, Presidente. Boa noite, Conselheiros. Na verdade, eu quero fazer um breve relato aí sobre sexta-feira, que esteve a Prefeitura lá apresentando parte do projeto do 4º Distrito, vereadores da comunidade. Eu, articularmente, achei interessante o projeto sendo ainda a primeira fase, mas, realmente, tem que ouvir mai os moradores da região do 4º Distrito, porque o projeto em si é bonito, para quem não tem nada hoje ele é promissor, mas nós precisamos de algumas ações que possam revitalizar o 4º Distrito. Eu queria deixar já, Presidente, que essa parte desse projeto, desse programa, seja trazido para o Conselho, os conselheiros precisam tomar conhecimento dele e dar a sua contribuição também. Certo? Dizer também que ontem fizemos a segunda reunião que está ajudando ou tentando ajudar as unidades de triagem a entenderem melhor as questões, da sua importância que tem na cidade. Essas reuniões têm os dados para que a gente possa se apropriar e ter argumentação maior para continuar tentando ajudar essas unidades no seu fortalecimento. Acredito que será aprovado hoje tranquilamente. Já desejando um bom Natal, um bom ano novo para todo mundo. O meu desejo maior, Presidente, é que as reuniões ano que vem sejam presenciais, nós estamos perdendo muito da coisa do diálogo do dia a dia, do encontro com as pessoas. Né, Patrícia? Tu sabes que a gente quando se encontra sempre fala algo a mais, dá um recadinho e vai aprendendo. Se aprende sempre, mas no presencial tenho certeza que a contribuição vai ser bem maior. Um abraço a todos. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Adroaldo. Bem lembrado, trouxe a apresentação que foi feita na sexta-feira, o Programa Mais 4D, que foi feita uma síntese

pelo Vice-Prefeito, um resumo do projeto como um todo e a gente no mês de janeiro esperamos apresentar o todo aqui neste Conselho. Aí o programa urbanístico em sim, de como é que vai funcionar, os processos participativos que a gente tem expectativa de fazer essa discussão no mês de janeiro, fevereiro, para em março ter condições de enviar para a Câmara de Vereadores. Lembrando que o 4º Distrito é uma região bastante estudada, já teve a contratação da Universidade Federal, teve o Masterplan lá atrás, depois teve uma série de estudos e que nos dá essa condição de dar esse olhar, esse tratamento diferenciado para o 4º distrito, que tanto precisa e que tem o representante, o Conselheiro Adroaldo que esteve lá conosco na Câmara de Vereadores assistindo o programa e suas várias áreas de abrangência. Na sequência, então, a Conselheira Tânia inscrita. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Boa noite a todos. Eu gostaria de saudar a presença da Delegada Michele, que é tão incansável pela defesa da sua comunidade. E falar que nós precisamos, Secretário, de respostas, realmente. Eu sei que às vezes é complicado, eu sei que exige muito trabalho, muitos projetos, mas quando a gente traz uma demanda e ela é tão importante para a nossa comunidade, a gente precisa de resposta. Eu mesma já trouxe várias, inclusive, que poderiam ter sido respondidas por alguns colegas aqui do Conselho e não obtive resposta, né. Então, fica uma coisa meio que um descaso do que se fala. Então, deveria ser uma questão também de transparência e ética, eu acho que são fatores importantíssimos dentro de uma sociedade civil que se vive. Então, isso é bem complicado, né. E assim, falar que todo mundo sabe, mas quando a sociedade civil não é organizada, né, ela abre uma brecha para que a elite que é organizada se movimente e elas comandam a máquina pública através do poder capital, a gente sabe como funciona. Não adianta dizer que não, a gente vê encarado nas notícias, vem lá de cima e vem descendo, é federal, estadual e municipal, mas a gente faz o que pode. Eu acho que a gente tem que pensar um pouco nisso, né. Outra coisa que eu gostaria de falar para todos aqui é que nós montamos aqui na Bom Jesus uma associação comunitária sem fins lucrativos, uma associação social, nós reunimos um grupo de pessoas da Rua B, uma rua que há 3 anos nós conseguimos liberar como uma rua de lazer. Então, as crianças não tinham espaço de entretenimento, nós conseguimos essa liberação, todos os domingos e feriados a rua é fechada para projetos da comunidade. Então, surgiu esse projeto social chamado Projeto Social da Bom Jesus da Rua B, que foi encabeçado pela Tia Bete, que é uma senhora incansável ali na comunidade, que trabalha há muito tempo com as crianças. Foram feitas várias atividades e agora nós conseguimos a cedência de uma igreja, a Igreja Nossa Senhora Aparecida, que é ali na comunidade também, ali nós montamos esse centro. E nós estamos pedindo, né, a colaboração de todos, agora vem a época de Natal, de presentes para as crianças, quem pode ajudar com alguma coisa para a cesta básica, não precisa tudo, alguma coisa, qualquer ajuda é válida, brinquedos, comidas, as crianças agradecem e a comunidade também. Então, é isso, Secretário. Feliz Natal e um ótimo ano para todo mundo, muita saúde, muitas esperanças renovadas, muitas realizações e muita felicidade a todo mundo. É isso, muito obrigada, Secretário. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Tânia, pela sua contribuição, pela felicitação, que este espírito se estenda a todos os conselheiros na nossa reunião de hoje, que a gente tenha um final de ano, um natal maravilhoso. O último inscrito é o Conselheiro Gomes. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Boa noite, Conselheiros. Boa noite, Presidente. Queria aproveitar a oportunidade para agradecer este último ano de convivência com todos vocês, todos os conselheiros. Eu sou muito positivo com essa prática do CMDUA, onde se expõe uma série de pontos de vista, é um exercício

democrático fantástico, as pessoas conseguem se manifestar, conseguem expor as suas posições, independente de concordar ou não concordar. Para mim é um espaço especial aí dentro da estrutura da Prefeitura de Porto Alegre. Eu quero agradecer a cada um de vocês, pela contribuição de cada um e pedir desculpa para alguém se eu ofendi, se fui deseducado, né. E espero que todos tenham um excelente ano que se aproxima, um grande Natal junto com as suas famílias e vamos para frente. Muito obrigado pela convivência com vocês todos, em especial ao Presidente, sempre se desdobrando para conseguir sobreviver frente a esse tiroteio, às vezes nem tão pacífico, mas entre mortos e feridos todos ilesos. Um feliz Natal e um grande ano novo para todos vocês. Obrigado. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Gomes, muito bem-vindas as suas palavras e reforço a fala da Tânia, que este espírito se replique e alcance todos os conselheiros deste Conselho. Eu não tenho dúvida que 2022 vai ser um ano incrível aí, com revisão de Plano Diretor, debates acaloradíssimos, com visões de cidade trazidas aí e a gente tem que saber com maturidade enfrentar esses momentos mais difíceis para ao final ter condição de entregar um excelente novo Plano Diretor, que reflita a visão da maioria, daquilo que a gente entende, vocês, nós, Prefeitura, a Câmara, enfim, todos os atores do processo que entendam como adequado para a nossa cidade. Então, Senhores Conselheiros, a gente avança aqui na deliberação da ata, antes de irmos, especificamente, para a Ordem do Dia.

3. VOTAÇÃO:

3.1. ATAS 2917 (30/11), 2918 (07/12) E 2919 (14/12)

Nós temos a Ata 2917, de 30/11. Desconsideram a 2918 e 2919, vamos deliberar a 2917, de 30/11. Consulto se temos objeção à aprovação da Ata 2917 ou abstenção, por favor, manifeste, então, no chat para eu fazer a leitura. Temos uma abstenção da Conselheira Claudete da ACESSO, do Conselheiro Rafael Passos do IAB, abstenção do Conselheiro Felisberto. Mais alguma abstenção? Nenhum voto contrário. SAERGS também, a Karla se absteve, o Adroaldo também. São 05 abstenções, nenhum voto contrário. Então, **APROVADA A ATA 2917.**

4. ORDEM DO DIA

Conselheiros, avançamos para a nossa Ordem do Dia, temos o Expediente 4.03:

4.03. EXPEDIENTE 20.000005878-6

INTERESSADO: Município de Porto Alegre

ASSUNTO: Gravame de Equipamento Comunitário, Gravame e Alteração de Traçado Viário e Gravame de Subunidades

LOCAL: Rua Monsenhor Ruben Neis, 740 – Bairro Cavalhada; Av. Protásio Alves, 9115 – Bairro Morro Santana; Estrada João Antônio da Silveira, 3526 – Bairro Restinga; Rua Frederico Mentz, 1167 – Bairro Navegantes; Rua Doutor Júlio Olszewski, 02 – Bairro Floresta; Estrada Antônio Severino, 1317 – Bairro Rubem Berta; Estrada do Rincão, 6795/6821 – Bairro Restinga; Av. Bernardino Silveira de Amorim, 2405 - Bairro Santa Rosa de Lima; Rua Campo da Tuca, 364– Bairro Vila São José. RGP 6 (Cavalhada), RGP 7 (Morro Santana), RGP 7 (Restinga), RGP 2 (Navegantes), RGP 1 (Floresta), RGP 4 (Rubem Berta), RGP 7 (Restinga), RGP 3 (Santa Rosa de Lima), RGP 7 (Vila São José)

RELATOR: EPTC (Distribuído em 01/09/2021, com parecer favorável em 14/09/2021)

PEDIDOS DE VISTA: Felisberto, Gomes, Claudete, Adroaldo, Mark e Maristela.

Nós recebemos do Conselheiro Felisberto, Gomes, Adroaldo e Mark os relatos de vista, o qual eu oportunizo para fazer. Eu acho que o tema está bastante presente, embora das unidades de triagem todos tenham bastante conhecimento a cerca do que a gente está tratando aqui, até para objetivar não vamos resgatar o tema, até porque a gente tem uma série de relatos de vista. Então, eu abro para o Conselheiro Felisberto, que é o primeiro a fazer relato de vista. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** O meu parecer de vista foi feito no momento em que havia dúvida sobre a questão das unidades e qual era realmente a situação dessas unidades. Nós, Claudete, Adroaldo e eu não conseguimos visitar todas, mas o Adroaldo e eu participamos de todas as reuniões do GT, sugerido por este Conselho. E ouvindo as pessoas envolvidas nas unidades chegamos a um denominador comum, e tendo em vista também o interesse maior das próprias unidades e que o projeto seja aprovado, nós só queríamos ponderar que essa é uma etapa do processo. Quando ontem, na reunião em que nós tivemos antes do grupo de trabalho, ficou latente e visível que as próximas etapas também serão importantes de discussão e de criação de uma legislação que crie também alternativas de flexibilização, como são criados muitas vezes os grandes empreendimentos nesta cidade. Então, isso nós colocamos ontem, nós temos mais duas unidades que virão, que não estão no processo. Então, é importante que a gente consiga ter uma discussão contínua com as unidades e que não seja só uma aprovação urbanística, mas sim também de conservação dessas unidades no seu empreendimento. Então, a RGP 1 vota FAVORÁVEL ao processo. Parabéns, Júlia, pelo relato. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto, pela contribuição. Na sequência o Conselheiro Gomes para fazer relato. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Eu fiz este parecer em 18/09, foi logo quando entrou em pauta e que foi disponibilizado para nós. É um parecer curto, eu vou ler para os colegas: *Parecer de Vista referente: PROJETO DE RESOLUÇÃO SEI 20.0.000058578-6. UNIDADES DE TRIAGEM. As diversas unidades de triagem do Lixo em Porto Alegre, abaixo listadas, estão implantadas historicamente por ações da própria Prefeitura em reconhecimento ou promoção de atitudes de comunidades que buscam formas de Sustentabilidade. Essas unidades são operadas por Associações e/ou Cooperativas de Catadores. O Projeto de Resolução que estamos analisando busca uma forma legal de permitir que essas Unidades sejam Regularizadas, já que estão em contradição com o zoneamento do PDDUA, e a sugestão encontrada pelo Corpo Técnico da SMAMUS foi o de enquadrar tais "LOCALIDADES" como EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS, que tem previsão legal dentro do PDDUA. Para viabilizar o enquadramento necessário enquadramento de Subunidades que esta RESOLUÇÃO contempla, como também adequa Sistema Viário na Unidade do Campo da Tuca. São os Locais: (Listados os locais). Acompanho o Voto da Conselheira Relatora. FAVORÁVEL*. Um certo estranhamento meu em relação a este tipo de projeto quando vem, nós estamos ficados aqui, na realidade, em um projeto de resolução que atende, que organiza, que viabiliza, que possibilita a regularização de uma atividade naqueles locais. Então, há um esforço técnico muito grande para achar uma saída para isso e os técnicos da SMAMUS conseguem achar uma saída para isso. E aí se faz toda uma discussão em volta, que tem seus méritos e tal, mas eu achava que isso aí poderia ter sido aprovado há muito tempo, já pela simplicidade e pelo mérito que isso tem, no sentido de nós estamos trabalhando com a questão espacial urbana. Não estamos fazendo agora um balanço de como é que estão essas atividades e tal, como está, é uma crise muito

grande em relação aos catadores em Porto Alegre. Pode ser uma outra discussão e merecidamente ela poderia até se dar e continuar aqui dentro do Conselho, porque houve a participação das cooperativas, que foi excelente, que nos mostra aquilo ali, mas o aspecto importante e legal da atribuição nossa, nós já deveríamos ter aprovado isso aqui há muito tempo, que é muito simples, é muito simples e é muito meritório de quem conseguiu essa solução nesse momento de conseguir enquadrar essa atividade dentro de um preceito existente, dentro do Plano Diretor para viabilizar que essa atividade seja regularizada. Vamos que daqui a pouco precise de algum licenciamento ambiental, que parece que já precisa, hoje tu tens como fazer o licenciamento dessas atividades nesses lugares que estão. Para mim é muito simples, talvez até porque eu seja arquiteto, isso para mim não me assusta, pelo contrário, eu fico muito feliz quando eu vejo que se encontra soluções para a legalização de atividades dentro da cidade que o plano em si no primeiro momento não prevê. A cidade é dinâmica, as atividades são dinâmicas, as coisas são dinâmicas, de repente se implantam, é real, é concreto, está ali, necessita de existir ali e nós não temos nenhuma resposta legal. Aí vem um grupo técnico da Prefeitura e passa para nós uma saída, isso é fantástico, isso eu acho que é um grande papel do Conselho do Plano Diretor. Por isso e por outras coisas similares a essa que me orgulho de fazer parte deste coletivo. É esse o meu voto, Presidente. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Gomes, pela contribuição e relato. Na sequência o Conselheiro Adroaldo. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Pessoal, Conselheiros, é o seguinte, como a gente vem dizendo aí, Presidente, ainda tem poucas informações, mas a vontade é sempre de apoiar cada vez mais as unidades pela importância que tem para a cidade, a gente sabe disso, tanto na geração de renda, como um trabalho social. O que eu coloco de observação no momento, que eu entendo que é um esforço de todos e a gente faz isso em confiança, porque tem outras etapas que são talvez mais difíceis do que esta que hoje está passando por aqui. Eu coloco que eu acho que o Município também tem que entender que eles têm que fazer uma coisa a mais, claro, sempre dentro da normalidade, da lei, nada de favorecimento. Tem que caminhar junto. Ontem na reunião do GT falaram – Ah, depois de regularizar eles não precisam mais se preocupar com a fiscalização. A fiscalização não pode ser uma fiscalização para punir as pessoas. Eu acredito que a fiscalização tem que vir para orientar na organização, no cuidado. Então, essas coisas a gente tem que ver, os outros setores do município têm que trabalhar para fortalecer. Outra coisa que me preocupa é o número de trabalhadores, de diminuir o número desses trabalhadores das equipes por não ter material, em alguns momentos falta material. Então, eu acredito que esses materiais têm que ser distribuídos de forma equilibrada para toda a comunidade e materiais que venham ajudar bastante a manter uma média de ganho. A gente sabe que tem alguns setores que vão baixando os valores e acabam as pessoas quase que tendo que desistir, porque não estão conseguindo sustentar a família. Está aí no relatório, não sei se está bem como eu estou falando aqui, mas está no relatório, que foi de 19 de outubro. Não tem mais o que colocar, só argumentar. E as condições de trabalho, tem algumas casas, alguns galpões de unidades que precisam de manutenção, precisam de alguma adequação e isso o município tem que ajudar, né, senão não adianta aprovar para dizer que aprovou e ficou tudo bem, não ficou todo bem, tem pessoas que podem estar trabalhando em algum ponto daquele espaço, em um ambiente insalubre. Então, não vou ler, já está aí, mas a nossa preocupação é essa aí, é garantir o bem para todos. E a gente gostaria de continuar acompanhando, mesmo depois de aprovado, mas com mais dados, para que a gente possa fazer com que esse grupo de trabalhadores... Até ontem à noite nós tivemos reunião na região, estava um representante do DMLU, ele citou que tem

algumas unidades que querem trabalhar só 2 horas por dia e querem ganhar igual ao que trabalha o dia todo. Eu acredito que isso aí não exista, mas eu vou procurar esclarecer, porque eu acredito que seja o material que seja pouco, aí aquela unidade trabalha pouco durante o dia. Se acontece isso aí eu não sou a favor que a pessoas trabalhem 2 horas por dia. Acredito que isso não é verdadeiro dessa forma, alguma coisa tem. E a gente sabe que o lixo da cidade não está todo sendo canalizado, a gente sabe que tem outro tipo de reciclagem hoje e que estão explorando os catadores menores aí. Eu acho que nisso a gente tem que trabalhar e ver como faz para que ninguém perca, enquanto a gente organiza algumas unidades já reconhecidas e já estabelecidas, tirar também de outras pessoas não é normal. Então, eu gostaria de conhecer melhor daqui para frente, se eu puder ter acesso a essas informações. Nós vemos que só no 4º Distrito são 6 unidades, a gente até tem espaço para mais unidades de triagem, porque se nós formos considerar só o lixo recolhido na região, hoje conforme está o 4º Distrito, sucateado, essas pessoas não sobrevivem realmente. Então, tem que haver um remanejo de distribuição do lixo, tanto em qualidade quanto em quantidade. Meu voto é FAVORÁVEL. Obrigado, Presidente. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Adroaldo, pela contribuição ao debate hoje. Na sequência o Conselheiro Mark. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Boa noite. Boa noite a todos. Eu tenho um breve relato aqui, eu vou ler este pequeno texto que eu enviei naquela época, eu tenho aqui a data, 21 de setembro de 2021. Eu estou me referindo aqui à vista, na época era o Item 4.07 de uma pauta de nº 2910/21 e o expediente é este que nós estamos examinando: 20.0.000058578-6. Eu coloquei desta forma: Examinei os documentos e registros... E aí entram os processos ou registros que a Prefeitura identifica: (15604852), (154118330), (15386888), (13615445), (13604529). Esses são os documentos aportados pelo pessoal técnico da Prefeitura que examinou cada uma das particularidades que este processo contem. E são esses elementos e pelo conhecimento que eles trazem a este Conselheiro que permitiram que nós pudéssemos formular: Concordo com o parecer da Relatora Júlia da EPTC, as unidades de triagem devem sim receber gravame de equipamento comunitário, gravame e alteração de traçado viário e gravame de subunidades, que são as categorias que eram mencionadas dentro do processo, que precisavam ser superadas, já que a legislação era uma legislação hostil à existência dessas unidades de triagem e que somente contornando esses argumentos que elas poderiam, então, ter o seu funcionamento. As suas situações precisam estar regularizada junto ao Plano Diretor. Então, isso é uma das questões fundamentais e nós conversamos a questão da regularização, que é importante, nós conversamos dentro desse GT que foi formado por várias conselheiras e conselheiros do nosso CMDUA, para conversar sobre as unidades de triagem. E ontem à tarde foi a última reunião, nós também colocamos. E eu trago isso para o nosso CMDUA, para o nosso plenário, porque havia uma pergunta que nós fazíamos, de que maneira o CMDUA pode contribuir mais com o funcionamento das unidades de triagem, no sentido de que se possa estabelecer para o conjunto da comunidade presente dentro do CMDUA quais são os fluxos dos resíduos gerados pela cidade nas suas várias regiões, e nas várias instituições, e famílias, como se pode reunir esses resíduos todos e colocá-los à disposição dessas unidades de triagem que agora estão em processo de regularização e reconhecimento necessário dentro do Plano Diretor. Essa é uma questão que eu acredito que esse nosso grupo de trabalho poderá discutir e, eventualmente, a Prefeitura, através dos seus departamentos, possa contribuir para o esclarecimento e para a formulação de uma melhor solução para a canalização dos resíduos recicláveis possam chegar ás unidades de triagem. Era isso e obrigado. **Germano**

Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS: Obrigado, Conselheiro Mark, pela contribuição. Nesse sentido, então, ouvindo os relatos de vista, consulto antes da gente colocar em discussão se a Conselheira Júlia quer fazer algum comentário. **Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Não, só corroborar com o que já está no parecer, que o objeto da minuta é simplesmente o gravame de 9 unidades de triagem como equipamento comunitário para, enfim, ajustar e o regime necessário para que elas possam funcionar corretamente e ter as suas licenças. E uma delas, a unidade do Campo da Tuca que traz ainda ajustes de estruturação viária, que também no entendimento da EPTC são desejáveis e melhores do que estava antes gravado. Então, só corroborar e trazer a lembrança do objeto da minuta. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Então, eu consulto se temos conselheiros para discutir, debater o tema. Temos a Conselheira Maristela. Temos mais algum Conselheiro que gostaria de se inscrever para discutir o tema? Não temos mais inscritos. Então, temos o Professor Rômulo. Conselheira Maristela, por favor, fique à vontade. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Serei breve, até pelo horário e pela importância do projeto. Eu acho que estamos todos muito ansiosos e comprometidos com esse projeto. Eu acho que muito foi dito e é verdadeiro, todos nós almejávamos essa regulamentação. E também fiquei muito feliz em ouvir o parecer da EPTC em relação à questão lá na Tuca, porque realmente ali tinha esse entrave da questão viária. Então, passando por isso acho que estamos plenamente contemplados, né. Eu acho que dentro dos projetos que nós vivenciamos este foi um dos que mais conseguimos nos manifestar e trazer a contento, um benefício real para os verdadeiros ambientalistas desta cidade. Então, fica aqui o meu desejo de que todos nós sejamos favoráveis a este importante projeto. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Maristela. Na sequência o Conselheiro Professor Rômulo. **Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Boa noite. Boa noite a todos. Eu me somo a todos que antes de mim, os relatores, os pareceristas que pediram vista, eu me somo a eles no sentido de tomar em consideração fatores de extrema gravidade, de situações de crise em que nós estamos vivendo, não apenas do ponto de vista de emprego, de renda, que são questões absolutamente prementes e de muito difícil solução, como também questões ligadas ao próprio processo, procedimentos complexos de manter, de coletar, de manter a cidade limpa, enfim, de dar um encaminhamento, essa coleção de coisas que em si já é um problema extremamente complicado. Então, eu concordo com todas essas colocações e louvo, inclusive, o trabalho dos técnicos da Prefeitura que conseguiram de alguma maneira encontrar... Como o Gomes muito bem salientou a pouco. Entretanto, eu acho que esse problema não foi ainda suficientemente analisado. Quer dizer, tem aspectos que me deixam tranquilo em relação a esse problema, que são questões ligadas à basicamente os efeitos que essas atividades têm na Cidade, particularmente, evidentemente, nas regiões em que eles se encontram. Quer dizer, para todos os efeitos essas atividades são equiparadas a indústrias sujas. Quer dizer, se nós estivéssemos aqui examinando um processo de licenciamento, por exemplo, de uma oficina de retífica de motores ou uma indústria de beneficiamento de peixe, coisas desse tipo, que poluem, que degradam a sua vizinhança, seriam questões que teríamos um enfoque muito diferente do que nós estamos tendo aqui. Então, eu acho que, como eu disse anteriormente, essas questões são questões não apenas de caráter urbano, mas tem um envolvimento social e econômico muito maior, que, provavelmente, justificam de alguma forma esse tipo de encaminhamento que está se configurando aqui no Conselho.

Entretanto, eu não sei como, mas eu gostaria que houvesse, até que os técnicos da Secretaria pudessem examinar isso em um futuro próximo, como é que junto com isso, decorrente até desse processo de regularização que nós estamos em vias de elaborar, de aprovar, medidas que possam de alguma maneira fazer com que os efeitos... Ninguém falou sobre os efeitos, apenas os bons efeitos, mas ninguém falou sobre os maus efeitos. Então, achar no decorrer do processo, nós termos e que isso não termine aqui, mas que vá adiante e que nós tenhamos uma solução que seja menos amadora e menos emergencial do que esta que estamos tomando neste momento. Era isso. Obrigado, Secretário. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Professor Rômulo. Sem dúvida, sua contribuição é importante. A Patrícia estava aqui comigo me esclarecendo e também o Estudo de Viabilidade Urbanística tem este escopo, não é, Patrícia. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** É, as unidades de triagem vão passar por todo o processo de licenciamento e todas as etapas vão ser devidamente acompanhadas pela equipe técnica da própria diretora de planejamento. Então, tem um grupo de trabalho interno que está tratando de maneira ampla essa situação do começo ao fim, para garantir a adequada implantação dessas unidades ao longo do tempo, essas e outras que vierem. Essa é só uma parte do processo. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Do processo como um todo, né. De fato, tem licenciamento ambiental, tem aprovação de projeto e tem alguns pontos que a gente entendeu necessário fazer por lei para poder superar, aprovar aqui neste Conselho, também tem a lei para a Câmara também, alguns outros pontos no sentido de trazer essa regularização que é importante. Senhores Conselheiros, então, concluído o período de debate, eu abro para o período de votação. Lembrando que temos o PARECER FAVORÁVEL da Conselheira a Júlia, da EPTC. Inicio, então, com a Conselheira Lisiane, representando o DEMHAB. Como vota, Conselheira Lisiane, favorável ou contrária ao parecer da Conselheira Júlia? **VOTAÇÃO NOMINAL**: **Lisiane Sartori Fioravanço Magni (Suplente), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Favorável. **Sônia Castro (Titular), Gabinete do Prefeito – GP:** Favorável. **Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN:** Favorável. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Favorável. **Gisele Coelho Vargas (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Favorável. **Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOI:** (Sem áudio). **Gustavo Garcia Brock (Titular), Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV:** Favorável. **Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Favorável. **Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Abstenção. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Favorável. **José Rodolfo Fork (1º Suplente), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA:** Favorável. **Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Favorável. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Favorável. Karla Fabrício Moroso dos Santos (1ª Suplente), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Favorável. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Favorável. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Favorável e esperamos a continuidade do grupo de trabalho para que seja

analisada também a lei dos pontos importantes que nós foram tocados neste momento. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Favorável. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Favorável. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Favorável. **Wagner Pereira dos Santos (1º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Cinco – RGP. 5:** Favorável. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Favorável. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Favorável. **Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** Favorável. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Favorável. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** A Gabriela vamos verificar. Não temos contato com a Conselheira Gabriela. Podemos fazer a contagem dos votos: 23 votos favoráveis, 01 abstenção, nenhum voto contrário. Então, **APROVADO O ITEM 4.03 DA PAUTA**. Perfeito, Senhores Conselheiros, são 19h36min. Eu acho que em função do adiantado da hora e para que a gente não inicie o próximo processo que está distribuído, a gente vai avançando um pouquinho, para finalizar um pouco antes do nosso horário, aí em março a gente volta a discutir o restante dos processos em pauta. Eu gostaria de convidá-los para a ordem de início amanhã do Governo Municipal, acho que foi disponibilizado o convite aí para os conselheiros, um projeto importante, relembrado pela Conselheira Maristela, da região da Lomba do Pinheiro. Temo também o anúncio da retomada do processo de revisão do Plano Diretor. Na sequência, então, ainda no mês de janeiro, a gente retoma a discussão com vocês do calendário. Eu acho que vai ser um ano bastante extenso aí de discussões, de debates, trocas, aprendizado, muito rico, temos a eleição também no próximo ano. Está aqui a nossa Secretária Executiva. Temos também a discussão do Programa Mais 4D, do 4º Distrito, também temos que fazer uma apresentação em janeiro para os conselheiros. Então, só tem bastante pauta para ser discutida ao longo de 2022, vai ser um ano de bastante trabalho. Acho que este ano já foi um ano bem intenso, de grandes avanços. Apesar da pandemia a gente se reinventou, eu não tenho dúvida que foi um ano dos mais produtivos da história do Conselho, pautas importantes, debates importantes, nós nos atualizamos no sentido de fazer as transmissões online, estão disponíveis em nosso canal no YouTube, criamos um canal onde qualquer cidadão pode acompanhar e participar das nossas reuniões, isso é mais transparência ao processo como um todo. Agregamos nos nossos procedimentos a apresentação da equipe do planejamento, de sempre antes de um processo ser discutido é esclarecido. Então, do que se trata, um pouquinho do histórico, isso é muito rico do ponto de vista da contribuição para o aprimoramento das questões. Então, eu acho que a gente teve sim grandes avanços, uma dinâmica de trabalho, de muitas reuniões, inclusive, muitas reuniões extraordinárias que foram feitas para a gente vencer a pauta. Hoje estamos com a pauta um pouco mais desafogada, o que nos dá essa possibilidade de fazer outras discussões, como o cais, como o programa do Centro Histórico, como a lei do solo criado, tantas outras pautas importantes que foram trazidas para este Conselho, que foram enfrentadas por todos os conselheiros. Novamente gostaria de pedir desculpa por algum excesso que porventura tenha cometido, não é essa a minha intenção. Como eu disse no início, a gente sempre tenta buscar o equilíbrio, às vezes é difícil no papel de gestor, da pressão que a gente tem das diversas agendas, de chegar aqui no final do dia, o final do dia é cansativo e a gente tem essa demanda e as visões da comunidade, que tem seus problemas, as suas prioridades e a gente não conseguir resolver todas as questões, não responder e tem que estar aqui, continuar a trazer e tentar

trazer o equilíbrio. É desafiador e é um aprendizado para mim todos os dias. Então, peço desculpas se às vezes eu me excedi ou cometi algum equívoco, a gente sempre tenta na medida do possível trazer esse equilíbrio a cada terça-feira. Então, desejo a vocês um feliz e abençoado Natal, de muita luz, um início de ano abençoado para todos vocês, que a gente consiga levar para o nosso 2022 muito equilíbrio, muita harmonia, muito aprendizado, troca um com o outro, porque a gente vai ter um ano muito produtivo para a Cidade de Porto Alegre, que é a nossa revisão do Plano Diretor como um todo. Uma excelente noite a todos vocês. Boa noite e um bom Natal!

Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental – CMDUA, às 19h45min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia Costa Ribeiro, sob o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.

ATA ORDINÁRIA Nº 2873/2021

Aos doze dias do mês de janeiro de dois mil e vinte um, às dezoito horas, reuniram-se para reunião ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, via ZOOM, denominado PLENÁRIA VIRTUAL DO CMDUA, em razão do decreto municipal a fim de combater o coronavírus e a propagação da pandemia entre as pessoas, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: Lisiane Sartori Fioravanço Magni (1ª Suplente), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Artur Ribas (Titular), **Gabinete do Prefeito – GP**; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), **Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS**; e Patrick Silva (2º Suplente), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE**. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS:** Rômulo Krafta (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**; Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS;** Claudete Aires Simas (Titular), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH;** Sérgio Saffer (Titular), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA**; Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS**; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS**; Hermes de Assis Puricelli (Titular), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS**; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), **Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:** Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Tânia Maria dos Santos (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; e Maristela Maffei (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7. SECRETARIA EXECUTIVA:** Camila Maders Fonseca Coelho, **Secretaria Executiva da SMAMS**; Patrícia C. Ribeiro, **Taquígrafa/Tachys Graphen**. **PAUTA: 1. ABERTURA; 2. COMUNICAÇÕES; 3. ELEIÇÕES**. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h14min. **1. ABERTURA. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Boa noite, Senhores Conselheiros, Senhoras Conselheiras. São 18h14min. A gente estava aguardando aqui o pessoal entrar para ter o *quorum*. Então, retomamos os trabalhos do nosso Conselho Plano. Eu tinha feito a despedida na reunião passada, no ano passado, preparando e organizando para a próxima gestão e me foi oportunizado o convite de continuar à frente da gestão. Agora, então, Secretaria de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade. A gente referendou, formalizou aquilo que a gente já vinha trabalhando, inclusive, à frente do Escritório de Licenciamento, as questões que antes estavam vinculadas à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, mas em função de portaria durante a pandemia a gente estava coinduzindo esse processo à frente, junto com o Arthur. Então, se formalizou isso do ponto de vista das nossas competências da secretaria, agregamos ao nome do meio ambiente o urbanismo, a competência, reforçando a importância do planejamento urbano, do urbanismo nessa política da gestão da política urbana da cidade. Nós temos um desafio gigantesco aí pela frente para conduzir. Nós

temos revisão do Plano Diretor, mas fiquei muito feliz com o reconhecimento em ver o retorno, ser reconhecido o trabalho da equipe, que afinal de contas o secretário acaba falando em nome da equipe, quem trabalha é a equipe, quem faz de fato os projetos acontecerem e produzir tantas entregas. Então, em função dessa uniformidade dessas entregas que a equipe conseguiu realizar, a gente conseguiu ter um bom retorno, apesar do momento atípico, apesar da pandemia, apesar de todas as dificuldades, conseguimos ter um bom retorno e o reconhecimento do trabalho. Então, o Prefeito Melo nos convidou e em função dos grandes projetos que a gente tem, a gente conseguiu construir e com o nível de amadurecimento que estávamos, apesar de ter outras oportunidades da iniciativa privada, que talvez fosse desafiador para mim também, também outros desafios, mas aceitei e optei por ficar para poder conduzir este projeto e tantos outros com vocês, para a gente tentar melhorar cada vez mais a nossa estrutura. Então, peço o apoio de vocês para a gente continuar conduzindo certas mudanças, algumas melhorias, ir aprendendo. Espero ter aprendido, quero ser nesta gestão uma pessoa melhor, acho que aprendi um pouco mais ao longo do ano que se passou, da gestão que se passou, a gente sempre vai amadurecendo com a troca, com a convivência, com o debate, vai crescendo profissionalmente e enquanto pessoa. Então, acho que estou um pouco mais evoluído com o aprendizado um pouco mais amadurecido e tem condições talvez de contribuir um pouco mais. Conto com o apoio e a parceria de todos vocês, da equipe, dos conselheiros para a gente continuar debatendo, crescendo, aprendendo, trocando, evoluindo e melhorando a nossa cidade. Eu marquei hoje uma pauta bem aberta e em seguida a gente entra nela para discutir um pouquinho a questão da eleição. Prorrogamos os mandatos, que terminariam na metade do ano passado, em função da pandemia, agora para um novo mandato a gente precisa organizar o processo eleitoral, iniciamos alguma discussão ali de sistema, enfim, como operar isso. Eu queria ouvi um pouco de vocês, as falhas dos tempos anteriores, quem teve experiências, sugestões para trazer o debate e a gente poder formular esse edital e seguir os ritos necessários para fazer uma nova eleição com toda a transparência possível. Antes da gente ir para a pauta, a gente tem entidades externas que se inscreveram para falar, temos três representações inscritas, conforme prevê o nosso Regimento, durante 5 minutos para cada representação externa. Então, vou convidar os representantes para fazerem parte da nossa tribuna. A gente tem a Michele, Delegada da Região de Planejamento 8, que se inscreveu. A Bárbara, a Sheron da Stella Brum e a Júlia a Vila Caddie. Então, vamos passar para a Michele, 5 minutos. **2. COMUNICAÇÕES. Michele, Delegada da Região de Planejamento 8:** Boa tarde. Bom, o que me traz aqui hoje é com relação à informação que recebi da pauta da CAUGE para uma reunião de amanhã, dia 13 de janeiro, onde consta na pauta a análise do EVU, que consta para aprovação do empreendimento da Fazenda Arado Velho em Belém Novo. Bom, além da surpresa por conta dessa agilidade, digamos assim, do executivo em estar tramitando esse processo de licenciamento, já que existem diversas questões complexas que envolvem esse projeto, desde investigações, até processo judicial já em andamento. Eu gostaria de saber de que forma a cidadania pode participar dessa reunião da CAUGE e levar informações para a CAUGE para que se esclareça o que está acontecendo. Como eu coloquei aqui, é um assunto extremamente complexo, que teve um andamento na Câmara de Vereadores que aprovou projeto de lei que ratifica uma lei já declarada ilegal em primeira instância pela justiça. Portanto, algo bem *sui generis*, uma lei que ratifica outra lei. Bom, eu gostaria de saber de que forma a cidadania pode participar das reuniões da CAUGE, com quem entrar em contato. E deixar aqui o meu protesto com relação a essa celeridade do processo de licenciamento do Arado, que por todo o contexto que o cerca deveria estar suspenso, já que existe investigação criminal pela Polícia Civil, que pode vir a

configurar crime ambiental. Existe investigação no Ministério Público, na esfera civil. Então, é um tema extremamente complexo que em 5 minutos aqui a gente não pode trazer muita coisa além disso que eu estou conversando. Então, gostaria de saber desse contato com a CAUGE, como que a gente pode estar acompanhando essa reunião. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem. Obrigado, Michele, pela manifestação. Vamos ouvir na sequência a Bárbara e a Sheron. **Bárbara, moradora da Rua Stella Brum:** Olá, boa noite. Agradeço ao pessoal que liberou a gente para poder falar. Eu sou a Bárbara e esta é a Sheron. Nós somos moradoras da Rua Stella Brum. Eu já estive em uma reunião, que foi feito um pedido de gravame para a rua, com ligação com a rua que é paralela a nossa, a Alvorada. Só que não entraram em contato com nenhum morador sobre isso. Não é o nosso desejo a ligação das duas ruas. Como a gente tem pouco tempo a Sheron vai falar mais um pouco sobre isso agora. **Sheron, moradora da Rua Stella Brum:** Eu fiz uma denúncia no Ministério Público sobre isso, porque nenhum morador foi orientado, ou notificado, ou vieram aqui informar tal processo das duas ruas com o Condomínio Ecoville. Nós queremos saber qual é a justificativa plausível para interligar as duas ruas, sendo que a rua não tem saída, sendo que a minha casa e de outros moradores está no final da rua. E como diz no gabarito que pela extensão já existente, mas tem casas em toda a extensão da rua. Então, automaticamente, se fizesse esse gravame com interligação das ruas Alvorada e Stella Brum, seriam desapropriados vários moradores, não uma casa, mas sim mais de 10 famílias. Então, gostaria de saber qual a justificativa de interligação entre as duas ruas, sendo que nenhuma das duas tem mercado ou posto de saúde, não tem parda, não tem fluxo de carro e nenhum morador tem acesso a outro ou famílias. Então, eu gostaria de saber nesta reunião, e obrigada pela oportunidade, para saber o porquê disso. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado pela manifestação, está registrado. Agora a Júlia. A Júlia não está presente. Eu consulto os conselheiros, se algum conselheiro tem algum questionamento a fazer, alguma observação pelo período de 1 minuto, nosso regimento prevê isso. Se não tiver eu vou fazer os esclarecimentos. Conselheira Maristela. Mais alguém? Tânia. Mais alguém? Conselheiro Rafael e Felisberto também. Encerro a inscrição para os questionamentos e abro a palavra pelo período de 1 minuto, iniciando pela Conselheira Maristela. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Primeiro, bem vindo, bom retorno ao nossa Secretário. Quero cumprimentar a Sheron e a Bárbara, sempre na luta. Quero me solidarizar também com o pessoal da Ponta do Arado, na luta que estão desenvolvendo lá, estamos justos, mas quero focar na questão da Stella Brum. Já aconteceu uma manifestação, já houve uma relatoria através do nosso Conselheiro Campani. As duas vezes que voltou em pauta essa questão, as duas vezes tivemos êxito. Retornou, então, para o executivo. O que a Prefeitura respondeu quando a Sheron entrou em contato? O Ministério Público retorna com o mesmo indicativo que as técnicas e os técnicos da Prefeitura arguiram durante todo o processo, que, aliás, mesmo sendo uma empresa privada que solicitou esse ligamento, quem sugeriu foi uma das técnicas da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. O argumento principal é dizer que – Ah, isso poderá ocorrer daqui não sei quantos anos. É muito diferente analisar a questão de uma rua na região (Sinalização de tempo esgotado). Já estou terminando, só peço mais um segundo de tolerância. É diferente de uma SOGIPA, por exemplo, que tem praticamente toda invadida, diferente desta que não é nem ocupação aqui na Stella Brum. Então, a Prefeitura não retornou ainda para nós conselheiros o que realmente vai ser feito. E nós não aceitamos aquilo que o Ministério Público nos deu de retorno através da Sheron, porque diz exatamente o que os técnicos tinham anteriormente.

Então, é isso que nós queremos que seja esclarecido. Obrigada. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Boa noite a todos. Eu só vou reforçar também o pedido das meninas ali, da Sheron e da Conselheira da Região de Planejamento 7, porque isso já está acontecendo com bastante frequência na cidade, principalmente na Região de Planejamento 7, tendo em vista aquele outro processo que eu fiz o parecer, que também é a mesma coisa. É uma alteração de traçado viário, uma inclusão de gravame de traçado viário que passa justamente em cima de uma comunidade já consolidada. Entendeu? O mesmo problema que está acontecendo com as meninas. E para quê? Para que dê acesso a um condomínio de luxo. É a mesma coisa. Então, pedimos bastante atenção com relação a esses problemas que estão acontecendo e é a mesma desculpa, é o mesmo texto dos técnicos, não se sabe se agora vai ser feito ou não, talvez seja feito depois ou não, quem sabe os moradores vão vender suas casas e vão mudar dali, eu acho isso completamente desumano e fora de questão, porque a questão não é essa, a questão é que nós vamos aprovar um gravame que vai estar aprovado e depois a comunidade que se lixe, que faça o que bem entender. Não é assim que funciona. Então, esse é o meu apoio às comunidades das regiões que estão passando por isso, como nós passamos aqui na Matos Sampaio, que é um processo bem complicado, que mais adiante eu gostaria de um esclarecimento do pessoal do DEMHAB, porque eu não tive acesso ao processo completo. Eles não me cederam acesso completo para que a comunidade pudesse olhar e analisar o que está acontecendo. Então, é isso. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Boa tarde, colegas de Conselho. A despeito da importância também da questão da Stella Brum, eu queria aqui me ater à questão trazida pela Michele sobre a Ponta do Arado. Em que pese a aprovação do projeto de lei, que também deveria ser questionado, foi a segunda vez que se tentou aprovar essa questão, a primeira tentativa de aprovação do projeto de lei foi logo depois da zona rural. É assim, dias depois que a câmara aprovou aquela área como uma zona rural ela resolve transformar aquela área em uma de intensiva. Isso é um sintoma, um sintoma de que não sabemos que cidade queremos. Eu ouço aqui e em outras instâncias o discurso de que a cidade é para as pessoas da cidade densa, mas nós vemos, independente da questão de ser de luxo ou se não é, um empreendimento ganhar inclusive o status de prioritário muitas vezes, que estão contrários às diretrizes do Plano Diretor. Isso é esquecido muitas vezes, que me parece. O EVU, como foi colocado aqui, tem inconsistências, ele foi levado ao Ministério Público, o Ministério Público no EIA RIMA considerou, inclusive, indícios de fraude. Então, quer dizer, alegações bastante complexas, que devem ser analisadas, seja na CAUGE, seja aqui, à luz dessas questões. Além de tudo, quer dizer, que cidade é essa que nós queremos? É uma cidade que quer preservar as suas áreas ambientais, as áreas alagadiças, inclusive, nem se trata somente de uma questão de preservação, mas se trata também de uma questão de saneamento da cidade, é uma área de várzea do Guaíba que precisa ganhar de vez em quando para que a gente a gente não tenha, fechando ainda mais a bacia, quando ele precisa de mais área para extravasar quando chove de mais e não só no Guaíba, não só na região metropolitana, mas em toda a serra, em lugares de cabeceira dos rios que deságuam no Guaíba. Além do que, com isso encerro, vem o questionamento se aquilo é ou não, aí essa é a reivindicação dos guaranis que diz que aquilo é terra indígena. Então, há muitas questões a serem colocadas e eu acredito que a gente deve tratar aqui no CMDUA desse tema com toda essa amplitude de aspectos e complexidade que exige esse tema. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Presidente, a primeira observação que quero fazer é a questão da legalidade de apresentação desses projetos, tendo em vista para o que a Michele falou da discussão judiciais. E eu fico muito... Vou até

ter cuidado no que vou falar agora, porque eu posso ferir algumas pessoas. Eu acho que o técnico, independente da análise técnica, também deve ponderar os direitos que as pessoas têm sobre determinada área, como a concessão do direito real de uso, a possibilidade do quilombo, da questão do território indígena. Eu acho que isso deve ser levado em conta também, principalmente pela PGM, que faz parte da CAUGE e faz parte da análise de processo. Então, me estranha muito os técnicos não ponderarem isso nos seus pareceres e simplesmente analisarem tecnicamente o projeto. isso me parece perigoso e eu já venho alertando há muito tempo que há muita diretriz, gravames, que vão inviabilizar regularização fundiária de várias comunidades que estão há anos esperando. E para finalizar, quero indagar e quero que isso vá para a PGM se conselheiros autores de projetos, suplentes ou titulares, podem votar no Conselho. Isso me parece um dado fundamental, eu quero que a PGM se manifeste sobre isso. Já indaguei isso ao Ministério Público e vou indagar de novo sobre essa questão dos conselheiros que são autores de projetos arquitetônicos que se manifestam no Conselho. Então, quero saber se isso é legal ou não. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. Nesse sentido, antes da gente abrir para o período de Comunicação, só queria esclarecer em relação ao processo que está na pauta da CAUGE. Não vai ter aprovação do projeto, naturalmente, esse projeto do Arado está tramitando há bastante tempo no Município de Porto Alegre. Teve a aprovação da lei, que foi declarado em função de não ter havido audiência pública, houve a suspensão dos efeitos da lei com decisão de 1º grau. Eles estão em nível de recurso discutindo a questão, mas a análise por parte do município é base para a formação de uma nova lei. O EVU tem essa finalidade às vezes de fazer um estudo. Se, por ventura, tiver que haver alguma alteração, antes de fazer essa alteração a discussão se da por meio do EVU. Então, houve uma provocação no sentido de se promover uma alteração legislativa, isso que é o objeto da discussão e o EVU ficaria em condições de aprovação até que se fizesse essa correção legislativa ou alteração do Plano Diretor. A tendência do Município é que se promova essa discussão no processo de revisão do Plano Diretor, se tiver ou não que alterar aquela área da cidade. Então, no âmbito da comissão não vai ter aprovação, fiquem bem tranquilos em relação a isso. Eu até tive uma conversa hoje com o próprio Ministério Público, levar ao conhecimento deles que estava na pauta, mas já estava na pauta no âmbito da comissão há bastante tempo, mas não é aprovado porque não tem lei que dê cobertura para se aprovara aquele empreendimento na região. Então, a pauta é só de discussão para se deixar o projeto em condições de aprovação. Naturalmente, se depois tiver legislação que garanta, se for aprovado depois vem para o Conselho fazer a discussão se entende como adequado ou não. Então, agradeço a participação das representações externas que se fizeram presentes na nossa reunião para acompanhar e poder fazer a manifestação. Demais questionamentos levantados aqui também são parte do processo que tramita, vão ter a oportunidade dos conselheiros representantes da região, das entidades, fazerem manifestação. O processo certamente vai ser amplamente discutido e assim melhor encaminhado. Período de Comunicação, temos inscritos. Inauguro a fala com a Conselheira Patrícia, que queria contribuir ali já no início. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Boa noite a todos. Eu só queria fazer uma contribuição a respeito da Stella Brum, eu nem sei porque está em discussão neste momento ainda, porque a gente já entrou em acordo aqui na equipe técnica, a gente fez as análises de que a gente iria retroceder naquela questão dos gravames e iríamos colocar somente sobre a área existente ali, conforme solicitado no inicial. Então, se esse encaminhamento não foi feito a gente vai em seguida encaminhar dessa forma e vai ficar

resolvida essa questão que vocês estavam demandando. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Primeiro, boa tarde a todos e todas. No período de Comunicação queria informar a todos que hoje tivemos a primeira reunião do Fórum Municipal dos Conselhos, em que foi colocada a questão do livro. Então, estou finalizando as contribuições que vieram de dois conselheiros, do Adroaldo e do Hermes. Então, na próxima terça-feira, talvez eu envie na sexta-feira para que os conselheiros possam ler e dar a sua opinião do que será inserido no livro, porque é necessário ter aprovação neste Conselho. A segunda questão, quero reiterar aquele pedido, apesar do parecer da Dra. Andressa, há uma opinião no Ministério Público de que é questionável o voto dos conselheiros técnicos que dão os pareceres nos processos na CAUGE, ou CADAP, ou em outra comissão, seja o mesmo que vota no Conselho. Então, essa questão é fundamental, porque na minha modesta opinião e de outros existe um perigo, tanto dos conselheiros que são autores de projetos e que votam aqui, ou que sai para seu conselheiro suplente votar. Tudo bem, é apenas um questionamento, não é nada contra a pessoa, um questionamento se isso tem legalidade e legitimidade para que aconteça isso. Terceiro, este ano estamos comemorando 20 anos do primeiro Fórum Social em Porto Alegre e que será realizado virtualmente este ano. É um exemplo, isto levou a Cidade de Porto Alegre para o mundo, bem como pelo Orçamento Participativo. Então, são 20 anos que a Cidade de Porto Alegre participa desse Fórum e que é um exemplo de discussão nacional e internacional. Por fim, queria parabenizar o Secretário pela sua recondução ao cargo. Gostaria de saber quem é o adjunto e gostaria que tivesse uma explanação da estrutura da Secretaria, que até agora não tivemos nenhum acesso essa estrutura, como serão estruturados os departamentos da Secretaria. Obrigado. Boa tarde. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Primeiro, eu solicitei esse retorno das representantes da Stella Brum aqui, porque é a primeira vez que está havendo alguma manifestação no Conselho, após serem derrotados os dois pareceres. Neste momento a técnica Patrícia está se posicionando aqui, mas para o Ministério Público e na RP 10 não foi bem assim. Nós tivemos que ouvir umas das técnicas... Desculpa, depois eu vou enviar o nome, porque eu acho deselegante não falar... De que era uma visão poética daquela comunidade daquela em relação à questão do tipo de rua não ter ligação com a outra, que isso é normal na cidade. E eu quero reiterar que normal é quando é lá na SOGIPA e tem força política para segurar a barra. Não é normal quando nós que somos uma comunidade, que temos uma vivência de mais de 60 anos daquela comunidade, que depois como foi bem dito pela Conselheira Tânia, que chegam lá, oferecem alguma coisa e fica tudo bem. Não, nós não aceitamos como natural a resposta que a Prefeitura encaminhou para o Ministério Público. Nós só soubemos como estava a situação por causa da resposta que a moradora Sheron havia encaminhado, respondendo a pergunta. Ficamos bastante chocados com a forma que fomos tratados e o respeito que é necessário ter, de parar com a essa história de não ter o (Inaudível/interferência no áudio) exacerbado, mas muito menos o endeusamento para uma avaliação técnica, que não leva em consideração sim o poeta que é um sonhador, mas que também tem os pés no chão. Então, nós queremos isso por escrito essa questão do retroceder, como disse a técnica Patrícia, ela tem que ficar muito clara para que no futuro nós não tenhamos nenhuma assoberbação, nenhuma precipitação que nós novamente ficamos sem saber os procedimentos necessários. Então, nós estamos atentos, nós estamos sendo reuniões para discutirmos o próximo ponto agora que vai ter, nós também vamos ter a nossa pauta sobre eleição e o fato de que eu não vou concorrer mais em absolutamente vai ser menor a atenção dos novos conselheiros que virão em relação a esses temas da nossa região e da Cidade de Porto Alegre. Muito obrigada. **Patrick Silva**

(2º Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE: Boa noite a todos. Felicito também o Secretário por estar de novo conosco, fico muito feliz, até porque eu sou da SMDE e o Secretário da SMAMS acabou nos ajudando muito na questão do escritório. O que eu queria falar para todos os prezados colegas conselheiros, assim, foi virada a chave para um novo ano e tivemos um ano de muito esforço manifestar da pandemia. Eu me lembro do início do ano que nós tínhamos uma grande dificuldade para chegar nesse trabalho que a gente está fazendo de forma remota, fico muito feliz que conseguimos sair da nossa zona de conforto, conseguimos avançar, aprovar, passar diante de várias pautas. Então, é isso, eu acho que a gente tem que ter força de novo, sabemos que na história deste Conselho tivemos um conselheiro que faleceu da Covid no ano passado. Eu só queria desejar isso, que tenhamos um grande ano de trabalho, não sei até quando vamos dessa forma remota, mas temos o Plano Diretor para sair. Então, é só desejar um bom trabalho a todos. Muito obrigado. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Bom primeiro parabenizar o Secretário por mais 2 anos a frente do Conselho, vamos seguir em frente nas nossas batalhas. Então, gostaria de informar que depois de mais de um ano de batalha, tentando conseguir acesso ao processo Matos Sampaio, um EVU de parecer aprovado de 25/02/2010, finalmente me foi dado acesso, mas por 5 dias e um acesso restrito. E esse mesmo processo foi dado a outra pessoa por 180 dias com acesos irrestrito, essa outra pessoa se chama Etiene Borges. Então, eu como conselheira da seguinte venho batalhando há bastante tempo, porque a minha comunidade está me cobrando, porque eles sabem que existe esse processo. Inclusive, esse processo teve contratação de licitação para cadastro socioeconômico da área em 18/12/2020. Então, ele está aberto, está acontecendo e eles não estão me possibilitando acesso, até porque esse processo deveria constar no Portal de Transparência da Prefeitura, com acesso às informações que são públicas. Eu não sei porque ele está tão escondido e essa dificuldade de acesso. Então, eu venho aqui novamente pedir ao representante do DEMHAB deste Conselho para que me consiga acesso total, porque eu acho isso de um absurdo uma conselheira não poder ter acesso a um processo dentro da sua área, dentro da sua região de planejamento. Então, eu estou pedindo mais uma vez, deixando público o que está acontecendo, que eu tive acesso restrito ao processo, não completo. Eu quero o processo completo, nós da Região 4 queremos acesso completo ao processo. Então, eu venho aqui pedir novamente, é meu direito e é direito das pessoas também fazerem essa consulta. Eu não sei porque ele está indisponibilizado aqui no Portal de Transparência da Prefeitura. Então, esse é o meu apelo, fica registrado e eu vou cobrar novamente nem que seja nas instâncias mais elevadas, porque nós queremos, nós exigimos e nós temos direito, é um direito nosso. Muito obrigada. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Boa noite a todos. Boa noite especial ao Secretário, que representa o governo, também um bom ano no a todos, que a gente tenha a vacina logo para podermos nos encontrar. A minha fala é em cima da sua própria fala, que disse que aprendeu muito, eu acho que todos aprendemos. Eu gostaria que a gente tentasse, assim como o Patrick falou também, uma nova relação entre governo e conselheiros. De certa forma o governo vê um grupo de conselheiros como um problema, porque invariavelmente questionam as questões, são críticos e etc. Então, uma das questões que eu acho que atrapalha, e o senhor mesmo disse que está cansado de pedir que o tempo acabou, fazer uma revisão do regimento interno que se refere aos tempos de discussão. Isso já foi falado dezenas de vezes, mas agora nós vamos ter uma discussão sobre o processo eleitoral. É muito difícil a gente fazer uma discussão com tempos de 1 minuto para as respostas às vezes. Eu acho que caberia uma revisão no sentido até de

destencionar isso, eu não sei o que os demais conselheiros pensam, poderia ser colocado em pauta até para que houvesse um pronunciamento, para ver se acham importante ou não, mas um dos motivos da tensão é isso, invariavelmente nós somos cortados a palavra, porque 1 minuto é impossível, em lugar nenhum é possível isso. Outra questão é sobre as reuniões extraordinárias, que eu queria também chamar atenção, porque no fim se tornaram reuniões ordinárias. Como também tem sido dito, muitos dos conselheiros têm atividades e mesmo que não tenham atividades de trabalho ou outras reuniões, têm atividades particulares, que são pré-agendadas. A gente fica sempre tentando driblar para não faltar às reuniões, até porque são agendadas com pequena antecedência. Eu queria também lhe cumprimentar pela recondução, sabemos que somos antagônicos nas opiniões, mas eu respeito o cargo de secretário que o senhor ocupa e respeito o senhor nesse sentido. Por fim, gostaria também, já foi falado, eu que pelo Felisberto, que fosse feito o mais rápido possível uma apresentação da nova estrutura. A gente vê que tem algumas mudanças, não sei se vai ter mais, na estrutura não só da SMAMS, mas de toda a secretaria. Isso envolve diretamente o nossos conhecimentos sobre como funciona, onde buscar esclarecimentos e etc. Então, para finalizar, mais uma vez cumprimentar a todos, que tenhamos vacina e que consigamos ter uma relação entre conselheiros, principalmente aqueles que não são... O termo é meio pesado, mas que não são governistas, né, e aqueles que normalmente têm uma posição contrária. Para encerrar, uma relação de respeito, mas o respeito tem que ser mútuo, no momento em que me cortam a palavra sem necessidade eu me sinto desrespeitado também. Eu acho que essas coisas têm que ser um caminho de ida e de vinda. Obrigado! **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Boa noite a todos. Secretário, parabéns pela recondução ao cargo. Acredito que fizeste um ótimo trabalho e vai dar continuidade a tudo isso, agora agregando mais funções junto a tua secretaria. Eu queria falar um pouco sobre esse questionamento que o Hermes e o Felisberto colocaram da nova estrutura. Eu acho importante que a gente tenha conhecimento logo disso, é importante para saber onde procurar onde pesquisar, enfim. Com relação ao que as visitantes colocaram a respeito da Stella Brum, eu tenho um caso parecido na minha região, que, inclusive, já foi pela solicitação do relator encaminhado para análise novamente, diante dos questionamentos que me foram apresentados. Então, também aguardo uma situação parecida com essa e acho que a gente tem que rever isso, de certa forma pensar diferente, não desmerecendo jamais o trabalho dos técnicos da SMDE e do Escritório de Licenciamento, mas a gente que está no dia a dia da comunidade observa esse tipo de coisa, uma visão um pouco diferente. Enfim, era isso, que 2021 seja ótimo, que venha essa vacina. E o Patrick colocou muito bem também em relação a gente aprender a trabalhar, eu também tive que aprender a trabalhar na minha função remotamente, com reuniões e reuniões. Enfim, muito bem colocado, todos nós tivemos que nos adaptarmos à nova realidade. Era isso e um bom trabalho para nós todos. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Boa noite a todos. Também queria parabenizar o Germano e a sua equipe por essa recondução. Eu acho que é um reconhecimento, como eu já havia comentado pessoalmente, mas faço questão de colocar de forma pública para todos os demais colegas de trabalho, ao Germano e colegas aqui do Conselho. Eu queria entender, conversar junto ao Felisberto, a questão que comentaste de quando alguém faz algum projeto e participa das reuniões do Conselho. Nós já tivemos várias situações aqui, que não só eram arquitetos, mas outras pessoas que se declararam impossibilitadas de relatarem um processo. Normalmente esta é a prática, eu não entendi, Felisberto, tu não fizeste nenhuma acusação, mas um questionamento. Então, é isso que eu estou querendo

dialogar e conversar. Eu entendo que, por exemplo, eu sou uma pessoa que faz projeto, vivo disso e sou conselheiro, já aconteceu, agora não aconteceu com nenhum projeto especificamente meu, mas era algo que u podia ter algum contato, eu não me senti confortável, mas se eu fosse autor de algum projeto, se entrasse em pauta, eu me tornaria impedido de relatar, participar das reuniões até ele ser votado. Eu já vi, outros conselheiros fizeram essa prática. Não sei se o Felisberto concorda ou se tem alguma situação, porque eu não entendi essa colocação. Eu acho que era mais isso. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Bom, está encerrado o período de Comunicação, mas hoje não temos pauta de processos, a reunião é aberta, pode falar a qualquer tempo, quem se inserir na discussão. Acho bem interessante ouvir vocês, da gente sim apresentar a estrutura da Secretaria, vamos organizar. Tem algumas definições que estão sendo tomadas ainda, não se tem muita clareza com alguns pontos, mas em linhas gerais, sem apresentação, só para compartilhar com vocês, a gente continua com a estrutura da Secretaria de Meio Ambiente, tudo que já era da nossa estrutura, a gente continua. E também trazemos para dentro da estrutura, formalmente, o Escritório de Licenciamento, que já estava operando dentro da nossa estrutura por meio de uma portaria, mas estava vinculado à SMDE. A única parte que saiu da nossa estrutura é a Diretoria dos Animais, que a gente tinha a antiga SEDA, hoje é vinculado diretamente ao Gabinete do Prefeito. Então, aqui fica toda a parte do licenciamento urbanístico, licenciamento ambiental, planejamento urbano, ambiental, fiscalização urbana ambiental e áreas verdes. Manutenção, essas coisas, é na Secretaria de Serviços Urbanos. Vamos preparar o organograma que está sendo formado ainda e a gente oportunamente marca um encontro. Em relação às reuniões extraordinárias, vocês vejam que agora, com essa oportunidade de fazer pelo Zoom temos um pouco mais de oportunidade para fazer essas reuniões, mas o meu sentimento, seu que é mais trabalhoso para nós, para a equipe, enfim, que tem que participar, mas vejam que nós temos muitas pautas, os conselheiros nos demandam muito no sentido da gente evoluir em determinados assunto, cobram e às vezes a gente não tem tempo suficiente para organizar só na pauta de terça-feira. Então, é nesse sentido, a gente acaba fazendo um esforço para compor uma reunião extraordinária para pode levar esses esclarecimentos, avançar em alguns pontos com vocês. Então, peço desculpas aqueles que, porventura, não conseguem participar de todas as reuniões, mas vamos tentar fazer um esforço de talvez ir agregando com o suplente, fazer um rodízio, porque são questões interessantes. A gente está em um bom momento de fazermos essas discussões, avançar. A gente precisa de um pouquinho mais de tempo. Então, é nesse sentido que a gente acaba fazendo e todas as reuniões são muito proveitosas, vocês ampliam o conhecimento de vocês, a gente leva esse conhecimento aqui que a gente tem. Então, é nesse sentido que a gente propõe essas reuniões extraordinárias. Bom, a nossa pauta, inicialmente, a gente teria a deliberação da Instrução Normativa, estava previsto, até está pronta, mas acabamos postergando, porque é início de governo, talvez algumas trocas, talvez não tivesse quorum nesta reunião inicial. Então, a gente vai fazer na semana que vem. É uma discussão que está bem madura para a gente fazer a votação, para organizar o processo de revisão do Plano Diretor, está com esses marcos estabelecidos dos processos, muito importantes aí, com todo o apoio por parte do Ministério Público. Então, a gente propôs a discussão hoje um pouco do processo eleitoral. Eu queria ouvir um pouco de vocês, como cabe ao município elaborar o edital e, tradicionalmente, sempre se elabora o edital do processo eleitoral, dando prazo para a inscrição das chapas, as inscrições de delegados. Aí se estabelece o calendário de datas, momentos das regiões de planejamento. Agora em função da pandemia e com o advento da tecnologia, da transformação digital, a gente está tentando montar um esquema

estrutural, um modelo que todo mundo possa acessar do computador, do celular, ampliar a participação nesse processo de eleição, disponibilizar quando da votação, para quem da comunidade quiser ter o acesso, onde votar. A gente também dá esse acesso por meio desse endereço na comunidade. Estamos tentando organizar esse sistema, mas queria ouvir vocês, sugestões, críticas, modelo, o que a gente pode melhorar das outras experiências. Eu vivi algumas eleições, tenho certa experiência, não tão diretamente nesta última que foi conduzida pelo Secretário Maurício, mas lá, desde 2005, quando eu trabalhava na Secretaria do Planejamento, participei da eleição de 2005, 2007, enfim, 2012, 2014, participei de algumas eleições por parte do Executivo, coordenei as eleições em algumas oportunidades. Quem quiser falar faça a inscrição ali no chat que eu vou abrindo o microfone. Alguém gostaria de falar? A gente está programando fazer as eleições por volta de março, organizar essa eleição pelo sistema para que os conselheiros e a comunidade possam votar e acessar pela internet, fazer essa votação. Então, naturalmente, a gente programar um calendário de eleições por região de planejamento, vai ficar aberto para votar um dia para cada região, com hora marcada, o acesso a gente vai fazer por meio dos CRIPs, u antigo CAR nas regiões, disponibilizar alguns computadores para quem quiser ir lá votar. A gente lança o edital e abre a oportunidade para inscrição das chapas, a partir da inscrição das chapas, as chapas têm que indicar um representante da comissão eleitoral, que a gente vai formar por região de planejamento. Enfim, todo aquele procedimento que é feito ao longo dos anos. A comissão é formada por aqueles membros permanentes também, os demais geralmente concorrem. Então, representa a comissão eleitoral a UFRGS e a METROPLAN, são as duas entidades permanentes que tem assento na comissão eleitoral. Está inscrito o Conselheiro Jackson para contribuir fique à vontade;. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Na verdade, Presidente, o meu questionamento era justamente como vai funcionar isso na prática com relação à votação em casa, se estão desenvolvendo um APP, o que está se pensando nesse sentido? Eu penso também que os CRIPs, os antigos CAR, devem ser utilizados como sempre foram. Eu sou contrário a uma votação remota, mesmo que a gente tenha um período de votação nos lugares, na minha região é feito no Centro Vida, na Eixo Baltazar, que é um amplo espaço para votação e tal, não haveria necessidade de aglomeração, teria como se organizar tranquilamente uma eleição presencial na região. Era isso. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, a minha preocupação é com três coisas, primeiro essa questão da pandemia. Eu penso que a gente deveria buscar a estrutura que foi feita na eleição do TER. Parece que é um bom cuidado e que o Ministério Público acompanhe a eleição também. Então, eu acho importante, porque é uma eleição muito disputada, tem que ser com a maior transparência, isso para mim é fundamental e a disputa não vai ser fácil, porque é um ano em que a gente tem a revisão do Plano Diretor e um momento de definição de muitas questões com relação à cidade. Nós sabemos que a Câmara de Vereadores vai ter um poder maior, mas nós faremos de tudo para que vá um projeto que atenda as necessidades e inclua as comunidades que estão fora de qualquer planejamento. A segunda é em relação aos endereços, eu já tive uma chapa impugnada, porque um dos conselheiros morava em um hotel e a gente sabe que muitas pessoas moram em hotéis na região central. Então, a confirmação do endereço foi impugnada, dizendo que não era endereço residencial. E nas demais regiões também devem acontecer questões de impugnações de endereços. Então, é fundamental isso, essas são as duas questões que eu queria colocar. Então, era isso por enquanto. Obrigado. **Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Um bom ano a todos e parabéns, Germano, pela

recondução. Em relação à eleição, eu não vinha participando, então, não sei se foi mandado antes, mas pelo que eu entendi da tua fala não chegou a ser feito ainda o edital, né. Eu acho que o edital é que dá realmente a clareza sobre como vão ser. Então, é fundamental que a gente possa discutir em cima do que fica registrado. E isso que o Felisberto falou agora, eu não estava nem me dando conta, mas, realmente, na última eleição eu sei que deu muito estresse, inclusive, comigo, na minha família, teve uma das pessoas que não pode votar por essa questão de comprovação de endereço, né. Então, acho que essas coisas são importantes ter bem claras. Então, a minha fala era mais nesse sentido, que a gente pudesse fazer a discussão em cima de uma proposta de edital, que imagino que a comissão vá fazer. Hoje mudou muito, porque eu participei da comissão, acho que umas três eleições, a Iara participou, depois a Lívia pela UFRGS. Então, assim, meio que teve certa continuidade, mas agora é uma situação de muita renovação. Então, acho que é importante já ter essa proposta de edital para poder fazer esse ajuste fino, porque são detalhes que depois geram muita confusão. E agora como a gente está em uma situação diferenciada, que ainda tem essa coisa da pandemia, é mais complicado ainda. Acho que isso a gente tem que poder ajustar, ter essa tranquilidade de que as coisas estão sendo feitas com transparência e com segurança, porque falaram do aplicativo, sei lá de que forma fazer, para que a gente tenha certa segurança de quem está de fato votando. Esse que é o problema, porque já foi uma confusão com a presença física, mas não tendo esse controle a chance de dar confusão é muito grande. Eu acho que tem que ter um cuidado e imagino que tenha várias formas. A ABES faz suas eleições remotamente há muitos anos, mas acho que é algum aplicativo, a gente entra e só consegue votar uma vez, é um pouco diferente, mas de qualquer forma a gente tem segurança. E assim devem ter outros aplicativos. Então, eu acho importante que a prefeitura busque uma ferramenta que dê essa tranquilidade para os participantes, principalmente para a eleição das comunidades, porque é onde tem mais gente envolvida, aonde dá sempre mais questionamento. Era isso que eu queria falar. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira. Bem importante a sua fala e compartilhar experiências. Até antes passar a palavra aos demais, o objetivo é estruturar com um aplicativo que funcione, que seja acessível. A equipe estava muito empolgada no sentido de desenvolver o site do Conselho do Plano, as informações, a gente democratizar mais a participação, ter essas informações da eleição no site do Conselho, ter algum canal de divulgação de falas dos conselheiros que são candidatos. É criar uma maneira, um formato que a gente consiga nessa participação mista, que a gente sabe que tem que ter o acesso á comunidade, que às vezes não tem tanto acesso à tecnologia, mas também ter essa possibilidade de inteiração por meio dos aplicativos. A sugestão, o que a gente identificou, uma ferramenta segura da gente fazer a eleição, aos moldes do que a gente faz, não sei se vocês conhecem o Eu Faço POA. É o aplicativo da Prefeitura que funciona como uma espécie de 156, acessa, lá, quer fazer determinada denúncia, demandar algum serviço de poda, de limpeza, aí pode demandar o serviço, tira uma foto, tem um sistema que funciona. Tem que cadastrar o CPF, o site é o “gov.br”, alguma coisa assim, é um site do Governo Federal que aí vincula a um CPF específico. Tem que fazer o cadastro e ele puxa o teu CPF, então, consegue botar só uma vez e está vinculado aquele CPF. E compartilhando um pouquinho do que a gente vem discutindo para tentar estruturar, a gente tem dificuldade do ponto de vista de sistema de bater se aquela pessoa que está votando é daquela região de planejamento. A gente consegue vincular a um CPF e permite que essa pessoa vote uma única vez. Então, eu acredito que para a inscrição das chapas, naturalmente, que é uma inscrição prévia, que vai ter uma avaliação da comissão eleitoral

e a documentação é enviada previamente, é mais tranquilo da gente fazer essa conferência a essa obrigatoriedade da vinculação à região de planejamento. Para as lotações externas, de outras pessoas que queiram votar, a gente vai ter que fazer essa vinculação ao CPF, vai declarar que reside naquela região, vai poder votar só uma vez, até para superar alguns pontos que eu sei que tinha de conflito de talvez pessoas que não tinham endereço da região, tenham alguma dificuldade, mas tem inteiração com aquela região, quer participar, mora na cidade e quer contribuir para aquela região do planejamento. Então, ela vai poder votar aquela região que ela vai ter o CPF vinculado. Depois se quiser votar em outra não vai conseguir. O Conselheiro Saffer e depois tem mais inscritos. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** O Jackão tinha comentado de ser presencial ou não. Eu não sei, entendi que vocês estariam disponibilizando alguns lugares, computadores para as pessoas poderem votar. Só queria um esclarecimento. É interessante, a gente tendo o edital a gente vai aprofundar. Talvez tenhamos que ter mais uma reunião para reconhecer as sugestões de hoje com o edital e talvez ter mais uma reunião de novo para debater esse assunto. Eu sei que, como tu comentaste, talvez o edital seja como os últimos, era isso que eu queria avaliar, se vai precisar de outra ou (reunião) se as pessoas entenderão o conteúdo do edital. Não sei como é feita a questão da escola da comissão eleitoral, se vai ser como vínhamos fazendo ou se vai ter outra sugestão. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Saffer. Em relação aos locais a gente disponibilizar os computadores com acesso no CRIP de cada região de planejamento, que tem o endereço do CRIP, do CAR. Então, ter lá uma sala com computadores para algum representante da comunidade que não tenha acesso á internet, não consiga fazer do seu celular, computador, que possa ir no centro regional da prefeitura para votar ali. A gente organiza e prepara a equipe do CAR para recepcionar essas pessoas e orientar no sentido do acesso ali. A gente amplia a participação com essa possibilidade, nesse sentido. A gente abre, deixa por um dia aberto. Lembram que a gente ia no local e tinha uma hora específica no final da tarde, as pessoas com dificuldade às vezes para acessar naquele horário específico, tem que ir lá, fazer o cadastro, pegar fila. Lembram? Então, a gente consegue distribuir melhor e deixa naquele dia inteiro no CAR o computador, quem quiser cessar de casa também vai ter essa oportunidade. A gente pode olhar em cima do último edital. Patrícia, depois tu mandas para a equipe disponibilizar para eles os últimos editais. Enfim, para vocês olharem e sugerirem melhorias, se tiver algum diferente daquilo que se teve. A nossa ideia não é mudar nada do que vínhamos praticando, que o Conselho vem praticando há anos, só que agora com um aplicativo, uma forma mais interativa também, para acrescer essa possibilidade de participação. Essa é a ideia. Conselheiro Mark está inscrito. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Boa noite a todos. Um bom ano de 2021 a todos. Cumprimentar também o Secretário pela sua recondução, na última vez nós tivemos uma reunião, o Secretário estava se despedido e hoje estamos vendo aqui o Secretário nos recepcionando como Secretário reconduzido. Muito bem! Eu ouvindo sobre a questão eleitoral aí, eu vejo que essa é uma eleição para o conselho muito diferente de tudo que nós vivemos até agora. Ela é uma eleição que pela questão, então, da pandemia presente, eu não sei se até março ou abril as nossas condições materiais objetivas nos permitirão a presença nos ambientes, mas se isso não for possível eu vejo a organização desta eleição uma coisa muito complexa. Eu não sei se o edital anterior, que era um edital que supunha a vida presencial, normal, sem nenhuma restrição de contato interpessoal, agora com toda essa vedação que existe, os editais eles precisam ser totalmente repensados e reavaliados, inclusive, sobre a data, né. Não sei se a data de março é uma

data plausível para organização disso, porque no nosso caso nós teríamos a eleição das entidades e depois também a participação nas regiões de planejamento. Então, nós temos dois processos eleitorais e eu estou supondo que essas duas eleições deverão ser feitas de forma remota. Então, as dificuldades dos dois momentos para que haja transparência, para que haja a segurança dos votantes, para que nós temos segurança em relação aos resultados que espelhem a verdadeira decisão das comunidades consultadas. Então, todos esses itens são muito essenciais que sejam acatados e acompanhados. Eu sei que o Secretário vai ter um empenho especial na condução de um projeto bastante íntegro em relação a essa temática eleitoral, mas eu vejo, a menos que o cenário mude de maneira radical, que nesse momento não se vê, espero que tenhamos uma condição para debater o edital menos teórica, como agora, né. A gente teria que ter a formulação de uma estrutura já pensada para um momento de pandemia, sem participação presencial. Então, nós todos estaríamos em todas as instâncias participando de maneira remota. Então, para isso nós temos que ter uma organização adequada para o atendimento dessa demanda particular. Era isso que eu queria colocar, acho a necessidade de nós termos esse tipo de preparação. Obrigado. Boa noite. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Mark. Sem dúvida agradeço os cumprimentos. É bem desafiadora a eleição, mas é realmente uma boa oportunidade para a gente, apesar da dificuldade a gente ir amadurecendo o processo, ampliar os nossos canais, evoluir do ponto de vista de sistema, de tecnologia. É muito rico a gente sair daquele modelo que tinha as suas dificuldades. A gente sabe, eu me lembro das eleições, a função do tempo, muita reclamação do horário lá específico, final do dia, nem todos conseguiam acessar. Então, é interessante que a gente faça essa discussão, tente buscar esses temas. Eu vejo o empenho da equipe de a gente ter o site do Conselho, os canais de inteiração, a oportunidade dos conselheiros fazerem vídeos, fazer uma discussão, uma apresentação da chapa, postar no canal da prefeitura ou da secretaria. É importante a oportunidade de aprimorar os processos. A gente tem a Conselheira Tânia. Não coseguiu? Vamos para o Conselheiro Fernando. **Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Boa noite a todos. Boa noite, Secretário. É uma satisfação vê-lo aqui novamente, reconduzido ao cargo e conduzindo tão bem as nossas reuniões. Eu vi no chat alguns comentários, eu tenho algumas experiências no próprio Sindicato dos Engenheiros, que nós temos um número considerável de pessoas, de engenheiros e arquitetos na própria entidade. e lá nós tivemos a eleição remota, porém, nós temos algumas auditorias externas contratadas para auditar o processo, só que a eleição remota tem um pressuposto, o cadastro prévio de todos os elegíveis para a votação. Então, sem esse cadastro é praticamente impossível fazer uma eleição remota sem que tenha a garantia da lisura do processo. Então, eu coloco aqui que dentro desse período, dentro das condições que estabelecem a eleição do Conselho, fica praticamente inviável uma eleição remota. Então, só gostaria de deixar aí a minha opinião. Com relação ao processo eleitoral. Obrigado. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Secretário, a eleição passada, de muitas que eu já participei na minha vida, em especial na questão do Plano Diretor, eu achei ela bastante interessante e até para a gente avaliar a questão dos problemas que aconteceram. Eu acho que o Felisberto colocou bem a questão dos endereços e algumas coisas a mais. Esta questão agora é um renascer das cinzas para todos nós, nós estamos nos reinventando, apesar de toda a desgraça que é esta pandemia nós também reaprendemos algumas coisas importantes. E nós que somos mais periféricos, no sentido de onde nós votamos, pelas dificuldades das redes, enfim, que é uma realidade, também tivemos que nos aperfeiçoarmos. Essa última, que o Fernando nos

traz, é algo que pode passar desapercebido e vai aparecendo na medida em que já estão vindo outras experiências. Então, eu acho que buscar essas informações nas entidades que já estão realizando é fundamental. A gente vai se inteirando e nos somando nesse sentido. Eu não estarei candidata, mas vou participar do processo. Eu quero, inclusive, me colocar à disposição para ajudar. Vou estar como delegada, porque me interessa muito estar acompanhando essa questão da Macro 10, que é muito importante não só para nós, mas para Porto Alegre. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu vejo que várias questões importantes fora, colocadas já, a transparência e etc., que isso é fundamental em qualquer eleição que se preze. E nesse processo eu não entendi uma coisa, Secretário, como é verificada a residência? E uma sugestão, e solicitação, eu entendo que a Prefeitura poderia formalmente uma consulta ao TRE sobre a possibilidade da seção das urnas e também poder vincular a um sistema, porque o título eleitoral, o cadastro de moradores com o título eleitoral tem uma relação com as regiões de planejamento. Já foi feito em outros momentos para eleições, da mesma dimensão do Conselho, o Conselho tem uma dimensão que abrange toda a cidade e a prefeitura também, não precisa realçar a importância da Prefeitura, quer dizer, o cacife que ela tem para solicitar isso. É diferente de uma entidade sindical, ou seja lá o que for. É isso aí. Temos mais inscritos, o Conselheiro Gomes. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Boa noite, Conselheiros. Essa discussão nós fizemos na última eleição, quando estávamos preparando o edital, de fazer de uma maneira mais ágil. O Maurício deu a sugestão de que se fizesse pelo título de eleitor, mas o título tem um problema, por exemplo, o meu título é da 2ª Zona desde a década de 80, eu não passei para cá. Eu já morei na zona norte, agora estou na zona sul há muitos anos. Ou seja, teria que ter um tempo e uma campanha de informação para atualizarem o título de eleitor para as suas regiões. O CPF também tem uma vinculação de endereço, mas é difícil de acessar. Talvez alguém já tenha passado por isso, quando eu fui ao DETRAN tive que alterar o endereço do meu CPF, atualizar, aí eu fiz para constar lá. Ou seja, tem um endereço junto ao CPF, o problema é atualizar, como vai atualizar. Essa ideia do Secretário é muito ousada de fazer uma escolha em que região vai votar, digamos, é um choque cultural frente às formas de participação direta que a gente tem desenvolvido na cidade nos últimos 30 anos, digamos assim. Seria uma maturidade que talvez nós não tenhamos atingido ainda. A gente ainda tem essa coisa muito local, muito campanha eleitoral e tal. Seria importante se a gente pudesse achar uma vinculação de garantir essa territoriedade do voto para fazermos no sistema eletrônico. O que a gente pegou daquela época para agora é que não dá para o período de votação ser das 17 às 20 horas. teria que ter um tempo bem maior para que houvesse... **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** A internet do Gomes caiu. Conselheira Jussara e vamos encerrando. **Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Secretário, eu acho importante a gente garantir essa questão da comprovação da residência. O senhor colocou que se gasta muita energia nessa comprovação, é claro que se gasta muita energia, mas [e uma situação específica da eleição para o Conselho, para as regiões. Então, é fundamental fazer esse primeiro contato com o TRE para vermos as condições de urnas eletrônicas e montar alguma forma de garantir esse controle. O TRE usa o título de eleitor, é a chave de acesso, não sei se isso é viável, mas a gente tem que ter no edital como vai ser para garantir que aquela pessoa que tem o título de eleitor em Porto Alegre, mas que reside em Uruguaiana não possa votar e o contrário possa ser feito. Então, a gente tem que ver se é viável usar a urna eletrônica ou que cuidados devem ser feitos. E depois é como fazer para verificar o endereço. Nós não podemos confiar que o

cidadão do CPF tal vai dizer: “Eu resido em tal região e estou aqui muito honestamente votar pela minha região, pelo bem da minha cidade”. Não é siso que acontece. A gente sabe que tem muita briga nessas regiões e não sei quem colocou ali que acabará sendo judicializado, porque nas últimas eleições quando se teve cuidado de verificar de alguma forma onde que a pessoa residia já deu muita confusão. Isso aí passou, ficou como um ranço e para a próxima eleição a coisa complica mais ainda. Então, tem que ser gasto energia para ter essa comprovação, onde a pessoa reside de fato. Bom, vamos aceitar quem more em hotel, em que condição, tudo certinho para que a gente possa ter uma eleição que depois todos saiam tranquilos de que bom, este foi o resultado, o que tinha que ser. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Presidente, boa noite. Quero cumprimentar o senhor pela recondução do cargo e dizer que o senhor é o Presidente do melhor Conselho de Porto Alegre. (Risos). Bom, na verdade, estou ouvindo os colegas e vou me arriscar a dar uma sugestão. No primeiro momento eu pensei que teria que ser formada a comissão eleitoral, que é quem vai fazer a organização do processo. Não sei se não estamos nos adiantando aqui ao invés de valorizar a comissão. Dentro disso, queria lembrar que o momento que estamos vivendo é de reconstrução, estamos passando por várias aprovações e têm dado certo. O próprio Conselho vem trabalhando de certa forma quase que normal nessa organização da revisão do Plano Diretor. Então, parece que não há necessidade dessa disputa imediata. Eu queria pedir que pelo menos nós garantíssemos mais um ano. Eu acho que é colocar a sociedade em risco no momento em que a gente instiga a disputa, os colegas já disseram, é muito disputado este conselho, não sei se é tanto assim, senão nós teríamos há muito mais tempo um conselho qualificado e hoje eu acho que nós temos um conselho qualificado e com uma visão boa. O momento nós é de dispor a sociedade em confronto para disputar uma vaga por beleza. Eu realmente estou sempre à disposição da cidade, ajudando minha comunidade, talvez eu nem faça parte de uma chapa, mas quero dizer isso, o momento não é para enfrentamento. Obrigado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Peço desculpa aos conselheiros, minha internet está um horror. O Adroaldo colocou em cheque nós todos, mas é uma questão para se pensar com muita seriedade mesmo, face a pandemia. Bom, para finalizar, cumprimentar o Secretário pela sua recondução, isso não é uma coisa comum, é excepcional e tem uma razão de ser, porque é um trabalho de equipe. O que nós vemos do Secretário aqui é muito pouco diante do que ele faz pela Prefeitura e o que tem feito por Porto Alegre. Eu conheço o trabalho de toda essa equipe que está por trás dele, é um reconhecimento fantástico, difícil de acontecer. Eu sei o que o Bibo Nunes tentou derrubar o Germano, uma coisa absurda para poder colocar a filha do Bibo Nunes. Um absurdo! E se resistiu a todo esse apedrejamento, porque nos meios de produção do espaço construído de Porto Alegre havia uma unanimidade pelo estágio que nós atingimos na eficiência no sistema de aprovação de projetos. Eu apoiei o Fortunati e dentro da equipe nós já tínhamos um grupo de – O Germano fica! Quando a coisa foi lá para o Melo, que a gente viu, a mesma coisa se repetiu por um trabalho, esqueçam partido, esqueçam as articulações políticas, mas era uma articulação técnica e estamos, eu estou muito feliz. Isso aconteceu para ajudar o Germano dentro do seu trabalho na aprovação de projetos, no licenciamento e tudo mais que vem aí pela frente. Tá bom, Presidente? Boa sorte. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Gomes, pelas palavras, fico feliz pelo reconhecimento do trabalho da equipe. Como disse o Gomes, independente da questão partidária a gente está aí para tentar contribuir com a cidade, melhorar um pouquinho. Temos dificuldades, é normal, faz parte do processo, com opiniões diversas, mas a gente tem essa expectativa de tentar

melhorar sempre. Já ouvirmos as considerações colocadas, estamos refletindo nessa questão, temos períodos de dificuldade em relação a infraestrutura, pandemia. A gente quer melhorar, quer ampliar o processo, mas como fazer às vezes é dificultoso e cabe à administração, previsto nos nossos regulamentos, organizar esse processo eleitoral, fazer essa eleição acontecer não é uma dinâmica que a gente tenha incorporado de forma permanente, muito atípica, é de 2 em 2 anos que acontece, é uma estrutura que tem que se formar para isso. Realmente, a gente tem dificuldade e estamos buscando essa questão dos endereços. E aí eu reflito, será que é o caso, todos somos cidadãos de Porto Alegre, talvez a gente se identifique e queira votar por aquela região, como o Centro que todos frequentam, são usuário do Centro, por que não se manifestar, se não seria o caso da gente ampliar isso, poder dar essa oportunidade. Estou exercitando, não estou dizendo que é certo e que seja isso, só estou pensando na melhor forma da gente avançar nesse processo. Será que teria um prejuízo muito grande para a cidade a gente vincular ao CPF, mantendo cidadãos de Porto Alegre? Porque cada modelo que a gente adotar vamos ter uma dificuldade. Eu quero encerrar, mas vi que alguém disse que não falou. É o Rafael? **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Secretário, eu gostaria de contribuir, reforçar a questão de ir buscar a urna eletrônica, buscar o apoio do TRE. Acredito que não seja uma grande dificuldade, pelo contrário, o TRE tem toda essa estrutura e em geral até para eleições de grêmios estudantis, isso é ofertado, sem problema algum. E parece que é possível de organizar isso e talvez até um convênio com o TRE para mais do que a própria estrutura de urnas. E se não for possível um sistema que seja auditável. Nós precisamos ter a segurança que demanda todo esse processo. Outra questão é lembrar o que diz o próprio Plano Diretor a respeito das eleições para entidades, que fala que as eleições deveriam ocorrer dentro daquilo que é a conferência de avaliação do Plano Diretor, que, infelizmente, nenhuma das administrações que vigem desde 2013, que foi a última conferência. Elas estão previstas para ocorrerem a cada 4 anos e nós temos uma eleição prevista na própria revisão do Plano Diretor. Então, talvez essa fosse a oportunidade mais adequada para a eleição das entidades. Ou seja, se fizermos uma eleição correta do que diz o Plano Diretor, nós vamos ver que as eleições das entidades devem ser quadrienais e não bienais. Ao contrário das regiões de planejamento. Sobre a questão dessa mobilidade, digamos assim, regional, eu gostaria de compreender sobre que bases conceituais isso repousa. Quer dizer, essa organização está prevista no Plano Diretor por uma organização do ponto de vista da territoriedade, a identidade se dá pela territoriedade, não por qualquer outro aspecto, senão me parece uma distorção do que está previsto no próprio Plano Diretor. E essa territoriedade se dá pelo local da residência da pessoa, em que pese ela possa usufruir de outros espaços da cidade. O espaço residencial é o espaço de identidade dessa territoriedade constituído a partir do Orçamento Participativo. Na verdade, anteriormente, no plano de 79, a Lei Complementar nº 44/79 estabelece a primeira representação comunitária e era pelas zonas comunitárias, cada zona comunitária elegia os seus representantes. Eu gostaria de ouvir de onde, em que bases conceituais repousa essa proposta. Nem toda inovação é boa, a bomba atômica foi uma inovação em 1945. Encerro por aqui. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Rafael passos. São 20h21min, vamos encerrando a reunião, agradeço a oportunidade, o debate construtivo. Um grande abraço a todos e uma excelente noite. **(Encerram-se os trabalhos da plenária às 20h00min).**

784

785 **Germano Bremm** **Secretária Executiva**

786 **Presidente** **Relatora**

787

788 **Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2021, ... retificações:**

ATA EXTRAORDINÁRIA Nº 2874/2021

Aos quatorze dias do mês de janeiro de dois mil e vinte um, às dezoito horas, reuniram-se para reunião extraordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, via ZOOM, denominado PLENÁRIA VIRTUAL DO CMDUA, em razão do decreto municipal a fim de combater o coronavírus e a propagação da pandemia entre as pessoas, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: Lisiane Sartori Fioravanço Magni (1ª Suplente), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Cláudio Maineri de Ugalde (Titular), **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN**; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular)**, Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS**; Patrick Silva (2º Suplente), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE**; Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM**. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS:** Rômulo Krafta (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**; Darci Barnech Campani (Titular), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS;** Claudete Aires Simas (Titular), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH;** Sérgio Saffer (Titular), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA**; Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS**; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS**; Hermes de Assis Puricelli (Titular), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS**; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), **Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:** Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Tânia Maria dos Santos (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; e Maristela Maffei (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7. SECRETARIA EXECUTIVA:** Camila Maders Fonseca Coelho, **Secretaria Executiva da SMAMUS**; Patrícia C. Ribeiro, **Taquígrafa/Tachys Graphen**. **PAUTA: 1. ABERTURA; 2. Projeto de Requalificação Urbana da Rua João Alfredo**. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h13min. **1. ABERTURA. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Boa noite, Senhores Conselheiros, Senhoras Conselheiras. São 18h13min. Vamos dando início a nossa reunião extraordinária. A gente está contando e aguardando o *quorum*, mas hoje como se trata de uma reunião extraordinária, de apresentação, não vejo problema a gente ir iniciando. Lembrando que estamos ao vivo no nosso canal da Secretaria do Meio Ambiente e Urbanismo no YouTube. Então, a apresentação, a reunião sempre fica disponibilizada para todos que quiserem assistir a qualquer momento ou compartilhar essa apresentação. Temos o canal lá da SMAMS, agora não mais SMAMS, com a mudança acho que já está SMAMUS – Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade lá no nosso canal do YouTube, quem quiser localizar. Então, a gente tem esta extraordinária a pedido da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade, agora a

Secretaria de Obras, a partir da aprovação da lei. É a apresentação do Projeto de Requalificação Urbana da Rua João Alfredo. Pauta bastante interessante, afeta ao debate do planejamento urbano também, de interesse de todos os conselheiros. Então, desde já saúdo aos representantes da Secretaria aqui presente, a Ana Paula Bonini aqui conosco, que vai fazer a apresentação. As técnicas, a Arquiteta Ana Paula e a Arquiteta Fabiana Kruse. Fabiana, tudo bem? Prazer te ter aqui. A Fabiana, que eu me recordo, começou há muitos anos como Secretária Executiva deste Conselho, estava aqui, eu me recordo. Eu trabalhava na Secretaria do Planejamento Urbano e a Fabiana era Secretária Executiva. Prazer te ter aqui, os tempos mudaram, os anos passaram e nos encontramos aqui tu como técnica do município e eu como Secretário do Conselho, depois de alguns anos no tempo aí. Eu vou desde já passar a palavra, hoje em função de ser a apresentação a gente não tem a dinâmica normal da reunião, já abro a possibilidade do compartilhamento de tela e vou abrir o microfone para vocês para fazerem uso da apresentação. Depois da apresentação a gente abre para questionamentos, alguma dúvida que os conselheiros e conselheiras queriam fazer. Temos presente também, vamos saudar, o nosso Secretário de Obras Pablo Mendes Ribeiro. Prazer, Pablo, estar aqui conosco. O Pablo entrou recentemente na Prefeitura na gestão do Prefeito Melo. Seja bem-vindo ao Conselho do Plano. Por favor, Ana, Fabiana, Pablo, também fique à vontade na condução dos trabalhos aí, como entenderem. **Ana Paula Bonini, Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOI:** Boa noite a todos. O nosso novo Secretário, Pablo Mendes Ribeiro, vai começar falando algumas palavras para os participantes do Conselho. **Pablo Mendes Ribeiro, Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOI:** Boa noite, Secretário Germano. Boa noite, Conselheiros. É uma satisfação, uma honra estar participando desta reunião, de uma apresentação tão importante para a cidade. E dizer que assumo essa Secretaria como um grande desafio, mais um desafio que me motiva a cada dia, e vendo com as pessoas que temos aqui na Secretaria o trabalho grandioso que a gente pode fazer. E este Conselho é muito importante, porque neste Conselho que está o desenvolvimento da nossa cidade. Então, quero me colocar à disposição no que estiver ao meu alcance para poder ajudar e contribuir no trabalho de vocês contem comigo. Nós gestores, a gente passa e vocês ficam. Então, no tempo que a gente estiver aqui, a gente tem que dar o máximo de contribuição para que a gente possa cada vez mais desenvolver a nossa cidade e melhorar a vida dos porto-alegrenses. E vocês têm uma um papel fundamental nesse desafio, que é desenvolver a cidade e melhorar a vida do cidadão de Porto Alegre. Então, quero desejar uma boa reunião, uma boa apresentação, que eu não tenho dúvida que esse projeto é um projeto inovador e que vai levantar ainda mais a nossa cidade e os nossos profissionais, porque um trabalho dessa magnitude, feito por profissionais da nossa cidade, tenho certeza que valorizar muito a nossa cidade aí Brasil a fora. **Ana Paula Bonini, Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOI:** Obrigada, Pablo. Vou começar a apresentação. A Fabiana vai complementando as informações conforme a gente vai colocando. Bom, a gente vai começar, não é para se ruma apresentação tão técnica, mas só um panorama geral do que foi feito até agora, porque este projeto já tem 4 anos, desde a sua concepção inicial. No momento, até a virada do ano, eu e a Fabiana, nós fazemos parte da SMIM na Coordenação de Projetos de Mobilidade. Então, esse projeto de requalificação urbana da João Alfredo começou com um projeto de segurança viária, que foi se desenvolvendo até se transformar em um projeto de Ruas Completas. Neste momento a Coordenação de Projetos de Mobilidade da SMIM trabalha com dois projetos executivos, que já tem contrato, já estão em execução, que é o projeto executivo da Rua João Alfredo, que é o Ruas Completas, um projeto piloto. E na sequência nós teremos os 4 projetos executivos para o centro Histórico. Todos esses projetos vão ter financiamento da

CAF, que é o Banco Interamericano de Desenvolvimento. E todos eles, vamos dizer, partem do princípio de mobilidade de ligação da Orla, que os projetos da Orla também foram financiados pelo Sistema CAF. É ligar a Cidade Baixa e ligar esses vários espaços do Centro Histórico. Então, a gente vai se deter neste momento no projeto da João Alfredo, que já está em andamento. Certo? Temos 8 meses para a conclusão, é uma área de intervenção de 15.000 m² e é em toda extensão da Rua João Alfredo. Quem ganhou foi a ENCOP Engenharia, que é a mesma responsável pelas obras do quadrilátero e da Andradas, ali no Centro. Esse projeto desde o início sempre considerou o envolvimento da comunidade local, comunidade da Cidade Baixa, foram feitas oficinas, que eu vou mostrar para vocês depois. Então, nada mais esperado do que ele também ser apresentado ao Conselho. Neste momento estamos no levantamento de dados pela ENCOP, se surgirem algumas proposições, contribuições de qualquer setor, de qualquer Conselheiro, a gente vai depois disponibilizar um e-mail para que vocês mandem sugestões ou dúvidas. E esse GT é composto por componentes de várias Secretarias que vão interferir nessa parte do projeto, porque não se trata só de mobilidade, nem só de viário. Eu já vou mostrar também quem são as secretarias. Então, isso vai ser analisado. Certo? Então, a única coisa que tem que se levar em consideração é que como a gente tem um contrato, tanto com a ENCOP quanto os prazos da CAF, do financiamento, eles são muito exíguos. A gente tem um prazo bem certo a cumprir de cada etapa para não perder os financiamentos. Então, sobre o que a gente vai falar hoje? A gente vai falar sobre o que é a mobilidade ativa, o histórico desse projeto, a etapa um, que é o urbanismo tático, que já está implantado lá. Vocês devem ter acompanhado pela imprensa, o que são o Ruas Completas. E a etapa que a gente está hoje é o projeto executivo. Depois a gente vai pedir que encaminhem sugestões para a coordenação, o prazo que a gente está solicitando essas sugestões de vocês seria até o dia 26 de janeiro, para que a gente tenha tempo hábil de compilar, encaminhar para GT e para contratar. O contato está aí embaixo, naquele e-mail, mas depois a gente pode também passar novamente para vocês o contato do GT. Informações gerais deste projeto executivo, o SEI do contrato, o SEI do termo de referência, a contratada, a vigência do contrato e o prazo. Assim que os projetos executivos estiverem concluídos a obra vai ser licitada e executada. E por que esse interesse todo em cumprir prazo? Porque a CAF já nos garantiu que iria também financiar a obra. Então, isso é muito importante, porque no momento em que a gente tem um piloto de Rua Completa, da maneira ideal que ela deveria ser, isso serviria como modelo para várias outras, da mesma forma que Orla 1, depois que deu certo, animou muita gente, a ideia é que a João Alfredo também sirva nessa mesma linha. As informações gerais, para vocês terem uma ideia, têm um GT intersecretarias para esses projetos executivos. Estão aqui listados todos os setores, a gente pediu mais de um setor de algumas secretarias, porque existem áreas diferentes que também vão interagir neste projeto. Por que eu falo “projeto executivo”? Porque antes disso a gente teve um estudo inicial, a gente teve o projeto básico e a gente teve um urbanismo tático implantado, sempre com participação popular, até chegar na parte dos projetos executivos. Onde que a gente está hoje? A gente está na etapa de levantamentos, o prazo para a conclusão desta etapa é dia 10 de fevereiro. Depois a gente vai começar com um estudo preliminar, que é a próxima etapa que a gente vai começar. Para cada uma dessas etapas existe um check-list que cada componente GT, ou seja, cada secretaria analisa a sua parte do projeto, baseado no termo de referência, que é o TR. Então, cada uma vai analisar sua parte, contam tudo do projeto, porque um projeto desses, que é uma intervenção de um espaço público, ele vai ter a parte viária, a parte de vegetação, de iluminação, de mobiliário, a parte dos prédios históricos e tombados. Então, tem muita coisa envolvendo um projeto desses, não é de uma Secretaria só. Então, para

cada área tem um check-list que é dado e devolvido para a ENCOP a cada vez. O GT também encaminha leis, decretos, normas e qualquer outra definição, diretrizes específicas que cada área ache necessário que seja levado em consideração pela empresa. A gente também usou como base o urbanismo tático, que já está implantado lá desde outubro do ano passado, que é um teste, vou mostrar as imagens para vocês, assim, para que as pessoas sentissem o espaço. Então, isso já está em teste, a EPTC também já está fazendo as contagens para ver o que melhorou em termos de acidente, de velocidade. Então, tudo isso tem que levar de consideração antes da parte de obra definitiva. Então, vamos começar com os conselhos. Então, o que é mobilidade ativa? Mobilidade Ativa é qualquer forma de transporte de pessoas ou de bens que não usa motor, são meios físicos do ser humano para locomoção. Então, normalmente é o andar a pé ou de bicicleta, também tem a micromobilidade, skate, patins, patinete, mas sempre sem motor. É sabido que esses modais ativos, têm vários países que já têm esses estudos, eles são mais baratos, mais saudáveis e funcionam bem até um raio de 5 km de distância, ou seja, aquela última chegada, ou a saída de casa, ou a chegada ao trabalho. Ele também é mais eficiente, em função de não gerar nenhum poluente. E quais são as vantagens para as cidades? Por que políticas públicas de mobilidade ativa são uma boa ideia como políticas para a cidade? Como eu já disse, diminui a poluição do ar, diminui a poluição sonora, tem uma questão de saúde pública a longo prazo, prevenção de obesidade, tem alguns países que usam isso para prevenção de obesidade infantil, inclusive. Tem muita redução de acidente nas ruas. Então, é diminuição de custos em saúde pública também. Outra questão, no momento que se envolve a comunidade se tem uma sensação de pertencimento dos usuários. Então, a gente tem mais segurança na rua, porque as pessoas tendem a permanecerem mais na rua e a cuidar mais do espaço público como se fosse seu. Existe também uma liberação de um espaço, que antes era ocupado por mais carros, a ideia não é tirar os carros, mas simplesmente distribuir melhor o espaço. Então, a gente pode usar para outras coisas. Então, é uma distribuição melhor do espaço. E aí uma pergunta que sempre aparece: e o que acontece com o comércio? Também tem estudos de vários países, tanto dos Estados Unidos, quanto vários países da Europa já tem estudos de 10, 15 anos, que quando tu tens pedestres e ciclista, é o tipo de uso na cidade que melhora o comércio, a permanência nos estabelecimentos é maior, o consumo em restaurantes, as pessoas vão parando. Então, tu tens um consumo maior, só que isso não é feito de uma hora para outra, tem um investimento que não é só o desenho na rua, tu vais ter a parte do que seria o desenvolvimento econômico, do apoio aos comerciantes. A gente tinha tratado no início desse projeto, até o Sebrae ia dar um apoio aos comerciantes do local, mas isso a longo prazo e com políticas da prefeitura de longo prazo, isso já está comprovado que traz bastante retorno. Essa é uma imagem (slide) muito emblemática, a gente teria muito mais, mas aqui não é o momento de muitos detalhes. É só para vocês terem uma ideia desse de Boston, que tem milhões de dólares de retorno de políticas de mobilidade ativa e de Ruas Completas já no seu plano de mobilidade há muitos anos, mas a transformação que é nessa imagem você já conseguem ter uma ideia. Incrementa muito turismo também, dá vontade de parar, dá vontade de ficar, é bem diferente, inclusive, o microclima nessas regiões da cidade. Bom, para isso tudo a gente precisa de um planejamento, não é de uma hora para outra, né? Então, a gente tem aqui, se a gente quer que as pessoas diminuam o uso de carro, a gente tem que ter um transporte público com qualidade e confiabilidade, a gente tem que ter uma estrutura dos modais ativos. Então, as pessoas podem andar um pouco, tem que usar ciclovia, usar calçada, tem que ter informação, saber até onde o ônibus, onde eu posso deixar minha bicicleta, esse conjunto todo e se sentir seguro na rua. Não adianta a pessoa não ter segurança para andar caminhando, aquelas fachadas que

não são as fachadas ativas que a gente chama, as fachadas que são muros fechados ninguém tem vontade de caminhar. É muito diferente caminhar por um lugar que tem lojinha, que tu tens uma feira de rua, que tu tens árvores, uma sombra. Então, esse conjunto todo faz o local ficar atrativo. Outro exemplo é o de Londres, Londres tem um plano, por isso a gente fala na importância de planejamento até 2041. Eles pretendem que todo mundo, todos os cidadãos façam 20 minutos de viagens ativas por dia, ou seja, caminhem ou pedalem. Com isso, aqui do lado esquerdo, embaixo, eu estou mostrando o que eles querem economizar em tratamento de saúde, mas também estimular a economia e reduzir a poluição. Outra coisa, para quem era da EPTC ou para quem trabalha com essa parte também, a gente aqui luta muito para diminuir velocidade para 50 km/h. Em Londres eles estão querendo diminuir para 32, também colocar obstáculos, e isso em algumas partes da cidade, é óbvio, nas partes mais centrais para estimular outros tipos de modais. Agora a gente vai falar do que são Ruas Completas e de onde surgiu. Ruas Completas são ruas desenhadas para proporcionar segurança e conforto para todos usuários, tanto pedestres, quanto ciclistas, quanto usuários de transporte coletivo, quanto motoristas, não é tirar carro, é dividido o espaço com todo mundo. Esse termo surgiu em 2004, com a National Complete Streets Coalition, com sede em Washington, promovendo. Hoje em dia tem 1600 cidades que são ranqueadas ano a ano nos Estados Unidos com as que mais trazem benefícios e retorno financeiro aos municípios usando políticas de Ruas Completas. Isso é impressionante, a gente aqui está bem longe disso, mas isso é uma coisa que para eles lá já é uma realidade implantada. Aqui vocês podem ver à esquerda Niterói, o seu projeto antes e depois já com a parte de obra implantada, um pedacinho do que é a Rua Completa piloto de Niterói. Ruas Completas são projetos diários com o quê? Com a base de distribuição de espaço de maneira democrática, com fachadas ativas, ou seja, não deixar aqueles muros fechados, buscar a identidade local, incentivar a economia local, iluminação, áreas verdes. Por isso que eu disse que envolve várias secretárias. Leva em conta sempre a participação social e ao envolvimento da comunidade. Não existe um modelo único, vai depender da característica de cada local. Outro conceito que é muito assim, dúbio, muitas vezes as pessoas confundem o que é urbanismo tático. O que está implantado lá na João Alfredo hoje? Urbanismo tático é uma técnica que a gente faz uma pintura temporária na rua. Por quê? Ela é para teste, é para a gente ver se funcionou, não funcionou, para as pessoas terem uma noção do que vai ficar, para a gente fazer medições como a gente fez junto a João Alfredo e Lima e Silva. Uma mudou, a outra não mudou? Melhorou? O que aconteceu com a velocidade? O que aconteceu com os atropelamentos? Ali na João Alfredo tem muitas escolas. Então, a gente também tinha essa preocupação com os estudantes, mas o principal é que é barato, é reversível e é facilmente modificável para gente não gastar com a obra antes de fazer o urbanismo tático. E foi isso que a gente fez ali. Então, feito isso, levantados esses dados agora a gente está partindo para a etapa definitiva, que são projetos executivos. Ruas Completas não são somente ruas, como eu disse a gente precisa de calçadas, a gente precisa dessa informação dos usuários, de como eles saem de um lugar para o outro, infraestrutura para as bicicletas, iluminação. Ali tem uma imagem que tem todos os elementos que vão compor uma Rua Completa. Então, não é simplesmente – eu vou abrir uma rua aqui, eu vou pintar um pedaço aqui, isto é uma Rua Completa. Não é assim, é um conjunto todo que vai te dar essa sensação e bem estar que sendo em uma Rua Completa e essa vontade de ficar lá mais um pouco. Como surgiu o projeto piloto da João Alfredo em Porto Alegre? Ele surgiu em 2017, nessa época tanto eu como a Fabiana éramos da SMT, antiga Secretaria de Transportes, nós estávamos trabalhando na EPTC, foi antes da gestão Marchezan, nós trabalhávamos juntas na EPTC com o planejamento de mobilidade. E no caso, eu tinha um projeto que era de segurança

viária na João Alfredo, porque tinha muito atropelamento na parte noturna e tinha muito conflito. Não sei se vocês lembram, estava toda semana no jornal os problemas da João Alfredo, que tinha muito problema de noite com usuários na rua, muita bagunça, tinha carnaval e de dia era um deserto, que ninguém usava, ninguém passava. Então, esse projeto foi escolhido como um dos 10 projetos, mais o Distrito Federal, no caso 11, para fazer parte dos primeiros projetos pilotos do Brasil, com Ruas Completas. A metodologia seria passada pelo WRI, que é uma ONG que tem sede em vários lugares do mundo, em parceria com a Frente Nacional de Prefeitos. Nisso se criou uma rede de cidades para a mobilidade de baixo carbono. Esses projetos foram apresentados em vários lugares, aqui à esquerda é Recife, na época o Secretário Tortoriello estava em Juiz de Fora, ele participou também, mas a gente apresentou em Niterói, em Recife, em São José dos Campos, a gente foi para vários lugares apresentar esse trabalho. O projeto da João Alfredo foi analisado por especialistas de segurança de outros países e baseado na qualidade desse projeto, do nosso projeto, do reconhecimento externo, o WRI nos ofereceu oficinas aqui para Porto Alegre, para como implantar um projeto de segurança, um projeto de Ruas Completas. Não foram todas as cidades que ganharam essas oficinas, toda essa metodologia como a gente conseguiu aqui. Então, isso é de setembro de 2017, quando a gente começou a fazer parte da rede. E só para vocês terem uma ideia, nessa época que a gente trabalhava na EPTC, a gente já usava essa foto da direita na frente do Paço e do outro prédio da Prefeitura, como a gente pode usar com algumas soluções simples, resolveu o espaço para pedestres sem tirar o espaço o os carros. É o que foi feito ali, a gente não reduziu as faixas para os carros, mas a gente ganhou espaço e segurança para os pedestres. Então, esse tipo de solução de desenho é o que a gente busca, solução para que atenda todos os modais. Nesse momento a gente estava trabalhando, em 2017/2018, juntamente, tanto SMT quanto EPTC. Para vocês entenderem aqui um pouquinho porque a João Alfredo é assim como ela é, antigamente a gente não tinha o Dilúvio aqui em Porto Alegre, ele não era canalizado. Esse riachinho que a gente vê à direita, de 1926, chegava até a Ponte dos Açorianos. Então, aqui embaixo, neste círculo vermelho, é o cruzamento da República com a João Alfredo, onde tem uma rótula hoje. E o riachinho é o que fez o desenho tão irregular da João Alfredo e ser tão larga em alguns pontos, o que casou muitos acidentes e a dificuldade de travessia dela. Vocês podem ver nessa Fórum do Pão dos Pobres, que não tinha aterro nenhum ali, já era o Guaíba. A João Alfredo era chamada de Rua da Margem, porque ela estava na margem do riachinho. As nossas pesquisas iniciais em 2017/2018, vocês podem ver a Borges de Medeiros em vermelho, dali para lá a gente tem aterro, a João Alfredo em amarelo. Então, a nossa área de intervenção. E o que a gente tem aqui? Área de interesse cultural, rota turística de pedestres, tem a Travessa dos Venezianos, tem o Museu de Porto Alegre. Então, tem muita coisa aqui, o ônibus da rota turística passa aqui, tem muita história por trás disso, poderia ser muito melhor aproveitado. Ela está bastante perto da Orla, dá para ver olhando na foto a Orla e o Centro Histórico também. Vou mostrar esta imagem, mas nós temos uns 10 mapeamentos que foram feitos na época pela EPTC, que tem um banco de dados maravilhoso. A gente fez um mapeamento de 2007 a 2017 sobre atropelamentos, acidentes, o que estava acontecendo na rua e o porquê disso. Se fez levantamento de pedestre, de ciclista, de velocidade de carro, mapeamento do uso das edificações. E se chegou a uma conclusão, que nas quadras das pontas ela é mais residencial e no meio onde tinha as casas noturnas e que tinha mais movimento de noite e era deserta de dia. E nos nossos diagnósticos o que apareceu? Exatamente isso, o perfil diurno estava vazio nas quadras do meio e o perfil de noite essa confusão que vocês vem aqui à esquerda, os moradores reclamando. Isso aqui na rua é comércio irregular. Então, os comerciantes também não gostam disso, porque é

pessoa consumindo produtos irregulares vendidos na rua. Então, a gente também com certeza precisa do apoio de Guarda Municipal, de Brigada, porque isso aqui também não é um processo que estava regularizado, isso antes da pandemia, agora a situação está um pouco diferente. A fiação toda exposta, não valorizando o patrimônio. E o que se fez, então? A WRI nos deu essa metodologia toda de Ruas Completas em 2017 e 2018. Nós fizemos várias oficinas, oficinas de participação social, elas foram feitas dentro do espaço do Pão dos Pobres, eles trouxeram facilitadores para nos auxiliar nessas oficinas. Teve planejamento estratégico com vários setores da Prefeitura que foram convidados também para participar da busca de financiamento, porque nessa época a gente não tinha CAF. Então, se buscou várias coisas nessa linha, o que era urbanismo tático, como criar as áreas de convivência, como fazer essa ligação com todas as secretarias. Então, isso foi sendo feito ao longo de 2017, ao longo de 2018, isso tudo foi sendo feito. O que aconteceu? No fim de 2018 o nosso setor que trabalhava com isso foi deslocado para a SMIM e a EPTC ficou para implantar o urbanismo tático na rua, baseado no projeto que a gente tinha. E eu, a Fabiana e mais alguns que eram da SMT passamos para a SMIM. Então, foi este ponto no final de 2018. Aqui nesta planta vocês podem ver a foto antiga, aérea, do que era a João Alfredo e por que ela é irregular. Como eu disse, ela seguia o desenho do riachinho, uma hora ela alargada, uma hora ela estreita, estava faltando uma sinalização. E a proposta aqui já é a proposta do urbanismo tático, que é em verde, a gente não tirou as faixas dos carros, a gente simplesmente estava ganhando faixa de calçada, porque a calçada era muito estreita e tinha muita bicicleta, as pessoas largavam as bicicletas nas calçadas, presas nos postes, porque não tinha espaço para elas. Mesmo tendo uma ciclovia a poucas quadras dali o bairro Cidade Baixa todo se utiliza bastante do meio cicloviário. Bom, esse projeto, como eu disse antes, antes ele foi muito analisado por outros especialistas em segurança viária de outros lugares. Então, a gente tinha toda uma metodologia para ficar aqui para baixar a velocidade e para poder usar a bicicleta compartilhada. Não se trata de mais uma ciclovia, trata-se de uma ciclorrota de bicicleta que pode compartilhar. Ao mesmo tempo a gente tem que pensar nos estudantes, porque tem uma escola aqui embaixo, vocês podem ver esse telhado da escola, ela é no meio de quadra e a única saída da escola, a mesma saída dos estudantes é a saída dos carros. Então, os estudantes saíam correndo e era muito perigoso sair no meio da rua. Então, a gente também teve que pensar em uma solução de segurança para isso. Agora vocês vão ver três simulações que a gente fez naquela época, não é o projeto que a ENCOP vai nos apresentar, são simulações de estudos que nós mesmos fizemos naquela época. A situação atual da rótula da João Alfredo com a República, é a atual naquela época de 2018, não tinha urbanismo tático. E o que se deseja? Então, é uma parada segura, é um ponto na bicicleta compartilhada, um tratamento de fachada, se imaginou que fosse possível fazer fiação subterrânea nas quadras centrais, porque a poluição de fiação é muito grande. Se usou aqui nas equinas vegetação e mobiliário urbano para as pessoas não cruzarem na diagonal rotatória, que é uma coisa que acontecia muito e dava muito acidente. Justamente na rotatória que as pessoas atravessaram. Então, a solução é colocar uma barreira, um gradil só não era suficiente. Essa faixa de travessia que vocês estão vendo ali é a saída da escola. E prestem atenção na quantidade de fiação aparente que tem, e na aridez que é não ter nada de vegetação aqui. Essa é a simulação, a fiação subterrânea, vegetação. Claro, onde for possível, de acordo com os prédios tombados, a rua compartilhada com as bicicletas, as mesinhas na rua, aquela ideia um pouco do que já tem na República e que aqui a gente não tem. Fabiana, se quiser contribuir com alguma coisa fique à vontade. Esse aqui é outro cruzamento, que está na outra quadra. E o que acontece aqui? Aqui os carros podiam cruzar para qualquer lado, para qualquer lugar converter do jeito que

quisesse, isso era muito perigoso e atrapalhava muito a travessia também. Então, aqui a gente está propondo um cruzamento elevado com piso diferente que faz barulho, justamente para os carros diminuírem a velocidade e essa é a ideia. Então, os carros vão diminuir a velocidade, a gente está bloqueando o cruzamento direto de um lado para o outro, a gente vai ter as placas informativas, que eu havia mostrando antes e a recuperação das fachadas. A gente vai ter também calçada com uma área de circulação liberada que não pode botar mesinha, que é para uma faixa acessível, ou seja, é a acessibilidade universal, onde qualquer um vai poder passar, com piso podotátil e iluminação em nível de pedestre ciclista também. Não é só a iluminação lá em cima para o carro. **Ana Fabiana Kruse, Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOI:** Ana, só deixa eu aproveitar, antes de continuar, que eu acho importante destacar o que tu falaste da questão da fiação. Uma possibilidade de se prever a fiação subterrânea está no projeto básico, está lá naquele termo de referência do contrato com a ENCOP. Então, nós vamos apresentar, devem apresentar essa possibilidade e os valores. **Ana Paula Bonini, Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOI:** Exatamente. A gente pediu que nessas duas quadras centrais pelo menos, que marcam essa parte mais conturbada da rua, a gente conseguisse colocar a fiação subterrânea. Como já tem no Centro Histórico, como tem em Gramado, por exemplo, que já é assim. Então, a gente queria e pediu um projeto básico. **Ana Fabiana Kruse, Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOI:** Também se incluiu a questão do videomonitoramento, como tu tinhas falado, não é só a questão do pavimento, a questão do alargamento de alguns trechos ou do estreitamento das faixas para os veículos. É um projeto bem completo em termos de participação também das outras secretarias. E é importante aproveitar também a presença do Secretário Germano, que nós tivemos uma reunião com o grupo de trabalho antes de iniciar esse trabalho, nós tivemos essa reunião. A Ana Paula fez uma apresentação um pouco mais completa, ela era mais técnica e nós falamos, Secretário, com os representantes da SMAMS, que é a Arquiteta Natércia e a arquiteta Verônica, que esse é um projeto urbanístico. A política pública para essa área tem infinitas possibilidades. Então, além desse projeto a SMAMS, a Arquiteta Natércia falou muito dessa questão da requalificação das fachadas ativas. Então, isso daí pode ser incentivado e outras propostas dentro de cada um dos órgãos. Esse é um projeto. Como a Ana Paula já falou aqui, tem as questões de segurança, que não vão ser resolvidos só com o projeto urbanístico. A gente tem agora essa possibilidade de com o projeto executivo da João Alfredo alavancar tantas outras propostas. E essa gestão já está iniciando, eu acho quase um presente para essa gestão para ter mais ideias e mais participação em cima dessa área e das outras propostas dos outros projetos que a gente vai ter também, lá no Centro. **Ana Paula Bonini, Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOI:** A gente já tem mais os quatro projetos executivos do centro Histórico, como a gente estava falando, que é nessa linha. E se vocês olharem, eles vão se ligar com a Orla e vão se ligar com todo o Centro Histórico, com o caminho dos antiquários na praça Daltro Filho, com o Parque Farroupilha. Então, tudo isso já está sendo construído com o grupo inteiro, por isso a gente faz questão da participação das diversas Secretarias, porque é uma contribuição de cada um nesse conjunto todo. E foi muito interessante, muito interessante a nossa discussão nesse seminário que a gente fez, justamente para trazer todos os colegas para que a gente busque, como eu disse, no planejamento, que não é para este ano, é um planejamento da cidade, do que a gente quer, o que a gente quer daqui a pouco para Porto Alegre. Então, a gente tem outros lugares que deu certo, a gente fala tanto de Bogotá, que foi um dos lugares que nosso projeto foi selecionado, eu tive a oportunidade de ir lá apresentar, mas começou com isso, com a vontade de um prefeito que conseguiu colocar e foi atrás e hoje

é um exemplo mundial. Então, assim, por que não? A gente tem a nossa Orla. Então, eu acho que está na mão para a gente continuar nisso, fazer essas políticas e trabalhar para isso, ter os incentivos para a gente conseguir fazer isso, entre as várias secretarias, né? Então, assim, esse projeto começou a ter muita visibilidade, principalmente fora daqui, inclusive, até na entidade fundadora, essa de Washington, eles fizeram umas oficinas com a gente. Eu tive a oportunidade de conhecer as participantes e foi uma troca muito boa. Então, isso nos dá uma tranquilidade que o nosso trabalho como técnico aqui da Prefeitura é um trabalho que poderia estar em qualquer um desses lugares e por que a gente não consegue? A gente consegue sim fazer e consegue sim implantar. É só a gente ter um foco em um trabalho planejado. E para coroar isso tudo, no final do ano passado a gente teve o final desse projeto de 4 anos do WRI e Porto Alegre foi escolhida com o projeto de urbanismo tático de Porto Alegre, foi escolhido como melhor projeto piloto dessa rede toda do Brasil, porque a gente não tem projeto executivo ainda de obra, foi Salvador que foi escolhida. Então, como a gente tem o urbanismo tático, foi escolhido como o melhor urbanismo tático e nos deu muito orgulho para nós e para a nossa equipe toda que participou. Bom, com isso tudo a CAF se interessou em financiar. Então, como eu disse, a gente tem o financiamento CAF para isso, para esse projeto, para obra nesse projeto e para os quatro projetos executivos do Centro e para o que surgir, desde que a gente cumpra as etapas, cumpra os prazos e se comprometa com a nossa parte. Essa imagem (slide) é muito emblemática, ela já apareceu em sites do mundo inteiro, eu já tive gente da Austrália, da Inglaterra procurando o WRI aqui de Porto Alegre, perguntando de onde é, quem é, quem fez, que lugar é esse, que é a uma da rótula da João Alfredo, quando a gente fez a participação popular, as crianças da escola pintaram dentro da rotatória. Isso foi um evento de rua de participação popular que a gente fez. E essa imagem de antes e depois foi montado pela WRI e correu o mundo. É muito legal ver o resultado do trabalho e ver Porto Alegre aparecendo assim. Então, por que não? A gente apareceu junto com a Nova Zelândia, junto com Brisman na Austrália. Então, essa imagem eu acho uma das melhores para encerrar essa parte da apresentação para vocês. Bom, aqui a etapa que a gente está hoje. Então, o projeto definitivo, que já está em andamento e o projeto executivo, e nesse momento o projeto me retornou para mim e para a Fabiana, porque agora a gente está na SMIM... Vamos chamar de SMIM por enquanto, né! (Risos). A gente está na Coordenação de Mobilidade Urbana, nesse momento a gente está aguardando definição dessa coordenação de como vai ser, mas nós duas somos responsáveis por esse contrato, pela fiscalização desse contrato executivo da João Alfredo. Então, a gente está nessa etapa, ele tem um prazo, como a gente falou para vocês. A ideia é terminar e licitar para obra, porque isso tudo tem prazo de financiamento da CAF. Então, a gente não quer perder o dinheiro para executar a obra. Então, gente, seria isso. Essa imagem aqui à esquerda é uma imagem que a gente subiu no prédio lá do OSCIP, na esquina, e fez uma foto montagem e eu desenhei por cima da imagem antiga para vocês terem uma ideia de como ficaria a rotatória, usando esses elementos de Ruas Completas, justamente naquele ponto. Só para as pessoas terem uma ideia de como ficaria. Aqui à direita a gente tem os nossos nomes e esse e-mail, que seria o nosso contato desse grupo da João Alfredo. Seria isso a apresentação. Obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Perfeito. Obrigado, Ana, Fabiana. Parabéns pelo trabalho brilhante mesmo, que nos enche de orgulho de ver todo esse projeto aí repercutindo no mundo todo. Sem dúvida, todos os técnicos do município tem muito orgulho e bem como vocês falaram, é um projeto de construção ainda, de várias nuances e possibilidades que se tem pela frente. Somando, não é essa ou aquela específica solução, mas é um somatório de situações. Então, fico muito feliz, este Conselho

que é o Conselho do Plano Diretor também, diretamente envolvido com as pautas da gestão da política urbana, sem dúvida todo o time aqui deve ter gostado bastante. Eu vou abrir para questionamentos, se alguém tiver ou quiser fazer algum questionamento, observação, por favor, faça a inscrição pelo chat. A gente tem inscrito o Conselheiro Felisberto e o Conselheiro Emílio, e o conselheiro Fernando. Eu vou abrir a palavra para o Conselheiro Felisberto, representante da Região de Planejamento 01. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa tarde. Primeiro parabenizar as gurias pelo belo projeto. É importante a gente incluir a participação da comunidade, projetos que incluem a comunidade tem um resultado maravilhoso. Então, é um projeto que envolve a comunidade e tem a importância da característica dos bairros. E essa rua é emblemática, ela é o berço do carnaval de várias atividades culturais, inclusive, ali tem o Museu Joaquim Felizardo, que é um museu muito importante que guarda um acervo de fotografias maravilhosas de Porto Alegre. E esse bairro tem uma característica única. Então, parabéns, é importante a participação e gostaria que a gente pudesse ter a disponibilidade de ter disponível esse projeto, fazer uma reunião no Fórum de Delegados da RGP 01. E também sugiro que seja levada a Região Centro do Orçamento Participativo. Parabéns mais uma vez. Obrigado. **Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Boa noite a todos, a todas. Em princípio, parabéns a Fabiana e a Ana Paula, colegas da EPTC, da SMIM. Eu sou pesquisador na área de mobilidade e transporte. Então, sei que é um trabalho muito duro, arquitetos se dedicando á área de mobilidade, um área normal vinculada à área de engenharia, mas desta vezes vocês saíram sobressalientes como funcionárias e agora com o nosso Secretário da SMIM acredito que vai repercutir muito. Eu agradeço enormemente pela apresentação de vocês, porque vocês trazem aqui para o Conselho do CMDUA uma crítica subliminar muito profunda. Sabem por quê? Porque no momento que você diz que a João Alfredo é uma Rua Completa, quer que toda a cidade é incompleta. Compreendem onde eu vou? (Risos). Se é uma Rua Completa a João Alfredo, todas as demais são incompletas. Portanto, temos que nos adequar a novas tendências especificamente do que significaria o projeto de espaços urbanos. Então, eu acredito que essa é a parte mais importante dentro da (Inaudível). Já que a João Alfredo está em processo executivo, isso significa que já passou o piloto. Portanto, não vale para mim que venham dizer de dados estatísticos de Boston, de Londres, de Paris, de Xangai, de Nova Iorque, que todo mundo já conhece esse tipo de coisa. Eu perguntaria a vocês, existe atualmente pesquisas que me demonstrem numericamente a valorização do espaço urbano e a valorização dos prédios da João Alfredo? Quanto se valorizou essa zona urbana? Segunda questão, quanto diminuiu em toneladas métricas os gases de efeito estufa? Em quanto diminuiu o PM2.5? Já que supostamente passando a parte de projeto piloto, já está no executivo, esses dados devem ser corriqueiros para vocês. Então, eu senti falta nessa apresentação, que reforçaria muito mais a potencialidade que tem esse projeto urbanístico, esses dados estatísticos, que acredito que prontamente vocês têm. Terceira pergunta, existe um plano integral, já que estamos dentro de um Conselho para toda Porto Alegre, de fazer diversas Ruas Completas? Seria bom ser alcançado ao Plano Diretor para serem consideradas. Esse é um modo de pensamento e de provocação para vocês, porque vocês consideram que esses projetos não poderiam ser parte, por exemplo, de um projeto de regularização fundiária? Implementar Ruas Completas dentro de projetos de regularização fundiária e que não sigam o processo de regularização fundiária buscada normalmente na urbanização, como espaço de valorização ao pedestre, menos carro, mais arborização, mais espaço público. Por que já não se começa a pensar nesse nosso protótipo de empreendimento de regularização fundiária e que esse seja retomado dentro do Plano

Diretor? Obrigado. **Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Boa noite a todos. Boa noite, Secretário. Demais Conselheiros. Bom, de primeira mão gostaria de parabenizar o projeto, acho que é um belíssimo projeto, acho que a cidade merece e precisa de projetos dessa envergadura. Não só alguns trechos da cidade, mas muitas outras, eu acho que o 4º Distrito é uma região que carece de projetos inovadores e que tragam essa qualidade para a nossa cidade. Aproveito, eu confesso que no começo da apresentação algumas coisas me chamaram atenção, mas no decorrer foram esclarecidas. Tem uma coisa que me incomoda muito na cidade, que é justamente a questão da fiação. Hoje a cidade, e eu vou dar uma experiência muito rápida, como tu citaste as cidades do mundo, uma vez eu me parei no congresso de San Davids (Confirmar a cidade) – por que esta cidade é tão bonita? Porque ela não tem um fio aéreo. E foi quando me dei conta, e isso não faz muito tempo, eu não entendia porque algumas cidades eram feias e outras eram mais bonitas. E quando eu olhei para cima me dei conta. Então, isso é uma coisa muito latente na minha perspectiva estética da cidade também, sem contar os riscos. E para surpresa minha, em uma conversa com alguns colegas engenheiros da CEEE, isso parece uma coisa muito distante, muito distante das cidades virem a ter as redes network, como é o Centro Histórico da cidade, mas isso é só um detalhe nisso tudo. Eu gostaria de contribuir e aí eu agrego as falas do Emílio, porque eu acho que o projeto é belo, tem algumas coisas a serem contribuídas. Eu acho que tem que ter mais parceiros também para contribuírem neste projeto. Hoje existem alguns estudos, o próprio DNIT fez alguns estudos sobre asfalto com microarenagem, acho que é uma coisa que tem que pensar. A cidade por si só tem um problema de drenagem, poderiam usar a tecnologia também a favor e quando se fala “completa”, aí eu estendo um pouco a fala de Emílio, o completa é completa, acho que nós temos que pensar sob todas as óticas, em todas as perspectivas dentro desse projeto, a ser um concreto, um asfalto permeável. Tem calçadas permeáveis, onde a gente consegue, inclusive, macias de caminhar, que tem EVA junto na composição da argamassa. Tecnologias de estudos para isso nós temos, nós temos aqui o nosso Departamento Estadual de Estradas de Rodagem, o DAER, tem um centro de pesquisa maravilhoso em pavimentos de alta tecnologia, enfim, eu acho que a gente tem muito ainda que poderia ser contribuindo, principalmente quando do projeto executivo. Eu não estou falando do projeto básico e o projeto conceitual de tudo, que ele está maravilhoso com relação a isso, mas acho que nós temos que pensar nessas outras tecnologias. Fora isso eu acho que é muito válida toda essa proposta, acho muito legal, mas eu gostaria também que tivesse um olhar para as calçadas, para os acessos de maneira geral. Porto Alegre hoje é uma cidade difícil de caminhar. Então, quando a gente pensa em muitas, acho que é supersalutar a questão das ciclovias, mas eu acho que antes disso nós temos a mobilidade urbana da pessoa, que eu acho que é um meio de mobilidade mais primitivo que existe de caminhar e hoje nós não conseguimos caminhar em Porto Alegre em diversas regiões. E eu não falo na periferia, eu não falo em áreas que não tem regularização fundiária, eu falo em bairros da cidade que não se consegue caminhar. E aí eu também de novo, Emílio, vou citar, acho que tu foste muito feliz no teu comentário. Entendeu? Eu acho que quando se fala em uma cidade inclusiva se fala em regularização fundiária e de acessibilidade a todos. Então, eu acho que entre uma rua incompleta, fazendo um trocadilho aí, e a Rua Completa, é um caminho longo para percorrer. Que bom que tem atitudes como essa. Acho que são saudáveis, são salutares, mas não podemos esquecer do restante também. E vamos olhar um pouquinho para essas tecnologias, que eu acho que são muito bem-vindas, são ruas inteligentes da cidade monitorada. No mais, parabéns para o projeto, muito legal, fico feliz em saber que se pensa em uma cidade do futuro. Parabéns a todos. **Hermes de Assis Puricelli (Titular),**

Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS: Primeiro eu queria também parabenizar to a Fabi, a Ana Paula, que eu tive o prazer de conviver enquanto funcionário ainda servidor da antiga Secretaria do Planejamento e SMURB. Eu tenho muitos elogios a fazer, mas tem algumas questões que para mim ultrapassam a qualidade do trabalho e do estudo de viabilidade, o projeto. Até para dizer que o projeto é excelente, teria que olhar com mais pente fino, mas acima disso eu vou citar algumas falas da Ana Paula: fachadas ativas, democratização dos espaços e urbanismo tático, as pinturas temporárias para fazer testes. É uma coisa que a gente sempre se pergunta, por que no urbanismo e nas cidades a gente tenta fazer o definitivo sabendo que não é definitivo? Para se traduzir, um carro se demora anos, se faz protótipos, se faz um carro igual que vai ser produzido, se testa e depois ele vai ser colocado em processo de produção. E agente, sistematicamente, a história do urbanismo fazia, construía e depois às vezes via que não era aquilo, que foi mal projetado, mal dimensionado e etc. Então, essa ideia é muito interessante. E na fala da Fabiana, ela falou, não sei se intencionalmente, mas uma questão que eu vou destacar e que eu acho que é da maior importância. A Fabiana quando falou em projeto político, uma ideia de cidade, eu acho que isso aí no meu ponto de vista, sem desmerecer todos os méritos desse tipo de trabalho, eu acho que isso é o mais importante e é o que a gente sistematicamente briga no Conselho do Plano e parece que se está falando no vazio, que é uma coisa de outro muito. Isso, a base desse trabalho é uma visão política para ele ir em frente, é uma visão política e uma ideia de cidade, porque no dia a dia, e eu vou citar as aprovações do Conselho do Plano. Eu não estou falando que é porque os conselheiros são ruins, mas o nosso próprio Plano Diretor, a gente está fazendo exatamente o contrário, nós estamos estragando a cidade para mais adiante, quiçá, daqui 20, 40, 50 anos tentar melhorar, tentar consertar. Nós estamos espraiando a cidade, daí tem lá os loteamentos no aeroporto para milhares de pessoas, no Arado em uma área de preservação, não sei onde com uma pressão enorme da Prefeitura. Vem os edifícios com garagens nos dois primeiros pavimentos e na periferia muros de 2,5m, 3m nas garagens para dificultar, para tornar a cidade cada vez mais desumana e menos interativa, que é exatamente o oposto do conceito do que vocês pretendem, que é uma coisa que está acontecendo no mundo inteiro. E eu não tenho dúvida que no Brasil de certa forma a gente demora, mas termina aprendendo. Nós estamos aprendendo com a queda do Bush, nós vamos aprender que um dia bicicleta é um dos melhores meios de transportes. Do Bush não, desculpe, todo mundo entendeu, ato falho. (Risos). Não sei de onde saiu essa! Mas continuando o meu raciocínio, eu vejo que o maior mérito de vocês, não sei se o maior, mas um grande mérito de vocês enquanto arquiteto da Prefeitura é insistir, é tentar vender essa ideia. Eu sei, um dos últimos trabalhos que eu fiz junto com a Miriam na Prefeitura, com o Jorge Borges, foi a requalificação do estudo de viabilidade para qualificar o entorno da Igreja Navegantes. E assim, para muitos, e isso vocês já devem ter sentido, quando o negócio vai para o finalmente, para muitos o termo que eu já ouvi, parece uma coisa assim – frescura de arquiteto, querem embelezar a cidade. Enquanto que coisas como uma calçada, razoavelmente, que dê para circular, é fundamental para as pessoas que têm deficiência, para as crianças que estão em carrinho de bebê, para o velho que usa uma bengala ou etc. Então, são questões tão simples, às vezes, que mudam completamente a nossa vivência, o nosso estado na cidade. Eu teria muitas questões para elogiar o trabalho, mas eu destaco isso, essa coisa de como é difícil transitar com esse tipo de trabalho, porque isso também tem resistências. Eu sei que não é todo mundo que aprova, porque, invariavelmente, contraria muitos interesses, interesses do setor privado, interesses de moradores, interesses de outros, sei lá. E mesmo dentro da Prefeitura termina criando bolsões de resistência, o mais fácil é aquela coisa do prédio da empresa tal

que contribui para a campanha e não sei o que. Nisso ninguém cria resistência, só algumas pessoas. Então, eu queria mais uma vez deixar registrado isso e parabenizar vocês, insistir para que não desistam, que continuem, porque isso aí tem que ser pensado para toda a cidade. Vocês sabem, né? Mas o governo, os governantes, eu não estou falando deste e nem o que passou, nem do que vai vir, eles têm que entender que isso é uma questão política para a cidade, política no sentido mais nobre da palavra. Obrigado. Desculpa se eu falei demais. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Boa noite, Presidente.Boa noite todos os colegas, as colegas. Inicialmente, parabéns pelo belo trabalho. Eu ouvi atentamente as colocações, eu acho um trabalho muito técnico, muito sadio e gostei muito dessa parte da gente correr com os projetos para evitar de perdermos qualquer investimento que venha da CAF. Eu considero também muito boa a fala do colega Emílio, até colocou algumas coisas que eu vinha pensando ali. O Fernando também complementou outras. Eu penso também que nós temos que imaginar outras Ruas Completas, além do 4º Distrito, que é uma região que vem sendo revitalizada há muito tempo, mas tem outras regiões da cidade que também merecem um presente como esse que a João Alfredo vai ganhar. Não só no Centro Histórico, mas a própria Farrapos, que está se tornando uma região morta, uma região que a gente poderia aproveitar melhor, porque a antiga indústria que tinha lá virou comércio e agora de comércio está virando uma região marginalizada, mas, enfim, eu só queria registrar isso. Meus parabéns mais uma vez para as duas colegas, a Ana Paula e a Fabiana, e a toda equipe que vem trabalhando das demais Secretarias. Era isso. Obrigado. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Boa noite. Eu fui agradavelmente surpreendido pela apresentação desse projeto de requalificação urbana da Rua João Alfredo, para mim são conceitos novos. As Arquitetas Ana Paula e Fabiana que representam o grupo que fez a intervenção, falar em Ruas Completas e falar em urbanismo tático, realmente, é uma surpresa mesmo para nós que estamos conversando sobre a temática urbana de Porto Alegre nos últimos anos dentro do nosso Conselho. É uma grande oportunidade, eu acho um tema muito importante ter sido trazido hoje para todo o Conselho. As observações todas dos colegas que antecederam são muito importantes e eu fiquei, a minha principal dúvida, onde eu gostaria de se possível as Arquitetas Ana Paula e Fabiana falassem um pouco como a população que vive na Rua João Alfredo foi consultada como a população residente receberá esta Rua Completa, como foram as oportunidades para que a população que reside ali e nas imediações foi chamada a compartilhar esse conhecimento, essa oportunidade, essa perspectiva. Isso me parece uma questão importante, porque a população residente não pode ser surpreendida, como os conselheiros do CMDUA são, de repente chega um projeto de uma Rua Completa na rua central de Porto Alegre, como a Rua João Alfredo e nós nunca temos escutado sobre isso. E eu acho superimportante a discussão sobre calçadas, fiação, segurança, locais de travessia seguro para as crianças, para as pessoas idosas. E a questão da iluminação, não só iluminação no nível superior a 5m de altura, mas também em um nível em que as pessoas caminham. Acho que são questões para uma Rua Completa de fato muito importante. Eu fiquei pensando, se é uma Rua Completa e se ela vai ter o acúmulo de pessoas que a Rua João Alfredo tinha no período anterior à pandemia, como fica o projeto para os resíduos urbanos gerados por esta aglomeração? Como é que isso vai estar sendo cuidada, a questão da iluminação também de segurança? A própria arborização urbana, o que é previsto, são espécies nativas, essa urbana possivelmente vai ser utilizada também para suavizar o clima. Nós temos ali, o Fernando falou no asfalto, aquilo aquece muito, como o nosso verão ali se oferece eventualmente condições para melhoria, tanto de trânsito como da própria existência das pessoas que

estariam lá ou as que vivem lá. Obrigado. Eram essas as observações que eu tinha a dirigir às colegas arquitetas. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Mark, pelas manifestações. Nesse sentido, não havendo mais inscritos eu abro novamente o microfone para a Fabiana e para a Ana Paula, para que possam fazer os esclarecimentos que entenderem adequados. **Ana Paula Bonini, Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOI:** Bom, vou começar a falar algumas coisas, Fabiana. Vamos complementando juntas. Assim, seria o nosso sonho se a gente tivesse como uma política pública, seria maravilhoso. A gente tem um projeto de expansão para vários setores da cidade, vários núcleos que vão se expandindo, porque uma Rua Completa, a sequência é ir interligando as ruas. Não adianta fazer uma aqui, uma lá longe, outra mais longe, tu tens que ir interligando e fazendo as malhas. Em uma malha de cicloviário, por exemplo, a gente vai fazendo malhas deste tipo de rua, tipo de mobilidade ativa e vai interligando pontos de interesse. Já existe um projeto em tudo que a gente tinha feito desde 2018 de atingir várias regiões da cidade, só que precisa da vontade política para isso. Então, aproveitando até a presença dos Secretários aqui, né, e como a Fabi disse, desse novo início que a gente tem aqui, a gente também acha que seria maravilhoso isso, só que uma coisa é a gente ter os projetos, a gente ter os planos na mão e a outra coisa é a gente realmente conseguir colocar isso como política pública. São Paulo lançou há uns dois meses o seu manual de desenho de ruas, que serve inclusive para regularização fundiária, para qualquer rua. Muito bom se a gente tivesse o nosso, concordo. Inclusive, no nosso seminário, que foi dia 06 de novembro, uma das discussões que teve entre as colegas da SMAMS, que era a Natércia e a Verônica, a gente começou a falar sobre a qualidade das calçadas, porque realmente o primeiro passo, a primeira milha que se chama em urbanismo, o primeiro passo é a pé. Então, como está a calçada? Essa discussão é longa, daria dias e dias conversando sobre isso. No caso da João Alfredo, como é uma intervenção completa, a gente vai mudar todos os passeios e os passeios vão ser qualificados, inclusive, com jardins de chuva para drenagem. A gente já pensou em algumas outras soluções que a gente sabe que existem para facilitar a drenagem. Assim, essa ideia de expansão existe, só que a gente tem que começar com alguém que escute o projeto, que queira implantar o projeto. A gente tem que conseguir financiamento para um e que a gente consiga aumentar essa malha para um núcleo e depois poder ligar os núcleos. A gente tem um projeto que chega daqui até o 4º Distrito, mas seria uma maravilha que a gente conseguisse realmente que isso estivesse no Plano Diretor de Mobilidade, que estivesse na política do Plano Diretor da cidade. Então, faço minhas as palavras do Hermes, que trabalhei, que admiro muito o trabalho também, mas vamos lá, a gente não perde a esperança de tentar mostrar um trabalho. Acho que o reconhecimento externo que esse trabalho tem trouxe muita força, porque a CAF se interessou em financiar e é um primeiro passo. Outra coisa, a gente tem que cuidar muito o tipo de tecnologia que a gente está usando por causa do custo. Então, por exemplo, a gente gostaria muito que fosse toda a fiação enterrada, mas a gente não sabe se vai dar em função de custo. A mesma coisa outros tipos de tecnologia de solo, a gente não sabe se vai ser possível. Em função de resíduos a gente já pensou sim a gente quer usar contêineres específicos para lixo seco, porque ali tem muita produção de lixo seco. Só que neste momento pós-pandemia a situação mudou um pouco, a gente tinha uma situação em 2017/2018, aí a gente teve a pandemia. Então, os próprios dados que tu perguntaste, Merino, que pegamos dados de outras cidades, outros países. A gente trouxe porque são dados muito mais consolidados. A gente aqui está engatinhando nos nossos dados, a própria EPTC não pode fazer as contagens no último ano porque era ano de pandemia. Então, a gente tem uma metodologia do WRI de fazer o controle, de fazer

questionário antes e depois, com os usuários, questionário de velocidade, de emissão de gases e tudo mais, só que um ano de pandemia é um ano bastante atípico para estudo. A nossa tentativa sempre foi de ter dados, porque é com base em dados que tu sabes que ganha as coisas, qual é a vantagem. No momento nós não temos tantos dados assim em Porto Alegre, esperamos que a gente tenha. Então, a gente espera compartilhar o máximo possível com as pessoas isso, para que ganhe força e que a gente consiga realmente continuar. **Ana Fabiana Kruse, Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOI:** Dados específicos da João Alfredo a gente já começou a receber. Só para eu explicar um pouquinho, Ana. Assim, a Ana trabalhou nesse projeto, no projeto inicial a e agora ela está dentro do GT, está na fiscalização e dentro do GT com aquela voz técnica analisando a parte técnica da mobilidade e eu sou a chata dos prazos e das entregas. Eu faço parte dessa coordenação do grupo e como que a gente faz o alinhamento entre as partes, porque às vezes, é claro, a gente vai receber diretrizes de uma Secretaria um pouco divergente da outra. Então, tem que fazer esse meio de campo. Nós já estamos recebendo algum material sim da EPTC, mas a ENCOP, como contratada, também tem obrigação contratual de trazer dados e trazer elementos. Toda parte de levantamento nós temos, a gente entregou diretrizes, entregou uma base e eles também têm que trazer um subsídio, ou seja, toda essa parte de procura de saber as informações da CEEE, de saber as informações da SULGÁS, enfim, essas questões, eles também têm que ir atrás dessa informação, faz parte do projeto básico que eles nos entreguem. O Felisberto pediu a apresentação, isso a gente depois pode conversar, a questão da Região Centro do OP, que ele falou de uma apresentação. **Ana Paula Bonini, Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOI:** A gente tem o momento de ouvir as contribuições, depois a gente pode apresentar o projeto, mas a gente tem um prazo contratual muito justo. Uma coisa é espalhar mais a ideia, outra coisa é até o ponto de onde a gente pode ainda receber as contribuições, porque a gente já fez várias etapas de participação popular. **Ana Fabiana Kruse, Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOI:** Não, só para chegar nessa linha dos representantes ainda. A gente teve representante da área específica da drenagem, da área específica do esgoto. Então, a gente pede, eu acho que a apresentação também hoje para o conselho tem muito isso, de vocês não subsidiarem com elementos e com solicitações, com informações e com ideias para gente levar para esses técnicos. Temos representante da equipe de arborização urbana. Então, ela também está dando as suas diretrizes, temos representante do setor de planejamento urbano, de iluminação pública. Agora tem a questão da parceria de iluminação, a EP SUL. Então, eles também vão entrar nessa jogada aqui das diretrizes, porque eles têm orientações específicas. Então, são essas duas questões que eu gostaria de pontuar. A contribuição do CMDUA, que agora o momento é muito importante que vocês nos passassem informações e da participação dos colegas de diversas áreas da Secretaria para formar essa rua da forma mais completa possível. Merino, eu concordo absolutamente com o senhor, as nossas ruas, é claro que conceito de Rua Completa diz que não é tudo que cabe em toda rua, mas sim, a gente vê e se dependesse de mim e da Ana Paula a gente estava trabalhando todas as coisas ao mesmo tempo e só nós duas enlouquecendo, mas não é assim. Então, a gente também tem que aproveitar a oportunidade de ter esse órgão financiador que se interessou por esse projeto, que nos deu esse respaldo e o WRI nos dá esse respaldo e nos dá essa ajuda. E a Ana conquistou tanta coisa, batalhou tanta coisa, porque a gente estava dentro de um setor. Como a SMT estava dentro de um setor da EPTC que fazia projeto viário, projeto de sinalização viária e tu partires de um projeto de sinalização viária para um projeto tão complexo e ter alguém para apoiar e tocar adiante isso, conseguir depois ir atrás de financiamento. E eu até me emocionei com a fala do Hermes porque sim

nós seguimos insistindo, é a cada gestão, a cada ano, a cada "não", a casa projeto engavetado e a gente segue insistindo. **Ana Paula Bonini, Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOI:** Esse conhecimento todo que a gente teve, que a WRI proporcionou, foram oficinas, eles trouxeram gente de fora, eles fizeram treinamentos com a gente. Foi uma base de conhecimento nova para a cidade, que a vontade que a gente tem é de compartilhar, aumentar com certeza. Isso é resiliência, porque não adianta ter o interesse da área técnica, a gente tem que conseguir levar isso adiante. O plano existe, mas é isso, não adianta também sair fazendo uma aqui, uma longe, não vai funcionar. Daí vão dizer: Olha só, não funciona. O negócio é ter um critério e o treinamento que eu recebi com esses profissionais de fora, com essas oportunidades foi isso: qual é o critério? Agora a gente tem que ter oportunidade de levar esse trabalho técnico adiante, tem que ter equipe, tem que ter um núcleo que possa trabalhar com isso. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Muito bem, perfeito. Nós temos inscritos aqui ainda, já são 19h42min, a Conselheira Maristela e o Professor Rômulo. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Nossa, eu fiquei muito aflita em não poder falar. Eu fiz até poesias, porque pensar com o olhar de duas mulheres... Eu escrevi para não esquecer, porque estou muito emocionada. É poder sentir essa sensibilidade com a mãe Porto Alegre tão sofrida, com esse olhar de gênero para nossa cidade, esse olhar feminino para a nossa cidade sem desconsiderar todos os nossos colegas, enfim, e de duas arquitetas funcionárias públicas mostra o quanto vale a pena a gente continuar lutando. E eu queria trazer algumas questões que eu considero superimportante. Por exemplo, nós temos o Quilombo do Arraial, nós temos tantas questões da nossa história, do próprio povo negro da área do Centro, depois na Cidade Baixa, depois foram jogados para a Restinga, para a Vila Mapa. Então, trazer. Claro que é pouco, mas é muito dentro desse pouco, é muita coisa dentro dessa nossa história e nos dá uma energia de possibilidade de continuar acreditando. Na Câmara de Vereadores eu tive a grata satisfação, elaborei na questão temática do Plano Diretor uma parte da história do Centro Histórico e do Largo de Porto Alegre e ver vocês colocando em prática parte dessas questões que a gente pensava para toda essa região. EDUCAR já colocar em prática é fundamental. Nós temos que sim ouvir todo mundo sem problema nenhum, mas não tem como a cidade não acolher isso como sua, como o ventre de uma mãe, com algo que está ali há muito tempo querendo nascer e que a gente sabe de tantos impedimentos que existem, como a nossa região aqui na Lomba, seja qual for, mas nesse Centro Histórico nosso valorizar o conceito, que falam tanto do belo, da estética, enfim, nesse conceito que traz de volta toda uma vibração e também canaliza as coisas que vêm de fora, mas também para o nosso povo poder usufruir disso, daqueles espaços que também são seus. Então, eu fiz questão absoluta, eu sei que às vezes sou uma romântica, eu até ouvi um dia que quando a gente luta por uma rua, para o final de uma rua que nós não gostaríamos que ela fosse ligada a outra, enfim, nós também temos esses conceitos, nós também temos valores que a gente quer agregar e quer mostrar para a cidade que essa população tem esse sentimento também. Então, olha, gurias, sinceramente, parabéns por demais, por ser um pouco da nossa voz nesse momento, das nossas vontades, mesmo não sendo da área, mas o sentimento que a gente tem como uma pessoa que interage na nossa cidade, que faz parte dessa urb, é realmente muito significante e eu tenho vontade de chorar de felicidade. Parabéns e vamos continuar lutando por mais espaços como este. **Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Boa noite. Eu não poderia deixar de fazer também uma manifestação em comemoração, digamos assim, a celebração ao trabalho apresentado pelas colegas. Realmente, também me coloco ao lado dos vários colegas que aqui se

manifestaram sob diversos aspectos do projeto. Eu estou identificando as virtudes, os diversos aspectos que o projeto envolve que é provavelmente um projeto de grande abrangência. O que eu queria trazer aqui, a questão relativa a rua João Alfredo e o seu grau de particularidade, de excepcionalidade, como foi ferido aqui no início, ela tem uma história, ela tem até uma geometria própria, tem todo um conjunto de características que a torna de certa forma única. E são questões difíceis de serem tratadas no âmbito público. Eu me lembro, principalmente nessas últimas falas da Ana Paula e da Fabiana, das dificuldades, eu me lembro que também passei na própria Prefeitura, na época que eu trabalhei lá na Década de 80, eu tive um projeto na Av. Voluntários da Pátria, naquele trecho da rodoviária até a ponte, que a gente mexeu com isso e foi mais um dos projetos que foram, as pessoas pensavam que a gente estava falando grego. Desenho urbano era uma palavra completamente desconhecida naquela época, quase 40 anos atrás. Aliás, daquilo resultou em uma publicação que eu guardo com bastante carinho, que foi o único resultado palpável de todo aquele esforço, aquele estresse, foi um artigo publicado. O que eu queria trazer não traz nenhum reparo ao trabalho que vocês fizeram, mas é tentar colocar um pouco isso em uma perspectiva de planejamento, porque nós temos uma questão de planejamento urbano e temos dentro disso ações específicas localizadas, pontuais, particulares e essa é uma delas. E aí que vem o lance que eu queria me referir, o problema da excepcionalidade, porque o planejamento urbano é, na realidade, a primeira coisa do planejamento urbano. É o problema da escassez, problema da gestão da escassez. O pessoal que estudou o planejamento urbano deve saber que lá nos alvores, lá no início quando se começou, inventou o planejamento público, lá na União Soviética, que se depararam com esse tipo de problema – como tratar o problema da escassez? E tinha já, desde então, duas alternativas que se mantêm até hoje, que é o problema de concentrar os gastos, os investimentos em locais, escolher locais para se concentrar ou pulverizá-los. Então, isso tem a ver com esse conceito de Rua Completa. Então, dentro de uma perspectiva no qual foi a escolha do lado dos planejadores da União Soviética, foi concentrar. Então, hoje nós temos lá o metrô de Moscou, que é uma das coisas mais maravilhosas que existe, além da funcionalidade ele é a celebração do público, a celebração da cidade, da civilização até eu diria, mais do que propriamente um meio de transporte simplesmente. Obviamente, isso foi feito às custas de outras coisas. Então, como eles não tinham oposição, então, puderam fazer isso, nós temos a condição que temos que atender todo mundo. Quer dizer, a gente tem uma necessidade de pulverizar recursos e, então, criar essas condições excepcionalidade. Então, dentro da ideia de pulverização podíamos dizer assim, que todas as ruas de Porto Alegre e de todas as cidades são completas na medida das suas circunstâncias, na medida da sua condição histórica, tanto do ponto de vista que elas dependem de muitas coisas para virem acontecer por falta de investimento, como por tempo, porque até as Ruas Completas daqui há 20 anos já não vão ser mais, elas vão ter outra completude, outro grau, outra demanda. Nós temos, na verdade, um processo todo. Então, o que eu acho legal que vocês fizeram, por saber escolher um exemplo e colocar: essa é uma condição de excepcionalidade que deveria ser tratado como uma condição de excepcionalidade. Quer dizer, não é um projeto e não é uma iniciativa de política pública a ser aplicada em todas as ruas da cidade, mas é uma política pública, é um exemplo de coisas que podem ser feitas em alguns locais escolhidos e que podem, efetivamente, concordo, qualificar a cidade. Era isso. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Professor Rômulo, pela manifestação, sem dúvida contributiva. Mais uma vez parabéns, gurias pelo trabalho, Fabiana, Ana Paula, maravilhoso. E que bom que estamos nessa linha na revisão do Plano Diretor, estamos em

curso, a gente está trabalhando e trazemos já para essa nova visão de planejamento esse conceito da cidade para as pessoas, integrado, alinhado com o projeto. São 19h55min. Agradeço mais uma vez a presença de todos. Eu não sei se o Secretário Pablo quer encerrar. **Pablo Mendes Ribeiro, Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOI:** Secretário, na verdade, eu queria cumprimentar as duas Anas pelo belíssimo trabalho. Com certeza esse trabalho que elas apresentaram vai ser um *case* para que a gente possa ter mais trabalhos como esse, a gente precisa integrar os bairros da cidade. Esse projeto mostra, assim como a Maristela disse que nós temos profissionais capacitados para que a gente possa desenvolver a nossa cidade e fazer com que os bairros da nossa cidade sejam mais valorizados. Então, foi um prazer participar desta reunião e dizer que quero ser parceiro, quero contribuir e tenho visto o teu trabalho aí, Germano, quero te cumprimentar. Não foi à toa que tu ficaste neste governo do Melo pelo teu belíssimo trabalho e tenho certeza que vai fazer muita coisa para a nossa cidade. Mais uma vez cumprimentar as gurias pela apresentação e nós estamos em ótimas mãos aí, nós teremos grandes projetos inovadores e que farão de Porto Alegre uma cidade diferenciada. Ela já é diferenciada, mas através desses projetos inovadores com certeza vai valorizar nossa cidade. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Secretário Pablo, sem dúvida temos um time extremamente qualificado de servidores, apaixonados pela cidade, que querem fazer a diferença. Contem conosco para a gente instrumentalizar esses projetos e processos, a gente sabe que a máquina pública é pesada, tem muitas demandas que a gente tem que atender, mas a gente precisa abrir espaço para agregar novos projetos, saber o que está acontecendo no mundo. Temos boas oportunidades pela frente para fazer essa transformação. Um grande abraço a todos, uma excelente noite e nos vemos na próxima terça-feira. **(Encerram-se os trabalhos da plenária às 20h00min).**

Germano Bremm	**Secretária Executiva**
Presidente	**Relatora**

Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2021, ... retificações:

ATA ORDINÁRIA Nº 2875/2021

Aos dezenove dias do mês de janeiro de dois mil e vinte um, às dezoito horas, reuniram-se para reunião ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, via ZOOM, denominado PLENÁRIA VIRTUAL DO CMDUA, em razão do decreto municipal a fim de combater o coronavírus e a propagação da pandemia entre as pessoas, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: Lisiane Sartori Fioravanço Magni (1ª Suplente), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Artur Ribas (Titular), **Gabinete do Prefeito – GP**; : Cláudio Maineri de Ugalde (Titular), **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN**; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular)**, Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS**; Gisele Coelho Vargas (Titular), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE**; Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM**; e Luciane Martins Pinheiro (1ª Suplente), **Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI**. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS:** Rômulo Krafta (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**; Darci Barnech Campani (Titular), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS;** Claudete Aires Simas (Titular), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH;** Sérgio Saffer (Titular) e José Rodolfo Fork (1º Suplente), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA**; Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS**; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS**; Hermes de Assis Puricelli (Titular), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS**; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), **Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:** Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Tânia Maria dos Santos (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4**; Ricardo Angelini, (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5**: Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; e Maristela Maffei (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7. SECRETARIA EXECUTIVA:** Camila Maders Fonseca Coelho, **Secretaria Executiva da SMAMUS**; Patrícia C. Ribeiro, **Taquígrafa/Tachys Graphen**. **PAUTA: 1. Abertura; 2. Votação: 2.1 ATAS: 2858, 2859, 2860, 2861, 2862 e 2863; 3. Comunicações; EXT.: Julia Costa - Vila Caddie e Mateus Gus - Coletivo Ambiente Crítico; 4. Ordem do dia**. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h10min. **1. ABERTURA. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Boa noite, Senhores Conselheiros. Temos *quorum*. Então, damos início a na Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental. Desejo uma excelente noite de trabalhos, de debate, discussão, amadurecimento, evolução sempre. Lembrando que a gente está ao vivo o nosso canal do YouTube. Então, se porventura alguém quiser assistir, acompanhar a união de debates hoje pode compartilhar o link ali no YouTube que vai transmitir ao vivo a reunião. A gente tem uma pauta extensa,

retomando os trabalhos. Na semana passada tivemos uma reunião só de discussão inicial, de apresentação introdutória. Hoje retomamos a nossa pauta, temos projetos importantes aqui para serem discutidos. Inicialmente, temos conselheiros inscritos para o período de Comunicação, antes da gente entrar propriamente na pauta. Então, para comunicação se manifestem no chat. Temos o Conselheiro Felisberto, Conselheiro Darci e Conselheiro Rafael Passos. Temos presentes: (Lista de presenças na inicial da ata). Então, encerro a inscrição para o período de Comunicação e abro a palavra o Conselheiro Felisberto... Ah, temos externos. Desculpa, Conselheiro Felisberto. Nós temos uma entidade inscrita, a Júlia da Vila Caddie para fazer a manifestação. Vamos ouvir a Júlia e depois a gente abre para o período de Comunicação. Júlia, com a palavra pelo tempo d e5 minutos, conforme prevê o nosso Regimento Interno. **3. COMUNICAÇÕES; EXT.: Julia Costa - Vila Caddie e Mateus Gus - Coletivo Ambiente Crítico. Júlia da Costa Silva, Vila Caddie:** Olá! Boa noite a todos. Eu fui convidada para a reunião. Obrigada pela palavra. E este é o lugar de fala também da Vila Caddie onde eu sou professora há 7 anos e venho representá-los sobre o projeto de remoção da vila, que foi apresentado pelo Felisberto. E dizer que a vila não quer ser removida, não é nenhuma benfeitoria que retirem aquelas pessoas de lá. Até porque existem sim projetos dentro da vila, onde já estão estabelecidos, essas pessoas precisam do entorno, até porque trabalham por lá. Estão há mais de 100 anos naquela região. Não é uma área pública como dizem, jamais teve qualquer contato da empresa interessada com eles. Então, aceitar a palavra de alguém porque está bem vestido é demais. Eles estão completamente indignados com essa situação. Nós não estamos sozinhos, nós já estamos em contato com a assessoria jurídica e nós vamos lutar pelos direitos, porque existem direitos fundamentais garantidos, direitos de assistência à criança e ao adolescente. E vocês deveriam saber muito bem disto. Então, não é assim, chegar com um cheque em branco e dizer para as pessoas: “Aqui está um valor x e vocês que se virem”. Não é assim. Então, pela Vila Caddie e onde eu estou há 7 anos e lá estou porque a cúria metropolitana assim quer, nós estamos também com apoio da Cúria Metropolitana Dom Jaime Spengler. Então, lá não tem pessoas ignorantes que não conhecem dinheiro, as pessoas sabem os direitos que elas têm e de lá elas não querem sair. Lá é um lugar bom onde elas têm assistência, onde elas não precisam se preocupar com os filhos na rua. E para onde essas pessoas seriam removidas? Para qualquer lugar para formarem em outra vila? Com que com recursos? Então, fica aqui o meu apelo. Em meio a esta pandemia eles já estão enfrentando bastante coisas na vila e eles não precisam de mais essa preocupação e as empresas envolvidas terão que arcar com as consequências, até porque mentir é uma coisa bem perigosa. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Júlia, pela manifestação. Esse é um espaço democrático, de oportunidades, de haver a manifestação da comunidade, o projeto na sequência, quando a gente passar o período de comunicação vai entrar em debate. Então, vão ter a oportunidade de fala dos conselheiros. Eu consulto se temos questionamentos? Perguntas para a Júlia? Conselheiro Felisberto. Então, encerro a inscrição para questionamentos e abro a palavra para o Conselheiro Felisberto pelo período de 1 minuto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa noite a todos e a todas. Boa noite a Júlia representando a comunidade da Vila Caddie. Bom, desde que este processo foi colocado em pauta e que nós passamos a analisar no CMDUA me veio a preocupação dos direitos que essas comunidades têm, principalmente essa de permanecer no seu local. Parece-me que elas têm alguns direitos adquiridos e que não foram respeitados, inclusive, com verba no Orçamento Participativo de 1999 e 2001, se não me falha a memória, recursos gravados. Desde 99 essa comunidade vem lutando para sua permanência na área. Nós

estivemos lá junto com a Conselheira Claudete, com o Adroaldo lá... (Sinalização de tempo esgotado). Então, parece-me que a gente tem a ter cuidado e também os dados que foram fornecidos no processo não são exaustivos... **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Conselheiro, eu vou lhe liberar a palavra para o período de Comunicação. Pode ser? Eu abro já a sua fala, aí o senhor fala pelo período de 3 minutos. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Tá, só para não perder o fio da meada. Obrigado. É importante a gente levar em conta que ali tem um quilombo e várias pessoas da família do Quilombo Silva estão na Vila Caddie também. Isso seria uma extensão da comunidade. Então, na pior das hipóteses, se fosse uma área pública eles teriam a concessão do direito real de uso adquirido há muito tempo, se for uma área particular teriam direito ao usucapião, porque já estão há mais de 40, 45 anos na área. Então, é um assunto que deve ser tratado com o máximo cuidado. Então, a minha preocupação, eu me solidarizo com a comunidade, é aquilo que eu já venho alertando aqui, que muitas vezes as áreas aonde poderia ser feita a regularização fundiária incide de um projeto, um grande empreendimento que passa por cima dos direitos a comunidade. Então, quero me solidarizar com a comunidade, é uma preocupação. Não sei se o Adroaldo ou a Claudete vão falar alguma coisa sobre isso, mas quero dizer aqui que eles têm direito e que deve ser respeitado. Os meus informes são com relação a ONG Solidariedade, uma ONG que foi fundada em 19 de janeiro de 2001, durante o primeiro Fórum Social Mundial e que hoje está completando 20 anos de existência. Faz um trabalho no Cristal, na Rua Chico Pedro, se não me falha a memória, lá tem um empreendimento, tem um trabalho com resíduos sólidos, fazem bloquetes de concreto, tem o acompanhamento da Universidade Federal e hoje estão comemorando 20 anos de existência. Então, ali pelas 19:15, 19:20 eu tenho que sair porque eu sou um dos sócios fundadores dessa ONG. Por outro lado, também quero dizer que neste mês Porto Alegre sediou há 20 anos o Primeiro Fórum Social Mundial para fazer o contraponto a da Suíça. Então, temos duas datas importantes e a partir do dia 23 ao dia 31 começa o Fórum Social Mundial, que será virtual tendo em vista a pandemia. Era isso e obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto, pelo respeito ao tempo. Foi preciso na manifestação. Na sequência a gente tem inscrito o Conselheiro Darci, depois o Conselheiro Rafael para o período de Comunicação. Conselheiro Darci, fique à vontade. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Eu gostaria de aproveitar o fato da Júlia estar aí, eu não estava inscrito para falar sobre a questão da Vila Caddie, mas o Felisberto nos lembra da realização do Fórum Social Mundial em Porto Alegre. Eu acho que um ano antes do Fórum Social Mundial nós já tínhamos a experiência da Vila Planetário, uma vila que sempre foi um problema social na Cidade Porto Alegre e que naquele momento, pela primeira vez, a Prefeitura de Porto Alegre resolveu que a população de Porto Alegre não precisa ser expulsa para a periferia, não precisa ser levada para longe das suas casas para que se tenha a solução habitacional. E não foi só a planetário, foi a Lupicínio Rodrigues também, a Lupicínio I e II. Tem outra vila aí, que esqueci o nome, no eixo da Ipiranga. Então, demonstrou-se que é possível se resolver problemas habitacionais de outra forma do que aquela tradicional, que foi a concepção que veio gerar a Restinga, quando se pegava toda a população carente de Porto Alegre e se colocava lá há 20 Km do Centro da cidade. O próprio assentamento da Cavalhada, que também se pensou todo assentamento, toda a remoção, que ali não tinha como manter no mesmo local, mas com toda a infraestrutura de escola, posto de saúde e o galpão de reciclagem, porque era uma população de catadores. E aí tu tens o conjunto das pessoas

podendo continuar tendo a sua atividade econômica e tendo a estrutura que a prefeitura deve dar a estas pessoas que têm o seu o papel social e importância das maiores na cidade. Não existe uma cidade sem o catador de resíduos, não existe a cidade sem o seu trabalhador. Se a cidade trata mal o seu trabalhador é uma cidade que vai ser não uma Porto Alegre, mas vai ser uma Porto "triste". Por falar em tristeza, nesses últimos momentos, e eu tinha me inscrito na ordem do dia para um registro, que, infelizmente, a gente tem tido todos os dias de falecimentos. Em nome da ABES eu gostaria que de registrar o falecimento do Professor Eurico de Andrade Neves, para quem é da área da engenharia sanitária aqui do Rio Grande do Sul deve ter sido aluno do Professor Eurico Trindade, pois nascido em 1919, já na década de 50 era professor do Instituto de Pesquisas Hidráulicas da UFRGS. E pelo reconhecimento do seu trabalho no desenvolvimento do saneamento em Porto Alegre recebeu o título maior que qualquer cidadão Porto-Alegrense poderia receber, que é o título de Cidadão Honorário de Porto Alegre. Então, lamentável, mas infelizmente temos que fazer esse registro de falecimento de um dos nossos formadores do saneamento na Cidade de Porto Alegre. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Darci, pela manifestação. Na sequência nós temos o Conselheiro Rafael Passos inscrito do IAB. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Primeiro cumprimentar a Júlia e fazer coro ao que ela traz. Quer dizer, em que pese haja inclusive uma decisão judicial, quer dizer, a gente precisa analisar do ponto de vista da quando urbanística. Ela traz um aspecto que quero destacar: para onde irão essas famílias? Para que vilas elas irão inseridas e em que condições socioeconômicas elas vão acabar sendo inseridas? É longe dos seus trabalhos e etc., e longe das condições sociais e culturais muitas vezes em que essas famílias adaptadas, para irem para condições muitas vezes de maior criminalidade, etc. e etc., o que pode provocar um problema social grave para todas as famílias, talvez até insolúvel. Bom, mas eu tinha pedido a comunicação no início para fazer um questionamento sobre as novas atribuições da Secretaria, a qual o CMDUA está ligado, especificamente uma que trata da questão do patrimônio cultural. E como vai ficar uma mesma Secretaria agora com três conselhos, é isso que me parece que vai acontecer, essa dúvida que eu gostaria de tirar entre outras. Quer dizer, o CMDUA, o COMAM e agora o COMPAC. Quer dizer, toda a área do patrimônio todo subordinado a uma questão que do meu ponto de vista, meu juízo de valor, dá mais fazer ênfase à questão do licenciamento urbano do que às outras políticas de proteção ambiental e de proteção agora também ao patrimônio cultural. Então, gostaria desse esclarecimento, dessa nova estruturação. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Rafael Passos. A gente tem inscrita a Conselheira representante do DEMHAB, a Conselheira Lisiane. Lembrando a conselheira que a gente, regimentalmente, não tem a possibilidade de passar a fala. Está aqui a nossa Procuradora, a Dra. Cristiane. Quero saudar, tudo bem, Doutora? Prazer em tê-la aqui conosco. Daqui a pouco o processo vai em pauta e aí a gente vai discutir o processo, a senhora pode nos complementar com a informação. Aqui no nosso regimento temos esta ordem nas falas, o período de Comunicação, os conselheiros e na sequência, quando o processo entrar em pauta a gente consegue fazer essa fala aí para complementar, esclarecer. O processo vai ter debate, vão relatados os pedidos de vista que os conselheiros solicitaram. Enfim, a equipe também vai fazer um resumo um pouco antes, todos vão entender um pouquinho a linha que está. Esse processo já foi relatado ano passado, houve o relato da Conselheira Patrícia e após o relato, regimentalmente, a gente tem essa possibilidade dos conselheiros solicitarem vista. Então, foi solicitado vista,

passaram algumas semanas e agora a gente retoma com ele em pauta para discussão. É isso, Lisiane, ou gostaria de falar? **Lisiane Sartori Fioravanço Magni (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** É isso, Secretário. A gente só queria esclarecer para a representante da comunidade, mas a gente pede a palavra depois. A Doutora Cristiane explica. Muito obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado. A gente já vai passar ali. Só respondendo ao questionamento, não temos mais inscritos em Comunicação. Conselheiro Rafael Passos, com relação à estrutura, a gente positivou lá na legislação, nas competências da Secretaria também a promoção à proteção do Patrimônio Histórico do município, isso conectado àquilo que estabelece o Plano Diretor, artigo 14, 12, 13 do Plano Diretor que trata da estratégia da promoção ambiental. Naturalmente, o Patrimônio Histórico está inserido dentro dessa proteção. Então, tem uma interface com o planejamento urbano e em sendo competência da Secretaria fazer o planejamento urbano, a gente estabeleceu na competência. Não está definida a questão das estruturas, se o EPAC vai vir, como que vai funcionar isso, é posterior essa discussão. A gente está conversando, enfim, com o Secretário da Cultura, tentando qualificar, que temos um time extremamente preparado para auxiliar nessas discussões e a nossa ideia é fortalecerem a política de proteção ao patrimônio histórico com esse rearranjo administrativo. Não está dentro da estrutura da Secretaria, é uma discussão que a gente está fazendo internamente de que forma melhor vai ser se promover essa proteção, qualificar a equipe é o nosso objetivo. Perfeito, então, Senhores Conselheiros. Nós temos: **2.1 ATAS: 2858, 2859, 2860, 2861, 2862 e 2863.** Todas disponíveis, a taquígrafa avançou nessas atas e consulto se temos objeção à aprovação das atas ou alguma abstenção, por favor, manifeste-se no chat para a gente ter objetividade na votação da ata. Temos as abstenções: Conselheiro Darci, Conselheiro Emílio, Conselheira Tânia, Conselheira Claudete, Conselheiro Mark, Conselheiro Rafael e Conselheiro Hermes. Aprovadas com 07 abstenções. **APROVADAS AS ATAS**. Estamos trabalhando e exigindo da nossa contratada taquígrafa para botar em dia as nossas atas. Ela tem alguma dificuldade no retorno dessas atas, mas ela acompanha essas reuniões e a gente tem cobrado de forma incisiva, como tinha um passivo desde que ela assumiu, ela tem na medida do possível tentado colocar em dia as atas. Eu não sei quantas faltas, tem bastante atas, mas estamos cobrando, trabalhando para a gente colocar em dia e sempre na reunião seguinte colocar a ata da reunião anterior. Na medida em que ela vai nos disponibilizando a gente vai colando os senhores em votação. Então, passamos a nossa **4. ORDEM DO DIA**. Passamos ao ITEM 4.1, que ainda está em diligência, também o 4.2, 4.3, 4.4 e 4.5. Camila, é importante, junto com a equipe aqui, Patrícia, darmos uma olhada nessas diligências colocadas. Não deve ter uma solução pronta para responder, enfim, aos questionamentos levantados, algum rearranjo de análise, alguma decisão a ser tomada, imagino que seja este o motivo que os processos estejam em diligência. Então, acho importante a Camila e a Patrícia darem uma acompanhada no time para a gente tentar trazer esses retornos. Questão de Ordem da Conselheira Patrícia. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Só uma questão. Eu não sei se vocês sabem, mas a equipe que analisa a estrutura viária migrou para dentro da diretoria. E tendo em vista, foram esses questionamentos que houve em relação a conflitos de gravames, com edificações pré-existentes, enfim, aí a gente resolveu reavaliar os processos e possivelmente talvez a gente altere alguns posicionamentos ali. Então, nesse sentido, que talvez tenha alguns atrasos, porque a gente quer trabalhar com um olhar mais abrangente, com vários elementos. Então, é isso que pode ser que esteja causando um atraso sim. E a questão da reestrutura também. **Germano Bremm, Presidente e**

Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS: Obrigado. Então, nesse sentido, vamos adequando os processos, momentos de transição, de reajuste, em seguida a gente coloca em dia os nossos expedientes. Passamos a discutir o ITEM 4.6 da pauta, onde o interessado é a Companhia Zaffari Comércio e Indústria. É um Estudo de Viabilidade Urbanística na Rua Carazinho, 788. Conselheiro representante da ÁREA, Conselheiro Saffer. O processo foi distribuído em 23/11/2020, o prazo para gelado foi em 02/12. Tivemos já a apresentação pelo planejamento? Ah, tivemos um pedido de diligência do relator. Então, foi colocado em diligência, teve o retorno por parte da EPTC, o retorno foi atendido em 04/12 e hoje teremos o parecer do relator, o Conselheiro Saffer, referente ao expediente. Só que antes da gente oportunizar a fala para o relator fazer o seu relato, convido a equipe do planejamento para fazer só um resumo do que se trata o expediente, depois passo para o relator. Temos um Questão de Ordem do Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, havia maus uma comunicação externa do Mateus Gus, do Coletivo Ambiente Crítico. Não sei se ele estava aí, mas pelo menos está na pauta aqui. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Ele cancelou, Conselheiro. Quem vem pela equipe do planejamento, a Catiane? Então, Catiane, fique à vontade para o período de 5 minutos para fazer nos fazer um relato do que se trata o presente expediente. **Catiane Burghausen Cardoso, Arquiteta da Equipe de Planejamento Urbano:** Boa tarde, Secretário. Boa tarde, conselheiros. Então, o primeiro processo é o 18.0.000135271-3. Trata-se de um Estudo de Viabilidade Urbanística. A interessada é a Companhias Zaffari Comércio e Indústria, localizado na Rua Carazinho, 788. É um EVU de projeto especial de impacto urbano de segundo grau, empreendimento com mais de 400 vagas de estacionamento e flexibilização de altura. É um projeto de supermercado com o 4497 m² de área adensável. Um supermercado que possui carteira de habilitação emitida em 93 e mais implantação de duas torres residenciais novas no Centro Comercial. O projeto contempla as atividades de habitação multifamiliar, supermercado e comércio varejista com 77 economias no total, 56 apartamentos, um supermercado, 20 lojas e 595 vagas de estacionamento. Solicitou flexibilização de altura, uma extensão da subunidade 3 para a subunidade 1, altura máxima de 42 para 52 metros e altura da base de 4 para 9 m, com base no art. 61, Inciso II, Plano Diretor. Aqui tem a implantação do empreendimento e uma imagem em 3D. Ele é localizado na Região de Planejamento 1, no bairro Petrópolis e fica nesse triângulo formado pela Rua Carazinho, Travessa Coronel Antônio Carneiro Pinto e Avenida Nilópolis. Aqui a gente tem a imagem de satélite localizando onde é o empreendimento. Ele foi analisado pela CAUGE, pelas diversas Secretarias que se manifestaram quanto aos condicionantes. Com relação à flexibilização de altura a SMDE se manifestou reforçando os conceitos urbanístico para balizar a flexibilização, que seria a fachada ativa nas três fases do empreendimento e a priorização do pedestre. A CAUGE aprovou, então, o EVU no dia 11/11/2020. O empreendedor deverá firmar termo de compromisso com o município, o qual é condicionante para o licenciamento urbanístico e ambiental do empreendimento, prevemos medidas mitigatórias apontadas no EVU. A SMAMS condiciona a aprovação do projeto arquitetônico, o termo de compromisso, para execução das obras e serviços de revitalização da Praça André Foster e da Praça Breno Vignoli. E para a carta de habitação o recebimento das obras e serviços dessas praças. A CEPAIC se manifestou favoravelmente com alguns condicionantes para a próxima etapa, incluindo estudo de impacto de tráfego, que deverá ser ajustado de acordo com o plano funcional. E mais algumas questões com relação ao projeto arquitetônico, bloquear espaço de acumulação de (Inaudível), garantir 12 vagas para ponto de táxi, além do desenvolvimento dos projetos

executivos, de sinalização viária e demais intervenções. E para o Habite-se também a implementação de todas as intervenções, descartes e a substituição de paradas de transporte coletivo para o modelo parada segura. A Secretaria de Saúde também condicionou a assinatura do termo de compromisso, no qual constará a obrigação de executar as obras a serem executadas no Centro de Saúde, também com o recebimento das obras para emissão da carta de habilitação. DEP e DMAE não tem oposições com relação ao empreendimento. A Secretaria Municipal de Cultura nada a se manifestar. A SMED também, a Secretaria da Fazenda também não. E foi encaminhado para o parecer da CAUGE a fim de aprovação pela SMDE, considerando o parecer do grupo de regulamentação do PDDUA. Obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Catiane, pela apresentação, que nos resumiu rapidamente um pouco do que se trata o presente expediente. Nesse sentido, passo a fala para o conselheiro relator pelo período de 10 minutos, vai poder fazer uso da palavra. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Boa tarde a todos os colegas. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Só um pouquinho, tem uma Questão de Ordem do Conselheiro Rafael. Eu não tinha visto. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Só me parece, Secretário, faltou na apresentação um tema desse processo, que é essa figura inédita, para não qualificar de outra maneira, uma transladação. Isso demanda uma presunção, quer dizer, é um parecer importante que está da CAUGE, é isso que vem geral nas apresentações. Por isso que eu pedi a Questão de Ordem. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem. Obrigado, Conselheiro. Naturalmente, ali é um resumo que a equipe faz. Agora o Conselheiro Relator vai ter 10 minutos para poder exaurir o processo e é público, todos podem acessar. Conselheiro Saffer com a palavra. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Só queria lembrar que eu tinha posto em diligência, foi aprovado, eu estava pedindo que fosse apresentado um estudo de impacto de tráfego, assim como um plano funcional, que foi aprovado Então, a EPTC respondeu que estava desatualizado, que deveria colocar, essa é a resposta da EPTC que foi anexado no processo há bastante tempo. Eu vou fazer o relator para poderem acompanhar. O translado que o Rafael está falando, não sei se é esse o termo que ele falou, acho que vou abordar. Se não for o Rafael pode me perguntar. Vou tentando misturar com o meu parecer e algumas coisas que eu preparei aqui, as plantas baixas para poderem entender o empreendimento. Então, é um pouco redundante, às vezes a gente esquece, porque a gente prepara a apresentação, mas é aquele Nacional que existe hoje na frente da Praça da Encol, para vai ficar bem claro ali, na Carazinho com a Nilo Peçanha. Então, fica mais fácil. É essa área vermelha aqui na frente, escrito “praça da Encol”. E aqui estão as duas praças que mais adiante foi citado ali, que tem algumas contrapartidas que tem que atender essas duas aqui. Essa e aquela no final ali, que hoje já tem uma feirinha aqui e essa é aquela que vai dar uma entrada lá para o estacionamento do Grêmio Náutico União, lá em cima, um pouco na Nilo Peçanha. Então, trata-se o presente expediente de Estudo de Viabilidade Urbanística de projeto especial de impacto de segundo grau, localizado na Avenida Nilo Peçanha, bairro Petrópolis, que obteve o Parecer 128/2020 na CAUGE, em reunião realizada de 11/11/2020. A CAUGE emitiu diretrizes em maio de 2019, foi protocolado o EVU de edificações em 25/11/2019. Terreno composto por três matrículas soma 10.235 m e localiza-se no loteamento regular Chácara Santos Neto, fazendo frente para a Nilo Peçanha, na Avenida Carazinho, Travessa Coronel Antônio Carneiro Pinto e

pertence a Macrozona 1, UEU 42, Quarteirão 57, composto por 3 matriculas, estando localizado em duas subunidades, para frente da Avenida Nilópolis está aproximadamente 65,56% na sua Subunidade 3. E na frente, para a Travessa Coronel Antônio Carneiro Pinto está 34% na Subunidade 2, com seguintes os seguintes regimes urbanísticos. Aqui embaixo, onde tem a planta baixa, é a Nilo Peçanha. Então, é mais para entender que está em um corredor e o terreno é maior, onde existem dois regimes urbanísticos. A diferença entre um e outro aqui, a altura máxima atrás é 42, aqui na frente é 52. A taxa de ocupação quando está em corredor pode ser uma taxa de 90 e os demais 75. A base também muda, que são as indicações que podem ser na divisa de 9 e lá é 4 m. É um projeto contendo as atividades de habitação multifamiliar em duas torres de 15 pavimentos, supermercado, comércio varejista, 77 economias (Inaudível), 156 apartamentos, um supermercado, 16 lojas, totalizando 55.491... Tem algo errado aqui, deve ter alguma coisa de área construída. Com 20.932 m de área adensável, sendo 4.555,17 da aquisição de solo criado de grande adensamento. Terá no empreendimento 190 boxes para o supermercado e 190 boxes para as lojas e 215 boxes residenciais. Então, mais ou menos eu tentei deixar mais claro, aqui aquela linha que era dos dois regimes que eu mostrei antes e as duas torres, do lado esquerdo é a Carazinho, lá no fundo aquela rua de fundo, que já tem várias edificações residenciais. E aqui é a Nilo Peçanha, que do lado dele tem outro shoppingzinho abaixo de um pavimento. Então, só para vocês se localizarem. O empreendedor deverá firmar termo de compromisso com o município, no qual é condicionante para licenciamento urbanístico e ambiental do empreendimento, prevendo medidas mitigatórias aprovadas no EVU e foram definidos os seguintes condicionantes: condicionante da SMAMS – para o licenciamento do projeto arquitetônico, assinatura do termo de compromisso no qual constará a obrigação de execução de obras e serviços de revitalização na Praça André Foster e na Praça Breno Vignoli, que eu já tinha explicado, mas volto, são essas duas praças que eu marquei aqui. Condicionante para emissão de carta de Habite-se, termo de recebimento das obras, serviços de revitalização da Praça André Foster e na Praça Breno Vignoli. Condicionantes da EPTC: A EPTC em reunião de 04/11/2020 manifestou-se favorável, proposto de acordo com o Plano Funcional 04 e da proposta de EVU da Nilo Peçanha, que é uma planta que eu botei em pedaços, não toda para vocês poderem entender, mas a gente vai mostrar, com condicionantes para as próximas etapas. Na página 77 do EIT são feitas considerações de como foram atendidas as diretrizes para o EVU, através do parecer da EPTC e CPAIC 1181/19. Na página 80 também, o que eu pedi e foi comentado, é o Estudo de Impacto de Tráfego, foi respondido com o comparecimento da EPTC através do parecer da CAUGE 07/2020. Ou seja, houve algumas apresentações, algumas negociações entre a EPTC para atender alguns quesitos e dúvidas no Estudo de Impacto de Tráfego apresentado. Para a etapa de projeto arquitetônico, então, ele deverá ampliar o espaço de acumulação do *porte-cochère* da Nilo Peçanha, garantindo maior atendimento para embarques e desembarques para o fluxo principal da via, considerando as interferências e conflitos existentes que serão ampliados na implantação do empreendimento na faixa exclusiva para transporte coletivo. Ainda não está implantado, mas a EPTC está criando ali, como em vários lugares em Porto Alegre, estão criando as faixas exclusivas para o transporte coletivo. Deverá ajustar também o projeto de modo a garantir um espaço para 12 veículos para o ponto de táxi, equivalente a 60 m. Esse espaço deve ser dividido entre a área interna do ponto fixo do empreendimento comercial e o anexo na parte externa do empreendimento, se for o caso. Se ele conseguir atender todos na parte externa, não precisa ter na parte interna. Hoje existe um ponto de táxi na Nilo Peçanha e ele está sendo passado para a rua lateral para liberar, por causa do corredor de ônibus. Para a etapa de projetos complementares deverá desenvolver e aprovar junto à EPTC e à SMIM, demais

Secretarias envolvidas, projetos executivos incluindo projeto de sinalização viária das intervenções viárias resultantes do Plano Funcional Viário aprovado. Deverá desenvolver e aprovar o junto à EPTC projetos, equipamentos e licenças em cinco pontos na Nilo com Nilópolis, com Carazinho, com Carlos Trein Filho. Na Carazinho contra a Coronel Antônio Carneiro Pinto, a Nilo Peçanha com a Nilo e também encontro com a Juí e duas novas travessias na Nilo Peçanha. Permissão do Habite-se do empreendimento, implantar intervenções propostas no Plano Funcional, conforme projetos aprovados. Implantar CTAC, conforme descrito no tópico anterior, substituir as paradas de transporte coletivo por área de influência direta ao empreendimento por modos de parada segura e atender a Lei nº 626 do Plano Diretor Cicloviário integral e atender a relação da EPTC, que é a questão da doação. Aqui na planta, vou mostrar rapidamente para vocês, são as duas torres residenciais na implantação. Esse nível aqui é o nível que dá para a Carazinho. Então, quem está na Carazinho vai ter um acesso subindo pela escada ou pela rampa, ao supermercado, que está nessa região e o mesmo vai ter acesso a uma loja que tem aqui nessa região. Nesse nível aqui, também pelo lado esquerdo e pela rua é o acesso. São duas torres, a torre da esquerda, a Torre B é o aceso pela rua da esquerda. Pela rua dos fundos podem ver que estão aqui no fundo duas circulações para atender essa Torre A, dos fundos lá. Então, esse é o nível da Carazinho, eu estou indo de cima para baixo. Então, este aqui é o nível da rua dos fundos, que terá este estacionamento e a rua dos fundos também já tem acesso a essas lojinhas comerciais. Então, pelo fundo já tem acesso, aqui vai ter o acesso também, estão separados os acessos residenciais dos acessos comerciais. Esse acesso aqui, esse pavimento é o acesso pela Nilo Peçanha, não é ainda o acesso pela rua de trás, eu me enganei. Esse aqui é o acesso pela Nilo Peçanha e está no nível dessas lojinhas aqui. Nesse pavimento sim já é o acesso por trás e em bordô são os acessos residenciais e verde é um acesso comercial. E aí tem mais um subsolo que leva também para um segundo subsolo aqui. Os estacionamentos tem bicicletário, se não me engano, neste aqui tem estacionamento para visitantes, que foi tudo exigência da EPTC. Aquilo que a EPTC pediu também, que neste pavimento tivesse um *porte-cochère* para a questão de Uber ou outra coisa nesse sentido que viesse aqui para o supermercado e não atrapalhasse aqui a Nilo Peçanha. Aqui o *porte-cochère* para o acesso da torre de trás. Então, acho que praticamente apresentei o projeto para vocês entenderem o meu relat. Aqui está o plano funcional, aqui o corte para vocês entenderem. Eles estão pedindo uma parte de altura, que eu vou explicar mais adiante, que é essa área vermelha, porque com o regime urbanístico pode se entender que a parte que a Nilo Peçanha tem dos fundos é outra, eles estão pedindo para unificar isso. E aqui está o plano funcional aprovado pela EPTC, que está reproduzido nas plantas. Então, em resumo, são os acessos comerciais, as setinhas azuis, tem um acesso pela Coronel Antônio Carneiro, tem um acesso pela Carazinho, tem acesso pela Nilo Peçanha, os roxos são os *porte-cochères*. E esse vermelhinho à direita um acesso residencial para o estacionamento. Aqui vai ser incluída uma sinaleira aqui, que não existe, nesse entroncamento da Carazinho com a Antônio Carneiro, estão colocando um estacionamento. Aqui também está se criando uma nova sinaleira para a nova passagem para pedestres, para a direita junto a esse shoppingzinho que existe. E esse azul também é a faixa nova, que é tipo via exclusiva para ônibus. O ponto de táxi está aqui em cima na Carazinho, que foi feito um alargamento aqui na Carazinho. Aqui se não me engano também vai ter uma sinaleira nessa rua que desce. Vou pedir um pouquinho mais de paciência, porque eu tenho eu estou na segunda e são cinco folhas. Condicionantes da SMAMS, condicionamento para licenciamento de projeto arquitetônico e assinatura de termo de compromisso no qual constará a obrigação de execução de obras a serem executadas no Centro de Saúde, relativo ao impacto do

incremento populacional decorrente do empreendimento. Condicionamento para emissão de carta de Habite-se, termo de recebimento das obras a serem executadas. Parecer do GRIP. Então, é o seguinte, a SMURB através do seu setor emitiu um parecer de Termo de Comparecimento 23/2020, citando que o requerente atendesse a Lei nº 246/2001, que proíbe no Município de Porto Alegre a construção de estabelecimentos comerciais de alimentos e congêneres com área superior a 2.500. Isso aconteceu em um comparecimento. O requerente apresentou a GRIP, que é aquele grupo de regularização pedindo o pedido de aplicação do seu empreendimento, o art. 2º, § 1º da Lei nº 4461/2001, alterada pela Lei nº 523/2005, pois trata-se de transladação... Está aí o termo que o Rafael usou... Da construção atualmente existente em lugar de um terreno para outro ponto do mesmo terreno, com a mesma área edificada. Área adensável de 4497. Então, hoje o Nacional que existe lá tem essa área aqui. A lei tinha aquela limitação e eles estão pedindo, dessa forma solicita o que perde a aplicação da exceção do art. 2º, § 1º, diante da inexistência de novos impactos urbanos e ambientais a serem aferidos, eis que analisados no ano de 2001. O art. 2º que ele se refere diz o seguinte: “Excetua-se do disposto do art. 1º os empreendimentos que possuem em vigor estudo de viabilidade e termo de referência para elaboração de Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto de Meio Ambiente – EIA RIMA, até a data de 18 de janeiro de 2001; § 1º - Para empreendimentos já existentes com área computada maior de 2.500, localizados fora da área adstrito do § 1º do art. 1º, fica vedado o aumento desta área. Para empreendimentos com área computada menor de 2.500 será permitido o aumento da área no limite do art. 1º desta lei complementar, observando as demais normas e obrigações estabelecidas”. O GRIP em 20/08/2020 emitiu o seguinte parecer para interpretação do art. 2º, que eu citei acima. O GRIP entende que neste caso, em casos semelhantes, esse parecer torna-se tipo uma jurisprudência, um relatório qualquer para qualquer outra pessoa que entre e entenda que esteja sendo atendida por esse parecer do GRP. Então, entende que para este caso e casos semelhantes, para fins de enquadramento do empreendimento do § 1º, do art. 2º, considera-se como parâmetro mais adequado para sua aplicação o impacto urbano pré-existente no local no momento da promulgação da lei e não da edificação de suas características. E no § 1º do art. 2º toma como parâmetros apenas a manutenção da área e nada refere-se quanto ao primeiro perímetro, locação e altura. Independente do parecer do GRIP a PGM também fez um parecer no nosso processo aqui, referente ao próprio parecer do GRIP, porque a PGM já tinha feito um parecer anterior, que era o seguinte, interpreta exclusivamente a Lei nº 523/2005 e suas aplicações no caso concreto do empreendimento Zaffari Nilópolis. A discussão estabelecida foi no sentido de recorrer, que como não há mudança de área de atividade o empreendimento goza do direito de invocar a seu favor, a exceção do § 1º do art. 2º. Já o parecer da PGM 1123/2005, aponta a abordagem diversa, inicia abordando acerca da legislação aplicável no caso, justamente porque o empreendedor na época SONAI, que era o antigo dono do hoje Nacional, utilizando a condição de projeto especial pretendeu aumentar a área do empreendimento de supermercado. E por tal razão invocava a não aplicação àquele empreendimento, não sendo permitido o aumento. No parecer da GRIP, o Projeto EVU em questão, o empreendedor declarou que manterá a área atual para atividade e sim mudando de lugar no terreno a área existente, de modo que especificamente o empreendimento Zaffari Nilópolis não se assemelha ao empreendimento SONAE, o que motivou o parecer da PGM, razão pela qual não cabe a sua aplicação no caso concreto. Dessa forma a PGM manifestou-se pela ausência de conflito entre pareceres da PGM e CRIP, não sendo contrário ao parecer do GRIP. Então, só para vocês entenderem melhor, existe uma legislação que eles poderiam, se fosse só reformar e usar, sem aumento de área desses 4

mil, eles poderiam usar esse empreendimento que já está lá, porque como a lei não estava clara e explícita, ela não deixava claro é um perímetro e locação. Então, eles estão querendo usar a mesma área já construída, mudando o local dentro do próprio empreendimento. Quase no final aqui o parecer da SMDE à SMURB, pediu o seguinte, flexibilização da altura da subunidade 1, concedidas através de EVU, da edificação protocolada em 17/12/2018. Então, foi concedida uma altura de 42 para 52, da altura 4 para 19 na Unidade 1. Lembram que eu tinha comentado que é aquela questão que eu comentei aqui em cima. É esse triangulo verdezinho. Então, essa torre estaria com uma ponta fora, pediu extensão e esse prédio também, pediu esse aumento de altura que eu mostrei no corte anteriormente. Então, ele foi solicitado de 42 para 52 e foi aprovado pela SMDE e SMAMS. Também a manutenção do porte de supermercado existente concedido, conforme parecer do GRIP, que eu relatei acima. A questão de índices adensáveis por solos criáveis estão indisponíveis o quarteirão, conforme foi enviado para a UDRE, que se manifestou com parecer favorável, dizendo que estavam disponíveis esses índices. Considerando os fatos acima relatados, a análise por este relator, é favorável ao EVU proposto, conforme Parecer 128/2020, emitido pela CAUGE em reunião relatada em 11/11/2020. Alertamos que na etapa de aprovação do projeto deverá atender a legislação vigente e os condicionantes exigidos por este EVU. Como, por exemplo, Plano Funcional Viário, espaço de 12 (Inaudível) para ponto de táxi, espaço de acumulação antes do acesso comercial. Então, este é o nosso parecer. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Saffer. Um relato longo. Um processo complexo, então, exige um relato mais estendido, naturalmente. Já no último processo estendemos o tempo do relato pela necessidade e importância de se ter. E vamos usar isso se porventura outros processos precisarem. Embora no nosso regimento a gente tenha o tempo de 10 minutos, mas a gente vê que na prática é necessário às vezes um pouco mais. Então, consulto se temos algum pedido de vista? Temos pedido de vista do Conselheiro Felisberto, do Conselheiro Hermes, da Conselheira Claudete. A gente poderia estar discutindo o processo e ser solicitada a vista, mas eu sempre questiono se tem alguém queria fazer a vista, a gente já disponibiliza o processo e coloca em discussão na próxima reunião. Agora, se da necessidade da vista vier no período de discussão do projeto, a gente coloca em vista, conforme prevê o artigo. O Conselheiro Rafael Passos tinha nos chamado atenção já, isso na outra reunião e a gente acolheu naquela oportunidade esse entendimento. Então, temos o Conselheiro Felisberto, Conselheiro Hermes, Conselheira Claudete, Conselheiro Rafael, Conselheiro Gomes e Conselheiro Mark. Mais alguém? De qualquer forma podemos usar o período de discussão. Conselheira Claudete inscrita. O Conselheiro Rômulo. Nós temos pedido de vista, Conselheiros. Então, vamos abrir só para esclarecimentos e a discussão a gente faz a partir do relato de vista, como sempre fizemos, aí a gente abre para discussão. Conselheira Claudete tinha uma Questão de Ordem? **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Boa noite a todos e a todas. Na verdade, assim, como o senhor sempre fez, né, Secretário? Nós sempre discutimos e depois a gente entendeu pela vista, o senhor adotou um procedimento diferente. O nosso regimento é bem claro, ele diz que a vista se dá no meio da discussão. Eu tenho algumas dúvidas. Primeiro eu queria parabenizar o Sérgio, porque trouxe todo o contexto do projeto, trouxe a controvérsia, ele não se esquivou de falar de nenhum ponto, porque nos chama atenção às vezes em alguma apresentação e que não traz o ponto central da discussão, né. Então, Sérgio eu fiquei com alguma dúvida, até coloquei algumas coisas no chat a respeito, tu poderias me esclarecer. Assim, que é o GRIP? E o posicionamento dele em relação à PGM? Eu gostaria que tu esclarecesses quem compõe e qual o posicionamento.

Essa questão de que não vai ter uma alteração, mas parecer que não tem residencial hoje, a questão que vai manter a mesma área, mas vai fazer em outro local. Então, eu gostaria que tu esclarecesses um pouco melhor, até porque eu não sou da área e gostaria de ter um entendimento melhor sobre essas questões. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Claudete. Então, vamos adotar um processo complexo, vamos abrir a inscrição. Além da Conselheira Claudete a gente tem mais alguém inscrito para debater ou fazer algum questionamento? Depois a gente faz a última fala do Conselheiro Saffer como relator. Professor Rômulo, Conselheiro Jackson, Conselheiro Hermes, Conselheiro Felisberto. Professor Rômulo, 2 minutos. **Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Boa noite a todos. Eu vou pedir desculpa para o Sérgio antecipadamente se eu deixei passar, se ele falou sobre isso que eu vou me referir. É o seguinte, essas duas torres residenciais têm posições diferentes, obviamente. Então, a primeira que fica alinhada à Rua Carazinho, que tem a sua maior dimensão no sentido norte-sul. Então, tem grandes fachadas para leste-oeste. Bom, a posição dela me parece sob todos os aspectos favorável, tanto as residências, os apartamentos, quanto ao problema do ambiente urbano a sua volta. a torre que fica no fundo, a torre de trás, ela é ao contrário, no sentido leste-oeste ela tem fachadas grandes norte para sul. Então, sendo que ela tem essa dimensão norte, ela vai projetar sombras sobre os prédios lá do lado da rua. Então, nós temos ali 42 m, provavelmente esses 42 m foram estabelecidos com base na ideia de poder preservar, garantir um mínimo de insolação para os prédios pré-existentes do outro lado da rua. Não sei, isso teria que ser calculado, não sei, não estou dizendo que está errado, mas estou só lembrando que essa questão poderia. Eu não me lembro de ter visto a referência no relato. Obrigado, era isso. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Boa noite, colegas. Parabéns, Sérgio, pelo relato também. A Claudete colocou muito bem aí, foi muito explicativo o teu relato. Uma preocupação que o Emílio levantou ali no nosso chat, que também me preocupa, é a questão dos abastecimentos, eu não vi, não sei se me passou também, mas carga e descarga para veículos de carga mesmo, como fica isso? Se dá para esclarecer um pouquinho melhor esse ponto para nós. Era isso. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Boa noite a todos. Eu até vou ter a ousadinha de fazer uma resposta à Conselheira Claudete. Na verdade, GRIP era um grupo intersecretarias, um grupo bem amplo que foi desmontado no governo, no ano passado. E foi criado um grupo ligado ao Gabinete, com pessoas, aliás, o Gabinete é onde passa tudo. Isso é denúncia dos profissionais da Secretaria. O que também não foi falado e isso eu gostaria de citar, conselheiros, é que tem um parecer da PGM contrário a essa história do translado. Não existe este conceito em urbanismo. Não é aqui que nós vamos inventar para beneficiar o Zaffari, que, invariavelmente, usa de todo o seu poder econômico para fazer o que bem entende. Esse parecer contrário foi substituído por um parecer de uma procuradora, novamente o grupo que analisa os processos, os EVUs foi contrário, pediu vista à PGM e a mesma procuradora que inventou esse conceito lá na PGM defendeu. Quer dizer, uma coisa totalmente ilegal, como já foi dito pela nossa promotora de justiça. Para finalizar, Secretário, eu gostaria de também comentar com os demais conselheiros para que eles saibam o que acontece nas entrelinhas, um grupo de arquitetos muito grande desta Secretaria se revoltou com a safadeza, não existe outro termos, a safadeza desse projeto. Abre uma precedente imoral para que se translade aquilo que não existe, isso é o principal desse processo. E está se abrindo uma luz para isso, o Zaffari da Cavalhada já pediu a mesma coisa de uma área que não existe, eles pegam uma área lá de algum momento

existente, às vezes regular pelo tempo da existência, demole e transladam. O translado como eu disse ali no chat vem do latim, quer dizer transportar, refere-se a transportar os cadáveres. Então, isso aí é um processo que certamente, se passar isso vai para o Ministério Público, Secretário. Eu vou dizer com todas as letras e me responsabilizo, é uma maracutaia para beneficiar o Zaffari. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado pela manifestação. Lembrando que este é um Conselho popular, o senhor tem a oportunidade e o microfone para manifestar a sua contrariedade, assim como se há um entendimento favorável a qualquer projeto, mas devemos sempre respeitar o processo, a tramitação, a hierarquia. A gente tem um Regimento Interno, temos procedimentos dentro da administração a serem seguidos, tem avaliação e instâncias antes chegar neste Conselho, a análise dos mais diversos órgãos regulados e todos respaldados pelo princípio da legalidade que norteia a administração. Então, por favor, eu peço sempre respeito ao trabalho da estrutura da administração, quando o que é debatido de determinados empreendimentos. Pode haver manifestações contrárias dentro, no curso, é natural. Aqui mesmo neste Conselho a gente consegue vislumbrar posições diferentes de técnicos muitas vezes muito divergentes de pontos de vistas e isso também se internaliza dentro da estrutura da administração. Só fiz essa observação porque ouvi palavras desrespeitosas para a estrutura da administração pública e que estão seguindo, inclusive, o papel da Procuradoria-Geral do Município. Então, por favor, se atentem ao devido decoro que exige este Conselho do Plano Diretor. Na sequência o Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** O Rafael também está inscrito, não sei se estava antes de mim. Assim, são quatro colocações que eu quero fazer, a primeira é na RGP 1, e eu vou pedir vista, independente dos esclarecimentos, mas alguns esclarecimentos que eu pedi. O Professor Rômulo já falou sobre a questão da altura impactando sobre os prédios lindeiros, que poderá causar problema para esses prédios, devido à perda do sol. Outra coisa que não ficou claro é que se os dois prédios, Sérgio, só perdem a extensão da base ou da altura? A base, onde vai ser edificado o prédio, e a altura do prédio de 42 para 52, porque me parece que um dos prédios, a base estaria nessa área, que é de 5 m. Eu não sou técnico,mas eu estou fazendo aquilo que me pareceu interessante, a base do prédio em que a extensão da base estaria não na Nilo, no corredor, mas sim, parte dele também estaria no outro de 42m. E que também tem a base que seria de 5 e no corredor é 9. Então, essa é a minha dúvida, se os dois prédios, se o prédio esse aonde são os 42 para 52, aí é a altura e a base, e o de 52 m também se é altura ou a base também, a mesma pergunta. Por fim, a questão, se não há nenhuma questão das ciclovias, porque me parece que há a praça ali perto, a Praça da Encol. Então, há um trânsito, eu não sei como que está a questão das ciclovias nesse bairro. Então, é outra questão que eu vou tratar durante a minha vista. Obrigado e era isso. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro. Eu só lembro que os externos podem acompanhar a nossa reunião pelo YouTube. Este Fórum aqui do Zoom é para os conselheiros. Então, após as falas das entidades a gente convida gentilmente que se retirem da sala e acompanhem pelo nosso canal no You Tube, que passa ao vivo de forma instantânea para todos acompanharem e a gente concentrar neste fórum de debates interno, o chat com os conselheiros. Conselheiro Rafael Passos inscrito. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Primeiro, quero registrar a minha concordância com o Professor Rômulo e agregaria um ponto a mais ao que ele trouxe, além da área de sombreamento ali, que fica bastante comprometido para todas aquelas edificações, em que pese haja ali alguns edifícios um pouco mais altos. Tem

todo um contexto de edifícios mais baixos, o que pode prejudicar bastante a questão do sombreamento. Mas eu complementaria o que trouxe o Professor com outra questão, que é aquilo que está, digamos, no princípio norteador da volumetria, até de antes, né, que em 99 se expande um pouco, mas é a ideia de que nos grandes edifícios haja maior altura, onde as avenidas são maiores, os corredores em envolvimento nas grandes avenidas e etc. E aí, em geral, o que vem para o CMDUA é tipo assim: a gente precisa estender esse edifício um pouco mais? Está bem. Agora, quando se colocam todo um bloco, toda uma torre justamente do lado onde não pode, aí me parece um pouco forçar a barra no sentido da proposta volumétrica do próprio plano. E isso e estou colocando em tese no geral e ali no caso específico traz todo esse problema de sombreamento, que não traria se fizesse esse edifício no alinhamento da própria Nilo Peçanha. Por outro lado, traria ali uma relação com a praça e com o que se propõe o restante todo da avenida. Em termos de volumetria, ao contrário de uma travessa que vai receber um edifício de 52 m. A questão da transladação, minha leitura, eu gostaria de ouvir da própria Procuradoria se fosse possível, aproveitando que ela está sempre presente aqui, o meu entendimento dessa lei, desses artigos da lei, é que ali se pretendia com esse art. 2º dar o que se chama, aquele tempo que tu olha e fala: "Então, tá, tu vinha com o EVU aqui aprovado, em vigor. Beleza, tem 150 dias, tu podes fazer essas alterações e garante ali e tal". Fora disso, com essa leitura, está estendendo ao meu ponto de vista o que pretendia o legislador, de garantir para quem já vinha tramitando um processo, para quem já tinha um EVU aprovado. E não é esse o caso. E mais eu diria, o que se dizia dessa lei há um tempo era que ela até se chama "lei Zaffari", porque o Zaffari usou dessa lei para reduzir, não permitir que outros concorrentes tivessem lojas maiores e isso provocasse uma concorrência diferente daquela que ele gostaria. E agora dá uma... Não sei se isso pode chamar de "chicana", aquela coisa, mas me parece muito isso e agora se pede uma chicana para fazer uma nova interpretação bastante esdrúxula fora de lugar da lei, daquilo que está, repito, posto como garantir para quem vinha encaminhando lá no período da legislação, da aprovação da lei, garantir que ele não fosse impactado tão prontamente para dizer assim: "Dez anos depois ainda vale". Mas eu gostaria de ouvir a Procuradoria. Esse é o meu encaminhamento e pedido de vista para melhor nos instruir e responder aquilo que foi questionado, se há pareceres contraditórios dentro da própria Procuradoria e de técnicos da Prefeitura Municipal, da Secretaria. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Rafael Passos. O Conselheiro Saffer para falar por último. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Eu vou tentar responder. Eu queria esclarecer algumas coisas para colaborar. O processo, até o Rafael disse que quer ouvir de algumas pessoas da Procuraria, está ali, eu li bastante atento. No SEI tem o processo, tem um estudo de impacto que eu pedi, tem também o de tráfego viário. Então, todas as informações estão ali. Alguém perguntou o que era o GRIP, né? O GRIP já existia, o Hermes tentou explicar isso, ele é composto pelo representante do escritório, foi atualizado, porque alguns nomes de secretarias mudaram, mas mais ou menos os componentes são os mesmos. É o pessoal do Escritório de Licenciamento, o Escritório de Planejamento Urbano e Sustentável, tem a DGPDSDU, tem o Coordenador do Planejamento Urbano, Coordenador de Políticas Sustentáveis, Planejamento de Edificações, Planejamento de Desenvolvimento Urbano, Assessoria Técnica da SMAMS, Assessoria do Escritório de Licenciamento, a Procuradoria. E esse grupo já era antigo, exatamente porque aconteciam algumas dúvidas ou interpretações de legislação e até nós mesmos, eu era um que estava batendo e pedindo que esse grupo fosse reativado, porque volta e meia tem alguma dúvida de legislação e a gente quer que tire essa dúvida e não fique na cabeça de quem está

analisando, aí tu ficas inseguro. Então, que se torne um parecer para qualquer pessoa que esteja procurando algum projeto dentro da prefeitura. Aqui, quem me perguntou, está a doca e a EPTC solicitou. Então, tem quatro docas aqui de caminhões, que é quase a mesma posição que já está já está hoje a doca do super. O super hoje está praticamente na mesma posição. Eles pediram isso por causa do subsolo, por causa das alturas, de poder fazer mais estacionamentos por causa das torres residenciais, porque a doca está exatamente na mesma posição. Sobre as alturas, eu comentei isso com o Felisberto, até eu acho que é assim, é permitido sim essas alturas aqui nos fundos, aqui é permitido 42, pessoal. Estão pedindo altura de 3 pavimentos a mais nessa zona aqui dos fundos. Quando eu quis dizer da base, é isso, já existem aqui no fundo essas edificações. E o prédio, o que está se pedindo são três pavimentos e não é como disseram que não pode, pode botar prédio de 42 m ali na parte de trás. Então, aqui no corte podem ver essa diferença que está mais ou menos 3 pavimentos que eles estão pedindo. Essa questão da legislação, que é a "lei Zaffari", como citaram, não é que tenha que estar tramitando um projeto e EVU aprovado. O que tinha no artigo, porque eu já tramitei algumas outras vezes, é o seguinte, se tu tens um prédio legalizado, com mais de 2500 e quer fazer alguma reforma, quer fazer alguma adaptação, alguma coisa assim, ele tem direito adquirido, desde que não seja aumento de área. É isso que diz, só que o que a legislação deixava claro, se essas alterações falavam sobre alturas e taxas que pudessem fazer essa alteração. Eu não vi no processo, Claudete, alguma divergência de parecer. O que eu vi é que perguntaram para a PGM e a PGM esclareceu que naquela época o Nacional pediu a partir desta exceção o aumento de área e disseram que ele não teria condições de fazer um aumento de área de 2.500, que queriam aumentar, inclusive, esses 4.500, queriam aumentar mais de 4500 hoje existente lá e foi negado. Neste caso eles não estão pedindo o aumento da área, tem esse termo que eles usaram e houve esse entendimento de fazer o translado para poder fazer as torres residenciais e fazer mais subsolos. Então, essa é a questão. Da questão das ciclovias, eles têm contrapartida de fazer ciclovias pela EPTC, eu não sei se é exatamente bem na frente,mas eu sei que existe até uma parte ali e depois fizeram novas ali, depois da sinaleira para cima. Eu acho que são essas dúvidas, depois podem vir mais alguns esclarecimentos, que eu fico à disposição, não sei se tirei todas as dúvidas. Só deixo bem claro isso, Secretário, atrás poderia ter aquela torre. Eu, particularmente, até deixou meu parecer, eu achei interessante, porque a gente não vai perder esse visual que a gente tem da praça, da amplitude da praça, que é uma sensação bem agradável e da esquina também. Então, eu entendi que ele estava procurando a relação das edificações com a parte residencial, no fundo é residencial, do lado esquerdo na Carazinho é residencial e deixou aberta para essa relação, porque já tem um shopping a direita com a praça e a esquina ficou bastante aberta também. Então, eu achei interessante. Sobre a base, só para vocês entenderem, hoje já está até maior do que a base que estão pedindo. Hoje é assim (Slide) no fundo e aqui está a doca que eu comentei aqui. É a mesma posição da doca. Então, eu acho interessante, eu estou moscando aqui para vocês, porque ele vai permitir talvez um pouco mais. Esta visão que eu estou vendo aqui, ele vai manter uma relação com a praça, o que vai ter aqui, atrás dessa árvore vai aparecer uma edificação, vai mudar o visual com relação a Carazinho. São esses os esclarecimentos. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Saffer. Bem esclarecidas as questões. Naturalmente, agora de a gente tem os pedidos de vista e o processo volta a ser debatido na próxima reunião. Só confirmando, solicitação de relato de vista o Conselheiro Felisberto, Conselheiro Hermes, Conselheira Claudete, Conselheiro Rafael, Conselheiro Gomes e Conselheiro Mark. Temos mais algum pedido de vista? Em

não havendo a gente retorna na próxima reunião a discutir, colocamos após os relatos de vista em discussão e depois em deliberação. **PROCESSO SEGUE PARA RELATOS DE VISTA**. Questão de Ordem? **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Não é Questão de Ordem, só esclarecer que a questão do translado, só para entender, não está se trazendo a área de nenhum outro terreno para este terreno, como se comentou de alguns processos. Então, só queria deixar bem claro isso. Ele é uma área existente no local, o translado é dentro do terreno. Deu entender, quando o Hermes comentou ou eu interpretei dessa forma, como se tivesse aprovado em uma região e faz o translado de uma área construída para outro terreno, mas não é isso. Obrigado, Secretário **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Saffer, muito esclarecedor. Então, passamos para o ITEM 4.7 da pauta, é um Estudo de Viabilidade Urbanística na Coronel Marcos, 1719. A Conselheira relatora não está presente na data de hoje. Então, foi solicitado, embora a gente tenha a representação da METROPLAN aqui, que se pudesse postergar para a próxima reunião esse relato de vista. A gente tem relatos da ACESSO, RGP 1, OP, SAERGS, ABES, RGP 6 e IAB. Então, como depois do relato de vista a gente colocaria em discussão e em não tendo a relatora aqui para poder esclarecer alguma dúvida, acho que fica um pouco prejudicada a discussão, Então, postergamos para a próxima reunião esse debate. Questão de Ordem do Conselheiro Hermes e depois Conselheiro Gomes. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Obrigado, Secretário. Até ficou meio vencido, é que eu pedi Questão de Ordem porque eu tive um problema no computador, no Word, na verdade, e até encaminhei o meu parecer de vista deste processo que o Senhor acabou de mencionar escrito à mão. Eu peço até que desconsiderem até a próxima reunião. Com certeza eu vou conseguir resolver e vou reencaminhar digitalizado. Acho que fazia mais de 30 anos que eu não fazia um parecer desses, manuscrito assim, até ficou doendo a minha mão. Obrigado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Boa noite, Presidente. Boa noite, conselheiros. A questão é bem simples, Presidente, eu pedi diligência e houve a resposta da diligência. Então, como tem vários conselheiros que pediram relato de vista, confirmar se eles receberam essa resposta. Eu já estou com ela, já li e tal, ia comentar hoje. Vamos deixar para a próxima semana. Então, reforçar com os demais conselheiros que pediram vista que deem uma olhada na resposta do que tínhamos pedido. Seria isso, Presidente. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Gomes, pela lembrança, está disponibilizado no SEI. Questão de Ordem da Conselheira Claudete. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Referente a este processo eu gostaria que fosse liberado para Parecer nº 07, que foi excluído no sistema, ele foi incluído e depois ele foi excluído, até porque a Procuradora refere esse parecer e ele não consta mais. Então, eu não tenho nem como entender o entendimento dela, na verdade, sem ter o conhecimento daquilo que ela está referindo. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Claudete. Ele foi anulado, então, não tem a possibilidade da gente reabrir aqui, foi anulado e feito outra manifestação para corrigir algum erro. Tem essa possibilidade no SEI, se a gente erra, tem algum erro, tem essa possibilidade de anular. Então, não tem como reabrir. Enfim, a Camila verifica essa questão e esclarece, eu estou falando de forma genérica. A gente tem o ITEM 4.8 da pauta, é o Expediente 19.0.000110850-9. O interessado é o Município de Porto Alegre, um gravame de traçado viário em área verde no Beco 5 da Rua Amapá. A RGP 3 é

o relator. Foi distribuído em 27/11 e redistribuído para a RGP 3 em 02/12. Eu vou pedir para a equipe de planejamento só nos lembrar, fazer um resumo do que se trata e depois passo para o relato. **Catiane Burghausen Cardoso, Arquiteta da Equipe de Planejamento Urbano:** Então, o processo é um gravame de traçado viário e área verde. Na verdade, trata-se de um ajuste de traçado de área verde no Beco 5, Rua Amapá e requerente é a comunidade local através da associação, da PGM. Está localizado na RGP 6, no Bairro Vila Nova e aqui na imagem de satélite a gente consegue ver em azul tracejado o Beco 5. A solicitação tem origem no processo SEI onde consta a intenção da comunidade em transformar o terreno em via pública, pois segundo relatos constantes no referido processo havia reclamação de que no local havia lixo, capim alto, esgoto a céu aberto. Aqui a gente pode ver melhor na imagem a proposta do gravame. A justificativa foi através dessa intenção da comunidade em transformar o terreno em via pública, conforme manifestação da Equipe de Regularização Fundiária da área e vistoria foi identificado que não há ocupação irregular de sobre a área, que a comunidade é contra o cercamento, pois o terreno é utilizado pelos moradores para se deslocarem entre o Beco 5 e a Rua Líder Comunitário João da Silva. O processo foi relatado nas SETAPS, que emitiu parecer favorável ao gravame viário sobre o próprio municipal destinado a equipamento. Então, a equipe que analisou o traçado apresentou a proposta do gravame com as seguintes considerações: as conexões de malha viária existentes no local, o despacho da EPTC favorável ao gravame, o fato de que o terreno não tem medidas mínimas necessárias para implantação de equipamentos comunitários de saúde e de educação e a necessidade de deslocamento que melhora a mobilidade dos moradores do beco. A importância de estabelecer ligações que facilitem e qualifiquem a circulação local. Aqui a gente tem os anexos da minuta de resolução, onde é possível ver o gravame. Então, a Coordenação de Desenvolvimento Urbano praticamente no seu despacho considerou que a equipe já tinha falado com relação às questões de análise. E ainda que pretenda atender a demanda do Ministério Público, Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística que instaurou o inquérito civil, que atende apurar as medidas concretas no sentido de transformação da área, que hoje é uma passagem de veículos consolidada em via pública. Assim encaminhou a este Conselho para deliberação. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Catiane, pela apresentação. Na sequência eu passo a palavra para o nosso Conselheiro representante da RGP 3, relator do processo, Conselheiro Jackson. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Boa noite mais uma vez aí. Eu já anexei meu relato no processo, já encaminhei a Camila. Primeiro quero agradecer à bela apresentação da colega aí, foi bem esclarecedor em cima do que eu já tinha. Muito bom. Vamos lá, Expediente 19.0.000110850-9. Assunto: alteração de gravame e prolongamento do Beco 5, Rua Amapá até a Rua Líder Comunitário João da Silva, localizado na UEU 02 da Macrozona 5, Bairro Vila Nova, RGP 6. Conforme o Despacho nº 10639124, a PGM emitiu Nota Técnica nº 358/2020, informando tratar-se de uma demanda solicitada pela comunidade, além de atender uma demanda do Ministério Público Estadual, Promotores de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística, que instaurou inquérito a fim de apurar as medidas concretas no sentido da transformação da área, pois atualmente já é uma passagem consolidada em via pública. Cabe destacar que no Despacho nº 907224 a EPTC manifesta-se favorável, desde que respeitados os raios de concordância da via já existente. A proposta apresentada em croqui constante nos Despachos 956301 e 8369693 criam uma via com 8 m de largura dentro do próprio municipal gravado para equipamentos comunitários. Registro ainda que contatei com o colega conselheiro da RGP 6, Arquiteto Luiz Gomes, com o intuito de

coletar mais informações a respeito da situação, visando aprofundar o meu relato o mesmo me antecipou que pedirá vista ao processo em destaque . Tendo em vista que trata-se de uma via já consolidada, onde a comunidade clama por tal demanda, justificando que seria uma maneira de evitar acúmulo de lixo e esgoto a céu aberto, para facilitar a situação dos moradores, isso já apontado na nota técnica da PGM, pelos argumentos aqui levantados, meu voto é favorável. Porto Alegre, 18 de janeiro de2021. Era isso, Presidente. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Jackson, nosso relator, pela manifestação. Então, favorável à aprovação do expediente, nesse sentido, consulto se temos algum pedido de vista ou podemos colocar em discussão o presente expediente. Então, abro para a discussão, temos inscrito o Com Felisberto. Mais alguns inscrito? Conselheiro Gomes. Abro a palavra ao Com Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu fiquei em dúvida, porque eu vi que tem uma manifestação da promotoria urbanística sobre a questão da via pública. Então, talvez eu não tenha escutado direito o teu relato, eu não vi o teu parecer. Então, eu pergunto, o que esse inquérito civil da promotoria falou? Outra questão, pelo que eu vi é uma demanda da comunidade, a comunidade que está pedindo o gravame. É isso? Era isso. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Presidente, é uma situação bastante simples, porque é uma área verde, no processo está lá que é uma área verde de uma dimensão insignificante para se criar um equipamento público de desfrute da área verde. Naturalmente, a comunidade passou a usá-la como uma via pública, tanto é que se passa de carro nesse beco. Ao longo do tempo houve manifestações de lideranças no OP, a gente viu, inclusive, pedindo que se tomasse uma atitude. Chegou ao Ministério Público e o Ministério Público faz exatamente esse pedido, que se faça uma mudança do uso, que se retire a área verde e crie ali uma via, conforme o processo está chegando para nós. Por que eu pedi vista? Em função das próprias lideranças que já tinham me falado isso ao longo do na retrasado, ao longo do ano passado parece que não existir, para a gente fortalecer a demanda e trazer para cá. Isso está na minha região. Então, em respeito a esses líderes, já está combinado de na semana que vem, eu vou a local só para referendar a posição do Conselheiro Jackão. A questão é clara e comum, mas vou fazer u ato mais formal em respeito a essa comunidade, pela sua demanda. Às vezes acontece muito, a demanda vem e demora muito tempo pelos processos das tramitações e a comunidade perde a noção por onde anda a demanda. Quando o Orçamento Participativo funcionava, muitas vezes você conseguia essas informações na reunião do OP, fazia essa ligação entre várias coisas, entre vários conselhos e tu tinhas essa informação lá dentro. Então, eu vou lá fazer esse esclarecimento e na próxima reunião a gente traz o relato de vista. é isso aí, Presidente. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Gomes, pela manifestação. Conselheiro Jackson, quer falar? **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Sim, eu estava lendo no chat o questionamento da Conselheira Claudete, justamente a questão do equipamento comunitária, que era previsto, até para um equipamento de escola ou saúde e houve esse questionamento do MP pela solicitação dos moradores de haver uma definição ali, porque eles não tinham um cercamento e virou uma rua, é uma servidão. O MP tem o entendimento que não tinha porque, é um espaço que ficou e que se manteve. Eu até procurei o relato aqui, mas eu estou no meu PC de casa e não está aqui. Eu vou ver no escritório e vou passar para vocês. Enfim, o questionamento do MP é em relação ao uso da área. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio**

Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS: Obrigado, Conselheiro Jackson, pela manifestação. Tem uma Questão de Ordem do Conselheiro Felisberto e depois eu coloco em votação o presente expediente. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Vai colocar em votação o parecer? Mas há um pedido de vista, pelo menos me pareceu que o Gomes tinha pedido vista. Eu até me prontifico a ir nesse ato, Gomes e Jackão. Não sei se vocês mantêm ou querem que seja votado. Eu fiquei em dúvida, mas não era essa a minha Questão de Ordem. A minha Questão de Ordem era sobre o adiantado da hora, o próximo processo não será colocado em pauta, né? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Deixa eu consultar o Conselheiro Gomes. Solicitou vista? Eu não compreendi. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Sim, Inclusive, manifestei o desejo de fazer vista ao Jackão e consta no relato dele que eu iria pedir vista. em função dessa questão com o pessoal da região. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Então, temos vista do Conselheiro Gomes e do Conselheiro Mark. Então, Senhores Conselheiros,, realmente, são 20 horas. Temos o ITEM 4.10 da pauta, é um processo complexo, tem várias apresentações de relatos de vista. então, a gente posterga para a próxima reunião, considerando o nosso período de reunião, que é das 18 às 20h, na próxima reunião a gente avança. Questão de Ordem da Conselheira Claudete. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Secretário, aproveitando que o senhor está falando que o processo é complexo e temos vários pedidos de vista na verdade, ele não envolve apenas um projeto, também tem um encaminhamento do DEMHAB. Então, eu gostaria de solicitar e peço vênia a meus colegas, que fosse designada uma sessão exclusiva para a gente tratar deste processo, porque a gente não pode tratar questões tão delicadas e tão difíceis dessa forma, em 1 minuto, 2 minutos, sem réplica, sem tréplica, ainda mais quando se trata da vida de pessoas. Então, eu gostaria de fazer essa solicitação. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem. Obrigado, Conselheira Claudete. Lembrando que a gente tem a oportunidade de fazer um momento tanto do relato, depois o relato de vista, temos disponível o processo para poder fazer análise. Se, porventura, durante o relato restar dúvida temos toda a equipe com condição de prestar esses esclarecimentos. A formalidade do processo permite essa ampla discussão. Na verdade, a gente fez esse relato ainda no ano passado. Então, eu acho que teve bastante oportunidade dos conselheiros poderem fazer a análise e avançar Eu acho que não tem problema de postergarmos para mais uma reunião, não vejo que ele exija especificamente um processo. Lembrando que aqui nós estamos aprovando o empreendimento, não necessariamente a partir da aprovação do empreendimento a gente vai ter resolvido a questão das famílias, aí depois é outro ato, outro movimento nos processos com relação à questão da realocação das famílias. aqui é a possibilidade de um empreendimento poder pagar por meio de compra assistida essa realocação das famílias do local. Conselheiros, agradeço a oportunidade e desejo uma excelente noite. Obrigado pela troca, pelo aprendizado. Até mais! **(Encerram-se os trabalhos da plenária às 20h00min).**

_____ _____

Germano Bremm **Secretária Executiva**

929 **Presidente** **Relatora**

930

931 **Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2021, ... retificações:**

ATA ORDINÁRIA Nº 2876/2021

(Obs.: Ao final da ata consta a Minuta de Instrução Normativa na íntegra)

Aos vinte seis dias do mês de janeiro de dois mil e vinte um, às dezoito horas, reuniram-se para reunião ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, via ZOOM, denominado PLENÁRIA VIRTUAL DO CMDUA, em razão do decreto municipal a fim de combater o coronavírus e a propagação da pandemia entre as pessoas, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: Lisiane Sartori Fioravanço Magni (1ª Suplente), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Júlio César Farias de Miranda (2ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Artur Ribas (Titular), **Gabinete do Prefeito – GP**; Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN**; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular) e Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), **Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS**; Gisele Coelho Vargas (Titular), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE**; Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM**; e Luciane Martins Pinheiro (1ª Suplente), **Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI**. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS:** Rômulo Krafta (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**; Darci Barnech Campani (Titular), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS;** Claudete Aires Simas (Titular), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH;** José Rodolfo Fork (1º Suplente), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA**; Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS**; Fausto Isolan (1º Suplente), **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS**; Hermes de Assis Puricelli (Titular), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS**; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), **Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS**; Rogério Dal Molin (Titular), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:** Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Tânia Maria dos Santos (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4**; Ricardo Angelini, (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Maristela Maffei (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7**; Dinar Melo de Souza (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8**; e Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP – HOCDUA. SECRETARIA EXECUTIVA:** Camila Maders Fonseca Coelho, **Secretaria Executiva da SMAMUS**; Patrícia C. Ribeiro, **Taquígrafa/Tachys Graphen**. **PAUTA: 1. Abertura; 2. Votação Atas: 2863, 2864 e 2865; 3. Apresentação da Instrução Normativa; 4. Aprovação da Instrução Normativa**. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h01min. **1. ABERTURA/COMUNICAÇÕES. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Boa noite, Senhores

Conselheiros, temos *quorum*. Declaramos oficialmente aberta a nossa Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental. Lembrando a todos que estamos ao vivo no nosso canal da SMAMS no YouTube. Então, quem tiver interesse em acompanhar a reunião, por favor, pode compartilhar com aquele interessado, com a comunidade, o link do nosso canal do YouTube, vai acompanhar em tempo real a nossa discussão, que fica também disponível para qualquer cidadão acessar a qualquer momento. A gente tem a nossa representação, está hoje aqui presente: (Lista de presentes na inicial da ata). Temos um convidado ilustre, nosso Presidente de honra aqui neste Conselho, o Prefeito Municipal de Porto Alegre Sebastião Melo, que nos honra com a visita. Vai fazer uma participação especial, o Prefeito Melo que tem um histórico, uma vivência dos conselhos populares aqui em Porto Alegre. Em conversa com ele se entendeu adequado vir prestigiar a reunião deste Conselho, este Conselho que hoje, na sequência, vai discutir uma pauta importante, que é a Instrução Normativa base do processo de revisão do Plano Diretor. A gente vinha construindo isso ao longo dos últimos meses. Hoje estamos em condição de fazer essa discussão na sequência. Então, gostaria de agradecer a sua presença, já de imediato passar a palavra para o Prefeito Melo poder fazer uma saudação inicial. E depois, Prefeito, a gente vai organizar, sabemos da sua agenda, que é complicada, mas vamos distribuir 20 minutos no período de Comunicação para os conselheiros que tiverem interesse em se inscreverem. A gente distribui esses 20 minutos e cada um faz uma fala inicial, depois vamos para a pauta do dia. Este Conselho, Prefeito, o senhor bem conhece, debate processos importantes da cidade, projetos de impacto de segundo grau, todos aqueles que são aprovados inicialmente pelo município, no âmbito das comissões, que no segundo momento vem para ser discutido. Tem representação da sociedade civil organizada, das regiões de planejamento, tem entidades vinculadas ao planejamento urbano, o governo também tem representação aqui. Então, a gente tem calorosos e efetivos debates, às vezes, nos processos, nos entendimentos mais diversos, posições que por muitas vezes são diferentes, entendimentos, visões de cidade um pouco diferentes, mas a gente consegue nessa diversidade deliberar, fazer essa discussão e avançar nas pautas importantes para a cidade. O debate sempre é muito evolutivo. Temos nossos momentos de tenção, os nossos momentos de discussão, mas não há dúvida que a cada reunião a gente sai maus fortalecido, com um aprendizado um pouco melhor sobre o tema, no sentido de sempre construir o melhor para a nossa cidade. Prefeito Melo, com a palavra, fique à vontade. **Prefeito Sebastião Melo (Prefeitura Municipal de Porto Alegre):** Está bem! Bom, primeiro, a minha saudação muito calorosa às Senhoras Conselheiras, Senhores Conselheiros, agradecer pela contribuição que cada um de vocês tem dado a nossa cidade. Eu acredito muito nos conselhos, acredito muito nesta convergência da democracia representativa e participativa. Elas bem trabalhadas podem convergir para uma cidade melhor, para uma vida melhor. Então, queria cumprimentar o Germano, nosso Secretário, a equipe do Germano. E dizer o seguinte, não sou neófito nessa matéria, afinal de contas fui vereador desta cidade, fui vice-prefeito, estive neste Conselho em alguns momentos. Eu penso que o Brasil errou a mão no planejamento urbano nos últimos 30 a 40 anos, inclusive, na nossa cidade. Eu tenho muita clareza de que nós temos muitos desafios pela frente, mas um deles é a revisão do Plano Diretor. Eu acho que é uma cidade que estendeu demais e isso fez com que a cidade se tornasse muito cara e eu sempre pensei, continuo pensando, que a gente deveria ter mais adensamentos onde já havia equipamentos na cidade. Isso acabou não acontecendo, porque uma coisa é fazer habitação, outra coisa é fazer cidades. E especialmente nas moradias de baixa renda as contrapartidas não existem. Então, você vai lá, faz um prédio na Edgar Pires de Castro ou na Lomba, ou na Lourenço Mariante. Vocês vão ver que a

infraestrutura não existe, o ônibus não existe, o posto de saúde não existe e vocês sabem que isso traz, logo em seguida, problemas seríssimos urbanos na cidade. Então, eu também acho, nós recriamos aí, fizemos um rearranjo administrativo e a gente também pensou muito nessa questão do planejamento urbano, acho que o planejamento urbano é a alma de uma cidade. Eu vendo uma ideia, que ainda continuo com ela, eu acho que nós devemos pensar no instituto de planejamento urbano metropolitano, não há como você não dialogar com os desafios metropolitanos, não há como em nenhuma área, você não terá uma cidade melhor se não dialogar com o transporte, com a saúde, com a segurança, com os planos diretores. E, infelizmente, nós somos hoje uma ilha em cada cidade metropolitana, as universidades têm que participar mais o planejamento urbano da cidade, os setores da sociedade civil, não só o conselho que tem o papel. Então, eu diria que temos grandes desafios. Eu queria finalizar dizendo o seguinte, dos desafios postos na eleição, na medida em que hoje sou o prefeito, eu sou do diálogo, de respeitar quem pensa diferente, eu acho que nas diferenças a gente constrói coisas boas. Eu não sou daquele político que acha que tem que prevalecer a minha palavra, não, tenho posição, mas respeito a posição dos outros. Quero dizer que quero estar frequentemente aqui, com este espírito. E sei que todos que estão aqui amam a cidade e querem o bem da cidade, que podem ter visões diferentes, o que é da riqueza da democracia. Então, eu queria só finalizar dizendo isso, eu queria pedir uma ajuda a vocês em várias coisas, nas operações consorciadas urbanas, que eu acho que é um caminho importante, mas queria um olhar muito especial para o Centro de Porto Alegre. O Centro é a alma da cidade, eu acho que tem que haver alguma mudança aqui, Germano, este Conselho pode ajudar nisso, porque nós não passaremos por uma revitalização do Centro se nós não tivermos uma mexida aqui no Plano Diretor, entre várias atitudes. Então, eu tenho uma reunião com o DMLU aqui, depois tenho outra sobre Covid. Então, eu me programei para estar aqui meia hora. Então, até às 18h28, 29 minutos, eu estou aqui com vocês. Eu peço desculpa por não continuar mais, mas a agenda aqui realmente é muito em seguida. Tenho agenda até às 10 da noite aqui. Então, muito obrigado por estar aqui, um abraço a todos vocês. Reencontro aqui pessoas que eu gosto muito, com quem eu convivo como vereador, como cidadão de Porto Alegre. Então, um abraço, para não individualizar, de forma coletiva a todos vocês, ás mulheres e aos homens que contribuem para a nossa cidade. Muito obrigado, Germano. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Prefeito Melo, pela saudação, prestígio em participação, nosso Presidente de honra. Realmente, vir aqui no nosso Conselho é importante para demonstrar a linha da gestão, as diretrizes muito claras para tocar os trabalhos aqui na Secretaria e na Presidência do Conselho. Prefeito, o tempo é bem curto. Nós temos inscritos para o período de Comunicação, nós vamos dividir os 20 minutos restantes. A gente tem inscrito o Conselheiro Jackson, Emerson, Fernando, Rômulo, Tânia, Gomes, Dal Molin, Felisberto. Mais alguém inscrito? Senão vou encerrar a inscrição e vou dividir. Felisberto, Emílio e Maristela, estão inscritos para falar? Sim, estão inscritos. Então, vamos dividir, 11 conselheiros inscritos, vamos ter 1 minutos e alguma coisa, quase 2 minutos. Então, peço, por favor, que sejam precisos na fala para a gente poder dar a oportunidade de todos falarem, porque o Prefeito vai ter que na sequência se afastar. Jackson, por favor. **COMUNICAÇÕES**. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Boa noite aos colegas. Boa noite ao Prefeito Sebastião. Seja muito bem-vindo. Em no da Região de Planejamento 3 agradecemos a sua presença e também detectamos a sua grande vontade de vir participar já na primeira oportunidade conosco neste Conselho. A nossa região tem diversas dificuldades, o senhor conhece muito bem. E em nome da região novamente nós nos

colocamos, eu e os conselheiros suplentes, à disposição em contribuir para que a gente possa crescer muito nesta região da cidade, que tem muito a avançar, especialmente na questão da regularização fundiária. Ficamos muito felizes com a criação da Secretaria que vai tratar de um problema crônico da Cidade de Porto Alegre, Prefeito. Então, é interessante que a gente já tenha muita coisa para resolver e a nossa região é uma das mais carentes dessa situação. Era isso, muito obrigado e não vou me estender. Uma boa noite e um bom trabalho para nós. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Boa noite. Agradou-me a fala do Prefeito em relação à cidade adensada e também eu queria colocar aqui um grande fato que nós vamos ter que discutir, que é a vascularidade da cidade. Nós temos grandes problemas hoje no trânsito, engarrafamentos no final da tarde. Outro também que já foi levantado em relação à cidade adensada. O Orçamento Participativo já trouxe algumas propostas em relação às grandes vias, as diretrizes viárias da cidade aí, que tem maior densidade de melhorar esse adensamento, essa ocupação do solo, esse aproveitamento da infraestrutura. Então, esse é um grande trabalho, eu acho que dá para imbuir juntamente com a alteração do Plano Diretor, para nós atendemos melhor da cidade e conseguirmos contemplar com os empreendedores, implantando nas vias de melhor sustentabilidade e melhor atendimento da cidade. Para não criarmos as grandes ilhas, construir lá no Lami, lá no Belém Novo, lá não sei onde, em lugares que não tem infraestrutura. Então, vai ao encontro da gestão de entender esse fato e de conciliar essas informações. Obrigado. **Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Boa noite, Secretário. Boa noite demais colegas. Eu quero saudar o Prefeito Melo, contribuindo muito nesta nossa reunião do CMDUA. E me agrada muito a fala sobre o instituto de planejamento, eu acho que é uma coisa que se pensa e se imagina a bastante tempo, eu acho que isso vem a contribuir muito para o planejamento da própria cidade. Com relação a isso eu gostaria de deixar aqui um recado sobre os diversos planos diretores que nós temos e que eles não se conversam. Então, isso seria uma forma, diversos planos para que a gente possa construir de maneira efetiva o planejamento da cidade, não de maneira isolada ou com algumas demandas específicas. Não quero me alongar nesse assunto, era mais para saudar mesmo o Prefeito, os Conselheiros e o Secretário. Por fim, eu quero parabenizar o Prefeito pela recondução do Secretário Germano, que junto com a sua equipe de servidores e demais pessoas que agregam tem feito muito mesmo pelo Plano Diretor e por esta cidade nesses últimos tempos. Há muito tempo que nós não víamos uma efetividade tão grande com relação ao planejamento, a relação de projetos e aprovações, principalmente uma coisa que pouco se fala, mas eu faço aqui de público a discussão e ouvir todos com relação ao planejamento. Mesmo alguns contrários a isso, mas de fato é verdade, tem sido feitas muitas discussões e discussões bastante salutares com relação ao planejamento urbano, era isso e boa noite. **Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Boa noite. Eu queria saudar o Prefeito, desejar a ele uma excelente gestão. Eu represento a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e com muito orgulho nós temos sido ao longe pelo menos nas últimas quatro décadas o principal fornecedor, formador de recursos humanos especializados na área de planejamento e urbanismo. Nós temos tido participação efetiva desde o plano de 79. Eu me lembro que foi o primeiro plano do qual eu participei na época como funcionário da prefeitura, que a UFRGS tem não só se envolvido, como dado apoio humano, de recursos humanos para a elaboração e para a gestão desses planos ao longo do tempo. Quando a gente olha para a cidade tenho a impressão que as coisas estão todas fora do lugar, que tudo está faltando, que está tudo mal, mas essa impressão é totalmente inverdadeira. Quer

dizer, a Cidade de Porto Alegre tem aos poucos melhorado nesses últimos anos, nós temos subindo degraus no sentido de melhorar as condições de vida, melhorar a infraestrutura, essas coisas que têm sido feitas. E uma parte pelo menos disso se deve à cultura de urbanismo, do planejamento que foi criado e que existe na cidade viva e pujante, da qual a Universidade Federal do Rio Grande do Sul tem sido uma grande contributora. Então, dessa forma, gostaria de desejar ao Prefeito novamente que a gestão corra da melhor forma possível e dizer que UFRGS está neste momento plenamente envolvida com esse processo de revisão do Plano Diretor. Já temos várias equipes trabalhando nisso e espero que isso continue nos próximos meses. Obrigado. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Boa noite a todos. Boa noite, Prefeito Melo, seja muito bem-vindo a este Conselho. Eu represento a Região de Planejamento 4, a zona leste e nordeste da Cidade de Porto Alegre e nós temos um sério problema dos empreendimentos imobiliários no entorno. Esse problema traz para a comunidade seríssimos problemas com a falta de água, o problema viário também, que a gente simplesmente não consegue se locomover em determinados horários dentro da cidade. O Senhor deve saber muito bem disso, né. Então, esse é um sério problema, porque esse crescimento imobiliário no entorno das comunidades está sufocando, inclusive, algumas comunidades que já vivem lá há muitos anos. É como esta última comunidade que vai ser, a retirada lá da Vila Caddie. Nós temos grande preocupação com os quilombos da Cidade de Porto Alegre, que são vários quilombos, que têm o seu enraizamento, a sua tradição de mais de 60, 70 anos, às vezes até mais dentro da cidade. Então, esse é o olhar que a gente espera que o Prefeito tenha, um olhar de atenção com essas comunidades quilombolas, indígenas, que por causa dos empreendimentos elas simplesmente são “sorratedas” e enviadas para vilas distantes e locais ermos, longe do seu entorno, da sua vivência comunitária. Outro problema é a falta de água, com esse aumento dos empreendimentos a falta de água. E a gente tem um grande sucateamento do DMAE, que é uma empresa maravilhosa, que presta um serviço que categoria dentro da cidade de Porto Alegre, que foi criado em 1961, que dá um atendimento maravilhoso às pessoas, o cidadão e à cidade. E ele foi sucateado durante esses anos, essas últimas gestões da nossa cidade com o intuito da privatização. A gente sabe que essa privatização não traz benefício nenhum para nós cidadãos e nem à comunidade em geral, a comunidade mais carente que eu me refiro. Então, esse é um sério problema que nós estamos muito preocupados. (Sinalização de tempo esgotado). Outra coisa, Prefeito, a nossa cidade está tirada. Só um minutinho. O Riacho Ipiranga está crescendo um matagal, eu nunca tinha visto isso antes, eu moro aqui perto, nunca tinha visto isso antes em toda minha vida. Então, a cidade está jogada às traças, os monumentos históricos estão abandonados. Então, a gente gostaria que o senhor desse um olhar em particular para esta Cidade que está clamando por tantas coisas, né. Então, esperamos isso da sua Prefeitura. É só isso, muito obrigada. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Primeiramente, quero cumprimentar o Prefeito Sebastião Melo. É muito importante, Prefeito, a sua vinda ao Conselho, porque nos aponta uma nova relação com a administração de Porto Alegre. Eu estou no Conselho desde 2016, fui eleito a primeira vez em 2015, é o primeiro prefeito que vem nos visitar e não foi por falta de convite. Então, isso para nós é uma sinalização muito positiva. Outra coisa que muito nos orgulha, Prefeito, é contar para todo mundo que o senhor é eleitor da Região de Planejamento 6 e dos 834 cidadãos que estiveram votando na última eleição da Região 6, o nosso Prefeito Sebastião Melo foi um deles. Então, digamos assim, é uma pessoa realmente que tem um histórico dedicado a valorizar a participação popular e isso vai fazer uma grande diferença, essa retomada, isso está dando uma expectativa muito grande para

a cidade no Orçamento Participativo, os fóruns em gerais. A gente fica muito satisfeito. Eu não vou me alongar também, fico por aqui desejando sucesso na Prefeitura e conte conosco no que for necessário aí para transformar Porto Alegre cada vez mais em uma cidade mais alegre, boa de se viver e mais justa. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Boa noite, Presidente. Também quero saudar aqui a presença do nosso Prefeito, que também não lembro, há quantos anos que eu venho atuando no Conselho, não lembro quando um prefeito se fez presente e valorizando o nosso Conselho, mas eu não me surpreendo, porque o nosso Prefeito Sebastião Melo sempre foi um democrata, ele sempre incentivou o debate. Eu lembro muito bem, quando eu era Conselheiro da Região 1 de planejamento, quando nós fomos pleitear pelo Parque do Gasômetro, o corredor Parque do Gasômetro, foi o Vice-Prefeito Sebastião Melo que fez toda a articulação para que saísse o corredor Parque do Gasômetro, um amplo debate que ele promoveu da Câmara de Registros, que a gente conseguiu implementar. E também foi na gestão dele como vice-prefeito que a cidade pode fazer uma ação ali na Orla do Guaíba, que deu tanto resultado e que nos demonstra, como às vezes fala o Professor Rômulo, como às vezes uma atitude, uma ação que a gente pode fazer na cidade ela se reverberam, ela faz com que a cidade comece a ter novos ares, novos lugares. Então, assim como a gente olha essas áreas comuns, das pessoas se encontrarem na cidade, acho que a gente deveria olhar para o nosso Plano Diretor como um indutor de desenvolvimento de alguns lugares,

onde até a própria construção civil possa se alavancar em lugares... (Sinalização de tempo esgotado) Mas sempre pensando também, nunca deixando de lado como que a cidade vai se financiar também para fazer a regularização fundiária muito importante que a gente precisa. (Sinalização de tempo esgotado). Já fui contemplado nas falas aqui pelo Jackão, pelo Gomes, pelo Fernando. Então, terminando, gostaria de saudar e sei que a cidade está em muito boas mãos. Tenho certeza que Porto Alegre vai melhorar muito na gestão de uma pessoa como o Sebastião Melo, que conhece profundamente a cidade. (Sinalização de tempo esgotado). E que tem no seu DNA a democracia, de conversação sempre para chegar a um bom termo de tudo. Um abraço, Prefeito Sebastião. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro. Prefeito, nós temos mais 4 pessoas inscritas para falar, podemos ir liberando? Em 8 minutos terminando. Então, vamos seguir aqui. Conselheiro Felisberto, por favor, só se atente ao tempo para todos poderem participar. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Primeiro, quero saudar ao Prefeito Sebastião Melo, ao qual tenho grande capacidade de diálogo e quero agradecer publicamente a sua atuação com relação à ocupação Vila Maria, oportunizando que o DMAE fosse lá colocar água para aquela comunidade. Quero lhe agradecer de público e deixar isto escrito aqui. Segundo, hoje faz 100 anos o Instituto de Arquitetos do Brasil, queria parabenizar todos os arquitetos e arquitetas pelos 100 anos da sua instituição. Hoje estive no DEMHAB, sendo muito bem recebido pelo Secretário André Machado e a Secretária Adjunta Simone Somensi para tratar do assunto da ocupação Vila Maria. Quero agradecer de público também. E me atendo aos minutos, fui muito contemplado pela fala da Tânia. E aqui, Prefeito, quero discordar um pouco sobre o adensamento que o senhor propõe. Primeiro temos que ver os problemas de cada região para depois falar em adensamento. No Centro nós temos 17 vilas que ainda não estão regularizadas, temos os quilombos, temos identidades culturais, temos prédios que estão sendo vendidos e que precisam ter destinação específica, como o próprio prédio da antiga SMOV, Secretaria de Planejamento, que é um prédio histórico, admirado pelos arquitetos e

que deve ser preservado e não vendido. Então, a gente tem que ter muito cuidado com a venda do patrimônio público. Quero dizer que o instituto não é uma ideia que me desagrada, mas nós temos a METROPLAN, que fazia a interlocução entre as regiões metropolitanas, que está sendo sucateada e extinta. Então, Prefeito, tem que trabalhar com a METROPLAN. Por fim, dizer que o senhor conhece muito bem os problemas das comunidades e nós temos 700 comunidades que esperam regularização fundiária. E temos que também recuperar mais de 200 milhões que foram tirados do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social. (Sinalização de tempo esgotado). É importante que a gente tenha esses recursos devolvidos ou buscado para implementar a regularização fundiária. Obrigado e era isso. **Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Boa noite a todas e todos. Primeiramente, em nome do Presidente Tiago Holzmann do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, cumprimento e parabenizo o Prefeito melo pela sua visita a este CMDUA, porque desde já lhe confere o espírito democrático que deve ter todas as instituições. Portanto, no executivo, no legislativo, etc. e etc. Desejamos ao Prefeito Melo o êxito em sua gestão e no que caber ao CAU nesse sentido estamos à disposição para planejar e para construir esta cidade. Esse não era o meu principal motivo, mas me tomou de surpresa a presença do Prefeito Melo, mas sim de parabenizar o nosso grande parceiro que é o IAB pelo seu centenário, 100 anos de vida, trabalhando em prol da democracia, atuando politicamente, mas também em benefício de todas as pessoas que precisam, construindo uma cidade que todos querem. Faço a extensão de saudação a Arquiteta Maria Alice Batista, ao Arquiteto Vice-Presidente Rafael Passos, para que possam cumprir, mencionando que o IAB foi fundado em 1948 e acho que muitos de nós não estávamos em planejamento especificamente nas nossas vidas. O Professor Albano, Demétrio Ribeiro (Inaudível), foram colegas do Professor Rômulo da UFRGS, que com muitas obras esses profissionais arquitetos fizeram em favor da nossa cidade. Muito obrigado. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Olá, Secretário. Olá a todos, homens e mulheres deste Conselho. Prefeito Melo, que eu já tive o prazer de vê-lo hoje na Prefeitura. Eu não vou me estender muito, porque foi justamente lá que solicitaram uma agenda para aprofundarmos alguns temas, entre eles a questão do consociado Lomba do Pinheiro. Quero pontuas duas questões que acho importantes, não vou falar aqui da água porque todos nós estamos trabalhando em prol disso, trabalhamos muito na outra gestão e vamos continuar trabalhando agora junto com a nova gestão, né. Quero lembrar que em 99, o tempo passa e a gente vai ficando mais experiente. Por isso que eu digo que estou fazendo doutorando neste Plano Diretor. Eu fui relatora temática e peguei a questão do Centro Histórico e o Lago do Lago Guaíba, onde foi, inclusive, um dos meus textos que foi publicado. Quero enviar para ajudar, contribuir quando estiver na reunião com o Prefeito, quero entregar também ao Secretário Germano em relação à questão do Centro. A outra questão, Prefeito, queria sugerir, por exemplo, nós tivemos, não querendo ser bairristas, mas exercendo, a entrega dos títulos lá da Quinta do Portal e nós não fomos nem lembrados para sermos convidados. Eu sou apaixonada, acho que o senhor acertou em cheio ter convidado o André Machado, a Simone Somensi, que uma *expert* na área, parabéns! Mas eu acho que falta ainda essa expertise de lembrar que os conselheiros e nós aqui da região trabalhamos muito há muitos anos, e o senhor também com a questão das AEIS, em relação à questão da regularização fundiária. Então, só uma lembrança, para lembrar de quando há entrega dos títulos, além da comunidade local, que lembre de nós que já pintamos os cabelos faz tempo e queremos também estarmos em momentos felizes, né. Este é sim um dos momentos felizes, né. (Sinalização de tempo esgotado). E a outra sugestão, duas sugestões que eu queria dar, a primeira, eu acho que assim como a UFRGS, a UERGS

está caindo de maduro e por excelência a USP, que é universidade estadual, a UERGS deveria ter um assento, Prefeito. Queria solicitar que estudasse isso para que também tivesse assento no Plano Diretor. E o senhor, Secretário, tem a caneta para isso, porque eles contribuem muito na nossa região com o Cidade Porto Alegre. Por último, não quero legislar em causa própria, porque não vou poder ficar muito tempo ainda neste Conselho, por outros afazeres que vou ter pela vida, é dizer que eu acho, Prefeito e Secretário, que interromper este ano esta gestão seria muito ruim. Nós temos uma gestão muito equilibrada, eu sei que foi protelado até maio, mas eu acho que seria muito ruim para a cidade não termos a continuidade deste corpo do Conselho do Plano Diretor... (Sinalização de tempo esgotado) para ficar até o final do ano, para poder acompanhar e acumular esse capital social, político, econômico e de desenho desta cidade, da matiz desta cidade até o final da questão da revisão do Plano Diretor que se inicia agora. Então, são sugestões. Prefeito, aguardo ansiosa em vê-lo pessoalmente novamente e poder levar as nossas pautas, não só da Lomba do Pinheiro, mas da Cidade de Porto Alegre. Obrigada. É uma alegria revê-lo e rever a todos que estão aqui. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Bom, cumprimentar a todos os conselheiros e conselheiras. Cumprimentar o Presidente do Conselho Germano Bremm. Cumprimentar especialmente o Prefeito Municipal de Porto Alegre Sebastião Melo. É uma satisfação receber a sua corajosa participação no CMDUA. É uma grata surpresa, não sabíamos que o senhor estaria conosco hoje. É importante a sua vinda e a sua audição. Alguns conselheiros puderam se manifestar. É importante que o senhor colha esses depoimentos. Eu queria lhe dizer que nós todos temos e queremos a melhoria da cidade, queremos muito a inclusão e o senhor pode contar conosco para que dialoguemos sobre os rumos de nossa cidade. Era isso e muito obrigado pela oportunidade. Boa noite. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Mark pela palavra. Desculpa mais uma vez, tive que ser incisivo cobrando o tempo de todos. Naturalmente em outras oportunidades a gente vai poder convidar o Prefeito. Neste momento inicial a agenda está bastante complexa, mas desde já agradeço a sua participação e lhe oportunizo para a fala de encerramento. Depois nós vamos continuar na discussão da Instrução Normativa, no processo do Plano Diretor. Com a palavra, Prefeito. **Prefeito Sebastião Melo (Prefeitura Municipal de Porto Alegre):** Olha, eu anotei atentamente as contribuições, que são bastante procedentes. Primeiro, Maristela, desculpa, porque o nosso jeito de governar é de incluir, não é de excluir. Eu estive na Quinta do Portal, nós ainda não temos as nomeações da Prefeitura no Bairro, talvez seja uma falha, nós estamos na fase de realocar as pessoas, mas eu te garanto que isso não vai mais acontecer. A conquista da Quinta do Portal tem várias mentes, várias mãos e tu és uma delas. Tem mais 700 famílias para regularizar ainda e eu quero aproveitar para dizer o seguinte, eu disse quando convidei o André e a Simone, que é um grande quadro da Procuradoria que eu quero que eles somem os 40 anos de regularização fundiária em Porto Alegre, eu quero fazer em 4 anos, porque eu considero este tema desafiador, porque a regularização fundiária é um ganha-ganha, um ganho para o cidadão, um ganho para a comunidade, um ganho para a Prefeitura também. Então, nós temos que facilitar, nós temos que desburocratizar, nós temos que fazer tudo, colocar gente orçamento, parceria, universidades. Já conversei com a UFRGS, vou conversar com as outras universidades de arquitetura, a antiga Ritter dos Reis, com a PUC, com o Poder judiciário eu estou conversando com a Juíza de Tramandaí, que tem um trabalho muito legal sobre isso. Então, abraço muito fraterno a todos vocês aí. E comigo aqui é linha direta, sem frescura. Eu continuo sendo o mesmo Melo vereador, Melo Vice-Prefeito, o melo que despacha na rua, na praça, no Paço, nas secretarias. Tudo o que eu

quero é o que vocês querem também, melhorar a vida da cidade, das pessoas. Obrigado, saúde e paz. Estamos juntos! **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Prefeito. Fique a vontade para sair da reunião, nós continuamos coisa com nosso debate, hoje discutindo a Instrução Normativa do Plano Diretor. Peço mais uma vez desculpa, sei que todos gostariam de falar, a gente viu na sequência que o pessoal foi ingressando e não conseguiu se inscrever, mas em função desse tempo dele... Na verdade, ele tinha inicialmente a ideia de ficar um pouquinho mais, mas surgiu outra eventualidade, a gente teve que compactar o tempo dele, mas o Prefeito tem essa característica, essa inteiração com os conselhos, um perfil de muita participação em outros momentos aqui no Conselho. Então, acho que vamos ter outras oportunidades para trazer ele e fazermos um debate, uma conversa com mais calma. Nesse sentido, Senhores Conselheiros, a gente tem o relato da Conselheira Patrícia, a nossa Instrução Normativa, que a gente vem debatendo ao longo desse ano que se passou, junto com o Ministério Público, acho apresentações feitas aqui no Conselho. Eu peço a Patrícia que fala a apresentar, o relato da consolidação, a partir daquele calendário que a gente tinha estabelecido. Depois a gente abre para discussão e na sequência deliberamos a Instrução Normativa de procedimentos. Patrícia e equipe estão com a palavra. **3. APRESENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA; 4. APROVAÇÃO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA**. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Boa noite a todos. Hoje nós temos a intenção de aprovar a minuta da instrução normativa, antes da gente passar à aprovação eu vou dar uma retomada no que foi feito por nós em conjunto, junto com o Conselho, que acabou culminando nesta redação final, que foi produzida aqui por nós da minuta de instrução normativa. Inicialmente, as contribuições começaram no dia 20 de outubro, onde a gente disponibilizou formulários, disponibilizados espaços para contribuições pelo e-mail. Apresentamos a minuta de instrução normativa e discutimos em duas reuniões, junto com os termos de referência e essas contribuições foram, digamos assim, todos os processos foram disponibilizados para vocês, foi disponibilizado no processo 20.0.000092599-4. O calendário de reuniões ficou a apresentação do dia 17 de novembro pela equipe técnica. Dia 1º de dezembro ficou a disponibilização para discussões. Inicialmente, tinha sido prevista a aprovação para o dia 15 de dezembro, só que com os ajustes, a troca de gestão, a gente acabou adiando para o dia 12 de janeiro e a contribuição a ser recebida pelos Conselheiros adiada até 4 de janeiro. Então, retomando rapidamente, o que consta na minuta de instrução normativa, a ideia é estruturar como que o processo vai acontecer no decorrer desses dois anos, 2021 e 2022. A estrutura do projeto está com base nesse guia para elaboração e revisão dos planos diretores do Instituto Polis. E foi estruturada nessas cinco etapas aqui, sendo etapa preparatória, onde nós estamos, o Plano Diretor por excelência, o desenvolvimento das etapas, leitura da cidade e sistematização proposta antes dos estudos. E uma etapa de aprovação ainda, tramitando neste Conselho. E a Câmara de Vereadores ali para o início de 2023. E aí, posteriormente, a ideia de ter uma continuidade desse acompanhamento com a implantação e monitoramento. Então, a ideia, o que está constando ali, acho que todos já tem pleno conhecimento, que a ideia é a gente ter uma coordenação técnica, que é efetuada pela equipe técnica da Prefeitura, dentro da SMAMS. Um grupo de trabalho técnico operacional, onde estão envolvidos os técnicos da Prefeitura como um todo. O próprio Conselho, que está ali propositalmente no centro. Um grupo de trabalho consultivo técnico e um grupo de trabalho consultivo regiões de planejamento. Então, o papel do Conselho, na verdade, o fechamento de todas as etapas necessariamente passaria pela aprovação do CMDUA. Dentro da etapa preparatória, então, onde ainda estamos nela, mas

estamos fazendo esse fechamento, né. Temos a minuta de instrução normativa, logo após aprovação da minuta nós temos em conjunto com vocês para tratar a formação dos grupos de trabalho e início dos trabalhos. A questão de organização do espaço físico e aquisições, a estruturação dos dados feitos pelas equipes técnicas. A realização de oficinas preliminares, essas que nós já apresentamos ao Conselho e ainda falta a gente fazer as apresentações nas regiões de planejamento. A gente tem uma ideia de fazer capacitações na sequência, tão logo os termos de referências sejam contratados. A estruturar no decorrer do parecer a capacitação, tanto das equipes técnicas, quanto dos conselheiros também. E encerrando a etapa preparatória, a ideia, todas as etapas vão seguir um fluxo, onde os estudos vão ser desenvolvidos pelas consultorias e em paralelo vão ter a organização dos processos de participação, vamos ver o desenvolvimento dos trabalhos. Eles vão ser todos desenvolvidos nesse fluxo, a gente prepara uma proposta inicial junto com a coordenação técnica, com o GT técnico-operacional e submetemos aos GTs para a gente fazer o fechamento. Uma vez consolidadas as propostas no desenvolvimento, tanto dos processos de participação, quanto da avaliação dos estudos, agente submete ao CMDUA por fim. Na conclusão da etapa de diagnósticos, que envolve a parte de leitura da cidade, a ideia é que ela se conclua no fim do ano e tenham grande fechamento através de uma primeira conferência, que vai fazer com que essa leitura da cidade tenha um grande olhar, uma olhar ampliado. Essa primeira conferência vai se consolidar em um relatório e esse relatório vai ser encaminhado para a continuidade da etapa de sistematização e propostas. Na etapa de sistematização e propostas, ela também vai seguir o mesmo fluxo, tanto os processos de participação, quanto os resultados dos estudos, eles vão passar por esse fluxo, primeiramente coordenação técnica e o GT técnico-operacional, aí com uma primeira avaliação que passa pelos grupos e o fechamento passa pelo CMDUA. E ideia da etapa de sistematização e propostas é fechar com a segunda conferência, onde essa segunda conferência vai mostrar aquilo que a cidade quer para a revisão do Plano Diretor. E aí com essa consolidação, enfim, encaminhamos para a etapa de aprovação, onde tem esse trabalho final que vai ter uma interação grande, inclusive, com a Câmara de Vereadores, onde vão se submeter as minutas, que vão ser trabalhadas dentro da coordenação técnica, elas vão passar pelos GTs construtivos técnicos das regiões e vão fechar para o CMDUA. E em sequência nós temos a questão das audiências públicas. O pessoal comentou – quantas audiências públicas serão realizadas? Tantas quantas forem suficientes, enfim, a partir da liberação dos grupos de trabalho no decorrer do processo, o que entendermos adequado. A partir daí, dentro desse fluxo, encaminhamos à Câmara de Vereadores, onde a gente colocou na minuta que o próprio Conselho vai poder trabalhar em conjunto com a Câmara de Vereadores de maneira autônoma. Nós em conjunto vamos poder se manifestar por parte aqui do município, os conselheiros estão legitimados para fazer as discussões através dessa instrução normativa. E a partir da aprovação nós temos a etapa de implementação e monitoramento, onde a gente vai ter que trabalhar na questão de regulamentações, atualizações que forem necessárias e também a capacitação dos agentes envolvidos. Entre os quais incluímos, até por sugestão dos próprios conselheiros, colocamos conselheiros e delegados, enfim, todos que estão envolvidos nesse processo. Então, rapidamente, retomando o que está na instrução normativa, dos papéis de cada agente, vamos dizer, esses são os principais agentes. Aí só comentando que, além desses grupos de trabalho, uma das coisas que foi pontuada é a formação de outros grupos. Então, esses outros grupos vão ser deliberados para serem formados no decorrer do processo, de acordo com o desenvolvimento dos trabalhos. Então, nós teremos, inicialmente, esses cinco grupos. E nesses grupos a coordenação técnica tem essas funções: promover a revisão do Plano Diretor e elaborar o material técnico; estabelecer

interlocução com a sociedade e entre os agentes envolvidos; a responsabilidade de sensibilização e mobilização da sociedade; planejar e coordenar as atividades de participação; organizar os andamentos dos trabalhos; sistematizar as informações obtidas ao longo do processo; acompanhar o andamento do processo na Câmara de Vereadores; entre outros. O grupo de trabalho técnico operacional dos técnicos do município tem as principais funções: fornecer dados e informações; analisar os resultados dos estudos nas áreas de competência; elaborar documentos e sistematizar as informações; colaborar na elaboração de minutas e regulamentações; prestar suporte nos processos de participação e analisar os resultados; acompanhar o desenvolvimento do processo efetuando aprovação preliminar nas etapas para encaminhamento aos grupos de trabalho; entre outros. Eu pulei direto aqui para o GT consultivo técnico, onde dentro desse processo tem o papel: discutir os temas propondo contribuições que julgar pertinentes; avaliar os resultados consolidados e sistematizado pela coordenação técnica e pelo grupo de trabalho técnico operacional, inclusive, quanto às metodologias processos de participação a serem realizados; avaliações e proposição de soluções para diferentes temas, colaborando na construção de propostas; participar e apoiar a organização e a realização dos processos de participação; colaborar na organização da sociedade civil organizada para participação. E o GT das regiões está entre os objetivos: discutidos os temas propondo contribuições que julgar pertinentes; avaliar os resultados consolidados e sistematizadas pela coordenação técnica e pelo GT técnico operacional, inclusive quanto Às metodologias. É a mesma coisa dos processos de participação a serem realizados: avaliação de proposições de soluções para diferentes temas, colaborando na construção de propostas; participar e apoiar a organização e realização dos processos de participação; colaborar na mobilização da sociedade civil organizada para participação. Por fim, o papel do Conselho, que nós entendemos central neste processo: discutir e opinar os temas, propondo contribuições que julgar pertinentes; acompanhar e monitorar o processo do Plano Diretor; receber relatório sobre o andamento do processo; avaliação dos resultados dos estudos; avaliação dos resultados do processo de participação; aprovar a conclusão das etapas; leitura da cidade, sistematizações propostas e etapa de aprovação, que são as etapas pertinentes ao processo de revisão do Plano Diretor. E acompanhar a aprovação da minuta em conjunto com a coordenação técnica e os grupos de trabalho. E como eu tinha colocado na outra apresentação, muito importante na questão dos grupos de trabalho, é a participação que até tinha sido pontuada, porque inicialmente já tinha colocado que seriam grupos, uns para as entidades, outros para as regiões de planejamento. Então, a gente colocou que os temas seriam discutidos em separado, mas que teria livre adesão dos integrantes. E o que a gente considera muito importante é o engajamento dos participantes para que o desenvolvimento dos trabalhos tenha um resultado significativo. Então, colocamos aqui, essa é uma discussão em relação à questão da conferência, é a apresentação que a gente já tinha feito e eu estou só reclamando aqui, que é o momento chave para a realização da primeira conferência, porque inicialmente tinha uma ideia de fazer uma conferência no início. E a gente entendeu que precisava dos dados e era muito importante que a gente tivesse o resultados de todos os resultados para a realização de uma conferência. E aí ela poderia ter resultados mais significativos, a gente pode ter um aproveitamento melhor em relação a realizar essa primeira conferência no final da etapa de leitura da cidade, que é o que a gente colocou ali na minuta. E a ideia desse momento é que ela garanta que as propostas reflitam os desafios reais identificados a partir do estudo profundo. A gente vai identificar durante um ano quais são os problemas, e desafios que a cidade tem, e potencialidades, e a partir daí a gente pode fazer uma discussão bem boa no final do ano. E o segundo momento chave para a questão da conferência, no fim quando temos todas as

consolidações propostas, que a população vai poder fazer uma avaliação a partir dos documentos consolidados. Então, a questão da audiência pública, enfim, depois da conferência e revisão das minutas, aí feito em conjunto com o Conselho nós temos a aprovação em audiência pública. E com acompanhamento pelos agentes envolvidos. Então, aqui a questão da realização dos processos de participação, as metodologias vão ser desenvolvidas pelas consultorias. A gente está em tratativas com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como bem o Professor Rômulo comentou. Essa parte da participação é uma das que estão ali previstas para serem desenvolvidas pelas universidades. Então, a ideia é que a gente tenha uma proposta de metodologias a serem desenvolvidas ali pela universidade. E a proposta é que esses resultados sejam submetidos aos grupos de trabalho para a gente consolidar e a gente construir em conjuntos esse desenvolvimento dos trabalhos, todas estão descritas de maneira sucinta, enfim, as que estão previstas, mas dependendo dos resultados que forem encontrados e se precisar desenvolver um tema específico, a própria instrução normativa deixa em aberto para a gente poder fazer complementações. E para retomar, o pessoal teve oportunidade de ler como está estruturada a instrução normativa. Para retomar, eu passei aqui rapidamente os espelhos das reuniões que foram executadas essas reuniões do dia 17 de novembro e 1º de dezembro. Se vocês chegaram a ler, a gente fez uma tabulação, onde a gente pegou todas as contribuições que nós recebemos e avaliamos no sentido de tentar encaixar na medida do possível, se alguma coisa não foi pertinente a gente justificou, mas a grande maioria das contribuições foi aceita e foram compiladas, enfim. Nós recebemos contribuição extra, além dos representantes do Conselho, essas contribuições do grupo Atua POA Todos Nós. Foi bem interessante, teve várias contribuições e a gente ajustou bastante coisa ali na minuta para contemplar as contribuições deste grupo. A única questão do grupo Atua POA é que eles fizeram contribuições sobre a minuta antiga, que não tinha sido ajustada ainda. Então, tem alguns itens que nós colocamos como excluídos, porque a gente restringiu a minuta à própria revisão do Plano Diretor e aquela minuta anterior colocava outros processos que estavam envolvidos dentro da cooperação técnica com o PNUD. Então, nós disponibilizamos acesso. E dentre as principais contribuições recebidas que eu gostaria de pontuar que a gente agregou na instrução normativa, é deixar bem claro o papel do CMDUA participando do processo desde o início, até junto à Câmera de Vereadores lá no fim. A garantia de participação mista, que isso foi pontuado por mais um conselheiro. Então, a participação é livre, embora os temas sejam diferentes nos diferentes grupos. A questão da capacitação dos conselheiros e dos delegados. A continuidade do andamento dos trabalhos. Então, estamos dando continuidade aqui nesta reunião. A questão de realização de audiências públicas temáticas e regionais, a gente entende que está contemplado, porque essas audiências vão ser deliberadas no decorrer do processo junto com os grupos de trabalho. Foram apontadas questões de correção no prazo decorrente da pandemia, nós fizemos. E também a ideia de previsão de outros grupos de trabalho, que a gente entende que inicialmente esses são os grupos principais, mas que a gente deixou aberto ali na instrução normativa, por deliberação dos grupos, a criação de grupos temáticos específicos, dependendo do desenvolvimento dos trabalhos. Também foram efetuadas complementações e correções gerais no texto, que elas estão parcialmente atendidas, estão escritas exatamente ali nas planilhas que estão com vocês. Então, dessas contribuições a gente fez uma compilação e ajustamos a minuta, disponibilizamos para vocês no dia 14 de janeiro. E a partir daí espere para a gente poder dar continuidade que a gente aprove a minuta e que a gente passe em seguida a formar os grupos de trabalho, enfim, para a gente poder neste ano de 2021 trabalhar em conjunto efetivamente, no desenvolvimento desse processo. Era isso. **Germano Bremm,**

Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS: Obrigado, Patrícia, pelo excelente trabalho. Parabéns à equipe muito dedicada em construir um processo democraticamente participativo, bem elucidativo, que a gente vem discutindo há algum tempo a instrução normativa. Também tivemos uma participação com o próprio Ministério Público e hoje a Patrícia traz um apanhado geral de todo esse processo, de como vai funcionar, o que foi colocado oportunamente em outras oportunidades para os demais conselheiros. É um momento importante, onde a gente delibera a base da recisão do Plano Diretor. Na sequência vão poder desenvolver os trabalhos com tranquilidade, com o procedimento organizado, regrado, cada um entendendo o seu papel dentro desse processo. Temos inscritos para debater? (Lista de inscritos). Em não havendo mais inscritos abro a palavra ao Conselheiro Mark. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Boa noite a todos. Eu queria começar agradecendo e cumprimento o trabalho da Patrícia, de todas as colegas que fizeram a sistematização e de nos trazer todo esse conjunto de documentos que historiam e detalham todo o esforço que foi feito do ano de 2020 para organizar as nossas propostas de revisão do Plano Diretor. Eu estive lendo atentamente a minuta da instrução normativa de 2021 e queria trazer uma observação para o nosso plenário. Ali eu senti falta de que nós registremos nos consideramos a questão da pandemia e da sua duração. Eu acho impossível que nós façamos uma revisão do Plano Diretor no ano de 2020 e 2021 e não mencionemos a ocorrência da pandemia e a necessidade que nós tivemos de nos adaptarmos a essa situação. Então, considero importante que apareça ali um quarto considerando, considerando a pandemia e a sua duração, os riscos para saúde e as dificuldades para os encontros presenciais. Então, que nós tenhamos aí é um tipo de cuidado registrado e mencionado dentro da nossa instrução normativa. E o meu comentário que eu gostaria de trazer ao nosso plenário é que esta inclusão desse tema faz com que nós tenhamos que fazer uma adaptação aos vários artigos que estão elencados aqui dentro da IN. Nós teríamos que prever que compete à coordenação técnica nos termos que estamos levando em conta a pandemia. Quando se estabelece normas e procedimentos nós precisamos levar em conta esse tema, fazendo adequação nos vários artigos em que compete ao Conselho Municipal de Desenvolvimento no âmbito do trabalho de revisão, colocar ali: trabalhando remotamente. Tem que ser incorporada, compete ao GT consultivo, no art. 10, composto por integrantes, trabalhando inclusive remotamente. Então, essas questões eu achava importante que nós incluímos na nossa instrução normativa para bem caracterizá-la no momento histórico que nós estamos vivendo. (Sinalização de tempo esgotado). Isso repercute em todo o texto. Só um pouquinho, Presidente, só um minutinho, que eu queria registrar que em determinado momento talvez, quando a gente fala em reuniões, tanto do ponto de vista das entidades, como do ponto de vista das regiões de planejamento, eu sugiro que nós tenhamos a possibilidade de incluir dentro desse processo de discussão os quilombos e as aldeias indígenas que estão dentro do território de Porto Alegre e que precisariam ser incluídas no processo de discussão, chamando-as nas regiões, levando em conta essa característica. Obrigado, Presidente. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** A minha primeira colocação é parabenizar a equipe da Patrícia, em teu nome parabenizo toda a equipe. Eu gostaria que fosse disponibilizada a apresentação para que a gente possa ter uma visão mais ampla dessa compilação que foi feita pela Secretaria. Eu ainda entendo que o CMDUA deve ter o caráter deliberativo e não só opinativo. E ali na minuta diz: “Discutir, propor e opinar”. Eu acho que o Conselho tem uma amplitude muito maior, nós temos o caráter de deliberação também, sobre qualquer assunto, principalmente sobre a dinâmica da revisão do Plano Diretor. Eu li atentamente a

compilação, bem como a instrução normativa, e algumas coisas para mim ficaram muito em dúvida e eu quero propor outra reunião antes da gente bater o martelo, que é a questão das oficinas. Parece que já foram realizadas as oficinas das regiões de planejamento, que é importante a gente ter uma avaliação desse retorno, através dos fóruns de planejamento. Nós temos que valorizar os fóruns regionais de planejamento. Então, é importante que isso esteja reforçado na instrução normativa. Por fim, eu queria dizer da questão dos movimentos sociais, não pode ser excluída a importância dos movimentos sociais, tanto que o Atua POA somos todos, ele tem mais de 80 movimentos e entidades que fazem parte do Atua POA. Então, é importante que não só a sociedade civil organizada, mas os movimentos também sejam incluídos na discussão da revisão do Plano Diretor. Então, era isso e proponho uma nova reunião, porque 2 minutos é muito pouco para um assunto tão importante. Obrigado, Secretário. **Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Secretário, eu me junto a todos os colegas para parabenizar realmente, de coração e de espírito, toda a equipe, em nome da Patrícia que levou esse processo participativo, sobre tudo colaborativo, considerando todas as palavras que todo mundo reclamava desde o início. Essa manifestação é de interesse de cada um de nós, que por parte da Patrícia se consolidou em um documento que neste momento está pronto de ser votado, a parte final. Então, cabe muito mérito a vocês de terem levado todo esse processo de forma transparente, que é o que a gente estava reclamando, nesse sentido. Então, parabéns a todos vocês, acredito que o documento está bastante maduro para poder entrar no processo de votação, salvo algumas pequenas coisinhas, que eu deixo a modo de colaboração, a modo de reflexão e se for possível inserir dentro de todo esse processo. Patrícia, por favor, coloque a tua apresentação para que eu possa referir, especificamente, que são dois pontinhos chaves para mim. Na primeira parte da tua apresentação tu falas sobre a estruturação dos grupos de trabalho dos GTs. Então, toda essa questão está em função da coordenação técnica, mas não devemos deixar passar que o Plano Diretor não é um plano especificamente técnico, pois tem um componente e muito político. Neste caso eu pediria, dadas as experiências que se tem em todas as cidades do Brasil, por exemplo, poder inserir se possível, porque são diversas metodologias para poder organizar um plano de revisão, lá na parte do Comitê, o grupo executivo, onde entra o Prefeito Melo, que já estava aqui presente, quando entra o Secretário da SMAMS, onde entra o Secretário da mobilidade, três ou quatro principais, que o grupo executivo se reúna a cada três meses só para orientar a política, porque eles são da parte mais interessada para poder levar. Então, incluir esse grupo executivo como mandante de todo esse processo. Eu acredito que o Secretário Germano deveria estar incluído nessa parte e colocar tacitamente, por escrito, que dentro do grupo técnico também está como membro assessor, ou segunda parte, o PNUD e a UFRGS, porque são parte do grupo técnico que vai colaborar com insumo para a elaboração do documento final. Por último, não está ainda muito claro em relação aos grupos, por exemplo, o Arquiteto Gomes, que é representante de uma região de planejamento, está no Conselho, é diretor no CMDUA, estaria dentro do conselho técnico, porque ele é arquiteto e é técnico e poderia estar no conselho consultivo com três ou quatro participantes. Então, deveríamos delimitar especificamente esse grupo técnico para entidades e organização civil consultada, porque o CMDUA é uma parte e assim sucessivamente. Por último, faltaria na questão de aprimorar como vai ser a gestão especificamente desses grupos de trabalho, por mais que estejam especificadas as funções que tu declaraste, mas seria interessante colocar um capítulo, uma coisa onde a gestão, como seria isso e quais seriam os processos de votação, por exemplo, se é que teremos algum tipo de votação de algum relatório. Como se daria? Eu acredito que com isso arredondaria a proposta e acho que já está

suficientemente para iniciar esse processo de votação. Muito obrigado. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Boa noite, gente. Eu queria também saudar a Patrícia, ela trouxe todo o resgate desse processo de como ele começou, como chegou até nós hoje. Então, se eu não estou enganada, esta é a terceira versão da instrução normativa que recebemos agora. A gente recebeu no dia 14 de janeiro e é a primeira vez que a gente está se debruçando sobre ela para discutir. Gostaria muito e acho que a gente tem a expectativa de realmente aprovar, finalizar, mas como colocou o Emílio, acho que tem algumas coisas, como a gente está recebendo agora e é o primeiro momento que a gente está discutindo, caberia a gente dar alguma olhada. Não vou entrar nos pontos que o Emílio já colocou, mas tem algumas questões que me chamam a atenção. Uma instrução normativa vem exatamente para normatizar, ela vem para estabelecer a regra. E aí quando eu me deparo na instrução normativa fico na dúvida: a regra é fazer parecer? A regra é participa ou é quando couber? Então, eu pego, por exemplo, o nosso código de para civil, que tem mais de mil artigos e eu vou encontrar essa expressão “quando couber”, apenas duas vezes no nosso código de processo civil. Na nossa instrução normativa, que nós temos pouco mais de 30 artigos, cerca de 40 artigos, tenho uma expressão desta. Então, ela nos dificulta de saber qual é a regra, porque a instrução normativa não é para estabelecer exceção, a lei não tem como estabelecer todas as exceções, a gente precisa saber a regra. Eu até estava na expectativa, porque na última vez que nós conversamos no Conselho foi colocado que viria um parecer da Procuradoria, até entendo que o parecer não seria só para ver a questão de inconstitucionalidade, mas também essa questão de adequação. A gente não precisa ver apenas questões legais, mas a adequação disso, porque daqui a pouco o que não ficar bem adequado aqui, o que não ficar na regra bem explicita, ela vai ter dificuldade lá na frente. Nesse sentido, foi muito bem colocada a questão que foi trazida, a questão dos papeis, eu acho que foi esclarecida a questão dos papeis de cada grupo de trabalho. Falta sim, como colocou o Emílio, uma questão de cogestão, não está bem delimitado. Eu acho que também é uma questão de autonomia nos grupos. Eu acho que está faltando uma questão de autonomia. Outra questão que me chamou atenção, por exemplo, na leitura comunitária ele está restrito à sociedade civil organizada, isso aparece em vários momentos do texto. Eu estou restringindo a sociedade civil organizada, eu estou excluindo uma pareça da população e nem toda a parcela da população é organizada, nós temos os movimentos sociais. E nós não podemos deixar de considerar e contemplar eles dentro dessa revisão. Então, eu acho que tem algumas coisinhas que a gente tem que verificar. Então, temos que ver qual é a nossa regra, como vamos estabelecer, tem que ver essa questão da gestão, os atores não estão claros. Tem ali também no grupo técnico, por exemplo, que está só as universidades e eu me lembro que no grupo de trabalho nós tínhamos, se não me engano, o pessoal do IUA, do Instituto Urbano Ambiental. Então, nessa formatação que está colocada aqui eles já não podem mais participar, ou seja, teve uma alteração. Então, eu acho que nós temos que verificar melhor essas questões assim. No inicial tem só uma questão de detalhe, que embora a instrução normativa deveria ter começado lá e nós começamos agora, eu também estava esperando que viesse um relatório de atividades, Patrícia, que tu tinhas ficado de trazer, né. Não sei se é adequado nós mantermos, porque nós não temos esse relatório das atividades que já foram desenvolvidas. O tempo rege o ato no Direito, né. Então, essa instrução normativa vai para frente. Se nós vamos colocar aqui que as atividades vão estar contempladas, então, é bom a gente esclarecer também que atividades foram essas, para que se tenha um esclarecimento e uma clareza. Era isso, por enquanto. Obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira

Claudete, na sequência nós temos o Conselheiro Fausto, a quem eu aproveito para parabenizar, o importante papel do IAB na nossa sociedade, que faz um importante debate com a comunidade de Porto Alegre. Então, transmita, por favor, à direção, em nome deste Conselho as nossas felicitações. **Fausto Isolan (1º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Obrigado. Agradeço ao Secretário pelas felicitações e aos outros conselheiros e conselheiras também que se manifestaram. O IAB comemora o seu centenário e devido á pandemia, como eu já escrevi ali, as comemorações ficam atreladas um pouco ao momento que nós estamos vivendo. Bom, nos meus 2 minutos eu queria fazer umas colocações, que também foram contempladas pelos conselheiros que vieram antes. Eram dois temas basicamente que envolvia a questão da própria participação e que toca muito no que o Conselheiro Mark alertou. Eu acho que isso já foi em outros momentos também conversado, que é o tema que nos vemos hoje, a pandemia, ou seja, tem que fazer parte em algum momento desta instrução normativa referências ou indicações, encaminhamentos a toda essa incerteza que vamos ter pela frente, mas, enfim, nós não paramos, seguimos com os nossos planejamentos, mas a realidade está um pouco diferente e podemos ser conscientes de que não vai mudar tão rápido. Então, eu acho muito importante a colocação do Mark, que vem muito do que o Conselheiro Rafael já colocou em outros momentos, a questão de como vão ser essas participações. A gente está indo mais para o lado on-line e isso sempre é um problema, não temos muitas experiências, acúmulo de experiências desses registros, dessas participações online e o que tende é imaginarmos esse cenário pela frente. Então, o IAB ai estar sempre atento e sempre forçando, sempre recomendando e sempre colocando essa observação, essas metodologias, enfim, esses procedimentos têm que ser o mais abertos possível e descrito dentro do que vai se fazer. A gente entende, claro, que muita coisa vai ser ao longo do processo, mas acho que dentro da instituição normativa já poderia conter alguma coisa quanto a isso. O outro ponto foi justamente o que o Merino tocou, que é quanto á questão da gestão dos conselhos, dos GTs, principalmente os consultivos, os GTs como um todo, de quem faz essa gestão. Eu vi, tem um *slide* que a Patrícia apresentou e também parabenizo toda a equipe técnica. Faz um tempo que como conselheiro suplente não venho e quando volto vejo que há todo um esforço de apresentar isso, essas alterações e isso realmente é de se parabenizar. E o que eu estava comentando é justamente isso, tem um slide ali que tem a união do GT consultivo técnico e o das regiões, como um GT único, mas, acima disso, de toda essa gestão, como muito bem colocou o Merino. Eu acho que o meu tempo também deve estar chegando, mas também corroboro com o que a Claudete falou, sobre esse maior detalhamento ou explicação do que a gente puder se aproximar dentro de uma instrução normativa de como vão ser feitas essas atividades, vai ao encontro do que eu estava dizendo, principalmente da parte das participações, como vão se dar essas participações, quem é quando a gente descreve a sociedade civil, quem a gente deixa de fora. É mais nesse sentido. Muito obrigado e boa noite todos os conselheiros. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Boa noite a todos e todas. Eu vou aproveitar, primeiramente, em nome do Sindicato dos Arquitetos do Estado do Rio Grande do Sul fazer uma homenagem especial ao IAB, nosso coirmão que historicamente lutamos juntos por uma série de questões dos arquitetos urbanistas. E deixar aqui nosso registro aos 100 anos do IAB. Já foi falado muito, mas nós temos uma relação próxima, quase que irmãos, nessa luta dos profissionais da arquitetura. O que eu queria falar, não quero ser repetitivo, mas também vou citar alguns aspectos que eu acho importante, que já foram discutidos e que no meu ponto de vista deveriam ser considerados, primeiro que questão deliberativa do Conselho. Como já foi dito até pelo próprio Ministério Público, isso aí não é uma questão

de gosto ou de opinião, é lei, o Conselho tem um caráter deliberativo e principalmente lá no art. 9º - "Compete ao Conselho discutir, propor e opinar". Deveria estar incluído "deliberar". Na segunda questão que eu levanto é em relação ao que o Mark falou. E aí eu também quero fazer uma homenagem aos técnicos da Prefeitura, a todo mundo que participou e produziu, inclusive, ao próprio conselho, eu acho que a gente amadureceu em um documento muito bom, com algumas questões a serem colocadas e que certamente deverá ter segmento. Eu sempre digo que o a instrução normativa e esses documentos, na verdade, o papel aceita tudo, a gestão dessas questões que vão definir realmente o nosso processo participativo, todos esses aspectos que a gente sempre vem defendendo. No Capítulo II da leitura da cidade, também entendo que deveria tem um plano B, alguma coisa que mencionasse, porque provavelmente não está, apesar de todo esse otimismo e eu falo a partir de informações do pessoal da saúde, todo esse otimismo com a vacina, provavelmente até metade do ano ou mais ainda estaremos presos nas nossas residências etc. Não será tão tranquila assim como vem se divulgando. Tomara que o pessoal que informa isso, o pessoal ligado à saúde, esteja enganado. Então, eu acho que teria que ter uma previsão, alguma coisa que falasse na leitura da cidade, é complicado fazer a leitura da cidade via reuniões virtuais. Eu não quero aqui anular todo esse trabalho, mas eu gostaria que a gente tivesse algum plano B para que não se frustrasse mais adiante. A terceira parte também que eu queria falar, até o Felisberto falou sobre as oficinas, particularmente no art. 24 fala da leitura da cidade, em locais de fácil acesso e com disponibilidade de transporte público e divulgados com antecedência de pelo menos 15 dias corridos. Eu não sei qual é a previsão nesse nosso andar de que ocorram essas oficinas, mas também vejo algumas questões que deveriam ser pensadas. Não estou querendo mudar o documento com isso, mas para que a gente não se frustre mais adiante. Por fim, eu estou repetindo, parabenizar toda a equipe e o próprio Conselho. Eu acho que é, acho não, eu tenho certeza é um bom trabalho, com algumas lacunas, como já foi dito. Dificilmente em um grupo tão grande de conselheiros que representam diferentes opiniões e segmentos da sociedade, nós teremos um consenso sobre algum documento. Eu acho que essa instrução abrange a maioria das questões, e como dizem alguns, no andar da carreta as coisas se acomodam, eu não acredito muito nisso, mas eu acho que é o caminho que vai se ter. Obrigado. **José Rodolfo Fork (1º Suplente), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA:** Boa noite a todos. Em primeiro lugar, em nome da ASBEA, queria parabenizar o IAB pelo centenário, é um instituto muito importante para nós arquitetos, que defende muito as nossas causas para uma cidade melhor para todos. Então, gostaria de parabenizar em nome da ABEA. Em segundo lugar, o prestígio do Prefeito ter participado da reunião hoje mostra a importância do nosso Conselho perante o muito, perante a criação do novo plano. Isso reforça o Conselho como um todo, como a todos nós. Em terceiro lugar, principalmente, dar os parabéns a toda equipamento, principalmente a Patrícia, que vem conduzindo a toda essa documentação que foi dada como base para a instrução normativa que estamos discutindo hoje. A gente leu, nós dentro da ASBEA debatemos um pouco, analisamos, a gente acha que ela está madura o suficiente para votação, para ser encaminhada. Algumas correções vão acontecer ao longo do processo, não temos como ter 100% de consenso entre todos. Ela está madura e ao longo do processo a gente vai conseguir fazer alguns ajustes, algumas correções de rumo, de como vão acontecer as oficinas, como vai se dar ao longo da pandemia. Essa vacinação ninguém sabe exatamente como vai ser, daqui a pouco em 3, 4 meses a gente pode estar fazendo as oficinas presenciais e não mais remotas. Então, isso vai se dar ao longo do processo. A gente está vivendo uma pandemia, ninguém sabe como isso vai ser e fica muito difícil colocar isso em um documento. Então, na nossa visão este

documento está de acordo sim, está bem maduro. A observação do Emílio eu acho bem interessante da gente ter um grupo executivo, eu acho que reforça, traz uma visão mais macro de como o município entende que pode acontecer. Isso reforça a criação de todos os grupos, como vai trazer um debate ao Plano Diretor de diversos olhares, mais participativo em relação ao que a gente tem hoje regendo. Então, da nossa visão está bem encaminhada essa situação. era isso que eu tinha a colocar. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem. Obrigado, Conselheiro Rodolfo. Devolvo a palavra à Conselheira Patrícia para fazer as observações. Lembrando que aqui a gente traz para debate, como bem dito por todos os conselheiros. A gente prevê todas as situações, como disse o Conselheiro Hermes, é um conselho muito plural. Então, dificilmente a gente consegue às vezes prever todas as nuances, enfim, todas as observações. E para isso a gente organizou alguns tempos de discussão, de contribuição, para de fato chegar no momento hoje com essa proposta final e se colocar em votação. Entendo as manifestações das mais diversas, acho importante também comentar a contribuição que trouxe o Conselheiro Emílio, o Conselheiro Rodolfo reforçando no sentido de que aqui na instrução normativa a gente tem uma regra básica de funcionamento, da inteiração do Conselho, dos grupos de trabalho, da equipe da Secretaria, mas o projeto como um todo também tem um regramento, o projeto da cooperação, tem um diretor nacional na figura do secretário, tem o diretor técnico na figura da Coordenadora de Planejamento e se insere dentro da competência do poder executivo, que tem uma hierarquização, tem o prefeito municipal. Então, esse processo sem dúvida terá a participação de todos os atores, demais secretários municipais, é um projeto muito transversal. Então, o processo como um todo vai ter sem dúvida essa participação, não vai se limitar a essa regra ali estabelecida. Aqui a gente traz essa base de funcionamento dos grupos, dos trabalhos, das inteirações externas, como o poder público, para a gente ter um pouquinho mais de segurança e avançar no processo para as próximas etapas. Patrícia, por favor, para consolidar a tua fala final. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Eu só queria pontuar que nós deixamos à disposição, nós apresentamos uma primeira versão ou uma segunda versão, como a Claudete pontuou, onde nós deixamos por dois meses e meio disponível para vocês olharem, nós reiteramos diversas vezes a inserção de contribuições e sabendo que o processo tem certa transformação no decorrer do período, a gente deixou em aberto algumas questões, tipo formação desses grupos de trabalho que forem necessários, a questão dos processos de participação que alguns pontuaram. Foi colocado ali que essa deliberação ou a organização desses processos de participação vão ser discutidos dentro desse grupo de trabalho e vão ser discutido junto ao Conselho, antes de serem efetivamente implementados. Então, a ideia é que a construção de todo o processo passe por essas instâncias antes dele, vamos dizer, ir para a rua, dele ser executado no todo. Então, principalmente, quando fala de deliberação, eu entendo que o Conselho está totalmente inserido dentro do processo, inclusive, o Conselho é o que aprova as etapas, as conclusões das etapas. É a coisa mais importante que tem antes de ser encaminhado, nenhuma etapa vai ser construída sem antes passar pelo Conselho. Então, eu acho que esse caráter deliberativo está bem consagrado ali na minuta e a participação ampla, nós vamos ter um ano de plena interação. E em relação à questão de iniciar os processos de participação, a gente tem plena ciência disso, mas independente de qualquer coisa, o momento em que a gente aprova essa minuta nós como o grupo em conjunto podemos, nós podemos começar a trabalhar. O Conselho junto com a Prefeitura vai dar o andamento dos próximos passos, enquanto nós não temos os resultados dos estudos a gente vai

trabalhando a questão da participação. Tem as participações, aquelas que vêm dos resultados, mas tem visitas às regiões, enfim, conversas com os delegados, a gente pode fazer diversas ações, só que a gente vai estar realmente legitimados dentro do processo para ir registrando isso. Então, eu rogo a vocês que a gente aprove a minuta e aí no decorrer do processo, se tiver que fazer alguns ajustes nós vamos fazendo. Deixa eu só comentar a respeito da questão das oficinas, que o Felisberto tinha comentado, que a gente sabe que não conseguimos tendo em vista a pandemia, fazer a apresentação das oficinas nas regiões, mas nós continuamos com essa pendência. As equipes técnicas ainda querem fazer essa as devolutivas. Então, tão logo libere a questão da participação, enfim, por causa da pandemia, a gente se compromete aqui a fazer realmente essa participação nas regiões para fazer a devolutiva, porque a população espera, com certeza essa devolutiva. Então, falando de maneira geral, eu acho que nós temos condições de aprovar essa minuta e a gente pode até pontuar essa questão do grupo executivo, que eu achei interessante também, mas como Germano pontuou, a gente trabalha em outra ta, mas sempre trocando informação com vocês. E entendo importante colocar algum considerando em relação à questão da pandemia para a gente fechar, mas acho que essas duas coisas, as demais eu entendo que elas podem ser discutidas nos grupos de trabalho e desenvolvimento dos processos, que vão ser feitas em conjunto. É isso que eu queria pontuar. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Patrícia. Questão de Ordem do Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** A minha Questão de Ordem era para dar uma informação, que a Delegada Michele da RGP 8 fez uma colocação, que gostaria de ter se manifestado hoje sobre a questão da balneabilidade do Lami e do Extremo Sul, as medições que estão sendo feitas e que deveriam ser feitas desde o mês de dezembro. E houve uma diminuição nas medições. Então, essa era uma Questão de Ordem. A segunda, Secretário, é que fosse colocado em votação nominal e se possível eu gostaria de fazer a declaração de voto. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. Conselheiro Emílio Questão de Ordem. **Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Secretário, peço desculpas, porque eu não sei se é uma Questão de Ordem ou não, mas acredito que é importante, ressaltando o que a Patrícia falou. Realmente, eu pessoalmente me sinto envergonhado sem poder sustentar algo a mais, porque a administração todo o formato, todo o tempo necessário e ainda seguimos nessa questão de poder corrigir. Então, acredito que dada a boa fé e a manifestação, a transparência como a Prefeitura está trabalhando neste momento, eu acredito que sim, que podemos votar. Eu me sentiria muito seguro se Patrícia ou através do Secretário manifestarem que essas pequenas correções vamos corrigindo no decorrer do tempo, aí eu me sentiria totalmente considerado e tranquilo de poder votar como instituto CAU, não como Emílio, mas sim como CAU. Outra coisa muito importante, Patrícia, temos muitos erros quando construímos um Plano Diretor, é a locação do pessoal técnico da Prefeitura, como eu já vi, mas teria que ser dedicação exclusiva. Então, isso é importante, porque a partir da construção, a partir dessa deliberação já se constrói o grupo de trabalho e o grupo de trabalho do Plano Diretor não seriam 3 ou 4 pessoas da direção de planejamento ou de urbanismo da SMAMS, se não for uma parte, umas 10, 15, 20 pessoas dedicadas ao Plano Diretor, aí eu vejo com bons olhos que teremos um bom final para este plano. Sem isso dificilmente tu vais conseguir um Plano Diretor que se ajuste a todas as necessidades. Desculpa, Secretário, por esta interrupção. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade –**

SMAMUS: Imagina. Obrigado, Conselheiro Emílio, sem dúvida as contribuições podem ser ajustadas, melhoradas ao longo dos processos. Lembrando que a ata desta presente reunião faz parte da votação, da instrução normativa. Então, todas as manifestações colocadas são transcritas na ata, devidamente aprovada pelos Senhores Conselheiros, que integra todo o processo de aprovação da presente instrução normativa. Então, todas as contribuições aqui colocadas vão integrar a nossa ata. Conselheiro Mark. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** A minha Questão de Ordem é justamente para conversar com a Patrícia se ela considera uma lesão à construção normativa nós incluirmos o considerando da pandemia. Eu acho que isso nós não podemos apenas citar a legislação que está aí prevista, nós precisamos mencionar a existência desse evento poderoso e fazer, inclusive, as adequações necessárias. Se isso estiver garantido eu acho que nós teríamos condição de votar, mas se isso não pode ser incorporado, o que eu acharia uma contradição e um contrassenso, Edu acho que nós não poderíamos encaminhar à votação hoje. Por isso eu faço a pergunta, Secretário e Patrícia. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Conselheira Claudete Questão de Ordem. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Nessa questão de ponderação trazida pelo Conselheiro Mark, eu acho que ela está tão redonda, tão ajustada, mas para que nós vamos postergar ajustes ou rediscutir algo que nós já amadurecemos? Nós precisamos pontuar pequenas coisas, ela está apta. Já são quase 20 horas. Então, por que não fazermos esses ajustes que são necessários e vão ser produtivos, vão refletir no nosso trabalho lá na frente e deixarmos para fazer isso no meio do caminho quando a gente pode fazer agora. Não há prejuízo nenhum para os encaminhamentos, não há divergências, nós temos consensos, mas tem algumas coisas que a gente precisa pontuar. Então, é regra fazer parecer? É regra. Então, vamos colocar que é regra fazer parecer. Então, tem algumas questões. Ah, vamos criar esse tópico do executivo, que é extremamente importante, vamos colocar esse tópico da questão da gestão? Tem coisa que vão no andar da carruagem, beleza, mas a gente já começou o processo e não tinha um regramento. Então, o momento é agora. Nós estamos maduros, estamos de consenso, o trabalho foi muito bem feito. Então, pequenos ajustes é só pontuar, porque é a primeira vez efetivamente que estamos discutindo neste último formato que nos foi passado. Até nós aguardávamos a questão da reestruturação das secretarias para ver como ficava. Então, gostaria de pontuar nesse sentido. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Claudete, pela manifestação. Eu entendo, compreendo a manifestação de todos, é o nosso papel ouvir todas as contribuições, mas a gente compreende que o processo teve os momentos de participação, de contribuição, de validação, bem apresentados pela equipe da Patrícia. Como eu disse anteriormente, dificilmente a gente consegue contemplar todas as situações, mas é o processo, um procedimento para a gente chegar hoje e colocar em pauta, conforme havíamos previamente estabelecido, botar em discussão para deliberação. A gente teria que respeitar esses momentos para inserir alguma questão diferente, alguma contribuição. Então, teve os momentos de contribuição e o que foi apresentado hoje é o fruto desses momentos, dessas oportunidades. Então, é nesse sentido que peço o empenho de vocês, todos participaram junto com o Ministério Público em alguns momentos, foram muito incisivos. Embora a gente estivesse com uma programação inicial nós recuamos em alguns momentos, oportunizamos mais tempo, fizemos as discussões para a gente chegar neste momento desta maturidade e fazer a discussão e deliberar. Já são 19h54min, acho importante a gente colocar em votação a presente instrução normativa para avançar na

nossa revisão do Plano Diretor, que eu sei que todos vocês têm o maior interesse em contribuir, em dar a sua contribuição para a cidade como um todo. Nesse sentido eu abro à votação, consultando a Conselheira representante do DEMHAB, como vota em relação à instrução normativa que regra o procedimento para revisão do Plano Diretor do Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre e dá outras providências. **VOTAÇÃO NOMINAL: INSTRUÇÃO NORMATIVA QUE REGRA O PROCEDIMENTO PARA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DO DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL DE PORTO ALEGRE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS: Lisiane Sartori Fioravanço Magni (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** DEMHAB vota favorável. **Júlio César Farias de Miranda (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** EPTC vota favorável. **Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP:** Favorável. **Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN:** Favorável. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Favorável. **Gisele Coelho Vargas (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Favorável. **Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM:** (Sem microfone). **Luciane Martins Pinheiro (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI:** Favorável. **Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Favorável. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Acho lamentável que um processo tão interessante, tão participativo, acabe sendo simplesmente homologado pelo Conselho e não discutido, aceita pequenas alterações que estava se propondo, que o pessoal estava tentando contribuir e pequenas alterações. Então, se pudesse continuar a discussão, mas sou obrigado a votar contrário. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Uma pena que em um processo democrático, quando tem uma questão colocada assim, ela realmente é colocada para a discussão do plenário. A gente continua com o Secretário dizendo como a gente vai encarar. É a minha declaração de voto, Secretário. A gente continua com o Secretário dizendo que vai ser o encaminhamento, a gente não tem efetivamente um processo democrático. À ACESSO não resta alternativa senão se abster desta votação, porque eram pequenas coisas que a gente vai ter que retomar e rediscutir lá na frente. **Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM:** Favorável à instrução normativa. **José Rodolfo Fork (1º Suplente), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA:** Favorável. **Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Secretário, favorável com as pequenas alterações propostas pelo CAU. **Fausto Isolan (1º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** O IAB se abstém. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Secretário, eu voto favorável com a seguinte declaração de voto, é bem curta. Meu voto é favorável com o alerta que faltou incluído no texto questões relativas aos prejuízos do desenvolvimento dos trabalhos referente ao isolamento social em virtude da pandemia do Covid-19, assim como maiores definições sobre a participação da sociedade nas várias etapas. Eu vou mandar por escrito amanhã a declaração de voto. Favorável. **Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Parabenizando o trabalho voto favorável. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Presidente, sou favorável à instrução e deixo meus parabéns para toda a equipe, que já participei de outras alterações de Plano Diretor, nunca vi um trabalho tão bem feito. Favorável. **Mark Ramos**

Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS: Abstenção, Secretário. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, eu lamento não ser possível incluir no texto as alterações propostas. Então, nesse sentido eu vou votar contrário, mas quero deixar meus parabéns à equipe. Lamento neste momento não terem sido incluídas as ponderações dos demais conselheiros, que seria um acréscimo à minuta. E não esquecemos que a minuta tem que estar sempre veiculada com o projeto de cooperação técnica internacional, temos que dar suporte jurídico para a minuta. Era isso e obrigado. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Favorável. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Em primeiro lugar parabenizo a Patrícia e demais colegas que fizeram um belo trabalho que a gente acompanhou durante este período de outubro para cá. O meu voto é favorável. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Em função de ter todas essas controvérsias com relação à minuta, o trabalho das meninas foi excelente, gostei muito, mas eu acho que depois de um debate, nós estamos em um país democrático, depois de um debate nós deveríamos escutar os conselheiros e fazermos os ajustes necessários, porque todos temos o mesmo objetivo. Então, como não foi feito isso, foi tratado de maneira radical – não, não pode mudar, já foi feito. Então, o meu voto PE contrário. **Ricardo Angelini, (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5**: Favorável. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Presidente, reconhecendo o trabalho excelente desta equipe, coisa que eu também nunca vi, eu estou participando de revisão do Plano Diretor desde a década de 90, inclusive, como conselheiro do Plano Diretor. É um reconhecimento a todo este trabalho, a dedicação, a profundidade que estão nos colocando de mão beijada aqui para nós em plena pandemia, por favor, favorável e parabéns à equipe de trabalho. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** (Não se encontra presente na sala). **Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** Favorável. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Primeiramente, parabéns ao trabalho desenvolvido. Pelo espírito democrático desta revisão eu voto favorável. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado. Consulto se alguém não votou e esteja presente, por favor, que se manifeste no *chat*. Em não havendo manifestação encerramos o período de votação, tendo 03 votos contrários, 03 abstenções e 20 votos favoráveis. Então, por maioria **APROVADA A INSTRUÇÃO NORMATIVA QUE REGULA O PROCEDIMENTO PARA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL DE PORTO ALEGRE**. Um momento importante, a instrução normativa base do procedimento de revisão do nosso Plano Diretor. É o início de um processo participativo, de integração, de muito debate. A democracia prevalecendo, manifestações das mais diversas, tivemos momentos de contribuição, momentos de discussão, momento de deliberação. Eu peço sempre a compreensão de todos no sentido de que a gente para chegar no momento da votação, a gente passou pelo momento de contribuição, de que haja contribuição, de que sejam solicitadas as correções, que seja no âmbito da minuta apontadas as melhorias que deveríamos ter feito. Então, tivemos este momento anteriormente colocado, com prazos durante o nosso processo. Então, por isso que a gente chega na data de hoje e quando vai votar, embora eu entenda que vocês façam a leitura e tenham alguma opinião, alguma questão diversa, mas isso deve constar com o voto, a manifestação do voto por escrito, consta na ata, quando é feita a discussão e a observação

por vocês. A ata que compõe a aprovação fica registrada essa manifestação. Então, é complexo, porque naturalmente existe um procedimento para a gente poder votar, tem momentos e têm que ser cumpridos para a gente poder fazer a discussão, senão a gente não consegue chegar no final. Se cada um trouxer uma contribuição e a gente tiver que voltar para o início foiça um pouco complexo da gente trazer. O espírito da democracia, da participação prevaleceu, eu não tenho dúvida que todos vocês vão contribuir em muito com a revisão do Plano Diretor. Espero que este Conselho siga no processo de revisão e na sequência a gente pode fazer uma discussão novamente com relação à eleição do Conselho. Ouvimos todos vocês na última reunião que tivemos sobre esse ponto, talvez não seja de fato adequado a gente fazer essa eleição, talvez seja adequado a gente continuar com esta composição do Conselho, que está extremamente preparada para nos auxiliar no processo de revisão do Plano Diretor. Então, talvez a gente prorrogue o mandato pelo período de revisão do Plano Diretor, para os próximos 2 anos. Então, estamos fazendo essa reflexão aqui. Acho bem oportuno, a gente tem uma série de indefinições em relação à pandemia, mas acho que na sequência a gente pode conversar um pouquinho mais sobre interesse. Eu queria externar a vocês o nosso pensamento, talvez encaminhar o assunto nesse sentido, para de fato contar com esta equipe que está preparada, participou da base da construção da revisão do Plano Diretor e vai contribuir muito nessa revisão. Nesse sentido, após a aprovação da nossa instrução normativa agradeço à presença de todos. São 20h10min, desejo uma excelente noite e agradeço mais uma vez à oportunidade da troca, do aprendizado e do debate, Boa noite! **(Encerram-se os trabalhos da plenária às 20h10min).**

Germano Bremm	**Secretária Executiva**
Presidente	**Relatora**

Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2021, ... retificações:

MINUTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADEINSTRUÇÃO NORMATIVA Nº XXX / 2021

INSTITUI O PROCEDIMENTO PARA A REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL DE PORTO ALEGRE (PDDUA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

CONSIDERANDO a necessidade de revisão do Plano Diretor de Porto Alegre , atendendo ao disposto no parágrafo 3º do art. 40 do Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001;

CONSIDERANDO que, para a revisão do Plano Diretor, deve ser promovida a gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano, de acordo com o inciso II do art. 2º do Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001;

CONSIDERANDO que é atribuição do Executivo Municipal a promoção de audiências e debates com a participação popular, a publicidade dos documentos e informações produzidos, bem como a garantia do acesso a qualquer interessado do material produzido, nos termos do parágrafo 4º do art. 40 do Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001;

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE, na condição de titular da Secretaria Municipal Secretaria de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade, órgão gerenciador do Sistema Municipal de Gestão do Planejamento, no uso das atribuições conferidas pelo art. 37 da Lei Complementar nº 434, de 1º de dezembro de 1999, e tendo em vista o disposto na alínea f, do inciso III, do art. 4º da Lei Complementar nº 810, de 4 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

TÍTULO I

Das Disposições Gerais

Art. 1° Fica instituído o procedimento para a Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre.

Art. 2º Além das atividades já desenvolvidas que envolvem o processo de Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre, as demais serão regidas por esta Instrução Normativa.

CAPÍTULO I

Dos Objetivos. Art. 3º É objetivo do processo de Revisão do Plano Diretor aperfeiçoar a gestão do planejamento urbano para promover o desenvolvimento urbano integrado e sustentável do Município de Porto Alegre, tendo como base de referência os princípios da Nova Agenda Urbana e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), com foco no ODS 11- Cidades Sustentáveis.

Art. 4º Para garantir o cumprimento dos objetivos, quanto à gestão democrática e participativa, o presente processo se valerá de Leituras Técnicas e Comunitárias, nos termos do disposto nas legislações vigentes sobre o tema.

Art. 5º Para os fins desta instrução normativa considera-se:

I – Modelo Jurídico - o conjunto das diretrizes de planejamento e de desenvolvimento urbano e de instrumentos jurídicos e urbanísticos adotados pelo Município, expressos através da redação da lei;

II – Instrumentos Urbanísticos - o conjunto de ações e instrumentos jurídicos, urbanísticos e tributários, legalmente facultadas ao Poder Público para intervir na ordenação do espaço urbano, regulamentando, controlando-o ou direcionando-o, na forma do disposto na Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, no que couber;

III – Sistema Municipal de Gestão do Planejamento (SMGP) - processo contínuo, dinâmico e flexível com o objetivo de assegurar canais de participação da sociedade na gestão municipal, garantir o gerenciamento eficaz do planejamento e do desenvolvimento urbano, direcionado à promoção da melhoria da qualidade de vida das pessoas e à resolução das problemáticas sociais, urbanas e ambientais, com vistas a instituir um processo permanente de sistematização e atualização do PDDUA;

IV – Leitura Técnica - leitura da realidade local, através de dados e informações técnicas, as quais devem ser consideradas para fins de obtenção de estudos, diagnósticos, elaboração e consolidação das propostas;

V – Leitura Comunitária - leitura da realidade local através dos dados, das informações, das experiências e dos saberes das comunidades e da sociedade civil organizada, com o uso dos processos de participação, a qual deve ser considerada para fins de obtenção de diagnósticos, elaboração e consolidação das propostas.

TÍTULO II

Do Processo de Revisão do PDDUA

CAPÍTULO I

Da Estrutura Organizacional do Processo de Revisão do Plano Diretor

Art. 6º Com vistas a garantir o controle social do processo, através da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade, o processo de Revisão do PDDUA será conduzido através da seguinte estrutura organizacional básica:

I – Coordenação Técnica (CT), de responsabilidade da Secretaria Municipal do Urbanismo, Meio Ambiente Sustentabilidade (SMUMAS), composta por servidores da Diretoria Geral de Planejamento Urbano e Sustentável (DGPUS-SMUMAS), com o apoio das demais estruturas administrativas da SMUMAS;

II – Grupo de Trabalho denominado GT Técnico Operacional (GT-TO), composto pelos órgãos da Administração Municipal, direta e indireta, com membros indicados pelo Prefeito Municipal;

III – Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (CMDUA), com composição determinada no art. 40 do PDDUA;

IV – Grupo de Trabalho denominado GT Consultivo Técnico (GT-CT), com representação composta por integrantes do CMDUA e por Universidades com curso de graduação e pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo e áreas afetas ao planejamento urbano, com sede em Porto Alegre;

V – Grupo de Trabalho denominado GT Consultivo das Regiões de Planejamento (GT-CR), com representação composta pelas 08 (oito) Regiões de Planejamento, bem como 01 (um) representante do Orçamento Participativo, bem como pelos demais integrantes do CMDUA que tiverem interesse em participação do grupo.

Parágrafo único. Conforme necessidade no decorrer do andamento dos trabalhos, é facultada a formação de novos grupos de trabalho ou a inclusão de novos membros nos Grupos de Trabalho descritos nesta Instrução Normativa, a fim de possibilitar a participação de outras representações da sociedade, além de se garantir a criação de fóruns para discussão sobre temas específicos.

Art. 7º Compete à Coordenação Técnica (CT), nos termos do disposto no art. 37 da Lei Complementar nº 434, de 1º de dezembro de 1999 e na alínea “f” do inciso III do art. 4º da Lei Complementar nº 810, de 4 de janeiro de 2017:

I – promover a revisão e a atualização do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental - PDDUA, coordenando e gerenciando o desenvolvimento dos trabalhos no decorrer do processo, com vistas a promover a sua efetiva realização;

II – elaborar todo o material técnico necessário para o desenvolvimento do processo de Revisão do Plano Diretor, subsidiando-se das consultorias técnicas contratadas, dos órgãos do Município e dos Grupos de Trabalho, no que couber;

III – estabelecer as formas de interlocução com a sociedade e entre os integrantes do Sistema Municipal de Gestão do Planejamento (SMGP), assegurando a interlocução com os órgãos municipais, com organismos governamentais e não governamentais, bem como com os diversos segmentos da sociedade sobre as questões relacionadas à revisão do Plano Diretor;

IV –- estabelecer meios de sensibilizar e mobilizar a sociedade para debater as questões relativas ao planejamento urbano e ao Plano Diretor, com a finalidade de garantir a efetiva participação popular no decorrer do processo;

V – manter e divulgar canais de comunicação que possibilitem a disponibilização de informações relativas ao processo de Revisão do Plano Diretor, que possibilite a formulação de consultas públicas e recebimento de contribuições oriundas da população em geral;

VI – efetuar as convocações relativas aos processos de participação previstos, bem como efetuar as devidas divulgações, garantida a divulgação nos fóruns regionais de planejamento com o apoio dos conselheiros regionais;

VII – coordenar as atividades relativas aos processos de participação previstos, bem como as reuniões dos grupos de trabalho;

VIII – indicar a metodologia de realização das atividades desenvolvidas no decorrer do processo, em conjunto com os GTs, no que couber, considerando a característica da atividade a ser desenvolvida;

IX – estabelecer o cronograma para o desenvolvimento das atividades, em conjunto com os GTs no que couber, considerando a característica da atividade a ser desenvolvida;

X – oferecer suporte aos Conselhos Municipais em reuniões destinadas ao debate das matérias relacionadas à Revisão do Plano Diretor;

XI – prestar esclarecimentos em eventos oficiais destinados ao debate das matérias relacionadas à Revisão do Plano Diretor;

XII – sistematizar as informações obtidas ao longo do desenvolvimento das atividades relacionadas à Revisão do Plano Diretor, bem como analisar e compilar as propostas advindas dos processos de participação da sociedade e dos grupos de trabalho, garantido o retorno aos proponentes de alteração;

XIII – elaborar a minuta de Projeto de Lei, bem como as regulamentações decorrentes dos resultados do processo;

XIV – fornecer apoio técnico e esclarecimentos ao Legislativo para o debate e a discussão dos Projetos de Lei na Câmara Municipal.

Art. 8º Compete ao GT Técnico Operacional (GT-TO), grupo de trabalho composto pelos órgãos da Administração Municipal, direta e indireta, no âmbito de suas competências, participar na elaboração e no desenvolvimento dos trabalhos, contribuindo com análises e formulações técnicas de propostas relacionadas às políticas setoriais, envolvendo:

I – fornecer os dados e informações que forem solicitadas pela Coordenação Técnica;

II – colaborar na análise dos resultados dos estudos realizados, propondo ajustes e complementações, quando for o caso;

III – colaborar na elaboração dos documentos consolidados e na sistematização das informações produzidas;

IV – colaborar na elaboração de minutas de Projetos de Lei e regulamentações, com vistas a garantir a efetiva implementação das políticas resultantes do processo de revisão;

V – prestar suporte na realização dos processos de participação da sociedade, bem como na análise de resultados.

Art. 9º Compete ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental (CMDUA)**,** no âmbito do desenvolvimento do trabalho de Revisão do Plano Diretor, nos termos do inciso I do art. 39 da Lei Complementar nº 434, de 1º de dezembro de 1999:

I – discutir, propor e opinar sobre temas relativos à Revisão do Plano Diretor, emitindo pareceres, quando couber;

II – acompanhar e monitorar o processo de Revisão do Plano Diretor, atuando especialmente sobre:

a) recebimento dos relatórios do andamento do processo de Revisão, conforme cronograma a ser estabelecido pela CT;

b) recebimento e avaliação dos resultados consolidados obtidos, após a avaliação dos GT, emitindo parecer, quando necessário;

c) acompanhamento do andamento e dos resultados dos processos de participação;

d) proposição de ajustes pertinentes e complementações que subsidiem a Revisão do Plano Diretor.

III – aprovar a conclusão das diferentes etapas de desenvolvimento do processo, nos termos definidos nesta Instrução Normativa;

IV – acompanhar a tramitação do projeto de lei complementar na Câmara de Vereadores de Porto Alegre (CMPA), com direito à participação nos debates realizados em Comissões Especiais que tratam do tema, junto à CMPA.

Art. 10. Compete ao GT Consultivo Técnico (GT-CT), grupo de trabalho composto por integrantes do CMDUA e pelas Universidades:

I – discutir, propor e opinar sobre temas relativos à Revisão do Plano Diretor emitindo manifestações técnicas conjuntas, conforme cronograma a ser estabelecido, envolvendo:

a) avaliação dos resultados consolidados pela CT em conjunto com o GT-TO, obtidos nas diferentes etapas do processo, através de parecer técnico conjunto, propondo ajustes e complementações, quando for o caso;

b) avaliação e proposição de soluções para os diferentes temas relativos à revisão do Plano Diretor, colaborando na construção das propostas consolidadas;

c) avaliação do conteúdo de propostas sistematizadas pela CT e GT-TO oriundas dos processos de participação da sociedade, incluindo a metodologia utilizada nestes processos.

II –- participar e apoiar a organização e a realização dos processos de participação como as oficinas, os seminários, as audiências públicas, conferências, entre outros;

III – colaborar na mobilização da sociedade civil organizada para participação dos eventos destinados à Leitura Comunitária.

Parágrafo único. Os interessados em se tornarem componentes do GT Consultivo Técnico deverão ter ciência da necessidade da efetiva participação no calendário de agendas a fim de garantir o pleno andamento dos trabalhos, desta forma, a ausência não justificada em 03 (três) reuniões sucessivas desabilitará o representante, devendo este ser substituído oficialmente por outro, se assim for o interesse da entidade ou da região de planejamento.

Art. 11. Compete ao GT Consultivo das Regiões de Planejamento (GT-CR)**,** grupo de trabalho composto pelos representantes das 08 (oito) Regiões de Planejamento, pelo representante do Orçamento Participativo, bem como pelos demais integrantes com assento no CMDUA, que manifestarem interesse na participação:

I – discutir, propor e opinar sobre temas relativos à Revisão do Plano Diretor emitindo pareceres conjuntos, quando for o caso, conforme cronograma a ser estabelecido, envolvendo:

a) avaliação dos resultados consolidados pela CT em conjunto com o GT-TO, obtidos nas diferentes etapas do processo, através de parecer conjunto, propondo ajustes e complementações, quando for o caso;

b) propostas de soluções para os diferentes temas relativos à revisão do Plano Diretor, colaborando na construção das propostas consolidadas;

c) colaboração no recebimento e apresentação de propostas oriundas da sociedade;

d) participação, em conjunto com a Coordenação Técnica (CT), em encontros com a sociedade organizada no âmbito das Regiões de Planejamento, denominados Diálogos com a Sociedade, buscando ouvir anseios, expectativas e recebimento de propostas.

II – participar e apoiar a organização e realização dos processos colaborativos como as oficinas, os seminários, as audiências públicas, conferências, entre outros;

III – colaborar na mobilização da sociedade para participação dos eventos destinados à Leitura Comunitária.

Parágrafo único. Os interessados em se tornarem componentes do GT Consultivo Técnico deverão ter ciência da necessidade da efetiva participação no calendário de agendas a fim de garantir o pleno andamento dos trabalhos, desta forma a ausência não justificada em 03 (três) reuniões sucessivas desabilitará o representante, devendo este ser substituído oficialmente por outro, se assim for o interesse da entidade ou da região de planejamento.

TÍTULO III

Do Desenvolvimento das Etapas no Processo de Revisão do PDDUA

Art. 12. O processo de Revisão do Plano Diretor está previsto para ser desenvolvido em 05 (cinco) etapas, sendo prevista o encaminhamento para a Aprovação no início do ano de 2023:

I – Etapa Preparatória: Em andamento desde agosto de 2019, com previsão para conclusão em 2021, a partir da conclusão das ações previstas e com o advento da contratação dos estudos específicos para a revisão do Plano Diretor no âmbito do projeto POA 2030: Inovadora, Integrada, Resiliente e Sustentável, junto ao PNUD.

II – Leitura da Cidade: Etapa prevista para ser iniciada e concluída no ano de 2021.

III – Sistematização e Propostas: Etapa com previsão de início em 2021 e previsão de conclusão em 2022. IV – Aprovação: Previsão de início em 2023 a partir da entrega e aprovação do projeto na CMPA.

V – Implantação e Monitoramento: Etapa prevista para ser iniciada posteriormente à aprovação do projeto na CMPA.

CAPÍTULO I

Da Etapa Preparatória

Art. 13. A etapa preparatória consiste em etapa preliminar necessária à estruturação do desenvolvimento dos trabalhos, sendo algumas delas já realizadas ou em andamento, contemplando:

I – definição da metodologia de trabalho, do cronograma de atividades, das formas de comunicação e interlocução com a sociedade, bem como o planejamento dos processos de participação dentro do processo de Revisão do Plano Diretor de Porto Alegre, a ser consolidada através desta Instrução Normativa;

II – realização da primeira rodada de oficinas temáticas-territoriais, bem como a realização das devolutivas nas Regiões de Planejamento para apresentação dos resultados consolidados;

III – elaboração de termos de referência, no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica Internacional BRA/19/014;

IV –organização preliminar do banco de dados e das informações necessárias para a Revisão do Plano Diretor;

V – realização de processos de participação online e presenciais, envolvendo consultas preliminares que servirão de subsídio para a realização dos diagnósticos, caso se fizerem necessárias;

VI – constituição dos grupos de trabalho.

CAPÍTULO II

Da Leitura da Cidade

Art. 14. São etapas da Leitura da Cidade:

I – Nivelamento do Conhecimento;

II – Leitura Técnica;

III – Leitura Comunitária.

Parágrafo único. A Leitura da Cidade tem como objetivo a apropriação das características do território e a discussão dos principais problemas, conflitos e potencialidades, levando em consideração as avaliações técnicas produzidas e as avaliações efetuadas pela população como um todo.

Art. 15. O Nivelamento do Conhecimento é executado pela CT, envolvendo a estruturação e a consolidação dos dados e informações, os quais servirão de subsídios ao desenvolvimento dos trabalhos, contemplando as seguintes atividades:

I – elaboração de termos de referência, no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica Internacional BRA/19/014, no que couber para a Etapa;

II – estruturação de dados e informações, pelo PNUD, com subsídios fornecidos pela CT e GT-TO;

III – capacitação do quadro técnico Municipal e dos agentes envolvidos no processo de planejamento urbano, incluindo os conselheiros do CMDUA, em conjunto com os GT.

Art. 16. A realização da Leitura da Cidade, através das Leituras Técnica e Comunitária, é consolidada pela CT e pelo GT-TO, com subsídios do PNUD, com base nos resultados obtidos nas discussões realizadas pelos GT-CT, 7

GT-CR e CMDUA, tendo como objetivos avaliar o território, a fim de estabelecer diagnósticos e propor soluções para as questões da cidade.

§ 1º A Leitura Técnica tem como objetivo estudar o território e a paisagem, realizando estudos, diagnósticos e propondo soluções prévias para os diversos temas envolvendo as questões da cidade.

§ 2º A Leitura Comunitária tem como objetivo ouvir a população, em seus diversos segmentos socioeconômicos, buscando identificar os problemas existentes, as potencialidades e as questões prioritárias para o desenvolvimento urbano sustentável da cidade, que devem ser enfrentadas na formulação das propostas.

§ 3º Os processos de participação necessários à Leitura Comunitária estão descritos no Título IV desta Instrução Normativa.

§ 4º O GT-CT avaliará os resultados consolidados obtidos na Leitura da Cidade, emitindo parecer técnico conjunto, propondo ajustes e complementações, quando for o caso.

§ 5º O GT-CR avaliará os resultados consolidados obtidos na Leitura da Cidade, propondo ajustes e complementações, quando for o caso.

§ 6º O CMDUA receberá a avaliação e se manifestará sobre a consolidação dos resultados consolidados da Leitura Técnica, propondo ajustes e complementações, quando for o caso.

§ 7º Após a manifestação do CMDUA, os resultados serão disponibilizados online, sendo aberto espaço para contribuições da sociedade e, posteriormente serão encaminhados para a realização de conferência para apresentação dos resultados e recebimento de indicações de propostas para a Revisão do Plano Diretor, tendo em vista os resultados apresentados.

§ 8º Após a realização da conferência, os resultados serão considerados para a realização da Etapa de Sistematização e Propostas.

CAPÍTULO III

Da Sistematização e das Propostas

Art. 17. A etapa de Sistematização e Propostas consiste na sistematização e consolidação dos resultados dos diagnósticos obtidos das Leituras Técnica e Comunitária, atendendo aos preceitos da Nova Agenda Urbana e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), com foco no ODS 11, com a respectiva elaboração de propostas.

§ 1º A sistematização e a consolidação dos resultados e propostas serão efetuadas pela CT em conjunto com o GT-TO.

§ 2º A sistematização e consolidação dos resultados e propostas serão encaminhadas pela CT ao GT-CT, o qual emitirá parecer técnico conjunto, propondo ajustes e complementações, quando for o caso.

§ 3º Concomitantemente às atividades previstas no § 2º, a sistematização e a consolidação dos resultados e propostas serão encaminhadas pela CT ao GT-CR, o qual emitirá parecer conjunto, propondo ajustes e complementações, quando for o caso.

§ 4º A sistematização e consolidação dos resultados e das propostas, após avaliação dos pareceres emitidos pelos GT-CT e GT-CR, serão encaminhadas ao plenário do CMDUA para que este possa, em conjunto, discutir, propor e opinar, emitindo pareceres propondo e indicando ajustes e/ou complementações, quando for o caso.

§ 5º Após a manifestação do CMDUA, os resultados serão disponibilizados online, sendo aberto espaço para contribuições da sociedade e, posteriormente, serão encaminhados para a realização de conferência para apresentação dos resultados e recebimento de indicações de propostas para a Revisão do Plano Diretor, tendo em vista os resultados apresentados.

§ 6º Após a realização da conferência, os resultados serão considerados para a elaboração da Minuta Prévia de Revisão do Plano Diretor. 8

§ 7º Após a consolidação dos resultados da Etapa da Sistematização e Propostas, bem como a realização da conferência parte desta etapa, se dará andamento à Etapa de Aprovação, através da elaboração da minuta prévia de Projeto de Lei Complementar para a Revisão do Plano Diretor.

CAPÍTULO IV

Da Etapa de Aprovação

Art. 18. Serão submetidos à Audiência Pública os resultados consolidados pela CT e pelo GT-TO e avaliados nas discussões realizadas pelos GT-CT, GT-CR e CMDUA, a partir das etapas da Leitura da Cidade e de Sistematização e Propostas, bem como a proposta de minuta de Projeto de Lei Complementar relativa à revisão do Plano Diretor.

§ 1º A minuta de lei Complementar de Revisão do Plano Diretor será elaborada pela CT e pelo GT-TO, com base na conclusão dos resultados da Etapa de Sistematização e Propostas e será encaminhada aos GT-CT e GT-CR para avaliação dos resultados e emissão de parecer, propondo ajustes e complementações, quando for o caso.

§ 2º Após a consolidação dos resultados, a minuta será encaminhada ao CMDUA para considerações finais e encaminhamento às Audiências Públicas.

Art. 19. Previamente às Audiências Públicas de apresentação da minuta de Projeto de Lei Complementar, será aberta consulta pública para fins de recebimento de contribuições da sociedade através do site.

Art. 20. A CT, em conjunto com o GT- CT e o GT-CR, bem como indicados do CMDUA, realizará o acompanhamento e o apoio técnico ao debate e discussão dos Projetos de Lei referentes ao processo de Revisão do Plano Diretor na Câmara Municipal.

CAPÍTULO V

Da Implantação e do Monitoramento

Art. 21. A etapa de Implantação e do Monitoramento consiste no acompanhamento da implementação do projeto a fim de garantir o monitoramento e a transparência dos resultados.

Art. 22. Durante a etapa de implementação e monitoramento, a CT realizará:

I – capacitação dos técnicos municipais na gestão dos Modelos Jurídico e Espacial propostos;

II – capacitação dos agentes envolvidos com a gestão da política urbana para operação nos Modelos Jurídico e Espacial propostos;

III – capacitação dos conselheiros, delegados regionais e fóruns de planejamento regional, de forma a qualificar a participação comunitária na gestão do sistema de planejamento;

IV – atualização permanente dos dados e acompanhamento da implementação do Plano Diretor através dos indicadores de desenvolvimento estabelecidos.

TÍTULO IV

Dos Procedimentos dos Processos de Participação

CAPÍTULO I

Disposições Gerais 9

Art. 23. Os processos de participação, no âmbito da Revisão do Plano Diretor, farão parte e subsidiarão as Leituras Técnica e Comunitária, ocorrendo durante todas as etapas do processo, a partir de diferentes estratégias de participação, tais como:

I – Oficinas Territoriais/Técnicas/Temáticas;

II – Diálogos com a Sociedade;

III – Consultas e Participação Online;

IV – Seminários;

V – Conferências;

VI – Audiências Públicas.

Parágrafo único. Poderão ser realizadas outras estratégias, além das previstas nesta instrução normativa, a critério da Coordenação Técnica, considerando a necessidade de qualificar os dados obtidos.

CAPÍTULO II

Das Oficinas

Art. 24. Serão realizadas Oficinas, com o intuito de coletar, de maneira sistematizada, demandas, anseios e perspectivas da população em relação ao Plano Diretor, sendo previstas:

I – realização de Oficinas Temáticas destinadas à Leitura da Cidade, com foco em temas específicos do planejamento urbano, relativos a toda a cidade, a serem definidas pela CT em conjunto com o GT-CR, em locais de fácil acesso e com disponibilidade de transporte público e divulgadas com antecedência de pelo menos 15 (quinze) dias corridos, em diferentes meios de comunicação, a fim de assegurar o processo participativo;

II – realização de Oficinas Territoriais destinadas à Leitura da Cidade, que tratam de partes específicas do território, a serem definidas pela CT em conjunto com o GT-CR, em locais de fácil acesso e com disponibilidade de transporte público e divulgadas com antecedência de pelo menos 15 (quinze) dias corridos, em diferentes meios de comunicação, a fim de assegurar o processo participativo;

III – realização de oficinas técnicas destinadas à Leitura da Cidade e à validação dos parâmetros e modelos propostos, a serem definidas pela CT em conjunto com o GT-CT, em locais de fácil acesso e com disponibilidade de transporte público e divulgadas com antecedência de pelo menos 15 (quinze) dias corridos, em diferentes meios de comunicação, a fim de assegurar o processo participativo.

Parágrafo único. Poderão ser realizadas oficinas complementares, além das previstas nesta Instrução Normativa, a critério da CT, considerando a necessidade de qualificar os dados e informações obtidos.

CAPÍTULO III

Dos Diálogos

Art. 25. Os Diálogos com a Sociedade têm o objetivo de coletar contribuições advindas da sociedade organizada, com o intuito de registrar problemáticas, anseios e perspectivas específicos, sendo demandados pela sociedade ou pela administração.

Art. 26. Na realização dos Diálogos com a Sociedade, será observado o seguinte: 10

I – Agendamento prévio, com definição de horário de início e término, sendo também definido o tema a ser abordado, o qual será amplamente divulgado;

II – Registro em lista dos presentes, elaboração de relatório sobre as principais questões abordadas e síntese dos encaminhamentos acordados;

III - Na realização dos Diálogos será oportunizada a fala dos presentes, observando o horário pré-estabelecido no inciso I.

Art. 27. Os Diálogos também serão configurados como canais para atendimento complementar às Oficinas Territoriais.

CAPÍTULO IV

Dos Seminários

Art. 28. Serão realizados seminários com o objetivo de qualificar o desenvolvimento das Etapas de Revisão do Plano Diretor, através da discussão coletiva de diversos temas relacionados.

CAPÍTULO V

Das Consultas e das Colaborações On-line

Art. 29. Durante todo o processo serão realizadas consultas, por diferentes meios, bem como colaborações on-line.

Art. 30. Para a realização das consultas e colaborações on-line, serão disponibilizados os canais eletrônicos de site e e-mail do Plano Diretor.

Art. 31. Poderão ser realizadas consultas presenciais e pesquisas para complementação dos processos colaborativos.

Art. 32. As respostas às consultas serão avaliadas, sistematizadas e estruturadas, sendo disponibilizadas no decorrer do processo e utilizadas para complementar a Leitura da Cidade.

Art. 33. Previamente à Conferência e às Audiências Públicas serão abertas consultas públicas para fins de recebimento de contribuições da sociedade através do site.

CAPÍTULO VI

Das Conferências na Revisão do Plano Diretor

Art. 34. Para cada uma das Etapas de Leitura da Cidade e de Sistematização e Propostas, após a consolidação dos resultados, será realizada conferência para discutir a Revisão do Plano Diretor, aberta à participação da sociedade como um todo, prevista para ser realizada durante 3 (três) dias, em local de fácil acesso e com disponibilidade de transporte público, em data a ser marcada, conforme estimativa prevista no calendário do site.

Parágrafo único. A definição dos ritos para a realização da Conferência tais como o planejamento da estrutura do evento, a composição de comissão preparatória, o cronograma de reuniões, a definição do local e data, as formas de divulgação, entre outros, será definida pela CT, em conjunto com o GT-CT e GT-CR e aprovada pelo CMDUA.

Art. 35. Os resultados decorrentes da Conferência serão analisados, sistematizados e considerados para a conclusão das etapas de Leitura da Cidade e de Sistematização e Propostas do processo de Revisão do Plano Diretor. 11

CAPÍTULO VII

Das Audiências Públicas

Art. 36. As Audiências Públicas serão destinadas à apresentação e ao debate dos resultados consolidados, quando se identificar necessidade e da minuta de Projeto de Lei Complementar de Revisão do Plano Diretor, sendo divulgadas com antecedência mínima de 30 dias.

§ 1º A necessidade de realização de audiências públicas no decorrer do processo serão definidas pela CT, em conjunto com o GT-CT e o GT-CR, dependendo dos temas a serem abordados, sendo ratificadas pelo CMDUA, considerando os resultados obtidos no decorrer do processo.

§ 2º O processo de condução e participação das audiências a que se refere o caput será objeto de normativa específica, observado o disposto na Lei Complementar nº 382, de 24 de julho de 1996.

Art. 37. Após a consolidação dos resultados, a minuta de Projeto de Lei Complementar será encaminhada pelo Executivo à Câmara de Vereadores, acompanhados de um relatório-síntese, contendo as contribuições oriundas da Audiência Pública, assim como os encaminhamentos dados pelo Executivo Municipal, contemplando as justificativas técnicas decorrentes das análises.

Art. 38. A CT efetuará divulgação dos resultados no site, garantindo o amplo acesso à informação.

CAPÍTULO VIII

Da Comunicação e acesso à informação

Art. 39. Além da divulgação no site, os processos colaborativos decorrentes da Revisão do Plano Diretor serão precedidos de ampla divulgação nos meios de comunicação, com a finalidade de garantir a ampla participação da sociedade.

Art. 40. O site do Plano Diretor, www.prefeitura.poa.br/planodiretor, é o canal oficial de comunicação com a sociedade, onde serão divulgadas todas as ações institucionais decorrentes do processo de revisão, bem como:

I – cronograma de atividades realizadas e a realizar;

II – divulgação dos eventos realizados e a realizar;

III – divulgação dos resultados das atividades e trabalhos técnicos realizados;

IV – divulgação dos resultados dos eventos públicos;

V – realização de canais de consultas e colaborações online;

VI – divulgação dos resultados finais e da minuta do Projeto Lei Complementar, com abertura de canal de contribuições.

Art. 41. Esta Instrução Normativa poderá ser alterada, de acordo com o andamento do processo, a partir da avaliação da CT e dos Grupos de Trabalho e aprovação do CMDUA.

Art. 42. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

ATA ORDINÁRIA Nº 2877/2021

Aos nove dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte um, às dezoito horas, reuniram-se para reunião ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, via ZOOM, denominado PLENÁRIA VIRTUAL DO CMDUA, em razão do decreto municipal a fim de combater o coronavírus e a propagação da pandemia entre as pessoas, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: Lisiane Sartori Fioravanço Magni (1ª Suplente), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Artur Ribas (Titular), **Gabinete do Prefeito – GP**; Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN**; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), **Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS**; Gisele Coelho Vargas (Titular), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE**; Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM**; e Luciane Martins Pinheiro (1ª Suplente), **Secretaria Municipal de Governança Local**. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS:** Rômulo Krafta (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**; Darci Barnech Campani (Titular), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS;** Claudete Aires Simas (Titular), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH;** Sérgio Saffer (Titular), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA**; Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS**; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS**; Hermes de Assis Puricelli (Titular), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS**; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), **Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS**; Rogério Dal Molin (Titular), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:** Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Tânia Maria dos Santos (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4**; Ricardo Angelini, (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Dinar Melo de Souza (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8**; e Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP – HOCDUA. SECRETARIA EXECUTIVA:** Camila Maders Fonseca Coelho, **Secretaria Executiva da SMAMUS**; Patrícia C. Ribeiro, **Taquígrafa/Tachys Graphen**. **PAUTA: 1. Abertura; 2. Votação: 2.1 ATAS: 2863, 2864, 2865, 2866, 2867 e 2868; 3. Comunicações: EXT.: Michele Rihan – RP8; 4. Ordem do dia**. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h05min. **1. ABERTURA. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Boa noite, Senhores Conselheiros. São 18:05, temos *quorum*. Declaramos aberta a nossa Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental. Lembrando que nós estamos ao vivo no nosso canal da SMAMS no YouTube. Então, quem

quiser acessar, compartilhar com algum amigo, alguém da população que queira assistir. É só compartilhar o nosso link lá do canal no YouTube. Os demais colegas estão entrando, mas a gente já tem o *quorum*. Rapidamente aqui confirmando os presentes (Listagem dos presentes na inicial). Eu questiono se temos inscritos para o período de Comunicação? Temos: Conselheiro Rafael Passos, Conselheira Claudete, Conselheiro Hermes, Conselheiro Saffer. Não temos comunicação externa, foi cancelada. Conselheira Tânia inscrita para Comunicação. O Conselheiro Felisberto é o primeiro inscrito. Em não havendo mais inscritos encerro a inscrição e abro a palavra para o Conselheiro Felisberto. Peço a gentileza que todos se atentem ao tempo, são bastante conselheiros inscritos, para a gente tenha a oportunidade de ter todas as falas aqui e depois avançarmos nos debates da nossa pauta. **3. COMUNICAÇÕES**. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa tarde. Primeiro, saudar a todos e a todas. O meu primeiro pedido, eu gostaria, se possível, houve uma priorização na administração anterior de projetos prioritários e muitos deles passaram pelo CMDUA. Eu gostaria, se fosse possível, fornecer essa relação e os projetos que foram aprovados no CMDUA com relação à administração anterior. Com relação à administração atual, segundo informações, também há um elenco de projetos prioritários, inclusive, aparece na CAUGE. Então, eu gostaria, se fosse possível, fornecer a relação desses projetos para que a gente pudesse ter um análise e acompanhar de perto, porque isso implica em muitas intervenções da cidade, inclusive, em muitas regiões, principalmente na RGP 1. Por terceiro e último pedido, Secretário, é que a gente veja a informação de que o Prefeito esteve junto ao Presidente do Grêmio Futebol Porto-Alegrense e que lá ficaram acertadas várias intervenções no entorno da Arena. E para não deixar passar eu quero também saber que negociações foram essas, isso tem que vir a público, porque não pode ser um negócio privado. E também qual é a atuação com relação ao entorno, ou seja, as comunidades que esperam há anos pela regularização fundiária, inclusive, comunidades que sofreram e estão esperando o projeto do DEMHAB, que estão lá aguardando. E não se pode priorizar um clube de futebol em detrimento da comunidade, que espera há anos e sofre com a consequência de vários problemas, falta de água, incêndios, deslocamentos, muitas delas devem estar no aluguel social. Então, é importante, porque tem gente que sofre intervenção de uma ponte sem o mínimo respeito. Então, por enquanto era isso, Secretário. Obrigado. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Boa tarde ou boa noite. Tudo bem? Eu gostaria de manifestar aquilo que nós fomos informados por uma série de colegas e arquitetos ou não, sobre a intenção de se retirar do edifício da Carlos Gomes a biblioteca da SMAMS. Os colegas alegam que essa biblioteca tem uma função importante para o dia a dia, para o cotidiano da atividade técnica, por conter ali títulos importantes para consulta e etc. E o edifício, na época da sua construção, do seu projeto, foi uma demanda do Orçamento Participativo para que houvesse essa biblioteca. Por isso constou essa biblioteca e que hoje está ali, em que pese que tenha sido apontado, como já sabemos da manifestação da Secretaria de que iria para outro local, para o Parque Germânia, nós queríamos manifestar aqui que não nos parece o maus adequado. Aproveito para lembrar que tramita, não sei as quantas anda, mas tramita há mais de 2 anos um pedido de tombamento de um edifício que para nós é a representação da história de décadas do planejamento urbano em Porto Alegre. Uma cidade que gosta de colocar no seu site oficial que tem uma história de pioneirismo no planejamento urbano, entendo que deveria ter mais cuidado com o edifício que é aspecto simbólico, representa materialmente essa história. Não há outra representação material, talvez em Porto Alegre, tão forte quanto o edifício que recebeu a SMOV, recebeu a ESPM e que agora é ameaçada por uma venda, enquanto tramita ou segue tramitando um pedido

de tombamento desse edifício, que foi projetado por um dos autores do Plano Diretor de 79, nosso colega falecido no ano retrasado, o Moacyr Moojen Marques. Então, poderia, tendo a justificativa financeira, não mais alugar aquele na Júlio, a sala na Júlio, mas poderia pensar sim em receber o Escritório de Licenciamento na Borges de Medeiros, que, inclusive, tem uma acessibilidade do ponto de vista da mobilidade urbana bem maior do que o Edifício da Carlos Gomes, que até hoje a nossa cidade não conseguiu fazer uso de um ativo importantíssimo para sua mobilidade, que é a Terceira Perimetral. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Boa noite, Conselheiros. Boa noite a todos. Eu queria primeiro saudar, pena que a gente foi pego de surpresa na última sessão com a presença do nosso Prefeito Municipal. A gente não teve a oportunidade de ter um contato mais direto com ele, foi uma fala rápida. Ele trouxe uma questão muito importante para nós, que há muitos anos a gente não houve falar, que é a questão da regularização fundiária como prioridade do governo. Nesse sentido, parece que vai na contramão, mas nós terminamos na última sessão onde eu fiz uma solicitação ao Secretário que fosse colocado como uma pauta única o processo da Vila Caddie. E o Secretário colocou o entendimento dele, só que nós viemos aqui em outra sistemática, imaginamos pelo menos que nesta nova gestão ela será um pouco mais democrática, não basta a gente falar e ser ouvido, mas a gente tem que ser atendido também, que essa questão seja colocada em apreciação pelo plenário. Do mesmo jeito, outros questionamentos e pedidos já foram efetuados por colegas aqui, como a revisão do nosso regimento interno. Nós estamos discutindo, estamos avançando e continuamos em uma discussão onde não é possível o debate, onde a gente tem 2, 3 minutos, eu posso falar apenas uma vez, eu não posso fazer uma tréplica, eu não posso fazer uma réplica, ou seja, não é efetivamente um debate, porque eu só posso falar uma vez e ouvir as demais. No mais, reitero aqui as considerações dos colegas, como do Felisberto, que coloca da necessidade da gente conhecer quais são os estudos, os projetos prioritários que estão em implantação. Bem como a questão da biblioteca, levantada pelo Conselheiro Rafael. Obrigada. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Boa noite a todos, Secretário, demais conselheiros, conselheiras. Eu deveria ter combinado com o colega Rafael, nós representamos entidades diferentes e me foi passado por um grupo de funcionários, ex-funcionários e adeptos da cultura também, um pronunciamento, que eu passo a ler sobre a biblioteca. Talvez eu me exceda 1 minuto a mais, Secretário. Tá? Eu peço licença para ler o texto que foi passado e eu não tenho como censurar. Vou passar a ler: “A Biblioteca Joaquim Carlos Eduardo Xavier, como é denominada a biblioteca da originalmente Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Porto Alegre – SMAM, hoje Secretaria de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade, remonta os primórdios da criação da SMAM em 1976, ou seja, aproximadamente um ano após a criação. Desde o início o acervo é técnico, voltado para o ambiental e a sustentabilidade. Possui extensa biografia sobre o assunto, o que caracterizou seu pioneirismo. Porto Alegre foi a primeira capital do país a ter uma Secretaria do Meio Ambiente e a sua biblioteca deu respaldo às lutas pela sustentabilidade, com a construção do novo prédio da SMAM, conseguido através do Orçamento Participativo, a proposta de uma biblioteca foi item decisivo e veio se constituir a mais funcional biblioteca de Porto Alegre. Possui valioso registro sobre as lutas ecológicas locais, onde se destacaram entidades como a AGAPAN e líderes como Lutzenberger, Carneiro, Magda Renner e Gisele Castro. Nessas lutas pela sustentabilidade a biblioteca atuou como substrato, fornecendo elementos para enfrentar o crescimento desenfreado da urbanização e a ausência de regramento às atividades econômicas. Como dito pelo Senhor Secretário, a medida da transferência da biblioteca visa acomodar alterações estruturais da

pasta, como permitir que a Equipe do Escritório de Licenciamento seja alocada no prédio da Rua Luiz Wolker, sede da SMAMUS, em conjunto com as demais unidades. Como consequência serão economizados cerca de R$ 151 mil por mês, valor hoje pago pelo aluguel do prédio em que a área de licenciamento atua, na Av. Júlio de Castilhos. Tal informação não procede, pois o contrato de aluguel firmado entre Prefeitura, Fundação Banco Central de Previdência Privada e a Ibisa – Sociedade Hotéis, Incorporações e Construções, disponibilizada pelo Portal de Transparência, contabiliza um valor total a pagar de 66,3 mil, menos da metade do que a Prefeitura diz que paga. Outrossim, o Escritório de Licenciamento poderia, após a devida reforma do prédio da Av. Borges de Medeiros, antiga SMOV, para lá se transferir, voltando ao local onde começou o licenciamento urbanístico e não ter futuros custos de aluguel, por esse prédio público estar destinado à venda, talvez por interesse do mercado imobiliário. O espaço onde hoje se encontra a biblioteca foi construído com características funcionais para abrigá-la, transferi-la para um prédio que não está preparado para recebê-la, mesmo que se faça reformas é temerário. Uma mudança açodada e mal planejada pode colocar em risco todo seu acervo, por isso para ir para um espaço inadequado por falta de espaço, por falta de segurança ou mesmo por ficar fechado em containers por tempo indeterminado. Para a mudança para o Parque Germânia estará longe da Secretaria, dificultando a consulta para os técnicos em um espaço administrado pela Associação dos Moradores do Bairro Jardim Europa. Não se sabe qual será o acordo entre SMAMUS e A Associação dos Moradores, que ignora a função da biblioteca. Portanto, não se sustenta o argumento que a transferência seja para permitir que o acervo fique mais acessível e próximo da população, muito menos que uma biblioteca de conteúdo técnico, voltada ao atendimento dos técnicos da Secretaria e outros órgãos públicos, que tem a finalidade específica, possa essa estar melhor localizada no próprio prédio da Secretaria. Logo, Senhor Secretário, repense a questão, deixe de lado argumentos frágeis para justificar o injustificável e mantenha a biblioteca em seu lugar devido". (Sinalização de tempo esgotado). Concluindo, Secretário, queria reforçar que foi feito há anos, já no Governo Fogaça, anterior, foi feito um projeto de recuperação desse prédio com orçamento pelos próprios funcionários da SMOV, com todas as condições. E nesse estudo está constatado que em dois anos a reforma paga a qualquer aluguel que tenha se feito, ou qualquer gasto futuro que venha a se fazer alugando ou mesmo comprando outro prédios. Como o Rafael já falou, esse prédio faz parte da história do urbanismo do Brasil, ele é um prédio... **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** O senhor está em 6 minutos, Conselheiro. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Desculpe. Obrigado. Desculpa o excesso. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Não, imagina. Importante a manifestação. Na sequência a gente tem o Conselheiro Saffer inscrito. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Boa noite, pessoal. Boa noite, colegas de Conselho. Na última reunião eu não consegui participar da parte da aprovar da instrução normativa, mas assisti por vídeo toda a gravação da reunião. Eu me surpreendi na hora da votação vendo alguns votos contra. Eu queria fazer a seguinte manifestação. Eu não entendo, todos estavam elogiando o processo, que foi de forma democrática, como também a atuação de todos os servidores envolvidos. Eu até entenderia que naquele talvez a votação tinha que ter sido unânime, sabe? Pelo processo, pelo apoio, pelo reconhecimento do trabalho de todos e que todos nós participamos. O fato de ter vindo algumas sugestões no dia que não terem sido atendidas, eu vi que dois conselheiros votaram conta ou fizeram relato, acho que o Sindicato dos Arquitetos e o CAU, fazendo por

escrito, acho que se abstiveram e fizeram sugestões para serem atendidas. Eu entendo que houve um relato muito grande. Então, tinha que ter um limite, como o próprio Presidente tentou finalizar na reunião, que tinha que ter um limite de receber as sugestões. As sugestões foram dadas e foram abertas oportunidades para virem novas. Então, não foi atendida alguma outra manifestação do dia que não era bem o fórum, que já foi discutido intensamente a instrução normativa. Então, eu achei uma pena, porque todos elogiaram o processo e foi bem democrático e participativo, onde todos puderam dar sugestões. O fato de não aceitar a sugestão do dia, fazia parte do processo. Entenderam? Então, queria só deixar aqui a minha manifestação, é uma pena que a gente não fez um voto, como eu disse no início, que todos votassem a favor. Abstenção até entendo, mas contra é dizer que não concorda com nada que está escrito na instrução normativa. Não é porque não aceitam uma sugestão do dia. Essa é a minha manifestação. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Boa noite a todos. Eu venho mais uma vez aqui, eu acho que é a terceira vez que eu faço esse pedido e até, então, não fui atendida, após um ano pedindo o processo do GT Mato Sampaio. Eu como Conselheira da Região 4 de Planejamento tenho direito e acesso a esse projeto. A minha comunidade quer olhar, quer saber, ele já existe, já foi aprovado. Inclusive dia 25 de fevereiro de 2010 teve uma provação desse GT do Mato Sampaio. Eu consegui um acesso depois de um ano, acesso restrito por 5 dias ao processo, isso foi no dia 12 de janeiro. Esse mesmo processo foi disponibilizado por uma pessoa que se chama Etiene Borges, que eu não sei quem é, por 180 dias o acesso integral. Eu como conselheira tenho direito ao acesso integral a esse processo, eu não sei por que não me foi dado até agora; Aí conversei na época com o Secretário do DEMHAB, ele me encaminhou para outras pessoas, foi passando de pessoa em pessoa, conseguiram esse acesso mínimo, que ali não tem o que nós gostaríamos de saber. Inclusive, esse processo deveria constar no Portal da Prefeitura de Transparência, ele está simplesmente, digamos, secreto, não sei porque esse segredo todo. Eu quero ter acesso a esse processo, eu tenho, direito, a comunidade da Região de Planejamento 4 tem direito a esse processo. Eu venho novamente aqui requerer. A Lisiane ficou de me conseguir, de entrar em contato com os novos gestores para viabilizar esse acesso e até, então, eu não tive resposta nenhuma. Eu acho isso uma falta de consideração com a região de planejamento, que é de direito dela. É meu direito, eu venho aqui mais uma vez pedir e eu espero que vocês consigam viabilizar esse processo. Eu não sei que tanto segredo tem esse processo que não me é viabilizado totalmente. Então, é isso, Secretário. Mais uma vez venho pedir e espero ser atendida. Muito Obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Tânia. Este Conselho é voz das comunidades. Então, a senhora tem todo o direito de manifestar a sua inconformidade e formalizar o seu pedido para o órgão responsável, ter as informações desse processo. Naturalmente, seguindo os ditames legais o acesso à informação é garantido a qualquer cidadão. A administração pública é obrigada a dar essas informações. Então, a senhora pode e deve requerer, certamente o órgão tem a obrigação de disponibilizar, assim como alguns processos que tramitam na nossa Secretaria, quando nos demandam a seguinte, formalmente, disponibiliza o acesso, respeitando os ditames legais. Eu imagino que o órgão que esteja com a gestão desse processo lhe disponibilize a partir da solicitação. Agradeço a oportunidade das falas a todos os conselheiros. Lembrando que os projetos prioritários, então, retomando um pouco das falas que ditas e começando pela fala do Conselheiro Felisberto. A lista está disponível no site da Secretaria, no Escritório de Licenciamento. Artur, por favor, depois disponibiliza para nós onde está, eu não me recordo onde está disponibilizado ali, mas a informação de todos os projetos prioritários está disponível.

Inclusive, a imprensa fez contato, acho que na data de hoje, pedindo informações de quais foram os aprovados. Nós também disponibilizamos. Então, a gente manda o link e posso com a Camila também encaminhar a lista dos projetos. Esse mesmo material dos que foram aprovados, o mesmo que foi disponibilizado para a imprensa também disponibilizar para os demais conselheiros, principalmente ao Conselheiro Felisberto, que solicitou. Com relação às obras no entorno da Arena, o Prefeito teve reunião lá, mas a reunião segue as tratativas que já vêm sendo feitas no acordo judicial. Existe um acordo em curso com o Ministério Público, que acompanha a execução das obras há bastante tempo, a expedição da carta de habitação. Então, toda a tramitação lá, o Prefeito fez uma vista cortesia no sentido de dar continuidade a essas tratativas que vinham sendo feitas, que são acompanhadas pelo Ministério Público, pela Procuradoria geral do Município na tentativa de compor a resolução daquele problema, resolver as obras do entrono que ficaram pendentes. Com isso também equacionar a questão do Olímpico, que está tudo relacionado no processo judicial em curso. Com relação à biblioteca, importante compartilhar aqui com vocês, alguns devem ter recebido, a Camila também pode disponibilizar a nota que a gente fez, explicativa, um pouco das informações. A nossa tentativa é em função dessa readequação da estrutura, do gasto significativo que a gente tem de cerca de quase 150 mil/mês, são 60 mil de aluguel, mais 70, se eu não me engano, de IPTU, mais algumas outras taxas ali, os valores chegam perto de 150 mi mensais. Foi muito comentado, muito tenso, eu me lembro, eu não respondia pela estrutura ainda naquela oportunidade, mas, inclusive, foi objeto de CPI, contratação, aluguel, bastante questionado naquela oportunidade. Então, na tentativa de equacionar um pouco os gastos públicos, esse é um gasto significativo, a gente tem uma estrutura ociosa lá no parque, mal aproveitada dentro do parque. Então, foi nesse sentido que a gente pensou em deslocar a biblioteca para lá, sem perder nada do nosso acervo, justamente ao contrário, para a gente organizar uma estrutura adequada para receber esse acervo e a gente democratizar esse acesso. A gente tem aqui a lista, as relações das visitas dos técnicos. A biblioteca ao longo desses últimos anos, eu asseguro que é bem restrita essa visitação, a gente tem poucos acessos dos técnicos aqui, especialmente no período de 2020, onde a maioria está trabalhando de forma remota. Então, a gente achou mais adequado ampliar esse acesso da biblioteca e levar para um parque público, aproveitar aquela estrutura existente, fazer uma reforma lá para recepcionar esse acervo e a gente ter essa garantia do acesso de toda a população, tanto da equipe técnica, se a Prefeitura precisar, como hoje está acontecendo. Eventualmente, se alguém precisa, como está trabalhando de forma remota, faz a solicitação, agenda, vem aqui e acessa esse acervo. Assim vai ser nesse parque público. Dessa forma a gente ajustaria no sentido de ter essa redução de gasto público mensal, de valores significativos, com a estrutura do Escritório de Licenciamento, aproximaríamos mais a gestão, isso seria muito benéfico para a Cidade, porque toda a gestão urbana ambiental está mais próxima, mais conectada e garantiríamos esse acesso um pouquinho mais ampliado da população direto em um parque público. É difícil, está dando bastante ruído, peço ajuda e apoio de todos vocês no sentido de transmitir essa nossa comunicação. Nós estamos tentando fazer o melhor, pode ser que tenha alguma compreensão diferente, mas a gente está tentando ajustar daqui, dali, para viabilizar o melhor. Nós temos essa questão estrutural para resolver, mas temos essa possibilidade de melhor um pouco esse aceso da bibiblioteca com a população, porque aqui é bem restrito. Então, no parque a gente acredita que a população vá ter condição de acessar de forma mais ampliada. É a nossa tentativa, são as decisões de gestão que às vezes a gente tem que tomar para tentar melhorar os processos. Eu peço o apoio e a compreensão de todos vocês para transmitir a todos aqueles que lhes consultam a cerca do tema. Com relação à

pauta única para discutir a Vila Caddie, Conselheira Claudete, mas acredito que este processo vá tomar uma pauta exclusiva, por isso a minha tranquilidade, porque o debate é tão grande dos processos que certamente quando chegar a oportunidade da gente debater esse processo nós vamos passar praticamente uma noite discutindo o processo, mas não há problema em a gente fazer uma convocação extraordinária, enfim, o que for para discutir especificamente esse processo. Quando a gente chegar nessa pauta a gente pode organizar e liberar os outros processos de pauta,se porventura tiver algum outro, quando chegar a vez, e colocar em discussão só esse. Não tem problema, eu acho que é bem grandioso o suficiente para nos tomar uma noite. Temos uma Questão de Ordem do Conselheiro Darci. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Rapidinho. Solicito aos demais conselheiros, eu me senti completamente repreendido na reunião do meu voto na reunião passada. Eu tenho 63 anos de idade, eu não preciso que nenhum conselheiro venha me dizer como que eu tenho que votar. E eu fui bem explicito no meu voto contrário, que não era contra. Fui bem explícito, é só ver, a reunião está gravada, não precisa nenhum conselheiro vir aqui uma semana depois me puxar a orelha e dizer como eu tenho que votar, porque foi a interpretação que ele fez do meu voto. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Qual é a sua Questão de Ordem? **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** A interpretação do meu voto. Vamos tocar a coisa adiante bem tranquilos. Não estou mais em idade de levar puxão de orelha. Desculpa o desabafo. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro. É da democracia do processo, todos têm direito à fala, a manifestar as suas contrariedades, os seus pontos de vista. Isso enriquece o processo de uma forma geral. Nesse sentido, pergunto se temo objeção à aprovação das atas: **2. VOTAÇÃO: 2.1 ATAS: 2863, 2864, 2865 E 2866.** Se tivermos objeção ou abstenção manifeste no chat para que a gente possa fazer o registro. Questão de Ordem, Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, duas questões. Eu também me senti muito ofendido pelas colocações do Sérgio. Eu acho que isso não é repeitar os conselheiros. Então, eu acho assim, quem não estava na reunião, e as colocações que foram feitas foi no sentido... (Sinalização de tempo esgotado). Eu liguei para o a Patrícia e disse por que votei contra. Ela poderia ter sido aprovada por unanimidade, isso é verdade, desde que fossem avaliadas as sugestões do dia. Então, essa é a primeira colocação que eu quero fazer para deixar bem claro. E votei contra, não contra o processo, mas contra a falta de democracia naquele dia. Então, quero que conste em ata e fique documentado siso, para não passar em branco. Eu não preciso de puxão de orelha de quem quer que seja, tenho 67 anos. (Sinalização de tempo esgotado). Na segunda Questão de Ordem é o processo do Internacional, que eu pedi que fosse remetido à PGM e até hoje eu não tive acesso ao parecer da PGM. Então, eu gostaria que fosse disponibilizado para este Conselho. Obrigado **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro, pela manifestação. Na sequência nós temos uma Questão de Ordem da Conselheira Claudete. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Eu gostaria, Secretário, se saber quando vamos ter atas atuais. Nós tivemos um recesso da pandemia do Covid e nós continuamos com atas de dezembro. Como que nós podemos aprovar uma ata que está sendo retratada lá de dezembro, ela não se serve ao fim que se presta, nós estamos desperdiçando dinheiro público, porque ela não serve para nos orientar e nem para dar publicidade, porque os atos

encontram todos já vencidos no tempo, né. Então, eu pergunto quando que nós vamos ter atas atuais para poder acompanhar na próxima sessão encaminhamentos que foram feitos e assim a gente poder cobrar e nos posicionar? E lastimo também que o senhor continua tendo o entendimento que o CMDUA é um puxadinho do seu gabinete, porque não é o seu posicionamento que nos interessa, né, Secretário! A gente tem que debater a nossa pauta junto ao plenário. Então, eu gostaria que as questões trazidas pelos conselheiros fossem colocadas para o plenário decidir. Obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Ok, Conselheira, obrigado pela manifestação. Com relação às atas, a gente cobra insistentemente da nossa taquígrafa aí para que coloque em dia sempre as atas, com bastante dificuldade ela vem nos entregando essas atas um pouco atrasadas. Renovo aqui o pedido que ela acompanhe essas reuniões e coloque em dias, por favor, em dia para que a gente possa disponibilizar a sequência das atas. Nós conseguimos avançar com essas daqui, torcemos para que as do mês de janeiro a gente consiga em fevereiro colocar em dia. Continuaremos insistindo para a empresa que faz esse serviço para que coloque em dia as atas. Obrigado. Então, abstenções? Conselheiro Felisberto, Conselheiro Mark, Conselheiro Emílio, Conselheira Claudete, Conselheiro Darci, Conselheiro Rafael. O Conselheiro Hermes. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Bom, a minha declaração de voto, Secretário, eu juro, eu vou falar direto com o Sérgio. Sérgio, tu és conhecido desde muito tempo, amigo, eu juro que tinha me preparado para fazer isso antes, mas antes que eu seja cobrado futuramente por me abster, sistematicamente, de aprovar as atas, eu queria declarar que vou me abster mais uma vez e que seria irresponsável votar tanto a favor como contra pelos motivos que já foram ditos. Ou seja, as atas vêm um mês depois, com 30 e poucas laudas. Teria que pegar uma degravação e repetir o serviço da taquígrafa, que eu sei que não é fácil, é um serviço estafante. A única forma que eu teria condições de aprovar essas atas é se estivessem na semana seguinte ou com 15 dias para que pudesse a gente ter uma lembrança dos fatos principais que foram discutidos. Obrigado. (DECLARAÇÃO DE VOTO NA ÍNTEGRA SOBRE AS VOTAÇÕES DAS ATAS (REUNIÃO 2877, DE 09/02/2021): *Sr. Presidente, sobre a votação das atas, gostaria de apresentar a seguinte Declaração de Voto: invariavelmente as atas das respectivas reuniões são apresentadas num intervalo de tempo muito grande, em geral meses após a realização da reunião. Considerando a impossibilidade de memorizar o conteúdo e o que foi discutido em cada reunião, tendo em vista a riqueza das discussões que são traduzidas em atas que apresentam mais de dezena de laudas, entre 20 e 30 laudas em média. Considerando a quantidade de atas acumuladas, ora apresentadas para votação. Considerando nossa responsabilidade na aprovação ou reprovação das atas, sem a devida leitura, meu voto em relação as atas tem sido invariavelmente pela abstenção. Assim venho justificar meu voto de abstenção em relação a votação das atas números 2863, 2864, 2865, 2866, 2867 e 2868, todas colocadas em votação na reunião de hoje, 9 de fevereiro de 2021. Porto Alegre, 9 de fevereiro de 2021*. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Hermes. Vamos insistir para colocar em dia. O bom é que temos à disposição no YouTube de forma integral, neste formato mais digital, elas fica integralmente disponíveis. Eu acho que pelo menos isso minimiza um pouco a questão do tempo. Temos 7 abstenções. **APROVADAS AS ATAS 2863, 2864, 2865 E 2866**. Nesse sentido, Senhores Conselheiros, avançamos para: **4. ORDEM DO DIA. ITEM 4.6**, considerando que os demais estão em diligência. É o **Expediente 18.0.000135271-3 – CIA. ZAFFARI COMÉRCIO E INDÚSTRIA**. É um Estudo de Viabilidade Urbanística na Rua Carazinho. O relator foi a ÁREA, relatado

pelo Conselheiro Sérgio Saffer. O processo foi distribuído em 23/11 e prazo para relato em 03/12, mas acho que o relato foi depois. Nesse sentido, a gente teve diligência. Temos hoje relatos de vista de 6 entidades e regiões. Peço para a equipe do planejamento nos relembrar um pouco do que se trata o presente processo pelo período de 3 minutos e aí a gente abre para os relatos de vista. A Lívia que vai apresentar. **Lívia, Equipe do Planejamento – SMAMUS:** Boa noite a todos. Então, este é o Processo 18.0.000135271-3. Vou passar rapidinho porque é do conhecimento de todos. Então, é um Estudo de Viabilidade Urbanística, o requerente é a Cia. Zaffari. É um empreendimento com mais 400 vagas. Então, é um impacto urbano de 2º grau. É um empreendimento com habitação multifamiliar, supermercado e comércio varejista. Eles requerem (Inaudível) de altura. Então, aqui é o empreendimento, são duas torres e uma base comercial. Ele fica da RGP 1, no Bairro Petrópolis, faz divisa com a Bela Vista e aqui nós temos a implantação dele. Aqui é a vista do Google, ele fica entre as ruas Nilópolis, Carazinho e a Travessa Cel. Antônio Carneiro Pinto. Teve os pareceres técnicos, acho que todo mundo já viu as solicitações das secretarias. Então, ele foi apresentado em 03/12, teve o parecer favorável dia 19/01 e com os pedidos de vista. Hoje temos os relatos de vista. É isso. Obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Lígia, por nos relembrar um pouco do que se trata o presente processo, relatado pelo Conselheiro Sérgio Saffer. Na sequência temos a apresentação do relato de vista do Conselheiro Felisberto, Conselheiro Emerson, Conselheira Claudete, Rafael, Gomes e Mark. Conselheiro Felisberto, vai fazer relato de vista? **RELATOS DE VISTA: Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu fiz o relato de vista com o Hermes. Então, o Hermes pode ler. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Então, vou passar ao Conselheiro Hermes para fazer o relato conjunto de vista do Conselheiro Felisberto. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu vou ler, então, Secretário. Eu vou me abster daquelas coisas, processos e tal, para não perder muito tempo. (RELATO DE VISTA NA ÍNTEGRA): *PROCESSO EU 002.213214.00.1/ SEI 18.0.000135271-3 E SEI 20.0.000113296-3. PARECER DE VISTA- CONSELHEIRO HERMES PURICELLI - SAERGS (09/02/2021 E CONSELHEIRO FELISBERTO LUISI – RGP 01. Trata-se de solicitação de aprovação de Estudo de Viabilidade Urbanística-EVU para construção de edificação mista (02 torres residenciais/supermercado/lojas comerciais). O imóvel possui três frentes (Av. Nilópolis/Av. Carazinho e Travessa Cel. Antônio Carneiro Pinto). EVU enquadra-se como Projeto Especial de Impacto de 2º Grau. A área era inicialmente ocupada pelo supermercado Febernati, tradicional comércio da região, foi alugada pelo grupo Wallmart, com preferência para aquisição do imóvel, posteriormente foi adquirida pelo Grupo Zaffari. O requerente solicita aumento de altura, previsto na LC 434/99 e suas alterações posteriores, artigo 52, parágrafo 7, assim como solicita o "translado" de área a ser demolida, como forma de receber os benefícios dados às edificações pré-existentes, apresentando como justificativa utilizar o disposto no art. 2º, parágrafo 1º da Lei 462/2001, alterada pela Lei 523/2005. A partir da análise da documentação apresentada, chegamos as seguintes considerações: Existe uma área de 4.497,00 m² adensável (antigo Febernati, depois Nacional), portanto acima do limite de 2.500m² estipulado pela LC 461/2001 e alterada pela LC 523/2005, o Grupo Walmart protocolou pedidos para regularização, entretanto teve suas solicitações indeferidas, com base na lei acima citada, renunciando ao direito de preferência na aquisição da área. Conforme documento nº12249601, folhas 8 e seguintes, o responsável técnico, em documento inicial, intitulado "PROPOSTA DO EMPREENDIMENTO" esclarece que "Trata-se de projeto de reforma de supermercado*

com 4.497,00 m² de área adensável e 6.232,59m² de área total construída conforme carta de habitação emitida em 12/07/1993, ...", destaco as palavras utilizadas pelo requerente "trata-se de projeto de reforma de...". Para o desenvolvimento do EVU, foi requerido ao RT pela SMURB/UEMPROUR/ EGP o atendimento do que dispõe o art. 2º, parágrafo 1º da L.C. 462/2001, alterada pela L.C. 523/2005, o que traduzido para uma linguagem mais simples diz o seguinte: Para os empreendimentos já existentes, com área computada maior que 2.500m² (...), localizados fora da área descrita no parágrafo 1º do art. 1º fica vedado o aumento desta área."Não acatando a solicitação supra, o requerente requer a aplicação do art. 2º, parágrafo 1º da L.C. 462/2001, alterada pela L.C. 523/2005, alegando que trata-se de "transladação da construção atualmente existente em um lugar do terreno para outro ponto do mesmo terreno", ou seja se utiliza da mesma legislação que inibiu o Grupo Walmart de regularizar sua área, utilizando-se de um inusitado e inexistente conceito do PDDUA. Isto significa que a área após demolida será transferida para outro local do próprio imóvel. Necessário se faz, ter uma imensa capacidade imaginativa para entender o que está sendo proposto, até mesmo porque trata-se de reforma, como dito pelo requerente. Importante entender que "TRANSLADAÇÃO", significa segundo o dicionário Michelis - transferir de um lugar para outro, ou segundo o dicionário Houaiss - mudar de um lugar para outro, transferir um corpo. Na legislação urbanística, as construções existentes, tem seu direito assegurado de permanecerem onde estão, respeitando o princípio da pré-existência. Ao optar pela demolição total, torna-se inexistente a hipótese de transladar, transferir, obviamente não se muda de lugar o que não existe. Conforme legislação existente, para a demolição da edificação é necessária a emissão prévia de Licença de Demolição, nos termos do art. 13 da LC 284/92, resultando na emissão da Certidão de Demolição Total. Sem edificação, não existe área construída e o objeto em discussão deixa de existir, assim sendo a nova construção deverá atender integralmente à legislação vigente na data de sua protocolização, ou seja, atender o Regime Urbanístico, incluindo a atividade, assim como os dispositivos de controle das edificações, conforme artigo 159 da LC 434 e suas alterações posteriores. A L.C. 462/2001 pretendeu dotar a cidade de diretrizes para a melhor distribuição desse segmento do comércio, protegendo o já existente e incentivando o desenvolvimento econômico em zonas desatendidas, seguindo a tendência de países que enfrentaram de forma corajosa o crescente expansionismo desses projetos, tais como a Bélgica, França, Itália, Inglaterra, Alemanha, entre outros. Ao legislador coube a tarefa de estabelecer parâmetros para este momento da economia mundial, que leve em conta as necessidades da cidade no recebimento de grandes empreendimentos, mas também, preserve a rede econômica existente, promovendo o desenvolvimento e a competição com foco no consumidor, ou seja, promova o desenvolvimento sustentável. O texto constitucional brasileiro não deixa dúvidas quanto ao fato de a concorrência ser, entre nós, um instrumento para o alcance de outro bem maior, qual seja "assegurar a existência digna, conforme os ditames da justiça social."O Anexo 5 define os Grupamentos de Atividades, sua classificação, as restrições em cada Zona de Uso, assim como condições relativas ao porte máximo das edificações nas quais sejam instaladas. Na mesma lógica do PDDUA, e em razão da especificidade que apresenta o comércio varejista de gêneros alimentícios (supermercados e hipermercados) na economia atual, a L.C. 462/2001 propôs uma disposição especial para regulá-lo, procurando harmonizar as novas implantações com o comércio pré-existente. Grandes empreendimentos são responsáveis pela mudança radical do perfil socioeconômico da região onde são implantados. Geram grandes dificuldades econômicas aos comerciantes dos arredores, que ao longo de décadas, com sacrifício e trabalho constituíram os chamados centros de comércio de bairro, tão comuns em nossa cidade.

Ainda, do ponto de vista urbanístico, geram uma sobrecarga para os equipamentos públicos do entorno, principalmente para as vias públicas, além de um sério impacto ambiental, que não deve ser desprezado. Fica evidente que o Zoneamento de Uso na LC 462/01 visa o estabelecimento do limite de área construída e da localização de novos empreendimentos, visando controlar a polaridade comercial, impactos socioeconômicos e seus efeitos e preservação do comércio preexistente. O impacto urbano é citado como um fator secundário em parecer 001/2020 do Grupo de Regulamentação e Interpretação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambienta-l GRIPDDUA e não como o motivador. A limitação de área construída é uma disposição especial, que restringe e limita o porte já definido no Anexo 5 da LC 434/99, alterada pela 646/10, tendo em vista a especificidade que apresenta o comércio varejista de gêneros alimentícios (supermercados e hipermercados). Conforme a LC 434/99 e suas alterações posteriores, em seu artigo 50, o uso e ocupação do solo é determinado em função do Regime Urbanístico, e o seu artigo 94 estabelece que o Regime Urbanístico é definido em função das normas relativas a densificação, atividades, dispositivos de controle das edificações e parcelamento do solo. Não é possível desvincular o uso da ocupação. A Carta de Habitação, que valida a atividade definida no projeto aprovado e licenciado, só é emitida após a vistoria do imóvel. Logo, o uso (atividade) não é um direito adquirido no imóvel por si só, pois necessariamente, está vinculado a uma edificação. Se não existe a edificação, não existe o direito. Para o correto entendimento das questões aqui tratadas, necessário se faz a leitura do Parecer PGM nº 1123/05, assim como parecer do GRIPDDUA nº 001/2020, entretanto fica faltando parecer da PGM, existe apenas um encaminhamento técnico da ASSETEC-SMAMS, cujo entendimento conflitua com parecer técnico da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico/Escritório de Licenciamento/Coordenação de Desenvolvimento Urbano/ Unidade de Empreendimentos e Operações Urbanas-SMDE/EL/CDU/UEMPROUR (doc. 12249601 – fls. 15 e 16), cujo encaminhamento à CAUGE foi desconsiderado e diz o que segue "...Conforme os projetos aprovados em 14/02/1990 e 20/08/1992, ambos com Carta de Habitação, a proposta apresentada não demonstra manter a edificação pré-existente e deverá atender a LC 462/2001 quanto ao porte da atividade Supermercado."O Decreto 20.659/2020, em seu art. 13 cria o Grupo de Regulamentação e Interpretação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (GRIPDDUA), para fins de interpretação técnica quanto à aplicação da legislação urbanística e ambiental municipal, em especial o Plano Diretor, conclui-se que não tem atribuições para ir além do que está escrito na lei, ou mesmo inovar na ordem jurídica, criar novas definições e ou conceituações, assim como termos jurídico-urbanísticos. Alterações desta ordem têm reflexos imprevisíveis, criam instabilidade jurídica-urbanística, assim como coloca em choque, toda conceituação de pré-existência, carecem de estudos exaustivos. <u>Conclusão</u> – Após exaustiva análise deste expediente, concluímos que a GRIPDDUA extrapolou sua competência, assim como suas atribuições, cometendo assim uma ilegalidade em parecer emitido (Parecer nº 001/2020), conforme mencionado acima (Decreto 20.659/2020). No que se refere ao mérito do EVU encaminhado, contraria frontalmente o disposto na L.C. 461/2001, alterada pela L.C. 523/2005, assim como conflitua com a LC 434/99 e alterações posteriores, com a Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), pois cabe ao Município garantir o desenvolvimento urbano ambiental sustentável da Cidade. Face às considerações anteriores, somos pelo indeferimento do presente EVU, como está proposto no presente encaminhamento. Em 09 de fevereiro de 2021. Eu sei que foi longo, Secretário, mas só para concluir, é um canetaço. Não existe outro termo, não existe, todos os arquitetos que me ajudem, até se fala em "transferência", não é esse o termo que foi usado, para situações ligadas ao patrimônio cultural. Tipo

assim, no mundo tem experiências de retira um prédio de um prédio, demole e constrói em outro, né. Isso seria a utilização correta desse termo, mas dentro do próprio terreno para beneficiar um grupo que se beneficia pelo seu poder econômico e que está... E daí é uma opinião pessoal minha, acabando com o comércio de bairro e todo o comércio secundário, é um crime que se faz contra a cidade. Eu apelo aos arquitetos que tenham um pouco de consciência, que fizeram um juramento prometendo fazer o bem pela arquitetura e pela cidade, que tenha um pouco de consciência. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro. Passou 5 minutos, pelo período de 15 minutos aí. Como é um processo complexo a gente estendeu aí o tempo. Então, na sequência a gente consulta a Conselheira Claudete se vai fazer relato de vista. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Eu não vou entrar em todo o histórico, vou entrar em uma questão direta, na verdade. Eu acho que a questão crucial colocada diz respeito a essa transladação ou sobre a manutenção de porte em virtude de um parecer inovador que foi dado no âmbito daquele grupo de trabalho constituído. Estranhamente, embora seja uma inovação e o ponto nefrálgico desse processo a equipe de planejamento quando fez a apresentação sequer mencionou tal fato, que causa muita estranheza. Então, assim, para elucidação considerações que eu vou colocar neste parecer, eu fiz algumas considerações e coloquei alguns excertos de pareceres que foram dados. Então, nós temos as diretrizes expedidas em 22 de maio de 2019. E lá já se dizia: “Caso a edificação existente seja demolida o requerente perde o direito à construção de um novo prédio com acesso superior a permitida pelo texto da lei”. Protocolado pedido de reconsideração em 23 de setembro de 2019, o parecer emitido em 11 de dezembro de 2009 diz: “Não há amparo legal requerido”; sendo negada a reconsideração da diretriz pretendida, permanecendo as diretrizes emitidas no parecer anterior. Aberta a etapa de EVU antes mesmo de finalizar a etapa de diretriz, o que contraria o nosso ordenamento, temos de novo um parecer, o 03/2020, emitido em 08/01/2020, que diz: “Deve atender o presente EVU a Lei nº 462/2001 quanto ao porte de atividade de supermercado”. O parecer 023/2020, emitido em 04/03/2020 usou a mesma coisa: “Ratificamos a necessidade de serem atendidas as diretrizes”. Ou seja, nós já vencemos as diretrizes, já passamos pela reconsideração e abrimos a etapa de EVU. E eu continuo insistindo em mudar o que já foi consolidado lá atrás: “Deverá apresentar de acordo com a Lei nº 462, sob pena de indeferimento”. Aí o Parecer 069/2020, que se eu não me engano falava sobre estudo de ruídos, o Parecer 074/2020, que fala sobre estudo de circulação e que mais uma vez coloca: “A proposta deve atender a Lei Complementar nº 462, mantendo a edificação existente, sendo vedada a ampliação da mesma ou demolindo-a e construindo uma nova área adensável”; limita 2.500 m². Finalizando, ele coloca: “Encaminhamos para a etapa de indeferimento de EVU”. Aí em uma inovação, porque não há essa previsão legal, o requerente criou um novo órgão para se direcionar. Então, ele foi, fez um requerimento, é o Comitê Especial de Monitoramento de Projetos Prioritários. Então, eu vou procurar um juiz que atenda aquilo que eu estou querendo. Então, a par de não terem sido atendidas as diretrizes emitidas pelo órgão competente, ainda, tentando subverter as definidas, o proponente em síntese faz o seguinte requerimento: “Considerando o termo de comparecimento...” Aí ele cita o Parecer nº 0023/2020, ele diz: “Pela necessidade de interpretação e reanálise”. Ou seja, eu quero mudar a diretriz! Mas eu já venci a etapa de diretriz, eu estou agora no EVU! Mas eu quero mudar o que está lá atrás, porque eu não gostei! É isso o que nós estamos pedindo para o outro órgão recentemente que havia sido criado. Para tal análise ele junta ali um parecer de um escritório de advocacia, fundamentando o seu posicionamento. Não há dentro dos procedimentos previstos dentro da CAUGE esse pedido de análise de um

comitê em separado. Não há, foi criado, foi inventado. O decreto referido por ele, na verdade, dispõe sobre o Licenciamento Urbanístico Ambiental de Projetos prioritários e criou um comitê especial, né, porque o interessado deveria fazer esse pedido dentro de 30 dias da publicação do decreto. Não tem em nenhum momento dentro desse expediente que a gente recebeu para análise de que ele era um projeto prioritário. Eu não sei se ele é prioritário, não sei se ele cumpre os requisitos, isso não está manifestado em lugar nenhum. Então, no expediente sob análise não consta nenhuma manifestação quanto a tratar-se o mesmo de empreendimento prioritário, tão pouco observância dos requisitos legais necessários. Ou seja, a gente não tem transparência e clareza nenhuma nos procedimentos aqui adotados. Embora ele tenha pedido, o que é estranho, né. Ele pediu para ir lá para o comitê, eu quero que vá para o Comitê Especial de Monitoramento, mas ele não foi para o comitê, ele foi para o GRIP, porque foi emitido em 31 de agosto de 2020, né. Então, não obstante a gente não tenha nenhuma manifestação ou despacho que nos permita acompanhar adequada tramitação e transparência que se impõe aos atos da administração pública, consta nos autos parecer... Não sei, é uma manifestação voluntária, porque eu não sei, caiu do céu dentro do processo, assim, a gente não tem acompanhamento disso. Expedido pelo grupo de regulamentação a interpretação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental. Em síntese ele fala: “Neste caso e em casos semelhantes...” Então, ele se refere a outros casos e não só a este, como mencionou o nosso relator, né: “...para fins de enquadramento do empreendimento no artigo 2º da Lei nº 462, deveria se considerar como parâmetro mais adequado para a sua aplicação o impacto urbano pré-existente no local no momento da promulgação da lei e não da edificação e suas características, visto que o § 1º do artigo 2º toma como parâmetro apenas a manutenção da área e nada refere quanto ao perímetro locação e altura. Dentre os documentos acostados...” Que não seguem nenhuma ordem cronológica dos acontecimentos e nem traduzem a íntegra dos trâmites havidos, senão impossibilita e prejudica a transparência dos atos administrativos, destaca-se que a gente tem uma manifestação, folhas 61, 63, reprisadas nas Folhas 80, 82, que é feita pelas técnicas, que solicita uma consulta ao representante da PGM na CAUGE. Tal requerimento, ele enumera uma série ritos não atendidos pelo requerente, bem como solicita o representante da PGM na CAUGE, que esse também se pronuncie sobre o parecer emitido pelo comitê, em confronto a outro parecer emitido pela PGM. Tal consulta, contudo, parece que não chegou a ser levado ao responsável. Não sei, não temos como saber, porque a gente não recebe o expediente onde tramita o EVU, a gente recebe cópias que só juntadas dentro de um procedimento para a gente analisar. Ou seja, cópias que alguém selecionou para que a gente veja, a gente não vê o expediente. Ainda cumpre dispor que a equipe técnica da... E aí eu não sei ler a sigla, em 19/10/2020, por entender que o encaminhamento dado, tanto por esse GRIP, quanto pela Procuradoria Setorial não contemplaria amplamente as questões que iriam repercutir nas análises de licenciamento das edificações. Ele solicita uma manifestação da PUMA: “Objetivamos esclarecer a interpretação do Município de Porto Alegre quanto à aplicação da referida ei que está sendo aqui objeto de análise. E modificações posteriores, tanto para o caso em tela, quanto para os casos futuros”. Não obstante, né, mais uma vez parece que a referida consulta também não chegou no destinatário. Segundo consta no despacho subsequente, por determinação da chefia foi efetuada a devolução do expediente sem análise requerida. Ou seja, a ordem aqui vem de cima para baixo. Então, não tem, não tem parecer do representante da PGM na CAUGE e nem tem o parecer que foi requerido perante a PUMA, porque nesse caso foi dito que a chefia mandou devolver. Consta ainda dos documentos acostados, todavia, uma manifestação do nosso Secretário, O Senhor Germano, Presidente deste Conselho, onde a

gente destaca uma parte: “Ressalto que o expediente fora analisado pela douta Procuradoria em duas oportunidades, tanto no âmbito do grupo de regulamentação, interpretação no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental com a atribuição expressa delegada do Senhor Prefeito no Decreto nº 20.659/2020, bem como pela Senhora Procuradora Chefe da Procuradoria Setorial deste órgão ambiental e de planejamento”. Então, ele diz: como esses já se manifestaram, ele que decide agora como são os procedimentos dentro e a tramitação deve ser, né. Imagino que seja isso que esteja sendo colocado. Então, a par da referência do Secretário, não é possível identificar nas cópias acostadas o parecer emitido pela Procuradora e a chefe da Procuradoria setorial. E ainda presente tal parecer, tal fato, salvo melhor juízo, a atuação do representante da PGM a CAUGE. Ou seja, aquele que representa na comissão que foi instituída para analisar o EVU, eu não sei o que aconteceu, eu não tenho essa clareza, não tem transparência nos procedimentos administrativos e na análise deste EVU, como já vem sendo denunciado desde a apresentação deste projeto. Então, eu estou fazendo aqui 5 requerimentos e quero que sejam analisados, cinco diligências, na verdade, e votadas separadamente, fundamentada, porque pela administração pública a gente tem que fundamentar os nossos votos e decisões, não basta dizer sim ou não. Então, eu faço os seguintes requerimentos: “Consoante todo o exposto, após exame do expediente, cabe as seguintes ponderações: Verificando que o CMDUA não possui acesso para análise à íntegra da documentação relacionada ao EVU em apreciação, mas apenas alguns documentos selecionados e inseridos no sistema, tal fato, se não prejudica, altera as reais condições de análise da proposta apresentada, uma vez que o CMDUA não é mero homologador de pareceres da CAUGE. Não olvidamos que o CMDUA foi construído e pensado para possibilitar o controle social, a democratização e a popularização do processo de planejamento urbano, sendo um órgão de integração do sistema de planejamento e cabendo a ele examinar, debater e aprovar os projetos, após passarem por todas as câmeras e comissões. Isto posto, devem os expedientes sob análise ser disponibilizados aos conselheiros em sua íntegra”. Esse é o primeiro requerimento. Segundo: “Tendo dúvidas quanto à tramitação regular do respectivo expediente, devendo ser objeto de instauração de procedimento de apuração pela Corregedoria. Bem como pairam dúvidas contra a supressão ou extrapolação de competências legais dispostas no Decreto nº 20.659/2020 e 20.655/2020, merecendo uma análise da Procuradoria Geral do Município, uma vez que foram além, estabelecendo restrições não previstas na lei e invadindo competência, desbordando do poder regulamentador, cuja natureza derivada de forma que só pode ser vencido à luz das leis existentes”. Então, está sendo denunciado aqui, não foi só por mim, vem sendo desde à apresentação e aqui se vê que a ordem vem de cima, não segue o procedimento regular a tramitação. Nós já tivemos casos na Secretaria do Planejamento que foram objeto da Operação Domus, onde teve exoneração de funcionários por causa de fraudes dentro da Secretaria. Eu quero que esse expediente seja aberto para analisar se elas são inadequadas ou não ou se seguiram seus procedimentos. Terceiro: “Verifica-se no mínimo estranho a aplicação da interpretação conferida pelo grupo, exarada em 31 de agosto de 2020, fazendo tal entendimento retroagir no tempo, sobrepondo-se à etapa de diretrizes já vencida e consolidada, conforme Parecer nº 158/2019, emitido em 11 de dezembro de 2019”. Ou seja, a diretriz que diz que não tem direito, não pode, tem que ser isso, foi dado lá em 2019. Então, eu crio agora o entendimento ou interpretação 2020 que quero mudar o entendimento lá de 2019. O que é isso? Então, se altera substancialmente as diretrizes, malferem os princípios administrativos. Então, impõe-se necessário uma manifestação a respeito disso pela Procuradoria Geral do Município também. Ademais, não olvidemos que o Regimento Interno na Procuradoria dispõe que quando existentes manifestações técnicas

divergentes, como houve no presente expediente já denunciado pelo Hermes anteriormente, né. A competência para deliberação é do Conselho Superior da Procuradoria, órgão ao qual não foi consultado, consoante os artigos 54 e 55 do Decreto nº 19.612/2016. Portanto, esse expediente deve ser submetido ao Conselho Superior da Procuradoria para que se forme, é para isso que existe o entendimento. A manifestação dos autos alegada é que não tem um entendimento majoritário, por isso que não precisa subir. Muito pelo contrário, é exatamente quando não tem o entendimento é que deve subir para que se firme o entendimento majoritário. Por fim, preocupa ainda a acumulação de funções e/ou atribuições para alguns servidores ou detentores de cargo em comissão, que malferem o duplo grau de jurisdição de observância obrigatória. Não é de hoje que tal fato de ilegalidade vem sendo denunciado neste plenário, assim, estou invocando o entendimento legal de todos aqueles que participaram ou atuaram no presente expediente, em qualquer condição, na votação perante o CMDUA, sob pena de nulidade. Então, temos essas cinco considerações, quatro delas são de diligências, uma é um encaminhamento, que eu estou pedindo o impedimento, estou declarando que sejam impedidas as pessoas que atuaram no processo, porque é uma questão lógica. Eu quero que eles sejam apreciados um a um, com fundamentação, Secretário. Obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Claudete. Lembrando que a previsão regimental da solicitação de diligências é de responsabilidade do Conselheiro Relator, o Conselheiro Relator fez o pedido de diligências, o processo foi colocado, foram respondidas as diligências. Regimentalmente, agora temos a previsão do relato de vista, onde os conselheiros podem, na forma que entenderem mais adequado manifestar a sua contrariedade ou não para a tramitação do expediente. Então, fica consignado o seu voto, a sua manifestação será juntada ao presente expediente. As demais questões levantadas, é importante de remeter por escrito para a nossa Secretária Executiva, que vai consignar no processo, para ficar registrada a sua inconformidade. Na sequência a gente tem o Conselheiro Rafael Passos. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Eu vou ler: *Trata-se de solicitação de aprovação de Estudo de Viabilidade Urbanística-EVU para construção de edificação mista (2 torres residenciais/supermercado/lojas comerciais). O imóvel possui três frentes (Av. Nilópolis/Av. Carazinho e Travessa Cel. Antônio Carneiro Pinto). EVU enquadra-se como Projeto Especial de Impacto de 2º Grau. O requerente solicita aumento de altura, previsto na LC 434/99 e suas alterações posteriores, artigo 52, parágrafo 7, assim como solicita o "translado" de área a ser demolida, como forma de receber os benefícios dados às edificações pré-existentes, apresentando como justificativa considerar enquadramento no disposto no art. 2º, parágrafo 1º da Lei 462/2001, alterada pela Lei 523/2005. Analisemos, primeiramente, a solicitação de aumento de altura em 10 metros, o que lhe permitiria construir quatro pavimentos a mais na torre A, localizada junto à Trav. Cel. Antônio Carneiro Pinto, na testada sul do lote. O Regime Urbanístico que incide sobre a quadra permite altura solicitada (52m) em toda sua extensão junto à Av. Nilópolis- testada Noroeste - em Subunidade que abrange área suficiente dentro do lote para que esta torre possa ser ali implantada. A solicitação, portanto, não se faz por inviabilidade técnica, mas por escolha do proponente e/ou seu Responsável Técnico. Importante, inicialmente, lembrar os motivos que embasam a normativa volumétrica. O PDDUA herdou de seu antecessor, o PDDU, um modelo que visa concentrar maiores alturas e densidades junto às principais avenidas da cidade, a fim de estimular sua ocupação bem como observar as relações entre volumetria e espaços abertos. Tal diretriz tem, portanto, base na boa técnica urbanística. O caráter participativo-estratégico do PDDUA, também de alguma maneira*

herdado da prática de gestão urbana municipal desde 1959, de colocar em análise de órgãos colegiados eventuais excepcionalidades que não infrinjam os princípios fundamentais do Plano. Por esse motivo, estamos aqui a analisar este aspecto do EVU em tela. Passemos, então, às especificidades da solicitação e seus impactos. Inicialmente, cabe destacar que em geral, as solicitações de aumento de altura tratam de adequação da volumetria predominante para que seja autorizado o aumento para fração do edifício que incida sobre subunidade com menor altura. A proposta de erigir torre na porção Sul do terreno, na visão deste Conselheiro, não gera qualquer impacto positivo, outrossim, promove impactos negativos, em escalas local e mesmo urbana. Localmente, a torre com sua maior dimensão (cerca de 50 metros) no sentido leste-oeste provocará um sombreamento sobre as quadras vizinhas (ao sul, a leste e a oeste) durante todo o ano e especialmente nos meses frios de inverno, comprometendo as condições de conforto ambiental das edificações vizinhas, todas de menor porte. Por outro lado, se a mesma torre A for localizada junto à Avenida Nilópolis, parte significativa da sombra incidirá sobre o próprio 2 terrenos, contribuindo, inclusive, para o sombreamento da fachada Oeste da torre B, trazendo algum conforto às tardes quentes de verão. Já na escala urbana, uma vez que o PDDUA prevê maiores alturas para a Avenida Nilópolis, não é interessante do ponto de vista da consolidação da paisagem urbana grandes interrupções no gabarito, desconfigurando a intenção de uma paisagem homogênea em termos da distribuição das alturas edilícias junto à Avenida. Neste sentido, posicionamo-nos contrários à solicitação do proponente, considerando que há viabilidade técnica para uma solução mais adequada e conforme ao regramento, cujos impactos sejam minimizados, e mesmo absorvidos dentro do próprio terreno, reduzindo as externalidades ambientais negativas do empreendimento, o que condiz com a melhor prática do desenvolvimento urbano sustentável. Passemos ao ponto certamente mais inusitado deste processo: a "transladação" de atividade de supermercado. O proponente solicita a manutenção da atual área construída da atividade de supermercado. Trata-se de obra nova, uma vez que haverá a demolição do edifício existente, e a construção de nova edificação, ainda assim, o requerimento trata de Reforma, e a planilha de áreas constante do EVU considera a área de supermercado como "existente", num total de 6.232,59 m². O requerente solicita, portanto o enquadramento no Art. 2º, parágrafo 1º da Lei 462/2001, alterada pela Lei 523/2005. Neste sentido, gostaríamos de analisar a finalidade da referida Lei do ponto de vista urbanístico e mesmo econômico. Se atentarmos para a Exposição de Motivos constante do Projeto de Lei aprovado em 2001, veremos que o espírito do legislador era "dotar a cidade de diretrizes para a melhor distribuição desse segmento do comércio (...) seguindo a tendência de países como a Bélgica, França, Itália, Inglaterra, Alemanha, e outros". Em seguida o legislador descreve as normativas existentes nesses países, a fim de assegurar a redução do impacto econômico negativo que grandes empreendimentos desta natureza podem causar em seu entorno. No Parecer GRIPDDUA 001/2020 o entendimento dado à finalidade do Art. 2º, parágrafo 1º da Lei é estranho a quaisquer normas urbanísticas, e mesmo às interpretações e acórdãos existentes, todos eles têm invariavelmente apontado a inexistência do "direito adquirido de construir", ou melhor, da regra urbanística pretérita como uma expectativa de direito. Não o é. Fosse assim, a Lei estaria invariavelmente imobilizando a implementação de novas concepções e modelos de desenvolvimento urbano, dentre os quais figura este previsto pela Lei de 2001 e suas alterações, qual seja: dar limite de porte a supermercados em determinadas áreas da cidade, considerando, sobretudo, seu impacto econômico. Uma interpretação mais correta do Artigo e seu parágrafo é aquela que garante a expectativa do direito de quem já tinha EVU aprovado ou em tramitação, bem como daquele que já tinha atividade em operação. Há acórdãos,

inclusive, que vão no sentido de que para que se assegure tal expectativa, a nova Lei deve explicitar a salvaguarda de tal direito, do contrário, o empreendimento licenciado sem obra iniciada deve se adequar à nova Legislação. Essa é a prática 3 que realmente dá segurança jurídica no âmbito do desenvolvimento urbano, e não análises casuísticas, como parece ser o caso em tela. No Parecer, há ainda outro ponto que nos parece bastante questionável, senão incabível. Considera-se que os Estudos de Impacto realizados à época da aprovação do EVU original são válidos para a situação atual – mesmo após a aprovação da Lei – e entre os aspectos destacados como objetos de EIA simplesmente não constam os impactos econômicos, justamente aqueles que embasam toda a Exposição de Motivos do legislador. No Parecer, alega-se ainda que a atividade em questão teria sua área mantida, contudo, a Planilha de Áreas indica aumento de área, uma vez que, além da área existente, constam áreas a construir no pavimento térreo que parecem compor a atividade supermercado (docas, lojas, circulação/apoios), bem como no pavimento intermediário (lojas, e outros) as quais somam cerca de 3,5 mil m², e estão – conforme plantas constantes do EVU – diretamente relacionadas com a atividade supermercado. Uma vez que o atual conceito de supermercados inclui lojas de apoio, parece-nos pertinente considerar todas essas áreas a construir como integrantes do Supermercado Zaffari. Ora, trata-se, então, de fato, de mesma área? Ou há flagrante ampliação da atividade? Destaco, caros Conselheiros, que, conforme o mesmo Parecer, o que estamos votando aqui não é um caso isolado, mas estamos endossando o que afirma o GRIPDDUA em seu Parecer, de que tal interpretação vale para "este caso e para casos semelhantes". À época de sua aprovação, a Lei ganhou a alcunha de "Lei Zaffari". Acreditava-se que foi apresentada pela Companhia para evitar o impacto de grandes lojas ante o grande investimento previsto por redes internacionais do ramo. Curioso, que duas décadas depois, seja o Zaffari a pleitear-se exceção à Lei, num contexto em que as mesmas grandes redes já não parecem ser mais uma ameaça à sua hegemonia no setor. Contudo, a manutenção ou implantação de novas lojas com tal porte podem, sim trazer impactos econômicos ao pequeno comércio local. Os mais atuais parâmetros do urbanismo internacional têm apontado a necessidade da boa distribuição do comércio de rua, retomando a ideia das "fachadas ativas" como ativadoras de animação urbana, segurança, bem estar, e mesmo de melhor distribuição do ponto de vista econômico. O PDDUA vai no mesmo sentido desde 1999, trazendo os usos mistos como uma de suas principais diretrizes, e entre suas estratégias de Promoção Econômica (Art. 20), elenca o Programa de Dinamização da Economia, que visa promover o crescimento e a desconcentração econômica. Neste sentido, determinar e fazer valer um limite ao porte de grandes empreendimentos comerciais é fundamental para que se possa distribuir e desconcentrar as atividades comerciais no território, caso contrário, coloca-se em xeque tais parâmetros de futuro. Ou haverá demanda para ambos? Parece-nos que não, então, exige-nos priorizar, e dado o exposto, o urbanismo contemporâneo, bem como nosso próprio Plano, e a Lei 462/01 nos dirigem no sentido de priorizar projetos que promovam a desconcentração das atividades econômicas, à qual vai de encontro ao EVU aqui apresentado. Em resumo, certa feita, a sociedade porto-alegrense decidiu, através da Câmara Municipal, que na Porto Alegre do futuro não caberia mais supermercados com área maior que 2.500m², contudo, ciente do impacto que poderia acarretar àqueles que tinham planos a curto prazo, investimentos, expectativas, garantiu a eles que pudessem implantar. Caso aprovemos este projeto, o que estaremos fazendo, ao fim e ao cabo, é contrariando a decisão tomada pela Câmara de Vereadores em 2001 e ratificada com as alterações de 2005. Ao demolir o supermercado ali existente, o novo deve se adequar ao novo, ao futuro decidido democraticamente, e não repetir o que Porto Alegre já disse não. Estamos diante da oportunidade de ir em direção ao futuro que a nossa legislação e seu

espírito nos apontam, ou então usar de estranhas interpretações para promover a permanência de um passado que não nos serve mais. Concluído, Secretário. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Rafael Passos. Na sequência a gente tem para o relato de vista o Conselheiro Gomes. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Boa noite, Conselheiros. O processo que estamos discutindo em tela é extremamente interessante, porque ele abrange várias áreas em profundidade, onde tivemos a oportunidade de apreciar essas avaliações. Quem leu todo o processo pode perceber todo o caminho percorrido, as questões levantadas. Eu vou fazer uma síntese dentro daquilo que acho que seja a melhor posição para este empreendimento. Bom, o imóvel é composto por três matrículas, eis que são 10.235 m². Característica do local: área delimitada por três ruas: Avenida Nilópolis, Avenida Carazinho e a Travessa Coronel Antônio Carneiro Pinto. Contemplado nas matrículas vai totalizar essa área de 10.235 m². É uma área nobre da cidade, onde se localiza o supermercado regular e em funcionamento. O novo proprietário propõe um novo reordenamento da ocupação do imóvel, propondo o seguinte empreendimento: manutenção da área de supermercado existente, construção de duas torres de habitação, centro comercial com 20 lojas. Isso totaliza um empreendimento de 55.491 m². Para viabilizar esse porte o empreendedor solicita, primeiro, que todo o imóvel seja beneficiado com o previsto na sublimidade 3, o que significa concretamente poder atingir em qualquer ponto do imóvel a altura máxima de 52 m e 18 m na base. Segundo, que seja permitido usar o direito previsto de manutenção da área para supermercado em outra configuração, mantendo a área, mas locado diferente do que lá se encontra. A questão da extensão do limite de subunidade, onde o imóvel está com mais de um gravame de subunidade, é matéria corrente aqui no CMDUA, por diversos motivos, sejam eles no sentido de compensar outros gravames sobre o imóvel ou pelo fato de qualificação urbana da proposta apresentada, que é o caso aqui. A segunda questão é a novidade que se apresenta nesse processo, entender que o direito adquirido de manter a área construída legal e empreendimentos de supermercado, que teve limitação de 2.500 m² de área adensável, possa ser relocador no mesmo imóvel. No interior do processo foi colocada uma profunda discussão desse pleito, que envolveu diversos pareceres, citações jurídicas das mais altas castas deste país. Levantadas pelas partes solicitadas a se manifestarem, prevaleceu a interpretação mais técnica e orgânica, porque veio de um grupo criado para exatamente pensar em deliberar sobre o inusitado, do ponto de vista urbano. O grupo de regulamentação e interpretação do PDDUA bancou uma interpretação de que a Lei Complementar nº 462/01, art. 2º, quando prevê que áreas existentes para a função supermercado, atendidos os critérios de tempo e legalidade, não refere-se a perímetro, locação e altura. Portanto, dando razão ao pleito do que se chamou de “transladação”, de colocar a área consagrada no mesmo sítio. Portanto, foca-se na área construída. Estamos diante de uma ousada interpretação que se transforma em uma jurisprudência muito importante no exercício da proposição de espaço nos futuros projetos dos arquitetos e engenheiros que militam arquitetura e a construção desta cidade. Precisamos entender que o empreendimento em tela é uma proposta que contempla uma reorganização daquele local, onde ficou evidente a intenção de melhor se relacionar com espaço amplo, proporcionado pela Praça da Encol, onde o empreendimento criou uma volumetria mais baixa junto a Nilópolis e a Carazinho, trazendo as torres mais ao fundo do terreno, promovendo maior ventilação ao marco no espaço. Essa solicitação de visão diferenciada do previsto ou aplicação mais ampliada de instrumentos de regularidade, fazem parte da concepção do segundo PDDUA, como uma forma de haver um diálogo permanente com as

instâncias técnicas e sociais, previsto pelo consultor Professor Arquiteto José Peres, que atuou como consultor na elaboração deste PDDUA. Por esses motivos, Conselheiros, eu acompanho o parecer do relator favorável ao empreendimento. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Gomes, pela manifestação, relato de vista. Na sequência temos o Conselheiro Mark. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Boa noite aos Colegas Conselheiros e Conselheiras. Boa noite, Secretário, Secretária. É um processo muito complexo, muito difícil e eu vejo que ele é bastante bem tratado pelos colegas especialistas, arquitetos que têm mais condição de compreender esta para mim ainda complexa nomenclatura. E também o enfrentamento dessa enorme quantidade de letras que fazem os organismos da Prefeitura através das suas siglas, que para quem não tem esta familiaridade são bastante estranhas e não são decifráveis imediatamente. Eu fiz as minhas anotações pela leitura desse EVU e vou passar a informar o plenário desses meus apontamentos. Eu vi no registro que a CAUGE tem um parecer, o 128/2020, que seria de uma reunião de 11 de novembro de 2020, que a CAUGE aprova o EVU, mas o empreendedor deverá firmar termo de compromisso com o município para que tenha o licenciamento urbanístico e ambiental. E aí define uma série de condicionantes. Condicionantes da SMAMS: obrigação de executar obras de revitalização das Praças André Foster e Breno Vignoli. A EPTC: implantar intervenções propostas no plano funcional viário; implantar “skats”; substituir paradas de transporte coletivo por tipo de Parada Segura; atender a Lei Complementar nº 626; atender a Resolução EPTC 02/2017. Condicionantes da Secretaria Municipal da Saúde: obras de um Centro de Saúde. Eu não sei quais são e elas não estão detalhadas e especificadas para que um conselheiro do CMDUA tenha noção do vulto. Parecer da SMDE/SMURB: flexibilização de altura na subunidade 1, concedidas através de um EVU para edificação, concedido altura máxima de 42 para 52 de altura da base de 4 m para 9 m na subunidade 1; manutenção do porte do supermercado existente no local (também foi concedido); aquisição de índices adensáveis por SCs disponíveis no quarteirão. Então, é uma série de condicionantes requeridos ao empreendedor, que seria uma contrapartida à aprovação feita. E aí, eu como economista, mesmo que lendo um estudo de viabilidade urbanística e vendo essa listagem de condicionantes imposta pelos setores da Prefeitura pertinentes que acompanham o processo, eu sinto necessidade de ter, e questiono mesmo quais são os valores estimados para esses condicionados estabelecidos? Porque nós estamos tratando de obter alguma compensação. Então, essa compensação em relação ao empreendedor, nós estamos vendo valores estimados, previstos pelos empreendedores para ganhar e para valorizar. Então, nós teríamos aí um encontro que nós dentro da nossa profissão vemos custos e benefícios, né. Essas questões, todas elas, não são tratadas e não trazem ao analista, ao conselheiro, nenhuma noção. As solicitações feitas não têm apenas reflexos urbanísticos, não há os importantes aspectos do sombreamento, do adensamento da atividade econômica. Tudo isso são elementos relevantes, mas quanto é o valor potencial do imóvel pretendido pelo empreendedor? Qual é a expectativa de ganho e o valor das contrapartidas? Então, eu tinha anotado aqui: “Questiono quais os valores estimados para os condicionantes estabelecidos e quais os valores estimados previstos pelos empreendedores de resultado da sua atividade? Sinto falta da explicitação de valores considerados no empreendimento e me pergunto se o tratamento destinado a este empreendedor é um tratamento isonômico em relação aos seus pares. O município ao adotar, encaminhar essa aprovação, através dos seus departamentos próprios, o município abre mão de recursos? Há prejuízos para os cidadãos do entorno? Há consulta às entidades de cidadãos que existem no entorno?” Eu imagino que esses prejuízos ou esses

resultados possam ser avaliados no médio e no longo prazo. E no último item da minha anotação: "O Comitê de Gestão Orçamentária e Financeira da Secretaria Municipal da Fazenda teve atendida a sua determinação?" Porque ela fez uma determinação no início do ano de 2020 e no desenrolar do processo vai terminando no ano de 2020. E eu não sei se ela voltou a ser consultada, porque ela tinha a determinação de apreciar previamente a aprovação de EVUs que impliquem em repercussão financeira para o município. São essas as observações que eu faço ao plenário, que nós examinemos o prosseguimento deste processo. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Mark, pelo seu relato de vista. Temos uma Questão de Ordem da Conselheira Claudete. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Primeiro, consignar que eu coloquei aqui no chat o meu parecer, porque até hoje a Secretaria não nos disponibilizou, na verdade, o acesso e uma senha eletrônica para gente poder enviar e protocolar os expedientes, os nossos pareceres, o que já é uma violação. Segundo, nulidades absolutas, Secretário, não precisam estar previstas em Regimento. O tempo rege a lei, o tempo rege o ato, eu não tenho como aplicar a um ato passado uma lei que veio depois, uma interpretação que veio depois. E esse entendimento do Secretário, que só pode o relator e o conselheiro da região pedir diligência também é equivocado. Nulidades absolutas têm que ser verificadas, e eu fiz os questionamentos, não cabe aqui o Secretário sozinho, unicamente, dispor como tem que ser o encaminhamento. Obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Claudete. Já de antemão respondo que não há nulidade apontada, o processo foi debatido. Essas questões trazidas jurídicas pela senhora foi discutido no âmbito do processo, Procuradoria, grupo de regulamentação, todos os pontos foram objeto da tramitação do expediente, são avaliados antes de serem remetidos para a Secretaria. Consulto se temos conselheiros inscritos para discutir? Conselheiro Rafael Passos, Conselheiro Artur, Conselheiro Felisberto, Conselheiro Dal Molin, Conselheiro Hermes, Professor Rômulo, Conselheira Claudete. Mais algum inscrito? Em não havendo mais inscritos encerro a inscrição para o debate. Inscrevo, naturalmente, o Conselheiro Saffer, o relator para fazer a última fala no debate. Antes do Conselheiro Saffer temos também o Conselheiro Darci. Encerro a inscrição para o debate e abro a palavra para o conselheiro Rafael Passos. Como estamos com o processo em discussão, peço que a gente avance um pouquinho na hora, talvez a gente vai avançar um pouquinho, mas que a gente não perca todo o histórico que hoje foi trazido, a apresentação, relatos, toda a discussão, para a gente não retomar, que a gente avance um pouquinho e consiga concluir hoje o debate, porque esse processo é bem grande, hoje tivemos várias manifestações aqui das mais diversas, relatos de vista extensos. Então, que a gente consiga avançar e dar conclusão a este importante debate. Conselheiro Rafael Passo, 2 minutos, por favor. Com a palavra. **DEBATE DO EXPEDIENTE: Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Além de tudo que eu já falei aqui, primeiro, os aspectos urbanísticos, busquei até embasar um pouco do ponto de vista jurídico, mas muito mais o que me compete como profissional, que é a questão urbanística. E me parece que a questão das torres, nós vejo justificativa alguma, ao contrário do que foi colocado em um voto de vista posterior ao meu, de que traria benefício do ponto de vista de ventilação. Ora, a ventilação predominante em Porto Alegre é vento leste, vem de origem leste. A Torre B, que não está em discussão, ou parte dela está em discussão, ela bloqueia todo o vento de verão, todo o vento predominante, e quaisquer posições da outra torre. Então, não existe, não há um benefício, nenhum impacto positivo do posicionamento dessa torre como eu coloquei. E vocês podem ver na planta, ela

poderia muito bem estar junto à Avenida Nilópolis, não haveria qualquer necessidade. Então, por isso que a gente traz esses casos aqui. Ou, então, os casos que vêm aqui já estão aprovados, todos *a priori*, sem que a gente analise caso a caso o seu impacto. E é isso que estamos fazendo, senão vira um *a priori*. Então, não precisa, fecha o CMDUA! Sobre a questão da lei, eu entendo que uma vez demolido acabou, aí qualquer edificação nova deve se adequar à atual legislação, não existe a ideia de direito adquirido em direito urbanístico. Qualquer um sabe, está lá o acórdão do STF, e é mais de um. Então, eu fico muito preocupado quando se traz aqui mitos e inverdades travestidos de técnica... (Sinalização de tempo esgotado). Ainda mais por pessoas que deveriam estar representando um setor e se arvoram como representantes de outro setor ou representantes comunitários que se dizem representantes de um setor, um estranho isso. **Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP:** Bom, esse projeto já foi bastante debatido, vários pareceres, eu acho que é bem importante para que todos conheçam e conheçam bem o processo. Eu queria trazer duas questões aqui que foram bastante faladas aqui e que posso esclarecer um pouco, porque participei de algumas delas. É a questão dos projetos prioritários e do grupo de regulamentação do Plano Diretor. Os projetos prioritários, que foram definidos pelo Prefeito do ano passado, no meio do ano passado, onde criou uma possibilidade daqueles empreendimentos poderem ser tratados como prioritários para a retomada econômica, devido à pandemia do Covid. Caso vocês tenham interesse em buscar as informações, estão disponíveis no site do Escritório de Licenciamento, onde lá tem todas as listas dos empreendimentos que foram definidos, inclusive, este empreendimento que está sendo tratado aqui. E também pode-se pesquisar no histórico deste expediente, onde tem uma manifestação, onde tem a solicitação da priorização e a manifestação de deferimento por ter se enquadrado no empreendimento de grande porte. Eu entendo que esse modelo de priorização trouxe muita transparência para a definição do que é prioritário para a cidade, porque traz critérios bem claros da definição e não os critérios que não sejam ponderados com a base daqueles que estão citados no artigo. Em relação ao grupo de regulamentação do Plano Diretor, eu acho importante salientar que esse grupo regulamentador já atua desde 2005, onde ainda era a antiga SPM, e somente havia participantes da própria SPM, da Secretaria de Planejamento à época. Depois, claro, ali nos idos de 2013, transformado em SMURB, depois, mais adiante lá em 2017 já começa SMDE. Até esse Parecer nº 01, onde teve a regulamentação do GRI/PDDUA, só havia participação neste grupo da Secretaria do Planejamento e que a Secretaria que fazia aprovação de projeto. Quando foi criado, regulamentado o grupo no ano passado, se a gente for olhar o decreto e quiser dar uma olhada nos participantes, ele mostra que participa não somente a Secretaria que tratava exclusivamente das questões urbanísticas, mas hoje participa o Escritório de Licenciamento... (Sinalização de tempo esgotado) O Planejamento Urbano Sustentável, o Planejamento Urbano, Políticas e Sustentabilidade. Eu vejo que esse grupo hoje tem muito mais competência para tratar do plano como um todo do que era a modalidade anterior. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu quero reinterar tudo que foi colocado pelo Hermes no nosso parecer. E é impressionante como as pessoas tentam defender o indefensável, né. E a prioridade é feita por quem? Quem discutiu os projetos prioritários? Não aparece nos projetos prioritários nenhum projeto de regularização fundiária, é estranho isso, prioridade para quem? Para quem sempre explora esta cidade? Quem sempre ganha com ela? Quem expulsa, quem exclui as pessoas? E nós vamos ter uma ameaça no próximo processo a ser analisado aqui, que é a Vila Caddie. O próprio Quilombo do Silva está sendo espremido por essa especulação, por esse crescimento desenfreado e nós aqui ficamos achando que isso é desenvolvimento, que isso é

modernizar a cidade, que isso vai gerar trabalho. Não! Isso vai gerar mais exclusão, mais desigualdade, vai descaracterizar os bairros, violentar o comércio e as pessoas muitas vezes não sabem o que está sendo discutido aqui e são surpreendidas por prédios, por engarrafamentos. Eu gostaria que o Secretário prestasse atenção, né. Seria importante, Secretário, ficar atento, porque é para o senhor mesmo que eu quero dirigir isso. Não, ouvir é uma coisa, olhar é outra, prestar atenção é outra, Secretário. Então, eu acho assim, a cidade tem que entender qual o crescimento que ela quer e para quem ela quer o crescimento. Nós estamos sendo saturados por grandes empreendimentos que vão saturar a cidade, vão causar um caos nesta cidade. A gente vem alertando, aí a gente parece um caranguejo, que somo contra para desenvolvimento. Não, nós queremos que valorizem a regularização fundiária, que dê atendimento às comunidades que estão excluídas em área de formalidade. Então, não é possível que este Conselho trabalhe somente para os empreendimentos. (Sinalização de tempo esgotado). Não, Patrícia, não vem dar linha aqui! Eu quero dizer assim, este Conselho tem o pode ver também de analisar a regularização fundiária, porque muitos empreendimentos atingem as comunidades que devem ser regularizadas, que é o caso da Vila Caddie. E me admira que técnicos da Prefeitura trabalhem a favor e contra as comunidades que estão inseridas. Isso é estranho, eu vou deixar sempre, goste ou não gostem. (Sinalização de tempo esgotado). A minha voz será esta. Certo? Eu vou até as últimas consequências para apurar a responsabilidade sim. Projeto que tive nulidade nós vamos buscar no Ministério Público. (Sinalização de tempo esgotado). Para não violentar direitos! E a Vila Caddie e outras comunidades, como a Mato Sampaio, tem direito adquirido, que não são respeitados. (Sinalização de tempo esgotado). E o desconhecimento total até do Ministério Público, muitas vezes sobre assuntos pertinentes. Acham que é só reassentar as famílias, não mesmo! (Sinalização de tempo esgotado). Eu quero finalizar! Então, tem direitos adquiridos e o entorno também tem que se manifestar. Eu como conselheiro da região quero endossar os encaminhamentos e os pedidos da Conselheira Claudete. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. Por favor, peço atenção aos tempos. Eu cumpro este papel um pouco desagradável aqui de cobrar o tempo e insistir para a gente ter um encaminhamento nos processos. Conselheiro Dal Molin, 2 minutos. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Boa noite a todos. Não foi muito boa a intervenção do Felisberto no meio de um processo falar de outro processo, que o debate e o relato dos conselheiros colegas estava muito interessante. Eu estava aqui pensando, tentando formar o meu juízo como Conselheiro e fico pensando o seguinte, que essa lei que foi feita em 2001, no fim ela foi apelidada de “Lei Zaffari”. Naquele momento histórico, no Brasil estavam entrando outras redes internacionais, como de fato entrou uma rede portuguesa, uma rede francesa, e surgiu esta lei que de alguma forma regulamentava esse setor de supermercados. Em 2005 parece que teve uma pequena alteração e assim foi, né. E hoje nós estamos aqui para falar sobre essas diretrizes que foram criadas lá atrás. Primeiro, eu gostaria de fazer algumas considerações, eu acho que essa lei que foi feita em 2001 diminui Porto Alegre e diminui o grupo. É um grupo que eu já tive oportunidade, saí do Brasil, não vi nada parecido com a qualidade desse grupo, inclusive, esse grupo já conquistou outras regiões do Brasil. E no meu entendimento essa lei deveria ser revogada, porque ela não está à altura deste grupo gaúcho. E também acho que no momento que nós aceitarmos esse princípio da transladação, que é uma coisa que também não consigo entender, é igual como o princípio da precaução, que quando tu tens um imóvel que o proprietário quer fazer alguma coisa e não tem nada no EPAC, alguma coisa, aí aparece alguém dizendo que é um princípio da precaução. Então, é uma coisa que quando não está

na lei me incomoda. (Sinalização de tempo esgotado). Então, eu acho assim, que se o princípio da transladação for aceito, nós vamos ter que aceitar que esse princípio vai começar a ser utilizado dentro das regras urbanísticas de Porto Alegre. Então, se é pelo princípio da igualdade, vamos assumir que próximo Plano Diretor vamos botar nele o princípio da transladação para que valha para todos. (Sinalização de tempo esgotado). Então, a gente tem que ter cuidado. Eu não consegui formar ainda meu juízo. Achei os outros relatores, os pedidos de vista bastante interessantes, bastante consistentes no que falam. Eu estou aqui para ouvir o resto dos colegas para formar o meu juízo. Muito obrigado. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Muito difícil falar em 2 minutos comentando ao Colega Dal Molin, eu concordo contigo, muda a lei. Aliás, o Zaffari junto com o governo já estão tratando disso. Sabendo da dificuldade de aprovação já está sendo encaminhado, até já foi encaminhado, pelo que me foi informado, um projeto de lei para a Câmara revogando essa lei. Aí vai ser a nova "Lei Zaffari". Pelo menos nós não somos cúmplices dessa maracutaia. Sobre transladar, não existe, não adianta forçar, não existe isso. O meu parecer eu não quero que seja a única verdade, mas os urbanistas sabem e os que não sabem estão defendendo algum tipo de conveniência. Não existe transladar em uma área que não existe, uma área demolida. Sobre a economia local, agora vou rebater o que o Colega Dal Molin hoje disse, mas o que está matando a nossa economia é exatamente essa concentração de renda. Isso são questões ideológicas. Eu sei que aqui não vamos chegar a nada, mas essa concentração, hoje está na Zero Hora, 6%, 6 pessoas têm poder aquisitivo igual a 60% da população de Porto Alegre, coisa desse tipo assim. É isso que mata a nossa economia, é isso que mata o comecinho lá. Não pensa que é só essa zona, essa região que vai sofrer, é o comecinho lá no bairro, lá na periferia, porque a pessoa que trabalha nessa região, quando ela for para casa vai passar no Zaffari. O que eu acho muito legal, eu concordo, é ótimo o Zaffari, vai comprar o seu pãozinho, seu queijinho e vai matar o pequeno comércio. E vai ser mais um desempregado ou uma pessoa que vai sair do mercado. É uma questão de macroeconomia, não é uma questão pessoal contra o Zaffari. Eu adoro o Zaffari, eu vou no Zaffari, gosto de consumir no Zaffari, mas ele não precisa ser esses megaempreendimentos que são feitos e tomando conta de toda a área de Porto Alegre. E para finalizar, eu acho até que já está terminando meu tempo ou já passou, toda aquela discussão que a gente teve sobre a reformulação do Plano Diretor, eu fico extremamente preocupado quando as pessoas que colocam aquela discussão de uma forma elevada, vamos dizer assim, se subtraem, se submetem. Todo mundo sabe que é uma pressão de governo, é uma pressão do Zaffari, o Zaffari manda no governo e manda nessas pessoas. E nós como técnicos somos de carreira, nós não precisamos nos submeter a isso para garantir às vezes alguma FG, ainda mais que mais tarde se perde ou se ganha. (Sinalização de tempo esgotado). Isso é lógico que exclui aqueles CCs puros que eu digo, que se abraçam no governo e vão morrer junto com o governo. Obrigado. **Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Boa noite. Eu estou acompanhando muito atento. Realmente, nós temos dois pontos de vista, um que é o jurídico e um que é urbanístico. Claro que eles se misturam em algum momento, porque o urbanismo acaba se verificando através de leis e etc. Eu ouvi o parecer da nossa Colega Claudete, que me pareceu bastante substancioso e relevante. Eu não entendo de leis, não sou dessa área, eu fiquei impactado pelo parecer. Parece que essa questão, em princípio as leis precisam ser seguidas, por mais idiotas que elas sejam e essa é uma lei idiota, como o Dal Molin bem colocou, é uma lei completamente absurda, mas ela deve ser seguida. Então, eu realmente não tenho conclusão a respeito da parte jurídica, eu vejo assim, como eu disse, o parecer da Claudete me parece interessante, muito razoável.

Só que para irmos atrás dele teríamos que assumir que várias pessoas dentro da hierarquia da Prefeitura são corruptas e fizeram algum tipo de acordo, não apenas coisas pequenas, mas coisas grandes. O que eu acho que é um caso que foge, inclusive, do âmbito da legislação, passa para outro âmbito, o da polícia. Então, eu não vejo como que isso possa ser resolvido aqui. Eu prefiro me pautar pelas coisas que os procuradores, os arquitetos, os urbanistas, os administradores da Prefeitura que examinaram essa questão toda tentam colocar. Do ponto de vista urbanístico eu diria assim, primeiro, o supermercado vai causar algum prejuízo para aquela área? Ou seja, o supermercado hoje causa algum prejuízo para aquela área? Acho muito difícil achar um argumento que reforce essa ideia. Quer dizer, o supermercado vai ser substituído por outro supermercado igual, com mesmo padrão de comercialização e melhorado com as tais lojas, que é aquilo que o Rafael estava reclamando. Quer dizer, é o problema de ter uma diversificação de escala. Você ter um aproveitamento mais orgânico da área. Não concordo com o Hermes, não acho que o Zaffari seja um predador, não é, ao contrário, o Zaffari é um caso de sucesso, que deveria ser reconhecido. Eu me lembro quando me mudei para Porto Alegre, eu tinha 17 anos, eu fui morar ao lado do Zaffari, que era um armazenzinho de 200 m² ali na Protásio Alves. (Sinalização de tempo esgotado). Isso que era o Zaffari há 50 anos. Então, quer dizer, é ridículo imaginar, a não ser que tudo que eles fizeram seja algo condenável, que fez mal para a cidade. Pelo amor de Deus. O fato de haver “n” comércios, eu tenho dois centros comerciais locais ao lado desse supermercado que sobrevivem perfeitamente bem, convivem com o Zaffari e se complementam, aliás, que se beneficia do Zaffari. Muitas vezes eu estacionei no estacionamento do Nacional ali para ir comer ali do ladinho. Quer dizer, há uma simbiose perfeita naqueles vários elementos al. (Sinalização de tempo esgotado). Só vou concluir, assim, o projeto que está sendo proposto é adequado ao local, em termos macro, é um corredor de centralidade importante na primeira escala da cidade, tem todos méritos em relação ao composto dele em termos de funções, atribuições. E tem um problema, que fui eu que coloquei, que é um problema menor, que é o problema do sombreamento, que pode ser facilmente resolvido, é só recuar o prédio 10 m, porque eles têm terreno. Quer dizer, se recuar o prédio 10 m volta à situação inicial de incidência solar original, de acordo com a legislação vigente. Então, acho que essas coisas deveriam ser consideradas nesses termos. Obrigado. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Pois, então, 2 minutos para discutir um processo desse porte é como se isso fosse possível, esse é o jeito que nós estamos tratando o planejamento da cidade. Ou seja, ausente de qualquer discussão. Cumpre aqui lembrar, na verdade, que a administração pública não se rege só pelo princípio da legalidade tão invocado pelo nosso Secretário. Ela se rege também pelo princípio da isonomia, pela economicidade, pela moralidade, pela eficiência e pela eficácia. Então, eu já acho que nós não temos um encaminhamento isonômico quando eu altero um procedimento ou quando eu altero uma lei depois de já consolidado o seu ato. Ele está ferindo a minha isonomia, eu estou dando vantagem para uma determinada instituição ou empresa, requerimento, violando a isonomia dos demais proponentes. Eu queria saber se todos que já pediram diretrizes agora resolvessem fazer um pedido de requerimento para rever aquilo que foi decidido lá atrás, se isso seria válido ou não. Nós trabalhando sim, Professor Rômulo, com o princípio da boa-fé objetiva, que rege a administração pública. E a gente também não deve esquecer que a ação ou a omissão em determinados atos também gera, ou prevaricação, ou improbidade administrativa. E que sendo questionadas algumas coisas e denunciadas, como aqui estão, não cabe simplesmente dizer: “Olha, lá no passado nós já discutimos isso”. Como se eu a recém trouxe o questionamento agora e em nenhum momento foi aportado e realmente debatido nessa seara essas questões? O

que eu penso é isso. Bom, se parece que tem alguma irregularidade, existe um órgão próprio para isso, que é a Corregedoria para fazer esse levantamento. Não sou eu que tenho que dizer se tem irregularidade, nem eu quero, nem pretendo. Existem órgãos para fazer isso. Se existe uma divergência técnica quanto ao entendimento e quanto ao momento de aplicação da lei. Existe o Conselho da Procuradoria, também é órgão competente para fazer isso e está previsto em lei. Embora o Secretário conheça o princípio da ilegalidade, ele ignora a legislação aqui invocada. Eu acho que seria importante, não há mais a manifestar, até porque a gente não tem tempo, né, Secretário? Obrigada. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Eu estou bastante impactado pela reação do Secretário, a gente tem alguns anos de atuação profissional e nunca vi essa interpretação do direito, onde uma ilegalidade ou um indício. Não vou nem dizer, é um indício de ilegalidade deixa de ser ilegal, porque a tramitação do processo foi respeitada. Eu já andei trabalhando com direito francês, eu tive que fazer uma comparação entre o direito francês e brasileiro, na França existe um princípio constitucional, se determinada lei passar, eu não lembro se são 5 ou 8 anos, sem ser questionada a sua legalidade, a sua constitucionalidade passa a ser constitucional. Isso era uma coisa do princípio do direito francês, é uma maneira que eles acharam para se organizar. Não vamos ter análise crítica disso. Agora, no Brasil eu não conhecia esse princípio legal de que – Ah, porque foi respeitada a tramitação, há indício de erro. Então, não vamos falar nem “ilegalidade”, há indícios de erros, que eu chamaria a atenção para o meu colega da UFRGS, há indícios de erros. O ser humano erra, aqui ninguém está dizendo que alguém é corrupto. Todas as pessoas falaram e ninguém disse que alguém é corrupto. As pessoas erram, bom, há pessoas dizendo que acham que tem erros. Essas pessoas têm o direito, estão aqui não representando a si, elas estão representando entidades ou regiões e essas pessoas estão em dúvida, têm o direito legal de ter essas duas esclarecidas e principalmente quando são dúvidas e o senhor mesmo nos colocou. Eu não sou o parecerista, não pedi vista ao processo, eu imaginei que era um processo muito complexo para ser analisado, né. Existem essas dúvidas e tem que ser esclarecido. Não adianta dizer que em algum momento isso foi discutido e toca a bola para frente que se resolve, senão o nosso papel enquanto representante, qual é o nosso papel? Nós não podemos ter dúvidas, se a gente tem dúvida não vai ser esclarecido porque em algum momento da história já foi esclarecido. A minha única dúvida deste processo, eu não sei, eu entendo que a população de Porto Alegre votou pela mudança, não votou pela manutenção. Se ela quisesse a manutenção tinha o Prefeito Marchezan, votava e continuava com a administração da mesma maneira como estava sendo tocada. O povo de Porto Alegre tem que ser respeitado, porque é ele quem manda na gente. (Sinalização de tempo esgotado). O Secretário do Município representa um Prefeito eleito que representa uma votação. Eu estava entendendo que o voto do povo de Porto Alegre foi pela mudança e não pela manutenção do que estava sendo feito. É bom avisar a população de Porto Alegre. (Sinalização de tempo esgotado). **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Realmente, é um processo bastante complicado para entender e a gente poder chegar a uma decisão tranquila sobre isso. Eu também quando li, acho que tentei deixar transparente tudo que estava no processo. O Rômulo destacou, realmente, nós temos um problema jurídico, no urbanístico colocou a questão do prédios. Eu acho que tem essa questão da “Lei Zaffari” como comentam. Eu só queria esclarecer que entendi dentro do processo que tem um parecer da Procuradoria e está colocando ali que ela, inclusive, tinha outro parecer antigo a este mesmo processo, por isso que deu esse relato, dizendo que comparando a situação do GRIP com aquele parecer anterior da PGM. Naquela época não era uma regularização, eu conheço bastante

o processo, ele era um pedido de ampliação. E aí a lei não permitia, esse prédio que está lá é regular. Então, na época foi negada a ampliação do prédio, era a SONAE antes e estava pedindo. A questão que eu vejo, ele não está tendo aumento, ali a área que está sendo construída é a mesma, as lojas não são lojas de apoio ao supermercado, são lojas que nem nós temos no shopping, que tem a Saúde no Copo ao lado do posto, são lojinhas que estão ali. Eu entendo que são lojas pequenas, a área do super não é. É o que o Rômulo perguntou: qual o impacto que está tendo? O que o empreendimento está pedindo é que estão colocando lojas e mais duas torres residenciais. Para isso é como se ele estivesse demolindo o prédio para colocar os estacionamentos e está com o mesmo nível, que lá nos fundos está diminuindo um pouco. Pelo que eu vi não tem ampliação do supermercado, até porque não pode, a lei não deixa. Então, é a mesma área que está dentro do processo. Eu acho um pouco diferente essa questão de pode demolir e poder construir. Eu considero que uma vez que esse grupo vai dar um parecer, entendo que vai ser... Entendo não, é para qualquer outro empreendimento em uma situação similar. Então, o impacto já existe e o fato dele estar sendo competitivo com mais ou menos outros, ele já tem ali hoje. (Sinalização de tempo esgotado). Então, essa é a minha leitura que eu estou fazendo. E também não entendo muito dessas coisas jurídicas. Eu vi ali, na página 108 está todo o parecer da Procuradoria onde o SONAE pede a questão do aumento. Eu também poderia ter uma opinião dizendo que o prédio poderia ir mais um pouco para diminuir, mas é uma questão do autor. Ele está dentro da legislação, dentro da altura. Então, eu achei interessante vários pareceres, mas eu sou favorável, mantenho o meu parecer favorável a esse processo. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado Conselheiro Saffer pela explanação. Realmente, um processo amplamente debatido, relato de vista complexos, demorados, mas a vasta oportunidade para todos manifestarem o seu ponto de vista, sua opinião. Então, aqui neste Conselho, que tem a representação da comunidade, a gente tem essa possibilidade de ter as mais diversas visões da sociedade como um todo. Então, entendemos ser bastante maduro o processo para abrir a votação. Desde já, então, consulto a conselheira representante do DEMHAB, colocamos em votação, após debate, após os relatos de vista. Conselheira representante do DEMHAB, como vota, favorável ou contrária ao parecer favorável do Conselheiro Relator, o Conselheiro Saffer? **VOTAÇÃO NOMINAL**: **Lisiane Sartori Fioravanço Magni (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Acompanho o Relator. **Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Favorável ao parecer e aos últimos argumentos muito bem colocados pelo Relator. **Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN:** (não se encontra). **Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP:** Acompanho o Relator. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Favorável. **Gisele Coelho Vargas (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Acompanho o Relator. **Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM:** (não se encontra). **Luciane Martins Pinheiro (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Governança Local:** Favorável (*chat*). **Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Acompanho o Relator. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Eu gostaria de destacar novamente se algum conselheiro deu parecer perante outro processo, em determinado processo, na hora da votação, porque ele se considera impedido de votar. Nós tivemos aqui pessoas que dão ao longo do processo vários pareceres... **Germano Bremm, Presidente e Secretário**

Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS: Como vota, Conselheiro? **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Tem ilegalidade na origem da votação. Eu voto contra. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Contrária ao processo por absoluta ilegalidade. A gente tem conselheiros que votam no grupo, na CAUGE, no expediente. Ou seja, não há um duplo grau de jurisdição. **Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** (não se encontra). **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Contrário (chat). **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu voto contrário e também reafirmo as ilegalidades ocorridas neste expediente. Obrigado. **Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Tendo em vista o relato e os esclarecimentos posteriores do Conselheiro Sérgio Saffer, eu voto favorável. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Presidente, vou acompanhar o Relator, mas também acho que esse princípio inovador da transladação, nós vamos ter que trazer para dentro do novo Plano Diretor. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Voto contrário, Presidente. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** O meu voto é contrário, Secretaria, tendo em vista as ilegalidades que existem e não ter tido a oportunidade das diligências necessárias, até porque havia dois pareceres da PGM que não eram unanimes. Então, teria que haver um terceiro. Então, é isso, contrário. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Abstenção. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Boa noite, Presidente e colegas. Eu tinha algumas dúvidas, o Sérgio esclarecer muito bem ao final. Então, vou acompanhar o Relator. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Tendo em vista todas essas ilegalidades dentro do processo e o processo de votação, a RGP 4 é contrária. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Favorável, conforme meu parecer de vista. **Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** Favorável ao relator. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Favorável, Presidente. **Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM:** Favorável. **Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN:** (não se encontra). **Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** (não se encontra). **Ricardo Angelini, (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Favorável. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Consulto se algum conselheiro não manifestou o voto? Temos o voto contrário do Conselheiro Emílio. Lembrando que as manifestações de votos devem ser no plenário, mas vamos tomar o voto. Temos 08 votos contrários, 01 abstenção e 15 votos favoráveis. A Conselheira Claudete pede a releitura dos votos. **RECONTAGEM DOS VOTOS:** DEMHAB/Lisiane favorável; EPTC/Júlia favorável; GP/Artur favorável; METROPLAN/Virgínia não se manifestou; SMAMS/Patrícia favorável; SMDE/Gisele favorável; SMIM/Gabriela favorável; SMRI (SMGOV)/Luciane favorável; UFRGS/Rômulo favorável; ABES/Darci contrário; ACESSO/Claudete contrária; ÁREA/Sérgio favorável; CAU/Emílio contrário; IAB/Rafael contrário; SAERGS/Hermes contrário; SENGE/Fernando favorável; SINDUSCON/Rogério

favorável; SOCECON/Mark contrário; RGP 1/Felisberto contrário; RGP 2/Adroaldo abstenção; RGP 3/Jackson favorável; RGP 4/Tânia contrária; RGP 5/Ricardo favorável; RGP 6/Gomes favorável; RGP 7 não está presente; RGP 8/Dinar favorável e OP/Emerson favorável. Então, Senhores Conselheiros, registrados os votos: 08 contrários, 01 abstenção e 15 favoráveis. Declaramos aprovado o presente expediente, Item 4.6 da pauta, EVU da Cia. Zaffari, Rua Carazinho, 788, relatado pelo Conselheiro Sérgio Saffer. **APROVADO O PARECER FAVORÁVEL DO RELATOR AO EVU**. Agradeço a oportunidade do debate, aprendizado, sempre é uma troca. É importante a gente ter esses espaços de debate. Eu acho que hoje tivemos uma excelente demonstração da democracia, tivemos a participação nos relatos de vista, tivemos extensiva participação nos debates. Tivemos o momento dos relatos, tivemos a apresentação da equipe, processo bastante maduro para nós chegarmos neste momento que fazermos o debate. Lembrando sempre que questões de ilegalidades são verificadas pela Procuradoria Geral do Município no âmbito das comissões. Neste caso, especificamente, teve o grupo de regulamentação, que também tem assento da Procuradoria. São todas as questões trazidas aqui foram avaliadas e foram discutidas no âmbito do processo. Esse debate foi feito também internamente na administração acerca da aplicação da legislação, qual seria a interpretação mais adequada. Então, essas questões foram debatidas também na administração e no final se gerou esse parecer favorável de aprovação no âmbito das comissões e submetido para este Conselho, que tem o assento das comunidades, que tem assento das entidades para fazer essa discussão também política do que entende como prioritário para a cidade e que culminou na data de hoje com a aprovação por maioria dos Senhores Conselheiros. Boa noite e até a próxima reunião. **(Encerram-se os trabalhos da plenária às 20h45min).**

Germano Bremm	**Secretária Executiva**
Presidente	**Relatora**

Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2021, ... retificações:

ATA EXTRAORDINÁRIA Nº 2878/2021

Aos dezoito dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte um, às dezoito horas, reuniram-se para Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, via ZOOM, denominado PLENÁRIA VIRTUAL DO CMDUA, em razão do decreto municipal a fim de combater o coronavírus e a propagação da pandemia entre as pessoas, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: Lisiane Sartori Fioravanço Magni (1ª Suplente), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Júlio César Farias de Miranda (2ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Artur Ribas (Titular), **Gabinete do Prefeito – GP**; Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN**; Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), **Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS**; Carolina Wallau de Oliveira Kessler (1ª Suplente), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE**; Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM**; e Luciane Martins Pinheiro (1ª Suplente), **Secretaria Municipal de Governança Local**. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS:** Rômulo Krafta (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**; Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS;** Claudete Aires Simas (Titular), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH;** Sérgio Saffer (Titular), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA**; Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS**; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS**; Hermes de Assis Puricelli (Titular), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS**; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), **Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS**; Rogério Dal Molin (Titular), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:** Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Tânia Maria dos Santos (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4**; Ricardo Angelini, (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Maristela Maffei (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7**; Dinar Melo de Souza (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8**; e Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP – HOCDUA. SECRETARIA EXECUTIVA:** Camila Maders Fonseca Coelho, **Secretaria Executiva da SMAMUS**; Patrícia C. Ribeiro, **Taquígrafa/Tachys Graphen**. **PAUTA: 1. Abertura; 2. Votação: 2.1 ATAS: 2867, 2868 e 2869; 3. Comunicações INT.: CONS. RICARDO ANGELINI – RGP5; 4. Ordem do dia**. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h03min. **1. ABERTURA. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Boa noite, Senhores Conselheiros. São 18h06min, temos quorum. Eu estava acompanhando aqui. Lembrando que estamos ao vivo no nosso canal no YouTube. Nós tivemos a nossa reunião ordinária na terça-feira em função do Carnaval, embora não tivesse feriado. Imagino que

teríamos dificuldade em relação ao quorum. Então, a gente transferiu a nossa reunião para quinta-feira, para adequar e dar a oportunidade de todos participarem. Nós temos uma pauta extensa para avançar, alguns projetos mais tranquilos, outros projetos mais polêmicos, mas o importante é a gente fazer um debate qualificado como temos feito, posições em algumas situações divergentes, mas a divergência ao final cria uma convergência e a gente consegue encaminhar os temas importantes para a cidade, para este Conselho. De imediato eu consulto, temos uma inscrição externa e um representante para o período de Comunicação. Peço a gentileza que façam a inscrição, enquanto eu referendo as presenças (Listagem dos presentes na inicial). Então, antes de abrir para as manifestações temos uma inscrição externa, da RGP 8, a delegada lá da Região. Temos mais inscritos para Comunicações? Conselheiro Ricardo, Conselheiro Adroaldo, Conselheira Claudete, Conselheiro Felisberto. Em não havendo mais inscritos encerro a inscrição para o período de Comunicação. Abro a palavra para a Michele pelo período de 5 minutos. **3. COMUNICAÇÕES**. **Michele, Delegada da RGP 8:** Boa tarde. Bom, eu gostaria de fazer um questionamento com relação à forma como é tratada a Região Restinga/Extremo Sul através da Região de Planejamento 8. E questiono no sentido de que forma seria possível uma região de planejamento que trate apenas do Extremo Sul, separado da Restinga. E coloco isso porque sou moradora da região e identifico que são locais muito distintos, com interesses e necessidades bem diferentes e que tem uma extensão muito grande da cidade. Só a Extremo Sul é um território de ¼ da cidade de Porto Alegre, né. Então, coloco essa questão de que forma o Extremo Sul e a Restinga poderiam ter atuações independentes de regiões de planejamento independentes. E gostaria de aproveitar o ensejo para colocar algumas questões que tem transparecido aqui no Extremo Sul, em especial com a orla, né, que é uma situação de bastante abandonou por parte da Secretaria do Meio Ambiente. A gente que reside aqui nota um aumento drástico do trânsito para a Região Extremo Sul nos últimos anos, é um aumento tão significativo que nos impressiona. Eu falo por mim e falo por alguns vizinhos que têm essa mesma percepção. E nós estamos falando da região que é mais sensível ambientalmente na cidade, da Ponta Grossa, Belém Novo, Lami, Extrema. Então, a questão do controle da qualidade do ar, por exemplo, em Porto Alegre, nós falso perdemos isso, não existe mais. A orla aqui, por exemplo, de Belém Novo não tem mais Salva Vidas, é o segundo verão que nós estamos sem Salva Vidas. Vieram algumas melhorias para uma praça aqui, assim como foi para o Lami também, mas me parece que são melhorias bem módicas para a importância que essa área tem para uma população enorme. A gente está falando de uma área de orla, que funciona como um parque, ela tem um funcionamento de parque, mas tem um cuidado bem precário, principalmente com a fiscalização ambiental, não existe fiscalização, não existe a educação ambiental. Então, coloco isso assim, porque a gente acompanha vazamentos de esgoto crônico na orla, próximos das áreas de banho. Neste verão mesmo, o controle de balneabilidade iniciou atrasado, apenas no meio de janeiro, quando como de costume é de dezembro até março. Outra questão que eu gostaria de colocar, a questão da balneabilidade, que deveria ser feita durante todo o ano, porque é um uso intensivo que existe da orla e o DMAE faz esse controle. Então, de que modo a SMAMS e DMAE poderiam unir esforços nesse sentido. A sinalização das áreas de APP, nós estamos há 5 anos solicitando placas que indiquem as áreas de APP na orla, até hoje a SMAMS não colocou placas, só algumas placas dizendo que é proibido acampar. Nenhuma placa dizendo que é uma área de preservação ambiental. A gente coloca aí a sinalização dos locais de perigo de banho, sinalização para Jet-sky e barcos. E estou trazendo essa questão porque aí a gente se depara com a notícia do ano pela Secretaria do Meio Ambiente, que é a troca de local da biblioteca da SMAMS. E aí é de chocar ver

que a Secretaria está pautando a retirada da biblioteca, parece ser algo sem muita explicação, de conveniência, para o poder público movimentar um acervo de tamanha importância, de tirar de perto de servidores. Então, gostaria de colocar para o Secretário essas demandas da região e essa questão de que o Extremo Sul possa ser tratado com foco nas suas necessidades. Então, é essa questão que eu gostaria de um retorno da Secretaria, poder focar em uma região de planejamento, independente Restinga/Extremo Sul e as questões que a gente vê aqui urgentes, que outras gestões já receberam e acredito que o senhor estava, anterior e esta, já estejam cientes. A ideia é conservar o patrimônio ambiental da cidade para futuras gerações, porque senão na rota que nós estamos vendo de ampliação da ocupação para o Extremo Sul não vai sobrar nada para as futuras gerações em termos ambientais. Boa noite. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Michele, pela manifestação. O Felisberto quer se manifestação sobre a fala externa pelo período de 1 minuto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa tarde. Eu acho oportuna essa fala da Michele com relação ao desdobramento de regiões. O Adroaldo já ponderou isso em uma reunião, que as Ilhas deveriam ser uma região própria. Eu acho que a Extremo Sul também deveria ter um tratamento diferenciado, pelas colocações que ela fez, que é uma região extremamente grande, com uma fauna e flora diferenciada, com outro padrão de características urbanísticas e que deve ser levada em consideração. Isso eu já venho falando em muitas falas minhas anteriores, no sentido de que a gente deve e vamos tratar no Plano Diretor. Então, ver isso, identificar as características que nós temos na cidade. (Sinalização de tempo esgotado). E hoje a gente ver com assombro a violência que determinadas regiões estão sofrendo e comunidades que estão inseridas sofrerão o impacto dos grandes empreendimentos. Parece uma besteira, mas não é. (Sinalização de tempo esgotado). É um dado fundamental que a gente deve levar em conta. Então, era isso. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro. Vamos abrir para o período de Comunicação dos conselheiros inscritos, mas antes, Michele, gostaria de dizer que ao longo da gestão estamos projetando, em convergência com as diretrizes do Prefeito Melo, duas revitalizações ali no Extremo Sul, tanto do Belém Novo, quanto da orla do Lami, para tentar qualificar aquele espaço. Então, são dois dos nossos projetos a serem desenvolvidos, uma qualificação um pouquinho mais profunda, foram feitas algumas melhorias já emergenciais, a pedido e orientação do Prefeito, mas a gente está compondo organizando o orçamento, buscando recurso para ao longo da gestão fazer e desenvolver dois projetos de qualificação daquela área. Com relação às regiões de planejamento é importante vir essa demanda, estamos no processo de revisão do Plano Diretor. E o Plano Diretor que prevê ali a divisão das regiões planejamento. Então, importante trazer esse assunto para ser discutido e assim que foi entendido pela sociedade como um todo fazer as divisões. Com relação à biblioteca, não me recordo se eu já tinha comentado aqui com os senhores, foi bastante discutido, eu recebi uma comissão de vereadores representando uma posição contrária à mudança da biblioteca, que a gente gostaria de levar para um parque público, para o Germânia, democratizar o acesso, porque, afinal de contas, agora os técnicos não estão mais trabalhando na Secretaria, estão trabalhando de forma remota. Então, teriam que se deslocar para consultar o acervo ou em outro local. Trouxeram uma série de argumentos, a gente está analisando a possibilidade de revisar e talvez fazer uma construção aqui mesmo da nossa estrutura aqui da Secretaria para adequar e nos desonerar desse gasto público que a gente tem, significativo, de cerca de 150 mil por mês para o aluguel do Escritório de Licenciamento. Enquanto o que a gente gasta de aluguel

poderia estar voltando em benefícios, em projetos, atendendo a ponta da cidade. Então, o nosso objetivo com esse remodelamento é desonerar os cofres públicos desse gasto gigantesco, mensal. E para isso a gente estava contando com as nossas estruturas. Nós temos um equipamento ocioso dentro de um parque seguro, porque é fechado, teria condição, porque teria que fazer uma reforma para adequar essa estrutura da biblioteca. É nesse sentido que a gente queria qualificar esse acesso. O projeto a gente estava construindo, debatendo aqui da melhor forma como viabilizar isso, mas também temos a possibilidade, estamos avaliando, claro que lá nós estaríamos conseguindo por doação, a própria Associação de Moradores tinha interesse em ajudar a organizar o prédio que fazer a revitalização. Eles gostariam de receber a biblioteca dentro do parque. Então, em a gente não levando todo acervo para lá, talvez a gente não consiga esse recurso, mas a gente está avaliando uma forma de talvez deixar o acervo aqui, mais ambiental e levar para lá ais a parte de literatura, aí a gente faz algo misto. Não há a menor hipótese da gente se desfazer do acervo ou qualquer coisa nesse sentido. Nós temos uma situação para resolver aqui e aproveitar para dar uma qualificada na biblioteca, democratizar um pouquinho mais o acesso. Então, abro de imediato a palavra para o primeiro Conselheiro inscrito no período de Comunicação. E agradeço a presença e participação da Michele mais uma vez. Conselheiro Ricardo, da RGP 5. **Ricardo Angelini, (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Boa noite, Secretário. Boa noite, Secretária, colegas e meus amigos conselheiros. Eu quero me apresentar, por isso que eu pedi essa inscrição. Eu sou o segundo suplente do nosso amigo falecido Paulo Jorge, da Região 5. O primeiro suplente não quis participar mais do CMDUA. Em reunião na nossa comunidade fizeram live e pediram que eu o substituísse, representando a região que já estava muito tempo sem ter um representante legal. A nossa religião parece que ficou afastadinha em um cantinho lá, sem ter alguma coisa para ser liberada, porque o Paulo Jorge faleceu em meados de junho, julho, não me recordo muito. E aí a gente ficou sem ter presença e a região está no auge, tem várias construções, tem vários empreendimentos que na época eu já era Conselheiro, no ano de 16, 17, e nós temos vários empreendimentos de uma comunidade que estava ativa, as contrapartidas. Nós temos vários prédios, como eu falei, empreendimentos que nós estamos fora de contrapartidas, estamos fora de alguma coisa. Nós não sabíamos, a Região 5 estava muda no Cristal, nós não sabíamos o que fazer, a gente queria fazer essa representação. Então, aceitei, porque eu já fui conselheiro, conheço um pouco. Então, estou eufórico para entrar, porque é a 4ª região que eu permaneço e eu estava notando que eu estava sem ser conhecido pelos meus colegas. Então, agora a gente quer ser participativo, assíduo da Região 5. Espero que os meus colegas conselheiros e o pessoal todo que faz parte do CMDUA, que olhem um pouquinho para nossa região e que não me ajudem, como estou começando agora novamente, que me ajudem a ver o que nós temos de pauta passada, o que foi debatido pelo nosso Paulo Jorge. Então, é isso que eu gostaria, de ser mais participativo com os meus colegas e da minha comunidade. Então, eles confiaram, botaram toda essa parte de cima de mim, confiaram. Então, vamos trabalhar e vamos ver o que a gente pode fazer. Então, é isso que eu queria pedir, Secretário e meus colegas. Muito Obrigado por me ouvirem. Então, era isso, eu queria me apresentar. Muito obrigado a todos. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Ricardo. O saúdo mais uma vez, seja bem-vindo a este Conselho. Eu lembro bem da sua história, sempre de luta pela região. Em outras oportunidades concorreu ao Conselho lá na Região 5, depois unindo forças com o Paulo Jorge. Muito bacana nossa representação de todo o Cristal também, uma região que é muito mobilizada. Eu tive a oportunidade de conviver um pouco com o conselheiro em

alguma dessas eleições passadas, que já nem sei que ano era exatamente, mas eu me lembro muito da sua caminhada aí. Na sequência a gente tem inscrito o Conselheiro Adroaldo. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Boa noite, Secretário. Boa noite, Conselheiros. Presidente, eu quero falar neste momento sobre as convocações extraordinárias, que estão vindo a qualquer momento. Está sendo difícil de acompanhar. Nós tivemos no dia 9, ficamos quase 3 horas de reunião e ninguém sabia que dali 2 dias ia ter nova reunião extraordinária. Então, todas as reuniões são importante, mas neste momento a gente precisa estudar melhor se há possibilidade de extinguirmos a reunião extraordinária e dar valor para a reunião ordinária. E quero lembrar ainda, nós tivemos em outro momento uma secretária nossa do Conselho que fazia contato três vezes para lembrar os conselheiros dessas reuniões, fazia a convocação oficial, depois enviava uma mensagem via grupo de Whats do Conselho, depois para o Whats de cada conselheiro, avisava a gente. Então, a gente tinha tempo de se organizar ou organizar o seu suplente para participar da reunião. O que não aconteceu nessa reunião do dia 11, que foi uma surpresa, acredito que para outros conselheiros também. Então, eu trago este desconforto, porque eu acho que nós temos que pensar melhor. Muitas vezes a gente não se manifesta, mas nós estamos presentes, estamos atentos, estamos acompanhando, porque há interesse nosso, a região nos coloca neste local porque confia na gente, nós temos que nos atualizar e levar a informação para a região e acaba a gente não participando. Eu poucas vezes deixo de participar das reuniões do Conselho, mas não me manifestando. E vejo até com ansiedade, que parece que só o nosso Presidente que decide soinho quando que vai ter reunião, convoca e vai quem quer. Com todo o respeito, mas eu tenho que ser franco. É assim a gente vê, assim que a gente é questionado. E define, afinal, Presidente? Eu acho que teria que ser no Conselho, na reunião anterior se define junto ao Conselho da necessidade de uma reunião extraordinária. Então, quero deixar essa pergunta, quem é que decide quando vai acontecer a próxima reunião? Porque nós precisamos nos organizar. E o meu apelo é este, porque foi uma reunião para tratar das eleições, de suma importante e eu não tinha como participar daquela reunião. Eu estou falando por mim, mas acredito que outros conselheiros também. E as atas só chegam 6 meses depois está aí para a gente aprovar uma ata de reunião que aconteceu em dezembro. Quer dizer, nós não estamos falando algo que seja desconhecido do Conselho. Então, quero deixar clara essa condição e o apelo, que principalmente temas como eleições de conselho seja, tratadas em reunião como esta, não em reunião extraordinária. Obrigado. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Boa noite a todos e a todas. Eu acho que o Adroaldo trouxe uma questão muito bem colocada, que eu ia também apontar, que assistência, a gente recebeu uma convocação que não correspondia ao o regimento interno, lãs estava irregular, ao que preceitua o regimento. Encaminhamos, vários conselheiros, mais de uma mensagem à secretaria, não tivemos nenhuma retorno a contento. Eu verifiquei no site depois, depois fui verificar se houve ou não houve, porque tem a gravação no You Tube, não encontrei a gravação no You Tube. E não sei qual foi o encaminhamento tirado naquela sessão, mas recebi no dia seguinte, depois da Camila, o encaminhamento da portaria, como encaminhamento dessa sessão, que não sei se teve ou não, a prorrogação dos mandatos. Eu acho que o tema eleição é um tema importante, mas não para minha surpresa a gente recebeu esta semana também uma convocação de uma extraordinária, ainda não estivesse dentro do prazo legal, eu imaginei que a gente ia discutir o assunto, que é tão importante, que é a eleição, mas veio a pauta ordinária. Então, eu lhe pergunto, Secretário, qual é a motivação para a convocação desta sessão extraordinária? E não esquece que o Secretário tem o poder da administração pública da

discricionariedade, mas a discricionariedade fica adstrita aos limites da lei e os limites da lei impõem uma motivação. Então, a sessão não deve ocorrer simplesmente quando o Secretário decidiu que nós temos que nos reunir. A pauta de hoje, eu gostaria de saber qual é o motivo de urgência para ela ser colocada, ela nos inviabiliza toda uma programação. A gente recebeu o calendário, pelo menos boa parte do ano, já era previsto o feriado desta terça-feira e não havia nenhuma previsão de sessão nesta quinta-feira. E aí somos surpreendidos com uma sessão em 24 horas, 48 horas, onde a gente tem que se reorganizar e estar com os pareceres de vista, porque não são todos que fazem, apenas alguns que são o que têm mais interesse, na verdade, ou que estão dispostos a isso, a se manifestarem. Então, gostaria de esclarecimento, o que se passou na sessão do dia 11 e a motivação para convocação desta sessão extraordinária na data de hoje, visto que a pauta é apenas a pauta ordinária. Obrigada. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Em primeiro lugar, Secretário, eu quero reiterar que eu tenha acesso ao parecer do projeto das torres do Internacional e da retirada ou a inclusão do caráter habitacional no projeto. Eu pedi que fosse enviado à PGM, fui contestado por alguns conselheiros de que seria a questão clubística, porque eu sou gremista, mas eu via que tinha tudo a ver com um projeto que deveria ser encaminhado à Câmara de Vereadores e deveria primeiro ter o projeto discutindo em audiência pública. Ponderei isso e alguns me criticaram por isso. Então, eu reitero o pedido para que esse processo tenha transparência, para ver o que a PGM falou, porque este conselheiro ponderou que era necessário primeiro a lei, para depois discutir o EVU. Então, era necessário que a gente tivesse e pelo menos este conselheiro tem interesse em saber o que a PGM falou. Segundo, endossar as palavras tanto do Adroaldo, como a Claudete, sobre a questão das reuniões extraordinárias. Eu entendo que a questão da eleição é um tema que deve ser tratado com todo o cuidado, com rigor, porque isso extrapola o nosso mandato de muito tempo. Eu acho que a questão da pandemia é um agravante para que a gente não possa discutir, fazer a eleição, mas isso não é impedimento para que a gente possa ter uma discussão mais ampla também com os fóruns de delegados. A terceira colocação, que para mim é fundamental, que a gente também tenha a recuperação dos grupos de trabalho em que se trabalharam as mitigações, as questões dos impactos e a questão da regularização fundiária. Este conselho tem que discutir toda a cidade e todos os assuntos que envolvam a questão urbana, além da questão ambiental. Isso me parece que não, nós estamos apenas analisando processos e muitas vezes processos com vícios e que deve ter cuidado com interpretação jurídica. E na última sessão, eu como o conselheiro da RGP 1 não fui atendido na questão do pedido de diligência, endossando o parecer da Claudete. Eu me senti violentado no meu direito de ter diligência, porque é na região na qual eu sou conselheiro. Eu acho que isso é uma prerrogativa da região e que não foi respeitada, salvo melhor juízo. Era isso e obrigado, Secretário. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. Tentando responder alguns pontos, com relação ao pedido de diligência, de fato o conselheiro da região tem essa prerrogativa, mas também prevê a resolução de que forma se dá essa diligência. O senhor teve na oportunidade do seu relato de vista, que fez em conjunto, de formalizar por escrito, teve a oportunidade de relatar e não fez. Então, tem essa previsão nesse sentido, se o senhor tivesse solicitado a diligência dentro do seu relato de vista, conforme prevê o nosso regimento, a gente teria que deliberar neste Conselho. O pedido ocorreu no decorrer da discussão. Nesse sentido que a gente deu o encaminhamento daquele formato, seguindo as regras regimentais. Em relação às reuniões extraordinárias, de fato, torcemos para que a gente possa cada vez mais reduzir elas. Nós temos uma pauta extensa, mas a gente tem

temas tão importantes para debater, para discutir, a própria revisão do Plano. A reunião convocada deveria ter saído como convite, enfim, saiu como convocação para a gente fazer a discussão. No fim não teve quorum, não foi uma reunião oficial, foi mais um debate, os conselheiros que participaram podem relatar. Enfim, uma conversa deste Presidente com os conselheiros acerca do encaminhamento, nada formal. A gente formaliza e faz uma reunião com quorum, transmitida pelo YouTube para tratar especificamente desse tema da reeleição ou da prorrogação dos mandatos dos conselheiros. O debate foi de fato um pouco em cima do tempo, a convocação, embora tenha previsão regimental, é mais correto que eu faça e dê tempo para se organizarem, a gente também se atrapalhou um pouco no envio, mas no próprio e-mail pedi desculpas e expliquei os motivos. Em relação a hoje, era para nós termos a reunião ordinária na terça-feira, não era feriado em Porto Alegre, imaginei que fosse mais adequado que a gente fizesse a reunião de terça-feira nesta quinta.teríamos dificuldade de ter o *quorum*, embora não fosse feriado, imagino que cada conselheiro se organizou de uma forma diferente. Então, foi nesse sentido que a gente encaminhou para fazer a reunião desta semana na quinta-feira. De fato, temos muitas pautas, pautas importantes, temos também o nosso fluxo de processos no dia a dia para avançar. Nesse sentido que a gente sempre tenta, mas está registrado, Conselheiro Adroaldo. Vamos sempre ter esse cuidado. Está no regulamento essa possibilidade da convocação, acho que o Conselheiro Adroaldo questionou sobre quem faz as convocações, a prerrogativa é do Presidente, mas, naturalmente, que o Presidente tem que estar em consonância com o desejo da maioria, enfim, dos conselheiros. Vamos cada vez mais nos melhorar nesse sentido e ir qualificando os processos. Senhores Conselheiros, com relação a Internacional, pode formalizar para a Camila, Conselheiro. O processo está digitalizado, pode dar acesso ali, imagino que a manifestação da Procuradoria seja a concordância desse encaminhamento que o senhor deu, por isso que não retornou o processo, para primeiro se aprovar o projeto de lei. Então, tão logo seja aprovado o projeto de lei o processo volta para o debate do Conselho para avaliar o Estudo de Viabilidade Urbanística. Acho que foi nesse sentido que não encaminhou, é um processo extenso, foi digitalizado. Então, pode-se dar acesso, todos os passos estão lá registrados e tão logo se tenha a alteração legislativa o projeto vai ser colocado em discussão novamente neste Conselho. Na sequência, Senhores Conselheiros, são 18h41min, passamos já de imediato ao: **4. ORDEM DO DIA: ITEM 4.6**, os demais esta em diligência. É um Estudo de Viabilidade Urbanística na Coronel Marcos, 1719, o relato a gente teve pela METROPLAN. Tivemos algumas solicitações de relatos de vista: ACESSO, RGP 1, OP, SAERGS, ABES, IAB e RGP 6. Antes de liberar aos relatos de vista, peço para a nossa equipe do planejamento nos relembrar do que se trata o presente expediente, depois eu abro a oportunidade dos relatos de vista. É o Vinícius que nos apresenta hoje. **Vinicius, Equipe do Planejamento/SMAMUS:** Boa noite, Senhor Presidente. Boa noite, Senhores Conselheiros e Senhoras Conselheiras. Vou iniciar a apresentação do Processo nº 20.0.00008940-1. É uma solicitação de EVU pela Melnick Even, local Coronel Marcos, 1719. EVU de Projeto Especial de Impacto Urbano de 2º grau localizado na Av. Cel. Marcos, Bairro Pedra Redonda, em Porto Alegre. O projeto contempla uma área territorial de 45.170 m², pertencendo ao quarteirão circundado pela Av. Cel. Marcos, Rua Manoel Leão e Rua Ney de Castilhos. A proposta é de uma construção nova com atividade residencial e comercial, são 68 unidades habitacionais de 3 dormitórios e 15 lojas, com 248 vagas de estacionamento. Aqui a gente tem uma planta de localização do empreendimento, mostrando logo ali à esquerda a área junto a Cel. Marcos. Aqui nós temos as perspectiva das lojas junto a Cel. Marcos. Aqui a gente tem a localização referente à Região 6 de planejamento. Em relação ao Bairro Pedra Redonda e em relação

a Av. Cel. Marcos. Nessa localização pelo satélite a gente consegue ver onde é o terreno todo, que fica junto a Cel. Marcos e a Rua Dr. Ney de Castilhos. Essa área fica no Morro do Sabia. Então, a gente tem os pareceres técnicos, o primeiro parecer é da CAUGE, de uma reunião de 04/11/2020, onde foi definido que o empreendedor deverá firmar termo de compromisso e termo de conversão de área pública com o município, o qual é condicionante para o licenciamento urbanístico e ambiental do empreendimento, prevendo medidas mitigatórias apontadas no EVU. A SMAMS em o condicionante para o licenciamento do projeto arquitetônico do empreendimento pede a assinatura do termo de conversão de área pública, no qual constará na obrigação projeto a extensão do passeio da orla de Ipanema, da Rua Manoel Leão até a área de lazer e da urbanização da mesma. A condicionante para a emissão da carta de habitação do empreendimento, termo de recebimento das obras, serviço de execução da extensão do passeio na orla de Ipanema, da Rua Manoel Leão, até a área de lazer e da urbanização da mesma. Aqui a gente tem um esquema com toda a área verde a receber, o acesso da área recebida e o tomo da Rua Manoel Leão. Ainda continuando, deverão ser preservados e compatibilizados com as edificações. Então, a vegetação, os (Inaudível/interferência no áudio), 23.794,15 m² de renovações florestais em estágio de (Inaudível/interferência no áudio), 204,39 m² com taquareiras. A supressão respectiva, a compensação vegetal segue a Lei Complementar nº 751/2015. (Leitura das medidas e dados da planta). A EPTC solicitou portaria com controle de acesso adequado, 5 m em relação ao alinhamento. Vagas para visitantes, vaga para carga e descarga de entregas. Vaga para estacionamento das lojas, que devem ser dispostas de forma a coibir manobras de veículos sobre o passeio público. Projetar e executar alargamento na Av. Cel. Marcos, em toda a testada do lote. Também o plano viário deverá ser aprovado como condição para aprovação do projeto arquitetônico. Desenvolver e aprovar junto à EPTC e SMIM, demais secretarias, projeto executivo, incluindo projeto de sinalização viária e intervenções viárias do plano funcional viário aprovado. Doar a área de recuo viário incidente sobre o lote, implantar as (Inaudível/interferência no áudio), conformes projetos aprovados pelo município. O DEP já tinha a diretriz emitida, permanece, diz: “Nada temos a opor à aprovação desse EVU, permanecem as diretrizes já emitidas”. A Secretaria Municipal da cultura: “Deverão ser observadas no couber os seguintes itens: preservação das (Inaudível) de interesse, preservação da paisagem natural e manutenção da predominância das áreas abertas sobre as edificadas. Deverá ser apresentado levantamento topográfico de todas as edificações existentes na matrícula para análise da EPAC”. A SMED não emitiu diretrizes no parecer. Portando nada tem a opor quanto á aprovação deste EVU. A Secretaria Municipal da Fazenda não se opõe à aprovação do EVU. A SMIM, todas as ciclovias previstas no Plano Diretor Cicloviário, se houver, deverá ter projeto geométrico e de pavimento aprovados na SMIM. As paradas de transporte coletivo,s e houver, deverão ser pavimentadas com Box de concreto e conforme projeto aprovado. São de responsabilidade do empreendedor, caso necessário, pavimentação, recapeamento e recuperação de todos os trechos e recuperação das vias que foram solicitadas as alterações pela EPTC, a fim de dar continuidade e qualidade à pavimentação final. Implantar o projeto de sinalização horizontal. As vias que forem danificadas durante o processo de implantação do empreendimento deverão ser recuperadas pelo empreendedor, sob fiscalização da SMIM/PMPA. A Secretaria Municipal da Saúde não emitiu diretriz através do parecer da CAUGE, considerando que a área de destinação pública devida pelo parcelamento do solo seria parcialmente destinada a equipamento público comunitário de lazer no local e o saldo restante seria convertido em obra, serviços para edificação da obra na região, conforme orientações da SMAMS. Então, foi isso, para relatos de vista. **Germano Bremm,**

Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS: Obrigado, Vinicius pelos esclarecimentos, apresentação sobre o projeto em curso. Lembrando que este expediente foi relatado pela Conselheira Representante da METROPLAN, que deu parecer favorável à aprovação do EVU, a Conselheira Virgínia. Na sequência, então, eu consulto se a Conselheira Claudete vai fazer relato de vista? Questão de Ordem. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Boa noite a todos. Secretário, eu solicitei uma Questão de Ordem, na verdade não, existe outra possibilidade de se falar, mas eu acho que tem fundamento a minha Questão de Ordem. É o seguinte, não é a primeira vez que os relatos, e nada contra o colega que fez o relato, o Vinícius, a quem eu não conheço, mas eles permeiam, eles fazem uma maquiagem do EVU. Eu acho que isso é importante que se diga. No meu ponto vista e dos profissionais com quem eu falei, a questão mais importante desse processo é a duplicação em 100% da volumetria e o relato feito pelo colega permeia, mostra umas figuras bonitas, bem feitas, desenhos bem bonitos, maquiando, eu não digo que seja intencional deixo, bem claro isso; mas uma das questões mais polêmicas é que está se alterando sem nenhuma justificativa, duplicando a altura permitida de 9 para 18 m e não aparece nada no relato, como se todo mundo fosse sabe.. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado. Depois na oportunidade do debate pode manifestar a sua posição, naturalmente. A questão é com relação à dúvida de interpretação do Regimento. Lembrando que a apresentação do colega é bastante técnica e todos os conselheiros têm acesso ao processo desde a sua distribuição, é totalmente eletrônico, online Então, o representante da Secretaria traz as informações ali postas, mas o acesso é garantido para todos cheguem. Teve o relato da própria relatora anteriormente mais detalhada. Este é um resumo do resumo para que todos tenham noção da tramitação do projeto como um todo. Então, na sequência a Conselheira Claudete. Vai fazer relato de vista, Conselheira? **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Secretário, eu acho que tem uma Questão de Ordem do Felisberto e tem outra questão. É que geralmente quem fala primeiro no parecer de vista é o conselheiro da região, que havia pedido uma diligência. Então, eu acho que a prioridade é dele. E depois tem, acho que depois da apresentação do planejamento cabe à relatora, se ela quer fazer algum posicionamento para depois entrarem os pareceres de vista. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Eu consulto a Conselheira Virgínia, se quer colocar algum ponto. A gente, naturalmente, inscreve sempre a conselheira para o debate, por último. Não sei, quer relembrar alguma coisa? Está contemplada com a apresentação do planejamento? **Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN:** Não, não tenho nenhuma ponderação. O relato já foi lido, apresentado a todos os conselheiros e permanece a mesma posição. Obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Virgínia. Questão de Ordem do Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, não tem nada a ver com este processo agora, até porque a Claudete vai fazer o relato conjunto com a RGP 01. A minha ponderação é com relação ao pedido de vista do processo. Eu já tenho reiterado várias vezes que este processo deveria vir para que a gente pudesse ter conhecimento. Em nenhum momento nós tivemos acesso ao processo SEI então, eu acho importante que o processo seja acessado e que a gente tenha oportunidade e não tenha que requerer. Então, o encaminhamento, eu pondero isso, Secretário, que pudesse ser tratado com mais

agilidade as colocações aqui. E por fim, com relação ao pedido de vista no processo anterior também, no processo da Nilópolis, o pedido de diligência pode ser visto durante o processo de discussão. Eu não entendo porque cercear o direito da região pleitear. Se entendo oportuno no relato de vista outros conselheiros, fazer esse pedido. Era isso e obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem. Obrigado, Conselheiro Felisberto. Será lhe dado vista do processo do Beira Rio, o acesso para todos os conselheiros. A Camila vai providenciar. Só lembrando, retomando em relação ao regimento, a diligência deve vir, conforme prevê o regimento, no relato de vista. Acho que tem essa previsão lá no artigo, não me recordo o artigo, mas depois podemos compartilhar para o senhor dar uma olhada também. Enfim, é o procedimento. Conselheira Claudete, vai fazer o relato de vista? **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Vou, Presidente, mas tem a questão do pedido de diligência da região e, se eu não me engano, também já tem um pedido de vista junto ao processo do Conselheiro da ABES, que eu acho que eles precedem a minha manifestação. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Conselheira, a gente tem a ordem aqui dos relatos de vista, por inscrição, o primeiro é o ACESSO e a solicitação de diligência já foi atendida. Foi solicitada pelo Conselheiro Gomes, da região de planejamento, o conselheiro teve o retorno desta vista. Então, este ponto está superado. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Mas o conselheiro não vai fazer nenhuma manifestação, então? Até porque precede, sempre foi assim, né, Secretário, que as regiões têm a preferência no parecer de vista. Então, só estou fazendo com que seja cumprido algo que sempre foi efetuado aqui. Não tenho nenhuma objeção. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Presidente, eu não tenho conhecimento dessa ordem. A ordem para mim é da inscrição de relatos, conforme foi pedido. **RELATOS DE VISTA**. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Interessante, Gomes, porque foste tu que fizeste o pedido de diligência. Então, desrespeitando essa ordem na última apresentação. Tudo bem. Eu vou tentar ser sintética, até porque o nosso tempo é curto, a gente aqui não prioriza o debate, a gente prioriza o tempo de fala, quanto menos falar melhor. Então, o objeto é um EVU de parcelamento do solo com licenciamento de edificação: *O que se verifica de análise do processo, em apertadíssima síntese, dispõe sobre a inconteste importância ambiental da área em questão no contexto urbano. O meio ambiente, no espaço urbano, como se sabe, impõe uma dimensão que extrapola a simples avaliação do ambiente natural (ar, água, solo, fauna e flora), devendo integrar outros elementos naturais, culturais e artificiais que interagem e/ou interfiram na cidade. Por pertinente, cabe aqui destacar que o Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica já asseverou que as matas existentes às margens do Guaíba em Porto Alegre, situação da gleba em análise, são consideradas como Mata Atlântica, em que pese o laudo vegetal apresentado pelo empreendedor disponha não reconhecer como tal. Ocorre no caso, no entanto, Bioma Pampa com remanescentes florestais no domínio da Mata Atlântica, devendo ao caso ser aplicada a legislação pertinente. Remanescente este de vegetação nativa, que guarneceria também uma nascente localizada na divisa do terreno, conforme manifestação técnica constante dos autos, contestada, contudo, pelo empreendedor e, cujo deslinde a respeito não há qualquer referência ou manifestação pelo órgão responsável*. Bastou que o empreendedor dissesse que não existe e a gente não sabe, não existe, ficamos na dúvida. (Segue): *Outrossim, cumpre que tal remanescente por estar situado em meio a uma metrópole é indispensável para a qualidade de vida e saúde da população local e de toda a*

*cidade, haja vista suas funções ambientais, seja da melhoria da qualidade do ar, seja para a atenuação dos desequilíbrios climáticos, excesso de aridez, desconforto térmico/ambiental entre outros, dentre outros. Situações estas que não conseguem ser supridas ou resolvidas pelo alegado desenvolvimento econômico, ou quiçá, pelo velho argumento da geração de empregos. Além disso, a referida área possui extrema importância na conexão com outras áreas adjacentes, tais como o Morro do Osso, Lago Guaíba, Rios Gravataí e Jacuí e o próprio Morro do Sabiá. Consistindo, portanto, em uma porção junto à orla, serviente de corredor linear, servindo, inclusive, de trampolim ecológico para diversas espécies. Sobre a relevância da área em questão o próprio empreendedor em requerimento inaugural reconhece: O empreendimento está inserido em terreno acidentado, com singularidade geométrica e ambiental, contemplando, na sua totalidade, em torno de 1700 árvores. Essa significativa quantidade de espécies vegetais gera uma dificuldade na implantação das torretas residenciais por muitas delas serem imunes ao corte e protegidas por lei. Cumpre ainda dispõe que o imóvel em que, objeto de parcelamento, ele insere-se também em parte em Área de Interesse Cultural e parte na Área de Proteção de Ambiente Natural. A gleba em questão se insere numa região com alto potencial arqueológico, situado nas margens do Guaíba, muito próxima da área de ocorrência arqueológica. Foram identificados artefatos arq*ueológicos pré-coloniais. A área se insere também nas adjacentes do Parque Natural do Morro do Osso, local, igualmente, de notório interesse arqueológico e paleontológico, tendo sido constatas ocorrências de vestígios arqueológicos lito-cerâmicos e uma peleotoca escavada por animais extintos da megafauna pleistocênica, merecendo, portanto, um direcionamento e uma análise mais aprofundados a respeito. O Plano Diretor, como sabemos, é urbano e ambiental, onde o licenciamento urbanístico e ambiental se entrelaçam; sendo que o licenciamento ambiental sozinho não subsiste. Assim, se ausentes estudos de impacto ambiental, relatório de impacto ambiental, como dispor sobre o destino, transplante, remanejo, supressão de árvores, bem como aferir a viabilidade urbanística do empreendimento? Uma vez que o EVU não deve se traduzir apenas em apresentação de plantas ou mapas. Mostra-se inadequado, ilegal e imotivada qualquer manifestação a respeito, ante a ausência de estudos técnicos prévios a respeito, ainda que, possa ter a forma legal, não coincide com o espírito que deve conter um projeto de cidade, não podendo ser aplicado, sem se analisar as possíveis consequências, em consonâncias com o princípio d efetividade e por contrariedade ao disposto do incido I, art. 225 da CF que determina que, para assegurar um ambiente ecologicamente equilibrado e a biodiversidade, é necessário preservar a integridade dos ecossistemas. Por fim, sob uma justificativa jurídica completamente equivocada e contrária ao direito administrativo aplicável à espécie, sugere-se, ainda, o aumento de alturas, contrariando todo o contexto exposto no presente expediente. Para não passar in albis, registre-se que o empreendedor destaca que em conversas realizadas com o setor de Supervisão e Desenvolvimento Urbano do Município ficou firmada a intenção de recebimento da área de Parque Natural, travestida de doação, ao que parece, para fins de possibilitar a flexibilização de parte do Regime Urbanístico para implantação do empreendimento, uma vez que a área requerida superaria o exigido por lei a este título – como se tal doação fosse uma 'moeda de troca'. Tal 'troca/doação', contudo, ainda que encontre amparo legal, malfere os princípios administrativos da eficiência, eficácia e da motivação, s.m.j., quando correlacionada a flexibilização do regime urbanístico, justificando apenas o interesse do empreendedor, não encontrando qualquer amparo legal para dita flexibilização de altura. Superados tais entendimentos, deve, contudo, referida doação observar a legislação estadual a respeito (Lei Estadual nº 10.116/94, art. 27), como bem referido no parecer da relatora, cuja manifestação prévia sobre o parcelamento do solo

deve ser efetuada pela METROPLAN antes da aprovação pelo município. Não sendo demais, ainda lembrar que a Lei Orgânica do Município, em seu art. 237, estabelece: A implantação de distritos ou polos industriais e empreendimentos de alto potencial poluente, bem como de quaisquer obras de grande porte que possam causar dano à vida ou alterar significativa e irreversivelmente o ambiente, dependerá de autorização de órgão ambiental, da aprovação da Câmara Municipal e de concordância da população manifestada por plebiscito convocado da forma da lei. *Diante de todo o exposto, opinamos pelo indeferimento do presente requerimento*. Era o que tínhamos. Obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Claudete, pela manifestação de relato de vista. lembrando que tem que formalizar por escrito. Secretária Executiva está lembrando o seu relato de vista da última reunião, que não foi formalizado aqui para a Secretária Executiva**. Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Eu encaminhei, Secretário, na última sessão pelo próprio chat. Vou encaminhar de novo por este chat e continuo aguardando que nos seja disponibilizado uma senha para tanto, que a gente possa, efetivamente, protocoar. Eu até recebi uma justificativa da Secretária, que acho muito estranho, que ela acha que o sistema não comporta que meia dúzia de conselheiros aqui consiga acessar s sistemas, se todos os empreendedores conseguem e a metade deste conselho já tem acesso na Prefeitura, né. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Ok. Obrigado, Conselheira Claudete. Lembrando, independente de postar no chat, tem que remeter por e-mail para constar o relato de vista, formalizar para a Secretária Executiva fazer constar no processo. Então, por favor, nos remeta pelas vias formais o seu relato de vista. Foi vista conjunta, Conselheiro Felisberto? **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Foi conjunto com a Claudete. Endosse em gênero, grau e número as colocações. Obrigado. Na sequência a gente tem inscrito o Conselheiro Emerson, representando o OP, para fazer relato de vista. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Boa noite, Conselheiros, Presidente. Eu vou acompanhar a Região de Planejamento 6, vou aguardar o relato dele. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro. Conselheiro Hermes, vai fazer relato de vista? **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Sim, Secretário. Primeiro, eu tenho um esclarecimento, Secretário. Eu encaminhei o relato de vista por e-mail e na história do copia e cola, eu copiei o cabeçalho de outro relato anterior de vista, que aparece o Conselheiro Felisberto como coautoria, que foi o relato do Zaffari. No que acabar a reunião eu me comprometo a corrigir e encaminhar novamente. Então, vamos lá: *Trata-se de EVU para posterior aprovação de projeto e construção no imóvel localizado à rua Cel. Marcos, 1719, bairro Pedra Redonda. O imóvel tem frente ainda para o Lago Guaíba e é contíguo à Área de Preservação Permanente-APP do Morro do Sabiá, zona sul de Porto Alegre, o que lhe confere uma localização ímpar na paisagem urbana da cidade. O empreendimento contém área comercial junto à rua Cel. Marcos e apartamentos residenciais mais próximos à orla, estes com acesso pela rua lateral existente, rua Ney de Castilho Ferreira. Como bem se manifestou o Conselheiro representante da região em seu encaminhamento para solicitação de vistas ao processo (DOC. 12568218), destaco o que segue: "...processo com uma interferência ambiental muito delicada e em decorrência foi exaustivamente abordado, sendo que das 245 páginas do processo, 150 tratam da condição do ambiente natural. A riqueza ambiental confere a qualquer empreendimento de produção habitacional ou*

comercial, visto que o PDDUA nos seus critérios de regulação procura proteger o bem natural em primeiro lugar...”Arquivo: PARECERES>180221—PARECER DE VISTAS 002-2021-CEL. MARCOS, 1719.docx 2/4. O Plano Diretor de Porto Alegre atual, assim como os planos anteriores foram sábios ao proteger estas e outras áreas da cidade, sem inibir o uso e ocupação racional do solo. O presente expediente tramitou pelos vários setores técnicos desta PMPA, sendo que 61,22% dos despachos/pareceres referem-se a importância da questão ambiental e da paisagem urbana, a qual sem sombra de dúvida no presente caso, tem uma dimensão de destaque na paisagem local. Apesar disso, somente no parecer da SMAM (doc. 12304716), anexado ao parecer CAUGE nº 123/2020, existe uma pequena observação, que passa quase desapercebida nas 245 páginas deste processo. Observação esta que menciona o aumento de altura, como segue: “...Ainda, considerando o parecer da SMDE / CAUGE nº 087/2019, quanto à flexibilização de padrões de altura de 9,00m para 18,00m na subunidade 7, de acordo com amparo legal constante no art. 61, inciso II, letra C, em terreno situado na Área de Interesse Cultural e Área de Ambiência Cultural e considerando a importância da área em questão do Morro do Sabiá para a paisagem urbana, deverá como forma de mitigação de impacto...”. Confrontando esta leitura, com o texto legal do referido artigo 61, incido II, letra C da LC 434/99 e alterações posteriores, temos o que segue: “Art. 61. Projeto Especial de Impacto Urbano de 2º Grau é a proposta de empreendimento, atividade ou plano conjunto de parcelamento e edificação que, pela característica do impacto gerado, se classifica em: (Alterado pela L.C. nº 646, de 22 de julho de 2010). Arquivo: PARECERES>180221—PARECER DE VISTAS 002-2021-CEL. MARCOS, 1719.docx ¾. I – por obrigatoriedade, ... II – por solicitação, com base neste artigo e no Anexo 11.2, fl. 3, desta Lei Complementar: (Alterado pela L.C. nº 646, de 22 de julho de 2010). c) de regime urbanístico específico, visando à qualificação da paisagem urbana, para terreno situado em Área de Interesse Cultural e Área de Ambiência Cultural; ou (Alterado pela L.C. nº 646, de 22 de julho de 2010) ....”Fica evidente, face a análise das considerações anteriores, que não estamos qualificando a paisagem urbana, alterando o limite de alturas de 9m para 18m, numa área de “interferência ambiental muito delicada”, como bem-dito pelo representante da região. Reconhecemos muitos méritos na proposta apresentada, as contrapartidas, em especial a continuidade do passeio público junto à orla, a preservação de parte da vegetação existente, entretanto não encontramos justificativa plausível para o aumento de altura das edificações de 9,00m para 18,00m (100%). Coincidência ou não, mais uma vez constatamos que os interesses privados e a ganância imobiliária de uns poucos, prevalecem sobre o interesse da maioria da população em construir uma cidade mais harmônica e ambientalmente mais saudável, às custas do comprometimento irreversível da Paisagem Urbana. O Regime Urbanístico estabelece limites para a ocupação do solo, entretanto o interesse coletivo, não pode estar subjugado ao interesse privado, assim não é um direito inalienável a utilização máxima dos índices de Arquivo: PARECERES/180221—PARECER DE VISTAS 002-2021-CEL. MARCOS, 1719. docx 4/4 aproveitamento incidente sobre os imóveis, particularmente em Áreas Especiais de Interesse Ambiental. Como está tão bem expresso no Estatuto das Cidades (Lei Federal nº 10.257/2001), em especial em seu art. 2º, inciso XII, como segue: “Art. 2º - A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais: ....Inciso XII- proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico;”. A Lei Federal nº 10.257, denominado Estatuto da Cidade, embora para alguns permanece desconhecido, é a lei maior que deve pautar nossas ações na condução do Planejamento Urbano das cidades, conforme suas diretrizes gerais fixadas por lei, ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais e garantir o bem-estar de seus

habitantes. Conclusão: Conforme esclarecimentos anteriores, não existe nenhuma justificativa, nem mesmo algum parecer técnico, registro ou relato que justifiquem o aumento da altura em 100%, ou seja, de 9,00m para 18,00m, o que, SMJ, em meu entender é um grave equívoco na condução deste expediente. Assim meu voto é contrário ao aumento de altura, tendo em vista não encontrar justificativa legal e consequentemente contrário à aprovação do EVU nos termos propostos. Porto Alegre 18 de fevereiro de 2021. Então, só para complementar, eu vou retificar assinatura no final e o cabeçalho encaminho hoje mesmo. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Hermes, pelo relato de vista. Na sequência nós temos o Conselheiro Darci. Não está presente. Não sei se a Conselheira Jussara vai fazer o relato. **Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Eu posso fazer a leitura: *Então, em reunião deste CMDUA o Conselheiro Arquiteto Gomes, da RGP 6, solicitou diligência à PGM, tendo em vista dúvida suscitada pela Conselheira Relatora Arquiteta Virgínia, da METROPLAN. Na diligência pergunta sobre aspectos de aplicação da legislação federal ou estadual, sendo respondida pela PGM: "De maneira ampla e sucinta a regra é a de que a Legislação Federal é, hierarquicamente, superior à estadual quando se tratar de assuntos da mesma competência legislativa. Desta feita, em se tratando da aplicação de leis sobre a mesma matéria e competência legislativa diante da hierarquia de normas, a legislação federal vai se sobrepor à estadual naquilo que lhe é conflitante. Todavia, se a legislação estadual em dispositivo que trata do mesmo assunto de competência federal* ***não piorar a situação do contribuinte****, aplica-se esta sem estar em desacordo com a Legislação Federal. O simples fato de uma legislação estar mais aprimorada que outra, não é impeditivo para a devida aplicação, já que a legislação que está por hora vigente, devendo ser atendida da forma que se encontra". Primeiramente, salvo melhor juízo, entendo que a lei olha para interesse público, portanto, a análise mais adequada no ponto que negritei seria não piorar a situação do interesse público. O que pode ter resultado oposto em termos de qual instrumento a ser utilizado. Lógico, a expressão "contribuinte" em nada definir, pois empreendedor é um contribuinte, bem como a sociedade em geral também pode ser entendida como esse contribuinte. Objetivamente, a diligência pergunta sobre a aplicação da área a ser doada ao município, se de 20 ou 35%, tema sobre o qual a PGM não se posicionou. Aliás, onde se aplicada uma ou outra visão da função social de uma legislação, exatamente teremos aplicação de índices diferentes, se 20% não piora a situação do contribuinte empreendedor, mas piora o ganho de área pública que o contribui sociedade deixa de ganhar. Entendo que a redação da resposta da PGM não responde objetivamente ao questionamento da diligência. Portanto, deverá retornar à PGM. Outro aspecto do processo é o parecer junto à aprovação da CAUGE, onde como investimento para beneficiar o contribuinte sociedade determina a aplicação do plano funcional viário apenas na testada do imóvel, sendo que a Avenida Coronel Marcos já possui vários alagamentos e estreitamentos naquela área, que em nada ajuda a circulação, muito antes pelo contrário, pois ao alargar em um trecho formando duas filas, no trecho seguinte novamente apenas uma fila, os veículos precisam se realinhar. Aplicando os princípios da mecânica de fluídos à circulação de veículos, o que é aceito para desenvolvimento do projeto e gestão de vias públicas, todo e qualquer alargamento, estreitamento, causa que seria designada como turbulência, o que diminui a fluidez na circulação. Mais uma vez, para o contribuinte sociedade, até que a avenida seja alargada em todo o seu percurso, não terá um benefício, apenas economia para o contribuinte empreendedor. Quanto à análise ambiental, após toda a avaliação das espécies vegetais que deverão ser preservadas ou compensadas, o parecer informa que: Quanto ao*

licenciamento ambiental, informamos que a atividade de desmembramento foi avaliada no âmbito da CAUGE, através do presente EVU. Contudo, os condomínios uni ou plurifamiliares serão objetos de licença de instalação, cuja emissão Pela SMAMS será condicionada à aprovação dos respectivos projetos arquitetônicos. Por ocasião do licenciamento ambiental, a SMAMS dará ciência aos gestores das unidades de conservação de naturezas municipais, com base na Instrução Normativa 2220/2020. Quanto esse trecho não consigo encontrar a justificativa de porque da dispensa da licença prévia, ainda mais quando neste CMDUA, seguidamente, vem sendo repetido que uma questão é etapa de análise de EVU, outra questão é o licenciamento ambiental, que será realizado, posteriormente. Portanto, não podemos entender que a análise da vegetação que se encontra no processo possa dispensar etapas de licenciamento prévio para o licenciamento ambiental. Trazendo tal afirmativa no âmbito do espaço da CAUGE, com posicionamento da SMAMS, no mínimo mais um elemento de questionamento legal. Também, ao final do parágrafo, informa que dará ciência aos gestores das unidades de conservação. Não me lembro de alteração na Legislação Federal, mas o que constava era obter anuência prévia e não dar ciência após aprovação. Aliás, esse mesmo tema já foi debatido neste conselho, quando da aprovação da ampliação da universidade existente na Avenida Cavalhada, do outro lado da reserva do Morro do Osso. Portanto, meu parecer é de que o processo deve retornar à PGM e SMAMS para os devidos esclarecimentos. Darci Barnech Campani. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Jussara, pela manifestação. Na sequência a gente tem o Conselheiro do IAB, Rafael Passos inscrito. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Não tenho o relato. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Rafael. Na sequência o Conselheiro Gomes, representante da Região de Projeto. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Boa noite, Presidente e Conselheiros. Parecer de vista referente ao Processo 002.069397.006: *EVU de Parcelamento do Solo com Licenciamento de Edificação. REQUERENTE: MELNICK EVEN TIMBÓ EMPREEND. IMOB. LTDA. Imóvel com testada para as ruas Cel. Marcos nº 1719 e rua Ney de Castilho Ferreira, fundos para o Lago Guaíba, incluindo área de abrangência do Parque Natural do Morro do Osso. Está situada na MZ 5, EU 14, quarteirão 005 e na influência de duas Subunidades: Subunidade 7 predominantemente residencial, com Atividade definida como de Interesse Cultural, Mista 2. Subunidade 6, área restrita a ocupação, Atividade Parque Natural. A Proposta é de um empreendimento misto com área comercial junto a rua Cel. Marcos e torres (torretas segundo o empreendedor) de apartamentos residências com acesso pela rua Ney de Castilho Ferreira. São 68 Apts de alto padrão e 15 lojas. Foi solicitado Diligência a PGM questionando quanto a sobreposição de Legislação e possíveis interferências importantes no empreendimento por choques de abordagem. Buscou-se com a Diligência a segurança jurídica de que estamos deliberando em um universo legal coberto pela legislação edilícia, sem prejuízo aos objetivos da análise. A PGM sucinta em seu relato, vem ao ponto provocado com a seguinte manifestação: "Desta forma, cumpre destacar que, por se tratar o presente processo em comento, de análise de Estudo de Viabilidade Urbanística, etapa anterior à aprovação do projeto pelo Município, não vislumbro óbice ao seu prosseguimento."Prosseguindo a análise do empreendimento, destaco como de singular importância o compromisso que deverá ser assumido pelo empreendedor de dar continuidade ao Calçadão de Ipanema, da Rua Manoel Leão até a área de lazer (junto a Déa Coufal esquina Av. Guaíba). Essa demanda em particular da Comunidade de Ipanema, e no geral da Cidade de Porto Alegre,*

vem dar seguimento a conquista do Orçamento Participativo que na segunda metade da década de 90 conseguiu executar um primeiro trecho desse calçadão nas proximidades da Rua Déa Coufal, local conhecido como área de lazer. Naquela época como Diretor de Obras da Secretaria Municipal de Obras e Viação coordenei essa importante obra para a Cidadania, e já nos era solicitado a continuação desse equipamento público. Para termos uma ideia da abrangência, a obra da época tinha uma extensão de menos de 100metros, e esta continuidade terá próximo a 400 m. No geral trata-se de um empreendimento que vai delineando a ocupação ao longo da Cel. Marcos, oferecendo uma animação compatível com a proposta de comércio e serviços ao longo da mesma e reservando Torretas de ocupação residencial ao fundo, dentro de todas as limitações justas, impostas pela baixa densidade possível de ocupação e a alta incidência de áreas preserváveis pela sua vegetação e perfil. Acompanho a indicação da Relatora favorável ao EVU do empreendimento. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Gomes, pelo relato. Foi o último conselheiro inscrito para relato de vistas. Na sequência eu abro a inscrição para debate. Por favor, manifeste-se no chat quem gostaria de debater o presente expediente. Temos a Conselheira Tânia, Conselheiro Dal Molin, Conselheiro Hermes, Conselheira Jussara foi a primeira inscrita. Conselheira Maristela, Conselheiro Saffer, Conselheiro Felisberto, Com Rafael Passos. Mais algum conselheiro? Em não havendo mais inscritos vou encerrar para inscrição. Abro a palavra para a Conselheira Jussara, que pode encaminhar e debater o processo pelo período de 2 minutos. **Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Bom, eu só queria chamar atenção que foram colocados nos vários pareceres de vista várias questões importantes em relação a esse projeto. Eu, pessoalmente, estou aqui substituindo o Campani, ele que fez o relato. Então, não cheguei a analisar o processo sozinha, mas conversei com ele. Vi aí que temos vários elementos, eu entendo que a relatora deve considerar isso aí e fazer talvez um novo relato para poder incorporar, imagino eu, esse tipo de colocação. Em princípio, parece que da forma como está não deveria ser aceito, pelas várias questões que foram colocadas, essa questão que o Campani levantou dos 20 ou 3% de área de doação é fundamental. Eu sei que isso, quando trabalhava na METROPLAN, é uma das pessoas bastante controversa, em várias situações acontece esse tipo de questionamento em relação à aplicação da legislação. E essa questão que o Campani trouxe é importantíssima. Qual é o interesse que está sendo considerado aí, do empreendedor ou da sociedade? Quer dizer, não existe um contribuinte único. Essa expressão, ele até ficou questionando onde que surgiu, mas independente disso são dois lados a serem vistos. Então, em função de tudo isso que foi colocado pelos diversos pareceres de vista, eu entendo que isso tem que ser revisto e incorporado talvez ao parecer e aí sim um parecer efetivo da parecerista. Particularmente, entendo que isso que o Campani colocou do retorno à PGM e à SMAMS para completar aquilo que, ao que parece, não foi respondido, seria importante. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Boa noite a todos. Eu só vou fazer um questionamento sobre tudo que eu ouvi aqui e aí eu fico me perguntando sobre uma série de coisas. Eu entendo que se tratando de planejamento urbano, o tripé desse planejamento seja o desenvolvimento ambiental, o econômico e o social. Em se tratando desse projeto, a RGP 4 observa somente o dito "desenvolvimento econômico" às custas do desenvolvimento ambiental, com apropriação da área da Mata Nativa, que faz parte de um parque nacional e da Mata Atlântica. Então, em se tratando disso já é praticamente um absurdo, ao meu ver. Como representante da Região 4 de Planejamento. E quando eu vejo a aprovação desse tipo de projeto dentro de uma análise urbanística eu me pergunto

enquanto técnica, porque faço técnico em edificações, também uma técnica, tenho uma visão lógica das coisas e agora fazendo Gestão Pública eu consigo visualizar de uma maneira um pouco mais abrangente toda essa situação. E eu me pergunto, eu tenho a minha resposta, mas eu me pergunto: qual o compromisso dos técnicos quando pensam a cidade aprovando esse tipo de projeto? Então, eu vou deixar essa pergunta no ar, porque a minha resposta eu tenho. Então, a preocupação com a revisão do plano, a preocupação com a cidade é uma coisa que deveria ser de todos nós, a cidade é nossa, é um patrimônio nosso. E quando a gente dá de mão beijada para a iniciativa privada, isso é um absurdo, é um absurdo e irrelevante. (Sinalização de tempo esgotado). E eu gostaria de aproveitar um pouquinho do meu tempo para dizer seguinte, o Secretário falou sobre os 150 mil que eram pagos de aluguel pela biblioteca, e eu vou lhe dizer, eu recebi uma listagem de mais de 3.500 imóveis da Prefeitura... (Sinalização de tempo esgotado), que poderiam muito bem serem restaurados para evitar que fosse despendido tantos valores desnecessariamente... **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Desculpa, Conselheira, mas não é a hora da gente debater a biblioteca, estamos debatendo o processo. Em outra oportunidade a gente volta a debater esse assunto. Na sequência o Conselheiro Dal Molin. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Boa noite. Eu não tenho procuração para falar sobre os técnicos da Prefeitura, mas vou tentar ajudar a Tânia nas suas perguntas. Essa questão que todo mundo comenta da altura, por exemplo – Ah, aumentou a altura, que barbaridade! Primeiramente, antes de explicar eu vou contar um caso. Eu fui fazer a aprovação de um projeto de 60 casas em Canela, aí a Secretaria do Meio Ambiente de Canela me perguntou: Tu não preferes fazer três prédios de 30 m do que fazer 60 casas? Tu vais espalhar as casas por toda essa região, que é rica em vegetação, como bem mostra o laudo de cobertura vegetal, vai ter esgoto espalhado nessa região inteira? Tu não preferes fazer três prédios? Eu me surpreendi com a postura da Secretaria do Meio Ambiente de Canela, que tem um meio ambiente muito, mas muito mais importante do que Porto Alegre, e levei para os meus empreendedores. Então, eu só quis relatar, primeiramente, esse caso para mostrar que a altura não é ruim, a altura é boa, ainda mais se a gente vai preservar o terreno. O Professor Rômulo, que deve estar aí pode me corrigir, que tinha um arquiteto, que foi precursor do movimento modernista, que era chamado Le Corbusier. O que ele falava? Em vez da gente ter essas cidades de grande densidade, com casas coladas umas nas outras, vamos fazer prédios altos em meio a parques, com aeração, com ventilação, mais saúde. Então, preconizavam a altura para que a gente ocupasse menos os terrenos e preservasse mais a vegetação. Inclusive, eu acho que até poderia diminuir até o número de vagas de estacionamento para preservar mais a vegetação. Então, eu acho às vezes essa questão de interesse cultural, que define como altura menor ainda do que pode na região, pouco inteligente, porque na minha maneira de ver, quanto menos impactar o ambiente em altura, mais preserva o ambiente. Então, assim, nesse caso eu acho que questão de altura para mim poderia ser até alto, desde que fosse com menos ocupação do terreno. Infelizmente, a apresentação do projeto não demonstra como que a empresa ou o arquiteto pretende valorizar essas áreas vegetais, porque tem áreas de média regeneração, de baixa ou alta regeneração. Então, nessa questão, eu acho que às vezes é muito melhor ter um responsável pelas áreas que vão permanecer verdes... (Sinalização de tempo esgotado), que tem algumas vilas, alguns lugares que a ocupação é desordenada, que invadem áreas de APP, espalham casas por tudo que é lado e é muito difícil depois preservar ou retroceder aquele impacto gerado no ambiente. Então, eu queria deixar essa reflexão para vocês que estão tão preocupados com a altura, que pensem um pouco melhor, em outro sentido. Muito obrigado. **Hermes de Assis Puricelli (Titular),**

Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS: Mais uma vez, boa noite. Eu gostaria, Dal Molin, de fazer um belo debate, mas em 2 minutos é impossível. Então, eu vou agradecer pela aula e deixar passar adiante. E concordo contigo e concordo com quem defende a altura, mas o problema é que a gente sempre quando discute aumento de altura, é uma situação como essa em que o regime urbanístico permite 9 m e nós estamos passando para 18 m na orla do Guaíba. É lógico que é bom, é bom para o construtor, é bom para quem vai morar lá, mas não é bom para a paisagem urbana. E também, que aumentem em altura com o exemplo do Internacional. Legal, vamos aumentar, fazer uma torre, disputar os turistas que vão para Dubai na orla, em uma área que é pública, uma área que foi cedida pelo estado, pelo município para a construção de um estádio. E vai virar uma área privada e beneficiar alguns empreendedores e o Internacional. O que eu quero colocar bem rapidamente, essa discussão eu adoro, adoraria que pudéssemos fazer uma discussão com qualidade, por mim 80, 100, 200 m, onde for razoável que se faça, não na área dos outros e não quando tira o sol e prejudica a vizinhança dos outros. Ali, nessa situação, o que me assusta é que nós conselheiros da atual gestão, isso não é a primeira vez que acontece, nós estamos botando no lixo a lei, sempre tem um jeitinho. Eu tenho votado sistematicamente contrário à maioria desses processos mais polêmicos, porque ele sempre tem um jeitinho, é a questão de transladar a área que não existe, aumentar a altura para 9, 18 pavimentos, 100% do lado, na beira do Guaíba. Vai lá na periferia de qualquer um, qualquer periferia da cidade ou aqui na minha região, que é uma zona residencial, se eu for pedir aumento de 9 para 18 m vão rir da minha cara, porque não tem a pressão do empreendedor por trás. E para complementar, Secretário, só reforçando o que eu disse, o Plano Diretor, o regime urbanístico são limites, e nisso eu crítico técnicos, os atuais criticavam os da minha época e vou continuar criticando. Não é nenhuma questão ética de desvalorizar o trabalho, mas nós temos que entender que o Plano Diretor estabelece limites. Nós temos que aprender a dizer “não”, só que quem está vinculado a um governo, por cargos e etc., não consegue fazer isso. Então, qualquer empreendedor que chega, eles nem pedem, eles levam de graça. (Sinalização de tempo esgotado). **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Boa tarde a todos e a todas. Eu me sinto um pouco prejudicada, porque eu estava envolvida com algumas questões pessoais e não pude acompanhar como gostaria em relação a esse processo todo. Eu me sinto também prejudicada em relação à questão da votação, já sei qual é o meu posicionamento. Parece que ainda hoje vamos ter votação. Eu só queria arguir o seguinte, lá voltou o Internacional novamente. Não é hoje que está se votando isso, já voltou há uma semana, em um debate, que no fundo o olhar de algumas pessoas é que saísse. Eu ainda falava ao Felisberto – Imagina se nós fossemos por essa ótica, teria que desmanchar todo o Centro. Eu não quero aqui que vocês pensem, principalmente o meu segmento do ponto de vista que nós temos sobre a cidade e urbanismo, que eu sou contra os relatórios da Claudete, do Darci, em relação aos relatórios da fauna, da flora, sobre a responsabilidade que nós temos. Nós tivemos grandes avanços desde o Governo Olívio Dutra sobre a questão da orla do Guaíba, mas acho também que é uma “cidade fantasma”, uma coisa horrorosa. Em Ipanema nós poderíamos ter um potencial turístico, econômico e social fantástico. Até hoje não foi regulamentado o meu projeto sobre os Jet-sky, sobre todos os instrumentos da água, até hoje não foi regulamentado. Então, eu não posso levar a pecha de ser favorável em relação a essas coisas. Agora, todos sabem que eu não sou contra à questão da altura. Não acho, pena mesmo que esse assunto veio à debate, eu gostaria de fazer esse debate sobre a questão do Internacional. Não sou CC, não sou funcionária, não sou técnica como muitos são, não sou cargo do Internacional, não recebi nenhum tostão do Internacional para fazer essa

defesa, mas acho ridícula e rasteira essa discussão da forma que foi feita aqui novamente. Inclusive, em respeito ao relator anterior, em relação ao Sport Club Internacional. Então, assim, vai ser votado hoje, eu acho sim que tem que ter um desenvolvimento nessa região, mas acho que é um exagero, em especial à questão ambiental e a questão da flora e da fauna. (Sinalização de tempo esgotado). Em relação aos empreendimentos e alturas, sou favorável. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Boa noite. Na verdade, eu estou aqui olhando, é um esclarecimento na planta que eu estou vendo de EVU. Essa área remanescente que fica depois daquela parte mais embaixo, que tem o empreendimento, quem vai ficar com o controle e manutenção pela preservação dessa área? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Sérgio Saffer. Já esclareço, ali é uma RPPN, vai ser gravado, privado, vai ficar responsável pela manutenção e proteção de toda aquela área verde. É uma área privada, é uma previsão legal que se tem para o privado ficar com a responsabilidade e promover a manutenção e conservação. Fica gravado na matrícula como Reserva Privada de Proteção Natural. Na sequência a gente tem o Conselheiro Felisberto inscrito. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Bom, essa questão de densificação de áreas é uma questão que querem trazer para a Região Centro. Eu já vou dizer que vai haver resistência pelo menos deste Conselheiro e do fórum de delegados. Nós somos contra densificação sem antes regular as áreas que não estão regularizadas. Nós do Fórum da Região 1 de Planejamento seremos contra. Então, o que eu me admiro é que áreas que devem ser preservadas e que devem ter a atenção da Secretaria, dos técnicos da Prefeitura, são flexibilizadas para os empreendedores. Eu quero que me expliquem isso, qual a vantagem que a cidade vai ter? Um calçadão que deveria ser uma obrigação do poder público? O Gomes esqueceu de dizer que na época o calçadão foi feito com dinheiro da administração pública e não de empreendedores. E tiraram todos os bares e quiosques que tinham ali. Então, às vezes, as comunidades são tiradas de áreas e o grande empreendimento é posto ali. E vou citar vários exemplos, nós temos um empreendimento que se chama Cooperativa União Social, na encantadora, lá em cima, e nós fomos impedidos de pôr as famílias lá e teríamos o controle da área de preservação por conta da própria cooperativa. Outro exemplo que eu vou dar na região do Gomes, o Jardim das Estrelas, nós lá em 91 também fizemos todo um debate para preservar a área e está preservada até hoje sobre o controle da comunidade. Então, não é inviabilizando a permanência de comunidade de baixa renda muitas vezes, com o pretexto de que os grandes empreendimentos vão resolver, não! O que nós temos que ter é uma cidade que olhe para as características locais. (Sinalização de tempo esgotado). Eu não sou especialista, eu estou aprendendo, eu sou um aprendiz. Então, quer dizer, estou aprendendo, mas agora eu tenho uma visão de cidade. O senhor me permita 30 segundos, Secretário, para finalizar o raciocínio, senão foca cortado. Eu tenho uma visão de cidade, a cidade tem que valorizar as suas características. E para a Maristela eu quero dizer, Florença mantém todo o seu sítio arqueológico e histórico arquitetônico, não permite nenhuma construção de roda-gigante ou de prédios altos. Mantém como símbolo daquela cidade a Santa Croce, que é a igreja, com a Cúpula de Brunelleschi. Então, não me fale em conhecimento internacional, a Cidade de Florença é um exemplo de manter a sua história intacta. Não permite a modernidade, é um centro histórico. Era isso e obrigado. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Se fosse pelo projeto eu aprovaria o EVU. Eu quero só contrapor assim, não há altura boa, não há a ideias assim - A altura é boa! E nem que a altura é ruim *a priori*, existe a contexto, isso é o que a gente mais aprende na faculdade de arquitetura, que depende do contexto. Neste

contexto, aliás, 18 m não é grande altura, parece que ganha o projeto, ganha a área em ter alguns edifícios de 18 m do que ter aquele malfadado conjuntinho de casas de 9 m de altura, que ocuparia mais o terreno. Olhando os 3D, a não ser que tenham apagado as torres de trás, a gente vê com as lojas, aliás, tem comércio, palmas, temos uso misto. A gente fala de cidade de usos mistos, mas vai aprovando aqui uma série de empreendimentos sem nada disso. Agora, eu não consigo votar a favor de um projeto, de um EVU, que ao invés de ter uma doação de 9.000 m² vai ter uma doação de 3.000 m² e vai entregar toda aquela área para controle privado, privando a população de um espaço com um enorme potencial para educação ambiental., por exemplo, que nos faz falta. Então, aquele espaço junto à orla poderia muito bem ter sido entregue. Eu não encontrei grandes justificativas para isso, para aceitar essa redução da doação prevista na lei. Então, parece que aí está o grande equívoco do EVU como um todo, não to no projeto urbanístico, não tanto no projeto arquitetônico, do conjunto arquitetônico, que me parece adequado, não vejo nisso o problema. Agora, aceitar 20% de doação só sobre a área, então, alguém me esclareça se eu estiver equivocado. Aceitar só 20% de doação só sobre a área do empreendimento, quando a área da gleba mede 45.000 m² e deveria redundar em uma doação de 9.000 m² (Sinalização de tempo esgotado). Seria uma boa parte da área natural, acessível para a população para educação ambiental, abrir mão disso não vejo qualquer benefício público. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Rafael Passos, pelo debate, pela contribuição. Agora a gente encerra o período de debates. O nosso Conselho, muito democrático, tem todas as oportunidades de manifestação, desde a distribuição, relato, diligência, relato do relator, apresentação pela equipe do planejamento, relatos de vista daqueles conselheiros que assim solicitaram e por último o debate para encaminhar o voto. Então, nós temos neste âmbito o processo e todas as instâncias deste conselho são posteriores, as instâncias de análises da equipe técnica com relação ao interesse público no local, as questões jurídicas, com o assento da Procuradoria Geral do Município. Então, os pontos trazidos aqui em alguns relatos de vista, manifestações, também foram vistas na oportunidade pela equipe do muito, que assim entendeu pelo parecer de aprovação do Estudo de Viabilidade Urbanística no local. Então, abrimos para o período de votação, consultando a conselheira representante do DEMHAB aqui presente, a Conselheira Lisiane, como vota, favorável ou contrária ao parecer favorável da relatora? Desculpa, retomando. Conselheira Virgínia, que é a última inscrita para debater o processo. Quer fazer alguma complementação? Desculpa, eu acabei não lhe passando a palavra. **Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN:** Boa noite. Novamente eu reitero o meu voto, o relator não é o dono do processo, cada um pode votar da forma como entender melhor. Eu ratifico meu voto. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Virgínia, pela manifestação. Então, abro para o período de votação, consultando a Conselheira Lisiane, representando o DEMHAB, como se manifesta? **VOTAÇÃO NOMINAL (PARECER FAVORÁVEL AO EVU): Lisiane Sartori Fioravanço Magni (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Creio que o relato do Conselheiro Gomes foi muito esclarecedor, voto favorável. **Júlio César Farias de Miranda (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Voto favorável. **Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP:** Favorável. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Favorável. **Carolina Wallau de Oliveira Kessler (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Favorável. **Gabriela da Silva Machado (2ª**

Suplente), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM: Favorável. **Luciane Martins Pinheiro (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Governança Local:** Favorável. **Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Favorável. **Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Contrária. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Não existe parece prévio da METROPLAN como determina a lei, eu voto contrário. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Favorável. **Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Abstenção. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Contrário pelos motivos já expressos. **Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Favorável. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Favorável. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Contrário. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Contrário pelos motivos já expostos nós nosso parecer conjunto. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Abstenção. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Voto contrário ao parecer. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Voto contrário. **Ricardo Angelini, (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Abstenção. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Favorável. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Abstenção. **Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** Favorável. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Favorável. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Temos 08 votos contrários, 04 abstenções e 15 votos favoráveis. Nesse sentido aprovamos o expediente da Melnick Even, EVU na Avenida Coronel Marcos como ponto de vista favorável da Relatora Conselheira representante da METROPLAN. **APROVADO O PARECER FAVORÁVEL AO EVU**. O Professor Rômulo tem uma Questão de Ordem antes da gente encerrar a reunião. **Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Eu lhe peço desculpa, talvez o momento não seja muito adequado. Trata-se do processo da Av. Marechal Andrea, que vai ser tratado, provavelmente, na próxima reunião, eu deixei passar a oportunidade de ter vista ao processo. Eu estive olhando e estudando algumas coisas. Creio que eu tenho algumas questões urbanisticamente relevantes para discutir, que não saberia nos 2 minutos que me tocariam na manifestação ordinária do debate. Então, eu queria consultar ao Presidente e aos demais colegas se seria possível ainda me concederem a possibilidade de vista nesse processo, fora de prazo, mas, de qualquer forma, em tempo ainda. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Eu imagino que não haja nenhuma objeção, mas consulto ao plenário deste Conselho se há algum problema de na próxima reunião também o Conselheiro Rômulo agregar o relato de vista? Votos contrários, por favor, faça no chat para a gente poder registrar. Conselheiro Hermes, Questão de Ordem. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Presidente e demais conselheiros, eu já vou fazer uma declaração de voto, mas gostaria de colocar o seguinte, eu tenho sempre me colocado a

favor da oportunidade da fala e da discussão. Então, eu voto a favor, mas eu gostaria que ficasse o compromisso que esta quebra do regimento valesse para todos os conselheiros e situações especiais. Claro, eu não vou querer que em todas as reuniões alguém peça vista fora do prazo hábil, mas que o senhor lembrasse dessa quebra de registro e voto a favor que o colega Rômulo tenha oportunidade de falar. Obrigado. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** A minha Questão de Ordem não é sobre esse assunto. Eu queria reiterar meu pedido sobre aquela reunião que teve entre o Presidente do Grêmio e o Prefeito, o que foi deliberado e eu gostaria que fosse disponibilizado aos Conselheiros e ao CMDUA, porque envolve várias comunidades do entorno, inclusive, da RGP 2, com impacto na RGP 1. Com relação à vista, eu espero que tenha cuidado, que também tivesse tido cuidado quando este conselheiro pediu e aí valeu o regimento. Eu sou contra isso, se vale para um que é conselheiro da região e não pode pedir diligência, por que é concedido para alguns? Parece favorecimento. Eu sou contra, a RGP 1 vota contra. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** A minha questão em relação á petição do Rômulo, eu sempre sou favorável ao debate, á conversação, ao entendimento civilizado entre os conselheiros e conselheiras. Acho isso muito importante. Eu só me recordo que no dia em que nós votamos a instrução normativa, nós fizemos no dia observações importantes para contribuir com a melhor informação da instrução normativa e todas as formulações positivas que nós fizemos para contribuir com a melhor construção desse documento, foram amarradas por uma questão regimental, porque nós tínhamos que ter falado em duas sessões anteriores ou em uma sessão anterior. Então, naquele momento nós nos manifestamos em relação ao que o conselho decidia. Então, hoje o Professor Rômulo vem nos pedir, eu acho que é uma coisa importante, ele tem coisas importantes para contribuir. Então, eu pondero que nós tenhamos também a possibilidade de inserir as nossas formulações naquele texto da instrução normativa e que nos foi negado naquele momento. Eu acho bastante importante para manter a equidade dentro do nosso Conselho. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiros. Nesse sentido, ouvindo as manifestações dos senhores, especialmente a manifestação da Conselheira Jussara ali no chat, a própria manifestação do Conselheiro Rômulo, por questão de isonomia no tratamento, não queremos dar um tratamento diferenciado para um ou para outro. A gente indefere essa possibilidade. O senhor pode fazer uso no período de manifestação do debate, conforme prevê o regimento interno. Então, Senhores Conselheiros, agradeço a oportunidade do debate sempre muito construtivo, sempre de posições diversas, visões de cidades diversas que temos neste plenário, mas ao final a democracia sempre prepondera pelo sim, pelo não, pela aprovação, não aprovação. Este debate fortalece todo o processo como um todo e engrandece a nossa cidade. Boa noite a todos, até mais.

(Encerram-se os trabalhos da plenária às 20h15min).

_____ _____

Germano Bremm **Secretária Executiva**

Presidente **Relatora**

Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2021, ... retificações:

ATA ORDINÁRIA Nº 2879/2021

Aos vinte três dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte um, às dezoito horas, reuniram-se para Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, via ZOOM, denominado PLENÁRIA VIRTUAL DO CMDUA, em razão do decreto municipal a fim de combater o coronavírus e a propagação da pandemia entre as pessoas, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: Lisiane Sartori Fioravanço Magni (1ª Suplente), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Artur Ribas (Titular), **Gabinete do Prefeito – GP**; Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN**; Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), **Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS**; Carolina Wallau de Oliveira Kessler (1ª Suplente), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE**; Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM**; e Luciane Martins Pinheiro (1ª Suplente), **Secretaria Municipal de Governança Local**. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS:** Rômulo Krafta (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**; Darci Barnech Campani (Titular), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Claudete Aires Simas (Titular), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH;** Sérgio Saffer (Titular), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA**; Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS**; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS**; Hermes de Assis Puricelli (Titular), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS**; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), **Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS**; Rogério Dal Molin (Titular), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:** Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Tânia Maria dos Santos (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4**; Ricardo Angelini, (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Maristela Maffei (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7**; Dinar Melo de Souza (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8**; e Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP – HOCDUA. SECRETARIA EXECUTIVA:** Camila Maders Fonseca Coelho, **Secretaria Executiva da SMAMUS**; Patrícia C. Ribeiro, **Taquígrafa/Tachys Graphen**. **PAUTA: 1. Abertura; 2. Votação: 2.1 Atas: 2867, 2868, 2869 e 2870; 3. Comunicações; 4. Ordem do dia**. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h08min. **1. ABERTURA. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Boa noite, Senhores Conselheiros, Senhoras Conselheiras. São 18h08min, temos *quorum*. Então, declaramos oficialmente aberta a nossa Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental. Desejo uma excelente noite de trabalho, de debates, de construção, de ideias,

amadurecimento e boas entregas para a Cidade de Porto Alegre. Eu enquanto faço a consulta aqui dos presentes, peço que quem tem interesse em fazer o uso do período de comunicação, por favor, faça a inscrição no chat. Eu vou aqui rapidamente retomar as pessoas presentes. (Listagem dos presentes na inicial). Se, porventura, eu não chamei alguém pode anunciar ali no chat ou conforme vai ingressando a gente vai registrando a presença. Não sei se temos inscritos para o período de comunicação. Conselheira Maristela, Conselheiro Adroaldo, Conselheiro Felisberto, Conselheiro Vaneska, Conselheiro Hermes e Conselheira Claudete. Consulto se não temos mais inscritos? Em não havendo mais inscrito encerro o período de Comunicação e abro a palavra de imediato para a Conselheira Maristela. **3. COMUNICAÇÕES**. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Boa noite a todos. Boa noite, Secretário. Eu gostaria, rapidamente, não ficaria tranquila se no início desta reunião eu não retomasse a discussão calorosa que nós tivemos na última reunião. Até porque eu gostaria que ficasse registrado nos autos que não se confundam determinadas posições com determinado conceito que nós temos de vida. Eu moro na periferia, sempre fui lutadora dos movimentos sociais, mas eu também não sou nenhuma ingênua, também sei que problemas nós temos em todos os segmentos. Infelizmente, o movimento comunitário, em especial, os movimentos na periferia, nós há muitos e muitos anos, e eu moro numa região que tem esse problema, que é da questão da clandestinidade, dos loteamentos irregulares e principalmente da grilagem. São conceitos que vêm de muito tempo e que, infelizmente está no DNA de muitas pessoas, inclusive, do movimento aos quais a gente lutou a vida toda. Eu falei especificamente sobre algumas questões de ocupações que eu ajudei a fazer nessa cidade, não só na cidade, tenho orgulho disso. E lá nós sempre lutamos para que ficasse estabelecido e pudéssemos depois, se não chegar ao ideal, termos a nossa cidade também, assim como o Brasil não foi descoberto. Eu sou uma cientista política, sou uma antropóloga, tenho conhecimento histórico e científico para falar sobre isso, que o Brasil não foi descoberto, ele foi invadido. Nós fizemos muitas ocupações, infelizmente, muitas ocupações também tiveram grilagem, tiveram ocupações onde deveria ser a área da praça, a área do posto de saúde, da escola. Então, eu quero dizer que o que vem como exemplo de cima é uma coisa muito ruim. O que eu quero dizer com isso, é que quando eu faço uma votação, que eu tenho convicção, quando é a questão do Sport Club Internacional, eu não quero ser confundida com aquelas pessoas que tem outra visão de sociedade, no geral da sociedade, seja de Porto Alegre, seja o que for. Lutamos muito pelo estatuto da cidade, a questão aqui do projeto que da Lomba do Pinheiro, que é o primeiro do Brasil, que é o Consorciado Lomba do Pinheiro. Então, eu precisava colocar isso para que não seja confundido e não esteja na boca das pessoas como algo assim, que eu tomei outro rumo da minha vida, porque isso eu não faço, eu tenho consciência, mas nós somos pessoas que sentamos e conversamos. E, também, quando tivermos que fazer uma desobediência civil não tem problema, o Brasil está precisando um pouco disso. A situação que nós estamos vivendo é muito grave. E eu queria só terminar minha fala dizendo o seguinte, solicitando a Patrícia que nós precisamos urgente da agenda que eu solicitei com ela, da nossa questão da Macro 10, lá na rua da comunidade, para irmos junto com empreendedor lá para vermos determinada situação. Eu quero agradecer, Secretário, pelo espaço que nós temos de comunicação, que não é uma questão de uma sala de Psicologia, é de uma convicção de posicionamento. Sempre que eu tiver que votar para uma cidade com o desenvolvimento que eu achar que for interessante, eu vou votar e quando não for eu não vou votar. Então, eu queria deixar registrada a minha fala. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Boa noite, Presidente e Conselho. Presidente, quero fazer um registro, todos sabem que Porto Alegre está hoje

convivendo com a bandeira preta da Covid, mas estão sendo aplicadas restrições para a bandeira vermelha. Então, nesta segunda-feira, dia 22, em reunião do Governo do Estado com o Prefeito, o nosso Prefeito Sebastião melo pediu para deixar fora desse decreto, onde está aplicando severas restrições, deixar fora as creches comunitárias de educação infantil de Porto Alegre, alegando que esse serviço é essencial, que as crianças precisam se alimentar nas creches. Então, a minha indignação é que o Prefeito não está se preocupando com os professores da educação, educação que atende essas crianças na rede conveniada, não é da rede municipal de ensino. Nós sabemos que tem umas 209 instituições em Porto Alegre que atende a educação infantil, em torno de 23 mil crianças, que dá em torno de 1400 profissionais, são os que suportam o atendimento ao complemento à educação infantil de Porto Alegre. Então, estava previsto para abrir nesta segunda-feira, dia 22, e foi suspenso pela discussão do decreto do Governador. O interessante é que o Governador aceitou a solicitação do Prefeito e manteve escolas infantis, creches comunitárias fora das restrições. Então, sabemos que nós temos vacina, que os hospitais estão lotados, os postos de saúde não estão atendendo, mas o Prefeito e a Secretária de Educação chegaram a este absurdo de autorizarem a abertura das creches. E o vírus da Covid cada vez mais agressivo. Então, fique esse registro, Porto Alegre não está na bandeira vermelha, está na bandeira preta e nós estamos expondo crianças e profissionais da educação sem vacina, sem nenhum respaldo do município, sem nenhum respaldo da Secretaria da Saúde. Todos querem trabalhar segunda-feira, todos a postos, dia 1º de março todos estarão atendendo crianças. Fica o registro e a indignação, porque nós também trabalhamos nessa área de educação e sabemos o que é o compromisso no atendimento da criança, mas sabemos que não é o momento para expor vidas, precisamos proteger essas vidas e profissionais. Obrigado. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa noite, Secretário. Boa noite a todas de todos. É novamente um prazer participar da reunião do CMDUA. Em primeiro lugar eu queria fazer um agradecimento em nome da comunidade Vila Maria pelo empenho do Diretor do DEMHAB, Secretário da Habitação e Regularização Fundiária para tentar resolver o problema da ocupação desde 2014, ali atrás do Zaffari, em uma área do INSS. Então, eu queria fazer primeiro um agradecimento pelo empenho, da presença do Secretário e a sua disposição em viabilizar a concretização da permanência daquelas famílias. Em segundo lugar, queria tocar um pouco no que o Adroaldo fala, mas por outro enfoque. Eu entendo que é importante que o Prefeito leve em consideração, antes de abrir o comércio deve se levar em conta a capacidade de vacinação da população. Então, é fundamental que ele pressione o governo estadual, que tem 1,5 bilhão para viabilizar a compra de vacina e não se vê nenhuma posição do governador nesse sentido, tanto que foi uma forma de se aprovar um projeto de lei do Governo do Estado, exatamente garantido 1,5 bilhão para compra a compra de vacinas. Então, é importante que o Prefeito também, em nome da cidade se preocupe em vacinar a população. É fundamental para que a gente tenha um controle dessa doença, dessa pandemia e desse vírus. Por outro lado, eu gostaria que em uma oportunidade a gente conhecesse a Secretária Adjunto, porque até agora não se fez presente. Então, queria solicitar a presença da Secretária, até para ver qual é posicionamento dela em relação à cidade. Era isso. Obrigado. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Boa noite. Eu acredito que não com frequência me manifesto no período das Comunicações, mas as últimas reuniões me provocaram formas que eu acho importante ter um posicionamento. Primeiramente, só colocar uma questão que acredito que é de conhecimento de todos, a complexidade que envolve o planejamento urbano, a questão de estruturar ambientes urbanos que são complexos, que pela sua natureza tem que envolver

aspectos do ambiente natural, do ambiente antrópico, nós temos aí os temas da habitação que são recorrentes, os temas de mobilidade, sistemas de infraestrutura, os tema de conforto e tudo isso demanda equipes multidisciplinares capazes de fazer essas correlações. No cenário do Brasil, além disso, a gente também tem que analisar tudo isso sob a ótica do direito administrativo, direito de propriedade, do próprio direito autoral, dos autores dos projetos que estão sendo analisados, a questão do próprio direito civil. E o papel dos agentes que estão envolvidos com a implementação da política urbana, e daí eu falo em nome dos agentes dentro do executivo municipal, que trabalham de forma bastante intensa nessa situação, têm que compatibilizar esses fatores, assumindo compromissos no esforço de fazer com que a gente consiga promover a qualidade de vida no meio urbano, que é o que preconiza o nosso Plano Diretor e é o que está estabelecido no estatuto da cidade. No Plano Diretor de Porto Alegre os projetos especiais que são tão debatidos aqui no conselho são fundamentais também nesse debate. E daí, nesse aspecto, com frequência, nós somos questionados aqui em duas frentes, que dentro da minha concepção são incompatíveis. Por quê? Se por um lado nós temos uma reação negativa, toda vez que são feitos movimentos no sentido de regulamentar e de estabelecer soluções que possam qualificar através de critérios a atuação do planejamento urbano, ao mesmo tempo em que essas ações são ditas como ações inadequadas por estarem sendo pensadas de forma anterior à revisão do plano, a gente também é cobrado por não aplicar critérios, que como não estão previstos na legislação também nos deixam de mãos atadas muitas vezes para poder estabelecer essa qualificação dos processos que estão em andamento. Nós os técnicos do executivo municipal, a gente atua em consonância com a base legal que existe, e enquanto planejamento, daí me atrevo a dizer, que a gente tem que atuar, inclusive, de forma constante e permanente para que essas bases legais possam estar de acordo com as diretrizes que nós colocamos lá no nosso Plano Diretor, que foi o nosso pacto, ainda é o nosso pacto enquanto sociedade, a partir do momento que ainda não foi revisada. E nesse sentido também, nós como técnicos que estudamos, que pesquisamos, que buscamos qualificação constante para atender a demanda da população, em última instância a efetiva realização da função social da propriedade, a gente se sente constantemente questionado na nossa integridade. Aí eu vou dizer a nossa integridade tanto moral quanto técnica neste Conselho. Um exemplo disso são questionamentos que colocam a nossa qualificação técnica muitas vezes em cheque, sendo que muitos de nós temos especialização, temos pós-graduação nas áreas de atuação e com certeza gostaríamos de levar o debate sobre esses temas. Quando a gente ouve manifestações contrárias, por exemplo, a ações que estão sendo pensadas no Centro Histórico, nós ficamos surpresos que tenha qualquer apelo que de certa forma é conivente com a situação que esse território hoje se encontra no Município de Porto Alegre, em que se entende que nos últimos 40 anos, do estudo que foi feito a gente ainda pode aguardar. Isso me causa uma preocupação, que acredito que deve ser uma preocupação compartilhada pelos conselheiros. Outra questão importante de pontuar é que quando nas reuniões se fala que existem informações ocultas nas apresentações, o que está se fazendo é uma acusação, no meu ponto de vista está se acusando a equipe, sendo que a gente traz as apresentações como forma de qualificar o debate, dar visibilidade para o que está nos processos. E, neste contexto, a gente organiza, mas não cria conteúdo. Isso tem que ficar bastante claro. (Sinalização de tempo esgotado). Então, só fazendo um apelo para que esse debate possa correr da melhor forma para a nossa cidade, só queria abordar esses pontos. Eu não falo tanto, mas hoje eu achei importante colocar essas questões. Obrigada. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Boa noite a todos e a todas. Eu vou até fazer uma consideração a Vaneska, eu respeito muito o

trabalho dela e dos colegas, mas quando se fala nas apresentações se fala no que fica oculto, não o que foi criado. E, normalmente, situações muito importantes na descrição de um processo. Mas o que eu queria dizer, eu faço das minhas palavras as palavras do Conselheiro Adroaldo. Eu me lembro até do Paulo Jorge, nosso querido Paulo Jorge fazendo um apelo e o conselho ouve, embora seja um conselho de desenvolvimento urbano, de planejamento urbano, tem uma capacidade através do seu Secretário de influenciar o nosso Prefeito. Então, eu acredito que isto poderia ser levado pela importância do tema do coronavírus. E agora, Secretário, desculpe-me um pouco pela ironia, mas, às vezes, a ironia é o único jeito de se tratar alguns temas. O que eu pedi a palavra também é porque nós temos seis, isso é recorrente, já foi falado várias vezes, mas nós temos seis processos que provavelmente também estão com coronavírus, eles estão em quarentena há muito tempo e é injustificável que outros processos andem que nem um MIG, na velocidade da luz, e alguns processos andem na velocidade de uma carroça de bois com roda de madeira. Desculpe a ironia, mas o privilegiamento de algumas situações chega ser, assim, as raias do que não se possa imaginar. Então, Secretário, o senhor ficou de nos dar um retorno, aí o retorno é que estão vendo, estão vendo. Tem processos desde junho que estão aguardando um parecer de um, um parecer da PGM, e tem outros que entraram em novembro, dezembro do ano passado e já foram aprovados. Eu acho que deveria ter uma equidade, o mesmo tratamento para todos os processos, inclusive, a maioria desses, eu estou falando é de interesse do governo, são gravames, são coisas assim. Parece que o setor privado manda na Prefeitura. Eu não estou fazendo acusação para ninguém, eu estou constatando um fato, os processos que tratam de meia dúzia de empresas eles vão como um MIG, os outros andam de carroça. Obrigado. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Boa noite a todos e a todas. A minha manifestação é simples, só não posso deixar de registrar. Assim, Vaneska, eu acho importante a tua manifestação, mas eu acho que aqui nunca ninguém fez acusação ou se direcionou a capacidade dos técnicos. O que se questiona muitas vezes é a falta de transparência, a falta de informação ou uma apresentação que acaba prejudicando o completo entendimento da causa que está sendo proposta. E eu acho que esse é o nosso papel, o nosso papel é criticar para construir, senão fosse assim nós não teríamos função aqui. Eu pedi, na verdade, as comunicações, só para solicitar, a Secretária solicitou em um e-mail, dizendo que eu não havia encaminhado alguns pareceres. Eu respondi a ela, mas não tive retorno, não sei nem se ela recebeu o e-mail. Aproveitei também a oportunidade para perguntar por que nós não recebemos o acesso ao sistema para incluir os nossos pareceres, como determina, né. E também gostaria de verificar quantos processos nós temos no CMDUA que não tenham sido distribuídos ainda? Obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Claudete, pela manifestação. Então, antes da gente entrar, efetivamente, nos nossos processos em pauta, gostaria só de esclarecer aqui ao Conselheiro Hermes... Indo de trás para frente, com relação aos processos parados, avaliando esses processos, são todos processos de autoria do próprio Município de Porto Alegre. Então, a gente tem uma discricionariedade maior do ponto de vista de prestar aqueles esclarecimentos, porque é nosso interesse em fazer alteração e a partir das questões levantadas a própria equipe pode estar reavaliando as questões, são gravames, é uma prerrogativa do município, que tem que se encaminhar ao Conselho, seguindo todo um processo legal. Então, naturalmente, certamente, isso acaba que afetando um pouquinho ali nos prazos de retorno. O município a partir que vai tendo essas respostas que são demandadas com relação a esses gravames, vai devolver esses expedientes sem dúvida. Em relação à Conselheira Claudete, já lhe esclareço, Conselheira, que não tem

previsão regimental ou que se junte e anexe documentos no processo SEI. A única possibilidade que se tem é a assinatura que não está implementada ainda e que a reunião é pública, o debate é público, gravada, transmitida ao vivo. Então, todas as manifestações dos conselheiros, além de serem depois degravadas nas atas, são públicas e todos têm acesso. Então, esse ponto eu sei que a senhora sempre comenta, mas já está aqui por mim esclarecido e não vai haver possibilidade de juntar documentos. A gente segue a ordem da senhora enviar os documentos para a Secretária Executiva por e-mail, que a Secretária Executiva junta, anexa no processo SEI como todos os conselheiros fazem a partir do momento que encaminham a sua documentação. Outro que eu gostaria de esclarecer com relação à Conselheira Maristela, o governo está tentando estruturar o escritório de fiscalização para fortalecer esse trabalho importante, a atuação, investir em novas tecnologias, ter uma unidade entre as diversas secretarias, a fiscalização para cada vez mais atuar no sentido de monitorar esse tipo de atividade, proteger tanto o meio ambiente, as invasões. Então, tomara que a gente consiga ao longo do governo trabalhar este ponto. Por fim, gostaria de saudar a manifestação especial da Conselheira Vaneska, que representa a Secretaria, é um excelente quadro técnico e gostaria, em nome da gestão, do governo da Cidade, de em teu nome parabenizar o trabalho que a equipe faz. Eu sei, mais do que ninguém, quanto essa equipe se dedica para fazer a diferença para construir soluções para a cidade, para fazer essa ponderação típica do urbanismo, das mais diversas demandas, tem que fazer esse equilíbrio. Então, quando o processo chega aqui para a discussão, ele passou por uma ampla discussão técnica, debates, por muitas vezes opiniões distintas. Faz parte do processo da construção do processo que a gente tenha essas várias validações, essas várias instâncias nessa discussão de cidade por muitas vezes. Quando sai do âmbito da comissão e chega aqui para este Conselho a gente tem o posicionamento da gestão, posicionamento da administração pública, com os pareceres técnicos fundamentando aquele posicionamento. Então, é natural que a equipe técnica queira, e a gestão, a aprovação dos empreendimentos que cheguem aqui. A gente fez essa avaliação do ponto de vista técnico, a administração chancelou e vem para a discussão deste Conselho. E tranquilizar a equipe, que por muitas vezes sofre algumas pressões, natural que aqui no plenário, no âmbito da discussão, que a gente tenha manifestações diversas e que sejam duros os posicionamentos às vezes de conselheiros que não convergem no mesmo entendimento, né. Eles são representantes também da sociedade, têm um mandato político e se manifestam das mais diversas formas. O importante eu acho que é a gente sempre manter o equilíbrio, o respeito pelo trabalho técnico, que é excelente, que nos traz essa clareza para os mais diversos posicionamentos. Acima de tudo, a gente tem que sempre manter o respeito, o posicionamento, a visão divergente que, porventura, possa se ter. Então, é da democracia, não se assustem, porque aqui às vezes tem essas manifestações difíceis, eu mesmo, por muitas vezes, ouço uma série de situações e eu peço, apelo aos conselheiros para sempre terem esse equilíbrio, esse respeito às posições diversas aqui, para gente ter um processo democrático após a discussão, que por muitas vezes é calorosa, debates, a gente fica bastante envolvido, mas ao final o processo vai ser aprovado, as posições vão estar registradas e cumprir a democracia com a participação dessas mais diversas visões da sociedade. Então, nesse sentido eu mais uma vez parabenizo o trabalho sempre muito técnico de toda a equipe na tua pessoa e os demais conselheiros das secretarias que estão aqui na toda terça-feira à noite, defendendo o melhor para a cidade. Nesse sentido, então, Senhores Conselheiros, a gente avança. Temos Questão de Ordem da Conselheira Vaneska e Conselheiro Felisberto. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Desculpa se não couber

assim. Eu entendi que cabia, porque como foi questionada a questão dos processos, só esclarecendo o que o Secretário mencionou, alguns dos processos que vêm ao Conselho, que fazem parte de gravames viários, dando um dos exemplos, eles estão sendo revistos enquanto procedimentos. Nós verificamos através do planejamento, muitos conselheiros se manifestaram em gravames que incidiam sobre ocupações, sobre áreas que estavam ocupadas com atividade residencial, criando conflitos de entendimento, de não sentir que existia segurança dessa população que estava nesses locais, com relação a esses gravames. Então, a gente está revisando esses procedimentos dentro do planejamento. Então, por isso, muitos desses processos estão de certa forma não tão represados, mas estão ao mesmo tempo, porque está sendo revista essa questão dos procedimentos. Então, só para auxiliar. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** A minha Questão de Ordem, eu peço que os técnicos da Prefeitura levem em consideração a cidade real e muitas vezes tem empreendimentos que vão afetar comunidade já estabelecida. Hoje mesmo nós vamos analisar um processo, mas parece que é só aprovação de EVU. Não, isso implica muitas vezes em prejudicar famílias que têm direitos violados e que muitas vezes passam desapercebidas, não sei se por falta de conhecimento técnico, no aspecto humano, no aspecto jurídico, nos aspectos sociais, antropológicos e conhecimento também do que significa o quilombo. Então, é necessária a nossa formação diária e de conhecimento. Não basta o conhecimento técnico de que é viável o projeto, é necessário que a gente também tenha um conhecimento. E a Questão de Ordem, que o Gomes sempre é o policial do Conselho, né... (Sinalização de tempo esgotado). Então, eu fico assim, ele gosta de atrapalhar o raciocínio, parece que ele é o xerife, mas ele não me intimida. Então, era isso, a Questão de Ordem é que se propicie a participação dos conselheiros. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. É importante a Questão de Ordem, sei que os temas são importantes, acabamos deixando a Vaneska se manifestar, uma Questão, aí o Conselheiro Felisberto trouxe outro ponto, mas vamos avançando na nossa pauta. Perfeito, então, Senhores Conselheiros, passamos para: **4. ORDEM DO DIA: ITEM 4.6 – EXPEDIENTE 19.0.000110850-9, INTERESSADO: MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE**. A gente tem o reato da RGP 3. Antes, consulto a Equipe de Planejamento para nos trazer a apresentação do que se trata o expediente, para nos relembrar. Na sequência passo a palavra ao relator. É a Maria Paula hoje? Olá! **Maria Paula Ludke Regal, Equipe de Planejamento/SMAMUS:** Tudo bem, Secretário? Boa noite a todos. O processo que trata do gravame é o 19.0.000110850-9. Aqui a gente tem a ilustração das etapas, parecer técnico e adequações. O assunto é um AJUSTE DE GRAVAME DE TRAÇADO EM ÁREA VERDE. O Beco Cinco, Rua Amapá. O Beco Cinco está localizado no Bairro Vila Nova, dentro da RGP 6 aqui a localização do Beco Cinco (*slide*), que se conecta a Rua Líder Comunitário João da Silva, através do terreno que está em análise. A gente destacou o beco com uma faixa vermelha. A demanda de alteração de gravame teve início no Processo SEI 16.0.00036232-1, onde consta a intenção da comunidade de transformar o terreno, que é próprio municipal em via pública. Conforme os relatos que constam no processo esse terreno não recebia manutenção, tendo capim alto, esgoto a céu aberto e depósito de lixo. Quanto à justificativa para a proposta de gravame se aponta a vontade da comunidade em transformar o terreno em via pública, sendo contrária ao cercamento da área, uma vez que o terreno é utilizado para deslocamentos entre o Beco Cinco e a Rua Líder Comunitário João da Silva. A SETAPS emitiu parecer favorável ao gravame viário, sobre a área originalmente destinada a equipamento comunitário, uma vez que ele não tem medidas mínimas necessárias para a implantação de saúde e educação. Ainda, como

justificativa técnica, apontou-se necessidade de deslocamento e melhora da mobilidade dos moradores do beco, facilitando a circulação local. E aqui no nosso *slide* tem os Anexos I e II, que acompanha a minuta de resolução, onde a gente consegue observar a proposta de gravame viário e de área verde. E aqui, do ponto de vista jurídico, o processo teve parecer favorável da PGM. Quanto ao fluxo do processo no CMDUA, no dia 19 de janeiro ocorreu a apresentação do Conselho, o parecer favorável e os pedidos de vista. No dia 09 de fevereiro ocorreram os relatos de vista. É isso. Obrigada! **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Maria Paula, pela apresentação retomando o expediente. Então, na sequência, a gente tem o relato de vista. Este é um relato feito pela RGP 3, no dia 19/01, foi feito o **PARECER FAVORÁVEL**. Consulto o relator se quer retomar o assunto, algum esclarecimento? Senão já passo para aos relatos de vista. Jackson, alguma observação agora sobre o ponto? **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Boa noite, colegas, Presidente. Não, eu acho que está muito esclarecido com a apresentação, que é a segunda apresentação que se faz. É um processo simples no entendimento, especialmente porque veio como demanda da comunidade. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Jackson. Então, consulto o Conselheiro Gomes se vai fazer relato de vista? **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Presidente, boa noite. Conselheiros, boa noite. A gente fez uma visita ao local, porque é uma demanda bastante antiga. Ficou um terreno e a comunidade nunca entendeu direito o que era, a gente sabe que é um dos terrenos oriundos de doações obrigatórias e tal. E como falou a colega que fez o resumo, ele não tem dimensões nem para brigar uma escola, não tem dimensões ou interesse para fazer um posto de saúde. Bom, o parecer de vista é o seguinte: *ASSUNTO: Alteração de gravame do prolongamento do Beco Cinco Rua AMAPÁ até a Rua Líder Comunitário João da Silva, localizado na UEU 012 da Macrozona 5, bairro Vila Nova, Região de Planejamento 6. O Beco 5 que desce da Rua Amapá tem um gabarito de 8 metros e termina em um Próprio Municipal que por sua vez tem testada com a Rua Líder Comunitário João da Silva. A bastante tempo a população local (beco 5) e das proximidades reclama nos diversos fóruns uma atitude do município com esse local. Estive visitando o local acompanhado pelo Conselheiro do OP, falando com moradores e vizinhança. Esse imóvel do Município transformou-se em depósito de lixo e via alternativa para que os moradores do beco cinco acessem a Rua Líder Comunitário João da Silva, típico caso de bens públicos de dimensões pequenas onde o poder público não consegue nem ocupar nem preservar. Percebe-se também tentativas de invasão com "esqueleto" de construção. A Comunidade imediata que é a do beco cinco, tem como sonho a abertura dessa via, o que este expediente vai possibilitar, mas ainda fica uma grande preocupação que é a ocupação do restante da área, em torno de 60% do existente, área residual considerável. Se o Município não tomar uma atitude, continuará a ser depósito de lixo e objeto do desejo de moradores carentes. Acompanho a indicação de Voto do Conselheiro Relator. FAVORÁVEL*. Eu deixo o alerta para a administração de que o problema se resolve em partes, de poder entrar em um programa comunitário, algum programa da Prefeitura para fazer esse trecho de pavimentado ali, para ficar qualificado, como é o Beco Cinco e como vai chegar na rua vizinha, mas um espaço vazio, que é um atentado à invasão. Tu olhas e – Pô, o que vamos fazer com isso? Então, Secretário Germano, talvez a SMAMS possa dar alguma solução, porque é uma pequena área para fazer uma pequena área de recreação, botar algum equipamento recreativo, para crianças e tal. Então, a RGP 6 é favorável, acompanhando o parecer do relator. Obrigado. **Germano**

Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS: Obrigado, Conselheiro Gomes, pelo relato de vista. Na sequência eu consulto o Conselheiro Mark se vai fazer o relato de vista? **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Sim, vou fazer um relato de vista, Presidente. Eu vou passar a ler meus apontamentos. Sempre levando em conta isso que o Conselheiro Gomes falou, que a Conselheira Vaneska também comentou, a questão do respeito que nós mantemos aqui nas nossas reuniões, que é muito importante. E eu trabalho com informação, não tive a oportunidade, como o Conselheiro Gomes relatou agora, de realizar uma visita ao imóvel, aquela área. Inclusive, me não imaginava que havia uma área residual, assim como ele aponta, que é uma observação importante e que dentro do processo até o momento isso não estava consignado. Eu vou ler, então, as minhas anotações: *Iniciei minha leitura desta documentação pelo parecer do Colega Conselheiro Jackson, Representante da RGP 3, que cita a PGM, Nota Técnica 358/2020, há referências às solicitações da comunidade local. É citado o Ministério Público Estadual, a Promotoria de Justiça, Habitação, Defesa de Ordem Urbanística e a PGM informa que visa atender uma demanda do MPE. Vistoriei toda a documentação oferecida para exame e não encontrei o pedido formulado pela comunidade, assim como não encontrei o Inquérito Civil do MPE, que é mencionado. Considero que os dois documentos são essenciais para a formação de um correto juízo acerca do assunto. Não trabalho nesse tema em meu dia a dia e se ocorrem citações a documentos, estes deveriam estar disponíveis para análise*. Eu lamento realmente que isso não esteja integrado ao processo que nós fomos examinar. (Segue): *Percorrendo o processo vi que a SMDE solicitou alteração do gravame em 12.09.2019, assinou o Sr. Artur Ribas, Gestor. Depois Maria Paula Ludke Regal, Técnica Responsável, em 07.10.2019 solicita à EPTC e SMAMS, análise da proposta de alteração de gravame. A EPTC manifestou acordo no dia 16.12.2019, assina o Sr. Julio Cezar Miranda, Técnico Responsável. A SMDE encaminha para SMAMS em 04.09.2020, assina Gisele Coelho Vargas, Supervisora, e encaminha ao CMDUA. A Patrícia Silva Tschoepke, Diretora Geral, em 27.11.2020, encaminhou o processo que foi distribuído para a RGP 3 em 16.12.2020. Constatei que muitos funcionários da PMPA participaram de fases desse processo, aprovando-as, e como tem familiaridade com as questões não requerem tais documentos. Percebo também que muitas vezes esses mesmos funcionários atuam como Conselheiros/Conselheiras do CMDUA, votando favorável ao que já iniciaram/operaram antes. Meu Relato de Vista:* ***VOTO CONTRÁRIO****, pois não disponho de elementos importantes. Com o acesso pleno e o melhor entendimento posso alterar minha posição. Sessão do dia 23 de fevereiro de 2021.* Era esse o meu relato, Secretário. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Mark, pela manifestação, seu posicionamento. Então, Senhores Conselheiros, superados os momentos de relato, vista, a apresentação da Empresa de Planejamento, eu encaminho o presente expediente para debate. Consulto se temos conselheiros inscritos para debater o presente processo ou podemos encaminhar para votação? Conselheiro Dal Molin. Mais algum inscrito? Conselheira Claudete. Mais algum conselho inscrito? Não havendo mais inscritos encerro a inscrição para o debate. Conselheiro Felisberto inscrito Então, encerro a inscrição para o debate e abro a palavra para o Conselheiro Dal Molin, 2 minutos. **DEBATE DO EXPEDIENTE: Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Boa noite a todos. Eu gostaria só de chamar atenção sobre esse processo, que é um processo desgravame de uma área a pedido de uma comunidade. Então, infelizmente, a gente tem que se ater a essa parte legalista, que a gente tem que

atender ou não um desgravame de um traçado ou gravame de um traçado sem se importar, porque o processo também não nos permite saber o que vai acontecer com o espaço residual, que muito bem o Arquiteto Chico Gomes falou no seu relato, que vai sobrar um espaço que seria interessante que a SMAMS fizesse um *playground*, alguma coisa. É aquela coisa que a gente chama de "desenho urbano", que se não está previsto no Plano Diretor, se não está em nenhuma regra e tal, como muitas vezes a gente tem no nosso Plano Diretor larguras de vias e tal, a Prefeitura começou também a adotar a questão de fachadas ativas há pouco tempo e se preocupando um pouco mais com essa questão da cidade. Então, não sei se é do âmbito da SMAMS incluir também nesta parte essa solução do espaço residual que fica, para que não seja simplesmente resolver um problema em parte, porque a outra parte que sobra pode ser invadida, pode virar depósito de lixo, pode virar qualquer coisa. Entendeu? Então, o Arquiteto Chico Gomes tem toda razão, que a gente tem que se preocupar um pouquinho mais com essa questão do desenho urbano nesse local. Então, fica o meu apelo que se não tem a diretriz, se não tem alguma coisa no Plano Diretor que estabeleça, apelar para a Secretaria do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade, que possa resolver o problema integralmente para essa comunidade. Muito obrigado. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Pois, então, eu não posso deixar de ressaltar a importância do questionamento que o Conselheiro Mark traz, no sentido de que controle social nós exercemos se nós não temos o acesso à informação? Em que pese o Secretário diria que assim, como sempre ocorre, que nós temos a Secretaria, que está disponível, que pode dar vista ao processo, mas eu posso citar dois exemplos: o processo do Internacional, que levou mais de um ano para conseguir vista, porque ele simplesmente evaporou da nossa pauta e nós não sabíamos. E o expediente de EVU do Mato Sampaio, que a Conselheira Tânia vem há meses solicitando. Então, preocupa-nos isso, como tem que ser tratado aqui dentro, que nós não temos acesso à informação. A segunda coisa que eu não posso deixar de colocar nesse processo é o tipo de planejamento que está sendo efetuado. Veja que essa área é uma área do poder público, que não tem função social nenhuma e que não é dado nenhum planejamento. E mesmo a proposta que é trazida aqui, veja-se que ela não é completa, ou seja, não existe um olhar público sobre a cidade. Como bem se ressaltava antes, parece que a gente tem muita preocupação com o privado, com os empreendimentos privados, mas o olhar do público está muito deficitário. E depois nós somos criticados porque nós invocamos isso e não quer dizer que os técnicos não sejam bons, quer dizer que está faltando gestão, está faltando planejamento. Há quantos anos esse terreno foi doado e não exerceu nenhuma função. E quando ele foi doado era apto para servir ao equipamento comunitário e agora ele não serve mais, ficam esses questionamentos. E, importante ainda colocar, que comunidade é essa que foi ouvida? Eu sei que aqui nós temos o representante da região, que é o Conselheiro Jackson, mas que comunidade é essa que tem que dispor sobre esse terreno? É apenas o beco ali do fundo ou é toda a comunidade? Seriam essas as minhas considerações e gostaria de esclarecimentos. Obrigada. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu peço escusas se eu cometi algum deslize no meu comentário, é porque eu não analisei com profundidade. Então, eu queria apenas alguns esclarecimentos. Esse acesso faz parte de um loteamento? Vai dar frente para algumas moradias? Qual é o estado, as matrículas dessa área? Muitas vezes a gente tem uma abertura, um loteamento feito irregularmente e depois se pede uma abertura de uma via, ou um desgravame, ou um gravame. Então, é isso, essa é a minha dúvida principal com relação se há matrícula e se houve, também como a Claudete e o Mark levantaram, qual a comunidade que foi ouvida? Então, são essas as ponderações, no sentido de como nós

podemos ter um planejamento da cidade em que haja participação efetiva das pessoas. Então, é importante a gente ter acesso amplo e democrático dos processos. Era isso e obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto, pela manifestação. Na sequência a gente tem o Conselheiro Jackson, naturalmente, inscrito. Não sei se o conselheiro quer fazer alguma complementação? Em sendo o relator a gente inscreve, automaticamente, para falar por último. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** O questionamento que o Mark fez eu também levantei com relação ao que o MP estava questionando, só que eu entendo que, certamente, talvez esse inquérito seja de sigilo ou não, enfim, entendo que deveria ter sido anexado desde o início do processo, lá onde o colega Artur abre o processo com um despacho. Eu reli todo o processo, e como em vista no local, até depois de ter feito o reato, porque tive questões profissionais para fazer na região, então, eu entendi que o meu relato permanece como favorável pelo o que eu vi lá. Lastimo não ter fotos aqui, porque eu não fiz para mostrar a vocês. Eu acho que a apresentação da colega foi muito clara e muito feliz já pela segunda vez. Era isso. Eu concordo com a Claudete também, acho que nós precisamos ter mais subsídios, talvez mais tempo. Essa questão do processo do Internacional é outra que chama atenção também, mas quando chegar na pauta a gente vai discutir melhor. Era isso. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Relator. Então, feito o seu relato, manifestando-se favorável à aprovação do expediente. Nesse sentido, encerrados os debates, abro à votação do Item 4.6 da pauta, gravame de traçado viário, com relato favorável do Conselheiro representante da Região de Planejamento 3. Consulto a representante do DEMHAB quando vota, favorável ou contrária ao parecer do relator? **VOTAÇÃO DO EXPEDIENTE: Lisiane Sartori Fioravanço Magni (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Favorável. **Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Favorável. **Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP:** Favorável. **Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN:** Favorável. **Carolina Wallau de Oliveira Kessler (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Favorável. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Favorável. **Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM:** Favorável. **Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Favorável. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Favorável. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Abstenção. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Favorável. **Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Favorável. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Abstenção. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Abstenção. **Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Favorável. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Favorável. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Contrário (Relato de vista). **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Contrário. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento**

Dois – RGP. 2: Favorável. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Relator – Parecer favorável. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Contrária. **Ricardo Angelini, (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Favorável. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Favorável (Relato de vista). **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Favorável. **Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** Favorável. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Favorável. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Temos 03 votos contrários, 03 abstenções e 20 votos favoráveis. **APROVADO O PARECER FAVORÁVEL AO GRAVAME DE TRAÇADO VIÁRIO**. Então, o Item 4.7 está em diligência. Passamos ao **ITEM 4.8: EXPEDIENTE 19.0.00066828-4 – CFL PARTICIPAÇÕES E INCORPORAÇÕES**, Estudo de Viabilidade Urbanística na Avenida Marechal Andréa, 350. O relato foi feito pela Conselheira Representante da Secretaria do Meio Ambiente e Urbanismo e a partir do relato tivemos solicitações de relatos de vista de 9 conselheiros. Então, certamente, o processo vai avançar bastante na pauta, não sei se a gente consegue vencer todos os relatos de vista na data de hoje, mas vamos inaugurar aqui, para que a gente retome o assunto do que se trata. Então, peço para Equipe do Planejamento fazer uma apresentação para nós e na sequência consulto a relatora. **Maria Paula Ludke Regal, Equipe de Planejamento/SMAMUS:** Então, a gente vai tratar do Processo SEI 19.0.00066828-4. Ele trata de EVU, as etapas registradas são a solicitação, os pareceres e as adequações. O processo trata do Projeto Especial de Impacto Urbano de 2º grau, que está localizado na Avenida Marechal Andrea, Rua 14 de Julho, Rua Frei Caneca, Rua Barão do Rio Branco, Rua Líbero Badaró e Av. Nilo Peçanha. O empreendimentos está localizado na RGP 2, no Bairro Boa Vista. No terceiro mapa a gente indica o traçado viário existente antes, sobre a área da gleba. Aqui a gente apresenta a localização do terreno sobre um mapa de satélite e a prancha de implantação do projeto. A vista aérea da proposta também, modelo 3D. Aqui seguem listadas as secretarias que se manifestam com suas análises técnicas: SMDE, SMAMS, SMIM, SMED, SMS, PGM, SMC e SMF. Dentre as adequações solicitadas estão as da EPTC, que solicita a execução de traçado projetado e prolongamento da ciclovia até a Nilo Peçanha, além da compatibilização da sinalização viária e atendimento na legislação pertinente; ou seja, da Lei Complementar nº 626, que trata do Plano Diretor Cicloviário e da Resolução nº 02/2017. As adequações solicitadas pela SMAMS inclui a solicitação do projeto de arborização interna do empreendimento, memorial descritivo referente ao projeto da obra, que demonstra a configuração atual do terreno e soluções para consertos de acidentes de natureza geotécnica. Ainda nas adequações solicitadas pela SMAMS estão listadas a arborização da área de lazer, protocolar o projeto de praça após 30 dias da assinatura do trâmite do termo de compromisso. E deixa claro que a obra da praça deverá ser concluída antes da solicitação de Habite-se. Quanto ao pedido de adequação da SMDE, listas de condicionantes de aprovação do projeto, a atualização dos gravames do Plano Diretor e aprovação do projeto de ciclovia. O licenciamento do projeto fica condicionado à assinatura do termo de compromisso do reassentamento das famílias da Vila Caddie. A cada duplicação fica condicionada a execução de todos os passeios públicos, com os quais o imóvel faz frente. O DEMHAB vai acompanhar e orientar os processos de reassentamento através da compra assistida, que é o Programa Bônus Moradia, que será custeado pelo consórcio das empresas responsáveis pela implantação do empreendimento. Etapa de cadastramento

prévio está em andamento. Ao CMDUA em 19 de janeiro, teve apresentação, parecer favorável e pedido de vista. No dia 09 de fevereiro apresentação do relato de vista. Obrigada pessoal. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado pela apresentação, Maria Paula, esclarecendo e relembrando do que se trata o assunto. Lembrando que o relato foi feito pela Secretaria do Meio Ambiente e Urbanismo. Eu consulto a relatora, Conselheira Vaneska... Temos uma Questão de Ordem da Conselheira Claudete, antes de passar para a relatora para nos retomar o tema. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Já precluiu, né, Secretário. Obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Claudete. Conselheiro Vaneska. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Eu separei aqui algumas informações, revisando o relatório, que foi feito pela Conselheira Patrícia na última reunião do Conselho, foi bem extenso, abordando todas as informações técnicas que foram considerados na construção do processo. Como nós recebemos contribuições do Conselheiro da Universidade sobre alguns aspectos a serem considerados da proposta, nós organizamos alguns tópicos para dar um retorno sobre o que foi questionado, buscando trazer um pouco mais de informação para instrumentar o nosso debate na data de hoje. Então, nós organizamos aqui, estão algumas imagens ilustrativas e nós colocamos algumas considerações sobre os aspectos que foram apontados nesse documento técnico, que foi encaminhado ali com relação à dimensão técnica, em relação aos pontos que foram abordados pelo Conselheiro. Então, nós dividirmos de certa forma em dois itens, o que foi apresentado pelo Conselheiro, em termos de estruturação urbana ele coloca duas questões, uma questão que é com relação ao viário de ligação da Rua Frei Caneca e o acesso à Vila Caddie. E outra dimensão que nós anotamos algumas contribuições para o debate é com relação à qualidade do espaço urbano, aí mencionado enquanto qualidade espacial da Avenida Marechal Andréa. Nós invertemos um pouco os itens só para poder vir, porque em termos de fração urbana se achou interessante resgatar os testados viários que existiram para essa área, que é sempre um procedimento que é adotado para poder resgatar o que teve de traçado, o que fez com que resultasse nessas alternativas viárias que estão ali demonstradas no projeto, no EVU e na minuta de resolução. Então, com relação à localização, como está previsto, aqui a gente tem polígono maior, aqui onde fica a localização do Iguatemi. Vocês conseguem ver o meu mouse, acredito. Esse entroncamento que está destacado é o entroncamento da proximidade do projeto/expediente que está sendo debatido. Nós temos a Plínio, a Nilo e a Protásio Alves, essa conexão da Marechal Andreia entre a Plínio e a Nilo, e outra conexão que acabou não se realizando, hoje quem faz esse percurso da Nilo até a Protásio tem que fazer alguns caminhos alternativos, mas esse entroncamento é de certa forma o que seguinte vai discutir, apesar do projeto estar localizado um pouco mais recuado em relação a esse entroncamento. A divisão dos lotes na região para também trazer o debate com relação ao que está sendo proposto de articulação viária e o que existe do parcelamento. No levantamento, então, buscou-se como era a localização e articulação no mapa topográfico de 39, 41... Não vou me estender muito para poder passar essa parte um pouco mais rápido para fazer os apontamentos. Acredito que o mais importante aqui de todo esse histórico, que demonstra as articulações viárias, é este mapa, onde a gente tem que a articulação estava sendo prevista até antes da década de 90, como uma ligação em um ângulo um pouco mais reto. E nessa resolução de 1998 se fez, então, um traçado onde ela tentava estabelecer essa conexão mais direta, aí sim nós entendemos que dessa forma, priorizando o trânsito de veículos, e por isso que se dá na

alternativa uma solução intermediária entre esses dois cenários. Então, o cenário que existia anteriormente à década de 90, que foi consolidado nessa resolução. Tivemos outras resoluções que dão conta mais da dimensão do gabarito dessa via, como ela foi discutida e aqui, de fato, sendo colocado como solução viária no EVU e na minuta de resolução. é importante dizer que os dois estão transitando em paralelo, porque um depende do outro. Então, com relação a essa articulação que, inicialmente, era prevista muito mais no sentido de dar continuidade, onde a gente já demonstrou naquele outro mapa, que a partir da Nilo ela fica comprometida no cenário de hoje. Então, trazendo esse desenho de forma que possa conectar diretamente com essa via que fica lateral ali nos fundos desse quarteirão. Aqui imagino que a gente tenha o limite das subunidades, que também estão sendo revisadas no sentido de estabelecer qual regime urbanístico. Como eu vi que essa questão que não foi discutida, tem algumas informações sobre o regime, mas eu estou pontuando mais as questões que foram abordadas nesse despacho, nesse parecer que foi feito pelo representante da universidade. Então, essa situação aqui, o 01, é a situação de como ela está prevista hoje no sistema viário. E essa segunda situação é a situação proposta atual nesse processo que está tramitando. Com relação a essa articulação, posicionando ali o EVU que está sendo discutido com relação ao parcelamento que existe hoje, essa base que vocês estão vendo aqui em cinza é dos lotes fiscais da Fazenda, é uma base que a gente utiliza para verificar a estrutura fundiária versus a conexão viária. E aqui, já colocando esse redesenho, até colocando que foi algo foi alvo de debate na própria comissão, considerando esse papel da Frei Caneca também, como a área da Marechal Andréa, uma solução intermediária, que também conectasse na continuidade desse outro quarteirão, mas evitando aquele desenho que gerava mais área residual, que era esse original atual hoje do nosso plano. Importante também uma informação que a gente verificou fazendo levantamento das informações, que não tinha sido ainda presente no relato da conselheira, que existe já uma solução também com relação à drenagem do terreno do entorno imediato. Aqui também, como um projeto de extensão de rede já aprovado, considerando esse traçado. Com relação ao projeto, essa talvez tenha sido a imagem onde nós achamos mais claro para fazer algumas demonstrações, que talvez não tenha ficado tão claras na demonstração do projeto. Isso foi bastante discutido na comissão, liberal o térreo para que não tivesse essa quantidade de estacionamentos que vocês estão vendo aqui, que estão sendo colocados nos subsolos, foi alvo de discussão, para que pudesse qualificar o entorno colocando atividades que, de certa forma, promovam uma animação maior, que são atividades de áreas comuns dos condomínios, também criando alguns percursos de pedestres, buscando encurtar as distâncias estabelecidas pela conformação desse quarteirão ali nesse território. Eu também anotei algumas outras questões aqui, com relação à questão habitacional, que também estava sendo ponderada, aí a questão – por que esse equipamento? Por que não a solução no local? Independente, sem julgar o mérito da decisão julgada, a gente entende que devem ser previstos parâmetros para o caso de realocação de famílias, ali é colocado muito em questão de segurança da insalubridade. E isso novamente eu vou bater na tecla da ausência de regulamentação, e prever regras que estabeleçam relações de proximidade em relação à ocupação original para realocação das famílias. Atualmente o planejamento não está integrado nessas decisões, idem para os modelos tipos morfológicos, que eu acredito que o professor colocou muito bem que poderiam ser melhor pensados para estarem integrados e não precisam de forma em absoluto ser um problema ou gerar conflito com o entorno do empreendimento. Com relação à praça a gente tem essa articulação, ela também tem uma possibilidade de conexão com outras áreas que nós entendemos que ao longo do tempo vão se estruturar, que são áreas ainda em transformação nessa região.

Com relação à confirmação, falando especificamente com relação à qualidade espacial na Avenida Marechal Andréa, que também foi uma questão de batida, também pontuada ali. Nós entendemos que, conforme foi exposto no documento apresentado, a previsão de parâmetros mínimos relacionados ao número de acessos, eles poderiam contribuir para essa animação pretendida e que poderiam ajudar a superar o que nós estamos chamando que seria uma herança morfológica, que foi estabelecida pela origem do parcelamento, porque nós temos ali de certa forma, como estado, temos lotes talvez em outro tipo de configuração que geraram mais acessos ao longo dos quarteirões, em algumas partes da via. Então, a gente entende que as métricas que foram citadas em relação à permeabilidade, com relação à constituição do espaço, elas podem contribuir para a especificação e regulamentação de padrões de projetos urbanos. Então, novamente, também, algo que poderia nos instrumentar para a gente poder estabelecer esses procedimentos que pudessem trazer essa qualidade. Hoje a nossa legislação não tem previsão... (Sinalização de tempo esgotado). Eu vou dar uma finalizada nesse último item, que é bem importante, que a gente não tem uma previsão na legislação urbanística vigente que nos permita regulamentar. Eu vejo que é muito citada essa questão, tanto das fachadas ativas quanto das ruas completas. Então, isso tem que ser também especificado para que no sistema municipal de gestão a gente possa aplicar. E só colocar que a gente está trabalhando na tipificação das ruas para poder prever parâmetros adequados e discutir isso no âmbito da revisão do plano. Eu não sei que eu posso só finalizar, porque acho que também teve um questionamento com relação o partido proposto e nesse sentido a gente entende, que daí novamente entra em discussão aquela questão autoral, mas que a gente também entende que a solução que está sendo pensada de trabalhar com gabaritos dos quarteirões pode nos ajudar a ter um modelo melhor para discutir os limites ou o mínimo que essa tipologia deveria obedecer com relação a sua volumetria e sua relação com os espaços abertos para poder qualificar o entorno. Eu vou finalizar neste momento, mas me coloco à disposição para os questionamentos, se eu puder esclarecer qualquer outra questão que tenha ficado. Desculpa porque tomei tempo, mas foi difícil em tão pouco tempo. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem. Obrigado, Conselheira Vaneska, por nos trazer o tema novamente para a discussão. Na sequência a gente tem os relatos de vista, temos 9 inscritos para os relatos de vista. Eu começo com o Conselheiro da Região de Planejamento 2, o Conselheiro Adroaldo, perguntando se vai fazer relato de vista do presente expediente. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Presidente, eu gostaria antes de fazer uma proposição, esse é um processo muito complexo e a cada dia ele está se movimentando. Eu tenho um relato, não está concluído, mas gostaria de finalizar depois do debate de todos, da apresentação de todos. É um processo que não dá para a gente discutir apenas com 40 minutos talvez agora, com 30 minutos. Então, ou eu fico para um próximo momento para fazer este relato, eu posso comentar algumas coisas que eu acho importante que a gente tenha que debater em conjunto. Não é só aprovar este processo, a Prefeitura tem que dizer para a gente, principalmente para o Conselho e para a comunidade, como que vai trabalhar junto àquela comunidade lá na remoção e organizar dela. Seria irresponsabilidade do Conselho aprovar um processo desta importância apenas em 30, 40 minutos. Então, a minha proposta é esta, tenho o material, não está concluído e a cada dia e movimenta o processo. E tem alguns pontos que eu gostaria, se o senhor me der espaço eu até falo agora. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Sim, Conselheiro, pode fazer uso dos seus 10 minutos, depois trazer por escrito o seu relato, como prevê o regimento interno. Na

sequência a gente vai abrir para os demais conselheiros inscritos. Se não vencermos o assunto na data de hoje a gente vai parar naquele relato e na próxima reunião a partir dos relatos dos demais conselheiros inscritos, depois colocaremos em discussão, que novamente o senhor vai ter oportunidade, após os demais relatos, de fazer o seu julgamento com relação ao posicionamento do processo. Tem uma Questão de Ordem do Conselheiro Saffer. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Uma das situações tu já me esclareceste, eu estava preocupado com o tempo, mas eu estou entendendo que se nós não terminarmos a gente vamos continuar a conversar na próxima reunião. Com certeza não vamos esgotar esse assunto hoje. A outra coisa que eu queria sugerir, assim, como a Vaneska falou, porque recebeu um parecer por escrito, hoje a gente começou a receber alguns outros, eu acho interessante a Vaneska fazer o que fez com este parecer e depois de todos esses relatos de vista, se tiver esclarecimentos, que fizesse no final. Eu sei que o relator tem a vez no final, mas não só como o relatório, mas como uma questão de esclarecimentos das questões que possam surgir. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Saffer. Questão de Ordem do Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** A minha Questão de Ordem é no sentido assim, eu achei, não sei, talvez esteja errado na minha ponderação, mas eu acho que determinadas considerações sem pedido de vista deve ser colocado no debate e não alterar todo um processo de vista que já tramitava. E aí se acha maneira de colocar algumas indagações, quando poderia ter colado no debate. Isso causa um prejuízo a quem fez uma análise, tanto humana e sociológica da comunidade que vive ali. Em nenhum momento nesse processo a gente vê uma preocupação com as famílias, com a Vila Caddie. É sempre o tráfego, a mobilidade urbana, e a mobilidade humana? E o pertencimento dessas famílias no local? Onde é avaliado? Quando será avaliado? Então, a minha Questão de Ordem é que não se permita mais considerações a não ser no debate, porque isso é alterar todo o processo de discussão e de pareceres de vista já elaborados. Eu quero relatar o meu parecer de vista hoje. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro, com razão. É importante dizer que o relato de vista tem previsão, é regimental, tem que trazer por escrito e a gente, de qualquer forma, vai dar a palavra ao Conselheiro Adroaldo para fazer a manifestação dele e depois seguimos para os demais relatos de vista e dando sequência ao debate. Conselheiro Darci, só uma Questão de Ordem. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Eu tenho aula às 8:30, eu tenho medo que esta reunião aqui se prolongue até muito próximo das 8:30. E como todo mundo sabe, para poder dar aula por 1 hora e meia durante a noite, a gente precisa de uns minutinhos com a cabeça um pouquinho mais arejada, tomar uma aguinha para poder ir para a aula. Então, eu pediria, se fosse possível, que o primeiro relato de vista fosse o meu. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Se não houver oposição dos demais conselheiros há possibilidade da gente inverter o relato de vista. Só vou deixar o Conselheiro Adroaldo concluir, que iniciou. Tem uma Questão de Ordem do Conselheiro Rafael. Não estamos ouvindo. Então, escreve no chat. Nesse sentido, Conselheiro Adroaldo, naturalmente, o regimento prevê que o relato de vista seja por escrito, mas peço para lhe dar a palavra e concluir, que o senhor não trouxe por escrito para fazer a sua manifestação. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Eu quis dizer, Presidente, o seguinte, eu não vou fazer o relato de vista agora, seria fazer algumas considerações. **Germano**

Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS: O debate, então. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** O relato não está concluído, eu não posso neste momento colocar como concluído. Seria importante ceder o espaço ao Conselheiro Campani, depois o Conselheiro Felisberto, que acredito que nós não vamos encerrar hoje esse debate. Se o senhor quer ouvir o que eu tenho a dizer não tem problema. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Vamos deixar para o debate, então, e aí a gente ouve o relato de vista do Conselheiro Darci**. RELATOS DE VISTA: Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Eu faço o relato transcrevendo o art. 44 do Plano Diretor da Cidade de Porto Alegre, Lei nº 646/2010. Esse artigo está no capítulo dos mecanismos de participação na gestão, informação e da avaliação. O art. 44 tem a seguinte redação do seu *caput*: "Além da participação global da comunidade na gestão do planejamento urbano, a qual se dará por meio do CMDUA..." Ou seja, nós do CMDUA neste *caput* somos tratados como participação global da comunidade. Então, além desta participação fica assegurada a participação comunitária em nível regional e local. Essa redação foi dada na Lei Complementar nº 646, de 20 de julho de 2010. Então, já não é lá da redação original, já é, inclusive, de alteração feita em 2010. Para garantir a gestão democrática da cidade, que saliento em negrito que é para garantir a gestão, aqui não diz que a gestão democrática é algo que talvez ou quem sabe, né, vamos pensar se a gente vai fazer ou não. É para garantir a gestão democrática da cidade, deverão... É "deverão" e não "poderão", deverão ser utilizados entre outros os seguintes instrumentos: "representação em órgãos colegiados da política urbana, divulgação de informações de empreendimentos e atividades". E no seu Inciso III debates, consultas e audiências públicas. Esse inciso inteiro foi também incluído em 2010 na Lei Complementar nº 646. Tem o Inciso IV, que é a questão das conferências municipais, que não é o caso aqui. E inciso V, iniciativa popular, projeto de lei que também não é o caso aqui. no § 2º, para projetos especiais de impacto urbano fica assegurado o referido no art. 2º, que seria a divulgação de informações, mas também não é o caso aqui, mas no seu no seu § 3º - Os instrumentos previstos no Inciso III; que é aquele lá de debates consultas e audiências públicas do art. 1º, deste artigo serão utilizados. A palavra é "serão utilizados", não é "poderão ser utilizados". Está escrito "serão utilizados nos projetos especiais de impacto urbano de segundo e terceiro grau". Pelo que eu saiba este é de segundo grau. Isso é a transcrição literal, com a minha acentuação, com os meus comentários, mas é a transcrição literal da lei do Plano Diretor de Porto Alegre. Agora vêm os meus comentários. O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental, assim como o Estatuto das Cidades tem um componente legal muito claro quanto à opção por uma visão participativa da gestão dos processos e decisões. Aliás, a legislação é inovadora, pois não aponta somente a participação. Isso é uma análise que eu faço, porque é uma das aulas que eu dou aos meus alunos lá, quando eu falo na evolução do processo legislativo brasileiro, quando analiso a política nacional de meio ambiente, que é 81, depois analiso a política de saúde, que é de 90, depois a política de recursos hídricos, a política do Estatuto da Cidade, a política de saneamento básico e a política de resíduos sólidos, a legislação brasileira é clara, ela sofreu ou recebeu uma evolução claríssima na questão da discussão da participação. Então, eu estou dizendo que a legislação é inovadora, pois não aponta somente a participação, mas sim aponta claramente o controle social da gestão. E é isso que tem nessa avaliação que eu faço com os meus alunos em aula. Exatamente é uma coisa que fica claríssima, a lei de 81 não fala em controle social, já as leis a partir de 1990 começam a falar em controle social, quando no seu artigo 4º, do Estatuto da Cidade,

lista os instrumentos a serem utilizados, que poderão ser utilizados, a serem utilizados na gestão urbana. E dentro deste art. 4º, no § 3º, aponta o controle social. Então, está aí a inovação que traz o estatuto das cidades e já as outras legislações como a política nacional de saneamento, a política nacional de resíduos sólidos, todos eles repetem a palavra "controle social" e incluem o controle social como um dos instrumentos da política nacional no seu tema lá. Ainda no art. 42 do Estatuto da Cidade, determina que o Plano Diretor tem que conter, e aí vem os incisos que têm que conter, no Inciso III o sistema de acompanhamento e controle. O controle social passa a ser uma coisa que está na legislação brasileira, não mais como uma opção, como um "pudesse", como "poderia", está como "tem que ter o sistema de controle". No caso em tela, a aplicação do art. 44 do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental deixa claro que nós CMDUA devemos ser os guardiões da garantia de que o processo participativo seja assegurado. Essa palavra "assegurado"eu botei em negrito, porque é a palavra que está lá, nós temos que assegurar, a lei determina que nós temos que assegurar o processo participativo. Sendo que em seu § 3º deixa claro que serão utilizados, "serão utilizados" eu coloquei em negrito e ainda aumentei o tamanho do tipo para destacar bem que serão utilizados, quando a gente diz que "serão" é uma obrigação, não é "poderão ser utilizados", "serão utilizados os instrumentos previstos no Inciso III de debate, consulta ou audiência". Logicamente, com a comunidade local, isso a gente tem que botar lá no *caput*, porque o *caput* diz que existe o Conselho do Plano Diretor, que é unidade geral e os incisos e parágrafos que vêm após é para a comunidade local, como aponta o *caput* do art. 44, pois este mesmo assegura tal participação. A palavra "assegura" está lá escrita. E para a palavra "assegurar" não cabe interpretação ou tergiversação. Senhores Conselheiros, pelo grau de influência que o projeto representa para a população local, sobre parecer que a medida correta é a da audiência pública, pois que, inclusive, resguarda as autoridades públicas envolvidas de maior respaldo legal. Meu parecer é que a lei é clara, não tem tergiversação, desde o seu *caput* do art. 44, que assegura a participação da comunidade local no processo de discussão e no seu § 3º, Inciso III. A única coisa que caberia a nós enquanto Conselho seria escolher um dos três elementos que tem ali: debates, reuniões ou audiência pública. Pela seriedade, e acho que algumas conversas estão tendo aqui no chat, pelo envolvimento que tem da população que ali mora e que parece que essa população não entrou assim, a gente vê aquele monte de ruazinhas que passam para cá, ruazinha que passa para lá e não entra a avaliação das pessoas que estão ali. A lei diz que essas pessoas têm garantido o direito, assegura, a palavra que está lá é "assegura a participação". A única coisa que a gente pode dizer é que a gente vai fazer um debate com a comunidade. São três categorias, a segunda me esqueci, ou audiência pública. Particularmente, eu estou aqui como autoridade pública, o Conselho, membro de conselho é autoridade pública. Nós temos responsabilidades civis naquilo que a gente vota aqui, e, infelizmente, o processo que veio da Prefeitura, veio muito mal embasado, sem conteúdo, sem aquilo que o que realmente foi perguntado não foi respondido. Nós quando votamos temos responsabilidade sobre o que a gente está votando. A lei é clara, não tem que tergiversar. A população tem direito a uma audiência pública, se não quiser fazer audiência pública pelo menos que se atenda um dos três itens ali do inciso III. Isso aí não tenho a mínima dúvida que nós guardiões do Plano Diretor que somos enquanto eleitos pelas comunidades, pelas nossas entidades, nós aqui não poderíamos votar qualquer coisa sem que antes o inciso III do art. 42 da lei do Plano Diretor fosse respeitado. Este Conselho tem que assumir e este Conselho como guardião do Plano Diretor tem que através do seu Secretário, através do seu Presidente organizar essa audiência pública. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e**

Sustentabilidade – SMAMUS: Obrigado pela sua manifestação, Conselheiro Darci, relato de vista, seu posicionamento enquanto representante de entidade eleita aqui no Conselho do Plano. Na sequência a gente tem o Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu vou começar a leitura dele: "Parecer de Vista RGP 1, Expediente 002.313524.00.1, SEI 19.0.000066828-4, SEI 20.0.000072030-6, objeto: EVU de parcelamento com edificação, cumulada com alteração de diretrizes e gravames. A presente análise terá como foco a oportunidade da proposta urbanística apresentada pelo interessado e na dita solução para a situação das famílias da Vila Caddie. Inicialmente, quer nos parecer, salvo melhor juízo, e a *máxima vênia*, que a comunidade foi excluída de qualquer discussão, quer no MP, quer no processo de ação civil pública. E nesse processo está sendo excluída mais uma vez, conforme podemos observar nesse expediente. Antes de entrarmos no enfoque essa exclusão, reproduzo abaixo o seguinte". Eu vou fazer a leitura de um trabalho que foi feito pela UNISINOS, viabilizando o assentamento das famílias. Então, começo a leitura: "O clube de golfe tem uma influência importante na rotina dos moradores. O pequeno negócio que a 'dona A.' exerce em sua casa fica fechado na segunda-feira, esse é o único dia que o Country Club não funciona. Logo, é considerado dia de folga na comunidade. Além disso, muitos *caddies* e crianças residentes da Vila Caddie são também golfistas. Isso é um aspecto interessante, a simbiose que se dá entre o clube ali de um nível alto com uma comunidade considerada baixa. Eles, frequentemente, são presenteados com equipamentos desportivos pelos sócios do clube. 'Dona A.' ainda ressaltou que o clube cedeu para alguns dos moradores sua fossa sanitária, assim diminuiu gradativamente o problema do escoamento de dejetos na comunidade. O fornecimento de água e energia elétrica para a Vila Caddie é totalmente improvisada, a energia elétrica que chega na casa das pessoas é bastante irregular. Durante a entrevista com 'Dona A.' a luminosidade emitida por uma lâmpada em sua casa variava em intensidade. Também é frequente que os eletrodomésticos dos moradores queime. 'Dona A.' já tentou repetidamente conseguir um fornecimento adequado de água e energia perante os órgãos públicos, mas não obteve sucesso. Isso é paradoxal e proposital para inviabilizar a permanência das famílias ali. Este é outro tema que este Conselho tem que se debruçar. Segundo 'Dona A.'os moradores da comunidade apresentam (Inaudível/interferência no áudio) de colaboração entre si, muitos possuem laços de parentesco e em algum caso de emergência todos buscam ajudar. Se alguém precisa pegar um táxi para ir para o hospital todos contribuem, se alguém fica doente todos vem visitar a pessoa e pergunta se pode ajudar em algo. Entretanto, essa mobilização e companheirismo não acontece quando a 'Dona A.' busca ajuda e ações que poderiam melhorar a qualidade de vida dos moradores. A Vila Caddie não possui nenhuma organização social dos moradores. 'Dona A.'relata que já tentou organizar algo semelhante, ela pediu ajuda aos moradores quando se direcionava à Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE ou ao Departamento Municipal de Água e Esgoto – DMAE, mas todos mantiveram comportamento desacreditado. Todos trabalham muito e estão cansados, não vão. Então, eu fiz esse relato para introduzir como que essa comunidade, além de ser excluída, os grandes projetos oprimem essa comunidade, que tem uma história nessa região. Continuando: Consoante pesquisa efetuada nas redes, encontramos cinco informações sobre a formação do núcleo urbano, denominado Vila Caddie, a qual teria sido constituída há mais de 100 anos, a partir da demanda de trabalho no country, lugar que dá nome à comunidade por serem os primeiros moradores *caddies*, em inglês, que seriam as pessoas responsáveis por carregar os tacos dos jogadores. Antigamente, a região onde a Vila Caddie está inserida era periférica em relação ao resto da cidade. Assim, com a qualificação da região, acabou se tornando uma zona central e de alto poder aquisitivo,

fatores que resultam em edifícios de grande altura e auto tráfego de veículos nas principais vias. A vila fica inserida em uma região nobre da capital gaúcha, no Bairro Boa Vista, pelo da divida com o Bairro Três Figueiras. As diferenças socioeconômicas entre os habitantes da comunidade e seu entorno são marcantes, segundo os dados da Prefeitura de Porto Alegre e do IBGE, censo de 2010 Porto Alegre 2015, o rendimento médio dos responsáveis por domicílio do Bairro da Boa Vista é de 11,99 salários mínimos. Já no Bairro Três Figueiras é de 17,67 salários mínimos. Não foram encontrados dados específicos sobre a renda dos habitantes da Vila Caddie. Contudo, empiricamente, observa-se que o número encontra-se bem abaixo da média geral desses bairros. Nas redondezas também se encontra outras comunidades de baixa renda, a poucos metros de distância, dentro do Bairro Três Figueiras encontra-se o Quilombo da Família Silva, o primeiro Quilombo legalizado no país, que abriu precedente para quilombos nacionais. E Vila Resvalo, figura 16, é do trabalho da universidade. Diversos estudos focados na formação do Quilombo da Família Silva descreve que os habitantes dessas três comunidades vizinhas compartilham características em comum. Esse é um dado fundamental, de pertencimento da comunidade, os frequentadores mais assíduos por parte da Família Silva são moradores das duas únicas comunidades de ocupação informal do seu entorno, a Vila Caddie e a Vila Resvalo, quais compartilham características comuns quanto à situação socioeconômica e cultural, bem como, laços de parentesco, compadrio, lazer e trabalho, mesmo que mantenham diferenças morfológicas e sociais diversas. Então, eu fiz essa introdução para agora discorrer sobre a Vila Caddie e a importância comunidade no tecido urbano, no desenho urbano desta cidade. Na verdade, fala-se tanto em desenho, tanto em cidades e esquecem dos moradores que lá estão há anos. Como pode-se ver a comunidade está inserida há mais de 100 anos no atual local, bem como, com relação ao Country Club. O crescimento da cidade acabou atingindo a comunidade sem incluir os benefícios do desenvolvimento urbano, quer social, cultural e econômico. Ao contrário de serem incluídas, está sendo ameaçada de expulsão da área, como recompensa, e aí é uma ironia, sendo oferecida a “compra assistida” e/ou “bônus moradia” como alternativa. Isso não é alternativa, isso é tirar as pessoas e não reconhecer os direitos que ela tem. Se a área for pública, o que não está bem claro aqui se a área é pública, a comunidade estaria abrindo da concessão do direito real de uso. Em nenhum momento foi defendido, nem no processo, faça-se justiça, na contestação da Prefeitura defenderam isso, defenderam o diretito da comunidade e que não foi aceito pela justiça a esclarecer. Então, estão pedindo que esclareça isso. Por outro lado, se a área for privada, que também não está claro, cabe às famílias o direito ao usucapião extraordinário ou urbano, tendo em vista a prescrição aquisitiva. É um direito que elas adquirem pelo tempo que elas estão lá em cima. Então, chama-se “prescrição aquisitiva”, que não foi levado em consideração em nenhum momento, conforme determina os artigos 1238 e 1242 do CPC, o usucapião urbano artigos 182 e 183 da Constituição Federal, quer no processo judicial, quer no MP. Também é importante levarmos em conta a questão do quilombo urbano, pois haveria relatos de relações de pertencimento ao Quilômetro Silva, quer por vínculo de parentesco, compadrio e etc., podendo a comunidade permanecer no local em um processo de inclusão social, cultural e econômico. E aí eu desafio os técnicos, tanto do DEMHAB, como da Prefeitura, a criar alternativas, um projeto que inclua e não de exclusão pelo lado mais simples. Então, tal circunstancia deveria ter sido analisada no processo judicial e no MP, porém isso não foi analisado, optando simplesmente pelo reassentamento das famílias sem levar em conta o seu pertencimento na comunidade e no local. Sendo assim entendo que tal situação deveria ser remetida à espera federal, pois se trata de quilombo urbano, aspectos jurídicos relevantes a esclarecer. Eu peço para esclarecer, é uma opinião minha que estou

colocando aqui. Dessa forma, solicito que esse processo seja remetido à PGM para que avalia essas abordagens, bem como se não cabe ação rescisória da ação civil pública, que é um dos argumentos para reassentar as famílias, dizendo que perderam a ação. Não, cabe ação, senão cabe ação rescisória e se discute o mérito da ação, ação decisória da ação civil pública, tendo em vista que a decisão transitou em julgado em 2020. Para entrar com a ação rescisória são necessários dois anos. Então, ainda está no prazo. Entendo também que o DEMHAB deve esclarecer quando foi feito o cadastramento das famílias, bem como estão as tratativas de compra assistida e o bônus moradia com o interessado, se houve a participação da comunidade. E por que não um projeto de inclusão da Vila Caddie no local, tendo em vista que há recursos gravados no OP nos anos de 1999 e 2001? Para finalizar, desculpe a veemência, desculpe todo o meu tom de voz, mas é necessário para defender essa comunidade e o direito dessas pessoas. Dessa forma, o Conselheiro da RGP 1, Felisberto Seabra Luisi, solicita que seja o presente expediente encaminhado à PGM para aprofundada análise do caso e ao DEMHAB para que informe quando foi feito o cadastramento das famílias da Vila Caddie, bem como, informe as tratativas com o interessado para a compra assistida e/o bônus moradia e se há ou houve a participação da comunidade, e o porquê não o processo de inclusão da Vila Caddie no local, tendo em vista que há recursos gravados no OP nos anos de 1999 e 2001. E aí já demonstra que eles estavam na área há mais de 20 anos. Então, 99 a 2021 são passados 21 anos, ou melhor, 22 anos. Então, está mais do que garantido o direito ao usucapião, se for área privada e recursos gravados no OP no ano de 99 e 2001, para posterior posicionamento e análise desse EVU neste Conselho.é o parecer de vista. Porto Alegre, 23 de fevereiro de 2021. Felisberto Seabra Luisi, Conselheiro Titular da RGP 1. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto, pelo reato de vista, a manifestação. Bom, são 20h02min já. Em função do avançado da hora a gente segue na próxima reunião com os relatos de vista e colocamos em discussão e votação o presente expediente. Obrigado mais uma vez pela noite, pelas discussões. Lembrando que o debate é sempre salutar, as manifestações diversas enriquecem o processo, temos visões distintas de cidade, posições diversas aí, mas é essa discussão que enrique todo o processo. Um abraço, boa noite. **(Encerram-se os trabalhos da plenária às 20h03min).**

Germano Bremm	**Secretária Executiva**
Presidente	**Relatora**

Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2021, ... retificações:

ATA EXTRAORDINÁRIA SEM QUORUM/2021

Aos onze dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte um, às dezoito horas, reuniram-se para reunião extraordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, via ZOOM, denominado PLENÁRIA VIRTUAL DO CMDUA, em razão do decreto municipal a fim de combater o coronavírus e a propagação da pandemia entre as pessoas, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: Lisiane Sartori Fioravanço Magni (1ª Suplente), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Júlio César Farias de Miranda (2ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Artur Ribas (Titular), **Gabinete do Prefeito – GP**; Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN**; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), **Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS**; e Carolina Wallau de Oliveira Kessler (1ª Suplente), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE**. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS:** Rômulo Krafta (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**; Darci Barnech Campani (Titular), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; e Fernando Martins Pereira (1º Suplente), **Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS**. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:** Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Tânia Maria dos Santos (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4**; Ricardo Angelini, (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; e Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP – HOCDUA. SECRETARIA EXECUTIVA:** Camila Maders Fonseca Coelho, **Secretaria Executiva da SMAMUS**; Patrícia C. Ribeiro, **Taquígrafa/Tachys Graphen**. **PAUTA: 1. Abertura; 2. Eleições** Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h15min. **1. ABERTURA. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Boa noite, Senhores Conselheiros. Estávamos aguardando o quórum, mas eu acho que em função do feriado de Carnaval, a convocação também em cima da hora, a gente convocou na quarta-feira. Então, prejudicou um pouco a mobilização. Eu vi que alguns conselheiros manifestaram a contrariedade no e-mail, a gente explicou um pouco o que seria o contexto da agenda de hoje, uma agenda bem informal, mais no sentido da gente colher contribuições para as próximas eleições. Nós tínhamos feito uma conversa sobre as eleições do Conselho, um pouco apreensivo com a questão da pandemia, a mobilização, a própria revisão do Plano Diretor. Vocês nos trouxeram algumas situações, a gente aqui tem refletido e eu queria fazer esse encontro hoje no sentido de externar a nossa diretriz que estamos buscando de talvez renovar ou postergar o mandato dos conselheiros e não produzir uma eleição ao longo deste ano. Uma, em função especialmente da pandemia, que nos prejudica um pouco o trabalho, o acesso às comunidades. Não adianta, a gente tem este prejuízo. Outra, que os conselheiros aqui eleições estão extremamente capacitados e preparados para poderem contribuir no processo de revisão do Plano Diretor. A gente sabe que tudo é um processo que a gente vai amadurecendo, de troca, de conhecimento, vai chegando a um nível mais de maturidade, que para poder fazer e contribuir com o debate. Então, eu acho que tem esses fatores somados, que nos dão essa

possibilidade da gente defender, como tem essa imposição legal de fazer eleição de 2 em 2 anos, para a gente da administração defender isso, esse posicionamento. Então, a gente queria ouvir um pouco os conselheiros, se é uma coisa de comum acordo, se há alguma contrariedade. Então, a gente não defenderia, mas se há um consenso ou a grande maioria, uma unanimidade em a gente encaminhar para esse sentido, aí me sinto à vontade de defender isso perante o Prefeito, perante os órgãos de controle, Ministério Público. É ai nesse sentido a reunião, porque como terça-feira é carnaval, também fica prejudicada a reunião. Edu já queria sentir um pouco isso dos conselheiros. A gente não tem quorum, então, nem estamos transmitindo ao vivo. É uma reunião mais informal para aqueles que puderem contribuir, para ouvir um pouco vocês, nesse sentido. Então, abro a palavra e na sequência a gente pode retomar, fazer uma reunião mais para frente, ordinária, onde estejam todos presentes, convocar com mais calma. Se alguém quiser se manifestar, depois a gente encerra, fiquem à vontade. Temos o Fernando e o Felisberto inscritos. Mais alguém? O Professor Rômulo, a Conselheira Tânia. Então, vamos abrir a palavra ao Conselheiro Fernando. **2. ELEIÇÕES. Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Boa noite, Secretário. Boa noite a todos os colegas conselheiros. Só para trocar essa ideia, eu acho muito salutar essa proposta de dar continuidade, uma vez que com todo este período de pandemia as próprias entidades ficaram um pouco desmobilizadas, não está tendo um atendimento físico ainda em muitas dessas entidades. A nossa é uma delas, retomou só este mês. Então, seria uma discussão um tanto quanto inócua neste momento tratar de eleição. E de qualquer forma, essa questão toda que nós estamos falando do Plano Diretor, das oficinas que tiveram, o trabalho que foi desenvolvido, tudo isso que foi apresentado, teria uma descontinuidade no caso uma eleição neste período. Eu acho que é muito prudente e salutar que se mantenha sim a prorrogação do mandato dos conselheiros atuais para que se tenha um trabalho mais contínuo e profícuo em relação a tudo que está acontecendo. Mais para expressar a minha opinião com relação a isso. Obrigado! **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Fernando. Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Bom tarde a todos e a todas. Primeiro, eu queria fazer uma pergunta, Secretário, se o nosso mandato está prorrogado, até que data? Pela informação que nós tivemos estaria até 1º de maio. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Confirmo**. Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Teve algum decreto, algum ato? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Teve portaria do Prefeito. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Então, eu gostaria que fosse disponibilizado aos conselheiros e conselheiras. Por outro lado, com relação à prorrogação do mandato eu acho prudente neste momento, tendo em vista toda a situação de pandemia, a recém iniciando a vacinação na cidade. Isso causaria uma descontinuidade no processo de que a gente já vem tratando, praticamente há 2 anos, de alguns GTs de trabalho, inclusive, com acompanhamento do MP. Eu acho oportuno que a gente pudesse prorrogar os mandatos. Eu aceito a ponderação conforme a maioria decidir aqui em termos de prorrogação ou não. Eu acho que se não for a prorrogação, a minha proposta é aquela de usarmos a metodologia do TRE, que foi usado nas eleições com acompanhamento do MP. A minha proposta é essa, eu concordaria que fosse pelo CPF, pelo título de eleitor, tendo em vista que há um maior controle e poderíamos usar as urnas do TRE, que poderia ser fiscalizado por nós em uma eventualidade. É isso por enquanto, depois eu me

reinscrevo. Obrigado, Secretário. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. Conselheira Tânia. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Boa tarde a todos. Na verdade, a RGP 4 é a favor da prorrogação do mandato, porque faz com que não haja um amontoado de pessoas no mesmo espaço, porque as eleições a gente sabe que são bem acirradas nas comunidades. Na eleição passada a antiga conselheira trouxe 5 ônibus, onde 3 deles foram indisponibilizados, porque os CPFs não eram da região. Então, tem toda essa problemática do CPF, nós não concordamos com CPF, porque isso não funciona, porque o CPF pode estar em qualquer lugar. Meu irmão mora em Florianópolis, o CPF dele é daqui, ele poderia votar em qualquer lugar da cidade ou até fora dela, até fora do estado, ou fora do país. Então, isso é muito polêmico. As eleições presenciais no momento desta pandemia que a gente vê a quantidade de vidas sendo ceifadas por essa pandemia terrível, os postos não estão dando conta, a recém estão começando a vacinação, os atendimentos são precários. E outra sugestão que foi dada através de um computador no CRIP, isso não funciona também, iria ter um acúmulo de pessoas, muitas não mexem com rede social, elas não têm conhecimento, muitas não têm rede social. Por exemplo, eu moro aqui na comunidade da zona leste, eu tenho internet, mas hoje faltou luz duas vezes, a minha internet está caindo toda hora. Então, é um sério problema com relação a isso. Então, nós somos a favor da prorrogação, porque seria mais consciente também, até porque nós já estamos discutindo esse processo, como o Conselheiro Felisberto falou, né, e o Fernando. Muita coisa se perderia no meio do caminho. Então, eu acho que seria bem prudente a prorrogação. Era isso, obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira. Entendido. Na sequência o Professor Rômulo. **Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Boa tarde. Bom, eu não tenho vivencia suficiente no Conselho para dizer se isso é um procedimento possível, se é coisa que já aconteceu antes. Eu vi, não só hoje, mas vários conselheiros reclamando de medidas tomadas com base justamente em quebra de regras, enfim, problemas que (Inaudível) os procedimentos estabelecidos. Eu acho que prorrogar mandato em termos gerais não é uma coisa boa, porque é uma excepcionalidade. Quer dizer, é um ato de arbítrio em última análise. Acho atendimento que os conselheiros que estão sujeitos a essa situação de serem, eventualmente, substituídos, nem deveriam votar, porque é uma situação esdrúxula total. Eu só queria fazer essas ponderações, porque não tenho opinião formada ainda a respeito disso. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Professor. De fato, como a decisão não é do Executivo, mais no sentido de que estão impedidos dos próprios conselheiros deliberarem a cerca da prorrogação do mandato e nem vou colocar essa questão em votação. Eu acho que a circunstância atual, pandemia, enfim, tem uma série de fatores que sem dúvida nos prejudicaria, é um processo muito complexo, de envolvimento da comunidade, a gente tem que ir até os locais, a gente não tem a estrutura do TRE para fazer essa mobilização. É bastante improvisado, porque não é o nosso dia a dia. A gente faz de 2 em 2 anos. Então, existe uma mobilização muito grande que talvez ficasse um pouco prejudicado. E a conversa é mais no sentido de ver o entendimento, para gente formar essa convicção e aí defender essa excepcionalização, é bem atípico prorrogar o mandato. Só estranho, mas o momento é atípico, nuca tínhamos vivido essa situação atual. Vamos ouvir os demais. Conselheiro Darci. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Boa tarde para todos. A nossa inconformidade em relação a esta reunião foi bem expressa no que a

gente já escreveu ali. Nós estamos sendo em todas as reuniões sendo intensamente cobrados do cumprimento do regimento interno e o regimento interno determina que tem prazos para convocar a reunião. Nós tivemos reunião anteontem, se pelo menos tivesse sido avisado, poderia ter sido falado – Olha, precisamos conversar sobre esse assunto. E nós temos esse grau, porque a gente não pode dizer que não tem certa regulamentação, certa rigidez nas nossas conversas. Se é para conversar, todos aqui estamos amplamente abertos para conversar. Então, se faça um convite, foi isso que eu solicitei, que transformasse a convocação em um convite. Estamos aqui, não tem problema, podemos conversar, temos dedicado ao Plano Diretor já há duas gestões, esta gestão que está se prorrogando. Só para deixar claro, que o Senhor Rômulo acho que não entendeu muito bem a mensagem que eu mandei, mas só para deixar claro, não estamos impugnando nada, só como agora que o Secretário está nos dizendo que esta reunião não vai deliberar, é uma conversa, para conversar não precisa convocar reunião, pode chamar independente de regimento interno. Em relação ao processo eleitoral, eu vejo com outro olhar e o Brasil fez uma um processo eleitoral aí no meio da pandemia para escolher prefeitos, para escolher vereadores. Nós não conseguimos fazer uma votação para escolher Conselheiros do Plano Diretor? O meu colega do SENGE, eu votei para o SENGE, teve eleição, está com nova diretoria, inclusive, o atual presidente foi meu colega de aula, fomos da ATEA 78 - Associação da Turma de Engenheiros Agrônomos em 1978. Eu votei para presidente do SENGE, toda a chata, toda a diretoria. A ABES vai ter eleição, já está o calendário eleitoral todo aprovado. Teve eleição no ano passado, a ABES tem eleição todos os anos, um ano para nacional, outro ano para a estadual. E mais ainda, tivemos eleição para nossa interamericana em pleno processo de pandemia. Não tem problema nenhum. O Conselho Tutelar teve sorte que fez um pouquinho antes, mas usou um método que foi muito eficiente, muito tranquilo, pelo menos eu não tive nenhum apontamento de nenhuma das pessoas que a gente conhece dá Cidade de Porto Alegre que tenha participado, tenha sido candidato. Não fiquei sabendo de nenhum apontamento contra ou tirando qualquer mérito da eleição do Conselho Tutelar. E foi a Prefeitura que fez a eleição. Então, a Prefeitura sabe fazer eleições, sabe usar sistemas viáveis de ser ter um bom processo eleitoral. É lógico, vamos ter que adaptar um pouquinho, as eleições nas regiões eram só de noite. Bom, o Conselho Tutelar que eu saiba foi o dia inteiro. Então, fica lá a urna, não tem aglomeração, pode passar o dia inteiro a urna lá coletando os votos. Então, usar o mesmo método que foi utilizado para o Conselho Tutelar, não vejo problema nenhum para a eleição das regiões. A eleição das entidades é menos ainda, na última vez acho que foram 15 entidades, no máximo 20 entidades que se cadastraram. Então, não é problema se fazer a eleição. É lógico que se tiver que continuar, se for decisão do governo, decisão da maioria do Conselho, a gente continua, mas a gente tem uma visão muito crítica em relação a essa perpetuação, um mandato que já está praticamente um ano a mais. E o que está sendo proposto aqui é mais ainda, não é até maior, seria fechar o ciclo todo de discussão da revisão do Plano Diretor. Isso vai levar um bom tempo, a gente aprovou aqui um calendário, vai levar um bom temo e não é a qualificação deste atual Conselho que nos dá esse direito. Eu não vou usar a palavra, poderia até usar a palavra “usurpar”, mas é um pouquinho pesada demais, né. Eu queria que achar uma palavra um pouquinho menos pesada para dizer que nós estamos extrapolando naquilo que a gente foi eleito, que recebeu voto. Lógico, a questão da pandemia justificaria prorrogações pequenas, agora até o final da revisão, a lei não diz isso, a lei nos determina o período de mandato. Acho que não foi isso quando as pessoas foram lá nas regiões votar, as entidades que se reuniram para votar, acho que elas não votaram isso. Acho que estaremos extrapolando os nossos votos recebidos e não vejo o mínimo problema de fazer a eleição, a minha entidade está

fazendo eleição, o Sindicato dos Engenheiros fez eleição para suas diretorias e não teve nenhum problema no processo eleitoral. Aposto que aqui todo mundo participa de algum movimento, alguma entidade, seja comunidade de bairro, seja o que for, todo mundo está participando de algum um processo. Se não está é porque não está no movimento, quer dizer, no movimento estão todos fazendo a eleição das suas entidades. O nosso Conselheiro Rafael Passos foi eleito no meio da pandemia para a direção nacional, seu órgão máximo lá. Então, estamos tendo eleições. O CREA teve eleição. Então, não é a pandemia que justifica a não eleição. Então, acho que seria bom o processo de eleição nos moldes do que foi o processo eleitoral do Conselho Tutelar, realizado Poe esta Prefeitura, que tem experiência para fazer isso. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Darci. Acho que traz alguns exemplos aí, a gente de fato também teria tranquilidade em fazer a eleição, nós há problema, conforme a gente tinha sugerido e tem se feito eleições pelo Brasil, mas formato online. O problema é que os conselheiros trouxeram essa resistência nesse formato, talvez a população não tenha acesso. Por isso que a gente faz essas ponderações, mas não há dúvida do ponto de vista de sistema em a gente fazer uma eleição online conseguiria. Eu estou ponderando os outros argumentos, é diferente de uma eleição de prefeito, de TRE, tem um orçamento gigantesco para mobilizar, com pessoas concursadas, preparadas para organizar. Agora, o exemplo das entidades que estão fazendo eleições, é uma eleição menor e os modelos que a gente tem são de eleições online. Conselheiro Jackson. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Boa noite a todos colegas, Presidente. Eu compactuo com a ideia do Fernando, que preocupa a gente realizar uma eleição agora presencialmente. Eu vejo que o Campani coloca muito bem que as eleições para prefeitura foram presenciais, mas eu acho muito arriscado, até porque tem essa questão de falta de acesso nas comunidades. As minha comunidade tanto quanto a da Tânia, que somos vizinhos ali, tem dificuldade de acesso para o dia a dia e para uma eleição eu acho que não, eu sou a favor da prorrogação, não sei se por um ano, por 6 meses ou pelo menos até nós terminamos a revisão do Plano Diretor. Eu penso dessa maneira, acho que nós temos que pensar em uma prorrogação de mandato sim, o momento exige. A minha entidade também teve a sorte de fazer uma eleição no dia 12 de março, uma semana antes de entrar em pandemia, a nossa sorte que conseguimos renovar a direção nesse tempo. Então, o meu voto de cara é favorável a alguma prorrogação. Seria essa a minha contribuição. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Jackson. Vamos ver na sequência aqui. Conselheiro Gomes. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Boa noite, Presidente. Boa noite, Conselheiros. Uma eleição do Conselho do Plano Diretor tem características diferentes dos setores diferentes. Os grandes prejudicados em um processo eleitoral nesse momento são os conselheiros regionais, que precisam buscar o voto presidencial das pessoas. É uma eleição que as pessoas precisam sair das suas casas e volta. Antecede a isso toda uma campanha eleitoral, onde a gente tem que se mobilizar em muito para poder convencer as pessoas a irem à votação. No caso da minha região, nós fizemos um trabalho intenso, eu sei bem o trabalho que deu, porque eu bati perna na Região Centro Sul para mobilizar 560 eleitores a meu favor, o dobro do meu opositor, que é o Campani. Evidentemente, se eu vou para outra eleição eu vou estar pensando em mobilizar 800 pessoas para irem lá, porque como sabem que eu já fiz 560 votos, quem for minha oposição lá vai tentar fazer no mínimo 561, porque o processo é por aí, o processo é para superar. Então, o trabalho que dá isso é muito arriscado no momento de pandemia.

Eu vivenciei isso e sei o que tem pela frente, que eu até teria já todo um planejamento de como seria uma eleição, mesmo que fosse na pandemia, mas o caso das regiões são semelhantes, é buscar o voto, é conversar com as pessoas, é fazer exatamente aquilo que não devemos fazer neste momento. Então, a justificativa para que não tenha eleição neste momento é gritante, diferente de outros setores que quase todas as eleições ali que o Campani se referiu, são eleições de *quorum* fechado, em que tu votas pelo computador sem problema nenhum, porque as pessoas, os eleitores estão credenciados, diferente da nossa, que é uma eleição, mal comparando, tipo eleição de processo eleitoral, de campanha eleitoral. E dando o exemplo da campanha eleitoral agora para Prefeito e Vereador, a gente viu o que foi, a maior abstenção da história, a dificuldade de vereadores conhecidos que nós temos que não conseguiram ter votos, de todos os partidos, não conseguiram mobilizar, porque não pode fazer aquilo que é característica em uma eleição democrática, que é conversar com as pessoas para convencê-las a votar. Isso é exatamente o que não se deve fazer neste momento, ir conversar com pessoas, com grupos. Eu trabalho muito com comunidades organizadas, extremamente difícil de reunir as pessoas, se tiver que reunir eu vou, mas é muito difícil e arriscado, é colocar em risco essas comunidades, esses grupos, essas associações. Então, estou falando pela região, pela minha região, que sou absolutamente contra que tenha eleição neste momento frente à importância de nos protegermos e proteger as pessoas. O Conselho do Plano Diretor, por mais importante que sejamos e tal, não temos essa necessidade tão grande, tão imperiosa de fazer uma renovação agora. Os argumentos para fazer uma prorrogação estão na pauta e estão aí. O Rômulo fez um comentário sobre a inconformidade que surgiu basicamente no e-mail do Conselho ontem. Rômulo, são três pessoas e são as de sempre, faça chuva ou faça sol, seja para o bem ou seja para o mal, sempre vão estar lá fazendo alguma coisa contra o que o Presidente colocar aí para consenso ou discussão. Essa é minha posição, Presidente Germano. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Gomes, pela contribuição. Conselheiro Emerson inscrito. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Boa noite a todos. Estou escutando atentamente a situação da eleição para este ano. Também concordo com os que me antecederam aí, que no período em que nos encontramos, no início de uma vacina em que a maioria da população não recebeu, seria até uma ação que poderia prejudicar algumas pessoas. Então, entendo também que fazer uma eleição neste período fica complicado. A gente tem que manter a questão da saúde e também essa questão da articulação, que vai ser muito difícil mobilizar essas pessoas para votarem. A gente sabe que também tem a dificuldade hoje de transporte, que é outra coisa que se alia a isso, muitas linhas de ônibus foram canceladas. Então, também é outro problema. Só temos que analisar a questão de tempo, se será para o final deste ano, se vai se prolongar por um tempo maior. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro. Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu só quero dizer que também não tenho medo de fazer o debate e fazer a eleição, tanto que na minha região eu derrotei duas chapas e foi um banho, uma lavagem, 360 a 03. A maioria dos delegados é da chapa vencedora. Então, quer dizer, disputar eleição não é um problema. Digo mais, sem usar qualquer meio de transporte de eleitor. Conscientemente as pessoas compareceram na Câmara de Vereadores. Não precisei dize: “Olha, vão votar porque está discutindo a questão das cooperativas, se vocês não forem lá não vão ter apoio”. Então, não precisei fazer nada disso, tudo baseado em uma proposta de debate democrático e eu

estou obedecendo integralmente ao que foi discutido, a plataforma da chapa vencedora na RGP 1. Então, eu não sou Conselheiro de mim mesmo, eu defendo o que foi decidido por um coletivo e que continue, toda vez que tiver nós iremos defender a nossa plataforma. Tanto que tem uma audiência marcada no MP novamente, porque quem não deve não teme. O Secretário tem comparecido e nós temos dialogado. Eu ponderei diretamente a minha colocação para ele e divergir se faz parte da democracia, que nós não temos que qualificar as pessoas, dizendo que as pessoas são sempre do contra. Isso é uma discussão rasa, vamos debater a cidade. Agora, nós somos conselheiros da cidade, somos eleitos para discutir a cidade e hoje tenho mérito porque nós temos acesso a todos os processos e tenho estudado todos os processos e pedir vista de todos os processos é um direito do Conselheiro que tem responsabilidade, independente de ser conselheiro de uma região. O compromisso é com a cidade e não só com a minha região, ou com o meu grupo que me colocou lá. Têm conselheiros que precisam e que não tem a participação, não conhece o processo, não discute o Plano Diretor, são surpreendidos por decisões, sem o mínimo de participação. A RGP 8, não quer particularizar, não tem Fórum de Delegados. Então, não é brigar, nós estamos colocando posição e temos que aprender a dialogar e ouvir os contrários. Eu sou minoria no Conselho, eu sei disso. Perder ou ganhar neste Conselho faz parte, nós vamos perder sempre. E não é por isso que eu vou deixar de colocar ou votar de acordo com a minha consciência e daquilo que eu quero para a cidade. Não só para o meu grupo, mas para a cidade, principalmente para os que são excluídos desse tal desenvolvimento, que só privilegia um setor em detrimento da grande maioria, que violenta direitos. Então, isso tem que ficar bem claro. Pena que isso hoje não está sendo transmitido, porque aí se define posições, define quem defende uma cidade para todos. Era isso e obrigado, Secretário. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. O Professor Rômulo para encerrar as inscrições. **Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Eu só queria talvez esclarecer, complementar o que eu havia dito, que fui citado aí várias vezes, eu li os emails dos colegas que reclamaram contra a convocação e citei isto aqui para concordar com eles. (Risos). Não só entendi como eu concordo com o que eles estavam dizendo, porque as regras básicas devem ser cumpridas. Quer dizer, há um sentido geral de legalidade e nesse sentido que eu disse que adiar eleições, em princípio, parece uma arbitrariedade. Eu estou concordando com isso. E disse mais, disse que não tenho posição formada. Depois outros colegas trouxeram questões mostrando que o processo, na realidade, em diferentes instâncias, tanto no grupo das entidades, quanto no grupo das regiões é um processo complicado. Então, a minha posição foi justamente essa, em princípio eu acho que não deveriam ser adiados os mandados, mas eu estou disposto a ouvir as vicissitudes de tomar uma decisão sobre isso. Só isso. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado pela contribuição. No fim não fizemos a reunião, não tínhamos *quorum*, sentimos a convergência de todos no sentido de prorrogar, com algumas exceções, o Conselheiro Darci trouxe seu ponto de vista. Na administração estamos refletindo, vou tentar construir. Talvez na próxima reunião do Conselho a gente abra o espaço, se alguém tiver alguma objeção em relação a essa proposição. Então, não vou tomar o tempo de vocês, vamos conversando. Na próxima terça-feira, embora não seja feriado em Porto Alegre não vamos fazer a reunião, vamos transferir para quinta-feira. Obrigado a todos. Boa noite. Saúde e paz! **(Encerram-se os trabalhos da plenária às 19h00min).**

Germano Bremm	**Secretária Executiva**
Presidente	**Relatora**

Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2021, ... retificações:

ATA SESSÃO ESPECIAL

DÚVIDAS SOBRE O NOVO PROJETO DE LEI SOLO CRIADO

Aos vinte seis dias do mês de julho de dois mil e vinte um, às nove horas, reuniram-se para sessão especial ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, via ZOOM, denominado SESSÃO ESPECIAL VIRTUAL, sob a coordenação de GERMANO BREMM, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos:

CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS: Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira (Titular) e Lisiane Sartori Fioravanço Magni (Titular), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), **Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS**; Gisele Coelho Vargas (Titular), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE**; e Gustavo Garcia Brock (Titular), **Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV**.

CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS: Rômulo Krafta (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**; Sérgio Saffer (Titular), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA**; Antônio Carlos Zago (2º Suplente), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**.

CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:

SECRETARIA EXECUTIVA: Eliana Bridi e Leandro, **UDRE**; Camila Maders Fonseca Coelho, **Secretaria Executiva da SMAMUS**; Patrícia C. Ribeiro, **Taquígrafa/Tachys Graphen**.

PAUTA:

1. Abertura;

2. Dúvidas sobre o novo projeto do Solo Criado.

Às 09h10min o Senhor Presidente deu início à sessão.

1. ABERTURA.

Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS: Bom dia, pessoal! Tudo bem? Desculpa o atraso, estava dando um tempinho para ver se o pessoal ingressa na agenda. É uma agenda informal, preparatória para a reunião do Conselho do Plano na quinta-feira, que a gente marcou no sentido de tirar algumas dúvidas, fazer uma conversa mais tranquila e não tão solene, como a nossa reunião de terça, transmitida, ao vivo, enfim. Mas para que a gente possa esclarecer alguns pontos da proposta desse projeto de lei, que a gente deve enviar para a Câmera dentro de no máximo um mês e 15 dias, né? A gente se comprometeu com o Ministério Público em até dois meses trazer a proposta para debate, acolher contribuições, críticas, amadurecer a proposta para enviar novamente para a Câmara de Vereadores. Eu agreguei algumas pessoas do governo que têm alguma experiência com a área, que pode ajudar a contribuir. Está aqui a Patrícia, nossa Diretora de Planejamento; a Vaneska, Coordenadora de Planejamento; a Gisele da Diretoria de Planejamento; a Eliana da própria UDRE, junto com o Leandro. É para nos ajudar se por ventura surgir alguma dúvida. Eu vi que alguns conselheiros levantaram uma série de questões, naturalmente, nós vamos debater e esclarecer na própria reunião do CMDUA, que a gente marcou para quinta-feira.

Então, formalmente, oficialmente, as contribuições, importantes que sejam ditas na própria ata e na reunião do Conselho, mas o encontro hoje é um pouco mais informal assim, para a gente poder esclarecer algum ponto de dúvida. Eu coloquei na reunião, na terça, o contexto geral porque a gente está fazendo essa alteração legislativa e mais ou menos as diferenças que teriam com relação à Lei nº 315/94, que estava desatualizada, com o Estatuto da Cidade, com o próprio Plano Diretor que trouxe novos comandos. Então, carecia de uma atualização, de uma revisão à lei atual, porque ela não estava refletindo mais aquilo que estava sendo aplicado, o novo conceito de outorga onerosa, as questões previstas na legislação federal, no Estatuto da Cidade. Então, a gente fez essa atualização na lei de 2019, a 850, mas como o Ministério Público entendeu, embora a gente compreendesse de forma diferente, que não se tratava naquele momento de alteração de plano, uma complementação àquilo que o plano estabelece, as questões macro de Plano Diretor, que é o índice, o estoque, a forma de cálculo, essas questões que são do plano, continua no plano, a gente não alterou na lei de 2019. Enfim, entenderam de uma forma diferente, entraram com uma ação. A gente achou melhor, ao invés de ficar discutindo isso em juízo, fazer uma composição, fazer um acordo e produzir novamente esse processo participativo prévio e enviar para a Câmara de Vereadores a proposta de lei. Então, a gente repete, na sua grande maioria, todos os pontos, aqueles que estavam na lei de 2019, a 850, aí trouxemos mais na experiência de um ano, dois anos de aplicação da lei 2019, algumas necessidades, e a gente traz algumas pequenas atualizações, conforme eu falei na reunião de quinta-feira. Então, eu estou aberto, mais para a gente ouvir algum questionamento, alguma dúvida, o microfone está aberto e eu direciono aqui dentro do time da equipe ou eu mesmo respondo para esclarecer os pontos. Então, fiquem à vontade, é bem informal para puxar a fala. Abro o telefone, está liberado. Pode falar aí e a gente vai conversando, bem informal. Está aberto o microfone. Professor Rômulo, comece. Fique à vontade! **Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Bom dia a todos. Eu tenho algumas dúvidas, eu tenho seis perguntas. Eu vou mandar pelo chat, fica mais fácil para vocês lerem ali. Vou tentar dar uma ideia geral, porque tenho algumas dúvidas em relação ao arcabouço mais geral, vamos dizer assim, da lei e a que ela se refere, de onde saem algumas coisas, questão de estoques de solo criado, de onde vem isso, como que isso é criado, qual a base, enfim, que justifica a criação de um estoque desse tipo? E questões relativas ao fator de planejamento que chama, né? E tenho ainda questões mais pontuais. Eu vou colocar aqui: *1. De onde vem, como são dimensionados e como são apropriados pelo município os estoques de solo criado? 2. Como funciona o FP? 3. Quão frequente é o uso do solo criado (% dos empreendimentos)? 4. O FP está sendo criado agora ou já existia na lei atual? Se já existe, qual o impacto que teve durante o tempo em que foi aplicado? 5. Qual o impacto verificado sobre o preço dos imóveis pelo uso do solo criado? 6. O Estatuto da Cidade prevê o estabelecimento de casos de isenção de contrapartida (pagamento). Por que o projeto de lei não inclui esse dispositivo?* **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Eu vou tentar responder aqui. Com relação ao estoque do solo criado, essa lei não está propondo modificar, o estoque do potencial construtivo tem previsão no Plano Diretor. Então, lá no Plano Diretor tem a fórmula de cálculo, isso é do plano de 99, que, inclusive, agora, com o novo Plano Diretor a gente está pensando e estudando uma nova fórmula para o que a gente compreende que aquela fórmula talvez não represente muito a realidade da infraestrutura que foi acontecendo na cidade. Nós deveríamos ter uma fórmula de cálculo mais vinculada à infraestrutura, naturalmente, os equipamentos, se tem equipamento disponível, tu teres condições de fazer um ajuste no estoque, rever ele de forma mais

dinâmica e periódica e não, necessariamente, que se faça só com alteração de Plano Diretor de 10 em 10 anos. O estoque vem lá da Leo de 99, em 2010 houve uma atualização da lei, mas não foi tratada a questão do estoque. Então, no Plano Diretor, no art. 68, tem exatamente a fórmula, como é que se chega no estoque de potencial construtivo. Então, isso é muito vinculado às economias, à previsão de crescimento que se tinha para cada região da cidade. Então, tem algumas regrinhas ali distribuídas, questão de macrozona, de UEU, que de uma forma geral é isso, está previsto no Plano Diretor e a gente não altera esse ponto. A lei traz o formato de como vai será alienação, como é a questão da atualização, porque isso o Estatuto da Cidade diz que era matéria de lei, a fórmula de cálculo mesmo, de cálculo do valor, não do estoque. Isso é matéria de lei específica, conforme o Estatuto da Cidade determinou. Vaneska, quer me complementar de repente? Tu que és mais estudiosa do tema ou a Patrícia, para ajudar o professor um pouquinho. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Hoje o que a gente tem de estoque ainda é baseado nos cálculos ainda de uma metodologia vinculadas aos números que eram propostos pelo Mascaró. Eu acho que até tem uma documentação de alguns documentos que a gente começou a reunir no plano original. Na verdade, seriam liberados estoques, originalmente, pelo o que a gente entende e através do sistema de avaliação de desempenho urbano isso seria revisto de acordo com os padrões de ocupação que se consolidariam nos territórios em Porto Alegre. Só que por não se consolidar essa base de dados, que deveria dar origem a todo o encadeamento que teria baseado nos dados, nas informações que chegaram no sistema de monitoramento, ele acabou sendo um recorte congelado dessa situação original em que foram previstos os estoques. Não sei se seria mais ou menos nesse sentido essa descrição, aí a gente também teve conversas com técnicos que participaram nesse plano, desses cálculos originais. A gente nota que foi bem assim, números que foram estabelecidos através de padrões que seriam revistos de acordo com a dinâmica real de ocupação do território, mas que não tiveram esse passo. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Perfeito, Vaneska. Patrícia, quer complementar alguma coisa? Acho que é isso, né, de uma forma geral com relação ao estoque, Professor. Desculpa, o Professo quer falar? **Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Não, eu entendi. Eu tinha uma vaga ideia a respeito dessa questão, eu me lembro que a primeira vez que esse assunto foi tratado, acho que foi no Governo Colares, se eu não estou enganado, onde foi criado ainda de maneira parcial, eu acho, mas havia um fundamento, o que motivava, vamos dizer assim, a apropriação pela Prefeitura de índices construtivos de lugar para serem, posteriormente, vendidos, era decorrente de áreas... Eu lembro da história do Parcão, inclusive. Foi o Parcão que gerou essa ideia toda. Ou seja, o Parcão como uma grande área pública que estaria retirando daquele bairro uma capacidade construtiva potencial que tinha, e essa capacidade foi devolvida para a cidade na forma de índice criado. Eu não sei se ainda está valendo ou se esse sequestro, vamos dizer assim, de índices pela Prefeitura já tem outro tipo de justificativa que não mais essa. Eu acho que aquela já acabou, quer dizer, o Parcão já foi reposto várias vezes dentro dos estoques construtivos da cidade. **Antônio Carlos Zago (2º Suplente), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Só complementando, Professor Rômulo. Na verdade, foi instituída uma densidade por hectare, bruta, e a densidade líquida é aquilo que ficou para ser desenvolvido em projetos de arquitetura. Então, ficou fora disso, entre o líquido e o bruto ficou fora disso as ruas, os parques, as praças e todo e qualquer outro tipo de área na cidade que não seja destinado para edificação. A grosso modo estou explicando, mas a diferença entre densidade bruta e

líquida que gera esse estoque. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Zago, show de bola. Muito obrigado pelo auxílio também. Em relação ao fator de planejamento, indo para o questionamento 2 (2. Como funciona o FP?), aí já respondo também a pergunta 4 (4. O FP está sendo criado agora ou já existia na lei atual?). Ele estava previsto na Lei nº 850/2019, ele até foi fruto de um debate que veio do próprio Conselho, lá em 2016, 2015, que se tinha muita discussão com relação ao valor do solo criado, que não correspondia com a realidade. Então, a gente fez uma pesquisa, inclusive, foi criada uma comissão dos conselheiros, onde foram ouvidos alguns especialistas, enfim. A gente fez uma pesquisa na produção da lei em 2017, 2018, com outros municípios brasileiros, especialmente São Paulo, que tem essa figura do fator de planejamento na fórmula de cálculo, porque a regra, a fórmula de cálculo do valor do solo criado, que é fruto de uma resolução lá de 2001 do Conselho, então, tem uma dinâmica que a Fazenda, dentro dessa fórmula de cálculo, a parte mais complexa, especialmente o valor do metro quadrado do terreno, que aí a Fazenda produz, aquele cálculo que foi explicado oportunamente quando da revisão, a Secretaria da Fazenda com a UDRE esteve aqui. Então, se entendeu que para que o planejamento urbano tenha de fato uma maior possibilidade de usar esse instrumento do solo criado para estimular ou não o desenvolvimento de determinados territórios da cidade, que se na fórmula de cálculo se inserisse essa figura do fator de planejamento, a partir de determinados critérios. Na lei é criada a figura do fator de planejamento, na Lei nº 850, na 315/94 não tinha. Aí foi criado na 850, no entanto, a gente não trouxe na lei quais os casos exatamente. E na lei se colocou, então, que o fator de planejamento poderia variar de 03 a 1.3, abaixo de 1 ele vai baixar o valor e acima de 1, até 1.3 vai aumentar o valor final. Então, em que pese o cálculo da Fazenda com relação ao índice de aproveitamento, o valor do metro quadrado do terreno, chega em um valor, faz vezes o fator de planejamento. E aí se estabeleceu a dois critérios, isso foi uma discussão até com a Câmera de Vereadores mesmo, porque inicialmente a gente tinha deixado só em linhas gerais a criação do fator de planejamento, que seria regulamentado por decreto. E aí a câmara lá naquela oportunidade, por meio de emenda – Não, valores abaixo de 05, aplicado abaixo de 05 ou acima de 1, que seria para mais ou muito menos, esse teria que ser por lei, uma lei específica, uma lei ordinária. Dentro desse outro percentual, que deveria ser por decreto e aí sim, se o município vier a fazer... Isso não foi aplicado, já respondendo. Não foi aplicado nenhuma vez, porque tem naturalmente uma complexidade, porque aí a equipe do planejamento teria que dispor de um organismo, delimitar, conforme previsto na própria lei, determinado território, apontando quais são os critérios em determinada região. Daqui a pouco se identifica que teria alguma infraestrutura, a gente quer desenvolver, quer que aconteça mais rápido ou alguma outra que daqui a pouco tem ainda disponível, mas a gente entende que deveríamos desestimular que o crescimento acontecesse para lá. Se faria esse decreto regulamentador, prévio de um território e após a própria discussão desse território, do interesse da cidade em fazer isso, aí se publicaria o decreto e todos os empreendimentos, enfim, que se instalarem naquele território poderiam fazer jus à aplicação do fator de planejamento, que teria um valor diferenciado. Foi nesse espírito que a gente criou lá na lei de 2019, estamos repetindo na proposta agora. Não sei se o senhor está contemplado com a resposta, qualquer coisa grita aí. Depois, então, com relação à frequência do uso do solo criado nos empreendimentos, recentemente nós migramos de um modelo físico dos processos, a tramitação para o modelo digital. Hoje, então, a entrada e saída já estão todas digitais e estamos trabalhando na automatização dos processos, na organização de informações, os dados, até para fim de planejamento urbano é muito difícil produzir até uma revisão do Plano Diretor, ou qualquer decisão, ou projeto, ou proposta

que a gente vá fazer, o planejamento precisa de informação para poder dar sustentabilidade, mostrar de onde vem essa tomada de decisão. Infelizmente, com os processos físicos a gente tinha muita dificuldade de organizar esses dados, tudo aquilo que entra, por exemplo, na planilha de áreas lá da planta ficava gravado processo físico e se a gente quisesse organizar alguma informação fruto daquilo ali nós teríamos que fazer um trabalho de mapeamento e identificação de planilhar aquela informação. E agora a gente está com esse formato de estar organizando para georeferenciar, espacializar essas informações que vêm de construção, para a gente saber o que aconteceu da cidade, usou o estoque, não usou o estoque, para onde está indo, mais área adensável, mais área não adensável. Então, é um processo que a gente tem de transformação. Eu acho, Vaneska, não sei se andou dando uma estudada, e Patrícia, e Eliana, se vocês teriam algum dado com relação a quantos empreendimentos usam de fato solo criado, não sei se alguém tem organizada essa informação aqui dentro e daqui a pouco fez para alguma pesquisa, algum estudo específico? Eliana, tem algum dado, não? **Antônio Carlos Zago (2º Suplente), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Eu acho que essa questão poderia ser vista do ponto de vista da disponibilidade de estoque por quarteirão. Nós recentemente, há questão de dois anos, foi atualizado esse estoque e por necessidade de utilização de mais ou não utilização que vinha sendo feito. A experiência que pelo tempo de experiência que eu tenho é que grande parte dos empreendimentos usam pelo menos o solo criado de ajuste e que na política de regularização de construções em Porto Alegre é muito importante esse estoque e tem sido utilizado para poder fazer atualização com relação à lei de incêndio, por exemplo, ou algum hoteleiro que faça nas suas propriedades. Então, eu acredito ter sido bastante utilizado, mas tem muito estoque ainda. Foi feito, foi aplicado depois de cálculo entre o solo, a densidade bruta, a densidade líquida, foi criado um fator de timidez, vou apelidar, que retraiu, já que não temos todos os estudos, já que o estudo, especialmente da infraestrutura não está tão completo, vamos diminuir para que ao longo do tempo, na medida em que a infraestrutura vai sendo aprimorada, vai se liberando esses estoques. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** É, é isso aí, Zago e a nossa lógica, já na nossa nova proposta da gente fazer com monitoramento, tem que ter algo maias sensível que possa se transformar a partir, porque a cidade é dinâmica, os investimentos vão acontecendo na infraestrutura e o estoque teve que refletor. A gente tem bastante crítica, claro que com os anos é mais fácil a gente criticar a fórmula de cálculo, quando lá atrás foi concebida, é um pouco dura, vamos dizer assim, que nos impossibilita de fazer algo mais flexível e mais correspondente com a realidade da cidade. Mas vamos trabalhar para alterar isso na próxima planilha. Eliana, está com áudio? **Eliana Bridi, UDRE:** Eu ia dizer que a gente tem o controle do valor financeiro que é arrecadado, através do MPC a gente consegue monitorar esse valor mensalmente, anualmente, como quiser, mas em quantidade e por empreendimento a gente não tem esse controle, a gente não tem nenhuma forma de dar essa informação agora neste momento. **Leandro, UDRE:** Eliana, só fazer um parêntese, Germano. O sistema de Monitoramento de Potencial Construtivo, o MPC, ele tem esses dados sim, a partir de uma solicitação de relatório, o próprio MPC vai nos informar, vai fazer um relatório em relação à utilização dos índices, seja por macrozona, por expediente o único, quais índices foram utilizados e a quantidade. Depois que a gente alimentou o sistema MPC, a partir da liberação da UDRE para aprovar o projeto, esses dados ficam lá na MPC e ficam disponíveis para um relatório. Também, além da questão dos valores, também tem o relatório referente ao potencial construtivo em m², senão, não reia como controlar. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Só para esclarecer um

pouquinho. A gente tem um estoque "x" de toda a cidade, aí tem o sistema de monitoramento, a partir do momento que vai sendo utilizado vai sendo dado baixa nesse estoque de potencial construtivo e a cada semestre que o município publica, a tabela do estoque, vai refletir o resultado daquele uso, vamos dizer assim, que teve ao longo do semestre ali. Aí em alguns quarteirões vai zerar, como tem zerado em algumas situações, mas conforme vai acontecendo os empreendimentos vão sendo aprovados, vai se usando. Isso a gente tem. Talvez o que não se tenha é o percentual com relação ao restante, aí tem que fazer um cruzamento. Está aprovando lá na unidade de aprovação. Leandro, não chega lá para vocês aquilo que não se utiliza em estoque, aí tu não consegues fazer esse percentual, aquilo que não se utiliza em estoque, aí tu não consegues fazer esse percentual – desse "x" no total de empreendimentos... Entendeu? Tantos usaram, tantos não usaram, mas aquilo que foi usado, de quais são, o perfil, se é não adensável, isso tudo tem em um sistema que sai no relatório ali do MPC. É isso, né, Leandro? **Leandro, UDRE:** Perfeito! **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Show de bola, então. Deixa e avançar um pouquinho aqui na questão 4, que eu expliquei a questão do fator de planejamento, que já existe, qual impacto teve. *Se já existe, qual o impacto que teve durante o tempo em que foi aplicado? 5. Qual o impacto verificado sobre o preço dos imóveis pelo uso do solo criado?* Pois é, nossa estava em uma discussão um pouco mais complexa, que a própria Secretaria da Fazenda nas atualizações que faz ou quando vem fazer as apresentações de cálculo, ela traz essa tabela, essa métrica. Então, é um pouquinho de explicar, eu não me aventuraria, mas eu acho que o Zago está mais... Ou o Saffer que também está aqui para nos ajudar, ou a Vaneska, enfim, com alguma informação. **Antônio Carlos Zago (2º Suplente), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** A tabela, o valor, ele é atribuído a partir de uma pesquisa de mercado e pesquisa de mercado *in loco*, vamos dizer assim, a partir dos contratos que são efetivados e vão para a Prefeitura para cobrança de ITBI. E outro dado é a questão também em questão de mercado, mais pela oferta dos lotes, que é feita uma composição desses preços, estabelecido o valor por quarteirão. E agora mais recentemente tem sido feita uma atualização por face de quarteirão. A gente vê também depois de determinado valor médio. Então, para a questão da face de quarteirão é colocado o índice também, o potencial construtivo de cada face do quarteirão, para cada rua, 1.9, 1.3, 1.1, sei lá, e que conforme o incentivo que o Plano Diretor dá para cada terreno, para cada subunidade, é dado também o preço. A gente vê que um terreno que tem o potencial, o índice de 1.9, ele tem na mesmo face próxima um valor menor que um terreno de 1.3. Exatamente porque o Plano Diretor quer incentivar determinados locais. **Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Talvez o Zago e o Saffer possam me ajudar. Vamos dizer assim, de uma maneira geral o preço do terreno, o preço da terra urbana é dado, um dos fatores pelo menos mais importantes é o seu índice de aproveitamento. Então, o custo do terreno é estabelecido em função do que pode ser feito em cima dele. Claro, tem outros fatores, mas esse é um dos determinantes. Então, nas áreas em que a Prefeitura não privilegia, ou seja, não marca, delimita como área de incentivo para uso do solo criado, o preço do terreno ali dentro dessa área vai ser estabelecido pelo índice de aproveitamento, o básico. Nas áreas em que a Prefeitura marca como incentivadas, o preço dela até vai subir, porque o fato dele ser incentivado e ser possível construir mais, mesmo que o empreendedor tenha que pagar pelo solo criado, o preço do terreno vai aumentar. Essa seria a lógica natural de mercado, vamos dizer assim, né? Então, nesse sentido que eu vejo que, teoricamente, o solo criado aumenta o custo da construção civil, aumenta o custo dos imóveis produzidos de uma maneira geral. Não sei se isso é verdade, se verifica na prática ou se é só uma lógica que

não se reflete na realidade. **Antônio Carlos Zago (2º Suplente), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Sair do custo de terreno para chegar no custo do imóvel, existem outras variáveis, tá? Existem outras tantas variáveis. A incidência do custo do terreno sobre o valor final de venda de um terreno pode sim variar, mas na medida em que tu ganhas em escala na produção de um empreendimento imobiliário ou um terreno, ganhando em escala tu acabas diminuindo os custos de insumos, como de terreno. Então, se equivalem. Uma grande variável que implica bastante na questão do custo final é a localização, essa sim é fundamental para a aprovação do preço. Se fosse julgar só por índice, o 1.3 da Bela Vista e 1.3 de Petrópolis teria que ser igual. Não é igual! Eu não estou fazendo uma discrepância muito grande, são dois bairros bons, mas na Bela Vista o 1.3 tu constróis o mesmo que o 1.3 de Petrópolis, porém o valor final do 1.3 Bela Vista é muito maior. Então, eu acho que é esse é o grande diferencial. Desculpa, Saffer, que eu te cortei aí. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Não, eu só queria comentar assim, no meu entendimento não é o solo criado que está dando o valor, Rômulo. É ao contrário, assim, a Prefeitura faz esses levantamentos, que havia ITBI, valores de mercado, comercialização e esses valores são o que define o solo, porque o valor máximo já está definido no plano que vai ser o 3. Não é isso que valoriza ou desvaloriza. São situações de bairro, como também o Zago comentou, isso é que define o valor e se vai ter estoque ou não vai ter estoque naquela região. Se não tem estoque naquele terreno não adianta, não é o solo que está valorizando, solo sempre vai ter. O que dá o valor do terreno é o mercado propriamente dito, né. Eu só acho, Zago, que o fato de uma mesma face ter valores diferentes quando o índice é maior, não é incentivo, é porque o valor do quarteirão é mil e dividindo pelo valor do índice, que é maior, o valor do solo criado fica menor. Então, não é por questão de um incentivo e sim porque é uma questão da fórmula de cálculo do solo criado. **Antônio Carlos Zago (2º Suplente), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** É isso mesmo que tu falaste, eu digo assim, o índice atribuído para terrenos, índices diferentes atribuídos para terreno 1.3 ou 1.9 é uma política de planejamento urbano, de incentivo, em áreas que eram incentivadas por índice maior. Isso repercute depois no cálculo de solo criado, mas não é incentivar o solo criado. O que é incentivado, na verdade, é o índice básico, é o índice original do terreno. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Show de bola! É isso aí. Esse é um debate rico do solo criado, vai para o Conselho, aí jogam os especialistas aí junto, eu ouço esse debate há alguns anos. Eu acho que de forma geral está esclarecido aqui. Vamos um pouquinho na pergunta 6 do professor: *6. O Estatuto da Cidade prevê o estabelecimento de casos de isenção de contrapartida (pagamento). Por que o projeto de lei não inclui esse dispositivo?* A lei trouxe que na lei específica, o Estatuto da Cidade prevê que deveria se prever esses casos de isenção. Claro, sempre é uma discussão, o quê? Como? Então, é essa proposta, tanto no ano de 2019 quanto essa proposta, a gente está seguindo a linha de que os casos de isenção serão objeto de lei específica, aí uma lei ordinária, vamos dizer assim, sem necessariamente ter que fazer uma alteração maior, mas para dar, enfim, oportunidade se por ventura se chegar a alguma conclusão de isenção. Eu até diria, com a própria possibilidade do fator de planejamento, que a gente trabalha na possibilidade de aumento, a gente não chegou a botar na isenção total, porque começa do 0.3, mas fica realmente muito próximo da isenção. Então, o fator de planejamento tem algo já nessa linha, nas hipóteses que seria alterado o valor final. **Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Eu fiz essa pergunta pela seguinte razão, de uma maneira geral o espírito da lei é que as novas edificações de alguma forma sobrecarregam, preenchem, vamos dizer assim, a cidade do ponto de vista

da infraestrutura. Ocorre que a infraestrutura, boa parte ou a grande maioria da infraestrutura urbana é paga pelo usuário: água, esgoto, telefone, lixo. Tudo é pago! E pode haver em caso de áreas em que esse serviço está subutilizado e que seja do interesse da Prefeitura, do DMAE, do DEP, sei lá de quem, e de todas essas concessionárias, de ter uma otimização do seu serviço. Então, vamos dizer assim, é uma situação oposta dessa que a gente pensa, nós temos um equilíbrio, vamos dizer assim, porque boa parte das áreas da cidade também sofre desse tipo de problema. Eu sei que há infraestrutura disponível a serviço, sendo potencialmente prestado e não utilizado. Então, nesse sentido a construção, vamos dizer assim, o incentivo da área seria benéfico ao uso da infraestrutura. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Perfeito, é bem essa linha de raciocínio que a gente está tentando contemplar, na revisão mesmo, da fórmula de cálculo também, realmente. E a ideia do fator de planejamento é isso. Até corrigindo, ali eu disse 0.3, mas ela tem um intervalo de 0, 05 e de 05 a 1.3. Então, no fator de planejamento, a gente delimitando o território da cidade e estudando essas questões vinculadas á infraestrutura, realmente, isso vem bem na linha da proposta do conceito de solo criado em si, de aproveitar, melhor distribuir os equipamentos públicos disponíveis da cidade, a iluminação pública, água, esgoto, regiões que são bem servidas e a gente quer melhor organizar, distribuir isso. Então, que a gente pudesse estimular. Por isso a gente sempre diz que é um instrumento de planejamento urbano, o conceito de solo criado. Aqui na cidade se perdeu um pouco, assim, ao longo dos anos a aplicação, virou daqui a pouco uma coisa mais fazendária, de arrecadação. Infelizmente, perdeu-se esse viés de planejamento urbano, de indução para o desenvolvimento, crescimento da cidade. E a gente está sempre na tentativa de recuperar isso. Até a proposta de lei, essa 850, agora repetida, ela traz bem esses marcos, assim, é um instrumento urbanístico, tem fator de planejamento urbano, é para estimular ou não o crescimento da cidade. Então, tentando marcar essa posição, que foi ao longo dos anos passado um pouco perdido para a Secretaria da Fazenda. Então, a ideia, mas, naturalmente, a gente não tem nessa proposta de lei ainda... Como nós estamos agora investindo cada vez mais em tecnologia e organizar os nossos dados, fazer monitoramento e cadastro multifinalitário das informações de água, esgoto, é tudo muito desencontrado, infelizmente, né? Mas nós estamos aqui buscando agora uma contratação da plataforma de planejamento urbano, que vai buscar esses dados do DMAE, do antigo DEP, de rede para a gente ter a informação mais clara de iluminação pública, do que se tem em cada região da cidade, se nós temos condição de estimular que aconteça de forma mais célere os empreendimentos naquelas regiões possíveis. E aí nisso mexendo no valor final. Então, de uma forma geral as questões do professor que eu trouxe. Não sei se mais alguém tem mais algum ponto para contribuir, dúvida para nos trazer. Fiquem bem à vontade para contribuírem. **Antônio Carlos Zago (2º Suplente), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Germano, não é dúvida, mas mais um comentário assim, que o Porto Alegre foi precursora disso lá na década de 90, através do Vereador Lauro Hagemann, que criou o solo criado, né? No final da década de 90 ele foi o relator, vereador relator responsável pelo PDDUA, o primeiro PDDUA, quando as questões ambientais foram mais fortemente abrangidas dentro do Plano Diretor. E quando se criou, eu lembro que participava das mesmas discussões, eu sou um dos decanos aí do Conselho do Plano Diretor. Então, eu vou historiar, todo velho tem que historiar (Risos). Enfim, a discussão se dava, ele queria muito que essa compra do solo criado fosse facilitada e que os recursos fossem aplicados na construção de políticas de atendimento à classe menos privilegiada na questão de habitação, etc. E se conseguiu naquele momento só 100 m² de compra de balcão e foi uma frustração até para todos que estão envolvidos,

uma lei muito bacana, precursora em termos de Brasil e se trabalhou muito para sair dos 100 m² e chegar nos 300 m², que foi no segundo PDDUA. E nunca se conseguiu regulamentar o médio adensamento, que era a grande aspiração de mercado, etc., porque saía daquela quantia de 100 ou 300 para chegar até 1000 m². E até que se teve a compreensão de que uma vez fazendo parte de uma grande lei, que é isso que está se atualizando agora, esse ativo municipal poderia ser sim comercializado. Então, são passos que vão seguindo, que vão aperfeiçoando o instrumento. Se nós olharmos a década de 90, a criação do solo criado em Porto Alegre, depois muito nos orgulha, veio em 2001 o Estatuto da Cidade estabelecendo para todo o Brasil essa mesma possibilidade de outorga onerosa, né? Mas lá ele não coloca limitações. Então, nesse sentido, nós fomos precursores, eu acho que a gente precisa e esse instrumento exige até que a gente continue na vanguarda e que a gente esteja sempre reposicionando o instrumento, a lei propriamente dita diante das necessidades do planejamento urbano da cidade. Então, nesse sentido eu acho que essa atualização que está sendo discutida agora aperfeiçoa, inclusive, a Lei nº 850. Nesse sentido, é bastante louvável essa iniciativa. Era esse comentário que eu queria fazer. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Show de bola, Zago, muito boa a tua contribuição e reflexão, especialmente de um ponto que a gente traz de diferente na lei, atualizando a 850, que é essa possibilidade da alienação vinculada ao projeto também do grande adensamento, que a gente tinha essa figura do pequeno, até 300 m². Depois, na 850, então, a gente agregou para o médio e agora, porque esse era um ponto que estava previsto no Plano Diretor. Então, a Lei nº 850, inicialmente, não queria alterar nada de Plano Diretor, mas agora como o Ministério Público entendeu que, bom, é uma alteração de Plano Diretor e a gente esta fazer o processo necessário prévio à alteração. Nós vamos corrigir esse ponto, porque ali tinha uma previsão equivocada, de uma interpretação distorcida para o instrumento fazendário, né? Muito se quis que se alienasse, fizesse a venda dos índices do fundo que foi criado específico pró-mobilidade, criado pela Secretaria da Fazenda, e se desestimulou ao longo dos anos em Porto Alegre ao instrumento urbanístico que é, ele é vinculado ao projeto, que existe um critério. O Professor Rômulo trouxe bem isso, a ideia do solo criado, do estoque, para que melhor possa distribuir aqueles custos que a administração pública tem de equipamentos de serviços públicos nas regiões da cidade. Então, naturalmente, tu queres que aquelas regiões que têm o estoque disponível que seja aproveitado na sua totalidade, né? Aí tu distribuis esses custos entre os diversos contribuintes. Só que lá pelas tantas, Porto Alegre perdeu um pouco esse conceito e aí instrumentalizou por alguns equívocos de interpretação na própria lei de que deveria ser vendido antecipadamente, desvinculado ao projeto. Isso gera um mercado paralelo de outras situações que não aquilo que realmente se propõe, o instituto do solo criado, porque se o empreendimento, tu tens um critério isonômico por ordem... Bom, a cidade aconteceu, o empreendimento tem um estoque naquela região e aquele empreendimento foi ali e pediu a utilização daquele estoque, depois o segundo, o terceiro, enfim, até o quarto, daqui a pouco lá pelo quinto zerou, terminou o estoque, bom, tu tens uma isonomia, naturalmente, por ordem cronológica de requerimentos e aqueles que aprenderam primeiro vão melhor poder utilizar aquele toque de potencial construtivo. Então, essa é a ideia do conceito do solo, isso é assim em todo o Brasil, só que o Porto Alegre desvirtuou por uma estratégia lá atrás tomada, financeira, criou-se um estoque de potencial construtivo dos índices pró-mobilidade, uma lei específica, disseram – não, vamos restringir e vamos impedir que aconteça vinculada às questões mais urbanísticas ao desenvolvimento da cidade para a gente poder ter recurso para arrecadar em um leilão e todo mundo poder comprar lá e aí valorizar aquilo. Isso é

equivocado, eu defendo com veemência todos esses equívocos e desvirtuamentos que tiveram ao longo dos anos e que na Lei nº 850 já conseguiu corrigir um pouco. E agora, nessa proposta, então, vamos de maneira definitiva sanar e devolver ao solo criado o seu real objetivo de instrumento indutor do desenvolvimento urbano da cidade. O Mark queria falar. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Bom dia a todos. Eu estou achando muito importante conversa e ouvir esses relatos importantes sobre a cidade e sobre essa legislação em particular. O que eu estou sentindo falta como conselheiro municipal do nosso Conselho de Desenvolvimento, eu estou sentindo falta de conhecer o teor do acordo que foi formulado com o Ministério Público. Eu não sei, Secretário, se esse teor foi divulgado, se nós conselheiros teremos acesso, eu acho que seria o normal que tivéssemos, né? Eu não sei se isso foi oportunizado. Eu gostaria muito de conhecer os termos e que essa proposta foi acordada, como é que foi construído isso. Eu tinha, até enviei para a Camila, sexta-feira eu acho, eu tinha feito uma listinha de perguntas sobre o projeto de lei em si. Ali fazendo algumas questões para o meu próprio entendimento de como alguns daqueles artigos ali estavam formulados. E depois eu fiz uma releitura, eu achei interessante se fosse possível nós conversarmos um pouco, o que dentro do projeto de lei complementar, se supõe ou se compreende como constituição de uma reserva fundiária, que é mencionada ali "constituição de uma reserva fundiária". Eu perguntaria onde, como e quando essa reserva estaria? E tem também na formulação dos artigos: *Propiciar a criação de áreas verdes*. Eu não sei se Porto Alegre ainda tem, ou vai investir, ou mapeou... A minha preocupação é se a formulação da lei complementar é mais acadêmica, teórica, conceitual ou se ela está apegada a algum registro específico dentro do território, porque se nós estamos falando de áreas verdes, elas são identificáveis? Elas estão mapeadas? Elas podem ser mencionadas para o conhecimento da comunidade? O mesmo em relação à constituição de reserva fundiária. Há previsão? Isso está mapeado? Onde está? São essas as questões que eu gostaria de trazer para a nossa conversa matinal. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Perfeito, Mark. Vou tentar responder alguns pontos, depois vou para os questionamentos que tu levantaste. Com relação ao acordo no Ministério Público, embora esteja no processo judicial, mas em linha geral e não mais que isso a gente tem a previsão de... O acordo é de promover o processo participativo prévio ao envio da proposta de lei e enviar para a Câmara de Vereadores no período máximo de dois meses o projeto de lei. Então, esse é o acordo, duas linhas. Eles abrem mão, vamos dizer assim, do andamento da ação civil pública que entraram com a 850. Então, segue vigente, segue válida essa lei, e o município se comprometeu a enviar novamente a proposta de lei para a Câmara de Vereadores, mas antes de enviar fazer audiência pública necessária e prévia, e a discussão com o próprio Conselho do Plano. Então, são duas linhas, em síntese o que diz o acordo com o Ministério Público. Com relação às possibilidades de aplicação e um dos objetivos é a criação de reserva fundiária, criação de áreas verdes, isso reflete exatamente naquilo que a legislação federal estabelece. O Estatuto da Cidade traz um rol no art. 26 taxativo de quais as possibilidades de aplicação dos valores do solo criado, ou contrapartida do solo criado. Então, ele diz quais casos, por exemplo, o fundo de aplicação de interesse social, ele recebe os recursos do pequeno adensamento e do não adensável, para a produção da política habitacional do município. Então, isso era o que acontecia lá na Lei nº 315, é o que aconteceu com a Lei nº 850 e segue nessa proposta que a gente está enviando. Eles seguem recebendo aqueles recursos do não adensável e do pequeno adensamento. Então, nessa proposta de lei a gente só repete aquilo que estabelece o Estatuto da Cidade, trazendo alguns esclarecimentos, para ficar mais clara a questão dos equipamentos, a

criação de áreas verdes, as questões de tecnologias vinculadas ao ordenamento e direcionamento da expansão urbana, que é uma previsão, está no inciso IV, do art. 26 do Estatuto. Ele fala lá das possibilidades de aplicação, ordenamento e direcionamento da expansão urbana. Então, por exemplo, na proposta de lei a gente colocou o que pode ser isso, para ficar mais claro e não ter dúvida de interpretação. (Inaudível/interferência no áudio). Acho que outros pontos foram respondidos, Mark, a questão do estoque ali que a gente explicou como que isso se dá no próprio Plano Diretor. Existe a fórmula de cálculo, isso não está se alterando os padrões de densificação, tem previsão no Plano Diretor. Depois, quais os limites considerados? Também são os limites previstos no Plano Diretor, o número de economias ali, o adensamento compatível, embora a gente tenha trazido aqui que no próximo Plano Diretor a gente quer mudar essa fórmula de cálculo e ser mais vinculado esse adensamento à infraestrutura. Se tem infraestrutura tem disponibilidade, poderia, em tese, adensar mais, mas no Plano Diretor atual tem uma regra do que é o adensamento para cada região e por isso muitas regiões estão zeradas e a gente tem muita reclamação, muita demanda no sentido de revisar isso. O Mark mandou os questionamentos para nós. O Mark pede para a gente melhor exemplificar o que se trata cada uma das situações do art. 4º da proposta. É o que traz as diferenciações do que é o solo criado não adensável, o que é o solo criado de pequeno adensamento, médio e grande. É diferente de outras cidades do Brasil, eu também acho equivocada essa divisão, acho que é muito complexa, na próxima proposta de lei a gente deveria ter criado... Minha interpretação, porque Porto Alegre tem essas diferenciações, bom, aí é o pequeno, é o médio, o grande, para cada um era uma fórmula diferente, uma coisa que vende no balcão, outra compra em leilão. Isso gera uma confusão e procedimento, burocracia nos nossos processos. Vamos ver se a gente consegue revisar, mas isso é uma matéria que tem previsão no Plano Diretor. Então, ele traz o conceito e a gente repete aqui um pouco daquilo que diz no Plano Diretor, ele traz o conceito de solo criado não adensável, que corresponde às áreas incentivadas e complementares à atividade principal que não cause impacto em equipamentos urbanos e na paisagem, estão disponíveis em todas as UEUs. Então, isso seriam as áreas comuns, áreas de corredores, dando exemplo, Mark, do que seria o solo o solo criado não adensável. Então, as áreas comuns que não estariam impactando, não está levando gente para esse local, ela só acompanha essa área que seria adensável. Então, tem umas regrinhas lá de alguns percentuais, mas isso é a previsão de Plano Diretor. O pequeno adensamento é aquele solo criado de 0 até 300 m², que também, segundo o conceito do Plano Diretor, ele está disponível para todos, todos têm direito, vamos assim, independente da questão de monitoramento, para comprar 300 m² de solo criado vinculado a seu projeto. Então, isso daí das áreas adensáveis, né? Então, já vai levar a construir, a população que entendeu para aquele espaço. Depois o solo criado de médio adensamento, que é de 300 a 1000 m². Então, é um pouquinho mais de solo criado e as diferenças são na quantidade mesmo e esse já tem o monitoramento, tem o esgotamento para o UEU, para o quarteirão, por macrozona. Tem a lógica ali, como o Leandro e a Eliana trouxeram, tem o monitoramento que é feito. Então, a partir do momento que vai sendo utilizado isso vai ser descontado desse, aí chega a algum momento que se esgota, termina e algumas quantas regiões das cidades estão esgotadas desse estoque, aí é o pequeno adensamento e depois o grande adensamento a partir de 1000 m². A mesma lógica do pequeno, tem monitoramento, esgota o estoque a partir do uso de determinada região, algumas quantas regiões estão esgotadas. Então, a aplicação sempre vai ser vinculada ao monitoramento. Então, esse é um conceito e que está previsto, a gente repete aqui, só trazendo essa modificação com relação à forma de alienação do grande, que ao invés de ser comprado antecipadamente em leilão e guardado para uma

hipótese de desenvolver o projeto, no grande vai estar vinculado ao projeto. Se eu for empreender vou lá aprovar, preciso comprar 1 mil, 2 mil m² , eu vou formalizar a alienação por meio de um termo específico, vai ser descontado do sistema de monitoramento e vai ser possibilitada a utilização. Ele vai pagar e vai ser possibilitada aquela quantidade no seu projeto. Depois com relação a art. 6º, § 1º, o Mark pede esclarecimento. Os critérios eu acho que comentei, Mark, ali no 6º ele traz a figura do fator de planejamento, porque por lei, isso nós tínhamos deixado de uma forma ampla para regulamentar por decreto, porque, afinal de contas, nós já estamos mandando a lei complementar para a Câmara. Quando foi lá para Câmara de Vereadores na discussão da Lei nº 850 os vereadores pediram que fosse, ah, não, os valores mais baixos, se for de 0 a 05, que vai baixar muito o valor, aí tem que ser por lei, ou se for de 1 a 1.3, que vai aumentar mais os valores tem que ser por lei, o resto o Poder Executivo fica com a possibilidade de regulamentar. É uma decisão lá da Câmara e a gente está repetindo aqui para respeitar, porque certamente vai ter que aprovar logo em seguida. Com relação ao índice monetário, a gente deixou de uma forma geral, até para fazer uma discussão na regulamentação com a Secretaria da Fazenda, qual seria o índice vigente. A gente traz essa figura na Lei nº 850 e estamos repetindo nessa proposta aqui, que eram questões que lá atrás, na lei de 94, na 315 tinha uma realidade de inflação, tinha uma questão de atualização mensal e reavaliação de seis em seis meses. Então, a gente não conseguia dar conta de promover essas reavaliações semestrais. Então, a gente fez essa correção e deixou de forma geral o índice monetário vigente, mais para não ter que fazer discussão logo em seguida em uma regulamentação com a Secretaria da fazenda, do que seria essa atualização, qual é o índice que teria ali para a gente atualizar, porque por ser um preço público, os valores têm que ser atualizados. É diferente da reavaliação, daí é feito aquele cálculo que vai para o Conselho, que a Secretaria da Fazenda avalia o valo do metro quadrado do terreno, enfim, se chega a um resultado final, que aí a discussão é feita a cada 2 anos. Depois o Mark fala do art. 8º, para explicar. Pessoal, o art. 8º traz a possibilidade do pagamento do solo criado, da outorga em contrapartida, isso é uma coisa nova que a gente trouxe na Lei nº 850, estamos repetindo nessa proposta de lei, com alguns ajustes, em face de nossa experiência de aplicação. Tivemos poucos casos de transformação do solo criado em contrapartida, porque realmente há uma complexidade, é um preço público e para a gente poder utilizar tem que ser feito projeto, orçamento, valores com base nas tabelas oficiais tem que bater. A obra que a gente transformou em contrapartida e que está sendo executada é da revitalização, a reurbanização da orla de Ipanema, porque o Estatuto da Cidade prevê essa possibilidade de criação, reurbanização de áreas verdes urbanas e de equipamentos públicos. Então, a gente fez com a equipe interna aqui projeto e os orçamentos com base nas tabelas oficiais, para poder calcular o valor e aí o projeto é esse, tem que ser feito nesse cronograma e o preço, o valor desse projeto é “x”, com base na tabela oficial, aí a gente pega esse projeto e diz quanto que tem se solo criado para adquirir. Esse projeto e esse orçamento tem que bater com isso, se tiver diferença vai ter que pagar a diferença para o fundo. Então, esse ajuste foi feito depois por decreto e a gente gostaria, porque entende muito mais efetivo, muito mais célere, ao invés de entrar o recurso para o muito, que a gente consiga transformar em obra e que os próprios empreendimentos, conforme vão acontecendo, ele vão resolvendo as questões da cidade. Então, são essas as possibilidades e a gente está colocando no art. 8º e esclarecendo como que se dá isso. Como é um gasto público sempre vai ter que bater, “x” de solo criado tem que bater com o valor do projeto, porque a gente é apurado pelo Tribunal de Contas, temos que prestar informações. Depois o art. 11, o Mark pede para explicar. Só para não haver confusão, porque como tem um rol taxativo do Estatuto da Cidade, que prevê quais as hipóteses de aplicação, aqui a gente quis deixar

claro para seguir o que diz a lei federal e se nós não seguirmos a gente pode ser responsabilizado por improbidade administrativa, a gente quis deixar claro que não é qualquer software de tecnologia, é aquele que viabilize e que trabalhe no ordenamento e direcionamento da expansão urbana, que isso é a previsão que tem no estatuto da cidade. Então, aqui a gente quis deixar claro para não deixar também um leque muito amplo, daqui a pouco estão querendo gastar em outras coisas no dia a dia da cidade, que não é isso, o conceito é de planejamento urbano. Então, tudo aquilo que viabilize isso está dentro desse escopo e a gente quis relatar todas essas situações. Com relação ao art. 12 é um ponto até que a gente identificou após enviar a proposta para todos, que a gente deveria suprimir, porque ele veio repetido da Lei nº 315 e ficou na Lei nº 850, ninguém se deu muito conta disso, porque estava na lei anterior e agora a gente estava novamente colocando junto, mas é que quando da origem desse artigo da 315, era da concepção quando foi criada a figura do solo criado, aí ele tinha essa figura da isenção do solo criado para as edificações existentes. Então, se a gente trouxer novamente esse artigo pode dar alguma confusão com relação àquelas situações que estão, inclusive, prédios que estão postos, mas que estão no processo tramitação, ainda irregulares. Então, tem algum pontinho ali só que a gente recebeu uma contribuição, que a gente teria que ajustar um pouquinho esse texto ali para possibilitar a compra das situações irregulares, que a gente vai ajustar aquilo ali. De uma forma geral, do jeito que ficou ali a proposta pode gerar uma confusão e a gente vai ter que suprimir. Então, foi boa observação a tua observação. **Antônio Carlos Zago (2º Suplente), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Nesse sentido, na quinta-feira eu vou apresentar... Tem um parágrafo único para corrigir essa questão. Então, posso até ler: *Não se aplica a limites de índice máximo do Anexo VI do PDDUA ou restrições de utilização do solo criado para código 01, 3 e 19, para casos de ajuste de projetos ou aumentos e/ou reciclagem de uso em edificações existentes nos termos do PDDUA, art. 159-b, ou edificações regulares que estejam adquirindo solo criado de pequeno adensamento*. Isso leu vou apresentar depois, na quinta-feira. Eu acho que desfaz, acho que equilibra melhor o art. 12. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Eu também tenho uma consideração sobre isso, depois eu vejo contigo, Zago, como está fazendo, a gente poder fazer... **Antônio Carlos Zago (2º Suplente), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Isso, vamos trocar informações. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Germano, tem ainda perguntas? Porque eu queria falar do 8º, ele é uma opção ao empreendedor, né? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Um opção do município, a gente deixou. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Mas quem é que toma a iniciativa, é o município? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Ambos. O empreendedor pode fazer o requerimento para transformar em contrapartida, naturalmente, é uma opção do empreendedor também e o município avalia se tem disponível, que o grande ponto aqui é que a gente não tem essa capacidade, é complexo, é um gasto público, a gente tem que ter projeto, tem que ter orçamento para transformar em contrapartida. E seria uma irresponsabilidade da nossa parte exigir que tudo seja em contrapartida, porque nós não temos a capacidade de vazão de desenvolver projetos. Então, pontualmente, a partir do momento que a gente tem algum projeto mais consolidado, tem orçamento para isso, a gente vai transformar ele em contrapartida. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Mas isso na região do empreendimento, geralmente, né, que acontece? **Germano Bremm, Presidente e**

Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS: Não necessariamente na região com os valores, tem que mais ou menos fechar com o projeto. A gente deixou essa previsão em decreto, porque é uma coisa que a gente tem que ir amadurecendo, é início ainda, deixa opcional, vamos trabalhando em alguns casos. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Eu acho importante deixar como uma questão de opção e não de obrigação. Isso é interessante. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Isso aí, está alinhado como uma opção mesmo, não podemos criar um rito que vai postergar as aprovações, demorar mais, porque a gente sabe da complexidade se tem para desenvolver projetos. Depois o art. 13, pergunta do Mark para explicar. Esse é um artigo mais guarda-chuva, no sentido de que... Bom, a regra geral está prevista nessa lei, mas assim como fator de planejamento, que vai mexer na questão, aí o Professor Rômulo trouxe os casos de isenção, tem que ter lei específica, porque é uma situação mais complexa, mais profunda, teria que ter uma lei específica, daqui a pouco faz uma discussão, enfim, vamos mandar uma lei, aí se isenta naquele caso envia para a Câmara e deixa de forma geral, porque isso era uma previsão que tinha nas leis anteriores e a gente tem isso previsto. É a mesma situação, disse o Hudson aqui, que prevê o próprio art. 30 do Estatuto da Cidade. Depois o art. 14, é um pouco do que a gente falou, embora esse artigo esteja lá na Lei nº 315, com o advento dos planos diretores, posterior de 99, ele trouxe a fórmula de cálculo, essa é a ideia e o conceito mesmo que nos guia para revisar a fórmula de cálculo, que deveria estar mais vinculada aos equipamentos, à infraestrutura. O município deveria fazer essa revisão e por isso a questão da contratação da plataforma de planejamento urbano, de organizar esses dados para a gente possibilitar isso. Claro, para a gente viabilizar esse conceito geral aqui, que está estabelecido, nós vamos ter que mexer na fórmula de cálculo. Aí é Plano Diretor mesmo, ter uma fórmula mais vinculada a infraestrutura e essa coisa do monitoramento, de revisar a densificação, enfim. Depois o art. 21, que trata dos fundos, a gente tem a previsão e já respondendo também a pergunta da Dra. Cristiane, que representa o DEMHAB, que colocou no chat o questionamento. Em relação ao Fundo de Gestão de Território, a gente repete aquilo que tem previsto na Lei nº 850/2019, quando foi criado o Fundo de Gestão de Território. Por que ele foi criado? Porque o Estatuto da Cidade, posterior ao Plano Diretor, ele trouxe um rol mais amplo de aplicação, não é só habitação de interesse social, são equipamentos públicos, reservas fundiárias, áreas verdes. Então, é isso, tem uma série de atividades onde deve ser aplicado esse valor. Então, estaquia equivocado se a gente ficasse vinculado e adstrito a uma das possibilidades, até para que a gente possa alcançar essa melhor organização da produção de habitação de interesse social, para a gente poder viabilizar essa política tão importante. Então, a gente criou esse fundo e deixou ele mais amplo, conforme determina a legislação federal e dentre as suas possibilidades também está a produção de habitação de interesse social, enfim, tudo aquilo que já tem o fundo específico para isso. Lá na Lei nº 315, com a atualização da 850, a gente manteve os recursos, não se alterou nada daquilo que já é recebido pelo Fundo de Habitação de Interesse Social, que é o recurso do não adensável e do pequeno adensamento. Isso já era aplicado em função do próprio Plano Diretor, que tem essa previsão, e a gente manteve. O que a gente está colocando no fundo de gestão de território é o solo criado de médio adensamento, que já estava previsto na lei anterior, a 850, e o de grande adensamento. Em função dessa questão mais financeira que a Fazenda foi se apropriando ao longo dos anos, não estava acontecendo de forma direta, a venda do médio adensamento e do grande adensamento. Como era vendido antecipadamente daquele estoque do Fundo Pró-mobilidade, no fim, ficavam lá esses recursos. E agora, então, já na 850 a gente já trouxe

essa possibilidade do Fundo de Gestão de Território receber do médio e nessa proposta estamos trazendo também a questão do grande. Então, fica tudo certo, na questão dos fundos não há uma alteração, um prejuízo com relação aos recursos, embora no próprio Fundo de Gestão de Território ele tem essa possibilidade também de se trabalhar com habitação, a gente quer mais lá na frente pensar na produção de habitação de interesse social, criar o modelo de contrapartida. Enfim, isso a gente tem que desenvolver ao longo dos anos. Em relação ao Fundo de Gestão do Território, na última pergunta o Mark traz se tem algum valor acumulado. A gente tinha com a aplicação da lei desde 2019, foi regulamentada, em 2020 começou a ser aplicado. Então, entrou algum recurso no Fundo de Gestão de Territórios. A gente tinha cerca de 6 milhões e alguma coisa no Fundo de Gestão, só que com uma emenda constitucional de 2021 os municípios ficam autorizados a remanejar, retirar esses recursos dos fundos. E tanto é que se retirou desse esse valor que se tinha no Fundo de Gestão do Território, que não tinha sido utilizado ainda, era novo, a gente estava pensando o funcionamento do fundo. Então, eles retiraram esse valor do fundo, assim como retiraram o valor do Fundo de Habitação de Interesse Social, esse sim tinha mais, tinha cerca de cento e tantos milhões e aí foi destinado por meio dessa emenda constitucional para o Tesouro Municipal. Então, era isso que a gente tinha. Claro, naturalmente, o fundo vai entrando, conforme vai entrando o valor de médio adensamento, vai entrando novos recursos para o fundo. Eu não sei se a gente tem um valor. **(Sem identificação):** Se eu não me engano em junho nós tínhamos R$ 6.700.000,00. Teria que ver certinho. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Bom, das perguntas do Mark eram essas. Não sei se alguém tem mais algum ponto a contribuir. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Eu só queria dizer que achei muito interessante esse resgate do solo criado, porque ele era um instrumento mais de arrecadação fazendária. Então, essa forma que vocês estão reformulando já na lei anterior, nesse espírito de trazer isso de novo para a Secretaria de Planejamento, a gestão do solo criado, isso é uma coisa que todos nós já vínhamos solicitando, na verdade. Isso é resgatar a finalidade, a função da própria secretaria. Eu acho que o fator de planejamento também só reforça exatamente também o valor e a importância do solo criado. Isso é uma coisa importante a fazer, relativamente a curto prazo, senão também a Fazenda está se tornando mais para o planejamento. Eu acho que só vai ser possível no momento que vocês tiverem instaurado o monitoramento, porque enquanto não está finalizado, aí sim vocês vão ter instrumento para usar no planejamento. Eu vou mandar outra contribuição, porque agora não é momento. **Antônio Carlos Zago (2º Suplente), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Só para complementar, no art. 4º, inciso IV também, ele fala da obrigatoriedade de EVU para solo criado de grande adensamento. Isso é uma correção que a gente gostaria de fazer, uma vez que já na prática isso aí, através de um decreto, ele está sendo analisado direto pela UDRE, é a UDRE que controla os estoques. Então, só para fazer essa correção, porque aí a aplicação vai ficar mais fácil e bem monitorada pela UDRE. Isso na ementa deve ser corrigida também, introduzida a questão da correção do art. 53-A do Plano Diretor. Na quinta-feira a gente fala mais sobre isso. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Já tem no próprio anexo VI, que vai dizer quando é que tem que fazer isso, quando é de 1º grau ou 2º grau. Então, esse tipo de aquisição não tem porque ter um EVU se já tem uma forma específica na lei de quando que tem que ter, de controle, né? Basicamente esse é o conceito. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Perfeito. A gente constatou no fim a gente repetiu aquele artigo e não nos demos conta de que, na verdade, tem que revisar

esse ponto com relação à necessidade de EVU, porque tem MPC, monitoramento, projeto, enfim, não necessariamente vai ser o EVU. Então, a gente já observou de fazer essa correção. Em relação à lei, a suspensão dos efeitos da lei, a gente fez o acordo com o Ministério Público, estamos enviando a proposta para a Câmara de Vereadores para não nos impossibilitar a fazer já de imediato esse projeto tão importante e transformador para o planejamento urbano e para o desenvolvimento da nossa cidade. Então, queria compartilhar isso com vocês, logo em breve a gente vai firmar esse termo para viabilizar essa plataforma de planejamento urbano e que vai beneficiar tantos empreendimentos, quanto a organização da cidade, a estratégia de desenvolvimento urbano da cidade. Agradeço a oportunidade, então, do debate, do aprendizado mutuo. Esta reunião aqui eu vou pedir para a Secretaria Executiva disponibilizar, está sendo gravada, vai ser disponibilizada também no nosso canal lá do YouTube para que todos os conselheiros, mesmo aqueles que não vieram possam acessar essa informação, que é uma conversa muito aberta e transparente aqui das dúvidas, porque muitas dúvidas são repetidas, foram levantadas na reunião do Conselho. Então, para facilitar e para que todos tenham uma melhor compreensão no debate de quinta-feira a gente também vai disponibilizar esse link com a informação e para que a gente possa avançar na discussão da minuta. Um grande abraço a todos, um excelente dia, uma excelente semana.

Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental – CMDUA, às 10h30min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia Costa Ribeiro, sob o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.

Germano Bremm	**Secretária Executiva**
Presidente	**Relatora**

Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2021, ... retificações: